

Marcas da
Memória

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE:

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva



Enrique Serra Padrós
Jorge Eduardo Enriquez Vivar

**Ministério da Justiça
Comissão de Anistia
Marcas da Memória**

**MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE:
O Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do
Cone Sul e sua Conexão Repressiva**

**Enrique Serra Padrós
Jorge Eduardo Enríquez Vivar**

**Porto Alegre
ASF-Brasil
2013**

REALIZAÇÃO:



Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



PARCERIA:



MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE: O Movimento de Justiça e Direitos Humanos Contra as Ditaduras do Cone Sul e sua Conexão Repressiva

Realização

ARQUIVISTAS SEM FRONTEIRAS – BRASIL

Coordenação Geral

ENRIQUE SERRA PADRÓS

JORGE EDUARDO ENRIQUEZ VIVAR

Equipe de Pesquisa

SILVIA SIMÕES (Assistência e Coordenação)

FRANCISCO ALCIDES COUGO JÚNIOR

RAQUEL SILVA DA FONSECA

PAULA BLUME

LIANA SEVERO RIBERO

Parceria

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

JAIR KRISCHKE

Colaboração

GRACIELA KARABABIKIAN - Transcrições Espanhol

Gravação, Imagem e Fotografia

MARCELO REST (Argentina)

MILTON COUGO (Brasil)

VICTOR BURGOS BARREIRO (Uruguai)

Edição Audiovisual e Legendas de vídeo

MARCELO REST

Capa

PAULO H. LANGE - CAXIOLA - FABICO – UFRGS

Editoração e Projeto Gráfico

PRISCILA EVANGELISTA

www.formadiagramacao.com.br

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Impressão 2013

200 exemplares

O presente projeto foi apresentado no ano de 2011 à II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado por Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P124m

Padrós, Enrique Serra e Vivar, Jorge Eduardo Enriquez
MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE: O Movimento de
Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão
repressiva / Enrique Serra Padrós, Jorge Eduardo Enriquez Vivar. - Porto Alegre:
Ed. ASF-Brasil, 2013. 904 p.

ISBN 978-85-66638-00-4

1. Direitos Humanos, 2. Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 3. Ditadura: Cone Sul. I. Enriquez Vivar, Jorge Eduardo. II. Título.

CDU 342.7

Bibliotecária responsável: Andréa Fontoura da Silva - CRB 10/1416

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretária Executiva
MÁRCIA PELEGRINI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Coordenador Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Secretária Executiva Substituta
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Coordenadora de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Coordenação de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica

ALINE AGNES VIEIRA MACABEU
DANIEL FERNANDES DA ROCHA
DEBORAH NUNES LYRA
EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES
ERIK DE CARVALHO LOBO VIANNA (Estagiário)
JENY KIM BATISTA
JULIANA DE OLIVEIRA CARLOS COSTA (Consultora MJ/PNUD)
MARIA JOSÉ VICENTE DA SILVA (Apoio)
PAULA REGINA M. G. DE ANDRADE
SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA (Consultora MJ/PNUD)

A COMISSÃO DE ANISTIA

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 24 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há doze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2011 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2007 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram às violações por meio das Caravanas da Anistia, que já superaram 60 edições; promovendo chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

MARCAS DA MEMÓRIA

Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada há dez anos, em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, ao contrário senso, memória. Em seus 10 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é meio de buscar reconciliar cidadãos violados, que tem então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou para com eles, devolvendo-lhes a cidadania e o patrimônio roubados, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública em todo o território dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Ao fazê-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa seguir sempre sendo aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas... mas também, pode-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

a) Audiências Públicas: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.

b) História oral: entrevistas com perseguidos políticos baseada em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;

c) Chamadas Públicas de fomento à iniciativas da Sociedade Civil: por meio de Chamadas Públicas a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.

d) Publicações: com o propósito de publicar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil além de reimprimir ou republicar outras obras e textos históricos e relevantes e registrar anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

APRESENTAÇÃO

Memórias da Resistência

As memórias do Condor nos trazem a triste lembrança de que uma das mais bem sucedidas experiências de integração sul americanas teve como fim não o desenvolvimento e a liberdade, mas a repressão e a violência. Esta obra que tenho a honra de apresentar, por outro lado, nos dá a lição inversa, apontando que quando o terrorismo de Estado transborda das fronteiras nacionais, a solidariedade humana se manifesta de modo indelével.

O trabalho incansável do Movimento de Justiça e Direitos Humanos está aqui retratado em primeira pessoa por muitos daqueles que colocaram em risco suas próprias vidas para salvar as alheias. A riqueza destes depoimentos reside no fato de não apenas retratarem o contexto político e social de uma importante quadra da história brasileira e da região, mas também transparecerem as lutas e utopias daqueles que foram protagonistas da resistência às ditaduras. A extensão do trabalho de pesquisa, com entrevistas em distintos países da região, ilustra a perspectiva internacional que adquiriu o trabalho do MJDH. A presente obra, portanto, está a altura do movimento que entendeu retratar e expressa os valores e propósitos que o projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia procura semear: valorizar a história da resistência e a memória construída pela narrativa dos que foram atingidos pelos atos de exceção, valorizando e estimulando os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e da democracia.

Mais do que uma leitura importante para o presente, quando vivemos um momento de aceleração da justiça de transição brasileira, esta obra constitui uma leitura indispensável para o futuro. As entrevistas que preenchem estas páginas certamente serão estudadas por décadas por todos aqueles interessados em conhecer como nossas sociedades resistiram a repressão.

Se é bem verdade que o sucesso da Operação Condor nos entristece profundamente, temos a grande alegria de poder afirmar, hoje, que a democracia venceu o arbítrio. As presentes entrevistas relatam a luta e a dor daqueles que resistiram, sofrendo grandes perdas. Mas, mais importante, conta a história de um movimento vitorioso, capaz de salvar muitas vidas, e transmitir informações na época do silêncio imposto. Relata, em última análise, a história de uma luta vitoriosa. A luta daqueles que não deixaram jamais de acreditar na justiça social e, com isso, conquistaram a democracia que hoje vivemos em toda a América do Sul.

Brasília, março de 2013

Paulo Abrão
Secretário Nacional de Justiça
Presidente da Comissão de Anistia

APRESENTAÇÃO

Los compañeros de Archiveros sin Fronteras-Brasil han impulsado la realización y publicación de un proyecto de una ambición y calidad extraordinaria: un estudio sobre las memorias de resistencia y solidaridad concretado en el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos contra las dictaduras del Cono Sur y su conexión represiva en el período transcurrido entre los años 1964 y 1990. Entre las múltiples aportaciones de este estudio pionero hay un conjunto de reflexiones y valores que me gustaría ponderar de manera breve y sintética.

En primer lugar su carácter integrador y transversal, generando alianzas con el proyecto Marcas da Memória, la Comissão de Anistia, el Ministério de Justiça y el Movimento de Justiça e Direitos Humanos. También su vocación transnacional, en la medida que el análisis de los abusos de las dictaduras militares se evidencian con mayor claridad en tanto que constituye una operación que impacta especialmente sobre los seis países que son objetivo prioritario de la tenebrosa operación Cóndor.

La construcción de este relato histórico tiene sus fundamentos en las entrevistas realizadas a protagonistas de este período en Brasil, Uruguay y Argentina, de manera que permite reconstruir con fidelidad no exenta de emoción este argumentado relato de solidaridad, resistencia, denuncia, acción y sacrificio. En la presentación los editores de la publicación ponen un especial énfasis en el hecho que el estado de Río Grande do Sul actúa como puente de conexión – y frecuentemente de salvación- para los brasileños, argentinos y uruguayos perseguidos por la alianza del terror gubernamental institucionalizado. Pero, sobre todo, los editores insisten en la voluntad pedagógica de esta publicación, que adquiere un notable valor testimonial para todas aquellas generaciones que no han conocido de manera directa los temibles efectos de aquellas dictaduras sanguinarias. Una vez más, se impone la evidencia de la imperiosa necesidad de luchar contra la desmemoria y el olvido con los instrumentos de la investigación histórica y el uso sensato de las fuentes orales.

En este contexto, los testimonios aportados constituyen una verdadera “producción documental”, en un contexto presidido frecuentemente por una escasez de documentos oficiales procedentes de los organismos represivos del estado. Dar voz a la gente sin voz y entroncar estos testimonios y vivencias extraordinarias con las fuentes documentales tradicionales es un desafío que esta publicación supera con creces.

Se ha vuelto un lugar común la expresión – bien cierta por otra parte – que sin archivos no hay historia. En el caso que nos ocupa añadiría que no hay recuperación de la historia y de la memoria sin los trabajos de historia oral, su generación, organización, preservación y muy especialmente, su acceso y difusión.

Desde el año 2006 Archiveros sin Fronteras ha impulsado un proyecto de organización y acceso a los documentos y archivos de las dictaduras militares en Iberoamérica que ha contado con la aportación de diez países y que ha permitido crear un portal que presenta información sobre los archivos que contienen documentos sensibles para la causa de los derechos humanos. En este contexto, esta publicación que me satisface enormemente presentar, constituye la punta de lanza de esta voluntad de organizar, preservar y tornar accesible una información que deviene un factor de memoria, justicia, verdad y ciudadanía. Nuestras felicitaciones, pues, a los compañeros brasileños por esta gran aportación y a sus editores, los amigos y colegas Enrique Serra Padrós y Jorge Eduardo Enríquez Vivar que han sabido dar forma a un proyecto difícil y ambicioso y, a su vez, liderar un excelente equipo de profesionales.

Dr. Ramón Alberch Fugueras
Presidente de la Confederación Internacional Archivistas sin Fronteras.
Profesor de la Universidad de Barcelona

APRESENTAÇÃO

A solidariedade como forma de resistência.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos tem preocupação com a integridade dos seus documentos que testemunham histórias por muito tempo clandestinas e ainda pouco conhecidas. Existe o risco de desaparecimento destes registros sobre a proteção a mais de duas mil vidas contra a perseguição política do Terrorismo de Estado. São histórias com final triste e também muitas com final feliz para quem encontrou refúgio durante os anos de chumbo no Cone Sul das Américas, entre 1964 e 1990, na atuação engajada da rede de solidariedade como forma de resistência articulada pelo Movimento contra as ditaduras.

Os governos derrubaram suas próprias soberanias para facilitar a perseguição, tortura, morte e desaparecimento de adversários ideológicos. Os documentos do Movimento permitem compreender claramente a origem da Doutrina da Segurança Nacional que a partir do Brasil criou a Operação Condor para praticar crimes de lesa humanidade. Provam que o Brasil fez a primeira vítima da Operação Condor.

É preciso preservar tal acervo documental e detalhar a resistência que se formou. Assim pensa Jair Krischke que nos anos das sombras foi escolhido pelos militantes para ser exposto em nome de todos como o rosto solitário e emblemático do Movimento na resistência aos Estados terroristas. A sua experiência na missão de salvar vidas diz que a melhor forma de proteger estas histórias é divulgá-las.

Com Arquivistas Sem Fronteiras- Brasil, através do projeto do professor Jorge Vivar (UFRGS), o Movimento passa a difundir e socializar os seus documentos. Importante instrumento desta preservação é a publicação de Memórias da Resistência e da Solidariedade que tem o apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A obra junta depoimentos de quem viveu as histórias documentadas pelo Movimento. Desdobra casos nos quais os seus militantes ergueram os punhos contra os palácios do poder, desceram a cárceres e porões onde havia perseguidos, abriram covas para revelar a verdade dos massacrados, levaram famílias inteiras a atravessar fronteiras, caminharam e cantaram ao lado daqueles que saíam às ruas da América Latina pelo fim das ditaduras.

Assim, é de se perguntar sobre o tamanho deste Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Brasil que, de Porto Alegre, faz multiplicar a tarefa atual e permanente da defesa de vítimas de todo e qualquer tipo de arbítrio e violência?

O Movimento precisa ter o tamanho da solidariedade que salva vidas nas tempestades da intolerância. Na resposta, evoca O Guardador de Rebanhos, de Fernando Pessoa, que diz que sou do tamanho do que vejo e não, do tamanho da minha altura, considerando que a nossa única riqueza é ver.

Memórias da Resistência e da Solidariedade é um instrumento pela Verdade. É um grito por Justiça, mesmo que tardia, contra os algozes ainda impunes.

Afonso Licks
Conselheiro do MJDH

RECONHECIMENTOS

HOMENAGENS

A todos os lutadores sociais que entregaram suas vidas, ou parte delas, à luta intransigente dos valores e princípios da justiça social e da solidariedade, acreditando, sem claudicar, num “outro mundo possível” para seus filhos e as novas gerações

Ao companheiro Universindo Rodríguez Díaz. Sua humildade, simplicidade, generosidade e seu enorme afeto ficam como marcas qualitativas deste grande lutador social e historiador uruguaio.

DEDICATORIA

Aqueles que, com seu exemplo e valentia, nos ensinaram a trilhar os caminhos das utopias.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que acolheram, acreditaram e incentivaram de todas as formas a realização deste projeto. Agradecemos pela confiança depositada.

A todos os depoentes que, com extrema generosidade e prontidão, nos relataram as duras histórias de particular sofrimento na defesa de seus ideais e daqueles que foram: presos, torturados, sequestrados e desaparecidos, perseguidos e mortos pelas brutais ditaduras que semearam terror na nossa região.

À Comissão de Anistia, pelo apoio e a oportunidade oferecidos no marco do Projeto Marcas da Memória para desenvolver este Projeto. Não teria sido possível nosso trabalho sem a compressão desta iniciativa.

Ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos na pessoa de Jair Kruschke pela pronta aceitação à nossa proposta de revelar, por meio destes depoimentos, não somente a história de luta e resistência às ditaduras do Cone Sul, mas também da solidariedade com os perseguidos políticos da região, agenciando e viabilizando o exílio de forma a preservar suas vidas.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, instituição onde desenvolvem suas atividades de docência e pesquisa os autores desta obra.

A toda a equipe de pesquisa: Paula, Liana, Chico, que abraçaram o projeto com dedicação e competência. De maneira especial a Sílvia e Raquel, por sua entrega solidária até o encerramento deste projeto. Ananda Simões Fernandes por sua contribuição na revisão do texto.

A Marcelo Rest e a Graciela Karababikian que, além da relação profissional com o projeto, contribuíram sempre de forma generosa e permanente.

A Paulo H. Lange e a equipe do Caxiola da FABICO - UFRGS por sua colaboração com o projeto gráfico.

A todos àqueles que, de uma maneira anônima, colaboraram nesta caminhada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

CAPITULO I :CONE SUL: Resistência e solidariedade em tempos de ditaduras de segurança nacional.....21

1.1 Um projeto sobre práticas de resistência e de solidariedade coletiva	22
1.2 O Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a repressão regional	24
1.3 O Rio Grande do (Cone) Sul: experiências, trajetórias, irradiações e conexões	26
1.4 O Cone Sul das Ditaduras de Segurança Nacional e do terrorismo de Estado.....	29
1.5 O Cone Sul da solidariedade regional	29

CAPITULO II: DEPOIMENTOS NO BRASIL.....33

Depoimento 1 – Jair Krischke, Primeiro Depoimento.	34
Depoimento 2 – Jair Krischke - Segundo Depoimento.	49
Depoimento 3 – Inácio Spohr.....	65
Depoimento 4 – Carlos Alberto Koleckza.	82
Depoimento 5 – Viviane Isabel Matzenbacher.	93
Depoimento 6 – Mayari Cantoni.	110
Depoimento 7 – Omar Ferri.	117
Depoimento 8 – Augustino Veit.....	135
Depoimento 9 – Luiz Cláudio Cunha.	145
Depoimento 10 – Belisário dos Santos Junior.....	160
Depoimento 11 – Margarida Genevois.	171
Depoimento 12 – Jan Rocha.	182
Depoimento 13 – Armênia Nercessian de Oliveira.	198
Depoimento 14 – Cecília Pinto Pires.	203
Depoimento 39 - Miguel Palaoro.....	214

CAPÍTULO III : DEPOIMENTOS NO URUGUAI.229

Depoimento 15 – Universindo Rodríguez Díaz – Primeiro Depoimento.	230
Depoimento 16 – Belela Herrera.....	250
Depoimento 17 – Roger Rodríguez.	264
Depoimento 18 – Universindo Rodríguez Díaz – Segundo Depoimento.....	279
Depoimento 19 – Lilián Celiberti – Primeiro Depoimento.	290
Depoimento 20 – Luis Puig.....	296
Depoimento 21 – Camilo Casariego Celiberti.....	309
Depoimento 22 – Francesca Casariego Celiberti.....	320
Depoimento 23 – Lilián Celiberti – Segundo Depoimento.	325
Depoimento 24 – Lilián Celiberti – Terceiro Depoimento.	335
Depoimento 25 – Efraín Olivera Lerena.	344
Depoimento 26 – Óscar López Balestra.	356
Depoimento 27 – Sara Youtchak.	368
Depoimento 28 – Graciela Gulla de Benech.....	386

CAPÍTULO IV: DEPOIMENTOS NA ARGENTINA.....399

Depoimento 29 – Lilian Ruggia.	400
Depoimento 30 – Roberto Perdía.	415
Depoimento 31 – Adelina Dematti de Alaye – Primeiro Depoimento.....	428
Depoimento 32 – Miguel Ángel Osório.....	442
Depoimento 33 – Remo Carlotto.....	451
Depoimento 34 – Adelina Dematti de Alaye – Segundo Depoimento.	459
Depoimento 35 – Carlos Lafforgué.	475

Depoimento 36 – Flora de Castro Habegger.	488
Depoimento 37 – Andres Habegger.	507
Depoimento 38 – Claudia Allegrini.	522

CAPÍTULO V: ENTREVISTAS COM PESQUISADORES.549

Depoimento 40	550
(a) Enrique Serra Padrós.	550
(b) Jorge Eduardo Enríquez Vivar.	556
(c) Sílvia Simões.	559
Depoimento 41	566
(a) Ananda Simões Fernandes.	566
(b) Caroline Silveira Bauer.	573
(c) Marla Barbosa Assumpção.	579
(d) Ramiro Reis.	584

CAPÍTULO VI: TESTIMONIOS EN ESPAÑOL.....591

Depoimento 15 – Universindo Rodríguez Díaz – Primeiro Depoimento.	592
Depoimento 16 – Belela Herrera.	612
Depoimento 17 – Roger Rodriguez.	625
Depoimento 18 – Universindo Rodríguez Díaz – Segundo Depoimento.	640
Depoimento 19 – Lilián Celiberti – Primeiro Depoimento.	651
Depoimento 20 – Luis Puig.	657
Depoimento 21 – Camilo Casariego Celiberti.	670
Depoimento 22 – Francesca Casariego Celiberti.	681
Depoimento 23 – Lilián Celiberti – Segundo Depoimento.	689
Depoimento 24 – Lilián Celiberti – Terceiro Depoimento.	700
Depoimento 25 – Efraín Olivera Lerena.	700
Depoimento 26 – Óscar López Balestra.	711
Depoimento 27 – Sara Youtchak.	723
Depoimento 28 – Graciela Gulla de Benech.	741
Depoimento 29 – Lilian Ruggia.	753
Depoimento 30 – Roberto Perdía.	768
Depoimento 31 – Adelina Dematti de Alaye – Primeiro Depoimento.	781
Depoimento 32 – Miguel Ángel Osório.	794
Depoimento 33 – Remo Carlotto.	803
Depoimento 34 – Adelina Dematti de Alaye – Segundo Depoimento.	811
Depoimento 35 – Carlos Lafforgue.	826
Depoimento 36 – Flora de Castro Habegger.	839
Depoimento 37 – Andrés Habegger.	857
Depoimento 38 – Claudia Allegrini.	872

BIBLIOGRAFIA899

INTRODUÇÃO

Os processos de resistência aos mecanismos e estruturas de repressão em regimes autoritários, a exemplo do que aconteceu na região sul do continente da América Latina, está estritamente ligado à intensidade do grau de consciência, educação e de organização política que historicamente os povos constroem na consolidação de sociedades democráticas e livres.

Este projeto está focado na história de resistência e de solidariedade do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) do Rio Grande do Sul, durante o período das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1964-1990). O MJDH teve importante protagonismo na luta contra o terrorismo de Estado existente na região, durante esse período, através de dois tipos de ações vitais para a sobrevivência de cidadãos perseguidos no Brasil e nos países vizinhos, por causa de suas convicções políticas: a primeira, estabelecendo uma rede de solidariedade que permitiu retirar centenas de pessoas (inclusive famílias inteiras) que, nos seus respectivos países, estavam sendo ameaçadas ou eram reprimidas pelos regimes discricionários vigentes; a segunda, denunciando e atuando concretamente diante de casos inseridos dentro dos marcos da conexão repressiva regional e, de forma mais específica, da Operação Condor.

É importante lembrar que o Rio Grande do Sul foi um cenário muito singular quanto à atuação do sistema repressivo brasileiro. O fato de ser um estado fronteiriço permitiu que pelo seu território transitassem perseguidos políticos brasileiros que procuravam deslocar-se para o exterior, particularmente para se reunir com os círculos de exilados que, logo após o Golpe de 1964, estavam localizados no Uruguai e que, posteriormente, se deslocaram, em grande parte, para o Chile. A presença dessa comunidade de exilados, nos países do Cone Sul, tornou o estado gaúcho uma espécie de ponte de conexão entre a resistência interna e aquela organizada no exterior. Mas também podia ser percebido como um corredor entre dois cenários sensivelmente diferentes para as vítimas de perseguição: um cenário interno de muito perigo e insegurança, e outro, externo, onde era possível retomar um clima de relativa normalidade e segurança. Portanto, a história do Rio Grande do Sul durante a ditadura esteve muito marcada pelo fato de ser palco para a circulação dos pombos-correios de Leonel Brizola e de militantes de organizações armadas que entravam ou saíam do país, as rotas de fuga e os denominados “esquemas de fronteira”, que viabilizavam a retirada de pessoas com altíssimo risco de vida para ambos os lados.

Cabe salientar que, em decorrência dessa realidade, todos os municípios de fronteira do estado com os países vizinhos da Argentina e do Uruguai foram transformados em Área de Segurança Nacional, com a consequente intensificação da militarização e da ação repressiva dos órgãos de inteligência e de segurança da ditadura.

Esta dinâmica de fronteira sofreu uma mudança qualitativa a partir do momento em que a deterioração interna e o crescimento do autoritarismo nos países vizinhos produziram ditaduras assemelhadas à brasileira, quanto a concepções doutrinárias, vinculações externas e objetivas gerais. Tal fato implicou em que, desde esse momento, o Rio Grande do Sul, apesar das restrições existentes, passou a ser uma alternativa e rota de escape para cidadãos perseguidos nos países vizinhos (primeiro uruguaios, depois, argentinos).

A colaboração repressiva entre os serviços de informação e segurança da região é antiga. Começou a ser sedimentada após o golpe de Estado contra o presidente João Goulart. Na repressão à articulação da oposição exilada, o Brasil solicitou a colaboração dos governos dos países vizinhos, particularmente do uruguaio, para realizar tarefas de seguimento, controle, vigilância e espionagem de cidadãos brasileiros que estavam dentro do seu território. Seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional de combater o “inimigo interno” – estivesse ou não dentro do país –, a ditadura brasileira acolheu a diretriz das fronteiras ideológicas, em detrimento das fronteiras políticas reconhecidas e do respeito às soberanias nacionais. Ou seja, as fronteiras de outros países não poderiam ser barreira para impedir o combate aos “inimigos internos” organizados do outro lado dos limites territoriais nacionais. Em essência, surgiu assim a necessidade da colaboração repressiva regional (binacional ou tri nacional), que se aprofundou no transcorrer dos anos 1960 e início dos 1970. Com o advento das outras ditaduras no Cone Sul, essa conexão se desenvolveu de forma muito mais com-

pleta, complexa e eficiente adquirindo o formato daquilo que veio a ser conhecido como Operação Condor.

Foi neste contexto de repressão e medo, disseminado pela sociedade na forma de círculos concêntricos irradiados a partir da violência sofrida pelos alvos diretos, que se desenvolveu o trabalho do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, cuja atuação contribuiu para a retirada de centenas de perseguidos políticos do Cone Sul. Uma das suas principais missões foi a de viabilizar a obtenção de asilo às vítimas de perseguição política, as quais eram levadas a determinados países europeus, em estreita colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Também merece menção a constante tarefa de denunciar a repressão, prisão, e tortura de lideranças dos diferentes setores sociais, vítimas da violência do terrorismo de Estado vigente na região. Nesse sentido, apesar do clima generalizado de insegurança, censura e colaboração entre os regimes repressivos da região, o MDJH contribuiu para informar à imprensa e à opinião pública internacional o grave desrespeito dos direitos humanos que se produzia em todo o Cone Sul. Como amostra de tal situação podem ser citadas as gestões realizadas para conseguir que as Madres da Plaza de Mayo pudessem ser recebidas pelo Papa João Paulo II, quando da sua visita a Porto Alegre, em 1980. Da mesma forma, articulou uma audiência pública para que dezenas de familiares de vítimas da repressão uruguaia pudessem depor em Porto Alegre, em outubro de 1980, sobre o desaparecimento de seus entes queridos.

Considerando este rico histórico do MJDH, e diante da necessidade de possibilitar que as novas gerações conheçam este passado recente, emoldurado pelo autoritarismo e onde a articulação entre os serviços de inteligência, de segurança e as unidades executoras foi um dos seus rostos mais nefastos, o projeto propôs a conformação de um arquivo audiovisual e a publicação da presente obra, nos quais estejam registradas as memórias de sobreviventes da conexão repressiva existente no Cone Sul, entre 1964 e 1990, bem como de militantes que participaram da rede de resistência e solidariedade nucleada ao redor do MJDH. Pretende-se, com isso, contribuir no resgate de uma das faces menos conhecidas e mais perversas das Ditaduras de Segurança Nacional: a forma articulada como as ditaduras atuaram contra os opositores políticos da região. Tal temática ainda é muito pouco estudada no Brasil e, portanto, pouco conhecida do conjunto da população. Tendo em mente esta preocupação basilar, a proposta tem como objetivo central a produção de fontes orais para a pesquisa e para a divulgação geral, tanto sobre a lógica da coordenação repressiva, quanto sobre a formação e existência de uma rede de denúncia, proteção e solidariedade.

Assim, esta obra apresenta as transcrições de quarenta e um depoimentos de vítimas dos processos repressivos na região e, dos atores sociais solidários no resgate e apoio às vítimas das ditaduras que, de alguma forma, terminam constituindo as redes solidárias de apoio às vítimas das ditaduras na América Latina.

Antecede aos depoimentos, um capítulo narrativo que apresenta as coordenadas do processo de concepção, produção e execução do projeto “Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva”, realizado durante o ano de 2012 e cujos resultados ora apresentamos. Tal texto constitui uma espécie de guia para a compreensão da caminhada teórico-metodológica que norteou as diversas etapas constitutivas, bem como do suporte empírico-interpretativo que baliza o entendimento dos autores dentro de uma perspectiva de conjunto onde o regional e o local interagem complementando-se, contrapondo-se ou contrastando-se, mas que, em última instância, realçam as relações e fatores que conformam a malha da conexão repressiva regional e as tentativas de resisti-la.

CAPITULO I

**CONE SUL: Resistência e solidariedade em tempos
de ditaduras de segurança nacional**

1.1 UM PROJETO SOBRE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E DE SOLIDARIEDADE COLETIVA

Esta obra parte do reconhecimento da história de resistência e de solidariedade do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) do Rio Grande do Sul, durante o período das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1964-1990). O MJDH teve significativo protagonismo na luta contra o terrorismo de Estado existente na região, o durante esse período, principalmente através de dois tipos de ações vitais para a sobrevivência de cidadãos que, tanto no Brasil como nos países vizinhos, foram perseguidos por causa de suas convicções políticas: a primeira, contribuindo na conformação de uma rede de solidariedade que permitiu retirar da região, com ajuda de outras entidades, centenas de pessoas ameaçadas ou reprimidas pelos regimes discricionários vigentes (como, por exemplo, a Casa Padre Jorge, o ACNUR o SERPAJ – respectivamente entidades de atuação preponderantemente local, nacional ou regional); a segunda, denunciando e atuando concretamente diante de casos inseridos nos marcos da conexão repressiva regional e, de forma mais específica, da Operação Condor (entre outros, são emblemáticos os casos Celiberti-Rodríguez Díaz, Ruggia, Viñas e Habegger).

Considerando o rico histórico do MJDH, e diante da necessidade de possibilitar que as novas gerações conhecessem esse passado recente, emoldurado por um autoritarismo que teve na articulação dos serviços de inteligência, de segurança e das unidades executoras um dos seus rostos mais nefastos, o projeto se propôs conformar um arquivo áudio-visual constituído pelo registro das memórias de sobreviventes da conexão repressiva existente no Cone Sul entre 1964 e 1990, bem como de militantes que participaram da rede de resistência e solidariedade nucleada ao redor de entidades como o MJDH. Pretendeu-se, com isso, contribuir no resgate de uma das faces menos conhecidas e mais perversas das Ditaduras de Segurança Nacional: a forma articulada como elas atuaram contra os opositores políticos da região. Tal temática ainda é pouco estudada e conhecida. Tendo em mente esta preocupação basilar, a proposta sobre o resgate da formação e existência de uma rede de denúncia, proteção e solidariedade, visou à produção de fontes orais para a pesquisa e sua disponibilização para o conjunto da sociedade, dentro das diretrizes e dos postulados do “Direito à Memória e à Verdade”.

Durante os anos de 2009 e 2011, fruto de outros projetos, Arquivistas sem Fronteiras/Brasil realizou a organização do acervo documental do MJDH, dando-lhe sentido histórico e constituindo-o como um arquivo estruturado e de acordo com as normas para seu arranjo e descrição arquivística. A partir dessa tarefa e da análise e contextualização documental, realizou-se a avaliação de uma série de fatos que, de certa forma, norteou a escolha dos temas, trajetórias e estratégias de luta e sobrevivência que acabaram sendo registrados nos quarenta e um depoimentos transcritos das gravações em audiovisuais que compõem o conjunto desta obra. Através dessas escolhas, procurou-se apresentar uma amostra e visão panorâmica que exemplificasse o emaranhado de relatos de histórias, vivências, memórias e fatos que ajudam a recuperar o cotidiano repressivo e os efeitos produzidos, e a as modalidades de luta, resistência e sobrevivência de perseguidos políticos nos países do Cone Sul (embora muito mais centrado nos casos da Argentina, do Brasil e do Uruguai).

O arquivo de fontes orais produzido aponta para dois resgates fundamentais: de um lado, o de relatos que contribuem para dimensionar a conexão repressiva, o alcance das ameaças binacionais, o medo cotidiano, a sensação de desamparo e a percepção da existência de fronteiras que, dependendo da conjuntura, foram barreiras quase intransponíveis para quem tentava fugir, mas muito fluidas para a colaboração repressiva; de outro, o de ações de solidariedade que salvaram muitos perseguidos políticos, ou que tornaram público, através de denúncias em situações sempre de alto risco, o tratamento desumano sofrido pelos presos políticos da região. A diversidade nacional dos registros não impede o reconhecimento da existência de um pano de fundo comum (o Cone Sul das Ditaduras de Segurança Nacional), de uma dinâmica policial articulada (a conexão repressiva) e da atuação de redes de solidariedade, entre as quais a nucleada em volta do MJDH.

As memórias coletadas expressam uma diversidade e singularidade de situações muito pouco conhecidas, pois tanto as ações repressivas quanto aquelas de resistência e solidariedade tiveram, quase sempre, aspectos clandestinos. Nesse sentido, é inegável a riqueza de relatos que incidem sobre: a) a sobrevivência diante da conexão repressiva (seja binacional, pré-Condor ou Condor); b) a luta dos que procuraram vencer as barreiras do medo para denunciar o desaparecimento dos seus familiares ou as terríveis condições enfrentadas em situação de detenção; c) as formas veladas e

cotidianas de resistência; d) as ações de atuação solidária e a articulação de redes que protegessem os perseguidos políticos e seus familiares.

Os depoimentos coletados, além de resgatar histórias que integram as experiências de cidadãos argentinos, brasileiros e uruguaios, reafirmam dois entrecruzamentos temporais significativos e ainda vigentes. O primeiro, em um passado comum, no qual trajetórias individuais ou coletivas se reconheceram por semelhança e se aproximaram até encontrar um ponto de intersecção na rede de solidariedade que lhes deu acolhida. O outro, na atualidade, na luta comum, em toda a região, pelo resgate da história recente, pelos debates sobre responsabilidades dos crimes estatais e pela abertura dos arquivos, repressivos entre outras tantas questões que assinalam um presente de “explosão da memória” sobre esse passado que “não passa” enquanto as sociedades não olharem de frente para ele.

Como foi dito, o objetivo norteador do projeto foi o de coletar, organizar e registrar em suporte audiovisual, traduzir e transcrever depoimentos relacionados com a dinâmica de resistência e solidariedade de organizações fundamentadas na luta pelos direitos humanos na região, durante o contexto das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Apesar de o foco principal ser esse, acrescido da formação e atuação de uma rede de solidariedade para ajudar na fuga de perseguidos políticos, denunciar a violação de direitos humanos e as condições carcerárias em vigor na região, outros objetivos acabaram sendo incorporados ao conjunto do trabalho que são: 1) o resgate da luta do MJDH e das redes de solidariedade como resistência concreta contra os regimes repressivos e seus mecanismos desestruturadores e destrutivos; 2) o registro de depoimentos de protagonistas brasileiros, argentinos e uruguaios relacionados com a atuação do MJDH no contexto das Ditaduras e focados no âmbito da perseguição promovida pela conexão repressiva regional ou nas ações de solidariedade com aqueles; 3) a produção de material para a pesquisa, transformando memórias esparsas em fontes audiovisuais estruturadas como um todo organizado, com coerência interna e contextualizado; 4) trazer ao público informações sobre a articulação das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, sua dinâmica de atuação, e o cotidiano de medo gerado e disseminado de forma transfronteiriça; 5) o resgate das formas de resistência e colaboração solidária visando proteger os perseguidos políticos da região e os mecanismos utilizados para burlar as fronteiras repressivas (os rigorosos controles migratórios, a burocracia, as alfândegas e os controles de fronteira), obtenção de salvo-condutos, retirada de pessoas da região, etc.; 6) a confluência do voluntarismo político e dos esforços de determinados setores sociais e políticos que apontam para a consecução de objetivos expressos nas consignas da tríade “Verdade-Memória-Justiça” e do “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Finalmente, cabe mencionar as justificativas para este empreendimento. Elas se aglutinam em três dimensões específicas: histórica, política e pedagógica. Em primeiro lugar, a dimensão histórica está implícita no resgate de memórias de dois tipos de protagonistas que, em um cenário de interdição da democracia e dos mecanismos de salvaguarda constitucionais, sofreram diretamente a aplicação de políticas estatais repressivas, mas que se organizaram para constituir um instrumento de resistência, ajuda e solidariedade aos anteriores – fica subentendido aqui que a ação consciente, individual ou coletiva, de tentar ajudar alguém perseguido pela violência estatal, já é uma forma concreta de resistência. A transformação dessas memórias esparsas em uma unidade coerente mediante a organização e estruturação de um arquivo sobre a conexão repressiva e a resistência a ela está revestido de um valioso objetivo científico: a produção de fontes para a pesquisa histórica. Desta forma, tais memórias se constituem em matéria-prima essencial para a recuperação da história do passado recente do Brasil e dos países vizinhos, integrando-se ao patrimônio histórico de cada um desses países e, simultaneamente, ao patrimônio histórico e político comum de toda a região.

Em segundo lugar se manifesta a dimensão política, contemplada pelo tipo de informação coletada. A partir do conjunto de relatos obtidos é possível compreender o cotidiano das ditaduras, as diversas formas de perseguição aplicadas, a ausência de proteção estatal, a articulação dos governos de segurança nacional, as responsabilidades de funcionários públicos e de estruturas estatais que, em vez de proteger seus cidadãos, os perseguiram por motivações políticas. Tais depoimentos, pensados no seu conjunto, estimulam reflexões sobre o sentido de conceitos e categorias como democracia, autoritarismo, direitos humanos, justiça, cidadania, crimes de Lesa humanidade, etc.. Ou seja, a dimensão política deste arquivo é de importância fundamental para aprofundar uma percepção cidadã sobre o papel das instituições, dos protagonistas sociais e da (in)tolerância política; quer

dizer, a possibilidade concreta de qualificar e aprofundar a consciência cidadã atualmente existente, e reafirmar os valores essenciais da democracia, da ética e da participação política da sociedade na realidade em que está inserida.

Finalmente, em terceiro lugar, está a dimensão pedagógica, a qual é verificável através de uma tarefa essencial que faz parte das “políticas de memória” das sociedades que querem recuperar suas experiências traumáticas e que, muitas vezes, como no caso brasileiro, sofreram prolongado silêncio institucional e conseqüente efeito anestésico projetado sobre o conjunto da população. Sendo assim, a criação e publicização de arquivos de fontes orais que registram a memória e vivência dos coetâneos ao passado interdito, conflui com outros esforços que, desde diversos setores da sociedade ou do Estado, apontam para uma ação concreta de contraposição a um dos objetivos estratégicos mais desejados pelos responsáveis e apoiadores das Ditaduras de Segurança Nacional: a desconexão entre as gerações que viveram e sofreram os regimes autoritários e as que vieram depois. Tal desconexão tem-se expressado, muitas vezes, no desconhecimento generalizado das novas gerações sobre esse passado recente ou na precária utilização de uma informação que não ultrapassa um senso comum que atesta um grau perturbador de desconhecimento ou banalização dos eventos. Pode-se afirmar, sem temor a parecer exagerado, que tal situação é o resultado da aplicação de “políticas de desmemória” ou daquilo que chamamos “esquecimento induzido”. Esse foi alimentado por todo um conjunto de iniciativas e medidas, como a difusão de informações ambíguas, o tergiversamento sobre os fatos acontecidos, a imprecisão no uso de conceitos apropriados, a relativização da violência irradiada contra a população em geral, o apagamento das responsabilidades pelos crimes estatais cometidos, a insistência com a premissa de que houve uma “guerra” no país (“teoria dos dois demônios”), ou de que a ditadura brasileira foi incomparavelmente menos opressiva que a dos países vizinhos (“tese da ditabranda”). Diante dessas constatações, os esforços pela reconstituição da ponte generacional se mostram de suma importância para que cada sociedade nacional, e a sociedade do Cone Sul como um todo (remarcando o caráter regional da integração repressiva do período), incorpore nos seus traços identitários de nação, as experiências dessas gerações anteriores, seus valores, trajetórias, diversidades políticas, contradições, desafios, horizonte de expectativas, etc. Recuperar as experiências daqueles que tiveram sua história e sua trajetória apagada é, assim, de fundamental valia para que as gerações mais novas se apropriem coletivamente das mesmas, e para que o aprendizado resultante seja incorporado ao conjunto de instrumentos que uma sociedade deve ter para proteger-se ou fazer opções, de forma consciente e autônoma, em períodos conturbados.

1.2 O MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E A REPRESSÃO REGIONAL

A dinâmica de atuação do MJDH é a expressão da superposição de dois conjuntos de ações que, de forma geral, englobam os casos dos que participou. Efetivamente, dessa diversidade e singularidade de situações pouco conhecidas, inclusive pelo perfil clandestino e sigiloso das mesmas, resultam lógicas de atuação dentro da dimensão maior da resistência e da solidariedade. Por ser parte de uma rede de trânsito clandestino de informação proibida (tanto do interior para o exterior da região, quanto no fluxo inverso), colaborou estrategicamente ao garantir a ligação das resistências internas com as oposições organizadas nos exílios; o mesmo se pode dizer quando, em situações mais duras, serviu como canal de denúncia extra-regional.

O MJDH ganhou notoriedade, sobretudo, a partir dos desdobramentos do sequestro no formato condor ocorrido em Porto Alegre (1978), do qual foram vítimas Lilián Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodríguez Díaz. Esse fato, seminal na história da organização, também propiciou destacado protagonismo ao jornalista Luiz Cláudio Cunha e ao advogado Omar Ferri. O “seqüestro de Porto Alegre” acabou intensificando os laços de solidariedade com a sociedade uruguaia reprimida - a realidade uruguaia foi objeto de constante denúncia do MJDH e da sua discreta e corajosa rede de contatos nos meios de informação locais, nacionais e internacionais. Cabe mencionar que, nesse momento, a imprensa brasileira vivia um momento diferente em comparação com seus similares platinos no que se refere à censura e outras formas de controle; por isso, parte dela ecoou, com certa cautela, tais denúncias, propiciando a distribuição de informação para fora da região.

Outro tipo de contribuição que organizações como o MJDH ou o Clamor ofereceram, foi dar voz a àqueles inúmeros familiares que, vencendo as barreiras do medo, buscavam informações sobre seus familiares detidos ou desaparecidos, ou que tratavam de denunciar as duríssimas condições

do sistema carcerário uruguaio. Dentro desta modalidade de atuação, deve registrar-se a denúncia internacional apresentada por mais de uma dezena de cidadãos orientais em Porto Alegre, em outubro de 1980, em um ato público articulado pelo MJDH diante de representantes do SIJAU e da OAB. Desse ato participaram, entre outros familiares, as emblemáticas María Ester Islas de Gatti e Tota Quinteros. Conectada com o Movimento, embora não exclusivamente, a resistência uruguaia tinha em Porto Alegre um forte canal de difusão. O mesmo destino, quando de comum acordo, tinham as cartas escritas pelos próprios denunciadores que, muitas vezes, sem outra pista que um telefone ou um endereço passados por algum companheiro, chegavam ao MJDH com um simples pedido de ajuda.

Pouco a pouco, o MJDH incorporou, no seu cotidiano de denúncia contra os regimes autoritários e de colaboração com as vítimas de perseguição política, a preocupação em como “retirar” pessoas da região. Esta foi uma demanda também enfrentada em caráter de urgência por entidades como Clamor, Cáritas ou a Comissão Justiça e Paz. Nesse contexto de repressão e medo e retrocessos repressivos no Brasil, se desenvolveu um trabalho que permitiu a saída, em poucos anos, de centenas de perseguidos políticos e suas famílias, do Cone Sul. O ACNUR desempenhou papel central, contando com a parceria de entidades como as citadas. A urgência da luta pela sobrevivência impôs uma árdua e delicada missão de viabilizar a obtenção de asilo para as vítimas da perseguição política. Um dos exemplos mais emblemáticos e complexos, nesse sentido, foi o operativo armado para a fuga do biofísico uruguaio Claudio Benech, preso no seu país. Junto com a sua esposa e os filhos mais velhos fugiu do Uruguai em 1º de janeiro de 1981. Uma infra-estrutura solidária permitiu-lhe viver no Brasil durante muitos meses, até sair definitivamente da região.

Uma dimensão mais conhecida sobre a atuação do MJDH é a concernente a vários casos que possuem relação direta ou indireta com a Operação Condor. Além do citado caso Celiberti-Rodríguez Díaz, houve o caso da espionagem ao líder da oposição uruguaia, o ex-senador uruguaio Wilson Ferreira Aldunate - quando este, ainda exilado, participou de um evento político organizado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, aproveitando para fazer contatos políticos com dezenas de militantes provenientes de todos os pontos cardeais do Uruguai -, e os esforços para tornar público e dar inteligibilidade aos casos de cidadãos argentinos desaparecidos em território brasileiro.

Em tempos democráticos, o Movimento continua acompanhando casos relacionados com a ação do Condor e nos últimos anos tem-se envolvido nos debates sobre as hipotéticas causas da morte do ex-presidente João Goulart. Da mesma forma, denunciou a presença do repressor uruguaio Manuel Cordero em território brasileiro, depois que este fosse considerado fugitivo pela justiça uruguaia. O Movimento fez um permanente monitoramento da estadia do repressor em Santana do Livramento, cidade geminada à uruguaia Rivera, e participou ativamente, divulgando informação junto à população e às autoridades competentes sobre os crimes de que era acusado Cordero, tanto no Uruguai quanto na Argentina, onde atuara como um dos principais oficiais do esquema condor. Na atualidade, mesmo com Cordero extraditado à Argentina, o MJDH acompanha os passos do processo em andamento, contribuindo com informação sempre que solicitado.

Como já foi referido anteriormente, o acontecimento que melhor ilustrou a história do MJDH com a luta de resistência e denúncia ante as ditaduras de segurança nacional e de solidariedade com suas vítimas, foi o concernente àquele que ficou conhecido como “seqüestro dos uruguaio em Porto Alegre,” ou “caso Celiberti-Rodríguez Díaz”, o caso Condor mais evidente no Brasil, e que virou um marco na luta interna do país pela recuperação das liberdades e da democracia. Uma vez tornado público o fato, o Movimento se integrou à exigência de esclarecimentos sobre o ocorrido, somando forças com o intuito de investigar e cobrar responsabilidades. Na pessoa de Jair Krischke e principalmente do advogado Omar Ferri, representou uma peça fundamental no emaranhado de situações que se desenvolveu a seguir; da mesma forma, a acolhida que deram a Lilia Terron Rosas Celiberti, mãe de Lilián Celiberti, que, conhecedora da lógica repressiva que se havia desatado contra o *Partido por la Victoria del Pueblo* na Argentina (a organização política dos sequestrados), abalou Porto Alegre com o clamor desgarrador de “Entreguem meus netos, pelo menos!”¹.

A complexidade deste caso desvelou, na prática, o funcionamento da colaboração entre os governos, a metodologia de atuação dos comandos Condor, a porosidade das fronteiras ante a atuação repressiva, a compreensão do que significava “combater o inimigo interno” e “defender as

1 FERRI, Omar. Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 45.

fronteiras ideológicas”. O MJDH teve papel relevante nos desdobramentos posteriores vinculados a esse acontecimento (o desmonte da “farsa de Bagé”, a denúncia realizada pelo ex-agente repressor Hugo García Rivas, etc.). E quando Lilián e Universindo recuperaram sua liberdade, foi o Movimento quem os representou em ação publicamente contra o Estado gaúcho.

1.3 O RIO GRANDE DO (CONE) SUL: EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS, IRRADIAÇÕES E CONEXÕES

A atuação do MJDH teve como epicentro geográfico o território do Estado do Rio Grande do Sul. A compreensão do significado dessa atuação está diretamente vinculada à localização desse espaço a partir de uma perspectiva que não pode ser nacionalmente limitada, mas que precisa ampliar a uma dimensão regional (Cone Sul).

O Rio Grande do Sul se constituiu, desde o início da sua existência, como ponta de lança do império brasileiro e os Estados platinos. O fato de possuir simultaneamente fronteira com Argentina e Uruguai deu a esse estado uma configuração e um protagonismo político-estratégico muito particular, especialmente diante de processos e contextos de tensão ou de aproximação entre o Brasil e os países citados.

Características físicas, humanas e culturais comuns ou aproximadas - o pampa interminável, uma natureza razoavelmente assemelhada e diversos aspectos sócios-culturais que se entrecruzam ao longo da história -, estimularam a confluência de inúmeras interações individuais e coletivas ambientadas nos longos anos de chumbo que assolaram a região. Sendo assim, não é nenhum exagero considerar a existência de um Rio Grande do (Cone) Sul. Nem a língua, fator razoavelmente restritivo, foi barreira intransponível para a constituição de santuários para a proteção, recuperação e re-estruturação das organizações perseguidas, ou simplesmente para servir de base, ponto de passagem ou trampolim para sair da região rumo a latitudes mais distantes e seguras.

O fato de ser um estado fronteiriço permitiu que pelo seu território transitassem, desde 1964, perseguidos políticos brasileiros que procuravam deslocar-se para o exterior, particularmente para reunir-se com os círculos de exilados que, logo após o Golpe de Estado, se localizaram no Uruguai (e posteriormente se deslocaram, em grande parte, para o Chile). A presença dessa comunidade de exilados nos países do Cone Sul, tornou o espaço gaúcho uma espécie de ponte de conexão entre a resistência interna e aquela organizada no exterior (“pombos-correios”, “esquema de fronteira”, etc.). Mas também foi percebido como um corredor entre dois cenários sensivelmente diferentes para as vítimas de perseguição: um cenário interno de muito perigo e insegurança; e outro, externo, onde era possível retomar um clima de relativa normalidade e segurança.

A partir de meados da década de sessenta a situação se tornou mais complexa, com a radicalização da dinâmica política nos países vizinhos, consequência da deterioração interna e o crescimento do autoritarismo que levaram a golpes de Estado, imposição de regimes ditatoriais e terrorismo de Estado. Foi nesse contexto que ativistas políticos de outros países da região (Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) também passaram a usar o território do Rio Grande do Sul como santuário ou local de entrada/saída dos seus respectivos países. Com a imposição da ditadura das Juntas Militares na Argentina, em 1976, se fechou o cerco na região, tornando-a um “oceano inóspito e hostil” marcado pela aplicação das diretrizes da Doutrina e Segurança Nacional contra todas as organizações revolucionárias, reformistas ou questionadoras do sistema vigente. A expansão da espiral da violência estatal pelo Cone Sul fez com que o Brasil - e o Rio Grande do Sul como território mais próximo -, apesar das restrições concretas ainda existentes, passasse a ser, nos anos setenta, para muitos cidadãos chilenos, paraguaios e, sobretudo, uruguaios e argentinos, um porto seguro ou rota de escape dos cenários de devastação vividos nos seus países.

Foi nesse contexto de maior fechamento político regional que, apesar das dificuldades enfrentadas, muitos perseguidos políticos receberam ajuda concreta de grupos e organizações que, dentro de limites muito restritos de atuação, tentaram colaborar e proteger àqueles que procuravam solidariedade. Mas enquanto isso ocorria, os serviços de inteligência e de segurança dos aparatos repressivos regionais também agiam sobre esse cenário, desencadeando ações de controle, vigilância, perseguição interna e colaborando ostensivamente entre si, agindo articuladamente em ações operativas contra todas aquelas pessoas identificadas como “subversivas”, independente da nacionalidade das mesmas. Cabe salientar que no Rio Grande do Sul, em função dessa lógica securitista, todos os municípios de fronteira com a Argentina e o Uruguai foram transformados em Áreas de

Segurança Nacional, com a conseqüente intensificação e redobramento da militarização e da ação repressiva dos órgãos de inteligência e segurança da ditadura brasileira.

1.4 O CONE SUL DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E DO TERRORISMO DE ESTADO²

No final dos anos cinquenta, no cenário da Guerra Fria, a América Latina sofreu dois processos que a abalaram profundamente. Em primeiro lugar, a crise estrutural resultante do esgotamento de modelos econômicos, do fim dos saldos comerciais acumulados durante a Segunda Guerra, dos custos da terceira revolução industrial e da drenagem de riquezas realizada por grupos estrangeiros. Em segundo lugar, a Revolução Cubana e a construção de um poder popular e socialista no continente, exemplo para a luta antiimperialista na região. Assim, a imposição dos efeitos da deterioração econômica sobre os setores populares, bem como a agitação decorrente de mobilizações internas, demandas de mudança, radicalização política, endurecimento dos setores conservadores e efervescência estudantil, foram expressões de deterioração democrática acompanhada por uma presença estatal cada vez mais coercitiva diante da necessidade de conter a crescente insatisfação social.

A combinação dos efeitos desses dois processos levaram os Estados Unidos (EUA) a reavaliar a nova situação e os aliados necessários para conter tamanho perigo, além de lançar uma feroz ofensiva de encontro a qualquer ameaça contra seus interesses e dos setores dominantes locais, através de mecanismos tanto legais, nos marcos do capitalismo, quanto de violência organizada. Na prática, os EUA passaram a implementar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³, ancorados no entendimento de que qualquer intimidação comunista na América Latina atingia-os; ou seja, a segurança interna dos diversos países da região passava a ser, também, preocupação estadunidense. Nesse sentido, a compreensão da proposição da coordenação repressiva entre regimes semelhantes como os das Ditaduras de Segurança Nacional deve estar alicerçada no emaranhado de três eixos pontuais: a vinculação histórica entre os setores dominantes locais e os países centrais; os interesses dos EUA na região e sua ascendência doutrinária sobre os exércitos nacionais; a multiplicação de focos de contestação e a irrupção de governos de esquerda e centro-esquerda e o conseqüente temor de uma cubanização da América Latina.

O golpe de 1964, no Brasil, de certa forma inicia, qualitativamente, a imposição dos regimes securitistas na região. Além de reverter o processo de reformas em andamento durante a gestão Goulart, o Brasil teve significativo protagonismo na expansão da onda contra-insurgente por todo o continente, particularmente no Cone Sul - inclusive tornando-se laboratório de práticas repressivas e foco disseminador das mesmas. Depois dele (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e novamente Argentina (1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional que estabeleceram como principais eixos um anticomunismo militante, a identificação de um flexível conceito de inimigo interno, a execução da guerra interna (contra-insurreição), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas. Evidentemente que cada caso teve as suas especificidades na definição do inimigo prioritário e na organização das estratégias de repressão, porém, o marco geral de tais experiências, as diretrizes globais e a lógica de desenvolvimento foram comuns.

A DSN assumiu um papel destacado (mas não exclusivo) na estruturação desses regimes. As Forças Armadas funcionaram como ordenadoras do sistema social diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, além de serem a garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do “perigo comunista”. A DSN, ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um “estado de guerra permanente” contra o suposto e difuso “inimigo interno”. Embora os defensores da doutrina proclamassem agir em defesa da democracia, consideravam, no fundo, que tais regimes eram fonte geradora de desordens, por permitir manifestações dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser protegida através de todos os meios disponíveis. Assim, a liquidação dos projetos de mudança social existentes antes dos golpes de Estado, e o disciplinamento da força de trabalho, em particular, e da

²O texto de este item foi organizado a partir dos seguintes artigos de autoria de Enrique Serra Padrós: □ *Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional*. □ In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15-22; □ *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional*. □ *História e Luta de Classes*, nº 4, julho 2007. p. 43-49.

³A ameaça comunista no interior de cada país apontava para a existência de um inimigo interno que devia ser eliminado através dos métodos da guerra suja, como já haviam sido experimentados pela França, na Argélia, e pelos EUA, no Vietnã (Operação Fênix).

sociedade, em geral, fatores de atração de capital internacional, foram escamoteados no discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental. A responsabilização do setor político pela crise existente servia de argumento a favor do novo papel que deviam assumir as Forças Armadas para a realização dos objetivos nacionais que estavam, em tese, acima de interesses particulares de qualquer tipo (de classe, partidários, religiosos, etc.). A proteção da propriedade privada e dos interesses capitalistas foi associada como inerente ao modo de vida das sociedades latino-americanas, devidamente inseridas no campo da denominada civilização ocidental, democrática e cristã.

A aplicação das premissas da DSN destruiu as bases da democracia representativa com restrições totais ou parciais sobre os outros poderes, a interdição dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda oposição. O cenário da “guerra interna” anunciada pelos setores golpistas extrapolou as ruas, as fábricas ou as universidades. Assim, a violência estatal se projetou duramente contra um inimigo hipotético, mutável, infiltrado no conjunto da sociedade, utilizado permanentemente como justificativa para uma atitude de alerta constante por parte do Estado, que escondeu, na prática, um clima de ameaça contínua sobre toda a sociedade.

Os regimes resultantes dessa brutal intervenção antidemocrática defenderam, de forma geral - cada um segundo seus interesses pontuais e com algumas diferenças que os estudos de caso precisam distinguir -, a desmobilização e despolitização da sociedade, bem como impuseram programas de desnacionalização econômica, privatizações e concentração da riqueza. Sua consolidação implicou na criação de um novo modelo social construído a partir de uma política de terror exercida desde o Estado e de uma cultura de medo projetada sobre o conjunto da sociedade, procurando atingir até os comportamentos mais cotidianos de convivência. As estratégias para tanto fizeram parte de um plano sistemático e bem organizado de violação política, física, psicológica, massiva e sistemática dos direitos humanos.

Para enfrentar a “subversão”, as ditaduras desencadearam ações repressivas inéditas; seu maior refinamento foi a aplicação da metodologia da seqüência seqüestro-detenção ilegal-tortura-extermínio-desaparecimento. As práticas repressivas utilizadas impediam a aplicação de dispositivos legais de defesa, e estavam alicerçadas na certeza da impunidade e do esquecimento futuro. Com tal metodologia, a repressão garantia máxima eficiência com um mínimo de responsabilidade. Não sendo reconhecida a detenção do prisioneiro, este ficava totalmente à mercê dos seqüestradores; depois, era só uma questão de apagar os vestígios da detenção, do assassinato e dos restos mortais da vítima.

Independente das nuances de cada caso nacional, a lógica violenta dessa máquina repressiva ecoa nas palavras proferidas por ilustres responsáveis desses regimes discricionários. É o caso do general Videla, que sentenciara, antes do golpe na Argentina, em uma reunião de militares da região que: “Se for preciso, na Argentina vão morrer tantas pessoas quantas forem necessárias para que se alcance a paz no país.”⁴ Já o brasileiro Geisel afirmou: “[...] esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.”⁵ Ou então, nas palavras do eminente Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, ao sugerir aos militares argentinos: “[...] Si van a matar, maten, pero háganlo rápido.”⁶

Por detrás dessa lógica e com a justificativa de ganhar tempo e informação, a tortura virou marca registrada. Para destruir a “subversão” (trabalhadores, estudantes, jornalistas, guerrilheiros, enfim, qualquer um que discordasse da ordem autoritária), impingiu-se o silêncio, a delação, a ocultação, a cumplicidade, a cooperação, a denúncia e o adesismo. Ao desempenhar a sua função pedagógica, o terrorismo de Estado semeou insegurança, imobilismo e desesperança, esperando colher a cultura do medo. Finalmente, como se tudo isso não bastasse, as ditaduras desenvolveram esquemas de colaboração efetiva dos quais o mais sofisticado e destrutivo foi o pacto clandestino que assumiu a terrível figura do vôo do Condor.

A marca mais explícita e extremada das Ditaduras de Segurança Nacional foi o terrorismo de Estado (TDE), sistema de dominação e disciplinamento aplicado de acordo às necessidades dos promotores dos golpes de Estado do período. Uma administração implementa o TDE quando poten-

4 DINGES, John. *Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

5 GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 324.

6 SOANE, María; MULEIRO, Vicente. *El Dictador*. La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla. Buenos Aires: Sudamericana, 2001. p. 244.

cializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão à sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo, extensivo e intensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil. No caso das ditaduras latino-americanas, o TDE foi o atalho repressivo que permitiu acelerar a superação dos seguintes desafios: primeiro, a eliminação dos focos considerados mais ameaçadores, os “inimigos internos” associados com a sedição ou a subversão; segundo, o enquadramento geral da população, inclusive o setor considerado mais refratário ao novo padrão de comportamento político desejado e à obediência às diretrizes dos setores que assumiram o controle do poder; terceiro, a moldagem das instituições a fim de obter, mediante cooptação, obediência voluntária e adesista a partir de uma refundação nacional segundo os princípios norteadores da DSN.

Enquanto sistema de dominação mais amplo, o TDE se expressou na forma de intervenção, reconversão ou proibição das instituições que constituíam os aparatos estatais anteriores aos golpes de Estado que instalaram as ditaduras. A política de reestruturação da administração pública se combinou com um sistema sofisticado de depuração que mesclou antigas fórmulas com outras inovadoras, criativas e originais. Por exemplo, a intervenção da ditadura no campo da cultura acarretou a perda da criatividade vital e a imposição de um clima pesadoso que contrastou com um clima anterior de efervescência cultural. O oportunismo, o adesismo e o oficialismo, marcas dos novos tempos, foram formas de ascensão e de reconhecimento institucional, sintomas de uma decomposição cultural que se aprofundou sob o impulso da contra-insurgência e do disciplinamento do comportamento social. Censura e autocensura foram registros dessa sociedade, e a combinação de medidas essencialmente repressivas com outras de asfixia econômica se mostraram sensivelmente eficientes no fechamento de empresas jornalísticas e editoriais de perfil opositor. Já na área do ensino, ocorreu a combinação de repressão, disciplina e controle, atingindo, nos diversos estabelecimentos, todos os aspectos das atividades inerentes aos mesmos (destituições massivas, expurgos, aposentadorias compulsórias, abandonos de cargo e prisões de professores e de alunos).

A população foi vítima, de forma geral, da interrupção da vida democrática e do cancelamento dos direitos políticos e civis. Na sua dinâmica de funcionamento, o TDE atingiu tanto alvos selecionados quanto aleatórios, o que se explica pela flexibilidade do uso da figura do “inimigo interno”, que podia ser tanto alguém de perfil bem definido como um alvo indicado por critérios tão genéricos e imprecisos que qualquer indivíduo poderia acabar exposto. Diante dessa imprecisão, praticamente toda a população virava alvo potencial, o que aumentava seu desconcerto, situação esta almejada pelo TDE. A amplitude multidimensional dessa incerteza perturbou as situações mais cotidianas dos cidadãos, ao alterar pautas de conduta social e tornar rotineiras as formas de controle, naturalizando-as e disseminando-as tanto na dimensão pública do exercício da cidadania quanto no âmbito privado.

A paralisia da oposição pelo medo e pelo silêncio gerou, de forma significativa, uma “cultura do medo”, onde as pessoas introjetaram sentimentos de culpa, procuraram formas de escapismo e abandonaram ações de solidariedade. Em nome da sobrevivência cotidiana, em tempos de medo e de repressão, fomentaram-se a cautela, o silêncio e a introspecção. O caráter clandestino do sistema repressivo, sem dúvida, contribuiu para neutralizar respostas imediatas da sociedade política e civil, aumentando o efeito psicológico da violência estatal ao torná-la anônima e onipresente e preservando o governo das denúncias que lhe foram imputadas sobre a violação dos direitos humanos. A percepção dessa repressão gerou, nos atingidos, a sensação de abandono diante de uma situação marcada pela perda de solidariedade e forte presença da impunidade e da injustiça, o que multiplicou, ainda mais, a insegurança e a atmosfera de medo geradores de inércia e de imobilismo. De fato, os cidadãos que se sentiram indiretamente ameaçados foram alvo particular da aplicação da “pedagogia do medo”, pré-condição para a incapacidade de ação e o estabelecimento de uma “cultura do medo”.

1.5 O CONE SUL DA SOLIDARIEDADE REGIONAL

A rede através da qual agiu o MJDH, permitiu romper fronteiras, articulações estatais restritivas e a indiferença de amplos setores populacionais das sociedades atingidas. Entidades de direitos humanos, associações de familiares de desaparecidos políticos, associações sindicais, organizações políticas (legais ou clandestinas), grupos religiosos, determinados organismos internacionais, indiví-

duos por conta própria, etc., contribuíram nessa luta de base universal. Junto com organizações e entidades como ACNUR, OAB, SERPAJ, Comissão Justiça e Paz, CLAMOR, Anistia Internacional, Casa Padre Jorge, SERPAJ, Madres de Plaza de Mayo, entre tantas outras, o Movimento colaborou na denúncia dos crimes perpetrados pelas ditaduras da região e na retirada de militantes perseguidos. Essas iniciativas de resistência, solidariedade e denúncia acabaram conformando, a partir da práxis concreta em um cenário tão fechado e atemorizador, uma rede informal constituída por organizações que, dependendo das circunstâncias, agiram tanto publicamente quanto de forma clandestina.

O acesso a fontes de informação precisa, checada, relativamente segura e a possibilidade de rápida capacidade de intervenção foram fatores fundamentais na construção das relações de parceria, confiança, solidariedade e reciprocidade que foram se estabelecendo entre as organizações que começaram a se perceber como vinculadas com o compromisso da defesa dos direitos humanos. Foi assim que essas organizações tiveram que agir mediante dinâmicas e estratégias de atuação e movimentação que não foram homogêneas nem padronizadas – fato quase impossível de ocorrer diante da eficiência dos serviços de inteligência da região; pelo contrário, ousadia e criatividade, combinadas com doses de sorte, foram fatores essenciais, embora sempre emoldurados em consistente base de planejamento. O que entrelaçou essas organizações foi o entendimento de que existia um conjunto de valores, objetivos e projetos comuns que identificavam e definiam as parcerias.⁷ Simultaneamente, em contraposição, essa compreensão também permitiu identificar as forças hostis a essa atuação, e que, direta ou indiretamente, se relacionavam ou faziam parte do estado repressivo e do terrorismo de Estado.

A procura de parcerias foi decorrência da magnitude do desafio a enfrentar - em um contexto repressivo destacado pela ausência de regras e instituições estatais às quais recorrer – bem como pela percepção de que o trabalho coletivo teria maiores chances de sucesso. Diante disso, a otimização das ações foi prioridade; assim se entende o esforço em reverberar eventos que, de alguma forma, pudessem comover a sociedade, permitindo a consecução de resultados positivos onde o que estava em jogo, muitas vezes, era a própria sobrevivência dos perseguidos.⁸

Entre as características da rede informal que foi se estabelecendo na dinâmica da luta de resistência e na acolhida aos perseguidos de diferentes latitudes, merece especial destaque a fluidez da mesma, especialmente no que se refere à circulação de informação (e suas formas de aferição), mensagens cifradas e códigos, relação de listas de contato e locais protegidos. Além disso, mesmo em conjunturas mais restritivas, objetivou-se a necessidade de garantir a manutenção dessa fluidez, mesmo incorrendo na diminuição dos seus fluxos e da sua intensidade e velocidade. O fundamental era deixar o canal aberto, mesmo que, em certas circunstâncias, parecesse abandonado.

Concomitantemente, o trabalho das organizações de direitos humanos que tomaram a iniciativa de agir em defesa dos perseguidos políticos desencadeou uma práxis conseqüente que, em algumas situações, extrapolou os limites do risco da sobrevivência das organizações e dos ativistas. Isso porque não ficou restrito à circulação de informações, mas se pautou pela ação, cumprindo com a premissa apontada por Milton Santos⁹. Na prática, a opção pela ação resultou da combinação da iniciativa dos ativistas com as urgências geradas pela gravidade da situação dos direitos humanos na região ante as práticas generalizadas de tortura, encarceramento sem garantias, sequestro, desaparecimento e execução de pessoas.

Outro elemento a considerar é a dimensão da territorialidade da articulação e conexão da rede constituída. Essa constatação permite avaliar o alcance de uma interação que se manifesta em escala, vinculando protagonistas locais, regionais, nacionais e transnacionais. A potencialização do alcance dessa atuação foi fundamental, como resposta à imposição da conexão repressiva regional e especificidades repressivas coordenadas, como no caso da Operação Condor. Consequentemente, o estabelecimento desses fluxos de solidariedade no espaço regional aprofundou e amplificou complexas relações essenciais para enfrentar os perversos efeitos da imposição do medo como prática cotidiana anestesiadora, tanto considerando o interior de cada um dos países da região, quanto considerando todos eles em conjunto. Isto coincide com a ideia de que a rede pode ser entendida

7 SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. p. 113.

8 FRAGA, Guilherme Barboza. A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às Ditaduras do Cone Sul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso, 86 p.

9 SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

como “um espaço por onde se transita, emitindo, recebendo informações ou fazendo-as circular.”¹⁰ No caso concreto da dinâmica do cenário das Ditaduras de Segurança Nacional deve-se acrescentar que, além do citado trânsito de informação, houve o vital trânsito das próprias pessoas que era necessário salvar (alvos diretos e de suas famílias, pois estas, através da chantagem, eram usadas como iscas ou reféns).

O desenho dessa rede protetora permite visualizar os pontos nodais de sustentação das principais organizações no interior de cada país, mas também aquelas que tiveram uma interfase marcadamente extrafronteiriça (exemplificando nos casos do CLAMOR e do MJDH). Da mesma forma, a intensidade dos fluxos de intercâmbio possibilita hierarquizar protagonismos primários ou secundários (embora isso dependa de cada contexto pontual). Nesse sentido, por exemplo, a Arquidiocese de São Paulo desempenhou um papel central que não só extrapolou os limites nacionais, como teve na figura maiúscula de dom Paulo Evaristo Arns, um grande “guarda-chuva” ou “manto protetor” sobre cuja proteção se colocaram tanto organizações diversas que agiram dentro da lógica solidária como coletivos de exilados (legalizados ou não).

Os setores militares e civis vinculados aos regimes ditatoriais tentaram e conseguiram negociar e incidir nos processos de transição de forma a garantir impunidade quase perpétua (fato ainda não revertido em países como o Brasil). Leis de anistia ou similares contribuíram na tentativa de impor um esquecimento institucional da violência executada dentro da dinâmica do TDE. Durante anos persistiram – e ainda persistem -, os efeitos desse esquecimento institucional, na forma de impunidade, corrupção, banalização da violência e imobilismo social, todos eles fatores constitutivos de uma “amnésia coletiva” que ainda possui raízes profundas no conjunto das sociedades civis da região, e que paira como ameaça sobre o futuro das novas gerações. É contra esta situação que, finalmente, podem ser compreendidos todos os esforços que se identificam nesta caminhada que aqui concluímos, juntando forças com todos os que generosamente deram seus depoimentos, contribuindo para resgatar, esclarecer e informar, desde seus pontos de vista específicos, os fatos por eles vivenciados, carregados de marcas que a repressão impingiu, mas também, de atos cotidianos de luta, resistência e generosa solidariedade.

Todas essas experiências e todos esses fatos não pertencem somente aos indivíduos e organizações que, os vivenciaram, mas pertencem a toda uma geração silenciada, interdita, que quando tenta resgatá-los do limbo da desmemória, sofre a acusação dos setores reacionários de revanchista. Mas essas experiências e fatos resgatados e lembrados pertencem, também, a todas as gerações que vêm depois daquela; elas não podem continuar ignorando que, de uma forma ou de outra, e apesar de todas as contradições que possam existir nas lembranças e nas formas de lembrar, não só fazem parte dessa história, como, também, resultam dela.

10 PRAZERES, Michelle. Desafios da atuação em rede. Ritz, São Paulo, set. 2004. p. 1.

CAPITULO II

DEPOIMENTOS NO BRASIL.

DEPOIMENTO 1 – JAIR KRISCHKE,¹¹ PRIMEIRO DEPOIMENTO.

PORTO ALEGRE, 12 DE MARÇO DE 2012

P:¹² O nosso tema hoje é a história do Movimento. Então, Jair, para começar, o que é o Movimento de Justiça e Direitos Humanos ¹³?

R:¹⁴ É a reunião de um grupo de homens e mulheres que, ao longo de vários e vários anos, se uniu. Primeiro na luta contra a ditadura, e, nesses últimos anos, para resgatar a memória do que foram estes anos de chumbo, não só no Brasil, mas na Argentina, no Uruguai, no Chile, Paraguai. Fazer este resgate, mas, essencialmente, é isto: um grupo de homens e mulheres, das mais variadas profissões, que se reuniu com esse propósito.

P: Em que contexto surge o Movimento, Jair?

R: O grupo original surge logo depois do golpe de 1964. Algumas dessas pessoas já na Legalidade tinham estado juntas: este processo de reação à primeira tentativa de golpe, que foi em 1961, e que mobilizou o Rio Grande do Sul de uma forma realmente gloriosa. Espontaneamente, pessoas se juntaram para resistir a esta primeira tentativa de golpe. Ali, acabaram se formando algumas amizades, por este viés de uma vigilância quanto aos valores democráticos. Em 1964, com o golpe no Brasil, houve a necessidade imediata de retirar algumas pessoas daqui. Quando digo “daqui”, quero dizer “daqui do Brasil”, porque quem era do Rio Grande do Sul conhecia bem o caminho que devia seguir: as pessoas do centro e do nordeste do país tinham dificuldades. Então, foi necessário ajudá-los. Foi um momento de uma grande angústia, porque se percebia que havia sinais de um golpe, mas – digo isso de uma forma bem geral –, não se tomaram as providências de se precaver com uma série de coisas. Então, pegos relativamente de surpresa, fomos fazer o que era possível ser feito. Mas isso em um primeiro momento, porque não se tinha a informação do que realmente se tratava; qual era o perfil ideológico deste golpe: imaginava-se que era uma quartelada a mais. O primeiro esboço de resistência ao golpe foi a guerrilha de Três Passos, que foi um desastre, absolutamente desarticulada, mas que começa a gerar um sentimento de que esse golpe não era tão simples assim: não seria de dois ou três anos, mas teria uma longa duração, e de que era preciso fazer algo. Isto começa a acontecer no país. Começa então a se organizar uma resistência, e as coisas vão se complicando, até o final de 1968, quando há um golpe dentro do golpe – com o Ato Institucional N° 5. Desata-se novamente uma repressão, uma onda repressiva muito mais intensa que a primeira. Os militares já tinham tido tempo de organizar um aparelho repressivo bastante mais sofisticado. Então, a partir do final de 1968, inicia-se o ano de 1969 com um processo de repressão muito duro, e a necessidade de tirar pessoas do país aumentou gravemente. Novamente, caminhos tiveram que ser articulados. Caminhos esses que foram sendo construídos, especialmente com companheiros uruguaios, mas também, depois, com companheiros argentinos e chilenos. Estabelece-se um grande sistema de solidariedade – de companheirismo e de solidariedade –, novamente com esse perfil de grupo com um espectro bastante amplo, ideologicamente falando.

P: Jair, qual é a identidade principal entre as pessoas desse grupo do qual tu estás falando? Tem uma perspectiva política diferenciada, mas é um grupo que tem um peso na Igreja, em um partido político? Ou não? É um pouco aleatório esse encontro?

11 Jair Krischke nasceu em Porto Alegre, Brasil. Ativista de direitos humanos desde o início da ditadura civil-militar brasileira foi frequentador de grupos religiosos progressistas, como a Casa Padre Jorge, e um dos idealizadores do Seminário que ocorreu no ano de 1979 para a criação e fundação do MJDH. Em toda sua trajetória de militante e ativista dos direitos humanos, denunciou de forma veemente as violações a estes direitos. Por meio do MJDH resgatou refugiados e perseguidos políticos, colaborando com a ACNUR. Denunciou a repressão estatal promovida pela Brigada Militar do Estado; atuou em vilas e comunidades carentes. Foi também o fundador do “Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo”, em 1984, uma das principais premiações do jornalismo brasileiro até os dias de hoje. Atualmente, Jair Krischke é presidente do MJDH e continua sua luta pela Memória, Verdade e Justiça.

12 Na totalidade dos depoimentos, a letra P indica Pergunta.

13 MJDH.

14 Na totalidade dos depoimentos, a letra R indica Resposta.

R: Eu diria assim: partido político não, porque, na verdade, naquele tempo ficamos divididos no partido do “sim” e no partido do “sim senhor”. Não era, realmente, algo que nos atraísse. Mas, aqueles partidos que estavam na clandestinidade eram nossos parceiros. E a Igreja... Quando se diz a Igreja parece uma coisa muito ampla, e não é verdade. O mais correto seria dizer setores da Igreja, consequentes, que tiveram uma influência muitíssimo grande na formação do Movimento, nesta etapa final dos anos 1960 e princípio dos anos 1970. Por que razão? Porque, militando conosco – sacerdotes, religiosos –, também disponibilizando as infraestruturas que dispunham, formaram uma pareceria que eu diria que foi vital: sem ela não poderíamos ter atuado. Do pessoal de setores da Igreja, eu nomearia, especialmente, os jesuítas, entre eles um dos fundadores do Movimento, que mobilizava muito a comunidade jesuítica. Também os salesianos estiveram conosco, mas, especialmente, os jesuítas, capitaneados pela figura do padre Albano Trinks. Isto foi fundamental para nós. Veja, quando nós começamos a perceber a necessidade de avançarmos um pouco mais em termos de organização, tínhamos uma parceria muito forte com a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo – Dom Paulo Evaristo Arns – que teve um papel importantíssimo na luta contra a ditadura. Também, acolhendo refugiados, dando cobertura. Nós fizemos uma parceria com esta Comissão de Justiça e Paz, cuja criação era uma decisão da Igreja de Roma. A criação das Comissões de Justiça e Paz faz parte de uma encíclica de João XXIII: ele dizia que a Comissão de Justiça e Paz seria o galo que canta no campanário da Igreja. Bonito. Dom Paulo comprou esta ideia. Aqui no Rio Grande do Sul não, o cardeal Dom Vicente Scherer não. Mas, mesmo assim, nós precisávamos muito de um apoio desse tipo. Nesse tempo eu dizia, e muitos companheiros compareciam, estávamos no cofre do bispo, que ficava um pouco intocável pela ditadura. Imaginamos, por um período, que Dom Vicente seria nosso parceiro, mas foi um engano nosso. Nunca foi nosso parceiro; sua postura não tinha nada a ver com a de Dom Paulo, pelo contrário.

P: Jair, nessa caminhada da Legalidade até esse momento, quais foram os companheiros importantes nessa trajetória coletiva que tu apresentas. Falaste-nos agora do jesuíta, padre Albano Trinks, mas, que outras pessoas fazem parte dessa trajetória?

R: Há uma palavra que sempre me causa muito desconforto: Legalidade. Causa-me extremo desconforto, porque eu sempre entendi que ilegais eram eles: porque romperam a Constituição; golpearam o Estado. Nós éramos resistentes. Este grupo de homens, mulheres, de diferentes formações – é muito interessante, porque agora nós falamos da Igreja –, mas, entre eles, nós tínhamos judeus, comunistas, ateus, socialistas e, uma vertente que foi muito forte no Rio Grande do Sul, os trabalhistas: brizolistas, janguistas. Todos em um convívio muito fraterno, era impressionante. Gente da igreja Luterana, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, como um dos nossos fundadores, o pastor Berthold Weber. Então, veja. Era um universo bem plural que convivia harmonicamente. Isto é impressionante. Nas profissões nós tínhamos professores, engenheiros, advogados, enfim, eram múltiplos profissionais que ali estavam reunidos: padres, pastores, religiosas. Desse núcleo mais antigo, fazia parte o padre Albano Trinks; o irmão jesuíta Ignácio Spohr; alguém com quem trabalhávamos muito – hoje não sei como ele se posicionaria, vou nomeá-lo, mas não sei como ele se posicionaria – padre Edgar Jost; o irmão Antônio Cechin, com quem me encontrei há pouco tempo; padre Manuel Valente; o então juiz de Direito, doutor Celso Gaiger; advogado e Procurador do Estado Caio Lustosa, muito envolvido com os temas ambientais e indígenas; os filhos do doutor Celso Gaiger – Júlio Gaiger e os outros dois jovens... Estou fazendo um exercício de memória... Doutor José Mariano de Freitas Beck – ilustre, foi Deputado Federal cassado, foi Secretário da Educação do Estado, presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul. Depois da constituição do Movimento, o doutor Omar Ferri, valoroso companheiro; doutor Luis Duarte Filho; doutora Rejane Brasil Felipe, Procuradora do Estado também, e nossa grande parceira... É difícil quando começamos a ter que citar nomes, pois podemos esquecer alguns, e podemos acabar cometendo injustiças. Era um número interessante de pessoas, não era muito grande, mas era interessante, assim, no dividir as tarefas. Porque não tínhamos somente o trabalho com os refugiados... Esse era um trabalho que tinha um núcleo muito pequeno que se envolvia nele, pelas cautelas que se tinha que ter, por isso, era um grupo pequeno que sabia disso. Os demais ficavam sabendo do resultado depois, mas era tratado

muito privadamente. Porém, havia setores com outros tipos de trabalho. Tínhamos um trabalho comunitário muito forte nas vilas populares, porque é bom termos presente que a ditadura destruiu os sindicatos. As organizações da sociedade civil foram destruídas; os sindicatos mais combativos estavam sob intervenção. Então, nós queríamos atingir o povo, esta coisa assim: o povo. Onde ele está? Na favela, na periferia, então vamos para lá ajudá-los. Como? Mostrando-lhes que a organização é uma forma de se ter consciência da realidade e avançar. Então era um trabalho muito pedagógico, de criação de consciência das suas necessidades, mostrando-lhes o caminho, de que de forma organizada eles venceriam etapas. A proposta começava com coisas bem simples, para que eles fizessem a experiência de que – sim, é possível –, desde o buraco na rua, o problema da água, da luz elétrica, da escola, da linha de ônibus que tem que estar mais próxima. Enfim, todo um trabalho voltado para as necessidades daquele núcleo, mostrando-lhes que, para isso, eles precisavam formar uma associação de moradores, e escolher presidente, secretário, tesoureiro, fazendo um trabalho para mostrar qual é o papel do presidente, como se preside uma reunião de trabalho, o que faz o tesoureiro e o secretário. Enfim, ajudá-los, dizendo-lhes que nós lutaríamos com eles, mas não por eles. Estaríamos muito presentes mostrando as portas, mas que os protagonistas eram eles. Durante esses anos, antes do Movimento existir como tal, até o princípio da existência, no interior da região metropolitana foram fundadas 132 Associações de Moradores. Foi um trabalho que buscou organizar a sociedade, pois ela precisava recuperar as suas articulações mínimas, já que os sindicatos estavam realmente sob intervenção. Também fizemos um trabalho junto aos sindicatos, de reconquista sua, e de criar novamente um movimento sindical forte e atuante. Cometemos alguns erros, alguns equívocos, mas tivemos acertos importantes. Paulo Paim é senador da República, nós o descobrimos lá em Canoas: dirigente sindical, dos metalúrgicos, trazendo sua figura a público e mostrando quem ele era. Senador da República, um belo senador da República. Ele também é fruto deste trabalho de reorganização sindical. Então é isso, o cenário é este.

P: Jair, comentaste a pouco. Antes da existência do Movimento, vocês já estavam ajudando cidadãos dos países vizinhos. Como surge a ligação desse coletivo com os uruguaios, argentinos, e outros países? Como se forma essa rede? Quais são os caminhos que levam a essa possibilidade?

R: A vida, a vida. Não é muito de caso pensado, mas é a necessidade de se fazer. Com o relacionamento com pessoas que vivem na fronteira... Geralmente, quem vive na fronteira conhece alguém do outro lado, isto é fatal. Alguns, de repente, tiveram que viver do outro lado. Então essas amizades vão abrindo caminhos. No caso uruaio, caminhos que podem começar por Rivera, e se vão a Montevideo. O mesmo acontece em relação à Argentina. Esses caminhos foram sendo construídos: - Me dá uma mão, me ajuda -. E muito o Uruguaio porque a primeira massa de refugiados foi para este país. Muitos velhos amigos para lá se foram, e também abriram um espaço de trabalho, criando relações com partidos políticos. Naquele momento, as organizações de direitos humanos não existiam, mas foram se criando relações com partidos políticos. No nosso caso, especialmente com o Partido Socialista, criando vínculos. Porque os brasileiros estavam e se relacionavam lá, e nós nos relacionávamos com aqueles brasileiros que lá estavam. Esta coisa de fronteira, também, porque era preciso se formar esse caminho. Então isto nasce de uma forma muito não pensada, mas premidos pela necessidade. Havia necessidade de, vamos criando esses caminhos. Porque depois passou a fluir fortemente. Quando as coisas começam a ficar complicadas no Uruguaio, o caminho se inverte. Novamente, aqueles companheiros que nos ajudaram em determinado momento, passam a necessitar de ajuda. É muito interessante, porque nós vivemos, não nos detemos muito a pensar realmente em como é que é isso que vamos fazer. Não. É a necessidade, a vida. Coloquei a importância de setores da igreja brasileira na formação de nosso grupo, no apoio recebido, e o Uruguaio é um país bem leigo, classicamente leigo. A Igreja Católica uruaia é muito pequena, e de pouca expressão política. Não é como no Brasil: naquela época, costumávamos dizer que a CNBB¹⁵ era o maior partido de oposição que havia no Brasil. Lá no Uruguaio, não tinha nada que ver com isso. Mas alguns padres uruguaios foram aqueles que estabeleceram um excelente caminho, que nós montamos para os uruguaios saírem do país. Com o Chile foi algo parecido, os jesuítas do Chile. Quando foi necessário que os

chilenos saíssem, foram eles que azeitaram o caminho, que criaram a trilha. Foram os jesuítas, de novo, que fizeram esse trabalho. Também havia um contato muito fluido com o Chile. Não é a toa que, quando do golpe do Chile, havia mais de cinco mil brasileiros neste local. Inclusive um primo-irmão meu lá estava, que criou e dirigia a Associação dos Refugiados Políticos do Brasil no Chile. Então, havia certa fluidez com o Chile. Mas tudo isso muito filho da necessidade. Não uma coisa projetada, pensada: - Agora, temos que tirar pessoas, como vamos fazer? -. Não, temos que tirar ontem, e temos que tirar. Então, vai se criando, a dor ensina a gerar.

P: Jair, falaste do contato com os socialistas uruguaios. Tens algum nome que te lembre daquele primeiro período?

R: Tenho, uma figura fantástica, que já não está mais entre nós. Inclusive, ele teve muito a ver com a minha formação ideológica: doutor José Pedro Cardoso, senador da República, dirigente do Partido Socialista uruguaio, decano da Universidad de la República Oriental de Uruguay, uma figura humana fantástica. Foi o meu padrinho ideológico, que me mostrou Vivian Trias e outros ideólogos mais. Também outras figuras, que já não estão mais. Joaquim Xavier era das Relações Internacionais do Partido Socialista. Também uma figura – que ainda está viva, e que é bastante veterano, estava hospitalizado –, Reinaldo Gargano. Enfim, estas figuras exponenciais do Partido Socialista, e que sempre tiveram um comportamento digno, exemplar. E muito parceiros.

P: Uma pergunta sobre o Jair. Qual é o caminho da tua formação política e ideológica? Quais são os valores, as referências que tu tens nessa formação, e que te levam a fazer as opções que fizeste?

R: Isto é um caminho muito complicado, eu às vezes me pergunto, também, como isso se deu. Veja, em uma família muito contraditória, tendo, por um lado, um avô paterno pastor, um homem muito envolvido com as questões teológicas, e um linguista, especialista em línguas. Um homem pacífico, mas de uma formação intelectual brilhante. Por outro lado, um avô materno revolucionário, absolutamente caudilho, de reunir tropas e participar das tantas guerras políticas do Rio Grande do Sul. Uma casa movimentadíssima, sempre gente chegando e saindo. Era um exercício daquela política que se praticava no Rio Grande do Sul: ou tu és isto ou aquilo, e a degola presidindo os atos. Ele, com um vigor impressionante, quando, às vésperas de qualquer “revoluçãozinha” ele pegava um piquete de cavalaria para o fim da linha da Glória, e lançava voluntários. Esse perfil, incrível, diametralmente oposto ao do meu avô paterno. Mas, dentro da minha família paterna, também tínhamos grandes líderes do Partido Comunista. Meu tio-avô foi membro do Estado Maior da Coluna Prestes. Era uma parcela da família inserida no Partido Comunista... Era uma parcela da família inserida no Partido Comunista com a qual eu tinha aquele convívio e discussões. Ainda hoje eu referia que nunca fui membro do Partido, mas eu tinha esse convívio. Com eles – meus familiares –, mas também com lideranças expressivas do Partido Comunista. Então, esta mistura me fez, sim, ter uma preocupação com o social. Essa preocupação me faz buscar: nunca fui membro do Partido Comunista, como disse, mas não por desprezo, absolutamente. Sempre tive o maior respeito; foi formador de grandes quadros da política brasileira. Aqui no Rio Grande do Sul, o PTB, o velho Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha entre os seus um grande ideólogo: Alberto Pasqualini, pouquíssimo falado, mas um ideólogo realmente de qualidade. Eu, muito criança, com oito anos de idade, vi começarem os Comícios pela Redemocratização do Brasil. Termina-se a Era Vargas e ocorrem os Comícios. Eu ia aos Comícios do Partido Trabalhista Brasileiro, e lembro que minha mãe recomendava que eu segurasse na ponta do casaco do senador Alberto Pasqualini, para que não me perdesse na multidão. Eu ouvi, ao vivo, a pregação desse grande ideólogo, um homem cujo pensamento o Brasil deveria conhecer melhor. Então, esse eu ouvi, ao vivo e a cores, com oito anos de idade. Isto, claro, vai te marcando: concordando – claro, a vida anda – com alguma coisa, discordando de outra, mas é toda uma formação. Depois, quando eu preciso me envolver com essa questão de refugiados, chegar próximo ao Uruguai, faço essa outra descoberta: há, no pequenino Uruguai, toda uma elaboração ideológica de altíssima qualidade, produzida por esse grupo de socialistas. Eu te diria que isso acaba muito por lapidar aquele pensamento bastante eclético, que eu vinha recolhendo ao longo da vida. Aí, sim, eu passei a pensar ideologicamente de forma mais siste-

mática. Acho que aí foi, digamos assim: - É, o caminho é esse, ideologicamente essa é a minha posição -. Muito com essa postura dos socialistas uruguaios: é uma abertura total, não há dogma, nós conversamos com todas as linhas ideológicas. Isto é outra escola para mim fascinante: nós não temos porque ter inimigos ideológicos, dentro do campo das esquerdas, temos que conversar com todos, não há por quê. Este foi, para mim, um ensinamento muito importante, vindo de uma experiência brasileira muito sectária: grupos de esquerda que não se falavam com outros grupos de esquerda, por quê? Então, essa pedagogia foi, para mim, muito boa, fazendo-me elaborar melhor um pensamento ideológico. O quê não quer dizer que seja muito semelhante: acho que por base sim, mas a vida também te leva a novas exigências. Se me perguntares, hoje, qual é o pensamento ideológico do Partido Socialista do Uruguai, eu não sei mais. Acho que nem eles.

P: Então Jair. Estamos na metade dos anos de 1970, em um contexto brasileiro no qual ainda acontecem coisas muito graves, e irão acontecer algumas piores ainda, e é neste período que as raízes do Movimento começam definitivamente a sair. Em que momento isto se dá? Quais são os fatos neste contexto que geram o Movimento?

R: Interessante esta observação. Porque nós temos que notar que, depois do AI-5,¹⁶ a vida se tornou muito difícil no Brasil. Claro que se compreende que alguns companheiros, que lá no princípio estavam juntos, não mais continuaram. A partir do AI-5 o grupo ficou um pouquinho menor, mais reduzido: ativo, mas mais reduzido, porque a repressão era muito dura. Nós vamos indo – 1974, 1975 –, com coisas muito graves acontecendo no Brasil. Vai-se notando que havia, inclusive, uma luta interna entre os militares. Aqueles a quem o general presidente chamava a Tigrada, que estava muito acesa para endurecer mais ainda aquilo que era terrível. Esse grupo [do Movimento] vai atraindo mais uma pessoa ou outra, porque começam a acontecer no país algumas coisas que são muito graves, mas que são muito escrachadas. Já não há mais como segurar muito a informação. Aí, temos episódios no país que vão denunciando essa situação. Muitas pessoas que estavam quietas se enchem de indignação, porque este grupo era composto por indignados: eram os indignados e companhia, que tinham que canalizar esse sentimento de uma forma mais organizada. Sabe episódios como a questão da guerrilha do Araguaia, que já começam a filtrar informações da violência praticada. As informações eram muito quebradas, mas sabia-se que atrocidades estavam sendo cometidas lá. Porque incluía, pessoalmente, amigos que estavam no Araguaia, as famílias daqui. Então, sabíamos que as coisas estavam muito difíceis. E alguns casos vão sucedendo – Herzog –, e vai-se tomando conhecimento. Isto vai criando uma indignação, e vai possibilitando, também, a aproximação de outros quadros para participar do Movimento. Pessoas sérias, mas que não imaginam a cautela que nós tínhamos para aceitar um novo membro. Não era um ritual escrito em lugar nenhum, mas era um tal de verifica bem, verifica de novo, serás que não é uma infiltração? Quando eventualmente estávamos reunidos, e aparecia alguém que poderia ser um novo membro, tínhamos combinado entre nós um sinal de alerta. Ele era bem simples: Que horas são? Isso significava: cuidado, alerta. Lembro que muitas vezes usávamos esse recurso: Que horas são? Porque tu não sabias bem quem estava se aproximando. Vinha pela mão de outro companheiro, mas precisávamos ter muita cautela. Eu costumava dizer que a nossa agência de viagem nunca perdeu nenhum passageiro. Houve problemas no Uruguai, por exemplo. Um jovem dirigente do Partido Socialista, que agora é secretário geral do Partido – Lauro Fernandez –, viria pelo nosso caminho, mas foi preso em Paso de los Toros. Mas não foi o nosso trajeto, então não perdemos nenhum passageiro: perdeu-se lá. Mas essa cautela que se tinha, de saber com quem se estava. Fazíamos algumas pessoas se aproximarem para trabalhar nas vilas populares: projetos de alfabetização que fazíamos – alfabetização de adultos –, e de organização da comunidade. Ia-se colocando esses companheiros lá, e ia-se observando como é que eles se comportavam, para ver se poderíamos realmente confiar. Era um estágio probatório: vai para lá, e nós observamos. Assim, foi andando. Com cautela e com critérios, até se transitar esses primeiros anos da década de 1970, que foram muito difíceis. Esse recrudescimento do AI-5, mas, depois as divergências no seio da ditadura – o general Frota, que é aquele que tem um protagonismo de pressionar o Uruguai para expulsar o doutor Leonel Brizola –, é o mesmo que chega a organizar um complô para derrubar Geisel. É a linha duríssima, e isto está se dando

¹⁶ Ato Institucional Nº 5.

já depois de 1975: já havia terminado a guerrilha do Araguaia, não havia no Brasil nenhum grupo de resistência armada, mas, mesmo assim, eles continuavam endurecendo. Então, se tinha que ter cautela. Esses acontecimentos juntos – Herzog e outros episódios – vão minando, e nós conseguimos mais simpatizantes, e vamos avançando. No ano de 1978 ocorrem dois episódios importantes. Um no dia 12 de setembro de 1978, que é uma Operação Condor em Passo Fundo, que não teve a repercussão do caso Lilián e Universindo, que ocorre em dois de novembro. São dois meses de distância, e [o caso Lilián/Universindo] teve uma repercussão extraordinária, sendo também um fator muito importante para a criação formal do Movimento. As coisas estavam muito quentes, e episódios como esse criam indignação na sociedade. Então, algumas pessoas, muito indignadas: - Não, vamos à luta -. Esses dois episódios, mas, especialmente, o de Lilián e Universindo, foram os emuladores dessa criação formal, que não foi fácil.

P: Nesse momento vocês estão trabalhando com outras organizações, estão vinculados a uma rede. Qual o protagonismo dessas outras organizações, sobre alguns setores da Igreja, tens falado...

R: Sim, mas eu te diria que, especialmente nessa questão de refugiados, era a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Esse era o nosso grande parceiro. Figuras importantíssimas que lá estavam, além de Dom Paulo Evaristo é claro, figuras da sociedade civil importantíssimas, que depois tiveram destaque: o doutor José Carlos Dias foi Ministro da Justiça e Secretário do Governo de São Paulo; Belizário dos Santos Junior também foi Secretário do Governo de São Paulo. Eram criaturas altamente preparadas e dispostas, e homens de luta. Homens e mulheres. Semana passada, recebi um telefonema da Margarida Genevois, oitenta e tantos anos, me convidando para voltar ao Chile, lembrando uma ida nossa a esse país em janeiro de 1987. Então para reviver – era o Pinochet – esse momento. Oitenta e tantos anos. É uma figura fantástica de mulher, também outras advogadas que lá estavam. Enfim, era uma turma muito preciosa. Aqui no Estado, algumas parcerias foram importantes de fazer, além da Igreja, dos jesuítas, salesianos. Cria-se, aqui no Estado, um movimento pioneiro no Brasil e, talvez, na América Latina, um movimento ambientalista: a AGAPAN.¹⁷ Muitos membros do Movimento também o eram da AGAPAN. Cria-se, também, a ANAÍ – Associação Nacional de Apoio ao Índio: trabalhavam com a causa indígena e aqueles com a causa ambiental. Nesses anos difíceis, te reunires para discutir o meio ambiente era aceitável pela ditadura, então nos ajudava podermos nos reunir sem ser objeto de repressão. Essas parcerias foram importantes: não eram parcerias com pessoas que eram membros das organizações. Isto eu tenho que salientar, porque, dentro desses universos havia figuras indiscutíveis como ambientalistas, como José Lutzenberger, mas, se falasses em comunismo, o Lutzenberger saía disparando, era o mesmo que falar do demônio. Essa figura fantástica, meu querido amigo, tinha essa postura, mas era um parceiro importante para uma série de questões. A mesma coisa a questão dos índios. Foram organizações com as quais estávamos muito próximos, possibilitava nos reunirmos. Mas parceria “parceria” era muito difícil.

P: E na decisão de formar o Movimento, definitivamente, o que pesou nessa discussão Jair? Que tendências vocês tinham?

R: Era uma discussão que já vinha de algum tempo, muito centrada nesta discussão de legalidade e ilegalidade. Nós não somos ilegais, ilegais são eles. Estávamos agindo no sentido de buscar restabelecer princípios democráticos. E jogamos duro nisso: redemocratização do país, em todos os âmbitos. Bueno, que discussão se fazia? Estava havendo uma promessa do general Geisel de uma transição. Tínhamos que estar muito presentes, até ajudando a impulsionar essa transição, porque havia uma série de questões que teriam que ser discutidas imediatamente. Era para ontem a discussão. Anistia, fim da Lei de Segurança Nacional, Assembleia Nacional Constituinte: havia temas candentes que precisavam ser discutidos. Como é que vamos fazer isso? Teremos que nos organizar formalmente para estabelecer essa discussão, para mobilizar a sociedade. E ir a campo, assumindo uma personalidade. Era uma discussão de que isto era necessário, e nós fomos surpreendidos no golpe: tínhamos toda uma sinalização de que haveria um golpe, mas não tomamos nenhuma providência. E ele nos pega. Agora, estavam falando em abertura, e ela iria nos pegar desprevenidos. Tínhamos que pensar sobre em quais exigências teríamos que

¹⁷ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

atuar, quais questões candentes estavam aí, para tentar qualificar um pouco esta tal de transição. Nós sempre tivemos muita pretensão, porque pretensão e água benta são grátis, então tínhamos a pretensão de tentar influir nessa passagem. Como é que vamos fazer? Fomos discutindo, e os militares avançando nesta coisa da transição. Foi anunciado de que o AI-5 cessaria a sua existência no dia 31 de dezembro. Nós entendemos que, se termina o AI-5, temos condições de nos reunir publicamente e postular pela criação de um movimento que trate desses assuntos. Publicamente. Foi-se trabalhando nessa ideia, e realmente aconteceu: no dia 31 de dezembro de 1978, cessa a vigência do Ato Institucional Nº 5, voltam àquelas prerrogativas do habeas corpus, fim da censura: entendíamos que agora era a hora de pendurar um bilhete no pescoço do tigre, vamos lá. Logo em seguida, no dia 2 de janeiro de 1979, já começamos a chamar gente para se reunir, e conseguimos a sede do Movimento Familiar Cristão, na Rua Doutor Timóteo. Esses companheiros – tu vê, na hora de lembrar os nomes –, quando falei lembrei-me do doutor Antônio Algayer, uma figura, muito velhinho, vivo, mas muito velhinho. Um homem muito católico, e um excelente advogado, com uma formação jurídica de primeiríssima qualidade. Por meio dele, conseguem-se as instalações do Movimento Familiar para fazer as reuniões. Fazíamos-las semanais, aprofundando essa discussão: - Olha, vamos nos organizar, vamos criar. Chegou um momento em que falamos: - Vamos fazer quando? -, - Em março. O ano no Rio Grande do Sul começa em março, então vamos fazer nesse mês: dias 23, 24 e 25, estão aí os documentos, se vê bem isso. Vamos fazer um Seminário de Justiça e Direitos Humanos. Chamamos como parceiro a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo – para também nos ajudar nos aportes –, e o colégio Anchieta nos cedeu as instalações para realizar o evento. Inclusive, a sua cozinha para produzir o almoço. A ideia era a de, no domingo, ao finalizar os trabalhos, propormos, a esta ilustre assembleia, a criação de uma entidade civil que se chamaria Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Propusemos; a assembleia aceitou; imediatamente submetemos um estatuto, que já estava pronto, à aprovação. Ele foi aprovado e a primeira diretoria foi eleita. É um nascimento de caso pensado, aí sim de caso pensado, com uma discussão que havia sendo feito a partir de meados de 1978: - Não vão nos pegar desprevenidos de novo -. Vamos trabalhar para, logo em seguida, termos uma discussão sobre estes temas, que serão fundamentais para um processo de redemocratização.

P: Não houve dissidências nesse processo Jair?

R: Não.

P: Discordâncias, de que ainda era muito cedo...

R: Não, não, não. Não, é incrível isto. E interessante, porque, em janeiro e fevereiro, fazer reunião em Porto Alegre com este calor é difícil. Nós fazíamos, com cerca de quarenta pessoas, que vinham, discutiam, alguns se conhecendo ali – os companheiros traziam –, outros já conhecíamos antes. Enfim, foi todo um trabalho de união em torno a um ideal: vamos criar, vamos fazer. E fizemos. Isto é que é importante: se fez. Quanto ao sucesso na luta, não foi aquele que esperávamos. Mas lutamos. E já que falamos bastante de Igreja, vamos falar de São Paulo, que dizia: - Lutei um bom combate. Nós lutamos um bom combate. A transição acabou sendo uma transação, mas acho que algo resultou dessa luta. O fim da Lei de Segurança Nacional, que era terrível, draconiana, prevendo até pena de morte, terminou. A questão da comunidade de informações foi uma luta dura, mas também se avançou. A Assembleia Nacional Constituinte, que foi razoável, não foi aquilo que queríamos, mas foi razoável. As Diretas Já, que perdemos. Mas, enfim, o balanço foi positivo.

P: O que significou para o Movimento o caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, sem desqualificar outros casos, evidentemente.

R: Não, mas é preciso termos claras algumas coisas. Este Movimento reúne um grupo de pessoas que têm propósitos claros. Sim. Mas como esse grupo será visto pela opinião pública geral? O episódio do sequestro dos uruguaios teve o dom de colocar esse tema em debate. Colocou na mesa. Furiosos contra? Sim. Mas muita gente favorável ao nosso trabalho. Eu diria que, naquele momento, a opinião pública ficou do nosso lado. Sabe, são aquelas coisas que a própria vida

nos surpreende. Porque as autoridades negavam – chamavam-nos de mentirosos –, tentavam de todas as formas nos desmoralizar frente à opinião pública, e havia esta luta que ia se mostrando, as evidências, que não, que a verdade era esta aqui. Houve uma operação gravíssima, na qual militares de outro país ingressaram em território nacional, cometeram um crime, com a anuência e a colaboração do aparelho repressivo brasileiro, e isto... Por exemplo. A Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição muito conservadora, inegavelmente, muito conservadora. E dentro da Ordem dos Advogados, aqui no Rio Grande do Sul, com uma direção composta por alguns homens reconhecidamente conservadores, imediatamente se dispuseram a ir ao Uruguai, denunciar e tentar contato com as autoridades, em busca de esclarecimento. Veja, eram pessoas conservadoras, a OAB.¹⁸ Qual é a virtude disso? É a indignação. A indignação frente a um ato desse tipo nos levou a ter, em primeiro lugar, um conhecimento: a sociedade rio-grandense e brasileira ficou sabendo que existia um grupo de pessoas chamado Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que lutava contra esse tipo de procedimento. Que isto era absolutamente ilegal, e que feria a dignidade da pessoa humana. Veja como é interessante, não? Serviu como uma fonte de emulação e de reconhecimento: estes homens e estas mulheres estão fazendo algo importante. Isso nos ajudou muito. Eu diria que, naquele primeiro momento, criou até certo habeas corpus. Nós tínhamos aquele embate duríssimo com a repressão... Nós tínhamos aquele embate duríssimo com a repressão, mas tinham que nos suportar. Ameaças de todos os gêneros, mas, mesmo assim, não nos atacaram. Tiveram esse cuidado. E a opinião pública começou a ficar do nosso lado. Então, é um episódio triste, lamentável, mas que nos ajudou, junto à opinião pública, a um reconhecimento: eles estão trabalhando, e estão corretos.

P: Jair, retomando o caso da Lilián e do Universindo, como foi, na saída deles [da prisão], suas possibilidades de encaminharem uma ação contra o Estado brasileiro?

R: Eu diria assim: esta ação contra o Estado brasileiro teve por base a ação criminal anterior. Toda a base da reparação, que foi buscada e alcançada, teve por base todo o processo criminal que os policiais gaúchos responderam. E que restaram condenados. Claro, depois, com os recursos, ficou somente um: só o Didi Pedalada é que foi condenado; os outros foram sendo absolvidos por meio dos recursos, e foi até o Supremo. Lembro muito claramente porque, no final do governo Amaral de Souza, o Didi Pedalada foi promovido como inspetor de polícia: foi promovido um grau. A imprensa me procurou, e indagou qual era a minha opinião sobre esta promoção que era por Merecimento. Eu disse, para surpresa da imprensa: - Nada mais justo -. - Como? -. De todo esse episódio, o único que restou condenado foi ele, então, o único autor de tudo é ele. A partir daí, eu entendo que ele, sozinho, sequestrou um casal, duas crianças, e, ao mesmo tempo dirigiu três automóveis daqui até o Uruguai. Se ele não tem merecimento, quem terá? Porque é isto, a verdade é esta: só ele restou condenado, e o episódio é este, concretamente. Baseado nesta sentença condenatória penal, é que foi baseada a ação de reparação que foi ajuizada contra o Estado do Rio Grande do Sul, por cinco anos de prisão, incluindo a necessidade de ter que pagar a conta de “hotelaria” no presídio. Mas, depois de libertados, eles também se dispuseram – e isso é muito importante –, a ajuizar uma ação na justiça uruguaia. Um advogado importante no cenário da ditadura, o advogado de Líber Seregni e de outros presos políticos – doutor Hugo Batalla –, se dispôs a fazer uma parceria conosco, para apresentar esta causa na justiça uruguaia. Organizamos, com o então presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, doutor Antenor Ferrari, uma ida ao Uruguai. Era uma jornada complicada, afrontar os senhores do poder com uma ação deste tipo, que ninguém tinha apresentado. Fomos. Antenor Ferrari foi junto, muito no sentido de nos respaldar nessa ação. Chegamos a Montevideo, e, dentre outras pessoas, estava o doutor Hugo Batalla nos esperando. Saudou-nos fraternamente, dizendo que não poderia nos acompanhar ao hotel porque tinha alguns compromissos, mas que, ao final da tarde, estaria conosco. Fomos para o hotel, e o doutor Hugo Batalla não aparecia: sete, oito, nove, dez horas da noite, disse: - Vou ligar para a casa dele -. Liguei, e atendeu sua esposa. Perguntei-lhe pelo doutor Hugo. Ela disse-me que ele não havia chegado a casa. Pedi para ela que, por favor, ele chegando, a qualquer hora, me ligasse, pois eu precisava, junto com ele, acertar o texto da petição. E ele não ligou. No outro dia, a partir da sete horas da manhã, eu retornei. Chamava, chamava, e

¹⁸ Ordem dos Advogados do Brasil.

chamava... Era em torno das nove horas da manhã, quando Hugo Batalla disse que iria conversar conosco no hotel, e nos disse: - Não, eu não posso fazer isso. Não posso fazer isso porque sou advogado do doutor Líber Seregni, e acho que, fazendo isso, irei prejudicá-lo em sua defesa -. E o general Líber Seregni preso. Disse-lhe: - Bom doutor Batalla não comungo com sua análise, pois acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas, claro, o senhor é quem sabe -. Ele me disse que sim, prejudicaria. Disse-lhe que estava tudo certo então, mas que, por favor, ele nos recebesse no final da tarde no seu escritório, porque nós nos propusemos a fazer isso, aqui estamos, e vamos fazer. Falei: - O senhor acha que não, mas eu preciso ao menos da sua ajuda, porque, não conhecendo o código uruguaio como o senhor conhece, vou precisar da sua ajuda para redigir essa petição -. Ele falou que sim, no final da tarde em seu escritório. Demos até logo um para o outro, e fomos. É testemunha desse episódio, além do deputado Antenor Ferrari, o jornalista José Mitchell, que nos acompanhou nessa jornada. Nós fomos a casa do general Líber Seregni, conversar com sua senhora, dona Lili, uma dama, que nos recebe muito amavelmente. Sentamos, começamos a conversar, e lhe relatei: - Tivemos agora um encontro com o doutor Hugo Batalla, que se havia disposto a ser o advogado, mas que, em seu entendimento, isto prejudicaria a defesa do general Seregni -. Ela disse, solenemente: - Não, eu não concordo com isso, creio nada ter a ver uma coisa com outra -. Tocou a campainha, ela levantou, abriu a porta, e era o doutor Hugo Batalla. Ele intuiu: esses loucos vão... Era o doutor Hugo Batalla. Ela disse-lhe: - Olha doutor, acabo de saber, e não concordo. Acho que o senhor devia ser [o advogado], mas, claro, o senhor é quem vai resolver -. Foi terrível! Sabe, acho que ele foi lá para preveni-la, mas aí já encontra os malucos lá, conversando com ela. Bom, mesmo assim acertamos que, no final da tarde, iríamos para o seu escritório. E fomos. De passada, eu peguei o Roger Rodríguez, e disse: - Senta-te à máquina de escrever, nós vamos fazer a petição. Vou perguntar ao doutor Batalla alguns artigos do código e vamos fazer, vamos formatar a petição -. E o Roger Rodríguez – está vivo e são – sentou à máquina de escrever e plá, plá, plá, bateu, e fizemos a petição. Pedi para o doutor Batalla dar uma conferida. Disse: - Sim, está bem! É por aí!-. Disse-lhe: - Muito obrigado -. Aí, precisávamos de um advogado para assinar a petição. Acabamos conseguindo um civilista, ligado ao Partido Nacional. Disse-nos: - Não, eu assino! Será uma honra e um prazer para mim -. E assinou a petição. Tenho a cópia aqui [no acervo do MJDH]. Levamos à Justiça, junto com a Lilián e o Universindo, e acabou resultando em nada, naquele momento. Nada porque o tempo anda, tem a Ley de Caducidad, e vai para o arquivo, não pode prosseguir. Contudo, agora, com esse Decreto assinado pelo Pepe Mujica,¹⁹ em 27 de junho de 2011, que listou 84 ou 85 casos que não estariam ao abrigo da Ley de Caducidad, está, dentre eles, esse [da Lilián e do Universindo]. Então, agora ele é retomado. Veja como é a vida, como é interessante isto. Retoma esse processo, e outro, com o qual nós temos que ver também: Antônio Pires da Silva Junior, que foi vítima de torturas no Uruguai, e cujo caso também estava lá, parado, e agora será retomado. É um caso que poderíamos conversar um pouco, pois envolve a morte do doutor Roslik, da qual ele é testemunha. Mas veja como é a dinâmica da vida. Como é interessante o encadeamento das coisas.

P: Jair, para darmos uma formatação no período da ditadura, como é que o Movimento viveu o final daqueles anos, e todo o processo da discussão da Anistia, depois a Abertura, as Diretas Já, que acabam nas indiretas. Como é que o Movimento se colocou diante disso?

R: Nós já vínhamos entendendo que alguns temas eram vitais para um processo verdadeiro de redemocratização. Já referi que a Lei de Segurança Nacional era draconiana, tinha que ser derogada, não poderia continuar em vigência. Não era somente a Anistia, também precisava ver essa Lei. Entendíamos também que era muito importante a celebração de eleições diretas: terminar com aquele Colégio Eleitoral e fazer eleições diretas. Por quê? Porque ao estabelecer eleições diretas, nós também faríamos um grande debate nacional, viria para a mesa toda a discussão necessária para um verdadeiro processo de redemocratização. Seria o caminho por excelência. Houve uma mobilização da sociedade brasileira como nunca antes, contrariando, absolutamente, àqueles que sempre detiveram o poder no Brasil, especialmente os meios de comunicação social. Contrariando, não havia cobertura. Mesmo assim, a sociedade brasileira foi se mobilizando, foi para as ruas pelas Diretas Já. E nós fomos derrotados, de uma maneira... Nós

¹⁹ José Alberto Mujica Cordano, atual presidente do Uruguai.

esperávamos, naquele momento, frente à mobilização da sociedade brasileira, que os políticos teriam minimamente a sensibilidade para não ser contrários. Mas a ditadura fez a sua tarefa de casa; jogou duro no Congresso Nacional, e nós acabamos derrotados. O que foi incrível, mas foi o que aconteceu. Segue-se um Colégio Eleitoral que elege Tancredo Neves. Entendo que este é um tema que nós temos que aprofundar e estudar. A Academia está devendo este estudo, não só no Brasil, mas em todas as transições da região. Quem se elege neste Colégio Eleitoral? Tancredo Neves. O mesmo que, quando, na primeira tentativa de golpe, em 1961, na qual os militares queriam impedir a posse de Jango – Jango volta, estava na China, em visita oficial. Jango volta, para em Montevideo, e fica aguardando negociações. Vão a Montevideo figuras importantes desse universo: o próprio Tancredo Neves e o então coronel Ernesto Geisel. Vão para estabelecer uma negociação com Jango, condicionado que ele poderia assumir a presidência da República, desde que o regime fosse mudado, de presidencialista para parlamentarista. E Jango aceitou, contrariando absolutamente a posição de Brizola. Tanto que a sua chegada a Porto Alegre foi de muito stress: o povo esperava em frente ao Piratini um pronunciamento de Jango, que não queria falar, mas Brizola exigiu que ele fosse ao balcão e falasse. Houve, então, um stress muito grande daqueles que lutaram pela Legalidade, e o presidente, lá em Montevideo, negociou. Parlamentarismo. Primeiro Ministro: Tancredo Neves. Por quê? Porque era potável para os militares: - Esta é uma figura na qual confiamos -. É o mesmo Tancredo Neves que, no Colégio Eleitoral, é eleito presidente. Portanto, essa transição é, na verdade, uma transação. Ele é que é eleito. Mas, quis o destino que ele viesse a falecer antes de assumir. Então, Sarney – que era uma composição até não muito bem vista pelos próprios militares – acaba assumindo. Nós, frustrados pelas Diretas Já, mas lutando para os novos embates, que seria a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Lembro que nós queríamos uma Assembleia Nacional exclusiva, e fomos derrotados novamente. Passamos todo esse período no qual funcionou a Assembleia Nacional Constituinte pleiteando questões pontuais, buscando avançar em uma Constituição que garantisse algumas coisas. Em alguns aspectos tivemos sucesso, em outros não. Mas até hoje, naquilo pelo qual lutamos, especialmente o que está no Artigo 5º, falta ainda muita coisa: [precisa] a produção de Leis infraconstitucionais, para que tenha vigência plena. Foi uma luta importante, se não foi totalmente vitoriosa, acho que foi um avanço. E o Movimento sempre muito presente. Lembro que passamos até a produzir textos: o que é uma Assembleia Nacional Constituinte – acho que temos aqui [no acervo do MJDH] uma publicação, um livretinho, que foi organizado pelo Antônio Wolff –, publicando o que se esperava de uma Assembleia Nacional Constituinte, qual a sua importância. Porque a opinião pública não sabia muito bem o era uma Assembleia Nacional Constituinte, tínhamos que trabalhar também com isso. Depois, houve todo um lobby, – é a palavra mais correta – feito junto aos parlamentares, para... Bueno é uma luta na qual eu entendo que a sociedade saiu perdendo, porque lhe foi passada a ideia de a transição estava feita; agora vivemos em democracia; amigos, todo mundo para suas casas e tratem das suas vidas. Há, sim, junto, um processo de desmobilização da sociedade brasileira, e ele é amplíssimo. Uma série de organizações que haviam sido constituídas ao longo desta luta por democracia, acaba desaparecendo. Inclusive nós corremos um risco imenso de desaparecer. Foi a insistência e a perseverança que nos manteve.

P: Tocando neste assunto, o período que vem logo depois, a década de 1990, são anos de retrocesso – creio que há certo consenso sobre isto – em tudo que tem a ver com a discussão da questão dos Direitos Humanos vinculados ao tema do passado recente da ditadura, pelo menos nos países onde se tinha avançado em algo. Pensando nessa temática, como é que o Movimento manteve uma disposição e uma luta em relação a esses temas? Como tu avalias tentar trabalhar com esses temas nesse momento? Para depois podermos fazer o contraste com os últimos anos.

R: Dir-te-ia que foram anos muito difíceis, porque, quando tu não tens nenhuma ressonância na opinião pública – e não precisa ser majoritária, pode ser mesmo um pequeno percentual que te garanta certa presença –, mas isto não houve, ocorreu um refluxo absoluto. Não se quer discutir isto. Nós tivemos que ter uma atuação muito forte, por exemplo, na questão da violência policial.

A imprensa registra bastante, mostrando que aquelas práticas da ditadura agora continuavam presentes, embora dirigidas para outro público. Nós passamos estes anos de 1990 muito centrados nessa questão da violência policial, mostrando que hábitos adquiridos na ditadura continuavam vigentes, agora contra o pobre, contra o marginalizado. Mas nunca esquecendo que havia uma luta, um contencioso, um tema não resolvido, que precisávamos passar a limpo, como segue ainda hoje. Foi um momento muito interessante, porque, por exemplo, nós conseguimos arrecadar muita documentação. Não se falava no tema, não havia espaço na imprensa, mas nos possibilitou arrecadar um bom material documental. E tratando, então, de outros assuntos, que tinham tudo a ver com direitos humanos, mas que não estavam ligados diretamente a esse período. Foi assim que nós passamos os anos de 1990, percebendo claramente que não adiantava insistir aí, que iríamos gastar energia mal, porque não teria frutos, mas que deveríamos, sim, manter acesa a esperança de que chegaria o dia em que teríamos que discutir, e trabalhando em outros aspectos dos direitos humanos. Foi um período longo, e nos dedicamos ao tema de educação e direitos humanos, como forma de manter acesa a chama de direitos humanos, manter um grupo organizado, funcionando voltado para isto, mas também sofrendo algumas consequências interessantes na redemocratização. Muitos militantes nossos foram para a vida político-partidária, é muito interessante. É um fenômeno que começa no final da década de 1980 e entra na década de 1990, no qual muitos militantes nossos acabam privilegiando a vida político-partidária, deixando o tema de direitos humanos. Até poderia continuar, mas não, acharam que não. Porque o tema direitos humanos não dá voto, temos que ter bem claro isso. Então, quem quer se dedicar à vida política não deve dar muita atenção a isso. Mas houve um refluxo, de militância e de inserção do tema na agenda política nacional. Política e social.

P: Então, a partir do início do século XXI, quais fatores tu percebes que fazem com que essa temática volte, com muita polêmica e contradição, mas se instalando na sociedade ao ponto de que ela vira, não ainda um elemento com uma agenda social, porque ainda não se constitui no Brasil enquanto um movimento social, mas talvez nunca se tenha falado sobre isso como nos últimos três ou quatro anos. Como tu valias tudo isso? Como é que o Movimento se coloca agora frente a esta nova conjuntura, onde esta temática está colocada?

R: O pior de tudo é que não começa pelo Brasil. Essa temática volta, sim, e com muita força essa discussão, mas começa nos países daqui em volta: Argentina, Uruguai, Chile, começam uma discussão muito forte, e com espaço social importante. E o Brasil muito recalcitrante. Mas, é claro, sobraram organizações no país, elas foram sendo engolidas, até pelo Estado, pois ele começa a cooptar figuras importantes dos direitos humanos, levando-as para o seu meio. A questão da presença do tema Direitos Humanos, de uma forma mais ampla, vai se esvaziando, também. Esta cooptação que o Estado faz, é nefasta. Hoje se tem isto claro: não somente na questão dos direitos humanos, mas na ambiental, na questão indígena, é nefasta. Ela traz prejuízos. Mas aqui no Brasil algumas organizações sobreviveram. É interessante, grupos do Rio de Janeiro, Tortura Nunca Mais, São Paulo, Recife, Minas Gerais, nós aqui no sul do mundo, continuamos muito atentos, e trazendo, sempre que possível à baila essa discussão. Também é muito interessante de ver que os ex-presos políticos começam a se organizar, coisa que não haviam feito antes. O novo século começa com isto. Alguns presos políticos haviam adotado a carreira política, e outros ficaram muito quietos, tratando das suas vidas, mas agora começam a aparecer de forma organizada: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná. Começam a se mover, como uma organização de ex-presos. Aqui no Rio Grande do Sul também se cria o movimento de ex-presos perseguidos políticos. Então esse cenário é novamente acionado; atores que haviam se afastado voltam a atuar, e encontram, de novo, certo espaço na opinião pública. Veja que ele vem um pouco pela via transversal. Já tinha havido, nos anos 1990, a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, que não teve muita repercussão. A opinião pública brasileira não foi suficientemente informada, essa discussão não sensibilizou, mas há um prosseguimento, e a Comissão de Anistia é criada. Essa Comissão de Anistia, ao ser criada também traz polêmicas, e estou convencido que é muito bom polemizá-la, porque isso possibilita trazer argumentos de todas as espécies. E o tema começa de novo... São organizações que se mantiveram, e que agora retomam a luta – retomam

a luta, não é que retomem o tema, pois ele estava aí. A implantação dessa Comissão de Anistia suscita debates, e vamos, e vamos. Enfim, os países ao redor também, e hoje está, digamos assim, na agenda política e social do país. Vamos discutir esse passado, que é recente. Mas, inclusive, como forma de estabelecer um processo de consolidação democrática, mas isto não está sendo assim entendido por alguns setores, que não querem entender isso como algo importante para nutrir essa jovem democracia no Brasil. Esse é o cenário.

P: Nesse cenário, qual é a atuação do Movimento, hoje? De que forma mantém as relações com um elemento que é quase essencial em sua história, que é a vinculação com os países vizinhos?

R: Quando essa discussão é retomada, primeiramente nos países vizinhos, nós tivemos, também, como contribuir. Registros nosso, documentos, que serviam aos nossos países irmãos. Colocamos absolutamente solidários com estas ações que estavam sendo desenvolvidas. Quando chega ao Brasil, novamente, há no Movimento um arquivo muito importante, e há essa possibilidade de troca de informações, que nunca se termina. Essa troca de informações se complementa... Essa troca de informações se complementa, porque, enquanto não se abrirem os arquivos, nós carecemos de uma informação mais completa. Então, isso faz falta: obter aquela fraçãozinha da informação em um lado, em outro, e ir montando o grande quebra-cabeça. Esta construção ao longo de anos, de vínculos de solidariedade com o Uruguai, com a Argentina, o Chile, Paraguai, tem feito com que essa troca de informações vá fluindo. Vão se apresentando situações tais, que o Movimento tem aí um espaço de atuação importante. Vamos exemplificar, para que se entenda bem como é isso. O caso dos ítalos-argentinos desaparecidos no Brasil. O Movimento representou as famílias desses desaparecidos, para obter junto ao governo brasileiro a reparação. Estabeleceu-se um bom vínculo. Em contrapartida, também assessoramos famílias de brasileiros vítimas da repressão na Argentina, que também obtiveram reparação. Ultimamente, também no Uruguai, onde brasileiros foram vítimas da repressão. Então, articulamos isto. É interessante, porque sempre se abre esta porta da reparação econômica, e não se quer avançar um pouco mais, com a judicialização dessa situação. Então, um caso bem pontual: Antônio Pires da Silva Junior. É preso no Uruguai, no momento em San Xavier, no final da ditadura uruguaia, quando um grupo de pessoas dessa comunidade, todos descendentes de russos, são presos. Antônio Pires, um brasileiro, é preso junto. Lamentavelmente, nessa onda repressiva, acabam matando o doutor Roslik na tortura, e Antônio Pires da Silva Junior, brasileiro, está ali junto. Então, conhece muito disso. A ditadura no Uruguai quis justificar todo esse fato, esse acontecimento repressivo, dizendo que este grupo estava organizando ações guerrilheiras no Uruguai. E que Antônio Pires da Silva Junior, conhecido como Café, era quem levava as armas do Brasil para eles. Lembro que a ordem oficial do DINARP²⁰ dizia: "en lanchones y avionetas". Quem falasse dois minutos com Antônio Pires veria que isto era impossível. Ele não era figura capaz de fazer isso. Foi preso e torturado, muito torturado, julgado pela Justiça Militar uruguaia, e levado ao penal de Libertad. Nós recebemos essas informações, ao tempo: - Olha, um brasileiro está preso lá -. Fizemos a denúncia, a imprensa brasileira registrou a denúncia, e a ditadura uruguaia reage como? Vai ao penal de Libertad, tira Antônio Pires, põe em uma camionete Brasília, e leva até Rivera, na praça internacional. Dão um dinheirinho para ele, e dizem: - Olha, desapareça -. E ele ainda cheio de queimaduras de cigarro pelo corpo, havia perdido aqui um incisivo, na tortura, delata: - Olha, aconteceu isto. Nós tomamos o depoimento dele, o formalizamos, e denunciemos o fato. Ele traz, também, junto, uma informação de que havia outro brasileiro preso, que ninguém sabia, preso há anos, por [ser] tupamaro. Naquele momento, estava preso há quase doze anos. Também fizemos a denúncia. Pois bem. Antônio Pires sempre insistindo que tinha direito a uma reparação, e não havia uma lei no Uruguai que tratasse desse assunto. Até que, de repente, o Uruguai aprova uma Lei de Reparação. Fizemos o pedido, formalmente, e o Uruguai decide repará-lo. Lembro que fomos a Montevideo, para ele receber uma parte que lhe era devida, e mais uma prestação mensal de 1.500 reais. Por que foi importante? Agora vamos juntar: ele era testemunho do assassinato do doutor Vladimir Roslik. Nesse momento que nós fomos com ele até Montevideo, ele já estava infectado pela SIDA.²¹ Então, sabíamos que o tempo de vida dele era reduzido. Nessa ida, fomos

20 Dirección Nacional de Relaciones Públicas.

21 Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, doença sexualmente transmissível mais conhecida pela sua sigla estrangeira, a AIDS.

ao escrivão público, e foi tomado o seu depoimento formal, no qual ele contou tudo o que viu nessa operação que resultou na morte do doutor Roslik. Fê-lo perante testemunhas, todos assinamos, e esse documento ficou guardado, esperando o fim da Ley de Caducidad. A possibilidade de que a justiça uruguaia pudesse, um dia, tomar para si o exame disso. Então veja assim: se combina uma questão de reparação econômica com a possibilidade de uma punição. Como é interessante, não? Como tu consegues ir concatenando. Agora, por decisão do governo uruguaio, a mesma que retoma o caso Lilián/Universindo, retoma o de Antônio da Silva Pires junto, por ter sofrido torturas, mas também há a possibilidade de o caso Roslik ser retomado. São combinações. Dentro desse universo, aparece a figura do coronel Cordero. Ele era réu em uma ação penal na Argentina. Naquele momento, era uma grande ação, era uma mega causa, assim era conhecida, porque o número de réus era impressionante. Argentinos, uruguaios, chilenos, peruanos, bolivianos, paraguaios, era uma grande ação, e um número considerável de réus. A justiça argentina iniciou os trabalhos de processamento, pedindo ao Uruguai a extradição, entre outros, de Manuel Cordero. A justiça uruguaia negou, e ele lá está, Até que as organizações uruguaias – Hijos,²² especialmente – começam a promover escraches, e vão defronte à sua casa e fazem um escrache: Aqui vive um torturador, é um assassino, e começam a tornar sua vida difícil. Ele acaba vindo para o Brasil. Por que razão? Porque nesse meio tempo ele dá uma entrevista para [...] dizendo: - Mas tinha que torturar essa gente! Eram todos subversivos, terroristas, tínhamos que torturar -. O ilustre representante do Ministério Público uruguaio, frente a essa entrevista entende que ali havia um crime de apologia ao crime. Que é um crime, se formos olhar o Código Penal uruguaio e brasileiro, a punição é pequena. Ele é intimado pela justiça uruguaia a prestar declarações, tal dia e tal hora. Ele não vai, mas junta um atestado médico, dizendo que tinha problemas de saúde e não podia ir. A justiça uruguaia remarca uma segunda audiência, e ele não vai; novamente um atestado médico. A justiça uruguaia marca uma terceira audiência, ele não vai e não apresenta atestado médico. Então, o promotor pede que ele também seja processado por desobediência, e que seja levado sob vara à justiça.²³ Enfim, é a prisão dele, por desobediência: outra questão que a pena é de meses, de detenção, não é de prisão, seis meses de detenção. Então, ele sai do Uruguai. Pelos escraches e pela atuação da justiça uruguaia: não por tortura, mas por apologia ao crime. Sai do Uruguai porque era casado com uma mulher brasileira. Na ocasião, eu imaginava que era um casamento de conveniência, que ele havia casado com uma brasileira para se safar. Fui a Montevideo buscar a sua partida de casamento: não, era casado há quase trinta anos com essa mulher, portanto não era uma forma de burlar a Lei, não era, era verdade. O jornalista Roger Rodríguez, muito atento sempre, me mandou um e-mail, dizendo: - Ele deve ter ido para o Brasil. Cuida. Eu alerto todo um pessoal ao redor da fronteira, dizendo: - Olha, na presença desse camarada me avisem alguma coisa. Não deu outra: ele vai a um cartório em Livramento e dá uma procuração para o seu cunhado. Então, imediatamente ficamos sabendo que ele havia dado a procuração e que vivia – veja que ironia – na Rua Uruguai, nº 1005, em Santana do Livramento, que é a primeira rua depois da fronteira. Como ele era réu nesta causa argentina, eu fui a Buenos Aires e prestei um depoimento frente ao juiz, dizendo que na causa Número tal, um dos réus era o coronel Manuel Juan Cordero Piacentini, e que ele estava vivendo na Rua Uruguai, número 1005, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil, e que o doutor juiz, se tivesse interesse, na condição dele como réu, que pedisse extradição. Funcionou, foi pedida a extradição. Mas custou muito para acontecer a prisão. Ele desaparece de Santana do Livramento, porque fazem um escrache antes de se poder efetivar, e ele se some: vai para São Paulo, onde desaparece. Nós conseguimos monitorá-lo durante um período em São Paulo, depois ele desaparece. E passa-se o tempo. Estou narrando um trabalho de cinco anos. Cinco anos de atenção a ele. Até que ele novamente volta a Livramento, e pede uma certificação de vida, porque, como ele recebia uma pensão como militar aposentado, – à semelhança do INSS²⁴ brasileiro, não era ele pessoalmente que recebia, mas sua filha, por procuração –, a cada seis meses ele tinha que apresentar um atestado de vida. Ele foi ao Consulado uruguaio em Santana do Livramento fazer esse pedido, e o cônsul, já prevenido, nos alerta. Eu ligo para a vice-ministra de Relações Exteriores, Belela, querida amiga, sempre. Peço-lhe que ela oriente o Cônsul para dar uma segurada, enquanto eu vou atrás da Polícia Federal brasileira, que é quem

22 H.I.J.O.S.: *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*.

23 Levado por mandado judicial.

24 Instituto Nacional do Seguro Social.

administra a Interpol no Brasil, para que execute a prisão, já que o pedido está aí. Lembro que isto era uma quinta-feira. Falo com o diretor da Interpol em Brasília: - Ah, sim, vou orientar o nosso Superintendente aí no Rio Grande do Sul. E a coisa não funciona, fica difícil chegar aqui a orientação para que o nosso Regional da Polícia Federal avise lá a agência da Polícia Federal em Livramento, para efetuar a prisão. Bom, e fim de semana... No domingo – isto é muito importante, este homem sempre teve um nível interessantíssimo de informações; ele sabia muito como as coisas aconteciam, no seio das autoridades brasileiras. Porque no domingo, o seu advogado, lá em Santana do Livramento, entra com o pedido de refúgio político, por fax, no domingo... O delegado federal lhe orienta que não é possível receber por fax esse pedido de refugio político: isto tem que ser feito pessoalmente, na delegacia de Polícia Federal, em Santana do Livramento. Há um formulário que está pronto, tem que ser preenchido e assinado, para ser encaminhado. Só que, finalmente, acaba chegando a orientação da Interpol de Brasília em Livramento. Segunda-feira ele entra na Polícia Federal, em Livramento, levado pela mão de seu advogado, e é preso. É dessa forma que é preso. Ele alega que quer pedir refúgio. O delegado diz: - Sim, o senhor pedirá refúgio, mas agora o senhor está preso, porque há uma ordem de captura internacional. Depois o senhor vai preencher o pedido. E leva tempo, porque enquanto esse pedido não é apreciado – esse pedido de refúgio é dirigido ao Poder Executivo, e o pedido de extradição quem aprecia é o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal. Então, o Judiciário para, esperando que o Poder Executivo decida se vai ou não conceder. Veja que terrível. E leva tempo, tempo, tempo, até que, finalmente, lhe é negado. E ele recorre. E aí vai para o Ministro, que demora mais... Aí então sim, é negado, e o processo de extradição é retomado. De novo uma luta incrível para isso, porque o relator era o ministro Marco Aurélio Mello. Ele percebe que a decisão sobre este pedido de extradição teria seríssimas repercussões internas no Brasil. Porque uma exigência jurídica do processo de extradição é a bitipicidade: o crime pelo qual o país que pede a extradição tem que estar capitulado no Código Penal brasileiro. Ele tem que ser tipificado no país que pede e no Brasil. A concessão da extradição seria dar vigência, no Brasil, à questão dos desaparecidos. Então, a importância do Cordero era fundamentalmente esta. Uma era extraditá-lo? Sim. Mas criar o precedente no Brasil: os responsáveis por desapareção são passíveis de ser processados. Porque é um crime permanente. E abriria uma jurisprudência, como abriu. Veja como um episódio acaba se enlaçando com outro, e esta luta. O primeiro relatório do ministro Marco Aurélio – temos aí gravado em vídeo, é impressionante –, porque o pedido de extradição era pela desapareção de onze pessoas, e a subtração de um menor, que era o Simon Riquelo. O relatório do ministro Marco Aurélio trata de um desaparecido, e sonega a questão da subtração de menor. E ele relata de forma inclusive desrespeitosa, dizendo que ninguém fica desaparecido por trinta e dois anos. Porque estão mortos, a pessoa está morta. E ainda gesticulava assim... Está em baixo de sete palmos, está morta. E se morta está essa pessoa, é homicídio! E se é homicídio, prescreveu! Esse foi o relatório dele. Logo em seguida votam dois ministros: a ministra Carmen Lucia, que faz uma ressalva que até hoje eu não entendi, tirante a questão da Anistia, e vota pela não extradição. O ministro Meneses Direito vota pela não extradição. O ministro Levandosky diz: - Não, não, espera um pouco. Eu olhei no processo também a questão do menor, e voto pela extradição. Já estávamos perdendo. Veja, perdendo. Só um voto favorável. Por sorte o ministro Peluso pede vistas. Vou contar alguns detalhes aí que não importam: procuramos abastecer o ministro Peluso de todas as informações: quem é esse- senhor, do que trata esse processo, e ele o estudou profundamente. E quando volta para a pauta, o ministro Peluso deu uma aula brilhante. Mas é muito interessante, porque quando se retoma imediatamente o ministro Marco Aurélio pede a palavra. E faz um novo relatório, no qual aqueles onze que ele tinha sonogado aparecem, assim como a subtração de menor. Mas ele alegando que esta subtração de menor já havia prescrevido. Peluso, então, retoma a palavra e diz: - Olhe ministro, isto de que estão mortos não pode ser tomado em conta. O senhor evoca, inclusive, a legislação brasileira, mas quem diz que uma pessoa que desapareceu está presumivelmente morta é o Judiciário. É o juiz que tem que dizer, a legislação brasileira é clara nisso. E aqui no processo de extradição nenhum juiz argentino diz que estas pessoas estão mortas. Ao contrário, diz que estão desaparecidas. E, na questão do menor, o cálculo de prescrição é diferente, ministro. Não se conta da data em que o fato ocorreu, o prazo prescricional deve ser contado desde o dia em que a vítima tomou consciência da sua verdadeira identidade, portanto não prescreveu -. Olha, isto teve uma repercussão fantástica no

Supremo, porque a ministra Carmen Lucia muda o voto. E o ministro Joaquim Barbosa e o ministro Aires Brito antecipam os votos, favoráveis à extradição. Aí, o nosso ministro de Santa Maria – como é o nome dele? Amigo do Tarso, já aposentou-se, um nome muito solene – pede vistas. E mistura com um episódio muito explosivo: - Eu sou o relator da ação da OAB sobre a questão da Anistia. Eu quero olhar por que... Aí, o Peluso falou: - Não ministro, por favor, não vamos misturar as coisas. Esse é um pedido de extradição, e a questão que o senhor vai examinar é outra -. Mas é que o Marco Aurélio Mello havia levantado a questão, isso teria repercussão na Anistia brasileira. E o Peluso ainda pede ao presidente: - Presidente, não marque para o mesmo dia, pois são matérias diferentes, não vamos criar confusão -. E eu fico esperando agora o capítulo três: o que vai acontecer? Lembro que, depois de agendado, demorou – eu vou para frente da tevê Justiça, me lembro de que era agosto, ainda estava friozinho, preparei meu chazinho –, vou passar a tarde vendo isto. Aí colocam em pauta e ele pergunta assim: - Mas nós vamos julgar os dois pedidos ou não? -, - Não, é só este aqui -, - Então está eu voto com o relator -. Terminou! E assim conseguimos. É um trabalho que está bem documentado aqui, um trabalho de cinco anos, até se lograr a extradição dele. E que abriu um precedente, e que agora, semana passada, o Ministério Público Militar, usando esta decisão de que o crime de desaparecimento é crime permanente, e, portanto, ele continua acontecendo agora, ele quer reabrir, na Justiça Militar, os casos dos desaparecidos. Porque é um crime continuado. Passou a Anistia – ela é de agosto de 1979 –, mas, em setembro desse ano, em outubro, novembro, dezembro, em 2003, 2004, em 2012, março de 2012, o crime continua. As pessoas não apareceram, e, se continua o crime, os responsáveis terão que responder. Ultrapassou a Anistia, baseado nesta decisão do Supremo de que é um crime permanente. Veja como um caso, que era a extradição do coronel Cordero, mas que, pelo Supremo Tribunal brasileiro entender de que por ser crime permanente é extraditável, vale também para o ordenamento jurídico interno. Fantástico! Conte-te uma grande história agora.

P: Jair, dois minutos para fazer uma espécie de pequeno balanço parcial do que tem sido esta história do Movimento. Parcial porque esta história vai continuar.

R: Digo-te assim. Parcial... É uma história de lutas contra a injustiça e a impunidade. Mas, também, sempre um desejo de que esta ação seja pedagógica. De que não haja necessidade de indefinidamente existir uma coisa que se chama Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Que se crie uma consciência coletiva, é difícil, é desafiador, mas esta é a luta. Viu? Não precisei de dois minutos para colocar.

DEPOIMENTO 2 – JAIR KRISCHKE - SEGUNDO DEPOIMENTO.

PORTO ALEGRE, 24 DE MARÇO DE 2012.

P: O tema hoje são os casos e protagonistas vinculados à história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Jair, então, uma pequena síntese do caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, por favor.

R: Bem, é um episódio marcante do ponto de vista da Operação Condor. Pela primeira vez é flagrada uma Operação Condor e denunciada publicamente. Isto começa com um telefonema que vem de São Paulo para o nosso companheiro Omar Ferri, alertando de que havia alguma coisa estranha acontecendo. Rua Botafogo, número tal, apartamento tal. O Ferri, ao fim do dia, sai do escritório, passa no local, toca, toca a campainha, ninguém responde. No dia seguinte, quando volta, faz o mesmo, mas aí encontra, casualmente, o proprietário do apartamento, que vivia ali no prédio. E pergunta. E o senhor [diz]: - Olha eu não tenho visto. Nem sequer as crianças eu tenho visto. E o Ferri retorna com essa informação de que: - Olha não se sabe. A partir desta situação é avisado, também, o Luiz Cláudio Cunha, na Veja.²⁵ É interessante porque – deixar claro – porque que o Ferri não encontrou ninguém? Porque eles já tinham praticado, sim, a Operação Condor, tinham ido para o Uruguai, portanto não havia ninguém mesmo. Mas, por esta, digamos, extrema sensibilidade da Lilián de que ela tinha que fazer algo para conseguir mantê-los vivos, sua preocupação com as crianças, quando chega no Uruguai ela conta a seus repressores de que estava, na verdade, esperando a visita do secretário-geral do Partido, que, na verdade, era quem eles queriam, era Hugo Cores que eles queriam. Então, frente a essa notícia, eles decidem voltar para Porto Alegre. E armaram, no apartamento onde eles viviam, a ratonera,²⁶ para tentar prender o Hugo Cores. E fazem isto, voltam. Quando o Luiz Cláudio Cunha vai ao apartamento, já haviam regressado e estavam aguardando a chegada do Hugo Cores. Por isso é que há esta... Por que eles são recepcionados desta forma, não é? Quer dizer, na verdade, alguém era esperado! E o esquema estava montado para isto. Tanto é que quando o Luiz Cláudio e o fotógrafo Scalco entram no prédio – o apartamento era no final do corredor, um apartamento térreo no final do corredor, e antes de chegar o apartamento havia a escada, que dava acesso aos pisos superiores. E eles notam que uma pessoa – eles entram no edifício –, que outra pessoa entra atrás deles. E esta pessoa sobe as escadas. Eles tocam a campainha, e justo abre a porta aquele senhor que tinha subido e já tinha descido, e apontava uma arma... Era esperado assim. Ainda levou alguns dias para a denúncia ganhar a imprensa. Demorou. O primeiro registro na imprensa brasileira foi feito pelo Jornal do Brasil – José Mitchell. Em termos jornalísticos, ela sai até numa página que não era privilegiada, mas a notícia era tão importante que – Vamos botar, mesmo que não seja numa página privilegiada. Esse foi o primeiro registro de imprensa. Depois é que a Veja vai sair. A luta... Foi terrível. Todo o aparato repressivo não queria, de forma nenhuma, que isto aparecesse. O Ferri, antes de se tornar público, andou na polícia. Foi muito bem recebido, mas não, não havia nada. Nada, nada. Foi na Polícia Federal, porque ele disse: - Isso deve ter sido a Polícia Federal - . Foi na Polícia Federal: nada também. Quando isso explode na imprensa, bom, aí o jogo fica muito duro, e é preciso bater firme, denunciar, aconteceu sim, houve isto. E tanto a Polícia do Rio Grande do Sul, como a Polícia Federal começam a criar versões. Consegue-se que a OAB²⁷ monte uma comissão para ir a Montevidéu. Isto é muito importante, porque a OAB, inclusive com a participação de advogados que não eram de esquerda absolutamente – eram até advogados conservadores – entendeu que sim, era muito grave o que estava acontecendo, e montaram uma comitiva que foi a Montevidéu. Lá, buscou o Colegio de Abogados também, achando que a violação ao ordenamento jurídico brasileiro tinha sido grave, e que havia participação de uruguaios. Aí, em Montevidéu, acontece algo muito interessante: o nosso companheiro Omar Ferri recebe um telefonema de alguém que dizia saber o que tinha acontecido, mas que não se identifica. Aqui as versões vão aparecendo: de que eles entraram de livre e espontânea vontade no Uruguai, portando armas e panfletos; e aí vem a versão da Polícia Federal brasileira,

²⁵ Revista brasileira.

²⁶ Termo utilizado pelos repressores, indicando armadilha, tocaia, a fim de executar sequestros e/ou prisões.

²⁷ Ordem dos Advogados do Brasil.

de que saíram por Bagé-Aceguá, dando como testemunhas um cobrador de ônibus, motorista de táxi, todos dependentes da Polícia; ou por contrabando, ou por tráfico de drogas. Enfim, foi fácil montar uma... E os uruguaios... A DINARP faz uma nota oficial dizendo que subversivos estão entrando no país. Essa nota existe lá no Uruguai. A mãe da Lilián vem a Porto Alegre e vai a Zero Hora.²⁸ E lá coloca para um jornalista o que estava acontecendo, e este jornalista – que já sabia que havia alguma manifestação do Ferri – a coloca em contato com o Ferri. Então... Aí se começa a entender melhor o que estava se passando... E a luta para salvar as crianças, que acabaram, sim, sendo entregues aos avós. Mas os dois foram condenados a cinco anos de prisão. Não houve...

P: Como é que entra o Movimento nesse caso, Jair?

R: Esse caso acontece em dezoito, aliás, em doze de novembro de [19]78. E esse grupo já vinha se reunindo, vinha discutindo essas questões. Digamos: ficava muito na área de atuação. E a organização do Seminário já estava – desse que criou o Movimento – já estava pensada. E o Ferri nos procura. O Ferri nos procura e diz: - Olha... E passa a participar. Quer dizer, esta aproximação, esta junção com o Ferri se dá aí, nesse episódio. E há uma figura, que acionou desde São Paulo, que sempre foi nosso parceiro – o doutor Luiz Eduardo Greenhalg. Que era, em São Paulo, quem acolhia muitos uruguaios, vinculado à Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo. Então esta luta também passa a ser muito importante para o Movimento, porque há uma avaliação feita. Dissemos: - Olha... Nós decidimos mostrar a cabeça. Nós existimos. Formalmente existimos, e tal. Tomar um episódio desses como uma bandeira seria uma luta terrível! Terrível, mas era uma guerra... Por que uma guerra? Porque uma guerra é composta de batalhas. Era uma guerra importante. Justíssima! Tinha repercussão internacional. Então, com esta luta, e nós aparecendo publicamente como parte desta luta, nos daria algo que nós precisávamos muito, quer dizer: tornarmo-nos conhecidos internacionalmente e, desse conhecimento internacional, advir uma proteção, um respaldo. Era uma via de mão dupla: - Vamos nos expor, vamos sofrer... Ameaças... Bom, as nossas vidas ficaram um inferno, mas: - Vamos fazer isto, porque isto também vai nos dar respaldo para outras ações. Este grupo de malucos existe. Eles enfrentam. Então, há conhecimento e há respeito. Então este caso tinha, também, este componente outro. Lutamos, mas também há uma... E nesse processo vieram a Porto Alegre figuras importantes do universo internacional dos Direitos Humanos. Foi um momento em que nós também nos aproximamos do Secrétariat International de Juristes pour l'Amnistie en Uruguay – SIJAU.²⁹ E logo em seguida veio aqui um advogado francês, Jean-Louis Weil, que aqui veio publicamente, a imprensa registrando, e ele cobrando das autoridades e denunciando, o que foi dando esse nível internacional. A Lilián era cidadã italiana, então se moveu a Embaixada Italiana, também, para que - Olha, não pode ser assim -. Então há esta... Digamos assim. Esta fase pública do Movimento está vinculada a este episódio também, dentro desta óptica, desta análise que se chegou e dissemos: - Olha, é o momento de a gente... -. É uma briga grande, mas é a que vai também nos ajudar nas outras brigas.

P: Jair, qual foi a importância da mãe da Lilián, a dona Lilia, em todo esse processo de aproximação, de denúncia?

R: A dona Lilia foi uma mulher extraordinária. Extraordinária! Uma mulher serena, mas com uma força interior, assim, fantástica. Ela, na sua simplicidade, dizia o que era preciso dizer. Sem nenhum temor. E ela veio! Quando há o episódio, ela veio para Porto Alegre, não importando que aqui também havia uma ditadura. Ela veio para Porto Alegre. Ela começa procurando... Desembarcou na rodoviária e foi na Zero Hora. Disse: - Qual é o jornal aqui? Então vou lá! Vou lá levar meu pleito. Eu quero salvar meus netos! Eu quero salvar meus netos -. Era a grande preocupação dela. E esta mulher de extrema coragem e de extrema simplicidade foi fundamental, porque ela também acabou por cativar os jornalistas. Eles passaram a ter, assim... Uma admiração por ela, um carinho por ela. Então, cada vez que ela vinha a Porto Alegre se tinha a imprensa junto, muito interessada em ouvi-la. É interessantíssimo, assim. São, na verdade, fenômenos. Ela não era absolutamente uma mulher... Brilhante! Vinda do mundo acadêmico! Era uma dona de casa.

²⁸ Jornal do grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), produzido no Estado do Rio Grande do Sul.

²⁹ Pode colocar a sigla na Nota e deixar o nome da instituição no texto? PODE, PORQUE O JAIR FALOU ASSIM, É TRANSCRIÇÃO LITERAL.

Mas com a sua postura de coragem, de sinceridade no seu pleito, ela conquistou! Conquistou o respeito e a admiração de todos nós, e muito da imprensa. Foi muito importante a dona Lília.

P: Jair, o Movimento depois, de qualquer forma, acompanhou toda a estadia do Universindo e da Lilián em prisão, e a partir daí manteve uma relação constante com eles. Como é que foi esse encontro do Movimento com eles? Porque em realidade vocês só foram conhecê-los praticamente quando eles saíram da prisão?

R: Ah, sim. Pessoalmente, sim. Mas estes vínculos que foram se estabelecendo com a dona Lília e dom Homero Celiberti – também outra figura, um blanco, um blanco militante, e era também uma pessoa fantástica. Então esse contato muito seguido – eles vindo até aqui, ou nós indo até Montevideú –, esta sintonia que se mantinha muito apurada, muito fina... Na verdade, nós, sem conhecer pessoalmente, fomos conhecendo através das visitas que eles faziam, do que nos relatavam. Enfim, se ia trocando informações, e era muito importante aquilo que eles tinham a nos dizer. E isto foi muito importante, não somente em relação ao caso deles, mas a outros casos também, porque nos passavam informações nestas visitas. Há uma mensagem da Lilián escrita em um... Naquele papel do maço de cigarros. Não sei se tu já viste?

P: Vi sim.

R: Com uma letrinha... Precisa lente para ver. Veja, se conseguia ter uma boa comunicação. Até... Claro... Aqui nos nossos registros – esses dias, eu não sei quem foi que me perguntou –, nós colocamos na Assembleia Legislativa, e aqui defronte a Prefeitura, um placar com uma contagem regressiva: quantos dias faltam para libertá-los. Isso também comoveu a cidade. É interessante isso. Até o dia da libertação, enfim, que se montou uma Comissão e se foi lá para recepcioná-los.

P: Vocês estavam na Comissão?

R: Sim, sim. Sim, há fotos aí. É interessante, porque, veja... **Aí** eu até não referi algo que é muito importante, a questão da CPI³⁰ da Assembleia Legislativa. Mas a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul teve um comportamento, nesse período, impressionante, montando uma CPI. Montando uma CPI. Montou. Já anteriormente havia acontecido outra CPI, que foi também de fundamental importância, do Caso das Mãos Amarradas, de [19]66. Mas é claro, em [19]78 a ditadura estava muito mais assentada, mas mesmo assim houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa. De novo foi duríssima a luta. Com lances, assim, interessantes... Que há deputados que estão vivos ainda. Por exemplo: havia um respaldo do presidente da Assembleia. Havia um respaldo. E em determinado momento a CPI entendeu que precisava ouvir os policiais do DOPS.³¹ Qual policial? Todos! Todos! Todos os policiais. E a CPI pedia e o governador não autorizava. E o governador Sinval Guazzelli viaja, e o presidente da Assembleia...

P: Que era...

R: O Giacomazi. O Giacomazi assume o governo, substituição. E, como governador, ele determina a apresentação de todos os policiais do DOPS. Há uma fila imensa ali na Assembleia Legislativa. E dentro dessa questão do sequestro, há algumas nuances que nunca foram bem trabalhadas. Um pouco antes desse dia em que os policiais do DOPS tiveram que ir lá para a Assembleia fazer fila para serem identificados e depor, já havia uma sinalização para o Ferri. Seu filho estudava no Colégio Rosário, e um irmão sinalizou, via o filho do Ferri, que uma senhora que tinha sido novíça numa ordem, numa congregação religiosa feminina, teria alguma coisa para contar. Mas isso nunca prosperou. Quando desta imensa fila lá na Assembleia, havia uma senhora policial muito nervosa, que chamava atenção. Via-se que ela estava... E esta senhora morreu... De um derrame cerebral ou um ataque cardíaco. E foi muito interessante, porque o enterro dessa senhora – o velório e o enterro dessa senhora –, o general Antônio Bandeira, comandante do poderoso III Exército foi ao enterro, ao velório. O governador do Estado, o Vice-Governador, chefe de Polícia! Foram ao velório de quem? De uma simples funcionária policial. Quer dizer, aquela presença era o cala-boca. Depois viemos saber que esta policial foi a que cuidou dos filhos da Lilián, porque

30 Comissão Parlamentar de Inquérito

31 Departamento de Ordem Política e Social.

eles foram surpreendidos, eles não imaginavam que havia duas crianças. Aí tiveram que: - O que vamos fazer com as duas crianças? - Chama a senhora do Xerox para cuidar das crianças -. E era esta policial. Quer dizer, é uma morte altamente suspeita. Mas... Já dei uma volta... Mas enfim, acabamos sendo amigos do casal dom Homero e dona Lilia.

P: E uma pergunta, Jair: a família do Universindo nunca se manifestou, nunca fez contato?

R: Não, não. Havia um irmão dele que tinha... Digamos assim – nunca o conheci pessoalmente –, mas que manifestava, assim, uma vez ou outra, que tinha preocupação com o que estava acontecendo com o Universindo. Não, não. Diferentemente da família da Lilián. A família da Lilián... A irmã, que naquele momento vivia na Itália – a Mirta – tinha um papel protagônico, agitava lá na Europa. O irmão, Ariel, professor, também parceirão.

P: Qual é a relação que hoje tu e o Movimento têm com o Universindo, com a Lilián, com o Camilo e com a Francesca?

R: Eu diria assim. Lamentavelmente a dona Lilia e o seu Homero não estão mais, mas nos tornamos muito amigos. Muito amigos. Eu sempre que ia a Montevideú, ia ver dom Homero. Sempre ia ver dom Homero. Já velhinho, sempre ia vê-lo. Era uma boa conversa, um bom papo. Sabia das novidades políticas do Uruguai, sabia todas. Sempre muito interessado. O irmão Ariel... Ariel, acabamos também amigos, muito amigos. Somos até hoje muito amigos. Porque acabou sendo nosso parceiro em outras atividades, outras ações. Camilo e Francesca: Camilo... Agora que está mais no Uruguai, não é? Ele, enquanto... Viveu um período no Uruguai, depois foi para a Itália, depois voltou, voltou para a Europa de novo. Francesca muito pequena. Muito pequena. Mas, o que eu digo, assim: os anos passaram, e essa aproximação com os dois ela começa realmente a acontecer agora, nesses últimos anos. É interessante. Eu não saberia explicar como é que é isso, mas eles se aproximam... Talvez numa tentativa... Até de resgatarem as suas próprias histórias. É muito interessante... É muito interessante. Muito interessante! Às vezes me surpreende. Por quê? Porque tu tentas falar com eles como se eles soubessem tudo o que tinha acontecido, mas não é bem assim. Eles não tinham o nível de consciência de um adulto, eram crianças, e valorizavam aquilo que lhes interessava. Agora, o Camilo é muito interessante. Camilo, naquele primeiro momento que se vai ao Uruguai e mostra-se a foto, ele identificou. Seelig e outros, e tal. O lugar onde tinham estado. O riozinho... O arroio Dilúvio, ali. Então, é muito interessante. Ele identificou. Mas essa relação se vai assim. Com o Universindo, muito fraterno. Muito fraterna, porque aí vem a questão do temperamento. O Universindo tem um temperamento muito especial, muito especial. É um ser humano riquíssimo! É um ser humano riquíssimo, e que sempre, sempre, sempre, se manteve muito próximo de nós... Dessa forma assim, do amigo muito leal, muito preocupado. E uma delicadeza!... Se poderia dizer: é um gentleman. Uma grande figura. E a Lilián é uma lutadora. É uma mulher que nasceu para a luta. Eu acho que não tem outro tipo de comportamento, está sempre lutando. Hoje em outro espaço, com outro tipo de preocupação, mas sempre uma militante.

P: Como é que tu avalia – tu até nos antecipaste alguma coisa antes, Jair –, mas esse comportamento da Lilián, nesse momento do sequestro, ou seja, que tem ali uma questão de coragem, de postura, de luta pela sobrevivência. E num momento extremamente delicado, porque ali ela está arriscando tudo. Que avaliação tu fazes desta...?

R: Eu te digo, assim. A Lilián é uma leoa, uma leoa. Aquela que, frente a um momento limite – muito mais da segurança dos filhos do que da dela, mas muito voltada para a segurança dos filhos – ela pensou numa forma de. Já no DOPS também ela teve alguns gestos que vão por aí. Um lincar rapidamente, e agir em seguida. Eu sempre digo, assim. É impossível medir tortura: quem é que foi mais torturado, menos torturado. Isso não existe. Isso não existe. Cada pessoa reage de uma forma. Mas na prisão, aqui no DOPS... Podiam perguntar: - Mas e por que o Universindo também não... -. Mas ele foi massacrado! O Universindo aqui no DOPS, ele foi massacrado! Isso ele conta: que quando ele é trasladado de um local para outro, ele passa onde tinha um espe-

lho, e ele olhou e não se reconheceu! Ele não se reconheceu. Quer dizer: ele foi muito, muito torturado. Eu acredito que ele, naquele momento ou na sequência dos fatos, estava – usando uma palavra agora muito moderna –, estava num apagão. E ela não. Ela, muito atendida.

P: Jair, a partir do caso do sequestro. É um momento em que se intensifica a relação do Movimento com seus contatos no Uruguai? Se pode dizer isso? Qual é a rede que o Movimento tem ou estabelece, a partir dali, com o Uruguai? Pessoas, organizações.

R: O fato é o seguinte. Eu diria assim... Não foi... Não foi determinante, porque eles pertenciam a um pequeno partido. Um pequeno partido num universo político uruguaio muito marcado. Muito marcado. A histórica predominância política de dois partidos, Blanco e Colorado. Estes eram o grande universo. Depois, o Partido Comunista, o Socialista, e um PVP³² minúsculo. Então, digamos assim – tu sabes perfeitamente o que eu vou dizer –, que os outros partidos até olhavam com certa... São uns loquitos. Partidos de esquerda achavam que eles eram. Então, não. Não foi por aí. Já contatos anteriores, histórias anteriores, num universo mais amplo, com o Partido Comunista, com o Partido Socialista – especialmente o Partido Socialista –, com o Partido Blanco. Então se tinha já um fluido contato. Aí falamos agora de dom Homero, que era um militante blanco. Ferrenho!

P: Ele era vinculado à corrente do Wilson?

R: Do Wilson. E um amigo dele – e que era do ramo dele –, Cacho López Balestra, e a sua famosa farmácia das três esquinas: um prócer blanco! E dom Homero lá, com a sua profissão, farmacêutico, estava lá com o Cacho. E muitas reuniões – isto é muito interessante! Muitas reuniões nós fizemos lá na farmácia das três esquinas. Conheces a farmácia das três esquinas?

P: Não.

R: É incrível! Uma parte, uma rua lateral, a cortina estava sempre fechada. E ali tinha umas cadeiras, parecidas com essas nossas, e tu, estando na farmácia, não vias nada de gente reunida ali. E nos reuníamos ali para discutir coisas e propor coisas, e para bolar ações. Ali, com o Cacho López Balestra. Que dentro – digamos assim, do universo político uruguaio – era do Partido Blanco, mas era um blanco de valor. E até hoje a esquerda toda uruguaia respeita o Cacho: é uma figura realmente de proa. E de vínculo assim profundo com dom Homero. Vínculo profundo. Tanto que lá que fazíamos muitas reuniões. Então, assim, digamos, esta coisa fluida que se tinha com os outros partidos... E havia um deputado, que tinha sido deputado colorado, e depois voltou à política e foi até senador... Como era o nome dele? Mas era um colorado contrariado. Como é o nome dele? Vou lembrar o nome. Porque eu ia dizer, assim: - Com os colorados nós não tínhamos vínculo e tal. Tínhamos. Flores Silva, Flores Mora... Mas como é o nome? Bom, mas enfim... Porque o Flores Silva também participava da Juventude Colorada, e nela eles tinham um espaço político interessante. E a ditadura era ditadura. Então, vamos em frente. E os blancos... O atual embaixador do Uruguai no Chile, Carlito... Não, embaixador no Chile... Carlito, que é médico de formação. E outros da Juventude Blanca, com os quais tínhamos um permanente contato. Então fluía independente do caso da Lilián e do Universindo, fluía.

P: Jair, retomando a figura de protagonismo do Omar Ferri. Enfim, nós sabemos que havia parceria, e ele é um colaborador do Movimento, também. Além dessa participação importantíssima que ele teve, digamos, em todo esse processo do sequestro, da denúncia do sequestro, em que outros eventos importantes dentro do Movimento o Ferri tem esse protagonismo que se possa destacar?

R: Eu te diria assim. Tem que chamar atenção para a personalidade do Omar Ferri. Um gringo de briga. Um gringo brigão, que vinha de uma trajetória do velho PTB, do velho Partido Trabalhista Brasileiro. Foi da Juventude Trabalhista, foi vereador lá em Encantado, foi deputado aqui na Assembleia, no velho PTB. Então sempre foi um sujeito de briga, sempre foi de luta e tal, e ideologicamente bem posicionado. Há esta situação que nós já comentamos, e ele passa a fazer

³² Partido por la Victoria del Pueblo

parte do nosso grupo. Episódios assim, bem marcantes, episódios importantes, eu te diria assim: tem no caso Benech – que ele estava junto. E eu não esqueço que, quando nós chegamos a território brasileiro, o Ferri teve... Um momento assim de... Ele olhava lá para o Uruguai: - Ahhh, vingança! Vingança! Lilián e Universindo estão vingados! O gringo é fogo. E esse caso ele teve – no Benech –, foi nosso companheiro lá, participou da operação e, depois, dos desdobramentos, dos vários desdobramentos que nós tivemos que realizar, ele participou. Qual é o outro caso? Mas são vários, vários episódios. O caso quando desaparece o pai da Mayarí, o Cantoni, quem faz os trâmites policiais... Foi ele que fez os trâmites policiais: - Olha, desapareceu o comerciante uruguaio -. Não podíamos contar do que se tratava. Foi ele que fez. A primeira derrota do major Curió foi aqui, no Rio Grande do Sul – acampamento dos Sem Terra Encruzilhada Natalino. Chega um determinado ponto que a ditadura manda cercar o acampamento. Manda cercar: não entra e não sai ninguém. E manda o Curió. O Curió que passa a comandar o acampamento. E nós entramos com habeas corpus na Justiça Federal, o direito de ir e vir. E ganhamos o habeas corpus: obra do Ferri. E como não tinha oficial de justiça para ir até lá, o juiz nomeou o Ferri ad hoc oficial de justiça, para ir notificar o Curió lá no acampamento. Então tem... Assim, estou citando alguns casos que me lembro, mas vários outros em que a atuação... Em alguns momentos foi meu advogado também, porque, de repente, houve um momento assim, muito interessante. Eu fui chamado à Polícia Federal por introduzir estrangeiros clandestinamente no Brasil, e estava chegando um delegado daqui, gaúcho, mas que vinha vindo lá do Nordeste, para ser o supervisor policial no Rio Grande do Sul – doutor José Antonio Hahn.

P: José Antonio...

R: Hahn. H-A-H-N. Aí eu lembro porque vincula... Lá fui eu e o Ferri. E ele [Hahn] brabo da vida: - Olha isto aqui é um serviço público! O senhor traga aqui que nós damos o visto. Isto é um serviço público -, - Mas como é que nós vamos acreditar nisso, doutor? Nesta sala aqui! Essa mesa, essas cadeiras aqui, o seu colega, por denunciar um sequestro de Lilián e Universindo, queria nos transformar em réu. Aqui nesta sala. Como é que nós vamos acreditar no que o senhor está nos dizendo agora? -. O Fuques. Na sala do Fuques. Ele substituiu o Fuques. Então foi um diálogo, assim, áspero! - Como é que eu vou acreditar? -, - Não, mas é uma obrigação legal, a Polícia Federal tem que cumprir as suas... -. E eu e o Ferri... E de repente: - Os senhores aceitam um cafezinho? -, - Aceitamos -. Cafezinho... Cafezinho... De repente, ele introduz assim – coisas que tu nunca esquece –, filosofia. Vamos conversar sobre filosofia. E a reunião terminou em alta filosofia. Despedimo-nos. Na conversa ele deixou muito claro que sabia muito de como nos movíamos. Então isto nos levou a adotar cautelas e, a partir dali – ele não sabe disso, vou confidenciar para nós –, passamos a pagar o dízimo: de cada dez a gente levava um assim, o mais leviano. Levava lá para ele. E ele dava o visto. Claro, nós não tínhamos telex. E ele sempre se oferecia: - O senhor quer que eu comunique o Alto Comissariado das Nações Unidas? Use o telex aqui -, - Ah, muito obrigado, então -. Saía pelo telex da Polícia Federal! Esta coisa assim que o... Agora, claro, quando lembro do José Antonio Hahn, eu lembro de um outro episódio muito interessante, assim. Uma senhora, uma cidadã uruguaia cujo marido desaparece e... Bom! Para cá, Rio de Janeiro. Asilo na Suécia. Tudo acertado. Estava chefiando o escritório lá a minha querida amiga Armênia Nercessian, irmã do Stepan Nercessian. Uma das mulheres mais lindas que eu já conheci na minha vida. Lindíssima! E uma tigresa, também. E aí ela me liga e diz: - Olha Jair, está tudo pronto, mas a senhora disse que só vai com a filha dela -, - E o que tu queres que eu faça? -. Porque a situação é assim: a menina tinha oito anos, e foi a única certidão de nascimento que eu vi na vida que só tinha o nome do pai, não tinha o da mãe. Não tinha o nome da mãe! Já viu? Não tinha! Tinha o nome do pai. E a lei uruguaia: menor só pode sair do país com autorização do pai e da mãe. Mas o pai estava desaparecido, e ela: - Só vou para a Suécia com a minha filha -. Ela disse: - Olha aí Jair -, - Está então tu faz o seguinte. Manda-me ela para cá que eu armo o esquema para tirar essa menina, mas ela tem que vir! -. Uma criança de colo a gente faz tudo tranquilamente, mas uma menina com oito anos... Na segunda pergunta nós estamos entregues! Não tem. Então, tem que vir a mãe junto, para ela ver que é a mãe dela e confiar, porque, se não esses loucos estão me sequestrando, não é possível. E acertamos tudo. E como era menor, eu fui – aqui na rodoviária tinha um guichê do... Como é que se chamava? Juizado de Menores! Do Juizado de Menores! -, onde se fazia a autorização para menor viajar desacompanhado. Então

eu tomei a cautela. Eu fui ali e fiz a declaração, botei o nome da menina, aquela coisa toda. E assinei a autorização na condição de tio. A minha profissão: botei lá – professor. Eu chamo atenção, então professor, está. Então, tínhamos o... Estava tudo prontinho para se fazer isto, quando, ao meio da tarde me chega – foi mais do que um apelo –, foi: - Olha, o Fernando Vaca Narvaja tem que sair da Argentina agora. Os militares estão fazendo um cerco e tem que tirar ele da Argentina -. Tinha acontecido, dias antes, o jogo do Grêmio com o Estudantes de La Plata – que o Grêmio ganhou a Copa Libertadores –, e o Fernando tinha entrado clandestinamente na Argentina, e uma intervenção na transmissão de rádio e televisão com uma proclamação à nação – Por que estes gorilas... –, e aí tinha que sair da Argentina. Então - Jair tem que tirar ele da Argentina -, - Mas eu estou com um... -, - Tem que tirar -. Então, esse do Fernando era mais complicado ainda. Eu tive que montar um esquema para tirar o Fernando. Complicado: uma base intermediária em Passo Fundo, uma base em Uruguaiana e outra em São Borja. São Borja tranquilo – minha filha vivia em São Borja, e eu tinha que ter condição de usar avião. Uruguaiana já mais complicado. Mas eu precisava administrar. Então peguei um companheiro nosso, o Augustino: - Augustino, tu vais ao Chuí, e tu vais fazer a...-, - Eu não posso ir, eu vou estar nisso aqui -, - Então tá, então vai -. A coisa está andando... Tu vê assim, eu estou numa tensão terrível... O Fernando Vaca Narvaja era... Nessa tensão. Quando era perto do meio-dia, me liga o Augustino: - Jair, nós estamos cercados. Eu estou com a criança, está a mãe da criança, já está tudo... Mas estou cercado. A Polícia Federal... Estou cercado. Não dá para eu me mover. O passo que eu der, está feita a porcaria, então não dá mais -.

P: Ele estava literalmente onde, Jair?

R: Ali na fronteira.

P: Na própria fronteira? Na Polícia?

R: Não.

P: Não, estava antes, nesse pedacinho.

R: Sabe aquele... Assim... Antes a gente estacionava assim... Então... Bueno, então, amigo, só tem uma solução na vida: vou ligar para o doutor José Antonio Hahn: - Doutor Hahn, olha, problema -. - O senhor não confiou em mim, não é?!-, - Confiei, doutor, mas acontece que o senhor sabe... Essas coisas...-. Deu-me uma mijada bem dada e depois disse: - Diga para este seu amigo apresentar-se na Polícia Federal que eu estou passando um rádio para lá agora, e eles vão dar o visto. Mas acredite quando lhe digo -. Aí me deu um xixi, assim. Eu te conto isso, porque linca a coisa, assim. E aí, pá! Até hoje ele me chama de professor. Por causa do professor. Profissão: professor. É outra figura que está viva e sã, aí. E que sabia muito disso do outro lado. Ficou meu amigo. Ficou meu amigo. Andou se estressando comigo, agora a poucos dias, mas... Tem uma carta dele aí... Um horror de xingação, mas não tem razão. Ele foi diretor da Polícia Federal em Uruguaiana, justo naquele período onde desaparece o padre Adur e o Lorenzo. E quando o governo brasileiro indenizou – ele trouxe a cópia –, ele mandou uma carta para o ministro da Justiça, tenho aí a carta: - Tem que cobrar de mim, debite na minha, porque eu era o chefe, era o responsável. E não aconteceu lá! Porque tudo que aconteceu no meu território eu sabia! -. Veio aqui e me trouxe uma cópia, eu mandei para o ministro da Justiça. Disse: - Mas Hahn, espera aí um pouquinho! -, - Não! Tudo eu sabia! -, - Mas... -, - Não! -. Eu sabia. - Hahn, aquele teu colega, aquele delegado filho de uma puta, aquele...-, - Não, mas eu sabia -. Bom, então está, o que eu vou dizer a ele? Mas aí já é uma coisa de um homem velho, sabe? Mas se estressou muito comigo por causa disso. Mas foi o cara que pá! E deu essa fronteira, não é? Fronteira são essas coisas, assim, que acontecem. Vamos adiante.

P: Jair, vamos falar um pouco do caso do Hugo Rivas, então, que tem vinculação com o caso do sequestro dos uruguaios, por favor?

R: Então temos que voltar ao princípio da conversa: o Ferri, em Montevideu, recebe um telefonema de alguém que não se identificou, dizendo: - Olha, eu sei -, e fica por aí. Quando vem a Porto Alegre o Hugo Rivas, procura a Zero Hora e quer conversar. Então ele vem para conversar.

E uma das primeiras... Quando [ele diz]: - Eu me disponho, eu sei tudo e eu me disponho a contar. Está bom. Ele começa a contar um pouco e o Ferri diz: - Mas então foste tu que me ligaste lá? -, - Foi -. É interessante tu ver. Foi ele que ligou. Então havia, digamos assim, uma primeira iniciativa. Nessa conversa, ele se dispõe a: - Desde que vocês me levem para a Europa; leva-me para a Europa -. - Sim, tranquilo -. - Ah, mas eu sou casado e tenho uma filhinha -. - Tranquilo, levamos -. Então eu vou a Montevidéu buscá-los, e aí [ele] presta o depoimento: - Conto tudo. Trago fotos dos... Do capitão Ferro, do major Bassani... Conto tudo, trago fotos. Fotos que evidenciam como nós falsificamos o passaporte da Francesca e tal -. - Bom, ótimo, muito bem. Então está. Então vá e volte -.

P: Quem era o Hugo Rivas, Jair?

R: Soldado do Exército uruguaio. Soldado fotógrafo do Exército uruguaio, um exército profissional; não tem serviço militar obrigatório. É um policial, um militar profissional, então é um soldado. E havia na família uma tradição, porque o pai dele tinha sido cabo e aposentou-se como cabo do Exército Uruguaio. E ele volta – e já estava desempregado, ele tinha sido despedido, também isso é importante, quer dizer: - Eu conto tudo e tal, eu fui despedido -. Eu achava que ele não voltaria... Ele já tinha tentado com o Ferri um telefonema e não prosperou. Mas voltou. Voltou e se dispôs a depor. Nós marcamos, logo em seguida, para a sede do Movimento – que ao tempo ficava na Rua dos Andradas, 1234, Edifício Santa Cruz, vigésimo segundo andar. Chamamos companheiros para testemunhar. Kolecza e mais o fotógrafo, que eu não lembro quem. O fotógrafo, o Kolecza, e... Tomou-se o depoimento, formalmente. Formalmente. Foi contando, foi sendo datilografado. Ao final, todos assinaram. E onde ele vai ficar? O Kolecza conseguiu que ele ficasse no apartamento de um também jornalista da Zero Hora, hoje falecido. Chamava-se Paulo Maciel. Para ficar lá. E nós vamos tratar junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas o status de refugiado para levá-lo para a Europa. Ele saindo do Brasil – era o nosso trato –, ele saindo do Brasil, este depoimento seria entregue à Justiça. E fomos surpreendidos: o Alto Comissariado disse que não o receberia. - Mas como? Há um compromisso! -, - Não. O Alto Comissariado existe para as vítimas desse senhor. Não para ele! -, -Mas, e agora? -. Quer dizer: tu tens uma testemunha que desvenda a primeira Operação Condor flagrada, e agora? Começa todo um trabalho para conseguir tirá-lo do país e usar o depoimento. Ao mesmo tempo, aqui, as coisas ficam problemáticas, no lugar onde ele estava. Então se decide levá-lo para São Paulo. São Paulo, também como medida de segurança, de cautela. E as negociações para tirá-lo do Brasil. Isto só foi conseguido quarenta... Entre quarenta e dois e quarenta e cinco dias depois. Foi toda uma negociação com intervenção da Cruz Vermelha Internacional, lá em Genebra. Todas as tratativas. E a Noruega decidiu recebê-lo. Então... Até colocá-lo num avião para que ele fosse para a Noruega e nós pudéssemos usar o depoimento dele, passou todo esse período. Embarcou, tomamos o depoimento e entregamos na Justiça. Que aí causou... Claro, a Zero Hora publicou, porque tinha todo o material. Publica, e aí sim, aí causou uma reviravolta. Aí é aquilo - Não, não é assim... -, - Não, está aqui! É uma testemunha ocular que participou. Está aqui como é que se deu, foi assim -. Abrem-se de novo as oitavas. Depõe o então presidente da OAB aqui, da Seccional do Rio Grande do Sul, Paulo Maciel, eu – fui depor lá na Justiça –, e aí acaba saindo a sentença condenatória dos policiais. A arraia miúda. Um ato de extrema coragem do juiz Moacir Danilo Rodrigues. Extrema coragem. E de um promotor de justiça: Dirceu Pinto, que também foi de extrema coragem. O primeiro caso de Operação Condor que sofreu uma sanção da Justiça. Em outubro – o depoimento do soldado se dá em maio. Em outubro, os pais de Hugo García Rivas, irmã, cunhado, sobrinhos, não resistem mais viver no Uruguai. A pressão foi brutal! Então saem dez pessoas da família do Hugo García Rivas, também para a Europa. E muito naquilo que se chama reunião familiar, mas de perseguição. É muito interessante, porque ele chega aqui, presta depoimento para nós, e nos narra um fato interessantíssimo. Ele vivia no Chuy. E é chamado pelo major Bassani. Chamado pelo major Bassani para ir a Montevidéu, no quartel, porque havia um advogado e jornalista brasileiro que precisava conversar com ele. Então o major Bassani chama o seu Orosman García – pai do Hugo García Rivas –, que vai até o quartel, e ele diz: - Olha, tem aqui um senhor que vem do Brasil; é um advogado e jornalista que quer falar contigo -. E ele é colocado num automóvel do quartel que passa num hotel determinado – temos o nome, Londres, se não me engano –, e o carro passa a circular por Montevidéu. E esta pessoa brasileira o

interroga sobre o filho, sobre o Hugo García Rivas. Como é que ele foi à escola, que tipo de filho ele é, se ele tinha tido problema com drogas, enfim, ele quer traçar um perfil psicológico, sociológico, comportamental dessa pessoa que veio aqui denunciar. E ele narra que esta pessoa tinha um bloco de notas aonde ele ia anotando, e que dava para ver “Mendes Ribeiro”. Mas havia um nome antes, mas não dava para ver porque estava dobrada, então não dava para ver. Passaram quase todo o dia rodando, e essa pessoa perguntando. Estava conosco o Achutti, fotógrafo festejado. E o Achutti vai até o Arquivo Fotográfico da Caldas Junior, traz umas duzentas fotos e joga em cima da mesa e – com uma do Mendes Ribeiro pai, Jorge Alberto Mendes Ribeiro –, e este senhor diz: - Este aqui! Só que nesta foto ele está mais moço! Quer dizer: foi uma ida para buscar argumentos para desmoralizar aquele depoimento. Isso é terrível. Então esse homem nos dá essas informações e é levado para o Rio de Janeiro e, posteriormente, vai juntar-se ao Hugo em... A história do trajeto da fronteira até Porto Alegre é muito interessante, porque aí tem um automóvel que tinha um farol queimado, enfim. É realmente uma película esta vinda.

P: Jair, na época o Mendes Ribeiro trabalhava onde?

R: O Mendes Ribeiro já estava na RBS.³³ Não... Na época desses... Não... Na época ele estava na Caldas Junior.

P: Porque tu colocaste a questão de desmoralizar o depoimento, que tinha sido publicado pela Zero Hora.

R: Exatamente. Exatamente. Bom, eu guardei isto. Por muitos anos eu guardei isso. Por muitos anos. E houve um momento em que ele, em uma das suas colunas famosas – ele não coloca o meu nome, mas me atacou e eu achei que estava ruim. E aí a Caldas Junior teve interesse e publicou – está aqui nos nossos arquivos. Publicou essa história. Sei que lá na redação da Zero Hora ele sapateava em cima da Folha da Tarde.³⁴ Ele sapateava. Odiando. Mas, enfim... É isso aí, que dá bem como esta luta era travada, de várias e várias formas. Era para nos desmoralizar: - Esses malucos estão mentindo. Isso não é assim -.

P: Conseguiram, finalmente, retirar o seu Orosman e toda a sua família?

R: Sim. E vivem até hoje na Noruega. Estão lá.

P: Perfeito. A participação do Carlos Kolecza...

R: Kolecza. O Kolecza... Primeiro lugar: um extraordinário jornalista. E um sujeito extremamente modesto. Mas é uma bela pessoa e um excelente jornalista. O Kolecza, especialmente dessas coisas de Uruguai, sabe muito. Muito. E na Zero Hora – ele vinha do Jornal do Brasil para a Zero Hora – ele fez muitas matérias a respeito de Direitos Humanos. Ele tinha uma simpatia pela causa dos Direitos Humanos. Então... Nesse depoimento do Hugo Rivas ele estava presente. Depois ele faz a matéria muitíssimo bem feita, cuidou da edição. Mas em outros episódios mais ele também esteve conosco: no caso Benech ele foi junto, com um fotógrafo – o Armênio Abascal –, falecido, coitado, o Armênio, um belo fotógrafo também. Neste caso, as reuniões preparatórias foram feitas na minha casa, todas as reuniões preparatórias. E com a participação dele. Quer dizer: nós fomos discutindo detalhe por detalhe, e ele participando. A Operación Mundialito. Depois, quando das Malvinas, nós vimos que era a oportunidade de tirar da Argentina a mulher do Mario Firmenich – La Negra, María Elpidia. E de novo com aquele mesmo pensamento de que é uma empreitada difícil, mas nós precisamos fazer, mas a imprensa, de certa forma, nos garante. Ele já não estava mais na Zero Hora, mas pelo texto e pela qualidade que ele sabia dar, qualquer jornal do Brasil ou até do exterior aceitaria uma matéria feita por ele, narrando o que teria acontecido. Então ele foi junto conosco. Esse é outro episódio em que ele foi junto. Mas... Não é só aí. Ele foi um grande parceiro na luta dos Sem-Terra, acampamento de Ronda Alta, foi um grande parceiro! Ele chegou a – olha, eu não lembro quantos dias –, mas ele foi para lá e lá ficou! No acampamento! Quinze dias, vinte dias! E produzindo matérias. Quer dizer: ele foi um grande parceiro, um extraordinário parceiro naqueles tempos difíceis. Muito difíceis.

³³ Rede Brasil Sul de Comunicação.

³⁴ Jornal local da cidade de Porto Alegre, que fazia parte dos Jornais da Caldas Júnior.

P: Uma última pergunta sobre isso, Jair: foi publicado um livro contando a história do Hugo Rivas, que é o depoimento não é? Que ele deu para vocês?

R: Não.

P: Ele se apresenta... Ele é apresentado como J. Victor.

R: Isto. J. Victor. É, pois é, mas esse livro...

P: Pois é, não sei o que tu vai nos contar.

R: Esse livro, eu te digo assim: naquele momento é importante, é claro que sim. Porque uma coisa é quando a ação está se desenvolvendo, e outra coisa somos nós sentados aqui, conversando. Mas aí ele já é feito em São Paulo, com o pessoal que na época era do PVP³⁵ e lá estava. É produzido assim. Naquele momento importante. Eu hoje gostaria de revê-lo. Sabe que ele se dispõe a ir ao Uruguai para depor, não é?

P: O Hugo Rivas?

R: Isso. Colocou-se à disposição: - Me disponho a ir aí depor. Porque um dos casos que deve prosperar agora é do Pascareta, o assassinato do Pascareta, que ele diz que - Morreu nos meus braços -, então... Ele se dispõe, sim, a ir.

P: Ele é um nome aceito pelo pessoal dos Direitos Humanos no Uruguai, Jair?

R: Eu te digo assim: no Uruguai pouco conhecem ele. Poucos o conhecem. Ele não tinha tido nenhum papel importante, estava lá com os militares, fez isto. Mas veja, são algumas coisas que temos que tomar em conta: no momento em que ele presta o depoimento aqui, que isso é tornado público, o que saiu no Uruguai? O que foi publicado no Uruguai? Que conhecimento a opinião pública uruguaia teve de que ele veio aqui um dia e contou o que sabia, que trouxe fotografias? Não... Então, o Hugo García Rivas é um grande desconhecido no Uruguai, ainda hoje. Grande desconhecido. E há outros, de outros casos, que também, pela censura! Benech. Quantas pessoas conhecem o caso Benech no Uruguai? Não saiu uma linha. Nunca saiu uma linha. Então você tem que tomar em conta isto, também. Agora, acho que talvez hoje, já mais maduro – ele era muito jovem, ele era muito jovem! –, ele talvez até aprofunde o seu depoimento. O seu depoimento naquele momento foi muito importante, resultou na condenação. Sim! Mas eu acho que hoje ele teria muito mais a nos dizer. Muito mais a nos dizer!

P: Bom, Jair, mudamos de caso, agora. E agora gostaríamos de ouvir um pouco sobre o caso Cantoni, para depois podermos introduzir o depoimento da Mayari.

R: Bom, o caso Cantoni é um daqueles casos que começa com uma simplicidade, assim, uma singeleza total. Um casal que tem que sair do Uruguai, e ele tinha passado cinco anos na prisão por Tupamaro. Não era uma liderança expressiva, não. De um pueblito muito pequeno, Santa Lucía, muito pequeno. E o Cantoni... O nome é bem italiano... Um tipo moreno. E ela uma judia, loira de olhos azuis. Que chegam, e se faz as tratativas. O caso dele não há o que discutir! O homem foi brutalmente torturado, passou cinco anos na prisão, vão pedir o que para ele? É um perseguido. Bom, feitos os trâmites, a Suécia se dispõe a receber, e ele deveria ir para o Rio de Janeiro para, do Rio, sair para a Suécia. À época, um voo que chamava-se o Corujão, o voo das dez da noite da VARIG,³⁶ que custava barato, era o menor preço de passagem aérea. No fim da tarde, eles são tirados do local onde nós os tínhamos colocado, para protegê-los, e vêm aqui para o nosso escritório no edifício Santa Cruz, e chega só ela: - Olha... -, - Não, mas eu quero também dar um abraço no teu marido, quero me despedir dele -, - Ele não subiu porque tem problema de claustrofobia, o elevador, vinte e dois andares -. Disse: - Não, eu desço e vou lá cumprimentá-lo -. Quando chegamos ao térreo, ali na entrada do edifício havia um Unibanco, e o vigilante. E ela chega e... - Onde é que ele está? -. Mas imediatamente ela se deu conta: - Eu não prestei atenção. Quando nós chegamos aqui ele foi pedir fogo para o vigilante... -, - É aí? -. Nessa época nós tínhamos uma militância de gente jovem, gente da universidade, muito grande. Convocamos todo

³⁵ Partido por la Victoria del Pueblo.

³⁶ Aviação Aérea Rio-grandense.

mundo, quinze, vinte. E eu pedi que esquadrihassem aqui o centro, em bares, e procurando, e ele não foi encontrado. Quando eram quase oito horas da noite eu digo: - Pô, nós temos que ir direito para o aeroporto. Quem sabe ele não foi direto ao aeroporto. Fomos para o aeroporto. Nada, não apareceu. O voo saiu. Nós tínhamos desmobilizado toda a segurança deles, e eu não tive outra solução se não levar para minha casa. Levei para minha casa. Ela estava grávida... Dois meses, três meses de gravidez. Essa mulher começou a ter uma hemorragia brutal! Hemorragia brutal, terrível. E nós tentando socorrê-la, sem médico. Liga para um que havia, sim, sido médico, mas já era psiquiatra. Liga para um conhecido teu que seja obstetra para ver o que fazemos... E nessa luta... Essa mulher desesperada, nós também! E passa-se um dia, dois dias, três dias e essa mulher com um quadro muito crítico, se esperava que ela abortasse a qualquer hora. Era uma hemorragia abundante. Chega aquele ponto que tu dizes: - Olha, não é possível, agora não é possível mais. Imagina se esse homem aparece morto no... Boiando no Guaíba... Eu vou ter que responder por isto -. Então chega aquele ponto em que não dá mais: - Agora vamos formalizar uma denúncia na Polícia -. Como uma denúncia? -, - Um registro policial de que ele desapareceu. O comerciante, seu Cantoni, desapareceu -. E aí o Ferri fez esse trâmite. Tanto lá na Polícia Civil, como na Polícia Federal: um comerciante uruguaio desaparecido. Já havia passado uma semana, talvez dez dias, quando eu recebo um telefonema de São Paulo, de uma pessoa que não se identificou e disse: - Olha, eu sou jornalista de São Paulo. O senhor procura fulano de tal? - Sim, procuro -, - Ele está em tal delegacia. E olha vocês se apurem porque o Romeu Tuma está indo para lá -. Eu acionei o escritório do Alto Comissariado no Rio... Olha nós estamos falando de muito tempo atrás, trinta e poucos anos atrás... Então esse negócio de telefonar não era assim, também, não é?

P: Quem estava aí?

R: Quem estava... Ora... Era um francês. Daqui a pouco eu lembro o nome dele. Disse: - Pelo amor de Deus! Toma um voo da ponte aérea, vai a São Paulo, delegacia tal, e me salva o cara lá, por que... -. Isso foi feito. Só que já não estava mais na delegacia, já estava no DOPS. E aí o representante do Alto Comissariado disse: - Olha, este senhor está sob proteção do Alto Comissariado -. Tirou-o de lá, levou-o para um hospital. Ela... Ufa! Cobrou vida nova, melhorou um pouco, a colocamos num avião, ela foi para São Paulo, para fazer companhia para ele. E ele foi se recuperando, lentamente. Hospital psiquiátrico, porque ele estava enlouquecido. Ele foi preso por uma briga em um bar. A briga no bar vem a polícia e tal. Uruguaio... Certamente pediram para o Uruguai, não é? Tupamaro preso, cumpriu, leva para o DOPS! - O que esse cara está fazendo aí? -. As condições dele melhoraram, a gravidez dela estabilizou, e aí começa a haver aquela apreensão de que ou viaja agora, e tudo bem – não vai passar doze horas num voo com oito ou nove meses de gravidez – então, ou vai agora, ou vai depois do parto. Então eles entenderam que era melhor para eles, e nós também entendemos que sim, de que era bom que fossem. E foram. E nasceu a Mayarí. E já na Suécia. Há mais uma ou duas cartas e perdi o contato. Perdi o contato até mais recentemente, quando bate na porta e é a própria Mayarí, que vem nos ver.

P: Antes disso, Jair, só uma dúvida. A pessoa que ligou de São Paulo para o Movimento: foi um telefonema anônimo?

R: Ligou para minha casa.

P: Para tua casa... Nunca soubeste?

R: Nunca soube.

P: E como é que esse casal uruguaio chegou aqui em Porto Alegre? Como é que ele chegou ao Movimento?

R: Ele não chegou no Movimento, ele chegou na minha casa. Eu morava muito próximo de Moacir Scliar... E esta senhora é prima do Moacir Scliar. E num domingo à tarde, três horas da tarde, por aí, toca a campainha, e o Moacir me entrega o casal. Assim que chegou.

P: Não houve contato anterior.

R: Não houve. Não houve contato anterior. É assim. O Moacir parou o carro. Entregou o casal. E depois ela me contou que a vinda deles foi... Assim... Ele veio quebrando caminho, ele não comprou uma passagem – de ônibus eles vieram – Montevideu-Porto Alegre. Não. Ele foi a Paso de los Toros, de Paso de los Toros foi não sei aonde... Sabe? Depois veio para cá; depois foi a Pelotas. Em Pelotas, então, compra uma passagem de ônibus de Pelotas para Porto Alegre. Ele veio fracionando o caminho, mudando de direções, por que: - Me perseguem. Doente, doente. E, claro, aí vai aonde? Eles chegam e vão à casa do Moacir... E o Moacir me entrega... Sabes? Eu não esqueço, porque eu estava no sofá, recostado, assim... Eram umas três da tarde. Entregue-me o casal.

P: Nunca soube porque...

R: Que me entregou o casal?

P: Sim, porque chega na casa dele.

R: Não, porque era prima dele. A senhora era prima do Moacir. Aquilo que eu já comentei com vocês: quando começa aquela hemorragia, o que eu faço? - Moacir, pelo amor de Deus, ela está se esvaindo em sangue. E recebo como resposta somente isso, assim: - Não me comprometa. Está bom... Mas é assim: não veio por um canal esse ou aquele. Sai de lá, uff! Apavorado, por que... Eu fiquei sabendo pela irmã dele – a irmã dele vive no Uruguai – de que ele sai da prisão, vai para casa, e aí passa uma semana, dez dias, um policial bate na porta, querendo saber se ele estava lá, faz perguntas: - O que tu estás fazendo... E ele: - Ah, mas vai começar tudo de novo! E aí ele diz: - Eu tenho que sair daqui. Tenho que sair daqui. Então, veja. Claro, é um homem que enlouqueceu na tortura, vamos ser bem claros. Ele enlouqueceu na tortura. E eu saio da prisão – fico cinco anos na prisão – e ele não era uma figura importante na estrutura dos Tupa. Não era! Aí tu sais da prisão: - Pô já cumpri então! Quitei a minha dívida! -. Aí um dia passa um policial e diz: - O que o senhor está fazendo? Onde é que o senhor está trabalhando? Olha aqui ó... -, - Ah, não terminou. Ou vai começar tudo de novo. Tenho que sair. Certamente – agora é especulação minha –, certamente ela disse: - Olha, vamos para o Brasil, porque meu primo mora lá -. Porque não podemos nunca desconhecer que judeu, perseguição, tudo, eles sabem tudo. Eles sabem, eles vivem na pele essa coisa. Então: - Vou lá para o meu primo, meu primo vai me dar uma mão -. E aí foi, e o primo deu uma mão: entregou-me! Entregou-me. Ele morava a trezentos metros da minha casa. É assim... É duro, mas é assim: - Não me comprometa! -. Nunca mais liguei para ele. Eu nunca mais liguei para ele. Várias vezes eu me encontrei com ele: - Oh, tudo bem? -, - Tudo bem -. Mas eu, ligar para ele? Não. Não. Porque tu imaginas cara, tu estás com uma pessoa se esvaindo em sangue e eu peço... Um médico! Qual é o médico que eu ia pedir? Para ele, que me trouxe. Que me trouxe. Ele parou o carro na minha porta e me entregou. Para, não é, tché?

P: Jair, como é que se dá o teu encontro com a Mayari?

R: Eu te digo assim. É uma coisa, porque esses dias todos que a mãe dela estava na minha casa, foram tempos, assim, de longas conversas. Longas conversas. Porque esta mulher estava num desespero total, e eu precisava conversar com ela para animá-la. Para animá-la: - Olha, escuta... -. Porque até vir do aeroporto para minha casa e começar a hemorragia, eu não sabia que ela estava grávida. Quando começa a hemorragia, enfim, bom... Ah, bom, então ela está grávida. Então eu comecei a usar muito como argumento a questão da gravidez, deste novo ser que está aí no teu ventre e tal, porque - Temos que lutar, não podemos nos entregar! Temos que fazer duas coisas: temos que manter esse feto no teu ventre, e tu tens que te acalmar, porque é importante e vamos... -. E entrávamos madrugada conversando, rapaz! Essa mulher num desespero! Digo-te assim: em termos de segurança, num local que não deveria, porque a minha casa, visada. E eu lembro, assim, de uma madrugada que eu conversei longamente, porque, ela sendo judia, conhecia muito da Torá, e aí nós fomos para a Torá. E chegamos à conclusão que se fosse homem deveria chamar-se Paulo. Aí tu vê... Essas coisas que a gente não esquece. E não lembro por que Paulo, judeu... Mas cidadão romano, com uma cultura grega, absolutamente grega. Ele era de Tarso, mas tinha cidadania romana. E este homem, culto, adere a uma causa. E esta causa o leva

a ter graves problemas! Eu lembro que nós falamos muito da defesa que ele, Paulo, faz perante a justiça, em Roma. Como foi o seu discurso. Foi como romano! Não foi como judeu, foi como romano! Como cidadão de Roma que ele faz todo o discurso, num pensamento jurídico romano, do direito romano. Tu vê, assim, conversando! Não sei se foi até às quatro da manhã, cinco da manhã. E aí chegamos à conclusão de que - Se for homem, deve se chamar Paulo. Que coisa, bom. Aí um belo dia – recebi umas duas cartas depois, três – toca a campainha do Movimento, abro, é uma jovem, que vocês conhecem – suave, suave! – e pergunta por mim: - Não, sou eu -. Aí ela me diz: - Sou filha de fulano e de beltrana -. Eu disse: - Entra aqui -. Lembro que eu disse para ela: - Te conheci no ventre da tua mãe -. Eu te digo assim: passados todos esses anos, porque já tinham passado, mas aí tu te deparas com isso, assim, e diz: - Bah, mas esta luta valeu a pena. Está aí esta criatura. Está aí. Menina suave, linda, inteligente. Poderia tudo isso não ter acontecido, não é? Então a luta vale a pena. Vale a pena. Já fiz uma viagem imensa...

P: Como é que ela chegou até ti, Jair?

R: Ela fez um... Aí, de novo, assim, aquela que rege muito a história, a chamada casualidade. Lá na sua universidade, na Suécia, eles tinham aqueles projetos sociais, de âmbito social, e o pessoal naquele momento, majoritariamente, estava saindo para países da ex Cortina de Ferro, saindo para o Leste Europeu. Mas ela disse: - Não, eu quero ir para o Brasil. Quero ir para o Rio de Janeiro. Era um trabalho de línguas. Mas aí as tratativas não deram certo, porque no Rio não tinha mais vaga. Tinha vaga em Porto Alegre. E ela veio para Porto Alegre, para dar aulas de inglês na Associação Cristã de Moços. Em contato com o tio dela – com o tio dela, irmão da mãe dela, tio Jacó, se não me engano, se não me falha a memória –, o tio Jacó disse: - Mas estando aí, procura por Jair Krischke, porque ele tem a ver com tua mãe e com teu pai -. Então o tio Jacó, lá de Montevidéu, que disse: - Olha, procura -. E por isso que ela veio me procurar. Porque o tio Jacó disse. Porque vocês viram: ela pouquíssimo sabia da passagem por Porto Alegre. Pouquíssimo ela sabia. Mas esta é a... E o tio Jacó é que foi a...

P: Ajudou a recuperar...

R: Exatamente.

P: E os pais dela, Jair, enfim, como é que termina a história deles?

R: Bom, ele suicidou-se. Ele viveu alguns anos lá e depois se suicidou, certamente pela doença. E a mãe, quando ela me procurou, fazia dois anos, quase três, que havia falecido de um derrame cerebral.

P: Perfeito. Vamos para o nosso último caso, Jair. Agora envolve algumas pessoas, para que tu as presentes para nós, de certa forma. Então, assim: nós estamos colocando pessoas que colaboraram, foram protagonistas da história do Movimento, então pedimos algumas informações em relação a elas e das atividades que elas tiveram aqui, o envolvimento. Então, o primeiro caso é o do Ignácio Spohr.

R: É, o Ignácio Spohr é um jesuíta. É um jesuíta. Ele é um irmão jesuíta. Mas uma figura extremamente qualificada. E eu o conheci muito jovem, na escola de formação dos irmãos jesuítas – chama-se Escola Santo Inácio, se não me engano – aonde eu, episodicamente, dava cursos para eles.

P: Cursos de...

R: Realidade Brasileira, por exemplo, e outras coisas. Porque esta figura, que é um dos fundadores do Movimento – o padre Albano Trinks, figura fantástica... E o Albano também tinha responsabilidade na formação dos jovens. E ele gostava muito que íamos discutir, sim, a realidade brasileira, política e social. Então eu seguido – não tenho a pretensão de dizer que dava aulas, mas... – fazia conversas fiadas lá com eles. E ali eu conheci o Ignácio. Jovem. Fazendo o 2º Grau. Depois ele vai para a Casa Padre Jorge, lá no fundo do Colégio Anchieta, onde o grande chefe era o padre Albano, porque ali funcionava o noviciado, e ele era o mestre dos noviços. Era a toca da coruja, onde amanhecíamos! Amanhecíamos discutindo. E ele era o administrador da casa,

quer dizer: na estrutura jesuítica tem um que é o administrador da casa. Aquela torneira está com água pingando, tem que consertar, tem que trocar a lâmpada, mas tem que comprar pão para amanhã de manhã nós tomarmos café... Então, esta parte administrativa era ele. E para aí é que, majoritariamente, nós levávamos os refugiados. Por quê? Porque ali tinha cozinha, ali tinha quartos, tinha banheiro, enfim, havia uma infraestrutura, e era muito bem situada. Então, era o local privilegiado. E o Ignácio estava lá, era o administrador da Casa, e passou a ser membro do Movimento. Foi membro. E foi membro do conselho por larguíssimos anos. Houve um período que ele foi fazer mestrado no Chile, em que ele esteve ausente. Depois, quando ele foi fazer doutorado, também esteve ausente. Na volta do doutorado ele não se animou a reingressar, porque ele tem se dedicado à questão religiosa, a questão afro-religiosa. É professor na UNISINOS,³⁷ um cara altamente qualificado. Então Ignácio era aquele amigão que fazia... Lá na Casa Padre Jorge, recebia as pessoas, dava atenção e tal, administrava essa coisa, dirigia uma Kombi, que às vezes tinha que fazer algum movimento. Então, ele... Grande parte desse povo que a gente refugiou, grande parte, ele pessoalmente conheceu e conviveu. Por isso que eu digo que ele é uma figura importante a ser ouvida.

P: Perfeito. O padre Jorge Osório.

R: O padre Jorge Osório. Esse é uma figura! O padre Jorge Osório eu conheci na paróquia de Peñarol. Ele é um daqueles padres operários, e foi ele que fez uma grande parceria conosco. Uma grande parceria no sentido de ser, assim... O nosso agente, em Montevidéu, aquele que... Essa paróquia ficou famosa, a repressão odiava, porque ele era um sujeito... Por exemplo: o pessoal do Partido Comunista era habituê na sua paróquia. Partido Socialista, velhos Tupamaros... E ele... O mundo sindical, CNT³⁸ destrocada, mas aqueles velhos líderes. Então ele era aquela figura que fazia, quer dizer: o Jorge [dando como exemplo o entrevistador Jorge Vivar] é um perseguido, é um perseguido e precisa sair daqui. Então era ele que preparava as coisas para tirar o Jorge do Uruguai e nos entregava. Certo? Aí nos arquivos tem seguido, assim: - Está indo aí o Jorge Vivar e tal, que é nosso amigo, que vai passar uns dias de férias aí. Con la bendición de la madre de Dios -. É ele. Outros têm outras. Sempre mudava, de vez em quando. De senha.

P: De códigos?

R: Isto. Então... E ele era a figura. Houve um momento, assim, que eu me desesperei, porque nós percebemos que a vida dele passou a correr risco. Aí eu movi céus e terra e trouxe-o para cá. Chegou aqui e ele me deu uma puteada: - Ah, estão exagerando, não é nada disso! -, - Mas, tchê, eu tenho que te proteger rapaz! -, - Não, mais...! -. Ficou bravo! Ficou bravo e voltou! E voltou. Atrevido, também. E voltou. Disse: - Não! Mas como? Exagero! Não é assim! -, - Jorge, mas é... -. Esta figura. Esta figura.

P: Isso mais ou menos quando, Jair?

R: Os anos [19]80. Os anos 80, assim, de 80 a 85, 79 talvez também, viu? Aí tem que olhar bem. Mas... Bah!

P: A irmã [...] está por aí?

R: Quem?

P: A irmã [...], aquela que protegia, que foi depois daqui deportada.

R: Ah, não. Mas essa é de São Paulo.

P: Ah, de São Paulo?

R: Essa foi... Tomou um pau.

P: Mas ela colaborava?

R: Sim, mas assim: ela era de uma... Dessas religiosas... Congregação religiosa em São Paulo. O

³⁷ Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

³⁸ *Convención Nacional de Trabajadores*

negócio era assim... Maurinha... E ela tinha outro esquema, que passava pelo Marighela etc. E escondia lá. E às vezes ela escondia, e às vezes vinha para cá. Tem que sair do país... Mas ela sempre em São Paulo. Ela nunca veio para cá. Sempre em São Paulo. O professor sacou a Irmã Maurinha, heim? Do bolso do colete...

P: Sempre tive curiosidade... Jair, o padre Jorge sempre teve a sua área de atuação em Montevideu, durante esse período?

R: Montevideu.

P: E hoje ele se encontra em Rio Branco?

R: Rio Branco. Porque ele é dessa turma, que é muito interessante: ele é um padre operário! Ao menos era eu não sei se continua sendo.

P: Tinha vinculação com o pessoal do Perico?

R: Sim, sim, sim, sim!

P: Eles estavam juntos?

R: Na ação. Porque o Perico era jesuíta, não é? Jesuíta. Uma figura. Tenebroso, ele tinha... Rapaz... Ele tinha opinião... Esse tinha opinião. Também um cara suave, viu tchê? Muito tranquilo, mas durão. - É assim, é assim, vamos lá!-. Outra morte muito suspeita, viu? Muito suspeita a morte dele. Mas um parceirão. E o Jorge Osório também com ele, claro que sim. Agora, o Jorge Osório lá, e ele jesuíta. Os jesuítas tentaram enquadrar o Perico, sabe? Tentaram enquadrar o Perico... E foi dura essa luta para mantê-lo jesuíta. Foi uma caça às bruxas, mas ele superou. E o Perico também, parceirão! Não é?

P: Em realidade, assim: nós temos outro momento em que vamos falar da tua vinculação com o SERPAJ,³⁹ que acho que aí...

R: É aí. É assim com o que está lá...

P: O Efraín...

R: Efraín Olivera. É outro que está veterano. Efraín é uma figura. Ia me pegar de Kombi no aeroporto. Um carro rápido e tal. De Kombi.

P: Mas esse aí está na nossa lista. Só para fechar hoje, Jair: o padre José Hess.

R: Padre José Hess. Padre salesiano. Padre José Hess, que nesse momento estava no Colégio Dom João Bosco, na Rua Eduardo Chartier. É interessante, porque é um prédio imenso, imenso, imenso. E eu vi esta obra ser construída, viu tchê? Interessante. Tinha um padre lá, o padre Máximo. Era a Casa do Pequeno Operário. Originalmente era isto, a ideia era a Casa do Pequeno Operário. Depois transformou no colégio e tal. E eles ficaram nossos parceiros, comandados pelo José Hess. Um lugar para esconder pessoas. Tem que esconder aqui, porque quando tu escondes uma pessoa que está saindo, fugindo da repressão, tu tens que pensar em coisas assim: essa pessoa não pode andar na rua para ir comer: - Vou naquele restaurante, vou naquele bar ali comer. Não! Ela tem que ficar no lugar e não sair. Ela não pode ir ao supermercado: - Vou comprar lá cinco quilos de arroz e três quilos de feijão. Não pode, quer dizer, tem que ficar isolado. Ninguém pode te ver chegar e nem sair, e tem que ter alguém que vá fazer compras e tal. E que providencie tudo aquilo que tu precisas para sobreviver por um período de dias, que pode ser uma semana, dez dias ou podem ser meses e meses. Então esse tipo de casa era mais adequado, porque é onde tem gente, não fica vazia nunca, sempre tem gente em casa. E isso te dá segurança, te dá tranquilidade. E o padre José Hess entra aí. Mas um sujeito espetacular. Sempre foi atencioso, porque sempre vinham casais com crianças e tal, então precisava de mais uma atenção. E ele destacava outros para - Repara as crianças -, sabe? Ele organizava atividades, enfim... Um cara muitíssima boa gente, José Hess.

³⁹ Servicio Paz y Justicia.

P: Esses locais, Jair, nunca caíram? A Polícia nunca chegou a – desconfiar talvez – mas a descobrir, a encontrar alguém?

R: Não.

P: E os superiores deles?

R: Eu te digo assim: o José Hess era o superior da casa, e tinha uma boa autonomia porque era um sujeito muito reconhecido. No caso dos jesuítas, as casas de jesuítas, eu te digo assim. Havia uma safra de jesuítas muito envolvidos com as questões terceiro-mundistas. Aquele episódio de El Salvador, em que mataram eu não sei quantos jesuítas, por que será? Porque estavam envolvidos. No Uruguai, o Perico, jesuíta; na Nicarágua! Enfim, quer dizer, os jesuítas... Havia o padre superior, que é o chefe jesuíta, o padre superior, também conhecido como o Papa Negro. Era um espanhol fantástico, padre Pedro Arrupe, espanhol bárbaro, preocupadíssimo com o social. Então, aqueles jesuítas que tinham preocupação com o social sabiam que o grande chefe lhes apoiava. Isto é tão interessante... Porque foi aquele momento! Porque depois ele teve um derrame cerebral e ficou quase que vegetativo, e os jesuítas o mantiveram assim, sabes? Mas antes disso acontecer as posturas dele eram muito interessantes. Um belo dia o papa mandou um bilhete para ele, assim: - A obediência também é uma virtude cristã. Porque ele fazia o que ele achava que tinha que fazer. Outra dele que eu não esqueço: ele vem a Porto Alegre e vai lá ao Colégio Anchieta, que ele nunca tinha visto na vida. Então vem, e vai olhar o Colégio Anchieta, anda por lá e tal. E claro, chega aquela hora que perguntam: - Qual é a sua opinião? Diz ele, solenemente, assim: - Até quando continuaremos educando as elites? Me arrepio. Sabe? Comentário dele. Isso. Então ele era o grande líder dos jesuítas, com essa postura. Então tu tinhas, na Companhia de Jesus, sim, seus seguidores e tal. Não eram todos. Evidentemente não eram todos. Mas esse grupo saía com o Albano Trinks, nosso parceiro, e outros que não tiveram tanto envolvimento, mas que também colaboraram. Mas o Albano foi a figura. E o Ignácio Spohr.

P: Ignácio é o novo?

R: Era o jovem, muito juvenzinho. Tu vês, eu o conheci no 2º Grau. Hoje é um festejado professor da UNISINOS.

P: Ele continua irmão lá?

R: Sim. Que é uma coisa, assim: depois que ele desligar essa máquina eu vou te comentar...

P: Do conselho, aliás.

R: Sim.

P: Era o Ignácio, a Viviane – que eu acho que eram os mais novos, até –, tinha outro rapaz que era muito jovem, também, até porque eu me lembro de algum daqueles churrascos que eram feitos.

R: O Dani?

P: Eu não me lembro do nome, mas um rapaz de barbicha também, mais ou menos a mesma...

R: É que hoje está careca...

P: O Dani, não é?

DEPOIMENTO 3 – INÁCIO SPOHR.⁴⁰

PORTO ALEGRE, 06 DE ABRIL DE 2012.

P: Ignácio, uma primeira informação que gostaríamos de ter da tua parte: um pouco que nos falasse das tuas origens familiares, de onde tu és.

R: Bom, eu hoje em dia sou professor na UNISINOS, da área de Ciência Social. Eu sou irmão jesuíta, não sacerdote, e venho do interior de Montenegro, hoje município de Harmonia. Em Harmonia tem um slogan, e aí vai um parêntesesinho: esse slogan diz que em Harmonia tudo está em harmonia. Esse slogan foi feito por minha mãe para o município, quando ele se criou, em 1998. Ela venceu o concurso. E... Uns meses depois, quando o município já existia, foi assaltado o Banco do Brasil lá, e foi morto o vigilante. E, além disso, descobriram, logo em seguida, drogas no cemitério, escondidos dentro dos túmulos. Daí disseram assim: - Bom, agora a bandidagem chegou. Ficou município, chegou a bandidagem. O slogan morreu, não existe mais, acabou a harmonia. Então minha mãe disse assim: - Não, continua. Agora temos tudo em Harmonia. Então eu venho do interior, de uma região colonial de origem alemã, tanto que eu aprendi a falar português só depois dos quatorze anos. Antes eu tinha só alguns rudimentos de português. Mas a minha língua materna é alemão. O alemão dialeto que, numa etapa posterior, na Alemanha, me serviu muito. Cheguei num país estrangeiro e pude me comunicar imediatamente. De uma religiosidade católica praticante muito arraigada, muito marcada, de alto controle social, digamos, já que sou de Ciência Social – me chama muito atenção hoje, isso da falta de liberdade no espaço público, de ser aquilo que gostaríamos de ser; nesses ambientes é muito complicado, mas também tem as suas vantagens e as suas belezas. Depois, mais adiante, eu fiz o Artigo 99, já que no meu município não havia escola do ginásio então, e através do Artigo 99 eu ingressei no Colégio do Estado, em São Leopoldo, no então chamado Pedrinho, colégio do Estado, onde eu fiz o segundo grau, então ainda chamado Científico, em [19]69, [19]70, [19]71. Um período que me traz, digamos assim – tanto dessa perspectiva de Harmonia até São Leopoldo –, uma memória sociopolítica plenamente insertada naquilo que era a Revolução de [19]64. Muito bem insertado – toda a minha família era, meu pai era devoto, digamos, da perspectiva militar. Depois eu ingressei nos Jesuítas, em 1973, em vinte e oito de fevereiro, me lembro da data. Então eu me mudei para a Casa Padre Jorge, ali atrás do Colégio Anchieta, que naquele tempo funcionava como noviciado. O noviciado é um período de formação do jesuíta neófito, do jesuíta novo, então noviciado, onde o jesuíta tem, digamos assim, uma aprendizagem dos rudimentos do que é ser jesuíta. E eu passei dois anos ali, e foi neste ambiente que eu cresci, aprendi – digamos – alguns aspectos ligados à Teologia da Libertação. Sobretudo eu aprendi que havia uma relação íntima entre aquilo que hoje é bastante divulgado, a relação entre fé e política. A prática de uma religiosidade resulta em um compromisso sociopolítico. Do contrário ela não é uma prática baseada no Evangelho. Ela pode ter ritos, ela pode ter compromissos diversos com aquilo que a gente chama de estrutura eclesial, mas ela não... Eu aprendi que ela não é completa se não tiver um compromisso sociopolítico. Então essa relação entre fé e política se tornou muito cara. E uma das primeiras pessoas que falava isso, que a mim me chamava atenção – além do mestre de noviços, que é o formador chefe – era o Albano Trinks, padre Albano Trinks, então um sacerdote novo, que conseguia traduzir melhor isso, e também porque ele era membro de alguns grupos ou participava de alguns grupos de discussão dessa questão sobre os Direitos Humanos. Então para mim chamou muito atenção isso, e eu gostava do Albano porque ele era bom em futebol também, jogava bola e participava sempre dos nossos matches.⁴¹ Lembra-te da palavra match ainda? Hoje em dia já não se usa mais, não é? Nossos matches ali no campo do Anchieta. E o Albano era centroavante, fazia seus golzinhos, festejava, reclamava bastante quando a bola não

40 Inácio Spohr é irmão jesuíta, nascido na cidade de Harmonia, no interior do município de Montenegro (RS/Brasil). É graduado em Filosofia pela UNISINOS (1980), Mestre em Ciências Sociais pelo *Instituto Latinoamericano de Estudios Sociales* (1994), e Doutor em Ciência Social pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Itália, 1997). Morou na Casa Padre Jorge; sob a orientação do Padre Albano conheceu e participou do movimento da Teologia da Libertação. Colaborou com o MJDH logo depois de sua fundação, na década de 1980. No MJDH, atuou no episódio “Encruzilhada Natalino”, que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e no projeto “Educar para os Direitos Humanos”. Atualmente é professor de Ciências Sociais na UNISINOS, atuando em um grupo de diálogo inter-religioso nesta universidade.

41 “Jogadas”, em inglês.

vinha até ele – porque nós que éramos da zaga, não servíamos a ele! Essas coisas assim. Mas o Albano era uma pessoa muito marcada, e o que a mim chamou muito atenção é que o Albano conseguia ser um sacerdote que era evidentemente um bom jesuíta, e todos o admiravam por ser jesuíta sacerdote. Tinha fama de ser ardoroso e muito ligado à fé e à religiosidade, mas ele tinha amizades suspeitas – digamos suspeitas considerando outros quadros de sacerdotes. Ele se relacionava bem com grupos inter-religiosos, ele se relacionava com pessoas ligadas aos Direitos Humanos, ele se relacionava com operários, com sindicalistas, com políticos, uma série de coisas. Isso, para mim, chamava muito atenção. Eu que vinha de uma experiência, digamos assim, muito afeita àquilo que a Revolução Militar, o Golpe Militar de [19]64 oferecia, que era a perspectiva anticomunista. Eu me lembro bem que, no dia do Golpe Militar, nós fomos para a aula e a professora do colégio, a diretora do colégio nos reuniu no pátio e disse: - Crianças, hoje é um dia muito especial, porque hoje os nossos queridos militares salvaram o país do comunismo. Então vamos para casa, hoje não tem aula e façam sacrifícios – esta era uma expressão católica, tipicamente católica – obedecendo a sua mãe e ao seu pai, porque hoje é um dia de ação de graças. O nosso país está sendo salvo pelos queridos militares . E essa foi a perspectiva que eu assimilei de maneira muito forte, porque era o único discurso que eu ouvia.

P: Ignácio, quando tu entraste na Casa Padre Jorge, tu começaste a ter problema com a tua família no sentido desses valores?

R: Não. Curiosamente, a minha própria família, enquanto eu estava ausente – porque eu não ia mais a casa com relativa frequência, ia poucas vezes, morava em Porto Alegre; já a partir de São Leopoldo não ia muito à minha família; uma vez por mês quando muito. E teve um momento de grande surpresa quando eu cheguei a casa e meu pai disse assim que não votava mais nessas caras. Eu até hoje não sei direito o que o fez mudar, mas acho que foram os políticos locais, que houve uma decepção muito grande com eles ali. Acho que foi uma questão local, mas que repercutiu nacionalmente. E toda a minha família mudou, toda ela, inclusive vizinhos. Então houve uma mudança muito grande ali. Agora, para minha família, questão assim ligada à formação religiosa que eu tive, sobretudo ligada depois à Teologia da Libertação, um pouco mais tarde, para eles era entendida com algo distante. Eles concordavam que a fé tinha que produzir um resultado também, digamos assim, em termos de visão política, mas eles não tinham uma apreciação muito clara sobre isso. Quando eu às vezes falava que os militares estavam torturando, matando – eram informações que eu recebia: que um padre jesuíta no Mato Grosso tinha sido morto, que outros estavam na cadeia; mas foi mais no centro do país, aqui na nossa região não era tanto – eles diziam assim: - Bah, mas que miséria... Mas eles não conseguiam avaliar o alcance dessa informação. Mas eles concordavam com a informação. Era isso mesmo que eles assimilavam. E meu pai também passou a ler uma revista chamada Ação Democrática, que circulava naquela época. Ela vinha do Rio de Janeiro. Eu não sei quem era o editor dela, mas ela era oposição. Ação Democrática. Não sei se tu te lembras dessa revista. Ela veio gratuitamente, era distribuição gratuita, ela veio pelo correio para nós uma vez por mês, durante longo tempo. Depois ela foi cassada pela Revolução. Foi fechada. Eu acho que... Eu me lembro de que um dos que escrevia lá dentro: Millôr Fernandes. E essa revista Ação Democrática era lida por meu pai e era, digamos assim, onde ele tirava assuntos para conversar com os vizinhos e comigo também. Meu pai tem só quatro anos de escola, mas ele gosta e lê muitos livros, e gosta de ler jornais, livros e revistas. E a minha mãe é praticamente analfabeta. Sabe escrever o nome, fala um pouquinho de português e fica por aí. Mas o meu pai não. Ele tem boa capacidade de leitura, e gosta de ler, e lê em voz alta para que a mãe ouça. Ainda hoje.

P: Uma prática até educativa?

R: É. E para mim foi, digamos assim, o fato de eu, um pouco tardiamente, ir para a universidade – porque eu fui um pouco tardiamente, não fui tão cedo – e, sobretudo, quando fui fazer mestrado foi muito mais tarde, eu já tinha quarenta anos – porque a nossa perspectiva era de ser colono, de interior, interiorano. Não havia, digamos assim, uma ideia de ascensão social. Isso era uma coisa meio longínqua. Outros faziam isso, nós não. Mas o meu pai, devido a essa leitura que ele fazia em voz alta – eu acompanhava os romances que ele lia; os romances sociais, romances políticos, a história de Roma, a história das pirâmides do Egito, a história do Olimpo da Grécia – tudo eu

aprendi ali, ele lendo em voz alta, quando eu era criança. E tirando um fato assim: anos depois, quando estive na Itália, ele veio me visitar. Daí eu o levei ao Vaticano, e pensei assim: - Ele vai querer ver a Igreja São Pedro. Não queria saber nada sobre a Igreja São Pedro! Ele queria ver o Obelisco, porque ele tinha lido de como ele foi transportado do Egito para lá. A construção da igreja não interessou para ele. Ele disse: - Igreja é igreja. Eu quero ver o Obelisco! Esse é o meu pai.

P: Que figura...

R: É. Sempre de bom humor, e muito ligado nas coisas. Então o Albano entra nessa história... Ele, digamos assim, se me apresenta como... Ele me abre o mundo para sair daquela redoma, embora eu tivesse uma formação mais ampla e de cultura geral do meu pai, que a escola não me deu – a escola não me forneceu isso; nem o Artigo 99 que eu fiz muito aos trancos e barrancos; nem o colegial me deu, porque o colegial rezava a cartilha do Estado vigente dos anos [19]60 e [19]70 –, mas vamos dizer assim, o Albano foi o que abriu as portas de mudar de uma perspectiva inteiramente subjugada, de uma visão antimarxista, para uma perspectiva, eu diria... Hoje eu reconheço como uma perspectiva que valoriza o humanismo. Então, Direitos Humanos.

P: Diz-me uma coisa, Ignácio. Esse trabalho do padre Albano, na maneira como tu percebeste, ele também era lido ou era percebido por outros colegas teus também? É uma figura que causa um impacto em uma geração, por exemplo?

R: Sim. Ele causou forte impacto na minha geração de jesuítas jovens da época, do começo dos anos [19]70, quando ele morava aqui em Porto Alegre, na Casa Padre Jorge. Porque depois, no final dos anos [19]70, ele se mudou para Cascavel, no Paraná. Então, por exemplo, ele continua sendo a pessoa impactante no grupo ali, mas sempre um grupo reduzido. Muitos o ouviam, muitos o sentiam, até concordavam com ele, mas isso não necessariamente resulta em uma atividade, digamos assim, extensivamente de Direitos Humanos ou uma outra perspectiva nas comunidades eclesiais de base, que estavam muito em voga na época. Havia movimentos de inserção no meio operário por parte de jesuítas colegas, tudo influência do Albano e de outros que circulavam em torno dele. Quer dizer, ele não era o único, mas aqui estamos falando dele mais porque ele era vinculado aos Direitos Humanos.

P: Ignácio, digamos: antes de tu conheceres o Albano – ou talvez ainda numa fase inicial – o que tu sabias sobre esse período chamado de Anos de Chumbo? O que tu tinhas de informação sobre isso? Ou seja: em um primeiro momento a tua família é uma família que de certa forma acompanha esse processo, depois tu mesmo dizes que ela vai mudando de posição, mas o que tu sabias sobre isso? Porque isso na tua trajetória depois é importante. O que tu tinhas de informação sobre isso?

R: As primeiras informações que contradiziam claramente aquilo que eu via de positivo nos militares eram os assassinatos que eles promoviam e que a gente ouvia por parte de professores no curso de Filosofia, que eu estava fazendo na época. Porque logo depois do noviciado eu fui fazer o curso de Filosofia, em São Leopoldo, e ao mesmo tempo também fazia o curso de Matemática, mas eu não cheguei a me formar em Matemática, eu abandonei depois de certo período. Aquela vez eu optei por ser professor de Matemática, porque eu era bom em Matemática na escola primária e depois no colegial, mas não tem nada que ver comigo. Filosofia sim. Então os professores noticiavam certas coisas: - Olha, morreu fulano de tal, morreu Herzog, morreu esse, morreu aquele. Porque nos jornais não saía. E, sobretudo, quando algum jesuíta era envolvido. Frei Betto, por exemplo, quando ele foi preso... Eu morava junto com ele, no Cristo Rei. Eu era, então, pretendente a ser jesuíta, ainda não era jesuíta, mas eu morava lá temporariamente para fins de ver se eu entrava ou não, era aquele período de experiência de ficar numa casa jesuíta. E é nesse período que frei Betto sumiu do Cristo Rei, em São Leopoldo. Depois, mais tarde, soube que ele andou aqui por Porto Alegre, depois foi para o interior e foi preso em circunstâncias conhecidas – que aqui não cabe avaliar. Mas eu o conhecia pessoalmente, e isso me chamou muito atenção. Depois os militares, o DOPS – militares é maneira de dizer –, começaram a cercar o Cristo Rei, e eu estava fazendo o colegial na época, estava no segundo ano do colégio, e nós

éramos acompanhados pelos camburões até a porta do colégio. E daí eu notei, claramente, que alguma coisa estava mal e esses comentários entre nós eram de que: - Nós devemos ser muito perigosos para eles nos seguirem desta maneira -. E nós éramos fotografados abertamente por eles! Eles não entravam no colégio porque a direção do colégio não permitia, porque aluno tinha que entrar um por um e tinha que se identificar para entrar. Mas eles vinham até a porta do colégio. Daí então, aos poucos, eu fui juntando as pontas. Mas sabe no começo eu demorei bastante para conseguir entender que isto era um plano político, portanto concatenado, organizado, estruturado e executado. No começo eu achava que eram desvios, que era o discurso oficial. Eu não tinha condição de fazer uma avaliação política global de como que isso se processava. Faltava-me essa formação, que eu adquiri um pouco mais tarde, durante o curso de Filosofia, e foi vindo. E também através da militância já que comecei – assim, aos trancos e barrancos – com o Movimento de Direitos Humanos. Porque o Albano começou a trazer para casa refugiados políticos. E no começo nem sabíamos o que fazer, porque o primeiro refugiado político que eu tive contato foi com um rapaz do Chile, chamado Juan Moreno. E ele veio, era de um partido marxista, um juvenzinho! Recém-casado...

P: Lembras que ano é isso? É depois do golpe no Chile.

R: Foi depois do golpe no Chile. Deve ter sido em [19]77, [19]78, por aí, esse período. O Jair lembra bem dele, porque ele lidou conosco no Movimento durante seis meses que ele ficou por aqui. E nós não tínhamos onde, digamos oficializar a entrada dele aqui, e conseguimos, naquela época, renovar o visto dele perante a imigração brasileira como turista. Ele entrou aqui assim, mas ele veio com muito medo, porque ele pertencia, acho que era à Aeronáutica. Ele tinha uniforme da Aeronáutica quando veio, me lembro disso. Depois ele me deu uma camisa dele de presente, como lembrança, que eu ainda hoje tenho. Uma camisa comum, dessas que eu uso no dia a dia, mas que era da Aeronáutica chilena. E foi por ali... Através desses movimentos de o Albano trazer e abrigar pessoas na minha casa – e como eu era o administrador...

P: Tu eras o administrador?

R: O administrador da casa, o responsável perante o sistema legal. Eu tinha procuração, porque a casa pertence à Associação Antonio Vieira – hoje chamada Associação, naquele tempo era Sociedade – que é a mantenedora das casas jesuítas, inclusive da Anchieta, da UNISINOS e outras.

P: Só uma pergunta, Ignácio. Esses primeiros refugiados que o Albano acolhe, tu sabias que eles eram refugiados, tu sempre soubeste?

R: Sempre soube. Sim, porque o Albano me tinha como confiável plenamente, e ele precisava também abrir, para mim, – e ele abria mesmo – as informações. Ele tinha dois motivos: um, que ele precisava de um ajudante conhecedor da situação; e outro, que ele queria que eu também andasse mais adiante. Era claramente formação política para ele, em relação a mim. Então ele me passava as informações, tomávamos chimarrão junto todos os dias, e ele me passava essas conversas, me dava textos que ele escrevia – pequenos textinhos que não podiam ser distribuídos por ali, porque isso não podia cair na mão do DOPS⁴² –, e também as muitas conversas que eu tive com o Juan Moreno – ele não era católico, ele era ateu e ele sempre dizia assim: - Como é que pode uma casa de jesuítas católicos acolher ateu tão livremente?

P: Ignácio, que riscos tu enfrentavas sendo administrador da casa? Não estou falando aqui em relação ao DOPS, mas dentro da própria estrutura dos jesuítas.

R: Bom, em primeiro lugar, os jesuítas, como ordem religiosa, apoiaram essa questão. Então nem o Albano, nem eu, nem ninguém estava sozinho. Isso era de conhecimento da direção da Província Jesuíta aqui do sul do Brasil. E o próprio provincial – nós chamamos assim o chefe da região aqui – era uma pessoa ligada a essa linha, que era o Paulo Englert, o Paulão como nós chamávamos. Paulo Englert nascido em Porto Alegre – irmão dos Englert, que ainda hoje tem alguns por aí. E ele era muito ligado à inserção dos jesuítas no arcabouço social, no tecido social, da luta operária, da luta antiditadura. Ele conhecia bem essas questões. Os jesuítas como um todo

⁴² Departamento de Ordem Política e Social.

apreciavam isso, mas não a Igreja Católica como um todo. A Igreja Católica como um todo não gostava dessa ideia, tanto que houve reclamações por parte da Cúria da Arquidiocese, falando não conosco, eles falaram com o provincial sobre isso, mostrando de que eles sabiam – e não foi por nós, foi pelos nossos amigos, por aí... E os nossos amigos eram os do outro lado, evidente, que davam as informações para a Cúria. E também, devido à circunstância do Frei Betto ter sido abrigado pelos jesuítas naquela época – ele veio praticamente refugiado de São Paulo para cá – e viveu dois ou três anos conosco, aqui em São Leopoldo. Então entre nós, jesuítas, havia uma espécie de consenso tácito – que não era muito conversado, mas ele existia – de que nós tínhamos um compromisso com essa gente. O compromisso com os refugiados para nós não tinha medida, era íntegro. Então nós tínhamos altos custos de alimentação com esse povo que nos visitava entre aspas. Teve um momento em que nós tínhamos seis, sete pessoas residindo conosco nessas condições, e eles até para pegar um ônibus tínhamos que dar dinheiro, porque eles não tinham como tirar, de onde... Nós dávamos esse dinheirinho para eles. Às vezes ficavam uma semana, às vezes um mês, às vezes meio ano, conosco.

P: Falamos de pessoas que estavam, alguns como turistas, portanto legais...

R: Mas a maioria eram clandestinos.

P: Clandestinos. E isso implicava em mecanismos de segurança também?

R: Sim. Nós tínhamos muito... Nós não podíamos levar eles para fora, tínhamos que ter muitos cuidados para não misturá-los a pessoas não confiáveis. Nós os apresentávamos como hóspedes da casa. Por exemplo: nós tínhamos atividades de Pastoral da Juventude na casa, grupos de jovens que reuniam ali, que vinham de Porto Alegre ou de qualquer lugar no interior, vinham ali, usavam a casa durante manhã, tarde e noite – nos fins de semana, sobretudo – e esses estrangeiros estavam ali; abriam a boca e já sabiam quem eram. Não eram daqui. Alguns até tentavam falar português, mas sempre se denunciavam. Então nós tínhamos que abrir o jogo para eles, dizer: - Olha nós temos hóspedes aqui, e eles não podem ficar no seu país, porque, infelizmente, os matam lá, então nós estamos dando um apoio para eles. Não dizíamos tudo. Não dizíamos que eram clandestinos, dizíamos que eram... Mas isto, muitas vezes, as notícias corriam. Mas, assim: em nível de jesuítas, a ideia era de que este era um compromisso nosso, era o que nós podíamos fazer para o momento. Este era o nosso compromisso de Igreja. Nós dizíamos assim: o nosso compromisso de Igreja. Na verdade era um compromisso de fé política. Mas assim, em nível externo nós não usávamos esta expressão, nós usávamos dizer compromisso de Igreja. Era uma tática.

P: Ignácio, e como se dá então, a partir deste trabalho, em que momento tu comesças a ter contato com o pessoal que ainda não é o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, mas que já faz parte dessa rede também? Bom, o Albano faz parte dessa rede.

R: Sim. Eu não comecei a fazer parte imediata, mas, curiosamente, no dia em que foi o seminário, em que foi criado oficialmente o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, eu estive presente. Mas eu ainda não tinha fechado a minha questão de aderir ostensivamente a este projeto. Eu estava, naquele momento, numa condição de fazer aquilo que o Albano pedia. Eu não tomava iniciativa por mim, ainda. Mas o Albano tinha plena confiança – ele sempre me relatou. Ele me disse: - Venha lá embaixo – porque o seminário foi dentro do Anchieta, dentro da escola do primário; tinha um salão lá e o seminário foi realizado lá, eu não me lembro da data, mas isto foi [19]79, [19]80. Aí eu já conhecia o Jair, porque o Jair vinha às vezes visitar o Albano; conhecia a família dele toda. Conhecia o Omar Ferri já, o Luis Goulart... Pelo menos estes, que eu lembro agora, assim. E já tinha passado pela experiência de lidar com o Juan Moreno. Eu perguntei uma vez para o Albano, disse: - O que vai ser feito dele? -. Disse: - Pois é não sabemos. Porque o Juan Moreno acabou voltando para o Chile, arriscando entrar no país depois de uma longa ausência de meio ano, e passou despercebido pela alfândega, não aconteceu nada com ele. Então isso tudo serviu para que eu tomasse conhecimento daquilo que depois foi o Movimento. Eu entrei e comecei a participar das reuniões do Movimento, se não me falha a memória, ali por [19]81... Já

quando o Movimento tinha andado um pouco. Porque eu perguntei... Porque o Albano saiu lá da casa no ano de [19]80, e daí o Albano disse assim, para mim: - Cuida bem da minha gente -.

P: Deixou-te meio de responsável. É isso não é?

R: Mas eu entendi como dentro do âmbito da administração da casa, e isto continuei fazendo. O Jair recebia – naquele tempo não eram muitos refugiados, mas de vez em quando tinha algum por ali. Então eu acho que ele já tinha equacionado o que fazer com eles, com o ACNUR,⁴³ e mesmo articulando com alguns agentes da própria polícia, para resolver os problemas de visto. Daí eu continuei fazendo isso. Mas depois, uma vez, eu perguntei para o Jair – não sei se foi ostensivamente ou se foi nas entrelinhas – e o Jair disse: - Mas vem aqui, vamos... Participa das reuniões. E daí eu comecei a participar, e para mim isto era, assim, um lugar onde eu respirava ar puro, onde eu conseguia me alimentar politicamente. Eu tive – aliás, antes disso, um parêntese: eu tive uma fase em que houve uma eleição, no final dos anos [19]70, onde o Paulo Brossard de Souza Pinto e o Pedro Simon faziam debates políticos, falavam arduamente contra a ditadura militar e eu ia lá olhar. Bom. Uma das coisas que na minha formação política foi... Poucas vezes vinha através da imprensa, mas havia uma eleição no caminho, e o Paulo Brossard de Souza Pinto e o Pedro Simon fizeram ferrenha oposição durante aquilo que era o programa político dos partidos, do então MDB⁴⁴ e ARENA.⁴⁵ E eu já tinha uma construção, do imaginário político meu, de que pela área militar ou pela área do governo, pelo partido ARENA, não havia mais saída. Aquilo lá era o fechamento de tudo o que era, digamos assim, a injustiça institucionalizada. Então as figuras que apareciam, e que eu passei a admirar muito, sobretudo durante esse período eleitoral, foram Paulo Brossard de Souza Pinto e o Pedro Simon. Eu sei que eu comia mais rápido no refeitório para subir para a TV – porque só tinha uma TV na casa, porque naquela época não era como hoje, que em tudo que é lugar tem TV – para ver o programa do horário político, porque eu queria assistir às pauleiras do Pedro Simon e do Paulo Brossard de Souza Pinto, dizendo as verdades. Essa era a minha ideia. A formação política para mim, o que eles diziam, era de que eles conseguiam desmontar dentro de mim a imagem construída. A minha casa política era montada inicialmente pela ARENA, pelos militares. Então, a partir daí, ela foi desmontada, e Paulo Brossard de Souza Pinto, sobretudo ele, mas também Pedro Simon – eu gostava mais do Paulo Brossard – desmontou essa casa. Eles não conseguiram construir uma nova casa dentro de mim, isso demorou um pouco mais, mas a antiga desmoronou com isso. Não sobrou.

P: Perfeito. Ignácio, só para recuperar uns fatos que ficaram ali nas entrelinhas. Que informações tu tens do que houve, depois, com o refugiado chileno, o Juan Moreno?

R: Bom, o Juan Moreno ficou, em princípio, aproximadamente seis, quase sete meses conosco. Eu o acompanhei durante todo esse período e fui confidente dele, da sua aflição com a sua família – ele tinha uma filha e nasceu um filho, durante o período em que ele estava conosco. Quando ele chegou até nós a mulher estava no terceiro... No quinto mês de gravidez, e a criança nasceu enquanto ele estava conosco. E nós, inclusive, tentamos trazer a esposa para cá, para a criança nascer aqui e ele conseguir um visto de residência aqui, porque o filho nasceria brasileiro. Mas até que nós conseguíssemos contato com a esposa, a passagem e tudo isso – e quem liderou isso não fomos nós, os jesuítas, foi o Movimento, que já estava no embrião; não se chamava Movimento ainda, mas havia o grupo de pessoas do qual o Albano fazia parte, o Jair, o Ferri, Goulart e outros – e se decidiu, então, já que não conseguimos trazer... Ela teve o nenê lá, e daí ele decidiu pelo retorno. Ele entrou no Chile via ônibus, porque nós achávamos que o aeroporto era perigoso, que via terrestre era mais tranquilo – porque a alfândega do aeroporto é uma coisa, a de terra é outra. E ele entrou pelo Chile, entrou despercebido, não houve nada, os documentos dele estavam em dia aqui no Brasil, ele tinha renovado o visto, portanto não havia ninguém procurando por ele aqui. Passou pelo território da Argentina, entrou no Chile. Recebemos carta dele depois de um mês, dando conta que ele foi acolhido pela família, pelo pai dele. Saiu de Santiago, foi no sul do Chile – em Puerto Montt, onde estava o pai dele. E depois eu tive mais

43 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

44 Movimento Democrático Brasileiro.

45 Aliança Renovadora Nacional.

dois contatos durante a vida, com ele. Uma vez ele veio aqui em Porto Alegre, e nos veio visitar lá na Casa Padre Jorge. Inclusive me pegou numa situação que não pude ficar com ele, porque eu estava indo para São Paulo – daí eu conversei rapidamente com ele, mas ele pernito lá e ficou uma noite ali. E depois eu tive mais um contato com ele, em Santiago do Chile, quando eu estava fazendo mestrado lá – eu fiz o mestrado ali no Instituto Latino Americano de Ciências Sociais, em Santiago do Chile. Então eu o encontrei lá, já na condição de pastor de uma igreja evangélica, o que foi muito surpreendente para mim. Ele, de algum modo, quando esteve aqui, já era pastor, quando ele esteve na Casa Padre Jorge. Só que aí ele não teve coragem de me falar, porque eu o tinha como ateu, e ele não tinha formação religiosa; para ele, todas as coisas que nós falávamos, e com a nossa convivência, ele passou a admirar a nós nisso, mas isso não fazia parte do horizonte dele, ele era ateu. Então creio que hoje ele ainda esteja trabalhando nesta igreja, mas não tive mais contato. Eu acho que de certo modo – porque eu me decepcionei um pouquinho com isto, não de maneira consciente, mas lá dentro, no fundo da alma – a mesma coisa deve ter passado com ele, que deve ter sentido isso de algum modo. Está bom, agora estamos bem, estamos em caminhos diferentes e aquilo que tivemos que fazer juntos já fizemos.

P: Bom, outra coisa que eu queria te perguntar, ainda: no tempo que tu estiveste no Cristo Rei, a relação com os militares, essa relação...

R: Bom, a relação com os militares, ela tem diversos aspectos. Um vem lá desde a minha família, porque quando eu era menino os guris da minha terra serviam no 19, em São Leopoldo; ou então no 16º de São Leopoldo; ou ainda em outro quartel que não me lembro mais o nome dele, que ficava numa praça no centro de São Leopoldo. Então São Leopoldo para mim, menino, era conhecido como cidade dos quartéis. Havia três quartéis em São Leopoldo. Hoje ainda tem dois, porque aquele outro se mudou para Sapucaia, depois. E eu, de certo modo, não queria servir. Eu achava que isto não ia bem, mas o motivo era porque os guris que serviam no Exército voltavam para casa bastante sem vergonhas na minha avaliação. Hoje eu diria mais autônomos, mais crescidos, mais amadurecidos, mas naquele tempo eles vinham sem vergonhas. Eram guris, assim, que valorizavam muito pouco aquilo que era do campo, valorizavam mais o que era urbano e por aí afora – coisas que eu não entendia muito, já que era menino do interior, com essa experiência da roça. Então, essa era a minha primeira experiência militar. Depois era a do Golpe. Os militares, queridos militares que salvaram o Brasil do comunismo. E meu pai tinha lido um longo texto sobre o marechal Tito, acho que era da Hungria...

P: Iugoslávia.

R: Iugoslávia. A Iugoslávia grande, não aquilo que é a Iugoslávia hoje. E sempre dizia assim – era um texto em alemão: - Herr Tito, senhor Tito. Meu pai lia o texto em alemão. Era um texto de muitas páginas, e cada um dos parágrafos, longos, era algo assim do Tito assassino, louco, comunista, perseguidor, matava os padres, isso, aquilo, homem de fé, condenado ao diabo e coisa assim. Era um texto extremamente antimarxista, antissistema, do Tito. Depois relacionava isso com políticos de esquerda, então vigentes na então União Soviética, na Alemanha Oriental e muitos outros. E meu pai lia isso para nós, e isso fazia parte, digamos assim, do... Para ele era cultura e diversão; não havia TV, não havia rádio, nem rádio nós tínhamos, não tínhamos energia elétrica; no interior era difícil, energia elétrica era uma coisa longínqua – então a novela vinha desse jeito, e meu pai lia o que vinha, o que conseguia catar por aí. Eu sei que ele ia, de vez em quando, numa livraria ali em São Sebastião do Caí e catava coisas por lá, no Selbach, na livraria Selbach. Mas aí, então, esse foi um momento em que os militares apareciam bem na foto. A primeira foto dos militares não foi boa; a segunda foi boa – para mim. Depois veio, quando eu mudei para São Leopoldo, tentei ser jesuíta, e nesse processo eu estava convivendo, ali, com figuras de estudantes de Teologia, de Filosofia, professores, embora nós estivéssemos um pouco à parte dentro da estrutura do Cristo Rei, mas sabíamos dos murmúrios, das conversas, daquilo que acontecia. Entre estudantes de Filosofia e Teologia corriam muitas informações sobre o regime militar, que, de algum modo, chegavam até nós. Inclusive a situação do Betto, quando ele ficou cercado lá; já não estava, mas eles o cercaram lá; ficaram dois dias procurando ele lá e não encontraram, porque cercaram, e no imaginário da perseguição política ele podia estar lá, estava escondido em algum lugar da imensa casa... Daí então a experiência com os militares foi muito negativa

nesse sentido, e durante esse período – eu não sei por que cargas d'água – se combinou um jogo de futebol dos teólogos e todos os habitantes – os estudantes de Teologia eram chamados teólogos e filósofos – e outros funcionários – nós éramos considerados, perante a opinião pública, funcionários –, então de jogar bola contra o quartel, o 19, de São Leopoldo. Então os milicos nos desafiaram e criaram até certo embaraço para nós, porque colocaram um cartaz na entrada do estádio que era muito depreciativo para os padres. Está bom. Nós então treinamos vários dias, e eu ainda era muito menino, não... Ficava olhando tudo isso, participando do movimento. E os militares conseguiram levar uma boa torcida lá para o estádio – o jogo foi no campo do Aimoré – e nós treinávamos no... Os nossos ali, a nossa equipe. Eu jogava no segundo time, não era do primeiro, eu era zagueiro do segundo time...

P: Era futebol de salão ou futebol de campo?

R: Futebol de campo. Nós tínhamos três campos de futebol no Cristo Rei. Então jogávamos... Ali treinamos, e montamos um esquemazinho. O Albano era o centroavante do nosso time, e fomos lá, nós todos tímidos, assim. Bah, os milicos! Porque militar para nós era, algo assim poderoso, fantástico, amado por um lado e, nessa circunstância também, eu não diria odiado, mas nós tínhamos temores. Assustador era. Era um espectro político que se misturava a reminiscências de um período anterior, que eu pelo menos os apreciava. Começou o jogo e nós vimos logo que nosso time era infinitamente superior ao deles, e foram um, dois, três, quatro... E terminou quatro a zero. Eles foram lá enrolar a bandeira – aquilo do slogan pejorativo para nós – e levaram para casa. Nós ainda ficamos gozando eles: - Deixa aqui, deixa aqui! Mas foi interessante. Não jogavam bola coisa nenhuma.

P: Assustaram-se.

R: É. Mas pobre dos milicos que nós enfrentamos. Não tinham nada que ver com isso.

P: Claro. Bueno, Ignácio, então agora retomando um pouco a questão do Movimento. Só queria te fazer antes uma pequena colocação: nesse cenário, nesse contexto, porque a história do Movimento tem muito a ver com a visão latino-americana, aí eu quero te perguntar um pouco isso. Tinha uma percepção latino-americana, por exemplo, quando tu foste lá à Casa Padre Jorge, os refugiados são estrangeiros.

R: Eram uruguaiois, argentinos...

P: Chilenos. Tu já tinhas isso ou é ali que tu começa a perceber?

R: Não, eu não tinha nenhuma visão latino-americana sobre isso antes, nem no Cristo Rei. A visão não era latino-americana, a visão era brasileira e europeia, norte-americana. Porque eu, como descendente de alemães, devido à iniciação no idioma alemão, da leitura de romances e revistas em alemão em casa – por parte de meu pai –, embora eu não fosse alfabetizado em alemão – eu fui alfabetizado em português –, mas eu não aprendi a língua portuguesa de maneira fluente: eu entendia. Podia fazer pequenas frases, mas eu não conseguia, digamos uma conversação estável. Isto só veio mais tarde, quando eu fui para São Leopoldo, para fazer o colegial. Aí que eu tive que aprender português na marra. E a perspectiva latino-americana, até aí, para mim, era muito pequena, de pequenas informações do estudo, de coisa aqui e ali, mas não tinha um vínculo com a terra chamada hoje América Latina. Essa foi, sem dúvida, uma grande experiência quando eu fui trabalhar como administrador na Casa Padre Jorge. E o Albano estava lá, foi ele que me requisitou como administrador. Ele pediu um irmão jovem para fazer esse serviço. E aí por parte da Província – eu morava no Cristo Rei – fui designado para voltar então a Casa Padre Jorge, onde eu tinha estado durante o período do noviciado, [19]73 e [19]74. Depois eu voltei em [19]77, meados de [19]77, já como administrador. Então eu convivi esses três, de [19]77 até [19]80, com o Albano, ali. E essa foi a escola latino-americana para mim.

P: A escola latino-americana. Tu poderias nos fazer...

R: Aliás, um parêntese: depois disso eu escolhi fazer mestrado no Chile. Foi por causa disso! Porque eu não queria... Eu, naquele momento, não queria Europa, eu queria uma experiência

latino-americana, porque ficou tão dentro de mim a América Latina que eu achava que tinha que valorizar isso.

P: Tu Poderias nos precisar um pouco a diferença entre o padre e o irmão dentro da congregação?

R: Quase sempre os jesuítas somos considerados sacerdotes, padres. A palavra no jargão popular é padre. Posso fazer um paralelo entre o médico e o enfermeiro. O sacerdote é o médico; o irmão é o enfermeiro. Estamos no mesmo ambiente religioso, convivendo no mesmo espaço e pertencendo à mesma congregação religiosa, mas as funções são distintas. A mesma distância do enfermeiro para o médico. O irmão normalmente cuida mais da parte administrativa, tem mais funções de manutenção, pode ser um educador, pode ser um professor universitário, pode exercer diferentes funções dentro da congregação, mas ele não tem a função do sacerdócio, então essa pertence ao padre. De resto é tudo igual.

P: Só para entendermos um pouco isso.

R: Por exemplo: não tem a parte de atendimento sacramental, de batismo, crisma, missa, confissão, tudo aquilo que é típico do serviço do sacerdote, então... Eu sempre quis ser irmão, nunca sacerdote.

P: Bom, aí, Ignácio, chegamos no Movimento. Aí o Jair te convida para começares a participar das reuniões também.

R: Eu acho que eu fui procurar. Se bem me lembro, não está muito claro na minha memória como é que foi bem o início, mas eu acho... Eu tinha o interesse de ir, porque eu achava que era um momento de dar mais qualidade a mim mesmo e me inserir em um trabalho. Já que eu acolhia os refugiados, eu queria ir à fonte de onde eles vinham, porque eles eram trazidos. Eu continuava recebendo do mesmo jeito como antes, quando o Albano estava lá. Não mudava nada. Até aumentou o número de pessoas que transitavam lá.

P: Nós estamos falando no final dos anos [19]70.

R: Começo de [19]80. Eu estou falando agora do início dos anos [19]80. Aumentou em relação àquilo que era muito precário, de [19]78, [19]79, ano [19]80, ainda era precário. Mas de 81 em diante começou a vir mais sistematicamente, e nós também passamos a ter na casa, em vez do noviciado, o instituto de Pastoral da Juventude, que também já era outra escola política, uma escola de Pastoral da Juventude ligada a uma ideia fundante da Teologia da Libertação. Ela era inspirada ali. E daí fazia parte o padre Atalíbio Schneider, Hugo Bersch, o padre salesiano Lino Hack, um irmão marista, também duas religiosas, outras irmãs religiosas, e, também, em um período, o padre Hilário Dick, jesuíta, que hoje está lá na UNISINOS.

P: Também está na UNISINOS.

R: É. Fazia parte da Pastoral da Juventude. Nós chamávamos isso de... Era uma espécie de casa de formação e assessoria Pastoral da Juventude, então se chamava Instituto de Pastoral da Juventude, que passou a funcionar na Casa Padre Jorge em data imediatamente posterior à saída do noviciado. Aliás, a saída do noviciado teve dois sentidos: um foi para Cascavel com o Albano – o Albano era o mestre de noviços naquela época, no final dos anos [19]70; e para levar mais para a periferia, para maior inserção, de a experiência ser mais próxima da população mais simples – porque o Anchieta era um ambiente mais de classe média para alta, e o Albano achava que para a formação do jesuíta não era adequado, sobretudo os anos iniciais. E eu acho que ele tinha razão. E então se criou naquela Casa Padre Jorge o Instituto Pastoral da Juventude, que acolhia esses jovens para formação. E a perspectiva era essa mesma, de dar-lhes formação mais consciente dessa relação entre fé e política. Eles pernoitavam ali uma ou duas noites, às vezes um mês, depende do tipo de curso e financiamento que a gente conseguia, porque manter a casa também não era fácil. Então, durante esse período, enquanto eu estava ali de administrador – e eu continuei como administrador da casa; eu era antes do noviciado e depois, quando começou o Instituto Pastoral da Juventude, eu passei a assumir essa mesma função dentro da

nova atividade da casa – e já que eu recebia esses refugiados, eu tinha muita sede de ter contatos mais diretos com o Jair... Aquilo que era o Movimento! Porque eu admirava o Movimento. O Movimento para mim era, digamos assim, uma escola próxima na qual eu não tinha muito acesso. Ela me dava só o resultado de algumas coisas. Por exemplo: eu não participava das decisões, das discussões internas, o que se fazia aqui e ali, porque isso, porque aquilo, as avaliações políticas que se fazia – naquela época chamavam de análise de conjuntura. Eu tinha sede dessa análise de conjuntura! O que pela primeira vez me chamou muito atenção – foi aquele episódio que te contei antes – do Brossard e do Pedro Simon, que faziam uma espécie de análise de conjuntura, porque era o único momento que eles podiam falar, porque fora do horário político não dava. E depois nós tínhamos, na Pastoral da Juventude, essas análises de conjuntura, mas também no Movimento circulavam essas informações que não se sabia, que dentro da redoma na qual eu estava eu não conseguia entender de onde é que vinham essas informações. Eu as recebia prontas. “Dizem por aí”. Depois, então, eu fui encontrar as pessoas que as faziam, que criavam, que tinham mais capacidade de refletir. Por exemplo: para mim hoje é uma normalidade eu mesmo fazer isso, mas naquele tempo, para mim, era uma ciência a ser adquirida. E isso só o Movimento podia me dar. Então, para mim o Movimento era uma escola. Legitimamente uma escola. Uma escola de formação política, com a vantagem de não ser partidário e de não ser nem marxista, nem antimarxista. Não era nem militar, nem antimilitar. Ela era pró-justiça e Direitos Humanos. Esta questão me agradava muito.

P: Essa autonomia.

R: É. Isto foi uma orientação que eu tomei como marco regulatório na minha vida, depois. Tudo o que eu faço na vida, hoje, eu tenho, diante de mim, uma espécie de referência de um quadro sócio-político-econômico, seja em que área for: essa ideia de justiça e direito. E essa foi cunhada ali, no Movimento.

P: Diz uma coisa Ignácio: anteriormente, como administrador da Casa, tu contribuías, tu ajudavas, como parte de uma infraestrutura super vital para estes casos de refugiados, ou até para as reuniões que congregavam pessoas em volta dessas questões. A partir do momento em que tu comesças a te envolver com o Movimento, que atribuições tu comesças a ter além de participar do Movimento? Tu comesças a assumir algumas funções, tu comesças a assumir algumas responsabilidades dentro do Movimento?

R: É, de maneira muito devagar eu assumi alguns compromissos no Movimento. Às vezes, por exemplo, redigir atas. Eu era estudante, então podia redigir atas. Fazia isso. Talvez você tenha encontrado alguma por aí.

P: Temos as olhado.

R: Com um português bastante arrevesado, porque... Já te expliquei de que não... Tardamente estudando tem essas coisas. Porque na minha vida inicial eu sou técnico em Eletricidade, que foi a minha profissão inicial. Eu ainda hoje, de vez em quando, a resgato. Faço alguma coisa nesta área. Esses dias ainda eu fiz uma casa. Foi nas férias, nas férias de verão, lá em Torres. Meu irmão comprou lá uma casa e eu disse: - Ah... Deixa a rede para mim -. Mas aí, dentro do Movimento, eu comecei com pequenas funções, de contatos de refugiados. De vez em quando o Jair me dava uma tarefa: faz aquilo, faz isso, conversa com essas pessoas, leva daqui para lá – porque nem sempre dava para deixar lá em casa, tinha às vezes que esconder. De vez em quando o DOPS fazia cerco, botava um carrinho bem na entrada para a gente ver que era P2, essas coisas. Intimidava... Nunca assim muito ostensivo. Mas, sim, nos bastidores percebíamos que estavam por aí. O nosso telefone era um telefone que falhava, e era evidentemente grampeado, então não podíamos falar muito no telefone. E eu fui assumindo diferentes funções, sempre em uma... Eu nunca, digamos assim, poderia assumir funções mais de frente, de liderança, que eram mais exigentes, eram mais para profissionais já da área política. E mesmo porque para mim sempre foi muito incompreensível aquilo que hoje eu chamo dos bastidores, de como é que se toma uma decisão política dentro de Porto Alegre e no Estado. Isso é um emaranhado muito complicado,

e que eu não conseguia captar plenamente. Isso era coisa para profissionais. Eu vi colegas que chegaram ao Movimento de Direitos Humanos, por exemplo, uma colega – não sei se tu tivesses alguma referência, o nome dela é Sueli Santos – era psicóloga, portanto profissional calejada na área da Psicologia, não era nova no pedaço, mas ela disse para mim, um dia: - Conviver no Movimento é para gente que tem estômago forte -. Ela fez esta avaliação.

P: Ignácio, então o Movimento para ti representa uma grande escola política nesse teu momento de vida. É isso?

R: Exato. Para mim, o Movimento foi, digamos assim, a escola que eu escolhi com as informações anteriores que eu já tinha. Eu havia recebido uma série de informações que eu já relatei, por parte do curso de Filosofia que eu estava iniciando, pelos colegas que falavam, pelos professores lá do Cristo Rei que difundiam informações sobre situação política, uma espécie de análise de conjuntura – que era o termo que usávamos na época – e depois, quando eu tomo contato com as lideranças presas e refugiadas aqui – eu diria que o exterior é uma prisão para um refugiado; ele não tem todos os direitos de ir e vir respeitados, portanto ele sofre de alguma situação de prisão. Salva a vida, mas está amarrado. E tem outra: no estrangeiro descobrimos rapidamente que somos estrangeiros. Eu tenho experiência disso. E o Movimento então se apresenta, para mim, como um passo que eu estava querendo dar como inserção daquilo que eu já estava convencido – portanto de exercício de uma prática –, mas muito mais do que isso – foi, para mim, uma escola de formação política. Eu já dizia antes, era... Eu sempre tive toda a vida, restrições a partidos políticos. Eu apoiei partidos, voto em partidos – não tem como, é normal que se vote em partido –, mas eu nunca tive, digamos assim, diante de mim a opção de “agora eu vou para a militância partidária”. Isso não existe para mim. Não existe mesmo. Agora, para a militância de Movimento de Justiça e Direitos Humanos, apoiada no imaginário religioso e ideológico – fé e política –, isto para mim foi natural e normal. Gostei de ter tido esta experiência. E a escola de formação política – embora eu exercesse via de regra cargos mais secundários dentro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos –, mas eu me lançava todo, eu estava inteiro ali, porque gostava de fazer esse trabalho, achava que neste ambiente eu poderia contribuir com a minha pequena porção a este país. E isto era para mim claro: esta é a minha contribuição! Junto com esse grupo. Depois, a partir do Movimento também, eu fui conhecendo mais a América Latina, porque, afinal, os refugiados políticos que aqui apareciam eram pessoas que vinham de outros países, e aí foi abrindo horizontes, tanto que depois eu optei de fazer o mestrado lá no Chile, que para mim foi uma experiência muito boa de vizinhança, de amizade, de respeito e também, digamos até de... Quando todos os caminhos indicam a Europa, eu cruzei os Andes. Para mim foi oferecido também Espanha, Portugal, Itália na época, mas eu disse - não, eu prefiro o Chile. E foi, digamos assim, a escola anterior que eu tinha tido no Movimento de Direitos Humanos e a experiência com os refugiados, eu queria ir para o Chile. Que era melhor opção – até porque a faculdade de lá também é dos jesuítas, hoje em dia chamada Universidade Padre Hurtado. E lá também, os jesuítas de lá haviam tido forte experiência de acolhimento de refugiados políticos lá, entre eles brasileiros.

P: Quando é que tu foste para o Chile?

R: Em noventa e um.

P: Tu estás pegando o finalzinho do governo Pinochet.

R: Não. Quando eu cheguei ao Chile o Pinochet já estava fora. Eu fui em julho, final de julho eu fui para o Chile. Já era Patricio Aylwin o presidente do Chile. Eu morava em uma rua e o Palácio La Moneda era uma quadra distante dali. E de vez em quando o Patricio Aylwin vinha na missa, lá em casa. Ele vinha a pé, sozinho, da residência. Às vezes um vigilante o acompanhava de longe. Ele e a esposa vinham lá na missa. Então eu pude conversar diversas vezes com o Patricio Aylwin por esta circunstância. De vez em quando ele aceitava um cafezinho lá também, mas, em geral, ele dizia: - Não, lá no palácio tem bastante.

P: Os jesuítas chilenos também tinham essa experiência de acompanhamento?

R: Tinham essa experiência, e por isso que o Patrício Aylwin, que era o primeiro presidente da transição democrática – porque ele foi eleito para dois anos, pelo Congresso –, ele estava vinculado aos jesuítas em função, digamos, da experiência de trabalho no SERPAJ deles lá no Chile. E tinha diversos jesuítas que colaboraram ali.

P: Inclusive apoiando os brasileiros?

R: É. Isto.

P: Nos anos anteriores à ditadura chilena.

R: Isto. E o Chile é um país muito diferente do Brasil. Ele, digamos assim, em nível de cultura política é mais assumido; a população é mais politicamente ligada, mas a liderança chilena era muito vinculada a uma classe média alta. Inclusive nós, jesuítas, lá somos muito vinculados a essa classe. Então, por exemplo, os próprios jesuítas, o nascedouro familiar deles é nessa classe alta. Então o chileno da época que eu conheci, do começo dos anos 90, era um chileno muito católico, um chileno intelectualmente bastante evoluído, estudado, tem boa formação. Eles têm uma agricultura bem desenvolvida – e isso foi uma das coisas que me chamou atenção –, muito mecanizada, a terra muito preparada para tudo, para resolver, por exemplo, problemas de irrigação, coisa que nós aqui ainda hoje estamos tateando. Eles já resolveram esse problema. Mas aí a experiência de ter convivido com os chilenos, que tem uma grande simpatia pelo Brasil, para mim foi muito positiva. E foi a minha primeira experiência de internacionalizar, digamos assim, onde eu era estrangeiro e não acolhia estrangeiros. Eu era acolhido. E isto me fez um bem danado.

P: Dentro do Movimento tu te envolves com várias ações, digamos. O Movimento passa por uma fase de transição quando termina a ditadura no Brasil e nesse período de redemocratização. Ou seja, algumas bandeiras permanecem, outras estão mudando talvez. Como é que tu vê isso?

R: Claro que eu me dei conta de que havia uma mudança em processo, porque os refugiados começaram a rarear e nós começamos a nos ocupar mais com educação para os Direitos Humanos, que era um sonho anterior já, mas era inexecutável. Diante da ditadura brasileira não era possível. E também não havia, digamos capacidades instaladas para levar a frente diversas atividades no Movimento de maneira simultânea. Então, quando diminuiu a recepção de refugiados políticos, aí nós partimos para a questão da educação para os Direitos Humanos. Deveríamos levar a experiência do Movimento – se dizia claramente isso –, ou então a cultura dos Direitos Humanos para a população. Porque antes nós éramos conhecidos especificamente nas famílias que o Movimento atendia: por exemplo, às vezes, alguém que era acusado de um crime que não tinha cometido, era muito frequente isso; ou então tinha cometido um crime de menor porte, mas era perseguido por alguma circunstância de vingança, às vezes envolvendo policiais, esse tipo de coisa. Violência policial era uma coisa que se discutia muito em nível interno do Movimento, e daí achávamos – e eu comungava dessa ideia – de que era necessário levar os Direitos Humanos como exercício de aprendizagem. Portanto era um processo de educação que deveria ser instalado. Então se fez seminários, se articulou isso com a Secretaria da Educação do Estado – eu me lembro de que uma vez fui junto com o Jair visitar o secretário, que era o Ruy Carlos Ostermann, secretário de Educação, e ele concordou com o projeto, achou muito interessante, foi muito político. Também colocou um colégio à disposição, onde foi então realizado o seminário, e também forneceu os certificados, ou seja: a assinatura do Movimento naquele certificado valia em nome da secretaria. Isso para mim foi, digamos assim, aquela transformação que eu tinha, onde o Estado era opositor a tudo que o Movimento fazia – o terror, o medo, cercado pelo DOPS ou vigiado – naquele momento o Estado brasileiro, na minha concepção, voltou a ter um novo papel, um papel democrático. E foi pela educação para os Direitos Humanos. Porque, fora daí eu não tinha uma percepção muito clara de como estava o comportamento do Estado. Era diferente, a não ser pelas eleições. Mas eu não via o Estado agir concretamente onde eu pudesse me sentir envolvido. E quando isso apareceu, eu me senti envolvido: - Não, mas é o Estado que está trabalhando, é o Rio Grande do Sul, é o secretário de Educação, é uma escola pública, estamos

conseguindo conversar com as pessoas, estamos conseguindo dizer as coisas, já não é mais o clima de antes. Agora nós somos parceiros do Estado. E esta ideia de, então, irmos para as escolas. Mas nós sempre optamos por dar elementos de formação ao professorado. Que a educação para os Direitos Humanos fosse vista como uma cultura política dada a qualquer professor, e qualquer professor a usasse na escola. Direitos Humanos não é disciplina. Isso era muito claro para nós. E dentro do professorado havia uma tendência de criticar esta proposta. Eles achavam que deveria se tornar horas-aula. E nós dizíamos: - Não, isto é uma postura de professor. Evidentemente que foi um acerto de nunca falar em horas-aula sobre Direitos Humanos, porque daí seria restringir àquele momento e terminaria o assunto. Isso também: o fato de pensarmos a proposta de educação para os Direitos Humanos trouxe para nós uma série de problemas, porque tinha que mobilizar grupos, era uma dificuldade conseguir angariar fundos para isto. Nós cobrávamos, às vezes, uma taxinha – por menor que fosse – do próprio professorado, para eles poderem fazer o curso. Tudo isso causava certo nível de confusão. E um pouco, também, a nossa inexperiência de manutenção dos grupos, porque uma coisa é a gente formar professores através de uma palestra, dar-lhes informações, mas depois a ideia era de conseguir criar núcleos de estudo, de aprofundamento da temática dos Direitos Humanos nos colégios. Isso a meu ver foi – o que poderia ter sido um acerto – foi um problema, porque isso nunca funcionou. Funcionou em pequenas tentativas, aqui e ali, em algum outro colégio íamos, mas não havia – a meu ver, digamos assim – um nível de conhecimento e mão-de-obra qualificada suficiente para fazer deslanchar esse processo. Então, em grande parte, a meu ver, a educação para os Direitos Humanos não prosperou do modo como poderíamos esperar que prosperasse, por causa dessa limitação de não conseguirmos formar os núcleos locais, em pequenas cidades, em colégios ou intercolégiais, coisa assim. Por exemplo: eu fui um dia desses em um colégio em Novo Hamburgo, e lá havia três professores que tinham feito o seminário, mas eles nunca mais trocaram ideias sobre isso. Então parou aí... Eles têm essa bagagem, está bom. Certamente ainda usam, mas não é o colégio que vai pôr em prática institucionalmente a ideia de introduzir e de manter isso no currículo, embora de maneira informal, mas manter. Estar lá. Isso faz parte do estudo. Seja professor de Matemática, seja professor de Português, seja de Ciências Sociais, não interessa.

P: Diz-me uma coisa, Ignácio: além desse campo que vocês abriram sobre a questão da educação para os Direitos Humanos – em realidade nunca mais se fez, não pelo Movimento, digo, projetos desse porte...

R: As próprias pessoas, nós do Movimento, nos cansamos em certo momento. Quando eu saí do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – eu saí em vista do estudo no Chile, em noventa e um – ainda havia algumas iniciativas, mas já com certo cansaço. Eu acho que depois, com a experiência da abertura política que foi tomando campo cada vez mais – a democratização do Estado – foi dando um cansaço em nós também nesta área, porque nós chegávamos já – ou às vezes – atrasados. O Estado já havia ocupado seu lugar, já tinha colocado outras coisas nesse espaço: Direitos Humanos já não cabia mais. Ou então, também, nós chegávamos com poucos elementos, porque os nossos próprios militantes que nos ajudavam, as pessoas que serviam como voluntários se tornaram mais raros, porque eles já estavam em outros setores, em outras instâncias, digamos, políticas.

P: Coincide com a própria ascensão de alguns partidos.

R: É. E nós também, internamente, não conseguimos ninguém que se tornasse um intelectual da área. Nós todos éramos práticos. Nós todos éramos fazedores de justiça, ou então, digamos assim, nós éramos militantes de Direitos Humanos, mas nós não éramos intelectuais de Direitos Humanos. Isto sem dúvida faltou. Se tivéssemos, digamos assim, dentro do grupo dois ou três que pudessem produzir textos, livros, artigos de revistas, pudessem ir para a televisão, para o rádio, falar muito além daquilo que é o dia-a-dia da defesa dos Direitos Humanos, falar como proposta universal, como proposta de cultura, como modo de ser ou como filosofia de vida, como ação política generalizada. Isso nós não tivemos.

P: Tu chegaste a ter contato, em algum momento da tua passagem pelo Movimento, com a Lilián Celiberti e com o Universindo Díaz quando eles saíram da prisão em algum momento? Chegaste a acompanhar isso?

R: Não, quando eles estavam no Brasil eu não os conhecia. Eu os conheci através do sequestro. Não tinha contato com eles. Depois, mais tarde, eu assisti – acho que foi em duas oportunidades – palestras feitas por eles, aqui no Estado. E chamava muito atenção como é que uma mulherzinha franzina assim tivesse mobilizado três países – Brasil, Uruguai e Itália. Isso me chamava muito atenção. Isso era um momento de reflexão política para mim, da valorização de uma ideia. Lilián e Universindo tiveram uma ideia ligada justamente àquilo que eu muito apreciava, que era a militância política de direito, porque naquele tempo os nossos países, evidentemente, estavam – Uruguai e Brasil – em uma situação caótica em termos de direitos. Eles assim... Professora de escola primária, essas coisas assim. Têm essas coisas. Aliás, eu te conto um fato pitoresco sobre isso, também, de outros dois professores de escolas primárias. Se não me falha a memória eles vieram do departamento de Colonia 33, no norte do Uruguai, uns quarenta, cinquenta quilômetros da fronteira do Brasil, de Rivera-Livramento. E eles vieram a pé de lá até Porto Alegre e bateram na porta, lá em casa. Eu nunca soube quem informou para eles o endereço e o meu nome, porque eles perguntaram direto, assim: - Mora aqui, o Irmão Ignácio? -, - Sou eu -. E fui atender a campanha. Naquele tempo nós tínhamos que ir abrir, não tínhamos vigilante, nós tínhamos que ir à rua para abrir a porta de automóveis, onde entravam os automóveis. Tinha a porta lateral onde fazíamos entrar as pessoas. E daí eram dois professores. Um, eu me lembro, bem careca, um homem simpático, de uns sessenta anos, já. E o outro era mais jovem, mas não recordo muito a fisionomia dele. Lembro mais da fisionomia do mais velho. Hipermagros. Vinham, assim... Eu diria, assim: cachorro magro. E daí eu olhei para eles: - Mas vocês são uruguayos? Como é que vocês acharam o meu endereço? -, - Ah, alguém forneceu. Desculpe-me que a gente veio aqui -. Era um domingo isto. Eu disse: - Mas porque vocês não foram ao Movimento? Eu usei isso como uma espécie de senha para me certificar. - Nós estivemos lá, mas lá está fechado, e nós esquecemos o telefone. A gente não tem o telefone -. Provavelmente o telefone do Jair, não é? Então eu disse: - Não, está bom -. Conversei mais um pouquinho, e eles não paravam de mencionar uma tal de senha que tínhamos. E falaram do Juan Mosca, um jesuíta de Montevideú, que tinha escrito algumas coisas sobre Direitos Humanos, e ele trabalhava na ACNUR. Depois ele andou pela Grécia, não sei onde, nessa questão aí da ONU, de Direitos Humanos. E então eu me contentei. Bom, eles conheciam o Juan Mosca, e isso para mim era segurança. Eu tentei ligar para o Jair, não consegui, e daí eu os levei para dentro de casa, sentei-os no refeitório, sentaram ali e peguei – naquele tempo a gente tinha aquele pão comprido, a gente cortava em pedaços assim; não havia ainda os pequenos pãezinhos – e cortei um desses pães, coloquei ali e disse: - Bom, agora eu vou buscar manteiga, nata e leite. Esperem um pouquinho que já estou vindo aí. Quando cheguei de volta não tinha mais nada. Daí me dei conta do tamanho do que é uma fome. Até ali eles não tinham me dito, ainda, que eles tinham viajado a pé. E daí então eu senti o que é fome. Daí eles ficaram até o outro dia, levei-os ao Movimento, voltaram lá para casa mais dois ou três dias e depois eles seguiram para o Rio de Janeiro para serem recepcionados lá pelos contatos que o Movimento tinha, através do ACNUR. Acolhidos, naquela época, pela Arquidiocese do Rio de Janeiro.

P: Ignácio: tem alguma outra... Nós estamos chegando ao fim, praticamente. Tem alguma outra situação que tu queiras resgatar, algum outro fato, alguma outra informação que tu achas importante?

R: Eu quero dizer, assim, que eu tive oportunidade, através do Movimento, de viajar várias vezes: Rio de Janeiro, São Paulo. Participei de congressos nacionais desta área, alguns deles promovidos pelo Leonardo Boff – daí tive contato pessoal com ele –, frei Betto reencontrei nesses encontros. Frei Betto um dia até me disse, assim: - Ah, tu era aquele menino lá do Cristo Rei, que fazia a limpeza do corredor! Lembrava-se. Depois também estive, em três ou quatro oportunidades, na Argentina e no Uruguai, participando de congressos, encontros, estudos. Uma vez eu levei um grupo de jovens daqui para a formação justamente de Direitos Humanos, promovida pelo escritório da ACNUR na Costa Rica. Aí o Jair me encarregou de ser o representante do Move-

mento e de levar adiante. Inclusive discutimos o que eu ia falar lá, e foi bem interessante. Para mim foi uma experiência ímpar. E nós levamos daqui um conteúdo concreto de uma criança de um casal de lá que desapareceu. Ela nasceu na prisão, e a criança desapareceu da mãe, e a mãe estava em busca de resgatar – ela estava com um novo companheiro, e nós a conhecemos lá. Eu não consigo lembrar, nesse momento, do nome, mas o Jair deverá se lembrar; outras pessoas aqui do Movimento também, certamente. E eu tenho foto em casa dela, dela e do companheiro, onde eu estou conversando com ela. E levamos esse gesto concreto lá e ele foi usado na minha fala oficial dentro daquele seminário de Educação para os Direitos Humanos. E fomos o único grupo que levou um caso concreto, e chamou muito atenção. Eu dei até entrevista para duas ou três rádios de lá, porque vieram para cima, porque - Ah, mas tem isso em pauta e nós não sabíamos! Era educação para os Direitos Humanos. Eu disse: - Não, mas educação para os Direitos Humanos nós queremos aliar justamente com aquilo que Educação para os Direitos Humanos tem que fazer na prática. Era um exemplo. Levamos um exemplo concreto, para um pouquinho de desespero da coordenação da ACNUR que estava lá naquele momento, que não queria levar casos, discutir casos uruguaios. Outra coisa, assim, que queria destacar, para mim: desde aquela experiência única de ter estado aqui no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, eu diria, por um par de dez anos, onde eu passei de militante muito iniciante – mas acho que tive uma boa formação política; eu chamo isso de minha casa política –, isso se tornou uma perspectiva do educador que hoje eu me considero que sou em todas as frentes, inclusive na área religiosa, que eu hoje atuo. Por exemplo: se eu hoje atuo no grupo de diálogo inter-religioso – é o grupo que eu coordeno lá na UNISINOS – para mim é palpável, é seguro e é necessário de que não é a maioria que decide. É o humano que decide. E isso foi da educação para os Direitos Humanos. Então quando eu vejo, digamos assim, papos de colegas meus – seja jesuíta, seja da hierarquia católica – que colocam assim - Ah, mas nós somos maioria - por exemplo, como se disse aí no caso dos crucifixos do Judiciário. A mim maioria não é sinônimo de justiça. Não é, porque isto eu aprendi nos Direitos Humanos. Ter condições de dialogar com aqueles que são minorias, existe só uma condição: você ser um igual. Se não, não dialoga. E para ser igual, eu não posso argumentar nunca - Mas somos mais do que vocês -. Não funciona. É injusto.

P: Bom, Ignácio, só para fechar a nossa... Tem um documento aqui, do DOPS, onde tu apareces em uma determinada situação.

R: Aham.

P: Tu não queres relatar um pouquinho isso?

R: Bom, teve momentos também que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos dava guarida ao Movimento dos Sem Terra,⁴⁶ aqui, quando da sua fase inicial. Depois, um pouco mais adiante, não foi mais possível. Mas o fato que eu queria relatar, sobre o qual tu perguntas, foi no início das ocupações do Movimento dos Sem Terra. E o Movimento dos Sem Terra – eu vou chegar ao fato este, mas eu vou fazer uma preliminar – ele rodava um jornalzinho do Movimento dos Sem Terra, feito no mimeógrafo à tinta. E eu que rodava ele, lá em casa. Na Casa Padre Jorge. A Casa Padre Jorge também, quando tinha uma reunião do Movimento dos Sem-Terra, lá era o lugar. Podiam ser oitenta, cem pessoas: lá era o lugar. Eles pegavam o colchonete deles, dormiam no salão e lá dormiam. Nós tínhamos cinquenta camas, mas não dava para cem. Daí eu tive certa relação com os militares, e justamente um deles era o Luiz Ignácio Gaiger, que me passava informações, mas também um irmão dele – me escapou o nome dele agora, um dos mais velhos, acho que era Luiz. Eles passavam informações daquilo ali. E teve um momento em que o Celso Gaiger, então do Movimento de Direitos Humanos, e um grupo iriam dar uma força ao acampamento dos Sem Terra lá em Encruzilhada Natalino. E nós fomos para lá e eles requisitaram a minha Kombi, que eu usava lá como administrador da Casa Padre Jorge. O Movimento não tinha como adquirir, não tinha como contratar ônibus, não havia possibilidade. E a Kombi, então, fazia parte daquele esquema da Casa, ajudando o Movimento. Claro que eles ajudaram a pagar a gasolina aqui: O Celso Gaiger e não sei quem interveio com gasolina certa hora, porque meu bolso também não dava para tanto. E nós fomos lá. Nós passamos três ou quatro barreiras de polícia, de Polícia Civil, Polícia Militar, DOPS e outras, até finalmente chegarmos ao acampamento. Bom, nada de

estranho, a não serem as barreiras. Eu estava lá com os meus medos, mas eu era motorista. O líder da excursão, da expedição, era o Celso Gaiger e ele inclusive usou o documento dele de desembargador, aquela carteira preta. Mostrou para os policiais. Eles recuaram! Meio que sentiram a força da carteira, e nos deixaram em paz, podíamos entrar. Outros carros eles não permitiam. Nós conseguimos entrar muito em função, acho eu, dessa credencial do Celso. E depois, na volta, tudo normal. Ah, um dos passageiros é o hoje prefeito, o Fortunatti. Ele era o presidente do sindicato. Ele inclusive dirigiu a Kombi por um tempo, porque eu cansei. Daí nós voltamos e uns tempos depois o Jair encontra em um lugar, um lugar assim meio público – eu não sei exatamente as circunstâncias –, mas o Jair naquela vez me informou de que esse documento foi deixado de propósito, como eles costumavam fazer, para nos avisar: - Oh, nós sabemos o que vocês andaram fazendo lá. E estavam os nomes de todos os passageiros da Kombi com o qualificativo de hierarquia que ocupavam dentro do Movimento. O meu era Q.S. [quadro subalterno]. Era isso. Era motorista, era quadro subalterno. Ou seja: acho que pegaram bem.

P: Ignácio, fechando: agora, o que faz com que um jovem na segunda metade dos anos [19]70 ousasse participar das coisas que tu participaste, ajudando, sendo solidário? O que move alguém a fazer isso em uma época tão complicada como aquela e, principalmente, tu tinha percepção das coisas que tu estavas fazendo? A percepção que tu tens hoje, tu tinhas na época?

R: Evidentemente não. Na época eu fui construindo a percepção, mas eu tinha um fundamento inicial que vem desde a educação de berço, que é ser solidário. Isso vem de meu pai e de minha mãe, que são pessoas solidárias na sua comunidade. Minha avó também. Minha avó era uma espécie assim de – a avó materna – curandeira. Ela era chamada pelos vizinhos para dizer se tem que ir para o hospital ou não tem que ir. Ela tinha um feeling para dizer assim: - Essa pessoa tem que ir para o hospital agora, se não é tarde. E ela acompanhava também alguns nascimentos. Ela não era parteira, mas ela acompanhava. Ou seja: as mulheres da redondeza se sentiam seguras se a minha avó estivesse presente, Maria Luiza. Se a dona Luiza estivesse presente. E ela morava em um lugar onde havia também ascendência afro e portuguesa. Os Viegas, os Pereira, os Silva, os Melo moravam por lá. Então ela tinha muita força também dentro da comunidade afro. Depois, o meu pai e minha mãe nós fomos morar em um lugar distante dessa relação mais inter-racial, era só de alemães. Mas a perspectiva de solidariedade era também uma força de meu pai, não só da minha mãe. Meu pai também tinha isso, tanto que eles lideravam na rua deles ali – éramos vinte e seis moradores nessa rua, agricultores todos – para criar o sindicato de agricultores. E meu pai era um dos líderes. Disse: - Não, nós temos que nos sindicalizar. Essa conversa eu acompanhava como criança, recém-indo na escola. E também o fato de o meu pai ler muito. Isso sempre trazia alguma reflexão de que a vida não acabava na roça, ela tinha aspectos humanitários e ia além. Então, para nós, era assim: o vizinho lá ficou doente, e a esposa dele teve que parar no hospital, e daí ele ficou mais lá e tinha filhos pequenos – três. Então o meu pai ia lá ordenhar a vaca, na casa do vizinho; botava pasto na estrebaria deles, colhido do nosso lado, não do lado deles. E isso ia. E também eu apreciei, em certo momento de muita reflexão, muito mais tarde, mas o fato aconteceu também nesta minha primeira infância. Como nós éramos de um lugar absolutamente católico, mas um morador não muito distante era evangélico da Igreja Luterana, ele tinha esse pecado mortal de ser não católico. E tinha outro pecado que era pior: ele era juntado. Isto era o fim da picada. Ele convivia com uma senhora chamada Paulina, que nem batizada não era. Bah, isso era um inferno! Daí quando nasceu uma das minhas irmãs – ela nasceu prematura – e meu pai passou praticamente três meses indo e vindo do hospital, em Tupandí, que era o hospital mais próximo. Mas a minha família ficou abandonada. Não havia nada, e o dinheiro para pagar alguém, assim, não era possível. Daí este homem se mudou para a nossa casa com a Paulina. E deu guarida ali. Ele não tinha filhos, ele não tinha roça, ele vivia de uma pequena aposentadoriazinha, porque ele tinha sido barqueiro em São Sebastião do Caí. Ele se aposentou e vivia dessa aposentadoriazinha. Então ele se mudou lá para a casa, e quando minha mãe voltou o meu pai não contou nada para ela de que o seu Rainoldo e a dona Paulina estavam lá, cuidando de nós. A minha mãe achava que era a mãe dela, a avó. Mas a avó estava doente também, que minha mãe não sabia, porque meu pai não contou para ela, porque ia dar

dificuldades. Daí quando minha mãe viu isso ela disse assim: - Unmöglich!⁴⁷ -. Impossível. Essa palavra eu guardei até hoje. Unmöglich. Porque o demônio fazendo o bem. Ou seja: um lutero, que não pertencia à comunidade, ele era, digamos, um de fora; e a Paulina, com todas as suas situações – inconcebíveis em uma comunidade do interior –, cuidando de nós, crianças, com um afeto extraordinário. E depois disso, essas coisas eu fui costurando depois, na medida em que eu fui ingressando em formação política mais adiantada, porque houve um hiato bastante grande na época em que eu me preparei para fazer o Artigo 99, que era um exame equivalente ao Ginásio – que eu não pude fazer, porque morava no interior, não tinha condições, não tinha escola – e depois de fazer o colegial, onde aprendi todas aquelas coisas ali do governo, as matérias e disciplinas de Moral e Cívica e educação. Tinha mais outra disciplina ainda...

P: Tinha OSPB.⁴⁸

R: OSPB, exato. Que não informava coisa nenhuma. Depois, quando eu finalmente cheguei à universidade – no curso de Filosofia – e depois em Direitos Humanos, aqui com esta experiência, fui resgatando aquelas informações. E até cheguei a escrever algumas coisas sobre isso, só que eu não tenho cópia disso, é curioso. Mas eu escrevi acho que em uma revistinha chamada Pastoral da Juventude a Caminho. Eu escrevi isso. O fato de eu ter escrito isso... Daí eu completei a síntese. O fato de escrever fechou a síntese. Então, como um jovem chega? Chega pela sua educação, pelo exemplo e também, acho, porque tive mestres que me ajudaram nisso, entre eles o próprio Quirino Weber – que foi o mestre de noviços que eu tive. Ele não era uma pessoa engajada nessas questões, mas ele tinha abertura para o diferente, porque ele tinha vivido quatorze anos no Japão, em Tóquio; foi professor e trabalhou na Universidade de Sofia, no Japão, falava perfeitamente japonês, é vivo ainda. Depois o Albano e colegas jesuítas que estavam mais avançados do que eu, que foram dando as análises de conjuntura. E também acho que eu próprio tive um gosto muito pessoal por fazer uma coisa que valesse a pena pelo país, porque, afinal, como jesuíta, me entregar a uma ordem religiosa, viver ali dentro, ou tu fazes alguma coisa que valha a pena, ou tu passas cego. E eu não queria ser cego. Eu via gente assim – e ainda hoje eu vejo – as pessoas passando por aí como se não tivessem passado. E eu queria alguma coisa que valesse a pena. Claro que, dada a minha circunstância histórica, eu nunca almejei, por exemplo, carreira nesses espaços. Eu queria ser ajudante, queria ser servidor, queria bem às pessoas, queria colaborar. A palavra-chave para mim era colaborar. Era isso.

P: Muito bem, Ignácio, muito obrigado.

R: OK.

⁴⁷ Palavra alemã que significa “impossível”.

⁴⁸ Organização Social e Política Brasileira.

DEPOIMENTO 4 – CARLOS ALBERTO KOLECKZA.⁴⁹

PORTO ALEGRE, 7 DE ABRIL DE 2012.

P: Kolecza, tu poderias nos dar algumas informações sobre as tuas origens familiares, de onde tu és, um pouco da tua adolescência e juventude, das tuas opções profissionais?

R: Setenta e dois anos, natural de Santa Rosa, zona colonial, fronteira com a Argentina. Lá eu estudei até o ginásio; depois vim fazer o científico no Júlio de Castilhos. Terminando o científico, no Júlio de Castilhos, fui servir em Santa Rosa. Tencionava fazer o vestibular em geologia, porque havia uma campanha nacional da Petrobrás para formação e contratação de geólogos. Mas de repente, quando eu volto do serviço militar e estou me preparando, surgiu uma proposta em um jornal, assim: - Redator precisa-se. Jornal no interior precisa de redator. E eu pensando em poupar meu pai dos “trocos” que ele gastava comigo, que, aliás, era muito pesado para ele. Resolvi saber o que era isso, e a Petrobrás⁵⁰ perdeu um excelente geólogo, porque até hoje eu acho que daria conta do recado. Então, começo trabalhando em Santana do Livramento, no jornal “A Plateia”, logo a seguir no jornal “Folha Popular”, de onde venho para o “Última Hora”, o “Jornal do Dia”...

P: Quando vens para o “Última Hora” Kolecza?

R: Mil novecentos e sessenta e... E... Dois. É, mil novecentos e sessenta e dois. Então são... Eu começo em sessenta, então, de sessenta a dois mil e doze são...

P: Cinquenta e dois.

R: Cinquenta e dois? É. Bom, então teve Rádio Gaúcha, Jornal do Brasil, Jornal de Santa Catarina, Blumenau, Folha da Manhã, Caldas Júnior, Zero Hora, em duas ocasiões. Saio para fazer um jornal nanico denúncia. Depois, quando acaba essa experiência, vou para a Assembleia Legislativa, a convite do PDT,⁵¹ e lá eu fico até 1995. Enfim, é isso, mas a minha aproximação com o Movimento se dá em uma fase que eu acho muito característica, politicamente, em relação aos meios de comunicação. Aliás, há muito de característico no Movimento, porque eu [estava] sempre procurando ter um mínimo de percepção das coisas, e alinhando pensamentos no decorrer de todo esse tempo já passado. A função e a existência do Movimento foram muito importantes para mim, até para, digamos, o reposicionamento da minha vida profissional. Porque, hoje se vendo: o que era o Movimento e o que ele continua a ser, aqui nesta latitude, digamos, geográfica e política? Acho que dá para ver o Movimento como algo que só poderia ter acontecido no Rio Grande do Sul, porque ele é fruto de certa cultura política que vai se consolidando secularmente. Ele é o fruto de nossa proximidade e de nossas ligações com a Argentina e com o Uruguai, principalmente. Ele é o fruto da cultura política como um todo, da oposição, da resistência ao regime militar, que gerou, – apesar de todos os percalços, e todas as deficiências e debilidades –, um posicionamento político de oposição, que no Rio Grande do Sul era mais forte do que em outros Estados, e, digamos, também mais respeitado e considerado pelos próprios militares, devido ao passado gaúcho de revoluções, de inconformidade e de rebeldia, sempre, de rebeldia. Então, ia agregando-se a isso um fator também brasileiro. Nós já estávamos em certa fase de descompressão política, que tinha se delineado bastante após a neutralização do golpismo do general Silvio Frota, que tenta reavivar a repressão, mas que é bloqueado e defenestrado pelo general Geisel, então presidente. A partir daí, nota-se uma descompressão, que antagonizava com a compressão ainda existente no Uruguai, onde a coisa era muito violenta, e na Argentina, sem dúvida. Então, é como naquela história dos ventos: eles correm de acordo com a diferença de pressão.

⁴⁹ Nascido na cidade de Santa Rosa (RS/Brasil), Carlos Kolecza atuou como jornalista por mais de cinquenta anos, passando por diversos jornais, como *Última Hora*, *Jornal do Dia*, *CooJornal* e *Zero Hora*. Colaborou com o MJDH nos casos “Sequestro dos Uruguaios” e “Hugo García Rivas”. Também interveio e trabalhou no caso dos colonos sem-terra de “Encruzilhada Natalino”, no município de Ronda Alta (RS). O acampamento deu origem ao hoje conhecido Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Carlos Kolecza, hoje, está aposentado e reside em Porto Alegre.

⁵⁰ Petróleo Brasileiro S.A.

⁵¹ Partido Democrático Trabalhista.

E os ventos estabeleceram um corredor entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil, que permitia essa, digamos, operação de socorro, de ajuda, de auxílio, a perseguidos políticos, etc. Então, há uma soma de fatores que explicam o surgimento do Movimento: fatores regionais e fatores nacionais; a proximidade da fronteira, a consciência política, etc. Eu agregaria um outro fator, que está embutido em todos eles, mas que tem as suas peculiaridades, que era a fase em que se vivia, então, no jornalismo brasileiro. Depois de todo o período tenebroso, notava-se que havia espaços que poderiam ser ocupados pelo exercício tradicional do jornalismo, que até então fora abafado, mas que não havia clareza quanto a isso. Clareza de parte das direções; clareza de parte dos profissionais, que executariam ou não esse exercício tradicional clássico do jornalismo, de noticiar, informar, tentar dar o máximo de informação para a sociedade sobre o que ocorria politicamente, etc. Estabelece-se, então, um período em que se torna possível noticiar determinadas coisas, embora correndo o risco de elas desagradarem, ou às autoridades militares e seu séquito de acólitos, ou, então, à própria direção do jornal, naquele radicalismo da prudência, não é, que é bem tipicamente brasileiro. Mas aí, no caso por exemplo do jornal onde nós trabalhávamos – a Zero Hora –, ocorre que tivemos uma liberdade de testar determinados espaços a partir de notícias referentes a casos passados de tortura, de processos judiciais que estavam transcorrendo em função disso, etc. E foi se avançando, até o momento em que uma colega, que foi muito importante nesse processo – Otilia Viète, e que hoje em Brasília... –, me informa que existia uma entidade de pessoas muito sérias, que se reuniam e tentavam fazer coisas. E que essas pessoas vinham acompanhando o exercício que nós vínhamos fazendo, os testes em determinadas áreas sensíveis, e que essas eram pessoas de confiança, e que seria útil um contato com elas, ou uma aproximação. Bom, e assim fomos indo, sabendo que lá existia um núcleo de pessoas trabalhando seriamente, e nós, por nossa vez, tentando também fazer as coisas seriamente. Até que... Eu acho que foi no episódio do Rivas... Acho que sim... Foi no episódio do Rivas em que, digamos, houve um contato pessoal; o Movimento era lá no edifício Santa Cruz, se não me engano. Lembro-me que fui à primeira vez lá, porque o Rivas – a quem nós tínhamos entrevistado, estava praticamente sobre nossa custódia –, o Movimento queria ouvir o Rivas. Então, lá fomos nós ao Movimento. E aí começa uma fase de mais intimidade, em que, de parte a parte, havendo essa confiança de que eles estavam tratando de coisas sérias, e nós também gostaríamos de participar desse processo, esse relacionamento foi se intensificando.

P: Kolecza, há pouco te referiste à primeira entrevista que teria sido feita com o Garcia Rivas. Poderias nos falar um pouco do contexto dessa entrevista, como é que ela surgiu, como antecede essa ligação com o Movimento?

R: Eu não sei... Não sei como é que o Rivas entra na linha conosco... Quando eu digo “entra na linha” parece... Parece conosco... Não sei... Só sei que era um momento excepcional para nós, porque a Zero Hora vivia uma situação em que ela tentava, mas não conseguia se firmar nessa área quanto à repressão. Porque havia problemas internos, inclusive. Nós não tínhamos, assim... E aí vem a importância do Movimento. Nós, daquilo que se chama a reportagem geral, que vem a ser a clínica geral – tem o setor de economia, de polícia, de cultura, de esportes –, a geral é a clínica geral, e ela não conseguia operar devidamente por problemas internos, que eu não gostaria de tocar, porque envolvem situações pessoais. Sinceramente não lembro como é que o Rivas aparece na redação, ou se fomos dar nele, como é que foi... Mas, quando ele aparece, e no momento em que aparece... Assim como no momento em que a mãe de Lilián aparece na redação, carregando uma sacolinha de roupa, porque tinha sido levada por um taxista. Ela perguntou ao taxista: - Onde há um periódico, que se puede hablar -. E o taxista disse: - É, a Zero Hora -. Então, de repente, estou eu tomando mate, às oito da manhã, e me aparece a dona Lilia, com a sua sacolinha de roupinhas. Enfim...

P: E tu a recebeste?

R: Sim, sim.

P: Quer dizer que praticamente tu foste a primeira pessoa, depois do motorista de taxi, com quem provavelmente ela falou.

R: Sim, sim, porque eu ia bem cedo, tomava meu mate lá no jornal, e lia os jornais para saber o que estava rolando. De repente, ela chega. E, tanto no caso do Rivas como no caso da dona Lilia, aquilo teve muita importância para o nosso ânimo pessoal, porque era uma maneira que nós tínhamos de – primeiro: ocupar espaço, continuar avançando politicamente. Dois: recuperar o prestígio do jornal, que estava manchado por certos procedimentos pessoais. Então, foram dois presentes caídos no nosso colo; caídos do céu, evidentemente. Tanto um como o outro tiveram o devido destaque no jornal, em repercussão e impacto. Nesse momento, nos damos conta de uma coisa: era muito lindo falar na tortura, repressão e perseguição no Uruguai e na Argentina, e nada se falar sobre o que acontecia no Brasil. Tínhamos inteira liberdade de contar [o que ocorria] no Uruguai e na Argentina, sabíamos que o jornal era apreendido se atravessasse a linha [de fronteira], isso nos enchia de orgulho, mas era uma excentricidade: nós, fazendo aquele exercício em relação aos nossos vizinhos, mas contra nós mesmos a coisa continuava apertada.

P: Kolecza, a censura era realidade nesse momento?

R: Tem que haver muito cuidado quanto à censura, porque ela é interpretada, no entendimento e na percepção normal das pessoas, como alguém que está acompanhando a redação de uma determinada matéria, ou que vai recebê-la logo após, e que cortará determinadas frases, palavras, datas ou nomes. Ou, se não for assim, vai lá à boca da impressora tirar essa matéria e substituí-la por outra inofensiva, ou então vai, de antemão, cientificar a direção do jornal que tal assunto, com tais pessoas e protagonistas, está proibido, vetado, e não deverá ser noticiado em rádio, televisão, jornal ou coisa parecida. Bom, esta censura foi muito rara, e operava assim... Como é que eu diria... Ela não operava às vistas, na frente das pessoas. Aquela censura que realmente embaraçava o trabalho jornalístico, que complicava, impedia e bloqueava, era aquela em que nós tentávamos adivinhar o que era ou não possível aos olhos da repressão. Isto estabelecia um mecanismo de autocensura, porque, em última análise, a nossa pele também estava em jogo. Porque, de repente, isso podia complicar internamente, junto à direção do jornal; ou podia complicar externamente. Quer dizer: você podia até perder o emprego, ou ser mal visto, ou ser... Enfim... Perder suas chances de progressão na profissão, etc. Então, essa autocensura era terrível, insidiosa, ia minando a capacidade e a reflexão profissional sobre determinadas coisas. Eu me dei conta disso quando, uma vez em que peço para uma repórter – eu era chefe de reportagem – saber junto à Corsan⁵² por que a tarifa estava sendo aumentada tão drasticamente, ela chega e me questiona: - Mas, Kolecza, de que adianta nós irmos à Corsan tentar saber. Em primeiro lugar, eles nem vão querer saber de falar sobre esse assunto; em segundo lugar, se falarem, quando a matéria estiver pronta para publicação haverá um telefonema do presidente da Corsan, que é o presidente da empresa, e essa matéria será tirada do ar. Veja bem, era uma questão de tarifa de água. Entendes? Era uma coisa que, teoricamente, não tinha a ver nada com nada. No entanto, havia um bloqueio para essa questão. Agora, imagine todos os outros bloqueios que havia, por causa da autocensura. Então, eu creio que o nosso relacionamento com o Movimento, tanto no caso do Rivas quanto no da mãe de Lilián – ela também acaba sendo levada ao Movimento –, para nós foi profissionalmente importante, porque aquele espaço que nos surgiu assim imprevisivelmente, sem nenhum cálculo, sem nenhuma tessitura, se abre para nós, e é ocupado com sucesso. Inclusive do ponto de vista político e da respeitabilidade do jornal. Ele vem a ser um exemplo de como determinadas resistências poderiam ter havido – e houve, no caso de Rivas. Tempos depois, soube, – aliás, não fui só eu, muita gente soube –, lendo o Jornal do Brasil, que um profissional da RBS tinha viajado a Montevideo para lá receber o desmentido do depoimento de Rivas, mas esse depoimento, essa versão, não se comprovou nem se fundamentou, não tinha como se sustentar. Essa tentativa de desmoralização do nosso trabalho fracassou, embora envolvesse mais gente: a costura envolvia outros profissionais de fora do jornal, profissionais da área jurídica, etc. Isso só depois nós ficamos sabendo. Mas enfim, foi uma batalha...

⁵² Companhia Rio-grandense de Saneamento.

P: Ou seja, alguém da RBS foi lá ao Uruguai tentar conseguir informações para desqualificar a matéria que tinha sido publicada pela própria Zero Hora.

R: Sim, porque a direção tinha recebido – veja bem como eram as coisas – a informação, de áreas sérias, até então idôneas, da área jurídica, da área militar. Aí eu digo, como dizem vocês os castelhanos – Por supuesto –, porque tinha que ter. Mas seguramente havia profissionais de outros veículos, com conhecida atuação profissional, e também profissionais jurídicos, que deram a garantia de que o relato de Rivas ia ser cabalmente desmentido. Então, um colega viajou ao Uruguai, ficou lá esperando que lhe provassem, enfim, que fizessem aquilo que diziam que iriam fazer. Segundo eu soube depois, o elo da versão que nos desqualificaria seria o pai de Rivas, que morava próximo à fronteira brasileira, e que era militar reformado, se não me engano. Ele teria que desmentir o filho, desmoralizá-lo e ridicularizá-lo, mas se negou a isso. Então, o fundamento todo que teria, o personagem que eles teriam – o pai desmentindo o filho –, deixou de existir. Dei esse exemplo para citar o jogo que havia. Enfim... Havia também na Assembleia Legislativa, em que uma CPI, se não me engano, resulta na aprovação de um relatório... Queria estar certo disso, acho que estou certo... O relatório da CPI desmentia completamente o sequestro da Lilián. Então, veja bem, todo esse jogo. Havia polícia federal, inventando uma viagem fictícia de Lilián e Universindo em um ônibus; então tinham sido presos na fronteira introduzindo material de propaganda ideológica contra... Toda essa armação foi feita, no jogo de interesses que havia ali, contra os quais, digamos assim, nós pretendíamos abrir uma brecha, ir alargando-a, abrindo espaço. Felizmente, se conseguiu isso. Aí volto a mencionar a importância do Movimento, porque ele surge em função de todos aqueles fatores que eu mencionei de início, mas rapidamente conquista uma credibilidade muito grande. Passa a ter um peso que outras entidades levariam muito tempo para conquistar. Em poucos anos já está influenciando, tomando posição nos noticiários e sendo respeitado, até se constituir hoje no que eu digo que é sua importância maior – continua a ser uma referência para os Direitos Humanos, até do ponto de vista popular, lá na vila –, e o que eu acho que seja hoje a função mais importante: guarnecer, perenizar a memória de tudo que aconteceu, de maneira tal que as próximas gerações tenham relatos fidedignos, confiáveis, de que tal coisa se deu assim, tal coisa se deu assado, em tal dia, em tal época, com tais personagens, etc. É em meu juízo, nesta fase, o grande papel que o Movimento exerce, de guardião da memória política daqueles tempos. Ele tem a chave, e à medida que vai cumprindo bem essa tarefa, e que recebe auxílio para organizar essa memória e mantê-la em um nível de gerenciamento – porque também não adianta nada ter memória se não se tem como acessá-la, manejá-la. Essa é a grande importância que eu vejo hoje do Movimento.

P: Kolecza, pensando agora em alguns casos pontuais que são importantes aqui na história do Movimento, nos quais tu foste um colaborador muito solidário. Falaste-nos um pouco do caso do Hugo Rivas, que é um deles. Pedir-te-ia, para nós registrarmos, quem era Hugo Rivas e como foi sua passagem por Porto Alegre. Porque ele esteve algum tempo, teve que ser escondido enquanto se aguardava a tramitação de documentos. Como é que foi essa passagem, o que tu podes nos dizer?

R: Está faltando... Tem um buraco aí, que, como já falei, não consigo lembrar o momento em que o Rivas... Está na nossa frente, ali no aquariorzinho da chefia de reportagem. Mas, a partir disso, ele se apresenta e diz que poderá dar um depoimento, e com fotografias, detalhes...

P: Ele é fotógrafo da Companhia de Contrainformações.

R: Companhia de Contrainformações, exatamente. E claro, nós sempre com o pé atrás, porque de repente podia ser alguém que estaria ali para desmoralizar nosso trabalho. Ele foi escondido no apartamento de Noeli Lisboa, Paulo Maciel... Porque se ele fosse muito exposto acabaria em um endereço conhecido... Avenida Paraná, que era a sede da Polícia Federal, ou mais próximo, na própria Avenida Ipiranga, que era o DOPS.⁵³ Então, ficamos guardando-o. Pedi ao Maciel que me fizesse o que nós chamamos assim, um copião, que o ouvisse livremente e que fizesse um copião para termos uma ideia do que ele estava nos oferecendo. Aí surgiu uma questão que nós tivemos que discutir e debater, pois ele se dizia em trânsito para a Europa; estava fugindo e preci-

⁵³ Departamento de Ordem Política e Social.

sava de dinheiro para chegar ao seu destino. Eu encaminhei a questão para a direção do jornal, e alguém fez contato com ele sobre essa parte financeira. Não sei, ou melhor, eu sabia, mas não tenho mais memória para isso, saber quais foram os termos do acordo. A concorrência, os outros jornais aproveitaram para questionar: como tinha sido uma matéria comprada; que não era uma prática jornalística, etc. Eu nunca tive problemas de consciência com isso, porque achei que a causa valia essa concessão. Claro que... Bom, e começamos a produzir o material em cima dos depoimentos dele, para gerar um caderno especial, mas sua movimentação acabou vazando, e ele acabou na revista "Isto É",⁵⁴ à época de Mino Carta como diretor. Que mais... Ah, bom, então o fato se tornou público. E nós já tínhamos o Caderno pronto para ser impresso, parece que levamos... Nesse período se foram quarenta dias, foi uma quarentena. Então, publicamos esse caderno, que teve certo impacto. Depois, nunca mais vi o Rivas: sei que está lá pela Noruega... Um país nórdico... Nunca mais tive notícias dele, a não ser de que estaria lá.

P: Esse material que vocês conseguiram praticamente confirmou o sequestro da Lilián e do Universindo...

R: Sim, sim! Nunca foi...

P: Além de mostrar o sistema repressivo uruguaio.

R: Sim, nunca foi desmentido. Creio que ele foi, digamos assim, entre as notícias e os materiais que vínhamos produzindo, muito significativo, porque poderia haver alguma contestação, algum desmentido. Afinal, sabíamos das manobras que ainda eram feitas em torno de episódios como esse. Mas não ouve, não ouve. Eu acho que valeu muito o esforço que fazíamos de noticiar o máximo possível sobre a repressão no Uruguai, na Argentina.

P: Kolecza, outro caso que é muito importante aqui no Movimento é o do físico Claudio Benech, que foi retirado do Uruguai a partir de uma ação com toda uma estratégia muito importante, inclusive com alguns de seus filhos. Tu contribuístes nesta ação, não é?

R: Sim, passamos a madrugada inteira... Jair, nosso fotógrafo... Como era o nome dele, chamava-o pelo apelido – O Pila de Cristal –, ele já é falecido. Meu Deus, tio Alz⁵⁵ anda me rondando... Jair, o fotógrafo... Ficamos na linha do Chuí; a chegada dele estava prevista para a meia-noite, ou logo depois de seu transcorrer, e ele não chegava, não chegava. E a noite foi passando, e nós ali, bem no meio da linha. Lembro-me... Um terreno assim... Vazio, que dava para estacionar. Até que, de repente, chega... Acho que era um Citroen ou coisa parecida, do Uruguai. Chega ele e um amigo dele – que depois teve atuação pelo Partido Nacional, que eu não...

P: Julián Murguía.

R: Ah! Sim, sim, exatamente. E veio um filho, parece. Então, no meio de toda a festança de Primeiro do Ano, nós cruzamos a frente da polícia federal, no Chuí. Tudo bem; tocamos; só fomos parar em uma vila distante acho que uns dezessete quilômetros, para tomar um café... Eu inclusive já havia parado nesse restaurante; é uma pousada de camioneiros. Aí continuamos tocando a viagem, até São Lourenço, se não me engano, porque o Jair precisava dar uns telefonemas... [Fomos] até Porto Alegre... Tempos depois eu fui me dar conta das ramificações capilares do Movimento, porque, chegando a Porto Alegre, nós fomos para um colégio religioso – que hoje eu não saberia dizer qual era, porque realmente não gravei, ou se o fiz, esqueci –, onde ele ficaria para garantir a sua incolumidade. Foi ali que me dei conta de que o Movimento era muito mais do que quatro ou cinco pessoas, em uma sala na qual havia mais gente, em áreas que não imaginávamos. Isso eu pude comprovar depois, à medida que fiquei sabendo dos relacionamentos do Jair, desde lideranças de vilas populares, até gente graúda, digamos, do outro lado da fronteira. Mas, enfim, foi essa capilaridade, essa rede, essa tessitura – que, claro, não foi feita de uma hora para outra, pois foi decorrente de um investimento de anos –, mas, ao mesmo tempo, ela foi rápida demais, o que demonstrou que o Movimento havia surgido na hora certa,

⁵⁴ Revista de circulação nacional.

⁵⁵ Referência ao mal de Alzheimer, usado em forma de gíria. Kolecza fez menção à sua falha de memória.

para captar e sincronizar com o estado de inconformidade e o despertar da solidariedade que havia na sociedade. Juntava a inconformidade com as coisas que ainda aconteciam aqui e lá do outro lado, e a vontade de ajudar para que se fizesse algo para sair daquela situação, socorrer, enfim... Essa extensão, esse espectro de solidarismo, – invisível, porque não estava no catálogo de telefone, estava na cabeça do Jair e na cabeça de quem tinha concordado com a hospedagem desse pessoal que vinha. Era fazer, digamos clandestina... O Movimento teve uma característica, a meu ver, muito importante e curiosa: no topo, na fachada, ele era uma entidade, registrada, legal, estava no cartório, não sei o que e não sei o que, funcionava com endereço, com aquilo e aquilo outro, mas a sua operacionalidade, em realidade, se dava em uma faixa de clandestinidade em que o acionamento, a ativação desses cordéis, desses liames, desses cabelinhos, dessa capilaridade, é que possibilitava que ele tivesse corredores de solidariedade transfronteiriços, permitindo – como nessa operação do Chuí – buscar o Benech, que já estávamos com receio de que houvesse tido algum contratempo, porque ele chega cinco ou seis horas depois do previsto. Então, essa faceta, essa característica do Movimento, ela é assim... Fantástica, não é? Porque, daquela fachada cartorial, operava uma organização clandestina de atuação ampla naquele contexto, e que hoje têm testemunhos daquela época.

P: Kolecza, tu também estiveste no caso da retirada da argentina, da María Elpidia Agüero, esposa do Mario Firmenich, na época um dos...

R: E do seu filhinho.

P: E do filhinho também...

R: É.

P: Como é que tu lembras disso?

R: Bom, o Jair me convoca, eu já estava em um jornal... Tinha saída da Zero Hora porque já tinha antevisto o que iria acontecer dali para frente; pedi as contas. Naquele momento, o Coojornal estava fechando, estava falido, me deu um surto: - Meu Deus, aqui vai virar uma coisa; ali estão fechando; eu vou sair por aí e fazer alguma coisa. O Jair deu apoio a essa ideia, a esse meu surto, e nós estávamos recém começando... Isso foi abril de... 1982. O Jair chega lá: - Ah, preciso de ti, porque não sei o quê, para esse fim de semana, não sei o quê, o feriadão e tal... Acho que era um feriado ou coisa parecida... Naquela época vivia-se a fase de racionamento de combustível, então, nos finais de semana os postos eram proibidos de vender gasolina. Então, para uma viagem que seria até Uruguaiana, tinha que ter uma estratégia, uma logística de reabastecimento em determinados pontos, para que essa operação fosse possível. Nós levamos também uns hermanos – depois eu soube, nunca perguntei também nunca me disseram – da resistência argentina, que iam ouvindo no rádio... E estava junto conosco o falecido... Advogado, foi muito influente, deu muito apoio ao Movimento... Daqui a pouquinho lembro o nome dele...

P: Não é o Luis Goulart...

R: O Luis Goulart! O Luis Goulart foi junto, Jair, esses hermanos, eram dois se não me engano. Pernoitamos em Uruguaiana, à espera de um ônibus...

P: Isso era em dois carros?

R: Sim, sim.

P: Tu não sabias do que se tratava então?

R: Não, em detalhes não. Sabia que alguém ia chegar e...

P: Mas não que era a esposa do Firmenich...

R: Não, não. Creio que foi de madrugada, ou de manhã, ela chega com o menino, e nós nos tocamos para a fazenda Santo Reis, que tinha sido da família do Getúlio. Ficamos lá para um almoço, e para reabastecimento, porque ali um ponto de... Havia uns vasilhames com gasolina, galões. E voltamos por Passo Fundo, se não me engano... Até não sei por que voltamos por lá...

Também não tenho certeza se foi por Passo Fundo... Aí eu fiquei... O menininho aquele, que hoje deve ter – isso foi em 1982, 1992, 2002 –, então vinte anos mais...

P: Deve estar com uns trinta.

R: É?

P: Trinta anos.

R: É, é... Chamou-me a atenção que o cabelo dele era cortado assim em faixas, e aquilo me lembrava da pobreza lá de... Criei-me junto à pobreza, em Santa Rosa. Então, como os pais não tinham dinheiro para mandar os filhos no barbeiro, eles mesmos faziam um corte, e ficavam aquelas faixas, onde a tesoura tinha passado... Como vemos nos campo de futebol, têm aquelas faixas... Eu olhava o menino, e então fiquei sabendo que ele estava interno em um colégio, no orfanato, e as freiras – sei lá, eu suponho que fossem freiras – exerciam também a peluqueria, como eles hablan, não é? Então ele apareceu, com aquela cabecinha toda... Eu ficava olhando para ele e lembrando os meninos pobres da minha infância.

P: Nesse caso Kolecza, tu dizes: - O Jair me convocou. Estavas convocado como jornalista ou como Kolecza? Quer dizer, o jornalista Kolecza, mas enfim...

R: Não, acho que foi como Kolecza, porque, digamos assim... Veja bem, eu acho que com as duas coisas, mas começando pela figura do Kolecza. Por que as duas coisas? Porque se algo desse errado, – me suponho, nunca falei essas coisas com o Jair –, mas eu suponho, porque tínhamos sempre uma taxa de risco, que tanto podia ser a mais insignificante como a mais complicada. Então, eu era conhecido digamos, e, qualquer coisa, isso contaria pontos no caso de um imprevisto, entendes? Em segundo, eu acho... Aí sim, havia o Kolecza, que estava sendo fortemente apoiado pelo Jair e por outras pessoas, por aval dele, e havia o Kolecza que se dispunha a fazer isso, e fazia com gosto.

P: Kolecza, como é que se dá a tua vinculação com um dos fatos mais importantes que ocorre no Rio Grande do Sul, nesse momento, que é justamente tudo aquilo que tem a ver com a Encruzilhada Natalino?

R: Eu estava no interior; nós tínhamos feito uma matéria sobre o avanço da desertificação na campanha gaúcha. É algo que teve muita repercussão. Um mês depois daquelas matérias, nós fomos aos mesmos lugares para verificar o que estava sendo feito, e então soubemos que havia uma seca em Frederico Westphalen, e na região de seu entorno: Iraí, Coronel Bicaco, Herval... Então resolvemos que, em vez de voltar para Porto Alegre, iríamos a Frederico Westphalen. Lembro-me, era início de abril, uma coisa assim, essa época de agora do depoimento... Estamos indo para Frederico, e de repente damos com aquele acampamento e paramos: - O que é isso aí? -, - Ah, porque bábábá, bábábá... -. Digo: - Ah não, espera aí... Então, cheguei ao hotel e já mandei a primeira matéria sobre o que estava acontecendo ali. Diariamente nós íamos ao acampamento saber o que havia e o que não havia, e mandávamos o noticiário para Porto Alegre, com filmes: acompanhava-me um fotógrafo uruguaio, – Juan Carlos Gómez –, que hoje está em Brasília. A partir dali, eu cobri a seca em Frederico e ia todos os dias à Encruzilhada. Só que me deu um ataque de sinusite, e aquela ida por uma estrada de chão até o acampamento começou a se tornar insuportável. Então pedi socorro para Porto Alegre. Foi quando veio me substituir e passar a páscoa lá, – me lembro de que saí de lá em uma quinta-feira santa –, a Ivone Cassol, hoje doutora em Comunicação Social, professora de jornalismo na PUC,⁵⁶ que ficou lá com o mesmo grau de conscientização, sustentando o acampamento. Depois, - eu já estava no “Denúncia”-, ela escreve a matéria de despedida do coronel Curió, que, em página interna do jornal, teve o seguinte título: “Coronel ou Major, não sei o que ele era na época, enrola a bandeira”, porque havia o hasteamento da bandeira nacional e, no momento em que ele recebe a ordem de sair do acampamento... Ali estava nascendo uma coisa poderosíssima, embora nós não soubéssemos, mas valeu a pena, insistir e insistir. E aí sim, falas no Jair... Quando as lideranças civis, democráticas, se dão conta do que estava acontecendo ali... Mas ainda era a época em que Curió proibia

⁵⁶ Pontifícia Universidade Católica.

o acesso das pessoas. Lembro-me que o Jair foi uma das primeiras pessoas a coordenar uma Comissão que iria lá, deputados e outras figuras. Lembro-me de que discutimos, na Zero Hora, por ocasião desta viagem, a possibilidade de ser impetrado um habeas corpus para que eles tivessem acesso ao acampamento, porque lá a tendência era a de um campo de concentração. E dali nasce o MST. E... O Movimento, naquele momento, estava apoiando os direitos humanos dos Sem Terra.

P: Kolecza, retrocedendo um pouco no tempo, porque temos uma informação, e gostaríamos que comentasses um pouco sobre ela. Tu estiveste no Uruguai, em Montevideo, antes até do período sobre o qual falávamos há pouco, no momento em que foi sequestrado, pelo Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, o cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide. Foste lá para cobrir este evento não é? Fizeste algumas matérias que foram consideradas muito importantes, mas isso teve algum tipo de desdobramento particular para ti? Poderias comentar um pouco sobre isso?

R: Sempre tenho dificuldade para poder separar épocas de dois episódios: o Gomide e o... Que é executado pelos Tupamaros...

P: O Mitrione.

R: Dan Mitrione! Dan Mitrione, não é? Eu estava nas duas ocasiões, mas estava pelo Jornal do Brasil. Gomide... Não consigo ter uma lembrança mais nítida do episódio. Mitrione, claro, foi uma vigília, era um inverno intensíssimo, havia alarmes falsos, e nós levantávamos de madrugada e íamos conferir, porque havia alarmes falsos. Até que um dia não foi falso. Até que apareceu lá o corpo, e lembro-me de que ainda havia manchas de sangue no lugar em que ele foi deixado. Foi nesse episódio do Mitrione que eu tive que me refugiar na Embaixada brasileira, porque um colega, também do Jornal do Brasil, que tinha sido mandado também para cobrir aquele fato, recebeu informação de que a polícia do Uruguai estava sendo treinada na tortura. E o Jornal do Brasil publicou essa informação. A partir daquele momento – porque eram os nossos dois nomes que apareciam no noticiário: eu, que tinha ido primeiro, e estava lá há mais tempo, e ele, que veio em seguida, e faz essa entrevista. Então, a ordem de... Sei lá se chegou a haver uma ordem, mas eles estavam nos procurando. E a Embaixada brasileira ficou sabendo disso. Primeiro fomos nos esconder em um cinema; depois na Embaixada, que, cientificada do que estava acontecendo, foi deixando que nós ficássemos lá, até que suspenderam a tal de ordem de prisão.

P: Teve um fato de que tu entrevistaste um chefe de polícia uruguaio...

R: Não me lembro...

P: Temos um registro aqui de que tu terias entrevistado um chefe de polícia, envolvendo o caso do Dias Gomide, parece que seria o Alejandro Otero, e que terias mandado essa matéria ao teu Jornal, mas pedindo que eles não publicassem antes da tua saída, mas eles publicaram tu estando lá.

R: Não, deve ter sido essa matéria... Não, não fui eu não. Deve ter sido a matéria desse rapaz, que agora não lembro seu nome, e que foi lá para fazer cobertura e dupla comigo. E... Não, não... Ah... Sim... Lembro-me agora do episódio. Sim, foi ele que fez. Esta matéria foi feita com – agora é que lembro! – um policial que era juiz de futebol, muito popular...

P: Alejandro Otero.

R: Ah, isso aí! Mas não fui eu, foi ele. O Alejandro Otero é que denuncia essa prática, e é ela que desencadeia todo aquele cerco que houve. É isso aí. Mas essa entrevista com o chefe de polícia não...

P: Então é essa matéria...

R: Com o Alejandro Otero, lembro-me por causa do tal juiz de futebol esse.

P: Duas últimas questões. Uma delas: todo este período que tu viveste, como jornalista vinculado ao exercício da profissão com as opções e as leituras que estavas fazendo, e depois com o envolvimento com o próprio Movimento. Isso te rendeu, para além dos problemas internos, nos jornais, algum tipo de ameaça, te sentiste ameaçado alguma vez, em algum momento, por estar envolvido com essas ações de solidariedade?

R: Não, ameaça nunca. Houve casos – e isso chega a ser até cômico –, primeiro, porque o nosso telefone era grampeado. Esse grampeamento torou-se histórico no dia que houve, eu acho que foi em 1983... Haveria uma greve, um protesto geral, acho que eram as primeiras manifestações da CUT,⁵⁷ e tanques da Serraria chegaram a ser mandados ao centro de Porto Alegre, tal era o receio da ditadura de que houvesse... De que esse protesto fosse amplo, etc. Então, não podíamos falar ao telefone porque era visível, era audível assim a respiração, até a... Como é que eu vou dizer assim... Enfim, a presença física ali, parecia que os caras estavam do outro lado da rua escutando o nosso telefone. E a coisa mais cômica era o seguinte. Isso era fantástico, até eu não acredito, às vezes, quando me lembro! De tão... Certas vezes eu ficava até de madrugada, batendo matéria, no segundo endereço nosso, na Rua João Manoel, e daí eu ia para casa. Mas acontece que, – eu morava na Avenida Arabás –, às vezes, não tinha dinheiro nem para pegar um taxi, e ônibus de madrugada nem pensar. Mas eu já fazia esse trajeto a pé, – até hoje faço, para caminhar, lá do Menino Deus até o Centro –, mas então eu fazia por penúria. Então o que acontecia: não sei por que, em determinado momento, havia uma atenção especial sobre a gente ali. Sabiam que até de madrugada tinha um louco lá, trabalhando, naquele endereço. Então, ficava um fusquinha do DOPS ali na frente. Aí eu saí; ia para casa; ia a pé; e dali a pouco o fusquinha vinha atrás de mim, assim, pela Borges, descia a Borges... Aí eu entrava na Praia de Belas, e o fusquinha ia também. Eu atravessava a Avenida Ipiranga, chegava à Avenida Arabás, entrava, e o fusquinha estacionava do outro lado da Avenida, abaixo, assim. Lembro-me que uma vez eu cheguei – onde eu morava tinha uma sacadinha na frente do apartamento – e fui para a sacada, pois tinha visto o fusquinha estacionando, e fui conferir se ele ainda estava lá. E estava lá. Então eu fiz um sinal para eles: - Pode ir embora! Mas, é como eu digo para ti, o que havia naquele momento é que o regime já estava completamente nocauteado. E o guarda-chuva de proteção que existia sobre o Jornal, sobre mim, enfim, era da nata das cabeças pensantes do Rio Grande do Sul. Se botassem o dedo em mim, por algum motivo, haveria uma repercussão desagradável. É por isso que eu acho que o Jair, que foi o articulador de toda essa movimentação de cobertura, foi muito importante. Que mais?

P: Perfeito, outra coisa que queiras dizer, algo que aches que está faltando?

R: Não, eu só...

P: Eu ia te fazer uma pergunta que às vezes pode parecer secundária. Ia te perguntar quem foram os teus contemporâneos, ou até no início, teus mestres jornalistas, ou aquelas pessoas que eticamente... Sabes? Que geralmente temos...

R: Boa pergunta, porque eu fui um felizardo, um afortunado. Em primeiro lugar, eu vou acabar caindo em um Jornal que talvez tenha sido o único jornal brasileiro que tinha um avião próprio, para reportagens e para distribuir seus jornais na região da Campanha. Porque naquela época não existia estrada na fronteira do Rio Grande do Sul. Havia uma linha de trem que, quando caía uma ponte em Dom Pedrito, não se tinha ligação com Porto Alegre. Em compensação, ia-se para Montevideo e Buenos Aires com a maior facilidade. Tanto que a elite gaúcha, na época, ia se tratar e procurar os médicos de Montevideo e Buenos Aires. Bom, havia uma figura fantástica nesse jornal, que era Toscano Barbosa, que enriquecera sendo distribuidor da revista “O Cruzeiro”, - se não me engano do Pará lá para baixo -, e que resolvera comprar um jornal, uma super rotativa para o jornal: ele era diário, e era maior que o Correio do Povo – que era o grande jornal gaúcho –, maior fisicamente. Era um lençol aquele jornal! E era uma figura que não se dobrava, e não queria... Ele perdia um anunciante, mas não perdia uma notícia. Embora eu tenha saído dali porque eu fiz uma notícia sobre uma prisão de jogo de bicho, que o jornal não... Ele estava

⁵⁷ Central Única dos Trabalhadores.

em Porto Alegre... E o preposto dele não queria publicar essa notícia, porque o arrecadador do bicho era assinante do jornal. Então, eu passei para outro jornal. Nesse outro jornal tinha duas figuras fantásticas: seu Sergio Fuentes, que depois foi prefeito cassado de Santana do Livramento, que tinha sido combatente junto ao Estado Maior do Honório Lemos. Ele tinha sido da Revolução de 1923, ele estava próximo, era do Estado maior do Honório Lemos. E Ivo Cagiani, morto há uns cinco ou seis anos, historiador da cidade, que se orgulhava de jamais ter publicado um desmentido no seu jornal. Ele não aceitava reclamação, e várias vezes foi preso pelos militares por notícias... Ele era da “Folha Popular”, e também o “Jornal Diário”. Fantástico! Eram dois jornais diários naquela época, na década de 1960, em Livramento, mais os semanais, uns dois ou três semanais. Havia também uma figura, com maiúscula, chamada Solon Pereira Neto, que era sobrevivente da matança dos comunistas em Santana do Livramento, em 1951, se não me engano, em que a polícia... Eles estavam pixando na rua, e a polícia chegou, tiroteou com eles, matou dois comunistas. Solon Pereira Neto sobreviveu, embora ferido. Um brigadiano chegou a empunhar o mosquetão, para dar uma coronhada na cabeça dele, e no último momento desistiu. Ele estava caído, ferido no chão, e o brigadiano ia dar o golpe, dar uma coronhada na cabeça dele. Então, Solon Pereira Neto... Veja só onde fui me meter, só tinha gigante ali naquela parada. E mais uma figura, também um competente profissional, Jauri Medeiros, da “Plateia”, que tinha trabalhado no Diário de Notícias. Estando lá, em Santana do Livramento, acontece a Legalidade, com um major do Exército censurando, revisando as matérias. Àquela altura, eu era o secretário do jornal, e prenderam Solon Pereira Neto. Um advogado comunista, muito famoso na região, Heron Canabarro, descendente de David Canabarro... Então nós fizemos uma reunião: - Não! Prenderam Solon Pereira Neto! Então fizemos uma reunião, nós da Folha Popular, e fomos a Heron Canabarro, o advogado: - O que dá para fazer para soltar o Solon? -, - Ih, não dá nada -, não sei o que e tal, porque são os militares e tal. Eu, na minha inocência dos meus vinte anos, vinte e um, e pensando que toda aquela parafernália da direita era para valer, digo: - Mas doutor Heron, não dá para impetrar um habeas corpus? -. Eu jamais vou esquecer! Ele sentado... O escritório dele era um escritório, não digo assim suntuoso, mas... É assim... Amplo, com poltronas... Ele me olhou assim e ficou: - Habeas corpus... -. Parecia que eu tinha dito uma blasfêmia, jamais vou esquecer! A cara dele! Mas como é que esse rapaz me diz isso! Habeas corpus!!! Enfim... Daí eu venho para o “Última Hora”, que era uma revolução, a cadeia nacional do Última Hora era uma revolução na imprensa. Pela primeira vez, setores da população eram tratados como gente, personalidades. Setor sindical, por exemplo. Os jornais tradicionais jamais davam... Os jornais tradicionais jamais davam notícia de sindicato. Onde é que já se viu? Não é? Era um absurdo que alguém fosse entrevistar o presidente do sindicato dos tecelões, de não sei o quê. Isso que Porto Alegre tem uma história sindical fortíssima. Mais no contexto... Então, o “Última Hora” surge, e começa a dar vida a esses personagens que até então eram proscritos da vida política. E nós então inflamados – recém tinha havido a Legalidade –, inflamados naquele acirramento que foi havendo, aquela coisa toda, e que vai desembocar naquela desgraceira que foi o 1964. E, por causa do sucesso de 1961, nos atiramos nas cordas, e deixamos o campo livre para eles. Uma figura que eu vou encontrar no Última Hora, também fantástica, já falecido – Nestor Fedrizzi –, que era o editor chefe do Última Hora na ocasião do golpe. Em reunião com os generais, quando eles foram chamados para serem enquadrados, ele discutiu com os generais, teve uma atitude assim fantástica. E tanto foi fantástica, que não se atreveram... Eles acharam... Era ao mesmo tempo tão inimaginável a atitude dele, batendo boca com os generais... Esse é um episódio pouquíssimo lembrado... Que não tiveram coragem; acharam aquilo tão fantástico que ele não foi preso. Ele foi o primeiro editor-chefe de Zero Hora, Nestor Fedrizzi. Depois foi trabalhar em Santa Catarina. Mas enfim, havia gente de sobra para receber um coloninho lá de Santa Rosa, que tinha lá as suas simpatias políticas e tal, mas que precisava ver de perto como é se tomava uma atitude, e foi uma escola fantástica, não é?

P: Bueno Kolecza... Está bom? Tudo bem?

R: Não sei, vocês é que sabem.

P: Agradecemos-te. Tem algo que queiras dizer para encerrar?

R: Não, não... Ah, sim, o que eu ia dizer àquela hora. Que essa iniciativa de vocês é fantástica,

porque o Movimento, que surge naquele período em função daqueles fatores que eu tinha [falado] – geográfico, político, cultura política gaúcha, enfim, todas aquelas coisas, ele se constitui, hoje, em uma entidade... Como é que eu vou te dizer... De transcendência, no Rio Grande do Sul. Pelo trabalho que ele teve nessa fase dura de repressão, em que salvou e salvou vidas, e pelo fato de que, até hoje, ele continua captando, buscando, garimpando, conseguindo dados, histórias e relatos – oficiais ou de personagens – dos episódios. De tal maneira que hoje ele se constitui, como eu disse, em um arquivo ultra valioso, político: ele é o guardião da memória dessa fase. Constitui, além disso, um farol, um guia, felizmente conhecido por grande parte da população, que vê no posicionamento, nas atitudes do Movimento em relação a fatos acontecidos no cotidiano, uma referência: - Ah, vou lá, porque lá vou ter socorro, vou ter ajuda, porque eu vou poder contar a minha história. Então, esse fato de ser o guardião dessa memória transcendente, que não pode ser perdida, e ser, ao mesmo tempo, um ponto de referência do cotidiano, isso é uma coisa que... É como eu digo para vocês... Só pode acontecer no Rio Grande do Sul por força dos nossos vínculos, da nossa ligação histórica platina, que envolveu todo esse tipo de cultura política que se solidificou aqui. É uma coisa assim... É coisa nossa! Entendem? Mas que tem uma transcendência internacional.

P: Perfeito. Está ótimo.

R: Desculpe se não rendeu mais...

P: Que é isso Kolecza. Olha. Maravilha. Impressionante como aprendemos, como resgatamos informação, como ampliamos o olhar. A questão de ampliação do olhar é sempre uma coisa... As perspectivas, não é? Isso é uma coisa fantástica.

DEPOIMENTO 5 – VIVIANE ISABEL MATZENBACHER.⁵⁸

PORTO ALEGRE, 12 DE ABRIL DE 2012.

P: Viviane, a primeira coisa que gostaríamos de saber de ti é um pouco das tuas origens: nos fale um pouco delas, de onde tu és, como é que foi a tua infância, adolescência – uma coisa meio resumida, mas fala um pouquinho de ti.

R: Bom, sou de Porto Alegre, nasci em Porto Alegre. Sou de uma família conservadora, principalmente por parte de mãe, de origem italiana, tu já sabes que a coisa é bem conservadora. A do meu pai já era mais liberal, a parte alemã, mas bem mais liberal. Alemão com português. A minha infância... Acho que foi extremamente divertida, eu era agitadíssima e sempre tive temperamento de participar de tudo, querer saber de tudo, era assim, mesmo no tempo de infância, e gostava sempre de assumir coisas, me entendes? Era o tipo da pessoa assim: eu tinha aula de manhã na escola... Isso no tempo... No meu tempo existia primário, não sei se isso interessa...

P: Sim, claro que sim.

R: No meu tempo existia primário, e de manhã eu ia à escola e de tarde eu voltava na escola para ajudar os professores. Imagina eu não tinha dez anos de idade. Mas voltava na escola para ajudar os professores, nas aulas de arte. Porque eu gostava de participar, eu gostava mesmo! Bom, o ginásio... O ginásio foi uma... Tu não podes imaginar... Com esse meu temperamento! Porque, na época... Eu peguei um período assim: 1962, 1963; eu guardei muito 62 e 63. Em 62 eu tinha seis anos de idade, mas eu tenho uma lembrança maravilhosa. Eu me lembro de que em 63 o Kenedy morreu, e foi uma loucura... Aquela coisa assim... Imagina eu já era ligada nisso, eu tinha sete anos de idade e era ligada que o presidente dos Estados Unidos tinha morrido. E eu sentia... O mais estranho é o seguinte: na época do golpe, de 63 para 64, eu sentia a atmosfera nas ruas, uma coisa tensa. Havia falta de leite, a gente tinha que entrar em fila para poder conseguir leite, para tomar leite em casa. Foi uma época de muitas dificuldades... E tu sentias assim... Tinha momentos, por exemplo, que, de repente, tu começavas a ver as pessoas correndo na rua, ligeiro para casa! Eu me lembro dessas coisas: ligeiro para casa! Ligeiro para casa! E tu vias cavalos andando pela rua, em pleno dia, sem mais nem menos! E a polícia andando a cavalo! E a gente não entendia nada. E a minha mãe dizia: - Psss! Olha... É... Os milicos, os milicos, os milicos. Mas dentro de casa, a portas fechadas, a mãe dizia assim: - Mas que barbaridade! Que horror! O que será que vai acontecer? E ela botava muita coisa para a rua, entendes? E nós... Eu, pelo menos... Minhas irmãs não. Eu sou totalmente diferente das minhas irmãs. Eu fui assimilando muita coisa. Minha mãe falava mal do governo, que o governo não cuidava do povo, que o governo era sem vergonha, que os milicos tomaram o poder, que aqui ali era um absurdo, um horror. E eu guardava tudo aquilo. Quando cheguei ao ginásio, eu tinha pegado dentro da sala de aula por causa dos milicos no poder. Aí eu já estava com doze, treze anos de idade. Eu subia nas classes e dava discurso contra o governo, porque a minha mãe em casa falava tudo, e eu despejava! As freirinhas ficavam enlouquecidas, mandavam chamar meus pais, que ia ser um problema... A minha escola era cheia de filhos de militares.

P: Que escola era essa, Viviane?

R: Colégio Santa Cecília, Ginásio do Colégio Santa Cecília.

P: Ali na [Rua] Protásio Alves?

R: Não, na Vicente da Fontoura. Fazia fundos com a igreja Santa Cecília. E culminou... Essa parte assim de eu... Culminou com a prisão do pároco da nossa igreja, por causa da repressão. O padre da nossa igreja era o Padre Edgar... Edgar... Puxa, agora não consigo me lembrar do sobrenome

⁵⁸ Viviane Matzenbacher nasceu em Porto Alegre, Brasil. Formou-se em Ciências (1980), Matemática (1983) e Física Médica (2007). Começou sua militância nos direitos humanos através das organizações de base da Igreja Católica, onde conheceu Jair Krischke, vinculando-se, posteriormente ao MJDH. Como integrante deste, Viviane participou de projetos relacionados às vilas da grande Porto Alegre, à questão da terra ("Encruzilhada Natalino") e ao projeto "Educar para os Direitos Humanos". Hoje, Viviane é professora e colaboradora do Grupo de Experimentação e Simulação Computacional em Física Médica (PUCRS).

dele, mas eu sabia o sobrenome dele, se me lembrar... Ele até é padrinho de umas das filhas do Jair [Kriscke]. E foi através da paróquia que eu conheci o Jair e a Rosa, porque o Jair naquela época já ficou envolvido neste caso da prisão do nosso pároco. Eu já tinha quatorze anos quando o padre foi preso...

P: Isso era em 1970, mais ou menos?

R: Espera aí um pouquinho...

P: 1968.

R: 1968... É, porque, deixe-me ver... Deixa-me só fazer umas continhas... Porque em 1968 eu entrei no ginásio; em 1969 eu dava discurso; em 1970 eu estava com quatorze anos; brigava dentro da sala de aula porque os milicos estavam no poder, porque lugar de milico era no quartel.

P: Já era com o AI-5 vigente...

R: Vigente. Bom, depois eu vou falo do AI-5, porque foi no tempo da minha faculdade. O AI-5 caiu quando eu já estava fazendo a segunda faculdade. Aquilo ali mexeu muito comigo, quando o padre foi preso. Por que prender o padre?

P: Lembras-te qual padre?

R: O padre Edgar. Não me lembro do sobrenome... É alemão... Mas o Jair tem, porque eles são compadres. Bom, então as freiras mandaram chamar meus pais, porque eu não podia continuar daquele jeito, pois as filhas dos militares iam comentar em casa o que estava acontecendo. A minha mãe, em casa, me mandou baixar a bola, porque eles até poderiam ser presos, tal era a repressão na época. Bom, aí passou essa fase... Meus pais começaram a frequentar um grupo religioso, chamava-se “O sino do povo de Deus”, na paróquia essa de Santa Cecília, porque éramos frequentadores da igreja. Lá, nestes encontros, eles conheceram o Jair e a Rosa, e foi então que eu comecei a conhecer... Um dia meus pais me convidaram para participar; eu fui e comecei a frequentar os encontros esses. Mas nesses encontros a gente discutia muito mais questões religiosas, não se discutia questões políticas – era bem dentro da religião. Porque a religião católica queria abrir mais a igreja, porque estava muito fechada, era isso. Ali começou meu convívio com o Jair e a Rosa: eu comecei a frequentar a casa deles; nós montamos grupos de jovens na igreja. Mas sempre discutíamos na igreja a questão da solidariedade, a questão humanista, a questão da religião mesmo. Eram questões mais de solidariedade e humanismo, não eram questões políticas. Não eram questões políticas! Bom, mas com o meu convívio com o Jair e a Rosa, aí sim, eu comecei a conviver mais com a questão política. Eles tinham um grupo de amigos, e esse grupo também era todo ele ligado à religião, à igreja. E era a igreja que participava muito dessa questão política, de esconder o pessoal que vinha refugiado, fugia... A igreja em termos, não era “a” igreja, eram determinados párocos – porque em Porto Alegre tínhamos uma comissão chamada Comissão de Justiça e Paz, que na época era o cardeal Vicente Scherer quem chefiava. Essa Comissão existia só no papel, ela não existia no trabalho com os direitos humanos mesmo. Era totalmente inativa: ela existia, mas não fazia nada. Então o que aconteceu: pessoas que eram ligadas a esse grupo da Comissão de Justiça e Paz; outros integrantes da igreja de determinadas paróquias em Porto Alegre – não me lembro da grande Porto Alegre –, inclusive o padre Albano e outras pessoas, até protestantes... O pastor Weber... Não sei se o pastor Weber ainda está vivo, eu acho que já morreu...

P: É, é...

R: Ele [o pastor Weber] era um dos caras. Inclusive ele montou grupos de direitos humanos ali em São Leopoldo, ele e mais uma turma dali... De São Leopoldo é o que eu lembro, acho que havia gente também de Guaíba, mas eu não lembro mais. Porque eu não convivía com eles diretamente, eu frequentava a casa do Jair, mas eu não esses grupos. Então, esses grupos começaram a se reunir, se juntar. Eu não lembro se eles se reuniam na casa do Jair ou lá na Casa Padre Jorge, por causa do Albano. Eu acho que eles se reuniam em vários lugares diferentes: era uma vez em cada lugar, nunca era no mesmo lugar. E a partir daí, como existia essa Comissão que não

fazia nada, esse grupo resolveu criar um movimento para trabalhar no socorro. Em realidade era no socorro, mas não havia infraestrutura montada, entendes? Era uma ideia...

P: Estamos falando de que ano?

R: Estamos falando... Um pouquinho antes da fundação do Movimento. Aí o pessoal fez um seminário lá na Casa Padre Jorge, e a partir daí montaram os Anais do Movimento, que tem José Carlos Dias... Tem muita gente aí, inclusive o Belisário dos Santos Junior... Acho que o Belisário veio depois. Mas tem muita gente que contribuiu para esses Anais, que tu deves ter bastante conhecimento disso aí. A partir daí ficou fundado o Movimento. Não tínhamos sede, a princípio. Então um dos nossos, que já está morto, que é o Gaiger... Era...

P: Celso...

R: Celso Gaiger. Ele conseguiu uma sala, que era dele, e nós a ocupamos. E aí começaram. Porque o Movimento não era só para, vamos dizer assim, ajudar os refugiados políticos. Não! Não era. Era para tratar de toda e qualquer questão de direitos humanos. Principalmente – naquela época – a questão das vilas, a questão da conscientização das pessoas nas vilas, porque elas não sabiam nem que tinham direitos. Então começou um trabalho informal nas vilas, que o Jair, o Albano, a Rosa, o Augustino, o Inácio, a Maria de Lourdes Fontoura, e outras pessoas – na época tinha mais gente, bastantes mais pessoas, que trabalhavam em vilas. Foram montados audiovisuais, o pessoal fazia reunião na igreja, depois da missa... Estou citando um caso ou outro. Às vezes era na associação... Não tinha associação de bairro, muitas vezes, eles ajudaram a montar associações de bairro; às vezes as reuniões eram em escolas, nos sábados de tarde; domingos de manhã; à noite, durante a semana, quando dava. Então, havia um trabalho de educação informal através desses encontros em associações, ou, às vezes, nem eram associações, era um grupo de pessoas que procurava o Movimento porque o “fulano foi preso, foi espancado”; “isso é possível fazer?”, “não é possível?”, “desapareceu tal pessoa”... Tinha muito isso. Mas mais era a igreja. Vamos dizer assim: o início foi com paróquias.

P: Paróquias, que já serviam também como guarda-chuva, não é?

R: Exatamente.

P: Viviane só antes de continuarmos com esse início do trabalho do Movimento, eu ainda quero resgatar um trajeto da tua vida...

R: Ah, da minha vida, porque eu parei no ginásio!

P: Claro, porque são coisas paralelas, em realidade. Até porque depois tu fizeste duas faculdades, e profissionalmente toda vida tu foste professora. Então, como é que se deu essa opção profissional tua? Quer dizer, tu nos disseste agora que com dez anos tu ficavas ajudando professores.

R: É, eu era apaixonada pelo magistério. Já naquela época! E depois, no ginásio, mais apaixonada ainda pelo magistério. No ginásio eu tinha certeza que seria professora. Inclusive uma professora de história dizia para mim que eu... Porque eu era muito da história, eu pesquisava e lia muito. E contava em sala de aula fatos pitorescos dentro da história que ela não contava! Então eu contava, e ela ficava uma fera – tinha momentos em que ela ficava braba comigo – porque eu contava detalhes da história que não estavam escritos na história oficial, da qual eu também gostava: eu pesquisava e lia por fora, eu já gostava disso. Mas eu não quis ser professora de história. Não quis porque história eu gostava de ler, de comentar, de analisar, mas não de dar aula de história. Nunca daria aula de história. Para mim, história era para saber, mais nada. Daí a minha opção pelo magistério. É isso que tu queres saber?

P: Um pouquinho antes, talvez. Tu falaste do teu envolvimento com o Movimento, não é?

R: Ah, mas o Movimento foi bem depois...

P: Exato. Então, um pouquinho antes... O interessante seria saber a tua participação em algum movimento estudantil ou como tu te relacionavas com esse momento político...

R: Bom, te digo assim. No tempo do ginásio, eles montaram um grêmio estudantil lá, mas aquilo ali não funcionava, era bobagem. Eu nem me meti, porque não ia dar em nada. Eu não tinha ainda consciência. Sabia das coisas que aconteciam; falava da boca para fora, mas eu não tinha muita consciência. Digo assim, aporte... Conhecimento teórico, na realidade, eu não tinha. O meu conhecimento era intuitivo: eu ficava sabendo das coisas e falava, mas eu não tinha base teórica para nada naquela época, de jeito nenhum. Então o meu ginásio era mais essa coisa assim... Essa loucura. Terminou o ginásio, eu fui para o segundo grau. Nele, aconteceram duas coisas: eu fiz exame para o Instituto de Educação, tri conservador, e para o Júlio de Castilhos. Passei nos dois, mas resolvi ir para o Júlio de Castilhos porque eu pretendia fazer faculdade, e não ficar só com o magistério. Então eu não fiquei no Instituto, e fui para o Júlio de Castilhos. Mas eu tinha saído de uma escola extremamente conservadora, extremamente fechada, e o Júlio de Castilhos era a abertura total. Engraçado é que, com todo este meu temperamento, eu não gostava do estilo do Júlio de Castilhos. Mas eu não gostava não é dos colegas: eu não gostava do estilo de aula dos professores! Porque eles faltavam muito, eu não tinha matéria, entendes? Então, eu não gostava da organização: não da liberdade que havia dentro do Júlio de Castilhos, e sim da falta de responsabilidade que havia da direção e do corpo docente. Então o meu avô disse pra mim: - Eu te pago o Rosário, vai para o Rosário. Eu peguei e fui para o Rosário! Lá no Rosário, eu consegui até desenvolver muito mais essas discussões, com os professores de História – e naquele tempo existia OSPB. Então, eu consegui desenvolver bastante mais; sempre tinha um grupo... Nunca fiz parte do grêmio estudantil. Já na faculdade não, eu fiz parte do Diretório Acadêmico, mas no tempo do científico não. Neste tempo, eu me dava com uma turma que fazia teatro... É... Eu não dava para teatro... Mas participava ali; a direção bronqueava com a gente por causa do tipo de teatro – geralmente eram fatos históricos que o pessoal queria relatar ali. Eu sei que nunca conseguimos produzir grande coisa, porque a direção também vinha e cortava. Bom, o meu científico passou praticamente em branco em relação à questão militância, porque éramos muito atarefados com outras coisas, e na época não tinha maiores incentivos. Em casa a minha mãe já dizia: - Tu fecha a boca, não vá fazer que nem no ginásio, não me faz confusão na escola. Então, já havia isso também. Mas, ao mesmo tempo, eu tinha o convívio lá na casa da Rosa e do Jair. Então, havia dois pesos e duas medidas: eu tinha a realidade da minha família dizendo – olha, não faz isso, porque não sei o que –, e na casa do Jair eu via as coisas acontecendo. E eu adorava aquilo ali! Então, eu vivia mais dentro da casa do Jair do que dentro da casa da minha mãe. Isso, em uma época, teve um enorme conflito, porque, inclusive, eu era mais frequentadora lá.

P: Que fato tu te lembrs, naquela época de ginásio, que te chamou a atenção politicamente?

R: Politicamente, na época do ginásio, foi só as questões das prisões da época: prendiam estudantes universitários – eu não era universitária –, prendiam padres, que era o que eu mais sabia, que havia muita gente do clero presa. Por quê? Porque queriam apoiar a liberdade de expressão. Então, eu só sabia uma coisa: que estavam querendo fechar a boca do povo, e isso era muito ruim. A minha ideia era essa. Então, no ginásio, o que eu falava em sala de aula era isso! Era só! Mas sem embasamento teórico, era uma coisa muito intuitiva, conforme eu disse. No colegial a coisa foi praticamente apagada. Foi muito obscura.

P: Viviane, e o que tu te lembrs... Notamos, então, que o Jair...

R: Ah, uma coisa que... Mas é interessante. Eu tenho um fato, mas é somente um resquício. Quando eu estudei no Júlio de Castilhos, eu tive colegas uruguaios. Inclusive, queríamos conversar em sala de aula... Não! Na sala de aula não conversávamos, [fazíamos isso] na biblioteca. E, quando começávamos a conversar, um desses, que era uruguaio, dizia assim: - Não! Não! Não vamos discutir, porque no meu país está proibido. E... Não! Estão começando a proibir, porque naquela época ainda não tinha entrado a repressão no Uruguai, e esse menino dizia assim: - É, nós temos que tomar cuidado com os Tupamaros. Isto eu me lembro. Mas foi só. Não me lembro

de mais detalhes.

P: Não lembras os nomes?

R: Não, não. Porque não havia... Vou dizer assim, eu não tinha tanta intimidade com estes colegas. Mas lembro de que este rapaz dizia assim: - Olha cuidado, cuidado. Cuidado, porque a gente pode ser confundida com Tupamaro.

P: E ele já via isso como alguma coisa ruim.

R: Horrível! Tu estás entendendo? Uma coisa horrível. Depois que eu fui para o Rosário a coisa morreu, ali, dentro da escola. Mas, por fora, eu continuava frequentando a casa do Jair; via as coisas acontecerem.

P: Então nós temos assim: há uma grande influência que tu recebes do Jair e da Rosa, um pouco desses párocos que tu conheces, mas tu também nos disseste que eras uma grande leitora...

R: Ah, sim. Eu gostava muito de ler, mas era história que eu gostava de ler.

P: Tu te lembras de algum autor que fez a tua cabeça ou algum livro?

R: Não, não.

P: Isto não? Tu não registras...

R: Não, não. A respeito deste tipo de leitura não. Este tipo de leitura eu só vim começar a ler depois que eu comecei frequentar o Movimento. Só. Antes não, mesmo no tempo em que eu estudei na Unisinos, porque eu estudei na Unisinos. Eu terminei o segundo grau; fiz vestibular... Ah, por que eu não peguei direto [para] ser professora? Porque eu tive um professor muito inteligente, mas muito inteligente, que um dia chegou para mim... Eu era muito boa em matemática, e eu dizia para ele: - Olha eu acho que vou fazer faculdade de matemática. Daí ele disse: - Não faça isso! Porque tu tens capacidade para muito mais, tu não podes ser só professora. Por que tu não fazes uma engenharia? E eu, boboca... Imagina adolescente, sem experiência, entrei na dele! E resolvi não fazer vestibular para nenhuma disciplina de magistério, e sim para engenharia e arquitetura. Claro que eu não passei na UFRGS⁵⁹ em engenharia, e fui para a arquitetura da Unisinos. Aí, estudei arquitetura por dois anos. E lá não pensa que eu participei de movimento algum, porque não dava tempo, eu trabalhava e estudava. Mas eu via que o Centro Acadêmico da arquitetura se movimentava, mas era só em prol deles ali, de seus direitos. Não havia ali nada de cunho político ligado à realidade brasileira, não tinha. Eram mais brigas de mensalidades – que não queriam aumento de mensalidade, que a Unisinos estava cobrando muito –, não era uma briga política, era econômica. Eu não me envolvia nisso, porque eu já trabalhava como desenhista e fazia o curso de arquitetura. E eu trabalhava de dia...

P: Desenhista de que?

R: Eu trabalhava na secretaria de Coordenação e Planejamento...

P: Desenho arquitetônico?

R: Não, não. Desenhos de organograma, aqueles de organização. Inclusive muita organização dentro do governo, e ali tu vias as falcatruas todas, dentro, as manobras, e tudo afilhado de um, de outro. Havia dois lados dentro da repartição onde eu trabalhava: um de ultradireita e outro “centro-esquerda”. Mas não tomávamos partido de ninguém, porque, afinal de contas, eu era uma estagiária: precisava trabalhar para pagar a minha faculdade, e se eu manifestasse alguma coisa ali dentro, Deus o livre! Então, ali dentro eu não manifestava absolutamente nada. Eu só entrava, trabalhava, fazia o que precisava: os organogramas, pastas, montava-se o audiovisual, mas era tudo em função do governo, tudo em função da secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, que era onde eu estava lotada. Eu trabalhava mais em artes gráficas do que propriamente desenho. Bom, depois, eu saí dali, pois fiz um concurso... Ah! Deixa-me continuar.

⁵⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Eu estava na arquitetura. Um dia eu passei para o terceiro ano de arquitetura, aí eu me perguntei: - O que estou fazendo aqui? Aí eu respondi: - Não tenho mais nada o que fazer aqui. Peguei e fui lá, tranquei minha matrícula e voltei para casa. Eu disse: - Não faço mais arquitetura, agora não sei mais o que eu vou fazer. Aí eu sei que, no andar da carruagem, eu estava trabalhando na secretaria, e como era estagiária, precisava continuar sendo estudante, e eu não podia mais ser estudante. Então, eu fiz um concurso, e passei como desenhista do DAER.⁶⁰ Aí eu fui trabalhar no DAER como desenhista de estradas de rodagem, para poder me manter. Nesse meio tempo, eu dava aula particular, para ganhar um pouco mais, porque a coisa era muito difícil. Eu não estava estudando mais, só trabalhava. E no dar aula particular eu descobri que, realmente, o meu metier era o magistério: não era nada mais, nada menos, do que magistério. Aí resolvi: - Sabe de uma coisa? Vou fazer um novo vestibular. E fiz novo vestibular, fiz um cursinho bem rápido, e entrei para a faculdade de novo, para fazer matemática. Só que, na época, a faculdade era Ciências. Então eu fiz; formei-me em Ciências; e depois fiquei em dúvida: matemática ou física? Porque eu gostava das duas coisas. Aí eu fiz matemática: formei-me em matemática e fui ser professora de matemática, e durante trinta anos eu lecionei matemática. Antes de eu terminar a matemática, eu fiz cursos de especialização em Educação Matemática, para o meu currículo no Estado. Fiz concursos no Estado, trabalhei em escolas particulares... Eu não gostava de trabalhar em escolas particulares, eu gostava de trabalhar em escolas do Estado, porque eu tinha uma ideologia: ensino de categoria e grátis, porque a educação é uma obrigação do Estado. Eu sempre fui a favor de uma educação de qualidade e gratuita, para que todos tivessem direito a estudar, aprender e a pensar. E eu gostava de trabalhar era em escola do Estado mesmo. Tanto é que eu comecei a lecionar numa escola da vila – mas só com concurso, eu nunca fui contratada pelo Estado, só trabalhei através de concurso. Trabalhei em uma vila, em uma escola de primeiro grau, e depois no Júlio de Castilhos. Aposentei-me pelo Júlio de Castilhos mesmo, com quarenta horas no Estado, como professora de matemática. Antes de eu me aposentar, eu fiz novo ingresso na universidade. Aí eu fui fazer física, porque eu gostava de física, mas só que fiz Física Médica, e hoje eu trabalho com pesquisa. Então, eu me formei em matemática, me aposentei como professora e fui trabalhar como pesquisadora em física médica – não sou pesquisadora, eu sou colaboradora de um grupo de pesquisa. Não tenho mestrado ainda nisso, provavelmente... Eu tenho um projeto de mestrado para fazer, e continuar fazendo pesquisa. A minha pesquisa não é formal, é informal. Eu não tenho vínculo nenhum com nenhuma instituição. Já trabalhei na PUC, no centro clínico, mas sem vínculo com a PUC: o meu vínculo era com o profissional que tinha esse grupo de pesquisa; ele é que financiava. Trabalhei meio ano lá. Depois encerrou aquela pesquisa, e eu continuei trabalhando informalmente com um grupo que existe informalmente. Atualmente eu estou fazendo essa parte aí, por enquanto sem remuneração – meu objetivo não é a remuneração, é fazer a pesquisa. É trabalhar e manter o cérebro ocupado.

P: Viviane, esta tua segunda faculdade, tu fizeste onde?

R: Na PUC. Eu pedi reingresso de diplomado. A terceira faculdade.

P: Mas eu me refiro à segunda.

R: Espera um pouco. Qual delas? É que eu fiz Ciências e me formei; fiz Matemática e também me formei...

P: Essa aí, Ciências.

R: Também. Ciências foi na PUC, e Matemática também.

P: Então, na tua segunda, que, digamos, tu ainda és uma jovem, ocorre a mesma situação que tu enfrentaste na Unisinos, em termos de atividade política?

R: Ah, aí sim, aí eu passei a participar realmente. Foi aí que caiu o AI-5, foi nessa época. Aí sim. Eu estava em sala de aula... Na época das Ciências! Isso aconteceu na época das Ciências. Aí eu fui procurada pelo grupo do Diretório Acadêmico – não tinha mais Centros Acadêmicos, com o negócio da Ditadura acabaram os Centros Acadêmicos e montaram-se diretórios. Aí o Diretório

⁶⁰ Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

das Ciências me convidou para fazer parte, por indicação de um professor de sociologia... Deixa ver se me lembro – inclusive ele participou do Movimento na época também, mas depois, bem depois... Não vou me lembrar... Era um cara da sociologia... E eu fui indicada por ele, porque o grupo esse era tudo esquerda; o PT⁶¹ ainda não existia, não tinha sido fundado, e eles queriam que eu fizesse parte do Diretório, por causa das minhas ideias. Porque aí, na faculdade, podíamos, nas aulas de sociologia, discutir bastante. Então, discutíamos bastante na aula de sociologia, psicologia, filosofia. E esse professor... Se eu conseguir me lembrar do nome dele eu digo para vocês, inclusive talvez eu tenha anotado em casa. Bom, aí a turma foi me buscar em sala de aula, me convidou para participar, para ser representante da matemática junto ao Diretório Acadêmico. Aí eu disse: - Claro. E eu fui escolhida, também... Eu fui indicada por este professor, por causa das minhas ideias, mas eu também fui escolhida porque só podia fazer parte do Diretório Acadêmico, na época, quem não rodasse; quem não tivesse nenhuma disciplina reprovada. E eu não tinha. Concordei com eles em fazer parte. E desde aí começou a nossa briga dentro da Universidade. Eles arranjavam, faziam os rolos contra a diretoria, e quem tinha que aparar no peito era eu. Aí eu tinha que me fazer de salame, e chegar à frente da direção, contar uma história muito triste, para que eles continuassem no Diretório. E eu dava cobertura, entendes? Porque eu continuava trabalhando, e aí frequentava as reuniões de noite – às vezes eram três horas da manhã e estávamos reunidos no Diretório Acadêmico, e preparando coisas. Bom, aí começaram as campanhas políticas para os Diretórios, e discussões em cima da questão dos militares no poder...

P: Estamos falando de que ano?

R: Isso aí... Espera um pouco... Depois de 1978. Entre 1978 e 1979. Vamos dizer assim: início de 1979. Então, tínhamos discussões políticas, e aí eu tive contato com tudo quanto era tipo... Pelo “político”! Eu digo pelo político porque era a LIBELU – Liberdade e Luta –, era o MR-8⁶²... Tudo fazia parte do mesmo grupo, ali, dentro do Centro Acadêmico. Era uma explosão, porque todo mundo queria o poder. Então tinha... Voltando: tinha o pessoal da LIBELU; tinha os trotskistas, que eram dissidentes da LIBELU; tinha o grupo Aroera; tinha o grupo MR-8, que eu já falei; tinha o PC⁶³... O PC assim... Muito discreto... Por debaixo, assim, comendo pelas beiradas... Tinha outros que comiam por dentro, que nem bicho de goiaba... E grandes discussões políticas! Grandes! Elucubrações assim fantásticas... Se tu me perguntares o que a gente discutia, eu já não lembro mais. Porque discutia, discutia, discutia: como é que nós vamos fazer tal manifestação contra a reitoria, porque a reitoria está impondo... Então, eu sei que eram muito mais essas coisinhas ali. Depois, havia as manifestações públicas... De... Como é, essas...

P: Campanha pela Lei de Anistia.

R: Isso, pela Anistia. A campanha pelas Diretas Já... Aí sim, participávamos, íamos para a rua, participávamos dos comícios, colocávamos cartazes de madrugada... O mais interessante é o seguinte: trabalhávamos de madrugada. Aí, de madrugada, dávamos um jeito de subir nos prédios e colocávamos cartazes lá em cima: pela Liberdade... E eu frequentei também, muito, não só o meu diretório: outro diretório que eu frequentava era o das Humanas. Era o pessoal do Serviço Social e da História, que tinha um diretório bastante ativo politicamente, e que muitos deles fizeram parte, depois, do Movimento. Eles se ligaram ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

P: Como é que eles chegaram? Tu tinhas alguma coisa a ver com isso?

R: Não, eu não tive nada a ver com isso. Eles tomaram conhecimento da existência do Movimento através do pessoal igrejeiro, aí começaram a frequentar. Tinha muita gente que eu reconhecia, dentro da faculdade, que era do Movimento, porque eu frequentava o Movimento e eles também. De vez em quando eu encontrava com eles, assim, pelo Movimento, mas eu não tive influência nenhuma nessa participação deles, mas, claro, nós nos dávamos.

61 Partido dos Trabalhadores.

62 Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

63 Partido Comunista.

P: Então assim Viviane. Na virada dos anos 1970 para os anos 1980, vamos dizer, tu estás como estudante na faculdade e já estás envolvida com o Movimento?

R: Sim...

P: Tu tens uma relação pessoal com o Jair e com a Rosa, e o Movimento já existe.

R: Já existe, e aí a minha participação ficou mais em termos de ... Claro, eu participava muito, porque praticamente fazia parte da família, teve uma época que eu fazia parte da família. Mas eu participava muito, muito, muito, do Movimento nessa época, entendes? Eu ajudava a atender as pessoas, a receber, a anotar os casos. Casos de violência na vila, de pessoas que eram presas injustamente, pessoas que pediam socorro por um habeas corpus...

P: Tu tinhas uma carga horária, então?

R: Não, não. Eu não chegava a ter uma carga horária, isso tudo é militância.

P: Mas dedicava uma boa carga horária?

R: É... Mas era à noite. Digamos assim: se eu não estivesse trabalhando ou não estivesse na faculdade, eu estava no Movimento. Então eu vivia isso. Mas eu não tinha horário fixo, mas geralmente era alguma noite, algum final de tarde, era esse tipo de coisa. Ou fim de semana, quando, de vez em quando, participávamos. Quando teve as ocupações lá no Guajuviras, então fim de semana a gente ia lá para ver, para sentir como é que estava o pessoal. Nessa época o Inácio participou bastante, a Maria de Lourdes Fontoura, outros também. Muita gente participava disso aí. Eu só não me lembro de mais nomes, especificamente. Talvez me lembre de um ou outro, mas agora me foge.

P: E assim, Viviane, sabemos que o Movimento se envolveu com uma série de atividades...

R: Ele tinha um leque muito grande de atividades. Ele tanto se envolvia com a questão dos refugiados políticos, como com a questão dos que eram presos por engano, porque, vamos dizer assim, participavam de um sindicato, e aí desconfiavam do cara, o prendiam, batiam e torturavam, até o cara contar até o que não existia, entendes? Então atuava nessa parte da questão da tortura; na questão do trabalho em vila, de conscientização – justamente por causa desse problema da prisão ilegal e da tortura –; e mais na conscientização de que essas pessoas tinham direito, e não era só direito à liberdade, mas era direito a outras coisas. Depois ele abriu o leque. Como isso aqui era muito informal, aí abriu o leque para a educação para os Direitos Humanos. Foi a partir daí. Mas aí já tinha terminado o AI-5, nessa época da educação para os Direitos Humanos...

P: Aí já é posterior, anos 1980.

R: É exatamente, 1988.

P: Mas, antes de entrarmos neste projeto, que é importantíssimo, antes disso: o que faz uma guria tão nova dentro de uma organização como o Movimento, no final da ditadura, onde certamente acontecem ameaças, enfim, situações difíceis. Como é que tu lembras isso hoje? Tu tinhas noção de tudo isso na época?

R: Sim, tinha. Tinha. Mas eu não participava muito. De vez em quando participava de uma coisa ou outra, até por causa da questão de proteção, não é? Porque eu era muito novinha. E havia... Vamos dizer assim: o Jair e a Rosa conheciam os meus pais, e ficavam muito preocupados, por causa da minha segurança em relação à minha família. Então eu trabalhava mais por trás. Quando precisavam de desenhos, e tal, eu desenhava. Aquela foto daquele rosto, que tem nos Anais... Sabe a capa dos Anais, tem um rosto, aquilo ali fui eu que desenhei, baseado num outro. O Jair me mostrou o outro, e eu fiz aquele desenho. Fazia outros trabalhos gráficos para o Movimento, mas por fora, determinadas coisas por fora. Depois é que eu comecei a frequentar reuniões, e dessa questão dos refugiados eu não participei direto. Era bem mais restrito, eram pessoas bem mais velhas do que eu. Eram mais da turma do Jair.

P: Mas tu tinhas conhecimento...

R: Tinha conhecimento. A única vez que eu realmente participei de alguma coisa assim “mais, mais”, foi com o Perdia... Com o Navarra, até foi com o Navarra, que ele veio e se escondeu aqui. Ele estava num sindicato na praia; nós tínhamos que trazê-lo; aí nos participamos disso aí: eu e a filha do Jair.

P: Tu te lembras... Era em Cidreira? Tu te lembras dessa situação?

R: Foi, lembro bastante bem.

P: Como é que foi isso?

R: Nós fomos a Cidreira passar o fim de semana, normal. Assim como se nada... Passar o fim de semana. Fui eu, a Rosa, o Jair, a Silvia, o noivo dela – porque ela não era casada ainda –, a tia Rico... Quanto mais gente melhor. Aí nós passamos o fim de semana lá, e o Jair esteve lá no sindicato dos metalúrgicos, na Colônia de Férias do sindicato dos metalúrgicos. Mas aí o Jair e a Rosa é que iam mais lá, nós ficávamos em casa. Nós íamos ter uma participação, na hora de... Ah, e foi junto a filha mais nova do Jair, a Rosa Maria, também participou. Eu vou te dizer uma coisa: o Jair raramente envolvia a família assim diretamente. A família participava sempre, mas mais indiretamente. Foram pouquíssimos casos em que a família participou diretamente, porque era tudo menor, era tudo criança, então não dava...

P: De pessoas adultas, quem acompanhava o Jair?

R: Olha, um dos que acompanhou, que estava ali... O Miguel Palaoro, a Nora Tasch acompanhava. Eu não sei se o Caio Lustosa nessa época acompanhava... Eu não lembro mais. Mas, quem mais... O João Seccini, mas este está morto. Ele participou bastante até, mas está morto. Quem mais... O próprio, esse, o J. Staub, também participava bastante, com a esposa dele na época, mas não sei que fim levou a esposa dele nessa época. Ele trocou de companheira.

P: O Luiz Goulart já...

R: O Luiz Goulart... Deixa eu me lembrar de se nessa época o Luiz Goulart fez parte... Ele entrou depois, nessa época ele não participava. O Ferri participava, é claro, bastante... Participou nessa época. Porque na época que foram buscar o Cláudio Benech, a Nora participou... Teve mais gente participando que eu não lembro mais.

P: Voltando a Cidreira... Aí em Cidreira...

R: Ele quer falar de Cidreira! Bom, foi o Fernando que estava em Cidreira...

P: O Fernando Vaca Narvarra.

R: É, Vaca Narvaja. Ele estava escondido lá, e precisava vir para Porto Alegre, e aí tínhamos que fazer o transporte. Então, ficamos o fim de semana lá, o Jair combinou tudo. E aí, num final de domingo, no final da tarde, nós passamos lá, o pegamos, e ele veio no carro do Jair. Então veio o Jair, a Rosa, a Rosa Maria, e ele atrás. E ele veio como namorado dela. E viemos eu e a tia Rico no outro carro...

P: Quem é a tia Rico?

R: A tia Rico está morta, era a tia da Rosa. Vinha eu e a tia Rico atrás, e o Fred e a Silvia na frente. Vínhamos tranquilos pela estrada, estava tudo certo. De repente a gente viu polícia, e aí começamos a ficar preocupados. Aí nós fomos parados na estrada, porque eles desconfiaram de nós, não desconfiaram do Jair. Nós ficamos parados e o Jair passou, e nós ficamos ali. Ah, e eles queriam ver tudo dentro do carro, e eu morrendo de medo que eles colocassem drogas dentro do carro. Aí pediram para abrir atrás. Então abri atrás, e enquanto isso eles passaram [o carro do Jair], e nós ali, controlando, para que o Jair e a Rosa pudessem passar e a polícia não ver. Aí abrimos atrás, mostrei todas as minhas roupas. Fizemos um salamaleque, demoramos um bom tempinho ali.

P: Distraindo...

R: Exatamente. Eles não encontraram nada, é claro, e eu cuidei muito para que eles não colocarem nenhuma droga, porque o meu medo era esse. Porque eles botavam droga no local, diziam que encontraram a droga e tu ias preso. Bom, eu sei que eles não conseguiram colocar nada; eles conseguiram vir em segurança para Porto Alegre, e nós nos atrasamos um pouco, e viemos tranquilos. Chegamos a Porto Alegre; tudo certo. Aí eles encaminharam direto o Fernando para a casa aonde ele tinha que ir, que é a casa de outros dois amigos nossos, que foram fantásticos. Eu não sei se o Jair falou do Nelson Cholve?

P: Não, acho que não...

R: O Nelson Cholve foi um super companheiro nessas épocas. Ele está na Bahia, mas ele é gaúcho. Ele e a esposa, a Alicia, participaram algumas vezes de resguardar estas pessoas que... Não lembro se foram duas ou três pessoas... Porque nunca se podia usar o mesmo lugar. Jamais. A Casa Padre Jorge guardou várias pessoas, mas houve outros lugares também, como, por exemplo, no Colégio... Como é o nome da escola...

P: No Dom Bosco?

R: Isto! Exatamente. No Dom Bosco também, ali tinha um local. O Padre Jorge era outro local. Na casa desse nosso amigo tinha; o próprio Jair guardou pessoas, naquela época. Mas a casa do Jair era usada pouco, porque ele era muito visado. Eu várias vezes ofereci, e ele: - Não, de jeito nenhum, de jeito nenhum -, por causa da questão da segurança. Porque aí, nessa época, eu já tinha o meu apartamento, poderia até ajudar, mas eles nunca deixaram, por uma questão de segurança.

P: Viviane, na época tu tinhas ideia de quem era o Fernando?

R: Sim.

P: Tu sabias que ele era um dos caras mais procurados da Argentina...

R: Sabia. Dos Motorneiros. Sim, sim.

P: E qual é a história que envolve o Perdía...

R: Nem é Motorneiro! Montoneros!⁶⁴ Nós os chamávamos de Motorneiros, por causa dos... Eles chamavam "os caras da Carris". Era o apelido...

P: O Perdía. Tu chegaste a conhecer o Roberto Perdía?

R: Conheci, mas na casa do Jair, e foi assim rapidamente. Não bati papo com ele. Não, não. Nós não conseguíamos conversar muito com eles, porque eles eram também muito fechados. Quem conseguia realmente falar com eles era o Jair. Eu via. Eu via, e fingia que não via! O meu papel era esse, entendes? Ver e fazer de conta que não via. Nem sei, entendes? Não sei; não vi. Então não cheguei... Vamos dizer assim: no que eu participava era, às vezes, de uma conversa à mesa, que eu escutava alguma coisa, mas eram coisas assim, muito... Eu não lembro muito bem. De detalhes disso aí eu não lembro, porque eu até fazia questão de não participar muito. Só olhava, e tal... E procurava até não participar muito para deixar o Jair à vontade com os caras, e eles se sentirem à vontade, entendes? Porque para eles era difícil também. Muito difícil. Então, mais é isso.

P: Viviane, entre as atividades que tu desenvolveste aqui no Movimento, já nos falaste um pouco que também trabalhavas com a parte gráfica de alguns materiais que eram produzidos...

R: É, alguma coisa sim.

⁶⁴ Movimento Peronista Montenero, organização político-militar da Argentina que agiu durante a década de 1970.

P: Esses materiais são da tua...[Mostrando um quadro]

R: Da minha época. Esse aqui é. Esse nós produzimos na época dos acampamentos dos Sem-Terra.

P: Encruzilhada Natalino.

R: Exatamente. Foi nessa época que nós produzimos esse cartaz. Até eu estive lá, eu e mais uma bela de uma turma, nesse acampamento, para conhecer como eles estavam. E esse aqui foi feito justamente para... Chamar atenção! Chamar atenção para o problema do Sem-Terra. Inclusive – agora um detalhe muito interessante –, o Jair me mostrou este desenho aqui, com o mapa do Brasil, que foi publicado num panfleto na igreja Notre Dame de Paris, e estava escrito em francês. É... Ele me mostrou. Um panfleto, que eles usaram isto aqui, mas colocaram o mapa brasileiro no fundo, e foi distribuído na catedral de Notre Dame, em Paris... Eu fiquei muito... Estufou meu peito, como a gente diz.

P: Isso é que é militância universal.

R: É, eu fiquei impressionada. Nunca imaginei não é? Mas ele recebeu aquilo e me passou. Olha e tal. Acho que até tenho guardado em casa... Guardei, porque me deixou muito feliz. Agora que eu lembrei – isso foi um parêntese, para ver como eu me lembrei disso –, para ver como um cartaz, uma coisa... Ela... Chama a atenção! E pode divulgar uma ideia bastante bem. A ideia era essa. Como também não tínhamos meios de comunicação na mão, nunca se teve, então como é que se espalhava a coisa? Através de cartazes. Então, neste ponto, eu tive alguma contribuição aqui.

P: Diz-me uma coisa. Uma das características do Movimento é que ele, em função de algumas das suas atividades – talvez das que hoje em dia são mais divulgadas –, tem um perfil muito latino-americano. Ele acabou ganhando isso, em função, sobretudo, dessas questões que tem a ver com a operação Condor, a repressão que se estabeleceu. A pergunta que eu te faço. Na tua juventude, tu tinhas uma percepção de América Latina ou foste adquirindo isso?

R: Não. Eu só adquirir essa ideia de a América Latina ser, vamos dizer assim, uma coisa só, depois que eu estava no Movimento. Porque antes eu tinha o Brasil... E os outros países! Isso aí é uma questão de cultura, é um problema de cultura. Porque não estudamos a história da América Latina. Porque o que se estuda na América Latina é a Guerra do Paraguai! E que o Brasil ganhou! O que é um horror, não é? Vamos combinar que a história que se tem é essa. Mas em todo o caso, a forma como ela é dada é terrível. E não se sabe mais nada da América Latina; não sabemos nada do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, da Venezuela. Agora, com os meios de comunicação!... Assim mesmo, muito ruim! Porque tu só ficas sabendo coisas que acontecem lá na Venezuela por causa do Hugo; tu ficas sabendo de coisas que acontecem na Colômbia por causa do tráfico. E só! Tu ficas sabendo alguma coisa do Chile porque desmoronou uma mina! Então, hoje tu ainda tens alguma notícia. Na época tu nem pensavas que existia. Quer dizer, tu sabias que existia, porque tu estudas em geografia a América do Sul. Agora, esse convívio dos povos, essa dificuldade que todos têm, nunca. De jeito nenhum. Eu não tinha essa consciência de América Latina. Não. Não tinha mesmo. E acho muito difícil alguém da minha geração ter essa consciência. Nem naquela época, e vou te dizer que poucos hoje, hein? Vou te dizer. Naquela época, só quem viveu o problema, certo? E hoje, só quem estuda e trabalha com o assunto, porque não existe interesse. Se não é o interesse econômico que existe, do Cone Sul, aqui, MERCOSUL,⁶⁵ nada mais é divulgado. Não existe... O que se estuda na escola, hoje em dia – eu acho, porque eu também estou afastada há um bom tempo –, é a questão do MERCOSUL. Agora, a questão do Cone Sul não. Isso nunca. Nunca. E a ideia de América Latina, pior ainda.

P: Viviane, em função disso então – voltando à questão dos refugiados –, tu não tinhas muito contato com eles. Já nos falaste um pouco sobre essa situação, mas mesmo assim tu tinhas informação sobre eles, e algum contato tu tiveste. Eu sei

⁶⁵ Mercado Comum do Sul.

que tu chegaste a ter contato com a Sara Youtchak, e parece que essa foi uma experiência muito limite para ti.

R: Foi... Foi... Digamos... Foi uma experiência... Eu não posso dizer que seja chocante. Não, não chegou a ser chocante, mas que me deixou impressionada. Impressionada! Impressionada pelo o que ela passou, é claro...

P: Era uma refugiada uruguaia...

R: Era refugiada uruguaia que tinha vindo para o Brasil. Ela dá o depoimento... Vamos dizer assim. Eu conheci através do Jair, novamente. Fomos visitá-la, eu, o Jair e a Rosa. E ela lá relata... Vamos dizer assim... Algumas coisas do que ela passou dentro da prisão – entre torturas; a relação de torturado e torturador havia até uma relação, vamos dizer assim, de dependência, tipo um sadomasoquismo; a questão dos médicos que acompanhavam os torturadores, diziam até quando podia ir ou não a tortura.

P: Ela tinha casos bem concretos...

R: Casos bem concretos. Ela viu, inclusive, colegas dela que ficavam esperando a tortura e sentiam falta digamos assim, se demorava, se não demorava. Era uma coisa muito louca. E isso me deixou assim... Mas meu Deus do céu... Deixou-me muito... Muito... Abalada, sabes? Eu fiquei assim... Como eu já tinha dito. Saí desse encontro com ela – eu só escutei, não perguntei nada, eu só ouvi – e o que eu ouvi me deixou assim... Impressionada. E o mais impressionante: a consciência dela, não é? A consciência de ela conseguir verbalizar tudo isso que ela passou e viu outros passarem. Aliás, uma coisinha de nada o que ela falou, não é? Falou uma coisinha de nada, perto do que acontecia. Eu, pelo menos... Digamos assim. Ela pode até ter falado de mais coisas, mas eu me lembro disso, que me deixou impressionada, com toda aquela situação vivida pelos presos, e mais a capacidade dela de analisar, de dizer que os médicos instruíam, da relação do torturado e do torturador, e certas técnicas a que eles submetiam as pessoas: de não deixar em ambientes muito abertos, para perder a noção de espaço. Imagina, ela raciocinava isso, das pessoas perderem o espaço de profundidade, de distância, tudo isso. A análise que ela faz me deixou muito impressionada. A parte de consciência da análise. Mas me deixou de cabeça oca. Eu saí de lá, depois que ela falou... Saí de lá com a cabeça oca... Oca...: - Meu deus do céu, que mundo! Que mundo! Como é que pode existir uma coisa dessas? Então tu ficas... Isso foi o que me aconteceu.

P: E o caso Benech? Chegaste a ter contato com o casal Benech?

R: O casal propriamente não. Eu tive contato com ele. Com ela não.

P: Com o Cláudio...

R: É. Com ela eu não tive contato. Até porque, depois que ela saiu do Uruguai, ela foi para o Rio [de Janeiro]. E na passagem eu não convivi. Não vi e não convivi. Com ele sim, eu tive... Digamos assim. Eu não tinha grandes diálogos. Eu só o escutava, de vez em quando, quando ele estava conversando com o Jair e tal. O que mais me impressionou foi o humor dele. Mesmo tendo passado por tudo o que ele passou... Ele não perdeu o humor, sabes? Mantinha aquele bom humor dele. Quando ele encontrava com o Jair, o Jair perguntava para ele: - E aí companheiro como estás? - Bien e hermoso! Ele não deixava nunca de dizer que ele estava hermoso. Então é uma coisa que me marcou, o humor dele mesmo tendo passado por tudo. E ele era outro estilo Sara, que tinha a consciência. Agora, eu não posso comparar as duas coisas, que são situações diferentes, são pessoas diferentes. Eu não sei se a Sara tinha cultura; não sei qual era o seu grau de instrução. O do Cláudio eu sabia: ele tinha grau superior. Então, talvez tivesse mais discernimento das coisas e podia racionalizá-las bem. Não sei como é que ele conseguia. Eu só sei que ele conseguia manter o bom humor. Fora o Cláudio, eu convivi com o Juan, que era filho dele, bem jovem; a esposa do Juan, eu não lembro mais o nome dela, mas eu lembro quando eles estiveram aqui em Porto Alegre. Estiveram mais de uma vez. Eu falei com ele mais de uma vez. Mas assim, o mais interessante é o seguinte: um rapaz jovem, mas que tinha uma cabeça extremamente adulta, não parecia um jovem que tinha saído da adolescência, entendes? E eu acho

que, claro, isso deve ser consequência da realidade.

P: Amadurecimento de...

R: Exatamente, deve ser consequência da realidade. São as coisas que me deixaram assim. O cara era muito maduro para a idade dele, pelo menos em relação aos nossos jovens, e o estado de espírito do Cláudio, que era um cara que não perdeu nem a noção de realidade e nem perdeu o humor. Impressionante.

P: Viviane, uma vez que termina a ditadura no Brasil, no Uruguai e na Argentina – elas terminam quase juntas –, de alguma forma o Movimento passa por uma espécie de processo de mudança. Ou seja, essa grande bandeira que era a resistência contra as ditaduras passa por outro processo, e algumas lutas se fragmentam. Surgem outros grupos que não mais colocam a questão dos direitos humanos como um grande guarda-chuva, mas então vão procurar a questão da terra, a questão do meio-ambiente, enfim. Nesse processo de reinserção do Movimento, ou de procurar manter a bandeira dos Direitos Humanos, surge esta bela ideia, que é um projeto no qual tu tiveste um protagonismo muito importante, que é o projeto “Educar para os Direitos Humanos”. Então, gostaríamos agora de ouvir um pouco de ti sobre esse projeto: o que era, como amadureceu isso na cabeça de vocês, o que vocês pretendiam com isso, quais eram os objetivos. Enfim, nos fale um pouco sobre isso.

R: Bom, a ideia inicial era conscientizar, para que não continuasse acontecendo e para não acontecer novamente tudo aquilo: a repressão, torturas. A ideia de educar para os Direitos Humanos era conscientizar como uma prevenção. Fazia-se educação informal nas vilas, aquilo ali já... Vamos dizer assim. Não é que não fizesse mais efeito, mas estava ultrapassado aquele método. O que se queria? Bom, se queremos consciência das pessoas, temos que começar pela educação. Porque eu, como educadora, acredito que, se um povo tem educação, este país começa a funcionar. Se não tem educação, não vai funcionar. Nunca. Isso é um princípio meu. E ali no Movimento, criamos este projeto para parar de apagar incêndio, na realidade era isto, porque a gente vivia apagando incêndio. Como eu já falei, resolvia-se de tudo um pouco. Era problema de gente que era presa indevidamente, gente que foi torturada, policial que invadiu casa, pedalou porta. Tinha-se tudo isso, mas como chegar, agora, abrangendo muito mais gente? Porque isso aí era um trabalho localizado, era nesta vila, naquela vila, naquele grupo de Sem-Terra ou naquele grupo de sem teto. Nada mais... Vamos dizer assim... Não é interessante a palavra, não é essa. Nada mais... Eu acho que abrangente... Que pudesse ter consequências mais produtivas que entrar na educação formal. Então, se montou esse projeto por quê? Porque dentro da escola, tu consegues atingir muito mais do que só naquele grupinho social, só no sindicato ou só na associação de moradores. Na educação formal, tu atinges um público muito mais amplo. Então a ideia era essa: quanto mais divulgar os Direitos Humanos, melhor. Então vamos partir para a educação formal. O que se fez? Fez-se contato com as secretarias de educação do Município, do Estado, para montar um seminário para professores e poder divulgar isso para os alunos. E em todos os níveis, seja na educação fundamental quanto no ensino médio. A ideia era essa: divulgar ao máximo. Não que professores do ensino superior também não pudessem participar. Claro que poderiam, mas a ideia era começar com a base. Não sabíamos aonde iríamos chegar, mas queríamos lançar a ideia de produzir a consciência de que temos direitos e temos que exigir que respeitem os nossos direitos. A realidade era essa. Montaram-se esses encontros com professores, se montou três seminários, sendo que o primeiro foi dividido em duas partes. O primeiro lançou a ideia, e o segundo colheu mais ideias. Vamos dizer assim. O segundo encontro foi mais uma espécie de feedback do primeiro. E o terceiro foi para amarrar, já montando núcleos. O primeiro foi no colégio Rosário, o segundo...

P: [Colégio] Parobé?

R: Parobé. E o terceiro onde foi... Eu não lembro... Que memória, não é? E eu que ajudei a co-

ordenar... Eu acho que o terceiro foi no Parobé... O segundo não foi no Parobé, foi num outro local. Bom, deixa isso para depois...

P: Mas um foi no Rosário, outro foi no Parobé...

R: Mas teve um terceiro... Eu acho que não chegou a ter um terceiro. O que aconteceu foi um encontro de coordenadores de núcleo. Foram dois só que divididos em duas partes, e esse terceiro que eu estou falando foi encontro de núcleos já formados. Então foi assim: nesse primeiro momento se distribuiu material, porque acreditávamos o seguinte: Vamos trabalhar direitos humanos, mas não só na disciplina de História, Geografia ou Português. Teria que se trabalhar em todas as áreas! Então o que fizemos. Montou-se uma espécie de roteiro, e exemplos de como poderia ser trabalhado os Direitos Humanos dentro da sala de aula nas diversas disciplinas, seja no Ensino Fundamental, seja no Ensino Médio. E claro, reuniu-se professores, distribuiu-se material, foram dois dias e meio de debates, houve conclusões. E a ideia era voltarem aos seus locais de trabalho, divulgar a ideia e procurar montar um trabalho em cima disso. E foi o que aconteceu. Alguns grupos, algumas pessoas individualmente, fizeram esses trabalhos na escola, e na segunda etapa trouxeram experiências desse trabalho. Aí ficou concluído o seminário total: primeira parte e segunda parte. E a partir dessa segunda parte, então ficaram, entre aspas, oficialmente montados núcleos de Direitos Humanos em várias cidades: Uruguaiana, Santa Maria, Caxias, Torres. Aqui em Porto Alegre parece que tinha mais de um grupo, tinha dois ou três, não tenho certeza, faz tempo. E aí começaram a trabalhar dentro das suas escolas. Então, de vez em quando, atendíamos um ou outro. Ah, Alegrete também tinha outro núcleo. O pessoal solicitava a presença do Movimento para ir lá, para dar palestra para os professores, levar material, e assim fomos indo. Isso caminhou por um bom tempo, até que... Vamos dizer assim... Nós não tínhamos mais perna para continuar o trabalho, porque era muito trabalho e pouca gente. Os grupos que nos procuravam nós auxiliávamos, mas já não tínhamos mais perna, e não tinha gente para trabalhar. Mas aquilo que queríamos, conseguimos: divulgar a questão dos Direitos Humanos, dar uma ideia de como trabalhar com isso em sala de aula, na sua disciplina. Não era só na questão conteúdo, mas sim na questão postura do professor, do educador, em sala de aula. A questão da postura diante da realidade tanto do professor quanto do aluno, e isso nós conseguimos divulgar bastante. Tanto é que a partir surgiram coisas assim, como: - Eu tenho os meus direitos. Ouvíamos, em tudo quanto é parte: - Eu tenho os meus direitos, eu quero fazer valer os meus direitos. Até em sala de aula tu escutavas, o aluno dizia assim para o professor: - Mas eu tenho os meus direitos! Nós pegamos escolas particulares! No primeiro encontro... É, nós pegamos tanto professores da rede pública quanto da rede particular. Então, atingimos nosso objetivo: divulgar a questão dos Direitos Humanos, da consciência dos Direitos Humanos e instrumentalizar o pessoal. E que a partir daí eles seguissem o trabalho, na medida do possível, porque nós não tínhamos mais condições de seguir. Eles teriam que seguir adiante o processo. Até porque vou te dizer assim: ninguém é pai nem mãe o resto da vida; as pessoas têm que adquirir o conhecimento e tocar para a frente, e aplicar cada grupo de acordo com a sua realidade. Agora, a consciência – essa parte eu acho que a gente conseguiu –, pelo menos divulgar nós divulgamos. Eu sinto que isso até hoje é lembrado: não pelos que participaram, mas por esses outros que já receberam a informação, e que sabem que têm um recurso.

P: Houve um discussão depois, não é Viviane? Acho que foi a prefeitura de Porto Alegre que levantou a ideia de que Direitos Humanos teria que ser uma disciplina. E isso não tinha nada a ver com a proposta... Nunca foi...

R: Não, não. Exatamente. Mas acontece o seguinte: eles queriam fazer isso, mas nós não éramos a favor disso. Se eles quisessem criar, não poderíamos fazer nada contra, mas que isso não seria bom. Por quê? Porque o que adianta ter uma disciplina de Direitos Humanos aqui – os alunos vêm para esta aula de Direitos Humanos, aprendem respeito e tal. Aí chegam numa outra sala de aula, o outro professor, que não trabalha Direitos Humanos, não quer nem saber do direito dos alunos, entendes? Ele quer dar a matéria dele, quer entupir o pessoal de conteúdos e tchau, boa noite amor, vou embora para casa. E mesmo a atitude em sala de aula com os alunos. E mesmo a relação entre aluno e aluno. Às vezes, se um professor, vamos supor, de uma disciplina de geografia, não respeita os direitos dos alunos, como é que uma disciplina lá diz que eu tenho

direito e aquele professor não respeita o direito daquele aluno. O que tem muito! Então não tem sentido uma única disciplina ministrar Direitos Humanos; o sentido é que todos trabalhem Direitos Humanos, porque eles estão ligados a tudo, a todas as áreas da vida. Agora, tem algo interessante. Por exemplo, na Brigada Militar foi criada a disciplina Direitos Humanos, na época, inclusive o Jair deu palestra lá. Isso a gente achava importante. Por quê? Porque dentro daquele currículo deles, eles terem uma noção de Direitos Humanos seria excelente! Pelo menos uma disciplina falando a respeito do assunto. Então é um caso isolado. Isto faz sentido. Tu teres Direitos Humanos ali na Política Pública, na Polícia. Agora, dentro de uma escola não! Aí o trabalho tem que ser conjunto, tem que ser um projeto conjunto. Eu consegui desenvolver por algum tempo, dentro da minha própria escola, um projeto. Mas ele funcionou mais ou menos uns dois ou três anos, depois não mais. Por quê? Porque muitos professores são transferidos. Então aqueles que iam embora levavam o material e iam fazer esse trabalho em outra escola. Às vezes conseguiam, outras vezes não conseguiam, mas estavam com a sementinha, entendes? E aqueles que conseguíamos... Não é influenciar, mas pelo menos dar algum subsídio... Às vezes faziam e outras vezes não faziam. Então, tudo dependia muito mais da boa vontade da pessoa do que da sua filosofia. Eu chamo isso de ideologia de cada um. Infelizmente não existe uma consciência comum... Não existe. Existe é uma filosofia de vida individual. Então cada um faz aquilo que acha que é melhor, de acordo com as suas convicções.

P: Eu lembro de uma expressão que tu sempre usaste: que quando chegavas numa escola, identificavas quem poderiam ser os potenciais parceiros, que eram poucos; aqueles que eram inimigos desde o início; e tinha os “nada”.

R: Os nada... É os nada... Eu nem lembrava mais disso, mas é verdade. Porque tinha os que eram a favor, que era aquilo que tu podia realmente trabalhar com eles; aqueles que mandavam contra, que tu sabias que realmente iam mandar, mas tudo bem, pelo menos tu sabias que eles mandavam contra. Então tu sabias com quem tu podias contar e com quem tu tinhas certeza que não podia contar. Agora, os nada atrapalhavam um monte, porque eles não faziam nada mesmo! Nem contra nem a favor! Era uma desgraça. E tem! Menino...

P: O que mais tem é isso.

R: O que mais tem. Exatamente. - Não me comprometa! Não me comprometa -, - Nego, nego tudo, não sei de nada, não vi nada -. É o cara que não assume posição. É o moralista. É o que mais tem.

P: Viviane, uma das coisas mais importantes que a gente constata nos países vizinhos, sobretudo na Argentina, é que nisso que é o embate pelo resgate da memória e da história do passado recente da ditadura, o papel fundamental é feito com jovens, e a partir da escola. Uma grande atividade desenvolvida pelas organizações sociais, possibilidade de cruzamento nunca houve naquela época. Não chegou a haver isso, não é?

R: Não. Não. E vou te dizer: não teve naquela época e hoje também não. Porque é aquilo que eu te disse: não se conta a História da América Latina, não se fala dos problemas dos países vizinhos. Nem em sala de aula e nem em nos meios de comunicação! Eu não sei se as universidades estão fazendo isso, porque disso eu não tenho conhecimento, então não vou nem opinar. Eu acho que deveriam fazer isso, mas não sei se fazem. Que dirá em escolas de primeiro e segundo grau! Então, vamos dizer assim. O nosso povo... O povo – não estou falando nem da questão educação e escola, de currículo. Estou falando assim – O nosso povo – não tem a mínima consciência do que está acontecendo no Uruguai e na Argentina, nem no Paraguai, nem no Chile. Eles sabem que ali na fronteira eles podem comprar... Certo? Mais barato. Eles vão a Buenos Aires, vão ver espetáculos de tango, isso aqueles que podem, é claro. Mas não tomam conhecimento nenhum da realidade. Quem toma conhecimento da realidade é meia dúzia de pessoas que são interessadas pelo assunto. E como não existe interesse nisso, não há divulgação, há pouca divulgação no jornal escrito, e no jornal falado e televisivo é uma pontinha aqui, uma pinçada, e deu. E sem profundidade nenhuma, é uma coisa assim muito leve – Aconteceu isso. – Olha, está acontecen-

do aquilo. Mas não entra em detalhe nenhum. Não faz uma análise. Aliás, aqui no Brasil não se faz análise de nada também. Nem análise da conjuntura política atual ninguém faz, nenhum meio de comunicação faz. E eu não sei como é que estão as escolas, porque estou um pouco afastada. Alguns professores mais conscientes, como nosso querido amigo falecido João, fazia esse tipo de discussão. Eu não sei se outros faziam, e hoje eu não sei se ainda fazem. Porque hoje parece que nós não temos mais problemas no país. Hoje está todo mundo bem, todo mundo pode comprar carro, comprar televisão, todo mundo pode tirar férias. Quer dizer, férias: pode ir até “ali”, no fim de semana, na praia.

P: É o suficiente...

R: É o suficiente. Tu chegas ao supermercado e puxa vida! Tu podes comprar isso, comprar aquilo. Até aquele pobre coitado que vive na vila, que não tem esgoto, tem uma televisão de LCD em casa; tem um computador cara! Não sabe nem usar, mas tem. Então como é que tu queres que um povo, que agora está acostumado a adquirir facilmente – não sei por quanto tempo –, vá pensar no que está acontecendo. Só sabe que existe bastante corrupção. Muita corrupção. Roubam no Senado, na Assembleia, na Câmara de Deputados, no Palácio Piratini, no Palácio da Alvorada. Roubam em todo o lugar – nas Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores, roubam. Todo mundo sabe que roubam. Todo mundo sabe que a impunidade está solta. Mas se nada é feito, é sinal de que está tudo bem. Até porque eu estou conseguindo comprar a minha televisão agora no final do ano; eu vou comprar um carro novo – não interessa se ele é de primeira mão ou segunda mão –, mas eu vou conseguir comprar o meu carrinho; eu vou conseguir dar uma chegada ali no Uruguai; eu vou conseguir ir à fronteira comprar uns negócios para trazer para vender. E é isto que o nosso povo pensa, mesmo o pessoal que tem primeiro e segundo grau; mesmo quem tem faculdade. Tu contas nos dedos quem pensa no que está acontecendo. Vão sobrar dedos nas duas mãos! Não vais conseguir contar. Não vai encher.

P: Viviane, para a gente encaminhar um encerramento. Esse material [apontando material que tem nas mãos] foi utilizado também no projeto, não é? Também tem o teu trabalho, não é?

R: Foi, foi...

P: Que também tem o teu trabalho, tu também fizeste essa parte gráfica...

R: Têm essas coisinhas, esse desenho, a gente tinha cartazes, não é? Tem outros desenhos...

P: Eu estava lembrando, acho que na época vocês foram responsáveis pela divulgação daquele livro sobre Direitos Humanos...

R: Esse aqui também... Oh, isso aqui é a evolução dos Direitos Humanos, desde lá o Código de Hamurabi. Aqui começa na Magna Carta, e vai até a Declaração dos Direitos do Homem... Não! Vai até a Declaração dos Direitos dos Povos, que era o último documento nessa época. Não, ele nem começa pelo Código de Hamurabi... Até porque o Código de Hamurabi dizia “olho por olho e dente por dente”, mas para aquela época, não é? Era tudo bárbaro! Então vamos dizer que já foi uma grande coisa! Embora tivesse isso.

P: Na época vocês ajudaram a divulgar também um livro sobre Direitos Humanos, que a Vozes traduziu, que era do Aguirre e do Mosca...

R: Ah, sim! Sim! Juan Mosca e...

P: Um grande manual já...

R: Sim. Mas vocês não têm aqui?

P: Tem, tem.

R: Ah, tá. Isso aí era uma das literaturas que tínhamos sempre. Baseamo-nos muito nesta literatura, neste livro, para poder desenvolver as ideias. Ele foi uma espécie de bíblia de toda a parte teórica da questão dos Direitos Humanos na educação. Inclusive eu olhei o meu hoje lá na mi-

nha prateleira, está lá, bonitinho. Mas muito eu consultei, e muito o pessoal que trabalhava sério com isso consultava. Esse livro foi um dos responsáveis pelo... Eu acho que esse livro foi o maior responsável por esse. Porque tinha muito pouca literatura, não é? Praticamente nada, e esse aí era uma bíblia – Juan Mosca e Perez Aguirre.

P: Só para fechar, porque de novo voltamos à questão da conexão repressiva e da rede de solidariedade e resistência. Uma das pessoas que colaborou com vocês nesses seminários foi a Lilián Celiberti.

R: Ah, sim, sim. Depois que...

P: Como é que foi isso?

R: Sempre convidamos, tanto para o primeiro quanto para o segundo seminário, palestrantes tanto do Brasil quanto de fora do Brasil. Queríamos justamente essa parte da visão de cada país que conseguíssemos trazer, entendes? Então convidamos pessoas do Uruguai, da Argentina, do Chile, da Costa Rica – que foram nossos parceiros, financiadores, um deles –, Paraguai, teve uma época. Então se tinha a participação deles nas palestras, e alguns em trabalho de grupo também, justamente para explicar a realidade de cada país. Para as pessoas não terem só a visão da questão Direitos Humanos aqui, no Rio Grande do Sul, e sim Brasil, que tinha gente de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, e também fora do Brasil. E uma dessas pessoas foi a Lilián Celiberti. Mas ela esteve aqui no segundo encontro, se não me engano... Não lembro se ela esteve aqui no primeiro, agora não lembro. Ela esteve para relatar a experiência dela durante a época da repressão, e depois falar do trabalho que ela estava tendo lá. E até como educadora, porque ela tinha trabalhado com educação...

P: Ela era professora.

R: É exatamente. Então ela falou a respeito das experiências que ela teve. As experiências ruins não é? Mas isso foi muito rápido, muito pouco. Mais foi das experiências que ela estava desenvolvendo naquele momento no Uruguai como educadora. E foi o que ela pode trazer de contribuição para os nossos encontros.

P: Fechamos com a seguinte pergunta. Olhando hoje, com certa distância, como é que tu avalias o trabalho do Movimento dentro daquela situação?

R: O trabalho de hoje?

P: Não, daquele momento.

R: Ah! Daquela momento. Ah, mais! Meu Deus do céu. Eu acho que o Movimento teve um papel importantíssimo. Importantíssimo. Porque ele abriu portas, ele divulgou ideias. Vamos dizer assim. Claro que o trabalho do Movimento, como ajudar no resgate das pessoas, na proteção das pessoas, na questão dos nossos aqui que eram presos e torturados, é claro que foi importante. Mas, digamos assim. Ele teve importância naquele momento. Naquele momento ele foi importante para isso. Depois ele assumiu outro papel, que foi na questão de conscientização e divulgação das coisas que não eram divulgadas. E esse “Prêmio Direitos Humanos” foi criado para quê? Para incentivar a denúncia dos maus tratos, a denúncia da violação dos Direitos Humanos. Então o papel do Movimento, para mim, foi importantíssimo. Nós não tínhamos uma instituição que tivesse peito para pegar o troço e fazer, e o Movimento fez. E depois que passou essa etapa assim... Essa sangria desatada, como a gente diz, que foi a época do forte da repressão, e depois a questão dos presos e das pessoas que eram presas injustamente ou por engano, ou morto por engano, que teve gente... Aliás, vamos combinar que até hoje tem gente morta por “engano”, que eu não sei se é por engano mesmo ou é de propósito, eu já não sei mais nada. Mas eu acho que foi muito importante, ele deu abertura, oportunidade, divulgou, tentou conscientizar. Então digamos assim. Olhando, naquela época, não existia nada, não tinha nada. Nem partido político! Os sindicatos totalmente de mãos atadas... Não havia nada! Então eu acho que o Movimento foi muito importante, tanto na etapa inicial quanto na continuidade do trabalho.

P: Obrigado Viviane

DEPOIMENTO 6 – MAYARI CANTONI.⁶⁶

PORTO ALEGRE, 20 DE MAIO DE 2012.

P: Bom, começamos então. Mayarí, podes te apresentar, por favor?

R: Sou Mayarí Cantoni, tenho trinta anos, embora não pareça. Nasci na Suécia, em [...], morei lá a vida toda. Continuo morando lá, ainda, mas agora moro também aqui, no Uruguai, de vez em quando. Eu estudei, sou professora de inglês e espanhol, e trabalho com isso; às vezes também faço traduções, e a verdade é que, quando estou na Suécia, trabalho com outras coisas também. Estive morando um tempo no Uruguai, faz seis meses, na casa da minha tia. Lá na Suécia não tenho um endereço fixo, eu me mudo muito, me mudei de minha cidade natal [...] para [...]. Faz três anos, e aí eu me mudei mais cinco vezes, porque é difícil conseguir apartamento, então moro com amigos, dividimos apartamento com amigos, ou com algum namorado, depende. Então é assim. Mas agora venho para o Uruguai em novembro... Vou ficar até...

P: Onde tu moras no Uruguai?

R: Em Juan [...], 133, em Santa Lucía, Canelones.

P: Que fazes profissionalmente?

R: Eu dou aulas, de espanhol e de inglês. Na Suécia mais de espanhol, e agora que estou no Uruguai vou começar a dar aulas de inglês. Faço isso desde que comecei a estudar; quando estou na Suécia também trabalho com crianças, pré-escolares...

P: O que tu podes nos contar de teus pais Mayarí?

R: Posso contar que eles eram bons pais, eu acho. Eles me davam muito carinho, muito amor, creio que uma boa educação; se preocupavam muito comigo, e às vezes, quando eu achava que eles estavam me proibindo coisas e que não era bom, agora eu entendo que sim, era bom para mim. Eles eram pessoas sensíveis, não de sentimentos... De afeto, sim, para mim, mas não... Não sei se de chorar ou falar dos sentimentos, assim, mas eu acho... Agora eu entendo porque eles eram sensíveis, havia muita história que eles não podiam contar...

P: Que história era essa que eles não podiam contar?

R: A história da ditadura, o que eles passaram na ditadura, e que foi a causa de muitas coisas que eles viveram lá na Suécia, que eu também vivi, mas que agora recém estou podendo entender. Meu pai tinha problemas psiquiátricos, durante toda a minha vida, e isso por causa da tortura e da prisão que ele sofreu no Uruguai, e também – o que eu estou descobrindo agora – no Brasil, quando eles vêm para Porto Alegre e minha mãe teve uma hemorragia... Falo mais disso?... Bom... Que meu pai saiu da prisão e... Eu não me lembro da história de como conheceu minha mãe... Acho que eles me contaram algumas vezes, mas não lembro muito... Porém... Um dia veio um policial, bateu na porta da casa de meu pai e de minha mãe, onde eles moravam, e meu pai, que ainda estava traumatizado pela prisão, ficou nervoso e não sabia o que fazer, e começou a falar com algumas pessoas, alguns amigos, e acho que aí decidiram partir no outro dia, e foi ali eu mais ou menos perdi a história, porque eu achava que eles tinham ido para São Paulo e ficado lá, na casa de algumas pessoas que eles conheceram não sei muito bem como, porque tampouco contaram, e depois foram para o Uruguai, desculpa, para a Suécia... Então não era bem assim, porque vieram para Porto Alegre, pois acho que minha mãe tinha um primo aqui, vieram para

⁶⁶ Mayarí Cantoni nasceu na Suécia, em 1981. É filha de Antonio Ariel Cantoni Corujo, militante Tupamaro, e Marta Miedzigorski, ambos uruguayos. Seu pai foi preso devido à sua militância política e resistência à ditadura civil-militar no Uruguai, permanecendo seis anos no cárcere, de onde saiu com sérios problemas psicológicos, devido aos traumas da prisão e das torturas. Ariel e Marta, que estava grávida de Mayarí, vieram como refugiados para o Brasil em busca de exílio. Na cidade de Porto Alegre, quando foram apresentar-se para recolher a documentação junto ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Ariel desapareceu, sendo localizado, semanas após, em uma delegacia do DOPS, na cidade de São Paulo. O caso foi denunciado e a cobertura da imprensa ganhou importância a partir da atuação do MJDH. Com a intervenção do ACNUR, no Brasil, foram exilados na Suécia.

pedir anistia, com as Nações Unidas, e conheceram o Jair, e... Fizeram todas as gestões para poder ir para a Suécia, e em seguida foi uma história bem forte, que acho que foi por isso que nunca fiquei sabendo, porque foi bem forte, não a conheci pelos meus pais: minha mãe subiu para se despedir do Jair, e meu pai ficou [esperando] embaixo, porque ele tinha vertigem, minha mãe e o Jair desceram em seguida, e ele não estava mais aí, tinha sumido. Então minha mãe ficou bem nervosa, na rua, começaram a procurá-lo, e... Não o encontraram... [...] E minha mãe começou com uma hemorragia muito forte, e não podiam... Ficou na casa do Jair, porque já não sabiam o que fazer, porque não tinham encontrado meu pai... Estavam em uma situação em que... Bom, não sabiam o que fazer; não tinham atenção médica, por que... A ditadura, porque eles estavam sendo perseguidos, e não podiam chamar qualquer [um]... Minha mãe estava grávida de mim, de sete meses acho, então... A situação foi grave, a hemorragia, quase me perde... Ela ficou lá com o Jair alguns dias, até que tiveram notícias de um jornalista em São Paulo acho, porque também tinham colocado anúncios nos jornais para procurá-lo, porque não... Tinham que procurá-lo, só que não contando a verdade, que eram refugiados. Então alguém ligou para contar estava lá na prisão, em São Paulo, e que o DOPS⁶⁷ ia pegá-lo, e então minha mãe... Não... Foi o Jair, começou a falar com pessoas do ACNUR⁶⁸ acho, que mandou alguém do Alto Comissariado lá, em São Paulo, para tirar meu pai do DOPS. Depois minha mãe foi; e deram cuidados médicos para ele em um hospital psiquiátrico, e uns dias depois, depois de falar com a Suécia e apurar os trâmites, conseguiram partir, minha mãe com sete meses, oito meses. Eu sabia essa parte dos oito meses, porque ela tinha me contado...

P: De toda a parte anterior tu não sabias nada...

R: Não... Eu conhecia a parte de que o meu pai tinha estado um pouco mal... Em São Paulo, que eles tinham saído do Uruguai até São Paulo; tinham ficado lá, mas eu tinha uma história meio torcida, tinha pedaços, acho que parte dela eu também construí; eu acreditava que eles ficaram quatro meses em São Paulo, que [minha mãe] havia saído do Uruguai com quatro meses de gravidez, e que ficaram quatro meses em São Paulo, não sei de onde tirei isso, talvez... Não sei... E depois... Que eles partiram, com oito meses de gravidez. Mas a outra parte eu não conhecia. Eu sabia que talvez fosse me chamar Pablo, se fosse menino, mas nunca soube de onde vinha... E depois eu falei com o Jair, e veio de lá... Tinha informações que na verdade eu não sabia de onde vinham...

P: Mayarí, por que teus pais tiveram que sair do Uruguai?

R: Porque meu pai era Tupamaro,⁶⁹ ele esteve na prisão na ditadura, desde 1972 até seis anos mais, 1978... E teve que sair porque ele, depois de sair da prisão, ele ficou mal por causa da tortura; ele teve cuidados psiquiátricos lá em Santa Lucía, onde morava, mas depois foi porque acho que ele ficou perturbado quando a polícia foi lá na casa deles, esta noite, pedir dados e... Acho que... Não sei para que, acho que era para um referendun, de um voto verde ou amarelo que iam fazer e... Bom, ele ficou mal, e não queria voltar para a prisão e não... Não... Bom, decidiram partir, porque não queriam mais viver essa situação.

P: O que tu te lembras da vida de teus pais na Suécia, na medida em que tu comesças a tua compreensão, tua mãe, teu pai, naquele entorno, com outros uruguaios, era uma inserção fácil, uma situação difícil, um país diferente? O que tu te lembras disso, de falar sueco...?

R: Eu... Eu nasci lá, então eu aprendi sueco desde pequena. Acho que eles conseguiram se adaptar bastante bem. No início eles trabalhavam em qualquer coisa, meu pai em uma fábrica, minha mãe limpando, mas depois, com o tempo, eles conseguiram revalidar os estudos e começaram a dar aulas, que era o que faziam no Uruguai. Minha mãe teve mais facilidade para aprender a língua, era mais sociável... Ou não... Na verdade os dois eram bem sociáveis, só que meu pai estava doente, ele ficou com problemas, então ele tinha um pouco de problemas para fazer relações, mas era por períodos. Eu me lembro de que, quando era pequena, que minha mãe e eu

67 Departamento de Ordem Política e Social.

68 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

69 Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN – T). Organização político-militar do Uruguai que atuou nas décadas de 1960 e 1970.

íamos visitá-lo no hospital, que era um hospital psiquiátrico, porque ele entrava em psicose e tinha transtornos, que tinha que ser internado e receber ajuda, mas isso não aconteceu por muitos anos depois, lá. Desde que eu era pequena até que tive treze anos, aconteceu a mesma coisa, e eu não entendia muito, porque ninguém me havia contado sobre isso quando eu era pequena. Eu redescobri, aí comecei a lembrar disso, não é? Então, aí começou um período onde meu pai esteve bastante bem, trabalhando, inserindo-se na sociedade; e começou outra vez a ficar mal, não podia trabalhar; de vez em quando ficava em um hospital para receber atenção, tinha que tomar medicação. Mas eles tinham muitos amigos e muitas pessoas queridas perlo deles lá, então, eu creio que a rede social lá era forte, e para eles era reconfortante.

P: Havia algum motivo, talvez, pelo qual teu pai entrava nessas fases de depressão, além do trauma que carregava que motivasse isso? Talvez notícias que vinham do Uruguai, ou coisas que eles sabiam dos antigos companheiros, tu não sabes?

R: Acho que pode ter tido a ver com essas coisas, mas eu não sei, porque eu lembro... Não, eu sei que, por exemplo, ele tinha que tomar medicação, mas na verdade ele não queria, ele queria ficar bem, tratar de ter uma vida sem medicações, então quando ele deixava, ele começava a ter essas crises. Eu não sei se tinha que ver... Claro que tinha a ver com a vida e as situações do momento, mas não posso lembrar-me de alguma coisa pontual de algumas situações no Uruguai que o afetavam, ou do trabalho, ou de amizades... Acho que era uma pessoa sensível, então, no dia-a-dia, essas coisas talvez afetassem, mas não me lembro.

P: Lembras talvez que ele tenha feito alguma menção de que ele continuasse encontrando Tupamaros? Em algum momento ele fez alguma reflexão sobre isso, talvez para tua mãe, e que tu talvez tenhas escutado?

R: Em verdade, a única reflexão sobre isso, dos Tupam... Disso ele fez uma vez que eu lhe perguntei... Perguntei-lhe se... Eu acho que lhe perguntei se ele tinha se arrependido, porque era uma fase em que ele estava muito mal, e então lhe perguntei se havia se arrependido de ter feito tudo isso... E ele ficou refletindo um pouco e disse que não... Mas depois, eles não falavam disso assim, nas reflexões. Falavam com amigos, nos encontros de situações...

P: ... Porque acho que estamos mais ou menos delimitando o seguinte. Retomamos a pergunta da escola e depois, para ir encaminhando o final, vou te perguntar sobre como vês, hoje, a luta dos teus pais, esta experiência dos teus pais, a perspectiva a partir da informação que tens, ou seja, uma espécie de avaliação sobre isso, como vês isso? E aí terminamos com uma espécie de [...] que tem a ver com se tu te dás conta, com toda a informação que tens, de como isto te afetou, embora não soubesses, se hoje te dás conta disso. Não no sentido da vitimização, entendes? Mas no sentido de que a história de teus pais e tudo o que teus pais passaram, também tocou a ti, embora de repente não tivesses a percepção. Se hoje tens isso um pouco claro. O Jorge me falava: - A vida desta moça é uma vida marcada por perguntas e mais perguntas... -. ... Sempre estás mencionando as perguntas para tua mãe, e as respostas que não vinham...

R: Ah, veja. Sim, eu não me havia dado conta.

P: E agora estás encontrando com tua maturidade, com o conhecimento, com toda essa inquietude também, que certamente nasce a partir do momento em que comesças a querer saber tua história, a história dos teus pais. Vais encontrando respostas a estas perguntas que tu fazias; que querias saber por que; por que não [...], por que não falamos disso... Por quê? Por que meu pai está mal?

R: É que eu, em realidade, não fazia essas perguntas tão assim... Ou seja... As fazia, mas não as fazia dessa maneira, porque não se davam as respostas... Sim, era uma pergunta latente...

P: Parece-te que há algo importante que não te perguntamos? De repente existem coisas que te podem parecer secundárias e não são secundárias, se te parece que existe algo que gostarias de contar... [...] Enfim, vá pensando, que logo vemos [...] De modo que teu pai era do Nacional e lhe saíste do Penharol... E tua mãe?

R: Não acho que ela se importasse muito...

P: E tu gostas da música uruguaia? Que música escutas?

R: Gosto muito do candombe...

P: Danças candombe?

R: Sim, agora tratei de começar a tocar um pouco, antes de vir para o Uruguai, fizemos um grupo de mulheres lá... Na verdade, gosto um pouco de tudo. Da murga gosto do que dizem, mas não me...

P: É que é algo estranho...

R: Sim...

P: É a vertente sueca...

R: E tento... Mas...

P: A murga é muito localista. Tens que entender o cotidiano de Montevideú, do Uruguai. É bem de Montevideú. Tudo se involucra: política, costumes, a comida no mercado, sei lá. Coisas chistosas, também. É só para quem vive aí. A mim me encanta, porque de alguma forma vamos acompanhando; eu sou bem de andar fuçando viste? Internet, televisão, eu estou... Encanta-me. Tomas chimarrão che?

R: Sim. Mas ultimamente estavam vendendo erva vencida. Não tinha onde comprar.

P: Toma chimarrão, torta frita...

R: Sim, não as faço, mas...

P: Mas na Suécia, comes tortas fritas na Suécia?

R: Quando alguém faz, sim, algum amigo, algo...

P: E tomavas chimarrão lá?

R: Bom, em realidade eu não tomava tanto antes de ir para o Uruguai; quando fui para o Uruguai, que fiquei mais tempo, aí sim, comecei a ter o costume do chimarrão.

P: É que deve ser algo bem estranho para os suecos.

R: Ah, sim, mas meu pai sempre tomava chimarrão.

P: Diz aqui na notícia. Que estava com a cuia e o chimarrão.

R: Ah, sim, e a térm...

P: Aqui olha: “Com a sacola, a cuia de chimarrão, que é o mate, e a garrafa térmica”, ou seja, é um uruguaio típico, sem dúvida.

R: Sim, ele se levantava às cinco da manhã para tomar chimarrão antes do trabalho.

P: Não ia trabalhar de bicicleta tomando chimarrão?

R: Não, porque trabalhava em outro povoado, mas...

P: Teus tios? Não sei qual é o tamanho da cidade, mas... Pessoas da tua família devem andar de bicicleta... E devem andar com a bicicleta, com o chimarrão, servem e não deixam cair. Dizem que em Buenos Aires é muito difícil diferenciar um portenho de um montevidiano. Os da cidade, não é? É muito difícil, e então diziam como se distingue um uruguaio de um portenho em Buenos Aires, porque os portenhos dizem que se diferenciam dos uruguaios, dizem - É muito simples, os uruguaios vão com a mateira debaixo do braço, e com o chimarrão -. Mayarí, tua situação de aluna na escola sueca, como é? Esse processo de estar com crianças de um país que têm, enfim, todo um tipo físico diferente, uma cultura diferente daquela que tu tinhas... Como se dava essa relação e como eles te enxergavam? Também como eles te enxergam hoje, naquela época, e como tu percebias essa leitura deles.

R: Acho que quando se é criança não se pensa tanto nisso... Pensa-se, sim, mas não se analisa. Eu fui crescendo, eu tinha amigos suecos e também estrangeiros. Eu pessoalmente nunca senti discriminação, conheço muitos que sim... Mas claro, tu sempre sentes a diferença, porque as pessoas te perguntem de onde tu és, quando lhes dize o nome ou somente quando te olham... Para lá de que eu não ser tão diferente dos suecos... Não sei de que modo eu percebia isso; acho que à medida que fui crescendo, e na adolescência, que fui me identificando com outros estrangeiros, porque isso fica mais... Acho que essa pergunta – De onde és, como se faz na tua casa, que idioma falas –, e às vezes também os preconceitos que tu sentes; isso começa a te separar um pouco das pessoas, os companheiros suecos, talvez, no meu caso e em muitos outros casos, e faz com que te aproximes mais com outros estrangeiros, e isso, por sua vez, faz crescer a brecha. Eu tive a sorte de ter pais conscientes, e os pais de meus amigos, que falavam comigo e com meus amigos, e discutíamos, e gostávamos de falar dos problemas, porque quando és adolescente vens com frustrações e queres criticar e queres encontrar problemas... Mas eles conseguiam nos conscientizar e dar apoio para não nos desgostássemos de tudo que era sueco, mas também não aceitarmos tudo que estávamos aceitando, uma coisa assim... E não sei a percepção das pessoas de mim. Acho que muitos me veem como estrangeira, me perguntam de onde sou, agora que eu não penso tanto nisso, eu falo – Eu sou da Suécia –, e eles ficam esperando uma resposta mais. Eu faço esse jogo com eles para obrigá-los a perguntar – Tu não és daqui não é? –, então aí se pode falar sobre quem é daqui, e tudo isso... Acho que é isso, que tu vais crescendo e existem coisas, pequenas perguntas, costumes que tu tens e talvez a outra pessoa não tenha, que te vão diferenciar... Não diferenciando, mas alguém presta atenção a essas coisas, e vão vendo que tu não és exatamente como os outros...

P: Que coisas de uruguaia tu fazes na Suécia? E que coisas de sueca fazes no Uruguai?

R: Na Suécia eu tomo chimarrão, danço candombe, falo em espanhol, chego tarde muitas vezes... Acho que isso. No Uruguai eu pretendo que as coisas sejam mais organizadas, fico com expectativas disso, eu falo em sueco, leio em sueco... Não sei que tantas outras coisas mais eu faço na Suécia, talvez alguns costumes na comida...

P: Tu não levas coisas da Suécia para teus familiares?

R: Sim.

P: Coisas como música...

R: Ou doces, ou... Sim, sim, levo isso. Levo-lhes uns doces que são bem característicos, e não levo mais porque eles não gostam, comem e jogam fora... Música, fotos... Agora não lembro... Acho que tem mais... Na Suécia eu levo mais da cultura uruguaia que o contrário.

P: Como vês o Uruguai? Porque tu moras na Suécia, que é uma sociedade muito diferente por múltiplas variáveis, é uma sociedade muito mais estável economicamente, em contraste com um país como o Uruguai. Uma cidade como Santa Lucía, inclusive.

R: Eu vejo as diferenças, primeiro de estruturas, de infraestrutura e de organização e tudo isso, aí a diferença é muito grande. Agora melhorou desde que cheguei, em 2002, que havia crise e tu vias como as pessoas estavam mal, porque não tinham trabalho, uma coisa bem pesada, agora eu vejo que a sociedade está melhor, em alguns aspectos. As relações humanas também são muito diferentes; era essa a pergunta? As relações humanas com as pessoas, o dia-a-dia, que vais à padaria e falas com uma pessoa que está do teu lado, te atendendo, e conheces todo o mundo, em uma semana já conheces todo mundo, e todo o mundo te conhece. Em Montevideu também, mas acho que no interior ainda mais. Na Suécia tu podes morar vinte anos ao lado de um vizinho e somente cumprimentá-lo, ou nem cumprimentá-lo, não saber nem o nome. Então a distância das pessoas é muito maior, lá na Suécia, os lugares das famílias mais reservados, a individualidade. Eu tento resgatar as coisas boas, as que gosto no Uruguai, e não me frustrar muito com as coisas a que estou acostumada lá, de que as coisas funcionam mais, os direitos do trabalhador, que não têm que trabalhar tanto, que vais fazer um trâmite e funcionam, essas coisas eu tento [...] porque vejo que isso condiciona muito as pessoas em um lugar.

P: Tu já pensaste em... Bom... Tu moras no Uruguai também não é? Como é isso? Como é morar no Uruguai e na Suécia?

R: Não sei... Eu acho que tenho vidas paralelas. Em uma época da minha vida eu fui ao Uruguai para ficar mais tempo, não só de férias, e fiquei quase um ano. E ali eu construí uma vida social, comecei a estudar, então tu fazer um lugar... Em um lugar. Depois eu volto para a Suécia e continuo com a vida que deixei lá, depois volto para o Uruguai, continuo de novo, então... Até agora consegui lidar com as duas, porque não passou tanto tempo entre às vezes, mas é difícil, porque estás... Eu estou morando em dois lugares ao mesmo tempo, então não consigo me concentrar...

P: Continuas procurando respostas às tuas perguntas?

R: Sim, eu acho que estou esperando... Acho que algumas respostas estão chegando, mas também estou aprendendo a procurar perguntas, porque também haverá que fazer as perguntas certas para buscar as respostas que te servem, e sim, fazerem-se perguntas, que é o mais importante. Acho que continuo. Às vezes não sei bem o que é que eu procuro, mas estou me conscientizando mais de que tenho que perguntar essas coisas, que tenho... Para mim e para outra pessoa, a quem eu pergunte talvez, tenho que acordar essa conversa e essa comunicação sobre os assuntos, porque não vão sair assim, e os detalhes não virão se não conversarmos sobre um assunto, sem que eu faça uma pergunta que a outra pessoa lhe dê uma resposta, e... Sim, eu procuro.

P: As duas últimas perguntas, Mayarí, para ir encerrando... A partir de todas as informações que tu tens hoje, que estás absorvendo, que estás processando, como tu avalias agora a luta dos teus pais e essa história dos teus pais? Como a vês agora?

R: Eu acho que eles conseguiram transmitir a luta deles para mim. Tento fazer algo positivo, porque a luta foi política, mas depois foi uma luta interna, por causa do sofrimento, e sim, foi uma luta correta em uma época, mas também acho que foi uma luta de valores que são atuais ainda, talvez tenham mudado de forma, mas ainda é a mesma luta. Se eu pudesse transmitir isso para alguma pessoa, ou somente que eu não perca o que eles acreditavam, acho que já é um valor.

P: Para finalizar, a partir de tudo isso que tu sabes hoje, consegues visualizar se essa ditadura e esse processo, inclusive anterior, que marca a história de teus pais, tu consegues perceber como essa história também te marca, como isso te marcou? Tu consegues perceber nesse processo marcas que ficam em ti?

R: Sim, sim, claro. E consigo entender cada vez mais como é a causa de [...] sim, também de antes da ditadura, mas muito da época da ditadura, a pressão que eles sofreram, como isso marcou

a vida deles, e como eles, na parte boa, conseguiram transmitir, e na outra que eles não queriam também transmitiram essa carga, essa dor, essa loucura e sofrimento, e coisas que afetavam a família e afetavam a mim. Talvez eu estivesse vivendo momentos que eu não entendia, e agora posso entender mais. Talvez não entenda ainda, não sei, cada vez vou entendendo mais, é aos poucos, um processo que vai amadurecendo. Sim, consigo ver bem marcadas as consequências, não só minhas; também agora, quando volto ao Uruguai convivo com meus parentes e vejo neles não é? Mais do que nada o silêncio e essa falta de comunicação, e de pensar que tudo está dito, que está tudo entendido, mas não... Um silêncio.

P: Algo que queiras acrescentar?

R: Por agora acho que não.

P: Perfeito, muito obrigado, está ótimo.

DEPOIMENTO 7 – OMAR FERRI.⁷⁰

PORTO ALEGRE, 01 DE SETEMBRO DE 2012.

P: Doutor Ferri, uma primeira coisa que a gente gostaríamos de lhe pedir é que o Senhor fizesse uma pequena apresentação de si, da sua formação, até chegarmos ao momento do golpe de [19]64.

R: Bom, meu nome é Omar Ferri, tenho 79 anos feitos em abril passado; sou casado, minha mulher chama-se Maria Helena Marques Ferri; tenho quatro filhos; nasci em Encantado, uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, de colonização italiana. Morei vinte anos em Ilópolis, que na época era Distrito de Encantado, onde meu pai foi escrivão distrital, cargo equivalente hoje a ser tabelião; estudei no internato dos irmãos maristas em Guaporé, Lajeado. Naquele tempo havia o curso colegial, tirei o curso colegial no Rosário, que também era dos irmãos Maristas, e, depois do colégio, fiz vestibular para a faculdade de Direito, fui aprovado em vigésimo quarto lugar. Formei-me advogado, comecei a advogar em Encantado e depois fiz um... Depois um deputado federal chamado Ney Ortiz Borges pediu-me para ir a Brasília, porque poderia ter um cargo de Procurador Federal à minha disposição. Então fui sabatinado para o Conselho da Fundação Brasil Central, na capital da República, Brasília, fui aprovado e fui nomeado Procurador da Fundação Brasil Central, isso em 1962, 1963. No dia vinte de abril de 1964, vinte dias depois do golpe militar, ou da quartelada que ocorreu, na minha opinião em primeiro de abril de 1964, eu fui demitido de minhas funções de Procurador da Fundação Brasil Central por uma portaria assinada por um general chamado Bolívar Oscar Mascarenhas. A portaria dizia mais ou menos o seguinte - eu tenho memória antiga, não tenho mais memória atual -, a portaria dizia: - O general Bolívar Oscar Mascarenhas, interventor da Fundação Brasil Central, nomeado pelo Comando Militar de Brasília, e dando cumprimento às suas determinações, resolve demitir, como de fato demite o Bacharel Omar Ferri de suas funções de Procurador da Fundação Brasil Central. Brasília vinte de abril de 1964. Dai fui expurgado da função pública, vim para Porto Alegre... Comecei a advogar, e fui advogando até que no ano passado eu declarei a minha aposentadoria, depois de cinquenta e dois anos de exercício contínuo da atividade profissional, declarei minha aposentadoria, fechei meu escritório na [Rua] Getúlio Vargas, aluguei a sala lá e vim para casa neste gabinete aqui, onde estou prazerosamente atendendo os senhores hoje. A história resumida da minha vida é esta.

P: Perfeito. Doutor Ferri, durante este período então, que inicia em [19]64, profissionalmente, como que o senhor se insere?

R: Bom, não é fácil. Hoje eu acredito que quando um advogado se forma ele trata logo de fazer um concurso e de se especializar em algum ramo do Direito. No meu tempo não existia isso. O advogado se formava; eu me instalei com um escritório em Encantado onde eu era obrigado a atender ações de todas as naturezas, de todas as qualidades e de todas as espécies! Isso era um pouquinho difícil, essa advocacia de caráter abrangente. Quando eu fui expurgado e vim para cá também, eu tinha que atender todas as causas de todas as pessoas que fossem me procurar. Mas o advogado elege alguma coisa onde ele vê uma maior facilidade, onde ele se entrosa mais. Então, inicialmente eu era advogado com predominância de ações trabalhistas, na Justiça do Trabalho, portanto. Depois eu entrei para o ramo do Direito Penal. Daí eu me dei mais ou menos bem também, e praticamente terminei no Direito Civil e no Direito Administrativo. Fui também, em uma época, advogado do MDB,⁷¹ juntamente com mais dois colegas, no Tribunal Regional Eleitoral, para atender aqueles problemas que sempre ocorrem nos períodos eleitorais. E... O ini-

⁷⁰ Omar Ferri nasceu na cidade de Encantado (RS/Brasil). Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Exerceu o cargo de Procurador da Fundação Brasil Central durante o governo João Goulart. Foi demitido com o advento da ditadura, passando a atuar em causas penais com repercussão internacional como a deportação de Mário Firmenich (1984), o “Caso Doge” (1984-87) e, principalmente, o “Sequestro dos Uruguaios” (1978), do qual também é protagonista fundamental. Ferri foi ainda Vereador em sua cidade natal, e, em Porto Alegre, foi Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. Participou ativamente do MJDH nos primeiros anos de existência da entidade. Autor de obras sobre Direito, atualmente é Procurador Autárquico aposentado. É da sua autoria o livro “Sequestro no Cone Sul: o caso Lílian e Universindo”.

⁷¹ Movimento Democrático Brasileiro.

cio não era fácil, ainda mais em se tratando de casos como o meu: um cara brizolista, janguista, nacionalista, getulista, meio socialista. Logo depois do golpe militar não éramos vistos com bons olhos. Notávamos isto com pessoas que haviam sido muito amigos, mas que não gostavam daquelas reuniõezinhas na Rua da Praia, daquele tempo antigo onde nos encontrávamos todos os dias com os amigos. Alguns eram refratários. Isso na Justiça também: se tivesse um funcionário público que era reacionário não nos atendia com muitos bons olhos; até a Justiça tinha seus rancos e cacoetes. Mas aos poucos isso foi modificando, modificando, modificando, até que digamos assim, naquele período em que se começou a lutar pela anistia, e que veio a anistia de [19]79, aí o quadro todo melhorou. É necessário que se diga que antes a ditadura militar tinha proibido até o direito do advogado de impetrar um habeas corpus em favor de qualquer perseguido político, ou pelo menos para tirar da cadeia alguém que tivesse sido preso em caráter ilegal. Nós não podíamos fazer isso! Então, de certa forma nós estávamos cerceados na atividade advocatícia, no sentido mais abrangente. Tinha coisas que não poderíamos fazer por determinação legal da ditadura militar. Era incrível isso. Mas eu acredito que foi um tempo de muita obscuridade, de muito medievalismo, como dizemos seguidamente, de muitas nuvens negras que enlutavam a claridade da inteligência e do raciocínio do país. Felizmente eu digo para vocês que tudo aquilo passou. Com isto eu não quero dizer que tenha melhorado, porque nós estamos retroagindo terrivelmente para um sistema de obscurantismo medieval. Eu digo isso porque religiões pentecostais estão tomando conta deste país em uma espécie de retrocesso, com obscurecimento fatal da nossa inteligência e da nossa capacidade de raciocínio. Quer dizer, a nossa razão moral está trancada por esta barragem de obscurantismo maléfico de corrente desse avanço, e dessa verdadeira guerra das religiões contra uma sociedade racional. Nesse ponto nós regredimos.

P: Doutor Ferri, no ano de [19]78 ocorre o evento que depois nós vamos conhecer como o “sequestro dos uruguaios”. Antes do próprio fato em si, que tipo de conhecimento o senhor tinha na época, e se o senhor lembra-se disso, em relação ao que acontecia no Uruguai e na Argentina. O senhor tinha essas informações de pessoas que eram sequestradas, desaparecidas?

R: Sim. Não. O golpe militar ocorreu no Brasil em 1964; no Uruguai foi em 1973 que o Bordaberry se dá um autogolpe, fecha o Congresso e instala a ditadura militar; no Chile também foi em 1973 quando por... Ah... O assopro da CIA e do americano derrubaram Allende – e derrubaram o Jango aqui também, a operação Brother Sam, americana, estava dando garantia de segurança ao golpe militar. O americano estava por trás de tudo isso naquela época. Portanto o Brasil foi o primeiro país a entrar para um regime de excrecência jurídica, ou de ditadura militar. Existia liberdade no Uruguai, existia liberdade na Argentina - a Isabelita foi deposta em 1976 -, e existia liberdade no Chile. Então, o que acontecia no Brasil não acontecia na Argentina, nos demais do Cone Sul. Agora, logo depois, quando derrubaram Allende, quando o Bordaberry se deu o autogolpe, e logo depois da ditadura do Videla e outros ditadores da Argentina, Mazon, e não me lembro de mais quem, instalaram um quadro de um terrível regime de terror em todo o Cone Sul da América Latina. E evidente que isto repercutiu aqui no Brasil! E é evidente também que as polícias políticas do Cone Sul passaram a se entender. Então, havia os sequestros de uruguaios na Argentina, de uruguaios no Paraguai e vice-versa. Então isso aqui... Todo o Cone Sul se transformou em uma espécie de terra de ninguém, onde atuava o terror das ditaduras militares. Claro que nós tomamos conhecimento, nós sabíamos de todas essas coisas, muitas delas eram fatos escondidos, não revelados, mas sentíamos isto. Sempre alguém denunciava, sempre vinha alguma notícia, quem mais ou menos procurava entender da atmosfera do Cone Sul sabia que aqui havia sido implantado um regime de terror. Nós tomamos, evidentemente, ficamos sabendo dessas coisas todas, porque logo depois surgiu no cenário, nesse quadro de terror, aquela célebre Operação Condor. Mas antes disto eles já estavam se entendendo. Queres ver um exemplo: o general Prats. A Operação Condor foi instalada a partir de uma reunião no Chile, em novembro de 1975, nos mesmos meses também fizeram uma segunda reunião no Uruguai, mas quando derrubaram o Allende, no Chile, além do Letelier, que foi explodido em um carro em Washington, veio para Buenos Aires o general Prats. Isso foi em 1974! Pois eu acho que foi a DINA,⁷² polícia política chilena, que se deslocou para a Argentina e terminou assassinando o general Prats na Argentina.

⁷² Dirección de Inteligencia Nacional

Isso foi antes da Operação Condor; depois da Operação Condor também, grandes líderes da América Latina foram assassinados: o Letelier, em Washington; Juan José Torres, que foi deposto por um golpe do general Garcia Meza, na Bolívia, foi assassinado em Buenos Aires; e não podemos nos esquecer das duas... Três grandes expressões políticas que existiam no Uruguai naquela época, em minha opinião, o Aldunate, o Gutiérrez Ruiz e o Michelini. Pois os uruguaios foram para a Argentina e mataram o Michelini, que era Senador, o Gustavo [Gutiérrez] Ruiz, que era Presidente da Câmara – estavam exilados lá –, o Aldunate se escapou por um triz, porque pediu asilo na Embaixada, se não me engano do Chile, que ainda não haviam derrubado Allende, logo depois o Aldunate foi para Paris. Antes de voltar para o Uruguai ele passou por aqui, e uma noite até terminei jantando com ele, aqui em Porto Alegre, era um cidadão excepcional. Mas vejam esses entendimentos das polícias políticas, das polícias militares, do quadro de terror, dos regimes de terror que imperavam na América Latina, que se entendiam nessas missões de assassinatos de um grupo militar no território de outro país. Eles se entendiam, se revezavam e atuavam também em conjunto! Muitas vezes atuaram em conjunto, como foi o caso aqui da Lilián Celiberti e Universindo Díaz, que um grupo de militares do Departamento de Contrainformações do Uruguai se deslocou para cá, houve o entendimento com o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e terminaram sequestrando aqui a Lilián, um casal de filhos da Lilián e o Universindo Rodríguez Díaz. Então... Esse entendimento, em minha opinião, já era uma decorrência da Operação Condor. Agora, nesse caso da Lilián e do Universindo ficou provado, uma, duas, três, dez vezes as grandes mentiras do governo uruguaio e as grandes mentiras do governo brasileiro. Este caso é emblemático, porque foi pela primeira vez que esses sequestros e assassinatos que ocorriam no Cone Sul da América Latina, foi pela primeira vez que uma decisão judicial admitiu o fato e condenou pelo menos um dos responsáveis pelo sequestro, que foi o que menos culpa tinha que foi o Didi Pedalada. Enfim! Enfim, o Ministro Saraiva Guerrero, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, reconheceu que foi uma ação torpe brasileira que sequestrou a Lilián Celiberti e o Universindo Díaz. Não tomou nenhuma atitude, não expediu nenhuma nota diplomática de protesto contra o Uruguai, porque ficou muito claro que foram os brasileiros que sequestraram aqui - os uruguaios estavam juntos -, mas a prática do ato foi feita por agentes brasileiros, agentes do DOPS.⁷³ A entrega do casal sequestrado foi feita na fronteira do Chuí. Então por isso que não houve a expedição de uma nota diplomática de protesto contra o Uruguai. Quer dizer, traduzindo a história para os escaninhos populares, foi o jeito que eles montaram, idealizaram para não criar problemas e para ter uma desculpa formal: - Ajeita-se. Vamos entregar lá... Os uruguaios não metem a mão aqui, deixa isso para nós. É isso aí. Infelizmente essas coisas aconteciam naquela época.

P: Doutor Ferri, como é que o senhor se envolveu no caso do sequestro, como é que ocorre esta vinculação. Há um telefonema...

R: Sim. Aqui acontece que eu estava naquela época defendendo muitos perseguidos políticos, gente que havia sido cassada, gente que havia sido expurgada, pessoas que estavam presas. Eu passei a ser advogado dessas pessoas. Eu levava pessoas para a Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia; levei uma senhora em uma ocasião, que foi presa pelo DOPS, que foi esturpada no DOPS, que passaram para ela uma doença venérea, aquelas coisas todas. E os jornais publicavam isto tudo. E numa determinada ocasião, existia uma gaúcha exilada em Paris, tinha sido condenada por... Uns três anos de reclusão pela Auditoria Militar de São Paulo. A mãe dela me procurou, eu viajei para São Paulo, peguei o processo dela, estudei-o, vi que poderíamos ter pedido, pelo decurso de tempo, a decretação da extinção da punibilidade. Que foi o que eu fiz, e substabeleci uma procuração para o senhor Plauto Rocha, que era um amigo meu e colega meu que trabalhava em São Paulo, que incrivelmente era casado com a Jandeier de Rocha, que era correspondente da BBC de Londres no Brasil. Quando essa menina voltou de Paris, eu viajei a São Paulo e fui à base aérea de Cumbica esperá-la, e um grupo de paulistas ligado ao Clamor⁷⁴ me acompanhou, dentre eles o Belisário dos Santos Júnior, que você conhece, o José Carlos Dias, que depois foi Ministro da Justiça, a Jan Rocha, e mais algumas pessoas lá de São Paulo, eu estou um pouquinho esquecido. Nós fomos recebê-la no aeroporto de Cumbica no retorno dela

⁷³ Departamento de Ordem Política e Social.

⁷⁴ Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul.

de Paris. O José Carlos Dias falou com um coronel encarregado da recepção. Ah, um coronel ia receber a exilada! Mas era assim naqueles tempos, e ele disse para o José Carlos Dias: - Não, ela chega aí, eu vou ouvi-la uma hora ou duas, tomar o depoimento dela, depois eu entrego ela para vocês. Aí nós nos aliviámos que apesar de uma ouvida absurda, que não tinha mais o porquê de ouvi-la, ela seria, enfim, libertada. Então eu fiquei conhecendo a turma do Clamor lá de São Paulo. O Clamor é aquele comitê de defesa do Cone Sul da América Latina, Direitos Humanos. Por detrás de tudo isso estava Dom Paulo Evaristo Arns, que foi, acredito eu, quem tenha coordenado para a existência do Clamor. Quando ocorre o sequestro da Lilián Celiberti, esse grupo de São Paulo, por informações do Hugo Cores, que tinha relação com eles e era o maior líder do Partido pela Vitória do Povo. Era este que a ditadura uruguaia queria pegar! O Hugo Cores passava informações para o Clamor, e o Clamor então, através da Jan Rocha, entrou em contato comigo e disse: - Olha nós não temos contato com um casal de uruguaios que reside aí em Porto Alegre, ele se chama Universindo Rodríguez Díaz, ela se chama Lilián Celiberti e os dois filhos dela, Camilo e Francesca. Estão desaparecidos há uma semana, e a gente não consegue contato com eles. Já telefonamos para um jornalista, mas ele foi lá e nós não sabemos como é que está, gostaríamos que você se interessasse, se encarregasse desse caso -. Aí fui ao apartamento uma vez, duas, três, deixei recado embaixo da porta, falei com o zelador, fui me informando do jeito que dava. Eu fiz um júri na época, logo depois do júri aparece um grupo de jornalistas, me cercam, antes deles falarem eu disse - Eu não vou falar nada sobre o júri, o juiz já deu a decisão, o réu é o fulano de tal, pá, pá, pá -, - Não, não é sobre o júri que nós queremos falar com o senhor, é sobre este bilhete -. Então, encontraram o bilhete que eu havia deixado embaixo da porta, que dizia mais ou menos o seguinte: “Lilián e Universindo, meu nome é Omar Ferri, sou advogado, tenho escritório na Rua Uruguai 155, décimo terceiro andar, moro na Rondon número tal, meus telefones são tais e tais e tais, e eu peço um contato urgente com vocês”. Claro, não me ligaram, não é? Aí eu fiquei sabendo que os jornalistas haviam ido lá, mas os jornalistas, o Luiz Claudio e o Scalco, naquela época estavam fazendo cobertura de uma eleição, aqui, não sei se foi aquela que elegeu o governador Jair, Jair, Jair...

P: Não, é...

R: Ou o Simon... Pedro Simon ou Jair...

P: Eleição para deputados, em 1978.

R: Eleição para deputados! Eles estavam acompanhando as eleições e não puderam acompanhar bem esse problema do sequestro, mas enfim... Avisaram... Ele... Parece que a coisa ocorreu da seguinte maneira: de São Paulo avisaram a Mirta, irmã da Lilián, em Milão, porque a mãe estava lá em Milão. Só que quando eles telefonaram a Dona Lilia, a mãe dela, já havia voltado para o Uruguai, aí a Mirta telefonou para o Uruguai. Aí a Dona Lilia, que era muito inteligente, disse: - Faz tanto tempo que não se consegue contato com a Lilián, é sinal que ela foi sequestrada -. Ela teve logo esta conclusão! Pegou um ônibus e se tocou para Porto Alegre! Tocou-se para Porto Alegre e atravessou a fronteira, comprou um jornal, era Zero Hora. No jornal estava escrito - “Casal de uruguaios desaparecidos” -, não falava em sequestro ainda. Desaparecidos e pá, pá, pá. Ela desceu na rodoviária, pegou um táxi e [falou]: - Eu quero ir para este jornal -. Quando ela chegou ao jornal Zero Hora, ela foi recebida por um jornalista chamado Milton Galdino, que já sabia que eu estava me interessando por este caso, porque a pedido de São Paulo eu já tinha feito representação no DOPS, na Delegacia de Atentados à Pessoa, na Polícia Federal, porque havia uma delegacia de estrangeiros lá, que eles tinham que dar satisfações para estrangeiros que estavam com documentos em dia aqui. Eles não eram clandestinos não! Houve época que eles chegaram e eram clandestinos, mas na época do sequestro eles tinham os passaportes em nome deles mesmos, por isso que eu fiz a reclamação na Polícia Federal. Então o Galdino disse: - Ferri vem aqui para a Zero Hora, porque uma tal de Dona Lilia, que é mãe da Lilián, está aqui -. E eu me toquei para a Zero Hora. Então chegamos lá na Zero Hora, eu conheci a Dona Lilia naquele dia. Deliberamos então. A Zero Hora não queria, naquela época, ter a exclusividade dessas informações. Então democraticamente eles chegaram à conclusão de que se nós fossemos dar uma entrevista coletiva deveríamos marcar para de tarde, para as três horas da tarde, onde todos os jornais iriam comparecer. Então foi nessa entrevista, às três horas da tarde do dia vinte e um

ou vinte e dois de novembro de 1978, dez dias depois mais ou menos do sequestro, que a Dona Lilia e eu denunciávamos a ocorrência de um sequestro praticado por autoridades brasileiras em conluio com agentes uruguaios. Porque a Dona Lilia sabia de histórias que estavam ocorrendo fora do Uruguai, por exemplo, no Paraguai. O sistema era o mesmo, a tática era a mesma, logo o sequestro era uma repetição de coisas que já estavam ocorrendo. Só que teve um detalhe muito importante! Que a partir daquele momento, eu entendo que começamos a torpedear, a desmoralizar e a destruir o sistema implantado com o sequestro. A Dona Lilia terminou a entrevista dizendo mais ou menos assim: - Entreguem pelo menos os meus netos! -. Isto foi um rastilho que ecoou, estourou em todo o Brasil! Os jornais todos publicaram – “A exclamação de desespero de uma avó” -. No outro dia, a repercussão foi tão grande que no outro dia as Forças Conjuntas dos Exércitos uruguaios emitiram uma nota número 1401, dizendo que tendo em vistas grande repercussão deste caso aqui no Brasil, as Forças Conjuntas haviam deliberado em entregar os netos para os seus avós, lá no Uruguai. Nós não sabíamos disso ainda. Depois da entrevista viemos aqui para casa, Dona Lilia ficou aqui em casa. Aí pelas nove horas, oito ou nove horas da noite, toca o telefone, eu fui atender, uma voz que eu nunca havia ouvido, dizendo: - Quien habla acá es Homero Celiberti -. Eu disse: - Dona Lilia tem um cidadão que quer falar com a senhora, e que diz que é Homero Celiberti, quem sabe a senhora atende para ver se é ele mesmo -. Ela foi atender, e ele a informou de que as crianças haviam sido entregues. Ela sorriu, e, ao mesmo tempo em que sorria ela também chorava. Então foi um momento de comoção. Isto foi no dia 23 ou 24 de novembro de 1978. Uma coisa... Um profundo grito saído das entranhas de um coração amargurado, de uma avó desesperada, ecoou de tal forma, com força tamanha e de tão irresistível, que desmantelou a estrutura do sequestro, e as Forças Conjuntas, muito valentes até então, tiveram que se recolher à sua covardia e à sua insignificância e entregar as crianças para os legítimos avós. Porque o plano era o seguinte: matar a Lilián Celiberti e matar o Universindo Díaz, e entregar as crianças para militares casados que não tivessem filhos. Essa foi a primeira parte, digamos assim, do sequestro. Que durou mais cinco anos!

P: O senhor acredita que eles entregariam o menino Camilo com sete, oito anos, Dr. Ferri? Será que... Não, no sentido...

R: Para uma família...

P: É, porque com essa idade é difícil...

R: É com essa idade já não é fácil, mas esse era o objetivo.

P: Talvez o destino do Camilo pudesse ser pior inclusive

R: Poderia ser pior. Aqueles dois telefonemas que nós recebemos da Faustina Elenira Severino, que era funcionária do DOPS, que diziam mais ou menos o seguinte: - Diga ao Dr. Ferri para agir com rapidez, porque a intenção é entregar os filhos para militares, no Uruguai, e assassinar a Lilián e o Universindo -. Estava claro: o plano ou a estratégia do DOPS e da Companhia de Contra Informações do Uruguai era de assassiná-los, sem nenhuma dúvida. Como aconteceu isso, uma, duas, três, trinta mil vezes na Argentina, trinta mil vezes no Chile, e me parece que duzentas mil vezes na América Central. Na República Dominicana mataram quase duzentas mil pessoas. Foi incrível. A América Latina vivia uma época de muita turbulência e de muita inequidade, de muita repressão, de muita atividade terrorista.

P: Doutor Ferri, e de que forma foi possível identificar os sequestradores?

R: Bom, aí essa história é muito linda, porque foram vários lances e muitos episódios. Por exemplo, vou dar um detalhe: quando eu entrei com uma representação na Polícia Federal, pedindo que eles tomassem providências para esclarecer o caso do sumiço do casal Lilián Celiberti e Universindo Díaz, três delegados vieram falar comigo, amistosamente: - Ah, em que podemos servir -, - Está aqui -, - Ah, pois não, vamos protocolar, tudo bem -. Mas existia um delegado lá que tinha simpatias por mim, eu não sei por que... Ele olhou, olhou, pensou e disse assim: - Isso é coisa do Pedrão -. Delegado de Polícia Federal... Ora, “Pedrão” no nosso... Eu não sabia bem quem era o Pedrão, mas se sabia que o Pedrão só poderia ser o Pedro Carlos Seelig. E eu anotei

essa informação, essa foi uma das informações. A outra eu não lembro bem, estou um pouquinho esquecido... Esquecido agora do episódio, mas lembro-me bem que também houve uma troca de informações... Ah, foi com o delegado... Ex-delegado de Polícia, veja bem. Ex-delegado de Polícia, ex-juiz de direito, um juiz que enfrentou o Tribunal de Justiça daquela época, e que agora foi o mais brilhante defensor do Mensalão, embora ele estivesse dizendo que o réu dele deveria ser absolvido, mas os outros condenados: Barbosa. Como é o nome, Luiz... Luiz Não Sei o que Barbosa – Barbosinha, Barbosinha. Eu me encontrei com o Barbosinha, não lembro onde, me parece que foi na Rua da Praia esquina com a Rua Uruguai, uma coisa assim. Eu sei que, falando como Barbosinha, ele disse: - Isso é coisa do Pedrão -. Dois! Um ex-delegado e juiz, e um delegado da Polícia Federal, dizem a mesma coisa. Agora, a certeza – e aí nós já tínhamos quase a certeza -, quando aquele advogado francês, em nome do SIJAU,⁷⁵ aquele organismo de defesa de perseguidos uruguayos que foi criado na França - Secretariado Internacional de Justiça pela Anistia no Uruguai -, SIJAU, uma coisa assim. Quando o Jean-Louis Weil veio aqui, nós fizemos uma visita ao governador do Estado, Sinval Guazzelli. Ele havia sido meu colega na faculdade, no tempo de estudante de Direito. Eu me dava bem com ele. Fomos recebidos por ele no Palácio do Governo, e na saída, para o Jean-Louis ir até o aeroporto tomar o avião para ir a São Paulo, Rio [de Janeiro] e depois para Paris, eu botei a minha mão, abracei o Guazzelli, no ombro do Guazzelli assim, e disse: - Guazzelli, mas que foi sequestro, foi sequestro! - O Guazzelli olhou para mim e disse assim: - Para você ver, quando os nomes das pessoas são mais importantes que os fatos -. Com isso ele quis dizer que havia muita dificuldade para esclarecer, porque havia personalidade importante metida no meio. Aí eu guardei aquilo e disse – Aí está a saída -. Liguei com o Barbosinha - Luiz Francisco Correa Barbosa! -, liguei com a informação do Barbosinha, liguei com a informação do Delegado da Polícia Federal, liguei com a informação do Guazzelli. Na ida do Palácio ao aeroporto eu falei com a Letânia, que estava fazendo a versão do francês para o português, do português para o francês... Eu queria falar rápido, eu entendia já um pouquinho de francês, mas resolvi não falar, [e disse]: - Letânia diz para o Jean-Louis Weil que quem participou é o Delegado Pedro Carlos Seelig, para que quando ele saia daqui e vá dar uma entrevista, que ele fixe esse nome. Ele já tinha, ele já sabia, nós estávamos mais ou menos com a história pronta. Antes de embarcar no Rio de Janeiro ele dá uma entrevista coletiva, ele relata como eram os procedimentos de sequestros e os entendimentos das polícias políticas do Cone Sul; relata algumas razias empregadas por uruguayos na Argentina e no Paraguai; e quando ele começou a falar sobre o sequestro da Lilián e do Universindo, ele disse: - Eu aponto o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul como responsável pelo sequestro, comandado pelo Delegado Pedro Carlos Seelig -. Ah! Foi um estouro na imprensa nacional, todos os jornais publicaram. Foi um verdadeiro escândalo! Aí desmoronou de vez o DOPS! Quando eu peguei os jornais daqui e de São Paulo digo, agora o DOPS vai quebrar o pau, vai nos chamar de terroristas, de vigaristas, de patifes, de malucos, de loucos, que inventamos os sequestros, tudo isso! Nada disso aconteceu. O DOPS se recolheu a um sepulcral silêncio. Eu disse: - Acertamos na mosca, quem não se defende é culpado -. E daí eles foram... Inventaram mais mil desculpas, inclusive a Polícia Federal elaborou documentos falsos, quer dizer, praticava crimes para acobertar o sequestro. Não conseguiu, porque nós desmoronamos tudo, e no fim até a maior autoridade diplomática brasileira, aquele Ministro que eu falei antes, Saraiva Guerrero, diz que foi uma ação torpe da nossa polícia, e a justiça condenou, pelo menos um. Fechou todo o esquema. Foi a primeira vez no Cone Sul da América Latina que uma sentença judicial condena alguém por um crime tipicamente corrente de estados de terrorismo ditatorial.

P: Doutor Ferri, o menino Camilo ajudou na identificação do Pedro Seelig não é?

R: Ajudou.

P: Como é que foi esse caso?

R: A OAB, naquela ocasião, eu não posso deixar de fora nem o grupo de jornalistas nem a OAB, pelas providências, inclusive pela Comissão Parlamentar de Inquérito: foi uma couraça em nossa defesa para lutar contra a inequidade de um sequestro. A OAB, os jornalistas, a Assembleia Legislativa, os políticos, eu acho que tiveram uma posição muito destacada e muito benéfica diga-

⁷⁵ Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay.

mos, à democracia, à liberdade e ao retorno ao Estado de Direito nos países do Cone Sul. Você perguntou sobre o Camilo. Então a OAB criou duas Comissões, uma interna, aqui no Rio Grande do Sul, e outra com a incumbência de visitar os familiares da Lilián e do Universindo no Uruguai. Esta Comissão que foi ao Uruguai era formada pelo Dr. José Mariano de Freitas Beck, que depois foi presidente da OAB, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário de Educação e Presidente da OAB do Rio Grande do Sul; o Dr. Marcus Melzer, que era um cidadão da UDN,⁷⁶ que eu considerava que era sumamente conservador para estar do nosso lado naquela época; então o Marcus Melzer, o Mariano Beck, eu... E o Otávio Caruzo Brochado da Rocha! Que foi filho do Primeiro Ministro no tempo do Jango. Nós chegamos ao Uruguai, bom... Visitamos a Embaixada brasileira, fomos bem recebidos; no Ministério das Relações Exteriores fomos expulsos, não conseguimos falar com ninguém da presidência da República, cercaram-nos, nos seguiram, nos controlaram por todo esse tempo! Aí, em uma ocasião, eu, o Melzer e dois jornalistas – o Mitchell e o jornalista do “Jornal do Comércio”, que na época era diretor da sucursal da “Veja”, que era funcionário da “Veja”, não lembro o nome – fomos visitar a família, quer dizer, o pai e a mãe da Lilián, onde estavam os dois filhos. Nesta ocasião, o Melzer – Isaac Melzer – pega uma fotografia e mostra para o Camilo. Ele demorou tempo para... Ele estava muito tímido, muito... Abalado por tudo isso. Ele não falava, ele ficava quieto. Mas eu disse qualquer coisa assim: - Camilo, sono un amico, vengo da Milano, vengo da Italia, e pá, pá, pá -. E ele, que viveu na Itália, entendia italiano, ele... Começou a dar alguns sinais de não estar contrafeito com a nossa presença; foi aí que o Melzer botou a fotografia do Seelig e a fotografia da Faustina Elenira Severino. E aí ele dizia: - Este eu conheço -. O Melzer perguntou de onde, e ele: - Lá daquele prédio lá em Porto Alegre, e esta mulher de pelos oscuros⁷⁷ foi quem nos atendia lá, quem cuidava de nós -. Claro que nós voltamos, e eu fiz um relatório, todos nós assinamos, esclarecemos os fatos e esse fato ficou de domínio e de conhecimento público, e o Seelig foi diretamente acusado por nós de ser o mandante do sequestro. Agora, eu fiz questão de dizer conservador do Melzer, ex-UDN, personagem que nós não podíamos ter a mínima confiança num cidadão assim: se revelou um cidadão decente, corajoso, que eu passei a admirá-lo, de um caráter irreversível, porque para ele, acima de tudo, estava o direito da nossa luta, a conquista da justiça, da liberdade e da democracia. E ele lutou firme, inclusive contra ex-companheiros da UDN, demonstrando a dignidade de um personagem quando luta. Eu fiquei encantado por este cidadão. Marcus Melzer.

P: Doutor, a partir daí, logo alguns meses depois, entra em cena a figura do Hugo Walter Garcia Rivas. Como ele entra nessa história?

R: Também começou comigo essa história. Eu recebi – no Memorial consta a primeira carta que ele mandou para mim. Agora eu não lembro se ele assinava o nome, ele assinava outro nome, não assinava Walter Hugo Garcia Rivas. Ele botou outro nome...

P: Alfredo era no contato telefônico.

R: É eu não lembro bem. Eu tenho isso no meu livro, eu botei. Acho que ele telefonou uma vez ou duas. Não, telefonou lá no Uruguai! Ele foi para o Chuy, ou mandou alguém para o Chuy, e no Chuí brasileiro eles postaram uma carta para mim, e nesta carta ele diz: - Eu sou fulano de tal, eu conheço o sequestro, eu trabalhei, eu sou um personagem assim, trabalhei na Companhia de Contrainformações, ou trabalhei no OCOA,⁷⁸ Organismo Coordenador de Atividades... Repressivas... Anti-Repressivas, uma coisa assim, OCOA -. E eu digo: - Olha, não sei essa carta aqui, é meio estranho isto -, eu não estava habituado a estes negócios. Do Uruguai ele telefonou para mim: - Eu sou o cidadão aquele da carta. Eu tenho informações para dar para os senhores -. Só que ele queria vender as informações, e eu não comprava informações. Bom. Mas de qualquer maneira, depois a Zero Hora topou, pagou pela história! Pagou pela história. Aí nós elaboramos um plano, não lembro mais bem como foi, sei que ele veio aqui na condição de exilado, chegou aqui, do Uruguai. No Movimento eu datilografei um depoimento dele de umas dez, quinze ou vinte páginas, ele relatou toda a história. Como eu conhecia bem a história, de vez em quando eu fazia umas perguntas assim fora do contexto, para ver qual era o posicionamento dele. De

⁷⁶ União Democrática Nacional.

⁷⁷ Cabelos escuros.

⁷⁸ *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas*.

acordo com as respostas, eu via que ele estava bem centralizado e que as informações estavam absolutamente corretas. Ele me deu um bolo de fotografias, depois eu as cedi a Zero Hora, e a Zero Hora me devolveu cópias. As fotografias do Capitão Ferro, do Major Bassani, do Capitão Ramos, e não me lembro de quem mais daquela turma toda que participou do sequestro...

P: Do Yannone...

R: Do Yannoni... E aí aparecem... O Gavazzo; aparecem aqueles coronéis importantes do Uruguai, que por detrás dessa história eles que armaram esse sequestro, a partir do Gavazzo e de outro general, De Armas... Castillo de Armas?

P: Calixto de Armas.

R: Calixto de Armas! Esse foi o principal. Foi esse que telefonou para... Eu acreditava que ele tivesse telefonado para o Coronel [Átila] Rohrsestzer, mas depois me parece que no livro do Mitchell ou do Luiz Cláudio, o telefonema que ele deu foi para esse cara que foi condenado esses dias... É... Que até foi... Foi militar destacado para a Embaixada do Brasil...

P: Brilhante Ustra.

R: Brilhante Ustra, José Não Sei das Quantas Brilhante Ustra! Esse era terrível. Ainda deve ser! O Brilhante Ustra, então, entrou em contato com Rohrsestzer, que era do DCI - Departamento Central de Informações -, que era da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, mas comandado por um militar do Exército Nacional; ele que entrou em contato com o Diretor do DOPS e esquematizaram o sequestro. Mas o Garcia Rivas contou toda essa história, do início ao fim, na frente... Colhemos o depoimento dele, eu me lembro, eu, o Jair Krischke, o Jacques Távora Alfonsin, um desembargador aposentado chamado Gaiger, e não lembro mais de quem, e alguns jornalistas também. E todos os jornalistas tomaram conhecimento da fuga desse fotógrafo da Companhia de Contrainformações, que conhecia o sequestro nos mínimos detalhes, que com conhecia o sequestro por dentro! Foi a coisa mais incrível que vocês possam imaginar! Nós não poderíamos botar essa denúncia dele, ou essas reportagens, que saíram muitas, nos jornais. Tínhamos que manter toda essa matéria, toda a história, e a vinda do Hugo Garcia Rivas, em segredo, até que nós conseguíssemos com o ACNUR, ou com organismos internacionais, o ACNUR é aquele Departamento das Nações Unidas para Refugiados Políticos, aí nós conseguimos que ele fosse se não me engano, para a Noruega, se exilou na Noruega. Não sei se voltou para o Uruguai. Incrivelmente, nos quarenta e sete dias da chegada dele até a ida, até que ele entrou no avião para ir à Noruega, não saiu uma vírgula em jornal nenhum. Dezenas de jornalistas, dezenas de pessoas a par de toda a história, não filtrou uma vírgula para a imprensa! Isso foi um fato notável, tal era a vontade e a solidariedade de todos de resguardar isto, para que a história saísse depois como uma bomba, e na íntegra, no mesmo dia e em todos os jornais. Que foi quando ele viajou para a Europa; no outro dia a imprensa deu de norte a sul do país, o estouro do Hugo Garcia Rivas. Acho que foi um dos capítulos finais, que realmente se encerrou a história de sequestro com a convicção e a certeza absoluta de que aquilo que acusávamos e relatávamos tinha profundo registro de uma história verdadeira. E nunca a desmontaram, a verdade é essa, nunca desmontaram uma vírgula sequer. Houve dois errinhos, da saída para o Uruguai, mas irrelevantes, foram erros nossos, porque nós não sabíamos de todos os detalhes. Poderia fugir um detalhe ou outro, como é esse caso do Rohrsestzer, que eu imaginava que tivesse ido apenas o Rohrsestzer, mas por detrás do Rohrsestzer estava o Ustra, que era comandante de uma unidade militar do Exército sediada em São Leopoldo. Foi através dele que... Porque ele era amigo do Calixto de Armas. Eles se intendiam, eles se conheciam! Eles atuavam em conjunto! Todos esses coronéis, generais do Cone Sul, daquela época, se conheciam.

P: Doutor Ferri e o caso da Faustina?

R: O caso da Faustina também foi um lance, até pitoresco eu diria, teve um momento que foi pitoresco, o lance para descobrir quem era a Faustina Elenira Severino. Nós sabíamos que havia uma Elmira, alguma coisa, nós não tínhamos o nome dela. Eu tinha toda uma documentação com os nomes de participantes, eu tinha uma bela, digamos assim documentação sobre o se-

questro já àquela altura do surgimento da Faustina. O Luiz Cláudio vai lá para o meu escritório: - Temos que saber quem é essa mulher para entrevistar esta mulher. Esta que cuidou do Camilo! -. Começamos a examinar, examinar, a ver nome de mulher, ver nome de mulher e ver nome de mulher... Aí ele fala; o Luiz Cláudio uma hora disse assim: - Está aqui o nome desta cara, Faustina Elenira Severino -. - É essa aí! É essa aí Luiz Cláudio! É essa mulher! -. - Mas como... -, - O nome é enganado, o nome é parecido! Eles tinham dado o nome um pouquinho diferente, mas encaixou. Aí nós começamos... Esta mulher me telefonou! Aí descobrimos que ela era irmã do Delaro Severino, que foi oficial de justiça que eu defendi naquele júri nos dias do sequestro. E que era ela que telefonava aqui para casa, dizendo para eu agir com rapidez, porque senão matavam os pais e entregavam as crianças para militares sem filhos. Descobrimos que ela poderia estar em uma cidade próxima a Santa Cruz, não lembro agora o nome. O Luiz Cláudio disse: - Eu me toco para lá! -. O objetivo do Luiz Cláudio era ver um instituto de formação de Irmãs, de Mães, que poderiam informar sobre a família dela e sobre ela. Ele se tocou para Venâncio Aires! Chegando lá pesquisou, pesquisou, pesquisou, e não descobriu nada. E me telefona de lá: - Pô, aqui em Venâncio Aires não tem nada Ferri! Essa pista não existe -. E eu disse: - Mas quem falou em Venâncio Aires rapaz! Está errado! A cidade é perto de Venâncio Aires, é outra cidade! -, esqueci o nome da cidade,⁷⁹ - É nessa cidade que você tem que ir! -. Era uns vinte minutos de carro, e ele se tocou para essa outra cidade, próxima de Venâncio Aires, para lá de Santa Cruz do Sul, e descobriu que ela teve uma vontade de ser irmã, de ser freira, esteve um ano ou dois neste instituto de formação de Irmãs, mas que achou que não era... O futuro da vida dela não era aquele; aí desistiu, veio para Porto Alegre e foi ser funcionária do DOPS. Aí fizemos as ligações de Delaro e ela. Aí que foram tentar, me parece que os jornalistas foram tentar uma entrevista com ela, bateram na casa dela, no bairro Azenha, ela abriu a janela, não quis receber ninguém, não quis falar com ninguém, mas tiraram uma fotografia dela quando ela chegou à janela: estava com o olho totalmente escuro, já tinha recebido uma pancada no olho naquela altura. Nós sabíamos que ela era a parte fraca. Essa cara é que nós temos que ver! Se ela vai para a Assembleia naquela inspeção que nós vamos fazer dos funcionários do DOPS. O advogado do Luiz Cláudio requereu ao governador do Estado, pedindo que o governador de Estado determinasse que os funcionários do DOPS fossem à Assembleia, para que eles fossem vistos e reconhecidos ou não pelo Luiz Cláudio e pelo Scalco. Eu não estou bem lembrado, mas me parece que... Houve uma primeira vez, ela já tremeu, ela estava como um médico do lado, ela não tinha segurança, e os caras já sabiam que ela era a parte fraca, e que cedo ou tarde ela iria dizer que realmente cuidou das crianças, que foram sequestrados, que estavam lá no DOPS. Bem, eu não lembro bem dessas coisas, mas o fato é que ela voltou lá para o DOPS, e uns dias antes dessa segunda inspeção, misteriosamente, os jornais informaram que ela havia falecido. A verdade é que a família não pode abrir o caixão, entregaram o caixão fechado, começaram a correr boatos de que o DOPS havia matado esta funcionária, exatamente por ser o calcanhar de Aquiles do DOPS. No enterro dela... Vejam vocês, no enterro dela, estavam presentes as maiores personalidades políticas e militares e policiais do Rio Grande do Sul. Começando pelo Comandante do Terceiro Exército, começando com alguns oficiais graduados do Terceiro Exército, começando pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Segurança, pelo Diretor do DOPS, e enfim, lá tinham vinte personagens importantíssimas. Nunca aconteceu isso na História do Rio Grande do Sul, que morresse um funcionário policial e a turma toda dos ilustrados estivesse presente no enterro. Já culparam os jornalistas e etcetera, de serem os responsáveis pela... Devem ter dito na época, não lembro bem, que ela morreu do coração, alguma coisa nesse sentido. Algum tempo depois eu falei com o Delaro Severino, irmão dela, e o Delaro me informou que um dia antes ela estava bem, sem problema nenhum, e até estava passeando por uma das ruas do bairro Azenha com a filha dele, Delaro, de mãos dadas, e estava tudo bem. E no outro dia ela morreu! É incrível isso não é? A conclusão nossa – e até agora eu me permito de manter essa conclusão, porque ela é a mais lógica e a mais viável –, no intuito de se resguardar o DOPS resolveu eliminar a sua parte fraca. E ela terminou sendo assassinada pelos esbirros da ditadura militar, aliás, fato até mais ou menos normal naquela época, na qual se matava a torto e a direito pelos quatros cantos do Cone Sul da América Latina, inclusive aqui no Brasil. Que todo mundo sabe dos casos do Manuel Fiel Filho, do jornalista Herzog e centenas de outros.

79 Omar Ferri se refere à cidade de Candelária.

P: Doutor Ferri, como é que foi o início da sua vinculação com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, como o senhor conheceu ou conhecia já esses ativistas?

R: Eu acho que o que inspirou a criação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, aqui em Porto Alegre, foi realmente o fato do crime do sequestro. Foi aí que o Jair, o Gaiger e outras pessoas começaram a se movimentar para fundar o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Eu recebi um convite. O Jair tinha uma casa de comércio naquela época na [rua] Voluntários da Pátria, e nesse convite, para a Assembleia Geral de criação, dizia que inscrições poderiam ser feitas na [rua] Voluntários da Pátria número tal. Eu cheguei lá, quando eu entro o Jair diz: - Doutor Omar Ferri -. Eu conheci o Jair naquele momento. Então fui lá, assinei, peguei convite, lá sei eu, fui me inscrever para participar. Fizemos as reuniões naquele colégio dos Jesuítas, lá perto...

P: O Anchieta.

R: O Anchieta! Fizemos uma série de reuniões, fundamos o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, me botaram na diretoria. Naquela época me parece que eu fui eleito o tesoureiro do Movimento. Depois, por um determinado período eu fui presidente, fui secretário, essas coisas todas, e fui conselheiro por muito tempo. Mas foi deste encontro com o Jair, e foi como uma inspiração do sequestro, que se deliberou então de criar o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Foi criado, o Jair foi eleito o primeiro presidente, reeleito algumas vezes. Uma grande expressão era o ex-desembargador Gaiger, já falecido. Enfim, muitas pessoas abnegadas, nós trabalhávamos e nenhum de nós ganhava nenhum tostão por isto, se fazia tudo na base do amor, do ideal. Eu passei a ser advogado, a minha filha também, outros advogados, como Luiz Goulart Filho. Tínhamos um grupo muito bom lá também, e atuávamos sem honorários, sem nada, atuávamos por atuar, para trabalhar, para fazer alguma coisa, enfim, para lutar contra a ditadura militar, ou, em outras palavras, para reestabelecer o Estado de Direito, a democracia aqui no Brasil. Nosso objetivo era esse. Passamos a denunciar as violações aos direitos humanos, as prisões ilegais, enfim, os sequestros; começamos a atender uruguaios, argentinos, enfim, realizamos todos aqueles trabalhos que um organismo de defesa dos direitos humanos faz em tempo de ditadura militar. E aí ainda existe, está aí, está trabalhando muito bem, o Jair ainda está aí, é o maior líder do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, é o que mantém o Movimento de pé. É evidente que depois da ditadura militar o nosso enfoque passou a ser um pouquinho diferente. Mas enfim, a grande expressão do Movimento eu entendo que foi a sua luta contra a ditadura militar e a denúncia aos atropelos da polícia civil e militar contra os direitos humanos; a violação da integridade física e moral do cidadão brasileiro.

P: Doutor Ferri, um pouco em função desse contexto, de denúncia, de lutar contra a ditadura e denunciar as outras ditaduras; o clima, evidentemente, apesar de ser um clima, digamos, já em um contexto de abertura, entre aspas, mas ainda era uma ditadura. Que situações o senhor vivenciou de ameaça, de medos, como é que isso [...] e de onde vinha a coragem para enfrentar isso?

R: A coragem eu até não sei da onde vinha, mas eu acho que ela se centralizava na nossa disposição de lutar pela liberdade, possivelmente, pela restauração da democracia, e de um estado de espírito do cidadão. Hoje, se eu saio aí pela rua, me assaltam o carro, eu sou o maior covarde do mundo, porque eu entrego tudo em defesa da minha própria vida. Está assim hoje, a insegurança está total! Então o cidadão virou covarde, tanto é que as nossas casas estão cercadas, por uma rede de ferro, de isolamentos, e etcetera. Está assim hoje nesse país, então... Hoje eu tenho medo, naquela época eu tinha que fazer aquilo que eu deveria fazer, segundo a atmosfera de luta existente no interesse de derrubar um Estado de exrecência jurídica como era o Brasil daquela época. Agora, houve tanta ameaça, houve tanto telefonema, houve tanta palavra de calão, houve tanta atemorização, eu, por exemplo, já cheguei a casa, uma ocasião, umas três ou quatro horas da madrugada e encontrando a minha família toda chorando, porque as ameaças haviam começado as sete ou oito horas do dia anterior e só terminaram às quatro da manhã. Quando eu cheguei e encontrei a minha senhora e as crianças chorando de medo, de pavor do jeito que eles falavam, do ódio que eles tinham: - Vamos matar esse vermelho! Este comunista!

Esse isso, esse aquilo; vamos matar toda a família, vamos começar por ele! -. Cartas que recebíamos; o Jair recebia muita carta desafortada, cartas estúpidas, iníquas, típica de gente covarde. Bom, às quatro da manhã eu disse para minha família: - Deixa que eu atendo o telefone -. Quando eu atendi ao telefone o cara começou: - Porque nós vamos matar, e por que isso, e por que aquilo, e vamos começar com esse vermelhinho sujo, vagabundo e não sei o que -. Eu comecei a dizer: - Calma, um momentinho! Eu sei que vocês estão telefonando do DOPS, que vocês querem aterrorizar a minha família, vocês não vão conseguir me aterrorizar. Aí eu distribuí todos os nomes feios que eu conhecia, e que vocês possam imaginar, envolvi os caras, as mulheres, as famílias, tudo! Chamei-os de iníquos, de cretinos, covarde, de patifes, de vigaristas, de empulhadores; que eu não tinha medo dessa tropa de canalhas -, assim, nesse tom. Foi o remédio que eu encontrei, e a partir daí deram um ou dois telefonemas e desistiram. E numa outra ocasião também, as ameaças foram tão grandes que a OAB formou uma comissão, essa comissão foi falar com o governador do Estado para pedir proteção da minha vida e da vida da minha família. Houve uma ordem então ao comando da Brigada Militar, não sei se era o primeiro batalhão ou o nono batalhão, eles estão os dois sediados aqui na esquina da Ipiranga com a Praia de Belas, uma coisa assim, perto desse shopping que tem na Borges de Medeiros. Eu sei que por um tempo assim, um mês ou dois, dois policiais militares, soldados da Brigada Militar, me deram garantia de segurança: um ficava aqui na frente da minha casa e outro na frente do portão. Até que um belo dia eu disse: - Olha eu vou dispensar, tenho que dispensar, eu não posso viver a vida toda com dois guardas aí, isto tem que terminar -. Aí eu dispensei e disse: - Olha, podem desfazer a estratégia de segurança lá, eu vou enfrentar de qualquer maneira, não adianta. Bom, foi isso aí, houve realmente muita ameaça, vivíamos em um período de insegurança, nós fomos seguidos muitas vezes. Aquela madrugada que eu cheguei às quatro horas da manhã, o Dr. Mariano Beck, que era Deputado Federal, depois foi Presidente da OAB do Rio Grande do Sul, nós fomos juntos para uma reunião em Esteio, num seminário para refundar o PTB do Getúlio, do Jango e do Brizola. O Mariano Beck foi seguido até a minha casa, nós fomos seguidos, eles estavam assim, nos seguindo. Veio um militar de Brasília para me acompanhar naquela época, ele ficou aqui um mês, dois, três, aonde eu ia ele ia atrás. Muitos anos depois ele chegou e disse: - O senhor é o Dr. Omar Ferri?-, - Sou -, - Pois eu era Tenente na época, e fui escalado, vim de Brasília, para seguir o seus passos aqui -. E quando estive aqui o *Jean-Louis Weil*, que era aquele advogado francês, um francês aqui de Porto Alegre foi escalado. Ele era comerciante e veja bem! Comerciante! E morava perto da minha casa na época, foi escalado para nos seguir. Então, éramos seguidos por tudo quanto era canto. Lá no Uruguai foi de outra maneira que nos seguiram: em caráter ostensivo, com caminhonetes, carros, fotógrafos. Aonde íamos, naquela Comissão permanecemos uns quatro ou cinco dias no Uruguai, para qualquer lado que fossemos, uma ou duas caminhonetes da polícia uruguaia ou do exército uruguaio - lá sei eu! - nos seguia, tiravam fotografias. Eu abanava para uma moça que tirava fotografias, era ridículo até não é?

P: Doutor Ferri, o Senhor durante anos foi advogado da família Celiberti, mas o Senhor só foi conhecer a Lilián e o próprio Universindo...

R: Quando saíram da cadeia.

P: Como é que foi esse encontro, reencontro?

R: Encontro, porque eu realmente não conhecia nenhum dos dois, foi quando eles cumpriram cinco anos de prisão no Uruguai, e viajaram para cá para um ato público ou alguma coisa, e aí o Jair, eu e Luiz Claudio fomos recebê-los na estação rodoviária. E foi lá na rodoviária que eu conheci a Lilián. Da nossa turma toda só quem a conhecia era o Luiz Claudio Cunha, nós não conhecíamos ainda. Depois se transformou em uma grande amiga nossa. Convivemos muito tempo, continuando a luta pela democracia, esclarecendo fatos, fazendo denúncias. Agora é incrível, de vez em quando eu fico pensando, como era o Brasil naquela época e como é o Brasil hoje. Então vou dizer uma coisa para vocês: naquela época nós lutávamos pelo reestabelecimento do Estado de direito, tínhamos esperança que a anistia, uma nova constituição e a eleição direta desse uma nova configuração jurídico, administrativa, sociopolítica para esse país. Nós tínhamos a impressão assim de que estávamos saindo de um túnel escabroso, umbroso, gosmento, e que lá tinha uma luz verde, e que se encontraria um horizonte cheio de sol, cheio de felicidade;

teríamos então reconquistado o país na sua verdadeira senda para o progresso, numa nova ordem social! Puro engano... Puro engano... Estamos vivendo uma quadra política e social muito angustiante, depreciativa. Ah... Eu não sei o que está acontecendo neste país, retornamos para um período de escuridão, perdemos a expectativa, nós não temos certeza que vai melhorar a nossa segurança nos dias de amanhã, não temos absolutamente nenhuma certeza que a situação de saúde pública vá melhorar, nós não temos absoluta certeza de que reencontraremos nas ruas do nosso país a tranquilidade de caminhar, duas, três, quatro horas da madrugada, como há trinta, quarenta anos atrás. Vou contar um episódio: eu morei em Encantado na casa da minha avó. Enquanto meu pai era Tabelião e Ilópolis, eu vivia em Encantado, já advogava e morava com minha avó. A porta da casa da minha avó não tinha chave, não chaveava e não se fechava; as roupas, cuecas, lençóis, fronhas, camisas, calças que eram lavadas, ficavam penduradas no meio da rua, na frente da casa da minha avó. Tinha só um caminho de estrada de chão onde passavam os carros, do lado havia os fios onde se penduravam todas as roupas. Podiam entrar e roubar o que quisessem, o acesso ao roubo era total, abrangente e geral. Não roubavam um pé de meia, nunca invadiram a casa da minha avó. Hoje, naquele mesmo lugar, um tio meu, com chave, com tudo, com todas as seguranças que você pode imaginar, acordou de manhã com uma navalha ao redor do pescoço: levaram dois mil dólares dele; estão assaltando por tudo quanto é canto. Então eu me pergunto: qual é a esperança que nós temos em matéria de segurança nesse país? Nenhuma. Não adianta. A estrutura política e administrativa foi montada de tal forma que não tem como voltar para trás. Veja você o que está acontecendo no Congresso Nacional, aí em matéria de polpudos, de vencimentos, de traquinagens, de vigaristas, de fraudes, de licitações, de empreiteiras que dominam amplamente o setor político, porque elas dão o dinheiro. Então eu fico me perguntando: de que valeu tanta luta naquela época para nós encontrarmos esse estágio anticivilizatório? O que aconteceu? Um dado eu poderia dar: nós perdemos o nível de conscientização política. Há quarenta anos o cidadão, o agricultor, o colono lá no interior ligava o rádio e ouvia o Brizola ou alguém contra o Brizola, então ele se posicionava, ou era PSD, PL, UDN de um lado, ou era PTB⁸⁰ do outro lado, ele tinha posição, ele sabia por que estava de um lado ou estava do outro lado. E nós tínhamos uma esperança de melhorar esse país com base no nacionalismo, na defesa de nossas riquezas, de levar esse país para frente. Infelizmente, ele está andando para trás, cada vez pior. Não sei qual é o futuro do país, eu não vejo luz verde. Vi luz verde no fim do túnel no tempo da ditadura, agora nessa tal de democracia, entre aspas, porque nem oposição tem, não estou vendo nenhuma luz verde no fim do túnel. Vamos entregar o país para os nossos filhos e os nossos netos em piores condições do Brasil que nós recebemos há vinte ou trinta anos atrás. Infelizmente, esta é uma realidade que eu sinto isto. Eu sinto isto. Isto é amargurante.

P: Dr. Ferri, só ainda complementando um pouco.

R: Eu de vez em quando saio do assunto não é? Sou prolixo!

P: Não, mas é muito importante ouvi-lo. Em realidade pensamos a nossa trajetória a partir do presente, então isto está colocado, é um diálogo permanente que temos. Eu só queria pedir para que resgatasse um pouquinho pelo menos duas histórias que sabemos que o senhor está envolvido também, que são importantes. A primeira diz respeito ao caso Benech, que é um caso que não é tão conhecido aqui no Brasil, nem no Uruguai é muito conhecido. Se pudesses nos falar um pouco sobre isso. E também a sua participação na Encruzilhada Natalino, momentos importantes na história desse país.

R: Olha o caso Benech quem pode esclarecer tranquilamente, porque tem uma memória fantástica e sabe muito mais do que eu, é o Jair Krischke. Mas, eu vou contar o meu lado, digamos assim. Nós tomamos conhecimento, no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, desse caso do biofísico uruguaio, que, por ser comunista, estava preso. Para nós ser comunista não era nenhum defeito: o cidadão, em uma democracia, pode ser o que ele quiser, e ninguém tem nada com isto. E ele era comunista. Era um ser humano que nós não estabelecíamos diferença nenhuma. Do comunista, do socialista, do reacionário, do judeu, do negro, do branco, para nós eram

80 PDS: Partido Social Democrático; PL: Partido Liberal; UDN: União Democrática Nacional; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

peças humanas e mereciam todo o nosso respeito. Ele foi preso por ser comunista. No natal de um ano, isso faz... Eu não lembro que ano foi, foi uns vinte e cinco anos atrás, ele pediu licença para visitar a família, os militares deram licença, ou os guardadores da prisão, o coronel, lá sei eu quem, o chefe policial, deu licença. No Natal, ele foi para casa, um militar o acompanhou e ficou na porta da casa dele. E aí pelas três ou quatro horas da manhã ele disse: - Bom, já comemorei o Natal, já comi, já bebi com a minha família, então vamos embora -. Voltaram para a mesma prisão, ele acompanhado por este policial ou militar. A partir desse fato ele começou a imaginar uma forma de fugir, de se exilar; então houve um emissário que veio para cá, entrou em contato conosco e nós começamos a estabelecer um plano, uma estratégia, para no fim do ano, no dia trinta e um, pegá-lo na fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul, nas barbas do prédio da Polícia Federal. Então, um escritor uruguaio, eu não lembro o nome dele, quando no dia trinta e um de dezembro ele requereu o direito de passar as festas de fim de ano em casa, como ocorreu com o Natal, autorizaram. Aí se estabeleceu um plano. Ele... Oito horas, nove horas ou coisa parecida, ele foi para a casa dele acompanhado por este policial, ou por esse militar que ficou lá aguardando a festa, quase em posição de sentido. Como o plano já estava estabelecido, ele passou por detrás da casa dele, pegou um carro, no qual estava esse escritor uruguaio, foram até Punta del Leste, trocaram de carro e vieram para o Chuí. Nós partimos aqui de Porto Alegre pelas quatro ou cinco horas da tarde, para chegar ao Chuí, com a desculpa de que, no outro dia, nós queríamos fazer uma verificação em relação à maré vermelha, que existiam lutadores pela natureza, cientistas, junto conosco, para examinar o que era essa tal de maré vermelha, e alardeamos lá no restaurante que tem do lado da Polícia Federal, que era um grupo que foi tratar do problema da maré vermelha lá. Nós falávamos assim para não desconfiarem de nós. Nós fomos em dois ou três carros, uma coisa assim. Pelos nossos cálculos, eles deveriam chegar às seis horas da manhã na fronteira, porque se não chegassem até esta hora, a operação havia falhado e os militares ou policiais uruguaio deveriam ter prendido o Benech, Claudio Benech, com a família, esse biofísico. Quando chegou aí pelas cinco e meia, cinco e pouco da manhã, nós todos saímos do restaurante, a gente tomava cafezinho, comia sanduíche, jantamos, aquelas jantas frugais, nós fomos para o local da divisa, vinte metros para lá era o Uruguai, vinte metros para cá era o Brasil. Nesse momento chegaram dois ônibus argentinos, cheios de pessoas lá, vibrando pela passagem de ano, bebendo e fazendo farra, e algazarra, e eu disse para o Jair ou o Jair disse para mim, já não lembro: - Esses ônibus irão nos ajudar -. Quando nós estávamos lá, entre cinco e meia, seis horas... Chegou às seis horas, e eu olhei para o Jair e disse: - Jair, eu acho que a operação falhou, porque o cara tinha que estar aqui -. O Jair disse: - Não, vamos aguardar mais um pouco -. Estava a Nora, estava um engenheiro, que não lembro o nome... [Miguel] Palaoro! Junto, era uma equipe grande, em dois ou três carros. Nós já desacomodados, a operação falhou, já deveria ter chegado. De repente, nós olhamos e vinha um carro devagarinho, passando pela fronteira, lá devagarinho, muito devagarinho. Quando ele atravessou a fronteira e nos viu, abriu a porta assim, e era o Benech, que disse: - En fin, la libertad! -. Assim. Foi um episódio fantástico! Nós deixamos nossas famílias aqui, não comemoramos o fim de ano nem nada, e fomos receber a família de um refugiado, coisa típica de filme assim, daqueles filmes meio misteriosos, de perseguição, lá sei eu! Essas coisas que acontecem nos cinemas aí. Mas eu fiquei tão comovido que vocês não podem imaginar... Era o Benech, a mulher dele... E não lembro quantos filhos vieram; parece-me que dos menores vieram dois e os que ficaram ainda no Uruguai, que vieram depois, mais tarde. Enfim, nós os acomodamos aqui no Brasil, ele depois conseguiu um status de refugiado político, o ACNUR □ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados Políticos□ deu o status de refugiados, e ele foi morar no Rio de Janeiro. E a última vez que eu falei com ele foi há uns dez, doze, quinze anos atrás, eu e o Jair, em um restaurante lá no Rio, onde ele estava gerenciando. Depois, mais tarde, fiquei sabendo que ele faleceu, mas a mulher dele, a Graciela, não é? Ainda vive, é isto? Essa foi a história do Claudio Benech. A outra história que você me falou é a história da Encruzilhada Natalino. Primeiro, esclareça-se o seguinte: nós lutávamos naquela época por uma reforma agrária pura, sem condicionamentos ideológicos. Nós lutávamos em favor de pessoas que trabalhavam na atividade rural, e por causa da evolução da máquina e das alterações do campo, de plantações mais científicas, com as técnicas modernas, muitos trabalhadores rurais perderam o emprego, e esses eram de fato os agricultores sem terra. E o Brizola se sensibilizou muito, e procurou fazer a reforma agrária em Bacopari, aqui em Camaquã, e lá na

Fazendo Mailhos, de Sarandi, que ele desapropriou. Mas foi muito combatido! A Igreja, naquela época, chegou a formar no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha, que se reunia dentro das igrejas, no interior do Estado, fazendo anti-política brizolista, e dizendo que a reforma agrária era coisa de comunista. Eles desmoralizaram em parte o nosso movimento, mas era Igreja, que entrou de corpo e alma contra nós. Depois ela inverteu as situações, por causa da ideologia da Libertação Nacional... Da Teologia! Da Libertação Nacional. Bom, não importa, a verdade é que uma quantidade enorme, talvez dois ou três mil agricultores sem terra, ou colonos sem terra, ou pessoas que haviam perdido o emprego, que trabalhavam na roça, na lavoura, etc., acamparam na tal de Encruzilhada Natalino, que é na estrada de Passo Fundo a Sarandi, uma estrada... Não a estrada da produção, mas uma estrada de terra que existia na época, eu não sei se já foi asfaltada. Dos dois lados da estrada existia um acampamento desses Sem Terra. Mas logo o governo federal adotou uma tática de aprisionar e de transformar o Acampamento dos Sem Terra em campo de concentração, e mandou o maior vigarista da história da região amazônica para ser o comandante deste campo de concentração, que era o major Curió. De triste memória e de iníqua lembrança, pois este cidadão cercou de tal forma o Acampamento Natalino, transformou aquilo em um campo de concentração, militarizou tudo e disse: - Daqui ninguém entra e ninguém sai sem a minha ordem -. Até para pegar uns paus de lenha lá, para botar no fogão e fazer fogo, o cara não podia sair. Bom. Nós tínhamos que prestar alguma solidariedade para este povo que estava sendo espezinhado pela iniquidade da ditadura militar e pela posição desonrosa de um coronel - major do Exército, naquela época, que era o major Curió. Nós não sabíamos como fazer para levar a solidariedade do Movimento para eles. Até que em uma reunião, devíamos estar presente, digo devíamos, eu não lembro bem, o Jair, o Celso Franco Gaiger, eu e mais pessoas ligadas ao Movimento, cujos nomes eu não me recordo. Saiu dessa reunião a hipótese de nós impetrarmos um habeas corpus pedindo o salvo conduto para visitar os acampados. Então eu e o Gaiger elaboramos esse habeas corpus, e pedimos no final salvo conduto: nós fundamentamos e alegamos, com o dispositivo constitucional existente na carta magna da República, que dava ao cidadão a liberdade de ir e vir. Nós fundamentamos e dissemos: - Temos esta liberdade, a Constituição nos assegura o direito, e nós pedimos então e expedição de um salvo conduto, para que possamos visitar e dar a nossa solidariedade aos Sem Terra da Encruzilhada Natalino -. E o juiz, eu nunca me esqueço do nome dele - Ervandil Fagundes -, ele penetrou com a espada da justiça no coração podre da ditadura militar: expediu a ordem de salvo conduto. Nesse salvo conduto tinha os nomes de todos os impetrantes do habeas corpus: pastores, padres, líderes, enfim, pessoas representativas da sociedade porto-alegrense e adjacências, de Seminários aqui, de São Leopoldo, etc. Formamos, então, uma comitiva de dois ônibus, e fomos para a Encruzilhada Natalino. O major Curió □ essa estrada tinha uns dois ou três quilômetros, onde estavam os acampados de um lado e de outro, e ele numa elevaçõzinha assim, em cima de um barranco, tinha botado uma lona assim, como em um acampamento de cigano, vocês se lembram? Daquelles acampamentos de ciganos. E lá estava ele, o Imperador da Encruzilhada Natalino! O chefe mor! O ditador! O homem dono do campo de concentração! Nós pedimos a ele o direito de entrar, e esfregamos no nariz dele, modo de dizer, esfregamos no nariz dele o salvo conduto. Sabe o que ele respondeu? - Não, mas isso... Nós estamos vivendo em uma democracia! Mas como não! Nós seremos os primeiros a respeitar uma ordem de uma autoridade do judiciário. Como não! Podem entrar, sem problema nenhum -. Tratou-nos na palma da mão, a fleuma do cretino inglês. A fleuma inglesa. Então, passamos um dia todo com eles lá, e depois retornamos a Porto Alegre, tudo bem, sem problema nenhum. Logo depois formamos outra comitiva, e eu impetrei novo habeas corpus. Quer dizer, toda aquela conversa de que vivemos em uma democracia, e que cumprimos ordens judiciais, e que estamos em um país de liberdade, com direito de ir e vir, como dizia o salvo conduto, tudo bem, modificou completamente... Quer dizer, o juiz foi cerceado no seu direito de decidir de tal forma e com tamanhas pressões, que nós não conseguimos a liminar do salvo conduto e não conseguimos mais nenhum tipo de habeas corpus dali em diante. Mas pelo menos tivemos esse precedente histórico aqui no Brasil de ter derrotado, em primeiro lugar, o próprio Palácio do Planalto, que o major Curió era o filhote predileto da ditadura militar, a turma da Região Amazônica sabe disto, quando ele esteve lá naqueles problemas todos da captação de ouro e etecetera. Ele foi também lá o general em Cerra Pelada etecetera, foi também o representante do terror estatal lá. Mas na verdade nós fomos os primeiros a derro-

tar o major Curió, o Palácio do Planalto, a ditadura militar e o dispositivo terrorista deste país, através deste habeas corpus com salvo conduto. Quer dizer, naquela época nós ainda podíamos dizer: - Ainda há juízes em Berlim! -. Vocês se lembram da história do moleiro lá, e o Rei Frederico queria comprar a área dele porque era muito linda, ele queria fazer um Palácio lá, e o moleiro disse para o Rei da Prússia: - Não, eu não quero vender -. Aí foi uma comissão lá: - Não, nós vamos te tirar daqui! Como é que tu não vais vender para o Imperador! Mas como tu te atreves a ofender o Imperador? -. Aí ele disse assim: - Ainda há juízes em Berlim -. Entrou com uma ação e não tiraram ele de lá, quer dizer, ele dobrou o pensamento de um Imperador prussiano. E aqui nós dobramos também o dispositivo terrorista do major Curió na Encruzilhada Natalino.

[conversa sobre o livro de Omar Ferri e a charge de Santiago].

R: No meu livro tem a apresentação: quem sou eu é o DOPS quem diz.

P: Assim, um roteirinho final agora seria mais ou menos assim: falar um pouco sobre o caso Doge, não se preocupe com precisões, o próprio Belisário, podes encerrar talvez Jorge, de repente poderíamos encerrar..

R: Uma senhora me telefonou de São Paulo, pedindo que eu fizesse duas ou três histórias sobre minhas defesas, no tempo de minha atuação em favor de perseguidos políticos no tempo da ditadura. Eu comecei escrevendo sobre o Doge. Quando eu cheguei à metade da história, eu me dei conta que o caso Doge ocorreu em 1984 e 1985, depois de 1979, depois da vigência plena da ditadura. Então, eu larguei o caso Doge, escrevi duas outras histórias, mas depois terminei o caso Doge apenas para recuperar esta história que eu acho ela fantástica, porque envolve o assassinato de cinco ou seis pessoas. Em resumo, assaltaram um caminhão de bebidas na Vila São José, aqui em Porto Alegre. A polícia pesquisou daqui, pesquisou dali e chegaram à conclusão que o responsável era o Negro Doge e o Cleber Leal Goulart. Aí fizeram uma razia lá de manhã cedo, invadiram, pedalararam as casas de ambos, prenderam os dois, levaram-nos para uma cela de uma delegacia aqui de Porto Alegre, que não lembro o nome, situada dentro do Palácio da Polícia. Esta delegacia tinha uma cela, na qual botavam os presos, e onde, habitualmente, torturavam os presos. Então pegaram o Negro Doge e pegaram o Cleber Leal Goulart, botaram-nos lá para dentro, penduraram ambos no pau-de-arara, davam os choques com a maricota, pegavam uns bastões, deste tamanho, para bater nas solas dos pés de ambos. Torturaram os caras durante uma semana. E chegaram à conclusão de que eles eram inocentes, de que não tinham culpa em cartório. Aí libertaram os dois e disseram assim: - Vocês não abram o bico, porque aí não nós vamos matar vocês! -. O Doge nem podia caminhar, por causa das bolhas que ele tinha. Ele foi direto para a Santa Casa curar-se das feridas na planta dos pés. Enfim, concomitantemente com este fato, um tal de Lutzemberg Ribeiro... Arquimedes Lutzemberg Ribeiro, ele era policial, um inspetor de polícia, e era réu de uma série de sindicâncias, por causa de um comportamento completamente desairoso, com práticas de crimes e etcetera, ele era réu, portanto, dessa série de investigações. No mesmo tempo ele pegou uma menina de quatorze anos, estuprou, depois do estupro amarrou as mãos e os pés, botou atrás do porta-malas do carro, se dirigiu à ponte do Rio Guaíba, e largou a menina ali, pelas duas ou três da manhã, ponte abaixo. Ela caiu na água, com pés e mãos amarrados, mas ela nadava bem, então ela mexeu os pés e mãos, quando veio à tona a primeira vez, e pediu socorro. Bem a uns vinte metros estavam dois cidadãos pescando em um caíque. Chegaram lá, salvaram a menina, colocaram-na dentro do caíque, salvaram a menina e ela foi para casa. Aí os pais me procuraram, e eu e a minha filha Marcia, que era advogada na época, e ainda é, advogava do meu escritório, passamos a ser assistentes de acusação, que a rigor não precisamos trabalhar muito, porque um Promotor chamado Marcelo Ribeiro quatorze anos de reclusão. Isso aconteceu no meio do fato da prisão do Doge e do Cleber. Só que quando ele estava sendo processado pela polícia, o policial Arquimedes chegou e tirou fotografia de dentro desta cela, do Negro Doge, essa fotografia que se vê aqui. Tirou fotografias e deu para os jornais, em uma espécie de autodefesa, procurando levantar uma espécie de muralha contra as denúncias da própria polícia contra ele. Essa fotografia foi publicada em todos os jornais do país.

P: Ele está no pau-de-arara?

R: Aí ele está no pau-de-arara. Ele gravou, inclusive, os gritos lancinantes de dor, dos dois apanhando da polícia, foi gravado. Ele gravou isto. Publicado nos jornais, os jornalistas entenderam

de procurar descobrir quem era este cara que estava no pau-de-arara. Procura dali, procura daqui, o Jair Krischke sabe do nome do fotógrafo de um dos jornais, que descobriu o Negro Doge na Vila Bom Jesus, aqui em Porto Alegre. Aí, a imprensa foi e pediu que ele desse uma entrevista. Ele disse: - Olha eu não posso dar entrevista, porque senão me matam -. Aí o apresentamos □ eu não sabia bem desse detalhe, mas o Jair me esclareceu. Nós pegamos o Negro Doge e o apresentamos ao chefe de polícia, na época chamado Leão de Medeiros, apresentamos o Negro Doge ao chefe de polícia e pedimos garantias de vida. Foi concedida garantia de vida, e ele então denunciou o fato que ocorreu com ele, e deu o nome dos quatro policiais envolvidos na prisão e na tortura deles. Os quatro policiais, evidentemente, foram processados. Bom. Foi feito o inquérito, as testemunhas foram ouvidas. Foi feita a denúncia, e essas testemunhas foram arroladas na peça de denúncia como testemunhas dos crimes de prisão, de tortura, de violação aos direitos deles, essas coisas todas. Mas depois da denúncia eles deveriam ser ouvidos na justiça. Quem imaginaria que eles não fossem ouvidos? Não foram ouvidos. Vocês haverão de perguntar: - Mas como! De que jeito? -. Simplesmente foram assassinados! Quer dizer, houve um plano policial para eliminar o testemunho do Negro Doge e do Cleber Leal Goulart, e dos familiares. E naquela época ninguém queria ser testemunha! Mas a família unida poderia depor unida, e pelo menos apontar os quatro torturadores. Parece-me que o ano era 1975, e a ouvida das testemunhas foi marcada em meados daquele ano. Em janeiro, por um... Como é que se diz... Por um □erro de pessoa□, tem um termo latino que eu não lembro como se diz, eles mataram o irmão do Doge, pensando que estavam matando o Doge; um mês ou dois depois mataram o Doge; na mesma época, à diferença de um mês também, ou de dias, mataram o Cleber Leal Goulart. E desde aquela época, até hoje, desapareceram os pais de Cleber Leal Goulart. E o processo crime ficou sem testemunhas. Tendenciosamente, facciosamente, covardemente o Promotor Público, em nome da sociedade, pediu a absolvição dos funcionários, dos policiais. Incompreensivelmente, ou muito compreensivelmente, eles foram absolvidos por decisão judicial. Eu recorri, eu era advogado deles, eu recorri da decisão, e eles foram absolvidos por unanimidade no Tribunal. Eu fiz sustentação oral. Eram dessas coisas incríveis que aconteciam em um tempo em que não estava plenamente restabelecido o ordenamento jurídico deste país. E, à semelhança da condenação de um personagem apenas, do sequestro da Lilián Celiberti e do Universindo Díaz, no caso do Negro Doge todos eles foram absolvidos. Aí o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, sob o comando de Jair Krischke, se reuniu, não participei desta reunião, e se deliberou, então, de colocar cartazes nas ruas de Porto Alegre, botando o Negro Doge pendurado no pau-de-arara e o fax símile dos quatro policiais com os nomes deles: - Você se lembra desse episódio? Eles foram absolvidos -. Mas os cartazes não duravam vinte e quatro horas, porque a polícia ia lá e arreventava com tudo. Eles representaram para o Ministério Público contra nós, por causa desses cartazes, e o Ministério Público denunciou o Jair, o Augustino e eu, por calúnia, injúria e difamação. A minha defesa prévia, eu simplesmente não me defendo: sinto-me orgulhoso de ser réu em um fato deste tipo, dessa natureza, e também não tenho testemunhas a arrolar, porque não preciso delas. Enfim, eu não participei desta reunião que determinou; que chegou à conclusão que se deveria criticar a sentença através dos cartazes. Nós fomos identificados criminalmente, depois eu vou voltar a isto. O Jair Krischke e o Augustino Veit foram denunciados como os que comandaram a confecção dos cartazes. Feita a denúncia, eles deliberaram em determinar que nós fôssemos de novo identificados criminalmente. O Ministério Público pediu e o juiz concedeu, e determinou que nós fôssemos identificados criminalmente no Departamento Específico da Polícia Civil. Depois eu impetrei um habeas corpus, dizendo que já na delegacia tínhamos sido registrados, feitos os registros criminais, isto é, as identificações criminais. Impetrei um habeas corpus dizendo que não havia a necessidade, que era uma coação que estavam fazendo contra mim, e pedi que concedessem liminar para que nós não fôssemos identificados. Não lembro se nesse habeas corpus o Jair e o Augustino Veit participaram. Não lembro. Mas, enfim, perdemos o habeas corpus por unanimidade... E aí começaram a nos pressionar para nós sermos identificados criminalmente lá no Palácio da Polícia. E não tinha como fugir desta identificação. O delegado de polícia da primeira delegacia, não me ocorre o nome dele, gentilmente ele disse: - Ferri, eu estou recebendo ordens aqui. Muita pressão, se vocês não forem, eu sou obrigado a fazer um grupo de policiais pegá-los e, sob condução, levá-los lá -. - Não tem problema delegado, muito obrigado por esta informação que o senhor está nos prestando. Nós vamos para a identificação criminal, sem pro-

blema nenhum -. Aí nos reunimos, eu, o Jair e o Augustino e fomos para sermos identificados criminalmente, num dia tal, me parece às dez horas da manhã, não estou bem lembrado. E aí aconteceu um dos fatos mais impressionantes que a história política e policial do Rio Grande do Sul poderá retratar futuramente, dando os verdadeiros contornos do que aconteceu. Quando nós chegamos naqueles corredores internos do Palácio da Polícia, tinha de duzentos a trezentos policiais de um lado e do outro, ocupando a lateral dos corredores e todas as janelas do Palácio da Polícia. Isto já nos permitia concluir que a autoridade policial maior, o chefe de polícia, secretário de segurança, estava todo mundo dando completa solidariedade àquela sessão incrível de apupos que aconteceu naquele momento, quando nós chegamos e começamos a entrar: foi uma vaia uníssona, cheia de improperios, de palavras de calão de toda ordem, com todos os nomes feios que vocês possam imaginar. Foi um alarido daqueles policiais, e nós atravessamos todo esse... Como é que eles chamam, de fila indiana ou coisa parecida...

P: Corredor polonês.

R: Corredor polonês! Com vaias e com apupos. Mas fomos nós três, o Jair, o Augustino e eu, de cabeça erguida, entramos no local das identificações, exigimos a presença da imprensa, nos fotografou... Eu não sei... Está aqui oh! Essas são as fotografias da nossa identificação criminal, o Jair botando... Todo mundo de braço baixado, eu estou sorrindo, olha aí oh, estou sorrindo. Está todo mundo botando a mão no papel e deixando as impressões digitais. Cumpridas as formalidades legais, nós saímos pelo mesmo corredor que entramos e as vaias e os apupos continuaram. O comando desta manifestação incrível foi feito por um delegado de polícia e por um policial federal, eles comandaram esta vaia contra nós. E em vez de nos abater, pelo contrário, o resultado foi totalmente o contrário, nós levantamos a cabeça com o sentimento total de termos cumprido com o nosso dever. E aqueles policiais que estavam nos vaiando eram falsos policiais, que não mereciam o nome de policiais, pelo contrário, eles estavam tomando posições radicais de estar do lado contra os direitos humanos, contra os direitos do cidadão, que eles não estavam lá para cumprir com o dever deles, mas para fazer atrocidades, para perseguir, para lesar e para violar os direitos do cidadão. Eu não sei se ainda hoje acontece isso, mas eu tenho a impressão que em muitas delegacias de polícia nesse Brasil estão matando e estão torturando! Então eu chego naquela minha primeira conclusão de antes: em que melhorou o nosso país? Nós temos alguma segurança? A polícia continua matando ou não continua matando a torto e a direito? Não estou falando de entreveros com assaltantes e com bandidos, com esses, muitas vezes, a polícia do Rio [de Janeiro] e de São Paulo se entrosam, e participam dos mesmos crimes, da mesma organização criminosa. Eu me refiro e falo dos múltiplos, das dezenas e das centenas de assassinatos e de violações dos direitos humanos que estão ocorrendo neste país contra pessoas inocentes. Isto que dói na nossa alma. Com a conivência daqueles que estão lá por cima, dos dirigentes, muitas vezes da justiça também acontece isto. Acontece infelizmente. É contra a violação dos direitos, a perseguição e as torturas de pessoas inocentes, é esse o grande problema brasileiro de hoje em matéria de segurança.

P: Dr. Ferri, nós temos cinco minutos para o final, e assim só para nós podermos fechar. Tem alguma coisa que deixamos de lado, até para dar um fechamento?

R: No caso da Lilián Celiberti...

P: E do próprio livro, desculpa doutor Ferri, gostaríamos que nos falasse um pouco dele, pois é importante isso.

R: Eu exalto, no livro, a justiça, eu sou a favor da justiça. A justiça é a base do Direito; a justiça que mantém a integralidade, a integridade da Constituição Nacional. Não há regime democrático em nenhum país do mundo se a justiça não falar mais alto e em primeiro lugar. Eu louvo a justiça, eu preciso da justiça, o povo quer justiça! O povo acha que a justiça é digamos a esquina de tudo isto aí, o povo... Qualquer coisa que acontece o povo diz que tem confiança na justiça. Então, a justiça está em primeiro lugar. Eu elogio a justiça. Grandes lições de coragem foram dadas por um juiz, um deles é o Mangabeira, e o outro eu não lembro como é o nome dele, já é falecido, o juiz que deu a sentença, o nome dele está no meu livro, um juiz espetacular. E no tribunal um juiz

que divergiu das absolvições, chamado Mario Rocha Lopes, espetacular. Têm grandes nomes da justiça. Os juízes aqui no Rio Grande do Sul, em minha opinião, foram os primeiros a se levantar, em nível de Rio Grande do Sul, contra a ditadura militar, através de uma série de decisões que estão honrando e que honraram as tradições da justiça e do Poder Judiciário. Promotores de grande nomeada, que cumpriram com seus deveres em elevadas expressões de espírito, têm que ser elogiados por nós. Pois Dirceu Pinto, que formulou a denúncia e foi depois perseguido! Veja só! Não obteve a solidariedade do Ministério Público daquela época, foi perseguido, foi espezinhado. Coitado! Coitado do Dirceu Pinto não é? Um fim trágico depois, com ele, mas a grandeza dele, a dignidade dele, a formulação da denúncia, a coragem de denunciar. Temos que elogiar esses promotores. Agora, eu os cito no meu livro. Por que eu escrevi o livro? Escrevi o livro para registrar esse período da história do Rio Grande do Sul, esse fato que envolve interesses de dois países, esse crime que foi praticado em caráter conjunto de dois países e as polícias políticas daquela época, que se entendiam como decorrência da Operação Condor, para violar direitos e interesses e pessoas dos países do Cone Sul. Eu quis registrar esse fato, porque eu achei muito importante, porque, depois da Operação Condor, foi o único processo em que houve uma manifestação do Poder Judiciário condenando os envolvidos nesse fato do sequestro. Quer dizer, eles mentiram tanto, a Polícia Federal se serviu para fazer crimes de falsidade ideológica, botando nomes falsos deles [dos uruguaios] em manifestos de ônibus na saída de Bagé para Aceguá. Tudo mentira da Polícia Federal! E eu disse isto aí [no livro], que é mentira. Outra coisa, vocês já se deram conta que, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, o relator disse que não houve crime, se não há crime não têm culpados, e pediu o arquivamento. Foi preciso que o MDB, ou PMDB⁸¹ na época, não aprovasse o relatório e indicasse um Deputado Estadual, que por sinal era Promotor Público e se chamava Ivo Mainardi, para fazer o relatório final em nome da Assembleia Legislativa. Foi um Promotor Público, e que concluiu na existência dos crimes de sequestro, não é? Então esta é a razão do livro. O livro eu... Eu retratei no livro o que aconteceu naquela época.

P: Perfeito.

⁸¹ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

DEPOIMENTO 8 – AUGUSTINO VEIT.⁸²

BRASÍLIA, 13 DE SETEMBRO DE 2012.

P: Augustino, a primeira coisa que gostaríamos de ter, então. O que tu fazes hoje, de forma sintética, para que aqueles que forem assistir esse material no futuro possam ter esse conhecimento.

R: Bom, eu sou, nasci em Mondaí, no oeste Catarinense; aos doze anos eu saí da minha casa para ser padre jesuíta. Passei no internato dos doze até os vinte e um anos. Com vinte e um anos eu cursei o noviciado dos jesuítas, e ali eu me decidi por não seguir a carreira de sacerdote. E fui indicado, à época, para então trabalhar como office-boy no Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Eu iniciei, saí da Casa Padre Jorge, onde funcionava o Seminário, junto com o Albano Trinks, padre Albano Trinks, que era o meu mestre noviço; Inácio Spohr, que era nosso colega também. Eu saí dali, trabalhei uma semana numa fábrica – lá no sul se diz fábrica de bolacha –, foi uma experiência muito interessante. Depois eu fui então para o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e efetivamente comecei a trabalhar como office-boy. O Movimento não tinha uma estrutura forte, ele vivia da contribuição dos voluntariados, eu inclusive recolhia mensalmente a contribuição dos sócios do Movimento, que dava a sustentação. Aí eu fazia de tudo não é? Desde as atas, transcrições, eu me lembro de que aquele primeiro... O Seminário no dia vinte e cinco de março de 1979, Seminário de fundação, que foi iniciativa do Movimento Familiar Cristão. Esse Seminário pretendia culminar com uma proposta para que os integrantes formassem a Comissão de Justiça e Paz de Porto Alegre. À época, era cardeal Dom Vicente Scherer, e ele, quando viu a lista dos integrantes que iriam constituir a Comissão de Justiça e Paz, ele disse - Não, comunista ainda... Aqui não. - Foi então que o grupo decidiu fundar o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Eram advogados, desembargadores, professores, estudantes, militantes de Direitos Humanos que formaram... E eu fui trabalhar ali. Cresci ali dentro, ao lado do meu grande guru, o Jair Krischke, que me recepcionou ali, me conduziu efetivamente para a militância de Direitos Humanos; depois eu fui, cheguei a ser secretário do Movimento e cheguei a exercer a presidência também, por dois anos, antes de... Isso foi em 1986, 1987; 1988 eu vim para Brasília. Brasília porque nós estruturamos o Movimento Nacional de Direitos Humanos em nível do país, e como na época estava em efervescência o processo constituinte, o Movimento Nacional decidiu abrir uma sede aqui em Brasília para fazer todo o acompanhamento. Cheguei aqui em Brasília, me formei em advocacia, estivemos... É... Fixei-me aqui, fiquei no Movimento Nacional de Direitos Humanos como secretário executivo durante seis anos; depois eu fui trabalhar no Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, até 1995, quando o governo do Distrito Federal, à época o professor Cristóvão Buarque, professor da UNB,⁸³ eu fui trabalhar no governo por dois anos, na Secretaria, como chefe do setor jurídico da Secretaria de Ação Social aqui do Distrito Federal; e no final de 1995 eu fui convidado pelo então deputado federal Nilmário Miranda, histórico lutador em Direitos Humanos, deputado federal, que tomou a iniciativa de constituir a Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. Quando da sua aprovação, acho que foi em agosto de 1995, ele me convidou para ser assessor técnico daqui. Desde então eu estou aqui na Câmara, eventualmente troco de setores, já trabalhei um tempo na Comissão de Ética, depois eu trabalhei uma época na Comissão de Legislação Participativa, que tem muita semelhança com a Comissão de Direitos Humanos, porque ali é o espaço onde as entidades, pessoas, podem propor, fazer as suas proposições legislativas; e por último eu trabalhei na Comissão de Constituição de Justiça, e no ano passado eu voltei para cá. Estou aqui como assessor técnico. Então essa é um pouco a minha trajetória na área de Direitos Humanos, sempre com o Movimento Nacional, com Meninos e Meninas de Rua, até hoje eu sou militante voluntário do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trabalho aqui, mas tenho meu trabalho voluntário lá no

82 Augustino Veit nasceu em Mondaí, no Paraná, Brasil. É advogado. Começou a atuar no MJDH quando ainda era estudante de Direito, presidindo a entidade entre os anos de 1985 a 1987. Entre outros episódios, esteve envolvido na “Encruzilhada Natalino”, que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em 1981. Foi um dos fundadores do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Em 2004 foi nomeado para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos tornando-se seu presidente. Em 2009, atuou como assessor jurídico da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dos Deputados. Atualmente, reside em Brasília.

83 Universidade de Brasília.

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. E continuo na área, não é? Viciiei-me um pouco nessa área não é? E exerço alguma advocacia. É engraçado que, a trajetória... Um dos focos do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre é o foco do apoio, da militância contra os regimes militares no Cone Sul, no Brasil também, e estamos hoje nesse processo de resgate da memória, verdade e justiça de todos esses períodos que se alastraram pelo Cone Sul especialmente. Recentemente nós tivemos aqui um Seminário, junto com, em parceria com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, sobre a Operação Condor. Então, a minha trajetória, um pouco, é essa aí, muito aprendizado, muito humanismo na minha trajetória, tive a oportunidade e o privilégio de conviver com pessoas fantásticas que me deixaram como eu disse meio viciado nessa área, não é? Então, um bom vício.

P: Um bom vício...

R: Um bom vício.

P: Augustino, nesse sentido, poderia nos dar um pequeno depoimento do Padre Albano e nos falar um pouco dessa Casa Padre Jorge, o Ignácio [Spohr] nos falou um pouco sobre isso, mas se puderes registrar...

R: A Casa Padre Jorge, ela era, além de ser um noviciado, dos noviços, dos padres jesuítas, era uma espécie de casa acolhedora de vários movimentos: Movimento Familiar Cristão; tinha a Casa da Juventude, que depois transformou efetivamente... Mas ela recebia, durante o nosso período de noviciado, as Pastorais da Juventude, muitos e muitos jovens se formaram e se firmaram na militância em favor dos Direitos Humanos.

P: De que ano estamos falando mais ou menos?

R: 1976, 1977, 1978... Eu saí em 1979. Então, nesse período, em quatro anos que eu vivi por ali, a casa Padre Jorge era a acolhedora dos refugiados políticos. O padre Albano Trinks, junto com o Movimento Familiar e outros Movimentos acolhia... É ali que escondíamos os refugiados políticos! Nos quartinhos dos padres, dos jesuítas ali, quando eles... Não se tinha lugar! Era passagem natural da saída do Uruguai, da Argentina, até do Chile – os chilenos desciam até a Argentina e entravam pelas fronteiras do Uruguai e da Argentina –, paraguaios que acolhíamos ali. Eu devo ter feito a viagem de Porto Alegre ao Rio de Janeiro umas cinquenta vezes, levando refugiados políticos do Uruguai e da Argentina ao Rio de Janeiro. Por quê? Porque no Rio de Janeiro funcionava o ACNUR. Ele mandava... Saíamos de Porto Alegre com uma conexão com eles, caso viesse a acontecer qualquer coisa durante a viagem de ônibus... Então eu viajava ao lado de refugiados não é? Até chegar ao Rio de Janeiro, onde eles eram acolhidos pela CARITAS,⁸⁴ que tinha convênio com o ACNUR,⁸⁵ e ali o ACNUR providenciava a saída deles como refugiados políticos já para a França, para outros países da Europa.

P: Como era essa condição dos refugiados? Porque o Brasil era uma ditadura de qualquer forma nesse momento, mas para eles a situação era muito mais dura nos seus países, não é? Em que estado chegavam esses refugiados?

R: Olha eu me lembro de que eu dormi ao lado de vários deles. Eles chegavam estraçalhados... Imagina eles fugindo, na clandestinidade, sem nenhuma certeza de que chegariam ao seu destino, quando eles fugiam. Então você tinha convivência com pessoas traumáticas, que acordavam de noite gritando e tal: - Ai vão me pegar... -. Desconfiadas... Porque tinham alguma referência, mas também, com tanta repressão já vivida, que eles dormiam ali meio que desconfiando: - Será que estou em um lugar seguro? Será que esse cara que está aqui do meu lado... Eu posso contar com ele? -. Então eu muitas vezes acordei ao lado de pessoas que de repente tiveram certo ataque, não é? De nervosismo. Aí fazia... Sem muita experiência também, você convivia com isso. E o medo! As pessoas tinham medo, estavam estraçalhadas mesmo, as viagens que eu fazia ao lado deles até o Rio de Janeiro eram viagens estressantes, porque também estávamos sujeitos a ser pegos com pessoas sem documentos, sabidamente procuradas, e à época funcionava a inter-

84 Caritas não tem sigla.

85 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

ligação... A Operação Condor tinha suas ligações. Então era uma experiência... De certa forma muito sofrida não é? Você estava aí do lado de pessoas que precisavam, e quando adquiriam confiança em nós também... Nós fizemos muitas amizades, Cláudio Benech, por exemplo, é uma das figuras que permanecia conosco, depois íamos nos hospedar, nos escrevia... Filmava quando... Estabelecia-se um laço de confiança, porque nós sofriamos aqui e eles sofriam lá... Então o sofrimento traz esse estreitamento afetivo entre as pessoas não é.

P: Augustino, uma coisa é ter hoje olhado para o passado e ter a dimensão do risco que vocês corriam. Na época, o que te assegurava para participar disso, porque é isso que tu estás colocando, a ameaça, o risco também pairava sobre vocês.

R: Olha, o primeiro que nos garante é ter uma formação. Eu vim de uma formação familiar jesuítica, religiosa, então a questão da solidariedade é um valor quase que supremo. A vida sacerdotal, o preparo que você tinha como seminarista para ser um sacerdote era fundamentalmente isso: ter uma vida dedicada aos outros, entregue. Tanto assim que os jesuítas fazem três votos, não sei se cumprem, mas o principal deles é o da abnegação, da pobreza. Você tinha... Tinha esse valor, como eu disse, quase que supremo. Então essa formação me ajudou muito; além do mais, nós tínhamos jesuítas que viveram uma época efervescente, que foi uma época que eu peguei – a época de Medellín, de Puebla, do Vaticano II que... Onde se produziam documentos revolucionários; a Igreja, a Teologia da Libertação, é uma teologia que nos levava a uma conscientização e a um compromisso de engajamento fantástico. Hoje talvez você possa dizer que era uma domesticação. Não! Não era. Não era. Algumas pessoas ou entidades faziam essa avaliação - Não... Vocês são domesticados... - Não era não! Tanto que, se fosse, hoje eu teria outra consciência e teria abandonado isso. Não! Aquilo tinha um sentido de libertação, e nós vivíamos a resistência à ditadura, então essas coisas se conjugavam. Aliás, eu acho que a sociedade brasileira deve muito essa... À Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base, aquela formação era uma formação libertadora, efetivamente. Então, nós sabíamos dos riscos, mas também, à época, jovens, também, e isso me levou a um desafio assim... Sem... O medo poderia vir, mas nós também tínhamos um preparo para enfrentar isso. Uma solidariedade, numa rede que existia, ali entre nós; isso se construiu de uma forma tão sólida que nós sentíamos a solidariedade, você tinha uma força – de amigos, de pessoas que estavam aí do teu lado. Quantas noites! Quantas viradas de noites que nós tínhamos ali fazendo materiais de estudos, quantas horas de estudos coletivos, em grupos que nós fazíamos. Quantas idas... Ou de trabalho noturno em mimeógrafos na época, para imprimir materiais de formação, nós virávamos noites. Então, tudo isso constituía um baluarte sabe? Essa convivência, esse desafio que nos era colocado era fantástico. E aí o medo tem que vir como... Vem, mas você tem ferramenta para enfrentamento. Há os medos, mas você tem como enfrentar.

P: Augustino, dessa época, tem alguns casos emblemáticos na história do Movimento. Não sei se de repente podes comentar sobre algum deles, ou se tens alguma percepção... Nessa época nós temos o caso da vinda do Papa e a intermediação do encontro com as Madres, temos também os casos da família Benech, mas têm também outros casos, de pessoas que fugiam do Uruguai e da Argentina, que vocês ajudaram. O senhor esta envolvido em um desses casos na fronteira com o Chuí, se pudesse comentar alguma dessas...

R: Eu não tenho a memória nem a criança, que eu acho que devia ter uns sete ou oito anos, nem a mãe dele em não sei... Não me recordo hoje o nome, mas isso é fácil de resgatar. Mas eu fui incumbido de buscar uma criança cujos pais já estavam sob o status de refugiado pelo ACNUR, mas a criança tinha ficado atrás e não se tinha possibilidade legal de trazê-la. Uma tia a trouxe até o Chuí, de lá eu a peguei, depois de duas horas de convivência com a criança, para ela adquirir uma confiança em mim. Quando embarcamos no ônibus, na primeira parada da Polícia Federal, houve uma revista, eu estava sem a documentação, não tinha nada, nada, nada; fui preso como sequestrador. Aí, quando eu dei as indicações de para onde eles deveriam ligar... - Ah, subversivo... Os comunistas estão fazendo isso... - Então eu fiquei preso na Polícia Federal, acho que

vinte e quatro horas, trinta horas, até que veio um documento do ACNUR do Rio de Janeiro; daí o Jair Krischke fez a intermediação entre a Polícia Federal e o ACNUR, até que veio uma documentação dizendo que os pais da criança efetivamente já estavam sob a proteção da ONU⁸⁶ e que a criança deveria prosseguir viagem até o Rio de Janeiro. Foi então que seguimos viagem. Eu tinha muita confiança de que, se eu fosse preso com a criança, eu teria essa retaguarda de quem a quem me referir. Porque nós tínhamos uma articulação fantástica, assim com outras operações que fizemos na fronteira para fugir com gente do Uruguai até Porto Alegre. Então são casos assim que ficam na nossa memória por muito tempo. Acho que o Movimento talvez foi a única via em Porto Alegre por onde as pessoas tinham essa articulação mais ou menos segura – mais ou menos segura! –, porque não se tinha... Tanto que a Lilián Celiberti e o Universindo Díaz foram sequestrados em Porto Alegre. Então, mas cumpriu, acho um papel fantástico, toda a articulação do Movimento em ajudar as pessoas até o Rio de Janeiro, onde elas recebiam o status de refugiado. Outro caso, aí dessa... Outros casos emblemáticos relacionados ao Movimento... Nós fazíamos esse trabalho com os refugiados, mas também nós tínhamos outras atividades. O caso Doge, eu não sei se alguém já te falou?

P: O Omar Ferri falou um pouquinho sobre isso, mas é importante...

R: Um rapaz negro, que foi barbaramente torturado pela Polícia Civil, a mãe dele nos procurou, nós fomos até o morro Santa Tereza, se não me engano, nós fomos atrás dele, e ele se prontificou a prestar um depoimento, prestou depoimento, e nos levou à sala de tortura onde ele foi torturado num pau-de-arara. Aquilo gerou... Depois mataram o Doge... E quando o Doge morreu a Polícia veio para cima de nós, processou... E nós não conseguimos provar efetivamente a tortura, acho que alguma coisa que nós não conseguimos provar no processo, e os policiais vieram para cima de nós com um processo de calúnia e difamação. Nós fizemos, na época, um outdoor em Porto Alegre denunciando os policiais. Foi a única vez que eu me senti ameaçado! Efetivamente, e com medo, porque nós enfrentamos acho que todo o aparato repressivo de tortura, toda metodologia usada na época de tortura trazida para as polícias, as delegacias da polícia civil e outros aparelhos repressivos. E nós tínhamos um núcleo de policiais em Porto Alegre que eram bandidos! De farda, dentro da instituição da Polícia Civil; e essa época eu realmente me senti tremendo, sabe? Mas é... Aí um vereador, que eu não vou lembrar também, um vereador de Porto Alegre, junto com um militante, Diógenes de Oliveira, que é um grande companheiro nosso, um dia me disse assim: - Te retira um pouquinho, não sobe mais o morro, porque a barra pesou então você... Tenta te engajar em outras atividades para não ir para o enfrentamento -. E aquele enfrentamento, na certa, se nós tivéssemos continuado; eu tenho até hoje uma fotografia, o Jair Krischke também tem, onde nós fomos – Omar Ferri, Jair Krischke e eu – fomos levados à Delegacia, fomos submetidos à identificação digital, com uma humilhação danada, e foi ali, nessa época que eu, posso dizer isso hoje, sem problema nenhum, que eu me senti assim com medo mesmo.

P: Vulnerável...

R: Vulnerável, vulnerável. Essa foi uma das vezes, e outra vez uma empregada doméstica, que serviu à Polícia: ela tinha uma rede de casas aonde ela trabalhava com o apoio de um grupo de policiais. Ela trabalhava... Uma menina muito esperta! Ali ela roubava as casas de pessoas ricas, roubava e esse produto do roubo era dividido entre ela e os policiais que davam apoio para ela. Nós cometemos uma ingenuidade de acolher essa menina, eu a acolhi dentro do meu apartamento, e aí... O senador... É... Sérgio... Sérgio... Sérgio...

P: Zambiasi.

R: Ele na época tinha das seis da manhã até a uma da tarde, na rádio Farroupilha, tinha um programa policiaisco, onde ele distribuía... – Aqueles programas policiaiscos mesmo, de polícia nas ruas, cadáveres –, e distribuindo cadeira de rodas para as pessoas, cestas básicas; bem populista. Mas ele tinha uma ligação também com os policiais, e nessa época essa mulher nos procurou e denunciou, quando a distribuição do produto não deu mais certo, ela ficou vulnerável e ameaçada de morte. Ela nos procurou e nós fizemos também um enfrentamento muito grande

⁸⁶ Organização das Nações Unidas.

com esses grupos de policiais. Mas foi a única entidade também que enfrentava; que fazia esse tipo de enfrentamento com a Polícia, entendeu? Denunciando tortura, denunciando situações degradantes de presos, denunciando todo esse aparato que se transferiu da época da ditadura para a metodologia de investigação da Polícia Civil, etcetera, etcetera. Essa também foi uma história que ficou bem marcada dentro da minha trajetória, dentro do Movimento Nacional de Direitos Humanos. A outra é a questão, que o Ignácio deve ter relatado, sobre o acampamento da Encruzilhada Natalino, lá perto de Passo Fundo. O Movimento abriu as portas e constituiu, junto com a Pastoral da Terra... Pastoral da Terra e... O movimento da... A CPT,⁸⁷ o Movimento de Direitos Humanos, de Justiça e Direitos Humanos, e uma terceira entidade, eram três entidades que constituíram um Comitê de Apoio, em Porto Alegre, ao acampamento da Encruzilhada Natalino, que eram dez mil pessoas na beira da estrada.

P: Era a primeira vez que acontecia isso.

R: No Rio Grande do Sul, com essa dimensão. E foi engraçado que a população compreendeu isso, teve uma repercussão fantástica, pela quantidade de gente que tinha e pela forma organizativa que tinha. Era um movimento muito bem estruturado! E a comunidade de Porto Alegre teve um apoio, uma solidariedade muito grande, nós levamos caminhões e caminhões de alimentos, roupas, até Passo Fundo, que eram recolhidos em Porto Alegre. O Movimento... Aquele jornal "Movimento dos Sem Terra", que era um tablóide, os nove primeiros números dele era em papel ofício que eram rodados no mimeógrafo, e nós que rodávamos lá no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, os nove primeiros números. A partir do terceiro número nós conseguimos botar uma capinha com uma cor distinta, de branco... Então... Muito bonito isso, a criação da solidariedade que se construiu ali, em favor daquele Movimento; ele foi tão forte que o governo federal baixou – à época, o Coronel Curió, que comandou Serra Pelada, que comandou parte da repressão na Guerrilha do Araguaia – junto com a Polícia Federal, foi para o acampamento da Encruzilhada Natalino e decretou, à época, aquela área de segurança, com base na Lei de Segurança Nacional, decretou aquela área como de Segurança Nacional: ninguém entrava e ninguém saía. O doutor Omar Ferri impetrou um mandado de segurança em Porto Alegre para que as pessoas pudessem ter o direito de ir e vir. Eu levei uma turma de, uma excursão de pessoas, saímos de ônibus e chegamos lá com um mandado, expedido pelo juiz, para entrar. O coronel Curió se rendeu àquilo, e nós entramos e ficamos o dia inteiro lá no acampamento; aí, no final da tarde, a direção lá do acampamento disse: - Vocês vão e nós ficamos; e agora o pau vai quebrar -, aí o Miguel Palaoro, eu não sei se você tem...

P: Nós vamos entrevistar...

R: O Miguel Palaoro, ele vai te contar essa história! Eu e o Miguel Palaoro ficamos lá, o resto do pessoal voltou para Porto Alegre. Quando nós... Deram umas quatro horas da manhã, na minha barraca onde eu dormi vieram dois policiais federais e me levaram para o acampamento do Curió, e logo em seguida o Miguel, que dormiu em outro barraco, também foi trazido. Nós nos sentamos à mesa, os policiais chegaram e botaram os revólveres em cima da mesa e aí disseram: - Vocês aguardem o Doutor Curió -. Olha, não demorou mais do que meia hora, uma das coisas mais emocionantes que eu vivi na minha vida. Amanhecendo o dia, eu fui preso por volta das quatro horas da manhã, levado para o acampamento, depois amanheceu o dia e eu ouvi um barulho lá por fora e de repente um silêncio assim... Começou o hino nacional, dez mil pessoas cantando o hino nacional com foices e machados voltados para cima, cantaram o hino nacional e começaram o coro: - Solta, solta, solta! -. O Coronel não teve outra saída a não ser pegar a corneta, o alto falante, que nós chamávamos de corneta, e sair do palanque dele e dizer - Ninguém está preso aqui! Ninguém está preso aqui! -, - Então solta e apresenta o Miguel e o Augustino -, e tal, e ele... Não teve outra saída! Porque aquelas foices... Não ia ter espingarda, nem revólver, nem armamento da Polícia Federal, ia ser um massacre. Olha, recordando isso, é de arrepiar, um hino nacional... Eu não sei como é que aqueles caras conseguiram mobilizar tão rapidamente, mas foi criança, foi todo o mundo na frente do acampamento, amanhecendo o dia e cantando o hino nacional. Quando eu vi a imagem com aquelas foices, machados, facões, tudo para o alto... Aquilo lá está vivo, como se tivesse sido ontem. E ali eles não tiveram mais outra saída, o

⁸⁷ Comissão Pastoral da Terra.

governo federal teve quase que comprar parte do acampamento, que foi levado aqui para Goiás, numa cidade chamada Rio Verde, que é hoje uma cidade onde o agronegócio prospera que nem... Muito rica hoje a cidade, o agronegócio se instalou ali e nunca mais se soube como esse pessoal se integrou. Mas metade do acampamento se dividiu, com a força do Governo Federal, e os outros resistiram e foram assentados na fazenda Annoni, que é uma das experiências de solidariedade mais bonitas que eu conheci. Eu fui à celebração dos dez anos da Annoni: a produção, os valores que se construíram em cima da fazenda Annoni é coisa de se... Foi escrito já sobre isso, não é? Que também é fantástico.

P: Porque aí parte deles era os que resistiram à animosidade...

R: Resistiram até que foram assentados na fazenda Annoni. E o Movimento era o único Movimento que traz muito essa história toda, e por isso mesmo tem essa capacidade de resistência, de mobilização, até hoje. Porque foi construído em cima de valores, de organizações, muito fantástico isso... E eu me sinto parte dessas... Dessa história.

P: Dessa história, sem dúvida... Diz-me uma coisa, Augustino. Tem alguns dos fundadores do Movimento que infelizmente nós não temos como entrevistá-los – já faleceram – e alguns devem ter sido teus contemporâneos também. Acho que o Celso Gaiger; não sei se o Luiz Goulart está desde o início... Não sei se tu chegaste a trabalhar com eles, poderias falar alguma coisa sobre eles?

R: Tenho medo de esquecer alguns, porque era uma turma de quarenta pessoas que trabalharam no começo lá. Mas o desembargador Celso Gaiger é uma das figuras que... Primeiro presidente do Movimento. Os três filhos dele – Inácio, o Júlio, que acabou falecido também, trabalhou comigo aqui na Câmara –; o Júlio, o Inácio e o Paulo, todos os três filhos fantásticos. Um sociólogo, o Inácio; o Paulo, músico; e o Júlio, respeitável jurista não é como o pai. Antônio Allgayer, que não sei se, era o Chefe, o Procurador-Chefe do Palácio Piratini, nos trazia muita informação palaciana; o Jacques Alfonsin, que segue militando até hoje. O Luiz Goulart é um professor meu, tanto no escritório dele como na faculdade Unisinos, ele deu aula na Unisinos, professor de Direito Penal, mas eu o ajudei muito, auxiliiei muito em muitos habeas corpus, muitos mandados de segurança, eu ia ao escritório dele, até sábados pela manhã, nós ficávamos lá, eu o auxiliando para tirar gente da cadeia, aqueles que nós amparávamos, fazer ações em favor de pessoas que ocupavam terras e eram reintegradas em ações judiciais... O Goulart... A doutora Rejane... Esqueci o sobrenome dela, era uma Procuradora do Estado, junto com o Jacques Alfonsin, que teve um papel fundamental na área jurídica também. É... Ignácio Spohr, o Albano Trinks... É... Bom aí é...

P: Não, já tem aqui um bom leque, até porque nós vamos indo atrás de mais informações.

R: Mas tem uma turma boa que eu estou esquecendo.

P: Nós temos lá os documentos com as atas assinadas inclusive, então nós conseguimos cruzar depois essas informações.

R: Naquele livrinho que foi... Não sei se no Arquivo ainda tem algum livrinho do Seminário fundador... Vinte e cinco de março de 1979, o Seminário de Fundação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, lá, salvo engano, tem a relação dos membros do Movimento naquela época.

P: O Jair, em um dos depoimentos que ele deu Augustino, diz que ouviu... Quando a ditadura termina, em 1985, que há uma espécie de dispersão digamos, em função de que... Bom, há muitas bandeiras dos Direitos Humanos, ou seja, a primeira, claro, era sempre essa de enfrentar a ditadura, tudo de certa forma se aglutinava ali. Mas que a partir daí é como se algumas pessoas começassem a tomar outros rumos, ou se especializam em determinadas lutas. Mas vemos também que há um afastamento de algumas pessoas, tu te retiras em 1988, mais ou menos...

R: Em 1988.

P: Isso são questões internas, Augustino? De uma nova leitura do tempo, como é que ocorre isso?

R: Não por que... Eu acho que... Na época nós tínhamos um inimigo – um adversário, para não chamar inimigo – um adversário político muito claro, e todos nós tínhamos que nos unir contra ele pela força que ele tinha: era o Estado. Então, ali, tanto nos partidos políticos, quanto nas organizações mais políticas, a AP, PC do B⁸⁸ e tal, os Partidos comunistas, os Partidos revolucionários, os Movimentos, as Comissões de Justiça e Paz da Igreja... Era tudo coeso dentro de suas organizações em função do inimigo, que era o próprio Estado. Depois quando vêm a abertura lenta e gradual do Geisel, não é, as coisas vão... Vêm os partidos políticos, vem a construção da CUT, as Centrais Sindicais, então as pessoas saem de uma trincheira, mas vão para outra. Aí vão para o Partido, na época se começou a construir o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista, o PC do B e tal, eles vieram junto, nós construímos as Centrais Sindicais, a Central dos Movimentos Populares, então se diversifica a luta, não é mais aquela luta única contra a ditadura militar, mas a possibilidade de você começar a construir. Se na época, a leitura que eu faço, nós éramos um movimento de resistência, passamos, a partir da Abertura, a um movimento de construção de diversas coisas! E aí sim, ao longo do tempo... Eu acho que aí sim, os movimentos... Não sei se é porque a institucionalidade absorveu essa gente, ou foi a incapacidade nossa de construir novos quadros para ficar no movimento social. Eu faço a leitura um pouco nesse sentido, os tradicionais tinham diversas ramificações para onde ir, ou iam para a Central Sindical, ou Central dos Movimentos Populares, Porto Alegre a FRACAB, a UAMPA,⁸⁹ os movimentos que tomaram o movimento urbano, veio o MST, a CPT absorveu grande parte... Veio a construção Comunista dos partidos, então as pessoas foram para outras militâncias! Eu acho que poucas delas assim se entregaram, são ex-militantes, não é? Hoje eu acho que pode ser que tenha mais acomodada e tal, em outras trincheiras institucionais. Tarso Genro era um militante, hoje governador, o Fortunati, militante da época da CUT, um expoente da CUT, prefeito municipal. Então se você olhar você vai identificar aquelas pessoas em outras trincheiras; o que nós não tivemos é a capacidade de formar pessoas para ficar no movimento social. Você tem hoje o movimento contra a homofobia, bastante forte, o movimento de mulheres, o Movimento de SemTerra, do MST, mas não tem muito aquele movimento social que... Tem-se por categoria de interesse, sem dimensão ideológica hoje, pouquíssimos...! Eu tenho coragem de dizer assim, que o MST é um movimento que tem uma ideologia política ainda, tem essa dimensão, faz estudos, prepara os militantes com essa dimensão política de compreensão do funcionamento da sociedade. As outras são... São movimentos... A greve, você viu, é a greve da Polícia Federal, é a greve dos Auditores Fiscais, é a greve dos professores...

P: É bem pulverizado...

R: Pulverizado e de interesse imediato, que é econômico. As pessoas se mobilizam em função da sua ascensão econômica. Tem razão isso? Tem claro que tem. Mas são pouco politizados... O grande mal nosso, hoje, é que você, nem nos partidos políticos, em pouquíssimas instâncias você tem uma discussão política hoje. Por isso que os partidos são balcões de negócio, é um - Toma cá -, - O que eu ganho com isso? -, não tem uma dimensão de propósito nacional, em função do país, as emendas parlamentares ao orçamento são para interesses imediatos, você não pensa no país. Isso é falta de discussão política! Discussão política, filosófica, sociológica, de compreensão da sociedade hoje, e a juventude especialmente. Qual é a juventude que lê? Que tem um grupo de estudo? Que não seja em função de concurso? Qual é o grupo que está lendo filosofia, os filósofos, os pensadores hoje, quem são os nossos referenciais teóricos hoje? Pouquíssimos, nós não temos mais. Nós tínhamos na nossa época, tínhamos os nossos grupos de intelectuais, que eram os nossos referenciais quando éramos jovens, eles que nos inspiravam, nos animavam a leitura, a elaboração teórica e tudo. Isso eu acho que está muito em baixa hoje.

88 AP: Ação Popular; PC do B: Partido Comunista do Brasil.

89 FRACAB: Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros; UAMPA: União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

P: Augustino, uma pergunta: tu também chegaste a trabalhar na Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos?

R: Eu fui presidente...

P: Tu foste presidente, inclusive. Em 2005...

R: Em dois mil e... Sete.

P: Como foi essa experiência? Sobretudo naquela época, considerando que...

R: Quando eu vim aqui com o Nilmário Miranda, o deputado Nilmário Miranda, ele... A lei é de 1995... Em 1996 eu assessorava e fazia os pareceres para os votos do Nilmário Miranda, que tinha assento na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. Então, essa experiência é muito interessante, hoje está revelada dentro do, naquele livro do Cláudio Guerra, onde ele relata a função específica dele de destruição do local do crime e de criar uma versão oficial do governo. Ele relata isso no livro dele, ele era um dos principais atores para a destruição do fato e criar a versão oficial. Junto com esse trabalho de operação da destruição do local, para que nenhuma pericia fosse feita, funcionavam também os médicos que davam os laudos: suicídio, de quando era homicídio, claro. Então a Comissão tinha como principal função instaurar o procedimento sobre uma morte ou um desaparecimento... Uma morte, principalmente, porque os desaparecidos foram reconhecidos na própria Lei já. Mas nós tivemos que desmontar; a partir dos documentos oficiais que tínhamos – requisitamos dos IMLs⁹⁰ os laudos médicos, que foram requisitados, que nós trouxemos para a construção do processo –, você tinha que fazer um reexame daquele laudo, com base em outras informações, e invariavelmente nós chegávamos à conclusão que aquilo lá não era um suicídio, pela posição do revólver, pelo tiro e tal. Os peritos, nós tivemos auxílio de peritos que desmontaram tudinho isso - Isso aqui não foi suicídio porque o cara não era... Era canhoto não era... Então ele não poderia ter dado o tiro por aqui -. Tudo isso foi desmontado, as versões oficiais tiveram que ser desmontadas para nós efetivamente construirmos as circunstâncias das mortes das vítimas, trabalho muito interessante, fantástico, trabalhei muito nisso. Então reconstituir e resgatar todas essas circunstâncias ou possibilidades para se chegar à verdade real daquela circunstância, daquela morte, é um trabalho fantástico. E aí eu adquiri essa experiência com os pareceres que eu fazia; os votos com o Nilmário Miranda, que viajou esse país inteiro, recolheu, removeu cemitérios, foi atrás de IML, toda documentação que hoje ainda está lá reunida e é fantástica. Quando assumi a presidência da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, em novembro de 2007, eu senti que era uma das tarefas mais espinhosas da República, até atualmente. Eu acho que a Comissão da Verdade enfrenta a mesma coisa. O problema maior é o seguinte: o desaparecimento efetivo de documentos que pudessem trazer à tona as circunstâncias de desaparecimento, que sem nenhum pudor, sem nenhuma medição de consequências os militares efetivamente destruíram. Grande parte física, agora tem uma parte que esta microfilmada, o Arquivo Nacional ele tem hoje uma parte microfilmada dos arquivos da repressão que não foram lidos ainda e que precisam ser lidos. E hoje nos temos essa possibilidade de conseguir avançar nessa área. Se a Comissão da Verdade efetivamente, se a Dilma der a infraestrutura para ela, ela vai chegar a muita documentação, muita revelação de muitas coisas. Mas aí eu disse que é espinhoso por quê? Por causa dessa destruição que foi feita, e não se resgata. Cada Ministério... Nós sabemos disso hoje, cada Ministério... O INCRA⁹¹ serviu de base militar na época, quando o Exército abriu as fronteiras, ocupação de toda a região Norte, ele massacrou, ele dizimou povos indígenas inteiros, praticamente. Hoje nós temos a condição de resgatar os índios Waimiri Atroaris lá da Amazônia, foram praticamente dizimados! Outras populações rurais, que hoje, agora também já tem um grupo que está se especializando em resgatar a memória disso, também foram destruições totais. O INCRA, como eu estava dizendo, tinha o seu arquivo porque era a base do Exército naquela época; o INCRA junto com a Rodobrás,⁹² um órgão que veio a ser substituído pelo DNR-Departamento de Estradas.⁹³ Esses arquivos, que poderiam dar muito subsídio, não existem mais hoje, você vai a muitas Universidades, você... Que também a

90 Instituto Médico Legal.

91 Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

92 Rodoviário Brasileiro de Transportes.

93 DNER: Departamento Nacional de Estradas de Rodagens.

UNB, por exemplo, que completou cinquenta anos agora, tentou fazer um resgate sobre isso, não encontrou... E aqui nós sabemos da repressão que teve na Universidade Federal, mas não se encontra. Então é uma das coisas cruciais que nós temos, e tem pouca possibilidade ainda, porque não temos uma legislação que comece a ressarcir, a história... Uma legislação que não permite que você possa convocar pessoas, você pode só apenas convidar, e nós sabemos que esse grupo que ainda permanece na caserna tem muita resistência em prestar depoimento, então isso vai ser uma das dificuldades grandes que nós temos pela frente. E a minha experiência dessa área foi, o que eu senti mais foi esse entrave da destruição que houve efetivamente.

P: Para irmos concluindo, Augustino. Tu estás trabalhando muito, sistematicamente, com a questão dos meninos e das meninas de rua, como que está essa situação hoje? Isso também tem a ver com o nosso trabalho, na medida em que é um dos grandes temas que persistem no tempo, não é? Como é que está isso em termos de questão social que ainda nos atinge. Que avaliação tu fazes?

R: Olha de 2000 para cá eu acho que houve avanços significativos. Não há dúvida, as cidades nos mostram isso, a distribuição de renda chegou; as possibilidades de acesso a bens materiais cresceram, você vê pela quantidade de carros que tem hoje. As pessoas dizem hoje, a elite diz assim hoje: - Tenho nojo disso -, - O aeroporto virou uma rodoviária -, - Você tem que viajar do lado de gente da pobreza agora... -. Então, o nordeste todo que comia só osso de galinha, hoje está comendo peito de galinha, então você tem uma melhoria. Agora, o problema é que essa melhoria chegou até certa linha, dessa linha para baixo nós temos trinta milhões, trinta quarenta milhões que efetivamente estão na miséria. O acesso desse contingente permanece, a Dilma tem uma promessa eleitoral de erradicação da pobreza, e vai ter que haver muito esforço, sobretudo no enfrentamento de ordem política. O nosso problema permanece piramidal, a concentração de renda ainda, esse é o maior problema nosso, então para você mexer na distribuição de renda, você está mexendo sem mexer... A distribuição do bolsa família não mexe nessa estrutura! Você tem que fazer um enfrentamento político do status das pessoas que detêm esse poder, essa concentração de riqueza, e isso que nós não estamos... Nem o Lula enfrentou, nem a Dilma está enfrentando; então o problema é estrutural. Aí qual é a via escolhida? É a via da esmola. Eu tenho essa compreensão, o bolsa família não passa de uma benesse. Não envolve, não tem uma conscientização de que aquilo lá é um direito, um direito social, um direito fundamental para a dignificação da pessoa, por quê? Porque ele chega na forma de esmola, e aí não tem organização política, não tem conscientização política, e nós não estamos mexendo nessa estrutura. E aí permanece a população de rua, que é muito grande e cresce em função hoje da questão do crack, não sei se lá no Sul é a mesma droga, mas hoje o contingente aumenta cada vez mais, e está trazendo, não só pelo fato da pobreza, e essa é uma população que você não retira de uma hora para outra da rua não. Porque o crack, quem é dependente químico, é dependente por um longo período, se não pela vida toda, porque ele é tão fulminante que você tem que ter um apoio, uma estrutura social, familiar, de amigos para você sair do crack. Isso é reconhecido por dependentes químicos da classe média, que constatou isso, e de experiências próprias: não se tira a população de rua que é dependente química hoje. E como eu disse: se você tinha uma população de rua só por causa da perda do emprego, da perda total de bens, hoje você tem um bom contingente de população de rua que é dependente químico, e aí a desgraça é maior, não é? Hoje você tem muita política pública para tratar com meninos e meninas de rua, mas não resolvemos para uma parte da população que é significativa e que chega a beirar de trinta a quarenta milhões, que vive na linha da pobreza, parte absoluta. E vai resolver isso não com bolsa família, tem que fazer isso com uma política que mexe na estrutura organizativa da nossa sociedade e da concentração de renda, essa é a minha avaliação.

P: Augustino, alguma coisa que não colocamos e que tu gostarias talvez de colocar, de valorizar, como fechamento, talvez?

R: O meu grande desejo hoje é que a sociedade consiga pensar mais. Nós somos consumistas, nós somos imediatistas, nós somos desesperados para algumas coisas e não nos damos conta nem de pensar quem sou eu, do ponto de vista mais espiritual, isso você pode; cada um coloca

na sua dimensão. Nós temos uma coisa que eu acho horrível: uma domesticação criminoso... Eu tenho a compreensão daquela parte da sociedade que hoje está envolvida, submetida às religiões evangélicas, isso é um mal que vai redundar talvez até numa intolerância maior e vai trazer um problema de conflito. Efetivamente esse contingente não é pequeno, você tem aqui no Congresso Nacional uma bancada de noventa deputados que são pastores de Igrejas Evangélicas; e elas submetem – isso não é religião não! –, o que elas fazem com os fieis, de incutir remorsos para depois arrancar, salvar as pessoas através do dízimo e da submissão bestial, isso vai trazer um resultado ainda eu acho que bastante significativo para a nossa sociedade, em termos de intolerância, em termos de submissão e tal. E isso dói isso dói, porque as pessoas não pensam; a dimensão religiosa trazida para esse campo não é religiosa, para mim é uma submissão criminoso. Nós não temos um movimento social, e é isso que eu sinto bastante, que nós não tenhamos mais essa dimensão de estudo, de reflexão, sobre o que somos, para onde vamos como humanidade. O meio ambiente é atropelado pelo agronegócio, as outras dimensões não são consideradas, e tu não vês muito a Igreja Católica que tinha, com o trabalho fantástico sobre isso, parece que está... Não sei nem onde é que ela está hoje. Então um pouco isso, mas têm questões pontuais que são importantes, o resgate da memória histórica é importante, esse trabalho que vocês estão fazendo é fantástico, e quem sabe para as futuras gerações isso certamente vai valer por muita coisa, esse movimento que existe hoje. E muita coisa está se fazendo, vocês estão fazendo com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, há um grupo que está fazendo todo esse resgate a que me referi na área indígena, não foram só os espanhóis e portugueses que dizimaram, a ditadura, o agronegócio hoje está dizimando centenas e centenas de grupos de pequenas pessoas que estavam ali, nos... Uma destruição cultural tremenda. Então, um pouco isso. Mas eu vivo muito bem com esse vício bom ao qual me referi no começo da nossa conversa, estou nessa luta acreditando muito, estou criando meus dois filhos com essa dimensão esperançosa de um Brasil melhor.

P: Augustino, muito obrigado.

R: De nada, parabéns pelo trabalho.

DEPOIMENTO 9 – LUIZ CLÁUDIO CUNHA.⁹⁴

BRASÍLIA, 14 DE SETEMBRO DE 2012.

P: Luiz Cláudio, a primeira coisa que gostaríamos de saber de ti, que fizesses um pouco uma apresentação tua, que falasses um pouco das tuas origens e das tuas motivações, até chegar a jornalista.

R: Bom, meu nome é Luiz Cláudio Cunha, nasci em Caxias do Sul, na serra gaúcha, em 1951, e eu, ah... Fui me encaminhado assim, meio, sem muitos planos para o jornalismo, e em Londrina, quando eu fiz um curso livre de jornalismo, e como eu fui... Acabei sendo o primeiro lugar no curso, ganhei um estágio no jornal A Folha de Londrina, onde eu comecei a trabalhar em [19]69, isso em pleno regime da Junta Militar, no auge de uma agitação política muito forte, que envolvia, logo após o AI-5 o sequestro dos Embaixadores, uma repressão muito forte, e em Londrina estávamos muito fora desse foco, é... Político mais central, que era Rio [de Janeiro], Brasília e São Paulo. Mas pegávamos um pouco o rescaldo disso. Eu me lembro de que, nessa época, a primeira vez em que eu ouvi falar em guerrilha do Araguaia, era um despacho em Espanhol da agência France Press, que, como era usual naqueles tempos de censura, não saía no jornal, mas recebíamos pelo teletipo – naquela época havia teletipo –, grudávamos no mural da redação e líamos, extasiados, uma história que os brasileiros comuns não liam. Aí eu... Era assinado por um tal de comandante Lobo, que era o porta-voz da chamada “fogueira”, o exército guerrilheiro do Araguaia, forças guerrilheiras do Araguaia. E a partir dali é que começamos a tomar conhecimento de que havia um outro Brasil, um outro mundo que não aparecia nas páginas dos jornais. E em [19]70 eu me mudei para Porto Alegre, comecei a trabalhar na Zero Hora, primeiro como repórter iniciante, depois eu fiquei como repórter especial, e em setenta e... Setenta e dois, eu fui chamado pelo jornalista Paulo Totti para trabalhar na sucursal da revista Veja. Na época, o Paulo Totti era o mais importante jornalista gaúcho em atividade, um homem que formou gerações de jornalistas, é o meu mentor, que eu mais respeito e admiro até hoje – ainda hoje ele é um repórter no Valor Econômico, em São Paulo. E naquela época eu comecei a entrar no circuito da grande imprensa nacional via Veja, na época uma revista... A maior revista semanal do país – vendia quatrocentos, quinhentos mil exemplares por semana –, mas tinha uma linha nitidamente de centro-esquerda, de oposição clara à ditadura, até porque era censurada; ela tinha uma presença muito forte e era uma revista de muita reflexão. Tinha muito texto é... Sendo, é... Predominante sobre a imagem. No jornalismo de hoje temos muita cor, muita foto, muito infográfico, e textos muito... Muito sucintos. Naquela época o privilégio era dado para o texto, e para ter muito texto precisava ter muita informação. Então a Veja tinha uma característica de ser uma revista que fazia a reflexão da conjuntura política brasileira, e era muito importante, porque aquilo foi uma escola de vida para mim, para entender não só a profissão, mas entender também o país em que estávamos vivendo. Bom, depois disso, é... O Paulo Totti foi nomeado chefe de reportagem em São Paulo, e em [19]72 eu assumi a chefia da sucursal da Veja. E como era praxe naquela época, o homem da sucursal da Veja em Porto Alegre cobria o Cone Sul. Então todas as crises da Argentina, do peronismo, a ditadura militar, eh... Cámpora... Sequestros... O próprio Uruguai, na época dos Tupamaros, Dan Mitriane, quem fazia as capas da Veja era sempre o Paulo Totti, que viajava para esses lugares, na época em que demandava uma cobertura mais intensa, e ele ia para lá e sempre se incumbia de forma exemplar, com matérias que até hoje podem ser acessadas pelo arquivo digital da Veja, para ver a excelência do texto e da informação jornalística do Paulo Totti. Quando ele foi embora, eu herdei um pouco essa tarefa. Então eu viajei muito ao Uruguai, muito à Argentina, eu fiz os preparativos – um ano antes – da Copa do Mundo, em [19]78, na Argentina; em [19]77 eu andei por lá para ver como os militares estavam montando

94 Luiz Cláudio Cunha nasceu na cidade de Caxias do Sul (RS/Brasil). É jornalista, e começou sua carreira em 1969 no jornal Folha de Londrina, no Paraná. Trabalhou para os jornais *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio Braziliense*, *Diário da Indústria e Comércio* e *Zero Hora*. Ainda trabalhou nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Afinal*. Entre seus trabalhos mais importantes, encontram-se as reportagens realizadas no período de 1978 a 1980 sobre o caso conhecido como o “Sequestro dos Uruguaios”, episódio da Operação Condor ocorrido em Porto Alegre e do qual foi protagonista central. A série de reportagens lhe rendeu o Prêmio Esso de Jornalismo, em 1979. Em 2008, Luiz Cláudio lançou o livro “Operação Condor: o sequestro dos uruguaios – uma reportagem nos tempos da Ditadura”. Atualmente escreve para o *Observatório da Imprensa* e para o portal de notícias *Sul21*, além de assessorar a Comissão Nacional da Verdade.

os estádios e tentando fazer da Copa uma vitrine, para tentar abafar um pouco o seu visual de ditadura mais sangrenta do Cone Sul. E fizemos uma matéria muito crítica, não era uma matéria futebolística, não é? Como tudo que a Veja fazia naquela época, ela tinha um substrato, um cenário de fundo que mostrava que na verdade aquilo tudo era uma coisa para mostrar ao mundo que a Argentina era uma maravilha. Como faziam no Brasil aqui, no governo Médici, na base do Milagre brasileiro, ocultando as mazelas do país. É... Eu fui muito ao Uruguai para descrever a diáspora, o exílio uruguaio, num país chico, muito pequeno, de três milhões de habitantes, é... Meio milhão estava no exílio, morando na Argentina, na Austrália, na Europa, porque havia a asfixia econômica de um regime em crise, e havia a asfixia política de um país que foi a Suíça da América Latina nos anos [19]50, e se tornou um exemplo terrível de fechamento político, de sufocamento econômico, que levava as pessoas ou a procurar uma saída econômica, fora, no exterior, ou procurar a liberdade que não tinha no Uruguai. O regime uruguaio estabelecido a partir do governo Pacheco Areco, com o endurecimento, e a partir do golpe, em [19]73, ele estabelece um padrão, que na verdade é um filhote da ditadura brasileira – tudo que acontece no Uruguai é sempre uma sequência do que aconteceu primeiro aqui no Brasil. Nós treinamos torturadores no Uruguai, os nossos Atos Institucionais viraram Actas Institucionales no Uruguai, o modelito de fechamento de Congresso, de cerceamento da atividade partidária, política, cassação de mandatos, a derrubada da imunidade do juiz da Suprema Corte, tudo que aconteceu no Brasil aconteceu depois, no Uruguai. Nós fomos mestres, e os uruguaio foram aprendizes exemplares do que não fazer em cima da democracia. Nesse processo, tem um episódio que eu acho importante que é o seguinte. Em [19]74, abril, completava-se o primeiro período de dez anos é... Do primeiro Ato Institucional brasileiro, que cassou os nomes mais malditos do regime... João Goulart... Que começava por Jango, Brizola, Prestes, todos eles estavam cassados. Dez anos! E nós lembramos, na revista, que em [19]74 cessava isso, então poderíamos falar com essas pessoas que potencialmente estavam livres dessa sanção da ditadura. E nós bolamos uma pauta, São Paulo-Porto Alegre, de passar o dia dez de abril, que era o dia que inspirava a sanção do golpe, ao lado de Jango e Brizola. Então, eu chefiava a sucursal da Veja, aí uma repórter minha – Adélia Porto da Silva, a popular Dedé, querida amiga –, eu mandei com um fotógrafo para acompanhar a vida do João Goulart naquele dia dez de abril. E eu, me aproveitando da minha amizade e... Da minha irmandade com o meu fotógrafo Ricardo Chaves – Kadão, filho do Amilton Chaves, ex-homem de imprensa do governador Leonel Brizola, da Legalidade, por quem o Brizola tem o maior afeto, o maior carinho – nós fomos acompanhar esse dia com o Brizola, e fomos encontrar o Brizola em Tacuarembó, na sua fazenda. Então eu lembro até hoje que naquele dia o Brizola saiu da fazenda; entrou em uma Kombi – ele dirigindo, eu do lado e o Kadão na janela –, e indo em direção ao campo. Aí lá no campo... Nós conversando, o Brizola ficou muito surpreso - Ué que vocês estão fazendo aqui... -. Ele nem se lembrava da data! Nós é que - Olha o senhor está sabendo que dia é hoje? Hoje é o dia em que acaba a sua punição de dez anos da primeira lista -. E aí conversamos, ele ficou estirado na... Na... No campo! Aquela planura, aquele pampa lindo, uruguaio, que lembra muito o pampa gaúcho, do Rio Grande do Sul – e nós somos irmão até nisso, até na geografia –, é, com os cachorrinhos peludos que até pareciam ovelhas na foto, e tal. E ele disse uma frase que eu anotei e coloquei na matéria, dizendo o seguinte: - Em [19]64 eu fui derrotado militarmente, não politicamente -. Na semana anterior, a Veja tinha tido a sorte, ou o privilégio, de ver a censura levantada na revista. Ela tinha uma censura, e a censura tinha sido levantada por alguma razão. Quando saiu essa matéria, com essa frase, os militares ficaram tão irritados que a censura voltou... Porque eles acharam que... Aquela ousadia de jornalista, que vai lá e pega e ainda achincalha o sistema revolucionário com uma frase provocativa dessas. E nós apenas retratamos uma frase, que era a frase do entrevistado. A Dedé teve menos sorte do que eu, porque quando ela encontrou o Jango, o Jango estava em Punta del Este, e passou o dia inteiro muito mal, bebendo muito, embriagado praticamente. Porque na véspera o Armando Falcão, Ministro da Justiça do Geisel, contrariando todas as expectativas, que o próprio Jango tinha – o Jango era uma pessoa mais emotiva, mais afetiva, era menos duro que o Brizola, que era mais militante, mais combatente –, ele imaginava, sinceramente, que - Bom a partir dessa data eu posso voltar para o Brasil -, que era o velho sonho dele. E o Armando Falcão tem uma frase muito dura, dizendo que, embora tivesse cessado o período, as sanções continuariam e que ninguém iria voltar, e aquilo deprimiu brutalmente o Jango, a ponto de que ele foi afogar as suas

mágoas no uísque. E o depoimento, a cena que a Dedé, minha repórter, tem desse dia é a do Jango extremamente deprimido, arrasado, pelo fato de que não acabava a sua sanção, e ele acabou sendo o único presidente brasileiro morto no exílio. Não é? É... Esse é um episódio interessante porque cruza a minha carreira profissional com personagens da história brasileira, e com aquela tragédia que naquele momento envolvia Brasil, Uruguai, e... Nessa maçaroca toda de repressão e arbítrio que começava a envolver todo o Cone Sul. E... Aí eu continuo fazendo minhas matérias, quer dizer, nesse clima de fechamento; aí saio do governo Médici, que é o governo pior, o mais sangrento de todos – embora não tenha cassado, não precisava, porque o governo era tão duro que... Não adianta os defensores do Médici - Não, mas o Médici não cassou... -. Não cassou porque não precisou. Ele matou! Não é? A diferença foi essa. E quando houve a transição do Médici para o Geisel, naquela troca de plantão de generais do regime revolucionário de [19]64, se cria a ideia da distensão lenta e gradual, que depois, no governo do Figueiredo, vai para a Abertura. E o país começa a se mover não por benemerência dos generais, que tenham se dado conta que o país merecia uma coisa boa, mas porque o modelo estava sufocado, estava exausto, já não permitia lidar com a complexidade de um país já de... Cento e vinte milhões de pessoas, que o regime militar, o regime autoritário, já não conseguia mais atender. Até do ponto de vista econômico não é? A crise do petróleo de [19]73 quebrou a... Aquela fantasia do Milagre brasileiro; o país se deparou com a dura realidade de que devia se inserir em uma economia internacional. Isso estourou no governo Geisel, que teve que agasalhar a crise do petróleo, em setenta e três. E a partir dali, quando você não tem nem a fantasia econômica para camuflar a realidade, aí as pessoas começam a se dar conta de que a política pode resolver isso, e a política só se resolve em um regime aberto. Então se começa a ter uma mobilização sindical mais forte, a imprensa se torna cada vez mais atuante, o Brasil começa a botar na sua agenda as palavras “Constituinte”, “Anistia”, não é? São clamores que vêm de baixo, não são por concessão benevolente do poder, mas sim pressões que brotam naturalmente; o país fica mais complexo. No centro mais politizado do país, que é o ABC, que é o centro operário mais militante, começam a se articular greves antes impensáveis, diante do regime. Nesse núcleo se cria um partido com um corte ideológico muito claro, que é o PT surge um líder barbudo, que mobiliza massas sem levantar um tiro, sem mobilizar guerrilha nenhuma, e cria um impasse para o regime, que tem que lidar de uma forma mais civilizada com isso: não adianta botar só tropas e tanques para cercar uma assembleia de operários. Então esse país todo, mais... Borbulhante... Começa a caminhar em rumo, em direção à luz. E aí nós chegamos a [19]78. Novembro de [19]78. É um país que está, é... Fervilhando, com essas questões novas, e nesse momento eu, chefe da sucursal da revista Veja, com essa vivência, com essa coisa que amadurecia dentro do país e dentro de nós, dentro de mim como profissional, como cidadão, eu recebo um dia na sucursal uma figura de bigodinho, discreta, tímida, que foi lá consultar o arquivo da revista Veja encadernada que eu tinha na minha sala. Aí a... Eu fico trabalhando, e daqui a pouco eu percebo certa dificuldade, e digo - Oh, você está procurando o que exatamente? -, ele disse - Bom, eu estou procurando algumas notas sobre o Uruguai... -, e aí eu percebo e digo - Ô, você é uruguaio? -. E aí eu fiquei muito feliz, muito alegre, porque há algum tempo eu não ia ao Uruguai; o Uruguai estava muito fechado; as minhas fontes, os meus amigos, tinham ou desaparecido, ou se exilado, ou estavam presos. E eu disse - Oh, você, gosto muito do Uruguai, como todo gaúcho, a gente tem muita coisa em comum além do chimarrão e tal, afora o futebol... -. E aí começamos a conversar, e aí... E ele me mostra – se apresentou como Miguel, o nome dele; eu senti certa reserva, naquele momento não costumávamos pedir muitos detalhes para as pessoas, porque respeitávamos e sabíamos que era só um nome de segurança –, e aí ele me explica e fala da sua admiração pelo momento político que o Brasil vivia, muito diferente do momento do Uruguai não é? Onde havia sindicatos atuantes, uma imprensa combatente, o partido de oposição, embora minoritário, clamando por constituinte, movimentos já pedindo Anistia; nada disso acontecia no Uruguai. E aí começamos a conversar, e ele volta no outro dia... Algumas semanas depois, e eu digo que - Olha eu tenho muito interesse em coisas do Uruguai -; e aí ele me traz um panfleto chamado Compañero; e aí eu perguntei o que era; era o órgão de um partido clandestino uruguaio chamado PVP – Partido por la Victoria del Pueblo...

P: Tu já tinhas alguma informação sobre...

R: Nada, nunca tinha visto! Daí – Pô, isso aqui... Como é que é isso? É mensal, é semanal? -, aquela minha... Não, - Sale cuando puede -. E eu respeitava muito os limites do que ele conversava comigo. Certo dia ele chegou lá acompanhado – era uma jovem morena, que ficou calada o tempo..., se apresentou como Maria –, e aquela coisa, me trouxe mais material, me trouxe alguns documentos do Uruguai, e aí eu passei algumas outras matérias da Veja, e nós ficamos numa troca... Jornalística. Certo momento – isso eu acho que lá por outubro e tal – sumiram. Não voltaram mais. Eu nem me lembrei! Sabe eram... Tantas pessoas que às vezes passavam por lá e tal... Achei que eram... Devem ter viajado e tal. Aí um dia eu estou em... Em novembro de [19]78, dia dezessete de novembro, sexta-feira – isso é importante, porque são dois dias após a eleição nacional do dia quinze de novembro, que elegeu senadores, deputados federais, governadores. Naquele momento, o Rio Grande do Sul estava elegendo como senador o líder da oposição – quer dizer, mais um sinal desse país fervilhante que o Brasil estava se tornando –, o líder da oposição, Pedro Simon, estava se tornando o senador eleito, derrotando por larga margem os candidatos da ARENA, que era a sigla da ditadura. Porque era... E o Rio Grande do Sul foi sempre um estado muito... Muito rebelde, muito indomável, em relação ao golpe de sessenta e quatro, porque os grandes líderes do regime deposto eram gaúchos não é? Jango e Brizola eram de lá; o PTB, que era o partido da base janguista, o mais machucado pelas cassações foi o PTB gaúcho. Então o Estado tinha naturalmente uma reação anti-ARENA e antirrevolução – que era como os golpistas se chamavam – muito forte! Então, naquele momento, quando se dá a possibilidade do povo gaúcho votar, ele votou de forma esmagadora no Pedro Simon, que foi eleito senador. Aí o que eu fiz. Mandeí meu repórter, Pedro Maciel – que fazia dupla com a Adélia Porto da Silva na sucursal – para Rainha do Mar, a praia onde Pedro Simon tinha a sua casa – tem até hoje –, e onde ele estava lá, recebendo jornalistas do Brasil inteiro, porque ele era uma figura muito importante da oposição brasileira, não só gaúcha, que se tornava agora – deixava de ser Deputado Estadual, líder local, provincial, da oposição, e se mudava para o cenário do centro dos acontecimentos nacionais, que era Brasília. Então ele estava recebendo todo mundo naquela festa, e eu mandei para lá o Pedro Maciel, o repórter, e o fotógrafo Ricardo Chaves, o mesmo que me acompanhou naquela reportagem do Brizola. E eles estavam lá, e na sexta-feira – que era aquele dia frenético, esperando eles voltarem da praia – ali por volta do meio-dia toca o telefone na sucursal. E eu envolvido lá com a cobertura; muitos números, e precisávamos fechar sondagens e fechar levantamentos, as tabulações se haveria uma maioria do MDB na Assembleia local em relação à ARENA e tal, e alguém... E a minha secretária disse - Olha alguém quer falar contigo -; - Agora eu não posso -, aí eu meio... De má vontade. Aí a pessoa voltou a ligar umas duas vezes mais; na terceira vez a minha secretária – a Loraine, mulher do Kadão – disse - Olha ele está no telefone, aquela mesma pessoa, e quer falar contigo -. Aí eu disse - Não, me passa! -. Aí, quando eu fui falar - Alô, e tal -, atendi meio mal humorado, assim, - Hola, periodista Luiz Cláudio Cunha? - aí eu percebi que era uma pessoa falando em espanhol, e disse - Si -. E ele - Bueno, necesitamos que nos ayude, hay unas personas... Que precisam ser ubicadas en Porto Alegre, y no están -. Eu disse assim - Qual é o nome das pessoas? -. Aí me passou o nome, eu anotei num papel, Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti, e... E me deu o endereço – Rua Botafogo –, e eu meio assim... Incomodado com aquela... Intromissão! Eu estava preocupado com a eleição nacional, e disse - Não, mais, sim, mas pode ser que eles estejam apenas... Eh... Tenham viajado e você não saiba e tal -, e ele disse - No, no, eso lo sabríamos... -; e eu - Mas eles estão... Eles estão o quê? Desaparecidos? -; ele disse - No, están detenidos -. Aí eu disse - Bueno -; e ele, - Necesitamos a alguien para ver lo que se pasa... -; - Bom, ok, eu vou ver e depois... - E eu disse assim - Mas quem é que está falando? -, - Bueno, yo estoy hablando desde San Pablo -, mas não quis se identificar. E aí desligou o telefone, e eu esqueci... E voltei ao meu trabalho crucial, que era matéria de capa da revista. Aí quando chega depois, por volta de quatro horas – eu estou esperando a equipe voltar da praia, com a reportagem do Pedro Simon –, e aí eu olho em cima da minha mesa e vejo aquela anotação. E aí lembrei: - O telefonema! -. E jornalista tem esse péssimo hábito de checar as coisas que às vezes as pessoas... Não é? É obrigação básica da nossa profissão: tem dez malucos que nos ligam, devemos checar os dez malucos. Um deles acaba, às vezes, sendo uma coisa importante. Para meu azar, esse era importante. Aí, na hora... Eu disse... Sempre saímos com fotógrafo, não é? Ou saíamos, o jornalismo mudou um pouco agora. E eu

não tinha o meu fotógrafo da Veja, o único fotógrafo que eu tinha era o fotógrafo da revista esportiva da Editora Abril, que funcionava na mesma sucursal, que era a revista Placar, um fotógrafo chamado João Batista Scalco Pereira. Esse acaso da vida, do destino sei lá, acaba sendo crucial na elucidação dos fatos posteriores. Porque o fato de eu ter um fotógrafo de esportes do meu lado, foi decisivo para as coisas andassem, posteriormente. O Scalco estava com o carro dele, eu disse - Ô Scalco! Precisamos dar uma checada e tal -. Aí fomos ao carro dele, dirigindo até o endereço; era um apartamento, um bloco de apartamentos de três andares, baixo, num bairro residencial classe média em Porto Alegre – Menino Deus –; paramos o carro, é... Estava chovendo, alo por quatro horas da tarde, a rua deserta, tinha apenas um carro estacionado com uma pessoa dentro, parada. E tinha um garotinho jogando bola na calçada, alguma coisa assim; não lembro bem... E perguntamos onde é que era o Bloco Três do prédio; era atrás, na parte de baixo; aí fomos caminhando, eu e o Scalco, chegamos lá, batemos na porta... Diante tinha uma escada, que levava para o segundo piso, e... Ninguém atendeu; e nesse momento passou um rapaz muito forte, truncado, com uma bolsa capanga debaixo do braço – achei até que ia falar comigo, mas entrou e subiu a escada –, e aí, quando eu ia apertar de novo na campainha, a porta de entreabriu um pouco e apareceu uma morena, com apenas com o espaço dos olhos – ela tentava falar comigo com os olhos –, e eu, muito educado, perguntei pelo homem da casa - Universindo está? -, me lembrando do nome que eu tinha anotado. E ela não... Nem... Fez assim que não... Fez um sinal... Eu disse - Universindo Rodríguez Díaz vive acá? -, e ela fez assim, e continuava meio tentando sinalizar com os olhos, como se houvesse alguma coisa mais. E aí eu comecei a falar em um espanhol mais rápido, disse - Bueno, nosotros somos de la Editora Abril, recibimos ahora un teléfono de San Pablo, e... Queremos saber... -. Quando eu estava falando assim rápido, ela saiu de cena subitamente; a porta foi escancarada, e no lugar dela aparece uma pistola apontada na minha testa... Um rapaz, cabelo repartido, um bigodinho... A mesma coisa acontecia com o Scalco, que estava do meu lado: um homem forte, de cor negra, e também apontando uma pistola para ele. Aí o rapaz da porta diz - San Pablo -, e me faz sinal para entrar. Entramos; o apartamento estava numa semipenumbra, embora fosse metade da tarde; as persianas estavam baixadas; tinha uma televisão pequeninha ligada; é... Deu para ver que a sala estava desarrumada, tinha uma mesa de fórmica, com uma cuia uruguaia pequena – sinal de que havia uruguaio no local. Jogaram-nos contra a parede, naquela cena clássica de filme americano, e abriram as nossas pernas e começaram a nos apalpar. Isso me deu certa segurança, é... Paradoxalmente, porque eu vi que eram policiais não é? Não eram bandidos que estavam fazendo isso comigo, eram agentes da lei. E aí fizeram e tal; tiraram a máquina do Scalco... Que provocou certo estupor, inclusive no homem que estava me apontando a pistola, quando ele viu o sujeito do lado com uma máquina fotográfica, ele... Estranhou. Aí tiraram, os caras nos revistaram; quando nos revistaram ficou aquela questão, e eu perguntei, olhando para a pessoa - Ei, o que está acontecendo? -. Bom, essa frase provocou uma perplexidade na sala, porque eu devia ser um contato uruguaio, e não brasileiro. Eles estavam ali esperando um uruguaio. Não é? Que deveria ser o contato das pessoas que estavam naquele apartamento. E aí esse - O que é que está havendo? -. Aí esse... - Nós somos jornalistas! -. Segunda bomba, porque pô, além de ser brasileiro, não ser uruguaio, ainda é jornalista? É um... Alguma coisa deu errado. - Somos da revista Veja -, quer dizer, não era uma revistinha qualquer, era a maior revista semanal do país. E aquilo criou certa... Perplexidade; aí eu senti que eles ficaram meio perdidos. E a pessoa essa do bigode, que falava comigo, disse - E aí, mas o que você está fazendo aqui? -; eu disse - Não sei, eu estou... Vim aqui, eu recebi um telefonema... -; - Telefonema de quem? -; - Um telefonema! De São Paulo -; - Mas e como você sabe que era de São Paulo? -; - Não sei se era de São Paulo! -. E daí ficou uma discussão meio idiota, em que ele tentava discutir critérios jornalísticos, tipo - Mas vem cá, você sai aí atrás de qualquer telefonema? -; e eu - Não, aqui ó, jornalista checa tudo que recebe. Eu faço o meu trabalho, e fui atrás do telefonema, agora não sei se o cara estava em São Paulo ou estava aqui no orelhão da esquina e tal! -. E criou aquela certa perplexidade, tanto é que o rapaz esse saiu do apartamento, num certo momento, ficou uns cinco, dez minutos fora, e nós aqui parados [de braços para cima], naquela cena... Com algumas pessoas em silêncio atrás.

P: Quantos eram mais ou menos Luiz Cláudio?

R: Eram... Devia ter... Além do homem negro forte, na porta, que ficou, que tinha nos recebido,

tinha uma três ou quatro pessoas, pelo menos, por que... A morena... Eh... No caso a Lilián, que estava na porta, que me recebeu, ela tinha... Ela tinha sido levada para uma peça, ou na cozinha e tal, e devia ter uma ou duas pessoas custodiando a Lilián lá dentro. Mas atrás dava para perceber que tinha três ou quatro pessoas, que eu não pude identificar porque eu estava de costas e eles estavam meio na penumbra. E não falaram em nenhum momento. Aí, nesse período, eu tentando quebrar o gelo, aquela velha mania de jornalista para tentar... Ver alguma maneira - Ei parece que nós caímos, entramos numa fria heim? - E aí esse homem negro, na porta, disse - Uma baita fria... Che... -, foi uma... A resposta irônica dele. Aí daqui a pouco volta o chefe, mais tranquilo, e diz - Ó, tudo bem com vocês, e tal, me dá aí o documento de vocês -, aí pegou as credenciais, e eu senti que ele tinha recuado, e eu disse - Vem cá, mas o que é que está acontecendo aqui? É uma... É uma... Uma questão de contrabando... Uma questão de prisão ilegal de estrangeiros e tal -, porque na minha cabeça era a Polícia Federal atuando. E ele disse - É... Gente ilegal no país e tal... -; e eu disse - Bom, mas então eu vou ter que escrever alguma coisa sobre isso!-; - Não! Não escreva nada, porque nós estamos esperando a pessoa que telefonou para você. Não fale nada. -. Aí nós saímos de lá visivelmente assustados, porque levar um revólver na cara é que nem aquela propaganda da Valisère - A primeira pistola a gente nunca esquece -... Eu nunca levei nenhuma outra na minha cara... E aí, eu caminhando pelo corredor, louco para ir embora daquele lugar, quer dizer, dissemos - Pô conseguimos escapar deste bando de malucos -, e eu perguntei para o Scalco - Scalco, você conhecia alguém aí dentro? -, e ele disse - Não sei... Tem um que me lembrou do Didi -; e eu disse - Que Didi? -; - Ah, o Didi Pedalada... Um cara que jogou no Internacional -; o outro clube grande de Porto Alegre. E aí nós entramos no carro. Tinha o carro aquele estacionado, com o sujeito lá dentro, olhou para nós, quer dizer, logo percebi que era alguém conectado com aquele grupo, e nós voltamos para a sucursal. E lá na sucursal, eu voltei para o mundo crucial da eleição, porque aquilo não me pareceu importante ao ponto de parar tudo. Não havia como parar! Eu estava entrevistando o senador eleito, era capa da revista, não tinha... Razão nenhuma para... Disse - Bom vamos deixar essa porcaria aí de Polícia Federal; segunda-feira a gente vê; Deve... Pega um coreano, um angolano, prende e deporta e tal; na segunda a gente resolve isso aí -. Aí é... Na segunda-feira começamos a percorrer os mecanismos de segurança. Fomos à Secretaria de Segurança, primeiro, e o major lá disse - Não, isso não tem nada a ver com a gente e tal. Isso deve ser coisa, com certeza, da [Polícia] Federal -. Como eu imaginava. Fomos à Federal, e o delegado – delegado Fucks –, disse - Não... História muito estranha essa... Eh... Conta-me de novo! -. Aí eu contei, detalhei, pacientemente. Ele anotou algumas coisas; chamou a secretária e mandou-a levar o bilhete que ele tinha anotado para algum departamento qualquer. Quando a menina voltou, ele olhou, virou, colocou debaixo da mesa dele, botou na mesa, virado, e disse – É. Não... Não é nada... Nada que a gente saiba, não é operação... -. Aí, naquela hora começou a cair a ficha. E eu me senti a figura mais idiota do mundo, porque eu disse - Bom, se a Segurança Estadual e a Polícia Federal negam! -, uma operação que era visivelmente uma coisa normal, corriqueira deles, - É uma coisa muito pior! Então naquele momento, só na segunda-feira, começa a crescer na minha cabeça a palavra maldita do sequestro. Eu disse - Pô, eu estive diante de um sequestro e não soube reconhecer na hora -. Então eu comecei a... Eu comecei a cair na ideia de a história tinha passado na minha frente e eu tinha perdido o estribo dela. E eu disse - Tenho que recuperar esse tempo perdido. Eu tenho que... Porque é uma mentira que está sendo armada, e nós temos que desmontar essa mentira -. A partir daí, o advogado Omar Ferri – que recebeu horas depois o mesmo telefonema que eu tinha recebido, de outra fonte –, quando chegou ao apartamento, o apartamento já estava abandonado, as pessoas... Tudo uma sujeira, e o dono do apartamento tentando entender o que era e tal. E aí ficou aquela... E tinha um bilhete, assinado pela Lilián, dizendo - Ruego; que me desculpe; tenho que abandonar; com pressa - uma desculpa qualquer, que, evidentemente forçaram-na a deixar. Resultado! Na quarta-feira chega a mãe da Lilián Celiberti em Porto Alegre, e a partir daí começa a se caracterizar, de forma muito forte e consistente, a ideia de que aquilo tudo era um sequestro de conotação política; a Lilián era uma figura de militância na oposição à ditadura uruguaia; o Universindo atuava com organismos de direitos humanos internacionais, para denunciar as torturas praticadas no Uruguai. E tinham sumido! E aí ficamos naquela... Muitas informações chegando, – certamente do mesmo pessoal que tinha me telefonado – agregando novos dados, mostrando que o perfil da Lilián e do Universindo mostrava... O Universindo e

a Lilián, portanto, eram o Miguel e a Maria que tinham me visitado...

P: Quando é que tu identificaste isso? A partir das fotos?

R: Não, a partir das fotos eu vi - Pô, são as duas pessoas que chegaram lá -. E a partir desse momento – porque o Universindo eu não vi no apartamento, só a Lilián não é? – começa uma corrida contra a mentira oficial, chancelada tanto pela ditadura uruguaia quanto pela brasileira. E aí ficamos naquela... Na segunda, terça, quarta a dona Lilia chega, e a imprensa começa a dar manchetes, e começa a haver um escândalo internacional. Até que no sábado sai o Comunicado Nº 1400 das Forças Conjuntas do Uruguai com uma versão mirabolante, dizendo que “Dois subversivos, acompanhados das crianças, foram presos na fronteira, invadindo o Uruguai em dois carros, com farto armamento guerrilheiro, e... Material subversivo”. Uma versão absolutamente idiota! Imaginando que duas pessoas militantes, conscientes, como eram a Lilián e o Universindo, que sabiam das condições políticas objetivas do Uruguai, tivessem a petulância de invadir o Uruguai em dois carros – não sabia nem como operava isso, um dirigindo o outro – com duas crianças! Quer dizer... Não... E não batia com a minha... Com o meu depoimento, porque eu tinha visto! A... Uruguaia, custodiada, presa no seu apartamento com homens armados. Eu fui... Fui pressionado por homens armados. Então não fechava! Aí, a partir desse momento, quando sai o Comunicado, eu ligo para o meu diretor da revista, o José Roberto Guzzo, e digo - Guzzo acaba de sair isso pela France Press, um Comunicado, isso é um absurdo total, e eu o seguinte: eu tenho que ir para o Uruguai. E eu preciso ir para o Uruguai com a cobertura da Veja, como uma pauta da Veja! Não vou lá por... Iniciativa privada, particular -. E eu disse - Eu tenho que estar lá; tenho que apurar essa história, porque essa história não fecha, é uma tremenda mentira, e nós somos as únicas pessoas capazes de encaminhar bem essa história -. Aí fomos para lá, aproveitando que havia uma reunião dos chanceleres da Bacia do Prata, reunidos em Punta del Este, que era um bom pretexto para vários jornalistas brasileiros estarem lá, e era uma proteção também. Imaginava eu que não nos aconteceria nada, havendo um chanceler brasileiro – na época Antônio Azeredo da Silveira, no governo Geisel – presidido, participando de uma reunião de chanceleres. Muita gente me disse que era loucura eu ir para lá - Pô, você é testemunha... -; e eu disse - Mas não tem ninguém para ir no meu lugar! Se alguém precisa ir para lá sou eu -. E fui. E lá procurei a dona Lilia, procurei dom Homero, os pais da Lilián; dona Lilia mãe da Lilián Ce-liberti. Porque eles ficaram desaparecidos... Enquanto saía o Comunicado das Forças Conjuntas, eles tinham sumido! A partir do Comunicado, eles... Eles assumem que eles estão presos, foram detidos – mas não dizem onde estão –, e que as crianças iam ser entregues aos avós.

P: Até esse momento as crianças também estavam desaparecidas.

R: Exatamente. E aí com o Comunicado dizem que as crianças seriam entregues aos avós. Isso já quebrava a praxe normal dos desaparecidos. Não é? Quer dizer, o fato de ter acontecido uma inesperada aparição da imprensa, no meio da operação, obrigou o aparato repressivo a mudar a sua lógica de desaparecimento. Não é? Que prende, tortura, investiga, e depois some. Nesse caso eles tiveram que reconhecer a prisão e entregar as crianças, que já era o primeiro saldo positivo. E nessa... Na sequência, tem uma conversa crucial com o Camilo. Que é um garoto de oito anos, que era fruto desse regime todo. O pai já morava na Itália, exilado. A mãe vivia nessa condição um pouco... Escondida, quer dizer, não podia atuar abertamente porque temia o braço longo da repressão uruguaia, e subitamente retirado de Porto Alegre, com essa violência toda, e... Mas era testemunha! Do que tinha acontecido. E na conversa – temos uma conversa muito delicada –, que é uma conversa assim que eu me orgulho muito, por que... Eu e o Kadão, e mais dois repórteres do CooJornal que estavam conosco, precisamos usar de toda a sensibilidade assim... Refreando a ansiedade jornalística de extrair tudo da criança, porque era uma criança traumatizada. Então, quando aparecem quatro pessoas falando português, ele lembra que as pessoas que fizeram aquela violência com a sua mãe eram gente falando português. Então... Por que confiar nessas pessoas que apareceram aqui no apartamento da minha avó? Então tínhamos que superar tudo isso e tentar fazer uma aproximação muito segura, para não afugentar, para não intimidar mais o Camilo, e ao mesmo tempo sem abrir mão do seu depoimento. Porque ele era uma ponta fundamental para descobrir como; começar a entender o que tinha acontecido. E aí começa uma conversa assim, que o Baru Derkin, fotógrafo do CooJornal que estava junto,

já tinha lá os seus sessenta anos, tinha morado no Uruguai dez anos, e falava fluentemente o espanhol. E ele começa a conversar com o Camilo. O Camilo sentado com uma bola no quarto, na cama – fechado, muito casmurro –, eu e o Tomás Pereira, o repórter do CooJornal, de pé, na porta; a dona Lilia no canto do quarto; e o Kadão junto com o Baru ali, conversando. E o Baru, muito espertamente, como ele estava com a bola começa a falar sobre futebol com ele: - Não, qual é o teu time aqui! E tal! -; - Eu torço pelo Penharol -; - Ah! Eu também sou Penharol! E lá em Porto Alegre? -; - Porto Alegre eu sou Internacional -, o Camilo falou; e o Baru - Ah eu sou grêmio! -, que são os dois grandes rivais do futebol gaúcho. Aí começamos a quebrar o gelo do Camilo. E aí quando ele começa... Quando eu senti que ele estava começando a amolecer, eu – Plac – entrei e comecei a falar em espanhol com ele, e perguntei - Camilo, como é que vocês chegaram aqui? -; - Ah, os homens nos trouxeram -; - Mas vocês saíram do apartamento... Quando? -; e aí ele dá uma informação fundamental: no domingo, dia doze de novembro - O Universindo estava levando eu e a Francesca para ver o jogo do Inter no Beira Rio -; jogo Inter e Caxias, que acabou um a um; jogo que eles nunca viram. E nesse momento é que os homens chegaram... Aí ele conta... Aí eu comecei a perguntar - Mas e levaram vocês aonde? -; - Ah, levaram para um prédio público -. A primeira impressão minha foi - Ah, levaram para a Polícia Federal -, onde os homens tão somente andam de gravata, e eu perguntei se eles usavam gravata, e ele disse que não. Aí eu perguntei se eles tinham uniforme – que podia ser um quartel do Exército –, ele disse que não, que eram roupas comuns. E aí... Disse - Mas como é que era esse prédio? Era um prédio e tal, e da janela tinha um arroyito con dos calles. Quem conhece Porto Alegre sabe que essa descrição é a descrição da Avenida Ipiranga, o arroyito é o Arroio Dilúvio, e as dos calles são as duas mãos ali da Ipiranga, onde fica a sede da Secretaria de Segurança Pública, e onde funciona o DOPS, a polícia política do regime – Departamento de Ordem Pública e Social. A partir dali, tínhamos uma pista segura de que havia a polícia política brasileira envolvida de cabeça nisso aí. Nós precisávamos de uma confirmação! Isso era uma intuição, pelo que sabíamos de Porto Alegre. Mas eu precisava de uma confirmação visual. Então eu liguei para Porto Alegre e pedi para o fotógrafo fazer a foto do prédio da Secretaria de Segurança a partir da perspectiva da rua. Aí o Assis Hoffmann, fotógrafo que treinou toda a geração de fotógrafos gaúchos – inclusive o Ricardo Chaves e o Scalco –, fez a foto, e tentou mandar por radiofoto! Que é uma geringonça que essa geração nova não conhece que era – uma foto era copiada, era colocada dentro de uma radiofoto que ia girando, e através de uma foto elétrica decompunha o sinal e mandava via telefone. Como o sistema telefônico do uruguaio era muito precário na época, ela chegou toda borrada, e o rapaz de lá do serviço, fotógrafo do jornal El Día, ficou todo envergonhado - Olha e tal, nosso sistema aqui está muito antigo, não está chegando... -. Aí eu tive que fazer o velho esquema do [...] express: peguei a foto, pedi para botar no envelope e mandar pela TTL, empresa de ônibus do Uruguai, e recebemos no dia seguinte, em Montevidéu, a foto copiada. Aí, para não induzir o reconhecimento, mandamos a foto – já que a dona Lilia morava num apartamento vigiado pela polícia uruguaia, que estava muito incomodada com a pressão da imprensa brasileira, internacional, e tal –, então, todo repórter que chegava lá, eles chegavam no apartamento da dona Lilia e ameaçavam tirar as crianças da sua guarda, dizendo que ela estava violando a lei de... Crianças e tal. Então ela tinha muito medo. E nós não queríamos aumentar os problemas da dona Lilia. Então eu mandei a foto através do Homero, com várias fotos de futebol misturadas. E disse - Olha é importante que a gente tenha um reconhecimento não induzido, quer dizer, que não force a criança a nos dar um reconhecimento que depois não nos dê segurança -. E aí ela, muito esperta – a dona Lilia era uma figura admirável –, ela espalhou as fotos assim, em cima de uma mesa, na sala do apartamento. Quando o Camilo voltou da rua – ele estava jogando bola –, ele disse - Eh abuelita, eh! Que é isso?... -. Aí começou a olhar as fotos e tal, fotos do Internacional, e no meio ele viu aquela foto... Do DOPS, tirada... E ele disse - Ué, e isso aqui? -; ela disse – Não sei Camilo, o que é? -; - Esse é o lugar onde estivemos -. Aí dom Homero, horas depois, nos deu a confirmação, na Farmácia – tivemos o cuidado de não ir ao apartamento. E aquele foi um momento luminoso! Porque a partir dali tínhamos a segurança de que o aparato oficial público, da repressão brasileira, estava envolvido no sequestro que a ditadura uruguaia tentava... É... Sustentar da forma mais absurda possível. Isso nos deu muita segurança para começar a investigar. E aí voltamos, e aí a coisa não andava, não andava, não andava, e nesse momento eu tenho uma conversa crucial com o Ricardo Chaves, que mais do que um fotógrafo é um repórter! É... Eu

estava desesperado, uma segunda-feira – já em dezembro –, sem pistas, sem nada, sabe? Quando tu chegas assim, no final das tuas investigações, não existem pessoas, não existem pautas, não existem caminhos para percorrer... E eu disse assim - Pô! -; eu estava assim com a história montada na minha cabeça, sabendo que eu não podia avançar. E o Kadão muito chato, como sempre, disse - Não, mas me conta de novo a história! -; eu disse - Pô Kadão, não incomoda! Tu já conheces a história... -; - Não, não! Mas... Vamos lá! -; - Tu saíste; o Scalco, e tal... -. Aí ele me fez recontar toda essa cena que eu contei para vocês - Daí; não; recebi a Lilián e tal, e bábábá -. E o Kadão com aquele olho de fotógrafo e de repórter, anotando tudo... Isso no banco de trás de um táxi, numa segunda-feira. E aí o Kadão, e eu contando e tal - Pá, eu vou; e na saída a gente saiu com aquele ar de alívio e tal; daí o Scalco falou e tal; Didi Pedalada e tal, pápápá... -. E ele assim - Mas e o Didi Pedalada... Vocês viram essa foto? -; eu disse - Não, quando nós voltamos do Uruguai... Esqueceu o Kadão? Pô parece que tu tá louco! Nós voltamos do Uruguai e eu perguntei para o Scalco - Vem cá, e aquela foto do Didi... -; - Não! Eu olhei uma foto, da Folha da Tarde, um jornal que não existe mais em Porto Alegre, era uma foto dele de arquivo e tal, e eu olhei e era uma foto... Não era ele, descartei... -. Ele [Kadão] disse - Tá, tudo bem, mas tu olhaste a foto? -; e eu disse - Eu não cara! Eu estava contigo no Uruguai ô maluco, esqueceu? -; - Não, mas e se tu olhares a foto? -; - Há... Tudo bem, eu olho a foto... -. Aí o Kadão, em vez de pegar uma foto velha, do arquivo, foi na Zero Hora; chegou lá com a desculpa de que ia fazer uma foto sobre – uma reportagem na Placar, com grandes times do passado do Internacional – pediu a pasta do Didi Pedalada. E estava lá, inclusive com uma foto muito recente, muito boa, de [19]74, ele embarcando para o México, onde ele acabou quase a sua carreira, depois de ter brilhado no Internacional e no Cruzeiro. E publicou... Estampou as fotos grandes, com muita nitidez, e aí resultado. Levou para mim, em casa – estavam molhadas ainda – grudou assim, na parede da cozinha de casa, e me chamou - Vem cá. Vem cá chefe. Vem cá chefe, tenho uma coisa para te mostrar -. Aí quando eu olhei me deu um frio na barriga, assim... Era o cara... O Scalco nesse dia estava em São Paulo. Aí eu peguei as fotos, peguei um avião, fui a São Paulo, nos reunimos, desci em Congonhas, paramos num boteco perto, mostrei para ele, e o Scalco, na mesma hora, disse assim - É o cara -. Quer dizer, a partir dali, tínhamos o primeiro funcionário público brasileiro, servidor do aparato policial, devidamente identificado. Então o que fizemos. Antes de ir para São Paulo, eu mandei levantar a ficha do Didi: o que tinha acontecido com ele depois do México? Aí descobri que o Didi, e tal, que no Beira Rio, muito frequentado pelo Seelig, colorado fanático, frequentava o vestiário, montava o esquema de segurança do Inter no interior... O preparador físico do Internacional – o delegado Reinaldo Salomão – era cunhado do Pedro Seelig, atuava no boxe, e um dia, alguém, já com o Didi fora do futebol, disse - Didi vamos trabalhar com o Pedrão, lá no DOPS -. Então o seguinte. Tudo casava! Quer dizer, tudo começava a fazer sentido. Então essas informações eu levo para São Paulo; pedi uma reunião com o José Roberto Guzzo, para dizer - Olha aqui ó, Guzzo, nós temos um fio da meada. Mas isto não é um empreendimento pessoal, não é uma vendeta minha. Isso não pode ser um projeto de vingança. Isso é um trabalho jornalístico, e, portanto, é um trabalho... Nós vamos entrar numa coisa muito séria, que é uma denúncia do aparato repressivo brasileiro. E eu não tenho estrutura pessoal, nem eu nem o Scalco, para fazer isso por iniciativa própria. Isso tem que ser uma pauta da Veja -. E o Guzzo, da forma mais exemplar e fantástica, disse assim - Essa é uma pauta que eu estou te passando agora; a partir de agora é uma pauta jornalística da revista Veja -. Ou seja, eu passava a ter cobertura da mais importante revista semanal brasileira, então eu disse - Eu espero... Eu peço que tu digas isso para o Scalco agora, ele está aí fora, para ele se sentir seguro em relação a isso, porque ele não é nem da Veja, ele é da Placar -. E o Guzzo fez isso. E essa estrutura me permitiu cumprir todo o processo de investigação, que acabou levando à identificação do Didi, criou toda uma... Gerou a criação de uma CPI na Assembleia; aí ficamos um ano atrás da segunda pessoa de bigodinho, que me apontou a pistola, que falou comigo, porque era o chefe da operação que podia estabelecer a cadeia de comando – Quem mandou você com aquela equipe para aquele apartamento? E um ano depois descobrimos o inspetor João Augusto da Rosa – o Irno, codinome Irno –, que fechou o circuito. Eram as duas pessoas que eu podia identificar. Nesse processo todo, tivemos coisas assim inéditas na história da... Do golpe brasileiro. Pela primeira vez, houve uma acareação – uma mega acareação! – com quatrocentos policiais do DOPS gaúcho, que por ordem da CPI desfilaram diante de mim e do Scalco, para tentar identificar o homem do bigodinho. Ele não

estava nessa acareação. Tentaram nos enganar, mas nós sabíamos que... O Pedro Seelig, delegado, que era o grande homem, o chefe da repressão do DOPS do Rio Grande do Sul – conhecido como Fleury dos Pampas –, o homem que desbaratou a esquerda armada no sul, era o chefe da operação, mas nós nunca caímos na tentação de tentar identificar o Pedro Seelig no apartamento, porque ele não estava lá! Sabíamos que a nossa credibilidade era coisa mais importante. Então, embora eu soubesse que ele fosse o homem que comandava o Didi, e o João Augusto, a equipe do DOPS, nunca tentamos atropelar os fatos. Nós tínhamos que ser testemunhas muito idôneas em relação a isso. Então, quando passam aqueles quatrocentos policiais, era uma sensação muito estranha, porque fazer uma acareação com um bandido, tudo bem! Quer dizer, tu ficas atrás de um espelho duplo, e ele nem te vê. Agora, ali estávamos sentados na mesinha, e eles passavam em grupos de dez, nos olhando com aquela cara feia, sabendo que estávamos querendo pegar o grupo do sequestro. Então era uma sensação muito estranha, mas era uma prova de força entre o Estado de Direito e o Estado Autoritário. Quer dizer, no meio do [ano de] setenta e oito, eram ainda seis anos antes do final da ditadura! Você veja, nós estávamos ainda na, na... Recém-acabado a vigência do AI-5. Então era uma ousadia tremenda, nós testarmos os limites da abertura brasileira, porque estávamos colocando o aparato repressivo sob julgamento. Uma coisa que eles não admitiam! A Doutrina de Segurança Nacional não admitia essa ousadia. E estávamos lá fazendo isso, todos nós: a imprensa, os advogados, a OAB, os órgãos de direitos humanos. Todo mundo estava testando até que ponto aquilo era possível. Esse processo foi evoluindo; nós conseguimos levar todos os dados a uma instância judicial; eles foram denunciados – acatada a denúncia – pelo juiz Moacir Danilo Rodriguez, que, num gesto extremamente corajoso, acabou colocando no banco dos réus – pela primeira vez, desde [19]64 – agentes do aparato repressivo brasileiro. Nunca ninguém tinha feito isso. Quando o juiz Márcio Moraes condenou a União pela morte do Vladimir Herzog na Rua Tutóia – a sede do DOI-CODI⁹⁵ em São Paulo –, ele condenou a instituição, não é? Quer dizer, sem personalizar, sem nomear os matadores do Vlado. No caso esse do sequestro, nós tínhamos Pedro Seelig, o Didi Pedalada, o João Augusto da Rosa, agentes do aparato repressivo de sessenta e quatro sentados no banco dos réus. Isso era uma novidade extremamente auspiciosa para quem imaginava o Brasil um dia livre dessa... Dessa gente. E aquele era o momento em que a lei se impôs. E o juiz de uma forma muito corajosa – o juiz Moacir Danilo Rodriguez – reconheceu o sequestro, condenou a penas burocráticas, porque a lei do servidor público é abuso da autoridade, é... Essas coisas. Condenou o Didi Pedalada; o João Augusto condenou também, depois ele recorreu; e o Pedro Seelig ele absolveu por falta de provas. Porque nesse meio tempo, tínhamos conseguido o testemunho de um bilheteiro na rodoviária que viu o momento, no domingo, em que o Pedro Seelig prendeu a Lilián Celiberti. E esse sujeito era uma figura fundamental. Nós conseguimos falar com ele; ele morto de medo, a mulher grávida; e nós tínhamos que – apesar de toda a nossa ansiedade por jogar isso para a rua, porque esse era o homem que ia dar o nexos com o Pedro Seelig ali, naquele momento – tínhamos que respeitar o medo dele, que era o medo de todos nós. Então havia o seguinte: existe alguma coisa maior do que a pauta jornalística, que é a vida humana. Então, nós não sabíamos o que podia acontecer com o Adélio, que era o bilheteiro. E ficamos com aquilo engasgado, mas com a certeza de que estávamos na pista certa: o homem é o Pedro Seelig! Então não era... E apesar de ter essa informação, na hora que o Pedro Seelig passou na acareação, no bloco – ele me olhou assim, ficou me olhando fixamente, para mim, nem olhou para o Scalco... Ele sabia ali que a bronca era comigo. E eu sabendo que era ele, sabendo que eu tinha uma testemunha que falava, eu segurei a minha tentação de dizer - É ele! -. Porque eu tenho a testemunha. Nós tentamos convencer o Adélio a falar...

P: Como é que chegaram até ele?

R: O Adélio?

P: É.

R: É aquelas coisas casuais. Estávamos em uma... Acho que era em um... Perto lá do escritório do... Do Omar Ferri! Bravo advogado, que foi quem defendeu a Lilián e o Universindo, e assessorou a dona Lilia nesse processo todo. E aí quando estávamos naquele... Todo o dia tinha um

⁹⁵ Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.

bando de repórteres cercando... E aí daqui a pouco chegou uma menina para mim e para o Kadão, e disse - Há, eu tenho uma coisa muito importante para contar para vocês, e tal! -, e - Não! Não vou contar! -, e aí se arrependeu. Aí nós ficamos achando... - Como não vai contar! Que é? -, - Não, não, não vou contar, porque não é... É um amigo meu, e se eu contar vai... -. Aí nós ficamos cercando, a levamos para o corredor - Não, conta... E tal -, aquela coisa. Eu não sabia nada o que poderia ser! Aí ela disse - Olha eu tenho um primo que viu o momento da prisão -. Eu disse - Meu Deus do céu... -, - Mas ele está morrendo de medo... -, - Não, não, espera aí! Eu não vou entregar ninguém! Precisamos conversar com esse teu primo -. E aí ela disse - Não, olha, procura lá o Adélio -. Ele era o bilheteiro da TTL.

P: Da TTL.

R: Que era a empresa de ônibus que fazia a linha Montevideu- Porto Alegre, e que, naquele momento, era o local onde chegavam os uruguaios a Porto Alegre, para se encontrar com a Lilián, com o Universindo, com outros contatos uruguaios no Brasil, para fazer o transplante de informações; passar os informes sobre tortura, sobre desaparecimentos, que eram depois repassados à Comissão de Direitos Humanos da OEA⁹⁶, em Genebra, alguma coisa assim. E era um lugar óbvio! Tanto é que quando a repressão uruguaia começa a procurar os dois em Porto Alegre, e eles não acham, eles vão para a rodoviária, deduzindo que lá seria o local. E aí eles fazem aquela campana, e no domingo, quando a Lilián ao meio-dia vai lá, aí chega uma equipe - comandada pelo Pedro Seelig -, e na companhia de um militar uruguaio chamado Glauco Yannone. Que era um homem de uma unidade secreta do Exército uruguaio, era o chamado braço operacional da repressão no exterior, chamada Companhia de Contraintormaciones. A Companhia de Contraintormaciones era uma espécie de... De... DOI! Departamento de Informações do Brasil, atuando sob o comando do OCOA - Organismo Coordenador de Operações Anti-Subversivas - que era o CODI. Então, assim como tínhamos o DOI-CODI no Brasil, o Uruguai tinha o OCOA e a Companhia. Como sempre o Uruguai imitando o Brasil. E aí o Glauco Yannone estava lá, porque ele conhecia a Lilián. A Lilián na época em que o marido dela - exilado na Itália anos depois - estava preso era com ele que ela falava para levar cigarro e tal. Então já havia esse contato inicial. Essa cena foi vista pelo Adélio. Quando nós descobrimos o Adélio, nós ficamos naquela... Coisa, eh... Ansiosa... E aí conseguimos convencer o Adélio a conversar com o promotor Dirceu Pinto. Uma figura admirável, já morreu. E ele ficou mais ansioso ainda do que nós, porque ele tinha uma... Uma testemunha adulta! Não é o Camilo, uma criança lá no Uruguai identificando por via indireta uma foto. Era uma pessoa que viu! A cena inicial do sequestro, com a prisão da Lilián na rodoviária. Imagina o valor que isso tinha! Aí ele naquele, disse - Adélio, eu te coloco na... Eu te dou todas as condições, tem o Programa de Proteção à Testemunha... Eu te dou proteção! -. E o Adélio faz uma pergunta, para o promotor, que era o resumo do Brasil naquela época - Proteção contra o DOPS doutor?... -... Quer dizer, é uma palavra assim doída, mas extremamente verdadeira assim: Como proteger? Quer dizer, todos nós éramos frágeis diante daquele aparato todo. Então, naquele momento eu disse - Olha, não dá! Não dá para insistir com o Adélio; vamos preservá-lo; a mulher está grávida e tal -. Mas temos a certeza de que estamos no caminho certo. Então esse processo todo foi evoluindo. Eles foram condenados na justiça brasileira, foi uma coisa fundamental, muito importante.

Depois quando a Lilián e o Universindo saíram da prisão, depois de cinco anos, quer dizer, sequestrados e ainda ficaram cinco anos, depois de torturas bárbaras sofridas não só no Uruguai, mas no próprio DOPS, que é a questão da violação da soberania nacional. Quer dizer, nós temos uma tropa de um exército estrangeiro operando em território brasileiro - evidentemente não era um ato de hostilidade do país, era um ato de conivência e cumplicidade -, eles estavam lá com liberação e autorização dos altos mandos brasileiros, que passaram pelo Comando do CIE - Centro de Informações do Exército - em Brasília. Porque nem o Uruguai teria a ousadia de mandar uma tropa da Companhia Secreta de Informações para cá, sem ter a luz verde de Brasília. Isso foi tudo conseguido. Então tem a cena em que a Lilián está sendo barbaramente torturada, ela e o Universindo, no DOPS, pelo Glauco Yannone. Sob as vistas do Pedro Seelig. Ou seja, um oficial do Exército estrangeiro, dentro de um prédio público brasileiro, torturando e massacrando um preso detido ilegalmente, sem nenhuma justificativa, criando toda aquela cena clássica de con-

96 Organização dos Estados Americanos.

xão de aparatos repressivos do Cone Sul. Naquela época, não havia a palavra Condor. Não se sabia que isso era Condor. A Condor que atuava em Porto Alegre era a Condor binacional Brasil-Uruguai, e uma palavrinha maldita que só viemos saber nos anos noventa, quando começaram a brotar os documentos – inclusive pelo influxo da desclassificação de documentos do governo Clinton –. E a partir dali a palavrinha “Condor” começa a aparecer, com uma grife de uma organização que começa a ter vida legal a partir de [19]75, mas tinha vida prática antes disso. Não é? Porque, em verdade, a troca de informações, a troca de prisioneiros, e a conexão repressiva do Cone Sul já eram uma... Uma... Uma máquina, uma engrenagem repressiva, que atuava a partir dos encontros dos Exércitos americanos, que tinham reuniões periódicas a partir da tomada do poder em Cuba, por Fidel Castro; pela necessidade flagrante de que precisava uma conexão para a “guerra ao comunismo e à subversão internacional”. Porque eles sempre colocaram isso, quer dizer, todas as fronteiras e os limites legais estavam subalternos à necessidade maior de combater a “subversão”. Tudo isso acontece a partir da absorção da Doutrina Francesa, não é? O esquema de tortura que nós adotamos – no Brasil, no Uruguai, na Argentina, no Chile, e nos Estados Unidos – nasce na França pela tropa de paraquedistas que reprime e tortura na Argélia. Os homens que desenvolveram essa doutrina foram primeiro para Fort Bragg nos Estados Unidos. Lá os Estados Unidos – que nunca tinham torturado – adotou as técnicas de tortura e levou para o Vietnã. Do Vietnã – Projeto Phoenix, programa de guerra encoberta, que pegava lideranças civis e torturava, e sumia – isso não existia na Doutrina Militar americana. Ela volta para a zona do Canal do Panamá, e passa a ser uma estrutura... Científica! E a partir dali, da zona do Canal do Panamá, onde treinaram sessenta mil oficiais dos Exércitos latino-americanos, que constitui o germe e a nata de todos os regimes militares que depois afogaram a democracia na região – Glauco Yannoni foi aluno lá –, a elite de todos os aparatos repressivos – o Chile, a Argentina, Brasil, Uruguai – passaram pela... Pela Escola das Américas... No Canal do Panamá. Resultado. Essas pessoas todas; tem tudo a ver com o Brasil – o Adido Militar da Embaixada Francesa em Brasília, entre setenta e um e setenta e três, era um francês chamado Paul Aussaresses: esse homem era veterano da Argélia. Ele deu aula de tortura no Centro de Instrução de Guerra na Selva em Manaus, onde treinou o pessoal da DINA, do Contreras. O pessoal da DINA do Contreras treinou na EsNI – a Escola Nacional de Informações do SNI, em Brasília. Então todas as conexões, que mostram o envolvimento brasileiro nisso aí, são cada vez mais claras, por documentos que fluem cada vez com maior fluência, para que pesquisadores e todos nós possamos descobrir essa história que estava encoberta. Muito pela hipocrisia brasileira, que participou da fundação da Condor, em [19]75, mas não permitiu assinar a ata, por ordem explícita do Geisel. Os nossos dois representantes lá estavam na condição de observadores. E os documentos da CIA, que eu li no livro do John Dinges, não tinha esses nomes. Eu fiquei muito intrigado com essa lacuna, e fiquei dois anos atrás dessa informação. Aí comecei com todos os meganhas, todos os repressores, amigos meus, inimigos e tal, porque o seguinte. Quando eu tentei fazer o meu livro, lá em oitenta, as pessoas ainda estavam muito arredias; era apenas dois anos depois do sequestro, estávamos em plena ditadura, o governo Figueiredo. Então eu recuei e disse - Não é o momento -. Mas o calendário me ajuda. Quando eu voltei, em 2008, trinta anos depois, às mesmas fontes, para transformar isso num livro, elas – para minha surpresa, já decantadas pela Anistia, essa Autoanistia que o Brasil concedeu aos seus torturadores –, começaram a falar. E aí eu consegui reunir essas informações, e consegui chegar aos dois homens que estavam lá em Santiago do Chile, na fundação da Condor. Dois veteranos do CIE – Centro de Informações do Exército. Ou seja, nós temos todas essas informações hoje, para revelar as coisas que antes estavam ocultas. Na hora em que o Brasil está discutindo a Comissão da Verdade, a impunidade, a própria Anistia, eu acho que é o momento maduro para colocarmos essas questões todas na pauta.

P: Luiz Cláudio, me diz uma coisa assim, que agora avançamos em alguns temas desses que são tão importantes. Mas antes, ficar um pouco mais aqui. Como é que foi o teu encontro com a Lilián e com o Universindo? Por que... Em realidade assim, eles viraram íntimos da tua vida, mas vocês só se viram anos depois.

R: É uma coisa... Eu fiquei pensando sobre isso. Quer dizer, a tragédia da Condor – porque o sequestro em Porto Alegre é uma Condor; a única Condor que deu errado para eles e deu certo para nós –, porque a lógica da Condor era localizar, prender, torturar e desaparecer. Nós quebra-

mos essa lógica. Na hora em que aparecemos no meio do operativo, ele é abortado, não podem ser mortos e desaparecidos, e as crianças são entregues ilesas, vivas. Então os quatro! Vivos, para contar o que aconteceu com eles. É uma... Uma... Extrema novidade! Todos os outros casos de Condor – Orletti, na Argentina, no Uruguai – são casos assim indiretos, de gente que viu; que desapareceu; e que depois um parente fala que sumiu aqui, apareceu ali. No caso de Porto Alegre, nós temos uma história com começo, meio e fim, e melhor, as pessoas vivas. E aí eu fiquei pensando nisso aí, quer dizer, a tragédia da Condor em Porto Alegre é uma coisa que nos deixa assim, horrorizados, mas é uma coisa que me deu quatro irmãos. [chorando]. O Universindo... Acabou de morrer agora, morreu no início de setembro, sobreviveu a... A duas ditaduras, e não sobreviveu a um câncer. E... Uma palestra que eu fiz em Montevidéu, o ano passado, em junho, no aniversário do golpe, é... Eu falei isso, que, é... Como diz a música do Atahualpa Yupanqui – “yo tengo tantos Hermanos que no los puedo contar” –, e o sequestro me deu quatro irmãos: a Lilián, o Camilo, a Francesca e o Universindo. E eu acho que em oitenta e três... Em oitenta e cinco, recém-libertados da prisão, eles foram a Porto Alegre. E desceram na mesma rodoviária onde tudo começou; e eu estava lá. Eu morava em Brasília já, e eu peguei um avião, fui para lá, para receber os meus dois amigos. E... Conversamos muito, fomos comer um churrasco, para comemorar. Isso em oitenta e cinco. E em [19]93, quando se completaram quinze anos do sequestro, eu chefiava a sucursal da Zero Hora, em Porto Alegre... Aqui em Brasília, e aí eu propus a ideia de um caderno especial sobre os quinze anos do sequestro, e um documentário para a RBS, para a Tevê. E aí eu e o Kadão, de novo – o Kadão já então editor de fotografia da Zero Hora –, fui daqui para Porto Alegre, de lá nós fomos a Montevidéu. E aí reconstruímos essa história toda aí; fizemos uma entrevista fantástica com a Lilián, com o Universindo, com o Camilo, reproduzindo aquele episódio daquela foto fantástica, que permitiu encadear tudo. E... E o reencontro daí, em noventa e cinco, com essa... Com essa matéria, marcou muito a nossa vivência. A partir dali fomos nos encontrando em eventos; ela ia falar sobre o processo, era uma militante muito engajada; o Universindo também, um historiador muito lúcido; porque ambos, apesar dos horrores que sofreram, saíram muito íntegros disso. Não é? Quem conversa com eles sente a força assim, a consciência que eles têm de que é preciso reproduzir essa história, para que ela seja conhecida e não se repita mais. E aí cada vez mais se estreitou esse laço entre nós, e a irmandade ficou.

P: Tu tens essa experiência também, muito forte hoje Luiz Cláudio, tu és testemunha nesse caso. Acho que é um gesto muito bonito do Universindo, nesses últimos meses de vida que ele teve, e isso vale como gesto e reforça tudo isso que tu tens dito. Porque das últimas coisas que ele fez, essa coragem de brigar de novo, de reabrir o processo no Uruguai. E tu estás sendo testemunha disso não é? Como é que tu te sentes com isso?

R: É, eu acho o seguinte. Eu acho que... Eu fico muito irritado com o Brasil, porque o Brasil é um país muito cínico, assim, muito hipócrita. Eu acho que as nossas lideranças políticas são cínicas; o nosso Judiciário, que por sete votos a dois aceitou a ideia de que a Anistia vale para todo mundo, inclusive para torturador; é uma coisa que contraria todo o bom senso, inclusive os tratados internacionais que o próprio Brasil firmou, no sentido de que tortura é um crime comum, portanto não é um crime político, não pode ser anistiado. Então o Brasil é... Vive a fantasia de que nós tivemos uma Anistia legítima, e todo o mundo reconhece – os acadêmicos, historiadores, do mundo inteiro – de que uma Anistia é conseguida pelo regime posterior; quando ela é conseguida pelo próprio regime, como foi o nosso caso, ela é uma Autoanistia, portanto indulgente, portanto benevolente, e que se preocupa muito mais em proteger os seus criminosos, do que em reparar a Justiça. O Ministro Eros Grau, na época, o relator, que... Embora comunista e ex-presos torturados no DOI-CODI, defendeu esse absurdo, dizendo que a Anistia era válida, e disse que a Anistia era fruto de um consenso nacional. O Ministro do Supremo não pode ser mentiroso. E o Eros Grau foi mentiroso. E ninguém diz isso. Eu digo. Porque a Anistia não foi fruto de um consenso. A Anistia foi votada num Congresso, em plena ditadura, em [19]79 – um ano depois do final do AI-5, a ditadura só acabou em [19]85 –, num Congresso formado por 226 parlamentares deputados da Arena, a legenda da ditadura; e 181 deputados do MDB. Apesar dessa esmagadora maioria, montada a partir de cassações, de Atos Institucionais, de violência, de arbítrio, do

sufoco da própria ditadura, a Anistia acabou provocando, no seu debate, uma debandada de arenistas para o nosso lado, e ela acabou sendo aprovada por 205, por 206 a 201 votos. Ou seja, por meros, por míseros cinco votos essa Autoanistia muito cretina foi aprovada. Uma Anistia tão desenhada a... Às conveniências do poder, que ela inventou um trecho bizarro, que não existe no mundo inteiro, chamado Crime Conexo de Sangue. Que é o seguinte: é uma esperteza dos quartéis para introduzir na lei a figura de que, se o torturado foi anistiado, o torturador, por ser um crime conexo com o dele, também se beneficia. Ou seja, nivela, no mesmo benefício, o criminoso e a vítima. E o Brasil conseguiu produzir isso. Então só para mostrar como essa coisa é tão... É tão... Condenável, tão ridícula, tão absurda, o décimo nono signatário da Lei de Anistia, de 29 de agosto de 1979, é o general Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro-Chefe do SNI.⁹⁷ Menos de dois anos depois, em... Março de... De... De oitenta e um, acontece a bomba do Rio-Centro, um atentado montado pelo DOI-CODI, o aparato terrorista de Estado, para tentar jogar em cima da esquerda a responsabilidade pela morte de milhares de pessoas, para tentar endurecer de novo o regime, que começava a fazer água, e começava a entrar em uma zona de turbulência. O responsável pela operação, que foi agora devidamente apontado no livro do delegado Cláudio Guerra, “Memórias de uma guerra suja”, era um coronel do CIE que então chefiava o SNI no Rio de Janeiro, chamado coronel Freddie Perdigão. Era o chefe do SNI, do Ministro Octávio Aguiar de Medeiros. Não existe nada mais conexo do que isso. E não existe nada mais cícnico do que o Ministro – que lá, dois anos antes, assinou uma lei da Anistia, que protegia os torturadores até então –, dois anos depois a sua equipe, a sua sucursal carioca, inventa, felizmente um frustrado atentado do Rio-Centro, porque estourou antes da hora e matou um sargento do DOI-CODI, e feriu, para sempre, um capitão do DOI-CODI, o capitão Wilson Machado. Então o seguinte. Isso tudo aconteceu, e o Brasil ainda; tem gente no Brasil que ainda sustenta essa fantasia, de que - Nós... -... Inclusive o Ministro Nelson Jobim, ex- Ministro, felizmente, dizia que - Não... Vamos olhar para frente; isso é revanchismo - Eu acho o seguinte. Essas questões são cada vez mais candentes, porque eu prefiro me ilustrar no exemplo de pessoas muito mais lúcidas, com muito mais autoridade para dizer essas coisas, como, por exemplo, a Michele Bachelet: uma médica, presa e torturada em [19]75; virou presidente em 2006, no Chile; e que diz a seguinte frase - Só as feridas lavadas cicatrizam -. O Brasil, cícnico, não quer lavar as suas feridas. E nós vamos ficar com essa ferida permanente! Então eles ficam achando que - Não! Vamos olhar para frente! Vamos virar essa página! -. O Ministro Baltazar Garzón, o Juiz Baltazar Garzón, que pegou o Pinochet em Londres, tem uma boa resposta para isso - Para virar uma página, é preciso lê-la -. Então, esse Brasil cícnico se recusa a ler essas páginas. Então acha que essa coisa de... De pegar torturador, de discutir, por exemplo, a sorte do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que é a figura mais emblemática da tortura no Brasil, o homem que montou o DOI-CODI da Rua Tutóia. Durante quarenta meses – entre setenta e setenta e quatro –, ele foi o rei supremo do principal foco de repressão e tortura do Brasil – o DOI-CODI de São Paulo, II Exército. Nesses quarenta meses, morreram quarenta pessoas. Uma por mês. O... O general Videla ganhou prisão perpétua numa das prisões – ele ganhou duas –, numa dessas penas, por ter matado trinta e sete... Então, nesse aspecto o Uruguai, que é um país pequeno, diante do Brasil, deixa o Brasil um pigmeu, diante da grandeza do Uruguai. Porque o Uruguai cumpre... De forma atribulada, difícil, mas ele a Ley de Caducidad; agora mesmo o presidente José Mujica – é ex-guerrilheiro, ex-Tupamaro, como a Presidente Dilma Roussef – acaba de determinar as providências administrativas para a reabertura de oitenta casos de crimes de lesa-humanidade que tinham sido engavetados pela Lei da Caducidad. Um desses casos é o caso do sequestro de Porto Alegre. E eu estive, em julho passado, em Montevidéu, prestando depoimento para a juíza Mariana Motta, uma figura que me lembra em muito o Baltazar Garzón, pela firmeza, pela coragem; porque eu acho que o meu compromisso, como jornalista e testemunha, é colaborar para que seja feita a Justiça. Mas eu gostaria de fazer isso no Brasil... Eu estou fazendo isso no Uruguai. O Uruguai é que me dá... Chance para isso, porque o Uruguai tem coragem de fazer o que o Brasil não tem. Então eu acho que nesse momento em que o Brasil instala a Comissão Nacional da Verdade, detona um processo de discussão de temas que não estavam na agenda nacional. E essa agenda eu acho que é fundamental para que o país se afirme como um país respeitável! Enquanto o Brasil não fizer esse dever de casa... Isso não é uma maluquice de um bando de... Militantes de direitos humanos, de

97 Serviço Nacional de Informações.

malucos obsessivos, revanchistas, neuróticos, vingativos, não é isso! Um país que se respeita tem que ver o seu passado recente, e tem que discutir isso. Quando se criou a lei da Comissão da Verdade no Brasil, os militares pressionaram para que não ficasse um período de investigação de [19]64 a [19]85. Por quê? Ficaria muito ostensivo que a Comissão iria investigar as suas violências, o seu arbítrio, as suas torturas. Então inventaram uma bobagem! Quer dizer, então é entre [19]46 e [19]88, as duas condições. Ou seja, ninguém, em sã consciência, imagina que haja torturas, prepotências, para ser investigada no governo Dutra, no governo constitucional de Getúlio Vargas, no governo Juscelino, no governo Sarney. Não existe! Mas meio para camuflar... Quer dizer, aquele velho jeitinho brasileiro para disfarçar as coisas. Enquanto o Brasil for um país cínico, hipócrita, que não enfrenta de cara os seus problemas, e finge que essas coisas são assim... Mais amenas... Mais suaves... - Não, nós não fundamos a Condor, nós só fomos observadores... -, isso tudo não ajuda em nada! Eu acho que essa... Essa hipocrisia militante, que ainda atravessa muito o nosso Congresso, que é muito conservador e muito alienado em relação a isso; o nosso Judiciário, que é muito indiferente a esse tipo de coisas; e os nossos Comandantes Militares, que são extremamente equivocados em relação a isso. Em março passado... Em março do ano passado, o jornal O Globo divulgou um documento em que os Ministros Militares mandavam um relatório para o Ministro Nelson Jobim, então da Defesa, contestando a criação da Comissão da Defesa, que iria investigar o que eles dizem, entre aspas, “abusos do chamado governo militar”. Se os nossos Comandantes Militares, passados... Quase meio século, daquilo que foi praticado em 1964, ainda acham que aquele regime que fechou o Parlamento três vezes, cassou 4.682 pessoas com seus mandatos eletivos, cassou o Ministro do Supremo, fechou partidos, fez intervenção nos sindicatos, prendeu, matou e torturou; eles ainda têm dúvidas se aquilo é o “chamado” governo militar. Quer dizer, eu me lembro de que o Comandante do Exército argentino, Martín Balza, foi para um programa – ele Comandante do Exército argentino! O país onde existe a mais sangrenta e a mais violenta das ditaduras do Cone Sul; trinta mil mortos, segundo os organismos internacionais, ou oito mil, segundo o próprio governo –; ele foi para um programa de televisão chamado Tiempo Nuevo, de um jornalista chamado Bernardo Neustadt, que é o mais importante da época – em noventa e cinco –; aí quando estava terminando a entrevista, ele tirou um papelzinho do bolso, abriu e disse - Quero pedir perdão à Argentina. Durante os anos setenta, delinqüimos, ferimos a Constituição Nacional, prendemos, torturamos e viramos criminosos como os criminosos que nós cassávamos -. Num ato de contrição que seria fantástico! Imaginar... Acontecer no Brasil! E eu não consigo imaginar isso, embora os atuais Comandantes não tenham nada a ver com aqueles atropelos cometidos no passado. Porque quando aconteceu em 1964, o Comandante, o general Enzo Pires, do Exército, o da Marinha, o da Aeronáutica, eram recrutas! Eles não têm passagens pelo porão, pelo DOI-CODI, eles não têm nada de que se envergonhar. Eles não precisam ter nem a... O chamado sentimento corporativo para proteger essas pessoas que maculam a farda! Que maculam as Forças Armadas. Eles deveriam olhar para frente e dizer o seguinte - É importante para o Brasil, é importante para as nossas Forças Armadas, revisar isso e mostrar o seguinte: Isso aconteceu; isso foi verdade; mas não acontece mais. Porque nós somos agora os guardiões da lei e da ordem e da Constituição -. É tão simples entender isso! Não fazem por quê? Porque o Brasil é um país covarde. Um Brasil cínico. E eu tenho vergonha desse Brasil.

P: Luiz Cláudio, muito obrigado por esse belíssimo depoimento, e reconhecemos em ti não somente o jornalista, mas também protagonista e sobrevivente de tudo isso.

DEPOIMENTO 10 – BELISÁRIO DOS SANTOS JUNIOR.⁹⁸**SÃO PAULO, 20 DE SETEMBRO DE 2012.****P: Doutor Belisário, em primeiro lugar lhe pediria uma rápida apresentação sua e da sua opção pela advocacia, por favor.**

R: Bem, meu pai... Meu pai foi advogado, antes dele, meu avô. Então, acho que a opção pela advocacia estava umbilicalmente vinculada ao respeito com que eu via um advogado ser tratado não é? Aquela história de recuperar o patrimônio, recuperar a liberdade, sabe? Foi uma coisa muito forte para mim, então aí eu me envolvi nessa história, e durante a faculdade – eu fiz a faculdade de 1966 a 1970 não é? Pleno golpe militar; vivi todas as etapas do golpe militar na faculdade; o golpe militar de 1964 até 1968, depois o Ato Institucional N° 5, o golpe dentro do golpe; vi as sucessivas Leis de Segurança ir sendo fabricadas, a cada momento mais duras; a cada momento os tipos mais genéricos; a cada momento uma coisa mais grave do que a outra em termos de punição; vi a pena de morte ser reintroduzida; pude acompanhar enfim, colegas sendo presos, mortos, e aí então a opção pela advocacia penal virou quase que uma obrigação. Depois acompanhei esse processo até o último julgamento, eu ajudei a patrocinar o último julgamento da Justiça Militar. E a minha vida mais ou menos se... Condicionou-se pelo exercício profissional, e a par disto, pela profunda vinculação com os Direitos Humanos e com a solidariedade. Eu, nos anos oitenta, fui procurado por um jurista argentino importante, Leandro Despui, o Leandro Despui que foi, é... Comissário da ONU para assuntos de Justiça; ele foi a figura, um dos responsáveis pela questão da Justiça na ONU. E ele me pedia que nós, advogados paulistas, nos interessássemos pela questão do Uruguai, em 1980. Uma coisa curiosa, eu me lembro do dia que ele me pediu isso! Porque isso marcou a minha vida, eu... É... Se eu tivesse que escolher uma segunda pátria, seria o Uruguai, uma coisa muito forte, muito forte em mim, muito forte. Eu tenho amigos queridos uruguaios, tenho amigos lá, amigos, enfim. Fiz amigos importantes, o Hugo Cores, Alejandro Artucio, Mariela Salaberry, a irmã da Mariela, Pina Salaberry, que era Secretária Executiva do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai. Realizei a primeira missão ao Uruguai pelo Secretariado, eu e o filho do Brizola fomos os únicos que pudemos entrar; os sindicalistas ficaram parados na fronteira; nós viajamos de avião, pudemos entrar, fomos perseguidos... Perseguidos pela polícia uruguaia... Foi um momento importante.

P: Lembra que ano foi isso Doutor?

R: Isso foi no início dos anos oitenta. No início dos anos oitenta. E estive integrando o projeto de Anistia pelo Secretariado Internacional de Juristas para o Senado uruguaio, que foi uma solenidade muito bonita! Os uruguaios foram um povo que entenderam bastante bem o papel da solidariedade, e no dia em que o SIJAU encerrava os seus trabalhos entregando um projeto de Lei de Anistia que nos havia sido encomendado, os senadores saíram das suas posições, enfim, da mesa de direção... E nos falaram: - Hoje, na mesa de direção do Senado uruguaio, sentam-se todos os juristas que participaram desta atividade -. Por uma hora... Por uma hora nos sentimos na responsabilidade de estar sentados ali, na frente de tantos uruguaios importantes, combativos, enfim, e entregando exatamente o projeto. Tive também a incumbência de levar esse Projeto de discussão da Anistia para a Argentina. E a Argentina, se você se recorda muito bem, a Anistia era uma má palavra, e, eu na minha ingenuidade, barra / coragem, dos trinta e poucos anos, me reuni com as oito grandes organizações de Direitos Humanos, e o [Horacio Karsen] abriu a

⁹⁸ Belisário dos Santos Junior nasceu na cidade de São Paulo, Brasil. Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC). Realizou estudos de Mestrado em Legislação Penal Especial e Especialização em Direito Administrativo na PUC-SP. Atuou como defensor de presos políticos durante o período da ditadura. Foi Procurador Autárquico do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (1972-1988). Participou do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, representando a OAB, e foi membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal deste órgão. Ainda atuou como presidente da Associação de Advogados Latino-americanos pela Defesa dos Direitos Humanos, e foi secretário de Justiça durante o governo de Mário Covas. Hoje é membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; integra o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e da Fundação Mário Covas; representa o Brasil na Comissão Internacional de Juristas (CIJ); é diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA) e é membro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos desde 2001. É advogado em atuação.

reunião e disse: - O Belisário vem do Brasil e vai nos pedir um apoio para a questão uruguaia, e nós temos que tentar trabalhar -. E aí eu falei da questão da Anistia, que era importante para o Uruguai, e ao final houve um silêncio tumular! Tumular, e o Emilio Mignone, Emilio Fermín Mignone, ele pede a palavra e fala: - Eu conheço o Belisário, ele é uma excelente pessoa -, como quem diz assim: não pensem que esse menino é um maluco que nos vem falar de Anistia. E uma coisa maravilhosa foi a deliberação das oito entidades, dizendo que, ainda que na Argentina não se pudesse pronunciar a palavra anistia, eles entenderam que era importante fazer isso pelo Uruguai não é? Na Argentina desapareceu a maior parte dos desaparecidos uruguaios, e eles então deliberavam fazer parte da campanha, sediaram muitos encontros do SIJAU, pelo Uruguai, na Argentina, mostrando que ainda que nós divirjamos muito em outras matérias de política, de futebol, eles, o povo argentino revelou uma solidariedade... Magnífica! Magnífica, é... Eu me emociono de lembrar a solidariedade dos argentinos, acolhendo muitos uruguaios, acolhendo muito brasileiros, um trabalho sério, e ao mesmo tempo em que eles tentavam vamos dizer assim se encontrar como país e sair de todas as suas crises. Enfim, isso é um... Eu não esqueço esses dias, eu não esqueço a hora, eu não esqueço a reação, a face das pessoas! Dizendo - Vamos trabalhar para o Uruguai -. Aí... Aí foi uma coisa pela vida, pela vida a fora, aí me liguei de uma forma tal... E aí, em [19]81, é... Em oitenta e um... João Figueiredo, o Presidente brasileiro João Figueiredo, foi à Argentina e apresentou um Projeto, ou, obteve um Projeto de Lei brasileira de estrangeiros, contra estrangeiros, que foi sancionado quando o Videla veio ao Brasil. Quer dizer, o Figueiredo foi para a Argentina em maio de oitenta e um e o Videla veio aqui em agosto. Eles arquitetaram um Projeto de Estrangeiros. O Brasil estava ingressando, em oitenta e um, numa fase que era de abertura, o Ato Institucional Nº 5 tinha ficado para trás; o Geisel transmitiu o poder para o João Figueiredo, em quem ele não confiava; ele transmitiu já sem vários instrumentos de repressão não é? Ele alterou a Lei de Segurança para esvaziar a campanha pela Anistia; extinguiu o Ato Institucional Nº 5, e aí passou o poder para o João Figueiredo. Mas o João Figueiredo então, ele se preveniu desse instrumento, e era uma Lei muito curiosa essa; a Lei continha expressões que era clara tradução do espanhol. Os textos brasileiros, quando se referem ao Brasil, ao território do Brasil, eles falam o território nacional, o país, enfim. Nacional é a expressão que se utiliza classicamente. E o texto da Lei contra estrangeiros falava – território brasileiro, solo brasileiro, e era... Evidentemente era uma tradução mal ajambrada de uma Lei repressiva, e que era uma Lei que nitidamente reeditava toda aquela Doutrina de Segurança Nacional. E enfim, passamos a lutar contra isso também, quer dizer, o Brasil que, ingressando naquela transição poderia ser um país de acolhida, por aquela Lei ele deixava de ser um país de acolhida. Mas até a Polícia Federal brasileira não aplicou na sua total dimensão toda a potencialidade que aquele instrumento lhe daria. Então, nós continuamos sendo uma terra de asilo; recebemos a Comissão de Justiça e Paz, por minha iniciativa; Dom Paulo Evaristo passou a desempenhar um papel importante; criamos um projeto de acolhida de estrangeiros, não só de estrangeiros políticos, mas de estrangeiros que saíam por razões econômicas, atendemos mais de mil e duzentas famílias; um projetinho, três pessoas ali... Dom Paulo teve sempre essa compreensão, e foi através da solidariedade por esses povos latino-americanos que eu me aproximei da Comissão Justiça e Paz, de que viria a ser membro mais tarde, e por este projeto me aproximei de Dom Paulo, que me considera... De vez em quando ele fala isso, “seu secretário” –, pelas mãos de quem vim a ser secretário de Justiça do Estado de São Paulo, indicado que fui ao Mario Covas. Então essa questão da solidariedade latino-americana mudou completamente a minha vida, mudou completamente a minha vida. Passei a... Em oitenta criamos a Associação dos Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos, quando anunciamos em – criamos em São Paulo –, quando fizemos o primeiro congresso em Lima eu dizendo que o Brasil tinha tudo para se transformar em uma terra de asilo, e que teríamos que trabalhar essa questão, eles editaram a Lei de Estrangeiros, prenderam três ou quatro advogados importantes aqui, ou seja, só para lembrar...

P: Nem tanto...

R: Não, não, para... A ideia era relembrar que havia uma conexão não é? O Brasil não tinha vida própria na sua transição, entre aspas, a sua transição para a democracia. O Brasil não tinha vida própria, ele precisava de uma Lei de Estrangeiros, assim exigiu a Argentina, ele precisava ter tudo bastante regulamentado. O estrangeiro que se hospedasse em hotéis, o hotel tinha que avisar a

polícia; os prédios exigiam documentação quando você ingressava nos prédios... Uma tradição que às vezes até fica, porque essa história de exigir o documento não é? Hoje, aqui, está um pouco superado isso, mas durante muitos anos nós éramos observados, a polícia tinha todos os nossos movimentos – saiu desse prédio foi para lá, etcetera. Enfim, não combinava com o Brasil talvez, mas combinava com a América Latina, então o Brasil mostrou bastante bem isso, essa conexão, não fosse o plano Condor, enfim, outras muito bem colocadas no filme “Missing” – num determinado momento um torturador interroga um chileno, estapeando o chileno e falando em português. Então é uma... Essa conexão sempre existiu, o caso Lilián Celiberti e Universindo Díaz mostra claramente isso. Eu trabalhei nesse caso do Universindo Díaz e da Lilián Celiberti, não diretamente, na proteção... Na tentativa de... Vamos dizer... Ubicar é... Localizá-los, mas sim um pouco mais tarde quando o Omar Ferri – essa figura – e Jair Krischke pedem a São Paulo, algumas pessoas em São Paulo, a mim a Jan Rocha, do Clamor; eu era... Nós tínhamos muitos chapéus, eu era Associação Latino-Americana, eu era Comissão Justiça e Paz; usávamos o chapéu conforme era necessário. Pediram-nos que recebêssemos o Hugo Rivas, porque ele vinha denunciar.

P: Hugo Rivas era um ex...

R: Hugo Rivas era um fotógrafo do Exército uruguaio; ele próprio não era exatamente um militar... Mas era alguém que participou do processo repressivo e presenciou torturas, e fotografou os presos. Não cometeu torturas, mas ele mostra um pouco o que é o homem latino-americano: de repente ele se viu numa conjuntura em que ele fotografa pessoas que haviam sido sequestradas, isso era um pouco o trabalho dele, ele era fotógrafo do Exército. Num determinado momento ele disse: - Eu não posso conviver com isso, eu tenho que contar isso para alguém -. Aí ele sai de uma vida absolutamente normal que ele tinha no Uruguai, com sua esposa que ignorava tudo, um filho pequeno de colo, carreguei o moleque para baixo e para cima; ele vem para o Brasil, e a Polícia Federal estava muito... A Polícia Federal participou do sequestro dando todo o amparo. E, infelizmente, nós tivemos que... A cada dia ele dormia na casa de alguém, em um determinado momento não tinha mais onde dormir, nem muitos recursos, ele passou a dormir na casa das pessoas; no último dia ele dormiu na casa de um sócio meu. E nós, eu e Jan Rocha fomos a Brasília, obtivemos asilo. A repressão política é uma coisa curiosa, ela traduz uma solidariedade ao povo reprimido muito interessante. O Embaixador da Noruega no Brasil me fez uma pergunta –eu estava com uma mala de provas para mostrar para ele –, ele me diz: - O senhor acha, pela sua palavra, pela sua análise, o senhor acha que ele precisa de asilo político fora do Brasil? -, e eu falei - Sim, precisa -. Ele falou - Bom metade já está resolvido -, eu estava com os documentos para mostrar, ele falou assim - O senhor acha que pela sua avaliação ele corre mesmo risco de vida? -, eu falei - Sim, ele corre. Aqui no Brasil, se a Polícia Federal pegar, ele será devolvido ao Uruguai. E no Uruguai ele vai desaparecer -. E o norueguês falou assim - Bom, então temos tudo para conceder o asilo -. E esse moço vai para a Noruega. Numa confusão curiosa, ele vai para o aeroporto, eu o levo para o aeroporto, e a esposa dele se atrasa por alguma razão, e ele viaja sozinho, com cinco fraudas, com camisa de manga curta ele foi para a Noruega, é uma... Uma situação... Ele não sabia o que ia encontrar. Hoje, ele vive lá ainda, vive lá ainda. Depois do Hugo Rivas, que denunciou todo o... E nessa questão a Ordem dos Advogados do Brasil se envolveu totalmente, porque nós tínhamos que demonstrar que, primeiro nós tínhamos que aferir se ele não era uma pessoa que viesse se infiltrar no Movimento não é? Isso eu fiz com o Luiz Eduardo Greenhalgh, parecíamos policiais interrogando o Hugo Rivas, tentando obter contradições, mas não, ele era uma pessoa... Cometeu lá enfim, tinha sua atividade, mas ele queria... Ele não conseguia mais viver com aquilo, queria revelar aquilo. Não poderia revelar para advogado só, então nós pedimos a Ordem dos Advogados do Brasil que o recebesse, e o presidente da Ordem era o Mario Sergio Duarte Garcia que o recebe; formamos uma... Uma... Enfim, uma Comissão de “inatacáveis”! Pessoas acima de tudo e de todos e de qualquer suspeita de envolvimento político, mas pessoas de bem, advogados tradicionais, eles tomaram o depoimento do Hugo Rivas, deram algum apoio, ajudaram na divulgação. Tivemos um problema na divulgação, porque a revista “Veja” não aceitou a palavra do seu jornalista de que aquela informação precisava ser preservada enquanto eles não saíssem do país; o editor da “Veja” quis que a informação fosse publicada, uma decisão de jornalista, todos os demais seguraram, o grupo de jornalistas comandados por

um grande jornalista, que era o Clovis Rossi. Mas, houve essa história, a “Veja”, os altos escalões da “Veja” quiseram que a matéria saísse. E saiu uma matéria pequena, porque eles não tinham muita informação, porque o Scott, que era o jornalista, não passou a informação. Anos mais tarde ele foi demitido por não passar informação.

P: Por causa dessa matéria então?

R: Por causa dessa matéria. Anos mais tarde eu encontrei com o Scott, falei com ele por telefone, e falei - Scott eu nunca falei com você sobre isso, eu queria dizer que foi uma atitude brava você não passar informação, ser demitido numa época difícil -. E ele me disse uma frase espetacular: - Eu não podia fazer outra coisa -, que é o, traduz a filosofia da participação, do envolvimento, da ética, enfim. Mas daí em uma semana o fato era notícia! O “Jornal do Brasil” saiu com manchete; a “Isto É” saiu com dez páginas, enfim, várias publicações; a “Folha”, o “Estadão” enfim, saíram com grandes matérias, e nós ainda com a mulher dele aqui, porque ele tinha saído na véspera, a mulher dele... Mas saiu também, não houve problemas. Curiosamente, mais tarde, nós tivemos que levar esses depoimentos a OEA. Enfim, toda a rede de solidariedade fez com que isso caminhasse para a OEA. Na OEA, ao levar essas denúncias, depois da entrevista coletiva, nós fomos perseguidos por policiais uruguaios, na parte de baixo da ligação, no túnel que liga a sala de imprensa da OEA com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, nós fomos perseguidos por policiais uruguaios que não portavam nenhuma identificação, depois soubemos quem eram. Mas então era... O Secretário de Imprensa da OEA à época era um argentino, ou seja, tudo combinado, quer dizer, o ambiente de repressão se refletia, a conexão da repressão se refletia nas mínimas coisas: nessa história da OEA, na história das informações, na história da transmissão das informações, no cruzamento, nas notícias em aeroportos, enfim, era uma situação bastante difícil essa, são fatos que eu começo a lembrar.

P: Dr. Belisário, de certa forma o senhor está colocando que já numa fase, digamos mais avançada do período, ainda está acontecendo tudo isso. Agora, com seus colegas de outros países, o que o senhor vivenciava da diferença do que era ser advogado de presos políticos, ou perseguidos políticos, no Brasil, em relação aos outros países? E da sua própria experiência, até anos antes, talvez até mais no início, desse seu envolvimento.

R: Sim. Os advogados argentinos, que ficaram dentro da Argentina, eram advogados de extrema expressão que não tinham advogado diretamente para os presos políticos, nem podiam, os processos eram secretos, e enfim. Eram advogados que tinham relação com o movimento dos familiares, Emilio Fermín Mignone, ele próprio com uma filha desaparecida, então não havia... No Uruguai a mesma coisa, no Uruguai; no Chile praticamente a mesma coisa, porque os advogados haviam ou se exilado, ou, enfim... No Uruguai, não tinha ninguém dentro do Uruguai, fora os que eram políticos, e que havia, portanto, algo que os protegiam, muito remotamente, muito superficialmente, mas os protegiam. Mas no Brasil, como a repressão foi mais seletiva do que só massiva, embora na Argentina, no Uruguai ela foi seletiva e foi massiva também, mas no Brasil a forma – nós tínhamos um Congresso aberto –, então essa forma escolhida pelo regime militar, ele constituiu um amortecedor que talvez tenha salvado vidas, mas seguramente mudou a faceta da luta contra a repressão, que aqui se fazia, aqui havia defesas, a defesa se produzia... Sem nenhuma eficácia! A defesa de um preso político era a denúncia da tortura, quem podia ser absolvido era quem não tinha nada a ver, era quem só tinha alguma relação com pessoas presas, mas a Justiça havia decidido... A finalidade da pena era... Para o direito penal, a finalidade da pena, há duas correntes: uma das correntes é que uma das finalidades da pena era a ressocialização do preso, e a outra finalidade da pena é retributiva, e às vezes as duas coisas ao mesmo tempo. No regime militar a finalidade da pena era afastar o preso, que já não tivesse sido assassinado ou morto, afastar completamente do convívio. Então as penas eram vinte e cinco, trinta anos, eram penas comuns; sessenta, oitenta, cem anos eram penas absolutamente comuns, eram penas absolutamente dadas sem qualquer proporcionalidade para o que era feito, por juízes... Pela Justiça Militar não é? Uma das características da Doutrina de Segurança Nacional foi reconhecer o Estado de Guerra, porque no Estado de Guerra se aceitam várias coisas que não se aceitam nor-

malmente, mas uma delas exatamente é a jurisdição militar; a outra consequência do Estado de Guerra é o inimigo interno, não há adversários, não há opositores num Estado de Guerra, há inimigos, aí o inimigo se mata; não se combate somente. Então, essa foi... Aqui, como na Argentina, no Uruguai, no Chile... O Paraguai era um pouco diferente, era outra fórmula de repressão. O Paraguai, os juristas paraguaios falavam num processo de domesticação: alguns eram punidos muito duramente para que houvesse um medo do restante, dos possíveis, das pessoas que pudessem se opor ao regime. Mas no Brasil havia as defesas, e o preso se valia de seu advogado, o advogado era família, porque quando eram ações de vinte, trinta, quarenta anos, separavam famílias, as famílias se estilhaçavam, filhos que haviam ficado com os avós – nós tivemos um pouco diferente, os filhos eram jogados; não houve que saibamos ainda hoje, não houve a política de suprimir os filhos. Os filhos eram abandonados, quando não presos, prisão de meninos de quinze anos, dezesseis anos –, então a família se estilhaçava e os advogados eram os parentes, os denunciadores das torturas, as pessoas que tiravam os documentos de dentro do cárcere e que enviavam para o foro internacional, enfim. A minha ligação com os meus clientes da época era uma ligação absolutamente afetiva e familiar! Eu os tenho como pessoas queridas, como irmãos; na assinatura da Lei da Comissão da Verdade foi uma emoção total, porque as pessoas que estavam ali, advogados, não eram mais advogados nem familiares, nos abraçávamos dizendo - Nós resistimos. Nós estamos aqui -, e lembrando todos os que não estavam; das pessoas que a doença ou a ditadura nos afastou. Então estávamos ali, quer dizer, havia cada um com seu papel, mas nós estávamos ali, uma coisa muito... Muito... Ainda hoje, muito forte, muito afetiva, muito emocionante! Então o papel do advogado era um papel bastante claro. As leis... Nós tínhamos uma radiografia, as leis eram absolutamente repressivas, curiosamente era mais grave no Brasil filiar-se a um partido sem linha armada, tentar reorganizar as uniões estudantis, do que se filiar a um partido com linha armada não é? Então ficava claro que o que importava mais era banir o pensamento, era banir as pessoas que se insurgissem pelo pensamento; pelas armas era uma linguagem mais comum para os militares, eles lidavam melhor com isso. Enfim, o Direito, eu vou falar a juízes daqui a dois ou três dias – Crimes da Ditadura –, eu vou contar para eles, e eles não têm ideia do que era um crime assim – Praticar atos destinados a provocar a Guerra Revolucionária subversiva –... O que é isso? – Praticar atos que coloquem em risco a Segurança Nacional –, a Segurança Nacional não era a segurança da Nação, era a segurança do governo! Era a segurança de um... Tudo construído, inclusive a repressão. Quer dizer, todo esse sistema – hoje temos que bater muito nisso, não houve um bando de facínoras, pessoas de má formação e psicologicamente frágeis ou enlouquecidos que torturavam. Isso foi um sistema! Havia um muito bem direcionado sistema, comandado a partir da sala da Presidência da República, como hoje temos documentos, para que gradativamente as organizações de oposição fossem combatidas, seus membros fossem presos. Mas com o tempo, o governo que conduziu a abertura democrática foi o que mais matou! Talvez por isso tenham entendido que estava hábil a transferir o poder sem o AI-5. Então, o governo Geisel foi o que mais matou! O fim da guerrilha do Araguaia, a última expedição, não há presos, todos mortos. E depois de dois ou três anos na selva, sabe-se que os combatentes estavam... Dizimados pelas doenças, pela falta de solidariedade da população, pelo medo, pelo cerco; exatamente quando eles estavam mais fracos nenhum foi preso! Todas as coisas mais graves da época da ditadura foram cometidas na saída do período mais... Mais... Irracional da repressão! Nós caminhamos para um período em que os processos eram conduzidos com muito tino, com muito engenho, com muita tecnologia e ao mesmo tempo com extrema crueldade! Então, não há pessoas sádicas! Houve servidores de uma linha muito claramente direcionada a manter o poder, suprimir oposição e fazer isso não só no Brasil! Não é? Não só no Brasil. Fazer isso em todo o Cone Sul, enfim... De todas as formas que fossem possíveis, porque na realidade eles rezavam a mesma cartilha. Eu aprendi muito sobre tortura, curiosamente com Mario Benedetti, quando ele escreveu “Pedro e o Capitão”. E ele fala exatamente isso, quer dizer, “é fundamental que eu tenha uma informação para justificar a minha posição de torturador”. Mas daí você tira também que a crueldade, ela era... Científica...! Não era irracional, não eram pessoas burras que saíam batendo e às vezes matavam sem obter qualquer informação, porque quebrar psicologicamente a pessoa era fundamental, desviá-la da sua rotina era absolutamente fundamental. Por isso é genial a saída de Mario Benedetti, que foi achada também por muitas pessoas! Muitas nem soubemos, mas muitas pessoas se esconderam na morte ainda não exauri-

da, mas já decidida do torturado; o torturado decide morrer, porque aí não pode acontecer mais nada com ele! Essa é a vitória sobre o torturador, ninguém talvez tenha doutrinado sobre isso, mas o Benedetti captou bem, e quantas pessoas me contaram isso, quer dizer - Depois que eu decidi morrer, depois que eu decidi que eu estava morto, a coisa ficou... Não é que ficou melhor, mas é que eu fiquei mais forte! Depois que eu decidi que não tinha nada a perder e quem teria a perder eram eles, porque eu não iria falar, ou eu falaria algo em que eles não confiariam -. Então, essa luta de dominação é uma luta que ninguém explica tão bem quanto esse gênio da sensibilidade que foi o Benedetti. Nós temos algumas pessoas que doutrinam hoje sobre isso, a Maria Rita Kehl fala muito sobre tortura, fala muito sobre esse lado da repressão, o lado psicológico da repressão, mas ainda acho que a primeira grande... A primeira grande... É essa história do “Pedro e o Capitão”, e a palavra final é sempre do torturado.

P: Doutor Belisário, em função disso, que o senhor acaba de colocar, e a partir da polêmica da Lei da Anistia e da manutenção da interpretação da Lei da Anistia. Qual é sua posição em relação a isso?

R: Enfim. O Supremo Tribunal Federal decidiu por sete votos a dois, aqui no Brasil, ele decidiu uma coisa bastante importante para nós. Eles diziam que a Lei se aplica aos torturadores, a Lei de Anistia de 1978, e a decisão que foi adotada, foi adotada com o fundamento de que houve um pacto! Um pacto político, e que nesse pacto político estava abrangida a Anistia para os torturadores. A decisão de jurídico não tem muito, porque a expressão “anistia crimes conexos” queria dizer outra coisa. Dois juízes do Supremo disseram: a tradição jurídica do Supremo Tribunal Federal diz que crimes conexos são aqueles que, não tendo natureza política, são cometidos junto com os crimes políticos. Um exemplo de crime conexo é um militar que se junta a uma organização de oposição ao regime e deserta. A deserção não é um crime político, mas nessa situação é um crime conexo, crime cometido ao mesmo tempo para facilitar o outro, enfim. Então, os dois juízes que votaram contra disseram: - A nossa tradição jurídica é completamente diferente -. Mas, eu acho que mesmo no argumento político, ele é muito falho, nós vamos lamentar essa decisão por muitos anos. Se você voltar a [19]78, nós vamos ver que o Geisel havia fechado o Congresso um ano antes, havia cassado inúmeros, inúmeros parlamentares, inclusive os líderes da oposição, porque denunciavam tortura; o Figueiredo – e Geisel –, para esvaziar a campanha de Anistia editou uma Lei de Segurança que era... Essa Lei de Segurança rebaixava as penas de uma forma absurda! Eu falo absurda assim, a palavra absurda é o representativo, porque é uma Lei que não protege nada, quer dizer, nenhuma Nação poderia ser protegida por uma Lei que rebaixasse as penas tanto. Mas, como a oposição havia sido presa ou morta, a Lei de Segurança podia ser aquela, mas isso havia sido feito para esvaziar a campanha pela Anistia. Saiu mais gente com a Lei de Segurança do que com a Lei de Anistia. Saiu mais gente com a interpretação que o Supremo deu à Lei de Anistia do que com a Lei de Anistia! O Figueiredo, em cujo primeiro ano de mandato foi editada a Lei de Anistia, o Figueiredo dizia - Ou essa Lei, ou nada! -. Então, este não era exatamente um ambiente de negociação. A Ordem dos Advogados do Brasil tentou fazer passar uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Não conseguiu! E ficou na Lei de Anistia a impossibilidade de anistiar os presos por crimes de sangue. Então a Lei de Anistia, que era voltada para os crimes políticos, não anistiava a morte, não anistiava os crimes de sangue. Como os torturadores, que não foram nem lembrados naquele momento, teriam os seus crimes de sangue, de morte, de execução extrajudicial, de desaparecimento, anistiados, se isso não foi anistiado para os crimes políticos? Não tem o menor sentido histórico, jurídico, enfim, social. Foi necessário que o Supremo Tribunal Federal, e eu tive o primeiro ou segundo caso, foi meu, a Lei dizia – “Não se anistia o preso condenado” –, e passou assim à Lei. E nós fomos buscar no Supremo Tribunal Federal que preso condenado queria dizer preso definitivamente condenado. Quando se usa a expressão “condenada” no direito brasileiro, alguém condenado, isto vai lhe dizer: alguém condenado definitivamente. Então, o Supremo Tribunal Federal da época da ditadura militar disse ao Brasil que, na tradição jurídico-histórica do Supremo Tribunal, “condenado” era condenado definitivamente; e com essa decisão, aplicando-se a tradição jurídico-histórica, saiu muito gente que não sairia pela Anistia, e saiu pela interpretação do Supremo Tribunal. Há dois anos o Supremo não quis aplicar a tradição histórica do que poderia querer dizer “crimes conexos”, e me parece que cometeu um erro grave. Mas o Supremo decidiu, e isso é uma coisa importante, que em dois

casos – no caso do major Tozzo e do coronel Cordero – o crime de desaparecimento forçada não tem anistia. Resta ver... Com isso entregamos os dois torturadores para a Argentina, embora um deles fosse uruguaio havia um pedido da Argentina primeiro. Então, resta ver se isso será aplicado aos desaparecidos brasileiros, para os quais não pode haver... Cujos criminosos, no caso de desaparecimento forçada, no caso de sequestro, não pode haver Anistia, porque não há Anistia para crimes em curso, para crime que está sendo cometido. Não importa que façam quarenta anos que isso ocorreu: não tendo aparecido o cadáver, o crime está em curso. Talvez este raciocínio leve a uma estranha situação que é os militares falando: - Não, não, morreu, eu matei mesmo, enterrei aqui -, e para escapar da situação...

P: Tenham que assumir isso.

R: Tenham que assumir isso. Por enquanto não há uma manifestação nesse sentido, mas...

P: Diga-me uma coisa doutor, o senhor também participou da Comissão Especial do governo para reparações dos mortos e desaparecidos. Como é que foi essa experiência? Porque é uma experiência onde existe a possibilidade, enfim da reparação mínima daqueles que procuram informações, e que acima de tudo sempre procuraram os corpos, mas essa convivência com a dor, embora o senhor já, de alguma forma, já tem vinculações com essas pessoas, e, por outro lado, a necessidade de comprovar e confirmar de forma quase que absoluta esses casos. Que tipo de desafio enfrentou nisso?

R: Houve vários desafios jurídicos, mas um desafio importante foi entender que refazer a história, dar novamente a palavra à vítima, compõe a ideia de reparação. A reparação não é dinheiro, a reparação não é tentar recompor o patrimônio daquela família, nem em somente lhe dar um atestado de óbito para fins humanitários; era refazer a história, tentar por várias formas afastar a mentira. Eu tive uma cliente que pediu que fosse substituída no atestado de óbito, fosse substituída a expressão “suicídio” por “morte pela repressão”. Assim, também, no caso Herzog aconteceu isso. As pessoas quererem que a história seja contada de outra forma, refazer algumas mentiras históricas não é? E claro! E claro, dizer em nome do Estado que o Estado cometeu aqueles crimes, não deixar nenhuma dúvida de que o Estado cometeu aqueles crimes, não foram pessoas individualmente, não houve setores que saíram do comando do Estado. Não, isso é uma mentira. O Estado conduziu uma política de que isso era parte. Então, eu acho que isto foi muito importante nesse processo, e aprendemos que a tortura, a dor são marcas que nunca serão apagadas. Não há dinheiro, não há reconhecimento; elas podem ser aliviadas, mas elas não serão apagadas, aquilo que se fez permanece para sempre no espaço, na cabeça das pessoas e de quem trabalhou com as pessoas também, porque essa dor é uma dor que contamina que contagia e, aliás, é bom que isso aconteça, porque, enfim, foi uma parte da nossa história, o direito à memória e o direito à verdade não é um direito das famílias dos desaparecidos ou dos mortos, é um direito da sociedade, e como tal tem que ser exercido. A convivência nesses anos todos de... São quase nove anos de Comissão, foi muito instigante; nessa fase final de localização dos corpos é uma... Ela é muito difícil, porque o Estado não aprendeu a se relacionar com os familiares; o Estado acha que isso é um inquérito, de que deve conduzir isso como um inquérito normal, esquecido de que isso é um processo de reparação. Eu depus no caso Gomes Lund, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, e pude dizer ali que o Brasil precisava atentar para isso, conduzir o processo de investigação lembrando que o sujeito desse processo são os familiares, são... É claro que o Estado não pode abrir mão da sua autoridade, do seu poder de investigar, mas ele tem que entender que isso não pode ser uma nova vitimização, as famílias não podem sofrer essa dor de novo, sofrer uma indiferença novamente. Então muitas vezes o Estado até está fazendo alguma coisa, mas não comunica, não transmite, não dá satisfação, às vezes por falta de vontade, mas às vezes também por falta de recursos, mas não... O oficial não sabe se relacionar com a cidadania, não é só nesse caso, mas é frequente que isso ocorra, não aprendemos isso.

Mas eu particularmente tenho um bom contato; eu decidi, lá atrás, na primeira decisão que eu tomei em me aliar a luta pelo Uruguai, eu decidi que eu tinha posição própria. Então essa Comissão é de Estado, mas não dita a minha posição. Alguns outros companheiros entenderam isso

também, e nessa medida está o respeito dos familiares a essas pessoas. É muito difícil, porque nós não entendemos que a dor não se vai; a cerimônia do luto é uma cerimônia muito importante na nossa civilização, e o luto ele... Serena não é? Ele encerra a ligação com aquele ente querido, ele põe um ponto final numa luta, e nós não aprendemos isso ainda aqui; entregar um corpo, lutar para uma última homenagem é fundamental para essas famílias. Então as mães de muitos desaparecidos morrem, morreram, e sem... Sem uma homenagem! Sem uma... Esse é um momento muito difícil, esse momento atual da reconstrução da memória e da verdade; a nossa Comissão da Verdade foi uma luta grande, havia uma intenção de que esta Comissão não tivesse a base legal, mas eu acredito que ela foi bem nomeada, o marco legal é importante, as decisões históricas que ela tomou, que a Comissão Nacional da Verdade tomou, são importantes, ela só vai apurar os crimes dos agentes do Estado, por quê? Porque os crimes dos membros das organizações já foram punidos, às vezes com a vida, e agora nós temos que tratar dos agentes do Estado mesmo, não de puni-los por que, enfim... Mas até de puni-los! Porque a questão da Justiça está sendo reposta. Embora o Supremo tenha falado aquilo, começa um movimento de primeira instância, e de segunda instância dizendo: não, nós queremos, pela sentença da Corte Interamericana; o Supremo decidiu que a Anistia era constitucional, mas a Corte decidiu que não era convencional, que ela não se compunha com a Convenção Americana dos Direitos Humanos, com a, enfim, com a Declaração e com o pacto de San Jose da Costa Rica, e, portanto, ela não pode ser aplicada. Então essa vai ser uma luta pelos próximos anos; o Supremo está mudando a composição, de repente isso pode ser revisto; memória, verdade e justiça, essas palavras tem que andar juntas. Uma pesquisadora americana diz que o Brasil foi talvez um dos únicos países em que a violência, depois da repressão, a violência policial depois da repressão aumentou! Normalmente, a tendência seria... Com a experiência de vida, a violência policial decrescer. Aqui ela aumentou. Portanto, nós ainda precisamos olhar para o passado com ânimo de entender as lições e tomar as decisões certas, refazer a história, contar os mecanismos de repressão. Nós nos referíamos muito à ditadura militar, eu corriji a minha linguagem, a ditadura civil-militar: sem o apoio civil, sem o financiamento civil de grandes empresários, que hoje são democratas enfim, não teria havido repressão militar. Então, a ditadura civil-militar e a Comissão da Verdade deve contar a história dessas estruturas, o que em outros países já está se fazendo. Hoje, o Brasil é o único país onde não há ex-presidente preso. Estão todos mortos não é? Vamos dizer assim que... É, enfim. Mas de qualquer forma, eu acho que é um alento, na situação atual; eu costumo usar uma expressão que acho que é interessante: compete à cidadania brasileira e, de certa forma, a cidadania latino-americana, reduzir o espaço vital dos torturadores. O que quer dizer isso? O torturador não pode ir para Miami, porque ele será processado civilmente nos Estados Unidos – o caso Filártiga é um caso famoso, o paraguaio, o torturador paraguaio foi saltar nos EUA em uma competição, e saltou direto para a prisão, e ficou preso até pagar uma fortuna imensa; isso aconteceu em casos de El Salvador e outros casos –; ele não pode ir para Bariloche com seus netos, por quê? Porque na Argentina ele corre o risco de ser preso; ele não pode conhecer Valparaíso, a terra de Neruda, de Salvador Allende, ele não pode ver aquela beleza, aquelas casas se derramando pelos montes, ele não pode, porque se ele chegar ao Chile, ele pode ser preso! Talvez ele não possa ir para a Espanha, porque embora Baltazar Garzón esteja afastado, há muitos juízes que estão trabalhando na questão da memória e da verdade e, seguramente, para Londres ele não pode ir, porque lá foi preso Pinochet. Então, a diminuição do espaço vital dos torturadores tem sido uma constante. A garotada, a juventude brasileira, começou a fazer algumas manifestações, na frente de algumas casas, na frente da casa de um médico que ficou célebre por atestar suicídios, na frente da casa de alguns torturadores. Então acho que é importante diminuir o espaço vital, ainda que seja dentro do Brasil! Eu recebi a visita, alguns dias atrás, de um militar brasileiro que participou de operações de prisão, e ele me dizia o seguinte: - Meus filhos me cobram: o senhor serviu o DOI-CODI! -, ele falava, - Servi, mas eu entregava o preso contra recibo -. Ele fazia o serviço militar na época. Ele me perguntou - O que eu faço? -, eu falei - Bom você não pode voltar atrás no tempo não é? Se você pudesse voltar atrás no tempo, mas você não pode -. Então eu acho que essa é uma boa defesa, você dizer que você destoava dos seus amigos, que você não discutiu as ordens que recebeu de prender, mas que você entendeu que as coisas poderiam estar mal encaminhadas e você prendia com recibo. Ele prendeu uma figura notável, eu não vou dizer quem é, mas ele prendeu uma figura notável da República, to-

mou um tiro e levou essa pessoa presa, e talvez esse recibo tenha feito com que essa pessoa esteja em um lugar de muita proeminência hoje no Brasil. Falei - Diga isso para os seus filhos -. Ou seja, essa história de dizer para os filhos o que fez lá trás é uma coisa importante não é? O que eles vão dizer de nós, o que os netos vão dizer de nós. Essa atitude ética, do compromisso, da coerência entre o que a gente prega e o que a gente faz, ela começa a ser cobrada. Nós brincávamos de uma forma absolutamente... Tinha um clube de advogados – na época era um clube, era quase que um clube, porque nós nos queríamos tanto que era como se nós convivêssemos em um clube –, e o Edival Piveta, que é um dublê de grande advogado e teatrólogo fez várias peças importantes, ele costumava dizer, na Justiça Militar, ele falava - Um dia a ditadura militar vai acabar. Onde vocês vão trabalhar? O que vocês vão contar? -. Ele dizia isso de blague, ele dizia isso brincando, ninguém tinha ideia, ninguém podia pensar que... Bom, duraram quinze anos... Quinze anos é pouco, duraram... Vinte e um anos, até oitenta e cinco, a convocação da primeira... Da Constituinte. Mas nós não jogávamos com essas noções, nós sabíamos que tínhamos que sobreviver, esse era o conselho que dávamos para o preso, que precisávamos sobreviver, quer dizer - Vamos sobreviver; resiste; essa pena de oitenta anos não... -. Eu tinha um cliente, era o Altino Rodrigues Dantas Junior, ele, me apresentava para os presos novos e dizia - Tá aqui o doutor Belisário, graças a ele eu tenho oitenta anos de prisão -; e uma vez ele me apresentou dizendo - Esse é o doutor Belisário, eu ganhei oitenta anos de prisão com ele e agora ele quer baixar para quarenta e nove -. Porque nós íamos de recurso em recurso... Não importava que fossem quarenta e nove! Ao final de contas ele saiu, porque ele não havia sido condenado definitivamente. Mas foi uma época muito difícil, temos que recontar essa história, porque a menina de hoje não entende que você, para ir a uma missa, você discutia com a mulher em casa; você, para aceitar um caso, você discutia com as crianças na frente, porque, crianças no colo, você tinha que dizer - Olha vou aceitar a representação da família do Manoel Fiel Filho, eu vou tentar arrumar alguma condenação para quem fez isso com ele -, foi um dos casos; se discutia para ir à missa do Vladimir Herzog, no escritório, não podemos ir todos, porque se acontecer alguma coisa alguém tem que ficar de fora; você discutia para ir a certas solenidades... A gente tinha medo! Era um medo muito sadio, muito construtivo, mas tínhamos medo, tínhamos... Às vezes, uma coragem... Assim... Desapegada de qualquer raciocínio lógico, mas o medo era muito presente. O medo era muito presente. Mas havia muita solidariedade, tínhamos muita, ainda hoje, lembramos histórias, e... De emoção, houve casos em que um, em que... Nós pedimos a um Procurador militar para ajudar que uma pessoa, um procurado político que estava nos cartazes da época, pudesse ser operado; o Procurador militar recebeu o cidadão, recebeu a... Como eles falaram na cerimonia, recebeu a deposição das armas, assegurou a cirurgia, nunca mais foi promovido. Tentei falar com ele outro dia, ele não quer falar sobre isso, ele nunca mais foi promovido. Eu fico aqui imaginando que na hora da prestação de contas dele com ele mesmo, se ele não tiver mais nada para contar, ele salvou aquela vida, aquela vida tem cara, tem jeito, tem... Ele vai poder contar isso. Eu fico sempre pensando... Minha noção de história é o que contar para os filhos pequenos e para os netos, essa é minha noção da história: o que você vai contar para os outros, para a juventude? Quando você vê o habeas corpus em risco; quando você vê que em muitos inquéritos policiais você não tem acesso ao processo; quando você vê que para o combate de alguns crimes – que são importantes – você tolhe a advocacia, você tolhe o exercício da defesa, você tolhe exercícios processuais, eu fico pensando: será que nós não aprendemos essa lição? Será que não...? E por isso, eu conto essas histórias todas com uma vã ideia de que as pessoas digam - Puxa é bom olhar para trás, porque assim a gente se... -, se move de coragem e de esperança para olhar para o futuro. Eu às vezes desconfio que a garotada acha que isso é... É olhar pelo retrovisor, mas eu, no fundo, acho que trabalhos como esse de recomposição da memória, eles tem essa ideia de que nós vivemos um momento de que hoje precisamos tirar a lição. Nós falamos tortura... Não lembramos o que é tortura... Nós estamos participando, como escritório de advocacia, estamos participando do Brasil Nunca Mais Digital, participação pequena, mas muito bem decidida; que pequena para o projeto, grande para nós, que é financiar estagiários para... E a estagiária veio aqui e começou a contar para as pessoas, ela não usou a palavra tortura, mas ela falou - O crime mais cometido era o estupro da mulher, estupravam-se as mulheres para dizer que havia o domínio sobre elas! Matavam-se as pessoas -. Ela começou a usar outros verbos, a tortura parece que ela é uma coisa que impermeabilizou para nós. E as pessoas

começaram a abrir uma cara de espanto! Acho que foi o momento, foi nessa sala inclusive, em que o escritório entrou em contato, olha que eu tenho falado sobre isso, mas aquela menina usou as expressões certas! Ela falou que ela viu no projeto que – ela digitaliza aquela experiência de Dom Paulo do Brasil Nunca Mais –, ela contou o que ela leu! E as pessoas ficaram horrorizadas, e começaram a fazer perguntas para ela. Eu estando presente e as perguntas eram para ela, porque ela viu usada a linguagem, a linguagem de dizer - Olha, não é tortura é estupro, mataram as pessoas, tiraram as crianças, torturaram a mulher, violavam a mulher na frente do marido, ameaçavam violar a criança na frente do pai, matavam amigo na frente do outro, suprimiram pessoas que você conviveu até agora, de repente sendo... - Não é? Eu, eu... Todos têm daquele período a dor da última vez: a última vez que eu vi o Chael, a última vez que eu vi o Queiroz, [chora]... Enfim... Enfim... Todos nós lembramos essa história. Eu fiz uma sustentação oral no outro dia, no Tribunal Federal de Recursos, no caso do Norberto Nehring. Ele saiu do Brasil com a família, com a menina, com a mulher, há uma hora Xis ele fala: - Eu não consigo ficar fora do Brasil! Eu vou ter que voltar -. Mas quando ele põe o pé no Brasil, ele entende que ele estava sendo seguido. Então, durante sete dias, do dia que ele pôs os pés no Brasil até a morte dele, ele estava sendo seguido; ele não foi preso imediatamente porque eles queriam saber aonde ele iria, com quem ele iria falar, com quem ele iria se relacionar. Mas ele percebeu no primeiro dia. Então ele fez duas coisas: não contatou ninguém e começou a escrever uma carta... Para a filha e para a mulher. Por um desses... Bom, claro ele foi preso, torturado, o corpo desapareceu, e ele foi dado como morto num hotel, que essa história foi desmentida pelo trabalho que a família fez. Mas, por uma dessas artes que não se sabe, os que acreditam dão nome, os que não acreditam... Nesse momento acreditam em alguma coisa superior, aquela caderneta preciosa foi salva! Ele a colocou num envelope, que andava junto com ele, direcionado a uma tia dele que trabalhava na Justiça do Trabalho. Há horas tantas a mulher recebe a carta, de algum funcionário, ele - Caiu a carta, precisa entregar, isso deve ser alguma coisa -, entregaram a carta, e a carta é os últimos dias dele. Não é?... Passa toda a coragem, que deve ter passado por tantas centenas de pessoas, aqui no Brasil, no Cone Sul, na Argentina, no Uruguai, a pessoa que sabe que vai morrer! E sabe que ela tem uma importância na vida de outras pessoas, da sua família, mas também dos companheiros, de quem ele não revela nada, ele é torturado até a morte e... Enfim. E a mulher dele, minha querida amiga, Maria Ligia, decidiu entrar com uma ação, entrou com a ação, mas o objetivo dela era realmente mostrar isso tudo. No dia do julgamento, meus caros, a sala do Tribunal estava cheia; eu contei essa história, na sustentação oral. E foi uma coisa curiosa, porque, independente do resultado do julgamento – que manteve a declaração de que, sim foi o Estado que matou o Norberto Nehring –, mas aquele diário recuperou a emoção daquele momento; o relator fez uma coisa muito bonita – leu uma parte do diário –, foi um momento absolutamente ímpar, a revisora leu outra parte do diário, como uma homenagem a todos os que tombaram; a declaração deles da responsabilidade do Estado era isso. Havia um juiz que não participava da turma, mas que havia decidido o caso Herzog, Marcio Moraes. Ao final do julgamento, todos nós em lágrimas, o relator tinha chorado, a revisora, o presidente, Marcio Moraes falou assim - Eu preciso falar um pouco sobre aquele período -. Então o Tribunal, formal, e eu... Não... Não havia me apercebido que todos que estavam ali estavam ali por esse caso! Porque são os momentos pelos quais nos aproximamos da nossa história. Sem as togas e becas! E ele falou. Falou daquele período, falou que foi advogado naquele período, falou que foi decidir naquele período, falou da relação das pessoas naquele período. Durante algum momento nos vimos transportados àquele período, mas em uma situação diferente, da mesma forma como eu me sinto agora: transportado de novo àquela época, mas como se fosse possível num outro sentido, com outro sentimento... É como se pudéssemos dizer e... Tentar dizer que não foi em vão! O Universindo Díaz, o Chael, o Norberto Nehring, quatrocentos e tantos no Brasil, milhares na Argentina, no Uruguai, milhares na Guatemala. Não foi em vão! Há histórias de dignidade que permeiam, não são só dos que se insurgiram contra a ditadura, há entre militares, há aquele Procurador de Justiça, há histórias de dignidade. E só as histórias de dignidade podem ser contadas! Só as histórias de dignidade podem ser contadas. O Norberto Nehring, quando sentiu que ele estava tendo o espaço diminuído, ele faz uma declaração de amor para sua filha e para sua mulher. Eu concluí a minha sustentação oral com raciocínios completamente fora do Direito; eu disse que no limiar de conhecer a última palavra sobre o caso, a filha e a mulher queriam prestar contas à memória do Norberto. A filha

era uma cineasta, é uma cineasta, Marta Nehring, uma cineasta, produziu “Quinze Filhos”, produziu coisas importantes sobre movimentos sociais, sobre a pobreza, sobre a favela, sobre comunidades. A mulher, Maria Ligia, tinha uma dignidade invencível, foi a grande professora, foi a incentivadora de teses, foi ela própria uma grande lutadora pelos direitos da mulher. E ali, naquele momento, elas prestavam contas, naquele Tribunal, do que elas tinham achado que era sua obrigação fazer. Naquele momento a Justiça se despiu um pouco da sua... Não da sua imparcialidade, mas ela se despiu um pouco de sua formalidade, e fomos ao cerne das coisas, como perdemos muito a oportunidade de fazer, muitas vezes, fomos ao cerne das coisas, fomos ao que importava, fomos à recuperação da dignidade, fomos à homenagem não é? Enfim. Esse trabalho eu reputo de igual importância ao trabalho do Brasil Nunca Mais, a recontagem da história dos advogados, a recontagem da história do papel dos jornalistas, que muitas dessas atividades foram feitas, o próprio governo fez o dossiê, os familiares fizeram os seus dossiês, o governo fez a história da Memória e da Verdade. Temos que exaurir esse assunto, e de vez em quando, quando faltar um pouco de emoção, quando não lembrarmos direito o que pode ser a solidariedade, a ética, precisarmos, como quando precisamos rever o nosso conhecimento do português vamos a Machado, etecetera, vamos a essa época! Voltamos a essa época, e colhemos então tantas coisas, tantos pequenos gestos, pequenos atos, mas que eram, no momento em que foram cometidos, os gestos mais importantes, as atitudes mais corajosas e bravas, e coerentes; escrever ou falar, ou dizer, ou tomar uma ação. Não são todos daquela época que podem contar essa História não é? Os que podem vamos contar.

P: Belisário, muito obrigado e realmente é uma honra ter te ouvido, muito obrigado.

DEPOIMENTO 11 – MARGARIDA GENEVOIS.⁹⁹

SÃO PAULO, 24 DE SETEMBRO DE 2012.

P: Boa tarde Margarida.

R: Boa tarde.

P: Uma primeira coisa que gostaríamos de pedir é que a senhora fizesse uma rápida apresentação e nos falasse um pouco da sua formação.

R: Olha, e... Por onde começo... Eu sou carioca, não é? Por acaso me casei com um francês e vim morar em São Paulo não é? Enfim, foi uma... Tive uma experiência meio *sui generis*, porque eu fui morar no interior, numa fazenda em Campinas, que era a fazenda da Rhodia, e onde meu marido construiu uma usina de açúcar na época não é, durante a guerra. Então, era uma fazenda bastante grande, dois mil alqueires... E só mato não é? E ali construímos uma verdadeira cidade. E foi uma experiência assim apaixonante, sabe? Por que... O pessoal que – não tinha ninguém, não é, no local – e na época era [19]44, 45, então os operários quase todos eram colonos que vinham do nordeste. Aliás, os “gatos” iam buscá-los pelo caminho, no próprio nordeste, e eles chegavam só com aquela trouxinha de roupa do corpo não é? E mais nada. Então era preciso dar casa, dar instalação, e eram, digamos muito chucros não é? Então eu passei a me ocupar dessa parte social não é, das famílias, porque eu fiquei muito impressionada, porque apesar de nós termos uma enfermeira que atendia os partos, as crianças morriam assustadoramente, os recém nascidos não é? Aí fui verificar e vi que era... Quando elas nasciam, a enfermeira fazia o curativo do umbigo, e mal ela virava as costas, as mães tiravam, punham esterco de galinha, punham excremento de vaca, porque dentro da cultura delas isso era bom para cicatrizar. Resultado: apanhavam tétano e outras coisas não é? Bom. Aí comecei a atender os pequenos, criei um posto de puericultura não é? Que eu mesma dava as consultas. Foi uma experiência assim maravilhosa, que poucas mulheres têm, porque nós vivemos... Urbanos, não têm essas experiências, esses contatos assim. E durante vinte anos eu trabalhei lá com meu marido; depois a usina ficou grande, nós tínhamos uma vila que se chamava Vila Lutécia, imagina bem pretensiosa. E eram quatrocentas casas, não é? Então criamos toda essa parte de... Contatos sabe? Entretenimentos, para criar um espírito... E conseguimos, sabe um espírito de solidariedade, de comunidade mesmo sabes? Foi muito interessante. E eu acho que ajudei alguns, mas, sobretudo, aprendi muito e foi uma experiência que me marcou muito não é? Depois minhas filhas vieram estudar em São Paulo, e nós acabamos voltando para cá não é? Meu marido se aposentou, e nos fixamos em São Paulo. Aí já era a época difícil, não é? Da ditadura, e eu... Era muito ligada aos dominicanos não é? Frei Beto, naquela época já... Frei Beto estava preso.

P: Tinha relação pessoal com ele...

R: Tinha. Eu tinha relação pessoal com quase todos os dominicanos. Frei Chico, não é, muito meu amigo, frei Bernardo Catão sabe, e vários outros. Então, realmente, Teologia da Libertação, toda essa linha, me influenciou muito na minha formação. Aí eu fui fazer faculdade junto com as minhas filhas não é, porque estava... Eu estava me sentindo muito defasada! Sabe? Nós, mulher de classe média, como a da minha família, estudava – na minha geração –, estudava muito literatura, não é? História, geografia, línguas não é? Olhamos para trás e achamos um absurdo! Mas era assim que era não é? Uma coisa normal não é? E faculdade, minha mãe achava - Ih! Não vale a pena não, a coisa... Más companhias... -, umas ideias absurdas não é? Mas eu fiz biblioteconomia, na época, mas... Não servia para muita coisa... Bom, serviu! Porque aí estudei bem

⁹⁹ Margarida Genevois nasceu na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. É socióloga, formada na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A convite de Dom Paulo Evaristo Arns, fez parte da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, onde atuou com refugiados e perseguidos políticos por vinte e cinco anos, sendo três vezes presidente desta Comissão. No ano de 1994 ajudou a fundar a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, onde atua até hoje. Foi também coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Colaborou com o MJDH em diversas ações para obter proteção para militantes políticos perseguidos. Parte dessa história está retratada no livro de Maria Victoria de Mesquita Benevides “Fé na Luta: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização”.

mais literatura brasileira. Porque eu tive um senhor, e na época aprendíamos muito bem história da Europa... Não é? Dos países desenvolvidos, mas para... Quando chegava o, só no fim do ano é que estudávamos história da América e do Brasil. Então a noção era corrida, porque não dava tempo não é? Então estudei cinco anos história da França, pelo senhor, a história francesa, mas história do Brasil muito superficialmente não é? Porque eu conto sempre, minha mãe... Bom, já é mais antigo... Mas ela estudou história do Brasil em francês não é? O que é um negócio tão absurdo! E ela dizia; tudo era estudado em francês! E... O... História do Brasil ele falava de “caramuru”, Dom “Pedro”...! Porque as aulas que se davam eram em francês. Mas isso é para dizer como era superficial a noção que nós tínhamos da nossa realidade não é? Era uma educação tipicamente europeia não é? E eu me dei conta disso. Então resolvi fazer sociologia e política, que eu digo sempre foi como se abrisse um grande horizonte! Não é? Por que... Uma série de coisas que eu nunca tinha aprendido como economia, antropologia, não é? Essas... Ciências sociais mesmo, não entravam no nosso currículo não é?

P: Que época é isso mais ou menos Margarida?

R: Eu me formei em [19]73 eu acho, e eu tinha entrado em [19]72 na Comissão não é? Ainda vou... Eu não... Nem conhecia Dom Paulo sabe? Mas eu era muito amiga do Fábio Comparato não é? E o Fábio um dia me, com aquele jeitão dele, o senhor conhece?

P: Não, não... Pessoalmente não.

R: Ele é muito pão-pão, queijo-queijo, não enfeita muito as coisas. Uma vez telefonou e - Eu estou te telefonando para fazer um convite, para você entrar na Comissão de Justiça e Paz, Dom Paulo mandou te convidar -, eu digo - Mas... O que é isso? Eu nem conheço Dom Paulo... -. Realmente, nunca tinha visto, não tinha visto nem de perto. E ele disse - Ah...! É complicado explicar, você vai chegar lá e você fica sabendo -. E então eu fui. Cheguei lá estava o Zé Carlos Dias, o Dalmo Dallari, sabe, Mário Simas, o Hélio Bicudo já, faziam parte. E pelo estatuto precisava ter uma mulher, então o Fábio propôs o meu nome e... Tinha que ter também um operário... E... Uma mulher não... E um estudante. E estava faltando a mulher. Então eu fui a primeira mulher. Olha eu levei um choque...! Violento por que... Nós, em uma sociedade classe média assim, que é pseudonormal, nós não tínhamos ideia do que estava se passando não é? E chegando lá eu vi os relatos dos advogados das barbaridades que aconteciam nas prisões não é, dos desaparecidos, aquele desespero todo. Foi realmente um choque que eu... Que me fazia perder o sono sabe? Mas enfim, aos poucos eu me entrosei e finalmente fiquei amicíssima dos dois. Hoje em dia... Até hoje são todos meus amigos pessoais. Foi mesmo a sorte grande entrar nesse grupo não é? Porque é um grupo fora de série. Depois, como continuação, Dom Paulo era muito solicitado para ajudar as pessoas que procuravam... Um caminho qualquer! Desesperadas por que... Os parentes, pai, mãe, filhos e... Enfim. E tinham sido desaparecidos não é? Presos, e eles não sabiam para onde se... Para onde se dirigir, e em último caso vinham ao bispo. E Dom Paulo os acolhia sempre, desde o começo não é? Eu acho que durante algum tempo era um dos pouquíssimos lugares no Brasil que a Igreja mesmo, e outros grupos, recebia não é? Era uma vez por semana, quando ele vinha à Cúria, mas aí ele não dava mais conta, então ele me pediu para ajudá-lo, não é? Então eu passei a ir; ficava eu me lembro, no começo ficava até na cadeira dele, lá na secretaria na sala dele. E eu atendia as pessoas; se possível nós encaminhávamos, dávamos todo um apoio psicológico não é, porque era terrível, sabes? Ver o sofrimento daquelas pessoas.

P: Eram pessoas principalmente por questões políticas?

R: É. Só problemas políticos.

P: Problemas políticos.

R: É. E... É. Quase todos assim até em perigo de vida não é? E alguns sabiam que os parentes estavam presos, mas a grande maioria não sabia, e estava desesperada, procurando não é? Então, não sabiam para onde se dirigir, e tinham as portas todas fechadas não é. Então eu fiz esse papel de recebê-los; no começo eu ia uma vez por semana, depois duas, três, no fim eu ia de manhã, de tarde, de noite às vezes. Ficou realmente uma ocupação cem por cento do dia sabe? E fora

isso que tínhamos que fazer: acompanhar uns e outros, e tudo...

P: A senhora não tinha medo disso, dona Margarida? Porque era uma época muito dura...

R: É... Dom Paulo dizia - Não sai sozinha, porque pode ser perigoso... -. Eu confesso... Tinha um pouco de receio, mas nada de maior. Sabe? Eu ficava tão empolgada não é? E com nós todos, não era diferente dos outros, tentávamos fazer um pouco sabendo que era pouco, mas era alguma coisa não é? Eu me lembro do... Do pai da Ana Rosa... E... Ana Rosa Kucinski,¹⁰⁰ irmã do Bernardo Kucinski, e que até hoje não se sabe não é, que fim levou. Tadinho do senhor, já velhinho... Ele vinha lá - Eu sei que vocês não vão resolver, mas pelo menos aqui eu posso me abrir. Porque eu não posso falar com ninguém, eu sou mau visto na colônia judaica. Então aqui pelo menos eu posso desabafar... -. Então nós tínhamos esse papel sabe? Mas era, é muito emocionante não é, quando víamos as pessoas que vinham, me mostravam às vezes as marcas das lambadas que tinham recebido nas prisões sabe? Olha, às vezes chorava junto, sabe? E não podia fazer grande coisa não é? Sentíamos-nos muito limitados não é? Mas, alguma coisa se fazia. Depois eu ia muito à Europa não é, e... Meu marido era francês, então íamos assiduamente; eu passei há ir todo ano, por que... Ia buscar... Passar o chapéu quando ia, porque qualquer ação precisa de dinheiro não é? Então, eu consegui apoio na França, sobretudo na França, na Alemanha e na Holanda, eram os três países que nos ajudaram muito! Mas financeiramente sabe? Então às vezes tínhamos que mandar embora um correndo, não é? Um pagava a passagem, ou um tratamento, bom, enfim, um tratamento médico, operações, assim, tudo na clandestinidade não é, e tudo isso precisava de dinheiro não é? E tinha também, depois, um grande problema que também nos marcou muito... Eram os... Os que vinham dos países da América Latina, do Uruguai, da Argentina, do Chile, não é? Tivemos olha... Acho que mais de mil passaram por nosso escritório, daqui e do Rio não é? Tanto que, depois, eu tive um contato na França com o ACNUR, eu me lembro da Madame Taviani que era a representante lá. Eu expliquei que nós estávamos com esse problema, e que não estávamos conseguindo dar, porque as pessoas chegavam com a roupa do corpo não é, saíam depressa, e tinha que dar abrigo, enfim, a parte psicológica e material. Ela disse - Mas não é possível! Eu estou aqui cheia de refugiados brasileiros, vêm vocês com outros, recebendo! -. Eu digo - A coisa está ruim para o nosso lado -. Mas aí eles mandaram um representante que ficou aqui na Cúria durante eu acho que uns dois ou três anos.

P: Como é que ajudavam? Essas pessoas que chegavam dos outros países bem nessa situação de a roupa do corpo, onde localizá-las, onde...

R: É. Aí é que está, complicado. Porque elas chegavam não é, eu me lembro de que ficavam no pátio da Cúria não é, e pedindo auxílio, e nós tínhamos que encontrar local para alojar. A Pastoral do Imigrante ajudou muito, dedicou o apoio de Dom Paulo. Então era preciso encontrar um lugar para que eles morassem não é, e a parte toda material não é? Mas com a vinda do ACNUR melhorou, porque eles, quando eles, porque eles faziam uma espécie de pequeno... Inquérito sobre a pessoa, que eles te deram apoios internacionais, então para saber se era verdade não é? Porque podia ser fajuto. E aí eles tinham uma pequena mesada, que dava para sobreviver, e pagavam o aluguel sabe? Então eles vinham muito lá na Cúria, porque quase todos tinham problemas psicológicos não é? Abaladíssimos com o que tinham vivido. Então nós precisávamos ajudar nisso não é? Tinha já, montamos um esquema. E eu sempre gosto de lembrar, vários médicos nos ajudaram anonimamente sabe? Porque eles estavam se arriscando também não é? Então já tínhamos uma lista de médicos, psiquiatras, sobretudo, que nos apoiavam. Sem contar os outros, crianças, mulheres e tudo, não é? Isso foi um Departamento. Mas foi muito importante a ajuda do exterior. Eu gosto de dizer, porque eu pessoalmente que tinha esse contato sabe, eu acho justo sermos... Saber agradecer não é?

P: Sem dúvida.

R: Sem dinheiro infelizmente não dá, só a boa vontade não resolve, e eles foram muito generosos não é?

100 Ana Rosa Kucinski Silva, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo e militante da Ação Libertadora Nacional, desapareceu em São Paulo no dia 22 de abril de 1974.

P: Esse dinheiro era das igrejas? De organizações sociais?

R: É. Igreja e organizações ligadas à Igreja. Era o CCFD¹⁰¹ de Paris não é? O Conselho Mundial de Igrejas, esse era na... A sede em Genebra. E o NOVIBE, que é uma entidade holandesa, naquela época era... A ministra era muito amiga de Dom Paulo, era uma mulher extraordinária, e ela que abriu as portas e nos deu muito apoio também, nessa frente da cultura não é. Mas enfim, tivemos muito apoio assim de pessoas, e anonimamente não é, porque ninguém podia nem, não podíamos dizer o nome não é? Porque era... Mas é importante, quer dizer, foi uma união de forças não é, porque sozinho eu acho que ninguém poderia ter feito nada. E o próprio fato de ser ligado à Igreja, na época, tinha um peso não é? E... Dom Paulo era muito bem relacionado, muito bem, enfim, posicionado na Igreja, naquela época não é, porque primeiro João XXIII e depois Paulo VI era outra história não é. Então ele tinha um apoio também, não é? E isso ajudou também sabe? E Dom Paulo foi fantástico, porque de uma dedicação, uma compreensão, sabe? Ele se não... Eu acho que ele salvou muitas vidas, não é, pela influência da pessoa dele. E as denúncias não é que sempre levávamos para o exterior as denúncias. E o próprio, eu me lembro de que Dom Paulo me dizia que uma vez ele esteve com um general, não sei lá das quantas, e disse - Mas não é possível, acontece uma prisão aqui, no dia seguinte o mundo inteiro já sabe! -. Ou seja, nós temos nossas... Nossos conhecidos não é?

P: Quando faziam essas denúncias no exterior, Margarida, vocês sentiam que estavam vigiados? Porque se fala que no exílio, vocês certamente que tinham contato com o pessoal que estava exilado, mas hoje sabemos que o pessoal que estava exilado era muito vigiado. Na época talvez não se soubesse tanto...

R: É. Mas nós... Não era assim visível não é? Nós... Eu procurei... Nós escolhíamos um pouco também, não é. E lá no... Eu acho que as entidades com que nós estávamos eram todas entidades conhecidas, importantes, ligadas à Igreja não é... Quase todas... A NOVIBE era metade Igreja metade leigos, e porque lá, por exemplo, na Alemanha e na Holanda, as pessoas são obrigadas a dar uma porcentagem da sua renda para uma obra social, uma, enfim, uma coisa assim que sirva para os outros não é? Então, dessa verba que eles nos tiravam uma parte, para nos ajudar sabe. Eu acho que ajudaram também na Argentina, no Uruguai com certeza não é? Mas foi importante essa parte sabe.

P: Margarida, nós temos em Porto Alegre o caso do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e pelo o que nós conhecemos, muitos dos refugiados dos outros países, até porque a maior parte vinha por via terrestre, o primeiro passo era chegar a Porto Alegre, provavelmente, não é? Aí se fazia um pouco essa conexão com vocês também, não é?

R: É muitos vinham não é. Porque o... Eu não sei se foi o próprio Jair, mas um grupo do... Em Porto Alegre, quis fundar a Comissão de Justiça e Paz lá, mas o Bispo não aceitou sabe.

P: É o Bispo de lá não...

R: É nós conhecemos. Mas... Então eu acho que o que vocês fizeram lá, o Jair e o grupo, foi realmente heroico, porque não tinha o apoio da Igreja lá, como nós tínhamos aqui. E isso muda não é? Muda muito, porque naquela época era uma força importantíssima. E apesar de Dom Paulo ser visado e tudo, ele era respeitado não é? Ele, às vezes ele vestia as roupas lá de... Importantes, de dias importantes, e entrava na prisão, ia entrando e o pessoal ficava; eu acho que aconteceu isso algumas vezes sabe? Ele ia quase que forçando a entrada para ver os prisioneiros, que ele sabia que tinham sido torturados, sabe? Ele conta isso com detalhes, ele era... Aconteceu mesmo sabe?

P: Que relações têm hoje com esse pessoal que vocês ajudaram a, enfim, a sair, que protegeram. A senhora manteve relações com algumas dessas pessoas?

R: Olha alguns, mas poucos sabes? Porque cada um foi, levou sua vida. E a Comissão, hoje em

101 Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento.

dia, eu mesma me afastei por que... Eu acho, eu digo... A vida é uma só, nós temos que viver intensamente o momento atual não é, o momento presente, amanhã já não se sabe o que vai ser não é. E eu achei que a Comissão perdeu um pouco o seu sentido, porque o seu eixo não é, que era combater a ditadura, a luta pela justiça, pela paz, quer dizer, ainda tem muita coisa para fazermos! Muita. Mas estava um pouco devagar para o meu gosto; eu sou meio aflita, eu digo - Ai não, até o fim da vida eu quero ser útil até o fim, pelo menos coerente, não é -. E eu me entusiasmei muito com educação em direitos humanos...

P: Como é que foi isso?

R: É com um contato com o Pérez Aguirre não é. Era um homem maravilhoso, uma admiração por ele, sabe, e ficamos muito amigos. Tanto que depois eu fundei aqui a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, e nós fizemos um Seminário, e ele veio, estava com um braço quebrado, que ele tinha quebrado o braço, e ele veio; braço engessado, uma tipoia. E... Enfim, nos deu um apoio enorme, sabe? Aquela revistinha dele preciosa, até hoje eu tenho. E... Enfim, foi... E eu então achei que era mais válido me dedicar a esse projeto sabe? Então fizemos essa Rede, depois de Brasília eles criaram o Comitê. Engraçado, foi na época do Nilmário, e eu me lembro de que no dia que ele foi escolhido nós jantamos, não sei por que circunstâncias, nós jantamos juntos, ele estava ao meu lado e ele disse - O que você acha de mais importante que eu devo fazer? -. E eu, sem hesitar, eu disse - Olha educação em direitos humanos, a mim me parece ser a coisa mais útil no momento -, não é? E realmente ele, na posse dele, ele falou isso, que tinha perguntado para mim e que eu tinha dito, e que ele estava convencido que ia fazer isso sabe. E aí ele fez... Organizou um Comitê, tanto que o Comitê, no começo, era formado por noventa por cento pelos membros da nossa Rede. Aí estava o Solon; estava a Ida, do Recife; a Nazaré, de João Pessoa; não sei se você conhece, mas eram esteios não é. Depois eles continuaram, trabalharam até em Brasília sabe, e continua, até hoje nós temos reuniões sabe. Fizemos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que infelizmente foi boicotado em Brasília não é? Uma pena, porque um plano... Olha que trabalho que deu! Você sabe? Eu digo, democracia é complicada de viver na prática não é? Nós quisemos fazer com o apoio do, e consultas no Brasil inteiro, reuniões, olha demoraram... Eu acho que dois anos demoramos fazendo, com reuniões, todas as faculdades, do Brasil inteiro. Depois reunimos as sugestões, foi feito um Seminário em Brasília, e daí saiu o plano, quer dizer, era uma coisa realmente pensada, elaborada por pessoas do ramo não é? Mas acharam muito avançado, demais, e não foi aprovado. E... Eu fiquei frustradíssima, por que... Aquilo eu acho que ia revolucionar! Sabe? O ensino...

P: A percepção, no caso dos Direitos Humanos, é a ideia de que eles sejam vivenciados não é? E não só mais uma modalidade...

R: Pois é, eu acho que é isso que as pessoas não entendem. Mas aquela pecha de ser defensor de bandidos até hoje existe não é. O que é muito cômodo não é, para não... Eu vou lhe mandar um artiguinho que eu escrevi, mas que a Folha recusou a publicar, afinal ficou meio de escanteio, mas pelo menos é que eu acho que... O pessoal achava que era “defensor de bandido”, enfim, com [...] é mais cômodo, porque assim não tem que se ocupar. Porque essa, eu acho, eu interpreto assim, vocês historiadores podem ver, essa ideia veio de que durante a ditadura os presos em grande parte eram estudantes, de classe média, não é. Nunca ninguém de nós tinha entrado numa prisão, não é. Era um negócio assim meio mítico, não é, horrível, mas ninguém se detinha não é? Então esses rapazes estiveram presos algum tempo, e conheceram de perto as barbaridades que eram uma prisão no Brasil, no mundo inteiro, mas aqui nós sabemos que horror que é. Então, quando eles saíram, eles começaram a se interessar, a se bater por melhores condições, porque viviam aquilo feito quase uns bichos! As pessoas lá; era um horror algumas prisões não é? Nós, eu digo sempre que todo o estudante tinha que uma vez na vida entrar numa prisão, porque não adianta descrever, tem que ir, é o ambiente, é o cheiro sabe, é o ar, é outro mundo! Bom, mas eu acho que esses que saíram da prisão começaram a se interessar, então a extrema direita, sobretudo alguns radialistas aqui em São Paulo, começaram a dizer - Ah, são defensores de bandidos -, não é. Porque era um modo de anular o teu trabalho não é, e aí ficou e até hoje é uma pecha que não conseguimos nos liberar disso. Não adianta explicar, não interessa. Bom isso é outra história. Mas eu acho, eu acredito muito na educação em direitos humanos, sabe? Porque

se a gente pensa que; não é uma matéria a mais para por no currículo, isso seria um absurdo, das nove as dez você ter aula de direitos humanos, não adianta nada. Mas é uma vivência, um estado de espírito, não é. E eu acho que desde pequenininho você pode educar a criança, que em geral é muito egoísta não é, a pensar no outro, que o outro tem o mesmo gosto, o mesmo direito que você não é, um pequeno gesto de emprestar um lápis e uma borracha, não empurrar, não ser bruto. Eu acho que isso tem que vir desde o primário no... Aliás, do jardim da infância. E, enfim, a coisa vai evoluindo, e eu acho que em todas as matérias é possível educar em direitos humanos, não é? Por exemplo, a História, por exemplo, se presta muitíssimo a mostrar as injustiças não é, como as coisas; o que representa o poder, não é, os abusos, tudo, não é tudo tão bonitinho como em geral é pintado, não é? Isso tudo é formação, sem ter a etiqueta "isso é educação em direitos humanos", é aquela do espírito, por isso que eu digo, direitos humanos é um estado de espírito, sabe? E eu digo sempre que é um vírus que pegamos e não tem mais cura, não tem vacina que cure, fica uma coisa assim como fundo de cena da vida toda não é. Então é isso que eu acho que estamos lutando. E na nossa pouca experiência, eu sou entusiasmada por esse projeto, porque eu vi o resultado, pelo trabalho modesto, pequeno não é, porque temos mil limites, mas a reação das pessoas, não é? Que as pessoas no fundo têm um lado sempre bom, generoso, e se a gente impulsiona por aí, às vezes possamos, evidente não é cem por cento, mas muitas vezes a resposta é muito positiva sabe? Eu sempre me lembro de, um curso que nós demos em... Pela Rede não é, sobre direitos humanos para um grupo de professores de um... Esses... Meninos que não entram no serviço militar, os excedentes, que ficam ao deus dará! Por que... Não têm... Ninguém quer empregá-los não é, por causa da idade, e não têm escola, não têm nada. Então eles criaram um movimento, e eu achava tão interessante, justamente um curso para essa faixa, aí em Brasília. Parece que não existe mais, as coisas boas infelizmente não demoram. Mas, enfim, era para professores desses rapazes, um mês de aula sabe. Você não imagina que experiência maravilhosa foi, sabe! Porque era um... Não era de nível universitário não é, quer dizer, não eram, tinham uma base. E eles se interessaram, descobriram sabe, alguma coisa nova. E demos muito material, muitas apostilas, sabe, foi um curso bem planejado, deu bastante trabalho, mas olha o resultado. E eu tenho até hoje alguns depoimentos, sabe. Alguns deles, eu me lembro, disseram - Esse curso mudou a minha vida, eu tenho outro modo de olhar as coisas. Agora vai ser muito mais interessante meu trabalho -. Quer dizer, eu digo - Puxa, tão pouco não é, um mês de aula, não é nada -, e eles... Enfim, entenderam! Que valia a pena não é?

P: Pode mudar as pessoas não é?

R: Pode mudar as pessoas, sabe. E tão pouco. E todo mundo quer ter um sentido na vida, não é, e hoje não é comum isso não é, eu quero ganhar dinheiro e consumir, mas o resto não se fala mais. Antigamente era importante. Mas então eu acho que educação em direitos humanos pelo menos para mim é isso, sabe? Por isso eu acredito, no projeto. Tanto que eu continuo trabalhando nisso não é?

P: Até hoje, não é?

R: Até hoje, até morrer eu fico nisso! Eu digo que quero morrer em pé, trabalhando.

P: Dona Margarida, me diga uma coisa, nós conversamos antes, a senhora continua, de qualquer maneira, continua vinculada com os temas aqueles que têm a ver com a ditadura não é? Ou seja, os temas abertos, que não fecham. E entre outras coisas a senhora foi a duas expedições no Araguaia, não foi?

R: É eu fui... Não, eu fui ao Araguaia uma vez, na outra vez eu fui a Serra Pelada.

P: Serra Pelada desculpa.

R: É. Fomos ver aquela... Impressionante aquele formigueiro humano não é. Eu acho que conhecemos pouco o Brasil não é. E se tem tanto problema para nos ocuparmos aqui não é? E coisas assim... Absurdas, não é? Essas coisas marcantes... Eu digo isso porque eu digo sempre que fazer parte da Comissão foi uma sorte grande, enorme não é, porque dificilmente nós, por mais que... Que se queira ler ou se informar é diferente da vivência não é. E eu tive a ocasião então de ver

essas coisas, assim que... Essa do Araguaia mesmo, a Serra Pelada e outras experiências dessas idas ao Chile, durante a ditadura... No Uruguai fomos menos sabe, a nossa, nós tínhamos muito mais ligação ao Chile.

P: Com o Chile.

R: Lá tinha um movimento ótimo em educação e direitos humanos, sabe? Porque na época existia uma rede latino-americana, depois parece que acabou não é. E tinha professores esplêndidos, sabe? E o pessoal da América Latina, eu acho, era mais de reflexão, sabe? Eram trabalhos muito interessantes, sabe? Felipe Viveros,¹⁰² eu acho que era um professor do Chile e, bom, tinha o SERPAJ com todo o... Aquela revistinha que é preciosa eu tenho até hoje, a coleção toda. Depois eu voltei ao Uruguai, ultimamente, antes de eles fecharem, e comprei tudo que tinha lá da revista, porque é muito prático, não é? E nós eu acho que no Brasil somos mais práticos, não é, menos teóricos, não é? Então tinha vantagem reunir os dois não é. E eu não sei se continua no Uruguai, você tem notícias?

P: O SERPAJ ele continua, mas com muitas dificuldades. Nós vamos entrevistar inclusive o Efraín.

R: O Efraín. Mande um abraço para ele, que eu mandei.

P: Perfeito.

R: É. O Efraín é muito dedicado.

P: Que ainda continua o Efraín, o Ademar, o Adhemar, eles chamam de Adhemar, tem outro que é o padre Osório, padre Jorge Osório eu acho que é.

R: Ah, sei.

P: Mas ele está no interior. Que é da turma antiga, não é? O Perico que faleceu...

R: É, foi uma perda terrível...

P: Num acidente...

R: Ridículo não é?

P: Que até hoje...

R: Foi acidente mesmo?

P: É, todo mundo suspeita não é, um acidente, como ele andava de bicicleta não é...

R: É, foi muito conveniente não é?

P: É.

R: Ele incomodava.

P: Muito.

R: Mas eu o achava uma pessoa linda, digo sempre que ele estava assim num outro patamar espiritual não é. Eu o achava, eu gostava muito, tinha muita afinidade com ele, e ele esteve várias vezes aqui e eu estive lá também. Tinha o material todo deles, não é?

P: Mas eles continuam, ainda, continuam.

R: Continuam não é.

P: Continuam.

R: Tinha uma moça também, como chamava? ... Antonieta... Margarida... Não... Tinha uma que

102 Felipe Viveros, advogado, hoje atua, dentre outros, no Centro de Derechos Humanos da *Universidad Diego Portales*, em Santiago de Chile.

era muito ativa, era o braço direito lá do Perico não é. Que saudades daquele tempo...

P: Margarida me diga uma coisa, a senhora também esteve, há dois anos, lá San José de Costa Rica. A senhora estava acompanhando a sociedade civil, os familiares, quando o Brasil, o Estado brasileiro foi julgado. Qual foi a sua sensação de estar num momento histórico desses, tão aguardado e por outro lado um tanto contraditório?

R: Olha, foi muito emocionante não é eu nunca tinha assistido a um... Um julgamento desses não é? Então vemos todos os conhecidos não é? Tanto o grupo dos familiares como o grupo dos representantes do governo. Eram... Alguns deles eram amigos pessoais, não é. Então uma situação bem contraditória, não é, mas foi muito emocionante, mesmo sentimentalmente, não é. Porque o nosso grupo, nós estávamos fisicamente separados, era um grupo aqui no lado esquerdo, que éramos nós, todos de camisa com os desaparecidos, sabe? Que gostamos de usar aqui. No meio tinha um pessoal de Honduras, eu acho, que estavam esperando outro julgamento, e um grupo oficial, sabe? Eu achei muita graça, porque eu tinha uma amiga lá, até é argentina, mas que mora lá, que disse - O pessoal com os sapatos tão bonitos, tão brilhantes! -, que eu achei graça do detalhe, é uma história que éramos todas pessoas bem, não é, de terno e gravata e sapatos lustrosos. Eu achei graça do detalhe, mas, enfim, a coisa muito civilizadamente não é. Havia os depoimentos dos familiares e depois o Marlon falou, e o Belisário, foi muito interessante a fala dele. E a Laura Petit, irmã da Maria Lúcia, foi a primeira... E... Enfim. E depois vieram os, tinha o Embaixador que estava lá, acompanhou, muito simpático até, e os nossos que defenderam a causa, não é? Mas e o, mas aquilo é muito solene, porque têm os juízes, todos com a roupa muito bonita, vermelha, com umas coisas, batas assim, cheias de pontos dourados, é imponente não é? Mas... E eles... Nós, eu confesso que na hora eu tive a impressão de que eles não estavam sabendo muito dos detalhes não é, mas enfim, se posicionaram, fizeram perguntas; nós não soubemos na hora o resultado, sabe? Isso foi se não me engano no mês de maio, junho; e o resultado só veio em dezembro, não é? A condenação. E lá na hora não sabíamos se eles iam condenar ou não. Tanto um lado como o outro estavam achando que seria uma boa, mas, enfim, felizmente veio uma condenação bem explicada, enfim, bem posicionada, mas infelizmente o Brasil não ligou a mínima ao que me parece, ficou por isso mesmo. Mas enfim, moralmente foi uma coisa importante. E... Eu acho que vai dar possíveis desdobramentos não é. Mas então, são nossas batalhas.

P: Que expectativa a senhora tem, por exemplo, com a Comissão Nacional da Verdade?

R: Olha eu acho fantástico termos chegado, porque foi uma luta insana, era para ter saído há muito mais tempo. Mas eu penso que... Sinceramente que... O pessoal já deve ter destruído tudo o que era mais importante não é? Mas se descobrirem alguma coisa, que sobrou por acaso, mas isso de dizer que alguns militares guardaram documentos importantes, eu pessoalmente não acredito muito sabe? Espero estar errada sabe? Mais ninguém vai guardar documentos comprometedores tanto tempo assim, sabendo a reação pública que seria não é? E as pessoas que viveram aquilo tudo já estão... Estão... Morreram não é? Os anos estão passando. Então muitas testemunhas que poderiam ser importantes já não estão mais aqui não é? Mas enfim, é melhor que nada, e alguma coisa eu acho que vão... Sabe? Agora, eu acho que precisava ser mais público não é? Não pode ser uma coisa secreta. Vir a público; à medida que as coisas vão aparecendo deviam ser mostradas para o público não é? Então... Pelo menos eu não tenho visto, não sei se é porque a época das eleições está atrapalhando, mas você tem visto alguma coisa?

P: Sempre parece que eles estão se organizando, se organizando, se organizando...

R: E assim vão chegando os dois anos e passa não é?

P: É, é...

R: As pessoas estão muito boas, não é, mas elas não podem fazer sozinhas, têm que ter um apoio de todos os grupos, não é? Eu acho que nós, ONGs, devíamos talvez pressionar mais para que... Participar, e depois em cada local os grupos já trabalhem, porque eles não podem estar no

Brasil inteiro, não é, mesmo que queiram, mesmo que tenham o Estado para ajudar, o que parece que não tem, não é, alguns poucos. Então, infelizmente, sabe que eu acreditava muito, bom ainda acredito, mas eu digo a expectativa não pode ser enorme não é.

P: Tem frustrações com...? Nesse tema, no tema direitos humanos e no tema digamos particularmente isso que agora se chama direito à memória, direito à verdade. Tem frustrações em relação ao governo Lula e ao governo de Dilma, Margarida?

R: Olha... Todos fazem muita média não é, e eu acho que gostaria de... Meio morno tudo não é? Fazem mais teórico do que na prática não é. Quando queremos mesmo alguma coisa, enfrentamos as dificuldades, vamos em frente. Mas começam a falar - É difícil, é isso, é aquilo -, os militares gritam um pouco, todo mundo fica com medo, ficam mais prudentes, assim não vai longe não é? Você vai desagradar os militares por que... E essa história de dizer que estão sendo desviados dos deveres: já fizeram o trabalho como? Quantas pessoas destruídas e mortas não é? E destruídas psicologicamente, isso daí não conta? Já foram mais do que... Já agiram; isso tudo já se conhece não é. Eu não sei, eu acho que precisaria mais empenho, sabe...? Um pouco devagar para o meu gosto sabe? Mas enfim, eu acho que é um pouco... É que nós de, eu falando em ONG's antigas, do combate, está um pouco... Desarticulado, e eu acho muito difícil agora trabalhar, mais difícil que antigamente em certos pontos, sabe. Porque primeiro há um desinteresse total, não é. As pessoas hoje em dia não têm aquela, não têm mais aquela generosidade não é, está muito interes... A vida está difícil não é apesar do progresso todo. Então, a propaganda das coisas, o consumismo cada vez maior, você vê os valores, vê uma novela, a imprensa, não é? Então para resistir a isso precisava de um caráter sólido, os ideais, que sumiram, não é. Onde foram parar? Você vê a Igreja não tem mais a influência antiga, nós não temos mais aquela liderança não é? Deve ter gente ótima por aí, tem com certeza, mas está tudo esparso não é? E não há uma coisa que una, não é? Antigamente nós nos uníamos. Você vê; pessoas que não pensavam iguais, mas estavam contra a ditadura, queriam justiça, paz, etcetera. Hoje não tem uma ideia mãe, assim, que una, não é? Então os trabalhos ficam mais frouxos, sem a influência que tinha antigamente, não é. Pelo menos nós tentávamos não é? Era... Mesmo que não fossemos eficientes cem por cento, mas tentamos não é? Isso eu acho que muda, pena que, você sabe melhor do que ninguém, na história as coisas são como um pêndulo, vão e voltam. Nós estamos numa época que eu acho... Triste! Sabe? Porque é uma época morna, que os valores não têm peso, não tem assim uma luz no horizonte que ilumine a gente sabe? Eu acho que faz falta, combater por uma ideia, por um ideal, sabe? Isso é importante na vida, não é? Não só dos mais velhos, mas, sobretudo, dos moços, não é? Eu acho que eles estão meio perdidos, então ficam com... Dá no que dá; que vemos, sem críticas, e sempre têm tantas qualidades nos moços não é, quando eles se entusiasмам, podia-se fazer tanta coisa interessante, não é? Mas a política não está de entusiasmar, a Igreja... Não está aí... Murchando... Pelo menos a nossa não é? Então, não sei bem como, vocês especialistas podem analisar melhor o que fazer.

P: Margarida tem alguma questão que gostaria de falar que não foi colocada? Tem alguma história que queira puxar, que queira trazer...

R: Olha, não sei, assim de repente não é. Eu continuo entusiasmada pelo trabalho, sobretudo pela educação em direitos humanos, porque eu acho que os direitos humanos podem ser essa bandeira que está faltando, sabe? Porque não tem etiqueta política, não tem etiqueta religiosa, não é? E tem a ver com cada pessoa em si, intrinsecamente, não é? Eu digo sempre nos cursos, cada um de nós é uma pessoa única, não existe outra igual, não é. E você tem um papel, você serve para alguma coisa, não é por acaso que está vivo. E você é responsável por isso, não é? De transformar sua vida em algo de bom, de útil aos outros e, antes de mais nada, a si mesmo não é? Eu acho que a dignidade da pessoa humana pode ser uma mola importante, não é. Então eu acho que é por isso que eu acredito na educação em direitos humanos, que a base é essa não é, a dignidade da pessoa. E se a pessoa acreditar nisso, eu acho que o resto vai decorrente não é. Porque não é de repente que vai cair a coisa em si e a pessoa vai adotar, não é assim, é uma evolução não é. Mas para isso precisa trabalhar nisso.

P: E aí é o trabalho fundamental de pessoas como a senhora, que fazem essa conexão do que é a experiência das gerações anteriores em relação aos jovens de hoje e as crianças até. Parece que estão desconectados, não é?

R: Estão, é isso, exato, é uma palavra, desconectados. Porque eu acredito muito nos jovens não é? Eles têm entusiasmo, têm coragem, mas precisam ter uma motivação, não é? Todo mundo e toda, nós todos não é, durante a mocidade tínhamos que ter um ideal, uma coisa para combater, seja lá o que for para acreditar. E o que me impressiona isso, pelo menos a minha impressão, é que falta nos jovens, e é uma pena porque eles têm qualidades que poderiam ser levadas a um trabalho mais importante, não é. E esse consumismo me impressiona muito não é! Porque é tão vazio não é... Não é... Eu acho que é muito chato até a gente mais velha falar sobre isso, parece saudosismo, é coisa de gente antiga...

P: Não, mas é coisa de gente de substância mesmo.

R: É! Substância... Que todas as gerações tiveram, não é? Porque você vê, os muçulmanos fazendo essas revoltas aí, tão violentas... Mas o que está motivando isso: é um ideal, não é? É uma ideia. Do nosso ponto de vista é errado, é exagerado, é evidente, é um absurdo, mas é uma força não é? Eu acho que aqui nós não temos nada que dê uma força como essa não é? Ficam as coisas que entusiasman, são artistas não é, enfim, esportistas... Tudo bem! Mas não precisam ser deuses não é? E eles não levam a uma ação definitiva não é; só ganhar dinheiro todo mundo sabe que não basta para preencher a vida, não é? É muito bom, e está certo, mas só isso não. Mas enfim, eu acho que é muito difícil a gente mais velha passar o... Eu sempre digo a educação nós vemos com os filhos não é. Uma coisa mais dolorosa é não podermos passar para os filhos a experiência que aprendemos dolorosamente, não é? E mostrar que está errado. Não, tem que deixar que aprendam sozinhos, com o sofrimento mesmo, não é, e era tão fácil nós abriremos os olhos não é. Isso eu acho que é normal de uma geração para outra não é. Mas você na sua área deve ter um papel muito importante, não é, na educação, eu acho que...

P: Educação é a chave, é uma chave importante. Sem dúvida.

R: Sobretudo a educação bem entendida, não é? Como formação de caráter, de vida não é? Você dá história de que, do Brasil?

P: História contemporânea.

R: Contemporânea.

P: Contemporânea. Trabalho com história contemporânea.

R: É apaixonante, não é?

P: É. Bem complexa bem contraditória.

R: É... Difícil, não é?

P: Difícil.

R: Difícil de interpretar. Quando está longe é mais fácil.

P: Bom Margarida então assim, eu queria agradecer muito...

R: De nada, imagina, foi um prazer enorme.

P: E dizer da grande honra de poder compartilhar dessa sua experiência.

R: Que nada... É uma modesta experiência, mas eu fiz com muita garra, muito entusiasmo, sabe. Eu acho que, eu olho para trás e eu digo que fui privilegiada pelos contatos, pelas... Ocasões não é? Porque nós somos o resultado das ocasiões não é, das circunstâncias. Não andamos sozinhos na vida não é, as circunstâncias nos empurram, aproveitamos ou não, não é? Mas eu tive muitas circunstâncias positivas, tenho consciência disso e agradeço a Deus por ter tido essas ocasiões. Eu acho que o mérito da gente no que faz é muito pouco, as circunstâncias são importantes. E

não só as circunstâncias... Acontecimentos, mas todo o background que a gente teve não é? Que não somos responsáveis, mas se sabe aproveitar não é já ajuda. É isso aí.

P: Muito obrigado.

R: De nada, imagina, foi um prazer.

DEPOIMENTO 12 – JAN ROCHA.¹⁰³**SÃO PAULO, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.****P: Jan, então, a primeira coisa que eu queria te pedir é se tu podes fazer uma pequena apresentação tua, por favor.**

R: Bem, eu sou inglesa, mas moro há mais de quarenta anos aqui no Brasil, basicamente em São Paulo, mas também já morei no Rio [de Janeiro]; em Belém do Pará. Em Belém do Pará eu conheci um gaúcho, Plauto Rocha, e por isso que eu voltei ao Brasil, nós casamos e voltamos para morar em São Paulo. Eu tenho três filhos, e comecei a trabalhar em São Paulo, então, a partir, no início dos anos setenta, como jornalista, primeiro para a BBC de Londres, mandando matérias para o serviço brasileiro, serviço mundial, sobre os acontecimentos que estavam acontecendo aqui, e depois, nos anos oitenta, eu passei a trabalhar para um jornal inglês chamado The Guardian, então aí eu era correspondente deles aqui, e para outros países do sul também. Aí eu... Nos anos oitenta, noventa, eu trabalhei muito na televisão também, fazendo documentários, e... Agora sou freelancer, e também tenho feito outros trabalhos para entidades, e outras revistas, televisões, rádios. Então esse foi o meu trabalho principal, mas... A partir de... Acho que foi em setenta e sete, quando começaram a chegar muitos refugiados aqui em São Paulo, principalmente argentinos e uruguaios, mas também paraguaios, chilenos, e numa certa época bolivianos também, mas poucos. Então aí eu... Casualmente conheci alguns deles, e comecei a conhecer suas histórias, me interessei por eles, como pessoas humanas, amigos, etcetera, e aí surgiu essa ideia de criar um grupo para... Em primeiro lugar para ajudar os refugiados que não queriam aceitar, não queriam ser reconhecidos pelo ACNUR, porque isso implicava em aceitar asilo longe do Brasil, Europa, México, etcetera. Muita gente queria ficar mais perto de seus países, ou eram pessoas que tinham sido membros de organizações, tipo Montoneros, etcetera, que também não eram elegíveis. Mas eu lembro muito bem o que me... O que realmente me chocou! Que me levou a pensar nessa ideia de uma organização foi quando alguns argentinos – um casal de argentinos – me contou que na Argentina tinha campos de – chamam de campos de concentração – campos de detenção clandestinos... E para alguém que vem da Europa essa ideia de campos de concentração é uma coisa tão terrível, que... É uma coisa... Para mim era uma coisa tão chocante! Essa ideia de que podia existir isso! Num país ao lado, aqui do sul, que eu comecei a investigar isso. E eu inclusive fui para o Paraguai, porque soube que tinha um casal lá que tinha sido... Eram sobreviventes de um desses campos em Tucumán. Conseguí localizá-los através da rede dos argentinos, e entrevistei esse casal, a mulher, principalmente. E... De novo... Era uma coisa tão... Os detalhes que ele me contou... Eram tão terríveis, chocantes... Que eu voltei com essa ideia realmente de escrever sobre isso, mas também de criar essa organização. Então... Aí foi um processo de contatar pessoas, quer tinham, simpatizavam, por exemplo, Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado, que já trabalhava com coisas políticas, e já trabalhava com vários refugiados também. E depois o Jaime Wright, que era um pastor presbiteriano, que tinha um irmão desaparecido, que na verdade não estava envolvido com a América Latina, ainda, não é, mas que achávamos que era uma pessoa boa para ter no grupo. Então foi um grupo realmente! E claro, aí surgiu a ideia de... Nós sabíamos que na Cúria, com Dom Paulo Evaristo Arns, o Arcebispo, já tinha um trabalho de atendimento de refugiados, e que a Comissão Justiça e Paz fazia esse tipo de trabalho. Mas nós procuramos Dom Paulo para explicar nosso projeto, e ele... Abraçou, porque realmente ele já estava vendo o número de pessoas aumentando, os refugiados chegando, famílias inteiras, pessoas traumatizadas... Então ele abraçou de coração, achou uma ótima ideia, e... Porque a Comissão Justiça e Paz não dava conta, já tinha todo o seu trabalho com presos políticos, então ele nos abrigou na Cúria. Deu-nos uma sala lá e deu... Sempre deu

103 Jan Rocha nasceu na Inglaterra, mas vive no Brasil desde 1969. É jornalista e escritora, autora dos livros “Rompendo a Cerca” de 2004, sobre o MST, e “Haximu” de 2006, sobre o massacre dos índios yanomani por garimpeiros. Foi correspondente dos veículos de comunicação BBC World Series (rádio) e do jornal The Guardian, ambos de Londres. Chegando ao Brasil, Jan passou a denunciar as violações de direitos humanos que aconteciam nas ditaduras do Cone Sul, buscando espaços para denúncias. Ajudou a formar a Sociedade de Imprensa Estrangeira de São Paulo (Siesp) em 1977, e fundou, ao lado de Luiz Eduardo Greenhalgh e do pastor James Wright, no ano de 1978, o Comitê de Defesa de Direitos Humanos nos Países do Cone Sul, conhecido como CLAMOR. Nesta instituição, Jan era responsável pela edição do informativo do Comitê, distribuído em instituições governamentais e de direitos humanos em nível mundial. Atualmente escreve um livro sobre a trajetória do CLAMOR.

total e imenso apoio para o projeto Clamor.

P: Jan e nesse momento, quando vocês se propõem a trabalhar, a se organizar e começar a fazer o trabalho... O Brasil está com uma sintonia diferente das outras ditaduras, mas de qualquer maneira, vocês não tinham receio, vocês não sentiram ameaças, porque de qualquer maneira o Brasil ainda era uma ditadura também.

R: Brasil ainda era claro, mas setenta e oito, então, era no fim do governo Geisel, se falava na abertura etcetera, mas é claro, estávamos muito conscientes, porque qualquer trabalho político, assim, com refugiados, era uma coisa que tinha que fazer com grande discrição não é? Eu lembro, por exemplo – claro isso foi nos dias antes da Internet, e-mail, tudo isso –, então nos comunicávamos por telefone, mas nunca falávamos tudo por telefone, falávamos... Eu lembro que o Jaime ligava sempre - Jan, eu preciso falar com você. Vou passar na sua casa daqui a... -, coisas assim, nós não explicávamos no telefone. Então houve esse... O ambiente era isso realmente, de... Naqueles dias, não é... Você não... Apesar de que era um processo abertura política não é, a censura tinha diminuído bastante, etcetera, o Comitê Brasileiro de Anistia estava em existência, o Luiz Eduardo era membro disso, tinha muitas atividades, mas ao mesmo tempo sempre tinha aquela possibilidade de fechamento. E eu lembro de que... Às vezes, nós fazíamos as nossas reuniões, toda a terça-feira na Cúria, às vezes passávamos muito tempo discutindo rumores ou indicações, que estava se ia fechar de novo, o que iríamos fazer com os arquivos, material e tal não é? Então vivia naquela... Naquele passo, assim, de... Um lado uma esperança de que as coisas iriam melhorar, mas de outro lado uma consciência de que isso não estava certo, porque poderia, de repente, mudar. Mas e... E agora sabemos que, claro, o Clamor foi vigiado etcetera e tal, mas não foi uma coisa muito... Não foi uma coisa óbvia, houve alguns incidentes assim, mas não foi uma coisa repressiva, etcetera. Então foi assim que o grupo começou; de uma maneira meio informal, com grande apoio de Dom Paulo, depois envolvendo outras pessoas. Pessoas que na verdade já trabalhavam na Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos, irmã Michael Mary Nolan, por exemplo, uma freira americana, e o padre Roberto Grandmaison, que é um canadense, franco-canadense, e depois o Fermino Fecchio, que é um advogado de direitos humanos e... Thereza Brandão, que na verdade ela é uma química, mas trabalhou muito com a igreja, etcetera. Então era um grupo de pessoas que... O grupo básico era este, depois iam lá alguns outros. Era um grupo muito pequeno realmente. Todo mundo voluntário, todo mundo tinha sua profissão, mas nós sempre contamos com a colaboração dos próprios refugiados não é? E... Quer dizer, para fazer o Boletim, nós produzíamos um Boletim...

P: Só um pouquinho antes de falar no Boletim Jan. Tu podes nos falar alguma coisa da percepção que vocês tinham do drama desses refugiados, desses... Porque alguns estavam em condições ilegais, ou seja, o que vocês percebiam das dificuldades que essas pessoas enfrentavam?

R: É. Nós... Bem, primeiro tinha vários... Especialmente da Argentina chegava gente realmente traumatizada às vezes. Inclusive com filhos traumatizados. Eu me lembro disso muito bem, porque, especialmente entre famílias de Montoneros, às vezes eles tinham sobrevivido a ataques, em suas casas, por que eles... As Forças Armadas argentinas bombardearam assim, atacaram com bazucas, etcetera, casas onde tinham famílias morando. Então tinha crianças que tinham passado situações terríveis, além de que tinha crianças cujas mães estavam desaparecidas, cujos pais estavam desaparecidos, tinha pais, pessoas mais velhas cujos filhos... Então eram situações sempre muito dramáticas! E passamos a tomar o depoimento dos refugiados. E uma coisa que eu lembro é que... Então tomamos o depoimento de várias pessoas que já tinham estado presas, e depois foram libertadas, mas eu me lembro de que – então elas descreviam as torturas – e eu me lembro de que cada vez que eu tomava um depoimento, as pessoas falavam das torturas, e eu sempre achei que era a pior coisa que eu tinha ouvido, mas depois chegavam outras pessoas e contavam, às vezes, coisas até piores não é? Então é uma... Eu acho que para nós era uma carga... De emoção muito grande não é? Ouvir esses relatos, ver essas pessoas traumatizadas e às vezes destroçadas. Então nós sentimos muito que a nossa tarefa era para dar um apoio, às vezes muito material não é, de ajudar a arranjar um lugar para morar, ajudar, uma ajuda financeira,

tentar conseguir um emprego, às vezes para os filhos, ir a uma escola... Então era uma coisa prática não é, mas também era um apoio... Muitas vezes era um apoio moral! Assim de afetividade...

P: De acolher.

R: É. De carinho eu diria, não é? Não para todo mundo, não é? Mas nós acabamos formando amizades. E uma coisa que eu pensava agora, olhando para trás, é que nós formamos... Não sei, tinha laços muito fortes, acho que pelo que as pessoas tinham sofrido, pelo fato de que eles estavam aqui nessa situação de fragilidade, mas lutando, tinha gente muito corajosa também não é? Então nós os admirávamos, e gostávamos deles como pessoas. Não eram só “refugiados”, eram pessoas humanas. E muitas vezes os que eram refugiados reconhecidos pelo ACNUR, muitas vezes nós os levávamos para o aeroporto, e quando chegava o dia de ir embora, e foi sempre uma coisa muito triste não é se despedir de pessoas que tinham se tornado amigas. E Dom Paulo tinha um papel muito importante nisso, porque Dom Paulo... Apesar de que a Cúria, naquele tempo, era um foco de tantas coisas não é? Dos metalúrgicos, das greves, sindicalistas, estudantes, todo mundo chegava à Cúria para falar com Dom Paulo não é? Mas ele sempre encontrou tempo para falar com os refugiados, com as Madres, com as Abuelas, que chegavam também, ele sempre... E eu acho que o apoio que ele dava, espiritual, moral, era incrivelmente importante, especialmente quando você lembra que nos seus países, na Argentina, a igreja estava assim com os militares! A igreja rechaçava basicamente as famílias, não deu apoio nenhum. E no Uruguai a igreja era uma igreja meio amedrontada, também não levantou a cabeça não é? E... Paraguai era um pouco diferente, tinha o Comité de Iglesias que trabalhou muito com presos políticos e etcetera. Então... Eu acho que... Nosso envolvimento com os refugiados era, às vezes, muito pessoal, mas era nessa tentativa de fornecer um apoio prático, e também, muitas vezes, de amigo, de amizade. Ah, mas aí! Também para nós, os refugiados e exilados eram de enorme valor, porque eles traziam informações, eles nos ajudavam a preparar os Boletins, porque nós fazíamos questão de publicar em três línguas não é? Inglês, espanhol e português, então sempre precisava de gente para traduzir de português para espanhol, de espanhol para português, etcetera e tal. Então eles traziam informações, eles, quando chegava gente, eles nos levavam, para a Cúria, explicavam, então... O grupo do Clamor era pequeno, mas fora do grupo tinha esse enorme bando assim de gente, também colaborando, ajudando, etcetera.

P: A responsável pelo Boletim eras tu?

R: Sim.

P: E como é que era isso de fazer o Boletim? Fala um pouquinho do Boletim...

R: Eu posso te mostrar uns exemplos.

P: Pode ser... Depois nós filmamos!

R: Depois. Eu tenho aqui.

P: Depois nós filmamos.

R: O Boletim nós começamos com uma coisa bem modesta, inclusive nós... Modesto e pequeno, porque nós queríamos lançar durante a Copa do Mundo, lá na Argentina, queríamos aproveitar aquele momento para falar da Argentina, então o primeiro Boletim era todo sobre a Argentina. E a ideia do Boletim era justamente denunciar o que estava acontecendo lá, e passamos a ter uma coluna sobre os desaparecidos, chamada “Onde Estão?” – “Dónde Están?” – que em cada número publicávamos essa lista de novas denúncias de pessoas desaparecidas. Publicamos informações sobre encontros de Direitos Humanos, sobre entidades... Cartas, usávamos muito cartas, as poesias escritas por refugiados ou presos. Nós fizemos editoriais, fizemos sobre “Campos de Concentração”, e fizemos um editorial, eu lembro, sobre “Solidariedade Não Tem Fronteiras”, foi depois do caso Lilián, quando nós percebemos que... A repressão não respeitava fronteiras, então que a solidariedade também não tinha que respeitar as fronteiras. Fizemos muito... Colocamos muita ênfase na questão das crianças. Uma vez que passamos a perceber, a entender, que crianças também estavam sendo sequestradas – junto com os pais, ou então os bebês que nasce-

ram em cativo, desapareceram –, então inclusive lançamos uma campanha pelas crianças. E nós acabamos publicando também dois calendários sobre crianças desaparecidas, junto com as Abuelas. E... As primeiras crianças que foram encontradas, na verdade foi o Clamor que teve um papel muito importante nessa localização não é?

P: Podes falar um pouquinho desse caso...

R: É. Esse caso... Mais do que pensamos nele agora, eu vejo como foi incrível, por que... Era um casal de irmãos sequestrados em Buenos Aires, filhos de um casal uruguaio, e em setembro de [19]76 a família inteira desapareceu. É... Em [19]79, quer dizer, três anos depois, chegou uma informação ao Clamor; essa informação chegou assim: uma assistente social, chilena, foi passar férias em Caracas, na Venezuela. Quando ela estava lá ela viu, acho que foi num jornal, ela viu fotos de crianças desaparecidas. E ela reconheceu duas das crianças! Então ela entrou em contato com uruguaios exilados lá na Venezuela, acho que foi o reitor da Universidade de lá, que entrou em contato com uruguaios exilados em Paris, que entrou em contato com, inclusive com Mariela Salaberry, aqui em São Paulo – e a Mariela já trabalhava muito conosco –, então ela me telefonou um dia... Vinha falar comigo, tinha uma coisa urgentíssima! Então veio e contou essa história não é? Que, no início, era uma coisa tão absurda...! Como é que duas crianças desaparecidas em Buenos Aires poderiam estar no Chile... Não é possível não é? Então fizemos muitas reuniões para falar sobre isso, o que iríamos fazer. Aí foi decidido mandar alguém para o Uruguai para falar com a avó lá, para conseguir inclusive documentos, fotos, documentos assim das crianças. Foi o Ricardo Carvalho quem foi; um jornalista da “Folha”. E eu lembro que nós planejávamos essa coisa, e tinha um livro sobre... Na verdade nós tínhamos um livro sobre, chamado *The House on Garibaldi Street*, sobre a missão de Mossad para sequestrar Adolf Eichmann na Argentina. Estudando aquele livro, não tinha muito a ver na verdade. Mas era, afinal, uma operação secreta! Então o Ricardo foi para o Uruguai, localizou a avó, explicou para ela; ela mandou certidão de nascimento, etcetera, fotos e tudo. Isso foi a primeira fase da operação. Depois a Mariela foi para o Chile, ela insistiu em ir, nós não queríamos muito, de medo que ela... Mas ela tinha um passaporte de francesa...

P: Aqui no Brasil, em que situação ela estava?

R: Ela estava clandestina aqui...

P: Clandestina não é? Ou seja, no Chile de Pinochet... Muito pior...

R: Pois é. Mas ela tinha um passaporte francês, então ela foi com o passaporte francês, mas foi uma... Muito corajoso dela. Mas ela estava louca para fazer isso! Não é? Porque eram companheiros dela, da mesma organização. Então ela foi para o Chile, mas... Quer dizer, tinha essa informação de que as duas crianças estavam lá, só que a assistente social não sabia onde estavam. Isso foi há três anos, quando tinham sido trazidas para o orfanato, casa de crianças. Então a Mariela tinha que localizar as crianças também. E por grande sorte, quem era chefe da missão do ACNUR naquele momento, em Santiago, era a Belela Herrera, aí... Isso foi uma sorte incrível, porque a Belela ajudou muito, e Maria¹⁰⁴ por vários meios acabou falando com um, com outro – sempre muito discretos não é –, e na verdade não era em Santiago, era em Valparaíso. As crianças tinham sido deixadas em Valparaíso. E ela conseguiu localizar a escola, onde elas estudavam, e conseguiu convencer o diretor da escola – acho que era uma escola religiosa – a dar as informações para ela sobre o endereço, etcetera e tal. E ela, então com essa informação ela voltou ao Brasil, e eu lembro, todo mundo foi para o aeroporto recebê-la não é. E depois foi outro grupo, foi Jaime, foi o Luiz Eduardo, para chegar lá para ver a situação legal, etcetera. E chegaram à última hora, eles iam ser adotados legalmente. Aí estabeleceram contato com a família que os tinha adotado, realmente de boa fé; a avó foi também com esse pessoal do Clamor, a dona Angélica. Então, estabeleceu contato: Angélica viu os netos pela primeira vez, em três anos. E tudo isso foi feito de maneira sigilosa, assim, para ninguém suspeitar do que estava acontecendo. Mas aí surgiu a questão... Angélica, claro, queria pegar as crianças e levar de volta para o Uruguai...

104 Nome pelo qual Mariela Salaberry era chamada no Brasil.

P: Claro, claro... Ela os procurava há três anos...

R: E aí a coisa chegou à imprensa chilena, e a imprensa chilena tomou o lado dos pais adotivos lá, os Larrabeiti, que tinham adotado de boa fé, era um casal carinhoso, não tinham outros filhos, adoravam as crianças, que parece que elas estavam muito bem lá; estavam felizes. Então... Foi essa tremenda questão de... Questão moral até, de deixar com os pais adotivos ou levar de volta para o Uruguai. Angélica disse - Perdi meu filho, então eu quero os meus netos -, não é? Então... E Dom Paulo teve um papel muito importante, conversou com a Angélica, e a solução que foi achada foi a de que tinha que botar as crianças em primeiro lugar, tinha que fazer o que era melhor para elas. E se chegava à conclusão de que, no momento, era melhor deixá-las com a família adotiva, mas estabelecendo a verdadeira identidade deles, e arranjando que duas vezes por ano eles iriam visitar a família no Uruguai. Isso foi feito! Isso realmente funcionou. Então... E Dom Paulo ofereceu, organizamos uma coletiva de imprensa na Cúria, quando foi divulgado isso com grande... Grande... Notícia não é? Convocamos a imprensa estrangeira, porque eram as primeiras crianças desaparecidas que tinham sido encontradas. E que mostrava, inclusive, essa conexão não é? Crianças sequestradas em Buenos Aires aparecem... Deixadas numa Praça de Valparaíso, atravessando as fronteiras sem passaporte ou documentos. Como é que foi possível isso não é?

P: Até hoje não há uma explicação de por que isso possa ter ocorrido Jan? Vocês chegaram a avançar nisso?

R: Olha... Na época... O interessante foi que na época em que foram abandonadas em Valparaíso, que foi em dezembro de [19]76, três meses depois de elas serem sequestradas, a imprensa chilena noticiou amplamente – Niños abandonados em Plaza pública; Niños que seriam Hijos de Tupamaros –, porque todo mundo percebeu que não eram chilenos, falavam com outro sotaque. E Anatole, o menino, tinha quatro anos! Então ele sabia perfeitamente o seu nome, o endereço em Buenos Aires, o nome dos pais, falou tudo isso! Tudo isso apareceu na imprensa lá! Sendo que as Embaixadas argentinas e uruguaias não queriam saber. Então... Ele falou que vinham num carro, que atravessou as montanhas, os Andes não é? Falou várias coisas assim que... É... Era uma tia Mônica... Essa pessoa já foi identificada...

P: Foi identificada.

R: Foi. Que no carro vinha outra menina, da mesma idade. Isso levou durante meses os avós de Mariana Zaffaroni a procurar no Chile, achando que ela... Deve ter sido outra menina que foi sequestrada na mesma época, do mesmo grupo político não é. Mas enfim, ela estava em Buenos Aires. Então isso foi realmente um grande feito, que muita gente colaborou para fazer, e uma coisa... Incrível realmente não é? Isso deu um grande impulso também para o trabalho do Clamor, porque nós fazíamos questão também de fazer muitas coletivas de imprensa, de denunciar as coisas para a imprensa brasileira e mundial também. E naquela época, na verdade a imprensa brasileira deu muito espaço para os acontecimentos na Argentina e no Uruguai principalmente; Paraguai também. Então nós sempre conseguimos um bom espaço no jornal para denunciar essas coisas. Eu acho que nós aproveitamos bem esses espaços não é. Fizemos muitos Boletins de imprensa, tinha um Boletim de notícias regulares, às vezes Dom Paulo falava, às vezes era o Jaime, mas sempre procurávamos manter a imprensa informada e acompanhando o que estávamos fazendo não é?

P: Esse caso é o caso que talvez tenha dado visibilidade internacional para vocês.

R: Sim.

P: Porque a partir daí também começa a acontecer que tem gente que está vindo desses países para dar depoimentos para vocês, para... É isso, vocês começam a formar um banco também de informações.

R: É. Isso na verdade já tinha começado antes.

P: Com os exilados.

R: É com os exilados. Depoimentos. Porque quando nós começamos oficialmente, em [19]78, ainda estavam vindo muitos argentinos e uruguaios, e também... Os paraguaios... Os paraguaios vinham vamos dizer em ondas; às vezes tinha uma onda de repressão no Paraguai e então chegava mais gente, ou às vezes um movimento, o movimento camponês, por exemplo, perseguido, então chegava mais gente. E os paraguaios vinham também para denunciar aqui muito a situação dos presos políticos no Paraguai. Porque o Paraguai era um pouco diferente, não tinha aquele grande número de desaparecidos, mas sempre tinha presos políticos que... Tinha alguns que ficavam... Têm aqueles casos de Napoleón Ortigoza e Ovando...¹⁰⁵ Não lembro o nome agora... Que ficaram presos mais de vinte anos. Mas em geral os presos ficaram alguns anos ou meses, prenderam o pessoal do Banco Paraguaio de Dados durante meses, prenderam médicos que fizeram uma greve, prenderam... E tinha um caso que nós acompanhamos muito, que era de um paraguaio que estava residindo aqui em São Paulo, casou com uma brasileira aqui, e numa visita à Foz de Iguaçu, que ele tinha família lá, foi sequestrado e levado para Tacumbú, prisão em Asunción. E a mulher dele era uma mulher muito pobre, mas ela nos procurou. Ela levou meses inclusive para descobrir o que tinha acontecido com o marido dela! Quando ela descobriu, ela nos procurou, e nós... Nós trabalhamos muito o caso do marido dela – Remígio Giménez¹⁰⁶-, porque ele ficou preso anos e anos, sem acusação, no Paraguai. Ele fez seguidamente greves de fome, e ele... Eu estava tentando descobrir onde foi... Qual o ano em que ele finalmente foi liberado; acho que foi só depois que o Stroessner caiu não é. Mas a Dirce, a mulher dele, uma mulher muito pobre, mas muito corajosa. Então ela ia ao Paraguai para visitá-lo, nós a ajudávamos com dinheiro, aí eu ia às vezes... Acho que fui duas vezes junto com ela, e consegui entrar na prisão: eu disse que era sobrinha do Remígio, então eu consegui entrar. Lembro que um dia... Um dia de Copa do Mundo, então todos os guardas estavam todos com o transistor, não estavam dando muita bola para quem chegava lá, então... Mas nós lutamos muito para a liberdade de Remígio não é? E demorou muito. E depois tinha... Chegava gente aqui do PLRA, que era o Partido Liberal Radical Autêntico, de oposição, Domingo Laíno, que era o líder deles, ficou exilado um tempo aqui, nós o apoiávamos; aí às vezes vinham as esposas de outros políticos que tinham sido presos, e nós... Então nós fazíamos bastante trabalho com o Paraguai também. O pessoal do movimento campesino, também, gente do campo... Porque a repressão lá era... Não era tão vamos dizer organizada talvez quanto na Argentina, mas era muito cruel não é? Então nós tínhamos bastante contato com o Paraguai, inclusive nós mandamos duas missões, quer dizer dois deputados estaduais que foram em missão para o Paraguai, um era o Fernando Moraes e o outro Marco Aurélio Ribeiro, que foram lá a pedido do Clamor, a pedido do Dom Paulo, para investigar situações lá. Tinha um líder do sindicato de jornalistas que ficou preso lá, e outra vez foi o pessoal do movimento campesino. Então esses dois foram lá, corajosamente, porque foi em setenta e oito, ainda, setenta e nove. Então esse foi o nosso trabalho no Paraguai. Nós fomos muito procurados pelos paraguaios, trazendo notícias também, denúncias, vindo pessoalmente, às vezes, para falar, e... Com o Chile nós também fizemos um trabalho. Tinha muitos refugiados chilenos aqui, muitos tinham chegado antes não é, porque o golpe foi lá em [19]73. Um membro do grupo – Thereza – tinha ido ao Chile várias vezes, tinha contatos lá, então ela cuidava mais a parte do Chile. Nós fizemos um número especial do Boletim sobre o Chile quando encontraram corpos, ajudamos a publicar um livro escrito pelos chilenos sobre repressão, etcetera. E tivemos muito contato com a Vicaría de Solidaridad lá e outros grupos. Ah... Agora isso foi o Chile. Então, também muitos refugiados chilenos que colaboravam, etcetera, com informação. Com relação à Bolívia... Na verdade, a Bolívia realmente, só a partir do golpe, em 1980¹⁰⁷, que passamos a trabalhar com a Bolívia. E uma semana depois do golpe eu fui lá, fui enviada para lá pelo Clamor, pelo Conselho Mundial de Igrejas também, para tentar descobrir o que estava acontecendo, não é, porque ninguém... Não estava muito claro. Eu fiquei uma semana lá, inclusive eu acabei presa lá...

P: Detiveram-te...

R: É, porque fui... Eu fui como jornalista também não é? Então... E com dois outros jornalistas...

105 Guillermo Escolástico Ovando foi detido em dezembro de 1962 e solto no ano de 1984.

106 Remígio Giménez foi sequestrado pela Polícia Federal brasileira em 17 de dezembro de 1978, e enviado ao Paraguai.

107 Golpe do general Luis García Meza, em 17 de julho de 1980.

Todos os jornalistas estavam em La Paz, todos basicamente no mesmo hotel, e tinha toque de recolher à noite, e a notícia era muito censurada, e ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo nas minas. As minas eram... Comitê... Como é que... A COB¹⁰⁸ não é?

P: A COB.

R: COB! A COB tinha sido muito ativa, então os líderes da COB estavam presos, e falavam que as minas estavam resistindo ainda, e os militares falaram que não, nas minas todos capitularam... Paz total lá, etecetera. Então nós achávamos que tinha que tentar chegar lá para descobrir o que realmente estava acontecendo. Então combinamos... Um grupo de jornalistas combinou que no dia seguinte nós iríamos alugar táxis, ou uma Kombi, uma coisa assim, e nos iríamos tocar lá para o sul, das minas, [...]. Só que no dia, no horário, só chegaram três gatos pingados não é, que era eu e mais dois. Porque as Embaixadas tinham avisado, ficaram sabendo, e falaram para os outros não irem. Então nós fomos lá! Alugamos um táxi e nos tocamos lá para o Altiplano, até a área das minas. Só que tinha barreiras militares, não nos deixaram passar. Aí o motorista de táxi disse - Mas olha tem uma mina em San José -, estávamos lá perto... Vamos para lá. Então nós fomos para lá, chegamos à mina, e falaram que estavam em greve, mas os líderes estavam todos lá, na mina. E nós entendemos que estavam na entrada da mina, então fomos... Entramos na mina, mas aí nós vimos que na verdade tinha um elevador não é... Um metro quadrado... Quando nós percebemos que estávamos em cima dessa plataforma... – Completamente aberto não é? Não tinha paredes –, descendo dentro da mina! Aí descemos acho que mais de... Mais de mil pés não é. Até... Absolutamente apavorados! Chegamos lá embaixo, e lá realmente estavam os líderes. Foi... Do ponto de vista jornalístico foi incrível não é? Porque nós... Eles tinham listas de mortos, feridos, contavam o que tinha acontecido em cada mina. Deram-nos pedaços de... Caixas do Ejército Argentino, que mostravam que os argentinos estavam fornecendo suprimentos para as Forças Armadas da Bolívia e... Então foi extremamente proveitoso. Nós filmamos, gravamos! Etecetera. Aí voltamos lá para cima, só que na saída nós fomos presos não é? Porque já sabiam que estávamos lá. Levaram-nos para o Comando Militar, e era o major, coronel lá, não lembro, já sabia exatamente onde nós tínhamos estado na mina, qual o nível, pegou tudo, todo o nosso material. Mas eu tinha... Eu estava usando um poncho, então debaixo do poncho, quando estávamos indo para lá, eu tinha trocado a fita do meu gravador, botei uma fita branca. Então pegamos tudo, e eles falaram que no dia seguinte, em La Paz, iam devolver o material. E nós; depois de umas horas nos liberaram. Só que nós fomos presos, saindo da cidade, por paramilitares, que era o mais preocupante. Levaram-nos de volta para uma delegacia de polícia, aí ficaram sabendo que nós já tínhamos estado presos, então nos liberaram. Aí nos tocamos para La Paz não é?

P: Que aventura não é?

R: Foi uma aventura. Mas o importante da minha visita lá foi que eu pude contatar as igrejas lá, igreja católica, metodista, etecetera, que tinham muita informação sobre a repressão, as prisões, o excesso de pessoas lá, os rádios calados. Então com esse material que eu trouxe de volta, nós fizemos um número especial sobre a Bolívia, mandamos esse... Eu dei uma coletiva quando voltei aqui, e nós mandamos essa informação para o Conselho Mundial de Igrejas, para divulgar não é? Então foi... Foi importante isso.

P: Diz-me uma coisa Jan, o nome “Clamor”, como é que ele surge? Porque não é uma sigla...

R: É. Não é; exatamente.

P: Porque às vezes têm essas palavras que... Tipo HIJOS¹⁰⁹ na Argentina: é uma sigla, mas é uma palavra também, no caso.

R: Olha, o nome Clamor surgiu da seguinte maneira. No início, então, tinha eu, o Luiz Eduardo e o Jaime, era o núcleo fundador vamos dizer. E nós fizemos várias reuniões, foi bem daqui, na... No Instituto Sedes Sapientiae, sábado à tarde, numa sala vazia lá, para falar sobre a organização, o que nós íamos fazer, como, e o nome! E eu lembro muito bem que tinha um quadro negro lá,

108 Central Operária Boliviana.

109 H.I.J.O.S.: *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*

e então nós... Nós não queríamos ser mais um Comitê disso, Comissão, etcetera e tal. E eu lembrei muito que... A Anistia, por exemplo, todo o mundo conhecia – Anistia, AMNESTY –, então eu achei que nós deveríamos tentar um nome assim que era... Simplesmente um nome não é? E não uma sigla toda, Comissão toda de... Então fomos escrevendo no quadro negro lá – América Latina, Latin American, Amor –, surgiu esse Clamor não é? Eu acho que foi mais... Aí o Jaime, que conhecia muito bem a sua bíblia já, pegou o versículo – Para ouvir os clamores do meu povo –, não é?

P: Casou...

R: É, é.

P: Pautado com a essência dos objetivos do grupo.

R: Então foi assim, ao menos eu lembro que foi assim. Isso que... Bem o Jaime infelizmente já morreu, não pode dizer; contestar não é? Mas eu acho que foi assim, com essa ideia de conseguir um nome que... Representava de alguma maneira... Porque era um Clamor! Nós sentimos muito isso, talvez não naquele momento ainda, mas quando começou... Quando o Clamor começou a operar, e começou a receber aquelas cartas todas, centenas de cartas, de mães, de pais, de avós – Meu filho desapareceu... Pá Pá Pá; Minha filha estava voltando do trabalho quando foi... –, aquelas cartas terríveis, não é, então... Era um Clamor! Um Clamor que surgiu especialmente da Argentina, mas também do Uruguai, Paraguai, do Chile, etcetera, por ajuda não é? Por apoio, para denunciar, para falar. Então era um Clamor! Então eu acho que o nome acabou sendo um bom nome.

P: Jan tu tens nos falado... Bom tu falas do Dom Paulo e essa estrutura da Arquidiocese não é? Com quem mais vocês trabalhavam; com quem mais vocês tinham relações... Tu és jornalista, tu também... E vocês trabalham com a ideia de coletivas não é? Então com que outros setores vocês podiam contar que de alguma forma eram parceiros?

R: É. Bem, eu acho que nós tínhamos muitos parceiros na verdade. Porque nós estabelecemos ligações com as entidades, nos outros países, quer dizer, Argentina, nós trabalhamos muito com as Abuelas, mas também com as Madres, com o CELS,¹¹⁰ a equipe de advogados, com o Movimento Ecumênico, com a Assembleia Permanente, com familiares de Detenidos-Desaparecidos, e outros, SERPAJ também. Então nós trocávamos correspondência, o pessoal de lá vinha para cá, alguns dos nossos membros iam para lá, então tinha muito contato e troca de informações. O Uruguai era mais complicado, porque o Uruguai... Não teve nada por muito tempo... Até que os familiares conseguiram se reunir não é? Mas era uma situação... No Uruguai... Até mais opressiva do que na Argentina não é? Então quando... Mas nós estabelecemos contato com famílias e familiares, e com familiares de presos políticos também. Nós trabalhávamos muito com os presos políticos de Libertad, de Punta de Rieles; nós publicamos muita coisa sobre a situação das prisões lá, e depois com o SERPAJ, quando foi estabelecido o SERPAJ. No Paraguai foi basicamente com o Comité de Iglesias, mas também com o Movimento Campesino paraguaio, com uma associação de familiares de presos e assassinados, e com o Acuerdo Paraguai no Exílio,¹¹¹ não é, que era gente exilada. E talvez com outros grupos que não lembro. E no Chile foi muito com a Vicaría de la Solidaridad, com a FASIC,¹¹² que era uma entidade ecumênica, e com outros também familiares de presos, desaparecidos, etcetera. Com a Bolívia foi com a Assembleia Permanente de Direitos Humanos lá, Direitos Humanos, e com a Igreja, monsenhor Enrique, lá de La Paz. Agora, dentro do Brasil claro, também... Trabalhávamos muito com a entidade, a ALA não é – Associação dos Advogados da América Latina de Buenos Aires –, com... Fazia algumas coisas assim... Bem, com o CBS, que é o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, que é um grupo também de brasileiros junto com exilados que promoviam atos e eventos não é – inclusive o Clamor financiou muito esse grupo –, eles trabalhavam também com a América Central, não era só com a América do Sul. Com o... Bem [...] era mais para o Brasil. Comissão Justiça e Paz, cla-

110 *Centro de Estudios Legales y Sociales*

111 A.P.E: *Acuerdo Paraguayo en el Exilio*

112 *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas*

ro, fazíamos algumas coisas em conjunto, e... Grupos de exilados, porque se formavam também entidades ou Comitês de Exilados no Rio [de Janeiro], São Paulo, e... E deve ter muitas outras que não lembro. E com a igreja em São Paulo não é, tinha vários padres ou congregações que se interessavam, davam apoio, às vezes abrigavam famílias, etcetera, de refugiados. Agora, fora do Brasil nós trabalhávamos muito com o Conselho Mundial de Igrejas, que foi um importante fornecedor de apoio financeiro, não só do Clamor, mas, através do Clamor, para outras entidades. Porque isso eu acho que é um papel, outro papel nosso era ser uma espécie de intermediário entre as entidades de Direitos Humanos, Cone Sul, e algumas entidades na Europa não é? Então principalmente o Conselho Mundial, mas também igrejas protestantes na Suécia, na Holanda... E na Suíça também, se não me engano. Depois tinha dois grupos na Inglaterra, Christian Aid, que era um grupo ecumênico, e Cafford que é um grupo católico, que também deram ajuda financeira, às vezes para financiar o Boletim, às vezes para ajudar famílias de presos políticos, várias coisas assim. E depois na Irlanda tinha Troquer, outra entidade. Então o Clamor... Nos Estados Unidos também, e Canadá, tinha várias entidades ligadas a igrejas católicas e protestantes. Então era uma espécie de rede não é...

P: Uma grande rede.

R: Uma grande rede de apoio, de apoio prático não é? E nós mandávamos o Boletim, para todos eles, por isso que foi bom publicá-lo em inglês também, porque alcançava essas pessoas em outros países.

P: Jan e assim, houve alguma tentativa, não sei se de vocês ou talvez dos exilados, de introduzir o Boletim no Uruguai ou na Argentina?

R: Ah não! Sim ele ia para lá.

P: Ele ia para lá?

R: Ia!

P: Como é que...

R: Bem, eu acho que nós mandávamos pelo correio, e também as pessoas levavam quando iam para lá, mas... Tinha que cuidar muito... Não, não... Porque poderia ser uma coisa perigosa, alguém levar muitos; descobrem os Boletins, etcetera. Eu lembro que quando nós publicamos o calendário sobre as crianças, a mulher do Jaime, e acho que a Michael, levaram para lá, embrulharam como se fossem presentes de Natal, etcetera; botaram nas árvores, e levaram. Mas fora disso mandávamos pelo correio. Mandava... Mandamos para mais de cinquenta países, não é? Tinha uma lista enorme, e mandávamos de graça não é? Então muitos eram para... Muitos foram para os países do Cone Sul, inclusive nós começamos a receber muitas cartas de gente agradecendo o Boletim, mandando notícias e tal, e falando de [...]. Dentro do Brasil também, mandávamos para entidades, igrejas, todo mundo que nos pedia nós mandávamos. Mandaram até para aquele... Eu sei que chegou até para aquele padre... Da Teologia da Libertação, da Sri Lanka...

P: Sri Lanka...

R: Esqueço o nome dele, mas ele é conhecido. Eu tenho uma carta dele agradecendo não é? Então nós... Quem pedia nós mandávamos. Realmente ele foi... Muitas cópias foram para os países sob ditaduras, e eu acho que a maioria conseguiu chegar, realmente. Agora, além do Boletim e dos Boletins de Imprensa, e dos calendários, nós publicamos uma lista de desaparecidos, que foi a maior lista até então de desaparecidos na Argentina. E essa lista foi publicada no início... No fim de oitenta e dois; Dom Paulo levou para o Papa no início e oitenta e três, se não me... Mais ou menos assim... E essa lista serviu para a CONADEP,¹¹³ na Argentina, quando fizeram a sua Comissão de Investigação, etcetera. E essa lista foi feita aqui em São Paulo, um tempo antes do computador, na base de fichas, por um jovem casal argentino, que... Porque nós... Depois de ter essa ideia... A ideia da lista foi o seguinte. Nós estávamos recebendo então sempre denúncias não é de pessoas desaparecidas. E lá na Argentina publicavam números não é? Seis mil desaparecidos,

¹¹³ Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas

dez mil desaparecidos, nove mil. Então... Números! E nós... Nós pensávamos que tinha que dar... Não eram só números! Tinha que dar uma... Identidade! Mostrar que eram pessoas, eram mulheres, eram pais, eram filhos. Então nós resolvemos fazer uma lista com cada nome, dando alguns detalhes: nome, profissão, idade, etcetera. Só que nós conversávamos com alguns dos exilados, se alguém topava fazer isso, e várias pessoas queriam fazer, mas quando viram o trabalho, a dificuldade, eles... Não tinham tempo, não tinha como. Até que chegou esse jovem casal, e eles toparam. E eles moravam numa casa no Embu, na época. E o Jaime foi o grande contato com eles, porque o Jaime era uma pessoa extremamente organizada, meticulosa, muito mais do que o resto de nós, então... Organizava tudo. E então foi... Eles pegaram todas as informações que tinha; as listas que já existiam, porque já se publicava listas não é, e começaram esse trabalho de casar tudo, de checar tudo. E foi um trabalho incrível! Não é? Acho que levaram uns dois anos. E quando terminamos tinha uma lista de sete mil duzentos e noventa e um nomes, acho. E também incluímos uma lista de campos de detenção clandestinos, e naquela época tinha chegado ao número de cento e um, cento e dois, publicamos um mapa até. Eu vou te mostrar essa lista depois. Então essa lista foi... Eu acho que foi um feito realmente! E Dom Paulo levou, apresentou para o Papa, então isso também deu notícia e tal. Depois começamos a receber cartas, mandamos para a Argentina, conseguimos mandar. E claro, tinha uns erros não é... Mas muita gente apreciou.

P: Os nomes deles são públicos já? Ou não?

R: São, são. Depois vou te dar uma cópia da lista. A lista é...

P: Não, não, digo o nome do casal de argentinos.

R: Ah sim, não, são... Eu inclusive quero entrevistá-los para o meu livro, porque eu quero que eles lembrem exatamente como foi fazer essa lista. Esse trabalho enorme não é? Eles moram em Santa Fé, na verdade estão separados agora. Mas eles fizeram... Eles não eram historiadores, eram na verdade professores de Educação Física... Mas acabaram... Fazendo a lista.

P: Esse trabalho.

R: É. Esse trabalho.

P: Jan, e a relação com a comunidade uruguaia. Tu já falaste um pouquinho sobre o caso da Mariela Salaberry, Maria não é? Que era a companheira de Hugo Cores na época, e Hugo Cores era o principal dirigente do PVP. Que é o partido que, de certa forma, essas pessoas, das quais tu tens citado algumas delas, no caso dos uruguaiois, muitos deles eram do PVP. Eles são pegos nessa redada na Argentina. Tu disseste que a Mariela foi importante também para vocês. Podes nos contar alguma coisa sobre isso?

R: Bem, eu conheci a Mariela por causa do caso da Lilián Celiberti. Eu não a conhecia antes, mas eu estava na Cúria um dia, quando essa mulher me procurou, e era a Mariela. Aí contou que companheiros em Porto Alegre, que eles estavam muito preocupados, porque não conseguiram contato telefônico, se nós conhecíamos alguém lá que podia ir ao apartamento da Lilián descobrir o que estava acontecendo. E eu me lembrei de Omar Ferri porque ele era muito amigo do meu marido, Plauto, que é um advogado lá do Rio Grande do Sul. E casualmente o Ferri tinha estado em São Paulo, umas semanas, uns meses antes, então aí eu o conheci. Então eu liguei para o Ferri, e pedi para ele ir lá, passei o endereço, e ele realmente foi lá, mas não tinha ninguém. Naquele momento deixou um cartão e no dia seguinte o Luís Cláudio Cunha foi lá. Assim que eu conheci a Mariela. Então ficamos muito em contato enquanto estava se desenrolando esse processo de [...]. E... Depois... [Isso] Foi nos fins de setenta e oito. Depois houve o caso das crianças encontradas em... No Chile, que a Mariela também foi muito peça chave não é? E depois houve outro caso emblemático, que foi o de Mariana Zaffaroni, que nós... Como nós estávamos fazendo esta campanha para as crianças desaparecidas, então nós acabamos conhecendo bem o caso da Mariana, e... Em... Passou algum tempo assim, até que em oitenta e três um militar argentino, apareceu no Brasil e deu uma entrevista para o “Estado de São Paulo”, e falou de um casal uruguaio que tinha uma criança, que estava preso lá. E os outros avós da Mariana moravam no Rio

[de Janeiro], os Zaffaroni, os pais do Jorge Zaffaroni. E nós já estávamos em contato, eles tinham vindo, falado com Dom Paulo, nós já os conhecíamos. Aí eles tiveram a ideia de publicar um anúncio no jornal Clarín, de Buenos Aires, com a foto da Mariana, com as informações sobre ela, para ver se alguém sabia alguma coisa. Mas custava caro não é? Então eu lembro, nós fizemos, eu fiz uma coleta nas redações aqui, dos jornais em São Paulo não é, “O Estadão”, “Gazeta”, etcetera, entre jornalistas, para levantar dinheiro, nós tínhamos um... Todo mundo assinava, botava seu nome, e tinha uma fotinho da Mariana, o título era “Vamos encontrar essa menina”. Aí conseguimos levantar um dinheiro, inclusive uma amiga minha da Inglaterra, uma escritora, doou uma soma grande, e com esse dinheiro eles conseguiram publicar. E quem foi para Buenos Aires para colocar o anúncio foi o Jaime e o Charles Harper, do Conselho Mundial de Igrejas. Então levaram o dinheiro e a forma do anúncio. E saiu no Clarín. Passou um tempo, passaram uns dez dias, e chegou uma carta anônima na Cúria, para nós, Clamor, na Cúria, com recortes de jornal falando do Miguel Ángel Furci, que era o apropriador de Mariana, mas dizendo que morava no mesmo prédio, sabia que a mulher nunca tinha estado grávida, mas tinha uma menina chamada Daniela. E que... Então assim, ele deu essa informação. Aí nós, os uruguaios também, Mariela na frente também, se colocaram em atividade, organizaram gente para ir lá, deram o endereço não é, os uruguaios foram lá para o endereço, para vigiar, para ver se enxergavam... Já tinha passado aí, quer dizer, Mariana foi sequestrada com um ano e meio, e já estava com oito anos. Então ficaram vigiando a casa lá, o que não deixou de ser uma coisa curiosa não é, os exilados vigiando um cara que era membro do SID¹¹⁴ não é, de Segurança, Inteligência lá. E conseguiram... Depois as duas avós foram para lá, a avó do Rio [de Janeiro], a Marta, e a María Ester, do Uruguai, e conseguiram... Viram-na! Acharam... Ficaram até na dúvida não é, mas seguiram até a escola. Depois uma fotógrafa uruguaia, que morava em Buenos Aires, foi para a escola e conseguiu tirar fotos, e com as fotos eles chegaram à conclusão de que era a Mariana, as avós foram falar com o diretor da escola, etcetera... Foi assim! Mas aí isso foi só um capítulo realmente, porque eles denunciaram para a Justiça, mas a família ficou assim, resistiu, negou, depois fugiram para o Paraguai, como se sabe, esse show levou anos, até que a Mariana finalmente, já adulta, já mãe dos próprios filhos...

P: Deu o passo...

R: Deu o passo e reconheceu que... Quer dizer, ela conseguiu reconhecer para ela mesma que era a Mariana não é? Que foi... Foi um processo não é, muito longo. Até escrevi um livro sobre isso, só que não foi publicado.

P: Tu?

R: É. Eu escrevi em inglês, um livro. É que eu achei uma coisa tão incrível essa... Este... Os passos que... A luta! Não é? Mas sabe o que eu achei mais incrível? Foi a luta das avós, das Abuelas. A história da María Ester, que é uma mulher que perdeu o marido, era a única filha dela, e que não é uma mulher de recursos, mas lutou até o fim não é?

P: Que é a história daquelas cartas publicadas...

R: Exato! Exato. E que também teve o desgosto... De ser rejeitada na verdade pela Mariana, que não queria saber... E eu sempre achei na verdade que María Ester e Mariana eram muito parecidas, porque as duas eram muito teimosas, e a María Ester nunca queria chamá-la de Daniela, que afinal era o nome que ela se conheceu... Todas aquelas coisas! Mas teve um final feliz, felizmente, teve um final feliz. Bem, então a Mariana é outro caso que nós, que o Clamor realmente abraçou muito e trabalhou muito.

P: A Mariela publicou um livro sobre isso...

R: Eu sei. Tus ojos...

114 *Servicio de Inteligencia de Defensa*

P: Mariana tu y nosotros,¹¹⁵ acho...

R: Tus ojos...

P: Tus ojos?

R: É... É eu sei. Eu tenho uma cópia que ela me mandou. Então, agora em relação ao grupo do PVP aqui claro, nós acabamos conhecendo o Hugo e... Mariela foi muito importante para o Clamor em termos de fornecer informações. Afinal eles tinham a própria publicação – *Compañero* –, então a Mariela sempre trouxe muitas informações para nós, e também ajudou a checar não é? Porque nós ficávamos muito na dependência dos próprios argentinos e uruguaios, paraguaios, para saber se essa pessoa realmente existe, se assim e assado, etcetera. Então a Mariela foi super importante para nós não é? Mas nós também... Aqui chegavam algumas outras mães, a Luz, não sei se você conheceu...

P: Luz Ibarburu.¹¹⁶

R: É. Que morreu também...

P: Faz pouquinho.

R: Violeta¹¹⁷... Então acabei conhecendo várias outras Madres lá, principalmente as Madres, e que traziam informações. E também por correspondência, tinha muito contato com familiares de presos em Punta de Rieles e Libertad. E tive também o caso da Flávia Schilling não é? Que ficou presa lá, que houve uma grande campanha no Brasil, foi libertada, ela veio a São Paulo, Dom Paulo a recebeu por que... Todo mundo tinha um papel assim, tinha um papel de apoio na campanha, mas não tinha um papel principal ou coisa assim, essa campanha já existia. A família Schilling lutou muito pela liberdade dela e ganhou a imprensa aqui; acho que foi muito importante! E era o tempo de Figueiredo, por isso que o próprio Figueiredo fez a coisa certa não é, interferiu para conseguir a... Então...

P: Jan, e em relação a... Porque nós temos falado até agora principalmente dessa coisa do Clamor voltado, sobretudo, aos estrangeiros. E em relação às questões aqui de dentro digamos. Enfim, havia outras organizações que evidentemente já existiam antes, mas vocês chegaram a trabalhar também, não sei, eu fico pensando, com os familiares daqui também, chegou a haver esse tipo de troca de informação?

R: Você fala com familiares de...

P: Os brasileiros. Brasileiros, as organizações que havia aqui.

R: Não, o nosso foco sempre foi os países do Cone Sul, porque nós achávamos que já tinha entidades trabalhando aqui dentro com as questões brasileiras, os presos brasileiros. Nossos recursos e tempo eram muito limitados não é? Então o nosso foco sempre foi a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia. E na verdade olhando agora, através do Arquivo, não é, eu fico até admirada que nós conseguimos fazer tanta coisa não é? Eu até fiz uma lista de coisas, pensando nessa questão de solidariedade, por que... As várias atividades que o Clamor fazia realmente, não é? Quer dizer, era toda aquela questão de depoimentos que nós publicávamos; denúncias, etcetera. Missões mandando gente para fazer... Para oferecer solidariedade, conseguir informações nos outros países. E... Aqui no Brasil, também muitos atos de solidariedade, por exemplo, as missas que Dom Paulo rezou umas duas vezes, missas ecumênicas para desaparecidos, etcetera. E atos públicos, e eventos na Tuca, aqui. Muitas coisas assim. Junto com outras entidades. Apoio financeiro, como eu falei, às vezes conseguindo encaminhar apoio de entidades lá fora para entidades de outros países. Esse apoio era para publicações, para viagens, de mães ou abuelas, indo

115 “*Mariana, tu y nosotros: diálogo con María Ester Gatti*”, de autoria de Mariela Salaberry e María Ester Gatti, publicado pela Ediciones Banda Oriental no ano de 1993.

116 Luz Ibarburu de Recagno.

117 Violeta Malugani, que, junto a María Ester Gatti, Luz Ibarburu e outras, iniciaram as denúncias coletivas de uruguaios desaparecidos na Argentina, o que possibilitou, posteriormente, a criação do grupo de *Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos en Argentina*

para... Às vezes para outro... Genebra, para denunciar junto às Nações Unidas, ou encontros, e às vezes para as famílias de presos e desaparecidos. Apoio moral não é? Porque era muito Dom Paulo oferecendo apoio moral, espiritual mesmo! Mas que eu acho que era muito importante. Vinham as abuelas muito tristes não é... Netos, filhos, etcetera...

P: Totalmente sozinhos; abandonados...

R: Muito sozinhos... Bem, tinham uns aos outros.

P: Sim, só tinham eles claro, mas...

R: É, é. Mas esse apoio de Dom Paulo aqui, a palavra dele, etcetera, era muito importante. Apoio aos refugiados aqui em São Paulo. Isso foi talvez mais no início, em setenta e oito, setenta e nove, mas como eu falei, de... Financeiro, moradia, escola para os filhos, trabalho. Claro que isso variava muito, às vezes era possível ajudar, às vezes não. Telegramas, nós mandávamos muitos telegramas para os ditadores da área não é? Stroessner, Pinochet, etcetera, denunciando, pedindo... Depois todos os Boletins. E esse fato de ser uma espécie de intermediário a entidades lá fora, por que... Eu acho que nós tínhamos várias vantagens, quer dizer, trabalhar com Dom Paulo: Dom Paulo muito conhecido, então isso foi uma coisa importante. O Jaime! O Jaime também tinha toda a sua rede de contatos no mundo vamos dizer protestante não é, Conselho Mundial de Igrejas etcetera, mas Estados Unidos, que os pais dele eram de lá. Os próprios membros do Clamor: o padre Roberto, que era canadense, então tinha as suas ligações no Canadá; irmã Michael, americana, também, através da congregação dela, tinha muitos contatos. Eu inglesa, então eu tinha contatos na Amnesty, tinha amigos na Amnesty e outras entidades. Então nós aproveitávamos as nossas ligações assim internacionais vamos dizer, isso ajudou muito. Além, claro, das ligações dentro do Brasil e em São Paulo, porque todo mundo... Luiz Eduardo estava muito conectado com entidades, através de seu trabalho como advogado e como presidente do CBA – Comitê Brasileiro de Anistia. Então eu acho que nós somávamos esses contatos todos! E isso foi... Tudo muito útil para o Clamor não é, para se espalhar, fazer ligações, intercambiar informações, apoios, etcetera. E eu acho que isso foi um fator que tornou o Clamor muito efetivo não é? Por causa dessas ligações.

P: E que é lembrado até hoje não é Jan? Tu tens contato com essas pessoas, e todo mundo faz... Reconhece esse trabalho, e o faz com muito afeto, faz com muito carinho. Sempre não é?

R: É. Eu... É, mas o que aconteceu com o Clamor foi uma coisa curiosa de certa forma, porque nós sempre dizíamos que... Bem, o Clamor, uma vez que acabem as ditaduras, vamos fechar as portas. Nunca pretendeu ser uma coisa permanente, afinal não tinha razão de ser permanente porque o objetivo era denunciar, combater, etcetera, enquanto houve situações de repressão. Então quando... E mesmo assim o Clamor durou até noventa e um, afinal o Chile ainda tinha problemas, tinha o Pinochet lá... E Stroessner também, isso foi em oitenta e nove. Mas, finalmente em noventa e um, nós fechamos realmente as portas. Com certa dificuldade, eu lembro que... Tinha entidades mandando ainda dinheiro, tinha uma entidade acho que holandesa, que mandou um cheque, e nós tivemos que devolver – Muito obrigado, mas estamos deixando de existir – não é? E... Aí o Clamor ficou... Na verdade ficou esquecido durante os anos noventa, porque todo mundo foi para outra coisa, todo mundo tinha outros compromissos, assim, direitos humanos aqui, e tal. Então o Clamor fechou as portas e o Arquivo na verdade ficou meio abandonado, ficou primeiro na Cúria depois foi colocado no subsolo do colégio Arquidiocesano, em caixas meio... Tipo um fim um pouco melancólico não é? E todo mundo partiu para outra coisa, outros compromissos, causas, campanhas. E foi... Na verdade só a partir dos anos... Do novo século não é, anos dois mil e tanto, aí apareceu o Samarone Lima não é? Que fez a sua tese de Mestrado sobre o Clamor. Então reavivou... Reavivou um pouco a memória do Clamor. E depois começou essa onda não é, de memória. Bem, na Argentina revogando as Leis, etcetera; aqui essa luta para conseguir a Comissão da Verdade. E... Eu pessoalmente passei a pensar que nós precisamos escrever a história do Clamor, porque senão vai ficar esquecido não é? E claro que vai ter gente pesquisando e trabalhando em cima, mas têm muitas coisas que eu ainda lembro não é? E vários

membros do grupo ainda lembram não é? Mas afinal o Jaime já morreu, Lilia Azevedo, que foi um membro do último ano já morreu, então é muito importante fazer esse trabalho agora. Então eu aí comecei realmente a pesquisar no Arquivo, que felizmente agora está muito bem guardado no Centro de Documentação da PUC, falta ser organizado em termos cronológicos, etcetera, mas está bem preservado lá. E isso coincidiu de certa maneira – essa minha vontade de escrever a história do Clamor – com esse... Ressurgimento de memória, interesse pelo passado, de sentir que temos que entender melhor quanta, a Operação Condor, muita coisa surgindo. Então tudo isso casou não é? O Projeto de vocês também.

P: Acho que é muito importante isso Jan, por que... É claro que podem, enfim, os historiadores fazem as suas pesquisas, jornalistas também fazem as suas pesquisas, com os seus instrumentos. Mas é diferente quando são os protagonistas – no teu caso tu também és jornalista –, mas é outra... É outra fala não é? Que tem uma autoridade muito específica que os outros não têm como substituir, não podem ter a pretensão de ocupar esse espaço não é.

R: Às vezes eu acho interessante que têm outras pessoas pesquisando, tipo o teu aluno, o Guilherme, mas às vezes eles trazem um enfoque que nós, que estamos no meio, não enxergamos. Então eu acho realmente muito interessante esse... Que tenham outros pesquisadores, que olham também em cima do mesmo material. Porque o que mais me surpreendi, olhando o Arquivo, não olhei tudo, é que tem muita coisa lá que eu não lembrava mais, que nós fazíamos, ou casos que nós assumimos, ou... Então é muito rico realmente o Arquivo. É... E tem... Tem muita coisa! Eu uma das coisas que eu achei mais interessante na verdade, foi a questão de solidariedade do Brasil, dos brasileiros, para os países vizinhos. Para as vítimas, para os refugiados, mas também para que, para a repressão que estava... As vítimas da repressão. Eu acho... Eu também me surpreendi vendo a quantidade de, como eu falei, atos públicos, eventos, missas, delegações de sindicalistas indo para o Uruguai, deputados indo para o Paraguai, membros de grupos de direitos humanos indo para o Chile. Existiu uma enorme fonte de solidariedade aqui no Brasil; que eu acho que de certa forma nós criticamos o Brasil porque demorou tanto para criar a Comissão da Verdade, mas eu acho que esse é um lado que também precisa ser lembrado.

P: Sem dúvida.

R: Que existiu. Que afinal os milhares de exilados que vieram para cá, em geral foram recebidos, receberam um alívio aqui, um apoio, uma ajuda não é? E isso é uma coisa importante não é?

P: Jan, como é que estás vendo esse momento hoje, aqui no Brasil, justamente em relação a essa temática não é? No sentido assim, tu estás satisfeita, tu achas que é por aí mesmo, como é que tu avalias isso?

R: Bem em termos, em relação à Comissão da Verdade eu acho ótimo, demorou muito realmente. E têm aquelas restrições, etcetera. Mas eu acho que só o fato de estabelecer a Comissão da Verdade levou a um afloramento de muitas coisas, as pessoas falando, arquivos sendo encontrados, documentos, depoimentos. Então foi uma espécie de estímulo para tudo isso. E pelo que eu sei do trabalho – inclusive fui convidada a colaborar com eles não é, porque na questão de exilados aqui –, eles estão conseguindo organizar o trabalho não é? Grupos de trabalho, etcetera, parcerias com outras entidades, eles estão conseguindo levar adiante uma enorme quantidade de trabalho. Que não é fácil. E... Agora não se sabe se isso vai levar a uma revogação da Lei de Anistia, que essa é a grande esperança; não se sabe ainda se vai levar a descobrir o paradeiro dos desaparecidos brasileiros, que seria fundamental. Então é um pouco cedo para saber exatamente os resultados concretos. Mas em termos de estimular a memória, afinal vários Estados têm as suas próprias Comissões da Verdade agora, e de descobrir mais sobre o que aconteceu; eu acho extremamente importante. E... Porque eu acho que além desse foco do que aconteceu em termos de terror, tortura, desaparecidos, você também está começando a olhar mais os efeitos da ditadura aqui sobre outros... Sobre a educação, sobre a ciência, sobre a política em geral, e isso é muito importante.

P: Abrir.

R: Cultura até, isso é super importante eu acho. Agora, em termos do Brasil em geral, nós vimos com essa onda de violência agora em São Paulo, a matança, que a polícia atribui sempre ao crime, mas que sabemos que têm muitas evidências de que são grupos de dentro da própria polícia não é, matando, os Esquadrões da Morte da própria polícia. Então nós vemos o que... Quer dizer, isso também, de certa maneira, é fruto de questões não resolvidas pelo fim da ditadura. Polícia Militar, polícia militarizada, impunidade enorme, que é um dos grandes problemas do Brasil. O Brasil para mim sempre foi um país de contradições enormes não é? Você avança em uma área, você têm leis muito avançadas em certas áreas, mas, ao mesmo tempo, você continua matando líderes indígenas, líderes populares e de trabalhadores, e de Sem Terra, etecetera, continua não é? E você continua com uma polícia que mata na periferia das grandes cidades com grande impunidade. Então eu... O Brasil, para mim, é um país que avança, mas regressa lá, avança um pouco, mas volta atrás... É um país... Ha... Quer dizer, é um país de contradições, é um país, eu sempre achei que foi um país um pouco de anticlímax, não é? Você parece que está avançando bem e de repente! Para não é. Um país muito fascinante, mas também muito frustrante. Mas então, eu acho que lembrar o passado como ele realmente foi é muito importante. Então lembrar essa questão da solidariedade, do acolhimento dos refugiados aqui, é importante. Mas também, ao mesmo tempo, teria que avançar mais. Investigação de crimes de direitos humanos, a punição, etecetera, isso nenhum país vai para frente se não... Se não pune, não é; se deixa tudo impune, Nessa área a Argentina está mil anos luz à frente, levando os generais para a Justiça não é. Isso aqui, no momento, é... Impensável! Não é? Então eu vejo o Brasil assim. Sempre há esperança, sempre acontecem coisas boas que dão esperança, por exemplo, eu acho que entre as gerações mais novas têm interesse agora. Tem mais interesse agora. Isso é uma coisa muito boa, porque eles querem saber o que realmente aconteceu. Mas de outro lado, não há... Não há informações boas para eles! Porque o que eles aprendem na escola sobre este período eu acho que é muito... Fraco! Insuficiente. Então cabe a nós que vivemos aquele tempo dar, fornecer essas informações; falar sobre o que aconteceu; mostrar como é que foi.

P: Muito bem Jan. Agradeço-te muito. Muito obrigado.

R: Obrigada a você. Não sei se faltou alguma coisa aí, mas...

P: Filmagem dos Boletins do Clamor

R: Também é incrível não é? Gosto muito dele.

P: Porque é importante resgatar essa história, o caso do Dom Paulo, por exemplo. Porque quando falamos da ditadura – só vamos pegar um close assim, porque depois eles vão fazer recortes e vão juntar essa parte assim –, falamos que também parte da Igreja apoiou o golpe, e tem o Vicente Scherer...

R: Esses são os números especiais, sobre... Sobre o Chile...

P: Sobre o Paraguai...

R: Sobre o Paraguai, e o Uruguai não é? Acho que não achei o do Uruguai.

P: Eu tenho a impressão que lá no arquivo do Omar Ferri... Eu acho que o do Uruguai está lá...

R: Ah! Ele deve ter! Com certeza.

P: Porque era, claro, como era o caso que ele se envolveu tanto não é? Esse material é fundamental digitalizar para poder...

R: Ah, sim...

P: Por que...

R: Eu acho que aqui tem o que falava de... "Solidarity knows no frontier"... Vou ver se tem outro

número... A Bolívia... Aqui tem em espanhol... “La solidaridad no tiene fronteras”...

P: Imagina...

R: É aqui que saiu... Eu não sei se foi isso que a assistente social viu, ou se foi republicado em um jornal, ou se foi... Realmente nunca consegui estabelecer exatamente.

P: A Mariana, o Simon, Anatole e Victoria... Porque aí começamos a amarrar tudo isso também, não é... Todos eles eram amigos... E há uma coisa aqui também de... Consciência política; eram professores quase todos...

R: Emilia era professora...

P: A Elena Quinteros era professora... O rapaz do PVP que é desaparecido no Paraguai também é professor... Têm fotos deles, todos juntos!

R: É, é eu lembro que María Ester contou que ela foi lá à escola de treinamento de professores...

P: Obrigado

DEPOIMENTO 13 – ARMÊNIA NERCESSIAN DE OLIVEIRA.¹¹⁸**RIO DE JANEIRO, 18 DE DEZEMBRO DE 2013****P: Muito obrigado por aceitar nos dar o depoimento Armenia e num primeiro momento gostaria de pedir uma auto apresentação por favor**

R: Eu sou Armênia Nercessian Xavier de Oliveira, tenho 68 anos, três filhos e quatro netos, [sou] filha de pai armênio e de mãe cearense. Sou socióloga, trabalhei durante dezesseis anos nas Nações Unidas, vinte e dois anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais), sendo que alternando, quer dizer: paralelamente à minha atividade na ONU, a minha atividade acadêmica e também alternando com períodos de afastamentos do país. Eu, durante quase dez anos, estive fora do país em missão da ONU e, nesse período, estava em afastamento, em licença do serviço da universidade. Eu nasci em Fortaleza, mas quando tinha oito anos de idade minha família se transferiu para Goiás. Primeiramente em Cristalina e, depois, para Goiânia, onde eu tive uma atividade política bastante intensa, tanto no movimento estudantil, também no PCB – meu pai era membro do Partido Comunista. Fui para a União Soviética e, óbvio, quando voltei foi arrolados vários IPM's, fui presa, tive que sair de Goiás, porque a situação estava insustentável. Vim para o Rio de Janeiro, pouco a pouco a minha família também veio para se instalar aqui, no Rio de Janeiro, e nesse período – ou seja, em [19]67 – eu entrei para as Nações Unidas, para o programa de desenvolvimento, PNUD, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, onde fiquei dois anos. Quando o escritório se transferiu para Brasília eu, nesse momento, me casei com um cineasta chamado Xavier de Oliveira e deixei a ONU. Pedi demissão para ficar aqui no Rio [de Janeiro], já que o escritório se transferiu para Brasília. Em [19]76, aliás, em [19]77, quando foram abrir o escritório do ACNUR aqui no Brasil, me convidaram para participar desse trabalho, e então eu voltei e fiquei aqui até [19]84 quando fui nomeada para um posto na sede do ACNUR.

P: Armênia gostaria que você falasse de suas origens.

R: Meu pai chegou aqui em 1930, com documentos de refugiado, e ele era uma pessoa muito interessante, meu pai era uma pessoa de esquerda, ele na Grécia onde ele era refugiado durante algum tempo, meu pai é sobrevivente do massacre dos armênios, ele foi um sobrevivente do genocídio armênio de 1915, toda sua família foi dizimada e só sobreviveram ele e um irmão, que ele perdeu contato ainda quando estava no orfanato e só veio a reencontrar muitos anos depois aqui no Brasil.. Meu pai é um sobrevivente do massacre dos armênios, do genocídio de 1915. Ele perdeu toda sua família e, na verdade, só ficaram ele e o meu tio, o seu irmão, que na verdade eles perderam contato ainda quando eram crianças quando estavam no orfanato e meu pai foi adotado por uma família de um oficial turco. Então, quando esse oficial morreu, meu pai dois anos depois foi devolvido ao orfanato e já não encontrou o seu irmão. É... na Grécia, onde ele ficou refugiado durante um bom tempo, meu pai desenvolveu toda uma atividade política, ele fazia poesia política, fazia teatro de denúncia da situação dos armênios, e também de esquerda. Meu pai tinha poesias sobre a China, sobre a Revolução Russa, então... a minha... quando a atividade dele começou a ficar muito notória ele foi deportado para a França. Na França, ele se juntou aos armênios de esquerda e contatou uma... foi contatado por uma senhora que fazia essa reunião familiar dos armênios e soube que tinha um irmão aqui no Brasil. Então ele veio em 1930. E uma vez aqui no Brasil, ele entrou para o Partido Comunista, para o PCB, e era muito curioso porque na nossa casa nós comemorávamos o aniversário do Prestes, eu me lembro quando criança nós comemorávamos o aniversário do Prestes e do Lenin como se fossem de um membro da família. Era guaraná, coca-cola, fazia-se até, comia-se até o bolo. Então, o meu pai, a

118 Armênia Nercessian nasceu em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, Brasil. Formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição de ensino na qual depois lecionou por muitos anos. Integrou o gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Brasil, chegando a presidi-lo no ano de 1984. Por quase duas décadas, atuou na Organização das Nações Unidas (ONU), auxiliando na proteção de refugiados e intermediando tratados de paz. Participou de missões de paz em El Salvador, América Central e Bósnia Herzegovina, entre outros locais. Armênia fundou, em 1998, a NOVICA, empresa que atua na divulgação de obras de artistas populares de diversos países. No momento, vive na Cidade do Rio de Janeiro.

vida toda teve muito interesse, acompanhava com muito interesse a política, não só no Brasil mas na América Latina. Ele... quando eu tinha 13 anos ele me deu de presente de aniversário a assinatura de um jornal aqui do Rio de Janeiro chamado “O Semanário”, e eu tinha muito orgulho, porque o carteiro chegava trazendo um jornal do Rio de Janeiro. E acompanhava todo esse movimento, o “petróleo é nosso!”, a defesa do nacionalismo, posturas nacionalistas aqui no Brasil. Quando... o próprio fato de eu ser filha de um refugiado me deu muita empatia, né. Quer dizer, a minha relação com os refugiados durante o meu trabalho na ACNUR, tinha um significado muito especial. Eu estava resgatando na verdade a própria trajetória do meu pai.

P: Como se dá o início da ACNUR no Brasil?

O ACNUR começa suas atividades aqui no Brasil em setembro de [19]77, depois do golpe na Argentina de [19]76, a Igreja aqui começou a receber, a ser contatado por vários argentinos que fugiam da repressão lá no país. E... primeiro veio aqui uma missão para analisar a situação, o Guy Prin, funcionário que foi enviado aqui, o Guy Prin, e foi considerado que havia a necessidade de uma presença do ACNUR aqui. Inicialmente o governo não queria que o ACNUR tivesse uma representação aqui. Então, como nós tínhamos uma representação regional na Argentina, que cobria o sul da América do Sul, eles aceitaram que viesse alguém em missão, ou seja, nós não podíamos abrir um escritório, mas poderia vir uma pessoa que estaria em missão. Inicialmente nós começamos aqui a operação com três pessoas apenas, o Guy Prin, esse representante que veio de fora, eu e a Nali Shishini, uma colega egípcia, muito competente com muita sensibilidade e que nos ajudou muito nesse processo todo. No início, nos dois primeiros anos, nós estávamos até fisicamente dentro do escritório do PNUD, e inicialmente as reuniões que tínhamos que marcar, que o representante tinha que marcar com o Itamaraty, eram feitas através do representante do PNUD e tudo isso. Mas pouco a pouco nossas relações com o governo foram se estreitando, nós tínhamos contato já direto com o Ministério da Justiça, e aqui no Rio de Janeiro era o Departamento de Polícia Marítima de Fronteira, de Fronteiras, que davam os vistos para os nossos refugiados aqui. A situação era a seguinte: o Brasil não queria reconhecer essas pessoas que estavam aqui, por razões óbvias, porque se tratavam de um regime também militar, não queriam outorgar, dar a eles o asilo político, que seria normal porque a América Latina tem toda uma tradição do asilo político, o Brasil é signatário da Convenção de Caracas, e vários outros instrumentos que tratam do asilo político. Mas imagine-se que aquelas pessoas né, na visão dos militares, eram pessoas que... não queriam aqui dar asilo as pessoas que eles consideravam subversivas e então não foi aplicado. Em relação ao refúgio né, também eles não queriam declarar essas pessoas, aceitar como refugiados, porque tinham sempre a desculpa de que, apesar de signatários da Convenção sobre o Estatuto de Refugiados de [19]51 e do Protocolo de [19]67, o Brasil mantinha uma cláusula de reserva geográfica o que os isentavam de aceitar como refugiado os que não viessem da Europa, porque em [19]51, quando a Convenção foi criada, era para atender os refugiados Europeus. Então pode-se advir daí, pode-se imaginar que essa... o conceito de refugiado restrito a Europa em [19]77 não haviam europeus buscando refúgio, era muito restrita né. Quer dizer, ela não se aplicava a esse grupo de latinos, de latino-americanos que estavam aqui. Então, qual foi a solução? Nós... a situação dos que haviam entrado ilegalmente seriam regularizada através de um visto de turista e aqueles que conseguiram passar na fronteira e que conseguiu seu visto seria estendido, mas com o compromisso que o ACNUR buscaria uma solução, a saída desse... a reinstalação desse refugiado em um outro país. Na verdade, o ACNUR... são três as soluções que nós temos para pessoas que estão reconhecidas como refugiados né. A primeira, quando um país reconhece, porque geralmente são os países em base na Convenção, em base nos Estatutos, em base às vezes na sua própria legislação, que dão o status de refugiado, que reconhece o status de refugiado. Mas o caso aqui do Brasil, o ACNUR foi quem reconhecia esse status e esses refugiados tinham... eram refugiados sob o mandato, ou seja, os refugiados estavam diretamente sob a proteção do Alto Comissário. Então, como era a atuação do ACNUR nessa época? Nós recebíamos essas pessoas que solicitavam o refúgio, preenchiam um formulário, onde elas declaravam todas as razões pelas quais elas tiveram que deixar o país, que deixar de pedir a proteção do seu próprio país e de virem para um outro país. Ou seja, porque a própria condição de refugiado estar fora de seu país por questões baseadas em raça, nacionalidade, etnia ou opiniões políticas tem que se afastar do país onde ele vive, ele não pode mais, ele se sente ameaçado, então ele

tem que se afastar e procurar refúgio em outro lugar. Então essas pessoas eram entrevistadas e quando se comprovavam que realmente os temores eram bem fundados, eram reconhecidos, eram declarados como refugiados. O ACNUR nessa época davam a eles uma carta onde colocava essa situação de que eram refugiados sob mandato e com essa carta eles se apresentavam no DPMAF, no Departamento de Polícia Marítima de Fronteiras. Geralmente nós preparávamos um Dossiê de cada um em três línguas e apresentávamos em três línguas, para justamente não correr o risco de que não fosse aceito por um país e tivesse que esperar todo um processo, todo um procedimento para submeter outro país. Esse prazo variava por três meses, mas havia alguns casos que demoravam mais, que a aceitação era mais tardia. Os países que mais recebiam, os que mais atendiam os pedidos que o ACNUR fazia nessa época era a Suécia, a França também atendiam, recebiam vários vistos já para essas pessoas, o Canadá, a Austrália e claro que foram casos também para a Espanha, alguns casos para o México, porque no caso o México tinha muitos asilados, porque o México dava a eles a condição de asilado e haviam recebido antes né, porque muitos né, não eram todos que passaram pelo ACNUR, obviamente, alguns iam diretamente para os países através de seus contatos políticos, ou mesmo conseguiam chegar até lá e pedir refúgio ou asilo né.

P: Armênia poderia nos relatar como se constituem as redes de apoio ? a exemplo da ACNUR e outras organizações sociais do país?

Um contato importante, um apoio importante que nós recebíamos, além da CARITAS Arquidiocesana aqui do Rio de Janeiro e de São Paulo e dos arcebispos – dos dois arcebispos, Dom Evaristo e Dom Eugênio Salles –, contávamos também, por exemplo, com o apoio, principalmente para os refugiados que atravessavam a fronteira do Rio Grande do Sul, do Jair Krischke. Vários casos nós coordenamos a vinda e era muito interessante, porque quando uma pessoa chegava ao escritório e me procurava com o cartão do Jair eu já sabia que uma filtragem já tinha sido feita, então facilitava muito mais confiar na declaração que era apresentada, no relato que era apresentado. Além de que também [houve] casos importantes – por exemplo, todo mundo sabe e conhece, é bastante falado, do biofísico uruguaio Claudio Benech, que chegou aqui com sete filhos; a mulher e os sete filhos, por sinal, eram adoráveis. Então foi fundamental o apoio do Jair lá e essa conexão era muito interessante. Ela funcionava muito bem. Também nós tínhamos os refugiados em São Paulo. Tinham muito apoio também da Comissão de Justiça e Paz de lá e do Clamor. Durante o período em que eu fiquei encarregada do escritório em todo o período em que eu estava justamente na parte de proteção do reconhecimento e das entrevistas – porque inicialmente era a Anália que fazia, mas depois que ela deixou o escritório eu assumi essa parte também – duas vezes por mês eu ia a São Paulo. Eu atendia a esses refugiados na Cúria Metropolitana. Então isso era sempre muito interessante para nós. Ter esse apoio, essa cobertura da Igreja.

P: Poderia nos relatar as atividades da ACNUR no Brasil?

Em [19]80 – nós ficamos até [19]79 – nós alugamos uma própria casa em Botafogo e aí já tínhamos muito mais independência. Aconteceu algo curioso em [19]79. Um navio brasileiro da FRONAPE¹¹⁹ recolheu, no mar da China, vinte e nove vietnamitas. Então, de repente, o governo tinha que os aceitar aqui no país, porque foram recolhidos em alto mar por navio de bandeira brasileira. Primeiramente eles foram a um acampamento de refugiados em Cingapura e, depois, foram trazidos para o Brasil. Então, o que fez o governo? Achou ótimo que o ACNUR estivesse aqui para que se ocupasse desses refugiados. Mas, mesmo assim, eles não receberam o status de refugiados, porque também não eram europeus. Mas nós os declaramos refugiados, eram refugiados *prima face*, porque faziam parte de um contexto e de um grupo grande de refugiados que eram os *boatpeoples*¹²⁰, os vietnamitas. E isso facilitou, porque de repente nós éramos uma entidade daqui e útil ao governo. E também essa vinda dos vietnamitas – que, na verdade, eles não queriam ficar no Brasil; a ideia deles era emigrar, ir para os Estados Unidos – eles criaram alguns problemas, ocuparam, fizeram manifestações na porta do PNUD e isso também fez com que

119 Frota Nacional de Petroleiros.

120 “Boatpeople” significa, literalmente, “pessoas de barcos”. Esse termo em inglês é geralmente utilizado para se referir a refugiados, imigrantes ilegais ou pessoas que buscam asilo. O termo passou a ser utilizado no final dos anos 1970, quando uma série de vietnamitas fugiu do país através de barcos.

nós fôssemos para um local próprio. Depois vem mais outro grupo de noventa e tantas pessoas aqui também para o Brasil e o ACNUR também se ocupou deles. Mais tarde, em mil novecento e oitenta e dois, vem um grupo de cubanos, mas isso apenas a título de ilustração, porque o que nos interessa aqui são os refugiados do Cone Sul. Então, em termos assim de proteção – ou seja, nós reconhecermos o status e apresentávamos um dossiê aos países –, enquanto eles esperavam serem reinstalados nós tínhamos um programa de enviarmos fundos para a CARITAS Arquidiocesana, que atendia, procurava alojamento, dava um dinheiro mensal para que eles comprassem alimentação e as necessidades mínimas, enquanto aguardavam aqui. Esse apoio da Igreja local aqui foi importante, porque na verdade dava segurança aos refugiados [para] serem atendidos dentro das instalações do Palácio São Joaquim. Havia um anexo onde as assistentes sociais recebiam esses refugiados, encaminhavam para apartamentos e tudo isso. O Dom Eugênio Salles deu um apoio muito importante, da mesma forma que, em São Paulo, os refugiados tinham muito apoio lá do Dom Evaristo Arns e da Comissão de Justiça e Paz, e também do Clamor, que fazia uma publicação e atendia lá. Então o contingente maior de refugiados estava localizado aqui no Rio e tinha grupos lá em São Paulo, também. Inicialmente foram sempre em maior número os argentinos, até mesmo pela proximidade com o golpe de Estado lá, porque o golpe tinha sido em [19]76 e os golpes no Uruguai e no Chile eram de [19]73. Então o tempo que já havia passado desse período de uma repressão mais contundente – ainda havia pessoas perseguidas, ou que chegavam aqui; nós recebemos depois vários uruguaios e chilenos –, mas a situação mais premente e mais recente era da Argentina. É bom também lembrar que esse período – principalmente [19]78 e [19]79 – já era no Brasil de um contexto de abertura. O Geisel sempre falava na abertura lenta e gradual, mas nós já tínhamos, por exemplo, alguns elementos que faziam situação mais distendida. Já havia a volta de alguns exilados brasileiros, a campanha pela Anistia já estava nas ruas e tudo isso distendia um pouco, facilitava nosso trabalho. Eu imagino que se nós tivéssemos que abrir essa mesma missão aqui em [19]73 seria muito mais difícil. Eu às vezes vi, li que o Brasil expulsou mil refugiados, mil latino-americanos. Não é correta essa apreciação, porque, primeiro, que a figura da expulsão de um país é uma coisa muito séria e a expulsão tem que ser, mesmo em regime de exceção, tinha que ser em decreto presidencial – ou seja, tinha que ser assinada pelo presidente da República. Então falar de expulsão desse contingente, porque eles não ficavam no país, eles eram reassentados, não é correto, não condiz com a verdade. Então eu acho que tampouco eram deportados. Então, quando não conseguíamos reinstalar, quer dizer, determinado caso, determinada família, determinado refugiado não conseguia um visto, a aceitação de um país, de reinstalação nesse prazo de cento oitenta dias, era uma situação curiosa, porque o governo mesmo assim ainda estendia esse prazo por mais três meses. E tivemos também o caso de doze refugiados que conseguiram uma bolsa de estudos do SUM, o Serviço Universitário Mundial, e nós conseguimos que eles ficassem no país. Quando eu estava em Genebra, já em oitenta e seis, em um momento determinado me chamaram para participar, para o estudo e acompanhamento, de alguns casos de repatriação para o Uruguai, principalmente de uruguaios. Então foi curioso, porque eu digo: bom, eu participei do processo deles irem para esses países - eram dois da Suécia - e agora estão de volta. E um deles – eu tenho a memória péssima, então não me lembro o nome – mas um deles tinha passado pelo Brasil. Aliás, os dois tinham passado pelo Brasil. Só que um eu conhecia mais, porque tive muito mais contato.

P: Que outras atividades desenvolve junto organismos internacionais?

Outro trabalho muito interessante que eu tive nas Nações Unidas foi participar da Missão de Observação dos Acordos de Paz em El Salvador. Depois de mais de uma década de conflito armado, as duas partes chegaram aos acordos de paz que foram intermediados pela ONU. E como havia uma desconfiança de ambas as partes – uma desconfiava da outra –, a presença da ONU foi fundamental. Eu acredito que essa tenha sido a missão mais exitosa da ONU. Para mim, foi sua missão de paz mais exitosa. Eu, depois de El Salvador, participei da missão na Bósnia e, realmente, senti uma grande diferença. Os acordos de paz eram muito amplos e havia assim uma preocupação em reformar o Estado, o sistema político, o sistema judiciário, o sistema eleitoral, terminar com as três polícias que havia e criar uma nova polícia que passava por uma academia, que aprendia Direitos Humanos. Então essa foi, realmente, uma experiência muito rica e também muito variada, porque a missão era constituída de um contingente militar, de um contingen-

te de policiais que vinham de vários países e de um departamento de Direitos Humanos. Eu fazia parte do grupo de Direitos Humanos, de oficiais de Direitos Humanos. E inicialmente a nossa tarefa fundamental era explicar para os grupos, tanto governo, como os integrantes da FMLN¹²¹, a importância dos acordos. Explicar para eles que, na verdade, os acordos tinham sido firmados entre a liderança do FMLN e o governo fora de El Salvador. E também divulgar os Direitos Humanos. Ou seja: nós tínhamos todo um trabalho de educação nos Direitos Humanos para todos os níveis da sociedade. Juízes, de primeira e de segunda instância. Então era muito importante a observação do devido processo legal e de vários outros direitos para um país que estava saindo de um conflito armado.

P: Armenia, poderia nos falar a respeito desse projeto de iniciativa social

Quando eu encontro colegas, ex-colegas da universidade ou ex-colegas da ONU, eles sempre perguntam: - “E então, Armênia, o que você está fazendo agora?” Aí eu digo: “Bom, eu agora sou empreendedora social” - . Essa é uma nova função, um novo tipo de atividade de empreendimento social que é, justamente, criar um negócio, um projeto, um empreendimento de caráter social. E em [19]99, junto com meu genro que é americano, mas filho de mãe peruana – e que depois, na universidade - ele é estudante de Stanford - tinha muito interesse em criar algum projeto para ajudar os peruanos, para ajudar pessoas do Peru. Então nós criamos uma empresa online, uma e-commerce para dar acesso ao mercado internacional artistas e artesãos de vários países. A identidade de um país é muito a sua arte, a sua cultura. E o artesanato é uma parte importante disso, assim como a pintura expressa. Mas o artesanato mais fortemente apresenta essa característica nacional. Então, o que se pensou? Criar uma plataforma que permitisse a esses artistas e artesãos ter acesso ao mercado internacional, mas não só isso. O projeto, a Novica, é muito além de vender produtos. É, principalmente, dar reconhecimento a esses artesãos, a esses artistas. Porque, o que estava acontecendo com as novas gerações [é que elas] não estavam querendo aprender essas técnicas. Por exemplo: no Peru nós tínhamos vários casos de pessoas que faziam tapetes com técnicas muito antigas e que os filhos, os sobrinhos, iam para Lima limpar carro, trabalhar e não aprendiam. Mas, no momento em que esses artistas tinham sucesso, reconhecimento e recebiam sucesso financeiro, esses parentes começavam a voltar e a se interessar pela atividade. Também, por outro lado, o que é importante é que se deu a oportunidade ao comprador, à pessoa que compra na Novica, uma nova experiência, uma experiência diferente do que você ir a uma loja e adquirir um produto. Ou seja: a Novica, cada produto vem acompanhado da biografia de quem fez e informações sobre a importância cultural daquele produto, ou a motivação do artista – por exemplo, um pintor vai dizer justamente o que motivou ele a pintar um determinado quadro, então você compra um produto e você sabe quem o fez; você conhece a história dessa pessoa, você conhece o rosto... Eu sinto que, além de ter ajudado – nós temos mais de dois mil artesãos, incluindo suas famílias e seus ajudantes, incluindo mais de dez mil pessoas –, que nós temos impactado bastante a vida delas. Alguns mandaram seus filhos para a universidade, compraram propriedades, enfim... Na verdade são muito mais exitosos do que nós, porque até agora nós não conseguimos abrir o capital da Novica, mas eles estão muito bem.

P: Em que país vocês atuam?

R: Nós atuamos, atualmente, em oito países. Além da sede nos Estados Unidos, o Brasil... Na América do Sul, o Brasil e o Peru. Depois, o México e a Guatemala, sendo que o escritório da Guatemala é um escritório regional que abarca El Salvador, Nicarágua, Honduras, além da Guatemala e a Costa Rica. Temos o escritório regional na África, que está em Gana. E três escritórios na Ásia: na Indonésia, que está em Bali; na Tailândia; e na Índia. E a nossa sede nos Estados Unidos, em Los Angeles.

P: Muito obrigado .

121 Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

26 DE FEVEREIRO DE 2013,

P: Cecília, obrigado pela receptividade e a generosidade de nos dar o depoimento. Gostaríamos de te perguntar, ou melhor, que tu fizesses uma apresentação. Quem é Cecília Pinto Pires?

R: Bom, eu nasci em Santiago, na região das Missões, no ano de 1946. Neste ano completo 67 anos. A minha militância tem uma origem bem remota que, eu lembro, parte de uma compreensão que eu tinha dos conflitos que se davam nas famílias fazendeiras de Santiago e as famílias pobres de Santiago. O meu pai era um antigo ex-fazendeiro que tinha perdido tudo com as quebras do Banco da Província do Rio Grande do Sul e a minha mãe era exatamente da classe pobre. A minha mãe era a representação das lavadeiras, das cozinheiras da região. Então eu vivi dentro da minha própria família a luta de classes. O meu pai um ex-senhor de fazendas e a minha mãe uma doméstica. Por ocasião da vida se encontraram e nasci eu e minha irmã nessa região de muitos conflitos de valores, de terra, de prepotência, de preconceito. Santiago das Missões. E eu fiz toda a minha formação na Escola Normal Medianeira, de Santiago, um colégio de freiras. E desde pequena, que me lembro, participei pela formação dentro da Igreja, da Cruzada do Menino Jesus, da Liga do Menino Jesus da Cruzada Eucarística, fui das Filhas de Maria e, no colégio, eu participei do movimento que depois teve um agigantamento no Brasil – a quem a ditadura perseguiu muito – que era a Juventude Estudantil Católica. Tinha a JEC, que era Estudantil, a JUC, que era Universitária, a JAC, que era Agrária. Então já adolescente, partindo para o final da minha formação nesse primeiro momento, eu fiz a Escola Normal em Santiago, quando participei da JEC e onde um dos congressos da JEC foi em 1965 – portanto vejam a data: 1964 foi o golpe – onde quando eu voltei do congresso que aconteceu em Uruguaiana, foi muito, digamos, perseguida a própria reunião minha com minhas colegas do núcleo – eu presidia o núcleo da JEC no Colégio Normal Medianeira. As irmãs quase que não deixaram mais a gente poder se reunir; queriam saber o que a gente estava falando. Isso que a gente estava dentro do movimento. Havia a assessoria de um padre, o padre João Saldanha, que era uma pessoa também avançada na Igreja da época; e a irmã Lúcia, que depois assessorou até o Dom Ivo Lorscheiter na CNBB. Eram as figuras de proa daquela Santiago dos anos 60. Bom, em 1966 eu venho a Santa Maria, onde faço vestibular de Filosofia – que eu sempre quis, pelos questionamentos - aliás, é importante que eu diga: as minhas primeiras formações em Filosofia aconteceram no colo do meu pai, quando ele me falava de Sócrates e isso me emociona –, mas eu acho que essa garra, essa contestação, eu diria que sou um perfil da revolta. Então a revolta, a rebelião, me fez uma militante. A inconformidade com a injustiça. Então em Santa Maria recebemos uma universidade chefiada pelo reitor José Mariano da Rocha Filho, aliado por razões inclusive de Estado, de técnica e de avanço com os generais da ditadura – o Tarso Dutra, que também era alguém que sustentava a ditadura militar de certa forma. Cabe dizer que, na realidade, a interiorização do Ensino Superior em Santa Maria foi uma grande conquista para nós, estudantes pobres, que jamais tínhamos condições de chegar em Porto Alegre para fazer uma universidade. Então acho que é um marco muito importante de registrar, a ação do José Mariano de interiorizar o Ensino Superior nessa universidade federal ali, que congrega várias regiões.

P: Tu falaste do Tarso Dutra. Nesse momento há alguma conexão, alguma ligação com Santa Maria? Do Ministro...

R: O Tarso Dutra é um gaúcho que facilita as coisas para que se efetive realmente a universidade que foi criada em 1960. Como universidade ela foi criada em 1960; antes havia escolas isoladas. É claro que o reitor José Mariano da Rocha Filho ele, de maneira alguma, se colocava contra

122 Cecília Pinto Pires é graduada e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professora e coordenadora do programa de pós-graduação em Filosofia pela UFSM e, professora coordenadora da Pós graduação em Filosofia da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Militou em diversas organizações sociais vinculadas a defesa dos Direitos Humanos e defesa das minorias. Trabalha nas áreas de Filosofia Política, ênfase em Ética, com eixos de tema sobre poder e subjetividade. Fez parte da fundação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

o poder dos generais. Eu lembro, inclusive, de uma fala dele, quando ele esteve na França, no episódio de 1968 – onde teve todas aquelas barricadas na Sorbonne, que posteriormente eu tive a oportunidade de conhecer – e ele chegou e dizia para nós que contemplava uma juventude quieta, ordenada e que ficava muito feliz com aquela juventude universitária da Universidade Federal de Santa Maria. É claro que nós representávamos a dimensão de uma juventude que tinha medo e tinha vigor, ao mesmo tempo. Essas duas coisas alimentavam. Nós sabíamos que os generais estavam ali, ouvindo as coisas, que tinham os chamados ratos nas salas de aula – para denunciar professores, para entregar qualquer coisa, seja de desafeto, até o que não tinha nada a ver com política –, sabíamos que tinha assessoria de informações – que ficava no andar da reitoria, próximo, a ASI, onde tinha um general que agora não lembro o nome, um coronel que era destacado, Alencastro parece... Teria que ver bem isso. Era alguém que era olhos e ouvidos do rei. E, na Filosofia, vinham as maiores contestações, evidente. Por modus próprio do pensamento crítico da Filosofia. Então eu fiz a minha formação de graduação em Filosofia de 1966 a 1969, ano do Ato Institucional Nº5. Nesse interregno surge um padre em Santa Maria, um padre palotino, também um protagonista avançado, o Clarindo Redin, que começou a chamar pessoas para o que ele chamava de missa universitária que funcionava no porão da casa do estudante, na Rua Professor Braga, lá no Centro. Chamavam a mim e ao Sérgio Pires – na época nós éramos namorados – que é outra figura de proa na universidade. E nós fomos na missa universitária. E ele chamou várias pessoas e a partir daquelas missas de domingo começou a surgir reuniões da importância de a gente fazer um grupo de estudos universitários dentro da universidade. E isso foi evoluindo até chegar no que foi, mais tarde, o chamado MUSM, Movimento Universitário de Santa Maria, que a gente conseguiu construir uma sede própria com auxílio da [...], da Alemanha. Toda uma militância que fizemos juntos, fizemos acampamentos universitários, nos reuníamos fora da cidade em determinados lugares por uma semana, nas férias, para discutir várias questões da justiça social, da Igreja, da universidade, da luta preferencial pelos pobres e toda essa coisa daquela Igreja da comunidade de base, que foi a coisa vivificante na metade dos anos 60, nos anos 70, em Santa Maria. Santa Maria foi muito vigorosa nesse aspecto e várias pessoas passaram pelo MUSM: os crentes, os não-crentes, os liberais, os conservadores, os reacionários não lembro e os avançados que também tinham sua função e as vezes entravam em contradições e controvérsias – não necessariamente contradições, controvérsias no debate político. Havia, inclusive, por parte dos militares, uma tentativa sedutora de chamar as pessoas para fazer uma coisa chamada DESG, que era uma formação da Escola Superior de Guerra. Alguns eram chamados. Esses dois padres, na época o padre Clarindo Redin e o padre Antoni Stefanello – que hoje não é mais sacerdote, mas na época era – e também professores de Filosofia da universidade fizeram essa DESG para tentar ver por dentro como era, mas é claro que a gente não conseguia saber tudo o que a ditadura queria fazer com a gente. Eles queriam mais ou menos monitorar. Bom, me formei em 1969, daí veio toda aquela batalha por emprego e em 1973 eu fiz um concurso público na universidade – de provas e títulos, na época da ditadura era muito raro isso, porque era tudo indicação; não sei como é que se abriu essa possibilidade na universidade – e fui aprovada. Tinha uma única vaga, tinha treze candidatos – até hoje isso me assombra. Mas aí toda a história e a dificuldade de conseguir os trâmites para o contrato, porque tinha que passar por uma ficha limpa no DOPS, na época, e isso custou muito tempo. A gente não assinava o contrato e, de repente, veio os nossos documentos para assinar esse contrato e aí então eu soube que finalmente foi assinado o contrato. Aí fiz a seguinte ligação: o pai do Sérgio – que era militar, mas não era militar que aclamava a ditadura; embora fosse um militar no corpo do Exército – tinha uma ligação com outro militar que, por razões da vida, era neto do meu pai, que era colega do pai do Sérgio e era secretário de Segurança do Triches – que era o governador do Estado também nomeado pela ditadura. O Nei Pinto de Alencar, que era uma pessoa liberal, um militar ilustrado. E eu penso que foi por estes trâmites que saiu, ao final, a nossa “nada consta para nós no DOPS”. Nunca foi dito isso, mas nós temos isso como uma reserva. Enfim, aí comecei o meu magistério na universidade com todos os percalços possíveis, porque tinha um chefe de departamento na época que era... As chefias eram todas coadunadas com a reitoria, que era coadunada com os generais. Então toda hora vinha uma história [de] que a gente tivesse cuidado com o que dizia nas aulas. Não é preciso nem pensar – eu, inclusive, ousei dar aulas de marxismo, porque eu era professora de História e Filosofia contemporânea. Foi um momento em que o decano,

que era o Domingos Corsetti, chamou – na época – o Sérgio, aí já meu marido, para dizer que ele tinha recebido uma visita da II Seção do Exército [e] que ele não estava preocupado com o Sérgio Pires – porque dava aulas de Matemática –, mas que a figura mais perigosa era a Cecília Pires, pelas aulas de Filosofia que dava. Mas isso foi indo e a gente conseguiu formar pessoas, discutir, debater, frente a tudo isso. Nesse ínterim nós participamos, como casal, do chamado Movimento[...]de Crisandade, que nós achamos que seria uma coisa renovada na Igreja e, para desencanto nosso, era a ala mais conservadora da Igreja, que veio lá de Palma de Mallorca, da Espanha, com atitude ortodoxa dentro da Igreja – inclusive missas em latim. Nesse meio tempo é que o Clarindo Redin soube que haveria essa reunião em Porto Alegre, de pessoas que queriam lutar por Direitos Humanos e estávamos interessados nessa discussão. Aí, como participante, eu fui uma das pessoas que fui chamada para ir e outros amigos meus, também do Movimento, o Mario Gaiger, o Zaqueu Canelas, fomos a essa primeira reunião em março de 1978.

P: Mas antes de entrar nessa parte de reunião de Movimento de Justiça e Direitos Humanos eu gostaria que tu nos falasses um pouco a respeito desse momento em que tu militas em que tu ingressas na universidade como docente, como se dá essa militância e como a universidade, de alguma forma, controla os docentes e com que mecanismos o faz? .

R: Bom, na verdade toda a associação que pudesse, digamos, contestar o poder do reitor ou daqueles a quem ele servia, era vista com reserva. E o Sérgio era uma liderança de política estudantil que nós tínhamos desde os tempos de secundaristas em Santiago. Nós participamos, em Santiago, da Associação Santiaguense de Estudantes, que também foi perseguida, tinha uma sede que foi tirada pelos ditadores do local – foi colocada na casa de outra pessoa – e tudo isso. Isso também vivemos com o MUSM, que foi retirado da Casa do Estudante e foi colocado na casa da mãe de uma das meninas estudantes, porque o reitor resolveu tirar o Clarindo e nós todos da Casa do Estudante. Então a gente começou a se organizar. Tinha uma coisa chamada APUSM, Associação de Professores Universitários de Santa Maria, que era, de certa forma, uma entidade pelega da reitoria. Fazia o que a reitoria queria. Inclusive um dos presidentes uma vez era o chefe do gabinete do reitor, que depois fundou a Associação dos Funcionários – que também [funcionava] nessa mesma situação. Então essa APUSM, na verdade, se tornou uma entidade beneficente que fazia algumas promoções, algum lazer, algum jantar de professores e tudo mais. Era tão, digamos, pouco disputada que o presidente chegou, se não me engano em 1977, e disse ao Sérgio Pires: “Você não quer presidir a APUSM? Várias pessoas presidiram; você podia presidir”. E aí então foi uma eleição onde, naquela época, nem eu era filiada à APUSM – para você ver como ela não era significativa. Eu não votei no Sérgio Pires em um primeiro momento, porque eu não era afiliada à APUSM. E aí ele se elegeu. Como ele tinha toda uma perspectiva de outra história, de outro modo de ver a História, de ver a luta, de ver o tempo e as injustiças e a forma como nós éramos tratados, ele tornou a APUSM uma outra APUSM. Começou a reivindicar coisas, primeiro, estruturais e administrativas, burocráticas, e foi avançando no processo. E isso ficou muito complexo, ficou mal visto pela reitoria – que, nesse momento, já não era mais o Mariano da Rocha, era o Homero Bernardes, que foi um dos piores [...] da ditadura que a Universidade Federal de Santa Maria já teve. Porque o Mariano da Rocha era aquele gauchão, de certa forma amistosa, cordial, que aceitava até um discurso de formatura que pudesse ser mais contestador. Mas o Homero Bernardes não. Tanto que, para você ter uma ideia, havia uma lista sêxtupla e, se não me engano, ele era o terceiro ou quarto da lista e os generais o escolheram. Então [isso é] para ver como ele servia aos generais da época nesse período. Então houve toda uma organização dos professores da universidade em torno de uma nova APUSM, que depois do período – parece que era um biênio – o Sérgio foi reeleito (daí já teve outro candidato, colocado pela reitoria, que era alguém da Agronomia, não estou bem lembrada do nome agora; para fazer frente à não continuidade do Sérgio). Mesmo assim o Sérgio ganhou. Aí a APUSM se abriu, teve toda a discussão por salários, por horas de trabalho, essa coisa toda... Claro que não tinha ainda o vigor de uma associação, como depois tornou-se a ANDES – que não existia ainda, a ANDES Sindicato Nacional, que foi fundada em 1979 ou 1980, não lembro muito das datas. Em todo o caso, era uma associação de professores universitários e [com] essa associação, depois, nós participávamos de reuniões do que chamavam de Movimento Docente – no centro do país, Rio

de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais [nós] fomos várias vezes a encontros do Movimento Docente onde se pretendia fundar a ANDES, que finalmente foi fundada.

P: Cecília, qual a percepção, tanto da associação, [quanto] desses movimentos que no futuro viriam a formar a ANDES, enfim, os sindicatos? Qual a percepção política daquele momento, a percepção vivendo um regime ditatorial?

R: Havia, digamos, discussões e algumas fraturas nos movimentos. Alguns queriam, por exemplo, uma universidade um pouco melhor do ponto de vista do conforto dos salários e de verba para pesquisa – e aquilo que chamávamos CC, que era o orçamento de custo, Custeio e Capital. Outros queriam uma universidade extremamente democrática e essa era uma grande discussão que se tinha na época. Nós dizíamos que numa sociedade que não é democrática, não teremos universidade democrática. Precisamos participar dos movimentos que farão, de certa forma, o arejamento da democracia para fazer uma universidade democrática. Era essa a discussão de vários setores. É claro que a gente via que havia segmentos que representavam ideologias político-partidárias e eu diria que isso, a mim, incomodava muito, porque eu nunca gostei dessa mistura. Eu entendo que os partidos políticos tenham um foco, que é a tomada do poder por si mesmo, dos registros das instituições sociais, dos comandos, e a universidade tem que manter sua autonomia. E isso, inclusive, se manifestou no que foi chamada a Nova República, quando iria assumir o Tancredo Neves, assumiu o Sarney e, mais tarde, aparecem as dissensões. Uma das coisas que eu registraria era isso, que a abertura que ocorreu na universidade por conta desse movimento foi porque as antigas militâncias políticas – não partidárias – dos sindicatos dos professores e dos funcionários na época, se tornaram lideranças da própria instituição. Se tornaram, mais tarde, reitores, pró-reitores... E aí, de certa forma, não fazendo aquela atitude respeitosa com os líderes sindicais, como quando eles estavam no outro lugar, no outro lado. Isso é uma coisa que eu achei lacunar no movimento docente. E aí todas as discussões que houve. Por exemplo: a APUSM não quis participar da ANDES, porque a ANDES era filiada à CUT; na época a CUT tinha uma representação que evidentemente não é [a mesma] hoje. E aí a gente fundou em Santa Maria o sindicato, a SEDUFSM, que é a seção sindical. Em várias universidades as associações foram transformadas em sindicatos, mas a nossa teve duas: a APUSM, que era dos que não queriam saber do sindicato docente, e a SEDUFSM, que participou do sindicato docente.

P: E a SEDUSFM muito mais engajada politicamente?

R: Muito mais engajada politicamente nas questões sindicais, nas questões salariais, nas verbas de pesquisa, nos avanços, na estatuinte – que o Sérgio Pires foi chamado para liderar e, infelizmente, morreu em 1990.

P: Bom, então vamos retomar. Tu estavas comentando que tu te aproximas ao Movimento. Aliás, surge esta ideia de resistência através dos movimentos de Direitos Humanos em geral. Então tu vens a Porto Alegre para uma reunião. Poderias prosseguir?

R: Naquele momento como membro do cursinho de cristandade. Chamaram algumas pessoas e o Clarindo Redin me disse: “Cecília, como tu gosta muito dessa luta, vai lá ver o que é”. E ele foi junto também. do Movimento [MJDH], eu dizia, foi o Mario Gaiger, o Zaqueu Canelas, a Marisa Fontoura (uma jornalista, na época) e eu. E a Isabel Piasentin, que depois se tornou militante do PT – também já faleceu. E ali era interessante, porque essa reunião que aconteceu – eu tenho a impressão – no Colégio Anchieta, havia várias lideranças. Eu me lembro assim: jurídica, com o Celso Gaiger; ambientalistas, como Caio Lustosa; pessoas do sindicato dos professores, tinham pessoas de proa, não estou lembrada o nome. Enfim, muitos jovens e gente da Igreja que queriam organizar uma resistência à ditadura. Esse era o foco principal: a forma de resistir à ditadura, de denunciar a ditadura. Com alguns focos: cada um do lugar que vinha. Uns em relação à estrutura formal da Igreja; outros dos sindicatos; outros na questão das escolas, da universidade, do meio ambiente, das organizações jurídicas, enfim... Cada um tinha o seu recado a partir do lugar de onde provinha.

P: Porque Direitos Humanos? Vocês já tinham conhecimento da violação dos Direitos Humanos na época da ditadura? É por isso também?

R: A gente tinha um conhecimento, digamos, mais de informações de jornais, de entrevistas... Mas eu, pessoalmente, não tinha conhecimento próximo a essa questão. Nós sabíamos o que era a ditadura, as violações, o cerceamento da liberdade, aquilo que era possível pronunciar e não pronunciar. A gente corria um risco calculado nas nossas falas. Eu escrevia para jornais, dava entrevistas em um certo risco calculado. De certa forma tinha um censor dentro da gente, porque a gente tinha medo também de perder o emprego – porque sabia que cassavam – e tínhamos a vida para tocar. Não queríamos ficar desempregados, então a nossa atuação era uma atuação de resistência, de denúncia, e também de recuo algumas vezes. Eu me lembro que eu participei, grávida da minha terceira filha (eu tenho quatro filhos), a Fabiana, de um cacerolado que a gente batia caçarolas contra a ditadura. Subi em um palanque e, me lembro, o Sérgio ficava com medo, porque de repente podia sobrar uma pedrada em uma pessoa que estava grávida. A gente tinha essa coragem, também. Fomos nos Sem Terra, tentamos chegar lá, mas o coronel Curió, ali na Encruzilhada Natalino, quando soube – aí foi um equívoco: nós dissemos que era a Comissão de Direitos Humanos – não deixou chegar. Talvez... Havia o Frei José, naquela época conosco. E talvez se a gente não dissesse que era de Direitos Humanos talvez pudesse ter chegado.

P: Podes nos contar desse episódio da Encruzilhada Natalino?

R: Esse episódio foi interessante. A gente, a partir então da ida nessa reunião em Porto Alegre, voltamos para nossas cidades com desejo de organizar um núcleo de Direitos Humanos

P: Claro. Nesse seminário se constitui, ou se funda...

R: Se funda o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, MJDH. E onde ficou presidindo o Jair Krischke e várias pessoas. Tinha o Omar Ferri, que também era muito combativo – que parece que não ficou até o final, mas eu lembro que ele era muito combativo –, Lauro Hageman, do PCB e tal. Então havia pessoas em Pelotas, Passo Fundo, Caxias, Santa Maria que tentamos organizar nos nossos locais. E aí o pessoal que veio comigo me colocou de presidente desse Movimento de Direitos Humanos de Santa Maria que, a rigor, não era nada ainda. Era um grupo de boa vontade. E tentamos, então, nos reunir semanalmente para fazer levantamento do que nós entendíamos como violação de Direitos Humanos no local. Tinha coisas, por exemplo, de injustiça de relações de trabalho de patrão e empregado; de coisas de violências, inclusive; ainda não tinha coisas de violência doméstica, ainda não estava voltada para isso, mas das injustiças; o analfabetismo, começamos a fazer um trabalho em uma vila de Santa Maria, próxima ao Santuário Medianeira, uma vila chamada Esperança – onde íamos lá com um grupo, também, já com o Concílio de Cristandade. Fazíamos um grupo de casais e esse grupo também dava suporte para o grupo de Direitos Humanos. Então uma vez soubemos, por exemplo, que um empresário de Santa Maria, dono de um supermercado, soube que um dos funcionários teria roubado um pedaço de carne ou coisa assim e ele teria colocado esse funcionário – não lembro se era um ou dois – dentro da câmara de congelados do frigorífico. Nós soubemos disso e fomos a ele, denunciamos isso e criamos conflito, inclusive, dentro do próprio movimento da cristandade.

P: O tema da ditadura não entrava nesse momento;

R: O tema da ditadura entrava como elemento. Tem generais comandando. Nós temos que saber o que dissemos ou não. Então nós tínhamos uma relação, porque nós tínhamos também empresários conosco que tinham, às vezes, até alguma relação amistosa com alguns generais, com alguns líderes conservadores, no caso da ARENA. E nós não tínhamos. Então havia essas facetas. Era exatamente um certo caleidoscópio de pensamentos, de atitudes, de pessoas. Mas o marco da Igreja era um pouco o que nos acolhia, por esses dois padres, o Clarindo Redin e o Antoni Stefanello e por, também, a nossa liderança de juventude com o MUSM e agora com casais. Mas também fazendo críticas dentro do [...] de Cristandade. E aí houve também um racha, porque houve um momento em que o Sérgio Pires e eu saímos do Movimento de Cristandade, porque, digamos assim, nós jogamos a toalha com o conservadorismo daquele momento. Não era mais o nosso lugar. E continuamos mais a luta. Ele na Associação dos Docentes, e uns Direitos Hum-

nos. E aí, nesse núcleo de Direitos Humanos, a gente tentava chamar gente. O Lauro Manhago participou – era um adolescente na época, um jovem, um estudante. O Vagner, que depois também se tornou advogado trabalhista. A Marise Fontoura, que era jornalista, então nós tentávamos fazer um programa na rádio, fizemos um jornalzinho, tudo assim um pouco artesanal, para divulgar as ideias do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – eu dava muita entrevista e tal. Eu me lembro que teve um padre que discutiu com o outro e eu fui em defesa do padre Êzio, que estava sendo denunciado. E o denunciador ligou para minha casa me ameaçando, [dizendo] que eu não podia fazer. “Estou defendendo um confrade seu. Não estou defendendo ninguém de fora da Igreja de dentro da Igreja”. Então essas coisas todas aconteceram. E por conta disso a gente soube desse acampamento de Encruzilhada Natalino, que estava cercado pelo Exército, e nós fretamos uma Kombi, saímos de Santa Maria (em torno de 6 pessoas, Miguel [...], Isabel Piazzentin, Frei José da Fátima, eu, Marcelo Canelas, que era um menino na época, repórter da Rede Globo, filho do Zaqueu Canelas, que era um dos militantes junto conosco). E fomos a Encruzilhada Natalino e lá o major Curió não deixou realmente a gente chegar. Não pudemos nem chegar a ter acesso a ninguém aí no acampamento. Depois conseguimos chegar onde eles já haviam organizado, não na Encruzilhada, mas na fazenda Anoni, quando a gente viu a organização deles, dos homens e das mulheres, do trabalho. Entrevistamos algumas pessoas ali, mas dentro do acampamento dos Sem Terra nós não conseguimos chegar. Voltamos, dissemos isso para a imprensa. A imprensa fazia aquele papel assim: ela nos entrevistava, mas filtrava o que a gente dizia, porque a censura também funcionava para eles. Então, assim, era essa um pouco da expressão vivificante em Santa Maria. Com o tempo, depois eu percebi, não é que feneceu o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, mas as reuniões – e nós vínhamos do interior, de Santa Maria para Porto Alegre, fazendo reuniões mensais com as lideranças das outras regiões, para ver como é que as coisas estavam acontecendo; aí naquele momento em que houve muito o papel da ACNUR, dos refugiados da ONU que passavam nas fronteiras no Natal e Ano Novo, eu me lembro de um padre jesuíta, parece que Ignácio [Spohr], que ajudou muitas...

P: Tu se lembras disso? Podias nos contar um pouco dessa história dessa situação quando o Movimento entra realmente para trabalhar com o apoio...

R: Foi com esse apoio, porque aí começaram as denúncias da coisa dos refugiados tupamaros, dos montoneros, ainda não se falava na Operação Condor, na época, mas essas pessoas eram refugiadas e o Jair Krischke, nesse momento, teve um papel protagonista – um papel de proa – para fazer os contatos e poder passar as pessoas nas fronteiras – de lá para cá e daqui para lá, na possibilidade da resistência e da sobrevivência dessas pessoas. E claro que isso não era absolutamente divulgado, porque o sigilo era a alma desses atos, dessas atitudes. Eu, pessoalmente, não participei desses atos. Eu soube das pessoas que participaram. Uma delas, que eu destaco, é o padre Ignácio.

P: Eu queria te perguntar sobre isso. Vocês dos núcleos de Santa Maria não eram envolvidos para este tipo de ações.

R: Não, não éramos. Porque, inclusive, nós tínhamos muitas dificuldades de ter militantes no núcleo. Nós tínhamos pessoas de boa vontade que, na sobre do seu tempo, participavam das reuniões, programavam algumas coisas – como a divulgação da própria ideia de Justiça e Direitos Humanos, o que significava isso, estudando os documentos, inclusive a própria Carta Universal da Declaração dos Direitos Humanos, que era a nossa ponta de lança, o nosso documento. E nesse aspecto a gente se envolvia com as coisas locais, nisso que eu relatei. Daquilo que era considerado como violações dentro da universidade e com coisas que aconteciam na cidade nessas relações capital-trabalho, mas ainda assim de pouca monta.

P: Uma vez constituído, certamente os núcleos de reuniam em Porto Alegre. Nessas reuniões se tratava a respeito dessas relações de Direitos Humanos e destas ajudas a refugiados, enfim? Como era discutido, debatido este assunto?

R: A rigor era assim: debatidos os relatos das ações das pessoas, das notícias do que acontecia, do temor do açoitamento da ditadura – porque ela tem um momento mais tênue, mas depois ela

retorna de novo, como por exemplo em 75, quando matam o Vladimir Herzog, para nós todos é um absoluto impacto, porque naquele momento nós achávamos que as coisas já estavam mais atenuadas. Eu lembro desse episódio, porque eu era recém professora da universidade - eu entrei em 1973- , então eu estava no chamado estágio probatório, então qualquer coisa eu poderia sair. Eu tinha ganhado a minha primeira filha em maio de 1975 e retorno da minha licença-gestante em agosto de 1975, que coincide com a morte do Vladimir Herzog. E eu dava aula para o curso de Jornalismo. Era Fundamentos Científicos da Comunicação, trabalhava com ética. Havia uma turma de Relações Públicas e uma turma de Jornalismo. Nas Relações Públicas eram todos assistentes, gente da ARENA, até que pegaram o Marchezan para líder. E os jornalistas, não. Tanto que o Abel Mugengo Filho foi meu aluno nessa ocasião. E vários outros. As lideranças petistas que estavam começando. E havia um padre que era meu aluno, era um secretário do arcebispo ou alguma coisa assim do bispo, e que era bem [inaudível] da ditadura. E eu me lembro que cheguei na aula e o quadro estava todo tomado de denúncias da morte do Vladimir Herzog. E os alunos ficaram na expectativa do que eu diria. E eu vivi um momento de profunda tensão, porque eu recém tinha tido uma filha, eu precisava do meu emprego, mas eu não podia me omitir de me pronunciar sobre aquilo. E eu lembro que eu fiz um pronunciamento de solidariedade e de perplexidade do pavor do que tinham feito com o jornalista Vladimir Herzog. E quando eu saí dali eu achei até que eu seria destituída da universidade. Eu acho que foi uma dessas vezes em que o decano foi chamado pela II Seção do Exército e chamou meu marido lá para dizer para ele que me refreasse um pouco, porque os meus pronunciamentos não estavam sendo bem vistos pela II Seção do Exército. Então são coisas, assim, que a gente vivia tipo em um cone de luz e sombra. A gente tinha sempre o elemento do temor, de saber que poderia ser ouvido e mal interpretado. E tinha a luta pela sobrevivência, mesmo. Tinha alunos que usavam as aulas da gente para desabafar as questões da ditadura, denunciando. Outros alunos extremamente conservadores, que ficavam olhando para saber qual seria a reação da gente. E, como eu dizia, as chefias eram apaniguadas dos outros chefes que, por sua vez, recebiam o aval do reitor, que, por sua vez, recebia as benesses dos generais. Então essas coisas eram muito difíceis de serem lidas. O tempo era realmente do medo. Eu me lembro que o Fogaça falava da juventude amordaçada, geração amordaçada ou coisa assim e, realmente, foi isso que a gente viveu. A gente rompia, na medida do possível, as mordanças, mas não totalmente. E claro que a gente percebia, assim, das pessoas – quando ainda éramos estudantes – que participavam de agrupamentos, que eram chamados de subversivos. Por exemplo: aquele PLOC, Política Operária ou coisa assim, era um movimento operário ou camponês. O Sérgio tinha um colega na Engenharia – eram por áreas as engenharias – e na Elétrica eram três formandos em 1970. E um deles era do Partido Comunista. E esse rapaz foi preso no ano da formatura, quase com dificuldade de se formar. E houve todo um movimento para que ele fosse libertado para poder se formar. A gente sabia dessas perseguições, então nós éramos vistos – o que era engraçado – porque para a ditadura todo mundo era comunista. Eu nunca participei, eu nunca fui registrada em partido nenhum – por uma questão de opção pessoal; a minha cabeça filosófica não se guarda dentro das fronteiras de um partido político. Então nunca participei de partido político efetivamente, mas nós éramos registrados como comunistas, subversivos, alguém que realmente... Tanto que em toda a minha carreira acadêmica se refletiu, porque a minha dissertação de mestrado foi sobre tema do homem revoltado de Albert Camus, que trabalhava toda a questão da revolta política, toda uma discussão que aconteceu na França dos anos 1960. Então são elementos que estão juntos na minha vida política e teórica [que] sempre andaram juntas. Nesse elemento há uma tentativa de subjetividade lúcida que eu tentava passar para os meus alunos. Nunca tentei fazer proselitismo disso. Essa é uma coisa que, para mim, era muito sagrada, digamos no sentido efetivo do sagrado. Eu nunca quis invadir o imaginário dos meus alunos para catequizar para coisa alguma. Eu falava daquilo que eu entendia. Se eles achavam que era por bem seguir, tudo bem, mas eu nunca forcei a nada dessas coisas.

P: Voltando um pouco para essa questão do Movimento. Tu tens conhecimento do acionar desses outros núcleos no interior? Havia conexões? Como se comunicavam? Evidentemente através das plenárias, mas havia outras formas de comunicação, de colaboração?

R: Não, isso aconteceu mais tarde, quando foi organizado o Movimento Nacional de Direitos Hu-

manos. Porque, pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, não havia muita transversalidade. A coisa era mais centrada em Porto Alegre e cada um fazia a sua ação nos seus núcleos. Mas quando surgiu, eu participei do congresso do Movimento Nacional de Direitos Humanos, em Brasília, em janeiro de 1993. E lá, ainda como participante desse núcleo em Santa Maria, mas já estava quase em extinção. E ali conheci pessoas como Roque Graziotin, Mariza Formolo, Paulo Carbonari. Uns de Caxias – Paulo Carbonari de Passo Fundo. Outras pessoas de Alegrete, de Pelotas... E aí organizamos esse núcleo maior e formamos no Rio Grande do Sul. A Mariza organizou a comissão... Aí foi o novo pessoal de Santa Maria que participou do Centro de Direitos Humanos de Santa Maria, que aí já tinha um uruguaio que fazia mestrado lá – que era o Mario Costa –, a Beatriz Lemos (que era professora de Música), professores e vários operários que também participaram desse movimento. Aí tentávamos várias coisas, discutíamos e tentávamos fazer os avanços políticos. Aí houve um pouco de ações com o Partido dos Trabalhadores em relação às questões das vilas, dos pobres e coisa assim. Tentamos um diáriozinho, fazer um jornalzinho ou publicar, nesse aspecto, o Centro de Direitos Humanos de Santa Maria tinha uma jornalista chamada Rosana Zucolo, que também nos ajudou a fazer esse jornal. E aí isso foi, digamos assim, parece uma coisa que eu sempre trabalhei com as pessoas – e faço uma crítica e uma autocrítica também – que é o seguinte: de certa forma os movimentos estavam centrados nas pessoas. Quando as pessoas iam mudando de lugares, ou de setores ou de interesses, os movimentos meio que feneciam. Isso aconteceu um pouco com essa transversalidade do Movimento de Justiça e Direitos Humanos nos locais, nas cidades, e com o Movimento Nacional de Direitos Humanos também. Por exemplo: eu me aposentei em abril de 1994 da Universidade Federal de Santa Maria e, em 1995, eu vim para Porto Alegre. Em 1996, comecei a trabalhar na UNISINOS. Eu não sei se existe, em Santa Maria, um Centro de Justiça e Direitos Humanos ou movimento de Direitos Humanos, depois que eu vim de lá. A Beatriz foi para Brasília, outras pessoas viajaram, Mario Costa voltou para o Uruguai e...

P: O surgimento deste Movimento Nacional de alguma forma também cria rachas, cria separações...

R: Criou. Dava para perceber muito isso em Brasília. Por exemplo: havia um setor muito forte do chamado Centro-Sul (São Paulo, Rio, Minas Gerais...) e do Norte-Nordeste (Maranhão, Belém, Acre, Recife, Natal, Alagoas...). Nesses lugares havia fortes núcleos de Direitos Humanos, muitos alimentados pela questão da terra, pela questão dos pistoleiros, da bandidagem que acontecia lá, do trabalho escravo, inclusive – a gente viu testemunhos disso. E no centro Rio-São Paulo era mais as questões com os operários do ABC. Até tinha um pessoal do Centro Santo Dias, que era um centro muito forte. As denúncias dos familiares de mortos e desaparecidos já começavam a surgir naquela época. E no Sul a coisa ainda era incipiente, com a luta focada, porque o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre não se fez presente como movimento nesse congresso do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

P: Podes nos falar a respeito disso?

R: O que eu penso que houve foi, assim, enfoques dos militantes, porque eu insisto com a ideia de que as militâncias não se favam só em cima do tema de Direitos Humanos, ou, no caso, das coisas de Igreja, mas era muito em cima, também, das alianças partidárias ou das opções partidárias que os militantes tinham. Então, por exemplo, eu lembro que uma figura forte nesse congresso de Brasília foi o Frei Leonardo Boff, que era dos Direitos Humanos lá de Petrópolis, a Pastoral, e parece que a primeira reunião desse movimento já foi fundado lá em Petrópolis, embora a Sociedade para os Direitos Humanos fosse anterior a isso – criada em 1977 – e também era um núcleo forte de formação de políticos de esquerda (havia lá uma luta pela libertação de um brasileiro preso na Suíça, acusado de roubar o Banco Suíço, o que era impossível, porque era uma quantidade de moedas que uma pessoa sozinha não podia... [carregar]). E aí essas foram as situações. E aí, no Sul do Brasil, também tinha um pouco a questão dos Sem Terra – que era a coisa mais forte, porque o Movimento estava aqui – e as coisas organizativas dos operários e das pessoas vindas da universidade. Então havia muita presença de intelectuais, também. E uma coisa que eu percebi em Brasília, nesse primeiro congresso (o outro foi na Bahia, em 1994 ou 1995), foi o que seria o elemento obreiro do movimento de Direitos Humanos – as questões do operariado

quase que assim de pé no chão – e os intelectuais. Então havia grandes discussões. Digamos que nós éramos, de certa forma, chamados de teóricos e aqueles das mãos sujas pareciam os verdadeiros militantes de Direitos Humanos. Então essa situação era bem visível lá no Movimento de Direitos Humanos, até para a organização da diretoria – que era tipo um colegiado que organizava aquilo ali. Era o Paulo Carbonari, a Marisa Formolo, Deni (que era um jornalista do ABC), enfim. A Igreja sempre patrocinava, via figura do Leonardo Boff. O Roque Graziotin e a Marisa Formolo, aqui de Caxias, também tinham as suas compreensões e com eles nós nos associamos. Aí começaram os encontros que você perguntava, nas cidades. Teve encontros em Santa Maria, em Passo Fundo, em Caxias, que a gente sempre fazia.

P: Em Porto Alegre não?

R: Em Porto Alegre não. Em um dos encontros de Caxias o Jair Krischke foi convidado. Em Passo Fundo o Jair Krischke foi convidado para participar, onde teve a participação também do Beto Albuquerque, do PSB, que naquela época falava da universidade estadual, a UERGS. Primeira vez que eu vi falar na UERGS foi na pessoa do Beto Albuquerque. Também uma luta a ser desenvolvida. Mas já nesse segundo momento. A partir disso, o que eu vejo é que houve crateras teóricas e práticas dentro das próprias compreensões dos militantes. E onde tem ser humano, tem disputa de poder. Isso a gente verificou bastante, também. Até o pessoal de Alagoas, onde havia todo um histórico do Movimento Nacional de Direitos Humanos, também com o foco das lutas deles lá do Nordeste, que eram bem específicas, com o pessoal do Acre – que era ligado à Marina Silva, o Chico Mendes, pessoas ligadas a eles –, o pessoal do Pará – que eram muito ligados a eles, militantes que tinham sido assassinados e tudo. Uma experiência que nós não tínhamos. Nós não tivemos alguém da nossa militância assassinada. Agora eles tinham lá um jornal chamado Resistência – que até o Humberto Cunha foi um dos diretores, presidente da Sociedade de Direitos Humanos – que tinha toda essas lutas específicas também. Isso geralmente é mais complicado e mais complexas para serem levadas na unificação. A rigor o Movimento Nacional de Direitos Humanos era uma grande âncora, um grande guarda-chuva dos vários núcleos de setores que tinham nos Estados do Brasil. E eu penso que ainda hoje ele se mantém assim. “Pela vida, contra a violência”, o grande lema e se participou de vários enfrentamentos, até a Carta dos Direitos Humanos, se fizeram encontros na Suíça, enfim. A Carta da OEA... Eu acho que é um movimento que tem seu vigor, mas ele não tem hoje, assim... Ele é quase uma ONG, digamos. Mas ele não se faz presente como movimento dos Estados do país. Ele se faz presente pelas pessoas que estão militando. Por exemplo: Passo Fundo, eu hoje considero que o núcleo de Passo Fundo, o Centro de Defesa da Pessoa Humana de Passo Fundo é um dos mais fortes do Estado. O de Santa Maria realmente eu não tenho mais notícia, acho que não existe mais. E o de Caxias também não sei como está funcionando depois que a Marisa Formolo se candidatou a vereadora e deputada e o Padre Roque Graziotin também. Aí juntou a militância político-partidária – não dá para juntar tudo – e eu acho que essas são as coisas que eu vejo dos movimentos sociais. Eles tem o seu nascedouro, o seu ápice enquanto as próprias demandas da sociedade trazem e depois eles tem o seu declínio, talvez como o próprio processo da vida. Mas o que eu vejo de, digamos, nefasto nisso é quando os partidos políticos se pronunciam de uma forma mais forte no movimento do que a própria fala do movimento. Essa sim é uma crítica forte que eu faço a isso. E isso produz também muitas idiosincrasias, porque cada um acha que sua fala é a mais correta, a mais verdadeira. Por exemplo: a tomada da Prefeitura de Porto Alegre pelo Partido dos Trabalhadores, na época, foi um grande evento para todos nós, porque foi um avanço das forças da esquerda, mas o despreparo dos próprios dirigentes para assumir essas relações institucionais estruturantes também fracassaram e aí os descontentamentos foram fragorosos e as rupturas foram impossíveis de não acontecerem. O próprio Jair Krischke, como uma figura de proa do Movimento, tem severas críticas, algumas fundamentais e fundamentadas à gestão do Olívio Dutra. E aí tudo o que aconteceu depois, que a História contemporânea mostra, até o lamentável chamado Mensalão. Houve uma espécie de diáspora política, eu diria, da militância.

P: Nesta linha, como tu analisa, avalia esse momento político. Este momento em que, no Brasil, ineditamente se coloca na pauta política a questão da ditadura militar, a questão da necessidade de se conhecer os fatos, a verdade, a necessidade de

que não só se conheça a verdade, mas também se preserve a memória. E a exemplo desses outros países que no Cone Sul, hoje, de alguma forma praticam a justiça condenando aqueles repressores que causaram tudo aquilo que nós conhecemos em termos de violação de Direitos Humanos.

R: Eu vejo por dois momentos, a situação. Um primeiro é que as universidades, através dos pesquisadores que estão comovidos, motivados com a questão da memória, foi produzido muito material. Eu vivi muito isso, na UNISINOS, junto com o professor Castor Luiz, que é um espanhol, e que faz todo um trabalho muito interessante com outro espanhol, pesquisador de lá, sobre a questão da memória. Apesar daquele livro *Auschwitznunca mais*, que a gente preserve a memória para que o assassinato não aconteça de novo. Então muitas coisas foram discutidas e trabalhadas a partir disso. Eu participei de ensaios, de artigos, de livros em cima disso. O próprio corredor das ideias do Cone Sul, que é um evento, uma entidade em que participam os cinco países do Cone Sul e, na tentativa de trazer vários argumentos e práticas para discussão, e a ideia é mesmo de um corredor de ideias, para que as ideias fluam. Então eu acho que isso é alguma coisa viva. E os comitês de anistia e a Comissão da Verdade agora, elas fortalecem essa compreensão teoria e histórica deste fato da memória, do não-esquecimento, que eu acho que é uma coisa que a comunidade judaica faz muito bem, faz de uma forma correta – embora algumas injustiças os judeus cometam com os árabes hoje, como extermínios –, mas eu acho que o fato da memória é importante, que não se faça um holocausto. Então, que se saiba o nome das vítimas, que se traga o nome das vítimas, que se enterrem de novo. O caso do Ulstra, inclusive, esse coronel danado, um torturador que quer se fingir de inocente. Havia um irmão dele, que era nosso colega em Santa Maria. O apelido dele era Ubanda, que morreu em um acidente de carro. Ele tinha vergonha do irmão. Era nosso contemporâneo na Universidade, na época. Tinha uma irmã dele, na época, a Gláucia Ulstra; essa era mais silenciosa, mas a gente sabia das torturas e dos horrores. O próprio Humberto Cunha foi torturado pelo Ulstra, então é uma coisa que a gente sente de perto. Mas então essa é uma coisa que a gente sente de perto. Agora, outro que eu vejo do momento atual é uma espécie, assim, de um esvaziamento da atividade política por parte da juventude, especificamente. Porque os mais velhos produziram, digamos assim, aquilo que a gente chama de o encantamento e o desencantamento. É claro que a gente se desencantou porque se encantou. Aquele lema assim “Por um Brasil decente. Lula presidente” a gente perdeu das mãos. E isso deixou sinais sensíveis na nossa história. E um marco disso que eu tenho presente, porque é um episódio familiar, eu tenho uma foto da minha primeira neta – que tinha dois anos de idade – com a bandeirinha do Olívio Dutra, a gente fazendo campanha e tudo mais. Ela vai fazer dezesseis anos esse ano. Ela não tem a menor vontade de falar sobre política, sobre partido, sobre desejo de votar. Aí a gente tem uma sensação de fracasso. É uma geração... A nossa cumpriu um papel e parece que não conseguiu passar para as gerações posteriores o cumprimento de outros papéis. Eu não falo isso com desapontamento ou com desencanto na juventude, porque eu acredito na juventude – eu acredito que ela está aí, que ela vai continuar – mas o esvaziamento da luta política dentro dos partidos políticos tem que ser olhado e analisado criticamente para ser analisado. Eu acho que os avanços político-sociais desse país, desse continente e do próprio mundo tem que se dar além dos partidos políticos. E apesar dos partidos políticos. Eu sempre digo e escrevo – e dizia nas minhas aulas – que eu penso em uma sociedade sem partidos políticos, coordenada de uma forma comunitária. É possível nós repensarmos as relações do Estado. É possível nós repensarmos o Estado, porque esse Estado que está aí, esse grande Leviatã que nos atormenta a todos, nós nos servimos com certo silenciamento. Nós não o contestamos. Quando ele está longe de nós, o chamamos para que ele nos dirija. E quando estamos dentro dele nós estamos a favor de suas ações. Então nesse momento eu vejo assim uma... A gente já passou da perplexidade e da revolta. Eu acho que a gente está em uma expectativa mais silenciosa, nós os mais velhos com uma tentativa de olhar com serenidade – que ao menos conseguimos resistir e promovemos o movimento de anistia e a redemocratização do país. Agora eu acho que a gente tem um certo sentimento de urgência e uma certa pressa de que essa democracia saia da infância, porque a nossa democracia está na infância. E a gente não consegue levar adiante um discurso não moralista, mas da ética, para que a gente consiga fazer frente às mentiras da política. Porque eu não participo da ideia de que seja possível uma vinculação profunda entre

a ética e a política. Eu tendo a concordar com a postura da Hanna Arendt, em que ela diz que onde está a política não estará a ética [e] que só em um momento pós-política nós poderíamos pensar na ética. Porque a política é o lugar onde acontece a mentira. E como a ética não pode conversar com a mentira nós temos que ver como se trabalham esses momentos. Isso sim em termos financeiros, em termos econômicos mundiais, quando a gente visita o mundo a gente verifica isso. Os ideais de um outro mundo possível, uma sociedade socialista, estão muito longes. Parece que a gente consegue dizer que o capitalismo venceu no mundo, quase com o espírito hegeliano, ele se tornou absoluto. E ele funciona precariamente, com problemas, com mortes, com a morte pela fome ainda vergonhosa – hoje na Índia e na África – mas ele funciona. Você vê os colonizados chamando seus colonizadores, como o cara de Mali, que contempla e aplaude as tropas francesas que chegam lá. Aí você verifica a promessa de retirada das tropas americanas do Afeganistão ao mesmo tempo. Enfim, essa coisa de que o mundo é dominado, ainda, por alguns e as multidões dominadas crescem. Eu acho que enquanto nós não superarmos essas coisas fundamentais como a morte pela fome, que é um escândalo ético – em um mundo tecnológico alguém morrer de fome, hoje, é um escândalo ético – então eu vejo que a gente tem que andar muito nisso. Agora, uma coisa que eu vejo como certo fracasso é a escola e a família. As duas se ausentaram. A família passou toda a responsabilidade para a escola. Hoje o professor tem que saber até que tipo de remédio que a criança tem que tomar. E a família cobra da escola tudo isso. E a escola com os professores mal-tratados, mal pagos ou submetidos a toda sorte de trabalhos que não são necessariamente pagos ou vistos de uma forma boa. Você vê, por exemplo, um professor com doutorado no Estado do Rio Grande do Sul. Qual é o salário que ele recebe? Não existe estímulo para isso. Então acho que são instituições que eram dois pilares da sociedade, a família e a escola, e estão em uma areia movediça. Estão balançando. E as pessoas crescem e nascem daí. Elas brotam das famílias e são socializadas na escola. Os presidentes atuais e os futuros presidentes de diferentes nações e países – e líderes populares – eles são das famílias e das escolas. Eles saem dos bancos escolares. Então esse momento eu acho de expectativa. A própria renúncia do papa gerou expectativa, porque, afinal de contas, a gente nunca teve a dimensão terrena do papa, ele era eterno. Agora ele também cansa e pode se aposentar, como todos nós. Enfim, parece que nós chegamos a um tipo de limite e vamos dar um outro salto. Talvez o salto maior do que aquele que aconteceu na Renascença, da Idade Média para a Modernidade. Talvez maior. Não sei em que ponta e que força a gente vai ter para dar esse salto, mas a gente vai dar essa virada. Não sei para que lado. Esperamos que seja uma virada boa.

P. Cecília, muito obrigado pelo depoimento

R. Obrigado a vocês

DEPOIMENTO 39 - MIGUEL PALAORO¹²³.

PORTO ALEGRE, 15 DE FEVEREIRO DE 2013

P: Bom dia Miguel, obrigado por nos receber. Se me permites, primeiro agradecemos a entrevista, e, num primeiro momento gostaríamos que tu te apresentasses, que nos contasse a tua vida, tua história de vida, tuas origens, tua família, tua formação, enfim, até chegar ao momento em que tu inicias tua militância na Pastoral.

R: Bom, eu posso te dizer o seguinte, contar a vida talvez não seja tanta novidade em relação à vida normal, comum, como muita gente. Eu tive uma adolescência, infância difícil, meus pais não tinham recursos, então tudo era muito lutado para você conquistar. Quando eu tive a oportunidade de vir estudar em Porto Alegre, eu morava em Lages – Santa Catarina, sou nascido em Vacaria – Rio Grande do Sul, mas morei oito anos em Lages, foi durante o período do ginásio e do científico naquela época. Eu tinha certeza que queria ser engenheiro, já havia adquirido essa consciência de que meu trabalho era produzir coisas e construir coisas, mesmo quando eu vim para Porto Alegre fazer o vestibular, eu queria fazer Engenharia Eletrônica. A Eletrônica era, na época, uma das mais procuradas, era difícilíssima de fazer, a competição era grande, e eu acabei me classificando apenas para a Engenharia Civil. Comecei a cursar com a expectativa de talvez mais adiante trocar de curso e nunca troquei porque eu comecei a trabalhar imediatamente quando iniciei o meu estudo e me identifiquei com aquela área. A militância política veio meio que em paralelo, no momento em que eu, como cidadão, entendia que havia algumas coisas que aconteciam e que precisava haver a intervenção da pessoa. Então, tinha uma ligação bastante grande com grupos de Igreja na época; eu pertencia a uma sociedade de jovens, chamada sociedade São Vicente de Paulo e o nosso trabalho era de assistência social, obviamente em caráter acessório, a famílias que tinham dificuldades. Essa era a militância, a Sociedade até hoje continua atuante, ela mantém casas de recuperação, casas de pessoas idosas sem recursos, faz esse tipo de trabalho até hoje. Na época nós tínhamos um grupo ligado a Arquidiocese de Porto Alegre, que se chamava Pastoral da Juventude, que foi formado a partir dessa iniciativa da Arquidiocese para preparar a visita do Papa aqui, era o ano de [19]78 eu acho ainda. Nós começamos a nos movimentar. Esse grupo se reunia na Avenida Alberto Bins, faziam partes todas essas entidades de jovens ligados à Igreja. Bom, houve um período em que nós tínhamos um evento anual dos jovens que se dava no Gigantinho e eram ocasiões em que os jovens diziam coisas e diziam aquilo que poderia contribuir para melhorar a própria sociedade. Só que o ano de [19]78, os anos [19]70 eram muito difíceis, e o Cardeal de Porto Alegre naquela época era Dom Vicente Scherer, ele tinha muito cuidado na sua relação com o poder público, o que era regime militar e que, digamos assim, usavam recursos que não eram nada agradáveis para quem fosse objeto desta manipulação. Dom Vicente Scherer ficou sabendo desta preparação que nós fazíamos para o encontro que seria no final do ano de [19]78 e quis que este grupo da Pastoral da Juventude antecipasse o que era que se propunha a fazer. Nós fizemos uma espécie de manifesto que gostaríamos de colocar. Nesta altura os jovens, já entendendo o processo todo que passava o país, reivindicava a existência de opções de liberalização para a expressão das pessoas, mais oportunidade de trabalho, coisas que tem a ver com aquele jovem que está querendo entrar no mercado de trabalho e nesse momento não tinha ainda oportunidade concreta. Só que quando nós fizemos esse manifesto, Dom Vicente Scherer fez uma análise segundo a ótica dele, dizendo que estava exageradamente provocativo em relação ao governo. E aquele evento que estava se realizando já há alguns anos simplesmente foi cancelado; era no final de outubro, início de outubro que se dava esse encontro anual. Dom. Vicente Scherer disse simplesmente - Esse ano não vai sair -, não vai sair o evento porque parece que essa reunião e essas entidades de grupos,

123 Miguel é engenheiro civil, iniciou-se na militância política no Instituto da Pastoral da Juventude, organização ligada aos padres jesuítas que funcionou atrás do Colégio Anchieta, na cidade de Porto Alegre RS. Chegou a ser parte da diretoria dessa organização no cargo de tesoureiro no ano de 1981. Pouco tempo depois, militaria no Movimento de Justiça e Direitos Humanos chegando a ser conselheiro desta organização. Junto ao MJDH colaborou na operação de retirada para o exílio do cientista Cláudio Benech que se encontrava preso no Uruguai quando fugiu para o Brasil. Em 1982, participou da retirada ao exílio do líder montonero Fernando Vaca Narvaja que era perseguido pela ditadura militar Argentina. Miguel foi um permanente colaborador do MJDH no período de “chumbo” no Cone Sul, contribuindo na retirada de perseguidos políticos do Uruguai e Argentina.

e nessa altura já existiam outras entidades que também tinham uma participação bastante ativa e com questionamento político muito menos inocente, que era o que se costumava fazer antes, sem nenhuma preocupação de envolvimento na questão política na religião, nesse ano mostrava-se uma proposta muito, digamos assim, difícil, que o Cardeal iria botar o nome dele à esquerda porque era ele na verdade o grande incentivador desse movimento de reunião de jovens. Bom, resultado, o tal do evento esse anual não saiu, mas o grupo foi mantido porque o horizonte era no ano seguinte à chegada do Papa, e tínhamos que fazer uma preparação para esse evento que seria aqui, ele passaria uns dias por aqui. Até me lembro de um episódio muito interessante que aconteceu já na fase de realização do evento: a missa do Papa. Posso contar isso?

P: Claro.

R: A missa do Papa foi marcada para o Largo ali em frente ao Olímpico, naquele redondo que havia. E a cada movimentação do Papa por aqui a cidade ficava realmente movimentadíssima, porque tinha muita gente do interior que vinha, a cidade ficava intransitável. Nesse dia a missa era realizada num domingo de manhã, ou meio-dia eu acho, um domingo antes do meio-dia digamos. O aconselhamento do pessoal que, pelas próprias emissoras de rádio fazia, da Igreja não é, era de que todos que quisessem assistir à missa chegassem o mais cedo possível. Esse grupo da Igreja, do qual eu fazia parte, estava entre um pequeno grupo de cento e vinte pessoas que iriam assistir dentro de um cercado de proteção, que ficava onde se ergueria o altar. Bom, como era de manhã cedo, eu casualmente morava próximo dali na época, do Estádio Olímpico, saí bem cedo de casa, antes das sete da manhã, peguei o meu radinho, um rádio que eu tinha assim de duas ondas e vim ouvindo, porque era a maneira que você tinha de manter o contato, na época não tinha telefone celular. Aí me sentei, me localizei ali dentro do evento e fiquei aguardando como todas as outras pessoas. Muito bem, quando chegou na hora da missa todo mundo levantaria para tomar a comunhão que seria administrada pelo Papa, e foi o que aconteceu, então eu levantei na ordem as pessoas que estavam ali, só os que tinham acesso dentro daquele grupo, daquele cercado de proteção, é que poderiam chegar para tomar a comunhão com o Papa. Eu levantei e fiz, deixei meu radinho em cima, não iria levar meu rádio junto, quando voltei o rádio havia desaparecido, nunca mais fiquei sabendo do tal do radinho este, e, não eram umas pessoas, afinal de contas não era um lugar onde tivesse gente se empurrando, não, era totalmente seguro, tranquilo, com bancos de Igreja onde a gente sentava. Lembrei-me da história. Mas na verdade é que a atividade vinculada à Igreja, a esse vínculo de jovens, acabou me levando também a conhecer uma iniciativa que havia também dos padres jesuítas que tinham o Instituto Pastoral da Juventude, que na época acho que não se chamava assim, era na Casa Padre Jorge, nos fundos do colégio Anchieta, em que faziam reuniões periodicamente, assim de pessoas, bom eles queriam lideranças, então todas aquelas pessoas que se sobressaíam de uma maneira ou outra, por estarem vinculadas a estas entidades de jovens, eram convidadas a participar, e alguns, inclusive, passaram a fazer um curso que eles ministravam ali, que era um curso de politização, de conscientização, em que se discutia a questão política, se discutia a conjuntura em geral, se discutia o papel de cada cidadão, o que ele deveria fazer e o que não deveria fazer. E nessa atividade que se formou, a partir daí o Jair Krischke aparece na história também, junto com o grupo de pessoas que queriam montar o Movimento de Direitos Humanos.

P: Ele participa deste grupo?

R: Ele participa de uma maneira bastante frequente até, não era, digamos assim, ativo dentro da estrutura de funcionamento do Instituto, mas ele tinha uma participação, era muito ouvido, quem era o Padre liderança era o Padre Hugo Berch, que era vinculado à própria Instituição Casa Padre Jorge, e um outro padre jesuíta também, o Albano Trinks, que teve um papel excepcional naquela época, era uma liderança muito forte, um homem muito equilibrado; Albano morreu alguns anos depois de câncer inclusive. Na época quem morava lá também era o irmão Ignácio Spohr, que participava também. E eu, como todos os outros, me interessava por todas as coisas que tinham a ver com isto. O ano de [19]79 foi um ano muito rico, porque começaram a surgir as possibilidades de abertura, quer dizer, o meu julgamento sobre o – já é o declínio do regime militar –, porque na minha concepção o Figueiredo era um cara tão, Presidente na época, autossuficiente, que ele acabava expressando aquilo que mais ativo, que mais, digamos assim, avançado

em relação ao regime militar, ou seja, ele tomava as decisões por conta própria e fazia com que as coisas acontecessem desse modo. Tem uma expressão que ele usou certa época: “ou se abre ou racha”, “ou abre ou ponho para quebrar”, uma coisa assim, que se referia ao regime militar. Ele dizia por que estava percebendo que a Instituição Exército, militar em geral não é, estava sofrendo um enorme de um desgaste acumulado ao longo dos anos, quer dizer, eles que tinham iniciado, com uma proposta de ficar um período temporário com o Castelo Branco. Pela circunstância toda, de você assumir o poder, você vai gostando daquilo, e daqui a pouco ninguém queria largar mais, e quem queria retroceder não conseguiu mais, aí entraram os grupos mais pesados, entra a fase do Costa e Silva e Emilio Médici, que foi uma figura muito marcante nessa época, que foi o que sustentou e deu guarida aos grupos mais radicais de repressão. Eu sei que quando o Figueiredo assume – que era um cara sem muito polimento ou que pelo menos não se preocupava com isso –, ele realmente preparava a saída dos militares. O Movimento de Justiça e Direitos Humanos acompanhou todo este período. Teve uma série de episódios de participação que é bem interessante de a gente lembrar. E aí, se eu estou te contando a minha vida, a militância no Movimento, eu vou te dizer que assim, a partir de [19]85, quando o regime militar sai fora e entra a Constituição, ainda não completamente, mas já eleitos grupos de oposição, quem era o Presidente eleito era o Tancredo Neves, e o vice dele era o Sarney; com aquele episódio do Tancredo de ter sofrido um problema de saúde e não teve, não sei se ainda vão explicar isto de uma maneira diferente, mas o fato é que o Tancredo não pôde assumir e o Sarney entrou, e de certa forma prolongou de uma maneira indolor, digamos assim, essa passagem, tanto é que sair de um regime militar pesado para um regime de plena democracia como aquele que se instalou a partir dos anos [19]90 no Brasil, sem ter havido derramamento de sangue, é uma coisa bem particular. Eu acho que neste aspecto o Brasil tem muito a ensinar, não sei se sabe ensinar, porque eu não sei nem se tem como explicar isso. Por que aqui no Brasil, enquanto você tem hoje, nos anos atuais, árabes e judeus que não conseguem viver entre si, alí no Oriente Médio, você tem árabes e judeus aqui fazendo negócios entre eles e convivendo, e famílias se entrelaçando sem nenhuma maior perda, então este é o clima que o Brasil tem. Existem algumas características ali, na forma como a qual a Constituição é feita, do país Brasil que faz com que isto aconteça. Então, eu acabei me afastando em [19]85 do dia-a-dia do Movimento de Direitos Humanos.

P: Mas antes do afastamento, nós temos um pouquinho do Instituto da Pastoral, a partir daí e com os contatos, enfim, ou com os participantes do Instituto que definem o Movimento ou a ideia do Movimento, surgem. Poderia nos falar um pouquinho a respeito deste momento?

R: Bom, eu vou te dizer da ótica de quem pegou a atividade, assim. A concepção disso está na cabeça do Jair *Krischke*, quer dizer, que foi o cara que enxergava isso e tinha uma visão muito clara sobre a possibilidade de que as entidades de caráter civil pudessem intervir. Era uma época, [19]79, era uma época bastante difícil de você se movimentar, tudo o que acontecia tinha a autorização ou não do governo e do próprio regime militar, que era baseado na força. Então, o Movimento de Direitos Humanos, no meu ponto de vista, ele nasce exatamente como uma proposta de que havia um papel a ser desempenhado pelo cidadão independente, quer ele esteja vinculado a partido ou não, partido a, b ou c; naquela época só existiam dois partidos legais, mas existiam outros na clandestinidade. O problema, ou a virtude, é que quando você tem um inimigo facilmente declarável ou facilmente identificável, você junta os não apoiadores desse num grupo com facilidade. Então, você tinha um movimento de oposição ao regime militar, extremamente junto. Todos falavam a mesma linguagem, todos tinham, com suas capacidades diferenciadas de explicar, tinham visões diferentes, mas todos eram contrários ao regime que se estabelecia. O Movimento de Direitos Humanos nasceu como uma proposta da sociedade civil, que tinha intenção de dar vasão àquelas pessoas que não aceitavam que isto acontecesse desta forma. E o Movimento de Direitos Humanos tinha, ao contrário até do que muito hoje dizem, quando se faz, por exemplo, eu tenho visto manifestações em relação ao tratamento dos presos. O Movimento dos Direitos Humanos aparece como sendo citado, como é que não aparece quando surge um problema com um militar, ou com um brigadiano que foi agredido por um preso e tal não é. Mas o problema é que o Movimento de Direitos Humanos não está preocupado em atender o desejo de grupo a, b ou c, ele está preocupado com a figura humana que está

ali e exercendo o seu papel, e que ali seja respeitado exatamente nos seus limites, naquilo que ele pode executar e naquilo que ele pode participar. Então, o Movimento de Direitos Humanos desde o início ele sempre tinha a dificuldade de poder provar que ele estava a serviço de 'a' ou 'b', ele tinha a intenção de garantir que as pessoas tivessem o seu direito de se expressar, seu direito de ir e vir, escolherem aonde queriam ir e de fazerem reuniões. Na época as reuniões do Movimento eram muito difíceis de fazer, a gente tinha que, quando saía, ia fazer uma reunião, todas as reuniões eram à noite, porque obviamente todo mundo trabalhava em algumas coisas, eu, por exemplo, era Engenheiro, tinham pessoas que trabalhavam no Direito, outras trabalhavam no comércio e assim por diante, as pessoas tinham horários disponíveis à noite. Quando a gente saía das reuniões todos olhavam para cima dos ombros, quer dizer, preocupados em saber se não havia ninguém seguindo, porque era exatamente este o clima. Você não tinha o direito de expressar qualquer coisa se não fosse neutra, em termos de governo qualquer crítica que fosse feita despertava a atenção daqueles grupos que ainda existiam muito estruturados de repressão, inclusive, DOPS e outras coisas. Essa era uma grande preocupação, mas isso não fez com que as pessoas que acreditavam na ideia do Movimento – aí este núcleo é um núcleo pequeno, e daí o Jair encabeçou o grupo inteiro –, levassem adiante o plano, e esse apoio foi dado pelo colégio Anchieta, no caso a Instituição da Sociedade dos Irmãos Jesuítas, Sociedade de Jesus, com muita coragem, porque o Anchieta sempre foi um Colégio de alta qualidade, respeitado e muito prestigiado, inclusive pelas elites dominantes na época, de todos os tempos na verdade, um colégio de alta qualidade, quer dizer, sempre foi então acompanhado dessa valorização, obviamente portanto tinha algo a perder, mas isso não foi motivo suficiente para que eles deixassem de dar o suporte.

P: Você faz parte nesse momento da Diretoria do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, naquela época certamente, e qual era a pauta da discussão nestas reuniões que tu citas que se iam até altas horas da noite, o que se discutia, quais eram os temas?

R: Bom, na verdade, acho que a grande nuvem que pairava sobre todos era a questão da possibilidade da manifestação política e as opções que os vários segmentos poderiam exercer. O Movimento se colocava sempre a favor daqueles que quisessem adquirir direitos ou tivessem o direito de se expressar. Então, a gente sempre buscava, por exemplo, apoio na Assembleia Legislativa para fazer essas manifestações, o Movimento apoiava isso tudo. Na época, por exemplo, um dos episódios mais interessantes foi do movimento dos Sem Terra, que começava a se estruturar, reestruturar, porque o movimento dos Sem Terra ele tinha tido uma época, nos anos [19]60, em função de toda aquela movimentação do regime militar, ele foi sufocado, simplesmente paralisado. Eu não lembro agora exatamente em que período foi, mas foi no final dos anos [19]70, não, acho que posso lembrar melhor, acho que foi [19]81, [19]82, que ocorreu o episódio da Encruzilhada Natalino; Natalino era uma casa de comércio, Natalino era o dono, essa que ficava em uma esquina de estrada entre Ronda Alta e Nonoai. Nessa época havia uma fazenda, era uma fazenda que não era utilizada, a fazenda Annoni, e o governo prometia e prometia, mas nunca viabilizava a destinação dessa fazenda, a desapropriação e a destinação dela para o uso de assentamentos, de reforma agrária, que era uma palavra complicada, proibida até para muitos setores, pois ela dava a impressão de que haveria um questionamento da própria propriedade. Então, muita gente que não tinha nada a ver com a questão política, também se colocava contra, porque de repente percebia que aquilo poderia ser uma ameaça à propriedade que ele tinha; às vezes um cidadão com meia dúzia de hectares de terra, do qual tirava o sustento. Também esses eram contrários, porque percebiam ali o risco de que aquilo tudo pelo que tinham lutado pudesse ser posto em dúvida. Mas a Encruzilhada Natalino foi o primeiro movimento que surgiu, então, no final dos anos [19]70 e início dos [19]80, de junção, de reunião das pessoas que de alguma forma já tinham perdido as suas terras e que queriam fazer daquilo uma oportunidade de questionamento do próprio regime de propriedade e tal, é óbvio que entre eles haviam muitos agricultores e havia muitos militantes políticos que faziam exatamente isso, cuja finalidade era isso. O nosso papel era simplesmente dar direito que as pessoas se expressassem, por isso o Movimento acompanhava esse processo. Acontece que o tal acampamento esse que começou com meia dúzia de casas, de barracas e foi feito entre a estrada e a cerca da fazenda, porque a fazenda

da estava ali, estava intacta, ninguém invadiu. Ali havia a faixa de domínio da estrada, você tem uma estrada intermunicipal, coisa como vinte metros de largura, nessa faixa de repente começou a se estabelecer e foi crescendo com isso, e essa notícia se espalhou por todos os lugares. Aí as pessoas começaram a vir e ali tinha lugar. Acampavam-se, levavam as barracas, que eram das mais diversas, o comum era você comprar aquela lona preta e fazer uma estrutura de madeira improvisada e passar a morar ali. Até que chegou um determinado momento em que o assunto começou a se tornar notícia, e notícia que adquiriu contornos dramáticos para o governo, pois eles não conseguiam fazer a explicação - Como é que não tira essas pessoas dali? O governo não tinha ainda percepção de como é que faria para eliminar essa gente, eliminar esse tipo de movimento, e portanto, digamos assim, dispensar esse questionamento da sua própria forma de trabalhar. Quando chegou a um determinado ponto, em que isso se avolumou de determinada maneira, que havia ali, eu não lembro quanto, mas havia centenas de famílias já e aquilo se estendia assim, que você pegava uma colina e ele baixava e subia colina e baixava outra, provavelmente quase um quilômetro de comprimento havia nessa estrada, ou seja, era realmente uma movimentação muito forte. E aí o governo resolve colocar aqui um preposto deles, que era, já na época, o coronel Curió, Sebastião Curió, e ele tinha tido uma atividade bem sucedida, segundo a ótica deles, no caso do garimpo do Araguaia, da Serra Pelada, no Pará. Nessa época ele era um homem de extrema confiança, porque ele rezava pela cartilha, era ideológico, quer dizer, ele sabia exatamente o que estava fazendo. Aí eles determinaram que ele viesse para cá e fechasse o acesso, a partir daquele momento não havia mais a possibilidade de entrar ou sair, ninguém mais iria se instalar e também não era permitido que as pessoas saíssem dali para fazer algo, quem fosse sair tinha que sair definitivamente. Como uma espécie de confinamento, um campo de confinamento. Isso se prolongou, eu não lembro agora de quanto foi o período, mas chegou num sentido em que a panela começou a aumentar a pressão, aumentar a pressão e o Movimento resolveu que teria que intervir diretamente. O Movimento de Direitos Humanos alugou um ônibus, ou dois ônibus, a memória não me ajuda nesse momento, mas alugou para um grupo de pessoas serem conduzidas ao local, eram cinquenta pessoas pelo menos. Nós marcamos a viagem de Porto Alegre à Encruzilhada Natalino, que levava seis ou sete horas, então nós marcamos de ir na sexta de noite, passar o dia de sábado lá dentro do acampamento e voltar no sábado à noite. Obviamente nós não marcamos com ninguém, muito menos com o coronel Curió, que nós iríamos lá, aquilo foi para tomar de surpresa, porque a nossa intenção era exatamente marcar o fato, criar o fato; a imprensa nos acompanhou na época, porque eles tinham sido avisados para que ficassem atentos que iria acontecer esse processo. Nós chegamos lá de manhã e surpreendemos o pessoal, porque ninguém estava esperando, nem o pessoal assentado, que só o Padre Arnildo, que na época era o capelão ali de Ronda Alta, que acompanhava, e era que fazia a ligação conosco, ele sabia do que iria acontecer, e talvez outro líder, mas isso não foi espalhado para evitar que os militares ficassem sabendo; quando nós chegamos de madrugada, assim, de manhã cedo no acampamento, ele era cercado, a estrada não era circulada naquele trecho ali, ou seja, foi interrompida a estrada de trânsito que era o normal, ou seja, não havia nenhuma ocupação para fazer esse fechamento. Nós chegamos então na entrada e simplesmente derrubamos o que tinha e entramos, sessenta pessoas digamos assim, e começamos a visitar; bom daqui a pouco começa a aparecer pessoas vestidas, militares vestidos de preto, pois a farda que eles usavam era essa, a farda de repressão, assim de movimentos urbanos eu acho, não era aquela malhada de selva, queriam saber o que estava acontecendo; nós intencionalmente não tínhamos escolhido, intencionalmente, nenhuma figura especial que fosse tomar a frente, porque nós queríamos que as pessoas se misturassem e não houvesse aquela história do coronel chegar lá e dizer - Tira tua gente daqui e sai fora -, não, todos nós embrenhados para conhecer as pessoas, a essa altura, quando eles perceberam, as pessoas já estavam todas espalhadas pelo acampamento. Um iam num barraco aqui, outro ali. Eu sei que nós ficamos nessa entabulação com o coronel Curió, que veio fazer o questionamento conosco, nós dissemos para ele - Olha não estamos aqui querendo impor nenhuma condição, mas queremos o nosso direito de olhar o que está acontecendo aqui e entrar aqui, e, vamos sair no fim do dia, nossa intenção é sair, nós não vamos ficar aqui -, o Curió fala - Há não, tudo bem -, nessa altura o Padre Arnildo estava junto e tinha certa relação, como diria o Cardeal "o algodão entre os cristais", ele fazia essa ligação não é. Bom, passou-se o dia e nós almoçamos lá com eles aqui e ali, o pessoal é muito receptivo, quando chegou ao final

da tarde todo mundo se reuniu em direção ao ônibus e o ônibus saiu, exceto duas pessoas que foram eu e o Augustino, nós tomamos essa decisão, em função de que nós achávamos que havia um espaço ali de questionamento direto para a instituição, a gente queria com aquele movimento provar que, na verdade, não segurava ninguém e não impediria ninguém de entrar se fosse o caso. Ficamos; eu em um barraco e o Augustino Veit em outro barraco. No dia seguinte, veja que o ônibus naquelas alturas já havia ido embora, para todos os efeitos já havia passado o episódio esse e os militares estavam sossegados. No dia seguinte, cedo da manhã, levanto e vou chamar o Augustino, e saímos a caminhar; nessa altura nem os moradores ali do acampamento sabiam, a não serem aqueles com que nós estávamos. Fomos e passamos uma primeira colina, uma segunda colina, na segunda tinha uma baixada onde estava o acampamento do coronel Curió, que era um acampamento militar do outro lado da estrada, ali ele tinha toda a montagem dele, o esquema todo, pessoas, máquinas de escrever e tal, naquela época não havia computador, e, digo, bom, agora nós vamos, a frente do nosso futuro, eu disse para o Augustino, vamos enfrentar o nosso futuro. Nessa altura do jogo tu não tens o que fazer, tu já tinhas entrado nessa história, quando a gente tem vinte e poucos anos, a gente faz isso com naturalidade, claro que o temor que a gente tinha era de ser preso naquela hora, porque ninguém sabia a rigor, ninguém sabia, nem a imprensa que havia estado ali sabia; só nós sabíamos, eu, ele e as pessoas do nosso grupo de acompanhantes que sabiam que nós iríamos ficar; fora disso ninguém. Então, eles poderiam perfeitamente nos encaixotar, botar dentro de um camburão desses e levar e fazer a gente desaparecer. Foi tão surpreendente para ele também, que quando nós chegamos então na frente do acampamento, e que olhamos para o outro lado, e aí que eles perceberam - Ué, mas o que essa gente está fazendo aqui? -. Porque enquanto que os assentados eram assim vestidos com uma vestimenta comum, eu e o Augustino estávamos como cidadãos da cidade, normais assim. E nós fomos diretamente a eles, nos apresentamos ao coronel Curió e para os seus ali, entregamos identidade, essas coisas, que eles queriam saber quem eram, queríamos saber por que nós tínhamos ficado, e dissemos que nós queríamos exatamente provar que o senhor não tem direito nenhum de fazer, na Constituição não existe este espaço para você confinar pessoas e deixar de fazer. Bota coragem nisso, quer dizer, quando você tem aí os seus, eu me lembro de que isso era [19]81 eu acho, eu tinha 27 [anos] eu acho, nós logicamente apreensíveis porque a decisão era deles, e eles estavam totalmente equipados com armas pesadas, nem tenho ideia de identificar isso. Eu acho que eles foram tão surpreendidos, essa é a explicação que eu tenho que eles simplesmente ficaram sem saber o que fazer, porque nós não sofremos nenhum tipo de repressão, nenhuma coerção, nada. Ficamos nesse período ali conversando com eles, explicando, quer dizer, ele se mostrou um cara bastante agradável de conversar, eu acho que ele naquela altura do jogo, aquela expressão que ele tinha no dia anterior de nos receber com uma cara assim, totalmente agressiva, ele estava desmanchado, ele era um cara normal, um cidadão como a gente encontra um para tomar um cafezinho e não sabe de quem que veio não é. Nós dissemos para ele: - Olha, nosso plano é simplesmente o seguinte, nós viemos aqui, queremos nos apresentar, mostrar que na verdade o senhor não tem esse direito e nós não queremos que o senhor fique aqui, o senhor tem que encontrar uma maneira de resolver isso, e nós vamos sair daqui e nós vamos a Ronda Alta, eu acho que era a cidade mais perto dali. E saímos, não lembro se a gente tinha uma pessoa que nós íamos esperar que tinha marcado, eu sei que em seguida a gente saiu, eram alguns quilômetros, fomos até Ronda Alta, pegamos um ônibus, eu e o Augustino, e viemos para Porto Alegre, isso era no domingo de manhã. Chegamos aqui sãos e salvos. Não sei se foi em consequência desse atrevimento, ou da própria ruptura desse processo que eles achavam tão seguro, hermético, de não deixar ninguém falar com ninguém, porque na época a ideia deles era não deixar que os assentados falassem com o mundo exterior, e nem que o mundo exterior influenciasse diretamente a eles. Passaram-se alguns dias, ou semanas, e, simplesmente o coronel Curió sumiu dali, desapareceu, acabou o período este de coerção, e eles retiraram as cercas e foram embora. Sumiu. Casualmente, pelo meu trabalho como engenheiro, eu fui conselheiro do CREA,¹²⁴ numa reunião em Brasília me encontrei com ele, ele era deputado pelo Pará na época, me encontrei com ele no Congresso Nacional e perguntei para ele o que é que tinha acontecido, se ele, afinal de contas, tinha recebido ordens para sair; ele foi vazio nesse sentido, não quis explicar, mas ele como deputado tinha a obrigação de explicar para as pessoas como é que fazia e

124 Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

como é que não fazia. Ele se desculpou dizendo que não poderia explicar o que tinha acontecido, certamente guardou essa diretriz para a vida, porque morreu sem ter revelado todas as coisas que fez e com ordem de quem. Então, o fato é que nunca se explicou realmente, mas acho que a experiência que eles quiseram ter atingiu a maturidade, enquanto eles conseguiram manter. Quando eles perceberam que um grupo, de uma maneira não violenta, porque nós não tínhamos mesmo nenhum tipo de violência e nenhuma intenção de praticar a violência; nós entramos pacificamente, rompemos a resistência que ele achava que era inexpugnável e saímos de lá em um momento em que a gente... Isso aí eu acho que tirou completamente o argumento deles de manter o trabalho, já não tinha mais, nessa altura do jogo a gente poderia, foi o que aconteceu, a gente acabou revelando para as pessoas da imprensa o que havia acontecido e deixou de haver a justificativa para que fosse mantido isso. Foi um episódio interessante da Encruzilhada do Natalino.

P: Miguel, o Movimento, em outra linha relacionada naquele momento e muito importante na história dele, participa da ajuda aos perseguidos políticos aqui na Região do Cone Sul, no Uruguai, na Argentina. Há vários casos emblemáticos do Movimento de salvaguardar as vidas, providenciar a fuga e também o cuidado deles aqui no Brasil. Tu participas de vários desses casos, como é o caso de Claudio Benech o cientista, Maria Elpidia¹²⁵, Fernando Vaca Narvaja. Poderíamos falar um pouco deles, a começar pelo Claudio Benech, os antecedentes, os primórdios, como vocês chegaram a saberem deste caso, a partir de que momento se faz contatos e esta história?

R: Bom, o Movimento não era uma entidade que se preocupava só com o que acontecia no Brasil. O golpe Argentino veja que enquanto o golpe militar no Brasil se deu em [19]64, na Argentina se deu em [19]73 e no Uruguai em [19]76, então houve um processo encadeado de influenciamento aqui na região do Cone Sul que fez com que a partir do sucesso, entre aspas, dos militares brasileiros, tivesse gerado reação na Argentina, que era nosso grande irmão aqui do lado. Então, os militares da Argentina estavam nos anos [19]70 ainda em um período muito pesado, mais do que o nosso aqui nesse período final dos anos [19]70, o Uruguai a mesma coisa, e, o Uruguai tinha sido três anos antes. Da formação do Movimento de Direitos Humanos, que foi [19]79, o golpe militar tinha três anos. Então, eles estavam em uma fase tremendamente ativa de repressão, e o Movimento fazia um papel de dar guarida a quem quisesse fugir desses regimes. Nós em momento algum questionávamos se a pessoa tinha posição a, b ou c, ou ideologia a, b ou c, mas quem não estivesse em condições, ou estivesse sendo perseguido, ou não estivesse tendo espaço para seu trabalho ou as suas atividades na Argentina e no Uruguai, especialmente, mas aconteceu em outros países também, o Chile também foi um período parecido não é; nós dávamos guarida aqui. Qual o papel do Movimento? Era simplesmente fazer com que a pessoa tivesse outros olhos aqui e pudesse enxergar por onde é que conseguiria se refugiar, o Brasil dava suporte porque o Brasil era signatário do Tratado de Direitos Humanos da ONU. O Brasil é engraçado nisso não é tche, a gente não tinha relações com Cuba, os militares não tinham relações com Cuba, mas com a Rússia tinham, e quem dava suporte aos cubanos era a Rússia, até o final foi não é. Assim aconteciam outras coisas, quer dizer, existia no Brasil o Alto Comissariado das Nações Unidas, que era encarregado do aporte de alguma estrutura para os refugiados que viessem de outros países e que se alojassem no Brasil, e o Alto Comissariado era apoiado, no Rio de Janeiro, pela Arquidiocese do Rio, cujo patrono era o cardeal Eugênio Sales, famoso e conhecido como sendo um cara que apoiava a ditadura. Anos mais tarde a gente percebe que na verdade Dom Eugênio era uma pessoa extremamente preocupada com essa questão, e sabia que não podia enfrentar. Obviamente você fazer o regime militar sem você ter que enfrentar um tipo de argumento, sem você ter as mesmas armas deles é uma empreitada infrutífera. Então, ele fazia este papel, ou seja, ele jogava, usamos uma figura de retórica, jogava dos dois lados, ele fazia o bonzinho perante os militares, mas ele dava todo o suporte, e foi graças a ele que o Alto Comissariado estabelecido no Rio conseguia se estruturar para dar esse suporte aos fugitivos. Nós ficamos sabendo que havia um cientista, que era um biofísico, no Uruguai, Claudio Benech,

125 Esposa do líder Montonero Mario Ferminich

que tinha inclusive trabalhos muito interessantes na área de radioatividade, ele fazia, tinha pesquisas nessa época, pesquisas inclusive no Brasil, apoiadas pelos cursos de pós-graduação dele. Ele tivera em certa época militância no Partido Comunista no Uruguai, e por esta condição ele foi preso, ele estava preso há certo tempo, e ele recebeu na noite de Natal uma oportunidade de ir a casa para rever a mulher e os filhos, ele tinha seis ou sete filhos, inclusive um pequenininho. Bom, o fato é que o Claudio recebeu essa oportunidade, e ele como que era um cara assim muito inteligente, e também um cidadão articulado, ele, a par do período inicial que ele sofre algumas torturas, a maior parte desse período agora ele mantinha uma relação, entre aspas, cordial com os algozes dele, que não tinham nenhum tipo de iniciativa que pudesse feri-lo, mas também permitiam que ele fizesse... Ele passou o período como se fosse um preso comum, sem ser obviamente nas nossas cadeias aqui. Na época, portanto, eles deram autorização para ele e ele foi passar a noite, e estava na casa dele um cunhado dele, que era o Julián Murguia, que era um poeta e que tinha militância, mas não era uma militância ativa, não era um cara visado. E o Claudio, junto com o Julián, aí o Jair pode nos dar mais riqueza nesses detalhes, tinha uma pessoa que era muito chegada a eles aqui em Porto Alegre, e essa pessoa procurou o Jair para ver se haveria algum tipo de possibilidade de a gente montar um apoio se ele quisesse fugir do Uruguai, nós não sabíamos como é que isso se daria, como isso aconteceria, mas eu digo bom, no momento em que ele estiver em território do Rio Grande do Sul nós podemos apoiar, com certeza vamos fazer de tal maneira que possamos extrair ele de lá e tirar ele da zona de conflito. Então o que aconteceu nessa noite de Natal: eles ficaram a noite inteira trabalhando para montar a estratégia que iam adotar.

P: Não te referes a Ariel Celiberti? Esse contato?

R: Não, a Lilián é outro caso. Sobre o contato eu não sei agora tu me pegou, talvez o Jair pudesse, pode ser que houvesse uma ligação, eu não lembro, de fato não lembro; às vezes a memória trai a gente. Eu posso te dizer em relação ao episódio que o Julián e o Claudio, junto com a mulher dele que era a Graciela, montaram uma estratégia de como fazer. O Julián emprestaria um automóvel que ele tinha, um carro daqueles com dois faróis de bico triangular, carro antigo, anos quarenta ou trinta, para vir de Montevideu até o Chuí. Eles viriam pela rota litoral, que é a mais curta que eles tinham para sair território. Aí vem outro condicionante, ele precisava, era um pouco antes da meia-noite, bom, para não atropelar a história eu vou te dizer o seguinte: que em função da noite essa e do planejamento que eles fizeram, quando ele voltou lá no dia de Natal, no dia seguinte ao Natal, ele conversou com os caras, que nessa altura eram amigos, contou mirabolâncias das aventuras sexuais que ele fez, que afinal fazia anos que ele não fazia com a senhora dele e tal, como uma maneira de capturar e engatar as pessoas que estavam conversando com ele. Então todo mundo disse - Opa! As pessoas não estavam preocupadas se ele havia feito qualquer outra coisa a não ser isso, então com isso ele ganhou a atenção e a confiança das pessoas, e disse - Bom eu tenho que voltar agora no Ano Novo e conto com a ajuda de vocês, porque eu também quero fazer agora novamente outra aventura no Ano Novo -, ou seja, ele estabeleceu que a partir dali eles o deixassem na casa dele com a família, algumas horas ou minutos antes do Ano Novo, e que iriam buscá-lo às cinco da manhã no dia seguinte. Então, na verdade ele tinha um intervalo em que ele teria no máximo cinco horas para preparar, juntar as coisas e cair fora e vir de Montevideu, onde ele morava, até a fronteira, ele precisava sair até às cinco da manhã, e foi isso que eles então propuseram, e o Jair, junto com o grupo do Movimento, começou a montar a estratégia então. Trouxemos o pessoal da imprensa que iria nos dar guarida, pois nós queríamos que no momento em que ele pisasse em território brasileiro houvesse fotografias, houvesse microfone, houvesse uma maneira de você comprovar que ele estava fora do Uruguai. Portanto, se houvesse alguma ação deles, o governo brasileiro não teria como sustentar, a não ser exigir que ele fosse posto nas mãos do Brasil. Ai estava lá o Kolecza, estava o Staub, Luiz Cláudio Cunha estava pela "Veja", na época ele era repórter da "Veja", e, o Kolecza pela "Zero Hora". Bom, nós tínhamos realmente um grupo muito preparado de pessoal da imprensa que iria dar o suporte, estavam todos preparados, e os editores das respectivas origens, tinha alguém do Estadão também, se não me engano era o Mitchell, que fariam esse trabalho de resguardo, quer dizer, no momento em que eles tivessem essas informações, elas seriam repassadas no momento em que fosse possível, para que lá eles dessem a cobertura

nacional. Preparamos para ir então ao dia da véspera do Ano Novo, saímos daqui em dois ou três carros. Na época eu tinha a minha namorada, eu não era casado ainda, minha namorada era a Nora, e nós fomos em direção a Santa Vitória do Palmar, saímos daqui acho que era de manhã, e fomos em direção ao Chuí; quando chegamos ao Chuí, era uma Avenida que no lado uruguaio era calçada e no lado brasileiro era chão batido. Tinha na frente um hotel, com restaurante e tal, era o único lugar que estava aberto realmente [...]. Nós montamos uma estratégia, só que claro, a nossa preocupação era a seguinte: como que eu justifico se tem alguém aqui do outro lado da avenida, ou se tem algum cidadão uruguaio aqui olhando, “mas que é que esses caras estão aí, esse grupo reunido”. Então, nós levamos champanhe, e aí na hora da meia-noite a gente brindou com todo mundo, como se nós estivéssemos ali esperando alguns amigos que vinham do Uruguai, o nosso discurso era esse, fomos ao restaurante esse como se estivéssemos esperando uns amigos que iriam chegar para comemorar a passagem de ano. Só que passou o tempo, as horas, de repente deu três horas da manhã e não havia mais ninguém ali e estava todo mundo meio dormindo, mas nós continuávamos ali; mas certa hora nós ouvimos um barulho de um automóvel, correndo, um Jipe que chega, ou uma coisa assim, vindo em uma carreira desbragada assim de longe - Bá chegou a nossa vez -, chega à rua do hotel e encosta do lado, ou seja, a gente não via o tal do Jipe, a gente sabia que havia um carro encostado ali. Só falta serem os militares, vieram ali, entram agora e vêm por trás e vão nos surpreender aqui, já descobriram o que aconteceu. O que ocorreu, na verdade, era um grupo de pessoas que havia terminado a sua cerveja e eles estavam festejando e voltaram para se abastecer no hotel, não aconteceu absolutamente nada. Quando chegou as cinco horas da manhã, cinco horas em ponto assim e nada -Bah, foram presos na estrada -, porque eles vinham naquele Mercedezinho acho, o carro bem antigo, e logicamente ele não tinha velocidade para andar muito rápido na estrada, talvez não tivessem conseguido vencer o período, e chegaram em alguma dessas barreiras da polícia, foram exigidas identidades e os caras acabaram identificando eles. E aí resolvemos ficar mais uns minutos, ainda era noite, naqueles minutos que passaram dali a gente observava lá no fundo da Avenida duas lâmpadas assim acesas, como se tivessem se aproximando, que eram os faróis de um automóvel, nós não sabíamos que carro era, nem quantas pessoas vinham, nem quem viria especificamente, a gente sabia que era o Claudio e a mulher e mais algumas pessoas, e o Julián claro. Uma das nossas colegas, que era a esposa do Staub, tinha que ter um lenço vermelho na bolsa para que pudesse se identificar, para que eles soubessem a quem eles deveriam se dirigir. Bom, afinal de contas não foi nenhum problema, porque só estávamos nós ali. Quando eles se aproximaram, nós nos movimentamos e essa guria percebeu e encostaram o carro e aí foi fácil, quem veio junto foi o Claudio, a mulher, o Julián e mais os dois filhos deles mais velhos, porque os dois filhos eram maiores de idade, ou estavam em vias de o mais novo ser maior de idade. A gente sabia que se eles descobrissem lá que o Claudio havia fugido eles iriam prender os filhos, que poderiam prender os filhos, e tinham deixado o gurizinho esse que tinha meses na casa de uma pessoa lá em Montevideú. Claro que não podiam viajar sabendo o que poderia acontecer. Com a expectativa de depois tirá-lo de lá, o que acabou se dando. Eu sei que nós pegamos, simplesmente quando ele entrou nós colocamos o Claudio e a Graciela em um carro e os outros no outro carro e botamos o pé na estrada, passamos pela aduana brasileira, acenamos, e se os caras nos pedissem para parar a gente não iria parar. Viemos embora, estrada nessa altura, ninguém tinha dormido realmente. Bom, eu contei quando nós chegamos aqui, os alojamos na Casa Padre Jorge. A partir do momento em que nós percebemos que a nossa tarefa estava atingida, de encontrá-los na fronteira, nós não perdemos tempo; o que nós fizemos: saímos diretamente dali, passamos pela aduana brasileira, que fica a alguns quilômetros fora da fronteira mesmo, e viemos embora, desesperadamente pela estrada até Porto Alegre, porque nós precisávamos sair de qualquer zona de proximidade com a estrutura do próprio governo, porque a própria aduana tem a ver com Polícia Federal, e ela mesma poderia estar perfeitamente mancomunada para impedir que a gente viesse. Chegando a Porto Alegre, logicamente nós sairíamos do raio de ação deles. Eles foram alojados na Casa Padre Jorge por uns dias, depois foram para o Rio de Janeiro de ônibus. Nessa altura nossa vinculação passou a ser eventual só, eu imagino que também têm histórias que aconteceram no Rio de Janeiro que talvez sejam mais enriquecidas no futuro, certamente.

P: Graciela e Claudio ficam aqui em Porto Alegre na Casa Padre Jorge, que tempo, você lembra? E como se dá essa relação?

R: A Casa Padre Jorge, entre eles assim na Casa?

P: Sim.

R: Eles eram muito agradáveis, os dois eram. Na época havia uma possibilidade, porque eu era nos anos [19]80 professor na PUC, e fui fazer uma visita para o Pró-Reitor de Pós-Graduação e Extensão, que era o Irmão Elvo Clemente, sobre a possibilidade de ele ter lugar, trabalho aqui em Porto Alegre, já que o Claudio era reconhecido como biofísico bastante prestigiado; autor de muitos trabalhos técnicos de respeito e credibilidade. A abordagem dele era sobre a questão da radioatividade no lixo hospitalar, ele tinha feito uma pesquisa que fazia a medição do efeito ocasionado pelos elementos que saíam do lixo de um hospital, que não é um lixo comum, é completamente diferente, ele precisa ser tratado de uma maneira diferente, porque aqueles elementos que são usados nos exames de radiação, raios X e outras radiações, eles são altamente poluentes, eles não podem ser misturados, portanto, num aterro sanitário; aquilo tem que ser reprocessada e dada uma destinação determinada, porque com o acúmulo deste material poderia determinar riscos para as pessoas que tivessem. Anos depois aconteceu o acidente aquele do Césio 137 em Goiânia, aqui no Brasil, que era uma cápsula usada num desses exames médicos, que havia sido descartada inadvertidamente por quem largou, e a gente viu o quanto que aconteceu; pessoas que morreram e pessoas que sofreram problemas de corrente de radiação por muito tempo. Então, nós queríamos que o Claudio encontrasse uma forma. O Irmão Elvo estava muito favorável, mas quando a gente falou que, na verdade, ele era uma pessoa que havia saído de lá de uma maneira, ou seja, foi obrigado a sair do Uruguai, para fugir, ele achou que a PUC não iria conseguir justificar isso e assumir, daí eu acho que a PUC não tinha espaço para atividade de caráter de questionamento como uma entidade privada não é, talvez a UFRGS pudesse ter de um tipo diferente, mas se bem que a UFRGS tinha intervenção direta do governo militar. Finalmente, nós não conseguimos evoluir nessa questão, e ele teria sido uma contribuição extremamente interessante para o conhecimento que a gente poderia abarcar por aqui. Afinal não sei se no Rio de Janeiro ele conseguiu pôr em prática alguma coisa nessa área, ele acabou eu acho, no fim do período, voltando para o Uruguai e tentando retomar lá a atividade que ele fazia. Mas, foi interessante; ele ficou uns dias aqui, depois, logo que foi possível, nós o enviamos para o Rio de Janeiro. Eu não me lembro de ter havido movimento de parte dos órgãos de repressão daqui no sentido de quererem questionar isso ou eventualmente se apossarem de novo do Claudio para mandá-lo de volta.

P: Existe outro caso, que também marca o Movimento, que é o caso da saída da Argentina do Fernando Vaca Narvaja, no qual tu participas diretamente. Poderia no contar esse episódio?

R: Têm alguns episódios hilariantes por aí. Mas foram também acompanhados de uns momentos de tensão bastante fortes. A Argentina, isso era o ano de, acredito, [19]82, [19]83, é mais ou menos, a minha memória não ajunta muito, a do Jair Krischke é muito mais eficiente. Mas na época era um período bem complicado do regime da Argentina, então os Montoneros, que eram um grupo mais forte de oposição ao governo, eles tinham tido, acho que um ou dois anos antes, o sequestro de um dos dirigentes do grupo Bunge Born, sequestraram o dirigente do grupo esse e botaram uma montanha de dinheiro. Bom, afinal de contas, era a maneira que eles encontraram para sustentar o negócio, até porque você sabe que o movimento político não consegue sobreviver se não tiver recursos. Tu dizias? [...]. Na época o grupo dos Montoneros queria fazer uma provocação, que era mostrar na verdade, para o regime militar, que ele não controla nada de tudo o que acontecia lá dentro. Se não me falha a memória o Firmenich na época estava preso, o Firmenich era o número um dos Montoneros, e o número dois era o Fernando Vaca Narvaja, e ele vivia fora do Brasil, mas tinha o Firmenich que tinha parentes aqui no Rio Grande do Sul, um cunhado dele que morava em Passo Fundo tinha um comércio e tal, e a irmã dele tinha sido objeto também de um resgate, agora eu não lembro bem de detalhes da época da Maria Elpídia. Bom, o Movimento foi contatado, se poderia fazer o trabalho de simplesmente ir a Uruguaiana,

no caso a Paso de Los Libres, e tirar de lá uma pessoa que era muito importante dos Montoneros, que viria fazer uma ação deles aqui. O Movimento pode fazer isso sem dúvida. Eu me lembro de que na época eles provinham os recursos, porque tinha o recurso para fazer, e eles diziam que não havia problema, o recurso que precisar gastar para tirar, para levarmos até a fronteira e trazermos para cá a gente pode providenciar. O Movimento tinha a intenção de questionar o próprio regime argentino, então nós dávamos apoio exatamente por isso. A ação deles era o seguinte: eles iriam fazer intervenção em uma emissora de rádio no intervalo de um jogo, que não lembro exatamente se era um jogo de campeonato local ou era uma Copa que havia naquela época em La Plata. Bom, o planejado era o seguinte: no dia seguinte, de manhã, o Fernando Vaca Narvaja, o número dois deles, estaria em certo restaurante em Passo de los Libres, e o nosso papel era entrar lá, identificá-lo e trazê-lo junto, ou seja, entraríamos com um carro brasileiro, passaríamos a fronteira como se fossemos fazer uma visita a Passo de los Libres, porque na Argentina é diferente do Uruguai, aqui, por exemplo, em Livramento você tem muitos ligares para entrar e sair, você só tem que ter preocupação na estrada se te interrompem a trajetória. Em Uruguaiana não, você tem a ponte, você tem obrigatoriamente o caminho da alfândega ali, e você é obrigado a passar por ali, então tem que se identificar.

P: Quantas pessoas?

R: Bom, nós alugamos três automóveis com quatro pessoas em cada automóvel, eram doze pessoas e, se não me falha a memória, eram todos homens, porque eram pessoas que conheciam a realidade, poderiam ajudar, mas poderiam entrar no território argentino poucas pessoas daquele grupo ali, poucas poderiam entrar e uma das que poderia era eu, não estava visado, não fazia parte na época da linha de frente do Movimento; o Jair não podia entrar porque ele era imediatamente identificado, as pessoas sabiam - Mas o que o Jair está fazendo aqui -. Nós saímos de Porto Alegre com três carros, não lembro exatamente que carros eram, mas eram carros muito velozes, era um Passat não é; Passat era extremamente bom na estrada. O nosso caminho era; ao invés de ir direto por Uruguaiana, nós íamos pela rota superior, pelas Missões, iríamos aqui a Carazinho, Panambi, Santo Ângelo, São Miguel e desceríamos a São Borja para depois irmos a Uruguaiana. Assim a gente fugiria do mais óbvio, que era o caminho que obviamente a polícia, que se quisesse saber se algo iria acontecer, faria tocaia naquele trecho, então nós fomos para o outro lado. Bom, saímos de Porto Alegre e a primeira parada nosso foi ali depois de Carazinho, num restaurante desses de beira de estrada, e chegamos algo como duas e meia da tarde, então chegamos ao restaurante, que era pequeno e não havia mais ninguém, estava aberto, mas não havia mais ninguém, e aí quando o dono viu - Tanta gente aqui para almoçar; vou ter que preparar alguma coisa -, porque ele não tinha mais, o almoço já havia encerrado. Ele disse que iria trazer algumas coisinhas - Aqui, vocês querem tal coisa? -, aí eu digo: - Bah, mas como é que eu faço a explicação desse monte de gente -, com carros novos, que eram carros da locadora, aí eu chamei para o cara para o lado e disse assim - Olha fulano, queria te dizer o seguinte, esse pessoal que está aqui, tem gente da imprensa aqui, da editora Quatro Rodas, e estão fazendo um roteiro de avaliação dos restaurantes de beira de estrada -, e a Quatro Rodas fazia isto o tempo todo, - Eles querem, não se identificaram, mas eu só estou te dizendo de boca pequena, para você saber que né, que claro que eles vão falar bem do teu restaurante se forem bem atendidos aqui -, não queríamos nada que ele nos oferecesse de graça, não era isso, mas que fossemos bem atendidos. Bom, aí o cara botou as carnes para assar e serviu um alto almoço, um churrasco, aquilo que as pessoas precisavam para sair muito agradáveis do lugar não é. Foi engraçado. Ninguém sabia que era das Quatro Horas, a não ser ele e eu. Ele ficou muito satisfeito, e as pessoas maravilhadas com o atendimento que tiveram. Saímos, pagamos e fomos embora. Quando chegamos a Uruguaiana nos alojamos em um hotel, não sei se tinha sido feita uma reserva, se bem que era um dia de semana, como terça ou quarta-feira à noite, não havia nenhum evento especial na cidade, não havia maior dificuldade, mas éramos doze pessoas, então precisávamos assim de quatro apartamentos de três lugares. Como é que doze homens estão aqui? Eu chego ao hotel, me lembrei de que tínhamos passado pela ponte do Ibicuí, que fica entre São Borja e Uruguaiana, entre certa altura, não sei se próximo ou não de Itaqui, e a ponte era um ponte antiga, difícil de trafegar, era de madeira, uma estrutura de concreto, mas piso de madeira; era uma ponte que precisava ser refeita obviamente, e essa era uma reivindicação de anos da comuni-

dade dali. Aí eu chamei o gerente do hotel e nem esperei muito o assunto aparecer, e eles começaram a perguntar e eu digo - Olha nós somos aqui um grupo de engenheiros, nós estamos fazendo uma vistoria no trajeto e passamos de São Borja para cá na ponte de Ibicuí, nós estamos fazendo o trabalho preliminar de estudo da nova ponte do Ibicuí -. Bah, mas o cara nos recebeu de braços abertos, claro porque era uma reivindicação da região ali, extremamente importante, e aquilo soou, portanto, como se fosse uma solução excelente. Passamos a noite lá e no outro dia saímos bem cedo de manhã, e daí tocou a mim, fui eu sozinho, peguei o carro e atravessei a ponte, vou dar uma visitada como turista me identifiquei como turista, entrando em território argentino em direção a Passo de los Libres, e o horário que era para nos encontrar eram como onze horas, meio-dia, e tinha lá um código, não lembro se era uma pasta de cor determinada que tinha que estar em cima da mesa e eu já sabia quem era a pessoa que eu deveria procurar, porque eu não tinha a menor ideia de como era o cara, se ele estava sozinho, se havia mais gente, se tinha homem, se tinha mulher. Bom, no final das contas chego ao restaurante, fui dar uma passeada na cidade; chegou certa altura eu pensei - Vou me encaminhar para lá -, estava próximo da hora, e cheguei a pedir uma água mineral e tal, daqui a pouco eu percebo que em uma mesa próxima estavam realmente duas pessoas, e a pasta que era para ser enxergada estava em cima da mesa, e aí eu fui e me aproximei, somos nós e tal, e a partir daí, da mesma forma como antes, não temos mais tempo a perder, você tem que fazer o que veio pra fazer. Entrei no carro e eles estavam em outro carro que era desse, eu acho que do tio do Fernando. Bem, esse cidadão era comerciante de bebidas e de produtos na Argentina, inclusive agrícolas, e ele comercializava no Brasil. Ele era o representante que vinha vender para empresas Argentinas seus produtos aqui. Eu lembro isso porque, no final das contas, ele me deu as amostras que havia trazido, ele tinha uma caixa enorme, duas malas, porque ele era mesmo o representante comercial, e então eu trouxe um representante comercial com todas as suas coisas e um terceiro cidadão, que era um caroneiro, um ajudante dele que nem lembro o nome. Foi assim que nós chegamos à fronteira, e aí eu entro e mostro a minha identidade, direto na pista eu mostrei minha identidade, e o cara disse que não tem problema, pode passar, ele foi e fez a identificação e o Fernando Vaca Narvaja tinha outra identidade, passou como auxiliar deste e se mostrou, abriu o carro, porta malas - Olha aqui estamos vendendo para o Brasil, mercado bom para nós -. Ai o agente da alfândega ficou convencido e liberou e pronto. Isso era a alfândega, a primeira passagem, faltava a saída da Argentina e o ingresso no território brasileiro legal, em Uruguaiana; nesse local eu sabia que seria um problema, pois tem que se identificar, tem que passar por um lugar onde as pessoas iriam reconhecer e tal não é, e havia uma fila de gente. Naquele momento em que eu passei em Passos de los Libres eu comprei uma revista, El gráfico, que era uma revista de futebol, ainda existe hoje, muito boa revista, comecei a ler a revista e tal e vi que tinham alguns artigos que me interessavam; bom, deixei a revista no carro, no banco de trás, e levando Fernando e esse outro nosso amigo ali passamos então a ponte e entramos no território brasileiro já, e na aduana o deixei e ao outro, que os dois precisavam fazer aduana brasileira, até porque ele tinha mercadorias junto, e eu fui para um estacionamento que ficava na frente, estou eu e tinham mais uns carros ali, alguns caminhões há alguma distância. Bom, vou esperar aqui, não tem o que fazer, porque dentro do território argentino não tinha o que fazer. Aí eu comecei a ficar nervoso, porque nessa altura tu não sabes o que está acontecendo, não tinha comunicação nenhuma. Se você tivesse uma maneira em que o cara tivesse online, hoje, por exemplo, com o telefone pelo texto esse você vai dizendo - Olha está bem, estou indo, está tudo certo -, eu não tinha menor noção do que era aí, eu puxa vida, vou ter que enfrentar esse touro à unha, não tinha mais o que me restar, nada não é? Aí eu peguei a revista essa e fui em direção ao lugar, que era uma sala, havia muita gente, e dois ou três militares fardados olhando na fila com observação fixa na cara das pessoas que estavam chegando, e na parede estava forrado de fotografias dos procurados, e obviamente que nesses dias os Montoneros tinham ameaçado ir fazer, e tinham feito na noite anterior, a tal da provocação lá, e os caras tinham mais motivos para estar atentos. Tinha um militar desses muito mal encarado, e o Fernando era o segundo na fila, logo atrás de uma senhora, ou ele estava atrás desse nosso amigo que era comerciante e uma senhora na frente, e o cara olhava com uma cara de que conhecia, não dizia nada, mas ele dizia assim - Conheço não é. Eu, como era brasileiro, obviamente não entrei na fila, mas entrei na sala, que não era muito grande, mas era uma sala com certo conforto, dava para andar, muito bem iluminada. Bah me tocou a

revista esse, e quando eu abro a revista dou de cara com a reportagem da saída do Maradona da Argentina, Maradona havia sido vendido para o Nápoles naquela época, e ali ele dava dados de qual seria o salário, quanto é o valor da transação e tal; bah, aqui eu tenho um assunto maravilhoso para fazer. Então comecei a falar alto em português, como quem está chamando atenção, e falando com o militar esse que estava na frente para tirar a concentração do cara, e eu disse - O senhor viu a transação do Maradona? Os italianos vão nos levar todos os nosso craques daqui, não é? -, e ele dizia - É verdade, é verdade -. Saiu da zona de conforto dele e entrou na minha conversa, nessa altura a senhora esta sai e entra o amigo do Fernando na frente para apresentar os seus documentos, e o Fernando estava atrás, e aí eu começo - Você percebe aqui o valor que estão pagando, quanto que paga hoje -, aí eu comecei a colocar o cara na conversa ativamente para que ele me dissesse quanto que era o salário dos atletas; na época eu sabia quem eram os mais influentes na Argentina e comentava em relação ao Grêmio e ao Inter: mas é uma barbaridade, aí mostra lá, as matérias mostram as rendas do último jogo do Nápoles, era uma montanha de dinheiro comparado aos nossos; pois é, o Grenal há poucos dias deu tanto de renda e olha aqui o tanto de dinheiro, claro que os caras podem pagar. E nessa altura do jogo não era só o cara esse, estava um monte de outras pessoas participando da conversa, claro, porque para os argentinos foi um golpe terem levado o Maradona, ele era a pedra preciosa deles, tiraram fora do futebol argentino e levaram para o futebol italiano, que era o que mais pagava na época. Então aquela conversa que deve ter levado algo como cinco ou seis minutos nessa história, e nessa altura esse cara e o outro também estavam participando, já daqui a pouco aparece alguém que tinha outro palpite, as pessoas faziam o seu trabalho, que era passar no guichê, mostrar seus documentos e carimbar, mas a conversa era feita de tal maneira que na cabeça deles tinha o Maradona na história e a lesão que estavam dando, eu ralhava e dizia que no Brasil também estão levando embora, que é uma barbaridade o nosso futebol está ficando para trás e tal; claro as pessoas estavam consternadas com isso e ninguém fica isolado nesta história, terminou a tal da função essa, quando eles saem fora, e eu viro de costas e fomos embora, a partir dali não aconteceu mais nada porque a gente veio na estrada e, ao contrário da ida no Uruguai buscar o Claudio Benech, desta vez eu tinha dormido, não tinha problema. Fomos, entregamo-lo aqui. Nessa altura, o irmão era Diego eu acho esse cunhado do Mario Firmenich, estava nos esperando aqui e o levou. A partir daí nós perdemos o contato, o Jair deve ter um contato posterior, até para saber para onde ele foi depois.

P: Se puderes nos contar um pouco sobre a questão do Mario Firmenich, aquilo que você lembrar.

R: Não, mas eu nunca tive atividade com o Firmenich, não conheci o pessoalmente.

P: Com a esposa?

R: Mas, eu não lembro rapaz. Eu lembro que nós participamos disso, mas não me lembro de ter havido. Também foi em Uruguiana, São Borja.

P: Terminamos com Vaca Narvaja. Eu queria que você fizesse uma avaliação desta conversa que nós estávamos tendo um pouco antes da entrevista, do Miguel hoje e como avalia esse processo passado? e como vê hoje esta sociedade?

R: Bom, é difícil você se inserir no contexto sem passar uma imagem de arrogância de que você sabe a formula certa não é. Agora, o Brasil do período dos Anos de Chumbo evoluiu bastante para este período agora, no aspecto político, acho que o Brasil é uma democracia que pode ser espelhada para outros países. Acho que a grande questão ainda é o aspecto econômico, quer dizer, tu tens ainda uma massa de pessoas marginalizadas que não têm acesso e não conseguem girar. Eu modestamente, sem querer ser pretencioso, acho que as soluções todo mundo sabe quais são, passam por cima da educação e passam pela inserção do conhecimento. Eu me lembro de que em [19]85 se deu a mudança do governo, saiu o regime militar e entrou o civil, eu chamei o Jair e disse: - Jair o meu papel aqui no Movimento se encerrou -. Eu tinha bem consciência disso aí. Enquanto você tem necessidade de romper certo aprisionamento, que é decorrência de um regime único, ou, digamos assim, que converse de uma mesma forma que é o regime militar,

you have the ease of having people on your side who are against and criticizing what is wrong, at the moment when the government passes to be a civil government and it passes to have participation of people who were with us, like here it happened immediately after the government of Simon, in [19]86. In this moment you can no longer stay with the discourse of destruction, of criticism and pass to be the discourse of construction, you have to say then how it is that you have to do, because the restrictions that were before in relation to participation disappeared, in the political logical aspect, you have to propose things and then comes the role of the engineer, and then I found myself again in the condition of who was working with proposals, with things, with projects, with identification, to say, the people assume certain responsibilities and have to fulfill them, have to do with what the things function for so that what functions, and everyone has to participate in this process. Then at this hour I think that Brazil loses a golden opportunity, that should have been taken advantage of in the question of education properly said, to improve this, I don't know if the people have any opportunity or chance of modifying this, because one talks a lot in examples of other countries that already had this turn, and the most emblematic is Korea, for example, that was a very poor country in the years [19]70 and that today is a country that dominates technology in various things, and not even in the military area, because this military area is restricted to three or four of the big players that are here, United States, England, France and Russia, besides that you don't have much freedom. Now, in the question of technological investment it is related to a big investment of time and of training in education of qualification of people. Things are done in Brazil, I think that they do many things in Brazil, they have many interesting initiatives, all of them, but nevertheless, they depend on the initiative of people or of companies outside the government. Everything that depends on the government is very difficult, it is tied, it is full of problems and curves for you to reach the result, what you want, is a process of compadrio, who is in the government does not want to be against who is not, because when the other assumes the government does not want to be against. And then come the criticisms to the public institutions in a general way, but I continue to be optimistic, I think that today we are much better than we were before, despite the fact that there are still many problems. I think that in the governments of Lula I did not vote; I voted for Lula against Collor, and many people who today are in favor of Lula, of the government of PT and who did not vote for Lula, voted for Collor. But I think that they have some positive points of the government of PT, that was to have a greater accessibility for the layers of the population that are disempowered, that do not have voice really, that in a certain way personify a little of what the Movement of Human Rights always pleaded for, to say, that you had the opportunity to give to the people the chance of doing their job, to tell their story and create their own path. Now, the people will really need to step back a little, here in Rio Grande do Sul we have a lot of polarization of points of view, to say, when you have people defending ideas in favor of one side, you have the same number of people defending opposite ideas, in most of the times you do not have justification, the only justification that exists is you being against what is being proposed, and it is a very difficult task for you to break this type of difficulty of relationship, but the people believe.

P: Miguel, muito obrigado pelo depoimento.

R: Eu é que agradeço.

CAPÍTULO III

DEPOIMENTOS NO URUGUAI.

DEPOIMENTO 15 – UNIVERSINDO RODRÍGUES DÍAZ¹²⁶ – PRIMEIRO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 23 DE ABRIL DE 2012.

P: Universindo, o primeiro que queríamos saber de ti seria que tu nos falasses um pouco de onde és, quando vieste para Montevidéu, por que vieste para Montevidéu, um pouco destes anos de juventude, talvez.

R: Bom, eu sou do interior do Uruguai, que é um país pequeno aqui, entre dois grandes que são a Argentina e o Brasil, sou da parte norte do Uruguai, do Departamento de Artigas, limítrofe justamente com o Brasil, pelo que aí temos a particularidade de falar um pouco espanhol e um pouco português, e surge essa mescla que chamamos o portunhol. Quer dizer que desde muito pequeno estou muito vinculado à cultura, à política, ao esporte e às questões do Brasil, particularmente do Rio Grande do Sul. Minha família era de trabalhadores, meu velho trabalhou durante muitos anos nos canaviais do norte de Artigas. Meu velho era de origem batlista, não era ativista sindical nem nada desse tipo, era uma pessoa progressista vinculada ao batlismo, que aqui no Uruguai teve e tem uma aceitação bastante grande. Éramos sete irmãos, e bom, a preocupação de meus velhos sempre foi a de que nós pudéssemos estudar e trabalhar um futuro por esse lado, de modo que ele se dedicou com minha mãe fundamentalmente à tarefa de ganhar dinheiro e trabalhar, e garantir que os filhos estudassem. Eu fiz o Normal da escola e o Liceu em Artigas; depois, lá pelos anos 1968-1969, que foram anos muito particulares na América Latina, muito particulares no Uruguai por tudo o que era ainda a influência muito forte da Revolução Cubana, do movimento dos Não-Alinhados, do Terceiro Mundo, tudo isso, foi uma grande luta operária, popular, estudantil, com muita presença dos intelectuais, que tinham muito peso na criação de consciência e tudo isso, e no Uruguai, em particular, com uma presença muito forte do movimento sindical, que já estava unificado, sobretudo, com o movimento estudantil, em nível da FEU¹²⁷, mas também em nível dos secundaristas, da universidade, do trabalho, em nível de primário, tudo isso, então a verdade é que eu fui fazer o preparatório, ou seja, terminar o segundo ciclo em Salto, e aí em Salto, que se bem é um Departamento limítrofe com a Argentina e está do lado de Artigas, tem particularidades diversas bastante diferentes. Há mais comércio, mais indústrias, mais ativismo, mais movimento cultural, mais ativismo político, e nesses anos particularmente, havia muita luta no interior, e particularmente em Montevidéu, que repercutia aí, e a estudantada se sentia muito... Estava muito sensível a toda essa problemática, e obviamente que eu não era alheio à mesma, havia muita luta política, muita influência do Che Guevara, nesse setor de trabalhadores, de estudantes, de militância de esquerda, e aí começamos a participar das primeiras Assembleias, tudo isso, mas sem maior militância, basicamente dedicados ao estudo. E no ano de 1970 sim; eu vim para Montevidéu fazer a Faculdade de Medicina, e aí me matriculei na faculdade, e aí se pode dizer que começou uma etapa bastante diferente, porque nesse mesmo contexto de agitação, o que no interior se manifestava de maneira mais limitada, mais incipiente, mais dispersa, digamos, em Montevidéu acontecia muito firmemente, ademais com a proximidade da Argentina, particularmente de Buenos Aires. Quando tem pessoas do interior que vêm para Montevidéu, se encontram com um... No mesmo país pequeno, mas com a realidade claramente diferente, com uma presença permanente de Assembleias e manifestações operárias, estudantis, luta política, presença de grupos armados também, muita confrontação com a direita, era a época em que aqui governava Pacheco Areco, então havia muitas medidas... Governava-se basicamente baixo o regime de “Medidas Prontas de Seguridad”, havia muitos problemas com intervenção no ensino, então isso gerava lutas e enfrentamentos permanentes com a polícia e com os corpos especializados da polícia nas ruas, muitos estudantes feridos, espancados, presos e também

126 Universindo Rodríguez Díaz nasceu na cidade de Artigas, fronteira do Uruguai com o Brasil. Na sua juventude participou ativamente na militância estudantil. Após o golpe de Estado de 1973, devido à perseguição efetuada pela ditadura, deixou seu país com destino à Argentina, em 1975, onde contribuiu na fundação do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Após dois anos nesse país, diante da violenta repressão sofrida pelo exílio uruguaio, viajou para a Suécia na condição de refugiado político. Em 1978 decide abandonar esse país e vem para o Brasil, onde é sequestrado na cidade de Porto Alegre junto à sua companheira de partido Lilián Celiberti e os dois filhos desta, numa ação conjunta das instituições repressivas do Brasil e do Uruguai, no marco da Operação Condor. A seguir foi trasladado ao Uruguai onde ficou preso até 1983. Historiador da Biblioteca Nacional do Uruguai, foi autor de várias obras relacionadas à história recente. Faleceu em setembro de 2012. Este foi seu último depoimento gravado.

127 *Federación de Estudiantes Universitarios*

mortos. Anteriormente, lá em 1968, foi um impacto, eu não estava em Montevideu, mas foi um impacto aqui, em todo o Uruguai, e particularmente em Montevideu, a morte dos primeiros estudantes, Líber Arce, Susana Pintos e Hugo de los Santos, depois vieram outros mais, porém eram permanentes, diariamente, os enfrentamentos com a Metropolitana, com a Republicana, com os corpos especiais, com os tiras à paisana que se infiltravam nas Assembleias operário-estudantis e das organizações progressistas ou de esquerda, ou da universidade, e isso gerava todo um clima muito particular, pois as pessoas estavam muito alerta, e isso tinha como resposta permanente enfrentamentos, lutas diversas, e eram muitíssimas, muitíssimas as pessoas. Falo que não eram questões de setores pequenos, de vanguardas que se mobilizavam, senão que havia, particularmente no Uruguai pode-se dizer que nesse tempo havia uma presença de milhares e milhares de pessoas, jovens, trabalhadores, intelectuais, universitários, docentes, etcetera, que participavam nas Assembleias, nas mobilizações. Naquela época, diferente de hoje em dia, por exemplo, esta questão da participação, a questão da discussão, a questão da luta de tendências no interior do movimento sindical ou estudantil ou da esquerda, acontecia em um nível muito alto, ou seja, as pessoas confrontavam; as pessoas liam livros; estavam a par das polêmicas internacionais; e isso se trasladava ao Uruguai. E a realidade de hoje em dia é um pouco diferente, onde inclusive setores universitários se formam ou se informam através de fotocópias, por exemplo. Naquela época, liam-se os clássicos, por exemplo, os originais. E havia toda uma produção intelectual de muitos intelectuais que tentavam pensar a realidade a problemática latino-americana no marco da problemática internacional, da luta contra o capitalismo, havia uma produção própria e havia uma exigência e um compromisso, e isso chegava fortemente a muitas pessoas. E havia muita participação, muitas polêmicas, as manifestações não eram de três ou quatro, senão que eram de centos e de milhares; as concentrações sabem-se lá, do Primeiro de Maio aqui no Uruguai, historicamente sempre foram muito numerosas; por outro lado, no Uruguai havia acontecido, na década de finais dos anos vinte, a unificação do movimento estudantil em torno à Federação de Estudantes Universitários do Uruguai, a parte universitária digamos, e depois, nos anos sessenta, aconteceu todo um processo de unificação do movimento sindical, operário, internacionalista, solidário, que derrotou abertamente a proposta do sindicalismo pró-patronal, governamental ou amarelo, que os Estados Unidos patrocinavam através da Embaixada norte-americana, ou seja, houve a fiança do progressismo, da esquerda, do classismo, muito forte aqui. Então isso configurava um movimento ou um clima muito particulares, que os jovens e os jovens estudantes neste caso, nos sentíamos muito sensíveis a tudo isso, e participávamos ativamente, com compromisso, bom, e havia diferentes opções, todas as opções internacionais também existiam aqui, no Uruguai, então as pessoas optavam...

P: No teu caso, tu já te aproximaste neste momento de algumas organizações? Como é esse panorama de opções políticas ou de aproximações políticas entre os estudantes?

R: Bom, dizia-lhes que nessa época, em nível popular e, sobretudo, em nível estudantil, o movimento estudantil universitário, que tinha toda uma trajetória, a Federação de Estudantes, a FEUU¹²⁸, era muito forte, e onde nesse – estamos falando dos anos de 1970 – havia duas correntes que primavam, que por um lado era tudo o que tinha a ver com o Partido Comunista e seus aliados, e depois havia uma linha mais radical, de tendência, como se chamava na época, que reunia grupos estudantis, sindicais e intelectuais, vinculados ao que então se chamava a esquerda radical, ou seja, no PC, que era amplíssimo também, e que tinha um nível de convocatória similar, ou seja, eram muito fortes. E aí existia todo um espectro diverso, e às vezes a opção de se militar com um setor ou com outro depende do momento, do contexto, das amizades, das relações, das circunstâncias, sei lá. Em meu caso, igual que muitos companheiros, aconteceram de que nós nos vinculamos a um setor minoritário dentro dessa esquerda de tenden... Dentro de um setor da esquerda que era a Resistencia Obrero Estudiantil, que era um grupo que tinha antecedentes anarquistas, anarco-sindicalistas, e que tinha uma base de inserção, interessante para a época, no movimento sindical, sobretudo em locais como a fábrica FUNSA, por exemplo, ou em gráficos, em bancários e em outros lugares mais, onde havia um dirigente sindical muito destacado, que era León Duarte, que é um dos atuais desaparecidos, e que tinha sido, era integrante

¹²⁸Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay

da direção da CNT – da Convenção Nacional de Trabalhadores – e que tinha... Era líder de uma fração minoritária, como... Junto com outros, junto com Héctor Rodríguez, com outras pessoas, mas pessoas com representação social importante, com capacidade de oratória, com capacidade convocatória, com capacidade de assessoramento, e de vínculos com setores sindicais e com setores estudantis, com setores de bairros, paroquiais, era toda uma mescla aí, muito diversa e muito interessante. A verdade foi que eu me vinculei aí a uma agrupação que se chamava Liberación, dentro da Faculdade de Medicina, da ROE,¹²⁹ e estive vinculado até que fui embora do Uruguai, em 1975, ou seja, me vinculei à organização Liberación e, através desta agrupação, que era uma agrupação estudantil universitária, à Resistencia Obrero-Estudiantil, que era conhecida como a ROE, e digamos que tinha como principais dirigentes a três companheiros que vinham de extração operária, que eram Gerardo Gatti, que era gráfico; Hugo Cores, que era bancário e havia sido vice-presidente da CNT; e León Duarte, que era da Federação da Borracha, ou seja, da FUNSA. E aí se coordenava, se participava, para lá da diferença, havia um grande... Digo, no âmbito natural de discussão e de resolução da orientação gremial, eram as Assembleias gerais ou de geração, as Assembleias de classe, então todo mundo tinha uma disciplina no sentido de acatar o que se resolvesse, para lá de que na Assembleia cada um pudesse ter tal ou qual posição, se finalmente sai tal coisa, bom, todo mundo -Tá! - o que se decidia finalmente era levado adiante. E, além disso, eram épocas – me parece interessante destacar – de muito entusiasmo, de muita confiança, de muita participação, de muito compromisso, nessa época, por exemplo, as pessoas estudavam; os dirigentes, ou os ativistas estudantis ou sindicais... No caso dos estudantes, eram pessoas que estudavam; que iam às aulas, ou seja, que definitivamente, para adquirir certa credibilidade frente às pessoas, tinha que ser um bom estudante, ou seja, as pessoas não estavam pensando nem na droga, nem no álcool, não era um problema de nossa época esse tipo de problemática que hoje em dia ataca tão fortemente, as pessoas cuidavam muito para que... Como existia... Por um lado, a credibilidade frente aos companheiros, para que te respeitassem e pudesses participar nas diferentes medidas, e, por outro lado, sempre existia a possibilidade ser preso, de modo que tinha que procurar ser preso nas melhores condições, para suportar os interrogatórios, as torturas, pois nessa época havia torturas, choques elétricos e submarinos, e coisas desse tipo; então as pessoas cuidavam, não era um problema de imagem, era um problema de responsabilidade, cuidava-se muito esse tipo de coisas, ou seja, de como se comportava, com quem andavas, em que horários, os lugares que frequentavas, e as pessoas tornavam central, ou seja, um setor importantíssimo de jovens, homens e mulheres, porque participavam em igualdade de condições, tornavam central a questão da confiança da luta revolucionária pelo socialismo e pela liberdade, porque as pessoas pensavam que ou pela via eleitoral, que era a via chilena dos anos setenta, ou pela via armada do guevarismo, tudo isso, por um lado ou por outro, ou pela combinação de ambos, podia-se chegar, a luta contra o capitalismo era possível, pela criação de uma sociedade alternativa, com justiça social, com liberdade, as pessoas tinham muita confiança de que não era que estivéssemos lutando para nossos descendentes, mas que estávamos lutando por nós mesmos, e que havia possibilidades de viver, de ser um homem do novo tempo, ou seja, as pessoas estavam consubstanciadas com postulados desse tipo; talvez se você olhar isso hoje em dia dirá – Bah, louco, eram bastante utópicos –, não havia possibilidades, mas naquele momento as pessoas acreditavam nisso, e isso era o motorzinho que motivava o compromisso cotidiano e a assumir riscos, porque nessa época militar era complicado, ou seja, tu saías da tua casa e era muito frequente que os tiras da Inteligência, à paisana, vestidos de civil, de carro ou a pé, te seguissem; se infiltrassem nas Assembleias estudantis; ou seja, saías da tua casa; não sabias se voltavas; levavam-te a um Comissariado e obviamente as pessoas iam ser submetidas a coerções, torturas, ou seja, há casos emblemáticos de toda essa época não é? Porém, me parece interessante ver o clima, o clima era um clima... E isso as pessoas tinham muito vinculado como... Os uruguaios não é? Como fazendo parte de um movimento histórico internacional que nos transcendia nos planos individual e coletivo, nós nos sentíamos fazendo parte dos países do Terceiro Mundo, da Ásia, da África, da América Latina, que lutavam contra a colonização, contra o capitalismo, contra o imperialismo, contra a guerra do Vietnã, contra esse tipo de... Estávamos envolvidos nisso, cientes disso, e isso era muito motivador.

129 Resistencia Obrero-Estudiantil

P: Universindo, e sobre o ano de 1971, o ano das eleições, do que tu te lembras desse ano particularmente, e desta dinâmica das eleições, porque isto foi muito emblemático no sentido também de contagiar toda a sociedade, com essa perspectiva de mudança eleitoral. E o surgimento da Frente Ampla, que era uma grande novidade.

R: Sim, sim, desse tempo que estamos falando, começos dos anos setenta, aconteceu um processo interessante no Uruguai, que estava muito vinculado ao processo latino-americano, ou seja, no ano de 1970, no Chile, havia uma experiência de unidade da esquerda, com a Unidade Popular, acho que Allende se elegeu presidente na quarta vez, mas havia se candidatado várias vezes antes, fez diversas tentativas. Historicamente a esquerda no Uruguai, eleitoralmente, tanto pelo lado dos comunistas como pelo dos socialistas, era muito insignificante, mas havia uns setores progressistas, como pessoas da Democracia Cristã, pessoas independentes, a verdade foi que pela problemática uruguaia e pela problemática internacional, foi ocorrendo um processo de aproximação de diferentes pessoas, de pessoas desligadas dos partidos tradicionais, de militares como Seregni, Zufriategui, uma quantidade enorme de pessoas que vinham vinculadas, civilistas, então ocorreu todo um processo muito particular aí, entre 1970 e 1971, que finalmente conduz a que – assim como a unificação estudantil havia se produzido nos anos de 1920, a unificação sindical nos anos 1960 –, nos anos de 1970, e particularmente em 1971, 1970-1971, se concretiza a unificação dos setores progressistas e de esquerda, uma unidade na diversidade, com um programa anti-imperialista, amplo, onde estavam os setores marxistas, socialistas, independentes, democrata-cristãos, pessoas que procediam do Partido Nacional, do Partido Colorado, senadores, deputados, pessoas com responsabilidade e com representação, pessoas muito conhecidas, além disso. E no marco dessa situação particular que se via, havia um grande entusiasmo, porque à parte estava o acontecido recentemente no Chile, que era o triunfo da Unidade Popular com Salvador Allende, essa aliança ampla, então as pessoas aqui discutiam, e havia a presença dos grupos armados, mas bom, tá!, as pessoas pensavam que era uma grande possibilidade, e por outro lado na frente da Frente [Ampla]; a Frente tinha grupos com muita representação, com muita inserção, com muita operação, e com pessoas de longuíssima trajetória, as quais se agregaram civis e militares e intelectuais, Benedetti, por exemplo, integrou grupos de direção da Frente Ampla, Seregni, Crotoggini, ou seja, pessoas vindas das mais diversas... Então era um movimento amplo, variado, com capacidade de convocatória, que gerava entusiasmos, com dirigentes com muito carisma digamos, e as pessoas, realmente impressionante, coloriram o Uruguai inteiro com a bandeira de Otorgués, e as pessoas que tinham uma grande confiança de que era possível, depois dos resultados eleitorais perceberam que houve uma boa votação em Montevideu, e uma esperada magra votação no conjunto do interior do país, mas a Frente, se não me engano, nas eleições de novembro de 1971 andou ao redor de uns 18, 20%, pelo que rompeu o tradicional, que era o de que a esquerda reunida, ainda que se apresentasse dividida, não superava uns cinco, seis por cento, ou seja, aí houve um salto. E obviamente que apareceu, no tradicional bipartidarismo uruguaio, apareceu uma terceira opção, que era uma opção de esquerda, progressista, que, a prova é que se mantém até o dia de hoje, para lá do que se possa opinar ou não, é a realidade, é verdade, rompeu o bipartidarismo e geraram expectativas, confiança, entusiasmo, e, além disso, fez alertar aos demais de que definitivamente no Uruguai clássico estava-se dando o surgimento a um novo tempo.

P: Universindo, e a partir daí, porque a partir daí temos um resultado eleitoral, ou seja, o oficialismo continua e no âmbito, digamos... A sociedade passa a sofrer cada vez mais um processo repressivo, sente-se. E o confronto dos Tupamaros com o governo praticamente faz com que os militares tomem praticamente a liderança do combate contra a luta armada. Mas de alguma maneira já está se preparando o golpe, isto praticamente no ano de 1972. Como tu vives aqui, desde Montevideu este período final digamos, na época anterior à ditadura? O ano de 1972, início de 1973. Tu e teu grupo, tua organização digamos assim.

R: Sim, o que há que levar em conta finalmente aqui no Uruguai, dizíamos que havia; bom, a

Frente, se bem não ganhe as eleições, sai muito fortalecida e incorpora... Recebe uma adesão eleitoral importante e um caudal militante que se mantém no tempo; nesse contexto continuam as contradições e a luta; existem as reivindicações dos trabalhadores, via CNT, dos estudantes e outros setores, comerciantes, produtores, etcetera, etcetera, que questionavam o modelo que se vinha implantando desde a época de Pacheco [Areco], e que continua com o governo de Bordaberry, de transformar o Uruguai em um país de serviços, praça financeira, submetido aos alinhamentos dos organismos financeiros internacionais, as cartas de intenção que vinham da época de finais dos anos cinquenta, com o primeiro governo Blanco, etcetera, etcetera. Então há uma agudização da luta, e há atos repressivos importantes, confrontação com os setores da guerrilha, que não é somente o MLN, havia outros setores minoritários, organizações armadas menores, como, por exemplo, a OPR-33, a FAR,¹³⁰ outras mais, o FRT,¹³¹ etcetera. Ou seja, havia todo um clima de grande agitação, e havia também, certamente, contradições importantes no interior dos setores dos partidos tradicionais obviamente, dos setores das Forças Armadas, porque havia existido na América uma experiência que de algum modo repercutiu no Uruguai, que a [experiência] peruana com Velasco Alvarado, então esse setor das Forças Armadas certamente estava, de alguma forma, ciente do que estava acontecendo, e pensavam também que uma possibilidade, outra via digamos, era que a partir das Forças Armadas se criasse um movimento que propusesse, desde o governo, transformações e mudanças, que foi um pouco o que Velasco e suas pessoas tentaram fazer, e isso chegou à esquerda e chegou a setores das Forças Armadas. Prova disso é que quando há uma intensificação da luta política aqui no Uruguai, se conhece hoje em dia pela documentação existente, de que setores mesmos da guerrilha negociaram com setores das Forças Armadas, e para levar adiante planos de desenvolvimento, para chamá-los de alguma forma, fizeram tréguas, entravam nos quartéis, os tiravam, enfim, ou seja, há toda uma situação muito particular. E nesse contexto, por outro lado, a repressão continuava. A repressão aos estudantes, às pessoas da seccional 20 do Partido Comunista, depois há contradições dos partidos tradicionais que finalmente, através de – em seguida da ação do MLN de quatorze de abril –, aprovam o Estado de Guerra Interna. Em realidade, desde setembro de 1971, ou seja, antes das eleições, os militares já haviam assumido o controle da luta antissubversiva. Definitivamente, o que se faz em abril de 1972 é a declaração do Estado de Guerra interno, e então se gera toda uma situação que era um pouco o que vinha da época de Pacheco e se continua com Bordaberry, que era o que se chama um Estado de Exceção, ou seja, uma ditadura constitucional, ou seja, tem uma cobertura legal, mas de fato funcionava sob um regime de... Não de democracia plena nem coisas desse tipo. Então, nesse contexto há que situar estes fatos e estas coisas que vinham acontecendo, e aí é onde o movimento sindical continua sendo o principal – para os setores de direita e os setores mais conservadores – o principal objetivo a combater. A prova está em que quando eles... Há todo um trabalho de inteligência, olhando hoje em dia pode-se dizer, de como em fevereiro de 1972... De 1973, como os militares fazem um conjunto de Comunicados, sobretudo os comunicados 4 e 7, Trabal estava, o coronel Ramón Trabal, à frente do Serviço de Inteligência da Defesa. Esses Comunicados, que foram muito divulgados, pegam muito dos postulados do movimento popular e do movimento sindical, então há toda uma jogada. E, além disso, que justamente no verão, nas férias, coisas desse tipo, aí eles dirimem um pouco a problemática interna, mas geram certa expectativa nos setores de esquerda, sobretudo em pessoas vinculadas ao Partido Comunista, setores do movimento sindical também, pensando que pode acontecer uma situação similar a que havia acontecido no Peru. Então outros setores diziam que não, que era tudo demagogia, ou que, definitivamente, não havia possibilidades no Uruguai de gerar... De recriar essa situação. Havia toda uma polêmica dentro da esquerda, mas a verdade é que, pouco depois – isto foi em fevereiro –, já pelos meses de março, as Forças Armadas fazem outros Comunicados ali, dizendo que definitivamente eles não estão dispostos a fazer nenhum tipo de arranjo com os setores do movimento sindical, e definitivamente o Decreto do golpe de Estado se refere o movimento sindical, não se refere à guerrilha. Porque a guerrilha, quando vem o golpe de Estado, versão deles, já estava – no fundamental – estava inoperante. Ou seja, havia sido controlada, ou seja, que definitivamente o centro da razão que diz o Comunicado de 27 de junho de 1973 é que o golpe de Estado se dá com a intenção de frear ou impedir o caos que

130 MLN / T: *Movimiento de Liberación Nacional / Tupamaros*; OPR-33: *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales*; FAR: *Fuerzas Armadas Revolucionaria*

131 FRT: *Frente Revolucionario de Trabajadores*

gera a ação operária e sindical no Uruguai, nucleados na CNT. Essa era a razão, definitivamente, depois há toda uma teoria, que vem hoje em dia, que é a teoria dos Dois Demônios, que está, definitivamente, muito questionada, que de vez em quando tanto Sanguinetti e algum outro a recriam um pouco, mas que não tem, definitivamente, uma grande sustentação se nos pomos a estudar com rigor a evolução dos acontecimentos uruguaios no contexto latino-americano. Definitivamente aqui, e se tu olhares hoje em dia, definitivamente o que aconteceu no Uruguai em 1973, há toda uma quantidade de... Alguns golpes vinham de antes, como o brasileiro, de 1964, o do Paraguai, muito antes, mas depois, nesses anos, há uma política fomentada pelos Estados Unidos e pelas grandes potências, e que encontra eco em setores dos partidos conservadores e setores das Forças Armadas, e que implantam, que levam adiante, um conjunto de golpes de Estado em toda a América Latina. Uma sequência de golpes de Estado, que depois todos acabam coordenando o que então chamávamos a Doutrina de Segurança Nacional, e que hoje em dia se conhece como a Operação Condor, que é um aspecto da coordenação dos regimes ditatoriais. Isto na parte repressiva, depois há outra coordenação que tem a ver com os planos de desenvolvimento e as políticas econômicas, sociais e financeiras, isso me ocorre.

P: No momento do golpe, quando ocorre a resistência através da greve geral, tu ainda estás em Montevideú? Como participas disso?

R: O golpe foi uma coisa que aconteceu em 27 de junho, mas estava no ambiente a possibilidade de um golpe de Estado, nesse tempo. Já tinham ocorrido essas expectativas que se geraram em começos do ano de 1973, e [elas] haviam-se dissipado, e já em nível da CNT ou dos movimentos de esquerda não havia maior credibilidade de que houvesse setores progressistas com capacidade de dar um rumo à situação do país. E que iriam primar os setores conservadores e de direita, então o golpe vem em 27 de junho de 1973, e aí o movimento sindical responde como vinha, porque desde que se fez o... Depois do golpe de Estado no Brasil, em 1964, havia toda uma coordenação, vieram muitos exilados brasileiros para cá e para outras partes do mundo obviamente, então se coordenou com eles e se coordenava desde antes, e se tratou de ver qual seria a melhor forma de enfrentar um golpe de Estado como o que se deu no Brasil, onde houve uma tentativa dos setores progressistas, tanto civis como militares e intelectuais, de enfrentar isso com uma greve geral principalmente mal sucedida por razões muito diversas, que vocês estudaram detalhadamente. Então aqui se deu que a melhor maneira de enfrentar um golpe de Estado tinha que ser uma greve geral, com ocupação dos locais de trabalho; então o antecedente da CNT, que era a Confederação, a CTU, a Confederação de Trabalhadores do Uruguai, não somente tomou a decisão de enfrentar um golpe de Estado nas circunstâncias que viessem com uma greve geral, mas que encaminhou esforços para preparar seus diversos grêmios frente a uma emergência desse tipo, não os dirigentes, o conjunto do movimento sindical, [para que] estivesse em condições de enfrentar uma eventualidade desse tipo; então passou de 1964 a 1973 preparando-se em Montevideú e no interior para uma eventualidade desse tipo: como resistir, como enfrentar com greve geral e ocupação dos locais de trabalho, com discussões dessas questões em Assembleias, ou seja, com criação de consciência, coisa que não fora coisa de dois ou três dirigentes a quem lhes ocorria “vamos lançar uma greve geral”; por isso que, quando vem a greve geral no Uruguai, digo, quando vem o golpe de Estado, a resposta é a greve geral, e há realmente uma resposta importantíssima, que dura duas semanas, uma coisa bastante inédita. Ou seja, não era uma greve reivindicativa por razões econômicas, era uma greve para voltar à institucionalidade anterior ao 27 de junho, com outra reivindicação obviamente, mas desde o ponto de vista da consciência cidadã está muito bom, porque que diferente teria sido a história uruguaia de hoje em dia mesmo, se, por exemplo, tivesse havido uma decisão de ir à greve, mas, chegado o momento de sair ao local não se tivesse feito a greve. Ou seja, vocês dizem, a greve se levantou bem ou mal, esteve bem ou mal conduzida, mas houve greve, e durante duas semanas, e não é fácil. E não somente houve greve geral com ocupação dos locais de trabalho, mas também que em muitíssimos lugares ocorreu, nesse tempo, com reocupação dos mesmos quando as Forças Conjuntas os desalojavam. Os tipos iam embora e as pessoas ocupavam de novo. E manifestações nas ruas, e enfrentamentos e morte de estudantes, porque aí, durante a greve, morrem dois estudantes: Ramón Pérez, primeiro, que o mataram pelas costas, era estudante de veterinária, e que era um rapaz da União das Juventudes Comunistas; e depois um rapaz da Juventude Socia-

lista, Walter Medina, que pintou uma consigna que dizia “Consulta Popular”, e o mataram também. Quer dizer que não foi uma greve assim light, foi um greve... E depois houve uma grande manifestação durante a greve, que foi a de nove de julho deste ano justamente, onde no centro da cidade milhares e milhares de cidadãos se manifestaram contra a greve, por democracia, por liberdade, tudo isso, e houve enfrentamentos que, além disso, estão filmados. Ou seja, definitivamente o fato de que no Uruguai, quando se produz o golpe de Estado, as pessoas previam um golpe de Estado de direita, e com tais e quais características mais ou menos, e se prepararam para enfrentá-lo, quando ele vem, o enfrentam, gerou na época e para o futuro uma experiência que me parece ser realmente fantástica, sinceramente fantástica. E que isso perdura, porque depois vêm os períodos de decaimento da luta, porque é muito difícil manter o mesmo nível de participação, então as pessoas se esquecem, está tudo errado, está tudo errado, bom, há de tudo.

P: Ou seja, em realidade a possibilidade da resistência a partir da greve é uma experiência que vem, está sendo pensada desde a experiência brasileira, que foi um desastre.

R: Claro. No ano de 1964.

P: Aprende-se da relação com os exilados e com esta comunidade de interesses políticos que havia. Falavas de exilados brasileiros aqui, naquela época, de aprender um pouco, de coordenar ações. Tu te lembras de algum movimento, lembras algum...

R: Bom, aqui no Uruguai, nessa época, a cúpula do governo brasileiro se instalou no Uruguai. Aqui esteve Goulart, esteve Brizola, intelectuais e ministros como Darcy Ribeiro, esteve Paulo Schilling, que era um economista, houve centenas de deputados, senadores, militares, havia pessoas comuns também, cidadãos, durante muitíssimo tempo se estabeleceu todo... Eles se instalaram aqui, depois moraram anos aqui, e estabeleceram um vínculo com a esquerda, que já tinham, mas que em todo o caso o fortaleceram, e obviamente com os sindicalistas e tudo isso. E parece-me que foi uma experiência muito boa, porque, por um lado a solidariedade dos uruguaios com os exilados, com as pessoas perseguidas; por outro lado que esse intercâmbio e essa relação permitiram tirar ensinamentos, por exemplo, ver o que havia acontecido, ou seja, como foi o golpe no Brasil, como foram as lutas que estavam projetadas, quais foram as lutas que se desenvolveram, quais sim, quais não, as que não [foram] por quê. E então desse intercâmbio foi que surgiu essa ideia de ver, de pensar como enfrentar um golpe com a greve geral, pois na verdade é que uma coisa muito inovadora, e isso se discutiam nas Assembleias operário-estudantis, sei lá, o grêmio dos [setores] públicos têm tais responsabilidades, o grêmio das fábricas privadas tais e tais, os grêmios de tal lugar tal coisa, então há a responsabilidade de um conjunto de tarefas, responsabilidades, e isso foi se afinando com o passar do tempo, e havia um dirigente sindical portuário que era o Secretário da Comissão de Organização, Félix Díaz, que era o encarregado da Comissão de Organização da CNT, que era a que tinha a seu cargo a organização, a promoção, a discussão de tudo o que tivesse a ver com a greve geral, acho que está muito bom.

P: Mas até hoje não temos nenhum dado concreto sobre alguém que tenha visto. Dizem que alguém escutou.

R: Não sei; nas últimas décadas se avançou, e muito, em todos os aspectos, na América Latina. Uns um pouco mais, outros menos, sobre os vínculos históricos dos aparatos repressivos, que hoje se conhece muito mais que ontem, sobre a vinculação das polícias e dos serviços com a Escola do Panamá, a Escola das Américas, se conhece muito. Não o suficiente. Por outro lado, são operações encobertas, vínculos não publicitados, razão pela qual é preciso que alguém informe, à parte a suspeita que se possa ter. Talvez as denúncias ou o tempo que se abre agora no Brasil, que vão começar a discutir um pouco mais, talvez o que se está fazendo no Uruguai, quando se desarquivam as denúncias apresentadas sobre violações aos direitos humanos, talvez isso nos ajude a lançar uma nova luz, mas eu digo que eu, pessoalmente, não tenho a menor ideia de algo concreto que possa dizer algo diferente, inovador ou sério, em relação com o que... Fala-se “há vínculos”, mas sinceramente não sei. Eu não tenho nenhuma... Nada que certifique isso.

P: Universindo, tu caís preso depois, aqui no Uruguai?

R: Não, não, eu aqui, quando vem o golpe de Estado eu estava militando em nível da FEU; participamos ativamente. Obviamente que a FEU estava... A FEU integrava, como organização fraternal, a mesa representativa da CNT, quer dizer que tinha voz e não voto. À FEU tocou, durante a greve, fundamentalmente a tarefa – através de ações de rua, de “miguelitos”, de apedrejamentos e todo esse tipo de coisas – de impedir que o transporte urbano funcionasse. E é aí onde morrem estes dois companheiros de que eu falava, Ramón Pérez e Walter Medina. E agitação, grafites, e apoiar as ocupações dos grêmios de trabalhadores, tudo isso. Depois se levantou a greve, ou seja, definitivamente a greve foi levantada – esse é um aspecto importante – a CNT levantou a greve, não foi o governo levantou a greve dos trabalhadores, não. Os trabalhadores decidiram... Houve toda uma discussão interna, se prosseguir a greve e até quando, e sob que condições e quais reivindicações. Houve negociações, os militares diziam - Bom nós negociamos se levantarem a greve -, e a CNT dizia - Bom, nós negociamos se vocês levantarem o golpe -, e estavam aí nessa questão. Finalmente a mesa representativa da CNT, por maioria, por votação da maioria, reunida clandestinamente em diversos lugares, resolve levantar a greve em onze de julho, e passar a novas formas de luta. Imediatamente em que se levanta a greve vem o previsível, o revanchismo, a perseguição dos sindicalistas, das pessoas que estiveram vinculadas aos grêmios, muitíssimas pessoas foram encarceradas, lugares emblemáticos que agora já não existem, como o Cilindro Municipal, foram transformados em cárceres, muitas pessoas foram para o exílio, a repressão continuou com os setores já não tanto vinculados à guerrilha, mas setores de massa, tudo isso, muitas pessoas passaram à clandestinidade. E nessa época, como nem tudo é parelho, na Argentina, diferente do Uruguai, onde se vivia um processo de auge do autoritarismo, na Argentina estava-se vivendo o processo de abertura, com a vinda do peronismo, de Cámpora e Solano López,¹³² e o do Chile. Então muitas pessoas foram para o Chile, já tinham ido, ou saíam da prisão pelas “Medidas Prontas de Seguridad” e iam para o Chile; muitas pessoas foram para a Argentina, para outras partes do mundo, iam-se para Cuba, coisas desse tipo. E se gerou uma situação complicada, porém, por sua vez, muitos continuamos aqui no Uruguai estudando, até que, bom, como acontecem as caídas... Eu, em meu caso particular – havia caídas todos os anos, se se olha aqui no Uruguai durante todos estes anos havia caídas, detenções, torturas, processos, etecetera, etecetera, morte de pessoas –, e bem, eu, no ano de 1975, fui para a Argentina, no marco dessa situação. E fiquei na Argentina até 1977, ou seja, pego... Safei-me do golpe do Uruguai, eu fui em 1973, fiquei aqui em 1975, aqui, depois em 1975 fui para a Argentina, quando vem o golpe de 1976, era um clima muito complicado na Argentina. Estive aí na Argentina, onde a colônia uruguaia, igual a outras, era bastante organizada, bastante forte, bastante mobilizada, por aquilo que disse antes, que os exilados uruguaiois, em boa medida, eram pessoas vinculadas com questões políticas, era um exílio político. Muitas pessoas com compromisso, bom, na Argentina houve uma repressão tremenda sobre os civis e sobre diversos cidadãos uruguaiois, muitos dos quais estão mortos, outro tantos desaparecidos, outros foram trasladados ilegalmente ao Uruguai. E aí já existiam, no ano de 1975 – coisa que não sabíamos naquela época, nós presumíamos, mas hoje em dia se sabe com clareza, que já existiam as coordenações de... Tinha-se assinado no Chile o Plano Condor, a ata do Plano Condor, com a presença de vários países, onde o Brasil, se bem não assine, participa. E o Uruguai participa, obviamente que a Argentina também, Paraguai, Chile, que era um pouco quem levava a batuta aí. Também participam pessoas, tenho entendido que do Equador, do Peru, da América Central também, ou seja, existe uma coordenação ampla que transcende o MERCOSUL atual digamos. E obviamente que depois da... Antes da assinatura do Condor e depois disso há um nível de repressão impressionante, impressionantes, e gera um estado de terrorismo de Estado, porque, diferente do período anterior, onde muitas das tarefas repressivas eram levadas adiante pelos paramilitares ou pelos bandos fascistas, como dizíamos aqui no Uruguai, quando vêm os golpes esses grupos deixam de existir, ou deixam de atuar, e atua diretamente o aparato repressivo do Estado. A coisa é diretamente, com a potencialidade, com a impunidade que isso tem, com os recursos que manejam e com a Justiça totalmente submetida a eles, com setores da opinião pública, porque tampouco todo o mundo... Há setores da opinião pública que viam com bons olhos - Vamos terminar com o relaxamento e que venha a mão dura -, ou seja, a direita no Chile, por exemplo; e havia uma direita forte e aqui no Uruguai

132 Refere-se a Solano Lima, Vice-Presidente de Cámpora.

também, ou seja, não era que todos fossem contrários, não, não. Senão, não teriam acontecido esses processos. Ou seja, há que... Além disso, o medo também gerava situações muito particulares, como controlar tudo isso, houve ilegalidade dos grupos, dos quais... Ou seja, todo o panorama se complicou, e nesse contexto muitas pessoas foram para a Argentina, pensando que aí se poderia, aproveitando a primavera do “Tio” Cámpora, se poderia revitalizar, e bem, a Argentina resultou ser a grande tumba, para muitos.

P: Na Argentina surge o PVP. Como acontece esse processo de pensamento político, de amadurecimento, e que discussões, quer dizer, isto foi mais ou menos consensual?

R: Sim, quando se produz, aqui no Uruguai, no tempo dos anos de 1970 a 1973, muitos setores da chamada Tendência, entre os quais estava a ROE, tiveram um crescimento muito alto quanto a – tiveram um crescimento, vamos dizer – quanto à quantidade de militância, quanto à consciência, quanto... E quanto à necessidade de se dar novos instrumentos, quanto a destacar a importância da teoria, da organização, da luta organizada, de combater o espontaneísmo, e nisso se estava. Quando vem o golpe de Estado, um grupo como os GAU,¹³³ que também integrava a Tendência, de Héctor Rodríguez, ou a ROE, com Duarte, com Gatti, com Cores, se prestigiam – bem como os comunistas, que foram os que assumiram as tarefas principais na greve geral – por sua participação ante a greve geral, que foi uma medida que reuniu simpatia, adesão e respaldo. Então quando as pessoas, imediatamente após o golpe de Estado, tanto no Uruguai como fora do Uruguai, as pessoas... Começam a se dar realinhamentos dentro dos grupos. Grupos que desaparecem, grupos que se recriam, grupos que se problematizam, militantes que mudam de orientação, uma busca de novos instrumentos. E nesse marco é que acontece um processo que... Ou se consolida ou se desenvolve um processo que já vinha de antes, que setores da ROE, com outros setores marxistas e setores independentes, e setores vinculados às esquerdas mais tradicionais, o Partido Comunista e o Partido Socialista, se reúnem e terminam conformando o PVP, ou seja, o PVP não era da ROE, era uma coisa diferente, que tentava recolher a experiência libertária, a experiência marxista, colocam-lhe uma linha gramsciana, colocam-lhe, uma coisa desse tipo, e que consegue reunir em sua formação, no ano de 1975, uma adesão militante, de recursos e de experiência realmente importantíssima. Eu acho que, a esta altura, junto com o Partido Comunista, eram os dois grupos principais de uma esquerda poderosa uruguaia. Claro, depois vem a repressão. O que acontece é que lhes tocou atuar em um tempo historicamente complicado e talvez tenha faltado previsão, ou seja, o momento era complicado. A informação não era suficiente, e talvez tenha faltado previsão para ver que as circunstâncias de permanecer na Argentina eram realmente difíceis, e as pessoas não imaginavam, e tampouco me ocorreu, de que iriam passar as coisas que passaram. Porque se se põe a pensar, pensa-se hoje em dia, por quê... Claro, com o jornal de segunda-feira, todas as pessoas dizem por que quando vem um golpe de Estado no Uruguai, aqui, quantas pessoas ficaram aqui? Por que não partiram? Bom, não é fácil partir. Ou por que as pessoas na Argentina, que hoje em dia se sabe que há trinta mil desaparecidos latino-americanos, etcetera, etcetera, por que, quantas pessoas sabendo que os companheiros caíam, pim, pam, pum, igualmente continuavam aí? Ou seja, por que as pessoas... Estavam todos alienados? Não acho, ou seja, eram pessoas responsáveis, pessoas sensatas, pessoas comprometidas. Porque a tarefa de partir e abandonar o território, a pátria, as ideias, com as pessoas presas, com as pessoas perseguidas, não era uma coisa que se fazia assim como quem troca de ônibus, ou seja, era uma coisa que as pessoas realmente pensavam. Todos os latino-americanos que estavam aí, isso é uma decisão... É um tema de reflexão hoje em dia, por que as pessoas não partiram, por que as pessoas ficaram no cenário que definitivamente termina liquidando a boa parte deles... Há muitos estudos acadêmicos, estudos de militantes. Por outro lado, nesse tempo – me parece que também é bom sabê-lo –, que a figura... Ou seja, quando uma pessoa caía presa, as pessoas diziam - Bom está preso ou está morto -, mas não diziam está desaparecido. A figura do desaparecido como categoria não existia. Isto foi... Foi se construindo com o tempo. Então isso também leva seu tempo, ou seja, quanto tempo levou aceitar que houvesse desaparecidos e que o desaparecido não está nem morto, nem vivo, nem preso? Quanto tempo isso levou? Até pelos familiares, então dizemos, por exemplo, hoje em dia uma pessoa

133 *Grupos de Acción Unificadora*

está desaparecida e se diz que está morta, não está desaparecida. Juridicamente mesmo ainda há problemas a respeito, cinquenta mil problemas de heranças, de questões, com o assunto. O tema dos desaparecidos não entrou assim, de um dia para o outro, foi todo um processo longo, complexo. Por outro lado, não existia na idiossincrasia desses locais, que não vivemos uma guerra mundial tipo a da Europa, e colocam-lhes o tema dos povos, os extermínios, de atirar pessoas amarradas no Rio da Prata, matá-los e depois dar-lhes um tiro, como em Julio Castro, ou seja, as pessoas não estavam muito preparadas para esse tipo de experiência, porque a luta tinha se dado inclusive em níveis de certa confrontação, mas por trilhos mais... Entre aspas, mais normais vamos chamá-los. E aí houve uma mudança radical, que terá que ser estudada, por que e desde quando e como se gestou tudo isso e quem o propiciou, porque nesse sentido me parece que lendo a literatura brasileira, por exemplo, no Brasil havia uma experiência muito forte a respeito, mas, talvez a essa altura, não foi adequadamente coletivizada, não sei. Porque as pessoas não tinham tomado muita consciência dos perigos apresentados, hoje em dia podemos ver isso. Mas esses assuntos que eu te falo, por exemplo, da consciência, do nível de repressão existente e possível, dos métodos repressivos que estavam motorizando, da coordenação repressiva que estavam instrumentalizando. Dizíamos sim, eles coordenam, mas...

P: Existe algo inédito na própria essência do que é a repressão nesta época.

R: Parece-me que sim.

P: E isso ajuda a entender a situação das crianças também.

R: O fenômeno das crianças, por exemplo, é um fenômeno novo. As crianças como botim de guerra, me parece que é um assunto que realmente tem que ser pensado, isso é uma novidade. Porque além do mais não foi uma, se você diz bom, é uma, isso é uma exceção, mas existiram centenas, continuam existindo; é tremendo como os tipos repartiam entre si... Iam à tua casa, repartiam-se o dinheiro, o que encontravam, e depois se repartiam as crianças também, para cá, para lá, sei lá. O que aconteceu com Macarena Gelman, por exemplo, mesmo o fato de que hoje em dia, no Uruguai, quando começam a aparecer os cadáveres, tem um impacto político simbólico impressionante na opinião pública, impressionante. Que a Julio Castro, um veterano de sessenta e oito anos, que andava aí por volta, o tenham matado amarrado, etcetera, etcetera, e depois que lhe fizeram tudo isso ainda lhe deram um tiro, depois o levam, o enterram em um quartel. Bah louco!

P: Muitos de teus companheiros morreram e foram desaparecidos Universindo. Como se trabalha com essa perda nessa época?

R: Bom aí havia uma questão... Como eram grupos políticos, se estava tentando se safar da repressão, continuar atuando e ao mesmo tempo desenvolver a denúncia, e isso foi o que, me parece, se quis fazer na época, continuando, talvez sem serem muito conscientes de tudo, as circunstâncias nas quais haviam acontecido os fatos e os acontecimentos, e a repercussão e a longa duração da mesma, e o estado forte das ditaduras. Porque desse tempo que estamos falando, as ditaduras estavam muito fortes, pelo menos boa parte delas. Por exemplo, quando nós, depois da Argentina boa parte da colônia latino-americana vai para a Europa, e se instala em diferentes realidades europeias, e continua as denúncias e tudo isso que muito serviu e serve; depois, algumas pessoas vinculadas ao PVP, que faz todo um processo autocrítico no ano de 1977, e resolve continuar trabalhando aqui, e aproximar um pequeno número de pessoas vinculadas com tarefas de massas e de denúncias de direitos humanos e de vínculos, pensando em uma proposta em longo prazo, não a proposta anterior, uma proposta em longo prazo, se escolhe o Brasil. E a escolha do Brasil, por exemplo, é porque as circunstâncias do Brasil, nesse momento, eram bastante diferentes as do restante da região. O Brasil estava assistindo, depois de anos de ditadura, a um processo de abertura democrática muito interessante, muito inovador, com muita participação, com a presença de sindicalistas, com a presença de universitários, de advogados, de religiosos, então isso lhe dava uma marca muito particular, com o surgimento de um movimento opositor, o MDB, contraposto à ARENA, que nucleava o conjunto da oposição, algo similar ao que aconteceu em outros países depois, onde para as pessoas, neste momento, o principal era a luta

contra o autoritarismo, as pessoas deixavam de lado outras questões, depois vem... O MDB hoje em dia... Daí surgiu tantos movimentos quantos os que existem hoje em dia, talvez, mas quero te dizer, naquela época foi uma coisa convocadora, realmente, e isso, por trás dessas bandeiras democráticas se convocou muitas pessoas, e o papel da canção de Chico Buarque, de Vandrê, todas essas pessoas, do teatro, dos filmes. As pessoas sabiam que no Brasil havia repressão.

P: Isto era uma leitura meio coletiva já, ou eram algumas pessoas que olhavam para o Brasil com mais cuidado?

R: Não, havia certo conhecimento da problemática... Como com mais cuidado?

P: Não, no sentido de que de repente alguém já estava lá e podia fazer uma análise um pouco mais precisa do que estava acontecendo...

R: Não, eu acho que se sabia que no Brasil estava acontecendo um processo de abertura, isso me parece que era evidente, ou seja, os sinais que estavam se dando no Brasil nesses anos de 1977-1978, uma abertura, era uma coisa evidente. E depois lembro, nessas épocas, das grandes lutas dos metalúrgicos, com Lula, São Bernardo, tudo isso transcendia, transcendia o Brasil, era levado para outros lugares - Bah, que bom o que está acontecendo no Brasil -; as pessoas acompanhavam atentamente. O Brasil é um país que o que acontece em seu interior importa muito na América Latina. Um país muito grande, com muitos contrastes, com muitas pessoas, com muita história, com particularismos, não é todo o Brasil, mas havia certa área, dizíamos Rio Grande [do Sul], Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, aí existia setores importantes de pessoas que estavam trabalhando fortemente no político. Quando Pedro Simón, por exemplo, se transforma no mais votado nas eleições... Ou seja, não foi por casualidade que ele ganhou de todos os demais, arrasou. E, os dois. Não, não, impressionante. E aí surgem novas lideranças, e isso que no Brasil a Universidade mesma havia sido muito fustigada, muito fustigada na época dos militares. Fustigada e depois freada por estas leis institucionais que a tinham manietado um pouco aí, ou seja, o regime do Brasil foi uma espécie de referente para as ditaduras e o autoritarismo latino-americano.

P: Nesse sentido então, Porto Alegre surge como a cidade talvez... Uma cidade importante e mais próxima na fronteira, justamente para fazer esse trabalho que vocês tinham colocado como seu objetivo.

R: A mim me parece que nesse contexto de época havia que ter em conta que, depois dos golpes dos anos 1970, o do Uruguai, o do Chile, depois o da Argentina, somado aos que vinham antes, começou a tomar com mais força na esquerda e nos setores opositores ou os setores democráticos, a ideia da regionalidade, da região. Então eu falo, existia um interesse muito grande de saber ou de tentar se informar, tentar se vincular com os diversos processos, me parece. E como por um lado há a atuação dos grupos, porque aqui há a atuação dos organismos de direitos humanos locais, regionais e internacionais, então havia todo um tráfego de informação, repara que nessa época o ACNUR estava atuando muito fortemente, que era o organismo pelas Nações Unidas de trazer pessoas, que antes havia tido um escritório no Chile, que depois se trasladou para a Argentina, que depois se trasladou para o Rio [de Janeiro]. Ou seja, todas as pessoas que saíam do Uruguai ou saíam da Argentina, muitas passavam pelo Brasil, de todas as correntes, circunstâncias, gênero, para efeitos de... Era a via para chegar à Europa, uma das vias, a outra eram as Embaixadas, mas as Embaixadas estavam muito vigiadas, e os Consulados também, então as pessoas... Isto tem que ser visto; parece-me como que um processo que acontecia com todos... Por outro lado, nessa época tampouco havia, por causa da repressão que havia surgido, não existia um grande nível de coordenação, quer dizer que as pessoas podiam estar atuando na mesma cidade, no mesmo país, sem saber que o estavam fazendo. E isso eu tenho certeza que se vocês continuarem pesquisando, as redes, vai aparecer montões de circunstâncias desse tipo, cinquenta mil mecanismos que funcionavam com relativa autonomia, até por um problema de segurança ou um problema de desinformação, as pessoas nem sabiam que o vizinho do lado também estava em algo, porque é assim, então não é que o Brasil ocorreu para as pessoas vinculadas ao PVP, ou seja, o brasileiro era percebido, eu penso, por todos os latino-americanos, e por outra parte é no Brasil que existiam pessoas de diferentes lugares que estavam aí por razões

muito diversas. No caso concreto das pessoas do PVP, houve uma ação objetivamente concreta, e depois, como isso foi perseguido pelos aparatos repressivos, ganharam um nível de visibilidade, outros talvez... – Por sorte não é? Melhor –, certamente a maior parte das pessoas que estavam atuando nesse tempo não caiu presa, essa é a maravilha, que apesar da coordenação repressiva, dos controles e das possibilidades que tinham os aparatos repressivos, a maior parte das pessoas não caía presa, aconteceu aqui no Uruguai, ou seja, a maior parte da oposição não caiu presa, por sorte. Se tu olhares, por exemplo, os registros de presos, as pessoas dizem - Mas quantas pessoas havia, e havia tantos presos... -, há um livrete que se chama “Viver em Liberdade”, onde estão todos os presos do Penal de Libertad, do 001 até o último que esteve preso, menos o 151, que este nunca colocaram, e onde os presos não se repetiam, diferentemente de Punta Rieles, então definitivamente os presos que estiveram no Penal de Libertad, processados pela Justiça Militar, não chegam a três mil, no Penal de Libertad. Porém é um bom dado, é um dado confiável, certo, são dois mil e oitocentos e algo as pessoas que estiveram. Ou seja, havia pessoas processadas no interior, houve pessoas processadas pela Justiça Militar que nunca chegaram ao Penal de Libertad, depois existem todas as pessoas do interior em diversas unidades militares, etcetera, etcetera. Para ter uma ideia da questão, mas me ocorre que, no caso do Brasil, percebia-se a possibilidade, e há pessoas que diziam bom, neste contexto arriscamos ou não arriscamos, vamos ou não vamos. Houve pessoas do PVP que disseram que estava bom irem, porque, apesar dos reveses sofridos, eram pessoas que estavam na militância e estavam no compromisso, e que pensavam que valia a pena mesmo nessas circunstâncias, sem fazer grandes coisas, o que se fizesse servia. É estabelecer um vínculo de longa duração com os setores opositores brasileiros, era uma tarefa que valia a pena iniciar de maneira mais organizada, não deixar tão naturalmente assim, que aparecesse o que aparecesse; então me parece que isto foi uma boa aposta.

P: Isto era um contraste com o que havia feito na Argentina, por exemplo.

R: Totalmente, totalmente, ou seja, definitivamente era ter em conta a experiência argentina, onde um dos erros da Argentina, dos uruguaios, uma das carências, chama-se uma mescla, não é? Era justamente não se ter... Ou seja, estar na Argentina, mas não se preocupar adequadamente do que estava acontecendo na Argentina, ou seja, definitivamente - O golpe vai acontecer aqui, mas não vai nos atingir -, foi um erro, pensando que era um problema dos argentinos. É um problema latino-americano, quando a repressão veio, varreu com todo o mundo.

P: E talvez mais com os latino-americanos, porque eram todos exilados.

R: Claro, indocumentados ou clandestinos, enfim.

P: Universindo, e tua decisão de participar deste desafio, então, como tu te envolves?

R: Ah, mas com naturalidade, ou seja, definitivamente a mim me parece que há que olhar para as coisas no momento, ou seja, naquele contexto que se vivia no plano pessoal, coletivo, uma pessoa... Ou seja, não era frequente que uma pessoa que havia se safado da ditadura uruguaia, da ditadura brasileira, que depois vai para a Europa e se torna exilado, retorne há meses à América Latina, consciente dos riscos que se corria, mas bem, assim se produziam as coisas naquela época, há que situá-las nesse contexto, talvez se tu explicares para uma pessoa hoje... Eu falei que é raro, não é frequente, ou seja, a maior parte dos exilados não retornou nessas condições, não era fácil retornar porque se sabia que os riscos, no caso de cair presos eram... As torturas, interrogatórios, ima ser muito fortes, então, realmente, ninguém [queria] sofrer por sofrer, se não havia uma razão política e ideológica que justificasse um risco dessa natureza, não era frequente. Mas bem, nós o fizemos, é verdade, mas não o fizemos com a ideia de que... Ou seja, se bem estivesse colocada a possibilidade de cairmos presos, nós não pensamos que no momento em que fomos sequestrados, detidos, interrogados e sequestrados, isso ia acontecer, porque pensamos que havia a possibilidade de nos instalarmos no Brasil, em um esforço de longo fôlego até que houvesse uma abertura importante no Brasil, que inclusive te permitisse atuar legalmente até que no Uruguai houvesse uma abertura e a caída... Ou seja, isso era, um pouco, a proposta, a propostas não era a de cair preso, a proposta era a de te vinculares com os setores... A proposta

era instalar um núcleo de companheiros, tranquilos, que fossem se conhecendo, se inserindo na sociedade, nas diferentes cidades do Brasil que se pudesse, não necessariamente somente Porto Alegre, ou seja, em diversos lugares do Brasil, aproveitando essa situação muito particular que se vivia, estabelecer vínculos fortes com os advogados, com os sindicalistas, com os jornalistas, com os religiosos, com os políticos, de maneira estável, sincera e fraterna, dizendo bom, nós somos uruguaios que estamos procurando apoio e compreensão e solidariedade, e [...] que isso fosse ocorrendo; o que acontece é que ao mesmo tempo a luta também transcorria, então tivemos a má sorte de que caem pessoas no Uruguai, e é a partir dessas pessoas que caem no Uruguai que os tipos confirmam, ou seja, os tipos constatam que havia um núcleo de pessoas organizadas do PVP no Brasil, e depois, com toda a fantasia que eles têm cinco se transformam em cem, cem se transformam em mil, os tipos já fazem um filme inteiro, e pensam - Que perigo; não sei como -. Em realidade, a coisa não era bem assim, obviamente que não. Então eles finalmente prendem pessoas, as submetem aos interrogatórios de rigor da época, conseguem informação e levam pessoas ao Brasil, um operativo legal, isto é, legal e ilegal, mas as forças repressivas uruguaias levam presos uruguaios, detidos no Uruguai, a uma cidade de outro país para rastrear cidadãos uruguaios, para ver se os localizam nas ruas, nos cinemas, nos hotéis, nas casas, ou seja, era uma coisa, que é o que realmente estamos denunciando, gravíssima a partir do ponto de vista do direito internacional, em qualquer circunstância, impressionante. E levaram pessoas e as mantiveram lá em acordo, não entram... Em um país pequeno como o Uruguai, o exército uruguaio não vai se instalar no Brasil sem ter uma conversa prévia, uma conversa com eles e um acordo de atuar em conjunto, de fazer-se de desentendido, de tolerar. E os tipos ficam como que uma semana aí, rastreando na Rodoviária, no centro, até que com um pouco de sorte nos prendem, porque também tiveram uma liga, há que ter um pouco de sorte.

P: Fazia quanto tempo que vocês já estavam em Porto Alegre?

R: Nós estávamos no Brasil desde abril de 1978, tínhamos estado não sei exatamente, assim, porque não se levava um registro [inspeção?], mas se colocava, estivemos no Rio [de Janeiro], estivemos em São Paulo, depois nos instalamos em Porto Alegre, e fazia uns meses que estávamos em Porto Alegre, e havia um clima maravilhoso, além disso.

P: Com quem chegaram a fazer contatos, no caso da sociedade gaúcha?

R: Bom, em geral com pessoas do sindicalismo, da imprensa; no meu caso, basicamente com pessoas assim, com o sindicalismo e com a imprensa.

P: Lembra algumas pessoas?

R: E, Luiz Cláudio, por exemplo, Luiz Cláudio Cunha. Trindade, que era o diretor do cooJornal, que era um jornal, um semanário que havia, e que era feito por pessoas da imprensa, Osmar Trindade, um tipo fantástico. Bom, Olívio Dutra, que era presidente do Sindicato dos Bancários da época, e com outras pessoas que nem conhecíamos, porque nos vinculávamos assim, esporadicamente, além disso, estávamos nessa situação de recém-instalados, e tínhamos que ser muito cuidadosos, tampouco havia pressa em estabelecer vínculos e coisas desse tipo, mas sim que, na medida em que iam conhecendo, iam vendo se a outra pessoa... Havia um mínimo de confiança para estabelecer... Tinha que ser... E, além disso, nós realmente não estávamos apressados. Agora, nós sabíamos dos riscos que se corria no Brasil, da existência da coordenação, estávamos a par da situação que existia no país, no Uruguai, e sabíamos que haviam caído pessoas aqui, pelo que nós tomávamos precauções. Ou seja, que no momento em que nós caímos presos em Porto Alegre, das pessoas do PVP haviam ficado Lilián, eu e os filhos da Lilián, quer dizer, Cores, todas essas pessoas, já tinham partido como medida de precaução, digamos, frente a essa possibilidade de ser preso.

P: Cores também estava em Porto Alegre?

R: No momento do sequestro não.

P: Mas anteriormente?

R: Tinha estado, sim, sim. Não sei se morando, mas tinha estado. Bem, justamente a informação que eles utilizam é a de que justamente nos tinham visto com Cores em Porto Alegre. Eles em realidade, porque nós em Porto Alegre, com Lilián, nós morávamos em outra rua, eu agora não lembro, perto da Rodoviária...

P: Garibaldi.

R: Não, não, a rua das putas, a chamavam, como era, ah, como se chamava, não lembro. Rio Negro, não... Uma pequeninha, bom... É uma paralela com a Garibaldi, estávamos por aí, nesse apartamento foi que nós fizemos reuniões com pessoas daqui, quer dizer que os tipos usavam esse apartamento, quer dizer que o apartamento novo, da Rua Botafogo, os tipos não sabiam, não sabiam. E bem, as coisas aconteceram assim, mas eles definitivamente, quando nós fomos detidos, ou seja, que pegam a Lilián na Rodoviária ao meio-dia de doze de novembro de 1978, e depois vão ao apartamento onde eu... Da Rua Botafogo, que era um bloco, eram três blocos, estávamos no fundo, no piso térreo, apartamento muito simples, não tinha nem telefone, nem computador nem nada. E que íamos assistir Internacional e Caxias com... – De propósito, uma questão de ir ao futebol, tudo tranquilo –, com Camilo e Francesca, quando os tipos aparecem aí, o apartamento não coincidia para eles, diziam - Mas vocês não moravam aqui? -, - Não, morávamos em tal lugar -, então, aí um deles é que fala – Seelig fala –: -Ah a rua das putas -, não sei como, não sei como me perguntava se era ou não era, ou seja, definitivamente essa era uma informação que os tipos tinham; então Lilián cai ao meio-dia, então a levam ao DOPS da Rua Ipiranga, a partir dos papéis que os guris... Repara que a Lilián tinha matriculado as crianças em um colégio de... Em um jardim de infância, eram pequenos, então os tipos tiram os papéis e daí vão a casa, e aí os tipos me pegam e levam as crianças, que inclusive como eu não sabia que os tipos levavam as crianças, ou seja, não sabia que... Previa, mas não tinha confirmado, eu lhes disse - Bom, eu não grito aqui que vocês estão me sequestrando na medida em que vocês me garantam que efetivamente as crianças vão ser entregues, as entreguem diante da mãe, diante de mim -, então conversaram aí entre eles e disseram - Tá, tá, aceitamos -, então me tiram caminhando, me colocam no carro, e me levam para este lugar, no qual efetivamente, quando eu chego a um lugar que acabou sendo o DOPS sobretudo pela informação do Camilo, efetivamente, ao lado do elevador havia uma cara [vestida] de civil, que resultou ser uma policial que estava com Lilián, e as crianças estavam, Camilo, Francesca, e aí nos cumprimentamos com a Lilián - Bom, tá, vamos, para cima -, e tudo isso. E aí tudo começou; os interrogatórios, outras histórias... Eu já me dei conta, no momento da detenção – que foi uma coisa inesperada no meio da tarde, porque foi por volta do final da tarde –, na primeira pancada, assim, já me dei conta de que havia um tipo que comandava; dois tipos que comandavam o operativo, um pelo lado brasileiro e [era] um tipo muito elegante, grisalho, magro, de colete e de terno pied- de-poule, como aqueles que se usavam naquela época, com abotoaduras, e que foi o que tinha a pistola e me disse que “está preso”, que resultou ser Pedro Seelig, que é um delegado, um comissário, e depois estava rodeado de cerca de vinte tipos mais, vestidos de civil, de tênis, de sapatos, enfim, não sei de que estavam vestidos, de qualquer coisa não é? E depois havia dois uruguaios, Giannone estava aí, e outro mais...

P: Tu te deste conta disso no momento do sequestro, na rua?

R: Não, não, não. Dei-me conta no momento em que me colocam no apartamento e começam a me perguntar, porque havia um que me perguntava em espanhol. Aí me dei conta de que o tipo falava espanhol, não era portunhol, porque eu dominava bem o portunhol, aí me dou conta de que efetivamente havia uruguaios e brasileiros. E foi para eles que fiz a proposta essa de que bom, tá, eu não grito se vocês me garantem que... E aí os tipos me espancaram muito, muito, mas procuravam coisas que não existiam aí, procuravam armas, procuravam dinheiro, procuravam... Sei lá, eles fazem o filme inteiro. Eram em torno de vinte pessoas pelo menos, todos [vestidos] de civil, que batiam muito bem, todos [eles] tipos especiais, todos tipos da Inteligência, peritos, todos pessoas que se vê que estavam acostumadas a participar em eventos operativos deste tipo, detenção, os tipos te espancavam muito bem, não era que te batessem de qualquer maneira, o Didi Pedalada, por exemplo, te batia como se fosse um boxeador, exatamente nos locais... Ten-

tando tirar informação, tudo isso... Os tipos queriam... E definitivamente, o que os tipos queriam tanto? No apartamento, e imediatamente depois, quando estive dependurado aí durante horas, eles queriam quatro coisas basicamente: queriam averiguar quem nós éramos; onde estava o resto dos uruguaios, começando por Cores, que era o principal objetivo deles, pegá-lo, onde estavam os uruguaios vinculados ao PVP, quem eram os vínculos do PVP no Uruguai, quem eram os vínculos do PVP no exterior e quais eram os setores brasileiros com os quais nós eventualmente estávamos vinculados, esses eram... E de onde se tirava companheiros, ou seja, estas cinco perguntas eram o eixo de todo o interrogatório, e os tipos têm uma técnica que é mundial, os tipos, imediatamente que te pegam em seguida te submetem a brutais, brutais torturas e repressões, porque os tipos querem te tirar a informação em seguida, coisa que antes que te dê conta, se Cores estava no apartamento tal e tu lhes davas a informação, os tipos iam lá pegá-lo. Eles não imaginavam que nós havíamos coordenado com Cores antes, para que Cores partisse, Cores não estava em Porto Alegre, mas isso nós sabíamos, eles pensavam que estava. Eles estavam convencidos que ele estava em Porto Alegre, e que iriam pegá-lo, além disso, nos destroçaram muitíssimo, nos bateram encapuzados, veja que no Brasil... Por isso nós denunciemos que nesse dia, doze de novembro de 1978, foram detidos, interrogados e torturados, dois adultos em Porto Alegre e dois menores, no total em quatro. Porque os menores também foram submetidos à detenção e deportação ilegal. E fomos brutalmente torturados, porque os tipos nos bateram [...], porque eles queriam informações que lhes permitisse pegar pessoas, era a técnica. Por que caíram pessoas aqui no Uruguai ou em todos os países do mundo? Pela tortura, definitivamente com a tortura os tipos tiravam informações.

P: Uma coisa Universindo. Uma das tarefas que vocês faziam era trazer El Compañero para o Uruguai, ou seja, tirar informações daqui, intercambiar informações, mas trazer o jornal, também, Onde se fazia o jornal? Em São Paulo?

R: Não sei onde se fazia, porque eu não estava na parte do jornal, eu estava, sim, na parte de vinculação com pessoas do Uruguai, conseguir informação que passava para Hugo colocá-la, ou a algum outro companheiro, e eram eles que faziam o jornal. Pelo que aqui, por um problema de segurança... Nem importava muito. Além disso, eu não sei se havia um local fixo onde o faziam, porque nessa época se usava muito as coisas móveis, equipes móveis. Ou seja, equipes pequenas, de fácil traslado... Já as imprentas legais, as offsets, todo esse tipo de coisas não se podia usar, pelo que tudo eram coisas rápidas.

P: Mas tu chegaste a levar material à fronteira, por exemplo?

R: Sim.

P: Em que fronteiras tu ias?

R: Percorríamos toda a fronteira: Rivera, Jaguarão, Quaraí... Qual é a outra que existe? Aceguá...

P: Chegaste a ir a Quaraí? Não tiveste medo de que te...

R: Não, não, era uma possib... Ou seja, tudo feito com muita tranquilidade, era ir, passar despercebido, nós, definitivamente, uma das coisas que fazíamos era não andar chamando a atenção, não andávamos nem vestidos, nem falando, nem em gestos, que as pessoas da zona te percebessem como um tipo que não era do lugar. Nós nos cuidávamos muito, não andávamos nem alcoolizados, nem drogados, nem fazendo... Não sei, fumando cachimbo em Quaraí, pois aí as pessoas geralmente não fumam cachimbo. Ou seja, tentando passar o mais despercebido possível, porque o objetivo era esse, passar despercebidos para efeitos de estabelecer os vínculos, de manter os vínculos, de ampliar os vínculos, ou seja, com uma postura "tranqui", em longo prazo. Além disso, não aconteciam muitas coisas aqui, ou pelo menos não se sabia muito tampouco não é? Pelo que havia informação escassa, ou seja, não é que na ditadura... Uma coisa é de 1980 para cá, depois do Plebiscito, e outra coisa é em 1974, aí eram anos muito difíceis, os níveis de visibilidade de oposição eram muito limitados, ou seja, não é como hoje em dia tu falares com as pessoas e - Bah, todo o mundo lutou -, bom, está tudo bem, mas definitivamente vir ao Uruguai, encontrar pessoas para fazer um contato, ou seja, as pessoas te viam; as pessoas não se arrisca-

vam a te dar bola, se sabiam que tu andavas em... Ou seja, as pessoas também tomavam suas precauções, naturais, além disso. Era muito difícil a militância nesses anos, era realmente complicada, e para o militante comprometido com a luta tinha que se armar um pouco de alento em longo prazo, para suportar a dificuldade da época, porque tu não tinhas um estímulo, as pessoas diziam - Tu, que bom que anda lutando -, mas melhor não queriam nem te ver, me entende? Não havia... A família mesmo, por segurança tu não ias vê-la, tampouco os companheiros e amigos, então tinha que ser cuidadoso, andar sozinho, passar despercebido, mimetizar-se com o ambiente, não chamar atenção, evitar locais conflituosos que habitualmente pudesses ir em cana, ir a uma partida de futebol que na qual sabes que vai ter confusão vale mais nem ir, nem sequer para passar o tempo, porque te levam em cana por uma desordem desportiva e terminas... Os tipos te investigando acontece que aparece que estás em outra coisa. Todo esse tipo de detalhes; tinhas que ter... E tinhas que andar com a cabeça muito tranquila, e com certo convencimento de que definitivamente o que se estava fazendo era um esforço importante, mas limitado, que fazia parte, em todo o caso, de uma coisa mais... De um esforço mais coletivo... Além disso, éramos conscientes de que certamente outras pessoas andariam fazendo coisas parecidas, mas que não podíamos nos menosprezar, nem... Assim que eu quero te dizer que no Brasil certamente haverá outras pessoas que fizeram coisas lindíssimas e que talvez nunca tenham sido presas; teriam que averiguar isso, talvez, pode ser, bom, desde o ponto de vista da pesquisa, essas redes...

P: Esses contatos na fronteira, por exemplo, era pessoas que estavam na própria fronteira?

R: Não, não, eram pessoas do Uruguai que nós encontrávamos na fronteira, pontual.

P: De Montevideu que iam a...

R: Pontualmente, de Montevideu ou do interior, que iam pontualmente para receber o companheiro e passar informações, e que voltavam.

P: Mas não eram do interior, digo, do interior do outro lado da fronteira, por exemplo.

R: Não, não, não, todas uruguaias.

P: Mas as pessoas de Rivera, por exemplo, é isso que quero saber.

R: E, pode ser não sei realmente, não lembro com exatidão, mas pode ser que sim, porque havia diversos lugares, havia também certa mobilidade das pessoas. Ou seja, se adotavam muito os mecanismos, e por outro lado tampouco se tentava averiguar muito sobre a outra pessoa. Averiguar o básico, não entrar muito na intimidade, e depois de terminada a reunião, melhor, cada um para o seu lado, de não ir - Vamos comer uns bolos, pastéis, tomar uma caipirinha -, não. Por mais que... Não, não. Porque era um risco. Tinha que se cuidar desse tipo de coisas, lembra-te... Porque afora isso, os mecanismos que usávamos eram os normais, a Rodoviária, os ônibus, estes internos, ou seja, era o normal que havia. E tinha que ser... E não tentar-se. Não andávamos de carro, por outro lado. Além disso, era uma militância pobretona, não eram pessoas sofisticadas que mobilizavam recursos, e que andavam... Não, não. Eram estudantes, ou trabalhadores envolvidos na luta política contra uma ditadura, como qualquer cidadão comum e corrente, como era a maioria, ou seja, não eram grandes conspiradores digamos, não, não. Não era isso, não era isso. Era uma militância de outro tipo, de outro tipo. Eles eram grandes conspiradores, então os tipos montam o operativo no Brasil, tremendo operativo binacional, que terminam detendo os que detêm realmente, e se arma um problema político. Nós dissemos para eles que ia se armar um problema político, nós estávamos na luta, e eu acho que isso foi um acerto nosso quando, me lembro de que depois os tipos me torturaram à brava aí em Porto Alegre, e disseram - Bom agora vais ter que fazer uma longa viagem -, não sei que história, e eu lhe disse... Levaram-me ao banheiro e eu vi que me haviam deixado todo... Porque tinham começado a me torturar as três da tarde e era de noite, e continuava, então fiquei todo vermelho, assim, todo arrebatado, mas não perdi a consciência. Então eu lhe disse [que queria] falar com o chefe, então vem o tipo, vem uma pessoa que supostamente podia ser uma pessoa responsável, e eu lhe disse - Vocês...

Nós somos fulano e fulano, vocês podem nos prender aqui, e podem nos julgar no Brasil, o que está bem, está no direito de vocês, que é o que teriam que fazer, agora, o que vocês não podem fazer é nos entregar aos uruguaios, porque vai se armar uma confusão, nós somos refugiados das Nações Unidas, nós temos vínculo permanente com as Nações Unidas, com as Embaixadas, com os uruguaios no exterior. Se nós desaparecemos, em questão de horas vão saber, vai se armar uma confusão política. Vocês, a semana que vem, efetivamente, há eleições aqui no Brasil. E o Brasil não é a Argentina de 1976, vão lhes armar uma confusão bárbara, vocês não imaginam a confusão que vão armar para vocês por nossa causa. Há crianças no meio aqui, e nós somos pessoas conhecidas, nós não somos tipos desconhecidos, porque nós somos pessoas refugiadas das Nações Unidas, eu na Suécia e Lilián na Itália, isto é um problema político, não é um problema policial -. E os tipos, os brasileiros duvidavam de nos entregar aos daqui, ocorre que os daqui pressionaram tanto, tanto, que terminaram nos trazendo, realmente. Nós queríamos que nos processassem; que se tornasse público, por exemplo - Detivemos subversivos uruguaios com documentos... -, perfeitamente não é? Um julgamento público. Mas não deu. Ou seja, os tipos não quiseram. Ou seja, eles não imaginaram talvez, ou talvez a parte do DOPS e das Forças Armadas brasileiras não fizeram os contatos políticos suficientes com a parte política, para avaliar, bom louco, porque o que acontece é que não havia antecedentes de uma confusão deste tipo.

P: Claro, claro, era uma novidade para eles. E estava [...] a Operação Condor, ou seja, de intercâmbio de informações e de pessoas. Tu dizes do ACNUR, tu já foste como refugiado?

R: Sim, quando eu vou da Argentina para a Europa, vou refugiado pelo ACNUR.

P: E para o Brasil, vens também como refugiado?

R: Bom, mas aí são essas situações duais. No Brasil eu tinha, definitivamente, uma condição tripla, eu era; eu tinha a minha carteira de identidade uruguaia, ou seja, no apartamento eu tinha a minha carteira, que era uma carteira de identidade de Artigas 31349, porque nessa época era por departamento, depois tinha o documento das Nações Unidas e tinha um documento clandestino. Ou seja, tinha tudo, definitivamente os tipos dizem - Te pegamos com documentos clandestinos -, eles me pegaram, me pagaram com tudo me entendes? Ou seja: que eu tinha um documento clandestino é verdade, agora, eles não me pediram documentos, eles me pegaram, ou seja, que definitivamente eu tinha tudo; agora, quando tu ias, por exemplo, se um dia eu fosse ver, sei lá, Olívio Dutra, se me perguntares - Como tu foste? -, e eu não me lembro de como fui vê-lo, porque eu não falei para o tipo - Olha, sou eu -... Tu ias vendo a coisa aí. A nossa ideia era nos legalizarmos no Brasil, e passar a usar os nossos documentos. Mas quando... Ou seja, os tipos não me pediram documentos, tchau, me pegaram, os tipos foram diretamente, já sabiam, tchau. Agora, eu era das Nações Unidas. E além do mais as Nações Unidas me mantiveram o refúgio; e além do mais eu tenho um documento onde as Nações Unidas me mantiveram o refúgio até o ano oitenta e não sei quanto, porque até aí se manteve o caráter de refugiado. Quer dizer que o fato de que eu fosse refugiado das Nações Unidas, para efeitos internacionais e tudo isso, não era uma coisa menor, porque pouco importava para os efeitos do ACNUR, da luta democrática mundial, se eu me chamava Luis Pesquera de Neguera ou Universindo Rodríguez, porque definitivamente as Nações Unidas habilitam que em circunstâncias de ditadura as pessoas recorram a situações desse tipo, ou seja, que está dentro do que acontece no mundo, ou seja, não é uma coisa que - Bah, primeira vez que... -, não, já havia passado por isso. Agora, isso é bom saber, porque assim é a complexidade da vida, não é tão simples. O tipo me dizia - Tu entraste com documentos -, sim, entrei, mas entrei com documentos e entrei com os meus, e entrei com o do ACNUR também. Claro, apresentaste só um, mas tinhas todos, definitivamente. E a condição era tripla, era um cidadão uruguaio que estava no Brasil. Esse é o fato determinante. Ou seja, um cidadão uruguaio refugiado das Nações Unidas por perseguição política comprovada, que é detido, interrogado e torturado no Brasil e deportado ilegalmente ao Uruguai, junto com Lilián Celiberti e os filhos de Lilián Celiberti. Essa é a realidade objetiva. Isso é o que denunciamos. E que os tipos, para nos pegar no Brasil, está comprovado que levaram três militantes uruguaios opositores, detidos no Uruguai, em veículos uruguaios, para o Brasil, e os fizeram percorrer uma semana a cidade de Porto Alegre, em lugares públicos, para nos rastrear e tentar nos localizar. E

isso é assim, tchau.

P: Há pessoas da comunidade argentina que lembram isto, que dizem que viram estas pessoas que procuravam e procuravam; e pelo modo de falar, que é muito parecido, os uruguaios procuravam entre os argentinos porque pensavam que eram uruguaios. E estas pessoas também tiveram que sair de onde estavam, porque estavam com medo, e que eram argentinos esses que estavam procurando. Universindo, depois do DOPS... Quanto tempo tu ficaste no DOPS?

R: Não, no DOPS, a mim me detêm às duas da tarde, e fiquei até a meia-noite. À meia-noite me tiraram dali, que primeiro me torturaram no chão, lembro que me desnudaram, etcetera, e depois sim, aí os que interrogavam era Giannone, o uruguaio, que era um capitão, e Pedro Seelig, que era um delegado... Ou seja, havia um montão de gente, todos espancavam, mas os que perguntavam eram eles. E perguntavam essas quatro ou cinco coisas que lhes falei hoje. Isso era o eixo da questão, dos interrogatórios. E depois, à meia-noite ou à madrugada, aí nos colocam em veículos, nos levam à fronteira, e nos levam à Santa Teresa, não sabíamos nem por onde saíamos.

P: Ou seja, foram primeiro à fronteira do Chuy, ou não sabes isso?

R: Eu não, eu sei que acabei na Rota 8, em Santa Teresa, onde havia o Uruguaio do lado... Ficamos aí, jogados em uns veículos, eu ia a um com Giannone, Lilián acho que ia a outro, e as crianças iam a outro, e daí passaram a fronteira, se vê que tinham tudo arranjado, isso foi de noite, e na segunda-feira, treze, saiu uma... O que eles chamavam uma Comitiva, quantidade enorme de tipos, que estavam nos esperando na Rota 8, que supostamente é o operativo que nos deteve aqui, então aí nos levam a Santa Teresa, e em Santa Teresa nos fazem o submarino no mar, nos fazem simulacros de fuzilamento, houve espancamentos, interrogatórios... Interrogatórios sobre o mesmo, mas aí somente os uruguaios, porque depois os brasileiros nos passam para cá e voltam a Porto Alegre.

P: Eles não entram no Uruguaio então.

R: Eu não os vi.

P: Não os viste.

R: Eu não vi nada, estava jogado em um caminho aí, tapado com um ponche, impossível, não vê nada, realmente. E aí é onde aparece na cena, no meu caso, o capitão Eduardo Ferro. Giannone e Ferro são os que fazem os simulacros de fuzilamento, carregam as pistolas, que colocam ela aí, etcetera, isso é em Santa Teresa, então aí nos sujeitam em Santa Teresa, não sei quanto tempo levaram para chegar. Sei que ao meio-dia da segunda-feira, treze, que fazia um calor impressionante, no mês de novembro, impressionante, fizeram o submarino aí, que me lembro de que me tiraram daí, me colocaram em uma rocha, meu corpo todo tremia.

P: Submarino diretamente no mar.

R: Sim, sim, diretamente no mar. E todos ameaçam, permanentemente, e depois aí, à tardinha, eles, em meu caso em um auto, Giannone me traz até Montevideu, e supostamente, conforme as declarações que se sabem nos dias de hoje, as crianças vinham em outro veículo para Montevideu também, mas eu não os vi, obviamente, eu tampouco vi a Lilián lá em Santa Teresa. E aí é onde surge, Lilián vai lhes contar com detalhes, porque é ela que sabe; a ela ocorreu a ideia de voltar a Porto Alegre, dizendo - Vai ter um a reunião, que Cores vai ir, na sexta-feira -, que era a reunião que se havia cancelado. Então os tipos retornam a Porto Alegre, e aí acontece o de sexta-feira, dezessete de novembro; prévio esse telegrama que chegou da Europa dizendo que ligaram, que a levou à Rodoviária, que ela fala com Rubén Prieto, que é uma coisa interessante, vocês podem até falar com ele também, é bom. Porque é ele que tem a conversa com a Lilián. Agora eu, toda essa parte, o que aconteceu comigo? Assim, para resumir essa parte. Os tipos me trazem para cá, supostamente me levaram à Dante y República, que agora se chama República y Haedo, Eduardo Víctor Haedo, que aí fica a central de Contrainformação do Exército, que é um organismo que se criou, que já funcionava como Comissão interna deles, e que, quando

dissolvem o OCOA,¹³⁴ por causa dos acontecimentos na Argentina, se vê que para as operações sofisticadas começou a adquirir protagonismo a Companhia de Contrainformação do Exército, obviamente. Então, aparentemente me levam para aí, aí me têm cerca de um dia. Segunda-feira, dia treze, toda essa noite e talvez o dia seguinte. Depois me levam para um Centro Clandestino de Detenção, que segundo Hugo Walter García Rivas, esse Centro Clandestino de Detenção, que seria um local da Companhia de Contrainformações, fica na Rua Colorado, quase Boulevard Artigas, em torno de Canal 5, continua existindo, isso está no livro dele, tem o número, tudo. E aí nos submeteram a... E aí me levam que me lembro de que chego à noite aí, em um caminhão cheio de cachorros, com cachorros e pessoas, e isso, depois os tipos me desnudam, me põe um macacão, me põe umas correntes nos pés, algemas, vendas, tudo isso, e me têm aí, estive aí até seis de dezembro de 1978. Então, no início me dei conta de que estava sozinho aí, e como que na semana seguinte aparece a Lilián aí. Eu nem imaginava que a Lilián tinha voltado, não sabia absolutamente nada, além disso, [trato] de ver se há outra pessoa além da Lilián aí, porque todos nós, assim, tentamos por algum sinal localizar se há mais alguém, mas não tivemos nenhum... Nesse marco, os tipos aí continuam os interrogatórios, as torturas, as surras, as ameaças, e onde os tipos, um dia, os tipos nos propõem, a cada um de nós em separado, assinar uma ata reconhecendo que nós... - Bom isto se arruma se vocês reconhecem que são detidos no Uruguai -, bom nós não tínhamos muita alternativa, ao final terminamos assinando uma ata falsa, na qual expomos que nós fomos descobertos no Brasil, que estávamos lá e que vínhamos ao Uruguai para deixar as crianças, e aqui nós íamos e aí nos detêm. Isso é o que dizia a ata através da qual nos processam. Com essa ata, os tipos nos levam ao 13 de Infantaria, do centro clandestino de detenção da Rua Colorado y Boulevard Artigas, na noite de seis de dezembro nos levam para aí. E quando chegamos aí, havia, de um lado, os homens, que acho que eram cinco mais, os detidos, e depois havia outras mulheres que estavam em uma parte; havia um calabouço com homens e em outra parte havia um calabouço com mulheres. No total éramos doze. Dez haviam sido detidos antes que nós, no Uruguai, porque as caídas terminaram com... Ou seja, os últimos que caíram fomos nós, nós paramos as caídas. Ou seja, os tipos detiveram dez pessoas aqui, no total, homens e m... Homens, e dois adultos no Brasil mais as crianças, que estavam em outro lugar, não estavam no 13 [de Infantaria]. E os tipos nos têm aí, e aí, quando nos levam para o 13 – que era o Batalhão Número 13 de Infantaria Blindada –, aí os tipos legalizam a situação da nossa detenção. Então aí os tipos tinham; lembro-me de que um dia vai um... Quando tu chegas aí, te fazem uma ficha e dizem - Bom você -, ficas horas aí, depois vê perguntar - Tu, como tu foste detido, como foi detido, como tu te chamas? -. Fulano de tal, e eu disse a um tipo que havia sido detido no Brasil, e ele me disse - Não, aqui diz que tu foste detido no Uruguai, portanto... Eu vou colocar o que diz aqui -, então os tipos efetivamente legalizam a questão. E depois, estando no 13, que o 13 e o 14 são interessantes, eram os quartéis que, nessa época, dependiam diretamente do Comandante em Chefe do Exército, ou seja, o 13 de Infantaria Blindada e o 14, que é o de Toledo, dependiam diretamente do Comandante em Chefe, pelo que eram os lugares onde atuavam os Serviços de Inteligência, o OCOA e a Companhia de Contrainformações. Essa explicação, que hoje em dia os desaparecidos aparecem aí, ou seja, não é casualidade que apareçam nesses quartéis, porque eram os quartéis onde... Era o território principal deles, porque o resto dos quartéis de Montevidéu dependia do Comandante em Chefe da Unidade Militar Nº 1, diferentemente destes, que dependiam diretamente... Então os tipos te interrogavam aí quando queriam. E nós estando aí no 13, que era um quartel imenso, que tinha dois mil e poucos entre oficiais, classes, pessoal médico, conforme o que os milicos diziam, era um quartel imensíssimo para o Uruguai não é? Os tipos nos tinham aí, para passar ao juiz, tudo isso, até que em janeiro de 1979, ou seja, no ano seguinte, os doze estando presos, alguns dos soldados se aproximaram da Lilián, e a Lilián conseguiu tirar, através de alguns soldados – escrevendo nas caixinhas dos cigarros Nevados ou Coronados da época, com uma agulha –, dados para a família, como estávamos e isso; a verdade foi que os tipos detectaram essa atividade, aquartelaram todos os efetivos do quartel, terminam apertando-os, interrogando, e acabam processando vários, dando baixa a vários; e aí nos fizeram uma tortura coletiva, me lembro de que de uma terça-feira a uma sexta-feira de janeiro de 1979, que nos mataram a surras. Tinham-nos, por exemplo, colocavam um braço para lá, um braço para cá, uma perna para lá, pouco depois trocava a guarda, e a questão

134 *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas*

mudava para ti, e durante o transcurso da guarda alguns soldados com uma agulha, assim, te espetavam as nádegas, aqui, permanentemente; e aí participaram nesses interrogatórios, à parte as pessoas do 13, fundamentalmente, as mesmas pessoas que nos haviam sequestrado no Brasil, eles iam te interrogar. Depois, bom, isso parou aí, mas se armou toda uma situação muito particular, quer dizer que a tropa já não queria se aproximar de nós; depois nos passam ao juiz, lá por meados de 1979, depois levam as mulheres para Punta de Rieles; os homens são levados para o Penal de Libertad, e Lilián fica na sede do calabouço de mulheres, onde estava, e eu fiquei no outro. Eu fiquei em um calabouço de nove lajotas de onze de vinte centímetros, lajotas pequenas, não como estas, fiquei de seis de dezembro de 1978 até ir ao Penal de Libertad. Nós estivemos com a Lilián... Ficamos em uma situação como que de reféns, ou seja, os tipos nos processaram e levaram o resto das pessoas para lá, e a nós nos deixaram no quartel. Quer dizer que o que acontecia no Uruguai, de vez em quando os tipos iam; fechavam os portões e nos levavam para interrogar. E em maio de 1980, me lembro de que veio uma missão especial da Cruz Vermelha que visitou os oito reféns do MLN e a Lilián e a mim, mas era uma visita assim, os tipos te colocavam longe e diziam – Tu, como te chamas? -, - Fulano de tal -, e os tipos iam embora. Daí a dois três dias me deram um cigarro, afrouxaram um pouco a mão, em poucos dias me tiraram. Termino isto, porque isto é interessante, o que fazem conosco antes de chegar a Libertad. Então nós, definitivamente, em seis de dezembro de 1978, depois de ficar nesse Centro Clandestino de Detenção, que segundo o soldado Hugo Walter García Rivas era na Rua Colorado quase Boulevard Artigas, nos levam ao 13, depois nos processam com essas atas falsas, e nos dão “associação subversiva” e outras acusações mais, uso de documentos falsos, etcetera, como detidos no Uruguai, depois levam os homens para Libertad, as mulheres as levam para Punta de Rieles, e nós continuamos no 13 de Infantaria na qualidade de... Como de atrasados, de reféns definitivamente, porque estávamos processados, ou seja, o lógico seria que nos tivessem mandado para os cárceres, e os tipos nos mantêm aí; então de vez em quando iam nos interrogar, os oficiais do 13 ou os outros, sobre as situações que aconteciam no Uruguai, então, por exemplo, em maio de 1980, do ano de 1980, houve um grande Primeiro de Maio aqui no Uruguai, com muita participação sindical, com greves e tudo o mais, muitas pessoas foram presas, e nesses dias foi uma missão da Cruz Vermelha Internacional que veio ver os reféns e veio nos ver, se bem que não tivemos um diálogo com eles – nos viram aí, meio de longe, no mesmo 13 –, e poucos dias depois levam a Lilián ao 14 de Toledo, que aí ficou um tempinho, e aí termina depois, em junho, no Penal de Punta de Rieles; e a mim me levam, esses dias, à La Tablada. La Tablada era nessa época um importante Centro de Detenção, bom, onde estão alguns dos que... Aparecem agora mortos em Toledo não é? Aí eles estavam interrogando e esperando as pessoas, impressionantemente as pessoas que haviam caído no Primeiro de Maio, pessoas dos sindicatos, estudantes, pessoas vinculadas ao Partido Comunista, vinculadas ao PVP. Cada coisa que acontecia eles nos levavam para aí. Então me levaram aí, me interrogaram um pouco, e fiquei aí um tempinho, cerca de um mês, e aí me devolvem ao 13 de Infantaria, de volta de La Tablada, e finalmente, em treze de junho de 1980, recém me levam ao Penal de Libertad. Quer dizer que eu fui detido em doze de novembro de 1978 no Brasil, legalizaram nossa detenção em vinte e um de novembro, levaram-me ao 13 [de Infantaria] em seis de dezembro, e me tiveram entre o 13 e La Tablada de dezembro [de 1978] até 1980, ou seja, uma enorme quantidade de tempo, uma situação totalmente irregular, somada a todas as irregularidades anteriores, porque, por outro lado, tinha que ficar aí onde tu estavas todo o dia com a luz acesa, onde para ir ao banheiro tinha que pedir autorização ao guarda para que ele te levasse, onde obviamente que em boa parte desse tempo fiquei totalmente incomunicável e submetido às repressões e às tensões próprias de uma situação de total anorma.. Que se acrescenta a todo o anterior que vínhamos dizendo. E depois, aí no 13 aconteceram estes episódios que lhes comentava antes, quando nos fizeram uma tortura coletiva em doze de janeiro de 1979, como consequência de que a Lilián tirou, através da guarda, informação para sua família sobre a nossa situação aí dentro.

DEPOIMENTO 16 – BELELA HERRERA.¹³⁵

MONTEVIDÉU, 24 DE ABRIL DE 2012.

P. Proyecto “Memorias de la resistencia y de la solidaridad: el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos contra las dictaduras del Cono Sur y su conexión represiva”, Belela Herrera, Montevideo, 24 de abril de 2012

R: Muito obrigada, estou muito feliz de poder falar contigo, e se puder contribuir em algo para a história, para os jovens, que na idade que tenho – oitenta e cinco anos – me parece que o me importa são os jovens, que saibam o que aconteceu em nossos países e que nunca mais volte a acontecer. Morávamos no Chile, cheguei em 1970, em um ano apaixonante, porque aqui no Uruguai já se vivia uma repressão muito forte; no Chile se vivia um despertar para uma mudança, porque era o ano da campanha eleitoral, os três candidatos se apresentavam, Allende era um deles, e aí então eu me dei conta do que era, a campanha da Unidade Popular, e bem, estive muito próxima dessas... Desejos, dessa proposta, desse projeto de mudança no país. Que além do mais tinha me impressionado muito porque era... Nós nesse sentido somos um pouco diferentes, apesar de que aqui se vivia um... Um prolegômenos já da ditadura, com as Medidas Prontas de Seguridad e mulheres presas, e a denúncia de Zelmor Michelini no Tribunal Russell, que é um documento que tem que se ver; vocês têm que vê-lo, porque é um documento importantíssimo para saber o que estava acontecendo em nossos países. E então se realiza a eleição, Salvador Allende ganha, mas a verdade é que eu não tinha o tema dos direitos humanos incorporado à minha mente para nada. Era militância, sim, era mudança social, era igualdade, etcetera, etcetera. Quando ocorre o golpe no Chile, aí sim, naturalmente, aí sim, porque as violações aos direitos humanos já eram absolutamente terríveis, e o primeiro caso que eu conheço – eu começo a trabalhar no escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados –, entra uma mulherzinha baixa, como eu mais ou menos, que entrava no escritório das Nações Unidas, repleto de gente, com uma quantidade enorme de pessoas que vinham para denunciar sobre seus familiares que desapareciam; que não estavam; que não os encontravam; que como é que se podia ajudar para fazê-los sair, etcetera. Havia dez mil estrangeiros no Chile, nessa época, porque, além disso, o governo de Salvador Allende tinha sido muito generoso, porque tinha dado a todos os documentos para poder viver nesse país. Não eram refugiados, eram cidadãos, como no Chile. Então chegava essa mulher, e com o braço para cima dizia - Este é meu filho -, mostrava uma foto, - Tulio Quintiliano Cardoso, engenheiro, chegou para trabalhar como engenheiro no projeto de Eduardo Frei, não se encontra, está desaparecido, digam-me onde está -, e isso era todos os dias, todos os dias, nunca apareceu, é um dos desaparecidos brasileiros, que depois me mostraram uma foto dele, fazendo referência a isso uma parenta. Naturalmente aí se dedicava com alma e vida, com alma e vida para como se podia ajudar, com os asilados, nos refúgios, se abriram cinco refúgios devido a que o Chile tinha aderido à Convenção e o Protocolo de Refugiados, isso se pôde conseguir com uma negociação muito dura com o governo do ditador Pinochet, para que esses estrangeiros, a maioria deles tinha se exilado nas Embaixadas, estavam abarrotadas, mas esses exilados puderam encontrar uma proteção porque tinham que sair, tudo era para a realocação. Então houve uma atitude muito generosa dos países em geral, e a maioria foi para a Europa, para a Venezuela, o México já estava muito cheio, o contingente, porque o México tinha recebido todas as cúpulas do governo chileno. E aí então comecei a trabalhar com alma e vida.

P: Como tu te vinculaste ao ACNUR,¹³⁶ Belela?

R: Escolheram-me para trabalhar porque eu me separei de meu marido, nessa época, então meu

¹³⁵ Belela Herrera nasceu em Montevideu, Uruguai, e estudou Sociologia na Universidad de Chile. A partir do golpe de Estado neste país, em 1973, Belela passou a auxiliar refugiados políticos, trabalhando como representante do ACNUR, em Santiago de Chile. No ACNUR, Belela ainda trabalhou na Argentina, México, Espanha, Peru, Brasil, América Central e Caribe. Foi observadora de direitos humanos, em uma missão conjunta ONU/OEA, no Haiti. Foi também observadora de direitos humanos na África do Sul. Entre 1995 e 2005 foi diretora de Cooperação e Relações Internacionais da Intendência Municipal de Montevideu, e Vice-Chanceler do Uruguai entre 2005 e 2008. Em 2011, foi condecorada com a Orden de Mayo al Mérito em grau de Gran Cruz da República Argentina, pelos seus serviços e esforços durante os períodos ditatoriais do Cone Sul. Atualmente reside no Uruguai.

¹³⁶ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

marido voltou para o Uruguai e eu fiquei com meus quatro filhos, porque o maior já tinha ido trabalhar e estudar no Brasil; estudou cinema.

P: E a partir daí então?

R: E a partir daí então foi realmente um trabalho incessante, porque continuava havendo pessoas que necessitavam de ajuda ou orientação, e minha casa também foi um refúgio, porque vinham para dormir uma noite e vinham para ficar um tempo, até que então... Cuidava de colocá-los em um... E tenho anedotas muito divertidas sobre isso, algumas realmente muito pitorescas, mas bem, daria para muito, muito mais tempo.

P: Mas se tu queres conta-nos alguma, gostaríamos de ouvir.

R: Bom, naturalmente eu estava, pelo trabalho de meu marido, muito vinculada às Embaixadas. Todos os países do Leste romperam relações com o Chile. Ficou somente a Romênia para poder ajudar as pessoas. A Romênia recebeu muitos refugiados, muitos, muitos, muitos chilenos. Mas a embaixadora da Polônia era muito amiga minha, uma escritora, Alicia [...], que traduzia Benedetti, Galeano ao polonês. E nos tínhamos tornado muito amigas, então ela me chamou pelo telefone desesperadamente, morava perto, a Embaixada da Polônia ficava perto da Embaixada do Uruguai, diz - Belela, por favor, eu quero te ver, podes vir? -, bom fui em seguida, e ela me disse que haviam entrado dois chilenos em sua casa, dizendo que queriam ver o aparelho de gás. E entraram e disseram - Queremos asilo, não saímos daqui -, e ela estava fechando a Embaixada, porque tinham rompido relações. Então eu disse bom, eu os levo. E os levei e os coloquei em um refúgio, sabendo que não podiam ficar em um refúgio porque eram chilenos. Porque isso é o que o ACNUR manda, é exclusivamente para os estrangeiros que não estão em seu país de origem. Então limita muito, porque claro, eu tinha morado três anos no Chile, estava muito identificada com os chilenos, mas o que podia ajudar era de través, saindo um pouco do mandato, e tinha que me cuidar, porque senão não iria continuar trabalhando. A questão é que os coloquei em um refúgio, mas depois, o que estava encarregado do refúgio me disse: - Estes senhores não podem ficar, porque a qualquer momento invadem e encerram toda a negociação que nos custou tanto conseguir -, para onde eu os levo? Porque as Embaixadas já estavam muito cheias e não sabíamos o que fazer. Um domingo de manhã, com meu carrinho pequenino, um Fiat 600...

P: Um Fiat vermelho.

R: Vermelho. Vou-me com uma filha minha para dissimular, que continua mornado no Chile, Macarena. E vou buscá-los onde estavam, porque sabia que tinha que tirá-los, e vou à Embaixada da Itália, que tinha um... Um muro muito grande. Primeiro dou uma volta com ela, e vejo que só os carabineiros¹³⁷ estão na entrada, não estão nos lados do muro. Para melhorar, um deles era coxo, bom, os colocamos no carro e vamos, e finalmente puderam pular, com a ajuda de um, de outro e de minha filha, que os ajudou, puderam pular o muro e entraram. Quando voltei ao refúgio para ver como tudo estava, disseram: - Cinco minutos depois que tu saíste veio a DINA¹³⁸ invadir -. Isso foi denunciado. De modo que... Bom, muita sorte, em realidade, porque senão teria sido muito complicado poder explicar como esses chilenos estavam aí, e então seriam questão de invadir todos os refúgios, os cinco. Bom, isto continuou, naturalmente, em curso, com muitíssimas mais histórias e anedotas, porque, além disso, a Cruz Vermelha Internacional, cuja faculdade é visitar os quartéis, os cárceres, quando via que tinha um estrangeiro me comunicava. Eu já... Isto... Em 1973 eu era uma funcionária entre as demais, mas em 1976 fiquei encarregada do escritório do ACNUR, então aí eu, nesse caso, tinha que pedir uma permissão ao Ministério do Interior, que tinha sempre um personagem sinistro, que se chamava Montero Marx, e eu ia lhe pedir permissão, e ele me dava um cartão para que eu pudesse ir a Três Álamos, que era o lugar de detenção onde estavam mais ou menos em uma prisão onde se podia visitá-los, porque do lado ficava Quatro Álamos, e esse era um lugar secreto, e aí não entrava ninguém. E então eu via os estrangeiros que havia, e foram muitos. Inclusive há um argentino, nos últimos tempos, que havia ficado muito tempo porque era casado com uma chilena, e porque disse - Não vai

137 Polícia uniformizada de caráter militar, com o golpe de Estado no Chile passou a depender do Ministério de Defesa Nacional, e foram equiparado aos outros ramos das Forças Armadas.

138 *Dirección de Inteligencia Nacional*.

acontecer nada comigo -, Patricio Viedma. E ele se convenceu de voltar à Argentina, isto foi naturalmente depois de 1976, e eu lhe disse - Estás certo, tu estás certo Patricio? -, - Sim, sim, eu quero voltar, eu quero voltar -. Ajudamo-lo para a repatriação, depois de um tempo é um dos desaparecidos argentinos. Bom, e outros casos também, porque uma vez outro rapaz argentino teve uma sorte enorme, que tinham me garantido que não... Tinha asilo para ir à Áustria, onde seu tio mora que era representante da OIE,¹³⁹ organismo de energia atômica das Nações Unidas em Viena, e já estava tudo mais ou menos arranjado, quando, no dia do casamento da minha filha, minha segunda filha, me chamam ao telefone e me dizem - Estão levando-o em um avião para a Argentina -. Eu me pus a chorar, um desespero, liguei para Buenos Aires – Por favor, vão ao Aeroparque, temos que salvar a vida desse rapaz -, eu, além disso, tinha falado com o pai e lhe havia dito... Bom. Teve sorte este rapaz, eu falo que há um Deus, porque teve a sorte que tomaram, bom, quando ia no avião, o avião parou em Mendoza, e não sei como conseguiu escapar do avião e pegou um ônibus, foi ao escritório do pai em Buenos Aires; o pai pegou um carro e o levou para Porto Alegre. E depois eu estive com ele no Rio [de Janeiro], porque essa é a outra história, que, estando no Chile, eu fui muitas vezes ao escritório do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro se abriu, além do mais com uma filial em São Paulo, em Higienópolis 890, na Cúria, com dom Paulo Evaristo Arns, isso outro... Conto esse capítulo, porque vale a pena. E se abriu a pedido e forçando o governo brasileiro para ter um escritório para os uruguaios e os argentinos, aonde iam? Ao Chile não podiam ir, aonde iriam? Enquanto não iam depois para outro país que não [...]. O Brasil nesse momento não tinha aderido, tinha aderido somente à Convenção que reconhecia aos refugiados da Segunda Guerra Mundial, mas não aos latino-americanos, como é o Protocolo de 1967. Então a condição era a de que, se se abrisse esse pequeno escritório, subescritório, com uma filial, como eu disse, em São Paulo, mas as pessoas que estivessem aí tinham que seguir imediatamente para outro país, então o nosso trabalho era procurar assentamento em países terceiros que nos recebessem. Houve muitos problemas, porque aí era dom Evaristo... Paulo Sales, que estava encarregado da Cúria, não era o mesmo que dom Evaristo, não. Porém sim, compreendeu o tema humanitariamente, e se pôde apelar para sua ajuda, e aí havia muitos hotéis nos quais se alojavam argentinos e uruguaios. Viviam com muito medo, viviam aterrorizados, porque sabiam que os braços longos das ditaduras estavam aí, prontos, então era uma situação muito tensa; lembro-me de ter estado em um hotel na Rua Debret, e bom, voltar de noite e dizer, por favor, me acompanhe a minha casa porque tem um homem que está me seguindo, e eu sei que isso termina em que me sequestram. E bom, era uma situação tensa, tinha que conseguir os vistos rapidamente, mas ia-se conseguindo. E todas as semanas ia a São Paulo, que era a mesma coisa. Mas aí existia muito mais proteção, havia um acolhimento por parte de Jaime Wright, o bispo, que terminou falecendo, e toda a equipe de Margarida Genevois, de...

P: Das pessoas do Clamor?

R: Das pessoas do Clamor, porque dom Paulo Evaristo Arns fundou o Clamor para solidariedade e para apoio e denúncia da situação de violações aos direitos humanos no Cone Sul, e isso foi muito importante, e sempre devemos agradecer, porque aí houve muito apoio. São Paulo era muito diferente.

P: Sem dúvida. Belela, e uma coisa. É verdade que tu tinhas um cargo no ACNUR, mas que, independente disso, ou seja, trabalhar no contexto destas ditaduras no Chile e depois na Argentina e depois no Brasil...

R: Na Argentina foi depois.

P: Mas no contexto de ditadura também?

R: Claro, final da ditadura, mas já estava terminando, foi depois das Malvinas, então aí as coisas já...

139 OIE: Organização Mundial de Saúde Animal; AIEA: Organismo Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas.

P: Claro, mas de qualquer maneira o que eu te pergunto: a questão das ameaças, a questão do medo? Porque à parte de teres um cargo, o cargo logicamente protege, mas na rua...

R: Relativamente, porque no Chile desapareceu um alto funcionário da CEPAL... Do CELADE,¹⁴⁰ Carmelo Soria,¹⁴¹ que... Bom, fizeram-lhe um assassinato grosseiro, apareceu morto do lado de seu carro. Ou seja, era relativo, que foi um pouco de inconsciência, e um pouco de ardor de verificar o trabalho, porque era... Era urgente, porque havia que fazê-lo, porque quando se vê o pavor refletido nos rostos das pessoas, sente-se que... Bom, não se tem medo. Não se tem medo, nesse momento. Agora, anos depois, refletindo, eu falo - Que inconsciente eu fui -, mas não me arrependo de ter sido inconsciente, porque era muito importante, muito importante. Ainda que seja poder escutar as pessoas, poder fazê-lo. E bom, e tem o episódio tão comovente dessas crianças, que dom Paulo teve tanto que ver, o Clamor teve tanto que ver, o Brasil teve tanto que ver, porque isso foi...

P: Estamos falando das crianças uruguaias, os Julien.

R: Julien, que apareceram no Chile. Porque a avó viajou graças... Quer dizer: há uma assistente social chilena que chega à Venezuela, que diz, depois de três anos, pensar que, além disso, quando as crianças apareceram foi em dezembro de 1976, quase, quase no Natal, tinha saído no El Mercurio de Valparaíso, não no de Santiago, trata-se de um jornal oficial, que todo mundo lê, algo assim como - Duas crianças abandonadas são recolhidas em um orfanato, e fala de papucho e mamucha, devem ser filhos de tupa... Não, tupamaros não, de argentinos -. Ninguém se apercebeu ninguém. Inclusive havia muitas ONGs, a Vicaría de la Solidaridad, FASIC - Fundação de Ajuda Social das Igrejas Cristãs -, que tinham suas filiais em Valparaíso. Mas como isto era um dia antes do Natal, e talvez as pessoas estivessem com suas coisas naturais de família, não repararam, não houve... Passou. Essas crianças então entraram, como disse ilegalmente no país, nunca se encontrou a entrada dessas crianças, porque depois vieram advogados franceses, porque isto causou tanta comoção, de crianças que tinham sido sequestradas em Buenos Aires, com seus pais, depois se soube que tinham matado seus pais, seus corpos ainda não apareceram, e essas crianças foram trazidas para o Uruguai, ficaram em um centro de detenção no Uruguai, que agora finalmente esse centro foi declarado um Museu da Memória, e está aberto em honra de Macarena Gelman, cuja mãe também foi trazida da Argentina, e teve a sua filha aqui no Uruguai. Essas crianças que ficaram nesse lugar, porque se ouviam as risadas deles, porque há testemunhos de muitos presos e presas que estiveram aí, foram, depois, trasladadas ao Chile. Como entraram? Como foram abandonados? Quem teve a coragem de deixar um menino de quatro anos e meio e uma menina de um ano e meio abandonados em uma Praça, em um lugar completamente estranho para eles, para que fossem recolhidos a um orfanato de crianças de rua? Pois naturalmente eles não estavam nada bem e o menino estava muito, muito agressivo. Então uma assistente social chilena, do Chile naturalmente, soube de um casal que não podia ter filhos e queria adotar, então lhes falou dessas crianças, e eles foram ao lugar, ao orfanato, pensando em levar a menina, e a menina... Acharam-na formosa, a senhora estava encantada com a menina. Iam levar a menina, e então o menino se agarrou nas pernas da mãe e lhe gritou - Mãezinha me leva -, e eles levaram os dois. Quando se descobre isso três anos depois! Três anos depois. Depois de uma procura infrutífera, porque a avó se mobilizou, escreveu cartas ao Papa, a Miterrand, a quantas personalidades houvesse, quantos lugares, porque a busca das Madres, caramba, caramba se é um exemplo. As Madres e os familiares, como lutaram para saber a sorte... E como me diziam até o último momento, no momento que estão tomando o café da manhã, pensam - Tocou a campainha, pode ser eles ou pode ser ela -. Então foi muito emocionante que dom Paulo Evaristo Arns chamasse a avó ao Brasil e formasse uma pequena comitiva para viajar ao Chile. Eu já estava inteirada, tinham-me inteirado, eu já havia disposto tudo com o advogado, enfim, estava tudo mais ou menos encaminhado, e chegou ao Chile a

140 CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; CELADE: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia, Divisão de População da CEPAL.

141 Carmelo Luis Soria Espinoza, exilado no Chile desde o término da Guerra Civil Espanhola, foi sequestrado em 14 de julho de 1976; seu corpo foi encontrado dois dias depois, jogado no canal El Carmen, a dezessete quilômetros de seu carro, também lançado neste local, numa tentativa da DINA de simulação de acidente automobilístico

avó com uma amiga de sempre, Mariela Salaberry, com Ricardo Carvalho, um jornalista, e com Luiz Eduardo Greenhalgh, que não sei pronunciar seu nome, chegaram ao Chile para confirmar isto, falar com os pais adotivos e ver ainda se tinham formalizado o trâmite da adoção, porque a avó queria levá-los. Passamos pela Vicaría, a Vicaría... Bom, ficou muito emocionada e muito impressionada com a história, e nos acompanharam, duas pessoas nos acompanharam: Maria Luisa Sepúlveda, que é uma assistente social, e um sociólogo muito querido, que é um dos que foi degolado no Chile depois, no ano de 1982.¹⁴² Foram conosco, chegamos a Valparaíso e, imediatamente, alguns foram ao tribunal ver como estava o trâmite, e nós, com a avó, nos dirigimos ao colégio que frequentava Anatole, o menino... Que era um colégio de padres franceses. E quando a avó falou ao diretor do colégio, sacerdote, pois a avó veio e lhe contou a história, ele ficou absolutamente perplexo. E combinou que ia avisar o pai adotivo para que viesse encontrá-la e conversar. Voltamos à tarde, o pai chegou, isso sim, ficaram aí encerrados em uma peça, e os dois saíram chorando, e ele, a única coisa que dizia era - Não os tirem de minha mulher porque ela morre -. Combinaram que sim, a avó iria visitá-lo essa tarde no apartamento onde moravam. E foi realmente muito emocionante, porque a avó entrou e ficou no dormitório com os pais, as crianças ficaram no living conosco, ele nos mostrava os cadernos de seu colégio, a menina brincando com seus pequenos brinquedos, um apartamento muito bonito, as crianças estavam muito bem tratadas, felizes... E ela tinha prometido não lhes dizer nada que era a avó, somente cumprimentá-los nesse momento. Foi muito bonita a história. Muito triste, muito triste, sim, meu filho fez um documentário, chama-se...

P: Y cuando sea grande¹⁴³...

R: Com uma música muito bonita que Sabalero compôs, sim. Foi realmente muito triste, porque essa avó, que estava vivendo uma situação muito difícil economicamente, neste país se vivia miseravelmente, com um marido muito doente, com hemiplegia, a verdade é como ia tirar essas crianças que estavam em um lar, pois eles não tinham nada que ver com a repressão... Bom. E daí mais ou menos se foi resolver a história, os pequenos vinham ver a avó, a avó tinha todas as permissões para ir ficar com eles, muitas vezes ficavam em casa, o documentário foi filmado em minha casa, a menina se espreguiçando, porque a avó vinha ficar em minha casa, e bom, colorín colorado, como diz uma poesia de Benedetti, "Colorín, colorado, ese cuento no ha terminado", porque faltam ainda muitas crianças.

P: Claro, claro. Agora, a generosidade desta avó... Não tem limites.

R: Foi muito difícil, porque, além disso, criticaram-na muito, muito as Avós e as Madres daqui, porque diziam - Como, como vais deixar essas crianças que tu procuraste; que os pais estão desaparecidos, como tu vais deixá-los em mãos de estrangeiros -, foi muito difícil para ela, pobrezinha.

P: Pelos pais a verdade...

R: É que os tinham acolhido e lhes tinha dado todo o carinho, todo o carinho. Mas as manchetes nos jornais eram... Tenho-os aí... "Tupamara... Avó tupamara leva as crianças", todos os uruguaios eram tupamaros no Chile, todos.

P: Claro, claro, os viam assim. Belela e para teus filhos, teu trabalho...

R: Veja os pequenos me ajudaram muito, me acompanharam e me aceitaram, e a verdade é que quando se faz uma olhada retrospectiva, se pensa - Não os terei deixado demasiadamente, não terei perdido algumas coisas de meus filhos? -. Porque o trabalho para mim era tão importante, tão importante, porque me exigia tanto... Do casamento de minha filha não esqueço nunca, eu estava com uma angústia horrorosa, horrorosa, de que esse rapaz... E me contaram que estava assim de milicos no Aeroparque o esperando. Salvou-se por milagre, completamente por milagre. Então... Sim, quer se fazer tudo na vida, mas, às vezes, as circunstâncias levam a que se privilegie essa... Essa situação que te exige.

142 Trata-se de José Manuel Parada Maluenda, sociólogo e funcionário da *Vicaría de la Solidaridad*, que foi sequestrado, junto com outros dois companheiros, no final do mês de março de 1985. Os corpos foram encontrados em trinta de março desse ano, degolados e com sinais de torturas.

143 "E quando eu crescer".

P: Diz-me uma coisa Belela, como é que tu conhecestes o Jair e como foram os vínculos?

R: Bom, nós que estamos trabalhando em direitos humanos nos conhecemos de toda a vida. Eu não lembro exatamente quando conheci o Jair, se foi em Buenos Aires, porque a sorte que tive depois de ter feito um périplo muito longo na América Central, e isso seria outro capítulo que foi muito rico também, muito rico, porque era completamente diferente do que era o caso individual do Cone Sul, que era o político, o militante, o trabalhador, em troca, na América Central eram as massas de camponeses que saíam massivamente por... Porque queimavam suas jaquetas de lã [chompas],¹⁴⁴ porque os maltratavam de uma maneira terrível. Então era outra estratégia, porque tinha que formar acampamentos. E há uma história muito bonita, mas é muito comprida, com Omar Torrijos, que um grupo que havia chegado a Honduras e que Honduras os ia devolver a Salvador, se negociou com Omar Torrijos, então presidente do Panamá, e ele fez construir um acampamento, se chamou Monsenhor Arnulfo Romero, enorme mártir Romero, assassinado em El Salvador. E a verdade é que seu gesto foi muito bonito, muito solidário, e bom, essas pessoas viviam felizes, muito felizes nesse acampamento no Panamá.

P: Como se dá essa relação do ACNUR em Santiago com as embaixadas, ou como isso se opera? Com essa questão do Estádio Nacional também...

R: Sim, bom. Para veres, no Estádio Nacional havia mais de setenta uruguaios com... Bom, aí tive certa participação para que o embaixador Edelstam,¹⁴⁵ grande figura, grande, lhe devemos muita gratidão, aqui temos um monólito em sua honra...

P: É o sueco...

R: O sueco, embaixador sueco, que depois foi declarado persona non grata, fomos colegas, e tínhamos uma amizade entre nós, era um homem muito, muito valente, foi muito valente, porque ele, por exemplo, ficou a cargo da Embaixada de Cuba no Chile. E ainda havia pessoas na Embaixada aos poucos dias do golpe, e ele entrou com a bandeira sueca levantada e disse - Isto é território sueco, e eu vou fazer todos saírem para o Aeroporto e vou acompanhá-los -, e conseguiu. Tinha acontecido um tiroteio antes, ou uma troca de... Entre os... Entre os policiais e as Forças Armadas chilenas, se notava [sentían] os tiros dentro, mas não lhe importavam as balas, e entrou, foi muito valente. Sua neta criou a fundação Harald Edelstam, nome de seu avô. Ganharam um prêmio em direitos humanos.

P: E como foi este fato do Estádio, então, e os setenta uruguaios, tu podias nos contar um pouco disso?

R: Bom, em realidade sim, foi uma sorte que houve, porque mudou o que estava encarregado do Regimento nesse momento não? E contam, eu não tenho certeza absoluta, que o mataram depois, porque ele permitiu que saíssem esses cinquenta e seis, cinquenta e sete, não lembro exatamente quantos eram, uruguaios que foram nos carros suecos à Embaixada, e aí viajaram diretamente para a Suécia. Foi um ato muito heroico da parte do Embaixador.

P: Sem dúvida. E com a Embaixada do Brasil?

R: Veja, dizem que o embaixador do Brasil – eu soube há pouco tempo –, ele havia financiado os primeiros dias do governo de Pinochet, porque ele... É claro que estava contrário a todos os movimentos... E estava contrário ao governo de Salvador Allende, completamente. O conhecíamos muito bem, e bom, é claro que não ajudou ninguém, isso é evidente. Não sei se teria havido algum brasileiro que terá se refugiado, porque o Brasil tinha uma delegação muito grande. Nós tínhamos ido muito, meu marido era muito amigo do Embaixador do Brasil.

144 Chompas: vestuário ancestral, feito de lã de alpaca, com listras coloridas, uma espécie de jaqueta, muito usadas no Peru e na Bolívia.

145 Gustav Harald Edelstam, à época do golpe no Chile, embaixador na Suécia neste país. Conhecido como *Clavel Negro*, faleceu em 16 de abril de 1989.

P: Dizem que, em realidade, estava com a Embaixada preparada caso os golpistas não... Se não tivessem tido sucesso, teria refugiado justamente os golpistas.

R: Ah, pode ser, sim, sim. Nós, meu marido teve a ordem de Bordaberry de que na nossa Embaixada não entrava nenhum asilado, coisa que não se cumpriu.

P: Como se vincula então, retomando isto do Jair, com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos?

R: Bom, por causa do Clamor e depois com Jair é um... Para nós é um pro homem aqui, Jair é um homem admirável, de todos os pontos de vista, foi declarado cidadão ilustre desata cidade, pela Prefeitura de Montevideú, pelo ex-prefeito Ricardo Ehlich e bom, venerado pelos organismos, que são poucos aqui; diferente do que é na Argentina ou do que é no Brasil, assim tem nada mais que os Familiares, SERPAJ¹⁴⁶...

P: E como era o tipo de ajuda que podiam prestar; o tipo de solidariedade?

R: Bom, isso é o terrível no Uruguai não? Porque, se me permitem, eu penso que a situação mais sórdida se vivia no Uruguai, porque eu não pude pisar neste país um tempo, porque corria perigo. Até que tive uma nomeação real das Nações Unidas, que foi em 1976. E eu via que este país, via que as pessoas sussurravam; que todos tinham medo, em todos os lados. Que tinham que pedir permissão para se reunir, coisa que não acontecia no Chile; no Chile as pessoas continuaram vivendo mais ou menos sua vida normal, tinha um núcleo de pessoas que estavam sim perseguidas, mas tinham a Vicaría de la Solidaridad, na Plaza de Armas, onde iam fazer sua denúncia. Aqui não havia um só organismo, um só que recebesse denúncias, que pudesse fazer algo, nenhum organismo que recebesse dinheiro para estas pobres mães que tinham que ir ver seus detidos em Punta Rieles ou em Libertad, desde às seis da manhã; às cinco da manhã, e chegavam com seu pacotinho e depois tinham que voltar, porque não podiam vê-los. Era uma crueldade terrível. Não, para mim este país, que é muito pequeno, porém a proporção de presos, exilados e torturados e desaparecidos que havia era a proporção mais alta. Para nós a verdade é que foi uma época tão terrível que não sei como as pessoas puderam sobreviver, porque era muito mais... A mim, depois que estive na América Central, me fazia lembrar a Guatemala, porque El Salvador, bom, foi terrível também, os jesuítas assassinados, Monsenhor Romero, tudo isso, mas não era essa coisa sórdida que se sente nas ruas, de medo, de tudo fechado, de não falar, de sussurrar... Era isso.

P: E muitos desses... Bom, muitos não, mas alguns desses uruguaios chegaram a Porto Alegre.

R: Muitos chegaram graças a que existiu essa possibilidade, porque houve gente muito solidária, por exemplo, a senhora [...], que estava... Era a ONG que trabalhava com o ACNUR, o ACNUR não tinha escritório aqui. Chegaram a Porto Alegre e aí sim tinham... Bom, depois dessa conexão com São Paulo, aí tinham a Cúria; em Porto Alegre tinham o apoio do escritório de Justiça e...

P: O Movimento.

R: Movimento, o Movimento, sim. Ou seja, que sempre houve uma rede solidária muito forte.

P: Fala-se de uma quantidade de refugiados uruguaios, ou que passaram por Porto Alegre, tem-se um número aproximado?

R: Não o tenho, pode ser que o SERPAJ tenha, ou alguém, eu não o tenho, mas... É um número considerável, porque primeiro não existia o escritório... Este escritório pequeno que se abriu, mas, uma vez aberto, era a forma de já chegar a ter um reassentamento na Europa, no México, na Venezuela.

P: Belela, dentro desse trabalho que tu fizeste tudo isto... De que maneira... Ou seja, que peso tem essas redes de solidariedade que foram se entrecendo? Porque em realidade falamos, de repente, do ACNUR, mas no ACNUR teve muitas

¹⁴⁶ Servicio Paz y Justicia

peças que ajudaram... Ou seja, é uma grande rede de solidariedade onde há alguns centros mais ou menos visíveis, alguns são conhecidos e outros, de repente, nem tanto. Há um desenho disso, tens mais ou menos uma ideia do alcance que isto teve? Ou seja, os outros solidários com quem se encontraram...

R: Bom, nós no ano passado fizemos uma coisa muito bonita, que foi o Seminário das Margens. Então se celebrou simultaneamente, com a diferença de uma semana, uma reunião aqui para agradecer aos diplomatas, às pessoas que foram solidárias com os uruguaios que sofreram perseguição, e depois se fez o mesmo na Argentina, o inaugurou... Nos dois casos, o Ministro das Relações Exteriores inaugurou, agradecendo a estes funcionários. Entre os funcionários do ACNUR, por exemplo, na Argentina acaba de falecer, o ano passado, faz pouco, Guy Prim, que foi um funcionário que saiu do mandato do ACNUR, que era o difícil, porque claro, os burocratas te dizem - Não, não podemos correr o risco, porque nos fecham o escritório e termina toda a ajuda que pode haver para os perseguidos -, em troca ele... E se faz porque se tem que fazer, porque é um mandato anterior que se sente, que aí não há limites de mandatos, nem de estatutos e coisas que, por outro lado, são muito úteis, mas que às vezes sente-se que se tem que sair, então se arrisca a pele.

P: Sem dúvida, é um compromisso permanente.

R: Claro, e então foram muitos desses, que o fizeram.

P: E em teu percurso, ficaste no Chile até quando?

R: Eu fiquei no Chile até 1980, até que parti, no início do ano, em janeiro de 1980 parti para a América Central, para Costa Rica. Custou-me muitíssimo, me custou muito deixar esse país no qual eu havia me enraizado tanto. Mas os organismos sabem o que acontece. Deixa-se de ser imparcial e se deve ser funcionário, quando eu praticamente já me sentia cidadã chilena, porque me identificava com os problemas, naturalmente, dos chilenos nesse momento. O assunto dos refugiados já tinha passado, já havíamos tido todo esse período tempestuoso e terrível não? E a América Central é... Ufa... Também nos chamou para uma ação muito forte, muito forte para essas pessoas que não tinham noção, que iam ter noção de que existia um organismo que podia... E os milicos eram muito burros, muito burros.

P: Os anos oitenta na América Central foram anos de [...] permanente...

R: Sim, porque foi justo em seguida, depois do triunfo da Revolução Sandinista... Então estavam voltando ainda os sandinistas, estavam regressando. Mas as [...] dos guatemaltecos e dos salvadoreños estavam em todas as partes, e nós cobríamos onze países. Tudo estava; tudo...

P: Onde tu estavas?

R: Costa Rica.

P: Que era o único país que não tinha tensões desse porte, ou seja...

R: Também fui a Belize, por exemplo, que também tinha recebido salvadoreños em Belize...

P: E tu ficaste aí quanto tempo?

R: Fiquei até 1983, quando voltei para a Argentina na época mais bonita, porque então aí... Final de 1982, porque aí se via... E já, por exemplo, as Abuelas encontraram... Fomos juntas encontrar uma menina de uma refugiada boliviana; e bom, já havia mais uma atividade de recuperação diríamos, de todo o horror que se havia passado nesse tempo. E depois foi muito bonito, porque o trabalho mais... Diríamos mais... Agradável e mais... Destacado que a ACNUR realiza é a repatriação voluntária dos refugiados. Então, argentinos estavam voltando, tinha-se que dar-lhes uma acolhida, uma forma que pudessem encontrar esse país diferente que haviam deixado. E os uruguaios que ainda não podiam voltar, porque nós recém saímos em finais de 1985, recém saímos em 1985. Ainda continuavam... Aqui, em 1983, aconteceu uma coisa insólita, porque estava no final da ditadura, já estava praticamente terminando, e, entretanto, em uma manifestação de

jovens do Partido Comunista, os detiveram e os massacraram. E agora é que estão fazendo as denúncias de violações às mulheres, isso é terrível. Depois de trinta anos, as mulheres se atreveram a contar, e uma amiga me contava que a irmã lhe dizia - Mas isso aconteceu contigo? Como isso aconteceu contigo e não contaste nunca? -, - Não, não contei -. À irmã.

P: Nesse regresso, quando se estabelece ou se outorga ao ACNUR a sede aqui na América do Sul digamos, para cobrir toda essa parte.

R: Em Buenos Aires.

P: Em Buenos Aires, se instala aí. Aí é quando tu regressas? Instalas-te em Buenos Aires.

R: Não, não me instalo, eu vou de substituta. E tenho que contar algo. Eu estava destinada ao Brasil não? E o Brasil me rechaçou, devo ter sido muito má.

P: E alguma vez te disseram por quê?

R: Nunca, nunca. Nunca averigüei, tampouco, estive tanto em contato com autoridades brasileiras depois... Pelos cargos posteriores, mas nunca perguntei o que havia acontecido; se tem os arquivos, me interessaria saber o que falavam de mim.

P: Nunca te puseste há pensar um pouco sobre isto?

R: Não, eu estava feliz, porque, claro, meus filhos estavam no Brasil, eu gostava muito de ir a... Além disso, estive no Rio [de Janeiro] uma vez, por seis meses, pois aluguei um apartamento em Belford Roxo, mas nunca soube... Mas depois me alegrou ter estado na Argentina, me alegrou muito.

P: Podes nos contar um pouco tua estada na Argentina?

R: Claro. Bom, na Argentina eu cheguei como substituta, como representante. Ele se foi, e depois de um tempo fiquei encarregada do escritório. Era para toda a América do Sul, mas a verdade é que... Centrava-se, sobretudo, no Cone Sul. Bastante o Paraguai, eu ia e ficava com o Comitê de Igrejas, estava o Pastor [...] aí, que era um... Está aqui, era um pastor alemão, muito comprometido com a luta contra Stroessner. E bom, também era uma situação muito terrível, mas havia muitos, muitos, muitos paraguaios desaparecidos, detido-desaparecidos na Argentina, eram muitos... Porque o Paraguai havia tido exílio, tinha um exílio muito importante na Argentina. E na Argentina foi um crisol de raças, porque havia de tudo, tinha que me ocupar também com os chilenos que queriam se aproximar do Chile e não podiam voltar, e havia muitos. E a Argentina foi muito generosa, a Argentina sempre foi muito, muito generosa com os refugiados. E com as pessoas perseguidas, sempre. O governo de Alfonsín foi extremamente generoso, pois podiam ir aos hospitais... Em seguida, tinham direito aos hospitais, aos colégios, as crianças, e bom, tinha duas agências voluntárias, porque o ACNUR sempre trabalha com agências voluntárias não? No caso de São Paulo, foi com a Cúria, com o Clamor... Não, com o Clamor não, com o Arcebispo de São Paulo, e no Rio com o Arcebispo do Rio, e em Buenos Aires com a Comissão Católica e com a Comissão Ecumênica... Bom, se fez muito trabalho, mas, sobretudo, a satisfação, quando chegava ao Uruguai eu ia falar com o chefe de migrações daqui, do Uruguai, Coronel Paz, e lhe perguntava - Coronel, eu tenho aqui uma lista de pessoas que querem voltar para o Uruguai -, - Bom, deixe-a, eu vou lhe responder dentro de quinze dias -, aos quinze dias eu voltava e ele me dizia - Bom este pode, este não -, então em seguida enviávamos para nossos escritórios respectivos em... No mundo, porque o ACNUR existe em todo o mundo, e havia uruguaios em todo o mundo - Fulano de Tal pode voltar -, então o ACNUR se encarregava de proporcionar essa viagem, de auspiciar essa viagem, e de, inclusive, através de [...], então, era uma agência ocupada das viagens, de poder... Bom, realizar essa viagem, essa pessoa que vinha muito feliz ao Uruguai, e que encontrava um país destruído.

P: Claro. E como era essa relação com as autoridades daqui? Porque foste proibida, até certo momento...

R: Sim, sim, mas depois nunca tive nenhuma atividade, nenhuma atividade até que em Buenos Aires, já quando a Argentina estava na democracia, eu chegava e falava com o Coronel Paz, que aconteceu não sei como, pude ter um contato com ele, que era uma pessoa muito... Muito razoável, e que me permitia lhe trazer as listas. E ele permitiu um fato que para nós, eu acho que não o temos ressaltado bastante, que foi a vinda de um avião de Madri com crianças uruguaias que vinham ver seus familiares, seus pais, seus avós, seus tios presos, e que não conheciam; então desde os três anos ou quatro, até os dezoito, vieram um montão de crianças. Foi tal a emoção disso, foi em dezembro de 1983. Foi tal a emoção dessas ruas, que lembro naturalmente, viajamos de Buenos Aires para acompanhar isto, pelas dúvidas, vá que acontecesse algo não? Que alguma coisa pudesse acontecer, e isso foi um gesto muito bom que os uruguaios tiveram de, não importam as diferenças políticas que tinham; que as tinham. Todos se uniram para permitir que suas crianças, em uma viagem com risco, porque eram pequenos, vinham com dois assistentes sociais de CEAR,¹⁴⁷ que era a agência espanhola de ajuda a refugiados.

P: Não vinha nenhum familiar com eles?

R: Nenhum, nenhum, só jovens, só crianças. E chegaram aqui e foi apoteótico. Porque foi chegar [ao aeroporto de] Carrasco, bom, estávamos aí presidindo, em uma camionete com alguns funcionários, e atrás vinham as crianças. Vinham muito assustadas, naturalmente, elas chegam sozinhas, em um país que não conhecem, e então a caravana desde o aeroporto de Carrasco até AEBU,¹⁴⁸ que é a central dos bancários; esse trajeto durou cinco horas. Fazia um calor de matar, pleno dezembro. As pessoas lhes aproximavam garrafinhas de água através das janelas, e as crianças olhando, foi... Isso teria que ter sido filmado, e teria que se fazer um documentário disso, porque vale a pena, realmente, e isso foi um fato muito importante. Ficaram bastantes dias aqui, indo ao Penal de Libertad, indo ao Penal de Punta Rieles, visitando seus familiares, conhecendo. E isso se conseguiu graças a um exílio bastante unido, coisa que os outros exílios não eram...

P: De quem partiu essa ideia, tu sabes?

R: A ideia partiu... Porque havia crianças que vinham da Holanda, crianças que vinham da Suécia, crianças que vinham da Espanha, do México também. Não poderia dizer exatamente quem, mas teria que averiguar.

P: É uma linda história, sem dúvida.

R: História muito linda.

P: E acho que isso só aconteceu aqui.

R: Só, por isso meus colegas do ACNUR – e isto soa talvez um pouquinho à falsa modéstia – me diziam que o exílio mais coerente era o nosso. E era o mais solidário, apesar de que havia grandes diferenças, pensava-se em uma saída, outros pensavam em outra, o voto em branco, todas essas coisas que aconteciam; bom. Mas em algumas coisas concordavam, isso era importante.

P: Belela, damos um pequeno salto no tempo, se tu achas...

R: Isto é eterno...

¹⁴⁷ CEAR: *Comisión Española de Ayuda al Refugiado*.

¹⁴⁸ AEBU: *Asociación do nosso. era e Empleados Bancarios del Uruguay*

P: ...e chegamos ao momento em que tu eras Vice-Ministra de Relações Exteriores pode ser? E bem, aí logicamente é outro tipo de função, outro tipo de cargo, com outro tipo de responsabilidade, e num cenário com seus desafios e suas dificuldades, certamente. Particularmente, o que eu quero te perguntar tem que vem o assunto Cordero, ou seja, Manuel Cordero, um dos principais protagonistas da repressão, da brutal repressão uruguaia e do Condor..

R: Foi ele que tirou o bebê de Sara Méndez de seu peito, em Buenos Aires. Seu menino. E ela o procurou durante... Vinte anos? Não sei quantos anos, muitíssimos anos, até que finalmente o encontrou. Já adulto, casado, um homem feito. Está certo isso? Por que o fizeram? Os pais, quando apareceram as crianças em Valparaíso, foram para o Chile para ver se eles poderiam estar [lá], porque eventualmente Anatole, o menino chileno, tinha dito que havia chegado com uma menina, nunca se pôde comprovar. Então muitos pais e muitas avós foram ao Chile para ver se seus filhos poderiam estar nesse lugar, seus netos, nesse lugar. Contrataram advogados, contrataram detetives. No caso de Mariana Zaffaroni contrataram detetives... [...] o escritório estava encarregado. Vinham e me mostravam uma foto de uma menininha, dizendo – Esta pode ser a Mariana, porque, veja, tem a orelha -, e dizia-se, com desejo - Sim, sim -; não era. E não apareceram. O Chile não desapareceu crianças.

P: Não há nenhum caso.

R: Não, não se apropriaram das crianças.

P: De modo que este é um fenômeno que fica como responsabilidade das ditaduras argentina, uruguaia, e bolivianos, acho que há...

R: Tampouco acho que existam... Paraguaio, acho que não há crianças desaparecidas no Paraguai.

P: Acho que não.

R: Não.

P: No Equador existem.

R: Sim?

P: Claro, o famoso caso Restrepo.

R: Ah, sim, parece-me bem familiar.

P: O famoso caso Restrepo, que são crianças que desapareceram, até hoje, que é um caso emblemático na ditadura, na ditadura em democracia, que foi o período de León Febres Cordero, que desaparecem as crianças, e não só os dois, há quatro casos mais, mas aí de camponeses. Camponeses vinculados às ligas camponesas, enfim, mas os emblemáticos são os das crianças Restrepo. O caso Cordero, Belela, como ele te tocou?

R: Uf me tocou diretamente, por que... Sabíamos que ele estava no Brasil, naturalmente. Sabíamos todo o processo, que primeiro se apresentou para ser considerado como refugiado [...], a apelação, depois outros passos jurídicos que deu; que todos não deram resultado; e um dia me chama pelo telefone o nosso Cônsul em Livramento - Cordero veio aqui receber sua pensão -, - Não a dê, não a dê, espere um pouco -, chamo em seguida a Interpol e falo - Este senhor está requerido pela Interpol, por favor, verifiquem -. Ah, eu falei para o Cônsul - Fale para ele voltar à tarde e que lhe deixe o endereço -; não lhe deixou o endereço, mas queria voltar de tarde porque queria receber a pensão. Então lhe falo – Há um pedido do nosso juiz e da Argentina, há um pedido de extradição dos dois países -, e me dizem - Nossos... Nossa Embaixada no Brasil, que lhe falam lá que o pedido de extradição uruguaio não é válido porque não é... É genérico e não específico sobre o nome -, Coisa que... Como fazem isso, - E na Argentina deixou de existir, conforme o advogado de Cordero... -.

P: Estávamos em que o pedido de extradição do Uruguai era genérico, e o da Argentina...

R: E o da Argentina... Acabou, pois já o tinham indeferido. Então eu em seguida chamei Agustín... Agustín... O Vice-Chanceler da Argentina... Bom, me sai Cansani, que não é... Bom, com o Vice-Chanceler da Argentina, lhe falo - Escuta, dizem que... -, - Não, não pode ser; não pode ser; não pode ser porque [...], então, eles em seguida se colocaram em contato com a Embaixada Argentina em Brasília, bom, para que o Consulado, por sua vez, etcetera, etcetera, etcetera, e bom, a Interpol o colocou em custódia. E aí depois aconteceram os passos que vocês conhecem não? Foi tudo, tudo muito lento, muito lento, muito lento, apelando, e depois os juízes, que não apoiavam que finalmente um juiz muda seu voto, mas tudo graças ao Jair, que estava atrás disso e nos informava, e que pressionava, e que fez um trabalho fantástico, eu acho que o Jair foi o herói dessa recuperação, se é que se pode falar em recuperação, de Cordero com... Para que fosse extraditado para a Argentina, porque o Brasil é muito... Já tinham dito, além disso, eu tinha falado com autoridades daqui, da Embaixada, me disseram - Para que o Brasil extradite alguém... -, primeiro, se estivesse casado estaríamos fritos, por sorte não tinha se casado, bom. Se tivesse um filho brasileiro tampouco, então, bom, pelo menos [...] tampouco se [...] isto. Bom, por outro lado, acho que agora está bastante bem em Buenos Aires não? Enfim. Esse senhor merece a força, não, enfim, não. Sou contra a pena de morte.

P: O que acontece é que indigna conhecer a quantidade de crimes e o tipo de crime do e qual ele participa, e esta impunidade que tiveram até agora, e muitos têm... E à parte isso, é que simplesmente atravessou a fronteira e ficou aí como... Como que debochando.

R: Claro, sim, vivendo tranquilamente e como que debochando. Bom, temos um caso terrível também o de Tróccoli, que é outro, está na Itália e que, por um erro diplomático terrível, imperdoável, o senhor goza de liberdade.

P: Sim, não há maneira de...

R: Maneiras eternas, de repente.

P: Bom. Belela, analisando um pouco toda esta... O que fazes hoje?

R: Estou trabalhando sempre com direitos humanos, apoiando muito, por exemplo... Fizemos um Seminário, começamos um Seminário para os promotores e os juízes, para que entendam que, a propósito da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso Gelman, que entendam que os crimes de lesa humanidade são imprescritíveis, e que temos que continuar... Bom, vendo tudo o que aconteceu, e todas as denúncias correspondentemente. Porém, em nossos tribunais, nós, por exemplo, não temos julgamento oral. Nossos tribunais estão atrasadíssimos, as denunciadas me contam, as quais recém eu me referi, que são as mulheres que foram violadas, que os juízes ficam absortos, que a situação é que os tribunais onde têm que ir estão muito mal equipados; terrivelmente pobres; bom. Nosso Poder Judiciário está muito mal, então se tem que lhe dar [...] e apoio para isso se reverta e que seja como na Argentina, pois todos têm o direito de assistir um julgamento desses criminosos, onde vemos a um senhor Videla que disse que fez muito bem o que fez, porque ele desapareceu sete mil pessoas, assim como assim. Porque era a melhor forma de fazê-lo.

P: E o fato de ser público faz com que tenha um efeito pedagógico fundamental.

R: Claro, claro! Porque nós, por exemplo, o tema da nossa Ley de Caducidad infame, nós não podemos aboli-la por quê? Porque as pessoas não sabem - Não, isso aconteceu faz muito tempo, para que, não -, as pessoas não sabem.

P: Que é o que acontece no Brasil não é?

R: Não sabem; o Brasil está muito longe também, para que as pessoas saibam e que o sintam no corpo... Isso é o que acontece; isso é o que acontece. E não adianta somente falar, não. Elas têm

que ver, graficamente. Então os filmes que se façam, por exemplo, a que o filho do Toba Gutiérrez fez não? “DF”, Destino Final, é muito impactante, porque aí se veem os corpos, os corpos, é a primeira vez que se veem os corpos dos mártires. E que os jovens vejam isso. A denúncia que recém falei; a que recém me referi de Zelmar Michelini fazendo a denúncia no Tribunal Russell, onde fala tudo que estava acontecendo e o que iria acontecer neste país, isso vale a pena olhar. É esplêndido, tem uma força como ele tinha impressionante. E bom, fazer filmes com isso.

P: A Argentina tem uma boa produção.

R: Tem boa produção, muito boa. E se vê, aqui, por exemplo, muitas pessoas viram a história oficial [...]...

R: [...] Diziam-me - Vai uma garrafa de cachaça -, e eu sabia que era uma pessoa que tinham... Que tinha que ser retirada. E aí tenho casos.

P: Claro, os códigos... Escreveste sobre isto?

R: Não, nunca.

P: E não te parece que seria importante Belela?

R: Não gosto de ser personagem, personagem não gosto, não gosto, me faz mal, me...

P: No sentido mais de contar, de resgatar essa história Belela.

R: Custa-me muito. Custa-me muito, porque me sinto protagonista, e não quero ser autorreferente.

P: Claro. Acontece que é uma história muito bonita...

R: Sim, há muitas anedotas mais também, muitas mais...

P: Assim como tu reconheces o Embaixador sueco, logicamente tu és referência para muitíssimas pessoas que tu ajudaste a salvar, ou seja, direta ou indiretamente.

R: Sim, sim, mas se fez o que se tinha que fazer e nada mais.

P: Está bem. Está bem. Bom, Belela, então, para terminar. Um pouco uma ideia de... Já comentaste aqui que foi importante, que tinha que fazer isto e... Muito bem... Que expectativa tu tens nesse momento do que vivemos no Cone Sul, ou seja, a Argentina está em um determinado momento nesses assuntos; no Uruguai se avançou bastante comparado há alguns anos atrás, logicamente que falta mais; no Brasil recém começamos, muito atrasados com tudo, mas recém começamos, já perdemos a geração de 1964 quase, mas bem, agora há uma expectativa, um pouco... Que avaliação tu fazes de tudo isso?

R: Bom, a mim me parece importante, é claro que qualquer atividade que exista de recuperar a memória, seja... Aqui esteve a ministra Rosário, em um encontro de Direitos Humanos das Altas Autoridades, a RAADH,¹⁴⁹ e falou francamente, disse... Bom, não disse “estamos atrasados”, mas deu a entender que, como os passos do Brasil irão ser mais lentos, que tinham que enfrentar uma realidade diferente, e que de pouquinho em pouquinho podia-se chegar, mas se pode querer ser como a Argentina quando recém se começa, pois isso leva seu tempo. Então, eu acho que há que prosseguir, há que prosseguir; falo-te, estas mulheres que recém, depois de trinta anos, se atrevem a contar as piores violações que sofreram em seus corpos, como mulheres e bom, e isso recém começa. Os julgamentos estão aí, que levam seu tempo, que se desenvolvem lentamente.

P: Isso pode ter sido motivado pela ação da Justiça, ou seja, o fato de que falem agora...?

R: Penso que sim, porque eu acho que a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos

149 RAADH: Reunião das Altas Autoridades em Direitos Humanos.

foi tão contundente, e, além disso, uma sentença muito, muito clara e muito prestigiosa, muito bem explicada. Tem-se que abrir os olhos das pessoas da Justiça, ainda que estejam cegas, mas tem-se que abrir, porque em um determinado momento irão ver. E há juízes que dizem - Eu não sabia-, e eles ficam horrorizados, então eu acho que nunca é tarde. Por sorte para nós que temos tantos anos, que pensamos que, bom, que existem outros que irão pegar as nossas bandeiras, como a do Jair, grande homem, homem admirado, um homem inesquecível para o Cone Sul.

P: Muito obrigado Belela, foi uma honra escutá-la.

R: Obrigada a você. Ah, por favor! Eu não sou nada protocolar, vou tomar um copo de água.

DEPOIMENTO 17 – ROGER RODRÍGUEZ.¹⁵⁰

MONTEVIDÉU, 24 DE ABRIL DE 2012.

P: Roger é um prazer que estejas aqui, conversando conosco. A primeira pergunta que te pedimos, é que te presentes, então.

R: Não é um assunto fácil, apresentar-se a si próprio. Sou um jornalista. Talvez seja isso o que me define, sou um jornalista desde que tenho uso da razão. Em 1973, quando na televisão uruguaia se mostrava o golpe de Estado no Chile, havia um jornalista uruguaio, Carlos Giacosa, que o estava filmando, com Casal, um cameraman. E ver essas imagens de como lhes disparavam pela janela e eles tentavam cumprir seu dever foi uma coisa que me chamou muito a atenção, e acho que a partir daí comecei a querer ser jornalista. Aos quatorze anos fiz minha primeira publicação no bairro, que era um caderno onde contava todos os mexericos do bairro, ia entrevistando todos os vizinhos e sabia se Fulano estava doente, se Beltrano havia se separado, se Sicrano tinha ido trabalhar, ou no que cada um trabalhava, e foi a primeira publicação que eu fiz. Aos dezesseis, dezessete anos tive minha primeira censura, já na ditadura. Eu fui a um colégio, Sagrado Corazón de Jesús, na Avenida 8 de Outubro, e herdamos, nossa geração herdou... Que não era qualquer geração; Oscar López Goldaracena, um dos principais advogados uruguaio em matéria de direitos humanos, era meu companheiro de classe, Gerardo Caetano, o principal historiador uruguaio, estava um ano acima no meu curso, no mesmo local, Alfonso Lessa, hoje diretor de noticiários do Canal 12 de Montevideú, estava um ano acima de mim, ou seja, era uma geração que tinha suas particularidades como geração; em matéria de jornalismo e direitos humanos herdamos uma publicação que se chamava *Sacre Coeur Temps*, e nós a transformamos em *Tiempo*. E no primeiro número eu fiz um artigo que se chamava “Comunidade e Comunismo”, em plena ditadura, com dezesseis, dezessete anos.

P: De que ano estamos falando?

R: Setenta e seis setenta e sete. Isso obviamente implicou que havia muitos companheiros e companheiras cujos pais eram militares, e essa publicação chegou à casa dos coronéis e generais, e obviamente se armou uma confusão muito grande; então a diretora nos chamou e nos disse que bom, que tínhamos que ter uma censura prévia, ela tinha que ler, portanto decidimos fazer o segundo número dessa publicação e a montamos. Montamos com uma máquina, um mimeógrafo, e a freira – pois era um colégio de freiras – nos disse - Esta não, esta não, esta não -, e bom, nos lugares onde eram as matérias, tiramos as matérias e colocamos “Espaço censurado pela Direção”; obviamente foi o último exemplar. O exemplar seguinte nós fizemos num colégio em frente, que era o *Tierra Santa*, que era o lugar onde se concentravam os sacerdotes vinculados à Teologia da Libertação. E por essa linha nós terminamos vinculados à questão do Frei Betto e todo o tema da Teologia da Libertação, que de alguma maneira foi o caminho no qual terminamos ideologicamente, por assim dizer. Eu às vezes falo que eu havia acabado como catequista e trabalhava com os padres e as freiras, e bom, pela Teologia da Libertação cheguei ao marxismo e pelo marxismo ao ateísmo. Então eu falo que sou ateu graças a Deus, que é um modo de ser ateu.

P: Uma relação direta.

R: É uma relação direta. Mas isso foi o que me fez ser jornalista. Aos dezessete anos fiz um curso de jornalismo, e aos dezoito estava trabalhando no jornal *O Día*; comecei nos esportes e desde então escrevi em todas as seções de um jornal, em vinte e seis meios, hoje tenho cinquenta e dois anos, vinte e seis meios, quatro demissões, várias denúncias, várias tentativas de censura, que provocaram as renúncias, cinco julgamentos por difamação e um processo pela Justiça Militar

¹⁵⁰ Roger Rodríguez nasceu em Montevideú, Uruguai. É jornalista, fundador do *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT) e da *Asociación de la Prensa del Uruguay* (APU). Seu trabalho jornalístico tem um forte viés para os direitos humanos, compromisso este que resultou em sua prisão no Uruguai, no ano de 1984. Colaborou com a elucidação de alguns casos, entre eles a identificação e o reencontro de Simon Riquelme com sua mãe, Sara Méndez, e o caso de Macarena Gelman. Também é testemunha em processos judiciais, como no caso que envolveu o Brasil na extradição do repressor uruguaio Manuel Cordero, e nas investigações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre a morte do presidente João Goulart. No ano de 1984 recebeu menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog, em São Paulo; em 2002 foi premiado pelo MJDH de Porto Alegre, e em 2011 recebeu a medalha Chico Mendes de Resistência no Rio de Janeiro. Hoje continua atuando como jornalista em Montevideú.

por vilipêndio às Forças Armadas, que são algumas das medalhas que me sinto honrado de levar.

P: Essa relação com Cuba, a informação, como acontece?

R: Eu tenho uma relação com Cuba; no ano de 1984, depois do meu processo pela Justiça Militar, ganho uma bolsa pelo Instituto Internacional de Jornalismo José Martí, primeira geração de uruguaios que egressa dali, que é um curso da UNESCO,¹⁵¹ onde aprendi o que é uma nova ordem de informações internacional, os sistemas de dominação, uma pilha de coisas que me ajudaram muito, sobretudo para pensar. Nem sempre compartilho tudo, e inclusive sou tão discolorado que inclusive em Cuba tive meus problemas, porque eu queria fazer uma tese: por que os jovens do pós-revolução não tinham direito a ter um jeans ou um par de tênis de marca, e como isso gerava uma situação de não compreensão do processo revolucionário. Tive muitos problemas para que aceitassem que eu fizesse minha tese; finalmente eu a fiz sobre meios de comunicação alternativos, e foi a tese escolhida e publicada no Boletim da UNESCO de Cuba.

P: Roger, e nestes primeiros anos, tens alguma referência de jornalista que marca a tua opção ou não? Ou vais te fazendo sozinho?

R: Eu tive... Eu ia a um colégio que se chamava Fátima, Nuestra Señora de Fátima. Nuestra Señora de Fátima tem a virgem de Fátima na Espanha, mas os que cuidam da virgem de Fátima é o Movimento Tradição, Família e Propriedade, que é um movimento de extrema-direita. Esse movimento de extrema-direita também teve a ver com a minha formação, porque como eu estava vinculado aos movimentos em que atuávamos como jovens vinculados a um colégio católico, e tínhamos, portanto, relação católica, eles tentavam cooptar desde ali. E eu fui a uma reunião da Tradição, Família e Propriedade, onde eles estavam com seus pendões vermelhos e seus leões rampantes dourados, lá em uma rua muito particular que se chama Rivera y Boulevard Artigas, aqui em Montevideu, eles sempre ficavam aí para vender seu livro. E seu livro, deu a casualidade que se chamava Teologia da Libertação, companheiro de rumo comunista, portanto eu peguei um desses livros e o li. E obviamente fiquei ao lado da Teologia da Libertação, não contra ela. Quando depois eu tive contato, bem pouco depois, com as pessoas do Tierra Santa, as duas coisas se misturaram, e assim eu chego a esse ateísmo graças a Deus.

P: Podes nos dar um pequeno panorama, uma síntese do que é a ditadura nesse momento?

R: Eu posso te dizer que a ditadura não é; a ditadura é um ser intangível para uma pessoa que tem treze anos quando dão o golpe de Estado, e que não viveu nada antes desse golpe de Estado. Por isso minha preocupação com todas as pessoas que não vivem um processo, seja a Revolução Cubana, seja a ditadura brasileira, ou seja o que for. Quando eu falo de um intangível é que tu não sabes que estás em uma ditadura, porque não tens a referência da liberdade. Eu, desde que tenho o uso da razão, vivi na ditadura e neste tempo de pós-ditadura, que é um tempo de impunidade, onde se gerou uma cultura de impunidade. Eu não sei o que é a democracia, eu não sei o que é um sistema livre. Eu não sei o que é aquele sistema burguês que nos anos sessenta se queria derrubar. Portanto, o referente não existe, e tampouco existia na educação que me davam; o que te diziam era “cuida-te, cala-te, forma-te”, o cabelo curto acima da camisa, lamentavelmente as saias longas abaixo do joelho. Uma coisa que eu sempre conto, nós tínhamos que andar de três em fila na rua, porque havia disposições que quatro era manifestação. Portanto, se íamos quatro, tínhamos que naturalmente fazer um losango, e era como o cachorro de Pavlov, o fazíamos de forma natural, não porque alguém nos dissesse. E isso fazia com que quando quatro jovens iam caminhando pela rua, iam girando, porque senão o da frente ficava com torcicolo, porque falava para trás. E não era que as ruas fossem estreitas, era porque se fazia assim. Isso é um intangível. O não ter professores, o não ter livros, o não ter imprensa, o não ter opções, o que está tudo o que se deve fazer e não o que quero fazer é um intangível. Até que chegas à tua adolescência, quando comesas a olhar determinadas coisas, comesas a pensar de outra forma, e te dá conta de que é o que te falta. Para mim foi chave que uma companheira de classe, além disso, muito bonita, todos a queríamos muito, tinha seu cunhado preso; então um dia a vimos chorar e não sabíamos por que, e seu pranto era porque tinha que arrumar para ele a sacola, como

¹⁵¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

chamavam os presos, de roupas e comida para levá-la ao presídio de Libertad. Curiosamente, no Uruguai os presos estavam em uma cidade que se chama Libertad, e o Presídio de Libertad, os presos estavam em Libertad, em uma das... Há uma série de coisas com as quais se brinca no Uruguai, como que o Uruguai, em realidade, é uma posição geográfica, Uruguai é a República ao Oriente do Rio Uruguai, não tem nome; Montevidéu não tem nome, é uma localização geográfica, é o Monte Sexto de Leste a Oeste, Montevidéu vem daí. Existe um Arroio Seco, existe um Cerro Chato. E os presos estavam em Libertad. Isso era o que se jogava na ditadura. Porém, quando eu conheci este preso, tive meu primeiro preso, e soube o que era o pranto de uma família. E isso se chocava com outra realidade familiar, porque eu tenho um irmão que é Capitão de Navio. E que se formou na ditadura e foi um militar da ditadura, um jovem militar da ditadura, mas vários de seus companheiros estiveram também vinculados a serviços de inteligência, igual a ele, e à possibilidade de que tenham tido que exercer a tortura por ordens de seus comandos, em seu tempo e seu lugar. Havia a necessidade de fazer um jogo de equilíbrio, ter duas histórias e poder conhecê-las, que bom, é um pouco a necessidade de um jornalista. Talvez tenha sido isso o que me ajudou também a poder ter fontes militares e a falar com fontes militares, que são as que, definitivamente, muitas vezes terminaram me dando os dados mais importantes de alguns dos... Das investigações mais importantes que fiz.

P: Disseste a pouco que chegaste inclusive a ser jornalista esportivo. Começaste aí, e em que momento tu fizeste essa mudança, e o que é que... Existe um fato que tenha provocado isso?

R: Sim, meu caráter. Eu estava fazendo jornalismo esportivo, e, pela forma que eu escrevia, consideravam que ultrapassava um pouquinho para os Esportes, portanto decidiram me mandar para a Cultura, e me mandaram para os Espetáculos. Porém, a época que me mandam para os espetáculos eram os anos 1980, 1981, que é quando se faz o Mundialito no Uruguai. Então, a última coisa que faço nos Esportes é o Mundialito, e foi muito hilário, porque naquele Mundialito do ano 1980, 1981, ano de 1980, aconteceu algo interessante. O Brasil não tinha a melhor seleção; a do Brasil era uma seleção nova. E ao Uruguai estava chegando a Argentina, campeã do mundo em 1978; Holanda, vice-campeã do mundo; Itália, Brasil e Uruguai. A Inglaterra não tinha vindo; não me lembro de quem está faltando, mas eu digo, o Brasil era uma geração nova, havia um rapaz, Júnior, que ninguém conhecia; um rapaz, Sócrates, que ninguém conhecia; o dirigia um tal de Telê Santana, que não eram muitos os que o conheciam no ano de 1980. Então, por uma situação de descartes, a mim me tocou cobrir o Brasil, e cheguei à final. Isso incomodou um pouco os jornalistas mais veteranos, o fato de que um rapaz de vinte anos terminasse prosseguindo no quadro que chega à final contra o Uruguai. Portanto não gerei muitas simpatias na seção, e me mandam para os Espetáculos. Mas quando me mandam para os Espetáculos, vem a televisão em cores, com o Mundialito e a seção Espetáculos a televisão passa a ser um boom, porque era um novo exercício olhar televisão colorida, portanto vêm os filmes, vêm as séries de televisão coloridas, e o que acontece é que gera um grande boom, e a possibilidade de que os jornais tivessem uma ou duas páginas, suplementos [sábana: modelo de jornal, difere pelo tamanho da página não achei o nome que corresponde no português, pensei em caderno de suplemento] inclusive, anunciando a programação e a criticando; era importante. Eu fazia aí uma coluna que se chamava "On-Off, lo bueno y lo malo", que era um tabloide; não era um tabloide, falo de um jornal suplemento, [diário sábana], então era meio a meio no início, e depois o On dizia – Não há nada que valha a pena resenhar aqui –, e nessa época todas as coisas eram contrárias, acho que a chave é... Bom, por um lado começam a pressionar os canais de televisão para que me tirem, porque era um jornal de muita circulação, o jornal El Día, no qual eu trabalhava, e bom, acabam por me ascender à Informação Geral, ou seja, me jogaram para cima, me colocaram para cima, com um aumento de salário e tudo. Mas talvez o que mudou tudo aí foi que chegou ao Uruguai a minissérie "Holocausto", e quando chega a minissérie "Holocausto", que fala da Itália e do que acontece na Itália quando da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto judeu, era a única seção onde podíamos fazer um paralelo com as coisas que estavam acontecendo em realidade no Uruguai; então eu fiz uma matéria anunciando a série "Holocausto", que tinha uma linguagem dupla, estava falando do Uruguai, não estava falando da matéria, do filme ou da minissérie. E então eu a terminei com um ribombante, uma frase final muito ressonante, que

dizia – Dos direitos humanos –, e que era uma palavra proibida; minha matéria terminava com a frase “dos direitos humanos”, de não sei o que da “defesa dos direitos humanos”, ou o “respeito aos direitos humanos”. E bom, eu fui para minha casa e disse - Amanhã estou preso -, e no dia seguinte vejo que os companheiros, ninguém me diz nada, há algo estranho, eu não havia pegado o jornal ainda; - Muito boa a tua matéria -, alguém me diz - Mas não entendi o final -. O final? Vou olhar a matéria e há um erro; naquele momento, para quem não entende se escrevia à máquina de escrever, que muitas vezes não tinha muita tinta, em papéis de jornal velhos, amarelentos, que sobravam das edições dos jornais. Portanto se corrigia com um lápis ou com uma lapiseira aí por cima, e nem sempre as letras estavam claras. Era isso que ia para um corretor, e o corretor corrigia sobre uma impressão inicial da edição do jornal, com tinta meio pegajosa, tinta muito fresca. Suponho que foi um engano, alguém que entendeu mal; a matéria terminava com um ribombante... “Dos direitos romanos”, que foi um final muito ridículo, mas eu sempre penso que esse engano foi o que evitou que eu fosse preso antes, e isso foi de algum modo estranho, mas também foi a primeira matéria sobre direitos humanos que eu escrevi.

P: Alguém escrevia sobre isso nesse momento Roger?

R: Não, não. Escrevia-se... Uma das coisas que nós aprendemos na ditadura foi escrever subliminarmente, que é um manejo que hoje podemos fazer com certa graça; a leitura subliminar é um dos mecanismos fundamentais da cumplicidade entre os jornalistas e as pessoas, nós estávamos dizendo uma coisa, literalmente, e o leitor sabia que nós estávamos dizendo outra. A tal ponto que, em algum momento, em algumas matérias me adjudicaram intenções que não eram, ou seja, as pessoas diziam - Não, como estiveste bem quando disseste tal coisa -, mas eu, em realidade, não havia dito isso. Isso é o que demonstra quando um país não tem liberdade de expressão; quando um país não tem liberdade de expressão o primeiro que acontece é que há uma resistência, por um lado; por outro lado o que acontece é que existe uma necessidade absoluta de saber a verdade, portanto se desconfia de tudo; e por outro lado o rumor, o boca a boca ganha a publicação, que pode ter milhões de exemplares. Um rumor pode mais que todos os meios existentes e por existir. O rumor é a demonstração de que não existe liberdade de expressão.

P: Roger, a partir de que momento tu começaste a ter uma vinculação com Jair Krischke?

R: No ano de 1983. Eu tenho um contato muito subliminar com ele, ao longo dos anos de 1980, 1981, eu não tive intervenção na Operação Benech, na Operação Mundialito, onde conseguem tirar o engenheiro Benech do Uruguai – suponho que alguma outra pessoa contará essa história –, mas eu, no início dos anos oitenta, sei que existem familiares de desaparecidos, e sei que há uma primeira reunião em Porto Alegre, também convocada pelo Jair e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos. No ano de 1983, eu sou constituinte do Plenário Intersindical de Trabalhadores, o PIT, porque o sindicato do El Día é o primeiro sindicato de empresa que se organiza, e por casualidade do destino faço parte da reunião da Assembleia de sessenta pessoas convocada em primeiro de maio de 1983, a primeira manifestação, e sou um dos assinantes dessa manifestação, e tenho a honra de ser aquele que fez o primeiro comunicado de imprensa, ao ponto de que sempre digo que, estando com vários dirigentes sindicais, Toriani, Richard Read, Pereyra e outros mais que estavam ali por perto, eu faço o primeiro comunicado de imprensa; corro à máquina de escrever e coloco “Comunicado de Imprensa Número 1”, e aproveitei a situação não é? Porque era um pouco ironizar [jugar] com os militares que falavam de “Comunicado de Imprensa Tal”, bom, este era o Comunicado de Imprensa Número 1, não tenho nenhum original e acho que nem sequer foi publicado, mas fazê-lo foi muito interessante para mim. Como consequência disso, organizamos o sindicato no El Día; no ano de 1982, no Uruguai, quebra a tablita, que tinha um sistema paralelo com o dólar, o que provoca uma crise econômica terrível, e no marco dessa crise econômica todos que compravam em dólar – como um jornal que comprava tinta e papel em dólares – entraram em crise. A melhor forma que tiveram para solucionar a crise foi dar o seguro desemprego a todos os sindicalizados, e eu era o sexto da direção, havia cinco foros, de modo que de mim até o número sessenta e quatro, porque éramos sessenta e quatro sindicalizados, todos fomos para o seguro desemprego, e fomos despedidos. Um grande jornalista, Enrique Alonso Fernández, publica um periódico [publicación] que se chama Convicção,

e esse periódico – Convicção – vai ser chave, porque é o periódico que me dá trabalho quando me despedem do El Día; estamos falando de agosto de 1983, agosto, setembro de 1983, e então é nesse periódico Convicção que eu começo a fazer outras matérias. Nesse periódico eu faço as primeiras matérias sobre crianças desaparecidas, a primeira matéria sobre desaparecidos, a primeira matéria sobre reféns, a primeira matéria sobre o caso Roslik, que foi o último assassinato da ditadura, e, dentre as matérias que eu faço aí, escrevo sobre a saída de Lilián e Universindo. Jair Krischke passa a ser um conhecido; há uma pessoa com a qual eu trabalho muito que se chama Eusebio Escobar, jornalista venezuelano da Rádio Caracol, muito vinculado hoje ao governo venezuelano, Héctor ou Eliseo Escobar, algum dos dois, que era um jornalista que vinha aqui, e eu era um pouco seu guia, era o que lhe ajudava com uma pilha de matérias, e esses contatos com o Brasil me serviram muito, sobretudo os do Jair, que em muito pouco tempo não só passou a ser um contato, passou a ser um amigo, e eu hoje o considero meu pai no tema dos direitos humanos, particularmente o tema dos direitos humanos. O quero como a um pai, mas, além disso, é meu mestre no tema dos direitos humanos. Com a saída da Lilián [da prisão], eu fico sabendo o que é o problema do que foi o sequestro no Cone Sul, e pela primeira vez começo a entender algo que ainda não denominávamos Plano Condor, mas que sim, que havia uma coordenação repressiva. E aí com o Jair é que criamos um mecanismo para evitar a censura no Uruguai; o mecanismo era bastante divertido, a forma de trânsito que havia entre Montevideu e Porto Alegre era a agência TTL quase com exclusividade, então o melhor modo de mandar materiais para o Brasil era pelo motorista da TTL. E havia alguns motoristas da TTL que tu podias lhes dar material, e outros motoristas aos que não se podia dar material, porque eram vinculados à ditadura.

P: Temos documentos do DOPS, no Brasil, não falam de motoristas da TTL, mas falam de motoristas da Onda, que justamente seriam agentes...

R: Bom, mas a Onda era um meio da ditadura de alguma maneira, mas a TTL era brasileira, então podia ser da ditadura brasileira em todo caso, mas o certo é que... Eu acho que nenhum brasileiro gostava nada, nem os próprios ditadores brasileiros gostavam da ditadura no Uruguai. O Uruguai não era para fazer ditadura, o Uruguai era para outra coisa, para jogar futebol e tomar chimarrão. E então através de um motorista em particular eu enviava, escrevia uma matéria que não podia ser publicada no Uruguai, a colocava dentro de uma revista, essa revista era mandada para Jair Krischke através da TTL, Jair ia ao terminal e a recebia em mãos, lia o meu artigo, o meu artigo era traduzido para o português, e de alguma maneira, através da Zero Hora – o secretário de redação, um chefe político ou algo assim – geralmente saía como matéria sem assinatura na Zero Hora o meu próprio artigo em português, e o Jair o devolvia para mim pela mesma via, o exemplar da Zero Hora, em envelope lacrado em manilha que este motorista me trazia, um destes motoristas, pois eram dois. Então eu recebia e tinha a possibilidade legal de dizer que não era eu que estava dizendo tal afirmação do que estava se passando na ditadura uruguaia, mas que era o jornal Zero Hora. Então eu voltava a escrever minha própria matéria, dizendo “jornal Zero Hora diz que”. E foi um mecanismo que foi uma cadeia muito interessante, porque, embora pareça mentira, em uma semana podíamos repercutir, no Uruguai, uma denúncia que nós não podíamos publicar no Uruguai, e isso era simplesmente com uma semana de ida e volta. Então esse mecanismo, essa rede que montamos com o Jair, não somente eu comecei a utilizá-la, alguns outros colegas começaram a usá-la, a ponto de que eu acho que jamais tivemos um correspondente da Zero Hora no Uruguai, porque éramos muitos. Zero Hora teve muitíssimas páginas, muitos artigos jornalísticos sobre o Uruguai, sem ter mandado um correspondente. Essa era a rede, a rede que alcançávamos. Obviamente que logo tivemos contatos com excelentes amigos e jornalistas, Nilson Mariano, Carlos Wagner, Humberto Trezzi, Chiri, Sarrecinha da Silveira, e muitos outros mais.

P: Conta-nos uma coisa, Roger. Tu foste preso pela ditadura afinal? Como aconteceu isso?

R: Sou o último preso da ditadura, e tenho o privilégio raro de ser o primeiro anistiado da democracia, porque os últimos serão os primeiros, é verdade, sou o último da lista, passei a ser o primeiro. Foi um artigo sobre maus tratos a duas presas políticas no Penal de Libertad, uma se chama Nélide Fontoura, está viva, é uma das principais dirigentes da Crisol hoje, que é a organi-

zação de presos políticos, e a outra se chama Graciela Jorge, que curiosamente é, a partir deste ano, a diretora da Comisión de Seguimiento da Comissão para a Paz, ou seja, a que investiga todo o tema dos desaparecidos e a busca de corpos em unidades militares. Ela é a coordenadora hoje, curiosamente. Naquele momento em que eu fiz esse artigo, o Comandante em Chefe do Exército era o general Medina, Hugo Medina; o general Hugo Medina viu, leu o artigo, considerou que era um ataque à moral das Forças Armadas, no grau de vilipêndio, conforme o Artigo 58 do Código Penal Militar; não nos esqueçamos de que nós, civis, estávamos na ditadura sob a égide da Junta de Justiça Militar, na ditadura. O juiz militar leu a carta de Medina, citou a mim e ao redator responsável primeiro, que disse que eu era o autor, e a mim em segundo lugar, por isso sou o último, e concordou com seu Comandante em Chefe de que era um ataque à moral das Forças Armadas no grau de vilipêndio, segundo o Artigo 58 do Código Penal Militar, e nos processaram com prisão. Estive... Curiosamente me... Não fiquei muitos dias, fiquei três semanas preso, logo fiquei em liberdade condicional, e aconteceram outras coisas, saí do país, terminei em Cuba, com bolsa da UNESCO, o que eu contava hoje, mas fui preso em vinte e sete de junho, que é o dia do golpe de Estado no Uruguai, e me liberaram em dezoito de julho, que é o dia da Constituição no Uruguai. O que eu acho que é um fato todo simbólico, como hoje simplesmente estou relatando. Não acho que tenha outro significado.

P: Isto gerou que viesse uma Comitativa de Porto Alegre?

R: No dia anterior ao que fui preso, estávamos organizando, com a Associação de Imprensa do Uruguai, a Associação de Jornalistas e a Assembleia Legislativa de Porto Alegre, um primeiro Encontro de Jornalistas, em Porto Alegre. Este primeiro Encontro de Jornalistas estava organizado, eu ia ser um dos expositores, e obviamente ao ser preso não fui. Isso implicou em que a Assembleia Legislativa de Porto Alegre armasse um escândalo pela minha prisão e a de meu companheiro, o redator responsável, Alex Quijano, e que nesse mesmo mês, quando... Que era um mês de muito barulho, já estávamos de saída, muitas manifestações, havia manifestações pelos jornalistas presos, sentíamos os gritos desde o Presídio Central – estive no Presídio Central, na mesma cela em que havia estado o general Seregni –, sentíamos os gritos desde a [Avenida] 18 de Julho, quando gritavam “Liberar jornalistas por lutar”, e bom, e nesse marco todo é que vem o Jair com uma delegação de parlamentares latino-americanos que haviam ido a Buenos Aires, e quando decidem vir a Montevideú, especificamente também pela minha presença, minha situação na prisão, não são recebidos pelas autoridades do governo, não têm com quem fazer contato, apenas podem fazer contato com algumas ONGs, como o SERPAJ, e decidem fazer um ato... Um ato flash, relâmpago, eu estava preso, me contaram isso, um ato relâmpago na Praça Independência, a praça defronte a casa de governo, que está atrás de mim neste momento; e um legislador, deputado colombiano que aparentemente tinha uma loquacidade muito boa, muita afabilidade no discurso, e esse tom colombiano, que é um tom muito sedutor; além disso, fez [o discurso] debaixo de uma garoa fina, e depois de cantar o hino e colocar de modo relâmpago a oferta de flores no monumento do general Artigas, fez um discurso onde mencionou que estes parlamentares traziam a corticeira da Argentina e a flor não sei qual do Brasil, e outra flor, todas as flores nacionais, e foram encadeando essas flores para terminar seu discurso com uma frase que é esta, muito divertida, porque diz - Por isso pai Artigas, não os perdoe, eles sabem o que fazem -. Obviamente terminou essa frase e todo o mundo saiu correndo para seus lugares; tentaram entrar para fazer uma visita na prisão, que eu tinha, e obviamente imagino que o policial que estava de guarda – porque, se bem eu estivesse preso pela Justiça Militar, estava em um cárcere da polícia –, suponho que viu que vinham trinta pessoas para visitar um jornalista, não, não, suspenderam, fizeram caso, não puderam me visitar. De todas as maneiras, eu recebi a mensagem, e foi muito lindo receber esta mensagem, porque quando se está em determinadas situações é que se dá conta realmente do que é o valor da solidariedade. Por isso, a solidariedade não se agradece, se retribui. Isso é certo, só quem viveu isso sabe o que significa essa frase, e quando vivemos a solidariedade nos damos conta do que temos que fazer, então não se agradece; sabemos o que nós temos que fazer, e isso é muito importante.

P: Muito bem. Roger, tu chegaste a participar de um encontro com familiares em Porto Alegre?

R: Não, não fui nesse encontro, tive dados, e me mantive em contato com eles, muitas vezes.

P: Agora, mais recentemente, há alguma outra questão que te pareça importante desse período?

R: E, daquele período... Eu tinha algumas anotações... Não, daquele período de saída da ditadura não, obviamente foi muitíssimo o que fizemos com o Jair, porque o Jair não ajudava somente os jornalistas, o Jair tirou, através do Movimento saíram mais de dois mil e quinhentos latino-americanos, argentinos, chilenos e uruguaios, fizeram um circuito, que todos terminavam fazendo a viagem pela TTL, chegando à Rodoviária, atravessando a ponte, chegando à Avenida, para chegar... Não lembro como se chamava a Avenida, Tiradentes eu acho, a Avenida onde ficava o Bazar Carioca...

P: Farrapos.

R: Farrapos, a Avenida Farrapos, e chegando à Avenida Farrapos encontrastes o Bazar Carioca, que era do pai do Jair, onde o Jair tinha, atrás das cortinas, a...

P: Voluntários da Pátria.

R: Voluntários da Pátria. Era a Rua Voluntários da Pátria... Todos eles chegavam ao Bazar Carioca, passavam a parte traseira da loja, onde o Jair atendia, se cruzando entre aquelas coisas maravilhosas de caçarolas, panelas de cobre, era uma coisa tão bonita... Bom, e aí, atrás de uma cortina preta, poder conversar com o Jair. Lembro-me de que havia somente um santo-e-senha... Há um companheiro, um amigo que se chama Tato, que pode contar essa história melhor que eu, porque foi protagonista, pois Tato chegou, do Partido Socialista, estava escapando, fugindo, quando de uma caída do Partido Socialista em plena ditadura, tinha que... Um santo-e-senha que era “Madre de Dios”, uma coisa assim, e... “Ave Maria Puríssima, sem pecado concebida”, ou algo nesse estilo. E quando o Jair lhe disse “Ave Maria puríssima”, ele não entendeu, porque não entendia nada de português. E como era um homem muito grande, de bigodes, com uma voz muito grossa, o Jair pensou que era um policial, e disse - Este é um “cana” -, e o deixou congelado uma semana, sem lhe ajudar, em Porto Alegre. O pobre tipo não tinha dinheiro, não podia comer, não sabia o que fazer, e todos os dias ia ao Movimento e o Jair não tinha confirmação de quem ele era, até que o Jair obteve a confirmação de quem ele era, e obviamente toda a situação mudou. Mas até isso era assunto, como uma pessoa... Podias... Também ter que te cuidares muito das infiltrações, nós tínhamos, como jornalistas, que nos cuidar do que chamávamos “carne podre”, que é uma informação falsa; eu aprendi, nesses tempos, que quando se recebe o envelope fechado com manilha, anônimo, tens que tratar de adivinhar o remetente. Primeiro, antes de abrir o envelope, tens que ver de onde vem. Porque a informação que estão te dando, um anônimo, sempre é uma informação onde somos usados, em uma operação de comunicação. E se não sabes qual é a razão por que te usam, tens que tentar adivinhá-la. Eu muitas vezes interrompi informações muito importantes – porque vinham em cartas anônimas – até que não tivesse a certeza, a confirmação; pois naquela época já existiam militares que começavam a tentar dar informações, ou que, sabendo quem eram os jornalistas que se movimentavam em determinados assuntos, nos davam informações falsas para tentar produzir outras operações de comunicação ou políticas. E isso era um dos referentes, e quem me ajudou a ver, a ter uma leitura desse cenário, foi precisamente o Jair.

P: Roger, tu chegaste a participar ou... Esta situação de mandar refugiados para lá, tu falaste muito da TTL, algo como meio direto através da TTL, mas outros caminhos pela fronteira, por exemplo?

R: Sei que existiram; eu nunca tive participação; imagina que eu, em 1984, tinha vinte e quatro anos, hoje vejo que não era tão criança. Vejo o que realmente estávamos fazendo, e o vejo com certa curiosidade, mas sem dúvida que somos filhos de nosso tempo, vivemos nosso tempo, e eu tentei fazê-lo o mais intensamente possível, então e agora, de modo que não houve dúvidas do

que havia que fazer. Porém não tive tempo, físico, para fazê-lo.

P: Tu falavas de Tato, uma das pessoas... E outras pessoas?

R: Tato, Tato Mansilla... Há outros companheiros, o problema é que eu não vou te dizer quais desses companheiros estiveram lá, mas eu acho que quase todos os que estiveram terminavam pela linha do Jair, ou terminavam com a Rogé, em São Paulo, pelo ACNUR, e era todo o mecanismo; Porto Alegre era o grande ponto de partida a partir do qual eles faziam trampolim a São Paulo-Rio [de Janeiro], para poder ter os contatos com o ACNUR, e a quantidade de refugiados no ACNUR que houve... Por isso às vezes eu sempre digo que há histórias importantes e há histórias famosas de clandestinidades, há histórias divertidas. E há outras histórias que parece que... Quando me falam da resistência no Uruguai, eu coloco um exemplo como o exemplo de um resistente no Uruguai. Eu tenho um amigo, que hoje está radicado nas Ilhas Canárias, que se chama, lhe dizem “o Tubo”, Ricardo, o Tubo, e o Ricardo teve uma função durante os treze anos de ditadura. Ele pertencia a um partido político e era a cadeia de... A análise de conjuntura desse partido político para seus militantes, em um sistema de cadeia. Seu único papel foi, durante treze anos, ir a um banheiro todas as quintas-feiras, tirar da cisterna esse papel, de um envelope, de um nylon, lê-lo e tratar de memorizá-lo pela eventualidade de ter que repeti-lo, colocá-lo em outro papel e levá-lo a outro banheiro três horas depois. E não faltou uma quinta-feira, durante toda a ditadura. Quando esse partido foi legalizado, ao final da ditadura, o Tubo só sabia que uma pessoa que também se chamava Tato, também era um apelido, Tato, era a pessoa para quem ele dava o material. Ele não sabia quem o enviava; ele sabia que lhe mandavam um Tato. O dia em que houve uma grande festa, em 18 de Julho, pela legalização dos partidos, etecetera, etecetera, se reuniram pessoas desse partido político em um boliche, e alguém falou “Tato”, e Tubo olhou, e aí se conheceram. Esse é o militante indispensável. E não é um super-herói, nem é o conhecido, nem é o heroico. Esse é o indispensável. E quando falam histórias da ditadura para mim, eu coloco esse exemplo, isto é um resistente.

P: A resistência dos anônimos não é? Fazem desde...

R: Esses são a resistência; nós, conhecidos, não resistimos, os conhecidos fizeram coisas; os que resistem são eles, os anônimos, esses são para mim os que, de alguma maneira, suas histórias estão esquecidas, eu tento reivindicá-las.

P: Porque em realidade são pessoas que de repente tiveram um protagonismo importante no sentido da infraestrutura que se cria para tudo isso, mas não aparecem, estão escondidos na sombra, e parece que o que fazem é algo muito menor.

R: Sim, sim, são uma rede... Mas não faltou uma quinta-feira.

P: E casos assim deve haver muitos.

R: Muitos, em todos os países, em todos os países. São heróis.

P: Roger, como aparece o caso Barreiro Neira?

R: Barreiro Neira... Acontece com um assunto principal anterior: nós começamos a trabalhar com o Jair tudo o que implicava o Plano Condor; em meados dos [anos] noventa apenas se sabe que existia um Condor, que no ano de 1975 havia existido a reunião da DINA, convocada em Santiago do Chile. Tentar encontrar dados disso foi uma das [...] Eu, a partir do ano de 1999, eu trabalhei depois de... Durante muitos anos, eu trabalhei em vários meios, trabalhei em La Hora, trabalhei em La República, trabalhei em Brecha, na revista Posdata, que foi uma revista muito importante, e, já no final da ditadura, no final dos anos noventa – a ditadura já havia terminado bastante antes, dez anos antes – começamos a investigar temas relacionados com o Condor. Houve uma investigação com Rafael Michelini sobre a morte de seu pai – Zelmar Michelini, o senador Zelmar Michelini, que foi assassinado dentro do Plano Condor em Buenos Aires, em maio de 1976 – que me levou a conseguir um documento, e a confirmação desse documento a ser uma fonte, e essa fonte me levou a uma fonte militar, e daí cheguei a um repressor que havia estado operando no que se conheceu como o “Poço de Orletti”. Orletti foi o centro de operações

do Plano Condor em Buenos Aires, onde houve pessoas de todos os países, e onde foi... Muitas centenas de pessoas desaparecidas. Argentinos e, sobretudo, latino-americanos. Daí sobreviveu uma vintena de uruguaios; e daí desapareceu o menino Simón Riquelo; daí foi que desapareceram e foram encontradas, pelo Clamor do Brasil, as crianças Julien; daí desapareceu Macarena Gelman, que logo vai ser encontrada; e nessa investigação, através desse repressor que havia operado ali, eu consegui os dados para que se encontrasse Simón Riquelo. Provavelmente eu não possa fazer no jornalismo nada mais importante. Eu havia feito a primeira matéria para a mãe, para Sara Méndez, em Convicção, para aquela publicação; em onze de fevereiro de 1984 se publicou este artigo, onde eu, pela primeira vez, onde Sara Méndez, pela primeira vez pode falar sua história. E é uma história terrível, porque eu sempre digo que é a entrevista mais dura que me tocou fazer em minha vida, era uma entrevista em que eu tinha que parar a gravação para que ela ou eu chorássemos. Essa sim é uma matéria que me marcou. E me marcou porque era a primeira vez que eu tinha, em forma tangível, uma mulher que fora torturada; uma mulher que, quando a torturavam, saía leite de seus seios, pela simples razão de que havia dado a luz vinte dias antes, e isso era motivo de chacota de seus torturadores. Quando tiraram dos braços de uma mulher seu filho nascido há vinte dias. E que não o devolvem, e que a colocam presa, e que em seguida que sai, sai a procurá-lo, já no ano 1981, 1982, 1983, e não o encontra. E negam isso. E esteve... Pela primeira vez ela denunciou isso, naquela matéria em Convicção, e quis a história, a sina, o carma, ou o que queiras chamar, que se desse a casualidade de que eu tivesse que ver com encontrar os dados que lhe permitiram se reencontrar com ela. Em quinze de março de 2002, soubemos que aquele rapaz do qual eu havia conseguido os dados, que estava em mãos de um policial argentino, era Simón. E eu sempre digo que não sei o que posso fazer, possivelmente fiz outras coisas e fiz matérias importantes, porque foi assim. Mas o olhar de Sara me dizendo obrigada... Não há prêmio. Não há prêmio, mas em realidade houve, sim, prêmio; porque se bem a mim já haviam entregado um [prêmio] Vladimir Herzog no ano de 1984, por ter estado preso, uma menção de honra da Federação de Jornalistas de São Paulo, onde a Assembleia Legislativa de Porto Alegre é quem me paga a passagem, porque eu estava fugindo do Uruguai, porque estava preso ainda, estava processado, não podia sair. E me pagam uma passagem Porto Alegre- Rio [de Janeiro], a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Porto Alegre e quem me paga essa passagem. Aí compartilhei o cenário com Carlos Wagner e com André Pereira, que foram outros dois amigos que conheci. Como consequência dessa outra questão, a aparição de Simón Riquelo, havia outra coisa que me disse esse... Esse repressor, que era que todos os uruguaios haviam sido trasladados e devolvidos. O que implicava que era uma regra do jogo, que os países que operavam no marco do Plano Condor não só detinham uma pessoa, mas que a devolviam a seu país de origem. E esse repressor me disse com palavras muito clássicas, ou seja, a frase é: - Cada qual cuida do seu próprio lixo -. Então, foi muito importante, porque queria dizer, então, que se havia existido um primeiro voo de Orletti, pelo qual Sara Méndez tinha vindo, os outros que haviam ficado em Orletti no mês de setembro, outubro de 1976, também haviam sido trazidos, e isso é o que explica a vinda da mãe de Macarena. De María Claudia García de Gelman, a nora do poeta argentino Juan Gelman. Os devolviam para disposição final, tinham que matá-los.

P: Até esse momento, tanto os repressores quanto os governos imediatamente depois da ditadura negavam absolutamente...

R: Inclusive não se sabia dos traslados. Não se sabia. As ditaduras podiam saber, mas quem havia retomado os regimes democráticos não sabiam que o mecanismo era isso. Talvez esse seja meu maior aporte no histórico, poder dizer que efetivamente houve traslados e que os traslados eram parte do mecanismo do Condor, porque logo que confirmamos esse segundo traslado, que a própria Força Aérea uruguaia confirma, dizendo-me que sim, confirmando três anos depois, eu publico isso em 2002, imediatamente depois da aparição de Simón Riquelo; e no ano de 2005, quando assume Tabaré Vázquez pelo primeiro governo da Frente Ampla no Uruguai, dá uma ordem de [saber] o que se passou com os desaparecidos, e ali a Força Aérea confirma que em cinco de outubro de 1976 houve um segundo voo. E daí partimos de que podiam existir, então, outros traslados, e os fomos confirmando, e os terceiros traslados são os que possibilitaram que o ditador Gregorio Álvarez esteja preso, portanto o aporte implicou que então começamos a

procurar os desaparecidos não no país onde desapareceram, mas no país de origem. E aí é onde começamos a procurar o que para mim é, sem dúvida, o grande segredo das ditaduras, que são tumbas, ou fossas comuns, porque traslados massivos... Não podem morrer por um excesso de tortura em cinco, seis dias, e muito menos serão vinte tumbas. É um poço comum. E isso é o que nenhuma Força Armada pode reconhecer: a existência de fossas comuns. O outro é um excesso, um erro, morreu na tortura, perdi os pontos de referência. Mas uma execução massiva é outra coisa. Como consequência disso, dessas investigações, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a Ordem de Advogados de Porto Alegre, os jornalistas do Brasil, me outorgaram um prêmio de Direitos Humanos em Porto Alegre. E fui recebê-lo, e quando fui recebê-lo o Jair me disse: - No cárcere [...]... Em Charqueadas há um uruguaio que disse ter sido agente da ditadura, e que interveio em um suposto homicídio de João Goulart, tu queres ir vê-lo? -, e não duvidei. Não duvidei. Pus-me em contato com Humberto Trezzi, da Zero Hora, e com Humberto conseguimos um carro da Zero Hora, que inclusive na volta tivemos um acidente, uma coisa com... Tivemos muita confusão nesse dia, e fomos vê-lo. Falamos com o chefe da Unidade policial, que era conhecido do Trezzi, ele aceitou, e largamos sessenta quilômetros, no meu dia livre, e fizemos essa entrevista de uma pessoa que começou a me dar dados sobre o Uruguai, sobre o caso Elena Quinteros, sobre... Uma personagem muito particular, como é Mario Ronald Barreiro Neira, mas ele falava de uma "Operação Escorpião", onde teria sido assassinado João Goulart, no marco da Operação Condor. Goulart morre nas datas da Operação Condor, morre em seis de dezembro de 1976, é o ano no qual morrem muitos líderes políticos: Torres, da Bolívia; Letelier, Michelini e Gutiérrez Ruiz, há outros homicídios que sempre ficaram em suspeita, como o do próprio Juscelino, ou o caso de Lacerda, mas o caso Jango era algo muito particular. Essa entrevista que fizemos com Barreiro Neira foi tomada três anos mais tarde por um jornalista do Senado, da TV Senado de Brasília, e a partir disso se reabriram as investigações, as Comissões Investigadoras, as CPI, tanto em Porto Alegre quanto em Brasília, e eu fui declarar em ambos os locais, levamos a documentação que fomos encontrando; e essa documentação a mim me indica que sem dúvida Barreiro Neira foi um agente que interveio na ditadura uruguaia, que era contratado mais como um paramilitar do que como um agente formal, que é indubitável que tem que ter feito algo em relação ao seguimento que faziam a Jango na cidade de Maldonado, porque ao próprio filho, a João Vicente, lhe disse coisas que só em uma conversa telefônica poderia se saber; e há muitíssimos dados que ele deu que têm vinculação com outro caso aqui no Uruguai, que é o caso da morte de Cecilia Fontana de Hebert com uns vinhos envenenados, portanto rodeia muito o caso Barreiro Neira. E o caso Barreiro Neira – dá a casualidade de que hoje estamos falando em um vinte e quatro de abril, e amanhã eu viajo a Paso de los Libres, porque o Tribunal Penal de Paso de los Libres abre nesta sexta-feira, dia vinte e sete, a causa pela eventual morte de Jango, por decisão do governo argentino, e bom, eu acho que poder declarar isso vai ser importante. Nós agora estamos... É que conseguimos de alguma maneira com o Jair, outra vez, com as pessoas do Movimento outra vez, e com uma recomendação... Ou seja, nós nos juntamos com o Jair e sabemos que algo vai acontecer, é que é um carma, é uma mescla explosiva, bom, conseguimos isso, que o do Barreiro Neira não é menor, Barreiro Neira dá um testemunho que hoje é um testemunho conhecido no Brasil, discutido, mas que está em discussão dentro de tantas coisas que se ocultam no Brasil; eu acredito que só abrindo os arquivos do Itamaraty e das Forças Armadas em particular, serviria para saber se efetivamente isso existiu ou não existiu.

P: E o caso Cordero Roger?

R: O caso Cordero é um caso muito particular e muito... Eu acho que é o morango da torta da ação do Jair em todo esse jogo, em todos esses anos. Porque Cordero foge no ano de 2004, eludindo um julgamento por tortura aqui no Uruguai, e quando foge não comparece; depois de uma série de interlúdios jurídicos que foram postos, e artimanhas, eu tenho o dado de que ele foi para o Brasil. Então ligo para o Jair um fim de semana, e lhe digo - Jair -, - Oh Comandante -, como ele me diz, - Grande Jair -, eu lhe digo - Vais ter que colocar as redes para funcionar, porque tenho dados de que o Cordero pode ter ido para o Brasil -, - Como você ordene meu amigo -. Isso foi em agosto, ou setembro. Em fevereiro de 2005 o encontramos, o Jair o localiza através de seus contatos na cidade de Livramento, Santana do Livramento, do outro lado da fronteira com o Uruguai. E o encontrou precisamente porque ele tinha que fazer um documento, pelo

qual tinha que dizer que estava vivo para continuar recebendo a aposentadoria. Encontrado, tratamos de fazer todo um operativo para que possa ser detido; então, ao mesmo tempo em que se denunciava o assunto perante a Interpol – Jair denunciava no Brasil à Interpol o assunto –, o Jair viajava à Argentina para ter contato com o juiz Guillermo Montenegro, que nesse momento era o juiz da causa Condor na Argentina. Faz a denúncia, e Guillermo Montenegro pede a extradição. Mas quando está pedindo a extradição, ao mesmo tempo se pede a extradição do Uruguai, quando a pena pela qual estava sendo procurado no Uruguai não permitia que fosse extraditado, era uma pena de menos de dois anos, era apologia à tortura e o desacato e a fuga.

P: Roger desculpa; tu podes nos dar um pouco o perfil do Cordero?

R: Manuel Cordero é um dos principais torturadores uruguaios, é, junto com Gavazzo, Silveira, Matto, Maurense, e outros – que alguns deles, a maioria deles estão presos –, principal torturador, violador das presas; foi partícipe direto do assassinato de vários presos do ano de 1972 em diante; ele mata diretamente na tortura a Iván Morales, no ano de 1974. No ano de 1976, está na Operação Condor como chefe principal, mais acima que o próprio Gavazzo, em Orletti. Suspeita-se que tem participação direta no homicídio de Zelmar Michelini e bom, é o... Sua impunidade é a tal ponto que ele teve esse julgamento por apologia da tortura, porque ele justificou a tortura como um mecanismo para torturar as pessoas e tirar-lhes a informação, era a sua especialidade. Chegou a torturar por dinheiro, violar uma mulher diante de seu companheiro para que o companheiro desse dinheiro, porque não era só um assunto político, havia muito de dinheiro e de sua doença crônica, é um drogado que andava nos boliches, ele, Gilberto Vásquez, festas, venda de mulheres, uso de mulheres. É uma história realmente triste, lamentável, esse velhinho que se faz de doente cardíaco em realidade não é nenhum velhinho, nem doente. Mas o certo é que Cordero acaba sendo sitiado; quando nós conseguimos que irá buscá-lo, a informação vaza da Interpol Uruguai; um jornalista consegue ir a Santana do Livramento, o fotografa, ou seja, tem um grande furo jornalístico, mas Cordero torna a nos escapar. Demoramos vários anos mais, dois anos mais, para tornar a encontrá-lo, e desta vez sim, conseguimos que o detivessem, e o Jair fez todo um trabalho muito sagaz, no qual eu tenho algo que ver, porque em um momento a Suprema Corte de Justiça estava fechada, o Supremo Tribunal Federal brasileiro, e eu escrevi uma matéria que se chamou “Em suas mãos”, onde conseguimos, de alguma maneira, mudar a correlação de forças através de uma campanha internacional que teve mais de três mil assinaturas, entre elas a de Saramago, a de Galeano, Benedetti, Viglietti, e tantos outros poetas e escritores, Juan Gelman, e tantos em nível mundial, que fez com que se alterasse e que incidisse de algum modo, e bom, finalmente Cordero foi extraditado, e hoje está na Argentina, e mesmo que ainda tenha prisão domiciliar – porque essa foi outra das coisas pelas quais continuamos lutando – eu estou certo de que quando terminem de julgá-lo, que este ano vai ser a causa judicial, Cordero vai ter em sua sombra, na sombra de suas grades, vai ter a sensação de que Jair Krischke ainda continua procurando-o e encontrando-o.

P: Muito bem. Roger, como é trabalhar com protagonistas dessa época, alguns, muitos, que ainda estão vivos, como é trabalhar com o limite ético destes temas que são muito sensíveis, uma dimensão humana difícil de medir, e frente a uma situação – tu és jornalista – do que se pode dizer e do que não se pode dizer, e como trabalhar estes afetos e estas situações que são muito dolorosas, trazem uma carga de subjetividade muito grande?

R: É toda uma questão. A mim custou encontrar um mecanismo, porque sempre estás tocando sensibilidades muito fortes. Eu te dizia hoje que um “obrigado” de uma mãe pode ser o mais importante que te aconteça, mas têm muitas outras histórias, histórias de... Que nunca se terminaram de resolver, e essas mulheres velhas morreram sem saber a verdade, histórias de jovens que estão procurando ou que pensam, por exemplo, que podem ser filhos de um desaparecido, e fazemos todos os exames, mas não temos o referente de com quem... Tem tudo para que seja um filho de desaparecidos argentinos, por exemplo, hoje, aqui no Uruguai. Tem tudo para que seja, mas não temos o referente com que cotejar até que não encontremos o osso, é isso, encontrar um osso com o qual seja coincidente, não temos como ratificar ou desmentir. Aconteceram coi-

sas insólitas comigo, sobretudo porque, à medida que eu era mais ou menos conhecido publicamente como uma pessoa que lidava com essas questões, chegou a ter... A filha de um militar, que veio me ver, pois seu pai tinha morrido e ela queria saber se seu pai era um torturador. Fiz toda a pesquisa, e, se ele fosse um torturador, ela estava disposta a fazer uma entrevista dizendo - Eu sou filha de um torturador, e peço que se anule a Ley de Caducidad -, que essa é a Lei com a qual no Uruguai durante... Desde o ano de 1986 até o ano de 2011, se impediu os julgamentos, ou tentou se impedir os julgamentos, e se outorgou como que a Anistia, a Lei de Anistia brasileira, uma espécie de Anistia aos militares que cometerem crimes de lesa-humanidade. Fiz toda a pesquisa e compreendi que, em realidade, seu pai havia sido um torturador, mas era uma vítima a mais, porque era um homem grandote, bastante analfabeto, que o utilizaram para pegar, e que se não o fizesse perderia o único trabalho com o qual tinha possibilidades de sustentar sua família. E isso também era parte da sua história. Dei a história para ela, e também lhe dei a opção de fazer ou não essa matéria, ela encerrou sua vida, encerrou sua matéria, sua história, e me agradeceu por eu não lhe fazer a matéria. E há muitas matérias que ficaram assim, há muitas histórias. E para mim o método é muito simples. A história é dos protagonistas, não dos jornalistas, e a vítima é quem tem o direito, ninguém mais o tem que não seja a vítima. É algo como... Quando eu tratei de começar a fazer esses protocolos de ação, não sabia nem que existia uma lei de Habeas Data, mas de alguma maneira criei meu próprio protocolo de Habeas Data, então o referente é a pessoa, a história é da pessoa, e, se não afetar a pessoa, eu posso utilizar a história. Mas o que a pessoa fala é dela, e a intimidade das pessoas... É básico avisar. Já me aconteceu, e eu levei uma... Uma boa puteada, pois uma amiga, além disso, colega, era a esposa de um desaparecido, mas eu não a tinha pela esposa de um desaparecido, eu a tinha por seus outros namorados, tinha perdido a referência de que ela havia sido a esposa de um desaparecido. E eu consigo [saber] como desaparece esse desaparecido, e publico. Na manhã seguinte me ligam e me dizem - Roger, obrigada por me dizer, pelo jornal, como meu marido desapareceu -. E eu disse - Ui! -, me custaram muitos bombons para poder sair dessa, mas eu fui mais do que inocente. Estás tratando de uma informação que, se não a humanizas, se não tens permanentemente a consciência de que estás falando de seres humanos, passas a falar de cifras, e quando falas de cifras a desumanizaste. Comigo acontece... Claro, também carregas outras bagagens. Com outras bagagens. Comigo acontece... Eu não conheci nenhum dos desaparecidos, nenhum pessoalmente, mas quando aqui no Uruguai se faz a Marcha de 20 de Maio, e caminhamos pela Avenida principal 18 de Julho para a Praça Liberdade, e quando estamos chegamos a uma quadra começam a falar um a um os nomes de todos os desaparecidos, para que a multidão interrompa a Marcha do Silêncio para dizer “presente”, cada nome para mim não é um nome ou uma foto num cartaz. Eu sei se eles jogavam truco, se gostavam de jogar futebol, se tocavam violão, se gostavam de fazer churrasco [asado], ou seja, meu conhecimento de cada uma dessas pessoas transcende o cartaz, ou seja, para mim têm carne e osso. E isso é um fardo que se carrega ao mesmo tempo... É o outro fardo, a outra parte, a contracara do trabalho que podes fazer como jornalista, bom, mas também é bom, também é bom. Porque os jornalistas que temos aí a nossa assinatura, também somos seres humanos, ou parte dessa humanidade. Agora, eu espero duas coisas, falam que o que um jornalista não pode perder é sua capacidade de espanto. Eu pretendo jamais perder o sentimento, porque eu acho que a base, para mim, nestes temas, não é o espanto, já nada me espanta. O que o ser humano pode fazer; o mais terrível do ser humano. O que me fica é o sentimento, e acho que essa é a defesa que temos que fazer, como jornalistas e como seres humanos.

P: Roger, e estes fenômenos mais atuais, os encontros latino-americanos...

R: Isso foi outra operação interessante com o Jair; Remo Carlotto convida-nos de Buenos Aires, o filho da mãe... Das Avós da Praça de Maio; que é deputado nacional, nos convida a um Encontro Latino-Americano pela Memória, Verdade e Justiça, e colocam Primeiro Encontro Latino-Americano. Então obviamente Jair e eu dissemos - Che, este Carlotto, como o vê e o que sabes; troquemos informações -, sempre fazemos isso não é? - Che, quem é este, o que tu tens o que tu sabes -, para jogarmos juntos, de alguma maneira; eu, além disso, nesse momento estava trabalhando para a Fundação Mario Benedetti, portanto fazia parte da coordenação de Organizações Não-Governamentais de Direitos Humanos, com certo papel preponderante, ou acreditávamos, fazíamos o exercício de tudo isso. Bom, decidimos participar, mas o que também decidimos foi

fazer um par de coisas; em primeiro lugar criar alguma coisa inovadora em matéria de encontros. Estes encontros geralmente terminam fazendo declarações públicas nas quais, bom, assinalam um diagnóstico, ou fazem [...] ou crítica, etcetera, e bom, vamos ao Segundo Encontro para fazer o mesmo... Nós optamos por fazer uma coisa diferente, que foram compromissos, porque o que nos parecia, e coincidíamos com o Jair, era que as Organizações Não-Governamentais vinculadas às questões dos direitos humanos estão em um tempo em que devem voltar a se aglutinar; nós temos estado muito dispersos; em uma época nos reunimos na saída das ditaduras, e achávamos que com a assunção de governos democráticos ou governos eleitos a coisa havia-se acabado, e podíamos começar a fazer exercício da democracia; mas com o que nos encontramos é que a impunidade estava reinando em todos os nossos países, que essa impunidade segue vigente, que por ser de tantos anos, essa impunidade gerou um ressabio, que é a cultura da impunidade; eu sempre falo que a impunidade é o não castigo, e sua consequência é a cultura da impunidade, e o que essa cultura da impunidade provoca é uma doença social, onde todos somos impunes porque cada um de nós pode fazer, em seu pequeno grande poder, o que quiser, na medida em que um torturador, um assassino, um violador, um criminoso de lesa-humanidade não é julgado ou não é condenado, então o que fica para mim, que o meu é tão pequeno. E isso adoce a sociedade, porque é a perda dos valores; então lutar contra a impunidade é a primeira parte. Uma vez que venceste essas leis de impunidade, estas leis de anistia, tu começa a brigar contra o sério monstro que é a cultura da impunidade, que é nosso próprio monstro. Somos nós mesmos, nossa sociedade que está doente, e que somente diagnosticando-a e entendendo a que estamos submetidos, podemos fazer o que necessariamente acaba por se constituir em um novo contrato social. E um novo contrato social implica uma Constituinte, uma Constituinte onde nossas sociedades não estejam baseadas em normas de impunidade ou ressaibos de normas de impunidade, ou Constituições manchadas ou que foram violadas pelos militares e depois recauchutadas, ou que em cada um de nossos países existiram mecanismos com os quais suas transformações estiveram diretamente relacionadas com os sistemas eleitorais, ou que nas próximas eleições veriam o que se iria fazer. Não. Eu acho que se requerem na região Constituintes que façam com que suas melhores pessoas formem uma Constituinte, e essa Constituinte pense o país e a relação social que esse país quer e necessita. E essa é a modificação que temos... Se nós saímos de outra coisa, de todo esse processo que parte desde as ditaduras, nós teríamos uma derrota histórica, a humanidade teria uma derrota histórica. Nós tivemos ditaduras porque não queriam mudanças, porque a sociedade, a sociedade predominante, as classes predominantes, os grupos de poder dominantes, os grupos econômicos predominantes, hegemônicos, decidiram que essas revoluções dos anos sessenta não deviam chegar a bom [...]. Tivemos ditaduras. Vencida a ditadura, tivemos leis de impunidade para que a mudança se produzisse o mais tardar possível. Então tivemos outros vinte anos brigando contra as leis de impunidade; recém nos últimos dez anos houve governos mais democráticos, mais populares, mais progressistas, em nossos países, mas continuamos com leis de impunidade. Vencidas as leis de impunidade, o que temos que fazer é criar as regras do jogo de nossa sociedade em Constituintes que determinem o mapa social, o contrato social de convivência, pois então nós teremos ganhado daqueles que quiseram impedir as mudanças dos anos sessenta, do contrário estaremos derrotados. Esse conceito que o Jair, de alguma maneira... É meu, mas o Jair compartilha, nos levou a que nestas reuniões dos Encontros Latino-Americanos por Memória, Verdade e Justiça, que depois de Buenos Aires prosseguiram em Santiago do Chile, em Montevideu, desculpa, que prosseguiram em Montevideu, em Santiago do Chile, e terminamos por fazer o quarto na Bolívia, e o quinto se fez agora em primeiro de abril [de 2012] no Brasil, de forma coincidente com as datas dos golpes de Estado, o que fizemos foram compromissos. Os assinantes e os participantes criaram um compromisso, e esse compromisso, se o olharmos inter-relacionado, são pautas de um contrato social. São compromissos nos quais nós nos comprometemos a defender determinados conceitos, determinados conceitos no que é a defesa dos direitos humanos, no que tem a ver com o Poder Judiciário, no que tem a ver com o Poder Executivo, com as formas de inter-relações das organizações sociais. Cada um deles foi pautando conforme as conjunturas, conforme as necessidades, conforme as circunstâncias, algum elemento mais. Eu acho que o de Buenos Aires, o de Montevideu e o do Chile têm um peso muito grande no que são os compromissos em si. Depois se agregaram algumas declarações, cada um dos organizadores tinha um pouco... Mas de alguma maneira pode-

mos colocar um pouco a caneta em cada uma das declarações. E estou convencido de que ainda falta. Falta que estes encontros... Agora se prevê um encontro no Paraguai que não tem data estabelecida, porque os paraguaios não conseguiram participar destes encontros, que se faça um no Paraguai e depois se crie uma coordenação de forma permanente. Se não se cria uma coordenação de forma permanente... Eu dizia, em minha intervenção, que teria que ser uma coordenação que, em vez de condor, teríamos que ser uma espécie de coruja, nós, ter os olhos muito grandes, muito atentos, olhar até na escuridão, ter capacidade para visualizar tudo ao nosso redor estando quietos, e ter a capacidade de fazer um - Psiu! – se for necessário nos alertarmos a uns e outros nas circunstâncias que possam implicar que as direitas voltem a se organizar, que os militares voltem a se desacatar ou algo neste estilo. E, além disso, porque, sem dúvida que... – Uma coruja, creio que se chama –, uma coruja não deixa de ser uma ave rapaz, e que ninguém se meta com as suas garras, é a contracara do Condor. Mas acho que sim, que estes Encontros Latino-Americanos têm que voltar a transformar-se em uma Coordenação, e esta Coordenação deve ser um mecanismo de estrutura, de Coordenação permanente, sem uma sede maior, com um mecanismo nada vertical, com um mecanismo de horizontalidade, de transversalidade, que eu acho que são os mecanismos que a humanidade está ensinando para si mesma, e com as fórmulas que existem em nível da tecnologia, através do computador, através da Internet, através do Facebook, através do Twitter. Ter a capacidade de chamar-nos, de convocar-nos, dizer-nos, do mesmo modo que aconteceu recentemente na Europa, e mais, não só termos a capacidade de, mas nos indignarmos. Porque o que está acontecendo em nossos países também dá para nos indignarmos, não porque os governos que existem na maioria de nossos países sejam antidemocráticos, não porque não estejamos conseguindo bases no que tem a ver com a redistribuição das riquezas ou melhorias na saúde, na moradia, no trabalho, e o restante, mas porque não é isto o que nós queremos. Não foi por isto que desapareceram os desaparecidos, não foi por isto que investimos boa parte de nossas vidas para conseguir uma democracia. Queremos uma verdadeira democracia, e não a democracia possível. E para conseguir uma verdadeira democracia, as organizações de direitos humanos têm que conseguir que o que muitos ainda não terminaram por compreender, que é uma cultura de impunidade, seja transformada em uma cultura dos direitos humanos.

P: Uma pergunta. Como tu vês esta situação das organizações de direitos humanos, ou melhor, das organizações sociais, quando o Estado se apropria destas questões? Ou seja, a partir dos processos de redemocratização, se há de fato esta questão de redes internacionais, há uma total desvinculação, ou seja, não há uma cooperação, uma... Não se estabelecem laços...

R: Os Encontros Latino-Americanos têm duas caras; por um lado há um grupo de parlamentares que está investindo que no seio da UNASUR¹⁵² pode haver uma caixa de ressonância para estes... O que foram estes cinco Encontros Latino-Americanos por Memória, Verdade e Justiça. Eu acho que isto não é mal; eu acho que a estratégia é unir o unível sem romper o rompível, tudo o que some é bom, tudo o que subtraia é mal. Tudo o que pretenda romper ou impor é mal. Isto tem que ser uma forma natural, e se os parlamentares têm a possibilidade de levar em uma caixa de ressonância o que esta Coordenação estabelece, é bom. O que não é bom é que os parlamentares se transformem nos representantes da caixa de ressonância. Por quê? Não pelos parlamentares em si, mas porque todos os mecanismos que tenham a ver com um processo de estatização ou do Estado na administração destes esforços, não deixam de ser feitos pelo mesmo Estado, que foi terrorista de Estado. Então, um Estado que foi terrorista de Estado tende a se defender, as estruturas do Estado terrorista sobrevivem. Há, dentro dos Estados de nossos países, pessoas que estiveram vinculadas à ditadura. Na América Latina se fala da “Teoria dos Dois Demônios”, então um dos demônios são os grupos guerrilheiros, revolucionários, sindicais ou de esquerdas que nos anos sessenta pretendiam mudanças na região, e o outro demônio são os militares que foram atacá-los ou reprimi-los, e então se formou uma dialética entre combatentes de guerrilhas e militares do Exército. É uma mentira. Não só porque não houve uma guerrilha que provocara o outro, não só porque o que as Forças Armadas fizeram foi reprimir o povo e não os grupos guerrilheiros, porque vencidos os grupos guerrilheiros continuaram arrasando os estudantes, os

152 União de Nações Sul Americanas.

trabalhadores, os pensadores, os intelectuais, e aos que não eram indiferentes. Se não porque, definitivamente, o que fez foi impor seu sistema econômico, que não é outra razão que essa, um sistema econômico do qual ainda somos dependentes, estamos no Neoliberalismo, o mundo se assusta porque Cristina Kirchner volta a estatizar a YPF, tratam-na como ladra, quando os outros continuavam a seguir nos roubando o ouro, os espanhóis continuam a seguir nos roubando o ouro de Potosí. É vergonhoso, e é uma má leitura da história. Então falta o terceiro demônio. Se quisermos brincar com os demônios, eu os convido a que pensemos quem é o terceiro demônio, quem são os cúmplices civis das ditaduras, quem são os cúmplices econômicos das ditaduras, quem são os autores intelectuais das ditaduras, e aí não vamos ter somente o terceiro demônio, vamos ter o único demônio, porque, quando chegemos a determinadas circunstâncias, veremos que as Forças Armadas, mais além da muito boa vontade de seus melhores alunos e torturadores, criados na Escola das Américas, criados pela Doutrina de Segurança Nacional, criados nos sistemas implementados pelo governo francês para combater na Indochina e na Argélia, e esses intérpretes dessa Doutrina que foram torturadores selvagens, inumanos, que são criminosos de lesa-humanidade, [veremos que] existem outros criminosos de lesa-humanidade desde Henry Kissinger a toda uma série de homens da economia, dos bancos, dos sistemas financeiros, das grandes empresas, dos grandes consórcios ou da política que ainda hoje continuam enquistados desde o Itamaraty até o Poder Executivo de qualquer um de nossos governos. A verdade verdadeira implica que não tem que haver só verdade para os crimes de lesa-humanidade. Tem que haver verdade para a história, e se existe verdade para a história, vai existir juízo. Porque eu sempre digo, eu, como jornalista, meu papel é a verdade, mas, quando se sabe a verdade, se exige justiça. E isso é o que tem que acontecer, há que exigir justiça.

P: Roger, muito obrigado.

DEPOIMENTO 18 – UNIVERSINDO RODRÍGUES DÍAZ – SEGUNDO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 21 DE MAIO DE 2012.

P: Queríamos que nos falasses um pouco sobre esta situação no cárcere. Como era o cárcere no Uruguai, que é uma característica muito particular dessa ditadura, e as condições em que tu pessoalmente e teus companheiros se encontravam.

R: Bom, durante o período anterior à ditadura, mas particularmente durante os doze anos de ditadura, da questão “cárcere” há uma diversidade de situações. Sendo um país pequeno, há uma diversidade de situações que às vezes não se leva em conta, se diz “está preso”, mas “está preso”, onde está preso, e em que condições está preso; ou seja, comumente levavam muitas pessoas detidas nas razias ou em averiguações, parte dessas pessoas, aí são milhares e milhares em todo o país, parte dessas pessoas podem ter sido processadas, outras não, outras saíam em liberdade, depois ficavam em averiguações, as fichavam, voltavam a detê-las, etcetera, etcetera, depois há as pessoas que foram detidas e processadas pela Justiça Militar. Todos os que foram processados pela Justiça Militar, objetivamente foram todos realmente torturados com o cardápio de torturas existente naquela época, ou seja, ninguém que foi processado pela Justiça Militar se salvou de que o torturassem. Ou seja, definitivamente estamos falando dos anos de 1973 a 1985, sobretudo no começo, e que te fizessem o choque elétrico, o plantão, isso era o de menos, tinha mais, combinação disso com o submarino, com o cavalete, com o gancho, com o telefone, enfim, com pancadas, com ameaças, com simulacros de fuzilamento, etcetera, etcetera. Então desse panorama de pessoas que foram processadas pela Justiça Militar, ou que foram detidas para averiguações, muitas permaneceram ou nos cárceres, que os mais conhecidos são o cárcere de Libertad e o cárcere de Punta de Rieles, esses são os dois, um para mulheres, que no início era para homens; mulheres, Punta Rieles; Libertad, para os homens. E depois houve no interior do país um conjunto de estabelecimentos militares que foram utilizados como cárceres, e depois, no caso concreto meu e de Lilián, quando eles nos trouxeram do Brasil, depois que nos levaram a esses centros clandestinos dos quais já falamos, eles, depois que nos processam, éramos doze detidos, ou seja, dois adultos no Brasil mais os dois menores, Camilo e Francesca, e dez detidos no Uruguai; depois eles nos levam, branquearam a situação, entre aspas, e nos levam ao 13 de Infantaria, que era um quartel dependente diretamente do Comando Geral, do Comandante em Chefe do Exército, portanto um quartel central deles, e eles aí têm os homens e as mulheres separados; depois, em julho, quando nos processam pela Justiça Militar, todas as mulheres, menos Lilián, vão para Punta de Rieles; todos os homens, menos eu, nos deixam no 13. Nunca nos explicaram por que nos deixaram; a verdade é que ficamos como uma espécie de reféns. E nós ficamos no 13 de Infantaria, fomos detidos em doze de novembro, para simplificar, no Brasil, trazidos ao Uruguai em treze de novembro de 1978, levados ao 13 de Infantaria em seis de dezembro de 1978; permanecemos no 13 de Infantaria até 1980, em condições tremendas, eu estava em um calabouço de seis lajotas por onze lajotas de vinte centímetros, Lilián estava em outro similar, com restrições para ir ao banheiro, controles, ameaças, luzes acesas o dia inteiro, etcetera, etcetera, tudo que é... Porque era uma Unidade Militar ativa, não era um cárcere, era uma Unidade Militar onde os tipos acondicionaram ali uma coisa para nos manter, e depois de 1978, que aí já conversamos da outra vez, tinham voltado a nos torturar em 1979, por causa de que Lilián tirou com a tropa informações de como nós estávamos, como tinham sido os fatos no Brasil, etcetera; então se gerou uma situação de bastante tensão aí com a tropa, e muitas ameaças dos oficiais, procurando que não houvesse vínculos dos presos políticos com a tropa... A verdade é que os tipos nos mantêm aí, até que em maio de 1980 – depois do Primeiro de Maio houve uma grande mobilização e uma grande repressão aqui no Uruguai – vem uma missão da Cruz Vermelha Internacional, que vem para ver os reféns do MLN, e a Lilián e a mim nos olham aí, conversam de longe com nós, assim, quem nós somos, e poucos dias depois me levaram a La Tablada, para averiguar meu possível vínculo com pessoas que haviam caído no Primeiro de Maio, havia pessoas do PVP, do PC, do SUNCA,¹⁵³ dos bancários, sindicalistas e pessoas do Parti-

¹⁵³ *Sindicato Único Nacional de la Construcción y Anexos.*

do Comunista e do PVP, e depois me levam a La Tablada, e fico todo o mês de maio, maio e junho. E levam a Lilián para Toledo, que é este quartel onde agora apareceram os cadáveres, onde estão aparecendo, os quartéis de Toledo. Depois me trazem de volta ao 13 de Infantaria, e no dia treze de junho de 1980 levam a Lilián de Toledo para Punta de Rieles, e a mim me levam do 13 de Infantaria para Libertad, e aí é outra situação, porque obviamente é uma coisa chamativa que os tipos tenham nos processado por cinco anos e nos mantiveram um ano e meio nessas condições lamentáveis, expostos à pressão deles, aos interrogatórios e todo esse tipo de situações, que é uma pressão para quem está preso e uma pressão para os que estão fora, lutando, dizem-lhes - Veja que mantemos estes aí, qualquer coisa que aconteça nós os pegamos e os levamos -; e era assim, precisamente, impunidade total e absoluta, irrestrita, realizada pelos mesmos, avalizada pelo Corpo de Oficiais do 13 de Infantaria e por seus chefes, com atuação irrestrita da Companhia de Contrainformações e dos Serviços de Inteligência. Ou seja, uma situação complicada. E depois, quando chegamos a... Obviamente que chegar aos presídios é outro mundo para os que vínhamos de uma situação de cárcere muito forte, assim, muito controlada; Libertad era uma coisa muito mais flexível, com mais presos, com possibilidade de te vinculares a outras pessoas, de conversar, obviamente um cárcere político, um ambiente de militância, de compromisso...

P: Reencontraste-te com companheiros?

R: Sim, sim, me reencontrei com montões de pessoas que conhecia e outros muitos tantos que não conhecia, e outras pessoas que as conhecia de alcunha, nessa época usavam-se muito as alcunhas, não se sabia como a pessoa se chamava realmente - Olha fulano de tal é sicrano -, ou seja, se bem que Libertad estivesse ordenada por andares, havia cinco andares, cada andar tinha um setor, setor "A" e setor "B", os andares estavam ordenados conforme ao que eles consideravam periculosidade, por exemplo, o segundo andar era de cor vermelha por que... Todo mundo tinha codifi... Ficavas com a cabeça raspada, para que não fugisses que eles falavam que em realidade era para, pelo problema dos piolhos e esse tipo de coisas; os tipos tinham a cor vermelha, que era o segundo andar, setor "A" e "B", no "B" se ficava de um e no "A" ficava-se de dois. Aí ficavam as pessoas antes vinculadas com a guerrilha, e então tu usavas uniforme, e os tipos já não colocavam teu nome, te colocavam o número, então tinham o número e uma braçadeira vermelha, que era bom - Alerta, estes são perigosos -. Depois, o setor seguinte era o setor... O primeiro andar, que era de cor preta; depois acho que ficava o terceiro andar, que era azul; o quarto, que era verde; e onde ficavam as pessoas em situações especiais ou que estavam por sair e isso, te mandavam para o quinto. "A" e "B" também, aí as pessoas saíam para capinar, saíam para os recreios, saíam para praticar esportes... Bom, com as restrições, pois te colocavam punições que te mandavam para a Ilha, todo esse tipo de coisas. Porque aí existia um sistema de punições especiais, como em toda Unidade Militar, que se aparecia um oficial na tua cela e tu não ficavas de pé, te puniam; ou se demoravas em ficar de pé te puniam porque tu eras lento para reagir; ou se não estendias a cama, ou porque falavas no recreio ou falavas quando as visitas iam, ou fumavas, enfim. Motivo para te punir, qualquer um, então isso ia para o prontuário de cada preso. Hoje em dia, com a desclassificação dos arquivos, se tu vais, por exemplo, ao Arquivo Geral da Nação, aí na Rua Convención entre a Uruguay e Magallanes, onde está Graciela Jorge e outras pessoas, podes pedir a informação do Ministério da Defesa referente a cada um dos presos onde consta a ficha, o prontuário, antecedentes de cada um, e têm, por exemplo, todas as visitas ao Penal de Libertad, onde confirmo uma vez mais que os tipos gravavam as conversas, então colocam o diálogo - A Universindo Rodríguez veio vê-lo no dia tal sua irmã Fulana de tal, que veio de Artigas, e então conversaram; ela falava tal coisa, ele falava tal coisa -, tem toda a conversa, isso está realmente genial. Parece-me que é uma forma de ampliar a informação e ter mais elementos para a reflexão quanto às características das prisões, dos controles aos presos e suas famílias, são geniais. Isso pode ser acessado, ou seja, eu tenho o meu, por exemplo, e têm todas as visitas, todas as visitas com um infor... E depois diz - Fulano de tal é o encarregado da gravação, Fulano é o encarregado de gravar -, tudo, tudo. Um documento oficial.

P: Universindo, em que andar tu estavas?

R: Eu quando cheguei, como todos os que chegavam, fui mandado para o primeiro andar, o de cor preta, estive aí um breve tempo, aí coincidiu com as pessoas de San Javier, que foram leva-

das, aí estava Roslik, e [...], todas essas pessoas de San Javier, depois coincidiu com as pessoas que levaram presas também, no Primeiro de Maio de 1980, ou seja, todos os que chegavam aí mais ou menos nesse momento, nos mandavam para aí, e depois iam te distribuindo. E depois, como o meu caso era um caso especial, pelas conotações internacionais que teve e as repercussões e as pressões e tudo isso, então os tipos me mandaram para o quinto [andar]. E praticamente fiquei quase todo... Esses três anos e meio que fiquei no Penal de Libertad, praticamente fiquei na 24 [...] do 5º andar, braçadeira amarela. Praticamente fiquei aí até que saí, praticamente fiquei aí, nesse lugar... Os tipos eram cuidadosos no... Porque claro, era um dos casos que tinha muito... Ou seja, se os tipos queriam te castigar ou... Castigavam-me como a todo mundo, mas, quero te dizer, nada que ver com a questão do quartel. Embora as condições de reclusão fossem fofas, de comida ruim, o regime de visitas, o regime das atividades recreativas, tudo isso, mas depende de como cada um estava; eu vinha de uma situação muito particular por ter estado em quartel um ano e meio, e então quero te dizer que Libertad, o Penal de Libertad, comparado com o 13 de Infantaria, obviamente era uma coisa muito mais leve, obviamente. Agora, claro, as pessoas que estavam aí, e que estavam presas há anos, presas, com uma incerteza de quantos anos iam lhe dar etecetera, etecetera, obviamente que passavam muito mal, é a verdade. Estar preso é uma coisa realmente complicada, para lá que era uma prisão política, e a prisão política não tem absolutamente nada que ver com as prisões comuns, para lá de que havia companheiros que tinham caído por questões comuns, vinculadas com a esquerda, com a guerrilha, com os sindicatos, ou seja, o ambiente era outra coisa, e os militares sabiam que era outra coisa, e, além disso, aqui no Uruguai as pessoas que estavam presas, todo mundo, eram pessoas de nível, que se preocuparam durante os anos de prisão não somente em dormir, mas para pensar o que haviam feito; o que acontecia no país; o que acontecia com a América Latina; a experiência realizada; tirar conclusões; fazer intercâmbios; ler; se informar, bom; se havia restrições de leitura, as pessoas liam literatura, ou seja, aí se criaram grandes... Escritores, diversas pessoas. E isso era bom, porque então as pessoas faziam um uso produtivo do tempo na prisão, me parece que foi uma experiência muito bonita, tinha cinema, tinha biblioteca, isso mais ou menos controlado pelos presos, e isso, sim, quer dizer que se procurava fazer uma atividade de acordo com os objetivos que levaram as pessoas a estarem presas. Ou seja, as pessoas na prisão se transformaram no âmbito da militância, do compromisso e da solidariedade entre os que estavam presos e a solidariedade de fora. Muito bom realmente, e de muita sensibilidade pelas coisas que aconteciam que mais ou menos, através das visitas, ficavas a par, grosso modo, do que acontecia.

P: Universindo, uma das coisas que sempre se diz quando se fala sobre a situação da prisão no Uruguai, é as experiências que eram feitas por psicólogos... Ou algo assim. Nesse momento que tu estás isto ocorria? Percebia-se isso?

R: Não, não, não, não. Além do mais, nessa mesma documentação que estávamos falando hoje, tanto a que se pode obter no Arquivo Geral da Nação – que na verdade é informação do Ministério da Defesa, que foi encontrada quando Azucena Verruti era Ministra da Defesa, na Companhia de Contrainformação da [Rua] Dante e República, onde atualmente é Eduardo Víctor Haedo e República –, e a informação que está na Direção Nacional de Informação e Inteligência, os tipos... Houve todo um trabalho de planificação e de estudo dos presos em geral e de cada caso em particular, homens e mulheres, sejam os detidos em Montevideu, sejam os detidos no interior. E eles tinham pautas para avaliar o nível de compromisso, o nível de recuperação de cada um, e emitiam juízos. E isso era uma tarefa realizada por oficiais com o assessoramento de profissionais, de psicólogos e tudo o mais; há alguns casos que são famosos, como Brittos, esse doutor que trabalhava realmente tentando quebrar um pouco as pessoas, enfim. A verdade é que aí em Libertad pouco ou nada puderam fazer, se olhares a ficha de cada um, em realidade aparecem todos como irrecuperáveis. Ser irrecuperável é realmente um elogio que te fazem não é? Irrecuperável, por sorte sou irrecuperável. O bom seria que fosses recuperável para a ditadura. Isso é muito interessante de ver nas fichas técnicas, podemos chamar de perfil psicológico de cada um dos presos e presas no Uruguai na ditadura, isso está à disposição das pessoas. Tem que as pedir individualmente a organismos ou à Justiça, mas isso é genial, porque há pautas pelas quais os tipos vão avaliando e critérios que têm que seguir, ou se chega à conclusão, bom, este tipo é... Irrecuperável.

P: Isso está de acordo com a frase do que era o diretor de Libertad, que dizia que tinha que enlouquecê-los.

R: Dizia assim? Bom, não escutei. Pode ser.

P: Durante esse período tiveste contato com advogados, com pessoas que te estavam defendendo, ou algum tipo de contato que...

R: Bom, os advogados, inicialmente, eram advogados de ofício, ou sela, os que eles mesmos te colocavam. Os advogados de ofício lamentáveis, todos eles tipos vinculados com a ditadura, familiares de militares, esses staff de advogados de pessoas de direita, e aí foi mudando, a verdade é nem me lembro, porque a verdade é que o que fizeram ou deixaram de fazer foi pouco e nada, até que finalmente, na última parte da minha prisão, certamente no ano de 1983, tanto eu como Lilián passamos a ser defendidos por Azucena Berruti. E depois por Hugo Batalla também, mas não lembro se Batalla... Quando eu saí Batalla me defendia, Azucena me defendia no Penal. Porém tampouco havia... Não era uma coisa que tu tivesses encontros regulares, periódicos, amplos, com teus defensores, porque não era fácil que lhes deixassem entrar, que pudessem ir, que pudessem conversar, que pudessem te assessorar. Mas tá, tomávamos isso como fazendo parte da realidade, definitivamente, obviamente que o advogado... Os advogados dos presos políticos daqui foram muito perseguidos na época prévia e durante a ditadura, quer dizer que a maioria deles foi embora, não era fácil pegar a defesa de presos políticos, é toda uma questão, havia muitas poucas pessoas dispostas, nessa época, a pegar isso, mas havia advogados que o faziam. Eu te digo, eu acabei com Azucena Berruti e com Hugo Batalla, que foram meus advogados quando eu saí, e foi com eles que fizemos, em fevereiro de 1984, a primeira denúncia na ditadura pelo sequestro e pela violação dos direitos humanos ante a Justiça Civil uruguaia, denúncia que agora está sendo desarquivada no marco da nova situação sobre a Ley de Caducidad, e que está funcionando, e que eu mesmo – não sei se conversei com vocês a outra vez, mas eu tive que... –; Lilián foi declarar, acho que em março ou em fevereiro, e eu declarei em dezanove de abril, ah, claro, foi no feriado, com a juíza Mariana Mota.

P: Universindo, nos fala um pouco do momento da saída da prisão, um pouco antes de repente, a expectativa de finalmente poder sair, das mudanças que acontecem no país...

R: Bom, sempre havia nos Penais uma grande situação de expectativas em relação à saída dos companheiros e das companheiras da prisão, e as pessoas viviam um pouco aí pendentes, que viesse o advogado, que saís tal data ou tal outra, e às vezes isso se prolongava, e alguns eram reprocessados, enfim, havia de tudo. Mas é obvio que no ano de 1983, quando nós – nos haviam dado cinco anos –, e o ano de 1983 é um ano muito particular, porque vínhamos do ano de 1980 com o “No” à reforma constitucional. No ano de 1982 houve um apoio majoritário aos setores democráticos, os partidos tradicionais, e uma votação à Frente Ampla, que havia obtido cerca de cem mil votos, pois Seregni chamou desde a prisão. E isso continuou avançando no tempo; no ano de 1983 houve um Primeiro de Maio convocado pelo PIT – Plenário Intersindical dos Trabalhadores – [...] que convocou a milhares e milhares de pessoas, quer dizer que havia todo um clima dentro do país, fora do país, nas prisões do país, esse é, definitivamente, o ponto de não retorno, vivia-se uma situação que mais dia menos dia, os militares andavam procurando uma saída, os civis que os apoiavam também, e as forças opositoras, havia multiplicidade de opiniões, mas obviamente que as pessoas estavam procurando uma saída da ditadura, e vivia-se esse clima com grande expectativa, e as pessoas associavam isso à sua possibilidade de liberdade e à possibilidade de se integrar à militância, era uma coisa que passava pela cabeça de todo mundo, ou seja, porque havia muita expectativa, havia muito entusiasmo, havia muita esperança, pois definitivamente os desejos pelos quais as pessoas vinham lutando, que não era somente o de contornar a ditadura civil-militar, mas de construir uma sociedade solidária, com justiça social, com liberdades, tudo isso, pudessem se concretizar a partir da participação multitudinária das pessoas. E esse é um ano de caçarolas, de jornadas de barulho, de apagões. E nos inteirávamos mais ou menos de todas essas coisas, e se vivia como que - Bah que bom estar aí -, as pessoas viviam com grande entusiasmo, com muita expectativa. E bem, eu estava nesse ambiente,

quando se cumprem mais ou menos cinco anos, que é o [tempo] que nós cumpríamos; fomos detidos dia doze, mas os tipos nos anotaram [dia] vinte e um, mas acho que nos soltaram no dia dezoito, ou seja, os tipos fizeram todo um manejo aí da coisa, porque no nosso caso havia toda uma expectativa no Brasil, então ia vir uma delegação de políticos, iam vir pessoas da Assembleia Legislativa, pessoas do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, pessoas da Anistia, pessoas do Clamor, pessoas dos sindicatos, pessoas da imprensa, pessoas de... Dos advogados... Toda uma delegação ampla de brasileiros ia estar em Montevideu na hora em que nos soltassem, independentemente que fora o dia tal ou qual, e havia grande expectativa, porque, se bem aqui houvesse restrições, no Brasil não havia, e como era um caso de repercussões internacionais, existia a possibilidade de que nós falássemos, e isso gerava expectativas nos meios de imprensa, pois vieram muitos jornalistas aqui. À parte, na delegação havia muitos jornalistas, jornalistas especializados, jornalistas dignos que trabalhavam no jornalismo investigativo e de pesquisa, como dizem lá, pessoas que tocavam para frente, desde “Zero Hora” até o “Jornal do Brasil”, “Folha de São Paulo”, acho que... Não lembro... As revistas...

P: Tu te lembras dos jornalistas?

R: Bom, Mitchell, José Mitchell é o que mais lembro, pois fez um suplemento diário nos dias seguintes em que nós saímos; impressionante, impressionante o que escrevia. E nós... Tá! Ficava essa expectativa, e finalmente um dia nos soltaram, aí de tarde, nos soltaram; chin, chin, chin; eu me reuni com a minha família, depois nos encontramos na casa dos pais da Lilián, aí já estavam todas as pessoas da imprensa, aí nós fizemos um reconhecimento, fizemos uma ratificação das denúncias, fizemos um reconhecimento dos responsáveis uruguaios e brasileiros do sequestro a partir das informações que Hugo Walter García Rivas, que é o milico, aquele soldado que desertou, havia aportado, fizemos muitas entrevistas ao vivo com o Brasil, para diferentes cidades, fundamentalmente Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, nós contávamos tudo o que nos havia acontecido. A nossa saída prévia e quando se efetivou saiu na imprensa uruguaia, não era comum que saísse, mas saiu – Vão ser liberados Rodríguez e Celiberti –, então havia também toda uma expectativa, e nós respondemos a essa expectativa no sentido de assumir nossos ditos quando estávamos presos, de respaldar as denúncias que houveram por parte dos organismos internacionais de direitos humanos enquanto estávamos aí, e bem, fizemos intercâmbios com todas estas delegações amplas que vieram aqui, e foi aí que entramos em contato com muitas pessoas... No marco de uma grande expectativa, dos vizinhos, das pessoas do bairro, dos uruguaios que se inteiravam e te chamavam, tudo sob controle, nessa época, que se bem os tipos não estivessem reprimindo, ou a nós pelo menos, havia uma presença importante de tiras da Inteligência e dos Volkswagen com 284, Volkswagen brancos, 284, aonde os tipos, se ias a um bar, os tipos se sentavam do teu lado, não te prendiam, mas te observavam. E isso permanentemente, ou seja, todos esses dez dias que essas pessoas estiveram aqui, foram seguidas permanentemente por muitos veículos, por muitos, pessoas vinculadas ao Serviço de Inteligência, como dizendo – Olha que os estamos vigiando –, mas era um caso que realmente se prestava, e nós aproveitamos muito bem a situação, para aproveitar, conseguir respaldo, e a melhor – nós pensávamos com Lilián –, que a nossa melhor defesa era denunciar tudo e assumir publicamente, que se qualquer coisa acontecesse conosco era obvio que estaria vinculada com a atuação deles. E aí falávamos com nossos advogados, com Berruti e com Batalla, nesses dias que nós saímos, saímos no dia dezoito, nesses dias se estava preparando um grande ato no Obelisco, pela unidade sem exclusões, ou seja, havia toda uma efervescência política muito grande, muita participação das pessoas, pessoas nos bairros, pessoas com as caçarolas, pessoas com os apagões, pessoas com os grafites, o canto popular, a volta dos exilados, a volta dos cantores, se vivia um clima de esperança, de luta e de compromisso. Realmente fantástico, uma coisa que na lembrança é das coisas, dos momentos mais interessantes, porque não é do momento em que vais preso, mas de quando tu saís, e saís não em um momento de achatamento, [mas] em um momento do auge da luta popular... Isso foi muito bom, realmente. E aí já com eles, com nossos advogados, com os familiares e entre nós, começamos a conversar sobre a possibilidade de fazer uma denúncia, aproveitar esse impulso que houve, e efetivamente, saímos em novembro e em fevereiro fizemos a denúncia, e em março ou em fevereiro mesmo fomos ao Brasil para receber o reconhecimento das pessoas de São Paulo, que houve... Como nós saímos em liberdade vigiada, tínhamos que ir

toda semana assinar no quartel, em um quartel concretamente, o 1º de Artilharia, então, para sair do país tinha que pedir uma autorização especial. Para sair de Montevideu tinha que pedir autorização, e para ir ao Brasil teve que fazer todo um trâmite, que o fizemos com Batalla, bom, finalmente se conseguiu a autorização, acho que nos deram dez ou quinze dias para ir ao Brasil, e fomos lá, e foi realmente fantástico.

P: Universindo, com a Lilián tu tinhas... Vocês conseguiam manter algum tipo de contato, pelo menos nesses momentos prévios à saída?

R: Não, nenhum. Eu a Lilián nos vimos no dia em que caímos presos, depois tornei a vê-la em julho de 1979, quando nos levaram ao Tribunal, e em realidade a vi aí, estávamos todos aí, controlados, ao lado dos tipos, nos vimos, e depois tornei a vê-la no dia em que saímos. E durante todo esse tempo não tivemos nenhum contato, nenhuma relação, nada, nada, nada.

P: Nem indiretamente, nada. De modo que tudo isso é decidido praticamente no momento em que estão em liberdade.

R: Claro, também havia vínculo com a família, sobretudo a família de Lilián e dona Lily em particular, que foi uma mulher muito arriscada, muito solidária, muito comprometida e muito generosa em tudo isso; então de alguma forma o que aconteceu, dentro das possibilidades estabelecidas, nós temos uma ideia... Além disso, nós, entendamos, nós estávamos com o ânimo muito bom, e isto é importante. Estávamos bem convencidos de que formávamos parte de um movimento uruguaio de luta contra o autoritarismo que nos transcendia, e que nós formávamos parte desse movimento, e definitivamente nossa cooperação na participação era através de assumir a denúncia e nos vincularmos a isso. E obviamente foi o que fizemos. E estávamos com boa disposição, de bom humor, que isso tem que ver, inclusive, com o que nós conversamos na primeira parte, como nós caímos, como nós nos comportamos, as repercussões que isso tudo teve, isso influencia muito no ânimo do preso. O tipo se sente acompanhado, se sente respaldado, se sente integrado, não se sente isolado, e, além disso, éramos pessoas jovens, no geral com boa saúde, então obviamente que estávamos bem. Bem, e fizemos bem as coisas, a verdade é que se olha hoje em dia e olhando os registros que ficaram da época, obviamente que atuamos bastante bem dentro do que se podia. Obviamente que nesse sentido jogou um papel importantíssimo não somente a denúncia de nosso sequestro, mas de manter ativa uma campanha durante cinco anos, diversas organizações internacionais de direitos humanos, fundamentalmente do Brasil, e nesse sentido merece um destaque assim principalíssimo o advogado Omar Ferri, o advogado Omar Ferri que está vinculado ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ou seja, está vinculado com Jair Krischke e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Todos eles tiveram um papel fundamental, inclusive Ferri, no ano de 1981, lançou um livro "Sequestro no Cone Sul" que teve uma repercussão impressionante no Brasil, onde se esgotou, e depois teve uma repercussão muito grande aqui no Uruguai, os Serviços de Inteligência têm o material e... Depois toda a campanha de denúncia que houve no Brasil, de acareação, onde os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco foram acareados com Pedro Seelig e com outros integrantes do DOPS, isso também teve uma repercussão muito importante, internacionalmente. Depois toda a relação das pessoas vinculadas com os sindicatos, como se chama este que foi... Olívio Dutra, todos os bancários, falo dos bancários porque são os que mais me lembro; sindicatos dos bancários, sindicato da imprensa, foram fundamental em tudo isso. O papel da imprensa, da Anistia Internacional, as pessoas do Clamor. Clamor de São Paulo, que aí estava Monsenhor Evaristo Arns, eu acho que era, e Jan Rocha. Essas pessoas tiveram um papel importantíssimo, porque foram eles que, definitivamente, quando ocorre o sequestro, que havia pouca informação, incerteza, etecetera, Cores se vincula com eles e são eles que lhe dão uma possibilidade de vinculação com Omar Ferri, ou seja, que o vínculo vem um pouco por aí, também o Clamor, não somente no nosso caso, Clamor foi um organismo religioso, solidário e generoso com a luta latino-americana em geral, em tempos que era difícil fazê-lo, em tempos em que não havia... Porque eles também estavam vigiados, eles também estavam pressionados, eles também estavam fustigados, eles recebiam pressões as mais diversas, dos Serviços de Inteligência, dos governos, das autoridades, e também de outros setores da Igreja, que tampouco estavam muito de acordo com o que eles faziam. De qualquer forma, então me parece que se tivesse que destacar, em

peessoas, os jornalistas Luiz Cláudio e Scalco, Omar Ferri, Jair Krischke, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a Ordem dos Advogados, o sindicalismo, não sei, esse sindicalismo que não é de São Paulo, estamos falando fundamentalmente do Rio Grande do Sul, as pessoas do cooJornal, que tinha Trindade nisso, grandes pessoas. A imprensa, os jornalistas de todos estes lugares brasileiros que atuaram com muita... E eles mantiveram durante todo esse tempo, e definitivamente os jornalistas com os advogados se transformaram em investigadores, e aportaram muitos elementos à Justiça para desentranhar e desmascarar como eles queriam apresentar o sequestro, como sendo, definitivamente, uma coisa não demasiadamente importante, uruguaios que estão lá, indocumentados, que vêm para cá. Definitivamente os tipos lhe deram o caráter político que efetivamente teve e que tem a detenção no marco de uma ação de coordenação da ditadura, que hoje em dia está na documentação, mas que naquela época não existia. Hoje em dia, com a questão dos Arquivos da Morte¹⁵⁴, aí de Almada, no Paraguai, se sabe tudo o que... A Operação Condor, como se gestou, como atuava, o que coordenava, em que operações mais ou menos participou, mas naquela época a coisa era mais complicada, e entretanto os diversos jornalistas brasileiros, com os advogados e com todas essas pessoas que estamos nomeando, do Movimento e Ferri e Krischke, a verdade... E outras tantas pessoas. A opinião pública, porque caiu muito bem na opinião pública, definitivamente a opinião pública não acreditou na versão oficial de que eram uruguaios indocumentados, que, ao serem descobertos no Brasil, iam para o Uruguai para continuar atuando na guerrilha, e coisas desse tipo. Absolutamente não tinha nada a ver, ou seja, as pessoas... Isso me parece que é bom, de que a opinião pública brasileira, e de alguns outros países latino-americanos, foi muito sensível, foi muito receptiva e muito solidária com nós. Isso me parece que é bom. E no imaginário das pessoas figura, às vezes vai-se à zona de fronteira, me lembro de que uma vez fui a Rivera, e uma pessoa havia juntado todos os recortes da imprensa. E nos deu. Tenho-os em minha casa. Dois álbuns com todos os recortes de imprensa durante cinco anos, vinculados com o sequestro.

P: É uma marca muito forte.

R: Mas claro, e as pessoas diziam - Não, mas veja que eu fiz tal coisa quando vocês caíram presos -; bárbaro, realmente, me parece fantástico.

P: Vocês foram bandeiras de organização e multiplicação de movimentos sociais, de atuação de movimentos sociais que estavam se gerando no Brasil naquele momento, e a partir daí esta é uma das bandeiras mais importantes que... Até a saída de vocês, praticamente.

R: E, além disso, essa época... Porque assim como quando saímos, em 1983, no Uruguai e em outros países também da América Latina como a Argentina, que aí vai ser um pouco posterior, mas no Brasil, quando nós estávamos no Brasil, havia toda uma situação de luta pela abertura, pela liberdade de imprensa, o retorno dos exilados. Ou seja, todo esse ambiente especial, que, por exemplo, o filme esse "Em teu nome" trata do tema dos exilados, me parece que o trata fantasticamente. E depois há um uruguaio, que é César Charlone, que com o Grupo Anônimo de Cinema, porque nessa época não se podia filmar, fez um filme no de 1981 que se chama "Cuando sea grande", que tem a música de Sabalero, Angelitos, e que trata do tema das crianças desaparecidas, com o que aparece o nosso sequestro, e aparece Ferri, aparecem outras pessoas falando, e ficou muito bom, e depois me lembro de que quando nós saímos esse filme, que se fez uma desgravação, porque estava em português e em espanhol, e se fez uma adequação técnica, e se passava em quantos comitês, em quantas praças, em quantos cantos, em quantos sindicatos, se passou centenas de vezes em todo o Uruguai, e nós íamos aí e dávamos palestras, e a verdade é que, com imagens da ditadura, dos cárceres, dos presos, das pessoas testemunhando, todo o tema das crianças, a canção de Sabalero que ia nomeando [canta] - Onde está Mariana, onde está Simón -; então as pessoas iam associando a imagem com a luta. E quando se olha a canção de Sabalero hoje em dia, quantas dessas crianças que ele nomeia Angelitos apareceram. Está Simón, está Mariana, uma quantidade dos que nomeia aí, alguns não. Mas a maioria apareceu e nessa época era um emblema, as pessoas cantavam Angelitos por todos os lados, o Sabalero estava no exílio, fantástico.

¹⁵⁴ Refere-se ao denominado Arquivo do Terror, encontrado no Paraguai.

P: Universindo, isto é mais uma curiosidade, pensando um pouco no público que vai ver esse material no futuro. No momento em que saís da prisão, ainda ocorre aquilo que te dão um papel da dívida que tens com o Estado? Podes falar um pouco disso? Porque é algo muito desconhecido fora das fronteiras.

R: Claro. Eles, em verdade, a ditadura uruguaia – não sei se outras ditaduras fizeram –, mas a uruguaia, eles te levavam um registro das despesas, ou seja, do que tinhas gastado estando preso segundo suas contas e segundo sua visão. Então, quando tu saías, eles te davam um papel onde dizia que devias tanto dinheiro, ano por ano, então totalizava tanto, e tinhas que pagar. E eles te colocavam como... E depois te colocavam alguns requisitos que se tu não pagasses, não podias sair, não podias fazer trâmites, tais coisas. Não sei quantas pessoas pagaram.

P: Houve pessoas que pagaram.

R: Houve pessoas que pagaram. Talvez as primeiras pessoas que saíram, depois já, o resto das pessoas... Eu tenho o papel, mas nunca o paguei, eu não o paguei, não o paguei, e aí dizia “Assinado tanto, tanto”; tu tinhas que pagar isso, os tipos queriam te cobrar isso, te cobravam ano por ano, por alojamento e comida. Ou seja, cinco anos, tanto. E havia uma estimativa de quanto levava cada um desses anos. Era toda uma questão aí, muito particular, mas claro, depois as pessoas não pagaram, definitivamente. Eu não me lembro de quantas pessoas pagaram, sei que se alguém pagou foram muito pouquinhos pessoas que pagaram, e talvez no começo, quando começaram a implementá-la, pois a coisa estava mais complicada, mas com o passar do tempo as pessoas não se davam... Recebiam o papel e tá, deixavam o assunto para outro dia, e não pagaram nada.

P: Como prossegue a luta depois, em liberdade, em relação a esses temas? Ou seja, é outro momento, é outra fase, como te inseres nisso?

R: Bom, aí simplificamos até hoje assim, mais ou menos... Olha nós desde que saímos estamos igual aos uruguaiois que, uma boa parte dos setores democráticos e progressistas do Uruguai de esquerda e sindicalistas, intelectuais, a Universidade, etecetera, e familiares de desaparecidos, de presos, tudo isso, estamos empenhados... E a FEUU, Federação de Estudantes Universitários, estamos empenhados nessa luta por verdade e justiça. A luta por verdade e justiça é uma luta permanente, e intransferível. Cada povo tem que desenvolvê-la na medida de suas possibilidades, necessidades e manejando as particularidades de cada situação. Eu acho que a luta por verdade e justiça está bastante arraigada na sociedade uruguaia, para lá de que, em sua época, em 1989, não venceu o voto verde, mas gerou todo um debate em nível nacional, uma mobilização, com muito frescor, com muita alegria, com muita confiança, permitiu situar o assunto não como um tema secundário, mas como um tema central, pois era, definitivamente, a reconstrução e a possibilidade de afiançar os valores democráticos e de justiça social, tudo isso vai intimamente ligado à possibilidade de que efetivamente se possa saldar adequadamente o que foi todo o tema da violação dos direitos humanos acontecida no Uruguai durante a ditadura. Dentro ou fora das fronteiras, não importa. E por isso eu dizia que é uma luta permanente, que tem a ver com a reconstrução da história do país, com o compromisso dos uruguaiois com sua luta, porque é, definitivamente, uma luta política, com objetivos e com compromissos. E essa luta teve alternativas diversas. Nós de imediato aportamos com a denúncia, depois vieram outras denúncias, depois houve manifestações impressionantes. Isto continua até o dia de hoje, hoje em dia estamos em um novo cenário político, cultural e institucional, onde a Lei aquela que em 1989, que se implantou na década de 1980, que foi a Ley de Caducidad, e não se pode derrogar em 1989, hoje em dia estão digamos... Não está vigente a legislação essa pela qual todas as denúncias, que as houve, podem ser analisadas e investigadas. E há uma nova situação na Justiça, e há uma nova situação no país, então isso abre de novo causas para investigar, e cada vez que, por exemplo... E a Universidad de la República está pesquisando em prédios militares com os forenses, com os antropólogos, o tema dos desaparecidos, e cada vez que aparece o corpo de um desaparecido, à parte a tristeza que te dá ver como os massacraram, e no caso de Julio Castro, pegaram um velho sessenta e oito anos, o torturaram, o mataram, e depois lhe deram um balaço na cabeça, e depois o levam e o amarram e o enterram com cal... Era uma coisa grosseira, realmente,

isso, em uma sociedade como a uruguaia, tem um impacto muito grande, aqui não era a guerrilha, ou isto ou aquilo, ou seja, definitivamente todos nós estávamos submetidos ao controle, vigilância e ao autoritarismo dos civis e militares que governaram aqui na ditadura; então agora aparecem os corpos de valentes, de blancos valentes, então cada vez que aparecem, ou seja, não somente confirmam que as denúncias eram verdadeiras e que não foram coisas feitas por terceiros fora do organismo militar, porque os corpos estão aparecendo nos prédios militares, e levar um corpo, construir uma estrutura, não é uma coisa que qualquer um faz. Porém, por outro lado, estes corpos chegaram aí previamente passando por Centros Clandestinos de Detenção, como a Casona de Millán, ou seja, que definitivamente havia centros clandestinos e centros não clandestinos. Havia quartéis e havia cárceres, e havia toda uma convivência aí de efetivos militares que, atuando pela orgânica militar, atuavam no país e também atuavam fora das fronteiras, então me parece que esta nova situação que está estabelecida, me parece que é muito boa. Talvez sempre fique a ideia de que não se avança com o ritmo que se quer, mas eu acho que se avança, e em termos internacionais o Uruguai tem uma boa parte da cúpula militar responsável por estas coisas, tanto no Uruguai como no Paraguai, estão presos, e aqui no Uruguai estão presos e submetidos a pressões importantes e sobre fatos que continua se investigando. E mesmo os que estão processados no Paraguai são por desaparecimento. Ou seja, há uma disputa sobre o passado e há uma disputa sobre a possibilidade de interpretar e julgar estes fatos. E estamos nessa disputa, definitivamente. Vai depender das forças que os setores populares e democráticos e progressistas conquistem para aprofundar a brecha democrática, depende da luta. Hoje em dia nós olhamos com muita expectativa, por exemplo, que no Brasil, onde muitas pessoas diziam – Bah, no Brasil nunca mais vai acontecer nada –, ah, não sei, não há que dá-lo por perdido, ou seja, as perspectivas que a criação Comissão da Verdade abre se verão quais são, mas definitivamente se abre uma possibilidade. A criação de organismos em nível de cada um dos Estados brasileiros vai motivar a que muitíssimas pessoas individualmente, coletivamente, organizações de direitos humanos, organismos públicos, ou o que forem, forças sociais, farão denúncias, farão aportes, farão pressões. E então com o tempo vai gerar todo um ambiente, mais o trabalho que os jornalistas fazem; que os historiadores fazem; que os pesquisadores fazem; que fazem as pessoas que estão que estão trabalhando sistematizando informação, ordenando informação, intercambiando, vinculando-se com outras pessoas de outras partes da América Latina que estão também transitando caminhos parecidos de busca de verdade e justiça, eu acho que há um novo tempo. Um novo tempo que vai depender de... O futuro dirá o quanto podemos aproveitar adequadamente e responsabilmente tudo isso, mas há uma nova situação estabelecida. Presta atenção que até ontem precisamente apenas na educação o tema dos direitos humanos não estava proposto. Hoje em dia é um tema que está estabelecido, que precisa ser discutido, que precisa intercambiar opiniões, formando parte da atividade curricular, o tema dos sequestros, desaparecimentos, torturas, tudo isso forma parte. Então, me parece que vai gerando uma nova consciência, e eu acho que essa é a aposta de futuro, gerar a maior consciência, não somente em relação com o ontem, mas com o presente, e pensando em uma projeção de futuro que nos leve à construção de sociedades mais humanas, e onde resulte mais prazeroso viver nisto, e definitivamente esses bolsões de autoritarismo que existiram e que existem, porque a direita prossegue atuando, os Serviços continuam atuando, não é uma coisa que se liquida de um dia para o outro, é uma tarefa... Por isso que dizíamos faz um momento que esta luta pela verdade e justiça é uma luta permanente. A partir da nova legislação uruguaia que derroga os efeitos da Ley de Caducidad, se abriu uma possibilidade jurídico-institucional de que todas as denúncias feitas por violações aos direitos humanos podem ser analisadas e investigadas, em última instância, então, depende da Justiça. No nosso caso concretamente, nós ratificamos, a Justiça abriu o caso, o Tribunal de Sétimo Turno, a doutora Mariana Mota abriu o expediente, ela têm uma quantidade de causas, entre as quais tem a denúncia sobre o sequestro de Porto Alegre, com tudo o que implica: sequestro, traslados, torturas, pressões com atas forjadas, etcetera, etcetera; então essa denúncia que estava arquivada – mas que a documentação ficou toda –, então essa denúncia está, a juíza a tem, Lilián Celiberti ratificou a denúncia, eu ratifiquei a denúncia, e agora se está no processo de citar os jornalistas, em realidade ficou um, porque Scalco está morto, Luiz Cláudio oportunamente será citado como testemunha importante; a juíza já citou e entrevistou Hugo Walter García Rivas, o soldado que desertou, e sim, isto já está feito, depois vão citar os filhos de Lilián Ce-

liberti, que foram os dois menores, e vai citar também os militares denunciados, os que estão vivos, porque há algumas dessas pessoas que estão mortas, mas há muitos que estão vivos, então os que participaram lá e aqui no Uruguai, eles vão ser citados pela Justiça. Inclusive existe a possibilidade de que em algum caso se estabeleça uma instância de acareação, ou seja, a confrontação de ditos dos denunciantes, que somos nós, com alguns deles. Ou seja, isto está em trâmite. Obviamente que a juíza Mota têm trinta casos, e cada caso implica uma quantidade de testemunhas, de situações, de características, de particularidades, mas bem, isto está funcionando e bom, nós estamos muito confiantes, muito otimistas, no sentido de que isso tenha um bom andamento e que finalmente termine com a assunção pública dos fatos, fatos realizados pelo Estado uruguaio em relação ao sequestro de Porto Alegre, o traslado, etecetera, etecetera, e com a sanção que corresponda aos militares implicados nos fatos que denunciemos. Ou seja, isto está funcionando, terá seus ritmos, sua característica, mas isto já acontece, a denúncia está novamente ativa, e a juíza Mota e o Poder Judiciário, nós temos muita confiança em que isto efetivamente vá em frente, como está acontecendo com outros tantos casos. Isso por um lado; segundo: a partir dos fatos que nos tocaram viver em 1978, se estabeleceu inicialmente através dos familiares, de pessoas amigas, de companheiros, todo um vínculo mais forte dos uruguaios com os brasileiros, que já vinha de antes, mas que se potencializou em algumas áreas digamos, com estes organismos, com estas pessoas que nomeamos anteriormente, e depois, quando nós saímos, esse vínculo se manteve com muitíssimos deles, quer dizer que nós temos hoje em dia com a Lilián, com os setores democráticos brasileiros que hoje em dia estão organizados de forma diferente a de 1978 e 1983, temos uma relação de amizade, de intercâmbio, de reconhecimento que se mantém, com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, com Ferri, com Krischke, com Luiz Cláudio, com todas essas pessoas que nomeávamos antes, e isso continua estabelecido, e definitivamente isso é consequência de reconhecer, por nossa parte, todo o esforço que eles fizeram, e ao mesmo tempo estas denúncias e estas gestões também servem, não somente concretamente para esclarecer e lançar luz ou mais luz sobre o caso deste episódio, mas que também, de algum modo, denunciar, como faz o livro de Luiz Cláudio, como este episódio do sequestro fazia parte, definitivamente, de uma política que desenvolviam os regimes ditatoriais e particularmente o brasileiro, que foi pioneiro nisso. Então definitivamente isto também serve para lançar luz sobre a história brasileira, a histórias das últimas décadas, a história contemporânea, a história recente, a história do presente, e me parece que isto é bom. E bem, aonde isto vai chegar nós veremos; com todas estas novas instâncias jurídicas, políticas, institucionais, que estão estabelecidas.

P: O Estado brasileiro reconheceu o sequestro de vocês.

R: O Estado brasileiro reconheceu o sequestro, nós fomos indenizados no Brasil, lá pelo ano de 1991 se não me engano, ou começos dos noventa; houve diversas instâncias, houve diversos reconhecimentos públicos, como, por exemplo, a Assembleia Legislativa e esse tipo de coisas, definitivamente se fizeram bastante, e é bom. Obviamente que sempre se pode fazer um pouco mais, mas me parece que está bom, eu acho que agora a parte... Há uma parte que não foi processada, mas bem, essa é outra história que depende das possibilidades de concreção e provas, etecetera, e depois tem todo o tema estabelecido no Uruguai, quer dizer que... E sobre isso há expectativas de que talvez a forma como se resolva isso no Uruguai, certamente vai repercutir no Brasil, porque se sai um processo para Ferro, para Eduardo Ferro, para Giannone, tudo isso, obviamente que isto vai repercutir não somente nos âmbitos da imprensa, mas nos âmbitos judiciais e políticos brasileiros, e me parece que isto é realmente bom. E em relação à última parte, bom, nós, em meu caso particular e no de Lilián também, nós assumimos um compromisso de vida com este tema da denúncia e ser consequentes, e ser generosos no reconhecimento dos apoios recebidos e das denúncias realizadas. E nós continuamos com essa postura, e usamos todos os âmbitos de trabalho, de atuação pessoal ou de trabalho profissional, no sentido de aportar ao que é gerar mais informação e mais elementos para a reflexão sobre a importância dessa temática de direitos humanos, da luta política desenvolvida no país, e estar abertos ao intercâmbio com diversas organizações sociais e acadêmicas uruguaias, e por sua vez latino-americanas. Porque nos interessa muito a questão latino-americana, me parece que muitas das coisas que nos aconteceram, que nos acontecem, têm uma vinculação bastante forte, e às vezes nos dói, por exemplo, e nos preocupa, de que no Uruguai, por exemplo, as coisas que acontecem no Brasil,

por um problema de manejo dos meios de comunicação, não repercutem absolutamente aqui no Uruguai, não se informa, como se não existisse um país imensíssimo como o Brasil, que está ao nosso lado. Então te informam do acontece não sei onde, então nos interessa muito mais informação sobre o MERCOSUL, sobre a realidade latino-americana e sobre essas temáticas em particular. E nós estamos vinculados aí, vinculados às pessoas que estão aportando, aqui existe um grupo, em nível da Universidad de la República, que Álvaro Rico dirige, com toda uma equipe de companheiros e de companheiras que está trabalhando muito bem nos arquivos, e que aportou muitíssimo. A Universidad de la República no Uruguai teve um compromisso, teve, tem um compromisso e continua trabalhando, toda essa situação dos antropólogos, há documentários, há livros, há pesquisas diversas já publicadas e outras que estão em andamento. Nós mesmos também, para trabalhos que têm a ver com a atuação dos Serviços de Inteligência tanto nacionais quanto estrangeiros no Uruguai, temos recorrido aos arquivos de Inteligência em todos esses anos, e em breve vamos publicar um livro vinculado justamente com a atuação dos sindicatos e os Serviços de Inteligência tanto uruguaios como... – No interior dos sindicatos –, como norte-americanos, fomentando o amarelismo, tentando gerar uma alternativa ao sindicalismo classista, solidário, internacionalista. E nos parece que a possibilidade de aceder aos arquivos hoje em dia te oferece muitas possibilidades de ter mais elementos e de clarificar e documentar e de precisar e de refletir. Isto me parece que é realmente bom. E estas instâncias de intercâmbio que se faz de um país com outro, me parece que é bom ver que finalmente... Porque eles, todos iam se adestrar, os Serviços de Inteligência, na Escola das Américas, ou seja, que eles têm... Então veja, por exemplo, essas... Fichas de avaliação, fichas técnicas de avaliação que faziam dos presos políticos uruguaios no Brasil... Isso existe?

P: Isso geralmente está na ficha do DOPS, dos militares.

R: Não, não, me refiro à dos presos, aquela que se referia à conduta dos presos e tal, assim..... e que no final diz “esta em conclusão: é recuperável ou não é recuperável?”, esse tipo de instrumento de trabalho para ele. Haveria que pesquisar no Brasil, certamente deve existir, no?

P: No Arquivo de São Paulo

R: Arquivo de São Paulo, si?... muito interessante isso. Eu na próxima vinda de vocês vou mostrar.....

P: São como dossiês?

R: Sim, as que me repassaram, São fotocópias de originais, ou seja, os originais eles tem..... estão em papel, ne?

P: Muito Obrigado Universindo

DEPOIMENTO 19 – LILIÁN CELIBERTI¹⁵⁵ – PRIMEIRO DEPOIMENTO.**MONTEVIDÉU, 21 DE MAIO DE 2012.****P: Lilián, uma primeira coisa que gostaríamos de saber um pouco de ti, que nos fale de teu entorno familiar, das tuas origens familiares, da tua adolescência.**

R: Vejamos, eu nasci em um lar de duas pessoas – pai e mãe – que vinham do interior, de fato, eu nasci em Durazno, um pequeno povoado, e cerca de um mês depois meus pais vieram para Montevideú, nesse período de migração permanente do campo e das cidades pequenas para a capital. Meu pai e meu avô sempre trabalharam em farmácias, basicamente com homeopatia, ele era homeopata prático digamos, pois, se bem que tenha ingressado na faculdade de Química e Farmácia, meu pai não a concluiu, porque tinha que trabalhar, e bom, não podia estudar. Em qualquer época os estudos universitários distinguiam uma classe, mas bom, porém ele fez muitos cursos, sobretudo com um médico homeopata alemão, e de fato era um... Bom, tinha um olho clínico muito importante, ou seja, as pessoas consultavam com ele, atuava como um homeopata, digamos a partir de... Depois que este médico alemão morreu. Então cresci nesse lar, de classe média baixa poderíamos dizer bastante tradicional, ou seja, minha mãe não trabalhava como era costume das mulheres dessa época; depois, quando eu tinha treze, quatorze anos, minha mãe começou a trabalhar, basicamente com sua irmã menor. E bom, nos ideais que se compartilhavam nesse momento, que era estudar, dedicar-se ao estudo, terminar o liceu e continuar estudando, eles eram – sobretudo meu pai – era de um partido tradicional, do Partido Nacional, chamado de Branco no Uruguai, e sempre, tanto ele como meu avô que também era nacionalista, tinham uma alta ideia da ação política, e meu pai sempre me levava aos clubes e me dizia que tinha que fazer política e... Portanto, eu o segui... Senti que era uma coisa meio que natural. Claro que depois meu pai não gostou da política que eu escolhi fazer, mas isso era outra história, é outra história. E comecei a estudar magistério quando tinha dezesseis anos, porque nessa época não era obrigatório fazer... No Uruguai não era obrigatório fazer o quinto e o sexto [anos], que era o bacharelado, para entrar no magistério, então eu entrei direto, fiz a prova de admissão e ingressei, e acredito que a partir daí, tinha dezesseis anos e era uma garota... Uma adolescente típica, sem muita ideia da política, da política de esquerda, não a conhecia, em minha casa não se falava disso, embora se falasse sim de política o tempo inteiro. Estando no magistério, no primeiro mês, logo que se iniciaram as aulas, alguém passa pelas turmas anunciando a criação de um grupo de missões sociopedagógicas para analisar a escola rural, para visitar a escola rural no Uruguai. Eu me inscrevi nesse grupo, e comecei a formar parte deste grupo de missões sociopedagógicas na primeira das missões, onde foi Elena Quinteros, Sara Méndez, Gustavo Insaurralde, bom, depois eu o conheci... Em realidade fui conhecendo um ao outro, porque Gustavo era muito amigo de Elena, porém meu primeiro vínculo foi com as missões sociopedagógicas, Yamandú González, companheiro que já morreu; Telba Juárez, que depois assassinaram em Buenos Aires, a saber, todo esse grupo de que estamos falando, do ano de 1966, que formamos – creio que eu era das mais novas, porque eu tinha dezesseis anos – que conformamos esse grupo de missões sociopedagógicas, que era uma reedição de um movimento que houve no Magistério Nacional, liderado por Miguel Soler, que é um educador de longa trajetória, do que foi a experiência da Mina, no [departamento] de Trinta e Três, e das missões sociopedagógicas como maneira... Como uma maneira diferente de ensinar, ensinar fazendo, vendo, visitando, se compromete-

155 Lilián Celiberti nasceu em Durazno, Uruguai. Foi professora, e militou em organizações como a Federación Anarquista Uruguaya (FAU), a Resistencia Obrero-Estudiantil e o Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Perseguida pela ditadura uruguaia, em 1974 foi deportada para a Itália junto com o marido e seus dois filhos. Em 1978, viajou ao Brasil, acompanhada pelos filhos e pelo militante Universindo Rodríguez Díaz, para estabelecer contato com refugiados uruguaios neste país. Na cidade de Porto Alegre, em doze de novembro de 1978, foi sequestrada, com os filhos e Universindo, em uma ação conjunta de policiais brasileiros e militares uruguaios, caso que ficou conhecido como “Sequestro dos Uruguaios”. Posteriormente, Lilián foi presa e levada ao Regimiento de Infantería XIII, em Montevideú. Em 1980, foi transferida ao cárcere de Punta Rieles, onde ficou detida por mais cinco anos. Após a prisão, Lilián retornou à militância política. Fundou, em 1985, o grupo Cotidiano Mujer, um coletivo feminista voltado para ações de comunicação política, promovendo os direitos das mulheres. Esse coletivo abriu espaço para, no ano de 2000, fundar a Articulación Feminista Mercosur, da qual foi cofundadora. Junto com Lucy Garrido é autora do livro *Mi habitación, mi celda*. Hoje, além da militância feminista, Lilián também é militante nas questões sobre ecologia.

tendo com a realidade da escola rural no Uruguai. Quando chegou o momento de ir às missões que eram... De ir à missão que era efetivamente em Durazno, com outros estudantes, bom, claro que o problema na minha casa, entre meus pais e, sobretudo, minha mãe, era o de como é que eu iria por quinze dias com um grupo com homens, e bom, e participar e viver, e conviver durante quinze dias. Aconteceu que casualmente o lugar da missão era Capilla de Farruco, que foi o lugar onde minha avó, meus avós maternos moraram, em Capilla de Farruco. Então, em realidade eu comecei a trabalhar minha mãe por esse lado, de que – Que casualidade, que bom, que eu, que havia... –, meu avô morreu quando eu tinha cinco anos, meu avô materno, então, ao final minha mãe se enterneceu com esta ideia, que era como que ir, um pouco, a Capilla de Farruco, a um lugar que tinha significação para ela, para sua família, para sua história, para a história de sua mãe e de seu pai. Uma coisa bastante significativa é que meu pai, e a família de meu pai, eram profundamente ateus, e quando eu tinha dez anos... Ou seja: ateus. Meu pai não entrava em uma igreja, meu avô era ateu maçom, ou seja, lhe parecia que os responsáveis pelo pior de tudo no mundo eram as igrejas e os padres; nessa concepção sempre havia mediações, porque nós fomos batizados porque minha mãe queria, mas depois mais nada, porém minha mãe não tinha... Nunca praticou a religião, mas tinha essa visão dos setores populares, de que se existe não é supérfluo, e que, ao final, não importa. Ou seja, tinha uma visão muito pragmática, acreditar, não acreditar, mas, se Deus existe, é melhor que esteja do meu lado, alguma coisa nesse sentido. Então... Quando eu vou... Mas não praticava, não ia à missa, mas o batismo sim, pelas dúvidas, ou seja, era sempre essa coisa. Eu cresci nesse ambiente, e quando tinha dez anos decidi que queria ser católica, e me fui à igreja, e fui... Fiz o catecismo e depois tomei a comunhão, tudo por minha conta e pela minha decisão. Digo isto porque acredito que exista, de alguma maneira, um ponto de relação entre essa busca, que era um pouco uma busca de transcendência metafísica, ou seja, que... Buscar o que mais existe, qual é o meu lugar neste universo, também que ver com essa escolha das missões sociopedagógicas, e depois, também, com o anarquismo. Em minha interpretação eu faço como que um pouco todos esses passos. Efetivamente, a experiência de... Bom, primeiro, para qualquer adolescente a experiência em um grupo humano, orientado, porque nós fomos com professores e tínhamos reuniões, assembleias, avaliações todas as noites, etecetera, porém, participar de um grupo é uma revolução pessoal, que as pessoas são submetidas a questionamentos, mudanças, então isso já foi um impacto. Porém, além disso, me impactou profundamente a realidade de um lugar pequeno, que em verdade não se poderia sequer dizer que era um povoado, porque não era um povoado, era um lugar físico com uma escola, uma capela velha, a capela de Farruco, e depois casas espalhadas às quais [as pessoas] iam, a escola era o centro de todas as atividades sociais. Em uma zona de pecuária, de pecuária extensiva, uma grande pobreza, e, sobretudo, mais que a pobreza material, o que mais me impactou era essa ideia de estar um pouco fora do mundo, ou seja, de viver em um lugar onde não há nada, onde não podes ir a um cinema, onde... Eu como jovem pensava, com dezesseis anos, em tudo que tinha ao alcance de minha mão para fazer – porque geralmente fazia –, ir ao cinema ou ir ao teatro, e ter uma experiência desse tipo. Foi um impacto muito grande, e quando voltamos das missões, foi de alguma maneira uma passagem muito natural à militância gremial. De fato, comecei a ir às reuniões sem muita... E um elemento decisivo, claro, porque como que se criam amizades, a segunda coisa que me aconteceu é que eu sentia uma... Bom, como eu era não é? Eu era muito ignorante de muitas coisas, e me impactou que o grupo, quando fez a devolução das missões, me escolhesse como porta-voz. Foi uma coisa que me deixou em estado de choque, porque não entendia por que estavam escolhendo a mim, que não tinha... Então o professor Vera, que era o professor que nos acompanhou, que já morreu faz muitos anos, eu fui e lhe disse - Mas eu não estou em condições de falar, porque eu realmente não sinto que seja uma pessoa... A mais capacitada para isto -, e então ele me disse – Bom, o grupo te escolheu, portanto tu saberás e poderás dizer o que tenhas para dizer -, bom, foi um momento talvez... O recorde hoje para mim, porque foi uma coisa, pois em realidade eu não tenho dificuldades de falar em nenhuma reunião, mas naquele momento não tinha claro que tivesse essa habilidade. Imediatamente, quase imediatamente a isso, em realidade no ano seguinte, porque nós saímos nas missões no ano de 1966, no mês de setembro, nas férias de setembro, então no ano seguinte, o ano de 1967, teve a Conferência de Presidentes, na qual veio o Che, a última eu creio, da ruptura de Cuba com a OEA, e havia uma série de manifestações estudantis contra a presença do presidente dos Esta-

dos Unidos, o que também era típico dessa época. Mas bom, eu não tinha muita... Digo-te, não havia muita politização nesse sentido. Então saímos em uma manifestação, disposta com as reivindicações próprias do magistério, pois estávamos na luta pela inclusão de um terceiro turno, bom, uma série de reivindicações de tipo gremial, porque as matrículas no ano de 1967, para estudantes do magistério, quase se duplicou, então nos deparamos com uma infraestrutura de lotação absolutamente insuficiente, bom, e se geraram um série de conflitos, porque tínhamos que sentar de dupla nas cadeiras, porque não havia lugar para sentar, bom, foi um momento muito caótico que começou a gerar uma mobilização. Mas bom essa mobilização era uma combinação entre essas reivindicações e a vinda... Da Conferência de Presidentes, que na verdade era em Punta del Este, não era em Montevideu, mas, de todas as maneiras, nos manifestávamos. Saímos à rua, e aconteceu um momento de repressão, basicamente porque era por causa desta agenda internacional, pois nesse momento não havia como que uma repressão [dos movimentos] das ruas ainda, no ano de 1967, mas ocorreu aí sim, e espancaram Sara Méndez, então eu lembro que lhe escorria um fio de sangue, assim, não foi uma ferida muito funda nem nada, mas... Então também me aconteceu uma coisa, absolutamente impensada, que foi que fiquei na Plaza Libertad e comecei a falar, comecei a falar, assim, espontaneamente, e enfrentar a polícia que estava aí, dizendo-lhes – Vocês são responsáveis, como podem fazer isso? –, nem sei o que disse, porque é como se tivesse estado possuída, porque eu não... Não foi uma coisa planejada, foi algo que me produziu um impacto por ver, pela primeira vez na minha vida, alguém ser espancado do meu lado. E essa indignação me produziu uma reação... Essa, de me colocar, de parar aí, de ficar aí, de falar. Então claro, a partir disso, como existiam agrupações políticas no magistério, todo o mundo começou a me falar para eu me integrar a alguma agrupação. E bom, eu já conhecia Gustavo Insaurralde, porque era amigo da Elena, e como a Elena havia ido às missões no ano anterior, e, além disso, foi seu último ano no magistério, então, bom, a partir disso ele me integrou à agrupação Três do Magistério. Digo, eu também me senti mais próxima, porque na verdade a mim parecia que os comunistas eram... Algo fora do meu universo. Então como as duas agrupações, uma era da UJC¹⁵⁶ e outra era de católicos, cristãos, anarquistas, e não sei o que mais, senti que era o lugar mais próximo à minha... Bom, à minha maneira de pensar, à minha maneira... E a partir daí começou, então, minha militância gremial. Em um momento no qual aconteceram muitas coisas, em realidade em um ano aconteceram muitas coisas, e chego ao ano de 1968... Bom, muitas coisas no Magistério, porque nós passamos a ser quase dois mil estudantes, com uma matrícula impressionante, ocorreram manifestações enormes, e grandes lutas, ocupações, etcetera, e o ano seguinte foi o ano de 1968. E no ano de 1968 nós estávamos em um momento de grandes lutas por reivindicações gremiais, que tinham que ver com o refeitório, porque já havíamos... Havíamos-nos trasladado a La Teja, que era um lugar afastado, então nós íamos de manhã, tínhamos a prática na escola, depois aula de tarde, então em realidade saías da tua casa às sete da manhã e voltavas às sete da noite, não tínhamos onde almoçar, a não ser que levássemos comida de casa, então eram essas... Mas no marco do ano de 1968, que foi a explosão estudantil em todos os sentidos. Nesse ano eu cheguei a ser secretária-geral do grêmio, e sempre nesta espécie de... Porque bom, porque houve uma mudança geracional, até esse momento a militância gremial era reduzida a grupos muito politizados, com este crescimento da matrícula entraram muitíssimas pessoas, digo-te que no ano seguinte nós chegamos a ser dois mil estudantes, e a militância se deu aula por aula, com delegados de classe, então era outra, outra... Onde os grupos mais politizados estavam dentro das agrupações, mas agrupações muito amplas; bom, e eu lembro que o primeiro ano que entrei na direção... Ah, porque o ano anterior eu tinha entrado na direção com uma votação... Eu estava no sexto lugar, porque em realidade não tinha nenhuma experiência gremial, de nenhum tipo, mas saí – dessas coisas que acontecem nas listas – saí na diretoria, porque a agrupação Três teve uma votação muito grande. E então eu ia à Direção e dizia – Aí, eu não sei como sabem tanto, como entendem essas coisas, diziam que o ano que vem vai acontecer tal coisa e tal coisa –, e eu dizia – Como sabem que vai acontecer –, isso era totalmente... Tudo isso foi tão vertiginoso, as aprendizagens foram tão vertiginosas, que eu, no mesmo ano, ingressei na FAU, a Federação Anarquista Uruguaia, e comecei a lidar com adultos que me tratavam como igual, numa coisa que era uma diferença... Ao menos parecia que me tratavam como igual, não sei como seria se tivéssemos mais análise crítica nesse momento, po-

156 *Unión de la Juventud Comunista*

rém eu não a tinha no sentido de que eu, subitamente, senti como que um crescimento muito acelerado, então, por exemplo, no ano de 1968 nós participávamos em milhares de debates, em milhares de coisas, mas, por sua vez, eu, dentro da FAU, fui colocada em um grupo de capacitação, com uns companheiros que eram, para mim, os intelectuais mais significativos, e eu também, por meu lado, me perguntava – Mas, o que eu estou fazendo aqui? Como cheguei a este lugar? –, não sei, penso que talvez, olhando agora, penso que talvez tivessem... Que viam... Porque havia uma diferença geracional bastante grande, ou seja, nós tínhamos entre dezoito e vinte, e – falo ao menos em termos de militância, não tanto em termos de idade –, mas Gerardo, León, etecetera, eram como nossos pais, isto é, talvez nem sequer tivessem tanta idade para isto, mas nós os víamos como se fossem iguais a nossos pais. Embora eu pense, digo, não sei agora quantos anos teriam, mas seguramente tinham dez ou quinze anos mais... Porque quando se tem dezoito, dez ou quinze anos mais é muito. Então ocorreu essa oscilação, e penso que eles viam coisas em mim que eu não via em mim, ou seja, viam como potencialidades, desenvolvimentos, e queriam apostar na minha formação. E creio que nisso... Não sei, olhando toda a trajetória e toda a minha história, bom, eu também tenho... Agradeço que tenha sido assim... Que me tenham dado tanta... Que tenham me dado tanta afirmação. Mas bom, já te falo, tudo foi muito acelerado nesse período, em todos os sentidos. Nas mudanças, nas mudanças pessoais, em minha vida, como adolescente, em minha sexualidade, no desenvolvimento de relações pessoais, afetivas, de amor, enfim. Então como que muitas coisas foram acontecendo, e foram se abrindo opções para mim, por exemplo, eu tive um primeiro namorado que era tupamaro. E então, bom, me tocou também... Porque bom, ele me disse que era tupamaro, e me tocou conviver com isso, e também optar, e optei por não ser tupamara. Ou seja, não é algo que aconteceu comigo. Disse: - Não, não quero, não quero... Não sinto que este seja o caminho que eu quero percorrer, quero... -; o que eu gostava e sentia, e apostava bastante, muito, era na mobilização com as pessoas, na relação, criar um movimento de muitas pessoas. E então essa... Sem demasiadas argumentações mais do que estas, depois penso que ao longo do tempo foram se criando outras argumentações, mas quero dizer que, nesse primeiro momento, com este meu primeiro namorado, as discussões eram – Bom, eu não acredito neste tipo de luta, quero outra, outro tipo de luta, outra... –, eu era dirigente estudantil, gostava de ser dirigente estudantil, queria estar nesse movimento, na rua, sair. Então, foi por aí, talvez, que se deu como que a minha primeira opção política digamos que fiz nesse meu percurso militante. Com grandes brigas, claro, com minha mãe e com a minha família, o que me levou a uma segunda questão, que foi a de me casar quando eu tinha dezoito anos. E em realidade me casei, me casei com Hugo, que é o pai do Camilo e da Francesca, com esta... Penso que com uma ideia errada de que as instituições não importam e que, em realidade, é um papel a mais, bom, como era nesse momento. E que de algum modo significava para meus pais como que a tranquilidade de que já não tinjam responsabilidade sobre mim, sobre minha vida. E isso dava muita liberdade para mim. E bom, nós nos casamos e no mesmo dia em que nos casamos fomos a uma reunião da Direção, ou seja, o tratamos como um ato insignificante, ao menos sem a transcendência de um ritual burguês que nós questionávamos, enfim. Não fizemos a tradicional lua de mel, vivemos isso como o que éramos, como dois militantes estudantis no ano de 1968, que foi um ano com mortes de estudantes, com muitas manifestações e muitas mudanças e muita transformação.

P: Lilián, tu te vias como anarquista nesse momento? Ou seja, o fato de inclusive teres líderes como o próprio Gatti ou Cuesta, tu vias isso como sendo parte dessa formação? Tinhas esse conceito desenvolvido?

R: Em um primeiro momento, quando eu me integrei à FAU, em 1967. Então, quando me integrei não conhecia muito, comecei a me acercar ao pensamento anarquista, mas sim, conheci o Gustavo; Gustavo foi quem realmente me propiciou as principais ferramentas do anarquismo, os princípios principais, com uma visão nada sectária, mas já no ano de 1968, ou seja, a poucos meses do ano seguinte, a FAU teve uma ruptura interna, iniciada por alguns anarquistas mais clássicos digamos, saíram da FAU e a FAU começou um processo do que se chamou uma síntese entre o pensamento marxista e o anarquista. E em realidade começou a funcionar quase como um partido, ou seja, era uma Federação... Não era a mesma Federação, que eu na verdade não cheguei a conhecer, ou seja, eu não cheguei a conhecer a Federação Anarquista Uruguia com

seu funcionamento tradicional e histórico, senão que já entrei no momento da transição da FAU com pontinhos à FAU sem pontinhos, que assim é que se chamava a diferenciação, ou seja, de ser realmente uma Federação de grupos anarquistas, de ser um grupo anarquista, um grupo que tinha certa proximidade com o marxismo ou que reivindicava alguns aspectos do marxismo. E particularmente eu, já desde o ano de 1968, me vinculei mais com Hugo Cores e com alguns dos dirigentes que estavam mais na frente sindical e de massas. E com Gerardo, que para mim era realmente o ideólogo dessa transição entre o anarquismo clássico e alguns aspectos mais vinculados a uma concepção partidária, do partido como tal. Então, nesse marco me parece que sim, eu me aproximava bastante das ideias, talvez com menos formação, mesmo que, claro, nossos textos eram os da Revolução... Ou seja, nesse momento nós conhecíamos muito da Revolução Espanhola de... Porém menos, menos no debate, alguns debates sim, sobre a ação direta e as limitações da ação direta, porém menos nos debates teóricos entre Bakunin, Malatesta, ou seja, menos. Mais em uma... Também porque a partir de 1968, 1969, começa a ocorrer uma aceleração da realidade política nacional, que te comprometia de alguma maneira, em níveis de pronunciamentos muito... Cada semana acontecia algo, havia uma restrição, vinham as medidas de segurança, que sei eu, já nos anos de 1968, 1969 as repressões começam, o congelamento de salários, também uma crise econômica que abalava, e houve, paralelamente, um processo de autoritarismo político e social repressivo, que realmente germinou, como que em poucos anos, de 1968 a 1972, que foi o momento culminante disso, e já depois de 1972 o golpe, bom. Estes quatro anos de antecedentes foram uma situação de perseguição, de pessoas presas, basicamente dirigentes sindicais, então acredito que o centro do debate estava e esteve na definição de qual era o lugar da luta armada. Depois a relação entre essa luta armada e o movimento sindical, de massas, de bairros, estudantil, etcetera, que também era um assunto polêmico, ou seja, quem dirige, ou seja, quem é o motor. E por outro lado, o que... Os caminhos já mais concretos do lugar de cada um dos atores, ou seja, o lugar dos militares, como localizá-los e onde localizá-los, a repressão, a tortura, etcetera. Então, aí me parece que... Localizaram-se outros centros, outros centros de debate, outros centros de diferenciação; em nível político a constituição da declaração da OLAS,¹⁵⁷ que parecia marcar uma corrente no pensamento da esquerda latino-americana, frente ao que podia ser o reformismo clássico do Partido Comunista e seus aliados. E essa diferenciação. Aí estava a diferenciação política. E depois uma diferenciação mais próxima e mais interna, que é o que te diferenciava do MLN como tal, pelo menos no campo nacional, e aí se perdia... Perdiam-se muitas batalhas, porque em realidade estava difícil fazer essa diferenciação ou te localizares em outro terreno. Então me parece que isto deslocou os centros do debate ideológico em geral. Em realidade, nesse contexto os debates estavam centrados em como ir enfrentando a repressão que vinha se instalando no processo nacional. Eu falo que, em termos do anarquismo, estava claro que a participação nas eleições não era um caminho a percorrer, portanto... Dizia que, nesse contexto, a participação nas eleições não era uma alternativa política possível, partindo da visão dos anarquistas. Participar nas eleições... Não se acreditava nas instituições, nem nesse caminho. Mas quando no ano de 1971 cria-se a Frente Ampla, Hugo Cores e eu fomos juntos ao ato da Frente Ampla, e realmente ficamos... Claro, ele era dirigente sindical, e eu tinha... Nesse momento eu não era mais dirigente, porque em 1971 já tinha me investido, e já era mais militante interna partidária da FAU. Porém, militávamos juntos na ROE – na Resistência Operária-Estudantil. Então nos viemos junto em sua moto, e a verdade é que ficamos em estado de choque, e dissemos – Parece-me que estamos nos equivocando –, mas não tínhamos... Bom, obviamente que eu não tinha força. Senti isso profundamente, mas não tinha força política para enfrentar Gerardo e outros companheiros, ou seja, não tinha as condições. Senti que a formação da Frente [Ampla] marcava um caminho nas eleições, que era... Que podia ser significativo, sobretudo por estar nucleando uma esquerda muito dispersa, recordemos que nesse contexto, no contexto dos anos entre 1968 e 1970 e daí em diante, havia, em realidade, dois grandes setores: a Tendência, que reunia toda a esquerda autodefinida como revolucionária, seja armada ou não, mas todas com simpatia para a luta armada, e o que se considerava a esquerda... Essa esquerda [revolucionária] considerava os outros como esquerda reformista, e estes eram os dois grandes setores. E de repente aparece uma formação política que reúne setores diferentes, porque até o [movimento] 26 de Marzo, que era... Bom, como que proclive ao MLN, estava com-

157 Organização Latino-Americana de Solidariedade.

pondo com a Frente Ampla. Então havia claramente uma nova configuração política da qual a FAU ficava à margem. E em realidade eu acredito que tanto Hugo como eu – pelo menos o que sentimos – mais que se era ou não bom, era esta coisa de “não está bom ficar à margem disso”, acredito que era mais por esse lado do que por outro, pelo lado mais elaborado. Ao menos eu – certamente é possível que Hugo tivesse outras intuições, por ser dirigente sindical, por haver estado na vice-presidência da Central de Trabalhadores, ou seja, convivia em um espaço de lutas políticas e político-ideológicas muito mais amplo. Mas a mim pareceu que era isso, que era um novo momento da esquerda que conjugava estas... Agrupava em um espaço político diversas tendências e trajetórias políticas, e que aí, bom, nós de alguma maneira estávamos fora disso, fora do debate, fora da possibilidade de interagir com esse espaço. Isso foi o que eu senti. Mas bom, como eu disse, eu não tinha nesse momento a força política suficiente para como que para ter, para iniciar minha própria corrente dentro da FAU, não, a verdade é que eu não tinha essa capacidade, era muito jovem e ainda estava em processo de formação. Era mais uma questão intuitiva. Do mesmo modo que os acontecimentos que começam a marcar o ano seguinte, o ano de 1972, eu também entendo, de forma intuitiva, que de alguma maneira marcam o fim do MLN como luta armada. Ou seja, o fim não porque o MLN não continue existindo, e que é digamos uma expressão política de grande trajetória, presença e significação no Uruguai. Mas sim como fim da estratégia, de algum modo tanto o que foi o dezoito de maio como algumas das ações – creio que basicamente poderíamos dizer a Declaração de Guerra, que o MLN faz em maio de 1972 –, parecem-me que marcam o caminho de... Um caminho não saldado, porque eu creio que depois veio a ditadura, depois veio a repressão, veio a tortura massiva, etcetera, e calou todo o debate. Então é como que se alguém, para dizer efetivamente o MLN se equivocou na estratégia política, e levou a milhares, milhares de jovens à prisão... Com uma estratégia equivocada de guerra que não estavam em condições de sustentar, e que, além disso, era errônea, é como se alguém, ao dizer isso, estivesse favorecendo ou colocando-se ao lado da ditadura. Eu acredito que a ausência desses debates provocou muitíssimo dano à esquerda em geral, porque não podemos saldar nada de nossa experiência anterior, assim como também não podemos salvá-la... Com a repressão e com os militares tampouco não podemos saldá-la totalmente, mas por outras razões. Estas estão no nosso campo, as outras não, não estão em nosso campo, estão no campo da impunidade como prática política permanente, tenaz e persistente até os dias de hoje. Mas depois, no campo de nossas lutas atuais, a mim não me impede de pensar com a cabeça, com minha própria cabeça, de que de modo nenhum, não com a teoria dos Dois Demônios, também não compartilho uma visão militarista da ditadura, no sentido de que a ditadura não foi o enfrentamento de dois exércitos, a ditadura foi a repressão do terrorismo de Estado sobre um povo –armado? –, alguns, mas com a maioria desarmada. E essa visão de um enfrentamento armado está presente em muitos militantes da esquerda, ainda hoje, particularmente na tradição tupamara. Então me parece que aí ainda temos muito debate por fazer.

P: Perfeito.

DEPOIMENTO 20 – LUIS PUIG.¹⁵⁸

MONTEVIDÉU, 7 DE JUNHO DE 2012.

P: Luis, em primeiro lugar nós gostaríamos que tu falasses um pouco da tua trajetória, tua militância, formação política, para conhecer-te um pouco.

R: Bom, em primeiro lugar agradeço minha participação nesse trabalho, que acredito ser muito importante na luta que ainda hoje continua em nossos países contra a impunidade, pela vigência plena dos direitos humanos, e pela verdade e justiça. Meu nome é Luis Puig, sou em primeiro lugar trabalhador do gás, circunstancialmente deputado nesse período, mas sou sindicalista, ativista de direitos humanos, e hoje me cabe representar o Partido por la Victoria del Pueblo no Parlamento, mas me defino fundamentalmente como um lutador social, lutador social e político. Comecei minha atividade em nível de estudante secundário aos treze anos, participei no processo da Resistência Operária Estudantil, organização que antecedeu o Partido por la Victoria del Pueblo. A ditadura começa em 1973, a ditadura formalmente – depois vamos falar do que foi esse processo em câmara lenta para a ditadura –, eu fiquei no Uruguai até junho de 1975, me transladei à Argentina quando fui requisitado pelas Forças Armadas, e aí me somo ao trabalho do PVP e bom, ali participo junto aos companheiros no processo de resistência à ditadura. Posteriormente fico na Argentina, em uma situação na qual os contatos estavam perdidos, já depois de 1977, com a caída – muito importante – na detenção e desaparecimento de dezenas de companheiros do PVP e de outras organizações políticas. E bom posteriormente regresso ao Uruguai, no ano de 1984, e me radico definitivamente no Uruguai, e no ano de 1985 começo a retomar minhas atividades, as atividades sindicais no Sindicato de Trabalhadores do Gás e no movimento sindical no PIT-CNT,¹⁵⁹ onde, em representação de meu sindicato, represento a minha organização sindical na direção do movimento sindical a partir do ano de 1986, e no secretariado executivo do PIT-CNT a partir de 1997, quando me designam para assumir a responsabilidade de secretário de Direitos Humanos e toda a luta contra a impunidade que se leva adiante, entre outros, por parte do movimento sindical, ao lado de referências muito importantes nestes assuntos, como o companheiro Raúl Olivera Alfaro, que continua, hoje, na Comissão de Direitos Humanos do PIT-CNT, e é uma referência permanente na luta por Verdade e Justiça em nosso país. Isso é um pouco o resumo de minha atividade, tenho cinquenta e seis anos, três filhas, quatro netos, e – como dizia – hoje eu estou circunstancialmente no Parlamento, mas com a perspectiva de retornar ao meu local de trabalho, ao meu sindicato e ao movimento sindical quando termine o período legislativo.

P: Muito bem Luis, tu podes dar um pequeno quadro de como foi esse processo? A ditadura uruguaia, mas um pouco desses anos anteriores também, aos quais te referiste a pouco, um pouco da caracterização desse momento.

R: Bom, como vocês sabem, o Uruguai se via na América Latina como uma espécie de Suíça da América não é? Uma situação bastante diferenciada do conjunto dos países da América Latina. Uma situação na qual o Uruguai havia tido acesso a reformas sociais importantes, na dianteira, já em princípios do século XX, para lá da existência, naquele momento, em princípios do século XX, de dois governos de José Battle y Ordoñez, liberal no político, não no econômico, cujo entorno – um entorno progressista – havia impulsionado uma legislação social avançada; sem dúvida que isso coincidiu com uma luta importante do movimento operário uruguaio já naquela época – os primeiros sindicatos no Uruguai datam de 1875 –, e um movimento sindical que foi se nutrindo com a contribuição de correntes migratórias europeias, espanhóis, franceses, italianos, alemães, que chegavam com uma vasta experiência de luta, e portanto, quando nos primeiros anos do

¹⁵⁸ Luis Puig, uruguaio e sindicalista e ativista em direitos humanos, começou sua atuação política aos treze anos de idade, participando da *Resistencia Obrero- Estudiantil* – organização que antecedeu o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). Participou ativamente na luta contra a violação dos direitos humanos e a ditadura no Uruguai. Integrou o Secretariado Executivo do PIT-CNT. Hoje é deputado, representando a Frente Ampla no Parlamento uruguaio. Nos dias atuais, destaca-se por sua firme atuação como parlamentar na defesa dos direitos humanos e na articulação da busca por Verdade, Memória e Justiça nos países do Cone Sul.

¹⁵⁹ *Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores.*

século XX se aprova a lei de oito horas no país, já existiam vários grêmios que a haviam conquistado com suas lutas. O tema da luta pelos direitos da mulher, na qual participam o movimento sindical e setores socialmente avançados naquele momento, vai dando uma característica diferente ao Uruguai, com um Estado forte, um Estado participante, com um Estado de bem-estar, e que de algum modo, em meados do século – já antes de meados do século – se produzem alguns elementos que são importantes. Um movimento sindical forte, desde o ponto de vista de uma concepção classista, internacionalista, independente dos governos, da Igreja, do Estado, um movimento sindical que ao longo dos anos vai buscando a forma de se estabelecer, bom, a unificação em um só... Em uma só organização que participa ativamente em solidariedade com a República, a luta pela República espanhola quando do golpe fascista e o restante, algumas características particulares do Uruguai. A situação da conjuntura internacional em torno à guerra, à Segunda Guerra Mundial, faz com que se desenvolva, no Uruguai, uma indústria de substituição de importações, um processo interessante para o Uruguai, que tinha uma indústria muito débil, e isso conforma uma classe operária forte, com um processo de industrialização interessante para a escala em que se dá no país, um acesso ao ensino bastante desenvolvido na população, dá-lhe [ao Uruguai] algumas características particulares. Porém, a partir de 1955, 1958, começa um processo no qual se inicia uma transformação no Uruguai, transformação que não é exclusiva do Uruguai. Em princípios da década de 1960, existe uma transformação para os países de capitalismo dependente da América Latina, nos quais, a partir de desígnios muito claros do imperialismo, do Departamento de Estado norte-americano, se reassinam funções em nível internacional aos países capitalistas dependentes. Vem um ajuste que também se faz sentir no Uruguai, onde se tenta fazer os setores populares pagarem pelo preço da crise, os trabalhadores, as classes médias e o restante; há u processo de resistência importante, já com um movimento sindical unificado em meados dos anos sessenta, com um movimento estudantil forte, com uma simbiose entre o movimento sindical e o movimento estudantil, uma consigna que fez... Que se desenvolveu muito no Uruguai, e que foi posta em prática, foi – “Operários e estudantes, unidos e adiante” –, e isso não era simplesmente uma consigna; a luta pela lei da autonomia universitária, conquistada em 1958, não só mobilizou estudantes e professores, mobilizou também os trabalhadores organizados, ou seja, o movimento sindical uruguaio, mesmo antes de conquistar sua unificação, participa ativamente de lado a lado do país, no processo de luta pela autonomia universitária, marcando o papel transcendental que os trabalhadores organizados no Uruguai conferem à universidade, à universidade como fonte de ideias, à universidade ao lado dos trabalhadores, ao lado dos setores populares. A década de 1960, nessa transformação econômica regressiva, que se propõe reestruturar o Uruguai como país capitalista dependente, gera um processo de resistência, de mobilização, de luta, e já nos anos anteriores, já em 1968, dá-se um processo de avanço do autoritarismo muito forte, um processo que é enfrentado pelos estudantes e pelos trabalhadores antes da ditadura, alguns anos antes da ditadura neste país. Há grêmios que são militarizados, os trabalhadores da UTE,¹⁶⁰ os trabalhadores bancários, os trabalhadores pneumáticos, com seus dirigentes muitas vezes aprisionados, estudantes assassinados nas ruas, em mobilizações populares por reivindicações próprias dos estudantes e reivindicações de caráter mais geral, o que marca que no Uruguai há um processo de golpe de Estado em câmara lenta. A dissolução das Câmaras se dá em vinte e sete de junho de 1973, mas antes existia um processo de autoritarismo muito acentuado, com a operação de um esquadrão da morte a serviço do poder, com centenas de militantes sindicais torturados, em finais da década de 1960 e inícios da década de 1970, com uma repressão que desbordava o país, cuidando de enfrentar a resistência e essa reestruturação que estava ocorrendo no país, e existe todo um processo de repressão muito forte. Nesse sentido, existe um processo no qual – dada a força e a independência do movimento sindical – se tenta confundir, por parte das Forças Armadas que estavam em ascensão, se tenta confundir os trabalhadores e a opinião pública apresentando um programa de Forças Armadas que vinham enfrentar a oligarquia, diziam, e diziam também que tinham coincidências objetivas com o programa dos trabalhadores e o restante, e isso gera uma discussão muito forte no seio do movimento popular, no movimento operário, no movimento popular em seu conjunto, entre os que pensavam que podiam albergar expectativas com respeito a militares que diziam estar em contradição com a oligarquia e o imperialismo, e em realidade... Uma discussão que foi muito

160 UTE: *Usinas y Teléfonos del Estado*.

interessante, porque havia companheiros dentro da esquerda que diziam que a revolução não se fazia contra o exército nem sem o exército, que a revolução se fazia com o exército, como havia demonstrado o exército de operários e camponeses de 1917, mas em realidade o exército de operários e camponeses de 1917 na Rússia, um exército cansado da guerra e de todo o resto, era muito diferente de um exército como o uruguaio, que tinha pouca composição de operários e camponeses, e que era um exército e umas Forças Armadas que estavam a serviço dos interesses de classe, como vinham demonstrando, um exército – dizíamos – um exército que vem torturando há anos, e que já mostrou o que realmente é. Bom, de alguma maneira nós naquele momento colocamos – e continuamos pensando hoje – que em realidade o golpe de Estado não foi a aventura de um grupo de militares fascistas e messiânicos; o golpe de Estado foi a resposta das classes dominantes ao processo de resistência popular que vinha se realizando. Ou seja, quando se concretiza a dissolução das Câmaras em vinte e sete de junho de 1973, não havia, em realidade, nenhuma coluna guerrilheira operando. O MLN estava desarticulado, a OPR-33, as Forças Armadas Revolucionárias e Orientais também, não havia colunas guerrilheiras operando. Em realidade o golpe de Estado, a instalação do terrorismo de Estado, é contra o conjunto do povo organizado, é contra as organizações populares, é contra os sindicatos, é contra os estudantes. É tratar de matar, mediante o terror, toda forma de solidariedade, e tratar de impor um plano econômico e social que tinha resistências por parte do movimento popular. No ano de 1972 se dão episódios de greves, greves gerais muito importantes que paralisam o país e que mobilizam o conjunto dos trabalhadores, ou seja, o principal inimigo desse processo de instalação ditatorial era os sindicatos organizados, era a mobilização popular, eram as organizações de esquerda, e é para isso que se voltam. Nesse período houve a tentativa de estabelecer que, em realidade, isso era uma reação das Forças Armadas ante a ação da guerrilha. Demonstrou-se que isso é historicamente falso. Insisto, não havia nenhuma coluna guerrilheira operando quando se deu o golpe de Estado neste país. E o golpe de Estado procede em estabelecer os mecanismos de repressão contra um movimento popular e uma classe operária que, quando se dá o golpe, cumpre com as resoluções de seu Congresso e decide uma greve geral com ocupação dos lugares de trabalho em todo o país, Montevideú e interior. Em lugares como Montevideú, onde a classe operária estava muito desenvolvida, e no interior, onde era mais débil, porém, em todo o país se ocupam os locais de trabalho, fábricas, oficinas, escritórios, e durante quinze dias se enfrenta a ditadura, o que marca claramente o conteúdo de classe que essa ditadura tinha, a aliança com as grandes câmaras empresariais. Em vinte e sete de junho, quando se concretiza o golpe de Estado e as fábricas já estavam ocupadas, a Câmara da Indústria, a Associação Rural, a Câmara de Comércio, vários dirigentes das câmaras empresariais em representação oficial das mesmas, brigavam entre eles para ver quem chegava primeiro para felicitar os golpistas, para dizer-lhes que estavam livrando o país da ditadura sindical. Ou seja, as classes dominantes foram parte do golpe de Estado, as câmaras empresariais foram as principais sócias dos terroristas de Estado. E é bom lembrar isso hoje, porque muitas vezes nos deparamos com importantes senhores empresários que pretendem dar aulas de democracia ao movimento sindical, quando o movimento sindical foi capaz de dar a vida de seus melhores homens e mulheres para enfrentar a ditadura quando eles comiam nas mesmas mesas que os ditadores e participavam das mesmas festas. Depois, ao longo desses anos, nos deparamos com o resultado de que esses senhores são os que vêm dar aulas de democracia, então é preciso lembra-los de quem é quem no país, que papel cada um exerceu. Isso é um debate realmente interessante. Há diferentes estamentos, diferentes etapas na ditadura. Em quatro de julho de 1973 se emite um decreto pelo qual se habilita as patronais a despedir todos aqueles que estejam participando na greve geral. A revanche patronal origina que existam milhares e milhares de despedidos por um decreto da ditadura, lhes dava as faculdades para despedir, para conseguir desarticular a greve geral. Se bem que a greve não cumpre seus objetivos – e haverá todo um debate interno do movimento sindical –, creio que foi uma experiência formidável de luta e de mobilização. Qual é a função, o papel que a ditadura cumpre? Bom, levar adiante um plano econômico e social. Quando a dívida externa do Uruguai, no início da ditadura, estava em aproximadamente 1.200 milhões de dólares, no transcurso da ditadura seis bilhões de dólares passam dos bolsos dos trabalhadores aos bolsos dos proprietários, aos capitalistas, há um rebaixamento extremo de salários, o terror da repressão serve para roubar aos trabalhadores, ao povo trabalhador em seu conjunto, e para o enriquecimento dos setores proprietários, isso é

o que vinha mostrar o caráter de classe da ditadura e o papel que desempenhou do ponto de vista econômico. Ali se concebe que com um movimento sindical com milhares de trabalhadores presos, todo ele torturados, com a ilegalidade do movimento sindical, com a repressão generalizada, bom, a esquerda desempenha um papel de organizar a resistência à ditadura. Os destacamentos políticos organizados da esquerda desempenham um papel fundamental; a Convenção Nacional de Trabalhadores, no exterior, também; há formas de organização política que, por exemplo, no caso do Partido por la Victoria del Pueblo, que não foi o único, organiza seu Congresso na Argentina, seu Congresso clandestino na Argentina, e se organiza para lutar contra a ditadura. E ali se começa a ver com maior clareza o que foi a coordenação repressiva entre as ditaduras do Cone Sul, coordenação repressiva que incluiu a ditadura argentina, a ditadura brasileira, a ditadura chilena, a uruguaia, a paraguaia, a boliviana, onde a coordenação repressiva e um de seus principais centros foram a Argentina – talvez porque era o maior lugar de refúgio dos lutadores de diferentes partes do mundo –, se vê com absoluta clareza o que se chamou a coordenação das espadas, a cumplicidade e a ação conjunta das ditaduras para o extermínio dos opositores como nunca se viu. O caso dos assassinatos de Zelmar Michelini e Gutiérrez Ruiz, Rosario Barreda e William Withelaw na Argentina, que aparecem assassinados em vinte de maio de 1976, o desaparecimento de duzentos uruguaios entre o Uruguai e a Argentina, que desaparecem na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, sequestros no Brasil, em Porto Alegre, como vocês bem conhecem, o sequestro de Universindo Rodríguez Díaz e Lilián Celiberti, a tentativa de sequestro de Hugo Cores ali, o sequestro de Gerardo Gatti, de León Duarte, de Ary Cabrera, de Jorge Zaffaroni, de María Emilia Islas na Argentina, reflete a participação ativa desse plano, o plano Condor, instalado a partir de uma reunião no Chile, e onde as consequências foram realmente um plano de extermínio. O que dizia, não somente a ditadura uruguaia, mas também os governos que a sucederam, o governo do doutor Sanguinetti, do doutor Lacalle, ou os governos de direita que sucederam à ditadura? Diziam – Isso não existe, no Uruguai não existem crianças desaparecidas –, diziam, – No Uruguai não se executaram prisioneiros, as Forças Armadas nunca operaram na Argentina –, o que se demonstrou absolutamente falso. Ficou demonstrado que as Forças Armadas uruguaias operaram ativamente na Argentina, e dirigiam um campo de concentração como Automotores Orlettim, mas que ao mesmo tempo militantes argentinos eram sequestrados aqui, e que os fuzileiros navais os entregavam à Escola da Mecânica da Armada. Na coordenação entre Brasil e Uruguai, os sequestrados eram entregues na fronteira pelas Forças Armadas brasileiras às uruguaias. Houve também companheiros detidos no cruzamento da fronteira, aqui houve uma participação muito clara. No Paraguai são sequestrados Nelson Santana Escoto e Gustavo Insaurralde, e em seu interrogatório Calcagno e outros militares uruguaios participam, e depois eles são trasladados à Argentina e possivelmente [da] trasladados ao Uruguai. A explicação de que em realidade tudo havia acontecido na Argentina, era responsabilidade dos argentinos, é desmentida pelos mesmos repressores argentinos, que dizem: - Bom, nós os entregamos vivos às Forças Armadas uruguaias, e eles se encarregaram deles -. Quando nós denunciamos, faz anos, quando apareceu Simón Riquelme, o filho de Sara Méndez, houve toda uma investigação na qual o jornalista Roger Rodríguez participou, na qual quem fornece a informação para finalmente localizar Simón Riquelme, depois de anos de buscas de Sara e dos demais, foi alguém implicado com a repressão, Ruffo, na Argentina, e é ele quem diz – Aqui os entregamos em quatro de outubro, entregamos quem estavam em Orletti às Forças Armadas uruguaias, e eles se encarregaram deles -. Bom, denunciamos a existência do chamado segundo voo – para lhe colocar um número – porque em verdade são incontáveis as quantidades de voos, de traslados clandestinos, de barcos que iam a Buenos Aires, que voltavam com prisioneiros, que trasladavam prisioneiros. Porém, nesse chamado segundo voo, entre o dia quatro e cinco de outubro de 1976, são trasladados ao Uruguai vários prisioneiros uruguaios e alguns argentinos, entre eles María Claudia García de Gelman, uma jovem de dezenove anos, quase por dar a luz, que é trazida para o Uruguai, que é mantida sequestrada pelas Forças Armadas uruguaias que esperam que ela tenha a sua filha Macarena, posteriormente assassinam a mãe e entregam sua filha a um hierarca da polícia, mostrando o que é toda a aberração do terrorismo de Estado; isso é o que dizia que não existia no Uruguai. Nesse marco, parece-me que é importante assinalar que existiu o que chamamos a Operação Condor, da qual existiu e existe muita documentação ali. É bom analisá-la com a consequência que tem ao longo dos anos; os processos díspares que existem

entre Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Paraguai, sobre o restabelecimento da verdade e da justiça marcam, primeiro, um denominador comum: as diferentes ditaduras asseguraram a transição, ajustaram o tema de – o impuseram –, o tema do não julgamento dos responsáveis [por violar] os direitos humanos. Isso foi um aspecto que as organizações de direitos humanos se encarregaram de denunciar durante muito tempo, e que ao longo dos anos, com os avanços que tivemos, temos que reconhecer que as denúncias que foram feitas já em pleno terrorismo de Estado, em 1976, 1977, 1978 e daí para frente, foram consequência dos familiares, dos próprios sobreviventes dos campos de concentração, esse comprometimento com a denúncia e o restante, foi o que permitiu reconstruir onde os companheiros haviam sido sequestrados, qual era a cadeia de mando que existia nesses centros de detenção, e, por exemplo, aqui, em onze de setembro de 2006, foi processada a “patota” militar uruguaia que participou nos sequestros na Argentina. E em realidade a ata de processo contém a denúncia que foi feita em 1976 e 1977, sobre o que foi os sequestros, o processo de militares uruguaiois terroristas de Estado que participaram do sequestro de Adalberto Soba, companheiro do PVP que foi sequestrado no mesmo dia que o companheiro Alberto Mechoso, cujos restos apareceram faz poucos dias na Argentina, refletindo que houve um trabalho paciente, em meio a uma situação de terrorismo, por parte dos familiares, por parte das organizações que participaram e o restante, e que demonstraram como depois da ditadura, em períodos democráticos, desde o poder, desde os próprios presidentes da república no Uruguai, tentou-se ocultar a verdade. Quando se dizia, e se sustentou durante muito tempo – As Forças Armadas uruguaias não participaram em operações na Argentina, isso é falso, isso é pretender denegrir a moral das Forças Armadas –, não, está absolutamente demonstrado quem eram, onde participaram, quem eram os chefes, como organizaram os operativos de extermínio contra várias organizações de esquerda uruguaia que operavam na Argentina e em outros países. Então eu acredito que tudo que está se abrindo em nossos países muito lentamente, muito lentamente, porque em realidade faz trinta e seis anos dos sequestros, trinta e seis anos, no caso do Uruguai, que tenham aparecido os restos de desaparecidos uruguaiois, os restos de quatro companheiros, nada mais, implica que desde o poder, durante o período democrático, se foi cúmplice, se favoreceu a impunidade, o Estado não cumpriu com a função de proteção às vítimas, pelo contrário, colocou obstáculos à ação de denúncia das vítimas. À Sara Méndez, que vinha procurando desde 1976 seu filho Simón, foi dito, a partir de uma instituição chamada Comissão para a Paz, no período do presidente Jorge Batlle, que não procurasse mais seu filho, porque seguramente estava morto. Se Sara Méndez lhes tivesse feito caso, seu filho não teria aparecido, Sara seguiu lutando até encontrá-lo. Porém, ao mesmo tempo votou-se a Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado, que é a lei da impunidade no Uruguai, ela foi defendida, por muito tempo, com capa e espada pela direita deste país, e recém há pouco tempo conseguimos que os prazos de prescrição não vencessem, a imprescritibilidade dos crimes, votamos isso recém em outubro do ano passado, depois de debates muito fortes, depois que se acionou, desde o Estado, para que não se alcançassem os votos nos plebiscitos para conseguir anular a Ley de Caducidad; a batalha parlamentar que se deu posteriormente também deu a conhecer que aqueles que construíram a impunidade continuavam sendo solidários com os vitimários e não com as vítimas. Para lá das mensagens de respeitar a soberania popular e o restante, o que existia, no fundo, era uma atitude de pretender continuar assegurando a impunidade. Então essa situação marca de que maneira a luta pela Verdade e Justiça teve um desenvolvimento muito desigual em nossos países, com avanços muito difíceis, com derrotas, derrotas que foram duradouras, e algumas duraram muito tempo, e como o esforço permanente das organizações de direitos humanos, das mães e familiares, do movimento sindical no Uruguai, que desempenhou um papel destacadíssimo nisso, para que as organizações políticas fossem consequentes com o estabelecimento da Verdade e da Justiça. Bom, ainda resta muito caminho para abrir. Por quê? Porque se conseguiu, durante muito tempo, modificar a história, dizer, aqui, que este tema, isso que no Uruguai chamamos de a Teoria dos Dois Demônios, dizer – Aqui teve uma guerra, isto foi uma guerra, na guerra acontecem coisas, na guerra morrem pessoas, desaparecem pessoas, mas foram duas facções que se enfrentaram –; eu explicava como e por que isso não era certo, e como o terrorismo de Estado foi desenvolvido contra o conjunto da sociedade. Porém, quando essas teorias são acompanhadas por algum setor da esquerda que participou ativamente nos enfrentamentos, parece que são santificadas: – Bom, mas pessoas de esquerda dizem que em realidade

foi uma guerra –. Então nós nos perguntamos: que armas as crianças usavam? Que calibre de arma elas usavam? Macarena Gelman, María Claudia García de Gelman, pertenciam a qual célula? As centenas de crianças sequestradas na região estavam tendo alguma participação ativa nisso? Os que foram encarcerados durante anos por ser militantes sindicais, por fazer reclamações dos direitos dos trabalhadores... O que houve aqui foi instalar na sociedade um mecanismo de terror. Se nós não conseguirmos reverter esse processo, e eu acredito que estamos avançando timidamente, estamos avançando em um processo de cuidar de interpretar a história e de fazer um debate que nos leve a conhecer... Por que... Uma das coisas que as Nações Unidas dizem, as garantias do “Nunca Mais”, a garantia da não repetição do terrorismo de Estado, em realidade parte da base de compreender a gênese do terrorismo de Estado. Se às novas gerações consegue-se convencê-las de que isto foi uma guerra e de que em uma guerra vale tudo, bom, então as garantias de não repetição estão um pouco longe. Se, pelo contrário, conseguimos informar, debater, que faça parte do debate entre as novas gerações que se questionam sobre o passado recente nos centros de estudo, que essa situação seja analisada em foros públicos, que os canais, os grandes meios de comunicação deixem de ser um elemento de distorção da realidade, de distorção da realidade, porque há que se ver o que os grandes meios de comunicação foram nos últimos debates parlamentares acontecidos no ano passado. Nós, que pretendíamos terminar com a impunidade, em realidade éramos acusados de não querer respeitar o mandato popular, quando em realidade nunca produziram esse debate, porque se esse debate tivesse acontecido no meio da campanha pelo plebiscito, os resultados teriam sido outros. Porém, houve um trabalho sistemático da direita, com seus representantes políticos da direita, dos comandos militares que se davam ao luxo, em plena democracia, em pleno governo da Frente Ampla, de dizer que se se aprovasse a Lei de imprescritibilidade dos crimes, não se iria conhecer a verdade, porque ninguém iria dizer a verdade para ser preso depois; coisa que está vedada aos comandos militares, participar nos debates políticos, com total impunidade eles fizeram. Bom, houve algumas sanções que nós cumprimentamos em seu momento, mas em realidade os comandos militares pretenderam incidir na discussão, no que foi a discussão parlamentar. E houve posições confusas, confusas. Dentro da mesma esquerda houve posições confusas. Eu tenho um profundo respeito pelo companheiro Mujica, mas ele se equivocou nesse assunto. Ele equivocou-se várias vezes, ao dizer que, em realidade, buscar Verdade e Justiça era estar baseado no ódio e na revanche, não. Conceber a Verdade e a Justiça é reassegurar, definitivamente, a democracia para o futuro, ou seja, não é colocar as novas gerações e os uruguaios que hoje são muito jovens, ou os que ainda não nasceram, novamente na ditadura e no terrorismo de Estado, ou seja, um futuro democrático depende de como este tema seja saldado, não tem nada a ver com revanche ou com ódio. Nós não queremos torturar os torturadores, a tortura é humilhante; nós não queremos matar os assassinos, queremos Verdade e Justiça. Então esse debate muitas vezes foi um debate que a direita aproveitou, porque dentro da esquerda havia e há diferenças que eu acredito que temos que reconhecê-las com absoluta clareza para tratar de superá-las. Não podemos varrer essa realidade para debaixo do tapete, é um problema que também temos instalado dentro da esquerda, o de que nem toda a esquerda está convencida do valor que a luta por Verdade e Justiça tem. E se ocultamos isso, não estamos ajudando a processar esse debate. Eu acredito que no último período se conseguiu avançar, eu acredito que algumas coisas se demonstraram de forma muito gráfica, quando as câmeras de televisão tiveram que mostrar os restos dos companheiros que haviam sido enterrados em unidades militares, creio que se terminou com muita mentira, essa imagem terminou com muitas mentiras. Mas agora temos que continuar esse debate, porque do contrário vão triunfar aquelas ideias que dizem – Bom em realidade isso foi uma guerra, foi lamentável, houve excessos de um lado e excessos de outro, em realidade, a guerrilha se excedeu, e houve excessos dos militares também –, não. Os das Forças Armadas não foram excessos. Foi um terrorismo de Estado planejado, se construiu a maquinaria mais atroz, que é o Estado terrorista, porque as vítimas não têm possibilidade de defesa, não existe um sistema judiciário independente, não existe uma imprensa independente, e em realidade se cria um mecanismo de opressão sobre o conjunto da população, ou sobre a imensa maioria da população. Então eu acredito que temos que mostrar, com muita clareza, que este debate é um debate aberto, e é um debate que não se pode circunscrever às fronteiras nacionais, por isso para nós é tão importante isso que vocês sistematicamente, de intercambiar, de analisar, com companheiros

da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, de diferentes lugares, do Chile, porque é necessário fazer um debate em nível continental, regional ou continental, sobre o assunto. E não desconhecer o papel dos Estados Unidos. Hoje que está tão fora de uso falar do imperialismo; o imperialismo adota novas formas, mas existe em toda a sua dimensão. Qual foi o papel do imperialismo? O Departamento de Estado teve ou não um papel destacado no terrorismo na região? Sem dúvida, seus embaixadores coordenavam as ações de repressão e estavam absolutamente informados do que se passava. Sabiam perfeitamente como as Forças Armadas uruguaias estavam operando na Argentina e vice-versa. Alguns meses atrás eu participei em um encontro pelos Direitos Humanos no Chile, e ali me chamou a atenção o grau de impunidade que ainda se mantém, o grau de impunidade que se desenvolve e como se trabalha sistematicamente para mantê-lo. No dia, no aniversário o ano passado, no onze de setembro, o aniversário do golpe no Chile, teve uma cadeia de rádio e televisão que deve ter durado uns quarenta minutos, feita por hierarcas militares no Arquipélago Juan Fernández, onde estavam procurando os destroços de um avião que havia caído, e várias pessoas haviam morrido, e nesse dia, em realidade, não tinham tido nenhum avanço. Convocaram uma coletiva de imprensa para informar da enorme importância que tinha o fato de terem encontrado uma parte da fuselagem do avião. E a partir daí foram elogios enormes ao trabalho da Marinha, do Exército, da Força Aérea, desfazendo-se em elogios, vão aos estúdios, dos estúdios o jornalista faz uma longa série de elogios e voltam a repetir a coletiva de imprensa. No dia do aniversário do golpe, os heróis eram, em realidade, as Forças Armadas que haviam dado o golpe. Então, os companheiros chilenos nos diziam, bom, isso é uma parte, mas também existe uma lei que impede o retorno daqueles que se exilaram no ano de 1990, quando a democracia se reinstalou, depois da ditadura no Chile, muitos foram expulsos e não podem voltar, então: há uma situação na qual... Temos pendente em nossos países todo um debate, onde temos que intercambiar informações, onde temos que conseguir formas de solidariedade enquanto aos debates e denunciar as coisas que acontecem. A mim me chamou enormemente a atenção a forma como se mantém a impunidade no Chile, como me chamou a atenção no Brasil. Sem dúvida que no Uruguai, se bem que estejamos um pouco melhor, falta muitíssimo, talvez a Argentina seja o lugar onde mais se tenha avançado no tema dos direitos humanos, porque há uma política de Estado em matéria de direitos humanos, que é o que nós reclamamos, não que as vítimas fiquem lutando sozinhas e sem apoio para denunciar os terroristas de Estado. Aqui têm acontecido situações realmente muito graves, e dizemos com muita dor que somos parte desse governo, mas que a essa altura, faz poucos meses atrás, vítimas de sequestro ajam se encontrado em uma sala de dois por dois com seus próprios torturadores que eram conduzidos ao tribunal sem estarem algemados e o resto, é uma espécie de ultraje às vítimas que denunciaram. Então, a que nós aspiramos? Aspiramos que o Estado uruguaio seja o querelante nas causas, seja o querelante nas causas sobre terrorismo de Estado. Deu-se um passo importante agora, quando o Estado assume a responsabilidade pelas violações aos direitos humanos, porque está estabelecido na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso de María Claudia García de Gelman, que estabelece uma série de passos, o reconhecimento da repressão, por parte do Estado; o reconhecimento, definitivamente, do papel das vítimas, porque as vítimas deste país, durante muitos anos, eram chamadas de apátridas e agentes estrangeiros do comunismo internacional nos documentos oficiais. Até aos muitos poucos anos, o único documento oficial do Estado uruguaio era um livro de 1978 c que se chamava “As Forças Armadas ao Povo Oriental”, onde os verdadeiros heróis da resistência eram chamados de traidores, apátridas, e um câncer que havia que extirpar. Recém no início de 2002, 2003, há um novo documento da Comissão para a Paz, e bom, e hoje o Estado reconheceu publicamente a repressão ilegítima, mas fica muitíssimo para andar, e sem dúvida que os avanços também estão interconectados. Eu acredito que alguns dos avanços que nós conseguimos foram, também, porque na região tomaram um impulso importante, a partir da política de Estado de direitos humanos na Argentina, e isso intercambia informação, porque em realidade estamos falando dos mesmos episódios. Que se tenha processado na Argentina a causa de Automotores Orletti, por exemplo, onde estiveram uruguaios, brasileiros, bolivianos, chilenos, paraguaios. Que se tenha sumariado o plano sistemático de apropriação de crianças, bom, isso também ajuda, e isso... E aspiramos que os avanços que possam acontecer aqui possam repercutir no Brasil e vice-versa. Mas nós consideramos que existe um longo debate, uma batalha cultural muito forte para avançar em Verdade e Justiça.

P: Luis, em relação ao Brasil, do que nos disseste, e voltando um pouco atrás, o que é que, a partir da organização a qual tu pertencias, o PVP, de que maneira procederam para fazer contatos no Brasil no momento em que estavam ocorrendo as caídas duríssimas na Argentina? Ou seja, de que maneira tinham como estratégia tratar de estar ainda perto do país, mas em uma região que estava tomada por ditaduras? Podes nos falar um pouco disso, por favor?

R: Sim, reconstruindo a partir de informações posteriores. Eu naquele momento não estava na direção do PVP, e é claro que havia muita informação que não se usava. Sim, sabíamos que havia uma tentativa, de anos atrás, de formar alguns contatos, e estabelecer algumas bases de trabalho que permitissem aos companheiros, em meio à repressão, poder chegar ao Brasil, a um lugar mais seguro. A Argentina havia se convertido, para o PVP, na chamada “segunda frente”, mas que rapidamente se converteu em uma primeira frente de repressão e o todo o resto, o que fazia necessária a saída para o Brasil, em alguns casos para a Europa, quando se podia organizar, mas permanecer na região era um aspecto fundamental. Tanto é assim que, depois dessa reforma, a derrota forte que sofremos em 1976, bom, companheiros que estavam na Europa, como o caso de Hugo Cores, que já havia regressado à América, se translada ao Brasil. Dali a organização da operação... A chamada “Operación Zapatos Rotos”, liderada pelo coronel Ferro, para ir sequestrar Hugo Cores no Brasil, e que termina com o sequestro de Lilián e Universindo no Brasil. A tentativa de permanecer dentro da região era fundamental para nós, e o papel que vários companheiros nossos desempenham, participando no processo de resistência à ditadura; o papel que Pablo Anzalone cumpre, em determinado período, depois de sair da prisão aqui, quanto ao ingresso clandestino no Uruguai e o restante, para manter o vínculo e tratar de organizar os vínculos dentro do Uruguai; posteriormente o regresso de companheiros, em 1983, à Argentina, entre eles Hugo Cores, e manter o contato com companheiros que estavam no Uruguai. Em seguida da derrota mais forte, em 1976, o PVP avalia inclusive que há companheiros que podiam voltar; companheiros que não estavam requisitados, que não estavam identificados, voltam ao Uruguai para começar um longo trabalho de recomposição dos laços sindicais, vínculos sindicais e o restante, ou alguns para fazer trabalhos clandestinos de outras características, porém a abordagem era como ficar na região para fazer um trabalho de resistência. Bom, no Brasil se consegue avançar nesse sentido, por isso é que há companheiros nossos detidos no Brasil, e bom, a região era fundamental. O papel que esses companheiros cumpriram, como foi feito em outras partes da América, foi vital.

P: No Brasil, principalmente em que regiões estabelecem as bases? E também se existe ajuda de brasileiros nessa construção...

R: Bom, há muita solidariedade. No Rio Grande do Sul, bom, há companheiros que estiveram morando no Rio Grande do Sul, há companheiros que estiveram morando em outras regiões. Há contatos com organismos de direitos humanos do Brasil, entra-se em contato com companheiros – e sintetizo nele uma quantidade importante de companheiros solidários com a luta com o Uruguai, com a Argentina –, o caso de Jair Krischke, e de companheiros que tiveram permanentemente a referência de conceber a solidariedade com os perseguidos de diferentes países. E aí, no Brasil, há um papel fundamental. Há companheiros organizados dentro do movimento sindical uruguaio que se transladam ao Brasil na recomposição da PIT-CNT do Uruguai, a central de trabalhadores, que se transladam ao Brasil para ter contatos com companheiros que estavam lá. Hugo desenvolve suas atividades – Hugo Cores – a partir do Brasil, durante muito tempo.

P: Luis, há vínculos também com o CLAMOR?

R: Há vinculações com o CLAMOR, que são levadas adiante por companheiros que estão trabalhando especificamente na área de direitos humanos. CLAMOR dá uma ajuda muito importante para localizar Maraina Zaffaroni, por exemplo, na Argentina. Havia uma... Bom, o papel de várias companheiras e companheiros ao longo de todo o mundo, o papel de Tota Quinteros denunciando em Roma, denunciando nas Nações Unidas, nos Estados Unidos, em diferentes lugares, a situação do terrorismo de Estado no Uruguai, na Argentina, na região, é fundamental. O papel que vários companheiros desempenham na constituição do SIJAU – Secretariado Internacional

de Juristas pela Anistia no Uruguai –, isso é uma aposta que o PVP faz, junto com outros, para gerar uma situação de denúncia sobre a situação dos presos, dos desaparecidos no Uruguai. Eu acredito que o desenvolvimento da luta a partir do exterior foi possível graças a solidariedade expressa que houve, a solidariedade expressa, que ia desde fazer comunicados da situação de denúncia da ditadura no Uruguai, até alojar companheiros ainda em situações muito difíceis, como ocorreu no Brasil ou em outros lugares, e eu acredito que essa realidade também mostra que, se houve uma coordenação repressiva, também houve uma coordenação de solidariedade, nas piores circunstâncias. E eu acredito que isso serve para ter claro, para circunstâncias futuras, como a solidariedade desempenha um papel fundamental. Por isso hoje, que temos situações distintas, diferentes nesta região da América, creio que estamos em melhores condições de inter-cambiar esforços para continuar lutando por Verdade e Justiça.

P: Luis, o PVP sempre teve como característica, uma de suas características fundamentais é a defesa dos direitos humanos, pertences a um partido que... Tu perdeste muitos companheiros, como é isto? Com é lutar com esta... Porque quando se fala dos desaparecidos e das vítimas de maneira geral, do que é a história do Uruguai, a história recente do Uruguai, o PVP aparece como um dos protagonistas, um partido protagonista que... Há um custo humano muito duro. Isto, quando entrevistamos outras pessoas, isto logicamente aparece muito fortemente. No teu caso, no teu caso com tua militância, com teu ativismo, como tu convives com isso?

R: Bom, em primeiro lugar se vive com muita emoção, com muita apreensão, porque em realidade, quando se fala dos desaparecidos, se fala de companheiros com os quais se conviveu muitos anos, desde muito jovens, anos de militantes. Ou a outros que conhecemos, já com mais idade, como referentes políticos, como Gerardo Gatti, como León Duarte, como Ary Cabrera, como tantos companheiros. Porém os companheiros da repressão na Argentina aos quais sobrevivemos, pesam-nos muito, nos pesa muito, e o desaparecimento dos companheiros e o desaparecimento dos filhos dos companheiros, algo que Hugo Cores sempre tinha presente. Falando com Hugo, muitas vezes dizia – Como nos pesa o desaparecimento dos companheiros e dos filhos dos companheiros –, creio que nós, que sobrevivemos, sentimos um peso importante disso, um peso importante dos companheiros que caíram e de que seus filhos foram sequestrados, e isso é um peso muito importante, que às vezes trata-se de limitar o espaço da emoção para dar lugar à razão, e saber que a luta continua, mas também é um componente importante o tema da identidade emotiva com os companheiros, não só com os do nosso grupo político, como com os companheiros de diferentes forças que conhecemos que foram sequestrados, que foram desaparecidos, que seus filhos foram sequestrados. É um elemento que, muitas vezes, não se dá saída à emoção, mas que está permanentemente presente. Que não tem nada a ver com essa coisa de que às vezes nos acusam: - Estão cheios de ódio, revanchismo. Não tem nada que ver com isso, tem que ver com o tema de valorizar a vida, e até que ponto nossa luta é a luta pela vida, porém sem dúvida, isso que tu dizes nos pesa muitíssimo, muitíssimo. Eu lembro que na Argentina militava muito próximo de María Emilia Islas, de Jorge Zaffaroni, e lembro-me de ter coincidido em reuniões com ela em que eu ia com minha filha pequena, e María Emilia ia com Mariana, e de ter pegado Mariana nos braços, bom, isso durante anos significou um peso muito grande, até que Mariana apareceu e todo o resto. Bom, no livro de François Graña estão os relatos de todos os companheiros, da participação que tiveram ali e todo o resto. Porém, sem dúvida que é um peso emotivo muito importante, sobretudo porque vínhamos de uma prática política, na Resistência Operário Estudantil, uma prática política pública e comum, onde conhecíamos muitíssimos companheiros que posteriormente desapareceram, e bom, isso tem um componente de recordação, de emoção muito forte. O PVP, no ano de 1976, expõe a todos os seus militantes, em reuniões individuais com cada um, se queriam sair da Argentina, se queriam sair da Argentina. E a imensa maioria optou por ficar, e muitos deles estão desaparecidos. E isto não era uma questão de valentias pessoais ou nada desse tipo, porque eu acredito que nós, que ficamos na Argentina, e desligados politicamente por muito tempo, tínhamos medo todos os dias. Não era que disséssemos bom, uma questão dos grandes heróis, não. Houve companheiros na Argentina que conseguiram restabelecer contatos e que desempenharam um papel fundamental. Um deles,

Milton Romani ou Alberto Cabrera, perdão, Alberto Correa, desempenhou um papel fundamental nas denúncias pelos direitos humanos, na reconstrução, e depois para tratar de – em 1982, 1983 – tratar de recompor os vínculos com aqueles que haviam ficado na Argentina, desligados do orgânico. Mas eu acredito que isso é um peso muito importante, que tratamos de que não nos pese nas decisões políticas, mas que, sem dúvida, está presente em todos os momentos.

P: Luis, o PVP tem a característica de ter raízes anarquistas fortíssimas. O que fica do anarquismo no PVP hoje? Ou seja, como se vive esses valores, porque isso é algo muito particular, e alguém dos arredores disse – mas como, anarquistas organizados em partidos –, bom. Lilián Celiberti nos está dando seu testemunho, e ela nos explica bastante isso, como isso se processou. Eu te pergunto, hoje em dia, do que o PVP é, com todas as suas características, sua coerência, que fica desse anarquismo?

R: Bom, o processo... O PVP vem, efetivamente, da FAU, da Federação Anarquista Uruguiaia, que em realidade já começa a ter mudanças a partir da Revolução Cubana. Há uma forte discussão de todos os anarquistas uruguaios em torno à Revolução Cubana. Entre setores anarquistas mais ortodoxos, que consideram que a Revolução Cubana, na medida em que se constitui em um centro político, não tem nada que ver com as ideias libertárias, e um setor majoritário, liderado por Gerardo Gatti, por León Duarte, por Hugo Cores, que pensa – Será aperfeiçoado, porém o caminho vai por aqui, o caminho da luta e da liberação da América vai por este lado –. Ou seja, que já existe um processo de integração de concepções por um lado libertárias, porém que já apoiam a Revolução Cubana – e o apoio à Revolução Cubana desempenhou um papel muito importante –, esse grupo de companheiros anarquistas no Uruguai foi um dos primeiros que apoiaram a Revolução Cubana. E posteriormente se dá o ingresso de setores propriamente marxistas, bom, Hugo estava definido como marxista, e outros companheiros, Raúl Caribori e o resto, porém em 1972, por aí, há um ingresso forte de correntes marxistas no partido, que nos criou algumas contradições e todo o resto. Eu me identificava com os setores libertários sem ter uma grande bagagem teórica nem nada desse tipo, me identificava com setores libertários. Gerou uma espécie de estremecimento, e gerou a ideia daquilo que se chamou, naquele momento na construção do partido, “a raviolera própria”, como sintetizavam o marxismo e o anarquismo desde um ponto de vista doutrinário. Não nos foi muito bem, não nos foi muito bem nessas sínteses, porque em realidade acredito que refletiu as carências teóricas que tivemos na hora de definir politicamente como enfrentar a ditadura, mas eu reivindico essa capacidade de luta, essa capacidade de sacrifício que companheiros anarquistas, e marxistas também, ofereceram. Mas eu acredito que uma concepção libertária não dogmática, eu acredito que são as coisas que vão ficando, que ficam dessas correntes anarquistas, das quais se pode dizer que há coisas que se demonstraram ao mundo que não eram viáveis, que não eram corretas politicamente, mas eu continuo reivindicando essa marca anarquista, que eu acredito que também desempenhou um papel na hora de decidir coisas, na hora de decidir enfrentar a ditadura, porque se olhando-se desde o ponto de vista exclusivamente político, teórico, que um partido pequeno se apresentasse – não ser quem iria enfrentar a ditadura –, senão como uma pequena explosão que pudesse desatar uma grande explosão de resistência à ditadura e o resto, bom, tinha bases políticas, mas tinha bases ideológicas, digo, enquanto a valores. E eu acredito que há valores que os companheiros anarquistas imprimiram que seguem se mantendo hoje, e que não são exclusivos dos anarquistas, companheiros que vinham de correntes marxistas demonstraram a mesma capacidade de luta, e todo o resto. Porém eu acredito que essa concepção libertária de não aceitar, de não aceitar as verdades reveladas, de não pensar que o marxismo é uma ciência e que nele estão todas as respostas, mas sim que é uma ferramenta para a elaboração e para a construção, cotejando com a realidade, bom, eu acredito que é uma das coisas que ficaram para nós dessas raízes anarquistas ou libertárias.

P: Tenho duas perguntas que poderia resumir assim: Como se vê hoje o processo, este processo que se está vivendo no Brasil com esta Comissão da Verdade, com esta questão de reivindicação do passado? E que relações existem hoje, no teu caso, com os políticos brasileiros?

R: Bom, em primeiro lugar o tema da Comissão da Verdade e todo esse longo processo que se deu, eu pude participar, convidado pelos companheiros da Universidade de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, quando participei com vocês, há dois anos, um ano e meio atrás pude tomar um contato maior com esse processo, que me deu a impressão que – pelo menos no encontro em que participei – que havia muitas dúvidas quanto à efetividade que esse processo ter. Quanto a que realmente houvesse a vontade política para levá-lo adiante, quando muitos dos companheiros presentes nesse encontro expunham, bom, durante o governo anterior – quando existiram muitíssimos avanços no governo de Lula –, se avançou pouco nesses temas, os companheiros diziam. E quando se concebia a Comissão da Verdade em um período tão longo, eu creio que existiam, e tenho a impressão de que existem, dúvidas de como levar adiante esse processo. Porém os processos não são mecânicos, e por meio de que se abrem pequenas portas, talvez empurrando se possam abrir espaços maiores de participação. Nós mantemos contatos, eu pessoalmente mantenho contato com os companheiros da Universidade, com os companheiros do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que são os que nos mantêm a par desse processo. Acreditamos que teríamos que trabalhar mais nos contatos, em realizar mais intercâmbios com os políticos brasileiros que tiveram a intenção de avançar nesse processo, não para apresentar nenhuma receita, senão para intercambiar como têm sido os processos sobre processos, que para nós são muito heterogêneos. Nós, como eu dizia, tivemos avanços, tivemos derrotas enormes, tivemos derrotas políticas muito fortes, a de 1989 foi uma derrota muito forte, quando o voto verde não triunfou, houve muitos que disseram: – Bom, o assunto terminou aqui –, o próprio presidente Sanguinetti disse – O assunto está sentenciado, não se fala mais –, entretanto... As Mães da Praça de Maio sempre dizem: - Os desaparecidos sempre voltam –, e fizemos ser impossível para a direita deste país dizer que o assunto acabou. Houve mobilizações, se fez um processo de reforma constitucional para anular a Ley de Caducidad em condições muito desiguais, só o movimento sindical e organizações de direitos humanos, e um par de organizações políticas da Frente Ampla, e batalhamos sozinhos durante muito tempo, e uma resolução no mesmo dia das eleições nacionais – porque é o que diz a Constituição, não é que tenhamos escolhido esse dia – onde encontramos que desde as esferas de direção política, inclusive da esquerda, o tema foi minimizado ao máximo, a ponto de que não se o mencionava. Parecia que neste país só havia votação para presidente e parlamentares, parecia que a anulação da lei oprobriosa para a democracia não estava em jogo. Isso também foi uma derrota muito importante, na qual os companheiros impulsionaram a reforma constitucional por iniciativa popular com coleta de assinaturas e o restante como o único caminho, quando o Parlamento havia negado anular a Ley de Caducidad. Bom, eu faço a minha autocrítica pessoal de que isso pode ter sido um retrocesso, mas em realidade não veio do nada ter chegado a um milhão de votos, praticamente a metade de... Sozinhos, sem apoios políticos expressos e todo o resto, ah, eu acredito que foi um avanço muito importante, porque permitiu, inclusive, dar rédeas largas a uma juventude que não havia nascido na ditadura, que não havia nascido quando a Ley de Caducidad foi aprovada, mas que foi capaz de tomar isso em suas mãos, percorrer o país, lutando por Verdade e Justiça. Acredito que desde o ponto de vista político foi um avanço muito importante. E alguém poderá me dizer, com parcela de razão – Sim, mas perdemos –. Sim, mas os processos históricos indicam isso, são avanços e retrocessos, não são avanços lineares, e neste tema não há avanços lineares. E talvez nossa experiência, para transmitir aos companheiros brasileiros, bom, hoje está um pouquinho melhor, temos avançado, votamos uma Lei de imprescritibilidade dos crimes, vai-se continuar julgando, encontramos os restos dos companheiros desaparecidos. O Estado uruguaio, depois de haver negado durante décadas, aceita sua responsabilidade pelo terrorismo, é um avanço. Mas passamos momentos muito duros, muito duros, que... Onde existia um número muito pequeno que continuava acreditando que esta luta deveria ser levada adiante. Bom, eu acredito que isto também pode servir pelo menos como referência aos companheiros brasileiros, de dizer, bom, há momentos que são muito duros, mas se pode avançar, a vontade política de avançar neste

tema é fundamental. E, sobretudo, algo que me chamou a atenção quando estive neste encontro na Universidade: a preocupação dos jovens que estavam ali. Bom, não se pode exteriorizar que bom, que estamos falando de toda a juventude do Brasil, mas me parece que é um papel importante que os jovens se apossassem desse tema, como um passo para poder massificar o tema. Que seja uma preocupação que não é uma preocupação de militantes, que é uma preocupação de direitos humanos em toda a sua dimensão, então parece que esse intercâmbio seria necessário porque é bom seguir trocando sobre estas experiências não é?

P: Bom, a última pergunta Luis. Deputado Luis Puig, ativista Luis Puig, sindicalista Luis Puig, quais as expectativas em relação a esta temática para os próximos tempos?

R: Bom, nós acreditamos que com esses passos que se deram e esses espaços que se abriram, é fundamental que continuemos com um trabalho que permita incorporar mais pessoas a esse tema, que permita, em primeiro lugar, continuar travando essa batalha, que se diga que isto não é uma questão do passado, porque muitas vezes nos acusaram de ter os olhos na parte de trás da cabeça: - Olham para trás. Não, agora os problemas são outros, é os problemas econômicos, o problema do trabalho, o problema da insegurança -. Em realidade, não entender o que aconteceu no país e como isto continua incidindo hoje, isso em realidade seria amputar o futuro em nosso país. Por exemplo, um assunto que pelo menos no Uruguai parece ser um tabu. O papel, hoje, das Forças Armadas. Qual é o papel das Forças Armadas hoje? Estão em um processo de democratização realmente? Quem controla esse processo? Quais são os currículos para formar nossos militares? A Doutrina de Segurança Nacional, que foi fundamental para os processos ditatoriais, foi realmente deixada de lado? A visão do inimigo interno foi deixada de lado? Não se terá que depurar as Forças Armadas dos elementos que violaram os Direitos Humanos? Tem sentido que existam liceus militares? Porque eu posso respeitar que alguém queira apresentar-se... Que queira seguir a carreira militar, em um sistema democrático pode ser. Agora, que deem a opção para esse jovem de formar-se em liceus públicos com jovens de sua idade, e que não lhe estejam inculcando, com quatorze anos, que em realidade ele é um messias e que o resto são jovens desprezíveis aos quais ele tem que indicar o caminho. Porque se são formados assim, com quatorze anos os formam como messias, estamos muito longe de formar Forças Armadas democráticas. Ao mesmo tempo, é comum escutar a reclamação dos comandos militares sobre os orçamentos militares, que são orçamentos exíguos para a todo papel arefa. Qual é a tarefa? Vamos definir qual é a tarefa que as Forças Armadas se concebem, pelo menos no Uruguai; talvez no Brasil pudesse ser diferente, mas no Uruguai, qual é o papel relevante que as Forças Armadas estão chamadas a cumprir? Custodiar as fronteiras? Os estudos que dizem que o Uruguai pode resistir a um ataque do Brasil por quatro horas. Da Argentina um pouquinho mais, oito de repente. Então vamos definir com claridade qual é o papel que têm designado. Agora, decorre que há todo um desenvolvimento muito bem engendrado, por parte das Forças Armadas norte-americanas, do papel contra o narcotráfico e o terrorismo que seria designado às Forças Armadas dos diferentes países: aí está incubado o desenvolvimento da concepção imperialista dos Estados Unidos, o de discutir o papel das Forças Armadas. Discutir o papel das Forças Armadas, sua depuração, sua democratização em sério, é um papel que corresponde à sociedade. Que é que se vai fazer com as Forças Armadas? Somente os generais irão resolver? O Exército uruguaio, por exemplo, duzentos coronéis. Para que, nos perguntamos. A maioria não vai chegar a general, mas há algumas designações desejáveis para os coronéis que não chegam a generais. Muitos passam a ser agregados militares nas embaixadas, com salários e gastos que em realidade deveriam preocupar quando se monta o orçamento. O controle sobre as Forças Armadas. Uruguai tem... Vai ter o recorde, em pouco tempo, de que os últimos quatro comandantes em chefe das Forças Armadas, os últimos quatro, podem terminar presos. Já há dois. Por compras falsas, por calotes e o todo o resto. Então, em um país onde os meios de comunicação dedicam grande quantidade de espaço aos furtos e roubos, um dos maiores furtos e roubos que houve em nosso país foi o calote dos comandos militares da Marinha, que fizeram compras com o dinheiro público... Bom, isso se tem que dizer. Tem que ser dito, tem que ser estabelecido. Eu acredito que a democratização das Forças Armadas é um papel fundamental, mas é um tema tabu no Uruguai, parece que quanto menos nos metemos melhor. Parece que é a política do avestruz, se a esquerda esconde a cabeça

debaixo da terra parece que não enxerga e não vai enxergá-lo. Não, nós queremos enxergar esse tema sim, e uma parte importante do futuro uruguaio está na democratização levada a sério, do contrário me parece suicida essa questão de deixá-los fazer, é suicida.

P: Muito bem Luis, muito obrigado.

R: Muito obrigado a vocês.

DEPOIMENTO 21 – CAMILO CASARIEGO CELIBERTI.¹⁶¹

MONTEVIDÉU, 8 DE JUNHO DE 2012.

P: Camilo, a primeira coisa que quero te perguntar, te pedir, é que faças uma apresentação de ti.

R: Bom, sou Camilo Casariego, sou cozinheiro, pai de três filhos, e bom...

P: E anarquista.

R: Anarquista, vítima da ditadura e do Plano Condor.

P: Muito bem. Camilo, o primeiro é sempre um pouco isso: o que tu recordas dos fatos de Porto Alegre, ou um pouco dos anteriores a Porto Alegre, enfim, desse momento?

R: Bom... As recordações são algo que, às vezes, também vamos criando, sobretudo em meu caso, eu era uma criança, tinha quase oito anos. Sim, tenho lembranças de tudo que se passou, do sequestro... Os detalhes não... Em longo prazo, eu criei meus próprios detalhes, porque claro, eu, depois do sequestro, tornei a ver minha mãe dois anos depois, e nunca falamos do assunto, e passaram os anos e nunca, jamais falamos do assunto. Foi como se o puséssemos em uma gaveta e ficou ali. Com minha irmã o mesmo, nunca conseguimos isto sem... Foi apenas há alguns anos atrás. Então eu, detalhes... Quando pude falar com minha mãe, ou nos sentamos e escutei, ou li, me dei conta de que alguns detalhes que eu tinha do meu sequestro eram diferentes dos dela, e se vê que foram coisas que eu misturei ou, talvez, que mudei um pouco.

P: Particularmente de Porto Alegre, do que te lembras de Porto Alegre? Sabemos que gostavas de futebol, sabemos de algumas coisas.

R: Porto Alegre me encantava porque era o Brasil, e nessa época, como até agora, eu era fanático pelo futebol. Não jogo mais, porém sempre gostei muito de jogar bola, e me recordo que sempre jogávamos bola: no edifício, havia alguns vizinhos, e na escola. Tenho continuamente essa lembrança de jogar futebol. E foi um momento lindo, sei lá, o clima era agradável, afora que nós vínhamos da Itália, que fazia frio, e no Brasil fazia calor, e bom, estávamos como que mais perto de nossa terra. Logo veio o caso do sequestro, e bom, passou tempo antes que eu tornasse a ir ao Brasil, passaram muitíssimos anos.

P: Diz-me uma coisa, há um historiador que estudou essa história de vocês, e fala que tu, em Porto Alegre, misturavas tudo, entre o italiano e o espanhol, o castelhano. Lembras se te entendias com teus companheiros ou não?

R: Não, não lembro; não me lembro. São coisas que um pouco as... Digo-te, me custou muito voltar a falar do assunto, não é algo que eu ande falando, nem sequer pessoas que me conhecem a vida inteira sabem que me sequestraram e... Faz pouco... Porque agora tenho uma audiência com a juíza, e comentei com um amigo faz pouco e me... Ah, um amigo não, em realidade é um conhecido, porém faz uns quantos anos que trabalhamos juntos, e nos conhecemos faz anos, do trabalho. Como já te disse, sou cozinheiro, e nas cozinhas as pessoas trabalham muito, é um trabalho muito intenso, então, às vezes, fazes muita camaradagem com as pessoas, porque é como... E ele me disse – Puxa louco, nunca me havias contado –, e não, não sei, nunca aconteceu, não ando dizendo que sou um desaparecido, que me sequestraram, é algo que não... Não é que queira ocultar isso, não me dá vergonha tampouco, de jeito nenhum, ou seja, mas tampouco me sinto orgulhoso. É algo que passou. Sim, me sinto orgulhoso do que meus pais faziam nesse momento, quanto a mim é... Foi uma casualidade ou algo que nos passou, e pronto.

¹⁶¹ Camilo Casariego Celiberti nasceu em Montevideú, Uruguai, filho de Lilián Celiberti e Hugo Casariego. Foi vítima da ditadura civil-militar e da Operação Condor. Foi sequestrado, junto com sua mãe, a irmã Francesca e Universindo Rodríguez Díaz, em novembro de 1978 na cidade de Porto Alegre (Brasil). Tal fato ficou conhecido como o “Sequestro dos Uruguaios”. Após sua recuperação pela família, viveu junto a seu pai, um militante uruguaio do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) perseguido pela ditadura uruguaia e exilado na Itália. Atualmente, Camilo é militante social no *Ateneo Pocho Rios*, e identifica-se ideologicamente com o anarquismo. No momento, reside em Montevideú com sua esposa e os três filhos.

P: Diz-me uma coisa Camilo. Quando ocorre o sequestro, tu ficas morando, num primeiro momento, com teus avós.

R: Em um primeiro momento sim. Mas, claro, foi um momento muito conflitivo, e muito... A verdade é que foi um momento bastante duro. Para mim e para meus avós. Eles estavam mortificados pela situação, eu estava... Tinha oito anos, estava aborrecido com a vida, não tinha a minha mãe, tampouco tinha o meu pai, estava com os avós, que praticamente conhecia muito pouco, porque nós, te digo, há cinco anos que tínhamos ido para a Itália, então eu, antes de irmos, era muito pequeno, e depois desses anos já era um menino que tinha oito anos, que havia... Então, eu tornava a vida deles impossível, pobres avós, se viram mal. Tinha muita raiva, fugia da escola; vivi com eles um ano, e em seguida, quando meu pai propõe à minha avó para que eu fique, ela disse – Sim, fica com ele.

P: E aí foste com teu pai.

R: Aí eu fiquei com meu pai.

P: Onde?

R: Em Milão. E minha irmã [ficou] com meus avós. Foi como uma... Bom, Francesca era pequena, não lembrava ou não tinha muita ideia, ela tinha três anos, então, sim, a avó podia... Não sei, é diferente, tinha... Ficar com a avó é como ficar com algo, quer dizer... E meu pai, por seu lado, também não se sentia com ânimo para ficar com os dois. Meu pai também era uma pessoa que estava no exílio, que não estava bem, foi uma situação um pouco... A família se desintegrou, praticamente.

P: Camilo, quanto tempo tu ficaste na Itália?

R: Eu fiquei na Itália até o ano de 1983, até que minha mãe saiu da prisão. Poucos meses depois que mamãe saiu da prisão, voltei. Primeiro viemos em uma viagem que se organizava... Organizou-se uma viagem de crianças...

P: Isto é importante, se puderes nos contar um pouco sobre isto. É algo muito original.

R: Sim, no ano de 1982 fez-se uma viagem, organizou-se uma viagem de crianças que estavam no exílio, que tinham os pais presos. Eu não vinha na viagem, porque eu... Então eles deram, éramos duzentos e oitenta crianças que vieram; crianças e jovens, todos menores, que viemos ver a... Todos tinham um pai desaparecido ou preso. Bom, viajamos, e foi lindo. Tenho recordações belíssimas, há pouco se fez um programa, o ano passado, porque se cumpriam os vinte anos, não, foi este ano, bom, não lembro, porém foi a pouco, se fez, e justamente me entrevistaram, e como que voltamos a recordar isso, e vimos o vídeo com os pequenos, meus filhos, foi uma experiência muito boa. Mas bom: soltam a mamãe justamente uns dias antes, então eu faço essa viagem, aí a vejo, e um tempinho depois voltei. E meu pai veio depois. Porque, bom, o clima já era como que outro, já era como a abertura; e meu pai também voltou.

P: Em relação a... Com tua mãe, enquanto esteve presa, pudeste mandar alguma carta, chegou algo?

R: Eu vinha vê-la, vinha. Vim quase todos os anos, a Anistia Internacional me financiava, pagava minha passagem, e vinha vê-la, mas também era horr... Não horrível, mas a via pouco porque a castigavam sistematicamente, sempre que eu vinha, viviam sempre a castigando, então, ao final, eu a via quase nada, mas bom. Fui fazendo essa adaptação com o Uruguai, quando voltei não tinha esse choque com o... Porque, como vivi todos esses anos, fiquei como que sempre dividido, dividido em dois, ou seja, eu falo em espanhol, em italiano, ao mesmo tempo...

P: E essas visitas, algumas dessas visitas na prisão, em Punta de Rieles possivelmente. Como eram essas visitas Camilo?

R: E... Tenho das duas recordações. Tenho da boa, que era o momento em que estávamos com

minha mãe, sei lá, ela sempre trazia algo, um conto, um desenho; e todo o prévio, o prévio era complicado. Era complicado porque tinhas que entrar com os milicos, te tratavam mal, tinhas que descer de um ônibus, caminhar, não quero te mentir, mas eram dois, três quilômetros com as bolsas, todos aí, todos mal, desanimados... Era um... Sim, mal, mal. Tudo mal, chegar à porta e te dizerem – Está no castigo –, voltar, era duro. E se montava como que uma equipe, bom, eu era criança não? Bom, nós, crianças, tratávamos de brincar e tudo, mas sempre era... Não estava muito bom.

P: E alguma vez... Bom, mas algumas não eram tão ruins, de repente...

R: Não, porque uma vez que entravas, uma vez que passávamos aí toda esta situação da revista, as bolsas, chegar à porta, estarmos aí, as milicas te tratavam mal, e víamos que os outros, os grandes, não diziam nada. Então te dava mais raiva ainda, porque dizias – Fala algo! –, não, que iam dizer. Iam complicar então todo mundo tinha que calar, mas não, uma vez que entrávamos sim, era uma festa, porque as presas sempre faziam algo, sempre, sempre faziam peças de teatro, escondidas, ou tinham histórias, te digo sempre nos surpreendiam com algo, e todos estavam faceiros: quando estávamos aí com elas era uma festa. Em silêncio, porém sempre te davam essa calidez...

P: Bom, aí tu voltas para o Uruguai depois disso...

R: Eu volto no ano de 1983, quando terminei o liceu na Itália, voltei em setembro, por aí, de 1983, quase no ano novo de 1983.

P: Que idade tu tinhas nesse momento Camilo?

R: Ia fazer treze anos.

P: Treze anos, e aqui continuas estudando? O que acontece aqui?

R: Bom, não, o que acontece é que... Fiquei muito conflituoso. Tive uma... Essa pré-adolescência, essa adolescência foi muita conflituosa, nunca pude... Fui ao liceu alguns anos, mas não pude estudar, nunca terminei nada. Tive muitos problemas com a minha mãe, fiz tudo o que podia para ela... Todo o dano que se possa imaginar eu o fiz à minha mãe, abusei das drogas, fiz muita cagada, roubei, roubei-a muitas vezes, todo o dano que tive ao alcance para fazer a ela eu fiz.

P: Seria uma maneira de... Meio que...

R: Olhando agora, friamente, agora, depois de quarenta anos... Eu agora tenho quarenta e dois e tenho filhos. Então, quando se tem filhos, se é pai, então... Tem-se que olhar e ver o que seus pais fizeram, e bom, eu à minha mãe agora, hoje em dia, não lhe critico nada de nada o que fez... Mas nesse momento sim, que... Algum culpado eu tinha que encontrar, e bom, ela era o mais próximo que eu tive, se vê que essa foi a reação por ter ficado aí... Aos oito anos eu fiquei com meu pai, que me queria muito, porém era alcoólatra, estava derrotado, ele também estava mal, por que... Estava no exílio, havia perdido a mulher, tudo em que acreditava havia se derrubado, se entregou ao álcool e... Deu-me, nunca me faltou nada, mas claro, não tinha uma vida normal digamos, não tive uma infância normal. Minha mãe não estava, meu pai era alcoólatra, eu aos doze anos já estava me drogando. Aos treze, quatorze, fui embora de casa pela primeira vez. Aos dezessete já não morava com a minha mãe, era uma criança, eu agora tenho uma filha de dezenove e está em casa, ou seja, se sai, eu vou buscá-la, não a deixaria na rua. E aos dezessete anos acreditava que tinha toda a vida, todo o mundo, tinha a rua e não... Foi minha vida, que se vai fazer.

P: Diz uma coisa. Tu disseste no início – eu te propus e tu confirmaste – tu te reconheces como anarquista.

R: Eu sou anarquista.

P: Em que momento isto tem sentido para ti?

R: Bom... Como te explicar. Claro, eu nessa infância e pré-adolescência, adolescência e já ju-

ventude, porque eu recém me fiz pessoa aos vinte e cinco anos, até aí eu era um delinquente digamos, delinquia, fazia coisas que não tinha que fazer. E em determinado momento, depois que meu pai morreu, como que comecei a me questionar algumas coisas, e conheci por casualidade, me tornei amigo de pessoas que começaram a me mostrar que havia outra maneira de se rebelar, e me abriram... E aí como que, bom, eu comecei a olhar para trás também, e bom, até que ao final da minha digamos reconversão, conheci a que agora... Verónica, que é minha companheira, que também é anarquista, e bom, ela era parceira de meu pai, como que aí fechei um pouco o círculo, e agora milito na Federação Anarquista, igual a meus pais, e sigo, trato de seguir esse caminho que eles quiseram me mostrar nesse momento, me mostrar não, era o que eles faziam, em realidade.

P: Camilo, pensando um pouco nesses anos oitenta, depois da ditadura. Quando termina a ditadura, e um pouco antes, está se falando um pouco de tudo o que aconteceu aqui, dos crimes, depois vem a campanha para o plebiscito. Em que momento tu começaste a te dar conta?

R: Não, eu, neste momento, vivia em uma nuvem, estava pendurado num cipó. Não, digo-te, foi em 1995, 1996, tenho um amigo que era militante do partido trotskista do PST,¹⁶² que com ele, um pouco... Aqui houve uma ebulição, tomavam os liceus, e tinham que ser devolvidos; e eu aí deixo... Trato de mudar de vida, então, quando conheci esta pessoa e bom, deixei... Não deixei as drogas, mas deixei de me drogar. Em realidade larguei quase todas as drogas, não me droguei com drogas pesadas, porque agora fumo maconha, mas é a única que consumo, porque agora não consumo nem álcool. Porém, neste momento consumia de tudo. E bom, aí deixo, deixo, trato de deixar tudo isso para trás, não foi muito fácil, mas tampouco foi impossível, de fato consegui muito bem, e trato de, começo a me vincular com pessoas que militam, e aí começo a olhar um pouco para trás e rever toda a minha história, e também falar um pouco com minha mãe, porque até esse momento, a verdade, te digo, eu a havia guardado em um baú e não a contava, não podia falar do assunto. De fato, eu não militei, por exemplo... No voto verde não... Tive, sim, um pouco de militância no liceu, mas muito pouco, muito pouco, porque em seguida... E tampouco foi algo que me marcasse muito. Fiz o que eu queria: cortar com isso tudo, com tudo o que era a política, a militância, e me voltei, te digo... Não estudei mais, não fui mais ao liceu, abandonei tudo.

P: E em algum momento chegaste a ter... Bom, falaste de um companheiro de uma organização trotskista, tua companheira de origem anarquista também... Nesses anos, em algum momento começaste a ter contatos com filhos de outros perseguidos políticos, isto te ajuda em algo?

R: O único contato, em realidade, que tive, ou o primeiro, o único não, depois... De desaparecidos não, com o único que tive contato, de crianças que foram desaparecidas, foi com Amaral García, que um dia nos... Por coisas da vida, te digo, quando eu havia conhecido estas pessoas e estava como que me vinculando com outras pessoas, um dia conheço este Amaral. E ele, eu não sei como, estávamos conversando e ele disse – Não, porque eu sou desapare[cido]... Fui sequestrado –, e não sei o que, e lhe digo – Bah, a mim também! E bom no momento meio como uma alegria dizer – Bah olha, tu também! Somos... Temos algo em comum, a mim também me sequestraram. O caso dele foi pior, porque a ele deram... Teve outros pais, e sempre... Eu não, eu sempre tive claríssimo, enquanto estávamos aí, enquanto estávamos e isso sim, lembro-me do que estava acontecendo, estava tudo mal, que eles eram inimigos e que estavam nos prejudicando, também tinha claro que podiam nos matar a qualquer momento. E mais, eu pensava que não... Disso me lembro. Eu o tenho gravado. E quando nos devolveram a nossos avós, aquilo foi grandioso, digo – Aí está nos salvamos –, mas não. E, por exemplo, o caso do Amaral, ele tem como que outra visão, porque ele não vê as pessoas que estiveram com ele como... Ele não se lembra de muito, creio, não quero falar por ele, pelo menos essa foi a sensação que me deu, porque ele os queria, porque foram seus outros pais, creio que era mais novo inclusive. Eu era grande, a mim tinham que matar, mas com outros pais... Eles não me dariam a outros pais,

¹⁶² Partido Socialista de los Trabajadores.

a Francesca sim, talvez.

P: Tu já tinhas idade...

R: Eu já tinha certa idade, aparte que tinha uma... Ou seja, nós vamos sair daqui... Eu conheci meu pai na prisão, e depois minha mãe caiu. Daqui nós vamos a um navio, e eles estavam presos, da prisão para o navio e do navio para a Itália, exilados, e eu sempre tinha claro que aqui havia uma ditadura, e que nós estávamos na Itália porque aqui havia ditadura, e a gente não podia... Não podíamos voltar. Não lembro bem o que meus pais me contaram, mas sim, sei o que sabia, ou seja, o que eles têm que me ter contado. Eu sempre digo, eu me criei nas reuniões, porque minha mãe, quando militava, antes que partíssemos, antes que fosse presa, eu nasci em 1970, nós saímos daqui em 1973, ou seja, os meus três primeiros anos foram de reunião em reunião, como às vezes acontece com meus filhos, em meu caso. O deles mais intenso, porque agora não vamos comparar com aquela época, porém...

P: Diz uma coisa Camilo, quando foi a primeira vez que foste para o Brasil? Digo agora, em tua etapa adulta, claro.

R: Em minha etapa adulta creio que foi no ano de 1995, fui com uns amigos passar as férias em Florianópolis.

P: Aí foste por tua conta...

R: Por minha conta, e foi uma sensação estranha. Tinha ido outras vezes, tinha ido, quando criança, com minha avó, por exemplo, e tinha ido outra vez com meu tio Álvaro, com o irmão da minha mãe, já tinha onze ou doze anos. Fomos à casa do Ferri, lembro que estivemos aí com meu tio, pouco [tempo], três, quatro dias. Porém, a primeira vez que fui sozinho foi com dois amigos, e fomos de férias a Florianópolis, e eu sentia uma sensação rara, mas bom, ainda não havia processado o que agora, com tantos anos, eu pude processar que é minha história, porque te digo, eu coloquei como que uma pedra, e me custou muito tirar a pedra. Porém sempre tive essa coisa com o Brasil, de algo ter ficado em débito. Existe uma coisa aí que me marcou para toda a vida, mas nunca mais soube dela, não estive aí para poder... Não lembro sequer da casa onde nos sequestraram, nunca... Se me perguntasses, agora, como ela era eu te mentiria, porque agora não me lembro dela. Sei que tinha um corredor, não me lembro do bairro, Porto Alegre, sobretudo, porque na vez que fui te digo, fomos a Florianópolis, e na volta, para ser mais barato, viemos fazendo escala. Claro que gastamos o dinheiro, e chegamos com as moedinhas. Então o mais barato era ir de Florianópolis a Porto Alegre, de Porto Alegre a Rio Branco e de Rio Branco a Montevidéu. Então, quando estivemos em Porto Alegre, isto, já te digo, terá sido em 1995, 1996.

P: Teus amigos sabiam algo desta história?

R: Esse amigo sim, o que estava comigo nesse momento sim. E lhe digo – Che, Seba – Sebastián Cibuqui [...], um grande amigo – Veja, estamos aqui, com tudo que estes me devem –, não tínhamos um tostão, falo – Aqui alguém teria que me convidar, nem que fosse para uma cerveja – falo que me devem uma cerveja. Mas não, é claro que seguimos ao longo. Mas nos deu essa sensação, essa coisa de dizer... Foi como algo que nunca terminou, porque eu agora fui terminando muitas coisas, te digo, depois que fui pai, de início, graças à minha companheira pude me reconciliar com minha mãe, depois de me reconciliar com minha mãe fui me reconciliando com a história também, porque quando comecei a militar – e comecei a militar por mim, não porque “vou fazer o que meus pais fizeram”, não –, comecei a militar, comecei em uma rádio comunitária, te digo, os que estavam eram trotskistas, nada a ver com os anarquistas, ou seja, meu amigo Rolo me queria para seu partido, queria que eu militasse, começasse a militar com eles, e sempre colidíamos com a metodologia, a mim parecia que as coisas tinham que ser mais horizontais, mais de ter um apoio com as pessoas, eles iam sempre “vamos, vamos, vamos, vamos”, e vamos, mas nunca tínhamos ninguém nos seguindo. No caso da rádio comunitária colidimos um montão, porque abrimos uma rádio comunitária e, claro, eles – Vamos encher a rádio –, e eu lhes dizia: – Não, vamos aos poucos, porque estamos enchendo a rádio, mas não sabemos nem quem estamos colocando dentro, primeiro vamos aos poucos, definamos um grupo, mas não, bom.

P: Onde ficava a rádio comunitária?

R: No Jardín El Hipódromo. Sembrando FM [Semeando FM]. A rádio já existia, mas nós ficamos ali. Verticalazo.¹⁶³ Não tenho nada contra os companheiros trotskistas, mas foi um verticalazo. Aí havia um companheiro velho, o companheiro velho ia embora, e nos alugou a casa, a nós que, justo por casualidade, éramos militantes do partido do outro senhor, e dissemos – Bom, mas se quiserem a rádio pode continuar a partir daqui, nós não temos nenhum problema –, e nos apoderamos da rádio, sem mais nem menos. Praticamente começamos a ser os donos da rádio. Do mesmo modo, foi uma experiência muito linda. Rolo foi um grande amigo, e isto é uma crítica, talvez não devesse ter falado, desculpa.

P: Não, são reflexões, e são lembranças boas que tens.

R: Sim, sim, são lembranças excelentes, porque aí eu mudei minha vida, quando fui para a rádio. Aí realmente fui tomando o rumo para o que sou agora, comecei a trabalhar, praticar um ofício, eu agora sou chefe de cozinha, cheguei não ao mais alto, porque sempre há mais para aprender, mas eu, no meu trabalho, estou no topo, e me sinto muito bem.

P: Como acontece isso de ser cozinheiro, de onde vem?

R: Veja, cozinhei desde pequeno, porque te digo, vivia com meu pai, meu pai era um bom cozinheiro, mas era muito preguiçoso, era preguiçoso com tudo, às vezes também porque era alcoólatra, porém era uma pessoa um pouco depressiva, não sei se antes, mas quando vivíamos aí era um pouco depressivo, e então... Mas eu era uma criança, aparte isso, sempre gostei de comer, então ele me ensinou a cozinhar para que eu cozinhasse para ele. Então, chegávamos a casa e eu cozinava. As cinco, seis coisas que eu gostava não é? Milanesas, batata frita, purê, molho de tomate com cebola, ravióli, toda comida dessas... Massa, eu comia muita massa, porque vivíamos na Itália, e sou bem espartano com a massa, como massa todos os dias. E aí sempre me tocou cozinhar. Ao passar dos anos, quando morava com a mãe também cozinava, porque ela trabalhava o dia inteiro. Não morei muitos anos, mas... E depois morei sozinho, desde os dezoito anos mais ou menos, moro sozinho. Então sempre cozinhei para mim e para os amigos. E bom, no ano de 1989 começo a trabalhar em uma cozinha como ajudante de cozinha, de lavador de pratos. Não gostava nada, porque tinha que trabalhar de noite, e eu preferia a noite para outras coisas, que não era trabalhar, além disso, pagavam pouco, e bom, fazendo outras coisas era capaz que ganhasse mais dinheiro. Fiquei um tempo, depois voltei a trabalhar outra vez em outro lugar, mas também muito pouco tempo, e pelo ano de 1995, tenho uns amigos que têm uma churrascaria, e trabalhei com eles, então trabalhei um pouco mais, e fui gostando mais, não é que eu gostasse, como que me disse, bom me saía bem, porque era algo que eu tinha prática, porque fazia desde pequeno, descascar batatas, lavar pratos, era algo meio natural o que eu fazia, e bom, comecei a fazê-lo, até que um dia disse – Bom –, quando realmente quis mudar minha vida e deixar a delinquência de lado, que foi pelo ano de 1994, por aí, disse – Bom isto aqui... –, e me dei conta de que tinha uma ferramenta aí. Eu tenho até o segundo ano do secundário; pelo lado do estudo, menos dez; pelo lado de outras coisas, para um escritório sou desleixado... Não, não. Em um banco tampouco, e bom, vi que por esse lado eu tinha uma ferramenta para poder trabalhar, e que eu me saía bem, e bom, em seguida foram me reconhecendo, e me sinto muito bem, porque é algo honesto com o qual pude me sobressair, e sou bom nisso. E faz uns quantos anos já, faz quase quinze anos que estou na cozinha, quatorze, quinze anos, agora já fazem uns dez que me declaro como cozinheiro, antes não, teve uns momentos que deixei, no início, e não sabia... O que acontece é que era de noite, e sempre era à noite, à noite. Depois tive filhos, então a noite continuou sendo um problema, agora, por sorte, eu trabalho de dia. É possível que não seja por muito tempo, porque a cozinha tem essa variável, e a noite é algo muito... É na noite que se tem mais trabalho, mas bom, vou ser cozinheiro toda a vida.

¹⁶³ Medida arbitrária e unilateral

P: Camilo me diz uma coisa. Que sentes quando te vês hoje – e comentaste que faz pouco tempo fizeste com tuas filhas – em um documentário, e te vês pequeno, criança, de sete, oito anos, e estão te entrevistando? Como te vês, o que sentes com isso?

R: Também é uma situação... Por um lado, me dá como que orgulho, pelo que significou ter podido... Ter saído bem disso graças à minha mãe, que fez o que fez no momento, e então ter podido denunciar, e que um pequeno fio se abriu a partir de nosso caso, que se demonstrou que existiam conexões, que muitas pessoas puderam, a partir disso, começar a escarvar, me sinto como que orgulhoso por isso. Por outro lado, sinto muita raiva, porque passaram quase quarenta anos e ainda ninguém veio nos dizer – Perdão, nós fizemos mal –, nem o Estado brasileiro nem, muito menos, o Estado uruguaio. O Estado brasileiro teria que se sentir mais indignado, porque foram os que realmente cometeram o crime, legalmente, porque nós estávamos em seu país, e nos levaram para outro. Eles nos entregaram a outros, e outros nos levaram, porém eles eram responsáveis pelas nossas vidas, porque havíamos entrado legalmente no país, eu e minha irmã, duas crianças menores. Ainda que nossos pais tivessem cometido o pior dos delitos, poderiam prendê-los, mas não tinham que nos entregar a esse bando de assassinos, ou seja, para mim o Estado brasileiro é um dos que mais tem culpa em nosso caso. Evidentemente o Estado uruguaio era uma ditadura, e eles iriam atrás de nós, iriam atrás de meus pais, iriam atrás de minha mãe. De fato a sequestraram, e nos prenderam ali, e nos soltaram por fatos do destino ou da casualidade, e porque outras pessoas conseguiram se envolver, porque bem poderia ser que ninguém ficasse sabendo de nada, e estaríamos como o companheiro Mechoso, em um tanque, o companheiro que apareceu agora há pouco tempo na Argentina; que era da organização; desaparecido de Orletti; poderíamos ser mais uns da lista. Foi uma casualidade. E então também te dá essa raiva de dizer, e os anos seguem passando, a ditadura terminou não sei há quanto tempo, porque que eles venham pedir perdão... Tampouco esperamos isso, eu tampouco preciso que venham me pedir perdão, porém o Estado ainda não reconheceu seus crimes. Os Estados, bah! E em relação a meus filhos, bom... Digo-te, não lhes falo muito do assunto, não sou... Não falo muito do assunto com ninguém, sequer com meus filhos. É ruim, eu sei, porém me custa um montão falar.

P: Estiveste em Porto Alegre o ano passado, inícios de 2011, esta vez em um evento acadêmico, acadêmico e social, não só acadêmico no sentido de... Um seminário no qual se tratava desses assuntos, e estiveste em uma mesa dando o testemunho de uma criança sequestrada em Porto Alegre, e estavas sentado com outro pequeno, também, digamos, que em sua época também aconteceu isso com ele. Nesse momento tu já tinhas a dimensão do que representa se chamar Camilo Casariego Celiberti em Porto Alegre? Isto já acontecia?

R: Não, em realidade não, porque te digo, foi a primeira vez, e quando ia na viagem dizia – Bom –, te digo, me fez bem, e digo, bom... Pelo menos alguém alguma vez se lembra de que eu também... Porque sim, sei que minha mãe é muito reconhecida e é uma personagem pública, mas a mim nunca ninguém... Nós como que éramos... Íamos atrás dela. E sim, sei que estávamos aí porque ela estava, mas éramos... Somos duas pessoas. E bom, eu acredito que com a Francesca deve se passar algo semelhante, ela foi mais vezes ao Brasil, de fato, há pouco fez um curso em uma faculdade, ela contará para vocês, porém ela tem mais relação com os brasileiros, não sei se alguém, alguma vez... Mas não... Já te digo, a mim nunca ninguém me havia como que... Não homenageado, porque não tem que me homenagear, mas dizer, bom, não sei, pedir a minha opinião, foi algo muito bonito o que aconteceu o ano passado. Claro que quando o rapaz estava falando... Fiquei... Digo, porque eu sempre olho o... Eu olho meu caso, mas há casos piores, então falo bom, então o meu não é para tanto, porque olha este pobre rapaz que... Foram horríveis as coisas pelas que passou, eu... O nosso [caso], como falo bom, o nosso como que terminou bem, quer dizer... Eu nunca me considerei uma vítima. Sim, sou vítima do terrorismo de Estado, mas não sei, eu sempre assumi que aquilo havia sido um empate, porque eles nos sequestraram, mas nós lhes azaramos a vida, e eu pude denunciá-los, então empatamos. Então nunca me considerei assim como... Sim, foi muito escangalhada, minha mãe passou por maus bocados, porque enquanto ela estava em um calabouço, eu estava na Itália olhando televisão.

P: Mas quantos dias tu estiveste sequestrado com tua irmã?

R: Eu estive muitos dias.

P: Sequestrado é desaparecido...

R: Sim, sim, para mim agora, já te digo, nunca pude dar a dimensão, às vezes penso e olho para isso, e falo – Mas estivemos tantos dias... –, tenho, sim, a lembrança de... Duas milicas ficavam conosco, me lembro delas, às vezes, quando os oficiais vinham – eles vinham o tempo todo –, uma me pegou uma vez, eu sempre fui muito maroto, e quando estava aí, te digo. Luiz Claudio me contou que eu quis fugir quando estava no DOPS, que quase consegui; disso, por exemplo, eu não lembro; talvez no momento sim eu lembrasse não é? Mas depois, com o passar dos anos, eu como que fui deixando para trás. Nunca quis entrar. E quando realmente me decidi a entrar estava grande, ou seja, que as lembranças... Todo o sequestro que eu havia feito para mim não era o mesmo que a minha mãe contou, que ela sim, lembra bem, porque era uma pessoa adulta. A primeira vez que eu escutei, que foi a primeira vez que conheci o Luiz Claudio, quando ele veio fazer um programa, creio que fazia dez anos, não lembro. Veio o Luiz Claudio e me faz uma entrevista, eu lhe conto mais ou menos – Blábláblá –, e depois ele me diz – Vamos, temos que entrevistar tua mãe. Queres vir conosco? – Bom, vamos –. Fomos, procuramos um lugar, fomos para um lugar na rambla, então minha mãe começa a falar... Eu fiquei assim, porque digo – Em que sequestro tu estiveste que não é o mesmo que eu estive? –, porque meu sequestro era outro, entendes o que quero te dizer? Detalhes não é? Mas claro o dela era real, o meu era um sequestro que eu fui construindo, ou construí depois, com os anos, e... Não é que não me lembrasse, mas... Também tenho coisas, tenho imagens que nunca pude apagar que são quando nos enrolam nos tapetes, para nos levar de um lugar a outro nos enrolavam em... Fizeram isso duas ou três vezes.

P: A ti e a tua irmã?

R: A mim e à minha irmã. Enrolavam-nos em uns tapetes, e nos carregavam no ombro, e aí saíamos de um lugar e aparecíamos em outro.

P: Isso foi aqui no Uruguai?

R: Aqui no Uruguai. Porque nos levaram a dois ou três lugares. Estivemos primeiro no interior, perto do Chuy, se supõe. Depois ficamos aqui em Montevideú, na Inteligência, depois em outro lugar aqui pelo centro. Porém um dos lugares era com uma escada em caracol, tenho sempre essa lembrança de ir em um tapete, dentro do tapete na escada caracol, é algo que ficou...

P: E isso eu te perguntei no ano passado, e agora te pergunto de novo, de qualquer maneira. Um dos momentos mais marcantes pelo qual se lembra de ti em Porto Alegre, Camilo, tem que ver com a questão do reconhecimento que fizeste, por meio de uma foto do lugar no qual estiveste detido, preso, sequestrado, em Porto Alegre. Já estavas em Montevideú, estavas com teus avós, e uns jornalistas te trazem um montão de fotos e as vão mostrando para ti, tu vais reconhecendo e, em algum momento, o rio, o arroiozinho. Tu lembras isso?

R: Sim, lembro. Por isso eu te digo que sempre me ficou essa sensação como que de empate, porque eu pude... Os milicos também, este que depois era jogador eu o reconheci, Didi Pedalada, e reconheci outros, reconheci também um oficial. Eu me senti muito partícipe, e creio que para a minha idade, não que esteja me engrandecendo não? Porém eu fiz tudo o que pude... De fato, tratei de me escapar do DOPS, Luiz Cláudio me contou, mas era... Eu não lembro, mas era uma coisa bem para mim, porque eu era... Podia fazê-lo. Porque eu sentia em todo momento, quando vieram e nos detiveram, eu senti que estávamos presos, e que eles eram os maus e nós éramos os bons, de fato, porque nós não estávamos fazendo nada. Eu estava jogando bola na porta da minha casa. Mas quando eles vieram... Dava-me um pouco de orgulho poder reconhecê-los e... Lembro-me do momento. Lembro-me de estarmos presos, de que minha mãe não estava, de que estávamos aí, Francesca chorava e... Sim, foi um pouco duro.

P: Sequestraram-te em um dia que vocês iam ver uma partida de futebol.

R: Isso mais ainda, ainda era uma das coisas... Não sei se foi isso o que mais me doía, que não pude ir ao estádio. A verdade é que sempre fui fanático por futebol. E estava louco para ir ver o jogo, e nunca mais pude ir. E a outra vez com Rodrigo, que esteve agora faz uns anos, e me dizia – Algum dia vamos poder ir –, e digo sim, algum dia vou ter que poder ir a este estádio, para poder fechar, para ir fechando, ir fechando essas portas. Era uma partida do Inter não lembro com quem. Eu era fanático pelo Inter. Eu sempre fui, e de fato Rodrigo me dizia, depois, que o Inter se saiu campeão, nessa época era um timaço. O Inter sempre é como... Faz pouco quase fui ver Inter/Peñarol, o ano passado, na Libertadores, mas não, não aconteceu. Mas tenho sim essa coisa, o lugar também, gostaria de voltar para ir vê-lo, sei lá. Ou talvez algum dia poder levar meus filhos. Faz uns anos, pude leva-los à Itália, e lhes mostrei o lugar onde morava. Porque nós, com nossos filhos... E também como que fechei um capítulo, ai de mim... Pude levar meus filhos para conhecer minha família italiana, porque eu tenho como que uma família que me semiadotou, porque para meu pai estava complicado ficar sozinho comigo, trabalhava muito, então uma vizinha me cuidava e meio que me adotaram, eram muito bons, pessoas muito simples e muito humanas. Se bem que... De ideologia política, digamos nada a ver, mas eram pessoas muito humanas, e que viam a situação complicada que nós tínhamos, eu, todos os meus conflitos, minhas raivas e claro... Eu era uma criança que ficou sem a mãe aos oito anos. E bom, com alguém teria que me agarrar, então me agarrava com todos que passavam ao meu lado.

P: Camilo, e hoje, em relação a essas questões, particularmente as questões legais, no sentido de responsabilizar os Estados. Como estás te movimentando ou quais expectativas tu tens, particularmente?

R: Eu nunca tive nenhuma expectativa. Não acredito que... Como te dizer. Não acredito que... Não vejo que exista vontade do Estado para conosco, de poder dar uma solução real de dizer – Bom, assumo a responsabilidade, e realmente a estas pessoas, às quais nós lhes arruinamos a vida ou os matamos, os desapare[cidos]... Damos-lhes uma solução real, que as famílias possam enterrar seus mortos, e que se diga a verdade, que cada um... –, não vejo que exista vontade de fazer isso. Sim, há muitas pessoas que exigem isso, que exigimos isso, somos um montão, alguns governos estão tratando de fazer como uma pantomima, ou de dizer – Sim; nós; olhem a vontade que temos –, mas não, não. A vontade não existe, porque os que têm realmente que dizer o que aconteceu não dizem. Então hoje nos Estados, por exemplo, está... O presidente do Uruguai é Mujica, que esteve anos no calabouço. Está abraçado com os mesmos que o mantiveram no calabouço, ou seja, nem por respeito à sua mãe que ia visitá-lo no cárcere o homem pega esses senhores e os coloca no Penal de Libertad, como colocaram a ele. Pelo menos que não lhes faça um favor de não colocá-los em um cárcere... Não. Ou seja, se Mujica que era preso, por respeito à sua mãe, na hora em que está no governo, está encarregado do Estado, não assume a responsabilidade de culpar seu Estado, é obvio que o Estado nunca vai dar uma solução, por que... Não pode fazê-lo. Não há, não existe a vontade. O caso brasileiro nem falar. Não sei bem a situação interna do Brasil, mas é a mesma. É um partido de esquerda que governa agora, mas não termina por assumir os crimes que seu Estado cometeu naquele momento. Não os assume, porque teria que assumi-los como próprios, e não tem a vontade política para fazê-lo. E as vítimas, e os familiares seguimos a conta-gotas, e pelo enorme esforço das pessoas, pessoas humanas que sentem isso como um dano muito grave que houve em nossas sociedades; à força de luta e sacrifício e a conta-gotas continuam se encontrando, e abrindo portinhas, e através dessas portinhas continua a se saber de atrocidades. Porque cada vez que abrimos uma porta descobrimos uma atrocidade maior. E bom, seguiremos nesta luta por realmente desmascarar tudo isto que foi; que aconteceu em nossos países.

P: Só para terminar Camilo. Tens relações com Omar Ferri hoje? Estás vinculado a ele?

R: Faz muitos anos que não o vejo, gostaria de vê-lo.

P: Quando ias vê-lo com teu tio, que falavas antes, do que te lembras destes encontros, do que tratavam?

R: O senhor Ferri me lembro de que tinha os cabelos brancos, assim. Lembro-me de que era uma pessoa que falava muito, por muitos anos eu acreditei que havia sido ele que tinha descoberto a... Vê-se que os... Luiz Cláudio e Ferri eram a mesma pessoa. Mas não, claro, porque tenho essas lembranças misturadas. Lembro-me que o senhor Ferri era uma pessoa muito boa. Lembro-me que tinha um cachorro salsicha, e depois não... Não me lembro de mais nada, lembro que tinha uma casa muito bonita, que nos tratou muito bem na vez que fomos com meu tio, e na outra, em que fui com a avó. Sei que a avó, minha avó, o queria muitíssimo. Porque ele havia sido o advogado que... Era como que uma das primeiras pessoas que lhe deu vida realmente. Vida não – a escudou, e a colocou para frente, e bom... Luiz Cláudio também, porque graças a Luiz Cláudio é que nós estamos vivos, definitivamente. Porém eles se preocuparam muito, e se arriscaram muitíssimo, porque aqui estávamos em plena ditadura. Faz pouco Rodrigo me contava que havia visto...

P: Ramiro.

R: Ramiro. Ramiro me contava que havia visto... – Rodrigo é outro amigo de Porto Alegre –, Ramiro me contava que havia visto uns escritos que diziam – Dona Lily, há tal hora, ficou em tal esquina e falou com o merceeiro –, ou seja, informes da polícia daqueles anos, nos mantinham vigiados, a mim não tenho nem ideia, porém mantinham a avó vigiada todo o tempo, onde se movimentava, aonde ia; nós fomos os primeiros que tiveram que lançar a verdade e dizer – Sim, tá, os sequestramos, mas não, eles vinham com armas –, e fizeram todo um caminho difícil. De fato, minha mãe não saiu com os demais, ao final da ditadura, tiveram que processá-la, fazer um processo. Deram-lhe cinco anos, e quando ela cumpriu os cinco anos teve que sair. Tiveram que lhe dar uma condenação. Outros presos saíram quando os anistiarão, porque as leis militares estavam aí, seria. Não sei bem do caso...

P: Bom, E como tu estás hoje Camilo? Tu és cozinheiro, anarquista. Que militância tu tens hoje?

R: Milito em um espaço social que é um ateneu. Aparte minha organização política, milito em nível social, pela organização política milito em nível social, no ramo do bairro digamos, da organização, e estou, estamos em um ateneu, o Ateneu Pocho Ríos [Rio Triste], em Santa Catalina, que é meu bairro, e temos muitas atividades, faz pouco que o inauguramos. Tivemos uma rádio comunitária muitos anos, com muito esforço, muito sacrifício, porque não tínhamos nada, fazíamos a rádio na cozinha da casa, tínhamos umas equipezinhas que saíam aí, ao redor. Tudo muito... Bem de base. E agora, por várias coisas, nós temos um local, uma casinha, e temos essa casinha onde fazemos o ateneu, já vamos fazer a rádio aí. Agora está demolida, mas vamos construí-la novamente. Temos a rádio comunitária, fazemos algumas oficinas de apoio escolar para as crianças, vêm umas vinte crianças do bairro e há duas companheiras que dão as oficinas, um apoio escolar com os deveres, matemática, repassam as tabuadas, as leis ortográficas, e damos uma xícara de leite e jogos. Depois temos uma oficina de inglês para adultos... Para adultos não, em realidade os que vão são jovens entre dezessete e vinte e cinco anos, são uns vinte jovens que vão e fazem um curso de inglês, com uma professora que... É um curso como o Anglo, um instituto que existe aqui no Uruguai, é um curso parecido, de inglês meio básico, mas não é do liceu, é um pouco mais avançado. Depois temos uma murga, que são quase todos os jovens do ateneu, mais alguns jovens do bairro, que ensaiam no local; temos uma oficina de cooperativismo, que são também vários companheiros do ateneu, trabalham em uma cooperativa com outros companheiros de outra cooperativa, estão fazendo uma oficina para poder fazer mais... Porque o cooperativismo aqui no Uruguai tende a ser como uma empresa a mais, então muitas empresas têm um sistema cooperativo, te pagam o salário, e bom, nós estamos tratando de formar como que uma rede de cooperativas. Pensamos que o cooperativismo é um meio de trabalho um pouco mais... Como dizer, não mais honesto, porque ir trabalhar e te pagarem um salário... Porém mais justo. Que bom, cobramos, e se cobra mais ou menos tudo igual, conforme o que cada um trabalha e o que cada um produz, e bom fincar um pouco nisso que acreditamos que se tornaria uma alternativa para

nós, os pobres, não termos que ser tão explorados digamos. Talvez sermos explorados, porém pelo menos ter um salário mais digno, porque muitas vezes os salários pagos não correspondem ao que deveriam. E depois temos algumas atividades, passamos filmes, é como um ajuntamento às vezes, cuidamos para que não seja igual a um, de que seja... Porém, às vezes os rapazes que ficam na esquina... Aqui é muito comum que os rapazes fiquem na esquina tomando vinho, fumando baseado, e às vezes a esquina é complicada, porque há batidas, porque faz pouco voltaram as batidas, depois de muitos anos, então nós não temos o lugar para que se juntem para fumar baseado e tomar vinho. Mas também entendemos que os jovens que de repente não são tão... Não têm tantas iniciativas políticas ou sociais, que somente estão em uma esquina e gostam de escutar música, também podem ter um lugar onde, de vez em quando... Ainda mais agora, com o frio, Santa Catalina é um bairro situado sobre a praia, é uma praia de pescadores, então agora no inverno [o vento] sopra. Então, às vezes os garotos vão aí, se alguém precisa fazer um aniversário, o local está disponível... É um pouco um local social para as atividades que o bairro demanda, porque todas essas oficinas não foi que nós tenhamos dito – Vamos fazer uma oficina de... –, não, não, foram as pessoas que realmente viram... A oficina de inglês, por exemplo, foi uma jovem que é professora e disse – Che olhe que eu sou professora – e vários disseram – Ah sim? Vamos, porque eu pelo trabalho, eu porque quero estudar, eu porque serve para o liceu – e bom, que venha a oficina. A oficina de apoio escolar, começamos fazendo uma oficina de rádio para as crianças na escola, e vimos que, com o que a escola dava, ela não era suficiente para muitas crianças, e ficavam. São muitas crianças para uma professora só, a professora não pode ajudá-los, e bom, havia duas professoras, uma garota que está estudando para ser professora; minha companheira Verónica, que se dá muito bem com as crianças, e dissemos bom – Por que não nos ajudam? E é um êxito a oficina, vão vinte crianças, e estão encantados da vida, e estão indo melhor na escola. Então, é algo positivo.

P: Está bem. Camilo, muito obrigado, e felicitações por tudo que estás fazendo. Estou certo de que tuas filhas devem ter muito orgulho de quem tu és e do que estás fazendo.

R: Muito obrigado a vocês.

DEPOIMENTO 22 – FRANCESCA CASARIEGO CELIBERTI.¹⁶⁴

MONTEVIDÉU, 8 DE JUNHO DE 2012.

P: Francesca, em primeiro lugar, pedimos que te apresentes para as pessoas que estão vendo este material.

R: Sou Francesca Casariego Celiberti, tenho trinta e seis anos, moro em Montevideú, Uruguai, trabalho... Sou desenhista gráfica há vários anos, mas agora, em realidade, estou em um momento de mudança na minha vida, pois estou trabalhando como produtora no Primeiro Festival de Cinema e Direitos Humanos do Uruguai, que se realizará agora, daqui uns dias, de modo que estou muito nervosa com a estreia, que... E bom, tenho um filho de três anos, Luan, e bom... Moro sozinha com meu filho.

P: Muito bem. Francesca, então, primeiramente, nós te perguntamos que tipo de lembranças tu tens dos fatos que ocorreram em Porto Alegre em novembro de 1978, ou dos momentos imediatos que ocorrem depois.

R: Bom, do novembro de 1978 não tenho absolutamente nenhuma lembrança, além do mais, em realidade é como se tivesse retirado todas as lembranças de minha memória, não é? Para que vejas: tinha três anos, e então não lembro. Mas é como se ao longo da minha vida o não lembrar tenha sido uma fórmula, o restante dos acontecimentos de minha vida, geralmente tenho pouca memória, e bom, é a ausência de lembranças, mais do que lembranças. E bom, sim, tenho algumas lembranças de Porto Alegre, das visitas a Porto Alegre com minha avó, das reiteradas visitas a Porto Alegre com minha avó, mas em algo assim que não sei... Era muito pequena, e as coisas acabavam não ficando muito claras.

P: Tu estavas com teus avós?

R: Eu morava com meus avós, depois do sequestro em 1978 fiquei morando com meus avós até que minha mãe saiu da prisão.

P: Podes falar algo de teus avós, do modo como enfrentaram a situação do sequestro de tua mãe, e o fato de vocês, os irmãos, estarem, até agora, longe do pai – Camilo também, em um primeiro momento –, e de tua mãe presa, que podes falar?

R: Bom, meus avós fizeram tudo que puderam para enfrentar a situação, e embora com muitas forças, assim, com muita força, com muita vontade, também lhes custou muito e os marcou muito. Todos os acontecimentos, bem como a dor... E em tudo isso também, pois assumiram uma menina, passaram a serem os pais de uma menina de três anos, que também trazia como toda uma... Se bem que as lembranças que eu tenho assim, de toda a minha infância, são de uma infância muito doce, muito linda, com meus avós, assim com muito amor, e em primeiro lugar... Sim, porque trancava todas as lembranças restantes, não? Porque em verdade eu visitava a minha mãe na prisão, e havia situações que não eram nada doces nem nada lindas. E havia muitas ausências [faltas] e muitas... Mas... Tudo com muito carinho e com muita força, mas, em realidade, com muita perda também. Sim, meu irmão, nós não tínhamos sequer um ao outro, foi como se deu a situação, e todos fazendo o que podiam, e fazendo o melhor que podiam tomaram-se determinadas decisões, e essas decisões se traduziram em que eu morasse com meus avós em Montevideú, e meu irmão morasse na Itália com meu pai, e bom.

P: Tua avó ia a Porto Alegre para continuar denunciando a situação de tua mãe, e tu também ias a alguma destas...?

R: Claro, sim, sim, eu me lembro, me lembro. Tenho algumas lembranças de ter ido, de ter estado

¹⁶⁴ Francesca Casariego Celiberti nasceu na Itália. É filha de Lilián Celiberti e Hugo Casariego. Foi sequestrada junto com a mãe, o irmão Camilo e Universindo Rodríguez Díaz no episódio que ficou conhecido como “Sequestro dos Uruguaios”, na cidade de Porto Alegre (Brasil). Francesca hoje é desenhista gráfica; trabalhou como produtora no Primeiro Festival de Cinema e Direitos Humanos do Uruguai, e colabora nas publicações e trabalhos realizados pela ONG *Cotidiano Mujer*. No momento, mora com seu filho em Montevideú.

diante de uma câmera quando era pequena, teria o que, seis, sete anos, eu não lembro bem, mas sim, lembro-me de ter ido a Porto Alegre, íamos bastante seguido, porque minha avó continuava com as denúncias, bom, e todo o Brasil continuava com as denúncias e toda Porto Alegre, assim, com muita força, então nós íamos.

P: E desse período, dessa infância Francesca, de teu cotidiano na escola, no bairro, com tuas amigas, teus amigos, algum tipo de problema que tivesse a ver com a ausência de tua mãe, alguma espécie de...

R: Sim, a ausência como que sempre está, é como algo que, se bem tenho uma lembrança de infância como... Nisso: minha avó era muito carinhosa, muito afetuosa, então como que havia algo assim no carinho e no afeto que não deixavam faltar. Mas era o carinho da avó. E embora às vezes até eu me confundisse, e lhe chamava “mamãe”, no tratamento cotidiano não deixava de ser a avó, e então eu era uma menina malcriada, com muitos mimos, me deixavam fazer muitas coisas, não gostava de comer isso não comia, porque era como me protegiam. Mas na escola sim... Eu ia a uma escola, nesses anos posteriores ao pré-escolar, quando comecei na escola, fui para uma escola italiana de Montevideú, era uma escola em um bairro residencial de Montevideú, uma escola privada, com uma realidade totalmente diferente da minha, em todos os sentidos, porque era no econômico, era no político, era no social, era em todos os sentidos, não tinha nada que ver comigo. De modo que eu... Bom, passava muitas horas na escola, porque ia a turno integral, e, além disso, era muito longe da minha casa, e eu viajava uma hora para ir e viajava uma hora para voltar. E nesses anos de escola, sim, era como outro mundo, e jamais falei a ninguém que minha mãe estava presa. Bom, uma vez falei para uma amiga, no recreio, no terceiro... Escola... Ou seja, depois de três anos indo à mesma escola, com os mesmos companheiros, disse-lhe uma vez no recreio, baixinho, como... Que bom, que minha mãe estava presa. Por que bom, sim, quando aconteciam as essas situações do Dia das Mães, ou nos acontecimentos “convidamos os pais” ou coisas assim, a ausência como que sempre vem. E nesse círculo sim, me dava vergonha, não me sentia assim, não era um lugar em que eu me sentisse assim como... Falar disso tranquilamente. Depois, no bairro, aconteceu algo assim muito impressionante, assim, dessas coisas loucas da vida, que defronte a mim morava uma... Amiga, eu tinha uma amiga, morava uma menina que tinha três anos, como eu, quer dizer, quando a conheci, e tinha um irmão mais velho alguns anos, e morava com seus avós porque sua mãe estava presa e seu pai estava exilado. Então era um espelho, era como abrir a porta e do outro lado da porta ela se abria e tínhamos a mesma realidade. A única coisa que nos diferenciava era que seu irmão morava com ela em sua casa, e eu não. Isso era algo que... Mas depois havia essa cotidianidade da situação, e se bem que na escola era totalmente anticotidiano, no bairro eu não era a única que vivia essa situação, porque a [menina] que morava defronte era igual a mim. E sofria o mesmo que eu.

P: Tu tinhas algum contato com teu irmão nesses anos, de escreverem-se ou... Tu tinhas, com teu pai... Trocavam cartas...?

R: Sim, não. Não me lembro de ter tido um contato assim estrito com Camilo. Com meu pai sim, lembro-me de ter cartas do meu pai, de alguma carta que eu tivesse lhe enviado. Eu fui, viajei à Itália quando tinha uns seis anos, e aí viajei com minha avó paterna, e fomos visitar o meu pai e o meu irmão, e bom, foi impressionante, não sei, não tenho muitas lembranças da viagem, o único que me recordo é que não queria ir embora, e que em realidade, no dia em que nós iríamos voltar no avião, eu escondi a chave, escondi a chave da casa em um porta-guarda-chuva na porta da minha casa, e meu pai estava do outro lado, porque tinha ido trabalhar, e vinha nos buscar para irmos ao aeroporto, e minha avó estava do lado de dentro da casa, e não podiam abrir a porta, e minha avó enlouquecida procurando a chave por toda a casa, e eu não dizia nada, esta assim de boca caladinha, não dizia nada, até que chegou um momento em que me dei conta que... Que tinha que dizer onde estava, mas, além disso, abria-se a porta e o porta-guarda-chuva estava bem aí, eu não acreditava que a ninguém tenha ocorrido procurar aí, mas bom. Bom, aí os visitei e foi como os conheci um pouco, foi como um reencontro. Camilo morou um ano aqui, e eu não lembro, em realidade a lembrança que eu tenho é a de eu estar morando sozinha com meus avós. Ou seja, não tenho nenhum registro na minha memória, uma gota [de recordação]

de Camilo na casa de meus avós. Depois, o próximo... Depois foi a Itália, e a recordação seguinte que tenho de Camilo, depois, é quando fizeram a viagem das crianças exiladas, e que fomos ao...

P: Do que te lembras disto?

R: Claro, fomos recebê-los na avenida, e então vinha uma caravana de ônibus, de crianças, e me lembro de ver meu irmão, e meu irmão tinha um estilo italiano, então tinha... E aqui não se usava, e tinha o cabelo comprido, eu o olhei e pensei – Ai, parece uma criança –. Aqui se usava – claro, estávamos em plena ditadura –, se usava o cabelo curtinho, bom, ai saindo, não é? Médio, mas aqui todos com o cabelo curtinho, sei lá, e ele com a sua cabeleira, e tinha catorze, quinze anos, não sei, treze, com sua cabeleira, eu disse – Parece uma criança –. E bom, em realidade tenho essa lembrança, principalmente de sua visita, quando veio, e depois de estar aqui, com a família e essas coisas, porém não muito mais que isso.

P: E que contatos tinhas com a tua mãe nesses momentos?

R: Bom, com minha mãe sim tive contato, sim, essas: as visitas à prisão, ou seja, o primeiro encontro que lembro era na Penitenciária, era... Não, era no Quartel, e era... Camilo estava aí, lembro que Camilo estava aí, de modo que foi antes que ele partisse, porque Camilo estava aí, e meus avós estavam, estávamos todos, era a primeira visita que ela tinha depois, um mês e meio depois, não sei quanto tempo, não sei bem quanto tempo que passou, mas era a primeira visita depois de muito tempo, e nós estávamos todos assim, não saíamos de cima. Todos nós queríamos ficar com ela, e bom, era pouquinho tempo, e não dava para todos. Tenho essa lembrança de que ela como que queria ficar assim, um pouco com cada um, e meus avós que lhe falavam, e nós que queríamos... Eu que queria brincar, e Camilo... Não é? Todos em algo assim... E bom, depois já com algumas lembranças, assim como uma coisa que... Da Penitenciária, que era mais cotidiano... Cotidiano não era, mas uma vez por semana, ou uma vez a cada quinze dias as visitas na Penitenciária, que eram não sei, de meia hora, quando estava bonito, tinha vezes, dias, que estavam bonitos, e então tínhamos urgência [instancia] de sair, de estar sozinhas em um parque, era... Do mesmo modo, nada, situações feias, como... Ou seja, da mesma forma tenho poucas, poucas recordações... Mas algumas assim, de que ela se sentou na rede, e veio uma amiguinha provocá-la, ou que se ajoelhou na grama comigo e vinha... Como situações assim que eram cortadas, porque era meia hora depois de uma semana toda, uma vida que tinha que ser como que colocada nesse tempinho, e que por isso era interrompida. E depois havia as visitas nos dias de chuva, e as visitas nos dias feios, que eram visitas compartilhadas... Entre todos, não é? Compartilhadas, em realidade. Era um salão, então as mães organizavam atividades em conjunto com os filhos, então brincávamos em diferentes atividades, todos juntos.

P: Tu ias com quem? Sempre com a tua avó?

R: Eu ia com a minha avó, ia com a Lara, esta vizinha minha amiga, ia com seus avós, ia com eles também, íamos, saíamos, de modo que íamos todos juntos no ônibus para Punta de Rieles.

P: E me diz uma coisa, quando a tua mãe sai, tens lembranças disto, do reencontro, como é isto?

R: Sim, eu tinha um aniversário esse dia, então, em realidade, claro, nós sabíamos que ela ia sair, mas ainda faltava. Ia sair na segunda-feira, e isto era no sábado, tínhamos um aniversário. E de repente vêm me buscar, me dizem – Bom, vamos –, - Não, mas não, que o aniversário não terminou, que só um tempinho mais -, - Não, não, vem que eu tenho uma surpresa -, meu tio veio me buscar, meu tio Álvaro, que era o filho mais novo de meus avós. E disse – Dá-lhe, dá-lhe, que eu tenho uma surpresa -, eu brigando para ficar no aniversário, e bom. Saio assim e estava... Em realidade ele foi me buscar em um automóvel e meus primos estavam [junto], meus primos eram menores, e eu não sei por que não me havia dado conta de que algo estranho estava acontecendo, porque meus primos estavam aí, e vinham me buscar. Mas então meu primo, no caminho – meu tio não queria me dizer nada, queria que eu chegasse e me encontrasse com minha mãe – e meu primo no caminho, em uma... – Porque a tua mãe chegou –. E eu como que... Era como se... Não sei. E bom, nada, depois sim, a lembrança, não sei se tenho a lembrança ou se

tenho a foto, que é essa foto em que estamos abraçadas, e isso... Eu tenho essa lembrança como sendo a foto desse abraço. E depois, claro, depois eram muitas pessoas, era muito movimento, porque minha mãe estava aí, porque havia muitas pessoas ao redor, porque todo mundo estava aí, e todos queríamos tudo, um pouco como [o que aconteceu] com aquela visita, a primeira visita foi como a saída não é?

P: Quando tu começas a te dar conta do significado do que aconteceu em Porto Alegre? Quando acontece isto contigo?

R: Bom, quando eu tenho o Luan...

P: Bem recente então.

R: Sim, sim, em realidade sim, quando... Veja, não sei se quando o tenho ou aos três anos, que é quando me separo do pai do Luan, com uma separação bastante conflituosa, e, além disso, eu fico encarregada sozinha do meu filho, e aí começo a me dar conta... Aí começo como... A sentir que... Em realidade, aí sim começo a me dar conta da dimensão. Porque em realidade vivi toda a minha infância muito feliz, muito resguardada, com todo o carinho de minha avó, de meus irm... De meu avô, de minha... Avó, não é? E então sempre foi como – Tá, bom, sim, sim, nos sequestrou, eu não tenho lembranças, nos sequestraram –, como em um conto de livro, como em uma história de papel e não em... E em realidade, quando começo a ser mãe, quando começo como que a transitar na maternidade, com isso tentando como que revisar, no exemplo da maternidade ou na memória... Aí começo como que a... Realmente a sentir que, bom, sim, que isto está aí e que me toca muito, me acontece isso. Falo e me emociono, é algo que... Ainda não consegui ter um processo realmente feito e uma situação assim encerrada e... E processada assim cem por cento. É como se aí começasse a me dar conta que existe muita coisa aí, e que esse momento que vivemos em Porto Alegre, quando eu tinha três anos, marcou todo o resto da minha vida, muito mais do que acreditava. Ou muito mais que isso que podia encontrar num livro ou numa história.

P: Francesca, quando conhecestes um pouco do que aconteceu aos companheiros dos teus pais, aos amigos, em Buenos Aires, por exemplo? E a questão das crianças, porque isso sempre foi algo muito forte, muito marcado, no Uruguai, sempre muito presente. Só neste momento percebeste que tu poderias ser uma dessas crianças desaparecidas?

R: Sim, em realidade durante toda minha infância sempre pensava, por exemplo, nos desaparecidos, nas crianças desaparecidas do Uruguai, e pensava que eu podia ter sido uma delas. Sentia-me como dizendo – Bah, que loucura não é? –, eu, se as coisas não tivessem acontecido como aconteceram, se minha mãe não tivesse feito primeiro o que fez, na situação em que ela estava, ou seja, bom... Ou seja, a capacidade que ela teve de tomar uma decisão, e que essa decisão fosse a certa, e bom, e todo o povo brasileiro, o que fe... Se tudo isso, toda essa quantidade de coisas que aconteceram em nosso caso não tivessem acontecido, essas que tu falas, bom, foram uma quantidade, que fizeram que sim, que graças a isso eu não fosse uma menina desaparecida, e sim, em toda minha infância eu pensei, e tive conversas imaginárias com... As crianças que estavam, sim, desaparecidas, com essa sensação de identificação apesar de que não, e apesar de que eu me chame Francesca e continue me chamando Francesca, e sempre soube e... Por sorte tive outra sorte.

P: De qualquer forma, tu e teu irmão estiveram sequestrados e desaparecidos durante vários dias. Ou seja, de qualquer maneira, isso te aconteceu.

R: Claro, sim, sim, sim, isto me aconteceu. É isso de... A ausência da memória, se bem que, claro, Camilo era maior, e então tem isso assim como... E então um por um, acontece comigo, acontece com minha mãe, associa-se que ele foi desaparecido. Até parece, às vezes, que a dúvida ficou, logo que... Eu sei que não e sei que eles sabem que não, mas a ausência de memória te conduz a essa ausência de existência, e então eu levei assim toda a minha vida, e então toda minha vida transcorreu comigo acreditando que nada acontecia, e que em realidade isso tinha sido lá quando eu tinha três anos, e que quase não afetava a minha vida, e em realidade, claro,

em algum momento, e faz muito pouco e... Agora faço terapia, e trabalho tudo isso, me dou conta de que – Ah sim, em realidade sim, e estive desaparecida –, e isso aconteceu, é uma parte substancial da minha via, e em realidade é como... Transformou minha vida inteira não é?

P: Tiveste contato com outras meninas que passaram por este tipo de situação?

R: Não, não realmente, ou seja... Não realmente. Algumas vezes, em algumas situações, me... Faz muitos anos me envolvi... Faz muitos anos passaram o filme Cuando yo sea Grande, e nesse dia eu estava, e estava... Havia outros, estava todo o grupo de HIJOS, por exemplo, do Uruguai, filhos de detidos e desaparecidos, e havia alguns, creio que Anatole também estava, e eu aí, nesse dia, lembro que conversei com eles, faz uns doze anos isto, uma coisa assim, já faz bastante tempo. E eu aí fiquei envolvida, e então estive como que cerca de um mês indo a Hijos, e bom, depois deixei de ir e nunca mais.

DEPOIMENTO 23 – LILIÁN CELIBERTI – SEGUNDO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 8 DE JUNHO DE 2012.

P: Poderias nos falar um pouco, rapidamente, dos momentos que antecedem tua prisão no ano de 1972 e desta prisão?

R: Sim, o ano de 1972 foi um ano muito marcante na história do movimento popular uruguaio, primeiro porque foi um momento de agudização da repressão já no princípio de 1972; o reitor da Universidade, naquele momento, havia convocado umas mobilizações, e presidia uma Comissão contra a tortura, começava a se denunciar o uso massivo da tortura nos interrogatórios, etc. Neste contexto, se dá também uma agudização de parte da luta do Movimento de Liberação Nacional – Tupamaros; há uma declaração de guerra, feita no mês de abril, e que de alguma maneira confronta... Uma aceleração repressiva em todos os níveis. Então vem dirigida... Ou pelo menos com o argumento de estar dirigida contra a guerrilha, uma perseguição massiva a todos os militantes que estavam fichados, e este foi o período no qual olhar o informativo central das sete da tarde era um momento de pânico para muitíssimas pessoas, porque de repente apareciam nos informativos as Forças Conjuntas, convocando... De fato, passando uma quantidade de pessoas para a clandestinidade. Nesse contexto, acontece que uma companheira me telefona; uma companheira do magistério, professora, me liga e me diz: – Lilián sabes que acabo de me ver no informativo como requerida pelas Forças Conjuntas? –, então ela vem para a minha casa; eu, neste momento, estava em licença médica por que... Era... É que é impossível retratar o clima que se vivia no ano de 1972, eu havia entrado em uma situação de praticamente não comer, tomava somente sopa, então tinha emagrecido muitíssimo, desmaiava. E eu trabalhava em uma escola no Cerro – de todos os modos, havia greve no ensino – porém eu tinha... Estava de licença médica. De todas as maneiras, a greve geral do ensino estava declarada, portanto não havia aulas, e bom, nesse contexto esta amiga vem para minha casa, eu havia alugado uma moradia, Camilo era pequeno, meu marido, Hugo, estava preso em Punta de Rieles, então íamos vê-lo, Camilo tinha um ano e meio, mais ou menos. Havia alugado uma moradia na casa de outro companheiro, Yamandú González, que também era do magistério e tinha várias moradias. Neste contexto, chegam as Forças Conjuntas uma noite, para buscar outra pessoa, porém María Selva estava comigo em minha casa, e bom, aí nos levam, nos detêm. É, mais ou menos, outubro de 1972. Nesse momento não... Os militares não levavam as crianças com eles, ou não tinham o hábito de levar as crianças, portanto fomos à casa de meus pais e deixamos Camilo, pequeno, com minha mãe e com meu pai. E bom, estávamos claro... É a primeira vez que vivo a tortura, em realidade o “tacho”, que era uma prática bastante comum e pela qual passamos, apesar de que não tinham demasiados elementos, ou seja, tampouco tinham para com esta companheira... De fato, sou processada, nesse momento, pela justiça civil, por associação... Não, por assistência à associação, que era uma figura bastante... Relativamente leve, e ela por associação para delinquir. Nove meses depois nós tivemos o descumprimento de causa [resolução judicial que suspende um processo por falta de causas que justifiquem a ação da justiça], pois a verdade é que, desde o ponto de vista jurídico, não havia nenhuma acusação possível. Bom, mas aí vamos para um quartel, depois vamos para Punta de Rieles: quando Punta de Rieles é inaugurado, em dezesseis de janeiro de 1973, passa a ser presídio feminino, porque até esse momento, até dezembro, era lugar de detenção de alguns presos homens, então, nesse período, os militares inauguram o Penal de Libertad, aonde levam todos os dirigentes tupamaros e outros que havia... Então já começam a diferenciar o quê... Porque, até esse momento, tinham existido muitos presos no cárcere comum, em Punta Carretas, como cárcere comum. Daí separa um grupo de militantes que são levados a Punta de Rieles, já com a ideia de fazer cárceres especiais, porque acredito que já no ano de 1972 estava claro que havia, era o início de um processo cívico militar que não terminava imediatamente, isto é, a estratégia de criar tanto o presídio de Libertad como o de Punta de Rieles para mulheres, etc., era a estratégia de ter um cárcere militar com um regime diferente do regime dos cárceres comuns, como um regime dirigido mais a... Então nós inauguramos, junto com outras companheiras, o que viria a ser, em 16 de janeiro, Punta de Rieles como cárcere

militar de mulheres. Isso, aí de 1972 a 1974, estando primeiro em alguns quartéis, depois em Punta de Rieles, e no mês de setembro de 1973 ou outubro, por aí, dão-me a liberdade. Dão-me a liberdade no sentido de que... A partir do ponto de vista judicial. O que não quer dizer, nem queria dizer nesse momento, que eu saísse para a rua, ou seja, deram-me a liberdade e o único que fiz foi sair de Punta de Rieles e retornar ao quartel no quilômetro 14 da estrada a Maldonado, que era, acredito, a Brigada Nº 1 de Infantaria, onde havia um barracão com outras mulheres, e aí eu estava com uma figura jurídica que era a das Medidas Prontas de Seguridad... Por Medidas Prontas de Seguridad ou por... Enfim, por me considerarem perigosa, e então aí entre fins de 1973 e princípios de 1974, meus pais começam a insistir comigo na necessidade de que, bom, que o processo... Já tinha havido o golpe de Estado, que formalmente se dá em 27 de junho, mas que em realidade é, como eu digo, um golpe em diferentes fases, que começa mais formalmente no... Mais explicitamente no ano de 1972, com a irrupção das Forças Conjuntas atuando massivamente na repressão, etc., depois com os Comunicados 4 e 7, que é a primeira tentativa de golpe feita em fevereiro de 1973, e depois em junho, que é a derrota efetiva dos setores mais civilistas dentro do Exército, e, portanto, um golpe. Então meus pais começam a me dizer: - Isto não se esclarece, não é que amanhã isto vá mudar, senão o contrário -, e como eu tinha um descumprimento de causa e não tinha nenhuma... Nenhum processo militar, então meus pais começam a insistir comigo para usar o que ainda existia nesse momento, que era uma prerrogativa constitucional de saída do país quando não tinhas processo, causa aberta na justiça. Então meus pais começam a fazer as gestões, e aí chegamos a... Junho, maio, desculpa maio de 1974, quando me dão, efetivamente, a autorização de saída do país; não para algum país latino-americano, mas, sim, tinha que ir para um país distante, nesse momento a Europa era distante. E minha irmã e meu cunhado também haviam saído da prisão, eles estavam vinculados ao Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, minha irmã havia tido um filho na prisão, no Hospital Militar, e ele, meu cunhado, era filho de italianos, então se foram para a Itália. Então nesse momento meu pai e minha mãe decidem que, bom, que eu escolha a Itália, porque minha irmã estava aí pelo menos, e bom, mantínhamos certos... Vínculos familiares, etc. Bom, assim é que nós fomos para a Itália, meu marido havia saído da prisão, estava em liberdade, e nós fomos com Camilo em um navio, que foi a última viagem de uns transatlânticos que existiam nesse momento, e que faziam regularmente Gênova-Montevidéu. Bom, muitíssimas pessoas viajavam, eram navios enormes, viajamos dezessete dias, o que foi uma benção, porque sair da prisão e chegar a outro país de avião creio que teria sido um choque. Ao menos nesses dezessete dias estando em um navio, com Camilo, que tinha três anos e meio; meu marido, que fazia dois anos e meio que não nos víamos, mais, três, porque ele fazia... Tinha caído em novembro de 1971, então estávamos em 1974, ou seja... Bom, enfim. Eu vivi esses dias como uma benção, na verdade não me importava nada que demorasse tanto tempo, porque era algo que te dava, de algum modo, a possibilidade de voltar à vida normal. E assim chegamos à Itália em junho de 1974, e foi realmente uma experiência desde o ponto de vista da solidariedade, do companheirismo, da recepção e do apoio concreto, real, de redes sociais de militantes sindicais, culturais, que te recebiam... Porque nesse momento havia muitíssima solidariedade com a América Latina, particularmente com os chilenos, porque havia ocorrido o golpe no Chile e a morte de Allende, etc., porém também um movimento popular muito voltado à solidariedade com a América Latina, que se prolongou por muitíssimos anos, muitos anos. Então para nós também foi uma experiência – para mim pessoalmente – muito mobilizadora, no sentido de outra experiência, de outra cabeça do movimento popular, muito pungente, porque acredito que nós não estávamos, nesse momento, preparados subjetivamente para nos separar de nossas famílias, de nossos pais, ou seja, vivíamos no Uruguai como... Não sei, hoje que viajo tanto, por todas as partes do mundo, penso que nesse momento não tinha... Para mim foi tremendamente lancinante, quando eu saí desse navio e o navio se afastava, recordo isso como algo que é como se estivessem me arrancando as entranhas, não sei. Foi uma coisa muito, mas muito, muito, muito dolorosa, e vivi a primeira parte do exílio como algo muito doloroso. Quer dizer, penso que hoje temos outra relação com o exterior, se... Se eu penso as mudanças, imagino que hoje alguém que migra... Aqui milhares, milhares, bom, meu filho mesmo se foi, viveu... Viveu na Espanha, viveu antes na Itália, foi e voltou. Milhares de outros uruguaios e uruguaias vivem no exterior, e têm uma relação... Porém naquele momento era como... Não sei, acredito que ainda pertencíamos, de alguma maneira, a uma cultura mais

nacional, vivendo mais a realidade... A realidade própria, a que conhecíamos, a mais próxima. Porque eu me lembro, assim, no primeiro período na Itália, de me sentar de noite e chorar porque estava longe de meus pais, ou por que... Mas era uma coisa... Não no sentido... Mas sim que não podia aceitar, e isto foi bastante importante na hora também de determinar como eu vivi esse momento, sempre com a ideia de voltar à América Latina e de estar mais próxima não é? Independentemente de outras razões, parece-me que também esta da rasgadura tem bastante a ver com as minhas decisões posteriores, as decisões que fui tomando e outras pessoas não tomaram, e que poderia não ter tomado. Em realidade, às vezes também temos que buscar em que as coisas que impulsionam e que determinam decisões nem sempre são políticas, ou não são exclusivamente políticas. Também têm que ver como as pessoas vivem, seus vínculos e coisas mais subjetivas, pessoais. E eu acredito que isto para mim foi... Foi muito determinante a forma como me afetou essa rasgadura. Por outro lado, porém, depois vai ter bastante que ver a separação de meu companheiro, de Hugo, minha necessidade de estar longe, longe dele, tomar distância, que também, olhando agora, penso que eram relações bastante imaturas, no sentido mais subjetivo, pessoal, etc., mas que, bom, foram o conjunto de coisas que em realidade me impulsionaram, junto também com o impacto que produziu – que nos produziu a ele e a mim e a outros companheiros – a repressão na Argentina, já no ano de 1976, porque nesse... Entre a chegada à Itália – nós chegamos a Gênova, porém não fomos diretamente a Milão –, a acomodação que bom, leva um ano, entre que se chega sem um tostão, sem nada, buscar trabalho, sobreviver, pensar como estabelecer relações, amizades novas, aí nasceu Francesca, então eu passei um ano com meus filhos doentes, porque a Francesca nasceu e no hospital contraiu salmonela, e esteve três meses internada, Camilo teve meningite e esteve a ponto de morrer, então foi um conjunto de coisas que praticamente me tomou todo o ano de 1975 em uma coisa mais para dentro, mais pessoal, mais familiar, mais de mãe, porque bom, não tinha muita alternativa. Então, uma vez que saí dessa situação, em 1976, que foi o momento no qual os companheiros começaram a cair na Argentina, foi um impacto muito grande, porque aí sentíamos, emocionalmente, que estávamos fora do lugar.

P: Tinhas muitos amigos entre esses companheiros?

R: Muitos, muitos. Particularmente eu mencionaria alguns mais significativos, Jorge... Jorge e Emi, os pais de Mariana, que, além disso, foram se despedir... Quando nós nos fomos, em 1974, foram os únicos, por razões de segurança obviamente, mas, mesmo assim, não deveriam ter ido despedir-se de nós no porto de Montevideú. Foi a última vez que os vi, justamente aí no porto, em 1974, eu dizia – Ai vocês estão loucos, como vieram? –, porque eu obviamente... Eu saí da delegacia, da delegacia me levaram à minha casa, a casa de meus pais, estivemos uma hora na casa de meus pais nos despedindo, e daí fomos ao navio, ou seja, em realidade cheguei quase que como presa, digamos, ao navio. Então, enfim, essa foi a última vez que os vi, então foi o impacto desses companheiros; Telba já havia morrido, morreu assassinada no mês de abril, justamente. Telba Juárez, uma companheira que estudou conosco, que viveu em nossa casa quando Hugo e eu recém nos casamos, Telba viveu um tempo em nossa casa, enfim. Eram... Dessas amizades juvenis e de adolescentes, que tínhamos dezenove, vinte anos, dezoito, mas eu conhecia a Telba desde os dezesseis, porque nós... Telba, Helena, Sara Méndez eram do grupo de Missões sócio pedagógicas de 1966, então éramos um grupo, ou seja, essas pessoas que foram... Que estavam no PVP e que caíram na Argentina, eram os amigos de sempre. Da adolescência, dos dezesseis anos, e era Telba, e era Gustavo Insaurralde, embora Gustavo tenha caído depois, era Emi, era o bate papo, era Sara, era Margarita, que também era do magistério, Margarita Michelini. Eram as pessoas com as quais havíamos compartilhado os estudos, a militância, o grêmio, a política, etc. Então, bom, esse golpe foi muito forte, muito determinante, foi muito determinante para Hugo, que entrou como que em uma espécie de delírio, não, não... Não podia... Sentia-se culpado, de não estar, de... Não sei, era uma coisa estranha, creio que isso talvez tenha passado a muitas pessoas nesse período, sentíamos que se caíam outras pessoas e que se torturavam ou matavam outras pessoas, de alguma maneira te sentias... Sentias-te como sobrevivente, porém não com alegria e, às vezes, perturbava um pouco a psique. De alguma maneira isso passou, passou com ele, e ao mesmo tempo ele sentia que não queria voltar, e eu, pelo contrário, que sim, queria voltar, então isso foi tencionando, não só isto é claro, não, mas muitas outras coisas que foram

tencionando nossa relação, até que no final eu decidi me separar, coisa que fiz no ano de 1977, e que foi muito difícil, porque ser uma mulher jovem de vinte e seis anos, com dois filhos, e se separar... Não é nada fácil, em meio dessa... Em outro país, sem os apoios que geralmente a família proporciona, as redes familiares, que às vezes nós... Podem não se dar todos os dias, nem se ver todos os dias, mas estão aí. Nós pertencemos. E nós tínhamos muitíssimos amigos na Itália, e encontramos muitíssimo apoio e muitíssima solidariedade, de verdade, porém sempre éramos estrangeiros. Assim é que disso, e nesse contexto, creio que vou explicando mais ou menos como é que chego... Talvez um elemento anterior seja que nesse ano que estive separada, de algum modo voltada à minha vida familiar pela doença de meus filhos, junto a essa situação que se dá em 1976, me volta mais a uma relação... Começamos a estreitar relações de cumplicidade política com Hugo Cores, sobretudo no que se referia com uma análise dos companheiros que vinham da Argentina, que não haviam caído, chegavam com uma situação emocional e afetiva terríveis, sem poder explicar a si mesmos muito bem de onde vinha, o que se passava. E nós decidimos – ele, eu e outros companheiros – como reconstruir o partido.

P: Para situar, Hugo vinha de onde neste momento?

R: Hugo havia estado preso na Argentina em 1975, e então ele sai... Porque Hugo é argentino, era argentino, então ele sai da Argentina para a França, e aí nós começamos a nos vincular. Então ele não está na Argentina no ano da repressão digamos, em 1976, porque ele sai. Não lembro exatamente, porém coloquemos em finais de 1975, portanto ele não participa do Congresso de formação do PVP, ele vem para a França, e com outros companheiros começamos, em 1977, a nos reunir... Ou melhor, já em 1976 começamos a nos reunir, a partir da solidariedade com os companheiros, mas também para colocar a denúncia e a recopilação de informação como um elemento chave da ação política, que acredito que esse é, talvez, o aspecto mais significativo que marcou nesse momento a ação do PVP no exterior, que foi no ano de 1976 com cada um dos companheiros que sobreviviam e que vinham, que chegavam à Europa, recopilar até o último detalhe da informação, de modo a poder começar a categorizar o que estava ocorrendo na Argentina. Não era na Argentina, não era... Era, havia coordenação repressiva, essa coordenação tinha características genocidas, tinha novas características extorsivas por parte dos militares, que atuavam como um grupo de crime organizado, dentro das Forças Armadas, e essas características eram novas, ou seja, não eram as características da repressão que conhecíamos até o momento, e eu creio que Hugo teve a inteligência e a agudez de perceber com muita clareza que estávamos frente a um fenômeno novo, que depois se denominou Plano Condor, e que isso de alguma maneira também nos diferenciava do resto das forças políticas que estavam no exílio, que viam uma repressão ditatorial mais linear, se pode se dizer, menos vinculada a este outro aspecto que eu creio que tem sido pouco enfatizado, o aspecto não só da tortura política ou da perseguição política, mas também o aspecto criminoso desta organização, no sentido de que eles buscavam dinheiro, eles buscavam benefício pessoal, eles passaram a formar parte de um aparato dentro do aparato, e este aparato dentro do aparato era um aparato de poder, mas, também, de benefícios pessoais – pessoais e coletivos – de um grupo criminoso que atuava com práticas, e acredito que isto explica a distinção do ódio realmente, do ódio ao inimigo que determina que um ser humano militar possa matar uma mulher grávida dando-lhe um tiro na barriga quando está para dar à luz, disso até a apropriação dos filhos das pessoas que prendem, e me parece estar falando de uma perversão absoluta que ainda não se tem, apesar de todos os julgamentos, não se tem a verdadeira dimensão social disso, porque isso realmente está falando de algo muito similar à câmara de gás, muito similar a outros fenômenos que, como o nazismo, têm maior questionamento coletivo, ao menos estou falando do Uruguai, não da Argentina, porém... Porque talvez tenha mais julgamentos públicos e mais... Porém aqui esses criminosos realmente ainda continuam sendo, ainda que estejam presos continuam impunes de alguma maneira, pelo menos no dimensionamento coletivo de certas formas da repressão – que me parece que tem a ver com isso –, com a utilização de coisas que estão apenas em nível de tudo o que se chama crimes de guerra; por alguma razão há determinadas pautas para determinar o que se pode fazer e o que não se pode fazer. Então o ano de 1976 é um ano muito determinante, porque nós começamos a dimensionar este aspecto da repressão, a reorganizar de alguma maneira o trabalho partidário, centrado basicamente na denúncia política da ditadura e destas novas práticas. Nesse contexto,

organizamos, no ano de 1977, um Congresso, em Paris, e no ano de 1977 eu venho clandestina pela primeira vez ao Uruguai, é em novembro, é uma... Venho pelo Brasil obviamente, fiquei um tempinho no Rio de Janeiro, uma semana, uma semana e pouco, vendo, de algum modo, como podia... O que estava acontecendo com a entrada, a saída, porque eu tinha que vir de avião; os aeroportos eram lugares perigosos. Nesse primeiro momento, eu faço essa primeira viagem com um passaporte de outra pessoa, ou seja, clandestina de alguma maneira, não com o meu nome, e venho para o Uruguai. Venho ao Uruguai em algo muito de sondagem, muito impactante, a mim impacta muitíssimo, tanto que tenho que dizer que quando eu pego o avião de volta para o Brasil, que depois fazia a conexão até a Europa, não pude tirar de cima de mim a tristeza que eu sentia que se vivia na cidade, era como uma coisa que te grudava no corpo, caminhava pela rua, via pessoas com um peso, era algo que se sentia, não posso descrever, assim. Inclusive eu aí, neste momento, me encontrei com meu irmão...

P: Quanto tempo tu ficaste Lilián?

R: Estive uns dez, doze dias. Não dava para muita coisa, estava em um hotel obviamente, porém vi meu irmão, Ariel; meus pais nesse momento estavam na Europa, em 1977, ou recém haviam chegado, creio que da minha família o único que vi foi o meu irmão. E depois me envolvi com algumas coisas, basicamente com alguns familiares que fui ver, um pouco para... Estive com Luz Ibarburu, um pouco lhe dizendo – Nós estamos nisto, vamos fazer isto, estamos organizando este Secretariado Internacional de Juristas, a ideia é apoiar esta busca –, porque já em 1977, em novembro de 1977 havia pessoas que estavam há um ano e pouco buscando seus familiares, já era uma situação muito dramática, de ausência total. Momento muito difícil; creio que os anos de 1977 e 1978 foram momentos muito duros no Uruguai, e nesse contexto não sei se era... Eu acredito que esta viagem tinha uma razão simbólica para o partido, porque era um partido destroçado pela repressão, que tinha uma porcentagem muito grande de seus dirigentes presos e desaparecidos em realidade, onde a cúpula maior desse partido havia se formado recentemente na Argentina, se bem viesse de toda essa história anterior. Então era simbólico que o Congresso, que iria se realizar no final deste mês, tivesse de alguma maneira um vínculo com o Uruguai, ou seja, não era muito significativa, do ponto de vista político, essa minha presença era simbólica, pois um pouco se pensava que eu era uma pessoa bastante menos conhecida que Hugo Cores, dos que estávamos aí para... Organizando esta situação. Então vim aqui, fiz esta visita que, do ponto de vista pessoal, para mim também foi muito importante, e isso de algum modo também me determinou a pensar que tenho que estar mais perto, que quero estar mais perto, que quero voltar, começou uma maquininha aí dentro. Isto foi em finais de 1977, e então em 1978, já começando a reconstruir os caminhos da nova direção do partido, que havíamos elegido no final de 1977, definindo mais claramente as linhas de trabalho, onde uma linha forte, determinante, quase a mais importante, era a denúncia da ditadura como linha política, como eixo estratégico, havia que avançar na denúncia destas situações, e, sobretudo, da coordenação repressiva, nesse momento mais centrada entre Argentina, Uruguai e Chile, embora nesse momento não soubéssemos, ainda não tínhamos clareza sobre a conexão, a profunda conexão entre todos... Menos vinculada com o Brasil, ou seja, o Brasil ficava um pouco fora para nós, e de algum modo uma análise que estava centrada na coordenação repressiva ditatorial tem como pivô fundamental a Argentina, a ditadura argentina e os militares argentinos, com uma cumplicidade muito forte e muito ativa de serviço de contrainformação e de outros, de comandos uruguaios que participavam. E nós já sabíamos, desde o ano de 1975 já, com a morte dos cinco Tupamaros, com os cinco jovens que aparecem depois nas costas do Uruguai, portanto havia todos os elementos, naquele momento a Triple A,¹⁶⁵ com a conivência dos policiais uruguaios, enfim, havia muitos elementos para pensar que essa coordenação repressiva entre Argentina e Uruguai era muito forte. E aí nós começamos a centrar o eixo político entre essas três ditaduras. O Brasil nos aparecia com uma característica um pouco diferente, recordemos que o ano de 1978 é o ano do Plano Carter, e então há uma ideia que começa a florescer e a ser como um pivô das análises políticas, que é a de que as ditaduras começam a não ser rentáveis para a América Latina, sobretudo para aqueles países com potencial de desenvolvimento econômico capitalista, entre os quais o Brasil é um país fundamental, seja por sua dimensão seja pela pujança da sua burguesia nacional, e

¹⁶⁵ *Alianza Anticomunista Argentina.*

também que o capitalismo está em um momento de profunda reestruturação, de reestruturação que supõe levar a produção, também, a setores nos quais existe menos custo, em realidade apreciada como... A barreira ditatorial aparece como uma barreira ao capital, ao desenvolvimento capitalista, ou seja, já não é um problema de direitos ao protesto ou... E isso é o que está expresso, de algum modo, no Plano Carter, nesse sentido... Precisamos democratizar, porque em realidade o capitalismo se expande com a democracia, não é realmente possível ter relações de trabalho modernas, capitalistas, em países ditatoriais. E de alguma maneira começa a chocar, entre outras coisas porque os militares não se caracterizam por serem administradores econômicos pujantes, podem ter muito domínio da tortura, porém em realidade, no sentido de governantes, deixam muito a desejar. E começam a serem vistos como um obstáculo para o próprio capitalismo, e de algum modo isto é o que nos permite pensar que o Brasil pode ser um lugar mais, afora obviamente a campanha pela Anistia, que já começa a existir com certa força, começa a ser evidente no ano de 1978, e de alguma forma são os elementos que determinam que nós pensemos que deveríamos nos aproximar, como partido, da região e do Uruguai, porém a partir do Brasil, ou seja, era impensável, com o nível de repressão na Argentina e de perseguição que havia ocorrido concretamente ao PVP, com todos os custos humanos que isso significou, pensar na Argentina, se bem que culturalmente houvesse muita aproximação entre Argentina e Uruguai. Bom, e aí tomamos a decisão de ir ao Brasil. Era uma decisão política. Quem iria depois era outra história, e aí eu insisti, de alguma forma, de que fosse eu, afora outros companheiros, coisa com que, por exemplo, Hugo, em um primeiro momento, não esteve de acordo, porém não estava de acordo basicamente como amigo e em uma situação mais pessoal, no sentido de como estava minha história pessoal mais que no plano político, porém bom, ao final eu decidi e de algum modo me impus para vir, e então a primeira etapa foi exploratória, e foram esses primeiros meses, nos quais nós estivemos...

P: Isso foi de quando a quando, mais ou menos, Lilián?

R: Isso foi... Creio que desde o mês de fevereiro... Não tenho muita certeza, porém me parece que foi em fevereiro de 1978, foi a princípios de 1978. Eu voltei em agosto, voltei para a Europa em agosto, porque em agosto são as férias, meus filhos estavam de férias, meus pais estavam na Europa, então... Meus pais estavam na Itália, e isso me permitia de algum modo estar na Itália e... Estar no Brasil, e saber que meus filhos estavam com os avós e meus tios, os tios, pois minha irmã estava de férias também. Então chego ao final das férias e aí combino, fico, vou a Paris, fazemos os ajustes políticos, institucionais, econômicos, porque obviamente nesse momento temos um apoio partidário, mas não vamos chegar ao Brasil e procurar trabalho para subsistir, porque não havia condições para isso, e nós temos um respaldo, que o próprio partido nos dá, para nos instalarmos em Porto Alegre, com a ideia, depois, de que cada um vá encontrando sua própria vida.

P: Lilián, a opção por Porto Alegre... Pensaram em outros lugares?

R: Não, pensamos em outros lugares... Em realidade, primeiro pensamos em São Paulo, porém depois, como quase em seguida Hugo veio para São Paulo, e aí nesse momento – nesse período, por exemplo, Hugo já estava em São Paulo –, eu fui à Bolívia neste momento, fui por terra, foi uma aventura, estabelecer contatos com a COB¹⁶⁶ e com o movimento social, ou seja, a ideia era... Havia na Bolívia, também, uma campanha pela Anistia... Nós estávamos centrados no tema da Anistia, ou seja, em realidade o foco era a Anistia, e então buscávamos outras experiências, e então eu me fui para a Bolívia. Tinha havido uma greve de fome das esposas dos mineiros, reclamando a Anistia, então a ideia era ir moldando, vendo o que estava se passando nas experiências de outras ditaduras, e o Brasil nos interessava por um lado político, pela campanha da Anistia que começava a crescer, porque estava em uma situação bastante diferente do Chile e da Argentina, onde o Chile, Argentina e Uruguai estavam em um momento de grande hegemonia dos setores golpistas e torturadores, e da Doutrina de Segurança Nacional. Nós pensávamos que no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional começava a ser substituída por uma visão mais capitalista moderna, que, por isso, supõe liberdades, inclusive havia liberdade de imprensa, entre outras, mas havia. Essa é a razão pela qual decidimos nos instalar no Brasil. Em primeiro lugar foi São Paulo, mas depois pensamos que, pela tarefa que iríamos ter em Universindo e eu, que era mais

¹⁶⁶ *Central Obrera Boliviana*

a de vincular-nos com as pessoas do Uruguai, preservando um pouco a direção, pois, se bem que Hugo e eu estávamos na direção do PVP, eu ficava um pouco mais com essa relação com o Uruguai, e Hugo mais em uma relação institucional do partido e de outras... Então, a opção por Porto Alegre foi mais exploratória, nós chegamos a Porto Alegre, Universindo e eu, começamos a ver como poderíamos nos movimentar, o que podíamos conhecer, depois vimos que em realidade havia, sim, certas condições para que nós ficássemos aí, e fomos procurar uma casa para alugar, a ideia era fazê-lo como uma família, e bom, é assim que então eu vou buscar meus filhos... Porque aí é onde começa um drama bastante significativo para a vida, sobretudo das mulheres, que é que de alguma maneira eu não podia vir e deixar meus filhos na Europa, era muito longe, não podia garantir que os veria uma vez ao mês nem muito menos, então eu decido e aí sim, talvez, percebo, e percebemos menos riscos do que depois se mostrou que havia. Talvez se estivéssemos em São Paulo tivesse dificultado mais, porque a proximidade também torna factível a convivência e a convivência dos aparatos repressivos, também os lugares de fronteira, as pessoas se conhecem, ou seja, há tráfico de muitas coisas. Também de cumplicidades e de... E de fato as duas... As três vezes que eu passei nesses dias a fronteira Uruguai-Brasil, seja pelo Chuy, seja por Rivera, nunca ninguém, ninguém me viu, ninguém me controlou, ninguém, nem de um lado nem do outro, quer dizer que a convivência e a convivência eram muito explícitas no entrar e sair, passar pessoas, traficar pessoas, crianças, quem fosse. Isso foi muito evidente neste momento. Então, em realidade, digo, nós não percebemos... Realmente... Creio que uma semana antes do meu encontro com Luiz Cláudio, no cooJornal, é o momento que Luiz Cláudio me diz – Nós temos informação de que há comandos uruguaios –, e isto é uma semana antes, tanto é assim que eu pensava esse fim de semana, pensava ir a Rivera, viajar a Rivera para me encontrar com pessoas, e suspendi a viagem. Por causa desta informação. E essa mesma informação passei para um companheiro, para que ele a desse a Hugo, dizendo – Um jornalista acaba de me dizer que há comandos uruguaios, que eles têm a informação de que há comandos uruguaios na fronteira –, nesse momento, ou seja, não pensávamos que os comandos poderiam chegar até Porto Alegre, porém bom, e então tomamos algumas medidas de segurança, entre elas as que sempre estão, porém a vida vai afrouxando-as, que estão sempre nestes contextos, obviamente não na vida de hoje, porém neste momento havia o fato de chamar por telefone, de ter sempre um horário para ligar, de fazer... Este tipo de coisas que de alguma forma as pessoas estabelecem... Nesse momento – eu estou no sábado, ou seja, um dia antes, o dia anterior ao sequestro – encontro com um companheiro e lhe digo – Olha –, íamos ter uma reunião em Porto Alegre, então eu lhe digo – Diz para o Hugo que não venha a Porto Alegre, porque um jornalista acaba de me dizer que acontece isto, que acontece outro, e vamos estabelecer com regularidade os mecanismos de controle, portanto, eu vou ligar segunda-feira, terça-feira... Porque não ligávamos de um telefone, ligávamos de uma cabine que estava combinada, então, portanto, a tal hora, eu vou ligar a tal hora, porque a pessoa tinha que estar, porque eu tinha que perguntar por alguém nesta cabine, e a pessoa tinha que me atender, então – Segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira da semana, e vamos ver, em todo caso, o que podemos fazer é que no próximo final de semana é capaz que eu vá a São Paulo. Essa conversa se passa no sábado, e no dia seguinte – eu, de todas as maneiras havia ficado ou havia... Não sei por que em minha lembrança eu tinha que ir esperar uma pessoa que chegaria a Porto Alegre, porém era um familiar de desaparecidos que chegava a Porto Alegre de São Paulo, não chegava de Montevideú, e então eu vou para a Rodoviária e aí é onde começa o momento da detenção, me pedem os documentos, me levam à... Pedem-me os documentos e imediatamente me tiram a bolsa e me fecham em um aposento, aí vem Giannone, que eu conhecia, que era um militar uruguaio que eu conhecia da época em que Hugo, meu marido, estava preso em Punta de Rieles, depois o vi no quilômetro 14, depois... Ou seja, eu o conhecia muito bem, ele também me conhecia muito bem, e além disso ele me saúda e se apresenta – Como vai? Como estás? Te lembras de mim? –, então aí é doze de novembro.

P: Uma pergunta: Giannone havia participado nas ações de Buenos Aires?

R: Eu não sei, acho que não.

P: Porque geralmente ele não aparece vinculado a esses casos.

R: Não aparece vinculado, não. Conforme acredito, não. Porém não estou... Ou seja, não sabe-

mos exatamente...

P: Claro, todos os que faziam parte.

R: Eu acredito que também... Acredito que desse grupo o que tem mais vinculação com Buenos Aires, ou pelo menos é o que o representa, é Bassani, digo, é o que o representa, a mim, é ele que representa esse grupo. Eles estabelecem o vínculo [com a] repressão em Buenos Aires, nos interrogatórios, como dizendo – Que fique claro que somos os mesmos, que aqui não existe... Porém eu efetivamente não ouvi, não ouvi participações de Giannone, que sim, teve, tinha bastante protagonismo na repressão aqui, já digo, eu o conhecia desde... De todo o ano de 1972, em realidade era o alferes neste momento, e estava na recepção dos pacotes, quando o familiar levava os pacotes em Punta de Rieles, e era realmente atroz, porque destroçava tudo, por que... Essas coisas. Esses ódios pequenos que os familiares vão acumulando quando... Levamos as coisas aos presos, vemos que o militar as destroça, bom, esse tipo de coisas. Ou seja, o conhecia daí, depois o havia visto quando me deram a liberdade, aí nesse quartel do quilômetro 14, caminho a Maldonado, e bom, e aqui o reencontro somente no momento da detenção, depois nunca mais o vi, nunca mais... Depois tive contatos várias vezes, tanto na volta como aqui, como também quando estava no quartel, com Ferro e com Bassani, porém nunca mais vi o Giannone, só o vi no momento concreto da detenção. E aí então começa todo o episódio que acredito que não vou narrar porque já está muito conhecido...

P: Uma pergunta antes disso Lilián, que acredito que também é importante. Situa-nos um pouco em Porto Alegre. Estão na Rua Botafogo, e tuas crianças estão em uma escola. Fala-nos um pouco disso, por favor.

R: Bom, não, fazia muito pouco que nós havíamos vindo então eu matriculei... Matriculei os dois, bom, Francesca era muito pequena, Camilo precisava aprender o idioma para ingressar em uma escola normal, digamos, primeiro não era o momento, porque estávamos quase ao final... O final do ano letivo, então eu pensei... Havia uma escola, uma escolinha, em realidade era como uma... Perto da minha casa, e pensei como espaço de brincadeira, para que ele aprendesse o idioma de modo que, no ano seguinte, começasse efetivamente a escola normal, como correspondia a uma criança que tinha que fazer o segundo ano, que era o que, pela idade, teoricamente lhe correspondia. Então... Enquanto que Francesca tinha três anos, então... Os matriculei aí para que ficassem o dia todo e pudessem, brincando com outras crianças, aprender o português, porque para eles era uma mudança bastante importante, vinham do italiano, assim que... E em casa se falava espanhol, então era uma bagunça de idiomas. E eles ficavam na escola o dia inteiro, e nesse tempo nós nos movimentávamos que, como eu dizia, estávamos basicamente... Queríamos fazer contato com os jornalistas, com as organizações de Anistia que estavam se reunindo em Porto Alegre e depois, eventualmente, no resto do Brasil, e basicamente esse era o nosso trabalho nesse momento, e depois nós começaríamos, também, a estudar o português, conhecer um pouco mais, e eventualmente, depois, pensar em procurar emprego e todo o resto, mas bom. Estávamos praticamente nos instalando.

P: Estavam legais... Estavas com documentos?

R: Estava com documento legal, entramos com meu passaporte e o passaporte das crianças, ou seja, tanto Francesca quanto Camilo tinham um passaporte que, eventualmente, também lhes habilitava, porque essa era a minha ideia, que viajassem para ver o pai quando houvesse condições, e portanto cada um tinha um passaporte individual para isso. E nesse tempo – foi tudo muito rápido – em realidade ter o recibo da escola na minha carteira foi um descuido da minha parte, foi o que determinou o endereço da casa onde nós vivíamos aí na Rua Botafogo. Entre outras coisas porque acredito que, psicologicamente, para mim, a ideia de estar com meus filhos me pareceu como que uma coisa de levar uma vida normal, ou seja, de não estar vivendo na clandestinidade, porque eu havia entrado com meu passaporte, eles com seus nomes, de todo modo eu creio que é um erro enorme desse momento, entre outras coisas, porque acredito que entre o momento em que eu soube esta informação que o Luiz Cláudio me passou e o momento da detenção, passa muito pouco tempo, então creio que não tive tempo de ajustar minha cabeça

para dizer – Bom, vamos ver agora, vamos tomar aqui algumas medidas –, não sei... Inclusive porque meus pais... Minha mãe não havia voltado, porém eu também pensava que minha mãe podia ir e trazer os pequeninos, bom, enfim, não tinha... Havia muitas opções que não estavam de todo claras, o que eu pensava, em realidade, era que íamos ficar muito tempo instalado em Porto Alegre, vivendo aí.

P: Lilián desculpa. E em relação ao Camilo – porque o Camilo já tinha uns sete anos – tu tinhas algum código com ele, ou seja, havia alguma preocupação com o que ele poderia saber e o que não poderia?

R: Não, não, porque já digo, nós... Ele tinha sete anos, não havia nada, eu não sentia que nós estivéssemos fazendo nada clandestino, ou seja, em realidade estávamos fazendo uma ação de denúncia à ditadura que pensei ser clandestina somente no Uruguai, porque em qualquer parte do resto do mundo é uma ação legal e protegida, definitivamente estávamos fazendo o mesmo que faziam os comitês pela Anistia do Brasil, ou seja, não tínhamos... Nós não desenvolvemos nenhuma ação ilegal. Ilegal no sentido profundo, ou seja, não havia armas, não havia... Não havia nada para dizer-lhe – Não; olha; isto... Não fales disto... –, porque o que nós podíamos falar ele podia escutar, ele podia saber, que éramos contra a ditadura. Ou seja, não existia nada, então não havia nenhuma prevenção, talvez tenha sido isto que claramente determinou para ele, depois, que era muito difícil entender o que se passava, ou seja... Eu o imagino, porque eu me imagino na cabeça de uma criança, de repente acontece uma situação como a que ocorreu que não entendem nada. E não é suficiente o que possamos lhe dizer, e, além disso, estar preso no que podes dizer para tranquilizá-los, dizer-lhes que tudo vai estar bem, ou que tenham... E não assustá-los... Não sei, é como um... É um momento muito complexo no qual, em geral, resolvemos bastante mal as coisas, por que... Não sei, eu acredito ter tentado explicar-lhes, e quando escuto Camilo dizer – Não, porque minha mãe me disse que esses eram amigos –, eu não posso nunca ter-lhe dito que os militares, que a polícia e que os militares eram amigos, não, não, não pode ser assim. Porém, talvez nesse modo de... No meu modo, que não é o de todo mundo, é o meu, de manter a calma, de estar com eles como se nada estivesse se passando, talvez tenha lhes transmitido, não com palavras, transmiti para eles com a atitude, tratando de protegê-los, inclusive no pior momento, que é quando cruzamos a fronteira que... Bom. Quando nós cruzamos a fronteira... Nós viajamos toda a noite, de Porto Alegre, depois dos interrogatórios... Isto, para situar, é de manhã. A detenção é de manhã, bem cedo. Aí me levam e começam a me torturar na delegacia...

P: Isto é no dia doze de novembro de 1978?

R: É no dia doze, é domingo. Domingo, dia doze. Até que começam a... Até que vêm com isto – Que quer dizer este endereço? –, então aí tomo consciência de que irão, então começo a gritar como louca que há duas crianças e que eu quero ir, eu quero ir. E aí é a primeira coisa significativa, para mim, que é que eu vejo uma diferença entre... Não uma diferença na tortura, e às vezes com isto parece que se está querendo estabelecer diferenças entre uns melhores outros piores, não tem nada a ver com isso, é um assunto de como estão situados os contextos políticos que incidem nas pessoas que fazem as coisas. Eu vejo uma diferença, porque vejo que Seelig, que era o que obviamente identifico como chefe, reage a mim imediatamente... Ao meu desespero pela presença das crianças. Então, eu aí percebo claramente que eles não sabiam que eu estava com meus filhos, e eles não esperavam semelhante complicação dessa operação. E é nisso que me agarro para pensar a estratégia de sobrevivência, não é nenhuma estratégia política super elaborada, senão pensar com a minha cabeça como saímos dessa situação, ou como eu saio, como meus filhos saem dessa situação.

P: Qual é o temor concreto que tu tens nesse momento?

R: O temor é que aconteça o mesmo que na Argentina, crianças desaparecidas, pessoas mortas; não vou pensar, não vou dizer que somente me importava que as crianças desaparecessem, também me importava que nos matassem. E quase como uma mesma coisa, as crianças desaparecem porque os pais estão mortos, e, portanto, os apropriam, e eu pensei – Bom Camilo

tem sete anos, mas uma criança que vive uma situação traumática como essa e é levada a uma família qualquer, bom, levará anos para ela poder pensar que nasceu em outro lado, e que tem outros pais, e que... Enfim, eram... O medo é esse, é o medo concreto da experiência de Simón, de Mariana, das crianças concretas que eu conhecia, com as quais trabalhava no sentido político, de denúncia, etc. Então, todo esse dia que passa desde a manhã, depois vamos à minha casa, eu estou com as crianças, as crianças ficam com a polícia que... Enquanto nos interrogam, e de noite, quando me levam sem capuz em um carro até a fronteira, também percebo que existe uma diferença na forma como esse comando brasileiro queria resolver o assunto, ou seja, eles queriam tratar de se safar de uma situação repressiva que envolvesse crianças. E por essa razão também o fazem, digo, eu vou em um carro, com meus dois filhos atrás, com eles, que eram Da Rosa e Didi Pedalada, que iam no banco da frente, em um clima como se estivéssemos indo a passeio; claro, era de noite, as crianças ao final dormiram, obviamente, porque estávamos esgotados, e durante toda a noite eu pensei – Que faço? Que posso fazer? –, e de alguma maneira começo a delinear, tinha clara uma única coisa, tenho que fazer com que me levem de volta a Porto Alegre. Não tinha ideia, não tinha muito claro o que é que iria se passar, ganhava tempo, creio que às vezes nessas situações o único que se quer é ganhar tempo, prolongar o máximo possível, e então tinha dois elementos: um, era essa conversa do dia anterior, dizendo – tenho que ligar na segunda-feira, na quarta-feira e na sexta-feira –; o outro elemento era que nós havíamos falado de uma reunião, então vou dizer-lhes que a reunião, essa reunião que havíamos suspenso, iria acontecer. E bom, creio que não me ocorria mais nada até aí, até aí era o meu plano, o que iria acontecer dependia também das reações do outro, e acredito que aí, depois, eu comecei a aperfeiçoar meu plano, por coisas que começaram a acontecer, quer dizer, eu não havia pensado em telefonar para Paris, não tinha pensado que essa ligação seria crucial na informação. Enfim, essas foram coisas chave que foram acontecendo nesses dias, porque nós chegamos de manhã muito cedo ao Chuy; passamos a fronteira; na fronteira havia um operativo realmente muito grande de militares, que eu não havia visto, não havia visto antes, é possível que já estivesse, porém simplesmente eu não o percebi, não o vi. E quando cruzamos a fronteira, o clima imediatamente mudou, a situação foi corpo no chão, tanto as crianças como eu, dentro de uma camionete cheia de militares com armas, uma situação realmente como que de guerra. E aí o interrogatório perto de Santa Teresa; e bom, no interrogatório é a segunda e última vez que vejo Giannone um minuto, quem faz o interrogatório é Bassani e Ferro. E então aí é quando eu lhes digo que eu tenho que salvar meus filhos, e que para salvá-los vou lhes dizer uma coisa que sei que não deveria dizer para eles, porque de alguma maneira estou traindo meus companheiros com essa informação, porém tenho a obrigação de salvar meus filhos, blábláblá, e então lhes digo que na minha casa do... Na sexta-feira... Vai ocorrer uma reunião, que eu não sei quem, porém sei que alguém da direção vai vir a esta reunião, e que a reunião é às cinco da tarde de sexta-feira. Coloco um dia da semana, e faltando bastante tempo, porque era a terceira vez que eu, teoricamente, teria que ter telefonado. Bom, eles imediatamente vão conversar entre si, vão conversar e decidem me levar de volta, e aí depois começa a instalação na casa, os interrogatórios, não há tortura, muitos interrogatórios durante muitas horas do dia, entram, saem, têm montões de pastas, registros, fotos, têm toda a história do PVP, etc., porque claro, aí já tinham arrecadado tudo o que tinham, e em uma situação na qual eu me sentia bastante cômoda, tranquila digamos, com o interrogatório. Já estamos na hora?

P: Sim.

DEPOIMENTO 24 – LILIÁN CELIBERTI – TERCEIRO DEPOIMENTO.

PORTO ALEGRE, 29 DE AGOSTO DE 2012.

P: Lilián, retomando teu testemunho anterior. Tínhamos parado quando estavas no pátio de Santa Teresa, depois de teres pensado em uma estratégia de como tornar público o sequestro, e te trouxeram para Porto Alegre. Podemos começar daí?

R: Claro. Bom, em Porto Alegre se davam essas condições. Camilo e Francesca foram para Montevideú – bom eu suponha isso, ninguém me disse que iam para Montevideú, ficaram ali com eles, Universindo também –, e eu regressaria sozinha. Em todo caso, o que mais me angustiava era a situação dessas duas crianças sozinhas com os militares. Chegamos à Chefatura de Polícia aí em... Eu já havia saído sem o capuz, portanto digamos que eu identificava claramente o lugar não é? E também por meus filhos – digo, por Camilo – porque Francesca tinha três anos, era muito pequena. Chegamos e me colocam em uma cela, nessa... Creio que chegamos como que ao final da tarde ou algo assim, e nos colocam na cela. Colocam-me, a mim, em uma cela, e a pessoa que cuida da cela é... Digamos que é como um cárcere comum, as celas onde colocam as pessoas detidas, e a pessoa que cuida é Elenira, a mesma policial que cuidou dos meus filhos, e a quem eu havia pedido que avisasse meus pais, que chamasse meus pais por telefone. Então, quando chegamos, ela me pergunta: - Onde estão as crianças? Então isso me possibilita, quando fico sozinha com ela, dizer-lhe, eu lhe disse: - Lembras que te pedi; porque ficaram com os militares...- Disse para ela: - Tu tens que me ajudar para avisar dessa situação, porque meus filhos estão com os militares no Uruguai, e eu estou aqui. Eu suponho que então ela sai e fala com alguém – eu suponho que fala com Pedro Seelig – porque quando ela volta me diz este, mas... Não lembro se me disse o capitão ou o... Não sei. Disse: - Se tu colaboras não vai acontecer nada com eles. Às crianças não vai acontecer nada, não vai acontecer nada. Porém eu vejo que essa mulher ficou muito abatida com a situação, se bem que tenha me dito: - Não, tu tens que ter confiança, tens que acreditar -, bom, enfim, o que pode dizer alguém que... Parece-me que tampouco estava em condições de dimensionar o que estava acontecendo não é? Não é culpada de omissão; ela não tinha os elementos para dimensionar – inclusive para entender – o que eu estava lhe falando, ou seja, a gravidade do que eu estava lhe falando. No dia seguinte vamos para o apartamento, me levam de manhã, se instalam ali no apartamento com Eduardo Ferro, que era o capitão uruguaio que nesse momento viajou comigo. Creio que antes ele não participou, ou seja, acredito que há uma substituição da equipe que estava nos procurando antes, que estava dirigida por Glauco Yannone, que era outro capitão, militar uruguaio. E nesse momento Eduardo Ferro o substitui, e é o único que fica junto com toda a equipe do DOPS que se instala na casa, que são... Normalmente havia uns seis, sete durante o dia; de noite havia menos. Vamos à minha casa; não nos encontramos com ninguém no caminho, na entrada, e isto é numa terça-feira não é? Porque nós viajamos no domingo; segunda-feira nós voltamos a Porto Alegre, e nessa noite eu durmo na Chefatura, e terça-feira digamos que nos instalamos nessa ratonera na casa. Bom, aí começam os interrogatórios. De fato, não há... São interrogatórios de muitas horas, com muitas pastas, com muito material, que têm... Basicamente quem me interrogava era Ferro; alguma vez, em algum momento, me interrogava algum policial do DOPS, porém era basicamente em relação a que se eu tinha relações aqui em Porto Alegre, com quem, quem eu via, quem... Mas era o mínimo, ou seja, eles estavam praticamente como apoio não é? Eram a parte logística do sequestro – logística e de segurança –, estavam aí para garantir que as coisas acontecessem, e eventualmente fazer outras intervenções. De todo modos estavam a par dos detalhes do operativo, porque eles, claro, tiveram que aceitar novamente um militar uruguaio e uma detida como parte de um operativo realizado aqui. As coisas acontecem assim esses dias, desde terça-feira até sexta-feira, com o episódio que ocorre na quinta-feira, quando em um determinado momento me retiram, porque me perguntam, por exemplo, onde eu me encontrava com quem, então lhes digo que no parque. Então me levam ao parque, para que circulássemos pelas ruas de Porto Alegre, mas basicamente... Como se chama este parque...

P: Farrroupilha.

R: Farroupilha. Então aí me levam caminhando com alguém ao meu lado, como para... Para que eu me encontrasse com alguém, mas não era nada concreto. Então, na volta, quando estamos voltando ao apartamento, encontramos um telegrama na caixa de correspondência. E o telegrama era de Paris, e dizia – Bolsa de estudos outorgada. Chamar urgente –. Então eles... Bom, sobretudo Ferro...

P: Isto foi inesperado para ti?

R: Bom, não pensei que iria ser dessa forma, mas isso me confirmava o fato de que se me mandavam esse telegrama era porque pensavam que algo estava acontecendo, não é? E queriam confirmar, checar ou ver o que estava acontecendo. Então nesse momento, e claro que eles também interpretam que esse telegrama não tinha nada que ver com uma bolsa, e que de alguma maneira estava garantindo... Era uma garantia que se estava colocando para a reunião que supostamente iria ocorrer no dia seguinte. E em realidade era uma reunião que inicialmente estava pensada, não para esse dia, mas para o sábado, no final de semana, mas que havíamos... Eu tinha me encontrado, um dia antes do sequestro, com um companheiro que estava morando em São Paulo, e que... E lhe disse – Acabam de me passar este... –, um jornalista, que eu pensava que era o Luiz Cláudio, mas ele me disse que não era ele, então não sei quem era. Provavelmente o que era o presidente do Coojornal, o diretor do Coojornal, este... Trindade, possivelmente. A questão é que eu tenho uma entrevista com um jornalista, e digo – em minha memória, porque as coisas... A memória também tem muitos enganos... Eu pensei que era o Luiz Cláudio, e recém terminamos de corroborar que não, que não era, mas estava convencida, até agora, de que era ele – que ele [o jornalista] me disse que estavam fazendo investiga... Que os militares uruguaios estavam na fronteira, e que estavam procurando uruguaios. Tinha chegado a eles – a ele ou a algum jornalista – essa informação. Então eu me encontro com um companheiro no sábado e lhe falo: - Diz ao Hugo Cores que não venha no fim de semana, é melhor esperarmos, porque o jornalista acaba de me dizer que há militares uruguaios na fronteira. E eu tampouco vou –. Porque eu tinha que ir a Rivera – Tampouco vou a Rivera, por razões de segurança. Parece-me melhor darmos um tempo para ver o que acontece –. No dia seguinte acontece... Então lhe digo: - Vou telefonar as segundas-feiras, todos os dias a tal hora. Ligávamos de um telefone público, num local da central de telefones, então simplesmente a pessoa estava esperando, e sabia, e por isso dizer: - Vou telefonar todos os dias, às três horas. Então, quando este telegrama chega... Eu, com certeza, penso – em realidade a estratégia estava baseada em que eles deveriam saber, porque eu não havia ligado nem segunda-feira, nem terça ou quarta-feira, etc., e que, portanto, tinha que haver algum alerta. Isto acontece na quinta-feira, portanto eu entendo, quando vejo o telegrama, de que efetivamente os mecanismos de alerta estavam ativados. E na quinta-feira... Aí começa a discussão, por que... Por que... Eduardo Ferro, que estava a cargo, digamos do interrogatório, começa a fazer conjeturas, e então diz: - Bom certamente isto é para checar se a reunião vai ser feita amanhã. Então tu tens que telefonar -. Então eu, no início, disse – Não, que disparate, como vou ligar para a casa de dois companheiros – que eram os únicos telefones que eu tinha, em Paris, e que, além disso, sabia de cor – Como vou ligar para a casa e falar com meus companheiros? Não, isto é impossível –. É a primeira reação que tenho. Então eles insistem, insistem, insistem, e em determinado momento eu digo: - Tenho que ligar, porque se não ligar eles não vão saber o que fazer. E eu tenho que garantir – já por razões absolutamente egoístas de proteção individual – que algo aconteça, porque senão irão me matar. Depois de todos esses dias, no dia seguinte não acontece nada, aí vão começar a me dar como... E, além disso, tinha o assunto dos meus filhos, que estavam no Uruguai com eles, bom, toda essa especulação passa pela minha cabeça. Então digo ao Ferro que, por favor, me deixe sozinha, que me deixe pensar e me deixe sozinha, que me dê um lápis e um papel para eu poder pensar, escrever o que vou dizer, porque é uma situação muito difícil, ligar para a casa de pessoas que são minhas amigas e não dizer o que está acontecendo comigo, e que bom, é uma situação na qual não me sinto segura se não a tenho escrito. Então, claro que imediatamente arrumam para que eu vá para o quarto, que era o quarto de meus filhos, onde estavam meus filhos, e me dão um caderno e um lápis. Bom, eu fiquei aí um bom tempo, raciocinando, porque até esse momento eu não ficava sozinha um minuto, sempre... A casa era pequena, tinha dois quartos, mas estava cheia de gente o tempo inteiro, e eu sempre estava sob vigilância digamos. Ou estava no interrogatório ou me

sentava para comer, mas nunca estava sozinha. Então esse foi o único momento em que estive como que uma hora fechada nesse quarto, pensando o que fazer. Pensando... Então escrevo a mensagem, cuidando para que seja muito precisa e que possa realmente ser compreendida do outro lado como mensagem. Evito qualquer outra consideração que não lhes mostre que, na realidade, estou debaixo de uma situação peremptória. São frases muito curtas, e que aludem a este... Bom, ao que nós usávamos, nesse momento: tínhamos uma série de linguagens cifradas, porque em realidade a comunicação com o Uruguai era sempre assim, era sempre cifrada, porque havia censura em todas as correspondências que chegavam do exterior, e nessa época não havia Internet, assim que tudo era por correio. Então quando penso isso, escrevo e digo [para eles], e eles acionam o mecanismo pelo qual me levam a um escritório, que era o escritório do chefe de polícia de Porto Alegre, um escritório de autoridades, um escritório muito... Suntuoso, poderíamos dizer.

P: Na Chefatura?

R: Na Chefatura, com poltronas grandes, com grandes poltronas marrons, e este... Não é? Estes... Bom, um escritório que se notava ser de alguém importante, de uma autoridade. Que, além disso, está presente e me recebe, não é? Essa pessoa, e que depois vi algumas... Vi na saída, claro. Quando saí da cadeia o vi em alguns jornais, sobretudo nos que se referiam ao enterro de Elenira, ao qual toda a planta maior da Chefatura de Polícia compareceu, o que também torna sua morte muito suspeita não é? Bom, desse lugar fiz a ligação a Paris. Além disso, essa ligação... Intervém do outro lado – a pessoa que recebe a ligação –, era meu companheiro, este, e... Bom, claro que isto também foi muito precioso, porque eu não o deixei falar, porque ele sentiu... Em um primeiro momento disse: - Ah! Que sorte que ligaste! – E eu imediatamente lhe disse: - Ai, por favor, eu tenho muito pouco tempo, me deixa, que eu quero te mandar uma mensagem e não sei o quê. Então, bom suponho que isto foi bastante evidente, também pelo vínculo, pela relação que nós tínhamos, de que não lhe dissesse nenhuma palavra, nenhum carinho, nem nada. Bom, termina a ligação; voltamos a casa; eu me sinto em uma situação bastante ambígua, podemos dizer, porque é uma coisa horrível estar ligando para uma casa, falando com alguém que afetivamente significava muito para mim, não poder dizer nada. Bom, enfim. Em uma... Uma mescla. Porém ao mesmo tempo pensando que, por tudo isso, por tudo isso mesmo, a leitura também iria ser muito mais correta não é? E efetivamente foi assim, porque imediatamente comunicaram ao Hugo o que havia acontecido, como foi essa conversa. E bom, aí ativaram os outros mecanismos, este que Hugo fez para que na sexta-feira os jornalistas chegassem, e também se contatassem com o advogado, com o Ferri, que chegou mais tarde, mas também chegou ao apartamento. Não houve um encontro aí, nesse momento.

P: A pessoa que ligou para o Luiz Cláudio foi Cores ou foi alguém que intermediou isso?

R: Não. Foi Cores.

P: Foi Cores.

R: Em realidade Cores começou a ligar... Creio que ligou para vários lugares. Encontrou o Luiz Cláudio e bom... Inclusive quando o Luiz Cláudio fez uma... Fez um documentário para a RBS, ele entrevistou o Cores – que bom, hoje não é possível entrevistá-lo –, mas bom, aí ele também conta como foi, a partir da sua perspectiva, como viveu isso, como precisou... Precisou de alguns apoios de pessoas solidárias que estavam em São Paulo, para poder orientar não é? De onde chamar, como fazer, como... Sobretudo com o advogado: bom, que advogado chamar, e isso. Então bom, digamos que o que aconteceu nesse dia foi muito determinante do que aconteceria no dia seguinte, porque em realidade esse dia – sexta-feira – foi como que um dia de espera não é? De espera durante todo o dia, às cinco da tarde... E efetivamente ocorre que, às cinco da tarde...

P: O horário foi casualidade? Esse “a las cinco de la tarde”?

R: O horário foi o que eu disse: às cinco da tarde. Mas é porque, simbolicamente, “a las cinco de la tarde” estava no poema de García Lorca, “ a las cinco en punto de la tarde”. Sei lá... Ou

seja, são essas coisas. Às cinco da tarde também se fez a manifestação contra o golpe no Uruguai. Ou seja, às cinco da tarde é um momento como que simbólico, e foi isso que me ocorreu. Talvez porque também em nossas vidas há coisas, horários, datas, que carregam em si símbolos também para quem as escuta não é? Ou seja, têm um peso simbólico mais além do que dizem estritamente. Às cinco da tarde pode ser um horário para uma pessoa; para nossa geração, para nossa história, era mais que um horário, não é um horário qualquer. É um horário que marca... Não é? Como que marca uma luta, uma... Então, isso também... Sem dúvida que para os militares não tinha nenhum significado não é? “Às cinco da tarde”, mas para Hugo, para meus companheiros, “às cinco da tarde” era uma hora... Bom, é por isso. Então esse dia, em realidade... Dia... Sexta-feira é como todo um dia de espera. E acontecem muitas coisas conosco, porque eles estão convencidos da minha colaboração. Eles estão convencidos, e aí sim, para mim é importante fazer uma reflexão de como, às vezes, certos preconceitos jogam contra os interesses que as pessoas defendem. Nesse caso, o preconceito militar, vertical, machista, patriarcal, não podia pensar que uma mulher que tem os seus dois filhos em suas mãos, pudesse estar fazendo uma trapaça. Penso que esse foi um elemento que eu senti em vários momentos, e que utilizei também em vários momentos. E, sobretudo, em toda esta estratégia, por que... Porque também me... Às vezes, se sabes manejar teu poder, nas piores condições, é possível obter outro registro do poder que não é o que a outra pessoa tem, não é? Esse “inimigo” tem um poder – o poder da força, o poder das armas, o poder de fazer o que quiser –, entretanto não tinha o poder sobre minha mente. Então bom, creio que joguei com isso, e eles estavam convencidos, estavam quase eufóricos, pensando que em pouco tempo iriam prender outras pessoas. Por isso, quando toca a campainha da porta, eles estão convencidos de que... De que as pessoas que vão prender são as que vêm a essa suposta reunião que haveria na minha casa. Bom, aí se desata toda a segunda parte deste episódio que, em realidade, vai ser contado melhor pelo Luiz Cláudio, por isso não vou detalhá-lo, porque me parece que o protagonista é ele. Porque, inclusive no momento em que acontece isso, eu abro a porta e este... Luiz Cláudio pergunta... Pergunta por Universindo, e pergunta: - Nos conhecemos? -, e eu lhe digo que não. Mas eu o conhecia sim. Eu lhe digo que não justamente para não o comprometer não é? Porém, a partir desse momento me tiram de... De cena...

P: Ele fala contigo em espanhol, em castelhano.

R: Ele fala em espanhol, quando chega. Porque como contam para ele... E, além disso, porque ele me vê, e efetivamente nós nos havíamos conhecido. Então é... Claro que ele tinha dúvidas, por que... Ou ficam dúvidas, mas em realidade ele sabia... E, além disso, tem dúvidas porque eu lhe digo que não, e lhe digo que não para não comprometê-lo em um interrogatório, que, penso, vai acontecer. Mas ao mesmo tempo fico mais tranquila quando me tiram de cena e me fecham no quarto, fico mais tranquila pensando que na certa este... Não... Ele, que nos conhecia, sabia o que estávamos fazendo não é? Quem nós éramos e o que estávamos fazendo, então não era tão fácil dizer-lhes – Não, porque isto –, não sei, qualquer outra coisa. Um erro de cálculo que... Um erro de cálculo meu, mas não dava tempo para outra coisa. É que sexta-feira é um dia péssimo não é? Para qualquer coisa, sobretudo para uma coisa pública, ou para ativar um mecanismo de denúncia, justamente porque é o final da tarde, porque com tudo isto eles saíram dali por volta das seis e meia da tarde, quando já termina o expediente, sábado e domingo não acontece nada também, em termos de informação e para checar a informação. E efetivamente, eles vão checar a informação na segunda-feira não é? Quando vão ativar para ver o que aconteceu, o que foi esta invasão, por que uma pessoa estava detida. E aí eles não encontram nada, e então as suspeitas de que isto foi um efetivamente um sequestro começam a se acelerar. Mas bom. De todos os modos, eu não tinha mais tempo para fazer outra coisa, porque eu também tinha que garantir que meus companheiros pudessem suspeitar de que algo estava acontecendo. E para isso tinha que deixar pelo menos três dias. E aí bom, terminava a semana. Não se pode... Não estava em minhas mãos controlar todos os fatores, somente aqueles que eu podia. Imediatamente depois disso, quando termina o... Eu sinto que... Sinto – porque estava aí vigiando, com os ouvidos, para saber o que acontecia –, quando sinto que os jornalistas vão embora, eles vêm me buscar imediatamente e dizem – Nós temos que ir, temos que ir –, e saímos como que na corrida da casa. Aí volto para a Chefatura de Porto Alegre, mas para um lugar totalmente diferente: não

são celas; são cômodos que têm colchonetes, algo assim como aposentos pessoais, me pareceu mais que não era da polícia comum. Aí fico vigiada por pessoas vestida de civil também, e me chama muitíssimo a atenção de que vários vêm falar comigo, pedindo-me que não os identifique. Que esse é um trabalho, que estão aí porque trabalham aí, que não têm a menor ideia de nada, que não estão de acordo com outras coisas, ou seja, que... Como se desculpendo, enquanto que a mim ficava... Bom, toda a dúvida de qual iria ser o desenlace deste episódio. E bom, até que chega o momento, lá pela meia-noite, este... Dizem-me que vamos para o Uruguai. Aí me sinto muito derrotada, por que... Porque bom, não... Não deu o resultado que eu esperava. Mas de todas as maneiras eu tinha muita confiança nisso, nesse episódio não é? Tinha confiança que, em realidade, fosse o que fosse que acontecesse, não ia ser como antes. Ou seja, que de todos os modos estávamos em outro... E isso, sobretudo – eu já digo – pelo medo que esses guardas tinham de ser identificados. Coisa que me parecia insólita, que viessem pedir a mim, que estava nessa situação terrível, que tivesse comiseração com sua história ou com sua vida. Era uma situação dessas que se dão na vida, muito paradoxais. Saímos. Desta vez passamos... Se na primeira vez entramos pelo Chuy, desta vez o caminho foi por Rivera, sempre nas mesmas condições, sem operativos muito grandes, só dois automóveis – porque era somente eu –, e chegamos a Rivera. Em Rivera havia outros dois oficiais... Dois... Sim, mais dois oficiais uruguaios, com os quais nos encontramos de manhã. E ficamos aí, não lembro por que, várias horas, porque inclusive até almoçamos em Rivera. Eu não estava algemada, mas, de todas as maneiras, tinha claro, absolutamente claro, que se saísse correndo, ou gritasse, a única coisa que iria acontecer é que me dariam uma surra, nada mais iria acontecer. Portanto, acedi a ficar como uma pessoa entregue, em uma condição sumamente pacífica, e falando com eles – sobretudo com os que não haviam estado em Porto Alegre –, um pouco na lógica de bom... Eles, de alguma maneira, um deles me disse: - Ah, como nos cagaste! E eu lhe disse: - Eu fiz só o que me mandaram. Só cumpri ordens. As ordens que me deram foram as que cumpri. O resto não é minha responsabilidade. Se os jornalistas chegaram, não foi por minha culpa -. Porém eles tinham claro que algo eu teria feito para que eles chegassem. Enfim. De todos os modos, aí também me dei conta... Apesar de tudo o que isso significava, eu não soube nada de meus filhos durante meses, nem sequer a quem os haviam entregado. O que soube, e que averigui por meus meios, ninguém me disse, ou seja, eu fiz de tudo para saber. Até que um guarda, um soldado que se apiedou de mim... Um pouco também nesta lógica de que... Quando eu voltei, quando nós fomos para o quartel, e quando voltamos, voltamos com certa aura de que – Nada pode acontecer com estas pessoas –. Então isso também gerava, nos soldados que nos cuidavam, como que certa curiosidade, de que: - Quem serão estes? Que pessoas? -. Foi uma coisa muito estranha, mas isso tem que ver com o fato de como esse comando atuou, de como atuaram essas autoridades de Porto Alegre que se envolveram no caso, que ficaram... Que se envolveram, na certa, porque estavam de acordo, porque seguramente era sua prática, mas também porque tinham uma informação de que aí, nessa casa, iam encontrar a dois temíveis terroristas. E era bastante – pouco crível – de que nós éramos, Yano e eu, dois temíveis terroristas. Não encontraram nenhuma arma, não encontraram... Não havia nada! Nenhuma coisa que significasse... Nem um faca, além das da cozinha. Então era como fantástico, porque as lógicas, as lógicas internas dos aparatos repressivos também se baseiam... Baseiam-se no ódio não é? A doutrina... Acredito que é muito importante, pensar: - Estes comunistas são inimigos de... De... São inimigos da pátria, de qualquer pátria –, isso funciona. Mas também, na medida em que se diz que são terroristas, há uma pauta de terroristas, não é qualquer um que pode dizer: - Sou um terrorista -. Então eu creio que aí se pôs em jogo... Entraram em jogo esses fatores, mas eu me dei conta que, assim como me dei conta no primeiro momento, de que não queriam que ficássemos mais tempo aqui, porque isso complicava uma lógica. Pensemos que havia umas eleições, que eram eleições de... De dois partidos, estes “legalizados”, não é? Que não eram eleições livres, muito pelo contrário, mas de todas as maneiras era uma paródia eleitoral, que, como toda paródia, tem que ter determinadas regras, determinadas normas. Além disso, havia um movimento muito grande pela Anistia, então... E esse movimento, independente de outras coisas, estava instalado em todas as cidades, e não era um movimento “comunista” digamos, no sentido de certos setores. Era um movimento que envolvia muitos setores, setores amplos da burguesia nacional, inclusive de setores economicamente mais poderosos, que viam que o Brasil não podia avançar se não tivesse uma abertura democrática,

por razões também comerciais e também econômicas. E econômicas desde o capitalismo, e não de... Não desde o socialismo. Então creio que todos esses são fatores que determinaram um pouco essa situação. Então bom, depois no Uruguai foi um período bastante, deixa eu ver... Isso foi... No Brasil em... Final de novembro, dezessete, dezoito de novembro, por aí... Dezoito... Eu cheguei de novo a Montevideu, e ficamos em uma situação... Desde o dia dezoito de novembro até seis de dezembro, completamente isolados, com interrogatórios, encapuzados todo o tempo, em um lugar com guardas, mas com muitos poucos interrogatórios, o que também chamava muito a atenção em relação ao que era a pauta comum dos detidos nesse momento no Uruguai, não é? Onde a tortura era uma prática absolutamente universal, e aqui não podíamos falar... É claro, estou dizendo a mim, porque sei que Universindo teve outro tratamento e outra forma de encerrar, mas eu vinha, e sim, havia, por exemplo: eu não comia e imediatamente vinham me ver, me mandavam o médico, o que estava acontecendo comigo. Então, se eu estava angustiada, coisa que era verdade, porque não sabia nada de meus filhos. Não me diziam isso, mas cuidavam para que nada me acontecesse, e havia uma vigilância constante nesse sentido. Até que fomos...

P: Tu estavas completamente isolada?

R: Sim, estávamos em um lugar que nunca soubemos exatamente qual era, até que nos levaram ao [Batalhão] Nº 13 da Infantaria, esta prisão foi no dia seis de dezembro. E aí estávamos em celas, bom, as mulheres e os homens, em celas onde havia outros uruguaios, que eram os que haviam caído no Uruguai e que foram os que determinaram a nossa caída não é? A situação era de isolamento, porém havia certa... Certa... Eu não diria liberdades, bom, mas sim, eu podia falar com os soldados, aí pude saber, tive a primeira conversa com minha família...

P: Como foi isso Lilián? Essa estratégia de...

R: Bom, eu fazia bonequinhos de pão. Então tinha como que uma coleção impressionante de bonecos de pão, desde... Não sei, fazia de tudo, o príncipezinho, este, outros, supostamente era uma coisa que me permitia este... Bom, nos davam pão, bastante pão para comer, então eu ficava com o pão, o amassava... Isso era uma coisa liberadora, e também fazer estes... Então os soldados que nos cuidavam começaram, me pedindo que lhes desse de presente um bonequinho. Então eu os dava de presente: fazia borboletas, fazia... E, além disso, depois – era tanto o tempo que eu tinha para fazer isso partir daí começou a se estabelecer como que relações com alguns soldados, e alguns vinham, este... Também nesse jogo, este... Que em parte também nascem das relações patriarcais, não é? O varão – que nesse caso era um soldado –, que também estava, culturalmente, em uma situação terrível, porque era um instrumento de todo esse aparato terrível da ditadura, porém era a saída para muitos jovens, sobretudo do interior, de trabalhar. Então, em realidade digamos que eram pessoas muito simples, que não tinham – diferentemente dos oficiais –, não tinham nenhum ódio a priori. É claro que alguns sim, porque, além disso, é possível detectar diferenças bastante grandes entre a tropa. Então, alguns deles eram pessoas comuns e correntes, que se aproximavam e tinham curiosidade de saber quem nós éramos, por que estávamos aí, por que estávamos protegidos, por que lhes pediam que “me” vigiassem. Então, a própria forma como estruturaram a vigilância fazia com que eles tivessem mais interesse em mim, e facilitava a minha comunicação com eles. Então bom, a partir daí eu também fui utilizando, de algum modo, essas vantagens que ocorriam. E num momento comecei a dizer para todos que não sabia nada de meus filhos, que não sabia se estavam bem, que precisava, por favor, que me trouxessem essa informação. Até que ao final um rapaz – dizia para todos que fora à farmácia onde meu pai trabalhava, que ficava no centro, para não lhes dizer que tinha ido à minha casa, por causa da vigilância –, então esse rapaz me traz, um deles me traz a informação, e me traz uma carta de minha mãe. Uma carta que me passa... Então leio a carta – uma cartinha assim –, porque suponho que minha mãe também tinha muitas desconfianças de pensar que um soldado ia levar-lhe informações. Então minha mãe me pergunta algumas coisas, e eu lhe respondo, porque minha mãe disse: - Como... Não entendemos como é que estavas em Porto Alegre... . Claro, porque não se entendia por quê... Depois alguém me viu em Porto Alegre, quando as crianças já estavam aqui [no Uruguai]. Então... Bom. Aí há uma comunicação, até que este soldado, lamentavelmente... Lamentavelmente não cumpre, e finalmente... Ele estava tão... Comovido... Tão emocionado... Que finalmente vai à casa de meus pais. E então, aí... Isso, porém, foi num longo...

Em um périplo que foi até... Dezembro, janeiro... Fevereiro! Até que em fevereiro – porque eles estavam vigiando a cada de meus pais –, então detectam e... Detectam alguém que entra, e começam a checar e descobrem que era um soldado. Então foi uma repressão impressionante! Processaram este rapaz, o torturaram, o processaram, creio que esteve preso cerca de dois ou três anos. E foi horrível. Para mim foi horrível também. Não só pela... Foi horrível pelo que significava, que uma pessoa, por ti não é? Por te fazer um favor, pudesse ter esse castigo. Foi muito duro, muito difícil. E, além disso, nesse momento nos deixaram sozinhos, os dois – Universindo em um lugar, eu em outro –, nunca nos vimos. Nunca. Jamais. Estivemos um ano e meio nesta condição, e nunca nos cruzamos, nem para dar uma olhada, nem tínhamos possibilidades de nos comunicar por uma parede, por nada. Eu somente sentia que fechavam o portão, e interpretava que o estavam retirando, ou para interrogar, ou para uma visita, ou para um recreio. Porém nada mais. Era uma questão de intuições. Então aí veio um período muito terrível, porque... A partir desse episódio das cartas... Cartas que depois continuaram, porque também tenho que dizer que nisto tanto minha mãe como eu fomos muito temerárias. Porque minha mãe, durante todo o tempo em que estivemos neste quartel – que foi um ano e meio, foi até oitenta –, nós nos encontrávamos... Eu tinha uma visita da minha mãe, meu pai, meus filhos, de quem seja, todos, de meia hora, a cada quinze dias. Então eram visitas terríveis. Terríveis porque meia hora passa voando, e porque as crianças estavam aí, era o primeiro ano, uma relação super difícil com Camilo. O lugar era... O escritório do coronel do quartel, do chefe do quartel, então era pequeno, com todos nós [neste local], dois cachorros na porta. Bom era uma situação... Então, eu e minha mãe tínhamos, nessa situação, um intercâmbio epistolar, proibido, que era: eu levava umas cartas – tenho algumas ainda – escritas com agulha em papel dos cigarros, e depois minha mãe trazia estas cartas a Porto Alegre. E então, bom, era um tráfico assim. Inclusive depois que minha mãe morreu eu encontrei, quando estava limpando, duas cartas, que ela nunca se desfêz, ou seja... Inclusive no ano de 1982, quando Ferri lança um livro... Aparece uma foto, então eram supostamente super clandestinas não é? Bom, mas aí as cartas eram públicas. E minha mãe nesse tempo então, nessas visitas, me contava basicamente a situação dela – as denúncias, o que ela, e o que estava acontecendo e se fazendo aqui, no Brasil, ou seja, em Porto Alegre, porque ela já viajava. Coisa que também de certo modo eu já sabia, porque algumas vezes vinham-me interrogar... Vinham me pressionar para que eu dissesse à minha mãe que não viajasse mais ao Brasil. E aí havia como que um jogo, porque creio que não se animavam... Não se animavam não. Resultava-lhes complexo detê-la. Não é? O caso tinha tanta notoriedade que se à minha mãe – que tinha vindo montões de vezes aqui, que havia feito a denúncia pública – a detinham, ia ser como um descrédito. Penso eu não é? Porque isso foi o que concretamente se passou, porque vinham me dizer para que eu dissesse à minha mãe que isso me prejudicava, que ela viesse a Porto Alegre. Então, eu lhes dizia: - A mim não prejudica, prejudica a vocês. A mim não prejudica absolutamente. Portanto não tenho que dizer nada à minha mãe. Ela é grande e sabe... Vai aonde quer -. Então havia como uma pressão. Depois a mim também me dava medo; medo que minha mãe terminasse ficando comigo aí no quartel. Porque, além disso, minha mãe era forte, mas também frágil, não é? Uma mulher que tinha problemas de coração, e que estava suportando, também, muitas coisas, porque estava com a minha filha, que tinha cinco anos, e tinha... De alguma maneira, tinha que voltar a ser mãe, com uma menina que tinha que levar à escola, tinha que cuidar, ou seja, que tinha suas saudades, suas angustias. Enfim! Era uma situação... E por seu lado, ela fazendo este... Assumindo um papel público, mas pressionada também, porque os militares iam vê-la, pressionavam-na, diziam-lhe coisas que ela não tinha com quem se aconselhar, no Uruguai, porque não havia... Ou seja, se sentindo muito sozinha, também. Muito sozinhos, com certeza, ela e meu pai. Inclusive, porque uma casa vigiada... Tinha uma parte da família que não ia visitá-la, porque tinham medo, ou seja, medo é uma coisa... Isso é o que define as ditaduras não é? As ditaduras são definidas pelo medo, porque as pessoas fazem coisas – e deixam de fazer coisas – que são parte da vida cotidiana, como era... Irmãos de meu pai que não iam à minha casa. E isso também foi gerando em minha mãe como uma... Como certa... Eh... Amargura. Não é? De... Inclusive, quando chegou a democracia, lembro que um dia tinha uma entrevista com a imprensa. Jair Krischke tinha ido com vários parlamentares – quando nós saímos da prisão, não foram nos visitar –, fez-se uma entrevista com a imprensa em um lugar, e vieram vários jornalistas uruguaios, e então minha mãe lhes disse: - E vocês, que estão fazendo aqui? Agora vêm? - Então

eu dizia claro, eu dizia: - Mamãe, mas é lógico, como iriam vir em um momento em que há ditadura, que são perseguidos? – Mas ela tinha essa coisa como – branco/negro – não é? Ou seja, que também é lógico quando alguém tem que brigar muito sozinha não é? Muito... Encarando o mundo com essas situações.

P: Lilián, e aqui em Porto Alegre, as pessoas que a recebiam e ajudavam, eram principalmente o Ferri, depois apareceu também o Movimento, com o Jair.

R: Eu creio que minha mãe se sentiu muito acompanhada pelos jornalistas e por um sem fim de pessoas que... Muitíssimas não é? Porque ela vinha aqui, e ia se formando toda essa rede de pessoas, de jornalistas, que falavam com ela, que vinham, com Ferri, com outras... Com o próprio Movimento e seus ativistas, pessoas que foram gerando amizades, mais além... Creio que isso que ela não tinha no Uruguai, ela encontrou aqui. Ou seja, ela encontrou no sentido de que para ela isso foi... Houve todo esse movimento aqui para minha mãe nesse tempo, e o grupo da Anistia da Itália, que foram as sustentações também afetivo-pessoais, não é? Ou seja, às vezes, quando se está nessa situação, precisa-se falar com alguém. E ela falava: falava com Ferri, com Mitchell, falava com os jornalistas, com os fotógrafos. Tinha como um círculo, que me chamou muitíssimo a atenção: quando saímos da prisão, encontrar esse... Esse... Esse círculo de amizades, de anedotas, de histórias, que ela compartilhou com tantas pessoas, durante... Durante quase cinco anos! Durante cinco anos, em realidade! Porque em realidade foram cinco anos. Porque ela veio, pela primeira vez, em dezoito de novembro ou dezoito de 1978. E aí esteve, sobretudo no momento da investigação, percorrendo cada coisa, os jornalistas iam ao Uruguai, iam a casa, viam o Camilo. Isso foi tudo no primeiro ano, preparando a história. Então acredito que foi muito, muito importante, toda a solidariedade que ela sentiu, que foi o que a sustentou, realmente, o que a sustentou para poder encontrar também com, bom, com o Jair, com a família do Jair, com as coisas... Ou seja, eram relações que não eram somente operativas, que foram construindo vínculos de outra natureza, que significavam para ela a sustentação, o apoio emocional-afetivo, pessoal, etc., não é?

P: Bom, olha, temos dez minutos. Então o que falta de tudo que nos falaste que é importante dizer.

R: Ahhhh, uffff....

P: Por que já encerrei as perguntas, não faz sentido.

R: Sim, claro.

P: Não sei se queres falar, de repente, da saída, das expectativas, do reencontro com as crianças, a inserção na luta, não sei.

R: Sim, sim. Sim, talvez este... Pensando um pouco, de repente fazer como que um balanço final sobre esses episódios na vida das pessoas e nas histórias das sociedades, algo assim, para terminar. Com outro, por exemplo, com García Rivas sim, me encontrava.

P: Tu te encontravas com ele?

R: Não, não me encontrava. Falamos por telefone. Foi... Porque falamos... Ele estava... Vinham pessoas da BBC, fazer uma coisa sobre a tortura, e então entrevistaram... Bom, supostamente um torturador e um torturado. E então haviam entrevistado ele, e entrevistaram a mim, apesar de que ele não me torturou. Este... Então a moça que estava fazendo a produção me deu o telefone dele, que ele estava morando na Espanha. Então como Camilo estava morando na Espanha, quando eu fui [a casa] de Camilo, telefonei para ele. Então falamos por telefone. Ele me disse: - Ai se vem a Alicante nos encontramos -. E ele esteve agora no Uruguai, e pediu à juíza se tinha meu telefone, para me localizar, e não me localizou. Porque a juíza não o tinha, e muito menos o teria dado, se tivesse. Mas com ele sim, não...

P: Ele agora está se mostrando publicamente não é? Por que havia... Além disso, tinha um pouco...

R: Ele está se apresentando... Ele foi ao tribunal, declarou no tribunal... Não em nossa causa, mas em outra, em outra causa. E este... Mas ele... Ele estava vendo se teria alguma possibilidade – segura – de voltar para o Uruguai. Mas não é tão... Bom, digo, que sei eu, não sei. Não sei se seria seguro, ninguém pode assegurar.

P: Muito bem, Lilián, então, se tu achas...

R: Tomo o café e já...

P: Toma, toma o café com calma.

R: Muito bem. Este... Bom, por onde começo. Começo? Está. Acho que, além disso, há duas coisas que se pode dizer que significam como um balanço de todos esses episódios. Primeiro, de que em realidade, às vezes, a memória não é a que acontece instantaneamente, no momento, se bem que existe... Por exemplo, eu precisei, no ano de 1989, fazer um livro, para poder me liberar disso, não é? Contudo, nesse momento havia um público, e havia um público minoritário, para recolher essas histórias. E nem sequer... Outras pessoas podiam refletir, ainda, apesar de que cinco anos já haviam passado do regresso da... Quatro anos, do regresso da democracia. E hoje está cada vez mais presente a necessidade de contar as histórias. Inclusive para Camilo, que hoje tem quarenta e um anos, é mais importante hoje do que o que passou, não porque tinha deixado se ser importante, mas sim porque ele não tinha condições de assumir sua própria história. Então isto também deixa como que esse ensinamento de que os momentos de construção da memória não são lineares não é? Precisam a recopilación, precisam juntar a informação, precisam dos testemunhos, mas há um momento em que esses testemunhos podem ser escutados. E podem ser refletidos. Então, me parece que hoje, um pouco de tudo o que é esse movimento das memórias, das ditaduras, é um ciclo que não terminou. Apesar de que podemos dizer, e aí é uma coisa simplista de dizer – Isto é o passado, este é o presente, temos que olhar para o futuro –, em realidade há uma linha de continuidade no presente que está enraizada nesse passado. E esse passado que não se revisa tem a ver com pessoas que continuam sendo parte da sociedade, não é? Então creio que o virar a página demonstrou ser uma ação impossível. Simplesmente, o que era este... Poder [fazer isto], não é mais possível. Sempre aparece isto que está embaixo, que são as histórias, que são as memórias, que são as dores, que é a experiência, e também a resistência, a luta, os símbolos, as coisas que se criam na repressão, porque também se criam coisas, as pessoas não são passivas... Passivamente vítimas. As pessoas vítimas são atores, e também constroem essas... Essas memórias da resistência, essas lutas nos cárceres, que são feitas de pequenas coisas, mas que demonstram que se soube, que se quis, não ser pisoteado não é? Apesar... E se as sociedades de hoje não são capazes de olhar isso, perdem de reivindicar e de... De... Tomar como acervo a riqueza do humano que está colocada nessas lutas. Porque em última instância a resistência é isso: é a capacidade que os seres humanos têm de enfrentar as adversidades e construir coisas belas, apesar da dor. Parece-me que este é como que o fechamento desta... Pelo menos para mim, em minha experiência. De fato, eu não sou uma ativista... Sou uma ativista de direitos humanos; não sou uma ativista da minha história. Conto-a quando tenho que contá-la, mas não fiz disso minha identidade política. Minha identidade política é ser uma ativista mais ampla. Mas está baseada também nesta experiência não é? Então é como uni-la, como juntá-la, como as relacionar. Este é o desafio.

P: Muito obrigado.

DEPOIMENTO 25 – EFRAÍN OLIVERA LERENA.¹⁶⁷**MONTEVIDÉU, 28 DE SETEMBRO DE 2012.**

P: Efraín, o primeiro, então, que queria te perguntar. Peço-te uma pequena apresentação, e que nos fales um pouco da tua formação e como te aproximias do tema dos direitos humanos.

R: Bom, meu nome tu já disseste, de modo que não vou repetir. Eu nasci em Montevideú, de dois pais do interior do país, meu pai era gaúcho, pessoas muito pobres, e bom, os direitos humanos sempre me preocuparam de forma assim, em geral, de modo que quando eu tinha mais ou menos uns dezenove anos, pelos [anos] sessenta, por aí, ingressei no Movimento Emaús. Este movimento foi fundado na França, uma vez terminada a guerra... A Segunda Guerra Mundial, por um cura que se chamava Abade Pierre; em realidade não se chamava assim, porque usou vários nomes, porque ele havia colaborado com a Resistência. Então, depois que terminou a guerra, houve um governo francês, e ele foi eleito deputado, e se mudou para Paris, conseguiu uma casa velha, em muito mal estado, e o caso dos jovens, filhos de pais que haviam sido da Resistência, ou que haviam sido [inaudível] com os nazistas lhe preocupava. Então pensou em receber esses jovens nessa casa. O nome de Emaús vem da Bíblia, de que quando Cristo havia dito que ia ressuscitar, e não ressuscitava, iam três – três ou quatro apóstolos – caminhando por um caminho e se encontraram com uma pessoa no caminho, que lhes perguntou o que estava acontecendo com eles, pois estavam muito tristes, notava-se que estavam muito tristes, e eles lhe disseram que o que ocorria era que seu mestre não ressuscitava, e [eles] e o caminhante foram para uma pousada passar a noite, e na hora do jantar este desconhecido se identificou como o Cristo, pode-se ou não acreditar nisso, mas está aí [na Bíblia]. Ah, e esse lugar se chamava Emaús, ou seja, o lugar onde as pessoas recobram as esperanças, então, por isso, o nome Emaús tem muito que ver com recobrar a esperança. Então esse cura francês fundou isso, em seguida passou a ajudar pessoas que morriam de frio ou de fome, trabalhando com pessoas que não tinham nada a perder, e ele se considerava um privilegiado, bom, paro por aqui com este conto da França, esse movimento se... Em outro momento também foi fundado no Uruguai, com outra maneira de funcionar, e foi aí que eu, há dois ou três anos de seu funcionamento, me integrei a ele. Trabalhávamos, antes de tudo, com as pessoas que viviam no que aqui nós chamamos de cantegriles, que são como que as favelas do Brasil. Trabalhei aí até 1981... Voltemos aos cantegriles, esse trabalho que se fazia nos cantegriles. Então, aqui no Uruguai trabalhamos nos chamados cantegriles, que são como que as favelas no Brasil, que recém estavam se formando no Uruguai. A ideia era ajudar as pessoas, mas também de ajudá-las a pensar por que estavam nessa situação. Eu estive, disse, muito envolvido com o Emaús até 1981, quando o deixei, continuo vinculado ainda, mas passei a me dedicar, com outros companheiros e companheiras, a fundar o SERPAJ.

P: O que acontece no Uruguai nesse momento Efraín? Ou seja, final dos anos setenta, qual é a situação, com a ditadura?

R: Tínhamos vários anos de ditadura, que havia sido muito dura. Alguém dirá – Ah, todos os países dizem a sua é a mais dura –, em todo caso, o que acontecia no Uruguai é que era um lugar pequenino, sem florestas e nada, era fácil de localizar a todos. Então, foi aí que... Bom, em cada um dos países do Cone Sul se aplicaram técnicas diferentes, no caso da Argentina, por exemplo, foi o desaparecimento por atacado; no Uruguai também houve desaparecimentos, mas a técnica, a

167 Efraín Olivera Lerena nasceu em Montevideú, Uruguai. Na década de sessenta ingressou na entidade que auxiliava comunidades carentes, “Movimento Emaús”, originado na França em decorrência da resistência à ocupação nazista. Em 1981, Efraín se afastou deste movimento, embora sem romper o vínculo, e fundou com outros ativistas, como Luis Perico Aguirre, o Servicio de Justicia y Paz-Uruguay (SERPAJ). Por meio desta organização, ajudou os refugiados e perseguidos políticos no Cone Sul, trabalhando ao lado de entidades como o Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, em Porto Alegre. Mesmo com o fim da ditadura uruguaia, o SERPAJ se engajou em questões relacionadas ao resgate da memória e à procura de desaparecidos políticos e produziu o relatório “Uruguay Nunca Más. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985)”. Hoje Efraín é membro honorário internacional do SERPAJ/América Latina e diretor da seção uruguaia.

metodologia foi, antes de tudo, prender muitas pessoas e torturá-las, e, é claro, algumas morriam nisso. Então, em um determinado momento chegamos a ter, no Uruguai, a maior porcentagem de presos políticos em relação à população. Depois, como os recordes sempre são superados, ocorreu o golpe contra Sukarno na Indonésia, e aí houve... Mais pessoas. Pelo menos foi isso que nos disseram. Então, é um regime totalmente repressivo, porque não só se detinham, de cada vez, pessoas que haviam estado na guerrilha, mas elas eram torturadas, isso tudo. Continuou com a esquerda, e também com pessoas que não eram da esquerda; aconteceu que todas as pessoas – nós, os uruguaios – estivessem fichadas com categorias “A”, “B”, ou “C”. Os “A” eram as pessoas boníssimas, e depois os “B” e os “C”; podia ser “B”, por exemplo, alguém que não sei, há muitos anos atrás, quando Fidel Castro veio aqui, quando ainda não se havia declarado marxista, o recebeu e apoiou, bom, essas pessoas que agora é possível que sejam de direita, têm igualmente a categoria “B”. Os “C”, bom, é o que restava das pessoas de esquerda, mais ou menos, porque não estavam presas nem fora do país, nem desaparecidas. Falo isso para... Como fato anterior importante, foi um plebiscito que houve em 1980, muito próximo ao do Chile, nos dois casos as ditaduras acreditaram que havia chegado o momento para colocar em votação novas constituições que de fato tornassem legal o que era feito ilegalmente, fora da lei. Fizeram-se essas votações; no Chile ganhou o “Sim”, ou seja, ainda ficam resquícios dessa Constituição, depois te [inaudível] mais sobre isso, mas não... E aqui não se pôde fazer nada, no Chile deu para afrontar um pouco mais, aqui não deu para fazer praticamente nada; os dois partidos tradicionais, as alas mais progressistas fizeram, cada uma, um ato, em alguns... Aqui, no retorno, o Partido Nacional foi bastante reprimido, e se votou. Era uma situação... O que acontecia, estávamos na fila para votar, e ninguém falava com quem estava ao lado nem nada, que não venham a saber o que eu penso. No final do dia, os militares [...] essa parte das comunicações, tiveram que mudar seu discurso e reconhecer que haviam perdido.

P: Apesar de tudo.

R: Apesar de tudo, uma coisa muito importante, eu creio que ainda está por escrever um pouco mais sobre como pode ter acontecido isso, porque era... Não se podia divulgar o que estava dentro dos corações das pessoas, assim. Falei muito disto com os chilenos, que me disseram as razões que, segundo eles, se deram para que isto acontecesse, mas se eu falar disso agora vai ser muito extenso. Isso foi em 1980, o governo teve que reconhecer que isto acontecia, mas, em realidade, endureceu a mão, e bom, foi um retrocesso. Eu acredito que essa era a situação [...] nem falar da distribuição de riqueza, nem de trabalhadores, nada disso. Então, estava falando que o SERPAJ nasce em 1981. Comigo aconteceu que em dezembro de 1980, em um jornal que se chamava El Día – que agora não existe mais – apareceram notícias – não chegavam muitas notícias, mas esta chegou – de que na Argentina e a um argentino que eu não sabia muito bem que existia, lhe haviam dado o Prêmio Nobel da Paz por trabalhar pelos Direitos Humanos em um ambiente muito parecido com o nosso. Então nos ocorreu se não poderíamos, aproveitando esse pequeno boom, fundar algo similar aqui. Então, já em janeiro falei separadamente, com todo o sigilo necessário, que estávamos acostumados nesse momento, com umas quatro ou cinco pessoas importantes para – separadamente – lhes sugerir esta ideia. E todas me disseram mais ou menos o mesmo: que boa ideia, era necessário fazer algo assim, mas, dada a situação, não viam como seria viável. Uma dessas pessoas era Luis Pérez Aguirre, o amigo Perico, que como que um mês depois me chamou e me disse: - Tu lembra o que disseste da outra vez? Bom, acontece que um conhecido meu, um uruguaio, sociólogo, me escreveu de Buenos Aires, e ele está trabalhando com Pérez Esquivel, e nos sugerem fundar um SERPAJ aqui. E nos prometem um apoio -, que em realidade ninguém podia saber, nesses momentos, até que ponto o apoio era útil ou não. E foi então que decidimos, depois de pensar um pouco, nos lançarmos nisso. A ideia era nos ocupar, não, nos ocupar não, preocuparmo-nos com todos os direitos humanos e a paz, ocuparmo-nos com tudo não podíamos; começar a funcionar publicamente; quando funcionássemos, que as pessoas que se integrassem fossem todas conhecidas, não por querer formar algo de elite, mas para que os serviços não fossem a vir se integrar ou coisa parecida; que soubessem que podiam correr riscos, dissemos isto, sobretudo, a alguns companheiros, casais que tinham filhos, nós lhes sugerimos que somente um se integrasse; de qualquer modo, um casal se integrou os dois; e decidimos pensar o que fazer. Queríamos conseguir um local que, na medida do pos-

sível, fosse de alguma instituição que estivesse disposta a emprestá-lo para nós, uma coisa nada fácil. Então, ao final um companheiro, também jesuíta, [...] Bosca, conseguiu uma casa, bastante afastada do centro, em General Flores passando Propios, Batle y Ordoñez, uma casa que tinha sido um colégio de freiras, muito comprometidas elas, e nos emprestaram uma peça ali. A casa tinha um jardim na frente, tinha que caminhar cerca de quarenta metros para chegar à escada, e tinha uma espécie de terraço descoberto com pilares, e a peça ficava atrás. E foi aí que começamos com essa ideia de nos preocuparmos por todos os direitos humanos. E aí vem o assunto, nossa relação com os presos políticos e desaparecidos. Precisamente, muito depressa se aproximaram de nós familiares de desaparecidos na Argentina, e começamos a trabalhar com eles, familiares de presos também, assim foi que o primeiro ato público que fizemos teve por tema os desaparecidos uruguaios na Argentina. Deixamos fora os uruguaios no Uruguai porque era mais abrasador ainda; procuramos onde, pensamos em uma Igreja. O movimento é de inspiração cristã, mas não é confessional. Tínhamos companheiros padres, três ou quatro, tínhamos três pastores protestantes, um uruguaio e dois estrangeiros, e depois nós dizíamos que tínhamos pessoas, não as selecionamos por... Como podia ser, veja, agora precisamos de um sociólogo, um advogado, não, não. Que venha quem quiser dos amigos, e faremos o que pudermos. E bom, aí deixamos livre... Ah, estava te falando do primeiro ato público, pensamos em fazê-lo em uma Igreja, e em uma igreja tínhamos que cumprir com várias condições: a primeira era que o pároco quisesse, o que não era tão fácil; logo, pensando na possível repressão, que a porta não ficasse na calçada, que não desse imediatamente para a rua, e conseguimos uma paróquia que se chamava Jacson, lá em Roberto Herrera, que tem um montão, como que a vinte minutos de... [...]. Fizemos esse ato ali, e quando começamos já estava muito cercado por policiais, mas não impediram que as pessoas entrassem. Os policiais da inteligência sim estavam sentados ali nos escabelos, e tiravam fotografias de todas as pessoas. E depois, quando a atividade iniciou, entraram e colocaram gravadores nos bancos da igreja, porque foi bem claro que estavam gravando, e isso durou até passado o meio-dia; a ideia era continuar um pouco mais, porém nós vimos que a situação estava muito tensa, não queríamos assustar as pessoas, fazê-las correr perigo, e bom, esse foi o primeiro ato. Depois fizemos vários, por diferentes motivos, inclusive por [...], lembro-me, e começamos a trabalhar, afora apoiar os familiares, também pensamos em trabalhar a educação, saúde, o mundo do trabalho, pois nesse momento todos os sindicatos estavam dissolvidos, e por pressões da OIT¹⁶⁸ tinha-se decidido autorizar o funcionamento do que chamavam de associações profissionais, tanto de trabalhadores quanto de patrões; em realidade as dos patrões estavam sempre funcionando, não tinha que autorizá-las a nada... Corto um pouquinho aqui porque lembro que, quando do golpe, em vinte e sete de junho de 1973, os trabalhadores cumpriram com algo combinado, que era ocupar os locais de trabalho, os lugares eram desocupados e depois se tornava a ocupá-los. A refinaria ANCAP,¹⁶⁹ que fica aqui na baía, teve a sua chama apagada pela primeira vez, que era todo um símbolo, todo um símbolo que vias, e não estava funcionando, porque o fogo estava apagado. E então lembro que a primeira aparição na televisão falando de voltar ao trabalho não foi a de um militar nem do ditador Bordaberry, foi a do presidente da Câmara das Indústrias. Que por sua vez era testa de ferro de uma empresa [...] a tal ponto que depois foi escolhido como Embaixador em Londres pela ditadura. Se tivesse tido uma fábrica aqui, não teria ido para lá. Porém falo isso, de como as Câmaras empresariais apoiaram o golpe, [...] que não foi só [golpe] militar. Obviamente que sem os militares não haveria golpe, mas... Eu fui a um... Por pressões da OIT o governo resolveu autorizar o funcionamento do que seriam sindicatos sem o nome. Mas com algumas condições. Por um lado – antes eu dizia que todos nós, uruguaios, havíamos sido colocados em categorias “A”, “B” ou “C” –, todos os sindicalistas de então eram “C”, então não podia ser nenhum desses, e, afora serem “C”, ou estavam presos ou estavam fora do país, ou mortos, também. Então foram muitas pessoas jovens que foram trabalhar nisso, e muitos deles os patrões despediram, e nada. A ideia era que essas associações profissionais fossem de primeiro, segundo e terceiro graus. O primeiro era por empresas, e como aqui no Uruguai a maior parte das empresas são pequenas, estavam quase sozinhas; o segundo podia ser por atividade, e o terceiro algo assim como centrais que nunca chegaram a se formar. Então, para contribuir com isso, com o diálogo – porque se tem que dizer assim, bom,

168 Organização Internacional do Trabalho.

169 ANCAP: *Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland.*

tem-se que aproveitar o que nos permite, o problema é que se falasses com quem estava do teu lado te expulsavam –, então, para facilitar esse diálogo, nós fizemos uma historieta, se chamava “Quando os Pereyra se reúnem”, de uma família que, aos domingos, se reunia para comer massas que se comem aqui, e que falavam de situações assim; havia uma que se chamava “Precisa-se de jogadores”, e falava de um jogador de futebol, mas eram pessoas que [...] por algo, não é? E o outro caso era o de uma fábrica [...], não lembro bem do nome agora, bom, essas foram as coisas que nós fizemos, e bom, se espalhou um pouco, não... De fato, na parte da saúde não chegamos a trabalhar quase nada; trabalhou-se um pouco pela educação; na informação fazia-se um boletim em folhinhas assim, um boletim informativo, mais do que qualquer outra coisa, e se queres já passo para o ano de 1983... Bom, também participávamos em atividades no exterior, e em 1983 tínhamos passado a informação para o Perico de que iriam nos fechar, porque estávamos incomodando muito.

P: Não chegaram a agredi-los, em termos físicos ou... Bom, ameaçavam, vigiavam, fotografavam, mas nunca chegaram a...

R: Não, a ameaça era de que às vezes diziam – Tem uma bomba colocada aí, saiam depressa, porque a bomba –, ou senão – Vamos matá-los na rua –, no caso de Perico –ele morava em Las Huellas, em Las Piedras –, ele vinha de moto, então os jesuítas obrigaram que ele deixasse a moto, e lhe deram uma camionete, para correr um pouco menos de perigo. A ameaça estava sim pendente. Por sorte, não por sermos valentes, mas não nos amedrontaram. Então, em 1983 vimos que desta vez iriam nos fechar, então, bom, que nos fechem conosco fazendo algo pelo menos, então pensamos no que fazer, o que havia para fazer que pudéssemos fazer com nossas poucas forças e nossos poucos recursos. Então surgiu a ideia de fazer um jejum, coisa que no Uruguai não era nada comum, o Uruguai não é um país... Quase nada religioso, chama a atenção das pessoas de outras partes da América Latina, mas somos o país mais laico da América Latina, então os jejuns, que tem uma conotação meio religiosa, não eram comuns. Por mais que antes tenha havido alguns, sim. Então íamos fazer um jejum, mas quando – vimos que o mês seguinte a isso era agosto – e pensamos no dia vinte e cinco de agosto, dia da festa pátria, pedimos às pessoas que se reunissem em clubes, igrejas, coisa assim, ou que ficassem em suas casas, mas que não saíssem, e que mandassem, se quisessem, digamos que cartinhas anônimas para o governo, expondo a necessidade de uma saída. Nós todos estávamos com muita vontade de jejuar, quando recebemos um bom conselho das pessoas do SERPAJ da Argentina, que nos disseram – Nós, em condições menos duras que as de vocês... –, nós não sabíamos que Pérez Esquivel quis vir aqui, mas que foi barrado no aeroporto, não na primeira vez, mas na segunda sim, então diziam – [...] fizemos um jejum e terminado o jejum as pessoas que o fizeram caminhavam pela rua e as do grupo de apoio caíam, dormiam. Então coloquem a menor quantidade possível de pessoas para jejuar, e os demais para trabalhar no grupo de apoio –. De modo que, ao final, três companheiros jejuaram, ou três religiosos, e um deles era Perico Pérez Aguirre, outro era Jorge Osorio, que era o padre do clero, e o outro Ademar Olivera, que era, é, pastor metodista. E bom, não lembro qual dia, se foi no dia vinte e três, ou antes, ainda, do dia vinte e cinco, dia da data prevista, a polícia rodeou o quarteirão, e entraram...

P: Isto era onde?

R: Em General Flores... Ah, também vou dizer que vinham pessoas, neste lugar, por causa dos jornais, nos localizavam pelas notícias, tinha pessoas que vinham, queriam participar e aderir, e saber o que podiam fazer. Bom, em geral não muito, por que o que as pessoas que jejuam fazem? Bom, como são religiosas fazem uma oração duas vezes ao dia, uma meditação, e as pessoas vinham para isso, embora não fossem nada religiosas nem nada. Então, cada vez vinham mais pessoas. Então retorno ao que falei antes, eles cercaram a casa, entraram, e nos disseram que, a partir desse momento, quem saísse não poderia entrar; que decidíssemos o que iríamos fazer; e nós já havíamos pensado um pouco que poderia acontecer algo parecido, então decidimos que um companheiro cura ficasse com os companheiros que faziam o jejum, para atendê-los, e os demais tinham dois lugares previstos para se reunirem: fomos ao primeiro, e os Serviços [da polícia] já estavam na porta, nos deixavam entrar, claro, mas... Fomos ao outro e a mesma coisa, nos seguiam em veículos e tudo isso, não era grande coisa. E as pessoas que antes entravam na casa,

começaram a se reunir na rua, e eram mais e mais pessoas, paravam o trânsito em General Flores, que é uma Avenida de mão dupla, de modo que uma vez... Aconteceu duas vezes, mas teve uma vez que eram mais de trezentas pessoas, e levaram todas elas presas ao quartel da Guarda Metropolitana, que são os couraceiros¹⁷⁰ de agora, e as prenderam algumas horas ali, muitas pessoas assustadas, claro... E bom, quando o jejum terminou fomos a... Os companheiros não entravam, estava tudo cercado e continuou cercado, saímos, fomos a um lugar, uma paróquia que estava prevista para que fossemos, e o lugar continuou assim... Depois eles levaram todas as coisas também, cartazes das paredes. Ah, alguns dias antes o Ministro do Interior, que era um militar, anunciou que havia subversivos nesse lugar [...], que devia haver armas – obviamente que não havia armas –, e proibiu o funcionamento. Digo que o proibiu porque nunca tivemos autorização, quer dizer, não íamos ser tão ingênuos de pedir autorização para funcionar. Então, o que fizemos foi [...], também estava previsto que duas ou três pessoas iriam falar com outras pessoas, para lhes explicar digamos, para que tomassem nossa bandeira, para que seguissem, [...] formou-se uma Comissão Uruguaia de Direitos Humanos, que fez o que pôde, eram pessoas muito velhas. A propósito, escolheram pessoas muito velhas de todos os partidos políticos, nós não pertencemos a partidos políticos, não acreditamos que os nossos [valores] sejam puros, e os da política sujos, mas não podemos ter uma atuação partidária notória, simplesmente porque são caminhos diferentes, nada mais, se alguém quer ir por esse lado, claro. E bom, não sei se... Eu ainda...

P: Está, bem, está muito bem. Em que momento vocês começam a se relacionar, por exemplo, com as pessoas do SIJAU, que aí tem o Belisário, por exemplo, vêm por causa, enfim, nesse momento começam a existir as denúncias no exterior, inclusive do que está se passando, do cerco que existe em relação ao SERPAJ...

R: Sim, a verdade é que não me lembro da data, por que... Era quando estávamos em General Flores, e também vinham muitas pessoas do exterior, inclusive políticos uruguaiois também, aí já ajudávamos pessoas a sair do Uruguai...

P: Isso é importante Efraín.

R: O ponto de saída era do Uruguai, o povoado de Rio Branco, e as pessoas chegavam como podiam até Rio Branco, e aí existiam umas freiras, pessoas muito boas, que recebiam as pessoas e procuravam uma maneira de que passassem [a fronteira] durante a noite, e depois seguiam para Porto Alegre, geralmente até nossos amigos de Porto Alegre, que em muitos casos [...] iam parar no Rio de Janeiro, onde estava o escritório do ACNUR, mas isso foi muito, muito, importante, e essa ajuda do Brasil, do Jair [Krischke], do Belisário [dos Santos Junior], todas essas pessoas foram muito, muito importantes.

P: É aí que se conectam com o Jair e com o Movimento também, em Porto Alegre.

R: Sim, a data eu não saberia dizer, porque, além disso, muitas vezes os contatos eram por algum... Por exemplo, Perico se relacionava por aí, mas não fazíamos uma reunião com todas as pessoas, naqueles momentos, de modo que...

P: E como esse processo continua até o final da ditadura Efraín? Porque, de qualquer modo, enfim, no Uruguai começa-se a preparar esse clima de pressão, surge o PIT-CNT,¹⁷¹ os estudantes também se organizam, e o SERPAJ vai acompanhando tudo isso.

R: Não surge o PIT-CNT, porque a CNT existia antes da ditadura.

P: Claro, o PIT, sim.

R: E depois, quando na ditadura se permitiu esses sindicatos mínimos, o PIT se formou.

¹⁷⁰ Soldado de cavalaria armado de couraça.

¹⁷¹ PIT-CNT: *Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores*

P: Retomamos. Falei do PIT-CNT, e estávamos falando que, em realidade, a CNT já existia, mas o PIT se forma...

R: Foi fechada...

P: Aí, retomamos daí.

R: Então depois, com um esforço tremendo, se chegou a formar o PIT – Plenário Intersindical de Trabalhadores. Ocorreu o mesmo com os estudantes, antes da ditadura tinham o FEUU, a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai, e no final da ditadura se fundou a ASCEEP, Associação Social e Cultural de Estudantes do Ensino Público, então até depois de terminar a ditadura, não foi que o PIT-CNT e a ASCEEP-FEUU tenham se formado, e então, por causa desse jejum que se convocou, muitas pessoas se uniram, lembro que se havia começado a reunir pessoas dos partidos políticos e de alguns setores sociais, como a ASCEEP e o SERPAJ, nos reuníamos para comer linguíça, como festejando algo [...], e foi interessante – isso foi antes de terminar o jejum –, pois o que isso não tinha era representatividade, as pessoas que iam estavam identificadas com partidos políticos, mas não os representavam, não podiam se comprometer em nome deles. Terminado o jejum e todas essas coisas, se formou o que se chamou de Intersetorial, que era quase o mesmo, mas tendo pessoas com mandato dos partidos e dos setores sociais, então começamos com todos os partidos políticos, eh? Não somente os legais – que eram o Partido Blanco, Nacional e o Partido Colorado – também com a Frente Ampla, com a Democracia Cristã, que era parte nesse tempo [...], tinha ficado fora, e também a União Cívica, que era um velho partido católico, minoritário, bom, quanto mais gente melhor. Aí começamos entre esses e o PIT, ASCEEP e o SERPAJ. E algum tempo depois, não muito, também se integrou o FUCVAN,¹⁷² das cooperativas de habitação, e trabalhamos muito bem nessa época, havia-se começado a fazer pequenos atos relâmpagos, não um ato público, se convocava, se reunia, se atirava panfletos e desaparecíamos, e é curioso... Uma coisa em relação aos panfletos era que não soubessem onde eles eram feitos. Naquela época havia poucas impressoras offset, e ainda existia o mimeógrafo, então os imprimíamos em uma gráfica que tinha offset, e colocavam querosene na tinta para que saísse manchado, para que parecesse ter sido feito em um mimeógrafo. Então nos reuníamos, combinávamos alguns pontos, os colocávamos aí, assinávamos por todos, geralmente não havia problemas em que todos assinassem, depois havia uns probleminhas, o Partido Colorado, por exemplo, não estava de acordo com a Anistia geral e irrestrita, mas continuou trabalhando, se fez o ato do Obelisco, que foi gigantesco para essa época, e foi organizado por... Os organismos todos, mas supostamente organizado pelos partidos políticos, então tinha pessoas dos partidos políticos, se traçou uma linha que era de zero ao meio, e para cada lado, dos quatro partidos políticos que estavam aí, teria uma pessoa nomeada por cada partido, depois se repartia outra vez e assim e assim, ou seja, ninguém pode censurar, ou seja, dizer que o partido X... Não, não, não podem mandar essa pessoa, a que for mandada vai. Por exemplo, teve à frente a esposa de Wilson Ferreira e a esposa de Massera, o matemático do Partido Comunista, e bom, eram muitas pessoas, e depois três pessoas pelos movimentos sociais, que eram os que nós participávamos nessa Intersetorial, mais os movimentos patronais também, que antes não participaram, se somaram depois, havia três de cada um. Eu estive aí na terceira fila, porque a primeira era toda para políticos, a primeira era para as figuras mais importantes de cada setor social; Perico esteve mais atrás, com um companheiro, e eu tinha de um lado o Cuqui Lacalle,¹⁷³ e, do outro, Marquesano, que foi Ministro do Interior de Sanguinetti, pessoas muito ruins. E esse ato foi sensacional, importantíssimo, e como reuniu muitas pessoas, tivemos que solucionar muitas... Coisinhas não é? Quando se ia instalar o tablado, fechar à noite, colocar luzes, porque havia [...] e a polícia não colocava isto, claro. Quem falou foi Candeau, o ator, que tinha que ir representar no Teatro Solís pouco depois, e como fazer para tirá-lo, ao final nós planejamos tirá-lo em uma ambulância. Que sei eu, o Partido Colorado havia proposto a música que se ia tocar, e foi aprovada, e era tudo música clássica, e nós dissemos que não, que tinha que ser algo assim. Então, em um estúdio de gravação que era de pessoas do Partido Nacional, se gravou um cassete com todas as músicas que não se escutava fazia quinze anos, não sei quanto tempo. E se escutou Olimareños, Zitarrosa, tudo, eram puros gritos [...].

¹⁷² *Federación Uruguaya de Cooperativas.*

¹⁷³ Luis Alberto Lacalle de Herrera, presidente uruguaio eleito em 1989.

P: Uma pergunta Efraín, nesse momento, aparte a seção da Argentina, o SERPAJ está constituído em outros países também?

R: Ah, sim, claro. Nós inclusive, no ano de 1982, a um ano de fundação, participamos em uma Assembleia em Riobamba, no Peru, onde conhecemos pessoas de outros secretariados. Havia do Brasil, da Argentina, do Chile, do Equador, do Peru, que agora não há mais, não lembro muito bem, nesse momento havia mais.

P: Trabalhavam juntos? Tinham pautas comuns?

R: Sim, porém cada um, como tinha liberdade, cada um fazia o que podia em cada lugar, a questão era trabalhar pela Paz e pela Justiça; em alguns lugares, em países mais religiosos que o Uruguai, se trabalhava mais o tema do ecumenismo, por exemplo, que aqui trabalhamos pouco; o tema da Não-Violência, que é o básico do SERPAJ, quem agora em 1983 concebe algo violento? Só o governo, então... Demos menos importância prática para isso.

P: Jair sempre recorda uma anedota contigo, diz que tu eras o homem da Kombi, que andavas sempre com a Kombi, cuidando atrás ou na frente, que ias esperá-lo no aeroporto, que ele dizia – Não, porque a mim também –, ou seja, ele se deslocava do Brasil para cá, mas também era vigiado, “e sempre estava o Efraín me esperando, com a Kombi”.

R: Sim, sim, esta Kombi nós a alugávamos do Emaús, de modo que continuava havendo uma vinculação com o Emaús, de certo modo, sim. Muitas vezes nós fomos com ele [Jair], lembro de uma vez que ele veio. Fora o Jair, veio uma delegação de diversos países, da Venezuela, outros lugares, e colocaram uma oferenda, uma coroa, no monumento a Artigas, deixando bem claro o que expunham aí, inclusive alguns dos estrangeiros falaram, estávamos super vigiados, depois fomos [embora], lembro que chovia, e fomos ao Hospital Militar, não entramos, mas... Onde estava detido um preso político que estava morrendo, pedia que o deixassem livre, ou um pouco livre pelo menos, e fomos até ali, também na Kombi, alguém desceu, eu não, tentou tramitar coisas que não deixaram; mas esta Kombi nos acompanhou muito.

P: Foi companheira de luta também. Efraín, quando a ditadura termina, em que situação o SERPAJ se encontra? Ou seja, a intenção de vocês sempre foi de que o SERPAJ continuasse, ou não?

R: Não exatamente. Bom, quando o SERPAJ foi fechado, continuamos trabalhando, porém não com todos os que estavam antes, alguns companheiros e companheiras decidiram que não, porque uma companheira, que tinha seu marido preso em Libertad, temia que fossem existir repressões contra ele, outra companheira foi trabalhar no Brasil com direitos humanos; então ficamos de início Perico e eu, Pancho e uns poucos mais. Depois alguns mais foram se agregando, houve um ato em OPRASEP, em um estádio em Parque Rodó, ali Perico falou e mencionou o SERPAJ, estava proibido, e todas as pessoas aplaudiram, porém outros diziam que não havia por que ter nomeado o SERPAJ. E depois – como te disse o SERPAJ foi fechado – falamos com outras pessoas, desde o Arcebispo de Montevidéu até alguns juristas, e que haviam fundado essa Comissão Nacional de Direitos Humanos, uruguaia, nacional, e eram pessoas muito cuidadosas, não tanto por medo, mas porque eram pessoas velhas, não queriam ter... Receber dinheiro de ninguém, então realmente era pouco o que podiam fazer, então Perico teve a ideia de lhes oferecer ser uma espécie de Secretaria deles, não como SERPAJ, mas aparte das pessoas do SERPAJ, e foi assim que alugamos um lugarzinho na Plaza Independencia, que dizia Secretaria da Comissão Nacional; de fato, nunca vinha ninguém da Comissão Nacional, nós trabalhávamos, estávamos participando na Intersectorial, depois na CONAPRO – Comissão Nacional Programática -, e estando aí recebemos o aviso de que em San Javier, que é uma colônia de pessoas de origem russa, no noroeste, haviam matado um médico, o doutor Roslik, então decidimos ir lá, tivemos que juntar algumas pessoas; da Comissão Nacional, os primeiros com que falamos não estavam dispostos a ir, porque eram velhos ou fosse porque fosse, mas ao final um advogado – o doutor Fernando Urioste – decidiu que sim, e conseguimos dois jornalistas, e fomos para San

Javier na Kombi. Saindo da Plaza Independencia, chegamos poucas horas depois de que haviam enterrado o doutro Roslik, mas estivemos com a viúva, e estivemos em Paissandu, com pessoas que estavam apoiando, e com médicos que haviam feito a segunda necropsia, e bom, veja, não lembro porque estou falando isso, dizia que o que fazíamos aí, sim, sim, trabalhávamos assim, dessa maneira, trabalhávamos muito.

P: Mas ainda estão com a instituição fechada.

R: Com o nome? Sim, claro.

P: E em que momento...

R: Quando começa o governo de Sanguinetti. Sanguinetti, como está acostumado, vem em caravana desde o Palácio Legislativo à Casa do Governo; a Casa do Governo era uma casa velha ainda, não era esse edifício [que é agora], e ali no discurso, nesse momento mesmo, legaliza não sei quantas, como que cem instituições diferentes, como o Partido Socialista, o Teatro El Galpón, não sei, e o SERPAJ entre elas. Em realidade, nos legalizar foi autorizar que nós funcionássemos, porque nós não tínhamos personalidade jurídica, foi aí que começamos a administrá-la.

P: E aí então, a partir daí, desse momento, passam a ter uma vida na democracia. E o tema dos direitos humanos se abre muito mais Efraín? As condições são outras.

R: Sim, são outras. Igual, direitos humanos não são somente os da repressão, mas em relação à repressão já começava que não se queria remexer em nada, não se queria não só não castigar, mas nem sequer investigar [...] nós, depois disso, depois da digamos legalização, nos reunimos, e aí existiam diversas opiniões, uns companheiros e companheiras diziam que já havíamos feito muito, que era suficiente, que parássemos aqui, e outros diziam que tínhamos que prosseguir. No final decidimos prosseguir, então fizemos equipes, agora com outra liberdade, de educação, de informação, equipes que estão relacionadas com a memória; também trabalhamos muito no interior do país, e depois viemos para cá, na Plaza Independencia, um lugar muito maior, fora que [...] pode-se fazer cursos, começamos a editar uma revista...

P: O lugar de Joaquín Requena.

R: Sim, a rua. Uma revista de educação que era muito importante, ela tinha muitos bons conteúdos, de muito nível, e, quanto à repressão, trabalhamos muito apoiando o Voto Verde.

P: No Plebiscito de 1989.

R: Sim, sim. Eu trabalhei no interior, aí, com a camionete do SERPAJ, que já não era a Kombi, era um automóvel à gasolina comprado, o outro não era nosso; nessa questão do interior, íamos todas as semanas ao interior, por vários dias. De qualquer modo, antes disso já havíamos tratado de formar um grupo no interior do país, quando havíamos mandado cartas, no início, e não chegou quase nenhuma resposta, e alguém dizia no interior tem que dar a cara, tem que falar, e bom, foi o que fizemos, e nos saímos muito bem, se formaram grupos na maior parte das cidades, e depois se formou uma coordenadoria disso, que se chamou CONADEHU – Coordenadora Nacional de Direitos Humanos –, que funcionou acredito que uns três, quatro anos.

P: E este livro “Uruguai Nunca Mais”... Quando... Em que condições começam a fazer as investigações?

R: Bom, foi com todos os materiais que havia, procurou-se mais materiais, houve um companheiro que trabalhou muitíssimo nisto, e no final conseguimos fazer. O “Nunca Mais” foi na Argentina, foi feito pela Comissão em que Sábado estava, ou seja, foi o Estado quem fez. Depois havia outro, que acredito que era da Arquidiocese de São Paulo, não é? O brasileiro, sim, e creio que o nosso foi o terceiro, mas depois teve no Paraguai também, e no Chile. Obviamente não dispunham dos recursos que tinham na Argentina, que era o máximo, e em São Paulo, que tinham arquivos; nós não temos arquivos, tivemos que procurar por todas as partes, buscar testemunhos de pessoas, tudo isso, e se fez este livro. O “Nunca Mais”.

P: Até hoje é uma referência em tudo que tem a ver com este tema.

R: Sim, obviamente foi superado em muitos aspectos.

P: Claro, mas durante muito tempo... Era fundamental.

R: Sim, sim, sim. Depois a Universidade fez, com recursos públicos, estes livros que obviamente são melhores do que este, porque puderam ser feitos em outras condições.

P: Efraín, e quais foram os reflexos para... No particular e de repente para o SERPAJ, o resultado do Plebiscito de 1989? Porque há pessoas que disseram que bom, não sei, o significado foi... Há pessoas que partiram daqui, porque ficaram sem condições de poderem trabalhar este assunto na Universidade, por exemplo. Isso foi a Selva Chirico López quem me disse, que foi uma das pessoas que trabalhava aqui com temas de educação e direitos humanos.

R: O de 1989, dizes o do voto Verde e Amarelo. Bom, obviamente que nos doeu muitíssimo, vimos os efeitos que o temor produz. Houve, não existiram condições de igual para igual. O governo proibiu divulgar coisas, por exemplo, Sara Méndez, que procurava seu filho, e finalmente ele apareceu, mas tinha feito um pequeno vídeo e ele foi proibido não é? Estávamos na democracia, porém nem tanta democracia. E o medo de que se o Voto Verde ganhasse os militares voltariam, isso estava muito presente nas pessoas. Não posso me colocar na cabeça ou na alma de todo mundo, mas sem dúvida... Se pensarmos que no de 1980, em condições muito piores, ganhou o “Não” à resposta civil-militar; aqui teria que ter sido uma corrida ganha quase desde o início, entretanto não foi assim, muitas coisas tampouco eram conhecidas. Pessoas... Uma sueca, eu lembro que dizia que de qualquer forma havia sido bom, porque permitiu fazer como que uma espécie de catarse, falar de coisas, ainda que tampouco tenha se falado de tantas coisas assim, porque sabendo justamente dos medos, se decidiu, não sei se acertadamente ou não, não falar de muitas coisas. Foi duro.

P: Pode nos dizer algo sobre Perico?

R: Bom, não posso ser objetivo porque está muito próximo do coração, com Perico nos conhecemos também no Emaús, quando os jesuítas decidiram fazer um trabalho com jovens dos quais estavam encarregados, jovens de classe média ou alta que tiveram consciência do que era a... Bom, como viviam outras pessoas, então um grupo que se chamava “Castores” de Emaús, que de fato o adotaram, [...] da Companhia de Jesus, e para isso destacaram a sete ou oito seminaristas, e Perico era um deles, assim que nos conhecemos aí. Depois ele foi para o Canadá, não o vi por muito tempo, e depois voltou e teve uma atuação muito importante em forma pública na Revista La Plaza, essa revista foi muito, muito importante. Eu acredito que Perico – vou procurar algo aqui que não devo ter, mas igual... Perico reunia duas coisas que não são nada comuns, e volto ao Emaús, porque na revista dos companheiros do Emaús diz que se ajude a mitigar o sofrimento das pessoas, e também combater as suas causas. Combater as causas e [...] o sofrimento das pessoas. Pois não são coisas opostas – não, aqui não tenho isso, está dito de forma mais poética do que eu estou dizendo agora –, mas é algo que não é nada habitual, pessoas boas, [...] faziam caridade, preocupando-se com os pobres, e outras pessoas pensavam em fazer a revolução para mudar as coisas de uma vez por todas, porém dizia – Uma coisa ou outra–, não é? Isto falava de Emaús, o que Perico fazia era isso: combater o sofrimento e combater as causas. Em La Huella¹⁷⁴, que era um lar para crianças de rua, ele vivia aí, trabalhava aí, se relacionava com as crianças como um pai, não um padre-cura, não um padre padre. E, por outro lado, falava e combatia em foros internacionais, como as Nações Unidas ou como o SERPAJ, isso sempre me pareceu muito admirável, essa integridade dele.

174 *La Granja – Hogar la Huella* -, situada na periferia da cidade de Las Piedras, foi criada no ano de 1975, tendo Luis Pérez Aguirre - Perico - como um de seus fundadores, junto a Mario Costa, e voltava-se, fundamentalmente, às crianças abandonadas. Perico não passou a residir no local imediatamente, vindo a fazer isso somente no ano de 1978, após retornar de Santander, local onde foi fazer um curso de Sociologia.

P: Para começar a encerrar Efraín, não sei se foi uma indicação pessoal ou se foi da organização. Perico e depois o Padre Jorge, creio que foram representantes ou estavam na Comissão da Paz, convocada pelo presidente Batle. Não sei se representavam o SERPAJ.

R: Não, não.

P: Era uma questão pessoal?

R: Não, tampouco isso, eles representavam os familiares, as mães e familiares de detidos-desaparecidos; se criou essa Comissão e o presidente Batle propôs aos familiares que nomeassem alguém, e nomearam o Perico. Quando Perico morreu, nomearam o Jorge.

P: E o SERPAJ tinha uma posição crítica em relação a isso?

R: Sim, bastante crítica, pois não estava... Não era uma crítica ao Perico, ao Jorge, mas ao que, no fundo, se pôde fazer ou se fez, se pôde e se quis fazer, não sei.

P: De que maneira tu vê a situação hoje em relação a esses temas aqui no Uruguai, e de repente o que se passa em outros lados?

R: Esses temas quais?

P: Estes que têm a ver com a recuperação da memória, da história, a questão que tem que tem que ver com a possibilidade da justiça intervir...

R: Obviamente nós entendemos que se deve saber a verdade, é o básico, e, além disso, se devem castigar as pessoas que fizeram as piores coisas, espantosas. E ao fim ter uma memória, saber que isso aconteceu, nós, por exemplo, o Museu da memória, nós participamos do Museu da Memória, concretamente, uma companheira e eu vamos... Formamos parte da Associação de Amigas e Amigos do Museu da Memória, mas isso não é suficiente. Enquanto ao fazer justiça, bom passaram anos em que não acontecia nada, porque essa lei chamada de Caducidad ou de impunidade tirava do Poder Judiciário, o que é uma função natural dele, para passar ao Poder Executivo, que entenderia se cada um dos casos estava incluído aí ou não, e os presidentes Sanguinetti, Lacalle, Batle, todos disseram que sim. Ou seja, nunca ninguém foi julgado, em todos esses anos. Quando veio Tabaré Vázquez, aos pouquinhos foi entendido que tais casos não estavam incluídos, e aí o Poder Judiciário interveio, e de qualquer forma não interveio com a combatividade, ou algo assim, como na Argentina. Isso é certo. Há alguns juízes, promotores, muito comprometidos, e outros não. Não é fácil. Então agora nós e outras pessoas continuamos trabalhando para fornecer elementos de prova, para levá-las aos juízes e promotores para que se investigue, se julgue. Os militares, como tal, não forneceram, de fato, quase nenhum dado, bom, forneceram dados que eram falsos, além disso, sim, sim. Há muitíssimas pessoas que sabem. Os poucos militares que falaram eram soldados, alguns eram pessoas alcoólatras, tudo isso, e se tratou de desautorizar suas informações, e eu dizia – Bom, é o que temos [...] estão os oficiais que participaram e nenhum falou, estão os médicos que participaram nas torturas que [...] democrático, que são bons pais de família e tudo isso, e nenhum, nem um somente, falou, e eram centenas. E bom, dessas pessoas algumas poucas falaram, e forneceram alguma coisa, e outras se foram pouco a pouco. Entrou-se nos quartéis para procurar restos, e foram encontrados, mas não tem havido colaboração.

P: Da parte deles nada. E o SERPAJ, como está hoje Efraín? Que assuntos está trabalhando além destes?

R: Continuamos funcionando, faz alguns anos, com muito menos energia e recursos, porque, dentre outros problemas, temos um problema econômico muito grave. Quando começamos não tínhamos nenhum recurso econômico, nada, nada, nada. Uma vez – volto atrás – estive na Suécia pelo Emaús, em 1979, e me ofereceram algum dinheiro para os presos políticos, e eu disse que não, porque não havia maneira de fazê-lo chegar, para que trazê-lo se não sabes o que vai fazer com ele depois. Dois anos depois, em 1981, estive ali outra vez, e lhes disse que bom, a coisa mudou um pouco, porque fundamos o SERPAJ faz dois meses, agora [...] e, além disso,

a Cáritas está conseguindo enviar algumas coisas para os presos. Então nos apresentaram umas pessoas ali, e nos deram dois mil dólares, e depois de um tempo, bem pouco tempo, veio aqui uma sueca, que morava na América Latina, nos oferecer apoio, e lhe dissemos que não, pois nos organizávamos sem dinheiro, mas ela disse - E, por exemplo, como fazem com os Xerox? -, - Ah, vamos a um lugar na hora em que está uma pessoa de confiança que nos faz os Xerox, temos que esperar que a pessoa esteja -. - Mas vocês precisam de uma máquina de Xerox, e precisam de uma máquina de escrever -. Então foi aí que começamos a receber um apoio destas pessoas da Suécia, um apoio muito fraterno, depois recebemos também um apoio da Alemanha; compramos esta casa com a última colaboração do Diaconato da Suécia, quando pararam de colaborar no Uruguai, e contribuíram para que comprássemos esta casa. Mas agora, do exterior praticamente quase não há mais contribuições, então temos um problema econômico muito grande, porque há pessoas que trabalham, como eu, como voluntárias, porque agora tenho minha aposentadoria, e outros companheiros e companheiras cobram algumas horas e trabalham outras tantas mais sem cobrar, mas está um pouco afetado, de qualquer forma, continuamos trabalhando. Sim, temos trabalhado muito, nos últimos anos, no tema dos presídios, que são um inferno, continuamos trabalhando nisso, também trabalhamos nos presídios para menores, em alguma formação para os jovens de alguns desses lugares; na educação estamos fazendo muito pouco agora, antes de tudo fazendo oficinas, quando nos pedem, que é o que podemos fazer; antes tínhamos uma revista muito boa, mas não podemos mais fazê-la. A única publicação que temos, esta veja, vale a pena, nós a fizemos nos dez anos de aniversário, e entendemos que valeu a pena o que tínhamos feito. E aos vinte [anos] fizemos uma... Um pequeno livro, mas na revista que fizemos dizíamos “continua valendo a pena”, ah, o dos presídios, por exemplo, é um livro de um seminário sobre presídios que nós realizamos, afora as visitas aos lugares de detenção. Uns tempos atrás, fizemos sobre direitos da criança, foi feito para crianças e professores.

P: Para poder trabalhar nas escolas.

R: Sim, e o que estamos fazendo há mais tempo, mais de vinte anos, é o informe anual de direitos humanos, que é o único que existe no Uruguai. Esse nós fizemos o ano passado, nos trinta anos do SERPAJ, este que tenho é o de 2009, o de 2010 não tenho aqui, este outro é de 2006, e bom, há mais de vinte anteriores, e continuamos fazendo isso com muito esforço, trabalhando e trabalhando, assim, o tema da impunidade, apoiando vários grupos que se reúnem – como eu disse antes – para juntar provas, para contribuir com os juízes e promotores, o Museu da Memória, e por aí vai.

P: De toda essa história e de tua trajetória pessoal então Efraín, quanto valeu a pena?

R: Ah, não, acredito que valeu a pena, e muito, não quer dizer que nunca tenhamos nos equivocado, mas quero dizer que valeu a pena, sim, claro que sim, sim, sim. E ainda vale.

P: Como tu vê as novas gerações em relação a essas questões? Vês os jovens interessados, mobilizados por esses assuntos? Em outros países a situação é muito complicada, por isso te pergunto.

R: Bom, aqui se diz que... Que a militância, em diversos aspectos, é dos velhos, que os jovens não... Em realidade, eles militam, porém menos do que há trinta anos. Isso é certo. Não sei se não é porque, muitas vezes, não sabemos chegar; há jovens que colaboram aqui também, mas não podemos dizer que seja uma coisa massiva, mas, por um lado, quanto aos direitos humanos não há dúvida nenhuma que se avançou muitíssimo, igual, ainda faltam muitas coisas, mas... Que sei eu, na saúde, por exemplo, se avançou muitíssimo, o direito ao trabalho, direito à informação, não sei. A educação está um pouco em crise, mas quanto a recursos, o governo tem aumentado os recursos para isso, o mais difícil é complementar esse atraso que existe. E os jovens são parte disso, então eu não sou... Sou velho, não tenho tanto contato com os jovens, tenho dois filhos, um de quarenta e outro de trinta e seis, o de quarenta mora em Barcelona, o outro mora aqui, e trabalha em algumas dessas coisas, não conosco, mas em Colonia, mas às vezes chama a atenção como os jovens se reúnem em algumas atividades, por exemplo, nas atividades dos desapareci-

dos, dos detidos-desaparecidos, na Plaza Libertad, havia muitíssimos jovens, coisa muito, muito boa, e em outros casos assim, sobretudo em atos, que é onde se reúnem mais jovens. Aqui temos a Marcha do Vinte de Maio, que geralmente havia menos jovens, muito menos, agora me parece que, ultimamente, tem tido um pouco mais, não é fácil. Em um mundo tão mutável.

P: Bom, algo que tenha ficado Efraín?

R: Eu não sei, agora não lembro, na certa vou lembrar depois, agora não.

P: Bom, muito obrigado Efraín.

R: De nada.

DEPOIMENTO 26 – ÓSCAR LÓPEZ BALESTRA.¹⁷⁵

MONTEVIDÉU, 29 DE SETEMBRO DE 2012.

P: Óscar eu te peço, por favor, que tu faças uma pequena apresentação de tua formação política.

R: Bom a apresentação que gosto de fazer, em minha condição de militante, é de ser Blanco, do Partido Nacional, me sinto mais Blanco que do Partido Nacional, porque abracei a história de meu partido desde muito jovem, e destino foi me levando, fui me inserindo, e a política, a política é algo que apaixona, algo que realmente quem a aprecia e que a exerce como serviço à coletividade, à comunidade, é emocionante [atrapante]. Sinto-me orgulhoso de ser um político. E isto justamente foi me levando a enfrentar, em um momento muito duro, a todos os movimentos ditatoriais na América, não somente... Eu tive a sorte de ter uma boa amizade com João Goulart, com Brizola, que foram duas pessoas exiladas no Uruguai, que para mim foi a primeira ditadura importante que a Doutrina de Segurança Nacional conseguiu na América do Sul e daí para frente; naquela época somente tinha faltado a Venezuela, apenas, mas os nove países restantes estavam todos sob regimes ditatoriais. Todos eram muito violentos, muito duros, muito cruéis, os exércitos dessa zona, realmente... Tinham sido preparados, parece que no Canal do Panamá, adestrados no Canal do Panamá, e então usaram o regime da tortura. Toda confissão a tiraram sob tortura, portanto, tudo aquilo no que os juizes militares daquelas épocas atuaram, não tem validade, porque foram confissões feitas e conseguidas por meio dos métodos mais impressionantes de tortura; tanto é assim que os movimentos guerrilheiros desta zona, quando resolveram matar Mitrione é porque entendiam que esse tipo de pessoa vinha ensinar a tortura. Repare que, então, nos enfrentamos contra tudo isso. E aí aconteceu, e já me adianto um pouco para ser o mais breve possível, que eu conheci o Jair. E Jair, para que tu saibas, aqui, nesta casa, é um mais dessa casa. Nós o queremos como um a mais da família, o apreciamos e o valorizamos em todo seu quilate, em tudo o que fez e o que vai continuar fazendo, porque, sem nenhuma dúvida, Jair é desses homens que vão morrer lutando. E bom, e em seguida enfrentamos situações muito duras, tanto brasileiras quanto uruguaias, e no possível fomos pelo menos apaziguando as consequências dessas perseguições atroztes que houve, e em muitos casos tivemos sorte, em outras não tivemos sorte, mas continuamos lutando.

P: Muito bem, diga-me Óscar, poderias falar um pouco de tua relação com João Goulart e com Brizola e com esses exilados brasileiros?

R: Bom... Ele foi exilado no ano de 1964, e escolheu como lugar do exílio o Departamento de Tacuarembó, e eu fui deputado pelo Departamento de Tacuarembó. Iniciei-me aí na vida política, sendo representante de meu Departamento, do Departamento de Tacuarembó, onde o doutor Goulart levou adiante um projeto pessoal dele, muito importante, de explorações rurais, que era um exemplo de organização, e foi muito bom vizinho, muito querido, muito apreciado, o queriam muito. E muito respeitado. E sempre foi considerado o presidente Goulart. Para nós sempre, durante toda a época do exílio dele, e da época dura que nos tocou viver aqui, o reconhecíamos como o presidente do Brasil, porque ele era o presidente constitucional do Brasil. E Brizola veio depois, e Brizola tinha um estilo diferente do de Goulart para fazer política. Era um tipo muito confrontativo... E aqui a política de Brizola não pegou bem. O governo Blanco daquela época respeitou muito Goulart. Quando já o governo que se exercia aqui não lhe oferecia a segurança de poder atuar como ele gostava de atuar – um tipo muito respeitoso, além do mais, das leis uruguaias – ele partiu para a Argentina... Para a Argentina. E nesse ínterim eu também tive que ir para a Argentina. E foi aí onde estive com Ferreira Aldunate, e vivenciei e fui um dos

¹⁷⁵ Óscar Cacho López Balestra nasceu em Montevideo, Uruguai. Militante histórico do *Partido Nacional (Blanco)*, durante sua trajetória política, foi parlamentar e presidente da Câmara dos Deputados. Nos anos 60 teve relações próximas com os brasileiros exilados no Uruguai, entre eles, João Goulart e Leonel Brizola. Amigo pessoal de Wilson Ferreira Aldunate, acompanhou os tenso acontecimentos que derrubaram a democracia uruguia. Depois do golpe de Estado, López Balestra exilou-se na Argentina. Após o assassinato de políticos conhecidos e amigos seus, voltou ao Uruguai, em 1976, juntando-se aos correligionários que ali haviam permanecido. Participou de atividades políticas de resistência e de recuperação das liberdades democráticas. Em 2012 foi homenageado pelo *Partido Nacional* pela sua trajetória política. Continua sendo, até os dias de hoje, um defensor intransigente dos direitos humanos.

protagonistas, triste protagonista, dos sequestros e a morte de Zelmar Michelini e Gutiérrez Ruiz, e que logicamente se salvou apenas Wilson Ferreira Aldunate, como também eu, que estava lá, me salvei, e Erro¹⁷⁶ se salvou. Erro nesse momento se salvou porque estava preso em Devoto por não haver cumprido diretivas do exílio, porque logicamente era muito difícil para Erro parar, mas depois aí o soltaram; felizmente se salvou aí, e acabou falecendo em Paris.

P: Diz-me Óscar, e nos anos sessenta, tua trajetória pessoal política.

R: Sempre foi no Departamento de Tacuarembó, mas logicamente com representação nacional, porque aqui os deputados são os representantes nacionais, o que quer dizer que o voto vale para a República inteira.

P: E desde quando tu estás próximo a Wilson?

R: Bom de Wilson, ele militava no mesmo Partido. Quando a figura de Wilson surge, depois de ele ser um grande dirigente da criação de gado, com ideias muito, muito, muito... Wilson era mais um estadista do que um político; era um homem de Estado, homem muito inteligente, muito preparado, muito culto, muito culto, muito preparado, Wilson era uma pessoa muito culta, muito preparada. E uma pessoa com valores muito definidos. E logicamente uma figura como a de Wilson me impressionou. E eu fui militante... Mas fanático de Wilson Ferreira até que, por causa da Ley de Caducidad, nos enfrentamos... Reconciliamo-nos não é? Mas quis o destino que a enfermidade o levasse, pois se não, teríamos continuado lutando juntos, porque estou certo de que ele votou essa Lei para dar governabilidade ao governo que naquele momento a cidadania tinha elegido, quando ele estava preso, pois não o deixaram ser candidato, mas ele não era um homem rancoroso... Wilson foi um tipo que foi muito generoso com os partidos de oposição, foi muito generoso com as ideias. Um homem que respeitava, era generoso com as ideias das pessoas. E eu sei que quando ele votou essa Lei, ele não estava totalmente de acordo, mas ele queria a tranquilidade, a governabilidade, ele tinha se oferecido, depois que saiu da prisão, que iria ajudar o Partido Colorado a governar, que ele iria dar governabilidade ao Partido Colorado, que não ia combater, e assim foi. Até sua morte. Estou certo de que se ele tivesse vivido mais, teria chegado a combater o Partido Colorado. Porque evidentemente homens como Pacheco Areco, do Partido Colorado, estiveram apoiando a ditadura, e Eilson logicamente não ia fazer isso.

P: Justamente, na origem da ditadura, um pouco antes, há uma eleição importantíssima no ano de 1971, na qual Wilson tem uma votação enorme...

R: Que se falou de uma fraude, e evidentemente foi tão exígua a... A... Perdeu por dez mil votos, por dez mil votos não pôde ser presidente. E houve a criação de uma reeleição que não prosperou no país, e isso se prestou para fazer uma fraude. E também há historiadores, entre eles há conterrâneos de Porto Alegre, que dizem que, se a Frente Ampla tivesse ganhado, não entregavam o governo, que se Wilson tivesse ganhado não entregavam o governo. Isso se fala... “As trinta semanas, as quarenta semanas”, que os exércitos estavam preparados. Mas é história, vocês poderão ir aclarando isso um pouco mais; eu falei muito com Marquinhos, não sei se tu conheces o Marquinhos...

P: Villalobos.

R: Villalobos. Ele tem uma tese, desenvolveu uma tese, eu discrepo um pouco com a tese dele, porque ele, pelo contrário, enfoca a tese exclusivamente na Frente Ampla, e o perigo que era para os Estados Unidos e o resto tanto a figura de Seregni como a de Wilson, então esse problema não poderia ser dissociado... O que acontece é que havia uma coisa diferente entre um e outro. Wilson era um estadista, um parlamentar. Seregni era um militar, havia diferenças, diferenças de enfoque; logicamente que, como militar que era Seregni negociou. Como homem de Estado, como estadista, Wilson não podia negociar. A coisa é mais preto no branco, a coisa é mais nítida. E, além disso, outra coisa: uma Frente Ampla não tem uma história, e o Partido Nacional e o Blanco têm sua história e têm a história que, além disso, nos irmana. Gumercindo Saraiva, o maior... Irmão maior de Aparício [arrumar na tradução Amparito] Saraiva, foi o ge-

176 Enrique Erro: político uruguaio pertencente ao *Partido Blanco* e ao *Frente Amplio*. Faleceu em Paris, em 1º de outubro de 1984.

neral chefe de Aparício Saraiva, por que eles lutavam? Lutavam justamente por uma irmandade do Rio Grande do Sul com toda esta parte da América, por isso é que nós, gaúchos, temos tanta afinidade. Porque somos gaúchos, porto-alegrenses, os do Rio Grande do Sul e os uruguaios, somos gaúchos, temos quase os mesmos costumes, eu, por exemplo, a mim me encanta viajar, ir ao Brasil, eu passo todos meus veraneios no Brasil, porque me sinto em casa. Não vejo a diferença. Às vezes não entendemos muito, e falamos o portunhol, que só na fronteira nos entendemos, e temos uma irmandade que é muito diferente, por exemplo, com a Argentina lutamos pela nossa independência, com o Brasil não, com o Brasil foi muito diferente, com o Brasil os militares daquelas épocas negociaram, mas os caudilhos revolucionários, Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva, são os Saraiva, são os mesmos Saraiva daqui, e esse Aparício Saraiva foi, justamente, revolucionário deste país. O ser Blanco é ser saraivista...

P: Saraivista... Muito bem. Diga-me Óscar, de que maneira tu avalias o processo de deterioração da democracia que leva ao golpe? Esses anos entre 1968 e 1973, ou os de 1971, 1972 e 1973...

R: Bom, a partir do momento em que o Itamaraty dispõe o golpe de Estado ao [presidente] Goulart, e a democracia no Brasil cai, que é um continente dentro de um continente, isso foi para... Porém, assim, depois foi muito mais fácil derrubar os outros governos, haviam derrubado o primeiro, o mais poderoso, o que tinha, além disso, a Chancelaria que... Essas pessoas se acertaram com os Estados Unidos e implantaram a Doutrina de Segurança Nacional, que era uma doutrina expansionista militar, de ocupação, de base. De bases. Aqui, nos anos quarenta, nos anos quarenta, quiseram fazer, no que hoje é Punta del Este, Laguna del Sauce, fazer uma base militar como fizeram no Panamá. E meu partido, e Luis Alberto Larrea, meu partido se opôs à base, não permitiu que neste Uruguai houvesse, no que hoje é Punta del Este, bases militares norte-americanas. Meu partido lutou muito pela independência deste país. São coisas que orgulham, coisas que, além disso, nos reanima para prosseguir militando, continuar dizendo que se é Blanco, continuar estando no Partido embora estejamos discrepando em muitas coisas, como eu tive que discrepar nada menos que com o meu líder, que não estou... O que fiz naquele momento tornaria a fazer, falei muito disso com o filho de... Que tu justamente me falaste... Juan Raúl,¹⁷⁷ que agora está ocupando um cargo em uma Comissão que se diz de direitos humanos, mas que eu não lhe dou nenhuma importância, nenhum valor, porque, se tu queres que uma coisa não ande, forme uma Comissão. Porém, para que as coisas caminhem, é preciso historiar, tem que fazer o que vocês estão fazendo, ou estão tentando fazer, que oxalá o possam solidificar, se não existe uma organização de todos os elementos que temos para que nossa luta prossiga... Que possa se continuar mantendo, nem sequer pensar que possivelmente tenhamos êxito, não sei, porque não é fácil, para defender os direitos humanos os obstáculos são infinitos, tu vences quatro obstáculos e aparecem dez mais, temos que estar preparados para isso, a luta não termina.

P: Óscar, no golpe de Estado de 1973 tu estás no Parlamento, bom, o Parlamento é fechado e imediatamente temos uma greve geral. O que tu podes nos falar disso?

R: Eu, nos primeiros dias de golpe de Estado, meu Partido, como todos os partidos do Uruguai, não estava preparado para um golpe de Estado. Aqui se falava muito de golpe de Estado, mas não se dava muita importância - Não, não vão se animar; os militares, não, não, não -. O que acontece é que aqui estão os que falam dos dois demônios, que não os demônios, que não, que sim, teses por todos os lados, mas evidentemente em um paisinho como o nosso, que teve uma guerrilha clandestina, onde não há nem onde se esconder, onde somos poucos e nos conhecemos, onde os revolucionários eram pessoas praticamente muito jovens - tinham um Raúl Sendic, que era um tipo um mais experiente, era um homem socialista, que lutava pelos cañeros, por coisas muito pontuais, mas que depois a organização o ultrapassou. A Sendic... Hoje eles falam de Sendic como... Mas não o respeitaram. Sendic não era um homem de matar, e em troca, houve pessoas de matar dentro dos Tupamaros; se matou inocentes, e o que mata inocentes, não importa o número, mata inocentes. E se lutamos por direitos humanos não podemos estar de acordo com isso, não pode haver mortos de primeira, de segunda e de terceira: há mortos. A vida é a vida, acima de todas as coisas. Então nos encontramos com esse problema, e aí, por

¹⁷⁷ Refere-se a Juan Raúl Ferreira Aldunate.

exemplo, aqui, se vencendo dificuldades, eu, por exemplo, quando se dissolvem as Câmaras, a quem me somei? Somei-me à resistência, porque os partidos começam a discutir o que é que se vai fazer, e ficam em discussões, e as militâncias da resistência começam a fazer coisas para resistir, Logicamente era a animação [marchita], de que os Comunicados 4 e 7 como que iam ser a panaceia, que haviam derrubado o Parlamento, porque eram todos corruptos, porque era isto, por que... A doença [malária] era nossa, e como eu fazia parte desses e não me sentia doente, e não gostava que me dissessem que eu era corrupto, por que... Por que algum corrupto que houvesse... Tu vais dizer que a democracia não serve? Não, trate de saneá-la e que ela sirva, porque o que não serve é ter esses corruptos dentro, há que expulsar os corruptos, mas não expulsar a totalidade – Todos devem ir! –, não. Que aconteceu com a Argentina com o “Todos devem ir”? E comecei a militar, porém tanto é assim que eu, com a transação que houve para o famoso 9 de julho, que lhe dão tanta importância, eu não estava de acordo. Eu estava discrepando com a Central Operária naquele momento, pois ela estava negociando com Volentini – que era o Ministro da Força... Um militar, no Ministério do Interior. E negociaram para a ocupação, entregar os lugares de ocupação. Isso era dia nove; eu, no dia quatro, na madrugada do dia quatro, fui encapuzado, torturado, e andaram me passeando pelos quartéis, enquanto que com os que eu discordava, levaram a cabo no dia nove. As cinco, o famoso “as cinco, que as cinco”... García Lorca, que “as cinco”, isso passou à história, mas, para mim, nesse dia claudicamos. Negociar com Volentini naquele momento, acreditar que os milicos iam nos respeitar; que não ia acontecer o que aconteceu no dia nove? E que acabaram... Foi a primeira vez que acabaram levando Seregni, que depois o soltaram, e depois tornaram a levá-lo. Que teria acontecido com [...] se se tivesse ficado aqui? Menos mal que tinha ido, mas pagou um preço grande, porque não o mataram por casualidade, e matam um filho dele, o sequestraram e o mataram; o OCOA começou a funcionar, a Automotores Orletti, famosa, o Cordero, que Jair anda procurando por todos os lados, que não o pode pegar de uma vez por todas; toda essa gente torturou, os que hoje estão numa prisão de luxo, porque esses estão em uma prisão de cinco estrelas, e foram torturadores. Torturadores. Não respeitaram os direitos humanos. São torturadores. E querem dizer que estes governos que dizem ser de esquerda, de direita, daqui e de lá, não. Na vida, que não me venham com a direita e com a esquerda. Os grandes valores que se têm que defender na vida defende-se a partir do lugar que tu entendas, ou o que a sua ideologia o leva. Eu tenho grandes amigos comunistas, grandes amigos socialistas, grandes amigos colorados, assim como tenho grandes irmãos rio-grandenses, e me sinto orgulho de tê-los, para continuar lutando nisto que estamos lutando.

P: Em que momento tu decidiste ir para a Argentina?

R: Não tive que decidir porque não tive outra opção, eu gostaria de ter ficado, porque, além disso, tinha uma família com filhos muito pequenos, não era simples para mim.

P: A prisão que tu sofreste foi duríssima.

R: Foi muito dura, foi muito dura. A mim fizeram todo o tipo de torturas, fizeram até simulacro de fuzilamento, mas de tudo, de tudo, tudo, tudo. Acho que o que estou sofrendo agora, enfermidades, que eu tenho uma diabetes que não é pouca, que impossibilitou muito a vista, e faz pouco tive um infarto cerebral provocado justamente pela diabetes não é? E felizmente estou bastante bem, e, além disso, muito bem de memória, menos mal. Mas estou muito limitado, não posso ser aquele homem da resistência, da força, aquela, isso eu perdi um pouco, que às vezes me... Se me ponho há pensar um pouco me deprime um pouco, mas trato de que não seja assim. Porque nós que estamos nisso não podemos claudicar, temos que tirar força de onde venha. E a única maneira de cumprir com nosso objetivo é ser forte até o último momento. Assim como Univer-sindo foi, forte até o último momento. A mim me encanta que vocês façam esse tipo de coisas comigo, oxalá eu possa estar muitos anos ao lado de todos vocês, mas se não estiver pelo menos que fique algo. E lhes agradeço muito.

P: E fica toda a sua coerência e toda a sua trajetória, isso é fundamental.

R: Além do mais, com a cabeça levantada. Faz poucos dias, me fizeram uma homenagem – o diretor do meu partido – e foram pessoas de todos os partidos, o ex-prefeito Arana me chamou, me

disse – Veja, soube depois, teria que ter ido, contigo tem que cumprir, porque íamos à farmácia, porque aqui, porque lá -. Bom, o da farmácia.

P: Como é a história da farmácia?

R: Bom, o da farmácia; quando se produzem as mortes na Argentina, eu tinha feito uma amizade muito interessante com Raúl Alfonsín, que neste momento é quando é a abertura na Argentina; Alfonsín ganhou e ganhou com uma margem muito grande, era do Partido Radical. Mas era um homem diferente de Balbín; Alfonsín era um homem do interior da Argentina, um tipo com valores muito... Que a história vai reconhecer cada vez mais... Então Raúl Alfonsín insistia comigo que eu não podia continuar ficando lá, me dizia - Tu aqui estás enforcado [regalado], porque aqui tu... Vocês eram um conjunto de pessoas trabalhando, mas aqui, repara que matam ao Toba, de teu partido, a Zelmar, um homem muito querido dentro da Frente Ampla, muito respeitado, um homem que, além disso, tem relações com militares jovens -. Estou lendo muito Trabal, Ramón Trabal, e nunca se saberá como foi realmente; Trabal foi um dos que me teve preso, segundo ele, quando se inteirou que eu andava dentro dos presos da resistência, eu era como um operário mais. Os primeiros que haviam me pegado não sabiam que eu era deputado.

P: Não tinham essa informação.

R: Não, porque eu andava militando com a resistência. Um de meus objetivos naquela época era, para resistir ao golpe de Estado, era dia vinte e sete e ninguém tinha recebido, então todos os lares dos operários uruguaios estavam no zero, pelo geral recebiam até o dia quinze, repara que é dia vinte e sete não é? Então tinha que se conseguirem alimentos para que as panelas sindicais [ollas sindicales] dos lugares de ocupação tivessem comida, e para que os próprios familiares dos que dentro, ocupando, pudessem comer. Porém, isso era o grave que eu andava fazendo. Conseguindo, e consegui muitos [...] ameaçando muitos comerciantes grandes... Não havia tantos supermercados como agora, mas havia alguns grandes, então a essas pessoas, praticamente... Não é, talvez, se formos ao estilo, não era um estilo democrático, mas quando não há democracia que estilo tu podes aplicar para resistir. Pelo menos, um pouco a clandestinidade, e, por outro lado, engendrar para que as coisas andem [no caminen]. Mas outra das coisas era que eu andava com estudantes de química, estudantes, fabricamos “miguelitos” para que o transporte que não tinha respeitado as greves não funcionasse.

P: Os “miguelitos” são os pregos.

R: Pregos, exatamente, e bom, era nisso que eu andava. Quero dizer que em minha vida lutando pelos direitos humanos, pela resistência e pela democracia, eu cometi delitos. Que não estou arrependido de tê-los cometido, porque não tinha outra saída, por isso é que eu... Não durei mais do que uma semana livre, de vinte e sete [de junho] a quatro [de julho], uma semana livre, e daí para frente foi uma tortura, fui para a Argentina, e a um ano e pouco de estar na Argentina acontece o que acontece, acontece o que acontece na Argentina.

P: Como foi essa situação Óscar, ou seja, o Condor começa a funcionar e ataca os uruguaios que eram... Que tinham uma participação mais visível...

R: Claro, mas, além disso, fala de Condor agora, por exemplo, é fácil, mas se chegou à conclusão... Por que... Além disso, o que aconteceu com Zelmar e com Toba ocorreu com bolivianos e com chilenos, o caso Letelier e tudo o que aconteceu aos chilenos, Allende mesmo, então, aí sim, depois vimos que havia uma organização. Aqui, por exemplo, a única coisa que se falava naquela época era que os militares, os “bons” militares que haviam dissolvido as Câmaras, eram peruanistas, como o exemplo do Peru, veja que exemplo não é? Porque se o colocamos como exemplo, a ditadura do Peru foi atroz, e tudo o que aconteceu depois, e os Fujimori, e os que vieram, e os que não vieram, e o Sendero Luminoso e não o Sendero Luminoso, e tudo o que aconteceu, e pegaram um Sendero Luminoso e o mostravam ao homem [...] como que tinham terminado com tudo, repara tudo o que foi acontecendo em nossa querida Bolívia, no nosso Peru, porque se fala muito de irmandade latino-americana, mas quando se tem que analisar os pormenores de tudo, como as ditaduras foram não há... Com o Jair tentamos e o fizemos, reencontro de legisla-

dores de diferentes países, e reunimos vinte e nove.

P: Aqui no Uruguai.

R: Aqui no Uruguai, com Efraín Olivera, fizemos um ato defronte o monumento de Artigas, de frente à casa do ditador.

P: Isso no meio da ditadura.

R: Com Gregorio, com o Goyo Álvarez, com o Goyo. Fizemos isso.

P: Como foi isso?

R: Foi extraordinário, essas coisas que... Para mim que ocorreu ao Jair, e Jair transmitiu a Efraín, Efraín ao SERPAJ e bom, Efraín se reunia comigo aqui na farmácia, na farmácia se planejaram todas as coisas, por isso é que o Jair fala tanto da farmácia, também, porque aí se planejava tudo. Tudo aí, aí nós conseguíamos, por exemplo, formas... Eu tinha feito, com um agregado militar que tinha aqui, porque aqui, quando do golpe de Estado, o Embaixador americano que estava aqui era um gorila bárbaro, depois a Embaixada, esteve querendo lavar um pouco a cara não é? E então tinha aí, dentro de seu [...], embora não o Embaixador, de repente, havia funcionários com os quais se podiam conversar, e este era justamente um funcionário americano, que por sua vez era casado com uma chilena, que também era filha de embaixadores... Então era um homem acessível, e quando houve aqui as famosas “garrafas envenenadas”, que quiseram envenenar três dirigentes importantes do Partido Nacional, este homem, bom, aí eu resisti e me levaram preso também, porque eu resisti justamente a isso das garrafas envenenadas, foi no ano de 1978, eu já estava aqui, porque eu regresssei da Argentina em 1977, e foi aí que coloquei a farmácia, e coloquei a farmácia porque eu tinha aposentadoria causal [causal jubilariorio], mas não quis usar a aposentadoria causal porque eu dos milicos não queria receber absolutamente nada; e dentre as coisas, quando me torturavam, eu lhes dizia que privilégio que eu tinha, de estar aposentado; eu não estou aposentado, não tenho privilégio nenhum. E vivia na farmácia que meus amigos ajudaram a comprar, porque eu não tinha o dinheiro...

P: Onde ficava a farmácia?

R: Logo ali, justamente, mas a farmácia continua existindo, agora a mudei aqui para baixo, e fica com meu filho, ainda existe a farmácia. Mas era justamente aqui, a uma quadra pequena, que é a 18 de Julho e termina justamente a Rivera, onde começa a Brandsen, aí. Era notável, porque quando eu a coloco; eu percorria o país, eu percorria muitos países, então eu sempre... Como sabiam os caudillos blancos, estavam em diferentes lugares; eu militava; primeiro os caudillos blancos, daí eu perguntava aos caudillos blancos, bom, pessoas da Frente que se pode falar por aí, bom, me indicavam, eu falava e então me perguntavam - E onde fica a farmácia? -, a farmácia fica no 1904, que foi o ano que mataram em que mataram Aparício Saraiva, 1904, em frente ao monumento a Oribe, fundador do Partido Nacional, onde morre Rivera e nasce Fernández Crespo. Então, o senador do Partido, que era um homem muito correto, [...] um homem bastante conservador, mas um tipo muito bem, muito bem, um dia se animou e chegou à farmácia, e era um tipo muito divertido, porque, além disso, tem-se que matizar coisas... Senão a vida é demasiado amarga. E ele disse - Veja, aqui há uma contrassenha para fazer, cada vez que eu vier aqui, e eu sei que tu estás nos fundos, que há reunião no fundo, falo “Aqui se vendem aspirinas brancas?” -, então essa foi uma contrassenha que muitas pessoas, que chegavam com temor, então diziam - Aqui vendem aspirinas brancas? -, - Sim, estão no fundo -.

P: Os códigos bem humorados não? A resistência... Esses são mecanismos de resistência.

R: A resistência... Além de pessoas que não sabem andar na clandestinidade não é? Porque nós, por exemplo, com Jair, que de clandestinos não temos nada, não podemos ter nada, podíamos sair, e se nos tivessem querido pegar... O que acontece é que havia coisas que... Chegou um momento, por exemplo, que Wilson me chamava de fora, de Londres, quando estive em Londres principalmente, e sabia que meu telefone estava grampeado, e ele um dia falando comigo, eu

tinha ido a Santa Vitória do Palmar para poder falar tranquilamente de lá, então me dava as instruções para o Partido, e isso, mas quando ele telefonava para a minha casa, tudo o que ele falava para mim era para que os milicos escutassem, e dentro das coisas que ele, como estadista que era, queria deixar claro para os milicos, que no seu Partido ele mandava. Então, ele despachava aqui, e, por exemplo, ele, por exemplo, se havia um dirigente dele que estava meio fraquejando, ele pegava e - Fala com Fulano e lhe diz que não se deixe apalpar o traseiro, porque os milicos... -, então, por sua vez, não somente ele usava isto, como ficava gravado aqui, e eu tinha um amplificador de voz; então, havia uma reunião de rapazes jovens, estudantes aqui, e Jair alguma vez estaria aqui, é capaz; então, todos escutavam o que ele falava, e me lembro de que aí, quando se falava de ir ou não ao Clube Naval, ceder, que primeiro foi o Parque Hotel, e depois fracassou o Parque Hotel, as reuniões, tudo isso, os milicos sabiam que Wilson era quem dava as ordens, por isso a raiva que tinham contra ele, porque o odiavam... Os militares odiavam Wilson Ferreira.

P: E à parte que Wilson, no exílio, foi sempre uma pessoa muito ativa na denúncia.

R: Na denúncia, além disso, percorreu o mundo, por exemplo, não houve lutador mais claro o que era... Porque era muito difícil explicar como era a ditadura uruguaia, porque tinha havido uma dissolução das Câmaras, não se tinha derrubado um presidente, não se tinha derrocado um presidente. Essa pareceria [...] Paraguai me entendes? São coisas que... E então ele aclarava isso, e ele começou a lutar pela libertação de Seregni, do general Seregni, ninguém lutou mais pela libertação... Nesse aspecto a Frente Ampla foi ingrata com a memória de Wilson Ferreira. Não respeitou a memória de Wilson, porque por uma coisa em que não estiveram de acordo, que foi a Ley de Caducidad, eles crucificaram o homem. E eu acho que o enfrentei dentro do Partido, e que paguei um custo político... Eu no fundo perdoei a Wilson Ferreira, porque o entendi, mas não o compreendi. Eu o entendi, mas não o compreendi, eu, por exemplo, uma das coisas que disse a Wilson naquele momento - Mas Wilson, deixa que o general Seregni e Sanguinetti tirem as castanhas do fogo, pois eles negociaram no Clube Naval, então, se eles negociaram com os milicos, ficou subjacente em algo que não haveria uma luta contra eles? Bom, se eles, para chegar ao poder, tiveram que aceitar essa condição, agora que eles resolvam o problema, não tu -, naquele momento não era senador, não era nada... Ele como homem líder do Partido podia dizer - Bom, eu os deixo livres, eu não me meto nisso, porque isto não é um problema que eu resolva, eu não foquei, não concedi nada, eu não falto à minha palavra... -.

P: Isso foi no ano de 1989, a Campanha do Voto Verde...

R: Bom, isso foi no ano... Realmente foi no final do ano de 1986.

P: Quando começa a se movimentar.

R: Claro. Agora, o grande problema foi que, no início de 1987, declara-se a Wilson o câncer. Mandam-no em um avião daqui para os Estados Unidos, e de lá ele vem... Estava totalmente tomado, e ele durou sete, oito meses. E aí eu me reconciliei com Wilson estando paraplégico, que foi, além disso, um momento muito, muito, muito, que me calou muito forte, porque o homem que está morrendo de câncer é impressionante, porque se morre de pé não é? Assim como Universindo morreu, acredita-se que está bem e foi se deteriorando, perdendo peso, perdendo tudo, e então ele quis falar comigo e me dar a mão, e me pegou assim - Sentia saudades do calor de tua mão Cacho -. Forte.

P: Forte. Diz-me Óscar, no início dos anos oitenta, junto com Jair começam a organizar os familiares: como? Do que tu te lembras disso? Que podes contar?

R: Bom, o assunto é que, como eu me preocupava com os direitos humanos, em um país pequeno como este e em uma cidade relativamente pequena como Montevideú, o boca a boca é o boca a boca. E [...] lhe diz - Veja López Balestra, que tinha sido deputado, o Parlamento se dissolveu -, nos recebeu numa casa, e aí conheceram Jair, entre aqui, a farmácia e isto, e conheceram Jair. Então eu lhes disse bom, mas vocês têm que se organizar, e foi aí onde ele organizou umas... Um ônibus, estes ônibus para Porto Alegre, e aí começamos a pensar que já organizados podiam chegar a ter uma força, como realmente a tiveram. Porque realmente é uma força, continua

sendo, e continua sendo uma força, porque, além disso, onde praticamente, hoje seus familiares integram a Frente Ampla, mas... A própria Frente Ampla custou a receber os Tupamaros, não os aceitou de saída. Nós os libertamos em 1985, e eles em 1985 não foram recebidos nem aceitos dentro da Frente, depois começou tudo isso, e bom, e chegou a ser tão importante como é que agora um de seus militantes é Presidente da República não? Porque a verdade é que é assim, bom, está... Quando tu libertas justamente um revolucionário, tens que procurar inseri-lo na vida democrática do país, e eles estão em todo o seu direito de formar seu partido, como o formaram não é? Igual. Eles tiveram êxito, além disso, aqui foram eleitos democraticamente, porque as eleições em que Mujica saiu foram totalmente democráticas, nem discutir isso, em troca, as que Wilson perdeu são para discutir. De modo que há saídas democráticas e saídas democráticas, que foi muitas das que quiseram fazer depois do governo de Goulart, depois do governo de Goulart quantos governos se diziam democráticos, não? E de democráticos não tinham nada, absolutamente nada. Quer dizer que isso foi uma obra importantíssima de Jair, muito importante.

P: Ele fala que tu fizeste o trabalho fundamental de...

R: Claro, mas eu, sem ele, não teria feito nada.

P: Claro.

R: É o que acontece no que vocês estão tentando fazer, isto serve na medida em que tudo que fizemos, pouco ou muito, de um lado ou em outro, se junte tudo, e que tudo seja comum, uma causa, então aí vamos ter força. E, além disso, outra coisa. Nem sequer existe separação de por que és uruguaio, por que és argentino, por que és brasileiro. Não, é uma causa que é uma causa humana, da humanidade, principalmente no mundo que nos tocou viver, principalmente com a tecnologia que existe hoje, onde justamente a força dos partidos se não se atualiza se debilita, e temos justamente que acompanhar a tecnologia, por isso é muito importante o trabalho que vocês estão fazendo, é muito importante que teu colega, esse que tu lhe dás importância como [...] que pode contribuir muito, e claro que vai contribuir, e vai servir muitíssimo ao Jair, e vai servir muitíssimo a mim, sem nenhuma dúvida, sem nenhuma dúvida.

P: Um pouco antes do final da ditadura Óscar, Wilson passa por Porto Alegre, acho que fica um par de meses.

R: Sim, eu me reencontrei com ele lá.

P: Ou seja, era uma maneira dele voltar a se aproximar do Uruguai e de vocês. Como se viveu isso, que impacto isso teve, que importância isso teve? Porque, à parte, foi tudo espiona... Sabemos que foi tudo monitorado.

R: Tudo monitorado, mas foi tão interessante, além disso, porque ele teve um respaldo de muita gente jovem. Que isso meio que os fez repensar, porque não era que... Por exemplo, houve muitos dirigentes que se esfumaram, muitos ex-legisladores que não se animaram, mas a juventude e os estudantes não havia barreiras, iam da forma que fosse, por onde fosse, com permissão ou sem permissão dos pais, foi um... Renovou o sentido da democracia. Além disso, tinha uma facilidade bárbara com as palavras, era um parlamentar excepcional, ele e Michelini eram extraordinários para falar, extraordinários para falar, chegavam às massas, chegavam à seiva, que é isso que está faltando aos partidos políticos, há um desinteresse, e, além disso, estão lutando contra as drogas e contra um montão de coisas, que tudo está justamente... Contra o que podemos fazer com a juventude, e se não sabemos o que vamos fazer com a juventude não saímos desta...

P: Não há mudança [relevo].

R: Não há mudança, não há mudança. E não existem ideias novas, porque se tem que pensar que um jovem sempre... Eu agora tenho, depois de velho, um neto de dois anos, faz aniversário hoje, esta tarde festejaremos o aniversário. E eu noto a diferença, com este neto de dois anos, dos outros, pois eu tenho um de vinte e seis, que já são advogados e estudantes, brilhantes, os outros têm de vinte até vinte e seis, e este tem dois. A diferença das crianças de agora, a vivacidade que uma criança de dois anos tem nós não a tínhamos. Na minha época, tínhamos quatorze anos e

andávamos de bermudas, com os cabelos, os cabelos ficando... Não era bem assim? Era uma infância diferente da de agora, agora uma criança de cinco ou seis anos agora é uma barbaridade, e bom, quando chega a oito ou dez nem pensar. Por isso é que quando falam em baixar a idade ou não baixar a idade, sei lá... A verdade é que um jovem de dezesseis não tem nada que ver com a nossa juventude, não tem nada que ver, e eu não sou tão velho, tenho setenta e oito anos, não sou tão velho não é? Que dirá os que já têm oitenta, oitenta e cinco, que as diferenças ainda são abismais não é verdade? Pensar que existem leis que continuam vigendo e são [da década] de trinta. Evidentemente tem-se que rever essas leis.

P: O mundo mudou muito.

R: Mudou muito, mudou muito, não sei, mas eu acho que aos dezesseis uma pessoa pode votar me parece.

P: No Brasil faz tempo que estão votando.

R: Eu acho que sim, eu acho que sim. O mesmo com outra coisa, porque não se vai poder conduzir um jovem de dezesseis anos, aprende-se a dirigir. Sempre se disse que quando se aprende desde pequeno é melhor não é verdade? Pior os que aprendemos velhos, eu aprendi meio velho a conduzir e nunca conduzi bem. Em troca, meus netos agora são uns campeões. O mundo mudou não é verdade? E o mesmo para a Justiça, não pode ser para a Justiça que... Jovens de dezesseis anos matem e com as perícias que se lhes façam psicológicas e a pessoa esteja normal, bem, tem que pagar, por que... Ou pelo menos que isso fique em seu prontuário, em troca aqui, quando chega aos dezoito apaga-se tudo. Não pode ser, quer dizer que tu mataste aos dezesseis e até os dezoito tu és um delinquente, e depois dos dezoito como do começo. Como se vai conduzir a Justiça assim? Não se pode dirigir, os antecedentes têm que ficar.

P: Diz-me Óscar, só para terminar aqui um pouco... Nos últimos anos, no Uruguai, bom, há alguns casos de alguns militares que estão presos, poucos, e tu mesmo já disseste que em prisões de luxo, Bordaberry faleceu, Gregorio Álvarez está preso também, e o Uruguai extraditou alguns militares a outros países, onde foram pedidos pela Justiça de outros lugares. Que avaliação tu fazes neste momento em relação a estes assuntos? Avançou-se?

R: Há um assunto que, no bom sentido da palavra, se politizou muito. Tabaré Vázquez é um homem muito calculista, muito frio, é um homem que, além disso, não passou pelo Parlamento, não tomou um banho de Parlamento, que na democracia é bastante importante que uma pessoa que chegue a Presidente tenha passado por um banho de Parlamento, porque a democracia se nutre no Parlamento, onde todo mundo está representado. Tabaré não teve, nem tem, nem vai ter, porque é um homem que olha por cima do ombro os parlamentares, por isso é ele, quando governou, governou sem a oposição, não integrou os entes [...], não respeitou a presença da minoria nos cargos de administração do Estado, ANCAP,¹⁷⁸ a UTE,¹⁷⁹ telefonia, todos importantes, Banco da República, todos importantes, as finanças, não havia... O que a democracia tanto custou aqui; pelo que Saraiva lutou; a representação proporcional; deram vidas revolucionárias, saudáveis, que lutavam corpo a corpo, não na clandestinidade, lança a lança, contra... A ferrovia às ordens do deslocamento de tropas, contra o canhão que o governo batllista colorado de nossa época tinha, e o homem lutou com o que aí lhe proporcionava... E bom, e tinha aprendido a lutar com seu irmão Gumercindo, que havia desenvolvido essa triste e brutal experiência, mas experiência heroica, de lutar por uma independência, porque uma das coisas que Gumercindo Sariva queria era a independência do Rio Grande [do Sul]... Bom, todas as pessoas do Rio Grande sempre disseram, nós damos de comer nada mais que a bandidos... Por que a riqueza saía de onde? Vamos às coisas como elas são, por que... Grande, São Paulo industrializada, estupenda, há indústrias, tudo o que seja, mas e a carne, e tudo o que os campos produzem, pradarias naturais que a nossa América tem, os climas que nós temos, tudo o que o Rio Grande produz é notável, e naquela época se percebia mais, percebia-se mais porque era a comida, dávamos de comer aos grandes

178 ANCAP: Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland.

179 UTE: Usinas y Terminales Eléctricas.

proprietários de terras que praticavam a escravidão no resto do Brasil, por isso, por exemplo, viram que a escravidão aqui, tinham querido lutar contra ela e não puderam [...] em proporção ao que acontecia no Rio Grande com o resto do Brasil não era nada, era nada. A exploração pelo homem em si... No Rio Grande não acontece tanto. Percebe-se como a coisa é, percebe-se até na forma na qual o trabalhador vive, como vive, verdade. Porto Alegre, por exemplo, além disso, é um exemplo de cidade que... Que cresceu... Eu conheci Porto Alegre com trezentos e poucos mil habitantes, quando era estudante, saímos numa excursão de estudantes quando eu tinha quinze, dezesseis anos, bom, percorremos o Brasil lembro, e aí nessa época eram trezentos e cinquenta, trezentos e oitenta mil habitantes em Porto Alegre. E em Montevideu já éramos novecentos. Nós aqui estamos em um milhão e quinhentos e lá há quatro milhões.

P: Como mudou.

R: Como mudou; a verdade... Aquele é um mundo... Cresceu meio desordenado, um pouco...

P: Diz-me Óscar, há algum assunto de repente que não tenhamos tocado e que te pareça importante registrar?

R: Não, o que eu quero sim deixar muito claro no trabalho de vocês é a admiração, o apreço e o carinho que eu sinto pelo Jair, é algo que tenho na pele, para mim e para minha família ele é um mais, eu me preocupo com a saúde de Jair assim como acho que ele se preocupa com a minha, e, além disso, valorizo o que ele faz, e me dói o que não pode fazer.

P: São militantes de uma geração.

R: De uma geração, entregues, convencidos, e muito preocupados, sempre muito preocupados, é muito diferente... Acho que nunca vamos nos sentir satisfeitos, porque sempre vai ficar algo mais para fazer. Desejo-lhes muitas felicidades.

P: Muito obrigado por estas belas palavras Óscar. Óscar, nos falta algo sobre o início dos anos oitenta, e sobretudo tudo o que tem que ver com o plebiscito, e depois os acontecimentos que levam até o final da ditadura, que tu faças um comentário sobre isto

R: Perfeito, evidentemente é que na verdade nós pulamos, porque há tantos elementos para conversar, e conversamos e a paixão foi nos levando a coisa que entesouramos tanto. Bom, eu acho que a confiança matou a ditadura uruguaia não? A ditadura uruguaia nunca pensou que tendo todos os meios, toda a imprensa, estando todos os políticos proscritos, porque estávamos proscritos, não sei, não podia ser... Algum meio colocava algo que eu opinava e já o clausuravam, fechavam, confiscavam o jornal, o que fosse, que, além disso, naquela época não havia a tecnologia de agora não? Por exemplo, ter um mimeógrafo naquela época, e fazer uma matriz para fazer um panfleto era ter um canhão, em troca, hoje em dias há outros meios... Tecnologia que superou todas as carências que tínhamos na época. E vê-se que os militares estavam mal assessorados; e bom, como sempre, ao que tem um pouco de poder, há muitas pessoas que batem no seu ombro, e lhes diz que tu és o melhor, que és o mais inteligente, passam-lhe a mão, que esse é um problema que os políticos têm, os políticos chegam, mas, às vezes, o problema são eles se manterem, porque quando tu chegas, tu chegas porque evidentemente tens condições, porque tens aceitação, porque tens teus votos, e há muitas pessoas que o acompanham por tudo isso, mas há outras que acompanham... Que sobem no carro para se acomodar, e são, às vezes, os que não o deixam ver, realmente, a imensidão que existe por meio de um político. E se vê que eles, os assessores deles que eram, justamente, políticos que se venderam a eles, porque a ditadura teve apoios políticos, houve muitas pessoas... Aqui, por exemplo, se buscou muito os militares, e se buscou pouco e nada à quantidade de civis que apoiaram e paguem os que têm que pagar, porque aqui os culpados das violações de direitos humanos foram muitos, que, sabendo que se torturava se prestavam para ocultar, entre eles muitos médicos, entre eles muitos médicos. A mim houve médicos que me mediam a pressão, e eu estava encapuzado, chegavam, me mediam a pressão, se vê que ordenavam, o homem aguenta, o homem continua... E esses tipos não pagaram pelo serviço atroz que prestaram aos torturadores não é verdade? Bom, a coisa foi

que todos acreditavam que perderíamos, e homens como eu, lutador, visionário, era um otimista, um total otimista, um total otimista, tanto é assim que muitos rumores corriam, porque não distribuíamos as cédulas, porque todas as cédulas do “Sim” e do “Não” o governo iria entregar. E a data se aproximava, a data se aproximava e se aproximava o famoso novembro do ano de 1980 e não apareciam as cédulas. E havia corrido um rumor de que iriam ter um papel especial, que o governo de turno havia distribuído; o governo ditatorial de turno a quatro ou cinco empresas, tipografias importantes, que eram as que iam fazer as cédulas. Eu, sabendo disso, na farmácia e com pessoas militantes que vinham, um irmão de um que tinha uma das tantas tipografias disse – Veja, meu irmão foi adjudicado e recebeu uma bobina de papel, a do “Não”, para fazer o “Não” e o “Sim” -, e eu falo - E poderemos conseguir? -, - Sim, sim, podemos conseguir -. A coisa foi que caíram em minhas mãos três dessas bobinas, e com uma imprensa pequenina de um socialista amigo meu, que ainda está aí, a imprensa ainda está aí, as imprimimos. Ele as imprimia sozinho, depois que todo o pessoal ia embora. E conseguimos fazer sessenta mil. Que para todo o país não era nada, mas isso incidiu [cayó] também, porque, por exemplo, o caudilho de Artigas, o caudilho de Rivera, o caudilho de Cerro Largo, o caudilho de Tacuarembó, o caudilho de... Recebe cinquenta cédulas, e que eram clandestinas... Esse homem, quando as tinha na mão, já era um lutador a mais, era um comprometido a mais. Bom, isso a farmácia fez, isso o Cacho fez, isso eu fiz. Quando os dirigentes de meu partido souberam disso... Eu os inteirei quando isso já estava distribuído, as receberam e as tiram de Rivera, de lá, antes que as autoridades de Rivera, antes que o próprio [...]. Tanto é assim que o triunfo do “Não” surpreendeu a todos. E se fez uma importante reunião no Rio de Janeiro, com Wilson Ferreira, porque Wilson aí já não... Não veio a Porto Alegre, senão que demos mais dimensão à reunião no Rio. Tinha vindo ao Rio de Janeiro, reunido os dirigentes importantes do Partido, entre os quais me incluí... Incluíram-me, era o mais jovem de todos ali presentes, hoje, dessas pessoas que estiveram ali, quase todos estão mortos. E se fez a reunião; triunfou o “Não”. Depois do “Não” veio, em seguida, permitir aos partidos eleger seus membros [convencionales], suas autoridades; continuávamos proscritos, mas então os militares permitiram que os partidos funcionassem. Funcionavam, mas somente com pessoas que não estavam proscritas, com pessoas que não tivessem sido nem senador nem deputado, bom. Formam-se autoridades; no anplnqueo seguinte, em 1983, muito importante, se havia proibido a CNT, mas autorizam o PIT, o PIT que agora se chama PIT-CNT,¹⁸⁰ e organizamos o de 1983, que aí foi uma organização que não teve nada que ver só com o sindicato, foram todos, esses estudantes, esses que iam a Porto Alegre, esses que pessoas como Wilson e como outros provocaram no espectro político do país. Daqui saíam colunas de jovens com taquaras e com bandeiras, para acampar, na noite anterior, na Praça, justamente defronte o Palácio Legislativo, na Praça Primeiro de Maio como a chamam, acampando; e foi gigantesco esse ato do PIT. E daí depois eles desembocaram no Obelisco. Por que eu critico um pouco o Obelisco? Por uma razão: o Obelisco teve duas coisas, foi algo extraordinário, e há uma foto que se tirou do Obelisco que mostra o que foi esse rio de liberdade. E eu sempre... Que me foi difícil chegar ao palanque, porque iniciaram com todos que queriam subir ao palanque, e o palanque era muito grande, havia duzentas e poucas pessoas no palanque, dava para todos. Mas nem todo o lugar era o melhor. A mim me foram escanteando, escanteando, e me tocou justamente ficar com Delía, que justamente presidia o PIT. Porque me confundiam mais com essa força que com a outra força. Em troca, os que lutavam para ser dirigentes haviam dominado os demais, e o mesmo aconteceu com a imprensa. Aí todos os jornalistas [...] de trabalhadores, todos em cima do palanque. E o rio de liberdade, que era o povo, esse foi o verdadeiro protesto. E foi notável, além disso, ter permitido a um artista que lesse a proclama, que foi extraordinária, porque deu conteúdo ao que se... Falou de toda a ditadura, mas, por exemplo, aí se prometeu uma coisa que não se cumpriu. No outro ano no Clube Naval, que era uma saída sem excluídos. Rezava isso, e isso não se cumpriu. O rio de liberdade havia ido por isso, porque era sem excluídos, porque os povos, os povos não se enganam. As pessoas não... Porque as pessoas não têm cargos, não têm salários [sueldos], as pessoas não têm pagamentos como a Comissão de Direitos Humanos tem. É rio de liberdade. Eu estava, embora estivesse em cima [do palanque], estava no rio de liberdade...

P: Algo muito mais fluido.

¹⁸⁰ PIT-CNT: *Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores.*

R: E isso são coisas que a vida ensina. Quando se organizava o ato, se foi mudando de sede, e cada vez que se mudava de sede se trocava para lugares que eram mais difíceis de eu ir, porque era buffet de advogados, buffet de escrivães, buffet de contadores, e estavam se repartindo os cargos do governo. Porque o brabo nos governos democráticos não é só os eleitos, que há corruptos, o brabo é os outros que não são eleitos, mas que são escolhidos pelos políticos. É essa elite. E essa elite foi a que organizou, se apropriou.

P: Arrivistas.

R: Arrivistas, isto foi o que se viu, certamente na República.

P: Foi isso, justamente, sim, sim, esse [...]. Óscar, eu aproveito para fazer uma pergunta que também escapou... Porque tem impacto com o que falávamos que aconteceu em Buenos Aires em vinte de maio, então, muitos anos depois, finalmente Juan Carlos Blanco é condenado e depois Bordaberry. E são condenados justamente por esses crimes inclusive. Ou seja, Juan Carlos Blanco tem uma responsabilidade enorme nos crimes que... Que sensação ti tiveste nesse momento, quando viste que... Sabemos de todas as limitações da Justiça e a Lei de impunidade... De Caducidad, mas no momento que essas pessoas foram condenadas, que à parte são civis, como vivenciaste isso?

R: Sim, sim, além disso, repara que Juan Carlos Blanco não somente era civil, mas que depois, quando se restaurou a democracia, foi senador eleito, tinha foros. Quer dizer que aí, ainda que se quisesse fazer algo não se poderia entender? Teve que passar... Por isso é que... O que Tabaré fez foi o que Wilson explicou para mim: que ele, para dar governabilidade, havia apoiado determinados pontos da Ley de Caducidad. Mas entre eles, o que havia deixado claro é que o Presidente da República podia considerar que estava protegido pela Lei ou não. Porque ele estava certo de que seria o futuro presidente. Ele, como estadista que era tudo o que fazia e planejava era porque ele estava brigando pela próxima presidência, a que permitiriam que ele estivesse; não é que o tivessem excluído. Então quer dizer que Tabaré foi muito vivo, e foi fácil ele fazer o que fez com Juan Carlos Blanco e o que fez com... Porque, além disso, Bordaberry... Era mais culpado, Juan Carlos Blanco foi muito mais culpado do que o próprio Bordaberry. Bordaberry pagou por ser Presidente. E a verdade é que o tipo violou a Constituição, porque ele teria que ter chamado eleições aos noventa dias [...], isso é um poder do Presidente, mas tinha que chamar eleições, e, ao não fazê-lo, foi aí onde a violou; esse causal poderia ser para processar Bordaberry, a Juan Carlos Blanco não, porque Juan Carlos Blanco era responsável, porque, além disso, o sequestro se realizou no dia dezoito, se encontrou os cadáveres de Zelmar e de Gutiérrez Ruíz no dia vinte. No dia nove Juan Carlos Blanco fez uma viagem para falar com o Ministro do Interior de lá, da ditadura argentina. No dia nove, nove dias antes, além do mais, Michelini denunciou isso, Wilson Ferreira denunciou isso em uma famosa, histórica carta que Wilson fez ao Ministro do Interior argen... De Buenos Aires, onde justamente o responsabilizava do que tinha acontecido com os compatriotas, Wilson Ferreira justamente o denunciava. E o havia denunciado através de uma amizade que Zelmar tinha Edward Kennedy, tinha havido uma amizade entre eles, e justamente Edward Kennedy foi dos americanos que se preocupou em seguida, junto com a Anistia Internacional. Aí eu conheci a [Eddie Colman], da Anistia Internacional, que também se preocupou, e que, além disso, se tivesse sido necessário, a Anistia Internacional ficaria encarregada da educação dos filhos tanto de Gutiérrez como de Zelmar Michelini, que não houve necessidade porque as famílias resolveram, mas houve essa intenção também, que dentre as coisas que a Anistia fez em outros lugares, é justamente esse tipo de coisas que também falam muito bem da Anistia Internacional. Como nos vamos encontrando nas coisas viste? Eu telefonei justamente para Coleman, que morava em uma cidade perto de Londres, não lembro bem do nome da cidade, essas cidades colaterais, pequenas; e aí, nessa época, era a sede da Anistia Internacional, e falei com ele, depois o conheci em pessoa, depois o conheci em pessoa.

P: Perfeito Óscar, agora sim, agora fechamos muito bem.

DEPOIMENTO 27 – SARA YOUTCHAK.¹⁸¹**MONTEVIDÉU, 29 DE JANEIRO DE 2013.****P: Sara, obrigado por nos receber. Queríamos que tu te apresentasses: quem é Sara, de onde vem, um pouco desta biografia que seria a tua história.**

R: Bom, em realidade eu nasci no Uruguai, em Montevidéu, em quatorze de fevereiro do carnaval de 1942, portanto vou completar agora em fevereiro, 71 anos. Filha de imigrantes, como a maioria dos uruguaios, com uma... Com um esforço enorme para educar os filhos, para dar-lhes educação, a qual se achava um elemento fundamental para passar para uma... Na escala social, para ascender o importante era estudar, era outra época, mas era assim. E bom, tenho a melhor educação que se podia oferecer no Uruguai, inclusive em colégio particular, o Instituto Crandon, que o menciono porque é um... Uma etapa da minha vida não só muito bela, senão que é o que me vincula à igreja protestante. O colégio é um colégio norte-americano de origem e protestante. E depois tu vais ver por que eu te conto isso. Bom, eu realidade eu estudei... No início não vi com clareza minha carreira polít[ica]... Minha carreira como estudante, mas finalmente fiz; primeiro comecei pela Medicina, continuei pelo Direito, e terminei fazendo algo que gostei muito de fazer na minha vida, que é ensinar. Fui professora de literatura, admitida pelo Instituto de Profesionales Artigas, em Montevidéu, admitida em 1968, e na minha vida gremial, como todos os estudantes e já desde os dezoito anos, tive uma dedicação muito particular à vida política. No Uruguai havia influências marcantes em minha geração, em primeiro lugar a República Espanhola: eu não tenho uma gota de sangue espanhol, no entanto minha mãe me ninava com as canções da República. Em minha casa – minha mãe era argentina – cantava as canções da República espanhola, porque meus avós já eram socialistas, eles vieram da Europa como socialistas, então para minha mãe, para ela a República espanhola, para a qual deu tudo o que tinha e... Era a minha canção de ninar, de modo que o primeiro que influencia minha vida, que eu lembre, é a República espanhola. Depois, eu tenho origens judias, não são religiosos, mas o nome e o sobrenome te acompanham, e as tradições também, as comidas também, e a cultura também, por mais que na minha casa não fossem nada religiosos... E o conceito com o qual se viveu na minha casa era que tinha... Que meu pai sempre disse que tínhamos sorte, tínhamos duas Páscoas para festejar, tínhamos o Natal para festejar, dois Anos Novos para festejar, tínhamos tudo duplo, e é verdade, na minha casa sempre se festejou a véspera de Natal com uma mesa aberta para o amigo que quisesse vir, ou para o que estivesse sozinho, da mesma maneira que se festejou tudo, todo o restante, e essa foi minha educação. Por isso falo que eu fui uma privilegiada. Aos dezoito anos me filio no Partido Comunista, nem sequer na Juventude, minha definição foi diretamente no Partido Comunista, e em 1962 se cria a Frente Izquierda de Liberación, que era uma organização, que é a base unitária do Uruguai, com cisões dos partidos tradicionais como foi seu presidente dom Luis Pedro Bonavita, de origem Blanco; seu vice-presidente de origem Colorado; havia agrupamentos como a... O irmão 26 de Julio, que era um agrupamento do irmão de Alba Roballo, que era colorado batlista, ele estava na Frente, e assim. A democracia que... Não... Bom, eram agrupamentos pequenos e o Partido Comunista. O que lhe proporcionou nas eleições um crescimento enorme. Chamou-se Frente Izquierda de Liberación, e sua definição era antio-ligárquica, anti-imperialista, e pela reforma agrária. Era a base de seu programa. Nessa época eu trabalhei na própria Frente Izquierda de Liberación como secretária do executivo, e aprendi muitíssimo, depois, além disso, trabalhei na Junta Departamental como secretária da bancada, e também como secretária de bancada em nível da Câmara de Deputados. Essa era, digamos a base de minha formação política não? Bom, ao mesmo tempo em que militava politicamente,

181 Sara nasceu em Montevidéu, Uruguai. Professora de Literatura realizou, até o golpe de 1973, no Uruguai, atividades políticas públicas na Frente Izquierda de Liberación e Frente Amplio, sendo ainda secretária da Frente Izquierda Democrática de Liberación – FIDEL, e secretária da Bancada de Vereadores de Montevidéu. Foi sequestrada em 21 de outubro de 1975, ficando desaparecida até março de 1976, quando seu nome passou a constar na lista dos detidos. Passou pelos centros de detenção clandestina Casa de Punta Gordas, (“300 Carlos R” ou “Infierno Chico”); Cárcel del Pueblo, e no “300 Carlos” (Infierno Grande ou La Fábrica), ficando presa no Establecimiento de Reclusión Militar N° 2 – Punta Rieles de 23 de agosto de 1976 a 14 de maio de 1980. Por intermédio do MJDH, Sara, após sair da prisão, foi para o Rio de Janeiro, e daí partiu para o exílio na França. Retornou ao Uruguai após a concessão da Anistia neste país. Hoje, Sara é secretária da Corte de Haya, na Holanda, e luta ativamente pela erradicação da Ley de Caducidad no Uruguai.

também terminei meus estudos para ser professora, comecei a trabalhar como professora, coisa que apaixonou toda a vida. Agora, algo mais sobre a nossa época, porque é importante, porque se têm as definições políticas as quais se chegaram. Primeiro a preocupação pela justiça social, eu sentia na minha vida que eu era privilegiada, porque meus pais podiam me dar uma educação particular, mas isso não era o geral, eu tinha um modo de vida que não... A que todas as pessoas não acediam. Que foi sempre a minha preocupação primeira, me sentir uma privilegiada social, e não pensar em como... Em uma sociedade que possibilitasse que todos tivessem os meus privilégios. Mas era uma época marcada, te digo, primeiro pela Espanha, e depois pelos sucessivos golpes de Estado que se davam sistematicamente...

P: Estamos falando de que ano?

R: Sim, na América Latina, sucessivos golpes de Estado desde início do século, claro, que nos afetavam particularmente... Ou seja, na Bolívia havia mais golpes de Estado que anos de independência, em determinado momento, coisa que os jovens hoje não sabem. Na Guatemala foi Guatemalazo... Sua... Honduras, toda a América Latina, o conhecimento das condições de vida, sobretudo na América Central, no Brasil, um país que doía ver, saber que tinha mais da metade da população analfabeta, com o Brasil tendo uma riqueza particular, nós líamos sistematicamente Jorge Amado, "São João de Ilhéus" e tudo isso que nos formou, nos educou. E depois Cuba, indubitavelmente. Lutamos por Cuba, integramos os movimentos de apoio a Cuba, para nós Cuba foi o farol da América. É claro que o papel da União Soviética, neste momento, os países de Terceiro Mundo, que jogaram um papel muito importante, era uma época de efervescência.

P: De que época nós estamos falando?

R: De que época nós estamos falando? Dos [anos] sessenta. Porque os sessenta... Eu nasci no ano de 1942, no de 1962 eu tinha vinte anos, dezoito anos, vinte anos. Depois foi o ano de 1968, o maio de 68 norte-americano; era uma revolução, não era uma revolução, era uma discussão de todos os dias. Inclusive eu havia tido a ocasião de ir a Cuba no ano de 1963, que depois quero te contar algo sobre isso, e em 1967 viajei à Europa pela primeira vez, como todos... Como jovens privilegiados que éramos [viajei] de navio, e chegamos a uma França onde era evidente que algo iria acontecer. Nas ruas da França sentia-se, eu conheci jovens que queriam... Que vieram à América andando de bicicleta, jovens franceses que queriam produzir mudanças na América. E vinham ao Brasil andando de bicicleta.

P: Vejamos então, Cuba em 1963; como isso acontece, a partir de que momento e como acontece essa relação com Cuba?

R: Sim, minhas relações com Cuba foram que no ano de 1963 eu tinha um companheiro cubano, e fui morar em Cuba. E viajo em 1963, em julho de 1963, e saio do Brasil no último avião que saiu do Brasil, e a partir disso rompem as relações com Cuba, e só ficam México e Canadá com relações com Cuba. Eu lhe falava que quando eu passo no ano de 1963 por Cuba... Pelo Brasil, fui morar a casa de uma família que eu não lembro o sobrenome, mas que tu vais deduzir em seguida, era a primeira vez que eu ia ao Brasil, e o Brasil me impressionou muitíssimo; nós, uruguaio, nos sentimos muito ligados ao Brasil, sempre, a música, porque nos comparam com os argentinos, e porque o brasileiro nos quer, porque lhes ganhamos no Maracanã... Porque nós queremos o Brasil por muitas coisas, mas ver um Brasil de fome como a que se via nas ruas, inclusive no Rio [de Janeiro], nesse momento era incompreensível para um uruguaio como havia indiferença, costume à fome, nós, no Uruguai... Havia pobreza, mas não essa miséria terrível que se via no Rio. Eu... Uma família me convidou para ficar com eles por uns dias, até que saísse o avião na Urca, no Rio de Janeiro, e tinham uns alojamentos que nós tampouco conhecíamos esse conforto. E eu me impressionava muito com isso, porque a família era... Ele era o presidente da Comissão de Amizade Brasileiro-Cubana, ou Cubano-Brasileira, não sei como falam, e me levou para sua casa. E eu chego... E ele era; não lembro o sobrenome, mas era o irmão do Ministro da Justiça em 1963, através disso se pode saber o nome. Falo-lhe isso... Bom, eles... Lembro que pela porta de trás, ele me mostrou, que as pessoas vinham, se sentavam, e lhes davam de comer, toalha de mesa, tinham um lugar, doze quinze pessoas, sobretudo mulheres com crianças. Ele

era advogado e os defendia, mas claro, a diferença social era como todas as diferenças sociais no Brasil, ou muito ricos ou muito pobres, não havia setores médios. E me lembro de que chama uma menina, e então a senhora, a mãe da menina, e então a senhora me conta sobre sua vida, e eu falo mal, falo em portunhol apenas, e a menina faz uma pergunta: - Mamãe, como ela é tão grande e não sabe falar? -, era assim. E bom, essas pessoas que me hospedaram esse ano, quando do golpe de Estado os mataram. É isso que fiquei sabendo. Imagine o desespero. Mas bem, foi o golpe de Estado. Eu chego a Cuba. Cuba é uma Cuba revolucionária, eu vivi muitíssimas coisas, eu ia morar lá, de modo que eu fui com a ideia de ficar, e tive a oportunidade, eu queria ajudar de alguma maneira, e ia nesse momento aos Comitês de Defesa da Revolução para ajudar, dava aulas, mas eu tinha vinte e três anos e não era professora, mas essas pessoas de lá pediam ajuda, porque iam às aulas e não entendiam o que queria dizer um número fracionário, e aí eu me escalei: como eu, jovem, posso lhes ensinar o que é uma fração. Lembro como se fosse hoje, que cortei uma folha em cinco partes e ensinava o que é uma fração às pessoas que me perguntavam. Essas pessoas, pouco tempo depois, foram médicas. Claro, não sabiam sobre Shakespeare nem sabiam muito sobre frações, mas sabiam sobre doenças, essas pessoas que estavam se alfabetizando em Cuba, depois, há poucos anos, pouco tempo depois, foram os médicos que curavam as pessoas ou foram alfabetizar os demais, porque a história de Cuba foi essa, hoje podemos criticar muitas coisas, mas o que eu vivenciei de Cuba foi isso, como eu conheci Fidel, conheci os dirigentes, conheci Che Guevara, e posso contar muitíssimo sobre eles, que eram pessoas como nós, com quem se discutia com familiaridade e confiança. De modo que a influência de Cuba sobre o Uruguai, sobre mim particularmente, não a posso negar, foi enorme. Mas foi a influência sobre todos nós. Era o farol da América que iluminava a noventa milhas... Desde as margens cubanas se veem as margens dos Estados Unidos, e éramos profundamente anti-imperialistas, por quê? Porque os Estados Unidos deu todos os golpes de Estado no Uruguai, Estados Unidos matou Allende, Estados Unidos não reconheceu nunca nenhuma democracia, agora nos vêm dar lições de democracia, e digo lições porque há muito para falar sobre o assunto. Então nós éramos de vocação anti-imperialista, o motivo é muito simples. Agora parece que somos todos amigos, mas não o somos.

P: Quanto tempo tu ficas em Cuba?

R: Fiquei em Cuba vários meses, percorri a ilha, depois voltei porque meu companheiro adoeceu; não se casou, e eu voltei. Fiquei não lembro se quatro ou cinco meses, e voltei. Voltei ao Uruguai, me lembro de que peguei minha mãe de surpresa, porque vim sem avisar e ela quase morre de susto, mas bem, voltei ao Uruguai, e estamos no ano de 1963, 1964, golpe de Estado no Brasil, tentativa de invasão do Brasil ao Uruguai, depois, e coisas desse tipo, que nos chamavam a uma militância siste[mática]... Vivíamos para isso; nossa droga era a revolução.

P: Tu nos contas um pouquinho desse momento histórico no Uruguai?

R: É que era isso, nós estávamos permanentemente inquietos pelos acontecimentos históricos, não há que esquecer que é o Vietnã, não há que esquecer que é a Coréia, que afetou enormemente... A guerra da Coréia, como todas as guerras, favoreceu o Uruguai, mas depois veio a decadência, porque veio com... Depois da guerra da Coréia já não se consumia a mesma quantidade de carne, e a crise começa. E não se consome a lã, os tecidos sintéticos já começam a aparecer, então isso influencia no Uruguai, e uma administração que começa a produzir lãs em "tops", o que afeta toda a indústria têxtil do Uruguai. Eu, além do mais, fui secretária do Executivo na Frente Izquierda de Liberación, mas depois fui secretária do Interior, de modo que eu vivia viajando ao interior, acho que esse é o motivo pelo qual decidi não ter filhos, porque ou me decidia a mudar de vida ou a criar filhos, então não podia com as duas coisas, e bom, não tenho filhos, porque para mim a vida, esse trabalho político era fundamental em minha vida. Não era a única, inclusive a defesa dos direitos da mulher também passava por aí, eu nesse momento não era nada feminista, mas, entretanto, procurávamos a igualdade na prática, eu podia decidir sobre minha vida, o que era absolutamente novo. Depois apareceu a pílula que revolucionou tudo, mas inclusive tudo isso faz parte de uma busca da qual não se fala hoje. Hoje parece que tudo teria acontecido pela bondade dos outros, mas foram lutas sistemáticas e progressivas que as mulheres tiveram, em princípio inclusive em nosso entorno, para conseguir de alguma manei-

ra a igualdade. Claro, enquanto eu vivia essa liberdade, falava com mulheres da minha idade, na mesma sociedade, que tinham que pedir permissão para tudo ao marido, que... Ou seja, que continuavam vivendo a vida que foi tradicional neste país, e éramos mal vistas. O divórcio era mal visto – Algo a mulher deve ter feito para ele –, os homens podiam enganar tudo o que quisessem, mas a mulher não. Havia conceitos muito fortes que faziam com que se resistisse. Porque hoje as mulheres... Conseguimos certa igualdade, não nos parece que isso foi uma guerra. Mas foi uma guerra, para alguns mais e para outros menos, mas para nós era a paixão de conseguir sistematicamente liberdades que não tínhamos. Claro, hoje são mais, mais grupos se destacam, existem mais organizações, inclusive as organizações políticas de esquerda discriminavam, não... Continua existindo uma discriminação à mulher, embora a mulher participe muito mais, e sempre participou. Mas tenho... Bom, se diz - Lutamos por... Pela Argélia -, porque nós lutamos pela Argélia, como podemos ver, assim. Agora tenho amigos argelinos – sobretudo argelinas – que me dizem - Sim, no início a revolução argelina nos deu a independência e a igualdade -; o que aconteceu? Porque hoje não as têm, e o que aconteceu: aconteceu que os homens lhes... Era o trabalho duplo, e se esqueceram das promessas, a própria revolução argelina. Que foram basicamente as mulheres que a fizeram. Então esses são [os anos] sessenta, setenta. O de setenta é mais trágico, porque em 1973 é o golpe de Estado no Chile, a morte de... O massacre no Estádio e a morte de Allende nos marcam também. O golpe de Estado no Uruguai, o que está acontecendo na Argentina.

P: Antes de entrar nesta década de setenta tu vais à França, em 1967. Como é isso?

R: Na França em 1967... Bom, chego a...

P: Por quê?

R: Sim, porque era a Meca cultural, nós uruguaios somos muito afrancesados, e Paris era a Meca cultural. De todos os modos, eu fiz a viagem com uma prima e uma amiga, e éramos três que alugamos um carro e viajamos por dez países da Europa ocidental. Aí também aprendemos muito. Havia uma efervescência na Europa muito grande, era a época dos hippies, e os hippies eram terríveis, porque, claro, para nós latino-americanos era impossível entendê-los, depois houve quem copiou os hippies, mas os hippies primeiro foram uma grande quantidade de desertores norte-americanos, que se calculava que havia cinquenta mil na Europa, que não quiseram ir ao Vietnã ou escaparam do Vietnã, disso tampouco se fala. Não quiseram fazer a guerra. Bom, os que não quiseram fazer a guerra e se opunham dentro dos próprios Estados Unidos, foram parar – como os quakers, que por princípios não iam à guerra –, foram colocados em campos, campos de trabalho. Os outros não; eram desertores, quando iam... Para veres, quando iam ser chamados, ou para as linhas ou mandados para o Vietnã, e saíam para algum descanso, ficavam na Europa e deambulavam pelo mundo. Então, se sentia essa efervescência, mas, além disso, havia a... O tema esse do neocolonialismo europeu, sobretudo nos assuntos França e Argélia, França e Indochina, pois não há que esquecer que, antes dos Estados Unidos, eram os franceses no Vietnã e em toda a Indochina; Dien Bien Phu estava muito perto de nós, o tínhamos vivido. Inclusive as discussões no movimento comunista internacional e, sobretudo na França, eram terríveis, porque era a explicação da Argélia, era também a defesa do operário francês, e se produzia essa contradição da metrópole-colônia, e nós... Não entendíamos muito estas discussões, mas as discussões se realizavam. Então era esse o ambiente que eu vivi sistematicamente e onde estivesse. Eu falava dos hippies, os hippies não queriam nenhuma revolução, queriam ser hippies, e falavam que era até os vinte e cinco anos, inclusive as mulheres ficavam grávidas, deixavam as crianças com seus pais e voltavam a... Voltavam ao ácido lisérgico, a andar sem sapatos, mas mostrando que tinham sapatos, e lhes dizíamos - Mas como vais andar sem sapatos, pois existem doenças que entram pelos pés, os pobres da América estão doentes, em Cuba se faz uma revolução para que tenham sapatos e desse modo não tenham doenças, e vocês tiram os sapatos com uns cortes enormes nos pés -; nós não entendíamos. Hoje não sei o que um jovem pode entender se eu lhe contar as coisas assim, mas bem, essa foi minha formação. - Como vais querer mudar o mundo? -, - Não, o mundo não pode ser mudado -, os hippies diziam, - Não, mas o que tem que mudar é a sociedade -, - Ah, não, não, não se pode mudar, portanto, como não estou de acordo, posso ser hippie até os vinte e cinco anos -. E a falta de comunicação era um produto muito

particular, sobretudo nós, latino-americanos, não entendíamos nada de tudo isso, porque, por exemplo, eu estava em Londres, começa a chover, eu me abrigo em um... Onde ficava o museu, há uma igreja enorme aí, e vem um hippie – que considera que a falta de comunicação é um fato –, me dá uma bolachinha e vai embora. E eu fico com a bolachinha, que não sei se é ou não para comer, porque ele não se comunica. E não havia maneira de lhes falar, eles conversavam em volta dos fogões à lenha, com drogas, mediante... Que a banana, que, que... Drogas que hoje são... Sei lá, como o cogumelo no Brasil, existe sim, mas naquele momento era a droga que se usava, fibras de banana, que, além disso, ficavam cegos os que usavam; os hippies. Mas nós não entendíamos nada de tudo isso, não podíamos compartilhar nada disso.

P: Como voltas para cá com toda essa bagagem de coisas?

R: Voltar, bom volta para cá e quando tudo isso... Eu sempre falo para os jovens que eles têm que sair do seu meio, porque isso os faz enfrentar problemas que não se conhece, perguntas que se deve fazer sistematicamente, conhecer outros povos, outros costumes, os respeitando, faz com que se indague da sua própria identidade, acerca da sua própria cultura. Por isso é tão importante que as pessoas saiam do seu meio não? Porque é muito fácil criticar os demais ou querer mudá-los, mas quando nos confrontamos com uma africana a qual fizeram a... Como se chama... A circuncisão; o corte do clitóris que fazem nela; e ela está de acordo, e eu a quero convencer de que isto é ruim, ela não me entende. Tem pena de mim porque eu tenho clitóris. Então, se produz uma confusão na cabeça, porque se quer impor ao outro as ideias que fazem parte do nosso pacote cultural, e eles têm outro pacote cultural. Então esse é, digamos o viveiro para mim, que entre outras coisas me ensinou que todo ser humano tem direito, tem a obrigação de pensar, mas tem o direito de pensar como queira, enquanto não faça dano aos demais. Um pouco o de Juárez, minha liberdade chega até onde... A liberdade do outro. Eu devo respeitar o outro, o devo respeitar. Por isso... Isso me leva a um sentido de liberdade muito pessoal, que nem sequer é o dos demais do meu meio.

P: Como se discutem esses assuntos dentro da militância política?

R: Naquele momento discutíamos. Inclusive em nível do Partido Comunista, pelo menos, onde eu estava, eu pensava o que... Ou seja, havia uma doutrina por detrás, é evidente, com a qual estava de acordo. O marxismo-leninismo, mas se discutiam os assuntos. Inclusive coube a eu discutir, e achava que tinha sido um erro o da Tchecoslováquia e Hungria. Eu defendi as invasões, e o falo sinceramente. Que eu me tenha dado conta, a posteriori, de muitas coisas, esse é outro assunto, mas eu era consequente com meu pensamento. Eu não nego nada, há coisas que não sabia, há coisas em que me enganaram, há coisas que... Não sei; errôneas, e há coisas que... Más. Porém, continuo buscando a justiça social; e esta sociedade não me comove, porque continua privilegiando a uns e matando de fome a outros, então eu confio em que a juventude vai encontrar um caminho melhor que o meu, mas que seja coerente.

P: Voltando um pouco a essa época, evidentemente existe uma influência de todos esses movimentos e de todos esses fatos que acontecem na Europa e aqui na América Latina com Cuba, enfim. Aqui, como se vive no Uruguai esse momento antes da ditadura, estamos muito próximos da ditadura uruguaia, e como tu...

R: Sim, o problema do Uruguai foi um... Que efetivamente mudou a história, e foi que em 1962, diante do fracasso do Partido Socialista, que não aceitou a unidade com o Partido Comunista, esse fracasso eleitoral leva de 1962 leva à divisão do Partido Socialista; um grupo – entre os quais está Sendic – cria o Movimento Tupamaro, são socialistas de origem. O Movimento Tupamaro nasce aí. Nós estamos, estivemos... Nós, falo majoritariamente, inclusive o povo uruguaio esteve... Eles tiveram ações, algumas delas interessantes, esse foquismo político que eles tinham, eles queriam criar a ação política no meio de uma democracia burguesa, mas, ao fim, democracia, onde se podia publicar de tudo, até que eles chegaram, inclusive, a publicar chamamentos às armas pelo jornal, o que é absurdo, mas se fez. E em meio a uma democracia, há ações armadas que não se explicam. Porém, além disso, por exemplo, quando havia uma grande manifestação de um movimento operário que buscava e consegue a unidade através da CNT, no dia seguinte

eles... Produziam uma matança ou uma ação política para chamar a atenção, anulando o esforço unitário, insisto, dentro de uma democracia burguesa, mas, ao fim, democracia.

P: Como a Sara via isto naquela época? Porque me parece que é uma reflexão.

R: Sim, não, a reflexão é a seguinte: o Movimento Tupamaro estava contra a Frente, contra toda a criação política como foi a Frente Izquierda, ou como foi a CNT, ou como foi a Mesa pela Unidade do Povo, ou como foram todas as tentativas de unidade política que havia, inclusive contra a Frente Ampla. Pepe, hoje presidente pela Frente Ampla, não é um frenteamplista de primeira data. Os tupamaros ficaram contra a Frente Ampla, então o que é que acontece? Há um erro ao considerar inclusive... Bom, vou falar disso depois, a reflexão é: o Movimento Tupamaro nasce como foquista político sob a influência de vários grupos da América Latina, sobretudo sob a influência da Tricontinental e o restante, e criam focos armados em meio a uma democracia burguesa. Ao princípio, se ocupam deles ou contra eles, no Uruguai, a Polícia, depois é o Exército. Havia um General, que estava dentro da Frente Izquierda de Liberación, contra quem se vingou... Os militares se vingaram... O doutor Baliñas, que lhe mataram um filho, é um dos desaparecidos, mataram a luz dos seus olhos; o general Baliñas que era um advogado, inclusive economista, professor, e disse - Agora vão quebrar os pés do gigante -, porque a estratégia do Exército é diferente à da Polícia. E efetivamente, em poucos meses destruíram o Movimento Tupamaro. Antes do golpe de Estado, as últimas rabadas do Movimento Tupamaro acontecem em 1974, não foram eles os resistentes à ditadura. Que alguns Tupamaros ficaram, mas não foi a organização, ela já estava... Já estava presa. Lutou na época da democracia, contra essa democracia burguesa, o que gerou neste país um falso eixo em torno à ordem ou ao caos, diante de um país que tinha vinte greves gerais por ano, e à parte a existência de uma guerrilha urbana que produzia o caos maior, as pessoas começaram a pensar, e não minoritariamente, que os militares tinham a solução, que tinha que colocar ordem. E muitos dos políticos que hoje dizem que lutaram pela democracia; sei lá... Mentira. Fizeram parte desse coro que era muito difícil de explicar, de os Tupamaros terem ações armadas quando havia um Parlamento. Então se gerou esse eixo falso, esse falso dilema entre o caos e a ordem, que levou ao golpe de Estado, ou seja, vieram preparando o golpe de Estado, porque o que é que não podiam tolerar? Já no Chile tinham imposto o neoliberalismo, havia que impô-lo no Uruguai. Era fazer ao trabalhador cinquenta por cento da sua capacidade econômica, baixar-lhe o topete para que não fizesse greves e impor uma economia. Para isso o general Cristi, que foi um golpista por excelência, um teórico do golpe, ele disse - Nesse país, se inabilitamos dez mil pessoas, se acaba a luta de classes -, aí se enganou, porque a luta de classes continua, mas inabilitaram... Na Argentina puderam matar, desaparecer, aqui não. O custo político era muito diferente, mas neste país houve dez mil destituições. E passaram a ensinar a costureirinha das redondezas ou o militar de carreira. Mas o setor onde mais se bateu foi o professorado, que nos destituíram a mancheias. Então, esse foi o golpe de Estado no Uruguai, apoiado pela Embaixada norte-americana, por todos.

P: Nesse momento tu estás na atividade docente.

R: Claro, me destituem como docente.

P: E a política?

R: Na política passo à ilegalidade. Eu trabalhava na Junta Departamental, não me pagaram a última remuneração, e lembro como hoje que descí as escadas da Junta Departamental, que é digamos o órgão legislativo do Departamento de Montevideu... Entre armas! E passamos à ilegalidade. O Partido Comunista se preparou... Evidentemente hoje, vendo com os anos ou no momento em que começamos a cair, se preparou mal para a ilegalidade, foi um Partido sempre legal. E se prepara para uma ilegalidade na qual todos nos conhecemos, então conseguia com que se cantasse na tortura, para que caísse e arrastasse consigo centenas de pessoas. Um. Nós não podíamos... Aqui não se seguiu a ordem que um vietnamita tinha - Aguenta vinte e quatro horas -, porque tinham uma organização capaz de mudar em vinte e quatro horas. Nós não tínhamos essa possibilidade, não tínhamos organização para isso. De modo que passamos a uma ilegalidade ingênua, porém lutamos. E tínhamos que aguentar a tortura, não importa como nem quantos dias, nem nada.

P: Como acontece essa resistência?

R: Esse é um assunto que eu acho que... Eu acho que as ideias políticas não nos imunizam. A mim não me imunizou ter o carnê do Partido Comunista, não me imunizou contra nada. O que é que eu penso que é a única coisa que salva alguém? É a vida que levou. Não sei explicar, mas eu tenho amigos. Se eu pensava em meus amigos, eu não podia fazer com que meus amigos passassem o que eu estava passando. Se eu desse o nome deles iam... Eles iriam trazê-los e iriam passar o mesmo que eu, de modo que eu não podia dar o nome de ninguém.

P: Claro, aí estamos passando a outro momento da tua vida que é o momento da prisão. Podes nos contar um pouco, em que contexto, como isso acontece?

R: Bom, depois da dissolução continuamos distribuindo panfletos, continuamos fazendo o mesmo trabalho de resistência. Esse trabalho ilegal, que sempre tínhamos feito legalmente, isso é o que fizemos. E um belo dia, eu estou no meio da rua, eu servia de vínculo, tinha um carro e servia de... Fazia duzentos e cinquenta quilômetros por dia mais ou menos, e servia de vínculo à direção partidária, havia um sistema de correio, chamávamos, onde os... Os dirigentes dos partidos, inclusive os militares que formaram...

P: Militares que faziam parte do Partido Comunista?

R: Sim, ou os que faziam parte da Frente Izquierda. Então... Ou da Frente Ampla. Essas pessoas se vinculavam, tinham que se conectar, faziam reuniões ilegais. E nós, esse setor ao qual eu pertencia que éramos os correios, que tínhamos que ter cuidado de não ser seguidos... Para que tu tenhas uma ideia, eu tinha doze, quinze chaves de carros. Eu me levantava e tinha que pensar que carro ia pegar, a pessoa tinha me dado, um empregado, um funcionário, um trabalhador, e dizia - Eu vou deixá-lo em tal quadra -, se ele saía do trabalho e o carro não estava, sabia que estava comigo, não ia denunciar que o haviam roubado. De modo que eu andava com diferentes carros, por... Duzentos e cinquenta quilômetros por dia, mudando quando podia. Eu tinha... Nós tínhamos digamos, meu grupo tinha uma... Certa organização própria, que eu conhecia. Mas outros companheiros não a conheciam, essa organização não caiu, o que confirma que eu não falei. Porque é assim, senão todos teriam caído. Então a segurança que os meus companheiros têm fica clara, nenhum deles caiu, e se caíram foram nomeados por outras... Por outras... Mas não por mim.

P: E quando tu cais?

R: Eu fui... Desapareço, e fui a primeira que caiu do... – Há pessoas que falam que houve alguém antes – do operativo contra o Partido Comunista, que o traçaram inteligentemente, eles tinham um trabalho de inteligência relativo, mas se aperceberam que existia esse núcleo, que tinham localizado pelo que eu sei duas pessoas. Uma pessoa os levou à outra. Então disseram - Se pegamos este setor, separamos a direção da base - do Partido ou da Frente Ampla ou do que fosse, e isso realmente aconteceu. Agora eles vinham seguindo um, que me entregou um papel; cercaram-me no carro e desapareci. Já começaram a me surrar dentro do carro, me colocaram em uma camionete, me colocaram um saco de... Que eu tinha... Trabalhava vendendo chá, me puseram um saco com uma fenda na cabeça, assim, e me mataram de pancada. E fui para em um descampado, mas desapareci. Às quatro da tarde do dia vinte e um de outubro de 1975. Não há antecedentes, há presos, porém não... Não há antecedentes de um desaparecimento assim. E vão caindo, continuam pegando os outros, e os outros vão caindo. Primeiro me levam a um descampado, que eu suponho onde era, mas não sei; eles me deixam de pé aí, eu escutava cachorros, evidentemente era um quartel, porque se escutava os cachorros, era como o campo; e depois, em um operativo, me levam ao que se chamou “300 Carlos”, depois [se chamou] de Punta Gorda. Era uma casa muito bonita, que tem saída para o mar, que era dos Tupamaros, e aí começa... Tiram-me as joias, partem as joias, me roubaram tudo, me desnudam e vivi assim com a... Foi terrível. Porque antes de perguntarem meu nome já estavam... Foi terrível, e ficamos aí... Ah! Bateram tanto em mim, tanto, que me tiraram daí e me levaram a uma... A um lugar onde me deixaram três dias, como que dois dias de descanso, e aí, evidentemente, um médico me examinou, porque eles tinham isso. E era [esse lugar] o que foi a Cárcel del Pueblo, na Rua Bou-

levar España. Era muito cômico, pois todos ficavam em... Aí era um depósito de pessoas, que ficava a sete quadras da minha casa. Aí fiquei sabendo que meu pai estava me procurando, foram aos hospitais. Porque caiu alguém que conhecia meus pais, e me disse isso aí. Nós teoricamente não podíamos falar, mas éramos... Estávamos um por cima do outro. Deixaram-se separada, e eu fui com ordens muito expressas de controle contra suicídio, então lembro que me levaram para... – Vendados, sempre estávamos vendados –, me levaram para tomar banho. O que me levou para tomar banho era um cabo, então ele tinha que me controlar, eu desnuda diante dele, é claro, e ele me perguntou - O que te fizeram? -, eu tinha o corpo totalmente denegrado, azulado, menos a metade de um seio, todo o resto estava denegrado. E o tipo estava assustado, era um poli[cial]... Era um militar eh! Um cabo raso, e curiosamente este homem, pouco tempo depois, morreu em um acidente estranho, que outro militar me contou, pois ficavam nossos amigos porque estavam impressionados com o que nos acontecia. Então muitos deles estabeleciam contato conosco, e falavam que a esse [cabo] o tinham matado, não tenho provas, mas não seria de estranhar. Mas fomos... Fui parar aí na base essa que ficava no que era... Tinha sido o Cárcel del Pueblo dos Tupamaros, outra propriedade dos Tupamaros que eles usaram, depois tornaram a me levar para Punta Gorda, e na noite do dia primeiro ao dois de novembro, nos fazem – estávamos todos desnudos –, mas nos fazem deitar, jogar no chão, nos têm horas jogados no chão, e nos transladam ao famoso “300 Carlos”. Primeiro tinha esse que se chamava Base 300 Carlos, que o chamávamos de Punta Gorda. E fomos parar no Blindado 13, ao depósito em que ficamos até que me levaram para o Quartel. A descrição da tortura é simplesmente... Nós, os presos, falávamos - Menos mal que os normais não vão acreditar em nós -, porque nos fizeram de tudo, mas nós uruguaios não temos uma cicatriz. Não há cicatrizes, não tenho como prová-lo. É minha palavra contra a deles, ou a deles contra a minha. O que acontece é que agora que estamos fazendo denúncias, é a coincidência, é a convicção que o juiz tem, de que tantas pessoas falam o mesmo. Mas agora, por exemplo, entraram nos locais. Então estão entrando, por que... Não em todos, porque os limpavam, porque os arrumaram, porque os demoliram, porque sei lá, tratam de lavar as mãos, mas o certo é que as pessoas declaram. Então os juízes, os promotores, têm a convicção através das declarações, mas em realidade muitas poucas pessoas em Montevideu, pouquíssimas, no interior mais, que foram queimadas com algum cigarro, coisas desse tipo, mas não temos a prova da tortura. Além disso, não reconhecemos as pessoas porque não as conhecemos, ficamos encapuzados ou vendados o tempo todo. Claro, ouviam-se as alcunhas, os pseudônimos e os apelidos, e depois alguns foram identificados, então, através disso se está identificando todo mundo. Mas há pessoas que foi ainda pior, porque na Marinha quem se encapuzava eram os militares, então os presos tampouco reconheciam ninguém. No interior havia outra mentalidade, e inclusive havia pessoas das quais tiravam a venda e lhes diziam - Olha bem para mim, porque eu vou te dar, eu fui teu aluno e... -, não bateram nas pessoas vendadas, ou as soltavam ou aconteceram coisas desse tipo. Mas para nós é difícil reconhecer os militares. É todo um trabalho que vai levar anos, a reconstrução de tudo isso por parte da Justiça, mas também devo dizer que no Uruguai não há um só caso, coisa que eu falei ao juiz, de que a justiça tenha sido feita pelas próprias mãos. Então os juízes têm que compreender que nós esperamos trinta e cinco anos pela justiça. Porque eles agora se queixam, que estão velhinhos, que são bons.

P: Somente dois anos depois de tu estares presa é que te sentenciam Sara. Com que acusações?

R: A minha acusação é para rir, porque eu não... Reconheci que tinha um carro que era do Partido, porque isso era inegável, porque, além disso... Mas foi a única coisa que reconheci. A mim me deram “Atentado à Constituição no grau de conspiração seguida de atos preparatórios”, essa é a minha acusação, mas, em realidade, eles dissolveram a Constituição, eles dissolveram os Parlamentos, os que atentaram contra a Constituição foram eles, não eu, que continuava tendo uma atividade absolutamente legal, que eles converteram em ilegal. Esse é o absurdo do Uruguai. E passava por juiz de instrução, juiz de turno, juiz disso, juiz do outro, mas o meu juiz de instrução, quando eu quis abrir a boca e dizer que tinham me torturado, ele me disse - E o que tu queres, se tivéssemos te dado chá com leite não terias falado nada -, essa foi a resposta que me deram, não a que me contaram alguns companheiros quando tentaram, porque para alguns deram mais tempo, ou acumularam acusações por terem aberto a boca. E essas mesmas

pessoas são as que pedem compaixão. Por isso o assunto da verdade e da justiça é de princípios. E a memória é fundamental, porque ninguém quer saber o que aconteceu; ninguém sabe o que aconteceu, agora. Também havia um setor do povo que disse - Se os levam, por alguma coisa será -, aqui houve doze anos de ditadura. E muitas pessoas apoiaram a ditadura, pensando que iriam colocar a ordem que faltava.

P: Depois desse tempo, de alguns anos, tua prisão é reconhecida, mas tu permaneces desaparecida um determinado tempo. Qual é o tempo e como isso acontece?

R: Bom, fiquei desaparecida... Primeiro que fui a pessoa que naquele momento ficou mais tempo, não me tiravam do 300 Carlos, todo mundo ia embora e eu ficava. Davam-me vitaminas, me recompunham, me traziam o médico... Deixavam-me separada de todos e voltavam. E me recompunham e outra vez. Cheguei a contar... Primeiro três rádios, todo o dia. Aprendi a escutar uma só, por exemplo, me lembro da morte de Franco, que transmitiam, e tinha outra... Outro problema mais se a festejasse, a mim me levantava o moral que cada vez se abria outra boca no estômago de Franco, e não que mais, mas o... Pelos golpes e três rádios ligadas, já não estou falando de que te obriguem a fazer um 'plantão' de horas, com um sapato alto e um baixo, ou sem sapatos, porque a dor na coluna é terrível, ou que te dependurem, ou que te... O choque elétrico, o que fosse. Ou, sobretudo, eu cheguei a contar, com a cabeça na água, para não dizer na merda, cinquenta e cinco vezes em um dia. E a vez... As vezes que me... Conto isso porque é impressionante, as vezes que colocavam [minha cabeça], e que sentia que a mão do que colocava era a de uma pessoa ou de um torturador em especial, que além disso cheguei a conhecer, me sentia tranquila porque não ia morrer, porque sentia que exatamente no momento preciso em que iria me afogar, ele afrouxava. Para não descrever, por que... Batiam na cabeça com não sei o que, dava-me a impressão – porque, além disso, eu estava desnuda –, com uma coisa que me percutia na minha cabeça, era como uma lâmina de metal, então era rítmica. Em determinado momento, quando batiam para baixo, eu sentia que o que eu tinha dentro de mim subia, e então me queimava... O que eu imagino é que a massa, quando saí tinha a cabeça mole, e fiz uma operação aqui. E os médicos não entendiam o que eu tinha. Mas os médicos tampouco entendem do que... Da missa a metade, porque têm que ser especializados. Na Hungria me operaram, mas quase me esvai em sangue, porque encontraram uma coisa aí que não sabiam o que era. Quando me operaram da boca, porque um dente ficou vermelho, evidentemente era ou de vinho ou de sangue, me operaram, na União Soviética me operaram a boca e não entendiam, tinha uma câmara fechada, necrosada. Os médicos não entendem nada, querem me reexaminar, porque eu tinha que me operar de um fibroma, e chamavam um médico e traziam outro, porque queriam me reexaminar, e eu me esquivava com o meu útero. E não podiam examinar. É que eu tinha medo. E se fazem coisas com o medo, o medo nos torna covarde. Torna covarde ou valente, mas o medo... O que acontece é que quando o medo se transforma em pânico, perde-se o controle, mas se não se permite que o medo se torne pânico, controla-se a mente, e então eu não vou o gosto a esses cachorros. Cachorros não, porque eu gosto dos cachorros... Mas eu te digo que... Perguntam como é, e eu não sei, porém eu não podia entregar meus amigos, isso é tudo. O que é que eles queriam? Destruir a identidade, e como é um interrogatório? A destruição da identidade é muito... É algo muito... Eu pensei muito nisso. Não só tu és um número, não só... Eu... Ficaram meses comigo, como eu conhecia tanto, a Fidel, o Partido o reconhecia, e eles sabiam e queriam me descompor. E eu reconhecia, reconheço os... Conheci os interrogatórios de muitos companheiros, eu sabia o que estavam dizendo, e para mim essa foi a pior das torturas, porque vi como se destrói o ser humano. Mas vou te contar um de seres que tem nome e sobrenome. A mulher está escutando o marido, ele não sabe, e quando eles conseguem a destruição do indivíduo? Achas que é perguntando-lhe sobre... – ele era do Diario Popular – sobre o Diario? Não, o que a mulher dele gostava na cama... Então, quando um homem é capaz de contar isso, está destruído, mas destruiu a mulher, escutar - Ah olha só o que ela gosta, queres que eu faça? -, e não sei o que, e a coisa continuava assim. Então, é muito difícil explicar a tortura, é como uma experiência, como a fome, que não se pode transmitir, mas que, muitas vezes, coisas elementares fazem parte da tortura, ou, dito de outra maneira: quando se quer destruir o indivíduo, eles têm sistemas nos quais não se pode entrar, porque se entra perdeu. Perde sua fortaleza, sua identidade, seu patri... Meu patrimônio é meus amigos, e eu os perdia. José Luis Maceda, ele me disse

que para ele era [...] - E no que tu pensaste, em Marx? -, - Não, por que vou pensar em Marx -, o teórico do Partido me disse - Eu, o que queria, era vê-los e poder olhar os olhinhos dos meus netos -, e isso é tudo. Então não é um assunto de ideologia, é um assunto de... De vida. Como eu vivi a minha vida. A autenticidade vivida; é verdade, meu patrimônio é meus amigos, não iria entregá-los, porque senão fico com o que? E isso é o que acontece ao que fala.

P: Foram cinco anos...

R: Sim, quase cinco anos, eu caí em outubro. No dia do meu aniversário, eles não sabiam, mas em quatorze de fevereiro me tiram e me levam ao quartel. A um quartel onde havia muitos poucos guardas, éramos nove mulheres em duas celas, e havia outras celas... A sujeira em que vivíamos, e nos fizeram passar uma fome terrível, porque havia poucos guardas e então, os homens tinham olheiras por aqui, e não podiam correr dez metros, de modo que a fome... Somou-se. E o amontoamento em que vivíamos. Esses foram os meses do quartel.

P: Estamos falando de que ano?

R: 1975.

P: Não, a saída, o fim da...

R: Não, não, se eu caí em 1975, e bom, 1976. Janeiro de 1976, fevereiro de 1976, eles me levaram ao quartel. E tinha caído em outubro, meus pais não souberam de nada, repara: outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro não? Chego ao quartel... Até aí não sabiam nada de mim. Reconhece-se... Não, desculpa. De outubro a fevereiro estive no 300 Carlos, e de fevereiro a maio no quartel. Então são quatro meses no 300 Carlos, que nunca ninguém ficou tanto tempo, e meus pais souberam de mim, oficialmente, a seis meses do meu desaparecimento, quando já não tinha marcas de nada e tinha... Emagreci, era a metade do que sou hoje; eles diziam que tinham me deixado linda. É que em três semanas emagreci vinte e cinco quilos, e eu tinha setenta quilos. Quando a... É cômico, mas a primeira vez que... No... Já estávamos em Punta Rieles; Punta Rieles é a penitenciária feminina, e um dia penduraram um espelho, tínhamos visita e até nos perfumavam, mas nunca tínhamos contato com a visita, mas bem, é essa ilusão que se tem. E eu estou me vestindo e vejo um espelho. Não reconheci o meu umbigo, eu falava - Mas essa tem que ser eu, por lógica -, mas não me reconhecia.

P: Foram cinco anos.

R: Não, no início, quando eu cheguei... Ao todo foram quatro anos... Cinco anos, quase cinco anos. De outubro de 1975 a maio de 1980.

P: Sais da prisão e...?

R: Os anos de... O que é Punta Rieles: era um seminário, o lugar era muito bonito. E era uma prisão terrível. Aterradora. Vivíamos em... Porque há pessoas que ficaram meio ao ar livre, mas eu fiquei nas celas, éramos doze mulheres em cada cela, seis beliches. O lugar físico é bom, mas era um campo de trabalho... Os sacos ainda, de Portland, eram de cinquenta quilos, para uma mulher cinquenta quilos é muito, mas, além disso, carregava para cá e carregava para lá, levava para cá e levava depois para lá. O trabalho inútil; plantávamos algo e no dia seguinte desplantávamos; levávamos uma pedra para cá, depois a levávamos para lá, e do nosso lado, nós carregando como burros, eles iam de jipe, como... Se... Em vez de levar as coisas. Chegamos a ficar sem água muitas horas sob o sol. Era tudo assim. Terrível. Terrível. Meses sem livros, ou nos dando só os livros pró-nazis, ou o "Judeu errante", ou o de Ford ou coisas desse tipo para ler; estávamos notoriamente controladas, e, por exemplo, uma fazia uma coisa e a levava para a que estava do lado. Eu não tinha filhos, mas tinha afillhado, permitiam-me tudo, trazer meu afillhado, tudo, e às mães não lhes deixavam o filho. Privilegiavam-me o tempo todo, nunca fiquei... E as pessoas se perguntavam por que me privilegiavam, criam a discórdia e a dúvida entre uns e outros, e é muito duro, porque é algo muito elaborado, muito trabalhado.

P: Passamos esta fase da prisão. Tu sais...

R: Saio. Aí podia contar como eu saio, por que... Eu assinei a libertação em primeiro de maio, me tiram e, para o cúmulo, me colocam na camionete e me tiram, algemada é claro, com uma filha de Michelini, era Tupamara, que pegou... Não sei quantos anos. Mas nos tiram em primeiro de maio, dissemos - Nos tiram para arremedar [fusilar] -, teoricamente no dia primeiro de maio não se trabalha aqui. Não, era para assinar a libertação. Mas nunca se sabia aonde se ia nem... E no dia quatorze de maio, de manhã, as sete, - Se vista com sua melhor roupa, não a remendada -, me tiram da cela, e não sei para onde vou; nunca se sabia para onde se ia, me tiram, não me falaram - recolha as suas coisas - nem nada, e não sei para onde vou. As pessoas tampouco sabem para onde vou, e de repente me levam a um escritório, embaixo, neste lugar, onde há um alferes e um tipo notoriamente judeu, igualzinho ao meu pai, me dá a mão, se apresenta, pequenino ele, sou o grande rabino de Nova York. Ah, disse para mim mesma - vai me levar para lá -; ele falou - Sou da [...] tu conheces? -. Eu não conhecia nada, por que... Eu conheço muito de religião, ou de religiões, porque sempre foi um assunto que me interessou, mas não conheço... Assim como leio o Corão e Bíblia, leio tudo, mas não conheço as organizações, porque nunca fiz parte de nada. E em minha família somos antissionistas, inclusive já meus avós eram antissionistas. Nós fazemos parte de outra tradição, que depois posso te explicar. Então vem este rabino e me dá raiva. E lhe falo - Eu para Israel não vou. Vocês sempre iguais -, não sei o que, mas bem, - Eu venho pelas denúncias de antissemitismo que são feitas no exterior -, imagina que eu estava com os milicos, então o... O milico, o alferes que estava com ele tem uma pasta assim, então ele lhe diz - Me dá os papéis -, então lhe diz que - O que tu queres? -, não é. Tirou-lhe tudo! Um tipo que falava perfeitamente o espanhol, ele também professor de literatura, o rabino, e ele me diz - Como passou disto a disto? Do atentado à constituição -, - Na verdade, eu não sei nada -, Mas tu assinaste a libertação -, - Sim, eu assinei a libertação em primeiro de maio, mas ainda estou aqui -, - Não, tu estás em liberdade -, eu disse -Ai socorro -, lhe falo, volto a repetir -, então ele me diz - O que é que tu queres? -, - Eu quero sair em liberdade, mas sair aqui, no Uruguai, para Israel eu não vou. Eu não vou matar árabes -. Bom, tu estás em liberdade -, eu disse - Eu estou sonhando -, - Volte para a sua cela -; volto para a cela de minhas companheiras e conto isto que estou contando, mais os detalhes. Nisso vêm de visita, este rabino entrou com o que era Chefe de Protocolo nessa época, do governo uruguaio, da ditadura, que se chama Albornoz, é um homem enorme, de tez escura, que é um torturador de primeira, e ele... Sabes a que Albornoz se dedicava? Quando eu estava atirada, desnuda, eu o via chegar, porque tinha a venda, duas vendas, três vendas, mas o via, mexia a cabeça para a venda escorregar. E Albornoz, que tinha um pé assim, quarenta e... Era um homem muito grande, não o conheço eh? Eu o vi nestas ocasiões, nada mais, vinha e me aperta... Colocava o pé em cima do meu seio e o apertava com o pé contra as costelas, e eu não queria gritar para não lhe dar o gosto, então me saía algum gemido, e então - Ah, só queria saber se estavas viva -; esse era o Chefe do Protocolo que entrou com o rabino. E queria apresentar para o rabino... Quando ele estava na prisão, Albornoz lhe disse - Veja, eu tenho aqui mais um par, mais um par, as Topolansky -, que achou; este imbecil achou... E o rabino nem o olhava, achou que eram judias Lucía e a irmã, María Elia, estavam juntas, e tornava a insistir - Veja, têm as Topolansky -, claro, pelo sobrenome achou que eram judias. O rabino estava furioso. E seguiu viagem. Depois as Topolansky me contaram a história de sua família, que são de uma família cujo pai era um admirador dos nazis, polaco, cristão, nada de judeu, que era admirador nazi, tanto que o primeiro irmão nasce em 1939, em Berlim. Então ela mesma me contou a história aí. Essa mesma tarde eles me fizeram sair. Chamaram meu advogado, chamaram a amiga que vinha me ver, porque a minha família já havia desaparecido do país, e me tiraram. Inclusive depois de [Bandera] que eu tinha medo, trouxeram o médico pela orelha, saí nesse mesmo dia. Por isso queria te contar. Eu tentei procurar esse homem, me correspondi com ele, mas perdi essas cartas, e ele veio ao Uruguai para dar conferências sobre a subversão e os judeus, não sei. Ele me disse isso, e depois me repetiu que veio ao Uruguai para constatar se havia antissemitismo no Exército uruguaio, porque como havia muitos judeus presos e se denunciava antissemitismo, coisa que é verdade, porque a mim encheram de suásticas, [quando estava] dependurada, me encheram o corpo de suásticas, e falaram que eu era o pior que existia, porque Marx era o Anticristo, todas essas estórias, bom. E então me correspondo com ele, e ele me disse que constatou que os altos escalões não eram antissemitas, mas que havia escalões intermediários antissemitas. Todos eram tão antissemitas que... Por isso te contava essa história...

P: Disseste que toda a tua família saiu; saiu do Uruguai?

R: Sim, sim, a minha sim. Meu irmão... Meu irmão declarou diante de um... Jornalista francês que veio vê-lo, sobre a minha tortura, e o prenderam... Pegaram o jornalista, o pegaram com os papéis; botaram o jornalista para fora e meu irmão colocaram para dentro. Depois o governo francês se mobilizou através do jornalista, e meu irmão pôde escapar para a Argentina, e meu pai já não estava.

P: Foram para onde?

R: Foram para a Argentina em 1974, e meu irmão, tinham ido antes, em 1974. Então, eu já não tinha ninguém aqui.

P: Claro. Tu voltas a ver teus pais quando?

R: Torno a ver minha mãe, meu pai morreu quando eu estava presa, no início ele veio algumas vezes, meu pai morreu eletrocutado, em um acidente, e... Ele vinha me ver na prisão. E eu tornei a ver minha quando saí, e ela morreu quando eu estava na França. Mas cheguei a vê-la, porque ela veio me ver em Montevideu não?

P: Claro... Bom, aí entramos na França. Antes disso estamos falando da tua liberdade e do exílio.

R: Bom, saio em liberdade, não tenho a família, não tenho ninguém, uma amiga me acolhe. A vida era muito difícil para mim, porque os cheiros me embriagavam, as vozes, todo o mundo gritava... Eu via muita violência nas pessoas, agora falo alto, mas naquela época falava baixinho, como todos os presos. E então me afetava muito os sentidos, estavam como hipersensibilizados, ou não sei como dizer, e para mim era muito difícil viver. E uma amiga me deu sua casa, fez uma viagem à Europa e me deu sua casa onde... Veio a Anistia [Internacional], que teve uma entrevista comigo e me deu dinheiro, a Anistia me ajudou, eu acho que o gastei com chouriços, comia chouriços. Porque claro, há coisas que se estranha muito não? E se me mostrou muito difícil, porque não me permitiam trabalhar, tinha que me apresentar no quartel todas as semanas, tinha que ir debaixo de chuva, debaixo de tudo... Na Praça, já demoliram esse quartel, e fizeram a minha vida em quadradinhos. Além disso, as pessoas não podiam me dar trabalho, porque eu não tinha o certificado de trabalho. Então eu me sentia muito mal, com isso de não poder trabalhar, então teve o gerente de uma... Um companheiro de uma empresa de livros me disse - Olha nós vamos fazer uma coisa, eu vou colocar um anúncio no jornal, e tu vens e eu te emprego, vens por tua conta -. E me converti... Comecei a vender livros, então os vendia a todos... Chamavam-me, era curiosíssimo, porque todos os familiares dos presos me chamavam, para que eu lhes contasse as histórias do presídio; como vivíamos; compravam-me livros. E eu fazia tanto dinheiro que mandava tudo para dentro. Mandava-lhes lençóis novos, mandava nos pacotes tudo o que fazia falta para as companheiras, mas as pessoas compravam livros de mim até para os aniversários das crianças. Assim me deram trabalho, e então... Mas se aproximava o "Não" de novembro, e se via chegar, via-se que as pessoas iam votar, e começaram a me procurar outra vez.

P: Quem?

R: A Polícia, eles queriam me pegar; eu disse - Não, outra vez não, não, espera um pouco -, então o Partido...

P: O que alegavam?

R: Não, era por prevenção, ou para me tirar ou... Depois possivelmente eu tivesse uma resposta disso, porque eu estava notificada pela polícia, quem tinha me levado era o Exército. Então eu não sabia o que fazer, porque não havia organização política, não sabia a quem pedir ajuda, então fui à Igreja Evangélica Protestante, que me educou, por causa do colégio particular ao que fui. Fui, e Elena me atendeu, que era justamente, fiquei sabendo depois, a encarregada de direitos humanos da Igreja protestante. Falo para Elena, eu não a conhecia e ela não me conhecia, mas se vê que averiguou, não sei - Não sei a quem acudir, mas eu tenho que... Estão me perseguindo, eu tenho que sair daqui -. Ela me disse, lembro como se fosse hoje, - Sara eu vou

falar com a Igreja católica, porque nós não temos força, mas eles sim -, e foi assim que eu saí do país. Quando voltei, me disse... Ah, me mandou para Jorge, o padre de Peñarol, que depois nos conhecemos, bah, depois nos vimos... Chama-se... Eu o vi, é uma pessoa linda... E então me disse - Olha -, e prepararam a viagem para mim e para o Negro Avellaneda, que também tinha, ainda, o cabelo curto da prisão, - Vais embarcar em tal ônibus e vai sentar do teu lado uma pessoa que vai te dizer tal coisa, e tu tens que responder tal outra -.

P: Tu sabias para onde ias?

R: Para a fronteira, mas era perigoso, porque podiam me pegar. Eu... A minha saída do departamento de Montevideú estava proibida.

P: Ias a qual fronteira?

R: Fui à de Jaguarão.

P: No Brasil.

R: Brasil. Então, eu sa... O que nós dois sabíamos é que nós dois íamos, e que no ônibus havia alguém que estava nos controlando, mas sabíamos quem era. Para se assegurar de que nós chegássemos. Mas nunca soubemos quem era que estava no ônibus. Depois aí na fronteira, tínhamos que ir a um lugar, à Rodoviária... Não era a Rodoviária, era outro lugar que não era a Rodoviária, porque aí a Polícia brasileira ia estar. Nós íamos pegar em uma parada, depois que o ônibus saísse, e já iriam nos dar os bilhetes, nós tínhamos que ir a tal lugar, um ônibus com um homem com um jornal, não sei o que mais, ia nos dar os bilhetes. Tínhamos todas as instruções. Avellaneda, que morreu na Europa, ia com uma bolsinha, e eu tinha dinheiro, porque meus amigos e meus irmãos tinham juntado dinheiro para mim. Então, com medo, atravessamos a pé a ponte de Jaguarão, quando a atravessamos de madrugada, estamos do lado brasileiro, olhamos o Uruguai, começaram a colocar os sacos, porque ia ter eleições, o plebiscito, então começaram como no filme, com as metralhadoras e os sacos de areia, e fecharam as fronteiras. E Avellaneda e eu, o Negro, sentado do outro lado, no Brasil, sobre o rio - E agora o que nós fazemos? -, porque tínhamos um montão de horas, bom, eu lhe digo - Não te preocupes -. Falei - Olha eu vou dizer que eu sou contrabandista -, mas não tinha nem dinheiro, a verdade é que demos um tempo e fomos os dois, comer num rodízio. Nós ficamos cercas de quatro horas comendo, eu acho que se saíssemos e quiséssemos caminhar, tampouco podíamos caminhar muito, de tanto que tínhamos comido. Dois mortos de fome comendo num rodízio. Assim eu entrei no Brasil.

P: Brasil.

R: Brasil- brasileiro. Bom, acaba que a passagem que nós tínhamos era até Porto Alegre, onde Jair nos esperava.

P: Perfeito. Como acontece esse... Quais são os antecedentes desse encontro com o Jair, por que o Jair..?

R: Eu não os tenho, é a Igreja, é o padre, que era... O padre uruguaio com os contatos; eram as pessoas da Teologia da Libertação, evidentemente. E foram eles que organizaram a viagem toda. Eu cheguei a Porto Alegre, chegamos os dois a Porto Alegre, cheios assim, do rodízio; e aí se ocupam conosco. Levam-nos ao...

P: Jair Krischke não?

R: Jair, Jair. Não me lembro de se no início também fui à casa de Jair, com a família do Jair, de todas as maneiras, eu, o que lembro... Estou sentada na poltrona da casa de Jair, com os filhos, comendo pipoca, milho, vendo filmes. Era como... Era... Era tão importante essa família, esse encontro caloroso das pessoas. A verdade é que vamos... Levam-nos ao Seminário. Bom, os pais naquela época eram muito jovens, tinha um velhinho, o jardineiro, a primeira coisa que nos disseram foi - Não vão falar na frente do jardineiro, porque ele é fascista -. Então... Era um velhinho acho que espanhol, e que não era de confiança. Mas eles mesmos te falavam. Então fomos parar no Seminário, e no início tínhamos uma vida... Bom, nos deram um quarto para cada um,

trouxeram a senhora e os filhos do Negro Avellaneda...

P: Isto em Porto Alegre?

R: Em Porto Alegre. O Seminário, que é esse... Tu conheces. Bom, estávamos aí no primeiro andar, e trouxeram a Teresa, o Negro Avellaneda não está vivo, mas Teresa, sua viúva, sim, e aí conceberam um menino, e eu sou a madrinha desse menino. Que sempre falo para o Jair que um dia, quando ele vier, eu o levo para ver a Teresa, nos encontramos... E bom, no início a vida era bastante... O lugar é lindo, líamos, isso, mas em um momento eu lhes disse que queria trabalhar, por que... Então me colocaram para trabalhar na biblioteca...

P: Em que qualidade de cidadã tu entraste no Brasil, já como exilada ou não?

R: Não, o assunto foi o seguinte. Eu tinha dinheiro e documentos. Aos poucos dias que chegamos, estávamos na peça... Fomos comer, subiram ao primeiro andar e roubaram. Eu fiquei totalmente indocumentada, e levaram o dinheiro do Seminário, nos roubaram. O outro não tinha nada, de modo que lhe roubaram muito pouco. Nesse mesmo dia, os padres... Nós fomos com os padres, nos levaram para falar com os ladrões da zona, e os ladrões disseram - Não fomos nós, foi o DOPS -.

P: O DOPS.

R: Sim, porque os padres falavam para eles que o que queriam era que devolvessem nossos documentos - Não, não fomos nós, não fomos nó, foi o DOPS -. Deve ter sido o DOPS, porque esta noite vimos que metralharam onde eles moravam, houve mortos inclusive, não me lembro de muito mais, além disso, o terror [...], mas evidentemente nós estávamos vigiados, então eu tinha que ir ao Rio [de Janeiro] para que me reconhecessem o...

P: ACNUR.

R: Sim, ACNUR. Depois soube que o ACNUR queria vir, e lhe disseram - Não, não, não venhas, manda uma carta -; primeiro, a primeira carta que recebi, e eu acho que a tenho... Estas são as do ACNUR, mas eu tinha escrita pelo Congresso dos Bispos, que também fala - A quem corresponda, nós nos responsabilizamos de que Fulana, que é a portadora, se chama Sara Youtchak, foi roubada, indocumentada -, e era o próprio Congresso dos Bispos que fazia... Digamos... Que me dava uma identidade. E então depois mandaram estas cartas, que uma e por que eu estava indocumentada, e essa, que eu vou te dar a cópia, do ACNUR.

P: Do secretário do ACNUR.

R: Sim, então a vida no Seminário acabou, acabou a... Bom, depois que quiseram nos roubar, eu me lembro de que o Jair me levou para a casa dele, porque estava preocupado com o que poderia acontecer conosco. Além disso, tínhamos visto pessoas que vagavam por aí, e que eram... Um era Richi, um que tinha sido da Juventude Comunista, que depois o vemos no Rio, vestido como um maricas e reconhecendo pessoas. E agora vou te contar como fomos para o Rio, pois fomos de ônibus, nos levaram ao Rio [de Janeiro].

P: Richi é o torturador?

R: Richi, o torturador. Então quando chegamos ao Rio nos colocam... O ACNUR me coloca em uma casa no Flamengo, que não tinha quase móveis, nós éramos oito, dormíamos no chão, e era muito engraçado por que... Eu me senti muito bem aí. Aí era... O Flamengo era... Havia um lugar [parada] de travestis, e eu tenho muito trato com as pessoas, eu respeito muito as pessoas, não me importa quem é; não é problema meu. Os travestis se deram conta, bom, nós estávamos passando, e eles tiravam então... Assim e - Viste, tenho melhor do que tu -, eles me falavam, e eu lhes falo - É claro -. Mas os tratava bem, entrava na casa; saía da casa; eles observavam. E um dia vou entrar em minha casa e o travesti me diz, me canta: - Não entres, não entres porque estão te esperando -, fui embora. Porque eu te falo, devo muitíssimo ao povo brasileiro, porque encontramos pessoas assim por todos os lados. Havia um grupo de pessoas no Brasil que estava unido com os uruguaios, então nos levavam para passear, serviam de guia, nos... Lavavam a nos-

sa roupa, nos... Dedicavam-se a nós, inclusive jovens brasileiras; havia uma jovem que não posso esquecer, porque claro, são as anedotas que se... Um dia fomos passear em não sei qual parque, e ela me disse - Tira os sapatos -, - Como vou tirar os sapatos? -, e era uma juvenzinha... - Não, não, tens que andar descalça porque assim... Movimentas os pés com sensibilidade -, - E porque eu queria movimentar os pés com sensibilidade? -. A jovem me olha: - Porque também se pode fazer amor com os pés -. Eram os brasileiros. Era como... Tu encontravas carinho e essa... Isso de que te acolhem... Essa solidariedade profunda com o indivíduo, com o indivíduo que está sofrendo, que tem traumas, que está acovardado por um montão de coisas, que tem medos, que... E esses jovens compreendiam isso assim, então claro, nos levaram ao Carnaval... Eu cheguei e eles estavam no Carnaval, então da Europa me diziam -Vem o quanto antes -, eu não quero... Tentei ficar no Brasil, mas não me permitiram. Houve um biólogo que ficou; tu deves lembrar o nome... Que consegui ficar, um homem que... Como se chamava, eu não lembro agora dos nomes, mas o Jair deve lembrar, deve lembrar, que ficou lá. Mas para nós não deram nada... Não me permitiram. E saímos indocumentados. E até... Tínhamos que fazer um sinal, inclusive viste os... Já havia os corredores dos aviões, esses que como... Como se chamam... Os... Com os que sobem ao avião, os túneis esses, então os túneis tinham uma... Continuam tendo como que um vítreo, como uma janela... E então tínhamos que fazer sinais de que estávamos bem, eles contavam os sinais. Cuidaram-nos até o último momento em que entramos no avião.

P: Quem era que acompanhava isso?

R: As pessoas dos direitos humanos, recebíamos na Cáritas, e evidentemente todas essas pessoas faziam parte de grupos de pessoas que nos indagámos muito, mas que estavam vinculados; entre eles havia pessoas que faziam parte dos Comitês de Direitos Humanos, ou se vinculavam com a Cáritas, não sei como era; não lembro. Inclusive em um momento que eu... Porque aí vem a outra parte, bom, eles nos cuidaram até o final. Inclusive no Aeroporto, eu fiz... Eu vejo que todos fazem esse disparate, como estávamos todos juntos, éramos uns quantos, todo o mundo fez a fila no mesmo lugar, e eu falo - Bom, eu vou ao outro, para que vou ficar na fila de meus companheiros -, e vejo que os levam... Levaram-nos para interrogar. E a que se salvou fui eu, que estava na outra fila.

P: Lembras de que Aeroporto era? Pode ser o Galeão?

R: Sim o do Rio. Inclusive me lembro de que íamos ver o Concorde chegar. Sim, que nos contaram que matava todos os pássaros da ilha, e o Concorde quando... Ah! O primeiro voo... Aterrissou e se afundou no calor do piche, imagina que anos são. Agora... Em... No Rio nos colocaram nessa casa no Flamengo, que ficava muito perto das Nações Unidas. Todos os documentos têm o endereço das Nações Unidas, mas a rua é Suipacha, em Buenos Aires, então... Isso de Suipacha, isso de Suipacha te falo porque era onde ficava as Nações Unidas em Buenos Aires. O que aconteceu? Chegaram a ter tantos refugiados na Argentina que alugaram edifícios inteiros para os refúgios, mas tiravam as pessoas daí e elas desapareciam. Então as Nações Unidas chegou a um acordo oral, isso é o que me explicaram nessa época, com o presidente do Brasil, de que iriam nos respeitar. Mas os documentos sempre dizem Suipacha, como se fossem emitidos na Argentina. E são do Brasil. Então isso eram coisas absolutamente surpreendentes. O encarregado de direitos humanos, François, um dia estávamos no parque... E vemos que havia... Richi se apresentou com um documento falso, dizia argentino no documento, se apresentou em... Na nossa frente, para oferecer ajuda a um uruguaio. Mas os argentinos, comigo estava um casal que estive no Pavilhão da Morte de Córdoba, uma era Montonero, o outro era do ERP, que estavam comigo na casa onde eu morava, porque havia Tupamaros, eu esta aí, éramos oito, diferentes argentinos e diferentes uruguaio, e então reconheceram pessoas da Triple A que estavam no Rio, vigiando-nos. Então o terror entrou em todos nós, por que... Então fomos um grupo, falar com François para lhe dizer que essas pessoas tinham pedido refúgio e estavam recebendo da Cáritas e se movimentando entre nós. E quando fomos contar para François, ele nos respondeu que efetivamente iriam lhes dar refúgio, porque eles falaram que eram perseguidos pelos comunistas. Por isso, esse François para mim resultou ser particularmente perigoso, ao que se acresce um fato verdadeiro, eu não quero dizer o que eu pensava dele porque eu não tenho provas, mas ele tinha uma atitude... Eu agora tenho uma amiga que é dos refugiados, e eu não me lembrava

do sobrenome dele e vou averiguar quem era, porque acontece que, entre outras coisas, a revista “Veja” fez uma entrevista comigo – eu nunca vi essa revista, vocês a tem? Bom, eu nunca a vi, depois me dá uma Xerox ou escaneado –. Então eu falei - Eu denuncio tudo o que quiserem, mas a única condição é que primeiro me deixem partir, porque tampouco aqui estou segura -, esse foi o acordo, quando eu parti publicaram. Por isso nunca vi. E, além disso, acho que isso foi o Jair que me disse, por segurança, porque estavam muito próximos de nós, não ache que não havia ameaças, o DOPS estava aí. E a Triple A estava aí, e os traidores uruguaios e torturadores estavam aí. Então não era fácil, eu suponho que todos os Direitos Humanos naquela época se cuidavam das... Dessas coisas, porque não... Não eram alheios a essas coisas. Além disso, como te falei, o que o tipo das Nações Unidas me respondeu. Eu fiz denúncias, e as denúncias frente às Nações Unidas viajavam comigo. Nunca chegaram. Nunca chegaram à organização. Mostraram-me, eu fiz na França exige que me mostrassem a investigação e tinha a assinatura, havia chegado a Brasília, e em Brasília desapareceram. Nunca chegaram ao Ministério nem às Nações Unidas. Então imagina como estavam próximos. Às vezes... Não sei, quando se fala desses assuntos frente... Como agora temos governos nos quais essas perseguições não vão ser feitas, mas os serviços continuam trabalhando, e têm coisas que têm que cuidar que não nos cuidamos, mas imagina que nessa época...

P: Quanto tempo tu ficaste no Brasil em todo esse período?

R: Saí em maio. Cheguei ao mês de novembro e saí em maio, são quase seis meses. Que disfrutei enormemente. Agora, eu, em determinado momento, escapei do Rio e fui para o Sul, de volta. Porque eu via que o lugar não era seguro. Por isso o de Camboriú. E um amigo que morava em... Que mora, faz três dias estive em sua casa, tinha um chalé, dos... Um chalé argentino em Camboriú, e fiquei escondida ali, porque tinha medo. E foi aí, quando alguns amigos partiram do Uruguai, e me contavam as coisas do Uruguai nesse chalé. Mas eu tinha medo, porque essas respostas sobre a Triple A, e que... Impressionava-me: - Outra vez não, espera um pouco, me raptam outra vez e aí? -.

P: Claro, e daí para a França.

R: Daí para a Suíça, e da Suíça para a França. Chego à França indocumentada. Não tive problemas com isso, me deram documentos, e me deram inclusive, aos poucos... Meu irmão morava numa pecinha e bom, por isso... Fui morar com meu irmão, dormíamos na mesma cama, nós não tínhamos outra coisa, mas bem, não ficava no lugar de refugiados, que era bastante desagradável. Mas bem, a verdade é que foi nesse... Eu cheguei dia quatro ou dia cinco a Paris, e no dia dez Mitterrand ganhou no segundo turno.

P: 1982.

R: Sim. Mas vou te dizer que as pessoas estavam melhores com Giscard d’Estaing do que com Mitterrand, os refugiados. Mitterrand nos tirou todos os privilégios que tínhamos com Giscard d’Estaing. Mas conseguíamos, tínhamos documentos, então ainda que seja o... Depois tínhamos o passaporte para partir das Nações Unidas, esse passaporte que é maldito... Então não foi fácil a etapa na França; de início, bom, meu irmão tinha um... Um emprego como bibliotecário, mas ganhava pouco, eu comecei passeando... Primeiro atendendo velhos e doentes como sempre, e depois apareceu algo que era ideal para mim, que era levar cachorros para passear, que ainda não se conhecia na América, e com quatro cachorrinhos tinha um salário. E como se não bastassem, cachorrinhos obedientes. Até que dei um discurso nas Nações Unidas, e comecei, com contratos curtos, a trabalhar em... Na UNESCO. UNESCO, depois foi Viena, Genebra, e assim comecei a trabalhar dentro do que era as Nações Unidas, então passei para outra etapa. Mas eu nunca aceitei um cargo, porque eu voltei ao Uruguai, além disso, tinha que militar lá. Bom, o socialismo ganha, e eu fui... Em determinado momento era representante da Frente Ampla. Foi assim que entramos no Eliseo, aí a grande figura para nós não foi Mitterrand, eu pessoalmente não tenho nenhuma simpatia por ele, mas sim por sua mulher, que foi uma velha resistente, faleceu faz pouco, e que bom, ela teve que renunciar a ser a mulher de Solidaridad, do Partido Socialista, mas ela tinha uma relação muito importante, sobretudo com os uruguaios, e foi uma mulher excepcional, a quem reconheço um montão de virtudes. Mas nesse momento não só Mitterrand,

que era basicamente um anticomunista, e tínhamos... Eu tinha problemas, mas, sobretudo, no primeiro governo de Miterrand, todos os quadros médios de Miterrand, digo... Eram de qualquer coisa. O que se encarregava politicamente da América Latina tinha sido Embaixador de Giscard, aonde? Na África do Sul. De modo que os assuntos políticos na França não eram fáceis.

P: Regressas ao Uruguai depois de quanto tempo?

R: Voltei ao Uruguai, aqui está a publicação, inclusive meus amigos me pagaram a primeira viagem para que chegasse a tempo de votar, e os aviões não saíram porque havia um temporal, cheguei dois dias depois, que me autorizaram a voltar ao país, aqui tem a data, não enxergo porque estou com os óculos bons, é esse papel.

P: Vinte e um de setembro de 1984.

R: Tinham... Isso foi emitido pelo Consulado, e recém aí levantaram o pedido de... E foi aí quando a polícia me disse que eles ainda tinham um requerimento, e eu lhes disse - Mas já fiquei presa -, - Ah, mas foram os azuis... Os verdes nós... -, cobraram-nos alojamento, que a mim pessoalmente nunca devolveram, que quando me cobraram lhes perguntei se a luz estava incluída. Três uniformes; cobraram-nos o alojamento... Na prisão, cobraram.

P: Sara Youtchak, hoje, que podes nos dizer?

R: Sobre?

P: Sobre Sara e sobre este momento.

R: Sobre este momento?

P: Sobre Sara nesse momento.

R: Bom agora Sara está aposentada, estou tentando disfrutar a vida, sempre tentei disfrutar a vida, a vida é absolutamente desfrutável, claro, para uns mais e para outros menos, mas enfim. Não milito, não estou militando, não pertencço ao Partido Comunista, simplesmente porque nunca se fez um resumo do que aconteceu, uma análise ou uma autocrítica de muitas coisas, porque não se respeitaram muitas coisas, com as quais não estou de acordo. Então a Frente decaiu em sua militância, e o governo não nos... E tenho discrepâncias políticas, que muitas vezes está acontecendo que os uruguaios não têm lugares para discuti-las. Há um governo, mas não há organizações, exceto as sindicais, que, por eu ser aposentada, não me competem, não há o que eu conheci na política, primeiro esse ardor, esse desinteresse, essa entrega; eu não quero cargos, nunca quis cargos e nem vou querer cargos. Para mim a política é as ideias, e agora as ideias não são as minhas. Penso que é um excelente governo, é claro, nunca houve tantas liberdades no país como agora, mas não correspondo, não concordo, ainda que o país tenha melhorado enormemente em muitas coisas. Reconheço o que é bom, sou uma comprometida, eleitora [votante], tenho meu grupo de pessoas amigas com o que discutimos com a mesma paixão de antes, e tentamos influenciar os demais, levar uma vida... Mas não encontro, desde o ponto de vista político, não encontro uma resposta. Ao contrário, insisto em que reconheço os méritos e a calma que se está vivendo, a... Mas esta sociedade continua sendo muito injusta, e há soluções que não são as neoliberais ou uma sociedade, não falo capitalista não? Mas esta sociedade não responde a... À minha preocupação por um homem mais livre e mais justo, não acho que esta sociedade que destrói a natureza; que não lhe importa; que não lhe importa o passado; que não lhe importa o futuro; que não se projeta; que compra e compra e compra, mas não se projeta; não tem sonhos... Não é para mim. Não é a resposta do que...

P: E o Brasil?

R: Que é que eu penso do Brasil? Eu fui... Estive no Brasil. Primeiro estive na zona balneária, não podia acreditar nas mudanças que houve. Inclusive toda essa zona perto de Itapema, a... Está tão mudada que não se reconhece, mas no transcurso de anos, de dois, três anos, não mais. É verdade que outra vez há uma... Uma riqueza de pessoas que vêm em helicópteros, claro, às vezes se pergunta - E esse quem é? -. Um jogador de futebol, porque é assim, os milionários novos

não são os milionários velhos, mas evidentemente há um setor da população que têm acesso a coisas que não tinha, evidentemente há o nascimento de uma classe média que antes não existia. Mas estive em Fortaleza, eu não sabia que era a terceira cidade do Brasil, e estive na Bahia. E eu fiquei assombrada. Vi letreiros que perguntavam primeiro o amor pela presidente e o respeito, eu fiquei assombrada com as coisas que as pessoas falam nas ruas. Mas, além disso, eu ia meio lutadora briguenta, porque dizia - Mas é verdade que construíram tantas casas? -, - Sim, é verdade -, - Mas duzentas mil? -, - Sim, só na Bahia -. E é uma evidência, as pessoas acreditam muito mais do que acreditavam. No governo, o julgamento que era feito, que os lia atentamente... Como se chama...?

P: Mensalão.

R: É surpreendente. Porque deu a certeza de que há justiça. Por mais que não vá ser igual à outra justiça do pobre, mas deu a certeza de que não existe impunidade total. E com isso de que se começa a conhecer a história do Brasil, a mim me parece que, para lá de tudo, são passos fundamentais. Dilma me impressiona muito bem, a relação com a América Latina mudou. O Uruguai tem problemas? Sim, tem problemas, tem problemas com o Brasil sim, porque existe... Existem coisas que não nos beneficiam; não nos beneficiam, pois são medidas internas do Brasil ou inclusive da Argentina que não nos beneficiam. Mas a mim me impressiona o avanço que o país teve.

P: Sara. Muito obrigado.

R: Estou à disposição

DEPOIMENTO 28 – GRACIELA GULLA DE BENECH.¹⁸²

MONTEVIDÉU, 1º DE FEVEREIRO DE 2013.

P: Graciela, muito obrigado por esta generosidade em nos oferecer esta entrevista. Quería, para iniciar, que te apresentasses. Quem é Graciela?

R: Eu sou Graciela, Graciela Gulla, médica de profissão, médica pediatra, agora já aposentada, pois comecei... Sou uruguaia, nasci em Montevideo, e todos os meus estudos foram feitos aqui, na cidade de Montevideo, no ensino público, que nessa época era de muito bom nível. Formei-me como médica no ano de 1964; fiz Pós-Graduação em Pediatria também em Montevideo, e bom, provenho de uma família de seis irmãos, tenho três irmãs mulheres, todas elas profissionais também, a mais velha é engenheira agrônoma, depois uma médica, como eu, e depois uma advogada, e dois homens que estudaram direito, mas nenhum dos dois chegou a concluir sua carreira. Aos dezoito anos, quando entrei na faculdade de Medicina, conheci Claudio Benech, ele estava mais adiantado do que eu, já estava no quarto ano de faculdade, aí começamos a nossa relação.

P: Em que faculdade vocês estavam?

R: Na de Medicina, que ele, em realidade, fez a parte básica da faculdade, porque depois de dedicou à pesquisa no Instituto de Investigaciones Clemente Estable. Quando eu o conheci, ele já estava trabalhando no Instituto, e bom, e aí começou a nossa relação, rapidamente nos envolvemos e formamos um casal, nos casamos e tivemos uns quantos filhos, deles seis são homens e uma mulher. São sete filhos. No ano... Eu não sei como continuar a... Por que a minha história... Assim. Casamos-nos no ano de 1963 e moramos em Montevideo até o começo da ditadura... Nessa época, do ponto de vista político, nós dois militávamos na esquerda, mas militávamos no Partido Socialista de Montevideo. Quando a ditadura iniciou...

P: Estamos falando da década de sessenta, depois do casamento...

R: Claro, claro, claro, da década de sessenta. Quando a ditadura começou a verdade é que a situação no país foi muito difícil.

P: Claro, nessa época que atividades políticas vocês desenvolviam, militância estudantil? Antes da ditadura?

R: Sim. Militávamos no comitê... Porque já... Na Frente Ampla... Primeiro militávamos no Partido Socialista, depois na Frente Ampla, desde seu começo não é?

P: Claro, vocês, desde os anos setenta, militam na Frente Ampla não é Claudia?

R: Claro, claro.

P: E antes disso, qual era a militância de vocês, em que âmbito, estudantil?

R: Fundamentalmente no âmbito estudantil.

P: Associados a alguma agrupação política?

R: À FEU, que era a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai, que eram, sobretudo nesse momento, a situação do país também estava se tornando cada dia mais difícil, e então eram... Nós lutávamos, sobretudo, por problemas pontuais que iam aparecendo, autonomia uni-

182 Graciela Adela Gulla de Benech é médica pediatra, e nasceu em Montevideo, Uruguai. Casou-se, em 1962, com o biofísico Claudio Benech, membro do Partido Comunista uruguaio, que foi preso em sua casa em maio de 1980 pela repressão durante a ditadura civil-militar neste país. Graciela tomou a iniciativa de pedir ajuda ao MJDH, em junho de 1980, para retirar seu esposo do Uruguai. Assim, começou a preparação da fuga de Claudio Benech e sua família para o Brasil, em uma ação que ficou conhecida como “Operação Mundialito”. Junto com seu esposo e dois de seus filhos, Graciela cruzou a fronteira do Chuy em 1º de janeiro de 1981, onde a família solicitou, por intermédio do MJDH, status de refugiados perante o ACNUR. Estabeleceram-se no Rio de Janeiro, onde, em fevereiro de 1981, se reuniram a eles seus outros cinco filhos, que haviam permanecido no Uruguai. A família solicitou asilo temporário no Brasil, pedido este que foi indeferido, regressando ao Uruguai em 1985, com o término da ditadura neste país. Atualmente, Graciela reside em Montevideo.

versitária, problemas no... O que faz a maioria dos estudantes em geral, em todos os nossos países, problemas com a passagem escolar, luta pela autonomia universitária quando se criava algum problema, seja em nível gremial, não somente do grêmio de estudantes, mas sim do resto dos grêmios, operários... Do país, toda a estudantada participava também na luta pelos direitos dos demais grêmios não? Isso era, antes de tudo, o tipo de luta que se fazia antes da ditadura, que mudou radicalmente quando ela apareceu, pois o Uruguai, além disso, não tinha experiências com ditaduras, pelo menos a nossa geração... No início do século XX houve algo, mas nunca foram ditaduras do tipo, eram, sobretudo, guerras civis entre os partidos tradicionais do país Blancos e Colorados, que se alternavam no governo, fundamentalmente o Partido Colorado, mas a nossa geração não tinha experiência em ditaduras, como, por exemplo, aconteceu na Argentina, que aí sim foi um país onde as ditaduras foram muito mais frequentes.

P: Nessa prática política de militância estudantil, qual era a ideia que se tinha ou que se discutia sobre o que estava acontecendo na América Latina e no mundo no ano de 1968, quais eram os assuntos?

R: Inclusive na nossa luta estavam as invasões dos países da América Latina pelo imperialismo, este... Que foram muitas não é? Em todo esse período, os problemas de todos os problemas da América Latina, e não só da América Latina, senão do mundo... Com respeito aos diferentes problemas políticos, sindicais, estudantis, o movimento estudantil participava praticamente de todos os problemas políticos, econômicos, fundamentalmente da América Latina, mas também do mundo não é? Não estávamos alheios a nenhum dos problemas do mundo, e isso era uma característica que não foi muito frequente no resto da América Latina, mas sim no Uruguai. Participava absolutamente de todos os problemas de... Em nível mundial. Além do mais, as ditaduras que apareceram em toda a América Latina, que foram no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai, no... Todas foram repudiadas, de alguma maneira, pelo movimento operário e estudantil do Uruguai não? Quando houve o golpe no Chile, que foi espantoso, fizemos uma manifestação no auditório da Universidade, aí na 18 de Julio, e claro, aqui já existia uma ditadura, e fomos corridos, em luta com... Apoiando o Chile... Lutando, apoiando, em manifestações, todos os países da América Latina não...? E, além disso, com um perfeito conhecimento do que estava acontecendo em cada um dos lugares. Quando da ditadura no Uruguai, que foi o golpe de Estado de 1973, eu nessa época estava fazendo minha pós-graduação em Pediatria... Claudio estava trabalhando no Instituto de Investigaciones Biológicas, e nessa altura já tinham nascido cinco dos sete filhos, ficaram os dois menores, que nasceram em plena ditadura... E bom, aí a situação se modificou muito, ou seja, houve uma repressão muito importante para todos os movimentos, sobretudo à Frente Ampla, todos os partidos que constituíam a Frente não? E o mais atingido foi o Partido Comunista, sem dúvida nenhuma, todos, mas também, possivelmente, pela militância também, pois era a mais importante, foi esse um dos motivos, tínhamos cinco filhos, o que levou Carlos a se comprometer com o Partido Comunista, porque ele me explicou me disse - Se eu não faço nada não posso me olhar no espelho, mas temos muitas crianças, tem-se que cuidar delas... -, e então, bom, dividimos as funções não? Então eu apoiava, mas sem participar diretamente, e Carlos foi o que se envolveu, e, além disso, no Partido Comunista, porque considerou que era o que mais tinha armas nesse momento para lutar contra a ditadura.

P: Podes nos contar um pouco da história desse envolvimento, dessa relação de Claudio?

R: Bom, nessa época justamente, como o... A situação era... Era muito difícil, todo mundo utiliza nomes falsos, ou seja, eu conhecia... Cada um tinha... Eu não sabia exatamente os nomes das pessoas que se envolveram com Claudio, e que inclusive iam à minha casa para ter contatos com ele não? Mas sabia que eram do Partido Comunista, é claro. Inclusive eu, no meu consultório, atuei como correio sem participar diretamente, levavam-me coisas, pessoas iam buscá-las, quer dizer, não é? Que eu saiba o Partido Comunista diretamente, em nenhum momento, se envolveu com armas na luta contra a ditadura não? Foi, sobretudo, uma luta de militância, de contatos com pessoas, de... E isso era o que Claudio fazia também, mas em nenhum momento foi uma luta armada, longe disso. E bom, aí os militantes foram caindo...

P: Esta atividade que tu falas; que tu fazias como correio, como acontecia? Era aberta ou havia códigos para isso, qual era o procedimento?

R: Eu não participava diretamente, era Claudio, ou seja, este, ele me dizia vão te levar algo ao consultório – eu conhecia a pessoa –, e ia buscá-la... E essa era... Era o que chamavam de correio, levavam material ao consultório e daí o retirava, vinha outra pessoa e o levava. Eu mais do que isso não fiz pessoalmente, além do mais, eu não fui presa em nenhum momento não? Chamaram-me... Nessa época eu fiz o concurso no... Em um centro médico, para trabalhar na emergência pediátrica, e me chamaram na Chefatura de Polícia para me interrogar, antes de dar... Eu entrei nesse concurso, entrei como titular... E antes de obter o cargo me chamaram para perguntar, mas, além disso, eles sabiam algo, me perguntaram sobre... No meu consultório, sabiam algo da parte de correio que se fazia. Mas tinham o endereço errado, tinham uma série de erros, que eu consegui me safar por isso, e me perguntavam se eu sabia por que eles estavam... Claudio já estava preso, nesse momento.

P: Já estava preso. Um pouco antes da prisão de Claudio, como acontece essa prisão? Os antecedentes, digamos, são perseguidos, vocês sentiam que já estavam sendo perseguidos?

R: Não, absolutamente. Possivelmente havia, mas nós não notávamos.

P: Nas discussões do Partido não se discutia...?

R: Não, absolutamente.

P: Como isso acontece?

R: Haviam prendido muitas pessoas que estavam ao nosso redor, mas que nós soubéssemos ou que tivéssemos notado, ou que o Partido nos tivesse avisado, em nenhum momento. Nós continuávamos fazendo nossa atividade normal, além do mais, essa noite que foram buscar Claudio em casa de madrugada, essa noite eu voltava do meu trabalho, Claudio voltava do dele, chegamos a casa, e eu deixava a comida pronta para as crianças, quando voltava de noite, a comida para o outro dia, fizemos a comida; eu tinha, no bairro em que morava eu atendia muitas crianças, muitas crianças com problemas econômicos, que não tinham cobertura médica, tinham, sim, saúde pública, então muitas vezes me chamavam... A qualquer hora, para ir ver uma criança, ou me traziam, ou para consultar, e essa noite, por volta das três da manhã bateram na porta e Claudio me disse – Eu vou, deve ser para ti –, e quando Claudio foi atender eu ouvi do quarto, nesse momento o meu [filho] menor, Javier – que agora é jornalista –, tinha dez meses, estava em uma caminha ao lado da minha cama, e eu ouvi que disseram – Forças Conjuntas –, que era como se identificavam, aí me... Claudio veio se vestir, eu me vesti, revistaram toda a casa. Disseram a Claudio para que se vestisse e... As crianças não acordaram, eles não as acordaram – aí já tinha os sete –, não acordaram nenhuma delas, revistaram tudo com as metralhadoras, com todo o arsenal que eles tinham, e bom, levaram Claudio. Mas nós não tínhamos noção, foi totalmente de surpresa. Para nós não?

P: Porque um pouco antes da prisão, Claudio evidentemente tinha os contatos, como, por exemplo, Laura Larrea e outros membros do Partido que eram codinomes...

R: Claro, e Laura eu via na minha casa, eu não sabia como ela se chamava, mas ela ia à minha casa, além do mais, quando levaram Claudio deixaram dentro da minha casa pelo menos dez, doze dias, dois militares... Bom, foi quando deixaram na casa, quando... Eu estava nisso, deixaram duas pessoas para ver se conseguiam – se viessem pessoas a casa –, conseguiam prendê-las não? E entre as pessoas – que meu filho maior a viu –, que iam a caminho da casa, quer dizer, que nem o Partido sabia, era Laura. Vinha caminhando como que para chegar a casa, então meu filho maior saiu, caminhou totalmente indiferente a ela, e quando passou ao lado dela, sem olhar para o lado, lhe disse - Levaram o pai preso -, e continuou caminhando, e ela continuou, não entrou, e se salvou, realmente, porque a teriam... Teriam a prendido aí na casa não? Sem

nenhuma dúvida. Além disso, estavam procurando-a...

P: Claro. Antes de ser preso mesmo, havia uma atividade que Claudio coordenava dentro de seus grupos de trabalho também, e que todos eles se tornam colaboradores, como é o caso de Lilian Silveira, como é o caso de Raquel, de Alejandra...

R: Sim, sim, mas isso não era... Esses eram companheiros de Claudio do trabalho, do Instituto Clemente Estable, do setor da pesquisa, que não participavam, ou seja, eles eram pessoas de esquerda, alguns eram militantes do Partido Comunista, outros não, eram pessoas de esquerda, mas não faziam parte do grupo de militância de Claudio dentro do Partido Comunista. Eram pessoas que conversavam, eram antiditadura, mas não faziam parte do grupo de Claudio... Lilian, que é amiga minha também, é a esposa de um companheiro de trabalho de Claudio, Alejandra também, Alejandra, que eles depois ficaram; não Lilian, Alejandra ficou exilada na França muito tempo. Ela era membro do Partido Comunista, mas ela não trabalhava com Claudio.

P: E Carlos Scafa?

R: Carlos Scafa era um militante da zona, do bairro.

P: Mas não era colega de Universidade...

R: De Claudio?

P: Ele era, melhor, membro do Partido Comunista...

R: Era membro do Partido Comunista, mas ele não estava no grupo que era formado por Claudio, era membro do Partido Comunista do bairro, da zona.

P: Bom... E a prisão? Já nos falaste como se dá, e a continuação?

R: Na continuação, eu fiquei três meses sem saber onde Carlos estava, se ele estava vivo, se estava morto; como todo mundo fazia, percorri todas as dependências militares, e em todos os lugares me diziam o mesmo, que não sabiam, que não tinham nada que ver, que, no melhor dos casos, tinha ido com alguma mulher por aí, como faz – isso era permanente –, como faz a maioria dos tipos que desaparecem e tá!.... E aí aconteceu que uma sobrinha minha que trabalhava em um colégio me falou da conexão das pessoas do colégio com Jair Krischke; ela me disse - Por que não escreves para ele? -.

P: Quem era ela?

R: Uma sobrinha minha, Esther, filha de uma irmã, ela também era antiditadura, mas ela não participava, não militava em nenhum lugar, mas participava sim de... Da... Nem estava em nenhum grupo político particular, era antiditadura, só isso. E me disse: Por que não escreves para ele? Eu te consigo o endereço... -.

P: Isso evidentemente depois de...

R: Enquanto eu não sabia o que tinha acontecido com Claudio. Ele estava... Tinham-no levado da minha casa, quer dizer que eles o tinham levado, mas fiquei dois, três meses, além disso, havia pessoas mortas em tudo isso não? Eu não tinha ideia do que tinha acontecido com Carlos, então escrevi ao Jair. Conseguiram o endereço para mim, e eu escrevi ao Jair, foi meu primeiro contato com o Jair.

P: Claro, e por que escreve ao Jair?

R: Por que... Disseram-me que ele se interessava justamente por todos os processos políticos da ditadura da América... Do Cone Sul, então que de repente ele poderia fazer algo para... Saber algo, o que teria acontecido com Claudio. Escrevi-lhe isso, coloquei minhas características, quantos filhos eu tinha, quem era Claudio, como havia sido o processo da detenção, e bom, que procurava a ajuda de alguém.

P: Claudio já havia estado em Porto Alegre antes disso, ou não?

R: Sim, tinha estado, mas não em época de ditadura. Tinha estado em um Congresso em Porto Alegre, era biofísico, fazia a parte de biofísica no Instituto Clemente Estable, e tinha ido a Porto Alegre.

P: E depois desse primeiro contato?

R: Depois Jair me... Começou uma campanha em...

P: Entra em contato contigo?

R: Entra em contato comigo, mas fundamentalmente inicia uma campanha de denúncia nos jornais do Brasil... [Interrompe]. Bom, estava em...?

P: Porto Alegre, quando se faz a...

R: Porto Alegre. Então se faz uma campanha de imprensa, sobre a detenção de um cientista uruguaio, com tudo o que eu colocava: que não sabia o que tinha acontecido com ele, que fazia dois meses que estava desaparecido, com todos os dados, e isso enlouqueceu os militares uruguaios. E então de uma maneira, rapidamente mandam-me dizer que posso vê-lo, e que ele está em uma determinada dependência do quartel, no 13 de Infantaria, que o chamavam o “Infierno 13”, porque aí tinham – tu de repente sabes –, tinham desaparecido muitas pessoas e... Aí foi a primeira vez que eu vi Claudio... Estava com... Esta realmente horrível, fisicamente horrível, difícil de descrever, estava horrível. Permitiam-me entrar cada vez com uma criança, não podia levar todos, e entrei com o pequeno, Javier, que era um bebê.

P: Lembras a data?

R: A data? Sabes que não...

P: Bom.

R: Quer dizer, deve ter sido por... Por agosto, por aí... Levaram-no preso em maio, junho, julho, mais ou menos três meses, agosto, setembro, por aí. Fiquei muito pouco aí, que agora vou te contar por que, por isso depois não fui mais, esqueci-me da data. Permitam-me levar um só, e o menor, como era um bebê, podia levar sempre. Levei o menorzinho e o segundo foi comigo, é ele que agora mora no Brasil, constituiu família lá, tenho três netos brasileiros, cariocas... E Mario ficou lá. Bom, fui com ele, e ele, quando voltou da visita ao pai, se deitou e se pôs a chorar, e ficou um dia inteiro jogado na cama, sem se levantar. Bom, essa campanha do Jair em Porto Alegre teve seus frutos, porque poucos dias depois – isso sim eu somente entendi bem mais tarde –, poucos dias depois me... Trouxeram-no a casa. Com uma guarda de milicos, em uma hora em todos viam, era uma forma de envolvê-lo como sendo delator, e ao mesmo tempo o trouxeram, que foi quando ele me disse: - Por favor, para a campanha no Brasil, porque estão loucos com isso, estão desesperados -; então mandei outra carta ao Jair, não sabia o que escrever; então o que eu escrevi foi – que o Jair, com a inteligência que tinha entendeu em seguida –, escrevi que lhe agradecia muito tudo o que ele havia feito, que Claudio já tinha aparecido, e que voltava a lhe agradecer tudo, e que já não precisava mais da campanha, e depois o Jair me disse que tinha lido nas entrelinhas, e que tinha se dado conta da situação. A campanha no Brasil parou, tiraram-no do Infierno 13, e tornaram a levá-lo ao centro onde estive no início, um centro de torturas, onde ficou, levaram-no aí, mas para lhe fazer uma proposta, que tu a deves ter lido. Para lhe dizer que se ele abdicasse do seu pertencimento ao Partido Comunista e tudo o mais, ia ter muitas vantagens; então Carlos lhes disse que bom, que ia ver, mas que não antes do fim do ano, antes do fim do não, e que ele exigia, além disso, que o levassem para ver sua família. Então o levaram no Natal. Outra surpresa, eu não sabia nada, apareceu aí... Por isso te falo, eu não conseguia entender muitas coisas, depois as entendi. Levaram-no outra vez no Natal, mas aí o deixou sozinho para ficar conosco, e que iriam buscá-lo às cinco da manhã. Então quando eles foram embora eu... O que Claudio me disse foi – Temos que partir, já. Já. Porque se eu não for agora eu me mato, não é brincadeira, me mato. Já tenho tudo preparado para isso. Tenho um prazo até o fim do ano, eu depois não posso continuar aí de maneira nenhuma, vamos embora já -, ele me

disse. Mas para onde vamos? Ele me disse: - Vamos com os dois maiores, nos outros não irão tocar, mas nos maiores sim. Vamos caminhando -, me disse. Ir caminhando... Estava desesperado, realmente. Ir caminhando até a casa de uns amigos, também do Partido, iriam nos buscar aí, eu estou certa. E falo - Claudio... Vão matar os pequenos, se os capturam... São adolescentes -, um tinha dezesseis e o outro quinze anos, os maiores - Se eles os pegam o que pode acontecer com eles? Por favor, isto me parece um absurdo, vamos pensar bem nisso, não vão te trazer no fim do ano? -, lhe perguntei, - Dá-me uma semana, uma semana, para ver o que podemos fazer -, mas eu morria de medo por meus filhos, pelos pequenos, morria de medo. Então ficamos assim. Em que ele ia tentar que o trouxessem, o prazo era até trinta e um de dezembro, ele ia tentar que o trouxessem, e eu nessa semana veria como faríamos, já em outras condições, para ver. Foi a semana mais difícil da minha vida. Da minha vida. Porque ele estava preso, ele não podia fazer nada, as crianças eram pequenas, e eu não podia falar sobre isso com ninguém, exceto com uma irmã minha que... E então, me fui. Isso foi na noite de Natal. No outro dia peguei os sete, os levei à casa de minha mãe e falei com esta irmã minha, que também era médica. Eu tinha... Não sei, era como se fosse minha mãe, porque era bastante mais velha que eu, e, além disso, minha mãe, quando eu nasci, também... Não era... Já estava em uma idade que... Nasci por casualidade, eu era a menor, de modo que ela era como se fosse minha mãe. Bom, lhe expliquei tudo, e ela me disse - Anda; vai falar com o sacerdote da Igreja, eu sei que ele está ajudando pessoas, que é um tipo progressista, que pelo menos vai te aconselhar -, e fui falar com o sacerdote nesse mesmo dia de Natal. Conte-lhe tudo, lhe disse: - Isto é um segredo de confissão, simplesmente falo para ti, mas não pode sair daqui -, contei-lhe tudo, e ele me disse - A verdade é que eu não sei -, me disse - Eu sei que as pessoas saem pelo Brasil, mas não sei como -. Era dia vinte e quatro, eu tinha uma semana. E lembrei que eu tinha uns pacientes, dois nenês, que eram filhos de Celiberti. O irmão de Lilián Celiberti, Ariel, que se comportou como um campeão, eu atendia seus nenês. Então eu fui à casa de Ariel, deixei as crianças com minha irmã e fui falar com Ariel.

P: Ariel, que é irmão de Lilián Celiberti.

R: De Lilián, por isso. Quando ele me viu aparecer no dia de Natal, de noite, terá dito - Esta está louca-, eu era a pediatra dos nenês, mas... Então lhe disse - Bom, quero te contar uma coisa Ariel -, falei para ele e para sua mulher - Quero lhes contar algo. E há coisas que não entendo, a única coisa que sei é que eu conheço Claudio, o que Claudio é, ou seja, não me importa entender mais nada, porque eu o entendo e oi conheço, e sei o que ele é capaz de fazer, mas quero lhes contar porque não sei o que fazer -. Então lhes contei tudo: que o levavam a casa, em que condições, que o tinham levado na véspera de Natal, que antes já o tinham levado, o que Claudio tinha me dito, que queria fugir, que... Tudo. Contei-lhes tudo, absolutamente tudo. E Ariel me disse - Não tens porque entender; há muitas coisas que nem eu entendo tampouco. Tens alguém de muita confiança que vá até Porto Alegre? -, e eu lhe disse - Bom, procuro alguém... -, - Deixa eu vou -, Ariel me disse. Foi falar com Jair, arranhou tudo para a fuga, e voltou para Montevideú, e me disse - Bom, te esperam no dia trinta e um, dia primeiro em realidade, até às cinco da manhã, no Chuí. Aí vai ter um casal -, me descreveu - já nem lembro - como iam estar vestidos, nomes, uma mulher, como iam estar vestidos - E vão te esperar até às cinco da manhã. Não te preocupes com nada, não te preocupes com dinheiro, não te preocupes com roupa, te preocupa com que o carro em que vás esteja em boas condições, nada mais, que possas ir até o Chuí, e que não te aconteça nada, que não fure um pneu, que os pneus estejam bons, que esteja bem -. E eu falo - Mas... Como saio de casa de casa Ariel? Se há vigilância quando levam Claudio... Se é que o levam; o assunto é que antes de nada têm de levá-lo... E como eu saio da casa -, e ele me disse: - Queres que eu vá dar uma volta nas horas antes da meia-noite, pelas redondezas da tua casa, para ver se vejo alguém ou não? Não vais te arriscar, não tem sentido -; eu lhe disse - Bom, será questão de se arriscar -. Eu tinha medo pelos pequenos, que íamos partir... Jair achou que iríamos com os sete, mas eu deixei os cinco menores com a minha mãe e com a minha irmã, dizendo-lhes que tinha um guarda, mentira, não tinha guarda. Minha irmã me deixou o carro dela, escondido por ali, perto de casa, eu deixei meu carro na porta de casa, todas as luzes acesas, uma mesa posta como para passar o fim do ano, uns pacientes tinham me dado de presente uns frangos, eu os fiz, cozinhei, comprei Coca-Cola, deixei o rádio ligado, as luzes acesas, a mesa posta, tudo como se fossemos cear aí, e esperando para ver se levavam Claudio... O levaram.

P: Que horas era isso, lembra?

R: Um pouco antes das vinte e quatro, meia-noite. Então eu fui pegar o carro, eu te juro que em toda a minha vida havia dirigido dessa forma. Subi em todos os... As veredas, ou como é que vocês chamam? As calçadas, subi em todas elas, quando dava a volta, até que consegui sair da zona e vi que não acontecia nada. E aí me tranquilizei.

P: Era um pouco mais para ver se tinha alguém vigiando?

R: Não, não. Tentei de saída ir rapidamente, porque, se tivesse alguém vigiando, não ia conseguir fazer nada. O importante era sair, se conseguisse sair era porque não tinha ninguém, e, além disso, nós fomos com dois adolescentes. Assim que fechamos a porta, eu fui buscar o carro, os dois pequenos se colocaram um de cada lado do pai, os dois são grandotes, os vizinhos o viram, é claro, mas Tá!, tinha que sair, subiram no carro e aí saímos.

P: E os militares não estavam...

R: Não, evidentemente que não, ou seja, eles confiaram, o Natal os deixou tranquilos, evidentemente, confiaram, e, além disso, depois do dia trinta e um, Claudio ia fazer sua declaração de rechaço a... Não? E aí saímos. Fomos até... Claudio queria passar, porque tínhamos um amigo jornalista, Julián Murguia, era Blanco, e ele tinha feito um vídeo, em plena ditadura, era um tipo muito capaz, em plena ditadura tinha feito um vídeo sobre um herói do Partido Nacional, revolucionário, e foi um pouco fazendo uma similitude com o que estava acontecendo nesse momento. E eles diziam; os militares diziam que este vídeo era o Claudio que tinha feito. E estavam atrás de Julián. E Julián estava em Punta del Este. Então Claudio queria passar por Punta del Este para lhe avisar, e Julián nos disse: - Eu os levo -. Veio conosco, deixamos o carro de minha irmã aí, em Punta del Este, continuamos, ele tinha um Mercedes Benz velho, continuamos com o Mercedes Benz até o Chuí. E a mulher com o compromisso – ele tinha a mulher e um filhinho –, com o compromisso de levar o carro para Montevidéu, e isso era tudo, ninguém saberia como tínhamos saído não? Bom, isto não saiu muito bem, por que... Uma madrugada de chuva, em Montevidéu, ela nervosa e tudo, quando vinha para Montevidéu pechou, abandonou o carro, foi à casa de uma amiga, e o irmão dela era militar... O irmão. Então ela lhe contou o que tinha acontecido e ele lhe disse: - Vai falar com tal pessoa, diz que Julián te deixou, te abandonou, foi embora -, ao militar, para que ela não ficasse comprometida com o assunto. Depois foram buscá-la na casa, a levaram encapuzada e... Ela já tinha ido falar com o militar que o irmão tinha dito, e bom, não lhe aconteceu nada, deixaram-na. Nós chegamos ao Chuí, atravessamos a fronteira, que tinha uns guardas aí, era quase cinco da manhã quando chegamos, estávamos com [...] já, Julián nos disse - Não falem, deixem que eu falo -, ele tinha colocado um bonezinho de turista e lhes disse... - Sabem se as lojas estão abertas dia primeiro? -, o tipo nos olhou, assim, e nos disse - Não, não sabemos -, então nos olhou assim e nos disse: - Bom, vamos, igual fazemos um churrasquinho... -, e aí passamos. Cruzamos a fronteira, Julián deu um beijo... Deu um beijo na maçaneta e disse - Conseguimos! -, e bom, e aí aconteceu o que tinha que acontecer, estavam nos esperando, já estavam se preparando para ir embora, já estavam no limite da hora, eram cinco da manhã, eu fui a única que descí, como sabia mais ou menos a descrição comecei a caminhar pelas ruas do Chuí, e me aproximei deles, que me disseram - Pensamos que não vinham -, nos colocaram rapidamente em dois carros e saímos para Porto Alegre. Essa foi a fuga.

P: E esse trajeto de Chuí a Porto Alegre? Houve dois episódios, duas paradas.

R: Sim, mas nenhuma importante. Uma não sei como eles fizeram com a... Com a Polícia Militar, não sei como fizeram. Sei que passamos. E depois paramos, mais adiante, para comer algo. Mas nenhuma das duas foi importante, e depois nos levaram a um colégio.

P: Já em Porto Alegre.

R: Em Porto Alegre.

P: Bom, tu poderias nos contar um pouco dessa situação em Porto Alegre, o que fazem, quanto tempo?

R: Essa situação em Porto Alegre? Bom, morávamos em...

P: Chegaram a Porto Alegre em...?

R: Chegamos diretamente ao colégio, não saímos daí, saímos uma vez. Porque há um episódio muito, muito cômico no colégio, porque todos nós estávamos, ainda, com o problema da ditadura na cabeça. Falávamos com Claudio em segredo, não nos acostumávamos, ainda, a falar forte, em voz alta, sempre pensando que alguém podia escutar o que estávamos dizendo. Mas o engraçado foi que nós dormíamos – estávamos com os dois maiores – e eles dormiam em um desse quartos, e de manhã, quando acordamos, faltava um, faltava Mario, o segundo, o que agora está no Brasil. Todos desesperados - O que aconteceu com o Mario? Alguém o levou! -, e acontece que ele tinha mudado de quarto por causa dos mosquitos, porque no quarto onde estava não tinha proteção contra os mosquitos, e não conseguia dormir, então foi para outro lugar, levou o travesseiro e se... E bom, e aí foi um alívio para todos quando Mario apareceu novamente. E em um momento, aparentemente a Polícia, a PM, nos procurava. Então Jair nos mudou de lugar, e fomos à casa de uns amigos do Jair, integrantes do Movimento, que também se tronaram nossos amigos.

P: Tu te lembras dos nomes?

R: Laura... Faz tanto tempo... Ele morreu.

P: Que mais tu podias nos contar desta tua estadia? Porque depois vocês pedem...

R: Nós pedimos... Bom, isso foi a estadia não? Depois... As Nações Unidas nos deram o caráter de refugiados políticos, e Jair pediu que eles fossem a Porto Alegre para fazer isso, para que não tivéssemos mais riscos na estadia no Brasil; foi um delegado das Nações Unidas, que era um francês, François Fourniet, e nos deu o caráter de refugiados, e aí fomos para o Rio [de Janeiro]. No Rio também apareceu... Há várias coisas, o que acontece é que tu vais esquecendo não? No Rio ficamos primeiro em um Convento, até que eles nos adjudicassem uma casa, em um Convento onde havia chilenos, argentinos, paraguaios, de todas as nacionalidades latino-americanas. Fazia-se a comida em comum, nós dormíamos em uma peça com os meninos, e... Bom, e depois já nos adjudicaram uma casa em... Tu conheces o Rio? Em Santo Cristo, na parte do Rio perto do porto, ficamos aí no primeiro ano, as crianças – sem fazer nada – eram sete. Nada de nada... E tinha mais os dois adolescentes. Tinha um de dezessete, outro de dezesseis, outro de quatorze, outra de doze, outro de dez, eh? E depois tinha os dois menores, que tinham cinco anos e um ano. E a verdade é que ficamos meses e meses sem fazer nada. E chega um momento em que o maior, Juan [...] ele agora é bioquímico, se formou no Brasil, fez o Mestrado no Brasil e o doutorado aqui no Uruguai, e voltou, e o professor do Brasil veio aqui, para integrar sua banca de doutorado. E Juan me disse: - Mãe, se eu ficar um tempo mais assim, eu fico louco -, me disse. Não os aceitavam em nenhum colégio público, porque não tinham documentos. O Brasil nunca nos deu, nunca, nenhum tipo de documentos, nem para eles, nem para nós, então eu pude matriculá-los em nenhum colégio, porque não tinham documentos; então havia um colégio aí, o Bennett, tu conheces? Pedi uma entrevista com o Bispo e fui com os sete, com Javier no colo, era pequenininho, e com os outros, com todos. Então quando cheguei, é claro que lhe disse, não lembro se em espanhol, porque nessa época não sabia nada de português, depois até dei aulas em português. Então disse bom... Ele me disse - Bom qual é o seu problema? -, me disse, levei os sete e lhe disse - Vou lhe apresentar a todos -. Apresentei-os um por um, e lhe disse - Qualquer colégio do Brasil se sentiria orgulhoso de tê-los como alunos, mas, além disso, o direito das crianças diz que eles não podem estar fora do sistema educativo, que têm direito à educação, e isso não estou tendo aqui, pois o colégio público não os aceita porque não têm documentos, e eu não posso pagar um colégio particular, porque não tenho dinheiro -. Então ele se riu e me disse - Que é que você está procurando, uma bolsa? -, - Não tenho outra -. Bom, ele me disse: - Este este e este vão ao colégio. Têm que fazer uma prova para ver para que ano vão. Estes dois – para os maiores – não podem, porque aqui ainda existe uma ditadura, e eles estão na idade do Serviço

Militar [...], e este – para o Nicolás, o que tinha cinco anos –, justamente os filhos dos professores, dos mestres, têm prioridade na pré-escola -. E é verdade, mas três entraram no colégio, e começaram. Restava o de cinco anos, começou a ler sozinho, estava louco para ir à escola. Aprendeu a ler e a escrever português e espanhol junto, sozinho. E tinha uma professora brasileira que... Que tinha uma filhinha com um problema. Levava-a para casa, me chamou a atenção, lhe disse - Que é que ela tem? -, a via quietinha... Disse-me - Tem anemia... E estão tratando da anemia -, - E sempre foi assim quietinha? -, ela me disse – Sim, operaram-na, tiraram... Tiveram que operá-la por causa de uma fístula que ela tinha, ou não sei o que, aqui... -, eu falei: - Acho que deve ter um hipotireoidismo -, falei... [...] tinha todos os sintomas de... Disse - Leva-a num endocrinologista -. Tinha hipotireoidismo. Começaram a tratá-la com iodo, com hormônios [...] e a quietude desapareceu, a anemia desapareceu, desapareceu tudo. Então aproveitei e lhe disse - Tenho uma criança que morre para ir à escola, e não posso, não o aceitam porque não tem documentos -, e ela me disse - Leva-o à escola -, e lhe mostrei, lhe disse - Ele lê, veja -, e ele leu, e ela disse - Leva-o à escola, vou ver o que posso fazer -, e o aceitaram na escola do... Mas claro, era uma escola no morro, no alto do morro, me revezava com Claudio para... Era insuportável ir caminhando até lá em cima, ida e volta. Um ia primeiro, o outro depois, era... E depois conseguimos uma bolsa, que uma professora de português, que se tornou muito amiga nossa, nos conseguiu uma bolsa em outro colégio, e ele fez... Praticamente foi alfabetizado em português. Esse é o Nicolás, um dos menores. E depois tinha os dois maiores, no Bennett não os aceitaram, e bom, consegui outro colégio para os dois, terminaram o secundário. As coisas que nos disseram; a verdade é que... Muito bonitas, fomos à festa de formatura dos dois, para agradecer, é claro, que os tinham aceitado com uma bolsa e... Teresiano, eu não sei se tu conheces, e nos disseram - Obrigado a vocês por terem mandado esses jovens -. Os dois fizeram o vestibular, os dois passaram no vestibular. Mario, o segundo, o que está lá, que é engenheiro, fez tudo lá, entrou no vestibular da Católica e da Federal, das duas, o mesmo dia, mas na Federal não o aceitaram porque não tinha documentos. Consegui uma bolsa na Católica e fez engenharia na Católica, agoar já tem documentos, tem mulher brasileira, tem três filhos brasileiros... E Juan, o mais velho de todos, passou no vestibular também, tampouco podia ir à Federal, por falta de documentação, e conseguimos uma bolsa na Santa Úrsula, me parece que se chama; a de biologia. Aí ele fez biologia, depois fez bioquímica, depois fez o mestrado em bioquímica.

P: Uma universidade excelente, Santa Úrsula.

R: Sim, sim. Depois voltou a Montevideú, se casou com uma uruguaia, tem dois filhos, fez seu doutorado em Montevideú. Essa é um pouco a história e o final foi a volta a Montevideú.

P: Quanto tempo vocês ficam em Porto Alegre e no Rio de Janeiro?

R: Em Porto Alegre meses, nem sequer alguns meses. Chegamos dia primeiro de janeiro e em fevereiro eu acho que... Ou final de janeiro ou início de fevereiro, teremos ficado um mês, voltamos... Já estávamos no Rio. E no Rio ficamos desde 1981, foi isso, início de 1981 não? Até final de 1985, quer dizer que as crianças já... Aconteceu outra coisa, que esqueci também importante. Cláudio e eu estávamos desesperados, porque queriam nos mandar para a Europa. Nós sabíamos que ir para a Europa era não voltar nunca mais, com cinco jovens... Com seis... Sete! Jovens em idades em que formam suas amizades, estávamos praticamente certos já de que não voltaríamos. Então estávamos desesperados. E queriam nos mandar para a França. Então começamos a procurar. Fomos à Embaixada da Rússia, da União Soviética nessa época, não nos deram muita bola. Fomos, e procuramos, dissemos qual país da América Latina está precisando de pessoas mais ou menos preparadas? Nicarágua. Tinha havido a revolução da Nicarágua, procuramos; incrível, mas foi incrível. Nós tínhamos dito ao francês, ao das Nações Unidas, que gostaríamos de ficar no Rio. E ele nos disse que o Rio sempre tinha rechaçado; que o Rio não dava asilo político... O Brasil desculpa não dava asilo político, que isso era muito difícil. Mas ele queria que nós fôssemos para a França. Então procuramos desesperadamente, e encontramos o Consulado da Nicarágua. Dissemos – eu médica, Claudio físico – eles precisam de pessoas, vamos para aí. Fomos ao Consulado da Nicarágua. As coisas são como têm que ser. Chegamos, ficava em Nossa Senhora de Copacabana, lembro perfeitamente, então caminhamos, chegamos, e tinha um porteiro que nos disse - Precisam de alguma coisa? Estão procurando algo? -, Claudio lhe falou

- Viemos ao Consulado da Nicarágua -, - Ah, faz tempo que não fica mais aqui -, nos disse, - Fica em Brasília -. E bom. Dá-lhe, vamos. Quando voltamos, ainda ficávamos nesse momento, ainda não tínhamos casa fixa, foi no início. Quando voltamos ao Convento aquele onde estávamos morando, o francês estava nos esperando, Monsieur Fouinet. Mas parece um milagre, porque ele nos disse - Vocês continuam com a ideia de ficar no Brasil? -, - É claro -, dissemos. - Bom, vamos tentar; vocês vão ser porquinhos da Índia, vamos tentar fazer um pedido de asilo político para vocês e ver o que acontece -. De modo que não fomos à Europa, ficamos no Rio, de vez em quando vinham da PM, comunicando, dizendo que tínhamos que nos apresentar rapidamente na PM, nos diziam que em vinte e quatro horas teríamos que sair do Brasil.

P: A Polícia Militar.

R: Claro. Então intervinha, as Nações Unidas intervinham; diziam que não havia motivo, que éramos uma família com tantas crianças, todos excelentes estudantes, eu estava trabalhando gratuitamente na Santa Casa, fiz meu pós-graduação em Neonatologia no Brasil, falava - Não há nenhum motivo para irem embora, é uma família que não dá nenhum problema, de nenhum tipo, ao contrário -, mas era permanente. Mandavam-nos um comunicado e diziam que em vinte e quatro horas tínhamos que deixar o Brasil, e aí as Nações Unidas intervinham, e assim ficamos, mas nunca nos aceitaram, nunca tivemos documentos... Nunca, nunca. Eu não podia trabalhar, Claudio não podia trabalhar, as crianças não podiam estudar. Éramos... Não sei o que... Mas cheios de amigos, as Nações Unidas nos apoiaram, eu fiz minha pós-graduação, tive que fazer de novo a pós-graduação de pediatria, consegui uma bolsa eu também para... Meu professor de Neonatologia, que sabia qual era a situação – além do mais, me encontrei com pessoas excelentes. Eu não podia ter nenhum sonho, não podia trabalhar, e tínhamos para viver o escasso que as Nações Unidas nos davam para viver. Claudio fazia artesanatos, os vendia nas praças. Artesanato em couro, além disso, lindos, realmente, mapas, tudo em pirogravura; Claudio tinha muita habilidade nesse sentido, e o professor aonde eu ia à Santa Casa, que eu o ajudava, dava aulas com ele, e ele conhecia a situação, me depositava do seu bolso, todos os meses, um pequeno salário no banco. E assim vivemos no Rio.

P: Poderias nos falar um pouco de Claudio?

R: Claudio.

P: Nesse período.

R: Sim, eu... É difícil. Se eu te disser que eu nunca conheci ninguém como Claudio... De repente não sei se entendes. Mas foi o homem mais honesto, mais honesto desde o ponto de vista pessoal, incapaz de uma coisa que pudesse ferir ou machucar alguém, o mais honesto em seu pensamento, e, além disso, não só em seu pensamento, senão em sua prática de vida. Colocava exatamente em prática o que ele pensava; e isso não é fácil, isso não é fácil. Era um homem com um “H” maiúsculo, assim, grandote. Era um ser humano excepcional, a verdade sim é que era. E bom, e aí o que fez foi artesanatos, nunca conseguir se colocar em sua profissão não? A única coisa que ele queria era voltar para o Uruguai, a única, era sua obsessão, voltar. E quando se decretou a Anistia aqui... Eu vim primeiro para retornar ao trabalho, porque trazíamos uma quantidade de jovens, e ele esperou com eles, e a primeira coisa que fez foi...

P: Estamos falando de que ano?

R: Anos oitenta e... Final de 1985. Ele morreu em 1990, 1991.

P: E no Rio, ficaram estudando?

R: Os dois maiores ficaram, pois estavam na faculdade. Estavam na universidade, ficaram para terminar; Mario conheceu sua companheira, se casou e constituiu família lá, o segundo, que é o engenheiro. E o maior, que está aqui, ele terminou a Universidade lá, veio outra vez para o Uruguai, ele já tinha sua companheira aqui, se casaram e foram embora os dois, fez seu Mestrado e voltou. E os demais estão todos aqui.

P: Regressando ao Uruguai, ou antes de regressar ao Uruguai, vocês acompanharam o processo brasileiro de transição política, ou tinham algum vínculo, ou havia um... No Brasil, me refiro.

R: Sim, sim, perfeito. Não tivemos vínculo com organizações políticas, não. Mas sim com a população do Brasil, é claro. E, além disso, acompanhamos todo o processo, e além do mais eu nunca mais na minha vida vou me esquecer da morte de Tancredo Neves, nunca, nunca, não sei. Eu acho que chorei tanto como todos os brasileiros. Foi impressionante, impressionante, porque era a possibilidade que o Brasil tinha chegar a um governo democrático, constitucional, e a verdade é que foi espantoso, parece que ouço o hino brasileiro cantado na televisão... Mas, além disso, te inquietava; falo-te isso precisamente. Nenhum de meus filhos queria voltar, nenhum. Claudio fez uma votação em casa, democrática, agora tu vais ver a democracia. Muito democrática. Disse: - Bom quem quer voltar para o Uruguai e quem quer ficar? Quem quer ficar aqui? -, todos levantaram a mão, - Quem quer voltar para o Uruguai? -, nenhum. Todos tinham seus amigos, foram cinco anos, seis quase, que nessa idade é muito importante. Os menores passaram a serem crianças maiores, e os adolescentes passaram a ser adultos propriamente. Tinham amizades, toda a convivência, tinham milhares de amigos, não sabes o que foi a volta. Choros, porém... Continuam com os amigos, os esperam, e cada vez que vão lá todos se reúnem, ou seja, isso nunca se rompeu, foi uma época muito importante para eles, muito importante. Ou seja, o que mais tivemos no Brasil, à parte de acompanhar os processos, mas isso em nível pessoal, mas contatos com as pessoas; tínhamos muitos amigos, muitos amigos. Não organizações políticas.

P: Perfeito. Conta-nos um pouco sobre este regresso.

R: Bom, isso é uma parte desse regresso, é uma parte. Esse regresso foi horrível, eu tenho... Não horrível por voltar ao Uruguai, eu não voltaria a morar no Brasil, esta é a minha terra, eu estou compenetrada com o que acontece aqui, e acho que meus filhos são iguais, o retorno foi um momento muito especial não? Foi romper com algo que durou um tempo não? Além disso, foi muito bonito, embora te pareça mentira. Estávamos todos juntos, por que... Foi muito bonito, muito bonito, eu... A época... Tu vais entender. A época do Brasil, para mim, é uma época luminosa, muito luminosa, a época do Uruguai não, porque Claudio já veio doente, foi todo um processo de doença de Claudio, a morte de Claudio... Foi muito feio tudo isso, muito, muito triste, muito feio. Então são dois contrastes grandes sabes? Mas aí está, foi assim.

P: No regresso de vocês, há algum envolvimento, há uma continuidade dessa militância política, os vínculos se restabelecem? O que acontece com Claudio e Graciela no Uruguai?

R: O que acontece com Claudio, não com Graciela. Claudio veio doente... Claudio foi... Eu não sei se tu sabes isso, mas se teceram muitas... Jair não te falou? Ao Jair chegaram as ver... Claro, que Claudio era um traidor, que Claudio não sei o que, isso foi espantoso. Foi muito duro.

P: Conta-nos um pouco disso.

R: Isso, que não houve uma reconstrução, ele escreveu uma carta ao Partido Comunista, escreveu a Enrique Rodríguez, tu conheces o Enrique? Nunca lhe responderam, jamais, nunca, nunca lhe responderam. Não houve uma... Uma reconstrução de vínculos... E, além disso, Claudio estava doente já, estava doente. Começou a deterioração física progressiva, no início não tinha diagnóstico, que... Sei lá, bom, foi um câncer de uma malignidade espantosa. Quando começou a se manifestar, que foi quando chegamos, já tinha uma evolução praticamente terminal não? Porém a verdade é que aqui eu não posso te contar o que aconteceu, porque não sei... Ou seja, em nível familiar sim, é claro, mas desde o ponto de vista político não houve reconstrução, eu... Continuamos pensando tudo o que pensamos, é claro, mas houve uma aproximação. Foi muito feio. Todo o luminoso que eu te falo que foi a estadia no Brasil, aqui não foi, a verdade é que aqui não foi. Não sei se a ditadura, depois de tantos anos, mudou... Não sei o que foi que aconteceu, se mudou a forma das pessoas verem as coisas, não sei o que foi, mas não foi igual. E tu sabias isso.

P: Que considerações ou reflexões poderia fazer hoje Graciela, de tudo isso? E quem é Graciela hoje, que faz a Graciela hoje?

R: Bom. Dá-me um tempo. Porque, além disso, pensei em Claudio, e a verdade é que tu alteraste meu... Meu... Eu, as reflexões que faço de tudo isso é que não me arrependo de nada do que fizemos; que o que penso de Claudio é o que eu te disse, que nunca conheci uma pessoa assim, íntegra, e que teve a família mais preciosa do mundo. Quem é Graciela hoje? Graciela é uma mulher que já faz muito tempo, porque isto de Claudio já faz vinte e cinco anos, que teve que se virar sozinha com muitos filhos, não somente os problemas cotidianos, resolver coisas, senão também econômicos, pois eram muitos jovens, bom, e que me sinto orgulhosa, todos se formaram, todos foram adiante, os sete. E nesse [...] muita lástima do que Carlos perdeu, porque ele não merecia, quer dizer, perdeu a evolução de seus filhos, não conheceu nenhum de seus netos, o menor, quando ele morreu, era um nenê, Javier tinha dez anos, ainda estava no primário, na escola, e ele tampouco conheceu o pai que teve, o conhece por histórias, o que não é a mesma coisa, e é este que me chama agora, que tem um filho pequeno, que é jornalista, e que vai muito bem, e que têm muitas coisas do pai na sua forma de ser, na sua capacidade, se parece muito. E todos têm muito dele.

P: Graciela, muito obrigado por este generoso testemunho..

CAPÍTULO IV

DEPOIMENTOS NA ARGENTINA.

DEPOIMENTO 29 – LILIAN RUGGIA.¹⁸³**BUENOS AIRES, 22 DE MAIO DE 2012.**

P: Lily, muito obrigado por nos receber, e a primeira pergunta que te fazemos: gostaríamos de saber um pouco das tuas origens familiares, para entender um pouco tua trajetória e a de teu irmão, nestes anos de adolescência.

R: Bom, nós vivemos em um povoado da província de Buenos Aires chamado San Pedro. É um povoado muito lindo, às margens do Rio Paraná. Nascemos e crescemos aí, porque meu pai... Tivemos a... Veja: meu pai foi oficial da Gendarmaria. Aos vinte e seis anos, quando minha mãe estava grávida de mim, pois sou a maior, meu pai... Atestam-lhe uma esclerose múltipla. Meu pai conhece minha mãe em Corrientes, em uma transferência que ele tinha a Paso de los Libres. Dali meu pai tem uma transferência para o sul, eles se casam e vão morar no sul, minha mãe está grávida de mim, que sou a mais velha, no sul. E minha mãe – coisa das mulheres dessa época – precisava ir dar à luz ao lado de sua mãe. Então parte do sul, da área de San Martín de los Andes, para Corrientes, para fazer o meu parto ao lado da sua mãe – coisa que a pobre velha nunca pode suportar, porque eu necessitava dar à luz ao lado de meu marido e longe dela, era pelos partos imprudentes, e a coitada nunca pode suportar os meus. Então, quando eu nasço meu pai vai do sul para o norte, para Corrientes, para me conhecer, e não retorna ao sul, pois tem a esclerose múltipla declarada, e sei lá, passa a viver como que uma vida de retirado no povoado. Graças a isso nós sempre vivemos uma vida de civis, e quando chega o momento da adolescência, teve dois filhos de esquerda. E bom, te digo, vivemos ali, da pensão de reformado... De oficial reformado de meu pai. Assim são essas coisas loucas da vida não é? Que se juntam... Bom, chega a época da adolescência, eu sempre me criei em uma família... Onde a polícia era boa, imagina, o pai um oficial da Gendarmaria, sei lá. Até que fico noiva de meu atual marido, que tinha uma irmã militante, e aí havia... Meu pai sempre tinha sido apolítico. Aí começo, em minha casa se dizia – Aqui somos apolíticos –, essa palavra tão feia, por favor. Então, bom, comecei a conhecer a política, a internalizar, a estar em uma família na qual se vivia a política. Minhas cunhadas militavam, a casa da minha sogra foi invadida várias vezes pela polícia, e a deles também, bom. Então começo a ter ideias de esquerda. Por outro lado, meu irmão, porque Enrique e eu temos treze meses de diferença, eu sou de 1954, ele de 1955; eu de junho e ele de julho. Treze meses, muito próximos. Temos outro irmão que é dez anos mais novo do que eu. Mas nós dois éramos assim muito contemporâneos. E bom, cada um andava por seu lado, com seus amigos, sei lá, porque também, como bons irmãos, nos queríamos muito e brigávamos muito. Tínhamos essa ambivalência muito forte, nos matávamos e nos queríamos muito. Parece que ele tinha uma militância aproximada ao peronismo que eu desconhecia, porque eu era mais... Agora sou peronista, nunca tinha sido peronista até Cristina e Néstor, nunca fui gorila, digo, mas desconfiava da direção peronista, não assim do povo peronista. Ou seja, era uma gorila de esquerda. Então... Agora, não faz muito, venho saber que Enrique tinha uma militância... Para a idade que ele tinha, dezoito anos, uma militância peronista, bom. Então quando... Temos... Quando terminamos o segundo grau, viemos estudar em Buenos Aires. Eu vim estudar psicologia e Enrique, um ano depois, veio estudar veterinária. Vivíamos em um apartamento de estudantes, um apartamentinho de dois ambientes que meus pais alugavam para que nós morássemos como estudantes. Eu trabalhava e estudava, e Enrique também. Ele mais livre, sempre; eu mais estruturada: a possibilidade de eu estar em Buenos Aires estudando era o meu trabalho. Ele não trabalhava de manhã, de algum lugar ia pedir dinheiro à velha, era muito carinhoso com a velha, veja, eu era como água e azeite com minha mãe. Então, como San Pedro fica muito perto de Buenos Aires, ficávamos toda a semana em Buenos Aires e nos finais de semana íamos para San Pedro. Enrique, no

¹⁸³ Nascida em *San Pedro*, pequena cidade da Província de Buenos Aires, Lilian Ruggia é irmã de Enrique Ernesto Ruggia, o primeiro cidadão argentino desaparecido no Brasil. Lilian e Ernesto estudaram em Buenos Aires; ela cursou Psicologia e ele Medicina Veterinária. A partir do desaparecimento de seu irmão, Lilian inicia a militância nos direitos humanos e, principalmente, sua busca pelo irmão, membro ativo da juventude peronista. Enrique desapareceu em 13 de julho de 1974, quando viajou ao Brasil acompanhando um grupo de militantes e políticos brasileiros exilados na Argentina (o grupo de Onofre Pinto). Anos depois, Lilian contou com o apoio e ajuda do MJDH nas buscas realizadas no Brasil por seu irmão. O corpo de Enrique Ernesto Ruggia nunca foi encontrado, e faz parte da lista dos mortos e desaparecidos no Brasil.

ano de 1973 – quando Cámpora assume –, perto de San Pedro, no Partido de San Pedro, há um campus que é de propriedade da Faculdade de Agronomia e Veterinária, para pesquisas dos alunos, na zona de Santa Lucía. Cámpora coloca à frente desse campus Jorge Rulli, que foi um militante da Resistência Peronista, um homem que a essa altura teria, eu calculo, quarenta anos. Começa-se a fazer reuniões políticas no campus, as quais Enrique ia com seus amigos Marta e Cascote e... Esteban, Esteban é um grande amigo de Enrique, desde pequenos somos amigos de Esteban, morávamos na mesma quadra. Então, o primeiro que se levantava a mãe botava o triciclo na rua, que começava a dar voltas, e quando o outro acordava [ia andar junto], e assim fazíamos uma turma de triciclos, e depois de bicicletas, sei lá, com Esteban. Esteban é um desaparecido do ano de 1977, desaparecido militando em Montoneros. Era amigo de outra garota, Marcela Portillo, que retomei o contato com ela faz pouco, e agora somos grandes amigas, sempre me acompanha nas passeatas e... Ela sempre tem uma dor muito grande pelo desaparecimento de Enrique e de Esteban. Bom, vão ao campus e começam... Praticam ações de militância no campus, palestras políticas... Quando o Chile cai, bom, o Chile já caiu, Jorge Rulli havia estado preso na ditadura do Grande Acordo Nacional, na [ditadura] de Onganía. Quando ele sai de... Dessa... De estar preso, vai para o Chile. E no Chile mora na casa de Marta Munátegui, que era uma senhora, por esse tempo, por perto dos quarenta e seis anos, que... Muito fina... Creio que, me disseram que era secretária do Partido Socialista do Chile. Quando Allende cai, ela se exila aqui, uma senhora muito fina. Os hotéis de exilados eram umas ratoeiras infames, no centro de Buenos Aires, então Jorge convida Marta para ir morar no campus, e ela fazia, ali no campus, pequenas tarefas de escritório, tinha vindo com seu filho Gabriel, que era um garoto de dezesseis anos que havia militado no MIR¹⁸⁴. Marta... É a Marta que conhecia os Carvalho, do Chile, e pergunta ao Jorge se pode alojar o Joel. Enrique conhece o Joel ali, no campus, fica muito amigo do Joel, ele conta as histórias do Joel, de que era uma família dizimada pela repressão brasileira, para ele Joel era como ter... Como tocar o Che com as mãos, era uma família militante, e já haviam matado seu irmão, tornando-se... Todos haviam estado encarcerados, haviam voado em uma libertação de presos políticos em um avião que sequestrou a... A guerrilha sequestrou um embaixador, e houve essa troca... E voaram para o Chile em um avião de presos políticos, e, além disso, Joel que tinha, acredito uns vinte e seis anos nesse momento – Enrique tinha dezoito – havia deixado, quando vem para a Argentina, a sua esposa Maria grávida, no Chile. Maria tem seu filho no Chile, e recém pode viajar a Buenos Aires quando o bebê tem oito meses, e Enrique acompanha Joel a Ezeiza, para se encontrar... Porque não sei por que entrava por Ezeiza, veio por Ezeiza, porque poderia ter vindo... Mas Enrique acompanha Joel para se encontrar com seu filho, que não conhecia; uma coisa muito envolvente, e para um garoto de dezoito anos... Para todos, porém... Nesses tempos em que aconteciam tantas coisas, e tudo se passou, possivelmente, em quatro meses, ou algo assim, por que... Quando Maria vem, Joel já havia ido embora do campus, acredito que tiveram uma disputa política com Jorge Rulli, e tanto Marta como Joel vêm morar em Buenos Aires. Joel se aloja no Hotel Cecil, na Avenida de Maio, número 1300; era um hotel que o ACNUR pagava para os exilados, e Enrique, que estava a semana toda aqui, estudando, visita Joel... Joel era seu amigo, e o visita periodicamente, permanentemente, no Hotel. Tanto assim que um dia – ele havia ficado esse fim de semana –, eu volto de San Pedro um domingo à noite, e em casa havia uma grande feijoada, cheia de brasileiros. Eu, bom, cumprimento, sei lá, e saio. Nesse momento vi... Havia conhecido Joel por que... Veja... Isto de que eu... Os tempos eram tão curtos... Porque quando Enrique desap... Sai de Buenos Aires no dia onze de julho, o grupo sai no dia onze de julho de 1974, e meu pai morreu no dia dezoito de junho deste mesmo ano. E Joel, Jorge e Marta foram ao velório de meu pai, eu os conheço ali, não os conhecia, sabia que iam ao campus, mas não os conhecia, assim que entre o dia dezoito de junho e... Marta vem para Buenos Aires, sei lá, é tão curto, e ele continuava vendo-o aqui, e bom. E deve ter ocorrido nesse tempo, Enrique tomou conhecimento de que Joel estava tentando a viajar ao Brasil, com supostas tarefas revolucionárias, e imagino o quanto Enrique deve ter insistido para se unir ao grupo. Porque em realidade acredito que era um perigo levar um garoto como... Sem... Sem... Com pouca militância, a verdade é que me parece que era como uma loucura, mas bom. Imagino o que deve ter feito. Ele estava, nesse momento, com muita vontade

184 *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, do Chile.

de se juntar à guerrilha daqui, se nos Montoneros, se no ERP¹⁸⁵, estava nisso, vendo quem lhe dava bola e como poderia entrar. E nisto, aparece isto, e vai com Joel. Aqui todos diziam – Ah, que louco, que disparate, como vai... –, Mas... Por que não pensar que um garoto de dezoito anos, com... Com a história do Che, que se foi para lutar em Cuba, que se foi para o Congo, que foi... Bom, era a época da... Como escrevi ontem na carta que [...] Luisio me pediu, era o sonho da América Latina unida, e digo que, bom, nós temos agora a oportunidade de viver isto com Dilma, Cristina, com Correa, com Lugo, com o Pepe, sei lá, bom, direito que eles não tiveram não é? Mas bom, foi embora por isso. Porque nesse momento ele queria se comprometer com a luta revolucionária, e não conseguia onde se inserir, nesse momento, por esses dias, e apareceu isto, e deve ter insistido para ir junto, e se foi.

P: A família sabia isto Lilian?

R: Não, a família não sabia. Isto era uma coisa de questões de esquerda entre os garotos. Em casa... Bom, sim, discutíamos à mesa; lembro que na minha casa nessa época se comprava La Prensa e El Mundo, que eram como o jornal mais de esquerda e o mais reacionário. Minha avó lia La Prensa ou La Nación, o que fosse mais barato. Quando um subia, passava-se para o outro. Lembro de que discutíamos com o papai, lhe dizíamos – Porque a polícia... –, sei lá, me lembro de mesas de domingos familiares, papai já muito doente, próximo à morte, e nós dizendo-lhe o que a polícia era, que torturava mulheres grávidas, e que o choque elétrico, e sei lá, tudo o que íamos lendo nas notícias de El Mundo. Mas bom mais do que isso meus pais não sabiam. Tanto assim que quando Enrique desaparece, nós vivíamos aqui, juntos, então eu trabalhava em uma companhia de seguros, em pleno centro de Buenos Aires, e como lá pelas duas da tarde ele chega e me diz – Clotita –, porque eu me chamo Lilian Clotilde, nome que agora tenho totalmente assumido, mas que foi o motivo de riso de todos os garotos – Ui te chamas Clotilde, ahahah! –, então, como teu irmão te chama se sabe que não gostas do nome: Clotita. Então chega e me diz: – Clotita –, eu odiava que me chamasse Clotita, claro, – Clotita olha, venho por que... Tu tens dinheiro? –, me disse. Ele tinha... Sabendo que ia ao Brasil, ele tinha afanado, tinha roubado um cheque de minha mãe, que neste momento os cheques eram pré-datados, não sei se agora são ou não... Então não podia sacar, e me disse: – Olha tenho um... – Eu não sabia que ele o havia roubado – Tenho um cheque da mãe de tanto dinheiro, tu tens dinheiro? – Sim – lhe disse. – Tens esse dinheiro? Eu te deixo o cheque e depois tu descontas. – Sim – lhe disse, na caixinha do roupeiro, onde guardava meu salário, vai e pega. – Bom, bom, bom, eu te deixo o cheque... –, então se volta e me diz, me olha, é como se parecesse que não queria me dizer nada, mas acaba dizendo. Diz-me: - Olha vou ao Brasil com o Joel e outras pessoas. Compra O Globo, porque vamos fazer algo que vai sair nos jornais. Eu imaginava alguma ação de propaganda, ou algum sequestro ou alguma coisa, uma ação política. Fiquei meio petrificada, porque eu sabia que Joel tinha voado... Eu sabia que Joel tinha pedido de captura no Brasil. Então fiquei como que gelada um segundo, ele me dá um beijo e se vai. Eu trabalhava em uma recepção com um interruptor pequeno que não podia largar nem morta, nem sair. Então fico assim um segundo e começo a pedir a algum companheiro, que eram os que me substituíam quando eu ia ao banheiro, sei lá, que, por favor, ficassem com o interruptor. A companhia tinha diretrizes muito estritas, digamos não se podia sair do andar sem assinar um memorando, nem muito menos à rua, sem assinar um memorando no qual o chefe te autorizava a ir, a sair... Eu tinha um pânico... E eu estava em uma recepção, tinha o hall e o elevador, então ele pega o elevador e sai. E eu desconfio disso, chamo... Fico petrificada, chamo o companheiro e me jogo escadas abaixo, pelas escadas, correndo... Para lhe perguntar: - E se não voltas, que faço? –, uma medida de segurança. Não o vejo lá embaixo, então me arrisco e saio à rua, sair à rua era mais ou menos como que te despedissem, sem ter assinado o memorando, o pedido... Saio à rua... Esse era um horário... Meu local de trabalho era na Sarmiento, entre a 25 de Maio e a Reconquista, em pleno centro, era um horário em a rua estava cheia de pedestres, e estava cheia de pessoas correndo para vender e comprar dólares, os “arbolitos” estes que agora estão prendendo, cheio de “arbolitos”, dólar, dólar, um mundo de gente, um rio de gente. Saio à rua e não o vejo. E não o vi nunca mais. Eu fico... Naturalmente isto que ele me disse não era para dizer à minha mãe, ele falou para mim. Eu fico muito preocupada, saio do trabalho, conto para o meu noivo, e bom, ficamos preocupados,

185 *Ejército Revolucionario del Pueblo.*

ele [Enrique] me disse: - Volto em uma semana, dez dias -. Passa a semana, passam os dez dias, e ele não volta, e eu fico com isto: - E se não voltas, que faço?-. Por esse tempo tinha-se fechado a fronteira, devido a uma epidemia de meningite. E eu iludida – que nunca na minha vida havia ido à fronteira –, pensei que não seriam capazes... Não poderiam passar por aí devido à epidemia de meningite. De fato, não devem ter passado pela ponte da fronteira, mas isso eu... Para mim... Nunca havia ido às Cataratas, nunca havia ido ao Brasil... O mais longe que íamos, os jovens dessa época, era de férias à Villa Gesell, não era como agora, que se viaja tanto, os garotos viajam tanto. Bom, então fico muito preocupada, muito preocupada, não vem, não vem. Minha mãe: - E Enrique, e Enrique? -, e eu – Eu não sei mamãe, não sei -, por que... Ah, ele havia dito à minha mãe que ia para Córdoba. Nesse tempo, em Córdoba teve uma ação guerrilheira, e mamãe começou a imaginar algo, que Enrique havia estado aí, de que algo teria acontecido com Enrique aí, mas não sabia muito bem o que fazer. Minha mãe muito irritada comigo, porque me dizia: - Tu colocaste essas ideias comunistas na cabeça de teu irmão -, como se eu fosse a culpada, a culpa é tua, porque tu colocaste... Então, com a mãe não dava para falar, além disso, minha mãe pensava em ir aos gendarmes... Ah, e, além disso, dizia – Tu és culpada porque colocaste essas ideias na cabeça dele –, e – Esse Joel é culpado, esse comunista, esse Joel comunista é culpado, é certo que foi com ele –, então minha velha queria ir falar com os gendarmes, companheiros de meu pai, para lhes dizer o que sabia, a fim de que trouxessem seu bebê. E eu digo: - Mamãe, tu não podes ir! Não podes ir! Não percebes que eles são o inimigo?! Para eles importa três diabos de que seja teu filho, para eles é um militante de esquerda –, e então minha mãe que não, que sim, que eu... Então lembro que um dia gritei na cara dela, chorando, e fui para a casa de meus sogros, eles já sabiam que eu estava preocupada, eles sabiam tudo, pois para a minha mãe eu não contava... E falo... Porque falo: - Queres que te diga uma coisa? Eles vão trazê-lo para ti, mas sabes como é que vão trazer o teu bebê? Eles vão trazê-lo em uma caixa de papelão –, porque nesse tempo ainda devolviam os militantes, mas em caixas de papelão. Lembro-me disso. Então todas as investigações, eu assumi as investigac... Assumi sozinha a busca de Enrique, acompanhada por Eduardo, que nesse tempo era meu noivo.

P: Estavas com que idade nesse momento?

R: Tínhamos... Quando Enrique desapareceu faltava... Ele se foi em onze de julho, e no dia vinte e cinco teria feito seus dezenove anos. E eu, como fiz aniversário em junho, tinha vinte anos recém-feitos. Então, bom, começamos a ver – O que fazemos? O que fazemos? –, eu tinha amigos que militavam no ERP, amigos que militavam nos Montoneros, então eu falei com eles, e me disseram: – Lily... -. Acho estranho o profundo desconhecimento sobre o Brasil que tinham as militâncias do ERP e do Montoneros com as quais eu falava. Eu sempre digo que o desconhecimento talvez tenha a ver com a barreira do idioma, não sei por que, ou a negação...

P: Não tinham um conhecimento maior do que era o sistema repressivo no Brasil?

R: Veja eles me diziam: – Lily, não podes ir para o Brasil, no Brasil há uma ditadura muito longa, é... Os esquadrões da morte terminaram com tudo, não há nada no Brasil... Então o que eu lhes pedia era a coordenação, eu sabia que nesse momento havia coordenações de Tupamaros, Movimento Boliviano, chileno, argentinos, para ver se podiam conectar as coordenações, para ver se havia alguma coordenação com o Brasil: – Não, Lily, não, não existe nada –. Aqui havia exilados brasileiros, mas que aqui, nesse momento, havia uruguaios e chilenos não era segredo para ninguém, ao menos para ninguém mais ou menos... Politizado, nos cruzávamos o tempo todo, os conhecíamos. Mas que havia brasileiros, isso não se sabia. Os brasileiros aqui eram como que um grupo muito fechado, estiveram muito pouco tempo, não se sabia. Não faziam muitas amizades, ao menos eu não sabia, nem meus amigos, todos eles pessoas de esquerda e alguns militantes, bom, então – Que fazemos? Que fazemos?... Apresentar um Habeas Corpus? Já era o tempo dos Habeas Corpus, era perigosíssimo. Além disso, eu dizia – Se eu apresento... –, eu pensava que talvez algo tivesse dado errado com eles, e que não podiam voltar ainda, é possível que a fronteira tivesse fechado, e não podiam passar, se eu apresento um Habeas Corpus os destruo, falo que foram militar, eu tenho que... Os queimo, tenho que esperar que voltem. E, além disso, se apresentava um Habeas Corpus começaria a ser suspeita, meu departamento estudantil, todos digamos, todos passaríamos a estar sob a lupa da policia. Era o contrário, o Habeas Corpus, nes-

sa época, em vez de ser um remédio para o cidadão... Era um remédio, sim, quando... Quando se sabia com certeza que as forças de segurança o haviam levado, e que já não havia nada para ocultar, eles sabiam disso, porém, quando havia dúvida... Eh... Não éramos a favor disso. Então não fizemos; muitos anos depois me disseram... Uma advogada de direitos humanos me disse: - Mas tu apresentaste um Habeas Corpus? Por que não apresentou um Habeas Corpus? -, mas não, tive medo por essas razões. Então nós sabíamos que ele tinha amigos brasileiros, e que os amigos moravam em hotéis, e que ele ia visitá-los nos hotéis, e se encontravam aí. Então começamos, com meu marido, a procurar... A revisar os cadernos, os papéis dele, sei lá, e aí começamos a encontrar anotações do Hotel tal, em tal lado, Hotel Chile, de um que... Em tal rua, este, o outro... E decidimos começar a percorrer os hotéis em busca dos brasileiros, dos militantes brasileiros. Naturalmente que chegávamos aos hotéis, dois garotos jovens, a polícia também era jovem, vestida de civil, e não nos conheciam: - Olha, estou procurando os amigos de meu irmão, que são militantes brasileiros -, - Não, não, não, aqui não tem nada, não, não, nós não conhecemos... Assim vamos de hotel em hotel, mas eu sempre tive, para os infortúnios, um lampejo de sorte, como se diz, e não sei como ele aconteceu, e aconteceu nesse instante. Chegamos ao Hotel Cecil da Avenida de Mayo, e aí nos dizem: - Não, não, aqui não há brasileiros de nenhuma maneira, exilados aqui não!... No momento em que estão dizendo isto, descem duas pessoas falando português, e para que, nós ficamos aí. Insistimos, insistimos, até que alguém, um deles nos diz - Vamos ver, esperem um momentinho, fiquem aqui -. Sobem a escada - era uma escada lúgubre, de madeira, que fazia crac, crac, crac, esse barulho como que fantasmagórico quando subias, junto com o medo que tínhamos -, logo descem e me dizem - Subam, venham que vamos falar com vocês -, e aí nos recebe Sonia, que era uma chilena companheira do Daniel, do Carvalho e do Jairo, que era o irmão menor que havia ficado aqui, que não tinha se unido ao grupo. Depois, muito tempo depois eu fiquei sabendo que a Dina também estava, mas, nessa época, nunca a conheci, em realidade só uma minoria mostrava a cara, que... Eu sabia que o Joel morava aí com a Maria, sua esposa, e o bebê, conhecia a Maria. Maria era uma jovem brasileira de São Paulo, uma garota do povo, que não tinha a menor ideia de política, e que havia se enamorado de Joel e tinha seguido com ele, mas tinha um desconhecimento absoluto. Joel havia dito a Maria que ia a Mar del Plata por uns dias, para conseguir trabalho. Mas eu vejo a Maria depois, quando converso com Sonia e com Joel... E com Jairo. E lhes falo que estou procurando Joel, que meu irmão era amigo dele, que ele me disse isso, que em realidade meu irmão me disse que ia com Joel e outras pessoas, que estávamos muito preocupados, porque não haviam voltado. Então ela me disse - Sim -, era Sonia a que mais falava, Jairo a acompanhava, me disse: - Sim, não é só o Joel que não está aqui, não está o Joel e outras pessoas. Nunca me disse nomes de quem, em realidade nós poderíamos ter suspeitado de que eles se foram para o Brasil, mas nenhum deles nos disse. Eu estou furiosa - ela dizia - com meu companheiro, Daniel nunca poderia ter feito isso, porque Daniel teria que ter combinado uma medida de segurança comigo, ter me dito o que fazer se não voltasse. Veja - Sonia me dizia - nós temos militado no Chile, e é isto que deve ser feito, não posso tolerar que tenha ido, assim sem... Porém tu vens te certificar de que foram para o Brasil - embora eles intuíssem isso... - Digo-te que se eu vejo o Daniel aparecer agora por essa porta, não sei se desmaio ou o arranho - ela me dizia. Bom, foi assim que aconteceu... Eles nos dizem que sim, e não nos dizem... Eu queria saber algo mais, não nos dizem nada, eu me apercebo de que eles não confiam em nós, que têm medo, que não nos conhecem, então a única coisa que podíamos fazer era... Tentar ganhar sua confiança. Então eu trabalhava de quinze para o meio-dia as dezenove e quinze, e dois ou três dias da semana cursava a faculdade. O dia que eu não ia para a faculdade, ia do trabalho direto para o hotel, tomava uns mates com eles - Sabem algo? Têm alguma novidade? - Não, não -, bom, falávamos de coisas frívolas, Jairo estava com seu filho também, Josemar, que era um pouquinho maior, e não lembro muito bem... Um é Alexandre e o outro Josemar, não sei qual é filho do Joel e qual é do Jairo, esqueci agora. E eu falo principalmente com a Sonia ou... E depois, pouco tempo depois, Sonia vai embora de Buenos Aires e continua seu exílio na Venezuela, não me deixa seu contato, ela vai embora e eu fico falando com o Jairo, mas o Jairo é muito relutante, então falo com a Laura, que era sua esposa. Eu ia, tomava mate com a Laura, brincávamos com o nenê, víamos a Maria - às vezes os dois nenês estavam juntos -, e a Laura me dizia que não, que não sabiam nada, que não sabiam nada. Passou um tempo, pouco talvez - como tudo isto tão vertiginoso que aconteceu -,

e Laura e Jairo continuam seu exílio em Portugal. Era o tempo da Revolução dos Cravos em Portugal, vão para Portugal. E eu fico somente com um contato por cartas com eles. Eu escrevia para o Jairo e a Laura respondia, Laura me dizia: - Bom, o Jairo não te responde porque ele não quer nem saber, ficou tão afetado, não quer... Quando chegam cartas tuas, fica tão triste, fica mal- e bom, ela me respondia. Falávamos de coisas frívolas, tenho umas cartas aí, nas quais conto para ela que estou grávida, que me casei, que estou grávida, que o bebê vai nascer, que nasceu o Joaquim, meu filho mais velho. Passa o tempo, eu tenho três filhos, um logo depois do outro. Eu morava aí, nesse canto, daí nos correspondíamos, nesse endereço nos correspondíamos com Laura. Quando faltam vinte dias para o meu segundo filho nascer, dois anos e meio depois, nos mudamos para este edifício, para um apartamento menor, porém... Neste mesmo edifício. Quando eu me mudo pra cá, na época em que me mudo para cá, Jairo se muda, na última carta já me diz que vão continuar seu exílio em Paris, essa foi a última carta, por isso eu fico sabendo que vão para Paris. E eles vão para Paris e eu venho para cá, as cartas demoravam, sei lá, perco o contato, perco meu único contato para saber algo mais... E, além disso, era um contato... Um contato exclusivamente pessoal, porque eu não sabia que eles eram militantes em São Paulo, não sabia que eram da VPR¹⁸⁶, não sabia nada, só sabia que eram brasileiros militantes.

P: Até esse momento, tu não havias comentado isso com ninguém em Buenos Aires...

R: Não tinha com quem, com meus amigos, com... Não tinha com quem, não se podia recorrer à polícia, aos meios orgânicos. Era uma angustia, e nós fizemos disto o único que soubemos fazer, e ninguém me explicou o que poderia fazer. Imaginem minha angustia quando perco o contato, passam os anos, e eu não podia fazer muito... Pouco antes de terminar a ditadura, Jorge Rulli foi novamente preso, na ditadura de... Nesta última ditadura. Eu soube que foi preso, e de vez em quando havia comunicados, ao final da ditadura, que libertavam presos à disposição do Poder Executivo Nacional, à disposição do PEN. Então saíam listas nos jornais dos libertos à disposição do PEN. Eu sempre lia as listas, para ver que conhecido saía ou que... Sempre, ou quem estivera preso e que nós não sabíamos, sempre lia as listas. E numa destas leio, como liberto do PEN, Jorge Rulli. Morro de vontade de conseguir um contato com Jorge... Quero conversar com Jorge para lhe perguntar de Marta, eu sabia que eles ficaram sem contato com Jorge, mas eu queria... Saber se Jorge sabia algo de Marta Munátegui, porque eu pensava que Marta podia saber, mas nunca tinha conseguido falar com a Marta. Minha outra esperança, perdidos os Carvalho, era encontrar a Marta, então, quando leio isto do Jorge, começo a fazer contatos com pessoas, e com os direitos humanos e... Nessa época o CELS havia se organizado, o Centro de Estudos Legais e Sociais, e Jorge Baños era advogado aí, que, não sei se vocês lembram, dizem que foi morto... A história oficial diz que foi morto em La Tablada;¹⁸⁷ Jair diz que lhe consta que, depois de La Tablada, os milicos o buscaram e o jogaram dentro de La Tablada. Essa é uma... Uma informação do Jair... Jorge era um garoto angelical, muito terno, maravilhoso, e muito comprometido. Nós, nesse momento, sobretudo meu marido, estávamos militando no PI, no Partido Intransigente, e aí temos uma companheira que é amiga de Jorge Baños, então nos dizem por que eu não vou ao CELS para explicar isso ao Jorge, para ver se ele pode me ajudar com o assunto do Enrique. Quando eu conto para o Jorge, ele, que era um indivíduo comprometido, me diz... Escuta, escuta e me diz: - Mas me diz, tens certeza que teu irmão estava na polít... Que o caso do teu irmão é um caso político? Não estará na cocaína, em outra coisa? - Ai, quando ele me diz isto, eu, que tinha tanta esperança de que algo seria feito... Uma angustia... Sozinha ali, indo falar com Jorge, e Jorge me sai com isso. Então digo, engulo minha angustia, me recomponho, sigo em frente e lhe digo: - Bom, olha, eu tenho uma ideia para ir atrás disso, tu podes me ajudar, é... Eu preciso localizar Jorge Rulli -, Jorge Rulli é um militante conhecido. - Ah sim - ele me diz - Porque eu procurar pela Marta, sei lá... Ele me diz - Espera-me um segundinho. Ele tinha como eu tenho aqui, uma escrivaninha, e atrás dela outra escrivaninha. Levanta e vai falar com a advogada que estava na escrivaninha de trás. Fala com ela, cochicha com ela, vem e me diz: - Olha, sim, Jorge efetivamente saiu e estava morando na casa dela [da Marta]-, mas partiu do país - tinha que se

186 Vanguarda Popular Revolucionária.

187 Quartel na província de Buenos Aires.

apresentar todos os meses – partiu do país, e foi para a Espanha. Acabava de chegar da Espanha um amigo, o Nono Frondizi, não sei se o conheces, Marcelo Frondizi, é um militante da ATE,¹⁸⁸ lhe chamam o Nono porque é avô da militância. Ele era casado... Bom, foi... Ele é sobrinho de Arturo Frondizi, sobrinho do Silvio. Quando matam Silvio; uma amiga de San Pedro era colega de colégio de seu fil... Colega de faculdade de sua filha, e ela conhece Marcelo no velório, e se casam, e vão para o exílio juntos, e acabavam de voltar do exílio. Então eu vou a casa dele e lhe digo: - Marcelo está acontecendo isto, te lembras do assunto do Enrique? Preciso localizar Jorge Rulli, preciso localizar, me disseram que foi para à Espanha, e que a comunidade de militantes se comunicava na Espanha -, então ele me diz - Olha... Ai Lily, Jorge esteve na minha casa antes de eu, antes de irmos para cá, porque queria falar comigo, e não me encontrou, mas deixou-me seu endereço. Tu sabes que sou desorganizado, espera que a Susana chegue, quando a Susana chegar eu peço para ela -. Chega a Susana, Susana não consegue encontrar, a mudança, o regresso, sabe lá. Marcelo me diz - Olha Lily, Susana não acha o endereço, mas faz uma carta para o Jorge, porque o negro Portantiero está para ir - lembram-se do professor Portantiero? - para a Espanha... Era professor de sociologia, professor... Foi das cátedras marxistas, foi meu professor na faculdade... – O negro Portantiero está para ir, escreve a carta que eu dou para que ele entregue ao Jorge. Quando Portantiero chega à Espanha, Jorge não está mais na Espanha, está na Suécia, esteve na famosa clínica de recuperação da tortura na Suécia, e morou na Suécia muito tempo. Esta carta vai de mão em mão por seis ou oito meses, de companheiro em companheiro, até que chega a Jorge. Quando chega a Jorge, ele me mandou uma carta que tenho guardada, muitíssimo afetiva, muitíssimo emotiva, ele ficara sabendo do desaparecimento de Enrique e de Esteban na prisão, tinha sofrido muitíssimo e se considerava culpado do que lhes acontecera, coisa que para mim não era, claro, em nenhum ponto de vista. Ele falava que devia ter visto, olhado mais o que acontecia no campus, pois estes garotos, tão jovens, vá saber. Eu lhe digo que não, eu não o sinto... Que por favor, eu dê suas desculpas à minha mãe. Bom, aí quando eu lhe respondo, respondo que não o considero culpado do desaparecimento de Enrique, e que minha mãe não sabe, e, por questões de segurança, não contei para ela sobre a minha busca. Mamãe ia a videntes, sei lá, eu falava que se entretivesse: desde que não vá aos milicos vá aonde quiser, a todos os xamãs que queira, sei lá, então mamãe ia de um lado para outro, para um lado levava um farrapo, para outro jogava uma coisinha... Bom, enquanto eu a via entretida, para mim era... Vai onde quiseres. Então Jorge está na Suécia, não sei se nesta clínica ou no exílio. Nesse grupo de exilados latino-americanos conhece... Encontrava-se Flavio de Souza, Flavio era um militante de São Paulo que tinha vivido... Porque como ele sabe que aí existiam militantes brasileiros, tenta contar esta história para ver se algum deles poderia me ajudar, porque ele, em realidade, não pode me ajudar. Salvo em ter me dado o endereço da Marta, que me conta - olha outra casualidade -, ele tinha perdido totalmente o contato com a Marta, mas pouco antes de ser libertado sua mulher se encontra casualmente com a Marta na rua, e a Marta lhe dá seu endereço, e sua mulher o guarda. Então ele me dá, era um endereço muito antigo, quando eu vou neste endereço da Marta falo – Marta já não deve morar aí.

P: Onde a Marta estava?

R: Em um bairro de Belgrano. Então toco a campainha, e me diz... Eu muito hábil, como se fosse sua amiga, sai uma menininha correndo e me diz – Sim? A quem estás procurando? –, e eu lhe digo – Marta, a Marta está? –, e ela me diz – Não, vovó foi trabalhar, ainda não chegou –, sei lá... Então vem o pai da menina, que eu conhecia porque esteve em San Pedro e tinha ido ao velório do meu pai. Bom, eu o conhecia, ele me manda entrar, lhe conto que estou... Logo chega a Marta, e a Marta não... Não sabia, não tinha informações para dar. Tinha ficado sabendo do desaparecimento, havia sofrido muito, mas não tinha dados nem maneiras de saber. Quis ver se Marta podia conseguir o dad... Voltar a refazer o contato com Sonia, Marta ficou de procurar, ver se o conseguia no Chile, mas... Também não consegui. E eu estava te dizendo que... Os dados que Jorge Rulli me dá em sua carta; ele entra em contato com Flavio de Souza, então Flavio lhe diz que morou no Hotel Cecil no ano de 1974, que efetivamente teve um grupo que desapareceu, e que o grupo estava integrado por: pela primeira vez fico sabendo quem estava no grupo. Segundo ele, estava integrado por Joel e por Daniel, que era o que eu sabia; por Onofre, que disse ser

188 *Asociación Trabajadores del Estado.*

um ex-sargento do Exército, que não sei o que mais, que era suspeito de ser um infiltrado, meio que diz isso na carta; um velho sapateiro chamado José Levequia e Víctor Ramos, ou Jamos, ou Zorro, pessoa esta que, segundo Jair, Víctor Ramos, Jair averiguou, desapareceu depois, bastante depois, não integra o grupo. Não sabemos se este Zorro é o mesmo ou não, outros falam de um Faria Lima, aliás Zorro, creio que Chaves em um artigo, que estou lendo agora inclusive, fala de um Faria Lima, aliás chorr... Zorro, esta pessoa, em verdade, é um mistério, ninguém sabe se ele é ou não, somente um dia, se remexermos na sepultura, veremos se existem dois ou um, se encontrarmos as sepulturas... As covas. Bom, então o Flavio diz que o grupo pertencia a uma guerrilha... A um grupo chamado BPR, [Jorge] não diz nem sequer guerrilha, e Jorge escreve com um "B" alongado. Tempos depois me dou conta de que é um "V" curto, e que é Vanguarda Popular Revolucionária. Imagina meu desconhecimento, isto já era pelo ano de 1983, tudo isto, já fazia quase dez anos... Então... E me diz que eu poderia escrever para Evaristo Arns, para o Clamor, ao tal deputado Faria... Bom, não lembro agora como se chamava, eu escrevi duas ou três coisas, escrevi a todos eles, o deputado nunca me respondeu, Evaristo Arns disse que não tinha informações, que faria algo, e que qualquer coisa me diria, bom. Mas eu queria algo mais, que eram os militantes de São Paulo, metalúrgicos em São Paulo, os Carvalho, bom, podia-se procurar em São Paulo... Bom. Parece-me muito mais que não... Ah! Um dia eu estou na faculdade – porque eu larguei a faculdade por nove anos e voltei depois –, então nove anos depois me reincorporei à faculdade, estou na faculdade e dizem: - Tem uma Assembleia de Direitos Humanos, tem aqui um companheiro do Brasil de... Um companheiro do... Do... Do Brasil, do Clamor –, creio que era. Eu fico petrificada, as lágrimas começam a cair, carregava um monte de livros, assim, deixei tudo com a minha companheira do lado e saí chorando, porque nessa época os sinais do meu estado eram que chorava, chorava, podia fazer tudo, mas não podia parar de chorar, então chorava, chorava, chorava, e no caminho onde estava esta pessoa... O rapaz esse, no palanque, me encontro com um companheiro, que era um companheiro politizado, tinha estado no Montoneros de Mar del Plata, na época das Corbatas,¹⁸⁹ um militante dos jornalistas, que estudava comigo e sabia do caso, eu havia contado para ele, estudávamos juntos – Que tens? – me disse, quando me vê chorando assim que nem louca, me diz – Que tens? –, e eu lhe digo – Escutaste que é do Brasil? Eu quero... –, bom, me coloca num canto da sala, me diz – Fica aqui, eu falo com ele. Bom, ele fala para o meu amigo que nos encontramos em dez minutos no bar da faculdade, se chama Psicosis, faculdade de psicologia. Falo com ele, lhe conto, sei lá, e ele me diz que bom, vai levar seus dados a... Os dados ao Brasil, que sei. Ao longo do ano... Ele me escreve que não consegue informações, que... Neste ano me... Chama-me, pois está de novo aqui, que gostaria de me ver, e me traz o "Nunca Mais" do Brasil, eu converso com ele e... Ah! E me traz os dados da Dina de Carvalho, disse que averiguou, e que nessa época Lula estava preso e que a Dina... Veja só... Dina era amiga da advogada do Lula e por isso... Ele estava em contato com esta advogada, e havia me conseguido, então... Aí começo a cuidar, porque eu queria estabelecer laços com os familiares, somar esforços, eles deveriam ter maiores conhecimentos do que eu para procurar, e já deveriam saber de algo. Então faço esforços... Começo a tentar me comunicar com a Dina por carta, por telefone... Consigo o telefone e o endereço da Dina, ele consegue para mim, porque, bom, tinha essa advogada do Lula, que era próxima dele e que era amiga da Dina. Dina é a esposa de Devenir, um amor, eu depois a conheci. Mas ela não gostava de falar por telefone, de escrever, e eu lhe escrevia desesperada, por favor, sei lá, de tanto em tanto lhe escrevia, se tinha alguma notícia imediatamente a socializava, para ver o que mais podia, todas as novidades que apareciam, e eles não respondiam, ou diziam... Eu chamava por telefone, era muito caro para eu fazer uma chamada por telefone ao Brasil, capaz de ficar três meses economizando moedinhas para conseguir, nessa época, fazer uma ligação. E são brasileiros que falam ao telefone, e acima de tudo têm que entender o que falam. Eu estava assim viste? – Ai já se vai os vinte pesos que eu havia economizado –, era terrível. Bom, tudo muito difícil, eu era uma garota jovem com três crianças, contigo pão e cebola, tudo era... Então ele me consegue o telefone da Dina, e nunca pude falar muito com a Dina, ela tinha vontade de telefonar, mas nunca telefonava. Eu, conseguindo, economizava e dizia – Dina, por favor -, - Sim, sim, Lilian, vai carta, vai carta -, mas nunca vinha carta. Eram preconceitos de escrevê-la, questões culturais. Então eu sempre tratando de estabelecer laços com essa família, muitos anos depois fui a São

189 Noite das Gravatas: sequestro de onze advogados e seus familiares em Mar del Plata, entre seis e onze de julho de 1977.

Paulo, fui ao bairro, estive na esquina da casa, me virando, porque não encontrava a casa, e digo ao meu marido: - Ai, vamos olhar um pouco, vamos por aqui -, estava no meio do quarteirão, aí muda de nome, de número, não sei o que é, um bairro muito confuso, estava na esquina, havia ido até esse bairro Santo Antônio... Não... Santo Antônio não... São Bernardo, Santo Antônio é a área de Foz do Iguaçu. São Bernardo, o bairro São Bernardo. Estávamos na esquina, e levamos não sei quanto tempo para ir, no trem, e sei lá, não encontra... Ai que alegria quando nos vimos, que alegria vê-la, que lindo. Foi lindo, conversamos bastante, é uma mulher cativante, muito politizada, ela tornou a se casar, mas nunca deixou, continua morando na casa dos Carvalho. Maria, a mãe deles, já havia morrido, ficamos em contato com um filho que tinha e-mail nessa época, mas também o perdi. Agora estava tentando ver se tinha contato com a Dina, mas não, peço para o Jairo que me dê o contato da Dina, ai, são uns telefones decompostos, como é difícil que deem um dado, não é por mal é porque... Por não querer se lembrar, por... Sei lá, mas é tremendo não poder conseguir os dados. Meu filho esteve na Europa o ano passado, ou o anterior, e esteve na casa do Jairo, e Jairo o hospedou em sua casa em Paris. Isso também foi muito lindo, e Jairo reconheceu que sim, que eles desconfiavam, um casal jovem que vinha... Reconheceu isto, a mesma impressão que eu tinha. Bom, um dia depois de meu filho ter estado em sua casa, me chamou por telefone um domingo de manhã, e falamos como que duas horas por telefone, Paris-Buenos Aires, não sei como é o modo de falar barato aos domingos, e me telefonou, depois de tantos anos. Então eu sempre querendo estabelecer laços com os familiares, isto sempre sendo muito difícil para mim; no meio tive contatos com entidades de direitos humanos daqui, e dessa vez eu fiquei assim, quando a CONADEP¹⁹⁰ – eu quis ir à CONADEP denunciar – me disse que não podia ser que meu irmão tivesse desaparecido, eu era como um gato que leva um tiro na cabeça, e não há como incluir Enrique em lugar nenhum. Fui à CONADEP, na CONADEP me disseram que não o aceitavam porque era anterior aos centros clandestinos de detenção, em realidade eu fui sozinha, muito motivada, e quem me disse isso foi o policial que... O pessoal da segurança que estava na porta; e eu me angustiei tanto que me consumi. Hoje teria esmurrado a porta, e teria pedido para ver outra pessoa, mas nesse momento não fiz isso, e foi horrível, fiquei como que rodando, assim... Ia com a expectativa de afinal conseguir inclui-lo em algum lugar, fui às Madres da Linha Fundadora, às Madres da Hebe, por exemplo, e não, não constou como desaparecido, porque era outra coisa. Em nenhum lugar podia inclui-lo, em nenhum lugar. É muito longo. Para ir abreviando, porque não sei, algum dia vou escrever um livro, eu falo, mas nunca o escrevo. Estávamos com esse rapaz dos direitos humanos, me consegue o contato, ao ano volta e me dá de presente o livro, estávamos nisso, do “Nunca Mais”.

P: O “Brasil Nunca Mais”...

R: Eu, por estar conversando com ele, não olho o livro, subo no coletivo 41, que é o que me trazia da faculdade, abro o livro e começo a ver as listas. E aí leio o nome de Enrique, Enrique não estava incluído em lugar nenhum, aí leio os Carvalho desaparecidos. A saber, que em um dia qualquer, sozinha, com mais de quarenta e um anos, descu... Digamos que é assinado que meu irmão está desaparecido. Porque obviamente intuímos, sabemos, que sei eu, mas bom, há coisas assim simbólicas que assinalam que sim ou sim... Não é? Isso é outra coisa. Passa o tempo, no CELS¹⁹¹ me ajudaram, lembro de que em uma época ele... Como se chamava... O fundador do CELS... Emilio Mignone, em uma época... Mas nessa época eu já havia conhecido o Jair, e creio que o Jair me diz para falar com Emilio, ou não sei quem me diz para falar com Emilio, e ele me fornece o fax. Recém haviam aparecido os fax, e ele tinha um para a militância, tinha em seu apartamento, em sua casa, lembro-me do apartamento agradável na Avenida Santa Fé, mas escuro... Como ele tomou [...] filha, era uma tumba esse apartamento. Bom, e ele me fornecia o fax, que para nós era uma coisa muito... Se mandares, tens que receber, então foi de grande ajuda, mas ninguém sabia muito que fazer, lá se conectava afetivamente comigo, e tentavam me ajudar.

P: Lily, nesta informação que tiveste do desaparecimento dos Carvalho, ainda não tiveste a informação da data?

R: Bom, a data eu sabia... Dezem... Está errado: no livro diz 1973. Está errado. Mas sabia que

190 CONADEP: Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas.

191 CELS: Centro de Estudios Legales y Sociales.

estavam... Aparecia denunciado na Anistia Internacional, então escrevi à Anistia Internacional, nunca me responderam da Anistia Internacional, porque aí constava que a denúncia vinha da Europa e da Anistia [Internacional], então eu tentava ver que dados eles tinham. Que sei eu das coisas que fiz, posso te garantir que... Foram muitas, e algumas vêm ao teu encontro, te ocorrem depois de anos, as tens na ponta do nariz e um dia as enxergas, e dizes – Vou seguir esta linha, e esta, e esta –, e assim. Bom, um dia eu decido ir de férias ao Brasil. Muito motivada, era a primeira vez que ia às praias do Brasil, mas ia ao Brasil, onde meu irmão havia morrido, onde o haviam matado, é muito feio dizer que morreu quando foi assassinado. Esse erro não deve ser cometido, esse erro é para os não militantes. Então quando se diz – Vou muito motivada e não posso resistir de ir ao Brasil –, além disso, o Brasil é tão grane, São Paulo fica lá, eu ia para Florianópolis. Então começo a perguntar, pessoas de esquerda, para ver quem esteve exilado no Brasil, o que podem me dizer, o que eu poderia fazer no Brasil, se sabem... Então como que eu ia... Alguém me dá o telefone... Sabe quem foi? Horacio González, por intermédio de uma amiga... Horacio González, o diretor da Biblioteca, uma amiga o conhecia, ele esteve exilado no Brasil, então me deu o telefone de várias pessoas para entrar em contato, entre eles Enno Liedke, sabes Enno Liebke? Um sociólogo de Porto Alegre...

P: Sim... Um louro?

R: Sim, nunca vi ninguém tomar tanta cerveja como ele...

P: Sim, sim, sem dúvida é ele.

R: Pela cerveja?

P: Não, não, por todo seu perfil, por todo seu perfil. É um viking, em realidade, é uma pessoa com um aspecto meio viking.

R: Sim, sim, me parece que nesse momento ele estava fazendo uma mestria sobre a ditadura argentina, um doutorado... Bom, estivemos em uma Praça em Porto Alegre, ele bebeu toda a cerveja que havia no bar, eu acho que, uma praça lindíssima de Porto Alegre, umas mesinhas, cadeirinhas de ferro, divinas, não esqueço nunca, então ele [Horacio] me manda dizer para Enno que era para ele me ajudar, e Enno me põe em contato com Luis Bulatilo. Falo com Luis, que me diz bom, que vai se encarregar, vai ver o consegue averiguar para mim. Manda-me uma carta que tenho aqui, na qual me diz que ele averiguou os desaparecidos e que não constam desaparecidos argentinos, repara só, não se entende, mas bom, isso... Ainda entre o português e o castelhano, mas em castelhano tampouco ninguém entendia nada dessa coisa tão rara que foi unir-se a um grupo brasileiro que ninguém aqui sabia que existia. Então Enno... Luis me atende, me diz que não, a verdade é que... Se souber de algo... Mas que em realidade... Ah, então eu lhe escrevo que não está denunciado, e lhe digo que fui à CONADEP e não o aceitaram; que fui às Madres e falei com as Madres, mas que não consta como desaparecido por que... E andávamos nisso, carta vai, carta vem; agora o e-mail nesse sentido é uma maravilha, por que... Se bem que eu os abro de vez em quando também, capaz de se me enviarem em vinte dias talvez não os abra nunca, mas quando surgem coisas assim, nas quais estou motivada, com o Brasil, ou com algo lá fora, abro sempre, mas... Agora tenho aberto, mas... Sim, não passam... Então acontece que assim se passa o ano, e no outro ano vou de novo ao Brasil, meus filhos eram adolescentes, a mudança nos convinha, todos queríamos ir a Florianópolis, bom, então torno a ir a Floripa e digo – Não, este ano não levo meu arquivo privado – pois eu ia com minhas pastas... – Este ano vou de férias, não funcionou, não levo nada –, estou na praia e começo a ler que Jair descobriu as quarenta e duas caixas do arquivo da repressão, de um arquivo da repressão em Porto Alegre, então quero voltar, quero... Lembro que havia uns vizinhos que moravam aqui do lado e que também haviam ido a Florianópolis, então deixamos os pequenos na praia com eles, e nos fomos a Porto Alegre, meu marido e eu, sem ter o endereço de aonde devíamos ir, e sem ter ninguém aqui – pois estava fechado –, ninguém para pedir que pegasse o endereço aqui, assim que fomos como se tu fosses aqui ao bairro dos advogados de Buenos Aires, sem saber o endereço, assim às cegas. Meu marido é muito situado, lembrava o nome da rua, eu, se tivesse nascido pomba morreria no segundo dia. Então vamos à rua, caminhamos, que sim que não, que não que sim,

já íamos voltar, pois, do caminho de Florianópolis a Porto Alegre, não o localizamos, como que para buscar o endereço assim, ao azar. E eu falo - Ah, vamos terminar esta quadra, vamos até a outra esquina, e se não acharmos, voltamos -. E eu lembro, quando fui ao escritório dele, era um escritório muito antigo, que tinha uma coisa assim, com os nomes de todos os detidos do escritório, que dizia Luis Goulart Filho, e eu sempre pensei - Esse "Filho" será um sobrenome duplo ou será Luis Goulart Filho? Ia perguntar, mas, como tinha coisas mais importantes para falar, não perguntei. Passo, olho, parece-me que é, olho a placa, Luis Goulart Filho, entro, entramos, assim cheguei. Dizem-me que Luis saiu de férias hoje. Já se foi, mas se tu procuras o assunto dos arquivos, vá falar com Jair Krischke, foi ele que os descobriu, ele é um advogado deste mesmo grupo, assim eu conheço o Jair. Vamos a primeira vez e não havia tempo; vamos a segunda e não havia ninguém; vamos a terceira e... O porteiro estava nos chamando, porque ele [Jair] lhe terá dito - Um casal de argentinos -, então [o porteiro] dizendo - Está já chegou -. Quando eu entro, é um escritório de direitos humanos repleto de pessoas, eu disse - Vamos ficar aqui pelo menos dois dias e meio, sentadinhos na cadeira. Claro, como ninguém é profeta em sua terra, chega o Jair - Entrem, entrem -. Entramos, aí conheço o Jair, conto para ele, Jair me diz: - Eu tenho aqui uns documentos disso que vocês estão me falando -. Havia passado dezoito anos do desaparecimento do meu irmão. Pela primeira vez alguém diz - O que tu falas tem aspecto de realidade -, ou melhor, entidades de direitos humanos acreditavam que eu delirava, eu pergunto ao Jair e Jair me diz - Acredito em ti, porque um dos problemas que nós temos é os delirantes -, o que eu contava tinha aspecto de realidade, mas havia outras coisas que ninguém entendia nada do que se tratava. Bom, ele havia descoberto, havia, eram quarenta e duas caixas, ele tirou assim, ao azar, alguns papéis, para ver do que tratavam, essas quarenta e duas caixas eram para classificar. Entre eles tira dois documentos onde estava este... A repressão. O Exército mandava à fronteira, com data de vinte de julho, dizendo que pela fronteira passariam Daniel e Onofre, com nome falso tal, com documento número tal... Era previsível... Aí nos demos conta de que era uma tremenda previsão, porque, vinte dias antes que eles saíssem de Buenos Aires, já estavam esperando-os na fronteira. Aí conheço o Jair, foi incrível para mim a contenção, a coisa, com Jair, te diria que fizemos uma boa amizade, de muito tempo, sempre me ajudou. E então... Ah! E Jair me disse... Eu, quando levo os papéis, olho para o meu marido, tinha arrepios, não podia acreditar que alguém poderia me dizer... E Jair me disse - Minha surpresa não é menor, eu soube que um argentino se envolveu neste grupo -, agora que lembro: como soube disso? Não perguntei, não sei de onde saiu, e então ele queria falar com este argentino para salvaguardar os arquivos, se tinha informação internacional, supõe-te, para Menem não importava nada a verdade, mas bom, Jair pensava que, na melhor das hipóteses... Preservá-lo do Exército brasileiro. Então ele disse que não pode dormir a noite inteira, que havia procurado nas listas de desaparecidos, sei lá, e não encontrava. Disse - E vocês vêm hoje -, isso havia acontecido na noite anterior, de ele não ter podido dormir tentando encontrar o nome do meu irmão... Algo... Para mim... - E hoje vocês vêm e me batem à porta -, disse, não podia acreditar, ele estava tão surpreso como - nós. Viste estas casualidades? Coisas que são... Incrivelmente maravilhosas. Assim conheci o Jair, bom, então Jair, nesse momento, me pede que, por favor, eu leve uns papéis para a Alicia Pierini, que era a secretária de direitos humanos de Menem, pois na verdade, apesar de tudo, a secretaria de direitos humanos de Menem era maravilhosa. A mais antiburocrática que conheço, porque, em geral, tu vais ver o secretário, tu esperas que a secretária te atenda, depois esperas que um funcionário te atenda, nunca vês o secretário. Então Jair me disse isto - eu vou à secretaria de direitos humanos levar o que ele pediu -, além disso, me disse para pedir ajuda para ela, que ela iria me ajudar. E ela me fez esperar só um segundinho, mas, apenas se desocupa, abre a porta e me atende. Nunca poderia fazer muito por este caso, não poderia, não queria envolver o governo, nunca quiseram entrar nisso de quem é a responsabilidade. Melhor - Bom, sim querida, fantástica a tua história, mas isto é para outro lugar -, mas tomou muito respeito por mim, muita simpatia, e me fez um grande favor, que foi colocar a meu dispor tudo que estivesse a seu alcance, o que eu pudesse usar ali era meu. Então eu ia à subsecretaria a tarde inteira, e falava por telefone com todo o mundo, sem problema de ter que estabelecer horário, dinheiro, a... Falava por telefone com todo o Brasil, lá, nessa época, tinham alguns contatos mais... E enviava fax, tirava fax das coisas, assim, bom. Foi de uma ajuda incrível.

P: De que outros contatos do Brasil tu lembrás?

R: Não, isso é aqui. No Brasil, depois um dia meu filho ia ao secundário, companheiro de colégio de um jovem, e vem de visita um senhor argentino que mora no Rio [de Janeiro] que se chama... Não lembro agora seu nome, já vou lembrar. É professor de sociologia na Universidade do Rio, e mora lá, e tem um irmão desaparecido, então meu filho - Ah, minha mãe também tem um irmão desaparecido -, - Como gostaria de falar com tua mãe, porque talvez eu possa ajudá-la no Brasil -; vem aqui, falamos com ele, sei lá, e ele leva isto ao "Tortura Nunca Mais", do Rio de Janeiro. Por esse tempo, as declarações de Chaves estão prontas, Jair me avisa que as declarações de Chaves estão prontas, então Chaves vai ser interpelado por Nilmário Miranda, e eu também iria à interpelação, mas nisso Nilmario perde a presidência da Secretaria de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e então é Cecília Coimbra quem entrevista Chaves, somente com um dossiê que pede para mim, com as informações do caso. Aí Chaves diz que os teriam matado a todos em Medianeira [tarjado na transcrição], e aí me deu como que um ataque, falo - Quero ir a Medianeira -, então chamo o Jair e lhe digo - Jair, por favor, preciso, viste o que o Chaves, que assim e assado, eu quero ir a Medianeira, porque eu digo onde estão os corpos, na melhor das hipóteses estão como NN no cemitério, na melhor das hipóteses estão no cemitério, quero ver livros, quero... Não sei, quero contatar com pessoas daí, alguém, Medianeira é um local muito pequenino. Se em San Pedro acontece uma coisa assim, todo mundo saberia onde estão as coisas, eu quero ir -.

P: Chaves é Marival Chaves Dias.

R: Marival Chaves. Então Marival lhe disse... Jair me dá um contato que diz que não têm contatos em Foz, mas me dá o de um militante agrário, que não tinha a menor ideia, esse militante, mas teve a ideia brilhante de me levar com Aluizio, e aí ocorre o que lhes contei hoje, que Aluizio, eu estou contando para ele, e Aluizio disse - Eu estive em Maipu e Corrientes, me salvei por um triz, porque desconfeiei -, sei lá, que sei do quanto, e Aluizio começa a se interessar muito por isso, e está nesse lugar, então procura arquivos, estou imensamente agradecida a todos, a Luis, a Jair, a qualquer um dos dois nesse momento; Aluizio está realmente lá com essas coisas, Jair é para tudo, eu tenho que consultar o Jair sobre qualquer coisa - Jair, que faço com isso, que te parece isso, tudo... -, bom o visitei lá, o visitei aqui. Depois acontece, na época do Aluizio digamos que a investigação passa mais por Foz que... Uma pessoa chama o Aluizio e lhe diz que tem informações desse caso, e surge a busca de Nova Aurora, que em realidade foi carne podre não é? E depois, uma informação falsa, e depois houve outro informante que Aluizio descobriu que está em seu livro, Otávio, e que esteve em... Otávio foi quem - isto eu fico sabendo por Aluizio - isto eu sei por Otávio, quando disse a um achegado de Aluizio. Aluizio localiza Otávio, mas Otávio não quer falar com Aluizio porque ele é jornalista, então fala com uma terceira pessoa, com duas pessoas de muita confiança de Aluizio, que eu também conheço e falei com elas. Este informante [Otávio] lhes diz, então, que efetivamente foi um operativo que se chamou Operação Juriti, que foi orquestrado em São Paulo e se realizou em Foz, que pegaram Olberí como delator, dizem os brasileiros, quebramos o Olberí. De fato, nós sabíamos disso, porque o Flavio de Souza também disse isso, que um tal Olberí, alguém fala que certo Olberí os teria entregado, ou uma coisa assim, ou teria que ver com isso, sei lá, ele o nomeia, que Olberí efetivamente tenta os... Além disso, a mãe de Cátia, a mulher do Onofre, teria visto o Olberí aqui; também há um caso de uma Madalena Lacerda, que a mãe da mulher do Onofre suspeita que também foi traidora, isto mesmo que alguém lhe disse, eles lhe fazem um julgamento, acho que Madalena faz esse julgamento com Luis Delar, porque acredito que Madalena lhes disse que ela colaborou com Luis Delar, que era seu advogado de Porto Alegre, e Luis então decide que não vai defendê-la, e publica isto, e depois há mesmo, acho que ela lhe faz um julgamento [a Olberí]. Eu observei essa coisa, e uma vez me chamaram como se eles não tivessem nada a ver, o marido me escreveu e não sei o quê. Essa garota meio que foi posta em dúvida, bom, e este Otávio não fala de Madalena, ele fala do Olberí, e disse que já sabiam que Olberí vinha a Buenos Aires, e que falava com eles. Então eles vão embora, e Olberí os espera ao cruzarem a fronteira. Então esse Otávio, junto com o Olberí - Otávio como Exército, digamos disfarçado de companheiro, e Olberí como delator - lhes dizem bom, levam-nos a um campo de um tio de Olberí, para descansarem aí, sei lá, e depois

dizem – Vamos embora – e abandonam todos, levam todos e deixam o Onofre, porque suspeitam que consigam convencer o Onofre a colaborar. Levam-nos, e parece que depois, segundo ele, como Onofre não quis colaborar o matam, e o jogam no rio. Então os levam por uma trilha, em uma camionete aonde Olberí e ele iam à frente, e os outros atrás, e num determinado momento dizem – Companheiros, nós vamos até aqui –, e lhes dizem que têm que prosseguir caminhando por uma trilha de terra, um caminho pequeno usado somente pelos índios, muito pequeno nesse tempo, e o Exército estava estacionado ali, fuzilam todos eles e depois os matam, um por um. Otávio disse ter visto e ficado impressionado de como arrematavam Enrique, e ele não morria; disse que pensava que Enrique se jogou no chão e que não o tinham atingido, então o arremataram, disse que o rematavam e rematavam, e não conseguiam terminar; ele, que era um tipo acostumado a matar e sei lá, como que ficou impressionado com isso, Aluizio escreve no livro, ou me contaram as duas pessoas que conversaram com ele, eu não sei se Aluizio coloca isso no livro; perguntam-lhe onde estão os corpos, e ele diz que não sabe, porque não tinha nada a ver com isso. Mas sim, teria que ver com isso, porque se ele vê como os arrematam; ele disse que os deixaram no caminho, e eles sobem na camionete, mas depois disse que comeram um assado juntos, depois que todos os alimentos terminam [inaudível], comem um assado juntos, e ele parece que participa desse assado, primeiro disse que não participou, depois parece que participa, e então disse que ele vai, que já foi duas vezes ao Parque Nacional de Iguazu para tentar localizar a área onde os corpos poderiam estar. Ele disse que não sabe, que não pode deduzir o lugar onde os deixaram, onde estão os corpos, mas que supõe que, na melhor das hipóteses, o buraco já estava feito para ser tapado rapidamente, pois sabiam que iriam passar por lá, que o matariam lá. Bom, isso é o que sabemos até agora.

P: Lily, a partir dessas informações, tu fizeste uma representação contra o Estado brasileiro?

R: Não.

P: Mas o Brasil reconhece o Enrique como...

R: Sim, sim, o que não fiz foram ações legais de outro tipo.

P: Não existe algum tipo de reparação?

R: Sim, sim, houve reparação e houve reconhecimento. Não, pensei que perguntavas se eu havia iniciado uma causa legal, um juízo contra o Estado, não. Mas essa reparação sim.

P: E poderia... Não sei, farias ou não no caso de que pudesses fazê-lo, um ato contra o Estado, se pudesses?

R: Eu... Não sei... Que é isso?

P: Isso é um documento que tens que fazer para representar o Estado brasileiro, que é o que te pedem então.

R: É o que me pedem para o julgamento da Verdade? Ah, para que eu entre nesse julgamento tenho que fazer isso, mandar esses papéis.

P: Que é então o que o Aluizio te pediu, deve ser isto então, porque isso seria muito bom. Bom, isso é uma opinião pessoal minha.

R: Não, isso sim, eu vou fazer isso sim, sim.

P: Diz-me uma coisa, a partir do que descubres com estas informações, de poder reconstituir um pouco os caminhos que levam a essa emboscada e à execução e ao desaparecimento de teu irmão e de outros cidadãos brasileiros, a partir da confirmação disso, as organizações de direitos humanos aqui, finalmente te recebem? Reconhecem isto; reconhecem teu irmão como vítima; não te integram aos coletivos? Continuam com isso de que é outro período, e que, portanto...?

R: Não, não milito aqui, não morreu aqui, não... Não o mataram aqui, não. Pertencço sempre ao outro lado. Em San Pedro sim, agora há um pequeno monumento aos desaparecidos, tem a placa de todos os desaparecidos sampedrinos, e eles sim me convidam, e eu sempre lhes digo que sou tão agradecida a eles por isso, me convidam a participar e me convidam a participar de... Em San Pedro sim, compartilho a homenagem com todos os desaparecidos, me reconhecem e me acompanham, e sou uma a mais. Porém... Aqui não, não, é como se fosse outra coisa, continuo sem pertencer às listas, aqui são muito estritos nisso, digo, como que demais, se te incorporas às listas. Eu tentei ver se podia fazer o desaparecimento forçado aqui e o indeferiram. Agora fui procurada por uma advogada com a qual tive contato, pois casualmente meu filho é advogado, e ela foi ao tribunal onde meu filho trabalha e lhe disse - Diz para a tua mãe que me procure, porque há muitas coisas novas agora... -, bom não falei com ela ainda, mas não sei... Com o assunto do Condor, porque a mim me parece sim... Digo-te, não sei se isso entra no assinado, no assina... No assinado não entra, mas este é um caso Condor, porque está bem que ele se foi, entre aspas, por sua própria vontade, mas se ele foi pego por uma operação de Inteligência, o assunto é que se eles o tivessem pegado aqui o desaparecimento forçado teria sido realizado explicitamente em nosso território, se aceitaria, mas como não foi explicitamente no território, foi simbólico... Foi de um modo... Não sei como dizer, mas foi uma parte da [operação] de Inteligência que foi feita aqui.

P: Teu irmão está em todas as listas, em todas as publicações do Brasil, teu irmão figura como uma vítima da repressão do Cone Sul, ou seja, do Brasil, mas está junto com os outros cidadãos argentinos, que estão sim nesse período, digamos que dentro do período da ditadura brasileira e dentro do que é o operativo Condor, mas nós... Teu irmão está sempre junto com estes outros cidadãos, não está nem separado ou não está. Está junto.

R: Está junto? Mas está junto porque é argentino...

P: Claro, está junto porque é argentino, porém é um reconhecimento de que isto não é simplesmente uma ação do Estado brasileiro contra ele aqui, porque logicamente estas informações circularam, e também porque a ditadura brasileira, por mais criminosa que fosse, tendo a informação que tinha, não cometeria um crime desses contra um cidadão estrangeiro se não tivesse algum tipo de aval do outro lado, me parece que isso é algo...

R: Não, para mim foi dessas coisas que não estão em suas mãos... Não deveriam nem saber muito bem...

P: Repara que a ação já estava prevista... Eles já tinham toda a informação anterior, e de repente entra um que eles não sabem quem é, porém, se não sabem quem Enrique é, de onde vem, ou seja... Alguma informação eles teriam dessa pessoa, e só pelo nome, se têm a informação do nome percebes que é argentino, ou seja, se escreve o nome de modo diferente.

R: Para mim eles... Eu penso que lhes apareceu mais um e eles não quiseram deixar testemunhas, de qualquer modo matar mais um... Parece-me...

P: Pode ser. De qualquer modo Foz do Iguaçu é uma fronteira de muita colaboração. Claro, isto depois ficou mais confirmado quando se dá o retorno dos Montoneros, e que alguns fazem a troca justamente aí não é? Inclusive se suicidam no meio do rio, bom, isto acontece. Porém esta é uma fronteira muito sensível, e tudo sempre é muito conversado aí, porque sempre pode haver algum tipo de mal-entendido, acho que por aí, acho que sim, acredito que a causa Condor possivelmente vai trazer algum tipo de... Outro caminho para seguir a partir de agora, me parece isso, e, sobretudo, o que vai acontecer no Brasil nesse momento, a partir do Brasil se está fazendo... Foi descoberta, por exemplo, a participação dos consulados argentinos e

a embaixada argentina, dando informações e participando nessa conexão repressiva, já existem documentos que mostram que o consulado argentino em São Paulo, por exemplo, tem informações de cidadãos argentinos que foram entregues ao poder diplomático argentino para trazê-los de volta, isto é cada vez mais complexo, e mostra que existe uma conexão muito mais profunda do que se imaginava em um primeiro momento, assim que não te surpreendas se teu irmão... Em algum momento este fato vai se ampliar, e é por isso que acho que o Aluizio tem razão de que participe e faça uma manifestação pública...

R: Não, sim, eu vou participar, sim, vou fazer isso, sim, sim. Não, isso eu vou fazer. Não fica claro para mim de que aqui se chegue a algum tipo de responsabilidade pelo que aconteceu por estes lados, isso... Isso me interessa, além disso, me interessa por tanto abandono, por tanto... Qualquer lugar de... Para veres, matam até um cidadão na rua, americano, não sei aonde, e se arma um rebuliço, e aqui matam um jovem menor de idade e ninguém diz nada? Ninguém se interessa? Ninguém se importa, ninguém é afetado, ninguém é responsável? Nunca fazem nada ao governo brasileiro.

P: Lily, então esse testemunho que nos deste, que mostra justamente toda essa luta para resgatar essa história e para buscar respostas quando nem as perguntas eram ouvidas por que tinha que ouvi-las, neste momento, chegaste aqui, e a partir daqui, como isto prossegue?

R: Bom, agora tenho esperanças no julgamento da Verdade, que o caso entre no julgamento da Verdade, da Comissão da Verdade, claro, se se acabar com a Lei de Anistia no Brasil, sou... Parece que é muito difícil, e não sei se quereria isso à custa de qualquer coisa, me parece que os governos têm seus problemas e seus tempos às vezes, e não seria como... Parece-me que... Acho que Dilma faria o possível, espero que possa. Porque às vezes se pensa que o governo pode tudo, ou que Dilma poderia tudo, e às vezes, para governar, tem-se que fazer equilíbrios, é uma das missões impossíveis - Freud dizia -, educar, governar e analisar. Assim que espero que ela possa, e confio que ela vai fazer tudo o que seja possível; pode parecer morno o que digo, eu poderia dizer quero que o faça ou o faça... Parece-me que prefiro que faça tudo o que lhe seja possível, e que mantenha um equilíbrio em seu governo para que seja melhor para todos, se não se faz nesse, poderia se fazer no outro, na melhor das hipóteses, no próximo. Porém, a verdade é que os assassinos vão morrendo, nós também, os anos passam, minha mãe morreu sem saber e eu já vou para os sessenta quase, assim que... E os assassinos morrem nas suas casas, isso é o pior, desse modo, bom, oxalá que a Dilma possa fazer o mais que possa com isso; parece-me que é uma medida muito tênue, mas acho que é a que se pode, veja só o tempo que levou para nomear os membros, cada vez que faz um movimento mínimo fazem um desastre, dessa forma me parece que é o que se pode, e a partir desse ponto a festejo. Parece-me que é pouco; a verdade é que me parece que é pouco, mas acho que é o que se pode, a partir disso o festejo, e oxalá possamos avançar mais, que seria um pouco fazer o que está sendo feito na Argentina. E, além disso, se pudéssemos recuperar os corpos para lhes dar sepultura, bom, isso. O corpo - viste o que ele é - é uma questão simbólica, porque hoje em dia tenho dito a meus filhos de que comigo, por favor, me cremem e me joguem em uma árvore, que deixem aí todas as cinzas, porque o que conduzimos ao caixão fica tudo ao redor do buraco, assim que dá no mesmo se as tiram ou se as deixam. Então dizemos, pensando assim, que sentido tem tanta busca pelos corpos. Bom, sim, tem sentido, é o mito de Antígona, e é a cultura, a cultura sepulta seus mortos, quer dizer, podes fazer depois, com o corpo, o que o familiar quer, mas tens que vê-lo, ele tem que estar aí.

P: Muito bem, muito obrigado Lily.

R: Não, de nada, obrigada a vocês que se dedicam a essas coisas.

BUENOS AIRES, 22 DE MAIO DE 2012.

P: Roberto, a primeira questão que queremos te fazer é que nos fale um pouco de tua formação, de tua trajetória política, um pouco dos teus primeiros momentos como protagonista desses fatos e desse tempo tão complexo.

R: Bom, buscando uma síntese disso, podemos partir do ano de 1966. Na Argentina, governo peronista de 1945 a 1955, golpe de Estado em 1955, um forte retrocesso em matéria de direitos sociais, fundamentalmente para a maior parte do povo trabalhador, inicia-se uma resistência. Uma resistência que foi, fundamentalmente, dos trabalhadores mais humildes, quase solitários. Essa resistência é sustentada, basicamente, pelo aparelho sindical, as estruturas sindicais, os sindicatos peronistas. Os sindicatos a partir de alguns fatos... Perón lhes dá o voto... As pessoas votavam... O peronismo estava proscrito, as pessoas votavam majoritariamente em branco, até que há um acordo, no ano de 1960, entre Perón e Frondizi, e os votos peronistas, em uma proporção muito alta, vão para Frondizi, e Frondizi ganha as eleições. Baseado nisto, lhes dão novamente a personalidade, devolvem a personalidade dos grêmios, e os sindicatos começam a funcionar legalmente. Nessa legalização dos sindicatos, também começam a protagonizar e a ter participação nos benefícios dos vínculos com o Estado, como costuma ocorrer. Porém, toda essa primeira resistência, digamos de 1955 a 1964, tem os humildes e os trabalhadores argentinos como protagonistas quase exclusivos, e os sindicatos são a estrutura organizativa. Eu considero que... Chamo isso de primeira resistência. Isso termina no ano de 1964 com um fato que tem muito a ver com o Brasil. Na Argentina governa Arturo Illia, da União Cívica Radical, e Perón anuncia seu regresso. Pega um avião, vem de regresso, e o avião para no Galeão para... Naquela época o aeroporto do Rio, para reabastecer-se. E o governo argentino pede ao governo brasileiro – creio que era Garrastazu Médici – para que não o deixe prosseguir. O governo brasileiro, os dois governos, Perón... Depois os qualifica como alcoviteiros dos norte-americanos, porém os dois governos coincidem e, de alguma maneira também com o interesse norte-americano, o governo brasileiro detém Perón, o reembarca e o manda de volta à Espanha. E na Argentina, apesar de que o povo era peronista, e o restante, não acontece nada. Isto é um fato importante para o que acontece depois. Não há mobilizações importantes nem nada. De 1964 a 1966 há uma espécie de transição na Argentina, na qual o peronismo está envolvido; muitos dos dirigentes sindicais, com um sindicalista muito famoso aqui, Augusto Timoteo Vandor dos metalúrgicos, projetam seu enfrentamento com Perón, porém para fazer um projeto socialdemocrata. E nesse marco o peronismo tem... Está dando voltas digamos, sem ter perspectivas claras. Em 1966 os militares decidem mudar a situação e parar com essa coisa de que havia golpe de Estado, governos civis débeis todos prospectivos, e decidem tomar o governo, com um projeto de vinte anos. 1966. Além disso, decidem outra questão que é fundamental para o futuro. Já não só deixariam fora da lei os trabalhadores e o peronismo, mas, também, os setores médios. Então, eles intervêm a Universidade, há um fato muito famoso, entram com a polícia na Universidade – aqui regia desde 1918 a Reforma Universitária, com seus direitos para a Universidade –, entram na pancada, espancam estudantes, docentes, todos. E atacam, propõem fora da lei os partidos políticos que vinham usufruindo da proscricção do peronismo, a todos fora da lei. Isso mudou a situação, porque, de repente, aquele movimento que tinha os trabalhadores e os humildes fora da lei, peronistas, acontece que nele agora se encontra a classe média, os partidos políticos, as organizações estudantis, todos fora da lei. Isso muda a situação da Argentina, e eu digo que de alguma maneira nasce o que podemos chamar de geração do 1966, que é de vastos setores da classe média, jovens da classe média fundamentalmente – pensemos que é o momento em que a juventude no

¹⁹² Roberto Perdía nasceu em Pergamino, pequena cidade ao norte da Província de Buenos Aires. Formado em Direito, militou no peronismo, foi um dos fundadores do movimento Montoneros, segundo secretário do Partido e primeiro Vice-Comandante do Exército Montonero. Instaurada a ditadura na Argentina, em 1976, cruzou várias vezes a fronteira com o Brasil, refugiando-se mais tarde na Espanha. Já no ano de 1978, junto com outros chefes guerrilheiros, foi responsável pela conhecida Contra-ofensiva Montonera. No início da década de oitenta, suas viagens a Porto Alegre foram frequentes, estabelecendo vínculos com a comunidade de exilados argentinos e uruguaios no Brasil. Ainda nesta cidade, contou com o apoio do MJDH na sua clandestinidade. Retornou à Argentina quando foram decretadas as Leis de Indulto. No momento, exerce sua profissão de advogado junto a organizações sindicais de trabalhadores, em Buenos Aires.

mundo tem um forte protagonismo, é a época dos movimentos juvenis na China, junto a Mao, contra o aparato burocrático. É o momento, um par de anos depois, do famoso Maio francês; são as revoluções pela liberdade sexual; de Woodstock, nos Estados Unidos; é a luta anticolonial dos povos; dos jovens africanos. É um momento de forte impacto e presença da juventude. Não sei as razões, possivelmente éramos os filhos da guerra que não queríamos que os poderes mundiais nos usassem como bucha de canhão em seus enfrentamentos internos. Porém, o concreto é isso, que os jovens naquela época tinham a perspectiva e a ideia de que podiam ter um protagonismo muito forte nas sociedades do mundo. E, nesse marco, a Argentina também passa esse fenômeno. O movimento estudantil, os jovens trabalhadores, vão se fundindo e amalgamando, e vão construindo uma nova realidade. Uma realidade de oposição a um regime, a um regime onde os partidos políticos eram quase inexistentes, eram máquinas para ganhar votos e ganhar alguma eleição, para que depois os militares os expulsassem, os militares tratando de recuperar seu poder, porém tampouco sem conseguirem se consolidar. Nesse marco, e a partir de 1966, começa na Argentina uma etapa onde este protagonismo é dado à juventude, que toma, em grande parte, as bandeiras da resistência peronista, e vão se constituindo, a partir de 1967, em núcleos de organizações político-militares, algumas delas sob o signo peronista, e outras de origem marxista. Bom, pessoalmente começo a formar parte de um desses agrupamentos chamado Montoneros, e o outro agrupamento muito forte na esquerda era o movimento do PRT-ERP,¹⁹³ que era de origem marxista. E começa uma ação no conjunto do país, onde se desenvolvem situações de fortes enfrentamentos, há muitos companheiros caídos na luta e o restante, e um crescimento dessa luta, até que no ano de 1972 se consegue aquilo que, na maior parte do povo, era a bandeira de identificação de sua luta, que era o “PV”, “Perón Vuelve”, quer dizer, a ideia é que o “Perón Vuelve” era o símbolo que aglutinava a luta desses tempos. Isso vai se concretizando em fins de 1972, com a volta de Perón, e em março de 1973 se vota, e o peronismo ganha as eleições. E há um governo – o do doutor Cámpora – com forte presença da esquerda peronista, dos Montoneros em toda a campanha, e um impacto muito grande na sociedade. Vive-se uma espécie de primavera muito impactante, já estamos nos primeiros meses de 1973.

P: Neste momento vocês estão visíveis...

R: No momento obviamente as eleições são ganhas e nós... Cessa a perseguição. Nós havíamos decidido não colocar companheiros dos organismos de condução como funcionários do governo nem como legisladores, em razão de que pensamos que o Estado era um Estado em disputa, e de que haveria um forte enfrentamento pelo Estado nos próximos anos, tal como ocorreu, e colocávamos o esforço em construir uma organização que desse organicidade a esse povo que ia se incorporando, basicamente a juventude, para esse enfrentamento que prevíamos. Bom, o governo de Cámpora durou muito pouco tempo – quarenta e nove dias –, é acossado a partir da direita peronista. Prévio a isso há um assunto importante, que é o de que Perón volta em 20 de junho de 1973, e nesse regresso de 20 de junho – quando chega à terra argentina –, porém... Produz-se o que eu chamo de uma espécie de emboscada, feita por alguns funcionários do governo que, mais do que funcionários do governo, eram alcoviteiros do poder norte-americano, basicamente dois funcionários: um era um Coronel, e o outro o... López Rega, que era um pouco o secretário de Perón, e o Coronel era Osinde. Eles capitaneiam um pouco esta situação, e junto com outros setores armam uma espécie de emboscada, um enfrentamento, e o retorno de Perón... Perón... Havia uma mobilização, que, falando da história argentina, foi a mobilização mais importante politicamente; mais de dois milhões de pessoas a caminho de Ezeiza. Perón não pode aparecer no balcão porque o levam a outro aeroporto, justamente para que não esteja no balcão, porque esse dia iria se encontrar ante a realidade de um povo que iria até ele... Aqui havia um costume de que os atos públicos, uma ou duas vezes por ano... O povo dialogava com a Chefia de Perón, e conseguia expulsar ministros ou mudar condições a partir desse diálogo nas praças, das consignas que as pessoas iam fazendo, que o povo peronista ia fazendo. E esse dia o povo peronista majoritariamente – não porque estivesse organizado por nós, mas sim porque respondia ao clima da época – estava identificado com a bandeira que nós reivindicávamos. Então, isto devia ser evitado, e produzir este corte, e a partir daí começa um processo de decadência das nossas políticas, de uma forte presença, dentro do peronismo, de atores mais da

¹⁹³ Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo.

direita, que culmina... Depois, bom, depois Perón morre no meio [do processo], começa a ação da Triple A, uma organização paraestatal, organizada a partir das proximidades do aparelho de Estado, e que culmina com o golpe de Estado de 24 de março de 1976, e a tragédia e genocídio desatado a partir desse momento. Já nisso tudo havia uma forte debilidade das nossas políticas públicas e o resto, produto de erros próprios e da ofensiva do governo, que acreditamos que corresponde com a ofensiva que havia em toda a região: recordemos que em 1973 havia sido o golpe contra Allende, no Chile, que havia sido o processo uruguaio da bordaberização, que o poder de Stroessner havia se consolidado, aliando-se ao Brasil, e na Bolívia o poder de Banzer havia-se consolidado. E que definitivamente, naquele momento o Brasil era caracterizado por Henry Kissinger como o satélite privilegiado, era o [país] que na região representava o interesse imperial de impor estes interesses na região, de alguma forma.

P: Roberto, antes da volta de Perón vocês tinham a percepção de que havia, dentro do peronismo, esses setores de direitos tão fortes?

R: Sim, sim, absolutamente...

P: Isto se via...

R: Isso se via, e tínhamos um confronto muito forte com as estruturas sindicais e com estes setores de direita, o que acontece é que até a volta de Perón, em 20 de junho, a opinião de Perón se inclinava mais para um aval nosso do que para esses setores. Isso muda em 20 de junho, em seu segundo retorno e a partir dos fatos em Ezeiza, e Perón começa a avaliar cada vez com mais força esses setores políticos, e aí começa o conflito, o problema interno se agrava, alcançando dimensões muito maiores depois da queda de Allende, porque Perón entende, compreende como um estrategista, o que é que vinha agora para a Argentina, e então decide retroceder cada vez mais, para evitar o golpe, resistir à ofensiva imperial, e isso aprofunda as diferenças que existiam no país, e bom, desembocamos no golpe de 1976, semelhante ao golpe do Chile em 1973, ou mais profundo ainda não?

P: E a organização de vocês, que situação enfrenta, concretamente, a partir da instalação da ditadura?

R: E... Enfrentamos, resistimos à ditadura, durante vários meses se resiste com bastante eficácia, a luta social, basicamente sindical, ainda era forte em várias zonas do país... Aqui há um fenômeno que é interessante detalhar. Enquanto os setores ligados às políticas territoriais e as juventudes universitárias já haviam retrocedido e sido fortemente desmanteladas, digamos no período de 74, 75, 76, o mesmo não ocorria em nível sindical, onde os mais importantes aparelhos sindicais mantinham uma política de ofensiva para alcançar e conquistar mais direitos. Era uma situação de classe, digamos que era bastante ostensiva. Os setores médios ou os setores ligados a terra, as organizações da juventude, etc., ou os organismos ligados a terra, retrocediam, porém o aparato sindical não. Então, em 76, 77, o aparato sindical ainda resiste com força, e nós tínhamos vinculado nosso destino ao aparelho sindical, à política do movimento operário. E aí se produz – bom, não é casual que a maior parte dos desaparecidos seja de trabalhadores, praticamente dois terços dos desaparecidos são trabalhadores, tem que ver com essa situação, e com a de que o golpe de Estado apontava, fundamentalmente, para desmantelar a estrutura dos trabalhadores. Então, desde o ponto de vista organizativo, se resiste, cada vez mais débeis e com menos força, e nos primeiros meses de 1977, a organização, praticamente, já é muito débil, muitos companheiros partiram para o exílio, outros foram assassinados, e nesses meses também já vinha sendo feita, desde janeiro, uma saída dos organismos de direção para diferentes lugares do mundo, e a tentativa de reorganizar as forças. E isso acontece todo o ano de 1977 e 1978. Nesses anos, a situação da resistência é débil, acontece o Mundial de futebol em Buenos Aires, bom, na Argentina: Buenos Aires e outros pontos do país. Vários setores da esquerda conceberam o boicote ao Mundial de futebol; nós expomos que não, que não devíamos boicotá-lo, que tínhamos que aproveitá-lo para tratar de dizer o que se passava no país, e foi isso o que tentamos, com a imprensa estrangeira e o restante, se fizeram cartazes, panfletos, reuniões, etc., e os levamos por diferentes lugares, para que pudessem ver o que estava se passando. E de alguma maneira sobre isto não

há síntese na história, eu continuo acreditando que o Mundial de futebol, mais além de ter permitido ao regime de Videla exibir-se na Copa, festejando e triunfando, foi um triunfo efêmero. Porque eu acredito que todo um povo que é perseguido, – e naquele momento as reuniões de pessoas estavam proibidas, tudo era subversivo –, a possibilidade de que possam se encontrar, de que possam festejar – a alegria nunca é contrarrevolucionária. A alegria sempre serve a quem a está protagonizando. E acreditamos que essa alegria do povo lhe deu ânimos, lhe deu força. Prestemos atenção no que nos passa. O Mundial de futebol foi em meados de 1978, e nos primeiros meses de 1979 acontece a primeira greve nacional, em meio à ditadura, que tem um apoio regular de uns vinte por cento, porém é um apoio sindical significativo para o momento em que se vive. E nos meses posteriores há tentativas de mobilização do movimento operário, e o governo da ditadura militar exige às plantas fabris, basicamente na zona Sul, que atendam e resolvam todas as afirmações de condições que lhes apresentam, para evitar essas mobilizações, quer dizer, tinham muito medo do que poderia se passar com essas manifestações operárias, porque havia um antecedente: no ano de 1975 haviam ocorrido fortes mobilizações contra um plano econômico que foi o início do neoliberalismo na Argentina, de um ministro Rodrigo, da senhora Isabel, Isabel Perón, onde houve uma mobilização gigantesca que nasce nas plantas fabris zona Norte da Ford, vem andando pela Panamericana, e mais de vinte mil companheiros chegam à porta da General Paz para entrar na Capital Federal. E no caminho foram-se somando todas as plantas fabris da região. O medo que... Que isso estava na consciência dos trabalhadores, porque havia sido um fato praticamente recente, de modo que, quando em 1979 estão expondo de novo... Uma mobilização, a ditadura diz - Bom arrumem de alguma maneira, não queremos isto -, quer dizer, voltando ao assunto do Mundial, se o Mundial tivesse sido um triunfo da ditadura, ela teria se consolidado, e não o contrário: poucos meses depois o que se consolida é o avanço da luta popular. Neste marco, nós concebemos um par de políticas que foram conhecidas como a Contraofensiva, que têm dois aspectos: um, o político, que era dar conta da nova situação na qual se estava, de que havia um governo que tinha todas as armas, todos os homens, porém o que havia perdido era a moral, carecia de moral para seguir a luta, que é a chave para nós nestes tempos, era preciso produzir algumas estocadas para que este centro se rompesse. E outro foi os – eu acredito que isto foi uma coisa positiva, altamente positiva, no que nós nos equivocamos foi na forma da resposta organizacional que demos em algum caso –, aí apresentamos três tipos de ações: políticas, militares e propagandísticas. Do ponto de vista militar, colocou-se o eixo na equipe econômica. Fizem-se três, quatro operações sobre a equipe econômica estritamente. O objetivo foi alcançado em uma proporção mínima, e tivemos algumas baixas ali, porém o que sim, ficou, é o assinalamento, ante a opinião pública, que aí estava o miolo do golpe de Estado, nesse poder econômico que estava... Tinha como cabeça a Martínez de Hoz. No propagandístico tínhamos preparado uns aparelhinhos que chamávamos RLTV, Rádio Liberação TV, que eram uns aparelhinhos com os quais se interferia na transmissão da televisão. A imagem se borrava, ficava um chuvisqueiro, uma neblina, e se interferia na voz com pequenos comunicados ou mensagens que duravam até três minutos. Com umas anteninhas que se levantavam, podia-se ir de bicicleta, de moto ou a pé, e se fazia a mensagem, se desmontava e se iam. Isso nos permitiu mais de cem transmissões, o alcance de cada transmissão era de três ou quatro quilômetros, dependendo da quantidade de edifícios que houvesse, das suas alturas, etecetera. Isso funcionou perfeitamente, não houve absolutamente nenhum problema, e a mensagem foi chegando. Transmissões curtas, porque era o tempo que eles, que a repressão demorava em poder chegar ao local, em localizar a zona, triangulá-la e chegar mais ou menos. Inclusive muitos companheiros contavam que quando estavam saindo do local, chegavam os patrulheiros para... Buscando o centro da transmissão. E em nível político, onde tivemos a imensa quantidade de baixas, companheiros de direção, como Mendizábal; um companheiro que havia sido deputado nacional como Croatto, que era dirigente sindical, quer dizer, onde tivemos a maior quantidade de baixas foi na tentativa de tomar contato com os emergentes políticos da época, sociais e políticos. E aí, o que se passava, do que não nos demos conta, foi da profunda penetração que a ditadura havia tido nos setores populares. Essa penetração tinha que ver com o medo, tinha que ver bom, evidentemente com sua presença física, com um montão de coisas, e isso fez com que perdêssemos muitos companheiros nesses pontos de contatos com os líderes ou os novos líderes ou movimentos populares. Aí perdemos uma quantidade enorme de companheiros. Eu creio que aí está o nú-

cleo do erro que cometemos; que não nos demos conta do medo que haviam conseguido instaurar nesses momentos. Porém esta contraofensiva, mais do que nada, era a percepção que havia sido tomada em nossa própria história, de nossa experiência histórica, não a nossa como organização, mas sim a do povo, de que as ditaduras aqui não tinham muita duração, durava um tempo e depois a própria ação do povo ia desgastando-as até conseguir derrubá-las, e víamos que essa era a lógica também desse momento, por mais terrível e feroz que tivesse sido essa ditadura, e foi nisso que apostamos. E efetivamente, no ano de 1979 se produzem estes fatos, em 1980, 1981, vai se multiplicando a... Os níveis de resistência popular, e chegamos ao ano de 1982, e no dia trinta de março há uma mobilização gigantesca em Buenos Aires, convocada a partir da estrutura sindical, novamente, com centenas de presos, e o restante. E dois dias depois se produz a ocupação das Malvinas. Quer dizer, as Malvinas, em um esquema militar, claramente respondiam ao assunto de encontrar uma saída à sua situação. E nós éramos absolutamente... Sabíamos isso, porém também sabíamos o que as Malvinas significavam no imaginário popular e na consciência coletiva, e apoiamos o tema das Malvinas sem deixar de enfrentar a ditadura. Bom, o restante já é muito mais próximo, a derrota nas Malvinas e a retirada dos militares – não fácil, não fácil, porque depois tentaram novamente encontrar a forma de ficar, houve mobilizações muito importantes em dezembro de 1982, terminando que tiveram que abrir eleições e se retirar. E se reinicia o processo eleitoral, com o triunfo do radicalismo e a primeira derrota nas urnas do peronismo, em outubro do ano de 1983. O radicalismo assume, porém assume o governo expondo o que foi conhecido, ou é conhecido como a teoria dos dois demônios, quer dizer, que as ações de violência tinham que ver com as ações dos grupos resistentes e com as ações dos grupos militares, uma discussão que, bom, não terminou de sintetizar-se e que ainda está dando voltas. Concretamente, o governo de Alfonsín a sintetizou em dois decretos: um decreto 157, ordenando a perseguição daqueles que haviam sido responsáveis de organizações guerrilheiras, e um decreto 158, fazendo o mesmo com os chefes militares. Nesse momento sim, foi um dos momentos mais tristes, possivelmente, da nossa história, porque nos encontramos que, com todo o sacrifício que havia sido a luta contra a ditadura, se recuperava o direito de expressão, o governo voltava a ser eleito pelo voto, e nós éramos perseguidos. Bom, é o momento sim no qual fomos tratando de nos ir assentando na zona periférica – e aí o Brasil teve um papel muito importante –, procurando estar o mais próximo possível das fronteiras da nossa pátria.

P: Roberto, então no final dos anos 1970, no momento em que vocês pensam a contraofensiva com essas três perspectivas com as quais trabalham, de qualquer modo vocês já tinham informações de toda a colaboração que havia entre as ditaduras, logicamente já tinham conhecimento disso. Do mesmo modo, a partir desse momento, mais ou menos, se estabelece uma base da organização em Porto Alegre. Podes nos falar um pouco disso, do significado de estar perto da fronteira, falar de repente um pouco de Porto Alegre?

R: Sim, sempre no Brasil. Particularmente a partir do golpe, sempre houve alguns grupos de companheiros do Brasil que foram cumprindo diferentes tarefas. Em um primeiro momento, serviam como lugar para que os companheiros que fossem saindo do país pudessem ali chegar. Então, a partir daí, com alguns vínculos, fundamentalmente com setores da Igreja nesse momento, podiam depois viajar para alguns pontos do mundo e os restantes, onde lhes fosse designado o asilo correspondente. Quer dizer, isso foi desde o mesmo momento... Ou um pouco depois do golpe, iniciou-se esse processo, isso é uma parte que seria, digamos a parte defensiva, e para ajudar a resolver o problema da retirada dos companheiros. Porém, já a partir de 1980... Ou 1979, digamos, para ser mais claros, meados de 1979 inícios de 1980, já muda o enfoque. Já a partir desse momento, nós vamos tomando a zona fronteira, Brasil neste caso, como um local que usamos como posto para ir penetrando no território. O que isso quer dizer? Onde os companheiros podiam se reunir, onde se reuniam os companheiros que estavam no exterior com os que estavam no país, onde se podiam planejar algumas situações – não ter que entrar permanentemente, senão movimentar-se na zona [fronteira]. Inclusive no início dos anos 1980, sempre havia um companheiro de condução já no Brasil e o restante, em algum assentamento na zona, de um modo permanente. Os lugares que usávamos eram três: Rio, São Paulo, eram três basicamente:

Rio [de Janeiro], São Paulo e Porto Alegre. Porto Alegre era o mais utilizado por razões geográficas, e porque, além disso, há costumes e culturas que são muito semelhantes às nossas. Isso foi do ano 1980 em diante, foi permanente. Inclusive temos companheiros que... Vários companheiros que caem no Brasil; um companheiro, Habbeger, que usava o Brasil regularmente para suas reuniões, que estava no país; o companheiro Campiglia, que era da condução dos Montoneros – tentando entrar no país, chegava-se ao Brasil, e daí entrava-se por alguma fronteira –, também cai no aeroporto, quer dizer, temos situações no Brasil que eram parte da cooperação das ditaduras militares de ambos os países.

P: Tinham a percepção de que ainda assim, mesmo com toda a solidariedade que podiam encontrar, estavam vigiados? Porque hoje temos documentos, há documentos que agora estão aparecendo publicamente, que mostram que, em realidade, havia um monitoramento e... Inclusive com listas de nomes, tinham isso.

R: Sim, sabíamos, porém era óbvio que éramos um objetivo dos militares. Obviamente os companheiros mais orgânicos... Há, digamos estruturas e estruturas. Existem companheiros que digamos cumpriam funções quase públicas, todas estas ligações com os organismos de direitos humanos, e os restantes, eram quase públicas, muito difíceis de ocultar. E depois havia atividades que eram mais reservadas não é verdade? Que éramos objetivo era óbvio. Que a ditadura militar argentina e brasileira e uruguaia trabalhavam [juntas] também sabíamos. Depois procurávamos quando tínhamos... Aplicávamos princípios semelhantes dentro do país, quando detectávamos com algum grupo de companheiros, alguma base de trabalho, a presença ou o risco de sermos detectados; produzíamos uma movimentação, ou tirar o companheiro, sair do lugar, ou mudar a documentação. Enfim, há diferentes mecanismos de proteção usados na clandestinidade, fazíamos isso, o que não quer dizer que sempre tenhamos sido eficazes. De fato, houve um caso de um companheiro que partiu, acredito que de Porto Alegre a Montevidéu, companheiro tucumano que era muito amigo do pianista... Estrella, e o detectam... Creio que já vinha avisado, e o perseguem em Montevidéu no próprio aeroporto de Carrasco, evidentemente vinha controlado. Ou seja, havia coisas que vinham passando que nós... Era óbvio que estavam ocorrendo. Depois procurávamos, quando detectávamos algo, nos movimentávamos para sair do controle que tinham sobre nós. Isso é um assunto. E o segundo, o de que havia aspectos que eram quase públicos. Basicamente o que estivesse diretamente vinculado ao tema da solidariedade, que era quase conhecido.

P: Claro, o Brasil, neste momento, é um país que está em uma situação digamos bastante diferente em relação aos outros países da região, porque tem outra cronologia, ou seja, no auge da repressão aqui, e ainda com anos muito duros no Chile e Uruguai, o Brasil começa justamente sua abertura.

R: Sim, eu recordo, creio que... Por exemplo... Não sei as eleições, quando são feitas as primeiras eleições para eleger... Governadores dos Estados, fins de 1982, havia companheiros no Brasil que, lembro, participaram nas campanhas, basicamente no Rio [de Janeiro] colaborando com o PDT de Brizola, com o qual havia um acordo bastante forte não? E depois em 1983 nós, e da direção, eu já morava no Rio no ano de 1983, e morava no Rio com o conhecimento do governo de Brizola, e com garantias de algum modo outorgadas pelo governador, enquanto se sabia que o governo de Brasília era outra coisa, porém essa ambiguidade existia, e de fato encontramos um nível muito alto de proteção para funcionar em uma situação desse tipo, onde, além disso, produziam-se situações nas quais tínhamos que tomar precauções, porque sabíamos, por exemplo, que os companheiros que vinham do país – vinham e os controles, em muitos casos, estavam em mãos do governo de Brasília, e não do governo do Rio, mas bom, eram situações com esse nível de complexidade.

P: Comentaste que existem três momentos nestes anos oitenta, onde estás, em um primeiro momento, no Rio de Janeiro, justamente amparado pelo governo de Brizola por esta proteção que de certa forma existe, depois São Paulo e depois Porto Alegre. Podes nos falar um pouco desses momentos?

R: Sim, no assunto de Brizola era uma situação estranha. Brizola é um homem... Quer dizer, eu não quero opinar em termos de política interna brasileira, porém era um homem quase peronista. Além disso, muitos dos interesses de Brizola, já em época anterior, estavam na própria fronteira com a Argentina. Por mais que depois ele tenha sido governador do Rio, seu coração estava no Rio Grande do Sul e não no Rio de Janeiro. Por então, com Brizola foi isso, porém Brizola também compartilhava nossa situação com o governo de Alfonsín, os... As reuniões da socialdemocracia, e então existia uma situação muito estranha. Ocorre que ele se encontrava com Alfonsín, que nos perseguia, e era nosso amigo e de Alfonsín. Talvez Brizola tenha sido uma das coisas mais paradigmáticas digamos desta situação. Brizola sempre nos dizia, e, além disso, tinha uma pessoa muito sua amiga, que era o governador Obregón Cano, que havia sido governador de Córdoba, e com o qual havia participado em um montão de eventos juntos nos anos anteriores, e acontece que agora Obregón Cano estava preso aqui em Buenos Aires pelo governo de Alfonsín, quando tentou regressar ao país. E sabemos que Brizola mais de uma vez disse a Alfonsín: - Que estás fazendo, como tens preso a meu amigo Obregón Cano! -, mas bom, eram as contradições desses tempos, com essas transições e modos diferentes de se portar diante de cada transição, isto está claro. Então, isto do Brizola foi esse ponto claramente chamativo, com respeito a essa situação foi talvez o mais claro. Em São Paulo os vínculos eram basicamente com o PT, não me lembro de como se chegou aí, porém, bom, tínhamos vínculo com Dom Paulo...

P: Claro, pode ser pela Igreja...

R: Pode ser pela Igreja, e depois vínculos com Luis Eduardo Greenhaud, e a partir dali tivemos uma relação muito profunda de afeto, de trabalho, de colaboração, com Paulo Schilling...

P: Que era próximo do Brizola, também...

R: Que era próximo do Brizola, mas que estava no PT. Porém era muito amigo do Brizola, muito amigo. Outro peronista também... Esse foi um grande companheiro, creio que morreu faz pouco, um grande, grande companheiro. Bom, com ele compartilhávamos escritórios, e o restante, em São Paulo.

P: Essa relação com Paulo Schilling já vinha de muito tempo?

R: Vinha desde a época da Universidade, da década de 1970. Haviam publicado aqui livros de Paulo Schilling e o restante, de modo que havia um vínculo anterior a este, e depois encaixa com os vínculos que tínhamos em São Paulo, e se aprofunda a relação que tínhamos com Dom Paulo. E com o PT, como aval de nossa presença ali, e obviamente Dom Paulo Evaristo Arns não é verdade? Essa era a base da qual contávamos com a proteção em São Paulo, e podíamos nos movimentar. Também havia uma situação de perseguição do governo argentino, de modo que a situação era a de que estávamos com muitos flancos débeis. Porém nossa ideia era, também, sempre seguirmos nos aproximando da fronteira, então o objetivo era ver de que maneira formalizávamos e aprofundávamos os vínculos no Estado do Rio Grande do Sul. E foi assim que chegamos a Porto Alegre, começamos as relações, não recordo como foi a origem, com Jair Krischke. E a partir daí com Jair Krischke, o senador Pedro Simon e outros, estabelecemos um vínculo bastante forte de relações, que foi toda a última parte da presença no exílio, e se deu basicamente em Porto Alegre, anos 1984, 1985, 1986. Depois passamos ao Uruguai, mais perto ainda, porém sempre com um vínculo com Porto Alegre, nos movimentávamos entre Montevideu e Porto Alegre, nos anos de 1986, 1987. Em Porto Alegre fizemos muitas reuniões; todos tinham duas características [duas identidades], basicamente estávamos aí, no Rio estávamos com Vaca Narvaja e Firmenich. Aí a Firmenich, por causa da perseguição do governo alfonsinista, prendem-no, faz-se o julgamento de extradição em Brasília, perdemos a votação e ele é extraditado. Nós, até este momento, vínhamos entrando e saindo da Argentina com Vaca Narvaja; a partir do reenvio de Firmenich ao país decidimos não reingressar por um problema político,

porque isto dava desculpas ao governo de que estávamos reorganizando uma estrutura clandestina, etc., etc., e prejudicava a ação dos companheiros, e fazia Firmenich digamos correr riscos de alguma maneira. Então optamos que as reuniões fossem feitas fora. Uma dessas reuniões foi feita nas proximidades de, de... Bom, no estado do Rio Grande do Sul, e aí vieram cerca de trinta companheiros...

P: Isso é na Praia de Cidreira...

R: Bom, isso deve ser... E aí bom, caem os companheiros e aparece a Polícia Federal, creio que era. Bom, e negociações vão, conversações vêm, aí intervêm, bom, Jair fundamentalmente, e o senador Pedro Simon, conseguimos... O problema... Os demais companheiros estavam todos legais, haviam vindo da Argentina com seus documentos, no máximo o que podiam fazer era expulsá-los, no entanto eles não tinham nenhum problema, nenhum era perseguido nem haviam entrado clandestinos no Uru... No Brasil, nem nada deste tipo, de modo que não tinham nenhum problema. O problema era simplesmente Vaca Narvaja e eu. Então, em meio às negociações tiram os companheiros do lugar, e foi toda uma aventura para chegar daí até Porto Alegre... Porque não sabíamos muito bem até que ponto eles tinham as coisas controladas, e em um momento, na direção em que estávamos saindo, vimos um ponto no entremeio, para tomar um avião, um aeroporto, e quando estávamos chegando alguém – acredito que havia sido mandado pelo senador Pedro Simon – nos para dizendo que não, que estavam nos esperando no aeroporto, e chegamos. Tudo isto foi feito tendo como base este tipo de colaboração, na qual Jair Krischke foi a alma e o motor de tudo isto, e com seu núcleo de amigos e a solidariedade que encontramos no Brasil, conseguimos salvar esta situação. Creio que esta foi a que estivemos mais tempo, e onde recolhemos a solidariedade mais forte.

P: Claro, aí acredito que há uma situação... Tu dirigias um Passat em Porto Alegre, um Passat que estava em nome do advogado Omar Ferri, creio, e tu andavas com o Passat para cá e para lá, fazendo teus contatos...

R: Sim, sim, o que acontece é que depois também o tivemos em Montevideú, exatamente. E com esse Passat íamos de Montevideú a Porto Alegre, exatamente, um Passat cinza, exatamente, sim. Não lembrava de que estava em nome de Omar Ferri, sim, Omar Ferri era o outro apoio forte que tínhamos ali não?

P: Claro, inclusive pela questão jurídica era... Que correspondia... Diga-me Roberto, porque no caso de Porto Alegre, desde o final dos anos setenta, nessa cobertura de proteção aos perseguidos, a imprensa teve um papel muito forte, ou seja, alguns setores da imprensa eram fundamentais para esse trabalho de solidariedade como denúncia, em um momento que, claro, ainda estava-se saindo da ditadura. Lembras algum... Claro, Paulo Schilling também é jornalista, porém te recordas de algum outro que tenha ajudado?

R: Em Porto Alegre não me lembro... Nós publicamos um livro que tínhamos escrito no México, La Habana, com Vaca Narvaja, sobre o Fundo Monetário, que devo ter por aí, e o publicaram, o traduziram e o publicaram em português, em Porto Alegre. Devo ter por aí um exemplar deste livro, e a ligação com a imprensa corria fundamentalmente por conta do Jair, não lembro os nomes, porém o Jair fazia encontros, reuniões com os setores políticos, economistas, com as pessoas da imprensa. Estávamos à disposição do Jair para tudo isso, e o que o Jair fazia com tudo isso era colher solidariedades, claro, de maneira que em Porto Alegre nos sentimos absolutamente confortáveis com respeito a essa situação, ainda mais com as moradias e o restante, se não lembro mal os grupos de pessoas ligadas ao Jair as alugavam. Lembro-me duma moradia, pelo menos tenho presente um apartamento que foi alugado...

P: Sabemos que justamente um dos apartamentos onde vocês estavam – que não sei se é necessariamente onde tu estiveste – ficava exatamente defronte o prédio da Polícia, que é um edifício de três pisos, onde, em seu interior, funcionava o DOPS, ou seja, os casos de sequestro...

R: Não, não, onde morei em Porto Alegre foi sempre mais nos arredores...

P: Nos arredores, ao contrário... Bom. Porém aí teve uma base não? Houve gente escondida aí, que era vinculada aos Montoneros, e a leitura era mais ou menos essa: - Onde os colocamos? Aí, porque era justamente aí o lugar que ninguém iria pensar que pudesse haver pessoas escondidas, praticamente frente a frente não? Algo muito... Comentaste anteriormente que houve também tentativas com o ACNUR para conseguir...

R: Isso foi no ano de 1983, no Rio de Janeiro.

P: É anterior então. Isso é quando pedem tua extradição Roberto?

R: Não, é antes. Era quando na transição, quando Alfonsín estava assumindo, tínhamos reuniões com o delegado do ACNUR no Brasil, não lembro de que nacionalidade ele era, lembro porque ele vinha várias vezes conversar no apartamento em que eu morava, de fato, tínhamos reuniões.

P: Era suíço...

R: Pode ser, pode ser, é provável, não lembro... Transmitimos os pedidos em várias reuniões, e nunca encontramos resposta. Não lembro se houve uma resposta negativa. Mas sim, estou seguro de que não houve uma resposta positiva, o que se pode entender. Mas foi assim a situação com o ACNUR.

P: Isso foi no caso, digamos, possivelmente pelo caso dos dirigentes que vocês tinham, ou isto era algo mais ou menos comum entre... Com os Montoneros?

R: Aí existe uma situação – não é verdade? – que estava bastante instalada em alguns organismos de direitos humanos e organismos internacionais: os que lutam a buscaram. Quer dizer, uma coisa desse tipo, que atravessou várias camadas de setores dirigentes daquela época, que não é o caso destes companheiros do Brasil, que sim, conheciam perfeitamente, e encontramos a solidariedade. Isto não aconteceu em todas as partes, não aconteceu em todas as partes. Em todas as partes havia uma diferença no que diz respeito aos companheiros perseguidos e o que era Montoneros, e basicamente a direção dos Montoneros: - Bom você é outra coisa -, essa situação, e eu acredito que tem a ver com o ACNUR. ACNUR outorgou montão de proteção a muitos companheiros, no nosso caso.

P: Bom, e a partir... Quando vocês voltam Roberto?

R: Voltamos com o governo de Menem, quando saem as leis de indulto. Estávamos em Monte... Estávamos no Uruguai.

P: Ou seja, estiveram no Uruguai desde quando então? Desde a segunda metade dos anos oitenta?

R: Não, não. Estivemos no Uruguai no ano oitenta e... Sim, a segunda metade, anos 1987, 1988. Mais no final.

P: Claro, mais no final. Bom, então voltam para cá. Continuaram tendo contato com essas pessoas do Brasil, por exemplo?

R: Sim, fundamentalmente com o Jair. Depois com os contatos, muito esporádicos, com os companheiros de São Paulo...

P: Clamor, os que eram do Clamor...

R: Muito esporádicos, e fundamentalmente com os companheiros de Porto Alegre, com os quais ficamos vínculos e mantivemos contato.

P: Muito bem. E digamos um pouco a reinserção política de vocês, pois isto é algo que também nos interessa, pensando um pouco no público que temos no Brasil. Como foi esta reinserção política depois que vocês vêm para a Argentina?

R: Complexa, complexa. Complexa no sentido de que aqui alcançou um peso muito grande o que se pode chamar a... Os dois demônios. A visão de um demônio guerrilheiro e o demônio militar opressivo, o governo de Alfonsín a instalou com muita força, o governo de Alfonsín e a imprensa do sistema. E isso continua tendo seu peso hoje em dia. Não é um elemento secundário, e pelo que sabemos isto continua ocorrendo em toda região. A concepção desta ideia que, de algum modo, com o governo atual essa situação está mudando, sim, e justamente sua reivindicação dos direitos humanos e suas proximidades discursivas no que diz respeito aos anos setenta, levam à aproximação de uma visão de outra natureza. Porém com críticas fortes por parte de setores de outros partidos, de setores ligados aos militares e o restante, porém centralmente por este tema dos dois demônios, que tem sido o eixo da forma de como se tem vendido aqueles enfrentamentos na região.

P: Outra pergunta, voltando um pouco atrás de repente. No início dos anos 1970, chegaram a ter contatos? No Brasil a cronologia da luta armada é diferente da cronologia dos outros países, apesar de que houve pessoas que de alguma forma sobrevivem na clandestinidade ou saem do país, porém rapidamente fecham a região. Vocês chegaram a ter algum tipo de contato com estas pessoas, ou então depois, com a luta armada? Bom, a luta armada no Uruguai e no Chile é mais ou menos contemporânea.

R: Não, com o Brasil o que tivemos foi uma forte influência do que Marighella publicava; isso sim. Aqui líamos os manuais de Marighella, os estudávamos, tínhamo-los presentes, porém não houve um contato físico, organizativo e outros, mas sim uma influência, a chamemos teórica, e, além disso, conhecia-se a experiência prévia brasileira das rebeldias militares e todo o restante, aqui já era conhecido, e sobre isso, a inserção posterior e o projeto de Marighella também eram conhecidos. E haviam existido por parte dos mais velhos – me conto entre eles – alguns vínculos com a experiência de Julião, no Nordeste brasileiro...

P: Das Ligas Camponesas...

R: Das Ligas Camponesas e outras na zona de Natal, e o restante. Isso também aqui, sim, deixou seus rastros. Por exemplo, nós, na organização de nossas Ligas Agrárias na zona do Nordeste argentino, as províncias de Misiones, Chaco, Corrientes, Formosa, usamos alguns elementos que Julião tinha na zona de Natal, Brasil. Isso deixou suas influências na organização do campesinato em torno às suas reivindicações. Mais ainda, nós primeiro tentamos um movimento guerrilheiro na zona, não tanto com o campesinato como para usar esse lugar como uma zona de passagem para o Norte argentino, onde neste momento estava a Bolívia e as guerrilhas do Che, e o restante. Porém, depois, ficou o aspecto mais reivindicativo, esse foi um aspecto, o de Julião, e o outro aspecto é o aspecto histórico, com o de Prestes, sua Coluna, como rebelião, rebeldia militar, e depois as experiências de Marighella. Se quisermos eles são, podemos falar que são os três componentes mais importantes que podemos encontrar nas diferentes experiências seguidas em nosso país. Porém contato orgânico não teve, só longe, lá nos começos, quando ainda havia as Ligas do Julião na zona. E Julião sim, nós o conhecemos no México, e o resto, mas isso é outra história.

P: E com o exílio brasileiro, por exemplo? Porque há um exílio brasileiro, claro, talvez não tenha tanto impacto na Argentina. O exílio brasileiro começa em 1964, vai para o Uruguai, depois começa a ir para o Chile, e claro, depois do Chile os que podem vão para a Europa ou para mais longe, porém alguns setores vêm para a Argentina.

R: Não tivemos muito contato, assim como tivemos, sim, com o exílio chileno e com o exílio da Bolívia... Uruguai. E muitíssimo com o exílio paraguaio, muitíssimo. De fato, paraguaios militando como Montoneros houve montões, e daqui foram apoiados projetos de insurreição guerrilheiros no Paraguai com os próprios companheiros paraguaios que militavam conosco, e que, de repente, queriam ir lutar em sua pátria. Isso sim existiu com muita força, Paraguai, sobretudo Paraguai. O Paraguai é o número um; Chile é muito forte depois de 1973, com a caída de Allende, e o Uruguai também. Porém os contatos com o Brasil foram quase esporádicos, não existiram. Encontramo-nos, sim, com os companheiros depois, no exílio posterior, já no México e em Cuba, por exemplo.

P: CLARO, JÁ COMO ALGO MEIO ORGANIZADO COMO TAL.

R: É outra história já.

P: Roberto, como vês hoje, tua opinião sobre estes tempos na América Latina? Como vês isso?

R: Acredito que se produziu um avanço importantíssimo na própria consciência dos povos e alguns processos de governantes, creio que isto não é um dado menor em nossa história. Acredito que começa a se colocar no cenário um projeto de futuro, que, a meu modo de ver, lhe falta muito ainda. Eu o sintetizo em duas palavras, que é “resistir construindo”. O que isso quer dizer? Que já não se trata de resistir a um ou outro governo, mas de resistir a um sistema para construir outro tipo de realidade. Acredito que o que ficou da nossa história dos anos setenta, as formas de luta, nos dias de hoje tem muito pouco ou têm pouco interesse. Tampouco tem interesse a forma de organização, nem sequer a identidade tem muito peso. O que eu acredito que tem peso é a ideia de que se podia construir um mundo diferente, de que havia um dever ético de construí-lo. Existem condições científico-técnicas para que o mundo seja diferente, e por um problema moral e ético não o estamos fazendo, obviamente com a presença do imperialismo. Não digo que o problema seja um problema individual, é um problema de correlação de forças e o problema do imperialismo no mundo, porém acredito que há condições para superar esta situação, e creio que a geração da qual fomos parte apontou justamente para isso. E não como indivíduos, digo como geração, teve esse projeto, essa ideia, essa perspectiva. Acredito que isso ficou impregnado na sociedade, e creio que hoje em dia temos a perspectiva de tornar a colocar no cenário uma perspectiva dessa natureza. Insisto, não me refiro aos métodos de luta nem às formas de organização. Refiro-me a esses princípios como valores. E quando nos pomos a olhar a partir desse sentido, com que nos encontramos? E tomo nossa experiência argentina, sul-americana fundamentalmente. Encontramo-nos com que nossos países se construíram sobre a base do fracasso de uma tentativa unitária, lá nos começos, nas primeiras décadas do século XIX. Naquela primeira independência, no caso de nossos povos, exceto o Brasil, com relação à Espanha não é verdade? Os protagonistas principais quanto à luta direta e concreta foram índios e negros; índios e negros que foram desaparecidos, a saber, povos originários e negros que praticamente desapareceram nessa luta, foram eliminados. E ao final desta luta, depois do fracasso do Congresso do Panamá em 1824, as burguesias de cada país rearmaram sua estrutura institucional, deram suas constituições em países distintos, e evidentemente é esta fragmentação que vivemos hoje em dia, que é uma fragmentação que essas burguesias nos impuseram. E acredito que hoje em dia lentamente começa como que a constituir-se um novo sistema, um novo sistema que tem como base o que eu chamo de uma espécie de processo popular constituinte, que não é somente reformar a Constituição, que é fazer outra Constituição que nos contemple e nos olhe desde dentro, que atenda nossas próprias idiosincrasias de povos, eu nesse sentido... Tenhamos presente uma coisa: pelo menos do Norte argentino até o Centro do país, formamos parte da cultura incaica, de Tahuantinsuyo, essa cultura teve dezenas de milhares de anos, trinta

mil anos de cultura, esses trinta mil anos de cultura hoje em dia se chocam contra duzentos anos de República. Então eu acredito que o assunto não é contrapor esses trinta mil anos de cultura com duzentos de República, mas de encontrar a forma dessas Repúblicas se moldarem àquelas culturas, as incorporar, e as incorporar para dar nascimento a este ser, o criollo que temos, que é o componente principal de nossos países, e que esse criollo tenha, além do reconhecimento étnico e cultural que lhe corresponde, que tenha um reconhecimento de tipo institucional. Isto é, criar instituições à medida dessa cultura. Nossas Constituições reproduziram as Constituições da Europa e dos Estados Unidos. Não é a experiência de nossos povos. Eu acredito que hoje em dia, por exemplo – falo pela Argentina – não existe o poder legislativo, não existe, é uma zombaria. E do Judiciário quase podemos dizer o mesmo. Então chamemos as coisas por seu nome, comecemos a dizer o que existe, e a partir do que existe vejamos o que temos que construir. Porém acredito que essa divisão de poderes do mundo ocidental, de Montesquieu para cá, sim, estará bem para a Europa, porém nós não somos isso. Nossas culturas têm outras histórias, e que sei eu, grandes pensadores como Simón Rodríguez, Mariátegui e os outros, nos disseram outras coisas, além disso. Quer dizer que não temos que copiar, temos que criar o nosso. E eu creio que é nisso que se vai abrindo passo lentamente. E não é um problema secundário, é um problema de unidade regional. Sem unidade regional obviamente a América do Sul não vai ter um destino, e para construir essa unidade regional temos que prestar atenção nessa história. Acredito que isso é o que vai abrindo espaço, devagar, na história contemporânea. Parece-me que nestes anos tem havido avanços muito importantes disto. Que sei eu, o próprio avanço da UNASUR, a CELAC,¹⁹⁴ quer dizer, uma série de instituições que estão procurando abrir-se caminhos. Creio que o papel que teve Chávez, Evo, que tem Correa, que tem a própria experiência brasileira; acredito que não são elementos secundários, que Lula tenha chegado a ser Presidente, não é um problema secundário, não é uma casualidade. Acredito que nossos povos têm dado passos importantes, e acredito que teremos que dar outros passos maiores para que isto, que tem sido o primeiro degrau, seja instalado como a plataforma sobre a qual construamos a nova realidade. Que nós já não a vejamos pouco importa. Porém acredito que conseguimos romper a ideia de que temos que pensar nossos países a partir da cabeça da Europa, e temos que ficar sobre nossos pés; creio que isto é fundamental. E o que se passou estes anos, esta tentativa genocida que se deu na década de setenta, começos dos oitenta em nossos povos, tem a ver com o que está no interior disso. E que de seu fracasso saiu isto, a saber, nossos povos... Aqui, no caso argentino, em 2001-2002 houve um salto gigantesco de rebeldia que não frutificou, porém o governo atual é filho dessa rebeldia, com todas as debilidades que tem. Acredito que isto vai seguir se reproduzindo, e que vai se reproduzir por fora das instituições do sistema, se reproduz porque representa de alguma maneira centelhas da alma coletiva, e com essas centelhas de vez em quando se alcança ver luzinhas, bom, estamos nesse caminho.

P: A última pergunta, e acredito que já falaste bastante, porém assim mesmo a faço: no Brasil, das organizações que foram à luta armada nas condições, não sobraram praticamente, não sobraram nenhuma dessas organizações. No Uruguai os Tupamaros, apesar de seus problemas internos, chegaram; bom, se constituíram como grupo político, e vem tendo uma trajetória, digamos de continuidade, logicamente que mudando as formas. No caso dos Montoneros, Roberto, o que é que ficou dos Montoneros? Creio que tu já disseste algo, porém para retomar e terminar isto.

R: Creio que os Montoneros foram... A diferença dos outros é que Montoneros é parte do peronismo. Isso é o que o diferencia do MIR, dos Tupamaros, do conjunto de experiências latino-americanas. Isso é bom e é mal digamos, não digo que seja melhor ou pior do que o resto, digo que é um dado da realidade. Isso faz com que Montoneros, de algum modo, caminhe com o destino do peronismo, esse é um primeiro dado substancial que temos que ter presente. Dentro disso Montoneros, hoje em dia – eu não concordo com isso –, porém há um peso importante de muitos de seus membros no atual governo. Eu não estou de acordo com isso, pelo contrário a mim me parece que a Argentina hoje em dia é peronista, e acredito que o peronismo é o siste-

194 UNASUR: *Unión de Naciones Suramericanas*; CELAC: *Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños*.

ma oje. Quer dizer, hoje em dia, tirando pequenos grupelhos, diria que os argentinos são todos peronistas. A saber, existem como diria o general Perón, os de direita, de esquerda, os socialistas, comunistas, porém são todos peronistas. E se o peronismo hoje é a realidade argentina, eu receio que, desde esse ponto de vista, hoje o peronismo seja o sistema que impera na Argentina. Então quando disse o que dizia antes, de que a realidade tem que ser mudada, também me parece que há que mudá-la no que diz respeito ao peronismo. Isto não quer dizer negá-lo, quer dizer partir dali para se conceber uma perspectiva diferente. E eu acredito que os Montoneros hoje em dia, há coisas diferentes, porém mais além daqueles que em boa proporção estão envolvidos em diferentes atividades do governo, eu acredito que também existe a perspectiva de que os Montoneros também sejam parte nessa ruptura do sistema... Montoneros, aquela experiência dos Montoneros uma parte disso. Acredito que o que está em crise é o velho Estado. É aquele debate que hoje lhes contava, quando dizíamos, no começo, se viria um debate pelo Estado. Veio um debate pelo Estado e nós perdemos. E se restituiu o velho regime estatal que conhecemos, e acredito que esse Estado não é mais suficiente. Então o que temos que mudar é um sistema de organização institucional, que seja diferente, e eu acredito que os Montoneros têm, para isso, não digo algumas ideias, mas que temos algumas coisas que nos passaram pela cabeça e que tinham que ver com essa ruptura. Isso é o que eu acredito que vai ficar para o futuro. Finalmente, se nos perguntam que é Montoneros hoje em dia, é uma energia que está na sociedade. A saber, nenhuma atividade humana se perde, toda se transforma em energia, positiva, negativa, etc., que as futuras gerações vão recolhendo, fazendo-as suas e as vão tornando realidade. Pois bem, hoje em dia Montoneros é uma energia, acredito que eu pessoalmente resgato dessa energia seus valores de ruptura em relação ao sistema, e creio que isso é o que desejaria que ficasse em relação ao futuro.

P: Muito bem. E Roberto Perdía hoje?

R: Que faço? Bom, estou trabalhando com alguns assuntos de advogados, aqui agora tenho a audiência, basicamente defendendo alguns presos, fundamentalmente ligados aos movimentos sociais, companheiros perseguidos, etc., essa é uma atividade. Outra atividade, estamos organizando, com um grupo de companheiros, uma coisa que se chama Universidade dos Trabalhadores, com o companheiro Vicente Zito Lema, que foi o fundador da Universidade das Madres de Plaza de Mayo, e depois renunciou publicamente, por seus problemas com Schoklender justamente, em cartas públicas que fez alguns anos atrás. E agora, faz um par de anos que estamos construindo dentro de uma fábrica recuperada – IMPA, que é uma fábrica de alumínio – estamos construindo nossa Universidade dos Trabalhadores, estamos começando com alguns seminários, no segundo quadrimestre começaremos com os primeiros professorados, e o ano que vem cuidaremos de iniciar algum curso de economia dentro desta Universidade dos Trabalhadores. Por outro lado estou tratando, fiz um livro anos atrás, e agora me pediram que o reorganizasse e o reescrevesse, assim que temos para o fim do ano um livro que com certeza chegará até o Brasil. Bom, isso é o que tratamos de fazer já no ocaso desses tempos, procurando deixar isso que recém dizia, para que os jovens que venham depois possam pegar o que lhes sirva.

P: Muito bem Roberto, muito obrigado.

R: Não, muito obrigado a vocês, muitíssimo obrigado.

DEPOIMENTO 31 – ADELINA DEMATTI DE ALAYE¹⁹⁵ – PRIMEIRO DEPOIMENTO.**BUENOS AIRES, 23 DE MAIO DE 2012.**

P: Adelina, em primeiro lugar queria que nos contasses um pouco de tuas origens, as origens de tua família, que nos falasses um pouco de onde tu vens, como vais te formando.

R: Bom, eu diria que sou verdadeiramente italiana. Meus avós maternos e paternos eram italianos que vieram [para o Cone Sul]. Meus avós paternos traziam meu pai, de três anos, que era o maior. Pararam primeiro em Montevideú, com uma irmã da minha avó, com seu esposo Barbieri, e muito depressa meus avós perceberam que não gostavam de ficar aí; vieram para a Argentina e se estabeleceram na província de Buenos Aires, em uma cidade que se chama Chivilcoy. Meu avô faleceu quando meu pai era muito pequeno, essa mudança climática e todo o resto, que afetava muitos imigrantes – problemas pulmonares –, assim que não conhecemos o avô. Meu pai se criou, depois, com um padrasto, tivemos tias por parte de nossa avó; e a partir daí meus avós maternos – meu avô tinha ficado com o sobrenome Maggi, com “g” duplo –, tinha ficado órfão muito pequenino, com uma irmã. Seus avós o criaram, e para eles, nessa época e onde eles viviam, o padre era o personagem mais importante. Por isso a minha... Meu avô havia estudado para ser padre, mas quando viu que chegava o momento em que tinha que dar seus votos e o resto, fugiu, foi para a França, pois sua irmã casada morava aí. Logo volta, inclusive faz o serviço militar ou algo assim, e quando se casam vêm para a Argentina, e, como era muito qualificado, passou a trabalhar na ferrovia, e era como uma espécie de capataz, ou alguma coisa mais importante. E com razão, à medida que a ferrovia avançava na Argentina, quando chegaram a um lugar chamado Bragado, povoado vizinho de Chivilcoy, se instalou aí e seguiu no trabalho, depois tinha comércio... E meus parentes... Dos filhos de meu tio um de... De um tio meu, um irmão de minha mãe, e o filho da irmã mais velha da minha mãe, que era uma família que não teve muitos filhos [homens], mas sim três mulheres, e todas elas chegaram aos noventa e poucos [anos]. E aqui, creio que no ano de 1919 – não olhei antes para confirmar –, começamos a ter problemas, como sempre, com o Chile, e é um momento no qual realmente se acredita que a guerra vai se instaurar. Aqui não havia soldados, e eles são preparados em Curru-Malal, que é uma localidade serrana em Tandil, faz-se o primeiro... A primeira conscrição militar. Aí o tio e o sobrinho vão. Como minha avó tinha perdido filhos varões, eu acho que isso agora se saberia, pois o RH que correspondia antes não podia... Se esse filho que veio a ser grande vai embora, e estava... A saber, dormiam envoltos com qualquer coisa, não tinham nada, é como fizeram com as Malvinas, desgraçadamente reiteraram a história. E... Meu primo era mais desenvolto, mais livre. Meu tio morre, tem uma pneumonia, ou o que... O sepultam aí, e meu primo assinala essa tumba, porque minha avó não teve... – E conto isso porque tem a ver com a minha própria história, dos meus filhos –, minha avó não tinha consolo. Meu avô, que tinha um comércio de... De... Como era antes? Armazém de produtos gerais... Além do trabalho na ferrovia, conhecia o senhor Miñaquí, que até os dias de hoje é uma empresa que traz comestíveis da Europa e o resto, e que lhe disse que ia ver o que poderia fazer para resgatar o corpo do meu tio e... Acho que o presidente Roca lhe concede o favor; como a [tumba] estava assinalada o localizam, e o levam a Bragado. Muitos anos depois, os senhores, amos das armas, fazem uma nova experiência nesse sentido, para lá dos que desaparecem por razões políticas ou financeiras, são enviados à grande aventura das Malvinas, que hoje estamos recordando os trinta anos desse horror... Sempre tivemos, evidentemente, governantes militares que acreditavam serem os donos do mundo.

195 Adelina Dematti de Alaye nasceu em Chivilcoy, Província de Buenos Aires. Sua luta a favor dos direitos humanos começou quando seu filho, Carlos Esteban Alaye, militante da Juventude Universitária Peronista (JUP), de vinte e três anos de idade, desapareceu em La Plata, com outros estudantes (agosto de 1977). Carlos era casado e esperava uma filha. Adelina, junto com Azucena Villaflor, Hebe de Bonafini e outras mães com filhos desaparecidos pela ditadura argentina, fundaram Madres de Plaza de Mayo. Posteriormente esta organização dividiu-se, e Adelina passou a fazer parte de Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora. Durante sua trajetória de ativista, Adelina formou um arquivo pessoal reconhecido pela UNESCO, em 2007, como “Patrimônio da Memória do Mundo”. Em 2009, a Universidade Nacional de La Plata concedeu-lhe título de Doutora Honoris Causa pelo trabalho incondicional em defesa dos direitos humanos. Atualmente, Adelina é subsecretária de direitos humanos de La Plata, e assessora o Ministério de Justiça e Direitos Humanos da República Argentina.

P: E tu és professora, de profissão?

R: Veja, sou professora do normal nacional e professora de educação inicial, isto é, anterior à escolaridade primária, a escolaridade de adaptação de linhas de conduta, iniciação à escrita e à leitura, e a tudo o que uma criança de três a cinco anos pode fazer. Era disso que eu gostava; o que voltaria a fazer. Eu tenho vinte e seis anos de trabalho profissional nesse nível, percorri todas as instâncias, fui quatorze anos professora de seção, ou classe, como quiseres chamar, e depois diretora e inspetora por quatro anos. Apenas soube da notícia de que meu filho estava desaparecido me aposentei. Esse dia eu tinha ido verificar o que tinha que fazer para me aposentar, porque era uma coisa que ele sempre tinha me pedido: - Mamãe, quando chegar o momento [de te aposentar], não fica, não fica, te aposenta, e agora que moramos em La Plata, que tens acesso a tudo, cursa alguma universidade, em alguma faculdade, mas não para o título, mas para te enriqueceres, o que não pudeste fazer por morar longe, por [falta] de meios econômicos...-. E eu, no ano de 1976, que é quando ele estava prestando o serviço militar em Bahía Blanca, cheguei ao limite inicial para poder me aposentar, e eu... Celebramos na minha casa, com meu pessoal e todos. E ele vem me visitar e me diz - Mamãe, és igual aos outros, tu ficas -, porque ele dizia, além disso, que persistir em ficar evitava a incorporação dos novos, disse - Os jovens nunca podem iniciar uma carreira, sempre estão aí, na expectativa -, por que... E me dava como referência uma senhorita diretora, da zona de Brandsen, onde havíamos morado alguns anos, que tinha uns noventa anos, não sei o que, e continuava. Eu contei isso faz pouco, numa apresentação de um ensaio sobre meu arquivo, e havia pessoas daí, e se riam às gargalhadas, porque se lembravam da personagem, sim, uma mulher que deu tudo, mas devemos saber qual é nosso tempo. E o dia em que levam meu filho, eu tinha ido ao Instituto de Previsão, que é onde se trata de tudo para a aposentadoria, para ver em que condições eu poderia me aposentar, e o presidente daí, que era o marido de uma docente que trabalhava comigo, me disse - Adelina, o que tu estás fazendo? Se tu [podes] te aposentar como inspetora, para que...? Vais ganhar muito mais... -. Eu havia dito para meu filho - Veja os salários estão muito baixos -, ah, não tinha em conta as diferenças... E vi o que tinha que fazer para me aposentar, vou caminhando, caio, assim, me apoiei, eram mais ou menos seis horas da tarde, dia cinco de maio, nessa hora estavam levantando meu filho em Ensenada, nunca pude lhe dizer que eu ia me aposentar. Mas tive que... Aposentei-me por que... Eu não podia dar ao pessoal o que eu não tinha, que era a tranquilidade e a equanimidade que há que ter para lidar com pessoas, com crianças, e com qualquer relação de trabalho. Aí vi que a escolha da minha vida havia terminado. A partir de então a vida me dava outra tarefa, que foi a de procurá-lo.

P: Adelina, tu podes nos falar um pouco de teu filho, na etapa anterior? Carlos Esteban...

R: Sim, como não. Esperamos bastante por Carlos Esteban, porque eu tive problemas para engravidar. Fiz até um tratamento tão invasivo... Claro, foi há muito tempo, cinquenta e tantos [anos]. E bom, de repente fiquei grávida, minha mãe havia me mandado uma carta, porque estávamos morando em Carhué, meu pai continuava em Chivilcoy. E ela me disse... Era sábia porque lia tudo e entendia e... Disse-me que parasse de fazer testes, que ela havia lido que em trinta por cento dos casamentos a maternidade costumava acontecer no quarto ano, sei lá, coisas que havia lido. E aos quatro anos, quando meu filho nasce, fazia quatro anos que estávamos casados. Foi difícil para ela, foi difícil para mim. Minha mãe esteve do meu lado durante todo o parto; teve a habilidade de mandar meu marido dormir a cesta, porque lhe disse - Isto vai ser longo, e à noite tens que estar forte -, e sei lá, mas depois me confessou, disse: - O tirei porque era insuportável aguentá-lo -. Mas estava no hospital de Carhué, o médico que me atendia não estava, era com uma parteira, ainda se usava, minha mãe - depois me conta - lhe fazendo sinais para que chamasse o médico, porque se dava conta de que algo não ia bem. Tinha acontecido com minha mãe no seu primeiro parto, depois teve mais oito... E a mulher disse que não, e em certo momento me diz: - Senhora é questão de segundos, se não nascer... Os batimentos são débeis -, me disse, e eu, a menor, a nenê mimada, a que todos os irmãos maiores cuidavam, estava aí, minha mãe me disse que agarrei minha cruz, assim, e não sei, veio um movimento, fiz força, e sei que o nenê era violeta, o colocaram na água fria, água quente, umas palmadas... Chorou e che-

gou ao mundo. E era muito pequenininho, dois quilos e setecentos, e bom, essa... Esse nascimento esperado, doloroso para ele, foi com sofrimento; ele se desenvolveu normalmente, nunca teve uma doença que me fizesse passar uma noite de angustia, teve alguma gripe. Quando tinha... Cinco anos, entre cinco e seis anos, e já morávamos em Azul – meus sogros moravam aí, era a cidade de meu marido, que trabalhava no Banco da Nação –, um dia estava muito indisposto, meio resfriado, ficou na cama, não foi ao Jardim [de Infância], eu fui trabalhar... Quando volto – eu tinha uma senhora um pouco mais velha que eu, em torno de quarenta anos –, dizia – Ai Carlitos! –, porque chamava a atenção dela, veja... Dizia – Ai senhora, eu não vi outro garoto como este, fica o dia inteiro com os livros e as revistas –, mas... Então ele as olhava, ainda não sabia ler, e perguntava algumas coisas... Disse-me – Veja que eu trabalhei na casa de doutores e tudo o mais, e não havia garotos como este –, nós não ríamos [dela], e falo – Esta Pascuala é divina –, porque ela se referia a um profissional, [então] o filho tinha que ser... Não, este espiava tudo. Esse dia ela me disse – Ai tem dores, tem dores... –, e havia vomitado e tudo o mais, e falo – Que é isso? –, e bom, vemos se era esse... Esse... Problema de resfriado, meio gripe, assim que tiramos a temp[eratura]... Porém, o que havia acontecido: o avô tinha vindo e lhe deu um chocolate grande, às escondidas. E com essa febre, sei lá, se sentiu indisposto. E... Digo-te, era isso que ele queria... E quando começou a escola sempre foi um garoto normal, fazia o que tinha que fazer, não mais que isso, e... Porém com uma predileção grande pela História. O ano passado, quando o livro foi apresentado na França a grande surpresa foi que estava um senhor que era vendedor de livros faz muitos anos, e que... Eu o havia perdido de vista... Ele me disse – Me conheces? –, não, não sei quem era... E ele me disse quem era... Com os anos, ele tinha vindo, tinha ficado viúvo, tinha se casado com alguém da França e estava aí. Foi emocionante, mas por quê? Nós, em França, eu era diretora do Jardim que tinha, ao fundo, uma porta que dava passagem a uma casa-habitação, porque antes havia sido uma escola primária. Antes, nas escolas, havia uma casa para o diretor. Ainda está aí... Agora tem outras funções. Mas, quando eu fui, os diretores ainda a usavam. Cruzando a praça, aí mesmo, em volta, ficava a escola primária N° 1; ele vinha, estava na quinta série, eu acho, passava para me dar um beijo, e ia a casa pela porta de dentro. A irmã ainda ia no turno da tarde, porque era menor. Nesse dia o vendedor de livros estava; nessa época ainda era permitido que viessem, sobretudo nos povoados em que não havia grandes livrarias, vinham com as ofertas... [Carlos] Estava olhando, eu estava na minha escrivaninha, havia outra mesa, e ele se põe a olhar um livro grande de história da Argentina. E o vejo assim, então, eu estou... O vendedor me oferece isso [o livro], e eu lhe digo – Não, não, não, vou ouvir o que tens de ofertas, mas não posso comprar nada –, e continuo falando, e lhe digo – Anda, vai comer Carlos... – Estava chorando... – Ai, que houve Carlos? Aconteceu alguma coisa na escola? –, porque já tinha falado comigo e tudo. – Não, é porque tu não podes comprar a história –. E a história era a do Abade de Santillán... Eu digo – Bom Carlitos, vai para casa, depois nós falamos –. Então o vendedor me disse: - Senhora, eu posso ir à sua casa hoje à tarde? A que horas pode me receber? Porque nos anos em que tenho vendido livros, nunca vi um menino que chorasse por uma história, a senhora tem que comprar, eu vou fazer-lhe um... –, e a comprei. E teria que perguntar àqueles que roubaram tudo o que havia na sua casa, aonde levaram a história, tão ligada a... E vêes que encontrar esse homem, se incomodar em ir me cumprimentar e tudo o mais, eram traços... Mas que acontecia com quase todos os meninos, um dia a professora me disse, ele estava no segundo ano, ela disse: - Não é que seja... Oh, senão que sempre sabe do que estamos falando -, sempre de história, todo o restante também o... Eu não sei se... Algumas considerações devem ser feitas. Depois veio todo o descarrilhar, quando começamos a militar. Primeiro nos centros de estudantes, que estavam...

P: Começa nos centros de estudantes...

R: ...mortos nessa época, e depois começam sua militância política.

P: Podes falar um pouco disso Adelina?

R: Bom, estava no quarto, no quinto ano. Começa no quarto [ano], é quando vão se produzir [os acontecimentos] de 1973, depois de... Porque nós... Veja eu em alguns dias vou completar oitenta e cinco anos; é a primeira vez que vivo, em oitenta e cinco anos, assim como todas as companheiras de minha idade, trinta anos sem golpe de Estado. É como para colocar as mãos

na cabeça! Quando eu tinha três anos, o primeiro golpe, em 1930, que gera, com uma decisão da Corte Suprema de Justiça, uma espécie de aval para todos os que vieram depois, para tomar o poder pela força. E por que digo isso? Porque a Corte legaliza todas as leis ou... Decisões, desse grupo que tinha usurpado o poder. Agora, isso ficou como se tivesse sido absoluta e totalmente legal. A partir disso, bom, vem o ano de 1943 e tudo o mais. Creio que Osvaldo Bayer outro dia falava que são catorze golpes... Porque também existem aqueles que nesses dias paralisavam o país e... Mudavam. Os golpes internos que eles produziam em trocas e reposições. Eu lhe digo: - Olha, quando eu era adolescente às vezes ouvia dizer, em Chivilcoy, na escola – Ui, junho está chegando, haverá um golpe? –, era como se estivesse esperando... E cada vez, ou seja, uma coisa que descobriram agora, mas que nós, quando nos metemos a encontrar tudo, vimos que sempre foi civil-militar. Era uma brincadeira dizer: - Se queres ser presidente vai para o Colégio Militar, torna-te General –. Porém, estou convencida de que de todos esses generalotes que tivemos, nenhum deles usava a cabeça para planejar uma coisa e a sua continuidade digamos. Preparavam um golpe bem ou mal, porque não havia quem resistisse com armas, mas sempre responderam – e no último está plenamente comprovado – a civis que queriam fazer... Porque sempre eram civis de um grupo econômico que foi se sucedendo, eu digo, há muitos anos se dizia – Há setenta famílias que conformam toda a movimentação econômica e de relações do país –, agora serão mais, ou não, mas, em qualquer um dos golpes que analisamos, encontramos os mesmos sobrenomes. Ou o filho, ou o neto, ou o mesmo personagem. Digamos um Martínez de Hoz, mas em várias...

P: Adelina, a qual organização teu filho pertencia, que militância ele tinha então?

R: Bom, ele, no início, quando viemos a La Plata, estava no terceiro ano do secundário, tudo bem. No quarto ano ele... Ah! Veio para uma escola que conseguimos, porque uma transferência não é fácil, a pequena, minha filha, teve que vir antes, para um colégio interno de freiras, porque as três transferências não podiam ser feitas todas de uma vez... Inclusive eu continuei pertencendo a Brandsen, na Escola Técnica, porque quando eles ficaram grandes, com os filhos crescidos comecei a trabalhar de preceptora em uma escolinha aqui. E creio que disse hoje que também fiquei vinte e seis anos, porque quando deixei o cargo no... Mantive o cargo digamos, quando tinha hierarquia, para ter um apoio econômico, mantive todas as licenças que pudesse ter, mas na preceptoria, até o ano de 1993. E, além disso, porque me dava um equilíbrio... A mesma... Os mesmos companheiros meus de trabalho, meu chefe e os demais; havia acontecido em maio, em fins de junho tentam me sequestrar, tenho que ficar clandestina em Buenos Aires, e isso me deixa louca, e digo, regresso e a escola me diz para eu voltar, que vou ficar melhor com eles do que sozinha, e que sabem que preciso de dias especiais, e que vou tê-los, e assim, enquanto podia, eu trabalhava.... Às vezes, quando se diz –Ninguém te ajudou –, eu digo – Havia ajudas, eu as valorizei imensamente, mas às vezes não nos damos conta -. O diretor me obriga a ir à praia, a San Clemente, com uma turma de sexto ano, como em um passeio de fim de ano, uma semana, eu e outro professor como responsáveis, a senhora e tudo, e que era, me tirava... E eu sempre digo... De manhã me levantava, eu nunca em minha vida havia feito um piquenique nem nada, e aí é como... São acampamentos, as camas são de cimento, assim como... Levantava-me, chorava à beira-mar, até que ficava... E depois ia, e dizia: - Vamos ao café da manhã, e aos garotos, e às coisas -. Toda uma promessa estava feita para eu melhorar. E sim, gestos de vizinhos que... Esperavam para ver se eu chegava, e me diziam: - Tomamos um café? –, e te serviam todo um café da tarde... Essas são as coisas que eu encontrava... Mas não estou respondendo o que me perguntaste...

P: Sobre Carlos.

R: Bom, ele começa como eu disse, pela história... Em... Falávamos e falávamos de política, e assim, e eu falo para ele: - Olha Carlos, estás chegando em um período no qual se está podendo falar, escuta a todos, não te defines até que não estejas... -, inclusive havia um rapaz socialista que falava, e que eu digo: - Esse homem foi meu companheiro da escola de Chivilcoy -, bom, inscrito no Partido Socialista, vinha conversar, vamos escutá-lo, e assim. E em certo momento, vejo que tinham um preceptor que era – já morreu esse homem – era militante do Partido Comunista, o PC, e tinham reuniões com ele, fora da escola, e um dia ele [Carlos] fala – Olha –, tinha um carnê

do... Juvenil, não sei como se chama... Este... Os jovens do Partido Comunista.

P: A Juventude do Partido Comunista...

R: Sim. Ele o pegou em sua mesa de cabeceira, na gaveta, grudado embaixo com fita scotch, porque ainda estávamos em uma ditadura, estávamos nos acercando de 1973, mas creio que era 1971, 1972 – já estava no quarto [ano]. Bom, não se falava de nada que se passava. Eu depois estava com outros jovens, e, já finalizando o quinto ano, bom, há toda uma confusão enorme na escola, ele fica fora, lhe dão uma sanção que... A saber... A escola em que eles iam – já estou falando... Estou saltando um tempão –, depois disso, o carnê e tudo mais, um dia ele me diz: - Mãe eu já me defini, eu sou peronista -, - Bom, vamos brigar muito -, porque eu também lhes havia inculcado coisas do que havia passado, e parece que não devia ter transmitido do jeito que fiz. As experiências, às vezes... Desviam-te a mente. Eu havia lhes contado tanto do peronismo, de Perón, do dia em que o peronismo ganha as eleições, e ainda vivíamos em Brandsen, passa um caminhão cheio de militantes pela esquina, estávamos todos na calçada, comentando, sei lá. E minha filha se põe a chorar, aos gritos, e entra... - Que tens? Que tens? O que te dói? -, - Tenho medo, tenho medo, os peronistas ganharam -. - É peronista igual a seu irmão, igual ao pai de seus filhos, igual aos meus três netos, igual à minha neta e seu companheiro. Todos são peronistas. E isso aconteceu, esse dia, mas era o que eu lhe dizia: - Não, olha... -, porque o tio – meu irmão era radical –, bom, as perseguições e tudo isso. Ele me disse que na escola, que era uma [escola] Normal antes, o Normal N° 3, faz anos que todas passaram a serem escolas da Província de Buenos Aires, essas eram nacionais, fazem uma greve ao governo, havia um... Um governador excelente, que não o deixaram governar, que nós conhecíamos porque era um médico cirurgião muito respeit... De Azul. Fazem uma paralisação, e as professoras dessa escola param. Durante a ditadura, todas haviam trabalhado rigorosamente. Mas a um governo constitucional, porque elas eram senhoras de militares, e haviam estado em... E então “El Zurdo”, que tinha vindo aqui, o doutor Oscar Bidegain... Então os garotos fazem um ato relâmpago. Sobem a escada correndo, cantando a marcha peronista. Mas depois eu fico sabendo pelos companheiros – Carlos não me disse –, de algo que nunca falta, porque quando existem assim, grupos, é o que acontece na... Na... Quando há uma multidão no futebol, na política, ou no que for. Perde-se o raciocínio e se produz um tumulto. Alguém que nem sequer era dos militantes atirou um balde de água, não sei... Não me... Acredito que tenha molhado algum professor ou algo assim. Bom, cinco são sancionados... Os que foram considerados os cabeças, os sancionam com o máximo de faltas, de admoestações. A escola chama, inclusive, a Polícia Federal, porque era uma escola nacional, da qual... Eu sei que chega, sai publicado e tudo o mais. Dos cinco alunos, dois estão desaparecidos. Meu filho e Roberto, o outro garoto que estava, também, na [faculdade de] Humanidades da Universidade de La Plata. Bom, vou à escola para ver como isso se resolve, e me dizem que considerando, bom, que tinham falado com os professores e não sei mais o que, e me oferecem a mudança de turma, para que ele termine, porque faltam seis dias para terminar e se formar. Não se formou aí. E eu falo com ele, e ele me diz - Mãe não é justo. Eu não cometi nenhuma falta, nem um delito para merecer esse castigo. Eu não queria ir para outra turma -, - Eu não vou te obrigar, aceito a tua palavra -. Outro de seus companheiros o padre obrigou, e mudou de turma. O outro rapaz, Roberto, eu não sei como foi com ele, mas também deixou a escola, e Tito mora na Espanha, e era, quer dizer, não era militante, mas era solidário com todos eles, os padres também o obrigaram a terminar, terminaram em outro curso. E Carlos, bom, começou a militar em outros lados, mas essa é uma história mais pessoal. Eu sabia que eles militavam, mas não... Não contavam os detalhes que não devias conhecer. Fico sabendo depois que, por exemplo, ele era o... Como que um supervisor, um... Tem um nome... Uma espécie de delegado para os jovens que iam para o secundário de Belas Artes. Ele era um pouco mais velho, bom, tinha a seu cargo os da UES¹⁹⁶ de Belas Artes. Quando no ano de 1974, já com quase um ano de governo, já com as mudanças de Cámpora, o presidente Perón e tudo o mais, a ideia do bilhete [passagem escolar] escolar para os alunos secundaristas tinha crescido, com a vontade de conquistá-lo. E no ano de 1975 ocorre a luta pelo bilhete escolar, que aqui saiu um livro que deu lugar a erros. Aparece [no livro] que o bilhete sai com a ditadura, [mas] o bilhete sai em setembro de 1975. Como ele, nesse momento, estava cursando tornearia em uma escola noturna, devido à sua militância,

196 *Unión de Estudiantes Secundarios*.

porque, e explicou muito bem, o explicou ultimamente Oscar, seu companheiro de militância até o último dia, que disse que eles haviam gostado do projeto dos Montoneros, onde dizia - ou onde diz, porque eles devem existir - que havia que inserir-se no corpo de trabalho e não vê-lo de fora, mas ser um trabalhador, para saber a realidade de... E poder atuar na costura, dizem... Não a... Ou seja - Vou, estou com os operários porque estou de visita -, ou como às vezes se diz - Ah, eu faço muito pelos presos -, e vão uma vez ao ano, no dia vinte e cinco de maio. E nisso estava, e vai como delegado desse... Dessa escola, porque também era maior já. Estava com vinte anos. Há cinco delegados, um dos cinco é Carlos. E isso foi - eu digo - o que lhe custou a vida. O último dia das marchas - porque já tinha sido aceito pelo Ministério de Economia de... Não sei como se chamava... Agora se chama de Infraestrutura e antes... Não sei -, o dia que iam à Prefeitura, que ele é que teria que organizar e resolver com as empresas de transporte, todas as escolas se levantam, eu trabalhava na Técnica, quando as alunas saem também pego o ônibus com eles, vou à Plaza Moreno. Sabia que meu filho estaria aí, e pensava que a escola Nuestra Señora de Luján, onde estudava minha filha, também iria. Mas essa escola não saiu à rua. E... Veja... Eu desço do ônibus e tenho que atravessar a Praça até o centro e dobrar, que é onde fica a rua que dá na Prefeitura. A Prefeitura fica defronte a Plaza Moreno, aqui. De um carro, um Falcon verde, descem dois senhores jovens, muito [bem] vestidos, e vão caminhando para o mesmo lugar que eu ia, mas eu ia pela calçada e eles atravessam o gramado; quando eu chego ao centro e me dirijo diretamente às escolas, que enchiam a rua inteira, há uma explosão, uma debandada, e esses dois tipos correndo, o que eu falo, se fosse depois do que aconteceu com Carlos, eu me colocaria na frente e os faria cair pelo menos. Havia lançado uns rojões, ou não sei o que, mas eu falo... Que exemplo para analisar, sabiam por que eles estavam aí, não é que os levaram, os garotos foram voluntariamente. Em dez minutos haviam recomposto as filas; eu depois tenho um comentário para fazer de uma garota que mora no Brasil, que era noiva de um companheiro de meu filho da escola. Ela era dois anos mais nova, me parece. E disse que nesse dia ela ainda cursava, creio que agora estava se formando, e de vez em quando Carlos, que era dos que passavam para ver como estavam, sei lá, passava e dizia - Como estás? -, - Bem -, - Cuidado, não te enamora, avisa se alguém faz uma besteira, fica aqui, qualquer coisa chama... -. Bom, ele sempre havia sido protetor, e tinha umas anedotas. Bom, e disse claro, como eu não sabia nada de política, eu sabia o que era, e confiava neles, que eram os amigos, ela não tinha... Inclusive seu noivo era... Não, não era... Era solidário, mas não era militante. E esse dia, bom, faz-se a entrevista e já fica; o decreto sai e começa a funcionar. Isso é em 1975. Em 1976 faz o serviço militar, vem para o Primeiro de Maio e me diz: - Mamãe, eu te escrevo sempre o mesmo, é horrível, me ponho, ando com um aparelho que não serve para nada, um aparelho... - Eu digo - Sim -, ainda lhe digo, - Deve ser de Curru-Malal -, ou seja, da primeira conscrição, que disso nós sempre falávamos. Disse: - Vou falar com a Inés para ver se adiantamos o casamento - porque eles pensavam em se casar em março, quando ele saísse.

P: Fazia um tempinho já que estava noivo.

R: Sim, então, bom, isso se soluciona; esses dois dias que estive e se foi. E minha nora, com uma irmã solteira que eu tive, e que morreu em 2007, vão, fazem todas as... Os arranjos do civil... Ele me disse: - Mamãe, nós vamos casar na Igreja, sei que contigo não teria problema, mas com a família da Inés é mais difícil, eles são de Mercedes, não entendem -, e eu não tenho problemas, meu filho havia tomado sua comunhão, havia feito tudo. Casaram-se na Igreja, em vinte e seis de julho de 1976. Ele volta para o Regi... Lá, em Bahía Blanca, e lhe dão baixa em setembro, mas ele, em uma das cartas que me manda, me diz: - Mamãe, todas as semanas saem caminhões para Villa Constitución, se não tiveres notícias minhas é porque me tocou ir, porque pela Pátria... -, sei lá... Então minha nora - que ainda não era, mas que ia ser - e minha filha traduzem para mim. Dizem: - Mamãe, Carlos está te dizendo que se o levarem vai... Como se diz, vai fugir, vai... Desertar -, porque ele não ia combater contra os companheiros. Se os levavam... Villa Constitución, em Santa Fé, é uma zona absolutamente fabril, e houve muitos, muita rebeldia contra... Unidos, mas sempre os calaram, há tempos que já vinham os silenciando, e te digo, Bahía Blanca já é muito longe, levá-los... E ele, ele me dizendo que iria perder notícias, porque ele ia desertar.

P: Não desertou, ou sim?

R: Não, lhe deram a baixa em setembro, de modo que veio, e nós lhes facilitamos, com os pais e tudo o mais, uma casa, viviam... Primeiro alugaram no bairro, na quadra onde nós morávamos havia uma senhora conhecida que alugava, na parte de cima, um... Unidos, até que eles se situaram. Porém, já em 1977 vão morar no Barrio Mosconi, em Ensenada, que no dia quinze de abril lhe fez; Ensenada fez uma homenagem a meu filho, colocaram uma imensa... Um mural imenso, e hoje tenho que ir à escola secundária conversar com os alunos, porque eles pediram... E... Bom, está aí no bairro, ele milita, minha nora trabalhava no Hospital Italiano, e engravidou – ela engravidou em dezembro –, e então ele disse: - Olha faz solidariedade no bairro; aplica injeções aqui, faz coisas -, minha nora é psicóloga, era o que estudava, mas também fazia trabalhos de enfermagem e... Bom, estavam assim, e um dia, dia sete, sábado, porque dia cinco foi quinta-feira, veja você, o que acontece depois com as Madres, e... Que haviam se constituído no dia trinta de abril... Dia cinco de maio ele saía; ia à casa de um casal, companheiros, mas tinha um encontro prévio com uma mulher que o tinha visto na rua, o havia chamado, falado com ele, e lhe disse: - Eu te reconheço pela luta do bilhete escolar. Continuas com... Com teu pensamento? -, terá lhe falado que sim, terão... E veja, falo... Estou resumindo não é? - Estamos em risco, eu e meu companheiro, precisamos de dinheiro para poder sair ou algo assim; estou te pedindo ajuda, se pensas... -, e têm um encontro no dia cinco de maio às seis da tarde, na Rua Bocinca, em Ensenada. Ele... Minha nora sabia, minha nora... Conhecia esta pessoa, tinha-a visto em alguma reunião. Meu filho não a conhecia de antes, mas ela... Por isso te falei do bilhete... E desde cedo, nesse lugar onde ele tinha o encontro com ela, porque depois tinha que ir à casa dos companheiros. Ele vinha de bicicleta, havia um par de pessoas aí, há um tempão, como que arrumando um veículo, vem uma pessoa de bicicleta, para, faz um gesto como de “não tenho” ou “não sei”, vai partir e cai. Isto eu soube muito tempo depois. Isso acontece defronte a um comércio, uma quitanda, e quem presencia é o genro do dono desse negócio, que é um advogado que no outro dia me surpreendeu na homenagem, foi quem viu tudo, porque lhes fazem fechar o negócio quando isso acontece, e aparecem outros, todos [vestidos] de civil, lhes fazem fechar o negócio e ele tinha... Eles tinham um apartamento encima, ele sobe, estou falando da declaração que ele fez naquele ano, que é o de 1983, quando me conta tudo; em 1984 ele diz quanto demorou em subir, e pela... Basculante do banheiro vê tudo, vê quando Carlos cai, e depois diz que dispararam nele com um silenciador, pelas costas... Ele me contou pessoalmente, depois declarou isso na justiça. E... Havia uma mulher em uma das moradias... Colocaram gente desde a manhã em todas as moradias dessa quadra que tinham telefone. Quando a cruz verde que havia defronte cai, ele acredita que é um acidente de bicicleta, tenta cruzar, e aí sacam armas também e apontam... E depois também tive informações de que ele foi levado a um centro clandestino que funcionava ao lado do cárcere de Olmos, que é uma prisão masculina; e há uma feminina também, no lugar que a polícia tinha que tinha sido a Rádio Univers... Rádio Província tinha sido a central de transmissão, que depois já estava em outra... Em outro lugar. E do que originalmente diziam os primeiros que saíram, soubemos que era na Rádio Província, porque falavam dos cabos e das conexões, e as pessoas que conheciam... Ele esteve aí... Minha nora, quando vê que eu não fiquei em casa, que comecei a sair e tudo o mais, me disse um dia: - Ai Adelina, há uma garota, Anahí, que... -, mas ela não me disse os dados, me disse: - É possível que tenha lhe acontecido algo, ela é veterinária, é de uma família muito humilde, quem sabe se a família dá recursos para fazer um Habeas Corpus, trate de localizá-los -. Eu perguntava para todo mundo, nas listas temos só uma Anahí, Anahí Fernandez, e a mãe era companheira e a... A sogra era companheira nossa. Claro, era um... Um sobrenome que tinha. No ano de 1982, quando fazemos a segunda Marcha da Resistência, uma de minhas companheiras, que seu filho está desaparecido e que era veterinário, ah, quando eu havia perguntado por Anahí, Anahí, Anahí, ela me disse: - Anahí vinha na minha casa estudar com meu filho, com fulano e com fulano -, todos estão desaparecidos, e esse dia, em uma das voltas, ela me disse: - Anahí está aí, disse que a liberaram que estava presa... Falei para ela que tu a estás procurando -, sei lá, e me deixou um endereço onde eu poderia encontrá-la. Já estava militando no grupo de... Do peronismo, que se chamava de... De... Bom, de Cambio, algo assim, que era... Com... Cafiero. Era gente do Cafiero, ainda não estavam no governo nada, mas estavam. É aí que eu converso com ela, e onde lhe pergunto o que havia acontecido, o encontro e todo o resto, ela nega tudo, quem estava esperando que ele passasse era ela, e

de como eu lhe disse: - Eu não posso te culpar, nem sequer posso te dizer... Somente com teus próprios companheiros, e nem aí, porque eu não sei a capacidade diante da tortura... Até onde chego, eu digo que sou capaz de cantar em alemão e não sei a letra -. Foi assim. Depois vieram outras coisas, é mais complexo... Essa causa recém foi chamada a Juízo Oral, eu não sei se vou conseguir estar no Julgamento, porque faz dois anos que poderia ter começado, há dois juízes, especialmente, que estão demorando, assim é que estamos nessa outra luta de que todos façam o que se deve fazer, e terminemos encerrando a história, e terminemos de reviver o horror a cada uma das testemunhas, que têm que ir uma vez, duas vezes, três vezes. Estamos sendo... Nós, sem pretender, mas pela ação, para fazê-la como corresponde dentro das leis, estamos torturando permanentemente.

P: Adelina, a partir desse momento em que se inicia a tua militância com as Mães, todo esse processo, como isto acontece?

R: Veja, eu, um pouco também por ter sido professora e manejar documentos e tudo o mais, sou curiosa, em minha casa se falava de política, conheço os mecanismos do Estado, eu digo tem que fazer. A primeira coisa que fiz foi uma chamada telefônica ao doutor Balbín, Ricardo Balbín, que era um estereótipo político, e lhe digo: - Doutor eu me chamo assim – eu nunca havia falado com ele – E passa-me isso: Sequestraram meu filho na rua, eu não sei quem... Sei é que isto já está parecendo uma coisa comum -, e ele me disse: - Chame o doutor Cortelessi, que é nosso referente para fazer um Habeas Corpus, que terá que fazer... -. Muito bem, eu não consigo ver Cortelessi, eu não sei por que, isto está completamente apagado. Aparecem pessoas de meu povoado que me dizem, meu irmão havia falecido no dia vinte e oito de abril, que era minha referência máxima, era meu pai por que... Papai morreu quando eu era muito pequena, e era o político e era o tipo... Para mim continua sendo um exemplo de... De político, pessoas se aproximam e me dizem – Vamos te ajudar -, e me colocam em contato com o doutor Rafael Marino, em La Plata, que era o representante do Partido Intransigente, que é onde meu irmão fez todo seu processo, do radicalismo acaba aí. Meu irmão, no governo do doutor Alende, foi prefeito de Chivilcoy. Jamais tinha querido se candidatar e o pressionaram... – Eu sou da base – dizia. Aí fazem o termo que eu assino, mas demoramos uns dias, creio que até o dia quinze ou algo assim, porque ele me disse: - Se colocamos um nome vão matá-lo -. Por quê? Tinha ocorrido um incidente com tiros, não sei o quê, relacionado a um Chanceler, que dizia que eram os terroristas em um sanatório, uma clínica, que o tempo depois demonstrou que era uma coisa pessoal dele com... Homens e mulheres, mas eles diziam bom, ele... Esse é o primeiro, mas eu não fico com... Faço-lhe um Habeas, fui à Igreja, que é o que teremos feito todos nós, os argentinos, porque estamos formados, pois na Igreja, onde se refugiavam os perseguidos, é aonde te vão... Conter. Aqui tínhamos um arcebispo que fazia parte de... Do... Monsenhor Plaza fazia parte de... Do sistema repressivo, portanto... Mas mesmo assim fomos, e nada. E fui ao Ministério do Interior, que são os que têm que cuidar dos cidadãos, e qualquer... Bom, te davam um cartão, diziam para que voltasses em quinze dias, que iam averiguar, não acontecia nada. Eu sempre duvidava, por que... Creio que era o tenente Álvarez que me recebia, um tenente gago. Eu falo que, requintados como os militares são, como têm alguém que não é normal, viste... Com ironia. Sim, com o tempo foi um cabo de polícia, bom, ia, renovava, me davam outra ficha, fui ao Episcopado, já havíamos... Quando eu vou e me dão o endereço, eu já conhecia o padre Berg [tarjado na transcrição], porque íamos perguntar, íamos ver, para que nos dissesse... E ele me perguntou se eu tinha ido à Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, eu digo – Não –; eu me lembrava de ter lido que um grupo de políticos, os nomes e tudo o mais, havia constituído isso, eu dizia – O que é isto? –, no ano de 1975. Essa Assembleia se constituiu pelo que já estava acontecendo, que era a repressão por grupos, a Triple A, ou seja, a Ação Anticomunista, que estava guiada pelo governo, e que agora se considera as mortes como delito de lesa humanidade, porque o Estado estava alimentando tudo isso. E o padre Berg me dá o endereço, e eu me vou... Em tudo isto minha nora – havíamos perdido contato, era o lógico, porque a segurança... Para que eu pudesse me movimentar; minha filha perde contato, tentaram sequestrar a minha filha antes que o meu filho, em vinte de abril de 1977 vão a... Eu chego e encontro minha casa toda revirada, havia... Porque no dia quinze de abril tinham desaparecido suas companheiras da UES, Claudia, Maria Angélica e Cecilia. E Gabriel, que era aluno da Escola Técnica onde eu lecionava, que o tiram no mesmo [dia]... À noite,

do mesmo hall da Escola, mas ele reapareceu. E Estela, uma preceptora do ex-Normal 1, que também é devolvida depois, mas as três garotas Calcagno, Salomone e Cañas nunca mais... Isso no dia quinze. Minha filha foi a um encontro e se dá conta de que... À noite nós tínhamos polícia na esquina porque tínhamos um vizinho que era o chefe de tudo isso, e não sabíamos. Sabíamos que era um policial, mas não que é o Etchecolaz, que está preso em Marcos Paz. Ela se senta ao lado da minha cama, eu me deito, ficamos aí, aonde iríamos à noite, amanhã procuramos. No outro dia peguei o jornal e procurei pensões, e disse para todo mundo que a tinha levado para a casa de meus familiares, mas a coloquei em uma pensão em La Plata, onde, bom... Ficou aí até que pudéssemos nos reorganizar. Meu filho ainda estava, e no 1º de Maio tínhamos que vê-lo no zoológico, ou, se chovesse, em uma rua, bom, nos enganamos no encontro, não éramos para isso, eu poderia tê-lo visto no 1º de Maio, mas não o vi. E a minha filha, bom, eu a retirei, depois quando acontece com Carlos... Ah, bom! Eles no dia quinze, e no dia vinte vão à minha casa. E no dia cinco [de maio] acontece com Carlos. Aí, como eu tinha maneiras de me comunicar, se reúnem... Porque também encontro a minha nora de modo... Mágico. Esse dia que eu fui, e que procurava para ir à Assembleia, esse dia não fui; fui outro [dia], subo num micro-ônibus, um micro-ônibus que estava parado, tinha que pegá-lo porque eu queria ir a... A Bologna. Está parado em uma sinaleira, faço sinais e [o motorista] me diz que sim, e vou e subo, me sento, vou me segurar assim, e de repente veio uma mulher por trás de mim e me disse - Adelina!... -, minha nora. Tinha ido à Praça Miserere para comprar uma carteirinha, que ainda tenho, porque andava com uma bolsa branca mais de verão, porque saiu de casa assim e não voltou. Quando chegou à casa dos amigos lhe disseram - Carlos não veio -, disse bom; depois sabemos de tudo. E ela já grávida de quatro meses e meio, foi indo, caminhando. Tinha conseguido trabalho em uma pensão, para fazer a limpeza, e sei lá, dava para viver, mas isso tampouco contava... E... Ela disse que olhava a mão e dizia - Há duas mãos iguais, as de Carlos e as de Adelina, não há outras -, e começa assim - Não vou me influenciar, não vou... -. Mas depois olha e diz: - Mas... Adelina... Essa é a sacola da Adelina -, me olha assim... Não sei... Eu caí sem tropeçar, me aparece em um micro-ônibus em Buenos Aires, passamos a noite, me contou bah, conversamos, aí creio que ela me disse... Não, mais adiante, para buscar a outra garota. Aí conversamos, chorávamos nada mais. E depois me dizem que irá embora de Buenos Aires, bom, o nenê nasceu em Paraná, de modo que... E conheci-o na Catedral, com um mês de nascimento.

P: Adelina, uma pergunta, antes disso, a casa de teu filho e de tua nora foi ocupada? O que acontece?

R: Veja, no dia seguinte em que o levaram, vão a casa, vão a... Certamente para buscá-la, embora tenham imaginado que ela já não estava. Levam tudo, deixam algumas coisas... Até as colherinhas. Deixam-me a foto de quando ele era pequeno, colocada assim, colocam na... Eles escrevem na porta e tudo “perigo”, meu filho tinha um pequeno galpão do lado de fora, porque também levaram até os tubos grandes de gás, tudo. As cópias das mensagens da Universidade e tudo, que faziam, faziam as mensagens em um hectógrafo, [como se chamava] nessa época, um mimeógrafo sabe lá, e ele tinha a pequena tipografia aí, era isso que faziam... Tudo isso desapareceu. E eu faço a primeira denúncia na Munic... No Comissariado, e eles debocham e me dizem: - Sim, mas terá partido, está recém-casado -, vou uma segunda vez e aí citam as duas senhoras vizinhas, não... Uma estava sozinha com a criança, a outra tem o marido. Citam-nas. Para declarar aí, às nove da noite, em pleno inverno. E elas contaram o que tinham visto, tinham visto que levaram tudo, mas a... A deste lado, que ainda temos relações e tudo, nós íamos lhe presentear a casa, mas estava usurpada por outros, e... Ah! Vêm e lhe dizem... - Todos deitados no chão, vamos ver... -, porque explodiram um... Um ônibus, não houve explosões de ônibus em todo o distrito? Gente muito perigosa, disse, depois lhe mostram como que um retrato-falado ou algo assim, ela disse sim, é fulano de tal, se chama de tal modo, sabiam tudo.

P: Bom, e como as Madres surgem? Como se prepara isso?

R: Bom, esse dia que eu consigo ir a APDH,¹⁹⁷ ou seja, à Assembleia Permanente, era o primeiro lugar em que eles estavam, era um edifício antigo, tinham um escritório e deixavam entrar um número máximo de pessoas, e era por razões de segurança de todos, e, além disso, porque era

197 Assembleia Permanente de Direitos Humanos

um edifício de moradia, que depois ao longo dos meses, quando se inteiraram, tiveram que ir, por que... Os vizinhos se irritavam, porque era arriscado. Bom, conto o que acontece comigo e me dizem – Tem que trazer uma testemunha –, e eu digo – Que é? –, - Bom, coloque todos os dados, como referimos, seja o que for -, e havia outra senhora. E eu vou dizer para ela que a espero embaixo, e ela me disse – Me espere lá embaixo para conversar –, ela me tratou de você, fomos a uma confeitaria, seja lá o que for eu digo, eu não tenho notícia de onde nem de como fiz o testemunho, nem se o levei esse dia ou outro, todo apagado... Porém Juanita, que até o dia de hoje, com noventa e oito anos, noventa e oito, vai à Praça ainda, e foi a tesoureira da Associação de Madres, me disse: - Vou me arriscar a lhe fazer um convite, porque a vi tão doída, mas tão firme, perguntando por seu filho -, que o risco, veja, era que eu fosse uma daquelas que ia pegando \ seduzindo pessoas, e eu as tenho gravadas, mas ela também, e também ela as terá dito a mais de uma. Encontramo-nos faz dois anos, no Colégio Nacional de La Plata, que a presidenta havia ido, sei lá, e nos víamos muito ocasionalmente, justamente pela separação que havia acontecido com as Madres, ela ainda está com a Hebe. E eu a vi melhor, está mais gordinha, e lhe digo – Estás mais linda do que há trinta anos! Lembra-te do que me disseste? –, e me disse tal qual – Vou me arriscar a te convidar -. Agora, ultimamente, meio que fazemos contravenções, e nos aproximamos, e nos vemos. E me diz: - Um grupo de Madres está se reunindo em... De quatr... De três em meia a quatro em ponto, nem antes nem depois, por razões óbvias, na Praça de Maio, para conversar. Mas como na quinta-feira passada nos enxotaram, nos reunimos no átrio da Igreja São Francisco, que fica a uma quadra do Cabildo,¹⁹⁸ da Praça... Eu não via a hora de que a quinta-feira chegasse. Cheguei aí, e cheguei com outra senhora que, por causa de que as professoras... Que trabalhavam comigo viram que eu ia e vinha se anima a me dizer – Eu tenho um primo nas mesmas circunstâncias. Minha tia pode falar contigo? –, a tia fala comigo e eu vou, pobre dela, fui esse dia e nunca mais, mas ela teve a sorte de que seu filho depois passou à [categoria de] preso, e tem, porém... Circunstâncias. Cheguei ao átrio de São Francisco, aí nos degraus, aí... Eu não sei se éramos vinte, acredito que não. Creio que era dia dois de junho... E elas haviam tido a primeira reunião em trinta de abril. Aí eu acreditava que estava morrendo, porque me diziam - Faz nove meses que procuro minha filha -, - Faz um ano... -, claro! A ditadura tinha começado em março, e haviam começado antes e... Havia uma senhora muito agradável sentadinha nos degraus, escrevendo, - Como te chamas? -, era Azucena Villafior de Vizenci, bom, sei lá o que assinamos; assinei e tudo o mais, e uma delas disse –Ai, há outra Madre que veio na quinta-feira passada, aí, quem é -, sei lá, e continuamos assim, - Aí está -, me diz. Havia uma senhora grande, com uma roupa verde, calça e capote, que era a moda, bem... De milicos, que... Eu tinha igual... E eu sempre lhe dizia – Vi-te tão imponente, algo significava -, porque ela é muito... Muito mais alta... E era Hebe. Acredito que o que fizemos nesse dia foi trocar telefones, porque eu depois já comecei a fazer relações em La Plata, e começamos a nos conectar com outras pessoas, mas depois, as duas primeiras horas, fazendo a história, e na quinta-feira seguinte, quando chegamos aí [na Praça], tinha um chuvisqueiro, esses dias de junho são terríveis, eu venho pela rua que... Ou seja, da Avenida de Mayo dobra-se nesta quadra para a... Alsina e Defensa, que é a esquina, e estou descendo do táxi, e uma mulher, como que falando para cima, disse – Se vem para a reunião daí em frente, tem que ir à Plaza del Retiro -, o táxi circulava, eu estava fazendo o sinal da cruz, eu tinha que cruzar a Igreja, as grades, que sempre estavam abertas, estavam fechadas. Mas na calçada em frente de onde estou parada, que tem uns monólitos, com umas estátuas, sei lá, que... Era o Ministério do Desenvolvimento Social, era... Agora é Desenvolvimento não sei qual. Havia pessoas de uniforme, as armas compridas, assim, todas apontando para a Igreja. Na segunda quinta-feira que eu ia. Lindo. E atendi ao que essa senhora havia dito, chamei outro táxi e fui para a Plaza del Retiro. Claro, teremos chegado aí cinco, seis, não sei. Aos pares, eu ficava com uma: - Que fazemos? Vamos à Praça de Mayo na quinta-feira? -, - Sim, vamos -. Víamos alguém com uma saia sobreposta, e dizíamos, tremendo: - Que fazemos na quinta-feira? Vamos à Praça? -, e todas disseram “Vamos à Praça”, e voltamos na outra quinta-feira. E com idas e vindas, ainda continua-se fazendo a ronda.

P: Essas foram as primeiras rondas?

R: Bom, eu creio que não sei que horas são, mas eu já... Deixaste algo [por perguntar]?

¹⁹⁸ Corporação municipal que consiste de um prefeito e diversos vereadores para gerir os interesses do Município.

P: Sim, queríamos falar um pouco dessa questão... Quando Florencia vai ao México, se bem que antes passa pelo Brasil, como se dá essa situação?

R: Ah, bom, quando trazem o nenê para eu conhecer, que tinha um mês, eu lhe digo: - Veja, estamos ajudando pessoas a sair -, aqui, eu acredito... Eu não sei como estão nem... Nem irão me dizer, mas eu creio que têm que ir [embora]. Em seguida minha nora me disse que sim, mas ela julgava que tinha mais o compromisso de... Minha filha era tão militante, igual... Então combinamos que iriam me chamar, umas pessoas divinas me fazem o chamado, que me... Vou, nos encontramos em Buenos Aires, e eu lhe digo: - Tens que partir para o Brasil -. Vamos; hoje eu falava dos documentos, de haver manuseado documentos, qualquer um vê que o DNI não diz quem são os pais do dono do DNI, então minha neta se chama María Florencia Alaye. Minha filha se chama María del Carmen Alaye. Era menos de idade, portanto eu era responsável pelas duas, minha nora ficava fora, a senhora Ramos de Alaye viajava sozinha. Conseguimos a passagem para o nenê, porque do contrário não o poderíamos tirar [do país], porque a pátria potestad¹⁹⁹ ainda era compartilhada e... Não, não ia ser possível. De modo que, com isso, também transmitíamos a outras pessoas que buscassem essa forma quando tinham que tirar uma criança [do país]. E dois companheiros viajaram: o que já nomeei hoje, que era companheiro de Carlos, que é de Mercedes; o irmão de Angélica, uma das três companheiras de minha filha que estava, que minha filha havia... Estava começando a sair com ele, já com... Com uma relação diferente; as duas garotas e o bebê. Quando passamos a... Cada um em seu lugar, eles se apresentaram como turistas; bom. Quando passamos a... A linha divisória, não me sai a palavra, a aduana, nós já éramos todos uma família, nos... Ah, nós dissemos tal ônibus, tal dia, os bilhetes da minha nora, pedir que ela ficasse perto, caso o bebê chorasse, e seja o que for, mas com a minha filha tinha tanta relação quanto com a mãe, porque as duas, entre elas, estavam... Ajudando-se. O bebê já tinha sete meses nesse momento. Bom, vamos, eles se apresentam às Nações Unidas, o que eu lhes contava hoje, que tiveram que colocar, no ano de 1976, funcionários extras por... Pela quantidade de famílias argentinas que passavam pelo Brasil.

P: Isto no Rio de Janeiro?

R: Estávamos em Copacabana. Eu... Descemos e ficamos aí, onde se encontram com pessoas que acreditavam que já não estivessem mais, e era toda uma costura... Eu alugo um apartamento para eles, ficam nele, não sei quantos dias eu permaneci, com tudo planejado para ver o que lhes diria as Nações Unidas. Quando me mandam dizer que vão lhes mandar para a França, em tal data, em agosto vão viajar para a França. Nesse meio tempo, os pais da minha nora vão, porque primeiro iam se despedir e... E batizar o bebê, havíamos deixado tudo organizado, o bebê estava batizado em... Quando eles estão aí e vêm, não querem ficar, e vão para Muriquí; eu estive depois em Muriquí, um lugar lindo, a ilha. Ficaram aí relaxando, aprendendo ou melhorando o francês que sabiam, lhes colocaram um professor para... Para ir já aos... O Brasil os recebeu, eu estive em 2007, para o Dia da Mulher, no Ministério da Justiça do Brasil, onde me fizeram um reconhecimento, porque eram mulheres que lutaram contra a ditadura, e dei o agradecimento argentino por toda a solidariedade e a... Bondade com que nos receberam e nos acolheram; eu conheço muitas pessoas que estiveram exiladas no Brasil.

P: Só para terminar Adelina, eu sei que [...] primeiro com essa questão do Rio de Janeiro, se lembras de algum contato, com qual organização, parece-me que com o ACNUR não é? Quando falas da ONU, das Nações Unidas, estás falando do ACNUR.

R: ACNUR, claro, sim, sim, porque é o encarregado... É justamente o encarregado de... Das questões do exílio.

P: Tu te lembras de como se dá esse contato com o ACNUR?

R: Não, não, estava aberto, além disso, estava o bispo... Arns... Claro, era o condutor, nossa referência era ir à Igreja, a uma Igreja absolutamente diferente da Argentina. Aqui a cúpula – a cúpula, por debaixo aconteciam algumas coisas –, mas a cúpula estava a serviço da ditadura. Todo

¹⁹⁹ Direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, enquanto são menores de idade.

o contrário do que ocorreu no Brasil e no Chile. No Chile, salvou vidas; aqui, as entregava. E o contato com a Igreja brasileira, quando o Papa vai, eu agora não sei o ano, que eu, por razões, não sei... Que ocorriam, creio que era porque não tinha vontade de ver o Papa, não fui, doeí minha passagem a outras companheiras que não estu... Porque tudo saiu do nosso bolso, como podíamos, nossas famílias nos ajudavam, não havia o que dizer, bom, agora, se alguém tem um problema, pode dizer, ia ter uma taxa social ou algo para ajudá-lo. Foram, o Papa as recebeu dois minutos na garagem, porque não queria, mas a Igreja brasileira havia feito o impossível para que fossem recebidas. E inclusive rasgaram a primeira faixa que as Madres levavam, fizeram-nas sair... E... Era um funcionário, um deputado, não lembro neste momento – veja, teria que ter revisado a história, mas não tive tempo –, que morava no edifício onde lhes deram permissão para estar na... Em uma sacada, as Madres; as crianças dessas pessoas junto com os vizinhos lhes fizeram um quadro... Eu tenho fotografias em casa, bah! Estão no arquivo, podes pedir ao Arquivo Histórico que te mandem por e-mail... Essas já estão digitalizadas, de modo que... Digo-te que houve uma comunhão de pessoas.

P: Adelina, só para terminar, hoje é dia vinte e três de maio, estás com uma divisa, inclusive com um reconhecimento às Malvinas, e a última pergunta: que estás fazendo aqui? Onde estamos e o que estás fazendo aqui. Porque tu estás trabalhando...

R: Veja, estou trabalhando na marra. Eu digo que estou colaborando, mas também estão me pagando. Eu vim o ano passado, no mês de abril, vim fazer uma reclamação .

P: Onde estamos?

R: Estamos no Ministério de Justiça e Direitos Humanos da Nação da República Argentina. A todas as agressões, a todos os assassinatos, a todas as perversões que a ditadura fez, deu-se às vítimas um benefício econômico, um reconhecimento de todo tipo, menos aos exilados. Parece que existe algo de que o exílio era dourado, e não sei... E... Vou dizer que vim por causa da minha filha. No ano de 1998, pessoas que haviam estado exiladas fazem uma convocatória aqui, em um parque, e foram milhares, durou dois dias, e disseram – Temos que fazer algo por todos, porque algumas se tramitam... -, as pessoas adultas que começaram a ir antes, quando começa a Triple A e tudo o mais, eram profissionais, houve operários destacados, que encontraram respostas imediatamente em universidades, n o que fosse, mas quando os jovens vão, os secundaristas e tudo isso, o... O transpasso e às vezes sem saber exatamente por que tinhas que ir, e sabias que era a tua vida que estava em risco, fazem uma proposta que dão a conhecer à Secretaria de Direitos Humanos da Nação. Bom, o projeto sai, nunca foi acertado; houve outro projeto, quando entra a gestão que está agora, que o Secretário Geral era o querido Eduardo Duhalde, eles dizem – Vamos mobilizar isto -, mas como eles também foram exilados, também lhes criaria certa... Eu sei positivamente... Falei com um montão de pessoas com as quais isso se produziu. E o exílio? Nós que fizemos o exílio interno, que nos sustentamos...? Bom, são coisas políticas que terão que resolver, mas minha nora, que nesse momento estava, em 1998, na Argentina, entra no grupo, porém fazendo nada mais do que a solicitação. E todos, eu não sei por que, porque eles tinham nome de advogados, uma advogada, e já deixa para que faça. E põe a minha neta também. E depois começa a lhe dizer – María, por que tu não colocas –, bom, se apresenta. De 1998 até agora existe uma quantidade de gente que estava fazendo as apresentações, veja... Alguns são altos assim, porque os advogados tinham as respostas, voltam, vão e vêm. Chega ao final, que seja aqui nesta Direção, que daqui vai para que o senhor Ministro aprove, e daí vai para a Economia, para ver se lhe dão um benefício econômico pelo tempo em que estive fora do país. Porque também para as aposentadorias, para tudo, a maioria tem oito anos, os meus têm sete anos, oito com o [exílio] interno, onde não estás registrado em parte nenhuma. Saiu uma lei, mas não se difundiu, e não... Bom, depende. Minha filha me disse: - Mamãe, sabes que me recusaram? Mas... Não sabes o que dizem... -, lamento que não a tenha aqui. A advogada, sem me perguntar, os recusa. E disse, nos termos em que estava escrito, que ir ao exterior era como ter ido a passeio, uma coisa assim, que não há... Mal produzido por isso... Mas uma coisa infame... Que termina dizendo – Portanto, não corresponde acionar com respeito ao... -, porque a lei de

presos políticos que têm um benefício, são as leis de... Recuperatória. Pode, porque muitíssimos autores e tudo o mais, consideram o exílio como um encarceramento, que é muitíssimo pior, porque não te permite ter contatos com os teus, ao fim [de última], se estás no cárcere podem vir te ver, e aqui, ou seja, isolados. Agravantes, os trâmites, e eu lhe digo: - Eu teria discutido isso -, e ela me diz - Eu vou ir contigo -, depois de disse - Não, não vou, a advogada já fez -, porém eu falo: - Eu não posso permitir, nem por ti nem por ninguém -. Peço a audiência ao Diretor Geral de Assuntos Jurídicos, me recebe, mas peço [também] uma audiência com o Senhor Ministro, e tinham cinco dias de diferença, claro que aqui foi muito rá... Mais rápido. Venho e lhe digo: - Eu sou a mãe dessa pessoa, e venho lhe contar a história da minha filha, por que a minha filha estava no exílio -, então começo - No dia quinze de abril, blá, blá, blá, tudo, isto, isto, isto, isto... E eu me pergunto por que, se três pessoas da mesma família saem, duas estão com ditames favoráveis e uma não? -. E ele me diz: - Como? É família? -, o mesmo sobrenome, porque se me disseses, bom... - Sim -, eu lhe digo. - Ai, me dê, me dê o nome -, e eu continuo falando, e o senhor me disse - Mas em... -. Ai! É uma forma de... Uma lei da parte econômica, meu nome não vai sair, sempre esqueço isso, - Aí vai sair favorável -, - Não nos interessa senhor. Não nos interessam nem dez pesos nem dez milhões de dólares, aqui é um fato histórico que produziu no povo a necessidade de deixar tudo o que é seu... Eu quero o reconhecimento histórico, o senhor não pode dizer que o exílio foi... Ou acredita que as jovens iam girar a bolsa em Paris? -. Esse é o fim - Bom, lhe peço, por favor, suponho que deva fazê-lo, que o senhor Ministro saiba por que pedi a audiência, porque eu a coloquei em um reclamo, mas não pude lhe dizer... Não vou contar a história, se me recebe... Aí lhe conto -. Vai sair cinco vezes, me disse, isso de que iam ter dinheiro. Eu queria que me acompanhasse até... Bom, chegou esse dia, eu conheço o Ministro desde antes que... Quando era somente um militante com um título de advogado, e que uma vez, sendo prefeito em La Plata, lá pelo segundo ou terceiro mandato, o encontro em um lugar e ele me diz: - Adelina, nunca foste me ver no escritório -, e eu - Sim, não tenho nada que fazer, te vejo aqui -, e ele me diz - Bom, apesar de ser, andas a me provocar, como antes -, devido a que ele não ia às reuniões e... Bom, foi... Mas... Besteiras... De modo que o dia que ele chega, me diz as onze, ele entrava as onze, me disse - Agora te chamo -, e... Bom... Começa a me perguntar de fulano, beltrano, assim, uma coisa informal. E eu: - Olha Julio, teu horário é muito valioso, vamos ao assunto -, - Sim, sim, sim, já, já. Já sei de que se trata, vem, vamos, me acompanha ao outro escritório -. Havia quatro ou cinco pessoas aí, começa pela primeira, me disse: - O doutor Ávila, Diretor Geral de Assuntos Jurídicos -, não era o que eu havia visto cinco dias antes... Fulano, Beltrano, Sicrano... Bom, Santiago eu estou pedindo a Adelina, acabo de dizer para ela no escritório, que a quero aqui, comigo, a quero... Este... Ainda me disse, quando estávamos sozinhos: - Não te achiques, eu sei muito bem que pegas o telefone, pedes duas testemunhas ou o que seja, e irão te responder, porque tens um... Conhecemos-te. Quero que tu me faças isso que o advogado não está fazendo digamos. Porque não pode, ele tem que fazer a parte jurídica, mas o psicossocial eu quero que tu te encarregues -. - Estás louco, com esta idade vou fazer... -, - Mandamos-te a La Plata, ao escritório de La Plata, o material e sei lá quanto, se é pela viagem -. Eu disse ao diretor - Eu quero que... Busca um curriculum... -, continuei falando. Porque também víamos, e depois da primeira reunião em que estiveram todos os advogados das secretarias de Direitos Humanos que dependem do Ministro, que nas reuniões, por exemplo, eles opinavam, e depois o direto o fazia à sua maneira, mas, além disso, não permitia que novos testemunhos fossem chamados às causas. Algumas levam quinze anos, e outras levam treze, porque disse: - Não, agora, porque saiu a possibilidade da lei, vêm a... -. Não, justamente o que disse o Ministro, se novos testemunhos podem chegar a favor do interessado, há que fazê-lo. Bom, aí me disse: - Bom, quero que te encarregues disso e dos garotos, para tirá-los... -. Não vou contar os detalhes, eu renunciei em primeiro de dezembro, porque a solução não é tirá-los pouco a pouco, há milhares de propostas, mas sim, estamos trabalhando a possibilidade de uma lei, e o resto. Por isso fiquei, porque não aceitam que eu vá embora. São meio excêntricos. O caso das crianças é que, além de das leis que fizeram, houve uma de reconhecimento econômico para tratamentos, porque os que presenciaram e estiveram, ou foram levados aos lugares aos quais seus pais eram conduzidos, levarão isto consigo como levamos todos, a consciência coletiva ainda está pressionada pelos desaparecimentos e a forma da repressão. Para que esses rapazes e senhoras, já com trinta e poucos anos, tenham um reconhecimento econômico com... Todos vêm com... Indicações médicas; eu acre-

ditava que já havia... Que sabia tudo... E estou encontrando... Encontro sim e o que já sabíamos, mas agora vejo escrito, são iguais em todas as partes. Até em um caso chegam, em outra província distante, a dizer algo que haviam dito aqui na província de Buenos Aires. Quando os deixam [ir] lhes dizem: - Deixamos vocês para que contem do que somos capazes -, e eu escutei, faz vinte anos, umas garotas que diziam – E vá sim contemos isto também. Por exemplo, rapazes que falavam e que perderam a voz, deixaram de falar, em diferentes locais, uma criança, depois há um nenê, e quem sabe o que terá acontecido que nem nos dávamos... Perdiam a voz pela violência que se praticava; crianças de um ano e meio, de dois, que até os três não... Não... Não voltavam a falar. E por isso, por sentir que de alguma maneira sou útil, estou fazendo os ditames, por que... E a advogada que trabalha aqui, trabalhamos em três pessoas, disse para o diretor que se sente segura, devido à minha experiência, sobre alguns dados. Não na parte jurídica, que somente sou autodidata, nem isto sequer, mas estou pressionando para que isso possa acontecer. Se algo... Porém se não, não... Individualmente não se podem resolver milhares de casos. A vontade existe; foi o Congresso que, em seu momento, falhou, e não existia ninguém aí que pudesse ver que arrazoados... Disse que era um pouco... Eu fui e o outro era... Não coloque isto na gravação, porque é muito... Muito caseiro. Obrigada, espero que consigam que a justiça brasileira faça tudo o que precisa ser feito, e tenho somente a imagem desta mulher de... Do militante brasileiro que me diziam que o compararam... Que é o Che dos brasileiros. Eu não me lembro do nome dela, mas é pequena assim, ela também era militante e fala o castelhano perfeitamente, também esteve xilada em Cuba, e quando a lei do Lula de... De um benefício econômico, disse ali, no Ministério de Justiça, que era a primeira vez que iria poder ter uma casinha sua, com esse dinheiro comprou uma casinha... Bom.

P: Muito obrigado, Adelina.

DEPOIMENTO 32 – MIGUEL ÁNGEL OSÓRIO.²⁰⁰**BUENOS AIRES, 29 DE MAIO DE 2012.****P: Doutor Osorio, em primeiro lugar, poderia apresentar-se para as pessoas que estão conhecendo este material pela primeira vez?**

R: Sim. Eu sou Miguel Ángel Osorio, sou Promotor Federal, titular da Promotoria N° 10 da cidade de Buenos Aires. Intervenho como promotor de investigação desde os inícios do que hoje se conhece como a causa Condor. Esta é uma causa que tem por objetivo investigar, neste momento, duzentos e setenta casos, alguns ocorridos na Argentina e outros fora de nosso país, de um modo parcial ou total, com a característica de que as vítimas desses duzentos e setenta casos sejam o produto da ação clandestina do aparato repressivo dos que chamamos Estados terroristas; esses Estados que souberam manejar os destinos de nossas sociedades, fundamentalmente na década de setenta, porém atuando de maneira coordenada e, nesse sentido, temos essa coordenação bastante comprovada, com, certamente, a instigação intelectual de interesses norteamericanos que atuaram na região. Nesse sentido, digamos que temos vítimas argentinas, chilenas, uruguaias, equatorianas, algumas brasileiras, porém, fundamentalmente, a maioria das [vítimas] não argentinas são uruguaias e chilenas. Os processos levados adiante em nosso país são feitos com os juízes e os promotores naturais, como são denominados constitucionalmente, isto é, tenho que trabalhar nesta causa – todos sabemos da importância que tem, pela transcendência, pela magnitude dos crimes, crimes de lesa humanidade –, tenho que trabalhar nesta causa e também tenho que trabalhar nas causas que todos os dias se geram no âmbito da cidade de Buenos Aires, que é o âmbito territorial no qual atuo, que é toda a Cidade de Buenos Aires, toda a capital federal. O começo desta causa se dá no ano 1997, porque, digamos, as circunstâncias assim se deram, esta foi a primeira causa aberta, a primeira investigação que se abriu com jurisdição plena, isto é, uma causa penal com todos os seus efeitos, enquanto que existiam em La Plata algumas investigações importantes que somente tinham o efeito da memória, quer dizer, reconhecer aos familiares das vítimas diretas da ação repressiva o direito à memória, então, em outros âmbitos, como na cidade de La Plata, estavam se desenvolvendo esses processos pela memória. Aqui esta investigação foi aberta, como eu dizia, logo que os grupos militares que conduziam as Forças Armadas nesse momento, conhecidos tristemente com o nome de “Carapintadas” – porque enchiam o rosto de tinta para atuar como se estivessem no âmbito de combate militar, e tudo que faziam era amedrontar a sociedade civil nesse momento; e aos políticos, que não souberam estar à altura de suas responsabilidades, tiraram do governo de então as leis de “Obediência Devida” e “Ponto Final”. Como consequência disto, fecharam todos os processos penais, todos os processos judiciais que estavam em curso na Argentina. Para concluir essa manobra de impunidade, essa gente conseguiu, depois, com o presidente seguinte ao presidente radical, os indultos. Então, quando começa esta causa, todos estes fatos haviam acontecido. Porém, claro, eu não... Eu tenho uma visão absolutamente limitada, porque não participei na atividade de organismos de direitos humanos, obviamente sim, sempre fui uma pessoa interessada em tudo o que acontecia em meu país e o que aconteceu em meu país, por isso tenho um registro claro de que, logo após os primeiros momentos dessas concessões terem sido tiradas do poder político civil por parte do poder militar, os organismos de direitos humanos foram conquistando, por meio do debate, em todos os âmbitos onde este tipo de tema podia ser debatido, isto é, no que poderíamos chamar de opinião pública, fundamentalmente através dos meios de comunicação. Recordo claramente o jornal Página 12, onde um conjunto de jornalistas sustentaram, com grande esforço, tudo aquilo que, no âmbito da luta direta pela memória, os organismos de direitos humanos realizavam. E digamos que eu não vejo outros atores mais claros, ou não recordo outros atores mais claros do que pequenos grupos de jornalistas e todos os organismos de direitos humanos que foram se revitalizando com o passar do tempo, tratando de que isto não

200 Miguel Ángel Osório é Promotor Federal na cidade de Buenos Aires, Argentina. Foi o primeiro Promotor a investigar e abrir processo judicial pelas causas da Operação Condor na Argentina e no Cone Sul, a partir do ano de 1997. Atualmente a Causa Condor investiga e processa duzentos e setenta casos ocorridos na Argentina e em outras regiões do Cone Sul. Em 2011, Miguel Ángel Osório pediu a detenção de três pilotos de aviação que operaram e participaram nos “voos da morte”, constituindo-se na primeira identificação realizada pela Justiça argentina dessa prática de extermínio no marco da Operação Condor.

se convertesse em uma derrota definitiva. Está presente nesta causa quem, neste momento, era o presidente-fundador do CELS, também quem hoje é ministro da Corte Suprema de Justiça, Raúl Zaffaroni; o doutor Pedroncini; o doutor Baigún, e fazem isto, digamos, apoiando-se em uma questão bastante circunscrita, circunscrita ao que se conhece como delitos permanentes, delitos que, em princípio, estariam sendo executados, isto é, tomam-se doze casos – se não me engano, na primeira denúncia pegam doze casos – de sequestros de pessoas cujo destino não se conhecia, isto é, os corpos não haviam aparecido. E sobre este conceito de que o delito ainda estava sendo praticado, e que o Estado não tinha autoridade ética para dar nenhum tipo de anistia ou indulto, mas, pelo contrário, tinha a obrigação principal de fazer cessar esse delito, é que se abre a investigação. Curiosamente, esta investigação que, em princípio digamos as pessoas preconceituosas – inclusive me refiro aqui às pessoas preconceituosas do próprio Poder Judiciário –, pouco... Diziam que era... Digamos que era quase uma desculpa fazer a investigação a partir dessa perspectiva; concretamente é que entre os fatos que foram investigados, se investigava também o destino de um menino que havia sido sequestrado junto com sua mãe, sua mãe uma professora uruguaia, que foi detida em Orletti e logo trasladada, se não me falha a memória, a senhora Sara Méndez, que nesse momento de sua apresentação estava buscando seu filho, seu filho de nome Simón. Depois de muitos anos de investigação, finalmente ela teve a sorte de poder reencontrar-se com esse filho, com o que nem todas as pessoas que estavam privadas de sua liberdade, como neste caso – obviamente seu destino final já estava estabelecido –, assim que, enquanto não estava estabelecido, era obrigação realizar a investigação não somente a partir do ponto de vista da necessidade da memória, mas, também, desde o ponto de vista da necessidade de reparação, que em algum lugar o a favor tem que existir, talvez não de maneira direta a favor dos familiares das vítimas, mas da própria sociedade, para que não fique debaixo das garras do terror e possa permitir-se novamente dissentir, opinar. Inclusive se quer dar-se uma direção política diferente a que em algum momento esteja como elite dominante ou como grupo dominante, conforme se queira denominar finalmente. Isto é o que mais ou menos recordo do começo da causa. Outro feito importante, que também tivemos no desenvolvimento da investigação, foi poder estabelecer um dos voos, de tantos voos dos quais se jogaram pessoas vivas ao mar. E que é o voo onde podemos estabelecer o avião do qual se jogou Azucena Villaflor e Léonie Duquet, que é uma freira francesa; que ambas foram sequestradas da Igreja de Santa Cruz e feitas prisioneiras, ficaram prisioneiras na ESMA,²⁰¹ não só ficaram prisioneiras na ESMA, se não que nesse momento o terrorismo de Estado chegou a fazer com que uma religiosa francesa, que tinha detida, escrevesse uma carta pedindo às autoridades francesas que intermediassem ante a ditadura, para que a ditadura entregasse uma quantidade de presos, porque os tinha... – presos de organizações políticas – que tinha detidos. Qual era o sentido disto? O sentido disto era fazer parecer que as religiosas eram prisioneiras de uma organização guerrilheira que havia atuado naquela época. Isto na investigação fica desbaratado, a religiosa é fotografada... Quando escreve esta carta é fotografada na ESMA com uma bandeira atrás dela que dizia Montoneros, e um jornal La Nación, parece-me que era de 16 de dezembro o jornal La Nación. Essas pessoas haviam sido sequestradas no dia oito deste mesmo mês, e acredito que o jornal era de 16 de dezembro, e com isto tratava-se de fazer parecer, o que se pretendia fazer parecer era que até este dia a religiosa estava viva, porém estava viva e sequestrada por esta organização guerrilheira a que eu aludia. Aqui se vê isto de [mostra o jornal] La Nación, esta é uma foto que se fez chegar a algumas agências de notícias.

P: É a foto tirada na ESMA?

R: Na ESMA, efetivamente, é a foto tirada na ESMA, das religiosas aí. E o mesmo dia, a mesma data que tem aí o jornal La Nación, é o dia que se faz o voo. Estas pessoas aparecem, seus corpos aparecem uns quatorze dias depois nas praias de Santa Teresita, quer dizer, a uns trezentos quilômetros daqui, em uma praia do mar, do mar argentino, para o sul. Isto é, em grandes traços, esta causa Condor neste momento. Como lhes dizia, temos duzentos e setenta casos, já levamos a causa judicial de cento e nove casos à justiça, possivelmente ao final deste ano comece o julgamento desse tramo da investigação sobre esses cento e nove casos, e sobre esses cento e nove casos nós devemos ter... Há vinte e oito pessoas acusadas. Vinte e oito pessoas em estado de

201 *Escuela de Mecánica de la Armada.*

juízo; temos, no total, quarenta e oito acusados no primeiro tramo, e logo cento e vinte e um de nacionalidade uruguaia, e desses cento e vinte e um de nacionalidade uruguaia, só um coronel está em condições de já estar em juízo, que é o coronel de sobrenome Cordero; Cordero Piacentini, se chama.

P: Doutor Osorio, uma pergunta, só para entender. Há a causa Condor e há uma causa que é a causa Orletti, na qual também há casos Condor não? Só para entender um pouco.

R: Para entender, isto é assim. Muitos casos que começaram aqui, parte... Porque a conduta criminal pode ter sido esta: sequestram uma pessoa em um bairro de Buenos Aires, levam-na a Orletti, em Orletti operavam os serviços de Inteligência do Uruguai e do Chile. Orletti era utilizada como base operativa, definitivamente, do Condor, porém também foi usada para as atividades ligadas à repressão de argentinos; quando se fez a investigação do que aconteceu em Orletti, consideramos todas essas condutas. De argentinos, uruguaios que tiveram como vítimas argentinos, uruguaios ou chilenos. Então, logo eu posso ter o seguinte: posso ter no Condor o tramo que vai desde Orletti até o Uruguai, e o que sucedeu em Orletti, até digamos regressando até a casa do sequestrado, faz parte do juízo de Orletti. Outro exemplo: no Brasil, se deteve um casal, Campiglia y Pinos. Bom, eu tenho o que aconteceu no Brasil até que chega a Buenos Aires, isso é Condor. Quando chega a Buenos Aires já se transforma em Campo de Maio, porque já o que passou depois com as pessoas trasladadas de um lado a outro, quem está investigando toma o que aconteceu no centro clandestino de detenção em particular. Isto é um pouco como se cortam, digamos os tramos do percurso da vítima, e possivelmente, inclusive os vitimários são diferentes, porque os que fazem o traslado fazem o traslado, entregam a pessoa no centro clandestino, e os tipos seguem fazendo a operação de traslado e de ir e vir e voltar pela fronteira, que é, digamos, como sua especialidade. Então é por isso que logo vamos ter vítimas cujo caso esteja sendo tratado em Orletti e também esteja sendo tratado no Condor.

P: Sendo Orletti uma base do Condor, e havendo neste caso acusados de vários países, se conhece algum acusado do Brasil, por exemplo? Já que existem uruguaios ou chilenos...

R: Não, acusados do Brasil não. Acusados do Brasil não. A única vítima do Brasil que tenho nesse momento é... O músico, exatamente. Tenório Cerqueira, exatamente. E nesse momento nós estamos esperando o traslado – pelo que falou de Francisco Tenório Cerqueira – de Claudio Vallejos.

P: Que é agente repressivo argentino?

R: Em verdade, não sei se é um agente repressivo ou um fabulador. Ainda... Inclusive, ele está solicitado no Condor e está solicitado na ESMA, quer dizer, há um juiz e um promotor que investigam ESMA, e há um juiz e um promotor que investigamos Condor. Ele está solicitado nas duas causas, não há provas de que está na ESMA. Até agora, formalmente, não temos podido avançar demasiadamente em provas que creditem seu pertencimento a alguma das Forças Armadas, por isso, se ele fez somente o serviço militar naquele momento, não se pode descartar que, por alguma relação pessoal que ele disse que teve com seu chefe, e porque o chefe tenha garantido a... O grau de compromisso que ele podia assumir com essa atividade criminal; não podemos descartar isso, porém formalmente, até agora, não o temos como um suboficial, por exemplo, ou como um oficial de alguma das Forças Armadas.

P: Disseste no caso da Causa Condor... Bom, há casos de chilenos, há uruguaios, enfim, há cidadãos de vários países. Estão trabalhando em conjunto com esses países doutor Osorio?

R: Não. Não, não, não. Não, não existe um trabalho em conjunto, lamentavelmente, não há um trabalho em conjunto. Digamos que cada país tem, um pouco, sua própria realidade, ou tem bastante sua própria realidade, em consequência... E estes são delitos nos quais as populações civis foram vítimas do poder, não é que tenham sido vítimas de outro integrante da população

civil, não é um fato comum, não é um ladrão que pratica um feito atroz, porém que é, definitivamente, um ladrão, dois ladrões, quatro ladrões, dez ladrões. Vinte ladrões. Ou trinta. Ou se não querem colocá-los como ladrões, guerrilheiros. Não são trinta pessoas soltas. É o poder de uma sociedade que vem manejando um Estado com todos os recursos que têm um Estado, e que o vem manejando desde muitíssimo tempo, e continua manejando-o durante muitíssimo tempo. Hoje mesmo, já alguns integrantes da cúpula da ditadura genocida argentina estão assinalando os setores civis que se beneficiaram com o golpe e com a repressão que eles desataram, e com o genocídio que eles levaram adiante, estão assinalando-os como seus sócios. Então digamos isto não é tão fácil, isto dificulta muito a ação da justiça, se não há, digamos, como que setores dinâmicos na sociedade que façam tomar consciência, ao conjunto da sociedade, de que isto é uma necessidade de todos, não é um tema de revanchismo, é um tema que faz, diria que em algum lugar é uma espécie de ato de defesa própria da sociedade. A sociedade precisa construir a memória, e necessita que essa memória ande com uma justiça que dissuada aos setores que, em algum momento, possam ver-se tentados a repetir uma experiência terrível como esta, para que não voltem a fazê-lo, porque digo... É defesa própria, porque senão a sociedade não pode dar a si suas formas de vida, não pode dar a si suas regras de vida, não pode dar a si nenhuma pauta que não seja com a permissão do poder mais recalcitrante que esteja manejando o exercício da violência em cada uma das sociedades. Então, isto me parece ser importante, porém, às vezes, o importante não resulta tão visível. Eu faço a brincadeira com o buraco arredondado do mate. Se não há buraco... Se não encontro o buraco do mate, não posso tomar mate, e é muito elementar o buraco do mate, porém, bom, tem-se que colocar por aí a erva e por aí a água. Se o queremos colocar por outro lado estamos complicados. Então, isto que parece tão elementar, às vezes a urgência, às vezes o discurso único que pode ser levado adiante pelos meios de comunicação e por todos os lugares onde se constrói ideologia, de onde estão permanentemente emitindo mensagens às pessoas, faz com que resulte difícil vê-lo. De fato, nós, como sociedade, acreditamos em algum momento que iríamos ganhar a guerra nas Malvinas, isto é produto da propaganda que o regime fazia. É produto da propaganda que o regime fazia pensar que eles estavam fazendo um ato que podia ser patriótico. Então, é uma batalha difícil, e acredito que fundamentalmente um debate, quando digo batalha é porque, bom, em um processo judicial também há uma batalha, uma batalha de partes, é uma controvérsia entre partes na qual as duas querem ter razão, e que um juiz imparcial termina dizendo quem tem razão. Estes debates, estas batalhas, estas controvérsias no seio da sociedade, têm que acontecer, para que depois, definitivamente, seja a mesma sociedade que diga – sim, este tem razão, ou tem razão este, porém tem que poder argumentar e fazer conhecer o argumento, o que não é tão simples se não há um acompanhamento mínimo do que hoje se conhece como meios de comunicação; tem que existir um acompanhamento para poder facilitar o debate, senão é uma coisa muito boca a boca.

P: No caso, Página12 sempre teve um espaço muito importante...

R: Sim, sim, foi muito importante. Muito importante. Quer dizer, não quero ser injusto com outros meios, porém sempre se destacou por isso e, nesse sentido, não recordo nenhum tipo de fraquezas da parte deles. Creio que têm sido absolutamente consequentes, e isso tem sido digamos importantíssimo, para poder dar a conhecer os diferentes pontos de vista, e para que ainda as pessoas que, de repente, não participam ativamente, estejam participando passivamente, ainda que seja na discussão que pode haver no seio de sua casa, porém que, definitivamente, estejam participando na discussão.

P: Uma pergunta pontual doutor Osorio. O caso Cordero se fez um pouco conhecido no Brasil porque nos últimos tempos ele estava foragido no Uruguai. Ele estava justamente na fronteira, com um pedido de extradição tanto da Argentina quanto do Uruguai. Como o pedido argentino foi o primeiro, finalmente foi enviado para cá. O que nos pode dizer sobre o caso em que Cordero está envolvido? Porque ele apareceu muito, ou seja, apareceu um advogado dele na imprensa brasileira... Ele dizia que estava sofrendo perseguição política no Uruguai, por isso foi para o Brasil pedir asilo político, teve uma... Tratou de pedir asilo político, e logicamente

esta postura que têm estes protagonistas de negar as acusações que naquele momento lhe eram feitas pela imprensa. Pelo pouco que se sabe dos testemunhos dos sobreviventes, Cordero era um agente ativo do Condor uruguaio.

R: Cordero já está... Vai enfrentar um julgamento oral e público, por uma grande quantidade de casos, que neste momento teria que ver exatamente por quantos. Porém sim, com absoluta segurança foi processado, seu processo foi confirmado pela Câmara de Apelações, recorreu inclusive à Cassação, está em prisão preventiva, sem prejuízo de que a prisão preventiva a esteja cumprindo, por razões de saúde, em sua casa. Ele não pode sair de seu domicílio, porque está em prisão preventiva, e vai enfrentar um julgamento oral e público nos próximos meses. Como eu dizia, estamos falando de duzentos e setenta casos. Bem. Foi levado a julgamento por cento e nove casos, e pelos outros ainda prosseguimos a investigação, e ele também está acusado por muitos dos outros fatos. Com o que, a propaganda que seu advogado possa fazer é somente isso, só propaganda. A prova aqui, que existe... Como disse em algum momento: não se criou nenhum tribunal especial aqui. Não se criou nenhum juizado especial, nenhuma promotoria especial, não. É o que por lei preexistia, e tocou aos promotores e aos juízes o que lhes tocou. Não há absolutamente outra coisa. Então, a intervenção das diferentes instâncias que garantem plenamente a... O direito ao recurso, que todos os acusados têm, bom, ele recorreu às decisões do juiz de Primeira Instância, recorreu à Câmara Federal de Apelações. E as resoluções da Câmara não foram conformes, se foi à de Cassação, a uma instância superior. Digamos que se está respeitando, para ele, o processo devido, como a todos os acusados.

P: Outra discussão que sabemos que está ocorrendo neste momento é um ponto de discussão na maneira como se executam esses processos... E logicamente lhe pergunto, com uma ignorância completa sobre isto no Brasil. Sabemos que há um problema com a questão dos testemunhos, ou seja, há pessoas que já deram várias vezes seu testemunho em várias causas, em vários momentos, algumas logo após o término da ditadura, outras até hoje. Sei de alguns casos de cidadãos uruguaios, deve ocorrer o mesmo com os chilenos, que de repente são testemunhas na causa Condor, foram na causa Orletti, alguns estão na causa das crianças também, ou seja, em vários momentos... E toda a discussão que existe que, enfim, estas pessoas cada vez têm que voltar a dar seus testemunhos, alguns faleceram, outros...

R: Agora o que se está fazendo é o seguinte: no nosso processo penal, no que denomina ao julgamento, é importante o imediatismo. O imediatismo é importante, significa que o juiz está olhando a testemunha, está vendo se a testemunha realmente está segura do que está dizendo, vê se está em dúvida, vê se é contraditória. Essa questão do imediatismo faz que os tribunais exijam que as testemunhas reeditem seu testemunho diante deles. Agora a Câmara Federal de Cassação Penal, que é a instância superior em todo o país para questões penais, abaixo um pouquinho da Corte Suprema da Nação, estabeleceu regras práticas para que o testemunho que se dá em um julgamento gravado, com vídeo e com áudio, possa ser utilizado por outros tribunais, de maneira a não estar nisso que vínhamos até este momento, de recorrer e recorrer. Assim, quando o testemunho de uma pessoa pudesse chegar ao juiz de outro tribunal, com isso essa prática estaria suprida. Sem prejuízo disso, obviamente, como as defesas têm o direito de controlar a prova, poderiam eventualmente exigir alguma pergunta ou alguma reinquirição singular, feita concretamente ao defendido que eles queiram nesse momento defender, valha a redundância, e então pode chegar-se a utilizar videoconferência, se a pessoa está no exterior, porém está-se tratando de salvar essa questão do imediatismo e da consequência que tem que a pessoa tenha que relatar várias vezes o sofrido, com as filmagens feitas nos julgamentos. Assim que, com alguma medida desse modo, se chegássemos ao ótimo que se pode obter com esta regra, a pessoa teria que, a partir de agora, declarar somente uma vez. De modo que lhe sirva... Que possa servir para elucidar alguns outros fatos que possam estar sendo ventilados em outro tribunal.

P: No conjunto das causas que hoje estão abertas na Argentina, que peso tem a causa Condor? Digo-lhe isto pelo seguinte. A maior parte dos casos de desa-

parecidos uruguaios, de sequestros de uruguaios, ocorre na Argentina. Hoje se avançou, no sentido de que muitos dos que se pensava que haviam sido... Que estavam desaparecidos e que teriam sido executados aqui, já se sabe que há um número importante que, em realidade, foram levados ao Uruguai e executados lá. De qualquer modo, para o Uruguai a maior parte do aparato repressivo, ou seja, os desaparecidos e os mortos, muitos são casos Condor. No caso dos chilenos, o número aqui na Argentina também é bastante grande. Porém, claro, a Argentina tem todo esse processo repressivo interno, tão grande que, de repente, isto que é Condor, que é tão importante para outros países, pode parecer uma causa menor? No impacto que tem... E digo pelas organizações, também.

R: Sim, aqui, sim. Obviamente. Porque é legítimo... Há familiares que estão impulsionando, e querem estar presentes e testemunhando no julgamento de seu familiar... Então, como alguém que está na ESMA e que tem que estar muito tempo, porque sabemos que os processos judiciais são longos, porque temos que escutar detidamente cada testemunha, as defesas têm que poderem trabalhar, as promotorias têm que poderem trabalhar. Os processos são longos, então, obviamente, um tema do Cond nem sequer ocupa na imprensa, seguramente, o mesmo espaço que um tema da ESMA ou do Campo de Maio. Porém isto é lógico, porque afeta de maneira direta a setores da sociedade argentina. Esta é a diferença, sim, claro, nós temos, aqui, fundamentalmente vítimas estrangeiras. Este é o ponto.

P: E sobre o caso dos cidadãos argentinos no exterior, isto está sendo acompanhado aqui também? Por exemplo, no Brasil são cinco cidadãos argentinos desaparecidos. Quatro no período Condor, por exemplo, o caso de Ismael Viñas, o caso do padre Adur. Isto está sendo tratado aqui doutor?

R: Sim, está-se tratando, porém... Por isso que vou precisar mais o que eu dizia: que tenha espaço, ou que tenha maior visibilidade outras causas, não quer dizer que esta causa não esteja sendo trabalhada. Está-se trabalhando, e está-se trabalhando muito. Decididamente, no Ministério Público Fiscal, na Procuradoria, temos um trabalho que foi feito pelo doutor Righi, o procurador anterior, que, um pouco pela experiência que nós, promotores que tínhamos causas díspares, íamos juntando, termina-se armando uma unidade, onde se reúne a informação de todas as causas do país, porque definitivamente em todo o país há promotores federais atuando em alguma causa. Aí temos uma infraestrutura importante, temos todas as causas digitalizadas, de modo que eu posso googlear, e googlear aqui ou na Procuradoria, e saber até buscar algum testemunho, um testemunho que eu necessito, posso checar se em qualquer causa do país essa pessoa deu testemunho. E estamos falando de milhares de testemunhos, porque os testemunhos não são poucos. Se de familiares diretos temos milhares de pessoas, então o trabalho que se está fazendo é um trabalho muito importante, e, por exemplo, nós, quando encontramos os dos voos, não é uma investigação estrita do Condor, entretanto, eu a estou fazendo. E isto fundamentalmente a quem serviu foi à causa ESMA. De fato, tudo o que eu tenho; o que tinha nesse momento, que eram as planilhas de voo, dos aviões da Prefeitura – porque dos aviões da Marinha nunca podemos ter suas planilhas de voo, porque os senhores da Marinha têm conseguido, até agora, manter a impunidade –, todo este material, obviamente uma vez que estabelecemos esta questão, foi todo para a ESMA, e na ESMA os pilotos desse voo estão processados e presos. Talvez um deles – não tenho muito presente, não tenho precisão –, porém me parece que um deles era atualmente piloto de uma aerolinea comercial, que o tipo estava voando. Era o piloto que nos leva de repente a... A algum lado.

Porém, a Ley de Caducidad não é minha oponente. Eu, em meu país, faço o que me corresponde fazer, por lei.

P: Claro, porém eles estão presos no Uruguai. Estes.

R: Estes agora dizem que os colocaram presos. Então, como os prenderam me dizem que, agora, porém, não me irão entregá-los. Irão me entregá-los quando cumprirem a sentença. Quer dizer, não vão entregá-los a mim nunca.

P: Se não me engano, creio que o Uruguai extraditou dois ou três responsáveis pela morte do químico chileno Berríos, e dois ou três uruguaios que participaram nesta ação, e esses sim, foram extraditados para o Chile, porém não estavam sendo processados, não estavam condenados e não estavam presos, a lógica é essa, sim. Claro, é... Imagino que as organizações de direitos humanos e os familiares, logicamente devem olhar uma causa com a sua aqui, no sentido de tudo que pode abrir para eles, logicamente.

R: Claro, obviamente o haver começado primeiro, inclusive a maneira que nós temos de trabalhar. Nós não... Socializamos todos os recursos, absolutamente todos os recursos. Muitas vezes os tribunais nos pedem as digitalizações. Porque os promotores têm antes a digitalização que é feita, então nos pedem a digitalização, porque socializar isto a mim permite, como dizia hoje, obter o benefício de ter aqui um testemunho dado em Jujuy, saber que posso conta-lo, que posso incorporá-lo, ou que a pessoa existe e está disposta a viajar, ou se não pode viajar, podemos fazer uma teleconferência. Quer dizer, estes tipos de coisa, estamos sempre tratando de fazer que não sejam, pelo menos no interior de nosso país, que nós não funcionemos como ilhas. Então... No Ministério Público Fiscal há uma importante rede de comunicação. E temos essa Unidade que funciona como uma espécie de clearing [compensação], não é? Quer dizer, do que eu tenho, eles estão informados, o que eles têm... Colocam a informação aí, e quando eu preciso algo – Che, existe tal coisa? Se fulano tem, beltrano tem, isso é importante sim.

P: Podemos iniciar doutor? Ah, já está aí. Que dificuldades concretas são enfrentadas nestes casos, digamos, nestas causas? Digo no sentido da própria questão técnica...

R: As maiores dificuldades são que, precisamente a natureza dos crimes de lesa humanidade, produto da ação do terrorismo de Estado, faz com que aqueles que manejaram o Estado, que manejaram o Estado em sua totalidade, tenham destruído muitíssimas provas, quase toda a prova. Então, resulta que a reconstrução é difícilíssima. Fundamentalmente digamos a reconstrução documental que poderíamos imaginar que deveria existir. Eu, dos aviões que a Marinha teria usado para fazer os “voos da morte”, não tenho registro de voos. Estes registros de voos resultam necessários. O registro de voos, o registro do voo, inclusive em sua face técnica, de quantas aterrisagens faz durante um determinado período de tempo, quantas horas de voo, aonde vai, donde vem, todo este tipo de coisas que, sim, podemos obter da Prefeitura, da Prefeitura Naval, não podemos obter da Marinha, instituição que, digamos, tem uma história penosa de repressão, bombardeou a Praça de Maio no ano de 1955, quer dizer, não é pouca coisa, digamos, essa tradição repressiva dessa força armada. Acredito que essa tradição é a que explica que não entreguem nenhum tipo de documentação.

P: Quando lhes pedem, simplesmente negam, ignoram, não respondem?

R: Quando lhes pedem dizem que procuraram e não encontram, que buscaram e não encontram. Eu pessoalmente trabalhei em alguns escritórios deles, e trabalhei durante um tempo com pessoal da minha Promotoria, e depois de... Seguramente como depois de dois meses, pude observar, por uma questão casual, que havia algumas pessoas da Inteligência da Marinha que controlavam tudo o que se fazia, todo pedido que fosse feito passava por aí, e todo pedido que fosse respondido passava por aí. Era como uma espécie de mesa receptora das causas iniciadas. Por causa disso, evidentemente, denunciei-os, incluindo seu chefe, foi uma denúncia que fiz o ano passado, porque é uma atividade proibida, isto de fazer inteligência interior. Não é uma coisa linear, é uma coisa importante... Que importa, digamos compromisso republicano. Compromisso de trabalho sério por parte dos que têm a responsabilidade de atuar nestas causas. Não é simples, a pessoa tem um interlocutor que não sabe se é um cúmplice, se é um cúmplice porque se faz de bobo para continuar ascendendo, se é um cúmplice porque é bobo simplesmente, ou se realmente é uma maneira de sobreviver e não sabe algumas coisas, porém isto de onde pertenciam essas pessoas que trabalhavam nesse âmbito de controle de todas as diligências judiciais, não é uma coisa menor.

P: Em seu caso particular ou de outros companheiros seus, agora ou anteriormente, falo desde que as causas começaram a ser abertas, há situações de ameaças ou de represálias?

R: Somente ameaças. Somente ameaças. Entraram uma vez na minha casa e quebraram toda a casa e me deixaram ameaças, porém não pude conseguir vincular com isto.

P: Em que ano foi isto?

R: Mais ou menos... O que ocorre é que justo nesses anos eu tinha várias causas complicadas, e entre essas causas complicadas tive que invadir a Chefatura do Exército e a Chefatura de Inteligência da Força Aérea. Então, no caso da invasão à Chefatura de Inteligência do Exército, era por crimes de lesa humanidade, e no outro por corrupção. Então... Que sei eu, a que posso atribuir... Não é tão fácil. Algumas vezes sim, fomos todos ameaçados massivamente, pontualmente, em todo o país, todos os promotores que têm este tipo de causas, porém uma ameaça que não teve transcendência, digamos, ameaças com cartas que não passaram à ação.

P: Não têm medidas de segurança?

R: Temos a medida de segurança de... Digamos, os que querem podem ter um chofer guardacostas, porém não vivemos um clima de nervosismo, nem de insegurança, como para sentir que necessitamos de proteção especial, não, não, nada disso. Naquele momento, quando entraram na minha casa sim, por vários meses houve custódia forte na minha casa, em mim, na minha família, porém isso terá durado um ano, e estou falando de algo como vinte anos, mais ou menos em 1997, quando isto recém começava.

P: Que expectativas tens daqui para frente sobre a causa Condor? Ou seja, o que se pode esperar?

R: O que se pode esperar? E... É imprescindível. Nosso país, América do Sul, é imprescindível. Porque realmente pareceria que estava tudo perdido, e passamos a uma situação impensada. A verdade é que não sei, porque inclusive poder-se-ia pensar que isto poderia ser beneficiado com a integração na UNASUR, no Mercosul, nos foros que têm que ir se desenvolvendo nos âmbitos institucionais, porém, bom, em realidade este é um trabalho que é mais próprio dos atores políticos, como os deputados, ou como os governantes diretamente dos executivos, os presidentes, seus ministros, que são os que, em todo caso, teriam que ver essa possibilidade de potencializar também essas integrações nessa dimensão, que é a questão da justiça, fundamentalmente nesta tarefa tão transcendente, porque, de novo, não é a justiça que se faz necessária porque se produziu um calote ou porque se produziu qualquer ato individual de violência, senão que se trata de uma justiça que permita preservar nossos povos como tais, e com a capacidade de opinar, dissentir, e construir suas próprias direções e seus próprios destinos. Então me parece que o objetivo é importantíssimo, porém transcende a nós, que estamos na justiça.

P: E estas carências, estabelecimentos de redes ou de institucionalizar isso nos países, qual é a contribuição que as organizações de direitos humanos, organizações sociais, têm ou tiveram contribuído a estas causas?

R: Em verdade eu não sei se posso dar conta de... Seguramente não posso dar conta de tudo o que se tem feito, porque, como lhes dizia, eu não participo com organismos de direitos humanos em suas atividades. Sem prejuízo disso, desde que estabelecemos este voo, comecei a participar em alguns lugares – não é que antes não me convidavam –, porém a partir de dois ou três anos comecei a participar em alguns lugares, e a partir dessa participação é que, com o deputado Carlotto e com a deputada Conti, com a deputada Segarra, participei no encontro em Santiago do Chile, agora recentemente em Porto Alegre, também participei em Assunção, participamos em Assunção, onde... Aí muito se organizou com a Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, e esses encontros vão dando seus frutos. Acredito que este é um caminho que deve ser aprofundado, porque definitivamente me parece que, pelo menos pelo que eu lembro e um pouco lhes dizia, é a sociedade, os grupos mais conscientizados da necessidade de tudo isto, da memória

e da justiça, que têm que ir aos poucos estabelecendo, definindo, a agenda dos governantes, porque na medida em que possam estabelecer que exista uma necessidade... Há uma frase que Eva Perón dizia que é “onde existe uma necessidade existe um direito”, bom, então acredito que é importante que a sociedade possa dizer qual é a necessidade. E a partir daí os dirigentes terão seguramente a obrigação de resolver essa questão.

P: Doutor Osorio, agradecemos-lhe muito seu tempo e todas essas informações, que seguramente serão extremamente úteis para as pessoas que irão trabalhar futuramente com estes dados.

R: Oxalá, às suas ordens, um prazer.

BUENOS AIRES, 29 DE MAIO DE 2012.

P: Remo, sobre esses assuntos, poderíamos começar com uma pequena síntese da tua história familiar e de tua trajetória pessoal também?

R: Sim, como não. Bom, nós somos uma família que foi vítima da ação de terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar que se produziu na Argentina entre 1976 e 1983. A primeira consequência familiar que tivemos foi o desaparecimento de María Claudia Falcone, uma das garotas vítimas do que se denominou a Noche de los Lápices, que foi o sequestro massivo de estudantes secundaristas na cidade de La Plata; ela tinha dezesseis anos e formava parte de nossa família política: a partir daí nossa realidade mudou. Posteriormente, meu pai foi sequestrado na busca de uma de minhas irmãs; meu pai esteve detido-desaparecido um mês, com consequências dramáticas em sua vida futura, quanto à sua saúde, produto da ditadura. E no ano de 1977, novembro de 1977, sequestram a minha irmã Laura, minha irmã mais velha, grávida de dois meses: teve seu filho durante o cativeiro, e às cinco horas de seu nascimento ele lhe foi arrebatado. Ainda o estamos procurando, e minha irmã foi assassinada no mês de agosto de 1978, em um enfrentamento forjado, coisa que comprovamos cientificamente que não foi assim, devido à investigação da Equipe de Antropólogos forenses. E bom, o conjunto da família se somou à luta pela busca da memória, da verdade e da justiça. Eu fiz isso a partir do ano de 1980, depois da visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que possibilitou que pessoas muito jovens àquela época – como eu, um adolescente – pudessem se vincular a outros jovens, e que trabalhássemos no movimento de Direitos Humanos. Primeiro fiz isso em um organismo que é a Comissão de Familiares de Detidos-Desaparecidos por Razões Políticas e Gremiais, até 1987; posteriormente comecei a colaborar com as Avós da Praça de Maio: ali coordenei as equipes de investigação na busca de crianças apropriadas, e também o fiz desde as estruturas do Estado, na Comissão Nacional pelo Direito à Identidade. A militância em matéria de direitos humanos me levou a ser secretário de Direitos Humanos da Província de Buenos Aires no ano de 2003, e no ano de 2005 ingressei como deputado nacional, até hoje, onde exerci a presidência da Comissão de Direitos Humanos por três vezes. Ou seja, somos parte do movimento de direitos humanos comprometido com um processo político e social que se leva adiante na Argentina, e no interior do qual está a resolução dos crimes da ditadura civil-militar e o julgamento e castigo dos culpados.

P: Perfeito. Poderias fazer um pequeno panorama das características da repressão na Argentina durante essa ditadura?

R: Sim, nós falamos, na Argentina, de ditadura civil-militar. Modificamos a denominação, ou seja, tomamos definições que vão aperfeiçoando a definição do sentido do funcionamento repressivo em nosso país. Falamos de ditadura civil-militar porque o objetivo do golpe de Estado de 1976 tinha dois fins muito claros: um, era o alinhamento com a política internacional estabelecida pelos Estados Unidos em matéria econômica, em matéria do que historicamente foi a distribuição internacional do trabalho, e do papel que cabia à Argentina cumprir, que era o de gerar uma estrutura de caráter agroexportador, especialmente de matérias-primas. Isto foi concebido com muita clareza pelo primeiro-ministro da Economia que a ditadura civil-militar teve que foi Martínez de Hoz, que pensava que a Argentina devia ser um país agroexportador para quinze milhões de habitantes. Isso significava o funcionamento de uma estrutura repressiva que tivesse dois objetivos: um primeiro objetivo era disciplinar o movimento operário organizado, fundamentalmente os corpos de delegados das fábricas, que foi o primeiro setor que o terrorismo de Estado

202 Remo Carlotto nasceu em La Plata, Argentina. Sua família foi perseguida pela ditadura argentina. Sua irmã foi sequestrada pela repressão em 1977, quando estava grávida: teve o filho em cativeiro e foi executada em agosto de 1978. Seu pai também foi capturado pelos militares, quando procurava pela filha, sendo libertado logo depois. Junto com sua mãe, Estela de Carlotto, Remo começa sua militância em movimentos de direitos humanos, trabalhando junto com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e com a *Comisión de Familiares de Presos y Desaparecidos por Razones Políticas*. De 1995 a 2000 foi integrante e coordenador da equipe de investigação e documentação da *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*. Nos anos de 2002 e 2003 tornou-se integrante da *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación*. Atualmente é deputado, exercendo a presidência da Comissão voltada aos direitos humanos. Remo ainda busca por sua sobrinha desaparecida.

atacou; e, em segundo lugar, promover a desarticulação das organizações político-militares da época. Nesse sentido, o que se utilizou é uma estrutura de caráter terrorista por parte do Estado, clandestina. Na Argentina funcionaram trezentos e sessenta e cinco centros clandestinos de detenção em todo o país, e chega-se ao número de seiscentos lugares de detenção transitórios. Isto funcionou sob áreas operacionais no país, conforme as próprias estruturas das Forças Armadas e as coordenações que elas levavam adiante. As três Forças participaram na condução e na articulação da estrutura repressiva, e comprometeram todas as estruturas policiais e penitenciárias do país. Obviamente fizeram isso através de lugares clandestinos de detenção; isto produziu, na Argentina, mais de dez mil presos políticos, trinta mil detidos-desaparecidos, cerca de quinhentas crianças apropriadas, e milhares e milhares de exilados, exilados fora do país e o que nós chamamos de exílio interno, que significou viver na clandestinidade dentro do país ou mudando o local de residência para não ser capturados pelas forças repressivas. Mas o objetivo foi, fundamentalmente, a aplicação no marco da Doutrina de Segurança Nacional, que foi uma expressão de caráter continental, a ação repressiva para executar um plano econômico de espólio do país.

P: E o medo também foi um objetivo desse terrorismo de Estado...

R: Claro, há uma decisão, por parte da ditadura civil-militar, que foi a aplicação do desaparecimento forçado de pessoas em forma massiva; isto buscava gerar a incerteza na população, não gerar mártires no interior dos setores populares, e, por parte da ditadura civil-militar, criar esse estado de incerteza e de ser refém naqueles que eram dirigentes, e buscar um processo de paralização, gerando terror sobre o conjunto da população. Nós dizemos que as consequências do terrorismo de Estado; ele teve uma consequência direta sobre as vítimas e suas famílias, mas teve uma consequência sobre o conjunto da população, na qual ele buscou gerar temor, gerar a ideia de não envolvimento e não solidariedade, porque isso poderia provocar a perda da vida de uma pessoa. E isto, por meio da ditadura civil-militar teve êxito, entre aspas, porque digamos que existiu uma atitude muito refratária da população de reconhecer o que estava acontecendo: para lá de que cotidianamente viam-se detenções nas ruas, assassinatos em abundância, execuções sumárias, a população, entretanto, somente começou a reconhecer o que havia acontecido a partir do retorno democrático, e do que foi a conformação da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas e o informe “Nunca Mais”. Embora, se olharmos a situação sobre o conjunto da população, a repressão se exerça sobre o conjunto da população, e busca-se pontualmente a eliminação de oponentes políticos, talvez dos setores mais dinâmicos da sociedade, para gerar esse marco de disciplinamento.

P: Remo, hoje a Argentina é um modelo, um paradigma, no sentido do que se está trabalhando em termos de justiça, obrigando os responsáveis pelos crimes a enfrentar publicamente esses crimes e a pagar por suas culpas. Como tem sido essa trajetória que permite que hoje a Argentina possa estar com tantas causas abertas e com tantos repressores presos, ou, enfim, sendo processados?

R: Sim, nós dizemos que se está resolvendo, na Argentina, a justiça de transição; o que a justiça deveria ter feito no retorno da democracia se transferiu no tempo. Digamos que a história da luta por Memória, Verdade e Justiça começa com o retorno da democracia e a conformação da Comissão sobre Desaparecimento de Pessoas, e a elaboração do informe que mencionávamos. Por outro lado, se iniciam os processos judiciais de investigação, criando um julgamento de caráter emblemático, que foi o Julgamento das Juntas Militares – o julgamento das três primeiras Juntas –, a última Junta foi excluída deste julgamento, porque se considerava que era a que havia feito o transpasso a um governo democrático, fato este com o qual nós não concordávamos. Este Julgamento às Juntas teve como resultado a condenação da primeira Junta, e condenações mais leves à segunda e à terceira Junta Militar, e bom, se abriram, na Argentina, uma infinidade de causas em todo o país, produto da investigação sobre os crimes cometidos durante o período ditatorial. Isto... O produto do levantamento de setores das Forças Armadas derivou em duas leis por parte do governo de Alfonsín, que foram as Leis de “Obediência Devida” e “Ponto Final”. Isto significou primeiro, uma lei que estabelecia que as Forças Armadas e as Forças de Segurança atuaram, mas o fizeram no cumprimento de ordens, e que por ser no cumprimento de ordens não haveria

juízo, senão apenas dos responsáveis máximos, que eram justamente as Juntas Militares e os chefes das Áreas Operacionais, e que não havia responsabilidade nos escalões inferiores, que somente cumpriam ordens, e se eximia desta responsabilidade os delitos de caráter econômico e a apropriação de crianças. E depois houve outra legislação que estabeleceu o “Ponto Final”, que era a limitação para a abertura de causas, isto é, não se poderiam abrir mais causas de investigação destes crimes. Isto levou a que o movimento de direitos humanos, durante dezessete anos, demandasse a nulidade destas leis; primeiro o Parlamento as anula – devo esclarecer que posteriormente, no ano de 1990, o presidente Menem indulta os únicos que haviam sido condenados, que eram os membros desta cúpula superior da estrutura civil-militar, então fica ratificado todo o esquema de impunidade entre essas leis e os indultos. O movimento de direitos humanos apresentou uma luta de resistência e de reversão desta situação, que se concretiza no ano de 2003: primeiro declara-se a anulação destas leis, ou seja, o Congresso da Nação anula as leis de impunidade; posteriormente a Corte Suprema declara sua inconstitucionalidade, e isto possibilita, no ano de 2005, a reabertura das causas. O que se faz é reabrir as causas já existentes, e iniciar novas causas, porque nesse período de resistência funcionaram, em diferentes pontos do país, os “Julgamentos pela Verdade”, que possibilitaram solicitar informação em julgamentos que não tinham um caráter vinculante de caráter penal, mas sim o direito ao conhecimento da verdade por parte dos familiares das vítimas, e essa informação foi acumulada para a aplicação em causas da atualidade. Isto significa que no sistema penal argentino já estamos nas instâncias de caráter oral, no julgamento dos responsáveis, que têm, para nós, um duplo objetivo: nós concebemos que todos os responsáveis destes crimes, desde os executores intelectuais, mediatos e fáticos dos crimes, prestem contas ante a justiça e sejam julgados, e, no caso de serem condenados, que cumpram prisão efetiva e comum pelos crimes que cometeram, não queremos nenhum tipo de regime especial neste sentido; e, por outro lado, os julgamentos orais possibilitam o conhecimento público da verdade do que aconteceu. Debate-se ante o conjunto da sociedade, através dos meios de comunicação, sobre o que aconteceu, e o valor testemunhal e reparador que o conhecimento da verdade tem. E o terceiro eixo tem sido a implementação de uma política de Estado com respeito à memória, que para nós tem uma importância fundamental no que se refere ao conhecimento, por parte das novas gerações, do que aconteceu em nosso país, e muitas das consequências que ainda hoje padecemos como produto desse período ditatorial em nossa sociedade, em nossa convivência, na caracterização da nossa transição democrática. Então isso tem gerado na Argentina um enorme consenso por parte do conjunto da sociedade e das forças políticas que integram, por exemplo, o âmbito parlamentar, e que vêm tendo ratificações, no sentido de que os julgamentos por crimes de lesa humanidade são uma política de Estado que deve ser levada adiante, para lá da característica do governo. Porque nós temos que salientar que este governo que se iniciou em 2003 tem uma enorme influência no sentido de que, depois da crise de 2001 na Argentina, não se podia reparar nossa situação social, política, institucional e cultural se não resolvêssemos os crimes mais atrozes cometidos em nosso país. E essa premissa e a marca política foram de importância fundamental, mas existe o compromisso do conjunto das forças políticas de que isto continuará além, mesmo que ocorra uma mudança de governo. Assim que este tem sido o caminho da busca da memória, verdade e justiça, que nós dizemos que é um ato de reparação para as vítimas, para os familiares, mas que é um ato de reparação para o conjunto do povo argentino, porque todos fomos vítimas das ações da ditadura civil-militar e a aplicação do terrorismo de Estado sobre nossa sociedade. E o Estado democrático está reparando o que o Estado terrorista fez, e isto tem, para nós, uma contemplação da recuperação de valores culturais fundamentais em nossa sociedade. Não pode existir... Nossa presidenta concebe que, se não julgamos estes crimes, somos uma sociedade pré-democrática, e nós coincidimos com essa declaração, porque o ato de reparação é um ato que hierarquiza o valor da nossa democracia e repara. Nós estabelecemos que queremos virar a página da história, mas queremos fazer isso no marco do exercício da justiça, de conhecimento da verdade e da construção da memória coletiva.

P: Atualmente, Remo, há várias causas abertas em relação a civis. Como isto está neste momento? Isto tem sido um dos grandes avanços destes últimos anos.

R: Sim, nós víamos que, infalivelmente, a abertura das causas levaria às responsabilidades de caráter civil. Este conhecimento da verdade explicaria por quê. E nisto nos deparamos com que,

em muitas ações diretas na ação repressiva do Estado, está a cumplicidade direta de integrantes dos grupos econômicos mais concentrados de nosso país, e de multinacionais. Nós temos o caso da empresa Ford, em sua planta na Província de Buenos Aires, que funcionou como centro clandestino de detenção, um lugar dentro da planta onde o corpo de delegados foi sequestrado, e ali eles foram torturados; a cumplicidade e a coordenação por parte da empresa Mercedes Benz, que também tem uma causa judicial aberta na Argentina e outra na Alemanha, investigando a responsabilidade deste grupo empresarial no que diz respeito à perseguição e desaparecimento e tortura dos integrantes dos corpos de delegados. E tivemos algumas situações sumamente emblemáticas, nos últimos tempos. Uma, de pronunciamento recente por parte da justiça, é a de um grupo econômico, é o grupo Blaquier, que é a principal empresa produtora de açúcar da Argentina; a empresa Ledesma, vinculada às responsabilidades do que significou o Apagón de Ledesma, que foi a cumplicidade deste grupo econômico, a colocação de toda sua estrutura para o sequestro de cerca de trezentas pessoas em um povoado muito pequeno na Província de Jujuy, que significou o desaparecimento de mais de trinta pessoas durante esta ação repressiva, e se chamou o Apagón porque todas as luzes da cidade se apagaram. Porque a empresa controlava o sistema elétrico, e apagaram, e colocaram todas suas camionetes, sua estrutura e a informação sobre os ativistas gremiais, para praticar esta ação. Hoje, o grupo está citado para declarar, atualmente é um grupo sumamente importante, em termos econômicos, na Argentina, e a justiça o citou para declarar, está se estabelecendo uma situação de rebeldia, porque ele está fora do país, argumentando uma questão de saúde, mas para nós é importante, é emblemático, porque é o primeiro representante direto de um grupo econômico concentrado na Argentina que está citado para prestar contas perante a justiça. O outro caso foi o da empresa Loma Negra, na Província de Buenos Aires, esta empresa era... É propriedade da família Fortabat; também uma pessoa – Amalia Lacroze de Fortabat –, recentemente falecida, foi beneficiada pela ditadura civil-militar em termos de negócios econômicos, e se discutiu perante a justiça na Província de Buenos Aires a responsabilidade direta deste grupo econômico no desaparecimento de integrantes do corpo de delegados, e especialmente de um advogado de sobrenome Moreno, que lutava pela defesa de um sistema de saúde que garantisse a segurança dos trabalhadores na exploração de uma empresa cimenteira, como é Loma Negra. E também o caso, de muita ressonância em nosso país, foi – hoje estão prestando declaração ante a justiça na cidade de La Plata –, é o caso da apropriação da empresa Papel Prensa pelos grupos Clarín e La Nación, dois dos meios [de comunicação] mais importantes de nosso país, e a cumplicidade direta sob tortura na obtenção das ações desta empresa, que é a principal produtora de pasta de celulose de papel para a fabricação de papel jornal. Nós tomamos medidas de caráter legislativo com relação à recuperação da administração do papel como bem público, mas ao mesmo tempo se está discutindo ante a justiça a responsabilidade direta desses grupos econômicos no sequestro e tortura dos proprietários originais dessa empresa. A partir de então, Martínez de Hoz, que era ministro da Economia da ditadura, está processado por ter utilizado as estruturas repressivas para impor condições a dois empresários em relação ao rumo dos negócios que deviam ser levados adiante, ou seja, que também se usava a estrutura repressiva para beneficiar grupos econômicos em confrontos com os empresários nacionais. Esta articulação que existiu entre a presença de quadros técnicos dos grupos econômicos mais concentrados de nosso país, dentro da estrutura de governo, e na condução da economia durante a ditadura civil-militar, tinha um correlato na participação direta destes crimes, e isso é o que se está discutindo hoje na justiça, e para nós é sumamente auspicioso, porque desarticula o que nós denominávamos a “teoria dos dois demônios”, que era a ideia de que o que aconteceu em nosso país foi o confronto entre dois setores violentos, o que para nós é inadmissível como conceito, e passamos à ideia de que a implementação das ações repressivas por parte do Estado tiveram uma finalidade de caráter econômico, e houve uma cumplicidade direta por parte de atores de caráter civil. A isto há que acrescentar dois atores mais em termos civis: um são os setores eclesiásticos, que tiveram participação direta nos centros clandestinos de detenção, mas que também foram cúmplices – e hoje se está debatendo nos meios de comunicação – no conhecimento do destino final que tiveram os detidos-desaparecidos, e que já tinham nessa época, estavam informados e davam informação à Igreja perante os recursos apresentados pelos familiares das vítimas, davam essa informação aos grupos de tarefas, que teve consequências em alguns casos, como foi, por exemplo, o desaparecimento de mães da Praça de Maio desde um setor da

Igreja que foi invadido nesse momento, infiltrado pelas Forças de Segurança. E a outra cumplicidade que se está revelando na Argentina é a cumplicidade dos setores da justiça, tanto juízes como promotores, que obtiveram, durante essa época, testemunhos sob tortura das pessoas que se encontravam detidas, e esta cumplicidade também está sendo revelada, inclusive de membros da justiça que estão em atividade, e que estão sendo destituídos de seus cargos devido à denúncia e os testemunhos que estão fornecendo de sua cumplicidade direta nestes crimes. Ou seja, que este panorama da cumplicidade de caráter civil praticamente está em todos os estamentos das corporações que foram absolutamente funcionais ao terrorismo de Estado.

P: Em relação ao caso das crianças, da recuperação de suas identidades, como está nesse trabalho?

R: Bom, há um forte apoio por parte do Estado nacional ao trabalho e a luta que as Avós da Praça de Maio vêm conduzindo: cento e cinco crianças foram localizadas – hoje são homens e mulheres – das cerca de quinhentas que foram apropriadas durante a ditadura civil-militar. Há um trabalho de coordenação; existe um banco nacional de dados genéticos que registram a impressão genética dos familiares que estão procurando estas crianças. Também há, tanto no âmbito não governamental como no das estruturas do Estado, a busca e a articulação, principalmente com uma campanha de difusão, porque nos últimos casos dos que foram encontrados, eram os próprios jovens que estavam buscando sua identidade, e que suspeitavam ser filhos de desaparecidos, isto que nós chamamos a apresentação espontânea desses jovens, que depois se soluciona com a análise genética e com a decisão, perante a justiça, do tema de sua identidade e das responsabilidades de sua apropriação. Nós vemos de forma muito auspiciosa o trabalho que as Avós da Praça de Maio vêm realizando e a coordenação com as estruturas do Estado para esta investigação, porque é imprescindível que o Estado disponibilize toda a documentação e arquivos que possam facilitar a localização. Nós dizemos que procurar uma destas crianças apropriadas é procurar uma agulha num palheiro, mas, entretanto, o trabalho e a pesquisa que as Avós da Praça de Maio levaram adiante realizou, para nós, a tarefa fabulosa de já haver encontrado cento e cinco crianças e o ato de reparação, porque estes são os desaparecidos com vida, que vivem entre nós, e que ainda estamos procurando; é também um ato de profunda reparação para o conjunto da população, existe um enorme acompanhamento neste ato reparador, porque ele é também a forma pela qual a sociedade se reencontra sendo participante, sentindo-se participante deste ato de reparação. Lamentavelmente, o que nós vemos é que essa busca não tem sido acompanhada pelos responsáveis diretos por confessar onde está cada uma dessas crianças apropriadas, porque lamentavelmente as avós vão morrendo, e não se produz esse encontro tão esperado e tão procurado. Mas nós vemos que todas as energias estão colocadas para obter isso. Também como produto disso, há iniciativas importantes, como vêm sendo os pareceres genéticos na Argentina, o desenvolvimento do caráter genético, o desenvolvimento que diz respeito ao tratamento psicológico e psiquiátrico do tema da identidade e direito à identidade, que também foi trasladado à Convenção Internacional pelos Direitos da Criança: há três artigos, que são chamados os artigos argentinos, que tratam do tema da identidade dos meninos e das meninas em nível universal. E isto foi produto da luta de um âmbito não governamental, como é as Avós da Praça de Maio. Para nós, que viemos dessa mesma luta, há um objetivo, que é o de que o Estado assuma a responsabilidade, o Estado democrático assuma a responsabilidade, e acompanhe o movimento de direitos humanos com muita firmeza nos esclarecimentos. Nós dizemos que todas e cada uma dessas crianças têm que ser encontradas, que estão vivendo entre nós, que a vulneração de suas identidades se translada às gerações seguintes, porque os filhos dessas crianças que perderam suas identidades também têm as suas identidades vulneradas, porque não é apenas um nome e um sobrenome, mas o pertencimento ao seu grupo familiar, à sua identidade nos traços mais profundos, portanto nós temos um olhar promissor. E, com muita valentia, as Avós estão trasladando aos filhos dos desaparecidos, aos netos que recuperaram suas identidades, a aposta para que sigam buscando todas e cada uma dessas crianças. Esse é talvez um dos pontos que mais sensibiliza o conjunto da sociedade argentina, porque nos parece absolutamente inadmissível que ainda hoje se continue a ter como refém os que foram vítimas diretas, que nasceram durante seu cativeiro, que foram roubados quando eram muito pequenos, e que, na imensa maioria dos casos, estão em mãos dos responsáveis diretos da morte de seus pais.

P: Remo, falaste do trabalho do poder Executivo, suas iniciativas, um pouco sobre a justiça neste campo. Qual é o espaço e quais são as ações do Poder Legislativo no interior disso tudo?

R: Sim, nós temos duas ações: uma de caráter eminentemente legislativo, que é, por exemplo, o fortalecimento de espaços institucionais na resolução dos crimes, fornecer ferramentas à Justiça para que, no marco do devido processo, se acelerem os julgamentos por esses crimes, porque víamos que existia muita lentidão por parte da Justiça nos julgamentos, e criamos uma estrutura legislativa que facilita a ação do Poder Judiciário, tanto na investigação quanto na sanção desses crimes. Por outro lado, temos dado e fortalecido as estruturas do Estado enquanto à memória e à construção de espaços de memória, a preservação dos lugares, dos documentos e dos arquivos, ou seja, é um arcabouço de caráter legislativo que sustenta esta política de Memória, Verdade e Justiça. Mas também levamos adiante uma ação de ordem estritamente política, que é colocar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados em função do objetivo de manter um contato com os atores do Poder Judiciário, para saber o estado da situação e o avanço das causas, fundamentalmente acompanhando os familiares e as querelas em cada uma destas causas. Parece-nos que devemos ter uma postura de solidariedade profunda com as vítimas, e podemos ser a via do diálogo entre os atores do Poder Judiciário e as vítimas. E viemos fazendo isto de costa a costa do país, e, nós acreditamos, cumprindo com o mandato popular pelo qual fomos eleitos como deputados da Nação. E temos também uma ação de coordenação regional. Isto para nós tem uma profunda importância, nós acreditamos que devemos elaborar o que chamamos o Contraplano Condor, assim, da mesma maneira que existiu uma coordenação repressiva das ditaduras da região, no marco da Doutrina de Segurança Nacional, e, desde nossa perspectiva, com os mesmos fundamentos com que a ditadura argentina atuou dentro do país. Nós acreditamos e buscamos a vinculação com os parlamentares da região, na busca de Memória, Verdade e Justiça para todos os países, invertendo um pouco a experiência argentina, sobretudo para que não se desanime sobre a possibilidade de chegar a uma solução, ao conhecimento da verdade e ao julgamento dos responsáveis, porque não... Os povos não se resignam ao esquecimento, não se resignam à ideia de que devem virar a página da história sem que ela seja revisada. Desse modo é que viemos trabalhando e coordenando ações tanto com pesquisadores, organismos de direitos humanos, legisladores e atores da Justiça de cada um dos países, para ter uma coordenação, um conhecimento, intercâmbio de informação, para, desde o âmbito parlamentar, que nos apresenta a pluralidade de vozes dentro de cada um de nossos países, poderemos acompanhar a busca que se vem fazendo desde o âmbito não governamental, e fundamentalmente ajudar no intercâmbio de informação entre as organizações que fazem... Que vêm desenvolvendo, desde o movimento de direitos humanos, pesquisas e busca de documentos, porque sabemos que cada uma das ditaduras, dentro de suas estruturas burocráticas, manteve ou guardou informação. Vimos isto no Paraguai, com os Arquivos do Terror, vimos isto na Argentina, com os arquivos da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires, e sabemos o trabalho que vem sendo levado adiante no Brasil, fundamentalmente o trabalho que Jair Krischke desenvolveu ao longo dos anos, no sentido de buscar documentos, de mostrar que esses documentos existem, e de expor que todos os países da região tiveram uma participação direta no que significou a Operação Condor, não existiu países que não participaram ou tiveram uma participação menor, senão que esta coordenação e esse funcionamento existiram em toda a região.

P: Particularmente nesse sentido, creio que desde há dois anos, ou desde o ano passado, tu participas do Encontro Latino-Americano de Memória, Verdade e Justiça. Que tipo de objetivos tem essa reunião? Para qual horizonte ela aponta?

R: Nós propomos – realizamos em março de 2011 o Primeiro Encontro aqui em Buenos Aires – para o dia vinte e quatro de março, que é o aniversário do golpe de Estado, concebendo a possibilidade de dar visibilidade à demanda que em nível regional vem se estabelecendo no marco da Memória, Verdade e Justiça. Nesse momento estávamos vendo a situação no Uruguai, com respeito à Ley de Caducidad, e a impossibilidade de avançar nas investigações; estávamos vendo a luta que se travava no Brasil com respeito à criação da Comissão da Verdade, e os primeiros passos na busca deste caminho de Memória, Verdade e Justiça; víamos a situação do Paraguai,

e a demanda que vem se afirmando tanto na busca antropológica dos restos de pessoas desaparecidas, quanto como, por exemplo, a luta do movimento camponês na recuperação das terras usurpadas durante a ditadura de Stroessner; víamos o processo e o caminho que se leva adiante no Chile, de buscar sanções de todos e de cada um dos responsáveis; e também a demanda que os organismos de direitos humanos vêm levando adiante na Bolívia. E dizíamos que era um bom momento para nos encontrarmos, debater, produzir sinais também para os diferentes poderes em todos e em cada um desses países, e mostrar que estávamos levando adiante um dos vários caminhos de coordenação que existem, porque isto também é levado em frente por meio das Altas Autoridades em matéria de Direitos Humanos do Mercosul; faz parte da preocupação de diferentes atores, tanto do Instituto de Direitos Humanos do Mercosul quanto de atores múltiplos, mas nos parecia que o âmbito parlamentar era o âmbito certo de convocação, e assim realizamos o Primeiro Encontro em Buenos Aires, realizamos um encontro em Montevidéu, em Santiago do Chile, em La Paz, e o último encontro, o quinto, realizamos em Porto Alegre, e estamos programando o último encontro dessa série no Paraguai, com o objetivo de aperfeiçoar esse caminho e de gerar as redes que possibilitem ter uma resposta comum. Nós nos sentimos profundamente envolvidos com a luta do movimento de direitos humanos em cada um dos países, e acreditamos que nós devemos aprender com as experiências de luta que se levam adiante nesses países, e devemos transladar nossas próprias experiências, nossos acertos e nossos erros, e nós dizemos que isto tem que estar vinculado ao âmbito parlamentar, porque é um caminho que viabiliza que os diferentes atores políticos de um país saibam qual busca está sendo feita, e qual é o objetivo dessa luta. Nesse marco, nós, ao longo dos anos e anteriormente a esses encontros, realizamos ações de coordenação em nível parlamentar, especialmente com o Brasil, onde assinamos um convênio com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados do Brasil, no sentido de criar cooperação e intercâmbio, vinculados, fundamentalmente, ao que significou a Operação Condor. E, nesse sentido, nós acreditamos que o âmbito parlamentar deve ser sempre um dos caminhos que viabilizem estas formas de coordenação, e de sustentar e acompanhar o movimento de direitos humanos. Para nós tem sido uma experiência extremamente frutífera, porque possibilita gerar a comunicação e a articulação, que são fundamentais e necessárias. Para nós, esta visibilidade da possibilidade de que se resolva, e fundamentalmente que o conjunto da população saiba que aqui não há nenhum ato de vingança, nenhuma busca de justiça pelas próprias mãos, não há revanchismo, mas sim que o que se busca é que se debata sobre situações que nos tocou viver, que se saiba por que isto aconteceu, quem foram os responsáveis e que as responsabilidades sejam sancionadas. Temos visto... Em nenhum de nossos países houve atos de vingança pessoal, muitas vezes sabendo quem eram os responsáveis diretos destes crimes, ou seja, que o movimento de direitos humanos no Cone Sul tem uma enorme maturidade de esperar os tempos que a democracia tomou para si para ajudar a resolver isto. Nós acreditamos que desde o âmbito parlamentar é um momento propício para que os atores vinculados aos direitos humanos no Parlamento tenham um papel de acompanhamento e de visibilidade destas situações.

P: A última pergunta, e se quiseres comentar algo mais que não te perguntamos, por favor. Há partir um pouco disso que nos disseste o que significa para a sociedade o fato de a justiça estar funcionando? O que significa o fato da justiça estar funcionando, e de todas as instituições terem essa consciência do que se busca, da verdade, da memória, logicamente, e a participação da justiça como o cenário onde isto tudo deve ser resolvido, qual a mudança mais qualitativa que isso traz à sociedade?

R: Eu acredito que existe um tema central, que é o de que o exercício da justiça e o conhecimento da verdade desatam a... Esclarecem digamos as consequências que a ditadura e o acionar do terrorismo de Estado ainda têm, hoje, em nossa sociedade. Nós dizemos que é uma transformação de caráter cultural. Quando se acaba com a impunidade produz-se um ato de profunda reparação para o conjunto da sociedade. Isto se vê fundamentalmente, na Argentina, com um fenômeno que é importantíssimo para nós, que é a irrupção de uma nova geração na vida política, rompendo o esquema de medo que existiu em nossa sociedade. Nós dizemos que a falta

de participação política correspondia, na Argentina, a duas situações: uma, o medo que se havia infringido sobre a ideia da participação política, devido às consequências que tinha e o que havia significado o terrorismo de Estado; a outra, as consequências do neoliberalismo durante a década de noventa, que concebia a selvageria individual frente a uma construção de caráter coletivo em nossa sociedade. Creio que o que a ação da justiça traz é um ato de profunda reparação e uma marca de caráter cultural ao conjunto da sociedade, que é de uma profundidade enorme. Nós vemos que ainda hoje existem situações novas que as pessoas recém estão denunciando, depois de trinta e seis anos dos fatos, ou de quase trinta desde o retorno da democracia; as pessoas estão se animando a dar seus testemunhos e contar o que lhes tocou viver, o que lhes aconteceu em suas situações pessoais, muitas vezes vítimas de sequestros, de torturas, porque nós, às vezes, falamos dos números frios do que significou o terrorismo de Estado. Nós temos quinhentas crianças apropriadas, porém temos mais de três mil e quinhentas [pessoas] que foram vítimas da tortura, que foram torturadas diante de seus pais ou que presenciaram a tortura de seus pais, que viram seus pais serem assassinados ou que foram jogadas em via pública pelos grupos de tarefas que operavam nessa época, ou seja, as consequências são muito mais profundas, às vezes, do que os números mais visíveis ou mais dramáticos dessas situações. Então esse conhecimento da verdade produz nas novas gerações a ideia de que é possível criar uma sociedade mais democrática, mais igualitária, tratando os temas do presente, resolvendo nossa agenda pendente a respeito do passado. E acredito que os três poderes do Estado, na Argentina, se envolveram com isso. Os sinais políticos por parte do poder Executivo, em consequência as medidas parlamentares e legislativas, e a ação de uma justiça independente, que para nós é um fator fundamental, com muitíssimas dificuldades em seu funcionamento, mas com uma constância em levar todos e cada um dos responsáveis a prestar contas perante a Justiça. E me parece que esta é a forma, talvez, pela qual se produz um fato inédito na Argentina, porque nós, ao revertermos um processo de impunidade, estamos criando uma ação com os mesmos instrumentos, não estamos criando um tribunal especial para fazer estes julgamentos. É a mesma justiça que atende as situações de todos os cidadãos e cidadãs da Argentina a que está resolvendo os crimes mais atrozes, utilizando as mesmas ferramentas de caráter judicial. Ou seja, que isto também propicia uma tranquilidade enorme no funcionamento do sistema democrático, de que nós vamos conseguir, a partir desses ajuizamentos, concretizar aquela consigna tão importante que o retorno democrático nos estabeleceu, que é o Nunca Más, o Nunca Más deve ser produto da justiça e da verdade.

P: Perfeito. Muito obrigado.

R: Não, obrigado a vocês.

DEPOIMENTO 34 – ADELINA DEMATTI DE ALAYE – SEGUNDO DEPOIMENTO.

LA PLATA, 28 DE MAIO DE 2012.

P: Adelina, queríamos – já nos deste algumas informações –, porém, se pudesses aprofundar sobre o assunto do modo de como surge o movimento das Madres, a maneira como vocês se organizam, antes, inclusive, de terem esse nome, os primeiros encontros, de repente.

R: Veja, não se se te falei como tive a possibilidade de me aproximar de um grupo, pelas dúvidas o reitero. Eu fui fazer a denúncia na Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, e havia outra senhora que estava falando do mesmo que eu, de que não sabia nada de seu filho, mas que já tinha ido perguntar se haviam averiguado algo. Dizem-me que tenho que fazer um testemunho, que coloque todos os dados de meu filho, se eu sei de algo, aonde ia, onde estava no momento em que não voltou à sua casa, e todos os meus dados, para podermos nos comunicar e tudo o mais. Mas não eram tempos em que um escritório com essas características podia funcionar, nos disseram que tínhamos que trazê-lo escrito do nosso lugar, de nossa casa, de onde quiséssemos, pois aí não se podia fazer. Era uma forma de que não dissessem – Não, se o montam, se o fazem; é falso –, tu te responsabilizavas do que estavas testemunhando. A outra senhora... E também não era um lugar em que podia ir um montão de gente, não podia, iam somente duas pessoas, podiam entrar ao mesmo tempo, digo-te que tampouco existiria uma avalanche nesse momento, porque o lugar era desconhecido e tudo o mais. Com o tempo, como mais pessoas começaram a ir, os vizinhos, porque era um edifício de moradia, começaram a reclamar, e tiveram que ir embora, porque dizem, eles estão arriscando suas vidas, porque qualquer um podia ir aí e fazer um desastre. Com esta senhora – Juanita – fomos a um bar ali por perto, não sei se conseguimos papel, eu não sei quando fez o testemunho inicial, não tenho nenhum registro, mas o melhor disso tudo foi que ela me disse - Vou me ariscar a te fazer um convite; vi-te tão firme e tão dóida pedindo por teu filho -, e me disse: - Com outras senhoras que também têm os filhos em circunstâncias iguais, estamos nos reunindo de três e meia a quatro [horas], mas sem um minuto a mais, na Praça de Maio, embora esta semana tenhamos que ir a outro lugar, porque nos fizeram circular da outra vez. E o endereço é Alsina e Defensa, na Igreja de São Francisco. Bom, eu não via a hora de que chegasse a quinta-feira, fui, fui com outra senhora aqui de La Plata, que a sua sobrinha trabalhava sob a minha direção na escola, e vendo que quando isso me aconteceu eu tinha começado a ir de um lado para outro, ela lhe disse; - Olha, vê se faz algo também -, bom, ela se impressionou muito com o que vivenciamos esse dia, não voltou, e teve a benção de que seu filho logo fosse um preso legalizado, bom, tudo se solucionou. Aí, como eu falei, seríamos um grupo que não chegava a vinte, aí estava Azucena e também estava Hebe, que havia se incorporado a semana anterior. Porém falávamos baixinho, e dizíamos - O que te aconteceu -, - E minha filha faz seis meses -, - Faz nove meses -, - Faz um ano -, era... Eu não sei, dizíamos - Mas o que é isto -, porque eu acho que já vem, já vem, já vem, e quando ia vendo que a realidade era diferente... Voltei perturbada, mas dizendo – Quinta-feira eu vou -. Nessa quinta-feira, não sei se te contei que não pudemos nos reunir na Igreja. Eu cheguei a um terminal de ônibus, peguei um táxi para ir a Alsina e Defensa. Desci na rua que vem do Cabildo Plaza de Mayo, estou descendo e uma senhora perto de mim disse: - Se vem pela reunião da Igreja, tem que ir a Plaza de Retiro -, falava como que sozinha, e o táxi se foi e eu olho, fazendo cruz estava a Igreja, o átrio, ou seja, no espaço exterior as grades estavam fechadas, sinal de que não nos iriam deixar entrar, mas era muito mais grave. Nessa vereda que estava assim, na minha frente, há uns monumentos, e aí havia soldados, porque eram... Com trajes verdes, com armas longas, todos apontando para a Igreja. Falo - Bom... Que rapidez -, porque acho que era a terceira semana, claro. Na Praça não tinham feito, e a mim ocorre que a Igreja teve muito que ver por sua segurança, por isso chamou a repressão. Peguei outro táxi, fui a Plaza Retiro, que fica a umas quadras dali, e fomos chegando, seis, sete, oito... Ah, vão pensar que estou fazendo propaganda de um programa. E nos aproximávamos de duas, como que nos encontrando por casualidade, que fazemos depois, vamos à Praça ou não? Eu disse - Vamos -, e cada uma se ia, assim... E se reuniram, não sei quem é que estava;

eu acho que a Azucena esteve aí. A maioria tinha dito Voltar; despedimo-nos até quinta-feira que vem na Praça. Íamos e nos... Ou seja, o primeiro encontro, por aí duas, três paradas, conversando, mas, como havia Estado de Sítio, não se podia em nenhuma praça, em nenhuma parte ao ar livre se podia fazer uma reunião, muito menos aí, defronte o governo. Começamos a crescer em número, então nos sentávamos, há uns bancos de tijolos que rodeiam um jardinzinho, muito perto, vai dar à esquerda na Pirâmide, e à direita, sobre a mesma Praça, fica uma entrada e saída de uma das estações do metrô, que desce ali. Nesse espaço, e passávamos os papéis de uma a outra, bordávamos, líamos, nada, porém... Fazíamos que. Um desses dias que... Foi mais adiante, porque já começávamos a ficar de pé... Quando chegávamos eram grupos maiores. Quando víamos Azucena²⁰³ aparecer, três, quatro, cinco saíam correndo para esperá-la, ela começou a dizer - Não me marquem, não me marquem, estão-me... -, claro, estavam assinalando-a, mas fomos aprendendo isso, também. Mas às vezes a angústia e o não querer que fosse algo tão, tão grave, fazia que alguma de nós se descuidasse. E nesse mesmo dia, quinta-feira, que nos reuníamos, aproveita-se para ir ao Ministério do Interior, que funciona na mesma Casa de Governo, então íamos para perguntar se havia novidades, levávamos nosso cartão, com todos os dados, toda hora a trocavam, eu acho que tenho três ou quatro dessa época, mas para fazer ver que faziam algo. E uma companheira nos conta que um dia em que estava aí, e fala que olhavam para a praça e um dos empregados disse - Ah, olha, aí estão essas loucas outras vez -, claro, nós em seguida tomamos isso assim, o Ministro disse que somos loucas, ou seja, uma habilidade que eu acho que nenhuma havia pensado que tinha. Mas tivemos tanta habilidade para mudar, que algumas vezes foi muito ruim para nós. E bom, dissemos: - Sim, bom, magnífico, somos as loucas, as loucas da Praça -. Tu me disseste...

P: E aí começaram a fazer a Marcha?

R: Não, veja, há uma versão oficial, sempre há uma [versão] oficial em todos os grupos e nos governos. Mas eu estive no primeiro dia que caminhamos. Chovia, e nós sentadas aí, debaixo da chuva, esperando as quatro [horas]. Eu tinha a saia cheia de água, por que... Tecido de inverno, a água não escorria, e uma disse: - Vamos caminhar -, no sentido de nos protegermos de outro modo, que a água caísse no chão. E caminhamos desde onde estávamos, pegamos o caminho que vai à Casa de Governo, mas antes fica o Monumento à Bandeira. Chegamos até aí, demos a volta e não sei se chegamos a completar uma volta. Na semana seguinte dissemos: - Mas viste que chamava a atenção, com chuva e tudo as pessoas olhavam, por que nós estávamos caminhando... -, e se decidi continuar dando voltas, depois não se fez tão grande; outro dia, para os trinta e cinco anos a recordamos, fizemos a volta até aí, mas chegávamos a terminar os canteiros e voltávamos, até onde está... O Obelisco ficava atrás de nós, quando dávamos a volta. Aí passamos pela experiência do Mundial de 1978, e eu tenho consignado que o dia seis de outubro de 1978 é a primeira vez que damos a volta à Pirâmide, porque também não íamos ficar dizendo - O símbolo da Praça é a Pirâmide, vamos... -, e esse dia nós tomamos coragem, porque havia um encontro Mundial de médicos cancerologistas em Buenos Aires, e se aproximou, um grupo se aproximou para nos conhecer, caminharam na nossa frente. E esse dia foi também o dia em que pela primeira vez rompemos o silêncio, quando as quatro [horas] já íamos nos separar, as companheiras aí, sobre o canteiro... Uma... Soltou tudo o que tinha e gritou: - Os pequenos, que nos digam onde estão! -. E aí todas repetiram; pela primeira vez os tomamos como nossas crianças, e depois tenho um primeiro cartaz, muito pequenino, seriam cinquenta centímetros, o tenho fotografado, chamou a minha atenção também. Também entre as notícias, as conversações ou o que fosse que se podia saber da Casa de Governo, se havíamos feito uma apresentação e disseram que voltássemos, que... E com a habilidade sempre se disse - Dizem que voltemos no [dia] vinte e oito -; eles haviam dito - Para o vinte e oito... -, porque vinte e oito de dezembro é o dia dos Santos Inocentes, então nesse dia possivelmente iriam nos dar... - Que inocentes... Inocentes, nesse dia nem sequer pudemos entrar na Praça, nos encurralaram na Catedral de Buenos Aires, não nos deixaram passar daí, e nós dizíamos: - Mas se nos esperam, se o Presidente disse que vai nos receber... -. Mas essas coisas nos faziam aparecer no mundo. Vinte e oito de dezembro, havia muito turistas, os micro-ônibus de turistas passavam e paravam para ver mulheres que se movimentavam e... A polícia se colocava na Praça, quando o trânsito se interrompia

203 Azucena Villaflor – Fundadora de “Madres de Plaza de Mayo”

vinham correndo nos assustar, nos tirar. Eu te digo que tiraram o boné, arrancaram as ginetas, não as levaram em cima. Mas não levaram a nenhuma de nós, porque quando faziam um sinal nos juntávamos todas. E aí é onde umas companheiras tinham trazido um cartaz pequenino que dizia – Onde estão os desaparecidos – ou algo assim, acho que a única reprodução que existe é a que eu tenho, [a foto] foi tirada de trás, porque tirava com todo o medo de que se houvessem visto não poderia estar contando, porque possivelmente me levavam com camarazinha e tudo. E outro fato de repressão que tivemos aí... Geralmente olhavam e deixavam. Mas nós tínhamos o telefone de uma dupla de jornalistas estrangeiras, três ou quatro de nós tínhamos os telefones, e imediatamente, enquanto havia movimentação, íamos ligar, e uma vez que os jornalistas vinham, estava um pouco...

P: Jornalistas que estavam em Buenos Aires.

R: Em Buenos Aires, sim, Associated Press, France-Presse, sobretudo. O primeiro livro que escrevem sobre nós o escreve o enviado da França, quando ele volta. Ficou alguns anos aqui.

P: Adelina, na Copa do Mundo, quando ocorre a Copa do Mundo, vocês aproveitam esse momento?

R: Veja que o Mundial começa em primeiro de junho, quinta-feira. Nós achávamos que iríamos estar sozinhas com nossas almas, porque em todos os bares, em todos os lados as pessoas estavam com seus televisores, assistindo. E a nós chegou uma quantidade enorme de jornalistas para nos ver, e fazer... Já no ano de 1979, quando eu vou pela primeira vez à França, faço um percurso, vou a, como se chama, Comunidade... L'Humanité, para difundir, dizer o que se passa... Todos vêm me cumprimentar, vêm e dizem... E sai correndo. E vem e me diz - Veja -: era o que tinha feito uma matéria comigo, e a tínhamos feito caminhando pela Praça, como duas pessoas que se encontram caminhando, e o artigo tinha saído aí, na Praça, que depois me deram o recorte e tudo. Parecia-nos às vezes, porque não chegava a nada, bom - Farão as matérias, não farão as matérias? -, as faziam. Porém, por exemplo, veio, vieram os holandeses, e acho que algum outro país se aproximou de alguns dos integrantes, isso não lembro. Dos holandeses é impossível esquecer, porque tinham vindo previamente à última partida...

P: Falas dos jornalistas ou dos jogadores?

R: De... Das pessoas que tinham vindo pelas partidas, como preparadores, ou... Nós não conhecíamos ninguém, mas vinham com a roupa, e nos diziam, e caminhavam e falavam.

P: Eram da Seleção...

R: Sim, o representante, o diretor técnico dos holandeses, que vem com sua roupa cor de laranja, e sei lá, trazia um buquê de flores assim, de todas as cores, e me escolheu, deu-o para mim, que o reparti com todas, mas um buquê de flores. E as últimas palavras dele foram: - Apenas termine a partida, qualquer que seja o resultado, nós embarcamos. Porque não há segurança para ninguém -. Perderam, de modo que, mais rápido do que escolheram... Se tivessem ganhado não sei o que lhes fazem, mas bem. Eu acho que isso lhes deu o salvo-conduto.

P: Por que Madres e por que os pais não estão juntos? Como se decidiu esta...?

R: Ah, porque somos muito feministas. Não, não, essa é a pergunta dos últimos tempos. Os pais estavam [junto]. Eu te falo um par de casos, sei lá, te falo o da Hebe. Hebe tinha um... A filha tinha onze anos nessa época. O trabalho tu não podes deixar, o esposo trabalhava e fazia às vezes de dona de casa com a menina, depois outra companheira da quadra começou a cuidá-la, ela tinha uma menina da mesma idade, bom. Eu fico e que a Hebe vá, mais ou menos, porque eles cozinhavam, faziam outro tipo de tarefas. E nos cuidavam desde os arredores... Digo-te, o pai de um rapaz de quem eu conhecia a mãe e o pai, mas a ele não conheci – pois estava no exílio –, o conheci no México, me fez a última reportagem da rádio Liberación, não sei que rádio que tinham os... Os...

P: Os zapatistas?

R: Não, não, os argentinos no exílio, a tinham, sim, em Cuba acho, porém... Eddie Binstock, que agora nos tempos constitucionais foi Secretário de Direitos Humanos aqui na Província de Buenos Aires. O pai dele, tu sabes que função tinha? Porque o casal tinha ficado sozinho, tinham-lhe levado o filho, tinham-lhe levado a nora, o genro teve que ir para... O filho, o outro filho, teve que sair do país, nos contava. E sempre nos lembramos de um dia que... Quando o grupo já se dispersava, íamos caminhando e falando: - Eram vinte e oito, hoje vinte e oito -, veja como começamos. E aqui em La Plata, por exemplo, Delia, Delia Palola, era o único filho, a nora e o bebê tinham conseguido salvar, os tinham longe, e eles iam junto a todos os lados. Um dia de um calor insuportável desmaiou aí no mastro, ao pé da bandeira. Paramos, porque não sabíamos o que podia estar lhe acontecendo, reagiu... Agora morreu faz uns seis ou sete anos, mas eram... Depois há pais que ainda estão na... Comissão de Familiares, que militaram e tudo o mais. Eram poucos aí, mas tinham outro trabalho para fazer, cuidavam de nós. Veja um dia, quatorze de novembro de 1977, sim, [Interrupção] para apresentar as petições, eram cerca de duas mil petições. Às cinco da tarde, como no poema de Hernández, tinha que estar na Praça. Chegar, mas todos no mesmo instante, para acompanhar aos que, com uns carros, iam levar todos os papéis ao Congresso. No Congresso se reuniu um bom grupo de pessoas, mas elas também estavam preparadas. Para sair não nos deixaram ir pelo... Encarrilharam-nos para uma rua na metade da Praça do Congresso. Quando fizemos uma quadra, víamos que havia uns micros "60", são uns que fazem o percurso mais longo, e já passamos quando chegamos, a outra quadra estava fechada e fecharam esta. Em uma quadra, ficamos todos aí, e vieram os carros esses e começaram a nos fazer subir. Havia chamado a minha atenção que na vereda em frente de onde nós estávamos havia cinco ou seis pessoas, uma era uma mulher, as outras eram homens com porta-fólios, muito trajados... Que sorte que estavam aí, eram todos jornalistas estrangeiros, os levaram junto com nós. Fomos ao Comissariado 15, acho que é, porque eu estive no 5 e no 15. Parece-me que esse era o 15, começaram a nos identificar, ou seja, te levavam para aí uns que nem sequer eram policiais, eram estudantes da Escola de Polícia, tinham que tirar o anel, o relógio, me dizia: - Um relógio dourado... -, - De ouro -, eu lhe dizia, - Um anel prateado -, - De prata -, lhe dizia; e eles querem me tirar o papel higiênico. E eu: - Mas não, não vou dar, porque vou me enforçar com o papel higiênico? Eu... -, assim os tratávamos, de todo modo estávamos aí, se nos levaram pelo menos que se nos acontecesse mais teriam dado o gosto, mas... Quando olhávamos o grupo e isso, de repente começam a levá-los, a fazer-lhes reconhecimento, sai a notícia, dizem que Harguindeguy chamava como louco de lá, que apuraram, o que que tinham feito. Éramos cerca de quatrocentas pessoas aí dentro, e colocaram todo um ambiente cheio de escrivatinhas, e faziam passar um a um, todos. A mim perguntaram como eu me chamava e o que procurava; disse-lhe que procurava meu filho, não assinei nada, não sei o que escreveram nem nada. Saí entre a uma e às duas da manhã, quando eu saía também, porque como eram vários os que estavam trabalhando, saiu Azucena, a que tinha tido a grande ideia. E em frente estava o esposo esperando, Pedro estava sempre, também. E na volta nos leva a uma confeitaria, para beber algo, comer algo, e decidem: - Eles vão ficar -. Esse dia disse... Não sei por que, o que havia aí, Azucena disse: - Há duas coisas que gosto mais do que tudo. Desde que provei o champanhe, gosto muito. E gosto tanto de cantar, mas até que meu filho não volte não vou provar nem vou cantar -, e esse dia o outro filho estava, com a noiva, haviam ficado dentro do Comissariado, então eles ficaram. Por que o que fizeram: deixaram os jovens até de manhã, e houve um par de... Não de sacerdotes, não da Igreja Católica, mas de outra religião, que se negaram a ir. A um [deles] quase o quebram, porque se negava a ir, disse: - Não, eu vou ficar com eles -. E outra repressão que foi anterior a essa, havia sido em agosto de 1977, que em verdade esse ano fazíamos alguma coisa a cada semana, eu acho... Não... Estou me confundindo. Confundi-me de ano, agora recém, quando disse, parece-me que não é 1977.

P: Adelina, quando acontece o sequestro, o desaparecimento de Azucena e as outras companheiras, como vocês vivenciam isto?

R: Veja, muitas delas viram o que acontecia com as que estavam na Igreja, quando levam María Esther Careaga e Mary Ponce, está María del Rosario, porque elas se reúnem nessa Igreja, que

eram os únicos que te abriam a porta da Igreja. E Aída, Aída Sarti tinha estado até a noite com Azucena na casa, revendo e vendo tudo o que haviam feito, sei lá, e lhe disse: - Amanhã venho cedo -, para ir comprar o jornal com ela, por sorte que não foi, que chegou quando tudo já havia acontecido. A elas levam-nas da rua, há testemunhas que dizem que resistiram; que gritaram... E... Claro, era uma angústia... E parecia que havíamos ficado órfãs, porque era ela que promovia tudo Ou seja, todas levavam... Aqui tem um livro de Hebe, porque estiveram procurando quando fala de algo que eu propus que nos deu um resultado estupendo, mas todas, porque uma dizia - Li que vem Fulano de tal; vem a central sindical da Venezuela... Vem a tal hora, quem vai? Vá Fulana, Beltrana e tu, bom. Quem espera que saiam? -, tudo assim, na rua, nada mais, e o fazíamos. Fomos a hotéis de luxo e nos sentamos aí... Se as pessoas que estavam aí saberiam que esses senhores que estavam, que vinham os venezuelanos. Não venezuelanos, a Central é na Venezuela, mas abarca toda a América, é a Central Latino-Americana. E eu conversando com um deles, a outra sentada com o outro... E também íamos ao Café de... Tortoni. Acho que nenhuma de nós havia entrado antes, mas íamos aí, saíamos, nós nos reuníamos aí. E, além disso, porque sempre para encontrar alguém a quem comentar; a quem fazer partícipe de por que. Mas íamos aí para ver, para projetar a semana seguinte. Depois muito tempo, no início, depois da Praça a reunião era [na casa] de María Adela Antokoletz, que é uma mulher maravilhosa, que foi a Vice-presidente com Hebe. A mim foram me buscar no local onde eu trabalhava, foram me buscar no final de junho de 1977. Eu sem saber; a quinta-feira que ia a Buenos Aires fui ao jardim de infância, uma escola grande e um jardim de infância, eu era a diretora do jardim, mas em vinte de junho havia terminado tudo... Tinha estado no ato, cumprimentando os pais e tudo, mas eu, como havia assinado... Pedido a aposentadoria quando... Aos poucos dias [do que aconteceu] com Carlos, em junho já tinha que me retirar... E uma das ordenanças me encontra e me diz - Senhora, que está fazendo aqui?-, - Ah, não posso vir mais à escola, o que acontece? -, - Senhora vieram buscá-la ontem -. Detive-me. Leva-me à cozinha e chama a professora... - A senhora Marta não lhe avisou? -, claro, estaria procurando como fazer para ir, porque à vice-diretora que estava comigo em 1976 tinham-lhe levado o esposo de sua casa, que era um bancário, mas dez dias depois o tinham devolvido, de modo que sabia como era tudo, bom. E então eu falo: - Mas o que está acontecendo? -, e me disse: - Bom, ontem, na hora que vieram... Que tu vinhas cedo -, e não sei, vou dizer Juana porque não lembro o nome, Juana, que também era uma senhora, só que era mais gordinha, eu era bastante magra, loira, assim meio clarinha. Disse que a pegam pelo braço quando ela chega e lhe dizem: - Adelina Dematti acompanhe-nos -. - Eu não sou Adelina Dematti, eu não sou! -, mostra os documentos, bom. E aí começam a lhe perguntar onde mora; pegam a senhora, dizem - Não está mais? A senhora não trabalha mais aqui? Recebia chamadas de quem?... -, a mulher se arruma como pode e se vão. Havia dois carros, ela disse - Não é o que me pegou, mas a mim me parece que no carro estava o policial que antes era presidente da Cooperadora -, eu sempre penso. Eu morava há cinco quadras, por aí. Se realmente queriam me levar, não iriam com dados velhos, porque eu já não estava [no colégio], isso teriam que saber, e teriam ido até a minha casa para ver se eu estava; não sei. Era uma das práticas de ir a um lugar, como ir fechar uma vila, Brandsen, por exemplo, que fica aqui perto, eles cercaram casa por casa, revisavam, iam produzir temor. Isso eu acho, que aí há uma quantidade enorme de pessoal de uma escola de turno triplo, com muitas pessoas, muitos pais, fechemos a boca que isto é brabo. Mas todos perguntam se tínhamos medo e eu não... Não... Não sei se pensávamos nisso. Eu acho que não, que era sim uma inconsciência.

P: Sabiam que tinham que atuar...

R: Claro, que o mais importante era salvar o filho, encontrá-lo, ajudá-lo, que importava, e muitas o dissemos. Se tu perdeste o filho, de que te vale a vida. Mas também tínhamos outros filhos, então não é injusto, e veja, a nós o risco nos espreita muito... Não muito, quinze dias antes. Minha filha era militante da UES, a União de Estudantes Secundaristas. Tinha terminado em 1976, terminado sua escola secundária. Inclusive em 1975, quando Carlos foi delegado, um dos cinco delegados da passagem escolar, quando se fez a última passeata, que já não tinham quase no mês de setembro, minha filha nem sequer pode ir à passeata, porque sua escola era uma escola católica, não saiu, não lhe permitiram sair à rua, em outras sim, mas essa não. Pois ela terminou nessa escola, porque, como nós vínhamos de outro lugar, era muito difícil conseguir ingresso nos

anos superiores, de modo que fez os dois anos finais aí. E ela continuava com sua... E no dia quinze de abril de 1977 disse - Mãe, minhas companheiras... As levantaram -. E que fazíamos. Eu até então... Tu pensas... Nada, sei lá, isto ocorre a outro, estes jovens bons... Sei lá, nós não avaliávamos. Nós tínhamos um vizinho, que dava na medianeira da nossa entrada, que quando eu vi isso disse - Que vizinhos há aqui... -. Cinco ou seis fios de arame de pua, mas uma divisória muito alta. E meu filho tinha me dito - Há um escritório de polícia aí -, estávamos em novembro de 1962/1963, isso se dava em 1962, mas nunca vinham. Mas agora, em 1976, já a partir dos primeiros meses da ditadura, começa a aparecer na esquina um patrulheiro dia e noite, dia e noite. Um dia diferente, tinha vindo à minha casa uma sobrinha minha, e em vez de vir minha filha sozinha, como ia e vinha, vinham as duas, mas... Às sete da tarde, assim. E as pararam e lhes pediram documentos. E eu não sei quem era que morava aí até que Carlos desapareceu. Era Etchecolaz, o chefe máximo da repressão da província de Buenos Aires. No terraço, aí tinham guarita, e quando a moça que trabalhava na casa estendia a roupa subia com um uniformizado aí, para estender a roupa. E nós pelo corredor, eu estava no primeiro andar, no fundo, quando essa noite me... Me... Quando minha filha me disse isso, pensei - Agora não se pode fazer nada, se chegamos a sair de noite, como fazemos, vão nos seguir, aonde vamos? -, de modo que arriscamos; eu me deitei, minha filha se sentou ao lado da cama, e à primeira hora da manhã eu falei - vamos procurar uma pensão, alguma coisa. Eu podia levá-la a City Bell, a casa de minha irmã, mas era como entregá-la, por que... E tinham levado Claudia Calcagno, que ia ao Normal 3, e levaram uma preceptora daí. E também em outra data, mas me parece que foi no mesmo dia, levam a uma muito conhecida e amada professora de história, que não voltou. E Cecilia Salomone e Angélica Cañas. Angélica Cañas era igual, estava em uma escola secundária, porém era mais velha que as meninas. Já era mais formada politicamente, uma menina que na família mataram depois a mãe, a irmã grávida, e a ela sequestraram esse dia, e em agosto desse ano eles desapareceram um dos irmãos, de modo que dizimaram a família. E havia um lugar que me pareceu que era... Levei-a para uma pensão, inventando que vínhamos não sei de onde, que eu era a tia, que vinha para estudar... Depois, depois, nos rimos, me disse: - Mãe, quando abri o placar letreiro tinha todos os escritos do ERP -. Aí, isso era quinze de abril. No dia vinte eu vinha de... Ainda não... Veja, em abril ainda não tinham me dado o passe, eu havia necessitado mudar de La Plata, mas tinha uma preceptoria em uma escola técnica. E todos os anos demoravam em me dar o passe provisório, que em realidade por lei tinham que me dar, o mesmo que o de maior hierarquia, mas bem. Chego por volta das dez da noite e a porta estava quebrada, o vidro. E eu disse - Ai, outra vez os meninos jogando -, era uma porta de grade com vidro, já tinham quebrado com uma bolada. Mas quando olho assim, saía luz do living de casa. Eu deixava luz sobre essa porta para quando a abrisse de noite, estava tudo bem, mas... Como saía luz? A porta estava aberta, não havia ninguém na casa. Então cometo o erro, porque a família que morava no andar de baixo teve que ir para o exílio. Um casal com duas meninas. E fazia pouco que tinha vindo uma senhora mais velha com uma filha, que pelo que se via era professora ou algo assim, totalmente desconhecidas. Eu vejo isso e bato na cada delas: - Que é? -, me diz, - A senhora [do andar] de cima, vocês não sabem se aconteceu algo na minha casa? -, - Não sabemos nada! Não sabemos nada! -. Ai Deus, queria morrer. Fui à casa da minha vice-diretora, que ficava a duas quadras e meia. E eu lhes falo - eles já haviam passado a experiência que te disse no ano anterior, de que o sequestraram aí na sua casa - lhe falo: - Olha eu não me animo a entrar, a porta está aberta, aonde vou? -, me dizem não, não, não, não, - Agora vais dormir, comeste? -, bom, eles tinham um aposento, eu fui dormir. De manhã saio e vou imediatamente a um... Não é Comissariado, é algo mais... Uma coisa da polícia que ficava aí, que é a que correspondia; então eu lhes pergunto se havia acontecido algo, se havia tido um caso ou algo, porque na minha casa se passava isto, se podiam ir... - Ah, ontem de noite, sim, parece que deram uns tiros por aí -, qualquer coisa, e me dizem: - Mas não corresponde, tens que ir ao Nono Comissariado -. Então minha amiga me disse - Eu te acompanho -. Fomos ao Nono Comissariado, um oficial me atende, digo então como... Eu falo que moro com minha filha, mas que minha filha está passando uns dias na casa de minha irmã em City Bell, de modo que eu chego e estava sozinha e havia luz, como se tivesse alguém. Bom, já vamos ver. Anota, sei lá, me levam a um guarda. Mas quando chegamos se vê a porta quebrada e sei lá, e abre com... Eu não sei como estes entraram, ah, de dentro se poderia, porque não tinham chave, mas tinham entrado. E me disse: - Espere aqui -, não me

deixam subir. Vão e depois me buscam. Disse – Não -, ele pensava que minha filha poderia estar morta aí, não sei, que tivesse vindo e algo tivesse lhe acontecido. Entro, a porta estava quebrada, o que tinham feito a havia quebrado, assim. Tinham deixado a cachorrinha presa, nada em realidade estava revolvido, mas no dormitório de minha filha, na escrivaninha, havia cinco fotos suas de meus álbuns, de minhas caixas de fotos, em diferentes episódios, digamos. Eu digo: - Bom qual eles levaram para localizá-la, não sei, mas a amostra eles já me deixaram, já sei o que eles vieram pegar -, não precisava... Ah, meu filho, Angélica, nós a chamávamos Tita, que faltava desde o dia quinze de abril, e isto já era no dia vinte, meu filho me havia dito quando soube por telefone, lhe disse - Bom, não venha para casa -, ele me disse – Mãe, vai para cima, vai para a peça de cima para ver se tem lago -. Era a porta que chamam o quarto de serviço, havia um grande terraço, um espaço para a máquina de lavar roupa, o tanque, tudo... E um aposento. Duas pilhas assim de panfletos [...] para apresentação. A mim me deu como que um ataque, como faço para tirá-lo. E faltava um par de mocassins novinhos que estavam aí, porque eu tinha visto, o único que fiz foi tirar a roupa de cama, dobrei o colchão, pois aí não dormia ninguém, a menina ficava às vezes. E comecei a rasgar papéis e a tritura-los na máquina de lavar roupa, então as mãos me doíam que não dava mais, e, além disso, tinha que ir as cinco e pouco tinha que ir à escola, era entre um turno e outro. E eu falo - Não, isto não pode ser -, então busquei papel de forrar, esse marronzinho, um especial. E faço dois pacotes assim altos, eram assim os panfletos, que não lembro nem remotamente o que podiam dizer, nem guardei um para mim, desses não guardava. Os amarrei com fio sisal, e falo - Essa noite os levo para a rua e os deixo por aí -, esse é o dia em que foram a casa. Em cima, para entrar nesse aposento, empurraram a porta e a janela, meio romperam. Olharam tudo, mas passaram por cima, estava... Os dois pacotes estavam aí, e não lhes deram bola. Não sei como posso estar... Se os tivessem visto, não poderia estar lhes contando. E sim, os tirei de noite, os coloquei em uma árvore qualquer, e que o lixeiro os leve, não sei, mas era que o dia não te tocava. Porém, em junho, quando vou à escola, e me dizem que tinham ido me buscar, como era quinta-feira eu aproveitava para sair para lá, contolhes e me dizem - Não volta, não podes voltar, não vai ir te entregar -, uma delas, sei lá, juntam dinheiro, me dão o dinheiro, me dizem - Bom, escolhe um hotel econômico daqui da Avenida de Mayo, fica aí -, e bom, fiz assim, sem contato com ninguém, me sentia... Mas também me aconteceram coisas incríveis. Eu tinha uma sobrinha quase da minha idade, cinco anos mais nova, que já faleceu, que morava em Boulogne, e eu telefono para ela para lhe dizer: - Estou em tal lugar em Buenos Aires, não sei ir de ônibus, sei ir ao trem que ia sempre, mas como faço daqui -, ele me diz - Pega tal ônibus, número tal... -. Estava procurando onde seria a parada, o ônibus, comecei a caminhar, por aqui não pode ser... Não, o que eu procurava era o endereço que me haviam dado no APDH.²⁰⁴ Procurei; encontrei-me na zona das Embaixadas... Volto, e no cruzamento de uma avenida, fecha o sinal e vejo o número do ônibus, falo: - Vou para Boulogne -. Faço sinais ao motorista, se posso subir estando aí, e ele me diz que sim. Olho assim, a fileira estava vazia e eu me sento aqui com outra pessoa do lado. O ônibus partiu, andou um par de quadras e alguém se atira por trás de mim - Adelina, Adelina! -. Minha nora, que estava se escondendo em Buenos Aires, que tinha ido ao Onze para comprar uma carteirinha, porque tinha uma branca, chamava muito a atenção, com a qual tinha saído de casa quando foi buscar Carlos, porque demorava em chegar, e vê que não tinha chegado à casa dos amigos. Os três partem imediatamente para Buenos Aires. A jovem tinha... Seus pais tinham um apartamento em Buenos Aires, e minha nora começou a trabalhar em uma pensão, começou a trabalhar na limpeza, e lhe davam hospedagem aí. E esse dia falou: - Ia voltar caminhando -, já estava com cinco meses... Mais, porque era junho... Cerca de seis meses de gravidez. E fala que viu que era muito e pegou esse ônibus. E eu havia colocado a mão, assim, e ela disse – Ah, essa mão, há duas mãos iguais, as de Adelina e as de Carlos -, ela dizia, e falou - Mas não vou me influenciar -, e depois olha e... - Essa sacola é da Adelina-. E aí descemos em uma igreja, e essa noite foi comigo, dormiu no hotel, aí me contou, pela primeira vez pude saber tudo, como Carlos tinha saído de casa, por que tinha saído, onde tinha ido e não havia chegado. E não sei...

P: Adelina, quando tu viste tua neta pela primeira vez?

R: Bom, havíamos estabelecido uma forma de nos comunicar, como também quando acontece

204 Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos.

isto de María e imediatamente quinze dias depois ao Carlos; quando eu me encontro esse dia assim, fazemos uma conversa com minha filha, ela me disse o dia, a hora, tudo - Diz para a María onde estivemos comendo pizza a última vez -, bom, aí se encontraram, e eles começaram a... A... - Que fazemos? -, e bem, minha filha, que eu a via fazendo malabarismos, ela esperava em uma rua, eu ia a um ônibus, descia, o menos possível, porque não sabíamos se poderiam ou não nos seguir. E ela me disse - Mãe, vamos ir -, bom. Ela recém começava uma ligação com Martín, esse que era irmão de Angélica, que às vezes ficava em casa, a que está desaparecida, e que no mês de agosto desse ano matam a mãe, a irmã grávida e sequestram o irmão, Santiago. Ele se safou porque chegou mais tarde em casa, porque se não, não teria essa história, que faz vinte dias declarou aqui no Julgamento do circuito da Polícia na Província de Buenos Aires. E disse - Bom, vamos nos organizar, mas vamos ir com Oscar -. Oscar era um rapaz de Mercedes, o companheiro de militância até o último momento de Carlos, de modo que eles dizem - Vamos embora -, eu fui lhes levando roupa, pessoas amigas os levaram, os acompanharam, tudo entre várias pessoas. E Oscar que era mais... Era criativo, ele ia e dava voltas nos motoristas de ônibus de que o correio, sei lá, dava cartas para que eles despachassem em Buenos Aires, dava-lhes uma propina, e alguns guardavam a propina e as cartas não chegavam. Mas em General Belgrano, nós tínhamos um casal amigo, que é um povoado que fica a uns quantos quilômetros daqui de La Plata, mas se pode ir rapidamente de ônibus e tudo, que às vezes eu, quando me fazem ficar em Buenos Aires, às vezes ia lá o final de semana, então, sobretudo, porque depois de... Cerca de um mês e alguma coisa no hotel, María Adela me disse - Bom, decidi com minhas irmãs te dar uma pensão econômica, a partir de amanhã podes ir à minha casa, porque ontem se foram para a Espanha minha filha e minha nora, tem lugar para ti -, eles me abrigaram, e hoje ia te dizer que era aí onde se faziam as reuniões depois das quatro e meia... Das quatro, na Praça, íamos para aí, que era um grupo... Eles tinham uma mesa grande, mas... Nós éramos mais de oito. Nem todas as que vinham participavam nas reuniões, já tinham em Buenos Aires um sistema de telefones para se comunicarem, e como eu tinha o telefone da escola, porque na minha casa ainda não tinha e tive a... Eu, para voltar nessa escola, até outubro não fiz isso. E haviam me mandado mensagens, o meu chefe de preceptores, para que eu fosse que iria me sentir melhor com eles do que estando sozinha, que sabiam que eu precisava de um dia, que o podia tirar, me deram tudo. E o telefone, porque houve até ameaças que me faziam... Nunca, eu estava aí, atendiam ao telefone - Ah, não sei se a senhora veio hoje, porque estamos em outro andar, vou chamar... -, sim, atendiam. Aí usávamos o telefone para minhas reuniões com as Madres. E também no salão de beleza onde eu tinha ido muitos anos, o cabeleireiro tinha me pedido que eu fosse; eu fazia massagens, tenho uma perna com problemas, e falou - Vem, vem e tem o telefone daqui se tiveres que fazer consultas, se tiveres que fazer chamadas, tu vens como se fosses a cliente de antes -, e até me presentearam inclusive com um belo poema de Alfafuerte,²⁰⁵ para me dar um pouco de vida.

P: Sempre houve pessoas que foram solidárias não é?

R: Sim, nós, agora com o tempo, ao evocar, pelo menos vamos descobrindo que havia coisas... Ou seja, não podiam ser visíveis nem nada, a mim uma vizinha aí onde eu estava, está bem, tínhamos sido colegas, eu tinha sido superior dela, tudo, mas não tínhamos amizade digamos, uma referência de trabalho e nada mais. Quando eu voltei depois, de junho a outubro, que todos achavam que eu não estava mais, bom, primeiro as meninas que me fizeram uma festa - Adelina veio, Adelina veio! -, e depois me obrigavam a fazer uma refeição no início da noite com eles, que eles se acostumaram a fazer isso, iam me buscar e eu vinha. Se eu vinha de uma reunião: - Adelina não suba ainda -, me alimentaram; alimentavam-me a alma também. Esses gestos, não de todos, porque outros te fechavam a porta. Eu, minha irmã que morava em City Bell, que... Bom, tinha amor pelo meu filho, é a... Era a madrinha de minha filha, sempre tivemos... Íamos como se fosse nossa casa e tudo o mais, minha irmã se aterrorizou de tal maneira que não vinha, me fazia vir, e eu via como ela estava, assim. E eu um dia lhe disse: - Alicia, eu não vou vir, eu não posso te trazer o terror -, como não o levava para ninguém, não fui a nenhuma parte, mas depois sim, permanentemente, a Chivilcoy, com minhas outras irmãs, que, além disso, vinham às vezes nas quintas-feiras para me ver na Praça. Isso é impagável. Porém, formas diferentes de personalidade, ela teria dado qualquer coisa para ter feito, mas o contato a... Eu vi que não era...

205 Pedro Bonifacio Palacios, conhecido pelo pseudônimo de Alfafuerte, poeta argentino, faleceu em La Plata, em 1917.

Então me telefonava, e eu lhe dizia: - Não, não, não, não vou, não posso -, além de que não tinha muita vontade de ir a outro lugar que não fosse a Praça.

P: Adelina, tua filha, tua nora, tua neta estão fora... Como vives essas ausências?

R: Bom, recém dizia que me chegou essa carta, me mandaram uma carta dizendo que no dia vinte e quatro de setembro María Florencia tinha nascido. Claro, eu não sabia nem quando ia vê-la...

P: Era tua primeira neta...

R: Era a primeira neta, porque estava grávida de... Ou seja, se casam em julho, engravida em dezembro, e em maio estava com quatro meses e meio de gravidez dessa coisinha que ele dizia... Como era... Agora não me vão sair as palavras. E bem, e passa... Eu digo - Ah, minha neta nasceu -, ou - Nasceu um nenê -, porque não sabíamos o sexo ainda, nessa época. E numa quinta-feira, porque elas antes de irem lá tinham estado vendo, tínhamos feito uma missa por Carlos e tinham visto algumas caras aqui em La Plata e tudo. E duas companheiras, Lidia e Laura, quando chegam me dizem - Adelina, tens que ir à Catedral, vamos te acompanhar, que não te ocorra fazer um gesto nem nada, te controla que tem umas pessoas que te esperam aí -, eu não tinha nem ideia de quem poderia ser nem nada. E me acompanham, quando eu entro se levanta lá adiante duas coisinhas pretinhas, assim, com um vulto, e elas se vão, - Atenção, te cuida -, bom. E vem... Era Florencia, que tinha um mês. Bom, onde estão; como estão; precisam se instalar; não, já estavam. E nos vemos, eu não sei se são três, quatro dias, eu falo, tiro as primeiras fotos de Florencia em um parque e digo para minha nora: - Veja, nós estamos ajudando a tirar pessoas, há sempre militantes que ainda ficam, alguns vão nos dizendo como fazer as coisas -, Hebe me havia contactado com uma moça que era do grupo de militância de seus filhos. Disse: - Bom, vai ir a Adelina que tem... Usa muitos anéis -, eu ainda usava... Era uma coisa que não... Parecia-me que não podia deixar porque - Este o Carlos me deu de presente, este... -, eu todos os dias me... Agora os coloco para sair, mas antes os colocava... E ainda os usava, e ela se... Não deixa nada passar. Tinha visto e então eu ia, entrei no Tortoni pela Avenida de Mayo, e ela tinha entrado pelo outro lado, fazendo assim, e não sei o que ela me disse, e era formosa, uma jovem formosa. Para tirar uma médica com a filha, que era filho de um pai que também vinha à Praça, era o único que queríamos, porque vinha de Mercedes, a senhora não podia vir, vinha sempre ele, todas as quintas-feiras. E estava desesperado porque a filha estava em perigo, já tinham perdido o filho e a nora em La Plata, e bem, eu fiz o contato para que fossem com eles. Sim, a jovem saiu do país. Então eu lhe digo - Veja, se pode alguns sempre... -, muitas pessoas tinham saído; isso havia me tocado diretamente. E disse - Eu já lhe digo que sim -, ela me disse, mas... María, que... Como ela fazia, pois era mais arriscado, possivelmente por sua militância ou pelo que estava faltando... Não sei, coisas que não se pode avaliar, porque não se sabia o que estava acontecendo do outro lado, então se vão com isso. Falei com María também, ela me disse - Vamos ver, não sei -. Eram quatro e a pequenina. Como ao mês acho, mais ou menos, veja a solidariedade das pessoas. A mãe de uma jovem que tinha sido assistente social em outro Jardim, que eu tinha sido diretora antes, em Brandsen, que era onde tínhamos morado antes de vir para cá, nós tínhamos o telefone dela, as jovens tinham e tudo, porque naquela época era muito difícil conseguir os telefones. Nós estávamos esperando que terminassem o apartamento em que iríamos morar que era nosso, e que diziam que iam colocar telefone. Anos depois colocaram. E então essa senhora me telefona, jamais tinha sido, e me disse - Adelina, hoje tu tens que vir almoçar conosco, não vá me dizer que não, porque tu sabes tudo que eu te devo; que nunca vou ter; terminar o gesto que tu -, toda uma história. Digo-lhe - Mas Zoraida, a esta altura... -, - Não, não, não, mas lembra de como é o meu marido. Que ao meio-dia temos que estar prontos para comer -, bom, eu lhe digo, tinha uma amiga e um amigo aí na escola, falo - Veja como é -, e ele fala: - Estes são teus filhos. Disse: - Adelina, hoje tu recibes a aposentadoria não é? Vai... Primeiro já estás confirmando que estás indo -, me trazem o registro - Vai receber e vai ao da senhora esta -. Como bruxa. Ao meio-dia tocou o tele... Quando vou, me disse - Sim, vai almoçar aqui, mas vão ligar seus... Sua filha vai ligar -. Ao meio-dia me ligava de Buenos Aires, me disse que nos encontrávamos onde estava da outra vez, disse - Traz roupa -, eu saí como estava de La Plata para encontrá-la. Queria levar toda a roupa que tinha. Alicia, uma amiga minha, e Aldo, um amigo, cada um em seu carro. Eu

não sei, nem eles tampouco, não sabem com qual dos dois eu fui, sozinha com minha carteira, e o outro acomodou as sacolas aí. Uma vez em Buenos Aires já era diferente, mas não sabíamos se eu saio com sacolas, se não me... Isso era, porém... Não era... Não me assustava – Não, não vou fazer, porque se me... -, a sensação de perigo existia, mas acho que a nenhuma nos penetrou como para fazer com que ficássemos quietas. E fomos, e disse - Tem que averiguar -, porque se falava que na fronteira, que controlavam. Lógico, mas já havia passado um ano e meses do golpe. Algo havia afrouxado. Então, como tirávamos o nenê do país era grave, porque a Pátria Potestad era do pai, não era compartilhada como agora, que mudou com os anos. E onde estava o pai? Eu também, fazendo uma história de um sobrinho que abandonou a mulher, tinha conseguido que me explicassem como devia fazer para que se registrasse uma criança sem a assinatura do pai. E me disseram, e a nenê está registrada em Paraná, nasceu, é entrerriense de nascimento. E nos documentos, no DNI não fala quem são os pais, e eu digo: - Se ela é María Florencia Alaye, tu és María del Carmen Alaye, és menor de idade, eu tenho minha caderneta onde diz que meu marido está morto, eu sou tua tutora, e assim vamos sair -, porque na escola, como eu manuseava documentos e tudo o mais, eu reparava nisso. Isso nos deu a possibilidade. Compramos as passagens, então eu disse – Que velha complacente, a bebê tem... Um nenê de oito meses -. Compramos as passagens, os rapazes haviam estado averiguando outras coisas que tinham que ver – Che olha, queremos sair no final de semana com as garotas para o Brasil -, coisas assim, como para... Dizem-nos: - Não, não há controles, não há controles -. Bom, falamos para a minha nora - Vai imediatamente, nós temos este e este, fica com o do lado, porque se acontece algo com o bebê de noite... -, Mas como ela, a tia, convivia com eles, era factível. Mas tínhamos que ter um cuidado bárbaro, porque veja, se o bebê começasse a gritar “Mamãe”, era tudo complexo, e estes dois meio disfarçados de turistas conseguiram no mesmo, sentados na frente. Tudo isto até que cruzamos a fronteira, que depois todos voltamos. E fomos a Copacabana, que era onde ficava o lugar digamos... As Nações Unidas tinham sua representação aí.

P: Que era o ACNUR, o Comissariado de Refugiados.

R: Sim, ACNUR. De modo que fizemos os primeiros trâmites, eles já começaram a procurar, souberam onde tinham que ir, lhes deram referências, um dos rapazes, Martín, se encontrou com um companheiro dele de luta, que achavam que estava morto, que estava, e agora o filho anda dando voltas com nós, já é um homem, mas... Ele também nasceu na França. E bom, os brasileiros absolutamente abertos, entendiam tudo, disseram que haviam tido que colocar um escritório exclusivamente para a Argentina, porque no ano anterior dizem que passavam até dez famílias por semana, eles davam cifras escandalosas digamos, se se tem em conta... Não sei os dias que pude ficar, regressei, e os pais da minha nora foram se despedir deles, por que... E tínhamos organizado para batizar o nenê, não, na minha segunda viagem... Quando eu os deixo, aí está, depois me disse - Mãe, nós viemos morar em um povoado da costa, se chama Muriqui, tens que fazer tal e tal coisa para vir -, bom, é aí aonde eu vou, onde entro no mar com o nenê, onde tomamos banho de mar de noite, e estávamos tentando... Eu pelo menos, de que eles partissem o mais tranquilo possível em relação a mim; de que eu estava bem; que ia poder continuar; que partissem com tranquilidade; e organizamos para batizá-la em uma igreja daí. Mas eu não iria comparecer; isso iria compartilhar os outros avós, de modo que fiz todos os recados muito diferentes aos que foi o dos pais, isto era um chamado a uma troca, a uma resposta, a uma vida.

P: Adelina, a partir desse momento, tu ficas sozinha aqui com as tuas companheiras? Bem, claro, com tuas irmãs também. Mas tu estás sozinha...

R: Sim, absolutamente sozinha.

P: Tens correspondência com tua filha, sempre tiveste? Notícias tu sempre tiveste; de alguma maneira sempre chegavam.

R: Sim, conectados, nós nos telefonávamos, eu telefonava todas as vezes que podia. Todas as coisas que havia que fazer. E depois aí vem a necessidade de vê-los, desde longe. Mas tu querias saber algumas outras coisas mais relacionadas com isso. Eu, veja, estou contando minha vida.

P: Está muito bem, está muito bem. Dizes-me, tu também juntavas... Tu guardavas todo o material que tu reunias, e isto é algo que foi muito importante e está sendo muito importante nesse momento, ou seja, estes registros...

R: Veja, já em 1979, quando o grupo começa a se organizar como Associação, começa a se fazer organicamente, e o arquivo da Associação de Madres é algo que... Acho que já está digitalizado, porque quando começamos com o meu, em 2007, uma coisa assim, ou antes... Também começaram a vê-lo, mas não sei, pois não tenho contato com a Associação de Madres. Cada... Porque aí vinham de todas as províncias, os pedidos vinham de todos os lugares, e isso é o que há, e o restante. Eu, com relação às fotos, fotos que eu tirava; fotos que entreguei aí.

P: Tu sempre estavas com a maquininha.

R: Sim, eu tenho que... Sai um livro e quando vejo falo: - Esta foto é minha! -, e diz "Autor desconhecido", e essa eu digo que é uma das melhores fotos que eu fiz que saiu com estética, mostrando a luz e o resto. As demais são constâncias, provas de um fato. Mas fotograficamente não, não são boas... Perdi-me.

P: Sim, dos registros que estavam...

R: Ah, bom, e eu trabalhei como professora; trabalhei como preceptora; fui quatro anos inspetora de ensino; fui um montão de anos diretora; o que se faz na administração, sobretudo aí? A assistência, livros, tudo, eu... Tudo com cópias; se precisas levantar um pedido; se precisas fazer um trâmite de qualquer espécie; eu sempre guardei uma cópia do que fazia, também para eu controlar o que me falta, quando tenho que ir perguntar algo. Era um hábito já instalado que fui aplicando nisso. E dentro de tudo, eu o tinha bastante ordenado digamos, por que... Mas quando muda, quando vem o processo constitucional, que todo mundo queria, vinham na casa, vinha uma jornalista, viam algo, tiravam. Uma vez que tiravam... Eu depois deixava tudo aí... Quando... Aí veio o Jorge. Quando eles vieram ver, porque a Graciela, psicóloga se não me engano, vai um dia na casa, porque antes eu morava em outro lugar, digo, por isso, agora estou na minha casa, mas... Foi à minha casa com as pessoas da linha fundadora das Madres de Plaza de Mayo, porque eu tinha lhe dito - Eu tenho centenas de fotos -, elas, ao separar-se, não ficam com nenhum registro, salvo os pessoais que tiveram, falo - Mas eu as dou para vocês, porque vocês têm uma instituição, vai ficar -, então disse não, nos fazemos parte do Memoria Abierta, que é uma organização, e nos disseram que é melhor digitalizá-las, que tu ficarás com as fotos. O dia que vêm, aí, em uma mesa enorme, começamos a colocar as fotos, começaram a ver. E Graciela vai à garagem da casa, onde eu tinha todas as caixas com todas as coisas. E começa a olhar, e depois me diz - Que vais fazer com tudo isso? -, - O dia que eu morrer minha família vai queimar tudo no pátio e... Aí está... Não sei -, e ela disse - Autoriza-me a que eu averigüe? Por que... Nós estamos trabalhando em muitos lugares com isso, e aqui têm documentos que ninguém guardou. Eu acabo de descobrir isto... -, ela disse, e eu digo - Olha, se tu achas que é útil, sim, dá-lhes -, bom, o apresenta, procuraram algumas coisas... Conseguimos um pequeno donativo do governo, para digitalizar, não chegava para nada, mas... Porque o Ministério de Educação da Nação apoiava projetos, e especialmente como este era um projeto de direitos humanos, e estava recém abrindo, e o que tinha o manuseio do... Havia um corpo consultor, mas a decisão final a tomava alguém que é um ex exilado, com toda uma história de luta e com uma preparação, que agora... É... Kirchner... Um cargo importantíssimo ganho à força de bom trabalho. E bom, uma amostra do que havia, o apresentaram em Memoria Abierta, o apresentaram na Secretaria de Direitos Humanos da Nação, e eles decidiram incluí-los no pedido de designação da Memória do Mundo da UNESCO, com o das Madres, das Abuelas. Ah, não sei se Madres se apresentou ou não, me parece que não, mas Abuelas... E duas, uma Madre e uma Abuela, porém a única que não tinha um respaldo de organização era eu, a outra abuela é Chicha Mariani, a que iniciou a trajetória das Abuelas, fundadora e tudo, mas ela constituiu um grupo de... Uma ONG, Anahí, que trabalham, sobretudo, a memória, e, sobretudo, o que as crianças... De modo que fiquei sendo o único caso de uma Madre, e em setembro, acho que de 2008, quando declaram todos os arquivos Memória do Mundo... A obrigação é doá-lo para um espaço que o mostre...

P: Que o torne público.

R: Sim, e este era a Província de Buenos Aires, e todo o mundo pensava que era o mais lógico, porque sempre vamos todos a Buenos Aires, e bom, está aí.

P: Diz-me uma coisa Adelina, tu és Madres de La Plata?

R: Sim, nós, quando nascemos, éramos um movimento. Às vezes é melhor que as estatísticas não existissem, porque quando vemos as das vítimas da República, La Plata é a cidade que teve maior quantidade de vítimas, entre presos, assassinados – tem mais de trezentos assassinados – e desaparecidos. Só a lista da Universidade de La Plata tem mais de setecentas vítimas. E bem, portanto enchíamos um vagão, um vagão e meio do trem das 14h15 para chegar, para estar às três e meia na Praça, pegávamos esse trem às quintas-feiras, e se estivessemos muito apressadas por aí pegávamos um micro, mas no trem o que acontece é que íamos de pé, mas íamos já, porque tampouco fazíamos de grupos grandes, não se podia, faziam hoje em uma casa, hoje em outra... Quando eu me mudei ao que era o lugar que teria que ter estado desde antes, o edifício estava terminado, mas não haviam entrado... Havia muitos poucos habitantes que entraram, e tinha a possibilidade de que da porta da entrada se visse o elevador de todo o edifício, são doze andares. Mas do lado, que não se vê do lado de fora, fica o elevador de serviço. E esse era o único que estava funcionando, o que acontecia com isso? Que as pessoas que entravam não sabiam aonde tu ias, então nos dava uma cobertura, se vinha o pai de uma moça, que era um livreiro muito conhecido, e que inclusive um empregado dele, que era da Terra do Fogo, está desaparecido. Eles procuravam, então vinha a casa e me dava os dados. Este outro, assim, e nós nos reuníamos em quatro, cinco aí. Mas o lugar aonde nós íamos, mas em turnos também, era a casa de Hebe, no início sempre íamos à casa de Hebe.

P: Uma pergunta que te faço muito respeitosamente. Faz três ou quatro dias, agora, identificaram os restos de outro desaparecido. Teu filho desapareceu. Por sorte, tiveste tua neta, tu não és uma abuela apesar de que são todas da mesma geração. Adelina, o que se sente cada vez que se restitui a identidade de um neto, que poderia ser... Enfim, é a geração da tua neta, ou quando se identificam os restos de alguém tão procurado? Digo, que é que se sente coletivamente?

R: Veja, quando aparece um neto é uma festa para todos. É uma festa porque é a vida. Mas eu estou em crise com respeito a se o reconhecimento dos restos é o que deveríamos fazer ou não. Eu o entendo mais agora, o pensamento de Hebe, o que não aceito de nenhuma maneira é o voluntarismo dela de: - Não temos que recebê-los, não temos que fazê-lo -, proibi-lo... Porém ela sempre disse e sustenta – e um de seus filhos faz muito tempo que se sabe onde está e tudo e ela não o removeu, e é válido – algumas pessoas diziam, pessoas que viajaram à Europa, que viram na Itália este famoso do último dia de quando a guerra tinha terminado, como solucionaram o de colocar os restos ou deixá-los... Eu falo que agora estou em crise porque eu pensava que... Que bom, mas eu falo: para a Justiça, que é a que trabalha com isso, eu acho que com uma só morte temos que cobrir todas. E vejo também que existe como que uma... Não sei... Não quero dizer nada que alguém possivelmente se sinta ofendido por minhas palavras, mas não é natural o fato esse de ir procurar um resto e... Não sei... Eu... Dá-me voltas à cabeça, porque não sei o que faria. Eu não fiz a amostra de sangue, minha filha não a fez, nem ninguém. Há um antecedente, nós acreditamos positivamente que Carlos esteve... Porque há um morto e há uma data, e há um lugar que coincide exatamente com ele, mas quando eu tive em minhas mãos o documento para ir, foi em outubro de 1982, esse túmulo havia sido erguido em julho, aos cinco anos terminam os... Os prazos para qualquer... E os NN mais... Talvez por isso, não sei, mas minha filha e minha neta e... Elas visitaram o lugar esse, como dizendo – Bom, esteve aqui até que terminou, mas depois o levam para Buenos Aires –, mas nunca, nunca, eu não me lembro de que nós, Madres, nos tenhamos colocado a falar profundamente o que nós faríamos; o que nós queríamos que acontecesse, nunca. Tudo isso apareceu pela ciência e pelo restante. Mas já te falo; pessoas, que há de tudo, diziam, teria que fazer uma designação, deixar, por que... Mas cada um quer o seu; isso é o que acontece. E nos deram outro sinal de desigualdade, porque nem todas vão ter, nem todos serão encontrados. Não sei, é uma coisa que teria que experimentar; estar nesse lugar e sa-

ber. Todos dizem - Fez-me bem tê-lo -, mas eu reparo que faz mal a outros acompanhar... Assim, por que... Ou seja, é como tudo, há algumas que soubemos como foi e até onde foi, e há outras que não sabem absolutamente nada, nem quando nem onde, nem como o levaram. E então o mistério vai prosseguir e o desaparecimento vai continuar sendo o mais perverso que o homem pode aplicar contra o homem. Olha que fizeram coisas.

P: Aqui há um registro recente, da tua história, um livro que Teresa Taborda escreveu, um livro que se chama “Adelina, a louca de amor na Praça”.

R: É um ensaio, porque está baseado na descrição de documentos gráficos e documentos escritos. O título tem a ver com lago que vivi. Estando eu no México, conheci a Naldo Labrín, um músico maravilhoso, de Neuquén, de uma província nossa do Sul, exilado com sua família, não sei se havia tido militância, nunca falamos disso, mas sim contatos com os grupos do peronismo montonero, e tinha um grupo de folclore que era famoso. Eu nunca sei nomeá-lo, nunca o vi escrito e não o retenho de ouvido.²⁰⁶ Ele havia feito uma música que disse que era o hino dos montoneros, de modo que foi passear no México. Esse costume argentino de... Porque temos tantas cruzadas de argentinos ao Uruguai, e bom, cada vez tivemos que ir mais longe. E este querer matizar isto é porque de dentro já não posso mais, então conheço Naldo Labrín, então disse: - Que velha complacente, o bebê... Tem um bebê de oito meses... -, e estava morando em uma dessas casonas mexicanas enormes, um piano de cauda maravilhoso, que lhe havia colocado o Estado mexicano, na qual conheci Miguel Ángel Estrella, que os uruguaios o tiveram em sua prisão de Libertad, ele ia praticar aí porque estava no exílio. E bem, havíamos conversado e ele me faz a pergunta, que hoje quase começamos a falar com isso. Disse: - Adelina, que vocês disseram quando as chamaram de loucas? -, e lhe disse - Veja, vou te contar a verdade de como era. Quando fomos blábláblá... -, e ele disse - E o que tu sentiste? O que sentes agora? -, e eu: - Sim, acho que éramos loucas, mas loucas de amor. De amor, porque não havia outra coisa que nos fizesse mover, nos movia a consequência do que havíamos gerado, é uma maravilha da natureza que a mulher possa gerar vida, éramos consequentes -, bom, isso ficou com ele. No ano seguinte, vou outra vez ao México, aí tinha minha neta, minha nora, minha filha, e me disse: - Estou por inaugurar um lugar de música argentina -, ele era, no tempo do exílio, foi o primeiro violonista de Zitarrosa, e quando veio... Quando recém regressou, Zitarrosa fez aqui em um teatro uma função, eu estive com ele, com a senhora e com Naldo, que tinha vindo de Neuquén, também. E também, já te conto, Zitarrosa o viveu muito diferente do resto, não disfrutou viver digamos, vivia angustiado, uma pessoa tão sensível, tão... É horrível. Bom, e me disse: - Porque eu quero que vás, porque eu quero que vás -, e sei lá. Ele ia inaugurar, acho que estava dando voltas por aí em dezessete de outubro, mas eu, em dezessete de outubro, que era um domingo e que era o dia das mães e tudo, e eu tive que partir, porque já não tinha mais licença, eu tirava licenças sem remuneração, mas chega um momento em te dão a baixa também; porque tinha que abrir o seu local a não o... Pode inaugurá-lo uma semana depois, me mandou... Este senhor compôs um tango, belíssimo, que se chama “Adelina, a louca de amor na Praça”. Quando a Teresa vê este CD na casa, que Jorge também o tem, disse - Ah, que bom -, e me pede como entrar em contato, começa a entrar em contato, pergunta-lhe se lhe permite colocar o título, e sim, tudo. De modo que... Não por Naldo, mas pela Ministra do governo de Neuquén, estivemos na semana de março, do viste e quatro de março, apresentando o livro oficialmente lá, estivemos com ele, quer vir a La Plata para fazer a cantata das Madres no Teatro Argentino.

P: É um projeto?

R: É um poema, está aí, está no livro. É um poema de Tejada Gómez, que deve ter sido o mais belo de todas as coisas lindas que escreveu essa... E foi... Assistiu-se somente uma vez em Buenos Aires, na época de Alfonsín, e depois não sei. Ele lá foi Secretário da Cultura, mas tem coros, e isso, se dedica à música, tem um lugar que não sabes onde falta colocar um CD ou um... E faz música clássica, é um grande músico.

²⁰⁶ Naldo Labrín, músico que fundou em Buenos Aires, no ano de 1972, o grupo de folclore *Huerque Mapu*, que significa, em mapudungun, “Mensageiros da Terra”.

P: De modo que essa é a história do título do livro, e terminou o livro agora, faz pouco?

R: Sim, o livro estava pronto em 2006, mas não encontrava editor. Além disso, como estava inicialmente, era assim, de quinhentas páginas, foi se adequando... E agora o fazemos de bolso. Ela vai perder dinheiro, mas... Se pode vende alguns, eu os presenteio. Agora mandei pedir que me imprimissem alguns, é modesto, mas acho que é um bom conteúdo, porque pessoas que conhecem; que sabem e tudo me dizem - Como não conseguiram uma editora que o difunda -, porque diz coisas que ninguém pôde ver nem comprovar, não sei. É, por isso te digo, é um ensaio, está tudo extraído de documentos.

P: E é tua história...

R: E é minha história de trabalho em direitos humanos. Há um pouco mais, porém... A Universidade de La Plata me fez uma honraria que eu nem sonhava, sou Doutora Honoris Causa em direitos humanos pela Universidade de La Plata, com um público que eles imaginavam, mas que superou qualquer... Sim, essas coisas que nem pensas... Há três: Estela, Chicha Mariani... No mesmo Decreto, não no mesmo dia em que os dois Decretos saíram, mas tivemos nosso dia separado, porque para que os amigos e tudo, para que cada uma tenha sua intimidade. Fomos uma ao lado da outra e tudo, foi lindo. E tenho entendido que a faculdade de Jornalismo está impulsionando para nomear a Hebe, mas não sei se ela aceitará, porque ela não gosta muito dessas coisas...

P: Bom, Adelina. Muito obrigado. Tudo certo, eu acho que falamos de tudo...

R: Bom, falei pouco do resto da família, de María e isso... Mas ela antes dizia - Nunca fala de mim -, nas conversas, mas... Ela está, mas ela tem que ir...

P: De repente um dia a convencemos a falar.

R: Não, sabes que... Enganada! Não, não, mas... Disse-me... Sabia que também iam lhe falar, e me disse - Não, não -, trabalha muito. Quando eles recém haviam chegado fizeram uma lista de desaparecidos de La Plata para a Anistia Internacional. E uma pasta que lhe manda... Não lembro agora como se chama, Patricia... Não sei... Que era a que nesse momento presidia a Anistia Internacional, onde agradece à minha filha por isso. Tu sabes que há cerca de cinco anos, ou algo assim, vem o referente máximo da Anistia, faz um recorrido pela Argentina, vem aqui na Comissão pela Memória, estamos falando e eu lhe conto isso: - Ah, por favor, me dá uma cópia, porque há documentos que se perderam -, de modo que fizemos uma cópia e ele levou uma cópia. Disse: - Não sabíamos que faziam todos esses reconhecimentos e tudo -.

P: Ou seja, que ela também tem sua militância...

R: Não, ela militava e continua, perto, não... Agora são os filhos que estão, até esse piolho que está aí, que está no Centro de Estudantes da escola.

P: Adelina, então para encerrar isso da família, tua neta hoje mora aqui, está na Argentina?

R: Claro, claro. Minha neta... Eu os vi todos os anos. Quando Alfonsín ganha as eleições, já que começa um período constitucional, minha filha vem imediatamente, eu lhe digo -Vem nos ver -, e com uma autorização da minha nora para que a menina pudesse sair do país... Com ela, sair da sua residência no México. De modo que aos sete anos vem pela primeira vez à Argentina. E aí começa o... Bom, ficam todo o mês de setembro, que são as férias no México, vão embora, e poucos dias depois minha filha me disse - Mãe, eu tenho a passagem de volta, viajo dia quatorze de novembro-, foi, não trouxe nem um certificado de estudos, nada. Juntou suas coisas e veio. E Florencia, exceto um ano em que a trouxemos duas vezes, todos os anos, uma vez veio com a mãe, já passados um par de anos, e depois vinha sozinha, aprendeu a vir sozinha. E às vezes as imprudências dos maiores lhe perguntavam - E de onde tu gostas mais, do México ou da Argentina? -, e com bastante critério ela dizia - Onde minha mãe está eu gosto -, mas quando foi crescendo, ela começou a se sentir mais argentina que mexicana, nós dizemos: não se pôs a namorar

com nenhum rapaz mexicano, as vezes que o fez foi sempre com argentinos, com argentinos lá... -, e faz quatro anos um jornalista daqui, que ele é... Agora assumiu na Universidade de San Martín, mas o fazia porque estava, ele é da imprensa do Banco da Província de Buenos Aires, a agência central, e tem uma hora em um programa nessas rádios comunitárias. Fez um programa de investigação sobre o trabalho escravo. Mandam-no para o México para o prêmio García Márquez e tira a primeira premiação. Ele vai recebê-lo, se conhece com ela, porque ela estudava Comunicação na Universidade, ele pede uns dias de licença para ficar lá, coincidia que minha nora vinha para cá, e me disse - Tua neta não te falou nada de um argentino? -, - Não -, - Ah, bom, já vai lhe dizer, já vai lhe dizer -, me falou, mas estava meio, parece-me que já tinha ouvido dizer que a filha queria vir. Minha nora estava se preparando para regressar no ano que se produz o golpe de Semana Santa de Rico, que lhe corta... Dobra o cotovelo do presidente.²⁰⁷ Por causa disso, em uns dias minha nora me diz - Não regresso; suspendo -, porque ela me havia dito - Eu saí correndo uma vez, agora vou com toda a tranquilidade, estou preparando o regresso -, disse, - Não, na Argentina não mudou nada, tenho medo, não quero -, de modo que decidiu. E onde ia ficar a filha? Com sua mãe. Ela já começava a dizer, já te falo, que gostava mais daqui, e bom, minha neta me avisa, me disse - Avozinha, vou à Argentina tal dia -, tinha feito umas vendas, vendeu o carro e não sei que outras coisas e vinha. O rapaz tinha ficado uns dias mais, porém tinha voltado. A atração foi boa, veio para cá, se encontraram, primeiro a instalamos aqui em um apartamento; e depois já, bom, como fazem agora, convivem, vão e vêm, não é uma convivência permanente, mas continuam bem, e a cada dois anos que se faz o prêmio de jornalismo do Rei da Espanha, ela prepara tudo e manda este programa. Faltava um dia e ele não deixava tirar sua foto, e pegaram uma foto de passaporte que ele tinha, e depois disse - Ah, olha, me fazem com isso... -, ganhou o prêmio Rei da Espanha, e eles foram recebê-lo, isso ela o acompanhou, de modo que... Eu tinha dito à diretora da Rádio Nacional - Veja, há um rapaz assim e assim que quer te ver, porque quer mandar umas rádios que estavam difundindo a Rádio Nacional... -, Nunca o chamou, nunca e chamou e nos conhecemos há anos, mas recebeu o Prêmio, e no outro dia já o haviam chamado, e está na Rádio Nacional em programas de investigação, que não tinha. Fez um de quatro capítulos das Madres, me mandaram um, tenho que lhe falar que tem que me mandar todos. De modo que a família está se recompondo.

P: De maneira que a tens por aqui, pertinho...

R: E minha filha formou sua família, tem três filhos homens, já temos namoradas e tudo. E o maior tem vinte e três, e o pequeno aqui...

P: Muito bem Adelina, há alguma coisa que gostarias de dizer antes de terminar, terminamos bem?

R: Terminamos bem, eu torno a insistir no que disse, que temos afeto. Minha filha depois, quando voltou, quando já estava estabelecida, há dois anos ou perto disso, antes de formar a família, foi para o Brasil, esteve cerca de um mês percorrendo, vendo pessoas que haviam conhecido, minha filha esteve ajudando – veja, não lembrei – umas pessoas com as quais eles estavam relacionados, uma criança com... Agora não vou me lembrar de como se chama essa doença, lhe tocou estar no hospital quando a criança faleceu, de modo que também conheceu muito do Brasil, dos serviços, das coisas... E temos uma origem que nos faz sentir que somos todos... Estamos acostumados a dizer “o chileno, o...”, colocamos sobrenomes, mas se olhas em profundidade dizes... Mas não é depreciativo, classificamos as pessoas, sim, também está no modo como falas, porque às vezes a intencionalidade das palavras, e eu digo que é preciso ter muito cuidado com isso, porque as palavras te machucam quando te falam pela primeira vez, e te machucam para o resto da vida, cada vez que te lembras delas sentes a mesma sensação, porque tens a palavra, tens a escuta, porque a falas, porque a escreves, e te dói. As torturas físicas tu não podes evocar nunca, não vais esquecê-las, mas não volta a te doer a perna machucada, não te dói mais. Aqui dentro esse machucado não se resolve, e por isso te digo que às vezes, de brincadeira ou no que seja se diz... E eu acho que geralmente o fazemos como crítica, mas não com maldade, não vou

207 Golpe da Semana Santa, durante o governo de Raúl Alfonsín, em 1987, chefiado pelo ex-Tenente-Coronel Aldo Rico, que tinha como uma de suas reivindicações o reconhecimento de que os crimes cometidos durante o período da ditadura civil-militar na Argentina não fossem considerados crimes comuns, mas sim uma vitória militar contra os “inimigos da Pátria”.

me colocar a fazer uma análise psicológica.

P: Muito bem Adelina. Muito obrigado por esse belíssimo registro.

R: A vocês, que trabalham sobre temas tão sensíveis. Não é fácil se recompor depois das entrevistas e todas essas coisas, e esse é o valor que tem. De que a comunicação é autêntica e que vai mais além do raciocínio, está pelo sentimento, a sensação. Não porque esse jovem esteja na câmera ele está fora disso que se foi criando, e eu tenho uma vontade de chorar bárbara, mas... Sempre falo alguma estupidez mais do que o habitual.

P: Obrigado, muito obrigado.

BUENOS AIRES, 5 DE OUTUBRO DE 2012.

P: Carlos em primeiro lugar eu te peço que faças uma pequena, uma breve apresentação tua...

R: Eh... É... Já tenho uns quantos anos, então nunca pode ser muito breve uma apresentação de quem militou a tal ponto que... [...] Bom, então eu dizia que, tendo militado durante muitos anos, muito as coisas não podem ser muito breves, mas vamos abreviá-las em função do que é uma entrevista. Começo as atividades em 1957, e por um ato realmente importante em seu momento, a ditadura militar da época, que estava presidida pelo assassino general Aramburu, me confina, depois de uma longa viagem, na prisão de Rawson. Sendo eu, veio-se a saber logo, menor de idade, e por essa razão fui o prisioneiro político mais jovem que chegou aí até o momento. E bom, essa ditadura em um momento faz um chamado a eleições constituintes, que não se realizaram, mas fica obrigada a levantar o Estado de Sítio; como eu estava à disposição do Poder Executivo, aí me tiram da prisão e me escondem nessa província do sul, onde fiquei uns quantos meses. Assim começa uma história de militância que logo continua, eu retorno à vida... Quando chega o governo, em pouco tempo, um governo constitucional, mas com problemas, continuamos contra esse governo, que tinha surgido de um arranjo com quem era nosso chefe político, que era o general Perón, através da figura de John William Cooke, eu participo indiretamente dessas gestões, o beneficiário é um presidente que se chamou Frondizi, e que assim que assume já começa a trair o programa, razão pela qual os que eram membros do peronismo e da Juventude Peronista e os setores mais combativos, também começamos a combater esse governo; este governo dita um plano de emergência insurrecional que se chamou CONINTES,²⁰⁹ que acaba com a maior quantidade dos militantes detidos, presos... Nosso chefe na Espanha, nosso segundo chefe, que era Cooke, também exilado, primeiro detido e logo exilado, enfim, assim vão passando as coisas e os anos. Nós nessa época, a juventude com muitos altos e baixos vai se unificando e se constituindo. A mim cabe criar a Juventude Universitária Peronista, onde eu militava na universidade, isto acontece no ano de 1961, estamos falando de história um pouco antiga, mas bem. E pouco depois de sobrevir esse processo, todos já estamos... A maior parte da juventude está presa, perseguida, clandestina, bom, vem outro período democrático com o doutor Illia, ou seja, este Frondizi que estava entregando o país, os militares, em sua cegueira, o expulsam como comunista, é realmente uma situação totalmente paradoxal. Produz-se um hiato democrático, sem governo, sem nada... Creio que houve... Assume um radical, que não era má pessoa, que era um dirigente democrático, devolve um pouco a democracia, mas devolve a democracia formal como acontece sempre com os governos radicais, mas a democracia de base, o partido peronista, enormemente majoritário, continuava proscrito, e cada vez que havia uma eleição os governos tinham que violarem-se a si mesmos em seu conteúdo democrático, voltando a prescrever o peronismo ou correndo o risco de que o peronismo ganhasse as eleições, que é o que sempre acontecia. Então, quando acontecia isso, os militares sempre vinham e expulsavam esse governo. Assim foram se dando voltas à história, e nós militando e nos colocando na frente interna, também na frente externa. Eu faço... Sou nomeado pela Juventude Peronista como representante na Segunda Declaração de Havana. Depois participo na Conferência Tricontinental, em 1965, como representante do peronismo. E mais tarde participo, em 1967, na Conferência da OLAS,²¹⁰ também representando o peronismo. Bom, essas foram experiências internacionais muito importantes, no meio tive exílios em Montevidéu, tive exílios na Bolívia, tive exílios por quase todos os lados, breves e felizmente não tão graves como os de outros companheiros, que

208 Carlos Lafforgue, argentino, iniciou sua militância política muito jovem; em 1957, durante o governo de Pedro Eugenio Aramburu foi detido, sendo um dos presos políticos mais jovens da história da Argentina. Em 1961 foi um dos fundadores da Juventude Universitária Peronista (JUP). Anos mais tarde, atuaria na organização Montoneros. Perseguido pela ditadura argentina, foi exilado em vários países. No Brasil, permaneceu vários anos radicado em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com apoio de organizações de direitos humanos brasileiras. Acompanhou Eduardo Luis Duhalde durante as duas gestões deste, à frente da *Secretaría Nacional de Derechos Humanos de la Nación*, assumindo a Secretaria Executiva do *Archivo Nacional de la Memoria*, cargo que continua ocupando.

209 CONINTES: *Conmoción Interna del Estado*

210 Organização Latino-Americana de Solidariedade.

lhes tocou viver experiências muito piores. Bom, de modo que isso acontece durante outra ditadura, uma ditadura que concluiu assassinando todos os companheiros em Trelew, na mesma prisão onde eu já havia estado detido, em Rawson. E bom isso foi também um pouco o fim da ditadura, e vem uma breve primavera, onde as organizações já estavam configuradas, estavam funcionando, saem à luz, saem à... Digamos à nascente democracia do governo de Cámpora, funcionam bem nesse momento, mas esse governo, por dissensões internas, o doutor Cámpora decide renunciar para evitar fricções, e assume a presidência o general Perón, que para todos os efeitos tinha voltado ao país, verdadeiramente, para fazer um governo peronista.

P: O governo de Cámpora seria, talvez, a possibilidade mais próxima ao que vocês pensavam naquele momento Carlos?

R: Sim, sim, o governo de Cámpora era um governo que estava muito influenciado pelos sentimentos e valores do que era a juventude, do que era o progressismo, do que era, por assim dizer, a esquerda do peronismo. Sendo que o peronismo é um movimento, e falar de esquerdas e direitas é sempre meio complicado, mas há setores que sempre tendem, como em seu conjunto o governo do general Perón tinha feito, à igualdade, ao igualitário, ao abrangente, ao compreensível, ao que se pode compreender dentro de um movimento, e, sobretudo, a uma redistribuição econômica que faça melhor a vida dos cidadãos, isso nos limites do possível, ou seja, um governo que avançava sempre até onde podia, e às vezes avançava mais, e vinham os golpes, dado que aqui realmente o exército sempre jogou a favor dos interesses da direita e da ultradireita, sobretudo econômica não? A direita ideológica era um floreiro, era algo que estava aí, que não se correspondia com nada. A direita econômica sempre existiu nesse país, como em todos os lugares, e teve uma preponderância e uma aproximação direta a um exército que, por sua formação, era muito oligárquico. Era um exército cujos quadros eram tomados diretamente destas classes, então era muito natural o acesso delas a... Digamos, às autoridades não? Bom, passa esse período, a situação já, depois da morte do general Perón, se torna cada vez mais... Dá-se cada vez mais... Dá-se cada vez mais, no governo posterior de Isabel Perón, mais possibilidade de opção a todos os organismos de extremíssima direita: a Triple A, por exemplo, Comandos da América, que eram organismos que funcionavam diretamente com a polícia, eram integrados pela polícia, em alguns casos também por algum militar, e bom, assassinaram pessoas. Supõe-se que estes grupos de extrema-direita assassinaram em torno de dois mil companheiros. Bom, apesar disso vinham umas eleições, nas eleições iria acontecer o de sempre, que o peronismo voltaria a ganhar amplamente e tudo o mais, e então bom, os militares dão um golpe que dessa vez não pensaram já não pensaram como preventivo, senão um golpe assim, ao contrário, como que para ficar, e se realiza em 1976, dia vinte e quatro de março, friamente a tomada do poder pelos militares, e a partir daí uma matança sistemática de todos os quadros que podiam oferecer-lhes resistência. Com isto quero dizer que esta ditadura assassinou, é claro, a todos os militantes que pôde, preventivamente, a todos os parentes dos militantes que estavam próximos. E o que fez sim, sistematicamente, foi dizimar os quadros, já não os políticos, mas os quadros de classe, os quadros dos dirigentes operários, dos dirigentes intermediários. Quando se vê a lista dos assassinados na Argentina, mais da metade são da classe operária. Também há muitos da classe média, e no meio disso tudo também o restante dos setores da militância. Bom, esse é o balanço; nesse período aquele que não morreu é porque pôde se exilar, pois aqui não havia nenhuma margem de sobrevivência, todo o país estava muito aterrorizado pelo que estava acontecendo, havia-se encurtado bastante os limites de poder andar indo de um lado para o outro, tudo estava muito controlado, a solidariedade havia se esfriado um pouco... E bom, assim as coisas continuam, até que estes militares que se acreditavam com todo o poder começam a ter alguns pesares, a economia não lhes andava nada bem, começam a haver manifestações tibias, mas manifestações de oposição... E é aí que decidem ficar para sempre, fazendo à guerra a Grã-Bretanha, o que terminou como todos sabem; não se recuperou nada e se perdeu tudo o que havia se ganhado diplomaticamente, e, além disso, uns quantos mortos. E essa foi a ruína desse governo militar. Pouco depois não teve mais remédio senão chamar eleições, estas eleições o doutor Alfonsín as ganha – isso é história, não sei se lhe parece bem que eu continue... –.

P: Está bom, está bom que façam todo esse panorama...

R: O doutor Alfonsín as ganha, com a vontade democrática – os radicais sempre têm, não se pode dizer o contrário, uma posição democrática, provêm de um partido que realmente pôs fim ao conservadorismo neste país nos princípios do século XX. E depois, cada vez que eles queriam fazer algo um pouquinho mais – Pum! –, eram derrubados por algum golpe de Estado, que os houve, e nesse marco ideológico e democrático desse governo recém-assumido, em um país que estava economicamente acabado e que também estava dizimado em seus quadros; ou seja, quando se fala de trinta mil desaparecidos, está se falando que também as supostas classes políticas dirigentes estavam muito golpeadas, haviam ficado unicamente as classes políticas dirigentes; ou que as que eram, de algum modo, toleradas pelo sistema; ou alguns que tinham podido se exilar. Do mesmo modo que as direções operárias. Bom, esse era o panorama. E com muita valentia esse governo decide fazer um julgamento exemplar aos assassinos. E é aí que, bom, se encaminham os julgamentos que foram chamados os Julgamentos da Verdade... Não, se encaminham os julgamentos aos Comandantes, às Juntas. Os julgamentos progridem, no interior são recebidos... Aqui na cidade e nas cidades do interior e nas províncias, bom, todo mundo tinha algum familiar, tinha alguma vítima na família, queriam saber onde estava, o que tinha acontecido, se os haviam matado, onde os tinham enterrado, se estavam presos onde estavam: todas essas coisas que se ignoraram e continuaram ignorando. Bom, e então, quando as pessoas iam, prestavam declaração, prestavam testemunho em um Tribunal, diziam o que havia acontecido, contavam isto. Simultaneamente começa a funcionar uma comissão para a reparação de tudo isso que se chamou CONADEP,²¹¹ também fez um trabalho intenso em todas as províncias, e também recolhia testemunhos em sedes judiciais, e eram testemunhos que tinham valores oficiais. Fez-se uma enorme acumulação de testemunhos, muitos dos quais deram início a causas. Estas causas estavam em funcionamento, e os militares estavam sendo aí julgados e condenados, quando a relação de forças não estava tão clara neste país à democracia, e fizeram uma série de, por assim dizer, apertos ao governo democrático, não é, intimações, que acabaram com esses julgamentos. Ou seja, este governo não teve... Este governo do doutor Alfonsín não teve outro remédio senão se resignar a dizer - Bom chegamos até aqui, não podemos ir mais -, e ditaram duas leis de esquecimento. Uma lei que se chamou Punto Final, que não preciso lhe explicar o que quer dizer, e outra lei que se chamou Obediencia Debida. Obediencia Debida quer dizer limitar as responsabilidades unicamente às cúpulas, porque os daí para baixo estão todos cumprindo ordens não? E a outra era o Punto Final. E bom, com tudo isto, esse material foi para os arquivos. Em alguns casos para arquivos, em outros dormindo em algum lugar por aí. E as pessoas, bom, voltaram a dizer: - Bom não se pode mais, não se pode fazer nada -. Este governo do doutor Alfonsín, que não pôde levar adiante estes julgamentos, tampouco pôde levar adiante o país, a economia desabou em cima dele de uma maneira brutal, houve hiperinflação e houve assaltos de pessoas aos supermercados... Enfim, se esgotou, digamos sua possibilidade de exercício do governo, sua capacidade de gestão. E então antecipa as eleições e assume um – esse era um radical – assume um peronista, que era o doutor Menem. O doutor Menem assume com várias promessas, mas em matéria daquele... Do tema que tratamos, não vou falar de sua gestão econômica nem de nada disso, porque já é conhecida e repudiada em geral, senão ao que foi a relação com os militares e com os fatos acontecidos. Haviam-se iniciado as causas e haviam-se ditado sentenças, e outras causas estavam em andamento. Então, uma das primeiras medidas que este novo governo toma é soltar uma anistia e um indulto, com o que já se apagava definitivamente tudo o que havia acontecido em termos jurídicos. Bom, no assunto que tratamos, a situação continuou assim, assim continuaram os organismos de direitos humanos pedindo justiça...

P: Que organismos são esses doutor Lafforgue?

R: O CELS, Familiares, Abuelas, outras Abuelas, HIJOS,²¹² Madres da Praça de Maio, outras Madres da Praça de Maio, e organizações que estiveram sempre... Familiares de Detidos...

²¹¹ Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas.

²¹² CELS: Centro de Estudios Legales y Sociales; H.I.J.O.S.: Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio.

P: Um movimento que já era muito consistente neste momento...

R: Sim, sim, sim. Nesse momento já tinha... Estava assim subdividido, e nas províncias as subdivisões às vezes não encaixavam, exatamente, com as daqui, mas de todos os modos eram as mesmas pessoas, pediam pelas mesmas coisas; e as divisões eram, em alguns casos, por razões geográficas, e em outros casos em razão do que cada uma delas pedia. As Madres pediam pelos filhos; as Madres que os filhos tinham desaparecido com mulheres grávidas pediam pelos netos; havia crianças dispersas que se sabia que estavam em algum lugar. Então, foi como uma divisão de trabalho, HIJOS se sentiam representados por si mesmos, por serem filhos de desaparecidos. E era um mundo muito unido entre si, embora com diferentes pequenos objetivos parciais, mas na grande luta todos estavam unidos, e também unidos pela dor, porque nenhuma dessas organizações respondia a uma situação gratuita, nem a uma situação de uma reclamação econômica, nem a uma reclamação... Não, elas pediam pelo conhecimento, por saber o que havia acontecido com seus familiares, com seus filhos e tudo o mais. Então, aí, porque esta ditadura aperfeiçoou alguns detalhes do nazismo, por exemplo, coisas que nunca ocorreram ao nazismo fazer, que era sequestrar mulheres grávidas e fazê-la terem seus filhos aqui neste mesmo prédio onde estamos agora, e em outras maternidades clandestinas, e depois do parto imediatamente tomar a criança, doá-la a algum outro militar ou amigo, e jogar as mães no mar. Ou seja, um assassinato, privação de identidade... Realmente uma acumulação de brutalidades que... Enfim... Não há nenhum genocídio que seja melhor nem comparável a outro, são diferentes formas de genocídio, mas esta que nos coube realmente fez o possível para das piores, inclusive em qualidade e quantidade. Porque isso do sequestro das crianças é uma coisa que escapa... Em realidade, nas ditaduras na América Latina o que sempre se via era que, quando havia problemas com um militante... A mulher sempre se salvava, sempre capturavam a quem tinham que capturar ou queriam capturar, e sempre respeitavam a outra figura... Não, aqui, quantos mais caíam melhor. Aqui foi uma coisa assim, massiva e extensa. Bom, essa era a situação no início do governo de Menem. Então a luta continuou, e se abrem os assim chamados Julgamentos da Verdade, que a Constituição previa. Julgamentos que não... Que eram unicamente para saber o que havia acontecido, não tinha... Era algo relativamente parecido ao que estávamos falando hoje dos julgamentos transnacionais. Não era isso, porque não implicava nenhum perdão, porque tampouco implicavam nenhuma penalidade. Eram julgamentos da verdade, julgamentos unicamente para declarar se quisessem o que sabiam que poderia ter acontecido. Bom, esses julgamentos aonde os genocidas iam, os que sabiam e o restante... Com alguma confiança, porque não terminavam em nada; terminavam unicamente em um conhecimento da verdade, o que já era um passo importante em matéria da verdade não? Nós também estamos pela Memória e pela Verdade, então, recuperar um pouco a memória, que isso esteja funcionando, vários julgamentos se realizaram nesse trabalho, há um trabalho do doutor Maqueda que o conta perfeitamente, depois posso fazer com que um exemplar chegue para vocês, é o atual ministro da Corte Suprema... Bom, esses julgamentos se desenvolveram em vários lugares do país, foram aparecendo... Mas não passava disso. Depois apareceu uma fissura também, em todo o regime que tinham... De impunidade, que tinham fabricado entre as duas leis de Alfonsín e a lei de Menem – as leis do esquecimento nós dizemos –, apareceu uma fissura que era a de que não estava previsto... Não estava prevista a exceção de julgamentos para os sequestros de crianças, e apareceram vários sequestros perfeitamente definidos, a aí essas causas seguiram em frente e houve algumas sentenças. Mas estava tudo assim, até que em 2003, terminado um governo, um interregno também radical que não levou a nada, a nada mais do que agudizar o desastre econômico que havia. Não podemos dizer que tenham sido governos repressivos, nem o de Menem nem o governo posterior; ainda que no governo posterior a saída estivesse marcada por outro massacre, ou seja, que ao final estes governos terminam, mais além de suas boas intenções e vontades e discursos, esse governo do doutor De la Rúa começou, no dia de sua posse, com um assassinato de dois militantes na cidade de Corrientes, e terminou, no dia de sua saída, com o assassinato de mais de trinta militantes. E isso que... Era um governo que não se pode dizer que tenha sido... Que tenha exercido a repressão, mas finalmente essas coisas aparecem; algo lhes escapa e a repressão se desata. Bom, depois disso vem um período incerto, um interregno, e finalmente uma... Que o doutor Duhalde esteve encarregado, um senador que assume o poder até terminar essa situação de interregno, e se organizam eleições novamente e assume o doutor Kirchner, com um programa claro e definido, e nós dizíamos - Até onde po-

derá... -, poderemos ir com este programa não? Porém, havia o programa, e era para todos nós uma nova esperança de poder voltar a fazer coisas que estavam proibidas, primeiro pelos... Pela força real, e, segundo, pela força jurídica, que não tínhamos nenhum elemento para fazer algo. Em... O doutor Men... Eh... Eu estava na Europa, manda me chamar, venho, para me encarregar precisamente da criação, da primeira colocada em funcionamento deste arquivo...

P: Que é o arquivo...

R: Nacional da Memória. Ou seja, depois de assumir o doutor Kirchner, a instâncias daquele que era o secretário de direitos humanos naquela época, que era o doutor Duhalde, que vocês conheceram; que desgraçadamente e para dor de todos nós, faleceu no início deste ano... Bom, se cria o arquivo, Arquivo Nacional da Memória. Qual é o sentido desse arquivo? É arquivar, conhecer, difundir e ter todas as informações sobre essa matéria das violações aos direitos humanos. Quem é o violador dos direitos humanos? É sempre o Estado, não há violações dos direitos humanos fora do Estado. É o único que tem a capacidade de ter a organicidade dirigida à violação dos direitos humanos. Então, o Estado cria um arquivo das suas violações. Essa é a força que tem esse arquivo, que não é um arquivo criado por uma ONG, que não é um arquivo criado por um organismo internacional. Não, é um arquivo criado pelo Estado para denunciar e tentar reparar suas arbitrariedades. Bom, então nos dedicamos a fazer o que? Ainda estavam vigentes essas leis da impunidade...

P: Da impunidade...

R: Que estiveram vigentes ainda um par de anos mais... Porque não se conseguia... Até que finalmente vários Tribunais começaram a desconhecê-las. E finalmente a Câmara de Deputados desconheceu por lei ambos... Os três decretos de impunidade. E depois a Corte Suprema confirmou esse desconhecimento. Ou seja, que essas leis haviam desaparecido. Quando estas leis desapareceram, fazia dois anos e pouco que nós estávamos em todos os Tribunais federais, todas as promotorias federais, todas as câmaras federais, todos os arquivos federais, quaisquer que fossem, esparramados em todo o país, levantando toda essa montanha de testemunhos que tinham sido feitos nos primeiros meses do doutor Alfonsín. Testemunhos muito valiosos, porque eram contados aí, com o calor da memória imediata, e eram coisas que tinham acontecido às pessoas, às vítimas, fazia dois anos, três anos, um ano... Tudo estava aí, muito fresco, e havia muitos detalhes e... E bom, nós trabalhamos basicamente sobre memória, e a memória com os anos, com a dor, com histórias paralelas e sucessivas, às vezes perde um pouco, às vezes deforma um pouco, acontece com todos nós... O tempo não é gratuito. E bom... Porém mais além, agora que realmente se abriram os julgamentos por todo o país, já faz uns quantos anos, para lá do doloroso e às vezes necessário testemunho que os familiares das vítimas ou as vítimas mesmo prestam do que lhes acontecia, onde têm que ir declarar e ver a cara do tipo que os torturava e tudo isso, e o outro... Remover coisas que não fazem bem às pessoas, para lá de tudo isso, que, além disso, pode estar fragmentado, para lá de tudo isso existe um trabalho que nós fizemos durante anos seguidos em todos esses arquivos, escaneando e digitalizando todo o material probatório que havia...

P: Naquele momento isso era algo inédito em toda a região...

R: Isso era inédito em toda a região. Eu me lembro de que estive, e lhes contei a experiência, e lhes pedi que façamos uma rede e que trabalhemos em conjunto, e sempre ofereci no Brasil, no Uruguai e no Paraguai todo o nosso conhecimento processual, que na época nosso conhecimento de como fazer isso... Não era o melhor, mas era algo que estava funcionando. Possivelmente... E outro melhor não conheço, ou seja, pode ter alguma pequena imperfeição, pode haver máquinas que o façam uma melhor que a outra, mas não se pode deixar passar o trabalho. E o trabalho era ir... Nós começamos em Rosário – uma cidade muito atingida também –, revisando uma causa que se chamava “Causa Faced”. Esta Causa Faced era tão grande, e havia tantos testemunhos, que estava no sótão do BID, o que tinha sido o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que a Câmara Federal de Rosário tinha comprado. E o presidente da Câmara me disse - Veja doutor, isto não está nem em arquivo nem está em cartas, ou seja, está no limbo -, disse - Está tudo aí, vejam o que tem -. Baixamos com um grupo de companheiros, e resulta que

era um espaço muito grande – era como dez vezes esta sala –, tudo cheio de papéis até um metro e meio de altura, e com caminhos por dentro dessa montanha de papéis, onde se fazia passar e pegar algo ao azar. Agora, isso era a outra parte da impunidade, porque com esse material nesse estado e com essa impossibilidade de saber o que havia aí dentro, não havia como levar alguém a lugar nenhum. Bom, fizemos um acordo com os companheiros, e os companheiros da Secretaria, com muito sacrifício, se estabeleceram aí três meses seguidos, e nós pedimos à Câmara a presença de um contínuo ou de alguém que ficasse todo o tempo com nós, porque se fazendo as fotocópias nos faltassem um número, ou houvesse qualquer problema, que ele anotasse, e que se fizesse uma ata do que ele tivesse anotado, assinávamos a ata e continuávamos dizendo que em tal causa, tal... Do número noventa pula para o número noventa e três, ponto. Essa era a sua função aí. O resto era tudo trabalho dos companheiros, que desar... Um descosturava, pois as causas aqui são costuradas. A primeira coisa que um estudante de Direito faz quando trabalha em... É costurar, ficam costurando. Então, a causa está toda costurada; descosturavam; um descosturava, outro colocava toda a causa; tirava-lhe um pouco o pó, na máquina... Digitalizava-se, não, se escaneava tudo. Outro companheiro que ficava aí costurava. E tornava a colocar eu seu lugar. À noite, a mesma equipe, todo o material que havia sido escaneado era passado à outra máquina, que o digitalizava, ou seja, que o enumerava, ou seja, que o colocava não como uma fotografia, mas como um objeto acessível, por busca. Isso dentro de buscadores muito específicos que nós tínhamos; que custaram muito e eram muito bons, se chamava Excalibur. Assim, um dia terminamos com a Causa. Quando as pessoas da Justiça viram que tínhamos terminado a Causa, e que escrevendo um nome – Pac! – demorava um segundinho e vinha – Está na folha tal... E diz tal coisa –, começaram a ver isso; o juiz da causa não teve mais remédio, depois de trinta anos, do que inteirar-se que isso podia cair sobre ele, maldizer o momento em que haviam nos deixado fazer isso, e ditar uma ordem de prisão para dezoito militares aí de Rosário. Estas cidades do interior, o mesmo no Brasil, o mesmo no Uruguai, em qualquer parte do mundo, sobretudo com uma composição classista de Exército como o da Argentina, é certo que alguns desses militares jogavam golfe com alguns dos juízes, ou ficavam à noite jogando pôquer em algum lugar, ou que suas famílias se visitassem. Porque existe uma composição social aqui na Argentina que permitia isso, e que permitiu durante muito tempo, e que ainda nos traz problemas com a Justiça. Vocês veem que os últimos... Os únicos exilados agora na Argentina são os juízes, que andam dando voltas por aí, que todos já têm pedidode captura por terem sido colaboradores. Um foi para a Colômbia e pediu asilo, não, o denegaram. Outro no Chile, também está em prisão preventiva. Outro, na Itália, está para ser trazido. Porque são pessoas que hostilizaram permanentemente a atuação da Justiça, e colocaram travas jurídicas e algumas não jurídicas, e ditaram liberdades que não correspondiam, e não tiveram em conta em seu momento os Habeas Corpus que eram apresentados, enfim, todas essas coisas estão levando uns quantos juízes a ver como são as prisões por dentro.

P: Por dentro...

R: Porque neste momento já estamos trabalhando para lá do que se fez sobre a Justiça, sobre os atores diretos, militares, navais, policiais, gendarmes, etcetera; estamos incidindo sobre quem se beneficiou com isso e impulsionou tudo isso, ou seja, os atores civis do genocídio. Temos uns quantos, e dentro dos atores civis está a função da Justiça em não oferecer no momento e obstaculizar a Justiça a posteriori. Bom, continuamos... Pum, pum, pum, pum... E chega um momento em que temos quase todo o país escaneado... Isso demorou três meses, e como se escaneava? Não se escaneava dizendo - Bom isso vale a pena e isto aqui não -, porque em uma causa – vocês bem sabem – oitenta por cento não serve não serve para muito, é “acelere-se o procedimento”, “dê-se traslado”, “informe-se”, “notifique-se”, cada um é uma página, mas bom, não podíamos ficar aí olhando – isto sim, isto não –, e, além disso, poderíamos nos equivocar, e por aí um traslado, que é uma estupidez, desse traslado em tal data consubstanciam uma [...] da razão à oposição. Então, para não ter dúvidas, abrir tudo e escanear. Sendo que sabíamos que oitenta por cento era papel, mas aí, em seu interior, também estava a verdade. Então acabamos isto em três meses, e acontece isto que eu lhes contei, e isso começa a se repetir em todo o interior. Ao princípio, não sabiam que isto, que o outro. E esses Tribunais que no início nos deixavam trabalhar como, enfim, para nos tirar de cima deles, de pena, agora começaram a pedir que fossemos. E depois

começaram a pedir fortemente que fossemos como a Justiça pede, às vezes – Impomos que... –, bom. E nós tínhamos o material que temos e as máquinas que temos, e as pessoas que temos, e fazíamos o que podíamos. Mas mesmo assim, nesses três anos, mais ou menos, digitalizamos o que hoje é um acervo da ordem de seis milhões e meio de folhas.

P: Seis milhões e meio...

R: Que é uma monstruosidade. Repito, aí existe de tudo. Porém, tudo está aí também. Há coisas que não têm demasiado valor, mas têm os testemunhos, têm as provas. E esse material, mais o material que cada promotoria organiza e prepara, eu dou respostas a quem? Respondo às promotorias e aos juízes quando me pedem, por exemplo, isto: - Senhora Juíza do Tribunal Federal prom, prom, prom, prom; Secretaria Penal a cargo de Fulano de Tal -, digo - Atento ao requerimento formulado, remeto-lhe cópia certificada do expediente CONADEP N° tal, correspondente ao senhor PRRR, em dezessete folhas úteis, e o expediente CONADEP N° rppp, correspondente ao senhor Tal, em quarenta e uma folhas úteis -. Isto nestas folhas, onde estão as declarações e tudo isso, este é o combustível de todos esses julgamentos que vocês estão vendo por aí. O combustível... É um dos combustíveis, tem o trabalho de coleta de provas e testemunhos que as promotorias fazem; que o poder público faz, mas, no fundo, nós temos essa tranquilidade de que esse material que juntamos com tanto trabalho neste momento, está servindo para que a memória retorne e para a implantação da Justiça. E os resultados estão à vista. A semana passada nós fomos a Mar del Plata, para ver como mandavam oito pessoas para [a prisão] perpétua, e seis ou sete mais à dezessete anos, que eu sei que, em prisões comuns. Ao princípio – e essa foi outra luta – ao princípio os transgressores, como todos tinham mais de setenta anos, ficavam em casa, depois resultou que fossem a prisões correspondentes aos quartéis, onde eram tratados como ídolos, e depois finalmente terminaram – depois de muita luta agora – em prisões comuns. Bem tratados, com todos os serviços, como corresponde a qualquer delinquente. Há uma característica que não quero... Não que esquecer, estes julgamentos são feitos estritamente dentro do sistema penal geral, normal, constitucional do país. Não há leis especiais, não há tribunais especiais, os códigos de base são os mesmos, os códigos de forma também são os mesmos, não e Justiça militar, é a Justiça civil, ordin[ária]... Federal em cada distrito, já que conforme ao Código julga-se igual esse General do que um ladrão de galinhas que esteja aí, ou alguém que praticou qualquer outro delito, com o mesmo sistema e com o mesmo procedimento, às vezes, desgraçadamente, com a mesma lentidão não? Porque tudo também tem seus problemas, além do mais, os sistemas orais que se implantam para isso são – em geral – mais lentos como procedimento, e sempre são muito mais caros; mas é o que a Constituição manda, o que a lei manda, e ninguém pode dizer que foi julgado com ad hoc especial para o fato. Isso é muito importante, porque isso importa, também quando se fala da Justiça de transição, porque não é aplicar a Justiça que está feita para as pessoas comuns e beneficiar alguns com algum tipo de Justiça da tolerância; para nós isso parece bastante repulsivo, mas isso é uma questão de cada lugar, de cada país, e de suas possibilidades também, suponho. Bom, isto, é mais ou menos como isto funciona aqui, tudo isso está apoiado em muito trabalho, nós temos muito pessoal para fazer tudo isso, fazendo investigações permanentemente, temos muitas pesquisas históricas feitas, nos dedicamos também a pesquisar um pouco, uma vez que temos essa capacidade do arquivo que não fim para frente e não tem fim para trás. Neste momento estamos todo o tempo voltado para isso; porque isto é o atual não é? Senão estes genocidas irão morrendo de velhice, e queremos que se vá, mas com alguma condenação. E as vítimas também, estão mais velhas, então, bom, isto é algo que temos que terminar de algum modo. Mas também vamos fazer justiça histórica sobre todos os abusos e atropelos que o Estado Nacional fez contra etnias; contra civilizações que andavam por aí que não foram atendidas e foram massacradas, contra o que se chamou de “A conquista do Deserto”, que não foi outra que o genocídio dos habitantes originais no lugar; contra golpes de Estado que produziram horrores em sua época, enfim, a história de quase todos os países da América, desgraçadamente, é uma acumulação de violências e de fatos sangrentos, assassinatos – não se sabem bem em favor de quem e por que –; a mim me coube ficar exilado uma vez na Bolívia, um período curto, e como que eu tinha o comanbol [Comando], o sindicato de mineiros tinha criado uma universidade, e me pediram que fizesse a parte... Que fizesse algo na parte histórica... E na Bolívia não havia uma história da Bolívia, e eu comecei a rastrear o que podia não? Estávamos

nas minas; e houve mais de cem à época, cento e quarenta golpes de Estado. Como explicar isso? Quais critérios? Bom, aí acabou meu tempo de exílio, mas não pude resolver nada de tudo isso, de modo que eu suponho que os companheiros bolivianos terão bastante trabalho.

P: Bastante trabalho...

R: País tão duramente castigado não é?

P: Há uma questão que eu acho que também é importante colocar Carlos. Estamos falando desde um dos prédios, dos edifícios principais da antiga ESMA, acho que isto também é algo muito importante, que se tenha resgatado, e aqui, à parte de vocês existam organizações de direitos humanos, como foi isso também?

R: Bom, isso foi... Uma das primeiras medidas que o presidente Kirchner toma, para a data de vinte e quatro de março precisamente, pega o prédio, tira o nome dele, o coloca como um lugar dedicado à memória e à preservação e à difusão dos Direitos Humanos. E então, bom, começamos a ver o que fazer com isso. Os setores da marinha que estavam aqui começam a desalojá-lo por setores, e ficamos três anos e pouco esperando os sucessivos desalojamentos, porque havia duas posições, uma de ir ocupando o lugar, fazendo a coexistência, e outra – que felizmente é a que prevaleceu não?– deixá-los até que terminassem de retirar o último quadro das paredes e entregassem o espaço. Entregaram o espaço e então se viu de que modo trabalhar as diferentes zonas. Nós, como Estado Nacional, pegamos basicamente três prédios: este; esse que fica aí atrás, que é o Centro Cultural Haroldo Conti; e o edifício... Um prédio mais, que fica ali. Há um ente que... E depois, a cada uma das organizações que podiam justificar tê-lo, deu-se algum prédio para que pudessem desenvolver as suas atividades. Assim é que estão as Madres, assim é que estão os Familiares de Detidos, assim é que estão as Abuelas, atrás – um prédio muito bonito que vocês vão ver –, e um prédio, eu viajei a Paris precisamente para fazer uma doação à UNESCO, para que haja um Centro Internacional de Direitos Humanos aqui dentro, doação que foi aceita amorosamente, e veio o presidente Ban Kimoon, o secretário Ban Kimoon para assinar o transpasso, faz uns anos, com a presidenta Cristina Kirchner, que manteve exatamente a mesma conduta que o governo originário do presidente Kirchner. E bom, são esses os que estamos coabitamos aqui. Depois fica o Instituto Espaço para a Memória, que depende da Cidade de Buenos Aires, e que também tem um prédio aqui, que é o de quatro colunas, é o edifício onde eles funcionam. Depois há prédios... Esta propriedade tinha trinta e sete prédios...

P: Trinta e sete...

R: Sobre dezesseis hectares. Ou seja, que existe, enfim, há prédios esparramados um pouco por todos os lados. E bom, falo que nos colocamos em funcionamento imediatamente não? Outro prédio que temos, atrás, é onde fica o arquivo propriamente dito, que era uma antiga padaria. Como aqui havia cinco mil pessoas, comiam pão três, quatro vezes por dia, havia uma padaria. E esse prédio, quando o vimos, nos pareceu ideal, porque tinha poucas janelas, era uma coisa que dava perfeitamente para tê-lo separado, o colocamos em dia em matéria de segurança, em matéria de umidade, em matéria de temperatura. Realmente se fez um prédio dentro do outro, com toda a última tecnologia a respeito. E aí fica nosso arquivo físico de papéis, que não é necessário nunca mais tornar os abrir, foram todos trabalhados, tratados contra insetos, antiácidos, passaram por todas as coisas necessárias, e estão todos em on-line. Ou seja, que nós somente retiramos material daí quando o juiz solicita para alguma perícia ou algum... Ou alguma parte não? Que tenha alguma dúvida, uma coisa assim, ou também algum pesquisador reputado que queira ver algo específico, como qualquer arquivo. Nós tendemos para a abertura total do arquivo, mas acontece que neste momento estamos em meio aos julgamentos, e não podemos nos dar ao luxo de fazer com que as defesas – que como os julgamentos têm defensores e defesas, e são defesas aguerridas, e são advogados que sabem bem como fazer todas as coisas que têm que fazer – se inteirem a partir de nossos arquivos de situações que os beneficiariam, não temos por que fazer isso. Então, nesse momento estão ali. Mas a esperança é de que em breve estes arquivos possam ser abertos, com o devido respeito à intimidade que há em cada uma das coisas.

P: Documentos militares ainda...

R: Temos documentos militares, trabalhamos com muitos documentos militares. Realmente, o único documento militar que não temos é as listas de desaparecidos, nem quem eles procuravam e para onde os levaram, nem qual foi o destino... Não temos nem do Exército, nem da Aeronáutica nem da Marinha. O único que temos é, por aí, a confissão de algum, que nos permitiu começar a abrir um pouco o caminho. Mas depois, o resto dos documentos, que são muito importantes – porque indicam onde estava cada um, em que momento – são os dossiês, o Exército e a Marinha têm vários expedientes não? Um dossiês de função, outro dossiês é de ascensão, outros dossiês são de onde estavam em cada momento, há até dossiês de saúde não? Que nos permitem ver, se uma pessoa se defende dizendo que não, que nesse momento não estava de tal lado, temos acesso a esse dossiês. Porque quando este arquivo nasce, nasce com um decreto muito poderoso; quando eu recebo o arquivo me dou conta de que, com esse decreto – coisa que fizemos depois – posso ir a um quartel e posso dizer - Essa parede, põe abaixo, quero ver o que há atrás -, e a tem que pôr abaixo. E bom, desse modo é que têm aparecido coisas não? Conseguimos o acesso ao grupo de antropólogos forenses, para fazer escavações, para procurar arquivos. Em La Plata apareceu, é claro, apareceu o Arquivo da Comissão Provincial da Memória, que é um arquivo muito rico, muito valioso, que é a outra, é a outra... O outro lado do nosso mostruário; nós temos o arquivo das vítimas, eles têm o arquivo dos vitimários, que é a Polícia. Que a Polícia por si, a Polícia... Porque os Estados produzem papel, produzem papel como loucos não, então cada vez que eles procuram por alguém, o Exército transmitia a todo o Exército, depois transmitam também a todos da Marinha, por via das dúvidas à Aeronáutica e também para todas as polícias. Vão ficando papéis... É baseado nesses papéis que emergem da história que nós podemos muitas dessas situações.

P: Funciona como um puzzle... Como um quebra-cabeça...

R: Como um puzzle, sim, exatamente.

P: Lafforgue uma... Não sei se...

R: Não sei se está bom...

P: Está muito bom. Está muito bom. Gostaria de te pedir, se é possível, que nos fale um pouco de Duhalde. Porque ele foi, enfim, acho que foi um protagonista... Importantíssimo.

R: Sim, foi um protagonista importantíssimo. Bom, ele, Eduardo, todos fizemos parte, de alguma maneira, de situações jurídicas ou de estudos para além do presente, todos ao mesmo tempo, éramos coetâneos, ou seja, trabalhávamos mais ou menos com a mesma idade, a mesma intensidade... Nos primeiros anos. Até que... Fomos sempre... Sempre foram defensores – Eduardo, e quem era seu sócio na época, a quem assassinam primeiro, e que foi Ortega Peña –, defensores de todos os presos políticos, sejam gremiais, sejam políticos, sejam de qualquer partido ou tendência que fossem progressistas, naturalmente nem a ultradireita nem os fascistas vinham para que os defendessem nenhum destes do conjunto de advogados que se constituiu, finalmente, como a Gremial de Abogados, onde havia muitos advogados, muitos colegas que assassinaram... A Gremial de Abogados está cheia de vítimas. Quando finalmente tem-se que partir do país, finalmente Eduardo pode sair, já tínhamos funcionando aqui na Argentina as listas da Gremial de Abogados, com as primeiras duas mil e poucas baixas da Triple A, que, quando eu me exilo, é a que levo à Europa para começar a fazer a chegada das pessoas, pois supúnhamos que isto terminaria de alguma maneira parecida com a que terminou. Bom, nesse mesmo momento, Eduardo se instala primeiro na Espanha, e funda a CADHU, que é a Comissão Argentina de Direitos Humanos, onde se começa a receber testemunhos de exilados – por que tinham se exilado, que é que tinham visto, que é que havia acontecido –; paralelamente, no México, González Garland, outro colega, faz o mesmo, eu em Paris faço alguma coisa; e começamos... Mas tudo, digamos, sob a unificação que Eduardo dava com a CADHU de Madri, que por razão da língua, por razão da afinidade, era aonde mais pessoas iam não? Iam à Espanha ou ao menos passavam primeiro pela Espanha, e aproveitavam para fazer alguma declaração. Bom, ao mesmo tempo ele vai

produzindo, Eduardo, material, livros importantíssimos para compreender o que é a violência do Estado, o Estado terrorista e... Bom. Quando voltou ao país começou então a trabalhar, também, com as diferentes subsecretarias de Direitos Humanos da época que existiam, onde começavam a projetar os direitos das vítimas e dos familiares das vítimas, conforme a pouca legislação que havia no início, depois começaram a aparecer leis muito mais importantes e mais formais, então bom, para defender estes casos. E estando neste trabalho, faz contato e conhecimento também político com o doutor Kirchner, que lhe oferece... Que lhe oferece organizar a Secretaria de Direitos Humanos, que na época era Subsecretaria. E é nomeado Secretário de Direitos Humanos, com a assunção de Kirchner, e se manteve como Secretário de Direitos Humanos até o dia de sua morte. Quando ele assume como Secretário de Direitos Humanos, eu estava na Europa, tinha voltado para a Europa porque pensava que aqui poderia ter problemas novamente, e então ele me chama para ver se eu queria que... Bom... Fizéssemos esta aventura, mas eu estava um pouco como tu contavas de [...] não tinha... Não estava mal, estava muito bem, mas digo – Bom, é a oportunidade que a história nos dá -, e assim pensamos todos os que ingressamos com ele novamente para tratar de; bom, de que haja um pouco de justiça sobre todos os casos de todos os companheiros, porque eu, quando tenho que ler isto, de cada dez casos, oito eu conheço, mas dois é de pessoas que atendi, que conheci, que foram pessoas com as quais tomei um café, amigas com as quais saía – inclusive tenho alguma ex-companheira, mais de uma, aí nestes expedientes –, e bom. Então, por todos eles dissemos - Bom, enquanto exista a possibilidade, temos que levá-la até a última consequência. Quando não der mais, não dará mais, mas bem, não podemos deixar passar o bonde da história -. E aí é que ele veio, González Garland veio, vieram outros companheiros muito importantes que estão por aí, me chamou a mim, e colocamos a andar esta Secretaria, que iniciou com uns oitenta funcionários, uma coisa assim, e agora são mais de mil, esplêndido. Ou seja, cresceu, cresceu também sua sua presença nos meios, cresceu sua presença na sociedade; todo o mundo fala de Direitos Humanos, os Direitos Humanos passaram a ter uma grande difusão, hoje em dia até os escoteiros têm secretarias de Direitos Humanos, todo o mundo tem algo a ver – em boa hora e felicidade – com Direitos Humanos, porque que os interpretem de uma maneira ou que os interpretem de outra, porém interpretam que existe algo que atravessa toda a sociedade, que são os Direitos Humanos, e tratamos de que exista consciência desde a escola primária, e a verdade é que se está trabalhando muito nisso, e bom, com os resultados que aparecem sempre que se trabalha um assunto, aparece uma pessoa que pensa que isto é branco, outra que pensa que isto é verde, mas sempre pensando que são coisas que vão em um sentido e uma direção. E bom, estamos funcionando assim.

P: Muito bem. O último para...

R: E isto graças a... Graças realmente e um esforço que levou a vida de Duhalde. Eu estive com ele na última viagem que ele fez – ele faleceu três dias depois –, precisamente ao Rio Grande do Sul.

P: Em Porto Alegre, no Fórum, estivemos em...

R: Em Porto Alegre, no Fórum...

P: Vimo-nos aí...

R: Sim, estivemos recebendo este edifício formoso que o governo...

P: O Memorial...

R: Que é o memorial, que o governo de Porto Alegre colocou à disposição do estudo do Plano Condor, e estamos trabalhando muito com o Plano Condor. Temos uma coisa, não organizada com essa intensidade até este momento não? Aqui temos setecentos e cinquenta casos que não são Plano Condor, mas dentro desses setecentos e cinquenta casos ficam todos os Planos Condor.

P: Ficam os do Condor...

R: Ficam. É questão de ir afinando, coisa que já falamos, estamos operando com vários critérios paralelos, que estão nos dando um bom resultado. Isso é o que tenho que terminar de me pôr

em acordo com os colegas brasileiros do Mercosul que – como te falei antes – são realmente cães de caça, onde eles veem uma coisa... É maravilhoso trabalhar com eles, eles têm uma força no trabalho que sempre apreciei e sempre admirei não?

P: Muito bem. Só para completar Carlos, gostaríamos de saber um pouco dessa história também, podemos falar um pouco de teu exílio, de tua estada no Brasil durante estes tempos.

R: Minha estada no Brasil correspondeu, em geral, a períodos que no princípio era de ditadura, tomando as precauções necessárias, tomando as providências, nunca... Em realidade, no Brasil houve poucos casos de ataques a argentinos por parte do Estado brasileiro, aproveitando-se da sua condição de passagem pelo Brasil. Houve sim, e é um horror que tenha havido, mas não foi uma coisa permanente. E no Brasil bom, tomando as precauções, mais ou menos se podia viver. A mim, uma circunstância de minha fez com que eu tivesse uma filha brasileira, então eu fui, bom, cuidá-la, educá-la, e desse modo é que morei no Brasil. E ao mesmo tempo trabalhando e colaborando com os organismos de Direitos Humanos – Brasil Nunca Mais; todas as reuniões; fiz algumas palestras aí –, e tanto estar no Brasil finalmente fez com que eu – embora mal – finalmente falasse português, não tenho um português muito bom, mas entendo tudo e posso me comunicar bem com os todos os compatriotas... Com todos os camaradas brasileiros. E depois bom, quando começamos a organizar tudo isso, recordei toda essa passagem pelo Brasil. E depois recordei isso outro dia, na Embaixada, quando fiz contato com uma organização que não conhecia – o Embaixador brasileiro na Argentina me apresentou a ela, me disse ‘Vem, vem, quero te apresentar estes companheiros’ –, que é uma organização que se chama “Abraçando o Brasil”, uma coisa assim, que está composta por todos os exilados que estiveram no Brasil, como uma demonstração de agradecimento ao que o Brasil fez por eles. E são muitos, eh...

P: São muitos? Aqui há duas organizações, que eu conheça. A que conheço mais é a dos mexicanos. As pessoas que estiveram exiladas no México e os filhos dos que estiveram exilados no México também. E agora conheci esta de compatriotas argentinos que passaram o exílio no México... No Brasil e que, bom, conseguiram fazê-lo, puderam sair de uma circunstância opressiva, agonizante, para ficar em uma situação que era a do Brasil nesses anos, onde realmente, se não se fazia demasiados disparates, se podia viver... Podia-se viver. Sendo que aqui não se podia viver. Claro, claro. O contraste era...

R: Esse era o contraste. Com muitas precauções, muitas pessoas tinham... Muitos argentinos já na chegada se inscreveram no ACNUR, que lhes dava uma cobertura, sendo que o Brasil não era um país refúgio, mas, sim, um país de passagem, porém era um país de passagem com essa tolerância não? Não sei de ninguém que tenham expulsado por estar no ACNUR e não ter ido quando devia. Pelo contrário, depois tinham uma verdadeira estadia, um trabalho, ou os que se casavam tchau, não tinham mais problemas. E fizeram sua vida no Brasil, essas são as pessoas que estão reunidas aí.

P: “Abraçando o Brasil”.

R: Abraçando... E da próxima vez que tiver uma reunião, certamente vou ir, porque eu também tenho uma lembrança grata do Brasil, e o agradecimento porque pude ter uma filha aí, criá-la não é, e que agora é profissional brasileira.

P: Teu retorno à Argentina Carlos, a última pergunta: como foi o desexílio? Como foi isso?

R: Eh, aí aparece o Brasil. Eu estive exilado na França, eu sou franco-argentino. Estive na França, que era como estar em minha casa, porque, bom, não tinha problemas nem de documentos, nem de idioma, então estava razoavelmente bem. E... Mas bem, quando a ditadura terminou disse - Tenho que voltar -. E voltei à Argentina, que ainda estava muito, muito abalada pela ditadura. Começamos a fazer coisas políticas, porém vimos que era nos primeiros... No primeiro ano era

muito difícil. Primeiro, tinham matado a maior parte daqueles que eram nossos companheiros. Segundo, que os que não tinham matado ainda estavam exilados em algum lugar, e outros estavam exilados no interior, com outras identidades, camuflados... E era muito difícil organizar tudo isso. Então eu aí decidi que, bom – como eu tinha uma filha no Brasil – ir para o Brasil, e ficar uns anos aí cuidando da sua infância e tudo o mais, e me instalei no Rio de Janeiro. Bom, vivi muito bem no Rio de Janeiro, e comecei a tomar parte da luta que havia pelo retorno da democracia. Participei das marchas, dessas marchas famosas que houve, de todas elas, e depois também me tocou viver um período do governo de Menem... Eh, eu fiquei no governo de Sarney, e um pedacinho do governo fracassado que veio depois, também.

P: Do Collor?

R: De Collor de Melo. E bom, durante todos esses períodos, deu para trabalhar. Já com Sarney, com Collor de melo, sem nenhum problema nas agrupações que estavam pedindo, também, pelo Araguaia, por tudo que havia acontecido no Brasil. E isso para mim foi bom para ir organizando um pouco o esquema do que havia que fazer aqui.

P: Serviu como experiência...

R: Serviu como experiência, claro. Claro que sim. Tudo é experiência não? Até a passagem pela Europa serviu como experiência, e se se tem um objetivo e uma ideia, ao final qualquer coisa serve como experiência do que se tem que fazer e do que não se tem que fazer, e que fiz durante quase dez anos, e que o resultado é que, enfim, há alguma brisa, algum vento novo de justiça no país, com todos esses assassinos que antes... Há que pensar o que são as cidades do interior, ficava o chefe de Polícia, que tinha assassinado sete, caminhando pela calçada, na mesma calçada que os filhos dos assassinados, ou as mulheres, ou isto e o outro, e ninguém falava nada, porque não sabia qual era o poder real que existia por detrás desses personagens. E bom, este governo... De Néstor e agora de Cristina, ao que se chegou é desmistificar isso. Esses personagens, ninguém dá um centavo por eles, nem seus colegas e camaradas. Porque realmente tiveram uma história, uma passagem pela história argentina tão nauseabunda, que ninguém quer se encarregar dessas pessoas. Há pequenos grupos que andam por aí, mas são isso, pequenos grupos que sempre existem em todos os lados.

P: Sim. Muito bem Carlos, alguma coisa que tenha ficado...

R: Não. Poder-se-ia falar por toda à tarde, mas eu me limitei a... Bom, um pouco de história de vida, que é o que estamos fazendo, e como chegamos a isto, e todas as pessoas que estão fazendo... Todos os companheiros que estão fazendo um esforço atrás disto, e que, bom, agora dá resultados. Agora, se vocês acompanham as notícias da Argentina, vão ver que todas as semanas há sentenças por algum... Há em vinte e quatro províncias, na ordem, acho que neste momento cinquenta e duas causas funcionando. Chegamos... Sempre é uma conta que sobe e baixa não? Porque sobe, porque colocamos mais alguém mais dentro, e baixa, porque algum morre de velho; porém, mais ou menos, para dizer um número, temos uns trezentos e cinquenta altos oficiais na prisão, condenados. E uns quatrocentos mais que estão processados, ou seja, que também estão na prisão esperando para serem julgados, ainda não têm sentenças. E vamos chegar aos mil em qualquer momento. Eu estou certo que isto, para nós, é uma estranha e desgraçada honra, pois me parece que é o único país que tem esse número de pessoas julgadas por delitos de lesa humanidade e em prisão efetiva. Em geral se buscam atalhos como estes que estamos vendo não? Que levam a soluções de tolerância, de esquecimento... Aqui houve uma decisão sábia, que não... A decisão vinha do começo da democracia, eh... Isso quando Alfonsín chama aos julgamentos, bom, não pôde continuar, é outra história, mas a decisão já existia. E existia muito forte no povo. E esta é... Esta sociedade, a qual se surrou, é uma sociedade que sempre teve muita resposta. Aqui as ditaduras duram pouco, não sei se vocês se deram... Aqui as ditaduras vêm, mas têm que se ir bastante rápido, porque existe; primeiro porque existe uma classe operária bastante organizada, que ao final, quando começa a morrer de fome, reage; há uma classe média que no início olha de lado, mas depois também reage; e cada vez as ditaduras tendem a se endurecer, como esta se endureceu, para logo ir-se. Reparem que esta ditadura terrível durou sete anos...

P: De toda a região, é a mais curta.

R: E, entretanto, produziu esta quantidade de vítimas não? Eu lembro bem que as ditaduras do Brasil são de vinte anos, as do Paraguai nem falemos. E aqui as ditaduras não duram, porque há uma resposta... Nós com o que nos ocupamos, no arquivo, é em registrar todos os vitimários, não, todas as vítimas, todos [...] e registrar também a capacidade de resposta do povo que aconteceu em cada momento, porque é importante, sempre há resposta. E espero que continue havendo. Espero que não seja necessária, mas, se for necessária, continue havendo, é claro.

P: Muito bem Lafforgue, muito obrigado...

R: Bom, obrigado a vocês.

P: ...por esta lição de história

DEPOIMENTO 36 – FLORA DE CASTRO HABEGGER.²¹³**BUENOS AIRES, 6 DE OUTUBRO DE 2012.****P: Flora, uma primeira coisa que te peço é que faças uma pequena apresentação de ti, nos fale um pouco das tuas origens, da tua formação...**

R: Bom, como tu disseste eu sou Flora Castro, e se tivesse que acrescentar outro sobrenome diria Castro Rodríguez, por parte da minha família, e Habegger, por parte de quem me casei, de acordo com as nossas leis. Minha família é uma família de origem espanhola, da Galícia, como tantos daqui, que foram das últimas levas de imigrantes que vieram ao país pelas décadas de 1920 e 1930. Uma família de classe média, regular, que sempre viveu em Buenos Aires, e na qual eu me formei, como tantos conterrâneos daquela época, na escola pública, inicialmente, e muito influenciada por toda a formação que meus pais traziam – sobretudo minha mãe – na religião católica. Se bem nunca tenha frequentado colégios religiosos, desde muito jovem me mandaram para militar digamos, se é que se pode dizer militar, na Ação Católica. Quer dizer, minha infância é em uma família espanhola que se movimenta constantemente no círculo dos espanhóis, em festas com tios, primos; recordando sua saudade, vocês diriam; sua morriña,²¹⁴ como eles dizem por lá; formada na escola pública – a escola secundária também –, e sempre envolvida com a Igreja, no que foi a AC, como nós meninas, adolescentes e logo jovens chamávamos na época. Apesar de que a minha família, papai era de orientação republicana, mas não havia se envolvido muito na política – tinha vindo antes do problema da República²¹⁵ –, mas recordava e falava muito do que havia acontecido lá [na Espanha], de como havia afetado sua família e todas essas coisas. Não sei por que, talvez por algo que eu já trazia implícito em mim, desde muito jovem a política me interessou muito, mas claro, estudava, trabalhava; inclusive fiz toda a minha carreira universitária, logo que saí do ensino secundário, na Universidade Católica, em uma faculdade que se chamava Licenciatura em Relações Humanas, que naquela época estava mais voltada à área social; depois se voltou um pouco mais ao trabalho das relações humanas na empresa. Bom, como começou a me interessar... Torno a dizer, antes da política, havia em mim como uma procura, mas não sabia bem aonde ela se orientava, eu me interessava por tudo que tivesse a ver com o trabalho social. E então, dentro da AC sempre estava em algum grupo ligado com a ajuda escolar, com visitas aos vizinhos, com se dirigir aos mais pobres. Eu estava na paróquia de um bairro de classe média – a Santa Rosa de Lima, que fica perto de Once²¹⁶ –, não havia setores demasiadamente pobres, mas havia, sim, casas de cômodos. Então, neste local procurávamos uma espécie de trabalho social a partir da Igreja, que já tinha um enfoque que não era muito paternalista, muito de caridade, mas, bem mais, de formação. Mas isto não me conformou de todo. Formei-me como Licenciada em Relações Humanas nesta faculdade, na Universidade Católica, que logo fechou e passou à Universidad del Salvador, porque era bastante aberta, e já a Católica não muito... Sua formação era um pouco mais fechada. E comecei a perceber que eu tinha que trabalhar em uma empresa, no que se chamava nessa época, conforme a Revolução Industrial, a preparação ou a... A palavra não me sai agora... Trabalhar toda a parte social dentro da empresa. Com essas técnicas que, antes de tudo, serviam para dar um pouquinho mais ao operário, ao trabalhador, para que rendesse mais e o capitalismo se expandisse mais. Eu senti que isso ia de encontro aos meus princípios. Em realidade, eu tinha entrado na faculdade quando ela tinha o enfoque da sociologia, mas bom, depois a terminei. Enquanto isso, naquela época vinha ressurgindo como mais ou menos importante um partido que nesses momentos foi bastante importan-

213 Flora Castro de Habegger é argentina, esposa de Norberto Habegger, desaparecido no Brasil em 1978. Militante do Partido Democrata-Cristão, como Norberto, desde cedo desenvolveu trabalhos de base junto a vilas e populações carentes, implementando o método Paulo Freire em suas ações. Nos anos sessenta, na divisão feminina da Juventude Democrata-Cristã, percorreu o país promovendo a participação das mulheres na política. Posteriormente, ingressou na Juventude Peronista. Durante o governo de Oscar Bidegain (1973-1974), em La Plata, foi diretora de Promoção e Desenvolvimento da Comunidade. As ameaças da Triple A e o posterior golpe de Estado – que provocou seu sequestro, em 1977 – forçaram a sua partida e a de seu filho Camilo Andrés para o exílio, no México. Retornou à Argentina sete anos depois. Atualmente, Flora continua procurando informações sobre os acontecimentos da prisão e desaparecimento de Norberto no Brasil. Escreveu, com Ernesto Salas, o livro *Norberto Habegger: Cristiano, descamisado, montonero*.

214 Morriña: saudade.

215 Refere-se à Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939.

216 Situada em Balvanera, bairro da cidade de Buenos Aires.

te aqui e em alguns países da América Latina, que foi a Democracia Cristã (DC). E me chamaram do bairro para ver se eu queria militar em um comitê, ou... Não era nem unidade básica nem comitê, não sei como se chamaria dentro da DC, do bairro. E fui trabalhar ali. Aí também me propuseram, enquanto isso, alguns trabalhos em vilas de emergência.²¹⁷ E fui, e comecei a me formar como assistente social nesses bairros. Isto é, conduzi toda a minha formação voltada à promoção e ao trabalho com os habitantes desses lugares. Trabalhei muito com metodologias de Paulo Freire, que tinha lido e conhecido muito, e que para mim é o professor mais extraordinário da educação para adultos, porque depois também trabalhei nisto. Também tivemos aqui um sociólogo muito bom, ainda vivo, que se chama Ezequiel Ander Egg,²¹⁸ que também propunha toda uma metodologia participativa com as pessoas, quer dizer, dar-lhes elementos para que elas se organizassem, para que elas fizessem, para que elas se defendessem e saíssem dessa situação; não a partir de nossa liderança, senão que delas mesmas. Por um lado, então, comecei a militar no bairro nesse comitê da DC, e enquanto isso estava aí, um pouco ainda na AC.²¹⁹ E tive a sorte – eu digo a sorte ou esses caminhos que a vida dá muitas vezes – de que o pároco que estava na paróquia naquela época – era um padre muito reacionário, e eu não tinha percebido muito – me chamou e me disse que eu não podia estar na política e estar na AC, que eram duas coisas incompetentes, que eu tinha que me decidir por uma ou por outra. E me decidi: saí da Igreja e continuei trabalhando mais plenamente – afora isso trabalhava como empregada em uma empresa grande, assim que bom – o tempo que me sobrava. Isso me definiu muito que o caminho concreto do meu trabalho passava por aí. Depois, foi quando Eduardo Frei, que foi o primeiro presidente democrata-cristão da América Latina – falo de alguns anos atrás –, ganhou as eleições no Chile²²⁰. Para nosso pequeno partido daqui isso foi um... Bom! Toda a América Latina já era democrata-cristã! Então fomos com uma delegação a... Quando ele assumiu o poder. Fomos fazendo parte de uma delegação de alguns políticos jovens, e eu estava na divisão feminina, já tinha passado ao nível nacional, e estava trabalhando na divisão feminina. E é aí onde conheço o Norberto. Norberto era dirigente da Juventude Democrata-Cristã; havia sido de um grupo que foi muito especial, com uma abertura, e que fez muita revolução de jovens dentro do que era a política nessa época. A maioria vinha da província de Buenos Aires, de Arrecifes, Pergamino, Salto... Essa zona havia sido muito impulsionada. E bom, a partir do secretariado provincial haviam passado ao nacional. Então eu conheço o Norberto aí. Vamos juntos com outro grupo de amigos à posse de Frei. E aí é onde mais ou menos começamos nossa relação. Voltamos para cá, continuamos trabalhando. Ele sempre liderando a Juventude, pois naquela época se trabalhava muito no interior do país, e vivíamos viajando permanentemente; ele, por seu lado, ia pelos jovens, e eu, pela divisão feminina, percorri praticamente todo o país, promovendo a participação das mulheres na política, lá pelos anos de 1960. Posso dizer que fui meio que pioneira disso. Bom, e o que era importante, é que aí Norberto começou a se destacar bastante, pois também se trabalhava muito em nível latino-americano. A Democracia Cristã era importante no Chile, aqui era um partido pequeno, nunca deixou de ser um partido pequeno, mas com quadros muito formados. E também tinha seu... Um pouco, meio, tipo... Peronismo, sua ala bastante da direita, e os jovens e setores do grupo de mulheres, que estávamos mais inclinados para a esquerda. Na Venezuela era bastante importante; inclusive tinha um instituto de formação que se chamava COPEI,²²¹ onde se realizavam cursos para jovens da América Latina. Eu tive oportunidade de ir a um desses cursos, pelos anos de 1965 ou 1966, com mulheres de diferentes países da América Latina que pertenciam à DC. Que em alguns países – agora me dou conta – nem sequer existia. Bom, mas sempre haverá algum grupelho, alguma mulher dessa tendência para enviar a este encontro. Para mim, essa foi uma experiência muito rica, porque conheci mais de perto o que é a América Latina, o que são as diferentes realidades, as procedências de suas mulheres, os interesses, como viam a nós argentinos, com a questão de nossos golpes de Estado permanentes; coisa que realmente me chamou a atenção. Para mim, há duas coisas daquela época que ficaram muito gravadas: primeiro, fazia muito pouco tempo do golpe de Onganía,²²² e nos perguntaram

217 *Villas de Emergencia* ou *Villas Miseria*, equivalente às favelas brasileiras.

218 Ezequiel Ander Egg, pedagogo, filósofo e sociólogo argentino. Exilou-se na Espanha devido às ameaças que sofreu da Triple A.

219 Ação Católica.

220 Eduardo Frei Montalva: presidente do Chile no período de 1964/1970.

221 Comitê de Organização Política Eleitoral Independente, fundado na Venezuela em 1946, depois chamado de Partido Social Cristão.

222 Juan Carlos Onganía assumiu a presidência, por meio de um golpe de Estado, em 1966.

a nossa opinião; éramos três argentinas que estávamos aí – uma que havia ido como professora, e duas alunas, e participávamos do seminário, que era muito intensivo, de um mês –, e claro, de início Onganía foi meio enganoso para nós. E tendo em conta que provinha de uma formação cristã, que não parecia muito, muito fechada. Então dissemos: - Não, porque é diferente... Porque desta vez... Possivelmente podemos seguir em frente... -. E os venezuelanos nos diziam: - Mas como vocês argentinos podem justificar os golpes militares? É o país que mais teve golpes, e ainda por cima os justificam -. Em mim ficou um espinho cravado, que depois, durante os anos... Bah... Logo depois já nos desiludimos totalmente, e foi uma etapa na qual não foi o que foi depois, com o *Processo*,²²³ mas houve, sim, bastante perseguição, sobretudo aos setores que não estavam ligados com esse cristianismo fechado, de movimento familiar cristão, todo esse tipo de coisas que esse governo significou. E houve outra coisa que nos perguntaram, nesse momento, a todas que assistíamos o curso - O que nós pensávamos? A Democracia Cristã deveria ser um partido de centro, de direita ou de esquerda? -. E eu coloquei “de esquerda”. E todas me olharam com uma cara! Como dizendo... Fui a única que colocou isso. Todos tinham colocado, quanto muito, de centro. Então, aí eu já estava acumulando energia digamos, e vendo onde eu estava realmente situada. De todas as formas, se fez um trabalho bastante bom com as mulheres no interior, em alguns lugares se organizou... Essa etapa foi bastante importante. Porém, bom, depois a coisa já começou a se definir melhor. Foi todo o tempo da resistência peronista, onde os setores antes de tudo sindicalistas, e setores de base do peronismo, começaram a se organizar e a resistir.. Um pouco depois veio toda essa etapa em que estávamos, com “La Hora de los Hornos”²²⁴ e todos esses filmes que recordavam – acaba de falecer, justamente, Getino, que foi um dos que realizou esse filme –, e muitas mudanças começaram a se produzir, e a DC como que foi se inclinando um pouco mais à direita. Teve um episódio muito bom, no qual Norberto foi um dos mentores com o grupo da Juventude, que foi uma fórmula, que se formou nesse momento, entre Sueldo, que foi um dirigente especial da DC muito impulsionado por todos estes jovens, e teve uma postura bastante avançada, e o Doutor Matera, que era um peronista. Ou seja, creio que foi pelo ano de 1966, para umas eleições que tínhamos nesse momento. A fórmula foi Matera-Sueldo. E foi uma conquista desses grupos que viam que tinham que cada vez mais se inclinar – e nós estávamos nisso – para o peronismo, que era a base de nosso povo. Isso fracassou, porque depois o Partido Justicialista não aceitou que Matera fosse o candidato. Chegou-se a fazer um ato em Rosário, com muitíssimas pessoas, mas fracassou. Então a maioria dos grupos começou a se abrir e a se conectar mais com as pessoas que vinham do peronismo, com estes setores... Eu continuava sempre trabalhando em vilas, trabalhei muitíssimos anos como assistente, também no plano *CREAR*²²⁵ de alfabetização, que se fez no ano de 1973, e que usou muito a metodologia de Freire. E aí víamos como o peronismo estava inserido em toda a realidade. Então, o que fazíamos com um partido pequeno que ia se... Primeiro que já estava se dividindo, depois houve tantas diferenças que se partiu em dois. Creio que um era o Popular Cristão e o outro Democrata Cristão, uma coisa assim. No Chile já havia acontecido Frei, e já não acontecia nada. Acredito que em algum momento foi Caldera,²²⁶ com o COPEI, na Venezuela, mas tampouco acontecia nada. Dávamo-nos conta de que não era um partido que realmente tivesse inserção, e que realmente servisse para a situação da América Latina. Talvez na Europa, na Alemanha, Itália, onde ele era bastante importante, sobretudo na Alemanha, por outra realidade. Mas aqui não. Então, a maioria de nós, que fazíamos trabalho de base e estávamos inseridos em diferentes comunidades, fomos nos abrindo, até que chegou um momento em que – alguns de forma mais grupal e outras de forma mais individual – nos inserimos e começamos a trabalhar diretamente com a Juventude Peronista. Eu trabalhei, cheguei a trabalhar muitos anos em um programa bastante interessante que se chamava “Comissão Católica Argentina para a Luta Mundial contra a Fome”, que era um dos postulados da FAO.²²⁷ E essa comissão tinha dinheiro para inverter nesse proje-

223 Processo de Reorganização Nacional, nome pelo qual a Junta Militar autodenominou a ditadura civil-militar instaurada na Argentina com o golpe de 24 de março de 1976.

224 “A hora dos fornos”, filme argentino realizado por Fernando Solanas e Octavio Getino, em 1968.

225 Campaña de Reactivación Educativa de Adultos para la Reconstrucción, elaborado e usado na década de 1970 pela Dirección Nacional de Educación do Adulto.

226 Rafael Antonio Caldera Rodríguez, um dos principais líderes do Processo de Consolidação Democrática na Venezuela. Foi presidente deste país em duas ocasiões: entre 1969-1974, e 1994-1999. Faleceu em 24 de dezembro de 2009.

227 *Food and Agriculture Organization*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, criada em 16 de outubro de 1945.

tos. E eu trabalhei muitos anos em uma vila em Villa Martelli, como responsável de uma equipe que fazia todo esse trabalho com jovens que começaram a surgir assim, apareciam como cogumelos, jovens que queriam participar. Que queriam participar, que queriam ir ajudar nas vilas, que queriam colaborar com a alfabetização, com programas desportivos que nós fazíamos, com ajuda escolar, com jardins de infância e todo esse tipo de coisas; e na organização em si desses setores. Aí de novo voltamos a trabalhar muitíssimo com a metodologia de Freire, e uma coisa que nós fazíamos era até um pouquinho uma seleção de voluntários, porque víamos que muitos garotos se entusiasmavam. Era a época em que muitos iam, também, a acampamentos universitários de trabalho. Isso foi impulsionado por alguns setores da Juventude Católica Universitária, e iam, por exemplo, trabalhar com os lenhadores no norte, que era época das derrubadas, desgraçadamente, e conviviam com eles. Faziam uma experiência de ficarem quinze ou vinte dias vivendo exatamente igual a eles. Vinham tão motivados com toda essa injustiça tão extrema que tinham visto... Como eram explorados, como lhes pagavam com vales, que, bom... Vinham com ganas de trabalhar, de continuar lutando por isso. Então tínhamos que selecionar um pouquinho, porque muitos se entusiasmavam, iam uma, duas, três vezes e depois deixavam de ir. E claro, nós queríamos que as pessoas não se sentissem usadas. Se fossem a um bairro, que fossem de modo permanente, que tivessem compromisso. Se comessem um programa ou a trabalhar com um grupo, que continuassem, e também aplicávamos a eles a metodologia de problematização de Freire, no sentido de – O que buscavam? O que queriam? Para que iam trabalhar com essas pessoas? –. Essa foi uma etapa de muito florescimento, que foi formando todos esses setores, que depois, bom, muitos convergimos no que foram as organizações armadas, custando-nos mais ou menos, conforme a formação que cada um tinha. Mas bem, era o momento de efervescência na América Latina, havia acontecido Cuba, sabia-se que em outros países da América Latina também havia lutas, e realmente pensávamos que íamos fazer a revolução e fazer a mudança. Da mudança já vínhamos falando desde a Democracia Cristã.

P: Flora, nessa época se fala um pouco, também nos anos de 1960, da “Primavera da Igreja”, uma expressão que justamente essa Igreja, que está marcada pelo [Concílio] Vaticano II, por João XXIII...

R: O de Medelín daqui, de...

P: E depois vem, justamente, o encontro de Medelín, e por aí vão saindo essas organizações, o Movimento de Sacerdotes Terceiro-mundistas, mais tarde a Teologia da Libertação. Vocês estão no meio de tudo isto...

R: Estamos no meio, metidíssimos digamos. Metidíssimos porque, à parte nossa formação cristã, vínhamos do Partido Democrata Cristão, que postulava como socialmente, como a justiça social que nós víamos, como tirá-la do evangelho para o social digamos, deixando o religioso à parte. Então realmente, primeiro o Concílio Vaticano II, que foi um avanço impressionante, e logo a reunião dos bispos em Medelín, que mudou fundamentalmente... Foi nessa etapa, onde uma das coisas que já expressava muito simbolicamente a mudança de que o sacerdote tinha que estar olhando [de frente] para o povo, e não de costas. Concelebrando com todos, porque o que Cristo havia mostrado era isso, não um senhor que estivesse lá dirigindo a todos. Então isso revolucionou muito, nós nos movimentávamos muito com os Padres do Terceiro Mundo, por exemplo, apoiamos muito Podestá,²²⁸ que foi o bispo que se casou, quando não queriam lhe permitir que fizesse isso, e ele lutava e continuava, e o expulsaram. Fomos apoiá-lo. Bom, aí no livro do Norberto tem isso. Ele fez um livro que se chamou “Os católicos pós-conciliares na Argentina”, que analisa tudo, quase todos os grupos que existiram dentro do país com sacerdotes ou em torno de sacerdotes, que iam se nutrindo de todo esse avanço digamos, e trabalhando e continuando a trabalhar com os setores populares nessa problemática. Daí surgem os Sacerdotes do Terceiro Mundo, com os quais tínhamos muito contato, e especialmente com um amigo pessoal, muito

amigo nosso, o padre Alejandro Mayol,²²⁹ que foi um sacerdote daquela época que depois ter-

228 Jerónimo Podestá, bispo de Avellaneda, foi afastado da sua diocese à sua relação sentimental com sua secretária, que assumiu publicamente, embora sem renunciar ao hábito. Foi o responsável pela deflagração do Movimento dos Padres Casados.

229 Integrante do Movimento dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM), chamado de “Cura Poeta” largou o hábito, casou e constituiu família. Foi um dos adaptadores dos textos litúrgicos da missa católica para o álbum *Missa Criolla*, de Ariel Ramírez, lançado em 1965. Faleceu em 15 de fevereiro de 2011.

minou se casando, e que primeiro nos casou. Nosso casamento foi uma coisa muito especial, se bem que coubesse dentro do mais cerimonioso, foi um casamento com missa de esposais, mas em uma igreja com a qual não tínhamos nada a ver, mas que escolhemos porque naquela época o padre dessa igreja, que era Santa Elena, tinha feito umas regras de que aí não se podia casar com tapete vermelho, que a noiva não podia usar uma roupa espalhafatosa, podia ser comprida, mas simples, que não se colocava flores e enfeites, que se os noivos quisessem que levassem algumas flores e as colocassem. E foi uma missa cantada, com cantos de aleluia e coisas, havia canções deste padre Alejandro Mayol; onde muitos familiares da família original de Norberto, em realidade por parte de pai, são luteranos, porque são suíço-alemães. Mas a mãe dele – em verdade havia acontecido com ela uma coisa parecida, era muito católica, e havia conseguido que seu marido se casasse na igreja católica – havia levado também as crianças, os três tomaram a comunhão – pois Norberto tem dois irmãos mais – em sua paróquia lá em Arrecifes, haviam tomado a comunhão, e Norberto também havia começado na Ação Católica, nesse aspecto tinha um caminho parecido com o meu. Ele procedeu muito mais jovem no político, aos quinze, dezesseis anos já estava em outra coisa. Mas, voltando ao casamento, os familiares por parte de pai que foram e que continuam professando o luteranismo, estavam admirados, porque diziam: - Isto não parece um casamento da igreja católica. Parece uma coisa diferente, muito mais parecida aos nossos -. Foi totalmente informal, totalmente informal digamos. Mais, entramos os dois juntos, de trás, com os padrinhos atrás. Comungamos com pão e vinho de verdade. Pão de verdade e vinho de verdade, para todo mundo. Coisa que era todas as coisas que se faziam nessa época. E bom, Alejandro Mayol, que foi o padre que nos casou; pouco tempo depois se casou também, de um modo bastante especial, porque foi meio escandaloso; não quis pedir redução laica e se casou igual. E houve uma algazarra, mas bom. Continuamos assim, o que acontece é que, bom, depois já se haviam formado pequenos grupos nos quais nos reuníamos dois, três casais, provindos mais ou menos da mesma experiência. Íamos analisando diferentes documentos, coisas; a realidade da América Latina. Antes disso, havia surgido o livro de Norberto, que bom, assim... Faltou-me dizer que os jovens, este grupo de jovens da DC teve muito contato com jovens de outros países da América Latina. Assim como o partido, estava mais ou menos, um pouco... Também existia em outros lugares... Bom, eu lembro que ele ia muito a reuniões no Chile, fazer seminários no Peru, na Colômbia, na Venezuela; incluindo um grande encontro que houve na Europa, que ele também foi, como representante da Argentina, com vários companheiros desse grupo promotor de jovens. E bom, em uma dessas viagens, ele foi fazer um seminário lá, na Colômbia... Creio que mataram Camilo²³⁰ no ano de 1968, se não me engano... Ele vai um ano depois. E conhece a figura de Camilo nesse ambiente da DC, e os conhecidos e não sei mais quem, lhe contam um pouco a sua história, tudo que havia feito, como havia criado o que ele chamou creio que de Frente Unida, que foi um grupo sociopolítico, porque Camilo era sociólogo, havia estudado em Lovaina. E então [Norberto] sai muito impressionado com essa figura, traz muitíssimo material e decide escrever um livro sobre a vida de Camilo. E, como ele era muito político, [Norberto] o situa primeiro dentro da realidade da Colômbia. Alejandro Mayol escreve o prefácio, e faz um prefácio bastante longo, bastante teológico. E Norberto faz uma introdução à política da Colômbia; o que tinha sido o Bogotazo – que foi um golpe muito importante que ocorreu quando Gaitán,²³¹ que foi um líder muito importante, quis avançar, creio que chegaram a matá-lo; fez um estudo da guerrilha, e no livro ele já diz que um dos países que tem mais história – e corroboramos agora –, que vinha com mais história de guerrilha era a Colômbia. E por isso Camilo um pouco decide, em um momento em que se sente frustrado, porque vê que sua prédica na Igreja está destinada a pessoas para quem nada interessa a realidade social, política; as injustiças, as desigualdades; ele termina dizendo: - E eu, que faço aqui? Eu realmente, com minha formação, com o que penso nesta Frente que criei que tem mensagens aos jovens, às mulheres, a diferentes setores da sociedade... -, decide deixar a Igreja – porque diz que ele sente que isso não é a sua vocação – e ir para a guerrilha. E aí é onde o matam. Então, eu sempre digo – e acredito que um pouco é bastante certo – que para nós que vínhamos de uma formação cristã, de beber no Evangelho, de ter trabalhado muito com setores de pessoas marginalizadas, nosso guia era Camilo Torres, como o Che Guevara foi para as pessoas de esquerda. O que não quer dizer que não gostássemos e

230 Camilo Torres Restrepo, o padre guerrilheiro, morreu assassinado na Colômbia em 15 de fevereiro de 1966.

231 Jorge Eliécer Gaitán Ayala, político liberal assassinado em Bogotá em nove de abril de 1948. Os grandes protestos populares que se seguiram à sua morte ficaram conhecidos como *Bogotazo*.

que não admirássemos também a Che Guevara. Ou ao outro Camilo Cienfuegos,²³² que também foi muito importante. Porém, para nós – sobretudo os que estávamos mais na política, embora acredite que também deva ter influenciado bastante os Sacerdotes do Terceiro Mundo – [Camilo] foi como nosso guia, nosso mestre, o que nos abria o caminho; coisa que nos custava muito, sobretudo levando em conta a formação cristã, na qual era muito difícil aceitar a violência. Mas bem, naquela época Camilo era a figura que nos mostrava que se tinha que ir por aí, porque não ficava outro caminho, que era a única forma de fazer justiça; ou de chegar a poder estabelecer uma sociedade mais igualitária. Para nós, isso foi muito definidor.

P: Muito bem Flora. E aí estamos praticamente no final dos anos 1960, e nesse momento, aqui na Argentina está terminando o governo de Onganía...

R: Não, nesse momento Onganía já estava... Não, estava... Ah, como se chama? O que entregou o governo a Cámpora²³³...

P: Lanusse.

R: Lanusse.

P: Bom, então praticamente já estamos entrando nos anos 1970, e aí já começa a se movimentar toda essa possibilidade da volta de Perón e a democratização da Argentina. Nesse momento tu continuas na Democracia Cristã?

R: Não, não. Havíamos deixado há muito a DC. Já estávamos na JP, na Tendência, como dizíamos a Tendência.

P: Que impacto tem para vocês o governo de Cámpora? Que representou? Porque foi um governo que, fora da Argentina, se conhece muito pouco. Dura muito pouco tempo, mas tem uma carga de intensidade que marca muito vocês.

R: Ui, foi impressionante... Nós, durante os anos em que se vê a possibilidade que se abre, de que o peronismo tem que voltar, porque se não, não há saída. Como as eleições que haviam ocorrido que os que ganhavam eram com uma porcentagem muito menor. Então, primeiro acontece esse primeiro regresso de Perón – que não chegou a se concretizar – onde todos nós fomos de uma ou outra maneira. Lembro que nessa época me juntei com meus companheiros da Villa Martelli, nos subiram em um caminhão e lá nos fomos todos, até perto de Ezeiza, onde depois cruzamos o rio, nos molhamos, foi toda uma odisséia. Até que nos inteiramos que Perón realmente havia dado a volta, que não vinha, e voltamos. Porém, já foi uma efervescência muito forte: - Em outro momento tem que vir -. E todos foram trabalhar um pouco com o famoso “Perón vuelve”, com o filme onde se mostrava... Havia alguns filmes também, e documentários, que mostravam diferentes etapas do peronismo; e depois, como já falei “La hora de los Hornos” de Solanas e Getino, que se passava nos bairros. Fazia-se uma discussão política posterior e se ia formando quadros. Aí alguns quadros iam se formando, e já ia se delineando um pouquinho o que seria uma proto-organização, que não estava ainda muito definida se ia assumir ou não a luta armada, mas já se ia vendo que estava se encaminhando para isso. Então, quando Cámpora torna a surgir como uma figura muito importante – ele era o delegado de Perón –, e realmente assumiu muito todo o papel que nós buscávamos, desse peronismo que renascia e que vinha retomar as bandeiras que se havia deixado de lado, e tudo o que havia significado o sindicalismo, a organização dos trabalhadores, levar em conta o que Evita havia feito com a Fundação Evita, os setores mais marginalizados. Por aí pulamos um pouco o tempo, não nos demos conta de que tantos anos haviam se passado. O desejo era tanto, e tanto o que se havia trabalhado, que quando realmente se alcança, quando se apresenta a fórmula e Cámpora ganha, foi realmente uma coisa extraordinária para nós, não sei, lembro-me de ter estado aí na Praça de Maio, na primeira fila, aí quase empurrando as cercas; e vendo esse avião que se ia e que dizia - Se vão e nunca voltarão -. Foi como

232 Camilo Cienfuegos Gorriarán, combatente e revolucionário cubano, desapareceu em outubro de 1959, em um acidente aéreo. Até hoje há dúvidas de que não tenha sido um crime político.

233 Juan Carlos Onganía: 1966-1970. Roberto Marcelo Levingstone: 1970-1971. Alejandro Agustín Lanusse: 1971-1973. Héctor José Cámpora: 1973. Raúl Alberto Lastiri: 1973. Juan Domingo Perón: 1973-1974. María Estela Martínez de Perón: 1974-1976. Junta Militar: 1976-1983.

se tivéssemos tocado o céu com as mãos. Nesses momentos surge o governo, bom, vários governos... Aí já se começaram a ver, um pouco, as diferenças do peronismo. Com diferentes governadores; uns que talvez respondessem mais à Tendência e ao que os jovens queriam, e outros que estavam em uma posição mais de direita. Sobretudo, desafortunadamente, os que tinham mais a ver com o sindicalismo. Inclusive uma das condições que foi feita era que a maioria dos governadores que eram mais ou menos avançados ou bastante comprometidos com uma posição mais revolucionária digamos, tinha que aceitar a colocação de um vice-governador, que geralmente vinha do sindicalismo. E vinha da União Operária Metalúrgica, que era o sindicalismo mais duro e mais forte, como aconteceu na província de Buenos Aires. Nós trabalhamos muito – nesse aspecto, sobretudo Norberto, eu ainda continuava trabalhando na vila de Villa Martelli. Naquela época, nosso trabalho se separou um pouco, porque eu continuava fazendo um trabalho que, se bem o meu não fosse tão político, servia para que os companheiros que faziam trabalho político pudessem ir assentando suas bases também. Por outro lado, Norberto já trabalhou... Começou... Já começou... Ou antes, muito pouco antes, com um grupo de companheiros que vinham da militância cristã, quando já ia mais ou menos se delineando o que seria a organização Montoneros – porque já havia acontecido o de Aramburu²³⁴ e tudo o mais –, estes jovens, dos quais Norberto foi um dos principais promotores, decidem criar uma organização, que em seu momento foi político-social, mas que depois derivou em uma organização de luta armada, que foi Descamisados. Descamisados foi uma pequena organização que, justamente como seu nome indica, estava bem assentada sobre o peronismo, e que se diferenciou das demais por ter muito trabalho de base. Porque a maioria dos jovens e alguns quadros que havia da Resistência e sindicalistas que haviam se unido, trabalhavam em Unidades Básicas, sobretudo em lugares da Grande Buenos Aires e alguns da Capital. Então, quando se faz a fusão geral entre Montoneros, FAR e Descamisados, aí esta organização já faz parte da organização geral que depois foi os Montoneros, e Norberto sempre teve um papel um pouco preponderante, embora nunca tenha estado nas primeiras filas, sempre foi de segundo e terceiro nível, e seu trabalho sempre foi muito político pela experiência que ele tinha do trabalho político com jovens, quando havia estado nos jovens da DC. Além disso, Norberto, eu e algum grupo pequeno que estávamos juntos, éramos de uma média [de idade] um pouco maior que os outros, quase certo que entre oito ou dez anos mais velhos que a maioria dos jovens que se incorporavam; que eram muito jovens e sem demasiada experiência política anterior, senão que haviam acedido a isto através dos trabalhos nos bairros, nas vilas e isso, e haviam passado diretamente ao outro nível. Então, Norberto tinha muita capacidade política e de liderança, então foi um dos que colaborou muito... Em La Plata, todas as organizações estavam muito desenvolvidas, sobretudo as universitárias. Havia vários grupos que, por sua vez, também tinham feito muito trabalho em vilas. Era um lugar muito importante para o desenvolvimento do peronismo e da JP. Então por isso se consegue que se possa colocar um governador como Bidegain,²³⁵ que de alguma maneira respondia um pouco à política que os jovens propunham. Então nós... Norberto havia estado desde antes em La Plata – inclusive ele propôs [o nome] de alguns que depois foram ministros –, e nos envolvemos diretamente com o governo de Bidegain, e fomos morar em La Plata. Eu fui diretora de Promoção e Desenvolvimento da Comunidade, estava no meu apogeu; porque eu, que havia trabalhado tanto nas vilas, estava aí numa posição superior, tratando de colaborar com os que faziam trabalho nas vilas. E Norberto esteve diretamente como assessor do governador. Embora aí já tenham começado todas essas coisas difíceis que existiam entre – agora está na moda o filme “Infância Clandestina” –, entre a clandestinidade e aparecer em público como quem era. Ele era assessor, mas não figurava com seu nome, senão que tinha outro nome, porque tinha sido bastante conhecido. Porém depois, de repente, aparecia em algumas ações com seu nome real sim, e isso foi uma das coisas muito difíceis que depois lhe trouxe, digamos, toda a perseguição de que foi objeto. Bom, durante o governo de Bidegain – que não durou muito, não chegou há um ano, estivemos de maio de 1973 a fevereiro de 1974 – se trabalhou muito com as organizações de base... Formaram-se quadros também... Mas sempre houve uma situação muito difícil com o vice-governador, que era Calabró, que respondia ao sindicato metalúrgico e que nunca aceitou

234 O sequestro de Pedro Eugenio Aramburu, autointitulado presidente da Argentina entre 1955-1958, por um grupo de militantes peronistas em 29 de maio de 1970, é tido como o marco do nascimento da organização Montoneros.

235 Oscar Bidegain, governador da Província de Buenos Aires entre 1973-1974. Renunciou em 1974, passando o cargo para o sindicalista de direita Victorio Calabró.

Bidegain como governador, e então não ia às reuniões de gabinete, foi muito difícil. Nós, em nosso entusiasmo de fazer coisas, não víamos, mas foi um momento bastante difícil. Mas bem, parecia que já podíamos chegar a, torno a dizer, a mudar... Foi essa época de efervescência... Bom... Nesse intervalo, Cámpora mudou digamos, e foi quando ocorreram as eleições e Perón ganhou. Aí ficou mais difícil para Bidegain, porque como sabemos Perón desgraçadamente esteve muito influenciado, nesta etapa, por López Rega. E López Rega não queria Bidegain, assim que não houve modo de que se pudesse chegar a ele. Até o momento quando Perón o expulsa por algo que aconteceu em Azul, que foi um ataque ao regimento Azul que outra organização fez – o ERP –, mas parece que convenceram Perón de que justamente Bidegain – que é de Azul – estava em Azul. Tinha ido passar o fim de semana em sua casa, para descansar, e fazem este golpe. Aí o convencem, e aí digamos é quando o governo de Bidegain cai, e assume Calabró, que foi uma etapa... Nós viemos de La Plata para aqui, para Buenos Aires. Aí também nosso trabalho se separou bastante, porque Norberto esteve... Norberto escrevia muito, apesar de que não havia estudado jornalismo, desde que publicou uma série de artigos em um jornal local de Arrecifes, quando veio daquela viagem da Alemanha, quando era muito jovem... Sínteses, mais que sínteses histórias que havia observado politicamente, porque ele, depois de estar na Alemanha com outros companheiros, como fazem todos os jovens, percorreu um montão de países, e publicou em seu jornal local o que via das realidades sociopolíticas de cada um dos países em que havia estado. Depois escreveu o livro de Camilo, escreveu o outro livro “Os católicos pós-conciliares na Argentina”, e havia escrito depois, posteriormente, artigos em algumas revistas de política daquela época, “Primer Plana”, “Panorama”; em algumas revistas uruguaias, “Marcha” do Uruguai, e “Vísperas”, do Chile, sempre rondando um pouco o tema que para ele era principal, que era o compromisso cristão na política. Então, como tinha bastante formação digamos, nessa época em que nem todos os jornalistas estudavam para isso, senão que iam se tornando a partir de escrever, o colocam como subdiretor daquele que foi um jornal muito importante, que também se dirigiu desde a organização, que foi o “Noticias”, o jornal “Noticias”.

P: Noticias era da organização?

R: Sim. Em realidade, no início – se alguma pessoa me ouve vai se irritar – creio que não foi da organização, no início. Haviam-no formado um grupo de jornalistas muito independentes que coincidiam politicamente com a linha de Cámpora e de toda a JP nesses momentos – entre os quais estava Verbitsky, Bonasso, Paco Urondo, Walsh, pessoas conhecidíssimas. Mas em um momento, parece que os Montoneros – conforme eu soube por algo que Norberto e Verbitsky me comentaram – quiseram dirigir um pouco mais o tema do conteúdo, e aí houve diferenças, algumas pessoas foram embora, outras ficaram. De todos os modos, foi um jornal que se sobressaiu muito. Foi muito importante. Tinha uma forma muito especial de impressão e de chegar às pessoas. Aí também saiu “El Eternauta”, de Oesterheld,²³⁶ que também foi motivo de toda sua perseguição, pobre dele. Mas bem, isso não durou muito. Uns meses apenas. Justamente quando invadem o jornal, para fechá-lo, toca a Norberto estar encarregado – porque ele era o subdiretor – encarregado do mesmo, e o levam preso. Por sorte, foi por umas horas, ou um dia, não chegou há um dia, e o deixaram em liberdade. Mas bem, o jornal foi invadido, e teve que ser fechado. Posteriormente, depois disso, se decide que há que seguir trabalhando na frente política. Aí eu já estava um pouco mais afastada, porque a mim, à parte talvez por minha formação cristã, sempre me custou muitíssimo assumir o lado da luta armada. E havia algumas posições que – ou certas pessoas – que como que impulsionavam a que todos deveríamos estar nisso, praticar tiro, usar armas; e isto me custava muitíssimo. Então eu ia, discutia, me retirava, mas bem, voltei a fazer outro trabalho de base, e assim íamos mais ou menos levando. Até que as coisas foram se agudizando muito mais. Então Norberto entra para trabalhar aí; já eu não participava... Porque à parte se pensava que com alguns casais era melhor que cada um estivesse em um trabalho, em uma frente diferente. Então Norberto, como realmente era tão político, ele fazia conversações, e as pessoas que ainda podiam aceitar o projeto o escutavam e se somavam ao partido. Bom, depois o que foi o partido Montoneros, Bidegain esteve, Obregón Cano – que foi governador de Córdoba –, Cepernic – de Santa Cruz –, Martínez Baca – de Mendoza –. Todos tinham sido quase

²³⁶ Héctor Germán Oesterheld, sequestrado e desaparecido em La Plata em 27 de abril de 1977. O “Eternauta” é uma história em quadrinhos de ficção científica.

o produto de um trabalho político muito intenso que Norberto havia feito, não sozinho, mas com pessoas que o acompanhavam. Então nesse momento se cria um partido que se chamou Partido Autêntico, que também respondia ao justicialismo. Estava dentro do peronismo digamos, porém mais com os nossos preceitos de compromisso a partir do peronismo.

P: Ocupa um espaço mais à esquerda...

R: Sim, bastante esquerda. Porque o Partido Justicialista havia ficado um pouco como que na mão da extrema-direita. Então esse partido se apresenta em umas eleições que ocorreram na província de Misiones – eu creio que foi por setembro... Ah, não lembro em que momento foi... Foi antes de 1976; em 1974 ou 1975 –, se apresenta pela primeira vez como partido oficial, que já havia sido reconhecido, e alcança uma porcentagem bastante importante frente ao PJ e ao radicalismo, depois consegue o vinte e cinco % de votos, coisa que foi um estímulo muito importante. O que acontece é que depois, bom, já começou a funcionar meio que na clandestinidade, e bom... Havia dirigentes com que se falava, mas depois não se podia desenvolver muito o trabalho. Um partido político na clandestinidade é meio... Meio difícil. Esqueci-me de dizer uma coisa, agora me veio à mente. Quando estávamos na província de Buenos Aires, houve um operativo muito importante que se fez na província, que se chamou Operativo Dorrego, porque tinha havido umas grandes inundações – por chuvas, como acontece de vez em quando na província, há zonas que se alagam, se formam lagoas, colheitas se perdem, um montão de coisas –, isso foi por outubro, por aí, do ano de 1973. Esse operativo, por instâncias de alguns companheiros e porque se pensou que era um momento oportuno, foi feito em conjunto entre o Exército e as pessoas da província de Buenos Aires. Ou seja, as pessoas da província de Buenos Aires – e Norberto esteve encarregado disso – colocaram os jovens da JP e o Exército colocou os conscritos – pois ainda era a época em que havia serviço militar. Estes grupos iam trabalhar juntos em diferentes comarcas – 9 de Julho, 25 de Maio, Pehuajó – que haviam sido inundadas, reconstruir escolas, edifícios municipais, o que fosse público e que se podia resgatar e pintar outra vez, ou reconstruir, etcetera, o que fosse. Norberto foi, diretamente, um dos que dirigiu o operativo – Dante Gullo também esteve implicado nisso, e alguns outros da Juventude –, mas o que mais se salientava era Norberto. Muitas vezes ele supervisionava os trabalhos que estavam sendo feitos em um teco-teco ou em um helicóptero, e Norberto estava, e estavam os militares, então muitos o conheceram pessoalmente, conheceram seu modo de ser e tudo o mais, por isso também é que depois foi uma pessoa que foi tão, mas tão, tão, procurada. Bom, muitos foram procurados, mas ele era de um modo meio especial. Depois se fez um ato de encerramento na Comarca de 25 de Maio, onde acudiu o governador, todos os ministros e a cúpula do Exército; e se fez um desfile onde desfilaram os jovens que haviam sido conscritos e os jovens da JP, com enxadas, pás e tudo que havia... Foi uma coisa bonita; muito lindo pensar que se poderia continuar fazendo coisas desse tipo. Mas não, era meio utópico... Foi real, mas fazia parte de uma utopia meio difícil de seguir em frente. Bom, depois vem já disse, o Partido Autêntico. E depois já vem toda uma etapa de mais... Que meio não foi, ainda, o que se chamou a Contraofensiva – não sei se tu sabes o que se chamou a Contraofensiva – que foi tão... Bom, eu não participei pessoalmente, porque já me havia afastado bastante dos grupos... Antes disso, não, antes disso, houve outro grupo muito importante que se formou – já estava esquecendo –, que foi como que uma espécie de frente, no qual se queria agrupar sacerdotes, religiosos ou laicos, que estivessem de acordo com a Teologia da Libertação e tudo que ela propunha e que Medelín havia proposto, e tudo isso, e apoiar esse processo revolucionário, que se chamaram Cristãos para a Libertação. Essa foi como que digamos uma frente de Montoneros – embora não figurasse como tal, mas sabia-se que havia saído dali –, e foram feitos dois documentos bastante importantes que Norberto escreveu que também estão aí nesse livro. Esse foi o último grupo em que eu trabalhei pessoalmente com alguns sacerdotes que eu conhecia, pois tínhamos trabalhado juntos nas vilas...

P: Isso é mais ou menos em que ano Flora?

R: Isso é... Antes do golpe... Deve ter sido pelo ano de 1975.

P: Flora, neste momento a Triple A está atuando abertamente...

R: Totalmente. Completamente.

P: Como isto afetava vocês, pessoalmente?

R: Bom, nós vivíamos a muitos anos – desde que haviam começado a se formar grupos com uma abertura para algo mais perigoso –, poderia dizer que semiclandestinos. Ou seja, morávamos em casas que nossas famílias não conheciam. Se bem ainda pudéssemos usar nosso nome, e o nosso filho também, tomávamos muito cuidado de não ter contato com pessoas que pudessem nos conhecer e que pudessem nos localizar, mais do que nada para preservar essa pessoa no caso de que nos procurassem. De vez em quando tínhamos que sair de nossa casa, porque alguém tinha ido, tinha caído, e era perigoso, então tínhamos que partir. Se se faziam reuniões, os companheiros eram levados com os olhos vendados, sem que localizassem o lugar, para evitar denúncias depois, no caso de caídas. Mas bem, o que mais nos custava, pessoalmente, era o fato de que, bom, a avó que ficava com o neto não podia ficar se eu não fosse à casa da avó; ela nunca sabia onde morávamos – coisa que nunca conseguiram entender, naquele momento, a mãe de Norberto, que morava, e meus pais menos ainda. Mas bem. Depois também morávamos integrados economicamente, ou seja, havia-se estabelecido que bom, dada a militância, a proposta era um pouco emparelhar para baixo: uma família de classe média com dois filhos vive com o quê? Essa coisa, bom, o que trabalhava mais tinha que dar o que excedia à organização; o que não trabalhava, alguns que haviam sido destinados a tarefas políticas, recebiam o mesmo. Em caso de casos especiais ou de que alguém precisasse comprar uma geladeira ou ir ao médico, ou coisas assim, se pedia. Então era, volto a dizer, uma semiclandestinidade e uma semiliberdade. Isso sempre foi pessoalmente difícil para mim, mas bem, em benefício de que tínhamos ideais muito grandes e sabíamos por que se fazia isso, ia-se aceitando.

P: Flora, nesse momento Andrés era muito pequeno...

R: Sim.

P: Como mãe, como preparar a criança para que ela não sofresse isto, uma coisa muito asfixiante digamos; e por outro lado, se és semiclandestino, ele também é.

R: Sim, totalmente. Ele era o mais difícil de tudo. Pobrezinho, ele teve que mudar de escola um montão de vezes; ia um ano a uma escola, outro ano ia para outra, no outro ano ia para uma particular, e teve até um ano que teve que ficar praticamente com nome falso. O que acontece é que eu, como era muito, muito... Essas coisas me custavam muito, consegui que lhe tirassem o sobrenome do pai, e então ficou como filho de mãe solteira, com o meu sobrenome. E depois tinha que explicar para ele: - Não, olha, porque se te perguntam, porque o papai, porque não sei o quê... -. Realmente, para as crianças era muito difícil. Sobretudo para as que, como ele, tinham seis, sete, oito anos, e não entendiam por quê. E que, fora isso, tinham amiguinhos – como também se vê no filme –, e queriam trazê-los, e queriam ir, e queriam se movimentar de um lado para outro. Eu acredito que nisso – isso também, às vezes, se discutia em alguns âmbitos – fomos bastante inconscientes. Tanto é assim, que muitos deles, quando nós nos reunimos – os que ficamos com filhos dessa idade –, quase todos nos censuram porque não pensávamos neles. Por que tínhamos filhos dentro dessa realidade. Pessoalmente, para Andrés isso foi difícil por muitos anos, acabar por aceitar, e eu, que admirava bastante o pai como figura política, às vezes, em lugar de ajudá-lo, o desajudava nisso, porque lhe dizia - Porque teu papai... -, - Não quero saber de nada -, ele me dizia, - Eu preferia que tivesse sido um gari e ter o meu pai -. De modo que foram anos muito difíceis. E foi isso que assinou o momento em que chegamos realmente a nos separar. Porque isso esteve ligado. Ainda não foi a Contraofensiva, mas como não se sabia direito o que ia acontecer e já havia o presentimento de que as coisas não vinham bem, então bom, tinha que se mudar; ir para diferentes lugares – os que tinham ficado aqui, para o interior, e assim, etc. –, e Norberto me propõe para irmos os três para o interior, para Rosário – isso foi depois do golpe, em 1976 –; Andrés tinha sete anos, pois nasceu em 1969, tínhamos que ir os três para Rosário, mas esta vez sim, os três com nome falso; Andrés tinha que ir ao colégio com outro nome, e nós o teríamos... Não era tão difícil para nós, para ele era muito difícil. E para mim também era difícil, no sentido de que eu me separava de todo o meu mundo, da minha família, dos meus amigos; que, talvez pela semiclandestinidade, não os via muito, mas eu podia sim, me cuidando, ir à casa de minha mãe ou um dia ir visitar uma amiga, sei lá. Então, para mim Rosário era um mundo

estranho, era outro país, era um lugar em que eu não conhecia ninguém. E bem, aí Norberto me propõe irmos, e eu lhe digo que não estou muito certa. E que, à parte, como eu tinha muitas diferenças políticas e discutia muitos assuntos, não me sentia segura de que podia assumir plenamente uma etapa como essa. E que, além disso, não me sentia... Vê-lo submeter Andrés a isso também, que acreditava que era muito para ele, e que não, não era adequado. Bom, nos separamos de forma provisória. Ele vai para Rosário e eu fico aqui. Passaram-se alguns meses, ele vem para algumas reuniões – uma vez insistiu tanto que eu fui passar uns dias lá com ele e Andrés, para ver se ficava, mas não, não houve jeito –, até que no final do ano, e à medida que as coisas iam se agudizando, acontece uma separação mais efetiva digamos. Eu nem me havia dado conta de que tinha me separado, pensei que ia ser uma coisa provisória, mas bem, era uma coisa que não sabíamos o caminho aonde nos levava. Mas depois sim, depois se fez mais grave. O ano de 1977 foi um ano muito difícil para nós, porque Norberto volta para Buenos Aires, mora em outro lugar, não mora conosco, mas ele queria sim ver seu filho – tinha uma relação muito boa com ele, e era um pai muito bom, mas, antes de tudo, era um revolucionário, conforme a formação e conforme o que ele sentia. E então havia uma maneira de ele ver o filho, que nós, com um irmão dele – que nos ajudou muito – vinha – nem sequer vinha à minha casa, ia a uma confeitaria há três quadras –, levava Andrés, este irmão, Gustavo, ia com Andrés três quadras além, e aí Norberto vinha, levava Andrés e passeava com ele no carro, sei lá. Claro, um menino de sete ou oito anos percebe muitas coisas. E ele se dava conta – certamente –, quando passeava com o pai, das coisas que ele lhe dizia, ou como o pai olhava se visse um patrulheiro, sei lá... E, além disso, o pai lhe dizia que - Olha, se nos param eu sou fulano, não sou Norberto -. Então começo a ter muitíssimos problemas. Acordava-me de noite com ele gritando, com umas crises nervosas muito, muito horríveis, que... Foi muito difícil para mim. Eu depois, quando decidimos nos separar, e já era um momento muito difícil, fui trabalhar de empregada em um escritório, e tampouco fiz mais trabalho de base nem nada. E me arranjava mais ou menos assim, um pouco com minha família, que me ajudava. Quando Norberto vinha, de tanto em tanto o via – via Andrés bastante seguido –, fazíamos toda essa coisa, até que eu consultei com uma psicóloga, e a psicóloga me disse que realmente o menino, disse - Não, é muito terrível o que está acontecendo com este menino, igual a outros, porque ele está como que convivendo com a morte. Então por isso tem essas crises de noite. Tu tens que tratar de ir embora do país, que o pai possa vê-lo com tranquilidade, em um país onde passeiem; que não tenha que ficar olhando para ver se alguém vem vindo; se o procuram, se o procuram... -. Então eu começo a explicar para Norberto que quero ir embora, que, além disso, muitos companheiros já haviam caído – cada vez que me mandava mensagens, porque quase não o via; que este, que o outro, que os demais, para lá – era uma época difícilíssima. E bem, ao final o convenço, e já... Eu sou muito latino-americana, não queria ir para a Europa – apesar de que poderia tirar a nacionalidade espanhola e ter ido para a Espanha, mas queria ir para a América Latina –, e lhe disse que, bom, eu poderia ir para o México – que eu gostava –, e sei lá. E bem, ele meio que aceitou, com algumas diferenças e tudo; e quando já tinha tudo preparado para irmos, me sequestram. Vão me buscar no local de trabalho. Por sorte não fiquei muitos dias, mas chegaram sim a me dar choque elétrico e torturar, um pouco – falo um pouco porque comparado com algumas coisas que se escuta, realmente me parece... Essa culpa que se fica de que foi pouco o que fizeram para mim, mas me fizeram bastante –. E depois também levam o irmão dele, que nos ajudava. E bem, eles, nesse aspecto, realmente talvez o que muito nos tenha ajudado era que nós não importávamos para eles. Queriam que fizéssemos um encontro para lhes entregar Norberto – que lhe disséssemos que Andrés... Que iríamos levá-lo a um lugar... Sei lá –. E nós realmente não podíamos localizar Norberto, por sua maneira de agir – não sabíamos nem onde morava, não tínhamos um telefone – porque quem ligava era ele. Nisso tenho que reconhecer que Norberto sempre foi muito, mas muito cuidadoso. Que se bem ele fosse, talvez, um pouquinho inconsciente, ou não demonstrasse o risco em que estava envolvido, mas tratava de nos preservar da melhor forma possível. E então por isso não queria que eu soubesse onde morava, nem seu endereço, nem seu telefone, e tampouco seu filho, de maneira que se isto nos acontecesse, não... E eu acredito que eles – apesar da tortura e tudo – se dão conta de que podemos ter ou não dados. Então, depois de ficar aí três dias, nos deixaram em liberdade. Pobre Andrés. Minha mãe foi buscá-lo no colégio, como pode... Ficou com minha irmã e sei lá... Quando eu saí disso, eu disse - Sim, agora nem mais um dia aqui, realmente é um

pouco perigoso -, porque eu suspeitava de que iriam me seguir, e me seguiram, porque depois foram me buscar outra vez.

P: A saída foi com ameaças de que poderiam voltar de novo a qualquer momento?

R: Em realidade não o disseram. Porém eu supunha, porque eu me dava conta de que como Norberto tinha sido... Era tão conhecido – por sua atuação política, pelo partido, pelo Operativo Dorrego –, e Norberto tinha um carisma muito especial, e era muito politizado; era um tipo que, se tivesse chegado a viver, teria sido realmente... Teria sido um político muito importante. E eu acredito que eles procuravam e lhes importava mais essas pessoas que viam como formadoras, que por aí... Não, ele que estava diretamente na luta armada também, todos... Porque nós também estávamos. Mas essas pessoas... E eu tratei de mandar mensagens para Norberto para que ele não me procurasse; não se aproximasse de mim para nada. Eu não quis ir para minha casa – por mais que não tenham ido me buscar na minha casa –, mas fui para a casa de um parente, e, em verdade, demorei a ir embora muito tempo, por – um mês, que para mim foi muito tempo –, por causa dos documentos de Andrés, porque ele não tinha passaporte... E como iria; que faria; quem me o daria. Até que um dia fui fazer fila na polícia para lhe conseguir o passaporte, quando me pedem a assinatura do pai – Como eu levaria a assinatura do pai? Então, depois, de algum modo consegui que me ajudassem, dando-me os documentos, e um mês depois fui embora. Fui embora, via... Como fazem muitos... Primeiro estive no Uruguai. Em Montevidéu pedi o visto para o México – que já os dali sabiam, porque todos os argentinos iam pedir o visto aí –, depois estive no Rio [de Janeiro] – e de passagem conheci o Rio, que não conhecia, por dois ou três dias – e depois parti para o México. Isto ocorreu... Sequestraram-me em junho de 1977, em meados do mês, vou embora um mês depois, em julho de 1977. E no Dia da Criança – que naquela época era o primeiro domingo de agosto – de manhã, eles vão me buscar na casa do parente em que eu havia estado. Outra vez. Ou seja, isso que era o andar de cima! Eu lembro que nesse lapso de um mês emagreci cerca de quinze quilos, porque não comia absolutamente nada, e tinha essa coisa da intuição de que alguém me... Mas eu olhava e não via ninguém... Mas bem, me seguiram alguma vez, porque souberam que eu estive aí. De modo que, bom, depois chegamos ao México. E bem, para mim foi realmente uma libertação. O México é um país que eu adoro.

P: Bom, escolher o México é porque era algo mais ou menos natural para a coletividade dos argentinos, Flora?

R: Sim. Sim... Ou talvez soubesse de alguém que já havia estado, ou que tinha ido para lá. Cativava-me muito toda a cultura desse país – mas a cultura profunda, não o mariachi e tudo isso –, os maias, os astecas, os toltecas e tudo isso. Sabia que Puiggrós²³⁷ estava aí, e que havia se formado uma colônia argentina muito grande. E também me encontrei, por encargo de Norberto, ele me disse - Vai vê-la, que ela vai te ajudar - com uma grande mulher que acaba de falecer agora, que era a psicóloga Silvia Berman – que era a presidenta da Associação Psiquiátrica Argentina –, que tinha uma filha desaparecida e que havia ido para lá, e que me ajudou muitíssimo, realmente, quando eu lá estive. Primeiro fiquei uns dias em um hotel, depois a colônia argentina me acomodou na casa de companheiros, me ajudaram a conseguir trabalho. Estive militando muito lá, nas comissões de Direitos Humanos que se criaram, aí existiam vários grupos de exilados, de todas... Mais políticos, menos políticos, mais esquerdistas, menos esquerdistas... Às vezes nós brigávamos, nos comitês, porém nos ajudávamos muito, assim humanamente. Realmente, para mim, eu posso dizer, depois de toda essa história, e com o que a mim me gostou de estar no México, e com o que pude trabalhar, trabalhei outra vez, também, com a metodologia de Paulo Freire – e conheci Freire em um seminário em que ele esteve lá, que foi para mim um deslumbramento – em setores camponeses; andei revisando e supervisionando alguns serviços criados na época de Lázaro Cárdenas²³⁸ – que se chamavam as Missões Culturais, que eram em povoados muito inacessíveis, era um programa muito interessante –, de modo que eu falo que realmente foi um exílio de ouro, por tudo o que havia acontecido, por como me senti, como nos receberam... Isso para mim. Para Andrés talvez tenha sido muito mais duro. Inclusive foi muito difícil para ele

237 Rodolfo Puiggrós, escritor, historiador, jornalista e político argentino. Devido às ameaças da Triple A, a organização Montoneros tratou para que se exilasse no México com sua esposa. Faleceu em 1980 em La Habana, Cuba, e foi sepultado no México. No ano de 1987 seus restos mortais foram trasladados à Argentina, onde foram inumados.

238 Lázaro Cárdenas del Río: presidente do México entre os anos de 1934-1940.

quando... Bom, depois, dentro desse exílio de ouro, vem, no ano seguinte, o desaparecimento do pai. Porque isto ocorreu, já disse, em meados de 1977, e um ano depois... Norberto esteve três, quatro vezes conosco, porque já havia se formado no Movimento Peronista Montonero, que se reunia muitas vezes em Roma, na Espanha, e ele tratava de sempre passar pelo México e ficar alguns dias, sobretudo com Andrés, que para ele era... Bom... Era um encontro muito lindo, o pai sempre o levava, o trazia, passeava muito com ele, lhe dava presentes, e sei lá... E bem... Estava esperando a próxima vinda do pai... E bem, um ano depois ele vem e me diz que, bom, agora, por um tempo... Depois do mundial... Havia estado fora... Desculpa, sempre estive no país, e, coisa em que muitos acreditam, e que eu agora aclaro que ele não veio comigo, que em realidade ele continuou trabalhando e sempre estive morando no país até que o sequestram, praticamente. E recém naquela época – em meados de 1978 – ia morar por um tempo fora, na Espanha. E veio para o Rio [de Janeiro], onde ficou com alguns companheiros que estavam – argentinos que iam continuar trabalhando aqui, no grupo que ele trabalhava –, e tinha que lhes deixar algumas coisas, dinheiro para sobreviver, documentos, etcetera. E bem, o que ele não sabia era que estes companheiros já tinham caído, e o entregaram. E vieram buscá-lo diretamente, com uma delegação do Exército. Então, o que eu sempre digo do Brasil – era de passagem, mas bom, eles permitiram... Uma versão que existe e que teriam dito à polícia brasileira, para que ela ajudasse a detê-lo, que ele levava dinheiro. Nunca soube se foi assim que ele chegou ao aeroporto ou foi um ou dois dias depois, em algum hotel onde tinha que se encontrar com seus companheiros. Ele saiu – como estive com nós – saiu no voo de trinta e um de julho – eu sabia o voo e tudo, porque lhe havia reservado a passagem da Pan Am. Era Pan Am, acredito, sim –, fomos levá-lo ao aeroporto com uns companheiros e partiu, o avião saiu. Mas depois, bom, passam os dias e não tinha notícias. Ele sempre as vasculhava para ligar, de algum modo, e não... Não tinha ligado para ninguém. E bem, depois, com o tempo, soube-se que era isto, que estes companheiros o entregaram. Eu fico sabendo, em verdade, muitos dias depois – nisso tenho uma crítica muito forte às pessoas da organização, que não me disseram nada –. Até que eu fico sabendo, porque liguei para a Espanha para um companheiro, para um amigo com o qual ele tinha que se encontrar; e ele me disse - Não, não chegou, nem falou com ninguém desde que saiu do México -. Bom, aí fui e perguntei e - Sim - me dizem, - Há suspeitas de que... Bom... -, e já se haviam passado cerca de dez dias... De modo que, bom, eu depois, aí fui... O primeiro [lugar] que fui [foi] ao Consulado do Brasil, briguei muito com teus compatriotas, porque a princípio não queriam aceitar - Como, o Brasil não tem nada que ver -, - Mas sim, a passagem, eu a tenho... -. E bem, denúncias e denúncias... Até os dias de hoje é um dos casos que ficou mais, digamos mais oculto... Sabe-se que foram buscá-lo aí, há versões de que teria estado aqui, ou em El Olimpo – por pessoas que estiveram aí – ou no Campo de Mayo,²³⁹ porém...

P: Não existe um testemunho direto...

R: Não, não há testemunho direto... Ah, o que sim, tenho que dizer – isso é muito importante – que no que teus compatriotas me ajudaram muitíssimo, muitíssimo, foi que em fevereiro de 1979 se realiza, em Puebla, a Reunião Latino-Americana, que era a continuação de Medellín. Eu fui, porque continuava como minha militância cristã; havíamos formado, entre vários companheiros, um grupo no México que se chamou Cristãos Argentinos no Exílio, e depois, por sua vez, nos reunimos com latino-americanos, porque havia – eu trabalhava em um centro ecumênico naquele tempo –, estávamos com chilenos, salvadorenses, nicaraguenses, uruguaios, brasileiros; todos que estavam exilados lá. Então vou participar, em Puebla. Nós naquela época fizemos o que se chamou como um concílio paralelo, aonde desde fora todos os setores que vinham da Teologia da Libertação protestavam pelo que se estava tratando dentro, sem levar em conta toda a realidade de nossos países, e fazíamos reuniões paralelas. Aí tive a sorte de conhecer pessoalmente monsenhor Arnulfo Romero²⁴⁰ – que estive participando dessa reunião paralela –, e vários teólogos da libertação peruanos muito importantes. Bom, éramos exilados de diferentes

239 Centros clandestinos de detenção (CCD) argentinos: *El Olimpo* funcionou de agosto de 1978 a janeiro de 1979; *Campo de Mayo*, vasta área militar situada próxima da cidade de Buenos Aires, abrigou de 1976 a 1980, quatro CCD: *El Campito*, *La Casita*, *Prisión Militar de Incausados*, e o *Hospital Militar*.

240 Óscar Arnulfo Romero Galdánez, sacerdote católico e arcebispo metropolitano (1977-1980) de San Salvador. Aderiu aos preceitos da não violência, influenciado por Mahatma Gandhi e Martin Luther King, denunciando as graves violações de direitos humanos ocorridas em San Salvador. Foi assassinado em 24 de março de 1980, quando celebrava uma missa, por atiradores do Exército deste local.

países. E eu disse - Bom tenho que fazer algo aqui -, e então alguém me disse - Por que não vais ver os jornalistas brasileiros que estão participando? Porque eles vêm ao Concílio como trabalho jornalístico -. E tive conversas com vários, me receberam muito bem, me ajudaram muito. Algum deles me disse que tinha ouvido algo do caso, inclusive me falou o nome de um vereador – que eu não sabia o que era; depois soube que era uma espécie de concejal²⁴¹ ou algo assim –, que parece que em algum momento tinha comentado algo, e sei lá... E eles me aconselharam por que eu não falava com o cardeal Sales,²⁴² do Rio de Janeiro, que ele tinha, se bem não fosse de uma posição muito avançada, mas havia ajudado muito na questão dos direitos humanos. Então tive uma entrevista com ele – coisa que não pude fazer com nenhum dos bispos argentinos porque nada... Não se prestavam a nada –, e lhe comentei meu caso. A minha ideia era a de ir, se ele aceitasse, para o Brasil com os bispos que vieram do Brasil [no Concílio de Puebla]. Porque alguns haviam me dito que fosse, que podia ser que fizesse algo. Mas eu realmente ir assim, por minha conta, depois do que havia acontecido a Norberto, não... Não tinha muito sentido ir fazer bagunça lá no Rio, por minha conta, e correr riscos. Então eu lhe falo isto, e ele me diz: - Bom, olhe, eu me lembro do caso de uns uruguaios, que são um casal... -, que foi muito famoso; esse caso foi muito divulgado... -.

P: Em Porto Alegre. Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez...

R: -... Mas de um argentino... Eu não lembro muito. Quando foi? -, ele me pergunta. E então eu lhe digo -Tal data -, - Bom, veja, vamos fazer uma coisa... -, realmente, ele teve uma atitude muito boa comigo, eu não tive tanto com ele depois, e me diz - Vou chegar ao Rio [de Janeiro] e vou averiguar com as pessoas que conheço, se me disserem que o caso realmente aconteceu, eu a recebo lá, venha, lhe dou alojamento em um lugar da igreja ou em uma casa de freiras, o que seja, e tu vens. Espere que eu lhe escreva -. E bem, dois ou três meses depois chega uma carta dele para mim, que diz - Sim, efetivamente averigui, e este caso é conhecido aqui. De modo que, como eu lhe disse, se tu quiseses vir, venha, eu vou lhe dar alojamento, vou colocar alguém para procurar contigo, e vou alojá-la na casa de alguma comunidade religiosa. Traga todos os seus documentos em ordem. Com a polícia brasileira não terás nenhum problema, agora, dos argentinos não sei lhe dizer, porque se sabe que andam atuando no Rio -, me disse na carta, diretamente. Então eu consultei alguns companheiros e pessoas da minha confiança, e me pareceu que era um pouco arriscado ir, e que... À parte, o que me parecia absurdo era que três ou quatro meses depois Norberto ainda estivesse no Brasil, para que os brasileiros iriam querê-lo? A não ser que o estivessem mantendo para um intercâmbio. Em realidade, esta mensagem havia chegado até mim por pessoas da organização, que eu desconfiava bastante, e pensava que elas queriam que eu fosse fazer... Sei lá... Relações públicas aí. Então decidi não ir. E depois, em um momento, não sei como foi que aconteceu, com tantas pessoas que vinham, a revista Isto É veio me ver, que é uma revista – não sei se ainda existe – do sul, muito importante. Pelo meu caso e não sei mais o que, e eu lhes explico tudo isso, e também lhes mostro essa carta que o Cardeal me havia mandado – com selo oficial e tudo –, onde ele dizia que se via, que se sabia que existiam pessoas da segurança argentina atuando no Rio. E que por isso eu não fui. Bom, isso se tornou público depois, e ele se enfadou comigo, me mandou uma carta dizendo que ele tinha feito as gestões em nível pessoal, e que queria me ajudar... Reconheço que não procedi bem nisso, mas para fins políticos era muito importante que um Cardeal estivesse falando isso, de alguma maneira confirmava a Operação Condor. Bom, essa é uma das coisas em que nós, agora quando sair a causa da Operação Condor, somos querelantes, e consta no expediente.

P: Flora, tu podes nos explicar um pouco o que foi a Contraofensiva? Porque este é um fato que é praticamente simultâneo ao sequestro de Norberto, ou seja, está no interior desse processo.

R: Sim, mais ou menos, conforme eu sei por datas – embora naquele momento eu não estivesse dentro da organização –, por datas, sei que foi mais ou menos quando se começou a organizar a Contraofensiva. Que era como, bom, trazer... Formar... Formar e... Sim, formar quadros – a

241 *Concejal*: vereador, em espanhol.

242 Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, e que faleceu recentemente, nesta mesma cidade, em nove de julho de 2012.

maioria que já tinha saído do país – para entrar digamos, atuar outra vez de forma – a maioria – clandestina, e ver... Realizando esse processo no qual – de acordo com os que o haviam organizado – havia possibilidades de um triunfo revolucionário. De onde saiu – eu sei que há documentos escritos sobre o assunto; eu não os vi –, o que sei, posso dizer, vivenciei desde o México – eu não estava de modo nenhum enquadrada na organização, mas tinha, sim, companheiros que via na Casa Argentina e no Comitê que nós tínhamos, onde trabalhávamos com direitos humanos, que comentavam e que se via pela movimentação que faziam e tudo o mais –, e era que estavam se preparando para entrar no país nesta nova etapa aonde ia se estabelecer como que a luta final. Inclusive houve um caso muito divulgado lá, da mãe de uma menina de dezesseis anos, que tinha apareceu... A menina tinha decidido que queria voltar, mas a mãe não queria e denunciou isto várias vezes, mas ela estava muito convencida e finalmente entrou [na Contraofensiva], e foi uma das que, depois, não se soube o que aconteceu com ela. Então Norberto – segundo me disseram pessoas que eu vi posteriormente, e com as quais conversei sobre o assunto –, em sua saída, era um dos que estava colaborando para reorganizar toda essa parte nos diferentes países dos grupos que estariam entrando. Isso é o que eu sei mais ou menos, por conhecidos. Dessas pessoas que entraram na Contraofensiva, conhecemos muito poucas que conseguiram se salvar; algum casal por aí, perdido. E há um livro muito importante, que eu recomendo muito, que se chama, de Eduardo Astiz²⁴³ – o bom nós dizemos, porque é o Astiz que não tem nada a ver com o outro, e que entrou na Contraofensiva –, e ele escreveu um livro que se chama “Lo que mata de las balas es la velocidad”, assim, de modo meio sorridente, porém ele conta, em um livro bastante extenso, toda a sua experiência na Contraofensiva com outro casal e com outras pessoas que entraram. E bem, foi isso realmente. Muitas pessoas acreditaram, muitas pessoas se formaram e se prepararam, e entraram no país de forma – no geral – clandestina, por diferentes lugares, desde diferentes países, para fazer funções... O que eu noto neste livro que li é que faziam muitas ações de propaganda. Pelo que eu vejo neste livro, acredito que não era tanto a parte armada, que era o que se propunha nesta etapa. Era tratar de se reunir, ir formando grupos com alguns trabalhadores, propagandas – jogavam-se panfletos ou se faziam operativos de interromper filmes ou programas nas rádios, pondo uma consigna –, todo esse tipo de coisas. E bem, como depois se soube, infelizmente foi uma Contraofensiva organizada a partir de não sei quais princípios, com qual conhecimento da realidade... Se foi uma utopia total, eu não sei. Foi muito difícil, e foi como um golpe de graça para todo um processo no qual se perdeu muita gente, muito valiosa. Muito difícil.

P: Flora, nestes dias, casualmente, está passando o filme “Infância Clandestina”, não tenho como não fazer uma referência a isto, porque fala justamente disso. Fala da Contraofensiva, bom, com as personagens que são colocadas na história, há uma criança inclusive, há duas crianças em realidade. Tu viste este filme? O que te pareceu?

R: Eu vi. Eu vi e gostei muito. Pareceu-me que foi muito valente da parte do “Benja”²⁴⁴ – como o chamam – mostrar esta realidade no social. Porque só os que viveram essa realidade – e eu não a vivi tão intensamente na clandestinidade, como se vê aqui, hoje eu te falava da semiclandestinidade, aqui é total –, realmente, os que vivenciaram isto, podem se dar conta. As outras pessoas que muitas vezes falam pejorativamente, porque elas escutam dos Montoneros o que eles fizeram e o que disseram... Acredito que está muito, mas muito bem feito. Pois mostra uma realidade que se estendeu muito mais do que pensamos em nosso país, e que também mostra a parte humana, que eu acredito ser muito importante. Que se bem houvesse alguns um pouquinho mais duros e mais Troskos – como nós dizemos – também têm, como todo ser humano, seu sentimento de pai, de filho, de irmão, e bom, creio realmente que é artisticamente muito bom, e o que mostra é uma realidade que nos ensina muito, e que vai nos servir... Ensina-nos mais em geral, ao povo, mostrando-lhe uma realidade que muitos nem imaginam que existiu. De modo que é muito bom ter feito esse filme.

243 Eduardo Astiz, o “Bom”, artista plástico e militante do Peronismo Montonero, faleceu no México em dezessete de setembro de 2006. Era primo de Alfredo Astiz, chamado “El Ángel de la Muerte”, que atuou na *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA) e se infiltrou entre familiares de detidos-desaparecidos, especialmente na organização das *Madres de Plaza de Mayo*. No ano de 2011, no marco do primeiro julgamento dos crimes cometidos na ESMA, Astiz foi condenado à prisão perpétua e inabilitação absoluta e perpétua.

244 Benjamín Ávila, diretor de cinema argentino.

P: Diz-me uma coisa – hoje falamos com Andrés também – em seguida que sequestram Norberto, tu – conforme Andrés nos contou – sais durante um mês a fazer denúncias em todos os lugares. E perguntamos a Andrés onde ele havia ficado. E ele disse: - Ela depois vai lhes contar, porque eu não sei; isto eu não sei -. Ele ficou com quem? Com amigos?

R: Bom, quando eu falei hoje de Silvia Berman, ficou com ela.

P: Ficou com a Silvia.

R: Claro, Silvia Berman era uma mulher um pouco mais velha que eu que – torno a dizer –, desde que me conheceu... Segundo ela me disse, creio que teve alguma ajuda de Norberto quando precisou sair do país, pois como era presidenta da Associação Psiquiátrica e tinha uma filha Montonera desaparecida, cordobesa, foi muito difícil a sua situação. Então parece que houve alguma intervenção de Norberto para ajudá-la a sair, e então, desde que eu cheguei lá [no México], ela me ajudou muitíssimo, além do mais, enquanto eu não pude ter um apartamento, não consegui alugar, porque ainda não tinha dinheiro, fiquei morando em casas de toda a colônia de psicólogos. Porque à parte, a colônia de psicólogos no México era muito grande, porque foi um setor profissional que foi muito perseguido, por todo o avanço que tinham alcançado. E então, quando eu tive que partir, primeiro eu fiz um montão de denúncias no México, apoiada pela FELAP – que é a Federação Latino-Americana de Jornalistas –, bom, a Casa Argentina, o Centro Ecumênico, bom, todos os lugares com os quais eu tinha contatos. Porém houve um momento em que tive que ir para a Europa, e então o que eu fazia, eu tinha vários amigos, e pedi a ela se podia deixar Andrés com ela. Ela tinha um neto da sua filha que havia desaparecido, um pouco menor que Andrés – teria três, quatro anos – e – realmente eu sempre digo “minha irmã maior” ou minha “segunda mãe” – ficou encarregada de Andrés, foi ao colégio, pois teve que falar e explicar por quê. Bom, realmente foi uma grande ajuda, por isso eu hoje comentei que sua morte – apesar de que não a via muito ultimamente – me afetou muito. Mas bem, essas são coisas que nossos filhos tiveram que passar. Naquela época eu talvez, não sei se fui demasiado dura ou não – bom, aí também vem toda uma etapa muito difícil de Andrés –, porque eu, quando passam os dez dias sem ter notícias de Norberto, que não falo com ninguém – isto foi no ano de 1978, Andrés tinha nove anos –, eu não quis mentir para ele, me pareceu ser melhor, embora fosse forte, dizer-lhe a verdade. Então eu lhe disse: - Olha, teu pai saiu daqui, estivemos com ele, o levamos, mas depois que saiu daqui ele não falou com mais ninguém. Não sabemos o que pode ter acontecido com ele. Possivelmente o sequestraram como os tantos amigos. Vamos procurá-lo, e ver, e reclamar e tudo -. Bom, aí Andrés teve uma etapa muito difícil, muito, muito difícil, onde não falou nunca mais do pai. Durante cinco ou seis meses não lembrava, nem do carrinho, nem da bicicleta, nem nada. E bem, aí eu tinha a minha assessora, Silvia Berman, e eu o levei para consultar com ela, que me disse: - Esperemos um pouquinho, para ver o que acontece -, mas não, continuava igual. De modo que depois começou a fazer terapia com uma psicóloga infantil, que foi a que o ajudou. Esteve fazendo durante quase três anos, para poder sair dessa realidade... Em primeiro lugar, por que depois, com a volta para cá e tudo o mais, foi também bastante difícil. E torno a dizer, essa é a realidade dos filhos de desaparecidos, que só eles conhecem. Eu sempre digo, tendo estado ou não separada, era Norberto, eu considero meu parceiro, para mim foi muito doloroso, é muito doloroso, mas eu posso tratar disso um pouco mais racionalmente, era meu companheiro. Para ele, era seu pai. E ter perdido seu pai assim, nisto do maldito desaparecimento de Videla²⁴⁵, “que não está”, e sei lá, todo o mal que quiseram fazer o conseguiram ao máximo, porque é uma situação muito difícil, muito difícil. Que é o mesmo também de Benjamín, com o filme, sei lá...

P: Flora, em que momento tu tomas a decisão de voltar à Argentina? Vocês ficaram sete anos no México não é?

R: Sete anos. O que acontece, bom, aí Andrés também teve muito que ver. Bom, as eleições, nas quais Alfonsín venceu, se fazem em... Dezembro, ou, quando Alfonsín assume? Em dezembro. Lembro-me de que nós íamos quase todos os domingos ao aeroporto do México para nos despedir dos amigos que partiam. Então era uma festa de argentinos aí no aeroporto, uns que iam

245 Jorge Rafael Videla, ditador argentino no período de 1976 a 1981.

se despedir dos amigos que partiam, e outros que ficavam, mas íamos saudá-los, sei lá. E então Andrés começou a querer voltar. Ele dizia que queria voltar. Eu não estava muito segura. Eu não sei se teria voltado logo, se não tivesse sido pelo pedido dele. Era uma contradição, porque depois se tratou muito o tema dos filhos, e geralmente ocorreu o contrário, os que queriam voltar eram os pais, e os que queriam depois, não [eram os pais]. Ele em seguida manifestou o desejo de voltar. E eu que sim, que não, vou conversar com um, com outro... E teve algum probleminha administrativo com minha estadia lá, a residência. Eu tinha dois trabalhos, trabalhava na Universidade e na Secretaria de Educação Pública, e já tinham se colocado um pouco duros, e me negaram a renovação de um trabalho que tinham que me dar; e me deixaram apenas com as horas na Universidade, que eram poucas. Então, não dava para viver, tinha que começar outro trabalho – um tipo de trabalho para fora, não ia trabalhar em uma empresa –, e então foi um pouco aí que me decidi, e voltamos. E viemos em março de 1984. Claro, quando chegamos ao aeroporto estava meia família com cartazes “Bem Vindo Andrés”, e todo esse tipo de coisas que... Bom, para ele no início também foi um pouco duro, nem penso o que sentiu. O colégio também foi um pouco duro, lhe custou bastante, porque apesar de falar espanhol, falava com entonação mexicana, e o chamavam de “o menino”. Ele tinha ido a escolas muito livres lá, eu sempre o mandei para escolas tipo – e volto a cair na metodologia de Freire –, assim, com certa liberdade, que se um dia não queriam assistir uma matéria podia ir à outra, e sair... E aqui me ocorreu enviá-lo ao – inclusive Augusto Conte Mac Donell²⁴⁶ me ajudou muito, porque quase não consigo vaga, estava no terceiro ano do secundário – Nacional Urquiza, que fica em Flores. Com preceptor e tudo o mais, havia uma coisa de muita rigidez com os adolescentes, nesta época. Ele teve um ou dois anos muito difíceis, nesta escola. Muito difíceis, porque bom, ele não conhecia nem o que era um preceptor, nunca havia tido um preceptor nas escolas de lá. Mas...

P: E como foi para ti?

R: Para mim foi muito duro.

P: Falo-lhe dentro... Hoje casualmente falávamos com... A palavra “desexílio”, essa coisa de voltar...

R: Para mim o desexílio foi mais duro que o exílio. Porque no exílio, como eu ia com essa realidade tão difícil – havia sido sequestrada, não podia trabalhar na minha área, tinha todo o problema da separação do meu companheiro –, chegar a um país onde eu podia caminhar livremente, ver a foto do Che Guevara por todos os lados, não ter medo se um carro parava, para mim foi como uma libertação. Para mim chegar aqui foi retroceder, foi voltar a ser como quando eu parti. Houve duas coisas; primeiro me surgiram um montão de medos. Quando eu via alguém que me olhava de um modo mais firme já ficava com medo de que estivesse me seguindo, ou se um carro parava um pouco já parecia que tinha a ver comigo. E depois também foi muito duro na área profissional, porque se formou toda uma coisa bastante difícil – que persiste até o dia de hoje entre companheiros – entre o que partiu e o que ficou. Então, os que haviam estado fora; profissionalmente, para mim, foi uma etapa de ouro para minha profissão, vinha com mais experiência, poderia ter sido – como alguém me disse – até Ministra Nacional na questão dos adultos, com tudo o que havia feito. E os que estavam aqui estavam lutando, muitos também haviam ficado, mas pior; haviam ido para uma província, feito qualquer trabalho que não tinha nada a ver com a sua profissão, tinham ficado com um medo permanente. Então, - Claro, tu vens agora e quer me tirar tal coisa, não, é minha... -. Então nós formamos um grupo, eu participei – não lembro como se chamava –, que era para a reinserção dos que vinham. Porém, para mim foi muito duro. Até conseguir me situar mais ou menos na minha área, e voltar a ser um pouco reconhecida profissionalmente, e me encontrar com pessoas que queria ver, que tinha perdido de vista, e não sabia nem onde moravam e tudo o mais, na verdade me custou muito. E sempre estava como que com a expectativa de voltar, não é? Mas bem, como Andrés já ia fazendo sua carreira aqui... E continuando aqui, e ele ia... Andava bastante bem, embora um pouco indeciso com as profissões, porque primeiro foi um ano a, ao qual foi... A Sociologia, depois foi para as Ciências da Comunicação – que tampouco terminou –, até que decidiu pelo cinema, e agora sim,

²⁴⁶ Augusto Conte Mac Donell, pai de um filho desaparecido e membro fundador do *Centro de Estudios Legales y Sociales*. Cometeu suicídio em 1992.

já encontrou amplamente sua vocação. Mas bem, nossa vida sempre esteve muito, muito ligada a de Andrés. Talvez por ser filho único, talvez porque nós dois passamos coisas muito fortes. Nunca se sabe se um quer e o outro não quer. Agora, na verdade é totalmente independente, mas ter passado coisas tão fortes, isso marca muito.

P: Flora, aí passam alguns anos e aqui então – para retomar e um pouco encaminhar o final disto – vem toda uma luta tua e de Andrés também, claro, e de bom, de tantas pessoas neste país, de querer ter informações, de exigir, ou seja, conhecer responsabilidades, bom, tudo o que tem que ver com isto. Como tem sido esta trajetória de conseguir, de recuperar o que hoje pode se saber do que aconteceu com Norberto? E bom, um pouco da tua ida a Porto Alegre, de como encontraste alguma informação.

R: Bom, essa tem sido uma luta permanente, permanente, permanente. Eu inclusive, nos primeiros anos no México – além de meu trabalho, nossa relação com Andrés, a família que éramos e os amigos com os quais nos movimentávamos – trabalhei muito, muito em direitos humanos. Onde aparecesse o Brasil, ou viesse algum brasileiro ou o presidente e tal, eu estava aí, mandando telegramas, coisas; era uma luta permanente de reivindicações e reivindicações – tenho pastas, e pastas e pastas. Ao vir para cá, a primeira etapa foi de se acomodar um pouco e ver. Depois vieram os julgamentos, e bom, nós dissemos - Aqui é uma boa oportunidade -, eu comecei a ir ao CELS, também dei meu testemunho, que não havia dado, fiz as denúncias no CONADEP, e também comecei a trabalhar com Familiares – com quem sempre trabalhei mais foi com este grupo –, e vendo o que se podia averiguar. De repente vinha alguém e nos dizia: - Olha, parece que os Antropólogos têm uma informação que os outros organismos não têm -, e aí íamos conversar. Depois, quando teve uma etapa que Camilión²⁴⁷ foi Embaixador, ou teve algo que ver com o Brasil – e Norberto, quando era diretor do jornal, teve reuniões com Camilión, como jornalista –, eu aproveitava. Ou seja, se está sempre com os olhos e os ouvidos espertos, para ver de onde pode sair alguma coisa. Porém na verdade, no nosso caso – e eu sinto muitíssimo, mas muitíssimo por Andrés –, é um caso que ficou tão, tão... Mais do que aí, quando foram pegá-lo, ficou muito, mas muito acobertado. Se existisse como em alguns casos que sim, que o vizinho viu que eles foram buscá-lo ou que armaram isto, ou que um carro, ou que foi agarrado... Não, não, não. Nesse aspecto é muito, muito difícil. Por isso é que eu quis um pouco escrever esse livro... Ah, uma das primeiras coisas que conseguimos – que aí tem uma fotinho, embaixo – é que em Arrecifes o reconheceram, porque é uma família muito conhecida, ele começou sua militância aí, muito jovem, então creio que nos vinte anos de seu desaparecimento fizeram uma praça com o seu nome, que se chama “Praça da Memória, da Verdade e da Justiça”, e que tem o seu nome. Nisso nos acompanharam muitas autoridades provinciais, Jorge Taiana²⁴⁸ foi, e naquele momento era Chanceler. E depois me pareceu que a figura de Norberto tinha méritos digamos, e que por toda a sua militância e por tudo que havia feito e havia aportado, precisava ser resgatada um pouco, contando sua história, e publicando alguns materiais, que nem todos puderem ser resgatados. Mas bem é uma luta permanente. Eu acredito que enquanto vivamos, é uma coisa que não vai acabar nunca... Porque algum dia, nós pelo menos poderemos conseguir uma lista onde se diga sim... Porque isso existe. As listas existem, certamente. Porque quando eu estive sequestrada, me fizeram – em um momento em que eu estava atirada aí, no chão –, veio alguém e me perguntou dados, e me dei conta, que eu não enxergava, pois estava com os olhos vendados, que era um fichamento para obter os dados. Então estou segura. Às vezes me ocorre que algum desses generais, que ainda estão vivos, como Harguindeguy²⁴⁹ – que foi um dos que ele conheceu –, se eu os pudesse ver, e falar, e perguntar... Mas não, não. A maioria deles... Mais do que se viu nos julgamentos, não creio que seu arrependimento chegue, ou sua humanização, eu nem sequer diria arrependimento, [diria] humanização. Porque o que fizeram é tão tremendo. Eu que estive aí três dias, e que a mim – como torno a dizer – não posso dizer que fizeram tanto, mas senti os

247 Oscar Camilión foi Embaixador da República Argentina no Brasil entre 1976-1981.

248 Jorge Taiana foi designado Chanceler no final do ano de 2005, durante o governo de Néstor Kirchner, ficando neste cargo até 2010, no atual governo de Cristina Kirchner.

249 Albano Eduardo Harguindeguy, general da divisão do Exército Argentino, desempenhou como Ministro do Interior no governo do ditador Jorge Rafael Videla. Morreu em vinte e nove de outubro de 2012, cumprindo prisão domiciliar.

gritos, vi, em alguns momentos toquei pessoas, e sei lá o que era esse inferno... É incrível pensar o que os seres humanos podem fazer a outros seres humanos, por diferenças ideológicas ou pelo que forem, semelhantes coisas. E que este senhor Videla ainda saia a dizer, com total naturalidade, sei lá, como se tivesse matado moscas, e fale isso dos desaparecidos. Nisso, nós, argentinos, fomos terrivelmente refinados em maldade. Porque eu analiso também os demais países, e vejo que o Brasil, comparando o que aconteceu, não tem nem a oitava parte de desaparecidos. Nem o Chile, nem nenhum país tem a quantidade de desaparecidos que nós temos. Foi um método muito perverso. Mas bem, eu acredito na justiça, algum dia vai-se alcançá-la. Se nós não a viremos, nossos filhos a verão.

P: Flora, a última pergunta que te faço. No Brasil agora existe uma Comissão da Verdade – também demorou muito para que saísse, mas saiu – e tem muito trabalho, muito pouco tempo, e bom, há expectativas. Em todo caso, particularmente, quais as tuas expectativas em que isso possa ajudar? De que modo pode contribuir?

R: Eu tenho muitas expectativas. Porque eu penso que se se começa a procurar documentos, tem que existir algum documento, em algum lugar, onde exista uma ordem de que vão a tal lugar e que peguem a tal pessoa. Se os militares foram lá, tiveram que fazer arranjos com alguma força ou alguém de lá, para que os deixassem atuar, para que os deixassem colocá-lo no avião e trazê-lo. Não é tão fácil, eu acredito, fazer isso entre países, assim, às escondidas. Então, suponho que alguma expectativa... Tenho muita expectativa de se possa conseguir alguma informação. Pelo menos que aceitem. O que aconteceu foi muito importante – isso eu não comentei –, toda essa luta nossa da denúncia, e de que no Consulado do Brasil me diziam que não; depois de três meses revisando os arquivos, saiu um recorte em um jornal daqui, onde dizia que a Chancelaria brasileira reconhecia que fulano tinha entrado no Brasil em tal voo – por sorte eu sabia o documento que ele levava –, em tal voo, com tal documento, fulano de tal, que era Norberto Habegger. Isso se conseguiu, então se se consegue isso, é porque existe algo concreto que nos podem dizer, pelo menos que digam com clareza que o trouxeram para cá. Porque é quase certo que foi isso o que aconteceu. Mas bem, para mim parece muito grato e muito importante, também para o processo de nossos países, que estejamos todos revisando nossa história, que se tenha conseguido criar esta Comissão. E tenho muita fé, muita fé – porque à parte, sou muito feminista, e também admiro muito a Dilma – que realmente vá dar muito apoio a isto.

P: Muito bem, há alguma coisa que gostarias de dizer, que eu não tenha perguntado ou que não... Algo mais?

R: Ai... Não sei se me ocorre dizer algo mais.

P: Está bem assim... Está muito bem.

R: Eu creio que está mais ou menos bom não é?

P: Está muito bem. Muito obrigado Flora.

BUENOS AIRES, 6 DE OUTUBRO DE 2012.

P: Andrés, o primeiro que te peço, então, é que faças uma rápida apresentação de ti e da tua atuação profissional atual.

R: Bom, meu nome é Andrés Habegger, tenho quarenta e três anos, nasci em 1969, e sou documentarista, fiz vários documentários, me interessam muito, digamos, as temáticas vinculadas ao social no sentido mais amplo, ao social e ao artístico. Também tenho toda uma área que tem a ver com o cinema infantil, cinema e crianças, de cinema para crianças e de produção com crianças. Centralmente isso: considero-me um documentarista que trabalha com a imagem.

P: Muito bem. Bom tu és filho de Norberto Habegger, cidadão argentino que foi sequestrado no Brasil. Então, peço-te que nos faça um pouco um relato de teu pai e da militância de teu pai.

R: Bem; bom... Meu pai, Norberto Armando Habegger, nasce em nove de agosto de 1941, em um povoado da província de Buenos Aires que se chama Arrecifes, que fica a cento e setenta e cinco quilômetros da cidade. Falo isso porque obviamente tem que ver com a sua primeira infância, e o desenrolar da sua juventude. Arrecifes é um povoado... Agora tem trinta mil habitantes, não sei quantos teria nessa época, um povoado muito, muito, muito pequeno, que tem como características de por um lado, viver muito do campo, do cultivo e das coisas do campo, e por outro lado é um povoado, como se diz aqui, “fierrero”, há muitos pilotos. De fato, Di Palma e vários conhecidos da Argentina...

P: Pilotos de automóveis, de carros?

R: De carros, de carros, sim, sim... De Turismo Carretera, de Fórmula 3, Fórmula 2, Fórmula 1. Falo isso porque por sua vez tem a ver com um dos primeiros trabalhos que meu pai teve a partir do jornalismo. Bom, ele, desde a... Desde muito jovem, desde que estava, acho que no secundário, começa a ter atividade política, em um momento bastante... Bom, na década de... Seria... Isto seria... Deixa-me ver... Pós-Revolução Libertadora, pós-derrocamento de Perón, final dos anos cinquenta, início dos sessenta. E começa a ter sua primeira atividade na JDC, na Juventude da Democracia Cristã, e na escola do secundário. Em um povoado, como te falo, bastante pequeno, de modo que deveria ser bastante particular, não é, falo por causa desse contexto, comparando a uma cidade grande onde há atividades múltiplas e tudo o mais, e lá não acontecia isso. Toda a sua primeira militância e atividade política sempre estão como que muito ligadas ao cristianismo. Depois ele termina... Quando termina o secundário, vem para a cidade de Buenos Aires, é aí que se translada para cá, para estudar, começa a estudar... Parece-me que Economia. O que acontece é que é um dado quase anedótico, porque estudou muito pouco tempo, sim. E aqui é onde ele e minha se conhecem também, se não me engano se conhecem na Ação Católica. Minha mãe vinha de uma família católica mais tradicional, filha de espanhóis... Que emigraram para Buenos Aires, e se conhecem nesse âmbito. E toda sua primeira... Bom, toda a primeira militância, depois da Juventude Democrática Cristã, está vinculada com a Democracia Cristã e com tudo o que começa a acontecer nos anos sessenta... Todo o movimento mais vinculado aos Sacerdotes do Terceiro Mundo, à Teologia da Libertação, à Opção pelos Pobres... Com toda esta linha mais social, mais comprometida com o trabalho social e tudo o mais – esclareço isso porque, bom, o catolicismo é como o peronismo, contém, em seu interior, múltiplas vers... Múltiplas linhas, e, muitas vezes, antagônicas.

250 Andrés Habegger nasceu em Buenos Aires, Argentina. É filho de Flora Castro e Norberto Habegger. Seu pai foi desaparecido no Brasil em 1978; até hoje não foi encontrado. Andrés estudou Ciências da Comunicação na *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e Direção de Cinema na CERC/INCAA. Dirigiu os documentários *Historias cotidianas* (2001), *Cuando los santos vienen marchando* (2004) e *Imagen final* (2009). Seu último trabalho, *D-humanos* (2011), é um longa-metragem coletivo sobre o 50º aniversário da Declaração de Direitos Humanos. Entre 2002 e 2003 foi responsável pela área de cinema documental e programador do Museu do Cinema da Cidade de Buenos Aires. Desde 2001 coordena a realização do Festival “*Hacelo Corto*”, organizado pelo Ministério da Educação da cidade de Buenos Aires. Atualmente trabalha na pós-produção do documentário *Cirquera*, co-dirigido com Diana Rutkus, na série documental *Amores militantes* e no longa-metragem documental *Donde habita el olvido*.

P: Essa é a linha do Vaticano II...

R: Claro, sim. Em realidade... Bom... Meu pai escreveu dois livros, e os dois estão... Em realidade, escreveu três, mas dois foram publicados, porque um nunca se chegou a publicar. O primeiro livro que ele publica, no ano de 1967, se chama... É sobre Camilo Torres, o sacerdote colombiano, e o título é assim: “Camilo Torres. O sacerdote guerrilheiro”. E o segundo livro, posterior alguns anos – que é um livro escrito com Arturo Armada e Mario Wainfeld – se chama “Os católicos pós-conciliares”, que é justamente quando ocorre o Concílio Vaticano II, onde a igreja adota a Teologia da Libertação. E é... Bom, isso é bastante particular, porque de fato eu me chamo Camilo, isto é, meu nome é Andrés Camilo... E de fato eu fui Camilo até os sete anos... Ou seja, o nome... Isto tem que ver um pouco com todo... Com todo o contexto não é? Agora já sou Andrés e já adotei Andrés, que também é meu nome. Nessa época, meu pai estava; bom, como te falava, muito próximo de toda a atividade da militância vinculada ao cristianismo. Interessava-se muito pela figura de Camilo, bom, viaja à Colômbia, começa a pesquisar e tudo o mais, e, como te dizia, publica o livro no ano de 1967. Eu nasci em fevereiro de 1969... E me chamam de Camilo, por Camilo Torres não é? Porque era como que uma figura muito... Admirada por meu pai. E nessa época, como não queriam me colocar um só nome, eles começam a pensar em algum outro, e surge Andrés, e somente por uma questão quase de ordem lhes parecia, pelo modo como ficaria escrito, mais bonito Andrés Camilo do que Camilo Andrés. Não sei por que lhes... Porque o nome que escolheram para mim, entretanto, foi Camilo. Embora essas coisas do destino, vá se saber por que, o que... Na minha carteira de identidade e na minha certidão de nascimento, e no resto, o primeiro é Andrés. Estou indo um pouco para outro lado, mas isto, digamos, tem que ver com isso por que... E de fato eu sou Camilo... Fui Camilo e sou Camilo. Porém, meu nome... O nome com o qual me identificavam era Camilo até... Não lembro exatamente quando... Setenta e cinco algo assim, quando a situação começou a ficar muito mais complexa na Argentina, antes do golpe inclusive, digamos, todos sabiam que “El Cabezón”, como chamavam meu velho, tinha um filho que se chamava Camilito, e então começaram a me chamar de Andrés, digamos por uma questão de... Basicamente de segurança. Depois, no ano de 1977, vamos com minha mãe para o México, e quando volto, no... Quando voltamos, em 1984, Ou seja, a partir de quando começam a me chamar de Andrés, ficou como que estabelecido o nome de Andrés, minha vida no México foi como Andrés, e depois, quando eu era maior, eu me sentia mais Andrés do que Camilo. Porém quando volto, no ano de 1984, todas as minhas tias velhas e tudo o mais, me chamavam de Camilito, as que não tinham me visto durante sete ou oito anos, de modo que aí foi uma pequena luta de identidade, mas, entretanto, eu já era Andrés, e ficou daí para frente, Andrés. Esta era a associação entre Camilo Torres e meu Camilo. Bom, durante todos os anos sessenta, como te falava, meu pai tem toda essa atividade que está entrelaçada... Sua primeira atividade política está entrelaçada com sua escolha do jornalismo como atividade profissional; de fato, seu primeiro trabalho, e me parece que isso aconteceu devido a algum contato em Arrecifes, foi escrever em uma revista que se chamava Automundo, que era uma revista bastante conhecida – não sei se ainda existe –, a revista Automundo cobria como que todo o mundo dos... Nessa época, dos pilotos, as notícias dos pilotos. E toda essa zona – Arrecifes, Pergamino – eram todas zonas de pilotos. Mas de pilotos, à parte, que estavam muito vinculados à vida cotidiana, era muito comum em Arrecifes – conforme me contam –, nessa época, ter que tomar cuidado ao atravessar a rua, porque de repente vinha um carro e dobrava, ou seja, todas as famílias sempre tinham alguém que tinha uma oficina mecânica que se dedicava... Porque à parte os muitos fierros de alma... Então montavam os carros, os testavam, iam aos finais de semana e bláblá. Bom, e seu primeiro trabalho, um de seus primeiros trabalhos, jornalisticamente falando, é em Automundo, e aí conservo algumas fotos de alguns... De alguns testemunh... De algumas entrevistas e algumas coisas que ele fez; que esteve um tempo aí. Depois sua atividade jornalística começa a se ligar muito mais com a sua atividade política. Então, aí começa a escrever em diferentes... Desde, não sei... Cristianismo e Revolução, O Descamisado, depois em uma revista que se chamava Primeiro Plano; bom, diferentes meios jornalísticos; [ele] sempre muito mais vinculado à... Ou às entrevistas ou às notas de opinião ou análises mais que ao jornalismo de todos os dias não é? E aí é onde, bom, começa como que a juntar sua atividade política com sua atividade jornalística. E bom, meu pai segue o processo... Um processo durante os anos sessenta – que foi de bastantes pessoas aqui, na Argentina –, que nasce vinculado à militância cristã... A atividade em “vilas mi-

séria” e tudo o mais, e que progressivamente vai produzindo uma aproximação ao peronismo – proscrito nesse momento – e que todos eles começam a entender... Ou a ver... Como a profunda base peronista do povo, não é? Da base mais humilde. E então aí se produz como que essa virada bastante progressiva, com o que foi, em sua época, a CGT dos argentinos de finais dos anos sessenta, com Raimundo Ongaro... Até que finalmente, acho que foi no ano de 1970, 1971... Não lembro se... Não poderia precisar exatamente, todo esse grupo que vinha da Democracia Cristã, e que já está em confluência com o peronismo, fundam Descamisados.

P: Descamisados...

R: Sim. Ali estava Horacio Mendizábal – Horacio Mendizábal é um dos que volta com a Contraofensiva e morre na Contraofensiva –, De Gregorio, Dardo Cabo, são como... E meu pai, são como, basicamente os fundadores de Descamisados; e todo esse grupo tinha uma origem muito, muito forte, vinculada ao cristianismo. E Descamisados é outra das organizações menores que, no ano de 1973, quando se produz a fissão de FAR, FAP²⁵¹ e Montoneros, todas dentro dos Montoneros, são as que se fundem, no ano de 1973, finalmente, aos Montoneros. Meu pai sempre esteve muito mais ligado à parte mais... Digamos pelo que contam, e por suas características, também por parte do que eu lembro, muito mais com a parte mais... Política dentro das estruturas – inclusive dentro das... Quando Montoneros já se define como uma estrutura armada –, sempre esteve mais ligado à vertente política. Talvez ele tivesse uma particularidade de que, sei lá, marcava alguma diferença com o restante, a de que – embora não muito –, mas ele era alguns anos mais velho.

P: Essa é uma característica que chama atenção...

R: Sim... Meu pai, quando desaparece, tinha trinta e... Estava a ponto de completar trinta e sss... Espera aí, estamos falando de setenta... Trinta e sete, estava a ponto de completar trinta e sete. Trinta e sete anos. Ou seja, em 1971 ele tinha trinta [anos]. A... Uma boa... Não sei se poderia te dizer porcentagens, mas uma porcentagem muito grande da militância nos anos 1973, 1974 e 1975, na Argentina, era desde adolescentes da UES – a União de Estudantes Secundaristas – de dezesseis anos, e o mais velho teria vinte e três, vinte e quatro [anos] digamos. De fato, Firmenich, Perdía... Bom, Perdía, não sei... Bom, com Perdía meus velhos eram bastante... Meus velhos não, meu velho era bastante amigo de Perdía, de fato, Perdía vem da mesma linha, porque Perdía era de Pergamino – Pergamino era o povoado contíguo à Arrecifes –, então eles se conhecem desde a origem da Juventude Democrata Cristã. Perdía esteve... E quando foram a Buenos Aires... Acho que eles também moraram um tempo juntos, alugando uma pensão ou algo assim, quando os dois eram estudantes universitários. Não sei... Provavelmente tem que ver com a idade, por isso, nesse sentido também eu, inclusive, eu sou dos “filhos de”, também sou, no geral, da linha mais... Mais velha não é. Por aí, muitos dos outros filhos de militantes dessa época nasceram de 1973, 1974, para frente. De modo que não seu se tem a ver, em parte, em parte com isso... Eu acho, digo, estou também falando em... Pensando em uma hipótese em voz alta, que meu velho havia passado um pouco da idade do puro fervor dos vinte e cinco, onde nada se discute e onde sempre se tem razão, onde se arremete contra o mundo sem que nada se oponha, e talvez por suas próprias características pessoais, também. Então ele sempre é dos que esteve mais ligado, como te dizia, a isso, à parte mais política digamos. Quando Montoneros funda, depois, mais adiante, quando rompem com Perón e fundam o Partido Autêntico, o que se chamou o Partido Autêntico, aí uma das funções que o meu pai tinha foi a de se vincular com todos os... Com todas as pessoas mais velhas que estavam dentro do peronismo, que tinham simpatia ou muita proximidade política com a parte mais de esquerda do peronismo. Bidegain, Obregón Cano... Bom, e diferentes pessoas. E ele, por exemplo, uma das tarefas que tem é – pois tinha vínculo com todos eles –, era aproximá-los do que foi, nesse momento, a intenção de criar o Partido Autêntico.

251 FAP: *Fuerzas Armadas Peronistas*; FAR: *Fuerzas Armadas Revolucionarias*.

P: Geralmente se diz que a ruptura dos Montoneros com Perón foi algo muito traumático, teu pai não é um peronista de raízes antigas, porque ele vinha da Democracia Cristã. O que tu sabes dessa ruptura? Isso lhe causou algum tipo de problema? Falo no sentido, inclusive, de consciência ou frustração política, é algo que os velhos peronistas, de esquerda logicamente, de repente, nesse momento... Sentem.

R: Sim, isso eu posso te responder mais precisamente por minha mãe, por que... É uma boa pergunta que eu também me faço, para ver o que... Digamos... O que minha mãe sempre me conta, a respeito de situações desse tipo, é que meu pai era, digamos, também no último momento tinha uma atitude bastante crítica com muitos aspectos e com muitas decisões – estou te falando de mais adiante, não sei o que terá ocorrido nesse momento, acho que era 1974 –, mas que ele, entretanto... Por aí era muito mais forte, ainda, seu sentido de pertencimento. Ou seja... Ainda... O que o mantinha, digamos, ainda dentro da estrutura; era mais forte seu sentido de pertencimento do que sua crítica para chegar a romper ou a sair de outra estrutura. Eu imagino que, pelas características que ele tinha, não é uma decisão que em geral fosse – politicamente digo, em nível de estratégia, não em nível de desejo –, mas suponho que não é uma decisão que tivesse compartilhado. Pelo menos tão, tão, tão contundente. Mas bem, fala-se isso também à luz de toda... De toda a distância e tudo que aconteceu posteriormente não é? Eu acho que nesse momento os Montoneros também estavam sendo tão... Meu pai, quando Cámpora ganha em 1973, nós vamos morar em La Plata, e ele era uma espécie de chefe de gabinete do governador da província de Buenos Aires, que era Bidegain, um senhor... Uma pessoa maior de um povoado da província de Buenos Aires que se chama Azul. E era como... Estava muito, muito forte nessa gestão, fazendo justamente decisões de gestão política. Entretanto, isso durou sete meses, até que o expulsaram e assumiu o Vice de Bidegain, que era Calabró, que respondia à linha mais... À outra linha mais ortodoxa do peronismo, assim... Com isto quero dizer que eu acho que a estrutura dos Montoneros que ocupou lugares muito fortes de poder com Cámpora, no... Muito forte no ano de 1973, digo, quando se chega ao ano de 1974 e à ruptura, já chegam muito fortemente deslocados. Ou seja, vinha toda uma pequena história que talvez ajude a entender o porquê de uma decisão. E à parte, bom, com uma leitura também, que... Eh... Digamos, sei lá, Montoneros era uma estrutura grande, mobilizava muita gente, e acho que uma das coisas das quais os Montoneros sempre pecaram é que, acho que se acreditavam muito mais potentes do que realmente eram... Parece-me... Isso me ajuda a entender o porquê, depois, de muitas outras decisões. Talvez tivesse que ver com certa irreverência da juventude ou talvez... E bom, hoje se vê imagens de arquivo, e vê quando existe... Fizeram um ato famoso em Atlanta, no ano de 1974, no estádio de Atlanta, Firmenich, Perdía e Gullo, e todos... E claro, tu vê... Quando vê como o poder... Ou vê Ezeiza... Ou vê como o poder de mobilização real, dizes, bom, é difícil não se criar... Toda essa... Esse fervor que existia aí atrás. Mas particularmente, de como o meu pai terá visto, não tenho tantos detalhes, suponho que sim, que deve tê-lo... Visto como uma decisão não do todo, do mais, estratégica.

P: E depois da morte de Perón, Andrés, a Triple A começa a funcionar de uma maneira muito ativa, muito... Ou seja... Ameaçando, cometendo atentados e matando pessoas, muitas pessoas. Esse cenário novo já começa a molestar a tua família, já começa a lhes...?

R: Sim, sim, eu aí posso te falar muito também de... De minha visão de criança nesse momento, e como as marcas que ficaram em volta disso, digo, obviamente eu já tinha quatro anos em 1973, de modo que tenho minha infância bastante configurada em relação a isso, que, nesse sentido, foi bastante complexa. Começa sim, a ser problemático, já desde 1974... Foi... Primeiro eu fiz... Outro dia eu contava a quantidade de escolas a que fui, e nem lembro, perdi a conta. Porém, era uma época que estava caracterizada por mudanças bastante seguidas... Mudanças bastante seguidas por que, porque, digamos, nós tínhamos contato com... Continuávamos tendo contato familiar – com a família de meu pai, a família de minha mãe –, mas pela situação, obviamente de perseguição por toda a situação da militância, havia que extremar cada vez mais as situações de segurança, então, por exemplo, nem a família de meu pai, nem a família de minha mãe sabia

onde nós morávamos. E às vezes, quando vinham alguma vez, bom, não podiam ver o caminho para não poder identificar, por uma questão de segurança e tudo o mais. Há uma velha anedota que minha mãe conta que – não sei se para um aniversário, não me lembro de que aniversário foi – que levaram meu avô, o pai de minha mãe, que ia num carro, mas tinha que ir vendado para não reconhecer o caminho, ou olhando para baixo; bom, eles vieram, nós tivemos a festa de aniversário e sei lá. Não sei como acontece; tempos depois alguém procurava a minha mãe ou meu pai para nos dar algo, e vão procurar meu avô, que supostamente não deveria saber, e meu avô diz - Ah, massa eu sei -, meu avô era taxista, - Não, mas eu conheço todas as ruas de Buenos Aires, de modo que sei perfeitamente onde é -, e meu avô levou esta pessoa, e isso obviamente implicou em que na semana seguinte tivéssemos que nos mudar outra vez. Nada, o ponto a que vou é que sim, a vida cotidiana estava como que assinada pelas mudanças...

P: As mudanças de escola...

R: As mudanças de escola, e o que era mais complexo... Que era mais complexo na minha idade era estar navegando em... Em uma espécie de... De esquizofrenia entre o mundo dentro de casa e o mundo fora, porque obviamente eu não podia dizer na escola a que se... Eu não me lembro do que dizia, não lembro qual era o discurso que tinha montado, mas obviamente não dizia - Ah, não, sim, meu pai está nos Montoneros e... -, sabia o que se podia dizer e o que não e podia dizer. O que obviamente, para alguém de quatro, cinco, seis anos é bastante complexo, tinha que ter bastante internalizado, mas bem, obviamente que isso era bastante complexo para a vida cotidiana, principalmente pela idade não é. E á parte porque tem que ver... Bom, quando falamos com muitos filhos sobre estas histórias, tem muito ver com que uma coisa é escolher algo é bancar as consequências dessa escolha, e no nosso caso... Ou seja, o ponto é, digo, a militância de nossos pais foi uma escolha profunda, com todo o risco que isso podia ter, e, na maioria dos casos, a vida. Nos nossos casos, tínhamos as consequências sem ter sido parte da escolha, por uma questão óbvia da idade. Bom, isso se vê bastante, de uma forma bastante interessante, em "Infância Clandestina".

P: Tudo isso que estás falando agora tem muito que ver com...

R: Sim. Encanta-me, nesse sentido, a cena da bandeira, não é. Porque ele, quando está na escola e não quer içar a bandeira, o que está fazendo, em realidade, é consequente com o pensamento de seus pais, em uma época na qual, em realidade, não se podia ser consequente não é? Assinala como que um conflito muito interessante, porque em realidade ele é absolutamente consequente e faz algo indevido, porque na escola é muito mal visto que não se ize a bandeira, e na casa é terrível, porque isso pode chamar atenção. Então, bom, era nessa margem toda onde nós nos movíamos. Entretanto, tratávamos de ter a maior vida cotidiana que se pudesse. E eu tenho sim muitas lembranças disso também não é, de aniversários, de férias com meus tios, digamos já, sim, vínculo familiar com a família mais ampla não tanto, já nesse momento de nossa vida familiar, de férias no ano de 1975 na praia e tudo o mais. Depois meus pais se separam no ano de 1976, eles se separam em 1976, mais ou menos próximo ao golpe, porque mandam meu velho para Rosario, e isso implicava que nos trasladássemos todos a Rosario, nesse momento já com ditadura, então sim, havia, bom, implicava obviamente outra troca, outra mudança, outra troca de escola, e aí sim, teríamos que mudar de identidade, e minha mãe, que já nesse momento estava mais crítica, não compartilhava a decisão. De modo que se produz uma separação de fato, mais vinculada com, com... Porque de fato, aí minha velha abre mão... Sai da militância, da atividade política.

P: Uma pergunta. Até este momento teu pai estava com outra identidade?

R: Não

P: Não, ainda não...

R: Eu não sei... Eu não sei exatamente... Parece-me que é pós-golpe quando ele começa a usar outro nome. Ou, não sei... Aí a data, exatamente, eu não tenho, mas me parece que é pelo golpe... Parece-me que sim. Aí minha mãe pode ser mais precisa com a data, com isso. Eu não estou

tão, tão, tão certo.

P: E nesse momento tu e tua mãe estão onde? Estão em Buenos Aires?

R: Nós ficamos em Buenos Aires, sim, sim, nós ficamos em Buenos Aires. Minha mãe começa a trabalhar em uma... Há pouco falei disso, eu pensei que era outra empresa, e era... Trabalhava no setor contábil da Warner, de... Sim, dos estúdios Warner aqui, em Buenos Aires. Sim, sim. E nesse tempo eu vejo meu velho algumas vezes, poucas, porém... Meu tio era que ajudava o contato, então meu tio vinha de ônibus... O irmão de meu pai...

P: Irmão de teu pai...

R: Vinha me buscar, e nos encontrávamos em um café, e depois ele me levava de volta. Ou seja, durante este ano nos vimos. Depois, um tempo depois formou outro par, e me lembro de algumas vezes ter estado com meu pai, o casal nesse momento.

P: Essa outra companheira era da organização também?

R: Sim, sim. Sim, sim, era da organização. De modo que sim, nesse tempo nos vemos... Bom, sim... E finalmente, o que decide que nós... A partida para o México, é que em julho... Em julho de 1977 – um ano depois – estavam procurando bastante intensamente meu pai nesse momento, e sequestram minha mãe e meu tio, aos dois, juntos. Juntos não... Estão no mesmo lugar. Vão buscar minha mãe no escritório em que trabalhava, e a meu tio a casa, em Villa del Parque, morava a algumas quadras da cancha dos All Boys. E eles...

P: A intenção era chegar ao teu pai...

R: Por sorte minha mãe não tinha dados, não sabia, não tinha nenhum dado... Ou seja, informações, telefone, endereço, forma de chegar. E bom, eles se dão conta de que estão no mesmo lugar, que depois identificaram como “Clube Atlético” não é? É o que fica na autopista, em Paseo Coulón, e... No Bajo, no Clube Atlético. Eles estão quase certos de que estiveram aí. E bom, eles se reconhecem, estavam separados por tabiques e isso, mas se reconhecem pela voz. Bom, ambos tiveram...

P: Teu tio era militante? Desculpa Andrés... Teu tio era...?

R: Não.

P: Tampouco tinha ligação...?

R: Meu tio era... Não, não, não, não tinha... Meu tio... Meus dois tios estudaram na faculdade [professorado] de Educação Física e eram professores de Educação Física. Este tio, Gustavo, o que esteve sequestrado sim, digamos, tinha... Era do grupo que tinha simpatia, mas nunca teve uma... Ou seja, foi a Ezeiza, era peronista e tinha como que simpatia, mas não tinha uma militância política. Mas sempre esteve muito próximo de meu pai. E colaborava muito, em todo o último período, com um montão de coisas que meu pai lhe pedia, com isto de que vinha me buscar e me levava. Há uma particularidade porque, bom, por sorte, ambos têm sorte [o tio e sua mãe], e ficam... Dois dias, acho que dois dias, ou três dias. E um dia os... A todo um grupo de sete ou oito pessoas, levam-nas a Palermo às três da manhã, e as deixam aí em Palermo às três da manhã. Digamos que minha velha não passou muito bem [na prisão], foi torturada e tudo o mais, por sorte não sabia... Não tinha, realmente não tinha dados ou informação, porque bom, minha velha sempre disse, obviamente, que nunca teria sabido até onde poderia resistir. E meu tio, pelo contrário, meu tio tem uma particularidade, que meu tio foi; meus dois tios foram militares. Ou seja, os dois estudam, fazem a faculdade de Educação Física, e... Na metade dos anos sessenta, uma coisa assim, eles entram no exército, como assimilados. Chamam de assimilados aos profissionais como os médicos, os professores de Educação Física... Sei lá... Todos os profissionais que fazem sua carreira civil normal e depois se integram. Em uma década que ainda, apesar de que haviam existido vários golpes militares, a coisa de estar no interior da estrutura militar ainda tinha uma coisa de prestígio de classe. Ainda, até o último golpe, havia uma coisa do prestígio da casta militar. Eles dois se integram e desenvolvem sua profissão de professores de

Educação Física na Escola Militar, sendo professores para os que estão estudando. Os dois deixam – eu imagino que terão tido algumas discussões bastante interessantes, meus tios com meu velho –, os dois deixam... Finais de sessenta; Ou seja, por sorte estiveram bastante afastados no período mais cruel e duro. Mas, para ver, tudo isto vai explicar que, em realidade, meu tio... Ele está certo que o reconheceram digamos; quando eles foram buscá-lo a casa fizeram como que um operativo muito grande, não sei se imaginavam que, por ter um irmão montonero e por ter estado no exército, teria um arsenal na casa, não sei, mas a questão é que fizeram um operativo bastante... Fecharam a quadra; ele não estava; estava minha tia grávida com sua filhinha de dois, três anos... Para ver... Dois anos. E ficaram aí por volta de seis horas, até que meu tio chegou. E meus tios, nesses dois dias que os tiveram aí no Atlético, não o tocaram. O interrogam, mas não o tocaram. Não o tocaram... E lhe perguntaram muito sobre meu velho, e meu tio acima de tudo conta que ele respondia que não tinha contato, e dizia que não só não tinha contato, senão que dizia... - À parte, se eu soubesse algo, tampouco te diria. Você entregaria seu irmão? -, e dizia esse tipo de coisas. Certamente, digamos, ele acha que algum dos que foram alunos o... Bom, nada... Ele ficou três, quatro anos na Escola Militar, de maneira que passavam por aí, digamos, todos os que depois estavam ativos. Assim que, bom, depois de três dias os liberam...

P: E tu ficaste estes dias com quem?

R: Eu fiquei com minha tia, a irmã de minha mãe. Porque quando vão buscar minha mãe no escritório, ela tem a... A... Rapidez de – enquanto a estão levando – de dizer o número do telefone – eu estava na escola – dizer o número do telefone a uma companheira sua de trabalho, lhe disse - Chama a minha irmã, número de telefone seis... -, para que viesse me buscar na escola. Ou seja, não chega... Não termina de... Tudo isso acontece no... Assim... Na situação... De modo que esta companheira chega... Telefona para minha tia, e eu fico esses dois dias... Não tenho [se emociona] muita recordação... Só me lembro de estar deitado na cama de meus tios... Mas não tenho... Não tenho mais recordações que essas.

P: Toma um pouco de água Andrés...

R: Não acontece nada, eh... Porque estou acostumado.

P: Bom... A partir deste fato é que a tua mãe, mais ou menos...

R: Sim, sim, sim... E esse é como o fato final que a impulsiona a... [pede um lenço].

P: Toma. Está limpo.

R: Bom. Eh... Sim, esse é o fato, finalmente, que a impulsiona a tomar a decisão de partirmos. E é assim como... Sim, vamos pouco tempo depois... Vinte dias depois, não lembro exatamente quanto tempo depois, que se organiza bastante rápido. Bom, essa situação já era como; bom, ter a certeza absoluta de que não convinha continuar a ficar aqui, que... E à parte estavam colocando muita energia em buscar meu velho, apesar de que minha velha já não estava militando. E aí há pouquinho tempo partimos, vamos via Rio [de Janeiro], acho que ficamos um dia no Rio, e terminamos no México, no DF.

P: Por que o México?

R: Eh... Em realidade aí surgem duas opções, e surge ou México ou Espanha, principalmente por duas coisas; primeiro, pelo idioma, e segundo porque tinham as... Como as comunidades maiores do exílio estavam no México e na Espanha, e nada, finalmente se decide o México, me parece que tanto meu pai como minha mãe preferem que seja dentro do continente, e bom, porque havia como que uma estrutura de muitos argentinos no exílio lá. De modo que acho que estas foram, finalmente, as razões.

P: E teu pai continuou aqui?

R: Meu pai continuou aqui. Sim, continuou aqui até que... Até que finalmente, em primeiro de agosto do ano posterior, um ano depois, o sequestram no Rio [de Janeiro]. Continuou aqui, viajando bastante. Ele viaja; bom, no México eu o vi... Acho que pelo menos três vezes eu devo tê-lo

visto. Ele faz umas quantas viagens ao México, bom, a direção dos Montoneros estava no México. Algumas viagens também a Roma e a Madri. Mas basicamente estava em Buenos Aires, fazendo estas viagens. E supostamente, como também a situação estava bastante mais complicada ainda no ano de 1978, em princípio ele depois iria para... A viagem que ele fazia ao Rio, ao Brasil, me parece que depois viria à Argentina e era a última vez que ele viria, e depois já iria se transladar. De fato, havia um plano de que iria vir me buscar, e iríamos para a Espanha, pelo menos por um tempo. A viagem que nunca chegou a se realizar, mas... Sim.

P: Ele está com a companheira nesse momento ainda?

R: Sim, sim, forma um casal com Ana, “La Negra”, desde... Terão ficado um ano e alguma coisa no total. Desde, mais ou menos, acho que final de 1976... Sim, mais ou menos... Ou início de 1977, parece-me. Ele está com ela, mas ela, em realidade... Também a sequestram uns meses antes, em maio de... Em Buenos Aires, em maio de 1978. E começa progressivamente a se desarticular, como toda a estrutura...

P: O mais próximo...

R: Claro [...], de meu velho e que em algum ponto isso explica um pouco como finalmente ele foi sequestrado... Que termina, ou seja... Começa a se desarticular toda a estrutura que dependia dele, que estava sob ele... E claramente tudo isso conduzia a ele. Pelo menos era essa a intenção, e eu acho que conduzia fortemente a ele também, porque ele podia ser uma porta de entrada muito clara com a direção.

P: Do que sabem até hoje sobre o momento do sequestro Andrés, que é que puderam resgatar, recuperar?

R: Veja, nesse... É bastante... Igual ia usar a palavra interessante, não sei se é interessante a palavra... No sentido de enigmático, porque do caso de meu pai há muitos, muitos pouquinhos dados. Para ver, sabe-se que ele... Sai do DF [do México] – de fato, eu vou me despedir dele, ou seja, a última vez que o vejo é aí no aeroporto do Distrito Federal – com destino ao Rio de Janeiro; ele tinha no Rio de Janeiro uma reunião com pessoas que viajavam da Argentina. O que se sabe, em princípio há um par de coisas que agora estamos justamente fazendo com Jair Krischke, sobre isso. Porque ele tem como que outra... Tinha outra ideia. O que se sabe é que viaja ao Rio de Janeiro, que tinha que viajar... Que tinha que viajar não, que tinha que telefonar no dia seguinte, aos dois dias, tinha que telefonar para minha mãe, e essa chamada nunca chegou. A partir de que esse telefonema nunca chega, é que [ela] deixa passar alguns dias e começa a... A movimentar toda a estrutura, porque obviamente esse telefonema que não chega era sinal de algo... De que algo havia acontecido. Depois... O único que existe, o único que existe certamente é... Há um primeiro documento que publica; o primeiro documento que a Anistia [Internacional] publica sobre os campos de... Denunciando a situação na Argentina, a existência de campos de concentração na Argentina, é do ano de 1979, e é de duas pessoas que estiveram muito tempo sequestradas e que escaparam, Cid de la Paz e agora não lembro como o outro se chama; baseado nos relatos deles, publicou-se o primeiro documento, que a Anistia publicou em 1979 – depois posso te passar os dados desse documento. Nesse documento eles dizem, ou seja, eles nunca tiveram contato com...

P: Com teu pai...

R: Com meu pai. Nunca o viram. Em muitos casos podem-se reconstruir dados por pessoas que estiveram e saíram, e viram a tal ou tal, e pode-se reconstruir como... Os passos. No caso de meu pai... No caso deles, eles não viram o meu pai, mas eles têm uma conversa na qual dizem, em uma parte... Que foi quando falam do caso de meu pai e dizem que foi o GT2 – que era um grupo –, que houve três militares, estão os nomes dos militares que nesse momento eram... No livro da Anistia estão com os pseudônimos que os militares usavam também – mas que hoje se sabe quem são –, que viajaram três militares argentinos, possivelmente acompanhados por... Por algum argentino mais, talvez com alguém com quem meu pai tivesse que se reunir, eu não sei... Mas se sabe que eles três viajaram. O que eles dizem aí é que para estimular os militares brasilei-

ros, que lhes disseram que era um caso de uma pessoa importante, e que, além disso, transladava muito dinheiro, digamos como para... Como se fosse um chamariz para os brasileiros, e que foi um operativo em conjunto entre o Exército... Entre essas pessoas do Exército argentino que viajam com o Exército brasileiro. Nunca houve nenhum nome aí, como isso provém dessas pessoas que estiveram na Argentina, digamos, nunca houve nenhum nome de nenhum militar brasileiro, de algum serviço de Inteligência, ou seja, nunca houve um nome que se pudesse identificar. E esse mesmo relato diz que eles... Eles dizem: - Sabemos que segundo relato... Segundo um relato de uma... Nomeiam a uma "Negra Adriana..."-, não sei quem é; não consegui saber quem era – que o viu; que estava um pouco machucado e isso... No final dos anos setenta... Final do ano de 1978, em algum lugar do Exército, em algum campo dependente do Exército. E o que eu pude reconstruir, digamos pelas características de meu velho –, isto eu reconstruí bastante com pessoas da Equipe de Antropologia Forense, que eles fizeram um trabalho magnífico –, que o mais provável, pelas características de meu velho, e à parte porque também houvesse – de muitos outros lugares, há relatos de outros campos, se sabe –, que o mais provável é que tenha estado no Campo de Maio. O que tem o Campo de Maio, a particularidade do Campo de Maio é que dessa época, de final do ano de 1978 e de todo o ano de 1979, não há nada, mas nada de nada de nada... De sobreviventes... De relatos. De modo que, em realidade, o único que se sabe é isso, não se sabe... Ou seja, se sabe... Outra coisa que há é o que falávamos outro dia com Jair Kriskhke; e ele de fato está fazendo uma gestão para se certificar, porque não lembro, algum, não me lembro de qual foi o caso dos outros argentinos sequestrados no Brasil, que os tiram diretamente do avião, não me lembro de qual dos casos...

P: É Campiglia,deve ser Campiglia e Mónica...

R: Campiglia. Acho que há um par de casos. Por isso Jair sempre supunha que, no caso de meu pai, teria sido similar. Mas isso, em realidade, está em discussão, porque minha mãe tinha a ideia... Minha mãe, bom, sobre isso ela vai poder contribuir com muitos dados; ela contata com... Sales era o bispo do Rio [de Janeiro]?

P: Sales, Dom Eugênio Sales.

R: Bom, ela toma como... Quando já começa a fazer todas as denúncias, ela escreve a Eugênio e ele... Tem uma correspondência dele com o embaixador argentino no Rio de Janeiro... No Brasil, e à parte particularmente... Havia conhecido o meu pai, porque o embaixador argentino no Rio de Janeiro nessa época era Camilión. Camilión foi depois ministro da Defesa de Carlos Menem durante muitos anos, mas Camilión vinha do jornalismo, ele trabalhou muitos anos, também, no Clarín, e minha mãe depois me contou que eles se conheciam devido à profissão digamos, por terem-se cruzado... E minha mãe também lhe... Nunca houve nenhum reconhecimento, obviamente formal, da Embaixada argentina, mas minha mãe tinha a lembrança de que, em todas as atividades que ela faz, havia um... Tinha a lembrança de que no registro de entrada constava o nome que meu pai usava nesse momento, que era Héctor Esteban Cuello. Faz pouco, eu perguntando, tornando a procurar materiais e sei lá o que mais, encontrei um... Que é o que mandei ao Jair, como... Porque o Jair esteve, não sei, aqui faz dois meses, e estivemos falando bastante disso, e ele tinha essa hipótese, e eu sempre tinha a hipótese de que a entrada estava registrada, que em realidade não é um dado menor para isto... E finalmente encontrei um recorte de jornal que é uma nota do jornal La Nación, onde diz isto... Como um argentino, integrante dos Montoneros, foi sequestrado no Rio, e o relato fala que a entrada está registrada no aeroporto do Rio. De modo que tenho quase certa a lembrança de que sim; eu mandei esse recorte para o Jair, e o Jair está fazendo algumas averiguações aí, algumas indagações para tratar de nos certificarmos com o que deveria ser a polícia aeroportuária, a... Não sei como se opera, que estrutura opera no Rio a segurança em...

P: É a Polícia Federal.

R: Para ver se se tem algum dado mais, porque como dados, os únicos dados que há são estas duas coisas que te contei. Bah, a certeza de que ele embarcou no avião; de que este telefonema nunca chegou, e este testemunho que fala que o viram em algum lugar dependente do Exército ao final deste mesmo ano. Isto aconteceu em... Acho que meu velho viaja no dia trinta e um de

julho, e a data de chegada é dia primeiro de agosto.

P: O ano de 1978 é, sem dúvidas, um ano de sequestros de argentinos e uruguaios no Brasil, isso hoje é algo... Claro, sempre são poucos casos, comparado com os outros países. Mas é um ano onde isso acontece, e há pessoas da Segurança de outros países circulando... Enfim, isso é um fato concreto, o que de repente não existe são nomes. Queria te perguntar sobre isso: tu falas dos nomes dos três repressores argentinos que atuam nesse momento; os nomes são conhecidos?

R: Sim.

P: Estas pessoas estão vivas?

R: Sim. E de fato estão, dos três... Sim, sim, são conhecidas, porque depois foram personagens muito, muito conhecidos, com muita atividade na repressão, e acho que, se não me engano os três estão presos por outras causas.

P: E nunca contribuíram com nada...

R: Não, de informação não. Não, não, não. Neste caso, são dos que se mantêm mais fervorosamente duros e convencidos.

P: O pacto de silêncio e de...

R: Sim. Não forneceram informação. De modo que nesse caso, digamos, é... Obviamente é parte do que a mim interessa saldar. Poder reconstruir um pouco mais como foi. Como foi seu sequestro; como foi o último período, onde possivelmente terminou; em que momento morreu; tudo o que seja possível reconstruir sempre ajuda.

P: Nós temos feito nesta série de entrevistas André, entrevistamos duas crianças uruguaias que foram sequestradas pelo Condor em Porto Alegre – Camilo e Francesca Casariego Celiberti –, estiveram quatorze dias desaparecidas também, e a mãe presa, e a mãe sobreviveu. No teu caso, é o testemunho de um filho de desaparecido. E um filho de desaparecido que tem... Como teu pai já era de uma geração, digamos um pouco anterior à média dos argentinos que estavam desaparecendo, ou seja, tu és um filho de desaparecidos mais velho em relação aos outros, o que permite que tenhas memória e recordações dessa etapa anterior. Como é viver esta situação como filho de desaparecidos? Sobre isto nós não temos nada, o que tu podes nos contar? Um pouco, bom, logicamente que entender que é um desaparecido é uma coisa que leva tempo, mas... Como se vive com isso?

R: Como se pode... E, acho que... Bom, eu imagino que terá sido similar ao resto dos outros filhos, que passamos o... – Eu posso falar do meu caso, não –, passamos por deferentes períodos, diferentes etapas, em... Bom, nesta coisa de conviver com... Não com a ausência, mas sim com o desaparecimento, que expande a ausência de alguma maneira. E passei como que diferentes momentos, digo, o que sim é indubitável é que muito de minha atividade profissional, muito de meus... Elementos da vida cotidiana, da relação com meus filhos e, sei lá, dir-te-ia, o que gosto de comer e o que gosto de fazer estão certamente configurados com isso, não é, com o que tenho como herança de meu pai quando vivia e o que é conviver com... Nada, com uma figura... Desaparecida no sentido que se perpetua, de que... Por isso falava que... É inclusive mais forte que a ausência, porque é uma situação que acontece todo o tempo. Obviamente se tem uma vida cotidiana, comer, beber, ir ao banheiro, dançar... Por sorte, mas bem, eu tive diferentes processos e diferentes momentos dentro desse processo em relação à convivência com a figura, e passei como que por momentos de muita identificação; tive um momento, quando terminei o secundário e comecei a universidade, de militância política, de atividade política, e eu acho que tem uma coisa muito forte também de identificação, de... De mandato, de continuação... Talvez nesse momento fosse uma forma de me aproximar dele também. Depois tive outras etapas de... De raiva, de briga, por mais que a figura não esteja, pode-se, igualmente, lutar com essa figura;

e de sentir-me abandonado, de sentir que na escolha entre a militância e o filho ele havia escolhido a militância; e depois, de chegar a uma síntese de ambas. Que acho que é o momento no qual estou agora não é? Onde se termina de entender que... Que ele continuou sendo pai da forma que pode ser pai, ou seja, ter continuado a militância, com todo o risco que implicava a militância nesse momento, inclusive o risco para sua própria vida, não era... Não implicava um antagonismo com deixar de ser pai, que ele pode continuar sendo pai; de fato, este ano que morávamos com minha mãe no México, ele me mandava – eu colecionava as Biliken, as Biliken que eram, bom, estas revistas para crianças –, e ele me mandava as Biliken pelo correio, porque eu as colecionava, e ele continuava as mandando. Tinha, por sorte, a capacidade de ser pai e não ser tão dogmático sendo pai, porque certamente para muitos, nesse momento, a revista Biliken era a versão da ditadura para crianças, que possivelmente, digo, a Biliken não ia falar dos desaparecidos, mas certamente falava de coisas que eu gostava, e ele por sorte tinha a... Isso, a possibilidade de continuar sendo pai e tampouco renunciar ao que para ele era central, que era a militância. Se houvesse renunciado à militância, teria renunciado basicamente a ser ele, porque era o que ele havia escolhido. De modo que... Nada, sei lá... É uma com a qual se convive, isto, da melhor forma possível, e que todo o tempo também vai [sendo] mutação, não, mutação no sentido de que isso vai mudando como os... O momento que se tem em relação a essa figura, e obviamente tem a força de muita presença não é? Repara que quando, bom, minha filha maior nasce no ano 2000, hoje já tem doze...

P: Quantos tu tens?

R: Dois. Maia tem doze e Teo tem oito. Quando eu lhes falo de meu pai, lhes falo do avô. Ou seja, eles têm incorporada a figura do avô, e também falam dele nesses termos, quando falam do meu pai falam do avô. E de fato, isso é como um elemento também que fala de como... Como a história sucede, não é? Que a história não é algum fato que... Não é só um fato que tenha acontecido faz... Que o desaparecimento não é só um fato que aconteceu faz trinta anos, trinta e cinco ou vinte, vinte e cinco, senão que é algo que acontece; que nos acontece. Quando Maia nasce em 2000, nasce uma nova figura, que já não é o pai desaparecido, mas sim o avô... Desaparecido. E isso acontece em 2000, de modo que... E obviamente o fato de ter filhos, como acontece à maioria dos que são pais, coloca-os sempre em situação... Bom, deixar de ser filhos, passar a serem pais e a refletir sobre um montão de coisas, bom, nesse caso acontece... Acontece igual, com a complexidade da ausência, não é? Da ausência forçada. E o que gera a... Nada, sempre, por mais elaborado que se possa chegar a ter, falo a ausência ou a morte... Sempre existe algo... Que vai faltar, e isso certamente... Bom, isso funciona, muitas vezes, também como motor, para procurar ou para indagar. Isso é o que tem de... De perverso, pelo menos no mecanismo implementado pelos militares na Argentina, não é? De sinistro. O que, por sua vez, também joga contra eles em algumas coisas, porque isso também dá, por outro lado... Dá energia, esta coisa sinistra do desaparecimento e da não certeza da existência dos corpos, que, por um lado, é apagar a evidência, a evidência clara dos próprios atos de assassinato; por outro lado também, desde outro lugar muito diferente funciona como motor para... Um motor mais; digamos, nos casos dos países onde não houve desaparecimento também há energia, não digo que não; mas nesses casos, digo... Às vezes se duplica. Porque, obviamente, até que o termine de ave... Obviamente o ideal seria, na maioria dos casos, a aparição dos restos. Avançou-se muito, e se encontrou uns quantos, certamente se continuará encontrando, certamente muitos.

P: Tu convives com outros filhos de desaparecidos? Tens amigos, conhecidos?

R: Sim, sim. Tenho. Sim, tenho amigos. Tenho amigos que, por sorte igual, meu ponto de união não é ser filho de desaparecidos, que sejamos filhos de desaparecidos não é o que nos une, também é isso, mas não por isso, que para mim nesse sentido é... É importante. Principalmente pelo crescimento não é? Porque uma das coisas que eu... Estive um tempinho indo a algumas reuniões de HIJOS e o resto – estou te falando dos anos noventa –, e uma das características, também aí, eu via uma diferença entre a idade que eu tinha e a idade que eles tinham. E havia como que uma coisa muito forte de uma união que tinha a ver com a filiação, com a coisa do sangue, não, de... E principalmente de continuação, que a mim aconteceu em outro momento, muitos anos antes. E me parece que isto é algo pelo que necessariamente muitos atravessamos, mas que de-

pois é muito bom encontrar o lugar próprio.

P: De cada um...

R: Claro. Ou seja, obviamente que eu sou tudo isso também. Mas não me construo como sujeito a partir disso.

P: Que expectativa tu tens? Agora que se está... Bom, na Argentina os julgamentos estão... As causas, de um modo ou de outro, estão transitando, talvez com pouca velocidade, enfim, com seus problemas, mas estão transitando, muita gente está presa, de fato, e no Brasil isso agora começa a se mover um pouco, começa a se movimentar, ao menos no sentido de tratar de conseguir informação, mais que isso não se deve obter, em médio prazo. Um pouco tu já respondeste isto, mas que expectativas tu tens de que isso possa ajudar para encerrar esta etapa? Ou seja, cerrar a etapa no sentido de o que é que se pode encerrar, e em que sentido isto pode ajudar a encerrar essa etapa.

R: Eh... Eu acho que pode ajudar muito. O que está acontecendo na Argentina faz uns... Já uns quantos anos, da derrogação das leis de Ponto Final, Obediência Devida, indultos, e por isso a abertura de todos os julgamentos, e à parte colocar isso não só como uma questão operativa e logística, senão colocar o tema dos direitos humanos em cena, como um tema de discussão, é tão importante isso que o dia vinte e quatro de março, desde... Faz dois anos, três, não sei se é mais, é feriado. E por mais que em seu momento isso tenha sido discutível, isso também é obrigar a que um dia haja – alguns farão mais, outros menos – haja algum pensamento vinculado a... Que te digo me parece, inclusive, muito mais potente que outras coisas não é? Porque o que isso também ajuda é que se expanda, no sentido de poder chegar a setores por aí... Que seriam de mais difícil acesso. Acho que o que está acontecendo na Argentina, com todos os julgamentos, é muito bom... É... Para os filhos são de alguma forma reparadores, sejam os casos próprios ou não. Porém, são reparadores no sentido de... Bom, a justiça começa a funcionar, as ações na vida têm um custo, e é bom que se pague esse custo, se cumpra; e porque se coloque em cena, não, pelo que... Que se coloque em cena no sentido de que, bom, na Argentina o que se quis foi apagar; apagar... Digo, pelo próprio acionar dos militares, apagar suas próprias ações não é? A existência de centros clandestinos, os mecanismos de desaparecimento... Então, nesse sentido me parece que ajuda, e muito. E acho que isto também está em sintonia com o tempo; acho que o tempo transcorrido – talvez parecido ao que está acontecendo no Brasil ou começando a acontecer no Brasil agora – ajuda a tomar distância. Eu acho que quando há situações tão dolorosas – e já não falo em nível individual, senão em nível coletivo – para as sociedades, é difícil se olhar no espelho e ver que o que o espelho te devolve não é algo bonito. Então, acho que quando o tempo transcorre, o tempo ajuda... A que abordar essas questões mais dolorosas, como sociedade, seja pelo menos mais acessível. Particularmente na Argentina, faz dois anos que estamos esperando a abertura da causa Condor, do Plano Condor, nós aí somos, com minha mãe, querelantes na causa, o CELS nos patrocina, que também patrocina o caso de... Outros casos de argentinos desaparecidos no Brasil, estamos esperando faz dois anos... Estamos na fila, esperando a abertura.

P: Isto tem sido um problema. Vê-se que, quando se analisa a Argentina, o Condor sempre parece uma coisa secundária, porque na Argentina, ou seja, porque quase tudo acontece na Argentina. Ou seja, os chilenos, os uruguaios, alguns brasileiros que são desaparecidos aqui, e pelas dimensões do que acontece internamente na Argentina, parece que o que aconteceu com argentinos fora da fronteira, ficou um pouco relegado. Enfim, talvez pelas urgências, pelos números. Tiveste essa sensação em algum momento?

R: Siiiiim.

P: Porque agora disseste “no rabo” da fila não é? Ou seja...

R: Eh... Sim, sim, sim, sim. Em alguns casos, também é entendível, porque houve, bom, causas

que se abriram, como a causa da ESMA, essas causas que têm um nível de dimensão, em dimensão, em quantidade, em perversidade, ou como no caso do roubo dos bebês e tudo o mais que... Bom, sei lá se se pode medir a...

P: A tragédia...

R: Mas está certo, o que tu dizes está certo. Eu muitas vezes, quando conto o caso de meu pai, chama a atenção de muitos isto de que existam argentinos que desapareceram no Brasil ou no Chile, que também houve... No Uruguai se aceita mais, mas porque o Uruguai é mais próximo, sempre, culturalmente é muito parecido; o caso do Brasil chama a atenção, o caso do Chile chama a atenção, parece-me que também houve alguns casos no Paraguai. Mas sim, é algo que é certo que ficou relegado, é chamativo. Também acho que o que está acontecendo no Brasil agora, com a criação da Comissão da Verdade, apesar das limitações de tempo ou de estrutura, e de que não será vinculante com possibilidade de fazer julgamento, acho que é um passo, pelo menos eu tenho fé em que se possa gerar algo. E também nesse sentido estamos nos movimentando agora aqui na Argentina, com a Secretaria de Direitos Humanos e com a Chancelaria, para que, digamos, além do que individualmente possamos fazer cada um de nós, familiares em contato com os organismos do Brasil, possa haver um pedido formal da Argentina, como Estado, ao Estado brasileiro, para que dentro da investigação que a Comissão realiza, leve em conta o caso dos argentinos não é? Como uma questão... Um pedido mais político, em todo o caso. E eu acho que é um bom caminho. É certo que falat, mas nessas coisas para mim tudo soma.

P: Bom, Andrés há alguma outra coisa que te pareça importante, que queiras relatar?

R: Não, talvez, para fechar um pouco, tu perguntavas antes como se convivia com isso, e também tem que ver com o Brasil... Eu estive no Brasil somente quando, no caminho para o México, aí no ano...

P: Quanto tempo tu estiveste no México?

R: Sete anos. Até os... Dos oito, de meus oito anos aos quinze. Até 1984, março de 1984.

P: Isso te faz falta? O que te ficou do México?

R: Não, do mesmo modo, o que ia te dizer era outra coisa, do Brasil. Que agora eu, neste momento, estou trabalhando com um documentário, digamos, uma das coisas, acho que ia te dizer antes também, é que eu muitas vezes como que encontrei o cinema, de fato, meu primeiro documentário se chama "(H) Histórias Cotidianas", e é um documentário testemunhal sobre o relato de seis filhos de desaparecidos; eu encontrei no cinema uma fusão para mim muito interessante, que é isto, que pode reunir os temas que me interessam a partir de uma linguagem que me interessa não é?... Ou seja, falar de temas que me comovem, mas a partir de uma linguagem que envolve mais criação. E nestes momentos estou trabalhando com o desenvolvimento de um documentário que tem que ver com o... Com meu pai. Não é exatamente um documentário sobre ele, mas sim sobre o olhar que eu tenho dele, sobre a lembrança que eu tenho sobre ele. De fato, uma das coisas que me interessa é... O projeto se chama "O (Im) possível Esquecimento", "im" possível – entre parênteses – possível esquecimento. Porque em realidade uma das coisas é... Tu também falaste muito de... Bom, de, obviamente eu também, de memória e de recordação, e a mim interessa também, em algum lugar tratar de fazer uma viagem a essas zonas onde residem os esquecimentos. E no meu caso, como no de muitos outros filhos, temos muitas zonas de recordações e temos muitas zonas de esquecimento. Talvez os esquecimentos ou, para diferenciá-los, negações, nos ajudaram a sobreviver em muitas circunstâncias, mas é interessante para eu indagar aí. Por exemplo, a um mês do desaparecimento de meu pai, minha mãe faz toda uma excursão pela Europa, de denúncia. França, Suíça, bom, a Confederação Helvética, encontra-se com Mitterrand, fazem um montão de denúncias. E faz pouco estava falando disso, estava contando à minha esposa isso, ficou como que um mês não é? E ela me perguntou algo parecido ao que tu me perguntaste antes, ela me perguntou - E com quem tu ficaste? -. E eu disse... Primeiro, que nunca haviam me perguntado, e segundo, que não a menor recordação. E de

repente comecei a pensar - Uau, mas foi um mês, meu pai acaba de desaparecer, eu estava a um ano vivendo no México, tinha nove anos, minha velha se vai por um mês... -. Não tenho a menor ideia. Veja que eu tinha nove anos, não estou te falando que tenho três, eh. Depois, perguntando à minha velha, bom, aí, ou seja, obviamente ela sim lembra, sabem, se lembra de, sabe. Porém me interessa um pouco indagar isso, em como funciona em relação à minha história e a histórias desse tipo, como funcionamos. Porque, paradoxalmente, eu trabalho muito com documentários com a memória dos outros, de repente, quando começo a indagar a minha própria memória, me dou conta de que tenho muitas lembranças, mas também tenho muitas... Muitas zonas na sombra, para chamá-las de alguma forma. Então a ideia é indagar sobre isso, obviamente que está totalmente intricado com a história de meu velho, mas, digo, não é uma biografia sobre ele, mas sim um relato em primeira pessoa minha sobre ele; e uma das coisas que certamente terei que fazer o ano que vem – porque a intenção também é parte de – é de dar forma a isto, que não a tem, não é? De reconstruir isto, então uma das coisas que tenho que fazer no primeiro semestre do ano que vem é viajar ao Brasil, e ao Rio [de Janeiro], e bom, isto mesmo que te falava antes, eu tratar de perguntar.

P: É muito bom isso. Está muito bem.

R: Tu falavas algo do México...

P: Não. Sim. Não havia pensado, mas em realidade tu estiveste sete anos no México, claro, em toda essa situação que nos descreveste. Como foi a volta? Porque aí com que idade tu estás, quando voltas...

R: Quinze.

P: Quinze, é uma idade complicada.

R: Veja, a volta foi uma mescla estranha, porque eu tinha muitíssimos desejos de voltar; minha mãe nem tanto, que já havia se instalado bastante, inclusive profissionalmente, era como momentos muito... Momentos e idades muito diferentes. Minha velha havia se integrado muito bem no México, eu também, para mim o México significou realmente um respirar, ou seja, eu voltei a ser quem era no México, digamos, México não era um lugar onde tinha que cuidar o que falava na escola, aos meus companheiros e tudo o mais, nesse sentido não havia problema. E a volta do México, em realidade eu acho que tinha muita vontade de voltar, e me parece que essa vontade estava muito inconscientemente, muito estimulada pela ideia de encontrar meu velho, eu acho que havia uma coisa aí de, talvez muito inconsciente não? Mas de... Digo, agora passaram muitos anos, nesse momento havia passado... Havia passado anos, mas igual: setenta e oito, oitenta e quatro, eram seis anos; ainda era pequeno; eu acho que havia um forte desejo... De encontrá-lo, e, à parte, de voltar. Se bem que eu me havia integrado muito a todo o universo mexicano, também rodeado de argentinos que passavam falando da Argentina, tomando mate, comendo doce de leite e... Este... Era também um pouco voltar a isso que era eu, em parte. De modo que foi uma mescla muito forte, porque foi um desejo muito forte, que a poucos meses se chocaram assim com a parede de uma forma brutal. Brutal porque, para mim, em meu crescimento pessoal, voltar à Argentina foi um retrocesso... Foi voltar anos atrás, porque toda a liberdade que eu havia ganhado no México (arrumar na tradução), voltei a perdê-la aqui, apesar da democracia. Por quê? Porque eu chego ao terceiro ano do secundário; com quinze anos; todos meus companheiros tinham feito toda a escolaridade...

P: Em ditadura.

R: Em ditadura. Com os docentes que não eram docentes, ou seja, sim, eram docentes, mas com o diretor, com os preceptores, que eram... Era o mesmo que estar no serviço militar, o único que, em vez de lagartear, lia livros de história e... Digamos a abertura que havia na Argentina nesse momento, talvez as estivessem vivendo gerações mais velhas, ou seja, também jovens, mas não sei se jovens de quatorze, quinze anos, que tinham sido formatados muito fortemente. Então, eu voltava do México, aonde ia a uma escola que trabalhava com a metodologia de [Paulo] Freire; éramos todos filhos de exilados uruguaios, argentinos, não sei que... Voltar a uma escola do

Estado, na Argentina, aonde eu tive que voltar a usar uniforme – um ano depois eles tiraram o uniforme, porém nessa época era calça, paletó –, para que vejas e tenhas uma ideia de tal... De como foi esse retrocesso, que durante todos esses três anos que estive na escola, eu vivia em... Um mundo era a escola e outro mundo era minha casa e o resto dos... A família e o resto dos argentinos que tinham voltado do exílio. Durante esses três anos eu nunca pude contar a meus companheiros que era filho de desaparecidos, se inteiraram... Inteiraram-se bastante tempo depois. Evidentemente não me sentia, nem como nem podia terminar de fazê-lo. De modo que foi... Foi... O primeiro tempo foi muito duro. Já quando terminei o secundário e comecei a militar politicamente, entrei na universidade, comecei como que a construir-me desde outro lugar, mas os primeiros anos foram... Difíceis. Porque era o que eu te digo, era toda essa liberdade, que tinha ganhado no México, tornava a ir para trás, por que, bom... Viste... Sei lá... A democracia é como um músculo, ela se exercita... Não só se... Declama-se, então... Mas, bem... México, nesse sentido, foi um país muito... Muito generoso para o exílio não é? Às vezes com políticas complicadas, porque interiormente podiam ser muito conservadores e para fora... Chegamos ao México com setenta anos de PRI [Partido Revolucionário Institucional], e, entretanto, para fora tinham uma política de abertura para o exílio e tudo o mais, e, para dentro, muitas coisas são uma política muito conservadora. Mas foi um país muito generoso.

P: Generoso, sim. Andrés, diz-me uma coisa, tu és filho único?

R: Sim.

P: Que espaço tua mãe ocupa em tudo isto?

R: Ocupa um... Nada... Um lugar muito importante, por que... Porque foi a que susteve... Éramos uma estrutura de três, que ficou uma estrutura de dois, e bom, com exílio e depois com toda a briga das denúncias e os demais. De modo que, nada, ocupa um lugar importante, e por sorte é uma mulher com muita energia... Para fazer as coisas que gosta e para colocar energia em tudo isso, de modo que foi um sustento... Foi um sustento importante para mim, e uma companhia importante para mim.

P: Bom, muito bem... Como tu estás?

R: Bem.

P: Tranquilo? Bom, Andrés eu te agradeço muito que nos tenha permitido conhecer tudo isto, e saber como é importante ver que é uma luta que continua cada dia, e que tem que ser enfrentada; acho que isso... Estávamos falando no início um pouco do filme este “Infância Clandestina”, que está passando agora, nesses dias, que tem muito a ver com essa história dos filhos dos Montoneros da Contraofensiva, e um pouco o menino como protagonista não é? Ou seja, o menino é o protagonista, e esse olhar, enfim, que questiona, ou seja, trata de entender opções que são opções que só se entendem se entramos em seu tempo, senão é impossível. Teu pai, hoje tu o entendes?

R: Eh... Bastante. Sim, acho que... Sim, sim, o entendo, o entendo bastante, e como te dizia também antes, porque acho que também ele – e isso para mim foi muito importante, do contrario acho teria sido mais difícil entendê-lo –, ele se preocupou sempre em continuar estando presente, antes que o sequestrassem não é? Obviamente. Apesar de toda a complexidade que pode ter estar presente em um momento de militância e de perseguição extrema. E isso para mim é muito valioso, eu o entendo... O entendo bastante. Algumas coisas eu compartilho, outras não. Quando se põe a pensar nisso, inevitavelmente também se evoca o presente, então, mas se tem isso como história não é? Então, eles não tinham essa história para trás. Obviamente eu replico algumas, imaginariamente replico algumas situações, e hoje me custa entendê-las; sim, se eu vejo meu filho que tem oito anos e com determinados pensamentos desse momento, e hoje me custa um montão entendê-lo, e digo - Estavam loucos! -, e sim, em parte estavam loucos. Talvez a loucura da convicção que o cobria todo, mas sim, o entendo. Compartilho algumas coisas e outras não, mas o entendo.

P: Muito bem então, muito obrigado.

DEPOIMENTO 38 – CLAUDIA ALLEGRINI.²⁵²

30 NOVEMBRO DE 2012 .

P: Claudia, boa tarde. Queríamos iniciar então tua entrevista te perguntando, ou tu fazendo uma apresentação tua, se é possível.

R: Meu nome é Claudia Allegrini, com “l” duplo; nasci em trinta e um de agosto de 1958, em Paraná, Entre Ríos; bom, fiquei aí praticamente até... Trouxeram-me para cá, para Buenos Aires, com um mês [de idade], porque meus pais, nessa época... As províncias estavam muito mal, economicamente, e tivemos que vir à cidade grande para poder... Bom, para que meu pai tivesse um trabalho melhor e ter a tão sonhada casa que teve todo o imigrante italiano, espanhol; e bem, conseguimos, meu pai foi operário metalúrgico. Nessa época, digamos, era uma época que se pagava muito bem, digamos, as horas extras e tudo isso, e com isso pudemos ir construindo a casa, e claro ir mobiliando-a, e o desejo de todo pai de que suas filhas – porque eu tive outra irmã mais, que lamentavelmente faleceu, Haydée Allegrini, faleceu de morte natural, é claro –, e bem, e me trouxeram para cá com um mês, de modo que praticamente eu sou mais portenha do que entrerriana. Daí começou minha história, em um bairro, de São Miguel, da Província de Buenos Aires, bom; no bairro para onde fomos havia muitas poucas casas, já havia vilas, já havia “vilas miséria”, como se diz aqui, como lá se diria favela, mas eram umas vilas miséria nas quais as pessoas queriam progredir... Era uma miséria digamos... Uma miséria digna. Porque o pai de família ia fazer “bicos”, o que não tinha uma profissão ou um... Uma tarefa específica para fazer, ia fazer “bicos” e podia manter a sua família, podia mandar seus filhos à escola e podia... Minimamente dar-lhes estudos, saúde e alimentação e educação, que são as coisas mais importantes que pode ter um ser humano para poder ser livre não é? Então, bom, eu comecei aos oito anos, minha escola... Comecei aos sete anos; quando tinha oito, me interessava muito pelo que o meu pai fazia. Meu pai era... Começou a militar na fábrica, trabalhava nas diferentes fábricas que trabalhava, e claro, era delegado, nessa época havia muita atividade... Digamos... Atividade no sentido de... De pedir o que nos correspondia digamos; que pagassem; que dessem a roupa correspondente; que dessem as horas para comer; que dessem as horas extras, que as pagassem, bom, as reivindicações que faz todo o trabalhador. Então eu comecei a me interessar, e realmente me... Não sei, senti uma atração que minha irmã não sentia. Então... Eu, o que fazia era, ia à escola, comia, e os pequeninos da pequena vila que ficava a quatro quadras de casa – era uma vila pequena, de umas dez, quinze casinhas –, eu pegava todos os pequeninos e os levava para minha casa, perguntava-lhes se haviam comido, porque bom, a essa hora meu pai e minha mãe trabalhavam, eram as duas, três da tarde, até as cinco, seis da tarde, dava-lhes de comer, se não lhes dava o leite, os ajudava a fazer os deveres... Mandava-os para suas casas com o leite tomado, às vezes, ou já alimentados; e bom, foi uma coisa que começou a me interessar. Então muitas vezes tive conversas com meu pai, que realmente nisso lhe agradeço tudo o que me deixou, porque, verdadeiramente, graças a ele eu pude realmente conhecer tudo isso que... Que é a luta verdadeira, não a luta em troca de um pagamento, senão conseguir os direitos com... Lutando. Lutando se podem conseguir os direitos, não temos necessidade que nos deem dinheiro em troca. Sim, muitas vezes eu escutei reuniões onde lhe ofereceram casas com piscina, com carro, com todas essas coisas, mas meu pai as rechaçou. E bem, quando vinha o assunto das eleições e todas essas coisas, sindicais, eu o ajudava; tínhamos um mimeógrafo em casa já, eu me lembro de que escrevia nas máquinas essas, Olivetti, as velhas, faziam-se os estêncis e faziam-se os panfletos, bom, minha atividade começou, realmente. Bom, comecei a crescer e bom, me interessou cada vez mais, a política, meu pai e minha mãe estavam... Militavam no peronismo, eles sempre foram peronistas, de quarenta e cinco não é? Peronistas de Evita e de Perón, e bom,

252 Claudia Allegrini nasceu na Argentina, foi militante da organização peronista Montoneros e companheira do também montonero Lorenzo Viñas, desaparecido em solo brasileiro em junho de 1980. Claudia é militante na causa dos direitos humanos, reivindicando a responsabilidade dos Estados da Argentina e do Brasil com relação ao desaparecimento de Lorenzo. Ela colaborou na investigação do Estado italiano com relação ao desaparecimento dos ítalo-argentinos, e, a partir disso, foi aberto um processo na Argentina conhecido como Causa Condor, que investiga crimes da conexão repressiva empreendida pela Operação Condor, e pelo Batalhão 601. Claudia passou a ser uma das familiares que acompanha e atua no processo. Ela também lutou pela responsabilização do Brasil no desaparecimento de Lorenzo, conseguindo o reconhecimento do Estado brasileiro no ano de 2005. Nas diversas incursões que fez ao Brasil, contou com o apoio do MJDH. Claudia também foi Subsecretária de Direitos Humanos do Ministério do Interior da Argentina.

e eu talvez não tenha vivido, porque realmente pela idade não vivi a época de Perón, mas meus pais sim a viveram, e a viveram... Digamos... Tanto meus avós, porque minha avó pôde obter uma máquina de costura e pôde... Bom, ter um trabalho, trabalhar para fora, ensinar outras pessoas a fazer costuras domésticas também, para poder ter uns pesitos mais, para poder... Porque o que a política de Perón teve foi que eles deram, mas te deram com uma oportunidade de que tu aprendesses um ofício, que isso é o importante de dar, porque dar dinheiro é muito fácil, o assunto é dar a ferramenta para que a pessoa trabalhe não é? Dar a vara para que pesque seu peixe, como há vários ditados que se falam por aí. E bom, depois veio... Depois, é claro, bom... O bairro começou a ficar maior, se começou a fazer as calçadas dos bairros, porque eram ruas de terra; não tínhamos luz, se começou a pedir para os prefeitos que nos colocassem a luz; que o ônibus entrasse; digamos começamos a pedir coisas que verdadeiramente se necessitavam: esgoto, água, bom, todas essas coisas. E bom, e depois... Mais ou menos no ano de 1972, meu pai decide entrar na militância dos Montoneros.

P: Que idade tu tinhas nesse momento?

R: Bom, aí eu tinha dez anos, tinha entre nove e dez anos. Bom, é claro, disse-lhe que sim, que eu também queria entrar, queria militar nessa agrupação, bom, a apresentação da agrupação era claro, ir trabalhar nas vilas, nos bairros, eu te digo a nossa militância era de que as famílias tivessem seu... Seu... Em vez de latrinas tivessem seus banheiros, pudessem ter um chuveiro, digamos, aí foi uma coisa muito boa e muito bonita, porque os companheiros que eram... Que estudavam arquitetura eram os que os ajudavam a construir os banheiros, as cozinhas, os quartos; digamos, o que estava estudando odontologia, a salinha que tínhamos pedido ao prefeito que nos colocasse nos bairros, bom, se enchia de médicos, de odontólogos, fazia-se toda a atenção em saúde. Nós realmente... Verdadeiramente, na zona onde trabalhávamos – que era toda a zona norte, que é uma das zonas maiores que a província de Buenos Aires tem, e que teve uma maior militância –, digamos que cumprimos com todos os objetivos que havíamos estabelecido, e que era o que um bairro tinha que ter não é? Seu ônibus, um montão de coisas que as pessoas verdadeiramente necessitavam, quando chovia não pisar no barro; bom, começar a construir a casa de material, e já não tê-la de chapa; começou-se a dividir por terrenos, para que cada um tivesse seu terreno; para que as pessoas plantassem árvores, em vez de árvores comuns, árvores frutíferas, porque desse modo tinham a sombra e tinham a fruta; a plantar verduras, colhê-las, toda uma coisa que foi realmente muito bonita para mim. Eu vivi isso como uma coisa que... Que bom, que me despertou e que consegui atingir e bom; e depois foram passando os anos, veio a... Digamos, depois de setenta e quatro, setenta e três, vivemos uma democracia muito boa, meio difícil já, porque no retorno de Perón, o dia que fomos recebê-lo em Ezeiza, bom, morreram muitos companheiros, houve muitos feridos; bom, aí já tinha começado a funcionar o que era a Triple A e o Comando de Organização, que eram pessoas que se dedicavam a matar a todas as pessoas que as incomodavam, que não pensavam como eles, bom, e aí a luta começou a ser um pouco mais... Não tanto digamos, a luta solidária continuou, mas se falava um pouco às pessoas dos problemas que havia, porque bom, digamos a história o conta que verdadeiramente foram mortas muitas pessoas muito importantes, que verdadeiramente teriam sido úteis para a história da Argentina. Bom, a partir daí as coisas começaram a ser muito mais duras; nós tivemos que deixar a casa em um vinte e dois de agosto de 1974, porque, se tu lembras, o dia vinte e dois de agosto de 1972 foi o primeiro fuzilamento feito por Lanusse dos vinte e dois companheiros que foram fuzilados; que foi a primeira repressão muito grave que se começou a sofrer por parte do governo, já seja militar ou democrático, porque bom, quando tínhamos democracia, tínhamos a Triple A e tínhamos o Comando de Organização, e quando se teve a ditadura na época de Lanusse, bom, aconteceu isso, que foi muito duro para todos nós. Então bom, explodiram a minha casa, a Triple A, e tivemos que sair com a roupa do corpo, e bom, nos salvamos. Nessa época, não nos procurava o Exército, nos procurava a Triple A e o Comando de Organização.

P: Procuravam teu pai?

R: A meu pai, por sua militância sindical, bom; a mim, pela militância nos bairros; a minha mãe... Minha mãe era uma das pessoas que ensinavam – Guiné, se chamava o programa –, que era ensinar as pessoas de todas as idades que não sabiam ler e escrever, digamos a partir dos dez, doze

anos aquele que teve que abandonar a escola porque teve que ir trabalhar, e as pessoas mais velhas que realmente nunca puderam ir à escola porque tinham que trabalhar no campo, tinha que trabalhar para manter sua família.

P: E neste momento tu já estás em alguma organização política, militando efetivamente?

R: Sim, sim, sim, nos Montoneros, e claro, no peronismo não é? Que nessa época eu pertencia à Juventude Peronista; já Lorenzo, nesse momento pertencia à Juventude... Universitária, já.

P: Falaste de Lorenzo e aí evidentemente...

R: Bom, isso falta... Aí começa Lorenzo; nós nos conhecemos em vinte e quatro de março, veja que data, vinte e quatro de março de 1974. Bom, estávamos, teremos estado mais ou menos... Oito meses juntos, é claro que ele trabalhava em uma vila, que era a Vila Mitre, que ficava a quinze quadras de casa, e bom, nos víamos nas peñas é claro, na casa, nas panfletagens.

P: Ele militava?

R: Ele militava também, sim, sim, sim, junto com sua irmã María Adelaida Viñas, que também foi desaparecida... E bom, ele cai preso com a revista "Evita Montonera", em vinte e sete de novembro de 1974.

P: Um pouquinho antes disso, conta-nos um pouco como vocês se conhecem.

R: Bom, nos conhecemos por meio de, bom, minha casa foi um pouco a primeira casa que foi socializada aos Montoneros, digamos, onde se faziam os panfletos, onde se recebiam os caminhões que a província de Buenos Aires, La Plata, mandava, pois mandavam a roupa para as crianças, que no final do ano mandavam as lembradas sidras e pães doces, com o que se fazia a festa nos bairros, todos juntos, digamos, se passavam as festas, tanto Natal como fim de ano, bom, então aí nos conhecemos e bom, foi uma coisa como... Como dizemos de amor à primeira vista; eu tinha quatorze anos e ele dezoito. Eu lamentavelmente, durante os nove meses em que ele esteve detido, que foi preso político, esteve detido no cárcere de Villa Devoto, não pude ir vê-lo; porque, em primeiro lugar, era menor de idade; em segundo lugar não estávamos autorizados a misturar os sobrenomes, por segurança das pessoas que estavam fora, mas eu fui uma das primeiras pessoas, com quatorze anos, que integrou a primeira Comissão de Familiares de Presos Políticos. Enquanto todas as pessoas partiam de... Os pais, as mães, partiam dos quarenta para cima não é? Que se faziam as reuniões no Once, na Capital. Bom, então eu ia com o meu uniforme de colégio às reuniões, e o que eu fazia era ajudar as mães a pegar a comida, ajudá-las se havia que fazer qualquer trâmite, qualquer coisa... Porque havia muitas pessoas, tinham trasladado para Villa Devoto muitas pessoas do interior. Então muitas pessoas... Muitos familiares desses companheiros não podiam viajar, porque não tinham dinheiro disponível para poderem viajar aqui para Buenos Aires, pagar hotel, pagar comida, e ver seus filhos. Então, dessa maneira, o que nós fazíamos com a Comissão era, digamos, tramitar, quando tinham que tramitar, as certidões de nascimento, ou tinha que se encarregar, quando começaram a sair as "opções" fora do país. Porque tu tinhas duas opções digamos: uma era ficar preso ou... Digamos... Pedir a opção fora do país. Porque Estela Martínez de Perón, junto com Luder, assinou... O poder Executivo Nacional, pois estavas detido baixo o poder Executivo Nacional, que isso, te diziam que tu não podias sair do país. Então eram causas... Não eram causas porque se havia matado pessoas nem nada, simplesmente porque te pegavam uma revista, por exemplo, nessa época se editava a revista "Hortensia", que era uma revista de anedotas políticas e te colocavam preso por isso, ou porque te viam militar em um bairro, ou porque algum, viste, sei lá... Pegavam-te na rua.

P: E como acontece a prisão de Lorenzo?

R: Bom, a prisão de Lorenzo, dentro de tudo nessa época, foi tranquila, que é o que sempre falamos. Não foi o mesmo que em 1976. Nessa época tu recebias algum choque elétrico, recebias alguma... Pontapés no estômago, pontapés nos rins, alguns socos na cabeça, alguma tortura com o torno que eles tinham, que nessa época ainda era com pé, o torno, no cárcere de Devoto, mas,

dentro de tudo isso, se sobrevivia à prisão. E à parte o que havia é que eles conseguiram muita liberdade dentro da prisão; eles conseguiram bom, por exemplo, Lorenzo formou a primeira biblioteca política de uma prisão, que o pai ajudou a formá-la; o pai de Lorenzo era escritor, David Viñas, então ele, por meio dos editoriais, lhe conseguia os livros políticos, e foram formando a biblioteca.

P: Como David Viñas encarou a prisão de seu filho?

R: Digamos... Normal. Porque bom, digamos, ele já tinha estado muito antes, quando eram os meninos que tinham quatro, cinco anos – eu depois vou dizer a data de nascimento dos meninos, para que se compreenda que idade eles tinham –, ele também ajudou muito a Bolívia, Cuba, com... Com... Bom, com o que Che Guevara queria fazer de... Bom, de libertar a Bolívia, com outros escritores, com outras personalidades da universidade, e bom, tudo isso, então era um pouco como que... Bom, ele não era peronista, porque nunca o foi, mas se esperava que, em algum momento, iria haver alguma detenção, fosse já ou o filho ou a filha, iam ser detidos. Bom, e então aí, digamos, havia como que uma liberdade e um respeito por eles. Então muitos companheiros foram se formando, bom, Lorenzo foi um dos últimos que pôde ter a opção, me lembro de que o primeiro grupo, onde houve nove mil e quinhentos presos políticos, o primeiro grupo que saiu foi todo para o Peru, que era o lugar onde havia um governo democrático, e era um país latino-americano, de língua espanhola, onde se podia colaborar com o governo e continuar fazendo a tarefa política. E depois houve o golpe do Peru, no... Lorenzo sai da prisão em vinte e um de setembro de 1975, aqui ainda havia democracia, ainda digamos, se podia... Bom, ele sai nessa data, ele... Seu nome era Lorenzo Ismael Viñas, nasceu no Britânico, Hospital Britânico, aqui na Capital Federal, em vinte de junho de 1955, uma data pátria, e um ano muito especial para o peronismo, porque o ano de 1955 foi um ano de muita luta peronista e de muito crescimento peronista, então bom, ele teve o orgulho de ter essa data. E bom, e depois, primeiro nasceu sua irmã, María Adelaida Viñas, em quatro de fevereiro de 1954, também no mesmo hospital, também ela militava nos Montoneros, mas na Zona Oeste, com seu companheiro que também militava na Zona Norte, junto com Lorenzo e conosco, que se chamava Carlos Andrés Goldemberg, que seu pai foi um psiquiatra... Um psiquiatra muito renomado do Hospital Italiano, que foi o primeiro que formou a psicologia para o trabalhador, digamos, porque ele pensava que, lamentavelmente sempre e continua até agora insistindo, que a psicologia para o trabalhador não existe, existe para as pessoas que podem pagar, que lamentavelmente tanto em hospitais como em obras sociais, te dão quinze dias e com isso tu te arrumas. Digo, não é uma coisa como a que conhecemos; aquele que foi a algum psiquiatra ou a algum psicólogo, que bom, que pagando se tem mais coisas para falar e mais tempo para falar. Então ele formou isso no Hospital Italiano, e isso aconteceu em todas as vilas. Começou-se a desenvolver em todas as salas, as salinhas de aula.

P: Ele estudava medicina ou sociologia?

R: Quem, o pai de Goldemberg?

P: Não, Lorenzo.

R: Lorenzo não. Ciências políticas.

P: Quem estudava medicina?

R: A irmã estudava medicina. E o... O cunhado, Carlos Andrés Goldemberg estudou três anos de agronomia, e olha que casualidade, que minha filha escolheu agronomia e se formou como engenheira agrônoma. Sem sabê-lo eh? Ela se inteira quando vai à universidade de agronomia; pesquisando, encontra uma ficha onde estava o nome de seu tio, e bom, aí se inteirou de que ele havia escolhido a carreira de agronomia.

P: Bom, vocês saem, Lorenzo sai da prisão e vocês vão para o México. Como se dá esse exílio?

R: Lorenzo sai da prisão, foi o último que saiu com a opção fora do país, depois a coisa se re-

crudesceu muito mais, e eu vou dia trinta e um de novembro de 1975. Porém eu vou, digamos, quero deixar isto aclarado, digamos... Por amor, porque bom, eu, nesse momento, se bem estivesse sendo perseguida pela Triple A junto com meu pai e minha mãe, a mim nem a polícia nem o Exército perseguiam, então bom, me vou, chego lá no dia trinta e um de... Outubro, e bom, ficamos aí no México até novembro de 1977, onde meses antes... O exílio lá, como foi... Foi medianamente tranquilo, até que não... Até que começou o golpe de vinte e quatro de março de 1976. Lorenzo trabalhava na imprensa, da Casa Argentina, porque se formou uma Casa Argentina onde, é claro, se ajudava a todos os companheiros que tiveram que ir do Peru para o México, que bom, que foi uma enormidade de gente que chegou, e também se ajudava as pessoas que por aí podiam ter a oportunidade de ir para o México, que saíam, que sei eu, que tinham a sorte e continuavam saindo e bom, iam ao México; depois, pelo contrário, as saídas eram à Itália, à Espanha, à Alemanha, a todos esses países, já não era mais a nenhum país latino-americano.

P: Vocês desde o início escolheram a Itália, porém foram para o México?

R: Não, não, nós escolhemos o México porque sabíamos que aos cinco meses teríamos que regressar à Argentina.

P: Lorenzo tem a dupla...

R: Lorenzo tinha a dupla cidadania, sim, sim, sim. Dupla cidadania porque sua mãe era italiana, havia nascido na Itália. E então Lorenzo se pôs a trabalhar na Casa Argentina, na parte da imprensa, e eu, como era menor de idade, porque cheguei aí com quinze anos, não me deixavam trabalhar. Então era todo um problema, porque eu era uma pessoa muito ativa e muito rebelde, então digamos que eu queria trabalhar a todo custo. Eu falava que como podia ser que as mães tivessem que deixar suas crianças nas creches e sair para trabalhar e eu ter o luxo de não ter que trabalhar não é? E me davam uma... Porque se fazia como que um fundo em comum, onde todos os que trabalhavam colocavam o dinheiro e depois se repartia entre todos os companheiros que não tinham dinheiro ainda, que não haviam conseguido trabalho, porque, bom, era um problema, o México não estava em sua melhor época, digamos que quase praticamente nenhum país da América Latina esteve em condições de dizer tu chegavas e podias conseguir trabalho, e ter teu dinheiro para poder alugar ainda que fosse um quarto e poder... Bom, os padres mexicanos nos emprestaram um edifício de cinco andares, onde havia três andares que eram uma zona de retiro espiritual, e onde havia quartos com banheiro privado, então aí, digamos, se refugiaram muitas pessoas; ao meio-dia tinha-se que cozinhar para turmas de trezentos companheiros, que iam se revezando e bom, e eu tive uma ideia de fazer uma creche no último andar daí, dessa Casa Argentina, onde tinha um salão grande, tinha um terraço, e que tinha [cercas] de arame muito altas, de modo que não havia perigo de que as crianças pudessem se machucar nem nada, então eu expliquei que eu queria cuidar das crianças dos companheiros, nesse momento cuidava de cinco crianças; cuidava de três crianças de dois anos e as outras três eram bebê. Eu as recebia às oito da manhã e a última que ia era às dez da noite. Bom, se juntaram colchonetes para que pudessem dormir; bom, lá no México tínhamos a sorte de que havia fraldas descartáveis, nesse sentido não havia problema, eu lhes dava o café da manhã, o almoço, a janta, dava-lhes banho; já os entregava ao pai ou a mãe, ou a quem viesse buscar, já os entregava limpinhos para que fossem dormir, e bom, e essa creche foi crescendo cada vez mais, em um momento não tínhamos somente crianças argentinas, senão que tínhamos crianças que vinham da América Central, crianças mexicanas, digamos, nessa época havia muita repressão neste país de Sandino... Nicarágua, vieram muitos órfãos, e bom, aí demos-lhes um lugar até que se encontrasse um lar onde, bom, houvesse uma mãe e um pai que os pudesse cuidar. E bom, e aí se foi formando, formando até que a Cruz Vermelha Internacional se inteirou de que se tinha formado uma creche, e de que já não era suficiente com o lugar pequeno que nós tínhamos, então bom, se fez um projeto e... A Anistia Internacional e a Cruz Vermelha Internacional deram os fundos, e se alugou uma casa muito bonita, muito bonita, na... No bairro que se chamava... Plaza del Carmen, que era um lugar lindo, com muita luz, bom, aí digamos, quando se inaugurou, me lembro de que os bebezinhos tinham seus berços, bom, tínhamos tudo o que era necessário para cuidar das crianças e lhes dar... Bom, todo o melhor, enquanto seus pais trabalhavam, ou para os que vinham de outros países exilados, órfãos, porque haviam matado os pais, bom, ou para os que tinham ficado

com o pai ou tinham ficado com a mãe; para que as mães pudessem ir trabalhar tranquilas e irem pegar suas crianças; bom, aí se incorporaram professoras especializadas, psicólogas, havia bom, eu me lembro de que fiquei com a salinha de um ano e dois, onde realmente para mim era... Era uma felicidade, porque à parte nós já compartilhássemos uma casa onde havia quatro crianças que era eu que cuidava, porque bom, tanto as mães como os pais... Havia mães que ainda tinham seus maridos, ou pais que tinham suas mulheres presas que haviam ficado aqui na Argentina não é? Não somente da Nicarágua vinham as crianças, senão da Argentina. Então lhes dávamos toda a atenção, e bom, o último que se ia sempre ia entre as dez e as onze. E te digo, tinham seu refeitório, bom, era... Isso realmente foi uma maravilha, foi uma conquista muito, muito importante, e se vocês... Têm contato com o México, bom, é claro que vão lhes contar com mais detalhes o assunto da creche, como continuou e tudo; e eu acho que foi bom, foi um exemplo, porque nós não tivemos a sorte que o Chile, sim, teve nesse momento. O Chile sim, nesse momento, bom, havia muito dinheiro para muitos projetos que os chilenos que se haviam exilado primeiro no México haviam levado; já nós, quando chegamos não havia nada, tínhamos que recorrer aos fundos que nos davam...

P: Que lideranças no exílio o México coordena? Existem companheiros, uma agrupação, como acontece na organização, lembras nomes?

R: Sim, se formou uma... Uma espécie de Comissão da organização de Montoneros, onde cada um tinha sua...

P: Tu te lembras de nomes, pessoas?

R: Nomes... Nomes, aí tu sabes que há companheiros dessa Comissão que morreram; todos praticamente já desapareceram, dessa Comissão ficaram dois ou três dos quais bom, não lembro, porque já te conto, eu, quando se formou a creche, bom, já aí nessa época haviam começado a nos propor que voltássemos à Argentina. Então eu me retirei um pouco já, e bom, tu tinhas que te isolar porque bom, te instruíam e te...

P: Como se dá esse retorno, a partir de que momento e em quais circunstâncias?

R: Nós... Eles nos propõem voltar, nós sabíamos que aos cinco meses teríamos que voltar, para nós se estirou um pouquinho mais, nós ficamos desde 1975, quando voltamos, até novembro de 1977, quando partimos do México. Bom, aí... O primeiro país que nos mandaram foi o Peru, ficamos aí três meses, bom, fizemos uns que outros contatos, mas não era o lugar que eles queriam que nós ficássemos. Não se sabia se tínhamos... Iriam nos fazer voltar à Argentina ou se nos iam mandar a outro país. Então bom, depois decidiram nos mandar ao Brasil. E em trinta e um de dezembro de 1977 chegamos a São Paulo, descemos aí no Aeroporto... Do Galeão, me lembro de que havia uma chuva... Um trinta e um de dezembro, onde houve uma chuva muito, muito, muito forte, e me lembro de que chegamos inundados; e bom São Paulo foi nossa primeira... Conhecimento; e eu gostei muito de São Paulo porque me fez lembrar muito de Buenos Aires.

P: Que contatos fazem em São Paulo?

R: Bom, em São Paulo fazemos contato com os companheiros que já estavam aí, que tinham ido daqui da Argentina e de outros países para o Brasil, bom, aí se forma, nós tivemos que alugar uma casa, bom, a primeira casa que alugamos foi no bairro de Ibirapuera, me lembro desse... Lembro-me desse parque que era sem grades, era um parque lindíssimo, onde me lembro de que, desde a janela do edifício, eu via e via o Obelisco, e me fazia lembrar muito de Buenos Aires; que depois quando eu voltei, em 1995, a São Paulo, bom, vi São Paulo totalmente diferente, o que me chocou muitíssimo, mas bem, tudo muda. Bem, esse foi o nosso primeiro lugar, depois nos mudamos para o bairro Hípico, Hípico paulista, que era um bairro operário, era um bairro muito lindo, mas era um bairro de casinhas simples, singelas, de trabalhadores. Aí também tivemos, realmente, uma muito boa relação, eu engravidei aí, perdi meu bebê aos três meses, e bom, e aí ficamos um tempo trabalhando com Lorenzo, bom, ele fazia a parte de imprensa, eu fazia a parte de... De... Eu tinha a tarefa de viajar aos diferentes países, como eu estava legalizada, com meu passaporte viajava aos diferentes países, e bom, de vez em quando se verificavam os selos,

porque, bom, tínhamos que ter documentação falsa para podermos continuar nos movimentando. E eu era uma das pessoas que montava esses selos... Para que a documentação que tivesse que ser selada... Bom... Nenhum companheiro caíra pela documentação. E tivemos o orgulho de que nenhum companheiro... O dizemos plenamente, com muito orgulho, no sentido de que fazíamos documentações melhores do que a própria República Argentina não é? Que muitas vezes se quis justificar desaparecimentos pelas documentações, mas não. Os companheiros, lamentavelmente, o... Digamos, eram pegos detidos, que depois com a história se soube de que, verdadeiramente... Bom, houve um que outro companheiro que caiu porque o pegaram, porque o identificaram politicamente e tudo isso, mas não houve companheiros que caíram pela documentação mal feita, digamos, essa é a tranquilidade que temos, e que depois verdadeiramente se pôde comprovar, e bom, depois começou, lamentavelmente, bom, começaram as coisas muito difíceis, bom, a nós já nos propuseram voltar à Argentina...

P: Como se dá esse intercâmbio de informações com a Argentina?

R: Nós, estando fora, digamos, nós sabíamos de que já havia desaparecidos, de que havia pessoas que eram sequestradas, digamos, porque bom, nos chegavam informações de todos os lados. Mas digamos... Nunca pudemos, em certos momentos, salvar algum companheiro, como para que eu diga quais foram as causas do desaparecimento; se foram por “dedos”, que assinalavam; por companheiros que “cantavam”; ou caíam porque, bom os reconheciam. Porém, lamentavelmente, quando nós começamos a fazer as denúncias era um pouco como, parecia meio raro que desaparecessem argentinos no Brasil; ou desapareciam uruguaios na Argentina, ou uruguaios no Brasil, ou brasileiros em... Na Argentina ou no Paraguai, ou no Uruguai. Mas nós que estivemos fora, que começamos a viajar e a nos conectar, e a dizer - Bom, veja, está acontecendo isto, isto, isto, isto -, bom, nos começamos a dar conta que verdadeiramente havia uma... Um problema. Eu, por exemplo, houve uma... Foi a primeira propaganda que se fez, que a comunidade argentina fez, onde dizia “Montoneros”, denunciando os desaparecimentos que havia na Argentina, que foi a briga... Que houve uma luta de boxeadores no México, que foi Monzón, o outro adversário não lembro quem foi; bom, fomos muitos companheiros aí ao lugar onde se fazia a luta, e bom, é claro, já tinha havido o golpe, que foi em vinte e quatro de março de 1976, e nesse momento nos animamos a começar a denunciar que havia desaparecidos aqui na República Argentina, e de que havia torturas, e de que... Bom, já as condições carcerárias não eram como antes, senão que haviam mudado muitíssimo e que eram terríveis; então se difundiram cartazes de onde a ditadura realmente começou a mandar serviços, e bom, eu fui uma das que tomou um... Quase perco esse olho, o olho esquerdo, porque na rua me disseram “argentina”... Eu ia justo para a Casa Argentina buscar Lorenzo, e bom, um, sei lá, enquanto acredita-se que no México não vai te acontecer absolutamente nada, mas bem, os serviços já estão se movimentando, já tinham contatos, já havia sequestro de companheiros, digamos, simulacros de sequestros, os colocavam em um carro e os tiravam a quinze quadras, no México; bom, eu que cheguei com o olho, me lembro que os cílios caíam, meu olho ficou assim... No México é muito comum que se agrida a mulher e ninguém intervenham. Porém o estranho foi que quando eu me levanto para me segurar, porque bom, o olho me doía muitíssimo, as pessoas estavam assim, atônitas, porque era uma personagem vestida de mendigo, digamos, com farrapos, e bom, então eu pego minha carteira e eu queria... Impedia a minha passagem, eu queria ir para um lado e ele me impedia; então, quando levanto o olhar para lhe dar o dinheiro, aí o que eu vejo é que ele tem o tal anel, que chamava atenção, e que me bate assim no... Com todo o punho, e é quando me raspa e me fere o olho, e me diz “argentina filha de mil putas, vamos arrebentar todos vocês”, e sobe em um carro que era... Impressionante, o luxo do automóvel que ele tinha, e tinha uma voz meio entre castelhana e mexicana. Porém... A frase essa “argentina filha de mil putas” era bem... Bem castelhana não é? Bem argentina, de Buenos Aires. E bom, e aí começaram as... Tivemos que começar a ter cuidado, porque bom, começavam a seguir...

P: Há algum preso ou desaparecido no México?

R: Não, não. Houve espancados, sim, sequestrados por poucas horas não é? Torturados, mas bem, era a perseguição que tinhas, porque bom, nós, cada vez mais, denunciávamos a ditadura com mais força. E depois bom, quando nos propõem voltar, e voltamos, como eu te disse, nós

vamos ao Brasil, ficamos aí até... Saímos daí... Em junho de 1979, chegando aqui no [dia] dez.

P: No Brasil ficam...

R: No Brasil ficamos de dezembro de 1977 até junho de 1979.

P: Só em São Paulo?

R: Estivemos no Rio de Janeiro, em Curitiba, em São Paulo, em Santos.

P: Qual é o contato que vocês têm com as organizações de direitos humanos naquele momento?

R: Nós, nenhum, nenhum, porque nós fazíamos trabalhos específicos e não tínhamos relações com nenhum político nem com ninguém, havia outras pessoas que tinham essas relações, de modo que não tínhamos contatos, por isso. Sabíamos que existiam, bom, mas não podíamos nos aproximar, porque bom, o que tinha uma tarefa específica era esta tarefa específica, e não se podia sair de...

P: Algum episódio de acompanhamento, perseguição?

R: Não, não, no Brasil tu sabes que não, não, não, no Brasil não. No Brasil nós não tivemos nenhuma... Nenhum problema.

P: Bom, e aí decidem...

R: Bom, aí regressar a Argentina, e bom, regressarmos à Argentina... Estivemos... Bom, que é... Aqui um pouco é o que se conta de que verdadeiramente a "Contraofensiva", que começou em... Meados de setenta e oito, até 1983, até julho de oitenta e três, bom, aí começa a história de que verdadeiramente já havia aí a colaboração da direção dos Montoneros, de Firmenich, de Perdía, de Vaca Narvaja, de toda a direção dos Montoneros, já existia, não somente antes não é? Senão que se comprovou que, em verdade, já existia uma conexão muito concreta não somente com a ditadura militar argentina, mas, sim, com todas as ditaduras digamos. E quando... Bom, chegamos aqui, disseram-nos que tínhamos que nos instalar em um bairro, que era Villa Martelli, bom, que a sociedade de fomento, o colégio, a cooperativa do colégio, tal instituição, a Igreja, isto; o outro, eles estavam, pensavam digamos, o que os Montoneros pensavam é que estavam conosco, que iam nos dar todo o apoio, e bom, quando eu me encontro aqui com minha mãe e com meu pai, que não... Não... Eles não se exilaram nunca, eles se bancaram durante todo o golpe militar; realmente, por isso, não posso te falar muito do que foi a perseguição aqui, eu posso te contar através do que sei de meu pai e de minha mãe; que tinham que se mudar; que às vezes tinham que andar pela rua levando uma bolsinha; que invadiam os hotéis; invadiam todos os lugares, e que era muito difícil conviver porque, bom, já nessa época havia companheiros que tinham passado para o lado da Armada, digamos... Estavam localizados ali, e os deixavam sair, e assinalavam pessoas, de modo que, bom, meu pai e minha mãe tiveram muita sorte em se salvarem, digamos... Meu pai, obrigatoriamente, tinha que trabalhar, porque tinham que comer e tinham que pagar o hotel, porque aí, à medida que tu te encontravas hoje com um companheiro, já amanhã esse companheiro morria, desaparecia. Então era uma coisa... Era uma perseguição contínua, então aquele companheiro que estava destinado a te dar o dinheiro para que passasses o mês, já não podias contactá-lo. Então, primeiro pegavam nas zonas mais periféricas, que era onde... Tu podias captar uma quantidade grande de companheiros, que era o Once, Plaza Italia, as estações de Retiro, as estações de trens, os terminais de ônibus, bom, aí caíram muitíssimas, muitíssimas pessoas, e depois os bairros, os bairros onde militavam, porque bom, os Montoneros passaram à clandestinidade, mas a clandestinidade era passares, como se eu passasse daqui de Belgrano a Núñez, onde eu pegava o mesmo trem, onde pegava o mesmo ônibus, e onde tu não podias... Esse foi um erro grave, passares à clandestinidade. Porque era como se te vendessem à ditadura, digamos, não pensaram na quantidade de companheiros que ainda havia, então... Daí eu disse que... Meu pai e minha mãe nos confirmam, nos dizem - não vocês têm que sair daqui, ou têm que sair do país ou têm que sair daqui -; e bom, o que decidimos foi ir a Entre Ríos, a Paraná, voltar à minha província; aí a mãe de meu pai tinha um terreno

muito grande às margens do rio Paraná, onde bom, se fez toda uma cobertura, onde se... Lorenzo e meu pai criavam... Pôs-se a criar frangos, a plantar verduras, se... Compramos uma égua, um cavalo, bom, um leitão. Começou-se a trabalhar a terra, se começou... E bom, compramos até um carro... Eu fico grávida em trinta e um de agosto, que era o meu aniversário, porque foi o momento em que nos mudamos para uma casinha que nós compramos, então bom, Lorenzo já trabalhava, meu pai trabalhou... Deram-lhe emprego na Prefeitura, porque bom, conheciam meu pai desde muito pequeno, porque ele nasceu e viveu no Paraná que nem a minha mãe, se criaram aí em Paraná, então bom, a cobertura era... Era tranquila digamos, podíamos viver minimamente com as verduras que vendíamos, com as frutas que vendíamos, e tudo isso. Bom, Paula nasce em vinte e oito de maio de 1980, aí já se começa a ver, alguns meses antes que Paula nascesse, conflitos com o Chile, o conflito de Beagle, corria o boato de que iriam chamar todas as pessoas que tinham de vinte e cinco anos para cima, até quarenta anos, bom, Lorenzo estava justo na idade, se fez um censo no ano de 1980 onde, bom, Lorenzo e eu... Tivemos que nos esconder, nessa época os censos não eram como agora, que tu... Não entram na tua casa, mas neste momento sim, a professora entrava na tua casa, olhava tudo, e bom, nós tivemos que nos esconder, digamos, nesse censo não existíamos, porque bom, Lorenzo aí já estava com documentação falsa, já quando Lorenzo atravessou, atravessou com documentação falsa, e nos acontece uma situação quando vínhamos atravessando, que atravessamos por Foz de Iguazu, de que te davam a pastilha de cianureto não é? Davam porque, se havia algum problema, tu, digamos, tinhas que mordê-la e morrias em poucos minutos. Nós estivemos quinze dias do lado do Brasil, quando atravessamos, bom, discutindo... Isso foi antes de atravessar, que me esqueci de te contar antes, ficamos quinze dias debatendo o que fazíamos com a pastilha de cianureto. Nós, Lorenzo saiu por opção, nessa época não tínhamos conhecimento aqui de companheiros, não tínhamos nenhum conhecimento de companheiros de fora, porque fazia cinco anos que não estávamos no país; então nós decidimos que iríamos suportar a tortura e que iríamos fazer tudo o que fosse necessário para que nos matassem, mas não nos matarmos nós mesmos, porque a ideia era vir e continuar construindo, não era a ideia de vir e matar. Então bom, a jogamos em um vaso sanitário do hotel e atravessamos nessa balsa muito pequena, junto com nós, havia quatro freiras nessa balsa, e nós dois.

P: Em Uruguaiana?

R: Em Foz do Iguazu, atravessamos a primeira vez por Foz do Iguazu, então digamos, olhamos, porque bom, vê-se muito bem, quando estás no meio desse riacho, que há; vê-se muito bem as duas margens, e vimos toda uma faixa verde, um ao lado do outro. E nos seguramos pelas mãos, a mão de Lorenzo, e dissemos bom, somos nós. Bom, aí nos seguramos muito forte pelas mãos, e eu segurei a mão da freira, outra coisa não... E bom, a freira não se surpreendeu, porque terá dito - essa mulher está se sentindo indisposta - ou qualquer coisa, mas não, deram muita... Bom, chegamos aí, Lorenzo me disse - Vais por aquele lado e eu vou pelo outro -, nos dividimos por determinadas etapas, e bom, olharam o documento de Lorenzo, atravessou...

P: Aí já como Néstor Manuel Ayala?

R: Aí já com Néstor Manuel Ayala. E eu aí como... Aí sim, eu passei com documentação falsa, como Claudia Estela Valentín. Bom, é claro... Que te fazem perguntas absurdas, que foste fazer no Brasil, o que é isto, o que é o outro, dissemos-lhes que nós fomos à lua de mel... Já tinha comprado muitos brinquedos para meu sobrinho, bom, para dissimular um pouco, e que isto e que outro, e bom, e atravessamos bem. O que sim, que a viagem de Foz do Iguazu até Once, onde antes era o terminal de ônibus, te juro que meu pescoço ficou... Porque cada quinze quadras era um desafio, ou te faziam descer, ou os militares subiam e te pediam os documentos, os levavam com eles, voltavam, os devolviam; bom, nós com Lorenzo dizíamos - Outro caminho mais, outro caminho mais, outro caminho mais -, até que chegamos. E qual foi... Por isso te digo desde quando começa a colaboração. A nós nos deram, para ficar a primeira vez, um hotel que vais poder observar, porque fica, é defronte, viste a Plaza San Martín? Em frente onde fica a Chancelaria, há uma... Fica o Clube de Oficiais do Exército, digamos, esta é [a rua] Maipú, na rua seguinte fica o hotel, e nos alojamos nesse hotel, onde, bom, em realidade dormíamos duas horas cada um, porque os patrulheiros paravam a toda hora em todos os hotéis, e te controlavam; o que acon-

tece é que esse hotel era um pouco de um nível um pouco alto, então não te molestavam, mas eu sei por meu pai e minha mãe que entravam nas pensões comuns, e era terrível como tiravam pessoas, sequestravam pessoas, e meu pai e minha mãe se salvaram porque eram grandes, com grandes quero dizer que minha mãe tinha quarenta e dois anos e meu pai quarenta e cinco. Era um casal de mais idade, e eles um pouco o que diziam é que tinham vindo ver o neto que estava por nascer; então era quando a polícia subia para controlar todas as habitações, a dona da pensão dizia - não, este é um casal mais velho que vem ver sua filha que está grávida, que seu neto está por nascer -, toda a história, e bom, então aí um podia se salvar um pouco, mas te digo: mandar um par de companheiros a um hotel que fica atrás do Clube Social de Oficiais era um pouco como se te mandassem a colocar... Digamos... E aí foi como nos salvamos... Mas... E bom, voltando ao assunto do nascimento de Paula, bom, estivemos aí, aí o assunto piorou com os [acontecimentos] do Chile, e bom, quando Paula nasceu, Lorenzo a conheceu por vinte e seis dias...

P: Por que decidem partir abruptamente, novamente?

R: Bom, decidimos sair, em primeiro lugar, porque bom, tínhamos que fazer novamente o contato. Porque bom, em primeiro por causa do assunto que vinha da guerra... Que parecia, entre Argentina e Chile. E outro era porque bom, nós queríamos continuar nos contatando e continuar trabalhando, nós, todo esse ano e meio que moramos no Paraná, digamos, não tivemos nenhum contato, éramos...

P: De militância não?

R: Não, não, aí, nesse sentido, não militávamos, aí eu tinha todas minhas avós, minhas tias, meus primos, digamos que se fazia toda uma vida de família. Além do mais eu estava grávida e tudo, era como que... Era uma cobertura... E bom, às pessoas, um pouco, a grávida dá como uma ternura, e então...

P: E juvenzinha além do mais.

R: Claro, claro, eu tinha vinte e um anos aí, estava com vinte e um anos e Lorenzo tinha vinte e cinco. Bom, Lorenzo pôde... Eu tive a Paula em uma maternidade que Perón havia construído que era uma maternidade onde... Atendiam-se os partos e crianças de até três anos, desde que iniciavas o parto até... Então ele, o dia em que fiquei indisposta, que foi o dia anterior, ele disse à minha mãe que ia ficar toda a noite na... No lugar, na maternidade, que se chamava nesse momento, antes se chamava a maternidade "Eva Perón", nessa época os militares mudaram o nome e colocaram "São Roque". Bom, eu caminhava, porque Paula não... Não havia nada que me avisasse que estava por nascer nem nada, de modo que eu caminhava e caminhava, e via os pés dele, que estava aí, sentadinho, e bom, e Paula nasce no outro dia, vinte e oito de maio de 1980, nasce às 10h45, e ele, justo, disse... Porque a enfermeira ia e lhe avisava - Ainda não nasceu, ainda não nasceu -, e bom, ele disse - Bom, então eu... Vai demorar um pouco mais, então eu ir em casa rápido, troco a roupa e volto outra vez -, era como que as pessoas, um pouco... Era como se te conhecessem o rosto, havia pessoas que te conheciam pelo que tu estavas passando. Era como se as pessoas... Eram solidárias, eu acho que nesse momento, já em 1980, as pessoas já estavam se sentindo solidárias contigo. Não solidárias com a organização Montoneros, nem com o ERP nem nada desse tipo, senão com as pessoas que haviam lutado, e que haviam estado perseguidas, e que tinham familiares desaparecidos e tudo isso. Era um pouco como um ressentimento, mas se aproximavam e te ajudavam, quer dizer, tu não podias gritar aos quatro ventos o que te acontecia, mas era como se te compreendessem e não te perguntavam, Então nós fomos até Santa Fé, compramos as duas passagens, porque íamos viajar os dois, os três. Então o ônibus saía de Santa Fé e... Bom, levamos as passagens...

P: Por que decidem que ele viaje primeiro e depois vocês?

R: Ele decide... Veja o que acontece, acontece o seguinte. Ele, no último momento... Ele tinha que pegar o ônibus das onze da noite, ele viajava pela empresa brasileira Pluna. E repara como tudo já estava preparado, pois nos dão o assento número onze, digamos toda a investigação que

se fez, em todas... A SIDE daqui, da República Argentina; a CIA dos Estados Unidos; de todos os países, digamos, usavam o número onze tanto em aviões, em barcos, em ônibus, no que fosse. Era... As pessoas que tinham que deter ou seguir, ou que tinham algum problema político.

P: Jorge Adur também.

R: Exatamente. Jorge Adur compra a passagem pela empresa General Urquiza. E lhe dão o mesmo número de assento, o número onze. Então este... Ninguém sabe... Digamos, eu e o Padre Adur nos vimos algumas vezes, porque ele tinha sua primeira igreja, tinha no bairro La Manueleta, em General Sarmiento, onde militávamos; então havia vezes, havia reuniões ou peñas; ou nos reuníamos vários bairros e fazíamos por aí as calçadas, ajudávamos; ou por aí um bairro se inundava, íamos todos e ajudávamos esse bairro, então nos conhecíamos por lá. Porém... E à parte, é claro, o conhecíamos porque era o Capelão da organização Montoneros, mas nós não sabíamos que ele viajava no mesmo dia. E nós escolhemos esse dia, o dia vinte e seis de junho de 1980, que é quando Lorenzo desaparece, porque foi a chegada do Papa ao Brasil.

P: A ida de Lorenzo tem a ver com o Papa/ Porque Jorge Adur ia...

R: Ia para entregar uma carta para denunciar o que estava acontecendo aqui, e bom, e eu acho que ia também por certas coisas que falamos com a irmã, com Araceli Adur – depois de muitos anos nos conhecemos, recém em 1990 –, de que ia denunciar também que havia conexão com... Com a direção. Ia... Denunciar isso também, eu acho, não somente todo o desastre que a ditadura militar havia feito, senão, também, a conectividade que havia, e da muita entrega e muita perda de muitos companheiros que havia. Então eu acho que isso vai como que se elucidando, quando realmente se chegue a uma... A uma autocrítica, como nós a chamamos sempre. Aqui falta uma autocrítica da direção, falta uma autocrítica de todos os companheiros que se salvaram, porque se tu lê o CONADEP, há cento e setenta pastas da ESMA de todas as pessoas que estiveram detidas na ESMA que se salvaram, e que alguns colaboraram, porque houve vários tipos de colaboração. Tinha o que colaborou cantando as pessoas, ou, como nós dizíamos, assinalando com o dedo; e depois era a colaboração que tinha o companheiro que preparava a comida para todos os companheiros que estavam aí sequestrados, ou que lhe lavavam a roupa, ou que lhe alcançavam um copo de água, ou que lhe ajudavam a tomar banho, ou que lhe curavam as feridas, ou que tratava de protegê-lo, ou que ajudava essa mãe que ia ter o bebê. Por isso que aqui, digamos, recém agora é que se começa a dividir todos os tipos de colaboração que houve. E nestas cento e setenta pastas que existem, há a casualidade de que todas as declarações desses ex-companheiros eram exatamente iguais, nem um ponto há mais, nem uma vírgula a menos, nem um acento a mais, nem um acento a menos. Digamos eu ainda não ouvi da voz deles, que dissessem - Eu vi nascer tal bebê, de tal pessoa -; tem o caso de Myriam Lewin, que é uma jornalista que está trabalhando neste governo, que foi noiva de Astiz, que foi a que assinalou na roda das Madres a várias Madres, que se fez passar... Astiz se fez passar por um filho, por um irmão que tinha desaparecido, e ela se fez passar pela noiva, a qual, bom, as Madres a adoravam, os adoravam, os protegiam. Bom, enquanto eles iam assinalando pessoas e passando todos os nomes... Quem tinha que sequestrar, quem não, a quem este, a quem o outro, todas essas colaborações que eu não compreendo... Bom, tem Martín Grass trabalhando na secretaria de Direitos Humanos, que foi o tipo, que não somente eu falo, mas que está denunciado em vários dossiês da CONADEP, que era o que controlava o “aquário”. O aquário era onde se provavam os trajes de mergulhadores; era ele que subia a água; o que levantava a mão para que não se afogar, o que saía, bom, olhava-se para ver se cantava ou não cantava. O que não levantava a mão, [ele] subia mais a água para que se afogasse e... É uma forma de matá-lo. Que é indignante; indignante. Eu te falo a verdade, que eu não posso conviver com essa gente, a mim parece que é... Têm o mesmo papel ou talvez até pior que os militares. É como Tolchinski, Silvia Tolchinski. Silvia Tolchinski é uma das únicas sobreviventes do campo de concentração onde estive o Padre Adur, onde estive Lorenzo, estive o companheiro Amílcar Arquetti, que era um advogado que defendia presos políticos, que te digo, viveu até quando foi a rendição... Quando os milicos se renderam, nas Malvinas. Que há uma carta dele, datada de vinte e três de julho de 1983, escrevendo a Silvia Tolchinski, onde lhe escreve e lhe diz - Negrita, parece que vamos nos salvar -. E ela havia iniciado, já há bastante tempo, uma relação com Claudio Gustavo Scagliuzzi, que

é o que... Digamos a salva, porque aí se arma um abrigo. O turco Julián queria salvar Amílcar Arquetti, e Claudio Gustavo Scagliuzzi, ao se enamorar de Silvia Tolchinski, é claro, queria salvar a ela. E ultimamente, o último... A última confissão que deu ante o juiz Lijo, que foi a primeira vez que houve uma declaração via Internet, desde o Consulado... A Embaixada argentina em Madri, para... O julgamento se fez em Talcahuano 150, onde se fez o julgamento de toda a Junta, onde os milicos citam-me como... Como é que se diz... Como uma pessoa que eles querem que declare a favor deles.

P: Uma testemunha.

R: Uma testemunha, claro, como uma testemunha. Então bom, conto muito rapidamente como foram os três meses de Lorenzo e o Padre Adur.

P: Estávamos em Santa Fé, decidem regressar ao Brasil ou sair ao Brasil.

R: Em Santa Fé, bom, Lorenzo me diz - Veja negra -, porque me chamava Negra - Fica porque o nenê é muito pequeno, tem vinte e seis dias, é uma viagem em uns ônibus que não deve ser feita agora, o problema das fraldas, o leite -, bom, toda a história, me disse - Tu estás legal, pegas um avião e nos encontramos lá -, bom, eu... E ele sofreu muito, porque não pôde reconhecer sua filha, porque ele a queria reconhecer, eu então lhe falo - Não, é impossível que a reconheças, porque tu tens outro sobrenome, e depois eu vejo como faço para me locomover com a Paula -; então eu a reconheço com meu sobrenome e bom, aí choramos muitíssimo, porque bom, eu acho que para todo pai que tem seu primeiro filho... Ainda mais na situação em que estávamos não é? Que estávamos à beira da morte, ele queria... Que sei; deixar seu nome, e ele não tinha a documentação, ele entrega toda a documentação à organização, para mandá-la ao arquivo que havia em Cuba, onde Firmenich e Silvia Tolchinski dirigiam o arquivo, e era onde te davam os... Todos os que tinham filhos tinham que ir e deixá-los na creche que havia em Cuba, preparada, bom, é claro que com psicólogos e tudo, mas quem a dirigia era Firmenich e Tolchinski. Silvia Tolchinski foi a secretária privada de Firmenich, e era a que te entregava o conjunto de documentos, teu passaporte, teu DNI,²⁵³ tua cédula de identidade, a passagem e o lugar, a fronteira na qual terias que entrar. Então bem, aí tu te pões a pensar por que caiu tanta gente. Digamos, já havia milicos infiltrados em Cuba, na creche, digamos... Tiraram, tanto Firmenich como Tolchinski quiseram tirar tudo, psicólogos, tudo, e colocaram pessoas falsas, que eram milicos argentinos, aí, nesse lugar; e bom, é claro que trabalharam juntos. Bom, aí Lorenzo decide que eu fique; bom... O que acontece com Lorenzo: nós fomos a Santa Fé, o que acontece. É claro, quando se vai viajar se vai duas ou três horas antes, bom, fomos duas ou três horas antes; quando os passageiros começam a subir, Lorenzo, o que acontece, procura o documento, procura a passagem e não os têm, esqueceu em casa. Então nós voltamos, eu tinha ido com Paula, meu pai e minha mãe. Meu pai fica com Lorenzo; minha mãe e eu pegamos um táxi, vamos a casa, pegamos o documento dele, a passagem e o condutor, o chofer que dirigia, nos disse - Vou subir no fim do túnel -, porque de Santa Fé era como você tinha que voltar a Paraná, e daí pegavas a rota e chegavas ao Brasil. Então bom, sobe fora do túnel, com sua passagem, e para mim foi como uma coisa, como que... Viste, quando tens uma sensação de que é a última vez que vais vê-lo. Nesse momento não tínhamos a tecnologia que havia agora, nesse momento a comunicação era por telegrama, então tínhamos combinado que aos três dias, quando ele se instalasse, me mandaria um telegrama. Mas eu sabia os três lugares onde eu podia ir procurá-lo. Então justo...

P: Já no Brasil.

R: Já no Brasil; eu espero esses três dias, não chega nada, não há nenhuma chamada de telefone...

P: Lembras dos lugares?

R: Um dos lugares era no Botânico, aí do Rio de Janeiro, porque ele ia para o Rio de Janeiro. E bom, eu vou a Aerolínea Argentinas, e claro, não consigo passagem, porque todo mundo foi para o Brasil ver o Papa, e eu não sei por que parei na vendedora de passagens, que disse - Senhora não há nenhuma passagem dentro de pelo menos um mês e meio -, e eu lhe digo - Eu preciso, é vida ou morte -, lhe digo - essa passagem para mim, eu a necessito urgente, preciso viajar, porque preciso saber em que estado de saúde meu esposo está, meu esposo está muito mal -, bom, fiz

²⁵³ Documento Nacional de Identidad.

toda uma peroração e bom. Em ônibus é claro que não havia, não havia nada, e bom, então, dentro de duas horas minha tia vem e me diz - Negrita, já conseguimos a passagem -; então bom, no outro dia deixo Paula com minha mãe e meu pai, nesse momento a deixo como... Como uma falta de consciência, de que... Como que abandonava minha filha, e sabia que por aí não iria tornar a vê-la nunca mais, mas depois foi como me tranquilizei, porque a deixava com meus pais não é? Um pouco, aí eu disse bom, eles vão saber agir, e irão salvá-la e irão protegê-la; neste momento o que estava a beira da morte e que havia que fazer a denúncia, urgente, era Lorenzo. E bom, eu, sem nenhuma experiência – porque nós, verdadeiramente, em nível internacional ninguém tinha experiência nesse momento –, sim, sabíamos talvez nos movimentar na Argentina, bom, mas não sabíamos de contato – eu, para completar –, como fazíamos trabalhos especiais não tínhamos contatos com pessoas brasileiras nem com pessoas do Peru, nem com pessoas do México, nem com ninguém aonde eu pudesse viajar e dizer - Bom, vou e sei que vou ir aqui e vou poder fazer a denúncia -, e bom, vou, viajo e chego, e bom, vou aos lugares, pergunto, não o encontro. Vou com a certeza da resistência de Lorenzo, porque eu não sabia se Lorenzo iria também aguentar a tortura, eu também não sabia se poderiam me assinalar por aí, ainda que eu... Digamos, estava diferente, porque comecei a gravidez com quarenta e dois quilos, e cheguei a pesar oitenta e nove quilos, estava totalmente diferente, estava mais gorda, então bom, estava um pouco diferente. Bom, e começo a averiguar, tudo...

P: No Rio de Janeiro.

R: No Rio de Janeiro. Vou até Curitiba, que era onde ficava a empresa Pluna, então vou, falo com o motorista, ele me mostra a lista de passageiros, e eu vejo que ele consta dentre os que passaram. Mas, presta atenção na ignorância dessa época, que eu não me dei conta de pedir uma fotocópia, ou de anotar endereços de outras pessoas que viajaram com ele, então... Quando eu saio, verifico que passou, e que isto e que outro, e o empregado me chama e me diz - Senhora venha, venha, que eu tenho que lhe dizer algo -, ele me diz, - Porque não é somente com a senhora que está acontecendo isto, aconteceu a muitas pessoas, o que faz o Brasil -, ele disse, - Os fazem atravessar. Ficam com eles três, quatro, cinco dias do lado brasileiro e depois os devolvem para o lado argentino e os entregam aos militares argentinos -. Além disso, ele disse - É muito comum ver militares argentinos aqui, e é muito comum nas entradas -, ele disse, - Nas fronteiras, nos controles, e é muito comum ver militares brasileiros nas fronteiras argentinas. De modo que, o que eu quero - ele disse - é que não tenha nenhuma ilusão de que possa chegar a encontrá-lo vivo; oxalá o encontre vivo, mas não tenha muita ilusão -. E eu neste momento estava tão desesperada, tão desesperada, que verdadeiramente, te digo, não... Não... Não tinha a ajuda de ninguém, não sabia o que fazer nem nada, então o que fiz: voltei ao hotel em que estava, esperei, porque nessa época tinha que esperar até a outra quinta-feira que saía o avião para a República Argentina, e bom, voltei outra vez para a República Argentina, e esperei, esperei, esperei e bom, coloquei a casa à venda, bom, vendemos muito rápido a casa, e em primeiro de janeiro de 1981 viajamos minha mãe, Paula e eu aqui para Buenos Aires, que era o lugar onde verdadeiramente se podiam encontrar mais coisas, porque nas províncias isto ainda era como não... As pessoas não se davam conta. Então viajamos e... Aí é onde... Bom, eu começo a fazer denúncias, o primeiro organismo que fui foi ao movi... Ah... Que desastre, como nos esquecemos das coisas... Foi à Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos – APDH –, onde havia uma freira que me atendeu. E bom, e eu bom, lhe contei sobre Lorenzo e tudo isso, e bom, ia uma vez por semana a, é claro, minha sogra, Adelaida Gigli, e meu sogro, David Viñas, eles estavam fora, exilados, minha sogra estava na Itália, e David estava... Primeiro foi exilado no México, e depois foi a Madri, aí no Escorial, ele já havia feito a denúncia à Anistia Internacional, minha sogra também a tinha feito na Anistia Internacional, em outros organismos que havia... Bom, e eu, o único organismo que comecei a fazê-la, bom, foi aí, na APDH, até que comecei a aprender a me movimentar. E daí eu, durante quatorze anos, o que fiz: foi me pôr a trabalhar, que nesse momento sobe o radicalismo,²⁵⁴ bom, vem a democracia, vem a... Bom, termino de contar sobre o campo de concentração e como Lorenzo terminou, e depois continuamos por aqui.

²⁵⁴ Refere-se ao Partido Radical.

P: Um pouco antes, que fazes no Brasil? Regressas a Buenos Aires.

R: Bom, eu, no Brasil, não pude fazer nada... Voltei a Buenos Aires, e denunciei na APDH, e no Brasil não denunciei em nenhum lugar, porque não conhecia nada. Bom, o que acontece é que as coisas vão se sucedendo, eu me inteiro do aconteceu com Lorenzo quatorze anos depois. Por isso é que não posso te contar em sequência, porque eu fico sabendo quatorze anos depois. Eu não fico sabendo o que aconteceu com Lorenzo, porque nunca mais se soube absolutamente nada, nada, nada, nada de Lorenzo. Então bom, eu me ponho a trabalhar, me oferecem, bom, assume o governo de Alfonsín, criam o Programa Alimentício Nacional, que era um pouco... Era como o trabalho que nós fazíamos que era o de trabalhar nas vilas. Então me oferecem este trabalho, porque eu, este momento, começo, sim, é claro que denunciei aqui sobre Lorenzo, denunciei na Embaixada italiana, foi o primeiro Habeas Corpus de cinquenta e sete pessoas - cidadãos argentino-italianos -, que se fez. E foi a primeira vez, veja você, embora te pareça mentira, que nos deixam entrar em Campo de Maio, veja que loucura não é? Como para nos mostrar que aí não existia nada. Porque bom, havia uma Embaixada por detrás digamos. O que me cobriu foi que havia uma Embaixada que podia fazer algo, e que podia descobrir algo. Então depois eu, em... 1982, antes que Alfonsín assumisse, me citam de todas as delegacias da Zona Norte, até que termino na de San Martín; então um policial me faz passar, um comissário, e me diz - Senhora, sente-se -, bom, pega meus dados, me pergunta o estado civil, eu lhe digo - solteira-, lhe disse primeiro - Ui -, e ele disse - Veja, vou lhe falar um ditado: melhor estar solteira do que mal acompanhada -, então começa a me perguntar por que... Bom, disse - Tu já viste que percorremos mais de vinte e cinco delegacias, aqui não encontramos nada de Lorenzo Ismael Viñas, não há absolutamente nada. Tu não te puseste a pensar se Lorenzo Ismael Viñas realmente existiu? Porque os nomes se inventam, as certidões de nascimento se inventam, os documentos se inventam, tu não terás inventado essa pessoa? -. Então eu me levanto, porque ele não me pergunta o que eu sou de Lorenzo Ismael Viñas. Então me diz - Bom, tu já verificaste, até entramos no Campo de Maio, e não viu nada, ninguém -, então eu me levanto e lhe digo... - Sim, Lorenzo Ismael Viñas existiu, porque eu sou a concubina de Lorenzo Ismael Viñas -, lhe digo - E tivemos uma filha -, lhe digo - E essa pessoazinha se faz há dois; não se inventa; e eu tenho minha filha -. E me levantei e fui embora daí pensando - Que idiota -, porque Paula tinha meu sobrenome, Allegrini, não tinha o sobrenome Viñas. Então, quando vem a democracia, nos primeiros dias que Alfonsín assumiu, David Viñas regressa, o avô de Paula, nos encontramos em um bar e ele me disse - Em que estado Paula está? -, lhe falo, veja, Paula tem meu sobrenome porque Lorenzo não a pôde reconhecer, porque não tinha seu documento legal. E eu realmente ia me movimentar com maior facilidade tendo meu sobrenome do que tendo um sobrenome qualquer, que não sabia quem era. Então ele me disse - Bom, não te preocupes -, e me mandou falar com Enrique Petracchi, que nessa época Alfonsín o havia nomeado presidente da Corte Suprema de Justiça da Nação; e então bom, eu tenho a entrevista, ele me recebeu em seguida, então me deu três advogados para escolher. Não, antes me disse - Bom, não te preocupes, me traz a tua certidão de casamento que eu escrevo isto -, então eu lhe digo - Bom, não, aqui há um problema, nós não éramos casados -, então ele me diz, meio que me provocando - Esta juventude, esta juventude liberal, liberal -, disse, - Que não queria se casar -, então me disse - não te faças problemas, vamos poder fazê-lo igual, mas antes vamos ter que fazer um julgamento, então tu vais precisar de advogados -. Então me deu três advogados; disse-me - Os três advogados, qualquer dos três advogados que tu escolhas são excelentes-; então eu saí dali, li os endereços e digo - Bom, como isto vai... -, eu pensei que a filiação de Paula ia demorar anos, digo - Vou escrever àquele que fique mais perto para mim da Corte Suprema de Justiça, pois vou ter que vir várias vezes testemunhar e trazer testemunhas e coisas -; e então escolho Ricardo Monner Sans, pois ele tinha o escritório na [Rua] Paraguay 1365, no entorno de Talcahuano, e então bom, isso foi muito difícil para mim, porque, em primeiro lugar, eram as primeiras... Meses de democracia, as primeiras semanas de democracia; então era como se eu não soubesse com quem estava falando, não sabia dizer se Lorenzo havia desaparecido no Brasil ou não havia desaparecido no Brasil, digamos, cada pergunta que ele me fazia eu chorava uma hora, cada questão que íamos avançando eu chorava e chorava e chorava, até que ele construiu todo o julgamento. E bom, e esse julgamento vai se construindo, demora cinco anos, bom...

P: Estamos em que ano?

R: Estamos no ano... Paula recebe seu... O sobrenome de seu pai no ano de 1985, 1985. Bom, em todo esse trajeto eu tive que levar todas as provas que tinha, é claro, Adelaida fez ante o escrivão, na Itália, de que sim, era sua neta, que era filha do seu filho, David também o fez, aqui, foi declarar ante o juiz, todas as testemunhas foram e declararam, havia fotos onde Lorenzo segurava minha barriga. Mas isso não bastou, havia que procurar mais provas. E eu mais provas que essas não tinha, mas resulta que Lorenzo, em seus momentos de solidão, ele escreveu durante os nove meses da minha gravidez, até que Paula nasceu, escreveu à sua mãe que estava na Itália, e foi lhe contando tudo o que aconteceu dia por dia, mês por mês, como crescia a barriga, quando começou a se mexer, bom, quantos quilos eu pesava, bom, foi contando toda a minha gravidez. Então eu escrevo a Adelaida e lhe digo - Veja Adelaida, o juiz aqui me pede mais provas, eu não as tenho mais, eu já não sei o que mais fazer, acho que perdemos, lamentavelmente -, nessa época não tinha o DNA como tem agora, que é uma maravilha, que é algo que podes saber em um mês ou em quinze dias, eu tive que fazer isso com papéis e tudo isso, e eu fui consultar as Avós e as Madres, fui consultar Estela Carlotto, e fui consultar Bonafini. E elas me disseram que me aconselhavam que David a adotasse. Então eu lhes respondi que não queria criar mais complicações para minha filha, quando ela fosse grande, porque ela não ia saber se era o pai ou o avô, e, à parte, tinha outra causa pela qual eu tinha que seguir lutando, que era dizer a esse militar que tinha me dito que Lorenzo não havia existido demonstrar-lhe que sim, Lorenzo Ismael Viñas existiu. Então a mim não me servia, então que eu lhes agradecia muito pelo incômodo causado, mas que lamentavelmente não me servia. Então foi aí que escrevi à minha sogra Adelaida, na Itália, e lhe disse - Não há mais dados, eu averigui, consultei as Abuelas, consultei as Madres, não há modo, a única maneira é adotá-la, eu não vou permitir isso -, então ela me disse - Veja, eu tenho cartas aqui, de Lorenzo, que ele me disse que as guardasse para se em algum momento eu tivesse que precisar delas para algo -, eu acho que foi um pouco o que ele foi pensando, o que poderia chegar a acontecer com ele, e bom, as escreveu. Bom, essas cartas vieram, eu as li... Eu tive coragem, somente as li uma vez, nada mais, constam no expediente, as tenho guardadas, é claro; Paula ainda não as pôde ler, lamentavelmente, mas eu as li só uma vez; bom, as levei ao advogado, ao doutor Monner Sans, ele as levou ao juiz, bom, e depois havia outro problema mais, que era a caligrafia, o perito caligráfico; que nisso teve uma enorme grandeza, Monner Sans, porque fixamos um percentual que o perito caligráfico nos iria cobrar, porque o sobrenome de Paula iria ser demonstrado com o que o perito caligráfico dizia, não iria ser demonstrado com as cartas de Lorenzo; então o que ele teve de bom é que se fixou o montante que o perito iria me cobrar diante do juiz. Então o perito disse, nesse momento, mil e quinhentos dólares, porque podia ter me pedido milhões de... De dólares ou de pesos, porque valia isso, valia a palavra do perito e a honradez do perito de dizer - Sim, é a letra de Lorenzo Ismael Viñas -, e assinar. Bom, então ele tomou seu tempo, a estudou, fez um informa assim grande, magnífico, mas depois havia outro problema: que havia que procurar um lugar, um banco, o que fosse... O Registro Civil, algum lugar público onde se reconhecesse a assinatura de Lorenzo, onde ela constasse. Bom, qual foi o único lugar que reconheceu? Foi o cárcere de Villa Devoto, onde ele assinava cada vez que recebia uma carta minha. Bom, e aí foi o perito, e conseguiu a assinatura de Lorenzo e bom, é claro que disse que sim, que era a letra de Lorenzo, descreveu-a toda, mas... E bom, aí foi a grande notícia que o juiz me deu, me disse - Bom agora isso já é; agora começa a mudar tudo -, porque bom, Paula tinha passaporte, DNI, tudo em nome de Allegrini. Passaporte italiano em nome de Allegrini; nasceu no Paraná, de modo que tivemos que viajar a Paraná. Teve que... Como conseguir um advogado que entendesse o tema de direitos humanos para que fizesse as coisas muito mais rápidas, porque tinha que fazer a escrita marginal, tinha que fazer... Digamos as ordens para a Polícia Federal, para o Registro Nacional de Pessoas, para mudar toda a sua identidade, e porque se tinha que fazer. Então, dá a casualidade de que eu viajo a Paraná porque Monner Sans me pede que eu vá procurar um advogado em Paraná, bom, pego... Vou à casa de minha tia, pego a lista telefônica, que faço? Procuo o mais próximo. Que acontece? Ele era presidente de um organismo de direitos humanos, e ele tinha aula... Vinha uma vez por semana e tinha aulas com o doutor Ricardo Monner Sans, na UBA,²⁵⁵ então me disse - Não, mas como não, sim, eu vou ajudá-los em tudo que for necessário, e, além disso, quando o doutor chegar vai ter

255 *Universidad de Buenos Aires.*

tudo preparado, de modo que eu, o único que vou ter que fazer é... Ele vai ter que assinar, e eu vou ter que lhe entregar os papéis, e será nesse mesmo dia -, então bom, eu acho que nesse sentido tive sorte, tive sorte, apesar de todas as lágrimas que me custaram para colocar o sobrenome em minha filha, mas bem, depois foi trocar... E bom, depois foi também o temor, começar a ter o temor das ameaças que podiam surgir para minha filha. Porque eu trabalhei durante nove anos, desde abril de 1984 até setembro de 1989, no Programa Alimentício Nacional, que dependia do Ministério da Saúde e Ação Social da Nação, mas eu, depois... Eu renunciei, porque os Carapintadas começaram a se levantar e tudo isso; e o juiz tinha a metade da Patria Potestad, a outra metade eu tinha, então era como um perigo, porque eu digo - O meu juiz, eu não sei qual juiz me toca -, porque o juiz que nos fez todo o... Quando terminou de fazer todo o expediente, o juiz faleceu. E me nomeiam justo a outro juiz que eu não conhecia então me dá medo. Eu digo - Eu estou aqui arriscando a vida da minha filha -, e bom, já David havia... É claro, David já havia dado declarações, já havia se tornado público em Página12 - quando Página12 era Página12, quando verdadeiramente se podia ler, deleitava-se lendo Página12 -, meu sogro foi um dos que formou o Página12, que no trabalho eu tive um pouco várias perguntas, porque um domingo sai, em duas páginas, toda a história de seus dois filhos, tanto a minha história quanto a história do marido da minha cunhada. Então bom, aí foi o assunto de começar a explicar o que... Que era ser Montonero, que era ter feito tudo o que se fez, que... Então eu me lembro dos da vila, que a mim sempre diziam - Tu não és radical, tu és peronista -, então eu lhes dizia - Não, não -, eu lhes dizia - Eu sou radical -, - Não, não tu não és radical -, os radicais, dizem... Tiveram leis melhores que as dos peronistas, porque é verdade, os radicais tiveram leis maravilhosas, o que acontece é que não as souberam situar e não as souberam trabalhar, como Palacios. Perón pegou as melhores leis de direito ao trabalho, direito à cadeira, que era que a mulher podia se sentar em uma cadeira, não ficar oito horas de pé, estando grávida; bom, muitas leis que Perón fez eram de Palacios, o que acontece é que nunca ninguém as pegou e as levou ao Congresso, as votou e as levou a cabo. Então depois as pessoas começaram a se inteirar quem eu era; de onde vinha; e bom, todas as coisas, então eram coisas que eram geniais não é? Que já não era a Claudia Allegrini que trabalhava no Programa Alimentício Nacional. Que eu fazia o mesmo trabalho que eu fazia quando militava, mas o que acontece é que, bom, nesse sentido era legal. Então decido ir embora. Decido ir para a Itália, morar na Itália, mas sempre... Digamos com uma dúvida, de que... Eu tinha que voltar. Isso foi em 1989, setembro de 1989. Minha filha termina a... O terceiro grau antes, para podermos ir, para que ela possa começar o colégio na Itália, eu lhe comprei o guarda-pó, tudo, ela foi aprender italiano, porque pobrezinha, a coloquei desde o Jardim, aqui, a aprender italiano, o aprendeu, bom, foi à escola, Lorenzo... Foi à escola Beniamino Gigli; Beniamino Gigli é um tenor muito conhecido, o bisavô de Paula, de Paula Viñas, é Lorenzo Gigli, o pintor, primo-irmão de Beniamino Gigli. Existe toda uma história... Muito grande, muito especial, e muito forte. Então bom, entra na escola, mas eu chamei o advogado e lhe disse - Não, não vou voltar, porque verdadeiramente eu tenho que fazer algo, eu... Tenho que ter a Patria Potestad, eu quero ter a Patria Potestad -, e bom, e então este... Porque o advogado já havia me apresentado fazer a presunção de falecimento. Disse-me - Porque no fim Claudia, se Lorenzo aparece isto se rompe, e já fica -, mas eu... Além disso, o caso de Paula foi um caso... Foi o primeiro caso que serviu para que depois saísse a Lei 24321, a que os faz aparecer como desaparecidos ou desaparecimento forçado, não “presunção de falecimento” como era antes, é a Lei 24321, que é a primeira vez que os reconhecem como desaparecidos. É a primeira vez que na República Argentina se obtém uma lei com um teor muito forte, e se utiliza desse expediente, porque o que é que eu faço, teria sido muito mais fácil tê-lo declarado ausente por desaparecimen[to]... Ausente com presunção de falecimento, mas esta lei é como se tu o estivesse matando, porque é como se a pessoa tivesse saído de tua casa para comprar cigarros e não quis voltar nunca mais ao lar, é como se tivesse te abandonado. Abandonou a tua filha. Então eu disse - Não, se o sobrenome da minha filha sair, vai sair com o pai vivo, como o pai estando vivo -, porque eu não sei se está morto, se está perdido, onde está. A mim a Justiça não me chamou - Veja senhora Allegrini, aqui está o corpo de Lorenzo Ismael Viñas -; então eu não quero que saia por essa lei. Então bom, saiu com muito trabalho que o advogado teve que fazer, bom, testificar, por que, por isto, por isto, por isto, então saiu como Lorenzo estando vivo. Então eu, que é que faço? Digo a Paula - Veja Paula -, lhe falo - Não te preocupes, voltamos antes que essa passagem vença -, e bom eu fui, lembro,

em vinte, vinte e um de setembro e em vinte e um de outubro estava aqui, voltamos. Paula, bom, contentíssima, porque odiava esse guarda-pó com um laço grande assim... E bom, era como voltar a seus companheiros... E eu falo - Eu não tirar dela essa identidade -, e à parte sentia como se me faltasse algo, como que eu... A tranquilidade que eu poderia conseguir na Itália, não iria consegui-la aqui, na minha cabeça. Nunca ia ser... Ter a consciência tranquila. Bom, aí volto e vou ver o advogado, a primeira segunda-feira depois da volta, e lhe digo - Façamos a presunção de falecimento, eu quero ter a Patria Potestad -, embora me custe, que custaram lágrimas, a fiz, fizemos a presunção de falecimento, se fez, saiu... Eu, tu viste... A presunção de falecimento te sai, por exemplo, Lorenzo desapareceu em vinte e seis de junho de 1980, e te sai que morreu; diz-te "morte presumida" em vinte e seis de junho de 1981, então é como eu a tomei como a... A data de... Da morte dele não é? Embora com muita dor e muito... Mas com uma tranquilidade a qual me dava que eu tinha toda... Todo o direito de me movimentar com Paula. E me lembro de que um dia, veja o que nos aconteceu, eu tinha que pedir permissão ao juiz, porque ainda não havia saído... O trâmite. E eu não vou, porque Adelaida queria ver Paula, minha sogra queria ver Paula, e vou sem esta permissão que o juiz te dava, que te dizia tal data tens que voltar aqui com a menina, com documento, com... E me vou. E bom, e quando me vou e vou fazer a migração lá, me dou conta que verdadeiramente eu não havia pedido permissão ao juiz; eu me fui. E eu ainda tinha... O juiz que tinha Patria Potestad, e então... Gritei tanto ao... Ao milico das migrações, que a mulher que me estava... Ela me disse - Tu não vais poder sair... -, - Sim, deixa a senhora sair, que vai voltar na certa -; então me põem o selo de saída, e eu volto, é claro, volto aos quinze dias, volto. E bem, e aí é quando começa toda... Digamos a conexão, a conexão mais política. Em 1993, no ano de 1993, Alicia Pierini, porque depois que a CONADEP fechou... A CONADEP, bom, lhe entrega a uma Direção de Direitos Humanos que se criou. Eu fui à CONADEP, denunciei tudo, mas nunca denunciei que tinha uma filha. Porque eu tinha medo, eu não sabia quem eles eram; eu falo - Aonde vão ir os papéis -, e tudo isso. E não denunciei que Lorenzo havia desaparecido no Brasil, e não denunciei o documento falso. Eu, a primeira vez que o faço, o faço em janeiro de... De noventa e... De... Eu o faço... Em janeiro de oitenta... E cinco. Aí quando se começa o assunto dos organismos, Tortura Nunca Mais, o assunto do Jair, o organismo do Jair, CLAMOR, todos como a se moverem, e então Alicia Pierini, digamos, justo quando muda o governo, sobre Menem, [Alicia] sobe de categoria à Secretaria... A direção a nomeia como Subsecretária de Direitos Humanos, e é como que tem mais posição. Então Alicia Pierini viaja a Porto Alegre, que foi o primeiro... Digamos... Província ou Estado que começa a se movimentar com o assunto do que havia acontecido com os desaparecidos de outras nacionalidades. Digamos, não somente com os desaparecidos de vocês, brasileiros, mas sim de outras nacionalidades. Então Alicia Pierini faz um comunicado ao Página12, eu o leio, e me apresento. Bom, é claro que aí eu fui me encontrar com todos, aí abri todos meus... Meus arquivos, e disse - Bom, está aqui -, porque esta é a única oportunidade que eu tenho. Então bem, quando Alicia Pierini nos recebe, que éramos... Binstock, pelo desaparecimento de Pinus, Campiglia pelo desaparecimento...

P: Enrique Ruggia.

R: Ruggia, Ruggia, foi o primeiro caso de desaparecimento que a Argentina teve. Repara como nós não nos dávamos conta como aí já estava atuando, o operativo Condor, que Ruggia... Nós éramos militantes. Ruggia desaparece em 1973, 1971? Não, 1972.

P: Aqui em Foz do Iguaçu, quando os brasileiros regressam.

R: Que vem com Carvalho não é? Os dois irmãos Carvalho, que eram militantes. Bom, nós desse caso ninguém, nós realmente, quando o conheci me surpreendeu muitíssimo. Então bom, foi o caso Ruggia, que Jair já havia trabalhado muitíssimo, já se havia feito o levantamento das tumbas, eu acho que se tinha começado a investigar algo sobre o assunto das tumbas, de onde podia estar enterrado e tudo isso, mas eu, bom... O conheci nessa reunião.

P: Aí tu vais a Porto Alegre...

R: Não, não, não. Eu aí bom, nos encontramos... Ruggia já tinha viajado a Porto Alegre um montão de vezes, tinha estado um motão de vezes com... Com Jair, tudo. Eu não conhecia Lilian

Ruggia, então bom, nos reunimos os familiares de Campiglia, o esposo de Pinus, e eu. Então...

P: E de Norberto Habegger?

R: Norberto Habegger também já havia se conectado com Jair, porque Jair já tinha pedido por Habegger, já tinha pedido por ele, e repara, que a Adur, apesar de que desapareceu em 1980, Jair também já tinha feito trâmites pelo Padre Adur, mas eu não sabia, não sabia que o Padre Adur tinha desaparecido, porque aqui, verdadeiramente, não saía nada. Aqui a imprensa não te comunicava absolutamente nada. E então bom, eu... Reunimo-nos, ela nos conta, nos diz que... Bom, que tinha havido uma possível documentação, que se havia encontrado toda uma documentação amontoada, que ainda não estava organizada, que o CLAMOR tinha documentação organizada, que bom, nos comenta do Movimento de Paz e Justiça de Jair Krischke, bom, toda a história, então foi pegando os dados de cada um, e eu lhe digo, bom, lhe dou os dados de... Bom, Lorenzo já ia com documento falso tal e tal, lhe dou o número do documento, lhe dou o número do assento, e leva-se toda a cópia, tanto do Padre Adur como de Lorenzo. Então bom, volta... Nesse mesmo momento, em um instantinho me chama e me diz - Veja, eu conheci a tua cunhada -, porque a minha cunhada era da Zona Oeste. Quando matam meu cunhado em um enfrentamento, a Carlos Andrés Goldemberg, que o matam a três quadras da casa, em quatorze de agosto de 1976, minha cunhada pega o nenê de oito meses, uma cadela policial que tinham e foge da casa. Então ele morre, ele é assassinado. Então a mandam trabalhar na Capital, porque na Zona Oeste estava muito conhecida e era muito perigoso, iriam sequestrá-la a qualquer momento. À semana que iam se encontrar com Alicia Pierini, que era nesse momento subsecretária de Direitos Humanos de... Daí, elas se reuniram, se conhecem, e bom, ficam de se encontrar na semana seguinte. E nessa semana sequestram a minha cunhada, em vinte e nove de agosto de 1976, no zoológico, com seu bebê de oito meses, com a nenê de oito meses. E então Alicia me disse - Tu podes ficar um pouquinho mais? -, - Sim, eu não tenho problemas -, então ela me conta, que conhece a minha cunhada, e que bom; toda a história, e que isto e que outro, e me disse - Eu recém estou começando a trabalhar nesta subsecretaria -, então me disse - Tu tens trabalho? Estás trabalhando? -, - Não -, lhe digo, - Realmente não trabalho, eu recém cheguei da Itália, não tenho trabalho -, bom, me disse - Eu quero que tu sejas minha secretária privada - bom, eu vou trabalhar, eu começo a trabalhar com ela em abril de 1993. Justo quando ela traz toda a documentação. Então eu; é um pouco como me encarreguei de... Destas pessoas, [ela] me disse - Já que teu companheiro desapareceu no Plano Condor, te encarrega disso -, então ela me entrega toda a pasta que trouxe, com toda a documentação, para que eu me encarregue. E claro, eu continuava sendo secretária dela. E então o Brasil assume, recém... Em toda a documentação, bom, sim, é claro, há dados de Habegger, há dados de Ruggia, há dados do Padre Adur, há dados de... De Campiglia, de Pinus... Isso, mas de Lorenzo não. E de Adur havia que... Digamos, havia dados, mas dados de imprensa, não havia dados de que... Bom, havia dados de que, por exemplo, de que o Padre Adur, bom, o haviam sequestrado na fronteira, bom, coisas assim, mas não havia o concreto, não se sabia o que tinha aí, que isto, que o outro. De Ruggia sim, já se sabia mais, porque Ruggia havia desaparecido há muito tempo, e a irmã e o cunhado se mexeram, mas como... E continuam se mexendo, e a Argentina continua não o reconhecendo, e bom. E do Padre Adur havia dados também, e de Campiglia havia... O dado mais contundente que havia era que ela tinha gritado, tinha dado com a carteira nas pessoas dali. Então eu o que observo, vou separando tudo o que vou encontrando dos nossos companheiros, e bom, vou separando tudo das demais pessoas que eu não conhecia quem eram, mas que podiam servir para outras buscas. Digo-te que nunca tive... Para ver... Nunca tive noção nem de arquivo, nem de pesquisa, nem nada, isto foi pura inteligência que eu ia fazendo, eu sozinha, eu sozinha e minha vida, que isso eu nunca contei para Lorenzo, porque eu tinha... Houve duas vezes que tive que ir levantar dois companheiros. Que eu, olha o que eu fazia, era... Era terrível. Eu lhe dizia... Digamos... Diziam-lhe que fosse levantá-los, e então eu lhe dizia - Não, deixa que eu vou; eu vou levantá-los -, e me lembro de que uma vez tive que ir ao Rio de Janeiro para levantar aí no Botânico um companheiro, que saiu tudo bem, por sorte graças a Deus, e levantei outro companheiro em São Paulo, no Terminal, que também saiu bem, pude resgatá-lo com vida, não houve perdas, não houve ninguém, não desapareceu ninguém. E bom, e então não... Eu ia fazendo inteligência à medida que eu ia vendo a quantidade de gente que ia desaparecendo, porque bom, eu não ficava com o que eu

lia na imprensa, havia coisas que eu guardava, eu escutava e as guardava, e eu dizia - Como pode ser? Algo está acontecendo aqui -, mas não as podia dizer, porque eu tampouco confiava muito no que podia nos acontecer quando nós voltássemos. Então eu estive na melhor época, estive em 1977, que foram as primeiras... A primeira entrada que houve aqui na Argentina, a primeira entrada que houve, que entraram dez companheiros, que, dos dez companheiros, dois foram... Que dois se perderam... Os demais se salvaram, foi em fevereiro de 1977, quando começou a Contraofensiva. Depois, quando começou a maior quantidade da Contraofensiva, que foi em meados de 1978, aí é onde realmente, bom, caíam como moscas. Toda a Contraofensiva, que muitos dizem que foram cen... Eu tive a sorte de pesquisar o operativo Condor, o pesquisei... Eu, quando o Brasil reconheceu... Em setembro de 1995, quando o Brasil dá um comunicado, que reconhece que houve desaparecidos de outras nacionalidades e faz a lei do ressarcimento, eu aí me reúno com os familiares que eram... Bom, voltamos a nos reunir Habegger, a esposa de Habegger, Campiglia, nunca se havia feito uma apresentação oficial digamos, desde um Estado a outro Estado. Eu expliquei a Alicia, quando saiu esse comunicado, eu lhe disse - Veja, eu te peço uma semana, eu há quatorze anos que não sei absolutamente nada de Lorenzo, é minha única oportunidade, eu te peço uma semana, que me deixes ir viajar, averiguar o que aconteceu com Lorenzo...

P: A partir desse momento em que tu retornas...

R: Aí recém eu começo... É por isso que se faz tudo? Como... Há uma espécie de impasse de quatorze anos, nos quais eu continuo procurando, mas eu não encontro nada. Eu, digamos os organismos não me dão respostas, porque à parte os organismos não creem que houve um operativo Condor. Então, quando eu explico isso a Alicia, ela me diz - Tu me dás um dia, eu falo com o Presidente, e eu quero que seja oficial, que seja uma coisa... Que o Estado se encarregue de procurar isso -, então eu lhe digo - Sim, eu te espero, te espero -. E bom, mas o que menos eu esperava é que me escolhessem como representante do governo argentino, a que ia fazer a busca de todos os arquivos havidos e por haver que existia em todos os países, então bom, Alicia me disse, bom, tu vais viajar como... Porque eu, digamos, obtive o cargo de Secretária privada, digamos, apresentando-me a concurso. Não é que me deram, eu fiz concurso e tirei... Bom, me deram para... Tirar cem por cento, de experiência. Então bom, como eu tinha esse cargo na Secretaria de Direitos Humanos, eu, quando viajo, viajo como secretária privada da Subsecretaria de Direitos Humanos do Ministério do Interior, nessa época a Subsecretaria de Direitos Humanos pertencia ao Ministério do Interior. Erro grave, porque teria ficado melhor como agora, que pertencesse ao Ministério da Justiça, mas também quero aclarar uma coisa não é? Que... Não a este Ministério da Justiça que temos agora, porque não se investiga nada... Bom, comecei a viajar, o primeiro lugar ao qual viajo o que faço: reúno-me com os familiares, com todos os familiares, bom, lhes digo que eu, é claro, já havia fotocopiado todos os documentos, eu fui a que tomei... Por... Pela primeira vez fizemos legalmente um dossiê de um expediente de Lilian Ruggia.

P: Dos documentos daqui...

R: Claro, pelo caso de Lilia Ruggia, porque o caso de Lilian Ruggia foi tomado pela CONADEP, está incluído na CONADEP, mas colocam-lhe o ano de 1972, então não entra dentro da CONADEP, então era um caso que se tu fosses pesquisar te diriam - Não, este caso não -. Então eu me avivei, eu disse - Não, eu levo todos os casos dos que desapareceram no Brasil, depois me dirão e eu direi se aceito, consultarei aqui com meus pares e direi se aceitamos ou não que o retirem da lista ou o incluam na lista -. Então bom, viajo, tenho que fazer todo o trâmite... Porque aqui no Brasil, no Consulado, te fazem lacrar cada folha, e eram pencas de expedientes, assim, bom. Então viajo, e o único que o Jair conhecia de mim era...

P: O primeiro contato se faz com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos...

R: O primeiro contato que eu fiz foi com... Porto Alegre, Nilmário Miranda estava também, estava Augustino Veit... E havia outros na Comissão do... Acho que da Câmara de Deputados de Porto Alegre, que foi aí, na Comissão, sim, exato. Então eu viajo, e o Jair o único que sabia era meu nome e sobrenome, e bom, vai me esperar, me diz - Eu vou te esperar no Aeroporto -, ah, quero recalcar isto: o jornal que nos ajudou, o primeiro jornal que nos ajudou muitíssimo foi

“Zero Hora”, e o jornalista que se preocupou muitíssimo, muitíssimo, muitíssimo, que estava aqui, esse... Hamilton Almeida, que eu o tenho que reconhecer porque verdadeiramente faz tanto os desaparecidos, gaúchos, estes são os desaparecidos gaúchos, e faz a lista... Uma lista de outros desaparecidos de diferentes nacionalidades. E tiram fotos, eu tenho outros jornais que têm as fotos dos argentinos não é? Aqui estão os gaúchos, que eu escrevo, como te disse, todo o trâmite, antes de viajar... Vês que aqui está Enrique Ruggia, Norberto Habegger, são os que entraram nessa listinha, porque te digo que foi uma coisa muito às pressas em que apareceu isso, porque isto apareceu de um dia para o outro, de um dia para o outro surgiu. Então, bom, eu tenho que agradecer isso e tenho que... E realmente te digo, Nilmário Miranda, que também é da “Zero Hora”...

P: Não, Nilmário Miranda foi secretário de Direitos Humanos.

R: Eh... Não Nilmário Miranda não. Eu tenho aqui a tese dele... É o jornalista Nilson Mariano, desculpa Nilson depois Mariano, foi outro jornalista que nos ajudou muitíssimo, continua nos ajudando, porque bom, depois Hamilton Almeida, bom, ele mudou de jornal, e já não fez mais o tema de direitos... Ficou a morar aqui na Argentina e bom, outros jornalistas o pegaram. Digamos, faço mal em não nomear todos os jornalistas, mas realmente falo a verdade, não tenho a lista aqui, mas os tenho comigo, e aparecem sempre, estiveram presentes em todas as conferências que eu dei em nível mundial, porque bom, eu não somente o fiz em nível latino-americano, mas sim que tive a sorte de fazê-lo na Itália, na Espanha, na Alemanha, na França, bom, de modo que, digamos, estão... Então... Bom, então eu chego ao Aeroporto, eu estava muito mais magra do que agora, pesava quarenta quilos, algo assim, vou com a minha carteira de... De papéis, e Jair estava com seu cartaz “Claudia Allegrini”, é claro, olhava, olhava, olhava e nada. Então eu lhe digo - Eu sou Claudia Allegrini -, porque ele olhava e esperava encontrar uma pessoa mais velha, eu aí nessa época tinha trinta e quatro anos. Então Jair me olha e me diz: - Tu és Claudia Allegrini? -, - Sim -, lhe digo, - Eu sou Claudia Allegrini -, é um dos poucos casos que são as esposas que começam a... Que não há mães, que não há avós, somos os familiares, somos os irmãos, somos os filhos, somos esposas, esposos. E falo – Aqui há mães, mas estamos nos preocupando... -, a outra parte, porque um pouco os organismos de direitos humanos argentinos, e acho que em nível internacional, tiveram o equívoco de nos tomar, as esposas e os esposos e aos irmãos e às irmãs e aos familiares como que... Não éramos lutadores. Eu tive uma vez uma discussão com a senhora de Bonafini, na Praça de Maio, uma roda, eu estava com meu sogro, já havia democracia, que ela me disse que as mulheres ao redor da esquina conseguíamos outros maridos. E eu... Passaram vinte e três anos, que foi quando voltei a refazer minha vida. E eu conheço um montão de companheiras que ainda estão sem seus... Sem refazer suas vidas. O que acontece é que nós tínhamos outra maneira de procurá-los, e os riscos eram de outra maneira; nós não nos conformávamos com dar volta à Praça, nós queríamos ir aos lugares e revolver papéis e mostrar a cara e botar presos, investigar, e bom, foi o que comecei a fazer, bom, viajamos, nos encontramos, já estavam os fa... Havia familiares brasileiros que tinham viajado, de algumas partes, bom. E foi a primeira CONADEP, que a nomeamos com Jair, com Nilmário Miranda, com Augustino Veit, a primeira CONADEP brasileira, bom, de Porto Alegre. Porque foi aí o povoado, esse povoado, que eu quando entrei me emocionei muito, mas também era como que... Eu tinha que reger... Que fazer... Tinha dois papéis para cumprir: um era o familiar, e outro era a representante de um governo, ao qual eu, digamos, eu não sabia até que ponto tinha que dizer tal coisa e até que ponto outra. Então bom, nisso tenho que reconhecer que verdadeiramente tive toda a liberdade do mundo, a tivemos, quando tivemos que dizer que... Sim, nossos companheiros eram Montoneros, eu era militante Montonero, e que bom, que isto se fazia a partir do Estado, digamos, o presidente Menem e seus ministros o assumiram como tal. E te digo uma coisa, bom, quando eu começo, bom, nós começamos aí, eu entrego a documentação, a registramos, e pela primeira vez se entrega documentação de Estado a Estado, eu levei documentação dos desaparecidos argentinos que existiam na Argentina, de Tenório Cerqueira Junior, que eu não tive ainda a sorte de conhecer a família, mas... Conheço toda a história deles... Faço mal em dizê-lo, porque isso por aí soa como uma coisa... Um pedantismo, mas para mim era uma obrigação, e foi uma obrigação dar resposta de todos os brasileiros que desapareceram aqui. Que o único que ainda não pudemos dar resposta é Ruggia, porque depois de tudo, digamos, sabemos em qual campo

estiveram, sabemos bom... Quem foi jogado no Rio da Prata, quem... Que sei eu, ainda... Está como NN, os antropólogos estão trabalhando e tudo. E o que fiz foi que depois que viajei ao Brasil, viajei em seguida ao Paraguai. Porque me informaram de que havia notícias de Lorenzo Ismael Viñas...

P: Aí é quando tu tens acesso aos “arquivos do Terror”?

R: Aí é quando eu tenho acesso aos arquivos do Terror, pela primeira vez, porque aí houve outro equívoco dos organismos de direitos humanos, pois a importância era ir...

P: Esta viagem ao Paraguai é antes de tu ires aos arquivos americanos?

R: Não, não, não. A primeira... Minha primeira viagem foi ao Brasil, a Porto Alegre; depois, no Brasil, eu viajei muito, viajei até Brasília, me encontrei com [Fernando Henrique] Cardoso, me encontrei com o ministro que foi ministro da Justiça, depois foi ministro... Depois foi secretário de Estado... Como é que se chamava este senhor, que brigamos bastante... Porque o Brasil custou muito a reconhecer seus concidadãos digamos... O assunto foi assim: é curto, o faço curto. Foi muito fácil para a Lei 9140/95, foi muito fácil indenizar e declarar todos os cidadãos mortos. Bom, o que aconteceu: deixaram Campiglia, Pinus e Lorenzo Viñas de fora, porque desapareceram em 1980. Pessoas muito inteligentes do... Brasil e pessoas inteligentes da Argentina, essas eram as reuniões que tínhamos com Jair até altas horas da noite, que nos púnhamos a pensar, porque bom, Jair conheceu muitas pessoas nossas, conheceu, teve reuniões com a direção e tudo, e com companheiros comuns e correntes, ele ajudou muitíssimo, e uma das ajudas que bom, que foi real... E que se viu e que salvou foram as pessoas do Uruguai. O caso desse casal foi algo realmente espetacular.

P: Universindo e Lilián Celiberti.

R: Sim, espetacular, foi uma coisa que verdadeiramente o torna um tipo que se encharcou na coisa desde muito tempo. É... Eu falo que é como um vira-lata não é? Ele cheira e se mete por todos os lados, e é o que eu acho que nos levou a todos nós, porque foi como... Eu a Jair foi a primeira vez que o vi, foi nesse momento, e foi como uma questão de pele, foi como se nós tivéssemos nos conhecido por anos e anos e anos. E o pensamento dele foi o meu pensamento. E ele... Digamos, nós nunca colocamos um ponto final. Eu acho que nossa luta continua, apesar de todos os contratemplos, mas temos continuado. E bom, depois foi...

P: No caso de Lorenzo, detalha-nos um pouco como descobres e que verdades vais descobrir no Brasil em relação ao sequestro.

R: Bom, no Brasil, o que se descobre com o tempo, porque repara: eu começo pelo último, repara que eu começo por saber que ele foi sequestrado em Uruguaiana, de que ele ficou quatro dias aí, que o torturaram, que lhe perguntaram sobre pessoas do Brasil, por pessoas argentinas, que foi um pouco o que o empregado da empresa Pluna me disse. Pluna ou Pluma, que os mantinham, que os sequestravam, que os mantinham aí, que os mantinham em cativeiro, que os torturavam, que lhes tiravam dados, e depois os mandavam para o país de origem. Bom, nós não temos registros de que verdadeiramente mantiveram Lorenzo... A Lorenzo e ao Padre Adur, porque sempre estiveram juntos, Lorenzo e Padre Adur ficaram quatro no Brasil, não sei onde, ainda estamos investigando isso, eu acho que Jair já sabe o lugar onde ficaram, que essa foi uma das últimas investigações de agora, fará dois anos, muito pouco tempo, e depois os passaram para La Polaca. E esse foi o úl... Por isso que eu te falo, em vez de começar pelo primeiro, eu comecei pelo final. Que lamentavelmente, bom, a secretaria de Direitos Humanos não reconheceu La Polaca como Campo de concentração, isso que houve provas e que a causa agora está, verdadeiramente, no Tribunal de San Martín, a trasladaram de Paso de los Libres ao Tribunal de San Martín; bom, estamos terminando com o julgamento de Campo de Maio, onde bom, há muito pouco tempo entra o assunto de La Polaca, onde se ia mostrar tudo, onde todos os testemunhos serão escutados, tanto militares – há treze militares detidos lá em Paso de los Libres, pelo único caso que se comprova é pelo de... Lorenzo Ismael Viñas. Por isso os treze militares não ficaram livres. Que isso eu me... Fizemos em 2002, que aí bom Jair viaja, ele, como sempre, ou ele me chama ou

eu o chamo, e estamos aí em um lugar para testificar, para levar todas as provas; digamos, nesse sentido eu acho que Jair; até as ameaças que tive foram as duas, três da manhã que eu o chamei, e verdadeiramente ele atuou rapidamente, e te digo, eu tive melhores respostas desde o Brasil, porque bom, é onde ficam todas as agências que propagam as notícias e a Argentina as levanta, então que verdadeiramente, daqui de meu próprio país. Realmente há que se reconhecer isso, porque realmente é uma coisa de que estamos unidos... Jair esteve... Foi declarar na Embaixada americana sobre o tema da apresentação que eu fiz em 1999 da Operação Condor, no tribunal de Roma, e bom, eu o que faço é investigar e trazer toda a documentação, e depois outra coisa importante que surgiu é que, bom, o Brasil tem a primeira... Dá-nos o exemplo, a primeira secretaria de Estado de Direitos Humanos, que foi um orgulho. E o Paraguai, depois de ter tido tanto tempo de ditadura, com uma ditadura por meio da qual estava esse senhor, que não me lembro do seu nome, como se chamava, mas já te vou dizer que dava os golpes...

P: Oviedo.

R: Oviedo, ditadura por meio dele, pudemos apresentá-lo, pois os nove membros da Corte Suprema de Justiça do Paraguai, que é onde está o Arquivo do Terror, entregaram coisas pessoais de Logoluso, e de Landi e de Nell, que são os três desaparecidos argentinos que foram trazidos por um avião da ESMA que tem a matrícula, tem tudo no Arquivo; porque isso se encontrou no arquivo do Paraguai digamos, eu quando fui investigar... Que era o importante que eu havia começado a trabalhar na minha cabeça: as fronteiras. Então, quando eu chego ao Paraguai falo que quero ver onde fica a fronteira de Foz do Iguaçu, de Paso de los Libres, daqui, daqui, de lá. Então me trazem todas as pastas e bom, e a minha foi uma surpresa muito grande, quando abro uma das pastas e aí me encontro com tudo o que um homem carrega em sua carteira, que era a carteira de Logoluso, colocada no... Sobre... E tudo o que uma mulher leva em sua carteira, que era a carteira de Landi, que eles dois eram um casal. Então encontramos tudo isso guardado, muito bem acondicionado, como se eu te desse essa caderneta, que não está nada rasgada, aí estavam super acondicionados; então eu falo com o Embaixador argentino no Paraguai, e lhe digo e bom, me comunico, é claro, aqui com a Argentina, e lhes falo o que se tinha encontrado e tudo, e então fazemos, a Embaixada da Argentina no Paraguai começa a fazer as gestões, e consegue-se o acordo de que os nove membros da Corte Suprema de Justiça entregariam a documentação ao governo argentino. Porém, houve o golpe de Oviedo, que durou uma semana. Então eu me disse - Veja não se vai poder fazer isto, porque realmente é uma coisa de loucura, este homem não vai fazê-lo, nós não podemos, está tudo parado, terminou -, bom, e dá a casualidade de que este golpe dura uma semana, então o Embaixador me disse, fala comigo, o Embaixador que estava lá no Paraguai, e me disse - Que importância tu tens desses papéis -, à parte havia trazido um montão de papéis, selados pela Corte Suprema e tudo, porque digamos, muitas pessoas haviam viajado, muitos organismos de Direitos Humanos viajaram, mas era como para tirar-te a fotografia e nada mais. Para mim o importante era trazer a documentação selada e assinada pelos nove membros da Corte Suprema de Justiça, e que nesse dia se entregasse ao governo argentino. Então tivemos essa semana, então ele me fala - Que importância tem esses papéis para ti? -, - Veja vou te dizer uma coisa, se a mim hoje me chamam do Alasca e me dizem que encontraram um guardanapo de um bar com a letra de Lorenzo, eu o quero ter -, então os familiares estão esperando isso. E tinha, havia receitas de cozinha, havia coisa que se pode juntar, pois para uma mãe ou um pai era muito, muito interessante tê-lo. Porque era o único que lhes restava; o porquê da morte de Logoluso, Landi e Nell era, se comprovou que era real, tinha o avião, a matrícula, o nome do piloto, estava tudo, não... Aí não havia dúvidas, aí não tínhamos dúvidas, aí não podíamos dizer “estamos enganados”. Então me lembro de que esse dia em que se fez a entrega, que se entregou e que Alicia Pierini viajou – a subsecretaria de Direitos Humanos viajou ao Paraguai – e se fez toda uma... Convidaram-se, pela primeira vez, os dois membros dos Direitos Humanos, este... Ao que encontrou – Martín Almada – os arquivos, e a outro senhor que não me lembro do nome, e se formou, depois dessa entrega, se formou a Direção de Direitos Humanos no Paraguai, que nunca havia tido nada. Então se conseguiram um montão de coisas, não somente digamos haver o intercâmbio de papéis, senão que se fez, se adiantou em vários lugares e bom; no Uruguai me acontece que quando eu vou todos os familiares estavam, e eles me dizem e eu vou com tudo, faço as fotocópias de todos os documentos, e eles me dizem, bom,

quando começamos a conversar estavam os dois que eram... Um era deputado e o outro era senador, os Michellini, e estavam os quarenta familiares dos quarenta desaparecidos no Uruguai. Então eu falo - Não há quarenta, vocês não têm quarenta desaparecidos, vocês têm cento e quarenta desaparecidos mais na República Argentina -. E à parte fale... Assassinados, que têm causa judicial. Banfi, Lorenzano, bom, e têm todas as causas...

P: Regressando um pouquinho, como fazes o acompanhamento de Lorenzo, até onde?

R: Até onde fiz?

P: Até que momento; como chegas ao voo da morte, à conclusão de que ele foi jogado...

R: Bom, eu me inteiro no... Eu abro a causa, porque havia uma causa que estava fechada, abro a causa judicial, a 3058/ano... Oitenta e pouco... Oitenta; oitenta e um... Reabro e chamo todos os familiares e a reabro. Vamos à subsecretaria de Direitos Humanos, assinamos, tudo, nos dão em sorteio o juiz Oyarbide, lamentavelmente, o juiz Oyarbide ficou dois anos com a causa parada, e não a quer. Então cabe ao juiz Bonadío. Aí houve um momrnto em que estávamos todos os familiares, éramos como... Vinte e cinco familiares. Aí se misturou um pouco, bom, pessoas que haviam desaparecido aqui e Contraofensiva. Então... Bom, se começa a investigar, foi muito difícil, porque aqui, o que acontece com essa investigação é que, com toda a documentação que eu havia trazido, e a última viagem que eu fiz foi em 1999, que viajei ao Departamento de estado. Eu viajei em vinte e seis de novembro de 1999, foi a última viagem que fiz por isso. Viajei ao Departamento de Estado, fomos com... Eu, uma coisa que queria aclarar era isto que... O que é... O que falávamos ontem em um momento, de que nós sempre nos ajudamos no assunto de que eu, ao ter... Por estar trabalhando no Estado, o Estado é claro cobre ao funcionário os viáticos, e quando são no exterior são em dólares. Nessa época os dólares, tanto no Paraguai como no Uruguai, no Brasil, era bastante dinheiro. E quando a subsecretaria de Direitos Humanos viajava, te davam mais dinheiro de viáticos. Então bom, eu sempre... A primeira vez que eu fui, eu fui sozinha, que nos encontramos com Jair, mas a partir daí, que eu continuei viajando ao Brasil e que continuei viajando aos demais países, o fiz com familiares. Porque eu sempre gostei que as pessoas viessem, que o mundo visse de que verdadeiramente eu não sou a única cara, que eu não sou a única pessoa que a mim aconteceu o que me aconteceu, senão que somos milhares que nos passaram o que a mim me passou. Então, o que eu fazia era com os viáticos, falava-se com cada Embaixada argentina, escolhia-se um hotel mais ou menos, bom, se conversava quem podia pagar a passagem e quem não podia pagar o hotel, quem podia pagar a comida e não pagar a passagem, então eu sempre fui com os familiares, sempre fui com Araceli Adur, bom, Alicia Pierini a levou quando viajou a Porto... Na primeira viagem a Porto Alegre foi a esposa de Habegger, foi a irmã do Padre Adur, foi Lilian Ruggia, digamos, essa foi nossa política, levar os familiares, não irmos nós como... Como pessoas sozinhas, senão levar os familiares, para que os familiares também vissem as coisas que se encontrava e as coisas que existiam. Porque também se ia precisar do dia de amanhã, bom, quando se abrissem causas judiciais precisar-se-iam de testemunhos. E somente uma pessoa não vai poder dá-lo, e com uma só pessoa não podes fazer isso. Então bom, sempre foi essa ajuda que tivemos, sempre nesse sentido, que nasceu tanto de Jair como... Minha, pessoal, que eu sempre levei a todos. Então, quando fomos a Washington, eu levei a documentação que havia retirado de cada país, e levei a primeira convocação, que foi em dezembro do ano de 1975, que convocou Stroessner e Videla e Massera, e é claro foram chamados... Repara que nós tínhamos democracia nesta época, e havia países que já tinham ditaduras, como o Brasil, como o Chile, foi Pinochet, é claro, foi organizada por Pinochet, tudo, bom, eu trouxe a convocação essa e qual ia ser o... A forma de sequestrar as pessoas, qual ia ser a chave, bom, eu levei todas as provas. Então, bom...

P: Essa documentação está onde?

R: Essa documentação eu a deixei no arquivo da Secretaria de Direitos Humanos, depois ela passou ao Arquivo, e espero que esteja no Arquivo da Memória da ESMA. Mas do mesmo modo,

se não está, eu sempre gostei de tirar fotocópia de tudo, eu tenho todas as fotocópias, e não somente eu tenho fotocópia, eu tenho fotocópia até das passagens, até dos gastos que fazia, até do pacote de bolachas que comprava para mim... Tudo. Tudo, para que, se alguma vez me fizerem uma denúncia, eu tenho a prova de tudo. E tenho provas que, digamos, não correspondem somente à Argentina. Todas as provas estão, digamos na causa de Bonadío, todas as provas estão na Itália e em outros países. Porque eu sei que os... Aconteceu que papéis começaram a desaparecer quando tem... Começam a criar... A ter importância. Então nós, nesse sentido com Bonadío, e eu muito antes, e com Jair, cada papel que aparecia era, se distribuía em milhares e milhares de fotocópias.

P: Para reencaminhar... Poderias reconstituir toda essa última parte que eu te perguntava de Lorenzo, até quando chegam à conclusão de que ele é arremessado?

R: Bom, Lorenzo... Eu me inteiro de tudo isso... Bom, pela causa esta que eu abro com Bonadío, digamos, nós começamos a localizar pessoas, começamos a colocar pressa, por isso falo que eu estou orgulhosa, porque verdadeiramente, em setembro de... De 2003, se colocaram quarenta e nove militares, agentes de Inteligência, do 601, que foram os que conduziram o operativo Condor, a ESMA não teve absolutamente nada que ver. E com toda essa investigação do operativo Condor, se descobriu que o maior Campo de concentração que a República Argentina teve foi o Campo de Maio, não foi a ESMA. Isso não quer dizer que estamos brigando para ver quem teve mais, quem teve menos, mas até o momento em que se descobriu isso, todo mundo dizia que era a ESMA. Bom, não. Foi o Campo de Maio, foi o Campo de Maio. E foi o Campo de concentração que teve dois sobreviventes dos quase... Calcula-se... De oito mil a nove mil casos que passaram por aí. Que passaram por aí. Que foram Silvia Tolchinsky e Lepere, que foi um companheiro que foi blanqueado, a ele mandam-lhe para uma casa, lhe fazem... Eles enchem a casa de papéis dos Montoneros, de armas, de bombas, de tudo, bom, o blanquean e o colocam preso em Devoto. Porém, lamentavelmente, bom, quando se descobre tudo isso, que eu começo a descobrir tudo isso, que Silvia Tolchinsky... Bom. Como acontece com o assunto, como eu me inteiro de Lorenzo. Inteiro-me em vinte e oito de julho de 1998, quando colocam a bomba na AMIA,²⁵⁶ colocaram-na em mim. Eu voltava de fazer um trâmite pessoal a Alicia Pierini, bom, e... Entra uma companheira, que era a nova companheira de... Binstock, Edgardo Binstock, a senhora Cristina Rodríguez, que eles já sabiam que a pessoa que se havia casado com Silvia Tolchinsky tinha sido um agente de Inteligência do 601. É claro, durante todo esse tempo que Edgardo Binstock viajou comigo e com outros familiares, nunca me contou a realidade da história. Eu venho me inteirar dela sozinha. Então, bom, nós estivemos com Silvia Tolchinsky, separados por uma parede, porque ela veio dar o testemunho, porque se apresenta quando sai a Lei 24043, que é a que indenizou os presos políticos. Ela se apresenta porque a lei se estende para dar indenização a todos os que estiveram em cativeiro. Então ela se apresenta, e me contam que primeiro ela esteve na CONADEP, na CONADEP sentiu desconfiança, depois quis que Alicia Pierini lhe tomasse o testemunho, bom, não teve confiança, depois outro... Outro pequeno organismo que se havia formado, bom, tampouco teve confiança, ao final decidiu... Perguntou se por escrito e mandando por carta ela poderia... Serviria de testemunha. Então as pessoas lhe disseram que sim, as pessoas da CONADEP lhe disseram que sim; então, essa senhora estava alojada na casa de Edgardo Binstock, porque são primo-irmãos, e essa senhora tem o esposo desaparecido, tem um montão de familiares desaparecidos. Acho que sobrou só ela, nada mais. Ela e esse primo, Binstock. Então... Com a única diferença que Binstock não esteve sequestrado nem nada, esteve... Ele depois viajou ao Brasil com seus filhos, e bom, quando sua mulher desaparece. Deixa o testemunho, então vem essa garota, a companheira esta, e me diz, faz assim, sinais com uma sobrelha e me diz - Trago-te... -, eu estava com toda a confusão que havia da bomba na AMIA, e que isto e que outro, que era uma consternação que não se sabia para onde ir, porque era a primeira vez que nos havia acontecido algo assim, depois do bombardeio de 1955, outra coisa grave, tão grave, tão... Uma coisa tão horrenda... E depois, é claro, todos os desaparecidos e todos assassinados e torturados, bom, voltou a nos acontecer essa desgraça não é? Da, da... Tanto da Embaixada quanto da AMIA. Então vem entrando sorrindo e me diz - Claudia, tenho notícias de Lorenzo -, e eu digo - Como notícias de Lorenzo, de onde? -, imagina, fazia quatorze

256 AMIA: *Asociación Mutual Israelita Argentina*.

anos que não sabia absolutamente nada de Lorenzo. Eu soube em vinte e oito de julho de 1998, foi, que colocaram... De 2004, 2004. Não, foi vinte e oito de julho de 2004, sim, sim, sim, de 2004. Porque eu, em todos os papéis, eu nunca encontrava nada de Lorenzo. Eu encontrava de outros companheiros, mas não de Lorenzo. Então falo - Como desde a Espanha? Não me digas que está vivo -, então a minha cabeça rodou... Retrocedi a 1977, neste momento em que eu estava, em 2004, foi a bomba da AMIA. De 2004, que eu estava de pé...

P: Noventa e quatro.

R: Noventa e quatro, desculpa, noventa e quatro. Sim, 28 de julho de 1994. Até 1977, eu falo - Não pode ser que seja tão... -, vou dizer uma palavra má, mas eu acho que é a expressão que qualquer familiar teria tido, mas - Não pode ser tão filho da puta de não me dizer que estava vivo e não me avisar e não me perguntar nunc apor sua filha -. Então eu digo bom, compro uma passagem e me vou a Barcelona, e o vazio na cabeça, não me importa se vou cair presa ou o que vai acontecer. Então ela me diz - Não, não, espera, espera, espera, espera. Não, não, não. Lorenzo... -. Houve uma companheira que deixou o testemunho, é claro que eles nunca me disseram que eram parentes, nada deste tipo, eu depois, com o tempo, vou me inteirando, então abro, e é a primeira vez que eu fico sabendo o que aconteceu com Lorenzo. É bom eu, a única coisa que posso agradecer a Silvia Tolchinsky é que realmente é como se Lorenzo estivesse falando comigo, me conta quando Lorenzo chegou ao Campo de concentração, que já não te levavam mais aos... Nem ao Campo de Maio nem à ESMA, senão que os milicos alugavam ou apartamentos ou chácaras; ele estava em uma chácara que ficava na rua Conexa, a meia quadra da porta principal do Campo de Maio. Então, ela compartilha aí o cativo com o Padre Adur, com Lorenzo, e de vez em quando traziam... Amílcar Arquetti. Lepere já estava preso. E Silvia Tolchinsky de vez em quando viajava para as fronteiras, às diferentes fronteiras, porque bom, fica demonstrado, não sou eu que falo, senão que falam os cento e cinquenta testemunhos de pessoas comuns que vivem em... Na fronteira, em Paso de los Libres, e o dizem brasileiros também, que bom, que ela era “dedo”, já a tinham como “dedo”, já tinham um álbum de fotos, ela ficava atrás de uma vidraça e trabalhava desde as oito da manhã, quando passava o primeiro ônibus rumo ao Brasil, assim como o primeiro ônibus que passava do Brasil para a Argentina. Então o que os milicos faziam? Subiam nos ônibus, te pediam todos os documentos, os levavam para dentro, ela controlava - este sim, este não, este sim, este não, e bom. Pegavam as pessoas que ela assinalava, faziam-nas descer. E o ônibus prosseguia. Então, quando ela dá o... Que eu leio o testemunho, bom, me conta de Lorenzo, ela... Digamos que nunca lhe tocaram num fio de cabelo, nunca trabalhou como prostituta, como ela disse que trabalhou de prostituta aí, tanto no Brasil como em Paso de los Libres, acaba de declarar isso quando foi o último... Quando foi o julgamento, este que colocamos estes quarenta e nove, que foi o primeiro julgamento quando se levantaram as leis de Ponto Final e de Obediência Devida, que persistiu firme, que já estavam presos, porém... Bom, se fez o julgamento real, que se realizou aí em Talcahuano 550. O que acontece é que a colocam... Simulavam colocá-la em um catre para ver se podiam obter dados tanto do Padre Adur como de Lorenzo, então ela me conta que, bom, Lorenzo às vezes lhe perguntava, como ela tinha filhos, lhe perguntava que idade podia ter nesse momento os bebês que podiam nascer quando tinham tantos meses... Que isto, que outro, bom, essas coisas. E aí conta de que verdadeiramente ela os ouvia perfeitamente quando os torturavam, pelos gritos que davam, e ela aí se dá conta de que o Padre Adur está, porque lhe dizem o nome, e lhe falam - Tu és aquele capelão filho da puta, de todos os filhos da puta dos Montoneros, vamos te arrebentar -, em cada tortura que faziam, e bom, e é claro que os gritos devem ter sido pavorosos, bom, e me conta. E eu lhe escrevo uma carta, que demoro um mês para escrevê-la, porque não... Veja, quando recebes uma carta tu em seguida... Sei lá, tu podes, te sai: ou estimado amigo ou... Querido amigo ou querido Carlos ou querido tal. A mim não me saía absolutamente nada. Eu era como que sem saber que ela nunca foi torturada eh? Era algo como, não sei, pressentia algo. Então... Bom, o que ocorre é que me conta realmente a verdade, me fala tal como se fosse Lorenzo, me conta tudo. Conta-me até que tanto o Padre Adur como Lorenzo viveram um dia mais, porque no Campo de Maio, bom, houve uma tempestade e o avião não pôde levantar voos, então os levaram outra vez, de novo. E me conta que Lorenzo tinha as algemas gangrenadas, tanto nas mãos como nos pés, que já não se viam porque estavam muito inchados pela tortura...

E houve um... Levam tanto o Padre Adur como Lorenzo para se despedirem dela, e lhe entregam essa fotinho que Lorenzo tinha levado... Se tu queres... Tu podes... Não sei, eu talvez possa; então este... Salvam um dia mais, porque há uma tempestade, não podem subir no avião, tornam a levá-lo para a chácara e no outro dia ele torna a se despedir, Lorenzo tinha as algemas incrustadas tanto nas mãos como nos pés, como o Padre Adur, das torturas que sofriam, Lorenzo esteve... Calculamos com Araceli Adur, três meses, pois pensamos que em vinte e um de setembro desse mesmo ano eles foram, como eles diziam, transladados, mortos, jogados no Rio da Prata. Depois que nos encontramos com a irmã, bom, conversamos muito, verificamos a data, e ela justamente nesse dia – vinte e um de setembro – ela recebe um telefonema de uma mulher que lhe diz - Filha da puta, tu não vais esquecer essa data nunca mais na tua vida -, ela pensa que foi alguém do Campo de concentração como que lhe avisando e bom; eu, deduzindo contas e datas, bom, também, imagino que Lorenzo também foi jogado na mesma data. Como ela... Como Silvia Tolchinsky disse que os dois foram se despedir, e quando Silvia Tolchinsky se despede, Silvia Tolchinsky conta que vem um militar de alta patente e lhe diz - Bom vou lhe entregar isto, porque tu te comportaste como um bom companheiro, não cantou nada, e isso nós - ele diz - Como militares o valorizamos -. Então lhe entregou essa fotinho, que aqui Paula tinha quinze dias de nascimento, e seu pai, bom, vinte e cinco anos, o que acontece é que desde muito jovem era calvo, seu cabelo tinha caído, e bom, Lorenzo morreu com esta foto em suas mãos. Então eu falo que, apesar da dor que deve ter sofrido e tudo, bom não terminou sozinho, terminou com... Com sua filha, acompanhado de sua filha, e bom, pôde... O último que posso dizer é que... Não se tem que abandonar uma... Um começo, uma batalha, porque isto foi uma batalha para se salvar os humanos, uma batalha para dar exemplos, porque sempre que nos reunimos com Jair, porque descobrimos coisas novas e porque continuamos com nosso trabalho apesar de... Ameaças, e apesar de que... De que bom, de que sempre pensamos que algum dia nós teríamos que descansar, mas eu tenho a sorte que outros familiares não têm, porque eu sei que Lorenzo está jogado no Rio da Prata junto com sua irmã, e que bom, em dez de março de 2012, 2011, jogamos o seu pai no Rio da Prata... E bom, eu acho que fizemos justiça, fiz justiça, porque nem todos te acompanham, quando há ameaças, digamos, tu ficas um pouco sozinha. Porque esta é uma história que aconteceu não somente na Argentina, senão que aconteceu, eu calculo que aconteceu no mundo todo, e vem passando faz muitos anos, e o que se lamenta é que em vez de que isso diminua, de diferentes formas, lamentavelmente, continua acontecendo, e que lamentavelmente ficamos muitos poucos, porque a história tem que servir para que não torne a acontecer, mas para não torne a acontecer de verdade. Não para dizer o “Nunca Mais”, porque o “Nunca Mais” é uma palavra que te ajuda e te dá ânimo para prosseguir, mas aqui teríamos que dizer, e agora vem o assunto que eu queria clarificar um pouco, porque acho que nestas coisas vão ser... Lidas por aí, por crianças ou adolescentes ou jovens, ou também por que não, por adultos, porque talvez nos também necessitemos continuar aprendendo coisas para não continuar cometendo erros. Eu falo que não é porque se chega à velhice isto significa que aí se parou de cometer erros, eu acho que continuamos a cometer erros até o último dia de nossas vidas. Isto tem que servir, temos que continuar lutando pelas crianças que morrem de fome, pelas crianças que estão na prostituição, pelas mulheres que são sequestradas aqui na República Argentina e que são levadas aí para o Brasil, ou brasileiras por aí, que são levadas, que digamos que faz muito tempo, muitos anos, existe um operativo Condor, mas de... De tráfico de crianças, de tráfico de mulheres, de... De tráfico de drogas, de tráfico de... De... Umm montão de coisas que verdadeiramente todos sabemos e todos veem agora, com a televisão, com o computador nos inteiramos em um minuto o que é que aconteceu no país ao lado, então eu digo que isto nos tem que servir como... Esteja governando o presidente que estiver, não podemos permitir que se continuem violando os direitos humanos. Os direitos humanos das pessoas, seja a cor da pele que tenhamos, seja a nacionalidade que tenhamos, começemos a ser uma América Latina livre, que possamos entrar em um lugar e no outro, com uma segurança, digamos, que não tenhamos medo. Eu acho que toda essa luta que talvez para alguns pareça má, para outros parecerá que é boa, eu acho que se pode ter cometido erros e eu os reconheço, eu não sou das pessoas que falam... Eu, tudo o que faço, faço bem; não. Eu acho que todos os dias, quando nos levantamos, temos que prosseguir criando um dia melhor, e que termine com uma noite melhor. E encontrar, bom, encontrar irmãos como somos com Jair, como somos com tantas outras pessoas que nos ajudaram, e que eu sei que

quando me virem vão me reconhecer, e eu lhes peço mil desculpas porque não dou nomes, mas é o agradecimento para todos, para vocês, para todos que estão fazendo isto, porque realmente isto é sacrifício, isto é um compromisso, isto é uma falta de tranquilidade, porque bom, tu não podes ir veranejar tão tranquilo, não podes entrar por aí em tua casa tranquilo não é? Não podes estar por aí tranquilo com tua família, mas eu acho que isto é uma escolha que se faz na vida. E eu acho que o importante é reconhecê-la e não abandoná-la. Para mim, apesar de... Da dor, me trouxe muita satisfação, bom, tenho uma filha que cresceu, que hoje tem trinta e dois anos, que bom, que é uma jovem normal, normal digamos, apesar de todo o sofrimento que possa ter passado ela, com muita calma, está tratando de construir sua história, embora a tenha que ter sabido a partir dos três anos, mas... Eu realmente se... Tivesse que voltar a fazer tudo isso, voltaria a fazer com muito orgulho e com muita esperança de que sempre irei encontrar em meu caminho pessoas boas. Boas, honestas e que queiram continuar tendo países melhores dos que temos, realmente. É um prazer conhecê-los e bom, e continuem, e realmente tudo o que precisem estou às suas ordens, porque realmente, bom, estamos para ajudar-nos, e bom, a experiência serve para o outro também não é? Por que não?

P: Por que não, obrigado.

R: Por que não colocar uma matéria de direitos humanos em todos os lados, não? E apagar a história, é mais fácil apagar a história do que segui-la, de modo que bom isso é tudo, e é claro um grande abraço ao Jair e a todos os seus companheiros, e a todos os que me ajudaram e a todos os brasileiros, porque, como eu falo; as indenizações que estão recebendo tanto na Argentina como no Brasil, assim como o Brasil deu indenizações a argentinos, o povo as dá. O povo as dá, não as dá o governo, o povo as dá. Tira de seus impostos que tem que pagar; e eu agradeço ao povo por ter reconhecido o desaparecimento de meu companheiro no Brasil. Isso é o importante, obrigada por tudo.

P: Obrigado, obrigado.

CAPÍTULO V

ENTREVISTAS COM PESQUISADORES.

DEPOIMENTO 40**(A) ENRIQUE SERRA PADRÓS.****PORTO ALEGRE, 28 DE JANEIRO DE 2013.**

Inicialmente quando elaboramos o projeto, que ora estamos apresentando, nós tínhamos como meta principal, a partir daquilo que nós conhecíamos da história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, levantar uma série de fatos e resgatar uma série de protagonismos de pessoas que, de alguma forma, tinham ousado enfrentar os tempos difíceis das ditaduras do Cone Sul, a partir de atos de solidariedade, de atos de resistência e de atos de colaboração com aqueles que estavam sendo perseguidos, em termos políticos, dos diversos países que fazem parte do Cone Sul. Essa história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos é uma história que tem que ser valorizada, num contexto de cenários fechados, num contexto que conhecemos talvez com as práticas repressivas clássicas dos Anos de Chumbo, e em uma época de muita repressão e de muito medo. Então a existência de um grupo de homens e mulheres que ousaram, em nome da solidariedade, ajudar aqueles que mais precisavam de apoio, realmente, naquele momento pensamos que mereceria todo um destaque neste contexto de resgate da história, da memória, do nosso tempo presente das ditaduras de Segurança Nacional.

A partir desse momento, então, iniciamos uma organização, iniciamos a organização dos documentos que fazem parte do Movimento, e a partir daí iniciamos o levantamento dessa relação de fatos que queríamos de alguma maneira destacar. Estava muito claro para nós que trabalhar com esses documentos implicava, necessariamente, pensar não só em termos de Brasil, particularmente em termos de Rio Grande do Sul, mas também pensar em termos de Cone Sul. Aqui há uma questão importante, que já tem sido dita em vários depoimentos, mas que é necessário reafirmar. O Rio Grande do Sul, pela sua especificidade, acaba sendo um Estado que tem uma, sofre uma dupla influência: por um lado a influência da dinâmica nacional, e por outro lado ele também acaba sendo atingido pela influência que vem dos países do Prata. Isso vem desde praticamente a existência dos Estados Nacionais na região. No período que antecede a imposição dos golpes de Estado, e depois a consolidação das ditaduras, mostra ainda uma situação muito mais dramática, na mediada em que o Estado do Rio Grande do Sul acaba sendo uma espécie de ponto de partida para o exílio salvador, daqueles que estão sendo perseguidos internamente, mas ele também pode funcionar como o ponto de acolhida de alguns que, vivendo uma situação muito mais difícil nos países vizinhos, acabam vendo no Brasil a possibilidade de uma situação, digamos, um pouco menos tensa e talvez de acolhida, ou de algum tipo de ajuda em um momento em que está acontecendo o massacre repressivo nos outros países. Então o Rio Grande do Sul tem essa característica de ter sido, também, não só ponto de acolhida ou ponto de exportação daqueles que procuram a acolhida, mas também uma espécie de corredor daqueles que, desde outros lugares do Brasil, procuram sair do país quando precisam, ou então aqueles que, de outros países, procuram o Brasil para ficar ou então para servir de ponto de passagem para a Europa ou outros países da América Latina, ou os Estados Unidos, por exemplo. Então essa característica do Rio Grande do Sul, da sua configuração geopolítica e geoeconômica, cultural, de certa maneira marca também a nossa percepção sobre essa temática.

Pretendíamos resgatar a partir desse projeto, então, essas trajetórias, os itinerários, os protagonismos de algumas pessoas que se tornaram conhecidas em função dos fatos, o caso, por exemplo, dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz, mas também de pessoas que acabaram sofrendo situações parecidas, mas cujas histórias são completamente desconhecidas, são inéditas, ou pessoas que ficaram praticamente anônimas dentro da dinâmica desse período. Nesse sentido, a partir do que nós avaliamos como positivo, na ideia de passar um pouco o cotidiano desses tempos, nós acabamos fazendo uma opção que se manifesta a partir da relação de nomes que foram digamos convidados a dar seus depoimentos. Temos dois tipos de depoimentos: nós temos, por um lado, depoimentos de pessoas que foram vítimas dessa repressão, portanto pessoas que foram ajudadas, que tiveram essa acolhida solidária, e, por outro lado, nós temos o depoimento daqueles que participaram, de forma solidária, na defesa das pessoas que precisavam nesse momento serem acolhidas. Então nós temos já, desde o final da década de setenta, nós temos o registro da manifestação, da

atuação de algumas pessoas, que colocando a sua própria vida, acima do risco que implicava isto naquele contexto, acabaram contribuindo para a salvação de dezenas e talvez de centenas de pessoas. E por outro lado, nós temos também os depoimentos daqueles que de alguma forma são os protagonistas centrais dessa história.

O que nós acabamos encontrando, na prática, no conjunto desses depoimentos? O que nós imaginávamos que seria uma história totalmente focada no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, quando nós começamos a ampliar a rede daqueles que atuavam em conjunto, aqueles que interagem com o Movimento, aqueles que, de alguma forma, também pediam ajuda, nós acabamos descobrindo que, em realidade, de forma informal ou não, essas relações faziam parte de um tecido muito mais denso, e que envolvia, na época, e que envolve até hoje, uma rede de colaboração pautada na lógica da resistência e na lógica da denúncia daquelas ditaduras, dos crimes cometidos por ela, e uma rede que também se pauta com uma rede de proteção àqueles que pediram ajuda. Então, o que se iniciou como sendo um projeto envolvendo uma entidade mais específica, na prática acabou tomando uma dimensão muito maior, e acabou revelando muitas outras histórias, muitos outros protagonismos, muitas outras entidades, muitas pontas nessa rede, onde cada nova ponta a ser descoberta, por sua vez, nos colocou em contato com outras pontas não é; essas pontas, como parte desse tecido, no formato de uma teia de aranha, em realidade encontrando ali outras pequenas redes ou protagonistas que, de forma informal ou não, se vinculavam, por sua vez, a outros pontos dessa rede. Foi assim que nós chegamos ao Clamor, foi assim que nós chegamos a Casa Padre Jorge, foi assim que nós chegamos a Cáritas, é assim que nós estamos em contato com o AC-NUR, é assim que nós chegamos ao SERPAJ, é assim que nós chegamos às diversas organizações de direitos humanos da época, ou de organizações incipientes ainda, mas que já começam a existir, de familiares ou de perseguidos políticos. Então, realmente, o que esse projeto me mostrou, na prática, é uma história muito bonita de ser contada, é uma história muito conseqüente, que é a história da resistência a partir da denúncia e da proteção, e da tentativa de ajudar esses que precisavam de alguma forma sair da região. Então, essa é parte da história que nós encontramos.

Outra parte da história que nós encontramos diz respeito, também, ao tipo de perfil das pessoas que nos deram esses depoimentos. Encontramos pessoas – algumas são pessoas anônimas, outras são pessoas bastante conhecidas, portanto pessoas que já têm, de alguma forma suas histórias já têm sido contadas. Nós temos entre os nossos depoentes jornalistas, pesquisadores, nós temos sobreviventes, nós temos familiares, nós temos lutadores sociais, nós temos guerrilheiros, nós temos políticos, nós temos alguns intelectuais, ou seja, nós temos um universo bastante variado. Nós temos crianças não é? Nós temos várias crianças que contam seus relatos, hoje como adultos. Então, dentro dos depoimentos que nós encontramos, há alguns elementos comuns que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a generosidade das pessoas em receber o projeto e abrir as suas histórias, em abrir os seus dramas, em abrir os seus traumas, em abrir as marcas que carregam até hoje contando essa história. Claro que contando essa história porque consideram que isso é importante no sentido societário, então isso merece registro. O agradecimento à generosidade dessas pessoas que muitas vezes, de forma muito difícil, muito dramática até, com muita dificuldade contaram essa história. Algumas pela primeira vez, inclusive. Por outro lado, encontramos pessoas que de forma – praticamente a grande maioria – pessoas extremamente simples na sua forma de se relacionar com esse tema, pessoas muito humildes, e pessoas que normalmente retiram o protagonismo à sua trajetória, no sentido de que consideram que sempre as histórias mais importantes são as histórias dos outros. Encontramos pessoas que são militantes dos direitos humanos até hoje, e são pessoas que agem de forma muito discreta, são pessoas que agem de forma muito coerente, são pessoas que até hoje, sem procurar uma posição midiática, elas continuam divulgando não só o que foi o seu protagonismo naquele tempo, mas até hoje elas continuam lutando dentro de tudo aquilo que significa a permanência, a persistência da luta pelo resgate da memória e da luta pelo resgate da história, e, portanto, dos protagonismos, sobretudo daquilo que foi silenciado, e particularmente daqueles que foram silenciados. Por outro lado, as pessoas fazem isso, quase sempre, dentro de uma lógica do coletivo. Todas elas reconhecem – mesmo aqueles que até têm algum momento pontual de atuação –, todas elas reconhecem sempre que esse trabalho coletivo é o que de fato garantiu a possibilidade concreta da eficiência, da insistência dessas redes, e do sucesso que tiveram justamente na possibilidade de ajudar a denunciar o que ocorria nessas regiões, como, por outro lado, ajudaram a salvar tantas e tantas vidas. Então isso também deve ser ressaltado. A história das redes de resistência e de solidaria-

riedade contra as ditaduras do Cone Sul, contra a conexão repressiva do Cone Sul, é sempre uma história coletiva, e sempre faltam vozes, porque é impossível podermos resgatar todas as vozes, na medida em que algumas dessas pessoas importantes naquele momento, com a sua atuação, algumas já faleceram, e outras, em realidade, ainda estamos descobrindo. Cada relato oferecido abre imediatamente um elenco muito significativo de novos fatos a pesquisar, de novas pessoas a serem, de alguma forma, contatadas, para que ofereçam depoimento. E isto mostra também a necessidade continuada de persistir na montagem dessa rede cada vez mais ampla, porque por aqui nós estamos não só resgatando as histórias, mas estamos criando uma fonte muito importante para pesquisa, que justamente é aquilo que nós pretendemos agora: oferecer, a partir desses depoimentos, um conjunto de informações e de interpretações que podem ser colocadas em perspectiva, a partir do eixo que nós estamos aqui defendendo, que é o eixo justamente a partir da rede da resistência, da solidariedade e da denúncia, mas que podem ter outros eixos, que evidentemente cada pesquisador poderá, de alguma forma, escolher, para poder de alguma forma, também, resgatar novas possibilidades de pesquisa. Consideramos que essa é uma contribuição muito importante que está acontecendo.

Este projeto teve como justificativa, em primeiro lugar, a ideia fundamental do resgate da história não é? Ou seja, este projeto é coordenado por um historiador e por um arquivista que também tem formação como historiador, então, dentro dessa perspectiva, inegavelmente nós estamos contribuindo ao resgate dessa história. E é uma das histórias que sempre tem que ser contemplada com maior cuidado, porque essa história, particularmente, tem a ver com uma das questões mais clandestinas imposta pelas ditaduras de Segurança Nacional. As ditaduras de Segurança Nacional, cada uma dessas ditaduras do Cone Sul, cada uma com as suas peculiaridades, mas todas elas com alguns elementos que são comuns, o que permite uma história comparada, uma história conectada, uma história de aproximação, e uma história que contraste semelhanças e diferenças. Muito bem, essas ditaduras de Segurança Nacional, da sua fase mais clandestina, e da sua face mais repressiva, o mais clandestino que há é tudo aquilo que diz respeito à conexão repressiva. E daquilo que é mais clandestino da conexão repressiva, inegavelmente que a Operação Condor é um elemento central. Então, um dos elementos que justificou a escolha da nossa, do nosso eixo digamos de atuação, foi justamente pensar o Rio Grande do Sul como um espaço importante para, a partir dele, perceber a conexão repressiva, e para perceber também a modalidade Condor, que é uma modalidade dentro do conjunto dessa conexão repressiva. E por aqui nós temos vários depoimentos que evidentemente apontam nesse caminho. Então, o resgate da história aqui é fundamental, porque é resgatar uma história sobre a qual ainda muito pouco se sabe, e ainda há muitos poucos documentos que possam permitir aprofundar o conhecimento sobre essa conexão repressiva, que pode ser binacional, trina-cional, ou até então, já em uma perspectiva maior, multinacional, na lógica do Condor. Então, por aqui o resgate histórico de tudo isso, mas também o resgate histórico de outras dimensões, talvez não colocadas originalmente como objetivos a serem atingidos, mas que na prática aconteceram. Nós resgatamos um contexto, nós resgatamos olhares sobre esses contextos, os contextos nos quais estavam inseridos esses depoentes. E ao resgatar esses contextos, nós resgatamos protagonismos, trajetórias, de organizações políticas, de organizações sociais, de organizações profissionais; nós resgatamos, por exemplo, a história do PVP uruguaio, e, antes disso, nós resgatamos a história do que era o anarquismo no Uruguai, quer dizer, trajetória necessária para poder contar, depois, o que foi o Sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre. Nós resgatamos várias histórias, nesse sentido. E ao resgatar esses contextos, nós resgatamos cotidianos: o cotidiano do medo que as pessoas sentiam; o cotidiano das pessoas que eram adolescentes na época; o cotidiano das crianças que foram sequestradas, ou que tiveram pais presos e, em alguns casos, desaparecidos; o cotidiano de viver esse clima de horror; o cotidiano de estar exilado ou asilado, ou ainda em um compasso de espera, clandestino em país estrangeiro, enquanto se aguarda documentos que permitam essa possibilidade de sair da região e conseguir, pelo menos, uma passagem para um país que ofereça condições de proteção. Ao resgatar esses cotidianos, nós também resgatamos uma coisa muito importante: nós resgatamos uma geração. Nós resgatamos uma geração de militantes, uma geração de jovens, uma geração de pessoas, mulheres e homens, que, ao sonhar e ao atuar, para concretizar esses sonhos, eles foram combatidos. As ditaduras se expressam enquanto resposta a uma série de iniciativas que questionavam aquilo que existia até então. A ditadura e o seu caráter repressivo têm que ser explicados, também, em função de qual era o mundo pretendido por um conjunto de cidadãos; em cada um dos países onde se pretendia mudar essa situação que era vivida até então. Então é uma geração que sonhou e

que agiu; é uma geração que foi muito generosa nas suas atitudes; e é uma geração que pagou um preço muito alto por causa disso. Entre as vítimas resgatadas em muitos depoimentos, está essa geração que sonhou, que lutou, e que foi reprimida por causa disso. Entre os depoimentos de militantes de direitos humanos, que ajudaram para a sobrevivência de muitos daqueles que lutaram, também está a marca desses sonhos; esses sonhos que não foram concretizados, de alguma forma, mas que se transformaram em alguma coisa palpável ao lutar pela proteção e pela possibilidade de ajudar a sobreviver aqueles que, de forma mais imediata, eram considerados inimigos do Estado, na lógica dos Estados de Segurança Nacional.

Além da dimensão histórica, que de certa forma justificou, e sempre é um grande objetivo que temos dentro desse projeto, nós temos também a dimensão política não é. Ou seja, a dimensão política passa por dois digamos caminhos, por dois caminhos que são paralelos e que lá adiante eles evidentemente se encontram. Em primeiro lugar, por entender que nós, ao resgatarmos a história das ditaduras de Segurança Nacional, nós estamos aqui ajudando a resgatar também as responsabilidades que dizem respeito ao Estado repressor, aos funcionários públicos repressores – claro que há também aqueles que são agentes privados –, ao papel das Forças Armadas, ao papel dos diversos poderes que compõem de forma geral o Estado e que agiram de uma forma ou de outra, em relação a esses temas. Claro, através dos depoimentos isso pode ser percebido de forma desigual, logicamente isso tem a ver também digamos com a percepção que cada um dos nossos depoentes acaba apresentando. Mas, de qualquer maneira, o fundamental é entender isso, ou seja, a estrutura do Estado montada como um Estado repressor, que não é simplesmente um Estado repressor no sentido da perseguição policial, da perseguição militar, da aplicação das políticas de tortura, das políticas de desaparecimento, contra aqueles considerados, em diversas conjunturas, como os inimigos internos, naquela conjuntura específica, mas tem a ver também com uma ideia muito maior, quer dizer, essa ideia do medo, essa ideia da censura, da imposição dos mecanismos à indução da autocensura, a imposição dos mecanismos que quebram com a solidariedade, a imposição dos medos através das formas de controle mais gerais, que as ditaduras, de alguma forma, conseguiram implementar, cada uma com a sua especificidade. Então, a dimensão do político tem a ver em pensar um Estado transformado, enquanto estrutura, como um aparelho de contenção da sua cidadania não é. Paralelamente a isso, é claro que há toda uma apreensão de conceitos, às vezes especificados, na maior parte das vezes não, desenhados nos depoimentos, que têm a ver com a ideia de autoritarismo, que tem a ver com a ideia de terror, Terror de Estado, que tem a ver com a ideia de violência estatal, que tem a ver com a ideia de democracia, que tem a ver com a ideia dos partidos políticos existentes, que tem a ver com a ideia do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, que tem a ver com a ideia de cidadania. Enfim, essas ideias perpassam permanentemente também esses depoimentos, e de alguma forma também conseguem transmitir o que é o tecido social, o tecido político e o tecido cultural desses contextos. Simultaneamente a isso, bom, o outro elemento que compõe a dimensão política: o resgate, a intencionalidade do resgate dessas histórias, e o fato das pessoas quererem contar essas histórias, evidentemente que isso bem embasado em cima de uma postura política. Uma postura política que entende que é fundamental, que é essencial, incorporar essas experiências dentro de um processo histórico, onde a falta dessas histórias evidentemente têm resultados políticos no dia a dia do conjunto da população. Então entendemos que toda a discussão sobre o direito à verdade, o direito à justiça, o direito à memória, o direito à reparação, o direito a ter Direitos, e é claro que aqui não só exclusivamente com esses que nós estamos falando ou levantando através do eixo do nosso projeto, o direito a ter Direito, de forma geral, o direito a ter direito à informação, todos esses direitos compõem, também, aquilo que nós possamos imaginar como uma situação política e uma democracia que é balizada pela existência ou inexistência desses direitos. De alguma forma, depois de trinta, quarenta anos, do final dessas ditaduras do Cone Sul, cada uma no seu tempo, o que a história concretamente mostrou, até hoje, é que a não resolução daqueles crimes, essa postura que vingou durante todo um tempo, de não querer olhar para o passado, negar o passado, silenciar o passado, interditar o passado, não só não interditou definitivamente esse passado, como fez com que essa ferida persistisse, persistisse, e no final, finalmente ela tenha se transformado num problema que a sociedade, em algum momento, precisa encarar. No caso do Brasil agora, no caso dos outros países um pouco antes, embora em todos os países essa sempre seja uma situação difícil, apesar de que neste momento temos certo contexto de digamos semelhança finalmente, pelo menos em algumas questões no que diz respeito a algumas reparações e resgate de

algumas dessas situações.

Junto com a dimensão histórica e junto com a dimensão política então, finalmente, fundamentou este projeto a dimensão pedagógica. A dimensão pedagógica aqui pensada como a dimensão que pauta a procura da solução ou da resolução de um dos maiores crimes cometidos por essas ditaduras, e pela forma como foram resolvidos, nos períodos de transição, os crimes cometidos por essa ditadura. A tentativa de resolver não só aquilo que foi uma interrupção do conhecimento do que tinha acontecido, mas principalmente a tentativa de interromper a conexão de uma geração com as gerações posteriores. O que nós tivemos de forma muito concreta com a negação do passado, com a negação dos crimes, com a Anistia dos crimes e dos criminosos de Estado, não só desses crimes cometidos, esses crimes que hoje são considerados crimes de lesa-humanidade, mas tudo aquilo que tem a ver com a cultura política profundamente autoritária ou profundamente terrorista, em determinado contexto, e que acaba afetando uma população muito maior do que aqueles considerados como vítimas mais imediatas. Ou seja, toda a população, fora aqueles que foram, todos aqueles que aderiram aos golpes, e que se mantiveram sempre ao lado da ditadura, até o final, fora eles, todo o restante da população acabou sendo vítima dessa ditadura. Temos vários tipos de vítimas. Nós temos hierarquias de vítimas, mas vamos deixar muito claro, a dimensão pedagógica, quando ela está ausente, implica no seguinte: aqueles que inclusive nasceram no final da ditadura e aprenderam uma história, onde lhes foi sonogada justamente toda essa experiência concreta, toda a experiência dessa história produzida pela geração anterior, essas gerações mais novas, que têm essa história sonogada, que tiveram essa história sonogada, elas também são vítimas de uma atitude autoritária que apostou numa desqualificação da experiência passada de uma geração para outra, e que poderia permitir no futuro talvez enfrentar, essas gerações posteriores, a partir de outros momentos autoritários, sem que essas gerações tivessem talvez conhecimento daquela experiência dos pais e dos seus avós, conhecimento que evidentemente pode prepará-los muito melhor, caso um dia isso venha a acontecer de novo. A conexão entre gerações é um elemento fundamental nesse resgate histórico-político e nesse resgate pedagógico, que particularmente nós, que somos professores, temos que ter em mente. A dimensão pedagógica tem a ver com essa conexão entre gerações, a possibilidade de estabelecer pontes daquilo que foi interrompido de forma autoritária, de cima para baixo, e que de alguma forma permite que as novas gerações finalmente se encontrem, e se identifiquem também, em algumas atitudes políticas, em algumas atitudes éticas, em algumas posturas que seus pais, que seus avós, que a geração dos seus pais, que a geração dos seus avós teve nesse momento, e que desconectadas, descontextualizadas, sempre podem ser vistas como alguma coisa incompreensível. É isso que tem que se fazer: dar sentido a essas atitudes. Isso não significa aceitação, isso é um problema de cada um, mas significa dar as ferramentas para que elas possam se identificar dentro do processo histórico; essas gerações fazem parte do mesmo processo histórico, não é possível que as gerações mais recentes tenham sido cortadas daquele processo histórico como se elas nada tivessem a ver com aquilo. Uma característica dos novos tempos, nós sabemos que os jovens, esses mesmos jovens que durante muitos anos foram criticados como uma geração de alienados, uma geração que não se interessa pelo seu passado, em realidade esses jovens, quando eles têm acesso às informações sobre esse passado, eles finalmente podem se posicionar sobre isso. Geralmente esses jovens demonstram uma capacidade de indignação significativa. Isso está acontecendo hoje no Brasil. É que ainda falta espalhar ainda muito mais esse conhecimento para, enfim, para um país que é continental, para regiões as quais é muito difícil chegar, mas parece que estamos indo nesse processo. Este projeto pretende contribuir, e realmente de uma forma muito humilde, de uma forma muito simples, ele pretende contribuir, primeiro: dar voz aos que foram silenciados durante tanto tempo, de forma individual e de forma coletiva. Por outro lado, a possibilidade de trazer informações que motivem novos pesquisadores, cada um dos depoimentos, individualmente tomado em si, é de uma riqueza fantástica, independente da forma como esse depoimento é dado, independente das condições em que a pessoa deu esse depoimento, mas há muitas pistas, tanto para questões regionais quanto para questões nacionais, ou para questões que dizem respeito a um marco muito maior. Finalmente, esse projeto visa, também, mostrar claramente que, se por um lado houve uma conexão repressiva, e houve uma Operação Condor dentro dessa conexão repressiva, houve também muito traço de solidariedade na ação desencadeada por indivíduos e por coletivos. E essa é uma questão fundamental. Nós temos alguns depoimentos – alguns depoimentos são fechados em si –, nós temos um depoimento de uma mãe da Praça de Maio, da Dona Adelina, da cidade de La Plata. Nós temos depoimentos das fa-

mílias dos argentinos que foram desaparecidos no Brasil. Nós temos depoimentos de crianças que sofreram a repressão diretamente, no momento em que as suas famílias foram perseguidas. Nós temos depoimentos sobre a história do Uruguai, sobre a repressão no Uruguai, sobre os sonhos e lutas de cidadãos uruguaio, de cidadãos argentinos, de cidadãos brasileiros. A ideia que nós temos é a de que, ao poder colocar dentro deste eixo das redes do Cone Sul, que as pessoas que não têm ainda essa noção se deem conta de como isso foi importante naquele momento, e como isso está sendo importante hoje, quando estamos procurando respostas, não só respostas sobre fatos ocorridos no Brasil em documentos brasileiros, mas estamos pedindo também ajuda em documentos argentinos ou documentos uruguaio. E a mesma coisa cidadãos daqueles países estão fazendo em relação aos documentos brasileiros. Essa percepção do conjunto, essa percepção do que naquele momento nos tornou muito próximos, não só nos sonhos, mas também depois naquilo que foi o horror do terror desencadeado, na imposição dos medos que geraram uma cultura de desmobilização, e a cultura que silenciou durante tantos anos as pessoas que, em muitos casos, pela primeira vez, finalmente, vêm a público falar sobre tudo isso.

O projeto visou também, um pouco, dar o rosto dessas pessoas, mostrar a sua cara, mostrar a sua emoção, as suas mãos, os seus sorrisos, a sua tristeza, e deixar ouvir também a sua voz. Porque cada uma das histórias em si sintetiza um universo; cada uma das histórias em si corresponde a uma trama, onde o drama humano é alguma coisa que tem que ser resgatado. E cada uma dessas histórias, no conjunto que nós estamos apresentando, por sua vez, é claro que interagem, pode dialogar; em alguns casos isso é direto, em outros casos isso ocorre de forma indireta. Esta é a ideia que nós temos hoje do projeto que nós estamos apresentando. Ele é um pouco diferente do projeto original, porque nessa caminhada o que nós descobrimos de forma concreta, realmente mostrou a riqueza das vidas, das trajetórias, dos itinerários, dos protagonismos, das memórias e das histórias que nós, de forma muito humilde, estamos tentando ajudar a resgatar.

(B) JORGE EDUARDO ENRÍQUEZ VIVAR.**PORTO ALEGRE, 28 FEVEREIRO DE 2013.**

Projeto Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua Conexão Repressiva. Meu nome é Jorge Vivar, Jorge Eduardo Enríquez Vivar; sou docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, exerço a docência e a pesquisa aqui no curso de Arquivologia, trabalhando principalmente com a área dos arquivos históricos, e desde 2003 e quiçá um pouco antes, não é, com os arquivos repressivos, quer dizer, os arquivos que têm a ver com toda essa conexão repressiva do Cone Sul. Bem, além disso, eu faço parte também da coordenação deste projeto, eu sou coordenador, junto com o professor Enrique Padrós, do projeto em menção, e este projeto nós viemos desenvolvendo justamente no sentido de resgatar as histórias, as memórias de luta, resistência, de solidariedade principalmente, quanto às práticas de terrorismo de Estado que foram promovidas aqui pelas ditaduras ou pelos regimes militares na América Latina, e principalmente aqui no Cone Sul, no período de 1964 a 1990. Todos nós conhecemos as características desses regimes por desencadear uma brutal repressão, eu diria inédita, contra a oposição política, através de uma massiva aplicação de mecanismos que foram implementados aqui nesta época, como é o caso do sequestro, da tortura, da morte, do desaparecimento, e assim por diante, práticas abomináveis no sentido da ética humana [...]. Enfim, coordenamos, eu e o professor Enrique o projeto que visa, principalmente, como eu disse anteriormente, resgatar estas histórias. O Enrique, em seu depoimento, falou muito bem a respeito dos objetivos deste projeto; a respeito da justificativa do projeto. Eu vou resgatar um pouquinho a história desse projeto, o porque e como se realiza. Bem, no ano de 2003, quando se realiza o Fórum Social Mundial aqui em Porto Alegre, se realiza a primeira reunião de arquivos da ditadura. Naquela época esteve aqui o professor Antônio González Quintana, pela Universidade Carlos III de Madri, que foi auspiciado pela UNESCO, veio então nos relatar, e um pouco nos informar o que estava acontecendo na Espanha, principalmente no que diz respeito aos acervos, arquivos e ao resgate dos arquivos da Guerra Civil Espanhola. Bem, naquela ocasião houve um convite para participar em outros eventos, e a partir desse momento a minha vinculação, principalmente com estes temas. Em 2005 veio um representante da ONU, e se organizou aqui outro Seminário, que se chamou "Arquivos, Memórias e Ditaduras"; esteve presente o professor Ramon Alberch Fugueras da Universidade de Barcelona, e, naquela época, diretor-geral dos Arquivos da Catalunha, e o tema em questão era a apresentação de um projeto que os Arquivistas Sem Fronteiras internacional, naquele momento, desenvolviam junto a outras instituições, entidades, aqui na América Latina, no sentido de resgatar esses acervos, os acervos que existissem ou fizessem, ou que tivessem relação, melhor dizendo, com esse processo desta história contemporânea ou desta história recente das ditaduras militares, ou cívico-militares, aqui na região. Naquela ocasião fomos convidados para participar desse projeto, fato que efetivamente nos interessou, digamos assim, e teve a sua concordância. Iniciamos trabalhando com arquivos daqui da região, ou seja, principalmente da região do Cone Sul, dos países aqui limítrofes com o Brasil, que são o Uruguai e a Argentina. Fizemos uma série de trabalhos, levantamentos, e organização, enfim; e, basicamente aqui, ou principalmente, no Brasil, aqui na região sul, objetivamos o resgate da documentação, o resgate dos acervos que nós considerávamos importante ou muito importante como fonte de conhecimento daquilo que aconteceu em termos de tradições solidárias aqui no Rio Grande do Sul. É nesse marco dessas tradições solidárias o Movimento de Justiça e Direitos Humanos tinha ou exercia um papel muito importante. Em 2008, 2007, final de 2007-2008, fizemos contato com Jair Krischke, que era e é o atual presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e propusemos que, através dessa ONG e através de um projeto específico daqui da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, poderíamos organizar esse acervo, resgatar esse acervo, disponibilizar esse acervo, evidentemente para as pesquisas que são necessárias, nesse campo de conhecimento histórico, que são as ditaduras aqui no Cone Sul. Naquele momento havia um despertar cívico, e também um despertar no que se refere às exigências da sociedade brasileira de saber, de conhecer a verdade dos tempos, da época de Chumbo, aqui no Rio Grande do Sul, e que muito bem o Enrique, em seu depoimento, nos coloca. Bem, nesse sentido, esse contato foi realizado, e prontamente, com muita generosidade, o Movimento

entendeu a nossa proposta e abriu as portas para que nós pudéssemos resgatar e realizar todo esse trabalho que se fez em termos de constituir um arquivo, que hoje eu considero um arquivo importante, enquanto que representa as informações de tudo àquilo que o Movimento fez para salvar vidas humanas, de forma solidária e fraterna, retirar perseguidos políticos do Uruguai, retirar perseguidos políticos da Argentina, e daqui do Brasil para o exterior, através de uma articulação que se estendeu em uma articulação composta com organismos internacionais, como é o caso do ACNUR, e como no caso de outras organizações nacionais que naquela época também abrigavam esse tipo de denúncias, esse tipo de demandas, daqueles que eram perseguidos pelos regimes militares. Bem, esse projeto então se iniciou em 2008, e até 2011 nós conseguimos organizar esse acervo; nesse processo participaram vários historiadores, se formaram equipes multidisciplinares com arquivistas e outras áreas que concluiu em finais de 2010. Evidentemente, os resultados foram extremamente satisfatórios ao nos depararmos com um riquíssimo acervo em termos de informações dessas ações, principalmente de articulações, e das redes – que nós começamos e iniciamos a chamar – que se criaram; essas redes de organizações, de pessoas, enfim, que se criaram para, fraternalmente, salvar vidas humanas e retirar essas pessoas perseguidas. Em termos de informação, nós constituímos cinco séries, que é assim que são denominadas na arquivologia, uma delas é a série de terrorismo de Estado. Então essa série de terrorismo de Estado que hoje está no acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, constitui uma riquíssima fonte de informação naquilo que diz respeito ao agir das forças de segurança e das forças de repressão estatais. Existem documentos de diferentes instituições uruguaias e argentinas, instituições que estiveram a serviço dessa articulação repressiva de Estado ou a serviço desse terrorismo, dessa ditadura, para o exercício do terrorismo que se praticou em diferentes instituições. Podemos encontrar documentos neste acervo, por exemplo, do Ministério das Relações Exteriores uruguaias, correspondências dos consulados, denúncias de diferentes organizações sociais; também podemos encontrar correspondências do Movimento com essas organizações sociais; encontramos documentos do Arquivo Nacional, do Arquivo Nacional uruguaio, do Arquivo Nacional Argentino, como das causas Condor, que se iniciaram em 1978, com Miguel Angel Osorio na Argentina, encontramos sim uma série de documentos que se relacionam e que de alguma forma complementam as informações que existem em outros arquivos similares aqui na região. Nós podemos, nesse caso, citar os arquivos de Familiares de Desaparecidos no Uruguai, o próprio Arquivo Nacional uruguaio, Ministério das Relações Exteriores, na [...] de direitos humanos, ultimamente realizando um trabalho belíssimo; arquivos hoje constituídos através das pesquisas, das investigações realizadas pela equipe do professor Álvaro Rico, enfim, e que muito recentemente tive a oportunidade de visitá-los. Podemos também encontrar documentos originários ou produzidos por instituições estatais argentinas, como é o caso do Ministério também de Relações Exteriores; como é o caso de registros de acompanhamento de Inteligência militar, da polícia de Buenos Aires da época, aquele famoso serviço de Inteligência da província de Buenos Aires; podemos encontrar, enfim, uma série de documentos que – repito – se relacionam com estes outros arquivos e complementam a informação para quem precisa dessa informação em função de suas pesquisas e, por que não, em função de seus interesses às vezes particulares para a demanda de direitos e para a demanda de reivindicações, e principalmente para a demanda da reparação que hoje os governos daqui da região outorgam a essas vítimas. Bem, este projeto, a partir da organização do acervo do MJDH, nós propusemos, já como ONG constituída em 2008, a ONG Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil, uma série de projetos, enquanto dimensionar a importância dessa instituição da organização da sociedade civil que teve um papel protagonista nestes aspectos que eu assinaléi anteriormente, no que diz respeito ao resgate da ajuda solidária e fraterna aos perseguidos políticos. Bem, vários projetos se cogitavam, entre eles escrever a história do Movimento através de um projeto que ainda em algum momento se espera concluir; surge também um projeto, foi proposto um projeto de Exposição que será inaugurada no mês de Abril próximo; e, este projeto que surge a partir da iniciativa conjunta com o professor Enrique Padrós de propor ao Movimento fazer o resgate através destes depoimentos ora apresentados, esta belíssima e rica história que o Movimento teve ao longo deste último período da história recente. Bem, é assim que se dá início a este projeto, enquanto Enrique e eu coordenamos este projeto, constituiu-se uma equipe de pesquisadores, também multidisciplinar para as pesquisas. Neste sentido, em um primeiro momento, evidentemente se fez um levantamento de todas as fontes e das informações que continha esse acervo já organizado, complementando com informações de outros acervos e de outras pesquisas, de forma que essas pesquisas fossem ou servissem de base para

aquilo que nós nos propúnhamos em termos de investigação e em termos de tomada de depoimentos. Bem, eu diria que um elemento importante deste projeto foi a definição das pessoas que iriam depor, quem nós colocaríamos para dar esse depoimento. E essa definição se fez de forma coletiva com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos na pessoa de Jair Krischke onde foram relacionados uma série de nomes, não apenas de vítimas, mas também de pessoas que contribuíram ou colaboraram nesse agir solidário de salvaguardar as vidas, e definimos quarenta pessoas, quarenta protagonistas deste resgate histórico em relação ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Como vocês viram ou verão, na publicação do livro que está sendo impresso e realizado em conjunto com a gravação destes depoimentos, diria que os mesmos, cumprem de forma representativa tudo aquilo que o Movimento fez em benefício e pelas pessoas que em algum momento precisaram em função de ser perseguidos pelos regimes ditatoriais. Bem, eu diria que esta foi a origem do projeto; este projeto teve – sem dúvida, e sem ela não seria possível a sua execução-, a ajuda e a compreensão, eu diria que mais que a ajuda a compreensão da Comissão de Anistia, naquele edital que promove anualmente, que é as “Marcas da Memória”, e cuja aceitação e aprovação nos permitiu levar adiante este belíssimo projeto, do qual eu me sinto extremamente orgulhoso e satisfeito de haver participado, e muito satisfeito de poder ter contribuído com esse processo. Mais ainda quando no Brasil, tardiamente, se inicia a discussão sobre o conhecimento da verdade desses anos de ditadura. Penso que é o país que com mais atraso tratou estes temas no contexto latino-americano ou da região, qual seja, de discutir o tema da verdade, da verdade do que aconteceu na época do terrorismo de estado. E para isto, efetivamente, o resgate desses arquivos e o resgate dos depoimentos dessas pessoas a respeito desse período é de importância impar, e sem dúvida elemento fundamental que contribuirá para esse objetivo. Além de contribuir também para aquilo que se pretende, enfim, ser uma fonte de pesquisa para trabalhos históricos, para os trabalhos sociológicos, para aqueles trabalhos nas áreas das ciências sociais e humanas. Escrevendo a história para que atos de barbárie nunca mais aconteçam. Pois bem, era isto que eu tinha a dizer a respeito deste projeto. Obrigado.

(C) SÍLVIA SIMÕES.

PORTO ALEGRE, 24 DE JANEIRO DE 2013.

P: Sílvia o que acontece, de forma específica, a partir do dia onze de setembro de setenta e três, em termos, a repressão contra os militantes da Unidade Popular. Qual é o tipo de perfil de violência que se projeta contra esses protagonistas.

R: A violência que ficou digamos assim marcada por todas as falas não é, falam que foi a violência no Chile, inclusive a Argentina depois vai se inspirar nisso para não fazer igual.

P: O que não fazer igual por exemplo.

R: Os banhos de sangue, os fuzilamentos coletivos... Bom, os tribunais de guerra... Mas marcadamente, mais marcadamente mesmo, a característica mesmo é os banhos de sangue e os fuzilamentos coletivos. Desaparecimentos, já, nesse período, mas muitos não, muitos jogados na rua, para que as pessoas que passassem na rua ver, aquilo. E é a fase que ficou digamos assim... Aí teria que, é aquilo não é, as três fases, que os Informes colocam. A primeira fase de onze de setembro até trinta e um de dezembro, seria então esse período não é. E é interessante ver isso, porque tu vê, se tu colocas de onze [de setembro] até dezembro, é muito pouco tempo. E a ditadura ficou conhecida por isso, mas foi muito pouco tempo que durou isso, porque depois tem a segunda, tem a terceira, com características completamente diferentes. Então eu acho que é muito pouco tu caracterizares, como eu vejo, sempre, a ditadura chilena por isso. Claro, ela tem essa especificidade, mas ela muda; isso rapidamente termina.

P: Essa primeira fase é marcada também já pela existência dos campos de concentração.

R: Os campos, bom, os campos desde o dia onze. Inclusive eu vi, eu já vi documentos, coisas assim, dizendo que eles já tinham o planejamento dos locais antes. O Estadio Nacional, o Estadio Chile... Por todo o Chile! Por todo, eles tiveram centros no norte, no sul, onde a repressão foi muita, muito, muito, com o pessoal, com os mapuche, foi muito terrível. Uma coisa que caracteriza muito essa primeira fase também, que é muito importante – inclusive estão agora resgatando para processar –, os civis que colaboraram. Nessa primeira fase tu tens muita, muita, muita, colaboração de civis, especialmente no campo. Emprestando caminhões, dinheiro, participando em interrogatórios, especialmente contra aqueles que estavam ligados com o que estava acontecendo de reforma agrária. Nessa primeira fase foi muito forte, foi muito forte.

P: Sílvia e até esse momento tinha muitos latino-americanos no Chile, por causa, perseguidos em outros países e que tinham encontrado acolhida no governo do Salvador Allende. O que acontece especificamente com essas pessoas, que se contam aos milhares.

R: Eu não saberia te dizer, especificamente, eu posso te dizer coisas assim que eu sei do Estadio Nacional. Inclusive tem um documentário do Estadio Nacional, e foram levados, praticamente todos, estavam sendo torturados, estavam... O Brasil, eu li isso, não sei se é cem por cento certo, que as tropas estavam na Bolívia, na divisa, para chegar e pegar os estrangeiros. O que eu vi assim de mais, tirando o filme, o Missing não é, a célebre cena do torturador falando, aquela cena sutil, que é sensacional nesse filme, falando português não é. E tem um depoimento que me chamou muito a atenção. O rapaz que reconheceu; que trabalhava na morgue, que tiraram... Eram tantos corpos que eles tiveram que remanejar os funcionários do Instituto de Identificação para ir para a morgue trabalhar; os funcionários não davam conta. E ele fala – Chegavam às centenas, às centenas –, e ele fala numa hora, no depoimento dele, que ele olhava e não entendia por que... Os corpos estavam irreconhecíveis, os corpos... E tinha várias modalidades para, ele fala assim, de coisas assim. Ele fala que nunca se esquece da mãe que estava com o nenê, e a bala transpassou os dois, segurando o nenê, se lembra dos dois. E isso vinha de todo o lugar não é, de

todo o lugar. E aqui estamos falando mais especificamente de Santiago, porque isso ao mesmo tempo está acontecendo por todo o Chile. E ele fala que chamou muito a atenção dele: por que tinham algumas pessoas que estavam com a cabeça raspada? Ele não entendia, por que uns tinham a cabeça – além de estarem trucidados, crivados de balas –, tinham a cabeça raspada? Eles raspavam a cabeça dos estrangeiros; para saber que aquela ali era um estrangeiro, para poder então... É claro, claro, por isso que eu digo: os desaparecimentos, nessa primeira fase, eles têm essa característica do... Bom, a negação, enfim, já tem os enterros clandestinos, principalmente no sul e no norte. Em Santiago sim, porque o destino dessas pessoas era ir para a vala comum para serem enterradas como NN. Poucos saem... Tem um estudo agora, que saiu aí, sensacional o estudo que fizeram que é “O circuito burocrático da morte”; eles fizeram justamente sobre todas as entradas no IML, enfim, não só do IML, mas todo esse conjunto, e mapearam tudo, quem foi, quem eram, que data foi, se foi por processo político ou não foi, porque outra coisa também, muito característica dessa primeira fase, são as vinganças pessoais. Eles aproveitaram! Tirando, também, a Operação Limpeza, tu vê não é, é incrível. Eles aproveitaram tudo.

P: Dessa fase também fazem parte as Caravanas da Morte?

R: A Caravana da Morte, sim, sim. A Caravana da Morte, ela...

P: O que é a Caravana da Morte?

R: A Caravana da Morte é aquela situação, que foi levada, foi mais conduzida pela Aeronáutica, não é, mas com o seu Arellano Starck, que está processado, também, diretamente sob o mando do Pinochet. Isso hoje já é incontestável, ele [Pinochet] já estava como... A Junta não era só ele, mas era baixo ordens dele, porque ele, baixo um acordo tácito, acabou sendo, porque eles iam se revezar no poder, eles tinham combinado entre eles se revezar, porque eles tinham achado que o modelo brasileiro era muito bom...

P: Mas como é que funciona...

R: E a Caravana da Morte é o seguinte, é ir para, de helicóptero, Puma, que a Patricia Verdugo tão bem fala não é, foram para todos os locais que tinham, foi por tudo isso, mas começaram pelo norte e foram descendo para o sul, para executar as pessoas. Porque quando ocorre a Caravana da Morte já tem, os Tribunais de Guerra já estão funcionando, desde o onze de setembro. Então têm essas pessoas que estão presas, em lugares pequeninhos às vezes, e onde a Carmen Hertz fala – que é a primeira que consegue; que é a Caravana da Morte que consegue levar o Pinochet a ser, perder a imunidade e tudo, para depor pela Caravana da Morte, por isso. Eles matam todos, os que estavam lá sob lei marcial, outros estavam esperando para serem julgados pelos tribunais de guerra, e matam ou prendem, também, muitos colegas, os seus colegas de Força, de Arma não é. Alguns eles matam, outros eles prendem...

P: Que não são golpistas...

R: Não te diria que não fossem. Eu já vi... Tinham muitos que eram simpáticos ao Allende, mas nenhum deles... É muito interessante, tem um que eu não vou lembrar o nome agora, mas é em Calama, que é onde mataram os vinte e seis de Calama, e depois jogaram no mar, que lá ele fala que, não lembro se ele é general, não lembro o que ele é, que ele fala que enfim, eles seguiam ordens. Eles não iam se rebelar; eles iam manter a fidelidade, só que eles achavam... Cai de novo naquela coisa, nos meios, como fazer a coisa. Tem muita coisa que tu lê assim, o livro da Patricia Verdugo é sensacional por isso, tu vê que muitos eram, nesses locais, eram amigos dos que estavam presos, os caras que estavam lá, cuidando, eram parentes dos próprios que estavam presos. Em Calama acontece isso aí, tem o memorial em Calama e tudo. Literalmente eles cortam os corpos em pedaços e espalham os pedaços de ossos pelo deserto todo, pelo deserto de Atacama. E... É brabo falar disso.

P: Sílvia, pelo que dá para ver, há uma variedade muito grande de técnicas repressivas, e uso da violência de forma até impensável. Diante disso podemos pensar que é uma situação de medo que atinge um grande percentual da população.

Quem é que protege essa população nesse momento? É a Igreja que de alguma forma tenta ajudar, denunciar, essas pessoas, como é que essas pessoas conseguem sobreviver?

R: Isso me lembrou do Garretón, não o Manuel, o outro, que é advogado, que ele falou que a proteção aos direitos humanos no Chile, que ele fala que ele acha que o Chile, a ditadura no Chile nasceu com a bandeira dos direitos humanos, porque eles se preocuparam com os direitos humanos a partir da tarde do dia onze de setembro. Foi imediata a resposta da Igreja. Aqui eu não vou nem entrar nas várias controvérsias que têm; pessoas que não concordam com isso, ou por que não foi, ou como é que foi a atitude do cardeal, do Silva Henríquez, não é, porque foi ele. Não vou também entrar nas atitudes do bispo lá de Valparaíso, Concepción, que falaram que sim, que o Chile precisava de um banho de sangue para a sua purificação; não dá porque vai ser muita coisa para entrar nisso. Mas sim, desde ali, em seguida, foi imediata a resposta da Igreja. Com a criação do Comitê – COPACHI – Comitê para a Paz no Chile, é uma coisa assim, se não é bem assim o sentido é esse.

P: Ele começa a integrar os familiares também, surgem familiares nesse momento?

R: Não, não, é assim. Tutelado pelo Silva Henríquez – ele se agiliza não é – e consegue fazer, criar essa Comissão, mas aí ele tem ajuda, mais ou menos um pouco como funcionou o Clamor aqui, mais ou menos. Porque ele agrega outras igrejas, os luteranos; agrega pessoas da sociedade civil. Porque ele fala assim – Olha... –, as pessoas estavam... Não sabiam o que fazer, as pessoas começaram a sumir, ou começaram a... As pessoas sabiam que estavam, por exemplo, no Estádio Nacional, os familiares iam para a porta do Estádio Nacional, perguntavam e ninguém falava nada, as pessoas, e começaram a vir do interior, não é, muita gente muito pobre, das zonas das salitreras, no norte, ou dessas regiões dos mapuche, no sul, começaram a chegar, e eles começaram a fazer alguma coisa. Então, começa assim. Por causa das pessoas... Ainda não tem tanto aquela coisa assim de organização, aí sim, depois vai se estruturando, as pessoas vão procurando, mas isso é fundamental de falar. Apesar de tudo o que falam, de que não, que são contrários, foi a Igreja católica sim.

P: E como é que se organiza, alguma informação sobre o exílio chileno, no sentido também de denunciar, no sentido de alguma forma de poder se manifestar politicamente. O Chile tem uma tradição musical muito grande, tudo isso também se transformou em ferramentas de denúncia não?

R: Sim, o exílio chileno eu sei muito por causa dos músicos não é? Ele foi muito forte na França, na Alemanha, um pouco menos na Itália, mas a Itália também. Foi basicamente... Sem contar a Argentina, foi bastante gente para a Argentina.

P: Mas essas pessoas agiam articuladamente?

R: Foi mais lá para setenta e seis, setenta e cinco, que eles começaram a ter uma articulação mais... Sim, o exílio chileno, principalmente na França, foi onde mais vi coisas, assim, as pessoas ficaram muito, muito tempo, muitos ficaram, não voltaram. Muitos foram para a Suécia também. O embaixador da Suécia não é, foi tão importante para tirar tanta gente de lá não é. No caso do Víctor, da Joan, da obra dele: ela saiu de lá por causa do embaixador da Suécia. Porque – como ela fala – ela não tinha coragem de chegar ao aeroporto com as cintas máster das gravações dele, que ele tinha na casa, porque o resto foi tudo destruído. Destruíram tudo, queimaram tudo, mas ele tinha sempre cópias; como ela fala, tudo que ele fazia ele copiava, tinha em casa. E ela fala que quando ela foi, com o passaporte dela, britânico, ela fala que não teria coragem de levar. Inclusive ela fala que ela foi a primeira que começou a queimar tudo que tinha dentro de casa, tudo, ela queimou. E ela fala então que quem tirou... E ela sempre fala isso, que as pessoas conhecem hoje a obra dele, os discos, as canções póstumas, tudo, graças à embaixada da Suécia. Que foi quem tirou tudo de lá, toda a obra dele.

P: Falando nisso Sílvia, como está hoje a situação da recuperação da memória e da história, dentro do Chile. Em que pé estão hoje essas lutas pela justiça também, qual é a situação disso.

R: A luta pela justiça começou há muito, muito tempo. Eu diria que a luta pela justiça já começou dentro da própria ditadura. Com tanto recurso interposto, tanta coisa que fizeram, com a Vicaría, que eu acabei não falando, ia falar e não falei. Enfim, a Vicaría começou num molde bem diferente da COPACHI, já uma organização formal, vinculada ao Vaticano. Só com a participação da Igreja Católica, criada já imediatamente, tu vê, eu acho sensacional. O Pinochet manda fechar, manda um decreto lá para monsenhor Henríquez em novembro – Quero que feche isso aí, porque a Igreja está pisando na bola, não está mais dando muito apoio –, e ele fecha em trinta e um de dezembro e em primeiro de janeiro ele abre a Vicaría. É sensacional não é? Aí sim, e isso é muito importante. A Vicaría nasceu para prosseguir o trabalho da COPACHI, mas muito mais estruturada. A Vicaría contava com tudo que é pessoa assim, como se diz, estavam ali porque queriam. Voluntários! Advogados, médicos. Tem um documentário do Patrício Guzmán que é sensacional, sobre a Vicaría – En Nombre de Dios. E ele fala; a Vicaría então cumpriu esse papel, eram advogados, eram médicos...

P: Essas pessoas não eram perseguidas?

R: Sim, foram bastante perseguidas. E mortas.

P: Pois é.

R: Outros foram impedidos de entrar no país. Sim. Inclusive em oitenta e cinco, quando deu todo o auê lá, que acabou gerando que o Mendoza, chefe dos Carabineros, se demitisse, foi por causa do caso “Degolados”, não é, três comunistas, degolados, um deles era da Vicaría. Nas vilas também, o padre Jarlán; se bem que a Vicaría tinha uma relação meio assim digamos não tão... Não fechava totalmente com a corrente mais ligada à Teologia da Libertação, que era essa corrente que nas vilas ajudava. Então o que eu estava falando e que é fundamental, que a Vicaría nasce com o objetivo da informação. Eles têm fotos de todos, como as pessoas chegavam, tu vê no documentário, eles tiravam fotos, o médico falando, esse médico inclusive foi perseguido, não lembro se foi... O advogado foi morto, o médico foi perseguido. Inclusive eles tiravam fotos de como as pessoas chegavam; do corpo das pessoas, e aí ele mostra, olha isso aqui foi por isso por isso por isso, por causa disso, disso, disso, porque ele olhando a foto, e vendo o tipo de ferimento... A Vicaría nasceu para a informação. Se o COPACHI nasceu também com esse intuito da informação, a Vicaría nasceu para a informação, para ajudar e tudo. O arquivo deles é o arquivo que tu tens da repressão, o arquivo da Vicaría. E a Vicaría abrigou também, desde final de setenta... Não no COPACHI isso, já, desde final de setenta e quatro, abrigou as primeiras organizações que começaram a se formar, as dos Detidos Desaparecidos, e ficaram até o final ali: primeiro na sede do COPACHI, depois na Vicaría, porque o COPACHI não ficava ali, a Vicaría ficava na Catedral ali, na Plaza de Armas. Isso é sensacional, isso eu acho assim sensacional. Esse trabalho é sensacional. Tu vendo agora, tu falando assim, por isso que eu te digo, tu vendo esse documentário, tu vê as mães, os parentes enfim, dos detidos-desaparecidos – já estavam se agrupando, em setenta e quatro já estavam se agrupando, os executados políticos vêm depois –, os encontros delas, elas dentro da Vicaría, lá, fazendo, elas tinham treinamento para como ir às passeatas, para o gás lacrimogêneo não... Entende? Isso é impressionante. A Vicaría é todo o documento da repressão no Chile. E surge muito antes então do que as outras organizações. Depois vem o SERPAJ, em setenta e oito se não me engano. E interessante também, porque eu acho isso muito interessante, muito, não sei se é distintivo, mas o que me chama muito a atenção é, por exemplo, lá, que eu falei: a Londres 38 é o primeiro centro clandestino. Na primeira fase tu já tens centros clandestinos. A Londres 38 é o primeiro, se bem que eles vão ser uma rede maior de centros depois, no segundo período. Com a criação da DINA e tudo. Mas lá tu já tens. A Londres 38 já está funcionando em novembro de setenta e três. Tiravam o pessoal do Estadio Chile, para passar para o Estadio Nacional, saíam do Estadio Nacional e iam para a Londres 38, clandestinos. Chama-me muito a atenção, as organizações se criam muito vinculadas a esses lugares. O “Movimento contra a Tortura Sebastián Acevedo”, que é um pai que se ateou fogo... Eu fico arrepiada

quando eu falo isso, fico... Ele ateou fogo em si, para que libertassem os filhos, se matou... Então saiu depois, entendes? Os movimentos lá nascem assim, nasceu o “Movimento contra a Tortura Sebastián Acevedo”, que nada mais é também do que já as correntes da Teologia da Libertação, mas não tão da Teologia da Libertação, mas mais especificamente ainda, que é o que vai guiar o SERPAJ também, que é a teoria da Não Violência Ativa, que é muito forte, muito forte no SERPAJ, mas muito forte nesses movimentos, que são movimentos que já estão vindos desde lá do tempo do Allende, vinculados a essa coisa da Igreja, da Teologia, em três centros: Valparaíso, Concepción e Santiago, são os três centros. Enfim, vai evoluindo, evoluindo. Então, eles nascem muito assim desses centros, por exemplo, hoje tu tens muita resistência no pessoal da Londres 38, o pessoal da José Domingo Cañas, a Corporação, agora tu tens muito, o pessoal também... Eles se criam, se aglutinam muito em torno de acontecimentos, como o pessoal dos Hornos de Lonquén, fizeram um documentário agora, como o pessoal de Três e Quatro Álamos, ou como, em Calama têm organizações. Isso até hoje, eles estão ativos, desde lá até hoje. Eles foram vindos. Claro, claro que depois... O ponto é a prisão do Pinochet. Tem um antes e um depois nos movimentos, no rumo que eles tomam, com a detenção...

P: A prisão do Pinochet em Londres.

R: Sim, em Londres, o Baltazar Garzón, pedido de extradição. E isso aí impacta de um modo absurdo, absurdo. Olhando assim tu vêes os movimentos com muito mais força. A princípio aquela coisa meio assim não é meio... Aquelas pessoas que nunca se animaram a falar. Ou então aquelas pessoas que – isso é uma coisa também muito bacana no Chile –, que eu te comentei uma vez, e torno a comentar, porque eu acho isso também muito importante, um traço deles, da aglutinação que eles têm com os movimentos sociais. Tu vêes, tu tiveste agora a pouco todo esse movimento dos estudantes. Agora está tendo esse da Lei Antiterrorista, dos mapuche. As organizações estão juntas, eles não estão sozinhos. Não são aqui as organizações de direitos humanos, aqui os estudantes, não! É todo mundo junto. Esses tempos li uma notícia, e disse – Ah, isso aqui não pode ser... Não está certo... –, era sobre o movimento dos estudantes, as passeatas que tiveram a pouco, no ano de 2012. Cinco mil manifestantes! Eu olhei e disse – Não, não pode ser, é muita gente... –; tudo bem, eles aglutinam, mil, dois mil, dois mil e quinhentos, mas aí cinco mil. Cinco mil? Tem noção do que são cinco mil pessoas numa manifestação? Eu acho que não dimensionamos muito bem isso, porque tu vêes aqui se tiver duzentos é muito. Cinco mil! E aí eu fui ver, enfim, fui olhar melhor, uma notícia aqui, outra notícia ali, eu tenho muita, enfim, mando e-mail para a Londres 38, para cá, para lá. É claro que é cinco mil, porque não são só os estudantes. A Londres 38 está junto, a José Domingo Cañas está junta, os movimentos de Direitos Humanos estão junto, todo mundo está junto. Às vezes vem pessoal de outras localidades não é, os que podem vir, principalmente de Valparaíso, Concepción vêm. E isto é impressionante no Chile.

P: Sílvia, e falando hoje, só para podermos fechar tudo isso, o que há em termos de políticas sobre a manutenção de espaços de memória, e como é que está a ação da justiça em relação aos diversos tipos de crimes cometidos durante a ditadura.

R: A justiça está cada vez... Está cada vez... Eu estou bem... Apesar de que eles acham que não estão fazendo nada, que não está acontecendo nada, que está tudo muito ruim. Tu vêes o ano passado teve a exumação do Allende; aí comprovaram então que sim, o Allende se suicidou, embora tenham pessoas que vão dizer até o fim que não, o Gabriel García Márquez é um. Bom o Tohá foi exumado e foi comprovado que o mataram não é, que ele não morreu no hospital, o mataram. E tu vêes, quando eu vi a notícia de que estavam chamando, estavam intimidando o pessoal, os jornalistas! Que veicularam informações falsas no caso, por exemplo, da Operação Colombo, a típica Operação Condor antes de ter a Operação Condor com esse nome não é? Estavam chamando os jornalistas, para processar os jornalistas. Agora eu vi que estão chamando – essa saiu essa semana –, estão chamando, vão chamar o Patricio Aylwin, estão chamando os civis que apoiaram, não só apoiaram como, o apoio deles foi tão forte, para legitimar que acontecesse. E o Patricio Aylwin fez isso. Fez isso. Foi o primeiro presidente, tudo bem, mas ele fez. Na época, na Democracia Cristã, bem diferente do que fez o Bernardo Leighton, que não apoiou; que foi e se exilou na Itália, vítima da Operação Condor. Vão chamar o Patricio Aylwin, vão chamar um monte de civis, coisas que descobriram, então... Apesar de que, sim, a lei de anistia eles

conseguiram justamente, digamos assim contornar justamente por causa do caso da Caravana da Morte, justamente por causa da detenção do Pinochet, aquela coisa dos desaparecidos, sequestro eterno, aquela coisa. A lei da anistia está vigente no Chile. Inclusive não podemos nunca esquecer que o Chile é o único país que mantém a Constituição da ditadura. O movimento está muito forte para isso também, um movimento bem forte junto com o movimento dos estudantes, ou seja, está tendo uma efervescência lá, enorme. E eles acham que não. Bom, eles não moram no Brasil, eles moram no Chile. E, enfim. Os memoriais têm por todo o Chile. Por todo. Uns já há tempos, antes da prisão do Pinochet, o primeiro foi no Cemitério Geral, em Santiago, e o Parque da Villa Grimaldi, o centro de tortura, e o legal é assim... E o Museu da Memória eu não falei. O Museu da Memória está cumprindo um papel assim... Foi muito questionado ano passado, duramente questionado, dizendo que era ideológico, contava a história só de um lado, não é, porque não contava os “dois lados” da versão, enfim. O Museu da Memória está cumprindo um papel assim impressionante, trouxe agora, o ano passado veio o Todorov, o Garzón esteve agora em janeiro, também. O que eu acho importante, por exemplo, o Museu da Memória, o Parque da Villa Grimaldi, esses centros de detenção clandestina ou não, eles têm hoje programas, cada um tem o seu, cada um criou o seu programa, que é educativo, como... A Villa Grimaldi tem um Parque, uma escola de educação, entende, em direitos humanos, o Museu também faz isso, a Londres 38 faz muito isso, muito, muito, muito, muito voltada para a educação, não é uma coisa, como é que eu vou te dizer, eles não pararam lá atrás. Eles vão atrás da justiça, eles vão atrás das coisas, mas eles não pararam lá atrás – no meu familiar –, eles têm uma visão mais global. Eles não censuram a geração, Generación Toque de Queda, como são chamadas as pessoas não é, não censuram. Muito pelo contrário, muito pelo contrário, são dezessete anos não é que... Uma geração inteira não é? Eles investem muito na... A própria Fundação Víctor Jara, tu vê, eles investem, eles agora tem uma TV comunitária, tem rádio comunitária, eles investem em espetáculos de música, para os novos, não para copiar ou para congelar, é para botar para frente, é para dizer – Olha isso aqui aconteceu assim com Fulano, Fulano, Fulano –, mas não é uma coisa presa lá atrás, no passado, que fica só no “eu”. Não, eles querem para todos, eles querem que todos se conscientizem, um movimento voltado para isso, isso me encanta muito no Chile, justamente por isso. Tu vê; os Parques geralmente fizeram nos centros de detenções, e placas por tudo não é, na Universidade do Chile, na Universidade de Santiago do Chile, que é a ex-Universidade Técnica, têm placas por tudo, mas o que eu acho mais importante do que as placas, bom, o Estádio do Chile, onde mataram o Víctor, virou Estádio Víctor Jara, foi declarado Monumento da Humanidade, assim como os documentos da Vicaría fazem parte da Memória do Mundo. E, mas independente disso eu acho que são essas ações sabe? De aglutinar, de fazer coisas, exposições itinerantes. Eu não faço uma exposição, por exemplo, a Londres 38 não faz uma exposição para ficar na Londres 38; eles têm visitas guiadas, não é, até para poder envolver na manutenção, porque quase fecharam, estava podre, caindo os pedaços, e hoje é uma coisa assim sensacional, conseguiram reverter e estão a mil! Exposições itinerantes; vai para todos, tu entendes? Não fica em Santiago, porque também tem que ver aquela coisa assim: Santiago é a capital. E os outros lugares? Eles vão para os povoadinhos do norte; eles vão para os povoadinhos do sul, tu entendes? Eles entram nos lugares. Isso é muito importante. Isso é muito importante! Não é? Como eu vi um depoimento também, que também me chamou muito a atenção, que a censura... Chama-me muito a atenção o seguinte, porque eu sempre lia muito, lia assim – Ah o Víctor Jara, a música dele, conhecida... –, isso é óbvio, principalmente em Santiago. Foi muito difundida no asilo, vamos combinar não é? No asilo. Uma coisa também que eu não falei e que também estão nessa rede toda, as Peñas! Estão juntas com a Igreja, estão junto com as poblaciones, estão junto com a Vicaría nessa troca de informações. Os concertos que elas iam dar; concertos não, apresentações que elas iam fazer, nas poblaciones, resgatando esse trabalho que já era feito na Unidade Popular, isso era para informação. Passavam para elas, a informação, do que estava acontecendo lá [...], e era toda essa troca. Tu vê, a música tem um papel. Tem um estudo bem grande sobre isso, de jornalistas; chama muito a atenção, lá muitos jornalistas pesquisam. E me chama muito a atenção, porque é os jornalistas, o pessoal ligado às artes – visuais, enfim, artes em geral, artes cênicas – e o pessoal da Arquitetura, tu vê, o pessoal pesquisa muito. Os historiadores também pesquisam muito, mas digamos que batem carreiras com esses. E o que eu estava te dizendo, a... Muito aquela história assim, um pouco... Às vezes de querer enaltecer uma coisa que não é; que

eu acho meio inevitável que aconteça, não sei, de dizerem – Ah porque o Víctor isso, aquilo, a música, a Nova Canção Chilena... –. E eu vi um depoimento numa comunidade mapuche – que foi aonde primeiro a Fundação Víctor Jara ia se instalar, no Sul, perto dos mapuche –, entrevistaram o cara que está levando à frente essa comunidade do Víctor Jara lá, nesse centro, digamos assim o fim do fim do mundo, um finzinho de mundo, lá no Sul, uma comunidade mapuche lá naquela zona do Biobío lá; e ele fala assim, perguntam para ele – Ah, mas enfim, então o que tu achaste, tu achavas do Víctor Jara cantando os mapuche –, porque ele fazia isso, cantando a Angelita Huenumán, falando da descendência mapuche, que ele também tinha, e ele, o cara fala assim – É eu gostei muito das músicas dele; achei as músicas dele muito bonitas, conheci as músicas dele em 2002... 2004... –. Então vem cá, espera aí um pouquinho, quando é que afinal então... Isso é o que eu quero te dizer, nesse sentido, uma coisa é estar na capital. Como aqui, uma coisa é estar na capital; quantas pessoas estão aqui no Rio Grande do Sul e não conhecem o Brasil, quantas pessoas estão no Chile e não conhecem Santiago. É a isso que eu me refiro, e é por isso que eu acho tão importante essas ações do Museu da Memória, da Londres 38, essas ações educativas, de colocar isso, essas informações irem chegando àquele pessoal bem de base mesmo sabe? Que de repente é aquele pessoal que começou a falar, começou a ter coragem de falar, justamente depois da – porque a justiça mudou não é – prisão do Pinochet. Esse pessoal aí começou a falar; muitos ainda não... Não falaram não é, mas muitos começaram a falar, porque também... Eu acho assim que a ditadura... Ela – não querendo ser mal interpretada, mas podendo ser, enfim –, a ditadura não... São os detidos-desaparecidos, a ditadura é os executados políticos, a ditadura é os presos políticos, a ditadura é, sei lá, a Operação Limpeza que fizeram, pois aproveitaram para matar toda “marginalia” nas poblaciones, a ditadura é tudo isso, mas é mais que isso. A ditadura é também aquelas pessoas que não abriram a boca de medo; a ditadura é a desconfiança sabe? O medo, que impregnou nas pessoas. Isso é a ditadura. A ditadura ela não... Tu não podes pensar assim – Ah o cara era vinculado ao partido, então ele foi lá e lutou contra a ditadura, participava da organização Tal, por isso foi morto e não sei o que –. Não. É mais. Ela é mais que isso. É todo um projeto – belíssimo – que poderia ter dado certo ou não, não sei: não faz parte de o historiador fazer previsões [...]. Mas por que não? Será que não? Sempre vai ficar essa pergunta sem responder: Será que não? Como sempre vai ficar aquela pergunta que tem no documentário, na “Batalha do Chile”, que o rapaz, falando assim – E se todos tivessem pegado, eles iriam passar por cima do povo inteiro? –, e o cara chega e diz assim... Ninguém pode saber; não aconteceu. É isso.

P: Bueno, muito obrigado Sílvia.

DEPOIMENTO 41

(A) ANANDA SIMÕES FERNANDES.

PORTO ALEGRE, 24.DE JANEIRO DE 2013

P: Ananda, por obséquio, nos fala um pouco desse início de conexão repressiva entre Brasil e Uruguai logo após o golpe de [19]64.

R: Bem, o Brasil, como foi a primeira ditadura a ser instalada com base na Segurança Nacional na América Latina, a partir então do momento da deflagração do golpe, em [19]64, já se inicia essa coordenação repressiva, e o Uruguai vai ser um dos principais países, então, que vai participar dessa conexão. E é importante destacar isso porque, apesar de ela ainda não ter o auge e a sofisticação que vai ser adquirida durante a Operação Condor, é muito importante destacar então que essa coordenação repressiva se inicia a partir de [19]64, ou seja, quando é dado o golpe de Estado no Brasil. E o Uruguai vai ser um dos principais países aonde essa coordenação vai se estabelecer, justamente porque, devido à chamada Operação Limpeza, como ficou conhecido o primeiro Ato Institucional decretado pela ditadura, que depois vai ficar conhecido como AI-1, ele faz... Ele tenta expurgar, da vida política e pública, várias pessoas que eram então vinculadas tanto ao projeto do João Goulart, vinculadas ao Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB, que na época pode se considerar que era a esquerda brasileira –, assim como também tenta expurgar da vida pública e da vida política os movimentos camponeses, os movimentos sociais, o movimento operário e os sindicatos. Então o Uruguai; muitas dessas pessoas vão optar pelo exílio político, e optam então por se deslocar para o Uruguai, devido à sua grande tradição democrática – o Uruguai à época era um dos países com a democracia mais sólida na América Latina –, e também pela grande tradição de solidariedade aos exilados. Quando esses exilados chegam ao Uruguai, principalmente a Montevideú, a capital, ali já havia vários exilados, tanto da ditadura paraguaia quanto, também, da ditadura argentina – não da ditadura, mas a perseguição ao Perón não é? Na época do Perón.

P: Além disso, tem um fator geográfico também não é?

R: Sim, por que... E aí há o destaque então ao Estado do Rio Grande do Sul, mas... Principalmente, o Brasil, por fazer fronteira – e aí destacadamente o Estado do Rio Grande do Sul – era muito mais fácil, então, se deslocar para o Uruguai não é, principalmente também por ter uma fronteira seca, de fácil travessia.

P: Como é que eles foram recebidos no Uruguai, esses brasileiros.

R: Bem, como já foi dito por mim antes, como o Uruguai, além de ser uma sólida democracia e de ter essa tradição de solidariedade aos exilados, a população, a sociedade uruguaia recebeu de braços abertos, e inclusive faziam passeatas, protestando e criticando não é, a ditadura brasileira, que inclusive foi, então, a primeira experiência na América Latina, essa ditadura de Segurança Nacional, e os próprios uruguaiois viam com muita apreensão o fato de haver uma ditadura, do seu lado, do lado do seu país, e logo o Brasil, que sempre foi uma grande potência não é, na região do Prata, sempre tentando desestabilizar a região com o seu poderio econômico e geopolítico. Inclusive a primeira entrevista do Brizola, do ex-governador Brizola e na época, quando ele foi cassado, deputado estadual pelo Estado da Guanabara, foi dada ao seminário Marcha, que era um dos principais semanários de esquerda em toda a América Latina, e a primeira entrevista que ele dá, inclusive é para esse semanário, e há um apoio muito grande da população aos exilados brasileiros. O governo uruguaio também, em um primeiro momento – nesse momento então, de [19]64 – [19]67 –, ele também vai apoiar muito os exilados brasileiros, inclusive várias vezes entrando... Não em confrontos diretos, mas entrando em confrontos diplomáticos, porque a ditadura brasileira vai pressionar fortemente, muitas vezes, o governo uruguaio para que haja uma maior pressão, um maior controle sobre esses exilados, e o governo uruguaio vai dizer que não: os exilados brasileiros estão, agora, fora dessa jurisdição da ditadura do Brasil, e que o Brasil

não pode, então, se imiscuir nos assuntos dos exilados. Inclusive o próprio governo uruguaio se posiciona a favor dos exilados brasileiros.

P: E como é que se dá esse processo digamos de mudança de perfil, de colaboração do governo uruguaio também, a partir da pressão brasileira?

R: Tu dizes em questão de período ou internamente...

P: Internamente! É, internamente no Uruguai, a partir de que momento o Brasil começa realmente a ser ouvido.

R: É então. Começamos, na verdade... Geralmente se separa em dois momentos, em relação ao exílio e à coordenação, que é do ano de 1964 a 1967, e depois do final de 1967, 1968, até 1973, até o momento do golpe. Mas mesmo de 1964 a 1967, apesar de o governo uruguaio ter uma posição oficial de solidariedade apoio aos exilados, assim como a sociedade, setores, principalmente das Forças Armadas uruguaias e também setores policiais, que já estavam começando a ter disseminado no seu seio, nas corporações, a Doutrina de Segurança Nacional, eles vão acabar ajudando a ditadura brasileira não é? Esse caso fica bem visível quando houve... Quando o embaixador Pio Corrêa – o embaixador brasileiro, Pio Corrêa – é mandado para Montevideú, e ele tem como função, isso em 1964, ele tem como função exatamente espionar os exilados brasileiros que, grandes nomes da política brasileira, e que inclusive estavam tentando, de alguma maneira ou de outra, derrubar esta recente ditadura, estavam ali não é? O João Goulart – o próprio presidente deposto –, o Brizola, que vai ser o principal nome, a principal liderança no exílio, o Cândido Aragão, e várias outras pessoas, principalmente vinculadas então ao PTB. Ele vai receber; o embaixador Pio Corrêa recebe o apoio de vários setores policiais, e também de militares. Mas isso então são setores; essa não é a política governamental uruguaia. Em relação à política governamental, isso se modifica a partir então da chamada escalada autoritária, que começa a partir da morte do presidente Óscar Gestido, em [19]67, quando assume o Vice-Presidente Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1967. E temos que entender o contexto do Uruguai da época, que o Uruguai vinha em um período de franca recessão econômica, de deterioração social, porque o Uruguai durante muito tempo era conhecido como a Suíça da América, e isso começa lentamente a se deteriorar. E junto com essa recessão econômica e essa deterioração social, então, o governo começa uma grande violência política, principalmente contra esses setores que estavam se mobilizando e estão lutando, reivindicando seus direitos. Isso a partir então do final de 1967, início de 1968. O ano de 1968 no Uruguai é marcado por um período de grande conturbação autoritária, e a partir desse momento o Uruguai, primeiramente, vai querer modernizar as suas Forças repressivas. Ele recebe ajuda prioritariamente dos Estados Unidos, mas o Brasil também, a ditadura brasileira tem essa preocupação de tentar ajudar, então, esse país vizinho que está digamos assim se alinhando ideologicamente à ditadura brasileira. E como o Brasil já tinha a preocupação com os seus exilados que ali se encontravam, junto a isso vai se somar também a questão da própria agitação interna do Uruguai, principalmente as guerrilhas urbanas, com destaque para o Movimento de Libertação Nacional, os chamados Tupamaros, e depois, a partir de 1971, com a formação da Frente Ampla, isso sem contar o movimento estudantil, o movimento sindical também, que estavam fortemente estruturados no Uruguai. Então a partir daí essa colaboração sim, aí ela vai ser muito forte, muito decisiva, e o Brasil vai ajudar em todas as questões: tanto nas questões financeiras, mas principalmente na questão do suporte repressivo. Inclusive ajuda – o Brasil, que já tinha o seu Esquadrão da Morte –, ajuda a montar e a elaborar o Esquadrão da Morte no Uruguai. E é sempre importante destacar, porque o Uruguai tem certas peculiaridades que, para quem não conhece um pouco a temática, pode às vezes se confundir a achar que estamos falando de um período já de ditadura. E não: esse período todo, de 1968 a 1973, oficialmente digamos assim, o Uruguai ainda é um sistema democrático; a ditadura no Uruguai só vai ocorrer em junho de 1973. Mas ele, o Uruguai já se encontra em um estágio de autoritarismo cada vez mais crescente, que às vezes pode confundir um pouco não é, quem não conhece muito a história do Uruguai. Não é? Então vai ser principalmente a partir então da ascensão do Pacheco Areco ao poder, que o Brasil colabora enormemente com isso, e principalmente porque o Brasil também já mudou o seu período. O Brasil agora se encontra no momento de Anos de Chumbo, já houve a decretação do Ato Institucional Nº 5, de dezembro

de 1968, e o Brasil começa também a exportar o seu terrorismo de Estado: toda a experiência adquirida na repressão interna começa também a exportar para outros países, e o Uruguai vai ser um dos principais da região que vai receber essas técnicas.

P: Ananda tem um fato que eu acho que é importante de resgatar, bem nesse período, que é o próprio sequestro do cônsul brasileiro no Uruguai. Podes falar um pouquinho sobre isso?

R: Na verdade o sequestro do cônsul brasileiro no Uruguai, o Aloísio Dias Gomide, ele acaba sendo um pouco digamos obscurecido, porque esse sequestro ocorre juntamente com o sequestro do Anthony Mitrione, que era o funcionário do FBI, da CIA – até hoje não se sabe muito bem se ele estava encoberto ou não pela CIA, pelo FBI –, mas que acaba sendo depois executado pelos Tupamaros. E ele é sequestrado justamente pelo fato de ser o responsável por ensinar a tortura dita “científica” nos interrogatórios contra os presos políticos. Só que os Tupamaros sequestram tanto o Anthony Dan Mitrione e o Aloísio Dias Gomide, em 1970, no caso do Dias Gomide justamente para marcar e denunciar essa colaboração repressiva que o Brasil... E a exportação de técnicas! Principalmente a técnica da tortura que o Brasil está exportando para a região, no caso o Uruguai. Não é? Porque, se os Estados Unidos é o propagador digamos assim oficial da Doutrina de Segurança Nacional e das técnicas repressivas, destacadamente a tortura, o Brasil também, até porque nós estamos em um período em que o Brasil ainda é a única ditadura na região. O Brasil, desde 1964, tenta expandir o seu modelo de ditadura, para o Cone Sul principalmente. E aos poucos vai conseguindo fazer isso. Então, na década de setenta é muito forte essa presença da ditadura brasileira no Cone Sul. E o Uruguai, que já era um país de há muito tempo, desde o século XVIII que já era uma preocupação – século XVII, XVIII – já era uma preocupação do Brasil, sempre no mapa geopolítico foi uma preocupação. Então há essa tendência e há essa colaboração intrínseca entre a ditadura brasileira e o Uruguai, que vai ser denunciada justamente pelos Tupamaros no sequestro do cônsul Aloísio Dias Gomide. E isso não é uma especulação; existe até o filme “Estado de Sítio”, do Costa-Gavras, em que tem aquela cena da tortura, em que há uma bandeira brasileira no fundo, que inclusive quando o filme, a primeira vez que passou no Brasil essa cena do filme foi cortada, foi censurada, mas os próprios Tupamaros depois, quando foram entrevistados – deram entrevistas para a BBC, para vários meios de comunicação –, eles afirmaram que o sequestro do Dias Gomide foi justamente para marcar a ditadura brasileira e a sua presença no Uruguai.

P: Diz-me uma coisa, o que acontece com o exílio brasileiro no Uruguai a partir desse crescimento do autoritarismo do governo Pacheco Areco, por exemplo?

R: Cada vez mais o monitoramento passa a ser maior. Em realidade, desde 1964, apesar dos exilados brasileiros se encontrarem em outro país, dizemos que a ditadura, primeiro a brasileira, mas no caso todas as ditaduras de Segurança Nacional, elas desconhecem fronteiras, porque as fronteiras territoriais, políticas, que demarcam os limites nacionais, elas foram desrespeitadas. Porque as ditaduras se baseavam na noção de fronteiras ideológicas, ou seja, na busca do meu inimigo, na busca daquela pessoa que pode desestabilizar o meu regime, o meu sistema de valores e tudo o mais, não existem fronteiras, elas vão ser desrespeitadas. Essas são as chamadas fronteiras ideológicas. Então, desde 1964 a presença das forças repressivas e da comunidade de Segurança de Informações – e isso nos seus mais variados moldes, tanto na repressão mesmo, quanto na espionagem, quanto no sistema de informações – já tinha um monitoramento, uma vigilância muito grande sobre esses exilados. O que vai acontecer... E claro, já havia uma colaboração também desses setores que também já estavam envolvidos com a Doutrina de Segurança Nacional não é, mas tem que destacar que eram alguns setores, não era uma política oficial de governo. A partir então desse crescente autoritarismo, a partir de 1968, aí sim, aí a colaboração entre esses sistemas de informação, de repressão, eles passam a ser fortemente estabelecidos. E aí tanto de um lado quanto do outro. Ao mesmo tempo em que forças repressivas uruguaias estão controlando os exilados brasileiros, forças brasileiras também estão controlando uruguaios que aqui se encontram não é, e que possam vir a desestabilizar a ditadura brasileira. Inclusive troca... A captura, digamos assim, o sequestro de exilados brasileiros para se devolver para o

Brasil era muito frequente, muito comum. Então a colaboração entre essas forças repressivas foi muito forte e atuante, e sempre importante destacar: o Uruguai ainda era uma democracia, não era uma ditadura, e nós não estamos na chamada Operação Condor. Então por isso destacar a importância dessa coordenação repressiva, que, no momento em que se destaca somente a Operação Condor, ela toma uma dimensão assim digamos apagando o que existiu antes. E isso não pode ser apagado também.

P: Há registros documentais de todo esse processo de coordenação repressiva?

R: Sim. A maior parte dos registros que se pode encontrar são principalmente os registros das polícias políticas, não é; no caso aqui brasileiro, principalmente dos Departamentos de Ordem Política e Social, os chamados DOPS. No caso do DOPS do Rio Grande do Sul, apesar de praticamente toda a documentação ter sido queimada, existe a documentação das chamadas SOPS, que eram delegacias que atuavam no interior a mando do DOPS. E no Uruguai também, existe a chamada Dirección Nacional de Información y Inteligencia, que era a polícia política do Uruguai, onde se demonstra essa coordenação. E outra fonte de registro importantíssima para se averiguar essa coordenação é a documentação diplomática. Muitas vezes se esquece das Embaixadas; a diplomacia, a chancelaria, ela sempre tenta passar uma imagem de neutralidade digamos assim, e na verdade não, hoje já se sabe que as Embaixadas contribuíram fortemente para a espionagem. Inclusive os embaixadores, os cônsules, eram sempre vinculados ao regime, no caso a ditadura; juntamente com eles vinham adidos militares, que eram vinculados aos setores de Informação e de Inteligência das suas forças. E a documentação dessas Embaixadas, produzida, as correspondências, os ofícios, demonstra totalmente, claramente, a coordenação repressiva entre, no caso específico não é, da minha pesquisa, entre a ditadura brasileira e o Uruguai no período democrático.

P: Os brasileiros que estavam no Uruguai nesse período; tu falaste até, eles foram perseguidos, houve ameaça de sequestro, até alguns casos isso efetivamente ocorreu, mas o que acontece com a maior parte deles. Eles continuam no Uruguai, eles abandonam o Uruguai. E a mesma coisa eu te pergunto em relação aos uruguaios a partir desse processo digamos de radicalização de tensões. Enfim, no sentido de se eles também começam a abandonar esse país, ficam mais tempo...

R: É, em realidade, a partir desse momento, alguns exilados brasileiros até permanecem no Uruguai. Mas agora o Chile, de Salvador Allende, é que vai ser digamos assim, o grande atrativo não é desses brasileiros que estavam exilados, inclusive até de muitos desses uruguaios que começam a ser perseguidos. Porque muitas... Porque em relação ao Uruguai, principalmente a partir da década de setenta – setenta e um, setenta e dois, início de setenta e três, antes do golpe – já há medidas duríssimas contra qualquer grupo ou qualquer pessoa que se manifestasse contra o regime vigente. Inclusive ainda no período democrático, os tribunais militares no Uruguai. Isso, por exemplo, no Brasil, só vai ocorrer durante a ditadura. Então muitos deles se deslocam para o Chile de Salvador Allende, que em 1970 chega ao poder e que traz toda uma esperança, uma expectativa do socialismo então, agora, na América Latina, claro, já havia em Cuba, mas o socialismo através do voto, que chegou através das eleições, e um socialismo mais presente, mais próximo. Então a maioria desses exilados se dirige ao Chile de Salvador Allende. São poucos os que ficam não é, no Uruguai. Mas ficam, e sendo perseguidos e monitorados.

P: Que tipo de violência estatal ou paraestatal existe no Uruguai antes do próprio golpe, o que... Enfim, nós teremos um corte com o golpe, depois do golpe sabemos que o país vira uma ditadura, mas antes da própria ditadura em si, o que nós já temos de características repressivas dentro do Uruguai.

R: Bem, então. A partir então de 1968 vai haver a modernização das forças policiais; modernização no sentido de melhor equiparar, de treinamentos... E aí um treinamento sempre vinculado na lógica dos Estados Unidos. Inclusive há várias missões norte-americanas que vêm para o Uruguai para treinar esses policiais, para treinar esses militares; o intercâmbio dos militares – muitos militares se dirigem para a Escola das Américas –, e o intercâmbio também dos militares

uruguayos e brasileiros vai ser muito grande, muitos militares uruguayos vão ter treinamento na Escola Superior de Guerra. A questão da violência policial também, do uso da violência policial, ela também adquire uma proporção que não existia antes no Uruguai. As próprias Forças Armadas, que ao contrário, por exemplo, das Forças Armadas brasileiras e também da Argentina, de que não se envolvia na política. Porque no Brasil sempre houve aquela questão, os militares estão presentes em vários golpes, em vários momentos da nossa história, às vezes tanto para impedir golpes quanto para dar golpes. E no Uruguai isso não existia; no Uruguai as Forças Armadas elas tinham, eram... Elas tinham um papel bem profissional. Lentamente, no final dos anos sessenta, início... Não tão lentamente, mas aos poucos eles vão começando a adquirir uma noção de que não, de que eles têm que participar dessa vida política, eles têm que se intrometer, eles têm que participar mais, palpitar mais. Em relação também ao autoritarismo e às forças policiais, além desse treinamento maior e dessa noção da violência e da força, eles começam a criar esses grupos paraestatais, que o principal deles é o Esquadrão da Morte, que hoje em dia já foi descoberta documentação comprovando de que o Esquadrão da Morte nasceu inclusive dentro da Embaixada norte-americana de Montevidéu. E ao contrário do Esquadrão da Morte brasileiro, o Esquadrão da Morte uruguaio ele já nasce justamente nessa... Tendo o objetivo de perseguir e de executar se for o caso, também, os “criminosos políticos” não é. O Brasil vai ajudar muito no treinamento desses Esquadrões da Morte, até hoje se especula que o Fleury teria ido pessoalmente a Montevidéu para treinar o Esquadrão da Morte uruguaio, principalmente naquele caso do frei Beto, quando frei Beto cai aqui em Porto Alegre devido ao esquema de fronteiras, justamente a tentativa de retirar os militantes da ALN pela fronteira do Rio Grande do Sul, ele cai; o Fleury vem de São Paulo e participa do interrogatório do frei Beto, aqui em Porto Alegre, e ele teria então se deslocado depois para Montevidéu. Só que o Esquadrão da Morte brasileiro, ele surge, na verdade, em meados dos anos cinquenta, e surge com aquela característica de fazer uma limpeza, digamos assim, da marginalia. Vai ser durante a ditadura que também ele vai adquirir essa noção de que também deve ir atrás da marginalia agora então vinculada aos “crimes” políticos. E o maior Esquadrão do Brasil, que ficou mais conhecido pelos seus atentados, vai ser o Esquadrão da Morte de São Paulo, vinculado então ao delegado Fleury, do DOPS de São Paulo. E ele surge justamente na rivalidade das Forças Armadas, porque isso é uma coisa muito interessante de se perceber; e o Brasil, por ter uma estrutura de poderes e repressiva tão grande, e também ser um território muito grande, e de ter sido o país que acho que mais burocratizou até o seu próprio sistema de informações, a Marinha, que era o setor que já tinha o seu setor de informações – a Marinha era a Força Armada que melhor tinha um setor de informações e espionagem, isso antes da ditadura; o Exército e a Aeronáutica só durante a ditadura é que vão organizar o seu setor de informação e repressão. Só que o Exército, durante a ditadura brasileira, ele toma um protagonismo muito grande, isso acontece em todas as ditaduras do Cone Sul. Então, como a Marinha se ressentia dessa perda, é a Marinha que vai passar a bancar o Esquadrão da Morte então, em São Paulo, liderado pelo delegado do DOPS Fleury, que inclusive então passa – com toda a sua experiência, com toda a sua técnica – passa a instruir também o Esquadrão da Morte no Uruguai.

P: Ananda, diz-me uma coisa, como é que... Depois que nós temos o golpe no Uruguai, em junho de 1973, o que muda dentro do Uruguai em termos de, enfim, de forma geral a organização do país, e de certa forma também, como é que se configura o país segundo essa nova lógica da ditadura, em termos repressivos particularmente.

R: Bem, sinteticamente eu acho que pode se dizer que a ditadura uruguaia foi a que mais teve preocupação em monitorar constantemente, em todos os sentidos, em todos os setores, a sociedade. Muitas vezes, quando se contrasta com outras ditaduras, temos os banhos de sangue no Chile, nós temos também os mais de trinta mil mortos e desaparecidos na Argentina, nós temos o uso sistemático e indiscriminado da tortura no Brasil, e no Uruguai eu percebo muito essa questão da vigilância à sociedade uruguaia como um todo. Além disso, nós temos também o chamado “Grande Encarceramento”, e aí os historiadores falam que na verdade esse “Grande Encarceramento” é duplo, porque a sociedade toda esteve encarcerada devido a essa vigilância praticamente quase total, mas também porque se estima que um em cada cinquenta uruguayos esteve preso, passou pela prisão, e prisões muito prolongadas. Não prisões de meses, ou de um,

dois anos, mas prisões de mais de dez anos, até porque, é importante destacar, os Tupamaros já tinham... O movimento Tupamaro como movimento já não existia mais durante o golpe; os tupamaros há uma queda grande, em que os dirigentes do movimento, em 1972 já estão todos presos, isso antes do golpe então. E eles todos – e inclusive eles vão ser chamados de reféns da ditadura uruguaia, nove deles que eram lideranças, em relação aos homens, são divididos em três grupos de três, e eles ficam passando de prisões, centros de detenção, durante a ditadura inteira. Também vai haver oito reféns mulheres, inclusive uma delas é a brasileira Flavia Schilling, que depois, na ditadura brasileira, vai haver vários movimentos aqui no Brasil pedindo a libertação da Flavia. Mas acho que em relação à ditadura uruguaia se percebe muito essa questão do medo, da cultura do medo, e dessa vigilância muito grande em relação aos uruguaios. E uma recessão econômica muito forte também, que é algo que às vezes se esquece de destacar, mas essas ditaduras, porque no Brasil houve um ilusório, digamos assim, milagre econômico, que faz com que às vezes as pessoas tenham saudade da ditadura. Já no Uruguai não, a recessão econômica foi muito grande, inclusive muitas pessoas tiveram que se exilar não só pela repressão física, mas também pela repressão que elas sofriam devido a essa recessão econômica.

P: Sabemos também que o Uruguai participou ativamente da Operação Condor e sequestro de crianças, também como modalidades mais centradas em algum momento. O que eu queria te perguntar, agora, um pouco em cima do que tu conheces um pouco em cima do que tu pesquisas, como é que tu vê hoje o processo de recuperação da memória no Uruguai? Da recuperação da memória, da recuperação da verdade, da justiça, dos espaços de memória, enfim, como é que está isso hoje naquele país?

R: Até como tu já comentaste não é, na verdade o Uruguai foi o país que mais se utilizou da Operação Condor não é? A maior parte dos uruguaios, eles morreram ou desapareceram em outros países, principalmente a Argentina. Então, durante muito tempo, os governantes – isso até durante já a transição democrática, já durante os primeiros governos democráticos no Uruguai –, sempre se tentou muito negar essa questão da ditadura uruguaia, e sempre jogar para a Argentina. E aos poucos acho também que a população foi tomando conta disso, foi se apercebendo de que na verdade, sim, a ditadura uruguaia foi muito forte no seu país, e inclusive os frutos do terrorismo de Estado também ficaram muito presentes ainda na sociedade. O Uruguai infelizmente perdeu os dois plebiscitos para anular a Ley de Caducidad – a Ley de Caducidad é uma lei parecida com a nossa Lei de Anistia aqui, ou seja, que impede a punição dos torturadores, dos agentes do Estado envolvidos com a repressão –; houve dois plebiscitos, um em 1989, onde se perdeu... Onde a população foi chamada! A população foi chamada para ver se haveria uma revisão ou não da Ley de Caducidad; no primeiro plebiscito a população manteve a Ley de Caducidad; e depois em dois mil e... Oito... Não, dois mil e nove... Nove! Foi dois mil e nove. Dois mil e nove houve então esse segundo plebiscito, que foi até bem difícil de conseguir, porque teria que ter no mínimo dez por cento de firmas, de assinaturas de uruguaios, de eleitores, para poder ter então esse plebiscito. Houve, e novamente a população referendou a Ley de Caducidad. Entretanto, como a Ley de Caducidad é uma violação aos direitos humanos, hoje em dia então já se tem uma leitura totalmente diferente; vários criminosos da ditadura, mesmo com a Ley de Caducidad tendo sido referendada por dois plebiscitos, vários criminosos foram julgados. Inclusive a Ley de Caducidad deixava uma brecha, porque dizia que somente militares e policiais seriam julgados, então, com base nisso, se pode botar o Bordaberry, que era o presidente, porque até o Uruguai ele tem uma peculiaridade – vai ser o próprio presidente eleito, Juan María Bordaberry, que vai dar o golpe de Estado, vai liderar esse golpe –, então ele é posto na cadeia devido a essa brecha da Ley de Caducidad, o Ministro das Relações Exteriores também, o...

P: Juan Carlos Blanco.

R: Juan Carlos Blanco. Mas agora também está se começando a se abrir os processos contra os militares, e muitos deles os vinculados à Operação Condor na Argentina. E a população uruguaia ela vê, realmente, que é necessário haver uma prestação de contas, não é, por parte desses torturadores – e do Estado! – com a sociedade. O Uruguai nessa questão é muito mais avançado do

que nós, brasileiros, mas nisso o Brasil ainda está... Mesmo que no Uruguai não tenha se avançado tanto quando se compara Brasil-Uruguai, o Uruguai avançou muito mais. O Uruguai tem um presidente que foi um desses reféns, que eu referenciei antes, ele era um Tupamaro. A própria questão das crianças não é, que foram sequestradas na Argentina e tiveram a sua identidade roubada, hoje em dia todas as crianças uruguaias, que eram em torno de vinte, elas já têm a sua identidade restituída, grande parte delas então se envolve nessa luta pelo direito à memória, pelo direito à verdade, e principalmente pelo direito à justiça. Todo ano a Marcha do Silêncio, no Uruguai, lembrando seus mortos e desaparecidos, onde milhares participam, mas ainda há muito que se avançar. Até ano passado foi criado o Centro de Memória e Direitos Humanos, onde era um quartel. Então aos... Eu percebo que a sociedade uruguaia tem muita preocupação com essa temática. Inclusive quando tu olhas os periódicos, quando tu olhas a televisão, isso sempre é pauta, não é, ao contrário do Brasil, que não se vê absolutamente nada. Mas claro que ainda há muita coisa para avançar, inclusive há muitos criminosos ainda para serem colocados na cadeia. E em relação aos arquivos, o Uruguai ainda tem uma política bem atrasada digamos, em relação à abertura dos seus arquivos, ainda é bem difícil chegar aos arquivos da ditadura uruguaia, e também dos arquivos dos militares, que não foram abertos.

P: Mais alguma questão sobre o Uruguai que tu acha importante acrescentar?

R: Deixa-me ver...

P: A questão da solidariedade, por exemplo, o que tu percebes?

R: Eu acho que uma solidariedade dos dois lados, no sentido de que... Os uruguaios, quando os brasileiros vão para lá, eles têm uma forte acolhida, eles dão uma forte acolhida para os exilados brasileiros, e acho também que isso é uma característica do povo uruguaio, não é. Essa característica deles de acreditar nas... De acreditar nas tradições democráticas, é algo muito forte, e algo que se consegue através da educação que eles têm; que é uma questão que não é somente cultural, no sentido que geralmente pensamos assim – Ah, é a cultura, é o tipo deles –. Não, é uma cultura política por tudo que eles carregam não é? E geralmente o que se percebe, então, em relação aos uruguaios, principalmente nessa questão do exílio. Que nem eu falei não é? O Marcha vai ser um semanário que sempre vai dar voz para esses uruguaios se posicionarem contra a ditadura; inclusive os seus escritores se posicionavam contra a ditadura fortemente. E aí depois, acho importante também, quando o Uruguai está em outro período da ditadura, e o Brasil está assim na sua “abertura” – nem tão abertura – acho importante que a sociedade... Uma parcela da população brasileira também conseguiu retribuir essa solidariedade para os uruguaios, destacadamente aqui no caso do Sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre – da Lilián, do Universindo, e das crianças não é? Mas acho também que, principalmente esse respeito que os uruguaios têm pelas tradições democráticas, isso sempre foi muito importante, principalmente na questão de ajuda aos exilados brasileiros.

P: Muito bem. Muito obrigado então.

(B) CAROLINE SILVEIRA BAUER.

PORTO ALEGRE, 25 DE JANEIRO DE 2013.

P: Caroline gostaria que tu nos falasses sobre como é que está montado o sistema repressivo a partir do DOPS aqui no Estado, e um pouco também como é que isso ocorria em termos do resto do país.

R: Bem, a repressão do período ditatorial brasileiro, a partir do golpe de trinta e um de março de sessenta e quatro, ela começa utilizando órgãos já pré-existentes, antes do período de sessenta e quatro, com órgãos que são criados para incrementar o trabalho desses órgãos pré-existentes. E o DOPS do Rio Grande do Sul, os DOPS dos outros Estados, que é a repressão em nível estadual, são órgãos que existem desde antes do período da ditadura, são órgãos criados na conjuntura dos anos vinte, anos trinta, para coibir uma movimentação social que se tornava mais intensa no Brasil. Claro, a partir de sessenta e quatro eles vão ter toda uma reformulação, e uma subordinação ao Serviço Nacional de Informações, o SNI, que vai ser o órgão máximo de centralização das informações, e a partir das informações, da ação repressiva nos Estados. O DOPS do Rio Grande do Sul ficava localizado na Avenida João Pessoa esquina com a Ipiranga, um lugar bastante movimentado de Porto Alegre, no entanto as suas ações também aconteciam em alguns outros locais menos conhecidos, menos visíveis, como num órgão clandestino de repressão chamado Dopinha, um casarão alugado pelos militares no bairro Bom Fim, aqui em Porto Alegre, e também eram utilizadas outras estruturas militares que eram deslocadas, onde funcionários do DOPS eram deslocados para fazer repressão, como a Polícia do Exército, no Morro Santa Teresa, e até mesmo nos primeiros dias, logo após o golpe, aqui em Porto Alegre, o espaço da FEBEM foi utilizado como presídio de massa para as pessoas que foram detidas nos primeiros momentos após o golpe. Então a repressão se organiza dessa forma, numa maneira mais centralizada nas capitais, com os DOPS, e ela é disseminada pelo interior do Estado nos chamados órgãos auxiliares dos DOPS, os chamados SOPS, que eram órgãos localizados nas delegacias regionais de polícia do Estado; o Estado era dividido naquele momento em quinze regiões policiais, e em cada uma das sedes dessas regiões policiais, que correspondiam aos municípios de maior densidade populacional do Estado, existia uma dessas filiais do DOPS, que fazia uma troca de informações constantemente com a capital, e nisso, não somente de informações, mas também de pedidos de busca, de apreensão, a pessoas que eram consideradas suspeitas pela, da repressão. Fora essa parte, que é uma parte de polícia civil, ou seja, uma questão de investigação, de ação policial mesmo, o DOPS contava com... Há os órgãos militares, a partir de setenta e quatro, aqui no Estado, de uma maneira bastante tardia com o DOI-CODI do III Exército, mas também com a atuação dos órgãos da Brigada Militar, de informações, e com os próprios órgãos, com a rede de informações criada pelas Forças Armadas brasileiras. E é claro, precisa ressaltar toda a especificidade que existe da repressão fronteiriça aqui no Estado, não é, por causa da fronteira tanto com o Uruguai quanto com a Argentina, então uma preocupação que ia, claro, tinha muito a ver com a questão interna do Brasil, mas uma preocupação muito grande também com o que estava acontecendo tanto na Argentina quanto no Uruguai.

P: Diz-me uma coisa, o que nós temos de documentação do DOPS, hoje, de acesso público.

R: Bem, a documentação do DOPS foi numa cerimônia pública, oficial, mas de conhecimento geral, foi incinerada em maio de 1982, logo após a extinção do órgão. Uma cerimônia que foi feita, então, junto com a Brigada Militar, toda a documentação do DOPS foi colocada em caminhões da Brigada Militar e levada para um sítio da Brigada, onde ela foi, foi feita uma queima pública dessa documentação. Sempre houve indícios de que, indícios e denúncias, de que essa documentação teria sido microfilmada, mas até hoje não se teve acesso a esses microfilmes dessa documentação do DOPS. O que se sabe, a partir de algumas denúncias de espionagem política realizada nos anos noventa, foi que se preservou toda a documentação das SOPS, essas agências do interior do Estado. E a preservação dessa documentação fez com que, a partir de noventa e

seis, fosse feito um pedido para as regionais de polícia que encaminhassem essa documentação até o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, e a partir de então se constituiu um acervo do que seria o DOPS na sua troca de informações com essas agências regionais, aqui do Estado. Então se sabe que isso é uma quantidade muito pequena de documentação perto do que era um órgão como o DOPS do Rio Grande do Sul e com a sua importância, mas já se sabe muita coisa sobre a sua atuação repressiva a partir somente desse contato de troca de informações com as regionais do interior do Estado.

P: O que consta nessa documentação que tem a ver com isso que nós chamamos de coordenação repressiva. Que tipo de informação circula e de que maneira ela é colocada.

R: Bem, chama a atenção muito nessa documentação que trata de estrangeiros que estão sob vigilância dos órgãos repressivos brasileiros, a terminologia de alienígenas, eles são sempre chamados por essa documentação como alienígenas, como indício de que eles eram cidadãos que estavam de fora. Também é bastante peculiar a questão de que, chamamos muito a atenção para a coordenação repressiva que acontece pós Operação Condor, e realmente, aí se vê um incremento muito grande. Mas essa coordenação repressiva acontece desde os primeiros momentos da ditadura brasileira, e acontece com a ditadura brasileira e outros regimes democráticos que estão além da fronteira. Então existe uma preocupação muito grande com a circularidade de brasileiros que estão saindo do país e indo se exilar no Uruguai, ou com a mesma preocupação em relação a argentinos que enfim, vivem uma conjuntura política bastante conturbada, e que vai levar em setenta e seis a um golpe militar na Argentina. Então existe toda essa preocupação com os chamados alienígenas, que eram mantidos sob vigilância, nas fronteiras mantinham eles sob vigilância, mas também, a partir de uma determinada época, passa-se para as ações de busca e apreensão desses cidadãos.

P: No caso específico sobre os argentinos, cidadãos argentinos da oposição política ao regime lá, tu tens avaliado o volume da presença dessas informações nessa documentação, tem encontrado documentos que tenham ajudado inclusive os argentinos a esclarecer o que aconteceu com algumas pessoas em função dos seus problemas internos?

R: É, na verdade essa documentação ela já foi utilizada, já foi enfim investigada por vários pesquisadores não é, e enfim ela pode ainda contribuir com muitos outros casos, com enfim, no tratamento de muitos outros casos, e cada vez mais se abre essa possibilidade, porque se vai conhecendo mais sobre esse acervo, em outros órgãos também que vão sendo, outros órgãos de informações que estão tendo os seus arquivos abertos, principalmente com a nova Lei de Acesso à Informação no Brasil, e aí se conhece outros novos casos não é, por exemplo, na verdade antes mesmo da disponibilização do DOPS, da documentação das SOPS aqui do Rio Grande do Sul, o DOPS de São Paulo já tinha disponibilizado a sua documentação sobre o Rio Grande do Sul, que era a troca de informações entre o DOPS do Rio Grande do Sul e o DOPS de São Paulo. E aí existem dezesseis pastas de documentação existente. E daí, mais recentemente então, a questão do acesso livre à documentação existente no Arquivo Nacional, se sabem ainda muitos mais casos de argentinos, do caso de argentinos desaparecidos no Brasil ou nessa condição aqui, que estavam aqui presentes no Brasil. E isso tem ajudado a revelar, inclusive a aumentar a precisão de alguns casos de desaparecimentos ocorridos aqui no Brasil.

P: E no caso de documentos argentinos que registrem informações sobre o Brasil e sobre cidadãos brasileiros, o que existe, o que tu andaste pesquisando?

R: Chama a atenção nos arquivos argentinos que eu tive acesso a questão de que o Brasil sempre foi uma grande preocupação em relação à Argentina, então tinha sempre uma análise de conjuntura muito importante, porque se sabia que o que ia acontecer no Brasil poderia ser uma grande tendência do que aconteceria na América Latina. Então foi sempre um gigante que estava sendo, estava sob vigilância não é. Então essa questão da repressão, de como ela estava sendo feita no Brasil, também serviu muito de ensinamento para o que acontecia na Argentina. Então

se percebe, apesar de não diretamente, haver uma relação entre a forma de repressão no Brasil e a forma de repressão na Argentina, um núcleo comum entre os documentos que dizem como agir na questão de informações, ou como agir na questão de repressão, que parece bastante similar, que parece uma fonte comum entre os dois países não é. E essa documentação existente na Argentina tem um grande problema, porque no final da ditadura argentina houve um decreto presidencial que fez a solicitação da queima de toda a documentação relativa à repressão, não existe uma disponibilização íntegra de todos os acervos relativos à repressão, nós temos isso muito regionalizado nas províncias argentinas, não temos uma questão nacional de centralização desses arquivos, e aí então o que se sabe dos brasileiros desaparecidos na Argentina são coisas que inclusive fogem um pouco do controle da documentação destes órgãos principais de repressão. Até mesmo por causa um pouco da característica da repressão argentina, que como muito mais atuando pela clandestinidade, não era necessariamente nos órgãos oficiais de repressão que se encontrariam informações sobre os brasileiros. E me veio agora à memória o caso do Tenorinho, que na verdade toda a explicação a respeito do desaparecimento dele, em setenta, em setenta e... Três, se não me engano, na Argentina, ocorre através da via diplomática, ocorre através de se encontrando na Embaixada do Brasil em Buenos Aires um documento emitido do centro clandestino da ESMA, pedindo desculpas por ter feito a prisão e o assassinato do cidadão brasileiro Tenório Tarãrãrã, porque na verdade, enfim, não era ele que estava sendo enfim a vítima da repressão. Então uma documentação que em princípio não se buscaria nos órgãos de repressão, mas enfim, acaba aparecendo através da Embaixada brasileira. Em Buenos Aires.

P: No caso desses brasileiros, cidadãos brasileiros, desaparecidos na Argentina, se pode fazer um paralelo com o tipo de situação que foi experimentada por brasileiros que estavam no Chile ou no Uruguai, no sentido de monitoramento ou de acompanhamento de agentes brasileiros, ou a situação é diferente.

R: Há... Acho que essa pergunta ela tem duas respostas possíveis assim, porque eu acho que muita coisa ainda está sendo construída a respeito dessa questão da coordenação repressiva. Há... O fato de nós não termos um arquivo da cooperação repressiva, de termos o Arquivo do Terror, no Paraguai, onde tem algumas pistas, mas não temos algo muito claro a respeito dessa coordenação repressiva, acho que deixa duas hipóteses. A primeira delas o fato de que esses brasileiros que desaparecem na Argentina, apesar de em um primeiro momento ser setenta e dois setenta e três quando eles desaparecem, e depois todos os casos em setenta e oito, dá uma ideia um pouco de solução final, desses brasileiros já terem passado por outros países, por outros exílios, estarem banidos do território brasileiro, e com uma ameaça de voltar ao território brasileiro, existia um interesse muito grande da ditadura brasileira em solicitar que essas pessoas fossem eliminadas. Mas também tem que pensar um pouco da questão da conjuntura interna na Argentina; essas pessoas vindas de fora, trazendo ideais considerados perigosos para dentro da Argentina, também tinha o interesse da popula[ção]... Da... Do país, da Argentina, para que essas pessoas não permanecessem ali. Então acho que... Dessa soma de interesses pode ser que o fato da coordenação mesmo funcionar, e fato dessas pessoas serem desaparecidas ser, enfim, vantajoso para os dois países.

P: Uma das marcas repressivas mais importantes da região foi a política de desaparecimentos. Talvez uma marca muito mais acentuada na Argentina do que nos outros países, mas uma prática que foi comum. Tu podes nos explicar um pouco o que justifica, qual é o móvel para que o Estado desenvolva uma política de desaparecimentos, o que se procura, o que se objetiva com uma prática repressiva dessas.

R: Bem, a prática do desaparecimento ela é o grande diferencial do que vai ser essas ditaduras, a partir da década de sessenta, de todas as outras intervenções militares que houve na América Latina até então, e da própria ação repressiva que já acontecia nesses outros países. Nesses outros países não era tão incomum pensar, em conjuntura de crise, em tortura, ou em assassinatos políticos, ou outras coisas que aparecem durante a ditadura. Mas o desaparecimento vai ser o grande diferencial dessas ditaduras, a partir da década de sessenta. E a prática do desapareci-

mento ela é, dentro das escolhas repressivas, a mais vantajosa para a própria ação da repressão. Hã... Por causa da questão do encobrimento da ação, por causa de se manter a pessoa que é desaparecida numa situação de nem vida e nem morte, porque no final das contas só configuramos o delito de um homicídio através do corpo dessas pessoas, e esse corpo não aparece, e por causa, tem um efeito dissuasivo muito grande, e um efeito repressivo que ele é, ele acontece em ondas, acaba afetando não somente a pessoa que é a vítima do desaparecimento, mas o entorno familiar, o entorno de atuação política, e, porque não, o próprio entorno social da pessoa não é. Então tem um fator de desmobilização muito grande. Ele é das práticas mais rentáveis então, para a questão da repressão. Podem ser atingidos determinados alvos específicos, e conseguir, instituir um medo tão grande, e fazer com que haja uma desmobilização social bastante intensa. E acaba variando bastante aqui nos países da região, o emprego dessa prática conforme a finalidade de cada um dos regimes não é. Então sabemos que em alguns outros momentos outras práticas foram privilegiadas nesse regime, nesses regimes, como a prática da tortura no Brasil, que essa permaneceu durante todo o período da ditadura militar, e inclusive algumas outras que foram empregadas e depois foram consideradas não rentáveis, tanto por uma questão de propaganda interna quanto externa, como os extermínios no Chile, a questão do assassinato político, ele já estava sendo visto internacionalmente como um problema muito grande, então se passa para uma segunda medida que é a questão do desaparecimento, que é o chamado crime limpo não é. Enfim, não causa muitos problemas.

P: Quando se diz que essas ditaduras visaram criar um clima de medo, um cotidiano de medo, qual é o significado que há por detrás disso, o que se objetiva com a criação de condições que gerem essa cultura do medo. De que maneira isso atinge a sociedade?

R: Para fazer uma análise a respeito dessa questão do medo dentro da sociedade, primeiro precisamos reconhecer que essas sociedades, geralmente, têm muitos caracteres autoritários no seu funcionamento. O que de por si só faz com não reconheçamos certas situações anormais como anormais, elas já estão tão naturalizadas que, enfim, acabam não tendo essa distinção dentro do seria uma democracia, de um regime democrático. A questão do medo, ela pode ser estudada dentro da sua questão de, dentro da sua esfera mais... Institucional, a partir das medidas repressivas que se tem, da censura, a respeito da questão repressiva mesmo, das ações que podem ou não podem acontecer, de onde pode ou não pode se envolver, com quem pode ou não pode se encontrar, mas também a partir de ações produtivas, que a própria pessoa já faz por si só por saber quais são os limites que existem nesta sociedade. Então o que seria uma autocensura, uma ação que parte de si e produz determinados comportamentos que são reflexos desta questão do medo. E acho que as ditaduras trabalharam muito bem com essa questão do medo, porque o grande foco de atuação delas era contra a subversão. Mas nunca se soube exatamente o que era a subversão. Nunca se sabe se a subversão eram os partidos subscritos, ou se eram as organizações da esquerda armada, ou se eram os opositores políticos, ou se eram pessoas que não concordavam com os ditames econômicos da ditadura; então a categoria de subversivo, na sua maleabilidade, na sua, no que poderia incorporar e ao mesmo tempo não incorporava, ele cria essa condição de incerteza, de insegurança, de não saber o que poderia ser feito e o que não poderia ser feito. E nessa dicotomia entre o que fazer e o que não fazer, as pessoas acabam de certa forma apáticas, e não se envolvendo mais então nas questões políticas ou que poderiam ser consideradas subversivas.

P: Como resultado dessas práticas repressivas, apesar de toda essa tentativa de imobilizar a sociedade, mesmo assim surgiram organizações que de alguma forma tentaram denunciar os crimes que estavam sendo cometidos naquelas conjunturas. Podes nos falar um pouco dessas organizações? No caso da Argentina, dessas organizações que vêm dos direitos humanos, aqui no Brasil também um pouco, como é que surgem também organizações parecidas, como os familiares, enfim. Um pouco para pensar como, dentro desse clima tão agressivo, e tão constrangedor, mesmo assim ainda houve capacidade de demonstrar algum tipo de resistência.

R: Sim. Bom, embora no Brasil tenhamos essa situação sui generis de ter um partido político de oposição não é, que seria o MDB, a oposição digamos por vias políticas propriamente ditas era muito complicado, era muito difícil. Então apesar das iniciativas pontuais de algumas pessoas de denunciar aquilo que estava acontecendo na ditadura por essas vias políticas, e tentar alguma mudança nesse estrato, na verdade as grandes manifestações, movimentações da sociedade, elas partiram dos agrupamentos de direitos humanos, a existência dos familiares daquelas vítimas diretas do que estava, da ação repressiva desses regimes. Então, a partir dessa iniciativa, que começa individual, de alguns familiares, de buscar informações, de fazer um circuito entre todos os órgãos da repressão, buscando informações a respeito daquelas pessoas que estavam desaparecidas, ou que estavam sequestradas dentro desses órgãos, começam a se unir numa rede de solidariedade para buscar mais e mais informações não é. A partir dessas ações então muito pontuais que começam as organizações no Brasil a respeito dos familiares, que depois se encaminham para a formação dos comitês pedindo a anistia aqui no Brasil; e na Argentina e nos outros países também, a questão da formação desses grupos de familiares não é. E interessante é depois ver como esses grupos, a partir do início da década de oitenta, eles começam a se organizar para fazer também troca de informações, a respeito dos dados que contêm nesses países, para além dos casos de conexão de solidariedade durante a própria ditadura não é. O que costuma se falar de uma Operação Condor feita ao contrário por esses movimentos, que fazem o reverso de uma operação repressiva de desaparecimento, eles fazem uma operação para reencontrar essas pessoas ou tirar essas pessoas do foco da repressão, e protegê-las através do ACNUR, ou de algum, ou através do exílio, para que elas saiam dessa visibilidade repressiva.

P: O que... Quais são os motivos que têm impossibilitado que essa história tenha sido recuperada, resgatada, bem antes do que está acontecendo hoje. Ou seja, o que sobrou da ditadura para os tempos de democracia que, de alguma forma, fez com que perdurassem os silêncios e os esquecimentos.

R: Hã... Bem, se criou certo mito, durante os períodos de transição política, de que a melhor coisa que se teria que fazer em relação às ditaduras era não fazer absolutamente nada. Era virar uma página e construir um marco zero a partir das democracias, onde todo esse passado autoritário ele ficaria no seu passado, e que não seria feito absolutamente nada em relação a isso. Só que, como toda medida impositiva e que não encontra legitimidade social isso não foi aceito, ou foi aceito com determinados níveis, nuances dentro dessas sociedades. Então o fato de, por exemplo, crimes que continuavam acontecendo, crimes de desaparecimento, fato de uma sociedade que havia vivido anos baixo o silêncio da tortura, ou então de casos de pessoas que haviam sobrevivido às torturas dos órgãos repressivos, precisaram falar, precisaram vir a público e tomar conhecimento, o próprio fato da sociedade conhecer o que aconteceu durante o período ditatorial, fez com que essa fórmula do esquecimento e do silêncio sobre a ditadura não desse muito certo. Aí somado a essa questão das próprias transições políticas, a iniciativa e a vontade política dessas ditaduras em resolver essa questão, fez com que os caminhos fossem diversos nos países, embora no final das ditaduras todos os países tenham promulgado leis de anistia, com essa finalidade realmente de colocar um ponto final nessa história, ignorando que o fato de anistia só impede um processo penal, a responsabilização penal, mas a anistia ela não pressupõe nem o silêncio nem o esquecimento, ou seja, era necessário conhecer aquilo que havia passado, inclusive para poder construir aquela democracia, para se ver quais eram as bases daquela democracia que estava nascendo.

P: Por que é importante mexer nessas questões; pergunto isso pensando em termos pedagógicos, pergunto isso pensando nas pessoas que perderam familiares, que têm certa idade, mas que continuam lutando, continuam ativistas sociais pela luta pela memória, pela verdade, o que se procura com isso, que tipo de sociedade está sendo pensada.

R: Bem, embora saibamos que, pelo menos desde o final da Segunda Guerra Mundial, com todo o horror acontecido ali, que a máxima de que a história ensina para que não se repita, isso já ter caído por terra, sabemos que na verdade é um direito das sociedades conhecerem o seu passa-

do, conhecerem a sua história por uma questão de identidade, por saber enfim de onde se vem, e lutar por uma coisa melhor se de onde se vem não é uma coisa para se orgulhar. Então eu acredito que todo esse movimento que acontece de busca por memória, verdade e justiça, ele seja justamente para reforçar os direitos que os cidadãos têm enquanto cidadãos, da sua cidadania, de ver uma sociedade justa, de ver uma sociedade onde o seu passado seja preservado, e de viver numa sociedade diferente daquela que aconteceu até agora, ou diferente dessa que aconteceu nesses períodos mais ditatoriais, se desvinculando disso. Então eu acredito que existam funções pedagógicas muito importantes nessas esferas, principalmente para a questão do valor da justiça, da responsabilidade, que cada um tem e que o Estado tem para com os seus cidadãos.

P: Caroline para encerrar eu te pergunto o seguinte. Qual é o valor do testemunho daqueles que carregam a sua experiência, aqueles que carregam suas marcas, qual é a importância dessas pessoas que vêm hoje a público e registram exatamente o que elas sofreram ou como elas percebem que sofreram aqueles acontecimentos.

R: Os depoentes de situações traumáticas como essas das ditaduras de Segurança Nacional, eles trazem nas suas falas várias responsabilidades, na verdade várias falas acumuladas também. Da mesma forma que eles falam sobre as suas experiências, sobre o seu sequestro, suas torturas, seus episódios carcerários, eles trazem também junto consigo a voz daqueles que não estão mais presentes, a voz dos desaparecidos. Então eles trazem toda uma carga de responsabilidade muito grande, porque eles são a nossa forma também de acessar algo que não, enfim, não vai ter como ser acessada, a ausência dessas pessoas. E a importância deles de falarem sobre suas experiências, sobre o seu passado, sobre a sua história, na verdade é uma contribuição para a própria escrita da história do Brasil, porque durante muito tempo a versão que foi contada foi uma versão que foi estritamente presente dos círculos militares, do círculo das Forças Armadas. E somente muito tempo depois começou a ser valorizado e ganhar uma legitimidade social esse depoimento de que sim, houve no Brasil tortura, sim, houve no Brasil sequestros, sim houve no Brasil, e na América Latina também, desaparecimentos. Então as falas deles têm um componente de verdade muito importante. E o mais interessante é que essas falas elas recebem, agora, elas recebem uma legitimidade social que antes elas não tinham, porque durante muito tempo não se pode falar o que essas pessoas falaram, porque elas não tinham aceitação; elas eram chamadas de loucas, elas eram chamadas de pessoas que, enfim, não tinham a compreensão daquilo que havia existido. Por mais que ainda haja muita justificativa, da parte dos setores mais conservadores pelo que foi feito, agora não se pode mais negar que houve sequestro, tortura, desaparecimentos, na América Latina.

P: Muito bem, muito obrigado.

(C) MARLA BARBOSA ASSUMPCÃO.

PORTO ALEGRE, 28 DE JANEIRO DE 2013.

P: Marla, fala um pouquinho para nós qual é a importância que tem o Rio Grande do Sul como fronteira comum na região do Cone Sul.

R: Bom, pensando primeiramente na localização assim do Estado, o Rio Grande do Sul é um Estado então que se localiza no extremo sul do Brasil, ele tem uma linha divisória internacional de aproximadamente mil e setecentos quilômetros de extensão, com a Argentina e com o Uruguai, desses mais ou menos mil quilômetros de fronteira com o Uruguai, e é o único Estado brasileiro então a fazer fronteira com esse outro país. Ao longo então desse limite, mais especificamente com o Uruguai, foram se desenvolvendo pares de centros urbanos nessas regiões então, que são até hoje na verdade núcleos privilegiados de contato e entrosamento político entre essas populações não é, entre a população brasileira e o Uruguai.

P: Quais, por exemplo?

R: Por exemplo, o Chuí não é? Chuí brasileiro, Chuy uruguaio; Santana do Livramento / Rivera, que são então essas cidades gêmeas não é, esses pares de centros urbanos, que extrapolam a linha internacional, são aglomerações então transfronteiriços não é. Que são justamente esses locais privilegiados para que se estabeleçam essas relações nos diversos âmbitos, e destacando aqui a questão do âmbito político mesmo não é. Enfim, essa fronteira, na verdade, com o Uruguai, ela vai ser historicamente caracterizada então como um local de refúgio não é, sobretudo em contextos de conturbação política, onde essa fronteira então ela vai ser procurada como o lugar do exílio; isto historicamente assim, desde o delineamento dessa fronteira, no século XIX, até entrando neste período, neste contexto de deflagração dos golpes pelo Cone Sul, vai ser uma fronteira então caracterizada como um local de refúgio para esses grupos sublevados, o que vai ser uma fonte de preocupação para as autoridades constituídas nesse momento. Nesse sentido então, o Rio Grande do Sul ele tem que ser pensado como um Estado atravessado por outras dinâmicas não é, acho que diferentes de se pensar um pouco no eixo Rio-São Paulo, justamente por essa configuração fronteira do Estado, que vai então fazer com que ele seja atravessado por outras dinâmicas, tendo em vista essa conexão com os países da região. Nesse sentido então, é um Estado que vai ter um papel de destaque nesse momento, em função dessa localização privilegiada, pela questão das fronteiras então com os países do Prata, sobretudo, e vai ser uma rota quase obrigatória então de saída do país nesse momento, rumo ao Uruguai, sobretudo, não é. Montevideu então nesse momento é a capital dos exilados, no momento logo após a deflagração do golpe de Estado no Brasil, mas também rumo a outros países, mas saindo, sobretudo, por essa fronteira entre Brasil e Uruguai não é. E nesse sentido é válido destacar que assim como ela é uma rota obrigatória então para essa resistência então não é, esses militantes que acabam sendo impelidos a deixar o país, ela vai ser também para a repressão, que vai tentar então barrar esse fluxo de pessoas que atravessam o Estado em direção aos outros países, como também aqueles que tentam reingressar no país, destacando a atuação dos pombos-correios, por exemplo...

P: O que são os pombos-correios?

R: Essas pessoas vinculadas ao Leonel Brizola, exilado então no Uruguai, que conectavam esse exílio brasileiro no Uruguai com uma debilitada resistência interna, sobretudo no Rio Grande do Sul não é? Então esses pombos-correios atravessavam frequentemente essa fronteira entre os dois países, e nesse sentido então, o Estado vai se tornar fonte de preocupação para a ditadura brasileira, que vai tentar então barrar um pouco esse fluxo de militantes nesse momento.

P: Como é que funcionam essas viagens para a fronteira, como é que são esses itinerários, é ligação direta ou não, há um padrão para isso?

R: Na verdade sim. Nesse momento, então, diversas organizações vão ter os seus esquemas de fronteira, e na verdade às vezes é um pouco complicado reconstituir um pouco essas ações

justamente pelo caráter clandestino delas, mas existem algumas recorrências assim, não é, em algumas que se podem visualizar em algum desses esquemas, que é a questão da utilização dessas cidades de Santana do Livramento e Rivera para retirar então esses militantes, alguns militantes diretamente envolvidos então nessa tarefa de auxiliar na passagem desses militantes, acho que um dos casos mais emblemáticos é o caso do frei Beto não é? O esquema de fronteira então foi montado em sessenta e nove, e esses militantes ou eles se concentravam nas cidades de fronteira ou em regiões próximas; o caso do frei Beto em São Leopoldo não é, foi deslocado para São Leopoldo e ficou diretamente, enfim, com essa tarefa de atravessar esses militantes, de auxiliar na passagem desses militantes. Mas, além disso, a conexão realizada com agentes fronteiriços também era fundamental para tentar burlar esses mecanismos de vigilância na fronteira.

P: Há documentos que atestam isso, que mostram que havia a preocupação, monitoramento, isso faz parte dos documentos repressivos?

R: Sim. Além dos relatos que existem sobre isso, a documentação, por exemplo, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, não é, tem um documento bastante emblemático, que ele é um interrogatório então que se faz com alguém que em determinado momento saiu pela fronteira Brasil-Uruguai, saiu e foi para o Uruguai, e quando ele acaba novamente ingressando em território nacional é preso, e nesse interrogatório ficam bem claro quais eram as preocupações de tentar perceber se existia algum vínculo com a fronteira, quem é que teria auxiliado nessa passagem. Então aí acho que fica bem clara essa preocupação com esse trânsito fronteiriço, e de tentar dismantelar um pouco essas ações.

P: Na pesquisa que tu estás fazendo sobre a fronteira Marla, tu consegues identificar essas redes de solidariedade na região inclusive entre os dois países, tu tens informações sobre isso?

R: Sim, pelos relatos na verdade, algumas entrevistas que eu já fiz, ou alguns outros depoimentos também que eu li, na verdade a principal rota de saída do país era Santana do Livramento e Rivera, que é o principal núcleo urbano então dessa fronteira entre o Brasil e o Uruguai, e nessa região, na verdade, desde um primeiro momento ela vai ser impactada com esse fluxo de exilados que vão deixar o país, assim como os cidadãos de Santana do Livramento que vão se refugiar em Rivera já num primeiro momento, esperando um pouco o desenrolar dos acontecimentos, e é patente a participação de cidadãos uruguaios não é, nesse auxílio, muito em função já desses vínculos existentes, bem característicos da dinâmica fronteiriça não é. E essas redes, então, binacionais, que vão se formar nesse momento, vão auxiliar então na passagem dessas pessoas, mas é importante frisar que ela não só era uma região de passagem como de permanência para muitas pessoas não é. Então, na verdade, essas pessoas vão auxiliar com moradia, com obtenção de algum emprego, inclusive com auxílio para comer, com roupas, com outras coisas; e vão se mostrar de fundamental importância, porque existem alguns depoimentos de pessoas que não conseguiram se vincular a essas redes, e que na verdade se tornou quase inviável essa permanência na fronteira, longe dessas redes de solidariedade na região.

P: E me diz uma coisa, como é o controle dos militares sobre essa região. Porque tem a ver também com a formação das áreas de segurança. Como é que é o quadro de áreas de segurança nacional no Rio Grande do Sul.

R: Bom, em sessenta e oito então, em meados de 1968, foi promulgada uma lei onde o Conselho de Segurança Nacional passou a intervir em, inicialmente em sessenta e oito, em municípios brasileiros não é. E desses, um terço no Rio Grande do Sul, e todos localizados na fronteira da Argentina e do Uruguai, o que é autoexplicativo, um pouco, da importância conferida a essa região nesse momento. E uma das consequências, na verdade, não só aumentava o contingente militar, por exemplo, nessas regiões, como o prefeito passava a ser nomeado, então passava a ser um interventor nomeado então pelo interventor do Estado. Então acho que esse tipo de política demonstra a importância conferida a essas regiões nesse momento.

P: E me diz uma coisa Marla. No momento em que essa fronteira começa a ser

monitorada, em algum momento ela gera um problema de que ela é uma barreira, para os Estados ditatoriais no caso. Nós sabemos que depois, isso adiante vai gerar a Operação Condor como mecanismo, digamos, de superação dessas fronteiras. Antes da Operação Condor, e dentro do período que tu estás trabalhando já, conseguimos constatar essa relação, essa colaboração, e essa possibilidade de atravessar a fronteira por parte da repressão de um país em relação ao outro? Tu tens esse trânsito de repressores também?

R: Sim existe, assim, para citar um caso concreto de uma das pessoas que eu entrevistei na fronteira então, em Livramento, de um exilado, que ele era de Livramento e foi para Rivera, e aí ele consegue montar um cursinho então, enfim, preparatório para concursos, para coisas afins, e aí trabalham muitos exilados, nesse cursinho, justamente porque essas pessoas, afastadas então das suas funções iniciais quando saem para o exílio, acabam trabalhando, muitos acabam trabalhando como professores nesse cursinho, como é o caso do Tarso Genro, por exemplo, atual governador. E existem relatos então de policiais que iam, teoricamente, se preparar então para esses concursos, mas na verdade estavam ali justamente para monitorar aquela atividade dos exilados, mas em território uruguaio não é, por que... Enfim, então atuando, espionando, num outro território, e num momento em que o Uruguai ainda era uma democracia assim, então... E, além disso, essa importância desses contatos estabelecidos com forças repressivas uruguaias, nós podemos constatar no relato do Manoel Pio Corrêa, que foi o Embaixador brasileiro no Uruguai, designado nesse momento justamente para tentar controlar um pouco essa ação desse grupo de exilados no Uruguai. E nos relatos, então, ele frisa bastante a importância dos contatos estabelecidos com as polícias departamentais fronteiriças uruguaias, e também com as polícias fronteiriças brasileiras, para tentar disciplinar o trânsito fronteiriço não é, como ele mesmo coloca, destacando que isso nada teria que ver com a questão do contrabando, que já seria um aspecto considerado natural na fronteira, mas o que permite então inferir que se tratava justamente desse trânsito de exilados assim. Então essa importância de contatar esses policiais na fronteira que, segundo ele, foram fontes de informação importantes nesse momento.

P: Nós sabemos também que, na medida em que se impõe essa coordenação repressiva, vão surgir formas de solidariedade, tu falaste de algumas delas, e algumas até que se colocam na longa distância não é? Ou seja, a retirada de cidadãos brasileiros perseguidos e levados para o Uruguai, e, principalmente a partir do início dos anos setenta, o contrário não é? Ou seja, apesar de que o Brasil é uma ditadura, mas começa a haver uma vinda também, de alguns uruguaios principalmente. Ficam ali na fronteira. Mais tarde, a partir de setenta e cinco, setenta e seis, isso é mais evidente. O que tu conheces sobre essas relações de solidariedade, por exemplo, o próprio caso do Movimento de Justiça e Direitos Humanos? Tu conheces um pouco sobre esse tipo de ações, como é que funcionam, como é que se estabelecerão?

R: Tu dizes o trânsito agora para o outro lado...

P: Para o outro lado e o tipo de ajuda que se deu. Marla, como é que é justificado, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, como é que se justifica a dinâmica repressiva que perpassa fronteiras, à medida que a fronteira seria o perímetro de contenção do outro, e o perímetro até onde vai a nossa soberania nacional. O que acontece com isso.

R: Bom, antes eu estava assinalando então todas essas dificuldades, na verdade, de se atravessar essa fronteira não é. Eu assinalei a questão dos esquemas de fronteira, por exemplo, mas na verdade eles não eram redes fixas, justamente porque, em determinado momento, quando se descobria o funcionamento, se desmantelava então essa rede, e em função de uma nova conjuntura, quando se precisava ativar novamente, tinham que montar outra rede de passagem desses militantes. Então, além de toda a dificuldade de tu conseguires atravessar essa fronteira,

até porque na verdade existiam pessoas de Livramento que foram para Rivera, que conheciam a região, mas muitas pessoas vieram de outras regiões do país para atravessar essa fronteira não é. Então, além de todas essas dificuldades, na verdade não estava assegurada a sobrevivência dessas pessoas no momento em que atravessavam essa fronteira, justamente porque a repressão extrapolava essas fronteiras territoriais, porque, baseada então na diretriz das fronteiras ideológicas, presente na Doutrina de Segurança Nacional, agora o que dividia então esses países não mais deveria ser essas fronteiras territoriais e políticas não é, e sim as fronteiras ideológicas, que davam um aval digamos para essa ação extraterritorial do regime brasileiro e, depois, com a deflagração de golpes, de estar em outros países também, em território nacional. Então, as fronteiras territoriais não podiam ser barreiras para o trânsito da repressão nesse momento.

P: Nós sabemos que o DOPS do Rio Grande do Sul, ele, por sua vez, estava ramificado no SOPS. E da documentação que sobreviveu do DOPS do Rio Grande do Sul, aquela que em tese foi queimada no final do governo do Amaral de Souza, em realidade sobreviveu uma documentação que era vinculada ao SOPS de diversos municípios do Rio Grande do Sul. Vários deles municípios de fronteira. Essa documentação de SOPS, sobretudo SOPS de fronteira, elas dão uma boa ajuda para entender um pouco do que é esse olhar da repressão sobre a região. Não ajudam?

R: Sim. Ajudam. Na verdade o SOPS de Livramento, da região de Livramento, não existia... Não se encontrou, pelo menos, a documentação, mas justamente como essas informações, na verdade, elas iam de um SOPS para outro, ou depois se vinculavam ao DOPS, algumas informações sobre a região na verdade se têm acesso a partir desse intercâmbio. E na verdade alguns casos assim mais concretos em relação à fronteira, de militares, por exemplo, que eram considerados... Por algum motivo eles não poderiam permanecer na região de fronteira, e eles não foram afastados, na verdade eles foram deslocados, porque na verdade eles representavam um perigo estando na fronteira não é, e não por estar dentro de uma instituição policial. Então acho que isso demonstra um pouco a preocupação com essa região em especial, e é um tipo de informação que tu consegue ter acesso através desse intercâmbio não é? Mas da região em si a documentação é bastante fragmentada, porque conseguimos ter acesso a partir de outras delegacias regionais, que não a de Livramento especificamente.

P: Pode montar o quebra-cabeça.

R: É.

P: Para encerrar Marla, procura descrever um pouco mais como é essa fronteira, particularmente a fronteira Brasil-Uruguai. No conjunto de depoimentos que nós temos colhidos, há muitas referências justamente a esse trânsito de pessoas de um lado para outro, e inclusive de outros países não é, que entram ao Brasil ou que estão saindo do Brasil que não estão indo para o Uruguai, usam o Uruguai como local de passagem para... Tu já tinhas dito isso. Mas que características físicas, que características humanas têm essa fronteira, além da existência de alguns conglomerados urbanos que representam duas cidades, digamos, geminadas. Que outras características têm?

R: Uma das características fundamentais é que se trata de uma fronteira seca não é. Pensando então nas fronteiras do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina, até hoje na verdade o Brasil tem com a Argentina, nessa fronteira, um rio separando, e na verdade os países têm duas ou três pontes que ligam o Brasil à Argentina não é. Isso com o Uruguai, por termos fronteira seca, isso facilita muito o trânsito, e a conexão na verdade entre essas cidades que se dá, na verdade, desde o surgimento não é. Então esse intercâmbio certamente facilitou então que, nesse momento, esse trânsito na verdade acabasse passando por esses centros urbanos assim de fronteira seca entre esses dois países, que facilita na passagem, na verdade, para esse outro lado não é. Para a existência, por exemplo, de famílias binacionais, que são bem características dessa região, o intercâmbio inclusive da militância entre esses dois países, não é. A questão, por

exemplo, em Santana do Livramento/Rivera, num primeiro momento as pessoas que vão para a região são acolhidas principalmente pelo núcleo santanense do PCB não é. E o PCB na verdade, nesse momento da deflagração do golpe, já estava na clandestinidade há vários anos, e realizava as suas reuniões já em território uruguaio, estabelecendo contato com o PCU não é. Então na verdade essa... Não são só questões geográficas, na verdade, mas que isso acaba propiciando que esse intercâmbio se dê em diversas esferas, e que nesse momento, então, vai auxiliar na formação dessas redes de passagem de militantes por essa região não é, com o Uruguai.

P: Muito bem. Muito obrigado Marla.

(D) RAMIRO REIS.

PORTO ALEGRE, 25 DE JANEIRO DE 2013.

P: Ramiro, eu gostaria que, num primeiro momento, tu nos falasses um pouco sobre o que foi a Operação Condor, em que período ela ocorre, de uma forma bem sintética.

R: Bom, a Operação Condor – ou o Plano Condor – foi um pacto secreto, multinacional, realizado pelos Serviços de Inteligência, polícias políticas e os comandos das Forças Armadas do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, num primeiro momento, foi oficializado no final de novembro de 1975, na cidade de Santiago, sob iniciativa do então coronel Manuel Contreras, que era o chefe da DINA, juntamente então o Chile com a Argentina, e enfim, esses países que eu já citei, no intuito de perseguir, monitorar, perseguir, sequestrar e transladar exilados – a comunidade exilada – seguindo uma lógica então das chamadas fronteiras ideológicas não é, sobrepondo-as às fronteiras territoriais. Porque, na cronologia dos golpes militares, a comunidade perseguida em seu país de origem buscava exílio em um país vizinho, e na medida em que foram se formando várias ditaduras, com a sequência de golpes, as ditaduras formalizaram esse pacto secreto não é. Tinha esse nome – Condor – em alusão ao brasão do Chile, que era o país anfitrião da primeira reunião dessa Operação. É um operativo que tinha como característica a perseguição seletiva de alguns da comunidade exilada, e um pacto terrorista que fez diversos sequestros seguidos de desaparecimento não é. Cito, por exemplo, a questão, a comunidade uruguaia que, assim que teve o golpe no Uruguai, em setenta e três, se exilou em Buenos Aires, e então de lá organizaram, tentaram organizar a resistência não é? Inclusive um partido político que se formou na capital da Argentina, o PVP – Partido por la Victoria del Pueblo –, que era oriundo de diversos quadros libertários, principalmente da FAU [Federação Anarquista Uruguaia]; o PVP se forma na Argentina no mesmo ano de oficialização da Operação Condor, em setenta e cinco, não é, um pouco antes. E esse partido foi um dos mais atingidos pela repressão, por essa coordenação repressiva entre Argentina e Uruguai, que era uma modalidade da Operação Condor. Vamos ter vários casos, mas eu gostaria de frisar esse, que um dos alvos mais atingidos foi a comunidade exilada desse partido. O PVP era oriundo então de quadros libertários, como eu falei, e tinha como proposta a denúncia internacional da ditadura uruguaia. Lembramos que em setenta e cinco, na Argentina ainda não tem ditadura propriamente dita não é. E esses exilados uruguaiois, que formaram esse partido, um partido altamente clandestino, um partido... – Um pequeno partido não é, cujos fundadores principais, Gerardo Gatti, o sindicalista, dirigente sindical, o León Duarte e o intelectual Hugo Cores, que não participa diretamente da fundação, mas enfim, é um quadro importante, depois vai voltar, na segunda fase vamos dizer assim –, eles propõem uma síntese entre o anarquismo e o marxismo, uma coisa meio complicada, mas que na época... Foi o que o Gerardo Gatti chamou de síntese revolucionária não é? E esse partido, então foi formado, como eu falei, num Congresso de fundação clandestino, e quando ocorreu o golpe, em setenta e seis, ele foi praticamente dizimado, os principais dirigentes. Que isso era uma característica da Operação Condor, não é, e podemos ter, temos vários exemplos. Por exemplo, o Zelmor Michelini, o Héctor Gutiérrez Ruiz, que eram parlamentares uruguaiois, o ex-presidente da Bolívia, José Torres, o... Enfim, o Orlando Letelier, só para citar alguns exemplos, não é? O general Carlos Prats; assim como esses eram proeminentes políticos, acontece mais ou menos na mesma lógica com os dirigentes do PVP, que foram sequestrados, torturados, e permanecem desaparecidos até hoje. Para se ter uma ideia, a conexão repressiva Argentina e Uruguai era tão grande que eles mantinham centros clandestinos de detenção...

P: Só deixa eu te perguntar. Além dos centros, que tu vais falar agora, significa que há Comandos Condor uruguaiois agindo em território argentino, é isso?

R: Sim, sim. Principalmente o pessoal do OCOA – Organismo Coordenador de Operações Anti-subversivas. Existem comandos uruguaiois agindo dentro da Argentina, uma parceria dos serviços, basicamente dos serviços de Inteligência – o SID uruguaio com o SIDE argentino...

P: E ali eles têm uma base.

R: Têm uma base e um centro clandestino de detenção. Aliás, têm mais de um, mas o mais emblemático é com certeza uma oficina, situada na Grande Buenos Aires, chamada Automotores Orletti...

P: Uma oficina mecânica.

R: Uma oficina mecânica; é até engraçado, porque é um daqueles equívocos históricos que depois que ocorrem não tem como evitar, não adianta querer ser politicamente correto porque não tem como. Automotores Orletti é interessante, porque foi um casal de argentinos que conseguiu fugir não é, em determinado momento, desse centro clandestino, e olhou para trás, na fuga, e leu “Automotores Orletti”, quando na realidade estava escrito “Cortell Automotores”, que era o nome do proprietário que havia alugado a oficina para os repressores. Digamos que esse é um caso interessante; o que não era interessante era o Orletti, que era um centro clandestino onde passaram vários estrangeiros, e foram torturados e... Enfim, era um local de dois andares; na parte de cima dizem que tinha um quadro de Hitler, onde ficava o pessoal do comando argentino, também o pessoal uruguaio, e por lá passaram então chilenos, passaram até cubanos, e principalmente uruguaios não é? Os uruguaios que foram sequestrados e então foram torturados em Orletti. Então há um triste local assim, não é, vamos dizer assim “um ninho do Condor” em Buenos Aires. Tiveram outros, o Pozo de Banfield, entre outros, que eram então usados como centro clandestino de detenção.

P: Diz uma coisa Ramiro, nessa repressão que ocorre na Argentina, e também envolvendo o Condor, há o caso de sequestro de crianças não é, e em Orletti também há constância da passagem de algumas crianças uruguaias. Como é que funciona isso da repressão com crianças?

R: Na realidade é uma modalidade de terrorismo de Estado bem específica do caso argentino e também do caso uruguaio, algumas crianças enfrentaram; algumas mães uruguaias e crianças se enfrentaram com essa modalidade, que era então o sequestro e a apropriação das crianças das militantes, das militantes de esquerda, que, enfim, eram sequestradas, algumas foram desaparecidas – a maioria delas –, outras como é o caso, por exemplo, da Sara Méndez, que eu acho que é um caso bem emblemático, em que o major Nino Gavazzo, que era o chefe do OCOA uruguaio, ele retira o bebê de vinte dias, cerca de vinte dias, dos braços da mãe, Sara Méndez, que era uma militante do PVP; várias dessas militantes que perderam, algumas não é, que perderam os seus filhos, enfim, que foram desaparecidas ou não eram do PVP. Então esse caso ao qual eu me referia do Simón Riquelme, o major José Nini Gavazzo tira, e a Sara Méndez desesperada, isso foi em Orletti. Ela diz... Pergunta o que se vai fazer contra o filho dela, e ele diz que a guerra não era contra as crianças não é. E na realidade ele retira, ele se apropria, ele sequestra o bebê, e depois ela voltar a vê-lo mais de vinte anos depois. Quer dizer, mostrando o drama, a sofisticação do terror imposto a essa mulher, e à criança! Não é? Quer dizer, ela foi subtraída de sua identidade, e assim têm outros casos também não é. No Uruguai, se não me engano, não vou citar números porque eu posso errar, mas acho que cerca de vinte casos de crianças que foram sequestradas, e eram vistas então como botim de guerra, ou como se fossem um prêmio, e eram doadas então para militares que não podiam ter filhos não é. A maioria desses militares sabia da onde... Enfim, sabiam a origem da criança, sabiam o procedimento que era feito não é? Então isso é um crime típico não só da Operação Condor, mas no caso uruguaio, que é o que eu estou me referindo mais, foi bastante comum e bastante dramático não é, o sequestro de crianças.

P: Como é que explicamos o sequestro dos uruguaios então, que ocorre em Porto Alegre. Aliás, o que esses uruguaios estão fazendo em Porto Alegre, e a partir daí se configura esse fato.

R: Certo. Bom, os uruguaios em questão – Lilián Celiberti, que na época tinha vinte e nove anos, era líder do Magistério, veio para Porto Alegre junto com os seus dois filhos, o Camilo Celiberti e Francesca Celiberti, Camilo com sete anos e Francesca com três. E junto com Lilián e seus filhos veio também Universindo Rodríguez Díaz, na época com vinte e sete anos, estudante de Medi-

cina. Os adultos faziam parte do PVP, esse partido que eu me referi a pouco, que foi fundado na Argentina, esse partido então, porém em uma nova fase, uma nova, digamos assim, agenda política, porque a experiência inicial na Argentina – em setenta e seis, setenta e cinco setenta e seis –, em setenta e sete havia sido fracassada não é, porque a maioria dos seus dirigentes, o seu secretário-geral, Gerardo Gatti, havia sido sequestrado e desaparecido; o segundo secretário-geral do partido também foi sequestrado e desaparecido, só que no Paraguai, em setenta e sete, numa outra ação Condor; e o terceiro, que era o Gustavo Inzarralde; e o terceiro secretário-geral estava naquele momento em Porto Alegre, que era o Hugo Cores. Ele estava em São Paulo, fazia parte de um grupo de uruguaios do qual fazia parte também a Lilián e o Universindo, que tentavam estabelecer uma resistência contra a ditadura uruguaia a partir do exílio. Por que o Brasil? Escolheram o Brasil porque, naquele final da década de setenta, aquele ano de setenta e oito, o Brasil vivia uma conjuntura diferente das outras ditaduras. A conjuntura brasileira era uma conjuntura de distensão e de abertura política. Era o governo do Ernesto Geisel. Então os uruguaios do PVP fizeram uma leitura de que o Brasil seria então um exílio melhor, um local melhor para que eles pudessem atuar, devido a essa abertura, e também a cidade de Porto Alegre pela proximidade com Montevidéu. Então em Porto Alegre atuavam Universindo e Lilián, fazendo, elaborando um dossiê contra a ditadura uruguaia, e mais do que isso, contra a conexão repressiva que havia praticamente dizimado o seu partido na Argentina e no Paraguai não é, no biênio de setenta e seis setenta e sete.

P: Essas informações, como é que eles obtinham?

R: Essas informações através de uma rede clandestina, através de... Porque, por exemplo, no caso do próprio Universindo. Universindo, quando ocorre a formação do PVP, ele estava na Argentina; quando acontece o golpe, ele permanece na Argentina. Ele estava na Argentina na condição de legalizado, porque era uma mescla de quadros clandestinos e quadros que estavam legalizados na Argentina. Então eles tinham toda uma rede de informação, e a base, vamos dizer assim, ficava na Europa, a base do PVP. Então, eles fizeram uma autocrítica, em setenta e sete, que eles chamaram de “Autocrítica para Avançar”, que era ver onde eles haviam errado na Argentina, e chegaram à conclusão de que eles eram um partido muito clandestino que não tinha ligações com a sociedade civil argentina, então eles ficaram isolados, quando houve o golpe. Então no Brasil a proposta era diferente, no Brasil eles chegaram; Universindo com passaporte falso, a Lilián não, mas em Porto Alegre eles tentaram se aproximar dos movimentos de resistência, dos movimentos democráticos que estavam começando a aflorar devido e esta política de distensão. Bueno. Entretanto, essa distensão, apesar de ter, por exemplo, o fim da censura nos jornais impressos e uma série de liberdade para alguns setores, ela não impediu, por exemplo, o sequestro de Lilián e Universindo, e das crianças não é. O sequestro foi organizado no Uruguai, pela Companhia de Contrainformações que, a partir do sequestro de vários integrantes do PVP, cerca de dez, no começo de novembro de setenta e oito. Bom, então no começo de novembro de 1978, um telefonema anônimo dava conta de que um requerido – que era assim que eles chamavam –, um sedicioso requerido das Forças Conjuntas uruguaias, residia em tal local, e eles fizeram um procedimento que vai ser bem comum, que depois vai ser feito no Brasil também, a chamada ratonera, que consistia basicamente em sequestrar a pessoa, deixá-la em algum determinado local, na sua casa de preferência, e esperar outros contatos chegarem. Então esse primeiro quadro do PVP foi sequestrado e foi brutalmente torturado no “tacho”, “submarino”, uma série de torturas, e aí foi dando-se então o ciclo – Sequestro, Tortura, Novos Sequestros –, então chegaram ao número de mais ou menos dez militantes do PVP, e um deles, ou mais de um enfim, sob tortura, muitos dias sob tortura, revelou então que em Porto Alegre havia uruguaios que estavam, então, ligados a essa resistência que estava tentando se estabelecer, de Montevidéu e principalmente do exílio. Então, essa operação, que foi concebida na Companhia de Contrainformaciones, se chamava Operación Zapato Roto, que se supõe que, porque ela tinha como alvo principal Hugo Cores, e se supõe que é pelo fato de Hugo Cores fazer os seus contatos a pé, longas caminhadas, seus sapatos... Rotos, não é? Quem revelou isso depois foi o Hugo Walter García Rivas não é que foi um dos membros da Companhia que realizou o sequestro, um soldado-fotógrafo. Bom, então o comando, autocomando da Companhia no Uruguai, entra em contato com o autocomando do Exército em Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, que era o III Exército, e re-

aliza então, combina o plano para sequestrar, para chegar até Porto Alegre e fazer novos sequestros. Cabe mencionar, eu não havia falado antes, que o PVP, além de representar certo... Além de representar essa resistência ao governo, à ditadura uruguaia, era um partido que tinha uma boa quantia de dinheiro, um partido que se fundamentou através então de outros organismos, de outras organizações, como, por exemplo, o OPR-33, que era a guerrilha urbana anarquista que angariou então esses fundos a partir de uma série de sequestros, e, num deles, que foi o sequestro de um empresário holandês, teria adquirido a soma de dez milhões de dólares. Então não era uma questão puramente ideológica: Condores uruguaios e brasileiros, quem sabe, estavam também interessados no dinheiro, a famosa prata do PVP. Bom, fechando, então o parêntese. Eles se dirigiram a Porto Alegre, tudo, combinado, no esquema. Os agentes repressivos responsáveis pelo lado seriam membros do DOPS, seriam então chefiados pelo diretor do DOPS – Marco Aurélio da Silva Reis –, e o delegado Pedro Seelig seria então o agente operacional do lado brasileiro. Do lado uruguaio, o capitão Galuco Yanonne e o capitão Eduardo Ferro eram os responsáveis pela parte operacional. Dirigiram-se, então, a Porto Alegre, vieram em um caminhão com vários, com alguns desses sequestrados do PVP que serviriam aqui em Porto Alegre como marcadores: eles é que iriam apontar a Lilián e o Universindo. E de fato ocorreu, então, esse sequestro, no dia doze de novembro de 1978, na manhã do dia doze, quando Lilián foi até a estação rodoviária se encontrar com uma mãe, do Comitê dos Desaparecidos – o contato parece que não chegou; ela não chegou a receber essa mãe –, e, ao contrário, foi recebida então pelos membros do conjunto dos agentes repressivos do Uruguai e do DOPS brasileiro, gaúcho. Ela foi abordada na Rodoviária e depois foi levada para o DOPS, onde ela foi torturada; despiram-na e deram choques elétricos no segundo andar da Secretaria de Segurança Pública, situado na Rua Ipiranga esquina com a Rua João Pessoa. Então é interessante frisar que, no Brasil, o centro de detenção não era clandestino: a ação era clandestina, mas o centro de detenção não. Diferente da Argentina, que era CCD – Centro Clandestino de Detenção. Aí podemos colocar como hipótese que talvez essa ação não fosse para ter sido descoberta, e talvez por isso fosse utilizadas lá, dentro das dependências do DOPS. Então encontraram na bolsa da Lilián o boleto da creche – Cisne Branco – onde estavam matriculados filhos dela, e chegaram então ao apartamento da Rua Botafogo, no bairro Menino Deus. Dirigiram-se para lá e – isso era por volta da uma da tarde – e o Universindo Rodríguez estava chaveando a porta do apartamento; as crianças estavam brincando na frente, no pátio, porque eles estavam se preparando para ir a um jogo de futebol do campeonato gaúcho, no Estádio Beira-Rio, um jogo do Inter[nacional]. E o Pedro Seelig então chega, por trás, e dá voz de prisão a Universindo Rodríguez – aponta uma arma, pistola 45, no rosto do Universindo –, já o empurra para dentro do apartamento, e começam as sessões de tortura ali mesmo; ele é amarrado a uma cadeira; e quem mais bateu quem mais agredia no Universindo era o escrivão Orandir Portassi Lucas, conhecido como Didi Pedalada, que era um ex-jogador de futebol, e naquela época, então, estava trabalhando como agente repressivo do DOPS. Universindo se preocupa, primeiramente, com as crianças; o delegado Pedro Seelig diz que elas já estão com a mãe, que não era para se preocupar, mas enfim, a casa é revirada não é, em busca desses dólares, famosos dólares do PVP, e de qualquer material “subversivo”, não é, considerado subversivo que de fato eles encontram; dinheiro eles não encontram, mas eles encontram os exemplares do periódico *Compañero*. Que eu me esqueci de falar; era uma das funções do Partido a distribuição clandestina desse jornal, de Porto Alegre para entrar em Montevideú, com matérias contra a ditadura no Uruguai; contra a conexão repressiva. Bom, então os adultos – Universindo também é levado ao DOPS –, e lá seguem as torturas, até à noite. Universindo é espancado a ponto de ele não conseguir se reconhecer no espelho, se olha e está desfigurado de tantos socos, de tantas pancadas. Ele é submetido ao pau-de-arara, recebe vários choques, fica bastante machucado, bastante... Enfim, a tortura. Então, a partir daí eles decidem levá-los ao Uruguai, onde provavelmente, pela lógica da Operação Condor, eles seriam executados, teriam seus corpos desaparecidos, e quem sabe os seus filhos fossem doados, fossem apropriados como outros tantos que ocorreram na Argentina, também com membros do PVP. Então eles foram trasladados não é, na noite, na madrugada do dia treze vamos dizer assim, e na fronteira do Chuy, no Chuy uruguaio, eles vão ser novamente torturados – no Parque de Santa Teresa, um Parque militar –, com simulação de fuzilamento, com submarino, e lá a Lilián vai ser ameaçada de morte várias vezes, e ela vai abrir para os militares que terá uma reunião com um

importante quadro do Partido na próxima sexta-feira, no caso dia dezessete. Os militares logo, enfim, acham a informação importante e resolvem voltar com Lilián. Universindo neste momento vai para Montevideu, fica em um centro clandestino, e as crianças ficam em um apartamento, também da Companhia de Contrainformações, como reféns para que a Lilián colaborasse. A Lilián queria voltar para Porto Alegre porque em Porto Alegre ela tinha alguma esperança de que poderia acontecer alguma coisa diferente, como de fato ocorre. O PVP tinha um sistema diferente agora, importante, de segurança, devido ao que tinha acontecido na Argentina, que era o seguinte: dia sim dia não eles tinham que mandar notícias para Paris, que era a base. E já havia passado... Aliás, nesse interim, meio tempo, Lilián fica no apartamento para armar uma nova ratonera, para sequestrar então, aqueles... Para sequestrar Hugo Cores. Como a base em Paris não obteve nenhuma informação sobre Lilián e Universindo, eles resolvem mandar um telegrama; o telegrama chega dia quinze, e aí a Lilián se vê em uma situação limite, mais uma, que era ligar para a base, custodiada pelos membros do DOPS e pelos membros da Companhia. Então ela é levada ao DOPS, porque não tinha telefone no apartamento, e lá ela diz - Eu ligo, mas eu preciso escrever a mensagem para não me atrapalhar e tudo correr bem -. Claro que eles consultaram, leram o que ela havia escrito, e ela havia escrito algo mais ou menos assim: "Avisa Aguirre que estarei amanhã em minha casa". Os militares nem desconfiaram, mas Aguirre, naquele momento, era uma senha que designava "Imprensa". Então no outro dia, às dezessete horas, por volta, um pouco antes, ao invés do Hugo Cores e correligionários do PVP, chegaram ao apartamento da Rua Botafogo o chefe da sucursal da "Veja", Luiz Cláudio Cunha, e o repórter fotográfico João Batista Scalco. E desmontaram a ratonera vamos dizer assim, quando, dois dias depois, era capa nos jornais, na "Folha da Tarde", nos jornais da cidade, que um casal uruguaio havia sido sequestrado no bairro Menino Deus.

P: Dá para dizer, em realidade, que a mensagem da Lilián foi lida evidentemente como um sinal de alerta, muito grave, e que a partir daí o PVP conseguiu acionar a imprensa para ver o que estava acontecendo.

R: Sim, sem dúvida. É, soube-se depois que foi o próprio Hugo Cores que recebeu o alerta de Paris... Uma coisa louca não é a maneira de operação: de Porto Alegre liga para Paris, de Paris eles ligam para São Paulo, repassam para o Hugo Cores, e o Hugo Cores liga de volta para Porto Alegre, para pedir socorro para a imprensa. Então como eu disse antes: se a conjuntura brasileira, na época, não foi suficiente para evitar o sequestro, pelo menos ela foi suficiente para evitar essa segunda parte, que foi o desdobramento do sequestro, que não ocorreu conforme os agentes repressivos imaginavam. Porque o sequestro foi tornado público, e aí começou um jogo interessante, uma correlação de força que mudou em favor das forças democráticas, da imprensa – que gozava, então, de certa liberdade de investigação –, porque, assim que surgiu a notícia, no Uruguai eles tiveram que dar uma satisfação para a opinião. Talvez se fosse algo interno não interessasse; como era um crime internacional, eles tiveram que dar uma satisfação. E eles fizeram, então, uma declaração oficial, dizendo que Lilián e Universindo tinham sido presos porque entraram em território uruguaio com material subversivo; os filhos foram entregues para os avós. Depois se viu que não tinha nada disso – que eles foram sequestrados – através de uma investigação. E aí entra a imprensa, principalmente a atuação do Luiz Cláudio, do J. B. Scalco, que foram testemunhas; entra também a participação da OAB, sobretudo a participação do advogado Omar Ferri, que assumiu a causa e também assumiu a defesa...

P: Que também foi conectado por alguém de São Paulo.

R: Também foi conectado pelo pessoal, se não me engano, do Clamor, que é interessante ver a rede não é. Uma integrante do Clamor, a Jan Rocha, é que contata o Omar Ferri, que vai o mesmo dia, só que em horário, umas quatro horas depois...

P: Que os jornalistas.

R: Que os jornalistas estiveram lá. Então começa a fechar o cerco. Depois entra também o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, quando ele nem existia ainda com essa nomenclatura, sob a liderança do Jair Krischke, e os jornalistas. Era direto assim, uma investigação; tiveram que

abrir um inquérito na Polícia Federal, só que polícia não investiga polícia não é? Sobretudo em época de ditadura. Então acabou saindo um inquérito de fachada, teve uma CPI, enfim, uma série de desdobramentos inéditos, que só poderiam estar acontecendo no Brasil mesmo, que inclusive levou ao julgamento dos responsáveis, e à punição de um deles, que era do menor escalão dentro do comando repressivo, que era o Didi Pedalada. Não era nem inspetor, era escrivão. Ele que pagou vamos dizer assim o pato... Pagou o pato não, ele sequestrou, mas ele era vamos dizer o elo mais fraco da corrente, e então foi julgado e foi condenado a uma pena assim ridícula, de seis meses de suspensão, e por abuso de autoridade, não por sequestro. Mas, independente disso, dá para se dizer que a Operação Condor, a Operação Zapato Roto, foi um fracasso para os repressores. Alguém vai dizer... Claro, a Lilián e o Universindo ficaram cinco anos presos, com tudo que isso acarreta, mas, se comparado com outros casos do Condor, eles sobreviveram. E as crianças não foram sequestradas. Foi a primeira vez que um caso Condor foi revelado de maneira tão assim, vamos dizer incisiva, foi revelado todo o procedimento Condor. Claro, não sem percalços, não sem disputas, sem brigas, sem vários problemas não é. E eu acredito que essa peculiaridade, se comparada aos outros casos, se deve então a vários fatores. O primeiro deles é a nova postura do PVP, essa nova postura de segurança, a questão de ter estabelecido contatos com a sociedade civil, não ser um partido vamos dizer assim de vanguarda, isolado, clandestino. Não. Universindo e Lilián fizeram vários contatos – com jornalista da “Veja”, com advogados, com os sindicalistas –, isso garantiu certa segurança. Esse é o primeiro ponto. Outro ponto importante há o papel da imprensa, facilitado por essa conjuntura de liberação, de fim da censura. A imprensa foi a primeira vez que investigou os membros do serviço de segurança, da comunidade de informações, isso foi a primeira vez. A atuação da OAB, de advogados da Ordem de Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Sul, que passaram então a defender os interesses, defender os direitos humanos. O principal protagonismo do Omar Ferri, corajoso, porque ele foi perseguido, ele foi ameaçado de morte, enfim. Foi duro. A postura das vítimas, quer dizer, quando elas resistem até à tortura, e conseguem então... Trancam, fecham o ciclo sequestro-tortura-sequestro. A postura inteligente da Lilián, que soube tirar proveito desse descompasso repressivo. A presença de crianças, que, apesar de ser um fator comum para o Uruguai, para a Argentina, não era comum para o Brasil. Os brasileiros ficaram meio sem saber o que fazer com as crianças.

P: A repressão.

R: A repressão, a comunidade de, enfim, os agentes repressivos. O papel da mãe da Lilián, que veio, que assim que a Lilián foi sequestrada, que se deu a notícia do desaparecimento, ela veio a Porto Alegre, e deu uma entrevista coletiva em que ela chorou, clamando “Pelo menos me entreguem meus netos!”. Quer dizer, aquilo foi importante, também, a incansável luta da mãe de Lilián, que foi depois perseguida, foi espionada. Inclusive depois, bem depois do fato ela continuou sendo espionada, tanto lá em Montevideu quanto em Porto Alegre. E eu acho que tudo isso, esses fatores contribuíram para que o final desse sequestro tivesse esse fim não esperado pelos agentes repressivos. Então, eu acho que foi importante. Depois desse caso não se teve notícia de mais sequestros no Uruguai, a Companhia de Contrainformações; não sei se teve mais algum sequestro. Quer dizer então que foi uma vitória vamos dizer assim, de toda essa rede de resistência que estava começando a se formar. Em jornais da época, eu pude perceber que Porto Alegre chegou a adquirir o status de capital mundial dos direitos humanos. Quer dizer, a partir de Porto Alegre já começaram então essas redes de solidariedade e de defesa, começaram a agir, começaram a criar coragem para agir contra o Condor, contra as ditaduras, que eram muito fortes na região do Cone Sul.

P: Muito bem Ramiro, muito obrigado pelo teu depoimento.

CAPÍTULO VI

TESTIMONIOS EN ESPAÑOL

DEPOIMENTO 15 – UNIVERSINDO RODRÍGUES DÍAZ – PRIMEIRO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 23 DE ABRIL DE 2012.

P: Universindo, lo primero que quisiéramos saber de ti, sería que nos hablaras un poco de dónde sos, cuándo viniste para Montevideo, por qué viniste para Montevideo, un poco de estos años de juventud, tal vez.

R: Bueno, yo soy de dentro del Uruguay, que es un país pequeño aquí, entre dos grandes que es Argentina y Brasil, soy de la parte norte de Uruguay, del Departamento de Artigas, limítrofe justamente con Brasil, por lo cual ahí tenemos la particularidad de hablar un poco español y un poco portugués, que surge esa mezcla que le decimos el portuñol. Quiere decir que desde muy chiquito estoy muy vinculado a la cultura, a la política, al deporte y a las cuestiones de Brasil, particularmente de Rio Grande do Sur. Mi familia eran trabajadores, mi viejo trabajó durante muchos años en los cañaverales del norte de Artigas. Mi viejo era de origen batllista, no era activista sindical ni cosa por el estilo, era gente progresista vinculada al batllismo, que acá en Uruguay tuvo y tiene una aceptación bastante grande. Éramos siete hermanos y bueno, la preocupación de mis viejos siempre era que nosotros pudiéramos estudiar y labrarnos un futuro por ese lado, así que él se dedicó con mi madre fundamentalmente a la tarea de hacer plata y trabajar y garantizar que los hijos estudiaran. Yo hice lo normal de escuela y liceo en Artigas, después allá por los años 68-69, que fueron años muy particulares en América Latina, muy particulares en Uruguay por todo lo que era todavía la influencia muy fuerte de la revolución cubana, del movimiento de los No alineados, del Tercer Mundo, todo eso, fue una gran lucha obrera, popular estudiantil, con mucha presencia de los intelectuales que tenían mucho peso en la creación de conciencia y todo eso, y en el Uruguay en particular con una presencia muy fuerte del movimiento sindical, que ya estaba unificado con el movimiento estudiantil sobre todo, a nivel de la FEU pero también a nivel de secundaria, de la universidad, de trabajo, a nivel de primaria, todo eso, entonces lo cierto que yo fui a hacer el preparatorio, o sea terminar el segundo ciclo en Salto y ahí en Salto, que si bien es un departamento limítrofe con la Argentina y está al ladito de Artigas, tiene particularidades diversas bastante distintas. Hay más comercio, más industria, más activismo, más movimiento cultural, más activismo político y en esos años particularmente había mucha lucha en el interior y particularmente en Montevideo que repercutía ahí y el estudiantado se sentía muy... estaba muy sensible a toda esa problemática y obviamente que yo tampoco era ajeno a la misma, había mucha lucha política, mucha influencia del Che Guevara, en ese sector de trabajadores, de estudiantes, de militancia de izquierda y ahí uno empezó a participar en las primeras asambleas, todo eso, pero sin mayor militancia, básicamente dedicado al estudio. Y en el año ´70 sí, yo vine a Montevideo a hacer Facultad de Medicina y ahí me inscribí en la facultad y ahí se puede decir que comenzó una etapa bastante distinta porque en ese mismo contexto de agitación, lo que en el interior se manifestaba de manera más limitada, más incipiente, más dispersa, digamos, en Montevideo se daba muy fuertemente, además con la cercanía de la Argentina, particularmente de Buenos Aires. Uno cuando viene gente del interior que viene a Montevideo se encuentra con un... en el mismo país pequeño, pero con la realidad claramente diferente, con una presencia permanente de asambleas y manifestaciones obreras, estudiantiles, lucha política, presencia de grupos armados también, mucha confrontación con la derecha, era la época de que aquí gobernaba Pacheco Areco, entonces había muchas medidas... Se gobernaba básicamente bajo el régimen de "medidas prontas de seguridad", había mucho problema con intervención en la enseñanza, entonces eso generaba luchas y enfrentamientos permanentes con la policía y con los cuerpos especializados de la policía en las calles, muchos estudiantes heridos, golpeados, detenidos y muertos también. Anteriormente allá en el ´68 fue un impacto, yo no estaba en Montevideo, pero fue un impacto aquí en el Uruguay todo y particularmente en Montevideo, la muerte de los primeros estudiantes, Líber Arce, Susana Pintos y Hugo de los Santos, después siguieron otros más pero era permanente, diario, los enfrentamientos con la Metropolitana, con la Republicana, con los cuerpos especiales, con los tiras de particular que se infiltraban en las asambleas obreras estudiantiles y las organizaciones progresistas o de izquierda o de la universidad, y que

eso generaba todo un clima muy particular, que la gente estaba muy alerta y que eso tenía como respuesta permanente enfrentamientos, luchas diversas, y era muchísima, muchísima la gente. Digo que no eran cuestiones de pequeños sectores, de vanguardias que se movilizaban sino que había en el Uruguay particularmente, se puede decir que en ese tiempo había una presencia de miles y miles de personas, jóvenes, trabajadores, intelectuales, universitarios, docentes, etcétera, que participaban en las asambleas, en las movilizaciones. En aquella época a diferencia de hoy en día, por ejemplo, este tema de la participación, el tema de la discusión, el tema de la lucha de tendencias al interior del movimiento sindical o estudiantil o de la izquierda se daba en un nivel muy alto, o sea, la gente confrontaba, la gente leía libros, estaba al tanto de las polémicas internacionales y eso se trasladaba al Uruguay. Que es un poco distinta la realidad de hoy en día donde incluso sectores universitarios se forman o se informan a través de fotocopias, por ejemplo. En aquella época se leía a los clásicos, por ejemplo, los originales. Y había toda una producción intelectual de muchos intelectuales que intentaban pensar la problemática latinoamericana en el marco de la problemática internacional, de la lucha contra el capitalismo, había una producción propia y había una exigencia y un compromiso, que eso llegaba fuertemente a mucha gente. Y había mucha participación, muchas polémicas, las manifestaciones no eran de tres o cuatro sino que eran de cientos y de miles, las concentraciones, yo qué sé, del 1º de mayo acá en Uruguay, históricamente siempre fueron súper numerosas, por otra parte en Uruguay se había dado en la década de fines de los ´20, la unificación del movimiento estudiantil en torno a la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay, la parte universitaria, digamos, y después en los años ´60 se dio todo un proceso de unificación del movimiento sindical, obrero, internacionalista, solidario, que derrotó abiertamente a la propuesta de sindicalismo pro patronal, gubernamental o amarillo que patrocinaban los Estados Unidos a través de la embajada norteamericana, es decir que hubo un afianzamiento del progresismo, de la izquierda, del clasismo muy fuerte acá. Entonces eso configuraba un movimiento o un clima muy particular, que los jóvenes y los jóvenes estudiantes en este caso, nos sentíamos muy sensibles a todo eso y participábamos activamente, con compromiso, bueno, y había diferentes opciones, todas las opciones internacionales también las había acá en Uruguay, entonces la gente optaba...

P: En tu caso, tú ya te aproximaste en ese momento de algunas organizaciones? ¿Cómo es ese panorama entre los estudiantes, de opciones políticas o de aproximaciones políticas?

R: Bueno, les decía de que en esa época a nivel popular y a nivel estudiantil, sobre todo, el movimiento estudiantil universitario que tenía toda una trayectoria, la Federación de Estudiantes, la FEUU, era muy fuerte y donde en ese –estamos hablando de los años ´70- había dos corrientes que primaban, que era por un lado todo lo que tenía que ver con el Partido Comunista y sus aliados, después había toda una línea más radical, de tendencia que se le llamaba en la época, que juntaba a grupos estudiantiles, sindicales e intelectuales, vinculados a lo que entonces se llamaba la izquierda radical, o sea no PC, que era amplísimo también y que tenía un nivel de convocatoria similar, o sea, eran muy fuertes. Y ahí había todo un espectro diverso y a veces la opción de uno militar con un sector o con otro depende del momento, del contexto, de las amistades, de las relaciones, de las circunstancias, yo qué sé. En mi caso, al igual que otros compañeros, se dio de que nosotros nos vinculamos a un sector minoritario dentro de esa izquierda de tenden... dentro de un sector de la izquierda que era la Resistencia Obrero Estudiantil, que era un grupo que tenía antecedentes anarquistas, anarco-sindicalistas y que tenía una base de inserción interesante para la época en el movimiento sindical, sobre todo en lugares como la fábrica FUNSA, por ejemplo, o en gráficos, en bancarios y en otros lugares más, donde había un dirigente sindical muy destacado, que era León Duarte que es uno de los actuales desaparecidos y que había sido, era integrante de la dirección de la CNT -de la Convención Nacional de Trabajadores- y que tenía... era líder de una fracción minoritaria, al igual... junto con otros, junto con Héctor Rodríguez, con otra gente, pero gente con representación social importante, con capacidad de oratoria, con capacidad de convocatoria, con capacidad de asesoramiento y de vínculos con sectores sindicales y con sectores estudiantiles, con sectores barriales, parroquiales, era toda una mezcla ahí, muy diversa y muy interesante. Lo cierto fue que yo me vinculé ahí a una agrupación que se llamaba Liberación dentro de la facultad de Medicina, de la ROE, y estuve vinculado hasta que me fui

del Uruguay en el '75, o sea me vinculé a la agrupación Liberación y a través de ésta, de esta agrupación que era una agrupación estudiantil universitaria, a la Resistencia Obrero-Estudiantil, que era conocida como la ROE, digamos, que tenía como principales dirigentes a tres compañeros que venían de extracción obrera, que eran Gerardo Gatti, que era gráfico, Hugo Cores que era bancario y había sido vicepresidente de la CNT y León Duarte que era de la Federación del Caucho, o sea de FUNSA. Y ahí se coordinaba, se participaba, más allá de la diferencia, había una gran... digo, el ámbito natural de discusión y de resolución de la orientación gremial eran las asambleas generales o de generación, las asambleas de clase, entonces todo el mundo tenía una disciplina en el sentido de acatar lo que se resolviera, más allá de la que en la asamblea cada uno pudiera tener tal o cual posición, si finalmente lo que sale tal cosa, bueno, todo el mundo tá, lo que salió finalmente era llevado adelante. Y además eran épocas -me parece interesante destacarlo- de mucho entusiasmo, de mucha confianza, de mucha participación, de mucho compromiso, en esa época la gente por ejemplo estudiaba, los dirigentes, o los activistas estudiantiles o sindicales... en el caso de los estudiantes, era gente que estudiaba, que iba a clase, o sea que en definitiva para adquirir cierta credibilidad frente a la gente había que ser buen estudiante, o sea, la gente no estaba ni pensando ni en la droga, ni en el alcohol, no era un problema de nuestra época ese tipo de problemática que hoy en día golpea tan fuertemente, la gente cuidaba mucho de que ... como existía ... una, la credibilidad frente a los compañeros para que te respetaran y pudieras participar en las diferentes medidas, y por otra parte, siempre estaba la posibilidad de caer preso, por lo cual había que procurar caer preso en las mejores condiciones para soportar los interrogatorios, las torturas, que en esa época había torturas, picanas, y submarinos y cosas por el estilo, entonces la gente cuidaba, no era un problema de imagen, era un problema de responsabilidad, se cuidaba mucho ese tipo de cosas, o sea de cómo se andaba, con quién andaba, en qué horas, los lugares que frecuentás, y la gente hacía centro, o sea, un sector importantísimo de jóvenes, hombres y mujeres, porque participaban en igualdad de condiciones, hacían centro en el tema de la confianza de la lucha revolucionaria por el socialismo y por la libertad, porque la gente pensaba que o por la vía electoral que era la vía chilena de los años setenta, o la vía armada del guevarismo, todo eso, o por un lado o por alguna otra, o por una combinación de ambas, se podía llegar, era posible la lucha contra el capitalismo, por la creación de una sociedad alternativa, con justicia social, con libertad, la gente tenía mucha confianza de que no era que estábamos luchando para nuestros descendientes sino que estábamos luchando por nosotros mismos y que había posibilidades de vivir, de ser hombre del nuevo tiempo, o sea, la gente estaba consustanciada con postulados de ese tipo, tal vez si vos lo mirás hoy en día decís "pah, loco, eran bastante utópicos", no había posibilidad, pero en aquel momento la gente creía en eso y eso era el motorcito que motivaba el compromiso cotidiano y la asunción de riesgos, porque militar en esa época era complicado, o sea, vos salías de tu casa y era muy frecuente que los tira de inteligencia, todo de particular, vestidos de civil, en auto o a pie, te siguiera, infiltrara las asambleas estudiantiles, o sea, salías de tu casa, no sabías si volvías, te llevaban a una comisaría y obviamente que la gente iba a ser sometida a apremios, torturas, o sea, hay casos emblemáticos de toda esa época, no? Pero me parece interesante ver el clima, el clima era un clima... y eso la gente lo tenía muy vinculado como... los uruguayos ¿no? como formando parte de un movimiento histórico internacional que nos trascendía en el plano individual y colectivo, nosotros nos sentíamos formando parte los países del Tercer Mundo, de Asia, de África, de América Latina, que luchaban contra la colonización, contra el capitalismo, contra el imperialismo, contra la guerra de Vietnam, contra ese tipo de... estábamos metidos en eso, informados de eso y eso era muy motivante.

P: Universindo, y sobre el año '71, el año de las elecciones, qué recordás de este año particularmente y de esta dinámica de las elecciones, porque esto fue muy emblemático en el sentido también de contaminar toda la sociedad con esa perspectiva del cambio electoral. Y el surgimiento del Frente Amplio, que era una gran novedad.

R: Sí, sí, en ese tiempo que estamos hablando, a los comienzos de los setenta, se dio todo un proceso interesante en Uruguay, que estaba muy vinculado al proceso latinoamericano, o sea en el '70 en Chile había toda una experiencia de unidad de la izquierda, con la Unidad Popular, yo

creo que Allende salió en la cuarta vez presidente pero se había candidateado varias veces antes, había habido diversos intentos. Históricamente la izquierda en Uruguay electoralmente tanto por el lado de los comunistas como los socialistas era muy insignificante, pero había unos sectores progresistas como gente de la Democracia Cristiana, gentes independientes, lo cierto fue que por la problemática uruguaya y por la problemática internacional se fue dando todo un proceso de acercamiento de gente diversa, de gente desprendida de los partidos tradicionales, de militares como Seregni, Zufriategui, una cantidad enorme de gente que venían vinculados, civilistas, entonces se dio todo un proceso muy particular ahí entre el '70' y el '71 que finalmente lleva a que así como se había producido en los años '20 la unificación estudiantil, en los '60 la unificación sindical, en los años '70 y particularmente en el '71, '70-'71, se concreta la unificación de los sectores progresistas y de izquierda, una unidad en la diversidad, con un programa antiimperialista, amplio, donde estaban los sectores marxistas, socialistas, independientes, demócrata cristianos, gente que venía de procedencias del Partido Nacional, del Partido Colorado, senadores, diputados, gente con responsabilidad y con representación, gente muy conocida, por otra parte. Y en el marco de esa situación particular que se veía había un gran entusiasmo, porque aparte estaba lo recientemente sucedido en Chile, que era el triunfo de la Unidad Popular con Salvador Allende, esa alianza amplia, entonces la gente acá discutía y había presencia de los grupos armados, pero bueno, tá, la gente pensaba que era una gran posibilidad, y por otra parte en el frente del Frente, el Frente tenía grupos con mucha representación, con mucha inserción, con mucho funcionamiento, y con gente de larguísima trayectoria al cual se le agregaron civiles y militares e intelectuales, Benedetti, por ejemplo integró grupos de dirección del Frente Amplio, Seregni, Crocogini, o sea gente venida de las más diversas... entonces era un movimiento amplio, diverso, con capacidad de convocatoria, que generaba entusiasmos, con dirigentes con mucho carisma, digamos, y la gente realmente impresionante, pintó el Uruguay entero con la bandera de Otorgués, y la gente que tenía una gran confianza en que era posible, después los resultados electorales dieron que hubo una buena votación en Montevideo, y una votación magra esperable en el conjunto del interior del país, pero el Frente si yo no me equivoco en las elecciones de noviembre del '71 anduvo alrededor de un 18, un 20% por lo cual rompió lo tradicional, que era que la izquierda junta, aunque se presentaba dividida, no superaba un 5, un 6 por ciento, o sea ahí hubo un salto. Y obviamente que apareció, en el tradicional bipartidismo uruguayo, apareció una tercera opción, que era una opción de izquierda, progresista, que, la prueba está, que se mantiene hasta el día de hoy, más allá de lo que uno pueda opinar o no, es la realidad, es cierto, rompió el bipartidismo y generó expectativas, confianza, entusiasmo, y además hizo alertar a los demás de que en definitiva el Uruguay clásico se estaba dando surgimiento a un nuevo tiempo.

P: Universindo, y a partir de ahí, porque a partir de ahí tenemos un resultado electoral, o sea, el oficialismo continúa y en el ámbito, digamos... la sociedad pasa a sufrir cada vez más un proceso represivo, se siente. Y el confronto de los Tupamarcos con el gobierno, prácticamente hace con que los militares tomen prácticamente el liderazgo del combate contra la lucha armada. Pero de alguna manera ya se está preparando el golpe, esto prácticamente en el año '72. ¿Cómo vivís vos aquí, desde Montevideo, este periodo final, digamos, en la época anterior a la dictadura? El '72, el inicio del '73. Tú y tu grupo, tu organización, digamos así.

R: Sí, lo que hay que tener en cuenta en definitiva acá en el Uruguay, decíamos que había, bueno, el frente si bien no gana las elecciones sale muy fortalecido e incorpora... recibe una adhesión electoral importante y un caudal militante que se mantiene en el tiempo, en ese contexto se continúan las contradicciones y la lucha, están los reclamos de los trabajadores vía CNT, de los estudiantes y otros sectores, comerciantes, productores, etcétera, etcétera, que cuestionaban el modelo que se venían implantando de la época de Pacheco que se continúa con el gobierno de Bordaberry, de transformar al Uruguay en un país de servicios, plaza financiera, sometido a los lineamientos de los organismos financieros internacionales, las cartas de intención que venían de la época de fines de los '50 con el primer gobierno Blanco, etcétera, etcétera. Entonces hay una agudización de la lucha y hay actos represivos importantes, confrontación con los sectores de la guerrilla que no es solamente el MLN, había otros sectores minoritarios, organizaciones armadas

menores, como por ejemplo la OPR-33, la FAR, otras más, el FRT; etcétera. O sea, había todo un clima de gran agitación y había también seguramente contradicciones importantes al interior de los sectores de los partidos tradicionales obviamente, de los sectores de las Fuerzas Armadas, porque había habido en América una experiencia que de alguna forma repercutió en Uruguay que fue la peruana con Velasco Alvarado, entonces ese sector de las Fuerzas Armadas seguramente de alguna forma estaban al tanto de lo que estaba pasando y pensaban que también una posibilidad, otra vía, digamos, era de que desde las Fuerzas Armadas se creara un movimiento que propusiera desde el gobierno transformaciones y cambios, que fue un poco lo que intentó hacer Velasco y su gente, y eso llegó a la izquierda y llegó a sectores de las Fuerzas Armadas. Prueba de eso es que cuando hay una intensificación de la lucha política acá en Uruguay, se conoce hoy en día por la documentación existente, de que sectores mismos de la guerrilla, negociaron con sectores de las Fuerzas Armadas y llevar adelante planes de desarrollo para llamarle de alguna forma, hicieron treguas, entraban a los cuarteles, los sacaban, en fin, o sea que hay toda una situación muy particular. Y en ese contexto, por otra parte, seguía la represión. La represión a los estudiantes, la gente de la seccional 20 del Partido Comunista, después hay contradicciones de los partidos tradicionales que en definitiva a través de -luego de la acción del MLN del 14 de abril- le aprueban el estado de guerra interna. En realidad desde septiembre del '71, o sea, antes de las elecciones, ya los militares habían asumido el control de la lucha antisubversiva. En definitiva lo que se hace en abril del '72 es la declaración del estado de guerra interno y entonces se genera toda una situación que era un poco lo que venía de la época de Pacheco y se continúa con Bordaberry, que era lo que se llama un estado de excepción, o sea una dictadura constitucional, o sea, tiene una cobertura legal pero de hecho se funcionaba bajo un régimen de... no de democracia plena ni cosas por el estilo. Entonces en ese contexto hay que ubicar estos hechos y estas cosas que se venían dando y ahí es donde el movimiento sindical sigue siendo el principal, para los sectores de derecha y los sectores más conservadores, el principal objetivo a combatir. La prueba está en que cuando ellos... hay todo un trabajo de inteligencia, uno mirando al día de hoy puede decirlo, de cómo en febrero del '72... del '73, cómo los militares sacan un conjunto de comunicados, sobre todo los comunicados 4 y 7, estaba Trabal, el Coronel Ramón Trabal, al frente del servicio de Inteligencia de Defensa. Esos comunicados que fueron muy promocionados, toman mucho de los postulados del movimiento popular y del movimiento sindical, entonces hay toda una jugada. Y además que justo en verano, en vacaciones, cosas por el estilo, ahí ellos dirimen un poco la problemática interna pero generan cierta expectativa en sectores de la izquierda, sobre todo gente vinculada al Partido Comunista, sectores del movimiento sindical también, pensando que se puede dar una situación similar a la que se había dado en el Perú. Entonces otros sectores decían que no, que era todo demagogia, o que en definitiva no había posibilidades en Uruguay de generar... de recrear esa situación. Había toda una polémica adentro de la izquierda, pero lo cierto es que al poco tiempo, esto fue en febrero, ya por los meses de marzo, las Fuerzas Armadas sacan otros comunicados allí, diciendo que en definitiva ellos no están dispuestos a hacer ningún tipo de arreglo con los sectores del movimiento sindical, y en definitiva el decreto del golpe de Estado refiere al movimiento sindical, no refiere a la guerrilla. Porque la guerrilla cuando viene el golpe de Estado, versión de ellos, ya estaba -en lo fundamental- estaba inoperante. O sea, había sido controlada, o sea que en definitiva el centro de la razón que dice el comunicado del 27 de junio del '73 es que el golpe de Estado se hace con la intención de frenar o impedir el caos que genera la acción obrera y sindical en Uruguay, nucleados en la CNT. Esa era la razón, en definitiva, después hay toda una teoría que viene hoy en día, que es la teoría de los dos demonios que en definitiva está muy cuestionada, que cada tanto Sanguinetti y algún otro la recrean un poco pero que en definitiva no tiene un gran asidero si uno se pone a estudiar con rigor la evolución de los sucesos uruguayos en el contexto latinoamericano. En definitiva acá, y si vos mirás hoy en día, en definitiva lo que pasó en Uruguay en el '73, hay toda una cantidad de ... unos golpes venían de antes, como el brasilero del '64, el de Paraguay mucho antes, pero después en esos años hay una política fomentada por los Estados Unidos y por las grandes potencias, y que encuentra eco en sectores de partidos conservadores y sectores de las Fuerzas Armadas y que implantan, que llevan adelante, un conjunto de golpes de Estado en toda América Latina. Una secuencia de golpes de Estado que después todos terminan coordinando en lo que entonces decíamos la Doctrina de Seguridad Nacional y que hoy en día se conoce como la

Operación Cóndor, que es un aspecto de la coordinación de los regímenes dictatoriales. Esto en la parte represiva, después hay otra coordinación que tiene que ver con los planes de desarrollo y las políticas económicas, sociales y financieras, a mí se me ocurre.

P: En el momento del golpe, cuando ocurre la resistencia a través de la huelga general, ¿tú estás en Montevideo, todavía? ¿Cómo participas de eso?

R: El golpe era una cosa que se dio el 27 de junio pero en el ambiente estaba la posibilidad de un golpe de Estado en ese tiempo. Había habido ya esas expectativas que se habían generado a comienzos del '73 se habían disipado, y ya a nivel de la CNT o de los movimientos de izquierda no había mayor credibilidad de que hubiera sectores progresistas con capacidad de dar un rumbo a la situación del país. Y que iban a primar los sectores conservadores y de derecha, entonces el golpe viene el 27 de junio del 73 y ahí el movimiento sindical responde como venía, porque desde que se hizo el... después del golpe de Estado en Brasil en el '64 había toda una coordinación, vinieron muchos exiliados brasileros para acá y para otras partes del mundo obviamente, entonces se coordinó con ellos y se coordinaba desde antes y se entró a ver cuál sería la mejor forma de enfrentar un golpe de Estado como el que se dio en Brasil, donde hubo un intento de los sectores progresistas tantos civiles como militares e intelectuales, de enfrentar eso con una huelga general que no prosperó mayormente por razones muy diversas, que ustedes han estudiado con lujo de detalles. Entonces acá se dio de que la mejor forma de enfrentar un golpe de Estado tenía que ser una huelga general con ocupación de los lugares de trabajo, entonces, el antecedente de la CNT que era la confederación, la CTU, la Confederación de Trabajadores del Uruguay, no solamente tomó la decisión de enfrentar un golpe de Estado en las circunstancias que viniera con una huelga general, sino que encaminó esfuerzos para preparar que sus diversos gremios frente a una emergencia de ese tipo, no los dirigentes, el conjunto del movimiento sindical, estuviera en condiciones de enfrentar una eventualidad de ese tipo, entonces pasó del '64 al '73 preparándose en Montevideo y en el interior para una eventualidad de ese tipo: cómo resistir, cómo enfrentar con huelga general y ocupación de los lugares de trabajo, con discusión de estos temas en las asambleas, o sea con creación de conciencia, cosa que no fuera cosa de dos o tres dirigentes a quienes se les ocurría "vamos a lanzar una huelga general", por eso que cuando viene la huelga general en el Uruguay, digo, cuando viene el golpe de Estado, la respuesta es la huelga general y hay una respuesta importantísima realmente, que dura dos semanas, una cosa bastante inédita. O sea, no era una huelga reivindicativa por razones económicas, era una huelga para volver a la institucionalidad anterior al 27 de junio, con otro reclamo obviamente, pero desde el punto de vista de la conciencia ciudadana está buenísimo, porque qué distinta hubiera sido la historia uruguaya de hoy en día mismo, si por ejemplo hubiera habido una decisión de ir a la huelga pero llegado el momento de salir a la cancha no se hubiera hecho la huelga. O sea, vos decís, la huelga se levantó bien o mal, estuvo bien o mal conducida pero que huelga hubo y durante dos semanas, y no es fácil. Y no solamente hubo huelga general con ocupación de los lugares de trabajo, sino que en muchísimos lugares se dio en ese tiempo con reocupación de los mismos cuando las fuerzas conjuntas los desalojaban. Los tipos se iban y la gente los ocupaba de vuelta. Y manifestaciones en las calles, y enfrentamientos y muerte de estudiantes porque ahí durante la huelga mueren dos estudiantes: Ramón Pérez primero, que lo mataron por la espalda, que era estudiante de veterinaria, y un muchacho que era de Unión de Juventudes Comunistas y después un muchacho de Juventudes Socialistas, Walter Medina, que pintó una consigna que decía "Consulta popular" y lo mataron también a él. Quiere decir que no fue una huelga así, light, fue una huelga... Y después hubo una gran manifestación durante la huelga que fue la del 9 de julio de ese año justamente donde en el centro de la ciudad miles y miles de ciudadanos se manifestaron contra la huelga, por democracia, por libertad, todo eso y hubo enfrentamientos que además están filmados. O sea que en definitiva el hecho de que en el Uruguay cuando se produce el golpe de Estado la gente preveía un golpe de Estado de derecha y con tales y cuales características más o menos, y se preparó para enfrentarlo, cuando viene lo enfrenta, generó en el momento y para el futuro una experiencia que me parece que realmente es fantástica, sinceramente fantástica. Y que eso perdura, porque después vienen los momentos de decaimiento de la lucha, porque es muy difícil mantener el mismo nivel de participación, entonces la gente se olvida, está todo mal, está todo mal, bueno, hay de todo.

P: O sea que en realidad la posibilidad de la resistencia a partir de la huelga es una experiencia que viene, está siendo pensada desde la experiencia brasileña que fue un suceso.

R: Claro. En el '64.

P: Se aprende de la relación con los exiliados y con esta comunidad de intereses políticos que había. Hablabas de exiliados brasileños aquí, en aquel momento, de aprender un poco, de coordinar acciones, ¿recuerdas algún movimiento, recuerdas algún...

R: Bueno, acá en Uruguay en esa época hubo la plana mayor del gobierno brasileño se instaló en Uruguay. Acá estuvo Goulart, estuvo Brizola, intelectuales y ministros como Darcy Ribeiro, estuvo Paulo Schilling que era un economista, hubieron cientos de diputados, senadores, militares, había gente común, también, ciudadanos, durante muchísimo tiempo se estableció todo... ellos se instalaron acá, después vivieron años acá y establecieron todo un vínculo con la izquierda, que ya lo tenían, en todo caso lo fortalecieron y obviamente con los sindicalistas y todo eso. Y fue una experiencia me parece muy buena, porque por un lado la solidaridad de los uruguayos con los exiliados, con la gente perseguida y por otra parte que de ese intercambio y de esa relación permitió sacar enseñanzas, por ejemplo ver qué había pasado, o sea, cómo fue el golpe en Brasil, cómo fueron las luchas que estaban planteadas, cuáles fueron las luchas que se desarrollaron, cuáles sí, cuáles no, las que no por qué. Y entonces de ese intercambio fue que surgió esa idea de ver, de pensar cómo enfrentar un golpe con la huelga general, que la verdad es que es una cosa súper novedosa y que eso se discutía en las asambleas obrero estudiantiles, yo qué sé, el gremio de los públicos tienen tales responsabilidades, el gremio de las fábricas privadas tales y cuales, los gremios de tal lugar tal cosa, entonces hay una responsabilidad de un conjunto de tareas, responsabilidades, y eso se fue afinando con el paso del tiempo, y había un dirigente sindical portuario que era el secretario de la comisión de organización, Félix Díaz, que era el encargado de la comisión de organización de la CNT, que era la que tenía bajo su cargo la organización, la promoción, la discusión de todo lo que tenía que ver con la huelga general, está buenísimo, me parece.

P: Pero hasta hoy no tenemos ningún dato concreto sobre alguien que lo haya visto. Dicen que alguien lo oyó.

R: No sé, dentro de las últimas décadas se ha avanzado y mucho en todos los aspectos, en toda América latina. Un pocos más, otros menos, sobre los vínculos históricos de los aparatos represivos, que se conoce mucho más ahora que ayer, sobre la vinculación de las policías y de los servicios con la Escuela de Panamá, la Escuela de las Américas, se conoce mucho. No lo suficiente. Por otra parte, son operaciones encubiertas, vínculos no publicitados por los cual precisás que alguien informe, aparte de la sospecha que se pueda tener. Tal vez las denuncias que o el tiempo que se abre en Brasil ahora que van a empezar a discutir un poco más, tal vez lo que se está haciendo en Uruguay cuando se desarchivan las denuncias presentadas sobre violaciones a los derechos humanos tal vez eso ayude a echar nueva luz, pero digo, yo en lo personal no tengo la menor idea de nada concreto que pueda decir algo distinto, novedoso o serio en relación con lo que... se dice "hay vínculos"; pero sinceramente no lo sé. Yo no tengo ninguna... nada que certifique eso.

P: Universindo, ¿tú caés preso después aquí en Uruguay?

R: No, no, yo acá cuando viene el golpe de Estado yo estaba militando a nivel de la FEU, participamos activamente. La FEU obviamente que estaba... La FEU integraba como organización fraternal la mesa representativa de la CNT, quiere decir que tenía voz y no voto. A la FEU durante la huelga le tocó fundamentalmente la tarea, de a través de acciones callejeras, de "miguelitos", de pedreas y todo ese tipo de cosas, impedir que funcionara el transporte urbano. Y ahí es donde mueren estos dos estudiantes que hablaba, Ramón Pérez y Walter Medina. Y agitación, pintadas, y apoyar las ocupaciones de los gremios de trabajadores, todo eso. Después se levantó la huelga, o sea, en definitiva la huelga la levantó –eso es un aspecto importante- la huelga la levantó la CNT, no fue que el gobierno levantó la huelga de los trabajadores, no. Los trabajadores decidie-

ron... hubo todo una discusión interna, si seguir la huelga y hasta cuándo y bajo qué condiciones y bajo qué reclamos. Hubo negociaciones, los militares decían “bueno, nosotros negociamos si levantan la huelga” y la CNT decía “bueno, nosotros negociamos si ustedes levantan el golpe”, y ahí estaban en esa cuestión. Finalmente la mesa representativa de la CNT por mayoría, por votación de mayoría, reunida en diversos lugares clandestinamente, resuelve levantar la huelga el 11 de julio y pasar a nuevas formas de lucha. Inmediatamente que se levanta la huelga viene lo previsible, el revanchismo, la persecución de los sindicalistas, de la gente que estuvo vinculada con los gremios, muchísima gente fue encarcelada, lugares emblemáticos que ahora ya no existen como el Cilindro Municipal fue transformado en cárceles, mucha gente marchó al exilio, continuó la represión cuando los sectores ya no vinculados tanto a la guerrilla sino sectores de masas, todo eso, mucha gente pasó a la clandestinidad. Y en esa época, como no todo es parejito, en Argentina a diferencia de Uruguay que se vivía un proceso de auge del autoritarismo, en Argentina se estaba viviendo el proceso de apertura con la venida del peronismo, de Cámpora y Solano López [sic]²⁵⁷ y lo de Chile. Entonces mucha gente fue a Chile, ya había ido, o salía de la cárcel por “medidas prontas de seguridad” se iba a Chile, mucha gente se iba a la Argentina, a otras partes del mundo, se iba a Cuba, cosas por el estilo. Y se generó una situación complicada, pero muchos seguimos acá en Uruguay estudiando, en la vuelta ahí, hasta que bueno, como siguieron las caídas... yo en mi caso particular -había caídas todos los años, si uno mira acá en Uruguay durante todos estos años había caídas, detención, torturas, procesamientos, etcétera, etcétera, muerte de gente- y bueno, yo en el ´75 me fui para la Argentina, en el marco de esa situación. Y estoy en Argentina hasta el ´77 o sea que agarro... zafé del golpe del Uruguay, me fui en el ´73, estuve acá en el ´75 acá, después en el ´75 fui a la Argentina cuando viene el golpe del ´76, era un clima muy embromado de Argentina. Estuve en la Argentina ahí, donde la colonia uruguaya al igual que otras eran bastante organizadas, bastante fuertes, bastante movedizas, por lo que decíamos antes, que los exiliados uruguayos en su buena mayoría era gente vinculada con cuestiones políticas, era un exilio político. Mucha gente con compromiso, bueno, en la Argentina hubo represión tremenda sobre civiles y sobre diversos ciudadanos uruguayos, muchos de los cuales están muertos, otros tantísimos están desaparecidos, otros fueron trasladados ilegalmente a Uruguay. Y ahí ya estaba en el ´75, cosa que no sabíamos en aquel momento, lo presumíamos pero hoy en día se sabe con claridad, que ya existían las coordinaciones de Se había firmado en Chile el Plan Cóndor, el acta del Plan Cóndor, con la presencia de varios países donde Brasil si bien no firma, participa. Y Uruguay participa, Argentina obviamente que también, Paraguay, Chile, que es un poco el que llevaba la batuta ahí. También participa gente, tengo entendido de Ecuador, de Perú, de Centroamérica también, o sea que hay una coordinación amplia que trasciende el MERCOSUR actual, digamos. Y obviamente que después de la... antes de la firma del Cóndor y después de eso hay un nivel de represión impresionante, impresionantes, y genera un estado de terrorismo de Estado, porque a diferencia del periodo anterior donde muchas de las tareas represivas las llevaban adelante los paramilitares o las bandas fascistas que les decíamos acá en el Uruguay, cuando vienen los golpes esos grupos dejan de existir, o dejan de actuar y directamente actúa el aparato represivo del Estado. Es directamente la cosa, con la potencialidad, con la impunidad y que eso tiene, con los recursos que maneja y con la justicia totalmente sometida a ellos, con sectores de la opinión pública, porque tampoco todo el mundo... hay sectores de la opinión pública que veían de buenos ojos, “vamos a terminar con el relajo y que venga la mano dura”, o sea la derecha en Chile, por ejemplo, había una derecha fuerte y acá en Uruguay también, o sea no era que estaba todo el mundo en contra, no, no. Si no, no se hubieran dado estos procesos. O sea, hay que... además el miedo también generaba situaciones muy particulares, cómo controlar todo eso, hubo ilegalización de los grupos, de los cuales ... o sea se complicó todo el panorama y en ese contexto mucha gente se fue a la Argentina, pensando que ahí se podía aprovechando la primavera del “Tío” Cámpora se podía revitalizar y bueno, Argentina resultó ser la gran tumba para muchos.

P: En Argentina surge el PVP. ¿Cómo se da ese proceso de pensamiento político, de amadurecimiento y qué discusiones, o sea, esto fue más o menos consensuado?

R: Sí, cuando se produce en el tiempo de los años ´70 al ´73 acá en Uruguay muchos sectores de la llamaba Tendencia, entre los cuales estaba la ROE, pegaron un crecimiento muy alto en cuanto

257 Se refiere a Solano Lima, vicepresidente de Cámpora.

a –pegaron un crecimiento, vamos a decirlo- en cuanto a cantidad de militancia, en cuanto a conciencia, en cuanto... y en cuanto a la necesidad de darse nuevos instrumentos, en cuanto a destacar la importancia de la teoría, de la organización, de la lucha organizada, de combatir el espontaneísmo, y en eso se estaba. Cuando viene el golpe de Estado, un grupo como los GAU que también integraban la Tendencia de Héctor Rodríguez o la ROE con Duarte, con Gatti, con Cores, se prestigian -al igual que los comunistas, que fueron los que asumieron las tareas principales en la huelga general-, por su participación ante la huelga general, que fue una medida que concitó simpatía, adhesión y respaldo. Entonces cuando la gente inmediatamente del golpe de Estado tanto del Uruguay, como fuera del Uruguay, la gente... se empiezan a dar realineamientos dentro de los grupos. Grupos que desaparecen, grupos que se recrean, grupos que se problematizan, militantes que cambian de orientación, una búsqueda de nuevos instrumentos. Y en ese marco es que se da un proceso que... o se consolida o se desarrolla un proceso que ya venía de antes, que sectores de la ROE con otros sectores marxistas y sectores independientes y sectores vinculados a la izquierda más tradicional, el Partido Comunista y el Partido Socialista, se juntan y terminan conformando el PVP, o sea, el PVP no era la ROE, era una cosa distinta que intentaba recoger la experiencia libertaria, la experiencia marxista, una línea gramsciana ponele, ponele, una cosa por el estilo, y que logra concitar en su formación en el año '75 una adhesión militante, de recursos y de experiencia realmente importantísima. Yo creo que a esta altura, junto con el Partido Comunista, eran los dos grupos principales de una poderosa izquierda uruguaya. Claro, después viene la represión. Lo que pasa es que le tocó actuar en un tiempo histórico realmente complicado y tal vez faltó previsión, o sea, el momento era complicado. La información no era suficiente y tal vez también faltó previsión para ver de que las circunstancias de permanecer en la Argentina eran realmente difíciles, y la gente no imaginaba, se me ocurre tampoco, de que iban a pasar las cosas que pasaron. Porque si vos te ponés a pensar, uno piensa hoy en día por qué... claro, con el diario del lunes, toda la gente dice por qué cuando viene un golpe de Estado en Uruguay acá, ¿cuánta gente se quedó acá? ¿Y por qué no se fueron? Bueno, no es fácil irse. O por qué la gente que en Argentina que hoy en día se sabe que hay treinta mil desaparecidos latinoamericanos, etcétera, etcétera, ¿y por qué, cuánta gente sabiendo que caían los compañeros, pim, pam pum, seguían igual ahí? O sea, ¿por qué la gente... estaban todos enajenados? No creo, o sea, era gente responsable, gente sensata, gente comprometida. Porque la tarea del irse y abandonar el territorio, la patria, las ideas, con la gente presa, con la gente perseguida, no era una cosa que se tomaba así como quien cambia de ómnibus, o sea era una cosa que la gente pensaba realmente. Todos los latinoamericanos que estaban ahí, eso es una decisión... es un tema de reflexión hoy en día, por qué la gente no se fue, por qué la gente se quedó en el escenario que en definitiva los termina aniquilando a buena parte de ellos... hay muchos estudios académicos, estudios de militantes. Por otra parte en ese entonces -me parece que también está bueno saberlo-, que la figura... o sea, cuando una persona caía presa, la gente decía "bueno, está preso o está muerto, pero no decía está desaparecido. La figura del desaparecido como categoría no existía. Esto fue... se fue construyendo con el tiempo. Entonces eso también lleva su tiempo, o sea, ¿cuánto tiempo llevó aceptar que hubiera desaparecidos y que el desaparecido no es ni muerto ni vivo ni preso? ¿Cuánto tiempo llevó eso? Hasta por los familiares, entonces vos decís por ejemplo hoy en día una persona está desaparecida y se dice está muerta, no está desaparecida. Jurídicamente mismo todavía hay problemas al respecto, cincuenta mil problemas de herencias, de cuestiones, con el tema. El tema desaparecido no entró así de un día para el otro, fue todo un proceso largo, complejo. Por otra parte no estaba la idiosincrasia de estos lugares que no habíamos vivido una guerra mundial tipo de Europa, ponele, el tema de los pueblos, los exterminios, de tirar la gente atada al Río de la Plata, matarlos y después pegarles un balazo como a Julio Castro, o sea, la gente no estaba muy preparada para ese tipo de experiencia, porque la lucha se había dado incluso a niveles de cierta confrontación pero por carriles más... entre comillas, más normales, vamos a llamarlos. Y ahí hubo un cambio radical, que habrá que estudiarlo, por qué y desde cuándo y cómo se gestó todo eso y quiénes lo propiciaron, porque en ese sentido me parece que leyendo la literatura brasileña, por ejemplo, en Brasil había una experiencia muy fuerte al respecto, pero tal vez a esa altura no fue adecuadamente colectivizada, no sé. Porque la gente no había tomado mucha conciencia de los peligros planteados, hoy en día lo podemos ver. Pero esos temas que yo te digo, por ejemplo, de la conciencia, del nivel de represión existente y

posible, de los métodos represivos que estaban motorizando, de la coordinación represiva que estaban instrumentando. Decíamos sí, ellos coordinan, pero...

P: Hay algo inédito en la propia esencia de lo que es la represión de ese momento.

R: Me parece que sí.

P: Y eso ayuda a entender la situación de los niños, también.

R: El fenómeno de los niños, por ejemplo, es un fenómeno nuevo. Los niños como botín de guerra, me parece que es un tema que hay que pensarlo realmente, eso es una novedad. Porque además no fue uno, si vos decís, bueno, es uno, eso es una excepción, pero hubieron cientos, siguen habiendo, es tremendo cómo los tipos se repartían... iban a tu casa, se repartían la plata, lo que encontraban y después se repartían los niños también, para acá, para allá, yo qué sé. Lo que pasó con Macarena Gelman, por ejemplo, mismo el hecho en Uruguay hoy en día que cuando empiezan a aparecer los cadáveres tiene un impacto político simbólico impresionante en la opinión pública, impresionante. Que a Julio Castro, un veterano de sesenta y ocho años que andaba en la vuelta ahí, lo hayan matado atado, etcétera, etcétera, y después que le hicieron todo eso le pegaron un balazo, todavía, después lo llevan, lo entierran en un cuartel. ¡Pah, loco!

P: Muchos de tus compañeros murieron y fueron desaparecidos, Universindo. ¿Cómo se trabaja con esta pérdida en ese momento?

R: Bueno, ahí había una cuestión... como eran grupos políticos, que se estaba intentando zafar de la represión, seguir actuando y a la vez desarrollar la denuncia y eso fue lo que me parece que se quiso hacer en el tiempo, continuando tal vez sin ser muy conscientes de todo, las circunstancias en las cuales habían acaecido los hechos y los acontecimientos y las repercusiones y la larga duración de la misma y el estado fuerte de las dictaduras. Porque en ese tiempo que estamos hablando, las dictaduras estaban muy fuertes, por lo menos buena parte de ellas. Por ejemplo cuando nosotros, después de Argentina buena parte de la colonia latinoamericana va a Europa y se instala en diferentes realidades europeas y siguen las denuncias y todo eso que mucho ha servido y sirve, después alguna gente vinculada con el PVP que procesa todo un proceso autocrítico en el '77 y resuelve seguir trabajando acá y acercar a alguna gente pequeña vinculados con tareas de masas y de denuncias de derechos humanos y de vínculos, pensando en una propuesta a largo plazo, ya no la propuesta anterior, una propuesta a largo plazo, se elige Brasil. Y la elección de Brasil, por ejemplo, es porque las circunstancias en Brasil en ese momento eran bastante diferentes a las del resto de la región. Brasil estaba asistiendo, luego de años de dictadura, a un proceso de apertura democrática muy interesante, muy novedoso, con mucha participación, con presencia de sindicalistas, con presencia de universitarios, de abogados, de religiosos, entonces le daba toda una impronta muy particular, con el surgimiento de un movimiento opositor, el MDB, contrapuesto a la ARENA, que nucleaba al conjunto de la oposición, algo similar a lo que pasó en otros países después, donde la gente en ese momento lo principal era la lucha contra el autoritarismo, la gente dejaba de lado otras cuestiones, después viene... el MDB hoy en día... de ahí surgieron tantos movimientos como existen hoy en día, tal vez, pero te quiero decir, en aquel momento fue una cosa convocante, realmente y eso tras esas banderas democráticas se convocó mucha gente, y el rol de la canción de Chico Buarque, de Vandr e, toda esa gente, del teatro, de las películas. La gente sabía que en Brasil había represión.

P: ¿Esto era una lectura medio colectiva ya, o eran algunas personas que miraban a Brasil con más cuidado?

R: No, había un cierto conocimiento de la problemática... ¿cómo con más cuidado?

P: No, en el sentido alguien que de repente ya estaba allá y podía hacer un análisis un poco más preciso de lo que estaba pasando...

R: No, yo creo que se sabía que en Brasil se estaba dando un proceso de apertura, eso me parece que era evidente, o sea, los signos que en Brasil se estaban dando en esos años '77, '78, una apertura, era una cosa evidente. Y después en esas épocas recuerdo de las grandes luchas de

los metalúrgicos, con Lula, San Bernardo, todo eso trascendía, trascendía Brasil, otros lugares lo tomaban “pah, qué bueno lo que está pasando en Brasil”; la gente seguía atentamente. Brasil es un país que lo que pasa es que adentro importa mucho en América Latina. Un país muy grande, con mucho contraste, con mucha gente, con mucha historia, con particularismos, no es todo Brasil, pero había cierta zona, vos decís Rio Grande, Rio de Janeiro, San Pablo, Minas, ahí había sectores importantes de gente que estaba trabajando fuertemente en lo político. Cuando Pedro Simón por ejemplo se transforma en el más votado en las elecciones... o sea, no fue de casualidad que el tipo le ganó a todos los demás, arrasó. Y [...], los dos. No, no, impresionante. Y ahí surgen nuevos liderazgos y eso que en Brasil la Universidad misma había sido muy golpeada, muy golpeada en la época de los militares. Golpeada y después trabada por estas leyes institucionales que la habían maniatado un poco ahí, o sea, el régimen de Brasil fue una especie de referente para las dictaduras y el autoritarismo latinoamericano. [Hay un corte]

P: En ese sentido entonces, Porto Alegre surge como tal vez la ciudad... una ciudad importante y más próxima en la frontera justamente para hacer ese trabajo que ustedes se habían colocado como objetivo.

R: A mí me parece que en ese contexto de época había que tener en cuenta que después de los golpes de los '70, el de Uruguay, el de Chile, después el de Argentina, sumado a los que venían antes, empezó a tomar con más fuerza en la izquierda y en los sectores opositores o los sectores democráticos, la idea de la regionalidad, de la región. Entonces digo, había un interés muy grande de saber o de intentar informarse, intentar vincularse con los diversos procesos, me parece. Y como por un lado estaba la actuación de los grupos, porque acá está la actuación de los organismos de derechos humanos locales, regionales e internacionales, entonces había todo un trasiego de información, fijate que en esa época estaba actuando muy fuertemente el ACNUR, que era el organismo encargado por Naciones Unidas de traer gente, que antes había tenido una oficina en Chile, que después se trasladó para Argentina, que después se traslada en Rio. Es decir que toda la gente que salía de Uruguay o salía de Argentina, muchos pasaban por Brasil, de todas las corrientes, circunstancias, género, a los efectos de... eran la vía para llegar a Europa, una de las vías, la otra eran las embajadas, pero las embajadas estaban muy vigiladas y los consulados también, entonces la gente... esto hay que verlo me parece como un proceso que se daba desde todo mundo... por otra parte en esa época tampoco había, a raíz de la represión que había surgido, no había un gran nivel de coordinación, quiere decir que la gente podía estar actuando en la misma ciudad, en el mismo país, sin saber que lo estaban haciendo. Y eso estoy seguro que si ustedes siguen investigando las redes, van a aparecer montones de circunstancias de ese tipo, cincuenta mil mecanismos que funcionaban con relativa autonomía, hasta por un problema de seguridad o por un problema de desinformación, la gente ni sabía que el vecino de al lado también estaba en algo, porque es así, entonces no es que a la gente vinculada al PVP se lo ocurrió Brasil, o sea, lo brasileño era percibido, se me ocurre, por todos los latinoamericanos, y por otra parte en Brasil es que había gente de diferentes lugares que estaban ahí por razones muy diversas. En el caso concreto de la gente del PVP hubo una acción objetivamente concreta y después como eso fue perseguido por los aparatos represivos, tomó un nivel de visibilidad, otros tal vez... -por suerte ¿no? mejor-, seguramente la mayor parte de la gente que estaba actuando en ese tiempo no cayó presa, eso es la maravilla, que a pesar de la coordinación represiva, de los controles y de las posibilidades que tenían los aparatos represivos, la mayor parte de la gente no caía presa, pasó acá en Uruguay, o sea la mayor parte de la oposición no cayó presa, por suerte. Si vos mirás por ejemplo los registros de presos, la gente dice “pero cuánta gente había, y había tantos presos...”, hay un librito que se llama Vivir en Libertad, que están todos los presos del Penal de Libertad, del 001 hasta el último que estuvo preso, menos el 151 que nunca lo pusieron a ese, y donde los presos no se repetían, a diferencia de Punta Rieles, entonces en definitiva los presos que estuvieron en el Penal de Libertad, procesados por la Justicia militar no llegan a tres mil, en el Penal de Libertad. Pero es un buen dato, es un dato confiable, cierto, son dos mil ochocientos y algo la gente que estuvo. O sea, había gente procesada en el interior, hubo gente procesada por la Justicia militar que nunca llegó al Penal de Libertad, después está toda la gente del interior en diversas unidades militares, etcétera, etcétera. Para tener una idea de la cuestión, pero se me ocurre que en el caso de Brasil, se percibía la posibilidad y hay gente que decía bueno, en este contexto arriesgamos o

no arriesgamos, vamos o no vamos. Hubo gente del PVP que dijo está bueno ir, porque a pesar de los reveses sufridos, era gente que estaba en la militancia, y estaba en el compromiso y que pensaba que valía la pena aun en esas circunstancias, sin hacer grandes cosas, lo que se hiciera servía. Y establecer un vinculo de larga duración con los sectores opositores brasileños, era una tarea que valía la pena iniciarla de manera más organizada, no dejar tan a la silvestre así, que surgiera lo que surgiera, entonces esto me parece que fue una buena apuesta.

P: Esto era un contraste con lo que había hecho en Argentina, por ejemplo.

R: Totalmente, totalmente, o sea en definitiva era un tener en cuenta la experiencia argentina, donde uno de los errores de la Argentina, de los uruguayos, una de las carencias, llamalo, una mezcla, ¿no? era justamente no haberse... o sea, estar en la Argentina pero no preocuparse adecuadamente de lo que estaba sucediendo en la Argentina, o sea, en definitiva, “el golpe va a haber acá pero no nos va a tocar”, fue un error, pensando que era un problema de los argentinos. Es un problema latinoamericano, cuando vino la represión barrió con todo el mundo.

P: Y tal vez más con los latinoamericanos, porque eran todos exiliados.

R: Claro, indocumentados o clandestinos, en fin.

P: Universindo, y tu decisión de participar de este desafío, entonces, ¿cómo te involucras tú?

R: Ah, pero con naturalidad, o sea, en definitiva a mí me parece que las cosas hay que mirarlas en el momento, o sea, en aquel contexto que uno vivía en el plano personal, colectivo, una persona... o sea, no era frecuente que una persona que había zafado de la dictadura uruguaya, de la dictadura brasileña, después va a Europa y se hace exiliado, a los meses retorne e América Latina consciente de los riesgos que se corría, pero bueno, así se daban las cosas en aquel momento, hay que ubicarlas en ese contexto, tal vez si vos le explicás a una persona hoy... dice qué raro, no es frecuente, o sea, la mayor parte de los exiliados no retornaron en esas condiciones, no era fácil retornar porque se sabía que los riesgos, en caso de caer presos eran... las torturas, interrogatorios iban a ser muy fuertes, entonces realmente nadie por sufrir por sufrir, si no había una razón política e ideológica que justificara un riesgo de esa naturaleza, no era frecuente. Pero bueno, nosotros lo hicimos, la verdad, pero no lo hicimos con la idea que... o sea, si bien estaba planteada la posibilidad de caer presos, nosotros no pensamos que en el momento que fuimos secuestrados, detenidos, interrogados y secuestrados eso iba a suceder, porque pensamos que había posibilidades de instalarse en Brasil, en un esfuerzo de largo aliento hasta que hubiera una apertura importante en Brasil, que incluso te permitiera actuar legalmente hasta que en Uruguay hubiera una apertura y caída... o sea, eso era un poco la propuesta, la propuesta no era caer preso, la propuesta era vincularse con los sectores... la propuesta era instalar un núcleo de compañeros, tranquilos, que se fueran conociendo, insertando en la sociedad, en las diferentes ciudades que se pudiera de Brasil, no sólo necesariamente en Porto Alegre, o sea, en diversos lugares de Brasil aprovechando esa situación muy particular que se vivía, establecer vínculos fuertes con los abogados, con los sindicalistas, con los periodistas, con los religiosos, con los políticos, se manera estable, sincera y fraterna, diciendo, bueno, nosotros somos uruguayos que estamos procurando apoyo y comprensión y solidaridad, y ta y que esto fuera ocurriendo, lo que pasa es que al mismo tiempo la lucha también transcurría, entonces tuvimos la mala suerte de que cae gente en Uruguay y es a partir de esa gente que cae en Uruguay donde los tipos confirman, o sea, los tipos constatan que había un núcleo de gente organizada del PVP en Brasil y después con toda la fantasía que ellos tienen, cinco se transforman en cien, cien se transforman en mil, los tipos ya se hacen toda una película y piensan que qué peligro, no sé cuánto. En realidad no era tan así la cosa, obviamente que no. Entonces ellos en definitiva detienen gente, la someten a los interrogatorios de rigor de época, consiguen información y llevan gente a Brasil, un operativo legal, o sea legal e ilegal, pero de las fuerzas represivas uruguayas llevan presos uruguayos detenidos en Uruguay a una ciudad de otro país, a rastrear a ciudadanos uruguayos, a ver si los ubicaban en las calles, en los cines, en los hoteles, en las casas, o sea, era un cosa, que es lo que estamos denunciando realmente, gravísima desde el punto de vista del derecho internacional,

en cualquier circunstancia, impresionante. Y llevaron gente y los tuvieron allá en acuerdo, no entran a... en un país chico como Uruguay, no va a ir el ejército uruguayo a instalarse en Brasil si no tiene una conversación previa, una conversa con ellos y un acuerdo de actuar en conjunto, de hacerse los desentendidos, de tolerar. Y los tipos están como una semana ahí rastreando en la Rodoviaria, en el centro, hasta que con un poco de suerte nos detienen, porque también ligaron un poco, hay que tener un poco de suerte.

P: ¿Ustedes estaban ya hacía cuánto tiempo en Porto Alegre?

R: Nosotros en Brasil estábamos desde abril del '78, habíamos estado, no sé exactamente así porque uno no llevaba un registro pero pónelo, estuvimos en Rio, estuvimos en San Pablo, después nos instalamos en Porto Alegre y hacía unos meses que estábamos en Porto Alegre, que había un clima maravilloso por otra parte.

P: ¿Con quién llegaron a hacer contactos, en el caso de la sociedad gaúcha?

R: Y bueno, en general con gente del sindicalismo, de la prensa, básicamente en mi caso con gente así, con sindicalismo y con la prensa.

P: ¿Recordás algunas personas?

R: Y, Luiz Cláudio, por ejemplo, Luiz Cláudio Cunha. Trindade, que era el director del CooJornal, que era un periódico, un semanario que había que lo sacaba la gente de la prensa, Osmar Trindade, un tipo fantástico. Bueno, Olivio Dutra, que era presidente del sindicato de los bancarios de la época, y con otra gente que vos ni conocías porque te vinculaste así, esporádicamente, por otra parte uno estaba en esa situación de recién instalado, que había que ser súper cuidadoso, tampoco teníamos apuro en apurar vínculos y cosas por el estilo sino que vos en la medida que ibas conociendo, ibas viendo si la otra persona... había un mínimo de confianza como para plantear... había que ser... y además nosotros realmente no estábamos apresurados. Ahora, nosotros sabíamos de los riesgos que se corrían en Brasil, de la existencia de la coordinación, estábamos al tanto de la situación que estaba en el país, en Uruguay, y sabíamos que había caído gente acá, por lo cual nosotros tomábamos recaudos. O sea que en el momento que caemos presos nosotros en Porto Alegre, de la gente del PVP habían quedado Lilián, yo y los hijos de Lilián, o sea, Cores, toda esa gente ya se había ido, como medida de precaución, digamos, porque frente a esa posibilidad de caer preso.

P: ¿Cores estaba en Porto Alegre también?

R: En el momento del secuestro no.

P: ¿Pero anteriormente?

R: Había estado, sí, sí. No sé si viviendo pero había estado. Bueno, justamente la información que ellos manejan es que justamente que nos habían visto con Cores en Porto Alegre. Ellos en realidad, porque nosotros en Porto Alegre con Lilián habíamos vivido en otra calle, yo ahora no me acuerdo, cerca de la Rodoviaria....

P: Garibaldi.

R: No, no, la rua de las putas, le decían, cómo era, ay, cómo se llamaba, no recuerdo. Rio Negro no... Una chiquitita, bueno... es una paralela a Garibaldi, por ahí estábamos, en ese apartamento fue que nosotros hicimos reuniones con gente de acá, quiere decir que los tipos manejaban ese apartamento, quiere decir que el apartamento nuevo de la Rua Botafogo, los tipos no lo tenían, no lo tenían. Y bueno, así se dieron las cosas, pero ellos en definitiva cuando nosotros fuimos detenidos, o sea que agarran ahí a Lilián en la Rodoviaria en el mediodía del 12 de noviembre del '78 y que después ellos van al apartamento donde yo... de la Rua Botafogo que era un block, eran tres bloques, estábamos en el fondo en la planta baja, apartamento sencillísimo, no tenía ni teléfono, ni computadora ni nada. Y que íbamos a ver al Internacional y Caxias con... -a propósito, una cuestión de ir al fútbol, todo tranquilo-, con Camilo y Francesca, cuando los tipos se

aparecen ahí, ellos no le coincidía el apartamento, ellos decían “¿pero ustedes no vivían acá?”, “no, vivíamos en tal lado”, entonces ahí uno de ellos es que dice –Celic, dice- “ah, rua das putas”, no sé cuánto no sé cuánto me preguntaba si era o no era, o sea que en definitiva ésa era una información que los tipos tenían, entonces Lilián cae al mediodía entonces la llevan al DOPS de la Rua Ipiranga, a partir de los papeles que los gurises... fijate que Lilián había anotado los niños en un colegio de... en un jardín de infantes, eran chiquitos, entonces los tipos sacan los papeles y de ahí van a la casa y ahí los tipos me agarran a mí y llevan a los niños, que incluso como yo no sabía que los tipos se llevaban a los niños, o sea, no sabía que... preveía pero no lo tenía confirmado, yo le dije “bueno, yo no grito acá que ustedes me están secuestrando en la medida en que ustedes me garanticen que efectivamente los niños van a ser entregados, los entregan delante de la madre, adelante mío”, entonces conversaron ahí entre ellos y dijeron “tá, tá, aceptamos”, entonces me sacan caminando, me ponen en un auto y me llevan para este lugar en que efectivamente cuando yo llego a un lugar que resultó el DOPS, por la información de Camilo sobre todo, efectivamente al lado del ascensor había una tipa de civil que resultó una policía que estaba con Lilián y estaban los niños, Camilo, Francesca, y ahí nos saludamos con Lilián, “bueno, tá, vamo’ arriba” y todo eso. Y ahí empezó todo, los interrogatorios, otras historias... yo ya me di cuenta en el momento de la detención -que fue una cosa sorpresiva a media tarde, porque fue alrededor de la tarde-, de que en el primer golpe así ya me di cuenta de que había un tipo que comandaba, dos tipos que comandaban el operativo, uno por el lado brasileño y un tipo muy elegante, canoso, flaco, alto, de chaleco y de traje pie de poul como aquellos que se usaban en aquella época, con gemelos y que fue el que tenía la pistola que me dijo que “está preso”, que resultó ser Pedro Celic, que es un delegado, un comisario, y después estaba rodeado como de veinte tipos más vestidos de civil, de championes, de zapatos, en fin, no sé de qué estaban vestidos, de cualquier cosa, ¿no? Y después había dos uruguayos, ahí estaba Giannone y otro más...

P: ¿Te diste cuenta de esto en el momento del secuestro en la calle?

R: No, no, no. Me di cuenta en el momento que me meten para el apartamento y me entran a preguntar, porque había uno que me preguntaba en español. Ahí me di cuenta que el tipo que hablaba español, no era portuñol, porque yo el portuñol lo dominaba bien, ahí me doy cuenta de que efectivamente había uruguayos y brasileños. Y a ellos fue que yo les hice la propuesta esa de que bueno, ta, yo no grito si ustedes me garantizan de que... y ahí los tipos me golpearon mucho, mucho, pero buscaban cosas que no había ni ahí, buscaban armas, buscaban plata, buscaban... yo qué sé, ellos se hacen toda la película. Eran como veinte personas por lo menos, todos de civil, que golpeaban muy bien, todos tipos de particular, todos tipos de inteligencia, expertos, toda gente que se ve que estaba acostumbrada a participar en eventos operativos de este tipo, detención, los tipos te golpeaban muy bien, no era que te pegaban de cualquier manera, el “Didí” Pedalada por ejemplo, te pegaba como si fuera un boxeador, exactamente a las zonas... intentando sacar información, todo eso... los tipos querían... y en definitiva ¿qué los tipos querían tanto? En el apartamento, como inmediatamente luego cuando estuve ahí colgado durante horas, ellos querían cuatro cosas básicamente, querían averiguar quiénes eran, dónde estaban el resto de los uruguayos empezando por Cores, que era el principal objetivo de ellos, agarrarlo. Dónde estaban los uruguayos vinculados al PVP, quiénes eran los vínculos del PVP en Uruguay, quiénes eran los vínculos del PVP en el exterior y quiénes eran los sectores brasileños con los cuales nosotros eventualmente estábamos vinculados, ese eran... y dónde se sacaban compañeros, o sea, esas cinco preguntas era el eje de todo el interrogatorio y los tipos tienen una técnica que es mundial, los tipos inmediatamente que te agarran enseguida te someten a brutales, brutales torturas y apremios, porque los tipos quieren sacarte la información enseguida, cosa que antes que vos te des cuenta, si Cores estaba en el apartamento tal y vos le dabas la información, los tipos llegaban ahí a agarrarlo. Ellos no se imaginaban que nosotros habíamos coordinado con Cores antes para que Cores se fuera, Cores no estaba en Porto Alegre, pero eso lo sabíamos nosotros, ellos pensaban que estaba. Ellos estaban convencidos que estaban en Porto Alegre y que lo iban a agarrar, además, con lo cual nos destrozaron de lo lindo, nos dieron con gorro, mirá que en Brasil... por eso nosotros denunciarnos que ese día del 12 de noviembre del ’78 fuimos detenidos, interrogados y torturados dos adultos en Porto Alegre y dos menores, en total cuatro.

Porque los menores también fueron sometidos a la detención y a la deportación ilegal. Y fuimos brutalmente torturados, porque los tipos nos dieron [...], porque ellos querían información que les permitiera agarrar gente, era la técnica, ¿por qué cayó gente acá en Uruguay o en todos los países del mundo? Por la tortura, en definitiva en la tortura los tipos sacaban información.

P: Una cosa, Universindo. Una de las tareas que ustedes hacían era traer El compañero para Uruguay, o sea, sacar información de aquí, intercambiar información pero traer el diario también. ¿El diario se hacía dónde? ¿En San Pablo?

R: No sé dónde se hacía, porque yo no estaba en la parte del diario, yo estaba en la parte más bien de vinculación con gente de Uruguay, conseguir información que se lo pasaba a Hugo ponele, o a algún otro compañero, y ellos eran los que hacían el diario. Por lo cual acá por un problema de seguridad... ni interesaba mucho. Por otra parte yo no sé si había un lugar fijo donde lo hacían, porque en esa época se usaban muchas de las cosas móviles, equipo móvil. O sea, equipos chiquititos, de fácil traslado... ya las imprentas legales, las offset, todo ese tipo de cosas no se podía usar, por lo cual todo eran cosas rápidas.

P: ¿Pero tú llegaste a llevar material a la frontera, por ejemplo?

R: Sí.

P: ¿Y en qué fronteras ibas?

R: Recorríamos toda la frontera: Rivera, Yaguarón, Cuaará... ¿cuál es la otra que hay? Aceguá...

P: ¿Llegaste ir a Cuaará? No tuviste miedo de que te...

R: No, no, era una posibilidad... O sea, todo hecho con mucha tranquilidad, era ir, pasar desapercibido, en definitiva nosotros una de las cosas que hacíamos era no andar llamando la atención, no andábamos ni vestidos, ni hablando, ni en poses, que la gente de la zona te percibiera como un tipo que no era del lugar. Nosotros nos cuidábamos mucho, no andábamos ni alcoholizados, ni drogados, ni haciendo... No sé, fumando pipa en Cuaará, que ahí la gente no fuma pipa, o en general. O sea, intentando pasar lo más desapercibidos posibles, porque el objetivo era ése, pasar desapercibido a los efectos de establecer los vínculos, de mantener los vínculos, de ampliar los vínculos, o sea, en una puesta tranqui, a largo plazo. Por otra parte, no pasaban muchas cosas acá, o por lo menos no se sabía mucho tampoco, ¿no? Por lo cual había escasa información, o sea, no es que en dictadura... una cosa es del '80 para acá después del plebiscito, y otra cosa es del '74, ahí eran años muy difíciles, los niveles de visibilidad de oposición eran muy limitados, o sea, no es como hoy en día vos hablás con la gente y "pah, todo el mundo luchamos", bueno, está todo bien, pero en definitiva venir a Uruguay, encontrar gente para hacer un contacto, o sea, la gente te veía, la gente no se arriesgaba a darte pelota, si sabía que vos andabas en... o sea, el agente también tomaba sus recaudos, naturales por otra parte. Era muy difícil la militancia en esos años, era realmente complicada y para el militante comprometido con la lucha había que armarse un poco de aliento a largo plazo, para soportar la dificultad de la época, porque vos no tenías un estímulo, que la gente decía "vos, qué bien que andás luchando", más bien no querían ni verte, ¿me entendés? No había... la familia mismo, vos por seguridad no ibas a verla, los compañeros y amigos tampoco, entonces había que ser cuidadoso, andar solo, pasar desapercibido, mimetizarse con el ambiente, no llamar la atención, evitar lugares de conflictividad que habitualmente pudieras caer en cana, ir a un partido de fútbol que sabés que sabés que se va a armar lío más vale ni ir, ni siquiera a pasar el tiempo, porque te llevan en cana por un lío deportivo y terminás... los tipos investigándote resulta que salta que estás en otra cosa. Todo ese tipo de detalles, había que tener... y había que andar con la cabeza muy tranquila y con cierto convencimiento de que en definitiva lo que se estaba haciendo era un esfuerzo importante, pero limitado, que formaba parte en todo caso de una cosa más... de un esfuerzo más colectivo... por otra parte éramos conscientes de que seguramente otra gente andaría haciendo cosas parecidas, pero que no podíamos deschavarnos, ni... Por lo cual te quiero decir que en Brasil seguramente habría otra gente que habrá hecho cosas lindísimas que tal vez nunca cayeron en cana, eso habría que averiguarlo, tal vez puede ser, bueno desde el punto de vista de la investigación, esas redes...

P: Estos contactos de la frontera, por ejemplo, ¿era gente que estaba en la propia frontera?

R: No, no, era gente de Uruguay que nos encontrábamos en la frontera puntual

P: De Montevideo que iba a...

R: Puntualmente, de Montevideo o del interior, que iba puntualmente a recibir el compañero y a pasar información y que volvían.

P: Pero no eran del interior, digo, del interior del otro lado de la frontera, por ejemplo.

R: No, no, no, toda uruguaya.

P: Pero la gente de Rivera, por ejemplo, eso es lo que quiero saber.

R: Y, podía ser, no sé realmente, no lo recuerdo con exactitud, pero puede ser que sí, porque había diversos lugares, había una cierta movilidad también de la gente. O sea, se tomaban mucho los mecanismos, y por otra parte tampoco se intentaba averiguar mucho sobre la otra persona. Averiguar lo básico, no entrar a intimar mucho, y después de terminada la reunión, más vale, cada uno por su lado, de no ir, "vamos a tomar unos pasteles, a tomar una caipiriña", no. Por más que... no, no. Porque era un riesgo. Ese tipo de cosas había que cuidarse, acordate... porque aparte los mecanismos que usábamos eran los normales, la Rodoviaria, los ómnibus, estos internos, o sea era lo normal que había. Y había que ser... Y no tentarse. No andábamos en auto, por otra parte. Por otra parte era una militancia pobretona, no era gente sofisticada que movilizaba recursos, y que andaba... no, no. Eran estudiantes, o trabajadores metidos en la lucha política contra una dictadura, como cualquier ciudadano común y corriente, como era la mayoría, o sea, no eran digamos grandes conspiradores, no, no. No era eso, no era eso. Era una militancia de otro tipo, de otro tipo. Ellos eran grandes conspiradores, entonces los tipos montan el operativo en Brasil, tremendo operativo binacional, que terminan deteniendo a los que detienen, realmente y se arma un problema político. Nosotros les dijimos a ellos que se iba a armar un problema político, nosotros estábamos en la lucha y yo creo que en eso fue un acierto nuestro cuando, me acuerdo, que después los tipos me torturaron de lo lindo ahí en Porto Alegre y dijeron "bueno, ahora va a tener que hacer un largo viaje", no sé qué historia y yo le dije... me llevaron al baño, que vi que me habían dejado todo... porque me habían empezado a torturar a las tres de la tarde y era la noche y seguía, entonces quedé todo rojo, así, todo reventado, pero no perdí el conocimiento. Entonces yo le dije de hablar con el jefe, entonces viene el tipo, viene un apersona que supuestamente podía ser un tipo con responsabilidad y yo le dije "ustedes... nosotros somos fulano y fulano, ustedes nos pueden detener acá y nos pueden juzgar en Brasil, lo cual está bien, está en el derecho de ustedes, que es lo que tendrían que hacer, ahora, lo que ustedes no pueden hacer es entregarnos a los uruguayos, porque se va a armar un lío, nosotros somos refugiados de Naciones Unidas, nosotros estamos en vínculo permanente con Naciones Unidas, con las embajadas, con los uruguayos en el exterior. Si nosotros desaparecemos en cuestión de horas se va a saber, se va a armar un lío político. Ustedes la semana que viene, efectivamente, hay elecciones acá en Brasil. Y Brasil no es la Argentina del '76, se les va a armar un lío bárbaro, ustedes no se imaginan el lío que se les va a armar a ustedes por nosotros. Hay niños de por medio acá y nosotros somos gente conocida, nosotros no somos tipos desconocidos, somos gente refugiada de Naciones Unidas, yo en Suecia y Lilián en Italia, esto es un problema político, no es un problema policial". Y los tipos, los brasileros dudaban de entregarnos a los de acá, pasa que los de acá presionaron tanto, tanto, que nos terminaron trayendo, realmente. Nosotros queríamos que nos procesaran, que se hiciera público por ejemplo "detuvimos a subversivos uruguayos con documentos..." perfectamente, ¿no? Un juicio público. Pero no se pudo. O sea, los tipos no quisieron. O sea, ellos no se imaginaron tal vez, o tal vez la parte del DOPS y de las Fuerzas Armadas brasileñas no hicieron los contactos políticos suficientes con la parte política y evaluar, "bueno, loco", porque lo que pasa es que no había antecedentes de un lío de ese tipo.

P: Claro, claro, era una novedad para ellos. Y estaba [...] la Operación Cóndor, o

sea, de intercambio de informaciones y de gente. Tú dices del ACNUR, ¿tú ya fuiste como refugiado?

R: Sí, yo cuando me voy a Europa desde Argentina, voy refugiado por ACNUR.

P: ¿Y a Brasil vas también como refugiado?

R: Bueno, pero ahí son esas situaciones duales. Yo en definitiva en Brasil tenía una triple condición, yo era, yo tenía mi cédula uruguaya, o sea en el apartamento tenía mi cédula que era una cédula de Artigas 31349, porque en esa época era por departamento, después tenía el documento de Naciones Unidas y tenía un documento clandestino. O sea, tenía todo, en definitiva los tipos dicen “te agarramos con documentos clandestinos”, ellos me agarraron, me agarraron con todo, ¿me entendés? O sea: que yo tenía un documento clandestino es cierto, ahora ellos no me pidieron documento, ellos me agarraron, o sea que en definitiva yo tenía todo, ahora cuando vos ibas, por ejemplo, si un día fui a ver, yo qué sé, a Olivio Dutra, si vos me preguntás “y cómo fuiste?” y no me acuerdo cómo fui a verlo, porque yo no le dije al tipo: “mirá hoy soy”... vos ibas viendo ahí la cosa. La idea nuestra era legalizarnos en Brasil por lo cual pasar a usar nuestros documentos. Pero en el momento... o sea, los tipos no me pidieron documentos, chau, me agarraron, los tipos fueron directamente, ya sabían, chau. Ahora, yo era de Naciones Unidas. Es más, y Naciones Unidas me mantuvo el refugio y es más, yo tengo un documento donde Naciones Unidas me mantuvo el refugio hasta el año ochenta y no sé cuánto, porque hasta ahí se mantuvo el carácter de refugiado. Quiere decir que el hecho de que yo fuera refugiado de Naciones Unidas, a los efectos internacionales y todo eso no era una cosa menor, porque poco importaba a los efectos del ACNUR, de la lucha democrática mundial, si yo me llamaba Luis Pesquera de Neguera o Universindo Rodríguez, porque en definitiva Naciones Unidas habilita que en circunstancias de dictadura la gente recurra a situaciones de ese tipo, o sea que está dentro de lo que sucede en el mundo, o sea, no es una cosa que “pah, primera vez que...” no, ya había pasado eso. Ahora, eso es bueno saberlo, porque así es la complejidad de la vida, no es tan sencillo. El tipo me decía “vos entraste con documentos”, sí, entré, pero entré con documentos y entré con los míos, y entré con el ACNUR también. Claro, presentaste uno solo, pero en definitiva tenía todos. Y la condición era triple, era un ciudadano uruguayo que estaba en Brasil. Ese es el hecho determinante. O sea, un ciudadano uruguayo refugiado en Naciones Unidas por persecución política comprobada, que es detenido, interrogado y torturado en Brasil y deportado ilegalmente a Uruguay, junto con Lilián Celiberti y los hijos de Lilian Celiberti. Esa es la realidad objetiva. Eso es lo que denunciarnos. Y que los tipos, para agarrarnos en Brasil está comprobado que llevaron tres militantes uruguayos opositores, detenidos en Uruguay, en vehículos uruguayos, a Brasil y los hicieron recorrer durante una semana la ciudad de Porto Alegre, en lugares públicos para rastrearnos e intentar ubicarnos. Y eso es así, chau.

P: Hay gente de la comunidad argentina que recuerda esto, que dice que vieron a esta gente que buscaban y buscaban y por la manera de hablar que es muy parecida, los uruguayos buscaban entre los argentinos porque pesnaban que eran uruguayos. Y esta gente también tuvo que disparar de donde estaba porque estaban con miedo y que fueran argentinos estos que estaban buscando. Universindo, después del DOPS... ¿cuánto tiempo están es el DOPS?

R: No, en el DOPS, a mí me detienen a las dos de la tarde y estuve hasta la medianoche. A la medianoche me sacaron de ahí, que me hicieron primero tortura en el suelo, me acuerdo que me desnudaron, etcétera, y después sí, ahí, los que interrogaban era Giannone, el uruguayo, que era un capitán y Pedro Celic que era un delegado... O sea había un montón de gente, los que golpeaban eran todos, pero los que preguntaban eran ellos. Y preguntaban esas cuatro o cinco cosas que les dije hoy. Eso era el eje de la cuestión, de los interrogatorios. Y después a medianoche o a la madrugada, ahí nos ponen en vehículos, nos llevan a la frontera, que nos llevan a Santa Teresa, no sabíamos ni por dónde arrancábamos.

P: O sea, ¿fueron por la frontera del Chuy, o no sabés eso?

unos vehículos, yo iba en uno con Giannone, Lilian creo que iba en otro y los gurises iban en otro

y de ahí pasaron la frontera, se ve que tenían todo arreglado, eso fue en la noche, y el lunes 13 nos salió una... lo que ellos llamaban una comitiva, cantidad enorme de tipos, que nos estaban esperando en la Ruta 8, que supuestamente es el operativo que nos detuvieron acá, entonces ahí nos llevan a Santa Teresa y en Santa Teresa nos hacen el submarino en el mar, nos hacen simulacros de fusilamiento, hubo golpes, interrogatorios... interrogatorios sobre lo mismo, pero ahí solamente los uruguayos, porque después los brasileros nos pasan para acá y vuelven a Porto Alegre.

P: Ellos no entran al Uruguay, entonces.

R: Yo no los vi.

P: No los viste.

R: Yo no vi nada, si estaba tirado en un coso ahí, tapado con un poncho, imposible, no ves nada, realmente. Y ahí es donde aparece en escena en mi caso, el capitán Eduardo Ferro. Giannone y Ferro son los que hacen los simulacros de fusilamiento, cargan las pistolas, que te la ponen ahí, etcétera, eso es en Santa Teresa, entonces ahí nos tienen en Santa Teresa, no sé cuánto tiempo les llevó llegar. Sé que al mediodía del lunes 13, que hacía un calor impresionante, en el mes de noviembre, impresionante, hicieron submarino ahí que me acuerdo que me sacaron ahí, me pusieron ahí en una roca, me temblaba todo el cuerpo.

P: Submarino directamente en el mar.

R: Sí, sí, directamente en el mar. Y amenazas todos, permanentemente y después ahí, a la tarde-cita, ellos en mi caso en un auto me trae Giannone hasta Montevideo y supuestamente según la declaraciones que se saben al día de hoy, los niños venían en otro vehículo hacia Montevideo también, pero que yo no los vi obviamente, yo tampoco vi a Lilián allá en Santa Teresa. Y ahí es donde surge, Lilián les va a contar con detalles porque es ella que sabe, que a ella se le ocurrió la idea de volver a Porto Alegre diciendo "va a haber una reunión, que va a ir Cores, el viernes", que era la reunión que se había levantado. Entonces los tipos retornan a Porto Alegre y ahí viene lo del viernes 17 de noviembre, previo ese telegrama que llegó de Europa diciendo que llamaron, que la llevo la Rodoviaria, que ella habla con Rubén Prieto, que es una cosa interesante, pueden hablar hasta con él ustedes también, está bueno. Porque es el que tiene el diálogo con Lilián. Ahora yo, toda esa parte, ¿qué pasó conmigo? Así, para resumir esa parte. Los tipos me traen acá, supuestamente me llevaron a Dante y República que ahora se llama República y Haedo, Eduardo Víctor Haedo, que ahí está la central de contrainformación del Ejército, que es un organismo que se creó, que ya funcionaba como comisión interna de ellos y que cuando disuelven la OCOA, a raíz de los sucesos en Argentina, para las operaciones sofisticadas se ve que empezó a adquirir protagonismo la compañía de contrainformación del Ejército, obviamente. Entonces aparentemente me llevan ahí, ahí me tienen como un día. El lunes 13 toda esa noche y tal vez el día siguiente. Después me llevan para un centro clandestino de detención, que según Hugo Walter García Rivas, ese centro clandestino de detención, que sería un local de la Compañía de contrainformaciones está en la calle Colorado, casi Boulevard Artigas a la vuelta de Canal 5, sigue existiendo, eso está en el libro de él, está el número, todo. Y ahí nos sometieron a... y ahí me llevan a mí, que me acuerdo que llego a la noche ahí, en un camión lleno de perros, con perros y gente y eso, después los tipos me desnudan, me ponen un overol, me ponen unas cadenas en los pies, esposas, vendas, todo eso y ahí me tienen, ahí estuve hasta el 6 de diciembre del '78. Entonces al principio yo me di cuenta que estaba solo ahí, y como a la semana siguiente aparece Lilián ahí. Yo ni me imaginaba que Lilián había vuelto, no sabía absolutamente nada, además yo veo que hay otra persona que Lilián ahí, porque vos tosés, así, intentás por algún signo ubicar que hay alguien más, pero no tuvimos ningún... en ese marco los tipos ahí siguen los interrogatorios, las torturas, las golpizas, las amenazas y donde los tipos un día, los tipos nos proponen, cada uno por su lado, firmar un acta como reconociendo que nosotros... "bueno, esto se arregla si ustedes reconocen que son detenidos en Uruguay", bueno, no teníamos mucha alternativa, al fin terminamos firmando un acta falsa, en la cual figuramos como que nosotros fuimos descubiertos en Brasil, que estábamos allá y veníamos a Uruguay a dejar a los niños y acá nos íbamos y ahí nos detienen. Eso es lo que decía el acta a través de la cual nos procesan. Con

esa acta, los tipos nos llevan al 13 de Infantería, del centro clandestino de detención de la calle Colorado y Boulevard Artigas, el 6 de diciembre en la noche nos llevan ahí. Y ahí cuando llegamos ahí había de un lado los varones, que eran creo que cinco más, los detenidos, y después había otras mujeres que estaban en una parte había un calabozo con varones y en otra parte había un calabozo con mujeres. En total éramos doce. Diez habían sido detenidos antes que nosotros en Uruguay, porque las caídas se terminaron con... o sea, los últimos que caímos fuimos nosotros, nosotros paramos las caídas. O sea, los tipos detuvieron a diez personas acá en total, hombres y m... varones, y dos adultos en Brasil más los niños que estaban en otra parte, no estaban en el 13. Y ahí los tipos nos tienen y ahí cuando nos llevan para el 13 que era el Batallón número 13 de Infantería blindada-, ahí los tipos legalizan la situación de la detención nuestra. Entonces los tipos ahí tenían, me acuerdo que un día va un... Cuando llegás ahí te hacen una ficha y dicen "bueno, usted", te tienen horas ahí, después vienen a preguntar "usted cómo fue detenido, cómo fue detenido, usted cómo se llama?" Fulano de tal, y yo le dije a un tipo que había sido detenido en Brasil, me dice "no, acá dice que usted fue detenido en Uruguay, así que... yo voy a poner lo que dice acá", entonces efectivamente los tipos legalizan la cuestión. Y después estando en el 13, que el 13 y el 14 que es interesante, eran los cuarteles que en ese entonces dependían directamente del Comandante en Jefe del Ejército, o sea, el 13 de Infantería Blindado y el 14 que es el de Toledo, dependían directamente del Comandante en Jefe, por lo cual eran los lugares donde actuaban los servicios de inteligencia, la OCOA y la Compañía de contrainformación. Esa explicación, que hoy en día aparecen los desaparecidos ahí, o sea, no es casualidad que aparezcan en esos cuarteles, porque eran los cuarteles donde... era el territorio principal de ellos, porque el resto de los cuarteles de Montevideo dependía del Comandante en Jefe de la Unidad Militar número 1, a diferencia de estos, que dependían directamente... entonces los tipos te interrogaban ahí cuando querían. Y nosotros estando ahí en el 13, que era un cuartel inmensísimo, que tenía dos mil y pico de entre oficiales, clase, personal médico, según lo que decían los milicos, era un cuartel inmensísimo realmente, para el Uruguay, ¿no? Los tipos ahí nos tenían ahí, para pasar a juez, todo eso, hasta que en enero del '79, o sea al año siguiente, estando los doce presos, Lilián se le acercaron algunos de los soldados y eso, y Lilián logró sacar a través de algunos soldados escribiendo en las cajillas de los cigarrillos Nevados o Coronados de la época, con una aguja, datos para la familia, como estábamos y eso, lo cierto fue que los tipos detectaron esa actividad, acuartelaron a todos los efectivos del cuartel, los terminan apretando, interrogando y los terminan procesando a varios, dando la baja a varios y ahí nos hicieron una tortura colectiva, me acuerdo, de un martes a un viernes en enero del '79, que nos mataron a palos. Nos tenían por ejemplo, ponían un brazo para allá, un brazo para acá, una pierna para allá, al rato cambiaba la guardia, te cambiaba la cuestión, y durante el transcurso de la guardia algunos soldados con una aguja así te pinchaban la cola acá, permanentemente y ahí participaron en esos interrogatorios, aparte de gente del 13, fundamentalmente, las mismas personas que nos habían secuestrado en Brasil, que ellos iban a interrogarte. Después, bueno, eso cesó ahí pero se armó toda una situación muy particular, quiere decir que ya la tropa no quería ni acercarse a nosotros, después nos pasan al juez, allá por mediados del '79, después a las mujeres las llevan a Punta de Rieles, a los varones los llevan al Penal de Libertad, y Lilián queda en la sede de calabozos de mujeres, donde estaba, y yo quedé en el otro. Yo estuve en un calabozo de nueve baldosas por once de veinte centímetros, baldosas chiquitas, no como éstas, estuve desde el 6 de diciembre del '78 hasta que me voy para el Penal de Libertad. Nosotros estuvimos con Lilián... quedamos en situación como de rehenes, o sea, los tipos nos procesaron y llevaron el resto de la gente para allá y a nosotros nos dejaron en el cuartel. Quiere decir que lo que pasaba en el Uruguay, cada tanto iban los tipos, cerraban los portones y nos llevaban a interrogar. Y en mayo del '80, me acuerdo que vino una misión especial de la Cruz Roja que visitó a los ocho rehenes del MLN y a Lilián y a mí ahí, pero era una visita así, los tipos te ponían lejos y decían "¿usted cómo se llama?" "Fulano de tal", y se iban los tipos. A los dos o tres días ahí me dieron un cigarrillo, aflojaron un poco la mano, a los pocos días me sacaron. [hay un corte]

Termino esto, porque esto es interesante, de qué hacen con nosotros antes de llegar a Libertad. Entonces en definitiva nosotros el 6 de diciembre del '78, después de estar en ese centro clandestino de detención que según el soldado Hugo Walter García Rivas, en la calle Colorado casi Bou-

levar a Artigas, nos llevan al 13, después nos procesan con esas actas falsas y nos dan “asociación subversiva” y otros cargos más, uso de documentos falsos, etcétera, como detenidos en Uruguay, después a los varones los llevan a Libertad, a las mujeres las llevan a Punta de Rieles, y nosotros seguimos en el 13 de Infantería en calidad de... como de demorados, de rehenes en definitiva, porque estábamos procesados, o sea, lo lógico era que nos hubieran mandado para las cárceles, y los tipos nos mantienen ahí, entonces cada tanto iban a interrogarnos. Los oficiales del 13 o los otros, sobre las situaciones que sucedían en Uruguay, entonces por ejemplo en mayo del '80, del año '80, hubo un gran 1º de mayo acá en Uruguay, con mucha participación sindical, con paros y eso, cayó mucha gente presa y en esos días fue una misión de la Cruz Roja Internacional que vino a ver a los rehenes y nos vino a ver a nosotros, si bien no tuvimos un diálogo con ellos –nos vieron ahí medio de lejos en el mismo 13- y a los pocos días a Lilián la llevan al 14 de Toledo, que ahí estuvo un tiempito, y ahí termina después en junio, en el Penal de Punta de Rieles, y a mí me llevan en esos días a la Tablada. La Tablada era en ese momento un importante centro de detención, bueno, donde están algunos de los que han... aparecen muertos ahora en Toledo, ¿no? Ahí estaban interrogando y esperando a la gente impresionantemente la gente que había caído en el 1º de mayo, gente sindical, gente estudiantil, gente vinculada al Partido Comunista, vinculada al PVP. Cada cosa que pasaba nos llevaban ahí. Entonces me llevaron ahí, me interrogaron un poco y ahí estuve un tiempito hasta que cerca de un mes, y ahí me devuelven al 13 de Infantería de vuelta, de la Tablada, y finalmente el 13 de junio del '80 recién me llevan al Penal de Libertad. Quiere decir que yo fui detenido el 12 de noviembre del '78 en Brasil, legalizaron nuestra detención el 21 de noviembre, me llevaron al 13, el 6 de diciembre y me tuvieron de diciembre entre el 13 y la Tablada, hasta el '80, o sea, una enorme cantidad de tiempo, una situación totalmente irregular, sumada a todas las irregularidades anteriores, porque por otra parte había que estar ahí donde vos estabas todo el día con luz prendida, donde para ir al baño había que pedir autorización a la guardia que te llevara, donde obviamente que buena parte de ese tiempo estuve totalmente incomunicado y sometido a los apremios y a las tensiones propias de una situación de total anor... que se suma a todo lo anterior que veníamos diciendo. Y después ahí en el 13 sucedieron esos episodios que les comentaba antes cuando nos hicieron una tortura colectiva a los 12 en enero del '79, a consecuencia de que Lilián sacó a través de la guardia información a su familia sobre la situación nuestra ahí adentro.

DEPOIMENTO 16 – BELELA HERRERA.**MONTEVIDEO, 24 DE ABRIL DE 2012**

R: Muchas, gracias, estoy muy feliz de poder hablar contigo y si puedo contribuir en algo para la historia, para los jóvenes, que a la edad que tengo –ochenta y cinco años- me parece que lo que me importa es los jóvenes, que sepan lo que pasó en nuestros países y que nunca más vuelva a suceder. Vivíamos en Chile, llegué en el '70, en un año apasionante porque acá se vivía ya una represión muy fuerte, en el Uruguay, en Chile se vivía un despertar hacia un cambio, porque era el año de la campaña electoral, se presentaban los tres candidatos, Allende era uno de ellos y ahí entonces yo me di cuenta lo que sea, la campaña de la Unidad Popular y bueno, estuve muy cerca de esas... deseos, de esa propuesta, de ese proyecto de cambio para ese país. Que además me había impresionado mucho porque era... Nosotros en ese sentido somos un poco distintos a pesar de que se vivía acá una ... ya un prolegómeno de la dictadura, con las medidas prontas de seguridad y mujeres presas y la denuncia en el Tribunal Russell de Zelmor Michelini, que es un documento que hay que ver, ustedes tienen que verlo porque es un documento importantísimo para saber lo que estaba pasando en nuestros países. Y entonces se produce la elección, gana Salvador Allende, pero la verdad que el tema de los derechos humanos yo no lo tenía incorporado en mi mente para nada. Era militancia, sí, era cambio social, era igualdad, etcétera, etcétera. Cuando ocurre el golpe, en Chile, naturalmente ahí sí, ahí sí, porque las violaciones a los derechos humanos ya eran absolutamente terribles y el primer caso que yo conozco, yo empiezo a trabajar en la oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados, entra una mujercita baja, como yo, más o menos, que entraba a una oficina de Naciones Unidas, repleta de gente, con una cantidad enorme de gente que venía a denunciar, de sus familiares que desaparecían, que no estaban, que no los encontraban, que cómo se podía ayudar para hacerlos salir, etcétera. Había diez mil extranjeros en Chile en ese momento, que además el gobierno de Salvador Allende había sido muy generoso porque a todos les había dado los documentos para poder vivir en ese país. No eran refugiados, eran ciudadanos como en Chile. Entonces llegaba esta mujer y con el brazo en alto decía “éste mi hijo”, mostraba una foto “Tulio Quintiliano Cardoso, ingeniero, llegó como ingeniero para trabajar en el proyecto de Eduardo Frei, no está, está desaparecido, dígame adónde está”, y eso era todos los días, todos los días, nunca apareció, es uno de los desaparecidos brasileños, que después me mostraron una foto de él, haciendo referencia a eso una pariente. Naturalmente ahí uno se volcaba con alma y vida, con alma y vida a ver cómo se podía ayudar, con los asilados, en los refugios, se abrieron cinco refugios gracias a que Chile había adherido a la Convención y el Protocolo de Refugiados, eso con una negociación muy dura con el gobierno del dictador Pinochet, se pudo lograr, para que esos extranjeros, la mayoría de ellos se habían exilado en las embajadas, estaban atestadas, pero esos asilados pudieran encontrar una protección porque tenían que salir, todo era para la reubicación. Entonces hubo una actitud muy generosa de los países en general y la mayoría se fueron a Europa, a Venezuela, a México ya estaba muy muy lleno, el cupo, porque México había recibido a todas las cúpulas del gobierno chileno. Y ahí entonces empecé a trabajar con alma y vida.

P: ¿Cómo se vinculó usted con ACNUR, Belela?

R: A mí me eligieron para trabajar porque yo me separé de mi marido, en ese entonces, entonces mi marido volvió a Uruguay y yo me quedé con mis cuatro hijos, porque el mayor se había ido ya a trabajar a estudiar a Brasil, que estudió cine.

P: ¿Y a partir de ahí entonces?

R: Y a partir de ahí entonces fue realmente un trabajo incesante, porque seguía habiendo gente que necesitaba ayuda u orientación y mi casa también fue refugio, porque venían a dormir una noche y venían a quedarse un rato hasta que entonces... trataba de meterlos en un... y tengo anécdotas muy divertidas sobre eso, algunas realmente muy pintorescas, pero bueno, daría para mucho mucho más largo.

P: Pero si quiere contarnos alguna, nos gustaría oírla.

BH: Bueno, naturalmente yo estaba, por labor de mi marido, muy vinculada a las embajadas. Todos los países del Este rompieron relaciones con Chile. Quedó solamente Rumania para poder ayudar gente. Rumania recibió muchos refugiados, muchos, muchos, muchos chilenos. Pero la embajadora de Polonia era muy amiga mía, una escritora, Alicia [...] que traducía Benedetti, Galeano al polaco. Y nos habíamos hecho muy amigas, entonces me llamó por teléfono desesperadamente, vivía cerca, la Embajada de Polonia estaba cerca de la Embajada de Uruguay, dice “Belela, por favor quiero verte, ¿puedes venir?”, bueno, seguidamente fui y dice que habían entrado dos chilenos a su casa diciendo que querían ver el aparato de gas. Y entraron y dijeron “queremos asilo, de acá no nos vamos”, y ella estaba cerrando la Embajada porque habían roto relaciones. Entonces yo dije bueno, yo me los llevo. Y los llevé y los puse en un refugio, sabiendo que no podían estar en un refugio porque eran chilenos. Porque eso es lo que tiene el mandato ACNUR, es exclusivamente para los extranjeros que no están en su país de origen. Entonces limita mucho, porque claro, yo había vivido tres años en Chile, estaba muy identificada con los chilenos, pero lo que podía ayudar era de costado, saliendo un poco del mandato y tenía que cuidarme porque si no, no iba a seguir trabajando. La cuestión es que los metí en un refugio, pero después, el que estaba a cargo del refugio me dijo: “estos señores no pueden quedar porque cualquier momento allanan y a nosotros nos cierran toda la negociación que nos ha costado tanto conseguir”, ¿adónde los llevo? Porque ya estaban las embajadas muy llenas y no sabíamos qué hacer. Un domingo de mañana, con mi autito chiquitito, un Fiat 600...

P: Un Fiat rojo.

R: Rojo. Me voy con una hija mía para disimular, que sigue viviendo en Chile, Macarena. Y me voy a buscarlos adonde estaban, porque sabía que tenía que sacarlos, y me voy a la embajada de Italia que tenía un... un muro muy grande. Primero doy una vuelta con ella y veo que solamente los carabineros están a la entrada, no están en el muro de los costados. Para mejor uno de ellos era cojo, bueno, los metemos en el auto y vamos, y finalmente pudieron saltar, con la ayuda de uno, de otro y mi hija que los ayudó, pudieron saltar el muro y entraron. Cuando volví al refugio para ver cómo estaba todo, dijeron: “A los cinco minutos de haber salido ustedes vino la DINA a allanar”. Eso fue denunciado. Así que... bueno, en realidad mucha suerte, porque si no hubiera sido muy complicado para poder explicar cómo estaban esos chilenos, porque entonces era cuestión de allanar todos los refugios, los cinco. Bueno, esto siguió, naturalmente, en curso con historias y anécdotas muchísimas, porque además la Cruz Roja Internacional cuya facultad es visitar los cuarteles, las cárceles, cuando veía que había un extranjero me comunicaba. Yo ya... esto... en el '73 era una funcionaria entre todas pero en el '76 quedé a cargo de la oficina de ACNUR, entonces ahí yo en ese caso tenía que pedir un permiso al Ministro del Interior, que estaba siempre con un personaje siniestro, que se llamaba Montero Marx, y le iba a pedir permiso y me daba una tarjeta para que yo pudiera ir a Tres Álamos, que era el lugar de detención en donde más o menos estaban en una prisión que se los podía visitar, porque al lado estaba Cuatro Álamos que eso era un lugar secreto y ahí no entraba nadie. Y entonces veía a los extranjeros que había, y fueron muchos. Incluso hay un argentino en los últimos tiempos, que se había quedado mucho tiempo porque era casado con chilena y porque dijo “no me va a pasar nada”, Patricio Viedma. Y él estuvo convencido de volver a Argentina, esto fue naturalmente después del '76 y yo le dije “¿estás seguro, estás seguro, Patricio?”, “sí, sí, yo quiero volver, yo quiero volver”. Se le ayudó para la repatriación, al poco tiempo es uno de los desaparecidos argentinos. Bueno y otros casos también porque una vez tuvo una suerte enorme otro muchacho argentino que me habían asegurado que no... tenía asilo para ir a Austria adonde vivía su tío, que era representante de la OIE, organismo de energía atómica en Naciones Unidas en Viena, y ya estaba más o menos todo arreglado cuando el día del casamiento de mi hija, mi segunda hija, me llaman por teléfono y me dicen “lo están sacando para un avión para Argentina” (suspira). Yo me puse a llorar, una desesperación, llamé a Buenos Aires, “por favor vayan a Aeroparque, hay que salvar la vida de este muchacho”, yo además había hablado con el padre y le había dicho... bueno. Tuvo la suerte este muchacho yo digo hay un Dios, porque tuvo la suerte que se tomó, bueno, cuando iba en el avión, el avión paró en Mendoza, y no sé cómo se pudo escapar del avión y entonces se tomó un bus, se fue a la oficina del padre en Buenos Aires, el padre agarró un auto y lo sacó para Porto Alegre. Y estuve después con él en Rio, porque esa es la otra historia, que estando en Chile yo me

fui muchas veces a la oficina en Rio de Janeiro. Rio de Janeiro se abrió, además con una filial en San Pablo, en Higienópolis 890, en la Curia, con don Paulo Evaristo Arns, eso otro... cuento ese capítulo porque vale la pena. Y se abrió a requerimiento y a forzar al gobierno brasileño de tener una oficina para los uruguayos y los argentinos ¿adónde iban? A Chile no podían ir, ¿adónde salían? Mientras no salían después para otro país que no [...]. Brasil en ese momento no había adherido, había adherido sólo a la Convención que reconocía a los refugiados de la Segunda Guerra Mundial, pero no a los latinoamericanos, como es el Protocolo en el '67. Entonces la condición era que si se abría esa pequeña oficina, sub oficina, con una filial como dije en San Pablo, pero las personas que estuvieran ahí tenían que seguir inmediatamente para otro país, entonces el trabajo nuestro era buscarles asentamiento en países terceros que nos recibieran. Hubo muchos problemas porque ahí era don Evaristo... Paulo Sales que estaba a cargo de la Curia, no era lo mismo que don Evaristo, no. Pero sí, comprendió el tema humanitariamente, y se pudo apelar a sus ayudas y ahí había muchos hoteles adonde se alojaban argentinos y uruguayos. Vivían con mucho miedo, vivían aterrorizados porque sabían que los brazos largos de las dictaduras estaban ahí prontos, entonces era una situación muy tensa, me acuerdo de haber estado en un hotel en Rua Debret, y bueno, venir de noche y decir por favor acompáñenme a mi casa porque hay un hombre que me está siguiendo y yo sé que esto termina en que me secuestran. Y bueno, era una situación tensa, había que conseguir rápidamente las visas, pero se iban consiguiendo. Y todas las semanas iba a San Pablo, que era el mismo caso. Pero ahí había mucha más protección, había un acogimiento de parte de Jaime Wright, el obispo, que finalmente falleció y todo el equipo de Margarida Genevois de...

P: ¿De la gente de CLAMOR?

R: De la gente de Clamor, porque don Paulo Evaristo Arns fundó Clamor para solidaridad y para apoyo y denuncia de la situación de violaciones a los derechos humanos del Cono Sur y eso fue muy importante y siempre se lo debemos agradecer, porque ahí hubo mucho apoyo. Era muy distinto San Pablo.

P: Sin duda. Belela, y una cosa. Es verdad que usted tenía un cargo dentro del ACNUR, pero independientemente de esto, o sea, trabajar en el contexto de estas dictaduras en Chile y después en Argentina, después en Brasil...

R: Argentina fue después.

P: ¿Pero es en contexto de dictadura, también?

R: Claro, finales de la dictadura, pero ya estaba terminando, fue después de Malvinas, entonces ahí las cosas ya...

P: Claro, pero de cualquier manera lo que te pregunto: ¿la cuestión amenazas, la cuestión miedo? Porque aparte de tener un cargo, el cargo protege lógicamente, pero en la calle...

R: Relativamente, porque en Chile desapareció un alto funcionario de CEPAL... de CELADE, Carmelo Soria, que... bueno, le hicieron un burdo asesinato, al lado de su auto apareció muerto. O sea que era relativo pero creo que fue un poco de inconsciencia, y un poco de ardor de revisar el trabajo porque era... era urgente, porque había que hacerlo, porque cuando uno ve el pavor reflejado en las caras de la gente, uno siente que... bueno, no tiene miedo. No tiene miedo en ese momento. Ahora, muchos años después reflexionando yo digo "qué inconsciente fui", pero no me arrepiento de haber sido inconsciente porque era muy importante, era muy importante. Aunque sea poder escuchar a la gente, poder hacerlo. Y bueno, y está el episodio tan estremecedor de esos niños que don Paulo tuvo tanto que ver, CLAMOR tuvo tanto que ver, Brasil tuvo tanto que ver, porque eso fue...

P: Hablamos de los niños uruguayos, los Julien.

R: Julien, que aparecieron en Chile. Porque la abuela viajó gracias... es decir: hay una asistente social chilena que llega a Venezuela que dice después de tres años, pensar que además cuando aparecieron los chicos fue en diciembre del '76, casi casi en navidad, había salido en el Mercurio de Valparaíso, no el de Santiago, un diario oficial viene a ser, que todo el mundo lee, algo así como "dos niños abandonados son recogidos en un orfanato y hablan de papucho y mamucha, deben ser hijos de tup... no, tupamaros no, de argentinos". Nadie se percató, nadie. Incluso había muchas ONGs, la Vicaría de la Solidaridad, FASIC, Fundación Ayuda Social Iglesias Cristianas, que tenían sus filiales en Valparaíso. Pero como esto era un día antes de Navidad, y la gente tal vez está con sus cosas natural de familia, no se fijaron, no hubo... pasó. Esos niños fueron entonces como digo, entrados al país ilegalmente, nunca figuró la entrada de esos niños porque después vinieron abogados franceses, porque causó tanta conmoción esto, que niños que habían sido secuestrados en Buenos Aires, con sus padres, después se supo que a sus padres los habían matado, no han aparecido sus cuerpos aun, y esos niños fueron traídos a Uruguay, estuvieron en un centro de detención en Uruguay que ahora finalmente ese centro se ha declarado un Museo de la Memoria y está abierto en honor a Macarena Gelman, cuya madre también fue traída de Argentina y tuvo a su hija acá en Uruguay. Esos niños que estuvieron en ese lugar porque se oían las risas de ellos, porque hay testimonios de muchos presos y presas que estuvieron ahí, fueron después trasladados a Chile. ¿Cómo entraron? ¿Cómo fueron abandonados? ¿Quién tuvo ese coraje de dejar un niño de cuatro años y medio y una niña de un año y medio de la mano, abandonados en una plaza, en un lugar completamente extraño para ellos, para que los recogiera un orfanato de niños de la calle? Que naturalmente ellos no estaban bien y el niño estaba muy, muy agresivo. Entonces una asistente social chilena, naturalmente de Chile, supo de un matrimonio que no podía tener hijos y quería adoptar, entonces les dijo de estos niños y ellos fueron al lugar, al orfanato, pensando en llevarse a la niña y la niña... estuvieron con ella preciosa, la señora estaba encantada con la niña. Se iba a llevar la niña y entonces el niño se le agarró de las piernas de la mamá y le gritó "mamita llévame" y se llevaron a los dos. Cuando se descubre esto, tres años después! Tres años después. Después de una búsqueda infructuosa, porque la abuela se movió, escribió cartas al Papa, a Mitterrand, a cuanta personalidad había, cuanto lugar, porque la búsqueda de las Madres, caramba, caramba si es un ejemplo. Las Madres y los familiares, cómo han luchado por saber la suerte... y como me decían hasta el último momento, en el momento que están tomando el desayuno piensan "tocó el timbre, puede ser él, o puede ser ella". Entonces fue muy muy emocionante que don Paulo Evaristo Arns, llamara a la abuela a Brasil y conformara una pequeña comitiva que viajara a Chile. Yo ya estaba enterada, a mí me habían enterado, yo ya había ubicado en fin, todo con un abogado, estaba todo más o menos encaminado y llegaron a Chile la abuela con una amiga de siempre, Mariela Salaberry, con Ricardo Carvalho, un periodista y con Luis Eduardo Greenhalgh, que no sé pronunciar su nombre, llegaron a Chile para confirmar esto, hablar con los padres adoptivos y ver todavía si ya habían finalizado el trámite de adopción, porque la abuela quería llevárselos. Pasamos por la Vicaría, la Vicaría... bueno, se quedó muy emocionada y muy impresionada con la historia, y nos acompañó, nos acompañaron dos personas: María Luisa Sepúlveda, que es una asistente social, y un sociólogo muy querido que es uno de los que fue degollado en Chile después en el año '82. Fueron con nosotros, llegamos a Valparaíso e inmediatamente algunos se fueron a ver al Juzgado cómo estaba el trámite y nosotros con la abuela nos dirigimos al colegio adonde asistía Anatole, el niño... que era un colegio de padres franceses. Y cuando la abuela le dijo al director del Colegio, sacerdote, que venía la abuela y le contó la historia, se quedó absolutamente perplejo. Y combinó en que le iba a avisar al papá, adoptivo para que llegara a estar con ella y conversar. Volvimos a la tarde, llegó el papá, eso sí, estuvieron ahí encerrados en una habitación y salieron llorando los dos y él lo único que decía es "no se los quiten a mi mujer porque se muere". Combinaron en que sí, lo iba a visitar la abuela esa tarde al apartamento donde vivían. Y fue realmente muy emocionante, porque la abuela entró y estuvo en el dormitorio con los padres, los niños se quedaron con nosotros en el living, él nos mostraba los cuadernos de su colegio, la niña jugando con sus pequeños juguetes, un apartamento muy bonito, estaban muy bien tenidos los niños, felices... y ella había prometido no decirles nada que era la abuela, en ese momento solamente saludarlos. Fue muy bonita la historia. Muy triste, muy triste, sí, mi hijo hizo un documental, se llama....

P: Y cuando sea grande..

R: Con una música muy bonita que compuso el Sabalero, sí. Fue realmente muy triste porque esa abuela que estaba viviendo una situación muy difícil, económicamente, en este país se vivía miserablemente, con un marido muy grave, con hemiplejía, la verdad, cómo iba a sacar a esos niños que estaban en un hogar que ellos no tenían nada que ver con la represión.... bueno. Y de ahí más o menos se fue a arreglar la historia, venían los chicos a ver a la abuela, la abuela tenía todos los permisos para ir a estar con ellos, muchas veces estaban en casa, la película se filmó en mi casa, la niña hamacándose, porque la abuela venía a quedarse en mi casa, y bueno, colorín colorado, como dijo una poesía de Benedetti, "Colorín, colorado, este cuento no ha terminado", porque hay muchos niños que todavía faltan.

P: Claro, claro. Ahora, la generosidad de esta abuela... no tiene límites.

R: Fue muy difícil porque a ella además la criticaron mucho, mucho las abuelas y las madres acá, porque decían "cómo, cómo vas a dejar a esos niños que los buscaste, que los padres están desaparecidos, cómo los vas a dejar en manos de extranjeros", fue muy difícil para ella, pobrecita.

P: Por los padres la verdad...

R: Es que los habían acogido y les habían dado todo el cariño, todo el cariño. Pero los títulos en los diarios chilenos eran... los tengo por ahí... "Tupamara... abuela tupamara se lleva a los niños", todos los uruguayos eran tupamaros en Chile, todos.

P: Claro, claro, los miraban por ahí. Belela y para tus hijos, tu trabajo...

R: Mirá, los chicos me ayudaron mucho, me acompañaron y me aceptaron y la verdad que cuando uno hace su mirada retrospectiva piensa, ¿no los habré dejado demasiado, no me habré perdido algunas cosas de mis hijos? Porque era tan importante el trabajo para mí, tan importante, porque me requería tanto... Del casamiento de mi hija no me olvido nunca, yo estaba con la angustia horrorosa, horrorosa, de que ese muchacho... y me contaron que el Aeroparque estaba así de milicos esperándolo. Se salvó de milagro, de milagro completamente. Entonces... sí, uno quisiera hacer todo en la vida, pero a veces las circunstancias lo llevan a que privilegia esa... esa situación que te demanda.

P: Dime una cosa, Belela. ¿Cómo conociste a Jair y cómo fue todo, los vínculos?

R: Bueno, los que estamos trabajando en derechos humanos de toda la vida nos conocemos. Yo no me acuerdo exactamente cuándo lo conocí a Jair, si fue en Buenos Aires porque la suerte que tuve después de haber hecho un periplo muy largo en Centroamérica, y eso sería otro capítulo que fue muy rico también, muy rico, porque era completamente distinto lo que era el caso individual en el Cono Sur, que era el político, el militante, el obrero, en cambio en Centroamérica eran las masas de campesinos que salían masivamente por... porque les quemaban sus chompas, porque los maltrataban de una manera terrible. Entonces era otra estrategia porque había que formar campamentos. Y hay una historia muy bonita pero es muy larga con Omar Torrijos, que un grupo que había llegado a Honduras y que Honduras los iba a devolver al Salvador, se negoció con Omar Torrijos, entonces presidente de Panamá, y él hizo construir un campamento, se llamó Monseñor Arnulfo Romero, enorme mártir Romero asesinado en El Salvador. Y la verdad que fue muy lindo, muy solidario su gesto y bueno, esa gente vivía muy feliz, muy feliz en ese campamento en Panamá.

P: ¿Cómo se da esa relación de ACNUR en Santiago con las embajadas, o cómo se opera eso? Con esta cuestión del Estadio Nacional también...

R: Sí, bueno. A ver, en el Estadio Nacional había más de setenta uruguayos con... bueno, ahí tuve una cierta participación para que el embajador Edelstam, gran figura gran, le debemos muchísima gratitud, acá tenemos un monolito en su honor...

P: Es el sueco...

R: El sueco, embajador sueco que después fue declarado persona non grata, fuimos colegas y teníamos una amistad entre ellos, era un hombre muy muy valiente, fue muy valiente, porque él por ejemplo quedó a cargo de la Embajada de Cuba en Chile. Y había gente todavía en la embajada, a los pocos días del golpe y él entró con la bandera sueca en alto y dijo “esto es territorio sueco y yo voy a hacer salir a todos para el Aeropuerto y los voy a acompañar” y pudo. Se había producido un tiroteo antes, o un intercambio de... entre los.... Entre los policías y las Fuerzas Armadas chilenas, se sentían los tiros adentro, pero a él no le importaban las balas y entró, fue muy valiente. Su nieta ha creado la fundación Harald Edelstam en nombre de su abuelo. Ganaron un premio en derechos humanos.

P: ¿Y cómo fue este hecho del Estadio, entonces, y los setenta uruguayos, nos podrías contar un poco eso?

R: Bueno, en realidad sí, fue una suerte que hubo porque cambió el que estaba a cargo del Regimiento en ese momento, ¿no? Y cuentan, yo tengo absolutamente la certeza de que lo mataron después, porque permitió que salieran esos cincuenta y seis, cincuenta y siete, no me acuerdo exactamente cuántos eran, uruguayos que fueron con los autos suecos a la embajada y ahí viajaron directamente a Suecia. Fue un acto muy heroico de parte del embajador.

P: Sin duda. ¿Y con la embajada de Brasil?

R: (Suspira). Mirá, el embajador de Brasil dicen, yo lo supe al poco tiempo, él había financiado los primeros días del gobierno de Pinochet, porque él.... por supuesto que estaba en contra de todos los movimientos... y estaba en contra del gobierno de Salvador Allende, completamente. Lo conocíamos muy bien y bueno, por supuesto que no ayudó a nadie, eso es evidente. No sé si se habría habido algún brasileño que se habrá refugiado, porque era una delegación grande que tenía Brasil. Nosotros habíamos ido mucho, mi marido era muy amigo del embajador de Brasil.

P: Dicen que en realidad estaba con la Embajada preparada caso los golpistas no... si no hubieran tenido suceso, hubiera refugiado justamente a los golpistas.

R: Ah, puede ser, sí, sí. Nosotros, mi marido tuvo la orden de Bordaberry de que en nuestra embajada no entraba ningún asilado, cosa que no se cumplió.

P: ¿Cómo se vincula entonces, retomando esto de Jair, del Movimiento de Justicia y Derechos Humanos?

R: Bueno, a raíz de CLAMOR y después con Jair es un... para nosotros es un pro hombre aquí, Jair es un hombre admirable desde todo punto de vista, fue declarado ciudadano ilustre de esta ciudad, por la Intendencia de Montevideo por el ex intendente Ricardo Ehrlich y bueno, venerado por los organismos, que son pocos acá, a diferencia de lo que es en la Argentina o lo que es Brasil, así está nada más que Familiares, SERPAJ...

P: ¿Y esto cómo era el tipo de ayuda que se podían prestar, el tipo de solidaridad?

R: Bueno, eso es lo terrible con Uruguay, ¿no? Porque si me permiten, yo pienso que la situación más sórdida se vivía en Uruguay, porque yo un tiempo no pude pisar este país, porque corría peligro. Hasta que tuve una investidura real, de Naciones Unidas que fue en el '76. Y yo veía que este país, veía que la gente susurraba, que tenían miedo todos, en todos lados. Que tenían que pedir permiso para reunirse, cosa que no pasaba en Chile, en Chile la gente siguió viviendo más o menos su vida normal, había un núcleo de gente que sí estaba perseguida pero tenían la Vicaría de la Solidaridad en plena Plaza de Armas, donde iban a hacer su denuncia. Acá no había un solo organismo, uno solo que recibiera denuncias, que pudiera hacer algo, ningún organismo que recibiera dinero para esas pobres madres que tenían que largarse a ver a sus detenidos en Punta Rieles o en Libertad, desde las seis de la mañana, las cinco de la mañana y llegaban con su paquetito y después tenía que volverse porque no los podían ver. Era una crueldad terrible. No, para mí, este país que es muy pequeño pero la proporción de presos, exiliados y torturados y desaparecidos que había era la proporción más alta. Para nosotros la verdad es que fue una época tan terrible, tan terrible que no sé cómo pudo sobrevivir la gente, porque era mucho más...

a mí después que estuve en Centroamérica me hacía acordar a Guatemala, porque El Salvador, bueno, fue terrible también, los jesuitas asesinados, Monseñor Romero, todo eso, pero no era esa cosa sórdida que uno siente en las calles, de miedo, de todo cerrado, de no hablar, de susurrar... era eso.

P: Y muchos de esos...bueno, muchos no pero algunos de esos uruguayos llegaron a Porto Alegre.

R: Muchos llegaron, gracias a que hubo esa posibilidad porque hubo gente muy solidaria, por ejemplo había la señora [...], que estaba... era la ONG que trabajaba con ACNUR, ACNUR no tenía oficina acá. Llegaron a Porto Alegre y ahí sí tenían... bueno, después esa conexión con San Pablo, ahí tenían la Curia, en Porto Alegre tenían el apoyo de la oficina de Justicia y...

P: El Movimiento.

R: Movimiento, el Movimiento, sí. O sea que siempre hubo una red solidaria muy fuerte.

P: Se habla de una cantidad de refugiados uruguayos, o que pasaron a Porto Alegre, ¿se tiene un número aproximado?

R: No lo tengo, puede ser que lo tuviera SERPAJ o alguien, yo no lo tengo, pero... es un número considerable, porque primero no existía la oficina... esta oficina pequeña que se abrió, pero una vez que se abrió era la forma de llegar ya a tener un reasentamiento en Europa, en México, en Venezuela.

P: Y Belela, dentro de ese trabajo que tú has hecho, todo esto... ¿de qué manera... o sea qué peso tienen estas redes de solidaridad que se fueron entretejiendo? Porque en realidad hablamos de repente de ACNUR, pero ACNUR hubo mucha gente que ayu... o sea, es una gran red de solidaridad donde hay algunos centros más o menos visibles, algunos son conocidos y otros de repente no tanto, ¿hay un dibujo de esto, tenés una idea más o menos del alcance que tuvo esto? O sea, los otros solidarios con quien se encontraron....

R: Bueno, nosotros hemos hecho el año pasado una cosa muy linda, que fue el Seminario de las dos orillas. Entonces se celebró simultáneamente, con la diferencia de una semana, una reunión acá para agradecer a los diplomáticos, a las personas que fueron solidarias con los uruguayos que sufrieron la persecución, y después eso mismo se hizo en Argentina, lo inauguró... en los dos casos lo inauguró el Ministro de Relaciones Exteriores, agradeciendo a esos funcionarios. Entre los funcionarios de ACNUR, por ejemplo, en Argentina acaba de fallecer el año pasado, hace poquito Guy Prim, que fue un funcionario que se salió del mandato de ACNUR, que era lo difícil, porque claro, los burócratas te dicen "no, no podemos correr el riesgo porque nos cierran la oficina y se termina toda la ayuda que puede haber para los perseguidos", en cambio él... y uno lo hace porque tiene que hacerlo, porque es un mandato anterior que uno siente, que ahí no hay límites de mandatos, ni de estatutos y cosas que son muy útiles por otro lado pero que a veces uno siente que tiene que salirse, entonces se jugó el pellejo.

P: Sin duda, es un compromiso permanente.

R: Claro, y entonces fueron muchos de esos, que lo hicieron.

P: Y en tu recorrido, ¿hasta cuánto te quedaste en Chile?

R: Yo me quedé en Chile hasta el '80, hasta que partí, al principio de año, en enero del '80 partí para Centroamérica, para Costa Rica. Me costó muchísimo, me costó mucho dejar ese país que yo me había enraizado tanto. Pero los organismos saben lo que pasa. Uno deja de ser imparcial o debe ser funcionario, cuando ya prácticamente yo me sentía ciudadana chilena, porque me identificaba con los problemas naturalmente de los chilenos en ese momento. Ya el tema refugiados había pasado, ya habíamos tenido todo ese periodo borrascoso y terrible, ¿no? Y Centro-

américa es... uff... nos llamó también a una acción muy fuerte, muy fuerte para esa gente que no tenía noción, qué iba a tener noción de que existía un organismo que podía... y los milicos eran muy burros [se ríe], muy burros.

P: Los años ´80 en América Central fueron años de años de [...] permanente...

R: Sí, porque fue justo enseguida después del triunfo de la Revolución sandinista... entonces estaban volviendo todavía los sandinistas, estaban regresando. Pero las [...] de los guatemaltecos y los salvadoreños estaban en todas partes, y nosotros cubríamos once países. Estaba todo, todo...

P: ¿Dónde estabas?

R: Costa Rica.

P: Que era el único país que no tenía tensiones de ese porte, o sea...

R: También fui a Belice, por ejemplo, que también había recibido a salvadoreños en Belice...

P: ¿Y ahí te quedaste hasta cuándo?

R: Me quedé hasta el ´83, que volví a la Argentina en la época más linda, porque entonces ahí ... finales del ´82, porque ahí ya se veía... y ya por ejemplo las Abuelas encontraron... fuimos juntas a encontrar una niña de una refugiada boliviana y bueno, ya había una actividad más de recuperación, diríamos, de todo el horror que se había pasado ese tiempo. Y después fue muy lindo, porque la labor más... diríamos más... amable y más... preferible que realiza ACNUR es la repatriación voluntaria de los refugiados. Entonces argentinos estaban volviendo, había que darles una acogida, una forma que pudieran encontrar ese país distinto que habían dejado. Y los uruguayos que todavía no podían volver, porque nosotros recién salimos al finales del ´85, en el ´85 recién salimos. Todavía seguían... en el ´83 acá pasó una cosa insólita, porque estaba el final de la dictadura, ya estaba prácticamente terminando, y sin embargo en una manifestación de jóvenes del Partido Comunista, los detuvieron y los masacraron. Y ahora son las que están realizando las denuncias de violaciones a las mujeres, eso es terrible. Después de treinta años, las mujeres se han atrevido a contar y me contaba una amiga, que la hermana le decía "¿pero te pasó eso a ti?, ¿cómo te pasó eso a ti y no lo contaste nunca?" "no, no lo conté". A la hermana.

P: En este regreso, cuando se establece o se le otorga al ACNUR como la sede aquí, en Sudamérica digamos, para cubrir toda esta parte.

R: En Buenos Aires.

P: En Buenos Aires, se instala ahí. ¿Ahí es cuando tú regresas? Te instalas en Buenos Aires.

R: No, no, me instalo yo, yo voy de segunda. Y tengo que contar algo. Yo estaba destinada a Brasil ¿no? Y Brasil me rechazó, debo haber sido muy mala.

P: ¿Y alguna vez se dijo por qué?

R: Nunca, nunca. Nunca averigüé, tampoco, he estado tanto en contacto con autoridades brasileñas, después... por los cargos posteriores, pero nunca pregunté qué había pasado, si tienen los archivos, me interesaría saber qué decían de mí [se ríe].

P: ¿Nunca te pusiste a pensar un poco sobre esto?

R: No, yo estaba feliz porque claro, estaban mis hijos en Brasil, me gustaba mucho ir a... además yo he estado en Río, una vez seis meses, que alquilé un apartamento en Belford Roxo, pero nunca supe... pero después me alegró haber estado en Argentina, me alegró mucho.

P: ¿Nos puedes contar un poco de tu estadía en Argentina?

R: Claro. Bueno, en Argentina yo llegué como segunda, de representante. Él se fue y después de un tiempo quedé a cargo de la oficina. Era para toda América del Sur, pero la verdad que...

se centraba sobre todo Cono Sur. Paraguay bastante, yo iba y estaba con el Comité de Iglesias, estaba el Pastor [...] ahí, que era un... está acá, es un pastor alemán, muy comprometido con la lucha contra Stroessner. Y bueno, también era una situación muy terrible pero había mucho mucho mucho paraguayo desaparecido, detenido desaparecido en Argentina, eran muchos... porque Paraguay había tenido exilio, tenía un exilio muy importante en la Argentina. Y en Argentina fue un crisol de razas porque había de todo, tenía que ocuparme también de los chilenos que querían acercarse a Chile y no podían volver, y había muchos. Y fue muy generosa Argentina, Argentina fue siempre muy muy generosa con los refugiados. Y con la gente perseguida, siempre. El gobierno de Alfonsín fue extremadamente generoso, que podían asistir a los hospitales... enseguida, tenían derecho a los hospitales, a los colegios, los chicos, y bueno, estaban dos agencias voluntarias, porque ACNUR siempre trabaja con agencias voluntarias, ¿no? En el caso de San Pablo fue con la Curia, con CLAMOR.... no, con CLAMOR no, con el Arzobispado de San Pablo y en Río con el Arzobispado de Río y en Buenos Aires con la Comisión católica y con la Comisión ecuménica... bueno, se hizo mucho trabajo, pero sobre todo la satisfacción cuando llegaba a Uruguay, me iba a hablar con el jefe de migraciones de acá, de Uruguay, Coronel Paz, y le preguntaba, "Coronel, tengo acá una lista de gente que quiere volver a Uruguay", "Bueno, déjemela yo voy a contestarle dentro de quince días", yo a los quince días volvía y me decía "bueno, éste puede, éste no", entonces en seguida mandábamos a nuestras oficinas respectivas en... en el mundo, porque ACNUR tiene en todo el mundo y había uruguayos en todo el mundo "Fulano de tal puede volver", entonces ACNUR se encargaba de propiciar ese viaje, de auspiciar ese viaje y de incluso a través de [...], entonces, que era una agencia ocupada de los viajes, de poder... bueno, realizar ese viaje, esa persona que venía muy feliz a Uruguay y se encontraba un país deshecho.

P: Claro. ¿Y cómo era esa relación con las autoridades de aquí? Porque fuiste prohibida hasta un cierto momento...

R: Sí, sí, pero después nunca tuve ninguna actividad, ninguna actividad hasta que en Buenos Aires, ya cuando Argentina ya estaba en democracia, yo llegaba y hablaba con el Coronel Paz, que se dio no sé cómo, pude tener un contacto con él que era una persona muy... muy razonable y que me permitía traerle esas listas. Y él permitió un hecho que para nosotros, yo creo que no lo hemos resaltado bastante, que fue la venida de un avión desde Madrid con niños uruguayos que venían a ver a sus familiares, a sus padres, a sus abuelos, a sus tíos presos y que no conocían, entonces desde los tres años o cuatro hasta dieciocho, vinieron un montón de chicos. Fue tal la emoción eso, fue en diciembre del '83. Fue tal la emoción de esas calles, que me acuerdo naturalmente, viajamos desde Buenos Aires para acompañar esto, por las dudas que pasara algo, ¿no? Que pudiera ocurrir alguna cosa y eso fue un gesto muy bueno que tuvieron los uruguayos de, no importa las diferencias que tenían políticas, que las tenían. Todos se unieron para permitir que sus niños, en un viaje con riesgo, porque eran unos chicos, venían con dos asistentes sociales de CEAR, que era la agencia de ayuda a refugiados española.

P: ¿No venía ningún familiar con ellos?

R: Ninguno, ninguno, sólo jóvenes, sólo niños. Y llegaron acá y fue apoteótico. Porque fue llegar a Carrasco, bueno, estábamos ahí, presidiendo en una camioneta con algunos funcionarios y atrás venían los chicos. Venían muy asustados, naturalmente, llegan solos, en un país que no conocen y entonces la caravana desde el aeropuerto de Carrasco hasta EBU, que es la central de bancarios, ese trayecto duró cinco horas. Hacía un calor de morirse, pleno diciembre. La gente les acercaba botellitas de agua a través de los ventanales y los niños mirando, fue... eso tendría que haberse filmado y tendría que hacerse un documental de eso, porque vale la pena, realmente, y eso fue un hecho muy importante. Estuvieron bastantes días acá yendo al Penal de Libertad, yendo al Penal de Punta Rieles, visitando a sus familiares, conociendo. Y eso se consiguió gracias a un exilio bastante unido, cosa que no eran los otros exilios...

P: ¿De quién partió esa idea, sabes?

R: Partió la idea... porque había chicos que venían de Holanda, chicos que venían de Suecia,

chicos que venían de España, de México también. Exactamente yo no podría decir, pero habría que averiguarlo.

P: Es una linda historia, sin duda.

R: Muy linda historia.

P: Y creo que eso sólo pasó aquí.

R: Solamente, por eso digo, mis colegas de ACNUR y esto queda tal vez un poquito falsa modestia, me decían que el exilio más coherente era el nuestro. Y era el más solidario, a pesar que había grandes diferencias porque uno pensaba en una salida, otros pensaban en otra, el voto en blanco, todas esas cosas que ocurrieron, bueno. Pero algunas cosas se ponían de acuerdo, eso era importante.

P: Belela, damos un pequeño salto en el tiempo, si te parece...

R: Esto es eterno... [se ríe]

P: ... y llegamos al momento en que tú eres Viceministra de Relaciones Exteriores, ¿puede ser? Y bueno, ahí lógicamente es otro tipo de función, otro tipo de cargo, con otro tipo de responsabilidad, y en un escenario con sus desafíos y sus dificultades, lógicamente. Particularmente lo que quiero preguntarte tiene que ver con el asunto Cordero, o sea, Manuel Cordero, uno de los principales protagonistas de la represión, de la brutal represión uruguaya y del Cóndor...

R: Fue el que le sacó a su niña del pecho a Sara Méndez en Buenos Aires. A su niño. Y ella lo buscó durante... ¿veinte años? No sé cuántos años, muchísimos años hasta que finalmente lo encontró. Ya hecho y derecho, casado, un hombre grande, ¿hay derecho de eso, por qué lo hicieron? El padre, cuando aparecieron los niños en Valparaíso, se fue a Chile para ver si podía estar, porque eventualmente, Anatole, el niño chileno, había dicho que había llegado con una niña, nunca se pudo comprobar. Entonces muchos padres y muchas abuelas llegaron a Chile para ver si podían estar sus hijos en ese lugar, sus nietos en ese lugar. Contrataron abogados, contrataron detectives. En el caso de Mariana Zaffaroni contrataron detectives... [...] estaba a cargo de la oficina. Me venían y me mostraban una foto de una niña diciendo "ésta puede ser Mariana, porque mire, tiene la oreja" y uno con el deseo decía "sí, sí", no era. Y no fueron, no aparecieron. Chile no desapareció niños.

P: No hay ningún caso.

R: No, no se ocuparon de los niños.

P: Así que este es un fenómeno que queda como responsabilidad de las dictaduras argentina, uruguaya y bolivianos, creo que hay...

R: Tampoco creo que hay... paraguayos creo que no hay niños desaparecidos en Paraguay.

P: Creo que no.

R: No.

P: En Ecuador hay.

R: ¿Sí?

P: Claro, el famoso caso Restrepo.

R: Ah, sí, me suena muchísimo.

P: El famoso caso Restrepo que son niños que desaparecieron, hasta hoy, que es un caso emblemático en la dictadura, en la dictadura en democracia, que fue el periodo de León Febres Cordero, que desaparecen los niños, y no sólo los dos, hay

cuatro casos más, pero ya de campesinos. Campesinos ligados a las ligas campesinas, en fin, pero los emblemáticos son de los niños Restrepo. En el caso Cordero, Belela, ¿cómo te tocó?

R: Uff, me tocó directamente porque... sabíamos que estaba en Brasil, naturalmente. Sabíamos todo el proceso, primero que se presentó para ser considerado como refugiado [...] la apelación, después otros pasos que dio jurídicos, que todos no han dado resultado y un día me llama por teléfono el cónsul nuestro de Livramento, "acá vino Cordero a recibir su pensión", "ino se la dé, no se la dé, espere un poquito!", llamo enseguida a Interpol y digo "este señor está requerido por la Interpol, por favor verifiquen". Ah, le dije al Cónsul, "dígame que venga de tarde y que le deje la dirección", no le dejó la dirección, pero quería venir de tarde porque quería cobrar la pensión. Entonces le digo "hay un pedido de nuestro juez y de Argentina, está pedida la extradición por los dos países" y me dicen "nuestros... nuestra Embajada en Brasil, que le dicen allá que el pedido de extradición uruguayo no es válido porque no es... es genérico y no específico sobre el nombre", cosa que... cómo hacen eso. "Y en Argentina dejó de existir según el abogado de Cordero"... [suena el teléfono, interrumpe]

P: Estábamos en que el pedido de extradición de Uruguay era genérico y el de Argentina...

R: Y el de Argentina... quedó, que ya lo habían desestimado. Entonces yo llamé enseguida a Agustín... Agustín... el Vicecanciller de Argentina... bueno, me sale Cansani que no es... bueno, con el Vicecanciller de Argentina, le digo "oírme, dicen que..." "no, no puede ser, no puede ser, no puede ser, porque [...]" entonces enseguida ellos se pusieron en contacto con la Embajada argentina en Brasilia, bueno, para que a su vez con el Consulado, etcétera, etcétera, etcétera, y bueno, Interpol ya le puso un custodio. Y ahí después siguieron los pasos que ustedes conocen, ¿no? Fue todo, todo muy lento, muy lento, muy lento, apelando, y después, los jueces que no apoyaban, que finalmente se cambia el voto de un juez, pero todo gracias a Jair que estuvo atrás de esto y que nos informaba, y que presionaba y que hizo un trabajo fantástico, yo creo que Jair fue el héroe de esta recuperación, si se puede hablar de recuperación, de Cordero con... para que fuera extraditado a Argentina, porque Brasil es muy... ya lo habían dicho, además lo había hablado con autoridades acá, de la Embajada, me decía "para que Brasil extradite algo...", primero, si estuviera casado estamos fritos, por suerte no se había casado, bueno. Si tiene un hijo brasileño tampoco, entonces, bueno, por lo menos [...] tampoco se [...] esto. Bueno, creo que ahora está bastante bien en Buenos Aires, por otro lado, ¿no? En fin. Ese señor merece la horca [se ríe], no, en fin, no. Estoy contra la pena de muerte.

P: Lo que pasa es que indigna conocer la cantidad de crímenes y el tipo de crimen del cual participa y esta impunidad que han tenido hasta ahora y muchos tienen... y aparte de eso es que, simplemente atravesó la frontera y se quedó ahí como... como burlándose.

R: Claro, sí, viviendo tranquilamente y como burlándose. Bueno, tenemos un caso terrible también, de Tróccoli, que es otro, que está en Italia y por un error diplomático terrible, que es imperdonable, el señor goza de libertad.

P: Sí, y no hay manera de...

R: Maneras eternas, de repente.

P: Bueno. Belela, analizando un poco toda esta... ¿en qué estás hoy?

R: Estoy trabajando siempre en derechos humanos, apoyando mucho por ejemplo... hicimos un seminario, comenzamos un seminario para los fiscales y los jueces, para que entiendan que a propósito del fallo de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre el caso Gelman, que entiendan que los crímenes de lesa humanidad son crímenes de lesa humanidad, son imprescriptibles, y que tenemos que seguir... bueno, viendo todo lo que ha pasado y todas las denuncias correspondientemente. Pero en nuestros juzgados, no tenemos juicio oral, nosotros por ejemplo.

Nuestros juzgados están atrasadísimos, me cuentan las denunciadas a que hice referencia recién, que son las mujeres que fueron violadas, que los jueces se quedan absortos, que la situación donde tienen que ir son unos juzgados están muy mal equipados, terriblemente pobres, bueno. Nuestro Poder judicial está muy mal, entonces hay que darle [...] y apoyo para que eso se revierta y que sea como en la Argentina, que todos tenemos derecho a asistir a un juicio de estos criminales en donde vemos a un señor Videla que dice que hizo muy bien lo que hizo, porque él desapareció siete mil personas, así como así. Porque era la mejor forma de hacerlo.

P: Y el hecho de ser público hace que tenga un efecto pedagógico fundamental.

R: ¡Claro, claro! Por qué nosotros, por ejemplo, el tema de nuestra Ley de Caducidad infame, no podemos abolirla, por qué, porque la gente no sabe. “Nooo, eso pasó hace mucho tiempo, para qué, no”, la gente no sabe.

P: Que es lo que pasa en Brasil, ¿no?

R: No sabe, está muy lejos lo de Brasil también, para que la gente sepa y para que lo sienta en el cuerpo... eso es lo que pasa, eso es lo que pasa. Y no sirve solamente con hablar, no. Tienen que verlo, gráficamente. Entonces las películas que se hagan, por ejemplo, la que hizo el hijo del Toba Gutiérrez, ¿no? “DF”, destino final, es muy impactante, porque ahí se ven los cuerpos, los cuerpos, es la primera vez que uno ve los cuerpos de los mártires. Y eso que lo vean los muchachos. La denuncia que hice recién, que la referí recién de Zelmar Michelini haciendo la denuncia en el Tribunal Russell, donde dice todo lo que estaba pasando y lo que iba a pasar en este país, eso vale la pena mirarlo. Es espléndido, tiene una fuerza como tenía él, impresionante. Y con eso, bueno, a hacer películas.

P: La Argentina tiene una buena producción.

R: Tiene, buena producción, muy buena. Y se ven, acá por ejemplo mucha gente vio La historia oficial, [acá no entiendo si hay un salto en el video]

R: me decían “va una botella de pisco” y yo sabía que era una persona que la habían... había que sacarlo. Y ahí tengo casos.

P: Claro, los códigos... ¿has escrito sobre esto?

R: No, nunca.

P: ¿Y no te parece que sería importante Belela?

R: No me gusta ser personaje, [se ríe] personaje, no me gusta, no me gusta, me pone mal, me...

P: En el sentido más de contar, de rescatar esa historia Belela.

R: Me cuesta mucho. Me cuesta mucho porque me siento protagonista y yo no quiero ser autorreferente.

P: Claro. Lo que pasa es que una historia muy linda...

R: Sí, hay muchas anécdotas más también, muchas más...

P: Así como tú reconoces al Embajador sueco, lógicamente que tú eres referencia para muchísima gente que tú ayudaste a salvar, o sea, directa o indirectamente.

R: Sí, sí, pero uno hizo lo que tenía que hacer y nada más.

P: Está bien, está bien. Bueno, Belela, entonces para encerrar. Un poco una idea de... ya has comentado aquí que ha sido importante, que esto había que hacerlo y... muy bien... [interrumpe] ¿qué expectativa tienes en este momento que vivimos en el Cono Sur, o sea Argentina está en un determinado momento con estos temas, en Uruguay se ha avanzado bastante comparado a algunos años atrás, lógicamente que le falta bastante más, en Brasil recién comenzamos, muy atrasados

con todo pero recién comenzamos, ya hemos perdido la generación del '64 casi, pero bueno, ahora hay una expectativa, un poco... ¿qué evaluación haces de todo esto?

R: Bueno, a mí me parece importante por supuesto cualquier activo que haya de recuperar la memoria, ya sea... acá estuvo la ministra Rosario, en un encuentro de Derechos Humanos de las Altas Autoridades, la RAD, y habló francamente, dijo... bueno, no dijo "estamos atrasados", pero dio a entender que como que los pasos de Brasil van a ser más lentos, que tenían que enfrentar una realidad distinta y que de a poquito, de a poquito se podía llegar, pero no se puede tratar de estar como la Argentina cuando recién se empieza, que esto lleva su tiempo. Entonces, yo creo que hay que seguir, hay que seguir, ya te digo, estas mujeres que recién después de treinta años se atreven a contar las peores violaciones que sufrieron en sus cuerpos, como mujeres y bueno, y esto recién comienza. Están los juicios ahí, que llevan su tiempo, que se desarrollan lentamente.

P: ¿Esto puede haber sido motivado por la acción de la justicia, o sea, el hecho de que hablen ahora...?

R: Pienso que sí, porque yo creo que el hecho de que el fallo de la Corte Interamericana de Derechos Humanos ha sido tan contundente, y además un fallo muy muy claro y muy prestigioso, muy bien explicado. Tiene que abrir los ojos para gente de la justicia, aunque estén ciegos, pero tiene que abrírselos, porque en un momento determinado, van a ver. Y hay jueces que dicen "yo no sabía" y se quedan horrorizados, entonces creo que nunca es tarde. Por suerte para nosotros que tenemos tantos años, que pensamos que bueno, que hay otros que van a tomar las banderas nuestras, como la de Jair, gran hombre, admirado hombre, un hombre para el Cono Sur inolvidable.

P: Bueno, muchas gracias Belela, una honra escucharla.

R: Gracias a ustedes ¡Ay, por favor! Yo no soy nada protocolar, voy a tomar un vaso de agua.

DEPOIMENTO 17 – ROGER RODRIGUEZ.

MONTEVIDÉU, 24 DE ABRIL DE 2012.

P: Roger, un placer que estés aquí charlando con nosotros. La primera pregunta que te pedimos, es que te presentes, entonces.

R: No es un tema fácil, presentarse uno mismo. Soy un periodista. Quizás eso es lo que me define, soy un periodista desde que tengo uso de razón. En 1973, cuando en la televisión uruguaya se mostraba el golpe de Estado en Chile, había un periodista uruguayo, Carlos Giacosa que lo estaba filmando, con Casal, un cameraman. Y ver esas imágenes de cómo les disparaban por la ventana y ellos trataban de cumplir con su deber, fue una cosa que me llamó mucho la atención y creo que de ahí empecé a querer ser periodista. A los catorce años hice mi primera publicación barrial, que era un cuaderno donde contaba los chismes del barrio, iba entrevistando a todos los vecinos y sabía si Fulano estaba enfermo, si Mengano se había separado, si Zutano había ido a trabajar, o de qué trabajaba cada uno, que fue la primera publicación que hice. A los dieciséis, diecisiete años tuve mi primera censura, ya en dictadura. Yo fui a un colegio, Sagrado Corazón de Jesús, en la Avenida 8 de Octubre, y heredamos, nuestra generación heredó... que no era cualquier generación, Oscar López Goldaracena, uno de los principales abogados uruguayos en materia de derechos humanos era mi compañero de clase, Gerardo Caetano, el principal historiador uruguayo, estaba un año arriba de mi curso, en el mismo lugar, Alfonso Lessa, hoy director de informativos de Canal 12 de Montevideo era un año arriba mío, o sea, era una generación que tenía sus particularidades como generación, en materia de periodismo y derechos humanos, heredamos una publicación que se llamaba Sacre Coeur Temps, y nosotros la transformamos en Tiempo. Y el primer número yo hice un artículo que se llamaba “Comunidad y comunismo”, en plena dictadura, con dieciséis, diecisiete años.

P: ¿En qué año estamos hablando?

R: ´76, ´77. Eso obviamente implicó que había muchos compañeritos y compañeritas cuyos padres eran militares y esa publicación llegó a la casa de los coroneles y generales y obviamente se armó un lío muy grande, entonces la directora nos llamó y nos dijo que bueno, que teníamos que tener una censura previa, tenía que leer ella, por lo tanto decidimos hacer el segundo número de esa publicación y lo armamos. Lo armamos con una máquina, un mimeógrafo, y la monja -que era un colegio de monjas- nos dijo “ésta no, ésta no, ésta no”, y bueno, los lugares donde eran las notas, sacamos las notas y pusimos “espacio censurado por la Dirección”, obviamente fue el último ejemplar. El siguiente ejemplar lo hicimos en un colegio enfrente, que era Tierra Santa, que era el lugar donde se concentraban los sacerdotes vinculados a la Teología de la liberación. Y por la línea esa, nosotros terminamos vinculados al tema de Frei Betto y todo el tema de la Teología de la liberación, que de alguna manera fue el camino en el que terminamos ideológicamente, por así llamarlo. Yo a veces digo que yo había terminado de catequista y trabajaba con los curas y las monjas y bueno, por la Teología de la liberación llegué al marxismo y por el marxismo al ateísmo. Entonces yo digo que soy ateo, gracias a Dios, que es una forma de ser ateo.

P: Una relación directa.

R: Es una relación directa. Pero eso fue lo que me hizo ser periodista. A los diecisiete años hice un curso de periodismo y a los dieciocho estaba trabajando en el diario El día, empecé en deportes y desde entonces he escrito en todas las secciones de un diario, en veintiséis medios, hoy tengo cincuenta y dos años, veintiséis medios, cuatro despidos, varias denuncias, varios intentos de censura, que provocaron las renunciaciones, cinco juicios por difamación y un procesamiento por la justicia militar, por vilipendio a las Fuerzas Armadas, que son algunas de las medallas que me honro llevar.

P: Esa relación con Cuba, información, ¿cómo se da?

R: Yo tengo una relación con Cuba, en el año ´84, luego de mi procesamiento por la Justicia

militar, soy becado por el Instituto Internacional de Periodismo José Martí, primera generación de uruguayos que egresa de allí, que es un curso de la UNESCO, donde aprendí lo que es un nuevo orden informativo internacional, los sistemas de dominación, una pila de cosas que me ayudaron mucho, sobre todo para pensar. No siempre comparto todo, e incluso soy tan díscolo que incluso en Cuba tuve mis líos, porque yo quería hacer una tesis, por qué los jóvenes pos revolución no tenían derecho a tener un vaquero o un par de championes de marca, y cómo eso generaba una situación por la no comprensión del proceso revolucionario. Tuve muchos líos para que aceptaran que yo hiciese mi tesis, finalmente la hice sobre medios de comunicación alternativos y fue la tesis elegida y publicada en el Boletín de la UNESCO de Cuba.

P: Roger, y en estos primeros años, ¿tenés alguna referencia como periodista, que te marca en tu opción, o no? ¿O te vas haciendo solo?

R: Yo tuve...yo iba a un colegio que se llamaba Fátima, Nuestra Señora de Fátima. Nuestra Señora de Fátima tiene la virgen de Fátima en España, pero los que cuidan la virgen de Fátima es el Movimiento Tradición, Familia y Propiedad, que es un movimiento de extrema derecha. Ese movimiento de extrema derecha también tuvo que ver con mi formación, porque como yo estaba vinculado a los movimientos que actuábamos como jóvenes, vinculados a un colegio católico, por lo tanto teníamos relación católica, ellos trataban de cooptar desde allí. Y yo fui a Tradición, Familia y Propiedad a una reunión, donde ellos estaban con sus pendones rojos y sus leones rampantes dorados, allá en una calle muy particular que se llama Rivera y Boulevard Artigas, acá en Montevideo, ellos siempre se colocaban ahí a vender su libro. Y su libro, dio la casualidad que se llamaba Teología de la liberación, compañero de ruta comunismo, por tanto yo tomé uno de esos libros y lo leí. Y obviamente me quedé al lado de la Teología de la liberación, no en contra de ella. Cuando yo luego tuve el contacto, casi muy poco tiempo después con la gente de Tierra Santa, las dos cosas se mezclaron y es que yo llego a ese ateísmo gracias a Dios.

P: ¿Podés darnos un pequeño panorama, una síntesis de lo que es la dictadura en ese momento?

R: Yo te puedo decir que la dictadura no es, la dictadura es un ser intangible para una persona que tiene trece años cuando dan el golpe de Estado y que no vivió nada antes de ese golpe de Estado. Por eso mi preocupación de todas las personas que no viven un proceso, sea la Revolución cubana, o sea la dictadura brasileña o sea lo que sea. Cuando yo hablo de un intangible es, vos no sabes que estás en una dictadura porque no tenés la referencia de la libertad. Yo desde que tengo uso de razón viví en dictadura y en este tiempo de pos dictadura que es un tiempo de impunidad, donde se ha generado una cultura de impunidad. Yo no sé lo que es la democracia, yo no sé lo que es un sistema libre. Yo no sé lo que es aquel sistema burgués que en los años '60 se quería derribar. Por lo tanto el referente no existe, y tampoco existía en la educación que me daban, lo que te decían era "cuidate, cállate, formate, el pelo corto por arriba de la camisa, lamentablemente las polleras largas por debajo de la rodilla. Una cosa que yo siempre cuento, nosotros teníamos que ir de tres en fila en la calle, porque había disposiciones que cuatro eran manifestación. Por lo tanto si íbamos cuatro teníamos que naturalmente hacer un rombo, y era como el perro de Pavlov, lo hacíamos en forma natural, no porque algo nos lo dijera. Y eso hacía que cuando cuatro jóvenes íbamos caminando por la calle, íbamos rotando, porque si no el de adelante se agarraba una tortícolis, porque hablaba para atrás. Y no era que las calles fueran angostas, era porque se hacía así. Eso es un intangible. El no tener profesores, el no tener libros, el no tener prensa, el no tener opciones, el que todo esté lo que se debe hacer y no lo que quiero hacer, es un intangible. Hasta que vos llegás a tu adolescencia, cuando vos empezás a mirar determinadas cosas, empezás a pensar de otra forma y te das cuenta de qué es lo que te falta. Para mí fue clave que una compañera de clase, muy bonita además, todos la queríamos mucho, tenía a su cuñado preso, entonces un día la vimos llorar y no sabíamos por qué, y su llanto era que estaba teniendo que hacerle la bolsa, como se llamaba a los presos, de ropas y comida para llevárselo al penal de Libertad. Curiosamente en el Uruguay los presos estaban en una ciudad que se llama Libertad, y el Penal de Libertad, los presos estaban en Libertad, es una de las... hay una serie de cosas que se juega en Uruguay, como que Uruguay en realidad es una posición geográfica, Uruguay es la república al Oriente del Río Uruguay, no tiene nombre, Montevideo no tiene nombre,

es una situación geográfica, es el Monte Sexto de Este a Oeste, Montevideo viene de ahí. Hay un Arroyo Seco, hay un Cerro Chato. Y los presos estaban en Libertad. Eso era lo que se jugaba en la dictadura. Pero cuando yo conocí a ese preso, tuve mi primer preso y supe lo que era el llanto de una familia. Y eso se chocaba con otra realidad familiar, porque yo tengo un hermano que es Capitán de Navío. Y que se formó en la dictadura y fue un militar de la dictadura, un joven militar de la dictadura, pero varios de sus compañeros estuvieron también vinculados a servicios de inteligencia, igual que él, y a la posibilidad de que hayan tenido que ejercer la tortura por órdenes de sus mandos, en su tiempo y su lugar. Había la necesidad de hacer un juego de equilibrio, tener dos historias y poder conocerlas, que bueno, es un poco la necesidad de un periodista. Quizás eso es lo que me ayudó también a poder tener fuentes y a hablar con fuentes militares, que son las que en definitiva muchas veces terminaron dándome los datos más importantes de algunos de los... de las investigaciones más importantes que hice.

P: Dijiste hace poco que llegaste a ser incluso periodismo deportivo. Empezaste ahí, ¿en qué momento que hiciste ese cambio y qué es lo que... si hay un hecho que haya provocado eso?

R: Sí, mi carácter. Yo estaba haciendo periodismo deportivo y por la forma en que yo escribía, consideraban que era un poquito pasado para deportes, por lo tanto decidieron mandarme a cultura y me mandaron a espectáculos. Pero en el momento en que me mandan a espectáculos era el año '80, '81 que es cuando en Uruguay se hace el Mundialito. Entonces yo lo último que hago en deportes es el Mundialito, y fue muy gracioso porque en aquel Mundialito del año '80, '81, año '80, pasó algo interesante. Brasil no tenía la mejor selección, Brasil era una selección nueva. Y a Uruguay estaba llegando Argentina, campeona del mundo '78, Holanda, vice campeona del mundo, Italia, Brasil y Uruguay. Inglaterra era el que no había venido, no me acuerdo quién me está faltando, pero digo, Brasil era una generación nueva, había un muchacho Junior que nadie lo conocía, un muchacho Sócrates, a quien nadie conocía, lo dirigía un tal Telé Santana a quien no muchos le conocían en el año '80. Entonces por una situación de descartes a mí me tocó cubrir Brasil y llegué a la final. Eso molestó un poco a los periodistas más veteranos, que un muchacho de veinte años terminara siguiendo el cuadro que llega a la final contra Uruguay. Por lo tanto no generé mucha simpatía en la sección y me mandan a espectáculos. Pero cuando me mandan a espectáculos viene la televisión color, con el Mundialito y la sección espectáculos, la televisión pasa a ser un boom, porque era un nuevo ejercicio mirar televisión en colores, por lo tanto vienen las películas, vienen las series de televisión en colores y lo que hace es que genera un gran boom y la posibilidad de que los diarios tuvieran una o dos páginas, sábana incluso anunciando la programación y criticándola, era importante. Yo ahí hacía una columna que se llamaba "On-off, lo bueno y lo malo", que era un tabloide, no era un tabloide, digo un diario sábana, entonces era mitad mitad al principio y después, el On decía "no hay nada que valga la pena reseñar aquí" y todas las cosas eran en contra, en un momento, creo que la clave es... bueno, por un lado empiezan a presionar los canales de televisión para que me saquen porque era un diario de mucha circulación, el diario El día, en el que trabajaba, y bueno, terminan por ascenderme a información general, o sea, me tiraron para arriba, me echaron para arriba, con un aumento de sueldo y todo. Pero quizás lo que varió todo ahí fue que llegó a Uruguay la miniserie Holocausto, y cuando llega la miniserie Holocausto, que habla de Italia y lo que ocurre en Italia cuando la Segunda Guerra Mundial y el holocausto judío, era la única sección donde podíamos hacer un paralelismo de las cosas que estaban pasando en realidad en Uruguay, entonces yo hice una nota anunciando la serie Holocausto, que tenía un doble lenguaje, estaba hablando de Uruguay, no estaba hablando de la nota, de la película o de la miniserie. Y entonces yo la terminé con un rimbombante, una frase final muy resonante que decía "de los derechos humanos", y era una palabra prohibida, mi nota terminaba con la frase "de los derechos humanos", de no sé qué de la "defensa de los derechos humanos"; o el "respeto de los derechos humanos". Y bueno, yo me fui a mi casa y dije "mañana estoy preso", y al día siguiente veo que los compañeros, nadie me dice nada, hay algo raro, yo no había agarrado el diario todavía, "muy buena tu nota", me dice alguien, pero no entendí el final. ¿Final? Voy a mirar la nota y hay un gazapo, en aquel momento para quienes no entienden, se escribía a máquina de escribir, que muchas veces no tenía mucha tinta, en papeles de diario viejo amarillento, de los sobrantes de las ramas de los diarios.

Por lo tanto si corregía con un lápiz o con una lapicera ahí arriba y no siempre las letras estaban claras. Eso era lo que iba a un corrector, y el corrector corregía sobre una impresión inicial de la rama del diario de tinta media pegajosa, tinta muy fresca. Supongo que fue un gazapo, alguien que entendió mal, la nota terminaba con un rimbombante.... de los derechos romanos”, que fue un final muy ridículo, pero yo siempre pienso que ese gazapo fue lo que evitó que yo fuera preso antes, y eso fue de alguna manera graciosa, pero también fue la primera nota de derechos humanos que yo escribí.

P: ¿Alguien escribía sobre eso en ese momento, Roger?

R: No, no. Se escribía... una de las cosas que nosotros aprendimos en dictadura fue escribir subliminalmente, que es un manejo que hoy podemos hacer con cierta gracia, la lectura subliminal es uno de los mecanismos fundamentales de la complicidad entre los periodistas y la gente, nosotros estábamos diciendo una cosa, literalmente y el lector sabía que nosotros estábamos diciendo otra. A tal punto que en algún momento, en algunas notas se me adjudicó intenciones que no eran, o sea, la gente decía “no, qué bien que estuviste cuando dijiste tal cosa”, pero yo en realidad no había dicho eso. Eso es lo que demuestra cuando un país no tiene libertad de expresión, cuando un país no tiene libertad de expresión lo primero que ocurre es que hay una resistencia por un lado, por otro lado lo que ocurre es que hay una necesidad absoluta de saber la verdad, por lo tanto se desconfía de todo, y por otro lado el rumor y el boca a boca le gana a la publicación, que pueda tener millones de ejemplares. Un rumor puede más que todos los medios habidos y por haber. El rumor es la demostración de que no existe libertad de expresión.

P: Roger, ¿a partir de qué momento comenzaste a tener una vinculación con Jair Krischke?

R: En el año ´83. Yo tengo un contacto muy subliminal con él, sobre los años ´80, ´81, yo no tuve intervención en la operación Benech, en la Operación Mundialito donde logran sacar al ingeniero Benech de Uruguay, supongo que algún otro contará esa historia, pero yo en los principios de los ´80 sé que existen familiares de desaparecidos y sé que hay una primera reunión en Porto Alegre, también convocada por Jair y por el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos. En el año ´83 yo soy constituyente del Plenario Intersindical de Trabajadores, el PIT, porque el sindicato de El Día es el primer sindicato de la empresa que se arma y por una casualidad del destino quedo metido en la reunión de la asamblea de sesenta personas que van a convocar al 1º de mayo del ´83, la primera manifestación y soy de los firmantes de esa manifestación, y tengo el raro honor de ser el que hizo el primer comunicado de prensa, al punto que siempre digo que estando con varios dirigentes sindicales, Toriani, Richard Read, Pereyra y otros más que estaban en la vuelta, yo pongo el primer comunicado de prensa, y corro la máquina de escribir y pongo “Comunicado de prensa Número 1”, y lo bajé el carro, ¿no? Porque era un poco jugar con los militares que hablaban de “comunicado de prensa tanto”, bueno, éste era el Comunicado de prensa número 1, no tengo ningún original y creo que ni siquiera fue publicado, pero fue muy interesante para mí hacerlo. Como consecuencia de eso armamos el sindicato en El Día, en el año ´82 en el Uruguay, quiebra aquella tablita que tenían un sistema de paralelo con el dólar, lo que provoca una crisis económica terrible y en el marco de esa crisis económica todos los que tenían compras en dólares, como un diario que compraba tinta y papel en dólares, pasaron a crisis. La mejor forma que tuvieron de solucionar la crisis fue llevar al seguro de paro a todos los sindicalizados y yo era el sexto de la dirección, cinco eran los fueros que había, así que desde mí hasta el número sesenta y cuatro, porque éramos sesenta y cuatro sindicalizados, todos fuimos al seguro de paro y fuimos despedidos. Un gran periodista, Enrique Alonso Fernández, publica una publicación que se llama Convicción y esa publicación Convicción va a ser clave porque es la publicación que me da laburo a mí cuando me echan de El Día, estamos hablando de agosto del ´83, agosto, septiembre del ´83, y entonces en esa publicación Convicción es que yo empiezo a hacer otras notas. En esa publicación yo hago las primeras notas sobre niños desaparecidos, la primera nota sobre desaparecidos, la primera nota sobre rehenes, la primera nota sobre el caso Roslik, que fue el último asesinato de la dictadura, y entre las notas que yo ahí hago, hago la salida de Lilián y Universindo. Jair Krischke pasa a ser ya un conocido, hay una persona con la que yo trabajo mucho, que se llama Eusebio Escobar, periodista venezolano de Radio Caracol,

muy vinculado hoy al gobierno venezolano, Héctor o Eliseo Escobar, algunos de los dos, que era un periodista que venía aquí y yo era un poco su lazarillo, era el que lo ayudaba con una pila de notas, y esos contactos con Brasil a mí me sirvieron mucho, sobre todo los de Jair que en muy poco tiempo no sólo pasó a ser un contacto, pasó a ser un amigo y yo hoy lo considero mi padre en el tema de los derechos humanos particularmente el tema de los derechos humanos. Lo quiero como un padre, pero además es mi maestro en el tema de derechos humanos. Con la salida de Lilián, yo me entero lo que es el problema de lo que fue el secuestro en el Cono Sur, y por primera vez empiezo a entender algo que todavía no denominábamos Plan Cóndor pero que sí, que había una coordinación represiva. Y con Jair ahí es que generamos un mecanismo para evitar la censura en Uruguay, el mecanismo era bastante divertido, la forma de tránsito que había entre Montevideo y Porto Alegre era la agencia TTL casi en exclusividad, entonces la mejor forma de mandar materiales a Brasil era por el chofer del TTL. Y había algunos choferes de TTL que les podías dar material y otros choferes a los que no les podías dar material porque eran vinculados a la dictadura.

P: Tenemos documentos del DOPS, en Brasil, no habla de choferes de TTL, pero habla de choferes de Onda, que justamente serían agentes...

R: Bueno, pero la Onda era un medio de la dictadura de alguna manera, pero TTL era brasilero, entonces podía ser de la dictadura brasilera en todo caso, pero lo cierto es que... yo creo que a ningún brasilero le gustaba nada, ni a los propios dictadores brasileros les gustaba la dictadura en Uruguay. El Uruguay no era para hacer dictadura, el Uruguay era para otra cosa, para jugar al fútbol y tomar mate. Y entonces a través de un chofer en particular yo enviaba, escribía una nota que no se podía publicar en Uruguay, la metía adentro de una revista, esa revista se la mandaba a Jair Krischke a través de TTL, Jair iba a la terminal y la recibía en mano, leía el artículo mío, el artículo mío era traducido al portugués, y de alguna manera a través de Zero Hora, el secretario de redacción, un jefe político o algo, generalmente salía como nota sin firma en Zero Hora mi propio artículo en portugués y Jair me lo devolvía por la misma vía, el ejemplar de Zero Hora, en un sobre cerrado a manila que me traía este chofer, uno de estos choferes, eran dos. Entonces yo lo recibía y tenía la posibilidad legal de decir que yo no era el que decía tal afirmación de lo que estaba pasando en la dictadura uruguaya, sino que era el diario Zero Hora. Entonces yo volvía a escribir mi propia nota, diciendo Diario Zero Hora dice que. Y fue un mecanismo que fue una cadena muy interesante porque aunque parezca mentira, en una semana nosotros podíamos repercutir en Uruguay una denuncia que nosotros no podíamos publicar en Uruguay, y eso era simplemente con una semana de ida y vuelta. Entonces ese mecanismo, esa red que armamos con Jair, no sólo la empecé a utilizar yo, la empezaron a utilizar algunos otros colegas, al punto que yo creo que jamás tuvimos un corresponsal de Zero Hora en Uruguay porque éramos demasiados. Zero Hora tuvo muchísimas páginas, muchos artículos periodísticos sobre Uruguay sin haber mandado a un corresponsal. Esa era la red, la red que lográbamos. Obviamente que luego tuvimos contactos con excelentes amigos y periodistas, Nilson Mariano, Carlos Wagner, Humberto Trezzi, Chiri Chiri, Sarrecinha da Silvera y muchos otros más.

P: Contanos una cosa, Roger. Vos fuiste preso por la dictadura al final, ¿cómo pasó esto?

R: Soy el último preso de la dictadura y tengo el raro privilegio de ser el primer amnistiado de la democracia, porque los últimos serán los primeros, es verdad, soy el último de la lista, pasé a ser el primero. Fue un artículo sobre malos tratos a dos presas políticas en el Penal de Libertad, una se llama Nélide Fontoura, está viva, es una de las principales dirigentes de Crisol hoy, que es la organización de presos políticos, y la otra se llama Graciela Jorge que es curiosamente a partir de este año la directora de la Comisión de Seguimiento de la Comisión para la Paz, o sea la que investiga todo el tema de los desaparecidos y la búsqueda de cuerpos en unidades militares. Ella es la coordinadora hoy, curiosamente. En aquel momento yo hice ese artículo, el Comandante en Jefe del ejército era el general Medina, Hugo Medina, el general Hugo Medina vio, leyó el artículo, consideró que era un ataque a la moral de las Fuerzas Armadas, en el grado de vilipendio, según el artículo 58 del Código Penal Militar, no nos olvidemos que los civiles estábamos en dictadura bajo la égida de la junta de la Justicia militar, en dictadura. El juez militar leyó la carta

de Medina, me citó a mí y al redactor responsable primero, que dijo que yo era el autor y a mí en segundo lugar, por eso soy el último, y coincidió con su Comandante en Jefe en que era un ataque a la moral de las Fuerzas Armadas en el grado de vilipendio, según el artículo 58 del Código Penal Militar, y nos procesaron con prisión. Estuve... curiosamente me... no estuve muchos días, estuve tres semanas preso, luego me mantuve en libertad condicional y pasaron otras cosas, me fui del país, terminé en Cuba, becado por la UNESCO, que contaba hoy, pero me metieron preso el 27 de junio, que es el día del golpe de Estado en Uruguay, y me liberaron el 18 de julio, que es el día de la Constitución en Uruguay. Lo que yo creo que es un hecho, todo simbólico, como simplemente hoy pueda estar relatándolo. No creo que tenga otro significado.

P: ¿Esto generó que viniera una Comitiva de Porto Alegre?

R: El día antes de yo estar preso, estábamos organizando con la Asociación de la Prensa del Uruguay, la Asociación de Periodistas y la Asamblea Legislativa de Porto Alegre, un primer encuentro de periodistas en Porto Alegre. Este primer encuentro de periodistas estaba organizado, yo iba a ser uno de los expositores, y obviamente al ir preso no lo fui. Eso implicó que la Asamblea Legislativa de Porto Alegre armara un escándalo por mi prisión y la de mi compañero, el redactor responsable Alex Quijano y que ese mismo mes, cuando... que era un mes de mucho ruido, ya estábamos en la salida, muchas manifestaciones, había manifestaciones por los periodistas presos, sentíamos los gritos desde la Cárcel Central, estuve en Cárcel Central, en la misma cárcel que había estado el general Seregni, sentíamos los gritos desde 18 de julio cuando gritaban "liberar periodistas por luchar", y bueno, y en todo ese marco es que viene Jair con una delegación de parlamentarios latinoamericanos que habían ido a Buenos Aires, y cuando deciden venir a Montevideo, específicamente también por mi presencia, mi situación en la cárcel, no son recibidos por las autoridades del gobierno, no tienen con quién hacer contacto, apenas pueden hacer contacto con algunas ONGs, como SERPAJ y deciden hacer un acto... un acto flash, relámpago, yo estaba preso, me lo han contado esto, un acto relámpago en la Plaza Independencia, la plaza frente a la casa de gobierno que está a mi espalda en estos momentos, y un legislador, diputado colombiano que aparentemente tenía una muy buena verba, una mucha gracia en el discurso, y ese tono colombiano que es un tono muy seductor, además, hizo bajo una llovizna fina y luego de cantar el himno y poner en forma relámpago la ofrenda floral al monumento del general Artigas, hizo un discurso donde citó que estos parlamentarios traían el ceibo de Argentina y la flor de no sé qué de Brasil, y otra flor, todas las flores nacionales, y fue encadenando esas flores para terminar su discurso con una frase que es esta, muy divertida, porque dice "por eso, padre Artigas no los perdones, ellos saben lo que hacen", obviamente terminó esa frase y todo el mundo salió corriendo para sus lugares, intentaron llegar a entrar a una visita de cárcel que yo tenía y obviamente me imagino que el policía que estaba en la guardia, -porque yo si bien estaba preso por la justicia militar, estaba en la cárcel policial- supongo que vio venir treinta personas que venían a visitar a un periodista, no, no, suspendieron, hubo caso, no pudieron visitarme. De todas maneras el mensaje lo recibí y fue muy lindo recibir ese mensaje porque cuando uno está en determinadas situaciones es cuando se da cuenta realmente lo que es el valor de la solidaridad. La solidaridad por eso no se agradece, se retribuye. Es cierto eso, sólo quien lo ha vivido sabe qué significa esa frase y cuando vos viviste la solidaridad te das cuenta lo que tenés que hacer, entonces no se agradece, sabés que tenés que estar y eso es muy importante.

P: Muy bien. Roger, ¿llegaste a participar de un encuentro con familiares en Porto Alegre?

R: No, no llegué a ese encuentro, tuve datos y me mantuve muchas veces en contacto con ellos.

P: Ahora más recientemente, ¿hay alguna otra cuestión que te parezca importante de ese periodo?

R: Y, de aquel período... yo tenía alguna anotación... no, de aquel período de salida de la dictadura no, obviamente fue muchísimo lo que hicimos con Jair, porque Jair no sólo ayudaba a los periodistas, Jair sacó, a través del Movimiento salieron más de dos mil quinientos latinoamericanos, argentinos, chilenos y uruguayos, hicieron un circuito que terminaban todos haciendo el

viaje por TTL, llegando a la Rodoviaria, cruzando el puente, llegando a la Avenida para llegar... no me acuerdo la Avenida cómo se llamaba, Tiradentes, creo, la Avenida donde estaba el Bazar Carioca...

P: Farrapos.

R: Farrapos, la Avenida Farrapos y llegando a la Avenida Farrapos encontrarte con el Bazar Carioca que era del padre de Jair, donde Jair tenía detrás de las cortinas, la...

P: Voluntarios da Patria.

R: Voluntarios da patria. Era la calle Voluntarios de la patria todos ellos llegaban al Bazar Carioca, pasaban a la trastienda donde Jair atendía, cruzándose entre aquellas cosas maravillosas de cacerolas, ollas de cobre, era una cosa tan bonita... bueno, y ahí detrás de una cortina negra poder conversar con Jair. Recuerdo que había un santo y seña, solamente... hay un compañero, un amigo que se llama Tato que puede contar esta historia mejor que yo porque fue protagonista, pero Tato llegó, del Partido Socialista, estaba escapando, huyendo, cuando una caída del Partido Socialista en plena dictadura, tenía que... un santo y seña que era "madre de dios", una cosa así, y... "Ave María purísima, sin pecado concebida", o algo por el estilo. Y cuando Jair le dijo "Ave María purísima" él no entendió, porque no entendía nada de portugués. Y como era un hombre muy grande de bigotes, con una voz muy gruesa, Jair pensó que era un policía y dijo "éste es un cana" y lo dejó congelado una semana sin darle ayuda, en Porto Alegre. El pobre tipo no tenía plata, no podía comer, no sabía qué hacer, y todos los días iba al Movimiento y Jair no tenía confirmación de quién era, hasta que Jair tuvo la confirmación de quién era y obviamente cambió toda la situación. Pero hasta eso era el tema, cómo una persona... podías... también tener que cuidarte mucho de las infiltraciones, nosotros nos teníamos como periodistas que cuidar de lo que llamábamos "carne podrida", que es información falsa, yo aprendí en esos tiempos que cuando uno recibe el sobre manila anónimo, tiene que tratar de adivinar el remitente. Lo primero, antes de abrir el sobre, tiene que ver de dónde viene. Porque la información que te están dando, un anónimo, siempre es una información en la cual vos sos utilizado, en una operación comunicacional. Y si no sabés cuál es la razón por la que te usan, tenés que tratar de adivinarla. Yo he paralizado muchas veces información muy importante, porque viene en sobre anónimo, hasta que no tengo la certeza, la confirmación, ya para aquella época ya habían militares que empezaban a tratar de dar información, o que sabiendo quiénes éramos los periodistas que nos movíamos en determinados temas, nos daban información falsa para tratar de generar otras operaciones comunicacionales o políticas. Y eso era uno de los referentes que a mí me ayudó a ver, a tener una lectura de ese escenario, fue precisamente Jair.

P: Roger, y llegaste a participar o... esta situación de mandar refugiados para allá, tú has hablado mucho de TTL, algo como medio directo a través de TTL, ¿pero otros caminos por la frontera, por ejemplo?

R: Sé que los hubo, yo nunca tuve participación, imaginate que yo en el '84 tenía veinticuatro años, hoy miro que no era tan botija. Miro lo que realmente estábamos haciendo, y lo miro con cierta curiosidad, pero sin duda que somos hijos de nuestro tiempo, vivimos nuestro tiempo y yo lo he intentado hacer lo más intensamente posible, entonces y ahora, así que no hubo dudas de lo que había que hacer. Pero no tuve tiempo, físico, para hacerlo.

P: Hablabas de Tato, una de las personas... ¿y otras personas?

R: Tato, Tato Mansilla... hay otros compañeros, el problema es que yo no te voy a decir cuáles de esos compañeros estuvieron allá, pero yo creo que casi todos los que estuvieron, terminaban por la línea de Jair o terminaban con la Rogé en San Pablo, por ACNUR, y era todo el mecanismo, Porto Alegre era el gran punto de partida desde el cual hacían trampolín a San Pablo - Río, para poder tener los contactos con ACNUR, y la cantidad de refugiados ACNUR que hubo... por eso a veces yo siempre digo que hay historias importantes y hay historias famosas de clandestinidades, hay historias divertidas. Y hay otras historias que parece que... cuando a mí me dicen la resistencia en Uruguay, yo pongo un ejemplo como el ejemplo de un resistente en Uruguay. Yo

tengo un amigo que hoy está radicado en Islas Canarias, que se llama, le dicen “el Tubo”, Ricardo, el Tubo, y Ricardo tuvo una función durante los trece años de la dictadura. Él pertenecía a un partido político y era la cadena de... el análisis de coyuntura de ese partido político hacia sus militantes en un sistema de cadena. Su único rol fue, durante trece años, ir a un baño todos los jueves, sacar de la cisterna ese papel, de un sobre, de un nylon, leerlo y tratar de memorizarlo por la eventualidad de tener que repetirlo, ponerlo en otro papel y llevarlo a otro baño tres horas después. Y no faltó un jueves durante toda la dictadura. Cuando ese partido fue legalizado, a la salida de la dictadura, el Tubo sólo sabía que una persona que también se llamaba Tato, también era un apodo, Tato, era la persona a la que él le daba el material. Él no sabía quién se lo manda él, él sabía que se lo mandaba un Tato. El día que hubo una gran fiesta en 18 de Julio, por la legalización de los partidos, etcétera, etcétera, en un boliche se reunió gente de ese partido político y alguien dijo “Tato” y Tubo miró y ahí se conocieron. Ése es el militante indispensable. Y no es un superhéroe, ni es el conocido, ni es el heroico. Ése es el indispensable. Y para mí cuando a mí me dicen historias de dictadura, yo pongo ese ejemplo, eso es un resistente.

P: La resistencia de los anónimos, ¿no? Lo hacen desde...

R: Esos son la resistencia, los conocidos no resistimos, los conocidos hacemos cosas, los que resisten son ellos, los anónimos, y esos son para mí los que de alguna manera sus historias están olvidadas, yo trato de reivindicarlas.

P: Porque en realidad es gente que de repente tuvo un protagonismo importante en el sentido de la infraestructura que se crea para todo esto pero no aparecen, están escondidos en la sombra y parece que lo que hacen es algo mucho menor.

R: Sí, sí, son una red... Pero no faltó un jueves.

P: Y casos así deben haber muchos.

R: Muchos, en todos los países, en todos los países. Son héroes.

P: Roger, el caso Barreiro Neira ¿cómo parece eso?

R: Barreiro Neira... pasa con un tema principal anterior: nosotros con Jair empezamos a trabajar todo lo que implicaba el Plan Cóndor apenas se sabe, sobre mediados de los noventa, que existía un Cóndor; que había en el año ´75 existido la reunión de la DINA, convocada en Santiago de Chile. Tratar de encontrar los datos de eso fue una de las [...]. Yo a partir del año ´99 yo trabajé luego de... durante muchos años trabajé en varios medios, trabajé en La Hora, trabajé en La República, trabajé en Brecha, en la revista Posdata que fue una revista muy importante, y ya sobre fines de la dictadura, sobre fines de los años ´90, ya la dictadura había terminado bastante antes, diez años antes, empezamos a investigar temas relacionados con el Cóndor. Hubo una investigación con Rafael Michelini sobre la muerte de su padre, Zelmar Michelini, el senador Michelini que fue asesinado dentro del Plan Cóndor en Buenos Aires en mayo del ´76, me llevó a conseguir un documento y la confirmación de ese documento a ser una fuente y esa fuente me llevó a una fuente militar y de ahí llegué a un represor que había estado operando en lo que se conoció como el “Pozo de Orletti”. Orletti fue el centro de operaciones del Plan Cóndor en Buenos Aires, donde hubo de todos los países, personas, y donde fue... muchos cientos de personas desaparecidas. Argentinos y sobre todo latinoamericanos. De ahí sobrevivieron una veintena de uruguayos y de ahí desapareció el niño Simón Riquelme, de ahí fue que habían desaparecido y fueron encontrados por CLAMOR de Brasil los niños Julien, de ahí desapareció Macarena Gelman, que luego va a ser encontrada y en esa investigación, a través de este represor que había operado allí, yo conseguí los datos para que se encontrara a Simón Riquelme. Probablemente yo no pueda hacer en periodismo nada más importante. Yo le había hecho la primera nota a la madre, a Sara Méndez, para Convicción, para aquella publicación, el 11 de febrero de 1984 se publicó ese artículo, donde yo por primera vez, donde Sara Méndez por primera vez puede decir su historia. Y es una historia terrible, porque yo siempre digo que es la entrevista más dura que me tocó hacer en mi vida, era una entrevista que yo tenía que parar la grabación para que llorara ella o para que llorara yo. Esa sí es una nota que me marcó. Y me marcó porque era la

primera vez que yo tenía en forma tangible a una mujer que era torturada, a una mujer que cuando la torturaban largaba leche de sus senos, por la sencilla razón de que había parido veinte días antes, y que eso era motivo de burla de sus torturadores. Cuando una mujer le sacaron del brazo a su hijo de veinte días nacido. Y que no se lo devuelven y que la meten presa y que luego que sale lo sale a buscar, ya en el año '81, '82, '83 y no lo encuentra. Y se lo niegan. Y estuvo... por primera vez denunció eso en aquella nota en Convicción, y quiso la historia, el sino, el karma o lo que quieras llamar, que diera la casualidad de que yo tuviese que ver con encontrar los datos que le permitieron reencontrarse con ella. El 15 de marzo del año 2002 supimos que aquel muchacho, que yo había conseguido los datos, que estaba en manos de un policía argentino era Simón. Y yo siempre digo que no sé que puedo hacer, posiblemente he hecho otras cosas y he hecho notas importantes, porque así ha ocurrido. Pero la mirada de Sara diciéndome gracias... no hay premio. No hay premio pero en realidad sí hubo premio, porque si bien a mí ya me había entregado un Vladimir Herzog en el año '84 por haber estado preso, una mención de honor de la Federación de Jornalistas de San Pablo, donde la Asamblea Legislativa de Porto Alegre es la que me paga un pasaje, porque yo estaba escapándome de Uruguay, porque estaba preso todavía, estaba procesado, no podía salir. Y me pagan un pasaje Porto Alegre - Río, la Comisión de Derechos Humanos de la Asamblea Legislativa de Porto Alegre es la que me paga ese pasaje. Ahí compartí escenario con Carlos Wagner y con André Pereira, que fueron otros dos amigos que conocí. Como consecuencia de esta otra cuestión, la aparición de Simón Riquelo, había otra cosa que me dijo ese... ese represor, que era que todos los uruguayos habían sido trasladados y devueltos. Lo que implicaba que era una regla de juego, que los países que operaban en el marco del Plan Cóndor no sólo detenían a una persona, sino que la devolvían a su país de origen. Y este represor me lo dijo con palabras muy clásicas, o sea, la frase es: "cada cual se hace cargo de su propia basura". Entonces, fue muy importante porque quería decir entonces que si había existido un primer vuelo de Orletti, por el cual Sara Méndez había venido, los otros que habían quedado en Orletti en el mes de septiembre, octubre de 1976 también habían sido traídos y eso es lo que explica la traída de la madre de Macarena. De María Claudia García de Gelman, la nuerca del poeta argentino Juan Gelman. Se los devolvían para disposición final, tenían que matarlos.

P: Hasta ese momento, tanto los represores cuanto los gobiernos inmediatamente después de la dictadura negaban absolutamente...

R: Incluso no se sabía de los traslados. No se sabía. Las dictaduras podían saberlo, pero quienes habían retomado regímenes democráticos, no sabían que el mecanismo era eso. Quizás ese sea mi mayor aporte en lo histórico, poder decir que efectivamente hubo traslados y que los traslados eran parte del mecanismo del Cóndor, porque luego que confirmamos ese segundo traslado, que lo confirma la propia Fuerza Aérea uruguaya, diciéndome que sí, confirmando tres años después, yo lo publico en el año 2002, inmediatamente después de la aparición de Simón Riquelo, y en el año 2005 cuando asume Tabaré Vázquez por primer gobierno del Frente Amplio en el Uruguay, pide una orden de qué pasó con los desaparecidos y allí la Fuerza Aérea confirma que el 5 de octubre de 1976 hubo un segundo vuelo. Y de ahí partimos a que podía haber entonces otros traslados y los fuimos confirmando y los terceros traslados son los que han logrado que el dictador Gregorio Álvarez esté preso, por lo tanto el aporte implicó que entonces empezamos a buscar a los desaparecidos no en el país donde desaparecieron sino en el país de origen. Y ahí es donde empezamos a buscar lo que sin duda para mí es el gran secreto de las dictaduras, que son tumbas o fosas comunes, porque traslados masivos... no pueden morir por un exceso de la tortura en cinco, seis días y mucho menos van a ser veinte tumbas. Es un pozo común. Y eso es lo que ninguna Fuerza Armada puede reconocer, la existencia de fosas comunes. Lo otro es un exceso, un error, se me murió en la tortura, perdí los puntos de referencia. Pero una ejecución masiva es otra cosa. Como consecuencia de eso, de esas investigaciones, el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos, La Orden de Abogados de Porto Alegre, los periodistas de Brasil me otorgaron un premio de Derechos Humanos de Porto Alegre. Y fui a recibirlo y cuando fui a recibirlo Jair me dice: "en la cárcel [...]... En Charqueadas hay un uruguayo que dice haber sido agente de la dictadura y que intervino en un supuesto homicidio de Joao Goulart, ¿quieres ir a verlo?" y no dudé. No dudé. Me puse en contacto con Humberto Trezzi de Zero Hora y con Humberto conseguimos un auto de Zero Hora que incluso a la vuelta tuvimos un accidente, una

cosa con... mucho lío tuvimos ese día y nos fuimos a verlo. Hablamos con el jefe de la unidad policial que era conocido de Trezzi, aceptó y largamos sesenta kilómetros, en mi día libre, e hicimos esa entrevista de una persona que me empezó a dar datos sobre Uruguay, sobre el caso Elena Quinteros, sobre... un personaje muy particular, como es Mario Ronald Barrerero Neira, pero él hablaba de una "Operación Escorpión" donde habría sido asesinado Joao Goulart en el marco de la Operación Cóndor. Goulart muere en las fechas de la Operación Cóndor, muere el 6 de diciembre del 76, es el año donde mueren muchos líderes políticos: Torres de Bolivia, Letelier, Michelini y Gutiérrez Ruiz, hay otros homicidios que siempre quedaron sospechados como el del propio Juscelino, o el caso de Lacerda, pero en el caso de Jango era algo muy particular. Esa entrevista que le hicimos a Barrerero Neira fue tomada tres años más tarde por un periodista de Senado, de TV Senado de Brasilia, y a partir de eso se reabrieron las investigadoras, las Comisiones Investigadoras, las CPI, tanto en Porto Alegre como en Brasilia, y yo fui a declarar a ambos lados, llevamos la documentación que fuimos encontrando y esa documentación a mí me indica que sin duda que Barreiro Neira fue un agente que intervino en la dictadura uruguaya, que era contratado más paramilitar que un agente formal, que es indudable que tiene que haber hecho algo en relación al seguimiento que a Jango se le hacía en la ciudad de Maldonado, porque al propio hijo, a Joao Vicente le dijo cosas que sólo en una conversación telefónica podían saberse y hay muchísimos datos que él dio, que tienen vinculación con otro caso acá en Uruguay que es el caso de la muerte de Cecilia Fontana de Hebert por unos vinos envenenados, por lo tanto redondea mucho el caso Barrerero Neira. Y el caso Barrerero Neira, da la casualidad que hoy estamos hablando un 24 de abril y mañana yo viajo a Paso de los Libres porque el juzgado penal de Paso de los Libres se abre este viernes 27 la causa por la eventual muerte de Jango por decisión del gobierno argentino, y bueno yo creo que eso va a estar importante poder declararlo. Nosotros ahora estamos... Es que logramos de alguna manera con Jair, otra vez, con la gente del Movimiento otra vez, y con una recomendación... o sea, nosotros nos juntamos con Jair y sabemos que algo va a pasar, es que es un karma, es una mezcla explosiva, y bueno, logramos eso, que no es menor lo de Barreiro Neira, Barreiro Neira da un testimonio que hoy es un testimonio conocido en Brasil, discutido, pero que está en discusión dentro de tantas cosas que se ocultan en Brasil, yo creo que sólo abrir los archivos de Itamaraty y de la Fuerzas Armadas en particular, serviría para saber si efectivamente existió o no existió eso.

P: ¿Y el caso Cordero, Roger?

R: El caso Cordero es un caso muy particular y muy... yo creo que es la frutilla de la torta de la acción de Jair en todo este juego, en todos estos años. Porque Cordero se fuga en el año 2004, eludiendo un juicio por apología de la tortura aquí en Uruguay y cuando se fuga no comparece, luego de una serie de interludios jurídicos que se pusieron, y chicanas, yo tengo el dato de que se fue para Brasil. Entonces lo llamo un fin de semana a Jair y le digo "Jair", "O, comandante", como me dice él, "gran Jair", le digo yo "vas a tener que poner las redes a funcionar porque tengo datos de que Cordero puede haber ido para Brasil", "como usted ordene, mi amigo", eso fue en agosto, o septiembre. En febrero del 2005 lo encontramos, Jair lo ubica a través de sus contactos en la ciudad de Livramento, Santana do Livramento, al otro lado de la frontera de Uruguay. Y lo encontró precisamente porque tenía que hacer un documento, por el cual tenía que decir que estaba vivo para seguir cobrando la jubilación. Encontrado, tratamos de hacer todo un operativo para que pueda ser detenido, entonces a la vez que se denunciaba ante Interpol el tema, Jair denunciaba en Brasil a la Interpol el tema, Jair viajaba a Argentina a tener contacto con el juez Guillermo Montenegro, que era en ese momento el juez de la causa Cóndor en Argentina. Hace la denuncia y Guillermo Montenegro pide la extradición. Pero cuando está pidiendo la extradición, a la vez se pide la extradición de Uruguay, cuando la pena por la cual estaba siendo buscado en Uruguay no permitía que fuera extraditado, era una pena de menos de dos años, era la apología de la tortura y el desacato y la fuga.

P: Roger, perdón, ¿podés darnos un poco el perfil de Cordero?

R: Sí. Manuel Cordero es uno de los principales torturadores uruguayos, es junto con Gavazzo, Silveira, Matto, Maurense, y otros que algunos de ellos, la mayoría de ellos están presos, principal torturador, violador de las presas, fue directo partícipe del asesinato de varios presos en el año

72 en adelante, él directamente mata en la tortura a Iván Morales en el año '74. En el año '76 está en la Operación Cóndor como principal jefe, más arriba que el propio Gavazzo en Orletti. Se sospecha que tiene directa participación en el homicidio de Zelmar Michelini y bueno, es el... a tal punto su impunidad que tuvo ese juicio por apología de la tortura, porque justificó la tortura como un mecanismo para tortura a la gente y sacarle la información, era su especialidad. Por dinero llegó a torturar, violar a una mujer delante de su compañero para que el compañero diera dinero, porque no sólo era un tema político, había mucho de dinero y de su enfermedad crónica, es un drogadicto que andaba en los boliches, él, Gilberto Vázquez, fiestas, cambios de mujeres, uso de mujeres. Es una historia realmente triste, lamentable, ese viejito que se hace el doliente cardíaco, en realidad no es ningún viejito, ni doliente. Pero lo cierto es que Cordero termina siendo sitiado, cuando nosotros logramos que lo vayan a buscar, se fuga la información de Interpol Uruguay, un periodista logra ir a Santana do Livramento, lo fotografía, o sea, tiene una gran primicia periodística, pero Cordero se nos vuelve a escapar. Tardamos varios años más, dos años más en volver a encontrarlo, y esta vez sí, logramos que lo detuvieran y Jair hizo todo un trabajo muy fino, en donde yo tengo algo que ver porque en un momento la suprema Corte de Justicia estaba trancada, el Supremo Tribunal Federal brasileño y yo escribí una nota que se llamó "En sus manos", donde logramos de alguna manera cambiar la correlación de fuerza a través de una campaña internacional que tuvo más de tres mil firmas, entre ellos la de Saramago, la de Galeano, Benedetti, Viglietti y tantos otros poetas y escritores, Juan Gelman y tantos a nivel mundial, que hizo que se variara, de alguna manera incidiera, y bueno, finalmente Cordero fue extraditado y hoy está en Argentina y aunque todavía tiene prisión domiciliaria -porque esa fue otra de las cosas que seguimos luchando- yo estoy seguro que cuando terminen de juzgarlo, que este año va a ser la causa judicial, Cordero va a tener en su sombra, en la sombras de sus rejas, va a tener la sensación de que Jair Krischke todavía lo sigue buscando y encontrando.

P: Muy bien. Roger, ¿cómo es trabajar con protagonistas de esa época, algunos, muchos, que todavía están vivos, cómo es trabajar con el límite ético de estos temas que son muy sensibles, una dimensión humana difícil de medir, y frente a una situación, tú eres periodista, de lo que se puede decir y de lo que no se puede decir, y cómo trabajar estos afectos y estas situaciones que son muy dolorosas, trae una carga de subjetividad muy grande?

R: Es todo un tema. A mí me costó encontrar un mecanismo, porque siempre estás tocando sensibilidades muy fuertes. Yo te decía hoy que un "gracias" de una madre puede ser lo más importante que te pase, pero tenés muchas otras historias, historias de... que nunca se terminaron de resolver, y esas mujeres viejas se murieron sin saber la verdad, historias de muchachos que están buscando o que piensan por ejemplo que pueden ser hijos de un desaparecido, y hacemos todos los exámenes pero no tenemos el referente con quien... está todo para que sea un hijo de desaparecidos argentino, por ejemplo, hoy aquí en Uruguay. Da todo para que lo sea, pero no tenemos el referente con quien cotejar, hasta que no encontremos el hueso, es eso, encontrar un hueso con el cual sea coincidente, no tenemos cómo ratificar o desmentir. A mí me han pasado cosas insólitas, sobre todo porque en la medida en que yo más o menos públicamente era conocido como una persona que estaba en este tema, llegó a haber... la hija de un militar, que vino a verme, que su padre había muerto y quería saber si su padre era un torturador. Hice toda la investigación, y si era un torturador ella estaba dispuesta a hacer una entrevista diciendo "yo soy hija de un torturador y pido que se anule la Ley de Caducidad", que esa ley con la que en Uruguay durante... desde el año '86 hasta el 2011 se impidió los juicios, o trató de impedirse los juicios, y se le otorgó como la amnistía, la Ley de Amnistía brasileña, una suerte de amnistía a los militares que cometieron crímenes de lesa humanidad. Hice toda la investigación y comprendí que en realidad su padre había sido un torturador, pero era una víctima más, porque era un hombre grandote, bastante analfabeto, que lo utilizaban para pegar y que si no lo hacía perdía el único trabajo del que tenía posibilidades de hacer vivir a su familia. Y eso también era parte de la historia. Se la di, la historia, y también le di a ella la opción de hacer o no esa nota, ella cerró su vida, cerró su nota, su historia, y me agradeció por no hacerle la nota. Y hay muchas notas que quedaron así, hay muchas historias. Yo para mí el método es muy sencillo. La historia

es de los protagonistas, no de los periodistas y el derecho lo tiene la víctima, no lo tiene nadie más que la víctima. Es algo así... cuando yo traté de empezar a generarme esos protocolos de acción, no sabía ni que existía una ley de Habeas Data, pero de alguna manera me formé mi propio protocolo de Habeas Data, entonces el referente es la persona, la historia es de la persona y sin afectar a la persona yo puedo utilizar la historia. Pero lo que la persona dice es de ella, y la intimidad de las personas... es básico avisar. Alguna vez me pasó y me ligué un.. una buena puteada, que una amiga, colega además, era la esposa de un desaparecido, pero yo no la tenía por la esposa de desaparecido, yo la tenía por sus otras parejas, había perdido la referencia de que ella había sido la esposa de un desaparecido. Y yo consigo cómo desaparece ese desaparecido y lo publico. Y a la mañana siguiente me llaman por teléfono y me dicen "Roger, gracias por decirme cómo desapareció mi marido por el diario". Y yo dije "uy", me costó muchos bombones [se ríe] poder salir de esa, pero no fue más que inocente. Vos estás manejando una información que si no la humanizás, si no tenés permanentemente conciencia de que estás hablando de seres humanos, pasás a hablar de cifras y cuando hablés de cifras la deshumanizaste. A mí me pasa... claro, también cargás con otras valijas. Con otras valijas. A mí me pasa... yo no conocí a ninguno de los desaparecidos, personalmente a ninguno, pero cuando acá en Uruguay se hace la marcha del 20 de mayo, y caminamos por la principal Avenida 18 de julio hacia la Plaza Libertad y cuando estamos llegando a una cuadra comienzan a decirse uno a uno los nombres de todos los desaparecidos, para que la multitud rompa la Marcha del silencio para decir "presente", cada nombre para mí no es un nombre o una foto en la pancarta. Sé si jugaban al truco, si les gustaba jugar al fútbol, si tocaban la guitarra, si les gustaba hacer asados, o sea, mi conocimiento de cada una de esas personas trasciende la pancarta, o sea, para mí tienen carne y hueso. Y eso es una carga que uno llega a la vez... es la otra carga, la otra parte, la contracara de la labor que como periodista podés hacer, bueno, pero también es bueno, también es bueno. Porque los periodistas que tenemos ahí la firma también somos seres humanos, o parte de esa humanidad. Ahora, yo espero dos cosas, dicen que lo que un periodista no puede perder es su capacidad de asombro. Yo pretendo no perder jamás el sentimiento, porque yo creo que la base para mí en estos temas no es el asombro, ya nada me asombra. De lo que puede hacer el ser humano, lo más terrible del ser humano. Lo que me queda es el sentimiento, y eso creo que es la defensa que tenemos que hacer, como periodistas y como seres humanos.

P: Roger y éste fenómeno más actual, los encuentros latinoamericanos...

R: Eso fue otra operación con Jair interesante, a nosotros nos invitan de Buenos Aires, Remo Carlotto, el hijo de la madre... de Abuelas de Plaza de Mayo, que es diputado nacional, nos invitan a un Encuentro Latinoamericano por Memoria, Verdad y Justicia y le ponen Primer Encuentro Latinoamericano. Entonces obviamente Jair y yo dijimos, "che este Carlotto, cómo ves y que sabés, intercambiamos información", siempre lo hacemos, ¿no?" "che, éste quién es, qué tenés vos, qué sabés vos", para de alguna manera jugar juntos, yo además en ese momento estaba trabajando para la Fundación Mario Benedetti, por lo tanto era parte de la coordinación de Organizaciones no Gubernamentales de Derechos Humanos, con un cierto papel preponderante, o jugábamos, hacíamos el ejercicio de todo esto. Y bueno, decidimos participar pero lo que decidimos también fue hacer un par de cosas, en primer lugar generar alguna cosa novedosa en materia de encuentros. Estos encuentros generalmente terminan haciendo declaraciones públicas en las cuales, bueno, señalan un diagnóstico, o las cuales hacen [...] o critican, etcétera, y bueno, vamos al Segundo Encuentro para hacer lo mismo.... Nosotros optamos por hacer una cosa distinta, que fueran compromisos, porque lo que nos parecía y coincidíamos con Jair, era que las organizaciones no gubernamentales vinculadas al tema de los derechos humanos, están un tiempo que deben volver a nuclearse, nosotros hemos estado desperdigados, en un momento nos juntamos a la salida de las dictaduras, creímos que con la asunción de gobierno democráticos o gobiernos electos se había acabado la cosa y podíamos empezar a hacer ejercicio de la democracia, lo que nos encontramos es que la impunidad estaba reinando en todos nuestros países, que esa impunidad sigue vigente, que de tantos años esa impunidad generó un resabio, que es la cultura de la impunidad, yo siempre digo que la impunidad es el no castigo y su consecuencia es la cultura de la impunidad y esa cultura de la impunidad lo que provoca es una enfermedad social, donde todos somos impunes porque cada uno de nosotros puede hacer en su

pequeño gran poder, lo que quiera, en la medida que un torturador, un asesino, un violador, un criminal de lesa humanidad no se lo juzga o no se lo condena, entonces qué me queda a mí que lo mío es tan pequeño. Y eso enferma a la sociedad, porque es la pérdida de los valores, entonces pelear contra la impunidad es la primera parte. Una vez que venciste estas leyes de impunidad, estas leyes de amnistía, empezás a pelear contra el monstruo en serio que es la cultura de la impunidad que es nuestro propio monstruo. Somos nosotros mismos, nuestra sociedad la que está enferma, y que sólo diagnosticándolo y entendiendo a lo que estamos sometidos, podemos hacer lo que necesariamente termina por constituirse en un nuevo contrato social. Y un nuevo contrato social implica una constituyente, una constituyente donde nuestras sociedades no estén basadas en normas de impunidad o resabios de normas de impunidad, o constituciones manchadas o que fueron violadas por los militares y que luego recauchutadas, o que en cada uno de nuestros países tuvieron mecanismos los cuales sus transformaciones estuvieron directamente relacionadas con los sistemas electorales o que las próximas elecciones que venían o qué íbamos a hacer. No. Yo creo que se requieren en la región constituyentes que hagan que su mejor gente formen una constituyente y esa constituyente piensen el país y la relación social que ese país quiere y necesita. Y esa es la modificación que tenemos... si nosotros salimos de otra cosa, de todo este proceso que arranca desde las dictaduras, tendríamos una derrota histórica, la humanidad tendría una derrota histórica. Nosotros tuvimos dictaduras porque no querían cambios, porque la sociedad, la sociedad predominante, las clases predominantes, los grupos de poder dominantes, los grupos económicos predominantes, hegemónicos, decidieron que esas revoluciones de los años sesenta no debían llegar a buen [...]. Tuvimos dictaduras. Vencida la dictadura tuvimos leyes de impunidad para que los cambios se produjeran lo más posible después. Entonces tuvimos otros veinte años peleando contra leyes de impunidad, recién en los últimos diez años ha habido gobiernos más democráticos, más populares, más progresistas en nuestros países, pero seguimos con las leyes de impunidad. Vencidas las leyes de impunidad, lo que tenemos que hacer es generar las reglas de juego de nuestra sociedad, y si logramos nosotros generar las reglas de juego de nuestra sociedad en constituyentes que determinen el mapa social, el contrato social de convivencia, pues entonces nosotros le habremos ganado a aquellos que quisieron impedir los cambios de los años sesenta, de lo contrario estaremos derrotados. Ese concepto que Jair de alguna manera... es mío, pero que Jair comparte, nos llevó a que en estas reuniones de los Encuentros Latinoamericanos por Memoria, Verdad y Justicia, que después de Buenos Aires siguió en Santiago de Chile, que siguió en Montevideo, perdón, que siguió en Montevideo, que siguió en Santiago de Chile, que terminamos haciendo el cuarto en Bolivia y el quinto se hizo ahora el primero de abril en Brasil, en forma coincidente con las fechas de los golpes de Estado, lo que hicimos fueron compromisos. Los firmantes y los participantes generan un compromiso, y ese compromiso si uno los mira interrelacionados, son pautas de un contrato social. Son compromisos en los cuales nosotros nos comprometemos a defender determinados conceptos, determinados conceptos en lo que es la defensa de los derechos humanos, en lo que tiene que ver con el Poder Judicial, en lo que tiene que ver con el Poder Ejecutivo, con las formas de interrelación de las organizaciones sociales. Cada uno de ellos fue pautando según las coyunturas, según las necesidades, según las circunstancias, algún elemento más. Yo creo que el de Buenos Aires, el de Montevideo y el de Chile tienen un peso muy grande en lo que son los compromisos en sí. Luego se agregaron algunas declaraciones, cada uno de los organizadores tenía un poco... pero de alguna manera pudimos meter un poco la pluma en cada una de las declaraciones. Y estoy convencido de que todavía falta. Falta que estos encuentros... ahora se prevé un encuentro en Paraguay que no tiene fecha establecida, porque los paraguayos no lograron participar en estos encuentros, se haga uno en Paraguay y luego se genere una, en forma permanente, una coordinación. Si no se genera una coordinadora en forma permanente... yo en mi intervención decía que tendría que ser una coordinación en vez de cóndor tendríamos que ser una especie de lechuza, nosotros, tener los ojos muy grandes, muy atentos, mirar hasta en la oscuridad, tener capacidad para visualizar todo nuestro alrededor estando quietos, y tener la capacidad de pegar un chistido si era necesario alertarnos unos a otros en las circunstancias que puedan implicar que las derechas vuelvan a organizarse, que los militares vuelvan a desacatarse o algo por el estilo. Y además porque sin duda que... -una coruja creo que se llama-, una coruja no deja de ser un ave rapaz, y que nadie se meta con sus garras, es la contracara del Cóndor. Pero creo que sí, que

estos encuentros latinoamericanos tienen que volver a transformarse en una coordinadora y esta coordinadora debe ser un mecanismo de estructura, de coordinación permanente, sin una mayor sede, con un mecanismo nada de vertical, con un mecanismo de horizontalidad, de transversalidad, que yo creo que son los mecanismos que la humanidad se está enseñando a sí misma, y con las fórmulas que existen a nivel de la tecnología, a través de la computadora, a través de Internet, a través de Facebook, a través de Twitter. Tener la capacidad de llamarnos, convocarnos, decirnos, de la misma manera que lo que ha pasado recientemente en Europa, y es más, no sólo tener la capacidad de, sino indignarnos. Porque lo que está pasando en nuestros países da también para indignarnos, no porque los gobiernos que en la mayoría de nuestros países que están existiendo sean antidemocráticos, no porque no estemos logrando bases en lo que tiene que ver con la redistribución de las riquezas o las mejoras en salud, en vivienda, en trabajo y demás, sino porque no es esto lo que nosotros queremos. No fue por esto que desaparecieron los desaparecidos, no fue por esto que invertimos buena parte de nuestra vida para conseguir una democracia. Queremos una verdadera democracia y no la democracia posible. Y para conseguir una verdadera democracia las organizaciones de derechos humanos tenemos que lograr que lo que muchos todavía no terminan de comprender, que es una cultura de impunidad, sea transformada en una cultura de los derechos humanos.

P: Una pregunta, ¿cómo ves esta situación de las organizaciones de derechos humanos, o mejor dicho, de las organizaciones sociales, cuando este tema se apropia el Estado? O sea, a partir de los procesos de redemocratización, si hay de hecho en esta cuestión de redes internacionales, hay una total desvinculación, o sea, no hay una cooperación, una... no se establecen lazos...

R: Los encuentros latinoamericanos tienen dos caras, por un lado hay un grupo de parlamentarios que está forzando que en el seno de la UNASUR pueda haber una caja de resonancia para estos... lo que fueron estos cinco Encuentros Latinoamericanos por Memoria, Verdad y Justicia. Yo creo que no está mal, yo creo que la estrategia es unir lo unible sin romper lo rompible, todo lo que sume está bien, todo lo que reste está mal. Todo lo que pretenda romper o imponer está mal. Esto tiene que ser una forma natural, y si los parlamentarios tienen la posibilidad de llevar en una caja de resonancia lo que esa coordinación establece es bueno. Lo que no es bueno es que los parlamentarios se transformen en los representantes de la caja de resonancia, ¿por qué? No por los parlamentarios en sí, sino porque todos los mecanismos que tengan que ver con un proceso de estatización o de Estado en la administración de todos estos esfuerzos, no deja de ser hecho por el mismo Estado, que fue terrorista de Estado. Entonces un Estado que fue terrorismo de Estado tiende a defenderse, las estructuras del Estado terrorista sobreviven. Hay dentro de los Estados de todos nuestros países personas que estuvieron vinculadas a la dictadura. En Latinoamérica se habla de la "Teoría de los dos demonios", entonces uno de los demonios son los grupos guerrilleros, revolucionarios, sindicales o de izquierdas que en los años sesenta pretendían cambios en la región, y el otro demonio son los militares que fueron a atacarlos o a reprimirlos y entonces se formó una dialéctica entre combatientes de guerrillas y militares de ejército. Es una mentira. No sólo porque no hubo una guerrilla que provocara lo otro, no sólo porque las Fuerzas Armadas lo que hicieron fue reprimir al pueblo y no a los grupos guerrilleros, porque vencidos los grupos guerrilleros siguieron arrasando a los estudiantes, a los trabajadores, a los pensantes, a los intelectuales, y a los que no eran indiferentes. Si no porque en definitiva, lo que hizo fue imponer su sistema económico, que no es otra razón que esa, un sistema económico del cual somos todavía dependientes, estamos en el neoliberalismo, el mundo se asusta porque Cristina Kirchner vuelve a estatizar YPF y la tratan de ladrona cuando los otros venían a seguir robándonos el oro, los españoles vienen a seguir robándonos el oro de Potosí. Es vergonzoso y es una mala lectura de la historia. Entonces falta el tercer demonio. Si queremos jugar a los demonios, yo los invito a que pensemos quién es el tercer demonio, quiénes son los cómplices civiles de las dictaduras, quiénes son los cómplices económicos de las dictaduras, quiénes son los autores intelectuales de las dictaduras, y ahí no sólo vamos a tener tercer demonio, vamos a tener al único demonio, porque cuando llegemos a determinadas circunstancias veremos que las Fuerzas Armadas, más allá de la muy buena voluntad en sus mejores alumnos y torturadores, creados en la Escuela de las Américas, creados por la Doctrina de la Seguridad Nacional, creados en los sistemas imple-

mentados por el gobierno o francés para combatir indochina y Argelia y esos intérpretes de esa doctrina que fueron salvajes torturadores, inhumanos, que son criminales de lesa humanidad, hay otro criminales de lesa humanidad, desde Henry Kissinger a todos una serie de hombres la economía, de los bancos, de los sistemas financieros, de las grandes empresas, de los grandes consorcios o de la política que aún hoy siguen enquistados desde Itamaratí al Poder Ejecutivo de cualquiera de nuestros gobiernos. La verdad verdadera implica que no sólo tiene que haber verdad para los crímenes de lesa humanidad. Tiene que haber verdad para la historia, y si hay verdad para la historia, va a haber juicio. Porque yo siempre digo, yo como periodista mi rol es la verdad, pero cuando se sabe la verdad, se exige justicia. Y eso es lo que tiene que pasar, hay que exigir justicia.

P: Roger, muchas gracias.

DEPOIMENTO 18 – UNIVERSINDO RODRÍGUES DÍAZ – SEGUNDO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 21 DE MAIO DE 2012.

P: Quisiéramos que nos hablaras un poco sobre esta situación de cárcel. Cómo era la cárcel en Uruguay, que es una característica muy particular de esa dictadura, y las condiciones en que tú personalmente y tus compañeros se encontraban.

R: Bueno, durante el periodo anterior a la dictadura, pero particularmente durante los doce años de dictadura, del tema cárcel, hay una diversidad de situaciones. Siendo un país pequeño hay una diversidad de situaciones que a veces no se tiene en cuenta, se dice “está preso”, pero “está preso”, dónde está preso, y en qué condiciones está preso, o sea, comúnmente llevaban mucha gente detenida en las razias o en averiguaciones, parte de esa gente, ahí son miles de miles en todo el país, parte de esa gente pudo haber sido procesada, otros no, otros salían en libertad, después quedaban en averiguaciones, los fichaban, los volvían a detener, etcétera, etcétera, después está la gente que fue detenida y procesada por la Justicia militar. Todos los que fueron procesados por la Justicia militar, objetivamente fueron todos realmente torturados con el menú de torturas existentes en aquella época, o sea, nadie que fue procesado por la Justicia militar se salvó de que lo torturaran. O sea, en definitiva estamos hablando desde los años ´73 a ´85, sobre todo en los comienzos, que te hicieran la picana, el plantón, eso era lo de menos, había más, combinación de eso con submarino, con caballete, con el gancho, con el teléfono, en fin, con golpes, con amenazas, con simulacros de fusilamiento, etcétera, etcétera. Entonces de ese panorama de gente que fue procesada por la Justicia militar o que fue detenida en averiguaciones, mucho permanecieron o en las cárceles, que las más conocidas es la cárcel de Libertad, la cárcel de Punta de Rieles, esas son las dos, una para mujeres la que al principio era hombres, mujeres Punta Rieles, Libertad para los varones. Y después hubo en el interior del país un conjunto de establecimientos militares que fueron utilizados como cárceles, y después, en el caso concreto mío y de Lilián, cuando ellos no trajeron de Brasil, después que nos llevaron a esos centros clandestinos de lo cual ya hemos hablado, ellos después que nos procesan, éramos doce los detenidos, o sea doce en Brasil, adultos más los dos menores, Camilo y Francesca, y diez detenidos en Uruguay, después ellos nos llevan, blanquearon la situación, entre comillas, y nos llevan al 13 de Infantería que era un cuartel dependiente directamente del Comando General, del Comandante en Jefe del Ejército, por lo tanto un cuartel central de ellos, y ellos ahí nos tienen separados los varones de las mujeres, después en julio cuando nos procesan por la justicia militar todas las mujeres, menos Lilián que va a Punta de Rieles, todos los varones menos yo, nos dejan en el 13. Nunca nos explicaron por qué nos dejaban, lo cierto es que quedamos en una especie de rehenes. Y nosotros estuvimos en el 13 de Infantería, fuimos detenidos el 12 de noviembre, para simplificar, en Brasil, traídos a Uruguay el 13 de noviembre del ´78, llevados al 13 de Infantería el 6 de diciembre del ´78, permanecemos en el 13 de Infantería hasta el ´80 en condiciones tremendas, yo estaba en un calabozo de seis baldosas por once baldosas de veinte centímetros, Lilián estaba en otro similar, con restricciones para ir al baño, controles, amenazas, luz prendida todo el día, etcétera, etcétera, todo lo que es... porque era una unidad militar activa, no era una cárcel, era una unidad militar donde los tipos acondicionaron allí una cosa para tenernos, y después en el ´78, que ahí ya lo conversamos la otra vez, nos habían vuelto a torturar en el ´79 a raíz de que Lilián sacó con la tropa información de cómo estábamos nosotros, cómo habían sido los hechos en Brasil, etcétera, entonces se generó una situación de bastante tensión ahí con la tropa, y mucha amenaza de los oficiales procurando que no hubiera vínculos de los presos políticos con la tropa... lo cierto que los tipos nos tienen ahí hasta que en mayo del ´80, después del 1º de mayo hubo una gran movilización y una gran represión acá en el Uruguay, va una misión de la Cruz Roja Internacional que viene a ver a los rehenes del MLN y a Lilián y a mí nos miran ahí, nos conversan de lejos, así, quiénes somos, y a los pocos días a mí me llevaron a La Tablada, para averiguar mi posible vínculo con gente que había caído el 1º de mayo, había gente del PVP y del PC, del SUNCA, de Bancarios, sindicalistas y gente del Partido Comunista y del PVP y después me llevan a La Tablada que estoy todo el mes de mayo, mayo y junio. Y a Lilián la llevan

a Toledo, que es este cuartel donde aparecieron los cadáveres ahora, donde están apareciendo, los cuarteles de Toledo. Después me traen ahí de vuelta al 13 de Infantería, y el 13 de junio del '80 a Lilián la llevan de Toledo a Punta de Rieles y a mí me llevan del 13 de Infantería a Libertad y ahí es otra situación, porque obviamente es una cosa llamativa que los tipos nos procesaron por cinco años y nos tuvieron un año y medio en esas condiciones lamentables, expuestos a la presión de ellos, a los interrogatorios y todo ese tipo de situaciones, que es una presión para el que está preso y una presión para los que están afuera luchando, vos decís “mirá que los tenemos a estos ahí, cualquier cosa que pase los agarramos y los llevamos”; y era así nomás, impunidad total y absoluta, irrestricta, realizada por los mismos, avalada por el Cuerpo de Oficiales del 13 de Infantería y por sus jefes, con actuación irrestricta de la Compañía de contrainformación y de los Servicios de Inteligencia. O sea, una situación complicada. Y después cuando llegamos a... obviamente que llegar a los penales es otro mundo para los que veníamos de una situación de cárcel muy fuerte, así, muy controlada, Libertad era una cosa mucho más flexible, con más presos, con posibilidades de vincularse con otra gente, de conversar, obviamente una cárcel política, un ambiente de militancia, de compromiso...

P: ¿Te reencontraste con compañeros?

R: Sí, sí, me reencontré con montones de gente que conocía y otros tantísimos que no conocía y otra gente que las conocías de apodo, en esa época se usaban mucho los apodos, no se sabía realmente cómo se llamaba la persona, “mirá, fulano de tal es zutano”, o sea, si bien Libertad estaba ordenada por pisos, había cinco pisos, cada piso tenía un sector, sector “A” y sector “B”, los pisos estaban ordenados de acuerdo a lo que ellos consideraban peligrosidad, por ejemplo el piso dos era el color rojo que... hay todo el mundo tenía codifi... estabas con la cabeza rapada, para que no te escaparas, que ellos decían que en realidad era para, por un problema de los piojos y ese tipo de cosas, los tipos tienen el color rojo que era el segundo piso, sector “A” y “B”, en el “B” estaban de a uno y en el “A” estaban de a dos. Ahí estaba la gente más bien vinculada con la guerrilla, y entonces usabas uniforme y los tipos ya no te ponían tu nombre, te ponían el número, entonces tenían el número y un distintivo rojo que era, bueno, “alerta, estos son peligrosos”. Después el sector que seguía era el sector... el piso uno, que era color negro, después creo que estaba el piso tres que era celeste, el cuatro que era verde y el que donde estaba la gente en situaciones especiales o que se estaba por ir y eso, te mandaban al quinto. “A” y “B” también, ahí la gente salía a carpir, salía a los recreos, salía a hacer deportes... bueno, con las restricciones, que te metían sanciones que te mandaban para la isla, todo ese tipo de cosas. Porque ahí había un sistema de sanciones especiales, como toda unidad militar, que se aparecía un oficial en tu celda y vos no te parabas, te sancionaban, o si demorabas en pararte te sancionaban porque eras lento en reaccionar, o si tendías la cama, o porque hablabas en el recreo o hablabas cuando iba la visita, o fumabas, en fin. Motivo para sancionarte, cualquiera, entonces eso iba al prontuario de cada preso. Hoy en día en la desclasificación de los archivos, si vos vas por ejemplo al Archivo general de la Nación, ahí en la calle Convención entre Uruguay y Magallanes, donde está Gracielita Jorge y otra gente, vos pedís la información del Ministerio de Defensa referida a cada uno de los presos donde consta la ficha, el prontuario, antecedentes de cada uno, y están por ejemplo todas las visitas al Penal de Libertad, donde confirmo una vez más de que los tipos te grababan las entrevistas, entonces ponen el diálogo: “a Universindo Rodríguez lo vino a ver el día tal su hermana Fulana de tal, que vino de Artigas y entonces charlaron, ella decía tal cosa, él decía tal cosa”, está toda la conversación, está genial eso realmente. Me parece que es una forma de ampliar la información y tener más elementos para la reflexión en cuanto a las características de las prisiones, de los controles, a los presos y a sus familias, está genial. Eso se puede acceder, o sea, yo tengo el mío por ejemplo y están todas las visitas, todas las visitas, con un infor... y después dice “Fulano de tal es el encargado de grabación, Fulano es el encargado de grabar”, todo, todo. Un documento oficial.

P: Universindo, ¿y en qué piso estabas tú?

R: Yo cuando llegué, como todos los que llegábamos, me mandaron al primer piso, o sea del de color negro, ahí estuve un tiempo breve, ahí coincidió con la gente de San Javier, que los llevaron, ahí estaba Roslik, y [...], toda esa gente de San Javier, después coincidió con la gente

que llevaron presa también en el 1º de mayo del '80, o sea, todos los que llegamos más o menos entonces ahí ,nos mandaban ahí y después te iban distribuyendo. Y después como el caso mío era un caso especial, por las connotaciones internacionales que tuvo y las repercusiones y las presiones y todo eso, entonces los tipos me mandaron al quinto. Y prácticamente estuve casi todo... esos tres años y medio que estuve en el Penal de Libertad, prácticamente estuve en la 24 [...] del 5º A distintivo amarillo. Ahí prácticamente estuve hasta que salí, prácticamente estuve ahí, en ese lugar... los tipos eran cuidadosos en el... porque claro, era uno de los casos que tenía mucho... o sea, si los tipos te querían sancionar o... me sancionaban como a todo el mundo, pero te quería decir, nada que ver con el tema del cuartel. Aunque las condiciones de reclusión eran jodidas, de mala comida, el régimen de visita, el régimen de las actividades recreativas, todo eso, pero depende cómo estaba cada uno, yo venía de una situación muy particular por haber estado en un cuartel un año y medio y entonces te quiero decir, Libertad, el Penal de Libertad, comparado con el 13 de Infantería, obviamente que era una cosa mucho más liviana, obviamente. Ahora, claro, la gente que estaba ahí y que llevaba años presa, presa, con una incertidumbre en cuanto a cuántos años le iban a dar, etcétera, etcétera, obviamente que la pasaba muy mal, es la verdad. Estar preso es una cosa realmente complicada, más allá de que era una cárcel política, y la cárcel política no tiene absolutamente nada que ver con las cárceles de los comunes, más allá de que había compañeros que habían caído por cuestiones comunes, vinculadas con la izquierda, con la guerrilla, con los sindicatos, o sea, el ambiente era otra cosa y los militares sabían que era otra cosa, y además acá en el Uruguay la gente que estaba presa, el que más el que menos, era gente de nivel, que se preocupó durante los años de cárcel no solamente para dormir, sino para pensar lo que había hecho, lo que le pasaba al país, lo que le pasaba a América Latina, la experiencia realizada, sacar conclusiones, hacer intercambios, leer, informarse, bueno , si había restricciones de lectura la gente leía literatura, o sea, ahí se crearon grandes... escritores, gente diversa. Y eso era bueno porque entonces la gente hacía un uso productivo del tiempo de la cárcel, me parece que fue una experiencia realmente muy linda, había cine, había biblioteca, eso más o menos controlada por los presos y eso, que sí, quiere decir que se procuraba hacer una actividad acorde con los objetivos que llevaron a la gente a estar presa. O sea, la gente en la cárcel se transformó en un ámbito de militancia, de compromiso y de solidaridad entre los que estaban presos y solidaridad hacia afuera. Muy bueno realmente, y de mucha sensibilidad por las cosas que pasaban, que más o menos a través de las visitas y eso, te enterabas grosso modo de lo que pasaba.

P: Universindo, una de las cosas que siempre se dice cuando se habla sobre la situación de prisión en Uruguay, es de experiencias que eran hechas por psicólogos... o algo así. En ese momento que tú estás, ¿esto ocurría, se percibía esto?

R: No, no, no, no. Es más, en esta misma documentación que estamos hablando hoy en día, tanto la que se puede obtener en el Archivo General de la Nación -que en realidad es información del Ministerio de Defensa, que fue encontrado cuando Azucena Verruti estaba de Ministra de Defensa, en la compañía de Contrainformación de Dante y República, donde actualmente sería Eduardo Víctor Haedo y República- y la información que está en la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, los tipos... hubo todo un trabajo de planificación y de estudio de los presos en general y de cada caso en particular hombres y mujeres, ya sea detenidos en Montevideo, ya sea detenidos en el interior. Y ellos tenían pautas para evaluar el nivel de compromiso, el nivel de recuperación de cada uno y emitían juicios. Y eso era una tarea realizada por oficiales con el asesoramiento de profesionales, de psicólogos y eso, hay algunos casos que son famosos como Britos, ese doctor, que trabajaba realmente intentando quebrar un poco a la gente, en fin. La verdad es que ahí en Libertad poco y nada pudieron hacer, si vos mirás la ficha de cada uno, en realidad figuran todos como irrecuperables. Ser irrecuperable realmente es un elogio que te hacen, ¿no? Irrecuperable, por suerte soy irrecuperable. Bueno fuera, que fueras recuperable para la dictadura. Eso está muy interesante ver las fichas técnicas, podemos llamarles, del perfil psicológico de cada uno de los presos y presas en Uruguay en dictadura, eso está a disposición de la gente. Hay que pedirla individualmente u organismos o la justicia, pero está genial eso, porque hay pautas en las cuales los tipos van evaluando y criterios de los cuales tienen que seguir, o se llega a la conclusión. Bueno, este tipo está... irrecuperable.

P: Eso está de acuerdo con la frase del que era el director de Libertad que decía que había que enloquecerlos.

R: ¿Así decía? Bueno, no lo escuché. Puede ser.

P: Durante ese período, ¿tuviste contacto con abogados, con gente que te estaba defendiendo, o algún tipo de contacto que...

R: Bueno, los abogados inicialmente eran abogados de oficio, o sea los que te ponían ellos mismos. Los abogados de oficio lamentables, todos tipos vinculados con la dictadura, familiares de militares, esos staff de abogados de gente de derecha y ahí fui cambiando, la verdad es que ni me acuerdo porque la verdad es que lo que hicieron o dejaron de hacer fue poco y nada, hasta que finalmente en el último tramo de mi prisión, seguramente en el año '83, tanto yo como Lilián pasamos a ser defendidos por Azucena Berruti. Y después por el Hugo Batalla, también, pero no me acuerdo si Batalla... yo cuando salí me defendía Batalla, Azucena me defendía en el penal. Pero tampoco había... no era una cosa que vos tenías encuentros regulares, periódicos, amplios con tus defensores, porque no era fácil que les dieran entrada, que pudieran ir, que pudieran conversar, que pudieran asesorarte. Pero tá, lo tomábamos como formando parte de la realidad, en definitiva, obviamente que el abogado.... Los abogados de los presos políticos de acá fueron muy perseguidos en la época previa y durante la dictadura, quiere decir que la mayoría de ellos se fueron, no era fácil agarrar la defensoría de presos políticos, es todo un tema, había muy poca gente dispuesta en esa época a agarrar eso pero había abogados que lo hacían. Ya te digo, yo terminé con Azucena Berruti y con el Hugo Batalla, que fueron mis abogados cuando salí y con ellos fue que hicimos en febrero del '84 la primera denuncia en dictadura por el secuestro y sobre violación a los derechos humanos ante la justicia civil uruguaya, denuncia que ahora se ha desarchivado en el marco de la nueva situación sobre la ley de caducidad y que está funcionando, y que yo mismo, no sé si conversé con ustedes la vez pasada, pero yo tuve que... Lilián fue a declarar creo que en marzo o en febrero y yo declaré el 19 de abril, ah claro, que fue el feriado con la jueza Mariana Mota.

P: Universando, hablanos un poco del momento de la salida de la prisión, un poco antes, de repente, la expectativa finalmente de poder salir, de los cambios que pasan en el país...

R: Bueno, siempre en los penales había una gran situación de expectativas en relación con la salida de los compañeros o de las compañeras en la cárcel y la gente vivía un poco ahí pendiente, que venía el abogado, que salís tal fecha o tal otra, y a veces se prolongaba, y a algunos los reprocesaban, en fin, había de todo. Pero es obvio que en el año '83, cuando a nosotros –nos habían dado cinco años- en el año '83 es un año muy particular porque veníamos del año '80 con el “no” a la reforma constitucional. En el año '82 hubo un apoyo mayoritario a los sectores democráticos, los partidos tradicionales, y un voto al Frente Amplio que había obtenido como cien mil votos, que llamó Seregni desde la cárcel. Y eso siguió avanzando en el tiempo, en el '83 hubo un 1º de mayo convocado por el PIT, Plenario Intersindical de los Trabajadores [...] que convocó a miles y miles de personas, quiere decir que había todo un clima dentro del país, fuera del país, en las cárceles del país, en definitiva ese es el punto de no retorno, se vivía una situación que poco más, poco menos, los militares andaban buscando una salida, los civiles que los apoyaban también y las fuerzas opositoras, había multiplicidad de opiniones pero obviamente que la gente estaba procurando una salida de la dictadura y se vivía ese clima con gran expectativa y la gente asociaba eso a su posibilidad de libertad y a la posibilidad de integrarse a la militancia, era una cosa que a todo el mundo le pasaba por la cabeza, o sea, porque había mucha expectativa, había mucho entusiasmo, había mucha esperanza, que en definitiva los anhelos por los cuales la gente venía luchando, que era no solamente voltear la dictadura cívico-militar sino construir una sociedad solidaria, con justicia social, con libertades, todo eso, se pudiera concretar a partir de la participación multitudinaria de la gente. Y ese es un año de cacerolas, de jornadas de ruidos, de apagones. Y uno más o menos se enteraba de todas esas cosas y se vivía como “pah, qué bueno estar ahí”, la gente vivía con gran entusiasmo, con mucha expectativa. Y bueno, yo estaba en ese ambiente, cuando se cumplen más o menos cinco años, que es lo que nosotros cumplíamos,

fuimos detenidos el 12 pero los tipos nos anotaron el 21, pero creo que nos soltaron el 19, o sea, los tipos hicieron todo un manejo ahí de la cosa, porque en el caso nuestro había toda una expectativa en Brasil, entonces iba a venir una delegación de políticos, iba a venir gente de la Asamblea Legislativa, gente del Movimiento de Justicia y Derechos Humanos, gente de Amnistía, gente de Clamor, gente de los sindicatos, gente de la prensa, gente de... los abogados... toda una delegación amplia de brasileros iba a estar en Montevideo a la hora en que nosotros nos largaran, independientemente que fuera el día tal o cual y había gran expectativa, porque si bien acá había restricciones, en Brasil no había y como era un caso de repercusiones internacionales, existía la posibilidad de que nosotros habláramos y eso generaba expectativa, en los medios de prensa, que vinieron muchos periodistas acá. Aparte en la delegación había muchos periodistas, periodistas especializados, periodistas dignos que trabajaban en el periodismo de investigación y de pesquisa, que le dicen allá, gente que metía para adelante, desde Cero Hora hasta Jornal do Brasil, Folha do San Pablo, creo que... no recuerdo... las revistas...

P: ¿Los periodistas recuerdas?

R: Bueno, Mitchell, José Mitchell es el que más recuerdo, que sacó un suplemento diario en los días siguientes que salimos nosotros, impresionante, impresionante lo que escribía. Y nosotros... tá, estaba esa expectativa, y en definitiva un día nos largaron, ahí en la tarde, nos largaron, chin, chin, chin, yo me junté con mi familia, después nos encontramos en la casa de los padres de Lilián, ahí ya estaba la gente de la prensa, ahí nosotros hicimos un reconocimiento, hicimos una ratificación de las denuncias, hicimos un reconocimiento de los responsables uruguayos y brasileros del secuestro a partir de la información que había aportado Hugo Walter García Rivas que es el milico, aquel soldado que desertó, hicimos muchas conferencias en directo con Brasil, a diferentes ciudades, fundamentalmente a Porto Alegre, a San Pablo, Rio de Janeiro, nosotros contábamos todo lo que nos había pasado. La salida nuestra en lo previo y cuando se efectivizó salió en la prensa uruguaya, no era común que saliera pero salió, “van a ser liberados Rodríguez y Celiberti”, entonces había también toda una expectativa y nosotros respondimos a esa expectativa en el sentido de asumir nuestros dichos cuando estábamos presos, de respaldar a las denuncias que hubieron de parte de organismos internacionales, de derechos humanos, mientras estábamos ahí, y bueno, hicimos intercambios con todas estas delegaciones amplias que vinieron acá y ahí fue donde tomamos contacto con mucha gente... en el marco de una gran expectativa, de los vecinos, de la gente del barrio, de los uruguayos que se enteraban y te llamaban, todo bajo control, en esa época, si bien los tipos no estaban reprimiendo o a nosotros por lo menos, había una presencia importante de los tira de inteligencia y de los Volkswagen con 284, Volkswagen blancos, 284, donde los tipos si vos ibas a un bar los tipos se te sentaban al lado, no te llevaban preso pero te observaban. Y eso permanentemente, o sea, todos esos diez días que esta gente estuvo acá, fueron seguidos permanentemente por muchos vehículos, por muchos, gente vinculada a los servicios de inteligencia, como diciendo “miren que los estamos vigilando”, pero era un caso que se prestaba realmente y nosotros aprovechamos muy bien la situación, para aprovechar, conseguir respaldo y la mejor –pensábamos nosotros con Lilián- que la mejor defensa nuestra era denunciar todo y asumir públicamente, que si cualquier cosa que nos pasara era obvio que estaba vinculado con la actuación de ellos. Y ahí hablábamos con nuestros abogados, con Berruti y con Batalla, en esos días que nosotros salimos, salimos el 19 ponele, en esos días se estaba preparando el gran acto del Obelisco, por la unidad sin exclusiones, o sea, había toda una efervescencia política muy grande, mucha participación de la gente, gente en los barrios, gente con las cacerolas, gente con los apagones, gente con las pintadas, el canto popular, la vuelta de los exiliados, la vuelta de los cantantes, se vivía un clima de esperanza, de lucha y de compromiso. Realmente fantástico, una cosa que en el recuerdo de uno es de las cosas, de los momentos más interesantes, porque no es desde el momento que caés en cana sino cuando salís y salís no en un momento de chatura, en un momento de auge de la lucha popular... eso estaba buenísimo realmente. Y ahí ya con ellos, con nuestros abogados, con los familiares y entre nosotros, empezamos a conversar sobre la posibilidad de hacer una denuncia, aprovechar ese envión que hubo y efectivamente, caímos en noviembre y en febrero hicimos la denuncia, y en marzo o en febrero mismo fuimos a Brasil a recibir el reconocimiento de la gente de San Pablo,

que hubo que... como nosotros salíamos bajo libertad vigilada, que teníamos toda la semana que ir a firmar a los cuarteles, a un cuartel concretamente, el 1° de Artillería, entonces para salir del país había que pedir una autorización especial. Para salir de Montevideo había que pedir autorización y para salir a Brasil hubo que hacer todo un trámite, que lo hicimos con Batalla, bueno, finalmente se consiguió la autorización, creo que nos dieron diez o quince días para ir a Brasil, y fuimos allá y realmente fue fantástico.

P: Universindo, con Lilián tú tenías... ¿ustedes conseguían mantener algún tipo de contacto, al menos en estos momentos previos a la salida?

R: No, ninguno. Con Lilián nos vimos el día que caímos presos, después la volví a ver en julio del '79 cuando nos llevaron al Juzgado, que en realidad la vi ahí, estábamos todos ahí controlados, al lado de los tipos, nos vimos, y después la volví a ver el día que salimos. Y durante todo ese tiempo no tuvimos ningún contacto, ninguna relación, nada, nada, nada.

P: Ni indirectamente, nada. Así que todo eso es decidido prácticamente en el momento que están en libertad.

R: Claro, igualmente había vinculo con la familia, sobre todo la familia de Lilián y doña Lily en particular y que fue una mujer muy arriesgada, muy solidaria, muy comprometida y muy generosa en todo esto, entonces de alguna forma lo que pasó, dentro de las posibilidades planteadas, nosotros tenemos una idea... a demás nosotros, entendámonos, nosotros estábamos muy bien de ánimo y eso es importante. Estábamos muy convencidos de que formábamos parte de un movimiento uruguayo de lucha contra el autoritarismo que nos trascendía, y que nosotros formábamos parte de ese movimiento y en definitiva nuestra cooperación en la participación era a través de asumir la denuncia y vincularnos a eso. Y obviamente que fue lo que hicimos. Y estábamos bien de ánimo, de buen talante, que eso tiene que ver inclusive con la cosa que conversamos en la primera parte, cómo nosotros caímos, cómo nosotros nos comportamos, las repercusiones que todo eso tuvo, eso influye mucho en el ánimo del preso. El tipo se siente acompañado, se siente respaldado, se siente integrando, no se siente aislado, y además éramos gente joven, generalmente sanos, entonces obviamente que estábamos bien. Bien y hicimos bien las cosas, la verdad que uno mira al día de hoy y mira los registros que quedaron de época, obviamente que actuamos bastante bien dentro de lo que se podía. Obviamente que en ese sentido jugó un rol importantísimo no solamente en la denuncia de nuestro secuestro, sino en mantener activa una campaña durante cinco años, diversas organizaciones internacionales de derechos humanos, fundamentalmente de Brasil, y en ese sentido merece un destaque así principalísimo el abogado Omar Ferri, el abogado Omar Ferri que está vinculado al Movimiento de Justicia y Derechos Humanos, o sea, está vinculado con Jair Krischke y el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos. Todos ellos jugaron un rol fundamental, incluso Ferri en el año '81 sacó un libro "Secuestro en el Cono Sur" que tuvo una repercusión impresionante en Brasil donde se agotó y después tuvo una repercusión muy grande acá en Uruguay, con los servicios de inteligencia tienen el material y... después toda la campaña de denuncia que hubo en Brasil, de careo, donde los periodistas Luiz Cláudio Cunha y João Baptista Scalco fueron a careos con Pedro Celic y con los otros integrantes del DOPS, eso también tuvo una repercusión muy importante, internacionalmente. Después toda la relación de la gente vinculada con los sindicatos, cómo se llama este que fue... Olivio Dutra, todos los bancarios, digo los bancarios porque son los que más recuerdo, sindicato de bancarios, sindicato de la prensa, fueron fundamentales en todo eso. El rol de la prensa, de Amnistía Internacional, la gente de Clamor. Clamor de San Pablo que estaba ahí el monseñor Evaristo Arns, creo que era, y Jan Rocha. Esa gente jugó un rol importantísimo porque ellos en definitiva fueron los que cuando sucede el secuestro, que había poca información, incertidumbre, etcétera, Cores se vincula con ellos y ellos son los que le dan una posibilidad de vinculación con Omar Ferri, o sea que el vínculo un poco viene por ahí, también Clamor, no solamente en el caso nuestro, Clamor fue un organismo religioso, solidario y generoso con la lucha latinoamericana en general, en tiempos que era difícil hacerlo, en tiempos que no había... porque ellos también estaban vigilados, ellos también estaban presionados, ellos también estaban hostigados, ellos recibían presiones de las más diversas, de los servicios de inteligencia, de los gobiernos, de las autoridades, y también de otros sectores de la Iglesia que tampoco estaban muy de acuerdo

con lo que ellos hacían. De cualquier forma entonces me parece que si uno tuviera que destacar, en personas, los periodistas Luiz Claudio y Scalco, Omar Ferri, Jair Krischke, el movimiento de Justicia y Derechos Humanos, la Orden de los Abogados, el sindicalismo, no sé, ese sindicalismo que no es el San Pablo, estamos hablando fundamentalmente del de Rio Grande do Sul, la gente del Coojornal, que estaba Trindade en eso, gente muy bien. La prensa, los periodistas de todos estos lugares brasileños que actuaron con mucha... y ellos mantuvieron durante todo ese tiempo y en definitiva los periodistas con los abogados se transformaron en investigadores y aportaron muchos elementos a la justicia para desentrañar y desenmascarar cómo ellos querían presentar el secuestro, como en definitiva una cosa no demasiado importante, uruguayos que están allá, indocumentados, que vienen para acá. En definitiva los tipos le dieron el carácter político que efectivamente tuvo y que tiene la detención en el marco de una acción de coordinación de la dictadura que hoy en día está la documentación, pero en aquella época no había. Hoy en día con el tema de los archivos de la muerte [sic],²⁵⁸ ahí de Almada de Paraguay, se sabe todo lo que... la operación Cóndor, cómo se gestó, cómo actuaban, qué coordinaban, en qué operaciones más o menos participaron, pero en aquella época la cosa era más complicada y sin embargo los periodistas brasileños diversos y con los abogados y con toda esta gente que estamos nombrando, del Movimiento y Ferri y Krischke, la verdad... y otra tantísima gente. La opinión pública, porque cayó muy bien en la opinión pública, en definitiva la opinión pública no se creyó la versión oficial de que eran uruguayos indocumentados que al ser descubiertos en Brasil venían a Uruguay para seguir actuando en la guerrilla y cosas por el estilo. Absolutamente nada que ver, o sea, la gente... eso me parece que está bueno, que la opinión pública brasileña y de algunos otros lugares latinoamericanos, fue muy sensible, fue muy receptiva y muy solidaria con nosotros. Eso me parece que está bueno. Y en el imaginario de la gente figura, a veces uno va a la zona de frontera, me acuerdo una vez fui a Rivera, y una persona había juntado todos los recortes de la prensa. Y nos regaló. Lo tengo en mi casa. Dos álbumes con todos los recortes de la prensa durante cinco años, vinculado con el secuestro.

P: Es una marca muy fuerte.

R: Pero claro, y la gente decía “no, pero mirá que yo hice tal cosa cuando ustedes cayeron presos”, bárbaro, realmente, me parece fantástico.

P: Ustedes fueron bandera de organización y multiplicación de movimientos sociales, de actuación de movimientos sociales que en Brasil se estaba generando en aquel momento y a partir de ahí esta es una de las bandera más importantes que... hasta la salida de ustedes, prácticamente.

R: Y además ese momento... porque así como nosotros cuando salimos en el '83 en Uruguay y en otros países también de América Latina como la Argentina, que ahí va a ser un poco posterior, pero en Brasil cuando nosotros estábamos en Brasil, había toda una situación por la lucha por la apertura, por la libertad de la prensa, el retorno de los exiliados. O sea, todo ese ambiente especial, que por ejemplo la película esa “Em teu nome” trata el tema de los exiliados, me parece que lo trata fantásticamente. Y después hay un uruguayo, que es César Charlone, que con el Grupo Anónimo de Cine, porque en esa época no se podía filmar, hizo una película en el año '81 que se llama “Cuando sea grande”, que tiene la música del Sabalero, Angelitos, y que trata el tema de los niños desaparecidos con lo cual aparece el secuestro nuestro y aparece Ferri, aparece otra gente hablando y está muy buena, y después me acuerdo cuando nosotros salimos, esa película, que se hizo una desgrabación, porque estaba en portugués y en español se hizo una adecuación técnica, y se pasaba en cuanto comité, en cuanto plaza, en cuanto esquina, en cuanto sindicato, se pasó cientos de veces en todo el Uruguay, y nosotros íbamos ahí y dábamos charlas, y la verdad es que con imágenes de la dictadura, de las cárceles, de los presos, de la gente testimonian-do, todo el tema de los niños, la canción del Sabalero que iba nombrando (canta) “dónde está Mariana, dónde está Simón”, entonces la gente iba asociando la imagen con la lucha. Y cuánto si uno mira la canción del Sabalero hoy en día, cuánto de esos niños que nombra Angelitos están aparecidos. Está Simón, está Mariana, una cantidad de los que nombra ahí, algunos no. Pero la mayoría aparecieron, y en esa época era un emblema, la gente cantaba Angelitos por todos

258 Se refiere al denominado “Archivo del Terror”.

lados, el Sabalero estaba en el exilio, fantástico.

P: Universindo, esto es más una curiosidad, pensando un poco en el público que va a ver este material en el futuro. En el momento que salís de la prisión, ¿todavía está pasando aquello que te dan el papel de la deuda que tenés con el Estado? ¿Podés hablar un poco de esto? Porque es algo muy desconocido fuera de las fronteras.

R: Claro. Ellos en realidad, la dictadura uruguaya, no sé si otras dictaduras lo hicieron pero la uruguaya, ellos te llevaban un registro de las despesas, o sea, de lo que vos gastabas estando preso según sus cuentas y según su visión. Entonces cuando vos salías, ellos te daban un papel donde decía que vos debías tanta plata, año por año, entonces totalizaba tanto que tenías que pagarla. Y ellos te ponían como... y después te ponían algunos requisitos que si vos no pagabas no podías salir, no podías hacer trámites, tales cosas. No sé cuánta gente pagó.

P: Hubo gente que pagó.

R: Hubo gente que pagó. Tal vez la primera gente que salió, después ya al resto de la gente... yo tengo el papel, pero nunca lo pagué, yo no lo pagué, no lo pagué, y ahí decía "firmado tanto, tanto"; tenías que pagar eso, los tipos te querían cobrar eso, te cobraban año por año, por alojamiento y comida. O sea, cinco años, tanto. Y había una estimación de cuánto llevaba cada uno de esos años. Era toda una cuestión ahí muy particular, pero claro, después la gente en definitiva no pagó. Yo no recuerdo cuánta gente pagó, sé que si alguien pagó fue muy poquita gente que pagó y tal vez al comienzo, cuando empezaron a implementarla que la cosa estaba más complicada, pero con el paso del tiempo la gente no le daba... recibía el papel y tá, le daba largas al asunto y no pagó nada.

P: ¿Cómo sigue la lucha después en libertad, en relación a estos temas? O sea, es otro momento, es otra fase, ¿y cómo te insertás en eso?

R: Bueno, ahí simplificamos hasta hoy así más o menos... mirá, nosotros desde que salimos estamos al igual que los uruguayos, una buena parte de los sectores democráticos y progresistas del Uruguay de izquierda y sindicalistas, intelectuales, la Universidad, etcétera, y familiares de desaparecidos, de presos, todo eso, estamos empeñados... y la FEUU, Federación de Estudiantes Universitarios, estamos empeñados en esta lucha por verdad y justicia. La lucha por verdad y justicia es una lucha permanente, e intransferible. Cada pueblo la tiene que desarrollar en la medida de sus posibilidades, necesidades y manejando las particularidades de cada situación. Yo creo que en el Uruguay la lucha por verdad y justicia está bastante arraigada en la sociedad uruguaya, más allá de que en su momento, en el '89, no salió el voto verde, pero generó todo un debate a nivel nacional, una movilización, con mucha frescura, con mucha alegría, con mucha confianza, permitió situar el tema no como un tema secundario sino como un tema central, que en definitiva la reconstrucción y la posibilidad de afianzamiento de los valores democráticos y de justicia social, todo eso, van íntimamente ligados a la posibilidad de que efectivamente se pueda saldar adecuadamente lo que fue todo el tema de la violación a los derechos humanos sucedidos en Uruguay durante la dictadura. Dentro o fuera de fronteras, no importa. Y por eso decía que es una lucha permanente, que tiene que ver con la reconstrucción de la historia del país, con el compromiso de los uruguayos con su lucha, porque en definitiva es una lucha política, con objetivos y con compromiso. Y esa lucha ha tenido alternativas diversas. Nosotros en lo inmediato aportamos con la denuncia, después vinieron otras denuncias, después hubieron manifestaciones impresionantes. Esto continúa hasta el día de hoy, hoy en día estamos en un nuevo escenario político, cultural e institucional, donde la ley aquella que en el '89, en la década del '80 se implantó que fue la Ley de Caducidad y que no se pudo derogar en el '89, hoy en día están digamos... no está vigente la legislación esa por lo cual todas las denuncias, que las hubo, pueden ser analizadas e investigadas. Y hay una nueva situación en la justicia, y hay una nueva situación en el país, entonces eso abre de nuevo causas para la investigación, y cada vez que por ejemplo... y la Universidad de la república, está investigando en predios militares con los forenses, con los antropólogos, el tema de los desaparecidos, y cada vez que aparece un cuerpo de un desaparecido, aparte de la tristeza que te da ver cómo los masacraron, y en el caso de Julio Castro, agar-

raron un viejo de sesenta y ocho años, lo torturaron, lo mataron y después le pegaron un balazo en la cabeza, y después lo llevan y lo atan y lo entierran con cal... era una cosa grosera, realmente, eso en una sociedad como la uruguaya tiene un impacto muy grande, acá no eran la guerrilla o que esto, que lo otro, o sea, en definitiva, todos estamos sometidos al control, vigilancia, y al autoritarismo de los civiles y militares que gobernaron acá en dictadura, entonces ahora aparece el cuerpo de valientes, de blancos valientes, entonces cada vez que aparece, o sea, no solamente que confirma que las denuncias eran ciertas y que no fueron cosas hechas por terceros fuera de la orgánica militar, porque los cuerpos están apareciendo en los predios militares, y llevar un cuerpo construir una estructura, no es una cuestión que lo hace cualquiera. Pero por otra parte estos cuerpos llegaron ahí previo pasar por centros clandestinos de detención como la Casona de Millán, o sea que en definitiva había centros clandestinos y había centros no clandestinos. Había cuarteles y había cárceles, y había toda una connivencia ahí de efectivos militares que actuando por la orgánica militar, actuaban en el país y también actuaban fuera de fronteras, entonces me parece que esta nueva situación que está planteada, me parece que está muy buena. Tal vez uno siempre le quede la idea de que no avanza con el ritmo que uno quisiera, pero yo creo que se avanza y en términos internacionales el Uruguay tiene una buena parte de la cúpula militar responsable de estas cosas, tanto en Uruguay como en Paraguay, están presos, y acá en Uruguay están presos y sometidos a presiones importantes y sobre hechos que se siguen investigando. Y mismo los que están procesados en Paraguay es por desaparición. O sea, hay una disputa sobre el pasado y hay una disputa sobre la posibilidad de interpretar y juzgar esos hechos. Y en esa disputa estamos, en definitiva. Va a depender de las fuerzas que logren los sectores populares y democráticos y progresistas ahondar la brecha democrática, depende de la lucha. Hoy en día nosotros miramos con mucha expectativa, por ejemplo, que en Brasil donde cuánta gente decía "pah, en Brasil no va a pasar nunca más nada", ah, no sé, no hay que darlo por perdido, o sea, las perspectivas que abre la creación de la Comisión de la Verdad, se verá cuáles son, pero en definitiva se abre una posibilidad. La creación de organismos a nivel de cada uno de los estados brasileños va a motivar a que muchísima gente individualmente, colectivamente, organizaciones de derechos humanos, organismos públicos, lo que sea, fuerzas sociales, harán denuncia, harán aportes, harán presiones. Y entonces va a generar con el tiempo todo un ambiente, más el trabajo que hacen los periodistas, que hacen los historiadores, que hacen los investigadores, que hace la gente que está trabajando sistematizando información, ordenando información, intercambiando, vinculándose con otra gente de otras partes de América Latina que están transitando también caminos parecidos de búsqueda de verdad y justicia, yo creo que hay un nuevo tiempo. Un nuevo tiempo que va a depender de... el futuro dirá cuánto podemos aprovechar adecuadamente y responsablemente todo eso, pero hay una nueva situación planteada. Fijate que hasta ayer nomás en la educación el tema de los derechos humanos no estaba planteado. Hoy en día es un tema que está planteado, que hay que discutirlo, que hay que intercambiar opiniones, formando parte de la actividad curricular, el tema de secuestros, desapariciones, torturas, todo eso, forma parte. Entonces eso me parece que va generando nueva conciencia y yo creo que esa es la apuesta de futuro, generar la mayor conciencia, no solamente en relación con el ayer sino con el presente y pensando en una proyección de futuro que nos lleve a la construcción de sociedades más humanas, y donde resulte más placentero vivir en esto y en definitiva esos bolsones de autoritarismo que los hubo y que los hay, porque la derecha sigue actuando, los servicios siguen actuando, no es una cosa que se liquida de un día para el otro, es una tarea... por eso que decíamos hace un momento que esta lucha por verdad y justicia es una lucha permanente. A partir de la nueva legislación uruguaya que deroga los efectos de la Ley de Caducidad, se abrió una posibilidad jurídica institucional de que todas las denuncias hechas por violaciones a los derechos humanos puedan ser analizadas e investigadas, en última instancia depende de la justicia, entonces. En el caso concretamente nuestro, nosotros ratificamos, la justicia abrió el caso, el juzgado de séptimo turno, la doctora Mariana Mota abrió el expediente, ella tiene una cantidad de causas entre las cuales tiene la denuncia sobre el secuestro de Porto Alegre, con todo lo que implica: secuestro, traslados, torturas, prisiones con actas fraguadas, etcétera, etcétera, entonces esa denuncia que estaba archivada –pero que la documentación estaba toda– entonces esa denuncia está, la jueza lo tiene, Lilián Celiberti ratificó la denuncia, yo ratifiqué la denuncia y ahora se está en un proceso de citar a los periodistas, en realidad queda uno, porque Scaco está muer-

to, Luiz Cláudio oportunamente será citado como testigo importante, la jueza ya citó y entrevistó a Hugo Walter García Rivas, el soldado que desertó, que sí, que eso ya está hecho, después van a citar a los hijos de Lilián Celiberti, que fueron los dos menores, y va a citar también a los militares denunciados, a los que están vivos, porque hay alguna de esta gente que está muerta, pero hay muchos que están vivos, entonces a los que participaron allá y acá en Uruguay, ellos van a ser citados por la justicia. Incluso existe la posibilidad de que en algún caso se plantee una instancia de careo, o sea, de confrontación de dichos de los denunciantes, que somos nosotros, con algunos de ellos. O sea, eso está en trámite. Obviamente que la jueza Mota tiene treinta casos, y cada caso implica una cantidad de testigos, de situaciones, de características, de particularidades, pero bueno, eso está funcionando y bueno, nosotros somos muy confiados, muy optimistas, en el sentido de que eso tenga un buen andamio y que en definitiva se termine con la asunción pública de los hechos, hechos realizados por el Estado uruguayo en relación con el secuestro de Porto Alegre, el traslado, etcétera, etcétera, y con la sanción que corresponda a los militares implicados en los hechos que denunciamos. O sea, eso está funcionando, tendrá sus ritmos, su característica, pero esto ya está, la denuncia está de vuelta activa y la jueza Mota y el Poder Judicial nosotros tenemos mucha confianza en que efectivamente esto salga adelante, como está pasando con otros tantísimos casos. Eso por un lado, segundo: a partir de los hechos que a nosotros nos tocó vivir en el '78, se estableció inicialmente a través de los familiares, de gente amiga, de compañeros, todo un vínculo más fuerte de los uruguayos con los brasileños, que ya venía de antes, pero se potenció en algunas áreas, digamos, con estos organismos, con estas personas que nombramos anteriormente y después, cuando nosotros salimos, ese vínculo se ha mantenido con muchísimos de ellos, quiere decir que nosotros tenemos hoy en día con Lilián, con los sectores democráticos brasileños que hoy en día están organizados de forma distinta que en el '78 y '83, tenemos una relación de amistad, de intercambio, de reconocimiento que se mantienen, con el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos, con Ferri, con Krischke, con Luiz Cláudio, con toda esa gente que nombrábamos antes, y eso sigue planteado y en definitiva eso es consecuencia de reconocer por nuestra parte todo el esfuerzo que ellos hicieron y a la vez que estas denuncias y estas gestiones también sirven, no solamente concretamente para esclarecer y echar mejor luz o más luz sobre el caso de este episodio, sino que también, de alguna forma, denunciar, como lo hace el libro de Luiz Cláudio, cómo en definitiva este episodio de secuestro del '78 formaba parte de una política que desarrollaban los regímenes dictatoriales y particularmente el brasileño que fue pionero en esto. Entonces en definitiva esto también sirve para echar luz sobre la historia brasileña, la historia de las últimas décadas, la historia contemporánea, la historia reciente, la historia de presente, y eso me parece que está bueno. Y bueno, y adónde va a llegar eso veremos, con todas estas nuevas instancias jurídicas, políticas, institucionales que están planteadas.

P: El Estado brasileño reconoció el secuestro de ustedes.

R: El Estado brasileño reconoció el secuestro, nosotros fuimos indemnizados en Brasil allá por el año '91 si no me equivoco, o comienzos de los '90, hubo diversas instancias, hubo diversos reconocimientos públicos, como por ejemplo la Asamblea Legislativa y ese tipo de cosas, en definitiva se hizo bastante y está bueno. Obviamente que siempre se puede hacer un poco más, pero me parece que está bueno, yo creo que ahora la parte... hay una parte que no fueron procesados, pero bueno, ésa es otra historia que depende de las posibilidades de concreción y pruebas, etcétera, y después está todo el tema planteado en Uruguay, quiere decir que... y sobre eso hay expectativas que tal vez la forma en cómo se resuelva en Uruguay seguramente va a repercutir en Brasil, porque si sale un procesamiento de procesamiento a Ferro, a Eduardo Ferro, a Giannone, todo eso, obviamente que eso va a repercutir no solamente en los ámbitos de la prensa sino en los ámbitos judiciales y políticos brasileños, eso me parece que está realmente bueno. Y en relación con la última parte, bueno, nosotros, en mi caso particular, y de Lilián también, nosotros hemos asumido un compromiso de vida con todo este tema de la denuncia y ser consecuentes, y ser generosos en el reconocimiento de los apoyos recibidos y de las denuncias realizadas. Y nosotros seguimos en esta postura, y usamos todos los ámbitos de trabajo, de actuación personal o de trabajo profesional en el sentido de aportar a lo que es generar más información y más elementos para la reflexión sobre la importancia de esta temática de derechos humanos, de la lucha política desarrollada en el país y estar abiertos al intercambio con diversas organizaciones socia-

les y académicas uruguayas, y a la vez latinoamericanas. Porque nos interesa mucho la cuestión latinoamericana, me parece que muchas de las cosas que nos pasaron a nosotros, que nos pasan a nosotros, tienen una vinculación bastante fuerte, y a veces nos duele, por ejemplo, y nos preocupa, de que en el Uruguay, por ejemplo, las cosas que pasan en Brasil, por un problema de manejo de los medios de comunicación, acá en Uruguay no repercuten absolutamente nada, no se informa, como si no existiera un país inmensísimo como Brasil que está al lado nuestro. Entonces te informan de lo que pasa en no sé dónde, entonces nos interesa mucho más información sobre MERCOSUR, sobre la realidad latinoamericana y sobre estas temáticas en particular. Y nosotros estamos ahí vinculados, vinculados a la gente que está aportando, acá hay un grupo a nivel de la Universidad de la República, que dirige Álvaro Rico, con todo un equipo de compañeros y de compañeras que está trabajando muy bien en los archivos y que ha aportado muchísimo. La Universidad de la República en el Uruguay ha tenido un compromiso, ha tenido, tiene un compromiso y sigue trabajando, todo esta situación de los antropólogos, hay documentales, hay libros, hay investigaciones diversas ya publicadas y otras que están en curso. Nosotros mismos también para trabajo que tiene que ver con la actuación de los servicios de inteligencia tanto nacionales como extranjeros en el Uruguay hemos recurrido a los archivos de inteligencia en todos estos años y próximamente vamos a publicar algún libro vinculado justamente en la actuación de los sindicatos y los servicios de inteligencia tanto uruguayos como... -en el interior de los sindicatos- como norteamericanos, fomentando el amarillismo, intentando generar una alternativa al sindicalismo clasista, solidario, internacionalista. Y nos parece que la posibilidad hoy en día de acceder a los archivos te brinda muchas posibilidades de tener más elementos y de clarificar y documentar y de precisar y reflexionar. Eso me parece que está realmente bueno. Y estas instancias de intercambio que se hacen de un país con otro, me parece que está bueno ver que en definitiva... porque ellos, todos iban a adiestrarse, los servicios de inteligencia, a la Escuela de las Américas, o sea que ellos tienen... entonces ver por ejemplo esos.. Fichas de evaluación, fichas técnicas de evaluación que nos hacían los presos políticos uruguayos en Brasil... ¿existe eso?

P: Eso está en la ficha del DOPS generalmente, de los militares

R: No, no, pero de los presos, esa que decía que un preso...

DEPOIMENTO 19 – LILIÁN CELIBERTI – PRIMEIRO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 21 DE MAIO DE 2012.

P: Lilián, una primera cosa que quisiéramos saber de ti un poco, que nos hablaras de tu entorno familiar, de tu origen familiar, de tu adolescencia.

R: A ver, yo nací en un hogar de dos, padre y madre, que venían del interior, de hecho yo nací en Durazno, en un pequeño pueblo y al mes mis padres vinieron para Montevideo, en ese momento de migración permanente del campo y de las pequeñas ciudades hacia la capital. Mi padre, mi abuelo, siempre trabajaron en farmacia, básicamente con homeopatía, él era homeópata, pero práctico digamos, si bien ingresó a la Facultad de Química y Farmacia, mi padre no la terminó porque tenía que trabajar y bueno, no se podía estudiar. En cualquier época los estudios universitarios marcaban una clase, pero bueno, pero él hizo muchos cursos, sobre todo con un médico homeópata alemán y de hecho era un... bueno, tenía un ojo clínico muy importante, o sea, él veía a las personas y le consultaban, actuaba como un homeópata, digamos a partir de... después de que este médico alemán se murió. Crecí entonces en ese hogar, con podríamos decir con una clase media baja, bastante tradicional, o sea mi madre no trabajaba, como se usaba en las mujeres de esa época, después ya cuando yo tenía trece, catorce años mi madre empezó a trabajar con su hermana menor, básicamente. Y bueno, en los ideales que se compartían en ese momento, que era estudiar, dedicarse al estudio, terminar el liceo y seguir estudiando, ellos eran -sobre todo mi padre- era de un partido tradicional, del Partido Nacional, llamado Blanco en Uruguay, y siempre tanto él como mi abuelo, que también era nacionalista, tenían una alta idea de la acción política y siempre mi padre me llevaba a los clubes y me decía que tenía que hacer política y... por lo tanto yo seguí... sentí que era como una cosa natural. Por supuesto que después a mi padre no le gustó la política que yo elegí hacer, pero eso era otra historia, es otra historia. Y empecé a estudiar magisterio cuando tenía dieciséis años, porque en ese momento no era obligatorio hacer... en Uruguay no era obligatorio hacer quinto y sexto, que era el bachillerato, para entrar a magisterio, entonces yo entré directamente, di la prueba de admisión y entré y creo que a partir de ahí, tenía dieciséis años y era una niña... una adolescente típica, sin mucha idea de la política, de la política de izquierda, no la conocía, en mi casa no se hablaba de eso, aunque sí se hablaba de política todo el tiempo. Estando en magisterio, al primer mes, algo así de empezar las clases, alguien pasa por las clases anunciando la creación de un grupo de misiones socio-pedagógicas para analizar la escuela rural, para visitar la escuela rural en el Uruguay. Yo me inscribí en ese grupo y empecé a formar parte de este grupo de misiones socio-pedagógicas en la primera de las misiones donde fue Elena Quinteros, Sara Méndez, Gustavo Insaruralde, bueno, después lo cono... en realidad fui conociendo unos a otros porque Gustavo era muy amigo de Elena, pero mi primera vinculación fue con las misiones socio-pedagógicas, Yamandú González, compañero que ya murió, Telba Juárez, que después asesinaron en Buenos Aires, es decir que todo ese grupo que estamos hablando del año 1966, que conformamos - yo creo que era de las más chicas, porque yo tenía dieciséis años- que conformamos ese primer grupo de misiones socio-pedagógicas, que era una reedición de un movimiento que hubo en el Magisterio Nacional, liderado por Miguel Soler, que es un educador de larga trayectoria, de lo que fue la experiencia de la Mina en Treinta y tres, y de las misiones socio-pedagógicas como manera... como una manera diferente de enseñar, enseñar haciendo, viendo, visitando, comprometiéndose con la realidad de la escuela rural en el Uruguay. Cuando llegó el momento de ir a las misiones que eran... de ir a la misión que efectivamente era en Durazno, con otros estudiantes, bueno, por supuesto que el problema en mi casa, entre mis padres y sobre todo mi madre, era que cómo me iba a ir quince días en un grupo con varones y bueno, y participar y vivir, y convivir durante quince días. Resultó que casualmente el lugar de la misión era Capilla de Farruco, que fue el lugar donde mi abuela, mis abuelos maternos vivieron, en Capilla de Farruco. Entonces en realidad yo empecé a trabajar a mi madre por ese lado, de que "qué casualidad que bueno, que yo, que había...", mi abuelo murió cuando yo tenía cinco años, mi abuelo materno, entonces al final mi madre se enterneció con esta idea que era como un poco de ir a Capilla de Farruco, a un

lugar que tenía significación para ella, para su familia, para su historia, para la historia de su madre y de su padre. Una cosa bastante significativa es que mi padre, y la familia de mi padre, eran profundamente ateos y cuando yo tenía diez años... o sea, ateos: mi padre no entraba a una iglesia, mi abuelo era ateo masón, o sea, le parecía que lo peor en el mundo y los responsables de todo eran las iglesias y los curas, en esa concepción siempre había mediaciones, porque a nosotros nos bautizaron porque mi madre quería, pero después nada más, pero mi madre no tenía... nunca practicó la religión pero tenía esa visión de los sectores populares, que lo que hay no sobra y que total, no importa. O sea, tenía una visión muy pragmática, creer, no creer, pero si Dios existe más vale que esté de mi parte, era algo por ese lado. Entonces... y cuando yo... pero no practicaba, no iba a misa, pero sí el bautismo, por las dudas, o sea, siempre era esa cosa. En ese ambiente, yo crecí y cuando tenía diez años decidí que quería ser católica y me fui a la iglesia y me fui... hice el catecismo y después tomé la comunión, todo por mi cuenta y por mi decisión. Digo esto porque de alguna manera creo que hay un punto de relación entre esa búsqueda, que era una búsqueda un poco de trascendencia metafísica, o sea que... buscar qué hay más, cuál es mi lugar en este universo, también tiene que ver con esta elección de las misiones socio-pedagógicas, y después con el anarquismo también. Yo hago en mi interpretación personal, hago un poco como todos esos pasos. Efectivamente la experiencia de ... primero, bueno, para cualquier adolescente la experiencia en un grupo humano, orientado, porque nosotros fuimos con maestros y teníamos reuniones, asambleas, evaluaciones todas las noches, etcétera, pero participar de un grupo es una revolución personal, que a uno lo somete a cuestionamientos, a cambios, entonces eso ya fue un impacto. Pero además me impactó profundamente la realidad de un pequeño lugar, que en realidad no se podría decir ni siquiera que era un pueblo, porque no era un pueblo, era un lugar físico con una escuela, una vieja capilla, la capilla de Farruco, y después casas desperdigadas a las cuales concurrían, la escuela era el centro de todo lo social. En una zona ganadera, de ganadería extensiva, una gran pobreza y sobre todo más que la pobreza material, lo que a mí más me impactó era esa idea de estar un poco fuera del mundo, o sea, de vivir en un lugar donde no hay nada, donde no podés ir a un cine, donde... pensaba yo como joven, con dieciséis años, todo lo que tenía al alcance de mi mano para hacer porque en general lo hacía, ir al cine o ir al teatro, tener una experiencia de ese tipo. Fue un impacto muy grande y cuando volvimos de las misiones, de alguna manera fue un pasaje muy natural a la militancia gremial. De hecho, empecé a ir a las reuniones sin mucha... y un elemento decisivo porque como, claro, uno crea amistades, la segunda cosa que me pasó es que yo me sentía una... bueno, como era, ¿no? como era muy ignorante de muchas cosas, y me impactó que el grupo cuando hizo la devolución de las misiones, me eligiera como vocera. Y fue una cosa que me dejó shockeada porque no entendía por qué me estaban eligiendo a mí que no tenía... entonces el maestro Vera, que era el maestro que nos acompañó, que ya hace muchos años que murió, yo fui y le dije "pero yo no estoy en condiciones de hablar, porque yo realmente no me siento que sea una persona... la más capacitada para esto" y entonces él me dijo "bueno, el grupo te eligió, por lo tanto tú sabrás y podrás decir lo que tengas para decir", bueno fue un momento tal vez... para mí lo recuerdo hoy, porque fue una cosa que en realidad yo no tengo dificultades en hablar en ninguna reunión, pero en aquel momento no tenía claro de que tuviera esa habilidad. Inmediatamente, casi inmediatamente a eso, en realidad al año siguiente, porque nosotros fuimos a las misiones en el año '66 en el mes de septiembre, en las vacaciones de septiembre, entonces al año siguiente, en el año '67, fue la Conferencia de Presidentes que vino el Che, la última, creo, de la ruptura de Cuba con la OEA y había una serie de manifestaciones estudiantiles contra la presencia del presidente de Estados Unidos, lo que era también típico de esa época. Pero bueno, yo no tenía mucha... ya digo, no tenían mucha politización en ese sentido. Entonces salimos a una manifestación, combinada con las reivindicaciones propias del magisterio, que estábamos en una lucha por la inclusión de un tercer turno, bueno, una serie de reivindicaciones de tipo gremial, porque la matrícula en el año '67 para estudiantes de magisterio casi se duplicó, entonces se encontró una infraestructura locativa absolutamente insuficiente, bueno, y se generaron una serie de conflictos porque nos teníamos que sentar de a dos en las sillas, porque no había lugar para sentarse, bueno fue un momento muy caótico que empezó a generar una movilización. Pero bueno, esta movilización era una combinación entre estas reivindicaciones y la venida... de la Conferencia de Presidentes que en realidad era en Punta del Este, no era en Montevideo, pero de todas maneras

se manifestaba. Salimos a la calle, y se dio un momento de represión, básicamente porque era por esta agenda internacional, que no había como una represión callejera en ese momento todavía, en el '67, pero sí se dio ahí, y le pegaron con un palo a Sara Méndez, entonces yo me acuerdo que le caía un hilo de sangre así, no fue ni una herida muy profunda ni nada, pero... entonces a mí me pasó una cosa también, absolutamente impensada, y es que me paré en la plaza Libertad y empecé a hablar, empecé a hablar, así, espontáneamente y enfrentar a la policía que estaba ahí, diciéndoles “ustedes son responsables, cómo pueden hacer esto”, no sé ni lo que dije, porque era como si hubiera estado poseída porque yo no... no fue una cosa planificada, fue algo que me produjo el impacto de ver, por primera vez en mi vida, a alguien que había sido golpeado al lado mío. Y esa indignación me produjo una reacción... ésa, de ponerme, de pararme ahí, de quedarme ahí, de hablar. Entonces a partir de eso claro, como habían agrupaciones políticas, en magisterio, como que todo el mundo empezó a hablarme para integrarme a alguna agrupación. Y bueno, yo ya conocía a Gustavo Insaurralde, porque era amigo de Elena, y como Elena había ido a las misiones el año anterior, y además fue su último año en magisterio, entonces, bueno, a partir de eso él me integró a la agrupación 3 de Magisterio. Digo, yo me sentí también más cerca, porque en realidad a mí me parecía que los comunistas eran... algo fuera de mi universo. Entonces como las dos agrupaciones, una era de la UJC y otra era de católicos, cristianos, anarquistas, y no sé qué, me sentí que era el lugar más cercano a mí... bueno, a mi manera de pensar, a mi manera... y a partir de ahí empezó entonces mi militancia gremial. En un momento en el cual pasaron muchas cosas, en realidad en un año paso muchas cosas y llego al '68... bueno, muchas cosas en Magisterio, porque nosotros pasamos a ser casi dos mil estudiantes, con una matrícula impresionante, se dieron grandísimas manifestaciones y grandes luchas, ocupaciones, etcétera, y al año siguiente fue el año '68. Y el año '68 nosotros estábamos en un momento de grandes luchas por reivindicaciones gremiales, que tenían que ver con el comedor, porque ya se había... nos habíamos trasladado a La Teja, que era un lugar lejos, entonces la gente íbamos de mañana, teníamos la práctica en la escuela, después clase de tarde, entonces en realidad salías de tu casa a las siete de la mañana y volvías a las siete de la noche, la gente no tenía donde almorzar, a no ser que se llevara comida de la casa, entonces eran esas... pero en el marco del año '68 que fue la explosión estudiantil en todos los sentidos. En ese año yo llegué a ser Secretaria General del gremio y siempre en esta especie de... porque bueno, porque hubo un cambio generacional, hasta ese momento la militancia gremial era reducida a grupos muy politizados, con este crecimiento de la matrícula entró muchísima gente, ya digo, al año siguiente llegamos a ser dos mil estudiantes y la militancia se dio clase por clase, con delegados de clase, entonces era otra, otra... donde los grupos más politizados estaban dentro de las agrupaciones pero agrupaciones muy amplias, y bueno, y yo recuerdo que el primer año que entré a la directiva... ah, porque el año anterior yo había ingresado a la directiva con una votación... yo estaba en el 6º lugar, porque en realidad no tenía ninguna experiencia gremial de ningún tipo, pero salí -de esas cosas que pasan en las listas-, salí a la directiva porque la agrupación 3 tuvo una votación muy grande. Y entonces yo iba a la Directiva y decía “ay, yo no sé cómo saben tanto, cómo entienden, esas cosas, decían porque el año próximo va a pasar tal cosa y tal cosa” y yo decía “cómo saben que va a pasar”, esa era totalmente... todo eso fue tan vertiginoso, los aprendizajes fueron tan vertiginosos, que yo, el mismo año ingresé a la FAU, a la Federación Anarquista Uruguaya y empecé a tratar con adultos que me trataban como igual, en una cosa que era una diferencia... parecía que me trataban como igual, al menos, no sé cómo sería si uno tuviera más análisis crítico en ese momento, pero yo no lo tenía, en el sentido de que yo de golpe sentí como un crecimiento muy acelerado, entonces, por ejemplo en el año '68 participábamos en miles de debates, en miles de cosas, pero a su vez yo dentro de la FAU, me habían metido en un grupo de capacitación, con unos compañeros que para mí eran los intelectuales más significativos y yo también una vez me preguntaba “¿pero yo qué estoy haciendo acá, cómo es que llegué a este lugar?”, no sé, pienso que tal vez mirándolo ahora, pienso que tal vez habían... veían estos.. porque había una diferencia generacional bastante grande, o sea, nosotros teníamos entre dieciocho y veinte, y -digo, por lo menos en términos de militancia, capaz que no tanto en términos de edad-, pero Gerardo, León, etcétera, eran como nuestros padres, o sea, tenían la edad capaz que ni siquiera tanto, pero nosotros los veíamos como si fueran igual que mis padres. Aunque pienso, digo, no sé cuánto años tendrían ahora, pero seguramente tenían diez o quince años más... que

cuando uno tiene dieciocho, diez años o quince más es mucho. Entonces se dio ese desbalance y pienso que ellos veían en mí cosas que yo no veía en mí, o sea veían como potencialidades, desarrollos, y querían apostar a mi formación. Y creo que en eso... no sé, mirando toda la trayectoria y toda mi historia, bueno, yo también tengo... agradezco que haya pasado así, por... que me hayan dado tanta... que me hayan dado tanta afirmación. Pero bueno, ya digo, todo fue muy acelerado en ese período en todos los sentidos. En los cambios, en los cambios personales, en mi vida, como adolescente, en mi sexualidad, en el desarrollo de relaciones personales, afectivas, de amor, en fin. Entonces como que fueron pasando muchas cosas y se me fueron abriendo opciones, por ejemplo, yo tuve un primer novio que era tupamaro. Y entonces bueno, me tocó también... porque bueno, él me dijo que era tupamaro, y me tocó convivir con eso y también optar y opté por no ser tupamara. O sea, que no es algo que me pasó. Dije: "no, no quiero, no quiero... no siento que éste sea el camino que yo quiero recorrer, quiero..." a mí me gustaba y sentía y apostaba bastante, mucho, a la movilización con la gente, a la relación, a crear un movimiento de mucha gente. Y entonces esa... sin demasiadas argumentaciones más que esas, después pienso que a lo largo del tiempo se fueron creando otras argumentaciones, pero quiero decir, en ese momento con este mi primer novio, las discusiones eran "bueno, yo no creo en ese tipo de lucha, quiero otra, otro tipo de lucha, otra..." yo era dirigente estudiantil, me gustaba ser dirigente estudiantil, quería estar en ese movimiento, en la calle, salir. Entonces por ahí tal vez fue como la primera opción política, digamos, que hice en ese, mi recorrido militante. En grandes disputas, por supuesto con mi madre, con mi familia, que me llevó a una segunda cuestión que fue casarme cuando yo tenía dieciocho años. Y en realidad me casé, me casé con Hugo, que es el padre de Camilo y de Francesca, con esta... con una idea errada, pienso, de que las instituciones no importan y que en realidad es un papel más, bueno como era en ese momento. Y que de alguna manera significaba para mis padres como la tranquilidad de que ya no tenían responsabilidad sobre mí, sobre mi vida. Y eso a mí me daba mucha libertad. Y bueno, nosotros nos casamos y el mismo día que nos casamos nos fuimos a una reunión de Directiva, o sea, lo tomamos como un acto insignificante, al menos sin la trascendencia de un ritual burgués que cuestionábamos, en fin. No hicimos la luna de miel tradicional, lo vivimos como lo que éramos, como dos militantes estudiantiles en el año '68, que era un año con muerte estudiantil, con muchas manifestaciones y mucho cambio y mucha transformación.

P: Lilián, en ese momento, ¿tú te veías como anarquista? O sea, el hecho de incluso tener líderes como el propio Gatti o Cuesta, ¿tú veías esto como siendo parte de esa formación? ¿Tenías ese concepto desarrollado?

R: En un primer momento cuando yo me integré a la FAU en el '67. Entonces, cuando me integré no conocía mucho, me empecé a acercarme al pensamiento anarquista, más bien conocí a Gustavo, Gustavo fue realmente el que me trasladó las principales herramientas del anarquismo, los principales principios, en una visión nada sectaria, pero ya en el año '68, o sea al año siguiente, a los pocos meses, la FAU tuvo una ruptura interna que inició algunos anarquistas más clásicos, digamos, se fueron de la FAU y la FAU empezó un proceso de lo que se llamó una síntesis entre el pensamiento marxista y el anarquista. Y en realidad empezó a funcionar casi como un partido, o sea que era una Federa... no era la misma Federación, que yo en realidad no llegué a conocer, o sea, yo no llegué a conocer la Federación Anarquista Uruguay con su funcionamiento tradicional e histórico, sino ya entré en el momento en la transición de la FAU con puntitos a la FAU sin puntitos, que así se llamaba la diferenciación, es decir, de ser una Federación realmente de grupos anarquistas, a ser un grupo anarquista, un grupo que tenía una cierta proximidad con el marxismo o que reivindicaba algunos aspectos del marxismo. Y en particular ya desde el año '68 yo me vinculé más con Hugo Cores y con algunos de los dirigentes que estaban más en el frente sindical y de masas. Y con Gerardo, que para mí era el ideólogo realmente de esa transición, entre el anarquismo clásico y algunos aspectos más vinculados a una concepción partidaria, del partido como tal. Y entonces en ese marco, yo sí me parece que me acercaba bastante a las ideas, tal vez con menos formación, aunque por supuesto nuestros textos eran los de la Revolución... o sea, nosotros conocíamos en ese momento mucho de la Revolución Española, de... pero menos, menos en el debate, algunos debates sí, sobre la acción directa y las limitaciones de la acción directa, pero menos en los debates teóricos, entre Bakunin, Malatesta, o sea, menos.

Más en una... también porque a partir del '68, '69 se empieza a dar un aceleramiento de la realidad política nacional, que de alguna manera te comprometía a niveles de pronunciamiento muy... cada semana pasaba una cosa, había una restricción, venían las medidas de seguridad, yo qué sé, ya en el año '68, '69 empiezan las represiones, la congelación de salarios, también una crisis económica que golpeaba y paralelamente hubo un proceso de autoritarismo político y social represivo, que ralmente generó como en pocos años, del '68 al '72 que fue el momento culminante de eso, y ya después al '72 el golpe, bueno. Estos cuatro años de antecedentes eran una situación de persecución, de gente presa, básicamente dirigentes sindicales, entonces creo que el centro del debate estaba y estuvo en la definición de cuál era el lugar de la lucha armada. Después la relación entre esa lucha armada y el movimiento sindical, de masas, barrial, estudiantil, etcétera, que también era un tema de polémica, o sea, quién dirige, o sea, quién es el motor. Y por otro lado, lo que... los caminos ya más concretos del lugar de cada uno de los actores, o sea el lugar de los militares, cómo ubicarlos y dónde ubicarlos, la represión, la tortura, etcétera. Entonces ahí me parece que... se ubicó otros centros, otros centros de debate, otros centros de diferenciación, a nivel político la constitución de la declaración de la OLAS que parecía marcar una corriente en el pensamiento de izquierda latinoamericano, frente a lo que podía ser el reformismo clásico del Partido Comunista y sus aliados. Y en esa diferenciación, ahí estaba la diferenciación política. Y después una diferenciación y una polémica más cercana y más interna, que es qué te diferenciaba del MLN como tal, por lo menos en el campo nacional y ahí uno perdía... perdía muchas batallas, porque en realidad estaba difícil hacer esa diferenciación o ubicarte en otro terreno. Entonces me parece que eso desplazó los centros del debate ideológico, en general. En ese contexto los debates, en realidad, estaban centrados en cómo ir enfrentando la represión que se venía instalando en el proceso nacional. Yo digo que en términos del anarquismo, estaba claro que la participación en las elecciones no era un camino a recorrer, por lo tanto [cortan] en ese contexto, decía, la participación en las elecciones no era una alternativa política posible desde la visión de los anarquistas. Participar en las elecciones... no se creía en las instituciones ni en ese camino. Pero cuando en el año '71 se crea el Frente Amplio, Hugo Cores y yo vinimos juntos al acto del Frente Amplio y realmente nos quedamos... claro, él era dirigente sindical y yo tenía... ya en ese momento no era más dirigente porque en el '71 ya me había recibido, y ya era más militante interna partidaria, de la FAU. Pero militábamos juntos en la ROE, en la Resistencia Obrero-Estudiantil. Entonces nos vinimos juntos en su moto y la verdad que nos quedamos shockeados, y dijimos "me parece que nos estamos equivocando", pero no teníamos... bueno, obviamente que yo no tenía la fuerza. Lo sentí como muy en lo profundo, pero no tenía la fuerza política para enfrentar a Gerardo y a otros compañeros, o sea, no tenía las condiciones. Sentí que la constitución del Frente marcaba un camino en las elecciones, que era... que podía ser significativo, sobre todo estaba nucleando una izquierda muy dispersa, recordemos que en ese contexto, en el contexto de los años entre el '68 y el '70 y después en adelante, en realidad habían dos grandes sectores, la Tendencia, que ubicaba a toda esta izquierda autodefinida revolucionaria, sea armada o no, pero todas con simpatía hacia la lucha armada, y lo que se consideraba la izquierda... consideraba por parte de ésta izquierda, a los otros como izquierda reformista, y estos eran los dos grandes sectores. Y de golpe aparece una formación política que ubica a sectores diferentes, porque hasta el 26 de marzo, que era... bueno, como proclive al MLN, aparecía dentro del Frente Amplio. Entonces claramente había una nueva configuración política de la cual la FAU quedaba al margen. Y en realidad yo creo que tanto Hugo como yo, por lo menos lo que sentimos, más que si era bueno o no, era esta cosa de "no está bueno estar al margen de esto", creo que era más por ese lado que por otro, por el lado más elaborado. Al menos yo, seguramente capaz que Hugo tenía como otras intuiciones por ser dirigente sindical, por haber estado en la vicepresidencia de la Central de Trabajadores, o sea, convivía en un espacio de luchas políticas y político-ideológicas mucho más amplias. Pero a mí me pareció que era eso, que era un nuevo momento de la izquierda que conjuntaba estas... agrupaba en un espacio político a diversas tendencias y trayectorias políticas, y que ahí bueno, nosotros de alguna manera estábamos fuera de eso, fuera del debate, fuera de la posibilidad de interactuar con ese espacio. Eso es lo que yo sentí. Pero bueno, como ya digo, yo no tenía en ese momento la suficiente fuerza política como para tener, como para iniciar mi propia corriente dentro de la FAU [se ríe], no, la verdad que no tenía esa capacidad, era muy joven y todavía estaba en un proceso de formación. Era

más bien una cuestión intuitiva. De la misma manera que los acontecimientos que empiezan a marcar al año siguiente, el año '72, a mí también, en forma intuitiva, entiendo que de alguna manera marcan el fin del MLN como lucha armada. O sea, el fin no porque el MLN no siga existiendo y que digamos, es una expresión política de gran trayectoria, presencia y significación en el Uruguay. Pero sí como fin de la estrategia, de alguna manera lo que fue tanto el 18 de mayo como algunas de las acciones, creo que básicamente lo que podríamos decir, la Declaración de guerra, que el MLN hace en mayo del '72, me parece que marca el camino de... un camino no saldado, porque yo creo que después vino la dictadura, después vino la represión, vino la tortura masiva, etcétera, y acalló todo el debate. Entonces es como que si uno, para decir efectivamente el MLN equivocó la estrategia política y llevó a miles, miles de jóvenes a la cárcel... en una estrategia equivocada de guerra que no estaban en condiciones de sostener y que además era errónea, es como si uno al decir esto estuviera favoreciendo o poniéndose del lado de la dictadura. Y creo que eso, a la izquierda en general, la ausencia de esos debates le ha provocado muchísimo daño, porque no hemos podido saldar nada de nuestra experiencia anterior, así como tampoco la podemos salvar... tampoco la hemos podido totalmente saldar, tampoco con la represión y con los militares pero por otras razones. Estas están en nuestro campo, las otras no, no están en nuestro campo, están en el campo de la impunidad como práctica política permanente, tenaz y persistente hasta el día de hoy. Pero entonces ese campo de nuestras luchas actuales, a mí no me impide pensar con cabeza, con mi cabeza propia, de que no por esto, no en la "teoría de los dos demonios", ni tampoco comparto una visión militarista de la dictadura, en el sentido de que la dictadura no fue el enfrentamiento de dos ejércitos, la dictadura fue la represión del terrorismo de Estado sobre un pueblo, ¿armado? algunos, pero desarmado la mayoría. Y esa, esa visión todavía hoy, la visión de un enfrentamiento armado está presente también en muchos militantes de izquierda, particularmente de la tradición tupamara. Entonces bueno, me parece que ahí tenemos todavía mucho debate para hacer.

P: Perfecto.

DEPOIMENTO 20 – LUIS PUIG.

MONTEVIDÉU, 07 DE JUNHO DE 2012.

P: Luis, en primer lugar nos gustaría que nos hablaras un poco de tu trayectoria, de tu militancia, de tu formación política, un poco para conocerte.

R: Bueno, en primer lugar agradecer participar en este trabajo, que creo que es muy importante en la lucha que continúa hoy en nuestros países contra la impunidad, por la plena vigencia de los derechos humanos y la verdad y la justicia. Mi nombre es Luis Puig, soy en primer lugar trabajador del gas, circunstancialmente en este período diputado, pero soy sindicalista, activista de derechos humanos y que hoy me toca representar al Partido por la Victoria del Pueblo en el Parlamento, pero fundamentalmente me defino como un luchador social, luchador social y político. Comencé mi actividad a nivel de estudiante de secundaria a los trece años, participé en el proceso de la Resistencia Obrero Estudiantil, organización que antecedió al Partido por la Victoria del Pueblo, la dictadura comienza en 1973, la dictadura formalmente, después vamos a hablar de lo que fue ese proceso en cámara lenta hacia la dictadura en Uruguay, yo estoy en Uruguay hasta junio del '75, requerido por las Fuerzas Armadas, me traslado a Argentina y me sumo al trabajo del PVP y bueno, participo allí junto a los compañeros en el proceso de resistencia a la dictadura, posteriormente me quedo en la Argentina, en una situación en la cual con los contactos perdidos, ya después del '77, con la caída muy importante en la detención y desaparición de decenas de compañeros del PVP y de otras organizaciones políticas, y bueno, posteriormente regreso a Uruguay en el año 1984, me radico ya definitivamente en Uruguay en el '85 y comienzo a retomar mis actividades, las actividades sindicales en el sindicato de trabajadores del gas y en el movimiento sindical en el PIT-CNT, en el cual en representación de mi sindicato represento a mi organización sindical en la dirección del movimiento sindical a partir del año 1986 y en el secretariado ejecutivo del PIT-CNT a partir de 1997, donde me designan para la responsabilidad de secretario de derechos humanos y toda la lucha contra la impunidad que se lleva adelante entre otros por parte del movimiento sindical, al lado de referentes muy importantes en la materia como el compañero Raúl Olivera Alfaro, que continúa hoy en la Comisión de Derechos Humanos del PIT-CNT y es un referente permanente en la lucha por Verdad y Justicia en nuestro país. Eso es un poco el resumen de mi actividad, tengo 56 años, tres hijas, cuatro nietos y como decía, estoy hoy circunstancialmente en el Parlamento pero con la perspectiva de volver a mi lugar de trabajo, a mi sindicato y al movimiento sindical cuando termine el período legislativo.

P: Muy bien. Luis, ¿podés hacernos un pequeño cuadro de cómo fue ese proceso? La dictadura uruguaya, pero un poco esos años anteriores, también, a los cuales te referiste hace poco, un poco la caracterización de ese momento.

R: Bueno, como ustedes saben, Uruguay se lo veía en América Latina como una especie de Suiza de América, ¿no? Una situación bastante diferenciada del conjunto de los países de América Latina. Una situación en la cual Uruguay había tenido acceso a reformas sociales importantes, de avanzada, ya a principios del siglo XX, y más allá de que la existencia en aquel momento, a principios del siglo XX, de dos gobiernos de José Batlle y Ordoñez, liberal en lo político, no en lo económico, cuyo entorno, un entorno progresista, había impulsado una legislación social de avanzada, sin duda que eso coincidió con una lucha importante del movimiento obrero uruguayo ya en aquel entonces -los primeros sindicatos en Uruguay datan de 1875- y un movimiento sindical que se fue nutriendo con el aporte de corrientes migratorias europeas, españoles, franceses, italianos, alemanes, que venían con una vasta experiencia de lucha, y por tanto cuando los primeros años del siglo XX se aprueba la ley de ocho horas en el país, ya habían varios gremios que la habían conquistado con su lucha. El tema de la lucha por los derechos de la mujer, en la cual participan el movimiento sindical y sectores socialmente avanzado en aquel momento, le van dando una característica distinta a Uruguay, con un Estado fuerte, con un Estado participante, con un Estado de bienestar, y que de alguna manera a mediados de siglo, ya antes de mediados de siglo, se producen algunos elementos que son importantes. Un movimiento sin-

dical fuerte, desde el punto de vista de una concepción clasista, internacionalista, independiente de los gobiernos, de la Iglesia, del Estado, un movimiento sindical que a lo largo de los años va buscando la forma de plantearse, bueno, la unificación en un solo... en una sola organización que participa activamente en solidaridad con la República, la lucha por la República española cuando el golpe fascista y demás, algunas características particulares de Uruguay. La situación de la coyuntura internacional en torno a la guerra, la segunda guerra mundial, hace desarrollar en Uruguay una industria de sustitución de importaciones, un proceso interesante para Uruguay que tenía una industria muy débil, y eso conforma una clase obrera fuerte, con un proceso de industrialización interesante para la escala que se da en el país, un acceso a la enseñanza bastante desarrollado en la población, le da algunas características particulares. Pero a partir de 1955, 1958, comienza un proceso en el cual empieza una transformación del Uruguay, transformación que no es exclusiva del Uruguay, al principio de la década del '60 existe una transformación para los países de capitalismo dependiente en América Latina, donde a partir de designios muy claros del imperialismo, del Departamento de Estado norteamericano, se reasignan funciones a nivel internacional a los países capitalistas dependientes. Viene un ajuste que también se hace notar en Uruguay, donde se intenta hacer pagar el precio de la crisis a los sectores populares, a los trabajadores, a las clases medias, y demás, hay un procesos de resistencia importante, ya con un movimiento sindical unificado a mediados de los '60, con un movimiento estudiantil fuerte, con una simbiosis entre el movimiento sindical y el movimiento estudiantil, una consigna que hizo... que se desarrolló mucho en Uruguay y que se llevó a la práctica fue "obreros y estudiantes, unidos adelante", y eso no era simplemente una consigna, la lucha por la ley de la autonomía universitaria que se logra en 1958, no sólo movilizó a estudiantes y profesores, movilizó a los trabajadores organizados, o sea, el movimiento sindical uruguayo aún antes de lograr su unificación participa activamente a lo largo y ancho del país, en el proceso de lucha por la autonomía universitaria, marcando el papel trascendental que le adjudican los trabajadores organizados en Uruguay a la universidad, y la universidad como fuente de ideas, la universidad al lado de los trabajadores, al lado de los sectores populares. La década del '60 en esa transformación económica, regresiva que se plantea transformar la reestructura de Uruguay como país capitalista dependiente genera un proceso de resistencia, de movilización, de lucha, y ya en los años anteriores, ya en 1968, se ve con mucha fuerza un proceso de avance del autoritarismo muy fuerte, un proceso que es enfrentado por los estudiantes y por los trabajadores antes de la dictadura, unos cuantos años antes de la dictadura en este país. Hay gremios que son militarizados, los trabajadores de UTE, los trabajadores bancarios, los trabajadores del neumático, muchas veces encarcelados sus dirigentes, estudiantes asesinados en las calles, en movilizaciones populares por reivindicaciones propias de los estudiantes y reivindicaciones de carácter más general, lo cual marca que en Uruguay hay un proceso de golpe de Estado en cámara lenta. La disolución de las Cámaras se produce el 27 de junio de 1973, pero antes había un proceso de autoritarismo muy marcado, con la operación de un escuadrón de la muerte al servicio del poder, con cientos de militantes sindicales torturados, a fines de la década del '60 y ya inicios de los '70 con una represión que desbordaba el país, tratando de enfrentar la resistencia a esa reestructuración que se estaba dando en el país, y hay todo un proceso de represión muy fuerte. En ese sentido existe un proceso en el cual dada la fortaleza y la independencia del movimiento sindical, se intenta confundir por parte de las fuerzas armadas que venían en ascenso, se intenta confundir a los trabajadores y a la opinión pública planteando un programa de las Fuerzas Armadas que venían a enfrentar a la oligarquía, decían, y decían también que tenían coincidencias objetivas con el programa de los trabajadores y demás, y eso genera una discusión muy fuerte en el seno del movimiento popular, en el movimiento obrero, en el movimiento popular en su conjunto, entre quienes pensaban que se podían albergar expectativas respecto a militares que decían estar en contradicción con la oligarquía y el imperialismo, y en realidad... una discusión que fue muy interesante porque había compañeros que decían dentro de la izquierda que la revolución no se hacía contra el ejército ni sin el ejército, que la revolución se hacía con el ejército como lo había demostrado el ejército de obreros y campesinos de 1917, pero en realidad el ejército de obreros y campesino de 1917 en Rusia, un ejército cansado de la guerra y demás, era muy diferente a un ejército como el uruguayo que tenía poca composición de obreros y campesinos y que era un ejército y unas fuerzas armadas que estaban al servicio de los intereses de clase, como lo venían demostrando, un ejér-

cito, decíamos, un ejército que viene torturando hace años y ya mostró realmente lo que es. Bueno, de alguna manera nosotros situamos en aquel momento y lo seguimos pensando hoy, que en realidad el golpe de Estado no fue la aventura de un grupo de militares fascistas y mesiánicos, el golpe de Estado fue la respuesta de las clases dominantes al proceso de resistencia popular que se venía dando. O sea, cuando se concreta la disolución de las Cámaras el 27 de junio de 1973, en realidad no había ninguna columna guerrillera operando. El MLN estaba desarticulado, la OPR-33, las Fuerzas Armadas Revolucionarias y Orientales también, no había columnas guerrilleras operando. En realidad el golpe de Estado, de la instalación del terrorismo de Estado, es contra el conjunto del pueblo organizado, es contra las organizaciones populares, es contra los sindicatos, es contra los estudiantes. Es tratar de matar mediante el terror toda forma de solidaridad y tratar de imponer un plan económico y social que tenía resistencias por parte del movimiento popular. En el año 1972 se producen episodios de huelgas, paros generales muy importantes que paralizan el país y que movilizan al conjunto de los trabajadores, o sea, el principal enemigo de ese proceso de instalación dictatorial era los sindicatos organizados, era la movilización popular, eran las organizaciones de izquierda y a eso se apunta. Y en ese periodo se dio el intento de plantear que en realidad esto era una reacción de las Fuerzas Armadas ante la acción de la guerrilla. Eso se ha demostrado históricamente que es falso. Insisto, no había ninguna columna guerrillera operando cuando se dio el golpe de Estado en este país. Y el golpe de Estado procede a establecer los mecanismos de represión contra un movimiento popular y una clase obrera que cuando se da el golpe de Estado cumple con sus resoluciones de Congreso y define una huelga general con ocupación de los lugares de trabajo, en todo el país, Montevideo e interior. En los lugares como Montevideo que estaba muy desarrollada la clase obrera, y en el interior que era más débil pero en todo el país se ocupan los lugares de trabajo, fábricas, talleres, oficinas y durante quince días se enfrenta a la dictadura, lo cual marca claramente el contenido de clase que tenía esa dictadura, la alianza con las grandes cámaras empresariales. El 27 de junio cuando se concreta el golpe de Estado y las fábricas ya estaban ocupadas, la Cámara de la Industria, la Asociación Rural, la Cámara de Comercio, varios dirigentes de las cámaras empresariales en representación oficial de las mismas, peleaban entre ellos a ver quién llegaba primero a felicitar a los golpistas, a decirles que los estaban liberando de la dictadura sindical en el país. O sea, las clases dominantes fueron parte del golpe de Estado, las cámaras empresariales fueron los principales socios de los terroristas de Estado. Y esto es bueno recordarlo hoy porque muchas veces nos encontramos que encumbrados señores empresarios pretenden darle clases de democracia al movimiento sindical, cuando el movimiento sindical que fue capaz de dar la vida de sus mejores hombres y mujeres para enfrentar a la dictadura cuando ellos comían en la misma mesa que los dictadores y participaban de las mismas fiestas, después a lo largo de los años uno se encuentra con que resulta que esos señores son los que vienen a dar clase de democracia, entonces hay que recordarles quién es quién en el país, qué papel jugó cada uno. Eso es un debate realmente interesante. Hay diferentes estamentos, diferentes etapas en la dictadura. El 4 de julio del '73 se emite un decreto en el cual se habilita a las patronales a despedir a todos aquellos que estén participando en la huelga general. La revancha patronal genera que haya miles y miles de despedidos por un decreto de la dictadura, le daba las facultades para despedir, para lograr desarticular la huelga general. Si bien la huelga no cumple sus objetivos, y habrá todo un debate interno del movimiento sindical, creo que fue una experiencia formidable de lucha y de movilización. ¿Cuál es la función, el papel que cumple la dictadura? Bueno, llevar adelante un plan económico y social. Cuando la deuda externa del Uruguay, al principio de la dictadura, estaba en los aproximadamente mil doscientos millones de dólares, en el transcurso de la dictadura seis mil millones de dólares pasan de los bolsillos de los trabajadores a los bolsillos de los propietarios, a los capitalistas, hay una rebaja extrema de salarios, el terror y la represión sirven para saquear a los trabajadores, al pueblo trabajador en su conjunto y para un enriquecimiento de los sectores propietarios, eso es lo que venía a mostrar el carácter de clase de la dictadura y el papel que jugó desde el punto de vista económico. Allí se plantea que con un movimiento sindical con miles de trabajadores presos, todos ellos torturados, con la ilegalización del movimiento sindical, con la represión generalizada, bueno, la izquierda juega un papel de tratar de organizar la resistencia a la dictadura. Los destacamentos políticos organizados de la izquierda juegan un papel fundamental, la Convención nacional de trabajadores en el exterior también, hay formas de organización

política que por ejemplo en el caso del Partido por la Victoria del Pueblo, que no fue el único, organiza su congreso en Argentina, su congreso clandestino en Argentina, y se organiza para dar la lucha contra la dictadura. Y allí se empieza a ver con mayor claridad lo que fue la coordinación represiva entre las dictaduras del Cono Sur, coordinación represiva que incluyó a la dictadura argentina, a la dictadura brasileña, a la dictadura chilena, a la uruguaya, a la paraguaya, a la boliviana, donde la coordinación represiva y donde uno de sus principales centros fue Argentina, tal vez porque era el mayor lugar de refugio de los luchadores de diferentes partes del mundo, se ve con absoluta claridad lo que se llamó la coordinación de las espadas, donde la complicidad y la acción conjunta de las dictaduras para el exterminio de los opositores. El caso de los asesinatos de Zelmira Michelini y Gutiérrez Ruiz, Rosario Barreda y William Withelaw en la Argentina, que aparecen asesinados el 20 de mayo de 1976, la desaparición de doscientos uruguayos entre Uruguay y Argentina, que desaparecen en la Argentina, en Uruguay y en Paraguay, secuestros en Brasil, como ustedes bien conocen en Porto Alegre, el secuestro de Universindo Rodríguez Díaz y Lilián Celliberti, el intento de secuestro de Hugo Cores allí, el secuestro de Gerardo Gatti, de León Duarte, de Ary Cabrera, de Jorge Zaffaroni, de María Emilia Islas en Argentina, refleja la participación activa de ese plan, el plan Cóndor instalado a partir de una reunión de Chile y donde las consecuencias fueron realmente de un plan de exterminio. ¿Qué decía, no sólo la dictadura uruguaya, sino los gobiernos que la sucedieron, el gobierno del doctor Sanguinetti, del doctor Lacalle o de los gobiernos de derecha que sucedieron a la dictadura? Decían “eso no existe, en Uruguay no hay niños desaparecidos”, decían, “en Uruguay no se ejecutaron prisioneros, las Fuerzas Armadas nunca operaron en Argentina”, lo cual se demostró absolutamente falso. Quedó demostrado que Fuerzas Armadas uruguayas operaron activamente en Argentina y regenteaban un campo de concentración como automotores Orletti, pero que al mismo tiempo se secuestraban militantes argentinos acá, y que los fusileros navales los entregaban a la Escuela de Mecánica de la Armada. La coordinación entre Brasil y Uruguay, los secuestrados eran entregados en la frontera por parte de las Fuerzas Armadas brasileñas a las uruguayas. Hubo también compañeros que fueron detenidos en el cruce de frontera, acá hubo una participación muy clara. En Paraguay son secuestrados Nelson Santana Escoto y Gustavo Insaurralde, y en su interrogatorio participa Calcagno y otros militares uruguayos y después son trasladados a Argentina y posiblemente trasladados a Uruguay. El planteamiento de que en realidad todo había sucedido en la Argentina, era responsabilidad de los argentinos es desmentido por los mismos represores argentinos que dicen: “bueno, nosotros se los entregamos vivos a las Fuerzas Armadas Uruguayas y ellos se hicieron cargo”, cuando nosotros denunciemos hace años, cuando apareció Simón Riquelme, el hijo de Sara Méndez, hubo toda una investigación en la cual participó el periodista Roger Rodríguez, en la cual quien aporta la información para finalmente ubicar a Simón Riquelme después de años de búsqueda de Sara y demás, fue alguien implicado en la represión, Ruffo en Argentina, y él es quien dice “acá se los entregamos el 4 de octubre, quienes estaban en Orletti se los entregamos a las Fuerzas Armadas Uruguayas y ellos se hicieron cargo”, bueno, denunciemos la existencia del llamado segundo vuelo, por ponerle un número, porque la verdad, son incontables la cantidad de vuelos, de traslados clandestinos, de lanchas que iban a Buenos Aires, que volaban con prisioneros, que trasladaban prisioneros. Pero en ese llamado segundo vuelo, entre el 4 de octubre y el 5 de octubre de 1976 son trasladados a Uruguay varios uruguayos y algunos argentinos, entre ellos María Claudia García de Gelman, una joven de 19 años, un embarazo casi a término, que es traída a Uruguay, que es mantenida secuestrada por Fuerzas Armadas Uruguayas, que esperan a que tenga a su hija Macarena, posteriormente asesinan a la madre y entregan a su hija a un jefe de la policía, mostrando todo lo que es la aberración del terrorismo de Estado, eso es lo que decían que no existía en Uruguay. En ese marco me parece que es importante marcar que existió lo que llamamos la operación Cóndor de lo cual ha existido y existe mucha documentación allí. Es bueno analizarla con la consecuencia que ha tenido a lo largo de los años, los procesos dispares que ha existido entre Argentina, Uruguay, Brasil, Chile, Paraguay sobre el restablecimiento de la verdad y la justicia, marca primero un común denominador: las distintas dictaduras aseguraron la transición, transaron el tema de, o impusieron, el tema del no juzgamiento de los responsables de los derechos humanos. Y eso fue un aspecto que las organizaciones de derechos humanos se encargaron de denunciar durante mucho tiempo, y que a lo largo de los años, con los avances que hemos tenido, tenemos que

reconocer que las denuncias que se hicieron ya en pleno terrorismo de Estado, en 1976, '77, '78 y en adelante, fueron la consecuencia de los familiares, de los propios sobrevivientes de los campos de concentración, esa consecuencia con la denuncia y demás fue la que permitió reconstruir dónde habían sido secuestrados los compañeros, cuál era la cadena de mando que existía en esos lugares de detención y por ejemplo, acá el 11 de setiembre de 2006 fue procesada la patota militar uruguaya que participó en los secuestros en la Argentina. Y en realidad el acta de procesamiento, contiene la denuncia que se realizó en 1976 y '77 sobre lo que fueron los secuestros, el procesamiento de militares uruguayos, terroristas de Estado que participaron del secuestro de Adalberto Soba, compañero del PVP que fue secuestrado el mismo día que el compañero Alberto Mechoso, cuyos restos aparecieron hace pocos días en Argentina, reflejó que hubo un trabajo paciente, en medio de una situación de terrorismo, por parte de los familiares, por parte de las organizaciones que participaron y demás que demostraron, cómo después de la dictadura, en períodos democráticos, desde el poder, desde los propios presidentes de la república en Uruguay, se intentó ocultar la verdad. Cuando se decía y se sostuvo durante mucho tiempo “las Fuerzas Armadas uruguayas no participaron en operaciones en Argentina, eso es falso, eso es pretender denigrar la moral de las Fuerzas Armadas”, no, está absolutamente demostrado quiénes eran, dónde participaron, quiénes eran los jefes, cómo organizaron los operativos de exterminio contra varias organizaciones de izquierda uruguaya que operaban en Argentina y en otros países. Entonces yo creo que lo que se está abriendo en nuestros países muy lentamente, muy lentamente, porque en realidad a treinta y seis años de los secuestros, treinta y seis años, en el caso de Uruguay hayan aparecido de desaparecidos uruguayos, los restos de cuatro compañeros nada más, implica que desde el poder durante el período democrático se fue cómplice, se favoreció la impunidad, el Estado no cumplió con la función de protección de las víctimas, por el contrario, se obstaculizó la acción de denuncia de las víctimas. A Sara Méndez, que venía buscando desde 1976 a su hijo Simón, se le dijo desde una institución llamada Comisión para la Paz, en el período del presidente Jorge Batlle, que no buscara más a su hijo porque seguramente estaba muerto. Si Sara Méndez les hubiera hecho caso, su hijo no hubiera aparecido, Sara siguió luchando hasta encontrarlo. Pero al mismo tiempo se votó la Ley de la caducidad de la pretensión punitiva del Estado, que es la ley de impunidad en Uruguay, se la defendió a capa y espada durante mucho tiempo por parte de la derecha de este país, y recién hace muy poco logramos que no vencieran los plazos de prescripción, la imprescriptibilidad de los crímenes, lo votamos recién en octubre del año pasado, después de debates muy fuertes, después que se operó desde el Estado para que no se alcanzaran los votos en los plebiscitos para lograr anular la Ley de caducidad, la batalla parlamentaria que se dio posteriormente también reflejó cómo quienes construyeron la impunidad seguían siendo solidarios con los victimarios y no con las víctimas. Más allá de todos los mensajes de respetar la soberanía popular y demás, lo que había en el fondo era una actitud de pretender seguir asegurando la impunidad, entonces, esa situación marca de qué manera la lucha por la Verdad y Justicia ha tenido un desarrollo muy desigual en nuestros países, con avances muy trabajosos, con derrotas, derrotas que fueron duraderas, algunas de ellas que duraron mucho tiempo y cómo el esfuerzo permanente de las organizaciones de derechos humanos, de las madres y familiares, del movimiento sindical en Uruguay, que jugó un papel destacadísimo en eso, que las organizaciones políticas que fueron consecuentes con el planteamiento de Verdad y Justicia, bueno, queda mucho camino para abrirse, ¿por qué? Porque se ha logrado durante mucho tiempo cambiar la historia, el tema de que acá, lo que en Uruguay llamamos la Teoría de los demonios, decir “acá fue una guerra, esto fue una guerra, en la guerra pasan cosas, en la guerra muere gente, desaparece gente, pero fueron dos bandos enfrentados”, yo explicaba cómo, por qué eso no era cierto y cómo el terrorismo de Estado fue desarrollado contra el conjunto de la sociedad. Pero cuando esas teorías son acompañadas desde algún sector de izquierda que participó activamente en los enfrentamientos, parece que se santificara: “Bueno, pero gente de izquierda dice que en realidad fue una guerra”, entonces nosotros nos preguntamos, los niños, ¿qué arma usaban? ¿qué calibre de arma usaban? Macarena Gelman, María Claudia García de

Gelman, ¿a qué célula pertenecía? Los cientos de niños secuestrados en la región, ¿estaban teniendo alguna participación activa en esto? Los que fueron encarcelados durante años por ser militantes sindicales, por hacer reclamos de los derechos de los trabajadores... acá lo que hubo fue instalar en la sociedad un mecanismo de terror. Si nosotros no logramos revertir ese proceso, y yo creo que estamos avanzando tímidamente, estamos avanzando en un proceso de tratar de interpretar la historia y de dar un debate que nos lleve a señalar... porque... una de las cosas que dicen las Naciones Unidas, las garantías del “Nunca más”, la garantía de la no repetición del terrorismo de Estado, parte de la base en realidad de comprender la génesis del terrorismo de Estado. Si a las nuevas generaciones se las logra convencer de que esto fue una guerra y de que en una guerra todo vale, bueno, entonces las garantías de no repetición están un poco lejos. Si por el contrario logramos informar, debatir, que forme parte del debate entre las nuevas generaciones que se disputa el pasado reciente en los centros de estudio, que se analice en foros públicos esa situación, que los canales, los grandes medios de comunicación dejen de ser un elemento de distorsionar la realidad, de distorsionar la realidad, porque hay que ver lo que fueron, los grandes medios de comunicación, en los últimos debates parlamentarios que se dieron año pasado. Quienes pretendíamos terminar con la impunidad, en realidad se nos acusaba de no querer respetar el mandato popular, cuando en realidad nunca dieron ese debate, porque si se hubiera dado ese debate en medio de la campaña del plebiscito otros hubieran sido los resultados. Pero hubo una tarea sistemática de la derecha, en sus representantes políticos de la derecha, de los mandos militares que se daban el lujo, en plena democracia, en pleno gobierno del Frente Amplio, de decir que si se aprobaba la Ley de imprescriptibilidad de los crímenes, no se iba a conocer la verdad porque nadie iba a decir la verdad para después ir preso, cosa que les está vedado a los mandos militares participar en los debates políticos, con total impunidad lo hicieron. Bueno, hubieron algunas sanciones que nosotros saludamos en su momento, pero en realidad los mandos militares pretendieron incidir en la discusión, lo que fue la discusión parlamentaria. Y hubo posiciones confusas, confusas. Dentro de la misma izquierda hubo posiciones confusas. Yo tengo un profundo respeto por el compañero Mugica pero en este tema se equivocó. Se equivocó varias veces al decir que en realidad buscar verdad y justicia era estar basado en el odio y la revancha, no. Plantearse la verdad y la justicia es plantearse en definitiva un reaseguro democrático para el futuro, o sea, no es poner a las nuevas generaciones y a los uruguayos que hoy son muy jóvenes o a los que no han nacido todavía, no es ponerlos nuevamente en la dictadura y el terrorismo de Estado, o sea, un futuro democrático depende de cómo se salde este tema, no tiene nada que ver con la revancha y con el odio. Nosotros no queremos torturar a los torturadores, la tortura es denigrante, nosotros no queremos matar a los asesinos, queremos Verdad y Justicia, entonces ese debate muchas veces fue un debate que la derecha aprovechó porque dentro de la izquierda había y hay diferencias que yo creo que hay que reconocerlas con absoluta claridad para tratar de superarlas. No podemos barrer abajo de la alfombra esa realidad, es un problema que tenemos plantado también dentro de la izquierda, que no toda la izquierda está convencida del valor que tiene la lucha por Verdad y Justicia. Y si eso lo ocultamos, no estamos ayudando a procesar ese debate. Yo creo que en el último período se ha logrado avanzar, creo que algunas cosas se han demostrado en forma muy gráfica, cuando las cámaras de televisión tuvieron que mostrar los restos de compañeros que habían sido enterrados en unidades militares, creo que se terminó con mucha mentira, esa imagen terminó con muchas mentiras. Pero ahora hay que continuar ese debate porque de lo contrario van a triunfar aquellas ideas que dicen “bueno, en realidad esto fue una guerra, fue lamentable, hubo excesos de un lado y excesos de otro, en realidad la guerrilla se excedió y hubo exceso también de los militares”, no. Lo de las Fuerzas Armadas no fueron excesos. Fue un terrorismo de Estado planificado, se construyó la maquinaria criminal más atroz que es el Estado terrorista porque las víctimas no tienen posibilidad de defensa, no hay un sistema judicial independiente, no hay una prensa independiente y en realidad se genera un mecanismo de opresión sobre el conjunto de la población o sobre la inmensa mayoría de la población. Entonces yo creo que hay que dejar con mucha claridad que ese debate es un debate abierto, y es un debate que no se puede circunscribir a las fronteras nacionales, por eso para nosotros es tan importante esto que hacen ustedes sistemáticamente de intercambiar, de analizar, con compañeros de Argentina, de Paraguay, de Bolivia, de los diferentes lugares, de Chile, porque es necesario dar un debate a nivel continental, regional o continental sobre el tema. Y no

desconocer el papel de los Estados Unidos. Hoy que está tan desusado este hablar de imperialismo, el imperialismo adopta nuevas formas pero existe en toda su dimensión. ¿Cuál fue el papel del imperialismo, tuvo un papel destacado o no el Departamento de Estado en el terrorismo en la región? Sin duda, sus embajadores coordinaban las acciones de represión y estaban absolutamente informados de lo que pasaba. Sabían perfectamente cómo estaban operando las Fuerzas Armadas uruguayas en la Argentina y viceversa. Yo hace unos meses atrás participé en un encuentro por derechos humanos en Chile y allí me llamó la atención el grado de impunidad que aún se mantiene, el grado de impunidad que se desarrolla y cómo se trabaja sistemáticamente para mantenerlo. El día, el aniversario el año pasado, el 11 de septiembre, el aniversario del golpe en Chile, hubo una cadena de radio y televisión que debe haber durado unos cuarenta minutos, hecha por los jerarcas militares en el Archipiélago Juan Fernández, donde estaban buscando los restos de un avión que se había estrellado y habían muerto varias personas, y en realidad ese día no habían tenido ningún avance. Convocaron a conferencia de prensa para informar la enorme importancia que tenía que habían encontrado una parte del fuselaje del avión. Y a partir de allí fueron enormes elogios a la labor de la Armada, del Ejército, de la Fuerza Aérea, deshaciéndose en elogios, van a estudios, desde estudios el periodista hace una larga serie de elogios y vuelven a repetir la conferencia de prensa. El día del aniversario del golpe, en realidad los héroes eran las Fuerzas Armadas que habían dado el golpe. Entonces, nos decían los compañeros chilenos, bueno, eso es una parte, pero también existe una ley que impide el retorno de aquellos que se exiliaron en el año '90, cuando se reinstaló la democracia, después de la dictadura en Chile, muchos fueron expulsados y no pueden volver, entonces: hay una situación en la cual... tenemos pendiente en nuestros países todo un debate donde hay que intercambiar información, donde hay que lograr formas de solidaridad en cuanto a los debates y denunciar las cosas que pasan. A mí me llamó enormemente la atención la forma de que se mantiene la impunidad en Chile, como me llamó la atención lo de Brasil. Sin duda que en Uruguay, si bien estamos un poco mejor, falta muchísimo, tal vez Argentina sea el lugar donde más se ha avanzado en el tema de derechos humanos porque hay una política de Estado en materia de derechos humanos que es lo que nosotros reclamamos, no que las víctimas estén peleando solas y sin apoyo para denunciar a los terroristas de Estado. Acá se han dado situaciones realmente muy graves y lo decimos con mucho dolor, somos parte de este gobierno pero que a esta altura, hace pocos meses atrás, víctimas de secuestro se hayan encontrado en una sala de dos por dos con sus propios torturadores que eran conducidos al juzgado sin haber estado esposados y demás, es una especie de ultraje a las víctimas que hemos denunciado. Entonces, ¿nosotros a qué aspiramos? Y, aspiramos a que el Estado uruguayo sea querellante en las causas, sea querellante en las causas sobre terrorismo de Estado. Se ha dado un paso importante ahora cuando el Estado asume la responsabilidad por las violaciones a los derechos humanos, porque está establecido en la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, en el caso de María Claudia García de Gelman, que establece una serie de pasos, el reconocimiento por parte del Estado de la represión, el reconocimiento en definitiva del papel de las víctimas, porque a las víctimas en este país, durante muchos años, los documentos oficiales los llamaban apátridas, agentes extranjeros del comunismo internacional. Hasta hace muy pocos años el único documento oficial del Estado uruguayo era un libro de 1978 que se llamaba "Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental", donde ahí los verdaderos héroes de la resistencia eran llamados traidores, apátridas, y un cáncer que había que extirpar. Recién a principios de 2002, 2003, hay un nuevo documento de la Comisión para la Paz, y bueno, y hoy el Estado ha reconocido públicamente la represión ilegítima, pero queda muchísimo para transitar y sin duda que los avances también están interconectados. Yo creo que algunos de los avances que logramos nosotros ha sido también porque en la región tomó un impulso importante, a partir de la política de Estado de derechos humanos en Argentina y eso intercambia información porque en realidad estamos hablando de los mismos episodios. Que se haya procesado en Argentina, las causas de Automotores Orletti, por ejemplo, donde estuvieron uruguayos, brasileros, bolivianos, chilenos, paraguayos. Que se haya sustanciado el plan sistemático de apropiación de niños, bueno, también eso ayuda y eso... y aspiramos a que los avances que pueda haber acá puedan repercutir en Brasil y viceversa. Pero nosotros consideramos que hay un largo debate, una batalla cultural muy fuerte para avanzar en Verdad y Justicia.

P: Luis, en relación a Brasil, de lo que nos has dicho y volviendo un poquito atrás ¿qué es lo que a partir de la organización a la cual tú pertenecías, el PVP, de qué manera trataron de hacer contactos en Brasil en el momento en que estaban ocurriendo las caídas durísimas en Argentina? O sea, ¿de qué manera tenían como estrategia tratar de estar cerca todavía del país pero en una región que está tomada por dictaduras? ¿Puedes hablarnos un poco de eso, por favor?

R: Sí, reconstruyendo a partir de informaciones posteriores. Yo en aquel momento no estaba en la dirección del PVP y por supuesto que había mucha información que no manejaba. Sí sabíamos que había un intento, desde años atrás, de generar algunos contactos y establecer algunas bases de trabajo que permitieran a los compañeros en medio de la represión poder llegar a Brasil a un lugar más seguro. Argentina se había convertido para el PVP en el llamado “segundo frente”, pero que rápidamente se convirtió en un primer frente de represión y demás, lo cual hacía necesario la salida hacia Brasil, en algunos casos, cuando se podía organizar, hacia Europa, pero el mantenerse en la región era un aspecto fundamental. Tanto es así que después de esa derrota, la derrota fuerte que sufrimos en el ´76, bueno, compañeros que estaban en Europa, como el caso de Hugo Cores, que ya había regresado a América, se traslada a Brasil. De allí la organización de la operación... la llamada “Operación zapatos rotos”, liderada por el Coronel Ferro, para ir a secuestrar a Hugo Cores a Brasil y que termina con el secuestro de Lilián y Universindo en Brasil. El intento de mantenerse dentro de la región para nosotros era fundamental, y el papel que juegan varios compañeros nuestros, participando en el proceso de resistencia a la dictadura, el papel que cumple Pablo Anzalone en determinado período, después de salir de haber estado preso acá, en cuanto a el ingreso clandestino a Uruguay y demás, para mantener el vínculo y tratar de organizar los vínculos dentro de Uruguay, posteriormente el regreso de compañeros en el ´83 a Argentina, entre ellos Hugo Cores, bueno, y mantener el contacto con los compañeros que estaban en Uruguay. En seguida de la derrota más fuerte en el ´76, el PVP evalúa incluso qué compañeros podían volver, compañeros que no estaban requeridos, que no estaban identificados vuelven a Uruguay a comenzar un largo trabajo de recomposición de lazos sindicales, vínculos sindicales y demás, o algunos a hacer trabajo clandestino de otras características, pero el asunto era cómo quedarse en la región para hacer un trabajo de resistencia. Bueno, en Brasil se logra avanzar en ese sentido, por eso es que hay compañeros nuestros que son detenidos en Brasil, y bueno, la región era fundamental. El papel que cumplieron esos compañeros, como se hicieron en otras partes de América fue vital.

P: ¿En Brasil en qué regiones principalmente establecen las bases o...? Y también si hay ayuda de brasileños en esa construcción...

R: Bueno, hay mucha solidaridad. En Rio Grande do Sur, bueno hay compañeros que estuvieron viviendo en Rio Grande do Sur, hay compañeros que estuvieron viviendo en otras regiones. Hay contactos con organismos de derechos humanos de Brasil, se toma contacto con compañeros -y sintetizo en él una cantidad importante de compañeros solidarios con la lucha con Uruguay, con Argentina-, el caso de Jair Kirsckche, y de compañeros que permanentemente tuvieron la referencia de plantearse la solidaridad con los perseguidos de los distintos países. Y ahí en Brasil hay un papel fundamental. Hay compañeros organizados dentro del movimiento sindical uruguayo que se trasladan a Brasil en la recomposición del PIT-CNT en Uruguay, la central de trabajadores, que se trasladan a Brasil a tener contactos con compañeros que estaban allá. Hugo desarrolla sus actividades, Hugo Cores, desde Brasil durante mucho tiempo.

P: ¿Hay vinculaciones con CLAMOR también, Luis?

R: Hay vinculaciones con CLAMOR, que llevan adelante compañeros que están trabajando específicamente en el área derechos humanos. CLAMOR da una ayuda muy importante para ubicar a Mariana Zaffaroni, por ejemplo, en la Argentina. Había una... bueno, el papel de varias compañeras y compañeros a lo largo de todo el mundo, el papel de Tota Quinteros denunciando en Roma, denunciando en Naciones Unidas, en Estados Unidos, diferentes lugares la situación del

terrorismo de Estado en Uruguay, en Argentina, en la región, es fundamental. El papel que juegan varios compañeros en la constitución del SIJAU, Secretariado Internacional de Juristas por la amnistía en Uruguay, eso es una apuesta que hace el PVP junto con otros, a tratar de generar una situación de denuncia sobre la situación de los presos, de los desaparecidos en Uruguay. Yo creo que el desarrollo de la lucha desde el exterior fue posible gracias a la solidaridad expresa que hubo, la solidaridad expresa que iba desde sacar comunicados por la situación de denuncia de la dictadura en Uruguay, hasta alojar compañeros aún en situaciones muy difíciles, como se dio en Brasil o en otros lados, y yo creo que esa realidad muestra también que así como hubo coordinación represiva, también hubo una coordinación de solidaridad, en las peores circunstancias. Y yo creo que eso sirve para tener claro para circunstancias futuras, cómo la solidaridad juega un papel fundamental. Por eso hoy que tenemos situaciones distintas, diferentes en esta región de América, creo que estamos en mejores condiciones de intercambiar esfuerzos para seguir luchando por Verdad y Justicia.

P: Luis, el PVP siempre ha tenido como característica, una de sus características fundacionales es la defensa de los derechos humanos, perteneces a un partido que... tú has perdido muchos compañeros. ¿cómo es seguir con esto, cómo es luchar con esta... porque cuando uno habla de los desaparecidos y de las víctimas de manera general, de lo que es la historia de Uruguay, la historia reciente de Uruguay, el PVP aparece como uno de los protagonistas, un partido protagonista que... hay un costo humano muy duro. Esto, cuando entrevistamos a otras personas, esto lógicamente que aparece muy fuertemente. Desde tu caso, desde tu caso con tu militancia, con tu activismo, ¿cómo convivís con esto?

R: Bueno, en primer lugar se vive con mucha emoción, con mucha aprehensión, porque en realidad cuando uno habla de los desaparecidos habla de compañeros con los cuales conviviste muchos años, desde muy jóvenes, años de militantes. O a otros que los conocemos como referentes políticos, ya mayores, como Gerardo Gatti, como León Duarte, como Ary Cabrera, como tantos compañeros. Pero a los compañeros que sobrevivimos a la represión en Argentina, eso nos pesa mucho, nos pesa mucho y la desaparición de los compañeros y la desaparición de los hijos de los compañeros, algo que Hugo Cores siempre lo tenía presente. Hablando con Hugo muchas veces decía "cómo nos pesa la desaparición de los compañeros y de los hijos de los compañeros", creo que los que sobrevivimos sentimos una carga importante de eso, una carga importante de los compañeros que cayeron, que fueron secuestrados sus hijos, y eso es una carga muy importante, que uno muchas veces trata de limitar el espacio de la emoción para dar lugar a la razón y saber que la lucha continúa, pero también es un componente importante el tema de la identidad emotiva con los compañeros, no sólo con los de nuestro grupo político, con los compañeros de distintas fuerzas que conocimos que fueron secuestrados, que fueron desaparecidos, que sus hijos fueron secuestrados. Es un elemento que muchas veces uno no le da salida a la emoción, pero que está presente permanentemente. Que no tiene nada que ver con esa cosa que nos acusan a veces: "están llenos de odio, revanchismo", no tiene nada que ver con eso, tiene que ver con el tema de valorar la vida y hasta qué punto nuestra lucha es una lucha por la vida, pero sin duda eso que tú decís que nos pesa muchísimo, muchísimo. Yo recuerdo que en Argentina estaba muy próxima a la militancia con María Emilia Islas, con Jorge Zaffaroni, y me acuerdo de haber coincidido en reuniones con ella que yo iba con mi hija chica y María Emilia iba con Mariana, y de haber tenido en brazos a Mariana, bueno, eso durante muchos años significó una carga muy grande, hasta que apareció Mariana y demás. Bueno, en el libro de François Graña están los relatos de todos los compañeros, de la participación que tuvieron allí y demás. Pero sin duda que es una carga emotiva muy importante, sobre todo porque veníamos de una práctica política, en la Resistencia Obrero Estudiantil, una práctica política pública y común donde nos conocíamos con muchísimos compañeros que posteriormente desaparecieron, y bueno, eso tiene un componente de recuerdo, de emoción muy fuerte. El PVP en el '76 les plantea a todos sus militantes, en reuniones individuales con cada uno, si querían salir de Argentina, si querían salir de Argentina. Y la inmensa mayoría optó por quedarse y muchos de ellos están desaparecidos. Y esto no era una cuestión de valentías personales o nada por el estilo, porque yo creo que los

que nos quedamos en la Argentina, y desenganchados políticamente por mucho tiempo, teníamos miedo todos los días. No era que decíamos, bueno, una cuestión de los grandes héroes, no. Hubo compañeros en Argentina que lograron restablecer contactos y que jugaron un papel fundamental. Uno de ellos Milton Romani o Alberto Cabrera, Alberto Correa, perdón, jugaron un papel fundamental en las denuncias por los derechos humanos, en la reconstrucción y después de tratar de, sobre '82, '83, tratar de recomponer los vínculos con aquellos que nos habíamos quedado en la Argentina, desenganchados de lo orgánico. Pero yo creo que eso es una carga muy importante que tratamos de que no pese en las decisiones políticas pero que sin duda está presente en todo momento.

P: Luis, el PVP tiene la característica que tiene raíces anarquistas fuertísimas, ¿qué queda del anarquismo en el PVP hoy, o sea, cómo se respiran esos valores, porque es algo siempre muy particular esto, y alguien de afuera dice “pero cómo, anarquistas organizados en partidos”, bueno. Lilián Celiberti nos está dando su testimonio y ella nos explica bastante eso, cómo se procesó todo esto. Yo te pregunto más, hoy en día de lo que es el PVP, con todas sus características, su coherencia, ¿qué queda de ese anarquismo?

R: Bueno, el proceso... el PVP efectivamente viene de la FAU, de la Federación Anarquista Uruguaya, que en realidad ya empieza a tener cambios a partir de la revolución cubana. Hay una fuerte discusión de todos los anarquistas uruguayos en torno a la Revolución cubana. Entre sectores anarquistas más ortodoxos, que consideran que la Revolución cubana, en la medida que se constituye en un centro político, no tiene nada que ver con las ideas libertarias, y un sector mayoritario liderado por Gerardo Gatti, por León Duarte, por Hugo Cores, que plantea “será perfectible, pero va por acá el camino, el camino de la lucha y la liberación de América va por este lado”. O sea que ya hay un proceso de integración de concepciones por un lado libertarias pero que ya apoyan a la Revolución cubana –y jugó un papel muy importante el apoyo a la Revolución cubana- fue uno de los primeros que apoyaron a la Revolución cubana ese grupo de compañeros anarquistas en Uruguay. Y posteriormente se da el ingreso de sectores marxistas propiamente, bueno, Hugo estaba definido como marxista y otros compañeros, Raúl Cariboni y demás, pero en el '72, por allí, hay un fuerte ingreso de corrientes marxistas en el partido, que nos generó algunas contradicciones y demás, yo me identificaba con los sectores libertarios sin tener un gran bagaje teórico ni nada por el estilo, me identificaba con sectores libertarios. Generó una especie de cimbronazo, y generó la idea de lo que se llamó en aquél momento en la construcción del partido “la raviolera propia”, cómo sintetizaban el marxismo y el anarquismo desde un punto de vista doctrinario. No nos fue muy bien, no nos fue muy bien [se ríe], en esas síntesis, porque en realidad creo que reflejó las carencias teóricas que tuvimos a la hora de definir políticamente cómo enfrentar a la dictadura, pero yo reivindicó esa capacidad de lucha, esa capacidad de sacrificio que brindaron compañeros anarquistas y marxistas también, pero yo creo que una concepción libertaria no dogmática, yo creo que son las cosas que van quedando, que quedan, de esas corrientes anarquistas, en el cual uno puede decir, hay cosas que se demostraron en el mundo que no eran viables, que no eran correctas políticamente, pero yo sigo reivindicando esa impronta anarquista que yo creo que también jugó un papel a la hora de definir cosas, a la hora de definir enfrentar a la dictadura, que si uno lo mira desde el punto de vista exclusivamente político, teórico, que un pequeño partido se planteara, no ser quien enfrentara a la dictadura, si no un pequeño motor que pudiera desatar un gran motor de resistencia a la dictadura y demás, bueno, tenía bases políticas pero tenía bases ideológicas, digo, en cuanto a valores. Y yo creo que hay valores que se acuñaron por parte de compañeros anarquistas que se siguen manteniendo hoy y que no son exclusivos de los anarquistas, compañeros que venían de corrientes marxistas demostraron la misma capacidad de lucha y demás. Pero yo creo que esa concepción libertaria de no, de no aceptar las verdades reveladas, de no pensar que el marxismo es una ciencia y ahí están todas las respuestas, sino que es una herramienta para la elaboración y para la construcción cotejando con la realidad, bueno, yo creo que es una de las cosas que nos quedan de esas raíces anarquistas o libertarias.

P: Tengo dos preguntas que podría resumir así: ¿Cómo se ve hoy el proceso, este

proceso que se está viviendo en Brasil con esta Comisión de la Verdad, con esta cuestión de la reivindicación de ese pasado? Y ¿qué relaciones existen hoy en tu caso, con los políticos brasileños?

R: Bueno, en primer lugar el tema de la Comisión de la Verdad y todo ese largo proceso que se dio, yo pude participar invitado por los compañeros de la Universidad de Porto Alegre, de Rio Grande do Sul cuando participé con ustedes hace dos años atrás, un año y medio atrás pude tomar mayor contacto con ese proceso, que me dio la impresión de que –por lo menos en el encuentro en que participé- que había muchas dudas en cuanto a la efectividad que pudiera tener ese proceso. En cuanto a que realmente existiera la voluntad política para llevarlo adelante cuando se planteaba por parte de muchos compañeros presentes en ese encuentro, bueno, durante el gobierno anterior, que hubieron muchísimos avances en el gobierno de Lula, en estos temas se avanzó poco, decían los compañeros. Y cuando se planteaba la Comisión para la Verdad en un período tan largo, yo creo que existían y tengo la impresión de que existen dudas de cómo llevar adelante ese proceso. Pero los procesos no son mecánicos, y a través de que se abren pequeñas puertas, tal vez empujando se pueden abrir mayores espacios de participación. Nosotros mantenemos contactos, yo en lo personal mantengo contacto con los compañeros de la Universidad, con los compañeros del Movimiento de Justicia y Derechos Humanos, que son los que nos mantienen al tanto de ese proceso. Creemos que habría que trabajar más en contactos, en intercambiar más, con los políticos brasileños que tuvieran la intención de avanzar en este proceso, no para plantear ninguna receta, sino para intercambiar sobre cómo han sido los procesos sobre procesos que para nosotros son muy heterogéneos. Nosotros, como decía, hemos tenido avances, hemos tenido enormes derrotas, hemos tenido derrotas políticas muy fuertes, la del '89 fue una derrota muy fuerte, cuando no triunfó el voto verde, había muchos que dijeron “bueno, acá se terminó el tema”, el propio presidente Sanguinetti dijo “el tema está laudado, no se habla más”, sin embargo... las Madres de Plaza de Mayo siempre dicen “los desaparecidos siempre vuelven”, y se les ha hecho imposible a la derecha de este país decir el tema se terminó. Ha habido movilizaciones, se fue un proceso de reforma constitucional para anular la Ley de caducidad, en condiciones muy desiguales donde sólo el movimiento sindical y organizaciones de derechos humanos y un par de organizaciones políticas del Frente Amplio y donde durante mucho tiempo batallamos muy solos, y una resolución el mismo día que las elecciones nacionales –porque es lo que dice la Constitución, no es que hayamos elegido ese día- donde nos encontramos que desde las esferas de dirección política incluso de la izquierda, el tema fue minimizado al máximo, al punto que no se nombraba. Parecía que en este país lo único que se elegía era presidente y parlamentarios, parecía que no estaba en juego la anulación de la ley oprobiosa para la democracia. Eso también fue una derrota muy importante, donde los compañeros que impulsamos la reforma constitucional por iniciativa popular con recolección de firmas y de más como único camino cuando el Parlamento había rechazado anular la Ley de caducidad, bueno, yo me hago la autocrítica personalmente de que eso pudo haber sido un retroceso pero en realidad de la nada haber llegado a un millón de votos, la mitad prácticamente de... solos, sin apoyos políticos expresos y demás, ah, yo creo que fue un avance muy importante porque incluso le permitió dar rienda suelta a una juventud que no había nacido cuando la dictadura, que no había nacido cuando se aprobó la Ley de caducidad, pero que fue capaz de tomar en sus manos, recorrer el país, luchando por Verdad y Justicia. Creo que desde el punto de vista político fue un avance muy importante. Y alguno me podrá decir, con cuota de razón “sí, pero perdimos”. Sí, pero los procesos históricos marcan eso, son avances y retrocesos, no son avances lineales y en este tema no hay avances lineales. Y tal vez nuestra experiencia, de transmitirles a los compañeros brasileños, bueno, hoy estamos un poquito mejor, hemos avanzado, votamos una Ley de imprescriptibilidad de los crímenes, se va a seguir juzgando, hemos encontrado los restos de los compañeros desaparecidos. El Estado uruguayo, después de haber negado durante décadas, acepta su responsabilidad por el terrorismo, es un avance. Pero pasamos momentos muy duros, muy duros, que... donde era un puñado muy chico el que seguía creyendo que esta lucha había que llevarla adelante. Bueno, yo creo que también eso puede servir por lo menos de referencia a los compañeros brasileños de decir, bueno, hay momentos que son muy duros pero se puede avanzar, la voluntad política de avanzar en este tema es fundamental. Y sobre todo algo que a

mí me llamó la atención cuando estuve en ese encuentro en la Universidad, la preocupación de los jóvenes que estaban allí. Bueno, no se puede exteriorizar que bueno, que estemos hablando de toda la juventud de Brasil, pero me parece que es un papel importante que los jóvenes tomen ese tema como paso a poder masificar el tema. Que sea una preocupación que no es una preocupación de militantes, que es una preocupación de derechos humanos en toda la dimensión, entonces parece que ese intercambio sería necesario porque es bueno, seguir intercambiando sobre estas experiencias, ¿no?

P: Bueno, la última pregunta, Luis. Diputado Luis Puig, activista Luis Puig, sindicalista Luis Puig, ¿qué expectativas para los próximos tiempos, en relación a esta temática?

R: Bueno, nosotros creemos que esos pasos que se han dado y esos espacios que se han abierto, es fundamental cómo nosotros continuamos una tarea que permita incorporar más gente en este tema, que permita en primer lugar seguir dando esa batalla, que diga que esto no es una cuestión del pasado, porque muchas veces se nos ha acusado de tener los ojos en la nuca: "miran para atrás. No, ahora los problemas son otros, son los problemas económicos, el problema del trabajo, el problema de la inseguridad", en realidad no entender lo que pasó en el país y no entender cómo sigue incidiendo hoy, en realidad sería amputar el futuro en nuestro país. Por ejemplo, un tema que por lo menos en Uruguay parece ser un tema tabú. El papel de las Fuerzas Armadas hoy. El papel de las Fuerzas Armadas hoy, ¿cuál es? ¿En realidad están en un proceso de democratización? ¿Quién controla ese proceso? Cuáles son los planes de estudio con los que se forman nuestros militares? En realidad, la Doctrina de la Seguridad Nacional, que fue fundamental para los procesos dictatoriales ¿ha sido dejada de lado? La visión del enemigo interno, ¿ha sido dejada de lado? ¿No habrá que depurar las Fuerzas Armadas, los elementos violadores a los derechos humanos? ¿Tiene sentido que existan liceos militares? Porque yo puedo respetar que alguien quiera plantearse que... que quiera seguir la carrera militar, en un sistema democrático, puede ser. Ahora, que a ese joven le den la opción de formarse en liceos públicos con jóvenes de su edad y que no a los catorce años le estén inculcando que en realidad él es un mesías y que el resto son jóvenes despreciables a los cuales él tiene que marcarles el rumbo. Porque si se forman así, los forman como mesías a los catorce años, estamos muy lejos de formar Fuerzas Armadas democráticas. Al mismo tiempo es común escuchar el reclamo de los mandos militares sobre los presupuestos militares, que son presupuestos exigüos para la tarea. ¿Cuál es la tarea? Vamos a definir cuál es la tarea que tienen planteada las Fuerzas Armadas, por lo menos en Uruguay, tal vez en Brasil podría ser diferente, en Uruguay. ¿Cuál es el papel relevante que están llamadas a cumplir las Fuerzas Armadas? ¿La custodia de las fronteras? Los estudios que dicen que Uruguay puede resistir un ataque de Brasil por cuatro horas. Por Argentina un poquito más, de repente ocho [se ríe]. Entonces, vamos a definir con claridad cuál es el papel que tienen asignado. Ahora resulta que hay todo un desarrollo muy bien armado por parte de las Fuerzas Armadas norteamericanas, del papel contra el narcotráfico y el terrorismo que se le asignarían a las Fuerzas Armadas de los distintos países. Ahí está incubado el desarrollo de la concepción imperialista de los Estados Unidos, el discutir el papel de las Fuerzas Armadas, su depuración, su democratización en serio, es un papel que corresponde a la sociedad. Qué es lo que se va a hacer en las Fuerzas Armadas? ¿Sólo lo van a resolver los generales? El ejército uruguayo, por ejemplo, doscientos coroneles. Para qué, se pregunta uno. La mayoría no van a llegar a general, pero hay algunos destinos apetecibles para los coroneles que no llegan a generales. Muchos pasan a ser agregados militares en las embajadas, con sueldos y gastos que en realidad debieran preocupar cuando uno arma el presupuesto. El control sobre las Fuerzas Armadas. Uruguay tiene... va a tener el record en poco tiempo de que los últimos cuatro Comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas, los últimos cuatro, pueden terminar presos. Ya hay dos. Por compras falsas, por estafas y demás. Entonces, en un país donde los medios de comunicación dedican gran cantidad de espacios a los hurtos y la rapiña, una de las mayores rapiñas y hurtos que ha habido en nuestro país fue la estafa de los mandos militares de la armada, que le hicieron los dineros públicos con compras... bueno, eso hay que decirlo. Eso hay que decirlo, hay que establecerlo. La democratización de

las Fuerzas Armadas yo creo que es un papel fundamental, pero es un tema tabú en Uruguay, parece que cuanto menos nos metamos mejor. Parece que es la política del avestruz, si la izquierda esconde la cabeza abajo de la tierra parece que no ve y no la van a ver. No, si no queremos ver ese tema, es una parte importante del futuro uruguayo está en la democratización en serio, si no me parece que es suicida esa cuestión de dejarlos hacer, es suicida.

P: Muy bien Luis, muchas gracias.

R: Muchas gracias a ustedes.

DEPOIMENTO 21 – CAMILO CASARIEGO CELIBERTI.

MONTEVIDÉU, 8 DE JUNHO DE 2012.

P: Camilo, la primer cosa que quiero preguntarte, pedirte, que hagas una pequeña presentación de ti.

R: Bueno, soy Camilo Casariego, soy cocinero, padre de tres hijos, y bueno...

P: Y anarquista.

R: Anarquista, víctima de la dictadura y del Plan Cóndor.

P: Muy bien. Camilo, lo primero es siempre un poco: ¿qué recuerdas tú de los hechos de Porto Alegre, o un poco de los anteriores de Porto Alegre, en fin, de ese momento?

R: Bueno... los recuerdos son algo que a veces uno se los va creando también y sobre todo en mi caso, yo era un niño, tenía casi ocho años. Sí tengo recuerdo de todo lo que pasó, del secuestro... si los detalles no... a la larga yo me creé mis propios detalles, porque claro, yo después del secuestro a mi madre la volví a ver a los años y nunca hablamos del tema y pasaron los años y nunca jamás hablamos del tema. Fue algo como que pusimos en un cajón y quedó ahí. Con mi hermana también lo mismo, nunca sacamos esto sin... fue hace unos años nada más. Entonces yo detalles... la vez cuando pude hablar con mi madre o nos sentamos y escuché o leí, me di cuenta de que algunos detalles que yo tenía en mi secuestro eran diferentes a los de ella, que se ve que fueron cosas que yo mezclé o quizás que cambié un poco.

P: Particularmente de Porto Alegre, ¿de qué recordas Porto Alegre? Sabemos que te gustaba el fútbol, sabemos algunas cosas.

R: Porto Alegre me encantaba porque era Brasil y en esa época yo era fanático del fútbol hasta ahora. No juego más, pero siempre me gustó jugar mucho a la pelota y me acuerdo que jugábamos siempre a la pelota, que había en el edificio y había unos vecinos y en la escuela, continuamente tengo ese recuerdo de jugar al fútbol. Y fue un momento lindo, qué sé yo, el clima era agradable, aparte que nosotros veníamos de Italia, que hacía frío y en Brasil hacía calor y bueno, como que estábamos más cerca de nuestra tierra. Luego vino lo del secuestro y bueno, pasó tiempo antes de que volviera a ir a Brasil, pasaron muchísimos años.

P: Y dime una cosa, hay un historiador que ha estudiado esa historia de ustedes, dice que tú en Porto Alegre mezclabas todo entre el italiano y el español, el castellano. ¿Te acordás si te entendías con tus compañeros, o no?

R: No, no me acuerdo, no me acuerdo. Son cosas que un poco las... ya te digo, me costó mucho volver a hablar del tema, no es algo que yo ande diciendo, ni siquiera gente que me conoce de toda la vida y no sabe que me secuestraron y... hace poco... porque ahora tengo una audiencia con la jueza y hace poco le comenté a un amigo y me... bah, un amigo no, en realidad es un conocido, pero que hace unos cuantos años que trabajamos juntos y que nos conocemos desde hace años del trabajo, como ya te dije yo soy cocinero, y en las cocinas se trabaja mucho la gente, es un trabajo muy intensivo, entonces a veces hacés mucha liga con la gente, porque es como... y me dice "pah, loco, nunca me habías contado", y no, no sé, nunca se dio, no ando diciendo soy un desaparecido, me secuestraron, es algo que no... No es que lo quiera ocultar, tampoco, no me da vergüenza ni mucho menos, o sea tampoco es que me siento orgulloso. Es algo que pasó. Sí me siento orgulloso de lo que hacían mis padres en ese momento, lo mío es... fue una casualidad o algo que nos pasó y tá, ya está.

P: Y dime una cosa, Camilo. Cuando ocurre lo del secuestro, tú te quedas viviendo con tus abuelos el primer momento.

R: En un primer momento sí. Pero claro fue un momento muy conflictivo y muy... La verdad que fue un momento bastante duro. Para mí y para mis abuelos. Ellos estaban golpeados por la situación, yo estaba... tenía ocho años, estaba enojado con la vida, no tenía a mi madre, tampoco tenía a mi padre, estaba con los abuelos que prácticamente los conocía pero muy poco, porque nosotros ya te digo, hacía cinco años que nos habíamos ido a Italia, entonces yo antes de irnos era muy chico, y después de esos años ya era un niño que tenía ocho años, que le habían... Entonces les hacía la vida imposible pobres abuelos, se la vieron mal. Tenía mucha rabia, me escapaba de la escuela, fue un año que viví con ellos y enseguida cuando mi padre le plantea a mi abuela para que me quede, ella dijo "sí, quedátele".

P: Y ahí te fuiste con tu papá.

R: Y ahí me quedé yo con mi padre.

P: ¿Dónde?

R: En Milán. Y mi hermana con mis abuelos. Fue como una... bueno, Francesca era chica, entonces Francesca no se acordaba o no tenía mucha idea, ella tenía tres años entonces sí que la abuela la podía... aparte que no sé, tenía... es como quedarse con algo la abuela, es decir... y mi padre por su lado también no se sentía como para tenernos a los dos. Mi padre también era una persona que estaba en el exilio, que no estaba bien, fue una situación un poco... la familia se desintegró prácticamente.

P: ¿Cuánto tiempo estuviste en Italia, Camilo?

R: Yo estuve en Italia hasta el año '83, hasta que mamá salió de la cárcel. A los pocos meses que mamá salió de la cárcel volví. Vinimos en un viaje, primero, que se organizaba... que se organizó un viaje de niños...

P: Esto es importante, si podés contarnos un poco sobre esto. Es algo muy original.

R: Sí, en el año '82 se hizo un viaje, se organizó un viaje de niños que estaban en el exilio que tenían padres presos. Yo no venía en el viaje porque yo... entonces dieron, ellos, eran doscientos ochenta niños vinimos, niños y jóvenes, todos menores que vinimos a ver a... todos tenían un padre desaparecido o preso. Y bueno, viajamos y fue hermoso. Tengo unos recuerdos bellísimos, hace poco se hizo un programa, el año pasado, porque se cumplían los veinte años, no, fue este año, bueno, no me acuerdo, pero fue hace poquito, se hizo y justo me hicieron una entrevista y como que lo volvimos a recordar y vimos el video con los chicos, mis hijos, fue una experiencia muy buena, pero bueno: ahí justo a mamá la sueltan unos días antes, entonces yo viajo en ese viaje, ahí la veo, y al tiempito me volví. Y mi padre atrás. Porque bueno, ya como que el clima ya era otro, ya era como la apertura, y mi padre también volvió.

P: En relación a... con tu mamá, mientras estuvo presa, ¿le pudiste mandar alguna carta, le llegó algo?

R: La venía a ver, venía. Vine casi todos los años, Amnistía Internacional me financiaba, me pagaba el pasaje, y la venía a ver, pero también, era horr... no horrible, tá, pero la veía poco porque la sancionaban sistemáticamente siempre que venía, siempre la vivían sancionando entonces al final lo que la veía, y nada, pero bueno. Fui haciendo ese trato con Uruguay, yo cuando me volví no tenía ese choque con el ... porque como viven todos los años, quedé como dividido siempre, dividido en dos, o sea, yo hablo en español, en italiano a la misma vez...

P: Y de esa visitas, algunas de esas visitas en prisión, en Punta de Rieles, posiblemente, ¿cómo eran esas visitas, Camilo?

R: Y... tengo de los dos recuerdos. Tengo de lo bueno, que era el momento que estábamos con mi madre, qué sé yo, que ella siempre traía algo, un cuento, un dibujo, y todo lo previo, lo previo era complicado. Era complicado porque tenía que pasar con los milicos, te trataban mal, te tenían que bajar de un ómnibus, caminar, no te quiero mentir pero eran dos, tres kilómetros con los bolsos, todos ahí, todo mal, bajón... era un... sí, mal, mal. Todo mal, llegar a la puerta, que

te digan “está sancionada”, volverte para atrás, era duro. Y se armaba como el conjunto, bueno, yo era niño, ¿no? Bueno, los niños tratábamos de jugar y todo pero siempre era... no estaba muy bueno.

P: Y alguna vez decís... Pero bueno, pero algunas no eran tan malas, de repente...

R: No, porque una vez que entrás, una vez que pasábamos ahí toda la situación esta del cacheo, los bolsos, llegar a la puerta, estar ahí, las milicas te trataban mal, te hablaban mal y vos veías que los otros, los grandes no decían nada, entonces viste, más, te daba más bronca todavía, porque decías... “¡decí algo!”, no, qué iban a decir. Iban a complicar, entonces todo el mundo tenía que callar, pero no, una vez que estábamos adentro sí, era una fiesta, porque aparte las presas siempre hacían algo, siempre, siempre o hacían obras de teatro, escondidas, o tenían cuentos, ya te digo, siempre nos sorprendían con algo y estaban re contentos todos. Cuando estábamos ahí con ellas era una fiesta. En silencio, pero siempre te daban esa calidez...

P: Bueno, ahí tú vuelves para Uruguay después de eso...

R: Yo vuelvo en el año '83, cuando terminé el liceo en Italia, volví sobre septiembre, por ahí, del '83, casi sobre fin de año del '83.

P: ¿Qué edad tenés, en ese momento, Camilo?

R: Iba a cumplir trece años.

P: Trece años ¿y aquí seguís estudiando, cómo pasa acá?

R: Bueno, no, yo lo que pasa es que... quedé muy conflictivo. Tuve una... esa pre-adolescencia, esa adolescencia fue muy conflictiva, nunca pude... fui al liceo unos años pero no pude estudiar, nunca terminé, nada. Tuve muchos problemas con mi madre, le hice todo lo que podía haberle... todo el daño que se me pudo imaginar se lo hice a mi madre, me lo hice a mí mismo, abusé de las drogas, hice mucha cagada, robé, le robé a ella muchas veces, todo el daño que tuve al alcance para hacerle se lo hice.

P: Sería una manera de... medio que...

R: Mirándolo ahora, fríamente, ahora después de cuarenta años... yo ahora tengo cuarenta y dos y tengo hijos. Entonces uno cuando tiene hijos es padre, entonces... [se emociona] tiene que mirar a ver qué hicieron sus padres y bueno, yo a mi madre ahora, hoy día, no le critico nada para nada, lo que hizo... pero en ese momento sí que... algún culpable tenía que encontrar y bueno, ella era lo más cerca que tuve, se ve que esa fue la reacción por haber quedado ahí... yo quedé a los ocho años con mi padre que me quería un montón pero era alcohólico, estaba derrotado, estaba mal el también, porque... [conmovido] estaba en el exilio, había perdido a la mujer, todo lo que había creído se había derrumbado, se dedicó al alcohol y... me dio, nunca me faltó nada pero claro, no tenía una vida normal, digamos, no tuve una infancia normal. Mi madre no estaba, mi padre era alcohólico, yo a los doce años ya me estaba drogando. A los trece, a los catorce me fui de mi casa por primera vez. A los diecisiete ya no vivía con mi madre, era un niño, yo ahora tengo una hija de diecinueve y está en casa, o sea, si sale y la voy a buscar, no la dejaría en la calle. Yo a los diecisiete años me creía que tenía toda la vida, todo el mundo, tenía la calle y no... fue mi vida, qué va a hacer.

P: Y dime una cosa, tú dijiste al inicio, yo te lo propuse y lo confirmaste, tú te reconoces como anarquista.

R: Yo soy anarquista.

P: ¿En qué momento esto tiene sentido para ti?

R: Bueno... cómo explicarte. Claro, yo en esa infancia y pre adolescencia, adolescencia y ya juventud, porque yo recién me hice persona a los veinticinco años, hasta ahí yo era un delincuente, digamos, delinquía, hacía cosas que no tenía que hacer. Y en determinado momento, después que murió mi padre como que me empecé a cuestionar algunas cosas, y conocí por casualida-

des me hice amigo de gente que me empezó a mostrar que había otra manera de rebelarse, y me abrió... y ahí como que bueno, yo empecé a mirar para atrás, también, y bueno, hasta que al final de mi reconversión, digamos, conocí a la que ahora... a Verónica que es mi pareja, que también es anarquista, y bueno, ella era compañera de mi padre, como que ahí cerré un poco el círculo y ahora milito en la Federación Anarquista, igual que mis padres y sigo, trato de seguir ese camino que ellos me quisieron mostrar en ese momento, mostrar a mí no, bah, lo que ellos hacían en realidad.

P: Camilo y uno poco pensando en esos años ochenta, después de la dictadura. En seguida cuando termina la dictadura y un poco antes se está hablando un poco de todo lo que pasó aquí, de los crímenes, después viene la campaña para el plebiscito, ¿en qué momento es que vos comenzás a darte cuenta...?

R: No, yo en ese momento vivía en una nube, estaba colgado de una liana. No, ya te digo, fue en el '95, '96, tengo un amigo que era militante del partido trotskista del PST, que con él un poco... acá hubo una ebullición de que ocupaban los liceos y había como que se volvía y yo ahí dejo... trato de cambiar de vida, entonces a la vez que conocí a esta persona y bueno, dejé... no dejé las drogas pero sí dejé de drogarme. En realidad dejé casi todas las drogas, no me drogué con drogas pesadas, porque ahora fumo marihuana, pero es lo único que consumo, porque ahora ni alcohol consumo. Pero en ese momento consumía de todo. Y bueno, ahí dejo, trato de dejar todo eso detrás, no fue muy fácil pero tampoco fue imposible, de hecho lo logré lo más bien, y me trato, me empiezo a vincular con gente que milita y ahí un poco que empiezo a ver un poco para atrás y toda mi historia, rever y también un poco hablar con mi madre, porque hasta ese momento, la verdad, ya te digo, lo había guardado en un baúl y no lo contaba, no podía hablar del tema. De hecho yo no milité por ejemplo... en el voto verde no... sí tuve un poco de militancia en el liceo pero muy poco, muy poco porque enseguida... y tampoco fue algo que me marcara mucho. No quise como que quise cortar con todo eso, con todo lo que era la política, la militancia, y me volqué, ya te digo... no estudié más, no fui más al liceo, abandoné todo.

P: Y en algún momento llegaste a tener...bueno, hablaste de un compañero de una organización trotskista, tu compañera de origen anarquista también... en algún momento en esos años comenzaste a tener contactos con hijos de otros perseguidos políticos, esto te ayuda en algo?

R: El único contacto, en realidad, que tuve, o el primero, el único no, después... de desaparecidos no, de niños que habían sido desaparecidos con el único que tuve contacto fue con Amaral García, que un día nos... por cosas de la vida, ya te digo, cuando yo había conocido a esta gente y me estaba como que vinculando con otra gente un día conozco a este Amaral. Y él no sé cómo estábamos hablando y de qué y él dice... hicimos como buena onda, después nos volvimos a ver otra vez y... sin nunca hablar del tema. Y un día él me dice "no, porque yo soy desapare... a mí secuestraron", no sé qué y le digo "¡pah, a mí también!" y bueno, en el momento medio como una alegría decir, "¡pah, mirá a vos también!, somos... tenemos algo ahí en común, a mí también me secuestraron". El caso de él fue peor, porque a él se lo die... tuvo otros padres, y siempre... yo no, yo siempre tuve clarísimo, mientras estábamos ahí, mientras estábamos y eso sí me acuerdo que lo que estaba pasando estaba todo mal, que ellos eran enemigos y que nos estaban haciendo daño, que nos podían matar en cualquier momento también lo tenía claro. Es más, yo pensaba que no... eso me acuerdo. Lo tenía grabado. Y cuando nos devolvieron a mis abuelos fue grandioso aquello, digo "¡ta, nos salvamos", pero no. Y por ejemplo el caso de Amaral tiene como otra visión él, porque él a la gente que estuvo con él no los ve como... él no se acuerda mucho, creo, no quiero hablar por él, por lo menos esa sensación fue la que me dio, que él los quería porque fueron sus otros padres, creo que era más chico inclusive. Yo era grande, a mí me tenían que matar pero con otros padres no me iban a... a mí no me iban a dar a otros padres, a Francesca quizás sí.

P: Tú ya tenías edad....

R: Yo ya tenía una edad y aparte que tenía una... o sea, nosotros nos vamos de acá... yo a mi

padre lo conocí en la cárcel y después cayó mi madre. De acá nos vamos en un barco y ellos estaban presos, de la cárcel para el barco y del barco para Italia exiliados, y siempre yo tenía claro que acá había una dictadura y que nosotros estábamos en Italia porque acá había dictadura y la gente no podía... no podíamos volver. No me acuerdo bien que mis padres me lo contaran pero sí sé que lo sabía, o sea que ellos me lo tienen que haber contado. Yo siempre digo, yo me crié en las reuniones, porque mi madre cuando militaba, antes de que nos fuéramos, antes de que estuviera presa, yo nací en el '70, nosotros de acá nos fuimos en el '73, o sea que mis primeros tres años fueron de reunión en reunión, como a veces les pasa a mis hijos, en mi caso. Más intenso lo de ellos porque ahora no vamos a comparar con aquella época, pero...

P: Y dime una cosa, Camilo, ¿por primera vez cuándo fuiste para Brasil, tú? Te digo ahora, en tu etapa adulta, claro.

R: En mi etapa adulta fue en el '95, '94 creo, fui con unos amigos de vacaciones a Florianópolis.

P: Ahí fuiste por cuenta tuya...

R: Por mi cuenta, y fue una sensación extraña. Había ido otras veces, había ido de niño con la abuela, por ejemplo y había ido otra vez con mi tío Álvaro, con el hermano de mi madre, que ya tendría once o doce. Fuimos a la casa de Ferri, me acuerdo que estuvimos ahí con mi tío, poco, tres, cuatro días. Pero la primera vez que fui solo fui con dos amigos y fuimos a Florianópolis de vacaciones y sentía una sensación rara, viste, pero bueno, todavía yo no había procesado lo que ahora con tantos años yo pude procesar, que es mi historia, porque ya te digo, yo puse como una piedra y me costó mucho sacarla la piedra. Pero siempre tuve esa cosa con Brasil de decir, que me queda algo en el debe. Hay una cosa ahí que me marcó para toda la vida, pero nunca más supe de ella, ni estuve ahí para poder... no me acuerdo ni siquiera la casa donde nos secuestraron, nunca... ahora, si me preguntás cómo era te mentiría, porque ahora no me la acuerdo. Sé que era un pasillo, no me acuerdo el barrio, Porto Alegre sobre todo, porque ya te digo, la vez que fui, fuimos a Florianópolis, y a la vuelta para que fuera más barato fuimos haciendo escala. Por supuesto que nos gastamos la plata y llegamos con las moneditas. Entonces lo más barato era ir de Florianópolis a Porto Alegre, de Porto Alegre a Rio Branco y de Rio Branco a Montevideo. Y entonces cuando estuvimos en Porto Alegre, esto ya te digo, habrá sido '95, '96.

P: ¿Tus amigos sabían algo de esta historia?

R: Ese amigo sí, el que estaba en ese momento sí. Y le digo "che, Seba", Sebastián Cibuqui, un gran amigo, "mirá que estamos acá, con todo lo que me deben estos a mí"; no teníamos un peso, digo, "acá alguien me tendría que invitar aunque sea una cerveza" [se ríe], digo que me la deben. Y no, por supuesto que seguimos de largo. Pero nos dio esa sensación, esa cosa que decir... como fue algo que nunca cerró, porque yo ahora fui cerrando muchas cosas, ya te digo, después que fui padre, gracias a mi compañera pude reconciliarme con mi madre, en un principio, después de reconciliarme con mi madre me fui reconciliando con la historia, también, porque cuando empecé a militar –que yo empecé a militar por las mías, no porque "voy a hacer lo que hicieron mis padres", no- empecé como a militar, empecé en una radio comunitaria, ya te digo, los que estaban eran trotskistas, nada que ver con los anarquistas, o sea, mi amigo el Rolo me quería para su partido, quería que yo militara, empezara a militar con ellos y siempre chocábamos por la metodología, a mí me parecía que las cosas tenían que ser más horizontales, más de tener un apoyo con la gente, ellos iban siempre que "vamos, vamos, vamos, vamos", y vamos pero nunca teníamos nadie atrás. El caso de la radio comunitaria chocamos un montón porque abrimos una radio comunitaria y claro, ellos "vamos, llenamos la radio" y yo decía "no, vamos más de a poco, porque estamos llenando la radio pero no sabemos ni a quién metemos adentro, primero vamos de a poco, definamos un grupo", pero bueno, no.

P: ¿Dónde era la radio comunitaria?

R: En Jardín El Hipódromo. Sembrando FM. Ya estaba la radio, pero nosotros caímos ahí. Verticalazo [se ríe], no tengo nada contra los compañeros trotskistas, pero fue un verticalazo. Ahí había un compañero viejo, el compañero viejo se iba y nos alquiló la casa, nosotros que justo

qué casualidad éramos militantes del partido del otro señor, y dijimos “bueno, pero si quieren la radio puede seguir saliendo de acá, nosotros no tenemos ningún problema”, y nos apoderamos de la radio, ni más ni menos. Empezamos a ser los dueños de la radio, prácticamente. Fue una experiencia muy linda, igual. Rolo fue un gran amigo, y esto es una crítica, capaz que no lo tendría que haber dicho, perdón.

P: No, son reflexiones y son buenos recuerdos que tenés.

R: Sí, sí, son excelentes recuerdos porque ahí yo cambié mi vida cuando me fui para la radio. Ahí realmente fui como que rumbeándome hacia lo que soy ahora, empecé a trabajar, a hacerme de un oficio, yo ahora soy jefe de cocina, llegué no a lo más alto porque siempre hay más para aprender, pero yo en mi oficio estoy en el tope y me siento muy bien.

P: ¿Cómo sale esto de ser cocinero, de dónde viene?

R: Mirá, cociné desde chico, porque ya te digo, yo vivía con mi padre, mi padre era un buen cocinero pero era muy vago, era vago con todo, a veces también porque era alcohólico, pero era una persona un poco depresiva y no sé si antes, pero cuando vivíamos ahí era un poco depresivo y entonces...pero yo era un niño, aparte siempre me gustó comer, entonces él me enseñó a cocinar para que yo le cocinara. Entonces llegábamos a casa y yo cocinaba. Las cinco, seis cosas que me gustaban a mí, ¿no? Milanesas, papas fritas, puré, tuco, ravioles, toda comida de esa... pasta, comía mucha pasta, porque vivíamos en Italia y soy bien tano con la pasta, como todos los días pasta, y ahí siempre me quedó el de cocinar. A los años, cuando vivía con mamá también cocinaba porque ella trabajaba todo el día. No viví muchos años, pero... y después viví solo, desde los dieciocho años más o menos, vivo solo. Entonces siempre me cociné y cocinaba para los amigos. Y bueno, en el año '89 empiezo a trabajar en una cocina de ayudante de cocina, de lavaplatos. No me gustaba para nada porque había que trabajar de noche y yo la noche la prefería para otras cosas, que no era trabajar y aparte pagan poco y bueno, haciendo otras cosas capaz que sacaba más dinero. Estuve un tiempo, después volví a trabajar otra vez en otro lugar, pero también muy poco tiempo y por el año '95 tengo unos amigos que tienen una parrillada y trabajo con ellos, ya trabajé un poco más y ya como que me gustó más, no es que me gustara, como que dije, bueno, me salía bien porque era algo que yo tenía práctica, porque lo hacía desde chico, pelar papas, lavar platos, era algo que me salía como medio natural y bueno empecé a hacerlo hasta que un día dije “bueno”; cuando realmente quise cambiar mi vida y dejar la delincuencia de lado que fue por el año '94, por ahí, dije “bueno, acá esto...” es como que me di cuenta que tenía una herramienta ahí, yo tengo hasta segundo año de liceo, por el lado del estudio menos diez, por el lado de otras cosas, para una oficina soy desprolijo... no, no. En un banco tampoco y bueno, como que por ese lado vi que tenía como una herramienta para poder trabajar y que a mí me salía bien y bueno, enseguida fue como que me fueron reconociendo y me siento muy bien porque es algo honesto con lo cual me puedo sobresalir y soy bueno en eso. Hasta que hace unos cuantos años, ya, esto hace casi quince años que estoy en la cocina, catorce, quince años, ahora ya hace unos diez que me declaro como cocinero, antes no, tuve unos momentos que lo dejé, en un principio y no sabía... lo que pasa es que la noche, y siempre era la noche, la noche. Después tuve hijos, entonces la noche seguía siendo un problema, ahora por suerte trabajo de día. Capaz que no es por mucho tiempo porque la cocina tiene esa variable y la noche es algo muy... donde hay más trabajo es en la noche, pero bueno, voy a ser cocinero toda la vida.

P: Camilo, decime una cosa, ¿qué sentís cuando ves hoy y comentaste que hace poco lo hiciste con tus hijas, parece, cuando te ves hoy en un documental y te ves chiquito, de niño, de siete, ocho años y te están entrevistando? ¿cómo te ves, qué te pasa con eso?

R: También es una situación... por un lado, me da como orgullo por lo que significó haber podido... haber salido bien de eso gracias a mi madre que hizo lo que hizo en el momento, y entonces haber podido denunciar y que un pequeño hilo se abrió a partir de nuestro caso, que se demostró que había conexiones, que mucha gente pudo empezar a partir de eso a empezar a escarbar, como que me siento muy orgulloso. Por otro lado siento mucha bronca [conmovido], porque

pasaron casi cuarenta años y todavía a nosotros nadie vino a decirnos “perdón, estuvimos mal”, ni el Estado brasileño ni mucho menos el Estado uruguayo. El Estado brasileño se tendría que sentir más indignado porque fueron los que realmente cometieron el crimen, legalmente, porque nosotros estábamos en su país y nos llevaron para otro. Ellos nos dieron a otros y otros nos llevaron, pero ellos eran responsables sobre nuestras vidas, porque habíamos entrado legalmente a su país, yo y mi hermana, dos niños menores, aunque nuestros padres hubieran cometido el peor de los delitos, a ellos los podrían encarcelar pero a nosotros no nos tenían que entregar a esa pandilla de asesinos, o sea, para mí el Estado brasileño es uno de los que más tiene culpa, en nuestro caso. Por supuesto el Estado uruguayo, era una dictadura y ellos iban a por nosotros, iban a por mis padres, a por mi madre. De hecho la secuestraron y nos tuvieron ahí, a nosotros nos liberaron por hechos del destino o de la casualidad y porque otra gente se pudo involucrar porque bien podía no haberse enterado nadie y estábamos como el compañero Mechoso, en un tanque, el compañero que apareció hace poco ahora en la Argentina que también era de la organización, desaparecido de Orletti, podíamos haber sido unos más de la lista. Fue una casualidad. Y entonces también, te da esa bronca de decir y siguen pasando los años, la dictadura ya hace no sé cuánto que se terminó, porque que ellos vengan a pedir perdón... que tampoco lo esperamos, yo tampoco es lo que necesito que me vengan a pedir perdón, pero el Estado aún no ha reconocido sus delitos. Los Estados, bah. Y con respecto a mis hijos, bueno... ya te digo, no les hablo mucho del tema, no soy... no hablo mucho del tema con nadie, ni siquiera con mis hijos. Está mal, yo sé que está mal pero que me cuesta un montón hablar.

P: Estuviste en Porto Alegre el año pasado, inicios del 2011, esta vez en un evento académico, académico y social, no solo académico en el sentido de... un seminario donde se trataban estos asuntos y estuviste en una mesa dando un testimonio de un niño secuestrado en Porto Alegre y estabas sentado con otro chiquilín, también digamos, que en su época también le pasó eso. En ese momento, ¿tú ya tenías la dimensión de lo que representa llamarse Camilo Casariego Celiberti en Porto Alegre? ¿Te pasaba esto ya?

R: No, en realidad no, porque ya te digo, fue la primera vez y cuando iba en el viaje decía “bueno”, ya te digo, me hizo bien y digo bueno... por lo menos alguien alguna vez se acuerda que yo también... Porque sí sé que mi madre es muy reconocida y es un personaje público, pero a mí nunca nadie... como que nosotros éramos... íbamos atrás de ella. Y sí que estábamos ahí porque ella estaba, pero éramos... somos dos personas. Y bueno, yo creo que a Francesca le debe pasar algo parecido, ella fue más veces a Brasil, de hecho hace poco hizo un curso en una facultad, ella ya les contará, pero ella tiene más relación con los brasileños, no sé si alguien alguna vez... pero no... ya te digo, a mí nunca nadie me había como que... no homenajeado porque no me tienen que homenajear, pero decir, bueno, no sé, pedir la opinión, fue algo muy bonito lo que pasó el año pasado. Claro que cuando estaba hablando el muchacho... me quedé..., digo porque yo siempre miro lo... yo miro mi caso, pero hay casos peores, entonces digo bueno, entonces lo mío no es para tanto, porque mirá este pobre muchacho que ... el muchacho fue horrible todas las que pasó, yo... lo nuestro como que digo, bueno, como que lo nuestro salió bien, decís bueno... yo nunca me consideré una víctima. Sí soy víctima del terrorismo de Estado pero no sé, yo siempre lo tomé como que bueno, aquello había sido un empate, porque ellos nos secuestraron pero nosotros les cagamos la vida y yo los pude denunciar, entonces empatamos. Entonces nunca me consideré así que... sí, fue muy jodido y mi madre las pasó pero, porque mientras estaba ella estaba en un calabozo yo estaban en Italia mirando la tele.

P: Pero cuántos días estuviste secuestrado con tu hermana?

R: Yo estuve muchos días.

P: Secuestrado es desaparecido

R: Sí, sí, para mí ahora, yo ya te digo, nunca le pude dar la dimensión, a veces lo pienso y lo miro, y digo “pero estuvimos tantos días”... sí tengo el recuerdo de... nos tenían dos milicas, tengo el recuerdo de ellas, a veces cuando venían los oficiales, venían a cada rato, una vez uno me pegó,

yo siempre fui muy pillo, y cuando estaba ahí ya te digo, Luiz Cláudio me contó que yo me quise escapar cuando estaba en el DOPS; que casi lo logro, yo eso por ejemplo no me lo acuerdo, quizás en el momento sí que me lo acordaba, ¿no?, pero después de los años yo fui como que fue como que lo fui dejando muy atrás. Nunca quise entrar. Y cuando realmente me decidí a entrar estaba grande, o sea que los recuerdos, ya te digo... todo el secuestro que yo me había hecho no era el mismo que contó mi madre, que sí, que se lo acuerda bien porque era una persona adulta. Yo la primera vez que escuché, que fue la primera vez que conocí a Luiz Cláudio, que él vino a hacer un programa, creo que se cumplían diez años, no me acuerdo. Vino, Luiz Cláudio, me hace una entrevista a mí, yo le cuento más o menos, “bla bla bla” y después vamos y dice “vamos, tenemos que hacer a tu madre, ¿quieres venir con nosotros?”, “bueno, vamos”. Fuimos, buscamos un lugar, fuimos para un lugar en la rambla, entonces mi madre empieza a hablar... yo me quedé así porque digo “¿en qué secuestro estuviste vos, que no estuviste en el mismo que yo?” porque mi secuestro era otro, ¿me entendés lo que te quiero decir? Detalles, ¿no? Pero claro, el de ella era real, el mío era un secuestro que yo me había ido haciendo, o me hice después con los años y... no es que no me lo acordara, pero... tengo cosas igual, tengo imágenes que nunca las pude borrar, que son cuando nos envolvían en las alfombras para sacarnos de un lugar a otro nos envolvían en... lo hicieron dos o tres veces.

P: A ti y a tu hermana.

R: A mí y a mi hermana. Nos envolvían en unas alfombras y nos cargaban al hombro y ahí salíamos del lugar y aparecíamos en otro.

P: ¿Eso fue aquí en Uruguay?

R: Acá en Uruguay. Porque nos llevaron a dos o tres lugares. Estuvimos en el interior, primero cerca del Chuy, se supone. Después estuvimos acá en Montevideo, en Inteligencia, después en otro lugar por aquí por el centro. Pero uno de los lugares era con una escalera caracol, tengo ese recuerdo siempre de ir en una alfombra, dentro de la alfombra en la escalera caracol, es algo que me quedó...

P: Yo eso te lo pregunté el año pasado y te lo pregunto de nuevo, de cualquier manera. Uno de los momentos más marcantes de lo que se recuerda de tí en Porto Alegre, Camilo, tiene que ver con la cuestión del reconocimiento que hiciste a través de una foto del lugar donde estuviste detenido, preso, secuestrado en Porto Alegre, estabas ya en Montevideo, estabas con tus abuelos, y unos periodistas que te traen un montón de fotos y te van mostrando las fotos, vas reconociendo y en algún momento reconocés el río, el arroyito, ¿esto lo recuerdas tú?

R: Sí, lo recuerdo. Por eso yo te digo que siempre me quedó esa sensación como de empate, porque yo pude... y a los milicos también, éste que después era jugador yo lo reconocí, “Didi” Pedalada, y reconocí a otros, a una oficial también la reconocí. Yo me sentí muy partícipe y creo que para mi edad, no que me agrande, ¿no? Pero yo hice todo lo que p... de hecho me traté de escapar del DOPS, me contó Luiz Cláudio, pero era... yo no me lo acuerdo pero era bien como para mí, porque yo era... lo podía hacer. Porque yo sentía que en todo momento, cuando vinieron y cuando nos detuvieron, yo sentí que estábamos presos y de que ellos eran los malos y nosotros éramos los buenos, de hecho, porque nosotros no estábamos haciendo nada. Yo estaba jugando a la pelota en la puerta de mi casa. Pero sí, cuando ellos vinieron... me daba un poco de orgullo poder reconocerlos y... me acuerdo del momento. Me acuerdo de estar detenidos, de que mi madre no estaba, de que estábamos ahí, Francesca lloraba y... fue un poco duro, sí.

P: Te secuestraron un día que ustedes iban a ver un partido de fútbol.

R: Eso más, todavía, todavía era una de las cosas... no sé si fue eso lo que más me dolía, que no pude ir al estadio. Siempre fui fanático del fútbol, la verdad. Y estaba como loco por ir al partido, y nunca más pude ir. Y la otra vez con Rodrigo que estuvo ahora hace unos años y me decía: “algún día vamos a poder ir”, y digo sí, algún día voy a tener que poder ir a este estadio para poder cerrar, para ir cerrando, ir cerrando esas puertas. Era un partido del Inter no me acuerdo con

quién. Yo era fanático del Inter. Siempre me quedó, y de hecho después Rodrigo me decía que el Inter salió campeón en esa época era un equipazo. Siempre el Inter es como... hace poco casi voy a ver Inter-Peñarol, el año pasado, en la Libertadores, pero no, no se dio. Pero tengo sí esa cosa, el lugar también, me gustaría volver a ir a verlo, qué sé yo. O quizás algún día poder llevar a mis hijos. Hace unos años los pude llevar a Italia y les mostré el lugar donde yo vivía. Porque uno con sus hijos... y también como que cerré un capítulo ahí de mi... pude llevar a mis hijos a conocer mi familia italiana porque yo tengo como una familia que me semi-adoptó, porque mi padre sí que estaba complicado conmigo solo, trabajaba mucho, entonces una vecina me cuidaba y medio como que me adoptaron, eran muy buenos, gente muy sencilla y muy humana. Si bien que... digamos, de ideología política nada que ver, pero era gente muy humana y que veía la situación complicada que teníamos nosotros, yo, todos mis conflictos, mi rabias y claro... yo era un niño que a los ocho años me quedé sin madre. Y bueno, con alguien me las tenía que agarrar, entonces me las agarraba con todo lo que se me pasaba por al lado.

P: Camilo, y hoy en relación a estas cuestiones, particularmente las cuestiones legales, en el sentido de responsabilizar a los Estados, ¿cómo te estás moviendo o qué expectativas tenés particularmente?

R: Yo nunca tuve ninguna expectativa. No creo que... cómo decirte. No creo que... no veo que haya voluntad del Estado para hacia nosotros poder dar una solución real de decir "bueno, asumo la responsabilidad y realmente a esta gente a los cuales nosotros les arruinamos la vida o los matamos, los desapare... les damos una solución real, que las familias puedan enterrar a sus muertos y que se diga la verdad, que cada uno..." no veo que haya una voluntad de hacerlo. Sí hay como mucha gente que lo exige, que lo exigimos, somos un montón, algunos gobiernos están tratando de hacer como una pantomima o de decir "sí, nosotros miren la voluntad que tenemos", pero no, no. La voluntad no está, porque los que tienen que realmente decir lo que pasó no lo dicen. Entonces hoy en los Estados por ejemplo está... el presidente de Uruguay es Mugica, que estuvo años en un calabozo. Está abrazado de los mismos que lo tenían en el calabozo, o sea, ni por respeto a su madre que lo iba a visitar a la cárcel el hombre agarra esos señores y los mete en el Penal de Libertad, como lo tenían a él, por lo menos. Que no les haga un favor de tenerlos en una cárcel... no. O sea, si Mugica que era preso, por respeto a su madre a la hora de que está en un gobierno, está a cargo del Estado, no asume la responsabilidad de culpar a su Estado, es obvio que el Estado nunca va a dar una solución, porque... no lo puede hacer. No hay, no está la voluntad. El caso brasileño ni hablar. No sé bien la interna de Brasil, pero es la misma. Es un partido de izquierda el que gobierna ahora pero no termina de asumir los crímenes que cometió su Estado en su momento. No los asume, porque los tendría que asumir como propios y no tienen la voluntad política para hacerlo. Y las víctimas y los familiares seguimos de a cuentagotas y por el enorme esfuerzo de gente, personas humanas que sienten esto como un daño muy grave que hubo en nuestras sociedades, a fuerza de lucha y sacrificio y a cuentagotas se siguen encontrando y abriendo puertitas y a través de esas puertitas se siguen sabiendo atrocidades. Porque cada vez que abrimos una puerta descubrimos una atrocidad más grande. Y bueno, seguiremos en la lucha por realmente desenmascarar todo esto que fue lo que pasó en nuestros países.

P: Sólo para terminar, Camilo. ¿Tienes relación con Omar Ferri, hoy, estás vinculado?

R: Hace muchos años que no lo veo, me gustaría verlo.

P: Cuando lo ibas a ver con tu tío, que decías, ¿qué recordás de estos encuentros, de qué trataban?

R: El señor Ferri me acuerdo que tenía los pelos blancos, así. Me acuerdo que era una persona que hablaba mucho, por muchos años yo creí que él había sido el que había descubierto la... se ve que los... Luiz Cláudio y Ferri eran la misma persona. Pero no, claro, porque tengo esos recuerdos mezclados. El señor Ferri me acuerdo que era una persona muy buena. Me acuerdo que tenía un perro salchicha y después no... no me acuerdo nada más, me acuerdo que tenía una casa muy bonita, que nos trató muy bien la vez que fuimos con mi tío y otra que fui con la abuela,

sé que la abuela, mi abuela, lo quería muchísimo. Porque él había sido el abogado que... como que era una de las primeras personas que le dio realmente vida. Vida no, la escuchó y le dio para adelante y bueno... Luiz Cláudio también, porque gracias a Luiz Cláudio que nosotros estamos vivos, en definitiva. Pero ellos se preocuparon mucho y se arriesgaron muchísimo porque aquí estábamos en plena dictadura. Rodrigo hace poco me contaba que había visto...

P: Ramiro.

R: Ramiro. Ramiro a mí me contaba que había visto... - Rodrigo es otro amigo de Porto Alegre - Ramiro me contaba que había visto unos escritos que decían "doña Lily a tal hora se paró en tal esquina y habló con el almacenero", o sea informes de la policía de aquellos años, nos tenían vigilados, yo no tengo ni idea, pero la tenían vigilada todo el tiempo, donde se movía, dónde iba, inteligencia tenía el caso. Fue un caso que les dolió mucho a ellos, nosotros fuimos de los primeros que tuvieron que largar a la luz y decir "sí, tá, los secuestramos, pero no, ellos venían con armas" e hicieron todo un vericuetito. De hecho mi madre no salió con los demás, al final de la dictadura, a ella la tuvieron que procesar, hacer un proceso- proceso. Y la dieron cinco años y cuando cumplió los cinco años tuvo que salir. Le tuvieron que dar una condena. Otros presos salieron cuando los amnistiaron, porque estaban ahí a las leyes militares, sería. No sé bien del caso...

P: Bueno. ¿En qué estas hoy, Camilo? Sos cocinero, sos anarquista, ¿qué militancia tenés hoy?

R: Milito en un espacio social que es un ateneo. Aparte de mi organización política milito a nivel social, por la organización política milito a nivel social, en la rama barrial digamos de la organización y estoy, estamos en un ateneo, el Ateneo Pocho Ríos, en Santa Catalina, que es mi barrio, y tenemos diversas actividades, hace poco que lo inauguramos. Tuvimos una radio comunitaria muchos años, con mucho esfuerzo, muy sacrificado porque no tenemos nada, sacábamos la radio en la cocina de casa, teníamos unos equipitos que salen ahí en la vuelta. Todo muy... bien de abajo. Y ahora por varias cosas nos hicimos de un local, una casita y tenemos esa casita donde hicimos el ateneo, ya ahí vamos a sacar la radio. Ahora está rota pero en breve la vamos a sacar nuevamente, tenemos la radio comunitaria, hacemos algunos talleres de apoyo escolar para niños, vienen unos veinte niños del barrio y hay dos compañeras que dan los talleres, un apoyo escolar con los deberes, matemática, repasan las tablas, las leyes ortográficas y damos una taza de leche y juegos. Después tenemos un taller de inglés para adultos... para adultos no, en realidad los que van son jóvenes entre diecisiete y veinticinco años, son unos veinte jóvenes que van y hacen un curso de inglés como es una profesora que... es un curso como el Anglo, un instituto que hay acá en Uruguay, es un curso parecido de inglés medio básico pero no es el del Liceo, es un poco más avanzado. Después tenemos una murga, que son casi todos los jóvenes del ateneo más algunos jóvenes del barrio que ensayan en el local, tenemos un taller de cooperativismo, que son también varios compañeros del ateneo, trabajan en una cooperativa con otros compañeros de otra cooperativa están haciendo un taller para poder hacer más... porque el cooperativismo acá en Uruguay ha tendido a ser como una empresa más, entonces muchas empresas tienen un sistema cooperativo, te pagan el sueldo, y bueno, estamos tratando de formar como una red de cooperativas, nosotros. Pensamos que el cooperativismo es un medio de trabajo un poco más... cómo decir, no más honesto porque ir a trabajar y que te paguen un sueldo... pero más justo. Que bueno, cobramos y se cobra más o menos todos parecido según lo que uno trabaje y lo que uno produzca y bueno, hincar un poco en eso que creemos que vendría a ser una alternativa para nosotros los pobres, digamos, no tener que hacernos explotar tanto. Quizás ser explotados pero por lo menos tener un sueldo un poco más digno, porque muchas veces los sueldos que se pagan no corresponden con lo que debería. Y después tenemos alguna actividad, pasamos películas, es como un juntadero a veces, tratamos de que no igual, de que sea... pero a veces los muchachos que paran en la esquina.... Acá es muy común que los chicos paren en la esquina a tomar vino, a fumar porro y a veces es complicado la esquina porque hay razias, porque hace poco volvieron las razias después de muchos años, entonces nosotros no tenemos el lugar para que se junten a fumar porro y tomar vino. Pero también entendemos que los chicos que de repente no son tan... no tienen tantas iniciativas políticas o sociales que sólo están en un esquina y

les gusta escuchar música, también pueden tener un lugar donde de vez en cuando... más ahora con los fríos, Santa Catalina es un barrio que está sobre la playa, es una playa de pescadores, entonces ahora en invierno sopla. Entonces a veces también los muchachos van ahí, si alguien precisa hacer un cumpleaños está el local... es un poco un local social para las actividades que demande el barrio, porque todos estos talleres no fue que nosotros dijimos "vamos a hacer un taller de...", no, no, fue la gente que realmente vio.... Lo del taller de inglés por ejemplo fue una chica que es profesora y dijo "che, miren que yo soy profesora" y varios dijeron "¿ah, sí? Vamos, porque yo por el trabajo, yo porque quiero estudiar, yo porque me viene bien para el liceo" y bueno, venga el taller. El de apoyo escolar empezamos haciendo un taller de radio para los niños en la escuela y vimos que a muchos chicos no les llegaba, con lo que le daba la escuela, que quedaban. Son muchos chicos para una maestra sola, la maestra no los puede ayudar, y bueno, había dos maestras, una chica que está estudiando para maestra, mi compañera Verónica que se le da muy bien con los niños y dijimos bueno, ¿por qué no los ayudan? Y es un éxito el taller, van veinte niños y están encantados de la vida, y les está yendo mejor en la escuela. Entonces es algo positivo.

P: Está muy bien. Camilo, muchas gracias y felicitaciones por todo lo que estás haciendo. Seguro de que tus hijas deben tener mucho orgullo de quién sos y de lo que estás haciendo.

R: Muchas gracias a ustedes.

DEPOIMENTO 22 – FRANCESCA CASARIEGO CELIBERTI.

MONTEVIDÉU, 8 DE JUNHO DE 2012.

P: Francesca, lo primer que te preguntábamos entonces, o que te pedimos, es que te presentes para la gente que está viendo este material.

R: Soy Francesca Casariego Celiberti, tengo treinta y seis años, vivo en Montevideo, Uruguay, trabajo... soy diseñadora gráfica desde hace varios años, ahora en realidad estoy en un momento de cambio de mi vida, estoy trabajando como productora en el Primer Festival de Cine y Derechos Humanos de Uruguay que se realiza ahora en unos días, así que con muchos nervios [se ríe] y con todo un estreno, que... y bueno, tengo un hijo de tres años, Luan, y bueno... vivo sola con mi hijo.

P: Muy bien. Lo primero entonces, Francesca, es preguntarte qué tipo de recuerdo tienes de los hechos que ocurrieron en Porto Alegre en noviembre del '78, o de lo inmediato que pasa después.

R: Bueno, con noviembre del '78 no tengo absolutamente ningún recuerdo, es más, en realidad es como que hubiera quitado todos los recuerdos de mi memoria ¿no? A ver: tenía tres años y entonces no recuerdo. Pero es como que a lo largo de mi vida ha sido una fórmula el no recordar, al resto de los acontecimientos de mi vida, suelo tener como muy poca memoria, y bueno, es la ausencia del recuerdo, más que recuerdos. Y bueno, sí, tengo algunos recuerdos de Porto Alegre, de las visitas a Porto Alegre con mi abuela, como las reiteradas visitas a Porto Alegre con mi abuela, pero en algo así que no sé... era muy chica, tampoco terminaba de quedar muy claro.

P: ¿Tú estabas con tus abuelos?

R: Yo vivía con mis abuelos, luego del secuestro en el '78 quedé viviendo con mis abuelos hasta que mi madre salió de la cárcel.

P: ¿Podés decir algo de tus abuelos, de la manera como afrontaron la situación del secuestro de tu mamá y el hecho de ustedes, los hermanos, estar tanto lejos del papá, Camilo también en un primer momento, y de tu mamá presa, qué podes decir?

R: Bueno, mis abuelos hicieron todo lo que podían para afrontar la situación, y si bien como con muchas fuerzas, así, con mucha fuerza, con muchas ganas, también les costó mucho y los marcó mucho. Todos los sucesos, así como en el dolor... y en todo eso también que se hacían cargo de una niña, que pasaban a ser los padres de una niña de tres años, que también traía como todo... si bien yo los recuerdos que tengo así de toda mi niñez son como una niñez como muy dulce, como muy linda, como mis abuelas así con mucho amor y en una cosa... sí, por ahí porque tapaba todo el resto de los recuerdos, no? Porque en realidad visitaba a mi madre en la cárcel, y habían situaciones que no eran nada dulces ni nada lindas. Y habían muchas faltas y muchas... pero sí... como que con mucho cariño todo y con mucha fuerza, pero bueno, con mucha pérdida también en realidad. Sí, mi hermano, ni siquiera nos teníamos el uno al otro, era como que la situación se tuvo que dar y todos haciendo lo que podían y haciendo lo mejor que podían, se tomaron determinadas decisiones y esas decisiones se tradujeron que yo viviera con mis abuelos en Montevideo, mi hermano viviera en Italia con mi padre, y bueno.

P: ¿Tu abuela iba a Porto Alegre seguido por causa de continuar denunciando la situación de tu mamá, y tú también ibas en algunas de estas...?

R: Claro, sí, sí, yo me acuerdo, me acuerdo. Tengo algunos recuerdos de haber ido, de haber estado frente a una cámara [se ríe] cuando era chiquita, tendría yo qué sé, seis, siete años, no recuerdo bien, pero sí, me acuerdo de haber ido a Porto Alegre, íbamos bastante seguido porque mi abuela seguía con las denuncias, bueno y todo Brasil seguía con las denuncias y todo Porto

Alegre así muy fuertemente, entonces íbamos.

P: Y de ese período, de esa infancia, Francesca, de tu cotidiano en la escuela, de tu cotidiano en el barrio, con tus amigas, tus amigos, ¿algún tipo de problema que tenía que ver con la ausencia de tu mamá, algún tipo de...?

R: Y sí, la ausencia es como que está siempre, es como algo que si bien tengo un recuerdo de mi niñez como... en eso: mi abuela era súper cariñosa, súper afectuosa, entonces había como algo así en el cariño y en el afecto que no faltaba. Pero era el cariño de la abuela. Y aunque a veces hasta yo me confundía y le decía "mamá", en el trato cotidiano no dejaba de ser la abuela, y entonces yo era una niñita malcriada, como con muchos mimos, se me permitían muchas cosas, no me gustaba comer esto, no lo comía, porque era como que me protegían. Pero sí, en la escuela... iba a una escuela, esos años después que hice el preescolar, cuando empecé la escuela, fui a la Escuela Italiana de Montevideo, era una escuela en un barrio residencial de Montevideo, una escuela privada, con una realidad totalmente distinta a la mía, en todos los sentidos, porque era en lo económico, era en lo político, era en lo social, era en todo sentido, no tenía nada que ver conmigo. Así que yo... bueno, pasaba muchas horas en la escuela porque iba a horario completo, y además era muy lejos de mi casa y estaba una hora viajando para ir y una hora viajando para venir, y en esos años de escuela, sí, era como que era otro mundo y jamás le dije a nadie que mi madre estaba presa. Bueno, una vez le dije a una amiga en el recreo en el tercer... escuela... o sea después de tres años de ir a la misma escuela con los mismos compañeros, y una vez le dije en un recreo bajito, como... Que bueno, que mi madre estaba presa. Porque bueno, sí, cuando se daban las situaciones esas del día de la madre, o en los acontecimientos "invitamos a los padres" o cosas así, a uno siempre le viene como la ausencia. Y en ese círculo sí, como que me daba vergüenza, como que no me sentía así, no era como un lugar en que yo me sentía así como... hablarlo tranquilamente. Después en el barrio, pasó algo así como muy impresionante, así, loco en la vida, que frente a mi vivía una... una amiga, yo tenía una amiga, vivía una niña que tenía tres años, como yo, digo cuando la conocí, y tenía un hermano unos años mayor y vivía con sus abuelos porque su madre estaba presa y su padre estaba exiliado. Entonces era un espejo, era como abrir la puerta y del otro lado de la puerta ella la abría y teníamos la misma realidad. Lo único que nos diferenciaba era que ella tenía al hermano en su casa y yo no. Que era una cosa que... pero después existía como esa cotidianeidad de la situación, si bien en la escuela era como totalmente anti-cotidiano, después en el barrio era como que no era la única que vivía es situación porque la que vivía enfrente mío estaba igual que yo. Y sufría lo mismo que yo.

P: ¿Con tu hermano tú tenías contacto en esos años, de escribirse o... con tu papá tú tenías.... Cambiaban cartas...?

R: Sí, no. Con Camilo no recuerdo haber tenido un contacto escrito, así. Con mi padre sí, con mi padre recuerdo de tener cartas de él, de alguna carta que yo le hubiera mandado. Yo fui, viajé a Italia cuando tenía unos seis años y ahí viajé con mi abuela paterna y fuimos a visitar a mi padre y a mi hermano, y bueno, fue impresionante, no sé, no tengo muchos recuerdos del viaje, lo único que me acuerdo es que no me quería ir y que en realidad el día que nos volvíamos en avión yo le escondí la llave, la llave de la casa la escondí en un paragüero en la puerta de mi casa, y mi padre estaba del otro lado porque había ido a trabajar y nos venía a buscar para ir al aeropuerto y mi abuela estaba del lado de adentro de la casa y no podían abrir la puerta y mi abuela se enloquecía buscando la llave por toda la casa y yo no decía nada, estaba así calladita la boca, no decía nada, hasta que llegó un momento en que me di cuenta que... que tenía que decir dónde estaba, pero además abrían la puerta y estaba el paragüero y estaba ahí, yo no podía creer que a nadie se le ocurriera buscar ahí, pero bueno. Bueno, ahí los visité y fue como que los conocí un poco, fue como un reencuentro. Camilo estuvo un año viviendo acá, que yo no lo recuerdo, en realidad el recuerdo que tengo es de estar yo viviendo con mis abuelos sola. O sea, no tengo en nada registro de mi memoria, una gota de Camilo en la casa de mis abuelos. Después, el próximo... después fui a Italia y después el siguiente recuerdo que tengo de Camilo es cuando hicieron el viaje de los niños exiliados, y que bueno, que fuimos al...

P: ¿Qué recordás de esto?

R: Claro, que fuimos a recibirlos a la rambla, y entonces venía una caravana de ómnibus, de niños, y me acuerdo de ver a mi hermano, y mi hermano tenía un look italiano, entonces tenía... y acá no se usaba y tenía el pelo larguito, yo lo miré y pensé "ay, parece una nena" [se ríe]. Nosotros acá se usaba -claro, estábamos en plena dictadura- se usaba todo el pelo cortito, bueno, ahí saliendo, no? Medio pero acá todos el pelo cortito, no sé qué, y él con su melenita, que tenía catorce quince años, no sé, trece, con su melenita, yo dije "parece una nena". Y bueno, tengo ese recuerdo, en realidad, más que nada de su visita cuando vino y después estar acá, con la familia y eso, pero no mucho más.

P: ¿Y con tu mamá, qué contactos tenías en esos momentos?

R: Bueno, con mi madre sí, tuve contacto, sí, ése: las visitas a la cárcel, o sea, el primer encuentro que recuerdo era en el Penal, era... no, era en el cuartel, y era... ahí estaba Camilo, ahí me acuerdo que estaba Camilo, así que se ve que fue antes de que se fuera, porque ahí estaba Camilo y estaban mis abuelos y éramos todos, era la primer visita que tenía ella después, un mes y medio después, no sé qué tiempo, no sé bien el tiempo ese que pasó pero era la primera visita después de mucho tiempo y nosotros estábamos todos así, que nos los tirábamos arriba. Todos queríamos estar con ella y bueno, era poquito tiempo y no daba para todo. Tengo ese recuerdo que ella estaba como que quería estar, así como un poco con todos y mis abuelos que le hablaban y nosotros que queríamos... yo que quería jugar y Cami... ¿no? Todos en una cosa así... y bueno, después ya como algunos recuerdos, así como una cosa que... del Penal, que era como más cotidiano... cotidiano no era, pero una vez por semana, o una vez cada quince días las visitas en el Penal, que eran, no sé, media hora, cuando estaba lindo, había veces, días, que estaba lindo y que entonces teníamos como una instancia de salir, de estar solas en un parque, una especie de parque, era... igual, nada, situaciones re feas, como... o sea, tengo pocos, igual, pocos recuerdos... pero unas de estar así, que ella se sentó en la hamaca, y vino una amiguita a retarla, o que se arrodilló en el pasto conmigo y venía... Como situaciones así como que cortaban, porque era como media hora después de una semana con toda una vida que había como que meter en ese ratito y por ahí era como interrumpida en eso. Y después estaban las visitas los días de lluvia, y las visitas los días feos, que eran visitas como comparti... entre todos, ¿no? Compartidas, en realidad. Era un salón, entonces las madres organizaban actividades con los hijos en conjunto, entonces jugábamos a distintas actividades, todos juntos.

P: ¿Tú ibas con quién, con tu abuela, siempre?

R: Yo iba con mi abuela, iba con Iara, esta amiga vecina mía, iba con sus abuelos, iba con ellos también, íbamos, salíamos, así que del Buceo salíamos todos hasta Punta de Rieles juntos.

P: Y dime una cosa, cuando sale tu mamá, ¿tenés una memoria de esto, del reencontro, cómo es eso?

R: Sí, yo ese día tenía un cumpleaños, entonces en realidad, claro, nosotros sabíamos que iba a salir, iba a salir pero faltaba todavía. Iba a salir el lunes, esto era el sábado, teníamos un cumpleaños. Y de repente me vienen a buscar, me dicen, "bueno, vámonos", "no, pero que no, que no terminó el cumpleaños, que un ratito más, que un ratito más", "no, no, dale que tengo una sorpresa", me vino a buscar mi tío, mi tío Álvaro, que era el hijo más chico de mis abuelos. Y dice "dale, dale que tengo una sorpresa", yo peleando para quedarme en el cumpleaños, y bueno. Salgo así y estaba... en realidad él me iba a buscar en un auto y estaban mis primos, y ahí mis primos, mis primos eran más chicos y yo no sé por qué no me había dado cuenta que algo raro pasaba porque estaban mis primos ahí, me venían a buscar. Pero entonces mi primo, en el viaje -mi tío no me quería decir nada, quería que yo llegara y encontrarme con mi madre- y mi primo en el viaje en una..., "porque está tu madre". Y yo como que... era como que... no lo creía, era como que... no sé. Y bueno, nada, después sí, el recuerdo, no sé si tengo el recuerdo o tengo la

foto, que es la foto esa que estamos abrazadas y que eso... tengo como ese recuerdo, como la foto de ese abrazo. Y después, claro, después era mucha gente, era mucho movimiento, porque estaba mi madre, porque había mucha gente alrededor, porque todo el mundo estaba ahí y todos queríamos todo, como un poco la visita aquella, la primer visita fue como la salida, ¿no?

P: ¿Cuándo comenzás a darte cuenta del significado de lo que les pasó en Porto Alegre? ¿Cuándo te pasa esto?

R: Bueno, cuando tengo a Luan...

P: Bien reciente, entonces.

R: Sí, sí, en realidad sí, cuando... mirá, no sé si cuando lo tengo o a los tres años, que es cuando me separo del padre de Luan con una separación bastante conflictiva y además yo me quedo sola a cargo de mi hijo y ahí me empiezo a dar cuenta... ahí empiezo como... a sentir que... [se emociona] Ahí, en realidad sí me empiezo a dar cuenta de la dimensión. Porque en realidad como que toda mi infancia la viví como muy feliz, como muy amparada, como con todo el cariño de mi abuela, de mis herma... de mi abuelo, de mi... abuela, ¿no? Y entonces siempre fue como "ta, bueno, sí, sí, nos secuestraron, yo no tengo memoria, nos secuestraron", como en un cuento de libro, como en una historia de papel y no en... y en realidad cuando empiezo a ser madre, cuando empiezo como en el tránsito de la maternidad intentando como revisar en eso, en el ejemplo de maternidad o en el recuerdo... ahí empiezo como a... realmente a sentir que bueno, sí, que está ahí y que me toca mucho y [se emociona] esto, me pasa esto. Lo hablo y me emociono, es algo que... todavía no logro de tener realmente un proceso hecho y una situación así, como cerrada y... y procesada así como cien por ciento. Es como que ahí me empiezo a dar cuenta que hay mucha cosa ahí y que ese momento que vivimos en Porto Alegre cuando yo tenía tres años marcó todo el resto de mi vida, mucho más de lo que yo creía. O mucho más que eso que podía aparecer en un libro o en una historia.

P: ¿Cuándo conociste, Francesca, un poco lo que les pasó a los compañeros de tus papás, a los amigos, en Buenos Aires, por ejemplo? Y la cuestión de los niños, la cuestión de los niños porque eso siempre ha sido algo muy fuerte, muy marcado en Uruguay, siempre muy presente. ¿Sólo en ese momento te diste cuenta que tú podrías ser una de esas nenas desaparecidas?

R: Sí, en realidad durante toda mi infancia siempre pensaba, por ejemplo en los desaparecidos, en los niños desaparecidos de Uruguay, y pensaba que yo podía haber sido una de ellas. Me sentía como ese decir "Pah, que loco, ¿no?", yo, si las cosas no se hubieran dado como se dio, si mi madre no hubiera hecho lo primero que hizo en la situación en la que estaba, es decir, bueno... o sea, la capacidad que tuvo de tomar una decisión y que esa decisión fuera la correcta, y bueno, y todo el pueblo brasilero lo que hi... si todo eso, toda esa cantidad de cosas que se dieron en nuestro caso no se hubieran dado, que vos decís, bueno, fueron una cantidad, que hicieron que sí, que gracias a eso yo no fuera una niña desaparecida, y sí en toda esa infancia me lo pensé y tuve conversaciones imaginarias con... los niños que sí estaban desaparecidos, como en esa sensación de identificación a pesar de que no, y a pesar de que yo me llamo Francesca y me sigo llamando Francesca y siempre lo supe y... por suerte corrí con otra suerte.

P: De cualquier forma tú y tu hermano estuvieron secuestrados y desaparecidos durante varios días. O sea, de cualquier manera esto te pasó.

R: Claro, sí, sí, sí, sí, esto me pasó. Es eso de... la ausencia de la memoria, que si bien, claro, Camilo era más grande y entonces lo tiene así como.... Y entonces uno hasta uno, me pasa a mí, le pasa a mi madre, uno asocia que él fue desaparecido. Yo a veces hasta que parece que quedara la duda, en cuanto... yo sé que no y sé que ellos saben que no, pero como la ausencia de memoria te lleva a esa como ausencia de existencia y entonces yo toda mi vida me lo tomé así y entonces yo toda mi vida transcurrí creyendo que no pasaba nada y que en realidad eso había sido allá cuando tenía tres años y que a mi vida casi no le afectaba y en realidad, claro, en algún momento y hace muy poco y... ahora transito una terapia, y trabajo todo esto, me doy cuenta de

que “ah sí, en realidad, sí y estuve desaparecida” y eso fue, es una parte sustancial de mi vida y en realidad es como... dio vuelta mi vida entera, ¿no?

P: ¿Has tenido contacto con otras chicas que pasaron por ese tipo de situación?

R: No, no realmente, o sea... [piensa] no realmente. Algunas veces en algunas situaciones me he... hace muchos años me involucré... hace muchos años pasaron la película “Cuando yo sea grande”, y entonces ese día estaba yo y estaba... habían otros, estaban todo el grupo de Hijos, por ejemplo, de Uruguay, hijos de detenidos y desaparecidos y habían algunos, estaba Anatole creo también, y yo ahí ese día me acuerdo que conversé con ellos, de esto hará unos doce años, una cosa así, hace bastante tiempo ya. Y yo ahí me quedé enganchada y entonces estuve como un mes yendo a Hijos y bueno, después dejé de ir y nunca más. Ahora me volví a tomar contacto con ellos por el Festival de Cine y Derechos Humanos, porque una de las mesas es Memoria y Justicia, y entonces una de las temáticas, en realidad la película disparadora, es sobre identidad y es sobre una niña desaparecida, y una niña que tiene al padre desaparecido. Bueno, niñas no y en realidad trata en la actualidad pero eso. Y entonces nos involucramos con la organización de Hijos de acá, pero desde otro lado, desde otro lado. Supe que estuvo Mariana Zaffaroni en Cotidiano, y que anduvo en coso... yo me acuerdo que una vez les escribí, y hace unos años ella estuvo pidiendo como cosas de los padres, porque quería un poco hacerse de su historia, pero no, nunca me acerqué y en realidad es algo que todavía lo tengo como en el debe, porque es algo que... muchas veces con Mariana que era mujer, que tenía casi mi edad, que no sé qué no sé cuánto, muchas veces me pensé conversándole, y... lo tengo así como en el debe.

P: ¿Qué relación tenés con el Brasil? Has ido varias veces...

R: Sí, sí, Brasil sí, es un país que me gusta mucho. He ido varias veces, muchas veces de vacaciones, después estuve estudiando en Brasil en un intercambio de la Universidad de la República con la Universidad de Santa María y estuve durante cinco meses viviendo en Santa María, súper lindo, porque me dio para aprender el portugués un poco más, un poquito, digo, que me encanta, en realidad me encanta el portugués y bueno, yo me creí que sabía mucho y fui allá y no sabía tanto, pero... así que bueno. Y tuve... sí, me gusta, es un país que... y bueno, después fui eso... en Porto Alegre, cuando los treinta años de nuestro secuestro, y digamos que es un país amigo.

P: ¿En qué momento te has dado cuenta del significado que tiene llamarse Francesca Casariego Celiberti en Brasil? ¿Te pasó esto?

R: Sí, bueno, cuando estuve en Santa María me topé en algunas circunstancias con algunas personas, en la biblioteca, con la bibliotecóloga cuando le digo el nombre para sacar un libro me dice “¿Celiberti? Ay, ¿pero vos sos algo de Lilián Celiberti?”, “sí, soy la hija”, y fue como que se le iluminó la carta y ahí nos quedamos conversando y ella diciéndome todo lo importante que... toda la importancia que había tenido todo el caso para todo el pueblo brasileiro, y también ahí en la Universidad también me volvió a pasar un par de veces más, de encontrarme. Y después cuando uno va a Porto Alegre también, empieza a conocer gente, o tenía una prima del padre de mi hijo que es brasilera, por otro lado, y ella vive en Porto Alegre y una vez también dice “ay, que estoy mirando la tele”... y eso le pasó a una amiga también que está viviendo en Porto Alegre y un día me llama por teléfono y me dice, en épocas en que no usábamos tanto Internet, me llama por teléfono y me dice “ayer estaba mirando la tele y de repente estabas vos y tu madre”, como en esas cosas...

P: Estuviste en el año 2008 en el acto que les hicieron de reconocimiento a todos, creo que fue, ¿o fue solo a Lilián y a Universindo?

R: Era el aniversario, a los treinta años del secuestro. Estuvimos con Luan, que tenía tres años y con mi madre y Universindo. Y bueno, fue súper lindo y fue súper significativo el volver a Porto Alegre treinta años después y con mi hijo de tres años, que tenía la misma edad que yo tenía cuando había estado en Porto Alegre y me habían sacado a mi madre. Así que fue súper lindo.

P: ¿Cómo ves hoy esta movida que hay en Uruguay en estos últimos tiempos en

relación a estos temas? ¿Qué tipo de evaluación tienes en relación a... te parece que se ha avanzado un poco en explicar, en dar algunas respuestas a las demandas que hay sobre estos temas, cómo ves esto?

R: Sí, algo se ha avanzado, algo se ha avanzado, pero todavía no lo suficiente. Es como que va todo muy despacito. No... no termina de haber como reconocimientos reales, sí hay como algunas intenciones de esclarecimientos, pero todavía hay mucha resistencia. Y bueno, y mucha gente que cree que es sólo parte de algunos, como que es un tema que no nos atañe a toda la sociedad como sociedad en sí, y sí solo a los afectados directamente, que creo que eso es lo más...

P: ¿Cómo evaluás hoy a la generación de tus padres, esa lucha que hicieron ellos, cómo ves eso?

R: [Piensa] Yo la evalúo como positiva, totalmente, creo que en realidad siempre que uno cree en algo y lo que apuesta es a mejorar la situación en la que está en algún nivel social me parece que está bueno, o sea, me parece que fueron súper valientes, me parece que se pueden haber equivocado en algo, o sí o no, pero me parece que había como mucha fortaleza y como mucha valentía y como muchas ganas de plantear las cosas que querían y de remover y crear situaciones nuevas y realidades nuevas, me parece que está bueno, está bueno porque creo que el camino es el hacer, el construir y lo siento como que lo evalúo positivo en ese sentido, en el sentido de que había una convicción y había un objetivo y atrás de eso había un mundo mejor que era lo que ellos visionaban y entonces hacia ahí se proyectaban y en ese sentido está bárbaro, está buenísimo. Después nosotros, a mi generación me quedó como que claro, como que quedamos así súper pinchados y como que eso en una juventud mucho más acobardada, o con menos posibilidades de demandas, no sé. Vivían como también muy rápido, yo lo veo ahora y... ¡tenían veinte años! y estaban haciendo la revolú... no sé, era como... yo a los veinte años era una chiquilina, yo me sentía una chiquilina, y realmente... sí, sí, lo evalúo así, con mucha valentía.

P: ¿En qué te identificás, de esos valores y...?

R: Bueno, yo sigo como por otros caminos queriendo un poco eso. Creo en eso, creo en la construcción, en que uno tiene que hacer para cambiar, desde uno y en lo social también y en la unión con el otro, y potenciándonos y buscando los caminos. Desde otros caminos que he elegido yo que tienen que ver más desde lo artístico... pero, bueno sí, va por ahí. Creo que de alguna manera sigo algún tipo de lucha por ideas que sí tengo... y no desde lo político, no desde una militancia política que siempre fue... estuve bastante alejada, pero sí desde un activismo social y enfocado más a los temas que me interesan y entonces digo "ay, esto sí, yo en esto creo" y entonces me engancho y lo hago, y bueno, un poco por ahí.

P: De lo que concierte a la historia personal tuya pero también tal vez de Camilo, bueno lógicamente de tu mamá también y de tu papá, pero también lo que tiene que ver con una cosa más colectiva, ¿qué es lo que te parece que aún falta, qué es lo que falta resolver? Resolver, digo desde una perspectiva de lo que falta en lo individual pero que es social también, o sea, ¿qué débitos hay contigo?

R: Conmigo... ay, no sé. No sé, me cuesta un poco visualizarlo, no sé, porque todavía me cuesta un poco, como que todavía estoy en ese proceso de asumir que hay un débito conmigo, entonces en eso me cuesta un poco visualizar, a veces siento que sí, siento... pero no lo puedo ver así claramente.

P: Y qué te parece que... el significado por ejemplo... esos desaparecidos que han sido encontrados en los últimos tiempos, el último ahora hace dos semanas...

R: Claro, a nivel social creo que sí, que en realidad eso es fundamental para todo el que... para todos es fundamental que los desaparecidos tengan nombre y apellido y tengan lugar y tengan como un final, un final en eso del... en el cerrar la historia, decir bueno, ta, la historia cierra, podemos, hagamos una historia, reconstruyamos la historia, qué pasó, eso sí, socialmente es lo que está faltando, lo que está faltando es reconocer todas las historias y poder escribirlas, y poderles

poner nombres, caras, lugares, situaciones y pintarlas, es como que... como que sí. Si no siguen siendo muchos carteles y eso a nivel social es lo que está faltando y de lo que todavía no termina de dar respuestas, y entonces si bien parece... hay algunos hallazgos, pero no termina de haber un enfoque total de... y sí, sí, es más que importante. Es como que en realidad hasta que eso no suceda la historia no va a estar cerrada, y si bien después de que eso suceda van a haber muchas cosas que cada uno tendrá que ir procesando en lo individual, como que socialmente hasta que eso no suceda hay muchas historias y muchos carteles sin cara y muchos... muchas historias vacías, muchas historias sin escribir.

P: Francesca, la última pregunta, de repente tú misma dijiste que la maternidad ha sido algo... bueno, es algo siempre muy especial y particularmente especial para aquellos que... para aquellas, las mujeres sobre todo, como en tu caso, que sufrieron, hay una marca ahí que de repente no tenés conciencia pero la tenés, eso te produce un proceso, están en proceso de algo. ¿Qué evaluación hacés de esto? ¿Esto te molesta? ¿Era mejor antes cuando esto no te molestaba?

R: No sé, ahora en realidad estoy en un proceso como de poder recuperar la memoria, es como decir, bueno, hasta cierto momento de mi vida el no recordar me sirvió porque yo era chica y porque era más fácil no recordar las cosas que no quería recordar, como una forma de poder afrontar la vida y entonces yo tengo un recuerdo de mi niñez como de una niña alegre, feliz, como de una cosa así, una gordita sonriente y capaz que no la cara de una niña que tenía a la madre presa, el padre exiliado junto con el hermano, pero, bien, capaz que ahí... hoy por hoy yo sé que ya no me sirve eso, yo sé que ya esa falta de memoria ya empieza como a trascender en otros círculos de mi vida y ya empiezo como a no acordarme de nada que no me gusta, y ya empiezo como esa forma de decir, bueno, anulo con la memoria... ya no me sirve, en realidad hoy por hoy como que estoy en un proceso que quiero recordar, de que quiero recordar, de que quiero saber, de que en realidad sí, porque el saber... y ahí lo uno con esto que hablábamos, es decir, las personas desaparecidas se quiere saber dónde están, quienes son, qué pasó, porque el saber construye y cierra una historia. Y a mí me pasa... en ese sentido sí, es un poco así, el saber y el empezar como a tener memoria, tener conciencia y también decirlo, en eso de decir, bueno, decir sí, en realidad necesito recordar, y necesito saber y necesito decir que sí, que eso me afectó mucho y que es importante el tomar contacto como para poder cerrar, poder concluir la historia, darle como el cierre.

P: Tenés a Luan, que dentro de poquito te va a preguntar cosas...

R: Sí, tengo a Luan y claro, también eso, la necesidad de las respuestas hacia Luan y la necesidad de estar yo con una buena fortaleza, una fortaleza es importante para poder responder claramente sus demandas y sus preguntas.

P: Ya nos dijiste al inicio, pero para cerrar. Muy bien, ¿en qué está hoy Francesca? ¿Estás trabajando con cine para derechos humanos, cuáles son tus temas, cuáles son tus cosas hoy?

R: Bueno, sí, hoy estoy en un momento decía, yo venía trabajando en Cotidiano Mujer, que es la organización que fundó mi madre, como diseñadora hacía muchos años, este año dejé Cotidiano, renuncié sin ninguna perspectiva muy clara de qué iba a hacer de mi vida, en realidad sí con la convicción de que eso no lo quería hacer... de que ahí no quería estar más, si bien es un lugar divino, y que quería empezar a tomar como un rumbo distinto en mi camino. Y empecé con este proyecto, que en realidad lo empecé antes de dejar Cotidiano porque el proyecto llegó a cotidiano pero yo me enganché también muy en lo personal con el proyecto y muy en el grupo que inició el proyecto este, donde hoy por hoy somos un equipo de trabajo súper lindo y estamos con muchas ganas y estamos sacando como este Festival adelante que además es de derechos humanos [se ríe] y es un festival de cine y derechos humanos que lo estamos haciendo así, desde las ganas en principio y estoy súper contenta, súper súper súper contenta con esto y súper entusiasmada y eso, empecé como a proyectar, tengo muchos proyectos así como en vista, como ahí, que tienen que ver más con esto, con lo artístico y... que tienen más que ver con lo artístico,

digamos. También, estoy en un proceso súper nuevo que está muy buen. Contenta, contenta con todo esto.

P: Muy bien, Francesca, muchas gracias por este testimonio, te agradecemos mucho que nos hayas dado toda experiencia que estás pasando. Que pasaste y estás pasando.

R: Gracias a ustedes.

DEPOIMENTO 23 – LILIÁN CELIBERTI – SEGUNDO DEPOIMENTO.

MONTEVIDÉU, 8 DE JUNHO DE 2012.

P: Lilián ¿podrías hablarnos un poco de los momentos que anteceden rápidamente a tu prisión en el año ´72 y de esta prisión?

R: Sí. En el año ´72 fue un año muy marcante en la historia del movimiento popular uruguayo, primero porque fue un momento de agudización de la represión ya a principio del ´72, desde el rector de la universidad, en aquel momento, había convocado a unas movilizaciones y presidía una comisión contra la tortura, empezaba a denunciarse la utilización de la tortura masivamente en los interrogatorios, etcétera. En ese marco, se da también una agudización de parte de la lucha del movimiento de Liberación Nacional Tupamaros, hay una declaración de guerra, que se hace en el mes de abril y que de alguna manera confronta... una aceleración represiva en todos los niveles. Entonces viene dirigida... o por lo menos con el argumento de estar dirigida contra la guerrilla, una persecución masiva a todos los militantes que estaban fichados, y la gente fue el período en el cual mirar el informativo central de las siete de la tarde era un momento de pánico para muchísima gente porque de pronto aparecían en los informativos las fuerzas conjuntas, convocando... De hecho pasando a la clandestinidad a una cantidad de gente. En ese marco pasa que una compañera me llama por teléfono, una compañera de magisterio, maestra, me llama y me dice “Lilián, sabés que acabo de verme en el informativo como requerida por las fuerzas conjuntas”, entonces ella se viene a mi casa, yo en ese momento estaba con licencia médica porque... era... es que es imposible retratar el clima que se vivía en el año ´72, yo había entrado en una situación de prácticamente no comer, solamente tomaba sopa, entonces había adelgazado muchísimo, me desmayaba. Y yo trabajaba en una escuela en el Cerro, -de todas maneras había huelga de la enseñanza- pero yo tenía... estaba en el marco de una licencia médica. De todas maneras estaba declarada la huelga general de la enseñanza por lo tanto no había clases, y bueno, en ese contexto esta amiga se viene a mi casa, yo había alquilado una habitación, Camilo era pequeño, mi marido, Hugo, estaba preso en Punta de Rieles, entonces íbamos a verlo, Camilo tenía un año y medio, más o menos. Había alquilado una habitación en la casa de otro compañero, Yamandú González, que también era del magisterio y tenían varias habitaciones. Y en ese marco, llegan las fuerzas conjuntas una noche, a buscar a otra persona, pero estaba María Selva conmigo, en mi casa y bueno, y ahí nos llevan, ahí nos detienen. Es octubre, más o menos, del ´72. En ese momento no... los militares no se llevaban a los niños o no tenían el hábito de llevarse a los niños, por lo tanto fuimos a la casa de mis padres y dejamos a Camilo, pequeño, con mi madre y mi padre. Y bueno, estábamos por supuesto... es la primera vez que vivo la tortura, en realidad “el tacho” que era una práctica bastante común y por la cual pasaban a pesar de que no tenían demasiados elementos, o sea, tampoco tenían con esta compañera... de hecho a mí me procesan en ese momento por la justicia civil, en asociación... no, en asistencia al asociado, que era una figura bastante... relativamente leve y a ella asociación para delinquir, nueve meses después nosotros tuvimos el sobreseimiento de causa, que la verdad es que desde el punto de vista jurídico no había ninguna acusación posible. Pero bueno, ahí vamos a un cuartel, después vamos a Punta de Rieles, cuando se inaugura el 16 de enero de 1973 Punta de Rieles pasa a ser la cárcel de mujeres porque hasta ese momento, hasta diciembre, era el lugar de detención de algunos presos varones, entonces en ese período los militares inauguran el Penal de Libertad donde llevan a todos los dirigentes tupamaros y a otros que habían... entonces ya empiezan a diferenciar lo que ... porque hasta ese momento había habido muchos presos en la cárcel común, en lo que era Punta Carretas como cárcel común. De ahí separan a un grupo de militantes que los llevan a Punta de Rieles, ya con la idea de hacer cárceles especiales, porque creo que ya en el año ´72 estaba claro de que había, era el inicio de un proceso cívico militar que no terminaba inmediatamente, es decir, la estrategia de crear tanto el penal de Libertad como Punta de Rieles para mujeres, etcétera, era una estrategia de tener una cárcel militar con un régimen distinto al régimen de cárceles comunes, como un régimen dirigido más a la... entonces nosotras inauguramos junto con otras compañeras, el 16 de enero lo que vendría a ser Punta de Rieles como

cárcel militar de mujeres. Eso, ahí '72 al '74 estando en algunos cuarteles primero, después en Punta de Rieles y en el mes de septiembre del '73 o octubre, por ahí, a mí me dan la libertad. Me dan la libertad en el sentido de que... desde el punto de vista judicial. Lo cual no quiere decir ni quería decir en ese momento, que uno saliera a la calle, o sea, que me dieron la libertad y lo único que hice fue salir de Punta de Rieles e ir otra vez al cuartel en el kilómetro 14 de camino Maldonado, que era la Brigada creo que número Uno de Infantería, donde había un barracón con otras mujeres y ahí estaba con una figura jurídica que era las medidas prontas de seguridad... por medidas prontas de seguridad o por ... en fin, por considerarme peligrosa y entonces ahí entre fines del '73 y principios del '74 mis padres empiezan a insistirme en la necesidad de que bueno, que el proceso... ya había habido el golpe de Estado, que formalmente se da el 27 de junio pero que, como digo, en realidad es un golpe en distintas fases que empieza más formalmente en el... más explícitamente en el año '72 con la irrupción de las fuerzas conjuntas actuando masivamente en una represión, etcétera, después en los comunicados 4 y 7, que es el primer intento de golpe que se hacen en febrero del '73 y después ya en junio, que es efectivamente la derrota de los sectores más civilistas dentro del ejército y por lo tanto el golpe. Entonces mis padres empiezan a decirme "esto no aclara, acá no es que mañana esto va a cambiar, más bien es al revés" y como tenía un sobreseimiento de causa y no tenía ninguna... ningún procesamiento militar, entonces mis padres empiezan a insistirme en usar lo que en ese momento todavía existía que era una prerrogativa constitucional de salida del país cuando no tenías procesamiento, causa abierta en la justicia. Entonces mis padres empiezan a hacer las gestiones y ahí llegamos a... junio, mayo, perdón, mayo del '74, en el cual efectivamente me dan la autorización de salida del país, no para ningún país latinoamericano sino tenía que irme para un país lejano, en ese momento era lejano Europa, y bueno, mi hermana y mi cuñado estaban también habían salido de la cárcel, ellos estaban vinculados al Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros, mi hermana había tenido un hijo en el cárcel, en el Hospital Militar y él, mi cuñado, era hijo de italianos, entonces hicieron, ellos se fueron para Italia. Entonces en ese momento mi madre y mi padre deciden que bueno, que elija Italia porque al menos estaba mi hermana, y bueno, manteníamos ciertos... vínculos familiares, etcétera. Y bueno, así es que nosotros nos fuimos a Italia, mi marido había salido de la cárcel, estaba en libertad, y nos fuimos con Camilo en un barco, que fue el último viaje de unos transatlánticos que existían en ese momento y que hacían regularmente Génova - Montevideo y bueno, viajaba muchísima gente, eran barcos enormes, viajamos diecisiete días, lo cual fue una bendición porque salir de una cárcel y llegar a otro país en un avión, creo que hubiera sido un shock. Al menos en esos diecisiete días estando en un barco, con Camilo que tenía tres años y medio, mi marido que hacía dos años y medio que no nos veíamos, más, tres, porque él hacía... había caído en noviembre del '71, entonces estábamos en el '74, o sea... bueno, en fin. Yo viví esos días como una bendición, la verdad, no me importaba nada que demorara tanto tiempo, porque era algo que de alguna manera te daba la posibilidad de volver a la vida normal. Y así llegamos a Italia en junio del '74, que fue realmente una experiencia desde el punto de vista de la solidaridad, del compañerismo, de la recepción y del apoyo concreto, real, de redes sociales de militantes sindicales, culturales, que te recibían... porque en ese momento había muchísima solidaridad con América Latina, particularmente con los chilenos, porque había estado el golpe en Chile y la muerte de Allende, etcétera, pero también un movimiento popular muy volcado a la solidaridad con América Latina que se prolongó por muchísimos años, muchos años. Entonces para nosotros también fue una experiencia para mí en lo personal una experiencia muy movilizante, en el sentido de otra experiencia, de otra cabeza del movimiento popular, muy desgarradora, porque creo que en ese momento nosotros no estábamos preparados subjetivamente para separarnos de nuestras familias, de nuestro país, o sea, vivíamos el Uruguay como... no sé, yo lo pienso hoy que viajo tanto, por todas partes del mundo, que en ese momento no tenía... para mí fue terriblemente desgarrador, yo cuando salí en ese barco y el barco se alejaba lo recuerdo como algo que me estuvieran arrancando las entrañas, no sé. Fue una cosa muy pero muy muy dolorosa y viví en la primera parte del exilio, como algo muy doloroso. Digo, pienso que hoy tenemos otra relación con el afuera, si uno... si yo pienso los cambios, me imagino que hoy alguien que migra... acá miles, miles, bueno, mi hijo mismo se ha ido, ha vivido... vivió en España, vivió antes en Italia, fue y vino. Miles de otros uruguayos y uruguayas viven en el exterior y tienen una relación... pero en aquel momento era como... no

sé, creo que todavía pertenecíamos a una cultura más nacional, de alguna manera, viviendo más la realidad... la realidad propia, la que conocíamos, la más cercana. Porque yo me acuerdo de la primera etapa en Italia, así, de sentarme de noche y llorar porque estaba lejos de mis padres, o porque... pero era una cosa... no en el sentido... sino que no podía aceptar, y esto es bastante importante a la hora también de determinar de cómo yo viví ese momento, siempre con la idea de volver a América Latina y de estar más cerca, ¿no? Independientemente de otras razones, me parece que también esa del desgarramiento tiene bastante que ver en mis decisiones posteriores, las decisiones que fui tomando y que otra gente no tomó y que yo podría no haber tomado, en realidad a veces uno también tiene que buscar en que las cosas que empujan y que determinan decisiones no siempre son políticas o no son exclusivamente políticas. También tiene que ver con cómo uno vive, sus vínculos y cosas más subjetivas, personales. Y yo creo que esto para mí fue... fue muy determinante la forma en que me afectó este desgarramiento. Pero por otro lado también después va a tener bastante que ver la separación de mi compañero, de Hugo, mi necesidad un poco de estar lejos, lejos de él, tomar distancia, que también si lo miro ahora pienso que eran relaciones bastante inmaduras, en el sentido más subjetivo, personal, etcétera, pero bueno, que fueron el conjunto de cosas que en realidad a mí me impulsaron, también junto con el impacto que produjo, que nos produjo a él y a mí y a otros compañeros, ya el año '76 y la represión en Argentina, porque en ese... entre la llegada a Italia, nosotros llegamos a Génova pero nos fuimos directamente a Milán, la instalación que bueno, que lleva un año, entre que uno llegaba sin un peso, sin nada, el buscar trabajo, el sobrevivir, el pensar cómo el establecer relaciones, amistades nuevas, ahí nació Francesca, entonces yo pasé un año con mis hijos enfermos porque Francesca nació y en el hospital se agarró una salmonelosis y estuvo tres meses internada, Camilo tuvo meningitis y estuvo a punto de morir, entonces fueron un conjunto de cosas que prácticamente me centraron todo el año '75 en una cosa más para adentro, más personal, más familiar, más de madre, porque bueno, no tenía mucha alternativa. Entonces una vez que salí de esa situación el '76, que fue el momento en que empezaron a caer los compañeros en Argentina, fue un impacto muy grande, porque ahí emocionalmente uno se sentía que estaba fuera de lugar.

P: ¿Tú tenías muchos amigos entre esos compañeros?

R: Muchos, muchos. Particularmente yo diría algunos más significativos, Jorge... Jorge y Emi, los padres de Mariana, que además ellos fueron a despedirnos a... cuando nosotros nos fuimos, en el año '74, fueron los únicos, por razones de seguridad obviamente, pero aun así, que no debieran haber ido, a despedirnos al puerto de Montevideo. Fue la última vez que los vi, justamente fue ahí en el '74, en el puerto, yo decía "ay, pero ustedes están locos, ¿cómo vinieron?", porque obviamente a mí... yo salí de Jefatura, de Jefatura me llevaron a mi casa, a la casa de mis padres, estuvimos una hora en la casa de mis padres despidiéndonos y de ahí nos fuimos al barco, o sea, en realidad llegué al barco casi presa, digamos. Entonces en fin, como que esa fue la última vez que los vi, entonces fue el impacto de esos compañeros, ya había muerto Telba, que muere asesinada en abril, justamente. Telba Juárez, una compañera que estudió con nosotros, que vivió en nuestra casa cuando Hugo y yo recién nos casamos, Telba estuvo viviendo en nuestra casa un tiempo, en fin. Eran... de esas amistades juveniles, y de adolescente que teníamos diecinueve, veinte años, dieciocho, más a Telba la conocía yo desde los dieciséis años, porque nosotros... Telba, Helena, Sara Méndez, eran del grupo de Misiones sociopedagógicas de 1966, entonces éramos un grupo, o sea, esas personas que fueron... que estaban en el PVP y que cayeron en Argentina eran los amigos de siempre. De la adolescencias, de los dieciséis años, y era Telba, y era Gustavo Insaurralde, aunque Gustavo cayó después, era Emi, era el charleta, era Sara, era Margarita, que también era de magisterio, Margarita Michelini. Era la gente con la cual habíamos compartido los estudios, la militancia, el gremio, la política, etcétera. Entonces, bueno, ese fue un golpe muy fuerte, muy determinante, fue muy determinante para Hugo, que entró como en una especie de delirio, no, no... no podía... se sentía como culpable, de no estar, de... no sé, era una cosa extraña, creo que tal vez a mucha gente le pasó eso en ese período, que uno sentía que si caía otra gente y si torturaban o mataban a otra gente, de alguna manera te sentías... te sentías como sobreviviente pero no con alegría y a veces perturbaba un poco la psiquis. De alguna manera eso pasó, pasó con él, y a la vez él sentía que no quería volver y yo por el contrario que sí quería volver, entonces eso fue tensionando, no sólo eso, por supuesto, no, pero muchas

otras cosas que fueron tensionando nuestra relación hasta que al final yo decidí separarme, y cosa que hice en el año '77 y que fue muy difícil porque ser una mujer joven de veintiséis años con dos hijos, y separarse... no es nada fácil, en medio de esa... en otro país, sin los apoyos que normalmente genera la familia, las redes familiares, que a veces uno... puede no darse todo los días ni verse todos los días pero están ahí. Uno pertenece. Y nosotros teníamos muchísimo amigos en Italia, y de verdad encontramos muchísimo apoyo y muchísima solidaridad, pero siempre éramos extranjeros. Así que de ahí y en ese contexto creo que más o menos voy explicando cómo es que llego... tal vez un elemento antes es que ese año que estuve separada, de alguna manera volcada a mi vida familiar por la enfermedad de mis hijos, más esta situación que se da en el '76 me vuelca más a una relación... empezamos a intimar una relación de complicidad política con Hugo Cores, sobre todo en lo que tenía que ver con un análisis de los compañeros que venían de Argentina, que no habían caído, llegaban en una situación emocional afectiva, personal, terribles, sin poderse explicar muy bien de dónde venía, qué pasaba. Y nosotros decidimos, él, yo y otros compañeros, como reconstruir el partido.

P: ¿Hugo venía de dónde en ese momento, para situarlo?

R: Hugo había estado preso en Argentina en el '75 y entonces él sale... porque Hugo es argentino, era argentino, entonces él sale de Argentina para Francia, y ahí nosotros nos empezamos a vincular. Entonces él no está en Argentina en el año de la represión, digamos, en el '76, porque el sale, yo no me acuerdo exactamente, pero pongamos a fines del '75, por lo tanto él no participa del congreso de formación del PVP, él viene para Francia y con otros compañeros, Jerónimo y otros compañeros empezamos en el '77 a juntarnos... mejor dicho, ya en el '76 empezamos a juntarnos a partir de la solidaridad con los compañeros, pero también con poner la denuncia, y la recopilación de información como un elemento clave de la acción política que creo que ese es tal vez el aspecto más significativo de lo que marcó en ese momento la acción del PVP en el exterior, que fue en el año '76 con cada uno de los compañeros que sobrevivían lo que venían, que llegaban a Europa, recopilar hasta el último detalle de la información de manera de poder empezar a categorizar qué estaba pasando en Argentina. No era en Argentina no era... Era, había coordinación represiva, esa coordinación tenía características genocidas, tenía nuevas características extorsivas de parte de los militares, que actuaban como un grupo de crimen organizado, dentro de las Fuerzas Armadas, y esas eran características nuevas, o sea, no eran las características de la represión que conocíamos hasta el momento, y yo creo que Hugo tuvo la inteligencia y la agudeza de percibir con mucha claridad que estábamos frente a un fenómeno nuevo, que después se llamó Plan Cóndor, que después se denominó Plan Cóndor, no porque no fuera de antes Plan Cóndor, y que eso de alguna manera también nos diferenciaba del resto de las fuerzas políticas que estaban en el exilio, que veían una represión dictatorial más lineal, si se quiere, menos vinculada a este otro aspecto que yo creo que ha estado poco enfatizado, el aspecto no sólo de la tortura política o de la persecución política, sino también el aspecto criminal de esta organización, en el sentido, de que ellos buscaban dinero, ellos buscaban beneficio personal, ellos entraron a formar parte de un aparato dentro del aparato, y este aparato dentro del aparato era un aparato de poder pero era también de beneficios personales, personales y colectivos de un grupo criminal, que actuaba con prácticas y creo que eso explica aparte del odio, realmente, del odio del enemigo que determina que un ser humano militar pueda matar a una mujer embarazada tirándole un tiro en la barriga cuando está por dar a luz, desde eso hasta la apropiación de los hijos de las personas que detienen, que me parece que está hablando de una perversión absoluta que todavía no ha tenido, a pesar de todos los juzgamientos, no ha tenido el verdadero dimensionamiento social que eso tiene, porque eso realmente está hablando de algo muy similar a la cámara de gas, muy similar a otros fenómenos que como el nazismo que han tenido mayor cuestionamiento colectivo, al menos estoy hablando desde Uruguay, no desde Argentina, pero... porque tal vez ha habido más juicios públicos y más... pero aquí todavía estos criminales realmente siguen siendo, aunque estén presos siguen siendo impunes de alguna manera, por lo menos en el dimensionamiento colectivo de ciertas formas de la represión, que me parece que tienen que ver con eso, con la utilización de cosas que han estado penadas a nivel de todo lo que se llama crímenes de guerra, por algo hay determinadas pautas para determinar qué se puede hacer y qué no se puede hacer. Entonces el año '76 es entonces un año muy de-

terminante porque nosotros empezamos a dimensionar este aspecto de la represión, a reorganizar de alguna manera el trabajo partidario, centrado básicamente en la denuncia política de la dictadura, y de estas nuevas prácticas y en ese marco, en el año '77 organizamos un congreso, en París, y en el año '77 yo vengo por primera vez a Uruguay, clandestina, es en noviembre, es una... vengo por Brasil, obviamente, estoy un tiempito en Rio de Janeiro, una semana, una semana y algo, un poco viendo de alguna manera cómo poder... qué está pasando con el ingreso, la salida, porque yo tenía que venir en un avión, los aeropuertos eran un lugar peligroso, en ese primer momento, ese primer viaje yo lo hago con un pasaporte de otra persona, o sea, lo hago clandestina, de alguna manera, no con mi nombre y vengo a Uruguay. Vengo a Uruguay en una cosa muy exploratoria, muy impactante, a mí me impacta muchísimo, tanto que tengo que decir que yo cuando tomo el avión, cuando vuelvo ya para Brasil que después hacía la conexión hacia Europa, no me puedo sacar de encima la tristeza que siento que se vivía en la ciudad, era como una cosa que se te pegaba en el cuerpo, caminabas por la calle, veías a la gente con un plomo, era algo que se sentía, no lo puedo describir, así, incluso yo ahí en ese momento me encontré con mi hermano...

P: ¿Cuánto tiempo estuviste, Lilián?

R: Estuve unos diez, doce días. No daba para mucha cosa, estaba en un hotel obviamente, pero ví a mi hermano, Ariel, mis padres en ese momento estaban en Europa, en el '77, o habían recién llegado, creo que de mi familia fue al único que vi fue a mi hermano. Y después me moví con algunas cosas, básicamente con algunos familiares a los que fui a ver, un poco para... estuve con Luz Ibarburu, un poco diciéndole "nosotros estamos en esto, vamos a hacer esto, estamos armando este Secretariado Internacional de Juristas, la idea es apoyar esta búsqueda" porque ya en el '77, en noviembre del '77 había gente que llevaba un año y algo buscando a sus familiares, ya era una situación muy dramática, de ausencia total. Momento muy difícil el año '77 y '78 creo que fueron momentos muy duros en Uruguay y en ese marco, no sé si era... yo creo que ese viaje tenía una razón simbólica para el partido, porque era un partido destrozado por la represión, donde tenía un porcentaje muy grande de sus dirigentes presos, desaparecidos, en realidad, donde la plana mayor de ese partido que se había formado recientemente en Argentina, si bien venía de toda esa historia anterior, entonces era simbólico el que el congreso que se iba a hacer a fines de ese mes, tuviera de alguna manera un vínculo con el Uruguay, digo, no era muy significativo desde el punto de vista político, era simbólico esa presencia mía, que un poco se pensaba que era una persona bastante menos conocida que Hugo Cores, dentro de los que estábamos ahí para... rearmando esta situación. Entonces, vine acá, hice esta visita que desde el punto de vista personal para mí también fue muy importante, y de alguna manera también eso me determinó a pensar que tengo que estar más cerca, que quiero estar más cerca, que quiero volver, empezó una maquinita ahí, de adentro, esto fue fines del '77 y entonces en el '78 ya empezando a reconstruir los caminos de la nueva dirección del partido, que habíamos elegido fines del '77, definiendo más claramente las líneas de trabajo, donde una línea fuerte determinante, casi la más importante era la denuncia a la dictadura, como línea política, como eje estratégico hay que avanzar en la denuncia de estas situaciones y sobre todo de la coordinación represiva en ese momento más centrada entre Argentina, Uruguay y Chile, aunque en ese momento no sabíamos, todavía no teníamos claridad sobre la conexión, la profunda conexión entre todos... menos vinculada con Brasil, o sea Brasil quedaba para nosotros un poco fuera, y de alguna manera un análisis que estaba centrado en la coordinación represiva dictatorial tiene como pivote fundamental Argentina, a la dictadura argentina y a los militares argentinos, con una complicidad muy fuerte y muy activa de servicio de contrainformación y de otros, de comandos uruguayos que participaban y nosotros ya sabíamos, desde el año '75 ya con la muerte de los cinco tupamaros, que los 5 jóvenes que parecen después en las costas de Uruguay, por lo tanto había todos los elementos, en aquel momento, la triple A, con la connivencia de policiales uruguayos, en fin, había muchos elementos para pensar que esa coordinación represiva entre Argentina y Uruguay era muy fuerte. Y ahí nosotros empezamos a centrar como eje político entre esas tres dictaduras. Brasil nos aparecía con una característica un poco distinta, recordemos que el año '78 es el año del Plan Carter, y entonces hay una idea que empieza a florecer y a ser como un pivote del análisis políticos y es que las dictaduras empiezan a no ser redituables para América Latina, sobre todo

para aquellos países potenciales de desarrollo económica capitalista, entre los cuales Brasil es un país fundamental, sea por su dimensión como por la pujanza de su burguesía nacional, y también ahí el capitalismo que está en un momento de profunda reestructura, de reestructura que supone también llevar la producción a sectores donde existe menos costo, en realidad aparecía como... la barrera dictatorial aparece como una barrera al capital, al desarrollo capitalista, o sea, ya no es un problema de derechos de la protesta o... y eso es lo que está expresado de alguna manera en el plan Carter, en ese sentido... necesitamos democratizar porque en realidad el capitalismo se expande con la democracia, no es posible realmente relaciones laborales modernas capitalistas en países dictatoriales. Y de alguna manera empieza a chocar, entre otras cosas porque los militares no se caracterizan por ser pujantes administradores económicos, podrán tener mucho dominio de la tortura pero en realidad en el sentido de gobernantes dejan mucho que desear. Y empiezan a aparecer como un obstáculo para el propio capitalismo y de alguna manera eso es lo que a nosotros nos permite pensar que Brasil puede ser un lugar más, aparte de obviamente de la campaña por la Amnistía que ya empieza a existir con cierta fuerza, empieza a ser evidente en el año '78 y de alguna forma son los elementos que nos determinan a pensar que nosotros deberíamos como partido acercarnos a la región y al Uruguay, pero a partir de Brasil, o sea estaba impensable con el nivel de represión en la Argentina y de persecución que había habido concretamente al PVP con todos los costos humanos que eso significó, pensar en Argentina, si bien culturalmente había mucha cercanía entre Argentina y Uruguay. Y bueno, y ahí tomamos la decisión de ir a Brasil. Era una decisión política. Quién iba después era otra historia, y ahí yo de alguna forma insistí en ser yo, aparte de otros compañeros, cosa que por ejemplo Hugo en un primer momento no estuvo de acuerdo, pero no estaba de acuerdo básicamente como amigo y en una situación más personal, en el sentido de cómo estaba mi historia personal más que en el plano político, pero bueno, al final yo decidí y de alguna manera me impuse para venir, y entonces la primera etapa fue exploratoria, que fueron esos primeros meses, en donde nosotros estuvimos....

P: ¿Eso fue de cuándo a cuándo, más o menos, Lilián?

R: Eso fue... creo que desde el mes de febrero... no tengo mucha claridad pero me parece que fue desde febrero del '78, fue a principios del '78. Yo volví en agosto, volví en agosto para Europa porque en agosto son las vacaciones, mis hijos estaban de vacaciones, mis padres estaban en Europa, entonces... mis padres estaban en Italia y entonces eso me permitía a mí de alguna manera estar en Italia y... estar en Brasil y saber que mis hijos estaban con los abuelos y mis tíos, los tíos, que estaba mi hermana de vacaciones también. Entonces llego casi al final de las vacaciones y ahí arreglo, me quedo, voy a Paris, hacemos como los ajustes políticos, institucionales, económicos, porque obviamente en ese momento tenemos un apoyo partidario pero no vamos a llegar a Brasil a buscar trabajo para subsistir porque no había condiciones para eso, y nosotros tenemos un respaldo que nos da el propio partido para instalarnos en Porto Alegre, con la idea después de que cada uno vaya encontrando su propia vida.

P: Lilián, la opción por Porto Alegre... ¿Pensaron en otros lugares?

R: No, pensamos en otros lugares... primero en realidad pensamos San Pablo, pero después como casi enseguida Hugo vino para San Pablo y ahí en ese momento, en ese período por ejemplo Hugo ya estaba en San Pablo, yo fui a Bolivia en el momento fui por tierra, todo, fue una aventura, a tomar contactos en Bolivia con la COB y con el movimiento social, o sea, la idea era... había en Bolivia también una campaña por la amnistía... nosotros estábamos centrados en el tema amnistía, o sea, en realidad el foco era la amnistía y entonces buscábamos otras experiencias y entonces yo ahí me fui a Bolivia, había habido una huelga de hambre de las esposas de los mineros en reclamos de la amnistía, entonces la idea era ir conformando, viendo qué estaba pasando en las experiencias de otras dictaduras y Brasil nos interesaba por un lado político, por la campaña de amnistía que empezaba a crecer, porque estaba en una situación bastante distinta que Chile y que Argentina, donde Chile, Argentina y Uruguay estaban en un momento de gran hegemonía de los sectores golpistas y torturadores y de la Doctrina de Seguridad Nacional, nosotros pensábamos que en Brasil la Doctrina de Seguridad Nacional empezaba a ser sustituida por una visión más capitalista moderna, que por lo tanto supone libertades, incluso había libertad

de prensa, entre comillas pero había. Esa es la razón por la cual nosotros decidimos instalarnos en Brasil. El primer lugar fue San Pablo pero después pensamos que por la tarea que íbamos a tener Universindo y yo que era más vincularnos con la gente de Uruguay, preservando un poco la dirección, si bien Hugo y yo estábamos en la dirección del PVP, un poco yo quedaba más en esa relación con Uruguay y Hugo más en una relación más institucional del partido y de otras.... Y entonces la opción por Porto Alegre en realidad fue exploratoria, nosotros llegamos, Universindo y yo a Porto Alegre, empezamos a ver cómo nos podíamos mover, qué podíamos conocer, después vimos que en realidad sí había como ciertas condiciones para que nos quedáramos ahí y nos pusimos a buscar una casa para alquilar, la idea era hacerlo como una familia, y bueno, es así que entonces yo me voy a buscar a mis hijos... porque ahí es donde empieza un drama bastante significativo para la vida, sobre todo de las mujeres, y es que de alguna manera yo no me podía venir y dejar a mis hijos en Europa, era demasiado lejos, no podía garantizar que una vez al mes lo veía ni mucho menos, entonces yo decido y ahí sí, tal vez percibo y percibimos menos riesgo del que realmente después se mostró que había, tal vez si hubiéramos estado en San Pablo se hubiera dificultado más, porque la cercanía también hace factible la connivencia y la convivencia de los aparatos represivos, también, los lugares de frontera, la gente se conoce, o sea, hay tráfico de muchas cosas. También de complicidades y de.... Y de hecho las dos... las tres veces que yo pasé en esos días la frontera Uruguay-Brasil, sea por el Chuy, sea por Rivera, nunca nadie, nadie me vio, nadie me controló, nadie ni de un lado ni de otro, es decir que la convivencia y la connivencia eran muy explícitas de entrar y salir, pasar gente, traficar gente, niños, quien fuera. Eso fue muy evidente en ese momento. Entonces en realidad ya digo, nosotros no percibimos... realmente... creo que una semana antes que fue mi encuentro con Luiz Cláudio, en el CooJournal, es el momento que Luiz Cláudio me dice “nosotros tenemos información de que hay comandos uruguayos” y esto es una semana antes, tanto es así que yo pensaba ese fin de semana, pensaba venir a Rivera, viajar a Rivera a encontrarme con gente y suspendí el viaje. A raíz de esa información. Y esa misma información se la pasé a un compañero para que se la dijera a Hugo, diciendo “me acaba de decir un periodista, que hay comandos uruguayos, que ellos tienen la información de que hay comandos uruguayos en la frontera”, en ese momento, o sea, no pensábamos que podía llegar hasta Porto Alegre los comandos, pero bueno, y entonces tomamos algunas medidas de seguridad entre ellas las que están siempre pero que la vida siempre las va aflojando, que están siempre en esos contextos, obviamente, no en la vida del hoy, pero en ese momento estaba el hecho de llamar por teléfono, de tener un horario siempre para conectarse, de hacer... ese tipo de cosas que de alguna manera uno establece... en ese momento yo me encuentro el día sábado, o sea, el día antes, el día anterior al secuestro, yo me encuentro con un compañero y le digo “mirá”, íbamos a tener una reunión en Porto Alegre, entonces yo le digo “decile a Hugo que no venga a Porto Alegre porque me acaba de decir un periodista que pasa esto, que pasa lo otro, y vamos a establecer con toda regularidad los mecanismos de control, por lo tanto, yo voy a llamar lunes, miércoles...” porque no llamábamos a un teléfono, llamábamos a una cabina que estaba acordada, entonces por lo tanto a tal hora yo voy a llamar a tal hora, porque la persona tenía que estar, porque yo tenía que preguntar por alguien en esa cabina y la persona tenía que atenderme, entonces lunes miércoles y viernes de la semana y vamos a ir viendo, en todo caso lo que podemos hacer es que el próximo fin de semana capaz que yo voy hasta San Pablo. Eso pasa el día sábado, en esa entrevista y al día siguiente yo de todas maneras yo había quedado o había... no sé porque en mi recuerdo yo tenía que ir a esperar a una persona que llegaba a Porto Alegre, pero era un familiar de desaparecidos que llegaba a Porto Alegre de San Pablo, no llegaba de Montevideo y entonces yo me voy a la Rodoviaria y ahí es donde empieza el momento de la detención, que me piden los documentos, que me llevan a la... me piden los documentos e inmediatamente me sacan el bolso y me encierran en una habitación, ahí viene Giannone, que yo conocía, que era un militar uruguayo que conocía de la época que Hugo, mi marido, estaba preso en Punta de Rieles, después lo vi en el kilómetro 14, después... o sea, lo conocía muy bien, él me conocía también muy bien y además él me saluda y se presenta, dice “¿qué tal, cómo te va, te acordás de mí?”, entonces ahí es 12 de noviembre.

P: Y una pregunta, Giannone había participado en las acciones de Buenos Aires?

R: Yo no sé, creo que no.

P: Porque generalmente no parece vinculado a estos casos.

R: No aparece vinculado, no. Según creo no. Pero no estoy... o sea, no sabemos exactamente...

P: Claro, todos los que estaban.

R: Yo creo que también... creo que de ese grupo el que tiene más vinculación con Buenos Aires o por lo menos es el que lo expresa, es Bassani, digo, es el que lo expresa, es el que me lo expresa. Ellos establecen el vínculo represión en Buenos Aires, en los interrogatorios, como diciendo, "tené claro que somos los mismos, que acá no hay"... pero yo no he oído efectivamente, no he oído otras participaciones de Giannone que sí tuvo, tenía bastante protagonismo en la represión aquí, ya digo, yo lo conocía desde... desde todo el '72, en realidad él era alférez en ese momento, y estaba en la recepción de los paquetes cuando el familiar llevaba los paquetes en Punta de Rieles, y era realmente atroz, porque destrozaba todo, porque... esas cosas. Esos odios pequeños que los familiares vamos acumulando cuando... llevamos las cosas a los presos, ves que el militar te las destroza, bueno, ese tipo de cosas. O sea, lo conocía de ahí, después lo había visto cuando a mí me dan la libertad, ahí en ese cuartel del kilómetro 14 camino a Maldonado, y bueno, y acá me lo reencuentro sólo en el momento de la detención, después yo nunca más lo vi a él, nunca más... después tuve relación varias veces, tanto en la vuelta como acá, como ya cuando estaba en el cuartel, con Ferro y con Bassani, pero a Giannone nunca más lo vi, sólo lo vi en el momento concreto de la detención. Y ahí entonces empieza todo el episodio que creo que no lo voy a narrar porque ya está muy conocido...

P: Una pregunta antes de esto, Lilián, que creo que es importante también. Situanos un poco en Porto Alegre. Están en la calle Botafogo y tus niños están en una escuela, hablemos un poco de esto, por favor.

R: Bueno, no, nosotros hacía muy poco que habíamos venido, entonces yo inscribí... los inscribí a los dos, bueno, Francesca era muy pequeña, Camilo necesitaba aprender el idioma para ingresar en una escuela normal, digamos, primero no era el momento, porque estábamos casi al final... la finalización de los cursos, entonces yo pensé.... Había una escuela, una escuelita, en realidad era como una [...], cerca de mi casa, y pensé como espacio de juego para que él adquiriera el idioma de manera de al año siguiente empezar efectivamente la escuela normal como correspondía a un niño que tenía que hacer segundo año, que era lo que teóricamente le correspondía por edad. Entonces... mientras que Francesca tenía tres años, entonces... los inscribí ahí para que estuvieran todo el día y pudieran jugando con otros niños aprender el portugués, porque para ellos era un cambio bastante importante, venían del italiano, así que... y en la casa se hablaba español, entonces era un lío de idiomas. Y ellos estaban en la escuela todo el día, y en ese tiempo nosotros nos movíamos, que básicamente como decía estábamos... queríamos tomar contacto con los periodistas, con las organizaciones de amnistía que se estaban reuniendo en Porto Alegre y después eventualmente en el resto de Brasil, y básicamente esa era nuestro trabajo en ese momento y después empezar también nosotros a estudiar el portugués, a conocer un poco más y eventualmente después pensar en buscar trabajo y todo lo demás, pero bueno. Estábamos prácticamente instalándonos.

P: ¿Estaban legal... Estabas con documentos...?

R: Estaba con documento legal, entramos con mi pasaporte y el pasaporte de los chicos, o sea que tanto Francesca como Camilo tenían un pasaporte que también les habilitaba eventualmente, porque esa era mi idea, a que viajaran a ver al padre, cuando hubiera condiciones y entonces por lo tanto cada uno tenía un pasaporte individual, para eso. Y en ese tiempo, fue todo muy rápido, en realidad el papel de la escuela que fue un descuido de mi parte, tenerlo en la cartera, fue lo que determinó la dirección de la casa donde nosotros vivíamos ahí en la Rua Botafogo. Entre otras cosas porque creo que psicológicamente para mí, la idea de estar con mis hijos me estableció como en una cosa de hacer una vida normal, o sea, de vivir no en la clandestinidad, porque yo había entrado con mi pasaporte, ellos con su nombre, de todas maneras creo que obviamente es un error garrafal de ese momento, entre otras cosas porque creo que en el momento entre que yo supe esta información que me pasó Luiz Cláudio y el momento de la detención pasa

muy poco tiempo, entonces creo que no tuve tiempo de ajustar mi cabeza a decir “bueno, a ver, vamos a tomar acá algunas medidas”, no sé... incluso porque mis padres...mi madre no había vuelto pero también yo pensaba que mi madre podía ir y traer los chiquilines, bueno, en fin, no tenía... Había muchas opciones que no estaban del todo claras, o que yo en realidad pensaba que íbamos a estar mucho tiempo instalados en Porto Alegre, viviendo ahí.

P: Lilián, perdón, ¿y en relación a Camilo - porque Camilo ya tenía unos siete años

- tú tenías algún código con él, o sea, había alguna preocupación de lo que podría saber y de lo que no sabría?

R: No, no, porque ya digo, nosotros... él tenía siete años, no había nada, yo no sentía que nosotros estuviéramos haciendo nada clandestino, o sea, en realidad estábamos haciendo una acción de denuncia a la dictadura que pensé y era solamente clandestino en Uruguay, porque en cualquier parte del resto del mundo es una acción legal y protegida, en definitiva estabas haciendo lo mismo que hacían los comités por la amnistía de Brasil, o sea, no teníamos... nosotros no desarrollamos ninguna acción ilegal. Ilegal en el sentido profundo, o sea, no había armas, no había.... No había nada que decirle "no, mirá, esto... no hables de esto..." porque de lo que nosotros podíamos hablar, él podía escuchar, él podía saber, que éramos contra la dictadura. O sea, no había nada, entonces no había ninguna prevención, tal vez eso lo que determinó después que claramente para él hubiera sido muy difícil entender qué pasaba, o sea.... Yo me lo imagino, porque yo me imagino en la cabeza de un niño, de golpe se da una situación como la que se dio, que no entienden nada. Y no es suficiente lo que uno le puede decir, y además estar atrapado en eso que podés decirle entre tranquilizarlos, el decirle que va a estar todo bien, o que tengan... y no asustarl... no sé, es como un... es un momento muy complejo en el cual en general uno resuelve bastante mal las cosas, porque... no sé, yo creo haber tratado de explicarles y cuando escucho a Camilo decir "no, porque mi madre me dijo que esos eran amigos" yo no puedo haberle dicho nunca que los militares, que la policía y que los militares eran amigos, no, no, no puede ser así. Pero tal vez en esa forma de... en la forma mía, que no es la de todo el mundo, es la mía, de mantener la calma, de estar con ellos como si nada pasara, tal vez les transmití, no con las palabras, se los transmití con la actitud, tratando de protegerlos, incluso en el peor momento, que es cuando cruzamos la frontera que... bueno. Cuando nosotros cruzamos la frontera... nosotros viajamos toda la noche, de Porto Alegre, después de los interrogatorios... esto es de mañana, para ubicar. La detención es de mañana, bastante temprano. Ahí a mí me llevan y me empiezan a torturar en la Jefatura....

P: ¿Esto es el día 12 de noviembre del '78?

R: Es el 12, es el domingo. Domingo 12. Hasta que empiezan a... hasta que vienen con esto, "qué quiere decir esta dirección", entonces ahí yo tomo conciencia de que van a ir, entonces empiezo a gritar como loca que hay dos niños y que yo quiero ir, yo quiero ir. Y ahí es la primera cosa para mí significativa y es que yo veo una diferencia entre... no una diferencia en la tortura, y a veces esto parece que uno está queriendo establecer diferencias entre unos mejores otros peores, no tiene nada que ver con eso, es un tema de cómo están ubicados los contextos políticos que inciden en las personas que hacen las cosas. Yo veo una diferencia porque veo que Seelig, que era el que obviamente identifiqué como jefe, reacciona inmediatamente a mí... a mi desesperación por la presencia de los niños. Entonces ahí percibo que claramente ellos no sabían que yo estaba con mis hijos y ellos no esperaban semejante complicación de ese operativo. Y entonces ahí también yo percibo que ese es un punto débil que tiene ese operativo. Y es de lo que me agarro para pensar la estrategia, para pensar la estrategia de sobrevivencia, no es ninguna estrategia política súper elaborada, sino pensar con mi cabeza cómo salimos de esa situación, o cómo salgo yo, cómo salen mis hijos de esa situación.

P: ¿Cuál es el temor concreto que tenés en este momento?

R: Y el temor es que pase lo mismo que en Argentina, niños desaparecidos, personas muertas, no voy a pensar, no voy a decir que solamente me importaba que los niños desaparecieran, me importaba que nos mataran, también. Y casi como en una misma cosa, los niños desaparecen porque los padres están muertos y por lo tanto se los apropian y yo pensé "bueno, Camilo tiene siete años, pero un niño que vive una situación traumática como esa y es llevado a una familia cualquiera, bueno, le llevará años el poder pensar que el nació en otro lado y que tiene otros padres y que.... En fin, eran... el miedo es ese, es el miedo concreto es la experiencia de Simón, de Mariana, de los niños concretos que yo conocía, con los cuales trabajaba en el sentido político, de denuncia, etcétera. Entonces todo ese día que pasa desde la mañana, después vamos a mi casa, yo estoy con los niños, los niños quedan con la policía que... mientras a nosotros nos

interrogan y de noche cuando a mí me llevan en un auto sin capucha hasta la frontera, también percibo que hay una diferencia en la forma en la cual ese comando brasilero quería resolver el tema, o sea, ellos querían tratar de zafar de una situación represiva que involucrara niños. Y por esa razón también lo hacen, digo, yo voy en un auto, con mis dos hijos atrás, con ellos que era Da Rosa y “Didí” Pedalada que iban adelante, en un clima como que vamos de paseo, claro era la noche, los niños al final se durmieron, obviamente, porque estaban agotados y durante toda esa noche yo pensé “qué hago, qué puedo hacer” y de alguna manera empiezo a delinear, tenía una única cosa clara, tengo que hacer que me vuelvan a Porto Alegre. No tenía idea, no tenía demasiado claro qué era lo que iba a pasar, ganaba tiempo, creo que a veces en esas situaciones uno lo único que quiere es ganar tiempo, prolongar lo más posible y entonces tenía dos elementos: uno, era que esa conversación del día anterior diciendo “tengo que llamar el lunes, el miércoles y el viernes”, el otro elemento era nosotros habíamos hablado de una reunión, entonces les voy a decir que la reunión, esa reunión que se había suspendido, que esa reunión se va a hacer. Y bueno, creo que no me daba más hasta ahí, hasta ahí era mi plan, qué era lo que iba a pasar dependía también de las reacciones del otro y creo que ahí uno después yo empecé a perfeccionar mi plan, por cosas que empezaron a pasar, digo, yo no tenía pensado llamar a París, no tenía pensado que esa llamada iba a ser crucial en la información, en fin, esas fueron cosas que fueron pasando en esos días que fueron claves, porque nosotros llegamos el 13 de mañana muy temprano al Chuy, pasamos la frontera, en la frontera había un operativo realmente muy grande de militares, que yo no había visto, no había visto antes, capaz que ya estaba pero simplemente yo no lo percibí, no lo vi. Y cuando pasamos la frontera inmediatamente el clima cambió, la situación fue cuerpo a tierra, tanto los niños como yo, adentro de una camioneta llena de militares con armas, una situación realmente como de guerra. Y ahí interrogatorio cerca de Santa Teresa y bueno, en el interrogatorio que es la segunda vez y última que veo a Giannone un minuto, el interrogatorio lo hace Bassani y lo hace Ferro. Y entonces ahí es donde yo les digo que lo que yo tengo que salvar a mis hijos, y que para salvarlos les voy a decir una cosa que sé que no corresponde decirles a ellos, y es que de alguna manera estoy traicionando a mis compañeros con esa información pero tengo la obligación de salvar a mis hijos, blablablá, y entonces les digo que en mi casa del... el viernes... va a haber una reunión, que yo no sé quiénes, pero que alguien de la dirección va a venir a esa reunión y que la reunión es a las cinco de la tarde del día viernes. Pongo un día de semana y bastante lejano porque era la tercera vez en la que yo teóricamente tendría que haber llamado por teléfono. Bueno, inmediatamente ellos se van a hacer las consultas, van a consultar y deciden llevarme de nuevo y ahí empieza después la instalación ya en la casa, los interrogatorios, no hay tortura, muchos interrogatorios durante muchas horas en el día, entran, salen, tienen montones de carpetas, expedientes, fotos, tienen toda la historia del PVP, etcétera, porque claro, ahí ya habían recolectado todo lo que tenían y en una situación en la que yo me sentía bastante cómoda, tranquila, digamos, con el interrogatorio. ¿Ya estamos en la hora?

P: Sí.

DEPOIMENTO 24 – LILIÁN CELIBERTI – TERCEIRO DEPOIMENTO.

PORTO ALEGRE, 29 DE AGOSTO DE 2012.

Este testimonio fue gravado en la Ciudad de Porto Alegre, Brasil. No contiene la versión en español

DEPOIMENTO 25 – EFRAÍN OLIVERA LERENA.

MONTEVIDÉU, 28 DE SETEMBRO DE 2012.

P: Efraín, lo primero entonces que quería preguntarle, le pido una pequeña presentación, que nos hable un poco de su formación y cómo se aproxima al tema de los derechos humanos

R: Bueno mi nombre ya lo dijiste, así que no lo voy a repetir. Yo nací en Montevideo, de dos padres del interior del país, mi padre era gaucho, gente muy pobre y bueno, siempre me preocuparon los derechos humanos en forma así, en general, así que cuando tenía unos diecinueve años, más o menos, por el sesenta, por ahí, ingresé al Movimiento Emaús. Este movimiento fue fundado en Francia una vez terminada la guerra... la Segunda Guerra Mundial, por un cura que se llamaba el Abate Pierre, en realidad no se llamaba así porque usó varios nombres, porque él había colaborado con la Resistencia, entonces después que terminó la guerra, hubo un gobierno francés y él fue elegido diputado y se mudó a París, consiguió una casa vieja en bastante mal estado, y le preocupaba el caso de los jóvenes hijos de padres que habían sido resistentes o que habían sido [...] con los nazis, entonces pensó en esa casa recibir a estos muchachos, el nombre de Emaús viene de la biblia, de que cuando Cristo había dicho que iba a resucitar pero no resucitaba, iban tres, tres o cuatro apóstoles caminando por un camino, se encontraron con una persona en el camino, que les preguntó qué les pasaba que estaban muy tristes, se notaba que estaban muy tristes, le dijeron qué les pasaba a ellos, que su maestro no resucitaba y el caminante fueron a una posada a pasar la noche, y a la hora de la cena este desconocido se identificó como Cristo, esto se puede creer o no, pero está ahí. Ah, y ese lugar se llamaba Emaús, o sea el lugar donde la gente recobró la esperanza, entonces por eso, tiene mucho que ver con recobrar la esperanza el nombre Emaús. Entonces este cura francés fundó eso, enseguida pasó a apoyar gente que se moría de frío o de hambre, trabajando con gente que no tenía nada que perder, y él que se considera un privilegiado, bueno, por aquí corto el cuento de Francia, ese movimiento se... al otro tiempo también se fundó en Uruguay con otra forma de funcionar, y ahí fue que yo a los dos o tres años de estar funcionando eso, me integré allí. Trabajábamos más que nada con la gente que vivía en lo que acá llamamos "cantegriles", que son como las favelas de Brasil. Ahí trabajé bastante hasta el '81...

P: Volvemos a los cantegriles, ese trabajo que se hacía en los cantegriles.

R: Entonces acá en Uruguay trabajamos en los llamados cantegriles, que son como las favelas de Brasil, que recién se estaban formando ahí en Uruguay. La idea era ayudar a la gente pero también ayudarlos a pensar de por qué estaban en esa situación. Yo estuve, dije, hasta el '81, muy metido en Emaús, cuando dejé, sigo vinculado todavía, pero dejé de dedicarme de esa manera para con otros compañeros y compañeras, fundar el SERPAJ.

P: ¿Qué pasa en el Uruguay en ese momento, Efraín? O sea, final de los setenta, ¿cuál es la situación dentro de la dictadura?

R: Teníamos varios años de dictadura, que había sido muy dura, alguien dirá "ah, todos los países dicen que ésta es la más dura", en todo caso el Uruguay lo que ocurría es que era un lugar chiquito y sin selva y nada, era fácil localizarnos a todos. Entonces ahí fue que... bueno, en cada uno de los países del Cono Sur se aplicaron diferentes técnicas, en el caso por ejemplo, Argentina fue la desaparición al por mayor, Uruguay también tuvo desapariciones pero la técnica, la

metodología fue más que nada de tener mucha gente y torturarla, y algunos morían en eso, por supuesto. Entonces llegamos a tener, en determinado momento en Uruguay, el mayor porcentaje de presos políticos en relación a la población. Después como siempre los record se superan, se dio en Indonesia el golpe contra Sukarno y ahí hubieron... más gente. Eso nos han dicho por lo menos, entonces es un régimen totalmente represivo, porque no sólo se detenía en un momento a la gente que había estado en la guerrilla, se la torturó, todo eso, se siguió con toda la izquierda, y también con gente de no izquierda, se llegó a que toda la gente, los uruguayos, estuviéramos fichados con categorías A, B, C, los A eran la gente buenísima, y después la B y la C, por ejemplo podía ser B, alguien que no sé, montonísimos de años atrás, cuando vino Fidel Castro acá, que todavía no se había declarado marxista, lo recibió y apoyó, bueno, esa gente que ahora capaz es de derecha, igual tiene la categoría B. Los C, bueno, es lo que quedaba de la gente de izquierda, más o menos, porque no estaba preso ni estaba fuera del país, ni desaparecida. Digo eso para... como hecho anterior importante, fue un plebiscito que hubo en el '80 que fue muy cercano al de Chile, en los dos casos las dictaduras creyeron que estaba el momento pronto como para poner a votación nuevas constituciones que de hecho hicieran legal lo que era hecho ilegal, fuera de la ley. Se hicieron esas votaciones, en Chile ganó el "sí", o sea, todavía quedan restos de esa Constitución, después te [...] más sobre eso, pero no... y acá no se pudo hacer nada, en Chile se pudo hacer un poco más de contra ahí, acá no se pudo hacer prácticamente nada, los dos partidos tradicionales, las alas más progresistas hicieron cada una un acto, en algunos... fue acá a la vuelta, del Partido Nacional fue bastante reprimido, y se votó. Era una situación... qué pasaría, estábamos en la cola para votar, y nadie hablaba con el de al lado, ni nada, que no sepan yo pienso. Al final del día, los militares [...] esa parte de las comunicaciones, tuvieron que cambiar su discurso y reconocer que habían perdido.

P: A pesar de todo.

R: A pesar de todo, una cosa muy importante, yo creo que todavía queda para escribir un poco más cómo pudo haber ocurrido eso, porque era Lo que estaba dentro del corazón de la gente, no se hubiera podido divulgar nada, así. Con los chilenos he hablado mucho esto, me han dicho las razones que según ellos se dieron para que eso pasara, pero si hablo ahora va a ser muy largo. Eso fue en el '80, el gobierno tuvo que reconocer que eso pasaba, pero en realidad endureció la mano, y bueno, fue un retroceso. Un retroceso no tan grande porque tampoco el avance que había era muy pequeño. Yo creo que esa era la situación [...] ni hablar de la distribución de riqueza, ni de trabajadores [...] nada de eso. Entonces estaba hablando que el SERPAJ nace en el '81, a mí me pasó que en diciembre del '80 en un diario que se llamaba El Día, que no existe más ahora, aparecieron noticias, noticias muchas no llegaban, pero esa llegó, de que en Argentina, a un argentino que yo no sé bien que existía, le habían dado el premio Nobel de la Paz por trabajar por los derechos humanos en un medio muy parecido al nuestro. Entonces se nos ocurrió, si no podíamos aprovechando ese pequeño boom, fundar algo similar aquí. Entonces ya en enero, hablé por separado con todo el sigilo necesario, acostumbrados en esos momentos, con unas cuatro o cinco personas importantes como para –por separado- para sugerirles esta idea. Y todos me dijeron más o menos lo mismo: qué buena idea, que necesario que sería hacer algo de eso, pero que no lo veían viable, dada la situación. Uno de las personas esas era Luis Pérez Aguirre, el amigo Perico, que como al mes después me llamó y me dijo: “¿Te acordás de lo que me dijiste la vez pasada? Bueno, resulta que un conocido mío, un uruguayo, sociólogo, me escribe desde Buenos Aires, que está trabajando con Pérez Esquivel y nos sugieren de fundar un SERPAJ acá. Y nos prometen un apoyo” que en realidad nadie podía saber hasta qué punto el apoyo era útil o no en esos momentos, y ahí fue que decidimos después de pensar un poco, largarnos. La idea era ocuparnos, no, ocuparnos no, preocuparnos de todos los derechos humanos y la paz, ocuparnos de todo no podíamos, empezar a funcionar a la luz pública, cuando funcionáramos, que la gente que se integrara fuera toda conocida, no por querer formar algo de elite, pero que no fueran a venir los servicios a integrarse o cosa parecida, que supieran que podían correr riesgos, esto sobre todo se lo dijimos a algunos compañeros, parejas que tenían hijos, les sugerimos que se integrara uno solo de la pareja, igual se integró una pareja, los dos, y decidimos pensar qué hacer, quisimo conseguir un local que en lo posible fuera de alguna institución, que estuviera dispuesto a prestárnoslo, una cosa nada fácil, entonces al final un compañero, también

jesuita, [...] Bosca, consiguió una casa, bastante lejos del centro, en General Flores pasando Propios, Batlle y Ordoñez, en una casa que había sido un colegio de unas monjas, muy comprometidas ellas, y nos prestaron una pieza ahí. La casa tenía jardín adelante, había que caminar como cuarenta metros para llegar a la escalera y tenía una especie de terraza descubierta, con pilares y tuvo la pieza de atrás. Y ahí fue como empezamos con la idea esa, de preocuparnos por todos los derechos humanos. Y ahí viene el tema, nuestra relación con los presos políticos y desaparecidos. Muy enseguida nomás, se acercaron a nosotros, familiares de desaparecidos en la Argentina y empezamos a trabajar con ellos, también familiares de presos, así fue que el primer acto público que hicimos tuvo por tema los desaparecidos uruguayos en Argentina. Dejamos afuera a los uruguayos en Uruguay porque era más urticante todavía, buscamos dónde, pensamos una Iglesia. El movimiento es de inspiración cristiana pero no es confesional. Teníamos compañeros curas, tres o cuatro, teníamos pastores protestantes tres, un uruguayo y dos extranjeros, y después nosotros decíamos que teníamos gente, no los seleccionamos por... como podía ser ahora, mirá, necesitamos un sociólogo, un abogado, no, no. Que venga quien quiera de los amigos, y haremos lo que podamos. Y bueno, ahí largamos... ah, te estaba hablando del primer acto público, pensamos hacerlo en una Iglesia, en una Iglesia cumplía con varias condiciones: la primera que el párroco quisiera, que no era tan fácil, luego, pensando en la posible represión, que la puerta no estuviera ahí en la vereda, que no esté la calle inmediatamente, y conseguimos una parroquia que se llamaba Jacson, allá en Roberto Herrera, que tiene un montón, como veinte minutos de [...] Lo hicimos allí a ese acto, ya cuando empezamos, ya estaba muy rodeado por policías, pero no impidieron que la gente entrara. Los que sí estaban, los policías de inteligencia, sentados en los bancos de pie allí, sacaban fotos a toda la gente. Y después, cuando se empezó la actividad entraron, y pusieron grabadores en los asientos de la iglesia, porque fue bien claro que estaban grabando y eso duró hasta pasado el medio día, la idea era seguir un poco más pero vimos que estaba muy tensa la situación, no queríamos asustarlos, hacer peligrar gente, y bueno, eso fue el primer acto. Después hicimos varios por diferentes motivos, incluso por [...], me acuerdo, y empezamos a trabajar, aparte de apoyar a los familiares, también pensamos trabajar en educación, salud, el mundo del trabajo, que en ese momento de hecho estaban todos los sindicatos disueltos, y por presiones de la OIT se había decidido autorizar el funcionamiento de lo que llamaban asociaciones profesionales, tanto de trabajadores como de patrones, en realidad las de patrones estaban siempre funcionando, no había que autorizarlas a nada... corto un poquito acá porque me acuerdo que cuando el golpe, el 27 de junio del '73, los trabajadores cumplieron con algo acordado que era ocupar los lugares de trabajo, los lugares eran desocupados y después vueltos a ocupar. La refinería ANCAP que está acá en la bahía, por primera vez se apagó la llama esa, que era todo un símbolo, todo un símbolo que veías y no está funcionando, porque está apagado el fuego. Y entonces me acuerdo que la primera aparición en televisión hablando de volver a trabajar no fue de un militar ni del dictador Bordaberry, fue del presidente de la Cámara de Industrias. Que a su vez era testaferro de una empresa [...] al punto que después fue elegido por la dictadura embajador en Londres. Si hubiera tenido una fábrica acá, no se iba para allá. Pero digo, eso, cómo las cámaras empresariales apoyaron el golpe, [...] que no sólo fue militar. Obviamente que sin los militares no había golpe pero.... Me fui a esto... por presiones de la OIT el gobierno resolvió autorizar el funcionamiento de lo que serían sindicatos sin el nombre. Pero con algunas cuantas condiciones. Por un lado, antes decía que todos los uruguayos habíamos sido puestos en categorías A B o C, todos los sindicalistas de entonces eran C, entonces no podía ser ninguno de esos, aparte eran C o estaban presos o estaban fuera del país, o muertos, también. Entonces fue gente muy joven, que se puso a trabajar en eso, a muchos los despidieron los patrones y nada. La idea que esas asociaciones profesionales tuvieran de primero, segundo y tercer grado. El primero era por empresas, que acá en el Uruguay la mayor parte de las empresas son chiquitas, era estar casi solos, la segunda podía ser por actividad y la tercera, algo así como centrales que nunca se llegaron a formar, entonces para contribuir a eso, al dialogo, porque hay que decir así, bueno, hay que aprovechar lo que nos permiten, el tema es que si vos hablabas con el de al lado te echaban, entonces para facilitar el diálogo ese, nosotros hicimos una historietita, se llamaba "cuando se reúnen los Pereyra", que era una familia que un domingo se reúnen a comer pastas, que se comen acá, y que hablaban de situaciones así, había uno que se llamaba "se necesitan jugadores", y hablaba de un jugador de futbol, pero era gente que [...] por algo, ¿no? Y el

otro caso era de una fábrica [...], no me acuerdo bien ahora el nombre, bueno, esas fueron las cosas que hicimos, y bueno, se distribuyó un poco, no... por la parte de salud, de hecho no llegamos a trabajar casi nada, por educación se trabajó un poco, información, se hacía un boletín en hojitas así, un boletín informativo más que nada, y si querés ya paso al '83... bueno, también participábamos en actividad en el exterior, en el '83, nos había pasado el dato a Perico de que nos iban a cerrar porque estábamos molestando mucho.

P: En términos físicos, no llegaron a agredirlos o... la amenaza era de bueno, los tenían vigilados, fotografiaban, pero nunca llegaron a...

R: No, la amenaza era que a veces decían: “hay una bomba puesta ahí, salgan enseguida porque la bomba”, o si no “en la calle los vamos a matar”, en el caso de Perico, él vivía en Las huellas, en Las piedras, él venía en moto, entonces los jesuitas lo obligaron a dejar la moto y le dieron una camioneta para correr un poco menos peligro. Estaba sí la amenaza pendiente. Por suerte, no por valientes, pero no nos amedrentamos, entonces en el '83 vimos que esta vez nos iban a cerrar, entonces, bueno, que nos cierren haciendo algo por lo menos, entonces pensamos qué hacer, qué hay que hacer que pudiéramos hacerlo con nuestras pocas fuerzas y nuestros pocos recursos, entonces salió la idea de hacer un ayuno, que en Uruguay no era nada común, Uruguay no es un país... casi nada religioso, la gente de otras partes de América le llama la atención, pero somos el país más laico de América Latina, entonces los ayunos que tienen una connotación medio religiosa no eran comunes. Por más que antes había habido algunos, sí. Entonces íbamos a hacer un ayuno y cuándo, vimos en agosto que era el mes siguiente a eso, y pensamos que el 25 de agosto que es fiesta patria, les pedimos a la gente que se reuniera en clubes, iglesias, cosas así, o que se quedara en sus casas, pero que no saliera, y si querían mandaran digamos cartitas anónimas al gobierno, planteando la necesidad de una salida. Todos estábamos muy enloquecidos por ayunar, cuando recibimos un buen consejo de la gente de SERPAJ de Argentina, que nos dijeron “nosotros, en condiciones menos duras que las de ustedes...” –nosotros no sabíamos que había querido venir Pérez Esquivel acá y en el aeropuerto lo pararon, no la primera vez pero la segunda sí, entonces decían “[...] hicimos un ayuno y terminado el ayuno los ayunantes caminaban por la calle y los del grupo de apoyo, se caían, se dormían. Entonces pongan la menor cantidad de gente posible a ayunar y los demás trabajen en el grupo de apoyo”, así que al final ayunaron tres compañeros, los tres religiosos, que uno era Perico Pérez Aguirre, otro era Jorge Osorio que era el cura del clero, y otro Ademar Olivera que era, es, pastor metodista. Y bueno, no me acuerdo qué día, si fue el 23 o antes, todavía, del 25 de agosto, de la fecha prevista, la policía rodeó la manzana y entraron...

P: esto era dónde, todavía

R: En General Flores... Ah, también voy a decir que a ese lugar venía gente, por los diarios, nos ubicaba por las noticias, había gente que venía, quería participar y adherirse, y qué puedo hacer, bueno, en general no muchísimo y qué hacen los ayunantes, bueno, como son religiosos dos veces por día hacen una oración, una meditación y la gente venía a eso aunque no fueran nada religiosa ni nada. Entonces cada vez había más gente que venía. Entonces vuelvo a lo que dije antes, rodearon la casa, entraron y nos dijeron que a partir de ese momento quienes se salieran no iban a poder entrar, que decidieran qué hacíamos y ya habíamos pensado un poco que podía pasar algo parecido, entonces decidimos que quedara un compañero cura con los compañeros ayunantes para atenderlos a ellos y los demás, teníamos dos lugares previstos para reunirnos, fuimos al primero y ya estaban los servicios en la puerta, nos dejaban entrar, por supuesto, pero... fuimos al otro y también igual seguimos, nos seguían, en vehículos, y eso, no gran cosa, y la gente que antes entraba a la casa se empezó a juntar en la calle, y eran más y más, paraban el tránsito de General Flores que es una avenida de doble vía, así que una vez ... dos veces pasó, pero una vez que eran más de trescientas personas las llevaron todas presas al cuartel de Guardia Metropolitana que son los coraceros de ahora y los tuvieron unas horas allí, mucha gente asustada, por

supuesto... y bueno, cuando terminó el ayuno, fuimos a.... Los compañeros no entraban, estaba todo rodeado y siguió rodeado, salimos, fuimos a un lugar, una parroquia en donde estaba previsto que fueran, y el lugar siguió así... después se llevaron todas las cosas, también, afiches de las paredes, ah, algún día antes el Ministro del Interior que era un militar, anunció que en ese lugar habían subversivos [...] que debían haber armas, obviamente que no habían armas, y prohibió funcionamiento. Digo prohibirlo porque nunca estuvimos autorizados, digo, no íbamos a ser tan ingenuos de pedir autorización para funcionar. Entonces lo que hicimos fue [...], también estaba previsto dos o tres personas ir a hablar con otra gente para plantearles digamos, que tomaran la bandera nuestra, que siguieran, [...] se formó una comisión uruguaya de derechos humanos, que hizo lo que pudo, era gente muy vieja, a propósito, eligieron gente muy vieja de todos los partidos políticos nosotros no estamos en partidos políticos, no creemos que lo nuestro sea lo puro y la política sucia, pero no podemos tener una actuación partidaria notoria, simplemente porque son caminos diferentes, nada más, si alguien quiere por ahí, por supuesto. Y bueno, no sé si... qué sigo...

P: Está bien, está muy bien. ¿En qué momento se comienzan a relacionar por ejemplo con la gente del SIJAU que ahí viene Belisario, por ejemplo, vienen por causa, en fin, ese momento comienzan a haber las denuncias afuera, incluso ya de lo que está pasando, del cerco que hay en relación al SERPAJ...

R: Sí, yo la fecha la verdad es que no recuerdo, porque ya... era cuando estábamos en General Flores, que venía mucha gente del exterior también, incluso políticos uruguayos también, ya ahí ayudamos a salir gente del Uruguay...

P: Eso es importante, Efraín.

R: EL punto de salida era del Uruguay, el pueblo de Rio Blanco y la gente como podía llegaba hasta Rio Blanco, ahí habían unas monjas, muy buena gente, que recibían a la gente y buscaban una manera de pasarlos en la noche, y después seguían hasta Porto Alegre, hasta nuestros amigos de Porto Alegre en general, que muchos casos [...] iban a parar a Rio de Janeiro donde estaba la oficina de ACNUR, pero eso fue muy muy importante y esa ayuda de Brasil, de Jair, de Belisario, toda esa gente, fue muy muy muy importante

P: Es ahí donde se conectan con Jair y el Movimiento, también, en de Porto Alegre.

R: Sí, fecha yo no sabría decir cuándo, porque además muchas veces los contactos eran por algún... por ejemplo Perico, se relacionaba por ahí, pero no hacíamos una reunión con toda la gente en aquellos momentos, así que...

P: ¿Y cómo sigue ese proceso hasta el final de la dictadura, Efraín?, porque de cualquier manera, en fin, el Uruguay se comienza a preparar ese clima de presión, surge el PIT-CNT, los estudiantes que se organizan también, y el SERPAJ va acompañando todo eso.

R: No surge el PIT-CNT, porque la CNT existía antes de la dictadura,

P: Claro, el PIT, sí.

R: Y después cuando en dictadura se permitió ese mínimo de los sindicatos, se formó el PIT. [interrupción].

P: Retomamos, que hablé del PIT-CNT, y en realidad estaba hablando que la CNT ya existía pero el PIT se forma...

R: Fue clausurada...

P: Ahí, arrancamos de ahí.

R: Entonces después, con tremendo esfuerzo, se llegó a formar el PIT, Plenario Intersindical de Trabajadores. Lo mismo ocurrió con los estudiantes, antes de la dictadura tenían la FEUU, la

Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay, y al fin de la dictadura se fundó ASCEEP, Asociación Social y Cultural Estudiantes de la Enseñanza Pública, entonces hasta después de terminar la dictadura, no fue que se formaron el PIT-CNT y ASCEEP-FEUU, y entonces a raíz del ayuno ese que convocó, unificó a mucha gente, me acuerdo que se había empezado a reunir algo que eran gente de los partidos políticos y de algunos sectores sociales, como ASCEEPy SERPAJ, que nos reuníamos a comer chorizo, como estando festejando algo, [...] chorizada, que fue interesante, eso fue antes de terminar el ayuno, lo que eso no tenía era representatividad, la gente que iba estaba identificada por partidos políticos pero no representaban, no los podían comprometer en su nombre. Terminado el ayuno y todas esas cosas, se formó lo que se llamó intersectorial, que era casi lo mismo pero la gente con mandato de los partidos y los de los sectores sociales, entonces empezamos los partidos políticos, todos ¿eh? No solo los legales que eran el Partido Blanco, Nacional y el Partido Colorado, también el Frente Amplio, también la Democracia Cristiana, que era parte en ese tiempo [...] había quedado como afuera, y también la Unión Cívica que era un viejo partido católico, minoritario, bueno, cuanto más vengan mejor. Ahí empezamos entre esos y el PIT, ASCEEP y SERPAJ. Y algún tiempo después, no mucho, también se integró FUCVAN, de las cooperativas de vivienda y trabajamos muy lindo en esa época, se habían empezado hacer unos actitos relámpago, no un acto público, convocaba, se reunía, tiraban volantes y desaparecíamos, que es curioso... una cosa con relación a los volantecitos, era importante que no supieran dónde los hacían. En aquella época había pocas impresoras offset todavía y habían mimeógrafos todavía, entonces los imprimimos en una editorial que tenía offset y le ponían querosén en la tinta para que saliera borrosa, para que pareciera que era hecha en un mimeógrafo. Entonces nos reuníamos, acordábamos algunos puntos, se ponían ahí, firmábamos por todos, en general no había problemas en que todos lo firmaran, después había unos problemitas, el Partido Colorado por ejemplo no estaba de acuerdo con Amnistía general e irrestricta, igual siguió trabajando, se hizo el acto del Obelisco, que fue gigantesco para esa época, que lo organizaron los... lo organizamos todos, pero supuestamente organizado por los partidos políticos, entonces estaba gente de los partidos políticos, se trazó una línea que era cero al medio, y para cada lado, de los cuatro partidos políticos de ahí, iba a haber una persona nombrada por cada partido, después se repartía otra vez y así y así, o sea que nadie pudo censurar, o sea que decir que a equis partido... no, no, a esa persona no pueden mandarla, el que mande va. Por ejemplo tuve adelante la esposa de Wilson Ferreira, y la esposa de Massera, el matemático del Partido Comunista, y bueno, era mucha gente y después tres personas por los movimientos sociales, que eran los que participábamos en esa intersectorial, más movimientos patronales también, que antes no participaron, se sumaron después, había tres de cada uno. Yo estuve ahí en la tercera fila, porque la primera era todo para políticos, la primera era para las figuras más importantes de cada sector social, que estuvo Perico, y más atrás en la tercera estuvo con un compañero, y yo estuve tenía de un lado al Cuqui Lacalle, y del otro a Marquesano que fue Ministro del Interior de Sanguinetti, muy mala gente. Y fue muy sensacional ese acto, importantísimo, como que reunió tanta gente, hubo que solucionar tantas... cositas, ¿no?, cuando se iba a instalar el estrado, cerrar de noche, poner luces, porque había [...] y la policía no ponía eso, por supuesto. Que habló era Candéau, el actor, que tenía que representar en el Teatro Solís poco después, y cómo sacarlo, al final ideamos sacarlo en una ambulancia. Yo qué sé, la música que se iba a pasar, el Partido Colorado había propuesto, y fue aprobado, que fuera todo música clásica, y nosotros dijimos que no, que tenía que ser algo así. Entonces, en un estudio de grabación que era gente del Partido Nacional, se grabó un casete con toda música que no se escuchaba hacía quince años, no sé cuánto. Que la gente escuchó Los Olimareños, Zitarrosa, todo, eran puros gritos [...]

P: Una pregunta Efraín, en ese momento, aparte de la sección de SERPAJ en Argentina, está constituido en otros países, también.

R: Ah, sí, claro. Nosotros incluso en el '82, a un año de ser fundados, participamos en una asamblea en Riobamba, Perú, donde conocimos a gente de otro secretariado. Había en Brasil, había de Argentina, de Chile, de Ecuador, de Perú que no hay ahora, de Panamá, no recuerdo tanto, en ese momento más.

P: Y trabajaban juntos, tenían pautas comunes?

R: Sí, pero cada cual, como están en libertad, cada cual hacía lo que podía en cada lugar, la cuestión era trabajar por la paz y justicia, en algunos lugares, en países más religiosos que Uruguay, se trabajaba más el tema del ecumenismo, por ejemplo, que acá lo trabajamos poco, el tema de la No-violencia, que es lo básico del SERPAJ, quién ahora en el '83 plantea algo violento? Sólo el gobierno, entonces... a eso les dimos menos importancia práctica.

P: Jair siempre recuerda una anécdota con usted, dice que usted era el hombre de la combi, que andaba siempre con la combi cuidando atrás o adelante, que lo iba a esperar al esperara al aeropuerto, que él decía “no, porque a mí también”, o sea, él se deslocaba de Brasil hasta acá pero también lo vigilaban a él, “y siempre estaba Efraín con la combi, me estaba esperando”.

R: Sí, sí, esa combi se la alquilábamos a Emaús, así que seguía una vinculación con Emaús en cierto modo, sí. Muchas veces fuimos con él, me acuerdo una vez que vino, aparte de Jair vino una delegación de diversos países, de Venezuela, otros lugares, que pusieron una ofrenda, una corona en el monumento a Artigas, quedando bien claro lo que planteaban ahí, incluso hablaron algunos de los extranjeros, estábamos súper vigilados, después fuimos, me acuerdo que llovía, y fuimos al Hospital Militar, no entramos, pero... donde estaba preso un preso político que se estaba muriendo, pedía que lo dejaran libre, o un poco libre por lo menos, y fuimos hasta allí también en la combi, alguien bajó, yo no, intentó tramitar cosa que no lo dejaron, pero esa combi nos acompañó mucho.

P: Fue compañía de lucha también. Efraín, cuando termina la dictadura, ¿en qué situación se encuentra SERPAJ, o sea, la intención de ustedes siempre fue que SERPAJ continuase, o no?

R: No exactamente. Bueno, cuando el SERPAJ fue cerrado, continuamos trabajando pero no todos los que estábamos antes, algunos compañeros y compañeras decidieron que no, porque una compañera que tenía a su marido preso en Libertad, entonces temía que fueran a haber represiones contra él, otra compañera se fue a trabajar a Brasil en derechos humanos, entonces quedamos al principio, Perico y yo, Pancho y pocos más, después se fueron agregando algunos más, hubo un acto en OPRASEP en un estadio en Parque Rodó, allí Perico habló y mencionó SERPAJ, estaba prohibido, toda la gente aplaudió, pero otros decían que no tenía por qué haber nombrado a SERPAJ, y después, como te había dicho que el SERPAJ fue cerrado, hablamos con otra gente, desde el Arzobispo de Montevideo hasta unos juristas, y que habían fundado esa Comisión Nacional de derechos humanos, uruguaya, nacional, que era gente muy cuidadosa, no tanto por temor, pero que era gente vieja, no quieren tener... recibir dinero de nadie, entonces realmente era poco lo que podían hacer, entonces fue una idea de Perico de ofrecerles a ser como de secretaría de ellos, no como SERPAJ, sino aparte de la gente de SERPAJ y así fue como alquilamos un localcito en la Plaza Independencia, que decía Secretaría de Comisión Nacional de ahí, de hecho ellos no venían nunca de la Comisión nacional, trabajábamos nosotros, estábamos participando en la intersectorial, después en la CONAPRO, Comisión Nacional Programática, estando ahí recibimos el aviso de que en San Javier, que es una colonia de gente de origen ruso en el noroeste, que habían matado a un médico, al doctor Roslik, entonces decidimos ir allá, tuvimos que juntar a alguna gente, de la Comisión Nacional los primeros que hablamos no estaban dispuestos a ir, porque eran viejos o por lo que fuera, pero al final un abogado, el doctor Fernando Urioste, decidió que sí y conseguimos dos periodistas y nos largamos hasta San Javier en la combi, saliendo de la Plaza Independencia, llegamos unas pocas horas después de que ya lo habían enterrado al doctor Roslik, pero estuvimos con la viuda y estuvimos en Paysandú, con gente que se había puesto a apoyar y con médicos que habían hecho la segunda autopsia, y bueno, a ver, no me acuerdo a qué vino esto, decía qué hacíamos ahí, sí, sí, trabajábamos así, de esa manera, trabajábamos mucho.

P: Pero ahí están todavía con la institución cerrada.

R: ¿Con el nombre? Sí, claro

P: Y en qué momento...

R: Cuando entra el gobierno de Sanguinetti, Sanguinetti como se acostumbra, viene en caravana desde el Palacio Legislativo a la Casa de Gobierno, la Casa de Gobierno era la casa vieja todavía, no estaba el edificio ese y allí en el discurso en ese momento mismo, legaliza no sé cuántos, como cien instituciones diferentes, desde el Partido Socialista, el Teatro el Galpón, no sé, y SERPAJ entre ellas. En realidad legalizarnos fue en realidad autorizar a que funcionáramos porque nosotros no teníamos personería jurídica, ahí fue que la empezamos a gestionar.

P: Y ahí entonces, a partir de ahí, de ese momento, pasan a tener una vida en democracia ¿y el tema de derechos humanos se abre mucho más, Efraín? Las condiciones son otras.

R: Sí son otras. Igual derechos humanos no son sólo los de la represión, pero en relación a la represión ahí ya empezaba que no se quería remover nada, no se quería no sólo no castigar sino ni siquiera investigar [...] nosotros después de eso, después de la digamos legalización, nos reunimos y ahí habían opiniones diversas, unos compañeros, compañeras, decían que ya habíamos hecho mucho, que era suficiente, paremos acá, y otros decíamos de seguir. Al fin decidimos seguir, entonces hagamos equipos, ya, con otra libertad, de educación, de información, equipos que están relacionados con la memoria, trabajamos también mucho el interior del país, y después nos vinimos para acá, en la Plaza Independencia, un lugar mucho más grande, aparte [...] se pueden hacer cursos, se empezó a editar una revista...

P: El local de Joaquín Requena.

R: Sí, la calle. Una revista de educación que era muy importante, tenía muy buenos contenidos, de mucho nivel, y en cuanto a la represión, trabajamos mucho apoyando el voto Verde.

P: En el plebiscito del '89.

R: Sí, sí. Yo trabajé en el interior, ahí, con la camioneta de SERPAJ, que ya no era la combi, que era una gasolera comprada, la otra no era nuestra, en la cuestión de interior íbamos todas las semanas al interior, varios días. Igual antes de eso ya habíamos tratado de formar un grupo en el interior del país, cuando habíamos mandado al principio cartas y no llegó casi ninguna respuesta y alguien decía interior, no interior hay que dar la cara, hay que hablar, y bueno, eso fue lo que hicimos y nos fue muy bien, se formaron grupos en la mayor parte de las ciudades y después se formó una coordinadora de eso, que se llamó CONADEHU, Coordinadora Nacional de Derechos Humanos, que funcionó unos tres o cuatro años, creo.

P: Y el libro este, “Uruguay nunca más”... cuándo... la investigación en qué condiciones la comienzan a hacer?

R: Bueno, fue con todos los materiales que había, se buscaron más materiales, hubo un compañero que trabajó muchísimo en esto y al final se lo pudo hacer. El “Nunca más”, el primer “Nunca más” fue en Argentina, que lo hizo la Comisión que estaba Sabato, o sea, lo hizo el Estado. Después había otro que creo que era de la Arquidiócesis de San Pablo ¿no? El brasilero, sí, y creo que esta fue la tercera, la nuestra, pero después hubo en Paraguay también y en Chile. Obviamente no disponían de los recursos de que disponían en Argentina, que era el máximo y en San Pablo que tenían archivos, nosotros no tenemos archivos, hubo que buscar por todas partes, buscar testimonios de la gente, todo eso y se hizo el libro éste. El “Nunca más”.

P: Y hasta hoy es una referencia en todo lo que tiene que ver con este tema.

R: Sí, obviamente que fue superado en muchos aspectos.

P: Claro, pero durante mucho tiempo... era lo fundamental.

R: Sí, sí, sí. Después la Universidad ha hecho, con recursos públicos, esos tres libros que obviamente están mejor que esto porque se pudieron hacer en otras condiciones.

P: Efraín, ¿y cuál fue el reflejo para... en lo particular y de repente para SERPAJ, el

resultado del plebiscito del '89? Porque hay gente que ha dicho que bueno, no sé, el significado fue... hay gente que se fue de acá porque se quedó sin condiciones de poder trabajar este tema en la Universidad, por ejemplo. Eso me lo dijo Selva Chirico López, que fue una de las personas que trabajaba aquí con temas de educar y derechos humanos.

R: El del '89, decís el del voto Verde y Amarillo. Bueno, obviamente que nos dolió muchísimo, vimos los efectos que produce el temor. Hubo, no estuvo en condiciones de igual a igual. El gobierno prohibió divulgar cosas, por ejemplo Sara Méndez, que buscaba a su hijo, finalmente apareció, pero había hecho un pequeño video y fue prohibido ese, ¿no? Estábamos en democracia pero no tanta democracia. Y el temor a que si ganaba el voto verde los militares fueran a volver, eso era muy presente en la gente. Yo no puedo meterme en la cabeza o el alma de todo el mundo, pero sin duda... si uno piensa que en el '80, en condiciones mucho peores, ganó el "No" a la respuesta cívico-militar, acá tendría que haber sido una carrera ganada casi desde el inicio, sin embargo no fue así, muchas cosas no se conocían tampoco. Gente... una sueca me acuerdo que decía que igual había sido bueno porque había permitido hacer como una especie de catarsis, hablar de cosas, aunque tampoco se habló de tantas cosas, porque justamente sabiendo de los miedos, se decidió, no sé si con acierto o no, no hablar de muchas cosas. Fue duro.

P: ¿Puede decirnos algo sobre Perico?

R: Bueno, no puedo ser objetivo porque está muy cerca del corazón, con Perico nos conocimos en Emaús también, cuando los jesuitas habían decidido a hacer un trabajo con jóvenes, que estaban a su cargo, jóvenes de clase media o alta, que tuvieran conciencia de lo que era la... bueno, cómo vivía otra gente, entonces un grupo que se llamaba "castores" de Emaús, que de hecho lo tomaron [...] de la Compañía de Jesús y para eso destacaron a siete u ocho seminaristas jesuitas, y Perico era uno de ellos, así que ahí nos conocimos. Después él fue a Canadá, por mucho tiempo no lo vi, y después volvió y tuvo una actuación muy importante en forma pública en la Revista La Plaza, fue muy muy importante esa revista. Yo creo que Perico, voy a buscar algo acá que no debo tener, pero igual... Perico juntaba dos cosas que no son nada comunes, que también vuelvo a Emaús porque en la revista de los compañeros de Emaús dice que se ayude a mitigar el sufrimiento de la gente y también el combatir las causas. Combatir las causas y [...] el sufrimiento de la gente. Que no son cosas opuestas, no acá no tengo eso, está dicho en forma más poética de lo que estoy diciendo yo ahora pero es algo que no es nada habitual, buena gente, [...] hacían caridad, preocupándose por los pobres, y otra gente se planteaba hacer la revolución para cambiar las cosas de una vez por todas, pero decía "una cosa o la otra", no? Esto hablaba de Emaús, era combatir el sufrimiento y combatir las causas y lo que Perico hacía era eso. En La Huella, que era un hogar para niños de la calle, él vivía allí, trabajaba allí, se relacionaba con los niños como un padre, no un padre cura, un padre padre. Y por otro lado, hablaba y combatía en foros internacionales como Naciones Unidas o como el SERPAJ, eso a mí siempre me resultó muy admirable, esa integridad de él.

P: Para comenzar a encerrar, Efraín, no sé si fue una indicación personal o si era de la organización. Perico y después el padre Jorge, creo que fueron representantes o estaban en la Comisión de la Paz, convocada por el presidente Batlle. No sé si representaban al SERPAJ.

R: No, no.

P: ¿Era una cuestión personal?

R: No, tampoco, representaban a familiares, a madres y familiares de detenidos desaparecidos, ellos, se creó esa Comisión y el presidente Batlle les propuso a los familiares que nombraran a alguien y nombraron a Perico. Cuando Perico murió nombraron a Jorge.

P: ¿Y SERPAJ tenía una posición crítica en relación a eso?

R: Sí, bastante crítica, que no estaba... no era crítica a Perico, a Jorge, pero a lo que en el fondo

se pudo hacer o se hizo, se pudo o se quiso hacer, no sé.

P: De qué manera ve la situación hoy en relación a esos temas acá en Uruguay y de repente un poco lo que pasa en otros lados?

R: ¿Esos temas cuáles?

P: Estos que tiene que ver con la recuperación de la memoria, de la historia, la cuestión que tiene que ver con la posibilidad de la justicia intervenir...

R: Sí. Nosotros entendemos obviamente que se debe saber la verdad, es básico, y además se debe castigar a la gente que hizo las peores cosas, espantosas. Y terminar con una memoria, saber que eso pasó, por ejemplo nosotros, el Museo de la Memoria, nosotros participamos del Museo de la Memoria, en concreto una compañera y yo vamos a la... somos parte de la Asociación de Amigas y Amigos del Museo de la Memoria, pero eso no es suficiente. En cuanto a el hacer justicia, bueno, pasaron años que no pasaba nada, porque esa ley llamada de Caducidad o de impunidad, le quitaba al Poder Judicial, lo que es una función natural, para pasarla al Poder Ejecutivo, que entendiera si cada uno de los casos estaba incluido ahí o no y los presidentes Sanguinetti, Lacalle, Batlle, todos dijeron que sí. O sea, no se juzgó nunca a nadie en todos esos años. Cuando vino Tabaré Vázquez de a poquito fue entendido que tales casos no estaban incluidos, y ahí intervino el Poder Judicial, que en todo caso no intervino con la combatividad o algo así, que en Argentina. Eso es cierto. Hay unos jueces, fiscales, muy comprometidos y otros no. No es fácil. Entonces ahora nosotros y otra gente seguimos trabajando para aportar elementos de prueba, para acercarle a los jueces y fiscales para que se investigue, se juzgue. Los militares como tales de hecho no han aportado casi ningún dato, bueno, aportaron datos que eran falsos, además, sí, sí. Hay muchísima gente que sabe. Los pocos militares que han hablado eran soldados, algunos gente alcohólica, todo eso, que se trató de desautorizar sus informaciones, que yo decía "bueno, es lo que hay [...] están los oficiales que participaron que ninguno habló, están los médicos que participaron en la tortura que [...] democrático, que son buenos padres de familia y todo eso que tampoco, ninguno ni uno sólo habló y eran cientos. Y bueno, esa gente ha hablado unos pocos, y algo han aportado y otro poco se ha ido poco a poco, se ha entrado a los cuarteles a buscar restos, y se han encontrado pero no ha habido colaboración.

P: De parte de ellos, nada. ¿Y SERPAJ cómo está hoy, Efraín, en qué temas está trabajando aparte de esto?

R: Seguimos funcionando con mucho menos energía, recursos que hace unos años, porque entre otros problemas tenemos un problema económico muy grave. Cuando empezamos no teníamos ningún recurso económico, nada, nada, nada. Una vez -vuelvo para atrás- estuve en Suecia en el '79 por Emaús, y me ofrecieron algo de plata para los presos políticos y yo dije que no porque no tenía forma de hacerlo llegar, para qué vas a traerla para hacer qué después. Dos años después, en el '81, estuve otra vez allí y les dije que bueno, la cosa ha cambiado un poco, porque hace dos meses fundamos el SERPAJ ahora, [...] y además Caritas está logrando entrar algunas cosas para los presos. Entonces nos presentaron unas personas allí, nos dieron dos mil dólares, y al poco tiempo, muy poco tiempo, vino acá una sueca que vivía en América Latina, a ofrecernos apoyo y le dijimos que no, que nos manejábamos sin plata, pero dice "y por ejemplo con las fotocopias cómo hacen". "Ah, vamos a un lugar a la hora que hay una persona de confianza que nos hace las fotocopias, tenemos que esperar que esté esa persona". Pero ustedes necesitan una fotocopidora, y necesitan una máquina de escribir", entonces ahí fue que empezamos a recibir un apoyo de esta gente de Suecia, un apoyo muy fraterno, después recibimos también un apoyo de Alemania, esta casa la compramos con el último aporte de Diaconía de Suecia, cuando se retiraron de aportar en el Uruguay nos dieron para comprar esta casa. Pero ahora prácticamente del exterior no hay casi aportes, entonces tenemos un problema muy grande en lo económico, porque hay gente que trabajamos como yo, de voluntario, ahora porque tengo mi jubilación, y otros compañeros compañeras cobran alguna hora y hacen otro tanto más sin cobrar, pero está un poco afectado, de cualquier manera seguimos trabajando. Sí hemos trabajado mucho en los últimos años en el tema de las cárceles, que son un infierno, en eso seguimos trabajando,

también trabajamos en lo que es las cárceles para menores, en alguna formación para los muchachos en algunos de esos lugares, en educación estamos haciendo muy poco ahora, más que nada hacer talleres si nos piden, que es lo que se puede, antes teníamos una revista que era muy buena, que no la podemos sacar más. La única publicación que tenemos, ésta mirá, vale la pena, la hicimos a los diez años de cumplir, que entendimos que valió la pena lo que habíamos hecho. Y a los veinte no hicimos una... un librito, pero en una revista que sacamos decíamos "sigue valiendo la pena", ah, de cárceles por ejemplo, esto es un libro sobre un seminario sobre cárceles que realizamos, aparte las visitas a los lugares de detención. Más tiempo atrás hicimos esto sobre derechos del niño, está hecho como para niños y maestros

P: Como para poder trabajar en la escuela.

R: Sí, y lo que más tiempo estamos haciendo, más de veinte años, es el informe anual de derechos humanos que es el único que hay en Uruguay. Ese lo sacamos el año pasado, con los treinta años del SERPAJ, este que tengo es del 2009, 2010 no lo tengo acá, este otro 2006, y bueno, hay más de veinte para atrás y eso lo seguimos sacando con mucho esfuerzo, trabajando y trabajando así el tema de la impunidad, apoyando varios grupos que se reúnen, dije antes, para juntar pruebas, para aportar a los jueces y fiscales, el Museo de la Memoria, por ahí.

P: De toda esa historia y de su trayectoria personal entonces, Efraín, ¿cuánto ha valido la pena?

R: Ah, no, creo que valió la pena y mucho, no quiere decir que no nos hayamos equivocado nunca, pero quiero decir que valió la pena, sí claro que sí, sí, sí. Y vale todavía.

P: La nueva generación, ¿cómo la ve en relación a estas cuestiones? ¿Ve a los jóvenes preocupados, movidos por estos temas?, en otros países la situación es muy complicada, por eso le pregunto.

R: Bueno, acá se dice que... la militancia en diversos aspectos, que es de los viejos, como que los jóvenes no.... En realidad militan, pero menos de lo que era hace treinta años. Eso es cierto. No sé si es que no sabemos llegar, muchos veces, hay jóvenes que colaboran acá también pero no podemos decir que sea una cosa masiva, por un lado en cuanto a los derechos humanos no hay ninguna duda que se ha avanzado muchísimo, igual, aunque faltan muchas cosas pero... pero yo qué sé, en la salud, por ejemplo, se avanzó muchísimo, el derecho al trabajo, derecho a la información, no sé. La educación está un poco en crisis pero en cuanto a recursos, el gobierno los ha ido aumentando los recursos para eso, lo más difícil es complementar ese retraso que hay. Y los jóvenes son parte de eso, entonces yo no soy... soy viejo, no tengo tanto contacto con jóvenes, tengo dos hijos, uno de cuarenta y otro de treinta y seis, el de cuarenta vive en Barcelona, el otro vive acá y trabaja en algunas de estas cosas, no con nosotros sino en Colonia, pero a veces llama la atención cómo se juntan jóvenes en algunas actividades, por ejemplo las actividades del desaparecido, del detenido desaparecido en la Plaza Libertad, había muchísimos jóvenes, cosa muy muy buena, y en otros casos así, en actos sobre todo, que es donde se juntan más jóvenes, acá tenemos la marcha del 20 de mayo, que en general habían menos jóvenes, muchos menos, ahora me pareció que hubiera habido un poco más, últimamente, no es fácil. En un mundo tan cambiante.

P: Bueno, ¿algo que haya quedado, Efraín?

R: Yo no sé, ahora no recuerdo, seguro que voy a recordar después, ahora no.

P: Bueno, Efraín, muchas gracias.

R: Por nada.

DEPOIMENTO 26 – ÓSCAR LÓPEZ BALESTRA.

MONTEVIDEO, 29 DE SEPTIEMBRE DE 2012.

P: Oscar, le pido por favor que haga una pequeña presentación de su formación política.

R: Bueno, la presentación que me gusta hacer en mi condición de militante, de ser Blanco, del Partido Nacional, me siento más Blanco que del Partido Nacional, porque abracé a la historia de mi partido desde muy joven, y el destino me fue llevando, que me fui metiendo y la política, y la política es algo que apasiona, algo que realmente el que la aprecia y que la ejerce como servicio a la colectividad, al a comunidad, es atrapante. Me siento orgulloso de ser un político. Y esto me fue llevando justamente a enfrentar en un momento muy duro a todos los movimiento dictatoriales en América, no solamente.... Yo tuve la suerte de tener una muy buena amistad con João Goulart, con Brizola, que fueron dos personas exiliadas en el Uruguay, que para mí fue la primer dictadura importante que la Doctrina de la Seguridad Nacional consiguió en América del Sur y de ahí para adelante, solamente en aquella época había faltado Venezuela, nada más, pero los nueve países restantes estaban todos bajo regímenes dictatoriales. Todos eran muy violentos, muy crudos, muy crueles, realmente los ejércitos de esta zona... había sido preparada, parece que en el Canal de Panamá, adiestrados en el Canal de Panamá, y entonces usaron el régimen de la tortura. Toda confesión la sacaron bajo tortura, por lo tanto todos los que jueces militares de aquellas épocas actuaron, no tiene validez, porque fueron confesiones hechas y conseguidas a través de los métodos más impresionantes de la tortura, tanto es así que los movimientos guerrilleros de esta zona, cuando resolvieron darle muerte a Mitroni, es porque entendían que ese tipo de personas venían a adiestrar a torturar. Fíjese que entonces uno se enfrentó contra todo eso. Y de ahí dio y ya me adelanto un poco, para ser lo más breve posible, que lo conocí a Jair. Y Jair, para que usted sepa, acá, en esta casa, es uno más de esta casa. Lo queremos como a uno más de la familia, lo apreciamos y valoramos en todo su quilate, en todo lo que ha hecho y lo que va a seguir haciendo, porque sin ninguna duda, Jair es de esos hombres que van a morir luchando. Y bueno, y de ahí, enfrentamos situaciones muy duras, tanto brasileras como uruguayas, y en lo posible fuimos por lo menos apaciguando las consecuencias de esas persecuciones atroces que hubieron, y en muchos casos tuvimos suerte, en otras no hemos tenido suerte pero seguimos luchando.

P: Muy bien, dígame Oscar, ¿podría hablarme un poco de su relación con João Goulart y con Brizola y con esos exiliados brasileños?

R: Bueno... él fue exiliado en el año ´64 y eligió como lugar de exilio el Departamento de Tacuarembó y yo fui diputado por el Departamento de Tacuarembó. Ahí me inicié en la vida política siendo representante de mi Departamento, del Departamento de Tacuarembó, donde el doctor Goulart llevó adelante un proyecto personal de él, muy importante, de explotaciones rurales, que era un ejemplo de organización y fue muy buen vecino, muy querido, muy apreciado, lo querían mucho. Y muy respetado. Y siempre fue considerado Goulart el presidente. Para nosotros siempre, durante toda la época del exilio de él, y de la época dura que nos tocó vivir acá a nosotros, lo reconocíamos como el presidente del Brasil, porque era el presidente constitucional del Brasil. Y Brizola vino después y Brizola tenía un estilo distinto al de Goulart para hacer política. Era un tipo muy confrontativo... y no la pasó bien Brizola acá. A Goulart el gobierno de aquella época era Blanco, lo respetó mucho. Cuando ya el gobierno que se ejercía acá no le merecían a él la seguridad de poder actuar como a él le gustaba actuar, un tipo muy respetuoso además, de las leyes uruguayas, fue cuando él se fue de la Argentina... A la Argentina. Y en ese ínterin yo me tuve que ir también para la Argentina. Y ahí fue donde estuve con Ferreira Aldunate y viví y fui uno de los protagonistas, triste protagonista, de los secuestros y la muerte de Zelmar Michelini y Gutiérrez Ruiz y que lógicamente se salvó apenas Wilson Ferreira Aldunate, como también me salvé yo, que estaba allá, y se salvó Erro. Erro en ese momento se salvó porque estaba en Devoto

preso, por no haber cumplido directivas de exilio, porque lógicamente a Erro era muy difícil pararlo, pero después ahí lo soltaron, felizmente se salvó ahí y falleció a lo último en París.

P: Dígame, Oscar, y en los años sesenta su trayectoria personal política.

R: Siempre fue en el Departamento de Tacuarembó, pero lógicamente con representación nacional, porque los diputados acá son los representantes nacionales que es decir que el voto vale para la República entera.

P: ¿Y desde cuándo está próximo de Wilson?

R: Y bueno, de Wilson, él militaba en mi mismo Partido. Cuando surge la figura de Wilson después de haber sido un gran presidente de ganadería con ideas muy muy muy... Wilson era más un estadista que un político, era un hombre de Estado, hombre muy inteligente, muy preparado, muy culto, muy culto, muy preparado, Wilson era una persona muy culta, muy preparada. Y una persona con valores muy definidos. Y lógicamente una figura como la de Wilson a mí me impresionó. Y yo fui militante... pero fanático de Wilson Ferreira hasta que por la Ley de Caducidad nos enfrentamos... nos reconciamos, ¿no?, porque estoy seguro que Wilson, esa Ley la votó para darle gobernabilidad al gobierno que en aquel momento había elegido la ciudadanía, cuando él estaba preso, que no lo dejaron ser candidato a él, pero él no era un hombre rencoroso... Wilson fue un tipo que con los partidos de oposición fue muy generoso, con las ideas fue muy generoso. Un hombre que respetaba, era generoso con las ideas de la gente. Y yo sé que cuando él votó esa ley, él no estaba del todo de acuerdo, pero él quería la tranquilidad, la gobernabilidad, él había ofrecido después que salió de la cárcel, que iba a ayudar a gobernar al Partido Colorado, que él le iba a dar la gobernabilidad al Partido Colorado, que no iba a combatir, y así fue. Hasta su muerte. Estoy seguro que si él tuviese más vida, hubiese llegado a combatir al Partido Colorado. Porque evidentemente hombres como Pacheco Areco del Partido Colorado, estuvieron apoyando la dictadura, y lógicamente eso Wilson no lo iba a hacer.

P: Justamente, en el origen de la dictadura, un poco antes, hay una elección importantísima en el año '71, que Wilson tiene una votación enorme...

R: Que se habló de un fraude y evidentemente fue tan exigua la... la... perdió por diez mil votos, por diez mil votos no pudo ser presidente. Y hubo un invento de una re-elección que no prosperó en el país y que eso se prestó para hacer un fraude. Y también hay historiadores, entre ellos hay coterráneos de Porto Alegre que dicen que si hubiese ganado el Frente Amplio no entregaban el gobierno, que si hubiese ganado Wilson no entregaban el gobierno. Eso se habla... "las treinta semanas, las cuarenta semanas", que estaban preparados los ejércitos. Pero es historia, ustedes lo podrán ir aclarando un poco más eso, yo hablé mucho con Marquinhos, no sé si usted lo conoce a Marquinhos...

P: Villalobos.

R: Villalobos. Él tiene una tesis, ha desarrollado una tesis, yo discrepo un poco con la tesis de él, porque él más bien enfoca la tesis exclusivamente para el Frente Amplio y tan peligroso era para Estados Unidos y para el resto, la figura de Seregni como la figura de Wilson, entonces no podía dissociarse ese problema... lo que ocurre es que había una cosa distinta entre uno y otro. Wilson era un estadista, era un parlamentario. Seregni era un militar, habían diferencias, diferencias de enfoque, lógicamente que como militar que era Seregni, negoció. Como hombre de Estado, como estadista, Wilson no podía negociar. Es más blanco y negro la cosa, es más nítida la cosa. Y además otra cosa: un Frente Amplio no tiene una historia y el Partido Nacional y el Blanco tienen su historia y tienen la historia que además nos hermana. Gumersindo Saravia, el mayor... hermano mayor de Amparito Saravia, fue el general jefe de Aparicio Saravia ¿y por qué luchaban ellos? Luchaban por una hermandad, justamente, del Rio grande del Sur con toda esta parte de América, por eso es que tenemos tanta afinidad nosotros, los gauchos. Porque somos gauchos, portoalegreses, los del Rio Grande del Sur y los uruguayos, somos gauchos, tenemos casi las mismas costumbres, yo por ejemplo, a mí me encanta viajar, ir a Brasil, yo mis veraneos los hago

todos en Brasil porque me siento en mi casa. No le veo la diferencia. A veces no le entendemos mucho y hablamos el portuñol que sólo en la frontera nos entendemos, y tenemos una hermandad que es muy distinta, por ejemplo con Argentina hemos peleado por nuestra independencia, con el Brasil no, con el Brasil fue muy distinto, con el Brasil habrán negociado los militares de aquellas épocas, pero los caudillos revolucionarios, Gumersindo Saravia, Aparicio Saravia, son los Saraiva, son los mismos Saravia de acá, y ese Aparicio Saravia ha sido justamente revolucionario de este país. El ser Blanco es ser saravista...

P: Saravista... muy bien. Dígame Oscar, ¿de qué manera evalúa el proceso de deterioración de la democracia que lleva al golpe? Esos años entre el '68 y el '73, o el '71, '72, y el '73...

R: Y bueno, desde el momento que Itamaratí dispone el golpe de Estado a Goulart y cae la democracia en Brasil, que es un continente dentro de un continente, eso fue hace.... Pero así, después fue mucho más fácil voltear los otros gobiernos, habían volteado el primero, el más poderoso, el que tenía además la Cancillería que... esa gente se arregló con Estados Unidos e implantó la Doctrina de la Seguridad Nacional, que era una doctrina expansionista militar, de ocupación, de base. De bases. Acá en los años '40, en los años '40, quisieron en lo que hoy es Punta del Este, Laguna del Sauce, hacer una base militar como la hicieron en Panamá. Y mi partido, y Luis Alberto Larrea, mi partido, se opuso a la base, no permitió que en este Uruguay hubiese en lo que hoy es Punta del Este, bases militares norteamericanas. Si habrá luchado mi partido por la independencia de este país. Son cosas que enorgullecen, cosas que además a uno lo reanima a seguir militando, a seguir diciendo que uno es Blanco, a seguir estando en el Partido aunque estemos discrepando en muchas cosas, como tuve que discrepar yo nada menos que con mi líder, que no estoy... lo que hice en aquel momento lo volvería a hacer, yo esto lo he hablado mucho con el hijo de... Que usted me habló justamente... Juan Raúl,²⁵⁹ que ahora está ocupando un cargo en una Comisión que se dice de derechos humanos, pero que yo no le doy ninguna importancia, ningún valor, porque si usted quiere que una cosa no camine forme una comisión. Pero para que las cosas caminen hay que historiar, hay que hacer lo que ustedes están haciendo o están intentando hacer, que ojalá lo puedan cristalizar, si no hay una organización de todos los elementos que tenemos para que nuestra lucha siga... que se pueda seguir manteniendo, ni siquiera pensar que a lo mejor tenemos éxito, no sé, porque no es fácil, para defender los derechos humanos los escollos son infinitos, usted vence cuatro escollos y aparecen diez más, tenemos que estar preparados para eso, la lucha no termina.

P: Oscar, en el golpe de Estado del '73 usted está en el Parlamento, bueno, el Parlamento es cerrado e inmediatamente tenemos una huelga general. ¿Qué nos puede decir de esto?

R: Yo los primeros días del golpe de Estado, mi Partido, como todo partido en el Uruguay no estaba preparado para un golpe de Estado. Acá se hablaba mucho de golpe de Estado pero no se le daba mucha importancia, "no, no se van a animar, los militares, no, no, no". Lo que pasa es que aquí están los que hablan de los dos demonios, que no los demonios, que no, que sí, tesis por todos lados, pero evidentemente en un paísito como el nuestro que hubo una guerrilla clandestina, donde no hay ni dónde esconderse, donde somos poquitos y nos conocemos, donde los revolucionarios eran gente prácticamente muy joven, tenían un Raúl Sendic que era un tipo un poco más experiente, era un hombre socialista, que el hombre luchaba por los cañeros, por cosas muy puntuales, pero que después la organización lo rebasó. A Sendic... hoy ellos hablan de Sendic como... pero no lo respetaron. Sendic no era un hombre de matar, y en cambio dentro de los Tupamaros hubo gente de matar, se mató a inocentes y el que mata inocentes no importa el número, mata inocentes. Y si luchamos por derechos humanos no podemos estar de acuerdo en eso, no pueden haber muertos de primera, de segunda y de tercera: hay muertos. La vida es la vida, por sobre todas las cosas. Entonces nos encontramos con ese problema y ahí por ejemplo acá uno, salvando escollos, yo por ejemplo cuando se disuelven en las Cámaras, ¿a quién me sumé? Me sumé a la resistencia, porque los partidos empiezan a discutir qué es lo que se va a

259 Se refiere a Juan Raúl Ferreira Aldunate

hacer y se van en discusiones y las militancias de la resistencia entran a hacer cosas para resistir. Lógicamente era la marchita, que los Comunicados 4 y 7, como que iba a ser la panacea, que habían derrocado el Parlamentario, porque eran todos corruptos, porque era esto, porque... la malaria era nuestra, y como yo estaba dentro de esos y no me sentía malaria, y no me gustaba que me dijese que yo era corrupto, porque... porque algún corrupto que hubiese... ¿usted va a decir que la democracia no sirve? No, trate de sanearla y que sirva, porque lo que no sirve es tener esos corruptos adentro, hay que expulsar los corruptos, pero no expulsar la totalidad, “que se vayan todos”, no. ¿Qué le pasó Argentina con el “que se vayan todos”? y empecé a militar, pero tanto es así que yo con la transacción que hubo para el famoso 9 de julio que le dan tanta importancia, no estaba de acuerdo. Yo estaba discrepando con la Central Obrera en aquel momento, que estaba negociando con Volentini que era el Ministro de Fuerza... un militar, al Ministerio del Interior. Y negociaron parar la ocupación, entregar los lugares de ocupación. Eso era el 9, yo el día 4 en la madrugada del día 4 fui encapuchado, torturado y me anduvieron paseando por los cuarteles, mientras con los que yo discrepaba, llevaron a cabo lo del 9. A las cinco, el famoso “a las cinco, que a las cinco... García Lorca, que “a las cinco”, eso pasó a la historia, pero para mí, ese día claudicamos. ¿Negociar con Volentini en aquel momento, creer que los milicos nos iban a respetar, que no iba a pasar lo que pasó el 9? Y que terminaron... fue la primer vez que se lo terminaron llevando a Seregni, que después lo soltaron y después lo volvieron a llevar. ¿Qué hubiese pasado con [...] si se hubiese quedado acá? Menos mal que se había ido, pero pagó un costo grande, porque no lo mataron de casualidad y matan a un hijo de él, lo secuestraron y lo mataron, la OCOA empezó a funcionar, la Automotores Orletti famosa, el Cordero que lo anda Jair buscando por todos lados, que no lo puede meter de una vez por todas, toda esa gente torturó, los que hoy están en una cárcel de lujo, porque esos están en una cárcel de cinco estrellas. Los militares que están presos en el Uruguay están en una cárcel de cinco estrellas y fueron torturadores. Torturadores. No respetaron los derechos humanos. Son torturadores. Y quiere decir que estos gobiernos que dicen ser de izquierda, de derecha, de acá y de allá, no. En la vida, que no me vengan con la derecha y con la izquierda. Los grandes valores que uno tiene que defender en la vida, los defiende desde el lugar que usted entienda, o que su ideología lo lleva. Yo tengo grandes amigos comunistas, grandes amigos socialistas, grandes amigos colorados, como tengo grandes hermanos riograndenses, que me siento orgulloso de tenerlos, para seguir luchando en esto que estamos luchando.

P: ¿En qué momento decidió irse para Argentina?

R: No tuve que decidir porque no tuve otra opción, yo me hubiese gustado haberme quedado, porque además tenía una familia con hijos muy chiquitos, no era sencillo lo mío.

P: La prisión que usted sufrió fue durísima.

R: Fue muy dura, fue muy dura. A mí me hicieron todo tipo de torturas, hasta me hicieron simulacro de fusilamiento, pero de todo, de todo, todo, todo. Creo que lo que estoy sufriendo ahora, enfermedades que tengo, una diabetes que no es poca, que ha imposibilitado mucho la vista, y hace poco tuve un infarto cerebral provocado justamente por el tema de la diabetes, ¿no? Y felizmente estoy bastante bien y además de memoria muy bien, menos mal. Pero estoy muy limitado, no puedo ser el hombre aquel de la resistencia, de la fuerza, aquella, eso lo he perdido un poco, que a veces me... si me pongo a pensar un poco me deprime un poco pero trato de que no sea así. Porque los que estamos en esto no podemos claudicar, tenemos que arrancar la fuerza de donde venga. Y la única forma de cumplir con nuestro objetivo es ser fuerte hasta el último momento. Así como fue Universindo, fuerte hasta el último momento. A mí me encanta que este tipo de cosas ustedes me la hagan, ojalá pueda estar muchos años al lado de todos ustedes, pero si no estoy por lo menos que quede algo. Y les agradezco mucho.

P: Y queda toda su coherencia y toda su trayectoria, eso es fundamental.

R: Además con la cabeza levantada. Hace pocos días me hicieron un homenaje –el director de mi partido- y fueron gente de todos los partidos, el ex Intendente Arana me llamó, me dice “mirá, me enteré después, tendría que haber ido, contigo hay que cumplir porque íbamos a la farmacia, porque acá, porque allá”. Bueno, lo de la farmacia.

P: ¿Cómo es la historia de la farmacia?

R: Bueno, lo de la farmacia, cuando se producen las muertes en Argentina, yo había hecho una muy interesante amistad con Raúl Alfonsín, que en ese momento es cuando la apertura en Argentina, Alfonsín ganó y ganó con un margen muy grande, era del Partido Radical. Pero era un hombre distinto a Balbín, Alfonsín era un hombre del interior de la Argentina, un tipo con valores muy... que la historia lo va a reconocer cada vez más... entonces Raúl Alfonsín me insistía que yo no me podía seguir quedando allá, me decía “vos acá estás regalado, porque vos acá.... Ustedes eran un conjunto de gente trabajando, pero acá fijate vos que lo matan al Toba, de tu partido, a Zelmar, un hombre muy querido dentro del Frente Amplio, muy respetado, un hombre que además tiene relaciones con militares jóvenes. Estoy leyendo mucho lo de Trabal, lo de Ramón Trabal y nunca se sabrá cómo fue realmente, Trabal fue uno de los que me tuvo a mí preso, según él cuando se enteró que yo andaba dentro de los presos de la resistencia, como que yo era un obrero más. Los primeros que me habían agarrado no sabían que yo era diputado.

P: No tenían esa información.

R: No, porque yo andaba militando con la resistencia. Uno de mis objetivos en aquella época era, para resistir, el golpe de Estado, era un 27, nadie había cobrado, entonces todos los hogares de los obreros uruguayos estaban en cero, por lo general llegaban hasta el día 15, fíjese que es un 27 ¿no? Entonces qué había, que conseguir alimentos para que las ollas sindicales de los lugares de ocupación hubiese comida y para que los propios familiares de los que estaban adentro ocupando pudiesen comer. Pero eso era lo grave que yo andaba haciendo. Consiguiendo, y conseguí muchos [...] amenazando a muchos comerciantes grandes... no habían tantos supermercados como ahora pero habían algunos grandes, entonces a esa gente prácticamente... no es quizás si vamos al estilo, no era un estilo democrático, pero cuando no hay democracia qué estilo puede usted aplicar para resistir. Por lo menos, un poco la clandestinidad y por el otro lado, ingeniarse para que las cosas no caminen. Pero otra de las cosas que yo andaba era con estudiantes de química, estudiantes, hicimos una fabricación de “miguelitos”, para que el transporte que había no respetado las huelgas, no funcionase.

P: Los “miguelitos” son los clavos.

R: Los clavos, exactamente y bueno, en eso andaba yo. Quiero decir que en mi vida luchando por los derechos humanos, por la resistencia y por la democracia, yo cometí delitos. Que no estoy arrepentido de lo cometido porque no tenía otra salida, por eso es que a mí... duré una semana libre nomás, del 27 al 4, una semana libre y de ahí para adelante lo mío fue una tortura, me voy a la Argentina y al año y poco de estar en la Argentina pasa lo que pasa, pasa lo que pasa en la Argentina.

P: ¿Cómo fue esa situación Oscar, o sea el Cóndor empieza a funcionar y ataca a los uruguayos que eran... que tenían una participación más visible...

R: Claro, pero además ahora hablar del Cóndor por ejemplo ahora es fácil, pero se llegó a la conclusión... porque ... además lo que ocurrió con Zelmar y con el Toba ocurrió con bolivianos y con chilenos, el caso Letelier y todo lo que pasó a chilenos, Allende mismo, entonces ahí sí después vimos que había una organización. Acá por ejemplo lo único que se decía en aquellas épocas era que los militares, los “buenos” militares que habían disuelto las Cámaras, eran peruanistas, como el ejemplo de Perú, vaya qué ejemplo ¿no? Porque si lo ponemos como ejemplo lo de Perú fue atroz, la dictadura de Perú fue atroz y todo lo que pasó después, y los Fujimori, y los que vinieron, y los que no vinieron, y Sendero Luminoso y no Sendero Luminoso y todo lo que pasó y agarraron a un Sendero Luminoso y lo mostraban al hombre [...] como que habían terminado con todo, fíjese, todo lo que ha ido pasando en nuestra querida Bolivia, en nuestro Perú, porque se habla mucho de la hermandad latinoamericana pero cuando hay que analizar los pormenores de todo, cómo fueron las dictaduras, no hay... con Jair intentamos y lo hicimos, reencuentro de ex legisladores de los distintos países y juntamos veintinueve.

P: Acá en Uruguay.

R: Acá en Uruguay, con Efraín Olivera, hicimos un acto frente al monumento Artigas, frente a la casa del dictador.

P: Eso en el medio de la dictadura.

R: Con Gregorio, con el Goyo Álvarez, con el Goyo. Eso lo hicimos.

P: ¿Y Cómo fue eso?

R: Y fue extraordinario, esas cosas que... para mí que se le ocurrió a Jair y Jair se lo transmitió a Efraín, Efraín a SERPAJ y bueno, Efraín conmigo se reunía acá en la farmacia, en la farmacia se planificaron todas las cosas, por eso es que Jair habla tanto de la farmacia, también, porque se planificaba todo ahí. Todo ahí, ahí conseguíamos por ejemplo formas... yo había hecho con un agregado militar que había acá, porque aquí cuando el golpe de Estado, el embajador americano que estaba acá era un gorila bárbaro, después la embajada, estuvo queriendo lavarle un poco la cara, ¿no? Y entonces ahí tenía dentro de su [...] aunque no el embajador de repente, habían funcionarios que se podía conversar y éste era un funcionario justamente americano, que a su vez era casado con una chilena, que también era hija de embajadores.... Entonces era un hombre accesible y cuando acá hubo las famosas "botellas envenenadas" que quisieron envenenar a tres dirigentes importantes del Partido Nacional, este hombre, bueno ahí yo me resistí y me llevaron preso también, porque yo resistí justamente eso de las botellas envenenadas, fue año '78, yo ya estaba acá, porque yo había regresado de la Argentina en el '77 y ahí fue que puse la farmacia y la farmacia la puse porque yo tenía causal jubilatorio, pero no quise hacer uso de la causal jubilatorio porque yo de los milicos no quería recibir absolutamente nada y dentro de las cosas cuando me torturaban yo les decía qué privilegio tengo yo, de estar jubilado, yo no estoy jubilado, no tengo privilegio ninguno. Y vivía en la farmacia que me ayudaron a comprarme mis amigos porque yo no tenía la plata...

P: ¿Dónde quedaba la farmacia?

OLB: A la vuelta, justo, pero que la farmacia sigue estando, ahora la mudé para acá abajo y está con mi hijo, todavía está la farmacia. Pero era justamente acá a una cuadra cortita que es 18 de julio y termina justamente Rivera, donde empieza Brandsen ahí. Era notable porque cuando yo la pongo, yo recorría el país, yo recorría muchos países, entonces yo siempre... como sabían los caudillos blancos estaban en distintos lugares yo militaba, primero los caudillos blancos, de ahí les preguntaba a los caudillos blancos, bueno, gente del Frente que se pueda hablar por ahí, bueno, me indicaban, yo hablaba y entonces me preguntaban "y dónde queda la farmacia", la farmacia queda en el 1904 que fue el año que lo mataron a Saravia, a Aparicio Saravia, 1904, frente al monumento a Uribe, fundador del Partido Nacional, donde muere Rivera y nace Fernández Crespo. Entonces, el senador del Partido que era un tipo muy correcto [...] un hombre bastante conservador pero un tipo muy bien, muy bien, un día se animó y llegó a la farmacia y era un tipo muy ocurrente, porque además uno tiene que matizar con cosas... si no la vida es demasiado amarga. Y dice, "mirá, acá hay una contraseña para hacer, yo cada vez que venga acá y yo sé que vos estás en el fondo, que hay reunión en el fondo, digo "¿acá es que venden aspirinas blancas?" entonces esa fue una contraseña que mucha gente, que llegaba con temor, entonces decían "acá venden aspirinas blancas"? "Sí, están en el fondo" [se ríe.

P: Los códigos bien humorados, ¿no? La resistencia... esos son mecanismos de resistencia

R: La resistencia... además de gente que no saben andar en la clandestinidad, no? Porque nosotros por ejemplo con Jair, que de clandestinos no tenemos nada, no pudimos tener nada, podíamos salir y si nos hubiesen querido atrapar... lo que ocurre es que había cosas que... llegó un momento por ejemplo que Wilson me llamaba de afuera, de Londres, cuando estuvo en Londres principalmente y sabía que mi teléfono estaba pinchado, y él un día hablando conmigo, yo había ido a Santa Victoria do Palmar para poder hablar tranquilamente de allá, entonces que me daba las instrucciones para el partido, y eso, pero él cuando llamaba a mi casa, él todo lo que me decía a mí era para que los milicos escuchasen y dentro de las cosas que él, como estadista que era,

quería dejar en claro a los militares, que él en su Partido mandaba. Entonces él acá se despachaba y por ejemplo, él, por ejemplo, si había un dirigente de él que estaba medio flaqueando, él agarraba y “hablá con fulano y decile que no se deje tocar el culo porque los milicos...” [se ríe] entonces a su vez no solamente él empleaba esto, que quedaba grabado acá y que yo tenía un amplificador de voz, entonces había una reunión de muchachos jóvenes, estudiantes acá y Jair alguna vez estaría acá, capaz, entonces lo que él hablaba lo escuchaban todos y me acuerdo que ahí cuando se hablaba de ir o no ir al Club Naval, y de ceder, que primero fue el parque Hotel y después fracasó el Parque Hotel, las reuniones, todo eso, todo eso, los milicos sabían que Wilson sabía que Wilson era el que daba las órdenes, por eso era la rabia que tenían contra él, porque lo odiaban... los militares a Wilson Ferreira lo odiaban.

P: Y aparte que a Wilson en el exilio fue siempre una persona muy activa en la denuncia.

R: En la denuncia, además recorrió el mundo, por ejemplo, no hubo luchador que dejase más en claro lo que era... porque era muy difícil explicar cómo era la dictadura uruguaya, porque había habido una disolución de Cámaras, no se había derrocado un presidente, no se había derrocado un presidente. Esa pareciera una [...] Paraguay, ¿me entiende? Son cosas que.... Y entonces eso él lo aclaraba, y él empezó a luchar por la liberación de Seregni, del General Seregni, nadie luchó más por la liberación... en ese aspecto el Frente Amplio ha sido ingrato con la memoria de Wilson Ferreira. No respetó la memoria de Wilson, porque una cosa en la que no estuvieron de acuerdo, que fue la Ley de Caducidad, lo crucificaron al hombre. Y yo creo que lo enfrenté dentro del Partido, y que pagué un costo político... yo en el fondo lo perdoné a Wilson Ferreira porque lo entendí, pero no lo comprendí. Yo lo entendí pero no lo comprendí, yo por ejemplo una de las cosas que le dije en aquél momento a Wilson “pero Wilson, dejá que las castañas del fuego las saque el General Seregni y Sanguinetti, que negociaron en el Club Naval, entonces ellos, si negociaron con los milicos, en algo, sobrevoló subyacente quedó que no iba a haber una lucha contra ellos? Bueno, si ellos para llegar al poder tuvieron que aceptar esa condición, ahora que resuelvan el problema ellos, no vos, él en aquel momento no era Senador, no era nada... él como hombre líder del Partido podía decir “bueno, yo los dejo libres”, yo en este no me meto, porque esto no es un problema para que yo resuelva, yo no estuve, yo no concedí nada, yo no faltó a mi palabra”...

P: Eso fue en el año ´89, la Campaña del Voto Verde...

R: Bueno, eso fue en el año... realmente fue a fines del año ´86.

P: Cuando se comienza a mover.

R: Claro. Ahora el gran problema fue que al principio del ´87 se le declara a Wilson el cáncer. Lo mandan en un avión desde acá a Estados Unidos y de allá viene... estaba totalmente tomado, y duró siete, ocho meses. Y ahí yo me reconcilé con Wilson estando parapléjico, que fue además un momento muy, muy, muy, que me caló muy fuerte, porque el hombre que está muriendo de cáncer es impresionante, porque se muere de pie, ¿no? Así como murió Universindo, se cree que se está bien y se fue deteriorando, perdiendo el pelo, perdiendo todo, y entonces él quiso hablar conmigo y darme una mano, y me agarró así, “extrañaba el calor de tu mano, Cacho”. Fuerte.

P: Fuerte. Dígame, Oscar, al inicio de los ´80, junto con Jair comienzan a organizar los familiares: ¿cómo... qué recuerda de eso, qué me puede contar?

R: Bueno, el asunto es que como yo me preocupaba por los derechos humanos, en un país chico como éste y en una ciudad relativamente chica como Montevideo, el boca a boca es el boca a boca. Y [...] le dice “mirá, López Balestra, que había sido diputado, el Parlamento se disolvió, nos ha recibido una casa, y ahí lo conocieron a Jair, entre acá, la farmacia y esto lo conocieron a Jair, entonces les dice bueno, pero ustedes tienen que organizarse, y ahí fue donde él organizó unas... un ómnibus, estos ómnibus a Porto Alegre y de ahí empezamos a pensar que ya organizados podían llegar a tener una fuerza, como realmente la han tenido. Porque realmente es una fuerza, y sigue siendo y sigue siendo una fuerza porque además donde prácticamente sus familiares hoy

integran el Frente Amplio, pero... el propio Frente Amplio costó en recibirlos a los Tupamaros, no los aceptó de entrada. Nosotros los liberamos en el '85 y ellos en el '85 no fueron recibidos ni aceptados dentro del Frente, después empezó todo esto y bueno, y llegó a ser tan importante como es que ahora uno de sus militantes es el presidente de la Republica, ¿no? Porque la verdad es que es así, bueno, está... cuando usted libera justamente a revolucionario, tiene que buscar insertarlos en la vida democrática del país, y ellos están en todo su derecho de formar su partido, como lo formaron, ¿no? Igual. Ellos tuvieron éxito, además acá fueron elegidos democráticamente, porque las elecciones en que salió Mujica fueron totalmente democráticas, eso ni discutirlo, en cambio las que perdió Wilson, son para discutir. Así que hay salidas democráticas y salidas democráticas, que fueron muchas de las que quisieron hacer después del gobierno de Goulart, después del gobierno de Goulart cuántos gobiernos se decían democráticos, ¿no? Y de democráticos no tenían nada, absolutamente nada. Quiere decir que eso fue una obra importantísima de Jair, muy importante.

P: Él dice que usted hizo el trabajo fundamental de...

R: Claro, pero yo sin él no hubiese hecho nada.

P: Claro.

R: Es lo que ocurre en lo que ustedes están intentando hacer, esto sirve en la medida que todo lo que hemos hecho, poco o mucho, de un lado o en otro, se junte todo, y que todo sea un común, una causa, entonces ahí vamos a tener fuerza. Y además otra cosa. Ni siquiera hay separados los tantos de por qué es uruguayo, por qué es argentino, por qué es brasilero. No, es una causa que es una causa humana, de la humanidad, máxime en el mundo que nos tocó vivir, máxime con la tecnología que existe hoy, donde justamente la fuerza de los partidos si no se actualizan se debilitan, y tenemos que acompañar justamente la tecnología, por eso es muy importante el trabajo que ustedes están haciendo, es muy importante de tu colega ese que tú le das importancia como [...] que puede aportar mucho y claro que va a aportar, y le va a servir muchísimo a Jair y me va a servir muchísimo a mí, sin ninguna duda, sin ninguna duda.

P: Un poco antes del final de la dictadura, Oscar, Wilson pasa por Porto Alegre, creo que pasa un par de meses.

R: Sí, yo me reencontré con él allá.

P: O sea que era una manera de él, volver a aproximarse del Uruguay y con ustedes. ¿Cómo vivió eso, qué impacto tuvo eso, qué importancia tuvo eso? Porque aparte fue todo espía.... Sabemos que fue todo monitorado.

R: Todo monitorado, pero fue tan interesante además porque él tuvo un respaldo de mucha juventud. Que eso medio los hizo repensar, porque no era que... por ejemplo, hubieron muchos dirigentes que se esfumaron, muchos ex legisladores que no se animaron, pero la juventud y los estudiantes, no había barreras, se iban de la forma que fuese, por donde fuese, con el permiso o sin el permiso de los padres, fue un... refrescó el sentido de democracia. Además tenía una facilidad de palabras bárbara, era un parlamentario excepcional, él y Michelini eran extraordinarios para hablar, extraordinarios para hablar, llegaban a las masas, llegaban a la savia, que es lo que está faltando a los partidos políticos, hay un desinterés y además están luchando contra la droga y contra un montón de cosas que está todo justamente... contra lo que podemos hacer con la juventud y si no sabemos qué vamos a hacer con la juventud no salimos de ésta...

P: No hay relevo.

R: No ha relevo, no hay relevo. Y no hay nuevas ideas, porque es que hay que pensar que siempre un tipo joven... yo tengo ahora, después de viejo un nieto de dos años, cumple hoy dos años, le festejamos esta tarde el cumpleaños. Y yo noto la diferencia con este nieto de dos años con los otros que yo tengo uno de veintiséis que ya son abogados y estudiantes, brillantes, los otros cinco son de veinte hasta veintiséis, y este de dos. La diferencia de los niños de ahora, la viveza que tiene un niño de dos años no la teníamos nosotros. En mi época teníamos catorce años an-

dábamos de pantalón corto, con los pelos, saliéndonos unos pelos... [se ríen] ¿no que era así? Era una infancia distinta a la de ahora, ahora un niño de cinco o seis años ahora es una barbaridad y bueno, cuando llega a ocho y diez ni que hablar. Por eso es que cuando hablan de bajar la edad o no bajar la edad, yo qué sé... la verdad que un niño de dieciséis de ahora no tiene nada que ver con nuestra juventud, no tiene nada que ver y no soy tan viejo, tengo setenta y ocho años, no soy tan viejo, ¿no? Qué será de los que ya tiene ochenta, ochenta y cinco que todavía las diferencias son abismales, ¿verdad? Pensar que hay leyes que siguen rigiendo y son del treinta. Evidentemente esas leyes hay que reverlas.

P: Cambió mucho el mundo.

R: Cambió mucho, cambió mucho, no sé, pero yo creo que a los dieciséis una persona puede votar, me parece.

P: En Brasil están votando, hace tiempo.

R: Yo creo que sí, yo creo que sí. Lo mismo otra cosa, por qué no va a poder manejar un muchacho de dieciséis años, si aprende a manejar. Siempre se ha dicho que cuando se aprende desde chiquito es mejor, ¿verdad? Peor los que aprendimos de viejo, yo aprendí medio de viejo a manejar y nunca manejé bien. En cambio mis nietos ahora son unos campeones. Ha cambiado el mundo, ¿verdad? Y lo mismo que para la justicia, no puede ser que para la justicia... maten muchachos de dieciséis años y con las pericias que se le hagan psicológicas y el tipo esté normal, bien, tiene que pagar, porque... o por lo menos que eso le quede en el prontuario, en cambio acá llegó a los dieciocho y se les borró todo. No puede ser, quiere decir que usted mató a los dieciséis, hasta los dieciocho es un delincuente y después a los dieciocho, fojas cero. ¿Y cómo la justicia se va a manejar así? No se puede manejar, los antecedentes tienen que quedar.

P: Dígame Oscar, sólo para terminar aquí un poco... en los últimos años en Uruguay, bueno, hay algunos casos de algunos militares que están presos, pocos, y usted mismo ya ha dicho que en una prisión de lujo, Bordaberry falleció, Gregorio Álvarez está preso también y Uruguay ha extraditado algunos militares a otros países donde han sido pedidos por la justicia de otros lugares. ¿qué evaluación hace de este momento en relación a esos temas? ¿Se ha avanzado?

R: Hay un asunto que en el buen sentido de la palabra, se ha politizado mucho. Tabaré Vázquez es un hombre muy calculador, muy frío, es un hombre que además no pasó por el Parlamento, no se dio un baño de Parlamento, que en la democracia es bastante importante que una persona que llegue a presidente haya pasado por un baño de Parlamento, porque la democracia se nutre en el Parlamento donde está representado todo el mundo. Tabaré no lo tuvo, ni lo tiene ni lo va a tener, porque es un hombre que mira por arriba del hombro a los parlamentarios, por eso él cuando gobernó, gobernó sin la oposición, no integró los entes [...], no respetó la presencia de la minoría en los cargos de administración del Estado, ANCAP, la UTE, teléfonos, todo lo importante, Banco República, todo lo importante, las finanzas, no había... lo que la democracia tanto costó acá, por lo que luchó Saravia, la representación proporcional, dieron vidas revolucionarias, sanas, que luchaban cuerpo a cuerpo no en la clandestinidad, lanza a lanza, contra ya.... El ferrocarril a la orden del desplazamiento de tropas, contra el cañón que tenía el gobierno batllista colorado de nuestra época, y el hombre luchó con lo que le proporcionaba ahí... y bueno, y había aprendido a luchar con su hermano, Gumersindo, que había desarrollado esa triste y brutal experiencia, pero heroica experiencia, de luchar por una independencia, porque una de las cosas que quería Gumersindo Saravia era independizar Rio Grande... bueno, toda la gente de Rio Grande siempre dijo, nosotros damos de comer nada más que a bandidos... ¿porque la riqueza salía de dónde? Vamos a cosas como son, porque... Grande, San Pablo industrializado, bueno macanudo, hay industrias, todo lo que sea, pero y la carne, y todo lo que producen los campos, praderas naturales que tiene la América nuestra, los climas que tenemos nosotros, todo lo que produce Rio Grande es impresionante y en aquella época se notaba más, se notaba más porque era la comida, le dábamos de comer a los grandes terratenientes que practicaban la esclavitud en el resto de Brasil, por eso por ejemplo, vio que la esclavitud acá, se había querido luchar contra

ella y no ha podido [...] en proporción lo que pasaba en Rio Grande con el resto del Brasil era nada, era nada. La explotación por el hombre en sí... en Rio Grande no se da tanto. Uno nota cómo es la cosa, uno nota hasta en la forma en que el obrero, cómo vive, verdad. Porto Alegre, por ejemplo, además es un ejemplo de una ciudad que... que creció.. Yo la conocí a Porto Alegre con trescientos y pocos mil habitantes, siendo estudiante, salimos a una excursión de estudiantes cuando yo tenía quince, dieciséis, años, bueno, recorrimos Brasil me acuerdo, y ahí en ese entonces eran trescientos cincuenta, trescientos ochenta mil habitantes en Porto Alegre Y Montevideo ya éramos novecientos. Estamos en un millón quinientos nosotros acá y allá hay cuatro millones.

P: Cómo ha cambiado.

R: Cómo ha cambiado, la verdad... es un mundo aquello... un poco medio desordenado creció...

P: Dígame, Oscar, hay algún tema de repente que no hemos tocado y que le parece importante registrarlo.

R: No, lo que quiero sí dejar muy claro en el trabajo de ustedes es la admiración, el aprecio y el cariño que siento por Jair, es algo que lo llevo en la piel, para mí y para mi familia es uno más, yo me preocupo por la salud de Jair como creo que se preocupa por mi salud y además valoro lo que él hace y me duele lo que no puede hacer.

P: Son militantes de una generación.

R: De un a generación, entregados, convencidos y muy preocupados, siempre muy preocupados, es muy distinto... creo que vamos a sentirnos satisfechos nunca porque siempre va a quedar más para hacer. Les deseo mucha suerte.

P: muchas gracias por estas bellas palabras Oscar.

[...]

P: Oscar, nos falta algo sobre el inicio de los años ochenta, y sobre todo lo que tiene que ver con el plebiscito y después los acontecimientos que llevan hasta el final de la dictadura, que nos haga un comentario sobre esto.

R: Perfecto, evidentemente que la verdad que nos salteamos porque hay tanto elemento para conversar, y conversamos y la pasión nos fue llevando a cosas que atesoramos tanto. Bueno, yo creo que la confianza los mató a la dictadura uruguaya, ¿no? La dictadura uruguaya nunca pensó que teniendo todos los medios, toda la prensa, estando proscritos todos los políticos, porque estábamos proscritos, no sé, no podía ser... algún medio ponía algo que yo opinaba y ya lo clausuraban, cerraban, decomisaban al periódico, lo que fuese, que en aquella época no había la tecnología de ahora, además, ¿no? Por ejemplo, tener un mimeógrafo en aquella época y hacer una matriz para hacer un panfleto era tener un cañón, en cambio hoy en día hay otros medios... tecnología, que superó todas las carencias que teníamos en la época. Y los militares se ve que estaban mal asesorados y bueno, como siempre, el que tiene un poco de poder, hay mucha gente que le toca el hombro y le dice que sos el mejor, que sos el más inteligente, le pasan la mano, que es uno de los problemas que tienen los políticos, los políticos llegan, pero a veces el problema es mantenerse, porque cuando usted llega, llega porque evidentemente tuvo condiciones, porque tuvo aceptación, porque tuvo sus votos, y hay mucha gente que lo acompaña por todo eso, pero hay otros que acompañan... que se suben al carro para acomodarse y son a veces los que no le dejan ver, realmente, la inmensidad que tiene un político de por medio. Y se ve que a ellos, los asesores de esos que tenían, muchos, justamente políticos se vendieron a ellos, porque la dictadura tuvo apoyos políticos, hubo mucha gente...a acá por ejemplo se ha perseguido mucho a los militares y se ha perseguido poco y nada a la cantidad de civiles que han apoyado y le dieron vida a esa dictadura, eso es un debe que tenemos, porque no es solamente que paguen lo que tiene que pagar, porque acá los culpables de las violaciones a los derechos humanos fueron muchos, que sabiendo que se torturaba, se prestaban para ocultar, entre ellos muchos médicos, entre ellos muchos médicos. A mí hubieron médicos que me tomaban la presión y yo estaba encapuchado, llegaba, me tomaban la presión, se ve que ordenaban,

el hombre aguanta, el hombre sigue... y esos tipos no han pagado el servicio atroz que dieron a torturadores, ¿verdad? Bueno, la cosa fue que todos creían que perdíamos, y hombres como yo, luchador, visionario, era un optimista, un total optimista, un total optimista, tanto es así, que se corrían muchos rumores, porque no entregaban las papeletas, porque todas las papeletas del "Sí" y del "No", la iban a entregar el gobierno. Y se aproximaba la fecha, se aproximaba la fecha, se aproximaba el famoso noviembre del año '80 y no aparecían las papeletas. Y se había corrido un rumor de que iban a tener un papel especial, que lo habían distribuido el gobierno de turno, el gobierno dictatorial de turno a cuatro o cinco empresas, imprentas importantes, que eran las que iban a hacer las papeletas. Yo enterado de eso, en la farmacia y con gente militante que venía, un hermano de uno que tenía una de las tantas imprentas dice "mirá, mi hermano fue adjudicado y ha recibido una bobina de papel, la del "No", para hacer el "No" y el "Sí", y digo "¿y podremos conseguir?" "Sí, sí, podemos conseguir". La cosa fue que a mis manos cayeron tres bobinas de esas y con una imprenta chiquita de un socialista amigo mío, que está todavía ahí, está la imprentita allí, las hicimos imprimir. Él las imprimía él, solito, después de que se iba todo el personal. Y pudimos hacer sesenta mil. Que para todo el país era nada, pero eso cayó tan bien, porque que por ejemplo el caudillo de Artigas, el caudillo de Rivera, el caudillo de Cerro Largo, el caudillo de Tacuarembó, el caudillo de.... Recibiese cincuenta boletas, y que eran clandestinas... ese hombre cuando las tenía en la mano ya era un luchador más, era un comprometido más. Bueno, eso hizo la farmacia, eso lo hizo el Cacho, eso hice yo. Cuando los dirigentes de mi partido se enteraron de eso... yo los enteré cuando ya estaba distribuido eso, la recibieron y la tiran de Rivera, de allá, antes que las autoridades de Rivera, antes que el propio [...] Tanto es así que cuando el triunfo del "No" sorprendió a todos. Y se hizo una importante reunión en Río de Janeiro, con Wilson Ferreira, porque ya Wilson ahí ya no... no fue venir a Porto Alegre, sino que ya en Río le dimos más dimensión a la reunión. Había venido a Río de Janeiro, reunido los dirigentes importantes del partidos entre los que me incluí... me incluyeron a mí, era el más joven de todos allí presentes, hoy de esa gente que fue allí, casi todos están muertos. Y se hizo la reunión, triunfó el "No". Después del "No" vino enseguida el permitir a los partidos elegir sus convencionales, sus autoridades, seguíamos proscritos pero entonces los militares permitieron que funcionasen los partidos. Funcionaban pero con gente que no estaba proscrita, con gente que no había sido ni senador, ni diputado, bueno. Se forman autoridades, al año siguiente en el '83, muy importante, se había prohibido la CNT, pero autorizan el PIT, el PIT que ahora se llama PIT-CNT y organizamos lo del '83, que ahí fue una organización que no tuvo nada que ver con el sindicato solo, fueron todos, esos estudiantes, esos que iban a Porto Alegre, esos que tipos como Wilson y como otros había provocado en el espectro político del país. De acá salían columnas de muchachos con tacuaras y con banderas, a acampar la noche antes en la Plaza justo enfrente al Palacio Legislativo, de la Plaza del 1º de mayo que le llaman, acampando y fue monstruoso el acto ese de PIT. Y de ahí después desembocaron en el Obelisco. ¿Por qué yo critico un poco el Obelisco? Por una razón: el Obelisco tuvo dos cosas, fue algo extraordinario y hay una foto que se le sacó al Obelisco que muestra lo que fue el río de libertad. Y yo siempre... que me costó llegar al estrado, porque empezaron todos los que querían estar en el estrado, y el estrado era muy grande, habían doscientos y pico de personas en el estrado, daba para todos. Pero no todo el lugar era el mejor. A mí me fueron arrinconando, arrinconando y a mí me tocó justo estar con Delía, el que presidía justamente el PIT. Porque me confundían más con esa fuerza que con la otra fuerza. En cambio los que luchaban por ser dirigentes habían copado lo demás y lo mismo ocurrió con la prensa. Ahí todos los periodistas [...] de trabajadores, todos arriba del estrado. Y el río de libertad, que era el pueblo, esa fue la verdadera protesta. Y estuvo notable, además, haber permitido a un artista que leyese la proclama que fue extraordinaria, porque le dio contenido a lo que se... le dijo de todo a la dictadura, pero por ejemplo ahí se prometió una cosa que no se cumplió. Al otro año en el Club Naval, que era una salida sin excluidos. Rezaba eso, y eso no se cumplió. El río de libertad había ido por eso, porque era sin excluidos, porque los pueblos, los pueblos no se engañan. La gente no ... porque la gente no tiene cargos, no tiene sueldos, la gente no es como la Comisión de Derechos Humanos paga. Es río de libertad. Yo estaba, aunque estaba arriba, estaba en el río de libertad...

P: Algo mucho más fluido.

R: Y eso son cosas que le enseña la vida. Cuando se organizaba el acto, se fue cambiando de sede, y cada vez que se cambiaba de sede se cambiaba en lugares que me era más difícil yo estar, porque eran buffet de abogados, buffet de escribanos, buffet de contadores, ya se estaban repartiendo los cargos de gobierno. Porque lo bravo en los gobiernos democráticos no son solo los electos, que hay corruptos, los bravos son los otros que no son electos, pero que son elegidos por los políticos. Es esa elite. Y esa elite fue la que organizó, se apoderó.

P: Arribistas.

R: Arribistas, eso fue lo que tú viste, seguramente, en la República

P: Fue eso, justamente, sí, sí, ese [...]. Oscar aprovecho para hacer una pregunta que también escapó ... porque tiene impacto con lo que hablábamos de lo que pasó en Buenos Aires el 20 de mayo, entonces muchos años después finalmente es condenado Juan Carlos Blanco y después Bordaberry. Y son condenados justamente por esos crímenes, incluso. O sea, Juan Carlos Blanco tiene una responsabilidad enorme en los crímenes que ... ¿qué sensación tuvo en ese momento cuando vio que... sabemos de todas las limitaciones de la justicia, y la ley de impunidad... de Caducidad, pero en el momento que fueron condenados estas personas, que aparte son civiles, cómo lo vivió eso?

R: Sí, sí, además fíjese una cosa, fíjese que Juan Carlos Blanco, no solamente que era un civil, después cuando se restauró la democracia fue senador elegido, tenía fueros. Quiere decir que ahí, aunque se hubiese querido hacer algo no se hubiera podido, ¿entiende? Tuvo que pasar.... Por eso es que.... Lo que Tabaré hizo fue lo que a mí me explicó Wilson: que él para dar la gobernabilidad, había apoyado determinados puntos de la Ley de Caducidad. Pero entre ellos a lo que había dejado en claro, es que el presidente de la República, podía considerar que estaba protegido por la Ley o no. Porque él estaba seguro que él iba a ser el futuro presidente. El como estadista que era, todo lo que hacía y lo que planificaba era porque él estaba peleando por la próxima presidencia, por la que lo iban a permitir estar, no es que lo habían excluido. Entonces quiere decir que Tabaré fue muy vivo y le fue fácil hacer lo que hizo con Juan Carlos Blanco y lo que hizo con Porque además otra cosa, Bordaberry... era más culpable, mucho más culpable fue Juan Carlos Blanco que el propio Bordaberry. Bordaberry la pagó por ser presidente. Y la verdad es que el tipo violó la Constitución, porque él a los noventa días tenía que haber llamado a elecciones [...] eso es una potestad del presidente, pero tenía que llamar a elecciones, y al no hacerlo, ahí fue donde la violó, esa causal hubieses sido la de haber procesado a Bordaberry y a Juan Carlos Blanco no, porque Juan Carlos Blanco era responsable porque además el secuestro se hizo el 18, se encontró los cadáveres el 20, de Zelmar y de Gutiérrez Ruiz. El día 9 hizo un viaje Juan Carlos Blanco a hablar con el Ministro del Interior de allá, de la dictadura argentina. El día 9, nueve días antes, además eso lo denunció Michelini, eso lo denunció Wilson Ferreira en una famosa, histórica carta que Wilson le hizo al Ministro del Interior argen...de Buenos Aires, donde justamente lo responsabilizaba de lo que hubiera ocurrido con los compatriotas, lo denunciaba justamente por Wilson Ferreira. Y lo había denunciado a través de una amistad que tenía Zelmar con Edward Kennedy, había habido una amistad entre ellos, y justamente Edward Kennedy fue de los americanos que se preocupó enseguida, junto con Amnesty Internacional. Ahí conocí yo a [Edi Colman], de Amnistía Internacional, que también se preocupó y que además si hubiese sido necesario, Amnistía Internacional se hubiese preocupado por la educación de los hijos tanto de Gutiérrez como de Zelmar Michelini, que no hubo necesidad porque las familias lo arreglaron, pero hubo ese intento también, que dentro de las cosas que Amnesty ha hecho en otros lados, es justamente ese tipo de cosas, que también habla muy bien de Amnesty Internacional. Cómo nos vamos encontrando en las cosas, ¿vivo? Yo lo llamé justamente a Colman, que vivía en una ciudad cerca de Londres, no me sale bien el nombre de la ciudad, esas ciudades colaterales, chicas, y ahí en ese momento era la sede de Amnesty Internacional y hablé con él, después lo conocí en persona, después lo conocí en persona.

P: Perfecto, Oscar, ahora sí, ahora cerramos muy bien.

DEPOIMENTO 27 – SARA YOUTCHAK.

MONTEVIDEO, 29 DE ENERO DE 2013

P: Sara, gracias por recibirnos. Queríamos que te presentes, quién es Sara, de dónde viene Sara, un poco de esa biografía que sería la historia tuya.

R: Bueno, en realidad nací en el Uruguay, en Montevideo, un 14 de Febrero de carnaval de 1942, por lo tanto voy a cumplir ahora en febrero 71 años. Hija de inmigrantes como la mayoría de los uruguayos, con una... con un esfuerzo enorme por educar a los hijos, por darle educación, en la que se creía como elemento fundamental para un pasaje de un... en la escala social, para ascender lo importante era estudiar, era otra época pero era así. Y bueno, tengo la mejor educación que se podía dar en el Uruguay, incluso un colegio privado, el Instituto Crandon, que lo menciono porque es un... una etapa no sólo muy hermosa de mi vida, sino que es lo que me vincula a la Iglesia protestante. El colegio es un colegio norteamericano de origen y protestante. Y después va a ver por qué le cuento esto. Bueno, en realidad hice estudios... al principio no vi con claridad mi carrera polít... mi carrera como estudiante, pero hice en definitiva, primero empecé por medicina, seguí por derecho y terminé haciendo algo que me gustó mucho en la vida que es enseñar. Fui profesora de literatura, recibida del Instituto de Profesionales Artigas, en Montevideo, recibida en 1968 y mi vida gremial, como todos los estudiantes y ya desde los dieciocho años tuve una dedicación muy particular a la vida política. En el Uruguay tenía marcadas influencias en mi generación, en primer lugar la República Española: yo no tengo una gota de sangre española, sin embargo mi madre me acunaba con las canciones de la República. En mi casa, mi madre era Argentina, cantaba las canciones de la República española, porque mis abuelos ya eran socialistas, vinieron de Europa como socialistas, entonces ya mi madre, para ella la República Española por la que dio todo lo que tenía y... era la canción de cuna para mí, así que lo primero que influye en mi vida, que recuerde, es la República Española. Después, yo tengo orígenes judíos, no son religiosos, pero el nombre y el apellido uno los lleva y las tradiciones también, las comidas también y la cultura también, por más que en mi casa no eran para nada ni religiosos... y el concepto con el que se vivió en mi casa era que tenía.... que mi papá siempre dijo que teníamos suerte, teníamos dos Pascuas para festejar, teníamos Navidad para festejar, dos años nuevos para festejar, teníamos todo doble, y es cierto, en mi casa se festejó siempre la Nochebuena con una mesa abierta para la el amigo que quisiera venir, o el que estuviera solo, de la misma manera que se festejó todo, todo lo demás y esa fue mi educación. Por eso digo que fui una privilegiada. A los dieciocho años me afilio al Partido Comunista, ni siquiera a la juventud, mi definición fue directamente al Partido Comunista, y en 1962 se crea el Frente Izquierda de Liberación, que era una organización, que es la base unitaria del Uruguay, en donde escisiones de los partidos tradicionales como fue su presidente don Luis Pedro Bonavita de origen Blanco, su vicepresidente de origen Colorado, habían agrupamientos como la... el hermano 26 de julio que era agrupamiento del hermano de Alba Roballo, que era colorado batllista, él estaba en el Frente y así. La democracia que... no.... la... bueno, eran pequeños agrupamientos y el Partido Comunista. Lo que le dio en las elecciones un crecimiento enorme. Se llamó Frente Izquierda de Liberación y su definición era antioligárquica, antiimperialista, y por la reforma agraria. Era la base de su programa. En ese entonces yo trabajé en el propio Frente Izquierda de Liberación como secretaria del ejecutivo y aprendí muchísimo, después además trabajé en la Junta Departamental como secretaria de bancada y también como secretaria de bancada a nivel de la Cámara de Diputados. Esa era, digamos, la base de mi formación política, ¿no? [interrumpe] Bueno, a la vez que militaba políticamente también terminé mi carrera de profesora, empecé a trabajar como profesora, cosa que me apasionó toda la vida. Ahora, algo más sobre la época nuestra, porque es importante, porque uno tuvo las definiciones políticas a las que llegó. Primero la preocupación por la justicia social, yo sentía en la vida que yo tenía el privilegio porque mis padres podían darme una educación particular pero no era lo general, tenía un tipo de vida que no... al cual no accedía toda la gente. Que fue mi preocupación primera siempre, sentirme una privilegiada social y no pensar en cómo... en una sociedad que posibilitara a todos tener mis privilegios.

Pero era una época marcada, ya le digo, primero por España y después los sucesivos golpes de Estado que se daban sistemáticamente...

P: ¿Estamos hablando de qué año?

R: sí, de América Latina, sucesivos golpes de Estado desde principios de siglo, claro, que nos afectaban particularmente... es decir, en Bolivia tenían más golpes de Estado que años de independencia, en determinado momento, cosa que los jóvenes hoy no lo saben. Guatemala fue Guatemalazo... su... Honduras, toda América Latina, el conocimiento de las condiciones de vida, sobre todo en América Central, en Brasil, un país que dolía ver, sentir que tenía más de la mitad de la población analfabeta, con una riqueza particular la de Brasil, nosotros leíamos sistemáticamente Jorge Amado, Sao Joao de Ilheus y todo eso que nos formó, nos educó. Y después indudablemente Cuba. Luchamos por Cuba, integramos los movimientos de apoyo a Cuba, para nosotros Cuba fue el faro de América. Por supuesto que el papel de la Unión Soviética en aquel entonces, los países del Tercer Mundo, que jugaron un papel muy importante, era una época de efervescencia.

P: ¿De qué época estamos hablando?

R: ¿De qué época estamos hablando? Los sesenta. Porque los sesenta... yo nací en el '42, en el '62 tenía veinte años, dieciocho años, veinte años. Después fue el '68, el mayo del '68 norteamericano, era una revolución, no era una revolución, era una discusión de todos los días. Incluso yo había tenido la ocasión de ir a Cuba en el año '63, que después le quiero contar algo sobre eso, y en el '67 viajé a Europa por primera vez como todo... como los jóvenes privilegiados que éramos, en barco, y llegamos a una Francia donde era evidente que algo se iba a producir. En las calles de Francia se sentía, yo conocí jóvenes que querían... que vinieron a América en bicicleta, jóvenes franceses que querían producir cambios en América. Y venían a Brasil en bicicleta.

P: Entonces vayamos, Cuba '63, ¿cómo se da, a partir de qué momento y cómo se da esa relación con Cuba?

R: Mis relaciones sí, con Cuba, fueron en el '63 yo tenía un compañero cubano y me fui a vivir a Cuba. Y viaje en 1963, en julio de 1963 y salgo de Brasil en el último avión que salió de Brasil y a partir de eso se rompen relaciones con Cuba y sólo queda México y Canadá con relaciones con Cuba. Yo le contaba que cuando yo paso en el '63 por Cuba... por Brasil, fui a vivir a la casa de una familia que yo no recuerdo el apellido, pero que usted lo va a sacar enseguida, era la primera vez que iba a Brasil, a mí me impresionó muchísimo Brasil, nosotros los uruguayos nos sentimos muy atados a Brasil, siempre, por la música, porque nos comparan con los argentinos y porque el brasilero nos quiere, porque les ganamos Maracanã... porque muchas cosas nosotros queremos mucho el Brasil, pero ver un Brasil de hambre como el que se veía en las calles, incluso de Río, era para ese entonces para un uruguayo, incomprensible cómo había indiferencia, acostumbramiento al hambre, nosotros en el Uruguay... había pobreza pero no esa miseria terrible que se veía en Río. Yo... me invitó una familia a vivir con ellos unos días hasta que saliera el avión en Urca, en Rio de Janeiro, y tenían unos apartamentos que tampoco nosotros conocíamos ese bienestar. Y a mí me impresionaba mucho porque la familia era... él era el presidente de la Comisión de Amistad Brasilero Cubana, o Cubano Brasileira, no sé cómo le dicen, y me llevó para su casa. Y yo llego... él era, no recuerdo el apellido, pero era el hermano del Ministro de Justicia de 1963, a través de eso puede recordar el nombre. Le digo esto... bueno, ellos... Me acuerdo que la puerta de atrás, él me mostró, que venía la gente, se sentaban y les daban de comer, un mantelito, tenían un lugar, doce quince personas, sobre todos mujeres con niños. Él era abogado y los defendía, pero claro, la diferencia social era como todas las diferencias sociales en Brasil, o muy rico o muy pobre, no había sectores medios. Y me acuerdo que llama una niña, y entonces la señora, la madre de la niña y entonces la señora me cuenta acerca de su vida, y yo hablo mal, hablo en portuñol apenas y la niña hace una pregunta: "mamá, ¿cómo tan grande y no sabe hablar?" era así. Y bueno, esa gente que me dio albergue ese año, cuando el golpe de Estado los mataron. Eso es lo que me enteré. Imagínese la desesperación. Pero bueno, fue el golpe de Estado. Yo llego a Cuba. Cuba es una Cuba revolucionaria, yo viví muchísimas cosas, yo iba a vivir

allá, así que yo me fui con la idea de quedarme, y tuve la ocasión, yo quería ayudar de alguna manera, e iba en aquel entonces a los Comités de Defensa de la Revolución a ayudar, daba clases, pero yo tenía veintitrés años y no era profesora, pero esa gente le pedía ayuda, porque iban a clase y no entendían qué quería decir un quebrado, y ahí me rompí la cabeza, cómo yo joven puedo enseñarles qué es un quebrado. Me acuerdo como hoy, que corté una hoja en cinco pedazos y le enseñaba qué es un quebrado, a la gente que me preguntaba. Esa gente poco tiempo después fue médico. Claro, no sabría sobre Shakespeare ni sabría mucho sobre quebrados, pero sabía sobre enfermedades, esa gente que se estaba alfabetizando en Cuba, después, a los pocos años, poco tiempo después, fueron los médicos que curaban a la gente o fueron a alfabetizar a los demás, porque la historia de Cuba fue esa, hoy podemos criticar muchas cosas, pero lo que yo viví de Cuba fue eso, cómo yo conocí a Fidel, conocí a los dirigentes, conocí al Che Guevara y puedo contar muchísimo sobre ellos, que era gente como nosotros con los que uno discutía mano a mano. De manera que la influencia de Cuba sobre el Uruguay, sobre mí en particular no la puedo negar, fue enorme. Pero fue la influencia sobre todos nosotros. Era el faro de América que alumbraba a noventa millas... desde las costas cubanas se ven las costas de Estados Unidos, y éramos profundamente antiimperialistas, ¿por qué?, porque Estados Unidos dio todos los golpes de Estado en Uruguay, Estados Unidos mató a Allende, Estados Unidos no reconoció nunca ninguna democracia, ahora nos vienen a dar lecciones de democracia, y digo lecciones porque hay mucho para hablar sobre el tema. Entonces nosotros éramos de vocación antiimperialista, es muy sencillo el motivo. Ahora parece que somos todos amigos, pero no lo somos.

P: ¿Qué tiempo estás en Cuba?

R: En Cuba estuve varios meses, recorrí la isla, después me volví porque mi compañero se enfermó, no se casó y yo me volví. Estuve no me acuerdo si cuatro o cinco meses y volví. Volví al Uruguay, me acuerdo que le pegué una sorpresa a mi madre que vine sin avisar y casi se muere del susto, pero bueno, volví al Uruguay y estamos en el año '63, '64, golpe de Estado en Brasil, intento de invasión después del Brasil al Uruguay y cosas por el estilo que a nosotros nos llamaban a una militancia siste... vivíamos para eso, nuestra droga era la revolución...

P: ¿Nos cuentas un poco de ese momento histórico en el Uruguay?

R: Es que era eso, nosotros nos veíamos conmovidos permanentemente por los acontecimientos históricos, no hay que olvidar qué es Vietnam, no hay que olvidar qué es Corea, que afectó enormemente... la guerra de Corea favoreció como todas las guerras al Uruguay, pero después venía la decadencia, porque vino con... después de la guerra de Corea ya no se consumía la misma cantidad de carne y empieza la crisis. Y no se consume la lana, ya empiezan a aparecer los tejidos sintéticos, entonces eso influye en el Uruguay y una administración que empieza a producir las lanas en "tops" lo que afecta toda la industria textil del Uruguay. Yo además en el Frente Izquierda de Liberación fui secretaria del Ejecutivo pero después fui secretaria del interior, de manera que yo me la pasaba viajando al interior, creo que ése es el motivo por el cual decidí no tener hijos porque o me decidía a cambiar de vida o a criar hijos, entonces no me daba para las dos cosas y bueno, no tengo hijos, porque para mí la vida, ese quehacer político era fundamental en mi vida. No era la única, incluso la defensa de los derechos de la mujer también pasaban por ahí, yo en aquel entonces no era nada feminista, pero sin embargo buscábamos en la práctica la igualdad, yo podía decidir sobre mi vida, lo que era absolutamente nuevo. Después apareció la pastilla que revolucionó todo, pero incluso todo eso forma parte de una búsqueda de la que no se habla hoy. Hoy parece que todo hubiera acontecido con la bondad de los demás pero fueron luchas sistemáticas y progresivas que tuvimos las mujeres, incluso al principio en nuestro entorno, para lograr de alguna manera la igualdad. Claro, mientras yo vivía esa libertad hablaba con mujeres de mi edad en la misma sociedad que tenían que pedir permiso todo al marido, que... es decir, que seguían viviendo la vida que fue tradicional en este país y éramos mal vistas. El divorcio era mal visto, "algo le habrá hecho la mujer", los hombres podían engañar todo lo que querían pero las mujeres no. Habían conceptos muy fuertes que hacía que uno reaccionara. Porque hoy las mujeres como han conseg... hemos conseguido cierta igualdad, no nos parece que eso fue una guerra. Pero fue una guerra, para algunos más y para otros menos pero para nosotros era la pasión de conseguir sistemáticamente libertades que no teníamos. Claro, hoy son más, se

señalan más grupos, existen más organizaciones, incluso las organizaciones políticas de izquierda discriminaban, no... sigue habiendo una discriminación hacia la mujer, aunque la mujer participa mucho más y siempre participó. Pero tengo... bueno, uno dice "peleamos por... por Argelia", porque nosotros peleamos por Argelia, así como nos ven. Ahora tengo amigos argelinos, sobre todo argelinas, que me dicen "sí, al principio la revolución argelina nos dio la independencia y la igualdad", ¿qué pasó?, porque hoy no la tienen, y qué pasó, pasó que los hombres les... era el doble el trabajo y se olvidaron de las promesas, la propia revolución argelina. Que la hicieron básicamente las mujeres. Entonces ese es el sesenta, el setenta. El setenta es más trágico porque en el '73 el golpe de Estado de Chile, la muerte de... la masacre en el Estadio y la muerte de Allende nos marcan también. El golpe de Estado en el Uruguay, lo que está pasando en la Argentina.

P: Antes de entrar en esta década de los setenta va a Francia, '67, ¿cómo está eso?

R: El '67 en Francia... bueno, llevo a..

P: ¿Por qué?

R: Sí, porque era la meca cultural, los uruguayos somos muy afrancesados, y París era la meca cultural. De todas maneras yo hice un viaje con una prima y una amiga, éramos tres que alquilamos un coche y viajamos por diez países de Europa occidental. Ahí también aprendimos mucho. Había una efervescencia en Europa muy grande, era la época de los hippies y los hippies era terrible porque claro, para nosotros latinoamericanos era imposible entenderlos, después hubo quien le copiaran a los hippies, pero los hippies eran primero gran cantidad de desertores norteamericanos que se calculaba que había cincuenta mil en Europa que no quisieron ir a Vietnam o escaparon de Vietnam, tampoco se habla de eso. No quisieron hacer la guerra. Bueno, a los que no quisieron hacer la guerra y se oponían en los propios Estados Unidos fueron a parar como los cuáqueros, que por principios no iban a la guerra, fueron metidos en campos, campos de trabajo. Los otros no, eran desertores, cuando iba a... a ver, que los iban a llamar, o filas o mandarlos para Vietnam y los sacaron para algunas vacaciones se quedaban en Europa y deambulaban por el mundo. Entonces esa efervescencia se sentía, pero además existía la... el tema de ese neocolonialismo europeo, sobre todo en los temas de Francia y Argelia, Francia e Indochina, porque no hay que olvidar que antes de los Estados Unidos en Vietnam y en toda Indochina eran los franceses, Dien Bien Phu estaba bien cerca nuestro, lo habíamos vivido. Incluso las discusiones en el movimiento comunista internacional y sobre todo en Francia eran terribles, porque era la explicación de Argelia, era la defensa también del obrero francés, y esa contradicción de metrópolis-colonia se producía y nosotros... no entendíamos mucho de esas discusiones, pero se producían las discusiones. Entonces ese era el ambiente que viví yo sistemáticamente y donde estuviera. Yo decía los hippies, los hippies no querían ninguna revolución, querían ser hippies y te explicaban hasta los veinticinco años, incluso quedaban embarazadas las mujeres, dejaban a los niños a sus padres y se volvían a... se volvían al ácido lisérgico, a vivir sin zapatos pero mostrando que los tenían, y uno les decía "pero cómo vas a andar descalzo que hay enfermedades que entran por los pies, los pobres de América están enfermos, en Cuba, se hace una revolución para que tengan zapatos y así no tengan enfermedades y ustedes se sacan los zapatos con unas grietas enormes en los pies"; nosotros no entendíamos. Hoy no sé qué puede entender un joven si yo le cuento las cosas así, pero bueno, esa fue mi formación. "¿Cómo que vas a querer cambiar el mundo? No, el mundo no se puede cambiar, decían los hippies", "No, pero lo que hay que cambiar es la sociedad", "ah, no, no, no se puede cambiar por lo tanto como no estoy de acuerdo hasta los veinticinco años puedo ser hippie". Y la incomunicación era un producto muy particular, sobre todo nosotros los latinoamericanos no entendíamos nada de todo eso, porque por ejemplo yo me acuerdo que estaba en Londres, empieza a llover, yo me refugio en uno de ... donde estaba el museo, hay una iglesia enorme ahí, y viene un hippie -que considera que la incomunicación es un hecho- me da una galletita y se va. Y yo me quedo con la galletita que no sé si comerla o no, porque no se comunica. Y no había manera de hablarles, ellos hablaban en torno a los fogones, con droga mediante... que la banana, que, que... drogas que hoy son... yo qué sé, como el cucumelo en Brasil, existen sí, pero en aquel entonces era la droga que se usaba, filamento de banana, que además quedaban ciegos los que usaban, los hippies. Pero nosotros no entendíamos nada de todo eso,

no podíamos compartir nada de eso.

P: ¿Cómo regresas acá con todo ese bagaje de cosas?

R: Regresar, bueno, regreso acá y cuando todo eso...yo siempre les digo a los jóvenes tienen que salir de su medio, porque todo eso los enfrenta a problemas que uno no conoce, a preguntas que debe hacerse sistemáticamente, conocer otros pueblos, otras costumbres, respetándolos, hace que uno se pregunte acerca de su propia identidad, acerca de su propia cultura. Por eso es tan importante que la gente salga de su medio, ¿no? Porque es muy fácil criticar a los demás o querer cambiarlos, pero cuando uno se enfrenta a una africana que le han hecho la... cómo se llama... la circuncisión, el corte del clítoris que le hacen a ella, y ella está de acuerdo, y yo la quiero con vencer que eso es mal, no me entiende. Me tiene lástima porque yo tengo clítoris. Entonces uno se arma un lío en la cabeza, porque quiere imponerle al otro ideas que forman parte del paquete cultural de uno y ellos tienen otro paquete cultural. Entonces ese es, digamos, el semillero, para mí, que entre otras cosas me enseñó que todo ser humano tiene derecho, tiene la obligación de pensar, pero tiene el derecho de pensar, y pensar como quiera, mientras no haga daño a los demás. Un poco lo de Juárez, mi libertad llega hasta donde... la libertad del otro. Yo debo respetar al otro, lo debo respetar. Por eso ... eso me lleva a un sentido de libertad muy personal, que ni siquiera es lo de los demás, de mi medio.

P: ¿Cómo se discuten estos temas adentro de la militancia política?

R: En aquel entonces lo discutíamos. Incluso al nivel del Partido Comunista, por lo menos, donde yo estaba, yo pensaba lo que... es decir, había una doctrina detrás, es evidente, con la que estaba de acuerdo. El marxismo leninismo, pero se discutían los temas. Incluso a mí me tocó discutir y creía que había sido un error lo de Checoslovaquia y Hungría. Yo defendí las invasiones, y lo digo sinceramente. Que yo me haya dado cuenta a posteriori de muchas cosas, ese es otro tema, pero yo era consecuente con mi pensamiento. Yo no niego nada, hay cosas que no sabía, hay cosas que me engañaron, hay cosas que... no sé, erróneas y hay otras cosas que... malas. Pero sigo buscando la justicia social y esta sociedad no me conmueve porque sigue privilegiando a unos y matando de hambre a otros, entonces yo confío en que la juventud va a encontrar un camino mejor que el mío, pero que sea coherente.

P: Regresando un poco a esta época, evidentemente hay una influencia de todos estos movimientos y de todos estos hechos que acontecen en Europa y aquí en América Latina con Cuba, en fin. ¿Aquí, cómo se vive en Uruguay ese momento antes de la dictadura, estamos muy próximos a la dictadura uruguaya,....

R: Sí, el problema del Uruguay fue uno... que cambió efectivamente la historia y fue que en 1962 frente al fracaso del Partido Socialista que no aceptó la unidad con el Partido Comunista, ese fracaso electoral de 1962 lleva a la división del Partido Socialista, un grupo -entre los cuales está Sendic-, crean el Movimiento Tupamaro, son socialistas de origen. El movimiento Tupamaro nace ahí. Nosotros estamos, estuvimos... nosotros, digo, mayoritariamente incluso el pueblo uruguayo, estuvo... ellos tuvieron acciones, algunas de ellas interesantes, ese foquismo político que ellos tenían, ellos querían crear el hecho político en medio de una democracia burguesa pero democracia al fin, en donde se podía publicar de todo, hasta que ellos llegaron incluso a publicar llamados a las armas por el diario, lo que es absurdo, pero se produjo. Y en medio de una democracia hay acciones armadas, que no se explican. Pero además, por ejemplo, cuando había una gran manifestación de un movimiento obrero que buscaba y logra la unidad a través de la CNT, al día siguiente ellos... producían una matanza o un hecho político para llamar la atención, borrando el esfuerzo unitario, insisto, dentro de una democracia burguesa pero democracia al fin.

P: ¿Cómo Sara veía esto en aquella época?, porque me parece que es una reflexión.

R: Sí, no, la reflexión es la siguiente: el Movimiento Tupamaro estaba contra el Frente, contra toda creación política como fue el Frente Izquierda o como fue la CNT o como fue la Mesa por la Unidad del Pueblo, o como fue todos los intentos de unidad política que había, incluso contra el Frente Amplio. Pepe, hoy presidente por el Frente Amplio, no es un frenteamplista de primera data. Los tupamaros estuvieron contra el Frente Amplio, entonces ¿qué es lo que pasa? Hay un

error al considerar incluso.... bueno, voy a hablar después de eso, la reflexión es: El movimiento Tupamaro nace como foquista político bajo la influencia de varios grupos en América Latina, sobre todo bajo la influencia de la Tricontinental y demás, y crean focos armados en medio de una democracia burguesa. Al principio en el Uruguay se encargan de ellos o contra ellos la Policía, después es el Ejército. Había un General, que estaba dentro del Frente Izquierda de Liberación, contra los que se vengó... se vengaron los militares... el doctor Baliñas, que le mataron el hijo, es uno de los desaparecidos, le mataron la luz de sus ojos, el General Baliñas que era un abogado, incluso economista, profesor, y dijo "ahora le van a quebrar las patas al gigante", porque la estrategia del Ejército es distinta a la de la Policía. Y efectivamente, destruyeron en pocos meses el Movimiento Tupamaro. Antes del golpe de Estado, los últimos coletazos del Movimiento Tupamaro se producen en 1974, no fueron ellos los resistentes a la dictadura. Que algunos Tupamaros estuvieran, pero no fue la organización ya estaba... ya estaba presa. Luchó en la época de la democracia, contra esa democracia burguesa, lo que generó en este país un falso eje en torno al orden o al caos, frente a un país que tenía veinte paros generales por año y aparte la existencia de una guerrilla urbana que producía el caos mayor, la gente empezó a pensar, y no minoritariamente, que la solución la tenían los militares, que había que poner orden. Y muchos de los políticos que hoy se la dan de que lucharon por la democracia, qué sé yo... mentira. Formaron parte de ese corito que era muy difícil de explicar, que los tupamaros tuvieran acciones armadas cuando había un Parlamento. Entonces se generó ese falso eje, ese falso dilema entre el caos y el orden, que condujo al golpe de Estado, es decir, lo vinieron preparando el golpe de Estado, porque ¿qué es lo que no podían tolerar? Ya en Chile habían impuesto el neoliberalismo, había que imponerlo en el Uruguay. Era hacer perder el 50% de su capacidad económica al trabajador, bajarle el copete para que no hiciera huelgas e imponer una economía. Para eso el general Cristi, que fue un golpista por excelencia, un teórico del golpe, él dijo "en este país si inhabilitamos diez mil personas se termina la lucha de clases", ahí se equivocó, porque la lucha de clases sigue, pero inhabilitaron... en la Argentina pudieron matar, desaparecer y qué sé yo, acá no. El costo político era muy diferente, pero en este país hubo diez mil destituciones. Y pasaron a dar clase la costurera de a la vuelta o el militar de carrera. Pero el sector donde más se golpeó fue al profesorado que nos destituyeron a mansalva. Entonces ése fue el golpe de Estado en el Uruguay, apoyado por la Embajada norteamericana, por todos.

P: En ese momento estás en la actividad docente.

R: Claro, docente me destituyen.

P: ¿Y política?

R: Y política paso a la ilegalidad. Yo trabajaba en la Junta Departamental, el último sueldo no me lo pagaron y me acuerdo como hoy que bajé las escaleras de la Junta Departamental, que digamos es el órgano legislativo del Departamento de Montevideo... ¡entre armas! Y pasamos a la ilegalidad. El Partido Comunista se preparó... evidentemente hoy visto con los años o en el momento en que empezamos a caer, se preparó mal para la ilegalidad, fue un Partido siempre legal. Y se prepara para una ilegalidad que todos nos conocemos, entonces alcanzaba con que uno cantara en la tortura, para que cayera y arrastrara tras sí cientos de personas. Uno. Nosotros no podíamos... acá no se siguió la orden que tenía un vietnamita "aguantá veinticuatro horas", porque tenían una organización capaz de cambiar en veinticuatro horas. Nosotros esa posibilidad no la teníamos, no teníamos la organización para eso. De manera que pasamos a una ilegalidad ingenua, pero peleamos. Y teníamos que aguantar la tortura, no importa cómo ni cuántos días ni con nada.

P: ¿Cómo se da esa resistencia?

R: Ese es un tema que yo creo que... yo creo que las ideas políticas no nos vacunan. A mí no me vacunó tener el carnet de Partido Comunista, no me vacunó contra nada, ¿qué es lo único que yo pienso que lo salva a uno? Es la vida que llevó. No sé explicarlo, pero yo tengo amigos. Si yo pensaba en mis amigos, yo no podía hacer que mis amigos pasaran lo que estaba pasando yo. Si yo daba el nombre de ellos iban a... los iban a traer e iban a pasar lo mismo que yo, así que yo no podía dar el nombre de nadie.

P: Claro, ahí estamos pasando a otro momento de su vida que es el momento de la prisión, ¿nos puede contar un poco, en qué contexto, cómo se da eso?

R: Bueno, después de la disolución seguimos repartiendo volantes, seguimos haciendo el mismo trabajo de resistencia. Ese trabajo ilegal, que siempre lo habíamos hecho legalmente, eso es lo que hicimos. Y un buen día, estoy en medio de la calle, yo servía de vínculo, tenía un coche y servía de... hacía doscientos cincuenta kilómetros más o menos diarios y servía de vínculo a la dirección partidaria, había un sistema de correo, llamábamos, en donde los... los dirigentes de los partidos, incluso los militares que formaron...

P: Militares que formaron parte del Partido Comunista.

R: Sí, o los que formaban parte del Frente Izquierda. Entonces... o del Frente Amplio. Esa gente se vinculaba, tenía que conectarse, hacían reuniones ilegales. Y nosotros, ese sector al que pertenecía, que éramos correos, que teníamos que tener cuidado de no seguir... para que tenga una idea yo tenía doce, quince llaves de coches. Yo me levantaba, tenía que pensar qué coche iba a buscar, la persona me lo había dado, un empleado, un funcionario, un obrero y decía "yo lo voy a dejar en tal cuadra", si él salía del trabajo y no estaba, sabía que yo lo tenía, no iba a denunciar que se lo habían robado. Así que yo andaba con diferentes coches, por... doscientos cincuenta kilómetros diarios, cambiando en lo que podía. Yo me había... nos habíamos, mi grupo, digamos, teníamos una... una cierta organización propia, que la conocía yo. Pero no la conocían otros compañeros, esa organización no cayó, lo que confirma que yo no hablé. Porque es así, si no hubieran caído todos. Entonces la seguridad que tienen mis compañeros queda claro, ninguno de ellos cayó, y si cayó fueron nombrados por otras p... por otras... pero no por mí.

P: ¿Y cuando caes?

R: Yo fui... desaparezo y fui la primera que cae de la... -hay gente que dice que hubo alguien antes- del operativo contra el Partido Comunista que lo pergeñaron inteligentemente, ellos tenían un trabajo de inteligencia relativo, pero se dieron cuenta que tenían la existencia de este núcleo que habían ubicado por lo que sé, a dos personas. A una persona lo llevó al otro. Entonces dijeron "si agarramos este sector separamos la dirección de la base" del Partido o del Frente Amplio o de lo que fuera, y efectivamente pasó eso. Ahora ellos venían siguiendo a uno, que me entregó un papelito, a mí me cercaron en el coche y desaparecí. Ya empezaron a darme una paliza adentro del coche, me metieron en una camioneta, me metieron en la cabeza una bomba... una bolsa de... que yo tenía... trabajaba vendiendo té, me metieron una bolsa de raje en la cabeza así y me mataron a golpes. Y fui a dar a un descampado, pero desaparecí. A las cuatro de la tarde, del 21 de octubre de 1975. No hay antecedentes, hay presos, pero no en el... no hay antecedentes de una desaparición así. Y van cayendo, les sigue tocando a los otros y van cayendo los otros. Primero me llevan a un descampado, que yo supongo dónde es pero no sé, me tienen parada ahí, yo oía perros, evidentemente era un cuartel, porque se oían perros, era como el campo y después en un operativo me llevan a lo que se llamó el "300 Carlos" después de Punta Gorda. Era una casa, muy bonita que tiene salida al mar, que era de los tupamaros, y ahí empieza... me sacan las joyas, me cortan las joyas, me robaron todo, me desnudan y viví así con la... fue terrible. Porque antes de preguntarte el nombre ya estaban... fue terrible y estuvimos ahí... ¡ah! A mí me dieron tanto, tanto, que me sacaron de ahí y me llevaron a una... a un lugar donde me dieron tres días, como dos días de descanso y evidentemente ahí me revisó un médico, porque tenían eso. Y era lo que fue la "cárcel del pueblo", en la calle Boulevard España. Era muy cómico que estaban todos en... era un deposito ahí de personas, que estaba a siete cuadras de mi casa. Ahí me enteré que mi padre me estaba buscando, fueron a los hospitales. Porque cayó alguien que conocía a mis padres y me lo dijo ahí. Nosotros teóricamente no podíamos hablar, pero éramos... estábamos uno arriba del otro. A mí me tenían separada y fui con órdenes muy expresas de control contra suicidio, entonces me acuerdo que me llevaron a... -vendados, siempre vendados estábamos- me llevaron a bañar. Era un cabo el que me llevó a bañar, entonces me tenía que controlar, yo desnuda delante de él, por supuesto y él me preguntó "¿qué te hicieron?" yo tenía absolutamente el cuerpo negro, azul, menos la mitad de un seno, todo el resto estaba negro. Y el tipo estaba asustado, era un poli... era un militar, ¿eh? Un cabo raso, y curiosamente este hombre

poco tiempo después murió en un extraño accidente que me contó otro militar, que se hacían amigos nuestros porque estaban impresionados de lo que nos pasaba. Entonces muchos de ellos establecían contacto con nosotros y a ese decían que lo habían matado, no tengo pruebas pero no sería de extrañar. Pero fuimos... fui a parar ahí a la base esa que estaba en lo que era... había sido la “cárcel del pueblo” de los tupamaros, otra propiedad de los tupamaros que usaron, después me volvieron a llevar a Punta Gorda y de la noche del 1º al 2 más o menos de noviembre, nos hacen –estábamos todos desnudos- pero nos hacen acostar, tirar en el piso, nos tienen horas tirados en el piso, y nos trasladan al famoso “300 Carlos”. Primero estaba ese que se llamaba Base 300 Carlos que lo llamamos Punta Gorda. Y fuimos a parar al Blindado 13, al depósito en el que estuvimos hasta que me sacaron para el Cuartel. La descripción de la tortura es sencillamente... nosotros los presos decíamos “menos mal que los normales no nos van a creer”, porque nos hicieron de todo pero los uruguayos no tenemos una marca. No hay marcas, no tengo cómo probarlo. Es mi palabra contra la de ellos o la de ellos contra la mía. Lo que pasa es que ahora que estamos haciendo denuncias, es la coincidencia, es la convicción que tiene el juez, de que tanta gente dice lo mismo. Pero ahora por ejemplo entraron a los lugares. Entonces están entrando, porque... no todo, porque los limpiaron, porque los arreglaron, porque los tiraron abajo, porque yo qué sé, se tratan de lavar las manos, pero lo cierto es que la gente declara. Entonces los jueces, los fiscales tienen la convicción a través de las declaraciones, pero en realidad muy poca gente para Montevideo poquísima, en el interior más, que los quemaron con algún cigarrillo, cosa por el estilo, pero no tenemos prueba de la tortura. Además no reconocemos la gente porque no la conocemos, estuvimos encapuchados o vendados todo el tiempo. Claro, uno oía los apodos, los sobrenombres o los alias y después a algunos se identificó, entonces a través de eso se está identificando a todo el mundo. Pero hay gente que fue peor todavía, porque la Marina, los que se encapuchaban eran los militares, entonces los presos tampoco reconocían a nadie. En el interior había otra mentalidad e incluso había gente que le arrancaba la venda y le decía “Mirame bien porque yo te voy a dar, yo fui tu alumno y “ no golpeo a la gente atada o los soltaba o cosas por el estilo, pasaron. Pero nosotros nos cuesta reconocer a los militares. Es toda una labor que va a llevar años, la reconstrucción de todo eso por parte de la justicia, pero también debo decir que en el Uruguay no hay un solo caso, cosa que le dije al juez, que haya hecho justicia por mano propia. Entonces los jueces tienen que comprender que nosotros esperamos treinta y cinco años por una justicia. Que ellos ahora se quejan, que son viejitos, que son buenos, a mí qué.

P: Solamente dos años después de estar presa, que se te sentencia, Sara, ¿con qué cargos?

R: El cargo mío es para reírse, porque yo no... reconocí que tenía un coche que era del Partido porque eso era innegable, porque además... pero lo único que reconocí. A mí me dieron “atentado a la Constitución en el grado de conspiración seguida de actos preparatorios”, esa es mi acusación pero en realidad la constitución la disolvieron ellos, los parlamentos los disolvieron ellos, a los que atentaron contra la constitución fueron ellos, no yo, que seguía teniendo una actividad absolutamente legal, que ellos convirtieron en ilegal. Ese es el absurdo del Uruguay. Y pasaba por jueces de instrucción, juez de turno, juez de esto, juez de lo otro, pero el juez de instrucción mío, cuando yo quise abrir la boca y decir me torturaron, me dijo “y qué querés, si te hubiéramos dado té con leche no hubiera hablado ninguno”, esa fue la respuesta que me dieron a mí, no la que me contaron los compañeros cuando intentaron, que a alguno le dieron más tiempo o le sumaron cargos por haber abierto la boca. Y esa misma gente es la que pide compasión. Por eso el tema verdad y justicia es de principios. Y la memoria es fundamental, porque nadie quiere saber lo que pasó, nadie sabe lo que pasó, ahora. También había un sector del pueblo que dijo “por algo será que lo llevan”, acá hubo doce años de dictadura. Y mucha gente apoyó la dictadura, pensando que iban a poner el orden que hacía falta.

P: Después de ese tiempo, de ciertos años, es reconocida tu prisión, pero permaneces un determinado tiempo desaparecida, ¿cuál es el tiempo y cómo se da eso?

R: Bueno, estuve desapa... primero que fue la persona que estuvo en aquel momento más tiempo, no me sacaban, del 300 Carlos, todo el mundo se iba y yo me seguía quedando. Me daban vitaminas, me rehacían, me traían médico, ... me tenían separada de todo el mundo y volvían. Y

me recomponían y otra vez. Llegué a contar... primero todo el día con tres radios. Aprendí a escuchar una sola, por ejemplo me acuerdo de la muerte de Franco, que me la transmitían y tenía otra... otro problema más si yo festejara, a mí me levantaba la moral que Franco cada vez se le abría otra boca en el estómago y no sé qué pero el... por los golpes y tres radios prendidas, ya no estoy hablando de que te hagan hacer un plantón de horas con un zapato alto y uno bajo o sin zapatos, porque la columna es un dolor terrible o que te cuelguen o que te... o la picana, o lo que fuera. O sobre todo, yo llegué a contar en la cabeza en el agua, para no decir en la mierda, cincuenta y cinco veces en un día. Y la vez... las veces que me la.. que lo cuento porque es impresionante, las veces que me la ponían en la que sentía que la mano del que me la ponía era el de una persona o un torturador en especial que además llegué a conocer me sentía tranquila porque no iba a morir, porque sentía que exactamente en el preciso momento en me iba a ahogar, él aflojaba. Para no describir, porque... golpeaban la cabeza con no sé qué, a mí me daba la impresión, que yo estaba desnuda aparte de todo, con una cosa que rebotaba en mi cabeza, era como un fleje, entonces era rítmico. En determinado momento que golpeaban para abajo, yo sentía que lo de adentro subía y entonces me quemaba... yo lo que me imagino es que la masa, cuando salí tenía una cabeza blanda y tengo una operación acá. Que los médicos no entendían qué tenía. Pero los médicos tampoco entienden de lo que... de la misa la mitad, porque tienen que ser especializados. En Hungría me operaron, pero casi me voy en sangre porque me encontraron una cosa ahí que no sabían qué era. Cuando me operaron de la boca porque un diente se me puso rojo, evidentemente era o de vino o de sangre, me abrieron, en la Unión Soviética me abrieron la boca y no entendían, había una cámara cerrada, necrosada. Los médicos no entienden nada, me querían revisar, porque yo tenía un fibroma para operarme y llamaba a un médico y traía al otro porque querían revisarme y yo les daba vuelta el útero. Y no me podían revisar. Es que tenía miedo. Y uno hace cosas con el miedo, el miedo hace cobardes. Hace cobardes o hace valientes, pero el miedo... lo que pasa es que cuando el miedo se hace pánico uno pierde el control pero si no se permite al miedo hacer pánico, uno controla la mente y entonces no le voy a dar el gusto a estos perros. Perros no porque a mí me gustan los perros... pero lo que le digo... preguntan cómo es, y no sé, pero yo no podía a entregar a mis amigos, eso es todo. ¿qué es lo que querían? Destruir la identidad y ¿cómo es un interrogatorio? La destrucción de la identidad es muy... es algo muy... yo lo he pensado mucho. No sólo es un número, no sólo... yo... me tuvieron meses a mí, como yo conocía tanto, a Fidel, el Partido lo reconocía, y ellos sabían y querían deshacerme. Y yo reconocía, reconozco los... he conocido los interrogatorios de muchos compañeros, yo sabía lo que estaban diciendo y para mí eso fue la peor de las torturas porque vi cómo se destruye al ser humano. Pero te voy a contar una de seres que tienen nombre y apellido. Al marido, tiene la mujer escuchando, él no lo sabe, y la destrucción del individuo ¿cuándo la logran? ¿Te creés que preguntándole sobre...? -era del Diario Popular-, ¿sobre el diario? No, qué le gustaba a la mujer en la cama... entonces cuando un hombre es capaz de contar eso, está destruido, pero destruyó a la mujer, escuchar “ah, mirá lo que le gustaba, querés que te lo haga?” no sé qué, y así seguía la cosa. Entonces la tortura es muy difícil de explicar, es una experiencia, como el hambre, que no se puede transmitir, pero que muchas veces forma parte de la tortura cosas elementales o dicho de otra manera: cuando se quiere destruir al individuo, ellos tienen sistemas en los que uno no puede entrar, porque si entra perdió. Pierde uno su fortaleza, su identidad, su patri... mi patrimonio son mis amigos, y yo los perdía. José Luis Maceda, él me dijo que él era para [...]”¿ y qué pensaste, en Marx?”, “no, qué voy a pensar en Marx”, el teórico del Partido me dijo “yo lo que quería era verlos y poder mirarles los ojitos a mis nietos” y eso es todo. Entonces no es un tema de ideología, es un tema de... de vida. Cómo yo viví mi vida. La autenticidad vivida, es verdad, mi patrimonio son mis amigos, no los iba a entregar porque si no, con qué me quedo. Y eso es lo que le pasa al que habla.

P: Fueron cinco años...

R: Sí, casi cinco años, yo caí en octubre. El día de mi cumpleaños, no lo sabían, pero el 14 de febrero me sacan y me llevan al cuartel. A un cuartel en donde había muy poca guardia, éramos nueve mujeres en dos celdas y había otros celdarios.... la mugre en la que vivimos y nos hicieron pasar un hambre terrible porque había poca guardia y entonces, los hombres tenían unas ojeras por acá que no podían correr diez metros, así que el hambre... se sumó. Y el hacinamiento en el

que vivimos. Eso fueron los meses de cuartel.

P: ¿Estamos hablando de qué año?

R: 1975.

P: No, la salida, el fin de...

R: No, no, si yo caí en el '75 y bueno '76. Enero del '76, febrero del '76 y me llevan al cuartel. Si había caído en octubre, mis padres no supieron nada, fijatP: octubre, noviembre, diciembre, enero y febrero, ¿no? Llego en el cuartel.. hasta ahí no sabían nada de mí. Se reconoce... no, perdón. En octubre a febrero estuve en el 300 Carlos y de febrero a mayo en el cuartel. Entonces son cuatro meses en el 300 Carlos, que nunca nadie estuvo tanto tiempo y mis padres supieron de mí oficialmente a los seis meses de desaparecida cuando ya no tenía marcas de nada y tenía... me habían adelgazado, y era la mitad de hoy, ellos decían que me habían dejado preciosa. Es que en tres semanas me bajaron veinticinco kilos, y yo tenía setenta kilos. Cuando la... es cómico, pero la primera vez que... en el... ya estábamos en Punta Rieles, Punta Rieles es la cárcel de mujeres, y un día colgaron un espejo, teníamos visita y hasta nos perfumaban, pero nunca teníamos contacto con la visita, pero bueno, es esa ilusión de uno. Y yo me estoy vistiendo y veo un espejo. No me reconocí el ombligo, yo decía "pero esa tengo que ser yo, por lógica", pero no me reconocía.

P: Fueron 5 años?

R: No, al principio cuando llegué.. En total fueron cuatro años... cinco años, casi cinco años. De octubre del '75 a mayo del '80.

P: Sales de prisión, ¿y?

R: Los años de... lo que es Punta Rieles, era un seminario, el local era muy lindo. Y era una cárcel terrible. Terrorífica. Vivíamos en ... porque hay gente que vivió medio al aire libre, pero yo viví en celdario, éramos doce mujeres en cada celda, seis cuchetas. El lugar físico es bueno, pero era un campo de trabajo... las bolsas todavía de Portland, eran de cincuenta kilos, para una mujer cincuenta kilos es mucho, pero además la cargaba para acá y la cargaba para allá, la llevaba para acá y la llevaba después para allá. El trabajo inútil, plantábamos algo, al día siguiente lo desplantábamos, llevábamos una piedra acá, después la llevábamos para allá y al lado de cargando uno como un burro iban ellos con el jeep, como... si ... en vez de llevar las cosas. Llegamos a estar sin agua muchas horas bajo el sol. todo era así. Terrible. Terrible. Meses sin libros, o dándonos solo los libros pro nazis o el Judío errante o el de Ford o cosas por el estilo para leer, notoriamente estábamos controladas y por ejemplo, una hacía una cosa y la llevaban a la de al lado. Yo no tenía hijos pero tenía ahijado, me permitían todo, traer mi ahijado, todo, y a las madres no les dejaban el hijo. A mí me privilegiaron todo el tiempo, nunca estuve... y la gente se preguntaba por qué me privilegiaban, crean la cizaña y la duda entre unos y otros y es muy duro, porque es algo muy elaborado, muy trabajado.

P: Pasamos esta fase de la prisión. Sales.. y?.

R: Salgo. Ahí podría contar cómo salgo, porque... yo firmé la libertad el 1º de mayo, me sacan y para colmo me meten en la camioneta y me sacan, esposada por supuesto, con una hija de Michellini, era tupamara, que le dieron... no sé cuántos años. Pero nos sacan el 1º de mayo, dijimos "nos sacan a fusilar", teóricamente el 1º de mayo no se trabaja acá. No, era a firmar la libertad. Pero uno no sabía nunca dónde iba ni... y el 14 de mayo de mañana, a las siete "vístase con su mejor traje, no el de remiendos", me sacan de la celda, yo no sé dónde voy a dar, nunca se sabía dónde iba, me sacan, no me dijeron "recoja sus cosas" ni nada, y no sé dónde voy. La gente tampoco sabe dónde voy y de repente me llevan a una oficina, abajo en el local, donde hay un alférez y un tipo notoriamente judío igualito a mi papá, me da la mano, se presenta, chiquitito él, soy el gran rabino de Nueva York. Ah, me dije "me va a llevar para allá", dice "soy de la [...], ¿usted conoce? Yo no conocía nada, porque... yo conozco mucho de religión, o de religiones porque siempre fue un tema que me interesó, pero no conozco... así como leo el Corán y la Biblia

leo todo, pero no conozco las organizaciones porque no formé nunca parte de nada. Y en mi familia somos antisionistas, todavía mis abuelos ya eran antisionistas. Nosotros formamos parte de otra tradición, que después te puedo explicar. Entonces viene este rabino y a mí me entra el chucho. Y le digo “yo a Israel no voy ¿ustedes siempre igual”, no sé qué, pero bueno “yo vengo por las denuncias de antisemitismo que se hacen en el exterior”, imagínate que yo estaba con los milicos, entonces el ... el milico, el Alférez que estaba con él tiene una carpeta así, entonces le dice “deme los papeles”, entonces le dice que “¿qué quiere?”, no, ¡le sacó todo!. Un tipo que hablaba perfecto el español, profesor de literatura también él, el rabino y me dice “¿y cómo pasó de esto a esto? del atentado a la constitución”; “la verdad, no sé nada”, “pero usted firmó la libertad”, “sí, yo firmé la libertad el 1º de mayo pero todavía estoy”; “no, usted está en libertad”, yo dije “ay, socorro”, le digo: “le vuelvo a repetir”, entonces me dijo: “¿usted qué quiere?” “Y, yo quiero salir en libertad pero salir acá en el Uruguay, a Israel no voy. Yo a matar árabes no voy”. “Bueno, está en libertad”, yo dije “yo estoy soñando”, “vuelva a su celdario”, vuelvo al celdario de mis compañeras y cuento esto que estoy contando, más los detalles. En eso vienen de visita, este rabino entró con el que era Jefe de Protocolo en ese momento del gobierno uruguayo de la dictadura, que se llama Alborno, es un hombre enorme de tez oscura que es un torturador de primera y él... ¿sabés a qué se dedicaba Alborno? Cuando estaba tirada desnuda, yo lo veía venir porque tenía la venda, dos vendas, tres vendas pero lo veía, movía la cabeza para correr la venda. Y Alborno, que tenía una pata así, cuarenta y un hombre muy grande era, no lo conozco ¿eh? Yo lo he visto en esas ocasiones nada más, venía y me apreta... me ponía el pie sobre el seno y me lo apretaba con el pie contra la costilla y yo no quería gritar para no darle el gusto, entonces algún gemidito me salía y entonces “ah, quería saber si estabas viva nomás”, ése era el Jefe de Protocolo que entró con el rabino. Y le quería presentar el rabino... Alborno, cuando estaba en la prisión le dice “mire, acá tengo un par más, un par más de las Topolansky”, que creyó, este imbécil creyó... y el rabino ni lo miraba, creyó que eran judías Lucía y la hermana María Elia, estaban juntas y le volvía a insistir, “mire, están las Topolansky”, claro, por el apellido se creyó que eran judías. El rabino furioso estaba. Y siguió viaje. Después las Topolansky me contaron la historia de su familia, que son de una familia cuyo padre era un admirador de los nazis, polaco, cristiano, nada de judío, que era admirador nazi tanto que el primer hermano nace en el ´39 en Berlín. Entonces ella misma ahí me contó la historia. Esa misma tarde me hicieron salir. Llamaron a mi abogado, llamaron a la amiga que me venía a ver porque ya mi familia había desaparecido del país, y me sacaron. Incluso después de [Bandera] que yo tenía miedo, trajeron de la oreja al médico, ese mismo día salí. Por eso te lo quería contar. Yo intenté buscarlo a este hombre, me escribí con él pero perdí esas cartas y él vino al Uruguay a dar charlas sobre la subversión y los judíos, no sé qué. Él me dijo eso y después me repitió que vino al Uruguay para constatar si había antisemitismo en el Ejército uruguayo, porque como habían muchos judíos presos y se denunciaba antisemitismo, cosa que es verdad porque a mí me llenaron de esvásticas, colgada, me llenaron de esvásticas el cuerpo y dijeron que yo era lo peor que existía porque Marx era el Anticristo, todos esos cuentos de... bueno. Y entonces me escribí con él y él me dijo que lo que constató es que los altos mandos, no eran antisemitas pero que había mandos medios antisemitas. Todos eran tan antisemitas que... por eso te contaba esta historia....

P: Decías al momento que toda tu familia salió, ¿salió de Uruguay?

R: Sí, sí, la mía sí. A mi hermano... mi hermano declaró frente a un... periodista francés que vino a verlo, sobre mi tortura y lo metieron preso... lo agarraron al periodista, lo agarraron con los papeles, al periodista lo tiraron para afuera y a mi hermano lo metieron para adentro. Después el gobierno francés se movió a través del periodista y mi hermano pudo escapar a la Argentina, ya mi padre no estaba.

P: ¿Habían ido adónde?

R: Se fueron a Argentina y mi hermano en el ´74, se había ido antes, en el ´74. Entonces yo no tenía a nadie acá ya.

P: Claro. ¿Tú les vuelves a ver a tus padres cuándo?

R: Los vuelvo a ver a mi madre, mi padre murió estando yo presa, él vino alguna vez al principio,

mi padre murió electrocutado, en un accidente y... él venía a verme a la prisión. Y mi madre la llegué a ver cuando salí y murió cuando yo estaba en Francia. Pero llegué a verla porque ella me vino a ver a Montevideo, ¿no?

P: Claro... Bueno, ahí entramos a Francia. Antes de eso estamos hablando de tu libertad y del exilio.

R: Bueno, salgo en libertad, no tengo a la familia, no tengo a nadie, me recoge una amiga. La vida era muy difícil para mí porque me emborrachaban los olores, las voces, todo el mundo gritaba... yo veía mucha violencia en la gente, ahora hablo fuerte, pero en aquel entonces yo hablaba bajito como todos los presos. Y entonces me afectaba mucho los sentidos, están como hipersensibilizados, o no sé cómo decirlo y me era muy difícil vivir. Y una amiga me dio su casa, se hizo un viaje a Europa y me dio su casa donde... vino Amnesty que me tuvo una entrevista y me dio dinero, me ayudó Amnesty, yo creo que me lo gasté en chorizos, comía chorizos. Porque claro, hay cosas que uno extraña muchísimo, no? Y me resultó muy difícil porque no me permitían trabajar, me tenía que presentar todas las semanas en el cuartel, me tenían bajo lluvia, bajo todo... en la Plaza, ya el cuartel lo tiraron abajo ese, y me hicieron la vida a cuadritos. Además la gente no me podía dar trabajo porque no tenía el certificado de trabajo. Entonces me sentía muy mal con eso de que no podía trabajar, entonces hubo un gerente de una... un compañero de una empresa de libros, me dijo "mirá, vamos a hacer una cosa, yo voy a poner un aviso en el diario, y venís y yo te tomo, venís por tu cuenta". Y me convertí... empecé a vender libros, entonces le vendía a todos los... me llamaban, era curiosísimo, porque me llamaban todos los familiares de los presos, para que yo les contara las historias del penal, cómo vivíamos, me compraban libros. Y yo hacía tanto dinero que mandaba todo para adentro. Les mandaba sábanas nuevas, les mandaba todo lo que les hacía falta a las compañeras en los paquetes, pero la gente hasta para los cumpleaños de niños me compraban libros. Me dieron trabajo, así, y entonces... Pero venía el "No" de noviembre, y se veía venir, se veía que la gente iba a votar y me empezaron a buscar otra vez.

P: ¿Quién?

R: La policía, me quería agarrar, yo dije "no, otra vez, no, pará un poquito", entonces el Partido...

P: ¿Qué aducían?

R: No, era por previsión, o para sacarme o... después posiblemente tuviese una respuesta de eso porque yo estaba requerida por la policía, el que me había llevado era el Ejército. Entonces no sabía qué hacer porque no había organización política, no sabía a quién pedir ayuda, entonces fui a la Iglesia Evangélica protestante, que me crió, por el colegio privado al que fui. Fui y me atendió Elena, que era justamente, después me enteré, la encargada de derechos humanos de la Iglesia protestante. Le digo a Elena, yo no la conocía y ella no me conocía a mí pero se ve que averiguó, no sé, "no sé a quién acudir pero yo tengo que... me están persiguiendo, tengo que salir de acá". Ella me dijo, me acuerdo como hoy, "Sara, yo voy a hablar con la Iglesia católica porque nosotros no tenemos fuerza pero ellos sí", y así fue como salí del país. Cuando volví, me dijo... ah, me mandó a Jorge, el cura de Peñarol, que después nos conocimos, bah, después nos vimos... se llama... lo vi, es preciosa persona... y entonces me dijo "mirá", me prepararon el viaje a mí y al Negro Avellaneda que también todavía tenía el pelito corto de la cárcel, "vas a subir a tal ómnibus y se va a sentar al lado tuyo una persona que te va a decir tal cosa y vos le tenés que contestar tal otra".

P: ¿Sabías adónde ibas?

R: A la frontera, pero era peligroso, porque me podían agarrar. Yo... estaba prohibida mi salida del departamento de Montevideo.

P: ¿Ibas a qué frontera?

R: Fui a la de Jaguarão.

P: En el Brasil.

R: Brasil. Entonces, yo sa... lo que sabíamos los dos, es que los dos nos íbamos, y que en el ómnibus había alguien que nos estaba controlando pero no sabíamos quién era. Para asegurarse de que nosotros llegáramos. Pero nunca supimos quién era el que iba en el ómnibus. Después ahí en la frontera teníamos que ir a un lugar, a la Rodo... no a la Rodoviaria, a otro lugar que no fuera la Rodoviaria, porque ahí va a estar la Policía brasilera. Nosotros los vamos a tomar en una parada, después que saliera el ómnibus, y ya nos iban a dar los boletos, teníamos que ir a tal lugar, un ómnibus con un hombre con un diario, no sé qué, nos iba a dar los boletos. Teníamos todas las instrucciones. Avellaneda, que murió en Europa, iba con un bolsito y yo tenía dinero, porque mis amigos y mis hermanos me habían juntado dinero. Entonces cruzamos con un miedo a pie el puente de Jaguarão, cuando lo cruzamos en la madrugada, estamos del lado brasilero, miramos el Uruguay, empezaron a poner las bolsas, porque iba a haber elecciones, el plebiscito, entonces empezaron como en la película, con las ametralladoras y las bolsas de arena y cerraron las fronteras. Y Avellaneda y yo, el Negro, sentados al otro lado del Brasil, sobre el río, “¿y ahora qué hacemos?” porque teníamos un montón de horas, bueno, le digo “no te preocupes”. Dice “mirá, yo voy a decir que soy contrabandista”, pero no tenías ni plata, lo cierto es que hicimos un rato de tiempo y nos fuimos los dos a un rodizio a comer. Estuvimos como cuatro horas comiendo, yo creo que si salíamos y queríamos caminar tampoco podíamos caminar mucho de lo que habíamos comido. Dos muertos de hambre comiendo en un rodizio. Así entré al Brasil.
[interrumpe]

P: Brasil.

R: Brasi-brasileiro. Bueno, resulta que el pasaje que teníamos era hasta Porto Alegre, donde nos esperaba Jair.

P: Perfecto, cómo se da ese... ¿cuáles son los antecedentes de ese encuentro con Jair, por qué Jair...?

R: Yo no los tengo, es la Iglesia, es el cura, que era... el cura uruguayo con los contactos, era la gente de la Teología de la Liberación, evidentemente. Y fueron ellos los que armaron todo el viaje. Yo llegué a Porto Alegre, llegamos los dos a Porto Alegre, llenos así del rodizio; y ahí se hace cargo, se hacen cargo de nosotros. Nos llevan al...

P: Jair Krischke, ¿no?

R: Jair, Jair. No me acuerdo si al principio también fui a la casa de Jair, con la familia de Jair, de todas maneras yo lo que me acuerdo... estoy sentada en el sillón de la casa de Jair, con los hijos, comiendo pororó, maíz, viendo películas. Era como... era... era tan importante esa familia, ese encuentro caluroso de la gente. Lo cierto es que vamos a dar a.. nos llevan al Seminario. Bueno, los curas que en aquel entonces eran muy jóvenes, había un viejito, el jardinero, lo primero que nos dijeron es “no vayan a hablar delante del jardinero porque es fascista” [se ríe]. Entonces... era un viejito creo que español, y que no era de confiar. Pero ellos mismos te decían. Entonces fuimos a parar al Seminario y al principio teníamos una vida... bueno, nos dieron una habitación a cada uno, al Negro Avellaneda le trajeron la señora y los hijos...

P: ¿Esto en Porto Alegre?

R: En Porto Alegre. El Seminario que es ese... lo conoce. Bueno, ahí estábamos en el primer piso, y trajeron a Teresa, el Negro Avellaneda no vive pero Teresa, su viuda, sí, y ahí concibieron un niño y yo soy la madrina de ese niño. Que siempre le digo a Jair que un día cuando venga lo llevo a ver a Teresa, nos encontramos... y bueno, al principio la vida era bastante... el lugar es precioso, leíamos, eso, pero en un momento yo les pedí que quería trabajar porque... entonces me pusieron a trabajar en la libre... en la biblioteca....

P: ¿En qué calidad de ciudadano entraste, como exiliado ya, o no, al Brasil?

R: No, el asunto fue el siguiente. Yo tenía dinero y documentos. A los pocos días de llegar, estamos en la pieza... fuimos a comer, subieron al primer piso y robaron. Yo quedé indocumentada

totalmente, y se llevaron el dinero del Seminario, nos robaron. El otro no tenía nada, así que le robaron muy poco. Ese mismo día los curas... fuimos con los curas, nos llevaron a hablar con los ladrones de la zona, y los ladrones dijeron “no fuimos nosotros, fue la DOPS”.

P: La DOPS.

R: Sí, porque los curas les decían que lo que querían es que nos devolvieran los documentos, “no, no, no fuimos nosotros, no fuimos nosotros, no fuimos nosotros, fue la DOPS”. Debió ser la DOPS porque esa noche sentimos que ametrallaron donde ellos vivían, incluso hubo muertos, no me acuerdo mucho más, además el terror [...] pero evidentemente estábamos bajo control, entonces yo tenía que subir a Río para que me reconociera el...

P: ACNUR

R: Sí, ACNUR. Después me enteré que ACNUR quería venir y que le dijeron “no, no, no vengas, mandá una carta”; primero, la primer carta que tuve, que yo creo que la tengo... estas son las de ACNUR, pero yo tenía una que fue la que me hizo el Congreso de Obispos, que también dice “a quien corresponda, nosotros nos hacemos responsables de que la Fulana que es portadora, se llama Sara Youtchak, fue robada, indocumentada”, y era el propio Congreso de Obispos que se hacía... digamos... que me daba una identidad. Y entonces después mandaron estas cartas, que una es que porque estaba indocumentada, y esa que yo te voy a dar la copia, del ACNUR.

P: Del secretario de ACNUR.

R: Sí, entonces terminó la vida del Seminario, terminó la... bueno, después que nos quisieron robar, yo me acuerdo que me llevó Jair a su casa, porque estaba preocupado de lo que nos podía pasar. Además habíamos visto gente que merodeaba por ahí y que era... uno era Richi, uno que había sido de la Juventud Comunista que después lo vimos en Río, vestido como una marica y reconociendo gente. Y ahora te voy a contar cuando subimos a Río, que fuimos en ómnibus, nos llevaron a Río.

P: ¿Richi es el torturador?

R: Richi el torturador. Entonces cuando llegamos a Río nos mete... el ACNUR me mete en una casa en Flamengo, que no había casi muebles, éramos ocho, dormíamos en el piso, y era muy cómico porque... yo me sentí muy bien ahí. Ahí era... el Flamengo era... había una parada de travestis, y yo tengo mucho trato con la gente, yo respeto mucho la gente, no me importa qué son, no es mi problema. Las travestis se dieron cuenta, bueno, pasábamos y e entonces se sacaban... así y “viste, las tengo mejor que tú”, me decían y le digo “por supuesto”. Pero yo las trataba bien, entraba en la casa, salía de la casa, ellas orejeaban. Y un día voy a entrar a mi casa y me dice la travesti, me canta: “no entres, no entres porque te están esperando”, me fui. Porque yo te digo, le debo muchísimo al pueblo brasilero, porque encontramos gente así por todos lados. Había un grupo de gente en Brasil que estaba mezclado con los uruguayos, entonces nos sacaban a pasear, nos hacían de guía, nos... nos lavaban la ropa, nos... se dedicaban a nosotros, incluso jóvenes brasileras, había una jovencuela que no puedo olvidar, porque claro, son las anécdotas que a uno lo... fuimos un día a pasear por no sé qué parque y me dice “sacate los zapatos”, “cómo me voy a sacar los zapatos?” y era una jovencita... “no, no, tienes que andar descalza porque así... manejas con sensibilidad los pies”, “¿Y para qué quiero manejar con sensibilidad los pies?” Me, mira, la jovencita: “porque también se puede hacer el amor con los pies” [se ríe]. Eran los brasileritos... éramos como... encontrabas el cariño y esa... eso de que te acogen... esa solidaridad profunda, con el individuo, el individuo que está sufriendo, que tiene trauma, que está acobardado por un montón de cosas, que tiene miedos, que... y esos jóvenes lo entendían así, entonces claro, nos llevaron al Carna.. yo llegué y estaban en Carnaval, entonces en Europa me decían “vení cuanto antes”, yo no quiero... intenté quedarme en Brasil y no me permitieron. Hubo un biólogo, que se quedó, que tú debes recordar el nombre... que logró quedarse, un hombre que... cómo se llamaba, no me acuerdo ahora los nombres pero Jair se debe recordar, debe recordar, que se quedó allá. Pero a nosotros no nos dieron nada... no me permitieron. Y salimos indocumentados. Y hasta... teníamos que hacer la seña incluso viste los... ya había los corredores de los aviones,

esos que como los... cómo se llaman.... los... con lo que subes al avión, los túneles esos, entonces los túneles tenían una... siguen teniendo como un vidriecito, como una ventana... y entonces teníamos que hacer señas que estábamos bien, ellos contaban las señas. Hasta último momento controlaron que nos metieran en el avión.

P: Quién eran los que acompañaban eso?

R: La gente de derechos humanos, cobrábamos en Cáritas, y evidentemente toda esa gente formaba parte de grupos humanos que uno no preguntaba mucho, pero que estaban vinculados, o entre ellos había gente que formaba parte de los comités de derechos humanos, o se vinculaban con Cáritas, no sé cómo era, no recuerdo. Incluso en un momento que yo... porque ahí viene la otra parte, bueno, nos controlaron hasta el final. Incluso en el Aeropuerto, yo hice... yo veo que hacen todos esa bobada, como estábamos todos juntos, éramos unos cuantos, todo el mundo hizo cola en el mismo lugar, y yo digo "bueno, me voy a ir al otro, para qué voy a hacer la cola de mis compañeros" y veo que se los llevan... y los llevaron a interrogar. Y la que se salvó fui yo que estaba en la otra cola.

P: ¿Recuerdas qué Aeropuerto era? ¿Galeño puede ser?

R: Sí, el de Río. Incluso me acuerdo que íbamos a ver llegar el Concord. Sí, que nos contaron que mataba de la isla todos los pájaros, y el Concord cuando... ¡ah! El primer vuelo... bajó y se hundió en el calor del alquitrán, imagínate qué años son. Ahora... en... en Río, bueno, nos pusieron en esa casa en Flamengo que quedaba muy cerca de Naciones Unidas. Todos los documentos tienen la dirección de Naciones Unidas pero la calle es Suipacha, en Buenos Aires, entonces... [interrumpe]

R: Eso de Suipacha, eso de Suipacha te lo digo porque era donde estaba Naciones Unidas en Buenos Aires, ¿qué pasó? Llegaron a tener tantos refugiados en la Argentina, que alquilaron edificios enteros para los refugios, pero les sacaban la gente de ahí y desaparecía. Entonces Naciones Unidas llega a un acuerdo oral, eso es lo que me explicaron en un momento, con el presidente de Brasil, de que iba a respetarnos. Pero los documentos siempre dicen Suipacha, como si fueran emitidos en la Argentina. Y son de Brasil. Entonces eso eran cosas absolutamente sorprendentes. El encargado de derechos humanos, François, un día estábamos en el parque... y vimos que había... Richi con un documento falso se presentó, blanco, él decía el documento, se presentó en... frente a uno, para ofrecerle ayuda a un uruguayo. Pero los argentinos, conmigo había una pareja que vivieron en el Pabellón de la muerte de Córdoba, una era montonero y el otro era ERP, que estaban conmigo en la casa donde yo vivía, porque había tupamaros, estaba yo, éramos ocho, diferentes argentinos y diferentes uruguayos y entonces reconocieron gente de la Triple A que estaban en Río, controlándonos. Entonces nos entró a todos el terror, porque... entonces fuimos un grupo a hablar con François, y decirle que esa gente había pedido el refugio y estaba cobrando en Cáritas y moviéndose entre nosotros. Y cuando se los fuimos a decir a François, François contestó que efectivamente les van a dar refugio porque ellos dicen que son perseguidos de los comunistas. Por eso, este François a mí me resultó un ser particularmente peligroso, a lo que se suma un hecho verdadero, yo no quiero decir lo que yo pensaba de él porque no tengo pruebas, pero él tenía una actitud... yo ahora tengo una amiga que es de refugiados, y yo no me acordaba el apellido de él yo voy a averiguar quién era, porque resulta que entre otras cosas, la revista Veja me hizo una entrevista [que nunca la vi esa revista, la tienen? Bueno, yo nunca la vi, después dame una fotocopia o un escaneado]. Entonces yo le dije, "yo denuncio todo lo que quieran, pero la única condición es déjenme ir porque acá tampoco estoy segura", ése fue el acuerdo, cuando me fui lo publicaron. Por eso nunca lo vi. Y además creo que eso me lo dijo Jair, por seguridad, porque estaban muy cerca nuestro, no te creas que no habían amenazas, la DOPS estaba ahí. Y la Triple A estaba ahí y los traidores uruguayos y torturadores estaban ahí. Entonces no era fácil, yo supongo que todos los derechos humanos en aquella época se cuidaban de las... de esas cosas porque no... no eran ajenos a esas cosas. Además ya te digo, lo que el tipo de Naciones Unidas me contestó. Yo hice denuncias y las denuncias frente a las Naciones Unidas, viajaban conmigo. Nunca llegaron. Nunca llegaron a la organización. Me mostraron, yo hice en Francia, exigí que me mostraran la investigación y estaba la firma, había llegado a Brasilia, y en Brasilia desaparecieron. Nunca llegaron al Ministerio ni a Naciones Unidas. Entonces, imagínate

que estaba muy cerca. A veces... no sé, cuando se hablan de estos temas frente... como tenemos gobiernos ahora en los que esas persecuciones no las van a hacer, pero los servicios siguen trabajando, y hay cosas que hay que cuidar, que no nos cuidamos, pero imagínate que en esa época...

P: ¿Qué tiempo estuviste en Brasil en todo este período?

R: Y no, y salí en mayo. Llegué en noviembre y salí en mayo, son casi seis meses. Que disfruté enormemente. Ahora, yo en determinado momento me escapé de Río y me fui para el Sur de vuelta. Porque yo veía que no era seguro el lugar. Por eso lo de Camboriú. Y un amigo que vivía en... que vive, que estuvo hace tres días en casa, tenía un chalet, de los... un chalet argentino de Camboriú, y estuve allí escondida porque tenía miedo. Y ahí fue cuando algunos amigos fueron del Uruguay y me contaban las cosas del Uruguay, en ese chalet. Pero yo tenía miedo, porque esas respuestas sobre la Triple A y que... me impresionaba: "otra vez no, para un poquito, me raptan otra vez y qué"?

P: Claro. Y de ahí a Francia.

R: Y de ahí a Suiza, y de Suiza a Francia. Llego a Francia indocumentada. No tuve problemas con eso, me dieron documentos, y me dieron incluso a los pocos... mi hermano vivía en una piecita y bueno, por eso... me fui con mi hermano a vivir, dormíamos en la misma cama, no teníamos otra cosa, pero bueno, no estaba en el lugar de refugiados que era bastante desagradable. Pero bueno, lo cierto es que fue en ese... yo llegué el 4 o el 5 a París y el 10 ganó la segunda vuelta Mitterrand.

P: '82.

R: Sí. Pero te voy a decir que la gente con Giscard d'Estaing estaba mejor que con Mitterrand, los refugiados. Mitterrand nos sacó todos los privilegios que tenían con Giscard d'Estaing. Pero alcanzaba, tenías documentos, entonces aunque sea el... después se tenía el pasaporte para salir de Naciones Unidas, ese pasaporte que es maldito... entonces no fue fácil la etapa de Francia, al principio, bueno, mi hermano tenía un... un empleo, en lo que es de él, como bibliotecario, pero ganaba poco, yo empecé paseando... primero atendiendo viejos y enfermos como siempre y después apareció algo que para mí era ideal, que era pasear perros, que todavía no se conocía en América, y con cuatro perritos [-está lloviendo-] con cuatro perritos tenía un sueldo. Y para colmo perritos obedientes. Hasta que di el concurso en Naciones Unidas y entré con contratos cortos a trabajar en... en la UNESCO. UNESCO, después fue Viena, Ginebra, y así empecé a trabajar dentro de lo que era Naciones Unidas, entonces pasé a otra etapa. Pero yo no acepté nunca un cargo, porque yo volví al Uruguay, además tenía que militar allá. Bueno, gana el socialismo y yo yo fui... en determinado momento era representante del Frente Amplio. Fue así que entramos al Eliseo, ahí la gran figura para nosotros no fue Mitterrand, por el que no tengo ninguna simpatía, yo personalmente, pero sí su mujer, que fue una vieja resistente, que murió hace poco, y que bueno, debió renunciar ella a ser la mujer de Solidaridad, del Partido Socialista, pero ella tenía una relación muy importante, sobre todo con los uruguayos y fue una mujer excepcional, a la que le reconozco montones de virtudes. Pero en ese momento no sólo Mitterrand, que era básicamente un anticomunista, y teníamos... yo tenía problemas pero sobre todo en el primer gobierno de Mitterrand, todos los cuadros medios de Mitterrand, digo... eran de cualquier cosa. El que se encargaba políticamente de América Latina había sido embajador de Giscard, ¿en dónde? En Sudáfrica. Así que los temas políticos en Francia no eran fáciles.

P: ¿Regresas a Uruguay después de qué tiempo?

R: Volví al Uruguay, acá está la hoja, incluso mis amigos me pagaron el primer viaje para que llegara a votar, y no salieron los aviones porque había un temporal, no llegué a votar, llegué dos días después, que me autorizaron a volver al país, recién acá tiene la fecha, no lo veo porque no tengo los buenos lentes, es ese papel.

P: 21 de septiembre de 1984.

R: habían... eso lo emitió el consulado y levantaron recién ahí el pedido de... y fue ahí cuando

la policía me dijo que ellos todavía tenían un requerimiento, y yo les dije “pero ya estuve presa”, “ah, pero fueron los azules... los verdes, nosotros”... nos cobraron pensión, que a mí personalmente nunca me la devolvieron que le pregunté si estaba incluida la electricidad cuando me cobraron. Tres uniformes, nos cobraron la pensión... la prisión la cobraron.

P: ¿Y Sara Youtchak, hoy, qué nos puedes decir?

R: ¿Sobre?

P: Sobre Sara y sobre este momento.

R: ¿Sobre este momento?

P: Sobre Sara en este momento.

R: Bueno, ahora Sara está jubilada, estoy tratando de disfrutar de la vida, siempre traté de disfrutar de la vida, la vida es absolutamente disfrutable, claro, para unos más y para otros menos, pero en fin. No milito, no estoy militando, no pertenezco al Partido Comunista, sencillamente porque nunca se hizo un resumen de lo que había pasado, un análisis o una autocrítica de muchas cosas, porque no se respetaron muchas cosas, con las que no estoy de acuerdo. Entonces el Frente ha decaído en su militancia, es el gobierno no nos... y tengo discrepancias políticas, que muchas veces está pasando que los uruguayos no tenemos lugares para discutirlos. Hay un gobierno pero no hay organizaciones, salvo las sindicales, que por ser jubilada no me corresponden, no hay lo que yo conocí en política, primero ese ardor, ese desinterés, esa entrega, yo no quiero cargos, nunca quise cargos ni voy a querer cargos. Para mí la política son las ideas, y ahora las ideas no son las mías. Pienso que es un excelente gobierno, por supuesto, nunca hubo tantas libertades en el país como ahora, pero no coincido, no concuerdo, aunque ha mejorado enormemente el país, con muchas cosas. Reconozco lo bueno, soy una votante, tengo mi grupo de gente amiga con la que discutimos con la misma pasión de antes y tratamos de influir en los demás, llevar una vida... pero no me encuentro desde el punto de vista político, no me encuentro con una respuesta. Al contrario, insisto en que reconozco los méritos y la bonanza que se está viviendo, la... pero esta sociedad sigue siendo muy injusta y hay soluciones que no son las neoliberales o una sociedad, no digo capitalista, ¿no? Pero esta sociedad no responde a mí... a mi preocupación por un hombre más libre y más justo, no creo que esta sociedad que destruye la naturaleza, que no le importa, que no le importa el pasado, que no le importa el futuro, que no se proyecta, que compra y compra y compra pero no se proyecta, no tiene sueños... no es para mí. No es la respuesta de lo que...

P: ¿Y a Brasil?

R: ¿Qué es lo que pienso de Brasil? Yo me llevé... estuve en Brasil. Primero estuve en la zona balnearia, no podía creer los cambios que hay. Incluso toda esa zona próxima a Itapema, a... está tan cambiado que no se reconoce, pero en el transcurso de años, de dos, tres años, no más. Es cierto que otra vez hay una... una riqueza de gente que viene en helicóptero, claro a veces uno pregunta “¿y ese quién es?” Un jugador de fútbol, porque es así, los millonarios nuevos no son los millonarios viejos, pero evidentemente hay un sector de la población que tiene acceso a cosas que no tenía, evidentemente hay un nacimiento de una clase media que antes no tenía. Pero estuve en Fortaleza, yo no sabía que era la tercera ciudad de Brasil y estuve en Bahía. Y yo quedé asombrada. Vi carteles y le preguntaba primero el amor por la presidente y el respeto, yo me quedé asombrada de las cosas que la gente dice en la calle. Pero además yo iba medio peleadora porque decía, “¿pero es cierto que construyeron tantas casas?” “sí, es cierto”, “¿pero doscientas mil?” “sí, sólo en Bahía”. Y es una evidencia, la gente cree mucho más de lo que creía. En el gobierno, el juicio que lo llevaba, que los leía atentamente... ¿cómo se llama....?

P: Mensalão

R: Es sorprendente. Porque dio la seguridad de que hay justicia. Por más que no va a ser igual a la otra justicia del pobre, pero le dio la seguridad que no hay impunidad total. Y con esto de que se empieza a conocer la historia de Brasil, a mí me parece que más allá de todo, son pasos fun-

damentales. Dilma a mi me impresiona muy bien, la relación con América Latina ha cambiado. ¿El Uruguay tiene problemas? Sí, tiene problemas, con Brasil tiene problemas, sí, porque hay... hay cosas que no nos benefician, no nos benefician que son medidas internas de Brasil o incluso en Argentina que no nos benefician. Pero a mí me impresiona el avance que ha tenido el país.

P: Sara. Muchas gracias.

R: Estoy a disposición.

DEPOIMENTO 28 – GRACIELA GULLA DE BENECH.

MONTEVIDEO, 1º DE FEBRERO DE 2013

P: Graciela, muchas gracias por esta generosidad en ofrecernos esta entrevista. Y quería para iniciar que te presentases, ¿quién es Graciela?

R: Yo soy Graciela, Graciela Gulla, de profesión médica, medica pediatra, en este momento ya aposentada, que inicié... soy uruguaya, nací en Montevideo y todos mis estudios fueron hechos aquí en la Ciudad Montevideo, en la enseñanza pública que en ese entonces era de muy buen nivel. Me recibí como médica en el año 1964, hice mi posgrado de pediatría también en Montevideo y bueno, provengo de una familia de seis hermano, tengo tres hermanas mujeres todas ellas profesionales también, ingeniera agrónoma la mayor, luego una médica como yo y luego una abogada y dos varones que estudiaron derecho pero ninguno de los dos llegó a culminar su carrera. A los 18 años, cuando ingresé a la facultad de medicina conocí a Claudio Benech, él estaba más adelantado que yo, ya estaba en cuarto año de facultad, ahí comenzamos nuestra relación.

P: ¿En qué facultad estaban?

R: En la de medicina, que él en realidad lo que hizo fue la parte básica de la facultad porque luego se dedicó a la investigación en el Instituto de Investigaciones Clemente Estable. Cuando yo lo conocí ya estaba trabajando en el Instituto y bueno, y ahí comenzó nuestra relación, rápidamente nos involucramos y formamos una pareja nos unimos en matrimonio y tuvimos unos cuantos hijos, de ellos son 6 varones y una mujer. Son siete hijos. En el año... yo no sé cómo seguir la... porque mi historia... así. Nos casamos en año '63 y vivimos en Montevideo hasta el comienzo de la dictadura... en ese momento desde el punto de vista político los dos militábamos en la izquierda, pero militábamos en el partido socialista de Montevideo. Cuando se inició la dictadura...

P: Esto estamos diciendo en la década del '60, después del matrimonio...

R: Claro, claro, claro, en la década del '60, ¿tá? Cuando comenzó la dictadura la verdad es que la situación del país fue muy difícil.

P: Claro, en esta época ¿qué actividades políticas ustedes desarrollaban, militancia estudiantil?

R: ¿antes de la dictadura?

P: Sí.

R: Es decir, militábamos en el comité... porque ya... el Frente Amplio... primero militábamos en el Partido Socialista, luego en el Frente Amplio, desde sus inicios ¿no?

P: Claro, ustedes desde el 70 que militan en el frente Amplio, ¿no, Claudia?

R: Claro, claro.

P: Y antes de esto ¿cuál era la militancia de ustedes, en que ámbito? ¿estudiantil?

R: En en el ámbito fundamentalmente estudiantil.

P: ¿Asociados alguna agrupación política?

R: A la FEU, que era la Federación de Estudiantes universitarios del Uruguay que eran, sobretudo en ese momento, la situación del país también se estaba haciendo cada vez más difícil, y entonces eran... se luchaba sobre todo por problemas puntuales que iban surgiendo, autonomía universitaria, problemas en... lo que hacen la mayoría de los estudiantes, en general en todos nuestro países, problemas del boleto estudiantil, lucha por la autonomía universitaria cuando se creaba algún problema ya sea a nivel gremial, no solamente del gremio de estudiantes sino del resto de los gremios, obreros... del país, todo el estudiantado participaba también en la lucha por los

derechos de los demás gremios ¿no? eso era más que nada el tipo de lucha que se hacía antes de la dictadura, que cambió radicalmente, cuando apareció, que el Uruguay además no tenía experiencias de dictaduras, por lo menos nuestra generación... Al principio del siglo 20 hubo alguna cosa, pero nunca fueron dictaduras del tipo, era sobretodo guerras civiles entre los dos partidos tradicionales del país Blancos y Colorados, que se alternaban en el gobierno fundamentalmente en el Partido Colorado, pero la generación nuestra no tenía experiencia en dictaduras, como por ejemplo sucedió en la Argentina que sí, que fue un país donde las dictaduras fueron mucho más frecuentes.

P: En esta práctica política de militancia estudiantil, ¿cuál era la idea que se tenía o si se discutía lo que estaba pasando en América Latina o en el mundo en el '68, cuáles eran los temas?

R: Incluso en la lucha nuestra eran las invasiones de los países de América Latina por el imperialismo, este...que fueron muchas ¿eh?, en todo ese periodo, los problemas de todos los problemas de América Latina y no sólo de América Latina, sino del mundo... con respecto a los distintos problemas políticos, sindicales, estudiantiles, el movimiento estudiantil participaba prácticamente de todos los problemas políticos económicos, fundamentalmente de América Latina pero también del mundo, ¿no?, no estábamos ajenos a ninguno de los problemas del mundo, y eso era una característica que no fue muy frecuente en el resto de América Latina pero sí en Uruguay. Participaba absolutamente de todos los problemas de... a nivel mundial. Es más, las dictaduras que aparecieron en toda América Latina, que fueron en Brasil, en Argentina, en Chile, en Uruguay, en... todas fueron de alguna manera repudiadas por el movimiento obrero y estudiantil del Uruguay ¿no? Cuando apareció el golpe de Chile, que fue espantoso, hicimos una manifestación en el paraninfo de la Universidad, ahí en 18 de Julio, y por supuesto acá ya había una dictadura y fuimos corridos, en lucha con... apoyando a Chile... en lucha, en manifestaciones apoyando a todos los países de América Latina ¿no?... y además con conocimiento perfecto de lo que estaba pasando en cada uno de los lugares. Para cuando apareció la dictadura en Uruguay, que fue en el golpe de Estado en el '73, yo en ese momento estaba haciendo mi posgrado de pediatría... Claudio estaba trabajando en el Instituto de Investigaciones Biológicas y ya a esa altura habían nacido, de los siete, cinco chicos, quedaban los dos más chicos que nacieron en plena dictadura... Y bueno, ahí la situación se modificó mucho, es decir, hubo una represión muy muy importante para todos los movimientos, sobre todo para el Frente Amplio, todos los partidos que constituían el Frente, ¿no? Y el más golpeado fue el Partido Comunista, sin ninguna duda, todos, pero posiblemente porque la militancia también, era la más importante, fue ese uno de los motivos, teníamos cinco niños, que llevó a Claudio a comprometerse con el Partido Comunista porque me planteó, me dijo: "yo si no hago nada no me puedo mirar al espejo, pero tenemos muchos chicos, uno tiene que cuidar de ellos..." y entonces, bueno, nos dividimos las funciones ¿no? Entonces yo apoyaba pero sin participar directamente y Claudio fue le que involucró y además en el Partido Comunista porque consideró que era el que tenía más armas en ese momento para luchar contra la dictadura.

P: ¿Nos puedes relatar un poco de esa historia de este involucramiento de esta relación de Claudio?

R: Bueno, en ese momento justamente como el... la situación era... era muy difícil, todo mundo utilizaba nombres supuestos, es decir, yo conocía... cada uno tenía... yo no sabía exactamente los nombres de la gente que se involucró con Claudio y que incluso iban a mi casa a tener contactos con él, ¿no?, pero sabía que eran del Partido Comunista por supuesto. Incluso yo en mi consultorio actué como correo sin participar directamente, me llevaban cosas, iba gente a retirarlas, es decir, ¿no? en ningún momento el Partido Comunista directamente que yo sepa, se involucró con armas en la lucha contra la dictadura ¿no?...fue una lucha sobre todo de militancia, de contacto con gente, de... y eso fue lo que hacía Claudio también pero en ningún momento fue una lucha armada ni mucho menos. Y bueno, ahí fueron cayendo los militantes...

P: Esta actividad que tu desarrollabas en cuanto correo que dices, ¿cómo se daba? ¿era abierta o había códigos para esto, cuál era el procedimiento?

R: Yo no participaba directamente, era Claudio, es decir, este, él me decía te van a llevar algo al consultorio -yo conocía a la persona- y la iban a retirar... y esa era... era lo que se llamaban correo, llevaban material al consultorio y de ahí lo retiraban, venía otra persona y se lo llevaba. Yo más de eso no hice personalmente, es más, yo en ningún momento fui presa, ¿no? me llamaron... en ese momento yo hice el concurso en el... en un centro médico para entrar a trabajar como pediatra de emergencia, y me llamaron de jefatura de la Policía Militar para interrogarme antes de dar..., yo entré en eses concurso, entré como titular... y antes de obtener el cargo me llamaron para preguntar, pero además ellos tenían algo, me preguntaron sobre la posi... en mi consultorio, algo tenían de la parte del correo que se hacía. Pero tenían equivocada la dirección, tenían una serie de errores, que yo pude zafar de eso y me preguntaban si yo sabía por qué me estaban... Claudio ya estaba preso en ese momento.

P: Ya estaba preso. Un poco antes de la prisión de Claudio, ¿cómo se da esta prisión?, digamos, los antecedentes ¿hay un seguimiento, ustedes sentían que había ya un seguimiento?

R: No, en absoluto. Posiblemente hay, pero nosotros no lo notábamos

P: ¿Dentro de las discusiones del partido no se discutía...?

R: No, en absoluto

P: ¿cómo se da eso?

R: Es decir, habían llevado presos a mucha gente que estaba alrededor nuestro, pero que nosotros supiéramos, o que hubiéramos notado, o que el Partido nos hubiera avisado, en ningún momento. Nosotros seguíamos haciendo nuestra actividad normal, es más, esa noche que a Claudio lo fueron a buscar a casa de madrugada, esa noche yo volvía de mi trabajo, Claudio del de él, llegamos a casa, y yo dejaba preparado para los chicos la cena, la comida para el otro día cuando volvía de noche, hicimos la comida, yo tenía, en la zona donde vivíamos, yo atendía muchos chiquitos, muchos chiquitos con problemas económicos, que no tenían cobertura médica, sí tenían salud pública, entonces muchas veces me llamaban... a cualquier hora, para ir para ver a un chico, o me lo traían, o para consultarme y esa noche alrededor de las tres de la mañana golpearon la puerta y Claudio me dijo: "voy yo, debe ser para tí", y cuando Claudio fue atender, yo sentí, desde el cuarto, en ese momento el más chiquito mío Javier -que ahora es periodista-, tenía diez meses, estaba en una camita del lado de mi cama, y yo sentí que dijeron "Fuerzas Conjuntas", que era como se identificaban, ahí me... Claudio vino a vestirse, yo me vestí, revisaron toda la casa. Le dijeron a Claudio que se vistiera y... los chiquilines no se despertaron, no los despertaron --ahí ya estaban los siete-, no los despertaron a ninguno, revisaron todo con las metralletas, con todo el arsenal que ellos iban y bueno, se llevaron a Claudio. Pero no teníamos noción, fue totalmente sorpresivo. Para nosotros, ¿no?

P: Porque un poco antes de la prisión, Claudio evidentemente tenía los contactos, como por ejemplo Laura Larrea y con otros miembros del Partido que eran "codi nombres"....

R: Claro, que a Laura yo la veía en casa, yo no sabía cómo se llamaba, pero ella iba a casa, es más, cuando se llevaron a Claudio, dejaron adentro de casa durante por lo menos diez, doce días dos militares.... [se interrumpe] Bueno, fue cuando dejaron en casa, cuando... yo estaba en eso, dejaron dos personas para ver si lograban, -si venía gente a casa- lograban detenerlos, ¿no? Y entre las personas -que la vio mi hijo mayor-, que iban camino a casa, quiere decir que, ni el Partido sabía, era Laura. Venía caminando como para llegar a casa, entonces mi hijo mayor salió, caminó, totalmente indiferente a ella y cuando pasó al lado de ella sin dar vuelta la cabeza, al final le dijo "llevaron preso a papá", y siguió caminando y ella siguió, no entró a casa y se salvó, realmente, porque la hubieran... la hubieran detenido ahí en casa, ¿no?, sin ninguna duda. Ade-

más la estaban buscando a ella...

P: Claro. Antes de entrar ya en la prisión mismo, había una actividad que Claudio coordina dentro de sus grupos de trabajo también y que todos ellos se tornan colaboradores como es el caso de Lilian Silveira, como es el caso de Raquel, de Alejandra...

R: Sí, sí, pero eso no era... eso eran compañeros de Claudio de trabajo del Instituto Clemente Estable, de la parte de investigación que no participaban, es decir, ellos eran gente de izquierda, algunos militantes del Partido Comunista, otros no, eran gente de izquierda, pero no estaban formando el grupo de la militancia de Claudio dentro del Partido Comunista. Era gente que conversaban, estaban anti-dictadura pero no formaban el grupo de Claudio... Lilian, que es amiga mía también, es la esposa de un compañero de trabajo de Claudio, Alejandra también, Alejandra, que ellos después estuvieron, no Lilian, Alejandra estuvo exiliada en Francia mucho tiempo. Ella era miembro del Partido Comunista, pero ella no trabajaba con Claudio.

P: ¿Y Carlos Scafa?

R: Carlos Scafa era un militante de la zona, del barrio

P: Pero no era colega de Universidad

R: ¿de Claudio?

P: Él era más bien miembro del Partido Comunista...

R: Era miembro del Partido Comunista pero él no estaba en el grupo que estaba formado por Claudio, era miembro era miembro del Partido Comunista del barrio, de la zona.

P: Bueno... ¿y la prisión? ya nos contaste como se da, ¿y a continuación?

R: A continuación estuve tres meses sin saber dónde estaba Claudio, si estaba vivo, si estaba muerto, recorrí, como hacía todo el mundo, recorrí todas las dependencias militares y en todos lados me decían lo mismo, que no sabían, que no tienen nada que ver, que a lo mejor se había ido con alguna mujer por ahí, como hacen -eso era permanente- como hacen la mayoría de los tipos que desaparecen y tá..., y ahí fue que una sobrina mía que trabajaba en un colegio, me habló de la conexión de la gente del colegio con Jair Krischke, me dijo : "¿por qué no le escribís?"

P: ¿Quién era ella?

R: Una sobrina mía, Esther hija de una hermana, ella era también anti-dictadura, pero ella no participaba, no militaba para nada, pero sí participaba de... de la... ni estaba en ningún grupo político particular, era anti-dictadura, nada más. Y me dijo: "¿por qué no le escribís? Yo te consigo la dirección"...

P: Eso evidentemente después de...

R: Mientras yo no sabía que había pasado con Claudio. Él estaba... se lo habían llevado de mi casa, quiere decir que lo habían llevado ellos, pero estuve como dos, tres meses, además había gente muerta en todo eso ¿no? Yo no tenía idea qué había pasado con Claudio, entonces le escribí a Jair. Me consiguieron la dirección y le escribí a Jair, fue mi primer contacto con Jair.

P: Claro, ¿y por qué le escriben a Jair?

R: Porque... me dijeron que él se interesaba por todos, justamente, los procesos políticos de la dictadura de Améri..., del Cono, del Cono Sur, entonces que de pronto el podría hacer algo para... saber algo, qué había pasado con Claudio. Le escribí eso, le puse las características mías, cuántos hijos tenía, quién era Claudio, cómo había sido el proceso de la detención, y bueno, que buscaba la ayuda de alguien.

P: Claudio antes de esto ya había estado en Porto Alegre, ¿o no?

R: Sí, había estado pero no en época de dictadura. Había estado en un Congreso en Porto Alegre, era biofísico hacia la parte de biofísica en el Instituto Clemente Estable y había ido a Porto Alegre.

P: ¿Después de este primer contacto?

R: Después Jair me... empezó una campaña en...

P: ¿Entra en contacto contigo?

R: Entra en contacto conmigo, pero fundamentalmente inicia una campaña de denuncia en los diarios de Brasil... [se interrumpe] Bueno, ¿y estaba en...?

P: Porto Alegre, cuando se hace la...

R: Porto Alegre. Entonces se hace una campaña de prensa, sobre la detención de un científico uruguayo, con todo lo que yo ponía que no sabía que había pasado con él, que hacía dos meses que estaba desaparecido, con todos los datos y eso enloqueció a los militares uruguayos. Y entonces de una forma, rápidamente, me mandan a decir que lo puedo ver y que está en determinada dependencia del cuartel, en el 13 de infantería, que le llamaban el "Infierno 13", porque ahí habían -tú de pronto lo conoces- habían desaparecido muchas personas y... ahí fue la primera vez que lo vi a Claudio... Estaba con... realmente estaba horrible, físicamente horrible, difícil de describir, estaba horrible. Me permitían entrar con uno de los niños por vez, no podía llevarlos a todos y entré con el chiquito, Javier, que era un bebé.

P: ¿Recuerdas la fecha?

R: ¿La fecha? sabés que no...

P: Bueno.

R: Es decir, debe haber sido por... por agosto, por ahí... [piensa] a él lo llevaron preso en mayo, junio, julio, más o menos tres meses, agosto, septiembre, por ahí. Estuvo muy poco ahí, que ahora te voy a contar por qué, por eso después no fui más, la fecha se me borró. Me permitían llevar a uno solo y al más chico como era un bebé lo podía llevar siempre. Llevé al chiquito y fue el segundo conmigo, es el que ahora vive en Brasil, formó familia allá, tengo tres nietos brasileros, cariocas... y Mario se quedó allá. Bueno, fui con él, que él cuando volvió de ver al papá se acostó, se puso a llorar y estuvo todo un día tirado en una cama sin levantarse. Bueno, esa campaña de Jair en Porto Alegre tuvo sus frutos, porque a los pocos días, eso sí, no lo entendí hasta mucho más tarde, a los pocos días me... me lo trajeron a casa. Con una guardia de milicos, a una hora en que todo el mundo veía, era una forma de involucrarlo a él como delator y al mismo tiempo, lo trajeron, que fue cuando él me dijo: "por favor pará la campaña en Brasil porque están locos con eso, están desesperados", entonces mandé otra carta a Jair, no sabía cómo ponerle, entonces yo lo que le puse fue -que Jair, con la inteligencia que tiene lo entendió enseguida- le puse que le agradecía mucho todo lo que él había hecho, que Claudio ya había aparecido y que le volvía a agradecer todo y que ya no necesitaba más campaña, y Jair me dijo después que lo había leído entre líneas y se había dado cuenta de la situación. Se paró la campaña en Brasil, lo sacaron a él del Infierno 13, lo volvieron a llevar al centro donde estuvo al principio, un centro de torturas, donde estaba, lo llevaron ahí pero para hacerle una propuesta, que tú la debes haber leído. Para decirle si él abdicaba de su pertenencia al Partido Comunista y todo lo demás, iba a tener muchas ventajas, entonces Claudio les dijo que bueno, que iba a ver, pero que no antes de fin de año, antes de fin de año y que él exigía además que lo llevaran a ver a su familia. Entonces lo llevaron en Navidad. Otra sorpresa, yo no sabía nada, apareció ahí... por eso te digo, yo no lograba entender muchas cosas, después las entendí. Lo llevaron otra vez en Navidad pero ahí lo dejaron solo, para quedarse con nosotros y lo iban a buscar a las cinco de la mañana. Entonces cuando se fueron yo... lo que me dijo Claudio es "ya nos tenemos que ir. Ya. Porque si yo no me voy ahora me mato, no es broma, me mato. Ya tengo todo preparado para eso. Tengo un plazo hasta fin de año, yo después no puedo seguir ahí de ninguna manera, nos vamos ya", me dijo.

Pero ¿dónde vamos? , me dijo: “nos vamos con los dos mayores, a los demás no los tocan, pero a los dos mayores sí. Nos vamos caminando”, me dijo. Irse caminando... Estaba desesperado, realmente. Irse caminando a la casa de unos amigos, también del Partido, nos iban a ir a buscar ahí, estoy segura. Y digo “Claudio... van a matar a los chiquilines, si los pescan... son adolescentes”, uno tenía dieciséis y otro quince años, los mayores, “si los agarran ¿qué puede pasar con ellos? Por favor, me parece un absurdo esto, vamos a pensarlo bien, ¿no te traerán a fin de año?”, le dije. “Dame una semana, una semana, para ver cómo podemos hacer”, pero yo me moría de miedo por mis hijos, por los chiquilines, me moría de miedo. Entonces quedamos en eso. En que él iba a tratar de que lo trajeran, el plazo era hasta el 31 de diciembre, él iba a tratar de que lo trajeran y yo en esa semana veía cómo hacíamos, ya en otras condiciones, para ver. Fue la semana más difícil de mi vida. De mi vida. Porque él estaba preso, él no podía hacer nada, los niños eran chicos, yo no podía hablar de esto con nadie, salvo con una hermana mía que... y entonces, que fui. Eso fue Nochebuena. Al otro día agarré a los siete, me los llevé a la casa de mi mamá y hablé con esta hermana mía que era médica también. Yo tenía... no sé, era como mi mamá, porque era bastante mayor que yo y además mi mamá cuando yo nací también... no era... ya estaba en una edad que... nacimos de casualidad, yo era la más chica, así que era como mi mamá, ella. Bueno, le expliqué todo y me dijo “andá a hablar con el sacerdote de la Iglesia, yo sé que él está ayudando a gente, que es un tipo progresista, que por lo menos te va a aconsejar” y fui a hablar con el sacerdote ese mismo día de Navidad. Le dije todo, le dije “esto es un secreto de confesión, simplemente te lo digo a ti, pero no puede salir de acá”, le conté todo y me dijo “la verdad es que no sé”, me dijo, “yo sé que la gente sale por Brasil pero no sé cómo”. Era el 24, yo tenía una semana. Y entonces me fui de ahí, con la misma sensación que había entrado, no sabía nada. Y me acordé que yo tenía unos pacientes, dos nenitos, que eran hijos de Celiberti. El hermano de Lilian Celiberti, Ariel, que se portó como un campeón, yo le atendía a sus dos nenes. Entonces me fui a la casa de Ariel, dejé a los chiquilines con mi hermana y me fui a hablar con Ariel.

P: Ariel, que es hermano de Lilian Celiberti.

R: De Lilian, por eso. Cuando me vio aparecer el día de Navidad, de noche, habrá dicho “ésta está loca”, yo era la pediatra de los nenes, pero... entonces le dije “bueno, te quiero contar una cosa, Ariel”, les dije a él y a la mujer, “les quiero contar algo. Yo hay cosas que no entiendo, lo único que yo sé es que yo conozco a Claudio, lo que es Claudio, es decir, no me importa entender más, porque lo entiendo a él y lo conozco a él y sé de lo que él es capaz de hacer, pero quiero contarles porque no sé qué hacer”. Entonces les conté todo: que lo llevaban a casa, en qué condiciones, que lo habían llevado en Nochebuena, que ya antes lo habían llevado, lo que Claudio me había dicho, que se quería escapar, que... todo. Les conté todo, absolutamente todo. Y Ariel me dijo “no tenés por qué entender nada, hay muchas cosas que ni yo entiendo tampoco, ¿tenés alguien de mucha confianza que vaya hasta Porto Alegre?”, y yo le dije “bueno, busco a alguien...”, “dejá, voy yo”, me dijo Ariel. Se fue a hablar con Jair, arregló todo lo de la fuga y se vino a Montevideo y me dijo “bueno, te esperan el 31, el 1º en realidad, hasta las cinco de la mañana, en el Chuy. Ahí va a haber una pareja”, me describió, -ya ni me acuerdo- cómo iban a estar vestidos, nombres, una mujer, cómo van a estar vestidos, “y te van a esperar hasta las cinco de la mañana. No te preocupes de nada, no te preocupes de plata, no te preocupes de ropa, preocupate de que el vehículo en que vayas esté en buenas condiciones, nada más, que puedas ir hasta el Chuy y que no te pase nada, que no pinches, que las ruedas estén bien, que esté bien” y yo digo “pero... ¿y cómo salgo de casa, Ariel? Si hay vigilancia, cuando llevan a Claudio... si es que lo llevan, el asunto, primero que nada, tienen que llevarlo... ¿y cómo salgo de la casa?” y me dijo: “¿quierés que me vaya a dar una vuelta en horas anteriores a medianoche, alrededor de tu casa a ver si veo alguien o no?, no te vas a arriesgar tú, no tiene sentido”; le dije, “bueno, será cuestión de arriesgarse”. A mí me daban miedo los chiquilines, que íbamos a ir... Jair creyó que íbamos a ir con los siete, pero yo les dejé los cinco más chicos a mamá y a mi hermana diciéndoles que tenía una guardia, mentira, no tenía guardia. Mi hermana me dejó el auto de ella, escondido por allí, cerca de casa, yo dejé mi auto en la puerta de casa, todas las luces prendidas, una mesa puesta como para pasar fin de año, me habían regalado unos pacientes unos pollos, los hice, los cociné, compré Coca-Cola, dejé la radio prendida, las luces prendidas, la mesa puesta, todo como si fuéramos a cenar ahí, y esperando a ver si llevaban a Claudio... Lo llevaron.

P: ¿Qué hora era eso, recuerdas?

R: Un poco antes de las doce, medianoche. Entonces yo fui a buscar el auto, yo te juro que nunca en mi vida había manejado en esa forma. Me subí a todos los... las veredas, ¿o cómo es que ustedes les llaman? Las calzadas, me subí a todas, cuando daba vuelta, hasta que logré salir de la zona y ví que no pasaba nada. Y ahí me tranquilicé.

P: ¿Era un poco más a ver si había alguien vigilando?

R: No, no. Intenté irme rápidamente de entrada, porque si había alguien vigilando no iba a lograr hacer nada. Lo importante era salir, si lograba salir es porque no había nadie y además era con dos adolescentes, que se fueron nosotros. Así que cerramos la puerta, yo fui a buscar el auto, los dos chiquilines se pusieron uno de cada lado del padre, los dos son grandotes, los vecinos lo vieron, por supuesto, pero tá, había que salir, se treparon al auto y ahí salimos.

P: Y los militares no estaban...

R: No, evidentemente no, es decir, confiaron, Navidad evidentemente los dejó tranquilos, confiaron, y además después del 31 Claudio iba a ser su declaración de rechazo a... ¿no? Y ahí salimos. Fuimos hasta... Claudio quería pasar porque teníamos un amigo periodista, Julián Murgía, era Blanco, y que él había hecho un video, en plena dictadura, era un tipo muy capaz, en plena dictadura, había hecho un video sobre un héroe del Partido Nacional, revolucionario, y fue un poco haciendo un símil con lo que estaba pasando en ese momento. Y ellos decían, los militares decían, que ese video se lo había hecho Claudio. Y estaban atrás de Julián. Y Julián estaba en Punta del Este. Entonces Claudio quería pasar por Punta del Este para avisarle y Julián nos dijo: "yo los llevo". Se vino con nosotros, el auto de mi hermana se lo dejamos ahí en Punta del Este, seguimos, él tenía un Mercedes Benz viejo, seguimos con el Mercedes Benz hasta el Chuy. Y la mujer con el compromiso –él tenía la mujer y un hijito-, con el compromiso de llevar el auto a Montevideo y ahí quedaba todo, nadie sabía cómo habíamos salido, ¿no? Bueno, eso no salió muy bien, porque... una madrugada de lluvia, en Montevideo, con los nervios de ella y todo, cuando venía a Montevideo chocó, abandonó el auto, se fue a la casa de una amiga y el hermano de ella era militar... el hermano. Entonces ella le contó lo que había pasado y él le dijo "andá a hablar con tal persona, decile que Julián te dejó, te abandonó, se fue", al militar, para que ella no estuviera comprometida con el asunto. La fueron a buscar después a la casa, la llevaron encapuchada y... ella ya había ido a hablar con el militar que le dijo el hermano y bueno, no le pasó nada, la dejaron [se ríe]. Nosotros llegamos a Chuy, pasamos la frontera, que había unos guardias ahí, eran casi las cinco de la mañana cuando llegamos, estábamos con [...] ya, Julián nos dijo "no hablen ustedes, déjenme hablar a mí", se había puesto un gorrito de turista y les dijo... "¿saben si los comercios están abiertos, el primero?", el tipo nos miró así y nos dijo "no, no sabemos", entonces nos miró así y nos dijo: "Bueno, vamos, hacemos un asadito igual..." y ahí pasamos. Pasamos la frontera, Julián le dio un beso a la... a la manija y dijo "¡lo logramos!" y bueno, y ahí sucedió lo que tenía que suceder, estaban esperándonos, ya estaban por irse, ya estaban en el límite de hora, eran las cinco de la mañana, yo fui la única que me bajé, como sabía más o menos la descripción empecé a caminar por las calles del Chuy y me acerqué yo a ellos y me dijeron "pensamos que no venían", nos metieron rápidamente en dos autos y salimos para Porto Alegre. Esa fue la huida.

P: ¿Y ese trayecto del Chuy a Porto Alegre? Hubo dos episodios, dos paradas.

R: Sí, pero ninguna importante. Una, no sé cómo hicieron ellos con la... con la Policía Militar de ellos, no sé cómo hicieron. Sé que pasamos. Y después paramos, más adelante, para comer algo. Pero ninguna de las dos importantes, y después nos llevaron a un colegio.

P: Ya en Porto Alegre.

R: En Porto Alegre.

P: Bueno, ¿podrías contarnos un poco ya de esta situación en Porto Alegre, qué hacen, cuánto tiempo?

R: ¿Esta situación en Porto Alegre? Bueno, vivíamos en...

P: ¿Llegaron a Porto Alegre en...?

R: Llegamos directamente al colegio, no salimos de ahí, salimos en una oportunidad. Porque hay un episodio muy, muy cómico en el colegio, porque todos estábamos, nosotros, con la cabeza todavía con el problema de la dictadura. Con Claudio hablábamos en secreto, no nos acostumbrábamos todavía a hablar fuerte, en voz alta, siempre pensando que alguien podía escuchar lo que estábamos diciendo. Pero lo cómico fue que nosotros dormíamos –estábamos con los dos mayores- y ellos dormían en uno de esos cuartos, y de mañana, cuando nos despertamos faltaba uno, faltaba Mario, el segundo, el que ahora está en Brasil. Desesperados todos, “¿qué pasó con Mario? ¡Alguien se lo llevó!” y resulta que él se había cambiado de habitación por mosquitos, porque en la habitación donde estaba no tenía protección contra los mosquitos y no podía dormir, entonces se fue a otro lado, se llevó la almohada y se... y bueno, y ahí fue un alivio para todos cuando apareció Mario nuevamente. Y en un momento aparentemente la Policía, la PM, nos buscaba. Entonces Jair nos cambió de lugar y fuimos a la casa de unos amigos de Jair, integrantes del Movimiento, que también fueron amigos nuestros.

P: ¿Te acuerdas los nombres?

R: Laura... [piensa] tanto tiempo hace... él se murió.

P: ¿Qué más podrías relatar de ésta, tu estadía? Porque después ustedes piden...

R: Nosotros pedimos... bueno, eso fue ya la estadía, ¿no? Después... las Naciones Unidas nos dieron el carácter de refugiados políticos, y Jair pidió que lo fueran a hacer a Porto Alegre, para que no tuviéramos más riesgos en la estadía en Brasil, fue el delegado de las Naciones Unidas que era un francés, François Frounit y nos dio el carácter de refugiados y ahí nos fuimos a Río. En Río también surgió... hay varias cosas, lo que pasa es que te vas olvidando, ¿no? En Río estuvimos primero en un Convento, hasta que nos adjudicaron una vivienda, en un Convento donde había chilenos, argentinos, paraguayos, de todas las nacionalidades latinoamericanas. Se hacía la comida en común, nosotros dormíamos en una pieza con los chicos, y... bueno, y después ya nos adjudicaron en una casa en... ¿tú conoces Río? En Santo Cristo, en la parte de Río cercana al Puerto, ahí estuvimos el primer año, los chicos –sin hacer nada- eran siete. Nada, de nada... y dos adolescentes, más, tendrían. Había uno de diecisiete, otro de dieciséis, otro de catorce, otra de doce, otro de diez, ¿eh? Y después estaban los dos más chicos que tenían cinco años y un año. Y la verdad es que estuvimos meses y meses sin hacer nada. Y llega un momento en que el mayor, Juan [...] él ahora es bioquímico, se formó en Brasil, hizo el maestrado en Brasil y el doctorado acá en Uruguay y volvió, y vino el profesor de Brasil a integrar la mesa acá para su doctorado. Y Juan me dijo: “mamá, si yo estoy un tiempo más así, me vuelvo loco”, me dijo. No me los aceptaban en ningún colegio público porque no tenían documentación. Brasil nunca nos dio, nunca, ningún tipo de documentos, ni a ellos, ni a nosotros, entonces no los pude inscribir en ningún colegio porque no tenían documentos, entonces había un colegio ahí el Bennett ¿lo conocés? Pedí una entrevista con el obispo y me fui con los siete, con Javier a upa, era chiquito, y los demás con todos. Entonces cuando llegué, por supuesto se lo dije, no me acuerdo si en español porque en esa época creo que no sabía nada de portugués, después di hasta clases en portugués. Entonces dije, bueno... me dijo “bueno, ¿cuál es su problema?”, me dijo, los llevé a los siete y le dije “se los voy a presentar a todos”. Se los presenté uno a uno y le dije “cualquier colegio de Brasil se sentiría orgulloso de tenerlos como alumnos, pero además el derecho de los niños dice que ellos no pueden estar fuera del sistema educativo, que tienen derecho a educarse, y eso yo no lo estoy teniendo aquí, el colegio público no lo acepta porque no tienen documentación y yo no puedo pagar un colegio privado, porque no tengo dinero”. Entonces el tipo se rió y me dijo “¿qué es lo que está buscando, usted una beca?”, “no tengo otra”. Bueno, me dijo: “éste, éste y éste van a venir al colegio. Tienen que hacer una prueba para ver en qué grado van. Estos dos –por los mayores- no pueden, porque acá todavía hay una dictadura y ellos están en edad de servicio militar [...] y éste –por Nicolás, el que tenía cinco años- justamente los preescolares tienen prioridad

los hijos de los profesores, de los maestros. Y es cierto, pero tres entraron al colegio y empezaron. Me quedaba el de cinco años, empezó a leer solo, estaba loco por ir a la escuela. Aprendió a leer y a escribir portugués y español juntos, solito. Y había una maestra brasilera que... que tenía una hijita con un problema. La llevaba a casa, me llamó la atención, le dije “¿qué es lo que tiene”, la veía quietita... me dijo “tiene anemia... y le están tratando la anemia”, “¿y siempre fue así quietita?”, me dice “sí, la operaron, le sacaron... la tuvieron que operar por una fistula que tenía o no sé qué acá...”, dij. “yo creo que debe tener un hipotiroidismo”, le dije... [...] tenía todos los síntomas de.... le dije “llevala a un endocrinólogo”. Tenía un hipotiroidismo. La empezaron a tratar con iodo, con hormonas [...] y desapareció la quietud, desapareció la anemia, desapareció todo. Entonces aproveché y le dije “tengo un nene que se muere por ir a la escuela, y no puedo, no me lo aceptan porque no tiene documentación” y me dijo “llevámelo a la escuela” y le mostré, le dije “él lee, mirá”, y leyó, me dijo “llevámelo a la escuela, voy a ver qué puedo hacer” y me lo tomaron en la escuela de... pero claro, era una escuela en el morro, arriba del morro, nos turnábamos con Claudio para... era insoportable, ir caminando allá arriba, ida y vuelta. Iba un primero, otro después, era... y después conseguimos una beca que una profesora de portugués, que se hizo muy amiga nuestra, nos consiguió una beca en otro colegio y él hizo... prácticamente fue alfabetizado en portugués. Ése es Nicolás, uno de los más chicos. Y después me quedaban los dos mayores, en el Bennett no me los aceptaron y bueno, conseguí otro colegio para ellos dos, terminaron su secundaria. Las cosas que nos dijeron, la verdad es que... muy lindas, fuimos a la fiesta de formatura de los dos, a agradecer por supuesto que los habían aceptado con una beca, y ... Teresiano, no sé si lo conocés, y nos dijeron “gracias a ustedes, por haber mandado a estos muchachos”. Los dos dieron el vestibular, los dos entraron en el vestibular. Mario, el segundo, el que está allá, que es ingeniero, hizo todo allá, entró en el vestibular de la católica y de la federal, de los dos, el mismo día, pero en la Federal no lo aceptaban porque no tenía documentación. Consiguí una beca en la católica e hizo ingeniería en la católica, ahora ya tiene documentación, tiene mujer, brasilera, tiene tres hijos brasileros... y Juan, el mayor de todos, entró, entró en el vestibular también, tampoco podía ir a la Federal por falta de documentación, y conseguimos una beca en la Santa Úrsula, me parece que se llama, la de biología. Ahí hizo biología, después hizo bioquímica, después hizo el maestrado de bioquímica,

P: Una excelente universidad, Santa Úrsula.

R: Sí, sí. Después volvió a Montevideo, se casó con una uruguaya, tiene dos hijos, hizo su doctorado en Montevideo. Esa es un poco la historia y el final fue la vuelta a Montevideo...

P: ¿Qué tiempo permanecen en Porto Alegre y en Río de Janeiro?

R: En Porto Alegre meses, ni siquiera unos meses. Llegamos el 1º de enero y en febrero, yo creo que ... o a fines de enero o principios de febrero, un mes habremos estado, volvimos... ya estábamos en Río. Y en Río estuvimos desde el ´81 fue eso, principios del... ´81, ¿no? Hasta fines del ´85, quiere decir que los chiquilines ya... pasó otra cosa, que me olvidé, también importante. Con Claudio estábamos desesperados porque nos querían mandar a Europa. Nosotros sabíamos que ir a Europa era no volver nunca más, con cinco, muchach... con seis... ¡siete! Muchachos en edades en que forman sus amistades, ya prácticamente estábamos seguros que no volvíamos. Entonces estábamos desesperados. Y nos querían mandar a Francia. Entonces empezamos a buscar. Fuimos a la Embajada de Rusia, de la Unión Soviética en esa época, no nos dieron mucha bolilla. Fuimos, y buscamos, dijimos ¿qué país de América Latina está necesitando gente más o menos preparada? Nicaragua. Había sido la revolución de Nicaragua, buscamos, increíble, pero fue increíble. Nosotros le habíamos dicho al francés, al de las Naciones Unidas, que a nosotros nos gustaría quedarnos en Río. Y nos dijo que Río siempre había rechazado, que Río no daba asilo político... Brasil, perdón, no daba asilo político, que era muy difícil eso. Pero él quería que nos fuéramos a Francia. Entonces buscamos desesperadamente y encontramos el Consulado de Nicaragua. Dijimos, yo médica, Claudio físico, ellos necesitan gente, nos vamos ahí. Nos fuimos al Consulado de Nicaragua. Las cosas son como tienen que ser. Llegamos, era en Nossa Senhora de Copacabana, me acuerdo perfecto, entonces caminamos, llegamos, y había un portero y nos dijo “¿precisan algo, están buscando algo?”, Claudio le dijo “venimos al Consulado de Nicaragua”,

“uy, hace tiempo que no está aquí”, nos dijo, “está en Brasilia”. Y bueno. Dale, vamos. Cuando volvimos, todavía estábamos en ese momento, todavía no teníamos vivienda fija, fue al principio. Cuando volvimos al Convento aquel donde estábamos viviendo nos estaba esperando el francés, Monsieur Frounit. Pero parece un milagro, porque nos dijo “¿ustedes siguen con la idea de quedarse en Brasil?”, “por supuesto”, dijimos. “Bueno, vamos a intentarlo, ustedes van a ser conejillo de Indias, vamos a intentar, de hacer un pedido de asilo político para ustedes y a ver qué pasa”. Así que no fuimos a Europa, nos quedamos en Río, nos echaron mil veces, estando en Río, cada tanto venían de la PM, comunicado, diciendo que teníamos que presentarnos rápidamente en la PM, nos decían que en veinticuatro horas teníamos que salir de Brasil.

P: La Policía Militar.

R: Claro. Entonces intervenía, intervenían las Naciones Unidas, decían que no había motivo, que éramos una familia con tantos chiquilines, todos excelentes estudiantes, yo estaba trabajando gratuitamente en la Santa Casa, hice mi posgrado de neonatología en Brasil, decía, “no hay ningún motivo para que se vayan, es una familia que no da ningún problema de ningún tipo, al contrario”, pero era permanente. Nos mandaban un comunicado y decían que en veinticuatro horas teníamos que dejar Brasil, y ahí intervenían las Naciones Unidas y así estuvimos, pero nunca nos aceptaron, nunca tuvimos documentación... nunca, nunca. Yo no podía trabajar, Claudio no podía trabajar, los chiquilines no podían estudiar. Éramos... no sé lo qué... pero llenos de amigos, las Naciones Unidas nos apoyaron, yo me hice mi posgrado, tuve que repetir el posgrado de pediatría, conseguí una beca [se ríe] yo también para... mi profesor de neonatología que sabía cuál era la situación - además me encontré con gente excelente-. Yo no podía tener ningún sueño, no podía trabajar y teníamos lo escaso que nos daba las Naciones Unidas para vivir. Claudio hacía artesanías, las vendía en las plazas. Artesanías en cuero, preciosas además, realmente, mapas, todo en pirograbado, Claudio tenía mucha habilidad en ese sentido y el profesor donde yo iba en la Santa Casa, que yo lo ayudaba, daba clases con él y él conocía la situación, me depositaba de su bolsillo todos los meses un pequeño sueldo en el banco. Y así vivimos en Río.

P: ¿Nos podrías hablar un poco de Claudio?

R: Claudio.

P: En este período.

R: Sí, yo... es difícil. Si yo te digo que yo nunca conocí a nadie como Claudio... [se conmueve] de pronto no sé si lo entendés. Pero fue el hombre más honesto, más honesto desde el punto de vista personal, incapaz de una cosa que pudiera herir o lastimar a alguien, el más honesto en su pensamiento y además no solamente en su pensamiento sino en su práctica de vida. Le ponía exactamente... en práctica lo que él pensaba, que eso no es fácil, eso no es fácil. Era un hombre con una “hache” mayúscula, así, grandota. Era un ser humano de excepción, la verdad que sí. Y bueno, y ahí lo que hizo fue artesanías, nunca logró meterse en su profesión, ¿no? Lo único que quería era volver a Uruguay, lo único, era su obsesión, volver. Y cuando se decretó la amnistía acá...me vine yo primero para recuperar trabajo, porque traíamos una cantidad de chiquilines, y él esperó con los chiquilines y lo primero que hizo fue....

P: ¿Estamos hablando de qué año?

R: En el ochenta y... fines del '85. Se murió en el '90. '91.

P: ¿Y en Río? ¿se quedaron estudiando...?

R: Se quedaron los dos mayores, que estaban en facultad. Estaban en la universidad, se quedaron para terminar, Mario conoció a su compañera, se casó y formó su familia allá, el segundo, que es el ingeniero. Y el mayor, que está acá, él terminó la universidad allá, vino otra vez al Uruguay, él ya tenía su compañera acá, se casaron y se fueron los dos, hizo su maestrado y volvió. Y los demás están todos acá.

P: Regresando a Uruguay, o antes de regresar a Uruguay, ¿ustedes acompañaron el

proceso brasilero, de transición política, o tenían algún vínculo, o había un...? En Brasil, me refiero.

R: Sí, sí, perfecto. No tuvimos vínculos con organizaciones políticas, no. Sí con la población de Brasil, por supuesto. Y además acompañamos todo el proceso, es más, yo nunca más en mi vida me voy a olvidar de la muerte de Tancredo Neves, nunca, nunca, no sé. Yo creo que lloré tanto como todos los brasileros. Fue impresionante, impresionante, porque era la posibilidad que tenía Brasil de llegar a un gobierno democrático, constitucional, y la verdad es que fue espantoso, me parece sentir en la televisión el himno brasilero cantado... pero te erizaba, es más, te digo esto nomás. Ninguno de mis hijos quería volver, ni uno solo. Claudio hizo una votación en casa, democrática, ahora vas a ver la democracia. Muy democrática. Dijo: “¿bueno, quién quiere volver a Uruguay y quién se quiere quedar? ¿quién se quiere quedar acá?”, todos levantaron la mano, “¿quién quiere volver a Uruguay?”, ninguno. Todos tenían sus amigos, fueron cinco años, seis casi, que a esa edad es muy importante. Los más chiquitos pasaron a ser niños ya grandes y los adolescentes pasaron a ser propiamente adultos. Tenían amistades, toda la convivencia, tenían miles de amigos, no sabés lo que fue la vuelta. Llantos, pero... siguen con los amigos, los esperan y cada vez que van allá se reúnen todos, es decir eso no se rompió nunca, fue una época muy importante para ellos, muy importante. Es decir, lo que más tuvimos en Brasil, aparte de acompañar los procesos, pero eso a nivel personal, pero contactos con la gente, teníamos muchos amigos, muchos amigos. No organizaciones políticas.

P: Perfecto. Cuéntanos un poco de este regreso.

R: Bueno, eso es una parte de este regreso, es una parte. Este regreso fue horrible, yo tengo... no horrible por volver a Uruguay, yo no volvería a vivir a Brasil, ésta es mi tierra, yo estoy compenetrada con lo que pasa acá y creo que mis hijos son todos igual, fue un momento muy especial la vuelta, ¿no? Fue romper con algo que duró un tiempo, ¿no? Además que fue muy lindo, aunque te parezca mentira. Estábamos todos juntos, porque... fue muy lindo, muy lindo yo... la época... lo vas a entender. La época de Brasil, para mí es una época luminosa, muy luminosa, la época de Uruguay no, porque Claudio ya vino enfermo, fue todo un proceso de la enfermedad de Claudio, la muerte de Claudio... fue muy feo todo eso, muy muy triste, muy feo. Entonces son dos contrastes grandes, ¿sabés? Pero está, fue así.

P: Al regreso de ustedes, ¿hay algún involucramiento, hay una continuidad de esa militancia política, se restablecen los... vínculos? ¿Qué pasa con Graciela y con Claudio en Uruguay?

R: Qué pasa con Claudio, no con Graciela. Claudio vino enfermo... Claudio fue... yo no sé si eso lo sabés pero se tejieron muchas... ¿Jair no te dijo? a Jair les llegaron las ver... claro, que Claudio era un traidor, que Claudio no sé qué, eso fue espantoso. Fue muy duro.

P: Cuéntanos un poco de eso.

R: Eso, que no hubo una reconstrucción, él escribió una carta al Partido Comunista, le escribió a Enrique Rodríguez, ¿tú lo conocés a Enrique? Nunca le contestaron, jamás, nunca, nunca le contestaron. No hubo una... una reconstrucción de vínculos... y además Claudio estaba enfermo, ya, estaba enfermo. Empezó deterioro físico, progresivo, al principio no tenía diagnóstico, que... yo qué sé, bueno, fue un cáncer de una malignidad espantosa. Cuando empezó a manifestarse, que fue cuando llegamos, ya tenía una evolución prácticamente terminal, ¿no? Pero acá la verdad es que yo no te puedo relatar qué pasó acá, porque no sé... es decir, sí a nivel familiar, por supuesto, pero desde el punto de vista político no hubo reconstrucción, yo... seguimos pensando lo que pensamos, por supuesto, pero no hubo un acercamiento. Fue muy feo. Todo lo luminoso que yo te digo que fue la estadía en Brasil, no fue acá, la verdad que no fue acá. No sé si la dictadura después de tantos años cambió... no sé qué fue lo que pasó, si cambió la forma de ver las cosas de la gente, no sé qué fue, pero no fue igual. Y tú lo sabías eso.

P: ¿Qué consideraciones o reflexiones podrías hacer hoy, Graciela, de todo esto? ¿Y quién es Graciela hoy, qué hace Graciela hoy?

R: [piensa] Bueno. Dame tiempo. Porque además pensé en Claudio y la verdad me alteraste mi... mi... yo las reflexiones que hago de todo esto, es que no me arrepiento de nada de lo que hicimos, que lo que pienso de Claudio es lo que te dije, que nunca conocí una persona así, íntegra y que tuve la familia más preciosa del mundo, ¿quién es Graciela hoy? Graciela es una mujer que ya hace mucho tiempo, porque esto de Claudio hace veintipico años, que tuvo que manejarse sola con muchos hijos, no solamente de los problemas cotidianos, resolver cosas, sino también económicos, que eran muchos muchachos, bueno, y que me siento orgullosa, todos se formaron, todos salieron adelante, los siete. Y en ese [...] mucha lástima lo que perdió Claudio, porque no se lo merecía, es decir, perdió la evolución de sus hijos, no conoció a ninguno de sus nietos, el más chiquito cuando él murió era un nene, Javier, tenía diez años, estaba todavía en primaria, en la escuela, que él tampoco conoció al papá que tuvo, lo conoce por cuentos, que no es lo mismo y es éste que me llama ahora, que tiene un hijito chiquito, que es periodista y que le va muy bien y que tiene muchas cosas del papá, en su forma de ser, en su capacidad, se parece mucho. Y todos tienen mucho de él.

P: Graciela, muchas gracias por esta generoso testimonio.

DEPOIMENTO 29 – LILIAN RUGGIA.

BUENOS AIRES, 22 DE MAIO DE 2012.

P: Lily, muchas gracias por recibirnos y la primera pregunta que te hacemos, nos gustaría saber un poco de tus orígenes familiares, para entender un poco tu trayectoria y la trayectoria de tu hermano en estos años adolescentes.

R: Bueno, nosotros vivimos en un pueblo de la provincia de Buenos Aires, llamado San Pedro. Es un pueblo muy lindo a orillas del Río Paraná. Ahí nacimos y crecimos, porque mi padre... tuvimos la... a ver: mi padre fue oficial de Gendarmería. A los veintiséis años, cuando mi madre está embarazada de mí, que soy la mayor, mi padre... se le declara una esclerosis múltiple. Mi padre conoce a mi madre en Corrientes, en un destino que él tenía en Paso de los Libres. De allí mi padre tiene un destino al sur, ellos se casan y se van a vivir al sur, mi madre está embarazada de mí que soy la mayor, en el sur, y mi madre, cosa de las mujeres de esa época, necesitaba irme a parir al lado de su madre. Entonces se va del sur, de la zona de San Martín de los Andes, a Corrientes a parirme al lado de su madre, cosa que la pobre vieja nunca pudo soportar porque yo necesitaba parir al lado de mi marido y lejos de ella [se ríe], era una loca de los partos y pobre, nunca se lo pudo bancar. Entonces, cuando yo nazco, mi padre se va del sur al norte, a Corrientes a conocerme, y ya no vuelve al sur, ya tiene la esclerosis múltiple declarada y qué sé yo, ya vuelve a vivir como una vida de retirado en el pueblo. Gracias a eso nosotros vivimos siempre una vida de civiles y llegado el momento de la adolescencia, tuvo dos hijos zurdos [se ríe]. Y bueno, vivimos allí, ya te digo, de la pensión de retirado... de oficial retirado de mi padre. Así que estas cosas locas de la vida, ¿no? Que se juntan... Bueno, llega la época de la adolescencia, yo siempre me crié en una familia... donde la policía era buena, imagínate, el padre un oficial de gendarmería, qué sé yo. Hasta que me pongo de novio con mi actual marido, que tenía una hermana militante y ahí había... su padre siempre había sido político. Ahí empiezo en mi casa se decía "acá somos apolíticos", esa palabra tan fea, por favor. Y entonces, bueno, empecé a conocer la política, a interiorizarme, a estar en una familia donde se vivía la política. Mis cuñadas militaban, la casa de mi suegra fue allanada varias veces por la policía, la de ellos también, bueno. Entonces empiezo a tomar ideas de izquierda. Por otro lado, mi hermano, porque nos llevamos trece meses Enrique y yo, yo soy del '54, él del '55, yo de junio, él de julio. Trece meses, muy seguiditos. Tenemos otro hermano que es diez años más chico que yo. Pero nosotros dos éramos así como muy contemporáneos. Y bueno, cada uno andaba por su lado, con sus amigos, qué sé yo, porque también los hermanos nos queríamos mucho y nos peleábamos mucho como buenos hermanos... teníamos esa ambivalencia muy fuerte, nos matábamos y nos queríamos mucho. Parece ser que él tenía un acercamiento militante al peronismo que yo desconocía, porque yo más vale era... ahora soy peronista, nunca había sido peronista hasta Cristina y Néstor, nunca fui gorila, digo, pero desconfiaba de la dirigencia peronista, no así del pueblo peronista. Es decir, era una gorila de izquierda. Entonces... ahora, no hace mucho me vengo a enterar de que Enrique tenía una militancia... para la edad que tenía, dieciocho años, una militancia peronista, bueno. Entonces, cuando... tenemos... cuando terminamos el secundario, venimos a estudiar a Buenos Aires. Yo vine a estudiar psicología y un año después vino Enrique a estudiar veterinaria. Vivíamos en un departamento de estudiantes, un departamentito de dos ambientes que alquilaban mis padres para que nosotros viviéramos como estudiantes. Yo trabajaba y estudiaba y Enrique también. Él más libre, siempre, yo más estructurada, mi trabajo era la posibilidad de estar en Buenos Aires estudiando. Él si mañana no trabajaba, de algún lado le iba a sacar guita a la vieja, que era muy cariñoso con la vieja, mirá que yo me llevaba como el agua y el aceite con mi mamá. Entonces, como San Pedro queda muy cerca de Buenos Aires, estamos toda la semana en Buenos Aires y nos vamos los fines de semana a San Pedro. Enrique en el año '73, cuando sube Cámpora, cerca de San Pedro, en el Partido de San Pedro, hay un lugar de campo que es un campo propiedad de la Facultad de Agronomía y Veterinaria, para experimentación de los alumnos, en la zona de Santa Lucía. Cámpora coloca al frente de ese campo a Jorge Rulli, que fue un militante de la Resistencia Peronista, un hombre que a esa altura tendría cuarenta años,

calculo yo. Se comienzan a hacer reuniones políticas en el campo, a las que iba Enrique, con sus amigos Marta y Cascote y... Esteban, Esteban es un gran amigo de Enrique y desde chiquitos somos amigos con Esteban, vivíamos en la misma manzana. Entonces el primero que se levantaba, la madre le sacaba el triciclo a la calle y empezaba a dar vueltas y cuando se despertaba el otro, y así hacíamos una pandilla de triciclos, y después de bicicletas y qué sé yo, con Esteban. Esteban es un desaparecido del año '77, desaparecido militando en Montoneros. Era amigo de otra chica Marcela Portillo, que hace poco he retomado contacto con ella y somos grandes amigas ahora, siempre me acompaña a las marchas y... ella siempre tiene un dolor muy grande por la desaparición de Enrique y de Esteban. Bueno, van al campo y empiezan... hacen acciones de militancia en el campo, charlas políticas... cuando cae Chile, bueno, ya cayó Chile, Jorge Rulli había estado preso en la dictadura del Gran Acuerdo Nacional, en la de Onganía. Cuando él sale de allí, de... de esa... de estar preso, se va a Chile. Y en Chile vive en la casa de Marta Munátegui, que era una señora por ese tiempo como de unos cuarenta y seis años, que... muy fina... creo, me han dicho que era secretaria del Partido Socialista de Chile. Cuando cae Allende, ella se exilia acá, una señora muy fina. Los hoteles de exiliados eran ratoneras infames en el centro de Buenos Aires, entonces Jorge la invita a Marta a vivir en el campo y ella desarrollaba allí pequeñas tareas de oficina, en el campo, había venido con su hijo Gabriel que era un pibe de dieciséis años que había militado en el MIR. Marta... es Marta la que conocía a los Carvalho de Chile y le pide a Jorge si puede alojar a Joel. Enrique conoce allí a Joel, en el campo, se hace muy amigo de Joel, le cuenta las historias de Joel, que era una familia diezmada por la represión brasilera, era para él Joel era como tener a... como tocar al Che con las manos, era una familia militante y que ya habían matado a su hermano devenir... [00:11:39], habían estado encarcelados todos, habían volado en una liberación de presos políticos en un avión que secuestró la... la guerrilla secuestró a un embajador y ese canje que hubo... y volaron a Chile en un avión de presos políticos y además Joel, que creo que tenía unos veintiséis años en ese momento -Enrique tenía dieciocho - había dejado, cuando se viene para la Argentina, a su esposa María embarazada en Chile. María tiene su hijo en Chile y cuando el bebé tiene ocho meses, recién María puede viajar a Buenos Aires y Enrique acompaña a Joel a Ezeiza, a encontrarse... porque no sé por qué entraba por Ezeiza, vino por Ezeiza porque podría haber venido... pero Enrique acompaña a Joel a encontrarse con su hijo que no conocía, una cosa muy movilizante y para un pibe de dieciocho años... para todos, pero... En esos tiempos que sucedían tantas cosas y todo pasó a lo mejor en cuatro meses, o no sé, porque... Joel cuando viene María ya se había ido del campo, creo que habían tenido una disputa política con Jorge Rulli y tanto Marta como Joel vienen a vivir a Buenos Aires. Joel se aloja en el Cecil Hotel, de Avenida de Mayo al 1300, era un hotel que pagaba el ACNUR a los exiliados, y Enrique, que estaba toda la semana acá estudiando, frecuenta a Joel... Joel era su amigo y lo frecuente periódicamente, permanentemente en el hotel. Tal es así que un día, él se había quedado ese fin de semana, y yo vuelvo de San Pedro un domingo a la noche, y en casa había una gran feijoada llena de brasileros, yo, bueno, saludo, qué sé yo, y me voy. En ese momento vi... a Joel lo había conocido porque en el... mirá... esto de que yo... los tiempos eran tan cortitos... porque cuando Enrique desap... sale de Buenos Aires el 11 de julio, el grupo sale el 11 de julio del '74 y mi papá murió el 19 de junio de ese mismo año. Y Joel, Jorge y Marta fueron al velatorio de mi padre, yo los conozco ahí, no los conocía, sabía que iban al campo pero no los conocía, así que entre el 19 de junio y... Marta se viene a Buenos Aires, qué sé yo, es tan cortito y él lo seguía viendo acá, y bueno. Y debe haber surgido en ese tiempo, Enrique se ha enterado de que Joel era tentado a viajar a Brasil, con supuestas tareas revolucionarias, y me imagino lo que Enrique debe haber insistido en unirse al grupo. Porque en realidad creo que era un peligro llevar a un chico como... sin... sin... con poca militancia, la verdad que me parece que era como una locura, pero bueno. Me imagino lo que debe haber hecho. Él en ese momento estaba con muchas ganas de unirse a la guerrilla de acá, que si Montoneros, que si ERP, en eso estaba, a ver quién le daba bolilla y cómo podía entrar. Y en esto surge esto, y se va con Joel. Acá todo parecía "uy, qué loco, qué descabellado, cómo se va..." pero... ¿por qué no pensar en un chico de dieciocho años, con... con la historia del Che, que se fue a luchar por Cuba, que se fue al Congo, que fue... bueno, era la época de la... como escribí ayer en la carta que me pidió xxxxLuisio era el sueño de la América Latina unida, y digo que bueno, nosotros tenemos ahora una oportunidad de vivir esto con Dilma, con Cristina, con Correa, con Lugo, con el Pepe, qué sé yo, bueno,

derecho que ellos no tuvieron de ver, ¿no? Pero bueno, por eso se fue. Porque en ese momento él quería comprometerse con la lucha revolucionaria y no lograba dónde insertarse en ese momento por esos días, y surgió esto y debe haber insistido para irse y se fue.

P: ¿La familia lo sabía esto, Lilian?

R: No, la familia no lo sabía. Esto era una cosa de cuestiones de izquierda entre los chicos... en casa.... Bueno, sí, discutíamos en la mesa, yo me acuerdo que en mi casa en ese momento se compraba La Prensa y El Mundo, como que era el diario más de izquierda y el más reaccionario. Mi abuela leía La Prensa o La Nación, el que fuera más barato. Cuando aumentaba uno se pasaba al otro. Me acuerdo que le discutíamos a papá, le decíamos “porque la policía...” qué sé yo, me acuerdo de mesas de domingos familiares, papá ya muy enfermo, próximo a la muerte, y nosotros diciéndole que lo que era la policía, que torturaba a las mujeres embarazadas, y que la picana y qué sé yo, todo lo que íbamos leyendo las noticias de El Mundo. Pero bueno, más que esto no sabían mis padres. Tal es así que cuando Enrique desaparece, nosotros vivíamos acá juntos, entonces yo trabajaba en una compañía de seguros en pleno centro de Buenos Aires y como a las dos de la tarde él llega y me dice “Clotita”, porque yo me llamo Lilian Clotilde, nombre que tengo totalmente asumido ahora, pero que fue el hazmerreir de todos los pibes: “¡uy, te llamás Clotilde, ju ju ju!” entonces cómo te llama tu hermano si sabe que no te gusta el nombre: Clotita. Entonces llega y me dice: “Clotita”, yo odiaba que me dijera Clotita, por supuesto, “Clotita, mirá, vengo porque... ¿vos tenés plata?”, me dice. Él le había... sabiendo que se iba a Brasil le había afanado, le había robado un cheque a mi vieja, que en ese momento los cheques eran a fecha, no sé si ahora son o no... Entonces no lo podía cobrar y me dice: “mirá, tengo un...” –yo no sabía que se lo había robado- “tengo un cheque de la vieja de tanta plata, ¿vos tenés plata?”, “sí”, le digo, “¿tenés tanta plata? Yo te dejo el cheque y después lo cobrás”, “sí”, le digo, en la cajita del ropero, donde yo guardaba mi sueldo, andá y sacá. “Bueno, bueno, bueno, yo te dejo el cheque...” y entonces se vuelve y me dice: mirá, es como que pareciera que no me quería decir nada pero de última me dice. Me dice: “mirá, yo me voy a Brasil con Joel y otra gente. Comprá O Globo porque vamos a hacer algo que va a salir en el diario”. Yo me imaginaba alguna acción de propaganda, o algún secuestro o alguna cosa, una acción política. Me quedo medio petrificada porque yo sabía que Joel había volado... yo sabía que Joel tenía pedido de captura en Brasil. Y entonces me quedé como helada un segundo, él me da un beso y se va. Yo trabajaba en una recepción con un conmutador pequeño que no podía largar ni muerta, ni irme. Entonces me quedo así un segundo y empiezo a pedirle a algún compañero, que eran los que me reemplazaban cuando yo iba al baño o qué se yo, que por favor se quedaran en el conmutador. La compañía tenía lineamientos muy estrictos, digamos, no se podía salir del piso si vos no firmabas un memorándum, ni mucho menos a la calle sin firmar un memorándum que te autorizara el jefe al irte, a salir... yo tenía un pánico... y yo estaba en una recepción, estaba el hall y el ascensor, entonces él toma el ascensor y sale. Y yo dudo esto, llamo... me quedo petrificada, llamo al compañero y me largo escaleras abajo por la escalera corriendo... para preguntarle: “¿Y si no volvés qué hago?”, una medida de seguridad. No lo veo abajo, entonces me arriesgo y salgo a la calle, salir a la calle era más o menos que te echaran, sin haber firmado el memorándum, el pedido... salgo a la calle... ese era un momento... mi lugar de trabajo era en Sarmiento entre 25 de Mayo y Reconquista, pleno centro, era un momento que la calle se hacía peatonal y estaba lleno de gente con corrida de dólar, los “arbolitos” estos que ahora están poniendo en cana, lleno de arbolitos, dólar, dólar, un mundo de gente, un río de gente. Yo salgo a la calle y no lo veo. Y no lo vi nunca más. Yo me quedo... por supuesto esto que él me dice no era para decirle a mi madre, era para decírmelo a mí. Yo me quedo muy preocupada, salgo del trabajo, le cuento a mi novio, y bueno, nos quedamos preocupados, él me dice “yo voy a volver en una semana, diez días”, pasa la semana, pasan los diez días y no vuelve y yo quedo con esto “¿y si no volvés qué hago?”, por ese momento se había cerrado la frontera por una epidemia de meningitis. Ilusa yo, que en mi vida había llegado a la frontera, pensé que no iban a poder... por ahí no podían pasar por la epidemia de meningitis, de hecho no deben haber pasado por el puente fronterizo, pero yo de esto... para mí... nunca había ido a Cataratas, nunca había ido a Brasil... lo más que íbamos era a Villa Gessell de vacaciones los jóvenes de ese momento, no era como ahora que se viaja tanto, los pibes viajan tanto. Bueno, entonces me quedo muy preocupada, muy preocupada, no

viene, no viene. Mi mamá: “¿y Enrique, y Enrique?” y yo “no sé, mamá, no sé”, porque... ah, él le había dicho a mi mamá que se iba a Córdoba. En ese momento hubo en Córdoba un episodio guerrillero y mamá empezó a fantasear de que algo, de que Enrique debía haber estado ahí, que algo habrá pasado con Enrique ahí, pero mucho no sabía qué hacer. Mi mamá, muy enojada conmigo, porque me decía “vos le metiste las ideas esas comunistas a tu hermano en la cabeza”, como que yo era la culpable, vos tenés la culpa, porque vos le metiste... entonces con mamá no se podía hablar, además mi mamá pensaba que ella iba a ir a los gendarmes... ah, y además decía, “vos tenés la culpa porque le metiste esas ideas en la cabeza y “y el Joel ese tiene la culpa, el comunista ese, ese Joel el comunista tiene la culpa, seguro que se fue con él”, entonces mi vieja quería ir a hablar con los gendarmes compañeros de mi viejo, para decirle lo que sabía para que le trajeran a su nene. Y yo digo “imamá, no podés, ir, no podés ir, no te das cuenta que ellos son el enemigo! a ellos les importa tres carajos de que sea tu hijo, para ellos es un militante de izquierda”, y entonces mamá que no, que sí, que yo le... entonces un día me acuerdo que le grité en la cara llorando y me fui para lo de mis suegros, ellos ya sabían que yo estaba preocupada, ellos sabían todo, como que yo a mi vieja no le cont... y digo... porque digo: “¿querés que te diga una cosa? Te lo van a traer, ¿pero sabés cómo te lo van a traer a tu nene? En cajón de cartón te lo van a traer”, porque en ese tiempo todavía devolvían a los militantes, pero en cajón de cartón. Me acuerdo de eso. Entonces todas las investigaciones, yo asumí la investigac... la búsqueda de Enrique sola, acompañada por Eduardo que era mi novio en ese tiempo.

P: ¿Estabas con qué edad en ese momento?

R: Y nos llevábamos... Enrique cuando desapareció le faltaban... se fue el 11 de julio y el 25 hubiera cumplido sus diecinueve años. Y yo como los cumplí en junio tenía veinte recién cumplidos. Entonces, bueno, empezamos a ver “y qué hacemos, qué hacemos”, yo tenía amigos que militaban en ERP, amigos que militaban en Montoneros, entonces los consulté y me dicen “Lily...”, me extraña el profundo desconocimiento que tenía la militancia de ERP y de Montoneros que yo consultaba, sobre el proceso de Brasil, yo siempre digo que el desconocimiento tal vez haya tenido que ver con la barrera del idioma, no sé por qué, o la negación...

P: ¿No tenían mayor conocimiento de lo que era el sistema represivo en Brasil?

R: Mirá, ellos me decían: “Lily, pero no puede irse a Brasil, si en Brasil hay una dictadura larguísima, es... los escuadrones de la muerte hicieron mierda todo, no hay nada en Brasil”... Entonces yo lo que les pedía era coordinadora, yo sabía que en ese momento había coordinadoras de Tupamaros, Movimiento boliviano, chileno, argentinos, que a ver si podían conectar las coordinadoras para ver si había alguna coordinación con Brasil. “no, Lily, no, con Brasil no hay nada”, acá había exiliados brasileiros, pero que acá en ese momento había uruguayos y chilenos no era secreto para nadie, al menos para nadie más o menos... politizado, nos cruzábamos todo el tiempo, los conocíamos. Pero que había brasileiros, eso no se sabía. Los brasileiros acá eran como un grupo muy cerrado, estuvieron muy poco tiempo, no se sabía. No hacían mucho lazo, al menos yo no lo sabía, ni mis amigos, todos gente de izquierda y algunos militantes, bueno, entonces qué hacemos, qué hacemos... ¿Presentar un Habeas Corpus? Ya eran las épocas de Habeas Corpus, era peligrosísimo. Además yo decía “si yo presento”... yo pensaba, tal vez algo les salió mal y no pueden volver todavía, capaz la frontera se cerró y no pueden pasar, si yo presento un Habeas Corpus los escracho, digo que se fueron a militar, yo tengo que... los quemo, tengo que esperar que vuelvan. Y además cuando uno presentaba un Habeas Corpus empezaba a ser sospechado él, mi departamento de estudiante, todos, digamos, todos pasamos a estar bajo la lupa de la policía. Era a la inversa, el Habeas Corpus en esa época, en vez de ser un reparo para el ciudadano... era un reparo, sí, cuando... cuando se sabía fehacientemente que lo habían llevado la fuerzas de seguridad y que ya no había nada que ocultar, ellos eso lo sabían, digo, pero cuando había duda... emmmm... no nos parecía. Entonces no hicimos, muchos años después me dijeron... una abogada de derechos humanos me dijo “¿pero vos tenés Habeas Corpus presentado? ¿Cómo no presentaste un Habeas Corpus?” y no, tuve miedo por estas razones. Entonces nosotros sabíamos que él tenía amigos brasileiros y que los amigos vivían en hoteles, y que él iba a visitarlos a los hoteles y se encontraban ahí. Entonces empezamos con mi marido a buscar... a revisar los cuadernos, los cuadernos, los papeles de él, qué sé yo, y ahí empezamos a encontrar

anotaciones de Hotel tanto, en tal lado, Hotel Chile, de uno que... en tal calle, éste, el otro... y decidimos empezar a recorrer los hoteles en busca de los brasileros, de militantes brasileros. Por supuesto llegábamos a los hoteles, dos pibes jóvenes, también la cana era joven, vestida de civil, que no nos conocían, “mirá, yo estoy buscando a los amigos de mi hermano, que son militantes brasileros”, “no, no, no, acá nada, no, no, nosotros no conocemos...” así vamos de hotel en hotel, pero para la desgracia siempre he tenido una lucecita de suerte que uno dice no sé cómo se me dio y se dio en ese instante. Llegamos al Cecil Hotel de Avenida de Mayo, y ahí nos dicen “no, no, acá no hay brasileros de ninguna manera, exiliados acá no!”... en ese momento que nos están diciendo eso bajan dos personas hablando portugués, para qué, ahí nos quedamos. Insistimos, insistimos, hasta que alguien, uno de ellos nos dicen, bueno a ver, esperen un momentito, quédense, acá. Suben la escalera, era una escalera lúgubre, de madera que hacía crac, crac, crac, ese ruido como fantasmático cuando subías encima del cagazo que uno tenía, al rato bajan y me dice “suban, vengan que vamos a hablar con ustedes, y ahí nos recibe Sonia, que era una chilena compañera de Daniel, de Carvalho, y Jairo, que era el hermano más chico que se había quedado acá, que no se había unido al grupo. Después, mucho tiempo después me enteré que también estaba Dina, pero nunca la conocí en ese momento, en realidad mostraban la cara los mínimos que... Yo sabía que Joel vivía ahí con María, su mujer y el bebé, conocía a María, María era una joven brasilerá de San Pablo, una chica del pueblo, que no tenía la menor idea de política, que se había enamorado de Joel y lo había ido siguiendo, pero tenía un desconocimiento absoluto. Joel le había dicho a María que se iba unos días a mar del Plata a conseguir trabajo. Pero yo a María la veo después, cuando yo hablo con Sonia y con Joel... y con Jairo. Y les digo que busco a Joel, que mi hermano era amigo, que me dijo esto, en realidad mi hermano me dijo que se iba con Joel y otra gente, que estamos muy preocupados, que no han vuelto. Entonces ella me dice “sí”, era Sonia más vale la que hablaba, Jairo la acompañaba, me dice “sí, acá no falta sólo Joel, falta Joel y otra gente, nunca me dijo nombres, quiénes, en realidad nosotros podíamos haber sospechado de que ellos se fueron a Brasil pero ninguno nos dijo yo estoy furiosa, decía, con mi compañero, Daniel nunca pudo haberme hecho esto, porque Daniel tuvo que haber tenido una medida de seguridad para conmigo, tuvo que haberme dicho si no vuelvo qué hago, mirá, me decía Sonia, nosotros hemos militado en Chile y esto es lo que se debe hacer, no puedo tolerar de que se haya ido, así sin... pero vos venís a cerciorarnos de que se han ido a Brasil, aunque ellos lo intuían... te digo que si yo lo veo aparecer a Daniel ahora por esa puerta, no sé si me desmayo o lo rasguño”, me decía ella. Bueno, así fue como pasaron... ellos nos dicen que sí, y no nos dicen... yo quería saber algo más, no nos dicen nada, yo me doy cuenta que ellos no confían en nosotros, que tienen miedo, que no nos conocen, entonces lo único que podíamos hacer era ir... tratar de tentar su confianza. Entonces yo trabajaba de doce menos cuarto a siete y cuarto, y dos días a la semana cursaba en la facultad, o tres. Los días que no cursaba en la facultad me iba del trabajo directamente al hotel, tomaba unos mates con ellos, “¿saben algo, tienen alguna novedad?”, “no, no”, bueno, hablábamos de bueyes perdidos, estaba Jairo con su hijo también que era un poquito más grande, Josemar, es que yo no me acuerdo muy bien... Uno es Alexandre y uno es Josemar, no sé cuál es de Joel y cuál es de Jairo, me he olvidado en este momento. Y yo hablo mayormente con Sonia o... y después, poco tiempo después, Sonia se va de Buenos Aires y continúa su exilio en Venezuela, no me deja contacto, ella se va y yo quedo hablando con Jairo, pero Jairo era muy reacio, entonces hablo con Laura, que era su mujer. Yo iba, tomaba mate con Laura, jugábamos con el nenito, veíamos a María, a veces estaban los dos nenes y Laura me decía que no, que no sabían nada, que no sabían nada. Pasó un tiempo, poco, tal vez, como todo esto tan vertiginoso que sucedió, en que Laura y Jairo continúan su exilio en Portugal. Era el tiempo de la Revolución de los Claveles en Portugal, se van a Portugal. Y yo me quedo sólo con un contacto epistolar con ellos. Yo le escribía a Jairo y me contestaba Laura, y Laura me decía, “bueno, Jairo no te contesta porque él no quiere ni saber, se ha quedado tan afectado, no quiere... cuando llega tu carta se pone tan triste, se pone mal”, y bueno, entonces ella me contestaba. Hablábamos de bueyes perdidos, tengo unas cartas ahí donde yo le cuento que estoy embarazada, que me he casado, que estoy embarazada, que va a nacer el bebé, que nació Joaquín, mi hijo mayor. Pasa el tiempo, yo tengo tres hijos muy seguidos. Yo vivía ahí, en esa esquina, donde nos carteábamos, a esa dirección nos carteábamos con Laura. Cuando faltan veinte días para nacer mi segundo hijo, dos años y medio después, nos mudamos a este edificio, a un depar-

tamento más chico pero... en este mismo edificio. Como yo me mudo acá, en el momento que yo me mudo acá Jairo se muda, en la última carta ya me dice, que se van a continuar su exilio en París, esa fue la última carta, por eso yo me entero que ellos se van a París. Y ellos se van a París y yo me vengo acá, las cartas tardaban qué sé yo, pierdo contacto, pierdo mi único contacto con poder saber algo... y además era un contacto... exclusivamente un contacto personal, porque yo no sabía que ellos eran militantes en San Pablo, no sabía que eran de la VPR, no sabía nada, sólo sabía que eran brasileros militantes.

P: Hasta ese momento, tú no habías comentado eso con nadie en Buenos Aires...

R: No tenía con quién, con mis amigos, con... no había con quien, a la policía, a los medios orgánicos no se podía recurrir. Era angustia y de esto nosotros lo único que supimos hacer y que nadie me indicó que podía llegar a hacer. Imaginen mi angustia cuando pierdo el contacto, pasan los años y yo mucho no podía hacer... poco antes de que terminara la dictadura, Jorge Rulli fue nuevamente encarcelado en la dictadura de... de esta última dictadura. Yo supe que fue encarcelado y cada tanto había publicaciones, al final de la dictadura, que liberaban presos a disposición del Poder Ejecutivo Nacional, a disposición del PEN. Entonces salían listas en los diarios de los liberados a disposición del PEN. Yo siempre leía las listas, a ver qué conocido salía o que... siempre, o quién había estado preso que uno no se había enterado, siempre leía las listas. Y en una de esas leo, como liberado del PEN a Jorge Rulli. Me muero por conseguir un contacto con Jorge... quiero comunicarme con Jorge para preguntarle por Marta, yo sabía que ellos habían quedado sin contacto con Jorge, pero yo quería... a ver si Jorge sabía algo de Marta Monátegui, porque yo pensaba que Marta podía saber, pero nunca había podido hallar a Marta. Mi otra esperanza, perdido los Carvalho, era hallar a Marta, cuando leo esto de Jorge, entonces empiezo a hacer contactos con gente, y de derechos humanos y... en ese momento se había armado el CELS, el Centro de Estudios Legales y Sociales y ahí estaba como abogado Jorge Baños, que no sé si ustedes recuerdan, dicen que fue muer... la historia oficial dice que fue muerto en La Tablada, Jair dice que le consta que después de La Tablada los milicos lo fueron a buscar y lo tiraron adentro de La Tablada. Eso es un... una información de Jair... Jorge era un pibe angelical, muy tierno, divino, y muy comprometido. Nosotros en ese momento, mi marido sobre todo estaba militando en el PI, en el Partido Intransigente, ahí tenemos una compañera que es amiga de Jorge Baños, entonces nos dicen que por qué no voy yo al CELS a plantearle esto a Jorge, a ver si él me puede ayudar con el tema de Enrique. Cuando yo le cuento a Jorge, Jorge que era un tipo re comprometido, me dice... escucha, escucha y me dice "pero decime ¿vos estás segura que tu hermano estaba en la polit... que el caso de tu hermano es un caso político? ¿No estará en la falopa, en otra cosa?". Ay, cuando me dice esto, yo que era tan esperanzada en que algo se habría..., una angustia... solita ahí, yendo a hablar con Jorge, Jorge me sale con esto. Entonces digo, trago mi angustia, me repongo, sigo tirando para adelante y le digo: "bueno, mirá, una idea que yo tengo para seguir esto por ahí vos me podés ayudar, es... yo necesito ubicar a Jorge Rulli", Jorge Rulli es un conocido militante. "Ah, me dice, sí", "porque yo por Marta, qué sé yo"... me dice "esperame un segundito". Él estaba como estoy yo acá, un escritorio, yo ahí atrás otro escritorio. Se para y se va a ver la abogada que estaba en el escritorio de atrás. Habla con ella, cuchichea con ella y viene y me dice: "Mirá, sí, Jorge salió efectivamente y estuvo viviendo en la casa de ella, de la abogada que estaba atrás, pero se rajó del país", había que presentarse todos los meses, "se rajó y se fue a España". Acababa de llegar de España un amigo, el Nono Frondizi, no sé si lo conocés, Marcelo Frondizi, es un militante de ATE, le dicen el Nono porque es el abuelo de la militancia. Él estaba casado.... bueno, fue... él es sobrino de Arturo Frondizi, sobrino de Silvio. Cuando matan a Silvio, una amiga sampedrino era compañera de colegio de su hij... de facultad de su hija, y en el velatorio se conocen con Marcelo y se casan y se van al exilio juntos y acababan de volver del exilio. Entonces yo me voy a la casa y le digo: "Marcelo me pasa esto, ¿te acordás el tema de Enrique? necesito ubicar a Jorge Rulli, necesito ubicar, me dicen que se ha ido a España y como la comunidad de militantes se comunicaba en España", entonces él me dice "mirá... ay, Lily, Jorge estuvo en casa antes de yo, de venimos nosotros para acá porque quería hablar conmigo, y no me encontró pero me dejó su dirección. Vos sabés que yo soy un despelote, esperá que venga Susana, cuando viene Susana yo se la pido", llega Susana, Susana no puede encontrarla, la mudanza, las vueltas, qué sé yo, Marcelo me dice "mirá, Lily, Susana no encuentra la dirección pero

vos hacé una carta para Jorge porque se está por ir el negro Portantiero”, ¿ubicar al profesor Portantiero? Para España... era profesor de sociología, profesor... fue de las cátedras marxistas, fue profesor mío en la facultad... “se está por ir el negro Portantiero, hacé la carta que yo se la doy a él para que él se la alcance a Jorge”. Cuando Portantiero llega a España Jorge no está más en España, está en Suecia, estuvo en la famosa clínica de recuperación de la tortura de Suecia y vivió en Suecia mucho tiempo. Esta carta va como seis u ocho meses de mano en mano, de compañero en compañero hasta que llega a Jorge. Cuando llega a Jorge, me mandó una carta que tengo guardada, súper afectiva, súper emotiva, él se había enterado de la desaparición de Enrique y de Esteban en la cárcel, lo había sufrido muchísimo y se consideraba culpable de lo que les había pasado, cosa que para mí por supuesto no lo era bajo ningún punto de vista. Él decía que él debió ver, mirado más lo que sucedía en el campo, dado que estos chicos tan jóvenes, qué sé yo. Yo le digo que no, yo no lo siento... que por favor le dé sus disculpas a mi madre. Bueno, yo ahí cuando le contesto, le contesto que no lo considero culpable, que le agradezco lo de mi madre pero que no se las voy a dar porque mi madre no conoce mis... mis... me considera culpable de la desaparición de Enrique, y que no conoce y que por seguridad yo no le cuento a ella mi búsqueda. Mamá iba a videntes, qué sé yo, yo decía que se entretenga, mientras que no vaya a los milicos que vaya con quien quiera, a todo el chamán que quiera, qué sé yo, entonces mamá iba de un lado a otro, que de un lado llevaba un trapo, que en el otro tiraba una cosita... bueno, yo mientras que la veía entretenida para mí era... andá adonde quieras. Entonces Jorge se encuentra en Suecia, no sé si en esa clínica o en ese exilio, en ese grupo de exiliados latinoamericanos, conoce... se encontraba Flavio de Souza, Flavio era un militante de San Pablo que había vivido... porque como él sabe que ahí hay militantes brasileros intenta contar esta historia a ver si alguno me puede ayudar, porque él en realidad no me puede ayudar. Salvo en darme la dirección de Marta, que me cuenta, mirá, otra casualidad, él había perdido contacto total con Marta, pero poco antes de ser él liberado su mujer se encuentra casualmente con Marta por la calle, y Marta le da la dirección y la mujer la conserva. Entonces me la da, era una dirección muy vieja, cuando yo voy a lo de Marta, digo “Marta no vivirá ya más”...

P: ¿Dónde estaba Marta?

R: En el barrio de Belgrano. Entonces toco el timbre y me dice... yo muy canchera como si fuera su amiga, sale una nenita corriendo y me dice: “Sí, ¿a quién buscás?”, y yo le digo “a Marta, ¿está Marta?” y me dice “no, la abuela se fue a trabajar, todavía no está”, qué sé yo... entonces aparece el papá de la nena, que yo conocía porque estuvo en San Pedro y había ido al velatorio de mi padre. Lo conocí, bueno, me hace pasar, le cuento que estoy... al rato llega Marta, y Marta no... no sabía, no tenía informaciones para dar. Había sabido de la desaparición, había sufrido mucho pero no tenía datos ni forma. Quise ver si Marta me podía conseguir el dat... volver a rehacer el contacto con Sonia, Marta quedó en buscármelo, en ver si lo conseguía en Chile, pero... tampoco nunca lo pudo conseguir. Y te estaba diciendo lo que... los datos que me da Jorge Rulli en su carta, contacta a Flavio de Souza, entonces Flavio le dice que él vivió en el Cecil Hotel en el año '74, que efectivamente desapareció un grupo, que el grupo estaba integrado por: por primera vez sé quién integraba el grupo. Según él, estaba integrado por Joel, por Daniel que era lo que yo sabía, por Onofre, que dice que era un ex sargento del Ejército, que no sé qué, que estaría sospechado de ser un servicio, ahí en esa carta medio lo dice, un viejo zapatero llamado José Lavequia [00:50:56] y Víctor Ramos, o Jamos o Zorro, que esta persona, según Jair, Víctor Ramos, Jair averiguó, desapareció después, bastante después, que no integra el grupo. No sabemos si este Zorro es el mismo o no, otros dicen un Faría Lima, alias Zorro, creo que Chaves en un artículo, incluso lo estoy leyendo ahora dice un Faría Lima, alias chorr... Zorro, esta persona la verdad es un misterio, nadie sabemos si lo ocupa o no, sólo un día si se revuelve en la tumba se verá si hay uno más o uno menos, si se encontraran las tumbas... las fosas. Bueno, entonces, Flavio dice que el grupo pertenecía a una guerrilla... a un grupo llamado BPR, no dice ni siquiera guerrilla, que Jorge escribe con “B” larga, y dice “posible Brigada Popular Revolucionaria”, porque la escribe con “B” larga. Tiempo después me doy cuenta que lleva una “V” corta y que es Vanguardia Popular Revolucionaria. Imaginate mi desconocimiento, esto ya era por el año '83, todo esto, ya hacía casi diez años... Entonces... y me dice que yo podría escribir a Evaristo Arns, a Clamor, a un tal diputado Faría... bueno, no me acuerdo ahora cómo se llamaba, yo escribí a

dos o tres cosas, escribí a todos, el diputado nunca me contestó, Evaristo Arns me dijo que no tenía datos, que los apuntaba y que en tal caso me diría, bueno. Pero quería algo más, que eran militantes de San Pablo, metalúrgicos en San Pablo, los Carvalho, bueno, se podía buscar en San Pablo... bueno. Mucho más me parece que no... ¡ah! Un día yo estoy en la facultad, porque yo dejé nueve años la facultad y me reincorporé después, entonces nueve años después me reincorporé a la facultad, estoy en la facultad y dicen "hay una Asamblea de derechos humanos, acá hay un compañero de Brasil de... un compañero de... de... de Brasil de Clamor", creo que era. Yo me quedo petrificada, se me empiezan a caer las lágrimas, tenía una parva de libros así, dejé todo así a mi compañera de al lado y salí llorando, porque en ese momento de mi síntoma es que lloraba, lloraba, podía hacer todo pero no podía parar de llorar, entonces lloraba, lloraba, lloraba y en el camino a donde estaba el tipo... el muchacho este en la tribuna me encuentro con un compañero, que era un compañero politizado, había estado en Montoneros en Mar del Plata, en la época de las Corbatas, un militante de periodistas, que estudiaba conmigo y que sabía el caso, yo le había contado, estudiábamos juntos. "¿Qué te pasa?", me dice, cuando me ve llorando así como una loca, me dice "qué te pasa?" y yo le digo "¿escuchaste, que es de Brasil, que yo quiero..." bueno, me deposita en un rincón del aula, me dice quedate acá, yo hablo con él. Bueno, él le dice que nos encontramos en diez minutos en el bar de la Facultad, se llama "Psicosis", facultad de psicología, hablo con él, le cuento, qué sé yo y me dice que bueno, que va a llevar sus datos a... los datos a Brasil, qué sé yo. Al año..., él me escribe que no consigue datos, que... al año me... me llama, que está de nuevo acá, que le gustaría verme y me trae el Nunca Más Brasil, yo por charlar con él y... ¡ah! Y me trae los datos de Dina de Carvalho, dice que él ha averiguado y que en esos momentos Lula estaba preso y que Dina... a ver... Dina era amiga de la abogada de Lula y por ese... él estaba en contacto con esta abogada, y entonces me había conseguido... ahí empiezo a tratar, porque mi cosa era hacer lazos con los familiares, aunar esfuerzos, ellos deberían tener más conocimientos que yo para buscar, y ya deberían saber algo. Entonces hago esfuerzos... empiezo a tratar de comunicarme con Dina por carta, por teléfono... consigo el teléfono y la dirección de Dina, él me consigue, porque era, bueno, tenía esta abogada de Lula, allegada que era amiga de Dina. Dina es la mujer de Devenir, un amor, yo la conocí después. Pero tenía mucho prejuicio de hablar por teléfono, de escribir, y yo le escribía desesperada, por favor, qué sé yo, cada tanto escribía, si tenía alguna noticia inmediatamente la socializaba, para ver qué más podía, toda cosa nueva que aparecía, y ellos no contestaban o me decían... yo llamaba por teléfono, me costaba tanto hacer un llamado por teléfono a Brasil, capaz de estar tres meses ahorrando moneditas para llegar en ese momento a hacer un llamado. Y los brasileros que hablan por teléfono y encima hay que entenderse. Yo estaba así, viste "ay, ya van por los veinte pesos que había ahorrado", era terrible. Bueno, muy difícil todo, era una piba jovencita con tres chicos, contigo pan y cebolla, todo era... entonces, me consigue el teléfono de Dina y nunca pude hablar mucho con Dina, tenía ganas de comunicarse pero no se comunicaba. Yo consiguiendo, ahorra y decía "Dina, por favor", "sí, sí, Lilian, va carta, va carta", nunca venía la carta. Eran prejuicios de ponerse a escribir, cuestiones culturales. Entonces siempre yo tratando de hacer lazos con la familia esa, muchos años después fui a San Pablo, fui al barrio, estuve en la esquina de la casa, volviéndome porque ya no encontraba la casa y le digo a mi marido: "ay, miremos un poquito, tomemos acá", estaba a media cuadra, ahí cambian de nombre, de número, no sé qué es, un barrio muy intrincado, estaba en la esquina, había ido hasta el barrio ese Santo Antonio... no... Santo Antonio no... San Bernardo, Santo Antonio es la zona de Foz de Iguazú. San Bernardo, el barrio San Bernardo. Estábamos en la esquina, que nos llevó no sé qué cantidad de tiempo de ir en el tren y qué sé yo, y ya no la encont... ay, qué alegría cuando nos vimos, qué alegría verla, qué hermoso. Fue hermoso, charlamos un montón, es una mujer entrañable, muy politizada, se volvió a casar ella pero nunca abandonó, sigue viviendo en la casa de los Carvalho, María, la mamá de ellos ya había muerto, quedamos en contacto con un hijo que tenía mail en ese momento, que también lo perdí, ahora estaba tratando de ver si tenía contacto con Dina, pero no, le pido a Jairo que me dé contacto con Dina, ay, son unos teléfonos descompuestos, cómo cuesta que den un dato [se ríe], no es por malos es porque... por no querer acordarse, por... qué sé yo, pero es tremendo no poder sacarles. Mi hijo estuvo en Europa el año pasado o el anterior y estuvo en casa de Jairo y Jairo lo alojó en su casa en París. Eso fue muy lindo también, y le reconoció que sí, que ellos desconfiaban, una pareja joven que venía... reco-

noció eso, la misma impresión mía. Bueno, un día después de que estuvo mi hijo en su casa llamó por teléfono un domingo a la mañana y hablamos como dos horas por teléfono París – Buenos Aires, no sé qué yeite hay de hablar barato los domingos y me llamó, después de tantos años. Entonces, siempre yo queriendo hacer lazo con los familiares, siempre siéndome muy difícil, en el medio tuve contactos con entidades de derechos humanos de acá, que esa vez me salió así, cuando la CONADEP yo quise ir a denunciarlo en la CONADEP, me dije no puede ser que mi hermano haya desaparecido, era como un gato que le pegan un tiro en la cabeza y no hay que inscribirlo en ningún lado. Fui a la CONADEP, en la CONADEP me dijeron que era anterior a los centros clandestinos de detención y por eso no lo tomaban, en realidad yo fui solita, muy movilizada, eso me lo dijo el cana que... personal de seguridad que estaba en la puerta y yo me angustié tanto que me lo comí. Hoy hubiera golpeado la puerta y hubiera pedido por otra persona, pero en ese momento no lo hice y fue horrible, quedé como girando, así... iba con la expectativa de por fin poder inscribirlo en algún lado, he ido a Madres de Línea Fundadora, a Madres de Hebe, por ejemplo y no, no apareció como desaparecido, porque era otra cosa. En ningún lado lo podía inscribir, en ningún lado. Es larguísimo. Para ir abreviándote, porque no sé, alguna vez voy a hacer un libro, digo, pero nunca lo hago. Estábamos con que este chico de derechos humanos me consigue el contacto, al año vuelve y me regala el libro, en eso estábamos, del Nunca Más.

P: El “Brasil Nunca Mais”...

R: Yo por hablar con él no miro el libro, me subo al colectivo 41 que es el que me traía de la facultad, abro el libro y empiezo listas. Y ahí leo no el nombre de Enrique, Enrique no estaba inscripto en ningún lado, ahí leo los Carvalho desaparecidos. Es decir que un día cualquiera, sola, arriba del 41 descu... se firma, digamos, que mi hermano está desaparecido. Que obviamente uno lo intuye, lo sabe, lo qué sé yo, pero bueno, hay cosas así simbólicas que marcan que sí o sí... ¿no? Esa es otra de las cosas. Pasa el tiempo, en el CELS me ayudaron, me acuerdo que en un momento el... cómo se llamaba... el fundador del CELS... Emilio Mignone, en un momento... pero ya en ese momento había conocido a Jair y creo que Jair me manda a hablar con Emilio, o no sé quién me manda a hablar con Emilio, que él me facilita el fax. Recién aparecían los fax y él tenía uno para la militancia, que lo tenía en su departamento, en su casa, me acuerdo, un departamento precioso en la Avenida Santa Fe, pero oscuro... como que le llevaron xxxx hija, era una tumba ese departamento. Bueno, y él me facilitaba el fax que era una cosa para nosotros muy... si vos tenés que mandar, tenés que recibir, entonces también fue de gran ayuda pero mucho nadie sabía qué hacer, por ahí se conectaban afectivamente conmigo y trataban de ayudarme.

P: Lily, en esta información que tú tuviste, del desaparecimiento de los Carvalho, ¿no tenías todavía una información de fecha?

R: Bueno, la fecha yo la sa... decí... está equivocado: en el libro dice ´73. Hay un error. Pero sabía que estaban... parecía denunciados en Amnesty Internacional, entonces escribí a Amnesty Internacional, nunca me contestaron de Amnesty Internacional, porque ahí parecía que la denuncia venía de Europa y de Amnesty, entonces yo trataba de ver qué datos tenían ellos. Qué sé yo las cosas que he hecho, te puedo asegurar que... es tanto, y algunas tan ocurrentes, que se te ocurren después de años, que las tenés en la punta de la nariz y un día las viste, y decís “voy a seguir esta línea, y ésta, y ésta” y así. Bueno, un día yo decido ir a Brasil de vacaciones. Muy movilizada, primera vez que iba a la playa de Brasil, pero iba a Brasil, ahí donde había muerto mi hermano, lo habían matado, es muy feo decir que ha muerto cuando lo asesinan. No hay que cometer ese error, es para los no militantes ese error. Entonces cuando uno dice “voy muy movilizada y no puedo resistir ir a Brasil, además Brasil es tan grande, San Pablo está allá, yo iba a Florianópolis. Entonces empiezo a preguntar, gente de izquierda, a ver quién estuvo exiliado en Brasil, qué me pueden dar, qué podría hacer en Brasil, si saben esto, si saben... entonces como yo iba... alguien me da el teléfono... ¿sabés quién fue? Horacio González por intermedio de una amiga... Horacio González, el director de la Biblioteca, una amiga lo conocía a él, él estuvo exiliado en Brasil, entonces me dio el teléfono de varias personas para contactar, entre ellos Enno Liedke, ¿ubicás a Enno Liedke? Un sociólogo de Porto Alegre...

P: Sí... ¿uno rubio?

R: Sí, nunca vi a nadie tomar tanta cerveza como él...

P: Sí, sí, sin duda, es él.

R: ¿Por la cerveza?

P: No, no, por todo su perfil, por todo su perfil. Es un viking, en realidad, es un tipo con un aspecto medio viking.

R: Sí, sí, él estaba haciendo una maestría sobre la dictadura argentina, me parece en ese momento, un doctorado... bueno, estuvimos en una plaza de Porto Alegre, él se tomó toda la cerveza que había en el bar, me parece, una plaza hermosísima de Porto Alegre, unas mesitas, sillitas de hierro, divinas, no me olvido nunca, entonces él me manda que Horacio le dice a Enno que me ayude y Enno me contacta con Luis Bulatilo 01:07:36. Hablo con Luis, me dice que bueno, que él se va a encargar, que va a ver qué me averigua. Me manda una carta que tengo aquí, que me dice que él ha consultado desaparecidos y no figura, desaparecidos argentinos, fijate, no se entiende, pero bueno, eso... todavía entre el portugués y el castellano, pero en castellano tampoco entendía nadie nada de esa cosa tan rara que fue unirse a un grupo brasilero que nadie sabía que existía acá. Entonces Enno... Luis me atiende, me dice que no, la verdad que... si llega a saber algo... pero que en realidad... ah, entonces yo le escribo que no está denunciado, y le digo que fui a la CONADEP y no lo tomaron, que fui a Madres y hablé con Madres pero no figura como desaparecido porque... y en eso andábamos carta va y carta viene, ahora el mail en ese sentido es una maravilla, porque vos... si bien yo abro cada tanto también, capaz si me mandás en veinte días a lo mejor no abro nunca, pero cuando surgen cosas así que estoy movilizada con Brasil o con algo por ahí estoy abriendo todo el tiempo, pero... ahora lo tengo abierto, pero... si, no pasan... Entonces sucede que así se pasa el año, entonces me voy al otro año de nuevo a Brasil, a la playa, mis hijos eran adolescentes, el cambio nos convenía y todos queríamos ir a Floripa, bueno, entonces vuelvo ir a Floripa y digo: "no, este año no llevo mi archivito privado, que yo iba con mis carpetas... este año voy de vacaciones, no dio resultado, no llevo nada", estoy en la playa y empiezo a leer que Jair descubre las cuarenta y dos cajas del archivo de la represión, de un archivo de represión de Porto Alegre, entonces quiero volver, quiero... me acuerdo que había unos vecinos que vivían acá al lado que también habían ido a Floripa, entonces dejamos a los chicos en la playa con ellos y nos fuimos a Porto Alegre mi marido y yo, sin tener la dirección a la que habíamos ido, y sin tener nadie acá que estaba cerrado, nadie a quién pedirle la dirección que la buscara acá, así que fuimos como si vos fueras al barrio de acá de abogados de Buenos Aires sin saber dirección, así a ciegas. Mi marido es muy ubicado, se acordaba el nombre de la calle, yo si hubiera nacido paloma me muero al segundo día. Entonces, vamos a la calle, entramos a caminar, que sí que no, que no que sí, ya nos volvíamos, no lo ubicamos de Florianópolis a Porto Alegre para buscar una dirección al voleo. Y yo digo: "ah, terminemos esta cuadra, vamos hasta la otra esquina, hasta la otra esquina, y si no, nos volvemos". Y yo me acuerdo, cuando fui a la oficina de él era una oficina muy antigua que tenía una cosa así con los nombres de todos los detenidos de la oficina que decía Luis Goulart filho, y yo siempre pensé, ¿ese "filho" será un doble apellido o será Luis Goulart hijo?, se lo iba a preguntar pero por hablar más importantes no se la pregunté. Paso, miro, me parece que es, miro la cosa, Luis Goulart filho, entro, entramos, así llegué. Me dicen Luis se va de vacaciones hoy. Ya se fue, pero si usted busca en el tema de archivo, vayan a ver a Jair Krischke que es el que descubrió, que es un abogado de este mismo grupo, así conozco a Jair. Vamos la primera vez y no había vez, vamos la segunda y no había nadie, vamos la tercera y ya... el portero estaba así llamándonos porque le habrá dicho "una pareja de argentinos", entonces diciendo "ya está, ya está". Cuando entro, una oficina de derechos humanos repleta de gente, yo dije "acá tenemos para dos días y medio, sentaditos en la silla". Por supuesto, como nadie es profeta en su tierra, aparece Jair, "adelante, adelante". Pasamos, ahí conozco a Jair, le cuento, Jair me dice "yo tengo acá unos documentos de lo que ustedes me están hablando". Habían pasado dieciocho años de la desaparición de mi hermano. Por primera vez alguien dice "lo que vos decís tiene un sentido de realidad", más aún, entidades de derechos humanos creían que deliraba, yo le contesto a Jair y Jair me dice "te creo, porque uno de los

problemas que tenemos son los delirantes”, lo que yo contaba tenía un viso de realidad pero había otras cosas que nadie entendía nada de qué se trataba. Bueno, él había descubierto, había, eran cuarenta y dos cajas, sacó así al voleo, algunos papeles para ver de qué se trataba, esas cuarenta y dos cajas eran para clasificar. Entre ellos saca dos documentos donde estaban este... la represión. El ejército mandaba a la frontera con fecha 20 de junio, diciendo que pasarían por la frontera Daniel y Onofre, con nombre falso tal, con documento número tal... una cantada... ahí nos damos cuenta que es una cantada tremenda, porque veinte días antes de que ellos salieran de Buenos Aires ya los estaban esperando en la frontera. Ahí conozco a Jair, fue increíble para mí la contención, la cosa, con Jair, hicimos te diría buena amistad de mucho tiempo, siempre me ayudó. Y entonces... ¡ah! Y Jair me dice... yo cuando me saca los papeles lo miro a mi marido, tenía piel de gallina, no podía creer que alguien pudiera decirme... y Jair me dice: “mi sorpresa no es menos, yo supe que en este grupo había involucrado un argentino”, ¿cómo lo supo, ahora que me acuerdo? No se lo pregunté, no sé de dónde salió, y entonces él quería hallar a este argentino para salvaguardar los archivos, si tenía información internacional, suponete, a Menem le importaba tres pepinos el hermano, la verdad, pero bueno, viste, Jair pensaba que a lo mejor... preservarlo del ejército brasileiro. Entonces dice que él no pudo dormir en toda la noche, que había buscado listas de desaparecidos, qué sé yo, que no hallaba. Dice “y ustedes vienen hoy”, eso había pasado la noche anterior, qué él no había podido dormir tratando de hallar el nombre de mi hermano... algo... a mí, para... “y vienen ustedes hoy y me botan la puerta”, dice, no podía creerlo, él estaba tan asombrado como nosotros, ¿viste esas casualidades, cosas que son...? Increíblemente maravillosas. Así conocí a Jair, bueno, entonces Jair en ese momento me dice que por favor le lleve unos papeles a Alicia Pierini, que era la secretaria de derechos humanos de Menem, que la verdad, una mina a pesar que era derechos humanos de Menem, maravillosa. Lo más antiburócrata que conozco, porque en general vas a ver al secretario, esperá que te va a tender la secretaria, después de va a atender un empleado, al secretario no lo ves nunca. Entonces Jair me dice esto, yo voy a derechos humanos a llevarle lo de Jair, dice y además pedile ayuda que ella te va a ayudar. Y ella me hizo esperar un segundito pero apenas se desocupa abre la puerta y me atiende. Nunca pudo hacer mucho con este caso, no pudo, no quiso involucrar al gobierno, nunca se quisieron meter en eso de cuál es la responsabilidad. Más vale “bueno, sí, querida, qué se yo, bárbaro lo tuyo, pero esto es de otro lado”, pero se tomó mucho respeto por mí, mucha simpatía y me hizo un gran favor, que fue ofrecerme lo que yo te pueda, vos puedas usar de acá es tuyo. Entonces yo me iba a la Subsecretaría una tarde entera y hablaba por teléfono con todo el mundo, sin problema de fijarme la hora, la plata, la... hablaba por teléfono a todo Brasil, allá en ese momento tenían algunos contactos más... y mandaba fax, faxeaba cosas así, bueno. Fue de una ayuda increíble.

P: ¿Qué otros contactos de Brasil, te acuerdas?

R: No, eso acá. En Brasil, después un día mi hijo iba al secundario, compañero de colegio de un chico y viene de visita un señor argentino que vive en Río, que se llama... no me sale ahora su nombre, ya me va a salir. Es profesor de sociología en la Universidad de Río y vive allá y tiene un hermano desaparecido, entonces mi nene “ay, mi mamá también tiene un hermano desaparecido”, “cómo me gustaría hablar con tu mamá, porque en Brasil a lo mejor yo la puedo ayudar”; viene acá, hablamos con él, qué sé yo, y él lleva esto a Tortura Nunca Más de Río. Por esos momentos están las declaraciones de Chaves, Jair me avisa que están las declaraciones de Chaves, ellos también me avisan que están las declaraciones de Chaves, entonces Chaves va a ser interpelado por Nilmaro Miranda y yo iba a ir también a la interpelación, pero en eso Nilmaro pierde la presidencia de la Secretaría de Derechos Humanos de la Cámara de Diputados y entonces es Cecilia Coimbra quien entrevista solamente a Chaves con un dossier que me pide a mí, con las informaciones del caso. Ahí Chaves dice que los habrían matado a todos en Medianeira y ahí a mí me agarró como un ataque, digo “quiero ir a Medianeira”, entonces llamo a Jair y le digo “Jair por favor necesito, viste lo de Chaves que así y asado, yo quiero ir a Manhaneira, porque yo digo dónde están los cuerpos, a lo mejor está como NN en el cementerio, a lo mejor están en

el cementerio, quiero ver libros, quiero... no sé, quiere contactarme con gente de ahí, alguien, Medianeira es una cosa muy chiquita. Si en San Pedro pasa una cosa así todo el mundo sabría por dónde andan las cosas, yo quiero ir”.

P: Chaves es Marival Chaves Dias.

R: Marival Chaves Dias. Entonces Marival le dice... Jair me da un contacto que dice que no tienen contactos en Foz pero me da uno de un militante por la tierra, que no tenía la más perra idea el militante, pero tuvo la brillante idea de llevarme con Aluizio y ahí sucede lo que les conté hoy que Aluizio, yo le estoy contando y Aluizio dice yo estuve en Maipú y Corrientes, me salvé por un pelo porque desconfié, qué sé yo qué sé cuánto y Aluizio se empieza a interesar mucho por eso y está en ese lugar, entonces busca archivo, le estoy inmensamente agradecida a todos, a Luis, Jair, en este momento a cualquiera de los dos Aluizio está muy ahí con esas cosas, Jair es para todo, yo a Jair cualquier cosa le tengo que consultar “Jair, qué hago con esto, qué te parece con esto, todo”... bueno, lo he visitado allá, lo he visitado acá. Después sucede en épocas de Aluizio digamos que la investigación pasa más por Foz que... una persona lo llama a Aluizio y le dice que tiene información de este caso y surge la búsqueda de Nueva Aurora, que en realidad fue carne podrida, ¿no? Y después, una información falsa, y después hubo otro informante que Aluizio descubrió, que está en su libro, Octavio, y que estuvo en... Octavio fue quien –esto yo lo voy sabiendo por Aluizio- esto lo sé por Octavio, cuando le dice a un allegado de Aluizio. Aluizio ubica a Octavio pero Octavio no quiere hablar con Aluizio porque es periodista, entonces habla con una tercera persona, con dos personas de confianza, mucha, de Aluizio, que conozco yo también y he hablado con ellos. Este informante entonces le dice que efectivamente fue un operativo que se llamó Operación Juriti, que fue orquestada desde San Pablo, que se realizó en Foz, que tomó como cachorro dicen los brasileros, hemos quebrado a Olberí, de hecho eso sabíamos porque eso también lo dice Flavio de Souza que un tal Olberí, algo habla que un tal Olberí los habría entregado, o una cosa así, o tendría que ver con esto, qué sé yo, él lo nombra, que Olberí efectivamente tienta los... Además, la mamá de Catya, la mujer de Onofre, lo habría visto a Olberí acá, también hay un caso de un Magdalena Lacerda, que la mamá la mujer de Onofre sospecha que ella también fue entregadora, esto mismo se lo dice alguien, ellos le hacen un juicio que creo que fue a Luis delar que Magdalena le hace un juicio, porque creo que Magdalena les dice que ella ha colabora a Luis delar que era su abogado, de porto Alegre es Luis y Luis decide entonces que no la va a defender, y publica esto y después creo que ella le hace un juicio hay incluso, yo mantenía esta cosa y una vez me llamaron como que ellos no tenían nada que ver, me escribió el marido y no sé qué. Está así medio en tela de juicio esa chica y bueno, y este Octavio no habla de Magdalena, habla de Olberí y dice que ya sabíamos que Olberí venía a Buenos Aires y que hablaba con ellos. Entonces ellos se van y Olberí los espera al cruzar la frontera, entonces este Octavio con Olberí, Octavio como ejército ejército, digamos, disfrazado de compañero y Olberí como Cachorro y les dicen, bueno, los llevan a un lugar de campo de un tío de Olberí, ahí descansan, qué sé yo y después dicen “vamos a ir”, dejan a todos, llevan a todos y dejan a Onofre, porque esos sospechan que van a convencer a Onofre para colaborar. Los llevan, que después parece ser, según él, que Onofre no quiso colaborar entonces lo matan y lo tiran al río. Entonces, a ellos los llevan por un camino que en una camioneta, iban Olberí y él adelante, todos los otros atrás, en un momento dicen: “compañeros, hasta acá llegamos” y les dicen que tienen que seguir caminando por un camino de tierra, un pequeño camino transitado sólo por indios, muy chico en ese momento, entonces ahí estaba el ejército apostado, los fusilan a todos, después los rematan uno por uno. Él dice, Octavio, haber visto y haberse quedado impresionado de cómo remataban a Enrique y no terminaba de morir, que pensaba que Enrique dice que se tiró hacia el piso y que no le habían dado, entonces lo remataron, dice que lo remataban y lo remataban y no lo podían terminar, él que era un tipo acostumbrado a matar y qué sé yo, como que había quedado impresionado de eso, cuenta en el libro Aluizio, o me lo contaron las dos personas que hablaron con él, no sé si Aluizio lo pone en el libro, se le pregunta a él donde están los cuerpos, él dice que no sabe porque no tenía que ver con esto, pero sí tendría que ver con esto, porque si él ve cómo

los rematan, él dice que él los deja en el camino y se suben a la camioneta, pero después dice que comen un asado juntos, después que termina todo tipo comida xxxx [01:25:27], comen un asado juntos y él participa de ese asado, parece, primero dice que no participa, después parece que participa, y entonces dice que él va, fue ya dos veces al Parque Nacional Iguazú a tratar de ubicar la zona donde podrían estar los cuerpos, él dice que no sabe, que lo puede intuir por el lugar donde los dejaron, donde estaban los cuerpos, pero que él supone que a lo mejor el hueco ya estaba hecho para ser tapado rápidamente, como sabía que lo iban a pasar por ahí, que lo iban a matar ahí. Bueno, eso es lo que sabemos hasta ahora.

P: Lily, ¿a partir de esas informaciones tú hiciste una representación contra el Estado brasileño?

R: No.

P: ¿Pero Brasil reconoce a Enrique como...?

R: Sí, sí, lo que no hice fueron acciones legales de otro tipo.

P: ¿No hay algún tipo de reparación?

R: Sí, sí, hubo reparación y hubo reconocimiento. No, yo creí que vos decías si yo había iniciado una causa legal, un juicio contra el Estado, no. Pero sí esa reparación, sí.

P: ¿Y se podría... no sé, harías, en caso que pudieras hacer, un acto contra el Estado, o no, si pudieras?

R: Y... No sé... ¿Eso qué es?

P: Esto es un documento, qué tienes que hacer para representar al Estado brasileño, que es lo que te piden entonces [todo esto no se entiende].

R: ¿Es lo que me piden para el juicio de la Verdad? Ah, yo para entrar en el juicio tengo que hacer eso, mandar esos papeles.

P: Que es lo que te ha pedido Aluizio entonces, debe ser esto entonces, porque estaría muy bueno, esto. Bueno, esto es una opinión personal mía.

R: No, eso sí, eso sí lo voy a hacer sí, sí,.

P: Y dime una cosa, a partir de descubrir con estas informaciones, de poder montar un poco los caminos que llevan a esta emboscada y a la ejecución y al desaparecimiento de tu hermano y de esos otros ciudadanos brasileños, a partir de la confirmación de esto, las organizaciones de derechos humanos aquí, finalmente ¿te han recibido? ¿reconocen esto, reconocen a tu hermano como víctima, no te integran en los colectivos? ¿Siguen con esto de que es otro período y por tanto...?

R: No, como que no milito acá, no murió acá, no... no lo mataron acá, no. Siempre pertenezco a otro lado. Sí en San Pedro, ahora hay un monumentito a los desaparecidos, tiene la placa de todos los desaparecidos sampedrinos, y ellos sí me invitan y yo siempre les digo que estoy tan agradecida con ellos por eso, me invitan a participar y me invitan a participar de... [corte]. En San Pedro sí, comparto el homenaje con todos los desaparecidos, me reconocen y me acompañan y soy una más. Pero... acá no, no, es como que es otra cosa, sigo sin pertenecer a las listas, acá son muy estrictos en eso, digo, como que además si entrás en listas, yo he tratado de ver si podía hacer la desaparición forzada acá y la denegaron. Ahora me llamó una abogada con la que yo tuve contacto, que casualmente mi hijo es abogado y fue al juzgado donde está mi hijo y le dijo "decile a tu mamá que me llame porque hay muchas cosas nuevas ahora...", bueno, no la llamé todavía pero no sé... con el tema de Cóndor, porque sí, a mí me parece... yo te digo, esto no sé si entra en lo firmado, en lo no firm... en lo firmado no entra, pero esto es un caso de Cóndor, porque está bien que él se fue entre comillas por su propia voluntad, pero se fue tentado por una operación de inteligencia, el tema es que si lo hubieran tomado desde acá, la desaparición

forzada hubiera sido realizada explícitamente en nuestro territorio, se tomaría, pero como no fue explícitamente en el territorio, fue simbólica... fue de una manera... no sé cómo decirlo, pero fue una parte de la inteligencia que se hizo acá.

P: Tu hermano figura en todos las listas, en todas las publicaciones de Brasil, tu hermano figura como una víctima de la represión del Cono Sur, o sea de Brasil pero está junto con los otros ciudadanos argentinos, que sí están en el período ese entonces, digamos que dentro del período de la dictadura brasileña y dentro de lo que es el Operativo Cóndor, pero nosotros... tu hermano está siempre junto con estos otros ciudadanos, no está ni separado o no está. Está junto.

R: ¿Está junto? Pero está junto porque es argentino...

P: Claro, está junto porque es argentino, pero es un reconocimiento de que acá esto no es simplemente una acción del Estado brasileño contra él, porque lógicamente que estas informaciones circularon y después la dictadura brasileña por más criminal que fuera, teniendo la información que tenía, no cometería un crimen de esto contra ciudadano extranjero, si no tuviera algún tipo de aval del otro lado, esto me parece que es algo...

R: No, para mí fue de esas cosas que se les pasan de la mano... Ni deberían saber muy bien...

P: Fijate que la acción ya estaba previ... ellos ya tenían toda la información anterior, y de repente se les cuela uno que no saben quién es, pero si no saben quién es, de dónde viene, Enrique, o sesa... alguna información tendrían de esta persona, y sólo por el nombre, si tienen la información del nombre te das cuenta que es argentino, o sea, se escribe de otra manera el nombre.

R: Para mí se les... yo pienso que para mí se les apareció uno y no quisieron dejar testigos, total matar uno tan... me parece...

P: Puede ser, de cualquier manera Foz de Iguazú siempre es una frontera de mucha colaboración. Claro, esto después se confirmó más cuando se da el retorno de los montoneros, y que algunos justamente ahí hacen el trueque, ¿no? Se suicidan incluso en medio del río, bueno, esto pasa. Pero esa es una frontera muy sensible y siempre todo es muy conversado ahí, porque siempre puede haber algún tipo de malentendido, creo que por ahí, creo que sí, creo que en la causa esta Cóndor posiblemente va a traer algún tipo de... otro camino para seguir a partir de ahora, eso me parece y sobre todo lo que va a pasar en Brasil, en Brasil en este momento, a partir de Brasil se están haciendo... se ha descubierto por ejemplo la participación de los consulados argentinos y la embajada argentina dando información y participando de esta conexión represiva, ya hay documentos que muestran que el consulado argentino en San Pablo, por ejemplo, tiene informaciones de ciudadanos argentinos que han sido entregados al poder diplomático argentino para traerlos de vuelta, esto es cada vez más complejo y muestra que hay una conexión mucho más profunda de lo que se imaginaba en un primer momento, así que no te sorprendas que tu hermano... en algún momento este hecho se va a ampliar y por eso es que creo que Aluizio tiene razón de que participes y de que hagas una manifestación pública...

R: No, sí, yo voy a participar, sí, voy a hacerlo, sí, sí. No, eso lo voy a hacer. No me queda muy claro de que llegue a algún tipo de responsabilidad acá por lo que sucedió por estos lados, eso... a mí me interesa eso, además me interesa por tanto abandono, por tanto... cualquier lugar de... a ver, matan a un ciudadano hasta en la calle, americano, en no sé dónde y se arma un quilombo, ¿y acá matan a un chico menor de edad y nadie dice nada? ¿nadie le interesa? ¿Nadie le importa, nadie está afectado, nadie es responsable? Nunca le hacen nada al gobierno brasileiro.

P: Lily, entonces este testimonio que nos has dados, que muestra justamente toda esa lucha por rescatar esta historia y por buscar respuestas cuando ni las preguntas eran oídas por quien tenía que oír, en este momento, llegaste acá, a partir de este momento cómo sigue esto?

R: Bueno, tengo ahora esperanzas en el juicio de la Verdad, que el caso entre en el juicio de la Verdad, a la Comisión por la Verdad, por supuesto que si se termine con la ley de Amnistía en Brasil, soy digo... parece que es muy difícil y no sé si lo quisiera a costa de cualquier cosa, me parece que los gobiernos tienen sus problemas y sus tiempos a veces y no sería como... me parece que... creo que Dilma haría lo posible, espero que pueda. Porque a veces se puede que el gobierno puede todo, o que Dilma podría todo y a veces hay que hacer equilibrios para gobernar, es una de las misiones imposibles, decía Freud, educar, gobernar y analizar. Así que espero que pueda y confío en que ella va a ser todo lo que le sea posible, por ahí puede resultar tibio lo mío, yo podría decir quiero que lo haga o lo haga... me parece que prefiero que haga todo lo que le sea posible, y que haga un equilibrio en su gobierno para que sea mejor para todos, si no se hace en esta se podría hacer en la otra, a lo mejor, la próxima. Pero la verdad es que los asesinos se van muriendo, nosotros también, los años pasan, mi vieja murió sin saber y yo ya voy para sesenta, casi, así que... y los asesinos se mueren en sus casas, eso es lo peor, así que bueno, ojalá Dilma pueda hacer lo más que se pueda con esto, me parece que es una medida muy tibia pero creo que es la que se puede, fijate todo el tiempo que le ha llevado a nombrar los miembros, cada vez que hace un mínimo movimiento le hacen un desastre, así que me parece que es lo que se puede y desde ese punto lo festejo. Me parece que es poco, la verdad que me parece que es poco, pero creo que es lo que se puede, desde ese lugar lo festejo y ojalá podamos ir por más, que sería hacer un poco lo que se está haciendo en la Argentina. Y además si pudiéramos recuperar los cuerpos, para darles sepultura y bueno, eso. El cuerpo, vos viste lo que es, es una cuestión simbólica, porque hoy en día yo le tengo dicho a mis hijos de que conmigo por favor me creman y me tiran en el arbolito, me dejan ahí total la cenizas esas, que uno trae en el cofrecito son las de todo el hoyo, así que lo mismo da si las sacan o si las dejan, ya está, entonces uno dice pensando así, qué sentido tiene tanta búsqueda de los cuerpos. Bueno, sí tiene sentido, es el mito de Antígona, y es la cultura, la cultura sepulta a sus muertos, digo, vos después con eso podés hacer lo que el familiar quiera, pero hay que verlo, tiene que estar ahí.

P: Muy bien, muchas gracias Lily.

R: No, por nada, gracias a ustedes que se ocupan de estas cosas.

DEPOIMENTO 30 – ROBERTO PERDÍA.**BUENOS AIRES, 22 DE MAIO DE 2012.**

P: Roberto, la primera cuestión que le queremos hacer es que nos hable un poco de su formación, de su trayectoria política, un poco de sus primeros momentos como un protagonista de esos hechos y de ese tiempo tan complejo.

R: Bueno, buscando una síntesis de esto, podemos arrancar hacia el año '66. En la Argentina gobierno del peronismo del '45 al '55, golpe de Estado del '55, un fuerte retroceso en materia de derechos sociales para la mayor parte del pueblo trabajador, fundamentalmente, se inicia una resistencia. Una resistencia que fue fundamentalmente de los más humildes de los trabajadores, casi solitarios. Esa resistencia tiene como sustento básicamente al aparato sindical, las estructuras sindicales, los sindicatos peronistas. Los sindicatos a partir de algunos hechos... Perón le da el voto... la gente votaba... estaba proscripto el peronismo, la gente votaba en blanco mayoritariamente hasta que hay en el año '60 un acuerdo entre Perón y Frondizi y los votos peronistas, en una proporción muy alta, van a Frondizi y Frondizi gana las elecciones. En base a eso le dan de nuevo la personería, le devuelven la personería de los gremios y los sindicatos comienzan a funcionar legalmente. En esa legalización de los sindicatos también empiezan a protagonizar y a tener participación en los beneficios de los vínculos con el Estado, como suele ocurrir. Pero toda esa primera resistencia, digamos desde 1955 hasta 1964, tiene como protagonista casi exclusivo a los humildes y los trabajadores argentinos y la estructura organizativa son los sindicatos. Yo estimo que... le llamo primera resistencia a eso. Eso termina en el año 1964 con un hecho que tiene mucho que ver con Brasil. En la Argentina gobierna Arturo Illia, de la Unión Cívica Radical, y Perón anuncia su regreso. Toma un avión, viene de regreso y el avión se detiene en el Galeão para... en aquella época el aeropuerto de Río, para reabastecerse y el gobierno argentino le pide al gobierno brasileño –creo que era Garrastazu Médici- de que no lo deje seguir. El gobierno brasileño, los dos gobiernos, Perón ... después los califica como alcahuetes de los norteamericanos, pero los dos gobiernos coinciden y de alguna manera también con el interés norteamericano, el gobierno brasileño lo detiene a Perón, lo reembarca y lo manda de vuelta a España. Y en la Argentina, a pesar de que el pueblo era peronista y demás, no pasa nada. Esto es un hecho importante para lo que ocurre después. No hay movilizaciones importantes, ni nada. De 1964 a 1966 hay una especie de transición en la Argentina, donde el peronismo está confundido, muchos de los dirigentes sindicales con un sindicalista muy famoso acá, Augusto Timoteo Vandor de los metalúrgicos, plantean su enfrentamiento con Perón, pero para armar un proyecto socialdemócrata. Y en ese marco el peronismo tiene... está dando vueltas, digamos, sin tener perspectivas claras. 1966 los militares deciden cambiar la situación y parar con esa cosa que había golpe de Estado, gobiernos civiles débiles todos proscriptivos, y deciden tomar el gobierno por un plan de veinte años. 1966. Y además deciden otra cuestión que es fundamental para el futuro. Ya no sólo dejarían fuera de la ley a los trabajadores y al peronismo, sino también a los sectores medios. Entonces intervienen la universidad, hay un hecho muy famoso, como que entran con la policía a la Universidad –acá regía desde la época de 1918 la Reforma Universitaria con sus derechos para la Universidad- entran a palos, apalean estudiantes, docentes, de todo. Y si golpea, propone fuera de la ley a los partidos políticos que venían usufructuando de la proscripción del peronismo, a todo fuera de la ley. Eso cambió la situación, porque de repente aquél movimiento que tenía fuera de la ley a los trabajadores y a los humildes, peronistas, ocurre que ahora se encuentra la clase media, los partidos políticos, se encuentran las organizaciones estudiantiles, todos fuera de la ley. Eso cambia la situación de la Argentina y yo digo que de alguna manera que nace lo que podemos llamar la generación del '66, que es que vastos sectores de la clase media, jóvenes de la clase media fundamentalmente –pensemos que es el momento donde la juventud en el mundo tiene un fuerte protagonismo, es la época de los movimientos juveniles en China junto a Mao, contra el aparato burocrático. Es el momento un par de años después del famoso Mayo francés, son las revoluciones por la libertad sexual y demás de Woodstock en Estados Unidos, es la lucha anticolonial de los pueblos, de los jóvenes africanos. Es un momento de fuerte impacto y presencia de

la juventud. Las razones, no sé, posiblemente éramos los hijos de la guerra que no queríamos que nos usen como carne de cañón en sus enfrentamientos internos de los poderes mundiales, pero lo concreto es eso, que los jóvenes en aquella época tenían la perspectiva y la idea de que podían tener un protagonismo muy fuerte en las sociedades del mundo. Y en ese marco en la Argentina también pasa ese fenómeno. El movimiento estudiantil, los jóvenes trabajadores, se van fundiendo y se van amalgamando, y van construyendo una nueva realidad. Una realidad de oposición a un régimen, a un régimen donde los partidos políticos eran casi inexistentes, eran máquinas para ganar votos y ganar alguna elección para que después los militares los echaran, los militares tratando de recuperar su poder, pero tampoco sin lograr consolidarse. En ese marco y a partir del '66 empieza en Argentina una etapa donde se da este protagonismo de la juventud, que toma las banderas de la resistencia peronista en gran parte, y se van constituyendo a partir del '67 en núcleos de organizaciones político-militares. Algunas de ellas bajo el signo peronista y otras de origen marxista. Bueno, personalmente empiezo a formar parte de uno de esos agrupamientos llamado Montoneros, y que el otro agrupamiento muy fuerte en la izquierda era el movimiento del PRT-ERP, que era de origen marxista. Y empieza una acción en el conjunto del país donde se desarrollan unas situaciones de fuertes enfrentamientos, hay muchos compañeros caídos en la lucha y demás, y un crecimiento de esa lucha hasta que en el año '72 se logra lo que en la mayor parte del pueblo era la bandera de identificación de su lucha, que era el "PV", "Perón vuelve", es decir, la idea es que el "Perón vuelve" era el símbolo que aglutinaba la lucha de esos tiempos. Eso se va concretando a fines del '72 con la vuelta de Perón y en marzo del '73 se vota y el peronismo gana las elecciones y hay un gobierno -el del doctor Cámpora- con fuerte presencia de la izquierda peronista, de los montoneros en toda la campaña y un impacto muy grande en la sociedad. Se vive una especie de primavera muy impactante, ya estamos en los primeros meses del '73.

P: Perdón, en ese momento ustedes están visibles...

R: En el momento obviamente se ganan las elecciones y nosotros... cesa la persecución. Nosotros habíamos decidido no colocar compañeros de los organismos de conducción como funcionarios del gobierno ni como legisladores, por una razón que pensamos que el Estado era un Estado en disputa, y que iba a haber un fuerte enfrentamiento por el Estado en los próximos años, tal cual ocurrió, y colocábamos el esfuerzo en construir una organización que le diera organicidad a ese pueblo que se iba incorporando, básicamente la juventud, para ese enfrentamiento que preveíamos. Bueno, el gobierno de Cámpora duró muy poco tiempo, cuarenta y nueve días, es hostigado desde la derecha peronista. Previo a esto hay un tema importante que es Perón vuelve un 20 de junio del '73 y en ese regreso de Perón del 20 de junio -ya sí llega a tierra argentina- pero... se produce lo que yo llamo una especie de emboscada, hecha por algunos funcionarios del gobierno, que más que funcionarios del gobierno eran alcahuetes del poder norteamericano, básicamente dos funcionarios, uno un Coronel, y otro el... López Rega, que era un poco el secretario de Perón y el Coronel era Osinde. Ellos capitanean un poco esta situación y junto con otros sectores arman una especie de emboscada, un enfrentamiento y el retorno de Perón... Perón... había una movilización que fue la movilización más importante políticamente hablando de la historia argentina, más de dos millones de personas camino a Ezeiza, Perón no puede aparecer en el palco porque lo llevan a otro aeropuerto, justamente para que no esté en el palco, porque ese día se iba a encontrar ante la realidad de un pueblo, que le iba a venir... acá había una costumbre de que los actos públicos una o dos veces por años... el pueblo dialogaba con la jefatura de Perón, y conseguía echar ministros o cambiar conducciones a partir de ese diálogo en las plazas de las consignas que la gente iba haciendo, que el pueblo peronista iba haciendo. Y ese día el pueblo peronista mayoritariamente -no porque estuviera organizado por nosotros, sino porque respondía al clima de la época- estaba identificado con la bandera que reivindicábamos nosotros. Entonces había que evitarlo y producir ese corte, y a partir de ahí empieza un proceso de decadencia de las políticas nuestras, de una fuerte presencia de actores más de derecha dentro del peronismo, que culminan, después bueno, después muere Perón en el medio, empieza la acción de la Triple A, una organización paraestatal, armada desde las proximidades del aparato del Estado, y que culminan con el golpe de Estado del 24 de marzo de 1976 y la tragedia y genocidio desatado a partir de ese momento. Ya en todo esto había un fuerte debilitamiento de las

políticas públicas nuestras, y demás, producto de errores propios y de la ofensiva del gobierno, que creemos que se corresponde con la ofensiva que había en toda la región, recordemos en el '73 había sido el golpe contra Allende en Chile, que había sido el proceso uruguayo de la bordaberryzación, que se había consolidado el poder de Stroessner aliándose a Brasil, y en Bolivia se había consolidado el poder de Banzer. Y que en definitiva, para aquél momento, Brasil era caracterizado por Henry Kissinger como el satélite privilegiado, era el que en la región representaba el interés imperial para de alguna forma imponer esos intereses en la zona.

P: Roberto, antes de la vuelta de Perón, ¿ustedes tenían una percepción de que había esos sectores de derecha tan fuertes dentro del peronismo?

R: Sí, sí, absolutamente...

P: Eso se veía...

R: Eso se veía, y teníamos una confrontación muy fuerte con las estructura sindicales y con esos sectores de derecha, lo que pasa es que hasta la vuelta de Perón el 20 de junio, la opinión de Perón se inclinaba más hacia un aval hacia nosotros que hacia esos sectores, eso cambia el 20 de junio en su segundo retorno y a partir de los hechos de Ezeiza, y Perón empieza a avalar cada vez con más fuerza a estos sectores políticos y ahí empieza el conflicto, se agrava el problema interno, que alcanza dimensiones mucho más grandes después de la caída de Allende, porque Perón entiende, comprende como un estratega que lo era que ahora venían por la Argentina, y entonces decide retroceder cada vez más para evitar el golpe. Nosotros planteábamos que había que resistir para evitar el golpe, resistir a la ofensiva imperial, y eso ahonda las diferencias que había en el país y bueno, desembocamos en el golpe del '76, semejante al golpe de Chile del '73 o más profundo todavía, ¿no?

P: Y a partir de la instalación de la dictadura, la organización de ustedes, concretamente, ¿qué situación enfrenta?

R: Y... enfrentamos, resistimos a la dictadura, durante varios meses se resiste con bastante eficacia, todavía la lucha social, básicamente sindical, era fuerte en varias zonas del país... Acá hay un fenómeno que es interesante detallarlo. Mientras los sectores ligados a las políticas territoriales y las juventudes universitarias ya habían retrocedido y habían sido fuertemente desmanteladas, digamos, en el período '74, '75, '76, no ocurría lo mismo a nivel sindical, donde los más importantes aparatos sindicales mantenían una política de ofensiva por lograr y conquistar más derechos. Era una situación de clase, digamos, que era bastante ostensible. Los sectores medios o los sectores pegados al territorio, las organizaciones de juventud, etcétera, o los organismos territoriales, retrocedían, pero el aparato sindical no. Entonces '76, '77 todavía el aparato sindical resiste con fuerza y nosotros habíamos ligado nuestra suerte al aparato sindical, a la política del movimiento obrero. Y ahí se produce, bueno, no es casual que la mayor parte de los desaparecidos sean trabajadores, prácticamente los dos tercios de los desaparecidos son trabajadores, tiene que ver con esta situación y con que el golpe de Estado a lo que apuntaba fundamentalmente era a desmantelar la estructura de los trabajadores. Entonces desde el punto de vista organizativo se resiste, cada vez más débiles y con menos fuerza, y en los primeros meses del '77 ya prácticamente la organización es muy débil, muchos compañeros han partido al exilio, otros han sido asesinados, y en esos meses de los organismos de conducción también ya se venía haciendo desde enero una salida del país hacia diferentes lugares del mundo, y el intento de reorganizar las fuerzas. Y eso acontece todo el '77 y '78. En esos años la situación de la resistencia es débil, se produce el Mundial de fútbol en Buenos Aires, bueno, en la Argentina, Buenos Aires y otros puntos del país. Varios sectores de izquierda plantearon el boicot al mundial de fútbol, nosotros planteamos que no, que no había que boicotearlo, que había que aprovecharlo para tratar de decir lo que pasaba en el país, y eso fue lo que intentamos, con la prensa extranjera y demás, se hicieron afiches, volantes, reuniones, etcétera, y se los llevó por distintos lugares para que pudieran ver lo que estaba pasando, y de alguna manera sobre esto no hay síntesis en la historia, yo sigo creyendo que el Mundial de fútbol, más allá de que permitió al régimen de Videla exhibirse con la Copa, festejando y triunfando, fue un triunfo efímero. Porque yo creo que todo un pueblo que

es perseguido, y en aquel momento las reuniones de personas estaban prohibidas, todo era subversivo, la posibilidad de que se puedan encontrar, de que puedan festejar, la alegría nunca es contrarrevolucionaria. La alegría siempre le sirve a quien la está protagonizando. Y creemos que esa alegría del pueblo le dio ánimos, le dio fuerza. Fijémonos lo que nos pasa, el Mundial de fútbol fue a mediados del '78 y en los primeros meses del '79 sale la primera huelga nacional, en medio de la dictadura, que tiene un apoyo regular, de un veinte por ciento, pero es un apoyo sindical significativo para el momento que se vive. Y en los meses posteriores hay intentos de movilización del movimiento obrero y el gobierno de la dictadura militar le exige a las plantas fabriles, básicamente a la zona Sur, que atiendan y resuelvan todo el pliego de condiciones que les plantean para evitar esas movilizaciones, es decir, tenían mucho miedo acerca de qué podía pasar con esas movilizaciones obreras, porque había un antecedente: en el '75 había habido fuertes movilizaciones contra un plan económico que fue el inicio del neoliberalismo en la Argentina, de un ministro Rodrigo, de la señora Isabel, Isabel Perón, donde hubo una gigantesca movilización que nace en las plantas fabriles zona Norte de la Ford, vienen marchando por la Panamericana y más de veinte mil compañeros llegan a la puerta de la General Paz para ingresar en la Capital Federal. Y se fueron sumando en el camino todas las plantas fabriles de la región. El temor que... que eso estaba en la conciencia de los trabajadores porque había sido un hecho prácticamente reciente, de modo que cuando en el '79 están planteando de nuevo ... una movilización, la dictadura dice "bueno, arreglen de alguna manera, no queremos eso", es decir, volviendo al tema del Mundial, si el Mundial hubiera sido un triunfo de la dictadura, pues se hubieran consolidado, y no al revés, a los pocos meses después lo que se consolida es el avance de la lucha popular. En ese marco nosotros planteamos un par de políticas que fueron conocidas como la Contraofensiva, que tiene dos aspectos: uno, el político, donde era dar cuenta de la nueva situación en la que se estaba, de que había un gobierno que tenía todas las armas, todos los hombres, pero lo que había perdido era la moral, carecía de moral para seguir la lucha, que es la clave para nosotros en esos tiempos, había que producir algunos golpes para que se rompiera ese centro. Y otro fue los -yo creo que eso fue una cosa positiva, altamente positiva, lo que nosotros nos equivocamos fue en la forma de la respuesta organizativa que dimos en algún caso- ahí planteamos tres tipos de acciones: políticas, militares y propagandísticas. Desde el punto de vista militar se colocó el eje en el equipo económico. Se hicieron tres, cuatro operaciones sobre el equipo económico estrictamente. El objetivo fue alcanzado en una proporción mínima y tuvimos algunas bajas allí, pero lo que sí quedó es el señalamiento ante la opinión pública que ahí estaba el meollo del golpe de Estado, en ese poder económico que estaba... tenía como cabeza a Martínez de Hoz. En lo propagandístico habíamos fabricado unos aparatitos que les decíamos RLTV, Radio Liberación TV, que eran unos aparatitos con los cuales se interfería la transmisión de la televisión. La imagen se borroneaba, quedaba una llovizna, una neblina, y se interfería la voz con pequeños comunicados o mensajes que duraban hasta tres minutos. Con unas antenitas que se levantaban, se podía ir en bicicleta, en moto o a pie, y se hacía el mensaje, se desarmaba y se iban. Eso nos permitió más de cien transmisiones, el alcance de cada transmisión era de tres a cuatro kilómetros, dependiendo de la cantidad de edificios que había, de las alturas, etcétera. Eso funcionó perfectamente, no hubo absolutamente ningún problema y el mensaje fue llegando. Transmisiones cortas porque era el tiempo que ellos, que la represión tardaba en poder llegar al sitio, en ubicar la zona, triangularla y llegar más o menos. Inclusive muchos compañeros contaban que cuando se estaban retirando del lugar, llegaban los patrulleros para... buscando el centro de la transmisión. Y a nivel político, donde tuvimos la inmensa cantidad de bajas, compañeros de conducción como Mendizábal, un compañero que había sido diputado nacional como Croatto, que era dirigente sindical, es decir, donde tuvimos la mayor cantidad de bajas fue en el intento por tomar contacto con los emergentes políticos de la época, sociales y políticos. Y ahí, qué pasaba, lo que no nos dimos cuenta, la profunda penetración que había tenido la dictadura en los sectores populares. Esa penetración tenía que ver con el miedo, tenía que ver, bueno, por supuesto con su presencia física, con un montón de cosas, y eso hizo que perdiéramos muchos compañeros en esos puntos de contacto con los líderes o los nuevos líderes o movimientos populares. Ahí perdimos una cantidad enorme de compañeros. Yo creo que ahí está el núcleo del error que cometemos, que no nos damos cuenta del miedo que se había logrado instaurar en esos momentos. Pero esa contraofensiva más que nada era la percepción que había sido tomada en

nuestra propia historia, de nuestra experiencia histórica, no la nuestra como organización sino la del pueblo, de que las dictaduras acá no tenía mucha duración, duraban un tiempo y después la propia acción del pueblo las ibas desgastando hasta lograr echarlas, y veíamos que esa era la lógica también de ese momento, por más terrible y feroz que hubiera sido esa dictadura, y a eso fue lo que apostamos. Y efectivamente, año `79 se producen estos hechos, `80, `81 se va multiplicando la... los niveles de resistencia popular, y llegamos al `82 donde el 30 de marzo hay una movilización gigantesca en el centro de Buenos Aires, convocada desde la estructura sindical, nuevamente, con centenares de presos, y demás. Y dos días después, se produce la ocupación de las Malvinas. Es decir, las Malvinas en el esquema militar claramente respondían al tema de encontrar una salida a su situación. Y nosotros éramos absolutamente... sabíamos eso, pero también sabíamos lo que significaba Malvinas en el imaginario popular y en la conciencia colectiva, y apoyamos el tema de Malvinas sin dejar de enfrentar a la dictadura. Bueno, lo demás ya es mucho más cercano, la derrota en las Malvinas y la retirada de los militares, no fácil, no fácil, porque después intentaron de vuelta encontrar la forma de quedarse, hubo movilizaciones muy importantes en diciembre del `82 hasta terminar de que tuvieran que dar elecciones y retirarse. Y se reinicia el proceso electoral, con el triunfo del radicalismo, y la primera derrota en las urnas del peronismo en octubre del año `83. El radicalismo que asume, pero asume el gobierno planteando lo que fue conocido, o es conocido como la teoría de los dos demonios, es decir que las acciones de violencia tienen que ver con la acción de los grupos resistentes y con la acción de los grupos militares, una discusión que, bueno, que no terminó de sintetizarse y que todavía está dando vueltas. Concretamente el gobierno de Alfonsín lo sintetizó en dos decretos, un decreto del 157 ordenando la persecución a quienes habíamos sido los responsables de organizaciones guerrilleras, y un decreto 158 haciendo lo mismo sobre los jefes militares. En ese momento, sí fue uno de los momentos más tristes, posiblemente, de la historia nuestra, porque nos encontramos que con todo el sacrificio que había sido la lucha contra la dictadura, se recuperaba el derecho a expresarse, volvía un gobierno electo por el voto, y nosotros éramos perseguidos. Bueno, es el momento en el cual sí nos fuimos tratando de ir asentando en la zona periférica y ahí Brasil tuvo un rol muy importante, procurando estar lo más cerca posible de las fronteras de nuestra patria.

P: Roberto, entonces al final de los años `70, en el momento en que ustedes piensan la Contraofensiva con esas tres perspectivas con las cuales trabajan, de cualquier manera ustedes ya tenían informaciones de toda la colaboración que lógicamente había entre las dictaduras, eso ya lo tenían conocido. Igualmente a partir de ese momento más o menos se establece una base en Porto Alegre de la organización. ¿Puede hablarnos un poco de esto, del significado de estar cerca de la frontera, un poco de repente de Porto Alegre?

R: Sí, siempre en Brasil, desde particularmente desde el golpe para adelante, siempre hubo algunos grupos de compañeros de Brasil que fueron cumpliendo tareas distintas. En un primer momento servían como sitio para que los compañeros que fueran saliendo del país pudieran llegar allí, entonces a partir de ahí en algunos vínculos, fundamentalmente con sectores de la Iglesia en ese momento, podían después viajar a algunos puntos del mundo y demás, donde les fuera asignado el asilo correspondiente. Es decir, eso fue desde el mismo momento... o un poco después del golpe se inició ese proceso, eso es una parte, que sería la parte defensiva, digamos, y para ayudar a resolver el problema de la retirada de los compañeros. Pero a partir de los `80 ya... o `79, digamos, para ser más claros, mediados del `79, inicios de los `80, ya el planteo cambia. Ya a partir de ese momento nosotros vamos tomando a la zona fronteriza, Brasil en este caso, como un sitio del cual usamos como avanzadas para ir penetrando en el territorio ¿qué quería decir esto? Donde los compañeros se podían reunir, donde nos juntábamos los compañeros que estábamos en el exterior con los compañeros que estaban adentro, donde se podían planificar algunas situaciones de no tener que entrar permanentemente, sino moverse en la zona. Inclusive en los inicios de los `80 siempre había un compañero de conducción ya en Brasil y demás, en algún asentamiento en la zona de un modo permanente. Los sitios que usamos eran los tres: Río, San Pablo, eran tres básicamente: Río, San Pablo y Porto Alegre, Porto Alegre era el más utilizado por las razones geográficas, y porque además hay costumbres y culturas que son muy semejantes a

las nuestras. Eso fue desde el '80 para adelante, fue permanente. Inclusive tenemos compañeros que... varios compañeros que caen en Brasil, un compañero Habbeger que usaba regularmente Brasil para sus reuniones, que estaba en el país, el compañero Campiglia que era de la conducción de Montoneros, tratando de ingresar al país se llegaba a Brasil y de ahí se entraba por alguna frontera, también cae en el aeropuerto, es decir, tenemos situaciones en Brasil donde eran parte de la cooperación de las dictaduras militares de ambos países.

P: ¿Tenían la percepción de que aún así, aún dentro de toda la solidaridad que podían encontrar, estaban vigilados? Porque hoy tenemos documentos, hay documentos que están ahora apareciendo públicamente, que muestran que en realidad había un monitoreo y... incluso con listas de nombres, eso lo tenían.

R: Sí, sabíamos, pero era obvio de que éramos un objetivo de los militares. Obviamente los compañeros más orgánicos... hay estructuras y estructuras, digamos. Hay compañeros que cumplían funciones casi públicas, digamos, todo este enlace con los organismos de derechos humanos y demás eran casi públicas, muy difíciles de ocultar. Y después había actividades que eran más reservadas, ¿no es cierto? Que éramos objetivo era obvio. Que la dictadura militar argentina y brasileña y uruguaya trabajaban también lo sabíamos. Después procurábamos cuando teníamos... aplicábamos principios semejantes dentro del país, cuando detectábamos con algún grupo de compañeros, alguna base de trabajo, la presencia o el riesgo de ser detectados, uno producía un movimiento, o sacar el compañero, movernos del lugar, o cambiar la documentación, en fin, hay distintos mecanismos de protección que se usan en la clandestinidad, eso lo hacíamos, lo que no quiere decir que siempre hayamos sido eficaces. De hecho, hubo un caso de un compañero que partió creo que de Porto Alegre a Montevideo, compañero tucumano que era muy amigo del pianista... Estrella, y que lo detectan... creo que ya venía ya avisado y en Montevideo lo persiguen en el propio aeropuerto de Carrasco, evidentemente venía controlado. O sea, hay cosas que venían pasando que nosotros... era obvio que estaban ocurriendo. Después procurábamos, cuando detectábamos algo, movernos para salir del control que tenían sobre nosotros. Eso es un tema. Y lo segundo, que había aspectos que eran casi públicos. Básicamente lo que estuviera directamente vinculado al tema de solidaridad, que era casi conocido.

P: Claro, en ese momento Brasil es un país que está en una situación, digamos, bastante diferente en relación a los otros países de la región, porque tiene otra cronología, o sea, y en el auge de la represión, aquí y aún con años muy duros en Chile y Uruguay, Brasil justamente comienza su apertura.

R: Sí, yo recuerdo, creo que... por ejemplo... no sé las elecciones, cuando se hacen las primeras elecciones para elegir... gobernador de los Estados, fines del '82, había compañeros en Brasil que recuerdo que participaron en las campañas, básicamente en Río colaborando con el PDT de Brizola, con el cual había un acuerdo bastante fuerte, ¿no? Y después '83 ya nosotros, ya de la conducción, yo residía en Río, año '83 ya, y residía en Río con conocimiento del gobierno de Brizola y de alguna forma garantías otorgadas por el gobernador, cuando se sabía que el gobierno de Brasilia era otra cosa, pero ya esa ambigüedad existía y encontramos un nivel de protección muy alto, de hecho para funcionar en una situación de ese tipo, donde además se daban situaciones donde teníamos que tomar precauciones porque sabíamos que los compañeros por ejemplo que venían del país, venían y los controles en muchos casos estaban a manos del gobierno de Brasilia y no el gobierno de Río, pero bueno, eran situaciones con ese nivel de complejidad.

P: Usted nos ha comentado que hay como tres momentos en estos años ochenta,

donde usted está en Río de Janeiro en un primer momento, justamente amparado por el gobierno de Brizola, por esta protección de cierta manera que hay, después San Pablo y después Porto Alegre, ¿puede hablarnos un poco de estos momentos?

R: Sí, en el tema de Brizola era una situación extraña. Brizola es un hombre... es decir, yo no quiero opinar en términos de política interna brasileña, pero era un hombre casi peronista. Además muchos de sus intereses desde la época ya anterior a Brizola estaban en la propia frontera con la Argentina, por más que él después fue gobernador de Río, su corazón estaba en Río Grande do Sur y no en Río de Janeiro. Pero entonces con Brizola fue eso, pero también a nuestra situación Brizola compartía con el gobierno de Alfonsín los... las reuniones de la socialdemocracia, y entonces había una situación muy extraña, ocurre que él se encontraba con Alfonsín, que nos perseguía a nosotros y era amigo de Alfonsín y era amigo nuestro. Tal vez Brizola fue una de las cosas más paradigmática, digamos, de esta situación. Brizola siempre nos decía, y además Brizola tenía una persona muy amiga de él, que era el gobernador Obregón Cano, que había sido gobernador de Córdoba y con el cual habían participado en un montón de eventos en forma conjunta en los años anteriores y ocurre que ahora Obregón Cano estaba preso del gobierno de Alfonsín acá en Buenos Aires, cuando intentó regresar al país. Y sabemos que Brizola más de una vez le dijo a Alfonsín, "¡pero qué estás haciendo, cómo lo tenés preso a mi amigo Obregón Cano!", pero bueno, eran las contradicciones de esos tiempos con esas transiciones y formas de pararse distintas frente a cada transición, está claro eso. Entonces lo de Brizola fue ese punto claramente llamativo, fue tal vez lo más claro respecto a esa situación. En San Pablo los vínculos eran básicamente con el PT, yo no me acuerdo cómo se llegó ahí pero, bueno, teníamos vínculo con don Pablo...

P: Claro, puede ser por la Iglesia...

R: Puede ser por la Iglesia y después vínculos con Luis Eduardo Greenhalgh y a partir de allí tuvimos una relación que fue muy profunda de afecto, de trabajo, de colaboración con Pablo Schilling...

P: ... Que era próximo a Brizola, también.

R: Que era próximo a Brizola, pero estaba en el PT. Pero que era muy amigo de Brizola, muy amigo. También otro peronista... ese fue un gran compañero, creo que murió hace poco, un gran gran compañero, bueno, con él compartíamos oficinas y demás en San Pablo.

P: ¿Esa relación con Paulo Schilling ya venía hacía tiempo?

R: Y, venía desde la época de la Universidad, de la década de los '70, se habían publicado acá unos libros de Paulo Schilling y demás, de modo que tenía un vínculo anterior a éste, y después engarza con los vínculos que teníamos en San Pablo y se profundiza la relación con don Pablo. Y con el PT, como aval de la presencia nuestra allí y obviamente don Pablo Evaristo Arns, ¿no es cierto? ése era el marco en el cual contábamos con la protección en San Pablo y nos podíamos mover. También había una situación de persecución del gobierno argentino, de modo que la situación era que estábamos ahí con muchos flancos débiles. Pero también nuestra idea era siempre seguirnos aproximando a la frontera, entonces el objetivo era ver de qué manera formalizábamos y profundizábamos los vínculos acá en el Estado de Rio Grande. Y así fue como llegamos a Porto Alegre, empezamos las relaciones, no recuerdo cómo fue el origen, con Jair Krischke y a partir de ahí con Jair Krischke, el senador Pedro Simón y demás, establecimos un vínculo bastante fuerte de relaciones, que fue toda la última parte de la presencia en el exilio, se dio básicamente en Porto Alegre, año '84, '85, '86, después pasamos a Uruguay, más cerca todavía, pero siempre con algún vínculo con Porto Alegre, nos movíamos entre Montevideo y Porto Alegre, años '86, '87. En Porto Alegre hicimos montón de reuniones, todos teníamos dos características, básicamente estábamos ahí, en Río estábamos con Vaca Narvaja y Firmenich, ahí a Firmenich a raíz de la persecución del gobierno alfonsinista lo meten preso, se hace el juicio extraditorio en

Brasilia, perdemos la votación y es extraditado. Nosotros hasta ese momento veníamos entrando y saliendo de la Argentina con Vaca Narvaja, a partir de que Firmenich es reenviado al país, decidimos no reingresar por un problema político, porque eso le daba excusas al gobierno de que estábamos rearmando una estructura clandestina, etcétera, etcétera, y perjudicaba la acción de los compañeros y lo hacía correr riesgos a Firmenich, digamos, de alguna manera. Entonces optamos porque las reuniones se hicieran afuera. Una de esas reuniones afuera se hizo en las proximidades de, de... Bueno, en el Estado de Rio Grande, y ahí vinieron como treinta compañeros...

P: Eso es en la Playa de Cidreira...

R: Bueno, eso debe ser... y ahí bueno, caen los compañeros y cae la Policía Federal, creo que era, bueno, y negociaciones va, conversaciones viene, ahí interviene, bueno, Jair fundamentalmente y el senador Pedro Simón, logramos... el problema..., los demás compañeros estaban todos legales, habían venido de la Argentina con su documento, a lo sumo lo que podían hacer era echarlos, pero no tenían ningún problema, ninguno era perseguido ni habían entrado clandestinos a Uru... a Brasil ni nada por el estilo de modo que no tenían ningún problema. El problema éramos simplemente Vaca Narvaja y yo. Entonces en medio de las negociaciones nos sacan los compañeros del lugar y fue toda una aventura para llegar de ahí hasta Porto Alegre... porque no sabíamos muy bien hasta qué cosas tenían controladas y en un momento en la ruta estábamos saliendo y vimos algún punto intermedio, para subir a un avión, un aeropuerto, y cuando estábamos llegando nos para alguien que había mandado creo que el senador Pedro Simón, a decir que no, que nos estaban esperando en el aeropuerto, y llegamos. Todo eso fue en base a este tipo de colaboración, donde Jair Krischke fue el alma y el motor de todo esto y con su núcleo de amigos y la solidaridad que encontramos en Brasil se consiguió salvar esta situación. Creo que esa fue donde más tiempo estuvimos y donde recogimos la más fuerte solidaridad.

P: Claro, ahí creo que hay una situación... usted manejaba un Passat en Porto Alegre, un Passat que estaba a nombre del abogado Omar Ferri, creo, y que usted andaba con el Passat para acá y para allá haciendo sus contactos...

R: Sí, sí, lo que pasa es que después lo tuvimos también en Montevideo, exactamente. Y con ese Passat íbamos de Montevideo a Porto Alegre, exactamente, un Passat gris, exactamente, sí. No recordaba que estaba a nombre de Omar Ferri, sí, Omar Ferri era la otra apoyatura fuerte que teníamos allí, ¿no?

P: Claro, incluso por la cuestión jurídica era ... Que correspondía.... Y dígame, Roberto, porque en el caso de Porto Alegre desde el final de los años setenta en esa cobertura de protección a los perseguidos hubo un papel muy fuerte de la prensa, o sea, algunos sectores de prensa eran fundamentales para ese trabajo de solidaridad como denuncia, en un momento que, claro, todavía se estaba saliendo de la dictadura. ¿Recuerda de algún... Claro, Pablo Schelling también era periodista, pero recuerda algún otro que haya ayudado?

En Porto Alegre yo no recuerdo... nosotros publicamos un libro que habíamos hecho en México, La Habana con Vaca Narvaja sobre el Fondo Monetario que debo tener por ahí, y lo publicaron, lo tradujeron y lo publicaron en portugués, en Porto Alegre. Debo tener por allí un ejemplar de ese libro, que el enlace de prensa corría fundamentalmente por cuenta de Jair, no recuerdo los nombres, pero con Jair armaba encuentros, reuniones con los sectores políticos, economistas, con la gente de la prensa. Estábamos a disposición de Jair para todo eso, y Jair con eso lo que hacía era coleccionar solidaridades, por supuesto, de modo que en Porto Alegre nos sentimos absolutamente cómodos respecto de esta situación, más aún las viviendas y demás, si mal no recuerdo las alquilaban los grupos de gente vinculados a Jair. Si yo recuerdo una vivienda, por lo menos tengo presente un departamento que lo alquiló...

P: Sabemos que justamente uno de los departamentos donde estaban, que no sé si es necesariamente donde estuvo usted, pero exactamente delante del edificio de la Policía, que es un edificio de tres pisos, que es un edificio donde en el interior

funcionaba el DOPS, o sea, los casos de secuestro...

R: No, no, yo siempre donde viví en Porto Alegre fue más bien en las afueras...

P: En las afueras más bien... bueno. Pero ahí hubo una base, o sea una base no. Ahí hubo gente escondida que era vinculada a Montoneros y la lectura era más o menos ésta: ¿dónde los metemos? Ahí, porque ahí nadie justamente es donde menos se van a pensar que puede haber gente escondida, y prácticamente frente a frente ¿no? Algo muy... Usted comentó anteriormente también que hubo tratativas con ACNUR para conseguir...

R: Eso fue año '83, en Río de Janeiro.

P: Eso es anterior, entonces. ¿Eso es cuando piden su extradición, Roberto?

R: No, es antes. Era cuando en la transición, cuando estaba asumiendo Alfonsín, teníamos reuniones con el delegado de ACNUR en Brasil, no me acuerdo de qué nacionalidad era, me acuerdo porque al departamento donde yo vivía vino varias veces a conversar, de hecho teníamos reuniones.

P: Era suizo...

R: Puede ser, puede ser, es probable, no recuerdo... tuvimos varias reuniones que transmitió los pedidos, y nunca encontramos respuesta. No recuerdo si hubo una respuesta negativa. Sí estoy seguro que no hubo una respuesta positiva, lo cual se puede entender. Pero fue así la situación con ACNUR.

P: ¿Eso fue en el caso, digamos, posiblemente por el caso de dirigentes que tenían, o esto era algo más o menos común entre... con los Montoneros?

R: Y... ahí hay una situación ¿no es cierto?, que estaba bastante instalada en algunos organismos de derechos humanos y organismos internacionales: los que pelean se la buscaron. Es decir, una cosa de ese tipo que atravesó a varias capas de sectores dirigenciales de aquella época, que no es el caso de estos compañeros de Brasil que sí conocían perfectamente y encontramos la solidaridad. Eso no ocurrió en todas partes, no ocurrió en todas partes. En todas partes había una diferencia respecto al conjunto de los compañeros perseguidos y lo que era Montoneros y básicamente la conducción de Montoneros: "bueno, ustedes es otra cosa". Esa situación, y yo creo que tiene que ver con ACNUR. ACNUR otorgó montón de protección a muchos compañeros, en el caso nuestro.

P: Bueno, y a partir... ¿ustedes cuándo vuelven, Roberto?

R: Volvemos con el gobierno de Menem, cuando salen las leyes de indulto. Estábamos en Monte... Estábamos en Uruguay.

P: O sea, ¿estuvieron en Uruguay desde cuándo, entonces? ¿Desde la segunda mitad de los '80?

R: No, no. Habremos estado en Uruguay año ochenta y... Sí, la segunda mitad, año '87, '88. Más al final.

P: Más al final, claro. Y bueno, ahí vuelven para acá, ¿han seguido teniendo contacto con esta gente de Brasil, por ejemplo?

R: Sí, fundamentalmente con Jair, fundamentalmente con Jair. Después con los contactos, muy esporádico, con los compañeros de San Pablo...

P: Clamor, los que eran de Clamor...

R: Muy esporádicos, y fundamentalmente con los compañeros de Porto Alegre, con los cuales quedaron vínculos y se mantuvo un contacto.

P: Muy bien. Y díganos, un poco la reinserción política de ustedes, que esto es algo que también nos interesa porque bueno, pensando un poco en el público que tenemos en Brasil. ¿Cómo ha sido esta reinserción política después que ustedes vienen para Argentina?

R: Compleja, compleja. Compleja en el sentido de que acá alcanzó un peso muy grande en lo que se puede llamar la... los dos demonios. La visión de un demonio guerrillero y el demonio militar opresivo, el gobierno de Alfonsín la instaló con mucha fuerza, el gobierno de Alfonsín y la prensa del sistema. Y hoy en día sigue teniendo su peso. No es un elemento secundario, y por lo que sabemos en toda la región esto sigue pesando, esta idea de concepción que de alguna manera con el gobierno actual esa situación sí ha ido cambiando y justamente su reivindicación de derechos humanos y sus proximidades discursivas respecto de los setenta llevan a una aproximación a una visión de otra naturaleza. Pero con críticas fuertes de parte de sectores de otros partidos, de sectores ligados a los militares y demás, pero centralmente por el tema éste de los dos demonios que ha sido el eje de la forma como desde la región se ha vendido aquellos enfrentamientos.

P: Y otra pregunta, volviendo un poco atrás, de repente: en el inicio de los años '70, ¿llegaron a tener contactos? en Brasil la cronología de la lucha armada en Brasil es distinta de la cronología de los otros países, a pesar de que hubo gente que de alguna manera sobrevive en clandestinidad o sale del Brasil pero rápidamente se cierra la región, ¿llegaron a tener algún tipo de contacto con esta gente, o entonces después con la lucha armada?, bueno, la lucha armada en Uruguay y en Chile es más o menos contemporánea.

R: No, con Brasil lo que tuvimos fue una fuerte influencia de lo que publicaba Marighella, eso sí. Acá se leían los manuales de Marighella, se los estudiaba, se los tenía presentes, pero no hubo un contacto físico, organizativo y demás, pero sí una influencia llamémosle teórica, y además se conocía la experiencia previa brasileña con las rebeldías militares y todo lo demás, acá ya era conocido, y sobre eso a la posterior inserción y el planteo de Marighella también era conocido. Y había habido, por parte de los más viejos, me cuento entre ellos, algunos vínculos con lo que era la experiencia Julião, al Nordeste brasileño...

P: De las Ligas Camponesas...

R: De las Ligas Campesinas y demás en la zona de Natal, y demás. Eso también sí acá había dejado sus huellas. Por ejemplo, nosotros en la organización de nuestras Ligas Agrarias en la zona del Noreste argentino, las provincias de Misiones, Chaco, Corrientes, Formosa, tomamos algunos elementos de las Ligas que tenía Julião en la zona de Natal, Brasil. Eso dejó sus influencias, en la organización del campesinado en torno a sus reivindicaciones. Más aún, nosotros primero intentamos un movimiento guerrillero en la zona, no tanto con el campesinado como usar ese lugar como una zona de tránsito hacia el Norte argentino, donde estaba ya Bolivia y las guerrillas del Che, y demás. Pero después quedó el aspecto más reivindicativo, eso fue un aspecto, lo de Julião, y el otro aspecto es el aspecto histórico, con lo de Prestes, con su columna, como rebelión, rebeldía militar, y después las experiencias de Marighella. Si se quieren son, podemos hablar de los tres componentes más importantes que se pueden parecer a distintas experiencias que se siguen en nuestro país, pero contactos orgánicos no habíamos tenido, más que allá lejos en los comienzos cuando todavía estaban las Ligas de Julião, en la zona. Y con Julião, sí, lo conocimos en México, y demás, es otra historia.

P: ¿Y por ejemplo, con el exilio brasileño? Porque hay un exilio brasileño, claro, no tiene tanto impacto tal vez en Argentina, el exilio brasileño comienza en el '64, va para Uruguay, después de Uruguay ya comienza a ir para Chile, y claro, después de Chile, en fin, los que pueden van para Europa o se van más lejos, pero algunos sectores vienen para Argentina.

R: No tuvimos mucho contacto, así como sí tuvimos contacto en el exilio chileno y con el exilio boliviano... uruguayo. Y muchísimo con el exilio paraguayo, muchísimo. De hecho, paraguayos mi-

litando como montoneros hubo montones, y desde acá se apoyaron proyectos insurreccionales, guerrilleros en el Paraguay, con propios compañeros paraguayos que militaban con nosotros y que de repente querían ir a pelear a su patria. Eso sí existió con mucha fuerza, Paraguay sobre todo. Paraguay número uno, Chile muy fuerte después del '73 con la caída de Allende y Uruguay también. Pero Brasil fueron casi esporádicos los contactos, no hubo. Sí nos encontramos con los compañeros después, en el exilio posterior, ya en México y en Cuba, por ejemplo.

P: Claro, ya como algo medio organizado como tal.

R: Es otra historia, ya.

P: Roberto ¿cómo ve hoy, su opinión personal sobre estos tiempos en América Latina? ¿Cómo lo ve, esto?

R: Yo creo que se ha producido un avance importantísimo en la propia conciencia de los pueblos y en algunos procesos de gobernantes, creo que esto no es un dato menor en nuestra historia. Creo que empieza a colocarse sobre el escenario un proyecto de futuro, que a mi modo de ver le falta mucho todavía, yo lo sintetizo en dos palabras, que es "resistir construyendo". ¿Qué quiere decir? Que ya no se trata de resistir a uno u otro gobierno, sino de resistir a un sistema para construir otro tipo de realidad. Yo creo que lo que quedó de la historia nuestra, de los setenta, el día de hoy, muy poco, o tiene poco interés las formas de lucha. Tampoco tiene interés la forma de organización, ni siquiera la identidad tiene mucho peso, lo que yo creo que tiene peso es la idea de que se podía construir un mundo distinto, de que había un deber ético de construirlo. Que hay condiciones científico-técnicas para que el mundo sea diferente y que por un problema moral o ético no lo estamos haciendo, obviamente con la presencia del imperialismo, no digo que el problema sea un problema individual, es un problema de correlación de fuerzas y el problema del imperialismo en el mundo, pero creo que hay condiciones como para superar esa situación y creo que la generación de la que fuimos parte nosotros, justamente a lo que apuntó fue a eso. Y ya no como individuos, digo como generación, tuvo ese proyecto, esa idea, esa perspectiva. Y creo que eso quedó impregnado en la sociedad, y creo que hoy en día tenemos la perspectiva de volver a colocar sobre el escenario una perspectiva de esa naturaleza. Insisto, no me refiero a los métodos de lucha ni a las formas organizativas. Me refiero a esos principios como valores. Y cuando nos ponemos a mirar desde ese sentido, ¿con qué nos encontramos? Y tomo nuestra experiencia argentina, sudamericana, fundamentalmente. Nos encontramos con que nuestros países se construyeron sobre la base del fracaso de un intento unitario, allá en los comienzos, en las primeras décadas del siglo XIX. En aquella primer independencia, en el caso de nuestros pueblos, salvo Brasil, respecto de España, ¿no es cierto?, el protagonista principal en cuanto a la lucha directa y concreta fueron indios y negros, indios y negros que fueron desaparecidos, es decir pueblos originarios y negros que prácticamente desaparecieron en esa lucha, fueron eliminados. Y al final de esa lucha, después del fracaso del Congreso de Panamá en 1824, las burguesías de cada país rearmaron su estructura institucional, se dieron sus constituciones de entre países distintos, y evidentemente es esta fragmentación que vivimos hoy en día, que es una fragmentación que nos impusieron esas burguesías. Y lo que creo, que hoy en día lentamente empieza como a construirse un nuevo sistema, un nuevo sistema que tiene como base lo que yo digo una especie de proceso popular constituyente, que no es solamente reformar la Constitución, que es hacer otra Constitución que nos contemple y nos mire desde adentro, que atienda nuestra propias idiosincrasias de pueblos, yo en ese sentido... tengamos presente una cosa, por lo menos el Norte argentino hasta el Centro del país, formamos parte de la cultura incaica, de Tahuantinsuyo, esa cultura tuvo decenas de miles de años, treinta mil años de cultura, esos treinta mil años de cultura hoy en día chocan con doscientos años de República. Entonces yo creo que el tema no es contraponer esos treinta mil años de cultura con doscientos años de República, sino de encontrar la forma que estas repúblicas se amolden a aquellas culturas, las incorporen y las incorporen para dar nacimiento a este ser, el criollo que tenemos que es el componente principal de nuestros países, y ese criollo que tenga además de reconocimiento étnico, cultural que corresponde, tenga un reconocimiento de tipo institucional. Es decir, crear instituciones a la medida de esa cultura. Nuestras constituciones han reproducido las constituciones de Europa y Estados Unidos. No es la experiencia de nuestros pueblos. Yo creo que hoy en día, por ejemplo, hablo por la Argenti-

na, no existe el poder legislativo, no existe, es una burla. Y del judicial casi podríamos decir lo mismo. Entonces llamemos las cosas por su nombre, empecemos a decir lo que hay y desde lo que hay veamos qué tenemos que reconstruir. Pero creo que ésta división de poderes del mundo occidental, de Montesquieu para acá, sí, estará bien para Europa, pero no somos eso nosotros. Nuestras culturas tienen otras historias, y qué sé yo, grandes pensadores como Simón Rodríguez, Mariátegui y demás, nos dijeron otra cosa, además. Es decir que no tenemos que copiar, que tenemos que crear lo nuestro. Y yo creo que eso es lo que lentamente se va abriendo paso. Y no es un problema secundario, es un problema de unidad regional. Sin unidad regional obviamente América del Sur, no va a tener destino, y para construir esa unidad regional tenemos que atender esta historia. Y creo que eso es lo que despacio se va abriendo un lugar en la historia contemporánea. Me parece que estos años ha habido avances muy importantes de esto. Qué sé yo, el propio avance del UNASUR, la CELAC, es decir una serie de instituciones que están procurando abrirse camino. Creo que el rol que tuvo Chávez, que tuvo Evo, que tiene Correa, que tiene la propia experiencia brasileña, creo que no son elementos secundarios, que Lula haya llegado a ser presidente, no es un problema secundario, ni es una casualidad. Yo creo que nuestros pueblos han dado pasos importantes, que yo creo que va a haber que dar otros pasos muy grandes para que esto que ha sido el primer peldaño, sea instalado como la plataforma sobre la cual construyamos la nueva realidad. Que ya no la veremos nosotros, poco importa. Pero creo que hemos logrado romper la idea de que tenemos que pensar a nuestros países desde la cabeza de Europa y tenemos que pararnos sobre nuestros pies, yo creo que eso es lo fundamental. Y dentro de eso tiene que ver con lo que pasó estos años, este intento genocida que se dio en la década de los ´70, comienzos de los ´80 en nuestros pueblos. Y que de su fracaso salió esto, es decir, nuestros pueblos..., acá en el caso argentino, 2001-2002 hubo un gigantesco salto en rebeldía que no fructificó, pero el actual gobierno es hijo de esa rebeldía, con todas las debilidades que tiene. Y creo que eso se va a seguir reproduciendo, y se va a reproducir por fuera de las instituciones del sistema, se reproduce porque representa de alguna manera destellos del alma colectiva, y esos destellos de vez en cuando se alcanzan a ver lucecitas, bueno, estamos en ese camino.

P: La última pregunta tal vez, y creo que ya respondió bastante, pero igual se la hago: en Brasil, de las organizaciones que fueron a la lucha armada en las condiciones prácticamente no sobró, no sobró, no sobraron esas organizaciones, ninguna. En Uruguay los Tupamaros, a pesar de sus problemas internos han llegado, bueno, se constituyeron como grupo político y han tenido una trayectoria, digamos, de continuidad, lógicamente que cambiando las formas. En el caso de Montoneros, Roberto, ¿qué es lo que ha quedado de Montoneros? Creo que alguna cosa usted ya lo ha dicho, pero para retomar y para encerrar con esto.

R: Yo creo que Montoneros ha sido... la diferencia del resto es que Montoneros es parte del peronismo. Eso es lo que lo diferencia del MIR, de los Tupamaros, del conjunto de experiencias latinoamericanas. Eso es bueno y es malo, digamos, no digo que sea mejor o peor que el resto, digo que es el dato de la realidad. Eso hace que Montoneros de alguna manera corra a la suerte del peronismo, eso es el primer dato sustancial que hay que tener presente. Dentro de eso, Montoneros hoy en día yo no acuerdo con eso, pero tiene un peso importante de muchos de sus miembros en el actual gobierno. Yo no estoy de acuerdo con eso, por el contrario, a mí lo que me parece que la Argentina hoy en día es el peronismo, y creo que el peronismo es el sistema hoy. Es decir, hoy en día, sacando pequeños grupúsculos, diría, los argentinos son todos peronistas. Es decir, los hay, como diría el General Perón, de derecha, los hay de izquierda, los hay socialistas, los hay comunistas, pero son todos peronistas. Y si el peronismo hoy es la realidad argentina, y yo me temo que desde ese punto de vista hoy el peronismo sea el sistema que impera en la Argentina. Entonces cuando dije lo que decía antes, respecto a que hay que cambiar esta realidad, también me parece que hay que cambiarla respecto del peronismo. Esto no quiere decir negarlo, quiere decir partir de allí para plantearse una perspectiva distinta. Y yo creo que los Montoneros hoy en día, hay distintas cosas, pero más allá de aquellos que están en una buena proporción, están involucrados en distintas actividades del gobierno, yo creo que también hay la perspectiva de que esa ruptura respecto al sistema sea Montoneros parte... Montoneros, la experiencia aquella

de Montoneros una parte de eso. Yo creo que el viejo Estado es el que está en crisis. Es aquél debate que hoy les contaba al comienzo cuando decíamos se viene un debate por el Estado. Se vino un debate por el Estado y perdimos. Y se restituyó el viejo régimen estatal que conocemos, y yo creo que ese Estado no da para más. Entonces lo que tenemos que cambiar es un sistema de organización institucional que sea diferente, y yo creo que los montoneros para eso tenemos, no digo algunas ideas, sino que tenemos algunas cosas que se nos pasaron por la cabeza y que tenían que ver con esa ruptura. Eso es lo que yo creo que va a quedar para el futuro. En definitiva, si nos preguntan qué es Montoneros hoy en día, es una energía que está en la sociedad. Es decir, en ninguna actividad humana se pierde, toda se transforma en energía, positiva, negativa, etcétera, que las futuras generaciones las van recogiendo, las van haciendo suyas y las van volcando en la realidad. Pues bien, hoy en día Montoneros es una energía, de esa energía creo que yo rescato personalmente sus valores de ruptura respecto del sistema y creo que eso es lo que aspiraría a que quede respecto al futuro.

P: Muy bien. ¿Y Roberto Perdía hoy?

R: ¿Qué hago? Bueno, estoy trabajando en algunas cosas de abogados, acá tengo la audiencia ahora, básicamente, defendiendo a algunos presos, fundamentalmente ligados a los movimientos sociales, compañeros perseguidos, etcétera, esa es una actividad. Otra actividad, estamos armando con un grupo de compañeros una cosa que se llama Universidad de los Trabajadores, con el compañero Vicente Zito Lema, que fue el fundador de la Universidad de las Madres de Plaza de Mayo y después renunció públicamente por sus problemas con Schoklender justamente, en cartas públicas que hace algunos años atrás hizo. Y ahora hace un par de años estamos construyendo dentro de una fábrica recuperada –IMPA, que es una fábrica de aluminio- estamos construyendo nuestra Universidad de los Trabajadores, estamos arrancando con algunos seminarios en el segundo cuatrimestre empezaremos con los primeros profesorados y el año que viene trataremos de empezar alguna carrera de economía dentro de esta Universidad de los Trabajadores. Y por otro lado estoy tratando, hice un libro años atrás, y ahora me han pedido que lo rearme y lo rescriba, así que tenemos para fin de año un libro que seguramente llegará hasta Brasil. Bueno, eso es lo que tratamos de hacer ya en el ocaso de estos tiempos, procurando dejar esto que decía recién, para que los jóvenes que vengan atrás puedan tomar lo que les sirva.

P: Muy bien, Roberto, muchas gracias.

R: No, muchas gracias a ustedes, muchísimas gracias.

DEPOIMENTO 31 – ADELINA DEMATTI DE ALAYE – PRIMEIRO DEPOIMENTO.

Buenos Aires, 23 de maio de 2012.

P: Adelina, en primer lugar quisiéramos que nos contara un poco de sus orígenes, los orígenes de su familia, un poco que nos dijera de dónde viene usted, cómo se va formando.

R: Bueno, yo diría que soy netamente italiana. Mis abuelos maternos y paternos eran italianos que vinieron. Mis abuelos paternos traían a mi papá de tres años, que era el mayor, recalaron primero en Montevideo con una hermana de mi abuela, con su esposo Barbieri y muy rápidamente mis abuelos vieron que no les gustaba quedarse ahí, vinieron a la Argentina, se establecieron en la provincia de Buenos Aires en una ciudad que se llama Chivilcoy, y mi abuelo falleció siendo mi papá muy chico, ese cambio climático y demás que los aquejaba a muchos inmigrantes, era de problemas pulmonares, así que no lo conocimos al abuelo, mi padre se crió después con un padrastro, tuvimos tías por parte de nuestra abuela y a partir de ahí mis abuelos maternos –mi abuelo había quedado Maggi de apellido, con doble “g”– había quedado huérfano muy chiquito, con una hermana. Lo criaron sus abuelos y para ellos en esa época y donde vivían, el cura era el personaje más importante. Así que a mi... mi abuelo había estudiado como para ser cura, pero cuando vio que llegaba el momento en que tenía que dar sus votos y demás, se escapa, se va a Francia, que vivía su hermana casada ahí y luego vuelve, incluso hace el servicio militar o algo así y cuando se casan, viene a la Argentina, como era muy preparado entró a trabajar en el ferrocarril y era como un capataz, o algo más importante. Y con muy buen criterio, a medida que avanzaba el ferrocarril en la provincia, cuando llegaron a un lugar que se llama Bragado, pueblo vecino de Chivilcoy, se instaló ahí, ya siguió en el trabajo, después tenía comercio... y mis parientes... de los hijos de mi tío uno de... de un tío mío, un hermano de mi madre y el hijo de la hermana mayor de mi madre, que era una familia que tuvo no muchos hijos pero sí tres mujeres que todas llegaron a los noventa y algo. Y acá en el año ´19 creo que es, no lo había previsto ahora para confirmarlo, empezamos a tener problemas como siempre con Chile y es un momento en que realmente se cree que se va a instaurar una guerra. Acá no había soldados y se prepara en Curru-malal, que es un lugar de sierras en Tandil, se hace el primer... la primera conscripción militar. Ahí van el tío y el sobrino. Como mi abuela había perdido hijos varones, yo creo que ahora eso se sabría que el RH que correspondía antes no podía... si ese hijo que había llegado a grande se va y estaba... es decir, dormían envueltos con cualquier cosa, no tenían nada, es como hicieron con Malvinas, desgraciadamente reiteraron la historia. Y... mi primo era más desenvuelto, más liberado. Mi tío muere, hace una pulmonía o qué... lo sepultan ahí y mi primo marca esa tumba, porque mi abuela no tuvo... -y cuento esto porque tiene que ver con mi propia historia de los hijos- no tenía consuelo. Mi abuelo, que tenía un comercio, de... de... ¿cómo era antes? de almacén y ramos... más allá del trabajo en el ferrocarril, conocía al señor Miñaqui que hasta el día de hoy es una empresa que trae comestibles de Europa y demás, y le dice que a ver qué puede hacer por rescatar el cuerpo de mi tío y... el presidente Roca, creo, le concede el favor, como estaba señalada lo ubican y lo llevan a Bragado. Muchos años después los señores amos de las armas hacen una nueva experiencia en ese sentido, más allá de todos los que desaparecen por razones políticas o financieras, se mandan la gran aventura de Malvinas, que estamos recordando los treinta años de ese horror... siempre hemos tenido evidentemente gobernantes militares que creían ser los dueños del mundo.

P: ¿Y usted es profesora, de profesión?

R: Mirá, soy maestra normal nacional y profesora en educación inicial, o sea anterior a la escolaridad primaria, la escolaridad de adaptación de líneas de conducta, iniciación a la lecto-escritura y a todo lo que puede hacer un niño de 3 a 5 años. Eso era lo que me gustaba, lo que volvería a hacer. Yo tengo veintiséis años de trabajo vocacional en el nivel ese, cubrí todas las instancias, fui catorce años maestra de sección, o sea de grado, como quieras llamarlo, y luego fui directora e inspectora por cuatro años, con eso me jubilé apenas supe la noticia de que mi hijo estaba

desaparecido, ese día yo había ido a averiguar cómo tenía que hacer para jubilarme porque era un compromiso que él me había pedido siempre: “Mamá, cuando te llegue el momento no te quedes, no te quedes, jubílate y ahora que vivimos en La Plata, que tenés acceso a todo, cursá en alguna universidad, en alguna facultad, pero no para el título, sino para enriquecerte, lo que no pudiste hacer por vivir lejos, por medios económicos...”, y yo en el ’76, que es cuando él estaba haciendo el servicio militar en Bahía Blanca, llegué al límite inicial de que podés jubilarte y yo... celebramos en mi casa, con mi personal y todo. Y él viene en una visita y me dice “mamá, sos igual que todos, te quedás...” porque él decía que además ese persistir ahí evitaba la incorporación de los nuevos, dice “los jóvenes nunca pueden iniciar la carrera, siempre están ahí a la expectativa”, porque... y me ponía la referencia de una señorita directora, de la zona de Brandsen, donde habíamos vivido unos años, que tenía como noventa años, no sé qué, y seguía. Yo lo conté esto hace poco en una presentación de un ensayo sobre mi archivo, y había gente de ahí, se reían a las carcajadas porque se acordaban del personaje, sí, una mujer que dio todo, pero uno debe saber cuál es su tiempo. Y el día que a mi hijo se lo llevan, yo había ido al Instituto de Previsión, que es donde se organiza todo lo de la jubilación, a ver en qué condiciones me podía jubilar, y me dice el presidente de ahí, que era el esposo de una docente que trabajaba conmigo, me dice “Adelina, ¿qué está haciendo usted? Si usted se jubila de inspectora, para qué...? Va a ganar mucho más...” yo le había dicho a mi hijo: “mirá, están bajos los sueldos”, uy, ni lo tenía en cuenta, las diferencias... y me llevé cómo tenía que hacer para jubilarme, voy caminando, me caigo, así, apoyé, eran más o menos las 6 de la tarde, el 5 de mayo a esa hora lo estaban levantando a mi hijo en Ensenada, nunca le pude decir que me iba a jubilar. Me tuve que... me jubilé porque... yo no podía darle al personal lo que yo no tenía, que era la tranquilidad y la ecuanimidad que hay que tener para manejarse con personal, con niños y con cualquier relación de trabajo. Ahí decidí que mi elección de la vida había caducado. A partir de entonces la vida me daba otra tarea que fue la de buscarlo.

P: Adelina, ¿puede hablarnos un poco de su hijo, en la etapa anterior? Carlos Esteban...

R: Sí, cómo no. Carlos Esteban, lo esperamos bastante porque yo tuve problemas en embarazarme. Hice hasta un tratamiento tan invasivo... claro, era hace mucho tiempo, cincuenta y algo. Y bueno, de pronto quedé embarazada, mi madre me había mandado una carta, porque estábamos viviendo en Carhué, mi madre seguía en Chivilcoy. Y me dice... era sabia porque leía todo y entendía y... me dice que me dejara de hacer pruebas, que ella había leído que en el treinta por ciento de los matrimonios la maternidad solía darse en el cuarto año, qué sé yo, cosas que había leído. Y a los cuatro años, cuando mi hijo nace, hacía cuatro años que estábamos casados. Le costó, me costó. Mi madre estuvo al lado mío en todo el parto, tuvo la habilidad de mandarlo a mi marido a dormir la siesta porque le dijo que “esto va a ser largo y a la noche hay que estar fuertes” y qué sé yo, pero después me confesó, dice: “lo saqué porque era insoportable aguantarlo”. Pero estaba en el hospital de Carhué, el médico que me atendía no estaba, era con una partera, todavía se utilizaba, mi madre, después me cuenta, haciéndole señas que llame al médico porque se daba cuenta que algo no funcionaba bien. Mi madre le había pasado en el primer parto y después tuvo ocho más... y la mujer dijo que no, y en un momento dado me dice: “señora, es cuestión de segundos, si no nace... los latidos son débiles”, me dice, y yo, la menor, la nena mimada, la que todos los hermanos grandes me resolvían, me encontré ahí, mi mamá dice que me agarré de mi cruz, así, y no sé, vino un movimiento, pujé y sé que el nene era violeta, lo pusieron en agua fría, agua caliente, unos chirlos... lloró y ya estaba. Y era muy pequeñito, dos kilos setecientos, y bueno, esa... ese nacimiento esperado, doloroso para él, fue con sufrimiento, se desarrolló normalmente, nunca tuvo una enfermedad que me hiciera pasar una noche de angustia, tuvo alguna gripe. Cuando tenía... cinco años era, entre cinco y seis, que ya vivíamos en Azul, que ahí vivían mis suegros, que era la ciudad de mi marido, que trabajaba en el Banco de la Nación, un día estaba muy molesto, medio resfriado, quedó en la cama, no fue al jardín, yo fui a trabajar... cuando vengo -yo tenía una señora, una señora un poco bastante más grande que yo, como de cuarenta años- decía “¡Ay, Carlitos”, porque a ella le llamaba la atención, mirá... decía “Ay, señora, yo no he visto otro chico como éste, está todo el día con los libros y las revistas”, pero... las miraba entonces, todavía no leía, y preguntaba algunas cosas... dice “mire que yo he

trabajado en casa de doctores y todo, y no había chicos como éste”, nosotros no reíamos, y digo “esta Pascuala es divina”, porque ella hacía referencia a un profesional, el hijo tenía que ser..., no, éste curioseaba todo. Ese día me dice “ay, tiene dolores, tiene dolores...” y había vomitado y todo, y digo “¿qué es esto?”, y bueno, vemos si era ese... ese... problema de resfrío, medio gripe, así que uno toma unas líneas de temp... pero qué había pasado, había venido el abuelo y a escondidas le había dado un gran chocolate. Y con esas líneas de fiebre, y qué sé yo, se sintió descompuesto. Y... ya te digo, eso era lo que quería... y cuando empezó la escuela siempre fue un chico normal, hacía lo que tenía que hacer y no más, y... pero una gran predilección por la historia. El año pasado, cuando se presentó el libro en Francia, la gran sorpresa fue que estaba un señor que era vendedor de libros hace muchos años, y que... yo lo había perdido de vista... él me dice “¿me conocés?”, no, no sé quién fue... y me dice quién era... con los años él había venido, había enviudado, se había casado con alguien de Francia y estaba ahí. ¿por qué fue emocionante, y por qué? Nosotros en Francia, yo era la directora del jardín que tenía al fondo una puerta que pasaba a una casa habitación, porque había sido antes una escuela primaria. En las escuelas antes tenían una casa para el director. Ahí todavía está... ahora tiene otras funciones, pero cuando yo fui todavía lo usaban los directores. Cruzando la plaza, ahí mismo alrededor estaba la escuela primaria N° 1, él venía, estaba en quinto grado, me parece, pasaba a darme un beso y por la puerta de adentro se iba a casa. La hermana iba en el turno a la tarde, todavía, que era más chica. Estaba ese día el vendedor de libros, en ese entonces todavía estaba permitido que vinieran, sobre todo en los pueblos que no tenés grandes librerías, venían con las ofertas... estaba mirando, yo estaba en mi escritorio, había otra mesa y él se pone a mirar un libro grande de historia argentina. Y lo veo así, entonces, yo le estoy... el vendedor me ofrece eso, y le digo “no, no, no, yo le voy a escuchar las ofertas pero no puedo comprar nada”, y sigo hablando y le digo: “andá a comer, Carlos”... estaba llorando... “¡ay!, ¿qué te pasó? ¿te pasó algo en la escuela?” porque ya me había saludado y todo. “No, porque la historia vos no la podés comprar”, y era la de Abad de Santillán, la historia... yo digo “bueno, Carlitos, andá a casa, después lo hablamos”, entonces me dice el vendedor: “Señora ¿puedo ir a su casa hoy a la tarde? ¿a qué hora me puede recibir? Porque en los años que tengo vendiendo libros, nunca ví un pibe que llore por una historia, usted la tiene que comprar, yo le voy a hacer un...” y la compré. Y tendría que preguntarle a los que se robaron todo lo que había en su casa, dónde llevaron la historia tan ligada a... y ya ves que encontrar ese hombre, molestarse en ir a saludarme y todo, eran rasgos... pero que ocurría en casi todos los chicos, un día me dice la profesora, estaba en segundo año, dice: “no es que sea... oooooh, sino que siempre sabe de qué estamos hablando”, siempre en historia, todo lo demás también lo... yo no sé si... algún examen debe haber dado. Después vino todo el descarrile, cuando empezamos a militar. Primero en los centros de estudiantes, que estaban...

P: Comienza en los centros de estudiantes...

R: ... muertos en esa época y después ya empiezan su militancia política.

P: ¿Puedes hablar un poco de eso, Adelina?

R: Bueno, estaba en cuarto, en quinto año. En cuarto empieza, es cuando se va a producir lo del '73, después de... porque nosotros, mirá, yo en unos días cumpla ochenta y cinco años, es la primera vez en ochenta y cinco años que vivo, como todas las compañeras mías de la edad, treinta años sin golpe de Estado. Es como para agarrarse la cabeza. Cuando tenía tres años, el primer golpe, 1930, que genera en una decisión de la Corte Suprema de Justicia, una especie de aval para todos los que vinieron después, a tomar el poder por la fuerza. Y digo esto por qué: porque la Corte legaliza todas las leyes o... decisiones de ese grupo que había usurpado el poder. Ahora, eso le quedó como si hubiera sido absoluta y totalmente legal. A partir de eso, bueno, viene el '43 y todo. Creo que decía Osvaldo Bayer el otro día, que son catorce golpes... por qué están los que paraban esos días el país y... cambiaban. Pero los golpes internos que ellos se producían en cambios y recambios. Yo le digo: “mirá, yo cuando era adolescente a veces oía decir en Chilvilcoy, en la escuela: - uy, viene junio, ¿habrá un golpe?” ya era como que estabas esperando... y cada vez, es decir, una cosa que algunos han descubierto ahora pero que nosotros cuando nos metimos a fundar todo vimos que siempre fue cívico militar. Era una broma decir “si querés ser presidente andá al Colegio Militar, hacete General”. Pero yo estoy convencida que a ninguno le

daba el cerebro, de todos esos generalotes que tuvimos, como para planear una cosa a continuidad, digamos. Un golpe mal o bien lo armaban porque no había quién se resistiera con las armas, pero siempre han respondido –y en el último está plenamente comprobado- a civiles que querían hacer... porque siempre civiles de un grupo económico que se fue sucediendo, yo digo, hace muchos años se decía “hay setenta familias que son las que conforman toda la movilidad económica y de relaciones del país”, ahora serán más, o no, pero cualquiera de los golpes que uno analiza, se encuentra que hay los mismos apellidos. O el hijo, o el nieto, o el mismo personaje. Digamos un Martínez de Hoz, pero en varias...

P: Adelina, ¿en qué organización estaba su hijo, qué militancia tenía entonces?

R: Bueno, él al principio, cuando venimos a La Plata, él estaba en tercer año del secundario, todo bien. En cuarto año, él... ¡ah! Vino a una escuela que es la que conseguimos, porque no es fácil un traslado, la nena, mi hija, en una escuela de internado de monjas, que tuvo que venir antes, porque los tres cambios no se podían hacer todos a la vez... incluso yo seguí perteneciendo a Brandsen, en la escuela Técnica, porque de grande, con los chicos grandes, empecé a trabajar de perceptora en una escuelita aquí. Y creo que dije hoy que también estuve veintiséis años, porque cuando dejé el cargo en el... el cargo, digamos, cuando tenía jerarquía, mantuve por un apoyo económico, mantuve todas las licencias que pudiera tomar pero en la preceptoría, hasta el año '93. Y además porque me daba un equilibrio... La misma... los mismos compañeros míos del trabajo, mi jefe y todo, de mayo que había ocurrido, en fines de junio me intentan secuestrar, tengo que hacer una clandestinidad en Buenos Aires que me volvía loca, y digo, regreso y la escuela me dice que vuelva, que voy a estar mejor con ellos que sola, y que saben que necesito días especiales y que los voy a tener y así mientras podía trabajaba... a veces cuando uno dice “nadie te ayudó” y yo digo: había ayudas, yo las he valorado inmensamente pero a veces uno no se daba cuenta. A mí el director me obliga a ir con un curso de sexto año, a San Clemente, a la playa, como un paseo de fin de año, una semana, responsable con otro profesor, la señora y todo, y qué era, que me sacaba... y yo siempre digo... a la mañana me levantaba, yo jamás en mi vida había hecho ni un picnic ni nada, y ahí es como... son campamentos, las camas [se ríe] son de cemento, así como... me levantaba, lloraba a la orilla del mar hasta que quedaba ... y después iba y digo: vamos al desayuno, y los muchachos, y las cosas. Estaba hecho todo ex profeso para mejorarme. Y sí, gestos de vecinos que... esperaban a ver si llegaba, y me decían: “¿tomamos un café?” y te servían toda una merienda... esa es las cosas que encontraba... pero no estoy respondiendo a lo que me preguntaste...

P: Sobre Carlos.

R: Bueno, él empieza y ya te digo por la historia... en... hablábamos y hablábamos de política, y así, y yo le digo: “mirá, Carlos, estás llegando a un período en que se está pudiendo hablar, escuchá a todos, no te definas hasta que no estés..” incluso había un muchacho socialista que hablaba, que yo digo “ese hombre fue compañero mío de la escuela en Chivilcoy, bueno, enrolado en un partido socialista, venía a dar una charla, vamos a escucharlo, y así. Y en un momento dado, veo que tenían un preceptor que era –ya murió ese hombre- era militante del Partido Comunista, el PC, y tenían reuniones con él, fuera de la escuela, y un día dice, “mirá”, tenía un carnet de él... Juvenil, no sé cómo se llama... este.... Los jóvenes del Partido Comunista.

P: ... La juventud del Partido Comunista...

R: Sí. Y lo pegó en su mesa de luz, en el cajón, abajo, pegado con cinta scotch, porque estábamos en una dictadura todavía, estábamos acercándonos al '73, pero era el '71, creo, '72, ya estaba en cuarto. Bueno, no pasaba de que se hablaba, yo después estaba con otros jóvenes, y ya finalizando el quinto año, bueno, hay todo un lío enorme en la escuela, él queda fuera, le dan una sanción que... es decir... la escuela en que ellos iban -ya estoy hablando... me estoy saltando un rato- después de eso, del carnet y todo, un día me dice: “mamá, ya estoy definido, yo soy peronista”, “bueno, vamos a pelear mucho” [se ríe], porque yo también les había inculcado cosas de lo que había pasado, que parece que no debía hacerlo como lo transmití. Las vivencias a veces... te desvían la mente. Yo les había contado tanto del peronismo, de Perón, que el día que gana el peronismo las elecciones, que todavía vivíamos en Brandsen, pasa un camión lleno de militantes

por la esquina, estábamos todos en la vereda, comentando, qué sé yo. Y mi hija se pone a llorar a los gritos y entra... “¿Qué te pasa, qué te pasa, qué te duele?”, “tengo miedo, tengo miedo, ganaron los peronistas”. Es peronista igual que su hermano, igual que el padre de sus hijos, igual que mis tres nietos, igual que mi nieta y su compañero. Todos son peronistas. Y eso fue, ese día, pero era lo que yo le decía “no, mirá...”, porque el tío –mi hermano era radical-, bueno, las persecuciones y todo eso. Él me dice que en la escuela, que era una Normal antes, el Normal n° 3, hace años pasaron a ser todas escuelas de la Provincia de Buenos Aires, esas eran nacionales, hacen un paro al gobierno, había un... un excelente gobernador que no lo dejaron gobernar, que nosotros lo conocíamos porque era un médico cirujano muy respe... de Azul. Hacen un paro, y las profesoras de la escuela esa paran. Durante la dictadura habían trabajado rigurosamente todas. Pero a un gobierno constitucional porque ellas eran señoras de militares y habían estado en... y entonces “el zurdo”, que había venido acá, el doctor Oscar Bidegain... entonces los chicos hacen un acto relámpago. Suben corriendo la escalera cantando la marcha peronista. Pero después yo me entero por los compañeros, Carlos no me lo dijo, uno de los que nunca falta, porque cuando hay así, grupos, es lo que pasa en la... en la... cuando hay una muchedumbre de fútbol, de política o de lo que fuera. Uno pierde su raciocinio y produce un desbande. Alguien que ni siquiera era de los militantes tiró un balde de agua, no sé... no me... yo creo que habrá mojado a algún profesor o algo. Bueno, los sancionan a cinco... que consideraron que eran los cabecillas, los sancionan con el máximo de faltas, de amonestaciones. Incluso la escuela llama a la Policía Federal, porque como era una escuela nacional, de lo cual... yo sé que llega, sale publicado y todo. De los cinco alumnos, dos están desaparecidos. Mi hijo y Roberto, el otro chico que también estaban cuando desaparecen en Humanidades de la Universidad de La Plata. Bueno, voy a la escuela a ver cómo se resuelve, y me dicen que dado, bueno, que habían hablado con los profesores y qué sé yo, me ofrecen el cambio de turno, para que termine, porque faltan seis días para finalizar y recibirse. No se recibió ahí. Y yo lo hablo con él, y me dice: “mamá, no es justo. Yo no cometí ninguna falta, ni un delito como para merecer ese castigo. Yo no quisiera ir al otro turno”, “yo no te voy a obligar, acepto tu palabra”. Otro de los compañeros, el padre lo obligó y pasó al turno. El otro chico, Roberto, no sé cómo fue él, pero también dejó la escuela y Tito, que vive en España, que era, es decir, no era militante pero era solidario con todo lo de ellos, también los padres lo obligaron a terminar, terminaron en otro curso. Y Carlos, bueno, empezó a rendir en otros lados, pero esa es una historia más personal. Yo sabía que militaban, pero no... no te contaban los detalles que no debías conocer. Yo me entero después que por ejemplo él era el... como un supervisor, un... tiene un nombre... como un delegado por los chicos que concurrían al secundario de Bellas Artes. Él como era un poco más grande, bueno, tenía a su cargo los de la UES de Bellas Artes. Cuando en el año ´74 ya con un año casi, de gobierno, ya con los cambios de Cámpora, el presidente Perón y demás, la idea del boleto escolar para los alumnos del secundario había ido creciendo en las ganas de lograrlo. Y en el ´75 se da la lucha por el boleto escolar, que acá salió un libro que ha dado lugar a errores. Aparece como que el boleto sale con la dictadura, el boleto sale en septiembre del ´75. Como él estaba cursando en ese momento en razón de su militancia en una escuela nocturna, tornería, porque, y lo explicó muy bien, lo ha explicado últimamente Oscar, el compañero de militancia de él hasta el último día, que dice que a ellos les había gustado el proyecto de Montoneros donde decía, o donde dice porque deben estar, que había que insertarse en el cuerpo de trabajo, no verlo desde afuera sino ser un trabajador para saber la realidad de... y poder actuar en coso, dicen... no la... es decir, “voy, estoy con los obreros porque estoy de visita” o como a veces se dice “ah, yo hago mucho por los presos” y van una vez al año el día 25 de mayo. Y en eso estaba, y va como delegado de ese... de esa escuela porque también era más grande, ya. Estaba en los 20. Hay cinco delegados, uno de los cinco es Carlos. Y eso es, digo yo, lo que le costó la vida. El último día de las marchas –porque ya venía aceptado en el Ministerio de Economía de... o no sé cómo se llamaba... ahora se llama de Infraestructura y antes... no sé,- el día que iban a la Municipalidad, que era el que iba a tener que instrumentarlo, y arreglar con las empresas de transporte, todas las escuelas se levantan, yo trabajaba en la Técnica, cuando salen las alumnas yo me tomo el micro con ellos también, me voy a la Plaza Moreno. Sabía que mi hijo iba a estar ahí, y pensaba que la escuela Nuestra Señora de Luján donde estaba mi hija, también iría. Pero esa escuela no salió a la calle. Y... mirá vos... yo me bajo del micro y tengo que cruzar la plaza hasta el centro y doblo, que es la calle que

va a la Municipalidad. La Municipalidad está frente a la Plaza Moreno, acá. De un auto, un Falcon verde, bajan dos señores jóvenes, muy vestidos y van caminando hacia el mismo lugar que iba yo, pero yo iba por la vereda, ellos atraviesan el césped, cuando yo llego al centro y me dirijo directamente a las escuelas que estaban toda la calle llena, una explosión, un desbande, y estos dos tipos corriendo, que digo yo, si fuera después de lo de Carlos yo me les pongo adelante y los hago caer, por lo menos. Habían tirado unos cohetes o no sé qué, pero yo digo... qué ejemplo para analizar, sabían por qué estaban ahí, no es que los llevaron, los chicos fueron voluntariamente. En diez minutos habían recompuesto las filas, yo tengo después comentario de una muchacha que vive en Brasil, que era la novia de un compañero de mi hijo de la escuela. Ella era dos años menor, me parece. Y dice que en ese día ella todavía cursaba, creo que ahora se estaba recibiendo, y que cada tanto, Carlos, que eran de los que pasaban a ver cómo estaban, qué sé yo, pasaba y decía "cómo estás"; "bien", "cuidado, no te prendas si alguno hace alguna pavada, vos te quedás acá, cualquier cosa llamá..." bueno, él siempre había sido protector, y tenía unas anécdotas. Bueno, y dice, claro, como yo no sabía nada de política, yo sabía lo que era y confiaba en ellos que eran los amigos, ella no tenía... incluso su novio era... no, no era... era solidario, pero no era militante. Y ese día, bueno, se hace la entrevista y ya quedó, salió el decreto y empieza a funcionar. Eso es '75. '76 hace el servicio militar, viene para el 1º de mayo y me dice: "mamá, lo que yo te escribo siempre es lo mismo, es horrible, me pongo (en Baterías, le había tocado, Comunicaciones), ando con un aparato que no sirve para nada, un aparato"... yo digo: "y sí", todavía le digo, "debe ser de Curru Malal", o sea, de la primera conscripción, que nosotros eso lo hablábamos siempre. Dice: "voy a hablar con Inés a ver si adelantamos el casamiento", porque pensaban casarse en marzo cuando él saliera.

P: Estaba de novio ya hacía un tiempo.

R: Sí, entonces, bueno, eso arregla, esos dos días que estuvo y se fue. Y mi nuera, con una hermana soltera que yo tuve, murió en el 2007, van, hacen todas las... los arreglos del civil... Él me dice: "mamá, nos vamos a casar por la Iglesia, yo sé que con vos no tendría problemas, pero es más difícil con la familia de Inés, ellos son de Mercedes, no entienden" y yo no tengo problemas, mi hijo había tomado su comunión, había hecho todo. Se casaron por Iglesia, el 26 de julio del '76. Él vuelve al Regi... allá a Bahía Blanca, y le dan la baja en septiembre, pero él, en una de las cartas que me manda, me dice: "mamá, todas las semanas salen camiones para Villa Constitución, si no tenés noticias mías es porque me corresponde ir, porque por la Patria...", qué sé yo... entonces me lo traduce mi nuera, que todavía no era pero que iba a ser, y mi hija. Dicen: "mamá, Carlos te está diciendo que si lo llevan se va a... cómo se dice, se va a fugar, se va a... a desertar", porque él no iba a ir a combatir contra los compañeros. Se los llevaban... Villa Constitución en Santa Fe, es una zona absolutamente fabril, que hubo muchos, mucha rebeldía contra... coso, pero los acallaron siempre, ya venían hacía tiempo silenciándolos, y ya te digo, de Bahía Blanca, ya es lejísimos, llevarlos... y él, él me iba a decir que iba a perder noticias porque él se iba a desertar.

P: No desertó... ¿o sí?

R: No, le dieron la baja en septiembre, así que vino y nosotros les facilitamos con los padres y todo una casa, vivían... primero alquilaron en el barrio, a la cuadra de donde estábamos nosotros había una señora conocida que alquilaba arriba un... coso hasta tanto que ellos se ubicaran. Pero ya en el '77 van a vivir a Barrio Mosconi, en Ensenada, que el 15 de abril le ha hecho, Ensenada le hizo un homenaje a mi hijo, han puesto una inmensa ... un inmenso mural, y hoy tengo que ir a la escuela secundaria porque tengo una charla que la piden los alumnos... y... bueno, están ahí en el barrio, él milita, mi nuera trabajaba en el Hospital Italiano, como se embaraza -ella se embarazó en diciembre- y entonces él dice: "mirá, hacé solidaridad en el barrio, poné inyecciones, acá hacé cosas", mi nuera es psicóloga, y era lo que estudiaba, pero también hacía prácticas de enfermería y... bueno, estaban así y un día, el sábado 7, porque el 5 fue jueves, mirá vos, por lo que pasa después con las Madres, y... que se habían constituido el 30 de abril... el 5 de mayo él salía, iba para la casa de un matrimonio, compañeros, pero tenía una cita previa con una mujer que lo había visto en la calle, lo había llamado, lo había hablado, y le dice: "yo te reconozco por la lucha del boleto escolar, ¿vos seguís con... con tu pensamiento?", le habrá

dicho que sí, habrán... y dijo, mirá... yo lo resumo, ¿no? “con mi compañero estamos a riesgo, necesitamos dinero como para poder salir o algo, te estoy pidiendo ayuda, si pensás...” y hacen una cita el día 5 de mayo a las 6 de la tarde en la calle Bocinca en Ensenada. Él... mi nuera sabía, mi nuera... conocía a esa persona, en alguna reunión la había visto. Mi hijo no la conocía de antes, pero ella... por eso te dije lo del boleto... y desde temprano en ese lugar donde él tenía la cita con ella, que después tenía que ir a la casa de los compañeros. Él venía en bicicleta, había ahí un par de personas desde hacía un rato, como que arreglaban un vehículo, viene una persona en bicicleta, para, hace un gesto como “no tengo” o “no sé”, va a arrancar y cae. Esto lo supe un montón de años después. Eso ocurre frente a un comercio de verdulería, frutería, y el que presencia es el yerno del dueño de ese negocio, que es un abogado que el otro día me sorprendió en el homenaje, fue, que ve todo, porque les hacen cerrar el negocio, cuando pasa eso aparecen otros, pero todos de civil, les hacen cerrar el negocio y él tenía... ellos tenían el departamento arriba, él se sube, yo digo en la declaración que hizo en aquél año que es el ´83, cuando me cuenta todo, ´84, él dice cuánto tarda para subir y por la.. el ventiluz del baño ve todo, ve cuando Carlos cae, que después dice que le disparan con un silenciador, por la espalda... él me lo contó personalmente, después lo declaró en la justicia. Y... había una mujer en una de las viviendas.. todas la viviendas de esa cuadra que tenían teléfono pusieron gente desde la mañana. La cruz verde que había enfrente cuando ve que cae, cree que es un accidente de bicicleta, intenta cruzar y ahí sacan armas, también y los apuntan... y también después tuve información que fue llevado a un centro clandestino que funcionaba al lado de la cárcel de Olmos, que es una cárcel de varones y hay una de mujeres también, en un lugar que lo tenía la policía que había sido radio Univers... Radio Provincia, había sido la planta transmisora que después ya estaba en otra... en otro espacio. Y que a raíz de lo que decían los primeros que salieron, supimos que era en Radio Provincia porque hablaban de los cableríos y las conexiones, y la gente que conocían ... él estuvo ahí... mi nuera, cuando ve que yo no me quedé en casa, que empecé a salir y todo, un día me dice: “Ay, Adelina, hay una chica Anahí, que...” pero ella no me dice los datos, me dijo: “es posible que le haya ocurrido algo, ella es de veterinaria, es de una familia muy humilde, quién sabe si la familia se da maña para hacer un Habeas Corpus, trate de ubicarlos”, yo le preguntaba a todo el mundo, en las listas tenemos una sola Anahí, Anahí Fernández, y la madre era compañera y la.. la suegra era compañera nuestra. Claro, era un... un sobrenombre que tenía. En el ´82, cuando hacemos la segunda Marcha de la Resistencia, una de mis compañeras, que su hijo está desaparecido y era veterinario, ah, cuando yo había preguntado por Anahí, Anahí, Anahí, ella me dice: “Anahí venía a casa a estudiar con mi hijo, con fulano y con fulano”, todos están desaparecidos, y ese día en una de las vueltas, me dice “está Anahí, dice que la liberaron, que estaba presa...y le dije que vos la estás buscando”, qué sé yo, y me dejó un lugar donde la podía encontrar. Estaba ya militando en el grupo de... del peronismo que se llamaba de... de... bueno, de Cambio, algo así, que era... con... Cafiero. Era gente de Cafiero, todavía no estaban en el gobierno ni nada, pero estaban. Es ahí donde yo la entrevisto, y donde le pregunto qué había pasado, la cita y qué sé yo, me niega todo, la que estaba esperando que él pasara era ella, y como yo le dije “yo no te puedo culpar ni te puedo decir ni siquiera.... Solamente con tus propios compañeros, y ni ahí, porque yo no sé la capacidad ante la tortura... hasta dónde llegás, yo digo yo soy capaz de cantar en alemán y no sé, digo, la letra, así fue, después vinieron otras cosas, es más complejo... esa causa recién ha sido llamada a Juicio Oral, yo no sé si voy a alcanzar a estar en el Juicio, porque hace dos años podría haber empezado, hay dos jueces que están demorando especialmente, así que estamos en esa otra lucha de que todos hagan lo que se debe hacer y terminemos cerrando la historia, y terminemos de revivirle el horror a cada uno de los testigos que tiene que ir una vez, dos veces, tres veces. Estamos siendo... nosotros sin pretenderlo, pero por la acción, para hacerla como corresponde dentro de las leyes, estamos torturando permanentemente.

P: Adelina, a partir de ese momento es que se inicia tu militancia con Madres, es decir todo este proceso, ¿cómo se da esto?

R: Mirá, yo un poco también por haber sido maestra y manejar documentos y todo, soy curiosa, en mi casa de política se ha hablado, conozco los mecanismos del Estado, yo digo hay que hacer, lo primero que hice fue un llamado telefónico al doctor Balbín, Ricardo Balbín, que era un estereotipo político, le digo: “Doctor, me llamo así, -yo nunca había hablado con él- me pasa esto: a

mi hijo lo han secuestrado en la calle, yo no sé quién... sé que esto está pareciendo una cosa ya común”, y me dice: “llame al doctor Cortelesse, que es nuestro referente para hacer un Habeas Corpus que usted tendrá que hacer...” muy bien, yo no alcanzo a verlo a Cortelesse, porque no sé, esto lo tengo totalmente borrado, aparece gente de mi pueblo que me dice, mi hermano había fallecido el 28 de abril, que era mi máximo referente, era mi papá porque... papá murió cuando yo era muy chiquita, y era el político y era el tipo... para mí sigue siendo un ejemplo de... de político, se me acerca gente y me dice “le vamos a facilitar” y me ponen en contacto con el doctor Rafael Marino, en La Plata, que era el representante del Partido Intransigente, que es donde mi hermano hizo todo su proceso, del radicalismo terminan ahí. Mi hermano en el gobierno del doctor Alende fue intendente de Chivilcoy. Jamás había querido postularse y lo presionaron... “yo soy de base”, decía. Ahí me hacen el texto que lo firmo yo, pero lo demoramos unos días, creo que hasta el 15 o algo así, porque me dice: “si ponemos un nombre, lo van a matar”, por qué? Se había producido un incidente con tiros, no sé qué, en relación al Canciller, que decía que eran los terroristas en un sanatorio, una clínica, que el tiempo después demostró que era una cosa personal de él con... hombres y mujeres, pero ellos decían, bueno, él ... ese es el primero pero yo no me quedo con... le hago un Habeas, fui a la iglesia que es lo que todos los argentinos habremos hecho porque estamos constituidos, que la iglesia, donde se refugiaban los perseguidos, donde te van a... a contener. Acá teníamos un arzobispo que era parte de... del... Monseñor Plaza era parte de... del sistema represivo, así que... igual fuimos y nada. Y fui al Ministerio de Interior, son los que tienen que cuidar al ciudadano, y a cualquiera... bueno, te daban una tarjeta, te decían que volvieras en quince días, que iban a averiguar, no pasaba nada. Yo siempre dudaba porque... me recibía el Teniente Álvarez, creo, un teniente tartamudo, yo digo con lo exquisito que son los militares, cómo van a tener a alguien que no es normal, viste... con ironía. Sí, con el tiempo era un cabo de la policía, bueno, iba, renovaba, me daban otra ficha, fui al Episcopado, ya lo habíamos... cuando yo voy, que me dan la dirección, yo ya lo conocía al padre Berg? porque íbamos a preguntar, y a ver, y a que nos dijera... Y me dice si había ido a la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, digo “no”, yo recordaba haber leído que un grupo de políticos, los nombres y todo, habían constituido eso, yo decía “¿qué es esto?”, año ´75. Esa Asamblea se constituye por lo que ya estaba aconteciendo, que era la represión por grupos, la triple A, o sea la Acción Anticomunista, que estaba manejada desde el gobierno y que ahora se considera las muertes delito de lesa humanidad, porque el Estado estaba fogueando todo eso. Y el padre Berg me da la dirección y yo me voy... a todo esto mi nuera –habíamos perdido contacto, era lo lógico porque la seguridad... para que yo me pudiera mover, mi hija pierde contacto, a mi hija la intentan secuestrar antes que a mi hijo, el 20 de abril del ´77 van a... yo llego y encuentro mi casa dada vuelta, habían... porque el 15 de abril habían desaparecido sus compañeras de la UES, Claudia, María Angélica y Cecilia. Y Gabriel, que era alumno de la Escuela Técnica en que yo estaba, que lo sacan del mismo... a la noche, del mismo hall de la escuela, pero él reapareció. Y Estela, una preceptora del ex Normal 1, que también después la devuelven, pero las tres chicas Calcagno, Salomone y Cañas, nunca más... eso el 15. Mi hija ha ido a un encuentro y se da cuenta que... de noche nosotros teníamos policía en la esquina, porque teníamos un vecino que era el jefe de todo eso, y no sabíamos. Sabíamos que era un policía pero no que es el Etchecolaz, que está preso en Marcos Paz. Ella se sienta al lado de mi cama, yo me acuesto, nos quedamos ahí, adónde íbamos a ir de noche, mañana buscamos. Al otro día agarré el diario, busqué pensiones, y a todo el mundo le dije que la llevé a casa de mi familia, pero la puse en una pensión, en La Plata, donde bueno... estuvo ahí hasta que pudimos reorganizarnos. Mi hijo todavía estaba, e l 1º de mayo lo teníamos que ver en el zoológico, o en una calle, si llovía, bueno, equivocamos la cita, no éramos para eso, yo el 1º de mayo lo podía haber visto y no lo vi. Y mi hija, bueno, ya la saqué, después cuando ocurre lo de Carlos... ¡ah, bueno!, el 15 ellos y el 20 van a casa. Y el 5, se produce lo de Carlos. Ahí, como yo tenía formas de comunicarme, se reúnen... porque a mi nuera la encuentro también de manera... mágica. Ese día que fui y que buscaba para ir a la Asamblea, ese día no fui, fui otro, subo a un micro, un micro que está parado, tenía que tomarlo porque yo quería ir a... a Bologna, está parado en el semáforo, le hago señas y me dice que sí, y me voy y me subo, me siento, voy agarrar así, y de repente de atrás una mujer se me viene y me dice: “¡Adelina!”... mi nuera. Había ido a Plaza Miserere a comprarse una carterita que la tengo todavía, porque andaba con una bolsa blanca más de verano, que era lo que

así salió a la casa y no volvió. Cuando llegó a la casa de los amigos le dijeron “Carlos no vino”, dijo bueno, después ya sabemos todo. Y ella ya con un embarazo de cuatro meses y medio, se iba a ir caminando. Había conseguido trabajo en una pensión, para hacer la limpieza y qué sé yo, y le daban para vivir, pero eso tampoco lo contaba... y... ella dice que veía la mano y decía “dos manos iguales hay, las de Carlos y las de Adelina no hay otras”, y empieza así “no me voy a dar manija, no me...” Pero después mira y dice: “pero... Adelina... ése es el saco de Adelina”, me miró así... no sé... yo me caí sin tropezar, me aparece en un micro en Buenos Aires, es como de locos... bueno, nos bajamos en una iglesia y después fuimos a un Hotel en Avenida de Mayo, pasamos la noche, me contó, bah, nos hablamos, ahí creo que me dice ella... no, más adelante, de buscar a la otra chica. Ahí hablamos, llorábamos, nada más. Y después ya me dicen que se van de Buenos Aires, bueno, la nena nació en Paraná, así que... y la conocí en la Catedral, a un mes de nacida.

P: Adelina, una pregunta, antes de eso, ¿la casa de su hijo y de su nuera fue ocupada? ¿Qué pasa con eso?

R: Mirá, el día siguiente de sustraerlo a él, van a la casa, van a... seguro a buscarla a ella aunque se imaginarán que ya no va a estar. Se llevan todo, dejan algunas cosas... hasta las cucharitas. Me dejan la foto de cuando él era chiquito, puesta así, ponen en la... escriben en la puerta y todo “peligro”, mi hijo tenía un galponcito afuera, porque hasta los tubos grandes del gas, también se los llevaron, todo. Las copias de los mensajes de la Universidad y todo, que hacían, los hacían en un hectógrafo en esa época, un mimeógrafo, qué sé yo, y él tenía la imprentita ahí, eso es lo que hacían... todo eso desapareció. Y la primer denuncia la hago en la Municipi... en la Comisaría, y se burlan, me dicen: “síiiii, pero se habrá ido, está recién casado”, hago una segunda ida y ahí citan a las dos señoras vecinas, no... una estaba sólo con el chico, la otra tiene al marido. A ellas las citan. A las nueve de la noche en pleno invierno, a declarar ahí. Y ellas contaron lo que habían visto, habían visto que se llevaron todo, pero a la... a la de este lado, que todavía tenemos relación y todo, nosotros le íbamos a regalar la casa pero estaba usurpada por otros, y... ¡ah! Vienen y le dicen... “todos, quédense cuerpo a tierra, vamos a ver... porque han volado un... un colectivo, no hubo voladura de colectivo en todo el distrito gente muy peligrosa, dice, después le muestran como un identikit, o así, ella dice sí, es fulano de tal, se llama de tal manera, sabían todo.

P: Bueno, ¿y cómo surgen las Madres, Adelina, cómo se arma eso?

R: Bueno, ese día que yo logro ir a la APDH, o sea a la Asamblea Permanente, era el primer lugar en que estaban ellos, era un edificio antiguo, tenían un escritorio y dejaban entrar como máximo dos personas, y era por razones de seguridad de todos, y además que era un edificio de viviendas, que después a los meses cuando se enteraron, se tuvieron que ir, porque... los vecinos se enojaban, porque era riesgoso. Bueno, cuento lo que me pasa y me dicen “tiene que traer un testimonio”, y yo digo “qué es”, “bueno, ponga todos los datos, cómo la referimos, lo que sea” y había otra señora. Y yo le voy a decir que la espero abajo y ella me dice “espéreme abajo para conversar”, ella me trató de usted, nos fuimos a una confitería, no sé qué, yo digo, yo no tengo noticia de dónde ni cómo hice el testimonio, ni si lo llevé ese día u otro, todo borrado... pero Juanita, que hasta el día de hoy con noventa y ocho años, noventa y ocho, va a la Plaza todavía, y ha sido la tesorera de la Asociación de Madres, me dice: “me voy a arriesgar a hacerle una invitación, porque la vi tan dolida pero tan firme, preguntando por su hijo”, que el riesgo era que yo fuera una que iba a enganchar gente mirá, y yo las tengo grabadas pero ella también, y también ella se las habrá dicho a más de una. Nos encontramos hace dos años, en el Colegio Nacional en La Plata, que había ido la presidenta, y qué sé yo, y nos veíamos muy de cuando en cuando. Por justamente la separación que había sido de las Madres, ella está con Hebe todavía. Y yo la vi mejor, está más gordito y le digo “vos estás más linda que hace treinta años! ¿te acordás qué me dijiste?” y me lo dijo tal cual “me voy a arriesgar a invitarte”. Ahora últimamente como medio hacemos trampa y nos acercamos y nos vemos. Y me dijo: “un grupo de madres nos estamos reuniendo en... de cuat... de tres y media a cuatro en punto, ni antes ni después, por razones obvias, en la Plaza de Mayo, para char... conversar. Pero como el jueves pasado nos corrieron, nos reunimos en el atrio de la Iglesia San Francisco, que es a una cuadra de... del Cabildo, de la Plaza... yo no veía la hora de que llegara el jueves. Llegué ahí y llegué con otra señora que a raíz

de que las maestras que... que trabajaban conmigo vieron que yo iba y venía, se anima a decirme "yo tengo un primo en la misma circunstancia, ¿puede mi tía hablar con usted?", la tía habla conmigo y voy, pobre, fue ese día y nunca más, pero ella tuvo la suerte que su hijo después pasó a preso, y lo tiene, pero... circunstancias. Llegué al atrio de San Francisco, ahí en los escalones, ahí... yo no sé si éramos veinte, creo que no. Y era el 2 de junio, creo... y ellas habían tenido la primera reunión el 30 de abril. Ahí yo creía que me moría, porque me decían "hace nueve meses que busco a mi hija", "hace un año...", ¡claro! La dictadura estaba desde marzo y habían empezado antes y... había una señora muy agradable sentadita en los escalones, escribiendo, "cómo te llamás?" era Azucena Villaflor de De Vizenci, bueno qué sé yo lo que firmamos, firmé y todo, y una de ellas dice "ay, hay otra Madre de la Plaza que vino el jueves pasado, ay, quién es" qué sé, yo, y vamos así, "ahí está", me dice. Había una señora grande, con un traje verde, pantalón y saco que era la moda bien... de milicos que... yo tenía uno igual... y siempre le decía yo "te vi tan grande, algo significaba", porque es muy... mucho más alta... y era Hebe. Creo que lo que hicimos ese día fue intercambiar un teléfono, porque yo después ya empecé a verme en La Plata y empezamos a ir conectando con otra gente, pero las dos primera hora, después, haciendo la historia, y al jueves siguiente, cuando llegamos también ahí, lloviznaba, esos días de junio son terribles, yo vengo por la calle que... es decir, de Avenida de Mayo dobla esa cuadra para ir a... a Alsina y Defensa, que es la esquina, y me estoy bajando del taxi y una mujer como que habla al cielo, dice "si viene por la reunión de enfrente hay que ir a la Plaza de Retiro", circulaba el taxi, yo estaba haciendo cruz, yo tenía que cruzar a la Iglesia, las rejas que siempre estaban abiertas, estaban cerradas. Pero en la vereda de enfrente, de donde yo estoy parada, que hay unos monolitos, con unas estatuas, qué sé yo, que... era el Ministerio de Desarrollo Social, era... ahora es Desarrollo nose cuánto. Había gente uniformada, las armas largas así, todos apuntando a la Iglesia. El segundo jueves que iba. Hermoso. Y atendí a lo que había dicho esa señora, paré otro taxi y me fui a Retiro. Claro, ahí habremos llegado cinco, seis, no sé. De a dos, yo me paraba con una: "¿qué hacemos? ¿El jueves vamos a la Plaza de Mayo?", "sí, vamos". Veíamos alguien con un portafolio y temblando, decíamos "¿qué hacemos el jueves? Vamos a la Plaza" y todas dijimos Vamos a la plaza y volvimos al otro jueves. Y con idas y vueltas todavía se sigue dando la ronda.

P: ¿Esas fueron las primeras rondas?

R: Bueno, yo creo que no sé qué hora es, pero yo ya... te queda algo.

P: Sí, queríamos un poco hablar de esta cuestión, cuando... cuando Florencia va a México, si bien antes pasan por Brasil, ¿cómo se da esta situación?

R: Aaaaah, bueno, cuando me traen la nena a conocer, que tenía un mes, yo le digo "mirá, estamos ayudando a salir la gente", acá, yo creo... yo no sé cómo están ni... ni me van a decir, pero yo creo que se tienen que ir. Mi nuera me dice enseguida que sí, pero ella entendía que ella tenía más compromiso de... mi hija era tan militante, igual... entonces quedamos con que me iban a llamar, me hacen un llamado una gente divina, que me... voy, nos encontramos en Buenos Aires y yo le digo: "Hay que salir a Brasil". Vamos, yo hoy decía los documentos, el haber manejado documentos, cualquiera ve que el DNI no dice quiénes son los padres del dueño del DNI, entonces mi nieta se llama María Florencia Alaye. Mi hija se llama María del Carmen Alaye. Era menor de edad, por lo tanto yo era responsable de las dos, mi nuera quedaba afuera, la señora Ramos de Alaye viajaba sola. Sacamos el pasaje con la beba, porque si no, no la podíamos sacar porque la patria potestad todavía era compartida y... no, no iba a ser posible. Así que con eso también lo transmitíamos a otra gente que buscaran la forma, cuando tenían que sacar un chico. Y viajamos dos compañeros, el que ya nombré hoy que era compañero de Carlos, que es de Mercedes, el hermano de Angélica, una de las tres compañeras de mi hija, que estaba, que mi hija había... estaba empezando a salir con él, ya con... con una relación distinta, las dos chicas y la nena. Cuando pasamos la... cada uno en su lugar, ellos se pusieron como turistas, bueno. Cuando pasamos la... la línea divisoria, no me sale la palabra, la aduana, ya todos éramos toda una familia, nos... ah, nosotros dijimos tal micro, tal día, los boletos de mi nuera, que pidiera cerca por si la nena lloraba o qué, pero con mi hija tenía tanta relación como su mamá porque entre las dos estaban... ayudándose. La nena ya tenía siete meses en ese momento. Bueno, vamos, se presentan a Naciones Unidas, lo que les contaba hoy, que habían tenido que poner del '76 un refuerzo de

personal por... por la cantidad de familias argentinas que pasaban a Brasil.

P: ¿Esto en Río de Janeiro?

R: En Copacabana estábamos. Yo... bajamos y ahí estuvimos, y bueno, ahí se encontraron con gente que creían que ya no estaba, y era todo un coso... les alquilo un departamento, se quedan, yo no sé cuántos días estuve y todo proyectado para ver qué le decía Naciones Unidas. Cuando me mandan a decir que les dan destino en Francia y que para tal fecha, para agosto, van a viajar a Francia. En ese ínterin, van los padres de mi nuera, porque iban primero a despedirse y... y a bautizar la nena, ya habíamos dejado todo organizado, la nena estaba bautizada en... ellos cuando están ahí y ven, no quieren quedarse, se van a Muriquí, yo estuve después en Muriquí, un lugar hermoso, la isla. Ahí lo pasaron relajándose, aprendiendo o mejorando el francés que tenían, les pusieron un profesor para... para ir ya a los... Brasil los recibió, yo estuve en el año 2007, para el día de la Mujer, en el Ministerio de Justicia de Brasil, donde me hicieron un reconocimiento, porque eran mujeres que lucharon contra la dictadura, y le di el agradecimiento argentino por todo la solidaridad y la... la bondad con que los recibían y los acogieron, yo conozco mucha gente que estuvo exiliada en Brasil.

P: Sólo para terminar, Adelina, yo sé que... de los archivos, no...? ... Primero con esta cuestión de Río de Janeiro, si recuerdas si hubo algún contacto con qué organización, me parece que ACNUR, ¿sí? Cuando hablas de la ONU, de las Naciones Unidas estás hablando de ACNUR.

R: ACNUR, claro, sí, sí, porque es el encargado... es el encargado de justamente de... las cuestiones de exilio.

P: ¿Recuerdas cómo se da ese contacto con ACNUR?

R: No, no, estaba abierto, además estaba el obispo... Arns... claro, él era el conductor, el referente nuestro era ir a la Iglesia, a una iglesia absolutamente diferente a la Argentina. Acá la cúpula -la cúpula, por abajo pasaban algunas cosas- pero la cúpula estaba al servicio de la dictadura. Todo lo contrario ocurrió en Brasil, y en Chile. En Chile ha salvado vidas, acá las entregaba. Y el contacto con la iglesia brasileña, cuando va el Papa, yo ahora no sé el año, que yo por razones, no sé... qué ocurría, creo que era porque no tenía ganas de verlo al Papa, no fui, yo mi pasaje lo donaba a otra compañera que no estu... porque todo lo hicimos de nuestro bolsillo, como podíamos, nos ayudaban nuestras familias, no había dónde decir, bueno, ahora si alguien dio un problema, puede decir, iba a tener un desarrollo social o algo para ayudarlo. Se fue, el Papa las atendió en un garaje dos minutos, porque no quería, pero la Iglesia brasileña había hecho lo imposible para que fueran recibidas. E incluso a las Madres les rompieron la primer pancarta que llevaban, se las hicieron sacar... y... era un funcionario, un diputado, no me acuerdo en este momento, mirá, tendría que haber revistado la historia pero no tuve tiempo, que vivía en el edificio donde les dieron ubicación para estar en la... en un balcón, las Madres, los chicos de esa gente con los vecinos le hicieron un cuadro... Yo tengo fotografías en casa, bah, están en el archivo, por ahí lo podés pedir al Archivo Histórico, que te manden por mail... ya están digitalizadas esas, así que... te digo que hubo una comunión de personas.

P: Adelina, sólo para cerrar, hoy es 23 de mayo, estás con una escarapela, incluso con un reconocimiento a las Malvinas, y la última pregunta: ¿qué estás haciendo aquí? ¿Dónde estamos y qué estás haciendo aquí? Porque estás trabajando...

R: Mirá, estoy trabajando a la fuerza. Yo digo que estoy colaborando, pero me están pagando también. Yo vine el año pasado en el mes de abril, vine a hacer un reclamo.

P: ¿Dónde estamos?

R: Estamos en el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación de la República Argentina. A todas las agresiones, a todos los asesinatos, a todas las perversiones que hizo la dictadura, a las víctimas se les ha dado un beneficio económico, un reconocimiento de todo tipo, menos a los exiliados. Pareciera que hay algo de que el exilio era dorado y no sé... y... voy a decir que vine

por mi hija. En el año '98, gente que había sido exiliado, hace una convocatoria acá en un parque que fueron miles, dos días duró y dijeron "tenemos que hacer algo por todos, porque algunas se tramitan..." la gente grande que empezó a irse antes, cuando empieza la triple A y todo, eran profesionales, hubo obreros destacados, que encontraron inmediatamente respuestas en Universidades, en lo que fuere, pero cuando van los jóvenes, los secundarios y todo eso, el... el traspaso y a veces sin saber exactamente por qué tenías que irte, y sabías que era tu vida la que estaba en riesgo, hacen una propuesta que la participan a la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación. Bueno, sale el proyecto, nunca fue resuelto, hubo otro proyecto, cuando entra la gestión que está ahora, que es el Secretario General era el querido Eduardo Duhalde, ellos dicen "vamos a movilizar esto", pero también como ellos fueron exiliados, también le crearía una cierta... yo sé positivamente... lo he hablado con un montón de gente, que se produjo eso ¿y el exilio?, ¿los que hicimos el exilio interno, que nos bancamos...? bueno, son cosas políticas que tendrán que resolver, pero mi nuera, que estaba en ese momento, el '98, en la Argentina, entra en el grupo pero nada más que haciendo la solicitud. Y todos ya, no sé por qué, porque ellos tenían nombre de abogados, una abogada, y ya le deja para que haga. Y la pone a mi nieta también. Y después le empieza a decir "María, por qué no ponés vos", bueno, se presenta. Del '98 hasta ahora hay cantidad de gente que estaba haciendo las presentaciones, mirá... algunos son altos así, porque los abogados tenían las respuestas, vuelven, van y vienen. Llega para el final, que sea aquí a esta Dirección, que de aquí pasa para que el señor Ministro pruebe y de ahí pasa a Economía, a ver si le dan un beneficio económico por el tiempo que estuvo fuera del país. Porque también, para las jubilaciones, para todo, tienen ocho años la mayoría, los míos tienen siete años, ocho con el interno, en que no estás registrado en ninguna parte. Salió una ley, pero no se difundió y no... bueno, depende. Me dice mi hija: "mamá, ¿Sabés que me rechazaron? Pero... no sabés lo que dicen...", lamento que no lo tengo acá. Ya la abogada, sin preguntarme, ya se los recusa. Y dice en los términos que estaba redactado, que ir al exterior era como haber ido de paseo, una cosa así, que no hay... mal producido por eso..., pero una cosa infame... que termina diciendo: "por lo tanto, no corresponde accionar respecto al...", porque en la ley de presos políticos que tienen un beneficio, son las leyes de... recuperatoria, se puede porque muchísimos autores y todos, consideran el exilio como un encarcelamiento, que es muchísimo peor porque no te permite contactos con los tuyos, de última si estás en la cárcel te pueden venir a ver, y acá, o sea aislados. Agravantes, los trámites, y yo yo le digo: "yo esto lo hubiera discutido", y me dice "yo voy a ir con vos", después me dijo "no, no voy, la abogada ya lo hizo", pero digo: "yo no puedo permitir ni por vos ni por nadie", pido la audiencia al señor Director General de Asuntos Jurídicos, me recibe, pero pido una audiencia con el Señor Ministro, y tenían cinco días de diferencia, por supuesto que acá fue muy rá... más rápido. Vengo, y le digo: "yo soy la madre de esta persona, y vengo a contarle la historia de mi hija, por qué mi hija estaba en el exilio", entonces empiezo, "el 15 de abril, bla bla bla, todo, esto, esto, esto, esto... y yo me pregunto por qué si salen tres personas de la misma familia, dos están con dictamen favorable y una no". Y me dice "¿cómo? ¿es familia?" el mismo apellido, porque si me dijeras, bueno... "sí", le digo yo. "Ay, deme, deme el nombre" y yo sigo hablando y el señor me dice "pero en..." ¡ay! Es una forma de... una ley de la parte económica, no me va a salir el nombre, siempre me lo olvido, "ahí va a salir favorable", "no nos interesa, señor. No nos interesan ni diez, pesos ni diez millones de dólares, acá es un hecho histórico que ha producido en el pueblo la necesidad de dejar todo lo suyo... Yo quiero el reconocimiento histórico, usted no puede decir que el exilio fue... ¿o usted se cree que las jóvenes iban a revolear la cartera a París?" Ese es el cierre. "Bueno, le pido por favor, supongo que debe hacerlo, que sepa el señor Ministro por qué he pedido la audiencia, porque yo la he puesto por un reclamo pero no le puedo decir... no le voy a contar la historia, si me recibe... ahí le digo". Va a salir cinco veces, me dijo, eso de que iban a tener dinero. Yo quería que me acompañe hasta... Bueno, llegó el día ese, yo al Ministro lo conozco desde antes de que... cuando era solamente un militante con un título de abogado, que una vez siendo intendente de La Plata, allá por segundo o tercer mandato, lo encuentro en un lugar y me dice: "Adelina, nunca has ido a verme al despacho" y yo: "si no tengo nada que hacer, te veo acá", y me dice: "bueno, aunque sea andá a retarme como antes", por una circunstancia de que él no iba a las reuniones y... bueno, fue.. pero... pavadas... así que el día que él llega me dice a las once, a las once él entraba, me dice "ahora te llamo" y... bueno... empieza a preguntarme de fulano, mengano, así, una cosa infor-

mal. Y yo: “Mirá, Julio, tu horario es muy valioso, vamos al tema...” “sí, sí, sí, ya, ya. Ya sé de qué se trata, vení, vamos, acompañame al otro despacho”. Había cuatro o cinco personas ahí, empieza por la primera, me dice: “El doctor Ávila, director General de Asuntos Jurídicos”, no era el que yo había visto cinco días antes. .. “Fulano, Mengano, Sutano... bueno... Santiago, yo le estoy pidiendo a Adelina, se lo acabo de decir en el despacho, que la quiero acá, la quiero conmigo, la quiero... este... todavía me dice él a mí cuando estábamos solos: “no te achiques, yo sé muy bien que vos tomás el teléfono, pedís dos testigos o lo que sea y te van a responder, porque tenés un... te conocemos. Yo quiero que me hagas esto que no está haciendo el abogado, digamos. Que no puede, él tiene que hacer lo jurídico, pero lo psicosocial yo quiero que me lo cubras vos”. “Vos estás loco, a esta edad yo voy a estar haciendo...”, “te mandamos a La Plata, a la oficina de La Plata, el material y qué sé yo cuánto, si es por el viaje...” le dice al director “yo quiero que... buscá un curriculum... seguí hablando. Porque veíamos también, y después en la primer reunión que estuvieron todos los abogados de las secretarías de Derechos Humanos que depende del Ministro, que en las reuniones, por ejemplo ellos opinaban, y después el director lo hacía a su manera, pero además no permitía que se llamaran nuevos testigos en las causas. Algunas llevan 15 años y otras llevan 13, porque dice: “no, ahora porque salió la posibilidad de la ley, vienen a...” No, justamente lo que dice el Ministro, si se pueden aportar nuevos testimonios a favor del interesado, hay que hacerlo. Bueno, ahí, me dice: “yo quiero que te ocupes de eso y de los pibes, para sacarlos...” No voy a decir los detalles, yo renuncié el 1º de diciembre, porque la solución no es sacarlos de a poco, hay miles de propuestas, pero sí estamos trabajando la posibilidad de una ley, demás. Por eso estoy, porque no me aceptan que me vaya, son medioraros. Y lo de los pibes es que además de las leyes que habían sacado, hubo una de reconocimiento económico para tratamientos, porque los que han presenciado y han estado o los han llevado a los lugares que llevaban a sus padres, arrastrarán, como arrastramos todos, todavía la conciencia colectiva está presionada por las desapariciones y la forma de represión. Esos muchachos y señoras, ya son treinta y algo de años, que tengan un reconocimiento económico con... todos vienen con... Indicaciones médicas, yo creía que ya había... sabía todo... y estoy encontrando... lo que sí encuentro y ya lo sabíamos igual pero lo veo escrito, en todas partes son iguales. Hasta llegan en un caso, en otra provincia lejana, a decir algo que habían dicho acá en la provincia de Buenos Aires. Cuando los dejan les dicen: “a ustedes los dejamos para que cuenten de lo que somos capaces” y yo escuché hace veinte años unas pibas que decían “y vaya si lo contamos”, y a éstos también. Por ejemplo, chiquitos que hablaban y que perdieron la voz, dejaron de hablar, en distintos lugares, una nena, después hay un nene, y quién sabe lo que habrá habido que la gente ni se daba... perdían el habla por la violencia de lo que se hacía, chicos de un año y medio, de dos, que hasta los tres no... no... no volvían a hablar. Y por eso, porque me siento que de alguna manera soy útil, estoy haciendo los dictámenes porque... y la abogada que trabaja acá, trabajamos tres personas, ha manifestado al director que ella se siente segura por mi experiencia en algunos datos. No lo jurídico, que sólo de oído, ni siquiera, pero estoy presionando para que esto pueda salir. Si algo... pero si no, no... individualmente no se pueden resolver miles de caso. La voluntad está, el congreso es el que en su momento falló y no había nadie ahí que hubiera podido ver qué razonamientos ... dice que era un poco... yo no me fui y el otro se fue... esto ni lo pongas en la grabación porque es muy... muy casero. Gracias, espero que puedan lograr que la justicia brasileña haga todo lo que necesitan hacer, y tengo siempre la imagen de esa mujer de... del militante brasileño que me decían que lo comparan... que es el Che de los brasileños. Yo no me acuerdo el nombre de ella, pero es chiquita así, ella también era militante y habla perfectamente el castellano, también porque estuvo exiliada en Cuba y cuando la ley de Lula de... de un beneficio económico dijo ahí en el Ministerio de Justicia, que era la primera vez que iba a poder tener una casita suya, con ese dinero se compró una casita... Bueno.

P: Muchas gracias, Adelina.

DEPOIMENTO 32 – MIGUEL ÁNGEL OSÓRIO.

BUENOS AIRES, 29 DE MAIO DE 2012.

P: Doctor Osorio, en primer lugar ¿podría presentarse para las personas que están conociendo este material por primera vez?

R: Sí, yo soy Miguel Ángel Osorio, soy Fiscal Federal, titular de la Fiscalía Federal Número 10 de la ciudad de Buenos Aires, intervengo como fiscal de investigación desde los inicios de lo que hoy se conoce como la causa Cóndor, esta es una causa que tiene por objeto investigar en este momento doscientos setenta casos, sucedidos algunos en la Argentina y otros afuera de nuestro país, de un modo parcial o total, con la característica de que las víctimas de estos doscientos setenta casos, lo sean producto del accionar clandestino de los aparatos represivos, de los que llamamos Estados terroristas, esos Estados que supieron manejar los destinos de nuestras sociedades en la década del setenta, fundamentalmente, pero que actuaron de manera coordinada y en ese sentido tenemos bastante acreditada esa coordinación, con por supuesto la instigación intelectual de intereses norteamericanos, que actuaron en la región. En ese sentido digamos que tenemos víctimas argentinas, chilenas, uruguayas, ecuatorianos, algunos brasileros, pero fundamentalmente la gran mayoría de los no argentinos son uruguayos y chilenos. Los procesos que se llevan adelante en nuestro país se hacen con los jueces y los fiscales naturales, como se lo denomina constitucionalmente, esto es, que yo tengo que trabajar en esta causa -de la importancia que todos sabemos que tiene, por la trascendencia, por la magnitud de los crímenes, crímenes de lesa humanidad-, tengo que trabajar en esta causa y también tengo que trabajar en las causas que todos los días se generan en el ámbito de la ciudad de Buenos Aires, que es el ámbito territorial en el que yo actúo, que es toda la Ciudad de Buenos Aires, toda la Capital Federal. El comienzo de esta causa, el comienzo de esta causa data del año '97, digamos que porque las circunstancias así se dieron, esta fue la primer causa que se abrió, la primera investigación que se abrió con plena jurisdicción, esto es una causa penal con todos sus efectos, mientras que existían en La Plata algunas investigaciones importantes que sólo tenían el efecto de la memoria, es decir, reconocerle a los familiares de las víctimas directas del accionar represivo el derecho a la memoria, entonces en otros ámbitos como era la Ciudad de La Plata se estaban desarrollando esos procesos por la memoria. Acá se abrió esta investigación, como decía, luego de que grupos militares que tenían la conducción de las Fuerzas Armadas en ese momento, conocidos tristemente con el nombre de "Carapintadas" porque se llenaban la cara de pomada para actuar como si estuvieran en un ámbito de combate militar y todo lo que hacían era amedrentar a la sociedad civil en ese momento y a los políticos que no supieron estar a la altura de sus responsabilidades, le arrancaron al gobierno de entonces las leyes de "Obediencia Debida" y "Punto Final". Consecuencia de ello, se cerraron todos los procesos penales, todos los procesos judiciales que estaban en curso en la Argentina. Para concluir esa maniobra de impunidad, esa gente logró después con el presidente siguiente al presidente radical, logró los indultos. Entonces habían sucedido todos esos hechos cuando comienza esta causa. Pero claro, esta causa yo no... yo tengo una visión absolutamente limitada, porque no he participado en la actividad de organismos de derechos humanos, sí obviamente siempre he sido una persona interesada en todo lo que sucedía en mi país y lo que sucedió en mi país, con lo cual tengo claro registro de que luego de los primeros momentos de arrancadas esas concesiones al poder político civil por parte del poder militar, los organismos de derechos humanos fueron logrando a través del debate, en todos los ámbitos donde este tipo de temas puede debatirse, esto es en lo que podríamos llamar opinión pública, a través de medios de comunicación fundamentalmente. Recuerdo claramente el diario Página 12 donde un conjunto de periodistas sostuvieron con gran esfuerzo todo lo que en el ámbito de la lucha directa por la memoria realizaban los organismos de derechos humanos. Y digamos que yo no veo otros actores más claros o no recuerdo actores más claros que pequeños grupos de periodistas y todos los organismos de derechos humanos que se fueron revitalizando con el correr del tiempo y fueron tratando de que eso no se convirtiera en una derrota definitiva. Hacen esta presentación en esta causa quien en ese momento era el presidente fundador del CELS, también lo

hace quien hoy es ministro de la Corte Suprema de Justicia, Raúl Zaffaroni, lo hace el doctor Pedroncini, el doctor Baigún y lo hacen digamos que apoyándose en una cuestión bastante circunscripta, circunscripta a lo que se conoce como delitos permanentes, delitos que en principio se estarían ejecutando, esto es, se toman doce casos -si no recuerdo mal, en la primer denuncia se toman doce casos- de secuestros de personas cuyo destino no se conocía, esto es, no habían aparecido los cuerpos, y sobre este concepto de que el delito se estaba todavía ejecutando y que el Estado no tenía autoridad ética para dar ningún tipo de amnistía ni de indulto, si no que tenía la obligación principal de hacer cesar el delito, es que se abre esta investigación. Curiosamente, esta investigación que en un principio digamos que la gente prejuiciosa, inclusive me refiero por ahí a la gente prejuiciosa del propio Poder Judicial, poco... decía que era... digamos que era casi una excusa hacer la investigación desde esa perspectiva, lo concreto es que entre los hechos que se investigaron, se investigaba también el destino de un chico que había sido secuestrado junto con su madre, su madre una maestra uruguaya, que fue detenida en Orletti y luego trasladada, si la memoria no me falla es la señora Sara Méndez, que en ese momento en su presentación ella lo que buscaba era a su hijo, su hijo de nombre Simón. Después de muchos años de investigación finalmente ella tuvo la suerte de poder reencontrarse con ese hijo, con lo cual no todas las personas que estaban privadas de su libertad, como en este caso, obviamente su destino final ya estaba establecido, así que en tanto no estaba establecido, era obligación realizar la investigación no solamente desde el punto de vista de la necesidad de memoria, sino también desde el punto de vista de la necesidad de la reparación, que en algún lugar tiene que haber a favor, tal vez no de manera directa en favor de los familiares de las víctimas, sino de la propia sociedad, que no quede bajo las garras del terror y pueda permitirse nuevamente disentir, opinar, incluso si quiere darse una dirigencia política distinta a la que en algún momento esté como elite dominante o como grupo dominante, según se lo quiera denominar finalmente. Esto es más o menos lo que recuerdo del comienzo de la causa. Otro hito importante, que también hemos tenido en el desarrollo de la investigación, fue poder establecer uno de los vuelos, de los tantos vuelos desde donde se arrojaron personas vivas al mar. Y que es el vuelo donde pudimos establecer que fue el avión desde donde se tiró a Azucena Villaflor y a Léonie Duquet, que es una monja francesa, que ambas fueron secuestradas de la Iglesia de la Santa Cruz y fueron prisioneras, fueron tenidas prisioneras en la ESMA, no sólo fueron tenidas prisioneras en la ESMA sino que en ese momento el terrorismo de Estado llegó a hacerle escribir a una de las religiosas francesas que tenía detenida, una carta pidiéndole a las autoridades francesas que intermediaran ante la dictadura para que la dictadura entregue una cantidad de presos, que los tenía... -presos de organizaciones políticas-, que los tenía detenidos. ¿Cuál era el sentido de esto? El sentido de esto era hacer aparecer a las religiosas como prisioneras de una organización guerrillera que había actuado en aquella época. Esto en la investigación queda desbaratada, la religiosa es fotografiada... cuando hace esa carta es fotografiada en la ESMA con una bandera que atrás decía Montoneros y un diario La Nación, me parece que era del 16 de diciembre, seguramente que por acá debe estar la fecha exacta, pero me parece que era del 16 de diciembre el diario La Nación. Estas personas habían sido secuestradas el día 8 de ese mismo mes, y creo que el diario era del 16 de diciembre y con esto lo que se trataba de aparentar, lo que se pretendía aparentar era que hasta ese día la religiosa estaba con vida pero estaba con vida y secuestrada por esta organización guerrillera a la que yo aludía. Acá se ve esto de ... [muestra el diario] La Nación, esta es una foto que se hizo llegar a unas agencias noticiosas...

P: ¿Es la foto sacada en la ESMA?

R: En la ESMA, efectivamente, es la foto sacada en la ESMA, de las religiosas ahí. Y el mismo día la misma fecha que tiene ahí el diario La Nación, es el día que se hace el vuelo. Estas personas aparecen, sus cuerpos aparecen unos catorce días después en las playas de Santa Teresita, es decir a unos 300 km de acá, en una playa del mar, del mar argentino, para el sur. Esto es en grandes trazos, esta causa Cóndor en este momento como les decía, tenemos doscientos setenta casos, por ciento nueve casos ya se ha elevado la causa judicial a juicio, posiblemente a fin de este año empiece el juicio de ese tramos de la investigación, sobre esos ciento nueve casos y sobre esos ciento nueve casos nosotros debemos tener... hay imputados veintiocho personas. Veintiocho personas en el estado del juicio, tenemos en total cuarenta y ocho imputados por un

primer tramo y luego ciento veintiuno de nacionalidad uruguaya, que esos ciento veintiuno de nacionalidad uruguaya sólo a un coronel está en condiciones ya de estar en el juicio, que es el coronel de apellido Cordero, Cordero Piacentini se llama.

P: Doctor Osorio, una pregunta sólo para entender: ¿está la causa Cóndor y hay una causa que es la causa Orletti, donde también hay casos Cóndor, no? Sólo para entender un poco.

R: Para entenderlo, esto es así. Muchos casos que empezaron acá, parte... porque la conducta criminal pudo haber sido ésta: secuestran a una persona en un barrio de Buenos Aires, la llevan a Orletti, en Orletti operaban los servicios de inteligencia de Uruguay y de Chile. Orletti estaba utilizada como base operativa en definitiva de Cóndor, pero como también se la utilizó para las actividades ligadas a la represión de argentinos, cuando se hizo la investigación de lo que sucedió en Orletti se tomó todas las conductas. De argentinos, uruguayos que tuvieran como víctimas argentinos, uruguayos o chilenos. Entonces de pronto yo puedo tener lo siguiente: puedo tener en Cóndor el tramo que va desde Orletti hasta Uruguay y lo que sucedió en Orletti, hasta digamos regresando, hasta la casa del secuestrado, forma parte del juicio de Orletti. Otro ejemplo: en Brasil se detuvo a una pareja, Campiglia y Pinos. Bueno, yo tengo, por lo sucedido en Brasil y hasta que llega a Buenos Aires, eso es Cóndor. Cuando llega en Buenos Aires ya se transforma en Campo de Mayo, porque ya lo que pasó después con las personas trasladadas de un lado a otro, ya lo toma quien está investigando lo que sucedió en el centro clandestino de detención en particular. Esto es un poco como se cortan digamos, los tramos del recorrido de la víctima y a lo mejor incluso son distintos los victimarios, porque los que hacen el traslado hacen el traslado, entregan a la persona en el centro clandestino, y los tipos siguen haciendo la operación de traslado y de de ir y volver por la frontera, que es digamos como su especialidad. Entonces por eso es que de pronto vamos a tener víctimas que su caso se esté tratando en Orletti y también se esté tratando en Cóndor.

P: Siendo una base de Cóndor, Orletti, y habiendo en ese caso imputados de varios países, ¿se conoce algún imputado de Brasil, por ejemplo? Ya que hay uruguayos o chilenos...

R: No, imputados de Brasil no. Imputados de Brasil no. La única víctima de Brasil que tengo en este momento presente, es... el músico, exactamente. Tenorio Cerqueira, exactamente. Que en este momento nosotros estamos esperando el traslado- por lo que él habló de Francisco Tenorio Cerqueira- de Claudio Vallejos.

P: ¿Que es agente represivo argentino?

R: En verdad no sé si es un agente represivo argentino o es un fabulador. Todavía... incluso él está pedido en Cóndor y está pedido en ESMA, es decir, hay un juez y un fiscal que investigan ESMA, y hay un juez y un fiscal que investigamos Cóndor, él está pedido en las dos causas, no sé la prueba que hay en ESMA. Hasta ahora formalmente no hemos podido avanzar demasiado en pruebas que acrediten su pertenencia a alguna de las fuerzas armadas, con lo cual si él solamente hizo el servicio militar en aquel momento, no se puede descartar que por alguna relación personal que él dice que tuvo con un jefe, y porque el jefe haya garantizado la... el grado de compromiso que él podía asumir con esa actividad criminal, no podemos descartar eso, pero formalmente hasta ahora no lo tenemos como un suboficial, por ejemplo, o como un oficial de alguna de las fuerzas armadas.

P: Y en el caso de la Causa Cóndor, usted dijo... bueno, hay casos de chilenos, hay uruguayos, en fin, hay ciudadanos de varios países. ¿Están trabajando en conjunto con esos países, doctor Osorio?

R: No. No, no, no. No, no hay un trabajo en conjunto, lamentablemente, no hay un trabajo en conjunto. Digamos que cada país un poco tiene su propia realidad, o bastante tiene su propia realidad, en consecuencia... y son delitos estos donde las poblaciones civiles fueron víctimas del poder, no es que fueron víctimas de otro integrante de la población civil, no es un hecho común, no es un ladrón que hace un hecho atroz pero que en definitiva es un ladrón, dos ladrones, cuatro ladrones, diez ladrones. Veinte ladrones. O treinta. O si no quieren ponerle ladrones, guerrilleros. No son treinta personas sueltas. Son el poder de una sociedad que viene manejando un Estado con todos los resortes que tiene un Estado y que lo vino manejando desde muchísimo tiempo y lo continuo manejando durante muchísimo tiempo, hoy mismo ya algunos integrantes de la cúpula de la dictadura genocida argentina, están señalando a los sectores civiles que se beneficiaron con el golpe, y con la represión que ellos desataron y con el genocidio que ellos llevaron adelante, los están señalando como sus socios. Entonces esto no es tan fácil digamos, esto dificulta mucho la acción de la justicia si no hay digamos, como sectores dinámicos en la sociedad que hagan tomar conciencia al conjunto de la sociedad de que esto es una necesidad de todos, no es un tema de revanchismo, es un tema que hace, diría que en algún lugar es una suerte de un acto de defensa propia de la sociedad. La sociedad necesita construir la memoria y necesita que esa memoria vaya con una justicia que disuada a los sectores que en algún momento pueden verse tentado a repetir una experiencia terrible como esta, a que no lo vuelvan a hacer, porque digo.. es defensa propia porque si no la sociedad no se puede dar sus formas de vida, no se puede dar sus reglas de vida, no se puede dar ninguna pauta que no sea con el permiso del poder más recalcitrante que esté manejando el ejercicio de la violencia en cada una de las sociedades entonces esto me parece que es importante, pero a veces lo importante no resulta tan visible. Yo hago el chiste con el agujero del mate. Si no hay agujero... si no le encuentro el agujero al mate no puedo tomar mate, y es muy elemental el agujero del mate, pero bueno, hay que poner por ahí la yerba y por ahí el agua. Si lo queremos poner por otro lado estamos complicados, entonces esto que parece tan elemental a veces la urgencia, a veces el discurso único que se puede llevar adelante desde los medios de comunicación y desde todos los lugares desde donde se construye ideología, desde donde se están permanentemente emitiendo mensajes a la gente, hacen que resulte dificultoso verlo. De hecho, nosotros como sociedad hemos creído en algún momento que íbamos ganando la guerra en Malvinas, esto es producto de la propaganda que hacía el régimen. Es producto de la propaganda que hacía el régimen pensar que ellos estaban haciendo un acto que podía ser patriótico. Entonces, es una batalla difícil y creo que fundamentalmente un debate, cuando digo batalla porque bueno, en un proceso judicial también hay una batalla, una batalla de partes, es una controversia entre partes que las dos quieren tener razón y que un juez imparcial termina decidiendo quién tiene razón. Estos debates, estas batallas, estas controversias en el seno de la sociedad hay que poder darlas para que en definitiva después sea la sociedad misma la que diga sí, éste tiene razón o tiene la razón éste, pero hay que poder argumentar y hacer conocer el argumento, lo cual no es tan sencillo si no hay un mínimo acompañamiento de lo que hoy se conoce como medios de comunicación, tiene que haber un acompañamiento para poder facilitar el debate, sino es una cosa muy boca a boca.

P: En el caso Página 12 siempre ha tenido un espacio muy importante....

R: Sí, sí, fue muy importante, muy importante. Es decir, no quiero ser injusto con otros medios, pero siempre se destacó por eso y en ese sentido no recuerdo ningún tipo de flaquezas de parte de ellos. Creo que han sido absolutamente consecuentes y eso ha sido digamos que importantísimo para poder dar a conocer los distintos puntos de vista y para que aun la gente que de pronto no participa activamente, esté participando pasivamente, aunque sea en la discusión que pueda haber en el seno de su casa, pero en definitiva está participando en la discusión.

P: Una pregunta puntual, doctor Osorio: El caso Cordero en Brasil, se hizo un poco conocido en Brasil porque en los últimos tiempos él estaba prófugo en Uruguay, él estaba justamente en la frontera, con un pedido de extradición tanto de Argentina cuanto de Uruguay. Como el argentino fue el primero, finalmente fue enviado para aquí ¿qué nos puede decir sobre el caso en que Cordero está envuelto?, porque él apareció mucho, o sea, apareció un abogado de él en la prensa brasileña.... Él

decía que en Uruguay estaba sufriendo persecución política, por eso se fue a Brasil a pedir asilo político, hubo una... trató de pedir asilo político y lógicamente esa postura que tienen estos protagonistas de negar las acusaciones que vía prensa en aquel momento le eran hechas. Por lo que se sabe un poco de los testimonios de los sobrevivientes, Cordero era un agente activo del Cóndor uruguayo.

R: Cordero ya está... va a enfrentar un juicio oral y público, por una gran cantidad de casos que en este momento tendría que pedir exactamente por cuántos, pero sí con absoluta seguridad fue procesado, su procesamiento fue confirmado por la Cámara de apelaciones, recurrió inclusive a la Casación, está en prisión preventiva, sin perjuicio de que la prisión preventiva la está cumpliendo por razones de salud en su casa, él no puede moverse de su domicilio porque está en prisión preventiva y va a enfrentar un juicio oral y público en los próximos meses. Como yo decía, estamos hablando de doscientos setenta casos. Bien. Se ha elevado a juicio por ciento nueve casos y por los otros todavía se sigue la investigación y él también está imputado por muchos de los otros hechos. Con lo cual, la propaganda que pueda hacer el abogado de él es sólo eso, sólo propaganda. La prueba acá que hay... como dije en algún momento: no se ha creado ningún tribunal especial acá. No se ha creado ningún juzgado especial, ninguna fiscalía especial, no. Es lo que por ley preexistía, y les tocó los fiscales y los jueces que les tocó. No hay absolutamente otra cosa. Entonces, la intervención de las distintas instancias donde garantizan plenamente la... el derecho al recurso que tienen todos los imputados, bueno, él ha recurrido las decisiones del juez de primera instancia, ha recurrido a la Cámara Federal de Apelaciones. Y las resoluciones de la Cámara Federal no estuvo conforme, se fue a la Casación, a una instancia superior. Digamos como que el debido proceso se le está respetando a él como a todos los imputados.

P: Otra cuestión que sabemos que está en este momento, es un punto de discusión en la manera como se ejecutan estos procesos... y lógicamente le pregunto desde una ignorancia completa sobre esto en Brasil. Sabemos que hay un problema con la cuestión de los testimonios, o sea, la gente que ya ha dado varias veces su testimonio en varias causas, en varios momentos, algunos enseguida después que termina la dictadura, otros hasta hoy. Sé de algunos casos de ciudadanos uruguayos, debe pasar lo mismo con los chilenos, que de repente son testimoniantes en la causa Cóndor, fueron en la causa Orletti, algunos están en la causa de los niños también, o sea, en varios momentos.... Y toda la discusión que hay que, en fin, esta gente cada vez tiene que volver a dar su testimonio, algunos han fallecido, otros...

R: Ahora lo que se está haciendo es lo siguiente: el proceso penal nuestro en lo que se denomina el juicio, es importante la inmediatez. La inmediatez importa, significa que el juez está mirando al testigo, está viendo si el testigo realmente se lo ve seguro de lo que está diciendo, se lo ve dubitativo, se lo ve contradictorio. Esa cuestión de la inmediatez hace que los tribunales exijan que los testigos reediten su testimonio delante de ellos. Ahora la Cámara Federal de Casación Penal, que es la instancia superior en todo el país para cuestiones penales, muy por debajo, un poquito por debajo de la Corte Suprema de la Nación, estableció unas reglas prácticas para que el testimonio que se brinda en un juicio grabado, con video y con audio, pueda ser utilizado por otros tribunales, de modo de no estar en esto que veníamos hasta este momento de recurrir y recurrir. Así cuando el testimonio de una persona podría alcanzarle al juez de otro tribunal, con eso se vería suplida esta práctica. Sin perjuicio de ello, obviamente, como las defensas tienen el derecho de controlar la prueba, podrían eventualmente exigir alguna pregunta o alguna repregunta singular que haga concretamente al defendido que ellos quieran en ese momento defender, valga la redundancia, y entonces puede llegar a utilizarse videoconferencia, si la persona está en el exterior, pero se está tratando de salvar esta cuestión de la inmediatez y de la consecuencia que tiene que la persona tenga que relatar varias veces lo sufrido, con las filmaciones que se hacen en los juicios. Así que en alguna medida de manera así, si llegásemos al óptimo que se puede obtener con esta regla, la persona tendría que a partir de ahora declarar una sola vez. De modo que le pueda... que pueda servir para dilucidar algunos otros hechos que se puedan estar ventilando en otro tribunal.

P: En el conjunto de las causas que están abiertas hoy en Argentina, ¿qué peso tiene la causa Cóndor? Le digo esto por lo siguiente. La mayor parte de los casos de desaparecidos uruguayos, de secuestros de uruguayos, ocurren en Argentina. Hoy se ha avanzado en el sentido de que muchos de los que se pensaba que habían sido... que estaban desaparecidos y que habrían sido ejecutados aquí, se sabe que ya hay un número importante que en realidad fueron llevados a Uruguay y fueron ejecutados allá. De cualquier manera, para Uruguay la mayor parte del aparato represivo, o sea, los desaparecidos y los muertos, muchos son casos Cóndor. En caso de chilenos, acá en Argentina también es un número bastante grande. Pero claro, Argentina tiene todo ese proceso represivo interno tan grande que de repente esto que es Cóndor, que es tan importante para otros países, ¿puede parecer una causa menor? En el impacto que tiene... y digo por las organizaciones, también.

R: Sí, acá, sí. Obviamente. Porque es legítimo... hay familiares que quieren, y están empujando y quieren estar presentes y testimoniando en el juicio de su familiar... entonces ¿cómo alguien que está en ESMA y que tiene que estar mucho tiempo, porque sabemos que los procesos judiciales son largos, porque hay que escuchar detenidamente a cada testigo, las defensas tienen que poder trabajar, las fiscalías tienen que poder trabajar. Los procesos son largos, entonces obviamente no ocupa ni siquiera seguramente en la prensa, el mismo espacio un tema de Cóndor que un tema de ESMA o de Campo de Mayo, pero esto es lógico porque afecta de manera directa a sectores de la sociedad argentina. Esta es la diferencia, sí claro, nosotros acá tenemos fundamentalmente víctimas extranjeras. Éste es el punto.

P: Y sobre el caso de ciudadanos argentinos en el exterior ¿esto está siendo acompañado aquí también? Por ejemplo, en Brasil son cinco ciudadanos argentinos desaparecidos. Cuatro en el periodo Cóndor, por ejemplo, el caso de Ismael Viñas, el caso del padre Adur, ¿esto se está tratando aquí, doctor?

R: Sí, se está tratando, pero... por eso que voy a precisar más lo que decía: que tenga espacio, o que tenga visibilidad o mayor visibilidad otras causas, no quiere decir que esta causa no se esté trabajando. Se está trabajando y se está trabajando mucho. Decididamente, en el Ministerio Público Fiscal, en la Procuración, tenemos un trabajo que lo hizo el doctor Righi, el anterior procurador, que un poco por la experiencia que íbamos juntando los fiscales que teníamos causas disperas, se termina armando una unidad donde se reúne la información de todas las causas del país, porque en definitiva en todo el país hay fiscales federales actuando en alguna causa. Ahí tenemos una infraestructura importante, tenemos digitalizadas todas las causas, de suerte que yo puedo googlear y googlear acá o en la Procuración y saber hasta buscar algún testigo, un testigo que yo necesito, que lo puedo chequear si en cualquier causa del país a esa persona ha dado testimonio. Y estamos hablando de miles de testigos, porque no son pocos los testigos. Si ya de familiares directos nomás tenemos miles de personas, entonces el trabajo que se está haciendo es un trabajo muy importante y por ejemplo nosotros cuando encontramos los de los vuelos, no es una investigación estricta de Cóndor, sin embargo yo la estoy haciendo. Y esto fundamentalmente a quien le sirvió es a la Causa ESMA; de hecho todo lo que yo tengo, lo que tenía en ese momento, que eran las planillas de vuelo, de los aviones de Prefectura, porque los aviones de la Marina nunca hemos podido tener planillas de sus vuelos, porque han logrado hasta ahora mantener la impunidad los señores de la Marina, todo ese material obviamente que una vez que establecimos esta cuestión fue todo para ESMA, y en ESMA los pilotos de ese vuelo están procesados y presos. Tal vez uno de ellos, no lo tengo muy presente, no tengo precisión, pero me suena que uno de ellos era actual piloto de una aerolínea comercial, que estaba volando el tipo. Era el piloto que nos lleva de pronto a... a algún lado. Pero a mí la ley de Caducidad no me es oponible. Yo en mi país hago lo que me corresponda hacer por ley.

P: Claro, pero ellos están presos en Uruguay. Estos.

R: Estos, ahora dicen que los metieron presos. Entonces, como los metieron presos, me dicen pero ahora no se lo vamos a entregar. Se lo vamos a entregar cuando cumplan la condena. Es

decir, no me lo van a entregar nunca.

P: Si no me engaño, Uruguay creo que extraditó dos o tres responsables por la muerte del químico Chileno Berríos y dos o tres uruguayos que participaron en esta acción y esos sí fueron extraditados a Chile pero no estaban siendo procesados, no estaban condenados y no estaban presos, la lógica es esa, sí. Claro, es.. y me imagino que las organizaciones de derechos humanos y los familiares, lógicamente que deben mirar una causa como la suya aquí en el sentido aquí en el sentido de todo lo que puede abrir para ellos, lógicamente.

R: Claro, obviamente el haber empezado primero, incluso la manera que tenemos nosotros de trabajar. Nosotros no... Socializamos todos los recursos, absolutamente todos los recursos. Muchas veces los juzgados nos piden la digitalización. Porque los fiscales tenemos la digitalización hecha antes, entonces nos piden la digitalización, porque el socializar esto, a mí me permite como decía hoy obtener el beneficio de un testimonio que se brindó en Jujuy tenerlo acá, saber que puedo contarlo, que lo puedo incorporar, o que la persona existe y que está dispuesta a viajar, o si no puede viajar se puede hacer una teleconferencia. Es decir, este tipo de cosas estamos siempre tratando de que no sean, por lo menos al interior de nuestro país, que no funcionemos como islas, nosotros. Entonces... adentro del Ministerio Público Fiscal hay una red importante de comunicación. Y tenemos esa Unidad que funciona siendo como una suerte de clearing, ¿no? Es decir, lo que tengo yo ellos están informados, lo que tienen todos... ponen la información ahí y cuando yo necesito algo, "che, hay tal cosa? Sí, fulano tiene, mengano tiene", eso es importante, sí.

P: ¿Podemos arrancar, doctor? Ah, ya está. ¿Qué dificultades concretas se enfrentan en estos casos, digamos, en estas causas? Digo en el sentido de la propia cuestión técnica...

R: Las dificultades mayores son que precisamente la naturaleza de los crímenes de lesa humanidad producto del accionar del terrorismo de Estado, hace que quienes manejaron el Estado, quienes manejaron el Estado en su totalidad, hayan destruido muchísima prueba, casi toda la prueba. Entonces resulta difícilísima la reconstrucción. Fundamentalmente, digamos, la reconstrucción documental que podría uno imaginarse que debiera haber. Yo de los aviones que habría usado la Marina para hacer los "vuelos de la muerte" no tengo registro de vuelos. Esos registros de vuelos resultan necesarios. Los registros de vuelos, el registro de vuelo incluso en su faz técnica, de cuántos aterrizajes hace durante un determinado periodo de tiempo, cuántas horas de vuelo, adónde va, adónde viene, todo este tipo de cosas que sí la hemos podido obtener de Prefectura, de la Prefectura Naval, no la hemos podido obtener de la Marina, institución que, digamos, tiene una penosa historia de represión, bombardeó la Plaza de Mayo en el '55, es decir, no es poca cosa, digamos, esa tradición represiva de esa fuerza. Creo que esa tradición es la que explica que no entreguen ningún tipo de documentación.

P: Cuando se les pide, simplemente niegan, ignoran, no responden?

R: Cuando se les pide dicen que han buscado y no lo encuentran, que han buscado y no lo encuentran. Yo personalmente entré en algunas oficinas de ellos, y trabajé durante un tiempo con personal de mi fiscalía y después de... seguramente como dos meses, pude advertir por una cuestión casual, que había algunas personas de Inteligencia de la Marina que controlaban todo lo que se hacía, todo pedido que se hacía pasaba por ahí y todo pedido que se contestaba pasaba por ahí. Era como una suerte de mesa de entradas. A raíz de eso, por supuesto, les hice una denuncia incluyéndolo al jefe, fue una denuncia que hice el año pasado porque es una actividad prohibida, esto de hacer inteligencia interior. No es una cosa lineal, es una cosa que importa... que importa, digamos, compromiso republicano. Compromiso de trabajo serio por parte de los que tenemos la responsabilidad de actuar en estas causas. No es sencillo, uno tiene un interlocutor que no sabe si es un cómplice, si es un cómplice porque se hace el tonto para poder seguir ascendiendo, si es un cómplice porque es tonto, simplemente, o si realmente es una manera de sobrevivir y algunas cosas no las sabe, pero esto de dónde pertenecían esas personas que traba-

jaban en ese ámbito de control de todas las diligencias judiciales, no es una cosa menor.

P: En su caso particular o de otros compañeros suyos, ahora o anteriormente, digo desde que comenzaron a abrirse las causas, ¿situaciones de amenazas o de represalias?

R: Solamente amenazas, solamente amenazas. A mí una vez me entraron a mi casa y me rompieron toda la casa y me dejaron amenazas pero no lo puedo vincular con esto.

P: ¿En qué año esto?

R: Y... más o menos... lo que pasa que justo en esos años yo tenía varias causas complicadas y entre esas causas complicadas había tenido que allanar la Jefatura del Ejército y la Jefatura de Inteligencia de la Fuerza Aérea, entonces en el caso del allanamiento a la Jefatura de Inteligencia del Ejército era por crímenes de lesa humanidad y en el otro por corrupción. Entonces... qué sé yo, a qué le puedo achacar... no es tan fácil. Alguna vez sí hemos sido amenazados masivamente todos, puntualmente, en todo el país, todos los fiscales que tienen este tipo de causas, pero una amenaza que no tuvo trascendencia, digamos, amenazas con cartas que no pasaron a la acción.

P: Medidas de seguridad no tienen?

R: Tenemos la medida de seguridad de... digamos, los que quieren pueden tener un chofer custodia, pero no vivimos un clima de nerviosismo, ni de inseguridad, como para sentir que necesitamos una protección especial, no, no, nada de eso. En su momento, cuando me entraron a mi casa sí, hubo varios meses donde se puso una custodia fuerte en mi casa, a mí, a mi familia, pero habrá durado un año eso y estoy hablando de hace como veinte, más o menos en el '97 cuando esto recién empezaba.

P: ¿Qué expectativas tiene de aquí en adelante sobre la causa Cóndor? O sea, ¿qué se puede esperar?

R: ¿Qué se puede esperar? Y... es impredecible. Nuestro país, Sudamérica, es impredecible. Porque realmente pareciera que estaba todo perdido y [se ríe] y pasamos a una situación impen-sada. La verdad es que no sé, porque incluso se podría pensar que esto se podría ver beneficiada con la integración en el UNASUR, en el Mercosur, en los foros que tienen que ir desarrollándose en esos ámbitos institucionales, pero bueno, en realidad ése es un trabajo que es más propio de los actores políticos, como los diputados, o como los gobernantes directamente de los ejecutivos, los presidentes, sus ministros, que son los que en todo caso tendrían que ver esa posibilidad de potenciar también esas integraciones en esa dimensión que es la cuestión de la justicia, fundamentalmente en esta tarea tan trascendente, porque no es la justicia, de nuevo, que resulta necesaria porque se produjo una estafa o porque se produjo cualquier acto individual de violencia, sino que se trata de una justicia que permita preservar a nuestros pueblos como tales y con la capacidad de poder opinar, disentir, y construir sus propias dirigencias y sus propios destinos, entonces me parece que el objetivo es importantísimo, pero nos trasciende a los que estamos en la justicia.

P: Y estas carencias, establecimientos de redes o de institucionalizar eso en esos países, ¿cuál es el aporte que las organizaciones de derechos humanos, organizaciones sociales tiene o ha aportado a estas causas?

R: En verdad yo no sé si puedo dar cuenta de... seguramente que no puedo dar cuenta de todo lo que se ha hecho por lo que les decía, que no participo yo con organismos de derechos humanos en su actividad. Sin perjuicio de ello, desde que establecimos este vuelo, empecé a participar en algunos lugares que no es que antes no me invitaban, pero a partir de hace dos años o tres empecé a participar en algunos lugares, y desde participar en esos lugares es que con el diputado Carlotto y con la diputada Conti, con la diputada Segarra, he participado en un encuentro en Santiago de Chile, ahora recientemente en Porto Alegre, también he participado en Asunción, hemos participado en Asunción donde... ahí se organizó mucho con la participación de la Secretaria de Derechos Humanos de Argentina, y esos encuentros van dando sus frutos. Creo que

ese es un camino que hay que profundizar, porque en definitiva me parece que, por lo menos por lo que yo recuerdo y un poco lo decía, es la sociedad, los grupos más concientizados de la necesidad de todo esto, de la memoria y de la justicia, la que un poco tiene que ir estableciendo, definiendo, la agenda de los gobernantes, porque en la medida que pueda establecer que hay una necesidad... hay una frase que decía Eva Perón que es "donde hay una necesidad hay un derecho", bueno, entonces creo que un poco es importante que la sociedad pueda decir cuál es la necesidad. Y a partir de ahí los dirigentes tendrán seguramente la obligación de resolver esa cuestión.

P: Doctor Osorio, le agradecemos mucho su tiempo y todas estas informaciones y seguramente que van a ser extremadamente útiles para las personas que van a trabajar con estos registros futuros.

R: Ojalá. A las órdenes de ustedes, un gusto.

DEPOIMENTO 33 – REMO CARLOTTO.

BUENOS AIRES, 29 DE MAIO DE 2012.

P: Remo, ¿podríamos comenzar con una pequeña síntesis de tu historia familiar y de tu trayectoria personal también, sobre estos temas?

R: Bien, cómo no. Bueno, nosotros somos una familia que fue víctima de la acción del terrorismo de Estado durante la dictadura cívico-militar que operó en la Argentina entre 1976 y 1983. La primera consecuencia familiar que tuvimos fue la desaparición de María Claudia Falcone, una de las chicas víctimas de lo que se denominó la “Noche de los lápices” que fue el secuestro masivo de estudiantes secundarios en la Ciudad de La Plata, ella tenía dieciséis años, y era parte de nuestra familia política, a partir de allí nuestra realidad cambió. Posteriormente fue secuestrado mi padre en la búsqueda de una de mis hermanas, mi padre estuvo durante un mes detenido desaparecido, con consecuencias sobre su vida a futuro dramáticas en cuanto a su situación de salud producto de la tortura, y en el año 1977, noviembre de 1977, secuestran a mi hermana Laura, mi hermana mayor, embarazada de dos meses, tuvo su hijo durante el cautiverio, le fue arrebatado a las cinco horas de nacer, aún lo estamos buscando y mi hermana fue asesinada en el mes de agosto de 1978, fraguando un enfrentamiento, cosa que comprobamos científicamente que no fue así, producto de la investigación del Equipo de antropólogos forenses. Y bueno, la familia en su conjunto se sumó a la lucha por la búsqueda de la memoria, la verdad y la justicia, yo lo hice a partir del año 1980, posterior a la visita de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, que posibilitó que personas muy jóvenes en esa época como era yo, un adolescente, nos pudiéramos vincular con otros jóvenes y trabajáramos en el movimiento de Derechos Humanos. Primero lo hice en un organismo que es la Comisión de Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas y Gremiales hasta el año 1987, posteriormente empecé a colaborar con Abuelas de Plaza de Mayo, allí coordiné los equipos de investigación en la búsqueda de niños apropiados y también lo hice a partir de las estructuras del Estado en la Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad. La militancia en materia de derechos humanos me llevó a ser secretario de Derechos Humanos de la Provincia de Buenos Aires en el año 2003 y en el año 2005 ingresé como diputado de la Nación hasta la actualidad, donde durante tres periodos ejercí la presidencia de la Comisión de Derechos Humanos. O sea que somos parte del movimiento de derechos humanos comprometido con un proceso político y social que se lleva adelante en la Argentina dentro del cual está la resolución de los crímenes de la dictadura cívico-militar y el juicio y castigo a los culpables.

P: Perfecto. ¿Podría darnos un pequeño panorama de las características de la represión en la Argentina durante esa dictadura?

R: Sí, nosotros hablamos en la Argentina de dictadura cívico-militar. Modificamos la denominación, o sea, hemos tomado definiciones que van afinando la definición del sentido de funcionamiento represivo en nuestro país. Hablamos de dictadura cívico-militar porque el objetivo del golpe de Estado de 1976, tenía dos fines muy claros: uno, era el alineamiento con la política internacional planteada por Estados Unidos, en materia económica, en materia de lo que históricamente fue la distribución internacional del trabajo y del rol que debía cumplir la Argentina, que era generar una estructura de carácter agroexportadora, fundamentalmente de materias primas, esto lo planteó con mucha claridad el primer ministro de economía que tuvo la dictadura cívico-militar, que fue Martínez de Hoz, que planteaba que la Argentina debía ser un país agroexportador para quince millones de habitantes. Eso significaba el funcionamiento de una estructura represiva que tuviera dos objetivos: un primer objetivo, disciplinar al movimiento obrero organizado, fundamentalmente a los cuerpos de delegados de las fábricas que es el primer sector al cual se atacó por parte del terrorismo de Estado, y en segunda medida buscar la desarticulación de las organizaciones político-militares de la época. Y en este sentido lo que se aplicó es una estructura de carácter terrorista por parte del Estado, clandestina, en la Argentina funcionaron

trescientos sesenta y cinco centros clandestinos de detención en todo el país, y se llega al número cerca de seiscientos de lugares transitorios de detención. Esto funcionó bajo áreas operacionales en el país, de acuerdo a las propias estructuras de las Fuerzas Armadas, y las coordinaciones que llevaban adelante. Las tres Fuerzas participaron en la conducción y en la articulación de la estructura represiva y comprometieron a todas las estructura policiales y penitenciarias del país. Esto lo hicieron obviamente a través de lugares clandestinos de detención, esto produjo en la Argentina más de diez mil presos políticos, treinta mil detenidos desaparecidos, alrededor de quinientos niños apropiados y miles y miles de exiliados, exiliados afuera del país y lo que nosotros denominamos el exilio interno, que significó la vía en clandestinidad adentro del país o variando de lugar de residencia para no ser capturados por las fuerzas represivas. Pero fundamentalmente el objetivo fue la aplicación en el marco de la Doctrina de Seguridad Nacional, que fue una expresión de carácter continental, la acción represiva para implementar un plan económico de expoliación del país.

P: Y el miedo fue un objetivo también de ese terrorismo de Estado...

R: Claro, hay una decisión por parte de la dictadura cívico-militar que fue la aplicación de la desaparición forzada de personas en forma masiva, esto buscaba generar la incertidumbre en la población, no generar mártires dentro de los sectores populares y generar ese estado de incertidumbre y de rehén por parte de la dictadura cívico-militar de aquellos que eran dirigentes y buscar un proceso de paralización y generar terror sobre el conjunto de la población. Nosotros decimos que las consecuencias del terrorismo de Estado, tuvo una consecuencia directa sobre las víctimas y sus familias pero tuvo una consecuencia sobre el conjunto de la población en la cual buscó generar temor, generar la idea del no involucramiento y la no solidaridad porque eso podría provocar la pérdida de la vida de una persona y eso fue entre comillas, exitoso, por parte de la dictadura cívico-militar porque existió, digamos, una actitud muy refractaria por parte de la población a reconocer lo que estaba sucediendo, más allá de que cotidianamente se podía ver en la calle detenciones, asesinatos a mansalva, ejecuciones sumarias, sin embargo la población solamente empezó a reconocer lo que había sucedido a partir del retorno democrático y lo que fue la conformación de la Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas y el informe "Nunca Más", aunque si uno mira la situación sobre el conjunto de la población, la represión se ejerce sobre el conjunto de la población y se busca puntualmente la eliminación de oponentes políticos, tal vez de los sectores más dinámicos de la sociedad, para generar este marco de disciplinamiento.

P: Remo, hoy Argentina es un modelo, paradigma en el sentido de lo que se está trabajando en términos de justicia y de obligar los responsables por los crímenes a enfrentar públicamente esos crímenes y a penar sus culpas. ¿Cómo ha sido esta trayectoria que permite que hoy Argentina pueda estar con tantas causas abiertas y con tantos represores presos o en fin, están siendo procesados?

R: Sí, nosotros decimos que se está resolviendo en la Argentina la justicia transicional, lo que la justicia debía haber hecho en el retorno democrático, se trasladó en el tiempo. La historia digamos de la lucha por Memoria, Verdad y Justicia comienza con el retorno democrático y la conformación de la Comisión sobre Desaparición de Personas y la elaboración del informe que mencionábamos, por otro lado se inician los procesos judiciales de investigación y se genera un juicio de carácter emblemático, que fue el Juicio a las Juntas militares, esto era el juzgamiento de las tres primeras juntas, se excluyó de este juicio a la última Junta porque se consideraba que era la que había hecho el traspaso a un gobierno democrático, hecho con el cual nosotros no estábamos de acuerdo, este Juicio a las Juntas tuvo como resultado la condena de la primera Junta y condena más leves a las segunda y tercera Junta militar, y bueno, y en la Argentina se abrieron una infinidad de causas en todo el país producto de la investigación sobre los crímenes cometidos durante el periodo dictatorial. Esto... producto de levantamientos de sectores de las Fuerzas Armadas derivó en dos leyes por parte del gobierno de Alfonsín, que fueron las leyes de "Obediencia debida" y "Punto final", esto significó primero una ley que planteaba que las Fuerzas Armadas habían actuado, y las Fuerzas de Seguridad, lo habían hecho en cumplimiento de ór-

denes y que en el cumplimiento de órdenes no había juzgamiento sino solamente a los máximos responsables, que eran justamente las juntas militares y los jefes de las áreas operacionales, y que no había responsabilidad hacia abajo, que solamente era el cumplimiento de órdenes, se eximía de esta responsabilidad los delitos de carácter económico y la apropiación de niños. Y después existió otra legislación que planteaba el punto final, que era la limitación para la apertura de causas, es decir que no se podían abrir más causas en investigación de estos crímenes. Esto llevó al movimiento de derechos humanos durante diecisiete años a demandar al nulidad de estas leyes, primero las anula el Parlamento, debo aclarar que posteriormente en el año 1990 el presidente Menem indulta a los únicos que habían sido condenados, que era a los miembros, a esta cúpula superior de la estructura cívico-militar, entonces ya queda ratificado todo el esquema de impunidad entre esas leyes y los indultos. El movimiento de derechos humanos planteó una lucha de resistencia y de revertir esta situación, que se concreta en el año 2003, primero se declara la anulación de estas leyes, o sea, el congreso de la Nación anula las leyes de impunidad, posteriormente es declarada su inconstitucionalidad por parte de la Corte Suprema y esto posibilita en el año 2005 la reapertura de las causas. Lo que se hace es reabrir las causas existentes e iniciar nuevas causas porque en ese periodo de resistencia funcionaron en distintos puntos de país los "Juicios por la verdad" que posibilitaron recabar información en juicios que no tenían un carácter vinculante de carácter penal pero sí el derecho al conocimiento de la verdad por parte de los familiares de las víctimas, y esa información fue acumulada para la aplicación de la causa en la actualidad. Esto significa que estamos ya en las instancias de carácter oral dentro del sistema penal argentino en el juzgamiento de los responsables que tiene para nosotros un doble objetivo: nosotros planteamos que todos los responsables de estos crímenes, desde los ejecutores intelectuales, mediatos y fácticos de los crímenes, rindan cuentas ante la justicia y sean juzgados y en el caso de ser condenados cumplan cárcel efectiva y común por los crímenes que cometieron, no queremos ningún tipo de régimen especial en este sentido y por otro lado los juicios orales dan el conocimiento de la verdad público de qué es lo que sucedió. Se ventila ante el conjunto de la sociedad a través de los medios de comunicación qué es lo que sucedió y el valor testimonial y reparado que tiene el conocimiento de la verdad. Y el tercer eje ha sido la implementación de una política de Estado con respecto a la memoria, que para nosotros tiene una fundamental importancia con respecto al conocimiento por parte de las nuevas generaciones de lo que sucedió en nuestro país y muchas de las consecuencias que aun hoy padecemos producto de ese periodo dictatorial en nuestra sociedad, en nuestra convivencia, en la caracterización de nuestra transición democrática. Entonces esto ha generado en la Argentina un enorme consenso por parte del conjunto de la sociedad y de las fuerzas políticas que integran por ejemplo el ámbito parlamentario que ha tenido ratificaciones, en el sentido de que los juicios por crímenes de lesa humanidad es una política de Estado que debe ser llevada adelante más allá de la característica del gobierno. Porque nosotros tenemos que caracterizar que este gobierno que se inició en el año 2003 ha tenido una enorme influencia en el sentido de que no se podía reparar después de la crisis del 2001 en la Argentina nuestra situación social, política, institucional y cultural si no resolvíamos los crímenes más atroces que se habían cometido en nuestro país. Y esta premisa fue de fundamental importancia y la impronta política, pero existe el compromiso del conjunto de las fuerzas políticas de que esto va a continuar más allá de que pueda existir un cambio de gobierno, así que este ha sido el camino de la búsqueda de memoria, verdad y justicia. Que nosotros decimos que es un acto de reparación para las víctimas, para los familiares, pero que es un acto de reparación para el conjunto del pueblo argentino, porque todos fuimos víctimas del accionar de la dictadura cívico-militar y la aplicación del terrorismo de Estado sobre nuestra sociedad. Y el Estado democrático está reparando lo que el Estado terrorista hizo, y esto tiene para nosotros una contemplación fundamentalmente de la recuperación de valores culturales en nuestra sociedad fundamentales. No puede existir... nuestra presidenta plantea que si no juzgamos estos crímenes somos una sociedad predemocrática y nosotros coincidimos con ese pronunciamiento porque el acto de reparación es un acto que jerarquiza el valor de nuestra democracia y repara. Nosotros planteamos que queremos dar vuelta la página de la historia pero lo queremos hacer en el marco del ejercicio de la justicia, del conocimiento de la verdad y de la construcción de la memoria colectiva.

P: En el actual momento, Remo, están varias causas abiertas en relación a civiles. ¿Cómo está esto en este momento? Esto ha sido uno de los grandes avances de estos últimos años.

R: Sí, nosotros veíamos que indefectiblemente la apertura de las causas iba a llevar a las responsabilidades de carácter civil. Este conocimiento de la verdad iba a explicar el por qué. Y en esto encontramos que en muchas acciones directas en la acción represiva del Estado, está la complicidad directa de integrantes de los grupos económicos más concentrados de nuestro país y de multinacionales. Nosotros tenemos el caso de la empresa Ford, en su planta en la provincia de Buenos Aires, que funcionó como centro clandestino de detención un lugar dentro de la planta donde fueron secuestrados el cuerpo de delegados y fueron allí torturados, la complicidad y la coordinación por parte de la empresa Mercedes Benz que también tiene una causa judicial en la Argentina y otra en Alemania abierta investigando la responsabilidad de este grupo empresario con respecto a la persecución y desaparición y tortura de los integrantes de los cuerpos de delegados y hemos tenido algunas situaciones sumamente emblemáticas en el último tiempo. Una de muy reciente pronunciamiento por parte de la justicia, es la de un grupo económico, es el grupo Blaquier, que es la principal empresa productora de azúcar de la Argentina, que es la empresa Ledesma, vinculada a las responsabilidades de lo que significó el “Apagón de Ledesma” que fue la complicidad de este grupo económico, la puesta de toda su estructura para el secuestro de cerca de trescientas personas en una población muy pequeña en la provincia de Jujuy, que significó la desaparición de más de treinta personas durante esa acción represiva y se llamó “el apagón” porque apagaron las luces de la ciudad. Porque la empresa controlaba el sistema eléctrico y apagaron y pusieron todas sus camionetas, su estructura y la información sobre los activistas gremiales, para producir esta acción. Hoy está citado a declarar, es un grupo sumamente importante en términos económicos en la actualidad en la Argentina, y la justicia lo ha citado a declarar, se está planteando una situación de rebeldía porque está fuera del país, argumentando una cuestión de salud pero para nosotros es importante, es emblemático, que es el primer representante directo de un grupo económico concentrado en la Argentina que está citado a rendir cuentas ante la justicia. El otro caso ha sido la empresa Loma Negra en la provincia de Buenos Aires, esta empresa era... es propiedad de la familia Fortabat, también una persona, la señora Amalia Lacroze de Fortabat recientemente fallecida, ha sido beneficiada por la dictadura cívico-militar en términos de negocios económicos y se ventiló ante la justicia en la provincia de Buenos Aires la responsabilidad directa de este grupo económico en la desaparición de integrantes del cuerpo de delegados y fundamentalmente de un abogado de apellido Moreno, que luchaba por la defensa de un sistema de salud que garantizara la seguridad de los trabajadores en la explotación de una empresa cementera como es Loma Negra. Y el caso también, de mucha resonancia en nuestro país, ha sido -que hoy están brindando declaración ante la justicia en la ciudad de La Plata-, es el caso de la apropiación de la empresa Papel Prensa por parte del grupo Clarín y el grupo La Nación, dos de los medios más importantes de nuestro país y la complicidad directa bajo tortura en la obtención de las acciones de esa empresa que es la principal productora de pasta de celulosa de papel para la fabricación de papel de diario. Nosotros hemos tomado medidas de carácter legislativo con respecto a la recuperación de la administración como bien público del papel, pero al mismo tiempo se está ventilando ante la justicia la responsabilidad de estos grupos económicos directamente en el secuestro y tortura de los originales propietarios de esa empresa. De allí en más, Martínez de Hoz, el que era Ministro de Economía de la dictadura está procesado por haber utilizado las estructuras represivas para condicionar a dos empresarios con respecto a la direccionalidad de los negocios que se debían llevar adelante, o sea que también se utilizaba la estructura represiva para beneficiar a grupos económicos en confrontación con empresarios nacionales. Esta articulación que existió entre la presencia de cuadros técnicos de los grupos económicos más concentrados de nuestro país dentro de la estructura de gobierno y en la conducción económica durante la dictadura cívico-militar, tenía un correlato en la participación directa de estos crímenes, y eso es lo que se está ventilando hoy en la justicia y para nosotros es sumamente auspicioso porque desarticula lo que nosotros denominábamos la “teoría de los dos demonios”, que era la idea de que lo que sucedió en nuestro país fue la confrontación entre dos sectores violentos, que nosotros nos resulta inadmisibles como concepto y pasamos a la idea de

que la implementación de las acciones represivas por parte del Estado tuvieron una finalidad de carácter económico y hubo una complicidad directa por parte de actores de carácter civil. A esto hay que sumar dos actores más en términos civiles: uno es los sectores eclesiásticos, que tuvieron participación directa entre los centros clandestinos de detención, pero que también tuvieron complicidad -y hoy se está ventilando en los medios de comunicación- en el conocimiento del destino final que habían tenido los detenidos desaparecidos y que lo tenían en esa época que estaban informados y que transmitían información frente a los recursos presentados ante la Iglesia por parte de los familiares de las víctimas, transmitían esta información a los grupos de tareas que tuvo en algunos casos consecuencias, como fue por ejemplo la desaparición de madres de Plaza de Mayo desde un sector de la iglesia que fue allanado en ese momento, infiltrado por parte de las Fuerzas de Seguridad. Y la otra complicidad que se está develando en la Argentina es la complicidad por parte de los sectores de la justicia, tanto jueces y fiscales, que obtuvieron testimonio durante esa época bajo tortura de las personas que se encontraban detenidas y esta complicidad también está siendo revelada, e inclusive de miembros de la justicia que están en actividad y que están siendo relevados de sus cargos producto de la denuncia y los testimonios que están brindando de su complicidad directa en estos crímenes. O sea que este panorama de la complicidad de carácter civil está es prácticamente todos los estamentos de las corporaciones que fueron absolutamente funcionales al terrorismo de Estado.

P: En relación al caso de los niños, de la recuperación de su identidad, ¿en qué momento están de ese trabajo?

R: Bueno, hay un fuerte apoyo por parte del Estado nacional al trabajo y la lucha que viene llevando Abuelas de Plaza de Mayo, se han localizado ciento cinco niños, hoy hombres y mujeres, de cerca de quinientos que fueron apropiados durante la dictadura cívico-militar. Hay un trabajo de coordinación, existe un banco nacional de datos genéticos que registran la huella genética de los grupos familiares que están buscando estos niños, y existe tanto desde el ámbito no gubernamental como de las estructuras del Estado la búsqueda y la articulación, fundamentalmente con una campaña de difusión, porque los últimos casos que se encontraron fueron los propios jóvenes que buscaban su identidad y que sospechaban de ser hijos de desaparecidos, lo que nosotros denominamos la presentación espontánea de esos jóvenes, que después se resuelve a partir del análisis genético y de la resolución del tema de su identidad y de las responsabilidades en su apropiación frente a la justicia. Nosotros vemos en forma muy auspiciosa el trabajo que viene llevando adelante Abuelas de Plaza de Mayo y la coordinación con las estructuras del Estado para esta investigación, porque es imprescindible que el Estado abra toda documentación y archivos que puedan facilitar la localización. Nosotros decimos que buscar uno de estos niños apropiados es buscar una aguja en un pajar, pero sin embargo el trabajo y la investigación que llevó adelante Abuelas de Plaza de Mayo tuvo para nosotros el fabuloso cometido de ya encontrar ciento cinco niños y el acto reparador, porque estos son los desaparecidos con vida, que conviven entre nosotros y que aún estamos buscando, es un acto de profunda reparación también para el conjunto de la población, hay un enorme acompañamiento en este acto reparador, porque es la forma también en que la sociedad se reencuentra siendo partícipe, sintiéndose partícipe de este acto de reparación. Nosotros lo que lamentablemente vemos, es que esta búsqueda no ha sido acompañada por los responsables directos de confesar dónde están cada uno de estos niños apropiados porque lamentablemente las abuelas van muriendo, y no se va produciendo este encuentro tan esperado y tan buscado. Pero nosotros vemos que están puestas todas las energías en conseguir que esto se obtenga. Ha sido también producto de esto, iniciativas tan importantes como ha sido la parte genética en la Argentina, el desarrollo de carácter genético, el desarrollo con respecto al tratamiento psicológico y psiquiátrico del tema de la identidad y derecho a la identidad, que también ha sido trasladado a la Convención Internacional por los Derechos del Niño, hay tres artículos que se denominan los artículos argentinos, que tienen que ver con el tema de la identidad de los niños y niñas a nivel universal. Y esto ha sido producto de la lucha de un ámbito no gubernamental, como ha sido Abuelas de Plaza de Mayo. Para nosotros hay un objetivo, quienes venimos de esa misma lucha, es que el Estado asuma la responsabilidad, el Estado democrático asuma la responsabilidad, y acompañe con mucha firmeza al movimiento

de derechos humanos en el esclarecimiento. Nosotros decimos que todos y cada uno de estos chicos tiene que ser encontrados, que están viviendo entre nosotros, que la vulneración de su identidad se traslada a las generaciones siguientes porque los hijos de estos chicos que perdieron su identidad también tienen su identidad vulnerada, porque no es solamente un nombre y un apellido, sino que es la pertenencia a su grupo familiar, a su identidad en los rasgos más profundos, así que nosotros tenemos una mirada auspiciosa y con mucha valentía las Abuelas están trasladando a los hijos de desaparecidos, a los nietos que recuperaron su identidad, la posta para que sigan buscando a todos y cada uno de estos chicos. Este es tal vez uno de los puntos que más sensibiliza al conjunto de la sociedad argentina, porque nos resulta absolutamente inadmisibles que aún hoy se siga teniendo como rehén a quienes fueron víctimas directas que nacieron durante su cautiverio, que fueron robados siendo muy pequeños y que en la inmensa mayoría de los casos están en manos de los responsables directos de la muerte de sus padres.

P: Remo, nos has hablado del trabajo del Poder Ejecutivo, de sus iniciativas, un poco de la justicia, en este campo. ¿Cuál es el espacio y cuáles son las acciones del Poder Legislativo dentro de todo esto?

R: Sí, nosotros tenemos dos acciones: una de carácter eminentemente legislativo, que ha sido por ejemplo el fortalecimiento de espacios institucionales en la resolución de los crímenes, dar herramientas a la Justicia para que en el marco del debido proceso se aceleren los juicios por esos crímenes, porque veíamos que había mucha lentitud por parte de la Justicia en el juzgamiento y hemos generado un andamiaje legislativo que facilita la acción del Poder Judicial tanto en la investigación como en la sanción de estos crímenes. Por otro lado hemos dado y fortalecido las estructuras del Estado en cuanto a la memoria y a la construcción de espacios de la memoria, la preservación de los lugares, de los documentos y de los archivos, o sea que es un andamiaje de carácter legislativo que apuntala esta política de Memoria, Verdad y Justicia. Pero también llevamos adelante una acción de orden estrictamente político, que es poner a la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Diputados en función del objetivo de mantener un contacto con los actores del Poder Judicial para saber el estado de situación y el avance de las causas, fundamentalmente acompañando a los familiares y a las querellas en cada una de estas causas. Nos parece que debemos tener un acto de profunda solidaridad con las víctimas y podemos ser la vía del diálogo entre los actores del Poder Judicial y las víctimas. Y esto lo venimos llevando a lo largo y a lo ancho del país, nosotros creemos cumpliendo con el mandato popular por el cual fuimos electos como diputados de la Nación. Y llevamos también una acción de coordinación regional. Para nosotros tiene una profunda importancia, nosotros creemos que debemos elaborar lo que denominamos el contra-Plan Cóndor, así, de la misma manera que existió una coordinación represiva de las dictaduras de la región, en el marco de la Doctrina de Seguridad Nacional y con los mismos fundamentos desde nuestra perspectiva con la que actuó hacia adentro del país la dictadura en la Argentina, nosotros creemos y buscamos la vinculación con los parlamentarios de la región en la búsqueda de Memoria, Verdad y Justicia para todos los países y volcar un poco la experiencia argentina, sobre todo que no exista el desánimo en la posibilidad de que se llegue a la resolución y el conocimiento de la verdad y el juzgamiento de los responsables porque no... los pueblos no se resignan al olvido, no se resignan a la idea de que se debe dar vuelta la página de la historia sin que ésta sea revisada. Así que venimos trabajando y coordinando acciones tanto con investigadores, organismos de derechos humanos, legisladores y actores de la justicia de cada uno de los países para tener una coordinación, un conocimiento, intercambio de información y desde el ámbito parlamentario que nos plantea la pluralidad de voces dentro de cada uno de nuestros países, poder acompañar la búsqueda que se viene haciendo desde el ámbito no gubernamental y fundamentalmente ayudar al intercambio de información entre las organizaciones que hacen... que vienen llevando desde el movimiento de derechos humanos investigaciones y búsqueda de documentos, porque sabemos que cada una de las dictaduras dentro de sus estructuras burocráticas ha mantenido o ha guardado información, lo hemos visto en Paraguay con los archivos del terror, lo hemos visto en Argentina con los archivos de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires y sabemos que en Brasil el trabajo que se viene llevando adelante, fundamentalmente el trabajo que a lo largo de los años ha llevado Jair Kirschke en el sentido de buscar documentos, de mostrar que esos documentos existen y de plantear que

todos los países de la región tuvieron una participación directa en lo que significó la operación Cóndor, no es hubo países que no participaron o que tuvieron una participación menor, sino que esta coordinación y este funcionamiento existió en toda la región.

P: Particularmente en el sentido, desde creo que hace dos años o desde el año pasado, tú participas del Encuentro Latinoamericano de Memoria, Verdad y Justicia, ¿qué tipo de objetivos tiene ese tipo de reunión, qué tipo de horizonte apunta?

R: Nosotros planteamos, realizamos en marzo del 2011 el 1º Encuentro aquí en Buenos Aires, para el 24 de marzo que es el aniversario del golpe de Estado, planteando la posibilidad de dar visibilidad a la demanda que a nivel regional se viene planteando en el marco de la Memoria y la Verdad y la Justicia, en ese momento estábamos viendo la situación en el Uruguay, con respecto a la ley de Caducidad y la imposibilidad de avanzar en las investigaciones, estábamos viendo la lucha que se estaba dando en Brasil con respecto a la generación de la Comisión de la Verdad y los primeros pasos en la búsqueda de este camino de Memoria, Verdad y Justicia, veíamos la situación en Paraguay y la demanda que se viene sosteniendo tanto en la búsqueda antropológica de los restos de personas desaparecidas, como por ejemplo la lucha del movimiento campesino en la recuperación de las tierras usurpadas durante la dictadura de Stroessner, vemos el proceso y el camino que se lleva adelante en Chile de buscar la sanción de todos y cada uno de los responsables, y la situación también de la demanda que los organismos de derechos humanos venían llevando adelante en Bolivia. Y dijimos que era un buen momento para encontrarnos, debatir, generar señales también hacia los distintos poderes en todos y cada uno de estos países y mostrar de que estábamos llevando adelante uno de los varios caminos de coordinación que existe, porque esto se lleva también adelante a través de las Altas Autoridades en materia de Derechos Humanos de Mercosur, es parte de la preocupación de distintos actores, tanto del Instituto de Derechos Humanos del Mercosur como de múltiples actores, pero nos parecía que el ámbito parlamentario era un ámbito correcto de convocatoria, y así realizamos el primer encuentro en Buenos Aires, realizamos un encuentro en Montevideo, en Santiago de Chile, en La Paz y el último encuentro, el quinto, lo realizamos en Porto Alegre y estamos programando el último encuentro de esta serie en Paraguay, con el objetivo de afinar este camino y de generar las redes que posibiliten tener una respuesta común. Nosotros nos sentimos profundamente involucrados con la lucha del movimiento de derechos humanos en cada uno de los países, y creemos que nosotros debemos aprender de las experiencias de lucha que se llevan adelante en esos países y debemos trasladar nuestras propias experiencias, nuestros aciertos y nuestros errores y esto tiene que estar vinculado, nosotros decimos al ámbito parlamentario porque es un camino que viabiliza que los distintos actores políticos de un país sepan qué búsqueda se está haciendo y cuál es el objetivo de esta lucha. En ese marco nosotros a lo largo de los años y con anterioridad a estos encuentros realizamos acciones de coordinación a nivel parlamentario fundamentalmente con Brasil en donde firmamos un convenio con la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Diputados de Brasil, en el sentido de generar cooperación e intercambio vinculado fundamentalmente a lo que significó la Operación Cóndor. Y en este sentido nosotros creemos que siempre el ámbito parlamentario debe ser uno de los caminos donde se viabilicen estas formas de coordinación y de apuntalar y de acompañar al movimiento de derechos humanos. Para nosotros ha sido una experiencia sumamente fructífera porque ha posibilidad el generar la comunicación y la articulación que es fundamental y necesaria. Para nosotros esta visibilización da la posibilidad que se resuelva y fundamentalmente que el conjunto de la población sepa que aquí no hay ningún acto de venganza, ninguna búsqueda de justicia por mano propia, no hay revanchismo, sino lo que se busca es que se ventile la situaciones que nos tocó vivir, que se sepa por qué sucedió esto, quiénes fueron los responsables y que se sancionen las responsabilidades. Hemos visto... en ninguno de nuestros países hubo actos de venganza personal, muchas veces sabiendo quiénes eran los responsables directos de estos crímenes, o sea que el movimiento de derechos humanos en el Cono sur tiene una enorme madurez en esperar lo tiempos que la democracia se ha tomado para ayudar a resolver esto. Nosotros creemos que desde el ámbito parlamentario es un momento propicio para que los actores vinculados a los derechos humanos en el parlamento tengamos un rol de acompañamiento y de visibilización de estas situaciones.

P: La última pregunta, y si querés comentar algo más que no te hemos preguntado, por favor. A partir un poco de esto que ya nos has dicho ¿qué significa el hecho de la justicia estar funcionando, para la sociedad, qué significa el hecho de la justicia estar funcionando y de todas las instituciones tener esta conciencia de lo que se busca, de la verdad, la memoria, lógicamente y la participación de la justicia como el escenario donde se debe resolver todo esto, qué cambio más cualitativo le trae eso a la sociedad?

R: Yo creo que hay un tema central, que es el ejercicio de la justicia y el conocimiento de la verdad desatan la... desanudan, digamos, las consecuencias que la dictadura y el accionar del terrorismo de Estado aún tiene hoy en nuestra sociedad. Nosotros decimos que es una transformación de carácter cultural. Cuando se rompe con la impunidad, se produce un acto de profundísima reparación para el conjunto de la sociedad. Esto se ve en la Argentina, fundamentalmente con un fenómeno que para nosotros es importantísimo, que es la irrupción de una nueva generación en la vida política, rompiendo el esquema de temor que existió en nuestra sociedad. Nosotros decimos que la falta de participación política respondía en la Argentina a dos situaciones: una, el temor que había infringido sobre la idea de la participación política por las consecuencias que tenía y lo que había significado el terrorismo de Estado, y el otro las consecuencias del neoliberalismo durante la década del noventa que planteaba el salvataje individual frente a una construcción de carácter colectivo en nuestra sociedad. Creo que la acción de la justicia lo que trae es un acto de profunda reparación y una señal de carácter cultural al conjunto de la sociedad, que es de una enorme profundidad. Nosotros vemos que aún hoy hay nuevas situaciones que la gente está recién saliendo a denunciar después de treinta y seis años de los hechos, o de casi treinta años desde el retorno democrático, la gente se está animando a dar su testimonio y a contar qué es lo que le tocó vivir y qué es lo que sucedió con su situación personal, muchas veces víctimas de secuestro, de tortura, porque nosotros a veces hablamos de los números fríos de lo que significó el terrorismo de Estado. Nosotros tenemos quinientos niños apropiados, pero tenemos más de tres mil quinientos que fueron víctimas de tortura, que fueron torturados delante de sus padres o que presenciaron la tortura de sus padres, que vieron asesinar a sus padres o que fueron abandonados en la vía pública por parte de los grupos de tareas que operaban en esa época, o sea que las consecuencias son mucho más profundas que a veces el número más visible o más dramático de esta situación. Entonces este conocimiento de la verdad, genera la idea sobre las nuevas generaciones de que es posible generar una sociedad más democrática, más igualitaria, tratando los temas del presente, resolviendo nuestra agenda pendiente con respecto al pasado. Y esto creo que ha tenido un involucramiento en los tres poderes del Estado en Argentina. La señales políticas por parte del poder Ejecutivo, las medidas parlamentarias y legislativas en consecuencia y la acción de una justicia independiente, que para nosotros es un factor fundamental, con muchísimas dificultades en su funcionamiento pero con una constancia en llevar a todos y cada uno de los responsables a rendir cuentas ante la justicia. Y esto me parece que es la forma en que la Argentina tal vez en un hecho inédito, porque nosotros al revertir un proceso de impunidad estamos generando una acción con los mismos instrumentos, no estamos generando un tribunal especial para hacer estos juicios. Es la misma justicia que atiende la situación de todos los ciudadanos y ciudadanas de la Argentina, la que está resolviendo los crímenes más atroces utilizando las mismas herramientas de carácter judicial. O sea que esto también genera una enorme tranquilidad en el funcionamiento del sistema democrático de que nosotros vamos a conseguir a partir de este enjuiciamiento concretar aquella consigna tan importante que nos planteó el retorno democrático que es el “Nunca Más”, el “Nunca Más” debe ser producto de la justicia y de la verdad.

P: Perfecto, muchas gracias.

R: No, gracias a ustedes.

DEPOIMENTO 34 – ADELINA DEMATTI DE ALAYE – SEGUNDO DEPOIMENTO.

LA PLATA, 28 DE MAIO DE 2012.

P: Adelina, quisiéramos –ya nos ha dado unas informaciones- pero si pudiera profundizar sobre el tema de la manera como surge el movimiento de Madres, la manera como ustedes se organizan, antes incluso de tener este nombre, de repente, los primeros encuentros.

R: Mirá, yo no sé si te dije cómo tuve la posibilidad de acercarme a un grupo, lo reitero por las dudas. Yo fui a hacer la denuncia en la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, y había otra señora que estaba hablando de lo mismo que yo, de que no sabía nada de su hijo, pero que ya había venido a preguntar si habían averiguado algo. Me dicen que tengo que hacer un testimonio, que ponga todo los datos de mi hijo, si sé algo, adónde iba, dónde estaba en el momento en que no volvió a su casa y todos los datos míos para poderse comunicar y demás. Pero no eran tiempos en que podía funcionar una oficina de esas características, nos dijeron que teníamos que traerlo escrito desde nuestro lugar, desde nuestra casa, donde queríamos, que ahí no se podía hacer. Era una forma de que no dijeran “no, se lo arman, se lo hacen, es falso”, vos te responsabilizabas de lo que estabas testimoniando. La otra señora... y también, no era un lugar que podía ir un montón de gente, no podían, iban solamente dos personas, podían entrar al mismo tiempo, te digo que tampoco iba a haber una avalancha en ese momento porque era desconocido el lugar y todo. Con el tiempo, como empezó a ir más gente, los vecinos, porque era un edificio de viviendas, empezaron a quejarse y se tuvieron que ir, porque dice, ellos están arriesgando sus vidas, porque cualquiera podía venir ahí a hacer un desastre. Con esta señora, Juanita, fuimos a un bar por ahí, no sé si conseguimos papel, yo no sé cuándo hizo el testimonio inicial, no tengo ni un registro, pero lo mejor del momento, que ella me dice: “me voy a arriesgar a hacerle una invitación, la vi tan firme y tan dolida pidiendo por su hijo” y me dijo: “con otras señoras que también tienen los hijos en iguales circunstancias, nos estamos reuniendo de tres y media a cuatro, pero sin un minuto más, en la Plaza de Mayo, aunque esta semana tenemos que ir a otro lugar porque nos hicieron circular el otro día. Y la dirección es Alsina y Defensa, la Iglesia de San Francisco. Bueno, yo no veía la hora que llegara el jueves, fui, fui con otra señora de acá de La Plata que su sobrina trabajaba bajo mi dirección en la escuela, y al ver que al pasarme eso yo había empezado a ir de un lado para otro, ella le dice: “mirá, a ver si hacés algo también”, bueno, ella se impresionó mucho con lo que vivimos ese día, no volvió y tuvo la bendición de que su hijo fuera luego un preso legalizado, bueno, todo se solucionó. Ahí, como dije, seríamos un grupo que no llegaba a veinte, ahí estaba Azucena y también estaba Hebe que se había incorporado la semana anterior. Pero hablábamos bajito y se decía “qué te pasó”, “y mi hija hace seis meses”, “hace nueve meses”, “hace un año”, era... yo no sé, decía “pero qué es esto?” porque yo creo que ya viene, ya viene, ya viene, y cuando iba viendo que la realidad era diferente... Volví re conmovida pero diciendo; “el jueves yo voy”. El jueves ese, no sé si te lo conté, que no pudimos reunirnos en la Iglesia. Yo llegué a una terminal de micro, tomé un taxi para ir a Alsina y Defensa. Yo me bajo en la calle que viene desde el Cabildo Plaza de Mayo, me estoy bajando y una señora cerca mío dice: “si viene por la reunión de la Iglesia, hay que ir a la Plaza de Retiro”, como que hablaba sola y el taxi se iba y yo miro, haciendo cruz estaba la Iglesia, el atrio, o sea, el espacio exterior estaban cerrada las rejas, señal de que no nos iban a dejar entrar, pero era mucho más grave. En esta vereda que estaba así, frente a mí, hay unos monumentos y de ahí había soldados, porque eran... con trajes verdes, con armas largas, apuntando todos hacia la Iglesia. Digo “bueno... qué rapidez”, porque era creo que la tercer semana, claro. En la Plaza no lo habían hecho, se me ocurre a mí que la Iglesia tuvo mucho que ver por su seguridad, serán lo que llamó a la represión. Me tomé otro taxi, me fui a la Plaza Retiro que está a unas cuadras de ahí, y fuimos llegando, seis, siete, ocho... Uy, me van a creer que estoy haciendo propaganda de un programa. Y nos acercábamos de a dos, como que nos encontrábamos de casualidad, qué hacemos después, ¿vamos a la Plaza o no? Yo dije “vamos”, y cada una se iban así... y recogieron, no sé quién era la que estaba, yo creo que ahí estuvo Azucena. La mayoría había dicho volver, nos despedimos

hasta el jueves siguiente en la Plaza. Íbamos y nos... es decir, el primer encuentro, por ahí dos, tres, parados hablando, pero como había estado de sitio, en ninguna plaza se podía, en ninguna parte al aire libre se podía hacer una reunión, menos ahí frente al gobierno. Empezamos a crecer en número, entonces nos sentábamos, hay unos bancos de ladrillo que rodean un jardincito, muy cerca, viene a quedar a la izquierda la Pirámide y a la derecha, sobre la misma Plaza, está la entrada y salida de uno de los subterráneos que bajan ahí. En ese espacio y nos pasábamos los papeles de una a otra, tejíamos, leíamos, nada, pero... hacíamos que. Uno de esos días que... más adelante fue, porque ya empezábamos a pararnos... cuando llegábamos eran grupos más grande. Cuando la veíamos aparecer a Azucena, tres, cuatro, cinco salían corriendo a esperarla, ella empezó a decir "no me marquen, no me marquen, me están...", claro, la estaban señalando, pero fuimos aprendiendo eso, también. Pero a veces la angustia y el no querer que fuera algo tan, tan grave, hacía que alguna se descuidara. Y ese mismo día jueves, que nos reuníamos, era aprovechado para ir al Ministerio del Interior, que funciona en la misma Casa de Gobierno, entonces ir a preguntar si había novedades, llevábamos nuestra tarjeta, con todos los datos, dos por tres nos la cambiaban, yo creo que tengo tres o cuatro de esa época, pero [se ríe] por hacer ver que hacían algo. Y nos cuenta una compañera una día que estaba ahí, y dice que miraban para la plaza y uno de los empleados dice "uy, mirá, ahí están las locas esas otra vez", claro, nosotros enseguida eso lo tomamos así, el Ministro dice que somos locas, es decir, una habilidad que yo creo que ninguna había pensado que la tenía. Pero tuvimos tanta habilidad para cambiar, que algunas veces nos fue bastante mal. Y bueno, dijimos: "sí, bueno, regio, somos las locas, las locas de la Plaza". Vos me dijiste...

P: ¿Y ahí comenzaron a hacer la marcha?

R: No, mirá, hay una versión oficial, siempre hay una oficial en todos los grupos y en los gobiernos. Pero yo estuve el primer día que caminamos. Llovía y nosotras sentadas ahí bajo la lluvia a esperar las cuatro. Yo tenía la falda llena de agua, porque... tela de invierno, no nos corría el agua, y una dijo: "vamos caminar", en el sentido de protegernos de otra manera, el agua que nos cayera al suelo. Y caminamos desde donde estábamos, tomamos el sendero que va a la casa de Gobierno, pero antes está el Monumento a la Bandera. Llegamos hasta ahí, dimos la vuelta y no sé si alcanzamos a completar una vuelta. A la semana siguiente dijimos: "pero viste que llamaba la atención, con lluvia y todo la gente miraba, qué éramos nosotros caminando..." y se decidió seguir dando vueltas, después no se hizo tan grande, el otro día para los treinta y cinco años la recordamos, hicimos la vuelta hasta ahí, pero llegábamos a terminar los canteros y volvíamos, hasta donde está... el obelisco nos quedaba atrás cuando dábamos la vuelta. Ahí pasamos la experiencia del Mundial '78, y yo tengo consignado que el 6 de octubre del '78 es la primera vez que damos la vuelta a la Pirámide porque también no íbamos a estar diciendo "el símbolo de la Plaza es la Pirámide, vamos a..." y ese día tomamos coraje porque había un encuentro Mundial de médicos cancerólogos en Buenos Aires, y se acercaron, se acercó un grupo a conocernos, marchó adelante nuestro. Y ese día fue también el día que por primera vez rompimos el silencio, cuando a las cuatro ya íbamos a disolver, las compañeras ahí, sobre el cantero... una... soltó todo lo que tenía y gritó: "¡Los chicos, que nos digan donde están!" Y ahí lo repetimos todas, la primera vez los tomamos como nuestros niños y después tengo una primera pancarta, muy chiquita, sería cincuenta centímetros, la tengo fotografiada, me llamó la atención a mí también. También entre las noticias, las conversaciones o lo que fuera que se podía saber de la casa de Gobierno, si habíamos hecho una presentación y dijeron que volvieran, que... y con la habilidad siempre se dijo "dicen que volvamos el veintiocho", habían dicho ellos "para el veintiocho..." porque veintiocho de diciembre es el día de los Santos Inocentes, entonces ese día a lo mejor nos iban a dar.... "qué inocentas... inocentes", ese día ni siquiera pudimos entrar a la Plaza, nos acorralaron en la Catedral de Buenos Aires, no nos dejaron pasar de ahí y nosotros decíamos: "pero si nos esperan, si nos dijo que nos va a recibir el Presidente..." Pero esas cosas nos hacían aparecer en el mundo. Veintiocho de diciembre, había muchos turistas, los micros de turistas pasaban y paraban a ver mujeres que se movían y... la policía se ponía sobre la Plaza, cuando cortaba el tránsito se venían corriendo a asustarnos, a sacarnos. Yo te digo que les sacaron la gorra, le arrancaban las jinetas, no se la llevaron de arriba. Pero no nos llevaron a ninguna, porque cuando hacían una señal nos prendíamos todas. Y ahí es donde unas compañeras habían traído un cartelito que decía "dónde

están los desaparecidos” o algo así, creo que la única reproducción que hay es la que yo tengo, está sacado de atrás porque sacaba con todo el miedo de que si me hubieran visto no lo podría estar contando porque a lo mejor me llevaban con camarita y todo. Y otro hecho que tuvimos de represión ahí... generalmente miraban y dejaban. Pero nosotros teníamos los teléfonos de un par de periodistas extranjeros, tres o cuatro de nosotras teníamos los teléfonos e inmediatamente en cuanto había movimiento, a llamar y una vez que venían los periodistas, estaba un poco...

P: Periodistas que estaban en Buenos Aires.

R: En Buenos Aires, sí, Associated Press, Franc Press sobre todo. El primer libro que escriben sobre nosotros lo escribe el enviado de Francia, ya una vez cuando vuelve. Estuvo unos años acá.

P: Adelina, en la Copa del Mundo, cuando ocurre la Copa del Mundo, ¿ustedes aprovechan ese momento?

R: Mirá que empieza el mundial el 1 de junio, jueves. Nosotros creíamos que íbamos a estar solas con nuestras almas porque en todos los bares, en todos lados estaban la gente con los televisores, viendo. Y a nosotros nos llegó una cantidad enorme de periodistas a vernos, y a hacer... yo en el año '79, cuando voy por primera vez a Francia, hago un recorrido, voy a, cómo se llama, Comunité... L'Humanité, a difundir, a decir lo que pasa... vienen todos a saludarme, y vienen y dicen... Y sale corriendo. Y viene y me dice "mire": era el que me había hecho una nota a mí, y la habíamos hecho caminando por la Plaza, como dos personas que se encuentran caminando y había salido el artículo ahí de coso, que me dieron después el recorte y todo. Uno parecía a veces, porque no llegaba a nada, bueno ¿harán las notas, no harán las notas? las hacían. Pero por ejemplo, vino, vinieron los holandeses, y creo que algún otro país se acercó a algunos de los integrantes, eso no me acuerdo. De los holandeses es imposible olvidarse, porque habían venido previo al último partido...

P: ¿Habla de los periodistas o de los jugadores?

R: De... de la gente que había venido por los partidos, ya como o preparadores, o... nosotras no conocíamos a nadie, pero venían con la ropa y nos decían y caminaban y hablaban.

P: Eran de la Selección...

R: Sí, el delegado, el director técnico de los holandeses que viene con su ropa naranja y qué se yo, traía un ramo así de flores de todos colores, y me eligió, me las dio a mí, que las repartí con todas, pero un ramo de flores. Y las últimas palabras de él fueron: "apenas termine el partido, cualquiera sea el resultado, embarcamos nosotros. Porque no hay seguridad para ninguno". Perdieron, así que más rápido que eligieron... si hubieren ganado no sé lo que les hacen pero bueno. Eso yo creo que les dio el salvoconducto.

P: ¿Por qué Madres y por qué no están los padres juntos? ¿Cómo se tomó esta...?

R: Ah, porque somos muy feministas [se ríe]. No, no, esa es la pregunta de los últimos tiempos. Los padres estaban. Yo te digo un par de casos, qué sé yo, te digo Hebe. Hebe tenía un... la hija tenía once años en ese momento. El trabajo vos no lo podés dejar, el esposo trabajaba y hacía de ama de casa con la nena, después había a la cuadra otra compañera nuestra que empezó a cuidarla, ella tenía una piba de la misma edad, bueno. Yo me quedo y que vaya Hebe o así, pero ellos cocinaban, hacían otro tipo de tareas. Y nos cuidaban desde los alrededores... yo te digo, el papá de un muchacho que a la mamá y al padre yo los conocía, pero a él lo conocí -que estaba en el exilio-, lo conocí en México, me hizo el último reportaje de la radio de Liberación, no sé qué radio que tenían los... los...

P: ¿Los zapatistas?

R: No, no, los argentinos en el exilio, la tenían sí en Cuba, creo pero.... Eddie Binstock, que ahora en los tiempos constitucionales ha sido secretario de derechos humanos acá en la provincia de Buenos Aires. El papá de él ¿sabés qué función tenía? Porque el matrimonio había quedado solo, le habían llevado al hijo, le habían llevado la nuera, el yerno se había tenido que ir del pa... el

hijo, el otro hijo, se había tenido que ir del país, nos contaba. Y siempre nos acordamos de un día que... cuando ya se disolvía el grupo nos íbamos caminando y hablando: “eran veintiocho, hoy veintiocho”, mirá cómo empezamos. Y acá en La Plata, por ejemplo, Delia, Delia Polola, era el único hijo, la nuera y el bebé habían podido salvar, los tenían lejos, y ellos iban juntos a todos lados. Un día de un calor insoportable se nos desmayó ahí en el mástil, al pie de la bandera. Nos quedábamos porque no sabíamos qué le podía pasar, reaccionó... ahora murió hace unos como seis o siete años, pero eran... Después hay padres que están todavía en la... Comisión de Familiares, que militaron y todo. Eran pocos ahí pero tenían otra tarea que hacer, nos cuidaban. Mirá un día, el 14 de noviembre del '77, sí [...] para presentar los petitorios, eran como dos mil petitorios. A las cinco de la tarde, como en el poema de Hernández, había que estar en la Plaza. Llegar pero todos en el mismo instante, para acompañar a los que con unos carritos iban a llevar todos los papeles al Congreso. En el Congreso se reunió un buen grupo de gente, pero también estaban preparados ellos. Para salir no nos dejaron ir por el... nos encarrilaron para una calle a la mitad de la Plaza del Congreso. Cuando hicimos una cuadra veíamos que había micros “60”, son unos que hacen el más largo recorrido, y ya pasamos cuando llegamos, la otra cuadra estaba cerrada y cerraron esta. En una cuadra quedamos ahí todos, y vinieron los micros esos y nos empezaron a hacer subir. A mí me había llamado la atención que en la vereda de enfrente de donde estábamos nosotros había cinco o seis personas, una era una mujer, los otros eran hombres con portafolios, muy de traje... qué suerte que estaban, eran todos periodistas extranjeros, se los llevaron junto con nosotras. Fuimos a la comisaría 15, creo que es, porque yo estuve en la 5 y en las 15. Esa me parece que era la 15, nos empezaron a identificar, es decir te llevaban ahí, unos que ni siquiera eran policías, eran estudiantes de la escuela de policía, te tenían que sacar el anillo, el reloj, me decía: “un reloj dorado”... “de oro”, le decía yo, “un anillo plateado”... “de plata”, le decía... y me quieren sacar el papel higiénico. Y yo: “pero no, no se lo voy a dar, qué ¿me voy a ahorcar con el papel higiénico? Yo...” [se ríe], así los tratábamos, total estábamos ahí, si nos llevaron por lo menos que si nos pasaba más nos habían dado el gusto, pero... cuando mirábamos el grupo y eso, de repente los empiezan a llevar, a hacerles reconocimiento, sale la noticia, dicen que Harguindeguy llamaba como loco de allá, que apuraran, que qué habían hecho. Éramos como cuatrocientas personas ahí adentro y pusieron todo un ambiente lleno de escritorios y hacían pasar de a uno, todo. A mí me preguntaron cómo me llamaba y qué buscaba, le dije que buscaba a mi hijo, no firmé nada, no sé lo que escribieron ni nada. Salí entre la una y las dos de la mañana, cuando yo salía también, porque como eran varios los que estaban trabajando, salió Azucena, la que había tenido la gran idea. Y enfrente estaba el esposo esperando, Pedro estaba siempre, también. Y nos lleva a la vuelta, a una confitería a tomar algo, a comer algo y deciden “ellos se van a quedar”. Ese día dice... no sé por qué, qué había ahí, Azucena dice: “hay dos cosas que me gustan más que nada. Desde que probé el champagne me gusta mucho. Y me gusta tanto cantar, pero hasta que mi hijo no vuelva no voy a probar ni voy a cantar”, y ese día estaba el otro hijo, con la novia, habían quedado adentro de la comisaría, así que ellos se quedaron. Porque qué hicieron: a los jóvenes los dejaron hasta la mañana, y hubo un par de... no sacerdotes, no de la Iglesia Católica sino de otra religión, que ellos se negaron a ir. A uno casi lo cascan porque se negaba a ir, dijo: “no, yo me voy a quedar con ellos”. Y otra represión que fue anterior a esa, había sido en agosto del '77, que la verdad ese año hacíamos algo cada semana, yo creo... No... Me estoy confundiendo. Me confundí el año ahora recién cuando dije, me parece que '77 no es.

P: Adelina, cuando pasa el secuestro, el desaparecimiento de Azucena y las otras compañeras, ¿cómo lo viven esto ustedes?

R: Mirá, muchas de ellas vieron lo que pasaba con las que estaban en la Iglesia, cuando se llevan a María Esther Careaga y a Mary Ponce, está María del Rosario, porque ellas se reúnen en esa Iglesia, que eran los únicos que te abrían la puerta de la iglesia. Y Aída, Aída Sarti había estado hasta la noche con Azucena en la casa, reviendo y viendo todo lo que habían hecho, qué sé yo, y le dice: “mañana vengo temprano”, para ir a comprar el diario con ella, por suerte que no fue, que llegó cuando ya había pasado todo. A ellas se las llevan de la calle, hay testigos que dicen que se resistió, que gritó... y... claro, era una angustia... Y parecía que habíamos quedado huérfanos, porque ella era la que promocionaba todo. Es decir, todas llevábamos... acá está un libro de Hebe, porque estuvieron buscando cuando habla de algo que yo propuse que nos dio un

resultado estupendo, pero todas, porque una decía “leí que viene fulano de tal, vienen la central sindical de Venezuela... a tal hora vienen, quién va? Va Fulana, Mengana y vos, bueno. ¿Quién espera que salgan?” todo, así, en la calle nada más y lo armábamos. Hemos ido a hoteles de lujo y sentarnos ahí... si la gente que estaba ahí hubiera sabido que esos señores que estaban, que venían, los venezolanos. No venezolanos, la Central es en Venezuela pero abarca toda América, es la central latinoamericana. Y yo conversando con uno de ellos, y otra sentada con el otro... y también íbamos al café de... Tortoni [se ríe]. Creo que ninguna de nosotras antes había entrado, pero íbamos ahí, salíamos, nos reuníamos ahí. Y además porque siempre para encontrar alguien a quien comentarle, a quien hacerle partícipe de por qué. Pero ahí íbamos para ver, a proyectar para la semana siguiente. Después mucho tiempo, al principio, después de la Plaza la reunión era en lo de María Adela Antokoletz, que es una mujer maravillosa que fue la vicepresidenta con Hebe. A mí me fueron a buscar al lugar donde yo trabajaba, me fueron a buscar a fines de junio del ´77. Yo sin saber, el día jueves que iba a Buenos Aires, voy al jardín de infantes, una escuela grande y un jardín de infantes, yo era la directora del jardín pero el 20 de junio había terminado todo... había estado en el acto, saludando a los padres y todo, pero yo, como había firmado... pedido la jubilación cuando... a los pocos días de lo de Carlos, en junio ya me tenía que retirar... y me encuentra una de las ordenanzas y me dice “señora, qué está haciendo acá?”, “ay, no puedo venir más a la escuela, ¿qué pasa?”, “Señora, la vinieron a buscar ayer”. Me quedé. Me lleva a la cocina y llama a la maestra... “¿no le avisó la señora Marta?”, claro, estaría buscando cómo hacer para ir, porque a la vicedirectora que estaba conmigo en el ´76 le habían llevado de la casa a su esposo, que era un bancario, pero a los diez días lo habían devuelto, así que sabía todo cómo era, bueno. Y entonces digo: “Pero qué pasa?” y me dice: “Bueno, ayer a la hora que vienen... que usted venía temprano y no sé, voy a decir Juana porque no me acuerdo el nombre, Juana, que también era una señora, lo único ella más gordita, yo era bastante delgada, rubia, así medio clarita. Dice que la toman del brazo cuando ella llega y le dicen “Adelina Dematti, acompáñenos”. “¡Yo no soy Adelina Dematti, yo no soy!” , saca los documentos, bueno. Y ahí le empiezan a preguntar dónde vive, recibe la señora, dice “no está más?, la señora no trabaja más acá? recibía llamados, de quién” ... la mujer se arregla como puede y se van. Había dos coches, ella dice “no es el que tomé, pero a mí me parece que en el auto estaba el policía que antes era presidente de la Cooperadora”, yo siempre pienso. Yo vivía a cinco cuadras, por ahí. Si realmente me querían llevar, no iban con datos viejos, porque yo ya no estaba, eso lo tenían que saber, y hubieran ido hasta mi casa a ver si estaba, no sé. Era una de las prácticas de ir a un espacio, como ir a cerrar un pueblo, Brandsen, por ejemplo que está acá cerca, lo cercaron casa por casa, revisaban, iban a producir temor. Eso yo creo ahí que hay una cantidad enorme de personal de una escuela de triple turno, con mucha gente, muchos padres, cerremos la boquita que esto es bravo. Pero todos preguntan si teníamos miedo y yo no... no... no sé si lo pensábamos. Yo creo que no, que era más bien una inconsciencia.

P: Sabían que tenían que actuar...

R: Claro, que lo más importante era salvar al hijo, encontrarlo, ayudarlo, qué importaba, y muchas lo decimos. Si perdiste el hijo, qué te vale la vida. Pero también teníamos otros hijos, entonces no es injusto, y mirá, a nosotros el riesgo nos acecha mucho... no mucho, quince días antes. Mi hija era militante de la UES, la Unión de Estudiantes Secundarios. Había terminado en el ´76, terminaba su escuela secundaria. Incluso en el ´75, cuando Carlos fue delegado, uno de los cinco delegados del boleto escolar, cuando se hizo la última marcha que ya lo tenían casi en el mes de septiembre, mi hija ni siquiera pudo ir a la marcha porque su escuela era un escuela católica, no salió, no le permitió salir a la calle, otras sí, pero esa no. Que ella terminó en esa escuela porque como nosotros veníamos de otro lado, era muy difícil conseguir en los ya años superiores el ingreso, así que hizo los dos años finales ahí. Y ella seguía con su... y el día 15 de abril del ´77, dice “mamá, mis compañeras... las levantaron”. Y qué hacíamos. Yo hasta entonces... vos pensás... nada, qué sé yo, le ocurre a otro, estos chicos buenos... qué sé yo, vos no evaluabas. Nosotros teníamos un vecino, que daba la medianera a la entrada de nosotros, que cuando yo ví eso, dije “qué vecinos hay acá”... cinco o seis hilos de alambre de púa, pero una divisoria muy alta. Y mi hijo me había dicho “hay una oficina de policía ahí”, estábamos en 11 al 62/63, en el 62 estaba eso, pero nunca venían. Pero ahora, en el ´76 ya a partir de los primeros meses de la dic-

tadura, empieza a aparecer en la esquina un patrullero día y noche, día y noche. Un día diferente, había venido una sobrina mía a casa, y en vez de venir mi hija sola, como iba y venía, venían las dos pero... a las siete de tarde, así. Y las pararon y les pidieron documentos. Y yo no sé quién era el que vivía ahí hasta que había desaparecido Carlos. Era Etchecolaz, el jefe máximo de la represión de la provincia de Buenos Aires. En la terraza, ahí tenían garita y cuando tendía la ropa la muchacha que trabajaba en la casa, subía con un uniformado ahí a tender la ropa. Y nosotros por el pasillo, yo estaba en el primer piso al fondo, cuando esa noche me... me... cuando me dice eso mi hija, pensé "ahora no se puede hacer nada, si llegamos a salir de noche, cómo hacemos, nos van a seguir, ¿adónde vamos?" así que arriesgamos, yo me acosté, mi hija se sentó al lado de la cama y a la mañana a primera hora, yo digo vamos a buscar una pensión, alguna cosa. Yo la podía llevar a City Bell a la casa de mi hermana pero era como entregarla, porque... y habían llevado a Claudia Calcagno, que iba al Normal 3, y llevaron a una preceptora de ahí. Y también en otra fecha, pero me parece que el mismo día, llevan a una muy conocida y amada profesora de historia que no volvió. Y Cecilia Salomone y Angélica Cañas. Angélica Cañas era igual, estaba en una escuela secundaria pero más grande que las chicas. Era ya más formada políticamente, una piba que en la familia mataron después a la madre, a la hermana embarazada, la secuestraron a ella ese día y en agosto de ese año desaparecieron a uno de los hermanos, así que diezmada la familia. Y había un lugar que me pareció que era... la llevé a una pensión inventando que veníamos no sé de dónde, que yo era la tía, que venía a estudiar... después, después, nos reímos, me dice: "mamá, cuando abrí el placard tenía todos escritos del ERP". Ahí, eso era el 15 de abril. El 20 yo venía de... todavía no... mirá, en abril todavía no me habían dado el pase, yo había necesitado trasladar la plata pero tenía una preceptoría en una escuela técnica. Y todos los años demoraban en darme el pase provisorio, que en realidad me lo tenían que dar por ley, lo mismo que el de mayor jerarquía, pero bueno. Llego como a las diez de la noche y la puerta estaba roto, el vidrio. Y yo dije "ay, otra vez los chicos jugando", era una puerta de reja con vidrio, ya la habían roto de un pelotazo. Pero cuando miro así, salía luz del living de casa. Yo dejaba la luz prendida para cuando abría esa puerta a la noche estaba todo bien, pero... ¿cómo salía luz? La puerta estaba abierta, no había nadie en la casa. Entonces cometo el error, porque en el piso de abajo la familia que vivía se había tenido que ir al exilio. Un matrimonio con dos niñas. Y hacía poquito que había venido una señora mayor con una hija que por lo que veía era maestra o algo así, totalmente desconocidos. Yo veo eso y les golpeo: "¿Quién es?", me dice, "la señora de arriba, ¿usted no sabe si en mi casa pasó algo? ¡ino sabemos nada!, ino sabemos nada!". Ay, Dios, me quería morir. Me fui a la casa de la vicedirectora mía, que estaba a dos cuerdas y media. Y yo les digo -ellos ya habían pasado la experiencia que te dije en el año anterior de que lo secuestraran ahí en su casa- le digo: "mirá, yo no me animo a entrar, la puerta está abierta, ¿dónde voy?", me dicen no, no, no, no, "ahora vas a dormir ¿comiste?", bueno, ellos tenían una habitación, yo me fui a dormir. A la mañana salgo y voy inmediatamente a una... no es comisaría, era algo más... una cosa de la policía que quedaba ahí, que es la que correspondía, entonces yo le digo si había pasado algo, si había habido un caso o algo porque en mi casa pasaba esto, si podían ir... "Ah, anoche, sí, parece que tiraron unos tiros por ahí", cualquier cosa, me dicen: "pero no corresponde, tiene que ir a la comisaría novena". Entonces mi amiga me dice "yo te acompaño". Fuimos a la comisaría novena, me atiende un oficial, digo cómo entonces... yo digo que vivo con mi hija pero que mi hija está pasando unos días en la casa de mi hermana en City Bell, así que yo llego y estaba sola y hay luz, como que hay alguien. Bueno, ya vamos a ver. Anota, qué sé yo, me llevan a un patrullero. Pero cuando llegamos, se ve la puerta rota y qué sé yo, y abre con... yo no sé cómo entraron estos, ah, de adentro se podría [se ríe] porque no tenían llave pero habían entrado. Y me dice: "espere acá", no me dejan subir. Van y después me busca. Dice "no", él pensaba que podía estar mi hija muerta ahí, no sé, que hubiera venido y le haya pasado algo. Entro, la puerta estaba rota, lo que habían hecho la habían roto así. Habían dejado la perrita encerrada, estaba en realidad revuelto nada, pero en el dormitorio de mi hija, en el escritorio había cinco fotos tuyas de mis álbumes, de mis cajas de fotos, en distintos episodios, digamos. Yo digo: "Bueno, cuál se llevaron para localizarla, no sé, pero la muestra ya me dejaron, ya sé lo que vinieron a buscar", no precisaba... Ah, mi hijo, Angélica, nosotros le decíamos Tita, que faltaba desde el 15 de abril y esto era el 20, mi hijo me había dicho cuando supo por teléfono, le dije "bueno, no vengas a casa", me dice "mamá, andá arriba, andá a la pieza de arriba a ver si

hay algo”. Era la puerta que llaman las habitaciones de servicio, había una gran terraza, un espacio para el lavarropas, la pileta, todo... y una habitación. Dos pilas así de volantes [...] para presentación. A mí me dio como un ataque, cómo hago para sacarlo. Y faltaban un par de mocasines nuevitos que estaban ahí, porque yo había visto, lo único que hice es, saqué la ropa de la cama, doblé el colchón como que ahí no dormía nadie, la piba a veces se quedaba. Y empecé a romper papeles y a hacerlos triturar con el lavarropas, entonces las manos me dolían que no daba más, y además tenía que ir a las cinco y pico tenía que ir a la escuela, era entre un turno y otro. Y yo digo “no, esto no puede ser”, entonces busqué papel de forrar, ese marroncito, uno especial. Y hago dos paquetes así de altos, eran así los afiches, que no me acuerdo ni remotamente qué podían decir, ni me guardé ni uno, de esos no guardaba. Con hilos sisal los até, digo “esta noche los saco a las calle y los dejo por ahí”, ese es el día que fueron a casa. Arriba, para entrar a esa habitación, empujaron la puerta y la ventana, medio rompieron. Miraron todo, pero le pasaron por arriba, estaba... ahí estaban los dos paquetes y no le dieron bolilla. No sé cómo puedo estar... si lo vieron no les podía estar contando. Y sí los saqué a la noche, los puse en un árbol cualquiera y que los lleve el basurero, no sé, pero era que no te tocaba el día. Pero en junio, cuando voy a la escuela, y me dicen me van a buscar, como era el jueves, yo aprovechaba para salir para allá, les cuento y me dicen “no volvés, no podés volver, no te vas a ir a entregar”, una de ellas, qué sé yo, juntan dinero, me dan el dinero, me dicen “bueno, elegite un hotel económico de acá de la Avenida de Mayo, te quedás ahí” y bueno, hice así, sin contacto con nadie, me sentía... pero me pasaron cosas también increíbles. Yo tenía una sobrina casi de mi edad, cinco años menor, que ya no está, que vivía en Boulogne, y yo la llamo por teléfono para decirle: “estoy en tal lugar en Buenos Aires, no sé ir en micro, sé ir en el ferrocarril que iba siempre, pero cómo hago desde acá”, me dice “tomá tal micro, número tal...” Estaba buscando dónde sería la parada, el micro, empecé a caminar, por acá no puede ser... no, lo que yo buscaba era la dirección que me habían dado de la APDH. Busqué, me encontré en la zona de las embajadas... vuelvo y en el cruce de una avenida, para el semáforo y veo el número del micro, digo: “me voy a Boulogne”. Le hago señas al coso, si puedo subir estando ahí y me dice que sí. Miro así, la fila estaba vacía y yo me siento acá con otra persona al lado. Arrancó el micro, hacemos un par de cuadras y alguien de atrás se me tira “¡Adelina, Adelina!”. Mi nuera, que estaba ocultándose en Buenos Aires, que había ido al Once a comprarse una carterita porque tenía una blanca, llamaba la atención, con lo que había aslido de la casa cuando fue a buscarlo a Carlos porque tardaba en venir y se encuentra con que no había llegado a la casa de los amigos. Los tres salen inmediatamente para Buenos Aires. La chica tenía... sus papás tenían un departamento en Buenos Aires y mi nuera entró a trabajar en una pensión, empezó a trabajar para la limpieza y le daban hospedaje ahí. Y ese día dice: “iba a volver caminando”, tenía ya cinco meses... más, porque era junio... como seis meses de embarazo. Y dice que vio que era mucho y se subió a ese micro. Y yo había puesto la mano así, dice “ay, esa mano, hay dos manos iguales, las de Adelina y las de Carlos”, decía ella, y dice “pero no me voy a dar manija” y después mira y... “y ese saco es de Adelina”. Y ahí nos bajamos en una iglesia, y fue conmigo esa noche, durmió en el hotel, me contó ahí, por primera vez pude saber todo, cómo había salido Carlos de la casa, por qué había salido, dónde había ido y no había llegado. Y no sé...

P: Adelina, ¿a su nieta usted cuándo la vio por primera vez?

R: Bueno, habíamos puesto una forma de comunicarnos, como también cuando pasa esto de María e inmediatamente a los quince días lo de Carlos, cuando yo me encuentro ese día así, hacemos una cita con mi hija, ella me dice el día la hora y todo, “dígame a María donde estuvimos comiendo pizza la última vez”, bueno, ahí se encontraron y ellos empezaron a... a... “qué hacemos?” y bueno, mi hija que yo la veía haciendo malabares, ella esperaba en una calle, yo iba en un micro, bajaba, lo menos posible porque no sabíamos si nos podían seguir o no. Y me dice “mamá, nos vamos a ir”, bueno. Ella empezaba recién una relación con Martín, ese que Angélica era su hermana, la que se quedaba a veces en casa, la que está desaparecida y el que en el mes de agosto de ese año le matan a la madre, la hermana embarazada y le secuestran al hermano, Santiago. Él zafa porque llegó más tarde a la casa porque si no, no tendría esta historia, que hace veinte días declaró acá en el Juicio del circuito de la Policía en la Provincia de Buenos Aires. Y dice “bueno, nos vamos a organizar pero vamos a ir con Oscar. Oscar era un muchacho de Mer-

cedes, el compañero de militancia hasta último momento con Carlos, así que como ellos dicen “nos vamos”, yo les fui llevando la ropa, gente amiga los llevó, los acompañaron, todo entre varias personas. Y Oscar, que era más... era creativo, él iba y le hacía el verso a los conductores de micro de que el correo, qué sé yo, daba cartas para que ellos las despacharan en Buenos Aires, le daba una propina, y algunos se guardaron la propina y las cartas no llegaban. Pero en General Belgrano nosotros teníamos un matrimonio amigo, que es un pueblo que está a unos cuantos kilómetros de acá de la Plata, pero se puede ir rápidamente en micro y todo, que a veces yo cuando me hacen quedar en Buenos Aires, a veces el fin de semana me iba allá, entonces sobre todo porque después de... como un mes y algo en el hotel, María Adela me dice “bueno, con mis hermanas hemos decidido darte pensión económica, desde mañana podés ir a mi casa, porque ayer se fueron a España mi hija y mi nuera, te queda lugar”, me cobijaron ellos, que hoy te iba a decir que ahí era donde se hacían las reuniones después de las cuatro y media... de las cuatro en la Plaza, íbamos ahí que eran un grupo... ellos tenían una mesa grande, pero... más de ocho no éramos. No todas las que venían participaban en las reuniones, tenían ya en Buenos Aires un sistema de teléfonos y eso para comunicarse, como yo tenía el teléfono de la escuela, porque en mi casa todavía no había y tuve la s... yo para volver a la escuela esa hasta octubre no lo hice. Y me habían mandado mensajes el jefe mío de preceptores, que fuera, que yo me iba a sentir mejor con ellos que estando sola, que sabían que necesitaba un día, que lo podía tomar, me dieron todo. Y el teléfono, porque hasta tuvieron amenazas que me hacían... nunca, yo estaba ahí, atendían el teléfono “ay, no sé la señora si vino hoy, porque como estamos en el otro piso, voy a llamar”... sí, atendían. Ahí usábamos el teléfono para mis reuniones con las Madres. Y también en la peluquería donde yo había ido muchos años, me había pedido el peluquero que fuera, yo me hacía masajes, yo tengo una pierna con problemas, y dice “vení, vení y está el teléfono de aquí si tenés que hacer citas, si tenés que hacer llamados, vos vení como si fueras la clienta de antes” y hasta me regalaron incluso un poema hermoso de Almafuerte para darme un poco de vida.

P: Siempre hubo gente que fue solidaria, ¿no?

R: Sí, nosotros ahora con el tiempo, al evocar, por lo menos vamos descubriendo que había cosas... es decir, no podían ser visibles ni nada, a mí una vecina ahí donde estaba, está bien, habíamos sido colegas, yo había sido superior de ella, todo, pero no teníamos amistad digamos, una referencia de trabajo y nada más. Cuando yo volví después de junio a octubre, que todos creían que yo no estaba más, bueno, primero las niñas que me hicieron una fiesta, “¡vino Adelina, vino Adelina!”, y después me obligaba a hacer una merienda-cena con ellos, que ellos acostumbraban a hacer eso, me iban a buscar y me venía. Si venía yo de una reunión: “Adelina, no suba todavía”, me alimentaron, me alimentaban el alma también. Esos gestos, no todos, porque otros te cerraban la puerta. Yo, mi hermana que vivía en City Bell, que... bueno, tenía un amor con mi hijo, es la... era la madrina de mi hija, siempre tuvimos... íbamos como nuestra casa y demás, mi hermana se aterrorizó de tal manera que no venía, me hacía venir, y yo veía cómo estaba, así. Y yo le dije un día: “Alicia, yo no voy a venir, yo no te puedo traer el terror como no se lo llevaba a nadie, no fui a ninguna parte, pero después sí permanentemente a Chivilcoy, con mis otras hermanas que además se venían a veces los jueves para verme en la Plaza. Eso es impagable. Pero distintas formas de personalidad, ella hubiera dado todo por hacer, pero el contacto la... yo vi que no era... entonces me llamaba por teléfono, y yo le decía: “no, no, no, no voy, no puedo”, además que no había muchas ganas de ir a otro lado que no fuera la Plaza.

P: Adelina, su hija, su nuera y su nieta están afuera, ¿cómo vive esas ausencias?

R: Bueno, recién decía que esa carta me llegó, me mandaron una carta diciendo que el 24 de septiembre había nacido María Florencia. Claro, yo no sabía ni cuándo la iba a ver...

P: Era su primera nieta...

R: Era la primera nieta, porque estaba el embarazo de... es decir, se casan en julio, se embaraza en diciembre y en mayo tenía cuatro meses y medio de gestación de esa cosita que él decía... cómo era... ahora no me va a salir. Y bueno, y pasa... yo digo “ay, ha nacido mi nieta” o “nació una nena”, porque no sabíamos el sexo todavía en esa época. Y un jueves, porque ellas antes de irse allá habían estado viendo, habíamos hecho una misa por Carlos y habían visto algunas

caras acá en la Plata y todo. Y dos compañeras, Lidia y Laura, ese jueves cuando llegan me dice “Adelina, tenés que ir a la Catedral, te vamos a acompañar, no se te vaya a ocurrir hacer un gesto ni nada, controlate que te espera una gente ahí”, yo ni idea de quién podía ser ni nada. Y me acompañan, cuando yo entro se levanta por allá adelante dos cositas negritas así con un bultito y ellas se van, “ojo, cuidate”, bueno. Y viene... era Florencia que tenía un mes. Bueno, dónde están, cómo están, precisan ubicarse, no, ya estaban. Y nos vemos, yo no sé si son tres, cuatro días, yo hablo, le saco las primeras fotos a Florencia en un parque y le digo a mi nuera: “Mirá, nosotros estamos ayudando a sacar gente, hay siempre como quedan todavía militantes, algunos nos van diciendo cómo hacer las cosas”, Hebe me había hecho contacto con una piba que era del grupo de militancia de sus hijos. Dice: “Bueno, va a ir Adelina que tiene... usa muchos anillos”, yo usaba todavía... era una cosa que no... me parecía que no podía dejar porque “este me lo regaló Carlos, éste”... yo todos los días me... ahora me los pongo para salir pero antes me ponía... y todavía los llevaba, y a ella se... no se le pierde nada. Había visto, y entonces yo iba, entré al Tortoni por Avenida de Mayo y ella había entrado por el otro lado haciendo así, y ella no sé qué me dijo, que era preciosa, una piba preciosa. Para sacar a una médica con la hija, que era hijo de un padre que también venía a la Plaza, era el único que dejábamos porque venía de Mercedes, la señora no podía venir, venía siempre él, todos los jueves. Y estaba desesperado porque la hija estaba en riesgo, ya habían perdido el hijo y la nuera en La Plata, y bueno, yo hice el contacto para que fueran con ellos. Sí, salió la muchacha salió del país. Entonces yo le digo “mirá, se puede, algunos siempre...” “había salido mucha gente, eso me había tocado directamente. Y dice “yo ya le digo que sí”, me dice ella, pero... María, que... como ella hacía que era más riesgo a lo mejor por su militancia o por lo que faltaba... no sé, cosas que uno no podía evaluar porque no sabía lo que estaba pasando del otro lado, entonces se van con eso. Lo hablé con María, también, me dice “vamos a ver, no sé”. Eran cuatro y la chiquita. Como al mes creo, más o menos, mirá la solidaridad de la gente. La mamá de una muchacha que había sido asistente social en otro jardín, que yo era directora antes, en Brandsen, que era donde habíamos vivido antes de venir acá, nosotros teníamos el teléfono de ella, lo tenían las chicas y todo, porque era muy difícil en aquella época conseguir los teléfonos. Nosotros estábamos esperando que nos terminaran el departamento que íbamos a habitar que era nuestro, y que decían [se ríe] que iban a poner teléfono. Años después lo pusieron. Y entonces me llama esta señora, jamás me había pasado, y me dice “Adelina, hoy tiene que venir a almorzar con nosotros, no me vaya a decir que no, porque usted sabe todo lo que yo le debo, que nunca voy a tener, terminar el gesto que usted”, toda una historia. Le digo “pero Zoraida, a esta altura...”, “no, no, no, pero acuérdesse Adelina cómo es mi marido. Que a las doce hay que estar listos para comer”, bueno, yo le digo, tenía una amiga y un amigo ahí en la escuela, digo “mirá cómo es”, y él dice: “estos son tus hijos”. Dice: “Adelina, ¿hoy vos cobrás la jubilación, no? Andá... primero, ya estás firmando que te vas”, me traen el registro “andá a cobrar y andá a lo de la señora esa. Como de bruja. A las 12 sonó el telé... cuando voy me dice “sí, va a almorzar acá pero, la van a llamar sus... su hija la va a llamar”. A las doce me llamaba de Buenos Aires, me dijo que nos encontrábamos en donde estaba la otra vez, dice “traé ropa”, salí como salí de La Plata yo para encontrarla. Quería llevar toda la ropa que tenía. Alicia, una amiga mía y Aldo, un amigo, cada uno en su coche. Yo no sé, ni ellos tampoco, no sabemos con cuál de los dos fui yo, sola con mi cartera, y el otro acomodó los bolsos ahí. Una vez en Buenos Aires ya era distinto, pero no sabíamos si yo salgo con bolsos, si no me... eso era, pero... no era... no me asustaba “no, no lo voy a hacer porque si me...”, la sensación del riesgo existía pero creo que a ninguna nos taladró como para hacernos quedar quietas. Y fuimos y dice “hay que averiguar”, porque se decía que en la frontera, que controlaban. Lógico, pero ya había pasado un año y meses del golpe. Algo había aflojado. Entonces cómo sacábamos la nena del país era lo grave, porque la patria potestad era del padre, no era compartida como ahora, que se modificó con los años. ¿Y dónde estaba el padre? Yo también, haciendo una historia de un sobrino que abandonó a la mujer, había conseguido que me explicaran cómo había que hacer para que se anotara un niño sin la firma del padre. Y me dijeron, y la nena está anotada en Paraná nació, es entrerriana de nacimiento. Y en los documentos, en el DNI no dice quiénes son los padres, y yo digo: “si ella es María Florencia Alaye, vos sos María del Carmen Alaye, sos menor de edad, yo tengo mi libreta donde dice que mi marido está muerto, yo soy tu tutora y así vamos a salir”, porque uno en la escuela, como maneja documentos y todo, yo reparaba en eso. Eso nos dio la posibilidad. Sa-

camos pasaje, entonces dice “qué vieja complaciente, la nena tiene... una nena de ocho meses” [se ríe]. Sacamos los pasajes, los muchachos habían estado averiguando otras cosas a ver “che, mirá queremos salir el fin de semana con las chicas a Brasil”, cosas así como para... nos dicen: “no, no hay controles, no hay controles”. Bueno, a mi nuera le decimos “andá enseguida, nosotros tenemos éste y éste, sacá el de a la lado por si la nena a la noche o algo...” pero como ella, la tía, convivía igual, era factible. Pero teníamos que tener un cuidado bárbaro porque mirá si la nena empezaba a gritarle “mamá”, era todo complejo y estos dos medios disfrazados de turistas sacaron en el mismo y adelante sentados. Todo eso hasta que pasamos la frontera, que después volvimos todos. Y fuimos a Copacabana, que era donde estaba el sitio digamos... Naciones Unidas tenía ahí su representación.

P: Que era ACNUR, el Comisionado de Refugiados.

R: Sí, ACNUR. Así que hicimos los primero trámites, ellos ya empezaron a buscar, supieron donde tenían que ir, les dieron referencias, uno de los muchachos, Martín, se encontró con un compañero de él de lucha, que creían que estaba muerto, que estaba y ahora el hijo anda ahí dando vueltas con nosotras, ya es un hombre pero... él nació en Francia también. Y bueno, los brasileños absolutamente abiertos, entendían todo, dijeron que habían tenido que poner una oficina exclusivamente para Argentina porque en el año anterior, dicen que hasta diez familias por semana pasaban, ellos daban cifras escandalosas, digamos, si uno tiene en cuenta... no sé los días que me pude quedar, me regresé e iban los padres de mi nuera a despedirlos, porque... y habíamos organizado para bautizar a la nena, no, en el segundo viaje mío... ellos cuando los dejo, ahí está, después me dice “Mamá, nos vinimos a vivir a un pueblito de la costa, se llama Muriqui, tenés que hacer tal y tal cosa para venir”, bueno, es ahí donde voy, donde meto en el mar a la nena, donde nos bañamos a la noche en el mar y estábamos tratando de... yo por lo menos, de que ellos se fueran lo más tranquilos posible con referencia a mí, a que yo estaba bien, a que iba a poder seguir, que se fueran con tranquilidad y organizamos para bautizarla, en una iglesita de ahí. Pero yo no iba a estar, eso lo iban a compartir los otros abuelos, así que hice todos los mensajes muy diferentes a los que fueron los de los padres, esto era un llamado a un cambio, a una respuesta, a una vida.

P: Adelina, a partir de ese momento, ¿usted está aquí sola con sus compañeras? Y bueno, con sus hermanas también, claro. Pero usted está sola...

R: Sí, sola absolutamente.

P: ¿Tiene correspondencia con su hija, siempre tuvo? Noticias siempre tuvo, de alguna manera siempre le llegaban.

R: Sí conectados, nos llamábamos, yo llamaba todas las veces posibles por teléfono. Todas las cosas que había que hacer. Y ahí viene después la necesidad de verlos, desde lejos. Pero vos querías saber algunas otras cosas más relacionadas con eso. Yo mirá, estoy contando mi vida.

P: Está muy bien, está muy bien. Dígame, usted también juntaba... ¿todo el material que usted juntaba lo guardaba, y esto es algo que ha sido muy importante y está siendo muy importante en este momento, o sea, estos registros...

R: Mirá, ya en el ´79, cuando el grupo empieza a organizarse como Asociación, ya se empieza a hacer orgánicamente, y el archivo de la Asociación de Madres es algo que... creo que ya está digitalizado, porque cuando empezamos con el mío, 2007, una cosa así, o antes... también empezaron a verlo, pero no sé porque no tengo contacto con la Asociación de Madres. Cada... porque ahí venían de todas las provincias, de todos los lugares venían los pedidos y eso lo que está y demás. Yo, con respecto a las fotos, fotos que sacaba fotos que entregué ahí.

P: Siempre estaba con la maquinita, Usted.

R: Sí, yo tengo que... sale un libro y cuando veo digo: “¡esta foto es mía!” y dice “autor desconocido”, y esa yo digo que es una de las mejores fotos que yo he hecho que salió como estética y como lo que muestra y bien de luz y demás. Lo demás son constancias, pruebas de un hecho.

Pero no fotográficamente, no son buenas... Me perdí.

P: Sí, de los registros que estaban...

R: Ah, bueno, y yo ejercí como maestra, ejercí como preceptora, fui cuatro años inspectora de enseñanza, fui un montón de años directora, ¿qué se hace en la administración, sobre todo ahí? La asistencia, libros, todo, yo... todo con copias, si tenés que elevar un pedido, si tenés que hacer un trámite de cualquier tipo, yo siempre me guardé una copia de lo que hacía porque también para controlar yo lo que me falta, cuándo tengo que ir a preguntar algo. Era como un hábito, ya instalado, que lo fui aplicando en eso. Y dentro de todo yo lo tenía bastante ordenado, digamos, porque... pero cuando cambia, cuando viene el proceso constitucional, que todo el mundo quería, venían a casa, venía una periodista, veían algo, sacaban. Una vez que sacaban... yo después lo dejaba todo ahí... cuando... ahí está Jorge. Cuando ellos vinieron a ver porque Graciela, socióloga, si no me equivoco, va un día a casa porque vivía en otro lado antes yo, digo, por eso, ahora estoy en mi casa pero... fue a mi casa con la gente de la línea fundadora de Madres de Plaza de Mayo, porque yo le había dicho "yo tengo cientos de fotos", ellas al separarse no quedan con ningún registro, salvo los que tuvieran personales, digo "pero yo se las regalo, porque ustedes tienen una institución, va a quedar", entonces dice, no, nosotros formamos parte de Memoria Abierta, que es una organización y nos dijeron que mejor digitalizarlas, que vos te quedaras con las fotos. El día que vienen, ahí, en una mesa enorme, empezamos a poner las fotos, empezaron a ver. Y Graciela se va al garaje de casa, donde yo tenía todas las cajas con todas las cosas. Y empieza a mirar y después me dice: "¿qué va a hacer con todo esto?", [se ríe] "el día que yo me muera mi familia va a quemar todo en el patio y... ya está..., no sé" y dice "¿me autoriza a que yo averigüe? Porque... nosotros estamos trabajando en muchos lugares con esto, y acá hay documentos que nadie ha guardado. Yo acabo de descubrir esto..." dice, y yo digo "mirá, si vos creés que es útil, y sí dale", bueno, lo presenta, buscaron algunas cosas... conseguimos un pequeño donativo del gobierno, para digitalizar, no alcanzaba ni para nada, pero... porque el Ministerio de Educación de la Nación apoyaba proyectos y especialmente como éste era un proyecto de derechos humanos, y estaba recién abriendo, y el que tenía el manejo de... había un cuerpo consultor, pero la decisión final la tomaba alguien que es un ex exiliado, con toda una historia de lucha y con una preparación, que ahora... es... kirchner..., un cargo importantísimo ganado a fuerza de buen trabajo. Y bueno, una muestra de lo que había, lo presentaron en Memoria Abierta, lo presentaron a la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, y ellos decidieron incluirlos en el pedido de designación de Memoria del Mundo de la UNESCO, con el de las Madres, las Abuelas. Ah, no sé si Madres se presentó o no, me parece que no, pero Abuelas... y dos, una Madre y una Abuela, pero la única que no tenía un respaldo de organización era yo, la otra abuela es Chicha Mariani, la que inició la trayectoria de las Abuelas, fundadora y todo, pero ella ha constituido un grupo de... una ONG, Anahí, que trabajan sobre todo la memoria, y sobre todo lo de los niños... así que quedé el único caso de una Madre, y en setiembre, creo de 2008, cuando declaran todos los archivos Memoria del Mundo... La obligación es donarlo a un espacio que lo muestre...

P: Que lo haga público.

R: Sí, y éste era la Provincia de Buenos Aires y todo el mundo pensaba que era lo más lógico porque siempre vamos todo a Buenos Aires, y bueno, ahí está.

P: Dígame una cosa, Adelina. ¿Usted es Madres de La Plata?

R: Sí, nosotros cuando nacimos éramos un movimiento. Las estadísticas a veces mejor que no existieran, porque cuando vemos la de víctimas de la República, La Plata es la ciudad que tuvo mayor cantidad de víctimas entre presos, asesinados, -tiene más de 300 asesinados- y desaparecidos. Sólo el listado de la Universidad de La Plata tiene más de setecientas víctimas. Y bueno, por lo tanto llenábamos un vagón, un vagón y medio del tren de las 14:15, para llegar, para estar a las tres y media en la Plaza, tomábamos los jueves ese tren y si estábamos muy apuradas por ahí subíamos a un micro, pero en el tren lo que tenía es que íbamos paradas pero íbamos ya, porque tampoco no hacíamos reuniones de grupos grandes, no se podía, hacían hoy en una casa, hoy en otra... yo cuando me mudé al que era el lugar que tendría que haber estado desde antes, estaba terminado el edificio pero no habían entrado... habían entrado muy pocos habitantes, y

tenía la posibilidad de que de la puerta de entrada se ve el ascensor de todo el edificio, son doce pisos. Pero al costado, que no se ve de afuera, está el ascensor de servicio. Y ése era el único que estaba funcionando, ¿qué pasaba con eso? Que la gente que entraba no sabía adónde iba, entonces nos daba una cobertura, si venía el papá de una piba, que era un librero muy conocido, y que incluso un empleado de él, que era del Tierra del Fuego, está desaparecido. Ellos buscaban, entonces venía a casa y me daba los datos. Este otro, así, y nosotras nos reuníamos cuatro, cinco ahí. Pero el lugar donde íbamos, pero turnándonos también, era a casa de Hebe, al principio siempre íbamos a la casa de Hebe.

P: Una pregunta que se la hago muy respetuosamente. Hace tres o cuatro días, ahora, identificaron los restos de otro desaparecido. Su hijo desapareció. Por suerte, tuvo a su nieta, usted no es una Abuela a pesar de que son todas de la misma generación. Adelina, ¿qué se siente cada vez que se restituye la identidad de un nieto, que podría ser... en fin, es la generación de su nieta, o cuando se identifican los restos de alguien tan buscado? ¿Qué es lo que se siente colectivamente, le digo?

R: Mirá, cuando aparece un nieto es una fiesta para todos. Es una fiesta porque es la vida. Pero yo estoy en crisis con respecto a si el reconocimiento de los restos es lo que debíamos hacer o no. Yo la entiendo más ahora, el pensamiento de Hebe, lo que no acepto de ninguna manera es el voluntarismo de ella de: “no hay que recibirlos, no hay que hacerlo”, prohibirlo... pero ella siempre dijo y sostiene –y uno de sus hijos está hace mucho tiempo que se sabe dónde está y todo y ella no lo movió, y es válido- algunas personas decían, gente que ha viajado a Europa, que ha visto en Italia este famoso del último día de cuando la guerra había terminado, cómo han solucionado lo de poner los restos o dejarlos... yo digo que ahora estoy en crisis porque yo pensaba que... qué bueno, pero digo yo: para la justicia que es la que trabaja con eso, yo creo que con una sola muerte tenemos que cubrir todos. Y veo también que hay como una, no sé... no quiero decir nada que alguien se sienta ofendido a lo mejor por mis palabras, pero no es natural el hecho ese de ir a buscar un resto y... no sé... yo... me da vueltas la cabeza, porque no sé lo que haría. Yo no me he hecho la muestra de sangre, ni lo hizo mi hija, ni ninguno. Hay un antecedente, nosotros creemos positivamente que Carlos estuvo... porque hay un muerto y hay una fecha y hay un lugar que coincide exactamente con él, pero cuando yo tuve en mis manos el documento para ir, era octubre del '82, esa tumba la habían levantado en julio, a los cinco años terminan los... los cosos, para cualquiera... y los NN más... Tal vez por eso, no sé, pero mi hija y mi nieta y... ellas visitaron el espacio ese como diciendo “bueno, acá estuvo hasta que terminó, pero después lo llevan a Buenos Aires”, pero nunca, nunca, yo recuerdo que las Madres nos hayamos puesto a hablar profundamente qué haríamos, qué queríamos que pasara, nunca. Todo esto surgió por la ciencia y por lo demás. Pero ya te digo, gente, que hay de todo, decía, habría que hacer un señalamiento, dejar, porque... pero cada uno queremos el suyo, eso es lo que nos pasa. Y nos ha dado otra señal de desigualdad, porque no todas lo vamos a tener, ni todos se van a encontrar. No sé, es una cosa que la tendría que experimentar, estar en la posición esa y saber. Todos dicen “me hizo bien tenerlo”, pero yo noto que a otros nos hace mal acompañar... así porque... es decir, es como todo, hay algunas que hemos sabido cómo fue y hasta dónde fue, y hay otras que no saben absolutamente nada, ni cuándo ni dónde, ni cómo lo llevaron. Y entonces el misterio va a seguir y la desaparición va a seguir siendo lo más perverso que el hombre puede aplicar contra el hombre. Mirá que han hecho cosas.

P: Aquí hay un registro reciente, de su historia, un libro que ha escrito Teresa Tabor, un libro que se llama “Adelina, la loca de amor en la Plaza”.

R: Es un ensayo, porque está basado en descripción de documentos gráficos y documentos escritos. El título tiene que ver con algo que viví. Yo estando en México conocí a Naldo Labrín, un músico de maravilla, de Neuquén, de una provincia sureña nuestra, exiliado con su familia, había tenido no sé si militancia, nunca lo hemos hablado eso, pero sí contactos con los grupos del peronismo montonero, y tenía un grupo de folclore que era famoso. Yo no lo sé nombrar nunca, nunca lo vi escrito y no lo retengo de oído. Él había hecho una música que dice que era el himno de

los montoneros, así que se fue a pasear a México. Esa costumbre argentina de... [se ríe] porque tenemos tantas cruzadas a Uruguay de argentinos, y bueno, cada vez tuvimos que ir más lejos. Y este querer matizar esto es porque ya de adentro no puedo más, entonces conozco a Naldo Labrín, entonces dice: "qué vieja complaciente, la nena... tiene una nena de ocho meses..." y estaba viviendo en una de esas casonas mexicanas enormes, un piano de cola de maravilla, que le había puesto el Estado mexicano, en el cual conocí a Miguel Ángel Estrella, que los uruguayos lo tuvieron en su cárcel de Libertad, él iba a practicar ahí porque estaba en el exilio. Y bueno, habíamos hablado y él me hace la pregunta, que hoy casi empezamos con eso a hablar. Dice: Adelina, ¿qué dijeron ustedes cuando las llamaron las locas?" y le dije "mirá, yo te voy a contar la verdad como era. Cuando fuimos blablabla..." y dice "¿y vos qué sentiste? ¿qué sentís ahora?" Y yo: "sí, creo que éramos locas, pero locas de amor. De amor porque no había otra cosa que nos hiciera mover, nos movía la consecuencia de lo que habíamos generado, es una maravilla de la naturaleza que la hembra pueda generar vida, éramos consecuentes", bueno, a él le quedó eso. Al año siguiente voy otra vez a México, tenía ahí mi nieta, mi nuera, mi hija, y me dice: "estoy por inaugurar un local de música argentina", él era, en el tiempo del exilio, fue el primer guitarrista de Zitarrosa, y cuando vino... cuando recién regresó Zitarrosa dio acá en un teatro una función, yo estuve con él, con la señora y con Naldo que había venido de Neuquén, también. Y también, ya te digo, Zitarrosa lo vivió muy distinto al resto, no disfrutó vivir, digamos, vivía angustiado, una gente tan sensible, tan... es horrible. Bueno, y me dice: "porque yo quiero que estés, porque yo quiero que estés" y qué se yo. Él iba a inaugurar, creo que estaba el 17 de octubre por ahí dando vueltas, pero yo el 17 de octubre que era un domingo y que era el día de la madre y todo, y yo me tuve que ir, porque ya no tenía más licencia, yo tomaba licencias sin goce de sueldo, pero llega un momento que te dan la baja también, porque su local lo tenía que abrir y no lo... lo pudo inaugurar una semana después, me mandó... este señor compuso un tango, bellísimo, que se llama "Adelina, la loca de amor en la Plaza". Cuando Teresa ve en casa el cd, que lo tiene Jorge también, dice "ay, qué bueno", y me pide cómo comunicarse, se empieza a comunicar, le pregunta si le permite poner el título y sí, todo. Así que... no por Naldo, sino por la ministra de gobierno de Neuquén, estuvimos en la semana de marzo del 24 de marzo, presentando el libro allá oficialmente, estuvimos con él, quiere venir a La Plata a hacer la cantata de las Madres en el Teatro Argentino...

P: ¿Es un proyecto?

R: Es un poema, está ahí, en el libro está. Es un poema de Tejada Gómez que debe haber sido lo más hermoso de todo lo lindo que escribió, esa... y ha sido... se vio una sola vez en Buenos Aires, en la época de Alfonsín y después no sé. Él allá fue secretario de Cultura, pero tiene coros, y eso, se dedica a la música, tiene un espacio que no sabés dónde falta poner un cd o un... y hace música clásica, es un gran músico.

P: Así que esa es la historia del título del libro ¿y el libro lo terminó ahora, hace poquito?

R: Sí, el libro estaba hecho en 2006, pero no encontraba editor. Además cómo estaba inicialmente era así, de quinientas páginas, fue adecuándolo... y ahora lo hacemos del bolsillo. Ella va a perder plata, pero... si puede vende algunos, yo los regalo. Ahora mandé a pedir que me imprimaran algunos, es re modesto pero creo que es un buen contenido porque gente que conoce, que sabe y todo, me dice "cómo no consiguieron una editorial que lo difunda", porque dice cosas que nadie las ha podido ver ni comprobar, no sé. Es, por eso te digo, es un ensayo, está todo extraído de documentos.

P: Y es su historia...

R: Y es mi historia de trabajo en derechos humanos. Hay un poco más, pero... la Universidad de La Plata me ha hecho un honor que ni soñaba, soy Doctora Honoris Causa en derechos humanos por la Universidad de la Plata, con una asistencia que ellos se imaginaban, pero que superó a cualquiera... sí esas cosas que ni pensás... hay tres: Estela, Chicha Mariani... en el mismo decreto, no en el mismo día en los dos decretos salió, pero tuvimos nuestro día separadas, porque para

que las amistades y todo, cada una tenga su intimidad. Fuimos una al lado de la otra y todo, fue hermoso. Y tengo entendido que la facultad de periodismo está motorizando como para nombrarla a Hebe pero no sé si ella aceptará porque mucho a ella esas cosas no le gustan...

P: Bueno, Adelina. Muchísimas gracias. Está todo, creo que hablamos de todo...

R: Bueno, hablé poco del resto de la familia, de María y eso... pero ella antes decía "nunca me nombra", en las conversaciones, pero... está, y ella se tiene que ir...

P: De repente un día la convencemos a que hable.

R: No, sabés que... ¡engañada! [Se ríe]... No, no pero... me dice... sabía que también le iban a decir y me dice "no, no", trabaja mucho. Cuando ellos recién habían llegado hicieron una lista de desaparecidos de La Plata para Amnesty International. Y una tarjeta que le manda... no me acuerdo ahora cómo se llama, Patricia... no sé... que era la que en ese momento presidía Amnesty, donde le agradece a mi hija eso. Vos sabés que hace como cinco años, o algo así, viene el máximo referente de Amnesty, hace una recorrida por Argentina, viene acá a la Comisión por la Memoria, estamos hablando y yo cuento eso: "Ay, por favor, deme una copia, porque hay documentos que se han perdido" y así que hicimos una copia y se llevó una copia. Dice: "No sabíamos que hacían todos esos reconocimientos y todo".

P: O sea que ella también tiene su militancia...

R: No, ella militaba y sigue, cerca, no.... Ahora son los hijos los que están, hasta ese piojo que está ahí, que está en el Centro de Estudiantes de la escuela.

P: Adelina, entonces para cerrar esto de la familia ¿su nieta hoy vive aquí, está en Argentina?

R: Claro, claro. Mi nieta... yo los vi todos los años. Cuando gana las elecciones Alfonsín, ya que empieza un período constitucional mi hija viene inmediatamente, yo le digo "vení a vernos", y con una autorización de mi nuera para que la nena pudiera salir del país... con ella, salir de su residencia en México. Así que a los siete años viene por primera vez a la Argentina. Y ahí empieza el... bueno, están todo el mes de septiembre que son las vacaciones de México, se van y a los poquitos días mi hija me dice "mamá, ya tengo el boleto de regreso, viajo el 14 de noviembre", fue, no trajo ni un certificado de estudios, nada. Juntó sus cosas y se vino. Y a Florencia, salvo un año que la trajimos dos veces, todos los años, una vez vino con la mamá, ya pasados un par de años, y después venía sola, aprendió a venir sola. Y a veces la imprudencia de los mayores, le preguntaban "¿y a vos dónde te gusta más, en México o en Argentina?" y con bastante criterio decía "donde está mi mamá, a mí me gusta", pero cuando fue avanzando, ella se empezó a sentir más argentina que mexicana, nosotros decimos: no se puso a noviar con ningún chico mexicano, las veces que lo hizo siempre con argentinos, con argentinos allá... y hace cuatro años un periodista de acá que él es... ahora se recibió en la Universidad de San Martín, pero lo hacía porque estaba, es el de prensa del Banco de la Provincia de Buenos Aires, la casa central, y tiene una hora en un programa en esas radios comunitarias. Hizo un programa de investigación sobre el trabajo esclavo. Lo mandan a México para el Premio García Márquez y saca el primer premio. Él va a recibirlo, se conocen con ella porque ella estudiaba comunicación en la Universidad, él se pide unos días de licencia para quedarse allá, coincidía que mi nuera venía acá y me dice: "¿no le dijo su nieta nada de un argentino?", "no", "ah, bueno, ya le va a decir, ya le va a decir", me dice, pero estaba medio, me parece que ya había oído decir que se quería venir la hija. Mi nuera estaba preparándose para el regreso en el año que se produce el golpe de Semana Santa de Rico, que le corta... le dobla el codo al presidente. A raíz de eso, en unos días mi nuera me dice "no regreso, suspendo", porque ella me había dicho "yo salí corriendo una vez, ahora voy con toda tranquilidad, estoy preparando para el regreso", dice, "no, en la Argentina no cambió nada, tengo miedo, no quiero", así que decidió. ¿Y dónde iba a estar la hija? Con su mamá. Ya empezaba ella a decir, ya te digo, que acá le gustaba más, y bueno, me avisa mi nieta, me dice "abuelita, voy para Argentina tal día", había estado haciendo unas ventas, vendió el coche y no sé qué otras

cosas y venía. El chico se había quedado unos días más pero se había venido. El enganche fue bueno, se vino, se encontraron, primero la ubicamos acá en un departamento y después ya, bueno, como hacen ahora, conviven, van y vienen, no es una convivencia permanente pero siguen re bien y cada dos años que se hace el premio de periodismo del Rey de España, ella prepara todo y manda ese programa. Faltaba un día y él no se dejaba sacar la foto, y se agarró una foto de carnet que tenía y después dice “ay, mirá, me sacan con eso”... ganó el premio Rey de España y lo fueron a recibir, ello lo acompañó así que... yo le había dicho a la directora de Radio Nacional “mirá, hay un muchacho así y así que te quiere ver porque quiere poner unas radios que estaban difundiendo Radio Nacional...” nunca lo llamó, nunca lo llamó y tenemos años de conocernos, pero sacó el Premio y al otro día ya lo habían llamado y está en Radio Nacional en programas de investigación, que no tenía. Hizo uno de cuatro capítulos de las Madres, me mandaron uno, tengo que decirle que me tiene que mandar todos. Así que estamos la familia recomponiéndose.

P: Así que la tiene por aquí cerquita...

R: Sí. Y mi hija formó su familia, tiene tres varones, ya tenemos novias y todo. Y el mayor tiene 23 y el chiquitín acá...

P: Muy bien Adelina. ¿Hay alguna cosa que le gustaría decir antes de terminar, terminamos bien?

R: Terminamos bien, yo vuelvo a insistir en lo que dije que tenemos un afecto. Mi hija, después, cuando regresó, cuando ya estaba establecida, al dos años o qué, antes de formar la familia, se fue a Brasil, estuvo como un mes recorriendo, viendo gente que habían conocido, mi hija estuvo ayudando –mirá, no me acordé- a una gente con la que estaban relacionados, una nena con... ahora no me voy a acordar cómo se llama esa enfermedad, le tocó estar en el hospital cuando falleció la nena, así que conoció mucho también de Brasil, de los servicios, de las cosas... y tenemos una raíz que nos hace sentir que somos todos... estamos acostumbrados a decir “el chileno, el...” ponemos sobrenombres, pero si lo ves en profundidad decís... pero no es despectivo, clasificamos a la gente, sí, también está en cómo lo decís, porque a veces la intencionalidad de las palabras, y yo digo que hay que tener mucho cuidado en eso, porque las palabras te lastiman cuando te las dicen por primera vez, y te lastiman por el resto de la vida, cada vez que las recordás sentís la misma sensación, porque tenés la palabra, tenés la escucha porque la decís, porque la escribís, y te duele. Las torturas físicas no las podés evocar nunca, no las vas a olvidar, pero no te vuelve a doler la pierna lastimada, no te duele más. Aquí adentro esa lastimadura no se soluciona, y por eso te digo que a veces uno en broma o en qué, dice... y yo creo que generalmente lo hacemos como crítica, pero no con maldad, no me voy a poner a hacer un análisis sociológico.

P: Muy bien, Adelina. Muchas gracias por este bellissimo registro.

R: A ustedes, que trabajan sobre temas tan sensibles. No es fácil recomponerse después de las entrevistas y todas las cosas, y ése es el valor que tiene. De que la comunicación es auténtica y que va más allá del razonamiento, está por el sentimiento, la sensación. No porque esté en la cámara ese joven está fuera de esto que se ha ido creando, que yo tengo unas ganas de llorar bárbaras, pero... siempre digo alguna estupidez más que de costumbre... [se ríe].

P: Gracias, muchas gracias.

DEPOIMENTO 35 – CARLOS LAFFORGUE.

5 DE OCTUBRE DE 2012, CIUDAD DE BUENOS AIRES.

P: Carlos, en primer lugar te pido que hagas una pequeña, una breve presentación tuya...

R: Eh... es... Uno ya tiene unos cuantos años, entonces muy breve nunca puede ser una presentación de quien ha militado a tal punto que... [suena el teléfono] ay, disculpas que voy a cerrar esto. Bueno, decía entonces, que habiendo militado durante muchos años, muy breve las cosas no pueden ser, pero vamos a achicarlas en función a lo que es una entrevista. En el 1957, como comienzo de las actividades y por un acto realmente importante en su momento, la dictadura militar de la época, que estaba presidida por el asesino Gral. Aramburu, me confina después de un largo viaje en la cárcel de Rawson. Siendo, se vino a saber luego, siendo yo menor de edad, y por esa razón fui el prisionero político más joven que llegó hasta el momento ahí. Y bueno, esta dictadura en un momento hace un llamado a elecciones constituyentes, que no se realizaron, pero está obligada a levantar el estado de sitio, como yo estaba a disposición del Poder Ejecutivo, ahí me sacan de la cárcel y me esconden en esa provincia del sur donde estuve unos cuantos meses. Así comienza una historia de militancia que luego continúa, yo vuelvo a la vida... cuando vuelve el gobierno, a poco tiempo, un gobierno constitucional pero con problemas, continuamos contra ese gobierno, que había surgido de un arreglo con el que era nuestro jefe político, que era el Gral. Perón, a través de la figura de John William Cooke, yo participo indirectamente de esas gestiones, el beneficiario es un presidente que se llamó Frondizi, y que al minuto de asumir ya comienza a traicionar el programa, razón por la que los que éramos miembros del peronismo y de la Juventud Peronista y los sectores más combativos, también comenzamos a combatir a este gobierno, este gobierno dicta un plan de emergencia insurreccional que se llamó "CONINTES"²⁶⁰, que termina con la mayor cantidad de los militantes detenidos, presos... nuestro jefe en España, nuestro segundo jefe que era Cooke también exilado, y primero detenido y luego exilado, en fin, así van pasando las cosas y los años. Nosotros a la época, la juventud con muchos altos y bajos se va unificando y conformando. A mí me toca crear la Juventud Universitaria Peronista, donde yo militaba en la universidad, esto pasa en el año '61, estamos hablando de historia un poco antigua, pero bueno. Y luego a poco de seguir este proceso, ya estamos todos... la mayor cantidad de la juventud está detenida, corrida, clandestina, bueno, viene otro período democrático con el dr. Illia, o sea, a este Frondizi que estaba entregando el país, los militares en su ceguera lo echan por comunista [se ríe], es realmente una situación paradójica total. Se produce un hiato democrático, sin gobierno, sin nada... creo que hubo... asume un radical, que no era mala persona, que era un dirigente democrático, devuelve un poco la democracia, pero devuelve la democracia formal como pasa siempre con los gobiernos radicales, pero la democracia de fondo, el partido peronista, enormemente mayoritario seguía proscrito y cada vez que había una elección los gobiernos tenían que violarse a sí mismos en su contenido democrático, volviendo a proscribir el peronismo o corriendo el riesgo de que el peronismo ganase las elecciones, que es lo que sucedía siempre. Entonces cuando sucedía eso, venían siempre los militares y echaban a ese gobierno. Así se fue dando vuelta a historia, y nosotros militando o poniéndonos en el frente interno, también en el frente externo. Yo hago... soy nombrado por la Juventud Peronista representante en la Segunda Declaración de La Habana. Luego participo de la Conferencia Tricontinental en el '65, como representante del peronismo. Y más tarde participo en el '67 en la conferencia de la OLAS, también representando al peronismo. Bueno, esas fueron experiencias internacionales muy importantes, en el medio tuve exilios en Montevideo, tuve exilios en Bolivia, tuve exilios casi por todos lados, breves y felizmente no tan graves como los de otros compañeros que les tocó vivir mucho peores experiencias. Bueno, así, esto sucede durante otra dictadura, una dictadura que concluyó asesinando a todos los compañeros en Trelew, en la misma cárcel donde yo había estado detenido, en Rawson. Y bueno, eso fue también un poco el fin de la dictadura, y viene una breve primavera, donde las organizaciones estaban ya configuradas, que estaban funcionando, salen a la luz, salen a la... digamos a la naciente democracia del gobierno de Cámpora, funcio-

260 CONINTES: Conmoción Interna del Estado

nan bien en ese momento, pero este gobierno por disensiones internas, el Dr. Cámpora decide renunciar para evitar fricciones, y asume la presidencia el General Perón, que había vuelto al país a los efectos, verdaderamente, de hacer un gobierno peronista.

P: ¿El gobierno de Cámpora sería, tal vez, la posibilidad más próxima a los que ustedes en aquel momento pensaban, Carlos?

R: Sí, sí, el gobierno de Cámpora era un gobierno que estaba muy influenciado por los sentimientos, valores de lo que era la juventud, lo que era el progresismo, lo que era, por así decir, la izquierda del peronismo. Siendo que el peronismo es un movimiento y hablar de izquierdas y derechas siempre es medio complicado, pero hay sectores que siempre propenden, como en su conjunto el gobierno del Gral. Perón lo había hecho, a la igualdad, a lo igualitario, a lo abarcativo, a lo comprensible, a lo que se puede comprender dentro de un movimiento y, sobre todo, a una redistribución en lo económico que haga mejor la vida de los ciudadanos, eso en los límites de lo posible, o sea un gobierno que avanzaba siempre hasta donde podía, y a veces avanzaba más y venían los golpes, dado que acá realmente el ejército siempre jugó a favor de los intereses de la derecha y de la ultraderecha sobre todo económica, ¿no?, la derecha ideológica era un florero, era una cosa que estaba ahí, que no se correspondía con nada. La derecha económica en este país siempre existió, como en todos lados, y tuvo una preponderancia y una llegada directa a un ejército que, por su formación, era muy oligárquico. Era un ejército cuyos cuadros se tomaban directamente de estas clases, entonces era muy natural el acceso de ellas a... digamos, a las autoridades, ¿no? Bueno, pasa este período, la situación ya, luego de la muerte del Gral. Perón, se torna cada vez más... se le da cada vez más..., se le da cada vez más, en el gobierno posterior de Isabel Perón, más posibilidad de opción a todos los organismos de extremísima derecha: La Tripe A, por ejemplo, Comandos de América, que eran organismos que funcionaban con la policía directamente, eran integrados por la policía, en algunos casos también por algún militar, y bueno, asesinaron gente. Se supone que estos grupos de extrema derecha han asesinado alrededor de dos mil compañeros. Bueno, así y todo se venían unas elecciones, en las elecciones iba a pasar lo de siempre, que iba a volver a ganar el peronismo ampliamente y demás, y entonces, bueno, los militares dan un golpe que esta vez ya no lo pensaron como preventivo, sino un golpe así, más bien como para quedarse, y se produce en el '76, el 24 de marzo, la toma del poder fríamente por los militares, y a partir de ahí una matanza sistemática de todos los cuadros que podían ofrecerles resistencia. Con esto quiero decir que esta dictadura asesinó, por supuesto, a todos los militantes que pudo, preventivamente, a todos los parientes de los militantes que estaban ahí cerca. Y, lo que hizo sí sistemáticamente es diezmar los cuadros, no ya los políticos, sino los cuadros de clase, los cuadros de la dirigencia obrera, las dirigencias intermedias. Cuando uno ve la lista de los asesinados en Argentina, más de la mitad son de la clase obrera. Hay también muchos de la clase media, y entre todo eso también el resto de sectores de la militancia. Bueno, ese es el balance; en ese período aquel que no murió es porque pudo exilarse, sino acá no había ningún margen de sobrevida, estaba todo el país muy aterrado por lo que estaba pasando, se habían acortado bastante los límites de poder andar yendo de un lado para otro, estaba todo muy controlado, la solidaridad se había enfriado un poco... Y bueno, así siguen las cosas, hasta que estos militares que se creían con todo el poder empiezan a tener algunos resquemores, la economía no les andaba para nada bien, empieza a haber manifestaciones tibias pero manifestaciones de oposición... y es ahí que deciden quedarse para siempre haciéndole la guerra a Gran Bretaña, lo que terminó como todos sabemos, no se recuperó nada y se perdió todo lo que se había ganado diplomáticamente, y además unos cuantos muertos. Y ése fue el acabóse de este gobierno militar. Poco después no tuvo más remedio que llamar a elecciones, estas elecciones las gana el Dr. Alfonsín -esto es historia, no sé si le parece bien que siga...-

P: Está bien, está bien que haga todo el panorama...

R: Las gana el Dr. Alfonsín, con la voluntad democrática -los radicales siempre tienen, no se puede decir lo contrario, una posición democrática, arrastran de un partido que realmente puso fin al conservadurismo en este país en los principios del siglo XX. Y luego cada vez que querían hacer algo un poquitito más ipum! eran tirados abajo por algún golpe de estado, que los hubieron, y en ese marco ideológico y democrático de este gobierno recién asumido, en un país que

estaba acabado económicamente y que estaba también diezmado en sus cuadros; o sea, cuando uno dice treinta mil desaparecidos, está diciendo que también las supuestas clases políticas dirigentes estaban muy golpeadas, únicamente habían quedado las clases políticas dirigentes o que estaban de alguna manera toleradas por el sistema, o algunos que se habían podido exilar. Igual las direcciones obreras. Bueno, ése era el panorama. Y con mucha valentía este gobierno decide hacer un juicio ejemplar a los asesinos. Y es ahí que, bueno, se largan los juicios, que se llamó los Juicios de la Verdad... no, se largan los juicios a los Comandantes, a las Juntas. Los juicios prosperan, en el interior son recibidos... acá en la ciudad y en las ciudades del interior y en las provincias, bueno, todo el mundo tenía algún familiar, tenía alguna víctima dentro de la familia, querían saber dónde estaba, qué había pasado, si los habían matado, dónde los habían enterado, si estaban presos dónde estaban: todas cosas que se ignoraron y se siguieron ignorando. Bueno, y entonces, cuando la gente iba, prestaba declaración, prestaba testimonio en un juzgado, decía lo que le había pasado, contaba esto. Simultáneamente comienza a funcionar una comisión para la reparación de todo esto que se llamó CONADEP, hizo un trabajo también intenso en todas las provincias, y también recogía testimonios en sedes judiciales, y eran testimonios que tenían valores oficiales. Se hizo una enorme acumulación de testimonios, muchos de los cuales dieron inicio a causas. Estaban estas causas en funcionamiento, y estaban los militares siendo ahí juzgados y condenados, cuando la relación de fuerzas no estaba tan clara en este país a favor de la democracia y le hicieron una serie de, por así decir, aprietes al gobierno democrático, no, intimaciones, que acabaron con estos juicios. O sea, este gobierno no tuvo... este gobierno del Dr. Alfonsín no tuvo otro remedio que resignarse a decir “Bueno hasta aquí llegamos, no podemos ir más”, y dictaron dos leyes del olvido. Una ley que se llamó Punto final, que no necesito explicarle lo que quiere decir [se ríe], y otra ley que se llamó de Obediencia debida. Obediencia debida quiere decir limitar únicamente a las cúpulas las responsabilidades, porque de ahí para abajo, todos están cumpliendo órdenes, ¿no?. Y la otra era el Punto final. Y bueno, con eso todo ese material pasó a archivo. En algunos casos a archivos, en otros casos ahí, durmiendo en algún lugar. Y la gente, bueno, volvió a decir: “bueno no se puede más, no se puede hacer nada”. Este gobierno del Dr. Alfonsín que no pudo llevar adelante estos juicios, tampoco pudo llevar adelante el país, la economía se le cayó encima de una manera brutal, hubo hiperinflación y hubo asaltos de la gente a los supermercados... en fin, se agotó, digamos, su posibilidad de ejercicio del gobierno, su capacidad de gestionar. Y entonces adelanta las elecciones y asume un -ese era un radical- asume un peronista que era el Dr. Menem. El Dr. Menem asume con varias promesas, pero en materia de aquel... al tema al que vamos, no voy a hablar de su gestión económica ni de nada de eso, porque ya es conocida y repudiada en general, sino a lo que fue la relación con los militares y con los hechos sucedidos. Se habían iniciado las causas y se habían dictado sentencias, y otras causas estaban en marcha. Entonces una de las primeras medidas que hace este nuevo gobierno es largar una amnistía y un indulto, con lo que ya se borraba definitivamente todo lo que había sucedido en términos jurídicos. Bueno, en la materia que nos ocupa así siguió la situación, así siguieron los organismos de derechos humanos pidiendo justicia...

P: ¿Qué organismos son esos, Dr. Lafforgue?

R: El CELS, Familiares, Abuelas, otras Abuelas, HIJOS, Madres de Plaza de Mayo, otras Madres de Plaza de Mayo, y organizaciones que estuvieron siempre... Familiares de Detenidos...

P: Un movimiento que ya era muy consistente en ese momento...

R: Sí, sí, sí. En ese momento ya tenía... estaba así subdividido, y en las provincias las subdivisiones no encajaban, a veces, exactamente con las de acá, pero de todas maneras era la misma gente, pedía por las mismas cosas; y las divisiones eran en algunos casos en razón geográfica y en otros casos en razón de lo que cada una de ellas pedía. Las Madres pedían por los hijos, las Madres que habían desaparecido hijos con mujeres embarazadas pedían por los nietos; había niños sueltos que se sabía que estaban por algún lado. Entonces, fue como una división de trabajo, HIJOS se sentían representados a sí mismos por haber sido hijos de desaparecidos. Y era un mundo muy unido entre sí, aunque con diferentes objetivos pequeñamente parciales, pero en la gran lucha estaban todos unidos y también, por supuesto, unidos por el dolor, porque ninguna de estas organizaciones respondía a una situación gratuita, ni a una situación de una reclamación econó-

mica, ni a una reclamación... no, pedían por el conocimiento, por saber qué había pasado con sus familiares, con sus hijos y demás. Entonces, ahí, porque esta dictadura perfeccionó algunos detalles del nazismo, por ejemplo, cosas que nunca se le hubiera ocurrido hacer al nazismo, que era secuestrar mujeres grávidas, embarazadas y hacerlas tener sus hijos acá en este mismo predio donde estamos ahora, y en otras maternidades clandestinas, luego que hubieran parido, inmediatamente tomar el niño, donarlo a algún otro militar o amigo, y a las madres tirarlas al mar. O sea, un asesinato, privación de identidad... realmente una acumulación de brutalidades que... en fin... No hay ningún genocidio que sea mejor ni comparable a otro, son diferentes formas de genocidio, pero ésta que nos tocó a nosotros, realmente hizo todo lo posible para ser de la peor, incluso en calidad y en cantidad. Porque eso del secuestro de los niños es una cosa que escapa... En realidad en las dictaduras en América Latina, lo que siempre se veía que cuando había problemas con un militante... la mujer siempre se salvaba, siempre capturaban a quien tenían que capturar o querían capturar, y siempre respetaban la otra figura... No, acá, cuantos más caían, mejor. Acá fue una cosa así, masiva y extensa. Bueno, esa era la situación al principio del gobierno de Menem. Entonces continuó la lucha y se abren los así llamados Juicios de la Verdad, que lo preveía la Constitución. Juicios que no... que eran únicamente para saber lo que había pasado, no tenían... era algo relativamente parecido a lo que estábamos hablando hoy de los juicios transicionales. No era eso, porque no implicaban ningún perdón, porque tampoco implicaban ninguna pena. Eran juicios de verdad, juicios únicamente para declarar, si querían, lo que sabían que podía haber pasado. Bueno, esos juicios adonde iban los genocidas, los que sabían y demás... con alguna confianza, porque no terminaban en nada, únicamente terminaban en un conocimiento de la verdad, lo que ya era un paso importante en materia de la verdad, ¿no?, nosotros estamos por la Memoria y la Verdad también, entonces, recuperar un poco la memoria, que esté eso funcionando, varios juzgados se realizaron en ese trabajo, hay un trabajo del Dr. Maqueda que lo cuenta perfectamente, después les puedo hacer llegar un ejemplar, es actual ministro de la Corte Suprema... Bueno, estos juicios se desarrollaron en varios lugares del país, fueron apareciendo... pero no pasaba de ahí. Luego apareció una fisura también, en todo el régimen que habían... de la impunidad, que habían fabricado, entre las dos leyes de Alfonsín y la ley de Menem -las leyes del olvido, les decimos nosotros-, apareció una fisura que era que no estaba previsto... no estaba previsto la excepción de juicios para los secuestros de niños y aparecieron varios secuestros perfectamente definidos, y ahí siguieron adelante esas causas y hubo algunas sentencias. Pero estaba todo así, hasta que en el 2003 agotado un gobierno, un interregno también radical que no condujo a nada, nada más que a agudizar el desastre económico que había. No podemos decir que hayan sido gobiernos represivos, ni el de Menem ni el gobierno posterior; aunque en el gobierno posterior la salida estuvo marcada por otra masacre, o sea que al final estos gobiernos terminan, más allá de sus buenas intenciones y voluntades y discursos, ese gobierno del Dr. De la Rúa empezó el día de su toma de poder en la ciudad de Corrientes con un asesinato de dos militantes, y acabó, el día de su salida, con el asesinato de más de treinta militantes. Y eso que... era un gobierno que no se puede decir que haya sido... que haya ejercido la represión, pero, finalmente esas cosas aparecen, algo se les escapa y se desata la represión. Bueno, luego de eso viene un período incierto, un interregno, y finalmente una ser... que estuvo a cargo del Dr. Duhalde, un senador que asume el poder hasta liquidar esa situación de interregno y se arman unas elecciones nuevamente y asume el Dr. Kirchner, con un programa claro y definido, nosotros decíamos ¿hasta dónde podrá... podremos ir con este programa? Pero, estaba el programa y era para todos nosotros una nueva esperanza de poder volver a hacer cosas que estaban vedadas, primero por los... por la fuerza real y segundo por la fuerza jurídica, que no teníamos ningún elemento para hacer nada. En... el Doctor Men... eeh... yo estaba en Europa, me manda a llamar, vengo, para hacerme cargo precisamente de la creación, de la primera puesta en marcha de este archivo...

P: Que es el archivo...

R: Nacional de la Memoria. O sea, a poco de asumir el Dr. Kirchner, a instancias del que era secretario de derechos humanos en aquella época, que era el Dr. Duhalde, que ustedes conocieron, que desgraciadamente y para dolor de todos nosotros, falleció a principios de este año... Bueno, se crea este archivo, Archivo Nacional de la Memoria. ¿Cuál es el sentido de este archivo?

Es archivar, conocer, difundir y tener todos los recaudos sobre esta materia, de las violaciones de los derechos humanos. ¿Quién es el violador de los derechos humanos? Es siempre el Estado, no hay violación de los derechos humanos fuera del Estado. Es el único que tiene la capacidad como para tener la organicidad dirigida a la violación de derechos humanos. Entonces, el Estado crea un archivo de sus violaciones. Esa es la fuerza que tiene este archivo, que no es un archivo creado por una ONG, que no es un archivo creado por un organismo internacional. No, es un archivo creado por el Estado para denunciar e intentar reparar sus tropelías. Bueno, entonces ¿qué nos dedicamos a hacer? Todavía estaban vigentes estas leyes de la impunidad...

P: De la impunidad...

R: Que estuvieron vigentes aún un par de años más... Porque no se podía lograr... hasta que finalmente ya varios juzgados empezaron a desconocerlas. Y finalmente, la Cámara de Diputados desconoció por ley ambos... los tres decretos de la impunidad. Y luego, la Corte Suprema confirmó este desconocimiento. O sea, que esas leyes habían desaparecido. Cuando desaparecieron estas leyes, nosotros hacía dos años y pico que estábamos en todos los juzgados federales, todas las fiscalías federales, todas las cámaras federales, todos los archivos federales, cualquiera que fueren, desparramados en todo el país, levantando toda esa montaña de testimonios que habían sido hechos en los primeros meses del Dr. Alfonsín. Testimonios muy valiosos porque eran contados ahí, con el calor de la memoria inmediata, y eran cosas que le habían pasado a la gente, a las víctimas, hacía dos años, tres años, un año... Estaba ahí todo muy fresco y había muchos detalles y... Y bueno, nosotros trabajamos básicamente sobre memoria, y la memoria, con los años, con el dolor, con historias paralelas y sucesivas, a veces pierde un poco, a veces deforma un poco, a todos nos pasa... el tiempo no es gratuito. Y bueno... pero más allá, ahora que se han realmente abierto los juicios por todo el país, ya hace unos cuantos años, más allá del doloroso y a veces necesario testimonio que prestan familiares de las víctimas o las víctimas mismas de lo que les pasaba, donde tienen que ir a declarar y verle la cara al tipo que los torturaba y esto y el otro... remover cosas que a la gente no le hacen bien, más allá de todo eso, que además puede estar fragmentado, más allá de todo eso está un trabajo que hicimos nosotros durante años seguidos en todos esos archivos, digitalizando, escaneando y digitalizando todo el material probatorio que había...

P: En aquel momento, eso era inédito en toda la región...

R: Eso era inédito en toda la región. Yo me acuerdo que estuve, y les conté la experiencia, y les pedí que hagamos una red y que trabajemos en conjunto, y ofrecí siempre en Brasil en y Uruguay y en Paraguay todo nuestro know how, que en la época nuestro conocimiento de cómo hacer eso... no era el mejor, pero era algo que estaba funcionando. A lo mejor... y otro mejor no conozco, o sea, puede haber alguna pequeña imperfección, puede haber máquinas que lo hagan una mejor que otra, pero no se puede dejar pasar el trabajo. Y el trabajo era ir... nosotros comenzamos en Rosario –una ciudad muy golpeada también- revisando una causa que se llamaba “Causa Feced”. Esta Causa Feced era tan grande, y había tanto testimonio, que estaba en el sótano del BID, lo que había sido el Banco Interamericano de Desarrollo, que lo había comprado la Cámara Federal de Rosario. Y el presidente de la Cámara me dice: “Mire Doctor, esto no está ni en archivo, ni está en letra, o sea, está en el limbo” - dice –“Ahí está todo, vean qué hay”-. Bajamos con un equipo de compañeros, y resulta que era un espacio muy grande -era como diez veces esta sala- todo lleno de papeles, hasta un metro y medio de altura y con caminitos por adentro de esa montaña de papeles, donde se podía pasar y recoger al azar algo. Ahora, eso era la otra parte de la impunidad, porque con ese material en ese estado y en esa imposibilidad de saber lo que había ahí adentro, no había cómo llevar a nadie a ningún lado. Bueno, hicimos un acuerdo con los compañeros, que muy sacrificadamente los compañeros de la Secretaría se constituyeron ahí tres meses seguidos, y nosotros le pedimos a la Cámara la presencia de un ujier o de alguien que estuviera todo el tiempo con nosotros, por si fotocopiando nos faltaba un número, o había cual-

quier problema, que el tipo tomase nota, y lo que tomase nota se hiciera un acta, firmábamos el acta y seguíamos diciendo que en tal causa, tal... del número 90 pasa al 93, punto. Esa era su función ahí. El resto era todo trabajo de los compañeros que desar... Uno descosía, las causas acá son cosidas. Lo primero que hace un estudiante de Derecho cuando trabaja en... es coser, lo tienen cosiendo. Entonces, la causa está toda cosida, descosían, uno descosía, otro ponía toda la causa, le sacaba un poco el polvo en la máquina... se digitalizaba, no, se escaneaba todo. Otro compañero, estaba ahí, y cosía. Y lo volvía a poner en su lugar. A la noche, el mismo equipo, todo el material que había sido escaneado se pasaba a otra máquina que lo digitalizaba, o sea, que lo numeralizaba, o sea que lo ponía, no como una fotografía, sino como un objeto accesible por búsqueda. Eso adentro de unos buscadores muy específicos que teníamos, que costaron mucho y eran muy buenos, se llamaba Excalibur. Así un día terminamos con la causa. Cuando la gente de la justicia vio que habíamos terminado con la causa, y que escribiendo un nombre ipac! tardaba un segundito y saltaba "está en tal foja de tal... y dice tal cosa", empezaron a ver eso, el juez de la causa no tuvo más remedio, después de treinta años, que enterarse que eso se le podía caer encima, maldecir el momento en que nos habían dejado hacer eso y dictar una orden de prisión a dieciocho militares ahí de Rosario. Estas ciudades del interior, lo mismo con Brasil, lo mismo en Uruguay, en cualquier parte del mundo, sobre todo con una composición clasista del Ejército como la de Argentina, seguro alguno de esos militares jugaba al golf con alguno de los jueces, o estaban a la noche haciendo póker en algún lado, o sus familias se visitaban. Porque hay una composición social, acá en Argentina, que permitía eso y que permitió durante mucho tiempo, y que todavía nos trae problemas con la justicia. Ustedes ven que los últimos... los únicos exilados que hay ahora de Argentina son los jueces, que andan dando vueltas por ahí, que ya tienen todos pedido de captura por haber sido colaboradores. Uno se fue a Colombia y pidió asilo, no, se lo denegaron. Otro en Chile, también está en prisión preventiva. Otro en Italia está por ser traído. Porque es gente que permanentemente hostilizó la actuación de la justicia, y puso trabas jurídicas y algunas no jurídicas, y dictó libertades que no correspondían, y no tomó en su momento en cuenta Hábeas Corpus que eran presentados, en fin, todas esas cosas están llevando a unos cuantos jueces a ver cómo son las cárceles desde adentro.

P: Por adentro...

R: Porque en este momento ya estamos trabajando más allá de lo que se hizo sobre la justicia, sobre los actores directos, militares, navales, policías, gendarmes, etcétera; estamos yendo sobre quienes se beneficiaron con eso e impulsaron todo esto, o sea, los actores civiles del genocidio. Tenemos unos cuantos adentro y dentro de los actores civiles está la función de la justicia, en no brindar justicia en el momento u obstaculizar la justicia a posteriori. Bueno, seguimos... pum pum pum pum... y llega un momento que tenemos casi todo el país escaneado... eso tardó tres meses ¿y cómo se escaneaba? No se escaneaba diciendo "bueno esto vale la pena, y esto de acá no", porque en una causa -ustedes saben bien- el ochenta por ciento no sirve para demasiado es "córrase vista", "dese traslado", "infórmese", "notifíquese", cada uno es una página, pero bueno, no podíamos estar ahí, mirando "esto sí", "esto no" y además, uno también podía equivocarse, y por ahí un traslado, que es una tontería, de ese traslado en tal fecha consustancian una [...] da razón a una oposición. Entonces, para no tener dudas, abrir todo y escanearlo. Siendo que el ochenta por ciento sabíamos que era papel, pero ahí adentro también estaba la verdad. Entonces terminamos con eso en tres meses, y pasa esto que les conté, y eso se empieza a repetir en todo el interior. Al principio, que no sabían, que esto, que lo otro. Y esos juzgados que al principio nos dejaban trabajar como, en fin, para sacarnos de encima, de lástima, ahora empezaron a pedir que vayamos. Y después empezaron a pedir ya fuertemente que vayamos, como pide a veces la justicia "imponemos que..." [se ríe], bueno. Y nosotros teníamos el material que tenemos, y las máquinas que tenemos y la gente que tenemos, y hacíamos lo que podíamos. Así y todo, en esos tres años, más o menos, digitalizamos lo que hoy es un acervo del orden de seis millones y medio de fojas.

P: Seis millones y medio...

R: Que es una monstruosidad. Le repito, ahí hay de todo, no. Pero ahí también está todo. Hay cosas que no tienen demasiado valor, pero están los testimonios, están las pruebas. Y ese mate-

rial, más el material que organiza y arma cada fiscalía, yo ¿a qué doy respuesta? Doy respuesta a las fiscalías y a los jueces cuando me piden, por ejemplo, esto: “Sra. Jueza del Juzgado Federal prom prom prom prom , Secretaría Penal a cargo de fulano de tal” dice “Atento al requerimiento formulado, le remito copia certificada del legajo CONADEP N° tal, correspondiente al señor prrrup en diecisiete fojas útiles, y el legajo CONADEP N° rrrrp, correspondiente al señor tal en cuarenta y un fojas útiles”. Esto, en estas fojas, donde están las declaraciones y todo eso, este es el combustible de todos esos juicios que ustedes están viendo por ahí. El combustible... es uno de los combustibles, está el trabajo, que es un trabajo serio, tenaz de investigación de cada juzgado, de cada juez, está el trabajo de colección de pruebas y testimonios que hacen las fiscalías, que hace el poder público, pero, en el fondo, nosotros tenemos esa tranquilidad, que ese material que hemos juntado con tanto trabajo en este momento le está sirviendo para volver a la memoria e implantar la justicia. Y los resultados están a la vista. La semana pasada fuimos a Mar del Plata, a ver cómo mandaban a ocho personas a perpetua, y seis o siete más a diecisiete años, qué sé yo qué, a cárceles comunes. Al principio, esa fue otra lucha, al principio los transgresores -como todos tenían más de setenta años- se quedaban en la casa, después resulta que iban a cárceles correspondientes a los cuarteles, donde eran tratados como ídolos, y después acabaron finalmente con -tras mucha lucha ahora- en cárceles comunes. Bien tratados, con todos los servicios, como le corresponde a cualquier delincuente. Hay una característica que no quiero... no me la quiero olvidar, estos juicios se hacen estrictamente dentro del sistema penal general, normal, constitucional del país. No hay leyes especiales, no hay tribunales especiales, los códigos de fondo son los mismos, los códigos de forma también son los mismos, no es justicia militar, es la justicia civil, ordin... federal, en cada distrito ya que de acuerdo al código lo juzga igual a ese General que a un ladrón de gallinas que está ahí, o alguno que hizo cualquier otro delito, con el mismo sistema y con el mismo procedimiento, a veces desgraciadamente con la misma lentitud, ¿no?, porque todo también tiene sus problemas, además los sistemas orales que se implantan para esto son -en general- más lentos, como procedimiento, y siempre son mucho más costosos; pero es lo que manda la Constitución, lo que manda la ley y nadie puede decir de que han sido juzgados por una legislación ad hoc, especial para el hecho. Eso es bien importante, porque eso importa también cuando se habla de la justicia transicional, porque no aplicar la justicia que está hecha para el común de la gente, y beneficiar a algunos con algún tipo de justicia de la tolerancia, a nosotros nos parece bastante repulsivo, pero eso es una cuestión de cada lugar, de cada país y de sus posibilidades también, supongo. Bueno, esto, más o menos, como funciona esto acá, todo esto está apoyado por mucho trabajo, nosotros tenemos mucho personal para hacer todo esto, permanentemente haciendo investigación, tenemos mucha investigación histórica hecha, nos hemos dedicado también a investigar un poquitito ya que tenemos esta capacidad del archivo que no tiene fin para adelante y no tiene fin para atrás. En este momento estamos todo el tiempo abocados a esto, porque esto es lo del momento, ¿no?, y estos genocidas si no se nos van a ir muriendo de viejos, y queremos que se vayan pero con alguna condena. Y las víctimas también, está cada una más grande, entonces, bueno, esto es algo que tenemos que acabarlo de alguna manera. Pero también vamos a hacer justicia histórica sobre todos los abusos y tropelías que hizo el Estado nacional contra etnias, contra civilizaciones que andaban por ahí que no se las atendió y se las masacró, contra lo que se llamó La conquista del desierto, que no fue otra cosa que el genocidio de los habitantes originales en el lugar, contra golpes de Estado que produjeron horrores en su momento, en fin, la historia de casi todos los países de América, desgraciadamente es una acumulación de violencias y de hechos sangrientos, asesinatos -no se sabe bien en favor de qué y por qué-, a mí me tocó estar asilado en Bolivia una vez, un corto período, y como que me tenía era la ¿COMANBOL?, el sindicato de mineros había creado una universidad y me pidieron que haga la parte... en la parte histórica, que haga algo... Y en Bolivia no había una historia de Bolivia, y yo empecé a rastrear lo que podía, ¿no? -estábamos en las minas-, y hubo más de ciento, a la época, ciento cuarenta golpes de Estado. ¿Cómo explicarlo? ¿Qué criterio? Bueno, ahí se me acabó el tempo de exilio, pero no pude resolver nada de todo eso así que yo supongo que los compañeros bolivianos han de tener bastante trabajo.

P: Bastante trabajo...

R: País, país tan duramente castigado, ¿no?

P: Hay una cuestión que creo que es importante colocar también, Carlos. Estamos hablando desde uno de los predios, de los edificios principales de la antigua ESMA, creo que esto es algo también muy importante que se haya rescatado, y aquí aparte de ustedes están organizaciones de Derechos Humanos ¿cómo fue esto también?

R: Bueno, esto fue... el presidente Kirchner, una de las primeras medidas que hace, para una fecha del 24 de marzo precisamente, toma el predio, le saca el nombre, lo pone como un lugar dedicado a la memoria y la preservación y la difusión de los Derechos Humanos. Y entonces, bueno, empezamos a ver qué hacer con eso. Los navales que estaban acá, comienzan a desalojarlo por sectores, y estuvimos tres años y pico esperando sucesivos desalojos, porque había dos posiciones, una ir ocupando el lugar y haciendo la coexistencia, y otra –que felizmente es la que prevaleció- ¿no?, dejarlos hasta que terminen de retirar el último de los cuadritos de las paredes y entreguen el espacio. Entregaron el espacio y entonces se vio cómo trabajar las distintas zonas. Nosotros como Estado Nacional tomamos básicamente tres edificios: éste, ese que está ahí atrás que es el Centro Cultural Haroldo Conti, y el edificio... un edificio más, que está allí. Hay un ente que... y después a cada una de las organizaciones que podían justificarlo y tener, se les dio algún edificio para que puedan desarrollar sus actividades. Así es como está Madres, así es como está Familiares de Detenidos, así es como está Abuelas atrás –un edificio muy lindo que van a ver-, y un edificio, viajé yo a París precisamente para hacer una donación a la UNESCO, para que haya un Centro Internacional de Derechos Humanos acá adentro, donación que fue aceptada amorosamente, y vino el Presidente Ban Ki-moon, el secretario Ban Ki-moon a firmar el traspaso hace unos años, con la Presidenta Cristina Kirchner que ha mantenido exactamente la misma conducta que el gobierno originario del Presidente Kirchner. Y bueno, esos son los que estamos cohabitando acá. Después está el Instituto Espacio para la Memoria, que depende de la Ciudad de Buenos Aires y que tiene también el edificio central acá, que es el de cuatro columnas, es el edificio donde funcionan ellos. Después hay edificios... este predio tenía treinta y siete edificios...

P: Treinta y siete...

R: Sobre dieciséis hectáreas. O sea que hay, en fin, hay edificios desparramados un poco por todos lados. Y bueno, digo los que nos hemos puesto en funcionamiento en lo inmediato, ¿no?. Otro edificio que tenemos atrás es donde ahora está el archivo propiamente dicho, que era una antigua panadería. Como acá había cinco mil personas, comían pan tres, cuatro veces por día, había una panadería. Y ese edificio cuando lo vi, nos pareció ideal porque tenía pocas ventanas, era una cosa que daba perfectamente para tenerlo aislado, se lo puso al día en materia de seguridad, en materia de humedad, en materia de temperatura. Realmente se hizo un edificio dentro de otro, con toda la última tecnología al respecto. Y ahí está nuestro archivo físico de papeles, que no es necesario más nunca volver a abrirlo, han sido todos trabajados, tratados antibicho, antiácido, han sido pasados por todas las cosas necesarias y están todos en pantalla. O sea que únicamente nosotros retiramos material de ahí cuando lo solicita el juez para alguna pericia o algún... o alguna parte, ¿no?, con alguna duda una cosa así, o también algún investigador acreditado que quiera ver alguna cosa específica, como cualquier archivo. Nosotros propendemos a la apertura de archivo total, pero sucede que en este momento estamos en el medio de los juicios, y no podemos permitirnos el lujo de hacer que las defensas –que como los juicios tienen defensores y defensas y son defensas aguerridas y son abogados que saben bien cómo hacer todas las cosas que tienen que hacer- se enteren a partir de nuestros archivos de situaciones que los beneficiarían a ellos, no tenemos por qué andar haciendo eso. Entonces por el momento están allí. Pero es la esperanza que a la brevedad estos archivos puedan abrirse, con el debido respeto a la intimidad que hay en cada una de las cosas.

P: Documentos militares todavía...

R: Documentos militares tenemos, trabajamos con muchos documentos militares. Realmente el único documento militar que no tenemos son las listas de desaparecidos, ni a quiénes buscaban, ni adónde los llevaron, ni cuál fue el destino... No lo tenemos ni del Ejército, ni de Aeronáutica,

ni de Marina. Lo único que hemos tenido es, por ahí, la confesión de alguno, que nos ha permitido empezar a abrir un poco el camino. Pero después, el resto de documentos que son muy importantes -porque indican dónde estaba cada uno, en qué momento- son los legajos, Ejército y Marina tienen varios legajos, ¿no?, un legajo de función, otro legajo es de ascenso, otro legajos es de dónde estaba en cada momento, hasta hay legajo de salud, ¿no?, que nos permiten ver si una persona se defiende diciendo que no, que en ese momento no estaba en tal lado, nosotros tenemos el legajo que autentica que estaba en tal lado, tenemos acceso a ese legajo. Porque cuando nace este archivo, nace con un decreto muy poderoso, cuando yo recibo el archivo me doy cuenta que con ese decreto -cosa que hicimos después- puedo ir a un cuartel y puedo decir "sa pared, me la tira abajo, quiero ver que hay atrás" y la tienen que tirar abajo. Y bueno, así es como han aparecido cosas, ¿no?. Hemos logrado el acceso al grupo de antropólogos forenses, a hacer excavaciones, a buscar archivos. En La Plata apareció, por supuesto, apareció así el Archivo de la Comisión Provincial de la Memoria, que es un archivo muy rico, muy valioso, que es la otra, es la otra... el otro lado del mostrador que el nuestro, nosotros tenemos el archivo de las víctimas, ellos tienen el archivo de los victimarios, que es la Policía. Que la Policía por sí, la Policía... porque los Estados producen papel, producen papel como locos, no, entonces cada vez que buscaban a alguien, el Ejército, radiaban a todo el Ejército, después radiaban también a todos los marinos, por si acaso, los aeronautas y también a todas las policías. Van quedando papeles... es en base a esos papeles que flotan en la historia que nosotros hemos podido reconstruir muchas de estas situaciones.

P: Funciona como un puzzle... como un quiebra-cabeça...

R: Como un puzzle, sí, exactamente.

P: Lafforgue una... no sé si...

R: No sé si está bien...

P: Está muy bien, está muy bien. Me gustaría pedirle si le es posible, nos hable un poco de Duhalde. Porque ha sido, en fin, creo que ha sido un protagonista... importantísimo.

R: Sí, ha sido un protagonista importantísimo. Bueno, él, Eduardo, todos hicimos parte de alguna manera de situaciones jurídicas o de estudio de esto de lo otro, todos al mismo tiempo, éramos coetáneos o sea que trabajábamos más o menos con la misma edad, la misma intensidad... en los primeros años. Hasta que... hemos siempre... han sido siempre defensores -Eduardo y quien era socio en la época, a quien primero asesinan y que fue Ortega Peña-, defensores de todo preso político, ya sea gremial, ya sea político, ya sea de cualquier partido o tendencia que fuera dentro de lo progresista, naturalmente ni la ultraderecha ni los fascistas venían a que los defendan a ninguno de este conjunto de abogados que se constituyó finalmente como la Gremial de Abogados, donde habían muchos abogados, muchos colegas que asesinaron... está lleno de víctimas en la Gremial de Abogados. Cuando finalmente hay que irse del país, finalmente Eduardo puede salir, y ya teníamos funcionando acá en Argentina las listas de la Gremial de Abogados, con las primeras dos mil y pico de bajas de la Triple A que, cuando me exilio yo, es la que llevo a Europa para comenzar a hacer la llegada de la gente que suponíamos que esto iba a terminar de alguna manera parecida a la que terminó. Bueno, en ese mismo momento, Eduardo se instala primero en España y funda la CADHU, que es la Comisión Argentina de Derechos Humanos, donde se comienzan a recibir testimonios de exilados -por qué se habían exilado, qué es lo que había visto, qué es lo que había sucedido-; paralelamente en México, González Garland, otro colega hace lo mismo, yo en París hago alguna cosa; y comenzamos... pero todo, digamos, bajo la unificación que le daba Eduardo con la CADHU de Madrid, que por razón de lengua, por razón de afinidad, era donde más gente iba, ¿no?, iba a España o al menos pasaba por España primero y aprovechaban para hacer alguna declaración. Bueno, al mismo tiempo él va produciendo, Eduardo, material, libros importantísimos para comprender lo que es la violencia del Estado, el Estado terrorista y... bueno. Vuelto que fue al país comienza también entonces a trabajar con las distintas subsecretarías a la época que había de Derechos Humanos donde comenzaban a plantearse los dere-

chos de las víctimas y los familiares de las víctimas, de acuerdo a la poca legislación que había al principio, luego empezaban a aparecer leyes mucho más importantes y más formales, entonces bueno, a defender estos casos. Y estando en este trabajo toma contacto y conocimiento también político con el Dr. Kirchner, quien le ofrece... quien le ofrece armar la Secretaría de Derechos Humanos, que a la época era Subsecretaría. Y es nombrado Secretario de Derechos Humanos, con la asunción de Kirchner, y se mantuvo como Secretario de Derechos Humanos hasta el día de su muerte. Cuando él asume como Secretario de Derechos Humanos yo estaba en Europa, había vuelto a Europa porque acá pensaba que podía tener nuevamente problemas, y entonces me llama a ver si quería que... bueno... hiciéramos esta aventura, pero yo estaba un poco como tú contabas de [...] no tenía... no estaba mal, estaba muy bien, pero digo "bueno, es la oportunidad que nos da la historia", y así lo pensamos todos los que ingresamos con él nuevamente a tratar de, bueno, que haya un poco de justicia sobre todos los casos de todos los compañeros, porque yo cuando tengo que leer esto, de cada diez casos, ocho los sé, pero dos es gente que he tratado, que he conocido, que han sido gente con la que he tomado un café, amigas con las que salía –incluso tengo alguna ex pareja, más de una, ahí adentro de estos legajos- y bueno. Entonces por todos ellos dijimos "bueno, mientras esté la oportunidad tenemos que llevarla hasta la última consecuencia. Cuando no dé más, no dará más, pero bueno, no podemos dejar pasar el tranvía de la historia". Y ahí es que vino él, vino González Garland, vinieron otros compañeros muy importantes que están por ahí, me llamó a mí, y echamos a andar esta Secretaría que arrancó, arrancó con unos ochenta funcionarios, una cosa así, y ahora son más de mil, largos. O sea que ha crecido, ha crecido también su presencia en los medios, ha crecido su presencia en la sociedad; todo el mundo habla de Derechos Humanos, los Derechos Humanos pasaron a tener una gran difusión, hoy en día tienen secretarías de Derechos Humanos hasta los boy scouts, todo el mundo tiene algo que ver -en buena hora y felicidad- con Derechos Humanos, porque que lo interpreten de una manera que lo interpreten de otra, pero interpretan que hay algo que atraviesa toda la sociedad que son los Derechos Humanos, y tratamos de hacer conciencia desde la escuela primaria, y la verdad es que se está trabajando mucho en eso y bueno, con los resultados que aparecen siempre que se trabaja un tema, aparece una persona que piensa que esto es blanco, otra que piensa que esto es verde, pero siempre pensando que son cosas que van en un sentido y una dirección. Y bueno, estamos funcionando así.

P: Muy bien. Lo último para...

R: Y esto gracias a... gracias realmente a un esfuerzo que le llevó la vida a Duhalde. Yo estuve con él el último viaje que hizo -tres días después falleció- precisamente a Río Grande do Sul...

P: En Porto Alegre, en el Foro, estuvimos en...

R: En Porto Alegre, en el Foro...

P: Nos vimos ahí...

R: Sí, estuvimos receptando ese hermoso edificio que el gobierno...

P: El Memorial...

R: Que es el Memorial, que el gobierno de Porto Alegre puso a disposición del estudio del Plan Cóndor, y estamos trabajando mucho con el Plan Cóndor. Tenemos una cosa, no armada con esa intensidad hasta este momento, ¿no?. Acá tenemos setecientos cincuenta casos que no son Plan Cóndor, pero adentro de esos setecientos cincuenta casos están todos los Plan Cóndor.

P: Están los del Cóndor...

R: Están. Es cuestión de ir afinando, cosa que ya hemos hecho, nos estamos manejando con varios criterios paralelos, que nos está dando un buen resultado. Esto es lo que tengo que terminar de ponerme de acuerdo con los colegas de Mercosur brasileños que –como te dije antes- son realmente perros de presa, ellos donde ven una cosa... es maravilloso trabajar con ellos, tienen una fuerza en el trabajo que siempre aprecié y siempre admiré, ¿no?.

P: Muy bien. Sólo para redondear, Carlos, nos gustaría tener un poco de esa historia también, podemos hablar un poco de su exilio, de su estadía en Brasil durante esos tiempos.

R: Sí. Mi estadía en Brasil correspondió, en general, a períodos que al principio eran de dictadura, tomando los recaudos necesarios, tomando las previsiones, nunca... en realidad en Brasil hubo pocos casos de ataques a argentinos por parte del Estado brasileño aprovechándose de su condición que estaban de paso por Brasil. Hubo sí, y es un horror que haya habido, pero no fue una cosa permanente. Y en Brasil, bueno, tomando los recaudos, más o menos se podía vivir. A mí en una circunstancia de la vida hizo que tuviese una hija brasileña, entonces también fui a, bueno, cuidarla, educarla y así es que viví en Brasil. Y al mismo tiempo trabajando y colaborando con los organismos de Derechos Humanos –Brasil Nunca Más, todas las reuniones, hice algunas palestras ahí-, tanto estar por Brasil finalmente hizo que yo –aunque mal- finalmente hablara brasileño [se ríe], no tengo un brasileño muy bueno pero entiendo todo y puedo comunicarme bien con todos los compatriotas... con todos los camaradas brasileños. Y luego bueno, cuando empezamos a organizar todo esto, recordé todo ese paso por Brasil. Y luego lo recordé el otro día en la Embajada, que tomé contacto con una organización que no conocía -me la presentó el Embajador brasileño en Argentina, me dijo “ven, ven que te quiero presentar estos compañeros”- que es una organización que se llama Abrazando Brasil, una cosa así, que está compuesta por todos los exilados que han estado en Brasil, como una muestra de agradecimiento a lo que Brasil hizo por ellos. Y son muchos, eh...

P: ¿Son muchos?

R: Sí. Acá hay dos organizaciones, que yo conozca. La que conocía más es la de los mexicanos. La gente que estuvo exiliada en México y los hijos de los que estuvieron exiliados en México, también. Y ahora conocí esta de compatriotas argentinos que pasaron el exilio en México... en Brasil y que, bueno, pudieron hacerlo, pudieron salir de una circunstancia opresiva, agobiante, para quedar en una situación que era el Brasil de esos años, donde realmente si uno no hacía demasiados disparates, se podía vivir... se podía vivir. Siendo que acá no se podía vivir.

P: Claro, claro. El contraste era...

R: Ese era el contraste. Con muchas precauciones, muchas gente se había... muchos argentinos de entrada se inscribieron en el ACNUR, que le daba una cobertura, siendo que Brasil no era un país de refugio sino un país de paso, pero era un país de paso con esa tolerancia, no. No sé que a nadie hayan expulsado por estar en el ACNUR y no haberse ido en su momento. Más bien después tenían una cierta estadía, un trabajo, o los que se casaban, chau, no tenían más problema. Y hicieron su vida en Brasil, esa es la gente que está reunida ahí.

P: Abrazando a Brasil...

R: Abrazando... Y la próxima vez que haya una reunión, seguramente voy a ir, porque yo también tengo un recuerdo grato de Brasil y el agradecimiento porque pude tener una hija ahí, criarla, no, que ahora es profesional brasileña, y bueno.

P: Su retorno a Argentina, Carlos, la última pregunta: el desexilio ¿cómo fue eso?

R: Eh, ahí aparece Brasil. Yo estuve exilado en Francia, yo soy franco-argentino. Estuve en Francia que era como estar en mi casa porque, bueno, no tenía problema ni de papeles, ni de idioma, entonces estaba razonablemente bien. Y... pero bueno, cuando se acabó la dictadura dije “hay que volver”. Y volví a Argentina que estaba todavía muy, muy sacudida por la dictadura. Empezamos a hacer cosas políticas, pero vimos que era, en los primeros... en el primer año era muy difícil. Primero, habían matado a la mayor parte de los que eran los compañeros. Segundo, los que no los habían matado, todavía estaban exilados por algún lado y otros estaban exilados en el interior, con otras identidades, camuflados... y era muy difícil armar todo eso. Entonces yo decidí ahí que, bueno -dado que tenía una hija en Brasil- ir a Brasil y estar unos años ahí cuidando de su niñez y demás, y me instalé en Río de Janeiro. Bueno, en Río de Janeiro viví muy bien, y comencé a ser parte de la lucha que había por el retorno de la democracia. Participé de las marchas, de

esas famosas marchas que hubo, de todas ellas, y después también me tocó vivir un período del gobierno del Menem..., bueh, estuve con el gobierno de Sarney, y un pedacito del desdichado gobierno que vino después también.

P: ¿De Collor?

R: De Collor de Melo.

P: De Collor de Melo.

R: Y bueno, durante todos esos períodos, se pudo trabajar. Ya con Sarney, con Collor de Melo, sin ningún problema en las agrupaciones que estaban pidiendo, también, por Araguaia, por todo lo que había sucedido en Brasil. Y a mí me vino bien para ir armando un poco el esquema de lo que había que hacer acá.

P: Sirvió como experiencia...

R: Sirvió como experiencia, claro. Claro que sí. Todo es experiencia ¿no? Hasta el paso por Europa sirvió por experiencia y si uno tiene un objetivo y una idea, al final cualquier cosa sirve para experiencia de lo que hay que hacer y lo que no hay que hacer. Y bueno, esa experiencia me hace pensar que ahora estoy haciendo lo que tengo que hacer, y que lo hice durante casi diez años, y que el resultado es que, en fin, hay alguna brisa, algún viento nuevo de justicia en el país con todos estos asesinos que antes... Hay que pensar lo que son las ciudades del interior, estaba el Jefe de Policía, el que había asesinado a siete, caminando por la vereda, en la misma vereda que los hijos de los asesinados, o las mujeres, o esto y el otro, y nadie decía nada porque no sabía cuál era el poder real que había detrás de esos personajes. Y bueno, este gobierno... de Néstor y ahora el de Cristina, a lo que se ha llegado es a desmistificar eso. Esos personajes, nadie da un centavo por ellos, ni sus colegas y camaradas. Porque realmente han tenido una historia, un paso por la historia argentina tan nauseabundo, que nadie quiere hacerse cargo de esa gente. Hay pequeños grupos, que andan por ahí, pero son eso, pequeños grupos que hay siempre en todos lados.

P: Sí. Muy bien, Carlos. Alguna cosa que haya quedado...

R: No. Se podría hablar toda la tarde, pero yo me limité a... bueno, un poco de historia de vida y qué es lo que estamos haciendo, y cómo llegamos a esto, y toda la gente que está haciendo... todos los compañeros que están haciendo un esfuerzo atrás de esto, y que, bueno, ahora da resultados. Ahora, si ustedes siguen las noticias de Argentina, van a ver que todas las semanas hay sentencias por algún... hay en veinticuatro provincias, en el orden, creo que en este momento cincuenta y dos causas funcionando. Hemos llegado... siempre es una cuenta que sube y baja, ¿no?, porque sube, porque ponemos alguno más adentro, y baja porque se muere de viejo alguno; pero más o menos para decir un número, tenemos unos trescientos cincuenta altos oficiales condenados en prisión. Y unos cuatrocientos más que están procesados, es decir que también están en prisión esperando ser juzgados, todavía no tienen sentencia. Y vamos a llegar a los mil en cualquier momento. Y estoy seguro que esto para nosotros es un extraño y desgraciado honor, que me parece que es el único país que tiene ese número de gente juzgada por delitos de lesa humanidad y en prisión efectiva. En general se buscan atajos como estos que estamos viendo, ¿no?, que llevan a soluciones de la tolerancia, el olvido... Acá hubo una sabia decisión que no... la decisión venía del comienzo de la democracia, eh... eso cuando Alfonsín llama a los juicios, bueno, no pudo seguirlo, es otra historia, pero ya la decisión estaba. Y estaba muy fuerte en el pueblo. Y esta es... esta sociedad, la que se golpeó, es una sociedad que siempre tuvo mucha respuesta. Acá las dictaduras duran poco, no sé si ustedes se han dado... acá vienen las dictaduras, pero se tienen que ir bastante rápido, porque hay, primero hay una clase obrera bastante organizada, que al final, cuando empieza a morir de hambre, reacciona, hay una clase media que al principio mira de costado, pero después también reacciona, y cada vez tienden a endurecerse las dictaduras, como se endureció ésta, pero luego irse. Fíjense que esta terrible dictadura duró siete años...

P: Es la más corta de todas, de la región.

R: Sí. Y sin embargo produjo esta cantidad de víctimas, ¿no?. Yo recuerdo bien que las dictaduras de Brasil son de veinte años, las de Paraguay ni hablemos. Y acá no duran las dictaduras porque hay una respuesta... nosotros a lo que atendemos con el archivo, es a registrar todos los victimarios, no, todas las víctimas todos [...] y registrar también la capacidad de respuesta del pueblo que se dio en cada momento, porque es importante, siempre hay respuesta. Y espero que siga habiendo. Espero que no sea necesaria, y que de ser necesaria, siga habiendo, por supuesto.

P: Muy bien, Lafforgue, muchas gracias...

R: Bueno, gracias a ustedes.

P: ...por esta lección de Historia.

DEPOIMENTO 36 – FLORA DE CASTRO HABEGGER.

BUENOS AIRES, 6 DE OUTUBRO DE 2012.

P: Flora, una primera cosa, entonces, le pido que haga una pequeña presentación suya, y nos hable un poco de sus orígenes, de su formación...

R: Bueno, como dice, yo soy Flora Castro, si tuviera que agregar otro apellido diría Castro Rodríguez por parte de mi familia, y de Habegger por quien me casé de acuerdo a nuestras leyes. Mi familia es una familia de origen español, de Galicia, como tantos de acá, que fueron de las últimas camadas de inmigrantes que vinieron al país por las décadas del '20 y '30. Una familia de clase media, regular, que vivió en Buenos Aires siempre, y en la cual yo me formé como tantos coteráneos de aquella época en la escuela pública en un principio, y muy influenciada por toda la formación que traían mis padres, sobre todo mi madre, por toda su religión católica. Si bien nunca asistí a colegios religiosos, sí desde muy jovencita me enviaron a militar digamos, si se puede decir militar, en la Acción Católica (AC). Es decir, mi vivencia de pequeña es una familia española moviéndose constantemente en el círculo de españoles, en fiestas con tíos, primos; recordando su saudade, dirían ustedes, pero su morriña dirían ellos de allá; formada en la escuela pública -la escuela secundaria también-, y siempre estando metida dentro de la iglesia, en lo que fue la AC, que le decíamos en aquel entonces niñas, adolescentes y luego jóvenes. A pesar de que mi familia, papá era de orientación republicana, pero no había estado muy metido en política -se había venido antes del problema de la República-, pero recordaba y hablaba mucho de lo que había pasado allá, de lo que había afectado a su familia y todas esas cosas. No sé por qué, tal vez por una cosa que ya traía implícita en mí, de muy jovencita me interesó mucho la política, pero claro, estudiaba, trabajaba; hice incluso toda mi carrera universitaria, luego que salí de la secundaria, en la Universidad Católica, en una carrera que se llamaba Licenciatura en Relaciones Humanas, que en aquel entonces estaba más orientada al área social; después derivó un poco más en relación al trabajo de las relaciones humanas en la empresa. Bueno, como me empezó a interesar... vuelvo a decir, antes de la política, como había una búsqueda en mí, pero no sabía bien por dónde se orientaba, me interesaba todo lo que tuviera que ver con el trabajo social. Y entonces, dentro de la AC siempre estaba en algún grupo que tenía que ver con ayuda escolar, con visita a los vecinos, con dirigirse a los sectores más pobres. Yo estaba en parroquia de un barrio de clase media -la Santa Rosa de Lima, que está cerca de Once- no había sectores demasiado pobres, pero sí había conventillos. Entonces, buscábamos un tipo de trabajo social desde la iglesia por ahí, que ya tenía un enfoque que no era muy paternalista, muy de caridad, sino más bien de formación. Pero bueno, eso no me conformó del todo. Me recibí de Licenciada en Relaciones Humanas, en esa carrera, en la Universidad Católica, que luego se cerró y pasó a la Universidad del Salvador, porque era bastante abierta y ya en la Católica mucho no... la formación de ahí era un poco más cerrada. Y empecé a ver que tenía que trabajar en una empresa, en lo que se llamaba en ese entonces, de acuerdo a la Revolución Industrial, la preparación o la... no me sale ahora la palabra... trabajar toda la parte social dentro de la empresa. Con esas técnicas que más bien servían para darle un poquito más al obrero, al trabajador para que rindiera más y el capitalismo se expandiera más. Yo sentí que eso no iba con mis principios. En realidad, yo había entrado en la carrera cuando tenía el enfoque de sociología, pero bueno, después la terminé. Mientras tanto, en aquel entonces, venía ya resurgiendo como más o menos importante un partido que en esos momentos fue bastante importante acá y en algunos países de Latinoamérica, que fue la Democracia Cristiana (DC). Y me llamaron del barrio si quería militar en un comité, o... no era ni unidad básica ni comité, no sé cómo se llamaría dentro de la DC, del barrio. Y allí fui a trabajar. Mientras tanto, también ahí me propusieron algunos trabajos en villas de emergencia. Y fui, y empecé a formarme mucho como promotora social en esos barrios. Es decir, derivé toda mi formación aplicada a la promoción y al trabajo con los habitantes de esos lugares. Trabajé mucho con metodologías de Paulo Freire, que había leído y había conocido mucho, y que para mí es el maestro más extraordinario dentro de la educación de adultos, que después trabajé en eso también. Un poco, también tuvimos acá un sociólogo muy bueno que todavía vive, que se

llama Ezequiel Ander Egg, que también proponía toda una metodología participativa con la gente, es decir, darles elementos para que ellos se organizaran, para que ellos hicieran, para que ellos defendieran y salieran de esa situación; no a partir de nuestro liderazgo, sino de ellos mismos. Por un lado, entonces, empecé a militar en el barrio en ese comité de la DC, y mientras tanto estaba ahí, un poco todavía en la AC. Y tuve la suerte -yo digo la suerte o esos caminos que da la vida muchas veces- de que el párroco que estaba en la parroquia en aquel entonces -era un cura muy reaccionario, que yo no me había dado cuenta tanto- me llamó y me dijo que yo no podía estar en política y estar en la AC, que eran dos cosas incompetentes, que tenía que decidirme por una o por la otra. Y me decidí: me fui de la iglesia y seguí trabajando más plenamente -aparte trabajaba como empleada en una empresa grande, así que, bueno - el tiempo que me quedaba. Eso me definió mucho ya el camino concreto de que mi trabajo pasaba por ahí. En ese entonces, fue cuando Eduardo Frei, que fue el primer presidente demócrata cristiano de América Latina -hablo de hace unos años-, ganó las elecciones en Chile. Para nuestro pequeño partidito de acá eso fue un... bueh ¡ya América Latina era toda demócrata cristiana! Entonces se fue con una delegación a... cuando él tomó el poder. Fuimos una delegación de algunos políticos jóvenes, y yo estaba dentro de la rama femenina, ya había pasado al nivel nacional y estaba trabajando en la rama femenina. Y ahí es donde lo conozco a Norberto. Norberto era dirigente de la Juventud Demócrata Cristiana (JDC); había sido de un grupo que fue muy especial, con una apertura, y que hizo bastante revolución de jóvenes dentro de lo que era la política de ese entonces. Venían de la provincia de Buenos Aires, la mayoría, de Arrecifes, Pergamino, Salto... esa zona había sido muy promovida. Y bueno, a partir del secretariado provincial habían pasado al nacional. Entonces ahí lo conozco a Norberto. Vamos juntos con otro grupo de gente amiga ahí, a la asunción de Frei. Y ahí es donde más o menos empezamos nuestra relación. Volvemos acá, seguimos trabajando. Él siempre liderando la Juventud, que en aquel entonces se trabajaba mucho en el interior del país, vivíamos permanentemente viajando; él por su lado iba por los jóvenes y yo por la rama femenina he recorrido prácticamente todo el país, promoviendo la participación de las mujeres en política, allá por los años '60. Puedo decir que fui medio una pionera de eso. Bueno, y lo que era importante, que ahí ya Norberto empezó a destacarse bastante, que también se trabajaba mucho a nivel latinoamericano. La DC era importante en Chile, acá era un partidito que no pasó de ser nunca un partido pequeño, pero de cuadros muy formados. Y también tenía su... un poco, medio, tipo... peronismo, su ala bastante derecha y los jóvenes y cierto grupo de las mujeres que estábamos más tirando a la izquierda. En Venezuela era bastante importante; incluso tenía un instituto de formación que se llamaba el COPEI, donde se hacían cursos para jóvenes de Latinoamérica. Yo tuve oportunidad de ir a uno de esos cursos, por los años '65 ó '66 con todas mujeres de distintos países de Latinoamérica que pertenecían a la DC. Que en algunos países -ahora me doy cuenta- ni siquiera existía. Pero bueno, habrá siempre algún grupúsculo a quien enviar, alguna mujer de esa tendencia a este encuentro. Eso fue una experiencia muy rica para mí, porque conocí más de cerca lo que es Latinoamérica, lo que es las distintas realidades, la proveniencia de sus mujeres, los intereses, cómo nos veían a los argentinos con la cuestión de nuestros golpes de Estado permanentes; cosa que me llamó la atención realmente. Hay dos cosas que me quedaron muy grabadas de aquel entonces: en un momento, hacía muy poco que había sido el golpe de Onganía, nos preguntan qué opinábamos; éramos tres argentinas que estábamos ahí -una que había ido como profesora y dos alumnas que participábamos del seminario que era muy intensivo, de un mes-, y claro, Onganía fue medio engañoso para nosotros al principio. Más, teniendo en cuenta que provenía de una formación cristiana, que no parecía muy, muy cerrada. Entonces dijimos: "No, porque es distinto... porque esta vez... a lo mejor podemos salir adelante...". Y los venezolanos nos decían: "Pero ustedes los argentinos ¿cómo pueden justificar los golpes militares? Es el país que más golpes ha tenido, y encima los justifican". A mí me quedó toda una espina clavada, que después durante los años... bah... muy poquito después ya nos desilusionamos totalmente, y fue una etapa donde no fue lo que fue después con el Proceso, pero sí hubo bastante persecución, sobre todo a los sectores que no tenían que ver con ese cristianismo cerrado, de movimiento familiar cristiano, de todo ese tipo de cosas que significó ese gobierno. Y hubo otra cosa que nos preguntaron en un momento a todas las asistentes al curso "¿qué pensábamos nosotras, si la DC tenía que ser un partido de centro, de derecha o de izquierda?". Y yo puse "de izquierda". ¡Y todos me miraron con una cara! Como diciendo... era la única que

puse eso. Todos habían puesto, como mucho, de centro. Entonces yo ahí ya iba juntando energía, digamos, y viendo realmente dónde era que estaba ubicada. De todos modos, se hizo bastante buen trabajo con las mujeres en el interior, se organizó en algunos lugares... Fue bastante importante esa etapa. Pero, bueno después ya la cosa empezó a definirse más. Fue toda la época de la resistencia peronista, donde los sectores más que nada sindicalistas y sectores de base del peronismo se empezaron a organizar y a resistir... vino poquito después toda esa etapa en que estábamos con "La hora de los hornos" y todas esas películas que recordaban –justamente acaba de fallecer Getino, que fue uno de los que realizó esa película- y se empezó a dar muchos cambios y la DC se fue como inclinando un poco más a la derecha. Tuvo un episodio muy bueno, que Norberto fue uno de los mentores con el grupo de Juventud, que fue una fórmula que se llevó a formar en un momento entre Sueldo, que fue un dirigente especial de la DC, que era muy impulsado por todos estos jóvenes y tuvo una posición bastante avanzada, y el Dr. Matera que era un peronista. Es decir, creo que fue por el '66, para unas elecciones que teníamos en esos momentos. La fórmula fue Matera-Sueldo. Y fue una conquista de todos estos grupos que veían que había que inclinarse cada vez más -y en eso estábamos nosotros- hacia el peronismo, que era la base de nuestro pueblo. Eso fracasó, porque después el Partido Justicialista (PJ) no aceptó que Matera fuera el candidato. Se llegó a hacer un acto en Rosario con muchísima gente, pero fracasó. Entonces la mayoría de los grupos empezamos a abrirnos y a conectarnos más con la gente que venía del peronismo, con estos sectores... Yo seguía siempre trabajando en villas, trabajé muchísimos años como promotora, también en el plan CREAR, de alfabetización que se hizo en el '73, que ahí se empleó mucho la metodología de Freire. Y ahí veíamos cómo el peronismo estaba inserto en toda realidad. Entonces, qué hacíamos con un partidito que se iba... primero ya estaba dividiéndose, después hubo tales diferencias que se abrió en dos. Creo que era uno Popular Cristiano y el otro Demócrata Cristiano, una cosa así. En Chile ya había pasado Frei y ya no pasaba nada. Creo que en algún momento fue Caldera con el COPEI en Venezuela, pero tampoco pasaba nada. Nos dábamos cuenta que realmente no era un partido que tuviera inserción y que sirviera realmente para la situación de América Latina. Tal vez en Europa, con Alemania, Italia, donde era bastante importante, sobre todo en Alemania por otra realidad. Pero acá, no. Y entonces, la mayoría de los que hacíamos trabajo de base estábamos insertos en las comunidades distintas, nos fuimos abriendo hasta que llegó un momento en que -algunos en forma más grupal y otros como más individual- nos insertamos y empezamos a trabajar directamente con la Juventud Peronista (JP). Yo trabajé, llegué a trabajar muchos años en un programa bastante interesante que se llamaba la "Comisión Católica Argentina para la Lucha Mundial contra el Hambre"²⁶¹ que era uno de los postulados de la FAO (Food and Agriculture Organization). Y esa comisión tenía dinero para volcarlo a esos proyectos. Y yo trabajé muchos años en una villa en Villa Martelli, como responsable de un equipo que hacíamos todo ese trabajo con jóvenes que empezaron a surgir también así, salían como hongos, jóvenes que querían participar. Que querían participar, que querían ir a ayudar a las villas, que querían colaborar con la alfabetización, con programas deportivos que hacíamos, con ayuda escolar, con jardines de infantes y todo ese tipo de cosas; y en la organización en sí de esos sectores. Ahí otra vez volvimos a trabajar muchísimo con la metodología de Freire, y una cosa que hacíamos era hasta un poquito una selección de los voluntarios, porque veíamos que muchos chicos se entusiasmaban. Era la época que muchos también iban a campamentos universitarios de trabajo. Eso fue impulsado por algunos sectores de la Juventud Católica Universitaria, e iban, por ejemplo, a trabajar con los hacheros al norte, que era la época de tala, desgraciadamente, y convivían con ellos. Hacían una experiencia de estar quince o veinte días viviendo exactamente igual a ellos. Venían tan motivados de toda esa injusticia tan extrema que habían visto... cómo eran explotados, cómo les pagaban con bonos, que bueno... venían con ganas de trabajar, de seguir luchando por eso. Entonces teníamos que hacer un poquito de selección, porque muchos por ahí se entusiasmaban, iban una, dos, tres veces y después dejaban de ir. Y claro, nosotros queríamos que la gente no se sintiera usada. Si iba a un barrio que tuviera permanencia, que tuviera compromiso. Si empezaba un programa o a trabajar con un grupito, que lo siguiera y también aplicábamos con ellos la metodología de problematización de Freire, en el sentido ¿qué buscaban? ¿Qué querían? ¿Para qué iban a traba-

261 Comisión Católica Argentina para la Campaña Mundial contra el Hambre

jar con esa gente? Esa fue una etapa de mucho florecimiento que fue formando todos esos sectores, que después bueno, muchos convergimos en lo que fueron las organizaciones armadas, costándonos más o menos, de acuerdo a la formación que tenía cada uno. Pero bueno, era el momento de efervescencia en Latinoamérica, había pasado lo de Cuba, se sabía que en otros países de Latinoamérica también había luchas y pensábamos realmente que íbamos a hacer la revolución y hacer el cambio. Del cambio ya veníamos hablando desde la DC.

P: Flora, y en ese momento, se habla un poco también, en los años '60 de la “primavera de la iglesia”, una expresión que justamente esa iglesia, que está marcada por el Vaticano II, por Juan XXIII...

R: El de Medellín de acá de...

P: Y después viene, justamente, el encuentro de Medellín, y por ahí van saliendo esas organizaciones, el Movimiento de los Sacerdotes Tercermundistas, más tarde la Teología de la Liberación. Ustedes están en el medio de todo esto...

R: Estamos en el medio metidísimos, digamos. Metidísimos porque aparte por nuestra formación cristiana, veníamos del Partido Demócrata Cristiano, que postulaba como socialmente como la justicia social que nosotros veíamos, que la sacábamos del evangelio hacia lo social, digamos, sacando lo religioso aparte. Entonces realmente, primero el Concilio Vaticano II, que fue todo un avance impresionante, y luego la reunión de los obispos en Medellín, que cambió fundamentalmente... fue en esa etapa donde una de las cosas que ya simbólicamente expresaba mucho el cambiar de que el sacerdote tenía que estar mirando al pueblo y no de espaldas. Concelebrando con todos, porque Cristo lo que había mostrado era eso, no un señor que estuviera allá dirigiendo a todos. Entonces eso revolucionó mucho, nosotros nos movíamos mucho con los Curas del Tercer Mundo, por ejemplo, apoyamos mucho a Podestá, que fue el obispo que se casó, cuando no le querían permitir y él luchaba y seguía, y lo echaron. Fuimos a apoyarlo. Bueno ahí en el libro de Norberto sale. Él hizo un libro que se llamó “Los católicos postconciliares en la Argentina”, que analiza todo, casi todos los grupos que hubo dentro del país con sacerdotes o alrededor de sacerdotes que iban nutriéndose de todo este avance, digamos, y trabajando y siguiendo trabajando con los sectores populares en esa problemática. De ahí surgen los Sacerdotes del Tercer Mundo, con los cuales teníamos mucho contacto y especialmente era un amigo personal, muy amigo nuestro el padre Alejandro Mayol, que fue un sacerdote de aquella época que después terminó casándose y que primero nos casó a nosotros. Fue una cosa muy especial nuestro casamiento, si bien cabría dentro de lo más ceremonial, fue un casamiento con misa de esponsales, pero en una iglesia, que no teníamos nada que ver pero que elegimos porque el párroco en aquel entonces de esa iglesia, que era Santa Elena, había hecho todo unos principios que ahí no se podía casar con alfombra roja, que la novia no podía llevar un traje despampanante, podía ser largo pero sencillo, que no se ponía flores y adornos, que si los novios querían llevaran algunas flores y las pusieran. Y fue toda una misa cantada, con cantos aleluyas y cosas, había canciones de este padre Alejandro Mayol; donde muchos familiares de la familia original de Norberto en realidad, por parte del padre, es luterana, porque son suizo-alemanes. Pero la mamá de él, había pasado una cosa parecida, era muy católica y había conseguido que su marido se casara por iglesia católica, había llevado también a los chicos, habían tomado la comunión los tres –que Norberto tiene dos hermanos más- en su parroquia allá en Arrecifes, habían tomado la comunión y Norberto también había empezado en la AC, en ese aspecto tenía un camino parecido al mío. Él derivó mucho más joven en lo político, a los quince, dieciséis años ya estaba en otra cosa. Pero, volviendo al casamiento, los familiares que fueron por parte del padre, que siguen profesando el luteranismo, estaban admirados porque dicen: “esto no parece un casamiento de la iglesia católica. Parece una cosa distinta, mucho más parecidos a los nuestros”. Fue totalmente informal, totalmente informal, digamos. Más, entramos los dos juntos de atrás, con los padrinos atrás. Comulgamos en pan y en vino de verdad. Pan de verdad y vino de verdad, para todo el mundo. Cosa que era todas las cosas que se hacían en esos momentos. Y bueno, Alejandro Mayol, que fue el sacerdote que nos casó, poco tiempo después él se casó también, en una forma bastante especial, porque fue medio escandaloso; no quiso pedir reducción laical y se casó

igual. Y hubo medio escandaleta, pero bueno. Seguimos así, lo que pasa que bueno, ya después se habían formado como pequeños grupos en los cuales nos reuníamos dos, tres parejas, que más o menos proveníamos de la misma experiencia. Íbamos analizando distintos documentos, cosas; la realidad de Latinoamérica. Antes de eso, había surgido el libro de Norberto, que bueno, así... Me faltó decir que los jóvenes, este grupo de jóvenes de la DC tuvieron mucho contacto con todos jóvenes de otros países de Latinoamérica. Así como el partido estaba más o menos, un poco... existía también en otros lugares... Bueno, yo recuerdo que él iba mucho a reuniones a Chile, a hacer seminarios a Perú, a Colombia, a Venezuela; incluido un gran encuentro que hubo en Europa, que también fue como representación de la Argentina, con varios compañeros de ese grupo promotor de los jóvenes. Y bueno, en uno de esos viajes, él va a hacer un seminario allá, a Colombia... Creo que a Camilo lo mataron en el '68, si mal no recuerdo... Él va un año después. Y conoce la figura de Camilo en ese ambiente de la DC, y los conocidos y qué sé yo, le cuentan un poco su historia, todo lo que había hecho, cómo había creado lo que él llamó creo que fue el Frente Unido, que fue un grupo socio-político, porque Camilo era sociólogo, había estudiado en Lovaina. Y entonces sale muy impresionado por esa figura, ya se trae muchísimo material y decide escribir un libro sobre la vida de Camilo. Que como él era muy político, lo ubica primero dentro de la realidad de Colombia. El prefacio lo escribe Alejandro Mayol, que hace un prefacio bastante largo, bastante teológico. Y Norberto hace una introducción a la política de Colombia; lo que había sido el Bogotazo -que fue un golpe muy importante que hubo cuando Gaitán, que fue un líder muy importante, quiso avanzar, creo que lo llegaron a matar-, hizo un estudio de la guerrilla, que en el libro de él ya dice que uno de los países que tiene más historia -y lo corroboramos ahora- que venía con más historia de guerrilla era Colombia. Y por eso Camilo decide, un poco, en un momento que se siente como frustrado, porque ve que su prédica en la iglesia está destinada a gente que no le interesa en nada la realidad social, política; las injusticias, las desigualdades; él termina diciendo: "¿Y yo qué hago acá? Yo realmente con mi formación, con lo que pienso en este frente que creé, que tiene mensajes a los jóvenes, a las mujeres, a distintos sectores de la sociedad..." decide dejar la iglesia -porque dice que él siente que eso no es su vocación- e irse a la guerrilla. Y ahí es donde lo matan. Entonces, yo siempre digo -y creo que un poco es bastante certero- que para nosotros los que veníamos de una formación cristiana, de mamar el Evangelio, de haber trabajado mucho con sectores de gente marginada, nuestro guía fue Camilo Torres como para la gente más de izquierda fue el Che Guevara. Con lo cual no quiere decir que no nos gustara y que no admiráramos también al Che Guevara. O al otro Camilo Cienfuegos, que también fue muy importante. Pero para nosotros -sobre todo los que estábamos más en política, aunque creo que a los Sacerdotes del Tercer Mundo también les debe haber influenciado bastante- fue como nuestro guía, nuestro maestro, el que nos abría el camino; cosa que nos costaba mucho, sobre todo teniendo en cuenta la formación cristiana donde la violencia era muy difícil de aceptar. Pero bueno, en aquel entonces realmente Camilo era como una figura nos mostraba que había que ir por ahí porque no quedaba otro camino, que era la única forma de hacer justicia; o llegar a poder establecer una sociedad más igualitaria. Para nosotros eso fue muy definitorio.

P: Muy bien, Flora. Y ahí estamos prácticamente al final de los años '60, y aquí en Argentina en ese momento está terminando el gobierno de Onganía...

R: No, en ese momento Onganía ya estaba... no, estaba... ay ¿cómo se llama? El que le entregó el mando a Cámpora...

P: Lanusse.

R: Lanusse

P: Bueno, entonces ya estamos prácticamente entrando en los años '70 y ahí ya se comienza a mover toda esa posibilidad de la vuelta de Perón y la democratización de Argentina. En ese momento ¿usted sigue en la DC?

R: No, no. La DC la habíamos dejado hace mucho. Estábamos ya en la JP, en la Tendencia, lo que le decíamos la Tendencia.

P: ¿Qué impacto tiene el gobierno de Cámpora para ustedes? ¿Qué representó? Porque fue un gobierno que fuera de Argentina se conoce muy poco. Dura muy poco tiempo, pero tiene una carga de intensidad que a ustedes los marca mucho.

R: Uy, fue impresionante... Nosotros durante los años en que se ve la posibilidad de que se abre, de que tiene que volver el peronismo porque si no, no hay salida. Como las elecciones que había habido, que los que ganaban era con un porcentaje muy menor. Entonces primero se da esa primer vuelta de Perón -que no llegó a concretarse- donde todos fuimos de alguna o de otra manera. En ese entonces yo recuerdo que me junté con mis compañeros de la Villa Martelli, nos subieron en un camión y allá nos fuimos todos hasta cerca de Ezeiza, donde después cruzamos el río, nos mojamos, fue toda una odisea. Hasta que nos enteramos que realmente Perón se había vuelto, que no venía y volvimos. Pero ya fue una efervescencia muy fuerte. "En otro momento tiene que venir". Y todo fue trabajar un poco con el famoso "Perón vuelve", con la película donde se mostraba... había algunas películas también o documentales que mostraban distintas etapas del peronismo; y después, como ya digo, "La hora de los hornos" de Solanas y Getino, que se daban en los barrios. Se hacía discusión política posterior y se iba formando cuadros. Ahí algunos cuadros ya se iban formando y ya se iba delineando un poquito lo que sería una protoorganización, que no estaba todavía muy definida si iba a asumir la lucha armada o no, pero ya se iba viendo como que se iba encaminando para ahí. Entonces cuando vuelve a surgir Cámpora como una figura muy importante -era el delegado de Perón- y realmente asumió mucho todo el papel que nosotros buscábamos, de ese peronismo que renacía y que venía a retomar las banderas que se habían dejado de lado, y todo lo que había significado el sindicalismo, la organización de los trabajadores, tener en cuenta lo que había hecho Evita con la Fundación Evita, los sectores más marginados. Por ahí salteamos un poco el tiempo, no nos dimos cuenta de que habían pasado tantos años. Era tanto el deseo y tanto lo que se había trabajado, que realmente cuando logra, cuando se presenta la fórmula y Cámpora gana, fue una cosa extraordinaria realmente para nosotros, no sé, yo recuerdo haber estado ahí en Plaza de Mayo, en primera fila, ahí casi con las vallas empujando; y viendo ese avión que se iba y que decía "Se van y nunca volverán". Fue como que habíamos tocado el cielo con las manos. En esos momentos surge el gobierno, bueno varios gobiernos... ahí ya empezaron a verse las diferencias del peronismo un poco. Con distintos gobernadores; unos que respondían más tal vez a la Tendencia y lo que los jóvenes querían, y otros que estaban más dentro de una posición más derecha. Sobre todo, desgraciadamente, los que tenían más que ver con el sindicalismo. Incluso una de las condiciones que se dio era que la mayoría de los gobernadores que eran más o menos avanzados o bastante comprometidos con una posición, digamos, más revolucionaria, tenían que aceptar la puesta de un vicegobernador que, generalmente, venía del sindicalismo. Y venía de la Unión Obrera Metalúrgica que era el sindicalismo más duro y más fuerte, como pasó en la provincia de Buenos Aires. Nosotros trabajamos mucho -Norberto sobre todo, en ese aspecto, yo todavía seguía trabajando en la villa de Villa Martelli-. En aquel entonces un poco se separó nuestro trabajo, porque yo seguía haciendo un trabajo que, si bien, el mío no era tan político, pero servía para que los compañeros que hacían trabajo político pudieran ir sentando sus bases también. En cambio, Norberto ya trabajó... empezó... ya se empezó... o antes, muy poco antes, con un grupo de compañeros que venían de militancia cristiana, cuando ya más o menos se iba delineando lo que había sido la organización Montoneros -porque ya había sucedido lo de Aramburu y qué sé yo-, estos jóvenes, de los cuales Norberto fue uno de los promotores principales, deciden crear una organización, que en su momento fue político-social, pero que después derivó en una organización de lucha armada que fue Descamisados. Descamisados fue una pequeña organización que, justamente como su nombre lo indica, estaba bien asentada sobre el peronismo y que se caracterizó de las demás por tener mucho trabajo de base. Porque la mayoría de jóvenes y algunos cuadros que había de la Resistencia y sindicalistas que se habían unido, trabajaban en Unidades Básicas, sobre todo de lugares del Gran Buenos Aires y algunos de la Capital. Entonces, cuando se hace la fusión general entre Montoneros, FAR y Descamisados ahí ya esta organización forma parte de la organización general que después fue Montoneros, y Norberto tuvo siempre un papel un poco preponderante, aunque nunca estuvo en las primeras filas, siempre fue de segundo y tercer nivel y su trabajo siempre fue muy político por la experiencia que él tenía de trabajo político de los jóvenes, cuan-

do había estado en los jóvenes de la DC. Además nosotros, Norberto, yo y algún grupito que estábamos juntos, éramos de un promedio un poquito mayor que los otros, casi algunos entre ocho y diez años mayores que la mayoría de los jóvenes que se incorporaban que eran muy jóvenes y sin experiencia demasiado política anterior, sino que habían accedido a esto a través de los trabajos barriales, de las villas y eso, y directamente habían pasado ya al otro nivel. Entonces Norberto tenía mucha capacidad política y de liderazgo, entonces fue uno de los que colaboró mucho... En la Plata estaban muy desarrolladas todas las organizaciones, sobre todo universitarias. Había varios grupos que a su vez habían hecho también mucho trabajo en villas. Era un lugar muy importante para el desarrollo del peronismo y de la JP. Entonces por eso se consigue que se pueda poner un gobernador como Bidegain, que de alguna manera respondía un poco a la política que proponían los jóvenes. Entonces nosotros... Norberto había estado desde antes en La Plata -incluso él propuso a algunos de los que fueron después ministros- y nos involucramos directamente con el gobierno de Bidegain, y nos fuimos a vivir a La Plata. Yo fui directora de Promoción y Desarrollo de Comunidad, estaba en mi apogeo; porque yo que había estado trabajando tanto en villas, ahí ya estaba desde arriba tratando de colaborar con los que hacían trabajo en las villas. Y Norberto estuvo de asesor del gobernador directamente. Aunque ahí ya empezaron todas esas cosas difíciles que había entre - ahora que está de moda la película "Infancia clandestina"- entre la clandestinidad y aparecer en público como quien era. Él era asesor pero no figuraba con su nombre, sino tenía otro nombre, porque había sido bastante conocido. Pero después de repente aparecía en algunas acciones sí con su nombre real y eso fue una de las cosas muy difíciles que después le trajo, digamos, toda la persecución de que fue objeto. Bueno, durante el gobierno de Bidegain -que no duró mucho, no llegó a un año, estuvimos de mayo del '73 a febrero del '74- se trabajó mucho con las organizaciones de base... se formaron cuadros también... Pero siempre hubo una situación muy difícil con el vicegobernador que era Calabro, que respondía al sindicato metalúrgico, y que nunca aceptó a Bidegain como gobernador, y entonces no iba a las reuniones de gabinete, fue muy difícil, Nosotros, en nuestro entusiasmo de hacer cosas no lo veíamos, pero fue un momento bastante difícil. Pero bueno, parecía que ya podíamos llegar a, vuelvo a decir, a cambiar... fue esa época de efervescencia... bueno... en ese intervalo, Cámpora cambió, digamos y fue cuando fueron las elecciones y ganó Perón. Ahí se le puso más difícil a Bidegain, porque como sabemos Perón estuvo, desgraciadamente, muy influenciado en esa etapa por López Rega. Y López Rega no lo quería a Bidegain, así que no hubo forma de que pudiera llegar a él. Hasta el momento cuando Perón lo echó por algo que pasó en Azul, que fue un ataque al regimiento de Azul que hizo otra organización -el ERP-, pero que parece que a Perón lo convencieron de que justo Bidegain -que es de Azul- estaba en Azul. Se había ido a pasar ese fin de semana a descansar a su casa y hacen el golpe éste. Ahí lo convence y ahí, digamos, es cuando cae el gobierno de Bidegain y asume Calabro que ya fue una etapa... Nosotros nos volvimos de La Plata para aquí, para Buenos Aires. Ahí también nuestro trabajo se separó bastante, porque Norberto estuvo... Norberto escribía mucho, a pesar de que no había estudiado de periodista, desde una serie de artículos que sacó en un diario local de Arrecifes, cuando vino de aquel viaje de Alemania que era muy joven... síntesis, más que síntesis historias que había observado políticamente, porque él después de estar en Alemania con otros compañeros, como hacen todos los jóvenes, recorrió un montón de países, y publicó en su diario local lo que veía de las realidades sociopolíticas de cada uno de los países donde había estado. Escribió después el libro de Camilo, escribió el otro libro "Los católicos postconciliares en Argentina", y había escrito después, posteriormente artículos en algunas revistas de aquella época de política Primera plana, Panorama; en algunas revistas uruguayas, Marcha de Uruguay y Vísperas de Chile, siempre un poco rondando el tema que era principal para él que era el compromiso cristiano en la política. Entonces, como tenía bastante formación, digamos, en esa época que los periodistas no todos estudiaban la carrera, sino que se iban haciendo a partir del escribir, a él lo ponen como subdirector de lo que fue un diario muy importante, que también se manejó desde la organización, que fue el Noticias, el diario Noticias.

P: ¿Noticias era de la organización?

R: Sí. En realidad, al principio - si me oye alguna persona se va a enojar - creo que no fue de la organización en un principio. Lo habían formado un grupo de periodistas muy independientes

que coincidían políticamente con la línea de Cámpora y de toda la JP de esos momentos -entre los cuales estaba Verbitsky, Bonasso, Paco Urondo, Walsh, gente conocidísima-. Pero en un momento, parece que Montoneros –según yo supe por algo que me comentó Norberto y Verbitsky- quiso manejar un poco más el asunto del contenido, y ahí hubo diferencias, alguna gente se fue, otra se quedó. De todos modos fue un diario que descolló mucho. Fue muy importante. Tenía una forma de impresión y de llegar a la gente muy especial. Ahí salió El eternauta, también, de Oesterheld; que fue también, pobre, motivo de toda su persecución. Pero bueno, eso duró tampoco no mucho más. Unos meses, nomás. Justo cuando allanan el diario para cerrarlo, le toca a Norberto estar a cargo –porque era el subdirector- a cargo del mismo, y lo llevan preso. Por suerte, fue unas horas, o un día, no llegó a un día, y lo dejaron en libertad. Pero bueno, el diario fue allanado y hubo que cerrarlo. Posteriormente, después de eso se decide a que hay que seguir trabajando en el frente político. Ahí yo ya estaba un poquito más retirada, porque aparte yo por mi formación cristiana, tal vez, siempre me costó muchísimo asumir la parte de la lucha armada. Y había algunas posiciones que, o cierta gente, como que impulsaba a que todos teníamos que estar en eso, practicar tiro, usar armas; y a mí me costaba muchísimo. Entonces iba, discutía, me retiraba, pero bueno, volví a hacer otro trabajo de base, y así más o menos íbamos tirando. Hasta que las cosas se fueron agudizando bastante más. Norberto entonces entra a trabajar ahí, ya yo no participaba... porque aparte se pensaba que en algunas parejas era mejor que cada uno estuviera en un trabajo en un frente distinto. Entonces Norberto, como era tan político realmente, él tenía entrevistas y la gente que podía aceptar todavía el proyecto lo escuchaba, se sumaba al partido. Bueno, después lo que fue el partido Montoneros, estuvo Bidegain, Obregón Cano – que fue gobernador de Córdoba -, Cepernic -de Santa Cruz-, Martínez Baca –de Mendoza-. Todos casi habían sido producto de un trabajo político muy intenso que había hecho Norberto, no solo, pero con gente que lo acompañaba. Entonces se crea en esos momentos un partido que se llamó el Partido Auténtico, que también respondía al justicialismo. Estaba dentro del peronismo, digamos, pero más con los preceptos nuestros del compromiso a partir del peronismo.-

P: Ocupa un espacio más a izquierda...

R: Sí, bastante izquierda. Porque el PJ se había quedado un poco mano de la más derecha. Entonces ese partido se presenta en unas elecciones que hubo en la provincia de Misiones -yo creo que fue por el set... ay, no recuerdo en qué momento fue... Fue antes del '76; '74 ó '75- por primera vez como partido oficial que ya había sido reconocido, y saca un porcentaje bastante importante; frente al PJ y al radicalismo, después saca el veintipico de votos, cosa que fue un aliciente muy importante. Lo que pasa es que después, bueno, ya empezó a funcionar medio en la clandestinidad y bueno... Había dirigentes con los que se hablaba pero después no se podía desarrollar demasiado el trabajo. Un partido político en la clandestinidad es medio... medio difícil. Me olvidé de decir una cosa, ahora se me pasó por la cabeza. Cuando estábamos en provincia de Buenos Aires, hubo un operativo muy importante que se hizo en la provincia, que se llamó el Operativo Dorrego, a raíz de que había habido unas grandes inundaciones -por lluvias, como pasa cada tanto en la provincia, que hay zonas que se anegan, que se hacen lagunas, que se pierden cultivos, un montón de cosas-, eso fue por octubre, por ahí, del '73. Ese operativo, a instancias de algunos compañeros y porque se pensó que era un momento oportuno, se hizo en conjunto entre el Ejército y la gente de la provincia de Buenos Aires. Es decir, la gente de la provincia de Buenos Aires –y a cargo de eso estuvo Norberto- puso los jóvenes de la JP y el Ejército puso los conscriptos -que todavía era la época en que había servicio militar-. En conjunto estos grupos iban a trabajar a distintos partidos -9 de julio, 25 de mayo, Pehuajó- que habían sido inundados, a reconstruir escuelas, edificios municipales, lo que fuera público que se podía rescatar y pintar otra vez, o reconstruir, etcétera, lo que fuera. Ahí directamente Norberto fue uno de los que dirigió el operativo -estuvo Dante Gullo también implicado en esto, y algunos otros de la Juventud- pero el que aparecía más era Norberto. Supervisaba muchas veces los trabajos que estaban haciendo en una avioneta o en un helicóptero y estaba Norberto y estaban los militares, entonces muchos lo conocieron personalmente, conocieron su manera de ser y todo, por eso también después fue un tipo que fue tan, pero tan buscado. Bueno, muchos fueron buscados, pero él era de una manera medio especial. Después se hizo un acto de clausura en el Partido de 25 de mayo, donde acudió el gobernador, todos los ministros y la cúpula del Ejército; y se hizo

un desfile donde desfilaron los muchachos que habían sido conscriptos y los muchachos de la JP con azadas, palas y todo lo que habían... Fue una cosa hermosa, muy linda pensar que se podrían seguir haciendo cosas de ese tipo, Pero no, era medio utópico... Fue real pero formaba parte de una utopía medio difícil de seguir adelante. Bueno, después viene, ya dije, lo del Partido Auténtico. Y después ya viene toda una etapa de más... que medio todavía no fue lo que se llamó la Contraofensiva –no sé si vos sabés lo que se llamó la Contraofensiva – que fue tan... bueno, yo no participé personalmente porque ya me había retirado bastante de los grupos... Antes de eso, no, antes de eso, hubo otro grupo muy importante que se formó –ya me estaba olvidando- que fue como una especie de frente, donde se quería agrupar a sacerdotes, religiosos o laicos que estuvieran de acuerdo con la Teología de la Liberación y todo lo que proponía y había propuesto Medellín y todo eso; y apoyar este proceso revolucionario que se llamó Cristianos para la Liberación. Ése fue como un frente, digamos, de Montoneros –aunque no figuraba como tal, pero se sabía que había salido de ahí-, y se hicieron dos documentos bastante importantes que Norberto los escribió, que están también ahí en ese libro. Eso fue el último grupo que yo personalmente trabajé con algunos sacerdotes que conocía, que habíamos trabajado juntos en villas...-

P: ¿Eso en qué año es más o menos, Flora?

R: Y eso es... antes del golpe... debe haber sido por el '75.

P: Flora, en ese momento la Triple A está actuando abiertamente...

R: Totalmente. A todo.

P: En lo personal ¿cómo los afectaba esto?

R: Bueno, nosotros vivíamos desde hacía bastantes años - desde que se habían empezado a formar los grupos ya con una apertura hacia algo más riesgoso-, podríamos decir semi-clandestinos. Es decir, vivíamos en casas que nuestra familia no conocía. Si bien todavía podíamos usar nuestro nombre y nuestro hijo también, nos cuidábamos mucho de no tener contacto con gente que nos pudiera conocer y nos pudiera ubicar, más que nada para preservar esa gente en caso de que nos buscaran. Cada tanto teníamos que salir de nuestra casa porque, por ahí alguno que había ido, había caído y era peligroso, entonces había que irse. Si se hacían reuniones, se llevaba a los compañeros cubiertos los ojos sin que ubicaran el lugar, para evitar después, en caso de caídas, entregas. Pero bueno, lo que más le costaba a uno personalmente era el que, bueno, la abuela que hubiese estado con el nieto, no podía estar si yo no iba a la casa de la abuela; nunca sabía dónde vivíamos –cosa que nunca terminaban de entender, en aquel entonces la mamá de Norberto, que vivía, y mis padres, menos-. Pero bueno. Después vivíamos también integrados económicamente, o sea, se había establecido que, bueno, dada la militancia, y un poco la propuesta era emparejar para abajo, ¿con qué vive una familia de clase media de dos hijos? Tal cosa, bueno, el que trabajaba y ganaba más, tenía que entregar lo que excedía eso a la organización; el que no trabajaba, algunos que habían sido destinados a tareas políticas, recibía lo mismo. En caso de, casos especiales o que uno necesitara comprar una heladera o ir al médico o cosas así, se pedía. Entonces era, vuelvo a decir, una semi-clandestinidad y una semi-libertad. A mí siempre me costó mucho personalmente eso, pero bueno, en aras de que uno tenía ideales muy grandes y sabía por qué hacía todo, se iba como aceptando.

P: Flora y en ese momento Andrés tiene pocos años...

R: Y sí.

P: Como madre, cómo preparar al niño para que no sufriera, digamos, esto, una cosa muy asfixiante; y por otro lado, si es semi-clandestino, también lo era para él.

R: Sí, totalmente. Él era el más difícil de todo. Pobre, él tuvo que cambiar de escuela un montón de veces; iba un año a una escuela, al otro año iba a otra, al otro año iba a una privada, y hasta un año tuvo que estar con nombre falso, prácticamente. Lo que pasa es que yo, como era muy, muy... me costaban mucho esas cosas, logré que le sacaran el apellido del padre, y entonces figuró como hijo de madre soltera, con mi apellido. Y después había que explicarle: “no, mirá,

porque si te preguntan, porque papá, porque no sé qué...”. Realmente para los chicos era muy difícil. Sobre todo los que, como él, tenían seis, siete, ocho años, que no entendían porqué. Y que aparte tenían amiguitos –como también se ve en la película- y los querían traer, y querían ir, y querían moverse para el otro lado. Yo creo que en eso -también a veces en algunos ámbitos se discutía eso- y fuimos bastante inconscientes. Tanto es así, que muchos de ellos cuando nosotros nos reunimos –los que hemos quedado con hijos de esa edad-, casi todos nos reprochan por qué no pensábamos en ellos. Por qué teníamos hijos dentro de esa realidad. Personalmente, para Andrés fue muchos años muy difícil eso, terminar de aceptar y yo que, por ahí lo admiraba bastante al padre como figura política, a veces en lugar de ayudarlo, lo desayudaba en eso, porque le decía “porque tu papá...”, “no quiero saber nada” me decía “yo hubiese preferido que hubiese sido un barrendero y tener a mi papá”. Así que fueron años muy difíciles. Y eso fue lo que signó el momento en que llegamos realmente a separarnos. Porque estuvo ligado por eso. Todavía no fue la Contraofensiva, pero como que se veía muy mal cómo venía la mano, entonces bueno, había que cambiarse, ir a distintos lugares –los que habían estado acá, al interior y así, etc.-, y Norberto me propone irnos al interior, a Rosario los tres –eso fue después del golpe, en el '76; Andrés tenía siete años, porque nació en el '69-, teníamos que irnos los tres a Rosario pero esta vez sí, ya con nombre falso los tres; Andrés tenía que ir al colegio con otro nombre y nosotros lo tendríamos... no era tan difícil para nosotros, para él era muy difícil. Y para mí también era difícil en el sentido de que yo me separaba de todo mi mundo, de mi familia, de mis amigos; que tal vez por la semi-clandestinidad, no los veía tanto, pero sí yo podía ir a la casa de mamá o ir un día a visitar a una amiga, cuidándome, qué se yo. Entonces, Rosario para mí era un mundo extraño, era otro país, era un lugar que no conocía a nadie. Y bueno, ahí Norberto me plantea irnos y yo le digo que yo no estoy muy segura. Que aparte como yo tenía muchas diferencias políticas y discutía muchos temas, no me sentía segura de que podía asumir plenamente una etapa como esa. Y que, aparte, no me sentía... verlo someter a Andrés a eso, también, que creía que era demasiado para él y que no, no correspondía. Bueno, nos separamos en forma provisoria. Él se va a Rosario, yo me quedo acá. Unos meses pasaron, él viene a algunas reuniones – una vez insistió tanto que fui a pasar unos días allá con él y Andrés, a ver si me quedaba, pero no, no hubo caso-, hasta que a fin de año y a medida que las cosas se iban como agudizando, se da una separación como más efectiva, digamos. Yo ni me había dado cuenta de que me había separado, pensé que iba a ser una cosa provisoria, pero bueno era una cosa que no sabíamos el camino adónde nos llevaba. Y después sí, después se hizo mucho más grave. El '77 fue un año muy difícil para nosotros, porque Norberto vuelve a Buenos Aires, vive en otro lugar, no vive con nosotros, pero sí él quería ver a su hijo - tenía una relación muy buena con él y era muy buen padre, pero era un revolucionario ante todo, según la formación y según lo que él sentía-. Y entonces había una forma de que lo veía al hijo, que nosotros con un hermano de él – que nos ayudó mucho - venía – ni siquiera venía a mi casa, iba a la confitería de tres cuerdas- se llevaba a Andrés, se iba este hermano Gustavo con Andrés tres cuerdas más allá y ahí venía Norberto, se llevaba a Andrés y paseaba con él en coche y qué sé yo. Claro, un chico de siete u ocho años percibe muchas cosas. Y él se daba cuenta –seguro- cuando paseaba con el padre, de las cosas que le diría o cómo miraba el padre si veía un patrullero, qué se yo... Y aparte el padre le decía que “Mirá, si nos paran yo soy fulano, no soy Norberto”. Entonces empezó a tener muchísimos problemas. Se me despertaba de noche gritando, con unas crisis nerviosas muy, muy horribles, que... me fue muy difícil... Yo después, cuando decidimos separarnos y ya era un momento muy difícil, me puse a trabajar de empleada en una oficina, y tampoco hice más trabajo de base, ni nada. Y más o menos así me arreglaba, un poco con mi familia que me ayudaba. Cuando venía Norberto, cada tanto lo veía –bastante seguido lo veía a Andrés- hacíamos toda esa cosa, hasta que yo consulto con una psicóloga y la psicóloga me dice que realmente el chico, dice “No, es muy terrible lo que le está pasando a este niño, igual que a otros, porque él está como conviviendo con la muerte. Entonces por eso le agarran esas crisis de noche. Usted tiene que tratar de irse del país, que el padre lo pueda ver tranquilo, en un país donde pasee; no tenga que estar mirando a ver si viene alguien; si lo buscan, si no lo buscan...” Entonces yo empiezo a plantearle a Norberto que me quiero ir, que aparte ya habían caído muchos compañeros –cada vez que me mandaba mensajes, porque casi no lo veía; que éste, que el otro, que los de más allá- era una época difícilísima. Y bueno, al final lo convengo y ya... Yo soy muy latinoamericana, no quería irme a Europa -a pesar de que podría haber sacado

la nacionalidad española y haberme ido a España, pero quería irme a Latinoamérica- y le dije que, bueno, yo me podría ir a México –que me gustaba- y qué sé yo. Y bueno, medio aceptó, con algunas diferencias y todo; y cuando ya tenía todo preparado para irnos, me secuestran. Me van a buscar al lugar de trabajo. Por suerte no estuve muchos días, pero sí me llegaron a picanear y a torturar un poco - un poco digo porque al lado de las cosas que uno oye, realmente, me parece... esa culpa que a uno le queda que fue poco lo que me hicieron a mí, pero me hicieron bastante-. Y después lo llevan al hermano de él, también, que nos ayudaba. Y bueno, ellos realmente en ese aspecto, tal vez, lo que nos ayudó mucho era que no les importábamos nosotros. Querían que hiciéramos una cita para entregarlo a Norberto - que le dijéramos que Andrés... que se lo iba a llevar a un lugar... qué sé yo-. Y realmente nosotros no lo podíamos ubicar a Norberto por su modo de funcionamiento -no sabíamos ni dónde vivía, ni teníamos un teléfono- porque era él el que llamaba. En eso tengo que reconocer que Norberto siempre fue muy, pero muy cuidadoso. Que si bien él era, tal vez, un poquito inconsciente, o no lo mostraba el riesgo en el que estaba metido, pero trataba a nosotros de preservarnos lo mejor posible. Y entonces por eso no quería que yo supiera dónde vivía, ni su dirección, ni su teléfono y su hijo tampoco, de modo que si nos pasaba esto, no... Y yo creo que ellos –a pesar de la tortura y todo- se dan cuenta el que puede tener datos o no. Entonces, después de tres días de estar ahí, nos dejaron en libertad. Pobre Andrés. Fue a buscarlo mi mamá al colegio, como pudo... Estuvo con mi hermana y qué sé yo... Cuando yo salí de eso dije “Sí, ahora no me quedo un día más acá, realmente es un poco peligroso”, porque lo que yo sospechaba que me iban a seguir y me siguieron, porque después me fueron a buscar otra vez.

P: ¿El salir, ya fue de nuevo salir con amenazas de que en cualquier momento podrían volver?

R: En realidad, no lo dijeron. Pero yo lo suponía porque me daba cuenta de que Norberto como había sido... era tan conocido - por su actuación política, por el partido, por el Operativo Dorrego -, y Norberto tenía un carisma muy especial y era muy político; era un tipo que si hubiese llegado a vivir, hubiese tenido realmente... hubiese sido un político muy importante. Y yo creo que ellos buscaban y les importaba más esa gente que veían como formadora, que por ahí... No, el que estaba directo en la lucha armada, también, todos... Porque también nosotros estábamos. Pero esa gente... Y yo lo que traté de mandarle mensaje a Norberto que no me buscara, ni se acercara a mí para nada. Yo no quise ir a mi casa - por más que no me habían ido a buscar a mi casa-, pero me fui a la casa de un pariente, y demoré, la verdad, mucho tiempo en irme, por -un mes, que para mí fue mucho tiempo- por los papeles de Andrés, porque no tenía pasaporte... Y cómo me iba, y qué hacía y quién me lo daba. Hasta un día me fui a hacer la cola a la policía para conseguirle pasaporte, cuando me piden la firma del padre ¿cómo iba a ir con la firma del padre? Entonces, de algún modo después conseguí que me ayudaran, dándome documentos y un mes después, me fui. Me fui, vía... como hace mucho... primero estuve en Uruguay. En Montevideo pedí la visa para México –que ya los de allá sabían, porque todos los argentinos íbamos a pedir la visa ahí-, después estuve en Río –que, de paso, conocí Río que no conocía, dos o tres días- y después me fui para México. Esto pasó... a mí me secuestran en junio del '77, por mediados, me voy un mes después, en julio del '77. Y el día del niño –que en aquel entonces era el primer domingo de agosto- a la mañana, me van a buscar a la casa del pariente que había estado. Otra vez. O sea íeso que era un barrio! Yo me acuerdo que en ese lapso de un mes adelgacé como quince kilos, porque no comía absolutamente nada y tenía esa cosa de la intuición que alguien me... pero yo miraba y no veía a nadie... pero bueno, algún seguimiento me hicieron, porque supieron que estuve ahí. Así que bueno, después llegamos a México. Y bueno, realmente para mí fue como una liberación. Yo, México es un país que adoro.

P: Escoger México, bueno, es porque más o menos ¿era algo natural para la colectividad de los argentinos, Flora?

R: Sí. Sí... o tal vez sabía de alguno que había estado ya, o que se había ido para allá. Me cautivaba mucho toda la cultura de ese país -pero la cultura profunda, no el mariachi y todo eso- los mayas, los aztecas los toltecas y todo eso. Sabía que estaba Puiggrós ahí, y que se había formado una colonia argentina muy grande. Y también me encontré, por encargo de Norberto –me dijo

“andá a verla que te va a ayudar” y qué sé yo- con una gran mujer que acaba de fallecer ahora, que era la psicóloga Silvia Berman - que era la presidenta de la Asociación Psiquiátrica Argentina- que tenía una hija desaparecida y que se había ido allá, que realmente cuando yo estuve me ayudó muchísimo. Primero estuve unos días en un hotel, después ya la colonia argentina me ubicaba en casa de compañeros, me ayudaron a conseguir trabajo. Estuve militando mucho allá en las comisiones que se crearon de derechos humanos, había varios grupos ahí de exilados de todos... más políticos, menos políticos, más izquierdistas, menos izquierdistas... nos peleábamos a veces en los comités, pero nos íbamos ayudando mucho, así humanamente. Realmente, para mí, yo puedo decir después de toda esa historia, y con lo que a mí me gustó estar en México, y lo que pude trabajar, trabajé también otra vez con la metodología de Paulo Freire -y conocí a Freire en un seminario al que fue allá, que para mí fue un deslumbramiento- en sectores campesinos; anduve revisando y supervisando algunos servicios que se habían creado en la época de Lázaro Cárdenas -que se llamaban las Misiones Culturales, que eran en pueblos muy perdidos, era un programa muy interesante, así que yo digo realmente que fue como un exilio de oro, por todo lo que había pasado, por cómo me sentí, cómo nos recibió... Eso para mí. Tal vez para Andrés fue mucho más duro. Incluso fue muy difícil para él cuando... bueno, después dentro de ese exilio de oro viene al año la desaparición del padre. Porque esto sucedió, ya dije, mediados del '77 y un año después... Norberto estuvo tres, cuatro veces con nosotros, porque ya se había formado el Movimiento Peronista Montonero, que se reunía muchas veces en Roma, en España, y él trataba de pasar siempre por México y estar unos días, sobre todo con Andrés, que para él era... bueno... era un encuentro muy lindo, el padre siempre lo llevaba, lo traía, paseaba mucho con él, le hacía regalos, y qué se yo... y bueno... estaba esperando la próxima venida del padre... Y bueno, un año después, él viene y me dice que, bueno, ahora por un tiempo... Después del mundial... Había estado afuera... Perdón, había estado siempre en el país, cosa que muchos creen y que yo ahora aclaro mucho que él no se vino conmigo, que en realidad él siguió trabajando y estuvo viviendo siempre en el país, hasta que lo secuestran, prácticamente. Y recién en aquel entonces - a mediados de '78- iba a vivir por un tiempo afuera, en España. Y se viene a Río, donde había quedado con algunos compañeros que estaban -argentinos que iban a seguir trabajando acá en el grupo que él trabajaba- y tenía que dejarle algunas cosas, dinero para sobrevivir, documentos, etcétera. Y bueno, lo que él no sabía era que estos compañeros ya habían caído, y lo entregaron. Y vinieron a buscarlo directamente con una delegación del ejército. Entonces, lo que yo siempre digo de Brasil -fue como de paso, pero bueno- ellos permitieron... Una versión que hay es que le habrían dicho a la policía brasileña que él llevaba dinero para que lo ayudaran a detenerlo... Nunca supe si fue apenas llegó en el Aeropuerto o fue uno o dos días después en algún hotel donde tenía que encontrarse con sus compañeros. Él salió -como estuvo con nosotros- salió el vuelo del 31 de julio -yo sabía el vuelo y todo porque le había reservado el pasaje de Pan Am. Era Pan Am, creo, sí-, fuimos a llevarlo al Aeropuerto con unos compañeros y salió, el avión salió. Pero después, bueno, pasan los días y no tenía noticias. Él siempre se las rebuscaba para llamar, de algún modo, y no... No había llamado a nadie. Y bueno, después, con el tiempo se supo que era esto, que estos compañeros lo entregaron. Yo me entero, la verdad, bastantes días después -en eso tengo una crítica muy fuerte hacia la gente de la organización que no me dijeron nada-. Hasta que yo me enteré porque hablé a España a un compañero, a un amigo con el cual se tenía que ver y me dice “No, no llegó, ni habló con nadie desde que salió de México”. Y bueno, ahí fui y pregunté y “Sí” me dicen “Hay sospechas de que... bueno...” y ya habían pasado como diez días... Así que bueno, yo después, ahí fui... Lo primero que fui al Consulado de Brasil, me peleé mucho con tus compatriotas, porque al principio no querían aceptar “Cómo Brasil, no tiene nada que ver” “Pero sí, el pasaje, lo tengo...” Y bueno, denuncias y denuncias y denuncias... Hasta el día de hoy es uno de los casos que ha quedado más, digamos, más oculto... Se sabe que lo fueron a buscar ahí, hay versiones de que habría estado acá, o en El Olimpo - por gente que estuvo ahí- o Campo de Mayo, pero...

P: No hay un testimonio directo...

R: No, no hay testimonio directo... Ah. Lo que sí tengo que decir - eso es muy importante- que en lo que me ayudaron ahí muchísimo, muchísimo tus compatriotas fue, en febrero del '79 se realiza en Puebla la Reunión Latinoamericana, que era la continuación de Medellín. Yo estaba,

porque seguía con mi militancia cristiana; entre varios compañeros habíamos formado un grupo en México que se llamó Cristianos Argentinos en el Exilio, y a su vez después nos reunimos con latinoamericanos, porque había –yo trabajaba en un centro ecuménico en aquel entonces- estábamos con chilenos, salvadoreños, nicaragüenses, uruguayos, brasileños; todos los que estaban exiliados allá. Entonces voy a participar a Puebla. Nosotros hicimos en aquel entonces lo que se llamó como un concilio paralelo, donde desde afuera todos los sectores que venían de la Teología de la Liberación protestábamos por lo que se estaba tratando adentro, sin tener en cuenta toda la realidad de nuestros países, y hacíamos reuniones paralelas. Ahí tuve la suerte de conocerlo personalmente a monseñor Arnulfo Romero –que estuvo participando de esa reunión paralela-, varios teólogos de la liberación peruanos muy importantes. Bueno, éramos exilados de distintos países. Y yo dije, “Bueno tengo que hacer algo acá”, y entonces alguien me dijo “¿Por qué no vas a ver a los periodistas brasileños que están participando? Porque vienen al Concilio como trabajo periodístico”. Y tuve entrevista con varios, me recibieron muy bien, me ayudaron mucho. Alguno me dijo que había oído algo del caso, incluso me nombró un vereador –que yo no sabía qué era, después me enteré que era como un concejal o algo así- que parecía que en algún momento había comentado algo y qué se yo... Y ellos me aconsejaron por qué no lo veía al cardenal de Río de Janeiro Sales, que él había –si bien no era de una posición muy avanzada pero- en la cuestión de derechos humanos había ayudado mucho. Entonces tuve una entrevista con él –cosa que no pude hacer con ninguno de los obispos argentinos porque nada... no se prestaban a nada- y le comenté mi caso. La idea mía era, si él aceptaba, irme a Brasil con los obispos que vinieran de Brasil. Porque algunos me habían dicho que fuera, que podía ser que hiciera algo. Pero yo realmente irme así por mi cuenta después de lo que había pasado a Norberto, no... no tenía mucho sentido ir a hacer quilombo allá, a Río por mi cuenta y correr riesgo. Entonces le comento esto y me dice: “Bueno, mire, yo me acuerdo del caso de unos uruguayos, que son una pareja...” -que fue muy famosa, el caso ése fue muy sonado...-

P: En Porto Alegre. Lilián Celiberti y Universindo Rodríguez...

R: “... pero de un argentino... Yo no me acuerdo mucho ¿cuándo fue?” me pregunta. Y entonces yo le digo “tal fecha”, “Bueno, mire, vamos a hacer una cosa...” –realmente tuvo una actitud muy buena conmigo, yo no tuve tanto con él después- me dice “...yo voy a llegar a Río y voy a averiguar con la gente que conozco, si me dicen que realmente el caso sucedió, yo la recibo allá, vengasé, la alojo en un lugar de la iglesia o una casa de monjas, lo que sea, y usted viene. Usted espere que yo le escriba”. Y bueno, a los dos o tres meses me llega una carta de él que dice “Sí, efectivamente, averigüé y este caso es conocido acá. Así que bueno, como yo le dije, si usted se quiere venir, vengasé, yo la voy a alojar, la voy a hacer ir a buscar con alguien y la voy a alojar en la casa de alguna comunidad religiosa. Traiga todos sus papeles en orden. Con la policía brasileña no va a tener ningún problema, ahora de los argentinos no le sé decir, porque se sabe que andan actuando en Río”, directamente me lo dice en la carta. Entonces yo consulté con algunos compañeros y gente de confianza mía, me pareció que era un poco riesgoso ir y que... Aparte lo que me parecía absurdo era que tres o cuatro meses después, Norberto estuviera todavía en Brasil ¿Para qué lo iban a querer los brasileños? Salvo que lo guardaran para algún intercambio. Que en realidad, me había hecho llegar ese mensaje la gente de la organización, que yo desconfiaba bastante, y que pensaba que querían que fuera a hacer... qué sé yo... relaciones públicas ahí. Entonces, decidí no ir. Y entonces, en un momento, no sé cómo se dio entre tanta gente que venía, me vinieron a ver de la revista Isto é, que es una revista -no sé si existe- del sur, muy importante. Por el caso mío y qué sé yo, y yo les explico todo esto, y también les muestro la carta ésta que me había mandado -con sello oficial y todo- el Cardenal donde decía que se veía, que se sabía que había gente de seguridad argentina actuando en Río. Y que por eso no fui. Bueno eso después se hizo público y él se enojó conmigo, me mandó una carta diciendo que él había hecho las gestiones a nivel personal, y que me quería ayudar... En eso reconozco que no estuve demasiado bien, pero para los fines políticos era muy importante que un Cardenal estuviera diciendo eso, de alguna manera confirmaba lo del Operativo Cóndor. Bueno, esa es una de las cosas que nosotros, ahora cuando salga la causa del Operativo Cóndor, somos querellantes y figura en el expediente.

P: Flora ¿puede explicarnos un poco qué fue la Contraofensiva? Porque eso es un hecho que es prácticamente simultáneo al secuestro de Norberto, o sea, está dentro de ese proceso.

R: Y sí, más o menos, según yo sé por fechas –aunque en aquel entonces yo no estaba dentro de la organización- por fechas, sé que más o menos fue cuando se empezó a organizar la Contraofensiva. Que era como, bueno, traer... formar... formar y... Sí, formar cuadros –la mayoría que ya habían salido del país- para entrar, digamos, actuar otra vez en forma –la mayoría- clandestina y ver... realizando este proceso en el cual -de acuerdo a los que lo habían organizado- había posibilidades del triunfo de un proceso revolucionario. De dónde salió –yo sé que hay documentos escritos sobre el tema, yo no los he visto- lo que sé, puedo decirlo, desde México, yo lo viví - yo no estaba para nada encuadrada en la organización, pero sí tenía compañeros, que nos veíamos en la Casa Argentina y en el comité que teníamos donde trabajábamos en derechos humanos que comentaban y que se veía por los movimientos que hacían y todo- que se estaban preparando para entrar al país en esta nueva etapa donde se iba a establecer como la lucha final. Incluso hubo un caso muy sonado allá, de una madre de una nena de dieciséis años, que había aparec... La nena había decidido que quería volver y la madre no quería y lo denunció varias veces, pero ella estaba muy convencida y al final entró y fue una de las que después no se supo qué pasó con ella. Entonces, Norberto –según me dijo gente que yo vi posteriormente y con la cual conversamos sobre el tema- en su salida era uno de los que estaba colaborando a reorganizar toda esta parte en los distintos países de los grupos que iban a estar entrando. Eso es lo que yo tengo más o menos por conocidos. De esa gente que entró en la Contraofensiva, son muy pocos los que conocemos que lograron salvar, alguna pareja por ahí perdida. Y hay un libro muy importante, que yo recomiendo mucho, que se llama, de Eduardo Astiz -el bueno le decimos nosotros, porque es un Astiz que no tiene nada que ver con el otro y que entró en la Contraofensiva- y él escribió un libro que se llama “Lo que mata de las balas es la velocidad” así en forma medio risueña, pero cuenta en un libro bastante grosso, toda su experiencia en la Contraofensiva con otra pareja y con otra gente que entró. Y bueno, realmente fue eso. Fue que mucha gente creyó, mucha gente se formó, se preparó y entró al país en forma –en general- clandestina, por distintos lugares, desde distintos países a hacer funciones... Lo que veo yo en el libro éste que leí es que hacían mucho funciones de propaganda. No era tanto la parte armada, creo, que era lo que se proponía en esa etapa; por lo que yo veo en este libro. Tratar de reunirse, ir formando grupos con algunos trabajadores, propagandas –se arrojaban volantes, o se hacían operativos de interrumpir películas o programas radiales y meter una consigna-, todo ese tipo de cosas. Y bueno, como se supo después, desgraciadamente fue una contraofensiva organizada desde no sé qué principios, con qué conocimiento de la realidad... si fue una utopía total, no sé. Fue muy difícil y fue como el golpe de gracia para todo un proceso en el cual se perdió mucha gente muy valiosa. Muy difícil.

P: Flora, casualmente, en estos días están pasando esta película que se llama “Infancia Clandestina”, no tengo cómo no hacer una referencia a esto, porque habla justamente de esto. Habla de la Contraofensiva, bueno, con los personajes que son colocados en la historia, hay un niño incluso, hay dos niños en realidad ¿Usted ha visto esta película? ¿Qué le ha parecido?

R: La vi. La vi y me gustó mucho. Me pareció que fue muy valiente de parte de “Benja” –como le dicen- mostrar esta realidad en lo social. Porque solamente los que vivimos esa realidad –y yo no la viví tan intensa, con una clandestinidad como se ve acá, yo te hablaba hoy de la semi-clandestinidad, acá es total- realmente los que vivimos eso podemos darnos cuenta. La otra gente que habla peyorativamente muchas veces, porque oye de Montoneros que hicieron, que dijeron... creo que está muy, pero muy bien hecha. Que muestra una realidad que se extendió mucho más de lo que pensamos en nuestro país, y que muestra también la parte humana, que creo que es muy importante. Que si bien había algunos un poquito más duros y más troskos – como les decimos nosotros- también como todo ser humano tiene su sentimiento de padre, de hijo, de hermano, y bueno, creo, realmente que artísticamente es muy buena, y lo que muestra es una realidad que nos enseña mucho y que nos va a servir... Nos enseña más, en general, al pueblo a mostrarle una realidad que muchos ni se imaginan que existió. Así que es muy bueno

haber hecho esa película.

P: Dígame una cosa - hoy hablamos con Andrés también- enseguida que secuestran a Norberto, usted –según nos contó Andrés- durante un mes sale a hacer denuncias en todos lados. Y le preguntamos a Andrés dónde se había quedado él. Y dice: “Ella después les va a contar porque yo no sé, esto no sé” ¿Él quedó con quién? ¿Con amigos?

R: Bueno, yo hoy cuando dije de Silvia Berman, quedó con ella.

P: Quedó con Silvia.

R: Claro, Silvia Berman era una mujer un poco mayor que yo que-vuelvo a decir- desde que me conoció... Ella según me dijo creo que había tenido alguna ayuda de Norberto cuando tuvo que salir del país, como era presidenta de la Asociación Psiquiátrica y tenía una hija montonera desparecida cordobesa, fue muy difícil su situación. Entonces parece que hubo alguna intervención de Norberto en ayudarla a salir, y entonces, desde que yo llegué allá ella me ayudó muchísimo, es más, mientras yo no pude conseguir departamento, no alquilar porque todavía no tenía dinero, estuve viviendo en casas de toda la colonia de psicólogos. Porque aparte la colonia de psicólogos en México era muy grande, porque había sido un sector profesional que había sido muy perseguido, por todo el avance que habían logrado. Y entonces, cuando yo tuve que irme, primero yo hice un montón de denuncias en México, que me apoyó la FELAP -que es la Federación Latinoamericana de Periodistas-, bueno la Casa argentina, el Centro Ecueménico, bueno, todos los lugares con los que yo trataba. Pero hubo un momento en que hubo que irse a Europa y entonces, yo qué hacía, yo tenía varios amigos, y le pedía a ella si lo podía dejar a Andrés con ella. Ella tenía un nieto de su hija que había desaparecido, un poco más chico que Andrés –tendría tres, cuatro años- y –realmente yo siempre digo “mi hermana mayor” o mi “segunda madre”- se quedó a cargo de Andrés, fue al colegio si hubo que ir a hablar y explicar por qué. Bueno, realmente fue una gran ayuda, por eso yo hoy comenté que su muerte –a pesar de que últimamente no la veía mucho- me afectó mucho. Pero bueno, esas son cosas que tuvieron que pasar nuestros hijos. En aquel entonces yo tal vez, no sé si fui demasiado cruda o no -bueno ahí también viene toda una etapa muy difícil de Andrés - porque yo cuando pasan los diez días que de Norberto no hay noticias, que no hablo con nadie –esto era en el '78, Andrés tenía nueve años- y yo no quise mentirle, me pareció que era mejor, aunque fuera fuerte, decirle la verdad. Entonces yo le dije: “Mirá, tu papá salió de acá, estuvimos con él, lo llevamos, pero después de que salió de acá, no habló con más nadie. No sabemos qué le puede haber pasado. A lo mejor lo secuestraron como a tantos amigos. Vamos a buscarlo y ver y reclamar y todo”. Bueno, ahí Andrés tuvo una etapa muy difícil, muy, muy difícil, donde no habló nunca más del padre. Durante cinco o seis meses no se acordaba ni que el autito, ni la bicicleta, ni nada. Y bueno, ahí tenía yo mi asesora, Silvia Berman, que lo fui a consultar con ella y me dijo: “Esperemos un poquito, a ver qué pasa”, y no, seguía igual. Así que después ya empezó a hacer una terapia con una psicóloga infantil, que fue la que lo ayudó. Fue como tres años, casi, que la estuvo haciendo para poder salir de esa realidad... en primer paso, porque después toda la vuelta acá y todo fue también bastante difícil. Y que vuelvo a decir, es esa realidad de los hijos de desaparecidos, que ellos solos la conocen. Yo siempre digo, haya estado separada o no, era Norberto, yo considero, mi pareja, para mí fue muy doloroso, es muy doloroso, pero yo lo puedo tratar un poco más racionalmente, era mi compañero. Para él era su padre. Y haber perdido su padre así, en esto de la maldita desaparición de Videla “que no está” y qué sé yo, todo el mal que quisieron hacer lo lograron al máximo, porque es una situación muy difícil, muy difícil. Que es lo mismo también de Benjamín con la película, y qué sé yo...

P: Flora ¿en qué momento toma la decisión de volver a Argentina? Estuvieron siete años en México ¿no?

R: Siete años. Lo que pasa, bueno, ahí también tuvo que ver mucho Andrés. Bueno, las elecciones, que triunfó Alfonsín se hacen en... diciembre o ¿cuándo asume Alfonsín? En diciembre. Me acuerdo que nosotros íbamos casi todos los domingos al aeropuerto de México a despedir a amigos que se iban. Entonces era una verbena ahí en el aeropuerto, de argentinos, unos que iban a

despedir a los amigos que se iban y otros que nos quedábamos pero los íbamos a saludar y qué sé yo. Y ahí, entonces, empezó Andrés a querer volverse. Él decía que quería volverse. Yo no estaba muy segura. Yo no sé si me hubiese vuelto tan pronto si no hubiese sido por el pedido de él. Era una contradicción, porque después se trató mucho el tema con los hijos, y generalmente se dio al revés, los que querían volver eran los padres y los que querían después, no. Él manifestó en seguida el deseo de volverse. Y yo que sí, que no, que voy a consultar, que con uno, con otro... Y tuve algún problemita administrativo, con mi estadía allá, la residencia. Yo tenía dos trabajos, trabajaba en la universidad y en la Secretaría de Educación Pública, y ya se habían puesto un poquito duros y una renovación de un trabajo que tenían que darme, me la negaron; y me dejaban nada más con las horas en la universidad, que eran pocas. Entonces, para vivir no me alcanzaba, tenía que empezar otro trabajo - un tipo de trabajo afuera, no iba a trabajar en una empresa-, y entonces, un poco ahí fue cuando me decidí y nos vinimos. Y nos vinimos en marzo del '84. Por supuesto, cuando llegamos, en el Aeropuerto estaba media familia con carteles "Bienvenido Andrés" y todo ese tipo de cosas que... Bueno para él fue un poco duro también al principio en lo que sintió ni pienso. Fue también un poco duro el colegio, le costó bastante, porque aparte, a pesar de hablar el español hablaba con la entonación mexicana le decían "el chamaco". Él había ido a escuelas muy libres allá, yo siempre lo había mandado a escuelas tipo -y vuelvo a caer en la metodología de Freire- así con cierta libertad, que una materia si no querían ir un día, podían ir a la otra, y salir... Y acá se me ocurrió mandarlo al -incluso me ayudó mucho Augusto Conte Mac Donell, porque casi no consigo vacante- estaba en tercer año de secundaria, en el Nacional Urquiza, que está en Flores. Con el preceptor y todo, había una cosa de mucha rigidez con los adolescentes en ese entonces. Tuvo uno o dos años muy difíciles en esa escuela. Muy difíciles, porque bueno, él no conocía ni lo que era un preceptor, nunca había tenido un preceptor en las escuelas de allá. Pero bueh...

P: ¿Y cómo fue para usted?

R: Para mí fue muy duro.

P: Le digo dentro... hoy casualmente hablábamos con... la palabra el "des-exilio", no, esa cosa de volver...

R: Para mí fue más duro el "des-exilio" que el exilio. Porque el exilio, como yo iba con toda esa realidad tan difícil -había estado secuestrada, no podía trabajar en lo mío, tenía todo el problema de separación de la pareja- llegar a un país donde yo podía caminar libremente, ver la foto del Che Guevara por todos lados, no tener miedo si un coche se paraba, para mí fue como una liberación. Llegar acá, para mí fue retroceder, fue volver a como me fui. Hubo dos cosas; primero me surgieron un montón de miedos. En cuanto yo veía alguien que me miraba un poco fuerte ya tenía miedo de que me estaba siguiendo, o si un coche se paraba un poco ya parecía que tenía que ver conmigo. Y después en lo profesional también me fue muy duro, porque se formó toda una cosa bastante difícil -que hasta el día de hoy persiste entre compañeros- de que el que se fue y el que se quedó. Entonces, los que habíamos estado afuera; yo, profesionalmente fue una etapa de oro para mi profesión, venía con más experiencia, podía haber sido -como me dijo alguien- hasta ministra nacional en la cuestión de adultos con todo lo que había hecho. Y los que estaban acá, estaban luchando, también muchos se habían quedado pero peor; se habían ido a una provincia, habían hecho cualquier trabajo que no tenía nada que ver con su profesión, habían estado con el miedo permanente. Entonces, "Claro, vos venís ahora y querés sacarme tal cosa, no, me toca...". Entonces nosotros formamos un grupo, yo participé -no me acuerdo cómo se llamaba- que era la reinserción de los que veníamos. Pero me fue muy duro. Hasta poder ubicarme, más o menos en lo mío y volver a ser un poco reconocida profesionalmente, y encontrarme con gente que quería, que la había perdido de vista y no sabía ni dónde vivía y todo, la verdad me costó mucho. Y siempre estaba con la expectativa como de volver, no. Pero bueno, como Andrés ya iba haciendo su carrera acá... y siguiendo acá, y él iba... andaba bastante bien, aunque un poco indeciso con sus carreras, porque primero fue un año a, a qué fue... a Sociología, después fue a Ciencias de la Comunicación -que tampoco terminó- hasta que se decidió por el cine, cosa que ahora sí, ya encontró ampliamente su vocación. Pero bueno, siempre nuestra vida estuvo muy, muy ligada a la de Andrés. Será porque es hijo único, será porque pasamos cosas muy fuertes los dos. Nunca

se sabe si uno quiere y el otro no quiere. Ahora, la verdad es totalmente independiente, pero al haber pasado cosas tan fuertes, eso marca mucho.

P: Flora, ahí pasan unos años y aquí entonces -para retomar y encaminar un poco el final de esto- viene toda una lucha suya y de Andrés también, claro -y de, bueno, de tanta gente en este país, de querer tener informaciones, de exigir, o sea, conocer responsabilidades, bueno todo lo que tiene que ver con esto ¿Cómo ha sido esa trayectoria de conseguir, de recuperar lo que se puede saber hoy de lo que pasó con Norberto? Y bueno, un poco de su ida a Porto Alegre de cómo encontró alguna información...

R: Bueno, eso ha sido una lucha permanente, permanente, permanente. Yo, incluso, en los primeros años en México –además de mi trabajo, nuestra relación con Andrés, la familia que éramos y los amigos con que nos movíamos- trabajé mucho, mucho en derechos humanos. Ahí donde aparecía Brasil o venía algún brasileño o el presidente o tal, yo ahí estaba mandando telegramas, cosas; era una lucha permanente de reclamos y reclamos –tengo carpetas, y carpetas y carpetas-. Al venir acá, la primera etapa fue un poco acomodarse y ver. Después vinieron lo de los juicios, y bueno dijimos “Acá es una buena oportunidad”, yo empecé a ir al CELS, también hice mi testimonio, que no lo había hecho, hice las denuncias en la CONADEP, y también empecé a trabajar con Familiares –con quien siempre trabajé más fue con ese grupo-, y a ver qué se podía averiguar. De repente venía alguien y nos decía: “Mirá que los Antropólogos parece que tienen una información que no tienen los otros organismos”, y ahí íbamos a hablar. Después cuando salió una etapa que Camilión estuvo de embajador, o algo tuvo que ver con Brasil -y Norberto cuando era director del diario había tenido reuniones con Camilión como periodista- aprovechaba. Es decir, uno está siempre con el ojo y la oreja avispada a ver adónde puede meter alguna cosa. Pero la verdad, en el caso nuestro -y yo lo siento muchísimo, pero muchísimo por Andrés- en un caso que ha quedado tan, tan... más que hasta ahí, que lo fueron a buscar, ha quedado muy, pero muy tapado. Si hubiera como en algunos casos que sí, que el vecino vio que lo fueron a buscar o que se armó esto, o que un auto, o que lo agarró... No, no, no. En ese aspecto es muy, muy difícil. Por eso yo, también un poco quise escribir ese libro... Ah, una de las cosas que primero logramos - que ahí hay una fotito abajo- es que en Arrecifes lo reconocieran, porque es una familia muy conocida, él había empezado su militancia ahí, de muy joven, entonces a los veinte años, creo, de su desaparición hicieron una plaza con su nombre, que se llama “Plaza de la memoria, la verdad y la justicia”, que tiene su nombre. En eso nos han acompañado mucho autoridades provinciales, fue Jorge Taiana, que en aquel entonces era Canciller. Y después me pareció que la figura de Norberto ameritaba, digamos por toda su militancia y todo lo que había hecho y había aportado, ser rescatada un poco a través de contar su historia, y algunos materiales, que no todos se habían podido rescatar, publicarlos. Pero bueno, es una lucha permanente. Yo creo que mientras uno viva, es una cosa que no va a acabar nunca... Porque algún día, por lo menos podremos lograr una lista donde se diga sí... porque eso lo hay. Las listas están, seguro. Porque cuando yo estuve secuestrada a mí me hicieron –en un momento que estaba tirada ahí, en el suelo- vino alguien y me preguntó datos y que vos te das cuenta, que yo no veía porque estaba con los ojos cubiertos, que era un fichaje, para tener los datos. Entonces estoy segura. A veces se me ocurre alguno de esos generales que todavía están vivos, como Harguindeguy - que fue uno de los que él conoció - si yo lo pudiera ver y hablar y preguntar... Pero no, no. Más de ellos... Más de lo que se ha visto en los juicios, no creo que su arrepentimiento llegue, o su humanización, yo ni siquiera diría arrepentimiento, humanización. Porque lo que han hecho es tan tremendo. Yo que he estado tres días ahí y que a mí –como vuelvo a decir- no puedo decir que tanto me hicieron, pero sentí los gritos, vi, toqué gente en unos momentos y qué sé yo lo que era ese infierno... Es increíble pensar que seres humanos les puedan hacer a otros seres humanos, por diferencias ideológicas o por lo que fuera, semejantes cosas. Y que todavía salga este señor Videla a decir, con total naturalidad, qué sé yo, como si hubiese estado matando moscas, y diga eso de los desaparecidos. En eso, los argentinos fuimos terriblemente refinados de maldad. Porque yo analizo también los demás países y veo que Brasil, comparando lo que pasó, no hay ni la octava parte de desaparecidos. Ni Chile, ni ningún país tiene la cantidad de desaparecidos que

tenemos nosotros. Fue un método perversísimo. Pero bueno, yo creo en la justicia, algún día se va a lograr. Si no lo vemos nosotros, lo verán nuestros hijos.

P: Flora, la última pregunta que le hago. En Brasil ahora hay una Comisión para la Verdad –también demoró mucho para que saliera, pero ha salido- y tiene mucho trabajo, muy poco tiempo, y bueno, hay expectativas. En todo caso, particularmente ¿qué expectativas tiene usted en que esto puede ayudar? ¿De qué manera puede contribuir?

R: Y yo tengo muchas expectativas. Porque yo pienso que si se empieza a buscar documentos, tiene que haber algún documento, en algún lugar, donde haya una orden de que vayan a tal lugar y que agarren a tal persona. Si han ido militares allá, han tenido que hacer arreglo con alguna fuerza o algo de allá para que los dejaran actuar, para que los dejaran meterlo en un avión y traerlo. No es tan fácil, creo, entre países hacer eso, así, a escondidas. Entonces, supongo que alguna expectativa... tengo mucha expectativa de que alguna información se puede lograr. Por lo menos que acepten. Lo que pasó fue muy importante –eso yo no lo comenté- toda esa lucha nuestra de la denuncia y de que en el Consulado de Brasil me decían que no, después de tres meses, revisando los archivos, salió en un recorte en un diario de acá, donde decía que la Cancillería brasileña reconocía que fulano había entrado a Brasil en tal vuelo -por suerte yo sabía el documento que llevaba- en tal vuelo, con tal documento, fulano de tal que era Norberto Habegger. Eso se logró, entonces si se logra eso es porque hay algo concreto que nos puede decir, por lo menos que diga con claridad que lo trajeron acá. Porque es casi seguro eso lo que ha sucedido. Pero bueno, para mí me parece muy grato y muy importante, también para el proceso de nuestros países, que estamos todos en revisión de nuestra historia, que haya logrado crearse esta Comisión. Y tengo mucha fe, mucha fe –porque aparte soy muy feminista y admiro también mucho a Dilma- que realmente, va a dar mucho apoyo a esto.-

P: Muy bien ¿Hay alguna cosa que le gustaría decir, que no le pregunté o que no... algo más?

R: Ay... No sé si se me ocurre decir algo más.

P: Está bien así... está muy bien

R: Yo creo que está más o menos bien ¿no?

P: Está muy bien. Muchas gracias, Flora.

DEPOIMENTO 37 – ANDRÉS HABEGGER.

CIUDAD DE BUENOS AIRES, 6 DE OCTUBRE DE 2012.

P: Andrés, lo primero entonces que te pido es que hagas una rápida presentación de ti y de tu actual actuación profesional.

R: Bueno, mi nombre es Andrés Habegger, tengo 43 años, nací en 1969 y soy documentalista, he realizado varios documentales, me interesan mucho, digamos, las temáticas vinculadas a lo social en el sentido más amplio, a lo social y a lo artístico. También tengo todo un área de trabajo que tiene que ver con cine-infancia, cine y niños, de cine para niños y de producción con niños. Centralmente eso, me considero un documentalista o alguien que trabaja con la imagen.

P: Muy bien. Bueno, eres hijo de Norberto Habegger, ciudadano argentino que fue secuestrado en Brasil. Entonces, te pido que nos hagas un poco un relato de tu padre y de la militancia de tu padre.

R: Bien, bueno... Mi papá, Norberto Armando Habegger, nace el 9 de agosto de 1941, en un pueblito de la provincia de Buenos Aires que se llama Arrecifes, que queda a 175 kilómetros de la ciudad. Nombro a esto porque obviamente tiene que ver con su primera infancia y su desarrollo de la juventud. Arrecifes es un pueblo... ahora tiene treinta mil habitantes, no sé cuántos tendría en ese momento, un pueblo muy, muy, muy chiquito; que tiene como características de vivir mucho del campo por un lado, no, del cultivo y las cosas del campo, y por otro lado que es un pueblito, como se dice acá, "fierrero", hay muchos corredores. De hecho Di Palma y varios corredores conocidos de Argentina...

P: ¿Corredores de automóviles, de coches?

R: De autos, de autos, sí, sí... de Turismo Carretera, de Fórmula 3, Fórmula 2, Fórmula 1. Nombro esto porque a su vez tiene que ver con uno de los primeros trabajos que tuvo mi papá desde el periodismo. Bueno, él desde la... desde bastante joven, desde estar, creo que en la secundaria, que empieza a tener actividad política, en un momento bastante... bueno, en la década del... sería... esto sería... a ver... post Revolución Libertadora, post derrocamiento de Perón, fines de los '50, principios de las '60. Y empieza a tener su primera actividad en la JDC, en la Juventud de la Democracia Cristiana, y en la escuela secundaria. En un pueblito, como te digo, bastante pequeño así que debería ser bastante particular, no, por ese contexto digo, en comparación a una gran ciudad donde hay múltiples actividades y demás, allá no sucedía eso. Toda su primera militancia y actividad política siempre está como muy ligada al cristianismo. Después él termina... cuando termina la secundaria se viene a la ciudad de Buenos Aires, ahí es donde se traslada acá, para estudiar, empieza a estudiar... me parece que Economía. Lo que pasa es que es un dato casi anecdótico porque estudió muy poquito tiempo, sí. Y aquí es donde se conocen con mi madre también, si no me equivoco se conocen en la Acción Católica. Mi madre venía de una familia más católica tradicional, hija de españoles... que emigraron a Buenos Aires, y se conocen en ese ámbito. Y toda su primera... bueno toda la primera militancia después de la Juventud Democrática Cristiana, está vinculada con la Democracia Cristiana y con todo lo que empieza a ser en los '60... todo el movimiento más vinculado a los Curas del Tercer Mundo, a la Teología de la Liberación, a la Opción por los pobres... como esta toda línea más social, más comprometida con el trabajo social y demás –aclaro esto porque, bueno el catolicismo es como el peronismo, contiene adentro múltiples vers... múltiples líneas, y muchas veces antagónicas.

P: Esa es la línea del Vaticano II...

R: Claro, sí. En realidad... bueno... Mi papá escribió dos libros, y los dos están... en realidad escribió tres, pero dos se publicaron porque uno nunca se llegó a publicar. El primer libro que él publica en el año '67 se llama... es sobre Camilo Torres, el cura colombiano, y el título es así: "Camilo Torres. El cura guerrillero". Y el segundo libro de unos años posterior –que es un libro escrito con Arturo Armada y Mario Wainfeld, se llama "Los católicos postconciliares", que es justamente

cuando se produce el Concilio Vaticano II, donde la iglesia adopta la Teología de la Liberación. Y es... bueno eso es bastante particular, porque de hecho yo me llamo Camilo, o sea mi nombre es Andrés Camilo... y de hecho yo fui Camilo hasta los siete años... o sea, el nombre... esto tiene que ver un poco, con todo... con todo el contexto ¿no? Ahora ya soy Andrés y ya adopté Andrés, que también es mi nombre. En esa época, mi papá estaba, bueno, como te decía, muy cercano a toda la actividad de la militancia vinculada al cristianismo. Se interesa mucho por la figura de Camilo, bueno viaja a Colombia, empieza a investigar y demás, y como te decía, el libro lo publica en el '67. Yo nací en febrero del '69... y a mí me ponen Camilo, por Camilo Torres ¿no?, porque era como una figura muy... admirada por mi padre. Y en ese momento como no querían ponerme un nombre solo, empiezan a pensar algún otro y surge Andrés, y solamente por una cuestión casi de orden les resultaba, por cómo iba a quedar escrito, más lindo Andrés Camilo, que Camilo Andrés. No sé por qué les... porque el nombre que eligieron para mí, sin embargo, fue Camilo. Aunque esas cosas del destino, vaya a saber por qué, el que... en mi documento y en mi partida de nacimiento y en todo, el primero es Andrés. Me estoy yendo un poco para otro lado, pero esto digamos, tiene que ver con eso porque... y de hecho yo soy Cami... fui Camilo y soy Camilo. Pero mi nombre... el nombre con el que me identificaban era Camilo hasta... no me acuerdo exactamente cuándo... '75 una cosa así, cuando la situación se empezó a poner mucho más compleja en Argentina, antes del golpe inclusive, digamos, todos sabían que "el Cabezón", como le decían a mi viejo, tenía un hijo que se llamaba Camilito, y entonces me empezaron a llamar Andrés, digamos, por una cuestión de... básicamente de seguridad. Después, en el año '77 nos vamos con mi mamá a México y cuando vuelvo en el... cuando volvemos en el '84... o sea yo a partir de cuando me empiezan a llamar Andrés, quedó establecido como el nombre Andrés, mi vida en México fue como Andrés y después yo cuando era más grande, yo me sentía más Andrés que Camilo. Pero, cuando vuelvo en el '84, todas mis tías viejas y demás, me llamaban Camilito, las que no me habían visto durante siete u ocho años, así que ahí fue una pequeña lucha de identidad, pero sin embargo ya era Andrés y de ahí quedó en adelante, Andrés. Esta era la asociación entre Camilo Torres y mi Camilo. Bueno, durante todos los '60, como te decía, mi papá tiene como toda esta actividad que está cruzada... su primera actividad política, está cruzada con su elección del periodismo como actividad profesional, de hecho su primer trabajo, y me parece que eso surgió por algún contacto en Arrecifes, fue escribir en una revista que se llamaba Automundo, que era una revista bastante conocida -no sé si sigue existiendo- que la revista Automundo cubría como todo el mundo de los... en esa época, de los corredores, las noticias de los corredores. Y toda esta zona -Arrecifes, Pergamino- eran todas zonas de corredores. Pero de corredores aparte que estaba muy vinculado a la vida cotidiana, era muy común en Arrecifes -según me cuentan- en esa época, que había que tener cuidado con cruzar la calle porque de repente venía un auto y doblaba, o sea, todas las familias tenían siempre alguno que tenía un taller mecánico que se dedicaba... porque aparte los muy fierreros del alma... entonces los coches los armaban, los probaban, se iban los fines de semana y blablá. Bueno, y su primer trabajo, uno de sus primeros trabajos periodísticamente hablando, es en Automundo, y ahí conservo algunas fotos de algunos... de algunos testimo... de algunas entrevistas y algunas cosas que él hizo, que estuvo un tiempo ahí. Después su actividad periodística se empieza a ligar mucho más con su actividad política. Entonces ahí empieza a escribir en distintos... desde, no sé... Cristianismo y Revolución, El descamisado, después en una revista que se llamaba Primera plana, bueno distintos medios periodísticos, siempre mucho más vinculado a la... o a las entrevistas o a las notas de opinión o análisis más que al periodismo de todos los días, ¿no? Y ahí es donde bueno, se empieza como a juntar su actividad política con su actividad periodística. Y bueno, mi padre sigue el proceso... un proceso durante los '60 -que fue de bastante gente aquí, en Argentina- que nace vinculado a la militancia cristiana... a la actividad en "villas miserias" y demás y que progresivamente se va produciendo un acercamiento al peronismo -proscrito en ese momento- y que todos ellos empiezan a entender... o a ver... como la profunda base peronista del pueblo, ¿no?, de la base más humilde. Y entonces ahí se produce como ese viraje bastante progresivo, con lo que fue en su momento la CGT de los argentinos de fines de los '60 con Raimundo Ongaro... Hasta que finalmente, creo que fue en el '70; '71... no me acuerdo, si... no podría precisar exactamente, todo este grupo que venía de la Democracia Cristiana, y ya está en confluencia con el peronismo,

fundan Descamisados.

P: Descamisados...

R: Sí. Allí estaba Horacio Mendizábal -Horacio Mendizábal es uno de los que vuelve con la Contraofensiva y muere en la Contraofensiva-, De Gregorio, Dardo Cabo, son como... y mi papá, son como, básicamente los fundadores de Descamisados, y todo ese grupo tenía un origen muy, muy fuerte vinculado al cristianismo. Y Descamisados es otra de las organizaciones más pequeñas que en el '73, cuando se produce la fisión de FAR, FAP y Montoneros, todas dentro de Montoneros, son las que se fusionan en el '73 finalmente en Montoneros. Mi papá siempre estuvo mucho más ligado a la parte más... digamos, por lo que cuentan, y por sus características, también por parte de lo que yo recuerdo, mucho más como a la parte más... política dentro de las estructuras -inclusive dentro de las... cuando Montoneros ya se define como una estructura armada-, siempre estuvo mucho más ligado a la rama política. Quizás él tenía una particularidad de que, qué sé, yo, marcaba algo de diferencia con el resto, es que -aunque no mucho- pero era unos años más grande.

P: Esa es una característica que llama la atención...

R: Sí... Mi papá cuando desaparece tenía treinta y... estaba a punto de cumplir treinta y sss... pará, estamos hablando de setent... treinta y siete, estaba a punto de cumplir treinta y siete. Treinta y siete años. O sea, en el año '71 él tenía treinta. La... un buen... no sé si podría decirte porcentajes, pero un porcentaje muy grande de la militancia en los años '73; 4 y 5 en Argentina eran desde pendejos de la UES -la Unión de Estudiantes Secundarios- de dieciséis años, y el más grande tendría veintitrés, veinticuatro, digamos. De hecho Firmenich, Perdí... bueh, Perdía, no sé... bueno, con Perdía mis viejos eran bastante... mis viejos no, mi viejo era bastante amigo de Perdía, de hecho Perdía viene de la misma línea, porque Perdía era de Pergamino -Pergamino era el pueblo siguiente a Arrecifes-, entonces ellos se conocen desde el origen de la Juventud Demócrata Cristiana. Perdía estuvo... y cuando se fueron a Buenos Aires... creo que también vivieron un tiempo juntos alquilando una pensión o algo así cuando los dos estaban siendo estudiantes universitarios. No sé... seguramente tiene que ver con la edad, por eso en ese sentido también inclusive yo soy de los hijos de también soy en general de la línea más... grande, no. Por ahí muchos de los otros hijos de militantes de ese momento nacieron del '73; 4 en adelante. Así que no sé si tiene que ver en parte, en parte con eso... creo yo, digo estoy también hablando en... pensando en una hipótesis en voz alta, que mi viejo había pasado un poco la edad del puro fervor de los veintipico, donde nada se discute y donde uno siempre tiene razón, donde uno arremete contra el mundo sin que nada se oponga, y quizás por sus propias características personales, también. Entonces él siempre es de los que estuvo más ligado, como te decía, a eso, a la parte más política, digamos. Cuando Montoneros funda, después más adelante, cuando ya rompen con Perón y funda el Partido Auténtico, lo que se llamó el Partido Auténtico, ahí una de las funciones que tenía mi papá fue vincularse con todos los... con todas las personas más grandes que estaban dentro del peronismo que tenían simpatía o mucha cercanía política con la parte más de izquierda del peronismo. Bidegain, Obregón Cano... bueno, y distinta gente. Y él, por ejemplo, una de las tareas que tiene es que tenía vínculo con todos ellos era acercarlos a lo que fue en ese momento la intención de crear el Partido Auténtico.

P: Generalmente se dice que la ruptura de Montoneros con Perón fue algo muy traumático, tu papá no es un peronista de raíces antiguas, porque él venía de la Democracia Cristiana ¿qué sabes tú de esa ruptura? ¿Le causó algún tipo de problema? Digo en el sentido, incluso, de conciencia intelectual o frustración política, es algo que los viejos peronistas, de izquierda lógicamente, de repente en ese momento... lo sienten.

R: Sí, eso por ahí te lo puede responder más precisamente mi mamá, porque... es una buena pregunta que yo también me hago para ver qué... digamos... lo que siempre me cuenta mi mamá en torno a situaciones de este tipo es que mi papá era, digamos, también en el último momento tenía una actitud bastante crítica con muchos aspectos y con muchas decisiones -te estoy

hablando de más adelante, no sé qué habrá sucedido en ese momento, creo que era '74- pero que sin embargo él... por ahí era mucho más fuerte todavía su sentido de pertenencia. O sea... todavía... lo que lo sostenía, digamos, todavía dentro de la estructura, era más fuerte su sentido de pertenencia que su crítica para llegar a romper o a salir de otra estructura. Yo me imagino que por las características que él tenía no es una decisión que en general hubiera –políticamente, digo, a nivel de estrategia, no a nivel de deseo- pero supongo que no es una decisión que hubiera compartido. Por lo menos tan, tan, tan tajante. Pero bueno, uno dice esto también a la luz de toda... de toda la distancia y todo lo que sucedió posteriormente ¿no?. Yo creo que en ese momento también los montoneros estaban siendo tan... Mi papá, cuando en el '73 gana Cámpora, nosotros nos vamos a vivir a La Plata y era una especie de jefe de gabinete de lo que era el gobernador de la provincia de Buenos Aires, que era Bidegain, un señor... una persona más grande de un pueblito de la provincia de Buenos Aires que se llama Azul. Y era como... estaba como muy, muy fuerte en esa gestión, justamente haciendo en un lugar de gestión política. Sin embargo eso duró siete meses hasta que lo expulsaron y asumió el segundo de Bidegain que era Calabró que respondía como a la línea más... a la otra línea más ortodoxa del peronismo, así... Con esto a lo que voy es que yo creo que la estructura de Montoneros que ocupó lugares de poder muy fuerte con Cámpora, en el... muy fuerte en el '73, digo, cuando se llega al '74 y a la ruptura, llegaban ya siendo como muy fuertemente desplazados. O sea, venía toda una pequeña historia que quizás ayuda a entender el porqué de una decisión. Y aparte, bueno, con una lectura también que... eh... digamos, qué sé yo, Montoneros era una estructura grande, movilizaba mucha gente, y creo que una de las cosas de las que siempre pecó Montoneros es que creo que se creían mucho más potentes de lo que eran realmente... me parece... A mí eso me ayuda a entender el porqué después de muchas otras decisiones. Quizás tenía que ver con cierta irreverencia de la juventud o quizás... y bueno, uno hoy ve imágenes de archivo y ves cuando hay... hicieron un famoso acto en Atlanta en el año '74, en el estadio de Atlanta, Firmenich, Perdía y Gullo y todos... y claro, vos ves... cuando ves cómo el poder... o ves Ezeiza... o ves como el poder de movilización real, decís, bueno, difícil no creerse... toda esa... ese fervor que había ahí atrás. Pero particularmente cómo lo habrá visto mi padre, no tengo tantos detalles, supongo que sí, que debe haberlo... visto como una decisión no del todo, de lo más estratégica.

P: Y después de la muerte de Perón, Andrés, la Triple A comienza a funcionar de una manera muy activa, muy... o sea... amenazando, cometiendo atentados y matando gente, mucha gente. Ese nuevo escenario, a tu familia ¿ya los comienza a molestar, ya los comienza a...?

R: Sí, sí, yo ahí te puedo hablar mucho también de... de mi visión de niño en ese momento, y como las marcas que quedaron en torno a eso, digo, obviamente yo ya en el '73 tenía cuatro años, así que tengo como bastante configurada mi infancia en relación a eso, que en ese sentido fue bastante compleja. Empieza sí, a ser problemático ya desde el '74... Fue... primero yo hice... el otro día contaba la cantidad de escuelas que fui y ya ni me acuerdo, perdí la cuenta. Pero era una época que estaba caracterizada por mudanzas bastante seguidas... mudanzas bastante seguidas por qué, porque, digamos, nosotros teníamos contacto con... seguíamos teniendo contacto familiar -con la familia de mi papá, la familia de mi mamá-, pero por la situación, obviamente de persecución por toda la situación de militancia, había que extremar cada vez más las situaciones de seguridad, entonces, por ejemplo, ni la familia de mi papá, ni la familia de mi mamá sabían dónde vivíamos. Y a veces, cuando alguna vez venían, bueno, no tenían que ver el camino para no poder identificar, por una cuestión de seguridad y demás. Hay una vieja anécdota que cuenta mi mamá que –no sé si para un cumpleaños, no me acuerdo qué cumpleaños fue- que lo llevaron a mi abuelo, al papá de mi mamá, que iba en el auto pero tenía que ir tapado para no reconocer el camino, o mirando para abajo, bueno vinieron, tuvimos la fiesta de cumpleaños y qué sé yo. No sé cómo sucede, al tiempo después, alguien lo buscaba a mi mamá o a mi papá para darnos algo y van a buscarlo a mi abuelo, que supuestamente no debería saber, y mi abuelo dice “Ah pero yo sé”, mi abuelo era taxista “No, pero yo conozco todas las calles de Buenos Aires, así que sé perfectamente dónde es” y lo llevó mi abuelo a esta persona, y eso obviamente implicó que a la semana había que mudarse otra vez. Nada, a lo que voy es que sí, la vida cotidiana estaba como signada por las mudanzas...

P: Los cambios de escuela...

R: Los cambios de escuela y lo que era más complejo... que era más complejo a mi edad, era estar navegando en... en una especie de... de esquizofrenia entre el mundo dentro de la casa y el mundo afuera, porque obviamente yo no podía decir en la escuela a qué se ded... yo no me acuerdo ya qué decía, no me acuerdo cuál era el speech que tenía armado, pero obviamente no decía "Ah, no, sí, mi papá están en Montoneros y...", sabía lo que se podía decir y lo que no se podía decir. Que obviamente, para alguien de cuatro, cinco, seis años es bastante complejo, lo debería tener bastante internalizado, pero bueno obviamente que eso era bastante complejo para la vida cotidiana, principalmente por la edad, no. Y aparte porque tiene que ver... bueno, cuando hablamos con muchos hijos sobre estas historias, tiene mucho que ver con que una cosa es elegir algo y bancarse las consecuencias de esa elección, y en nuestro caso... o sea, a lo que voy es, digo, la militancia de nuestros padres fue una profunda elección, con todo el riesgo que eso podía tener, y en la mayoría de los casos la vida. En nuestros casos, teníamos las consecuencias sin haber sido parte de la elección por una cuestión obvia de la edad. Bueno, eso se ve bastante, de una forma bastante interesante en "Infancia clandestina".

P: Todo eso que estás hablando ahora tiene mucho que ver con...

R: Sí. A mí me encanta en ese sentido la escena de la bandera, no. Porque él cuando está en la escuela y no quiere izar la bandera, lo que está haciendo en realidad es consecuente con el pensamiento de sus padres, en una época donde en realidad no se podía ser consecuente ¿no? Marca como un conflicto muy interesante, porque en realidad él es absolutamente consecuente y hace algo indebido, porque en la escuela está como muy mal visto que no suba la bandera, y en la casa es terrible porque eso puede llamar la atención. Entonces bueno, en todo ese margen era donde nosotros nos movíamos. Sin embargo tratábamos de tener la mayor vida cotidiana que se pudiera. Y yo sí tengo muchos recuerdos de eso también, no, de cumpleaños, de vacaciones con mis tíos, digamos ya, sí vínculo familiar con la familia más amplia, no tanto, ya en ese momento de vida familiar nuestra, de vacaciones en el '75 en la playa y demás. Después mis padres se separan en el '76, ellos se separan en el '76, más o menos cercano al golpe, porque a mi viejo lo mandan a Rosario, cuando llega el golpe lo mandan a Rosario, y eso implicaba que nos trasladáramos todos a Rosario, ya en ese momento con dictadura, entonces sí había, bueno, implicaba obviamente otro cambio, otra mudanza, otro cambio de escuela y sí ahí íbamos a tener que cambiar de identidad, y mi madre que ya en ese momento estaba como más crítica, no compartía la decisión. Así que se produce una separación de hecho, no, más vinculada con, con... porque de hecho, ahí mi vieja se abre de la... se corre de la militancia, de la actividad política.

P: Una pregunta. Hasta ese momento ¿tu padre estaba con otra identidad?

R: No.

P: No, todavía no...

R: Yo no sé... yo no sé exactamente... me parece que es post el golpe cuando él empieza a usar otro nombre. O no sé... ahí la fecha exactamente no la tengo, pero me parece que es por el golpe... me parece que sí. Ahí también mi mamá puede ser más precisa con la fecha, con eso. Yo no estoy tan, tan, tan seguro

P: Y en ese momento ¿tú y tu mamá están dónde? ¿Están en Buenos Aires?

R: Nosotros nos quedamos en Buenos Aires, sí, sí, nosotros nos quedamos en Buenos Aires. Mi mamá empieza a trabajar en una... hace poco hablé de eso, yo pensé que era otra empresa, y era... trabajaba en la parte contable de la Warner, de la... sí de los estudios Warner acá, en Buenos Aires. Sí, sí. Y en ese tiempo yo lo veo a mi viejo algunas veces, pocas, pero... mi tío era el que favorecía como el contacto, entonces mi tío me venía a bus... el hermano de mi papá...

P: Hermano de tu papá...

R: Sí. Me venía a buscar y nos encontrábamos en un café y después me llevaba de vuelta. O sea, durante ese año no hemos visto. Después, un tiempo después formó otra pareja y me acuerdo

de algunas veces haber estado con mi papá, la pareja en ese momento

P: ¿Esa otra pareja era de la organización también?

R: Sí, sí. Sí, sí, era de la organización. Así que sí, en ese tiempo nos vemos... bueno, sí... ¿una? Vez. Y finalmente, lo que decide que nos... la partida a México, es que en julio... julio del '77, un año después, lo estaban buscando bastante intensamente a mi padre en ese momento, la secuestran a mi mamá y a mi tío, a los dos, juntos. Juntos no... están en el mismo lugar. A mi mamá la van a buscar a la oficina donde trabajaba y a mi tío a la casa, en Villa del Parque, a unas cuadras de la cancha de All Boys, vivía. Y ellos...

P: La intención era llegar a tu padre...

R: Sí. Por suerte mi madre no tenía datos, no sabía, no tenía ningún dato de mi... o sea, dato, teléfono, dirección, forma de llegar. Y bueno, ellos se dan cuenta de que están en el mismo lugar, que después identificaron como "Club Atlético", ¿no?. Es el que está en la autopista, en Paseo Colón y... en el Bajo, en el Club Atlético. Ellos están casi seguros de que estuvieron ahí. Y bueno, ellos se reconocen, estaban "tabicados" y eso, pero se reconocen por la voz. Bueno, ambos tuvieron...

P: ¿Tu tío era militante? Perdón Andrés... ¿Tu tío era...?

R: No

P: ¿Tampoco tenía vinculación...?

R: Mi tío era... no no no, no tenía... mi tío... mis dos tíos estudiaron el profesorado de Educación Física y eran profesores de Educación Física. Este tío, Gustavo, el que estuvo secuestrado sí, digamos, tenía... era del grupo que tenía simpatía, pero nunca tuvo una... o sea, fue a Ezeiza, era peronista y tenía como simpatía, pero no tenía una militancia política. Pero siempre estuvo muy cercano a mi padre. Y colaboraba mucho en todo el último período con un montón de cosas que mi papá le pedía, con esto de que me venía a buscar a mí y me llevaba. Hay una particularidad porque, bueno por suerte, ambos dos tienen suerte, y están... dos días, creo que dos días, o tres días. Y un día los... a todo un grupo de siete u ocho personas, los llevan a Palermo a las tres de la mañana y los dejan ahí en Palermo a las tres de la mañana. Digamos, mi vieja no la pasó muy bien estando ahí por la tortura y demás, por suerte no sabía... no tenía, realmente no tenía datos o información, porque bueno, mi vieja siempre dice obviamente nunca hubiera sabido hasta dónde hubiera podido resistir. Y en cambio a mi tío, mi tío tiene una particularidad, que mi tío fue, mis dos tíos fueron militares. O sea, ellos dos estudian, hacen el profesorado de Educación Física y en el... mitad de los '60, una cosa así, entran al ejército, como asimilados. Asimilados les llaman a los profesionales como los médicos, los profesores de Educación Física... qué sé yo... todos los profesionales que hacen su carrera civil normal y después se integran. En una década que todavía, a pesar de que había habido varios golpes militares, todavía la cosa de estar dentro de la estructura militar tenía una cosa de prestigio de clase. Todavía, hasta el último golpe, todavía en ese momento, había una cosa del prestigio de la casta militar. Ellos dos se integran y desarrollan su profesión de profesores de Educación Física en la Escuela Militar, siendo profesores para los que están estudiando. Los dos dejan –yo me imagino igual que habrán tenido algunas discusiones bastante interesantes, mis tíos con mi viejo-, los dos dejan... fines del '60; '70. O sea, por suerte estuvieron bastante lejanos en el período más crudo y duro. Pero, a ver, todo esto va a explicar que, en realidad, a mi tío... él está seguro que lo reconocieron, digamos, cuando a él lo fueron a buscar a la casa, hicieron como un operativo muy grande, no sé si se imaginaban que por tener un hermano montonero y por haber estado en el ejército tendría un arsenal en la casa, no sé, pero la cuestión es que hicieron un operativo bastante... cerraron la cuadra, él no estaba, estaba mi tía embarazada con su hijita de dos, tres años... a ver... dos años. Y estuvieron ahí como seis horas hasta que llegó mi tío. Y a mi tío, en esos dos días que los tuvieron ahí en el Atlético, a él no lo tocaron. Lo interrogaron pero no lo tocaron. No lo tocaron... y le preguntaron mucho sobre mi viejo y mi tío encima cuenta que él respondía que no tenía contacto, y decía no sólo que no tenía contacto sino que decía... "aparte, yo si supiera algo, tampoco te lo diría ¿Usted

entregaría a su hermano?” y ese tipo de cosas decía. Seguramente, digamos, él cree que alguno de los que fue alumno o... bueno, nada... él estuvo tres, cuatro años en la Escuela Militar, así que por ahí pasaban, digamos, todos los que después, estaban activos. Así que, bueno, después de tres días a ellos los liberan...

P: ¿Y tú te quedaste con quién en esos días?

R: Yo me quedé con mi tía, la hermana de mi mamá. Porque cuando la van a buscar a la oficina a mi mamá, ella tiene la... la... rapidez de -mientras se la están llevando- decirle el número de teléfono -yo estaba en la escuela-, decirle el número de teléfono a una compañera suya de trabajo, le dice: “Llamá a mi hermana número de teléfono seis...” para que me viniera a buscar a la escuela. O sea no lo llega... no termina de... todo esto se da en el... así... en la situación... Así que esta compañera llega... la llama a mi tía, y yo estoy esos dos días... no tengo [se emociona] mucho recuerdo... sólo me acuerdo estar acostado en la cama de mis tíos... pero no tengo... no tengo más recuerdo que ése.

P: Toma un poco de agua, Andrés...

R: Sí. No pasa nada igual, eh... porque estoy acostumbrado.

P: Bueno... A partir de este hecho es que más o menos tu madre...

R: Sí, sí, sí... Y ese es como el hecho final que la empuja a... (pide un pañuelo)

P: Tomá. Está limpio.

R: Bueno. Eh... Sí, ese es el hecho finalmente que empuja a tomar la decisión de irnos. Y así es como... sí, nos vamos poco tiempo después... veinte días después, no me acuerdo exactamente cuánto tiempo después que se organiza bastante rápido. Bueno, ya esa situación era como, bueno, tener la absoluta certeza de que no convenía seguir estando acá, que... y aparte estaban poniendo como mucha energía en buscarlo a mi viejo, a pesar de que mi vieja ya no estaba militando. Y ahí al poquito tiempo nos vamos, nos vamos vía Río, creo que estamos un día en Río y terminamos en México, en el DF.

P: ¿Por qué México?

R: Eeeh... en realidad ahí surgen dos opciones, y surge o México o España, principalmente por dos cosas, primero por el idioma y segundo porque estaban las... como las comunidades más grandes del exilio estaban en México y en España, y nada, finalmente se decide México, me parece que tanto mi papá, como mi mamá prefieren que sea dentro del continente, y bueno, porque había como una estructura de muchos argentinos en el exilio allá. Así que estas creo que fueron finalmente las razones.

P: ¿Y tu papá siguió acá?

R: Y mi papá siguió acá. Sí, siguió acá hasta que... hasta que finalmente el 1º de agosto del año posterior, un año después, lo secuestran en Río. Siguió acá viajando bastante. Él viaja, bueno, en México yo lo vi... creo que por lo menos tres veces lo debo haber visto. Él hace unos cuantos viajes a México, bueno estaba la conducción de Montoneros, estaba en México. Algunos viajes también a Roma y a Madrid. Pero básicamente estaba en Buenos Aires, haciendo estos viajes. Y supuestamente, ya también como la situación estaba bastante más complicada todavía en el '78, en principio él después se iba a ir a... el viaje que hacía él a Río, a Brasil, me parece que después venía a Argentina y, y era como la última vez que él iba a venir y después ya se iba a trasladar. De hecho había un plan de que me iba a venir a buscar y nos íbamos a ir a España, por lo menos un tiempo. El viaje que nunca se llegó a realizar, pero... sí.

P: ¿Él está en pareja en ese momento todavía?

R: Sí. Sí, sí está en pareja con Ana, “la Negra”, desde... habrán estado un año y algo en total. Desde más o menos creo fines del '76... sí, más o menos... o principio del '77, me parece. Él está en pareja, pero a la pareja en realidad la... también la secuestran unos meses antes, en mayo

del... en Buenos Aires, en mayo del '78. Y empieza progresivamente a desarticularse como toda la estructura...

P: Lo más próximo...

R: Claro, [...] de mi viejo y que en algún punto eso explica un poco cómo finalmente él fue secuestrado... que termina, o sea... se empieza a desarticular toda la estructura que dependía del que estaba por debajo de él... y claramente todo eso conducía a él. Por lo menos esa era la intención, y yo creo que conducían como fuertemente a él también porque él podía ser una puerta de entrada muy clara con la conducción.

P: De lo que saben hasta hoy sobre el momento del secuestro, Andrés ¿qué es lo que han podido rescatar, recuperar...?

R: Mirá, en ese... es bastante... igual iba a usar la palabra interesante, [se ríe] no sé si es interesante la palabra... en el sentido de enigmático porque del caso de mi padre hay muy, muy poquitos datos. A ver, se sabe que él... sale del DF -de hecho yo lo voy a despedir, o sea, la última vez que lo veo es ahí en el aeropuerto del Distrito Federal- con destino a Río de Janeiro; él tenía en Río de Janeiro una reunión con gente que viajaba de Argentina... Lo que se sabe, en principio hay un par de cosas que ahora estamos, justamente estamos haciendo con Jair Kruschke sobre eso. Porque él tiene como otra... tenía otra idea. Lo que se sabe es que viaja a Río de Janeiro, que tenía que viajar... que tenía que viajar no, que tenía que llamar al día siguiente, a los dos días, la tenía que llamar a mi mamá, y ese llamado nunca llega. A partir de que ese llamado nunca llega, es que deja pasar unos días y empieza a... a mover toda la estructura, porque obviamente, ese llamado que no llega era signo de algo... de que algo había sucedido. Después... lo único que hay, lo único que hay certeramente es... hay un primer documento que publica, el primer documento que publica Amnesty sobre los campos de... denunciando la situación en Argentina, la existencia de campos de concentración en Argentina, es del año '79 y es de dos personas que estuvieron mucho tiempo secuestradas y se escaparon, Cid de la Paz y ahora no me acuerdo cómo se llama el otro, en base a los relatos de ellos se publicó el primer documento, que lo publicó Amnesty en el '79 -después te puedo pasar los datos de ese documento-. En ese documento ellos dicen, o sea ellos nunca tuvieron contacto con...

P: Con tu padre...

R: Con mi padre. Nunca lo vieron. En muchos casos se pudo reconstruir datos por gente que estuvo y salió y vio a tal o tal y se pudo reconstruir como... los pasos. En el caso de mi p... en el caso de ellos, ellos no lo vieron a mi padre, pero ellos tienen una cita que dicen en una parte... que fue cuando hablan del caso de mi padre y dicen que fue el GT2 -que era un grupo- que hubo tres militares, están los nombres de los militares que en ese momento eran... en el libro de Amnesty están con los seudónimos que usaban también los militares, pero que hoy se saben quiénes son, que viajaron tres militares argentinos, posiblemente acompañados por... por algún argentino más, quizás con alguien que mi padre tenía que reunirse, no sé... pero se sabe que viajaron ellos tres. Lo que ellos dicen ahí es que para estimular a los militares brasileños, que les dijeron que era caso de una persona importante y que aparte trasladaba mucho dinero, digamos como para... como que fuera una zanahoria para los brasileños, y que fue un operativo en conjunto entre el Ejército... entre estas personas del Ejército argentino que viajan con el Ejército brasileño. Nunca hubo ningún nombre ahí, como esto proviene de esta gente que estuvo en Argentina, digamos, nunca hubo ningún nombre de ningún militar brasileño, de algún servicio de inteligencia, o sea, nunca hubo un nombre que se pudiera identificar. Y ese mismo relato dice que ellos... ellos dicen: "Sabemos que según relat... según un relato de una... nombran a una 'Negra Adriana'..." -no sé quién es, no he logrado saber quién era- que se lo vio, que estaba un poco lastimado y eso... a fines de los setent... a fines del '78, en algún lugar del Ejército, en algún campo dependiente del Ejército. Y lo que yo he podido reconstruir, digamos por las características de mi viejo -esto lo he reconstruido bastante con la gente del Equipo de Antropología Forense, que ellos han hecho como un trabajo magnífico- que lo más probable, por las características de mi viejo, y aparte porque sino también hubiera -de mucho otros lugares, otros campos hay relatos,

se sabe- que haya estado en Campo de Mayo, lo más probable. Lo que tiene Campo de Mayo, la particularidad de Campo de Mayo es que de esa época, de fines del '78 y de todo el '79, no hay nada, pero nada de nada de nada... de sobrevivientes... de relato. Así que en realidad, lo único que se sabe es eso, no se sabe... o sea, se sabe... lo otro que hay es, que es o que hablábamos el otro día con Jair Krischke, y él de hecho está haciendo una gestión para cerciorarse, porque no me acuerdo, alguno, no me acuerdo cuál fue el caso de los otros argentinos secuestrados en Brasil que los bajan del avión directamente, no me acuerdo cuál de los casos...

P: Es Campiglia, debe ser Campiglia y Mónica...

R: Campiglia. Creo que hay un par de casos. Por eso siempre suponía Jair, que en el caso de mi papá había sido similar. Pero que en realidad eso está discutido porque mi madre tenía la idea... Mi madre, bueno, eso le va a poder aportar muchos datos, ella se contacta con... ¿Salles era el obispo de Río...?

P: Sales, don Eugenio Sales.

R: Bueno, ella toma como... cuando empieza a hacer ya todas las denuncias, le escribe a Eugenio y él... tiene una correspondencia con él, con el embajador argentino en Río de Janeiro... en Brasil, y aparte particularmente... lo había conocido a mi padre, porque el embajador argentino en Río de Janeiro en ese momento era Camilión. Camilión fue después Ministro de Defensa de Carlos Menem durante muchos años, pero Camilión venía del periodismo, él trabajó muchos años también en Clarín, y mi mamá después me contó que ellos se conocían de la profesión digamos, de haberse cruzado... Y mi mamá también le... nunca hubo ningún reconocimiento, obviamente formal de la embajada argentina, pero mi madre tenía el recuerdo de todas las actividades que ella hace que había un... tenía el recuerdo de que figuraba el registro de entrada con el nombre que usaba mi papá en ese momento que era Héctor Esteban Cuello. Hace poquito yo indagando, volviendo a buscar materiales y qué sé yo, encontré un... que es lo que le mandé a Jair, como... porque Jair estuvo, no sé, hace dos meses acá y estuvimos hablando también bastante de eso, y él tenía esta hipótesis, y yo siempre tenía la hipótesis de que la entrada estaba registrada, que en realidad no es un dato menor para esto... Y finalmente encontré un recorte periodístico que es una nota del diario La Nación donde dice esto... como un argentino integrante de Montoneros fue secuestrado en Río, y el relato habla de que está registrada la entrada al aeropuerto de Río. Así que tengo casi seguro el recuerdo que sí, ese recorte se lo mandé a Jair y Jair está haciendo ahí algunas averiguaciones, algunas indagaciones para tratar de cerciorarnos con lo que debería ser la policía aeroportuaria, la... no sé cómo se maneja, qué estructura maneja en Río la seguridad en...

P: Es la Policía Federal.

R: Para ver si se tiene algún dato más, porque como datos, los únicos datos que hay son estas dos cosas que te conté. Bah, la certeza de que él se subió al avión, de que nunca llegó ese llamado y este testimonio que habla de que lo vieron en algún lugar dependiente del Ejército a fines del mismo año. Esto sucedió el... creo que mi viejo viaja el 31 de julio y la fecha de llegada era el 1º de agosto.

P: El '78 es, sin dudas, un año de secuestros de argentinos y uruguayos en Brasil, eso hoy el algo... claro siempre son pocos casos comparados con los otros países. Pero es un año donde eso pasa y hay gente de la seguridad de los otros países circulando... en fin, esto es un hecho concreto, lo que de repente no hay nombres. Quería preguntarte sobre eso ¿tú dices que los nombres de los tres represores argentinos que actúan en ese momento, los nombres son conocidos?

R: Sí

P: Estas personas ¿están vivas?

R: Sí. Y de hecho están, de los tres... sí, sí son conocidas porque después fueron personajes muy, muy conocidos, con mucha actividad en la represión, y creo, creo si no me equivoco que los tres

están presos por otras causas.

P: Y nunca han aportado nada...

R: No, de información no. No, no, no. En este caso son de los que se han mantenido como más fervientemente duros y convencidos.

P: El pacto de silencio y de...

R: Sí. No han aportado información. Así que en ese caso, digamos, es... obviamente es parte de lo que a mí me interesa saldar. Poder reconstruir ahí un poco más cómo fue. Cómo fue su secuestro, cómo fue el último período, dónde posiblemente terminó, en qué momento murió, todo lo que sea posible reconstruir siempre ayuda.

P: Nosotros hemos hecho en esta serie de entrevistas, Andrés, entrevistamos a dos niños uruguayos que fueron secuestrados por el Cóndor en Porto Alegre –Camilo y Francesca Casariego Celiberti-, estuvieron catorce días desaparecidos también, y la mamá presa, y sobrevivió la mamá. En tu caso es el testimonio de un hijo de desaparecido. Y un hijo de desaparecido que tiene... como tu padre ya era de una generación, digamos, un poco anterior al promedio de los argentinos que estaban desapareciendo, o sea, tú ya eres un hijo de desaparecidos mayor en relación a los otros, lo que permite que tengas memoria y recuerdos de esa etapa anterior ¿Cómo es vivir esta situación como hijo de desaparecidos? Sobre esto nosotros no tenemos nada ¿qué nos podés contar? Un poco, bueno, lógicamente que el entender qué es un desaparecido es una cosa que lleva tiempo, pero... ¿cómo se vive con eso?

R: Como se puede, je... Y, creo que... bueno yo me imagino que habrá sido similar al resto de los otros hijos que hemos pasado o... -yo puedo hablar de mi caso, no- pasado por diferentes períodos, diferentes etapas en... bueno, en esta cosa de convivir con... no con la ausencia sino con la desaparición, no, que expande la ausencia de alguna manera. Y he pasado como distintos momentos, digo, lo que sí es indudable es que mucha de mi actividad profesional, mucha de mis... elementos de la vida cotidiana, de la relación con mis hijos y, qué sé yo, te diría, lo que me gusta comer y me gusta hacer seguramente están configuradas con eso, no, con lo que tengo como herencia de mi padre cuando vivía y lo que es convivir con... nada, con una figura... desaparecida en el sentido de que se perpetúa, no, de que... por eso decía que... como que inclusive más fuerte que la ausencia porque es como una situación que sucede todo el tiempo. Obviamente uno tiene una vida cotidiana, come, toma, va al baño, baila... por suerte [se ríe], pero bueno, he tenido distintos procesos y distintos momentos dentro de ese proceso en relación a la convivencia con la figura y ha pasado por momentos como de mucha identificación, tuve un momento cuando terminé la secundaria y empecé la universidad, de militancia política, de actividad política y yo creo que tiene como una cosa muy fuerte también de identificación, de... de mandato, de continuación... quizás en ese momento era una forma de acercarme a él también. Después he tenido otras etapas de... de enojo, de pelea, por más que la figura no esté uno igual se puede pelear con esa figura; y de sentirme abandonado, de sentir que entre la elección entre la militancia y el hijo él había elegido la militancia; y después, de llegar a una síntesis de ambas. Que creo que es el momento en el que estoy ahora, ¿no?, donde uno termina de entender que... que él siguió siendo padre, de la forma que pudo ser padre, o sea que haber continuado la militancia con todo el riesgo que implicaba la militancia en ese momento, inclusive el riesgo para su propia vida, no era... no implicaba un antagonismo con dejar de ser padre, que él pudo seguir siendo padre, de hecho, ese año que vivíamos con mi madre en México él me mandaba -yo coleccionaba las Billiken, las Billiken que eran, bueno, estas revistas para niños- y él me mandaba las Billiken por correo, porque yo las coleccionaba y él me las seguía mandando. Tenía, por suerte, la capacidad de ser padre y no ser tan dogmático siendo padre, porque seguramente para muchos, en ese momento, la revista Billiken era la versión de la dictadura para niños, que posiblemente, digo, no iba a hablar de los desaparecidos la Billiken, pero seguramente hablaba de cosas que a mí me gustaban y él tenía por suerte la, la... eso, la posibilidad de seguir siendo padre y tampoco

renunciar a lo que para él era central, que era la militancia. Si hubiera renunciado a la militancia, hubiera renunciado básicamente a ser él, porque era lo que él había elegido. Así que... nada, qué sé yo... es una figura con la que se convive, esto, de la mejor forma posible, y que todo el tiempo también va mutando, no, mutando en el sentido de que esto va cambiando como los... el momento que uno tiene en relación a esa figura, y obviamente tiene la fuerza de mucha presencia, no. Vos fijate que cuando, bueno, mi hija mayor nace en el año 2000, ya tiene doce hoy...

P: ¿Cuántos tenés?

R: Dos. Maia tiene doce y Teo tiene ocho. Cuando yo les hablo de mi padre, les hablo del abuelo. O sea, ellos tienen incorporada la figura del abuelo y también lo hablan en esos términos, cuando hablan de mi papá hablan del abuelo, seguramente eso tiene que ver porque... porque para mí era importante construirles la figura del abuelo. Y de hecho eso es como un elemento también que habla de cómo... cómo la historia sucede, ¿no?, que la historia no es algún hecho que... no sólo es un hecho haya sucedido hace... que la desaparición no sólo es un hecho que ha sucedido hace treinta años, treinticinco o veinte, veinticinco, sino es algo que sucede, que nos sucede. Cuando nace Maia en el 2000, nace una nueva figura, que ya no es el padre desaparecido sino que es el abuelo... desaparecido. Y eso sucede en el 2000, así que... Y obviamente el hecho de tener hijos, como les sucede a la mayoría de los que son padres, los pone siempre en situación... bueno, dejar de ser hijos, pasar a ser padres y a reflejarse en un montón de cosas, bueno, en este caso pasa... pasa igual, con la complejidad de la ausencia, ¿no?, de la ausencia forzada. Y lo que genera la... nada, siempre, por más elaborado que uno lo pueda llegar a tener, digo la ausencia o la muerte... siempre hay algo... que va a faltar, y eso seguramente... bueno eso funciona muchas veces también como motor, para buscar o para indagar. Eso es lo que tiene de... de perverso por lo menos en el mecanismo implementado por los militares en Argentina, ¿no?, de siniestro. Que a su vez, también les juega en algunas cosas en contra, porque también eso da, por otro lado da... da energía, esta cosa siniestra de la desaparición y de la no certeza de la existencia de los cuerpos, que por un lado es borrar la evidencia, la evidencia clara de los propios actos de asesinato; por otro lado también, desde otro lugar muy distinto funciona como motor para... un motor más, digamos, en los casos de los países en donde no ha habido desaparición también hay energía, no digo que no; pero en estos casos, digo... a veces se duplica. Porque, obviamente, hasta que lo termine de ave... obviamente lo ideal sería, en la mayoría de los casos la aparición de los restos. Se ha avanzado mucho y se ha encontrado unos cuantos, seguramente se seguirán encontrando, seguramente muchos.

P: Tú... ¿tú convives con otros hijos de desaparecidos? ¿Tienes amigos, conocidos?

R: Sí, sí. Tengo. Sí tengo amigos... tengo amigos que por suerte igual mi punto de unión no es ser hijo de desaparecidos, que seamos hijos de desaparecidos no es lo que nos une, también es eso, pero no por eso, que para mí en ese sentido es... es importante. Principalmente por el crecimiento, ¿no?. Porque una de las cosas que yo... estuve un tiempito yendo a algunas reuniones de HIJOS y demás –te estoy hablando de los '90- y una de las características, también ahí, yo veía una diferencia entre la edad que yo tenía y la edad que tenían ellos. Y había como una cosa muy fuerte de una unión que tenía que ver con la filiación, con la cosa de sangre, no, de... y principalmente de continuación, que a mí me pasó en otro momento, bastantes años antes. Y me parece que eso es algo por lo que necesariamente muchos atravesamos pero que después está muy bueno encontrar el lugar propio.

P: De cada uno...

R: Claro. O sea, obviamente que yo soy todo eso también. Pero no me construyo a partir de eso como sujeto.

P: ¿Qué expectativa tenés? Ahora que se está... bueno, en Argentina los juicios están... las causas de alguna manera o de otra están transitando, tal vez con poca velocidad, en fin, con sus problemas, pero están transitando, mucha gente está presa, de hecho, y en Brasil ahora se comienza a mover un poco esto, se comienza

a mover, al menos en el sentido de tratar de conseguir información, más que eso no se debe obtener a mediano plazo. Un poco ya respondiste eso, pero ¿qué expectativas tenés que esto pueda ayudar para cerrar esa etapa? O sea, cerrar la etapa en el sentido de qué es lo que se puede cerrar y en qué sentido esto puede ayudar a cerrar esa etapa.

R: Eeh... Yo creo que puede ayudar mucho. Lo que está sucediendo en Argentina desde hace unos... ya unos cuantos años, de la derogación de las leyes de Punto final, Obediencia debida, indultos, y por ende la apertura de todos los juicios, y aparte poner, no sólo eso como una cuestión operativa y logística, sino poner el tema de los derechos humanos en escena, como un tema de discusión, es tan importante eso como que el 24 de marzo desde hace... dos años, tres, no sé si tiene más, es feriado, y por más que en su momento eso fue discutible, también eso es obligar a que haya un día –algunos lo harán más otros menos- haya algún pensamiento vinculado a... que yo te digo me parece inclusive mucho más potente que otras cosas, ¿no?. Porque eso lo que también ayuda es a que se expanda en el sentido de poder llegar a sectores por ahí... sería de más difícil acceso. Creo que lo que está sucediendo en Argentina con todos los juicios es muy bueno... es... para los hijos es, de alguna forma, es reparador, sean los casos propios o no. Pero es reparador en el sentido de... bueno, empieza a funcionar la justicia, las acciones en la vida tienen un costo y está bueno que ese costo se pague, se cumpla; y porque se ponga en escena, no, por lo que... que se ponga en escena en el sentido de que, bueno, en Argentina lo que se ha querido es borrar, borrar... digo, por el propio accionar de los militares, borrar su propio accionar, ¿no?. La existencia de centros clandestinos, los mecanismos de desaparición... Entonces en ese sentido me parece que ayuda y mucho. Y creo que eso también está en sintonía con el tiempo, creo que el tiempo transcurrido –quizás parecido a lo que esté pasando en Brasil o empezando a pasar en Brasil ahora- ayuda a tomar distancia. Yo creo que cuando hay situaciones tan dolorosas –y ya no hablo a nivel individual, sino a nivel colectivo- para las sociedades es difícil mirarse al espejo y ver que lo que te devuelve el espejo no es algo lindo. Entonces creo que cuando transcurre el tiempo, el tiempo ayuda... a que abordar esas cuestiones como sociedad más dolorosas sean por lo menos, más accesibles. Particularmente en Argentina hace dos años que estamos esperando la apertura de la causa del Cóndor, del Plan Cóndor, ahí nosotros con mi madre somos querellantes en la causa, nos patrocina el CELS, que también patrocina el caso de... otros casos de argentinos desaparecidos en Brasil. Bueno, estamos esperando hace dos años... está a la cola esperando la apertura...

P: Esto ha sido un problema. Uno ve que cuando analiza la Argentina el Cóndor siempre parece una cosa secundaria, porque en la Argentina, o sea, porque casi todo pasa en la Argentina. O sea, los chilenos, los uruguayos, algunos brasileños que son desaparecidos aquí, y por las dimensiones de lo que pasa internamente en la Argentina, parece que lo que ha pasado con Argentinos afuera de frontera, parece que ha quedado un poco relegado, en fin, tal vez por las urgencias, por los números ¿Has tenido sensación de eso en algún momento?

R: Sííííí.

P: Porque ahora dijiste “a la cola” de la fila, ¿no?, o sea...

R: Eeeh... Sí, sí, sí, sí. En algunos casos también es entendible, porque ha habido, bueno, causas que se abrieron, como la causa de la ESMA, esas causas que tienen un nivel de dimensión, en dimensión, en cantidad, en perversidad, o como el caso de los robos de bebés y demás que... bueno, qué sé yo si uno puede medir la...

P: La tragedia...

R: Pero es cierto, es cierto lo que decís. Yo muchas veces cuando cuento el caso de mi papá, a muchos les llama la atención esto de que haya argentinos que desaparecieron en Brasil o en Chile, que también ha habido... en Uruguay se acepta más, pero porque Uruguay es más cercano, siempre, culturalmente es muy parecido; el caso de Brasil llama la atención, el caso de Chile

llama la atención, me parece que también ha habido algunos casos en Paraguay. Pero sí, es algo que es cierto que ha quedado relegado, es llamativo. También creo que lo que está sucediendo el Brasil ahora con la creación de la Comisión de la Verdad, a pesar de las limitaciones de tiempo o de estructura y de que no va a ser vinculante con posibilidad de hacer juicio, creo que es un paso, por lo menos yo tengo fe en que se pueda generar algo. Y también en ese sentido estamos moviéndonos ahora acá en Argentina con la Secretaría de Derechos Humanos y con Cancillería para que, digamos, además de lo que individualmente podamos hacer cada uno de nosotros los familiares en contacto con los organismos de Brasil, pueda haber un pedido formal de Argentina, como Estado, al Estado Brasileño para que dentro de la investigación que realiza la Comisión, tenga en cuenta el caso de los argentinos, ¿no?, como una cuestión... un pedido más político en todo caso. Y yo creo que es un buen camino. Seguro falta, pero en estas cosas para mí todo suma.

P: Bueno, Andrés ¿hay alguna otra cosa que te parezca importante, que quieras relatar?

R: No, quizás, para cerrar un poco, vos preguntabas antes cómo se convivía con esto y también tiene que ver con Brasil... Yo estuve en Brasil solamente cuando, de camino a México, ahí en el año...

P: ¿Cuánto tiempo estuviste en México?

R: Siete años. Hasta los... de los ocho, de mis ocho años a los quince. Hasta el '84, marzo del '84.

P: ¿Te hace falta eso? ¿Qué te quedó de México?

R: No, igual lo que te iba a decir era otra cosa, lo de Brasil. Que ahora yo en este momento estoy trabajando con un documental, digamos, una de las cosas que creo te iba a decir antes también es que yo muchas veces he encontrado como en el cine, de hecho mi primer documental se llama "(H) Historias Cotidianas", y es un documental testimonial sobre el relato de seis hijos de desaparecidos; yo he encontrado en el cine una fusión para mí muy interesante que es esto, que puede reunir los temas que me interesan desde un lenguaje que me interesa, ¿no?... o sea, poder hablar de temas que me conmueven, pero desde un lenguaje que involucra más creación. Y en estos momentos estoy trabajando con el desarrollo de un documental que tiene que ver con el... con mi padre. No es exactamente un documental sobre él sino es sobre la mirada que yo tengo de él, sobre el recuerdo que yo tengo sobre él. De hecho una de las cosas que me interesa es... el proyecto se llama "El (im)posible olvido", im posible -entre paréntesis- posible olvido. Porque en realidad una de las cosas es... vos también hablaste mucho de... bueno, de, obviamente yo también, de memoria y de recuerdo, y a mí me interesa también en algún lugar tratar de hacer un viaje a esas zonas donde residen los olvidos. Y en mi caso, como en muchos otros hijos, tenemos muchas zonas de recuerdos y tenemos muchas zonas de olvidos. Quizás los olvidos o, para diferenciarlos, negaciones nos ayudaron a sobrevivir en muchas circunstancias, pero es interesante para mí indagar ahí. Por ejemplo, al mes de que desaparece mi papá, mi madre hace todo una gira por Europa, de denuncia. Francia, Suiza, bueno la Confederación Helvética, está con Mitterrand, hacen un montón de denuncias. Y hace poco estaba hablando de eso, le estaba contando a mi pareja eso, se fue como un mes, ¿no?, y ella me preguntó algo parecido a lo que vos me preguntaste antes, me preguntó: "¿Y vos con quién te quedaste?". Y yo dije... Primero que nunca me lo había preguntado, y segundo que no tenía el más mínimo recuerdo. Y de repente empecé a pensar "guau, pero fue un mes, mi papá acaba de desaparecer, yo estaba hace un año viviendo en México, tenía nueve años, mi vieja se va un mes..." No tengo la menor idea. Mirá que tenía nueve años, no te estoy hablando que tengo tres, eh. Después, preguntándole a mi vieja, bueno, ahí, o sea, obviamente ella sí se acuerda, sabe, se acuerda, sabe. Pero me interesa un poco indagar en eso, en cómo funciona en relación a mi historia y a historias de este tipo, cómo funcionamos. Porque paradójicamente que yo trabajo mucho con documentales con la memoria de los otros, de repente cuando empiezo a indagar mi propia memoria, me doy cuenta que tengo muchos recuerdos pero también tengo muchos... muchas zonas en la sombra, por llamarlo de alguna forma. Entonces la idea es indagar en eso, obviamente que está totalmente intrincado con la historia de mi viejo, pero, digo, no es una biografía sobre él sino es un relato en

primera persona mía sobre él, y una de las cosas que seguramente tendré que hacer el año que viene -porque la intención también es parte de- de darle forma a esto que no la tiene, ¿no?, de reconstruir esto, entonces una de las cosas que tengo que hacer el primer semestre del año que viene es viajar a Brasil, y a Río, y bueno, esto mismo que te decía entes, tratar de indagarlo yo.

P: Está muy bien eso. Está muy bien.

R: Vos decías algo de México...

P: No. Y sí. No lo había pensado, pero en realidad, estuviste siete años en México, claro en toda esa situación que nos has descripto ¿cómo se te hizo la vuelta? Porque ahí con qué edad tú estás, cuando volvés...

R: Quince.

P: Quince, es una edad complicada.

R: Sí. Mirá, la vuelta fue una mezcla extraña, porque yo tenía muchísimos deseos de volver, no tanto mi madre que ya se había instalado bastante inclusive profesionalmente, era como momentos muy... momentos y edades muy distintas. Mi vieja se había integrado muy bien a México, yo también, para mí México significó realmente un respiro, o sea, yo volví a ser quien era en México, digamos, México no era un lugar donde que tenía que cuidar lo que decía en la escuela, a mis compañeros y demás, en ese sentido no había problema. Y la vuelta a México, en realidad yo creo que yo tenía muchas ganas de volver y me parece que esas ganas estaban muy inconscientemente muy estimuladas por la idea de encontrar a mi viejo, yo creo que había una cosa ahí de, quizá muy inconsciente, ¿no?, pero de... digo, ahora han pasado muchos años, en ese momento había pasado... habían pasado años, pero igual '78 '84 eran seis años, todavía era chico, yo creo que había un fuerte deseo... de encontrarlo a él y aparte de volver... si bien yo me había integrado mucho a todo el universo mexicano, también rodeaba de argentinos que se la pasaban hablando de Argentina, tomando mate, comiendo dulce de leche y... este... era también un poco volver a eso que en parte era yo. Así que fue una mezcla muy fuerte porque fue un deseo muy fuerte que a los poquitos meses se chocaron así con la pared de una forma brutal. Brutal porque para mí, en mi crecimiento personal volver a Argentina fue un retroceso... fue volver años atrás, porque toda la libertad que yo había ganado en Argentina, la volví a perder acá, a pesar de la democracia. ¿Por qué? Porque yo llego a tercer año de la secundaria, con quince años, todos mis compañeros habían hecho toda la escolaridad...

P: En dictadura.

R: En dictadura. Con los docentes que no eran docentes, o sea, sí eran docentes, pero con el director, con los preceptores que eran... era lo mismo que estar en el servicio militar, lo único que en vez de hacer lagartija, leías libros de historia y... digamos, la apertura que había en Argentina en ese momento quizás la estaban viviendo generaciones más grandes, o sea, también jóvenes, pero no sé si jóvenes de catorce, quince años que habían sido formateados muy fuertemente. Entonces, yo volvía de México de ir a una escuela que trabajaba con la metodología Freire, éramos todos hijos de exiliados uruguayos, argentinos, no sé qué... volver a una escuela del Estado en Argentina, donde tuve que volver a usar uniforme -un año después se sacó el uniforme, pero en esa época era pantalón, saco-, a ver para que te des una idea de tal... de cómo fue el retroceso que durante todos esos tres años que estuve en la escuela yo vivía en... un mundo era la escuela y otro mundo era mi casa y el resto de los... la familia y el resto de los argentinos que habían vuelto del exilio. Durante esos tres años yo nunca pude contar a mis compañeros que era hijo de desaparecidos, se enteraron... se enteraron bastante tiempo después. Evidentemente no me sentía, ni cómo ni podía terminar de hacerlo. Así que fue... fue... el primer tiempo fue muy duro. Ya cuando terminé la secundaria y empecé a militar políticamente, entré en la universidad, empecé ya como a construirme desde otro lugar, pero los primeros años fueron... difíciles. Porque era lo que te digo, era toda esa libertad que había ganado en México volvía a ir para atrás, por que, bueno... viste... qué sé yo... la democracia es como un músculo, se ejerce... no sólo se... se declama, entonces... pero, bueno... México en ese sentido fue un país muy... muy generoso

para el exilio, ¿no?. A veces con políticas complicadas porque interiormente podían ser muy conservadores y hacia afuera... llegamos a México con setenta años de PRI, y sin embargo hacia afuera tenían una política de apertura hacia el exilio y demás, y hacia adentro, muchas cosas es una política muy conservadora. Pero fue un país muy generoso.

P: Generoso, sí. Andrés, dime una cosa ¿tú eres hijo único?

R: Sí.

P: ¿Qué espacio ocupa tu mamá en todo esto?

R: Y, ocupa un... nada... un lugar muy importante porque... porque ha sido la que sostuvo... éramos una estructura de tres, que quedó una estructura de dos y, bueno, con exilio y después con toda la pelea de las denuncias y demás. Así que, nada, ocupa un lugar importante y por suerte es una mujer con mucha energía... para hacer las cosas que le gustan y para poner la energía en todo esto, así que ha sido un sostén... ha sido un sostén importante para mí, y una compañía importante para mí.

P: Bueno, muy bien... ¿Qué tal?

R: Bien (se ríe)

P: ¿Tranquilo? Bueno, Andrés, te agradezco mucho que nos hayas permitido conocer todo esto y saber cómo es importante ver que es una lucha que sigue cada día y que tiene que ser enfrentada, creo que eso... Estábamos hablando en el inicio un poco de la película ésta "Infancia clandestina" que está pasando ahora, en estos días, que tiene mucho que ver con esa historia de los hijos de los Montoneros de la Contraofensiva y un poco el niño como protagonista, ¿no?, o sea, el niño es el protagonista y esa mirada, en fin, que cuestiona, o sea, trata de entender opciones que son opciones que uno sólo las entiende si entra en su tiempo, sino es imposible. A tu papá ¿hoy lo entendés?

R: Eeeeh... Bastante. Sí, creo que... sí, sí, lo entiendo, lo entiendo bastante y como te decía también antes, porque creo que también él -y eso para mí fue muy importante sino creo que hubiese sido más difícil entenderlo-, él se preocupó siempre por seguir estando presente, antes de que lo secuestraran, ¿no?, obviamente. A pesar de toda la complejidad que puede tener estar presente en un momento de militancia y de persecución extrema. Y eso para mí es muy valioso, yo lo entiendo... lo entiendo bastante. Algunas cosas las comparto, otras no. Cuando uno se pone a pensar en eso inevitablemente también se retrotrae al presente, entonces, pero uno tiene eso como historia, ¿no?, entonces, ellos no tenían esa historia para atrás. Obviamente yo replico algunas, imaginariamente replico algunas situaciones y hoy me cuesta entenderlas, sí, si yo veo a mi hijo que tiene ocho años y con determinados planteos de ese momento y hoy me cuesta un montón entenderlo, y digo: "¡estaban locos!", y sí, en parte estaban locos. Quizás la locura de la convicción que todo lo cubría, pero sí, lo entiendo. Comparto algunas cosas y otras no, pero lo entiendo.

P: Muy bien, entonces, muchas gracias.

DEPOIMENTO 38 – CLAUDIA ALLEGRINI.**BUENOS AIRES, 30 DE NOVIEMBRE DE 2013.****P: Claudia, buenas tardes. Queríamos iniciar entonces tu entrevista preguntándote, o haciéndote una presentación, si es posible**

R: Mi nombre es Claudia Allegrini, con doble "l", nací el 31 de agosto de 1958 en Paraná, Entre Ríos, bueno, ahí estuve hasta prácticamente... me trajeron acá a Buenos Aires de un mes porque mis padres en ese momento... las provincias estaban muy mal económicamente y tuvimos que venirnos a la gran ciudad para poder... bueno, que mi papá tuviese un mejor trabajo y tener la soñada casa que tuvo todo inmigrante italiano, español, y bueno, lo logramos, mi papá fue un obrero metalúrgico. En esa época, digámosle, era una época que se pagaba muy bien, digámosle, las horas extras y todo eso y con eso pudimos ir construyendo la casa, y por supuesto ir la amuebandola y el deseo de todo padre de que sus hijas, porque yo tuve otra hermana más que lamentablemente falleció, Haydeé Allegrini, falleció de una muerte natural, por supuesto, y bueno, y me trajeron acá de un mes así que prácticamente yo soy más porteña que entrerriana. De ahí empezó mi historia en un barrio, de San Miguel, de la Provincia de Buenos Aires, bueno, en el barrio donde fuimos había muy pocas casas, ya había villa, ya había "villas miserias" como se dicen acá, como allá se diría favela, pero era unas villas miserias en el cual la gente quería progresar... era una miseria digámosle... una miseria digna. Porque el papá de la familia iba a hacer changas, el que no tenía una profesión o un... una tarea específica para hacer, iba a hacer changas y podía mantener a su familia, podía mandar a sus hijos a la escuela y podía... mínimamente darles estudios, salud y alimentación y educación que son las cosas más importantes que puede tener un ser humano para poder ser libre, ¿no? Entonces, bueno, yo empecé a los ocho años, mi escuela... empecé a los siete años, cuando tenía ocho años me interesaba mucho lo que hacía mi papá. Mi papá era... empezó a militar en la fábrica, trabajaba en las diferentes fábricas que trabajaba y por supuesto era delegado, en ese momento había mucha actividad... digámosle... actividad en el sentido de... de pedir lo que nos correspondía, digámosle que le pagaran, que le dieran la ropa correspondiente, que le dieran las horas para comer, que le dieran las horas extras, que se las pagaran, bueno, los reclamamos que hace todo obrero. Entonces yo me empecé a interesar y realmente me... no sé, sentí una atracción que mi hermana no la sentía. Entonces... yo lo que hacía era, iba a la escuela, comía, y los chiquitos de la pequeña villa que estaban a cuatro cuadras de casa, era una villa pequeña, de diez, quince casitas, yo agarraba a todos los chiquitos y me los llevaba a casa, les preguntaba si habían comido, porque bueno, a esa hora mi papá y mi mamá trabajaban, eran las dos, tres de la tarde, hasta las cinco, seis de la tarde, les daba de comer, si no les daba la leche, los ayudaba a hacer los deberes... los mandaba a su casa ya tomado su leche, hay veces, o ya comidos, y bueno, fue una cosa que me empezó a interesar. Entonces muchas veces tuve charlas con mi papá, que realmente en eso le agradezco todo lo que me dejó, porque verdaderamente gracias a él yo pude realmente conocer todo esto que... que es la lucha verdadera, no la lucha por un pago por atrás, sino conseguir los derechos con... luchando. Luchando se puede conseguir los derechos, no tenemos necesidad de que nos den dinero, a cambio. Sí muchas veces yo escuché reuniones donde le ofrecieron casas con pileta, bueno, con auto, con todas esas cosas, pero mi papá las rechazó. Y bueno, y cuando venía el tema de las elecciones y todas esas cosas, sindicales, yo lo ayudaba, teníamos un mimeógrafo en casa ya, yo me acuerdo que escribía en la máquina esas Olivetti, las viejas, se hacían los estenciles y hacía los panfletos, bueno, empezó mi actividad, realmente. Bueno, empecé a crecer y bueno, me interesó cada vez más, la política, mi papá y mi mamá estaban... militaban en el peronismo, ellos siempre fueron peronistas, del '45, ¿no? Peronistas de Evita y de Perón, y bueno, y yo tal vez no viví porque realmente por la edad no viví la época de Perón, pero mis padres sí la vivieron y la vivieron... digámosle... tanto mis abuelos, porque mi abuela pudo obtener una máquina de coser y pudo... bueno, tener un trabajo, trabajar para afuera, enseñar a otras personas a que vayan a coser a la casa, también, para poder tener unos pesitos más para poderse... porque la política de Perón lo que tuvo fue que ellos dieron, pero te dieron con una oportunidad de que

vos aprendas un oficio, que eso es lo importante de dar, porque dar el dinero es muy fácil, el tema es darle la herramienta para que la persona trabaje, ¿no? Darle la caña para que pesque su pescado, como hay varios dichos que se sienten por ahí. Y bueno, después vino... después por supuesto bueno... El barrio empezó a ser más grande, se empezó a hacer las veredas de los barrios porque eran calles de tierra, no teníamos luz, se empezó a pedir a los intendentes que nos pusieran la luz, que entrara el colectivo, digámosle, empezamos a pedir cosas que verdaderamente se necesitaban: cloacas, el agua, bueno, todas esas cosas. Y bueno, y después... más o menos en el año '72 mi papá decide entrar a militar a Montoneros.

P: ¿Qué edad tenías, en ese momento?

R: Bueno, ahí yo tenía diez años, entre unos nueve y diez años tenía. Bueno, yo por supuesto le dije que sí, que yo también quería entrar ahí, quería militar en esa agrupación, bueno, la presentación de la agrupación era por supuesto, ir a trabajar a las villas, los barrios, ya te digo, la militancia nuestra era de que las familias tuvieran su... su... en vez de letrinas tuvieran sus baños, pudiesen tener una ducha, digamos, ahí fue una cosa muy buena y muy linda porque los compañeros que eran... que estudiaban arquitectura, eran los que los ayudaban a construir los baños, las cocinas, las habitaciones, digámosle, el que estaba estudiando odontología, la salita que habíamos pedido al intendente que nos pusiera en los barrios, bueno, se llenaba de médicos, de odontólogos, se le hacía toda la atención de la salud. Nosotros realmente... verdaderamente en la zona donde trabajábamos, que era toda zona Norte que es una de las zonas más grandes que tiene la provincia de Buenos Aires, y que tuvo una mayor militancia, digamos que cumplimos con todos los objetivos que nos habíamos planteado, que era que tenía que tener un barrio, ¿no? Su colectivo, un montón de cosas que verdaderamente la gente lo necesitaba, cuando llovía no pisar barro, bueno, empezar a construir la casa de material, a ya no tenerla de chapa, se empezaron a dividir por terrenos, que cada uno tuviese su terreno, que la gente plantara árboles, en vez de árboles comunes, árboles frutales porque de esa manera tenían la sombra y tenían la fruta, a plantar verduras, a cosecharlas, toda una cosa que fue muy linda realmente para mí. Yo la viví como una cosa que... que bueno, que se me despertó y lo pude lograr y bueno, y después fueron pasando los años, vino la... digámosle, después del '74, '73 vivimos una muy buena democracia, media difícil ya, porque a la vuelta de Perón, el día que lo fuimos a recibir a Ezeiza, bueno, murieron muchos compañeros, hubo muchos heridos, bueno ahí ya había empezado a funcionar lo que era la Triple A y el Comando de Organización, que eran gente que se dedicaba a matar a toda persona que le molestaba, que no pensaba como ellos, bueno, y ahí empezó un poco la lucha a ser más... no tanto digámosle, siguió la lucha solidaria pero un poco se le hablaba a la gente de los problemas que había porque bueno, digamos la historia lo cuenta, que verdaderamente fue muerta mucha gente muy importante que verdaderamente hubiese sido muy útil para la historia de la Argentina. Bueno, a partir de ahí se empezaron a poner mucho más duras las cosas, nosotros tuvimos que dejar la casa, un 22 de agosto de 1974, porque si tú te acuerdas, el 22 de agosto del 72 fue el primer fusilamiento hecho por Lanusse de los veintidós compañeros que fueron fusilados, que fue la primera represión muy grave que se empezó a sufrir de parte de un gobierno ya sea militar o democrático, porque bueno, cuando teníamos democracia teníamos la Triple A y teníamos el Comando de Organización, y cuando se tuvo la dictadura en la época de Lanusse, bueno, sucedió eso que fue muy duro para todos nosotros. Entonces bueno, a mi casa la volaron, la triple A, y tuvimos que irnos con lo puesto, y bueno, nos salvamos. A nosotros en esa época no nos buscaba el Ejército, nos buscaba la Triple A y el Comando de Organización.

P: ¿Le buscaba a tu padre?

R: A mi padre por su militancia sindical, bueno, a mí por la militancia en los barrios y a mi madre... mi madre era una de las personas que enseñaba, Guinea se llamaba el programa, que era enseñar a la gente que no sabía leer y escribir de todas las edades, digamos a partir de los diez, doce años el que tuvo que abandonar la escuela porque tuvo que ir a trabajar, y a la gente mayor que no pudo realmente ir nunca a la escuela porque tenía que trabajar en el campo, tenía que trabajar para mantener su familia.

P: ¿Y en este momento ya estás en alguna organización política, militando efecti-

vamente?

R: Sí, sí, sí, en Montoneros y por supuesto en el peronismo, ¿no? Que en esa época digámosle, yo pertenecía a la Juventud Peronista, ya Lorenzo en ese momento pertenecía a la Juventud... Universitaria ya.

P: Hablaste de Lorenzo y ahí evidentemente....

R: Bueno, esa falta... ahí empieza Lorenzo, nosotros nos conocimos un 24 de marzo, mirá qué fecha, un 24 de marzo del '74. Bueno, estuvimos, más o menos habremos estado... ocho meses juntos, por supuesto él trabajaba en una villa, que era la Villa Mitre que estaba a quince cuadras de casa, y bueno, nos veíamos por supuesto en las peñas, en la casa, en las volanteadas.

P: ¿Él militaba?

R: Él militaba, también, sí, sí, sí, junto con su hermana María Adelaida Viñas que también fue desaparecida... y bueno, él cae preso con la revista Evita Montonera, el 27 de noviembre del '74.

P: Un poquito antes de eso, cuéntanos un poco cómo se conocen.

R: Bueno, nos conocemos por medio de, bueno, mi casa un poco fue la primera casa que fue sociabilizada a Montoneros, digamos, donde se hacían los volantes, donde se recibían los camiones que mandaba la provincia de Buenos Aires La Plata, que mandaba la ropa para los chicos, que a fin de año mandaba las recordadas sidras y pan dulces en la cual se hacía la fiesta en los barrios, todos juntos, digámosle se pasaban las fiestas, tanto Navidad como fin de año, bueno, entonces ahí nos conocimos y bueno, fue una cosa de como... como decimos de amor a primera vista, yo tenía catorce años y él dieciocho. Yo lamentablemente durante los nueve meses que él estuvo detenido, que fue preso político, estuvo detenido en la cárcel de Villa Devoto, no lo pude ir a ver porque en primer lugar era menor de edad, en segundo lugar no nos dejaban que se mezclaran los apellidos por seguridad de la gente que estaba afuera, pero yo fui una de las primeras personas, con catorce años que integré la primera Comisión de familiares de presos políticos. Mientras toda la gente partía de... los padres, las madres, partían de los cuarenta años para arriba, ¿no? Que se hacían las reuniones en el Once, en la Capital. Bueno, entonces yo iba con mi uniforme de colegio a las reuniones, y yo lo que hacía era ayudar a las madres a entrarle la comida, ayudarlas a si había que hacer cualquier trámite, cualquier cosa... porque había mucha gente, habían trasladado a Villa Devoto mucha gente del interior. Entonces mucha gen... muchos familiares de esos compañeros no podían viajar porque no tenían dinero disponible como para poder viajar acá a Buenos Aires, pagarse hotel, pagarse comida, y verlos a sus hijos. Entonces de esa manera lo que hacíamos nosotros con la Comisión era, digámosle, tramitarle cuando había que tramitarle las partidas de nacimiento, o había que hacerse cargo cuando empezaron a salir las "opciones" fuera del país. Porque tenías dos opciones, digámosle: era una quedarte preso o... digámosle... pedir la opción fuera del país. Porque Estela Martínez de Perón junto con Luder firmaron... el Poder Ejecutivo Nacional, que era que estabas detenido bajo el Poder Ejecutivo Nacional, que eso, te decía, que vos no podías salir fuera del país. Entonces eran causas... no eran causas porque vos habías matado personas ni nada, simplemente porque a vos te agarraban con una revista, por ejemplo en ese momento se editaba la revista Hortensia, que era una revista de chistes políticos, y bueno, por eso te metían preso, o porque te veían militar en un barrio, o porque alguno, viste, yo qué sé.... te agarraban en la calle.

P: ¿Y cómo se da la prisión de Lorenzo?

R: Bueno, la prisión de Lorenzo dentro de todo en esa época fue tranquila, que es lo que siempre hablamos. No fue lo mismo que en el '76. En esa época vos recibías alguna picana eléctrica, recibías alguna... patadas en el estómago, patadas en los riñones, algunas trompadas en la cabeza, alguna tortura con el torno que tenían, que en esa época todavía era de pie, el torno, en la cárcel de Devoto, pero dentro de todo se sobrevivía a la prisión. Y aparte lo que tenían es que ellos consiguieron mucha libertad dentro de la cárcel, consiguieron bueno, por ejemplo Lorenzo formó la primera biblioteca política de una cárcel, que se la ayudó a formar el padre, el padre de Lorenzo era escritor, David Viñas, entonces él por medio de las editoriales le conseguía los libros

políticos y fueron formando la biblioteca.

P: ¿Cómo encaró David Viñas la prisión de su hijo?

R: Digamos... normal. Porque bueno, digámosle, él ya había estado mucho antes, cuando eran los chicos que tenían cuatro, cinco años, yo después voy a decir la fecha de nacimiento de los chicos como para que se comprenda qué edad tenían, él también ayudó mucho a Bolivia, a Cuba, con... con... bueno, con lo que quería hacer el Che Guevara de... bueno, de liberar Bolivia, con otros escritores, con otras personalidades de la universidad, y bueno, todo eso, entonces era un poco como que... bueno, él no era peronista porque nunca lo fue, pero se esperaba de que en algún momento, alguna detención iba a haber, ya sea o el hijo o la hija iban a estar detenidos. Bueno, y entonces ahí, digámosle, había como una libertad y un respeto hacia ellos. Entonces muchos compañeros se fueron formando, bueno, Lorenzo fue uno de los últimos que pudo tener la opción, me acuerdo que la primera camada donde hubo nueve mil quinientos presos políticos, la primera camada que salió fue toda a Perú, que era el lugar donde había un gobierno democrático, y era un país latinoamericano, de lengua española, donde se podía colaborar con el gobierno, y seguir haciendo la tarea política. Y después hubo el golpe de Perú en el... Lorenzo sale de la cárcel el 21 de septiembre del '75, todavía acá había democracia, todavía digámosle, se podía... bueno, sale él en esa fecha, él... su nombre era Lorenzo Ismael Viñas, nació en el Británico, Hospital Británico acá en Capital Federal, un 20 de junio de 1955, una fecha patria, y un año muy especial en el peronismo, porque el año '55 fue un año de mucha lucha peronista y de mucho crecimiento peronista, entonces bueno, él tuvo el orgullo de tener esa fecha. Y bueno, y después, primero nació su hermana, María Adelaida Viñas, el 4 de febrero de 1954, también en el mismo hospital, también ella militaba en Montoneros, pero en Zona Oeste, con su compañero que también militaba en Zona Norte, junto con Lorenzo y con nosotros, que se llamaba Carlos Andrés Goldemberg, que su papá fue un psiquiatra... un psiquiatra muy renombrado del Hospital Italiano, que fue el primero que formó la psicología para el obrero, digamos, porque él pensaba de que, lamentablemente siempre y sigue hasta ahora insistiendo, que la psicología para el obrero no existe, existe para la gente que puede pagar, que lamentablemente tanto en hospitales como en obras sociales te dan quince días y con eso arreglate. Digo, no es una cosa como la que conocemos, aquel que fue a algún psiquiatra o a algún psicólogo, que bueno, que pagando uno tiene más cosas para hablar y más tiempo para hablar. Entonces él formó en el hospital Italiano eso, y eso se dio en todas las villas. Se empezó a desarrollar en todas las salas, las salitas de salud.

P: ¿El estudiaba medicina o sociología?

R: Quién, el papá de Goldemberg?

P: No, Lorenzo.

R: Lorenzo, no. Ciencias políticas.

P: ¿Quién estudiaba medicina?

R: Medicina estudiaba la hermana. Y el... el cuñado, Carlos Andrés Goldemberg estudió tres años de agronomía, que mirá qué casualidad, que mi hija eligió agronomía y se recibió de ingeniera agrónoma. Sin saberlo, ¿eh? Ella se entera cuando va a la universidad de agronomía, investigando, encuentra una ficha donde estaba el nombre de su tío y bueno, ahí se enteró de que él había elegido la carrera de agronomía.

P: Bueno, ustedes salen, Lorenzo sale de prisión y van a México, ¿Cómo se da ese exilio?

R: Lorenzo sale de prisión, fue el último que salió con opción fuera del país, después ya se recrudeció mucho más la cosa, y yo me voy el 31 de noviembre del '75. Pero yo me voy, digámosle, quiero dejar aclarado esto, digamos... por amor, porque bueno, yo en ese momento si bien estaba perseguida por la Triple A junto con mi papá y mi mamá, pero a mí la policía ni el Ejército me perseguía, entonces bueno, me voy, llego allá el 31 de... de octubre y bueno, estuvimos ahí en México hasta noviembre del '77 donde meses antes... el exilio allá, cómo fue... fue media-

namente tranquilo, hasta que no... hasta que empezó el golpe el 24 de marzo del '76. Lorenzo trabajaba en prensa, de la Casa Argentina, porque se formó una Casa Argentina donde por supuesto se ayudaba a todos los compañeros que tuvieron que irse de Perú a México, que bueno, que fue una enormidad de gente que llegó, y también se ayudaba a la gente que por ahí podía tener la oportunidad de ir a México que salía, que yo qué sé, que tenía la suerte y seguía saliendo y bueno, iba a México, después ya las salidas eran más bien a Italia, a España, a Alemania, a todos esos países, ya no era más a ningún país latinoamericano.

P: ¿Ustedes desde el primer momento escogieron Italia, pero fueron a México?

R: No, no, nosotros escogimos México porque sabíamos que a los cinco meses había que regresar a la Argentina.

P: Lorenzo tiene la dupla...

R: Lorenzo tenía la doble ciudadanía, sí, sí, sí. Doble ciudadanía porque su mamá era italiana, había nacido en Italia. Y entonces ahí Lorenzo se puso a trabajar en la Casa Argentina, en la parte de prensa, y yo como era menor de edad, porque llegué con quince años ahí, no me dejaban trabajar. Entonces era todo un problema, porque yo era una persona muy activa y muy rebelde, entonces digámosle que yo quería trabajar a toda costa. Yo decía que cómo podía ser que las madres tuviesen que dejar sus niños en las guarderías y salir a trabajar y yo tener el lujo de no tener que trabajar, ¿no? Y a mí me daban una... Porque se hacía como una olla en común donde todos los que trabajaban ponían el dinero y después se repartía entre todos los compañeros que no tenían dinero todavía, que no habían conseguido trabajo, porque, bueno, era un problema, México no estaba en su mejor época, digamos casi prácticamente ningún país de Latinoamérica estuvo en una condición de decir vos llegabas y podías conseguir trabajo y tener tu plata para poder alquilar aunque sea una habitación y poder... bueno nos prestaron los curas mexicanos un edificio de cinco pisos donde había tres pisos que era una zona de retiro espiritual, donde eran habitaciones con baño privado, entonces ahí digámosle se refugió mucha gente, al medio día había que cocinar para los compañeros que volvían de buscar trabajo o para que los que tenían trabajo comieran ahí, había que cocinar para tandas de trescientos compañeros que se iban rotando y bueno, y yo tuve una idea de formar una guardería en el último piso de ahí, de esa Casa Argentina, donde tenía un salón grande, tenía una terraza, en donde estaba con un alambre muy alto, así que no había peligro de que los chicos se pudiesen lastimar, ni nada, entonces yo lo planteé, de que yo quería cuidar a los chicos de los compañeros, en ese momento cuidaba a cinco chicos, cuidaba tres chiquitos de dos años y los otros tres eran bebitos. Yo los recibía a las ocho de la mañana y el último que se me iba era a las diez de la noche. Bueno, se formaron colchonetas para que puedan dormir, bueno, allá en México teníamos la suerte de que había pañales descartables, en ese sentido no había problema, yo les daba el desayuno, el almuerzo, la cena, los bañaba, ya se los daba al papá y a la mamá o a cualquiera que lo venía a buscar, ya se lo daba limpito para que se fuera a la cama, y bueno, y cada vez fue creciendo esa guardería, en un momento no solamente teníamos chiquitos argentinos sino teníamos chiquitos que venían de Centroamérica, chiquitos mexicanos, digamos en esa época había mucha represión en este país de Sandino... Nicaragua, vinieron muchos huérfanos y bueno, ahí se le dio un lugar hasta que se les buscaba un hogar donde bueno, hubiese una mamá y un papá que los pudiese cuidar. Y bueno, y ahí se fue formando, formando, hasta que se enteró la Cruz Roja Internacional de que se había formado una guardería y de que ya no dábamos abasto con el pequeño lugar que teníamos, entonces bueno, se hizo un proyecto y... entre Amnistía Internacional y la Cruz Roja Internacional dieron los fondos y se alquiló una casa muy linda, muy linda, en la... en el barrio que se llamaba... Plaza del Carmen, que era un lindo lugar, con mucha luz, bueno, ahí digámosle, cuando se inauguró me acuerdo, digámosle, los bebitos tenían sus cunas, bueno, teníamos todo lo que era necesario para cuidar a los chicos y darle... Bueno, todo lo mejor mientras sus papás trabajaban o los que venían de otros países exiliados, huérfanos, porque los habían matado a los papás, bueno, o habían quedado con el papá o habían quedado con la mamá, pudiesen las mamás ir a trabajar tranquilos e ir a retirar sus chiquitos y bueno, ya te digo, ahí se incorporaron maestras especializadas, psicólogas, había bueno, yo me acuerdo que me quedé con la salita de un año y dos, donde realmente para mí era... era una felicidad porque aparte nosotros ya

compartíamos una casa donde había cuatro niños en los cuales yo era la que los cuidaba porque bueno, tanto las madres como los padres... había madres que todavía tenían sus maridos, o padres que tenían sus mujeres presas que habían quedado acá en Argentina, ¿no? No solamente de Nicaragua venían los chiquitos, sino argentinos. Entonces se le daba toda la atención y bueno, el último que se retiraba siempre se retiraba entre las diez y las once. Y te digo, tenían su comedor, bueno, era... fue una maravilla eso realmente, fue un logro muy muy importante y si ustedes... tienen contacto con México, bueno, por supuesto le van a contar con más detalle el tema de la guardería, cómo siguió y todo y yo creo que fue, bueno, fue un ejemplo porque nosotros no tuvimos la suerte que sí tuvo en ese momento Chile. Chile sí en ese momento, bueno, había mucha plata para muchos proyectos que habían llevado los chilenos que se habían exiliado primero en México, ya nosotros cuando llegamos no había nada, teníamos que recurrir a los fondos que nos daban...

P: ¿Qué lideranzas coordina en México el exilio? ¿Existen compañeros, una agrupación, cómo se da en la organización, recordás nombres?

R: Sí, se formó una... como un tipo de Comisión de la organización de Montoneros, donde cada uno tenía su...

P: ¿Recordás nombres, personas?

R: Nombres... y nombres ahí vos sabes que ya hay compañeros que han muerto de esa Comisión, ya prácticamente todos desaparecieron, de esa Comisión, quedaron dos o tres de los cuales bueno, no recuerdo porque yo ya te digo, yo cuando ya se formó la guardería, bueno, ya ahí en esa época ya nos habían empezado a proponer volver a la Argentina. Entonces yo un poco es como que yo ya me retiré y bueno, vos tenías que aislar porque bueno, te instruían y te...

P: ¿Cómo se da ese retorno, a partir de qué momento y en qué circunstancias?

R: Nosotros... nos proponen volver, nosotros sabíamos que a los cinco meses había que volver, a nosotros se nos estiró un poquito más, nosotros estuvimos desde el '75 que volvimos hasta noviembre del '77 que nos fuimos de México. Bueno, ahí... El primer país que nos mandaron fue Perú, ahí estuvimos tres meses, bueno hicimos uno que otros contactos, pero no era el lugar que ellos querían que nosotros nos quedáramos ahí. No se sabía si teníamos... nos iban a hacer volver a la Argentina o si nos iban a mandar a otro país. Entonces bueno, después decidieron mandarnos a Brasil. Y el 31 de diciembre del '77 llegamos a San Pablo, nos bajamos ahí en el Aeropuerto... del Galeón, me acuerdo que había una lluvia... un 31 de diciembre, donde hubo una lluvia muy muy muy tremenda y me acuerdo que llegamos inundados, y bueno, San Pablo fue nuestra primera... conocimiento y a mí me gustó mucho San Pablo porque me hizo acordar mucho a Buenos Aires.

P: ¿Qué contactos hacen en San Pablo?

R: Bueno, en San Pablo hacemos contacto con los compañeros que ya estaban, que habían ido de aquí de la Argentina y de otros países a Brasil, bueno, ahí se forma, nosotros tuvimos que alquilar una casa, bueno, la primera casa que alquilamos fue en el barrio de Ibirapuera, me acuerdo, de ese... Me acuerdo de ese parque que era libre de rejas, donde era un parque hermosísimo donde me acuerdo desde la ventana del edificio que yo veía y veía el obelisco y me hacía acordar mucho a Buenos Aires, que yo después cuando volví en el '95, a San Pablo, bueno, vi totalmente diferente San Pablo, que me chocó muchísimo, pero bueno, todo cambia. Bueno, ese fue nuestro primer lugar, después nos mudamos al barrio Hípico, Hípico paulista, que era un barrio obrero, era muy lindo barrio, pero era un barrio de casitas simples, sencillas, de trabajadores. Ahí realmente también tuvimos una muy buena relación, yo ahí me quedo embarazada, pierdo mi bebé a los tres meses, y bueno, y ahí estuvimos un tiempo trabajando con Lorenzo, bueno, él hacía parte de prensa, yo hacía parte de... de... yo tenía la tarea de que viajaba a los diferentes países como yo estaba legal, con mi pasaporte viajaba a los diferentes países y bueno, cada tanto se verificaban los sellos, porque, bueno, teníamos que tener documentación falsa para poder seguir moviéndonos. Y yo era una de las personas que armaba esos sellos... para que la documentación que había que sellar... bueno... ningún compañero cayera

por la documentación. Y tuvimos el orgullo de que ningún compañero... lo decimos plenamente con mucho orgullo en el sentido de que realmente hacíamos mejores documentaciones que la propia República Argentina, ¿no? Que muchas veces se quisieron justificar desapariciones por las documentaciones, pero no. Los compañeros, lamentablemente, o... digámosle, eran tomados detenidos que después con la historia se supo de que verdaderamente... bueno, hubo uno que otro compañero que cayó porque lo agarraron, porque lo identificaron políticamente y todo eso, pero no hubo compañeros que cayeran por la documentación mal hecha, digámosle, esa es la tranquilidad que tenemos y que verdaderamente después se pudo comprobar, y bueno, después empezó lamentablemente bueno, empezaron las cosas muy difíciles, bueno, a nosotros ya nos propusieron volver a la Argentina...

P: ¿Cómo se da esos intercambios de informaciones con Argentina?

R: Nosotros estando afuera, digamos, nosotros sabíamos de que había desaparecidos ya, de que había gente que era secuestrada, digamos, porque bueno, nos llegaban informaciones de todos lados. Pero digámosle... nunca pudimos en ciertos momentos poder salvar a algún compañero como para que diga cuáles fueron las causas de la desaparición, si fueron por "dedos", que marcaban, por compañeros que cantaban, o caían porque bueno, los reconocían. Pero lamentablemente cuando nosotros empezamos a hacer las denuncias era un poco como que parecía medio raro de que desaparecieran argentinos en Brasil, o desaparecieran uruguayos en Argentina, o uruguayos en Brasil, o brasileños en... en Argentina o en Paraguay, o en Uruguay. Pero los que estuvimos afuera, que empezamos a viajar y a conectarnos y a decir "bueno, mirá está pasando esto, esto, esto, esto, esto", bueno, nos empezamos a dar cuenta que verdaderamente había una... un problema. Yo, por ejemplo, hubo una... fue la primera propaganda que se hizo, que hizo la comunidad argentina, donde decía "montoneros", denunciando las desapariciones que había en Argentina, que fue la pelea... que hubo una pelea de boxeadores en México, que fue Monzón, el otro contrincante no me acuerdo quién fue, bueno, fuimos muchos compañeros ahí al lugar donde se hacía la pelea, y bueno, ya por supuesto ya estaba el golpe que fue el 24 de marzo del '76 y en ese momento nos animamos a empezar a denunciar de que había desaparecidos acá en la Republica Argentina, y de que había torturas, y de que... bueno, ya las condiciones carcelarias no eran como antes sino que habían cambiado muchísimo y que eran terribles, entonces se desplegaron carteles donde la dictadura realmente empezó a mandar servicios y bueno, yo fui una de las que ligué un... casi más pierdo este ojo, el ojo izquierdo, porque en la calle me dijeron "argentina"... yo iba justo para la casa Argentina a buscarlo a Lorenzo, y bueno, uno yo qué sé, mientras está uno cree que México no te iba a pasar absolutamente nada, pero bueno, ya los servicios estaban moviéndose, ya tenían contactos, ya había secuestro de compañeros, digámosle, simulacros de secuestros que los metían en un auto, y a las quince cuadras en México los tiraban, bueno, yo qué llegué con el ojo, que me acuerdo que se me salían las pestañas, se me puso así el ojo... en México es muy común que se le pegue a la mujer y de que nadie intervenga. Pero lo raro fue que cuando yo me levanto para agarrarme porque bueno, me dolió muchísimo el ojo, la gente estaba, así, atónita, porque era un personaje vestido de linyera, digámosle, con harapos, y bueno, entonces yo agarro mi cartera y yo quería... me cruzaba el paso, yo quería ir para un lado y él me lo tapaba, entonces cuando levanto la vista para darle la plata, ahí donde yo lo que veo es que tiene un semejante anillo, que a uno le llamó la atención, y que me lo da así al... con todo el puño, y es donde me raspa y donde me hiere el ojo y me dice "argentina hija de mil puta, los vamos a reventar a todos", y se sube en un auto que era... impresionante, el lujo del auto que tenía, y tenía medio como entre una voz digámosle castellana y mexicana. Pero... a la frase esa "argentina hija de mil puta" era bien... bien castellana, ¿no? Bien argentina, de Buenos Aires. Y bueno, y ahí empezaron las... tuvimos que empezar a tener cuidado, porque bueno, empezaban a seguir...

P: ¿Hay algún preso o desaparecido en México?

R: No, no, no. Hubo golpeados, sí, secuestrados por pocas horas, ¿no? Torturados, pero bueno, era la persecución que tenias porque bueno, cada vez nosotros con más fuerza denunciábamos más la dictadura. Y después bueno, cuando nos proponen volver, que volvemos, ya te digo, que nos vamos a Brasil, estuvimos ahí hasta el... que salimos de ahí... en junio.... El 9 de junio del

´79 llegando acá el 10.

P: En Brasil permanecen...

R: En Brasil permanecemos desde diciembre del ´77 hasta junio del ´79.

P: ¿Sólo en San Pablo?

R: Estuvimos en Rio de Janeiro, en Curitiba, en San Pablo, en Santos.

P: ¿Cuál es el contacto que ustedes tienen con las organizaciones de derechos humanos, en aquel momento?

R: Nosotros ninguno, nosotros ninguna porque nosotros hacíamos trabajos específicos y no teníamos las relaciones con ningún político ni con nadie, digamos, había otras personas que tenían esas relaciones, así que por eso mucho no teníamos contactos. Conocíamos que había, bueno, pero no podíamos acercarnos porque bueno, el que tenía una tarea específica era esta tarea específica y no se podía mover de...

P: ¿Algún episodio de acompañamiento, persecución?

R: No, no, en Brasil vos sabés que no, no, no, en Brasil no. En Brasil nosotros no tuvimos ninguna... ningún problema.

P: Bueno, y ahí deciden...

R: Bueno, ahí ya regresar a la Argentina, y bueno, regresarnos a la Argentina... estuvimos... bueno, que es... acá un poco es lo que se cuenta de que verdaderamente la "Contraofensiva" que empezó en el... mediados del ´78, hasta el ´83, hasta julio del ´83, bueno, ahí ya empieza la historia de que verdaderamente ya ahí había colaboración de la conducción de Montoneros, de Firmenich, de Perdía, de Vaca Narvaja, de toda la conducción de Montoneros, ya había, no solamente antes, ¿no? Sino que se comprobó de que verdaderamente ya ahí había una conexión muy concreta no solamente con la dictadura militar argentina sino con todas las dictaduras, digamos. Y cuando... bueno, llegamos acá, a nosotros nos dijeron que teníamos que instalarnos en un barrio, que era Villa Martelli, bueno, que la sociedad de fomento, el colegio, la cooperadora del colegio, tal institución, la iglesia, esto, el otro, estaban, pensaban, digamos, lo que Montoneros pensaba que estaban con nosotros, que nos iban a dar todo el apoyo, y bueno, yo cuando me encuentro acá con mi madre y mi padre que no... no.... Ellos no se exiliaron nunca, ellos se bancaron todo el golpe militar, yo realmente por eso no te p puedo hablar mucho de lo que fue aquí la persecución, yo te la puedo contar a través de lo que sé de mi padre y de mi madre, que se tenían que cambiar, que a veces tenían que andar con un bolsito por la calle yirando, que te allanaban los hoteles, que te allanaban todos los lugares y que era muy difícil convivir porque bueno, ya en esa época, ya había compañeros que se habían pasado para el lado de la Armada, digámosle... estaban ubicados ahí, que los dejaban salir y que marcaban gente, así que bueno, mi papa y mi mamá tuvieron mucha suerte que se salvaron, digamos... mi papá obligadamente tenía que trabajar porque había que comer y había que pagar el hotel, porque ahí a medida que vos te encontrabas hoy con un compañero ya mañana ya moría ese compañero, desaparecía. Entonces era una cosa... era una persecución continua, entonces aquel compañero que estaba destinado a alcanzarte a vos la plata para que te alcance para todo el mes, ya no lo podés contactar. Entonces, primero agarraban las zonas más periféricas que era donde ... vos lo podías, podías captar mucha cantidad de compañeros que era el Once, Plaza Italia, las estaciones de Retiro, las estaciones de trenes, las terminales de ómnibus, bueno ahí cayó muchísima, muchísima gente, y después los barrios, los barrios donde militaban, porque bueno, Montoneros se pasó a la clandestinidad pero la clandestinidad era pasarte como si yo me pasaba de acá de Belgrano a Núñez, donde yo tomaba el mismo tren, donde tomaba el mismo colectivo y donde vos no te podías... esa fue un grave error, pasarte a la clandestinidad. Porque era como que te vendieron a la dictadura, digamos, no pensaron en la cantidad de compañeros que todavía había, entonces... yo de ahí me dice... mi papá y mi mamá nos confirman, nos dicen no, ustedes de acá se tienen que ir, o tienen que salir fuera del país o nos vamos de acá y bueno, lo que decidimos fue ir a Entre Ríos, a

Paraná, volver a mi provincia, ahí la madre de mi papá tenía un terreno muy grande a orillas del río Paraná, donde bueno, se hizo toda una cobertura, donde se.... Lorenzo y mi papá criaban... se pusieron a criar pollos, a plantar verdura, se... nos compramos una yegua, un caballo, bueno, un lechón. Se empezó a trabajar la tierra, se empezó... y bueno, nos compramos hasta un carro... yo me quedo embarazada el 31 de agosto que era mi cumpleaños, porque fue el momento que nos mudamos a una casita que compramos, entonces bueno, Lorenzo ya trabajaba, mi papá trabajó... le dieron empleo en la Municipalidad, porque bueno, a mi papá lo conocían desde muy chico porque bueno, él nació y vivió en Paraná igual que mi mamá, se criaron ahí en Paraná, entonces bueno, la cobertura era... era tranquila, digamos, podíamos vivir mínimamente con la verdura que se vendía, con la fruta que se vendía y todo eso. Bueno, nace Paula, el 28 de mayo de 1980, ahí ya se empieza a ver unos meses antes de que naciera Paula conflictos con Chile, el conflicto de Beagle, se corría la bolilla de que se iba a llamar a toda la gente que tenía 25 años para arriba, hasta cuarenta años, bueno, Lorenzo estaba justo en la edad, se hizo un censo en el año '80 donde, bueno, a Lorenzo y a mí... tuvimos que escondernos, en esa época los censos no eran como ahora, que vos... no entraban a tu casa, en ese momento sí, la maestra entraba a tu casa, veía todo, y bueno, nosotros tuvimos que escondernos, digámosle, en ese censo no existíamos, porque bueno, Lorenzo ya ahí estaba con documentación falsa, ya Lorenzo cuando pasó, pasó con documentación falsa, y nos pasa una situación cuando venimos pasando, que pasamos por Foz do Iguacu, de que a vos te daban la pastilla de cianuro, ¿no? Te la daban porque si había algún problema, vos, digámosle, tenías que morderla y te morías a los pocos minutos. Nosotros tuvimos quince días del lado del Brasil cuando pasamos, bueno, discutiendo... eso fue antes de pasar, que me olvidé de contártelo antes, estuvimos quince días debatiendo qué hacíamos con la pastilla de cianuro. Nosotros, Lorenzo salió con opción, en esa época no teníamos conocimiento de acá de compañeros, no teníamos ningún conocimiento de compañeros de afuera, porque hacía cinco años que faltábamos del país, entonces nosotros decidimos de que nos íbamos a bancar la tortura e íbamos a hacer todo lo que sea necesario para que nos mataran, pero no matarnos nosotros mismos, porque la idea era de venir y seguir construyendo, no era la idea de venir y matar. Entonces bueno, la tiramos en el inodoro del hotel y cruzamos en esa balsita muy chiquita, había cuatro monjas con nosotros en esa balsita y nosotros dos.

P: ¿En Uruguiana?

R: En Foz do Iguacu, pasamos la primera vez por Foz do Iguacu, entonces digámosle miramos, porque bueno, se ve muy bien cuando vos estas en el medio de ese riacho que hay, ves muy bien las dos orillas, y vimos toda una franja verde, uno al lado del otro. Y nosotros nos agarramos de la mano con Lorenzo y dijimos bueno, es a nosotros. Bueno, ahí nos agarramos muy fuerte de la mano, y yo me agarré de la mano de la monja [se ríe], otra cosa no... y bueno, la monja a no se sorprendió porque habrá dicho "esta mujer se sentirá descompuesta" o cualquier cosa, pero no, dieron mucha.. Bueno, llegamos ahí, Lorenzo me dice "vos andá por aquel lado y yo voy por el otro", nos dividimos por ciertos pasos, y bueno, le miraron el documento a Lorenzo, pasó...

P: ¿Ahí ya como Néstor Manuel Ayala?

R: Ahí ya como Néstor Manuel Ayala. Y yo ahí como... ahí yo sí pasé con documentación falsa, como Claudia Estela Valentín. Bueno, por supuesto... que te hacen esas preguntas absurdas, qué fuiste a hacer a Brasil, que es esto, que lo otro, le dijimos que fuimos de luna de miel, nosotros... yo había comprado muchos chiches para mi sobrino, bueno, para un poco disimular y que esto y que lo otro, y bueno, y pasamos bien. Lo que sí, que el viaje de Foz de Iguacu hasta Once donde antes era la terminal de Omnibus, te juro que mi cuello quedó... porque cada quince cuadras era un retén, o te hacían bajar, o subían los militares, te pedían los documentos, se los llevaban con ellos, te los volvían, te los devolvían, bueno, nosotros con Lorenzo decíamos "otro camino más, otro camino más, otro camino más"; hasta que llegamos. Y cuál fue... por eso que te digo que desde cuándo empieza la colaboración. A nosotros nos dan un lugar para parar la primera vez, un hotel que lo vas a poder observar porque está, es enfrente ¿viste de la Plaza San Martín? Enfrente donde está la Cancillería, hay una... está el club de Oficiales del Ejército. Bueno, en la calle de atrás, del club de Oficiales del Ejército, digamos, esta es Maipú, en la calle siguiente que va está el hotel y en ese hotel nos alojamos, donde, bueno, en realidad dormíamos dos horas

cada uno, porque los patrulleros paraban a cada rato en todos los hoteles, y te controlaban, lo que pasa que ese hotel era un poco de un nivel un poco alto entonces no te molestaban, pero yo sé por mi mamá y mi papá que las pensiones comunes entraban y era terrible cómo sacaban gente, secuestraban gente y mi papá y mi mamá se salvaron porque eran grandes, grandes te quiero decir que mi mamá tenía cuarenta y dos años y mi papá tenía cuarenta y cinco. Era un matrimonio grande y ellos un poco lo que ellos decían era que venían a ver al nieto que estaba por nacer, entonces era cuando subía la policía a controlar todas las habitaciones, la dueña de la pensión le decía “no, este es un matrimonio grande que viene a ver a su hija que está embarazada, que está por nacer su nieto”, toda la historia, y bueno, entonces ahí un poco uno se podía salvar, pero te digo: mandar a un par de compañeros a un hotel que está detrás del Club social de Oficiales era un poco como que te mandaban a meter... digamos... y ahí era como que nos salvamos... pero... y bueno, y volviendo al tema del nacimiento de Paula, bueno, ahí estuvimos, ahí se empeoró el tema con lo de Chile y bueno, y cuando nació Paula, Lorenzo la conoció por veintiséis días...

P: ¿Por qué deciden abruptamente salir, nuevamente?

R: Bueno, decidimos salir, en primer lugar porque bueno, teníamos que hacer nuevamente el contacto. Porque bueno, una, por el tema que ya se venía de la guerra... que parecía entre Argentina y Chile. Y otro era porque bueno, nosotros queríamos seguir contactándonos y seguir trabajando, nosotros todo ese año y medio que vivimos en Paraná, digamos, no tuvimos ningún contacto, éramos...

P: De militancia, ¿no?

R: No, no, ahí en ese sentido no militábamos, ahí yo tenía todas mis abuelas, mis tías, mis primos, digamos se hacía toda una vida de familia. Y más lo que yo estaba embarazada y todo, era como que... era una cobertura... y bueno, a la gente un poco la embarazada es como que te da una ternura, y entonces...

P: Y jovencita más.

R: Claro, claro, yo tenía veintiún años ahí, estaba con veintiún años y Lorenzo tenía veinticinco. Bueno, Lorenzo pudo... yo la tuve a Paula en una maternidad que la había construido Perón, que era una maternidad donde... se atendían los partos y hasta los chiquitos de tres años, desde que vos iniciabas el parto hasta... entonces él el día que yo me descompuse, que fue el día anterior, él le dijo a mi mamá que él se iba a quedar toda la noche en la... en el lugar, en la maternidad, que se llamaba en ese momento, antes se llamaba la maternidad “Eva Perón”, en ese momento los militares le cambiaron el nombre y le pusieron “San Roque”. Bueno, yo caminaba porque Paula no... ni había nada que me avisara que estaba por nacer ni nada, así que yo caminaba y caminaba y lo veía a él los pies, que estaba ahí sentadito, y bueno, y Paula nace al otro día, el 28 de mayo de 1980, nace a las 10:45 y él justo dice... porque la enfermera iba y le avisaba, “todavía no nació, todavía no nació”, y bueno, él dice “bueno, entonces yo... va a tardar un ratito más, entonces yo voy a ir rápido a casa, me cambio y vuelvo otra vez”, era como que la gente un poco... era como que te conocía la cara, yo creo que había gente que te conocía por lo que vos estabas pasando. Era como que la gente... era solidaria, yo creo que en ese momento ya en el '80, la gente ya estaba siendo solidaria con vos. No solidaria con la organización Montoneros, ni con el ERP ni nada por el estilo, sino con la gente que había luchado y que había estado en la persecución y que tenía familiares desaparecidos y todo eso. Era un poco con un resquemor pero se acercaba y te ayudaba, digo, vos no lo podías gritar a los cuatro vientos qué te pasaba, pero era como que te comprendía y no te preguntaba. Entonces nosotros fuimos hasta Santa Fe, compramos los dos pasajes porque íbamos a viajar los dos, los tres. Entonces el colectivo salía de Santa Fe y... bueno, llevamos los pasajes...

P: ¿Por qué deciden viajar primero él y después ustedes?

R: El lo decide... mirá lo que pasa, sucede lo siguiente. Él a último momento... él tenía el micro

para tomarlo a las once de la noche, él viajaba por la empresa brasileña Pluna. Y fijate vos cómo estaba todo ya marcado, que nos dan el asiento número once, digámosle, toda la investigación que se hizo, en todas... la SIDE de acá, de la república Argentina, la CIA de Estados Unidos, de todos los países, digámosle, el número 11 lo usaba tanto en aviones, en barcos, en micros, en lo que sea. Era... las personas que había que detener o seguir o que tenía algún problema político.

P: Jorge Adur también.

R: Exactamente. Jorge Adur compra el pasaje por la empresa General Urquiza. Y le dan el mismo número de asiento, el número once. Entonces este... ninguno sabe... digamos, yo al Padre Adur nos vimos, algunas veces porque él tenía su primera iglesia, la tenía en el barrio La Manuelita en General Sarmiento, donde militábamos, entonces había veces, había reuniones o peñas o nos juntábamos varios barrios y hacíamos por ahí las veredas, ayudábamos o por ahí un barrio se inundaba, íbamos todos y ayudábamos a ese barrio, entonces nos conocíamos por ahí de ahí. Pero... y aparte por supuesto lo conocíamos porque era el Capellán de la organización Montoneros, pero nosotros no sabíamos que él viajaba el mismo día. Y nosotros elegimos ese día, el 26 de junio de 1980 que es cuando desaparece Lorenzo, porque fue la llegada del Papa, a Brasil.

P: ¿ Tiene que ver la ida de Lorenzo con el Papa? Porque Jorge Adur iba...

R: Iba para entregar una carta para denunciar lo que estaba pasando acá, y bueno, y yo creo que iba también por ciertas cosas que hablamos con la hermana, con Araceli Adur, después de muchos años, nos conocimos recién en el '90, de que iba a denunciar también de que había conectividad con... con la conducción. Iba a... a denunciar yo creo eso, también, no solamente todo lo que había hecho, el desastre que había hecho la dictadura militar, sino también, bueno, la conectividad que había, y de mucha entrega y de mucha pérdida de muchos compañeros que había. Entonces eso yo creo que se va a ir como dilucidando cuando realmente se llegue a una... a una autocrítica como la llamamos nosotros siempre. Acá falta una autocrítica de la conducción, falta una autocrítica de todos los compañeros que se salvaron, porque si vos lees en la CONADEP, hay ciento setenta legajos de la ESMA de toda la gente que estuvo detenida en la ESMA que se salvó, y que algunos colaboraron, porque hubo varios tipos de colaboración. Estaba el que colaboró cantando a la gente o como le decíamos nosotros, marcando con el dedo, y después era la colaboración que tenía el compañero que preparaba la comida para todos los compañeros que estaban ahí secuestrados, o que lavaba la ropa, o que le alcanzaba un vaso de agua, o que lo ayudaba a bañarse, o que le curaba las heridas, o que lo trataba de proteger, o que ayudaba a esa madre que iba a tener el bebé. Por eso que acá, digámosle, recién ahora es como que se comienza a dividir todo los tipos de colaboración que hubo. Y en esos ciento setenta legajos que hay, da la casualidad que todas las declaraciones de esos ex compañeros eran exactamente iguales, ni un punto de más, ni una coma de menos, ni un acento de más, ni un acento de menos. Digámosle, yo todavía no he sentido de voz de ellos, de que dijera "yo vi nacer tal bebé, de tal persona", está el caso de Myriam Lewin, que es una periodista que está trabajando en este gobierno, que fue novia de Astiz, que fue la que marcó la rueda de las Madres a varias Madres, que se hizo pasar... Astiz se hizo pasar por un hijo, por un hermano que tenía desaparecido, y ella se hizo pasar por la novia, en la cual, bueno, las Madres las adoraban, los adoraban, los protegían. Bueno, mientras tanto ellos iban marcando gente y pasando todos los nombres... a quién había que secuestrar, a quién no, a quién éste, a quién lo otro, todas esas colaboraciones que yo no comprendo... bueno, está Martín Grass trabajando en la secretaría de Derechos Humanos, que fue el tipo, que no solamente lo digo yo, sino está denunciado en varios legajos de la CONADEP, que era el que manejaba "la pecera". La pecera era donde se probaban los buzos, los trajes de buzo, él era el que levantaba el agua, el que levantaba la mano para no ahogarse, el que salía y bueno, se veía a ver si cantaba o no cantaba. El que no levantaba la mano, levantaba más el agua para que se ahogara y... es una forma de matarlo. Que es indignante, es indignante. Yo te digo la verdad, que yo no puedo convivir con esa gente, a mí me parece que es... tienen el mismo rol o tal vez peor, tal vez más crueles, que los militares. Es como Tolchinsky, Silvia Tolchinsky. Silvia Tolchinsky es una de las únicas sobrevivientes del campo de concentración donde estuvo el Padre Adur, donde estuvo Lorenzo, estuvo el compañero Amílcar Arquetti que era un abogado que defendía presos políticos, que te digo, vivió hasta cuando fue el rendimiento de la... cuando

se rindieron los milicos en las Malvinas. Que hay una carta de él que tiene fecha de 23 de julio de 1983 escribiéndole a Silvia Tolchinsky, donde le escribe y le dice “negrita parece que nos vamos a salvar”. Y ella había iniciado ya hacía bastante tiempo, una relación con Claudio Gustavo Scagliuzzi, que es el que.... Digámosle, la salva, porque ahí se arma como una pelea. El turco Julián quería salvar a Amílcar Arquetti, y Claudio Gustavo Scagliuzzi al enamorarse de Silvia Tolchinsky, por supuesto quería salvarla a ella. Y últimamente, el último... la última confesión que dio ante del Juez Lijo, que fue la primera vez que hubo una declaración por vía Internet, desde el Consulado... la Embajada argentina en Madrid, hacia... el juicio se hizo en Talcahuano 150, donde se hizo el Juicio a toda la Junta, donde a mí los milicos me citan como.... cómo es que se dice... como una persona que ellos quieren que yo declare a favor de ellos.

P: Un testigo.

R: Un testigo, claro, como un testigo. Entonces bueno, cuento muy rápidamente cómo fueron los tres meses de Lorenzo y el padre Adur.

P: Estábamos en Santa Fe, deciden regresar a Brasil o salir al Brasil.

R: En Santa Fe, bueno, Lorenzo decide “mirá negra”, porque me decía negra, “quedate, porque la nena es muy chiquita, tiene veintiséis días, es un viaje en unos micros que nada que ver de ahora, el problema de los pañales, la leche, bueno, toda la historia, me dice “vos estás legal, vos después te tomás un avión y nos encontramos allá”, bueno, yo... donde él sufrió mucho, porque no pudo reconocer su hija, porque él la quería reconocer, entonces yo le digo “no, es imposible que la reconozcas porque vos tenés otro apellido y después yo cómo hago para manejarme con Paula”, entonces la reconozco yo con mi apellido y bueno, ahí lloramos muchísimo porque bueno, yo creo que para todo padre que tiene su primer hijo... [conmovida] y más en la situación que estábamos nosotros, ¿no? que estábamos al borde de la muerte, él le quería... yo qué sé, dejar su nombre, y él no tenía los documentos, porque cuando nos piden regresar a la Argentina lo que hacen es pedirnos toda la documentación, él entrega toda la documentación a la organización para mandarla al archivo que había en Cuba, donde lo manejaba Firmenich y Silvia Tolchinsky al archivo, y era donde te daban los... todos los que tenían hijos tenían que ir y dejarlo en la guardería que había en Cuba, preparada, bueno, por supuesto con psicólogos y todo, pero la manejaba Firmenich y Tolchinsky. Silvia Tolchinsky fue la secretaria privada de Firmenich y era la que te entregaba el juego de documentos, tu pasaporte, tu DNI, tu cédula de identidad, el pasaje y el lugar, la frontera por donde vos tenías que entrar. Entonces bueno, vos ahí te ponés a pensar por qué cayó tanta gente. Digamos, ya había milicos infiltrados en Cuba, en la guardería, digámosle... sacaron, le hicieron sacar tanto Firmenich como Tolchinsky quisieron sacar todo, psicólogos, todo y pusieron gente falsa, que eran milicos argentinos, ahí en ese lugar, y bueno por supuesto trabajaban juntos. Bueno, ahí Lorenzo decide bueno, de que yo me quede, bueno... qué le sucede a Lorenzo: nosotros nos fuimos a Santa Fe, qué sucede. Por supuesto cuando uno va a viajar va dos o tres horas antes, bueno, fuimos dos o tres horas antes, cuando empiezan a subir los pasajeros, Lorenzo, qué le sucede, busca el documento, busca el pasaje y no lo tiene, se lo olvidó en casa. Entonces nos volvemos, yo había ido con Paula, mi papá y mi mamá. Mi papá se queda con Lorenzo, mi mamá y yo nos tomamos un taxi, nos vamos a casa, buscamos el documento de él, el pasaje, y el colectivo, el que manejaba, el chofer, nos dice “yo los levanto a la salida del túnel”, porque como que de Santa Fe era como que tenías que regresar a Paraná y de ahí agarrabas la ruta y llegabas a Brasil. Entonces bueno, sube a las afueras del túnel, con su pasaje y para mí fue como una cosa, como que... viste cuando vos sentís una sensación que es la última vez que lo vas a ver. En ese momento no teníamos la tecnología que había ahora, en ese momento la comunicación era por telegrama, entonces habíamos quedado que los tres días él me mandaba el telegrama, cuando se ubicara. Pero yo sabía los tres lugares donde yo podía ir a buscarlo. Entonces justo...

P: Ya en el Brasil.

R: Ya en el Brasil, yo espero esos tres días, no llega nada, no hay ninguna llamada de teléfono...

P: ¿te acordás de los lugares?

R: Uno de los lugares era en el Botánico, de ahí de Rio de Janeiro, porque el iba a Rio de Janeiro. Y bueno, yo voy a Aerolíneas Argentinas, no consigo pasaje porque por supuesto todo el mundo se fue a Brasil a ver al Papa, y yo no sé qué le habré caído a la vendedora de pasajes, que dice “señora no hay ningún pasaje hasta por lo menos dentro de un mes y medio”; y le digo “yo lo necesito, es vida o muerte”, le digo, “ese pasaje para mí, yo lo necesito urgente, necesito viajar, porque necesito saber en qué estado de salud está mi esposo, mi esposo está muy grave”, bueno, hice toda una perorata y bueno. En colectivo por supuesto no había, no había nada y bueno, entonces viene mi tía a las dos horas y me dice “Negrita ya conseguimos el pasaje”; entonces bueno, yo al otro día dejo a Paula con mi mamá y mi papá, en ese momento la dejo como... [conmovida] como una falta de conciencia de que... como que abandonaba a mi hija y que sabía que por ahí no la iba a volver a ver nunca más, pero después fue como que me tranquilicé porque la dejaba con mis padres, ¿no? Un poco, ahí dije yo bueno, ellos van a saber actuar y van a salvarla y van a protegerla, en este momento el que está al borde de la muerte y había que hacer la denuncia urgente era por Lorenzo. Y bueno, yo, sin ninguna experiencia porque verdaderamente nosotros a nivel internacional nadie tenía experiencia en ese momento, sí sabíamos tal vez movernos en la Argentina, bueno, pero no sabíamos de contactos, yo para colmo, como hacíamos trabajos especiales no teníamos contacto con gente brasileña ni con gente peruana, ni con gente mexicana ni con nadie donde yo pudiese viajar y decir “Bueno, voy y sé que voy a ir acá y voy a poder hacer la denuncia”, y bueno, me voy, viajo y llego y bueno, voy a los lugares, pregunto, no lo encuentro. Voy con la seguridad de la resistencia de Lorenzo, porque yo no sabía si también Lorenzo iba a aguantar la tortura, y no sabía también si me podían por ahí marcar, aunque yo... digámosle, estaba diferente porque empecé el embarazo con cuarenta y dos kilos y llegué a pesar ochenta y nueve kilos, era totalmente diferente, estaba más gorda, entonces bueno, un poquito más diferente estaba. Bueno, y empiezo a averiguar, todo...

P: En Río de Janeiro.

R: En Río de Janeiro. Me voy hasta Curitiba que era donde tenía la empresa Pluna, entonces voy, hablo con el chofer, me muestra la lista de pasajeros y yo veo que él figura como que pasó. Pero fijate vos la ignorancia de esa época, que yo no me di cuenta de pedir una fotocopia, o anotar direcciones de otra gente que viajó con él, entonces... cuando yo me voy, verifico que pasó y que esto, que lo otro, me llama el empleado y me dice “señora, venga, venga que yo tengo que decirle algo”, me dice, “porque no solamente a usted le está pasando esto, le ha pasado a mucha gente, lo que hace Brasil”, dice, “los hace pasar. Los tiene tres cuatro, cinco días del lado brasileño y después los devuelven a el lado argentino y los entregan a los militares argentinos”. Es más, dice, “es muy común ver militares argentinos acá y es muy común en las entradas”, dice, “en las fronteras, en los controles, y es muy común ver militares brasileños en las fronteras argentinas. Así que yo lo que le quiero, dice, decir, dice, es que no se haga ninguna ilusión de que puede llegar a encontrarlo vivo, ojalá lo encuentre vivo, pero no se haga mucha ilusión”. Y yo en ese momento estaba tan desesperada, tan desesperada que verdaderamente ya te digo, no... no... no tenía la ayuda de nadie, no sabía ni qué hacer ni nada, entonces qué hice: volví al hotel donde estaba, esperé, porque en esa época había que esperar hasta el otro jueves que salía el avión para la República Argentina, y bueno, volví otra vez a la Republica Argentina y esperé, esperé, esperé y bueno, puse en venta la casa, bueno, vendimos la casa muy rápido y el 1º de enero del '81 viajamos mi mamá, Paula y yo acá a Buenos Aires, que era el lugar donde verdaderamente uno podía encontrar más cosas, porque en las provincias todavía esto era como que no... la gente no se daba cuenta. Entonces viajamos y... ahí es donde... bueno, yo empiezo a hacer denuncias, al primer organismo que fui fue al movi... a... qué desastre, cómo uno se olvida de las cosas... a la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, APDH, donde había una monja que me atendió. Y bueno, y yo bueno, le conté de Lorenzo y todo eso y bueno, iba una vez por semana a bueno, por supuesto mi suegra Adelaida Gigli y mi suegro, David Viñas, ellos estaban exiliados afuera, mi suegra estaba en Italia, David estaba... primero fue exiliado en México y después se fue a Madrid, ahí en el Escorial, él ya había hecho la denuncia en Amnistía Internacional, mi suegra la había hecho también en Amnistía Internacional, en otros organismos que había... bueno, y yo el único organismo que empecé a hacerla, bueno, fue ahí, a la APDH, hasta que empecé a aprender a moverme. Y de ahí yo, durante catorce años yo qué hice: Fue ponerme a trabajar,

que en ese momento sube el radicalismo, bueno, sube la democracia, vino la... bueno, termino de contar el campo de concentración y como terminó Lorenzo y después seguimos así.

P: Un poquito antes, ¿qué haces en Brasil? Regresas a Buenos Aires.

R: Bueno, yo en Brasil no pude hacer nada... Me volví y Bueno, y denuncié en la APDH y en Brasil no denuncié en ningún lado porque no conocía nada. Bueno, lo que pasa es que van sucediendo las cosas, yo me entero de Lorenzo todo lo que pasó, catorce años después. Por eso es que no te puedo contar seguido porque yo me entero catorce años después. Yo no me entero qué pasó con Lorenzo, porque nunca más se supo absolutamente nada, nada, nada, nada, de Lorenzo. Entonces bueno, yo me pongo a trabajar, me ofrecen, bueno, asume el gobierno de Alfonsín, crean el Programa Alimentario Nacional que era un poco... era como la tarea que hacíamos nosotros, que era trabajar en las villas. Entonces me ofrecen ese trabajo porque yo empiezo en ese momento, sí, por supuesto lo denuncié acá a Lorenzo, lo denuncié en la embajada italiana, fue el primer Habeas Corpus de 57 personas que se hizo, ciudadanos argentinos italianos. Y fue la primera vez, mirá vos, aunque te parezca mentira, que nos dejan entrar a Campo de Mayo, mirá qué locura, ¿no? Como a mostrarnos de que ahí no había nada. Porque bueno, había una embajada detrás, digamos. Lo que a mí me cubrió fue que había una embajada que podía hacer algo y que podía descubrir algo. Entonces después a mí en el... 1982, antes de que asumiera Alfonsín, me citan de todas las comisarías de Zona Norte hasta que termino en la de San Martín, entonces me hace pasar un policía, un comisario, me dice "señora, tome asiento", bueno, me toma los datos, me dice estado civil, yo le digo "soltera", le dije primero, "uy", dice, "mire, le voy a decir un dicho: mejor estar soltera que mal acompañada", entonces me empieza a preguntar por qué... Bueno, dice, "usted ya vio que hemos recorrido más de veinticinco comisarías, acá no encontramos nada de Lorenzo Ismael Viñas, no hay absolutamente nada, ¿usted no se puso a pensar si realmente Lorenzo Ismael Viñas existió? Porque los nombres se inventan, las partidas de nacimiento se inventan, los documentos se inventan, ¿usted no la habrá inventado a la persona?" entonces yo me levanto, porque él no me pregunta qué soy yo de Lorenzo Ismael Viñas. Entonces me dice "bueno, usted ya verificó, hasta entramos a Campo de Mayo y no vio nada, nadie", entonces yo me levanto y le digo yo... "sí, Lorenzo Ismael Viñas existió, porque yo soy la concubina de Lorenzo Ismael Viñas", le digo "y hemos tenido una hija", le digo, "y esa personita se hace de a dos, no se inventa y yo tengo mi hija". Y me levanté y me fui de ahí pensando "qué idiota" porque Paula llevaba mi apellido, Allegrini, no llevaba el apellido Viñas. Entonces, cuando viene la democracia, los primeros días que asumió Alfonsín regresa David Viñas, el abuelo de Paula, nos citamos en un bar y él me dice "¿en qué estado está Paula?" le digo, mire, Paula tiene mi apellido porque Lorenzo no la pudo reconocer porque no tenía su documento legal. Y yo realmente me iba a mover mucho más fácil teniendo mi apellido que teniendo un apellido cualquiera que no sabía quién era. Entonces me dice "bueno, no te preocupes", y me mandó a hablar con Enrique Petracchi, que en esa época Alfonsín lo había nombrado presidente de la Corte Suprema de Justicia de la Nación, y entonces bueno, yo tengo la entrevista, me recibió enseguida, entonces me dio a elegir tres abogados. No, antes me dice, "bueno, no te preocupes, traeme la libreta de casamiento que eso yo te lo anoto", entonces le digo yo "bueno, no, acá hay un problema, nosotros no éramos casados", entonces él me dice medio como retándome "esta juventud, esta juventud liberal, liberal", dice, "que no se quería casar", entonces me dice "pero no te hagás problema, lo vamos a poder hacer igual, pero vamos a tener que hacer un juicio entonces vas a necesitar abogados". Entonces me dio tres abogados, me dice "los tres abogados, cualquiera de los tres abogados que vos elijas son excelentes", entonces yo salí de ahí, leí las direcciones y digo "bueno, como esto va..." yo pensé que iba a tardar años, la filiación de Paula, digo "voy a escribir el que me quede más cerca de la Corte Suprema de Justicia que voy a tener que venir varias veces a testimoniar y a traer testimonios y cosas"; y entonces lo elijo a Ricardo Monner Sans, que él tenía el estudio en Paraguay 1365, a la vuelta de Talcahuano y entonces bueno, eso fue muy difícil para mí, porque en primer lugar eran las primeras... meses de la democracia, las primeras semanas de la democracia, entonces yo era como que no sabía con quién estaba hablando, no sabía si decir si Lorenzo había desaparecido en Brasil o no había desaparecido en Brasil, digámosle, cada pregunta que él me hacía yo lloraba una hora, cada cosa que íbamos avanzando lloraba y lloraba y lloraba hasta que construyó todo el juicio. Y bueno, y

ese juicio se va construyendo, tarda cinco años, bueno...

P: ¿Estamos en qué año?

R: Estamos en el año... Paula recibe su... su apellido de su papá en el año '85, '85. Bueno, todo ese trayecto yo tuve que llevar todas las pruebas que tenía, por supuesto, Adelaida hizo ante escribano en Italia de que sí, que era la nieta, que era hija del hijo, David también lo hizo acá, fue a declarar ante el juez, todos los testigos fueron y declararon, había fotos donde Lorenzo me agarraba la panza. Pero eso no bastó, había que buscar más pruebas. Yo ya más prueba que eso no tenía, pero resulta, hete aquí, que Lorenzo en sus ratos de soledad, él escribió durante los nueve meses de embarazo mío hasta que nació Paula, le escribió a su mamá que estaba en Italia, y le fue contando todo lo que pasó día por día, mes por mes, cómo crecía la panza, cuándo se empezó a mover, bueno, [conmovida] cuántos kilos pesaba yo, bueno, fue contando todo el embarazo mío. Entonces yo le escribo a Adelaida y le digo "mire, Adelaida, acá el juez me pide más pruebas, yo ya no tengo más, yo ya no sé qué más hacer, yo creo que esto lo perdemos, lamentablemente", en ese momento no estaba el ADN como está ahora, que es una maravilla, que es algo que lo podés saber en un mes o en quince días, yo lo tuve que hacer con papeles a todo eso, y yo fui a consultar a Abuelas y a Madres, fui a consultar a Estela Carlotto y fui a consultar a Bonafini. Y me dijeron que ellas me aconsejaban de que la adoptara, David. Entonces yo le contesté que yo no quería crearle más complicaciones a mi hija cuando fuera grande, porque no iba a saber si era el padre o el abuelo y aparte tenía otra causa por la cual yo tenía que seguir luchando, que era decirle a ese militar que a mí me había dicho que Lorenzo no había existido, demostrarle que sí existió Lorenzo Ismael Viñas. Entonces que a mí no me servía, entonces que yo le agradecía mucho por la molestia causada, pero que lamentablemente no me servía. Entonces ahí fue cuando le escribí a mi suegra Adelaida a Italia y le dije "no hay más datos, yo averigüé, consulté con Abuelas, consulté con Madres, no hay forma, la única forma es adoptarla, yo no voy a permitir eso", entonces me dice "mirá, yo tengo cartas acá de Lorenzo que él me dijo que yo las guardara si algún momento yo las tenía que necesitar para algo", yo creo que fue un poco como que él fue pensando qué es lo que le podía llegar a pasar a él y bueno, las escribió. Bueno, esas cartas vinieron, las leyó.... Yo tuve valor solamente las leí una sola vez, nada más [se conmueve] figuran en el expediente, las tengo por supuesto guardadas, Paula todavía no las ha podido leer, lamentablemente, pero yo las leí una sola vez, bueno, las llevé al abogado, al doctor Monner Sans, él las llevó al juez, bueno, y después había otro problema más, que era la caligrafía, el perito caligráfico, que eso tuvo una grandeza muy grande, Monner Sans, porque fijamos un monto que nos iba a cobrar el perito caligráfico, porque el apellido de Paula se iba a demostrar con lo que decía el perito caligráfico, no se iba a demostrar con las cartas de Lorenzo, entonces lo que él tuvo de bueno es que se fijó el monto que me iba a cobrar el perito delante del juez. Entonces el perito dijo en ese momento mil quinientos dólares, porque podía haberme pedido millones de... de dólares o de pesos, porque valía eso, valía la palabra del perito y la honradez del perito de decir "sí, es la letra de Lorenzo Ismael Viñas" y firmarlo. Bueno, entonces él se tomó su tiempo, la estudió, hizo un informe así grande, magnífico, pero después había otro problema: que había que buscar un lugar, un banco, ya sea... el Registro Civil, algún lugar público donde se reconociera la firma de Lorenzo, donde estuviese. Bueno, ¿cuál fue el único lugar que se reconoció? [se ríe] fue la cárcel de Villa Devoto, donde él firmaba cada vez que recibía una carta mía. Bueno, y ahí fue el perito, y sacó la firma de Lorenzo y bueno, por supuesto dijo que sí, que era la letra de Lorenzo, la describió, pero... toda y bueno, ahí fue la gran noticia de que el juez me dio, me dijo "bueno, ahora esto ya está, ahora empieza a cambiar todo", porque bueno, Paula tenía pasaporte, DNI, todo a nombre de Allegrini. Pasaporte italiano a nombre de Allegrini, nació en Paraná, así que tuvimos que viajar a Paraná. Hubo que ... como conseguir un abogado que entendiera en el tema de derechos humanos como para que hiciera las cosas mucho más rápido, porque había que hacer la escritura marginal, había que hacer... digámosle, las órdenes para Policía Federal, para el Registro Nacional de las Personas, para cambiarle toda su identidad y porque se tenía que hacer. Entonces da la casualidad de que yo viajo a Paraná porque me pide Monner Sans que vaya a buscar un abogado a Paraná, bueno, agarro.... voy a la casa de mi tía, agarro la guía, qué hago, busco el más cercano. ¿Qué sucede? Él era presidente de un organismo de derechos humanos y él tomaba clases... venía una vez por semana y tomaba clases con el

doctor Ricardo Monner Sans en la UBA, entonces me dice “no, pero cómo no, si yo los voy a ayudar en todo lo que sea necesario, y es más, cuando llegue el doctor va a tener todo preparado así que yo lo único que voy a tener que hacer es... él va a tener que firmar y yo voy a tener que entregarle los papeles y en el mismo día se va”, entonces bueno, yo creo que en ese sentido tuve suerte, tuve suerte, a pesar de todas las lágrimas que me costó ponerle el apellido de mi hija, pero bueno, después fue cambiar... y bueno, y después fue también el temor, empezar a tener el temor de las amenazas que podían surgir hacia mi hija. Porque yo trabajé durante nueve años desde abril del '84 hasta septiembre del '89 en el Programa Alimentario Nacional que dependía del Ministerio de Salud y Acción Social de la Nación, pero yo después... yo renuncié, porque empezaron los Carapintadas a levantarse y todo eso, y yo tenía la mitad de la Patria potestad la tenía el juez, y la otra mitad la tenía yo, entonces era como un peligro, porque yo digo “por ahí el juez a mí, no sé qué juez me toca”, porque el juez que nos hizo todo el... cuando terminó de hacer todo el expediente, fallece el juez. Y justo me nombran a otro juez que yo no lo conocía, entonces me entra el temor. Yo digo “yo estoy acá arriesgando la vida de mi hija”, y bueno, ya David había... ya por supuesto David había dado declaraciones, ya se había hecho público en Página/12 cuando Página/12 era Página/12, donde verdaderamente se podía leer, uno se deleitaba leyéndola a Página/12, mi suegro fue uno de los que la formó a Página/12, que en el trabajo, yo un poco tuve varias preguntas porque un domingo sale a dos páginas toda la historia de sus dos hijos, tanto la historia mía como la historia del marido de mi cuñada. Entonces bueno, ahí fue el tema de empezar a explicar de qué... qué era ser montonero, que era haber hecho todo lo que hice, qué... Entonces yo me acuerdo de los de la villa, a mí siempre me decían “usted no es radical, usted es peronista”, entonces yo le decía “no, no”, le decía yo, “yo soy radical”, “no, no, usted no es radical”, los radicales, dice... han tenido leyes mejores que las peronistas, porque es verdad, los radicales han tenido leyes maravillosas, lo que pasa es que no las supieron ubicar y no las supieron trabajar, como Palacios. Perón agarró las mejores leyes de derecho al trabajo, derecho a la silla, que era que la mujer se podía sentar en una silla, no estar ocho horas parada, estando embarazada, bueno, muchas leyes que sacó Perón eran de Palacios, lo que pasa es que nunca nadie las agarró y las llevó al Congreso, las votó y las llevó a cabo. Entonces después la gente se empezó a enterar quién era, de dónde venía y bueno, todas las cosas, entonces eran cosas que eran grosas, ¿no? Que ya no era la Claudia Allegrini que trabajaba en el Programa Alimentario Nacional. Que yo hacía el mismo trabajo que hacía cuando militaba, pero lo que pasa es que bueno, en ese sentido era legal. Entonces me decido a irme. Decido irme a Italia, a vivir a Italia, pero siempre... digámosle, con una duda, de que... yo tenía que volver. Eso fue en el '89, septiembre del '89. Mi hija termina la... tercer grado antes, para podernos ir, para que ella pueda empezar el colegio en Italia, yo le compré el guardapolvo, todo, ella fue a aprender italiano, porque pobrecita la puse desde el Jardín acá a aprender italiano, lo aprendió, bueno, fue a la escuela, Lorenzo... fue a la escuela Beniamino Gigli, Beniamino Gigli es un tenor muy conocido, el bisabuelo de Paula, de Paula Viñas es Lorenzo Gigli, el pintor, primo hermano de Beniamino Gigli. Hay toda una historia... muy grande, muy especial y muy fuerte. Entonces bueno, entra a la escuela, pero yo llamé al abogado y yo le digo: “no, yo voy a volver porque verdaderamente yo tengo que hacer algo, yo... Tengo que tomar la Patria potestad, yo la quiero tomar a la Patria potestad, y bueno, y entonces este... porque ya el abogado me había planteado hacer la presunción de fallecimiento. Me dice: “porque total Claudia, si aparece Lorenzo, esto se rompe y ya está”, pero yo... es más, el caso de Paula fue un caso... fue el primer caso que sirvió para que después salió la ley 24321, la que los hace aparecer como desaparecidos o desaparición forzada, no “presunción de fallecimiento” como era antes, es la ley 24321 que es la primera vez que se los reconoce como desaparecidos. Es la primera vez que en la República Argentina se obtiene una ley con un tenor muy fuerte, y se toma de ese expediente, porque qué es lo que hago yo, hubiese sido mucho más fácil haberlo declarado ausente por desaparición... ausente con presunción de fallecimiento, pero esa ley es como que vos lo estás matando, porque es como que la persona salió de tu casa a comprar cigarrillos y no quiso volver nunca más a tu hogar, es como que te abandonó. Abandonó a tu hija. Entonces yo dije “no, yo si sale el apellido de mi hija va a salir con el padre vivo, como que el padre está vivo”, porque yo no sé si está muerto, si está perdido, si dónde está. A mí la justicia no me llamó “mire, señora Allegrini, acá tiene el cuerpo de Lorenzo Ismael Viñas”; entonces yo no quiero que salga por esa ley. Entonces bueno, salió con mucho

trabajo que tuvo que hacer el abogado, bueno, testificar, por qué, por esto, por esto, por esto, entonces salió como que Lorenzo estaba vivo. Entonces yo, ¿qué es lo que hago? Le digo a Paula, “mirá Paula”, le digo “no te preocupes, nos volvemos antes de que venza este pasaje”, y bueno, yo me fui me acuerdo un 20, 21 de septiembre y al 21 de octubre estaba acá, volvimos. Y Paula, bueno, contentísima porque odiaba ese guardapolvo con un moño grande así... y bueno, y era como volver a sus compañeros... y yo digo “yo no le puedo quitar esa identidad” y aparte sentía como que me faltaba algo, como que yo lo que... la tranquilidad que yo podía conseguir en Italia no la iba a conseguir acá en mi cabeza. No iba a ser nunca... tener la conciencia tranquila. Bueno, ahí vuelvo y me voy a verlo al abogado, el primer lunes a la vuelta, y le digo “hagamos la presunción de fallecimiento, yo quiero tener la Patria potestad yo”, aunque me cueste, que me costó lágrimas, la hice, la hicimos a la presunción de fallecimiento, se hizo, salió... yo viste... la presunción de fallecimiento te sale, por ejemplo, Lorenzo desapareció el 26 de junio de 1980 y te sale como que murió, te dice “muerte presunta” el 26 de junio de 1981, entonces es como que yo la tomé como la... la fecha de... de muerte de él, ¿no? Aunque con mucho dolor y mucho... pero con una tranquilidad en la cual que a mí me daba que yo tenía toda... todo el derecho de manejarme con Paula. Y me acuerdo que un día, mirá lo que nos pasó, yo tenía que pedirle permiso al Juez, porque no había salido todavía... el trámite. Y yo me voy, porque Adelaida la quería ver a Paula, mi suegra la quería ver a Paula, y me voy sin ese permiso que te daba el juez, que te decía tal fecha tenés que volver acá con la nena, con documento, con... Y me voy. Y bueno, y cuando me voy y voy a hacer migraciones allá me doy cuenta que verdaderamente yo no había pedido permiso al juez, yo me fui. Y yo todavía tenía... el juez que tenía la Patria potestad, y entonces... le grité tanto al de... al milico de migraciones que le dice al... a la mujer que me estaba... me dice “usted no va a poder salir...”, “sí, dejala salir a la señora que va a volver seguro” [se ríe], entonces me ponen el sello de salida, y yo vuelvo, por supuesto, vuelvo a los quince días, vuelvo. Y bueno, y ahí es cuando empieza toda... digámosle la conexión, la conexión más política. En el '93, en el año '93 Alicia Pierini, porque después que se cerró la CONADEP... la CONADEP, bueno, le entrega a una Dirección de Derechos Humanos que se creó. Yo fui a la CONADEP, denuncié, todo, pero nunca denuncié que tenía una hija. Porque yo tenía miedo, yo no sabía quiénes eran, yo digo “dónde van a ir los papeles” y todo eso. Y no denuncié que Lorenzo había desaparecido en Brasil y no denuncié el documento falso. Yo la primera vez que lo hago, lo hago en enero del... del noventa y... del... yo lo hago... en enero del ochenta... y cinco. Cuando ahí se empieza el tema de los organismos, Tortura Nunca Más, el tema de Jair, el organismo de Jair, CLAMOR, todos como a moverse y entonces Alicia Pierini, digámosle, justo cambia el gobierno, sube Menem, la sube de rango a la Secretaría la... a la Dirección la nombre como Sub secretaria de Derechos Humanos, y es como que tiene más rango. Entonces Alicia Pierini viaja a Porto Alegre, que fue el primer... digámosle... provincia o estado que empieza a moverse con el tema de lo que había pasado con los desaparecidos de otras nacionalidades. Digámosle, no solamente con los desaparecidos de ustedes, brasileños, sino de otras nacionalidades. Entonces Alicia Pierini saca un comunicado en Página/12, yo lo leo, y me presento. Bueno, por supuesto que ahí yo ya fui a darme con todo, ahí abrí todos mis... mis archivos y dije “bueno, acá está”, porque esta es la única oportunidad que yo tengo. Entonces bueno, cuando nos recibe Alicia Pierini, que éramos... Binstock, por la desaparición de Pinus, Campiglia por la desaparición...

P: Enrique Ruggia

R: Ruggia, Ruggia fue el primer caso de desaparición que tuvo la Argentina. Fijate vos nosotros cómo no nos dábamos cuenta cómo ya ahí estaba actuando, el operativo Cóndor, que Ruggia... nosotros éramos militantes. Ruggia desaparece en el '73, '71? No, '72.

P: Acá en Foz de Iguazú cuando regresan los brasileros.

R: Que viene con Carvalho, ¿no? Los dos hermanos Carvalho que eran militantes. Bueno, nosotros de ese caso nadie, nosotros realmente cuando yo lo conocí me sorprendió muchísimo. Entonces bueno, fue el caso Ruggia, que ya Jair había trabajado muchísimo, ya se habían levantado tumbas, ya creo que algo se había empezado a investigar sobre el tema de las tumbas, de dónde podía estar enterrado, y todo eso, pero yo, bueno... lo conocí en esa reunión.

P: Ahí tú vas a Porto Alegre...

R: No, no, no. Yo ahí bueno, nos citan... Ruggia ya había viajado a Porto Alegre un montón de veces, un montón de veces había estado con... con Jair, todo. Yo no la conocía a Lilian Ruggia, entonces bueno, nos reunimos los familiares de Campiglia, el esposo de Pinus, y yo. Entonces...

P: ¿Y de Norberto Habegger?

R: Norberto Habegger ya también se había conectado con Jair, porque Jair ya lo había pedido a Habegger, ya lo había pedido y fijate vos, que a Adur, a pesar de que desapareció en el '80, ya Jair también había hecho trámites por el Padre Adur, pero yo no sabía, no sabía de que había desaparecido el Padre Adur porque acá verdaderamente no salía nada. Acá la prensa no te comunicaba absolutamente nada. Y entonces bueno, yo... nos reunimos, ella nos cuenta, nos dice que... bueno, que había habido posible documentación, que se había encontrado toda una documentación apilada, que todavía no estaba ordenada, que CLAMOR tenía documentación ordenada, que bueno, nos comenta del Movimiento de Paz y Justicia de Jair Krischke, bueno, toda la historia, entonces nos fue tomando los datos a cada uno, y yo le digo, bueno, le doy los datos de... bueno, Lorenzo ya iba con documento falso tal y tal, le doy el número de documento, le doy el número de asiento, se lleva toda toda toda la copia, tanto del padre Adur como de Lorenzo. Entonces bueno, vuelve... en ese mismo momento, en un momentito me llama y me dice "mirá, yo conocí a tu cuñada", porque mi cuñada era de Zona Oeste. Cuando lo matan en un enfrentamiento a mi cuñado, a Carlos Andrés Goldemberg, que lo matan a tres cuadras de la casa, un 14 de agosto de 1976, mi cuñada agarra la bebida de ocho meses, una perra de policía que tenían y se escapa de la casa. Entonces él muere, él es asesinado. Entonces la mandan a trabajar a Capital, porque ya en Zona Oeste estaba muy conocida y era muy peligroso, la iban a secuestrar en cualquier momento. A la semana que se iban a encontrar con Alicia Pierini, que era en ese momento Subsecretaria de Derechos Humanos de la... de ahí, ellas se entrevistaron, se conocen, y bueno, se quedan en ver la semana siguiente. Y en esa semana, la secuestran a mi cuñada, un 29 de agosto del '76 en el zoológico, con su bebé de ocho meses, con la nena de ocho meses. Y entonces me dice Alicia, "¿te podés quedar un ratito más?", "sí, yo no tengo problemas", entonces me cuenta, que la conoce a mi cuñada, y que bueno, que toda la historia y que esto y que lo otro y me dice: "yo estoy comenzando a trabajar recién en esta subsecretaría", entonces me dice "¿vos tenés trabajo, estás trabajando?", "no", le digo, "realmente no trabajo, yo estoy recién llegada de Italia, no tengo trabajo", bueno, me dice "yo quiero que trabajes conmigo". Entonces, bueno, yo ahí me pongo, me dice "yo quiero que seas mi secretaria privada"; bueno, yo voy a trabajar, yo comienzo con ella a trabajar en abril del '93. Justo cuando ella trae toda la documentación. Entonces yo, es un poco como que me hice cargo de... de esta gente, me dice "ya que tu compañero desapareció en el Plan Cóndor, hacete cargo de esto"; entonces me entrega toda la carpeta que trajo, con toda la documentación, a hacerme cargo. Y por supuesto yo seguía siendo secretaria de ella. Y entonces Brasil asume, recién... en toda la documentación, bueno, sí, por supuesto hay datos de Habegger, hay datos de Ruggia, hay datos de Padre Adur, hay datos de... de Campiglia, de Pinus... en eso, pero de Lorenzo, no. Y de Adur había de que... digámosle, había datos pero datos de prensa, no había datos de que... bueno, había datos de que por ejemplo, de que al Padre Adur, bueno, lo habían secuestrado en la frontera, bueno, cosas así, pero no había lo concreto, no se sabía de que te tenían ahí, que esto, que lo otro. De Ruggia sí, ya más se sabía porque de Ruggia había desaparecido con mucho tiempo, y la hermana, te digo, y el cuñado se movieron pero como... y se siguen moviendo, y la Argentina no lo sigue reconociendo y bueno. Y por el padre Adur, bueno, había datos también y de Campiglia había... el dato más contundente que había era que ella había gritado, había pegado carterazos a la gente de ahí. Entonces yo lo que observo, voy separando todo lo que voy encontrando de los compañeros nuestros, y bueno, voy separando todo lo de las demás personas que yo no conocía quiénes eran pero que podían servir para otras búsquedas. Yo te digo que nunca tuve.... A ver... nunca tuve noción ni de archivo, ni de investigación, ni nada, esto fue pura inteligencia que yo iba haciendo, yo solita, yo solita y mi vida, que eso yo a Lorenzo nunca se lo conté, porque yo había... hubo dos veces que tuve que ir a levantar dos compañeros. Que yo mirá lo que hacía, era... era terrible. Yo le decía... digamos... le decían a él que fuera a levantarlos y entonces yo le decía "no, dejame

que voy yo, yo los voy a levantar” y me acuerdo que una vez tuve que ir a Rio de Janeiro a levantar ahí en el Botánico a un compañero, que salió todo bien, por suerte gracias a Dios, y levanté otro compañero en San Pablo, en la Terminal, que también salió bien, que lo pude rescatar con vida, no hubo pérdidas, no hubo nadie, no desapareció nadie. Y bueno, y entonces no... yo iba haciendo inteligencia a medida de que yo iba viendo la cantidad de gente que iba desapareciendo, porque bueno, yo no me quedaba con lo que yo leía en la prensa, yo había cosas que yo me las guardaba, yo escuchaba y me las guardaba y yo decía “cómo puede ser, acá algo pasa”, pero no las podía decir porque yo tampoco confiaba mucho en lo que nos podía pasar cuando volviéramos nosotros. Entonces yo estuve en la mejor época, estuve en el ´77 que fueron las primeras... la primera entrada que hubo acá en la Argentina, la primera entrada que hubo, que entraron diez compañeros, que de los diez compañeros fueron dos... que perdieron dos... los demás se salvaron, fue en febrero del ´77, cuando empezó la Contraofensiva. Después cuando empezó la mayor cantidad de la Contraofensiva que fue a mediados del ´78, ahí es donde realmente, bueno, caían como moscas. Toda la Contraofensiva, que muchos dicen que fueron cien... yo tuve la suerte de investigar el operativo Cóndor, lo investigué... yo cuando Brasil reconoció... septiembre de 1995, cuando Brasil da un comunicado, que reconoce que hubo desaparecidos de otras nacionalidades y saca la ley de resarcimiento, yo ahí me reúno con los familiares que era... bueno, volvimos a reunirnos Habegger, la esposa de Habegger, Campiglia, nunca se había hecho una presentación oficial, digámosle, desde un Estado a otro Estado. Yo le planteé a Alicia, cuando salió este comunicado, yo le dije “mirá, yo te pido una semana, yo hace catorce años que no sé absolutamente nada de Lorenzo, es mi única oportunidad, yo te pido una semana que me des lugar a ir, a viajar, y a averiguar qué pasó con Lorenzo”...

P: A partir de este momento es que tú retomas...

R: Ahí recién yo empiezo... por eso es que se hace todo? como... como hay un impasse de catorce años, en el cual yo sigo buscando pero yo no encuentro nada. Yo digámosle, los organismos no me dan respuesta, porque aparte no creen los organismos que hubo un operativo Cóndor. Entonces cuando yo le planteo eso a Alicia me dice “vos me das un día, yo hablo con el presidente y yo quiero que sea oficial, que sea una cosa... que el Estado se ocupe de buscar esto”, entonces le digo “sí, yo te espero, te espero”. Y bueno, pero lo que menos me esperaba era que me dijeran a mí como representante del gobierno argentino, la que iba a hacer la búsqueda de todos los archivos habidos y por haber que había en todos los países, entonces bueno, me dice Alicia, bueno, vos vas a viajar como... porque yo, digámosle, obtuve el cargo de Secretaria privada, digámosle, presentándome a concurso. Yo no es que me lo dieron, yo concursé y saqué... bueno, me lo dieron por el... sacar el cien por ciento, de experiencia. Entonces bueno, como yo tenía ese cargo en la Secretaría de Derechos Humanos, yo cuando viajo, viajo como secretaria privada de la Subsecretaría de Derechos Humanos del Ministerio del Interior, en esa época la Subsecretaría de Derechos Humanos pertenecía al Ministerio del Interior. Grave error, porque hubiese quedado mejor como ahora, que perteneciera a un Ministerio de Justicia, pero también quiero aclarar una cosa, ¿no? Que... no a este Ministerio de Justicia que tenemos ahora, porque no se investiga nada... bueno, empecé a viajar, en primer lugar el que viajo, qué hago: me reúno con los familiares, con todos los familiares, bueno, les digo que yo por supuesto ya fotocopiaba todos los legajos, yo fui la que le tomé... por... por primera vez legalmente hicimos un legajo de un expediente de Lilian Ruggia.

P: De los documentos de aquí...

R: Claro, por el caso de Lilian Ruggia, porque el caso de Lilian Ruggia fue tomado por la CONADEP, está incluido en la CONADEP pero le ponen año ´72, entonces no entra dentro de la CONADEP, entonces era un caso donde vos lo fueras a investigar te iban a decir “no, este caso no”. Entonces yo me avivé, yo dije “no, yo llevo todos los casos que desaparecieron en Brasil, después me dirán y yo diré si acepto, consultaré acá con mis pares y diré si aceptamos o no que lo retiren del listado o lo incluyen en el listado”. Entonces bueno, viajo, tengo que hacer todo el trámite de la... porque acá en Brasil en el Consulado te hacen lacrar cada hoja y eran unos cachos de expedientes así, bueno. Entonces viajo y Jair lo único que conocía de mí era...

P: El primer contacto se hace con el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos...

R: El primer contacto que yo hice fue con... Porto Alegre estaba Nilmário Miranda también, estaba Agostinho Vey... y había otros en la Comisión del... creo que de la Cámara de Diputados de Porto Alegre, que fue ahí, en la Comisión, sí, exacto. Entonces yo viajo y Jair lo único que sabía era mi nombre y apellido y bueno, me va a esperar, me dice, "yo te voy a esperar al aeropuerto" ah, quiero recalcar esto: el diario que nos ayudó, el primer diario que nos ayudó muchísimo fue Zero Hora, y el periodista que se preocupó muchísimo, muchísimo, muchísimo, que acá está, ese... Hamilton Almeida, que yo lo tengo que reconocer porque verdaderamente saca tanto los desaparecidos, gaúchos, estos son los desaparecidos gaúchos, y saca el listado... un listado de otros desaparecidos de diferentes nacionalidades. Y saca fotos, yo tengo otros diarios que están las fotos de los argentinos, no? Acá están los gauchos, que escribe que ya te digo, todo el trámite, yo antes de viajar ... ¿ves que acá está Enrique Ruggia, Norberto Habegger, son los que entraron en este listadito, porque te digo que fue una cosa muy a las apuradas que surgió esto, porque esto surgió de un día para otro, de un día para otro surgió. Entonces, bueno, yo eso lo tengo que agradecer y lo tengo que Y realmente te digo, Nilmario Miranda, también que es de Zero Hora...

P: No, Nilmário Miranda fue secretario de Derechos Humanos.

R: Emmm....no, Nilmário Miranda no. Yo tengo acá la tesis de él... es el periodista Nilson Mariano, perdón, Nilson después Mariano, fue otro periodista que nos ayudó muchísimo, continúa ayudándonos porque bueno, después Hamilton Almeida, bueno, él se mudó de diario y ya no hizo más el tema de derechos..., se quedó a vivir acá en la Argentina y bueno, lo agarraron otros periodistas. Digámosle, hago mal en no nombrar todos los periodistas pero realmente digo la verdad, no tengo acá el listado pero los tengo conmigo, y aparecen siempre, están presentes en todas las conferencias que yo di a nivel mundial, porque bueno, yo no solamente lo hice a nivel latinoamericano, sino tuve la suerte de hacerlo en Italia, en España, en Alemania, en Francia, bueno, así que digámosle, están... entonces... Bueno, entonces yo llego al Aeropuerto, yo estaba mucho más flaquita que ahora, pesaba cuarenta kilos, algo así, voy con mi cartera de... papeleos y Jair estaba con su cartel Claudia Allegrini, por supuesto, miraba, miraba, miraba y nada. Entonces yo le digo "yo soy Claudia Allegrini", porque él miraba y esperaba encontrar una persona mayor, yo ahí en esa época tenía treinta y cuatro años. Entonces me mira Jair y me dice "¿tú eres Claudia Allegrini?", "sí", le digo, "yo soy Claudia Allegrini", es uno de los pocos casos que somos las esposas que empezamos a... que no hay madres, que no hay abuelas, somos los familiares, somos los hermanos, somos los hijos, somos esposas, esposos. Y digo, "acá hay madres pero nos estamos preocupando... la otra parte, porque un poco los organismos de derechos humanos argentinos, y creo que a nivel internacional, tuvieron la equivocación de no tomarnos a las esposas y a los esposos y a los hermanos, y a las hermanas y a los familiares como que... no éramos luchadores. Yo tuve una vez una discusión con la señora de Bonafini en Plaza de Mayo, una rueda, yo estaba con mi suegro, ya había democracia, que ella me dijo que las mujeres a la vuelta de la esquina conseguíamos otros maridos. Y yo... pasaron veintitrés años que fue cuando volví a rehacer mi vida. Y yo conozco un montón de compañeras que todavía están sin sus... sin rehacer su vida. Lo que pasa es que nosotros teníamos otra manera de buscarlos y otra manera eran los riesgos, nosotros no nos conformábamos con dar vuelta a la Plaza, nosotros queríamos ir al lugar y revolver papeles y sacar la cara y meter presos, investigar y bueno, fue lo que empecé a hacer, bueno, viajamos, nos encontramos, ya estaban los fa... había familiares brasileños que habían viajado, de algunas partes, bueno. Y fue la primera CONADEP, que la nombramos con Jair, con Nilmario Miranda, con Augustino Veit, la primera CONADEP brasileña, bueno, de Porto Alegre. Porque fue ahí el pueblito, ese pueblito, que yo cuando entré me emocioné mucho, pero también era como que... yo tenía que regir... que hacer... tenía dos personajes que cumplir: una era el familiar y otra era la representante de un gobierno, a la cual yo, digámosle, yo no sabía hasta qué punto tenía que decir tal cosa y hasta qué punto otra. Entonces bueno, en eso tengo que reconocer que verdaderamente tuve toda la libertad del mundo, la tuvimos, cuando tuvimos que decir de que... sí, nuestros compañeros eran montoneros, yo era militante montonero, y que bueno, que esto se hacía del Estado, digámosle, el presidente Menem y sus ministros lo

asumieron como tal. Y te digo una cosa, bueno, cuando yo empiezo, bueno, empezamos ahí, yo entrego la documentación, la registramos por primera vez se entrega de Estado a Estado, documentación, yo llevé documentación de los desaparecidos argentinos que había habido en la Argentina, de Tenorio Cerqueira Junior, que yo no he tenido todavía la suerte de conocer a la familia, pero... conozco toda la historia de ellos... hago mal en decirlo porque esto por ahí suena como una cosa... una pedantería, pero para mí era una obligación y fue una obligación darle respuesta de todos los brasileños que desaparecieron acá. Que del único que todavía no podemos dar respuesta es de Ruggia, porque después de todos, digámosle, dentro de todo sabemos en qué campo estuvieron, sabemos, bueno... quién fue arrojado al Río de la Plata, quién... yo qué sé, todavía... está como NN, están trabajando los antropólogos y todo. Y lo que hice fue después que viajé a Brasil, enseguida viajé a Paraguay. Porque me informan de que había noticias de Lorenzo Ismael Viñas....

P: ¿Ahí es cuando tienes acceso a los “archivos del Terror”?

R: Ahí es cuando yo tengo acceso a los “archivos del terror”, es por primera vez, porque ahí hubo otra equivocación de os organismos de derechos humanos, que la importancia era ir....

P: ¿Este viaje al Paraguay es antes de ir a los archivos americanos?

R: No, no, no, no. Lo primero... mi primer viaje fue a Brasil, a Porto Alegre, después a Brasil yo viajé mucho, yo viajé hasta Brasilia, me entrevisté con Cardoso, me entrevisté con el Ministro que fue ministro de Justicia, después fue Ministro... después fue secretario de Estado... cómo era que se llamaba este señor que nos peleamos bastante... porque Brasil le costó mucho reconocer a sus conciudadanos, digámosle... el tema fue así: es muy corta, la hago corta. Fue muy fácil para la ley 9140/95 fue muy fácil indemnizar y declarar a todos los ciudadanos muertos. Bueno, qué sucedió: a Campiglia, Pinus y Lorenzo Viñas los dejaron afuera, porque desaparecieron en el '80. Gente muy inteligente de... de Brasil y gente inteligente de Argentina, esas eran las reuniones que teníamos con Jair hasta largas horas de la noche, que nos poníamos a pensar, porque bueno, Jair conoció mucha gente nuestra, conoció, tuvo reuniones con la dirigencia y todo y con compañeros comunes y corrientes, él ayudó muchísimo y una de las ayudas que bueno, que fue real... y que se vio y que salvó fue la gente del Uruguay. El caso ese del matrimonio fue algo realmente espectacular.

P: Universindo y Lilián Celiberti.

R: Sí, espectacular, fue una cosa que verdaderamente la hace un tipo que se empapó en la cosa desde mucho tiempo. Es... yo le digo que es como un pichicho, ¿no? Él olfatea y se mete por todos los lados y es lo que yo creo que nos llevó a nosotros, porque fue como... yo a Jair fue la primera vez que lo vi, fue en ese momento y fue como una cuestión de piel, fue como que nos habíamos conocido pero años y años y años. Y fue como que el pensamiento de él fue el pensamiento mío. Y el... digámosle, nunca pusimos un punto final. Yo creo que nuestra lucha sigue, a pesar de todos los contratiempos que tenemos, porque él ha tenido contratiempos, yo he tenido montones de contratiempos, pero hemos seguido. Y bueno, después fue...

P: Y en el caso de Lorenzo, detállanos un poco cómo descubres y qué verdades vas a descubrir en Brasil, en relación al secuestro.

R: Bueno, en el Brasil lo que se descubre con el tiempo, con el tiempo, porque vos fijate: yo empiezo por lo último, empiezo fijate vos que yo empiezo por enterarme de que él fue secuestrado en Uruguaiana, de que estuvo cuatro días ahí, que lo torturaron, que le preguntaron por gente del Brasil, por gente argentina, que fue un poco lo que me dijo el empleado de la empresa Pluna. Pluna o Pluma, que los tenían, que los secuestraban, que los tenían ahí, que los tenían en cautiverio, que los torturaban, que les sacaban datos, y después los pasaban al país de origen. Bueno, nosotros nos tenemos constancia de que verdaderamente a Lorenzo lo tuvieron... a Lorenzo y al padre Adur, porque siempre estuvieron juntos, Lorenzo y el Padre Adur estuvieron cuatro días en Brasil, no sé dónde, todavía estamos investigando eso, yo creo que Jair ya tiene el lugar donde estuvieron, que esa fue una de las últimas investigaciones de ahora, hará dos años, muy poco

tiempo, y después los pasaron a “La Polaca”. Que ese fue el úl... por eso que te digo, en vez de empezar por lo primero, yo terminé con lo último. Que lamentablemente bueno, la secretaria de Derechos Humanos no lo reconoció como Campo de concentración a “la Polaca”, eso que hubo pruebas y que verdaderamente la causa ahora está en el juzgado de San Martín, la trasladaron de Paso de los Libres al juzgado de San Martín, bueno, estamos terminando con el juicio Campo de Mayo, donde bueno, va muy poco tiempo, bueno, entra el tema de “La polaca”, donde se iba a mostrar todo, donde se va a escuchar todos los testimonios tanto militares, hay trece militares detenidos allá en Paso de los Libres, por el único caso que se comprueba, es por el de... Lorenzo. Lorenzo Viñas. Por eso no quedaron libres los trece militares. Que eso yo me... lo hacemos en el 2002 que ahí viaja Jair bueno, él como siempre o él me llama a mí o yo lo llamo a él y estamos ahí en un lugar a atestiguar, a llevar todas las pruebas, digámosle, en ese sentido yo de Jair creo que hasta las amenazas que he tenido han sido a las dos, tres de la mañana que lo he llamado y él verdaderamente ha actuado rápidamente y te digo, he tenido mejores respuestas desde Brasil porque bueno, están todas las agencias que largan la noticia y la Argentina las levanta, entonces, que verdaderamente de acá de mi propio país. Realmente eso hay que reconocerlo porque realmente es una cosa de que estamos unidos... Jair ha estado... ha ido a declarar a la Embajada italiana sobre el tema de la presentación que yo hice en el '99 de la Operación Cóndor, en el tribunal de Roma, y bueno, yo lo que hago es investigar y traer toda la documentación y después lo otro, importante que surgió es que, bueno, Brasil tiene la primera... nos da el ejemplo, la primera secretaria de Estado de Derechos Humanos, que fue un orgullo. Y el Paraguay, después de tener tanto tiempo de dictadura, con una dictadura de por medio que estaba este señor que no me acuerdo el nombre cómo se llamaba, pero ya te lo voy a decir que daba los golpes,

P: Oviedo

R: Oviedo, dictadura de por medio, pudimos hacerle entrega de que los nueve miembros de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay que es donde está el archivo del Terror, entregara cosas personales de Logoluso, y de Landi y de Nell, que son los tres desaparecidos argentinos que fueron traídos por un avión de la ESMA que está la matrícula, está todo, en el archivo, porque eso se encontró en el archivo del Paraguay, digámosle, yo cuando fui a investigar... qué era lo importante que yo había empezado a trabajar en mi cabeza: las fronteras. Entonces yo cuando llego a Paraguay digo, yo quiero ver dónde está la frontera de Foz de Iguazu, de Paso de los Libres de acá, de acá, de allá. Entonces me traen todas las carpetas y bueno, y fue una sorpresa muy grande la mía cuando abro una de las carpetas y ahí me encuentro con todo lo que lleva un hombre en su billetera, que era la billetera de Logoluso, puesto en el... sobre... y todo lo que lleva una mujer en su cartera, que era la cartera de Landi, que eran pareja, ellos dos. Entonces encontramos todo eso guardado muy bien mantenido como si yo te doy esta libreta que no está nada rota, super mantenido estaban ahí, entonces yo hablo con el embajador argentino en Paraguay, y le digo y bueno, me comunico por supuesto acá en Argentina, y les digo lo que se había encontrado y todo, y entonces hacemos, empiezan a hacer las gestiones la Embajada argentina en Paraguay, y se logra el acuerdo de que los nueve miembros de la Corte Suprema de Justicia entregaría la documentación a el gobierno Argentino. Pero hubo el golpe de Oviedo, que duró una semana. Entonces me dice “mirá, no se va a poder hacer eso, porque realmente es una cosa de locura, este hombre no lo va hacer, nosotros no podemos está todo parado, terminó”, bueno, y da la casualidad de que ets golpe dura una semana, entonces me dice el embajador habla conmigo, el embajador ya que estaba Argentina allá en Paraguay, y me dice “qué importancia tenés de estos papeles”, aparte había traído un montón de papeles, sellados por la Corte Suprema y todo, porque digámosle, había viajado mucha gente, viajaron muchos organismos de derechos humanos, pero era como sacarte la fotografía y nada más. Para mí lo importante era traer la documentación sellada y firmada por los nueve miembros de la Corte Suprema de Justicia, y que ese día se entregara al gobierno argentino. Entonces tuvimos esa semana, entonces me dice qué importancia tienen esos papeles para vos? “ mirá, o te voy a decir una cosa, si a mí hoy me llaman desde Alaska y me dicen que encontraron una servilleta de un bar con la letra de Lorenzo, yo la quiero tener”, entonces los familiares están esperando eso. Y había tenido, había recetas de cocina, había cosas que yo qué sé que uno puede juntar que para una madre o un padre era muy, muy interesante tenerlo. Porque era lo único que le quedaba, o porque la muerte de Logoluso,

Landi y Nell, era, se comprobó que era real, estaba el avión, la matrícula, el nombre del piloto, estaba todo, no... ahí no había dudas, ahí no teníamos dudas, ahí no podíamos decir "estamos equivocados". Entonces me acuerdo que ese día en que se hizo la entrega, que se le entregó, que viajó Alicia Pierini, la subsecretaria de Derechos Humanos, viajó al Paraguay y se hizo toda una.. se invitó por primera vez a los dos miembros de los derechos humanos, a este.... al que encontró -Martín Almada-, los archivos, y a otro señor que no me acuerdo el nombre, y se formó después de esa entrega, se formó la Dirección de Derechos Humanos en el Paraguay, que nunca había tenido nada. Entonces se lograron un montón de cosas, no solamente digamos, hacer el intercambio de papelitos, sino se hizo, se adelantó en varios lugares y bueno, en Uruguay me sucede que cuando yo voy estaban todos los familiares y ellos me dicen yo voy con todo, hago las fotocopias de todos los legajos y ellos me dicen, bueno, cuando empezamos a charlar estaban los dos, que eran... uno era diputado y el otro era senador, los Michelini, y estaban los cuarenta familiares de los cuarenta desaparecidos en el Uruguay. Entonces digo, yo, "no, no hay cuarenta, ustedes no tienen cuarenta desaparecidos, ustedes tienen ciento cuarenta desaparecidos más en la República argentina". Y aparte falle... asesinados, que tienen causa judicial. Banfi, Lorenzano, bueno y están todas las causas...

P: Un poquito regresando, ¿cómo haces el acompañamiento de Lorenzo, hasta dónde...?

R: ¿Hasta dónde lo hice?

P: Hasta qué momento, cómo llegas al vuelo de la muerte, a la conclusión de que él fue lanzado...

3058/ año... ochenta y pico... ochenta, ochenta y uno... la reabro, llamo a todos los familiares y la reabro. Va la subsecretaría de Derechos Humanos, firma, todo, nos dan como sorteo el juez Oyarbide, lamentablemente, el juez Oyarbide la tuvo dos años parada a la causa, y no la quiere. Entonces le toca al juez Bonadío. Ahí hubo un momento de que estábamos todos los familiares, éramos como... veinticinco familiares. Ahí se entreveró un poco, bueno, gente que había desaparecido acá y Contraofensiva. Entonces... bueno, se empieza a investigar, fue muy difícil porque acá con esta investigación lo que sucede es, con toda la documentación que yo había traído, y yo el último viaje que hice fue en el '99, que viajé a el Departamento de Estado. Yo viajé el 26/11/99, fue el último viaje que hice por esto. Viajé al Departamento de Estado, fuimos con... yo una cosa que quería aclarar era esto que lo que es... lo que hablábamos ayer en un momentito, de que nosotros siempre nos ayudamos en el tema de que yo al tener... al estar trabajando en el Estado, el Estado por supuesto al funcionario le cubre los viáticos y cuando son en el exterior son en dólares. En esa época los dólares, tanto en Paraguay, como en Uruguay, en Brasil, era bastante plata. Y cuando viajaba la Subsecretaria de Derechos Humanos era más plata la que te daban de viáticos. Entonces bueno, yo siempre... la primera vez que fui si fui sola, que nos encontramos con Jair, pero a partir de ahí que yo seguí viajando a Brasil y que seguí viajando a los demás países, lo hice con familiares. Porque a mí siempre me gustó que la gente viera, que el mundo viera de que verdaderamente yo no soy la única cara, que yo no soy la única persona que a mí me pasó lo que me pasó, sino que somos miles que nos pasaron lo que a mí me pasó. Entonces yo lo que hacía era con los viáticos, se hablaba con cada embajada argentina, se elegía un hotel más o menos, bueno, se charlaba quién podía pagarse el pasaje y quién no podía pagarse el hotel, quién por ahí podía pagarse la comida y no pagarse el pasaje, entonces yo siempre fui con familiares, siempre fui con Araceli Adur, bueno, Alicia Pierini la llevó cuando viajó al viaje de Porto... el primer viaje a Porto Alegre fue la esposa de Habegger, fue la hermana del Padre Adur, fue Lilian Ruggia, digámosle, esa fue nuestra política, llevar los familiares, no ir nosotros como.... como personas solas sino llevar a los familiares y que los familiares también vieran que las cosas que se encontraban y que las cosas que había. Porque también se iba a necesitar el día de mañana, bueno, cuando se abrieran causas judiciales, se iban a necesitar testimonios. Y una sola persona no lo va a poder dar, y entre una sola persona esto vos esto no lo podés hacer. Entonces bueno, siempre fue esa ayuda que tuvimos, siempre en ese sentido que nació tanto de Jair como... mía, personal, que yo siempre llevé a todos. Entonces cuando fuimos a Washington, yo llevé la documentación que yo había retirado de cada país, y llevé la primera invitación que fue en diciembre

del año '75 que la convocó Stroessner, y Videla y Massera y por supuesto fueron llamados... vos fijate que nosotros teníamos democracia en esa época, y había países que ya tenían dictaduras, como Brasil, como Chile, fue Pinochet, por supuesto, fue organizada por Pinochet, todo, bueno, yo traje la invitación esa y cuál iba a ser el... la forma de secuestrar a las personas, cuál iba a ser la clave, bueno, yo llevé todas las pruebas. Entonces, bueno...

P: Esa documentación está dónde?

R: Esa documentación yo la dejé en el archivo de la Secretaría de Derechos Humanos, después pasó al Archivo y espero que esté, en el Archivo de la Memoria de la ESMA. Pero igualmente si no está, a mí siempre me gustó sacar fotocopia de todo, yo tengo todo fotocopia, y no solamente yo tengo fotocopia, yo tengo fotocopia hasta de los pasajes, hasta de los gastos que hacía, hasta del paquete de galletitas que me compraba... todo. Todo para que si alguno alguna vez me hacen la denuncia, yo tengo la prueba de todo. Y tengo pruebas, ya digámosle no le corresponde solamente a la Argentina. Están todas las pruebas, digamos, en la causa de Bonadío, están todas las pruebas en Italia y en otros países. Porque yo sé que los... ha sucedido que papeles empiezan a desaparecer cuando tiene... empiezan a crear... a tener importancia. Entonces nosotros en ese sentido con Bonadío y yo mucho antes, y con Jair, cada papel que aparecía era, se distribuía en miles y miles de fotocopias.

P: Para reencaminar... ¿Podría reconstituir toda esa última parte que te preguntaba de Lorenzo hasta cuando llegan a la conclusión de que él es arrojado?

R: Bueno, Lorenzo... yo me entero de todo esto... bueno, por la causa esta que yo abro con Bonadío, digamos, nosotros empezamos a empezar a ubicar gente, empezar a meter presa, por eso digo que yo estoy orgullosa porque verdaderamente en septiembre del... del 2003, se metieron cuarenta y nueve militares, agentes de inteligencia, del 601, que fueron los que manejaron el operativo Cóndor, la ESMA no tuvo absolutamente nada que ver. Y con toda esta investigación del operativo Cóndor se descubrió que el campo de concentración más grande que tuvo la República Argentina, que la maternidad más grande que tuvo la República Argentina, fue Campo de Mayo, no fue la ESMA. Eso no quiere decir que estamos peleando a ver quién tuvo más, quién tuvo menos, pero hasta el momento que se descubrió esto, todo el mundo decía que era la ESMA. Bueno, no. Fue Campo de Mayo, fue Campo de Mayo. Y fue el campo de concentración que tuvo dos sobrevivientes de los casi... se calculan... de ocho mil a nueve mil casos que pasaron por ahí. Que pasaron por ahí. Que fue Silvia Tolchinsky y Lepere, que fue un compañero que fue blanqueado, a él lo mandan a una casa, le hacen...le llenan de papeles de Montoneros, de armas, de bombas, de todo, bueno, lo blanquean y lo meten preso en Devoto. Pero lamentablemente, bueno, cuando se descubre todo eso que yo empiezo a descubrir todo eso, que Silvia Tolchinsky... bueno. Cómo sucede el tema, cómo me entero yo de Lorenzo. Me entero un 28 de julio del '98, cuando le ponen la bomba a la AMIA, me la pusieron a mí. Yo volvía de hacerle un trámite personal a Alicia Pierini, bueno, y... entra una compañera, que era la nueva compañera de... Binstock, Edgardo Binstock, la señora Cristina Rodríguez, que ellos ya sabían que la persona que se había casado con Silvia Tolchinsky había sido un agente de inteligencia del 601. Por supuesto, durante todo ese tiempo que Edgardo Binstock viajó conmigo, y con otros familiares, nunca me contó la realidad de la historia. Yo me la vengo a enterar sola. Entonces, bueno, estuvimos con Silvia Tolchinsky separada por una pared, porque ella vino a dar el testimonio porque se presenta cuando sale la ley 24043 que es la que indemnizó a los presos políticos. Ella se presenta porque la ley se extiende cuando para darle indemnización a todos los que estuvieron en cautiverio. Entonces se presenta y me cuentan que primero estuvo en la CONADEP, en la CONADEP sintió desconfianza, después quiso que Alicia Pierini le tomara el testimonio, bueno, no tuvo confianza, después otro... otra pequeño organismo que se había formado, bueno, tampoco tuvo confianza, al final decidió... preguntó si por escrito y mandándola por carta ella podía... serviría el testimonio. Entonces la gente le dijo que sí, la gente de la CONADEP le dijo que sí, entonces esta señora estaba alojada en la casa de Edgardo Binstock, porque son primos hermanos, y esta señora tiene el esposo desaparecido, tiene un montón de familiares desaparecidos. Creo que quedó ella sola, nada más. Ella y este primo Binstock. Entonces... con la única diferencia que Binstock no estuvo secuestrado ni nada, estuvo... él después viajó a Brasil con sus hijos, y bueno,

cuando desaparece su mujer. Deja el testimonio, entonces viene esta chica, la compañera esta, y me dice, hace así, señas con un sobre y me dice “te traigo...” yo estaba con todo el lío que había de la bomba de la AMIA y que esto que lo otro, que era una consternación que uno no sabía ni para dónde disparar, porque era la primera vez que nos había pasado una cosa así, después del bombardeo del ´55 otra cosa grave, tan grave, tan... una cosa tan horrenda... y después por supuesto todos los desaparecidos y todos los asesinados y torturados, bueno, nos volvió a pasar esa desgracia, ¿no? De la, de la... tanto de la Embajada como de la AMIA. Entonces me viene entrando sonriendo y me dice “Claudia, tengo noticias de Lorenzo”, y digo “¿cómo noticias de Lorenzo, de dónde?”, te imaginás que hacía catorce años que no sabía absolutamente nada de Lorenzo. Yo supe ese 28 de julio de el ´98 fue, que pusieron la... del 2004, 2004. No, fue el 28 de julio del 2004, sí, sí, sí, del 2004. Porque yo en todos los papeles, yo no encontraba nunca nada de Lorenzo. Yo encontraba de otros compañeros pero no de Lorenzo. Entonces digo, “¿cómo desde España?, no me digas que está vivo”, entonces a mí se me fue la cabeza... desde el ´77 me rebotó, desde ese momento que yo estaba, 2004 fue la bomba a la AMIA. Del 2004 que yo estaba parada...

P: ´94

R: ´94, perdón, ´94. Sí, 28 de julio del ´94. Hasta el ´77, yo digo “no puede ser que sea tan...” voy a decir una mala palabra pero yo creo que es la expresión que hubiese tenido cualquier familiar, pero “no puede ser tan hijo de puta de no decirme que estaba vivo y no avisarme y no preguntarme nunca por su hija”. Entonces yo digo bueno, ya, me compro un pasaje y me voy a Barcelona y se la vacío en la cabeza, no me importa, si voy a caer presa o qué va a pasar. Entonces me dice “no, no, esperá, esperá, esperá, esperá. No, no, no. Lorenzo... hubo una compañera que dejó el testimonio, por supuesto que ellos nunca me dijeron que eran parientes, nada por el estilo, yo después me voy enterando con el tiempo, entonces abro y es la primera vez de que yo me entero que le pasó a Lorenzo. Y bueno, lo que yo único que le puedo agradecer a Silvia Tolchinsky es que realmente es como que me está hablando Lorenzo, me cuenta cuándo llegó Lorenzo al campo de concentración, que ya no te llevaban más a los... ni a Campo de Mayo ni a la ESMA sino que los milicos alquilaban o departamentos o quintas, él estaba en una quinta que quedaba en calle Conexa a media cuadra de la puerta principal de Campo de Mayo. Entonces ella ahí comparte el cautiverio con el padre Adur, con Lorenzo y de vez en cuando lo traían a... Amílcar Arquetti. Ya Lepere ya estaba preso. Y Silvia Tolchinsky de vez en cuando viajaba a las fronteras, las distintas fronteras, porque bueno, queda demostrado, y no lo digo yo, sino lo dicen los ciento cincuenta testimonios de personas comunes que viven en... la frontera, en Paso de los Libres y lo dicen brasileros también, que bueno, que ella era “dedo”, ya la tenían como “dedo”, ya tenían un álbum de fotos, ella estaba detrás de un vidrio y trabajaba desde las ocho de la mañana que pasaba el primer colectivo rumbo a Brasil, como el primer colectivo que pasaba de Brasil a la Argentina. ¿Entonces qué hacían los milicos? Subían a los micros, te pedían todos los documentos, los llevaban adentro, ella, controlaba este sí, éste no, este sí, éste no, y bueno. Agaraban y a las personas que ella marcaba, las bajaban. Y el colectivo seguía. Entonces, cuando ella da el... que yo leo el testimonio, bueno, me cuenta de Lorenzo, ella... digámosle nunca le tocaron un pelo, nunca trabajó de prostituta como dice ella que trabajó de prostituta ahí, tanto en Brasil como de Paso de los Libres, lo acaba de declarar cuando fue el último... cuando fue el juicio, estos que metimos de estos cuarenta y nueve que fue el primer juicio cuando se sacaron las leyes de Punto Final y de Obediencia Debida, que quedó firme, que ya estaban presos, pero... bueno, se hizo el juicio real que se hizo ahí en Talcahuano 550. Lo que sucede es que a ella la ponen... simulaban ponerla en un camastro a ver si le podían sacar datos tanto al padre Adur como a Lorenzo, entonces ella me cuenta de que bueno, Lorenzo había veces, bueno, le preguntaba, como ella tenía hijos, le preguntaba qué edad podían tener en este momento los bebés que podían nacer cuando tenían tantos meses... que esto, que lo otro, bueno, esas cosas. Y ahí cuenta de que verdaderamente ella los oía perfectamente cuando los torturaban, por los gritos que pegaban y que ella ahí se da cuenta de que está el Padre Adur, porque le dicen el nombre y le dicen “vos sos el capellán hijo de puta, de todos los hijos de puta de los montoneros, te vamos a reventar”, en cada tortura que le hacían y bueno, y por supuesto los gritos que deben haber sido espeluznantes, bueno, y me cuenta. Y yo le escribo una carta que tardo un mes en escribirle,

porque no... viste cuando vos recibís una carta vos enseguida... yo qué sé, podés, te sale: o estimado amigo o... querido amigo o querido Carlos o querido tal. A mí no me salía absolutamente nada. Yo era como que sin saber de que ella nunca fue torturada, ¿eh? Era como que no sé, algo presentía yo. Entonces... bueno, lo que tiene es que me cuenta realmente la verdad, me dice tal cual cómo era Lorenzo, me cuenta todo. Me cuenta hasta que tanto el padre Adur como Lorenzo viven un día más, porque Campo de Mayo, bueno, hubo una tormenta y el avión no pudo levantar vuelos, entonces se los llevaron otra vez de nuevo. Y me cuenta de que Lorenzo tenía engangrenado los grilletos [se emociona], tanto en las manos como en los pies, que ya no se le veían porque estaban muy hinchados por la tortura... y hubo un... lo llevan tanto al Padre Adur como a Lorenzo a despedirse de ella, y le entregan esa fotito que Lorenzo la había llevado... si querés... la podés... no sé, yo tal vez puedo, entonces este... salvan un día más porque hay una tormenta, no puede subir el avión, lo vuelven otra vez a llevar a la quinta y al otro día se vuelven a despedir, Lorenzo tenía los grilletos incrustados tanto en las manos como en los pies, como el Padre Adur, de las torturas que recibían, Lorenzo estuvo... calculamos con Araceli Adur, tres meses, que pensamos que el 21 de septiembre de ese mismo año fueron como ellos le decían trasladados, muertos, arrojados al Río de la Plata. Después que nos encontramos con la hermana, bueno, charlamos mucho, verificamos la fecha y ella justo ese día -21 de septiembre- ella recibe una llamada de una mujer que le dice "hija de puta, esta fecha no te la vas a olvidar nunca más en tu vida", ella piensa que fue alguien del campo de concentración que fue como que le avisó y bueno, yo sacando cuentas y fechas, bueno también, imagino que Lorenzo fue también arrojado en la misma fecha. Como ella... como Silvia Tolchinsky dice que fueron los dos a despedirse y cuando se despide Silvia Tolchinsky, Silvia Tolchinsky cuenta que viene un militar de alto rango y le dice "Bueno, le voy a hacer entrega de esto, porque usted se comportó como un buen compañero, no cantó a nadie y eso nosotros, dice, como militares lo valorizamos". Entonces le entregó esta fotito, que acá Paula tenía quince días de nacida y su papá, bueno, veinticinco años, lo que pasa es que desde muy jovencito era peladito, se le había caído el pelo y bueno, con esta foto murió en sus manos Lorenzo. Entonces yo digo a pesar del dolor que debe haber sufrido y todo, bueno, no terminó solo [conmovida], terminó con... con su hija, acompañado de su hija y bueno, pude... lo último que puedo decir es que... uno nunca tiene que abandonar una... un comienzo, una batalla, porque esto fue una batalla para salvarse los humanos, una batalla para dar ejemplos, porque siempre que nos reunimos con Jair, porque descubrimos nuevas cosas y porque seguimos con nuestro trabajo a pesar de... de amenazas y a pesar de que... de que bueno, de que siempre pensamos de que tendríamos que algún día descansar, pero yo tengo la suerte de que otros familiares no la tienen, que yo sé que Lorenzo está arrojado al Río de la Plata junto con su hermana, y que bueno, el 10 de marzo de 2012, 2011, lo arrojamos a su padre al Río de la Plata... y bueno, yo creo que hicimos justicia, hice justicia, porque no todos te acompañan cuando digámosle, hay amenazas, te quedás un poco sola. Porque ésta es una historia que ha pasado no solamente en la Argentina, sino que ha pasado, yo calculo que ha pasado en todo el mundo, y viene pasando de hace muchos años, y lo que uno lamenta es que en vez de que esto vaya aminorando, de distintas formas lamentablemente sigue pasando, y que lamentablemente quedamos muy pocos, porque la historia tiene que servir para que no vuelva a ocurrir, pero para que no vuelva a ocurrir de verdad. No para decir el "Nunca más", porque el "Nunca más" es una palabra que te ayuda y te da ánimo para seguir, pero acá tendríamos que decir, y ahora viene el tema de que yo quería clarificar un poco, porque creo que en estas cosas si va a ser... por ahí leído por niños o adolescentes o jóvenes o también por qué no adultos, porque tal vez nosotros también necesitamos seguir aprendiendo cosas para no seguir cometiendo errores. Yo digo que no porque uno llegue a la vejez significa de que uno ahí paró de cometer errores, yo creo que errores los sigue cometiendo hasta el último día de su vida. Esto tiene que servir, que tenemos que seguir luchando por los chicos que se mueren de hambre, por los chicos que están en la prostitución, por las mujeres que son secuestradas acá en la República Argentina y que son pasadas por ahí al Brasil, o por ahí brasileñas que son pasadas, que digámosle desde hace mucho tiempo, muchos años, existe un operativo Cóndor, pero de... de tráfico de niños, de tráfico de mujeres, de... de tráfico de drogas, de tráfico de... de... un montón de cosas que verdaderamente todos sabemos y todos lo miramos porque ahora con la televisión, con la computadora nos enteramos en un minuto qué es lo que pasó en el país de al lado, entonces yo digo que esto nos

tiene que servir como... esté gobernando el presidente que esté gobernando, no podemos permitir de que se siga violando los derechos humanos. A los derechos humanos de las personas, sea el color de piel que tengamos, sea la nacionalidad que tengamos, empecemos a ser una Latinoamérica libre, que podamos entrar en un lugar y en el otro, con una seguridad, digámosle, que no tengamos miedo. Yo creo que toda esta lucha que tal vez para algunos le parecerá mala, para otros le parecerá que está bien, yo creo que uno pudo haber cometido errores y yo los reconozco, yo no soy de las personas que digo... yo todo lo que hago lo hago bien, no. Yo creo que todos los días, cuando uno se levanta, tiene que seguir creando un día mejor, y que termine con una noche mejor. Y encontrar, bueno, encontrar hermanos como somos con Jair, como somos con tantos otras gentes que nos ha ayudado y que yo sé que cuando me vean me van a reconocer y les pido mil disculpas porque no doy nombres, pero es el agradecimiento para todos, para ustedes, para todos los que están haciendo esto, porque realmente esto es sacrificio, esto es un compromiso, esto es una falta de tranquilidad, porque bueno, vos no te podés ir a veranear tan tranquilo, por ahí no podés entrar a tu casa tranquilo, ¿no? Por ahí no podés estar con tu familia tranquilo, pero yo creo que esto es una elección que uno hace en la vida. Y yo creo que lo importante es reconocerla y no abandonarla. Para mí a pesar de... del dolor, me ha traído mucha satisfacción, bueno, tengo una hija que creció, que hoy tiene treinta y dos años, que bueno, que es una chica normal, normal digámosle, a pesar de todo el sufrimiento que pudo haber pasado, ella con mucha calma está tratando de armar su historia, aunque la tuvo que saber a partir de los tres años, pero... yo realmente si... tendía que volver a hacer todo esto lo volvería a hacer muy orgullosa y con mucha esperanza de que siempre voy a encontrar en mi camino a personas buenas. Buenas, honestas y que quieran seguir teniendo países mejores de los que tenemos, realmente. Es un placer conocerlos y bueno, y sigan y realmente todo lo que necesiten estoy a sus órdenes porque realmente, bueno, uno está para ayudarnos y bueno, la experiencia sirve para el otro también, no? Por qué no?

P: Por qué no, gracias.

R: Por qué no poner una materia de derechos humanos en todos lados, no? Y borrar la historia, es más fácil borrar la historia que seguirla, así que bueno, eso es todo y pro supuesto un gran abrazo a Jair, y a todos sus compañeros y a todos los que me ayudaron y a todos los brasileños, porque como yo digo, las indemnizaciones que están cobrando tanto en la Argentina como en Brasil, como en Brasil dio indemnizaciones a argentinos, las da el pueblo. Las da el pueblo, no las da el gobierno, las da el pueblo. Se saca de sus impuestos, que tiene que pagar, y yo agradezco al pueblo por haber reconocido la desaparición de mi compañero en Brasil. Eso es lo importante, gracias por todo.

P: Gracias, gracias.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e Teoria Social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina/PR, v. 12, n. especial, 2007.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Particular Omar Ferri (APOF).

BAUER, Caroline Silveira. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de Fronteiras Ideológicas. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; AVILA, Arthur Lima de (orgs.). **Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2009. p. 170-182.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Habeas Corpus: que se apresente o corpo**. A busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

BRINKMANN, Beatriz. **Daño transgeneracional: consecuencias de la represión política en el Cono Sur**. Santiago de Chile: CINTRAS, 2009.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. **Anistia internacional: roteiros da cidadania em construção**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

BUCHELI, Gabriel; CURTO, Valentina; SANGUINETTI, Vanesa; DEMASI, Carlos; YAFFÉ, Jaime (coords.). **Vivos los llevaron... Historia de la lucha de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (1976-2005)**. Montevideo: Trilce, 2005.

CASARIEGO CELIBERTI, Camilo. O sequestro de crianças no Cone Sul. Depoimento de Camilo Casariego Celiberti. In: PADRÓS, Enrique Serra; NUNES Carmen L. da Silveira; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). **Memória, Verdade e Justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2012. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/escola/Publicações/tabid/2333/Default.aspx>.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda**. Montevideo: Arca, 1990.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Frente Brasileño de Informacionese Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2010.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latino-americano en el siglo XX:** entre la modernización y la identidad. Las discusiones y las figuras del fin de siglo. Los años 90. v. 3. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- DINGES, John. **Os Anos do Condor:** uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea.** Brasília: FUNAG, 2011.
- FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira:** as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- FERNÁNDEZ, Jorge Christian. **Anclaos en Brasil:** a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- _____. **Argentina 1976-1983:** extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG; Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006. p. 32-43.
- FERRER, Eliete (org.). **68:** A geração que queria mudar o mundo. Brasília: Ministério da Justiça; Comissão de Anistia, 2011.
- FERRI, Omar. **Sequestro no Cone Sul:** o caso Lilián e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz:** Memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Loyola, 2005.
- FRAGA, Guilherme Barboza. **A solidariedade não tem fronteiras:** o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às Ditaduras do Cone Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- FROTA, Maria Guiomar da Cunha; QUINTÃO, Paulo Gomes. Redes sociais, fluxos informacionais e promoção dos direitos da criança. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28 a 31 de outubro de 2007. Salvador, Brasil.
- FUENTES, Miguel; SEPÚLVEDA, Jairo; SANFRANCISCO, Alexander. Espacios de represión, lugar de memoria. El Estadio Víctor Jara como centro de detención y tortura masiva de la dictadura en Chile. **Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social**, España, Universidad de Cádiz, Facultad de Filosofía y Letras, v. 11, p. 1-286, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HARPER, Charles R. **El Acompañamiento.** Acción Ecuménica por los Derechos Humanos en América Latina (1970-1990). Montevideo: Trilce, 2007.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- KOERNER, Andrei. O papel dos Direitos Humanos na política democrática: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 143-181, out. 2003.

KWEITEL, Juana Magdalena. **Accountability de organizações de direitos humanos na América Latina**: uma aproximação a partir da opinião dos atores. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2010.

LAFER, Celso. A ONU e os Direitos Humanos. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 25, p. 169-185, 1995.

_____. **A reconstrução dos Direitos Humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LIMA, Samarone. **Clamor**: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MARIANO, Nilson. **Montoneros no Brasil**. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC, 2006.

_____. **As garras do Condor**. Como as ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Porto Alegre: Vozes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transnacionalizando o combate à ditadura: as publicações das redes de solidariedade aos exilados brasileiros (1973-1979). In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo Huertas (eds.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 199-212.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MINHOTO, Laurindo Dias; MARTINS, Carlos Estevam. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, n. 22, p. 81-101, 2001.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 134-150, mai/jun/jul/ago 1997; n. 6, set/out/nov/dez. 1997.

MITCHEL, José. **Segredos à direita e à esquerda na Ditadura Militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MONTEALEGRE I, Jorge. Humor gráfico y evasiones imaginarias en la resistencia cultural de prisioneras y prisioneros políticos de Chile y Uruguay: acciones colectivas y condiciones para la resiliencia en la prisión política. **Revista Académica de Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social**, n. 78, ene. /jul. 2009.

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Acervo.

MUÑOZ, Solís; R., Carlos. **Desobediencia civil**. Tesis (Licenciado Ciencias Jurídicas). Iquique: Universidad Arturo Prat, 2003.

OBERTI, Alejandra; PALOMINO, Laura; SKURA, Susana. **Testimonios y Archivo**: metodología de Memoria Abierta. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2011.

OLIVERA, Ademar. **Forjando Caminos de Liberación**: la Iglesia Metodista en tiempo de dictadura. Montevideo: Trilce, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional**. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. **Conexão repressiva internacional:** o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Conexão Repressiva e Operação Condor.* v. 3. 2 ed. rev. Porto Alegre: CORAG, 2010. p. 35-48.

_____. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; WASSERMAN, Claudia (orgs.). **Ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45-77.

_____. PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e Integração Fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. **Humanas**, Porto Alegre, v. 17, n. 12, p. 63-85, jan./dez. 1994.

_____. **Rio Grande do Sul como espacio de intersección entre la dictadura brasileña y el Cono Sur (1960-1980):** memoria y olvido de la represión y de la resistencia. Las batallas por la Plaza Argentina en Porto Alegre. In: Congrès Internacional Espaiurbà, memoria i cidadania: restauracions, transmissions i ressignificacions del patrimoni democràtic. Actes del Congrès, Barcelona, 2011.

_____. **Solidaridad en tiempos de conexión represiva:** el Movimiento de Justiça e Direitos Humanos frente a la represión uruguaya. Terceras Jornadas de Historia Política. Montevideo, 27 a 29 jun. 2011. Universidad de la República, 2011. CD-ROM.

_____. Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. In: _____ (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul.** Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15-22.

_____. Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. **História e Luta de Classes**, nº 4, julho 2007. p. 43-49.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). **A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul(1964-1985):** história e memória. 2. ed. rev. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

PADRÓS, Enrique Serra; SLATMAN, Melisa (coords.). Dossier: Coordinaciones represivas en el ConoSur de América Latina (1964-1991). Taller (Segunda Época), **Revista de Sociedad, Cultura e Política en América Latina**, v. 1, n. 1, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, oct. 2012.

PADRÓS, Enrique Serra (coord.). Dossiê: Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Anos 90, **Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS**, v. 19, n. 35, jul. 2012.

PARENTE, Andre (org.). **As tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). **A anistia na era da responsabilização:** o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

POLICZER, Pablo. A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o governo Pinochet. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

PRAZERES, Michelle. **Desafios da atuação em rede.** Ritz, São Paulo, set. 2004.

REIS, Ramiro José. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre.** Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

REIS, Rossana Rocha. Os Direitos Humanos e a Política Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 27, p. 33-42, nov. 2006.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Presidencia de la República. **Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos**. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. 5 t.

RICO, Álvaro (coord.). **Investigación Histórica sobre la Dictadura y el Terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985)**. Montevideo: Universidad de la República; Comisión Sectorial de Investigación Científica; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. **KATÁLY515**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 24-31, jan./jun. 2005.

SILVA, Haiker. Kleber da (org.). **A luta pela Anistia**. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA, Maria Lucia Carvalho da et al (coord.). Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 112-125, jan./mar. 2012.

SIMÕES, Sílvia. **Canto que ha sido valiente siempre será canción nueva: o cancionero de Víctor Jara e o golpe civil-militar no Chile**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SOANE, María; MULEIRO, Vicente. **El Dictador**. La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

SPUDEIT, Daniela F. A. Oliveira. O fenômeno social das redes de informação: reflexão teórica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 87-100 jan./jun., 2010.

VERBITSKY, Horacio. **El Vuelo: “una forma cristiana de muerte”**. Confesiones de un oficial de la armada. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

VICTOR, J. Confissões de um ex-torturador. São Paulo: Semente, 1980.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. Uruguai: autoritarismo e Ditadura. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG; Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006. p. 23-31.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil**. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

VIVALDO, Fernando Vicente. **Educação em Direitos Humanos: abordagem histórica, a produção, experiência brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP, 2009.

e d i t o r a
FORMA
diagramação

(51)30268932 / 81453137
direcao@formadiagramacao.com.br
www.formadiagramacao.com.br

"MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE: O Movimento de Justiça e Direitos Humanos Contra as Ditaduras do Cone Sul e sua Conexão Repressiva" procura resgatar histórias e memórias de luta, resistência e solidariedade contra as práticas de terrorismo de Estado promovidas pelas Ditaduras de Segurança Nacional existentes no Cone Sul entre 1964 e 1990. Esses regimes caracterizaram-se por desencadear uma repressão inédita contra a oposição política, através da massiva aplicação de mecanismos como: sequestro, prisão, tortura, execução e desaparecimento de milhares de pessoas. Dentro desse contexto, a atuação do MJDH, em associação com outros ativistas e organizações de direitos humanos, permitiu a sobrevivência de muitos cidadãos perseguidos por suas convicções políticas. Uma "rede informal de solidariedade" permitiu a retirada de centenas de pessoas da região (inclusive famílias inteiras); muitas delas sofriam ameaças nos seus direitos fundamentais em seus países de origem; outras eram vítimas da lógica da conexão repressiva regional e, de forma mais específica, da Operação Condor.

Neste marco, articulado com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e outras entidades de defesa dos direitos humanos, uma das principais missões do MJDH foi viabilizar a obtenção de asilo às vítimas de perseguição política, as quais eram levadas a determinados países europeus.

Desta forma, o presente trabalho visa a coleta, organização e registro de depoimentos relacionados com vivências e estratégias de luta, de resgate de informação, de denúncia e de sobrevivência em tempos de cotidianos asfixiantes e experiências traumáticas, mas dentro da perspectiva de uma repressão que extrapola fronteiras.

Cabe registrar que a finalidade motivadora do projeto foi a transformação dos depoimentos em fontes para a pesquisa, disponibilizando-os para o conjunto da sociedade. Entretanto, há outra razão fundamental, a finalidade pedagógica de deixar um registro para que os jovens e as novas gerações conheçam e se apropriem - a partir da voz dos protagonistas - de uma história que lhes foi interdita, mas que pertence a eles também. Sendo assim, dentro da perspectiva do "Direito à Memória e à Verdade", entendemos que este projeto contribui para o resgate de importantes páginas da complexa e intrincada história regional em tempos repressivos. E, sobretudo, proporciona às gerações mais jovens o reconhecimento na experiência de luta, resistência e solidariedade da geração dos seus pais e avós. Portanto, o projeto pretende impedir a desconexão entre tais gerações, intenção velada daqueles que disseminaram, durante tantos anos, uma lógica de medo, silêncio e imunidade da impunidade.

Realização:



Projeto
Marcos da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

